REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "B" AO Nº 113 SÁBADO, 2 DE AGOSTO DE 2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 26

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (66,68)

.....

Líder do PMDB - 19
Eunício Oliveira (66,68)
Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (104)
Romero Jucá (40,105)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles (64)
Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 1
Sérgio Petecão (84,87)

Líder do PV - 1
Paulo Davim (76)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 10

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)
Vice-Líder
Alfredo Nascimento (41,63)

.....

Líder do PTB - 6
Gim (56,58,59)
Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino (125)
Mozarildo Cavalcanti (57,126)

Líder do PR - 4
Alfredo Nascimento (41,63)
Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 0

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23

Líder
Humberto Costa - Bloco (116,121)
Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,70,99)
Inácio Arruda (89,94,115,127)
Marcelo Crivella (36,120,128)

.....

Líder do PT - 13
Humberto Costa (116,121)
Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,103)
Anibal Diniz (25,102)
Paulo Paim (101)
Eduardo Suplicy (100)

Líder do PDT - 6
Acir Gurgacz (49,55,70,99)
Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PCdoB - 2
Vanessa Grazziotin (1,91,117)
Vice-Líder do PCdoB
Inácio Arruda (89,94,115,127)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (18,75)

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella (36,120,128)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)
Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM/SD) - 17

Líder
Vice-Líderes
Mário Couto (34,61,123)
Jayme Campos (28,106,110,124)
Alvaro Dias (73,122)

.....

Líder do PSDB - 12
Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)
Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (77)
Alvaro Dias (73,122)
Paulo Bauer (5,35,72,78)

Líder do DEM - 4
José Agripino (2,10,14,44,46,74)

Líder do SD - 1
Vicentinho Alves (42,54,71,111)

PSB - 4

Líder
Rodrigo Rollemberg - PSB (65,98)
Vice-Líder
Lídice da Mata (29,38,83,129)

PROS - 1

Líder
Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)

EXPEDIENTE

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de
Registro e Redação Parlamentar

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 20ª Reunião, Conjunta, realizada em 3 de junho de 2014 (realizada em conjunto com a 38ª reunião da CDH)

Ata da 21ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de junho de 2014 005
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de junho de 2014 025
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de junho de 2014 037
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de julho de 2014 051

1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de abril de 2014 079
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de abril de 2014 096
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2014 118
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2014 144
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de maio de 2014 169
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de maio de 2014 185
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de maio de 2014 207
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de abril de 2014 225
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2014 244
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2014 262
Ata da 25ª Reunião, Conjunta, realizada em 27 de maio de 2014 (realizada em conjunto com a 35ª reunião da CDH)
Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de maio de 2014 294
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de maio de 2014 325
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de junho de 2014 345
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de junho de 2014 370

1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de junho de 2014 392

1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 25ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de junho de 2014 404
Ata da 26ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de julho de 2014 421

1.1.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2014 436
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2014 460
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de maio de 2014 486
Ata da 35ª Reunião, Conjunta, realizada em 27 de maio de 2014 521
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de maio de 2014 535
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de junho de 2014 562
Ata da 38ª Reunião, Conjunta, realizada em 3 de junho de 2014 593
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de junho de 2014 619
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de junho de 2014 636
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de junho de 2014 666
Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2014 675
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de junho de 2014 700
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2014 721

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de julho de 2014..... 749
Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2014..... 779
Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de julho de 2014..... 807
1.1.6 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE
Ata da 21ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de junho de 2014..... 834
1.1.7 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI
Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de junho de 2014..... 851
1.1.8 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de maio de 2014..... 858
1.1.9 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de maio de 2014..... 863
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2014..... 885
Ata da 17ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de junho de 2014 (realizada em conjunto com a 21ª reunião da CRE)
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de junho de 2014..... 904
1.1.10 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de maio de 2014..... 947
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de maio de 2014..... 956

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE JUNHO DE 2014, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e sete minutos do dia três de junho do ano de dois mil e quatorze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias e, eventualmente, da Senadora Gleisi Hoffmann, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Inácio Arruda, Romero Jucá, Luiz Henrique, Casildo Maldaner, Waldemir Moka, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Lúcia Vânia, Wilder Morais, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Cidinho Santos e Antonio Carlos Rodrigues. Deixam de comparecer as Senadoras Vanessa Grazziotin e Kátia Abreu e os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e Jayme Campos. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 19ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso do Tribunal de Contas da União nº 659-Seses-TCU-Plenário, de 7 de maio de 2014, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 012.949/2013-2, na sessão ordinária de 7 de maio de 2014, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; Aviso do Tribunal de Contas da União nº 67-Seses-TCU-Plenário, de 19 de maio de 2014, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 018.259/2013-8, na sessão ordinária de 14 de maio de 2014, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; Aviso nº 33 de 2014 (Aviso nº 162/GMF/MF-DF na origem), de 27 de maio de 2014, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta no mês de abril de 2014 e as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e Aviso nº 34 de 2014 (Aviso nº 47/2014-BCB na origem), de 27 de maio de 2014, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de abril de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em atendimento ao art. 393-A do Regimento Interno (Resolução do Senado Federal nº 1 de 2013), o Presidente designa, para compor o grupo de Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos para avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: Senadores José Pimentel, Armando Monteiro e, ainda, a Senadora Ana Amélia, como coordenadora do grupo. A Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da pauta. **Item 1**– Mensagem (SF) nº 38 de 2014, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, no valor equivalente a até EUR 11.360.000,00 (onze milhões e trezentos e sessenta mil euros), e de até DES 2.000.000,00 (dois milhões de Direitos Especiais de Saque), de principal, cujos recursos destinam-se ao 'Projeto Dom Helder Câmara'", tendo como relatora a Senadora Gleisi Hoffmann, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Anunciada a matéria, usa da palavra a Senadora Gleisi Hoffmann. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, o Requerimento nº 46/2014-CAE, que requer urgência para a matéria. **Item 2**– Mensagem (SF) nº 39 de 2014, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 58,860,000.00 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis'", tendo como relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Em 27/3/2014, o Presidente da Comissão designou o Senador Armando Monteiro relator "ad hoc" da matéria em substituição à Senadora Kátia Abreu. O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, designa o Senador Romero Jucá relator "ad hoc" da matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, o Requerimento nº 47/2014-CAE,

que requer urgência para a matéria. **Item 3**– Projeto de Lei do Senado nº 130 de 2014 – Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e outros, que "convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)", tendo como relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório favorável ao Projeto e à Emenda nº 1 (Substitutivo), nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 08/05/2014, foi apresentada a Emenda nº 1 (Substitutivo), de autoria do Senador Ricardo Ferraço. Em 03/06/2014, foram apresentadas as Emendas nºs 2, 3 e 4, de autoria do Senador Romero Jucá. Em 03/06/2014, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, contrário ao Projeto. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para análise das emendas. **Item 4**– Projeto de Lei da Câmara nº 39 de 2007, não terminativo, de autoria do Deputado Inocêncio Oliveira, que "estabelece critérios para a edição do Rol de Procedimentos e Serviços Médicos – RPSM e dá outras providências", tendo como relator o Senador Roberto Requião, que oferece relatório favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5**– Projeto de Lei do Senado nº 312 de 2013 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal", tendo como relator o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório contrário ao Projeto. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 6**– Projeto de Lei do Senado nº 544 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que "altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para excluir como doença preexistente as malformações congênitas e tornar obrigatórias a fundamentação e a comunicação, por escrito, da negativa de cobertura por doença preexistente", tendo como relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Waldemir Moka. Em seguida, o Relator, Senador Luiz Henrique, acatando sugestão do Senador Waldemir Moka, apresenta relatório com alterações, favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). A Matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Item 7** – Projeto de Lei do Senado nº 277 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade", tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório contrário ao Projeto. O Presidente da Comissão designa a Senadora Gleisi Hoffmann relatora "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório pela relatora "ad hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE contrário ao Projeto. **Item 8**– Projeto de Lei do Senado nº 365 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que "altera o art. 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências, para incluir, entre os encargos da concessionária de serviços públicos, a obrigação de divulgar suas demonstrações financeiras", tendo como relator o Senador Pedro Taques, que oferece relatório favorável ao Projeto com quatro emendas que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Aloysio Nunes Ferreira relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório pelo relator "ad hoc", usam da palavra os Senadores Casildo Maldaner e Eduardo Suplicy. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 4-CAE. A Matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **Item 9**– Projeto de Lei do Senado nº 637 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "altera o inciso II do art. 7º da Lei nº 8.706, de 1993 e o inciso II do art. 10 da Medida Provisória nº 2.168-40, de 2001, para dispor sobre a contribuição dos filiados a cooperativas de transportadores autônomos ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP)", tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório contrário ao Projeto. Após a leitura do relatório, a Presidente eventual da Comissão, Senadora Gleisi Hoffmann, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 10**– Projeto de Lei do Senado nº 175 de 2011 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para dispor que o reajuste da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física não se enquadra nas hipóteses de renúncia de receita tributária", tendo como relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE pela prejudicialidade do Projeto. **Item 11**– Projeto de Lei do Senado nº 259 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saú-

de", tendo como relator o Senador Vital do Rêgo. A apreciação da matéria é adiada. **Item 12**– Projeto de Lei do Senado nº 247 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que "altera a redação dos §§ 1º e 3º do artigo 1.361, do Código Civil, e dá outras providências. (Altera as formas de constituição e de transferência da propriedade fiduciária)", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 154 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que "altera a redação do § 1º e insere §§ 4º e 5º, ao art. 1.361, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) – altera o art. 6º, da Lei nº 11.882, de 2008 e dá outras providências", tendo como relator o Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório contrário aos Projetos de Lei nºs 247 de 2007 e 154 de 2013. A apreciação da matéria é adiada. **Item 13**– Projeto de Lei do Senado nº 677 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "dispõe sobre o compartilhamento da infraestrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de crédito e débito", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 680 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "proíbe cláusulas de exclusividade entre bandeiras e adquirentes no mercado de cartões de crédito e débito", tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela prejudicialidade dos Projetos de Lei do Senado nºs 677 e 680 de 2007. A apreciação da matéria é adiada. **Item 14**– Projeto de Lei do Senado nº 221 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que "cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Corumbá e Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta, e ainda, pela aprovação das Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Pedro Taques. A apreciação da matéria é adiada. **Item 15**– Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2004, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos", tendo como relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE-CCJ, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 3. A apreciação da matéria é adiada. **Item 16**– Projeto de Lei do Senado nº 169 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem", tendo como relator o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 17**– Projeto de Lei do Senado nº 53 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a fim de permitir a repactuação de contratos firmados no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil (FIES)", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 8 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "adota medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, usando os mesmos critérios da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 (dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário)", que tramita em conjunto, ainda, com o Projeto de Lei do Senado nº 544 de 2009, terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, para instituir a previsão de método de atualização de saldo devedor mais favorável aos alunos financiados e a dispensa de pagamento de prestações ou saldo devedor nos casos que especifica, e dá outras providências", tendo como relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 53 de 2008, das Emendas nºs 1 e 2-CE, e dos Projetos de Lei nºs 8 e 544 de 2009. A apreciação da matéria é adiada. **Item 18**– Projeto de Lei do Senado nº 415 de 2013, terminativo, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que "altera o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, para submeter ao rito previsto no art. 25 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, a manifestação de inconformidade contra compensação de ofício com débito não lançado que suscitar divergência na interpretação da legislação tributária", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 19**– Projeto de Lei do Senado nº 238 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Jefferson Praia, que "altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2033, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º", tendo como relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 20**– Projeto de Lei do Senado nº 152 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que "altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para estender aos agentes públicos ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo a isenção do imposto de renda dos proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório pela

rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 21**– Projeto de Lei do Senado nº 309 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera a Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, para autorizar a pessoa física a realizar doações aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual do imposto de renda", tendo como relator o Senador Pedro Taques, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 22**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 39 de 2014, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, que sejam convidados, a fim de discutir a atual situação do Setor Elétrico brasileiro, o Sr. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, assim como o Sr. Nelson Fonseca Leite, presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). Anunciada a matéria, usa da palavra a Senadora Gleisi Hoffmann. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 39 de 2014-CAE. **Item 23**– Requerimento nº 40 de 2014, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o tema dos demitidos na Reforma Administrativa realizada durante o governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, com a presença dos senhores Wilson Prudente, procurador do Ministério Público do Trabalho; Mauro Gomes de Mattos, advogado e jurista (OAB-RJ); Wilson Dufles, presidente da Associação Nacional de Demitidos e Anistiados (Anadema); Josemilton da Costa, diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro (Sintrasef); bem como representantes da Advocacia Geral da União (AGU), Defensoria Pública da União (DPU) e Procuradoria Geral da União (PGU). Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 40 de 2014-CAE, ficando prejudicado o Requerimento nº 26 de 2014. **Item 24**– Requerimento nº 41 de 2014, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que requer, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública para debater e apresentar esclarecimentos sobre as denúncias de operações fraudulentas no mercado financeiro que atingem o fundo de pensão Postalis, dos funcionários dos Correios, tendo como convidada a sra. Cláudia Muinhos Ricaldoni, presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar). Anunciada a matéria, usam da palavra a Senadora Gleisi Hoffmann e o Senador Aloysio Nunes Ferreira. A apreciação da matéria é adiada. São apreciadas, ainda, as seguintes matérias extrapauta: **Item 25**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 46 de 2014, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS nº de 2014, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 38 de 2014, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, no valor equivalente a até EUR 11.360.000,00 (onze milhões e trezentos e sessenta mil euros), e de até DES 2.000.000,00 (dois milhões de Direitos Especiais de Saque), de principal, cujos recursos destinam-se ao 'Projeto Dom Helder Câmara'". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 46 de 2014-CAE. **Item 26**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 47 de 2014, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS nº de 2014, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 39 de 2014, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 58,860,000.00 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis'". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 47 de 2014-CAE. **Item 27**– Mensagem (SF) nº 46 de 2014, de autoria da Presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, a autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 151,180,000.00 (cento e cinquenta e um milhões cento e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas – PADEAM", tendo como relator o Senador Antonio Carlos Rodrigues, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Casildo Maldaner relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório pelo relator "ad hoc", o Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. É lido e será apreciado posteriormente o Requerimento nº 48 de 2014, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que requer, nos termos do parágrafo único do art. 393-C do Regi-

mento Interno do Senado Federal (Resolução do Senado Federal nº 1, de 2013), a modificação dos prazos nos trabalhos de avaliação periódica do Sistema Tributário Nacional, para as seguintes datas: I – para recebimento de documentos e informações, até 16 de outubro de 2014; II – para realização de audiências públicas, até 20 de novembro de 2014; III – para apresentação do relatório final, até 9 de dezembro de 2014. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e pela Senhora Presidente Eventual e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – Senadora **Gleisi Hoffmann,** Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Declaro aberta a 21ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 19ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

– Aviso do Tribunal de Contas da União nº 659, TCU-Plenário, de 7 de maio de 2014, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 012.949/2013-2, na sessão ordinária de 7 de maio de 2014, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.
– Aviso do Tribunal de Contas da União nº 676, TCU-Plenário, de 19 de maio de 2014, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 018.259/2013-8, na sessão ordinária de 14 de maio de 2014, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam.
– Aviso do Ministério da Fazenda nº 33/2014, de 27 de maio de 2014, encaminhando relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta no mês de abril de 2014, e as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
– Aviso do Ministério da Fazenda nº 34/2014, de 27 de maio de 2014, do Banco Central do Brasil, encaminhando demonstrativo de emissão real referente ao mês de abril de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Em atendimento ao art. 393-A do Regimento Interno, designo, para compor o grupo de Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos para avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: Senadores José Pimentel, Armando Monteiro e, ainda, a Senadora Ana Amélia, como coordenadora do grupo.

Item 1.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu solicitaria a V. Exª a inversão da pauta, porque o item 2 trata de empréstimo para a Prefeitura de Florianópolis, e inclusive o Prefeito Cesar, o Secretário da Educação, Rodolfo Pinto da Luz, e o Deputado Federal Paulinho Bornhausen se encontram presentes.

O empréstimo está com parecer favorável.

Se V. Exª estiver de acordo, eu pediria a inversão da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O item 1 é um item rápido, que tem como Relatora a Senadora Gleisi Hoffmann, mas, em homenagem ao Município de Florianópolis, ao Estado de Santa Catarina, Estado de V. Exª e do nosso Vice-Presidente Luiz Henrique, nós vamos, prefeito, inverter a pauta e passar imediatamente ao item 2.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Item 2:

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 39, DE 2014
– Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$

58,860,000.00 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Observações:

Em 27/05/2014, foi concedida Vista Coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Designo, como Relator *ad hoc,* o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o processo prevê o financiamento do BID. Aliás, o primeiro financiamento de um Município para a educação básica e infantil com o BID. O Município de Florianópolis está de parabéns. A educação é uma prioridade e tem que ser uma prioridade do Brasil. São recursos para a educação infantil, para a construção de creches, melhoria do ensino básico.

Portanto, o parecer é favorável.

O processo está bem composto, cumprindo todas as formalidades legais.

O parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão.*(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – ...que passa a constituir o Parecer da CAE...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – ...favorável, nos termos do Projeto de Resolução...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Faço requerimento de urgência para a matéria ir a Plenário ainda hoje, Sr. Presidente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – No mesmo sentido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Casildo, também.

Em votação o Requerimento de urgência.

Senadores que concordam permaneçam como estão.*(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 47, de 2014, da CAE, que requer urgência para a matéria.

Parabéns ao Estado de Santa Catarina.

Parabéns ao prefeito e a toda comitiva da cidade de Florianópolis.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, exaltando, aqui, as presenças do Prefeito de Florianópolis, Cesar Junior, do Deputado Federal e ex-Secretário de Desenvolvimento Econômico de Santa Catarina, Paulinho Bornhausen, do Secretário da Educação de Florianópolis, que dirige aquele Município há mais de seis anos, Rodolfo Pinto da Luz, que se dedicou à elaboração desse projeto, e, como V. Exª mencionou, aliás, como mencionou o Relator Senador Romero Jucá, é um projeto inédito e importante, são recursos do BID para a educação, para instituição da meritocracia na educação básica, na capital de Santa Catarina.

Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Exª que retire de pauta o item 3, Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2014, que dispõe sobre o quórum de aprovação de convênio, que permite a concessão de remissão dos créditos tributários constituídos ou não em decorrência das isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiros fiscais, instituídos em desacordo com as deliberações do Confaz.

É o projeto de convalidação dos incentivos fiscais concedidos a título de desenvolvimento regional pelos Estados, ao longo dos últimos anos, das últimas décadas.

Estivemos em reunião no seu gabinete, há pouco tempo, com a Senadora Gleisi, o Senador Romero Jucá, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Casildo Maldaner, e ajustamos um

cronograma para aprovar esse projeto nessa Comissão após novas discussões, que devemos fazer com representantes do governo, de secretários de Estado, governos estaduais e empresariado.

Estabelecemos uma reunião, amanhã, às 14h30, em meu gabinete, com secretários que representem o Confaz e os Senadores já mencionados, e outros que tenham interesse mais direto na matéria, para consolidarmos um texto que seria objeto de um novo substitutivo global, a ser votado na próxima terça-feira como primeiro item de pauta.

É a proposta que faço a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Antes de passar a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, queria fazer só uma pausa de um segundo para cumprimentarmos o Prefeito de Florianópolis. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, pergunto se – já que estou dando entrada a um voto em separado, até para que o Relator, Senador Luiz Henrique, possa conhecê-lo – posso fazer a leitura do mesmo, na data de hoje, sem prejuízo do entendimento havido.

Portanto, pergunto se posso ler o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy, há um pedido de retirada de pauta que vou atender. Houve um acordo de procedimentos.

Acho que V. Exª poderia distribuir esse voto em separado e, na próxima reunião, V. Exª apresenta o voto em separado, faz a leitura dele, junto com o Senador Luiz Henrique.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tudo bem. Mas agradeço, se puder, encaminhar especialmente a ele o voto em separado e aos demais membros da CAE para que tomem conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Peça à Secretaria da Casa que encaminhe o voto em separado do Senador Eduardo ao Relator, Senador Luiz Henrique, e a todos os membros da Comissão de Assuntos Econômicos.

Na próxima terça-feira, Senador Eduardo Suplicy, V. Exª apresentará o voto em separado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu gostaria de ressaltar que nesse voto em separado eu ressalto a constitucionalidade de o Confaz ter 100% de quórum para aprovar matérias e de decisão consensual, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Esse é o primeiro ponto da pauta da próxima reunião de terça-feira se não houver mensagens, porque sempre as colocamos antes.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, DE 2014
– Não terminativo -

Convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).
Autoria: Senador Cyro Miranda e outros
Relatoria: Senador Luiz Henrique.)

Vamos ao item 1:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 38, DE 2014

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, no valor equivalente a até EUR 11.360.000,00 (onze milhões e trezentos e sessenta mil euros), e de até DES 2.000.000,00 (dois milhões de Direitos Especiais de Saque), de principal, cujos recursos destinam-se ao "Projeto Dom Helder Câmara".
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.
Observações:
Em 27/05/2014, foi concedida Vista Coletiva.

Com a palavra a Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente, o relatório já foi lido e apresentado a esta Comissão pela Relatora *ad hoc* Senadora Ana Amélia. Portanto, só tenho que reforçar o relatório favorável à aprovação desse crédito.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam queiram permanecer como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável da CAE, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria de requerer urgência para que essa matéria fosse hoje ainda a Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Em votação o requerimento de urgência proposto pela Senadora Gleisi Hoffmann.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 46, de 2014, que requer urgência para a matéria.

O item 3 foi retirado de pauta pelo Senador Luiz Henrique e volta na próxima terça-feira.

O item 4, Senador Waldemir Moka, tem como Relator o Senador Roberto Requião, que não está aqui novamente. Então, vou pular o item 4.

O item 5, houve o pedido de retirada de pauta da parte do Senador Delcídio do Amaral.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, DE 2013
– Não terminativo -

Define montante a ser entregue aos Estados e ao Distrito Federal nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.
Autoria: Senador Pedro Simon
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Contrário ao Projeto.)

Passemos ao item 6, que será relatado pelo Senador Luiz Henrique:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 544, DE 2013
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para excluir como doença preexistente as malformações congênitas e tornar obrigatórias a fundamentação e a comunicação, por escrito, da negativa de cobertura por doença preexistente.
Autoria: Senador Vicentinho Alves
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, em análise o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 544, de 2013, de autoria do Senador Vicentinho Alves, dispondo sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para excluir, como V. Exª já salientou, como doença preexistente as malformações congênitas e tornar obrigatórias a fundamentação e a comunicação, por escrito, da negativa de cobertura por doença preexistente.

Nesse sentido, o PLS nº 544, de 2013, acrescenta os §§ 2º e 3º ao art. 11 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, renomeando o parágrafo único atualmente vigente, com a seguinte redação:

Art. 11 .....
§1º.....

§ 2º Para os efeitos do disposto neste artigo, não são consideradas doenças preexistentes as malformações congênitas, não se aplicando a elas o prazo de carência previsto no caput.

§3º A negativa de autorização de cobertura pela operadora, será fundamentada e imediatamente comunicada, por escrito, ao consumidor ou beneficiário, ao profissional responsável pela assistência e à instituição solicitante.

Lida em plenário, a matéria foi despachada a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, em seguida, seguirá à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

No prazo regimental não foram oferecidas emendas ao projeto.

Análise.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem de problemas econômicos do País: câmbio, tributos, finanças públicas e outros assuntos correlatos.

A matéria em análise altera as regras de atuação das operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde, segmento importante nas finanças pessoais de grande parcela da população nacional.

Concordamos com o autor da proposição quando este salienta que os portadores de malformações congênitas sofrem permanente discriminação por utilizarem com maior frequência a assistência conferida pelas operadoras privadas de planos e seguros de assistência à saúde, especialmente, os portadores da síndrome de Down, aos quais as operadoras negam autorização de tratamento sob a alegação de preexistência dos males decorrentes da síndrome.

É importante, muito relevante este assunto, Srªs e Srs. Senadores.

Tal prática caracteriza-se como ato de discriminação intolerável a uma parcela mínima da população, pois tais quadros são inerentes à própria condição de existência da pessoa, e, por essa razão, não podem ser consideradas doenças preexistentes.

A situação é agravada, ainda, pelo fato das negativas de atendimento serem totalmente desprovidas de fundamento que as justifiquem, dificultando a busca de amparo judicial pelos usuários.

Por essa razão, propõe o ilustre Senador Vicentinho Alves, ao qual quero fazer as minhas homenagens, ainda que a negativa seja comunicada de forma fundamentada e por escrito.

Não temos dúvidas quanto ao mérito do projeto em análise, especialmente por proteger pessoas que, ao contrário de preconceito, necessitam de um amparo maior por parte da sociedade. Porém, entendemos que a determinação da necessidade de negativa por escrito deva valer para todos os casos e não somente quanto à cobertura de doenças e lesões preexistentes.

Por esta razão, entendemos que tal dispositivo deva constar na Lei nº 9.656, de 1998, como um novo artigo, e não como o §2º do art.11, que trata de doenças e lesões preexistentes, conforme proposto pelo nobre proponente.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 544, de 2013, na forma do seguinte substitutivo:

O Congresso Nacional decreta:

O art.11 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte §2º, renomeando-se o parágrafo único vigente como §1º:

§ 2º Para os efeitos do disposto neste artigo, não são consideradas doenças preexistentes as malformações congênitas, não se aplicando a elas o prazo de carência previsto no caput.

A Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 11-A:

Art. 2ª A negativa de autorização de cobrança pela operadora será fundamentada e imediatamente comunicada, por escrito, ao consumidor ou beneficiário, ao profissional responsável pela assistência e à instituição solicitante.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salvo melhor juízo, Srªs e Srs. Senadores, é o parecer.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Presidente, ilustre Relator Luiz Henrique, essa é uma matéria de um tema importante, porque a Previdência se nega, aliás, não é que se negue, mas, simplesmente, a pessoa não se pode entrar na Previdência se ela tiver já...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Procrastina.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – ...uma doença preexistente.

Além dessas questões de malformações congênitas, nós temos as chamadas doenças raras.

Há uma semana, discutimos a coreia de Huntington. Então, a pessoa sabe que tem, mas ela não tem os sintomas. Terá depois de algum tempo, porque é uma doença genética, de característica familiar. Se uma pessoa do casal tem, 50% dos filhos terão a doença.

Então, eu estou chamando a atenção porque ele não é terminativo aqui. E será terminativo lá na Comissão de Assuntos Sociais. Mas eu acho que mereceria, além das doenças de malformações congênitas, que a gente abordasse também as chamadas doenças raras.

Há uma dificuldade. Qual é o argumento que já ouvi da Previdência? O argumento é o de que eles temem o seguinte: a pessoa, depois de acometida de uma doença, quer entrar na aposentadoria ou na Previdência. Evidentemente que isso pode acontecer – um oportunismo –, mas a pessoa que nasce com isso, ou que tem isso transmitido geneticamente, ela deveria ter uma diferenciação.

É claro que é outro tema, mas eu estou aproveitando a oportunidade, Senador Luiz Henrique, para demonstrar a importância...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu peço silêncio; está impossível. O Senador Waldemir Moka está com a palavra.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu penso que esse é um tema importante. Acho que esta Casa teria que prestar atenção a esse tema. E a Previdência tem que olhar de forma diferenciada para esses casos, inclusive, aqui, votando favoravelmente, parabenizando o relator e o autor da proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu acolho, como emenda, a oportunamente formulada sugestão do ilustre Senador Waldemir Moka, que, como médico, tem sensibilidade e conhecimento especial sobre a matéria. E o texto do meu substitutivo ficaria redigido, se S. Exª concordar...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu diria o seguinte, Senador Luiz Henrique, eu não estou propondo emenda, mas agradeço a gentileza. O tema será terminativo na Comissão de Assuntos Sociais. Eu acho que nós deveríamos...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª propõe que deixe ir para lá?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Deixe ir para lá. Eu aprovo o texto do jeito que ele está. Só estou alertando para a importância que têm o projeto e a relatoria de V. Exª e dizendo que, lá na Comissão de Assuntos Sociais, nós vamos tentar discutir. Eu acho que é um tema que merece discussão. De repente, eu também tenho uma posição equivocada e tenho humildade para reconhecer.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Mas eu ponderaria com V. Exª, como é tão óbvia a proposição de V. Exª, eu acataria como uma emenda de V. Exª, uma proposta emenda, e o texto ficaria o seguinte: "para os efeitos do disposto neste artigo, não são consideradas doenças preexistentes as malformações genéticas e as chamadas doenças raras". Se V. Exª estiver de acordo...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aí é o que eu estou dizendo: essa é uma discussão que eu pretendo travar, porque há algumas doenças que, lamentavelmente, ainda não estão incluídas nas chamadas doenças raras, como é a coreia de Huntington, por exemplo. E é uma coisa que é altamente incapacitante. E, aí, há maneiras de se descobrir, geneticamente, mapeando o genoma, se a pessoa terá ou não a doença. E, lamentavelmente, essa questão acaba se tornando um empecilho depois em relação à questão previdenciária.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Se V. Exª e o Plenário concordarem, ficaria com essa redação e, na comissão terminativa, V. Exª pode elucidar melhor, inclusive, essa questão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está bom. Eu concordo e agradeço a gentileza de V. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Então, Sr. Presidente, eu proponho o substitutivo na forma que acabei de explicitar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria continua aberta para discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório do Senador Luiz Henrique.

Em votação, incorporando a sugestão proposta pelo Senador Waldemir Moka.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Passemos agora, imediatamente, ao item 7.

Vamos designar a Senadora Gleisi Hoffmann como Relatora *ad hoc*:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007
– Não terminativo -

Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Relatoria: Senador José Pimentel. Não se encontra, mas preparou relatório contrário ao projeto.
1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo);
2. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CE-CAS (Substitutivo) e com as Subemendas nºs 1-CAS e 2-CAS.

Designo, na ausência do Senador José Pimentel, a Senadora Gleisi Hoffmann, como Relatora *ad hoc*, para ler o relatório elaborado pelo Senador José Pimentel.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Muito bem, Sr. Presidente. Como V. Exª já citou a matéria, deixarei de ler o relatório e vou direto para a análise feita pelo Senador Pimentel em relação ao projeto.

De acordo com o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE, no presente caso, opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros do PLS nº 277, de 2007.

Preliminarmente, cumpre registrar a inconveniência da proposição decorrente de interface com disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. É que, embora a medida proponha comando em tese pertinente à LDB, o que demonstraria a legitimidade da iniciativa no âmbito do Congresso Nacional, o impacto financeiro decorrente da inovação se daria diretamente no orçamento dos Municípios. Por essa razão, a matéria teria maior possibilidade de prosperar se fosse proposta no âmbito do legislativo local, pois os prefeitos estariam aptos a indicar a origem dos recursos orçamentários necessários para o enfrentamento das novas despesas continuadas.

Nesse diapasão, a União não teria como apresentar, entre outros, os demonstrativos de margem de expansão das despesas de caráter continuado, no âmbito dos Municípios. A não ser que fosse, ela própria, a provedora de recursos para o financiamento dos custos adicionais decorrentes da reestruturação de turmas, o que não é o caso. Como se sabe, os documentos em questão instruem o projeto de lei de diretrizes orçamentárias local. Com efeito, no presente caso, não se atende a exigência prevista no art. 4º da LRF.

Ao cabo, tem-se, na prática, um ente da Federação criando despesa a ser realizada por outro. Em tais condições, a medida implicaria, ainda que de forma indireta, inobservância do Pacto Federativo.

No tocante ao mérito, por um lado, parece sedimentado e consensual, especialmente entre professores, o entendimento de que o número menor de alunos por turma melhora o desempenho de docentes e alunos, constituindo, assim, exigência peculiar à natureza pedagógica da atividade de magistério. Tal percepção é ainda mais premente quando relacionada à educação de crianças pequenas, com destaque para aquelas na etapa de pré-alfabetização, que concentra as idades de cinco a seis anos.

Por outro lado, é inquestionável que a limitação do número de crianças por turma pode elevar, sensivelmente, o custo de oferta de vagas. Com efeito, alterações na organização de tempo e espaço escolares são sempre avaliadas em confronto com exigências de financiamento público adicional. Esse tipo de análise resulta invariavelmente problemático, dadas as restrições de natureza orçamentária dos entes responsáveis pela implantação das mudanças propostas. Talvez tenha sido essa a mais forte motivação para a morosidade observada na tramitação do projeto.

Importa destacar, ainda, o momento de transição em que a proposição foi oferecida ao Congresso Nacional e a tendência posteriormente constituída. Na ocasião da apresentação do PLS, não havia um cenário claro quanto ao financiamento da educação das crianças que seriam beneficiadas pelo PLS.

Na vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), expirada no final de 2006, a pré-escola que acolhia crianças de quatro a seis anos de idade e para a qual havia demanda crescente das famílias por vagas, era financiada exclusivamente pelos Estados e Municípios. Foi nesse contexto que se gestou o ensino fundamental de nove anos, em atendimento a reivindicação de tais entes federados para que os alunos de seis anos pudessem ser matriculados nessa etapa de ensino.

Essa modificação na estrutura da educação básica foi institucionalizada pela Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, mediante alteração específica na LDB. Com ela, viabilizou-se o reforço da União ao financiamento

das matrículas de crianças de seis anos à conta do Fundef. Do ponto de vista pedagógico, abreviou-se, então, a possibilidade de alfabetização das crianças mais cedo.

Nada obstante, do ponto de vista do incremento de recursos para os entes subnacionais, a Lei nº 11.274, de 2006, teve repercussão minimizada por outra em curso: a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Esse novo formato de financiamento, de espectro mais abrangente, foi criado pela Emenda à Constituição nº 53, de 2006. Para regulamentá-lo, o Presidente da República editou a Medida Provisória (MPV) nº 339, em dezembro de 2006.

A partir do novo marco, era de se esperar maior atenção à educação infantil, que inclui a pré-escola na distribuição de recursos para a educação básica pública. No entanto, a MPV em tela indicava apenas a amplitude dos fatores de ponderação associados a etapas, modalidades e condições de oferta. Distribuídos numa escala de 0,7 a 1,3, tendo como fator de referência o de 1,0, equivalente ao valor por aluno dos anos iniciais do ensino fundamental urbano, esse fatores sinalizaram que não haveria valores por aluno muito díspares, pois nenhuma etapa ou modalidade seria contemplada com valor que superasse em uma vez o de outra.

Em outras palavras, o Poder Executivo acenava as possibilidades de cada etapa e modalidade no tocante à participação no fundo e deixava a atribuição de fatores a cada etapa/modalidade para uma comissão intergovernamental constituída por representantes da União, dos Estados e dos Municípios. Contudo, durante a discussão da matéria no Congresso Nacional, os Parlamentares propuseram o estabelecimento dos fatores a serem considerados até que a comissão em relevo adotasse as primeiras deliberações em relação ao assunto.

A propósito, o quadro constante deste parecer ilustra a evolução dos fatores de ponderação desde a sua fixação, na Lei nº 11.494, de 2007, para o ano inicial do Fundeb, até o ano de 2013. Para a presente análise, nos deteremos nos fatores relativos à educação infantil e ao ensino fundamental, etapas que congregam as crianças de cinco e seis anos de idade.

Consoante se observa no quadro, na decisão do Parlamento, sancionada pelo Presidente da República, a educação infantil foi contemplada com o fator 0,8 para a creche, e 0,9 para a pré-escola. Assim, acabou menos aquinhoada com os recursos do Fundeb na primeira atribuição de fatores às diversas etapas e modalidades de ensino, no ano de 2007.

Em tais moldes, os Municípios ficariam com o ônus de obter recursos adicionais para bancar vagas em creches e pré-escolas. Não é demais lembrar que a abertura e a manutenção de estabelecimentos de educação infantil são mais onerosas, dadas as condições específicas para oferta, como instalações diferenciadas e menor número de crianças por turma. Essa situação não é mais crítica porque a LDB admite professores formados no Curso Normal, de nível médio, para ministrar atividades educacionais para a clientela desse segmento e dos anos iniciais do ensino fundamental.

Felizmente, o quadro mostra também uma tendência à valorização da educação infantil. Para a creche pública em tempo integral, por exemplo, o fator de ponderação, inicialmente de 0,8, passou para 1,1, em 2008; 1,2, em 2011; e, a partir de 2012, atingiu o limite máximo de 1,3. Nesse processo, o valor destinado à creche saltou de 64% para 100% do valor por aluno do ensino fundamental em tempo integral. De igual forma, para a pré-escola em tempo integral, o fator de ponderação, que era de 0,9 em 2007, atingiu o limite de 1,3 em 2011, acompanhando, igualmente, o maior fator no âmbito do Fundeb.

Com essas mudanças, foram canalizados mais recursos para a educação infantil, sem prejuízo para o ensino fundamental, que ganhou mais um ano. Não é demais sugerir que os novos recursos se prestaram tanto à criação de novas oportunidades de acesso, como também à melhoria das condições de oferta.

No que tange particularmente aos professores, os incrementos serviram tanto à valorização dos que já se encontravam nos sistemas de ensino, quanto à contratação de docentes com formação diferenciada, ante a perspectiva de retribuição pecuniária igualmente melhorada.

Além dos ajustes realizados nos referidos fatores de ponderação, que viabilizaram o aumento da parcela de recursos do Fundeb destinada aos Municípios, o atendimento escolar às crianças foi ampliado por força da ação Brasil Carinhoso, do Governo Federal, desencadeada pela MPV nº 570, de 2012, convertida na Lei nº 12.722, de 3 de outubro daquele ano. Enfatizando a atenção integral às crianças, com reforço de ações ligadas à saúde e à educação, essa política assegura, para cada vaga em creche pública ou conveniada ocupada por crianças de até quatro anos beneficiárias do programa Bolsa Família, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, suplementação em 50% dos valores repassados aos Municípios pelo Fundeb.

A propósito, é importante lembrar que a Lei nº 12.722, de 2012, contribuiu para a superação de uma dificuldade crônica impeditiva ao aumento de oferta de vagas na educação infantil. Até a edição dessa norma, os Municípios não recebiam recursos do Fundeb porque as crianças não estavam na escola – e não apareciam no censo escolar – e não criavam as vagas porque não dispunham de meios para tanto, diga-se, acesso ao Fundeb. Assim, uma das linhas de atuação do Governo Federal associadas ao Brasil Carinhoso consistiu em interromper

esse círculo vicioso. Ao destinar recursos aos Municípios para a criação de vagas iniciais na educação infantil, a União criou condições para que esses entes acedessem ao Fundeb a partir do ano seguinte àquele em que as novas matrículas aparecessem no censo escolar.

Mais recentemente, o Governo Federal implantou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Hoje regulamentado pela Lei nº 12.801, discutida no Congresso Nacional por meio da Medida Provisória nº 586, de 2012. O Pacto contempla parte das preocupações do PLS nº 277, de 2007, pois versa sobre as ações destinadas à qualificação dos professores envolvidos com a alfabetização de crianças da pré-escola e dos anos iniciais do ensino fundamental.

Ao cabo, espera-se que, no médio prazo, as ações do Pacto resultem em economia de recursos, tendo em vista a melhoria do fluxo escolar e à redução dos índices de retenção hoje verificados no ensino fundamental.

Decerto, os incrementos havidos no financiamento de matrículas para a pré-escola e o primeiro ano do ensino fundamental foram expressivos. Avalia-se, pelos números disponíveis, que foram cruciais não apenas para o aumento de vagas, como também para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos docentes, que vêm logrando ganhos salariais significativos, também em decorrência de medidas como a implantação do Piso Salarial Nacional dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, objeto da Lei nº 11.738, de 2008. A esse respeito, estima-se um ganho salarial real da ordem de 30% do valor do piso entre 2009 e 2013, o que aponta a construção de uma nova realidade de valorização do magistério.

Com efeito, a contratação de novos professores exigida pela implantação do PLS pode contribuir, sensivelmente, para a interrupção da política de valorização do magistério, também prevista no Plano Nacional de Educação em discussão no Congresso. A Meta 17 do Plano prevê a equiparação de rendimentos com outros profissionais com nível de formação equivalente, nos seis primeiros anos de sua vigência, o que representa melhoria remuneratória expressiva para a maioria dos professores da educação básica pública. Por essa razão, a ideia de se ter dois professores por turma, além de difícil implementação, pode recair sobre os entes mais frágeis da Federação – os Municípios – e pode ter o efeito deletério de pulverizar a aplicação de recursos da educação.

Sob essa ótica, seria temerário e indesejável o surgimento de uma realidade escolar em que as turmas contariam, por exemplo, com duas professoras que, além de malremuneradas, seriam impelidas a assumir um segundo cargo ou emprego. Dessa forma, haveria um reforço do mesmo trabalho fragmentado e pouco consistente que, supostamente, se intenta superar com o PLS nº 277, de 2007.

Por fim, o atual quadro jurídico não impede que os municípios, com financiamento próprio ou em regime de colaboração, adotem políticas de oferta com dois educadores em sala de aula para crianças nas idades críticas para o processo educativo, incluindo a alfabetização. Alguns deles têm experiências exitosas com o apoio de estagiárias de Cursos Normais ou de Pedagogia.

Certamente será crucial para as classes inclusivas que recebem crianças com necessidades de atendimento o mais individualizado possível.

Sopesando os aspectos positivos e negativos da proposição, concluímos pela análise com entendimento de que a adoção da medida proposta pelo PLS traria mais prejuízos que benefícios à educação brasileira no momento atual. Assim, não vemos razão para aprová-lo.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório lido pela Senadora Gleisi Hoffmann.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, contrário ao projeto.

Item 8.

O Senador Aloysio Nunes estava designado como Relator *ad hoc,* mas como S. Exª saiu para participar de uma votação em outra comissão, vamos ao item 9, cujo Relator é o Senador Eduardo Suplicy:

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 637, DE 2007
– Não terminativo -

Altera o inciso II do art. 7º da Lei nº 8.706, de 1993, e o inciso II do art. 10 da Medida Provisória nº 2.168-40, de 2001, para dispor sobre a contribuição dos filiados a cooperativas de transportadores autônomos ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

Autoria: Senador Renato Casagrande

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais.

Com a palavra o Relator.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, o projeto do Senador Renato Casagrande visa alterar o inciso II do art. 7º da Lei nº 8.706, de 1993, bem como o inciso II do art. 10 da Medida Provisória nº 2.168-40, de 2001, para isentar os filiados de cooperativas de transportadores autônomos de contribuição mensal compulsória para a manutenção do Serviço Social do Transporte e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte.

Esses transportadores autônomos passariam, ainda de acordo com a proposição em apreço, a contribuir compulsoriamente ao Sescoop, com base em uma alíquota de contribuição reduzida, equivalente a 1% do salário de contribuição previdenciário. O Sescoop é o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.

A contribuição dos transportadores autônomos filiados a cooperativas deixaria de custear o sistema Sest/Senat, passando a compor o financiamento do Sescoop.

Com a abertura da presente Legislatura, o PLS nº 637, de 2007, teve sua tramitação retomada nos termos do art. 332 do Regimento Interno, bem como do Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado.

A matéria foi inicialmente encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais para exame. Por força de dois requerimentos da lavra do Senador Clésio Andrade, aprovados em globo, a matéria foi remetida a esta Comissão, a CAE, para apreciação, devendo, em seguida, passar pela CCJ para, posteriormente, ser apreciada pela CAS, cabendo a esta ultima a decisão terminativa.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à matéria.

Compete à CAE a análise do mérito.

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo faz parte do Sistema Cooperativista Nacional. Criado em 1998 pela Medida Provisória nº 1.715, foi finalmente regulamentado pelo Decreto nº 3.017, de 1999. Atualmente, o Sescoop conta com uma estrutura que abriga 26 unidades estaduais e uma unidade nacional, totalizando 27 unidades de atendimento em toda a Federação. Trata-se ainda de uma rede bastante tímida, tendo em vista a realidade brasileira.

Para que tenhamos um parâmetro de comparação, o sistema Sest/Senat, vinculado diretamente ao Sistema S, conta com 146 unidades instaladas em grandes centros urbanos e ao longo de importantes rodovias. Desde sua criação, em 1993, o sistema Sest/Senat desenvolveu uma estrutura de grande capilaridade, estando presente em todas as regiões do País, tendo como escopo a qualificação e o aperfeiçoamento do trabalhador.

Já a atuação do Sescoop está mais orientada ao aprimoramento e capacitação das organizações, das cooperativas, e não à garantia da formação e aos cuidados com a saúde dos trabalhadores. Ainda que possamos admitir que o Sescoop venha a modificar seus eixos de atuação, nos moldes operados pelo Sest/Senat, tal mudança configuraria uma indesejável duplicação de esforços. De fato, o sistema Sest/Senat continuaria a prestar os mesmos serviços que ora presta aos trabalhadores empregados das empresas de transporte a ele vinculados, dado que seus serviços já estão estruturados e a demanda para eles continua a existir.

Além disso, cumpre ainda assinalar a existência de uma Ação Declaratória de Inconstitucionalidade nº 1.924 que ora tramita no Supremo Tribunal Federal. Nesta ação se discute o estatuto das contribuições para custeio do Sistema S, à luz do disposto no art. 240 da Constituição Federal, que estabelece que ficam ressalvadas do disposto no art. 195 as atuais contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

Como a Sescoop não pertence ao sistema sindical patronal que, no Brasil, encontra-se vinculado à atividade econômica dos empregadores, a vinculação dos recursos do Sistema S à Sescoop, dependendo da decisão judicial, poder-se-ía afigurar como inconstitucional. Em face do cenário atual de insegurança jurídica, a transferência de mais recursos para o Sescoop, na forma pretendida pelo PLS nº 637, de 2007, consubstancia ato de discutível eficácia.

Em face do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 637, de 2007, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT – PR) – A matéria está em discussão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Srª Presidente, tenho alguma dúvida sobre essa matéria, se pudesse pedir vista, gostaria de fazer uma análise, sem prejuízo ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tudo bem.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Só para tirar algumas dúvidas que me surgiram agora com alguns amigos aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tudo bem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Conceder vista coletiva, não é, Senador?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Concedida.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Voltemos, então, ao item 8, que vai ser relatado pelo Senador Aloysio Nunes.

Temos o item 8, o item 10 e, depois, temos alguns requerimentos. E vamos colocar extrapauta mensagem de empréstimo para o Estado do Amazonas:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, DE 2013
– Não terminativo -

Altera o art. 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências, para incluir, entre os encargos da concessionária de serviços públicos, a obrigação de divulgar suas demonstrações financeiras.

Autoria: Senador Casildo Maldaner

Relatoria: Senador Pedro Taques

Relatório: Favorável ao Projeto com quatro emendas que apresenta.

Na ausência do Senador Pedro Taques, vamos designar aqui o Senador Aloysio Nunes Ferreira, para ler o relatório elaborado pelo Senador Pedro Taques.

A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

No dia 1º da abril de 2014, foi concedida vista ao Senador Anibal Diniz.

O relatório já foi lido pelo Relator na 10ª Reunião, realizada em 1º de abril de 2014, ocasião em que foi concedida vista ao Senador Anibal Diniz.

Consulto o Senador Aloysio Nunes Ferreira se deseja fazer uso da palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o voto muito bem-elaborado pelo Senador Pedro Taques já foi apresentado a esta Comissão.

O projeto de lei, de autoria do Senador Casildo Maldaner, é um projeto moralizador, um projeto que visa a estabelecer um padrão maior de transparência nas relações do Estado com as concessionárias e as permissionárias dos serviços públicos.

Nesse sentido, o projeto de lei aperfeiçoa a Lei nº 8.987, de fevereiro de 1995, que é o marco regulatório dessa relação.

O projeto do Senador Casildo Maldaner visa aprimorar esse marco regulatório propondo, entre outras coisas, a inclusão, entre os encargos da concessionária ou da permissionária de serviços públicos, da obrigação de divulgar periodicamente suas demonstrações financeiras, conforme as cláusulas essenciais do contrato, para dar um tratamento de publicidade à vida financeira dessas empresas, semelhante àquelas a que estão sujeitas as companhias de capital aberto que têm ações negociadas na Bolsa.

É um projeto meritório, que foi muito bem-relatado pelo Senador Pedro Taques. Eu não tenho a acrescentar nada ao que foi já expedido pelo Relator efetivo da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Com a palavra o autor do projeto, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, caros colegas, eu apenas quero aqui agradecer ao Senador Aloysio Nunes por aceitar fazer o relatório do eminente Senador Pedro Taques.

Na verdade, é uma contribuição, porque – conforme o que o Relator aqui declinou – a ideia que nós trouxemos é que toda vez, a todo momento, principalmente nas prefeituras, são apresentados aos prefeitos pelas empresas concessionárias de transporte coletivo, dizendo: "Não dá mais. Nós precisamos aumentar um R$1, R$2, R$0,50". Mas não há o espelho, o demonstrativo não é conhecido. Ele fica, muitas vezes, ao bel-prazer de uma pressão, e aí há movimentação, greves, os estudantes reclamam toda hora, é uma guerrilha.

Agora, o que nós queremos com isso? É que, periodicamente, essas concessionárias façam um espelho, façam a demonstração dos seus balanços com transparência, igual a legislação das S.A.

O Senador Pedro Taques acrescenta ainda que tem que ser que nem essas sociedades anônimas e companhias abertas, para que a sociedade acompanhe mesmo o demonstrativo das concessionárias, porque o que se fala, muitas vezes, é abrir a caixa-preta para os movimentos estudantis, os usuários que pagam as passagens conheçam o custo para eles, porque nós não conhecemos. Por isso há muito questionamento das organizações.

E, se a sociedade puder acompanhar a evolução, com transparência, vai ficar melhor para essa conversação entre as concessionárias e o Poder Público concedente, seja ele municipal, seja estadual, seja federal.

Da mesma forma, as concessões de obras para concessionárias, para transporte, rodovias e ferrovias, por exemplo.

O que ocorre hoje no Brasil? Muitas vezes, ganha-se a concessão de uma rodovia por 20 anos, 25 anos, começa a fazer o empreendimento e, dali um ano, dois anos já pede um aditivo ou diz que não pode mais. E o Governo, para não parar o empreendimento, vai e acrescenta recurso do Tesouro Nacional. Ele acrescenta, para não parar o empreendimento, mas isso, hoje, não é recalculado. O que acontece então? O prejuízo é diluído entre a sociedade e não é feito o recálculo. Quem ganha com isso? É privatizado o lucro da concessionária.

Então, o que se quer? E essa foi a emenda do eminente Senador Pedro Taques para, quando ocorrer isso, não parar e, para a injeção de recurso público, além daquilo que foi feito na licitação da concessão, ser feito um recálculo para compensar o dinheiro do povo. Quer dizer, esse é o mérito da proposta.

Eu fico muito grato ao parecer do Senador Pedro Taques e também grato ao Senador Aloysio Nunes por haver feito o relatório.

Que nós possamos encaminhá-lo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que, depois, possa ir a Plenário e, naturalmente, passar também pela Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, caros colegas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Parabéns, Senador Casildo Maldaner.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... cumprimentar a iniciativa do Senador Maldaner. Acho muito positiva essa transparência que foi mencionada, inclusive pelo parecer do Senador Pedro Taques e bem compreendida e anunciada pelo Senador Aloysio Nunes.

Estou inteiramente a favor.

Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não havendo mais quem queria discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1-CAE a nº 4-CAE.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

O último projeto de lei, depois vamos ter requerimentos e a mensagem do Estado do Amazonas.

Item 10:

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2011
– Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para dispor que o reajuste da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física não se enquadra nas hipóteses de renúncia de receita tributária.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o meu parecer já foi publicado nas reuniões em que ele esteve pautado.

Eu concluo pela prejudicialidade do projeto, apresentado pelo Senador Crivella, porque renúncia fiscal e perda de arrecadação são conceitos que não se confundem. E pode haver projeto que não caracterize renúncia fiscal, mas que acarrete perda de arrecadação.

Eu lembro que para haver renúncia fiscal, a Lei de Responsabilidade Fiscal exige, por exemplo, que eventual modificação da base de cálculo do tributo configure redução discriminada dos tributos. Assim, um projeto de lei que preveja o reajuste na tabela de incidência do Imposto de Renda de pessoa física, embora não caracterize renúncia fiscal, por não ser redução discriminada, acarretará perda de arrecadação, o que fará com que incida o art. 94 da LDO de 2014.

Será necessário, nesse caso, cumprir determinações de natureza financeira semelhantes àquelas que a proposição em análise pretende afastar. Salta aos olhos, portanto, a inocuidade do Projeto de Lei nº 175, de 2011-Complementar e, por isso, opinamos pela sua prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pela prejudicialidade dos projetos.

Requerimentos.

Vamos ler esse requerimento e votá-lo na próxima terça-feira, e vamos votar três requerimentos.

Vamos ao item 22:

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 39, DE 2014
– Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso III, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, que seja convocado, a fim de discutir a atual situação do Setor Elétrico brasileiro, o Sr. Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia, assim como que seja convidado para a mesma audiência o Sr. Nelson Fonseca Leite, presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

Autoria: Senador Alvaro Dias

Observações:

Em 06/05/2014, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – V. Exª está lendo para votarmos na próxima reunião ou já é para discutir e votar agora?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Discutir e votar agora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Eu não vejo por que esta Comissão convocar o Ministro Edison Lobão para vir aqui fazer essas exposições. Já tivemos diversos técnicos, inclusive o Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, fazendo exposição nesta Casa sobre a situação do setor elétrico. Acho que a Casa tem clara legitimidade para fazer isso, mas eu queria sugerir que nós fizéssemos um convite ao Ministro Edison Lobão...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – ...para que pudesse vir aqui, marcasse um horário e viesse conversar com os Senadores. Não há necessidade de fazermos uma convocação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro. E esse é o procedimento que a Mesa tem sempre tomado aqui. Nós vamos, na verdade, alterar o termo "convocação" para "convite". E a gente só convoca aqui quando, depois de muitas tentativas, quando o ministro ou autoridade não quer vir a esta Comissão de Assuntos Econômicos. Então, essa já era uma proposta. A Senadora Gleisi Hoffmann está certa.

Então, nós vamos votar a título de convite.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 39, de 2014, da CAE, com a alteração proposta para "convite".

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 40, DE 2014
– Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater o tema dos demitidos na Reforma Administrativa realizada durante o governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, com a presença dos senhores Wilson Prudente, procurador do Ministério Público do Trabalho; Mauro Gomes de Mattos, advogado e jurista (OAB-RJ); Wilson Dufles, presidente da Associação Nacional de Demitidos e Anistiados (Anadema); Josemilton da Costa, diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro (Sintrasef); bem como representantes da Advocacia Geral da União (AGU), da Defensoria Pública da União (DPU) e da Procuradoria Geral da União (PGU).

Autoria: Senador Lindbergh Farias
Relatoria:
Relatório:
Observações:
Em 06/05/2014, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 40, de 2014, da CAE, ficando prejudicado o Requerimento nº 26, de 2014:

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 41, DE 2014
– Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública para debate e apresentação de esclarecimentos sobre as denúncias de operações fraudulentas no mercado financeiro que atingem o fundo de pensão Postalis, dos funcionários dos Correios, tendo como convidada a Srª Cláudia Muinhos Ricaldoni, Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar).
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria:
Relatório:
Observações:
Em 06/05/2014, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Para esclarecimento,Sr. Presidente. É uma audiência pública? Desculpe-me, é que eu não consegui achar o item aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – É realização de audiência pública para debate e apresentação de esclarecimentos sobre as denúncias de operações fraudulentas no mercado financeiro que atingem o fundo de pensão Postalis, dos funcionários dos Correios.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Parece-me, Sr. Presidente, que a audiência pública não é o fórum, a instância adequada para fazer esse tipo de discussão. Uma audiência pública geralmente é propositiva. Não tem uma natureza explicativa ou investigativa.

Eu queria sugerir, se é intenção do Senador continuar com esse assunto, que pudéssemos fazer um convite para alguém dos Correios vir e fazer uma exposição sobre isso, mas não uma audiência pública.

Eu queria encaminhar contrariamente a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Há um encaminhamento contrário da Senadora Gleisi Hoffmann. Nós vamos votar esse requerimento e depois conversar com o Senador Aloysio Nunes Ferreira para apresentar um outro, em outros termos.

Então, a Senadora Gleisi Hoffmann fez um encaminhamento contrário a esse requerimento.

Eu faço aqui uma consulta: a Senadora Gleisi Hoffmann fez um encaminhamento contrário a esse requerimento.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – A ideia da Senadora é fazer uma espécie de convite?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – É discutir com o Senador Aloysio Nunes para que ele apresente um outro requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Ele está aqui. O Senador Aloysio já chegou.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Para vir fazer uma exposição aqui?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Aloysio, há um requerimento de V. Exª, relativo ao item 24, para o qual a Senadora Gleisi Hoffmann...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Explique-me de novo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador, trata-se do item 24, requerimento relativo ao Postalis. A Senadora Gleisi Hoffmann queria discutir depois com V. Exª um outro termo que não audiência pública.

De fato, nesta Comissão, temos discutido sempre os projetos, as mensagens, mas não temos feito muitas audiências públicas nesse contexto.

Assim, eu queria refletir com V. Exª para que o retirássemos de pauta e pensássemos em uma outra forma de realizar não uma audiência pública, mas outro tipo de requerimento que V. Exª pudesse apresentar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Presidente, eu estou aberto a sugestões de V. Exª. Se V. Exª pudesse, daqui até a próxima reunião, me apresentar uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Então vamos retirar de pauta este item e vamos tentar construir...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Estou pronto para ouvir uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – ...um encaminhamento com o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pois não. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

(É o seguinte o requerimento retirado de pauta:

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 41, DE 2014
– Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública para debate e apresentação de esclarecimentos sobre as denúncias de operações fraudulentas no mercado financeiro que atingem o fundo de pensão Postalis, dos funcionários dos Correios, tendo como convidada a Srª Cláudia Muinhos Ricaldoni, presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar).
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria:
Relatório:
Observações:
Em 06/05/2014, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.)

Há um requerimento que tenho que ler e uma mensagem extrapauta que, na verdade, já era para estar na pauta. De fato, já havia sido lido o empréstimo do Estado do Amazonas na semana passada e não foi incluído na pauta. Sempre é incluído quando é colocado extrapauta. Então, estamos colocando extrapauta esse empréstimo do Estado do Amazonas, essa mensagem, para ser lida, e votada na próxima terça-feira. Estamos na expectativa da chegada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – ... Mas tem que vir imediatamente, porque eu só tenho que ler este requerimento e, se não chegar logo depois, eu vou ter que encerrar esta reunião.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Pois é. Eu estou tentando aqui há mais de meia hora, Senador Aloysio Nunes.

Requerimento...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Primeiro, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª quer ganhar tempo para chegar o texto da mensagem. (*Risos.*)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Primeiro, eu quero parabenizá-lo, Sr. Presidente, pela forma que V. Exª tem conduzido os trabalhos desta douta Comissão. Nós sabemos que não é fácil estar à frente da Comissão de Assuntos Econômicos, que é tão importante para o nosso País.

Tenho acompanhado, mesmo não sendo membro desta Comissão, a proatividade da CAE. E esse empréstimo, Sr. Presidente, para o Estado do Amazonas, para a educação, é de fundamental importância para nós.

Portanto, o fato de V. Exª colocar hoje essa matéria extrapauta e também pedir, em regime de urgência, que ela seja encaminhada ao plenário, será de imensa valia para o Estado do Amazonas.

Parabenizo V. Exª, e agradeço já antecipadamente aos nossos Senadores e Senadoras, porque acredito que esse requerimento terá a aprovação de todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

Eu vou ler o requerimento. Logo depois, vamos colocar a mensagem para ser lida, nomeando aqui Relatora *ad hoc* a Senadora Gleisi Hoffmann.

REQUERIMENTO Nº 48, DE 2014 – CAE

Requeiro, nos termos do parágrafo único do art. 393-C do Regimento Interno do Senado Federal (Resolução do Senado Federal nº 1, de 2013), a modificação dos prazos nos trabalhos de avaliação periódica do Sistema Tributário Nacional, para as seguintes datas:

I – para recebimento de documentos e informações, até 16 de outubro de 2014;

II – para realização de audiências públicas, até 20 de novembro de 2014;

III – para apresentação do relatório final, até 9 de dezembro de 2014.

Justificação.

A Resolução nº 1, de 2013, alterou o Regimento Interno do Senado Federal para dar à Comissão de Assuntos Econômicos a competência de avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional (STN) em sua estrutura e seus componentes, bem como o desempenho das administrações tributárias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Dentre os diversos aspectos a serem avaliados, destacamos o equilíbrio federativo, especialmente quanto à participação das transferências constitucionais e legais na receita tributária dos entes federados (alínea b do inciso V do Art. 393-D do Regimento Interno).

Já a Resolução nº 44, de 2013, estabeleceu procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal. Para tanto, esta Comissão aprovou o Requerimento nº 20, de 2014, que definiu a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como a política pública a ser avaliada neste ano. A avaliação, sob a Relatoria da Senadora Ana Amélia, deverá analisar a sistemática de distribuição do FPM e apresentar sugestões no sentido de torná-la mais eficiente, permitindo maior bem-estar social. O relatório final deverá ser analisado pela CAE em dezembro deste ano.

Entendemos que o FPM não só é uma política pública relevante, como também é um dos pilares dos aspectos federativos de nosso STN. Assim, é uma oportunidade para a CAE aprofundar os estudos do FPM, com vistas ao atendimento no disposto das Resoluções nº 1 e 44, ambas de 2013. A unificação dos calendários, na medida do possível, permitirá melhor aproveitamento das audiências públicas, dos requerimentos de informações e dos demais procedimentos necessários para o bom desempenho das avaliações. Por isso, propomos marcar para dezembro a entrega do relatório final da avaliação do STN, coincidindo com o mês de entrega do relatório de avaliação de políticas públicas.

Sala da Comissão,

Senador Lindbergh Farias.

ITEM 27

MENSAGEM (SF) Nº 46, DE 2014
– Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal, a autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$151,180,000.00 (cento e cinquenta e um milhões cento e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas – PADEAM".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Passarei a palavra ao Senador Casildo Maldaner, como Relator *ad hoc* da Mensagem do Senado Federal, que acaba de chegar a esta Comissão, acerca do empréstimo ao Estado do Amazonas.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, caros colegas, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 46, da Presidente da República (nº 109, de 12 de maio de 2014, na origem), que solicita autorização do Senado para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor total de US$151,180,000.00, de principal, destinados ao financiamento parcial do Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas.

O Relator foi o Senador Antonio Carlos Rodrigues que, conforme eu li na ementa, fala da importância da matéria e faz uma análise sobre os valores a serem aplicados na educação e diz que é possível atender às garantias oferecidas pelo Estado do Amazonas. Mais ou menos vem ao encontro do que disse há pouco o eminente Senador do Tocantins, Ataídes Oliveira.

No parecer, ressalta que a operação é condicionada ao procedimento previsto no art. 10 da Resolução nº 41, de 2000, que alterou a Resolução nº 48. Portanto, expresso a autorização, como está verificado.

Voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado do Amazonas encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, do Senado Federal, devendo ser concedida autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do que se segue. O Estado do Amazonas fica autorizado a contrair... E aí vai... Ele repete. Ao final, diz: "Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação".

É o parecer, aprovando a proposta mui digna do Estado do Amazonas, aqui propalada pelo eminente Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner. Agradeço também o empenho do Senador Ataídes.

Em cumprimento ao Ato nº 1, de 2013, da CAE, fica concedida vista coletiva da presente matéria, que voltará, para votação como primeiro item da pauta, na próxima terça-feira.

Portanto, de acordo com o Ato da CAE, toda mensagem lida em uma reunião é votada em outra. Esse é procedimento da CAE; feito sempre assim. Como haverá reunião na próxima terça-feira, este será o primeiro item, Secretário, e será colocado logo em votação. Com certeza, algum Senador apresentará requerimento de urgência, e poderá ser votado logo no período da tarde em plenário.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – É a ideia que este colega gostaria de dar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Antes de encerrar, comunico que às 14h30 será realizada audiência pública, presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg, com a finalidade de subsidiar as atividades do grupo de trabalho sobre política tributária e sustentabilidade, criada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 7 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE JUNHO DE 2014, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia três de junho do ano de dois mil e quatorze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Inácio Arruda, Romero Jucá, Luiz Henrique, Casildo Maldaner, Alvaro Dias, José Agripino, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves, Wilder Morais, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Cidinho Santos e Antonio Carlos Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Cristovam Buarque, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda e Jayme Campos. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de subsidiar as atividades do Grupo de Trabalho sobre Política Tributária e Sustentabilidade, criado pela Comissão de Assuntos Econômicos, em atendimento aos Requerimentos da Comissão de Assuntos Econômicos nºs 28 e 43 de 2014, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e outros, tendo como expositores a Sra. Ana Carolina Avzaradel, Gerente de Projetos e Conteúdo do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, o Sr. Airton Santos, Coordenador de Atendimento Técnico Sindical do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese, a Sra. Annelise Vendramini, Gestora do Programa Finanças Sustentáveis do Grupo Empresas pelo Clima, o Sr. Mário Pereira de Pinho Filho,

Secretário-Geral da Presidência do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil – Sindifisco, e, ainda, o Sr. André Lima, Consultor de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – Ipam. Após a exposição dos convidados, nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e um minuto, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, uma audiência pública hoje com a finalidade de subsidiar as atividades do Grupo de Trabalho sobre Política Tributária e Sustentabilidade, criado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Requerimento de realização de audiências públicas de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e outros.

Convidados: Ana Carolina Avzaradel, Gerente de Projetos e de Conteúdo do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, a quem convido para fazer parte da Mesa; o Sr. Cláudio Hamilton Matos dos Santos, Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea, a quem também convido; Dr. Airton Santos, Coordenador de Atendimento Técnico Sindical do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese – seja bem-vindo, Airton –, o representante do Grupo de Empresas pelo Clima; Annelise Vendramini, Gestora do Programa Finanças Sustentáveis, e Mário Pereira de Pinho Filho, Secretário-Geral do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Sindifisco. Convido, também, o Sr. André Lima, representando o Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia.

Quero dar um boa-tarde a todos, agradecer a presença de todos aos nossos convidados, que muito nos honram com suas presenças, por participar deste Grupo de Trabalho sobre Política Tributária e Sustentabilidade.

Quero registrar aqui que, por meio da aprovação do Requerimento nº 82/2013 da CAE, de minha autoria, a Comissão de Assuntos Econômicos constituiu um grupo de trabalho para tratar do tema Política Tributária e Sustentabilidade. Hoje e amanhã, dando continuidade aos trabalhos deste Grupo, ouviremos especialistas e representantes dos setores relacionados ao tema.

Considerando que o Estado é o responsável pela garantia dos princípios do art. 170 da Constituição, como é o caso da defesa do meio ambiente, é papel estatal intervir na atividade econômica para induzi-la à proteção ambiental. Dessa forma, deve-se garantir que o desenvolvimento econômico ocorra dentro de níveis aceitáveis para um meio ambiente ecologicamente equilibrado, segundo o disposto no art. 225 da Carta Magna.

Para tanto, fica demonstrada a necessidade de constante criação e de implementação de políticas públicas preventivas em matéria tributária, com destaque também para a educação ambiental, bem como subsídios a projetos e ações relacionadas a essas políticas.

Nesse sentido, não pode o Estado, em termos de política tributária, ficar adstrito aos seus propósitos estritamente arrecadatórios.

Deve também usar a tributação para promover o desenvolvimento econômico, em equilíbrio com a preservação do meio ambiente.

Tendo em mente essa premissa, a finalidade estritamente fiscal do tributo como mecanismo de arrecadação para a manutenção do Estado deve ser paulatinamente mitigada.

Urge, cada vez mais, observarmos uma influência maior da extrafiscalidade como forma de tributação. A extrafiscalidade do tributo desnatura o caráter eminentemente arrecadatório, constituindo em hipótese que privilegia os fins sociais a que se destinam os interesses da coletividade, objetivando financiar, promover ou coibir certas atividades.

Além da extrafiscalidade, deve também o Estado observar, na condução da política tributária brasileira, a seletividade, possibilidade de alíquotas diferenciadas de tributos em função da essencialidade de produtos e processos produtivos, e a progressividade, cobrar mais de quem tem e ganhar mais, de forma a incentivar a sustentabilidade socioambiental.

O presente debate é urgente para o desenvolvimento sustentável do País. As ideias apresentadas por todos os convidados nesta audiência serão processadas pela Consultoria Legislativa e levadas em consideração na elaboração de um relatório a ser apresentado por nós ao final dos trabalhos do Grupo.

Portanto, mais uma vez agradecendo a presença de todos, eu passo, neste momento, a palavra ao Dr. André Lima, representante do Ipam e um dos inspiradores deste seminário.

Muito obrigado, André Lima, pela sua provocação sempre construtiva para que esta Comissão atuasse nesse sentido.

O SR. ANDRÉ LIMA – Muito boa tarde a todos e todas. Na pessoa do Senador Rodrigo Rollemberg, quero cumprimentar todos aqui na Mesa.

Quero dizer que este debate é tão importante quanto complexo e sensível, porque ele, como diz a lenda, dói no bolso. Estamos falando de tributos, estamos falando de impostos, que, como diz o nome, não são doações voluntárias, são impostos no sentido literal da palavra.

O desafio que a gente tem aqui é, na verdade, colocar em prática um dispositivo da nossa Constituição, que foi inclusive alterado durante a reforma tributária, em 2003, e que inseriu na ordem econômica o dever/poder do Estado de incentivar a economia, de estabelecer instrumentos de incentivos econômicos que sejam compatíveis ou que considerem os impactos ambientais dos produtos e processos produtivos industriais e dos serviços também.

Então, há um dispositivo na Constituição Federal, que foi alterado no art. 170, inciso VI, por força da Emenda Constitucional nº 42, de 2003, que trouxe essa novidade para a ordem econômica brasileira. E de lá para cá, a gente assistiu, Senador Rodrigo Rollemberg, ao fortalecimento das políticas de comando e controle, a exemplo do que a gente tem aí das taxas de desmatamento na Amazônia, que reduziram significativamente de 2003 para cá, fundamentalmente, em função do aperto nas políticas de controle, mas não teve a devida contrapartida no sentido de oferecer os incentivos econômicos para que as atividades econômicas sustentáveis pudessem acontecer de forma mais competitiva. Por exemplo, como eu dei aqui o exemplo do desmatamento da Amazônia, o caso da atividade econômica florestal na Amazônia.

A gente tem um desafio muito grande que é compatibilizar a política tributária com a política ambiental, com a política climática, no rumo do desenvolvimento sustentável. Por força disso, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, que é a instituição com a qual eu trabalho nesse tema, desenvolveu um estudo, ao longo do ano passado inteiro, examinando os principais incentivos econômicos oferecidos pelo Governo Federal a uma ampla gama de atividades econômicas. E com base nos dados que nós pudemos aferir, ficou claro que, na verdade, a política tributária brasileira caminha na contramão do discurso da sustentabilidade.

O Brasil, na Rio+20, falou muito a respeito da economia verde, da importância da transição no rumo da economia verde.

E o que a gente vê, no que diz respeito à política tributária, que não é um politica, digamos, periférica, haja vista o volume de recursos que o Brasil deixou de arrecadar para incentivar, por exemplo, a indústria automobilística ou a própria queima de combustíveis fósseis com o CIDE zero para combustíveis, para a gasolina, ou os bilhões de reais que deixaram de ser arrecadados para incentivar a produção de fertilizantes; tudo isso atividade econômica relevante, mas que, sem a devida contrapartida em relação a incentivos para outras atividades também relevantes como, por exemplo, o próprio manejo florestal na Amazônia... Um País que tem 50% da sua cobertura vegetal nativa mantida em pé ainda, graças a Deus e aos esforços de muitos de nós, não ter uma política de incentivos para o uso sustentável dessa biodiversidade, dessa floresta? Então, nós temos um desafio muito grande.

Por isso nós sugerimos a realização daquele seminário em que o Senador Rodrigo também ajudou a coordenar as mesas, junto com o Senador Lindbergh Farias, em outubro do ano passado, e, examinando vários aspectos dessa política, surgiu a proposta de criação deste Grupo de Trabalho.

Portanto, uma das atividades desse trabalho foi a proposta dessas duas audiências públicas para examinar, primeiro, a correlação entre a problemática tributária no que diz respeito à questão social – a política tributária brasileira também é injusta do ponto de vista social, recaindo sobretudo nas classes mais pobres, mas ela é também injusta do ponto de vista ambiental por conta dessa série de incentivos que o Governo dá para atividades que não dialogam com os valores e a lógica do desenvolvimento sustentável.

Esse é o propósito, Rodrigo. Quero apenas deixar aqui este desafio, que é o desafio de a gente, de fato, examinar a correlação entre como trabalhar uma reforma tributária e uma política tributária que seja justa do ponto de vista social, com incentivos que façam com que a nossa economia cresça, mas cresça também no rumo da economia sustentável. E o desafio aqui que fica – eu quero fazer essa provocação – é a necessidade, e nós fizemos uma formulação para isso no seminário no ano passado, de se trabalhar taxa sobre a emissão de gás de efeito estufa, não nessa perspectiva de arrecadação, mas na perspectiva de fazer uma transição e uma regulação que desincentive atividades altamente intensivas em emissões e que essas atividades assumam medidas mitigadoras das suas emissões, exatamente para reduzir essas emissões, ao mesmo tempo em que, gradativamente, se aumentem os incentivos para as atividades que sejam atividades que gerem emprego, que gerem renda, mas que gerem também serviços ambientais e produtos de qualidade que tenham a ver com sustentabilidade e qualidade de vida. Eu vou dar um exemplo bem concreto. O Brasil dá IPI zero para automóvel. Por que não IPI zero para bicicleta? Inclusive há projetos de lei na Casa tramitando, falando desse assunto. Bicicleta é também meio de locomoção; a Lei Nacional de Diretrizes de Mobilidade Urbana fala que é preciso

aumentar a disponibilidade de espaço nas ruas para locomoção de veículos não motorizados, bicicletas. Só para dar um exemplo bem concreto de como uma política tributária pode ser indutora de atividades econômicas que geram emprego e renda e que sejam convergentes com uma política ambiental.

Por que não se trabalha uma política forte de incentivos tributários para as atividades florestais? É uma vergonha que hoje, quando se vai ao Pará ou ao Mato Grosso, a produção de gado, que é altamente intensiva em uso do solo, que promove muitas vezes o próprio desmatamento e de baixíssima produtividade, na maioria das vezes, tenha ICMS quase zero. Aí você pega manejo florestal certificado que gera, em um hectare de floresta em pé, dez vezes mais renda do que um hectare de pecuária, terá 12% de ICMS, 17% de ICMS em alguns casos. Isso não diz respeito a uma política federal, mas diz respeito a uma política estadual, e é preciso que isso seja trabalhado no âmbito do Confaz, no âmbito federal.

Então dei dois exemplos aqui de desafios que este grupo de trabalho poderia formular, apresentar propostas, algumas delas já desenvolvidas como essa da CIDE Carbono, como essa dos incentivos às atividades florestais, como essa do IPI zero para bicicleta ou outras propostas também que tramitam nesta Casa como um regime tributário especial para o setor do transporte coletivo, que envolve desde a folha de pagamento até a produção de insumo para toda cadeia que tenha relação com o transporte coletivo.

Então, concluo aqui a minha fala, Senador, fazendo essa provocação, na expectativa de que possamos ter, ao longo desses debates de hoje e de amanhã, boas sugestões e também, obviamente, críticas e proposições que nos façam avançar nessa agenda e de que o grupo de trabalho possa surtir o seu efeito, trazendo boas proposições que caminhem no rumo da nossa tão sonhada sustentabilidade. É isso.

Agradeço o convite, Senador. E que tenhamos um bom trabalho hoje.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado, André Lima. Agradeço a sua contribuição ao debate, sempre muito interessado no tema.

Vamos ouvir agora a Srª Ana Carolina Avzaradel, Gerente de Projetos e Conteúdo do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

A SRª ANA CAROLINA AVZARADEL – Obrigada pelo convite.

Boa tarde a todos e aos membros da Mesa.

Farei uma breve apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Consulto os membros da Mesa sobre se 15 minutos são suficientes para cada apresentação. É razoável?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Então, está bem.

A SRª ANA CAROLINA AVZARADEL – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Fique à vontade.

A SRª ANA CAROLINA AVZARADEL – Rapidamente, para quem não conhece, o CEBDS é uma associação civil sem fins lucrativos, que, ao longo dos últimos 17 anos, vem assessorando as empresas no País – e estamos falando das maiores empresas e multinacionais – no tema da sustentabilidade. Tratamos de assuntos diversos, como mudança do clima, água, biodiversidade, cidades; agora, mais recentemente, impactos sociais, resíduos; enfim, há uma gama de assuntos em que vimos assessorando as empresas e fazendo com que elas todas conversem em uma mesma linguagem.

Temos cerca de 70 empresas associadas, o que representa, aproximadamente, 40% do PIB nacional e cerca de um milhão de empregos diretos. Então, quando trazemos uma preocupação por parte das empresas, estamos também falando um pouco da visão da sociedade.

Rapidamente, para mostrar alguns dos nossos associados e para mostrar que temos empresas dos mais diversos setores: temos bancos, temos empresas de óleo e gás, de alimentos e bebidas; enfim, diversos setores que veem no CEBDS esse grande valor de conseguir fazer com que empresas tão variadas consigam se unir para falar, na mesma linguagem, no tema da sustentabilidade.

Na Rio+20, o CEBDS lançou um documento chamado "Visão 2050". Esse documento é inspirado no "Vision 2050", elaborado pelo World Business Council for Sustainable Development, do qual o CEBDS faz parte e é representante não só aqui no Brasil; agora, recentemente, foi eleito como coordenador no *hub* da América Latina. Esse documento construiu cenários de longo prazo que tinham como objetivo traçar um caminho de transformação para a sociedade e que fizesse com que esse diálogo entre empresas, sociedade civil e governo fosse facilitado.

De acordo com essa visão – e isso, muito pautado na ciência –, no Brasil de 2050, 226 milhões de brasileiros viveriam bem, respeitando os limites naturais do Planeta, por meio da cooperação entre o Poder Público, a sociedade e as empresas.

Em um ano de eleição, em que elegeremos, em um único dia, cerca de 1,6 mil pessoas, é natural que comecemos a colocar em cheque algumas questões e a pensar em tudo que deveria ser feito pelo menos nos próximos 4 anos, mas, conforme falaram anteriormente, com uma visão de longo prazo e não que termine nos próximos anos, nesse próximo mandato. Então, a lista de pedidos, de propostas é bastante vasta, mas a oportunidade de conseguirmos, de fato, colocar coisas concretas em ação é premente. Então, é importante priorizarmos, fazendo uma análise de onde estamos agora, qual é o *status*, aonde queremos chegar e como conseguimos trazer a sustentabilidade de forma palpável para esse debate.

De acordo com a visão das empresas, essa priorização deveria ser feita por meio de três critérios básicos. O primeiro é a escala, ou seja, tendo em vista que não conseguimos trabalhar com todos os assuntos ao mesmo tempo, evidentemente, sobretudo num espectro de 4 anos, é importante que as ações que sejam implementadas sejam ações inspiradoras, impactantes e que deem escala a outras ações.

É importante também que a gente tenha em mente a questão da competitividade das empresas, ou seja, a gente está falando aqui de tributação, e é evidente que isso deve estar aliado a políticas voltadas para o meio ambiente, que tem sido desenvolvidas pelo Governo, políticas específicas de mudança do clima, políticas de biodiversidade, mas isso deve também ter um olhar atento para a questão da competitividade das empresas, de forma interna e externa.

Por fim, o critério da aderência. Ou seja, é importante também ter em mente o diálogo político atual, as propostas que estão sendo colocadas na mesa pelos candidatos a essa próxima eleição, para que todo esse conteúdo tenha a aderência e apelo político e que a gente consiga ter voz e dar voo para essas propostas.

Atualmente, o CEBDS está construindo, juntamente com as empresas associadas, um documento, uma agenda de propostas a ser apresentada para os candidatos – hoje temos cerca de 30 propostas –, que devem pautar também ações empresariais para os próximos anos.

Essas propostas se dividem em alguns temas: tratam de mobilidade, de educação, de água, de energia, de biodiversidade e de economia. Na verdade, a gente está falando de infraestrutura, de aumento de produtividade, de redução de desperdício, de aumento da eficiência, de consumo eficiente de forma transparente, de redução da burocracia e de uma revisão – não exatamente uma reforma tributária, porque na nossa agenda não chega a ter esse peso – de algumas propostas voltadas para uma tributação ambiental, que tem esse viés de internalizar o benefício ambiental, trazendo-o para a ótica econômica.

Como abordar essas questões? Usualmente, o viés mais utilizado é o da penalidade, da punição. Existe outro viés que é o da bonificação e, através de informações corretas e transparentes para o consumidor, dar a possibilidade ao consumidor, ao Governo, às empresas, de ter uma bonificação pelo consumo adequado e, talvez, uma penalização pelo desperdício, de modo que a gente consiga criar incentivos que direcionem o consumo de água, o consumo de energia, com uma precificação correta desses insumos que nos leve a ter um uso adequado desses recursos naturais.

Reformulações básicas na regulação e no incentivo ao desenvolvimento, ou seja, o que a gente fala, sobretudo para as empresas, é que não se busca uma desaceleração do desenvolvimento, mas um redirecionamento do desenvolvimento em prol de um desenvolvimento mais sustentável. É isso que se busca, no caso sobretudo do Brasil, por ser um País em desenvolvimento.

Uso regulado e com responsabilidade dos recursos de que dispomos. Apesar de o Brasil já dispor de uma matriz energética limpa, é preciso, sim, ter um uso adequado desses recursos e uma relação de exploração e consumo, ou seja, é preciso começar a enxergar para questões como biodiversidade, pagamento de serviços ambientais que possam trazer todo esse viés ambiental para a ótica econômica. Isso pode ser feito por meio de incentivos fiscais adequados, regulação pública da União e dos Estados, gestão pública e, sobretudo, parceria de gestão entre o setor público e o setor privado. É esta a nossa principal bandeira, nossa principal proposta, que a gente consiga aproximar esses dois atores da sociedade e trazê-los para um diálogo comum.

Empresa, Governo e sociedade civil, em tese, de acordo com a "Visão 2050", com a "Ação 2020", com a visão do CEBDS, conseguiriam falar juntos pelo tema da sustentabilidade. É claro que o maior desafio é conseguir desmembrar as ações de cada um desses atores, entender os limites de atuação de cada um deles e tentar fazer mais do que a gente vem fazendo até então.

Essa é uma agenda de *advocacy* forte dentro do CEBDS, que começou muito por um pedido das empresas e que envolve as empresas não só no nível técnico, mas também em nível dos CEOs. Então temos um respaldo importante das empresas, e é um diálogo que a gente quer estabelecer com o Governo e que não se encerra nas eleições.

Vai seguir adiante pelos próximos anos por meio de um comprometimento assumido, que a gente espera que o Governo assuma e que as empresas vão assumir, e um monitoramento anual, que vai passar a ser feito a partir do final deste ano. Portanto, não só em 2014, mas em 2015, até o final do mandato e por aí em diante.

Por parte das empresas, essa implementação virá por meio deste projeto intitulado "Ação 2020", que surge como um plano de negócios para esse "Visão 2050", ou seja, trazendo um pouco mais para uma realidade de médio e curto prazo, a gente começa a pensar em ações quantitativas que possam ser implementadas pelas empresas, mas que sejam baseadas na ciência e que tenham um diálogo com o Governo. Por isso, a gente aceitou com muito bom grado o convite para estar aqui hoje, porque entendemos que esses três atores devem estar juntos neste processo, que vai ser contínuo e cíclico. Ele começa neste ano. Vamos lançar uma plataforma no final de outubro, que vai apresentar algumas áreas prioritárias que devem ser tratadas com base na ciência, alguns objetivos da sociedade para cada uma dessas áreas prioritárias e soluções de negócios a serem apresentadas pelas empresas, para cumprir esses objetivos até 2020, e também políticas públicas viabilizadoras, fatores de alavancagem como financiamento, questões de tecnologia, capacitação, que devem ser implementadas para potencializar ou viabilizar a implementação dessas soluções de negócio.

Agradeço a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado, Ana Carolina, pela sua contribuição, que traz aqui em nome do CEBDS, e agora passo a palavra ao Sr. Airton Santos, Coordenador de Atendimento Técnico Sindical do Dieese.

O SR. AIRTON SANTOS – Boa tarde a todos e a todas.

Eu queria agradecer, em nome do Dieese, o convite, especialmente ao Senador Rodrigo Rollemberg, e cumprimentar os colegas de Mesa.

O Dieese reage muito – por ser, no nome já aparece, um departamento intersindical – à demanda do movimento sindical, e, quando, dentro do movimento sindical, se discutem tributos, o viés da discussão vai na direção das desigualdades sociais e das desigualdades econômicas que existem no País.

Essa seria uma primeira preocupação quando se discute a estrutura tributária brasileira. A questão da desigualdade bate evidentemente nos salários, na má distribuição de renda que existe no País e, portanto, na alta concentração de renda em detrimento do assalariado e do ganho do trabalhador.

Não obstante essa primeira preocupação que reconhece na estrutura tributária brasileira uma estrutura altamente regressiva, onde quem arca com a maior carga tributária, em termos proporcionais, são as classes de menor renda e principalmente o assalariado, enquanto que o lucro talvez não seja tão tributado quanto o salário no Brasil, esse viés concentrador de renda é muito importante. Entre outros aspectos que concentram renda no País, a gente acha que a questão tributária é muito grave.

Portanto, nós sempre temos trabalhado junto aqui com o colega de Mesa, que depois vai também colocar as suas impressões, junto com o Sindifisco, nesta questão de se construir no País uma estrutura tributária mais justa.

A questão da sustentabilidade aparece no movimento sindical por intermédio, vamos dizer assim, da saúde e da segurança no local de trabalho, da higiene no local de trabalho, e uma bandeira recente do movimento sindical é a questão do trabalho decente, que é uma ideia que resume uma concepção de que gerar emprego e gerar postos de trabalho no País é muito importante. Porém, isso não basta.

Nós temos uma primeira preocupação de gerar os postos de trabalho para gerar renda para o trabalhador, mas temos uma segunda preocupação, não menos importante, que é a qualidade do emprego, a qualidade do trabalho. Ou seja, como esse trabalhador é tratado pela empresa, em vários aspectos, e em que ambiente de trabalho ele desenvolve a sua atividade. As questões de periculosidade, de insalubridade no ambiente de trabalho são uma preocupação muito grande. Assim, eu diria que a preocupação com a periculosidade e com a insalubridade do ambiente de trabalho, do material com que se trabalha, da tecnologia com que se trabalha, mais ou menos desenvolvida, mais ou menos, vamos dizer assim, perigosa, que põe em risco o trabalha, são preocupações que vão na direção também da sustentabilidade.

Eu creio que, à medida que o trabalhador e as funções nas empresas, nas fábricas e nas organizações vão ficando cada vez mais especializadas e se necessita de um trabalhador mais qualificado, com maior grau de estudo, a preocupação com a sustentabilidade vai aparecendo, porque esse trabalhador mais informado vai projetar para a geração seguinte, para os filhos dele onde é que ele vai trabalhar, em que ambiente ele trabalha, o que ele vai produzir e o que essa produção tem a ver com o meio ambiente.

Então, eu acho que, à medida que há uma qualificação do trabalhador, esse trabalhador vai se preocupar mais com isso, e o tema da sustentabilidade, que está em segundo plano, é importante. Para o movimento sindical, ele ainda está no segundo plano, a despeito de essa preocupação ter aumentado muito ultimamente por questões que a mídia vincula.

A questão do meio ambiente está cada vez mais presente nos debates. Em qualquer debate ou na maioria dos debates que você faz hoje em dia, a questão do meio ambiente está muito presente. Então, à medida que esse trabalhador, por essas informações, tem uma maior consciência de quão importante é o País crescer, o PIB

aumentar, mais postos de trabalho serem gerados, etc, à medida que ele tem consciência de que tudo isso é necessário, ele não pode abandonar, ou esquecer, ou relegar para um segundo plano a sustentabilidade desse crescimento, ou seja, de que maneira nós crescemos e quais são os efeitos colaterais do crescimento econômico.

Eu acho que esse debate, cada vez mais, é internalizado, é capturado pelo movimento sindical. E a gente já observa que, em alguns acordos coletivos e convenções coletivas de que o Dieese participa, assessorando o trabalhador nessas negociações, nas pautas de reivindicação e mesmo depois dos acordos assinados e das convenções assinadas, já aparecem cláusulas que se preocupam com a sustentabilidade, se preocupam com o meio ambiente, se preocupam com o que aquela empresa está produzindo e os efeitos da natureza que aquela empresa está causando, com a produção dela, e o reflexo dessa produção em relação ao trabalhador envolvido nessa produção.

Além dessas preocupações mais urgentes, dentro de um País que tem, voltando a dizer, problemas graves de distribuição de renda – 70% da população ativa, dos ocupados, ganham até dois salários mínimos –, eu creio que é natural que a questão da sobrevivência física imediata seja a grande preocupação. Os índices salariais como os índices que medem desigualdade, concentração de renda, estão melhorando no País, as pessoas têm acesso a bens e produtos que antes não tinham. Ou seja, você tem uma situação positiva no padrão de vida do trabalhador no aspecto de aquisição de bens materiais, mas nós sabemos que a qualidade de vida do trabalhador não depende só disso.

Quando se fala, como o André mencionou, em isenção do IPI do automóvel, que usa um combustível fóssil e poluente, e não se isenta o IPI da bicicleta, eu creio que, com esse discurso, levado ao trabalhador e conscientizando esse trabalhador dessa grande diferença, ele vai entender que a sobrevivência dele não depende só do salário, mas depende do ambiente em que ele vive. Da mesma forma em que ele já se conscientizou de que também se cobra IPVA de um carro popular e não se cobra IPVA de um iate, de uma lancha, que é um bem de luxo, enquanto que de um carro popular, do qual o trabalhador até precisa para trabalhar e para viver, tem que pagar IPVA.

Então, essas diferenças que existem no País, que o sistema tributário acaba engendrando, aprofundando a desigualdade, dão-se na questão da renda, da economia, e, conforme o André bem apontou aqui, relatando os casos da Amazônia, do carbono, etc, essa desigualdade também a gente encontra na renda, na economia, mas também na questão da sustentabilidade do meio ambiente. Essas coisas não são dissociadas. A gente sabe que o Brasil precisa, necessita, é um País de 200 milhões de habitantes, como eu disse 70% têm uma renda muito baixa ainda, o Brasil precisa – eu vou dizer uma palavra aqui, mas é verdade – desesperadamente de crescer.

Um crescimento de 1,5% não é suficiente, o Brasil tem de crescer 5% em média durante muitos anos para a gente passar de um país emergente para um país desenvolvido, em que as pessoas tenham melhor padrão de vida, mas, nessa necessidade de crescimento. não podemos nos esquecer da questão do meio ambiente e da sustentabilidade porque, senão, a gente acaba no futuro tendo de pagar por isso. Quer dizer, tudo o que crescer terá que ser pago lá na frente.

Não podemos, de forma alguma, repetir, em menores proporções, uma China que se desenvolveu, cresceu, cresce a taxas de 13%, 14% ao ano, tem uma classe média em torno de 300 milhões de pessoas, consome bastante e tem uma completa deterioração do seu meio ambiente.

Então, nós já temos esse exemplo no mundo e creio que, na medida em que essa discussão se torne mais intensa, ela acabará conscientizando o movimento sindical para ter uma atitude mais firme, mais presente, em relação a essas questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Airton Santos, que traz aqui a contribuição do Dieese.

Passo agora a palavra à Srª Annelise Vendramini, gestora do Programa Finanças Sustentáveis, representante do grupo Empresas pelo Clima.

O SR. ANNELISE VENDRAMINI – Boa tarde a todos, obrigada, Senador, pelo convite e por poder participar dessa discussão que, para a gente, faz todo sentido, boa tarde aos colegas de Mesa.

Eu faço parte da Fundação Getúlio Vargas, é uma de administração de empresas de São Paulo e, dentro da Fundação Getúlio Vargas, a gente tem um centro de estudos em sustentabilidade que é o GVces – a gente chama carinhosamente de GVces.

Dentro do GVces, que é um centro de estudos que existe desde 2003 e, ano passado, completou dez anos, nós nos dedicamos a estudar essas conexões entre desenvolvimento sustentável, economia e competitividade mais amplo senso. E temos um entendimento, que, aliás, foi isso que motivou o surgimento do GVces, de que precisamos nos organizar como sociedade – e a economia tem um papel muito importante nesse sentido, tanto a macro como a micro naturalmente –, porque o Brasil tem um potencial enorme, um potencial de

competitividade enorme, que está muito ancorado nas questões de sustentabilidade tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista ambiental. Como o objetivo da nossa discussão é mais ambiental, eu vou me concentrar mais na discussão ambiental.

A gente tem um potencial enorme de ser uma Nação que tem uma vantagem comparativa em relação a outras nações quando a gente pensa nos *drivers* de competitividade do futuro. E, aí, a gente está falando no século XXI, está falando no século XX, enfim o que virá. E o que virá vai depender muito de como a gente, como economia e como País, se coloca no cenário produtivo e no cenário competitivo, levando em conta um valor enorme que é o valor ambiental brasileiro. Só que o mundo não é ideal e, infelizmente, muitas dessas questões ambientais hoje, para o modelo econômico reinante, são questões que a economia chama de externalidades, ou seja, elas são externas ao sistema de preços e mercados e, para que essas coisas sejam internalizadas, terá que haver um ajuste.

A gente não tem duvida nenhuma de que a urgência dessas questões ambientais – de novo fazendo um recorte estritamente ambiental – vai fazer com que essa internalização aconteça por meio de política pública ou por outros meios. Então, o que a gente está vendo, por exemplo, no Sudeste ou, mais particularmente, em São Paulo, a crise da água agora, é um claro exemplo disso. Então, a gente quer produzir, falando aqui do ponto de vista das empresas, não tem água e não vai ter água no futuro, porque a questão ambiental é essa que está colocada.

A gente se dedica a isso, e como é que a economia pode ajudar na internalização dessas externalidades? O que a gente faz no GVces é justamente fazer pesquisa aplicada e ter este olhar: como é que a política pública, e voltando para a fala do André e a fala do Dr. Airton, seja via comando e controle ou via instrumentos econômicos, pode contribuir para a competitividade brasileira? De novo, a gente está falando sob o ponto de vista de competitividade e, do ponto de vista privado, como é que as empresas podem se organizar e se estruturar para competir e serem bem sucedidas, porque as empresas são uma parte muito importante da economia, e a gente não pode abrir mão de olhar para elas com muita atenção. Eu gostei até da fala do Dr. Airton, quando ele falou: "Nós precisamos crescer". Os estudos mostram que o crescimento sustentado, ao longo do tempo, é um importante aliado na redução de pobreza e desigualdade, e esse crescimento precisa ser sustentado e sustentável, por causa de tudo isso que a gente já está falando.

Então, voltando para a discussão específica desta Mesa, eu gostaria de propor o nosso olhar, que é o olhar do GVces, a partir da firma. A discussão que fazemos lá é olhando para a firma, no nível da firma, como um elemento muito importante no processo econômico, como é que essas discussões rebatem no nível da firma?

A Ana Carolina comentou sobre os trabalhos que o CBDES vem fazendo. Então, as empresas já estão naturalmente observando essas externalidades, elas já estão observando que isso é muito importante para o processo competitivo delas, mas como é que as empresas tomam decisão? Elas tomam decisão olhando um binômio muito importante, que é um binômio chave em finanças e em gestão, o binômio risco-retorno. Então, tudo que se toma decisão, racionalmente falando, no nível das firmas leva em conta o retorno ajustado ao risco.

O que a política pública faz, seja via comando e controle, seja via instrumentos econômicos, é mexer nesse binômio. Na hora em que você estabelece qual é o nível máximo de poluição ou de qualquer outro atributo ambiental, ou você cria um tributo incentivando determinado comportamento, você está justamente mexendo na essência do processo privado de tomadas de decisão, que é esse binômio risco-retorno. Então, faz muito sentido um grupo de trabalho que esteja olhando para isso, e, voltando para essa questão da firma e do binômio risco-retorno, o alerta que a gente gostaria de dar é justamente o olhar sobre competitividade e como essas decisões vão afetar o binômio risco-retorno das diversas cadeias produtivas. O André citou algumas cadeias produtivas, mas lá também estamos olhando para outras cadeias produtivas, que são cadeias que dependem muito de recursos ambientais e, quanto à questão da competitividade, são cadeias que vão ser muito impactadas nos desafios de competitividade para frente.

Então, o primeiro ponto é este: a política pública, seja via comando e controle, seja via instrumentos econômicos, e aqui, no âmbito desse Grupo de Trabalho, a gente está falando de instrumentos econômicos, vai mexer no binômio risco-retorno. Este é um ponto que eu acho que é absolutamente chave para este Grupo de Trabalho: como afetar esse binômio para as cadeias produtivas que estão sendo analisadas.

No âmbito desse binômio risco-retorno, há um segundo ponto que a gente gostaria de trazer que é o seguinte: existe uma série de coisas que estão acontecendo no mercado, na autorregulação, nos movimentos voluntários – portanto não estamos falando de política pública, estamos falando de movimentos voluntários das empresas – que procuram já olhar para essas questões, e eu gostaria de trazer um ponto específico, que também, já que eu sou a representante de finanças sustentáveis, eu trabalho com isso, é meu papel dizer isso, é o setor financeiro. Então, o setor financeiro está olhando para isso, porque naturalmente as questões ambientais, para o setor financeiro – a gente acabou de falar aqui da questão da água –, vêm se configurando um

risco. Só para dar um exemplo, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, desde 2008, num processo muito interessante e muito inovador no mundo, já vêm regulando essas questões de sustentabilidade, particularmente algumas questões ambientais, do ponto de vista do crédito.

Então, se a gente consegue, no âmbito deste Grupo de Trabalho olhar para instrumentos econômicos que vão mexer no risco-retorno e, ao mesmo tempo, dialogar com as iniciativas que já existem no setor financeiro nesse sentido, o que a gente consegue é um poder muito maior para lidar com as questões ambientais de maneira a assegurar competitividade e prosperidade para o nosso País. Por quê? Porque a gente vai com política pública, por um lado, aqui falando especificamente de instrumentos econômicos, e, por outro lado, a gente junta o crédito. Quer dizer, você empresa vai precisar se ajustar, você mude o seu comportamento, seja mais verde, enfim, a gente consegue um esverdeamento da economia, mas atrelando a isso o crédito e as condições econômicas para que isso aconteça, então fica uma coisa muito bacana.

No Brasil, a gente já tem uma experiência assim, eu gostaria de dar um exemplo, que é o Programa ABC, Agricultura de Baixo Carbono, que está dentro do Plano ABC, do Governo Federal. Há o Plano ABC, que é uma agenda estratégica para o Brasil de agricultura de baixo carbono e, no âmbito do Plano ABC, a gente tem o Programa ABC, que é justamente o crédito para essas tecnologias de baixas emissões de gás de efeito estufa. Então, são coisas que estão caminhando juntas.

No âmbito deste Grupo de Trabalho, já que a gente está discutindo isso, eu gostaria, representando aqui o GVces, de trazer esses pontos, porque quando a gente junta essas duas coisas... Só ressaltando que a gente já tem coisas assim acontecendo no Brasil. Então, o esforço de combinar essas políticas numa agenda estratégica talvez não seja tão grande assim, é mais, de fato, um esforço de coordenação, que teria um valor agregado grande.

E quais são os resultados desse esforço? No fim das contas, do que a gente está falando? Trouxemos aqui crescimento e redução de desigualdade como meta, trouxemos uma série de coisas e, no fundo, se a gente juntar o tripé da sustentabilidade, que é o econômico, o ambiental e o social, a gente está falando de prosperidade. Esse é o tema e dele o crescimento faz parte, mas ele não está ali sozinho, ele compõe junto com outras coisas a prosperidade. E a gente só vai conseguir chegar aí se a gente olhar para todas essas questões que a gente está discutindo, também assegurando a competitividade do setor privado, porque, se a gente faz políticas que não vão na linha da competitividade, a gente está dando um tiro no pé.

O Brasil tem um potencial enorme. Em 2012 a gente fez um estudo mais macro, não tão micro, mas fizemos um estudo de política fiscal verde no Brasil, uma série de reflexões sobre como seria uma política fiscal verde no Brasil se a gente mantivesse um nível de arrecadação estável, quer dizer, não mexendo no nível de arrecadação, mas mexendo num nível inferior, criando os incentivos para uma economia verde e tirando os incentivos perversos para uma economia marrom, digamos assim. Nessa situação, como a economia funcionaria? O estudo é interessante. Quem tiver interesse, está lá na página do GVces, e a gente fica à disposição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado, Annelise Vendramini, Gestora do Programa Finanças Sustentáveis, por sua colaboração neste debate.

Agora passo a palavra ao nosso último convidado presente, o Sr. Mário Pereira de Pinho Filho, Secretário-Geral do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Sindifisco.

O SR. MÁRIO PEREIRA DE PINHO FILHO – Em primeiro lugar eu gostaria de cumprimentar todos, cumprimentar também os membros da Mesa na pessoa do Senador Rodrigo Rollemberg e agradecer por esse convite.

O Sindifisco Nacional, o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais, além de estar envolvido, obviamente, com as questões ditas corporativas, ou seja, aquelas questões de interesse mais específico da categoria de auditores fiscais, também tem projetos que denominamos projetos de legitimação social, por meio dos quais buscamos dialogar com a sociedade sobre questões importantes e que envolvam, obviamente, a área tributária.

Vou citar dois exemplos para vocês muito rapidamente aqui. Há o que chamamos de Tributo Legal. Esse Tributo Legal é um projeto por meio do qual nós incentivamos, tentamos incentivar, as pessoas a destinarem parte daquilo que há lá de Imposto de Renda, ou seja, é possível hoje destinar 6% do Imposto de Renda retido na fonte, aquilo que vai ficar efetivamente nas mãos do Estado, a entidades voltadas para a atenção a crianças, a idosos, a entidades desportivas, a entidades que trabalham na área cultural.

Temos outro importante projeto, que é o que chamamos de Imposto Justo, como já foi, inclusive, colocado pelo Airton aqui, do Dieese. O que se percebe hoje é que a tributação, sobretudo a tributação pelo Imposto de Renda, que deveria ser uma tributação progressiva... E o que é tributação progressiva? É uma tributação na qual as pessoas que têm menor capacidade financeira deveriam pagar menos imposto ou imposto nenhum, e aquelas com maior capacidade deveriam pagar mais. Só que a realidade que temos verificado ao longo dos anos em nosso País é que, em razão das políticas que vêm sendo implementadas desde 2006, hoje nós temos uma

inversão daquilo que é um princípio constitucional, que é o princípio da progressividade do Imposto de Renda, e as pessoas mais pobres têm pagado mais imposto do que as pessoas que têm maiores condições financeiras.

Então, temos projetos no sentido de tentar corrigir esse tipo de distorção.

Para vocês terem uma ideia, em 2015, com esse reajuste da tabela do Imposto de Renda em 4,5%, nós teremos uma tabela que, de 1996 para cá, estará defasada em cerca de 65%. Então, vejam o que a política tributária conduzida de forma errada traz de prejuízo para a sociedade.

É claro que nós temos uma grande satisfação de discutir também o tema que nos foi proposto aqui, que é a questão de política tributária voltada para a sustentabilidade em razão de tudo o que acompanhamos nos meios de comunicação e de todas as discussões que fazemos como cidadãos.

Obviamente, não temos ainda nenhum projeto voltado para a questão da política tributária e da sustentabilidade; podemos inclusive pensar nisso para um futuro próximo, mas, quando vamos fazer qualquer tipo de debate sobre a questão da tributação, inclusive sobre renúncias tributárias... Eu falo em renúncias tributárias porque nós temos inúmeros projetos de lei que tramitam no Senado Federal e que tramitam também na Câmara dos Deputados. Esse projetos, via de regra – é natural que isso ocorra –, têm sua implementação baseada em renúncia tributária ou em incentivos governamentais.

Eu acho que é muito importante se ressaltar que, quando se fala em renúncia tributária ou em incentivo governamental, estamos falando é que vamos direcionar, ou seja, retirar recursos que hoje estão destinados para um setor e direcionar esses recursos para outro setor.

Efetivamente é isso que acontece, uma vez que os recursos de que o Governo dispõe, apesar de parecerem ser um volume bastante relevante, eles não fazem face a todas as demandas colocadas aí pela sociedade. Assim, para que se implementem projetos como os que estão em discussão no Congresso Nacional, obviamente, é preciso que se faça um redirecionamento de recurso.

E quando se fala em redirecionamento de recursos significa que vamos ter de fazer algum tipo de escolha. É claro – reafirmo aqui – que nós achamos extremamente importante todas essas ações voltadas para a preservação do meio ambiente, para o desenvolvimento sustentável, mas essas questões precisam ter a sua discussão aprofundada com a sociedade, porque quem vai sofrer o impacto disso é a sociedade.

Acho que um dos nossos desafios aqui é justamente promover essa discussão. É uma discussão importante, que se inicia no Congresso Nacional e que precisa obviamente sair do Congresso Nacional, e inclusive ser feita com entidades do terceiro setor, mas que precisa chegar de uma forma bastante efetiva na sociedade.

Uma outra questão para a qual eu acho também importante chamar a atenção é que nós temos hoje diversas renúncias tributárias que são promovidas pelo Governo para as mais diversas finalidades.

Eu trago aqui, por exemplo, a questão da desoneração das contribuições sociais. Curiosamente são as contribuições para a Previdência Social e para a Cofins, que são tributos, que deveriam hoje financiar tanto a previdência do trabalhador quanto as políticas de saúde e de seguridade social de um modo geral, que têm uma desoneração mais relevante.

Para vocês terem ideia, a estimativa de renúncia da Cofins para o ano de 2014 é superior a R$58 bilhões, e, das contribuições para a Previdência Social – só para a Previdência Social –, nós temos uma estimativa de renúncia superior a R$57 bilhões.

Uma coisa que chama a atenção – aí vem até uma questão que pode ser trabalhada – é o fato de a renúncia da contribuição previdenciária, por exemplo, vir sem nenhuma exigência de qualquer contrapartida do setor industrial, que foi por ela beneficiado – são mais de 57 setores que, inclusive, têm essa política como uma política tributária permanente.

É claro que nós, em função de se tratar de contribuição previdenciária, somos contra esse tipo de renúncia fiscal, mas vejam a oportunidade que, às vezes, nós perdemos de discutir, inclusive, um retorno dessas renúncias, tanto em outras áreas sociais como na própria questão da sustentabilidade. Talvez se tivéssemos aproveitado o momento da discussão dessas desonerações para fazer uma discussão nesse sentido, quem sabe não conseguíssemos trazer alguma coisa efetiva para a questão da sustentabilidade.

Para concluir, era mais ou menos isso. Nós estamos no Sindicato à disposição para discutir essas questões. Achamos da maior importância que se aprofundem essas discussões, mas não podemos deixar de trazer para todos vocês aqui essa nossa preocupação.

Os nossos projetos – esses projetos de que falei para vocês aqui no início – são projetos de legitimação social, elaborados com a preocupação – é claro que estão sendo discutidos com o Congresso Nacional e com a sociedade – de não diminuir aquele recurso estatal que é tão necessário para se fazer face a essas demandas da sociedade de que falei anteriormente, ou seja, o serviço que o Governo tem que prestar para a sociedade. Então, procuramos sempre tratar esses nossos projetos, ou seja, construir esses nossos projetos com base numa tributação que seja neutra. Se vamos deixar de tributar, por exemplo, o trabalhador de baixa renda, propomos

que se tribute, como o Airton mesmo falou aqui, por exemplo, as embarcações de luxo e as aeronaves particulares que hoje não pagam IPVA, apesar de o carro popular pagar. Enfim, procuramos sempre, nos nossos projetos, fazer essa discussão com base na tributação neutra.

E acho importante, é claro, ver isso como um desafio, porque vimos aqui diversos projetos apresentados que falam da questão da emissão ou que trabalham pela diminuição da emissão de gás de efeito estufa, da questão do desmatamento, do tratamento de resíduos sólidos. Há diversos projetos, mas me parece que são apresentados de forma isolada aqui no Senado Federal e no Congresso Nacional como um todo. Então, outro desafio que achamos importante é que esses projetos sejam discutidos não isoladamente, que não representem um ou outro interesse isoladamente, mas que sejam discutidos conjuntamente e que integrem, inclusive, uma política de incentivo ao desenvolvimento sustentável. Há projetos na área, por exemplo, de reciclagem, um projeto específico voltado para a desoneração de um tributo específico; enfim, um projeto na área de prevenção de desmatamento ou de diminuição de desmatamento, também um projeto específico. Enquanto não tivermos todo esse conjunto de ações integrando um projeto maior, talvez tenhamos um pouco mais de dificuldade de implementar efetivamente essas ações.

Então, agradecemos, mais uma vez, o convite que nos foi feito e nos colocamos à disposição para continuar essa discussão, e para trazer também as nossas impressões e as nossas preocupações com a questão da destinação dos tributos, de acordo com as necessidades dos cidadãos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado. Agradeço ao Sr. Mário Pereira de Pinho Filho.

Estamos com uma dificuldade, porque está havendo uma reunião de Líderes, para definir a pauta desta semana e, ao mesmo tempo, daqui a pouco, começaremos também a Ordem do Dia, mas queria aqui cumprimentar os nossos convidados e fazer algumas observações. Primeiro, considero este debate da maior importância e acho que a Comissão de Assuntos Econômicos deva começar a refletir e a acumular informações e percepção a respeito de uma política tributária no nosso País. Não tenho dúvida de que as manifestações de junho e as próprias manifestações da população no dia a dia demonstram uma insatisfação muito grande da população...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – ... que se percebe pagando muito imposto, sem uma contrapartida adequada do Poder Público, ou seja, a carga tributária é muito alta, e a qualidade dos serviços é muito baixa.

Mas, além de termos um sistema tributário muito injusto, em que as pessoas pobres, as pessoas que ganham menos, acabam pagando muito mais impostos do que os ricos, em função do nosso sistema tributário – basta ver a questão dos alimentos, em que as pessoas mais pobres gastam grande parte dos seus salários comprando alimentos; recentemente, tivemos desonerações importantes na cesta básica, mas isso, historicamente, sempre se pagou imposto sobre alimentos –, temos também um sistema tributário e, muitas vezes, programas governamentais de má qualidade e que acabam comprometendo o futuro.

Na discussão do Código Florestal, percebemos isso claramente e nos deparamos com algumas situações, de fato, que foram estimuladas pelo governo há décadas e que se mostraram desastrosas do ponto de vista ambiental; o próprio modelo de assentamentos, hoje, existente na Região Norte do País, em que grande parte do desmatamento é em função de um modelo inadequado de assentamentos; a exigência de que os assentados, os colonos, naquela ocasião, ocupassem a sua terra toda, ou seja, eles eram estimulados a desmatar e, depois, essas pessoas passaram a ficar irregulares com o Código Florestal; a própria desoneração mesmo do IPI e várias desonerações tributárias de vários setores da economia – aqui foi dado o exemplo do IPI de automóveis, com consequências muito graves.

Primeiro, realmente não há explicação para termos a renúncia tributária para o IPI de automóveis e não termos para bicicletas. Mas, ao mesmo tempo, é importante registrar aqui que essa política de desoneração tributária gerou impactos muito fortes nos Estados e nos Municípios, levando até a um debate aqui no Congresso sobre a aprovação de um projeto que proibia o governo federal de fazer qualquer desoneração tributária que impactasse na parte relativa aos Municípios e aos Estados, porque, na hora em que se diminui o bolo arrecadatório que vai compor o FPE e o FPM, há um impacto muito grande nos Estados e nos Municípios, que estão vivendo um situação muito difícil.

Quanto à situação dos Municípios, tive a oportunidade de acompanhar o Presidente do nosso Partido, o Governador Eduardo Campos, pré-candidato a Presidência da República, no encontro com Prefeitos de todo o Brasil, e ali se percebia, claramente, um descontentamento enorme com o Governo Federal, porque as políticas desenvolvidas pelo Governo vêm descapitalizando as prefeituras e reduzindo muito a capacidade de investimentos. Por outro lado, isso gera outros tipos de impacto.

Com a retirada do IPI do automóvel e a redução do preço do automóvel, aliado a uma melhora da capacidade aquisitiva da população brasileira, fez com que a população aumentasse muito a compra de automóveis. Mas, ao mesmo tempo, nós tivemos a redução da capacidade de investimentos do Poder Público, tanto dos Estados como dos Municípios, que não tiveram a capacidade de ampliar vias ou de fazer investimentos significativos em transporte coletivo.

O resultado disso é que nós estamos com cidades quase ingovernáveis do ponto de vista da mobilidade urbana. Eu diria que talvez hoje o problema mais grave, porque é um problema diário que atinge as populações das grandes cidades, chegando a uma situação de estresse extremo, é a questão da mobilidade, por políticas equivocadas do Governo Federal, inclusive políticas tributárias extremamente equivocadas.

Eu posso incorrer em erro aqui dos números, mas o Senador Cristovam, outro dia, chamava a atenção de que o conjunto das renúncias tributárias de 2008 a 2013 levou – não vou dizer o número aqui, porque posso errar no número – a uma perda enorme de recursos do Fundeb, de recursos do bolo de arrecadação que seriam para a educação no Brasil. Portanto, toda vez que se fizer uma política de renúncia tributária, é muito importante perceber os impactos não apenas a curto, mas a médio e longo prazo. E é importante perceber os instrumentos que o Governo tem para desenvolver uma política, desenvolver determinadas atividades econômicas que possam levar a cidades sustentáveis, que possam levar a um País mais sustentável. E aí nós temos diversas áreas que são fundamentais para o Governo, desde o crédito. Agora nós temos o Programa ABC, mas, até bem pouco tempo atrás, praticamente o crédito, os juros para as atividades tradicionais da agricultura com grande impacto ambiental eram iguais, não havia nenhum estímulo para uma agricultura, digamos assim, com práticas mais sustentáveis. Ainda há muita dificuldade de acessos a recursos para programas que utilizam manejos adequados. Então, a questão do crédito, a questão dos tributos, a questão das compras governamentais e dos incentivos de outras espécies – de terrenos, por exemplo – deviam sempre levar em conta a questão da sustentabilidade.

Nós temos um mau exemplo do enorme impacto negativo que uma política equivocada pode ocasionar. O Brasil chegou a ser exemplo no mundo de desenvolvimento de energias renováveis, especialmente no etanol, fazendo com que, inclusive, todos os carros brasileiros ultimamente fabricados fossem de modelo flex, que poderiam rodar com gasolina ou com álcool. Mas a política que o Brasil vem adotando no setor de combustível, especialmente em relação à gasolina e ao óleo diesel, além de ter produzido um dano enorme à Petrobras – uma empresa brasileira que já esteve entre as dez maiores do mundo, hoje está após a centésima empresa; a empresa perdeu um valor enorme, passa por uma crise profunda –, também desorganizou todo o setor de etanol da economia brasileira. Hoje o ex-Ministro Roberto Rodrigues está dando declarações nos jornais dizendo que as empresas estão quebradas, que já têm uma dívida superior ao faturamento total de um ano inteiro, por uma política equivocada.

Portanto, André Lima, eu quero dizer que, no nosso entendimento, esse debate se reveste da maior importância, porque esta Comissão, especialmente a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e o Senado, pelo seu papel de Casa da Federação, de mediar os interesses muitas vezes conflituosos entre Estados, tem de ter uma participação fundamental no sentido de que as construções de políticas públicas, na área da economia, tenham um olhar de longo prazo e muito focado na questão da sustentabilidade, ou seja, no sentido de que a economia não precisa apenas crescer, mas crescer em níveis muito superiores ao que estamos crescendo, precisa crescer de forma sustentada e, sobretudo, precisa crescer para uma economia cada vez mais sustentável.

Esse é um grande dilema, um grande desafio, porque esses últimos três anos do Governo da Presidenta Dilma são os três anos de menor crescimento da história do Brasil. Nunca tivemos um período em que crescemos tão pouco como estamos crescendo. E estamos crescendo pouco e perdendo em enfrentamento de políticas que vinham tendo sucesso em outros anos. Estão aí os dados do Inpi para mostrar o aumento do desmatamento na Amazônia, estão aí os dados para mostrar lamentavelmente o aumento do desmatamento na Mata Atlântica. O Brasil nunca utilizou tanta energia termoelétrica, e isso tem um impacto fiscal e financeiro enorme, porque são bilhões de reais que estão sendo colocados para socorrer as empresas e, ao mesmo tempo, o Brasil que se orgulhava de ter uma matriz energética predominantemente limpa está cada vez mais sujando a sua matriz energética.

Portanto, esse debate se reveste de um caráter estratégico e nós teremos oportunidade de continuá-lo amanhã, mas quero aqui agradecer a presença e contribuição de todos e abrir a palavra para saudação ou algum comentário final a todas as instituições aqui presentes que quiserem fazer uso da palavra.

O SR. ANDRÉ LIMA – Permite-me então, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Com a palavra o Sr. André Lima.

O SR. ANDRÉ LIMA – Primeiro, quero agradecer o interesse da CAE em conduzir esse processo. Quero destacar e acho bem importante a fala do representante do Sindifisco, Mário, pois acho que ele tocou num de-

safio que é vital. Esses dias eu participei de um debate no Serviço Florestal Brasileiro tratando exatamente dos incentivos econômicos para o setor florestal, e o representante do Ministério da Fazenda disse que, enquanto isso fosse uma demanda específica e pontual de um setor, ela ficaria concorrendo nas bordas com "n" outras demandas específicas e pontuais de outros setores, todos eles legítimos. E o Governo chegou no limite das suas isenções, possivelmente em função da pressão dos Estados e Municípios, como bem lembrou o Senador Rollemberg, que, de fato, teve a sua arrecadação e distribuição através do Fundo de Participação dos Estados e do FPM, muito em função da alta carga de renúncia.

Foram mais de R$550 bilhões nos últimos cinco anos, Senador, o total de renúncias fiscais do relatório do Banco Central, aquele relatório que trata dos gastos tributários federais. Desses R$550 bilhões, cerca de R$350 bilhões são para atividades econômicas que geram algum tipo de impacto no ambiente e praticamente nada disso, menos de R$5 bilhões voltados para atividades que geram algum tipo de serviço ambiental ou de agregação de valor ambiental.

O Ipam tem um relatório bastante avançado em função dos dados que a gente tem disponível. E aí toco em outro elemento que foi colocado aqui também, quer dizer, é fundamental que esse debate aconteça de forma transparente, porque, quando se dá incentivos para determinados setores, obviamente que o cobertor é curto, você está tirando de outros setores. Mas esse debate não acontece de forma transparente. Inexiste hoje transparência em relação à política tributária brasileira. A forma como esses incentivos são negociados... Eles são negociados em gabinetes, setores econômicos que têm a maior força conseguem os maiores incentivos e, quando se oferece uma proposta muito razoável e de muito baixo impacto em termo de carga de renúncia fiscal e tributária, como por exemplo a proposta que fizemos para o manejo florestal certificado na Amazônia, o Governo apresenta uma série de questões, é preciso fazer uma análise, um estudo detalhado do impacto econômico dessas renúncias, o que não é exigido dos demais setores.

Só para concluir, a transparência também em relação a como essa política tributária é desenvolvida é fundamental na mesma proporção em que concordo com o que o Mário colocou aqui, que é preciso se discutir, do ponto de vista estratégico, um conjunto de atividades econômicas que possa gerar emprego, renda, desenvolvimento e que mereça um tratamento integrado, para que não fiquemos falando de setores específicos e possamos ter um pacote, digamos, de um regime tributário especial para a sustentabilidade no Brasil. Acho que esse é um desafio que poderíamos desenvolver um pouco mais aqui no nosso Grupo de Trabalho.

Quero parabenizar a iniciativa, Senador, e agradecer a presença de todos aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Deixo aberta a palavra aos membros da Mesa. Alguém quer fazer algum comentário? (*Pausa.*)

Bom, não havendo mais quem queira usar da palavra, eu agradeço muito a presença da Srª Ana Carolina Avzaradel, Gerente de Projetos e Conteúdo do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável; do Sr. Airton Santos, Coordenador de Atendimento Técnico Sindical do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos); da Srª Annelise Vendramini, Gestora do Programa Finanças Sustentáveis, representante do Grupo de Empresas pelo Clima; do Sr. Mário Pereira de Pinho Filho, Secretário-Geral do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco); e do Sr. André Lima, representando aqui o Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), que nos provocou a fazer este Grupo de Trabalho para discutir reforma tributária com o viés da sustentabilidade.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 01 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE JUNHO DE 2014, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e três minutos do dia quatro de junho do ano de dois mil e quatorze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Cidinho Santos e Antonio Carlos Rodrigues. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de subsidiar as atividades do Grupo de Trabalho sobre Política Tributária e Sustentabilidade, criado pela Comissão de Assuntos Econômicos, em aten-

dimento aos Requerimentos da Comissão de Assuntos Econômicos nºs 28 e 29 de 2014, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e outros, tendo como expositores os Srs. Bastiaan Philip Reydon, Professor da Universidade de Campinas – Unicamp, Justiniano Neto, Secretário do Programa Municípios Verdes do Governo do Estado do Pará, Caio Luiz Carneiro Magri, Diretor de Operações, Práticas Empresariais e Políticas Públicas do Instituto Ethos, André Luis Saraiva, Diretor da Área de Responsabilidade Socioambiental da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – Abinee, e Jonathas Durães Junior, Diretor do Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura Municipal de Guarulhos. Após a exposição dos convidados, nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que tem como objetivo subsidiar as atividades do grupo de trabalho sobre política tributária e sustentabilidade, criado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Convido para fazer parte da Mesa o Sr. Jonathas Durães Junior, Gestor do Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura Municipal de Guarulhos, representante da Prefeitura Municipal de Guarulhos.

Agradeço a sua presença.

Convido também o Sr. André Luís Saraiva, Diretor da Área de Responsabilidade Socioambiental da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

Seja bem-vindo!

Convido o Sr. Bastiaan Philip Reydon, Professor da Universidade de Campinas (Unicamp).

Seja bem-vindo!

Convido o Sr. Caio Luiz Carneiro Magri, Diretor de Operações, Práticas Empresariais e Políticas Públicas do Instituto ETHOS.

Seja bem-vindo, Caio!

Estamos aguardando o Sr. Justiniano Neto, Secretário do Programa Municípios Verdes do Governo do Estado do Pará.

Registro, aqui, com satisfação, a presença do Sr. André Lima, representando o Ipam, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, que foi um dos inspiradores deste seminário, que considero da maior importância.

Ontem, já tivemos uma primeira audiência pública sobre esse tema, com a participação de diversas instituições, que trouxeram suas preocupações e propostas a respeito de termos uma política tributária que leve a questão da sustentabilidade em conta. Foi um rico debate.

O objetivo desse grupo é apresentar, ao final dos trabalhos, uma proposta para reflexão da Comissão de Assuntos Econômicos, porque, na definição da política tributária, nós devemos levar em conta tanto aspectos de uma política que seja socialmente justa, que possa promover a equidade, que possa promover justiça social, mas que também tenha os olhos voltados para a questão da sustentabilidade.

Repito: foi um debate rico que fizemos ontem. Portanto, eu não tenho dúvida de que hoje não será diferente, pela qualidade dos convidados.

Eu estou muito honrado com a presença de vocês.

Vamos iniciar. Será dado o tempo de 15 minutos para cada convidado.

Ouviremos, inicialmente, o Sr. Jonathas Durães Junior, Gestor do Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura Municipal de Guarulhos.

O SR. JONATHAS DURÃES JUNIOR – Muito boa tarde a todos os presentes!

Gostaria de iniciar agradecendo ao Senador o convite, em nome do Prefeito Sebastião Almeida, para relatar aqui parte do nosso tratamento de resíduos no Município de Guarulhos, São Paulo.

Primeiramente, vou posicioná-los a respeito de Guarulhos, que faz parte da região Metropolitana de São Paulo, que é a segunda economia do Estado, oitava economia do Brasil, com uma área de 320km² e 1,3 milhão habitantes.

Temos aqui umas fotos da cidade.

Dados gerais do Município: indústrias: por volta de 4 mil; empresas que trabalham com construção civil: 961; comércio: 17,8 mil; serviços: 14.752 mil; a evolução populacional, notando-se apenas a taxa de crescimentos anual não está acompanhando, está por volta de 1% hoje.

Muito bem.

Guarulhos já possui um plano diretor de resíduos sólidos, que foi construído de forma participativa, transparente e democrática, em que foram feitas cinco oficinas: a primeira, tratando do diagnóstico; a segunda, do prognóstico; a terceira, quarta e quinta relativas, respectivamente, a resíduos da construção civil, resíduos secos recicláveis e, por último, resíduos úmidos. Ele foi concluído em agosto de 2011, portanto, um ano antes do estabelecido na 12.305.

Os três pilares do plano diretor: basicamente, a formação de técnicos envolvidos; a mobilização e educação ambiental da população e, por último, um modelo tecnológico eficiente e eficaz.

Aqui a hierarquia dos resíduos no tratamento, conforme, inclusive, reza a 12.305, – sempre há essa preocupação –, primeiro, da não geração; redução; reutilização; reciclagem; tratamento e, por último, a disposição final adequada dos rejeitos.

Aqui nós temos a gama de resíduos que foram tratados no nosso plano diretor, a respeito do qual eu vou dar mais ênfase a parte dos resíduos da construção civil e dos recicláveis secos, porque é o que mais interessa hoje aqui relacionado ao tema.

Aqui é uma ideia dos volumes que são tratados hoje diariamente em Guarulhos na coleta convencional, ou seja, a coleta domiciliar, por volta de 1.223 toneladas/dia. Na coleta seletiva de secos, em que todo o recolhimento, de acordo com os programas, que eu vou expor daqui a pouco, temos 11 toneladas/dia, e, por último, o RCD – Resíduo da Construção e Demolição – e volumosos, o que é recolhido nos pontos de entrega voluntário, ou seja, aquele de responsabilidade pública do pequeno gerador, 147 toneladas/dia.

Aqui é só para vocês terem a ideia do pequeno gerador, ou seja, aquele munícipe que faz uma reforma na casa ou vai fazer alguma construção, ele, então, direciona os resíduos dele da construção para o ponto de entrega voluntária – ali à direita –, depois um caminhão, fazendo a retirada, em uma caçamba metálica do tipo Brooks.

Esse resíduo classe A é, depois, direcionado à usina de beneficiamento desse resíduo e é transformado em agregado reciclado, que vocês estão vendo aqui do lado direito; aqui onde eles são aplicados, ou seja, na manutenção de vias de terra do Município.

Aqui uma outra utilização que nós fizemos para a estabilização de córregos com gabião, onde fazemos o enchimento com esse entulho.

E também, por último, não menos importante, o envelopamento de tubulação. Esse tipo de resíduo tem se comportado muito bem.

Esses são bloquetes, que a prefeitura fabrica diretamente com pessoal próprio.

E aqui temos a utilização desses bloquetes numa pavimentação de rua em Guarulhos, através do sistema de mutirão.

Aqui, apenas para dar um ideia, está o mapa do Município onde temos os pontos que podem ser feitas as entregas desse tipo de resíduo. Basicamente, os mais importantes são o de cor verde, que estão implantados; o amarelo e o vermelho são os projetados e os programados.

Bom, agora nós vamos falar um pouco da coleta do resíduo seco reciclável.

Existe o programa de coleta seletiva solidária, composto basicamente dos subprogramas do circuito porta a porta, que é basicamente a prefeitura passar em determinados bairros retirando esse resíduo seco, ou, também como subprograma, a nossa secretaria recicla, porque nós também temos que dar o exemplo, nós temos que fazer o recolhimento dentro dos próprios da prefeitura. Nos PEVs – Pontos de Entrega Voluntária –, apesar de eles não serem concebidos para o resíduo seco, nós abrimos essa possibilidade de o munícipe fazer a entrega desse resíduo até que a gente consiga atingir 100% da área do Município. E, por último, a nossa escola recicla, onde são recolhidos esses resíduos secos da rede municipal escolar.

Aqui, para vocês terem a ideia, no programa, nós temos dois pilares importantes, que é a mobilização social e a educação ambiental.

Aqui, os pontos azuis, são as escolas municipais, em que fazemos a retirada desse resíduo seco.

Aqui são os próprios, da prefeitura, para vocês terem uma ideia do tamanho desse programa.

O circuito porta a porta, em que temos uma cooperativa e, através dessa cooperativa, a coleta passa por determinados bairros. Infelizmente, hoje, nós só temos nove bairros abrangendo basicamente 15.705 domicílios. Isso é relativamente pouco. Esse é uma meta que estamos, arduamente, tentando atingir, ou seja, estamos tentando aumentá-la. No começo, eu expus uma célula em que nós temos, hoje, por volta de 390 mil domicílios. Então, vocês podem ver que é relativamente pequeno ainda.

Aqui são os Pontos de Entrega Voluntária (PEVs).

Aqui a evolução de programa da coleta seletiva solidária. Aqui eu quis mostrar basicamente a evolução do ano de 2005 até 2013, onde 2005 nós não tínhamos praticamente nada e hoje nós já temos por volta de 2 toneladas.

Todos esses resíduos secos são direcionados a uma cooperativa de catadores – aqui está a foto dessa cooperativa.

Em 2012, nós tínhamos 73 cooperados com a retirada mensal de R$590,00, em comparação com o salário mínimo de R$622,00.

Em 2013 nós tivemos, em média, 80 cooperados, em que eles tiveram uma retirada de R$1.063,00, em comparação ao salário mínimo de R$678,00.

Aqui uma foto da cooperativa.

Aqui a formação com os cooperados, e também o projeto de mobilização do catador autônomo, que colabora com esse programa.

Mais uma foto da mobilização social de catadores.

E, por último, com relação aos resíduos, eu só coloquei esse daí, que é relativo à compostagem. Nós temos, hoje, um projeto piloto de compostagem acelerada em leiras, em que nós fazemos a coleta seletiva do úmido de um restaurante popular na cidade, e estamos aí em fase de teste de qual melhor maneira de fazermos essa compostagem: ou pelo sistema convencional ou, o que tem-se mostrado muito interessante, através da compostagem acelerada que deixa de gerar chorume.

Guarulhos também possui o IPTU verde desde 2010. É uma lei em que nós fomentamos, entre outras ações, até a separação dos resíduos sólidos em condomínios horizontais ou verticais, onde o munícipe pode ter até 5% de desconto, desde que ele faça a coleta seletiva entre outros, como a captação de água de chuva, o reuso de água, sistema de aquecimento hidráulico e solar e construções com materiais sustentáveis.

Próxima, por favor.

Eu também gostaria de citar aqui que Guarulhos trabalha em conjunto com seus vizinhos, através do Condemat, que é o Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê, composto por 11 Municípios. Nesse grupo de trabalho, nós temos uma parte só para resíduos, justamente para que nós, em conjunto, tratemos de todas essas dificuldades que possuímos, que são comuns a todos.

Próximo, por favor.

Tudo isso já foi falado... Então, entre outras coisas, para aumentar a vida útil do nosso aterro sanitário.

É isso daí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Jonathas Durães Junior, Gestor do Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura Municipal de Guarulhos pela contribuição que traz ao debate.

Vamos ouvir agora o Sr. André Luis Saraiva, Diretor da Área de Responsabilidade Socioambiental da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

O SR. ANDRÉ LUIS SARAIVA – Como o tempo é curto, vai ser uma nanoapresentação, Senador.

Eu pediria que você, a cada 10 segundos, pudesse mudar o eslaide. Eu vou fazer um breve resumo, para que a gente possa acelerar o debate.

Quem é a Abinee? A Abinee foi fundada em 1963, representa 600 empresas do setor, comporta 180 mil trabalhadores e representa 3,2% do PIB.

As indústrias integradas do sistema são divididas em 10 áreas setoriais e incorporam mais de 1.200 NCM.

Então, Senador, quando usar a palavra eletroeletrônico tem que ter aí um cuidado excessivo, porque nós vamos desde o *pen drive* até a turbina.

Próxima, por favor.

A política nacional determinou, no art. 33, a obrigatoriedade de estruturar e implementar sistemas de logística reversa. Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso; os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores e esses, sim, terão a obrigatoriedade de dar a destinação ambientalmente adequada desses produtos.

O Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, criou o Comitê Interministerial; estabeleceu a implantação da Logística; solicitou o desenvolvimento do estudo de viabilidade técnica e econômica para implementação; definiu as metas qualitativas ou quantitativas e estipulou o Grupos Técnicos Temáticos (GTT), que teve a coordenação do MDIC. Dentro dessa coordenação do MDIC esses foram os passos. A Abinee teve a relatoria e a coordenação foi do próprio Ministério. Nós tivemos reuniões mensais de maio de 2011 a 2012. A proposta foi apresentada pela indústria, e ela foi separada, Senador. Ela foi apresentada também pelo comércio, que tinha obrigatoriedades diferentes das nossas. E foi efetuada pela ABDI a licitação para que a Inventta, que foi a empresa que levou a proposta, pudesse realizar o estudo de viabilidade técnico-econômica para implementação do acordo setorial.

Nós dividimos em quatro linhas – linha branca, marrom, verde e azul – e, dentro de cada uma das linhas, nós identificamos, junto aos órgãos estaduais de meio ambiente, qual era a necessidade ou a demanda vinda

da população pelos primeiros produtos sobre os quais recaem uma responsabilidade mais imediata. Então, eles estão aí disponíveis. Não vou citá-los todos.

Essa é a venda por regiões, como é que os eletroeletrônicos estão disponibilizados em nosso País por linha. Então, há uma concentração mais ou menos muito relativa em relação ao PIB, e a gente acaba percebendo a Região Sudeste, seguida da Região Sul e Nordeste, depois o Centro-Oeste e a Região Norte.

Uma das dificuldades que nosso País enfrenta é a questão de que mais de 50% de nós, brasileiros, compramos itens piratas no último ano. A mulher rica é a que mais compra a pirataria. Sete milhões de produtos piratas são apreendidos em operação, e a penetração no mercado informal por produto.

O que me chama a atenção nesta tela, Senador, é que nós temos, de acordo com uma portaria, duas formas de tratar esse eletroeletrônico apreendido. Ele pode ser incorporado na atividade pública ou ele pode ser leiloado e volta de novo, para que a população tenha que arcar com os custos da destinação futura desse equipamento.

Próximo.

Esse é o posicionamento dos recicladores instalados no País. Nós possuímos, em média, só 16 recicladores, concentrados dessa forma para atender à logística reversa. Não me parece um tanto quanto razoável nós gastarmos mais em transportes do que em reciclagem para atender a esse assunto. Então, tem que ser feito algo.

Nós acionamos a Associação Brasileira de Normas Técnicas e conseguimos a publicação da NBR 16156, em 2013, que disciplina os requisitos para as atividades de manufatura reversa dos eletroeletrônicos.

Estes são os Raios X do comportamento da nossa sociedade: 35% de nós guardamos, 29% de nós doamos, 19% de nós vendemos, 7% de nós jogamos no lixo e 10% de nós fazemos outros, inclusive a coisa certa.

Esses são os caminhos que o eletroeletrônico toma no nosso País. Aquilo que está em laranja é aquilo sobre o qual a indústria, aqui localizada, tem gerência. Os demais meios, modos e formas, o senhor pode perceber que vai ser um tanto quanto complicado nós administrarmos todas essas rotas.

No final da complementação, na visão da indústria, nós entendemos que esses eram os pontos que deveriam ser tratados com muita clareza, porque "incoordenável" pela própria inclusão dos ministérios, que era uma política fiscal simplificada para a movimentação dos eletroeletrônicos no País.

Empresas de reciclagem técnica legalmente adequadas. Nós conseguimos a norma. Então, esse passo está superado.

Definição da periculosidade dos resíduos de equipamentos eletroeletrônicos.

Esse é um item muito importante, Senador, porque se o Ibama não deliberar uma instrução normativa que torne o eletroeletrônico um produto não perigoso, a Política Nacional de Resíduos Sólidos não vai atingir o seu objetivo de inclusão. Pelo contrário, ela vai excluir, porque só pessoas extremamente capacitadas é que poderão movimentar esse produto após entregue pelo consumidor.

Tratativa unificada de norma de manuseio, transporte e armazenamento; dificuldade de transporte em algumas regiões. Toda a Região Amazônica. Já tivemos conversas com o Exército, com o Comandante daquela região, porque muito ali vai ser feito de balsa, e nós teremos que ter um controle redobrado.

Complexidade da reciclagem.

O senhor viu o tamanho do problema no mapa com esse assunto: dificuldade de dispor rejeitos de forma ambientalmente adequada; política federal para definição, num balanço financeiro quanto à provisão de recursos para custear os processos de logística, desoneração, incentivos e benefícios; e um sistema unificado de informação de processos de logística reversa.

O estudo contratado pela ABDI, que foi realizado pela Inventta, por incrível que pareça conseguiu sintetizar, dos dez problemas ou desafios que víamos para o setor, eles culminaram com a responsabilidade e a forma de custeio dos órfãos, obrigação do termo de doação, resíduo considerado material perigoso, modelo de rateio das despesas entre os fabricantes e o comércio, promoção da adesão ao sistema, viabilização de reuso e rateio de despesas entre *stakeholders* do comércio.

O Governo tem uma parcela muito importante nesse assunto, Senador, porque, dos eletroeletrônicos, o Governo é comprador de quase 40% da nossa produção. E o Governo compra pela 8.666 e por isso ele compra pelo menor preço, e não pelo melhor preço. Com isso produtos importados concorrem de forma desleal, sem isonomia de comportamento.

Então, uma das nossas reivindicações era que os licitantes ou as pessoas, para participar desse certame ou de outros, teriam que ter aderido ao acordo setorial ou serrem signatárias do mesmo.

Próximo.

Fomos surpreendidos, na manhã do dia 13/02/2013, com o edital de chamamento, que, por incrível que pareça, fez um Copi Cola do mesmo de lâmpadas, entendendo que a lâmpada é um pouco diferente de um eletroeletrônico.

Próximo.

As obrigações estabelecidas foi que, no prazo de 120 dias, até junho de 2013, nós teríamos que apresentar os sistemas, indicação dos produtos, descrição de todas as etapas, planos de comunicação, cronograma e as metas progressivas em até cinco anos. Cem por cento dos Municípios acima de 80 mil habitantes – um ponto para cada 25 mil habitantes era a regra do jogo – e recolhimento e destinação, 17% em peso dos produtos colocados no mercado um ano antes da assinatura do acordo setorial.

Este é um quadro que fica disponibilizado também: o que aconteceria se nós aplicássemos essa regra do jogo? No Distrito Federal, por exemplo, teríamos uma cidade com 106 pontos. Em São Paulo, nós teríamos 90 cidades com 1.304 pontos. Então, isso mostra uma discrepância de comportamento na elaboração do edital, quer dizer, foi elaborado por alguém que talvez não conhecesse como funciona o sistema.

Próximo.

Na nossa proposta dos equipamentos de informática, eles foram divididos entre a proposta de celulares, e entendemos que haveria a necessidade de se fazer uma unificação com o serviço, com as empresas de telefonia móvel de celular e pessoal, porque hoje, com certeza, o celular é o produto eletroeletrônico de maior evidência na nossa sociedade.

Próximo.

Aí ficaria como dentro do plano de perspectiva. Nós poderíamos implementar o cronograma dos equipamentos de informática.

Próximo.

Essa é a proposta de celulares, com o cronograma também abaixo.

Quando nós fizemos a proposta de entrega, em agosto de 2013, na reunião com o MMA, protocolada e assinada, entidades Abinee e Eletros, foi colocada uma situação agora condensada em seis itens, Senador: criação de uma entidade de controle e governança do sistema de logística reversa implementado; reconhecimento da não periculosidade, como comentei com o senhor; criação de uma norma legal que discipline a renúncia da titularidade – nós temos que disciplinar isso, porque o Código de Defesa do Consumidor prevê esse comportamento e esse direito a nós –; envolvimento vinculante de todos os atores no ciclo de vida do produto, signatários e não signatários do acordo setorial – queremos isonomia de comportamento para o importador, queremos que ele tenha as mesmas responsabilidades, assim como nós temos que ter as nossas responsabilidades quando exportamos nossos produtos –; e, em estudo, a participação pecuniária do consumidor, que é talvez o foco principal desta Comissão, que visa a tentar encontrar os caminhos econômicos para a implementação desse sistema.

Em resposta à nossa consolidação de proposta, o MMA elogiou quanto à evolução da mesma, sugestão de recomendação de melhorias – assim nós fizemos – e reconhecimento que os pleitos e condicionantes extrapolam as questões ambientais. Portanto, foram oficiados outros ministérios para auxílio da solução. E solicita que aguardemos um posicionamento dos ministérios para continuidade da discussão, visando à assinatura do acordo setorial.

Enquanto isso, nós contratamos um estudo da LCA, que, junto com a CNI, coordenou outros setores.

Por isso fica aqui, Senador, talvez, uma recomendação para que a CNI possa vir fazer uma apresentação específica desse estudo para os Srs. Senadores, para aprofundar e entender que a desoneração ou o incentivo, qualquer que seja ele intitulado, nas cadeias terão comportamentos diferentes, porque a incidência dos impostos não são isonômicas.

Por favor, próximo.

Esse é um caso básico. Os valores do produto e as margens estipuladas são simplesmente fictícias. Para que a gente possa construir um raciocínio: o produtor ou o importador tem o produto a R$100,00. Ele vende por R$150,00, com margem de 50%. O ICM, o PIS/Cofins proporcional, total da operação e assim sucessivamente com o distribuidor e com o varejista. Lá na ponta, o total de recolhimento representa 44,8%. Se o senhor olhar para um produto de 100, 44, 50 de margem foi quase para recuperar o imposto acrescido.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ LUIS SARAIVA – Próximo.

O ecovalor não destacado na nota fiscal, e aí vai o nosso exercício de raciocínio. Quando ele aparece ou quando ele está embutido dentro do preço, quais são os impactos disso. Se ele não estiver destacado, se estiver inserido, a arrecadação de 44 vira 46,67, e depois a diferença em relação ao caso básico fica descrita ali.

Próximo.

Se ele for destacado e sobre ele não incidir impostos, nós teríamos a mesma base de 44,28, mas o preço ficaria significativos 5, conscientizando o consumidor que para cada produto haveria aí, talvez, uma tabela de reciclagem.

Próximo.

Esse é um cálculo mais complexo, porque ele trabalha sobre a concessão de crédito presumido. Aí seria uma outra conta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ LUIS SARAIVA – Mas como a apresentação vai ficar disponível, Senador, colocamo-nos à disposição junto com a CNI e com a LCA para fazer uma tarde somente desse estudo, para que possamos ter a escolha do melhor caminho.

Próximo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Agradeço-lhe, André, pela contribuição que o senhor traz a este debate.

Vou pedir a apresentação completa para colocá-la à disposição dos membros desta Comissão. Realmente há dados bastante interessantes para serem analisados.

Passo agora a palavra ao Sr. Bastiaan Philip Reydon, professor da Universidade de Campinas.

O SR. BASTIAAN PHILIP REYDON – Boa tarde a todos.

Agradeço ao Senador Rodrigo Rollemberg pelo convite.

Quero começar dizendo que não sou especialista em tributação. Eu trabalho basicamente na área de sustentabilidade em geral e na questão fundiária e os impactos da questão fundiária na questão ambiental. Mas, como economista e professor de Economia, tenho um interesse muito grande nessa área mais geral, mas não me sinto à vontade para entrar numa discussão mais profunda.

Então, sempre lembrando as dimensões da sustentabilidade, social, ambiental e econômica, eu vou me preocupar mais com a dimensão ambiental, lembrando sempre que nós estamos num caminho bastante temerário, em termos de globo, em termos de aquecimento global, e que o aquecimento global se expressa muito claramente no aumento da temperatura, no aumento dos níveis dos mares, na diminuição das neves no Hemisfério Norte, principalmente.

Todas as informações coletadas ao longo dos últimos 20 anos pelo IPCC só estão se tornando mais graves. Eu, pelo menos, não tenho dúvida de que o ser humano, na Terra, com base nessa tabela, tem participado ativamente desse processo. Ou seja, nós estamos lançando cada vez mais CO_2 e outros gases na atmosfera. As perspectivas disso são impactos bastante grandes em termos de elevação dos níveis dos mares. Ontem mesmo, eu estava discutindo com algumas pessoas que trabalham com a questão fundiária. Já há cartórios e Municípios se preocupando com isso, porque algumas áreas já estão desaparecendo na costa brasileira. Então, é uma coisa concreta que está acontecendo e que nós vamos ter de enfrentar.

O que causa esse aquecimento global, grosso modo? São as queimas de combustíveis, os lixões. As duas apresentações anteriores mostraram o que já estamos fazendo em termos de diminuição de resíduos sólidos. E há dois temas extremamente importantes, que são as atividades agropastoris e o desmatamento. Apesar de também trabalhar nessas duas outras áreas, eu me interesso particularmente pelo desmatamento, porque esse é o principal impacto no Brasil.

As projeções em termos do aquecimento global compreendem elevações de temperatura de 1,8ºC a 6,4ºC – cada vez, nós estamos mais distantes da meta de 2ºC, já estamos chegando à meta de 3ºC, de 4ºC –; mudanças no clima, com chuvas intensas, com secas severas – estamos vivendo isso neste momento neste País; o centro-sul está sem chuva, e o Norte está com excesso de águas –; acidificação; e desaparecimento de uma quantidade grande de espécies.

Algumas propostas foram colocadas claramente: a redução do PIB mundial e a diminuição das emissões diretas da indústria, da agricultura e do desmatamento. Este dado para mim é muito importante: a maior parte, 65%, da mitigação nos trópicos está relacionada... Cinquenta por cento dessa mitigação têm de acontecer no término do desmatamento. Eu tenho me debruçado um pouco mais sobre isso. É claro que a eficiência energética e a melhora na reciclagem são fundamentais também.

Então, como pensar, como resolver? A partir da premissa de que, normalmente, os problemas ambientais são chamados de externalidades, eles ocorrem onde não existe propriedade, onde os direitos são difusos ou onde o Estado é incapaz de regular. Essa é uma coisa muito importante.

Estamos sempre debatendo se temos de usar mais políticas que chamamos de comando e controle, que são regras que colocam limites absolutos, como foi o caso em São Paulo da Lei dos Mananciais, que, em 1976, proibiu a existência de lotes menores do que dez mil metros quadrados ou um hectare nessa região. Como nós fizemos uma proibição, o que aconteceu? Hoje, são favelas gerando uma quantidade imensa de resíduos e de esgoto, que são lançados no Guarapiranga, que deixa de ter água.

Então, é importante a gente se lembrar sempre do aspecto geral e teórico que está por trás disso e, é claro, das florestas. A maior parte do desmatamento ocorre ou em terras públicas ou em terras devolutas, que não têm dono. Então, temos de pensar em políticas concretas para isso, o que não é muito simples.

Então, só passando rapidamente pelas políticas, quero lembrar que temos o Código Florestal de 1965, a atualização do Código Florestal em 1996 e o novo Código Florestal em 2012. Esse Código Florestal de 2012 não alterou grandemente a questão dos limites, o que chamo de políticas de comando e controle, que nem sempre são passíveis de serem fiscalizadas. Além disso, estabelece o CAR e propõe o uso do ITR para incentivo às florestas, à manutenção ou preservação de florestas. Esse é um aspecto muito importante para mim.

Há outras políticas que atuam no controle do crime ambiental, como a Operação Curupira, em que o Ibama e a Polícia Federal estão atuando de forma conjunta. Há também restrição de crédito às áreas onde há muito desmatamento. Mas são todas políticas que, no longo prazo, não podem persistir.

Essa é uma definição da FAO. Ou seja, o Brasil é o único País que mantém uma grande floresta tropical. Nós temos desmatado bastante.

Esse quadro do Prodes mostra o tanto de desmatamento. Em 2004, havia mais ou menos 27 mil quilômetros quadrados de desmatamento ao ano, e caímos para a faixa de 5 mil ou 6 mil quilômetros quadrados de desmatamento. Mas, em 2013, houve aumento do desmatamento. E a pergunta sempre é: por quê? A gente sabe que os principais motores ou *drives* do desmatamento são os ganhos associados ao uso produtivo da terra; as políticas públicas, com disponibilidade de recursos da Sudam e do Finam; a acessibilidade, com a construção de estradas, de rodovias; e a macroeconomia mesmo, pois as fases de crescimento do PIB geram crescimento do desmatamento.

Para mim, essa tabela revela o real movimento que ocorre em termos de desmatamento. Veja que esse é o valor da terra. Numa propriedade com floresta, com mata, nos Estados da Amazônia – isto varia, é claro –, está entre R$108,00 e R$550,00 o valor do hectare. A propriedade com pastagem vale muitas vezes mais. Ou seja, existe, implicitamente, só pela valorização da terra, um incentivo ao desmatamento. Essa é uma questão muito importante que nós não temos enfrentado. Nem o Código Florestal consegue lidar com isso. E acho que nenhum outro instrumento consegue lidar com isso. Aí é que entendo que o ITR é um elemento fundamental para se lidar com isso, tanto desincentivando a especulação com a terra, quanto incentivando a floresta em pé.

Esse é o quadro, feito pelo Imazon, das causas do desmatamento em 2013. Aqui, a gente vê outro aspecto importante: a maior parte do desmatamento ocorreu ou em terra sem informação ou em assentamentos ou em terra pública não destinada. Ou seja, 80% do desmatamento se deram em terras de uma forma ou de outra ligadas ao Estado. Venho trabalhando na questão da necessidade de o Estado brasileiro assumir o seu papel de regular a terra no País.

Para entrarmos um pouco mais nas políticas, se me resta algum tempo, quero dizer que, grosso modo, há dois grandes grupos de políticas. Há as políticas que chamamos de comando e controle, que abrangem a regulação direta e a imposição de padrões, o que tem sido a prática adotada no Brasil e na maior parte dos países do mundo. É um tipo de política que requer uma capacidade direta de controle. Dou dois grandes exemplos: um deles foi a política ligada aos transgênicos, em que se criou uma proibição, mas não se foi capaz de efetivamente regular e fazer esse controle; o outro foi o exemplo que já dei dos mananciais em São Paulo. Então, é um tipo de política muito usada. É eficiente, quando bem aplicada, quando bem utilizada.

Agora, a gente usa muito pouco todos os tipos de política que chamamos de incentivos econômicos: taxas, subsídios, criação de mercados. Essas políticas, para mim, são as que a gente deveria usar mais. E o ITR, quando incentiva a manutenção da floresta em pé, pode ser um bom exemplo disso.

Para não passar ao léu da política tributária, além dos exemplos que já foram dados pelos meus antecessores, é importante ter clareza de que, hoje, a reciclagem tem mais de uma tributação pelo menos. Então, em algum caminho de tributação, a gente tem de pensar na questão da reciclagem. E acho que isso só vai ser possível no contexto de uma reforma tributária mesmo. Ou seja, dentro da reforma tributária, nós vamos ter de incluir essa questão da reciclagem.

Não vai dar tempo de eu falar tudo do ITR, mas, dentro disso, nós vamos ter de trabalhar muito mais com os impostos extrafiscais. Então, essa é a ideia de que um imposto tem uma função extrafiscal. Isso, para mim, é extremamente importante. O ITR não funciona hoje exatamente por causa disso, porque se tinha a intenção de que ele fosse um imposto eminentemente fiscal. Para mim, ele tem estas duas funções: impedir, coibir o uso especulativo da terra e coibir o desmatamento ou incentivar a preservação. Um dos exemplos foi dado hoje aqui: o caso do IPTU urbano, do IPTU verde. Várias cidades já adotam isso e têm obtido resultados bastante interessantes com o mecanismo para incentivar a manutenção de florestas em pé também nas cidades.

Além disso, temos outros problemas que vão ter de aparecer numa reforma fiscal mais ampla. É o seguinte: quando a gente está trabalhando com algum imposto eminentemente ambiental, não há, pelo menos

no quadro fiscal de hoje, como canalizar esse recurso diretamente para as melhoras ambientais. Então, essa é também uma questão que vamos ter de tratar com cuidado quando formos fazer a reforma fiscal, que, espero, vamos conseguir fazer em breve.

Vamos ver os dados do ITR. O Brasil é um País que se dá ao luxo de só cobrar 0,46% do PIB em termos de ITR, enquanto os Estados Unidos cobram 3% e o Canadá cobra muito mais. Desde que o Brasil é Brasil, fala-se de ITR, mas não cobramos efetivamente. E uma das principais razões para isso é a ausência de um bom cadastro. Estou trabalhando diretamente nisso neste momento, com um grupo intergovernamental, para a gente associar os vários cadastros que existem.

A elevação da alíquota máxima foi feita em 1996, quando houve a transferência do ITR para a Receita Federal. Existem estudos que mostram que existe um potencial de arrecadação de R$4,3 bilhões e que o máximo de arrecadação que temos obtido é de R$603 milhões. Assim, existe uma subdeclaração, por várias razões que não vou abordar agora, do valor da terra e da área aproveitável. Então, os mecanismos para viabilizar o ITR não são tão difíceis, além do que já existe hoje a possibilidade de o ITR ser cobrado pelo Município. Se ele não é um recurso de caráter fiscal para o Governo Federal, ele pode sê-lo para os Municípios menores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BASTIAAN PHILIP REYDON – Aqui, mostra-se a participação na arrecadação total de impostos do ITR. A gente vê a sua queda assustadora. Só no ano em que a gente fez a reforma, de 1994 para 1995, é que aumentou um pouquinho a arrecadação. Depois, ele voltou cair. Esse é o total de arrecadação.

Para concluir, quero dizer que entendo que a gente tem de fazer uma tarefa urgente e fundamental, que é a reforma fiscal, para resolver os problemas econômicos, os problemas de custo Brasil, os problemas sociais. Entendo que isso deveria ser feito através de uma Constituinte exclusiva. Pelo que vejo, desde que me conheço por gente como economista, ouço: "Ah, temos de fazer uma reforma fiscal!" Mas nunca conseguimos dar um passo concreto nessa direção.

Nessa reforma, têm de ser incluídos os incentivos econômicos para a sustentabilidade e custos em sustentabilidade. E há a necessidade de utilizar o ITR e outros tributos para fins extrafiscais, principalmente voltados à governança de terras e à sustentabilidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BASTIAAN PHILIP REYDON – Para mim, esse é um tema central.

Esse é o quadro atual da administração fundiária no País. Ou seja, há um conjunto de órgãos que não conversam, que não se falam – o Judiciário está aqui com todos os seus problemas também – e que definem o uso do solo. E esse uso do solo tem uma ligação direta tanto com a questão das florestas quanto com a questão urbana. Toda a nossa ocupação urbana, todos os nossos problemas urbanos decorrem da ausência de uma administração fundiária adequada.

Agradeço e peço desculpas pela delonga.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito bem!

Agradeço as palavras do Sr. Bastiaan Philip Reydon, professor da Universidade de Campinas.

Vamos agora passar a palavra ao nosso próximo convidado, o Dr. Caio Luiz Carneiro Magri, Diretor de Operações, Práticas Empresariais e Políticas Públicas do Instituto Ethos.

O SR. CAIO LUIZ CARNEIRO MAGRI – Boa tarde a todos e a todas!

Quero cumprimentar o Senador Rodrigo Rollemberg e todos os companheiros desta Mesa.

São parceiros importantes nesse processo o André Lima e o Ipam.

Acho que estou aqui numa certa missão de pensar o processo em que estivemos e estamos e os próximos passos que acredito que sejam muito importantes, porque não iniciamos um seminário em novembro para chegarmos às conclusões a que estamos chegando sem podermos pensar em que estratégias temos – e aí falo exclusivamente como organização da sociedade civil – para poder incidir nesse processo.

Tive relatos da sessão de ontem. O Senador fez uma breve introdução, resgatando princípios importantes, que estão sendo reiterados aqui, e a necessidade de uma revisão da política fiscal e tributária no Brasil, olhando para a sustentabilidade de forma mais global.

O Prof. Bastiaan trouxe conceitos com os quais a gente concorda totalmente.

Há dimensões diferentes em qualquer iniciativa de política fiscal e tributária para a sustentabilidade, e se tem de, permanentemente, olhar para três lugares simultaneamente. Temos de fazer esse exercício, porque esse exercício é central. É preciso olhar para a capacidade de essa política promover – esta é uma questão central para o País – a redução das desigualdades, o que é fundamental, propondo, através de seus mecanismos, inclusão social, geração de empregos, melhoria de renda. Há um segundo aspecto, que é a dimensão da sustentabilidade. E aí fica um pouco um conceito que é geral, mas que também é aplicado e entendido de forma

mais circunstanciada, o de uma sustentabilidade socioambiental. É preciso também incidir sobre a necessária promoção de maior integridade na relação de todos os entes econômicos e sociais com mais transparência. E ainda, de alguma forma, é preciso conseguir promover aumento da produtividade, o que é central para a civilização, é central para o País, mas, ao mesmo tempo, é preciso conseguir reduzir os impactos sobre os recursos naturais. Não dá para trafegar sem essa dupla dimensão. É preciso ter a capacidade, de novo, de promover transparência, com possibilidades claras de acesso e de controle social sobre as políticas fiscais e tributárias. E ainda é preciso ser claramente capaz de reduzir os impactos sobre os recursos naturais e a promoção dos bens públicos.

Portanto, é esse o conjunto que me parece que tem sido reiteradamente dito nessas sessões do seminário de novembro, nas sessões que estão sendo realizadas aqui, nas audiências públicas, neste diálogo de alto nível que foi estabelecido na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, coordenada pelo Senador Rodrigo Rollemberg.

Há algo que me parece importante destacar nesse processo.

Prof. Bastiaan, ontem, em São Paulo, aconteceu um seminário. Acho que todos vocês acompanham a situação crítica do Estado. São absolutamente irresponsáveis as autoridades que fazem a gestão dos recursos hídricos do Estado e da cidade de São Paulo. Isso não é novidade para ninguém. Aliás, hoje, tomei água em Brasília. Tenho absoluta certeza, como disse o professor e pesquisador Antônio Nobre, de que a água do volume morto pode ter propriedades químicas idênticas e potabilidade, mas não tem energia, não tem vida, não tem os micro-organismos absolutamente necessários para a sustentação humana. Então, espero que, rapidamente, a gente consiga parar de beber água do volume morto.

Mas sugiro que o senhor adicione o que o professor e pesquisador Antônio Nobre disse aos seus números estatísticos absolutamente críticos com relação à degradação ambiental do ponto de vista da destruição das florestas brasileiras. O índice de desmatamento da Floresta Amazônica que está aqui precisa se somar ao índice de degradação da floresta. Esses números nos dão algo em torno de 2,2 milhões de quilômetros quadrados historicamente degradados e erradicados com corte raso. Então, é só uma observação que faço.

Esse é o impacto que a gente vive neste momento na cidade de São Paulo e na Região Sudeste. A bomba hidrológica, o coração da hidrologia do Sudeste do País está completamente em crise, está paralisado. Essa é a capacidade de a Amazônia conseguir produzir toda a lógica das chuvas, do regime de chuvas no Brasil.

O que estou dizendo de novo é que, se nós não tivermos capacidade de, através de uma política fiscal e tributária... Aí, Prof. Bastiaan, talvez, possa haver simultaneamente processos mais cirúrgicos de defesa, através de mandatos comprometidos com essa agenda de mudanças que possam indicar transformações importantes no caminho. Mas também é preciso trabalharmos com a sociedade a construção de um ambiente em que se possa fazer uma reforma tributária, de fato, mais extensa, mais ampla e mais profunda. Acho que vamos ter de, permanentemente, lidar com situações em que possamos avançar nas decisões que sejam de projetos de lei na governança da capacidade da sociedade e dos mandatos comprometidos com essa agenda de avançarem, mas também temos a possibilidade de construir um processo de uma reforma mais profunda.

Retomando um pouco o nosso histórico nesse processo, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado acolheu e desenvolveu, através dos seminários, esse conjunto de iniciativas. Temos aqui a segunda e última audiência pública, para que nós possamos dar passos adiante e construirmos, certamente, um conjunto de propostas. E aqui faço menção de algumas delas, que me parecem importantes, porque são propostas, de novo, que não necessitam de uma reforma tributária no sentido mais amplo, mas necessitam, sem dúvida, de um nível de pactuação para que essas mudanças aconteçam. Uma reforma tributária necessitará de uma pactuação muito maior da sociedade, muito mais profunda, muito mais radical.

Eu uso como exemplo duas questões a que o Prof. Ignacy Sachs tem, permanentemente, feito referências: como buscar recursos que possam incidir, financiar uma transição do modelo econômico que nós temos hoje, que é insustentável, para um modelo sustentável. Ele dá dois exemplos muito interessantes, muito possíveis de serem implementados neste momento.

Um deles é olhar para a massa de arrecadação tributária a partir do trabalho. Esse ponto parece-me central, e há acordo de todos nós em que é importante desonerar o trabalho, mas, ao mesmo tempo, não podemos reduzir a massa de recursos capturados com os impostos para os investimentos do Estado.

Então, por que não trocar? No mesmo balanço, lógico, da quantia de recursos através dos impostos do trabalho, reduzir os impostos do trabalho e aumentar os impostos sobre emissão de carbono, numa mesma proporção, o que significa que quem conduziu o seu negócio, o seu setor, a sua empresa, a sua indústria numa perspectiva de inovação para reduzir os impostos, reduzir a incidência sobre as emissões de gás de efeito estufa, fazer uso de energia renovável e reduzir o uso do carbono intensivo tem impostos menores. Mas, ao mesmo

tempo, tem, permanentemente, maior chance, maior oportunidade de gerar empregos. A economia desse processo fica trocando o que nós estamos impactando o trabalho para onerar outra área, fazendo a mesma conta.

E uma outra é que nós temos de, necessariamente, olhar – e o Prof. Bastiaan acho que sinalizou isso – que, de alguma forma, os bens públicos precisam ter uma forma diferente de ser encarados. Quando, através dos bens públicos, temos a incidência de ganhos privados, nós temos de olhar um pouco para essa relação. O Prof. Ignacy Sachs tem feito defesa veemente da necessidade de se criarem impostos para o uso dos bens públicos, dos mares, dos rios e do espaço aéreo. Parece-me importante também pensar nessa alternativa, recursos esses que, captados através de uma taxação nessa direção, seriam utilizados para financiar inovação e investimentos em prol de uma economia mais sustentável.

Eu acredito que estamos aqui num momento, Senador, muito importante, do ponto de vista da agenda da sociedade civil, da agenda política, da agenda das empresas – portanto, numa oportunidade bastante feliz.

Eu acredito que, daqui para a frente, temos dois caminhos, dois processos a partir dessa massa crítica construída nesse caminho, neste ano – começamos em novembro, e estamos aqui em junho –, quer dizer, nestes sete meses. Acho que nós temos dois caminhos que não são contraditórios, mas que podem ser extremamente complementares e necessários.

Um deles é que há uma articulação crescente de organizações da sociedade civil que agora, no dia 25 de junho de 2014, em São Paulo e em várias capitais, vai lançar publicamente, a todos os partidos políticos, a todas as campanhas eleitorais, a todos os candidatos e candidatas, uma agenda Brasil Sustentável Eleições 2014.

Essas organizações querem propor um diálogo, para podermos fazer uma discussão de alto nível nessas eleições em torno de quais são os projetos concretos para construir um processo de transição, para podermos aprofundar as conquistas e avançar na direção de uma agenda para um Brasil sustentável.

Acho que todo esse insumo construído nesse processo deve ser capturado por essas organizações de forma legítima, de forma transparente, e deve ser incorporado nessa plataforma que vai ser apresentada aos candidatos aos cargos eletivos, ao Executivo e aos mandatos parlamentares.

Por outro lado, outro processo importante é o próprio processo da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que, com toda essa massa de informações e de propostas, pode desenvolver uma ação estratégica, única, dentro do Senado, na perspectiva de construir mecanismos regimentais para que esse processo continue dentro do Senado ainda, acredito eu, no mandato de 2014.

Então, esses dois caminhos não me parecem de forma alguma contraditórios. Parece-me que é uma oportunidade de revelar que, na construção de um diálogo entre organizações da sociedade civil, associações setoriais e empresariais, organizações e associações de classe, trabalhadores e Academia, é possível retirar desse processo um conhecimento, um aprendizado, que se coloca como insumo para estratégias de um comportamento político absolutamente necessário e responsável nas eleições que vão acontecer neste ano.

Então, nós estamos aqui e, talvez, consigamos rapidamente, André, em parceria com o Ipam e com outras organizações, fazer um resumo executivo desse processo, para retirar daí um diagnóstico mais amplo e muito focado nos desafios necessários para avançarmos na mudança de uma política tributária e fiscal nessa direção e nos seus princípios.

Esperamos que, no diálogo, no processo político deste ano, possamos conquistar compromissos efetivos tanto por parte dos mandatos parlamentares que acontecerão a partir de 2015 quanto por parte dos governantes, dos executivos dos governos estaduais e do Governo Federal. Que eles possam assumir compromissos efetivos com essa agenda nessa perspectiva!

O Ethos está totalmente comprometido com esse processo. A gente está convidando outras organizações para desenvolver essa estratégia. E acredito que toda a produção que a gente construiu ao longo desse período é uma produção riquíssima, com estudos específicos, com aprofundamento de propostas. Pode haver aqui textos quase prontos para um processo de debate parlamentar e legislativo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAIO LUIZ CARNEIRO MAGRI – Portanto, reitero que a nossa expectativa é a de que o caminho dentro da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, preservando a participação, que foi garantida pelo Senador Rodrigo Rollemberg e pelo Senador Lindbergh Farias, da sociedade civil, das organizações e das entidades, continue sendo trilhado e a de que nós possamos capturar de forma legítima os principais ensinamentos e lições que obtivemos nesse processo, para colocar como um desafio para o debate político em 2014.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado.

Agora, contamos também com a presença do Sr. Justiniano Neto, Secretário do Programa Municípios Verdes, do Governo do Estado do Pará.

Estamos com uma pequena dificuldade, pois está próximo o começo da Ordem do Dia. Mas vamos, com muito prazer, ouvir as palavras do Sr. Justiniano Neto.

O SR. JUSTINIANO NETO – Boa tarde a todos!

Senador Rodrigo Rollemberg, agradeço o convite em nome do Governo do Estado do Pará. É uma honra estar aqui, no Senado. Em seu nome, cumprimento os demais colegas da Mesa.

Na pessoa de André Lima, que é nosso parceiro do Programa no Estado do Pará, cumprimento as demais pessoas que nos assistem aqui.

Rapidamente, quero dizer que a gente recebeu o convite para compartilhar a experiência do ICMS Verde no Estado do Pará, que é uma modalidade de ICMS Ecológico, que é um tributo que tem o condão de estimular a sustentabilidade.

O Programa Municípios Verdes, só para contextualizar, é um programa do Governo do Estado do Pará que conta com a parceria da sociedade civil, do Ministério Público Federal e Estadual, de produtores rurais e das indústrias e que nasceu inspirado na experiência de Paragominas, Município paraense que, em 2008, ingressou na lista dos Municípios que mais desmatavam a Amazônia, mas que teve uma atitude diferente: em vez de ter uma postura reativa, teve uma postura proativa.

A sociedade local firmou um pacto contra o desmatamento, passou a perseguir a regularidade ambiental e o fim do desmatamento no Município. Fato é que, dois anos depois, esse Município foi o primeiro a sair dessa lista da Amazônia e acabou se tornando exemplo para o Brasil e até para o mundo, tendo sua iniciativa, o modelo de governança local, a busca da sustentabilidade, a partir da perspectiva local, sendo copiada por vários Municípios. E o Pará acabou copiando o exemplo desse Município e lançou o programa em nível estadual. Hoje, dos 144 Municípios paraenses, 105 já fazem parte do programa.

Pois bem, esse programa trabalha com a questão de envolver a sociedade local, mostrando que o desmatamento não é mais sinônimo de desenvolvimento. Ele trabalha muito com a questão do diálogo, sem abrir mão evidentemente de ações de fiscalização. Mas essa não é a tônica. A fiscalização ambiental foi a tônica do combate ao desmatamento, talvez nos últimos 20, 30 anos da Amazônia, e não mostrou ser apenas ela eficaz. Quando a fiscalização sai de uma região do Município, o desmatamento voltava. Com essa abordagem, a partir do PAC, do diálogo e de instrumentos de incentivo, a gente tem conseguido, em vários Municípios do Estado do Pará, derrotar, de forma permanente e duradoura, o desmatamento. Lógico que é como a inflação. É uma liberdade vigiada. Você tem que estar sempre monitorando, trabalhando. E um dos instrumentos de incentivo foi a criação do ICMS Verde.

Então, rapidamente, do que se trata? A possibilidade, a janela de oportunidade para se criar o ICMS Verde e o Ecológico existe na nossa Constituição Federal. O art. 158 prevê que 75% do bolo do ICMS repassado aos Municípios têm a ver com o tal valor adicionado, que é o movimento econômico que o Município faz. Mas 25% são de acordo com o que dispuser a lei estadual, ou seja, o legislador estadual tem discricionariedade para poder criar os critérios de repasse nessa fatia do bolo de 25%.

Pois bem, vários Estados criam seus critérios, e o Estado do Pará, na Constituição Estadual, no §2º do art. 225, já assegurava que a variável ambiental deveria ser considerada no repasse do ICMS. E, em julho de 2012, a Lei nº 7.638 acabou detalhando mais um pouco o que seriam esses critérios. E o que trouxe de novidade essa lei? Fez o seguinte: o Estado do Pará tinha até então, como critério de repasse, o valor adicionado, 75% – isso é constitucional, ninguém pode mudar –, e os outros 25% eram: população, 5%; território, 5%; e igualitário, 15%. O que essa lei preconizou foi retirar da parcela do igualitário e criar, de forma progressiva, uma variável ambiental. Então, o igualitário, que era 15%, em 2012, cujo repasse é feito em 2014, caiu para 13% – portanto, o ambiental ficou com 2% –, depois para 4%, depois para 6%, depois para 8%. De tal forma que, já em 2015, a principal variável do ICMS no Estado do Pará, depois do valor adicionado, que é a grande parcela, vai ser a variável ambiental.

Então, o Estado se coloca como um dos maiores Estados hoje em termos de variável ambiental. A gente perde para o Tocantins e ganhamos dos demais Estados. Portanto, está-se dando um peso muito grande na variável ambiental. Essa variável tem um critério ecológico, quer dizer, aspectos ecológicos que fazem com que o Município receba, mas tem também uma inovação: o critério de fruição. Não basta apenas o Município ter condições objetivas para receber a parcela do ICMS. Ele também tem que ter condições subjetivas, como, por exemplo, ter o Sistema Municipal de Meio Ambiente estruturado. Tem que haver um Conselho de Meio Ambiente, o fundo, a Secretaria do Meio Ambiente e outros instrumentos de política pública, porque essa parcela do ICMS é para fortalecer a governança ambiental do Município.

Aí eu chegaria logo na parte que considero mais interessante. Essa variável, que começa em 2% e vai chegar a 8% – e aí vou falar em números –, esses 2% que estão sendo repassados este ano representam, este

ano, mais de R$40 milhões; no ano que vem vão ser R$80 milhões, depois R$120 milhões e, em 2015, a base de cálculo que será repassada em 2017 será de R$160 milhões para os Municípios paraenses.

Então, como eu divido essa fatia do bolo de R$160 milhões?

No Pará, nós fizemos assim: um quarto dessa subfatia, digamos, vai ser de áreas protegidas – isso outros Estados brasileiros sempre fizeram –; o outro um quarto – e aí começa a novidade – vai ser proporcional à taxa de desmatamento. Quanto maior a redução da taxa de desmatamento, mais o Município participa da parcela. E existe um critério de entrada. Para receber essa parcela, o Município tem que ter, no mínimo, 20% do remanescente florestal. Hoje, alguns Municípios no Pará desmatam muito pouco, mas é porque não têm mais florestas. Desmataram tudo no passado e hoje têm 5%, 3% da floresta original. É fácil não desmatar assim.

Portanto, estipulamos um critério mínimo de 20%. Se o Município tiver menos de 20% ele não participa dessa parcela. Ter mais de 20% é o critério de entrada. E aí veremos se ele consegue atingir a redução de taxa de desmatamento, que é progressiva. Por exemplo, neste ano de 2014, ele tem que ter tido uma redução de pelo menos 20% em relação à média de 2008 a 2011. No ano que vem, 30%. No outro ano, 40%. E, a partir daí, manter essa performance. É uma medida que vai estimulando os Municípios a reduzirem cada vez mais suas taxas.

Outra novidade do critério ecológico é 50% do peso. Ou seja, este ano, mais de R$20 milhões vão ser distribuídos para os Municípios que tiverem seu território coberto pelo Cadastro Ambiental Rural, o famoso CAR, que é uma novidade na legislação brasileira. Foi criado pelo Código Florestal de 2012 e lançado há cerca de duas, três semanas, via decreto e instrução normativa, pelo Governo Federal. Porém, no Pará, já existe desde 2006. Nós somos o Estado brasileiro que mais tem cadastro. Nós já temos 112 mil imóveis cadastrados, 37 milhões de hectares inclusos no Cadastro Ambiental Rural. Nosso objetivo é criar um instrumento econômico que estimule o cadastro, porque sem cadastro ambiental não há governança, não se consegue, de fato, saber quem está onde, se respeita ou não as regras ambientais. Então, nós avançamos bem no cadastro. Nos últimos três anos, crescemos 480% em número de cadastros, mas queremos chegar a 2016 com quase 100%, que uma meta difícil, mas acima de 90% do nosso território coberto pelo cadastro.

Aqui, detalha um pouco mais como são feitos esses cálculos. Não é o caso, neste momento. Com isso, eu rapidamente explico.

E finalizaria citando números deste ano, que acabei de receber no meu WhatsApp. Eu pedi a tabelinha que mostra como estamos. Nesse primeiro trimestre, o Pará já repassou para os Municípios R$6,8 milhões de ICMS Verde, com base nesse critérios. Se mantivermos a média de arrecadação, porque é proporcional a arrecadação, vamos para R$26 milhões no correr do ano, superando a previsão inicial, que era de R$20 milhões. Então, vamos para R$26 milhões de redistribuição. E a vantagem disso é estimular, pela ótica do incentivo e não apenas da punição, a regularidade ambiental. e permitir que ideias inovadoras aconteçam.

Finalizo citando o exemplo de uma iniciativa do Ipam, onde o André Lima, nosso parceiro, também trabalha. O Ipam está em vias de lançar, no Estado do Pará, e depois para a Amazônia, a chamada lista positiva dos produtores rurais. A partir do cadastro, ele consegue analisar que produtores que, de 2008 para frente, não fizeram o desmatamento ilegal e que mantêm nas suas propriedades as porções de florestas preconizadas em lei. E inclusive vai colocar assim: quem tem até 50% está no nível; quem tem entre 50% e 80% de floresta já está em um nível melhor; e quem tem acima de 80% já tem um *plus*, já tem mais do que a legislação exige. E vai ser sinalizado, vai haver um *dégradé* verde escuro, verde médio e verde claro. A tendência é passar essa mensagem para o mercado, para as instituições financeiras, a fim de que aqueles produtores sejam reconhecidos como bons prestadores de serviços ambientais e respeitadores da lei.

Eu acho que essa é uma nova forma de fazer política ambiental, trabalhando com a ótica dos incentivos econômicos. Neste caso, incentivos fiscais tributários. E tem surtido um bom efeito no Estado do Pará.

Obrigado. Fico à disposição para quaisquer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado, Justiniano Neto. Parabéns pela apresentação, pelas novidades que apresenta aqui, como Secretário do Programa Municípios Verdes, do Governo do Estado do Pará.

Como eu disse, estamos com uma dificuldade em relação ao nosso tempo, pois já vamos iniciar a Ordem do Dia no plenário do Senado, mas quero, antes de passar a palavra para alguma observação dos membros da Mesa, dizer, mais uma vez, reiterar a importância deste debate. É importante a gente levantar informações, fazer experiências bem-sucedidas, trazer reflexões da Academia sobre como construir uma política tributária que também tenha o viés da sustentabilidade.

Ontem, nós discutimos aqui os efeitos das isenções tributárias produzidas no Brasil. Houve uma redução da arrecadação, mas muitas vezes com impactos não positivos na vida das pessoas. Por exemplo, o próprio André Lima levantou aqui a contradição de termos isenção para IPI de automóveis e não termos isenção para IPI de bicicletas. Ao mesmo tempo, ao reduzir de forma indiscriminada, sem priorizar determinados setores da

economia com viés da sustentabilidade, nós aumentamos muito o número de carros nas ruas brasileiras sem ampliar a capacidade e a qualidade do transporte coletivo, o que está tornando nossas cidades inviáveis do ponto de vista da mobilidade urbana.

Temos outros problemas. O Brasil sempre se orgulhou de ter uma matriz predominantemente limpa, e nós estamos usando como nunca usamos, na quantidade, as usinas termoelétricas, com um impacto ambiental grande e, ao mesmo tempo, com impacto econômico. Porque o Governo está tendo que colocar muitos recursos, em função do alto preço dessa energia, para compensar as empresas de energia.

Por outro lado, a política de preço desenvolvida em relação à Petrobras, à gasolina, tem levado o setor sucroalcooleiro a uma situação de muita dificuldade. Ontem, nos jornais nacionais, o ex-Ministro Roberto Rodrigues alertava para situação de muita dificuldade do setor da indústria do etanol no Brasil.

Então, são questões que precisam ser efetivamente pensadas. Precisamos refletir acerca dessas questões e de como construir uma política tributária inteligente do ponto de vista da energia, dos resíduos sólidos, da agricultura, do transporte, da indústria e de outros instrumentos que permitam caminhar na direção de uma economia sustentável através do crédito, dos impostos, das compras públicas.

Ali foi demonstrado claramente que a maior responsabilidade pelo desmatamento da Amazônia é dos assentamentos, ou seja, uma forma equivocada de assentamento. O próprio Governo, muitas vezes, pelas suas linhas de crédito, estimula determinadas práticas que hoje não são as mais adequadas do ponto de vista da sustentabilidade, o que torna este debate bastante atual, bastante necessário, especialmente no momento em que, às vésperas de um processo eleitoral, a sociedade civil também terá oportunidade de ouvir dos pré-candidatos à Presidência da República e aos Governos estaduais também as suas propostas para uma economia sustentável.

Dessa forma, eu agradeço muito a colaboração dos nossos convidados que nos honraram muito com suas presenças. E consulto se alguém quer fazer uma observação, uma fala final. Está aberta a palavra. (*Pausa.*)

Passo palavra ao Justiniano.

O SR. JUSTINIANO NETO – É só para registrar um agradecimento nesse trabalho do ICMS também, mais uma vez, ao André, que foi um dos mentores. Foi para lá, ficou quase uma semana e nos ajudou a fechar essas fórmulas mais inovadoras e engenhosas que eu apresentei.

Obrigado.

O SR. ANDRÉ LIMA – Senador, só para fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Com a palavra, André Lima, representante do IPHAN.

O SR. ANDRÉ LIMA – Eu quero também agradecer a presença de todos vocês. A gente ajudou a pensar um pouco o formato dessas duas audiências públicas e todos os palestrantes aqui, bem ou mal, quer dizer, em alguns momentos, tangenciaram exatamente o que a gente queria, quer dizer, tratar o tema do ITR ou do IPTU verde ou da questão dos incentivos para os resíduos.

Eu acho que a gente poderia ter hoje – nós não vamos ter muito tempo para explorar isso, Senador... Eu acho que a gente tem que buscar, num próximo momento – pode ser em conversas bilaterais do grupo de trabalho –, aprofundar um pouco essas propostas, porque acho que esse grupo de trabalho pode, como bem sugeriu o Caio, ir além das diretrizes gerais e tentar trazer mais subsídios para poder apresentar sugestões mais aprofundadas em cima de questões importantes. Por exemplo, acho que a gente poderia explorar um pouco mais o IPTU Verde de Guarulhos , obter um pouco mais de dados, procurar saber como ele está funcionando, quais as dificuldades que ele enfrenta para avançar, para a gente fazer sugestões. A mesma coisa com o ITR. Por exemplo, o Prof. Bastiaan mencionou aqui alguns elementos importantes do ITR que a gente pode aprofundar. Então, eu já quero, como apoiador do grupo de trabalho, pedir que as instituições aqui presentes façam parte, possam contribuir, trazer elementos para que a gente consiga elaborar um relatório bem consistente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Bom, eu quero agradecer, mais uma vez, a presença de todos, que nos honraram muito com suas presenças e trouxeram contribuições valiosas para esse grupo de trabalho, e quero fazer um agradecimento especial aqui ao André Lima, que aqui representa o Ipam, que provocou esta Comissão, a mim e ao Senador Lindbergh quanto à importância de trazer este debate para o âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos. Infelizmente, a agenda só nos permitiu fazer isto neste momento, já no final do primeiro semestre, quando estamos com uma pauta legislativa carregada, com... Vamos ter um esforço concentrado ainda hoje, com a apreciação de diversas matérias.

Mas eu quero sugerir ao André, como parte do grupo de trabalho e grande apoiador desse trabalho, que ele possa servir como uma ponte entre as instituições que estão à mesa, as pessoas e as instituições que estão representadas e as que estiveram ontem e outras que não estiveram presentes, mas que estão dispostas a dar essa contribuição para buscar essas propostas de forma mais aprofundada, mais concreta, para que a gente possa, então, apresentar uma proposta de documento a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos,

que podem se transformar em propostas para o debate com a sociedade, podem se transformar em projetos de lei e podem se transformar também em propostas de políticas públicas a serem encampadas pelos nossos próximos gestores, no próximo quadriênio, tanto no plano nacional quanto nos planos estaduais.

Mas, aqui, quero muito agradecer e dizer que fiquei muito satisfeito, muito honrado de ter podido presidir essas duas audiências públicas, que trazem um conteúdo inovador para o debate sobre política tributária no Brasil.

Parabéns a todos!

Obrigado.

Parabéns, André Lima!

Obrigado pela colaboração. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 16 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE JULHO DE 2014, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia dois de julho do ano de dois mil e quatorze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Paulo Bauer, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença do Senador José Pimentel e da Senadora Ana Amélia. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Cidinho Santos e Antonio Carlos Rodrigues. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de instruir o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 275 de 2012, que "susta disposições acerca da apuração do resultado e da utilização de superávit dos planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar instituídas pela Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008", em atendimento aos Requerimentos da Comissão de Assuntos Econômicos nºs 44 de 2013, de iniciativa do Senador Paulo Bauer e outros, 49 de 2013, de iniciativa do Senador José Pimentel, e 45 de 2014, de autoria da Senadora Ana Amélia, tendo como expositores a Sra. Isa Musa de Noronha, Presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil – FAABB, o Sr. Ruy Brito de Oliveira Pedroza, Assessor Previdenciário da Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado – Afab, o Sr. Carlos Marne Dias Alves, Assessor de Políticas de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social – MPS, representando o Sr. Jaime Mariz de Farias Junior, o Sr. José Roberto Ferreira, Diretor de Análise Técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, representando o Sr. José Maria Rabelo, o Sr. Rogério Derbly, Representante do Grupo em Defesa dos Participantes da Petros – GDPAPE, e o Sr. Luís Ricardo Marcondes Martins, Diretor-Executivo da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Abrapp. Após a exposição dos convidados, usam da palavra a Senadora Ana Amélia e o Senador José Pimentel. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e doze minutos, lavrando eu, Ricardo Moreira Maia, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Paulo Bauer**, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Cumprimentando todos os presentes com o meu cordial boa tarde, quero dizer da nossa satisfação de recebê-los todos nesta Casa, no Senado Federal, na tarde de hoje, para participar desta reunião, desta audiência pública que se faz na Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero destacar aqui a presença do nobre Senador José Pimentel, a quem peço desculpas pelo atraso involuntário na minha chegada, fruto do atraso da viagem que empreendi especialmente a Brasília para poder participar desta audiência pública, na data de hoje, já que não temos sessão deliberativa com votações no plenário. O mesmo, naturalmente, acontece com o Senador José Pimentel, que também está aqui especialmente para contribuir e participar dos trabalhos desta audiência.

Inicio informando a todos os presentes que esta audiência pública se destina a instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2012, que susta disposições acerca da apuração do resultado e da utilização de superávit nos planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar instituídas pela Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 29 de setembro de 2008, de minha autoria. O Requerimento nº 44 para esta audiência, aprovado nesta Comissão, também teve como autores, com o Requerimento nº 49, o Senador José Pimentel e, com o Requerimento nº 45, a Senadora Ana Amélia Lemos.

Declarando aberta a presente reunião, convido para integrar a Mesa, na condição de convidados para apresentar informações, a Srª Isa Musa de Noronha, Presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil, e o Sr. Ruy Brito de Oliveira Pedroza, assessor previdenciário da Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado.

Também foi convidado o Sr. Jaime Mariz de Faria Júnior, que não pôde comparecer, mas está representado, e o convidamos para participar da Mesa, pelo Sr. Carlos Marne Dias Alves, assessor de Políticas de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

Convido igualmente o Sr. José Roberto Ferreira, Diretor de Análise Técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, o Sr. Rogério Derbly, representante do Grupo em Defesa dos Participantes da Petros, o Sr. Luís Ricardo Marcondes Martins, Diretor Executivo da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Tendo os convidados já tomado assento à mesa, saúdo a todos com o meu cordial boa-tarde.

Eu comunico que o Sr. Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União, informou, por meio de *e-mail* enviado à Secretaria desta Comissão, a impossibilidade de comparecimento a esta audiência.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência desta reunião adotará as seguintes normas: cada convidado fará sua exposição por dez minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores presentes e inscritos. A palavra a Senadoras e a Senadores será concedida na ordem de inscrição. Faremos blocos de pergunta, concedendo a palavra a três Senadores e, em seguida, será dada a palavra aos interpelados para responderem aos questionamentos. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta dos interpelados.

Aproveito, antes de ouvirmos a primeira apresentação, para informar a todos os presentes que esta audiência pública está sendo gravada e veiculada através da internet, pelo *site* do Senado Federal, para todo o Brasil. Naturalmente, ela é acompanhada pela TV Senado e pela Rádio Senado, que depois fazem o noticiário acerca dos assuntos aqui tratados. Todo o material recolhido dos depoimentos, das interpelações e dos debates será disponibilizado para todos os Srs. Senadores e as Senadores que integram as diversas Bancadas partidárias do Senado Federal. Portanto, a ausência de Senadores na data de hoje, fruto da suspensão da sessão deliberativa que havia sido agendada há tempo, não impede que os Senadores tomem conhecimento de todos os assuntos aqui tratados *a posteriori.*

Mas é preciso mencionar que a audiência pública se destina principalmente a estabelecer o contraditório e esclarecer dúvidas acerca do projeto que tramita nesta Casa e que já foi objeto de relatoria por parte do Senador Aloysio Nunes Ferreira na CCJ. O parecer do Senador Aloysio Nunes é favorável à aprovação do projeto. Por um requerimento da Comissão de Assuntos de Econômicos, o projeto veio a esta Comissão, onde também está sendo analisado, sendo o Relator o Senador José Pimentel. Naturalmente o relatório do Senador José Pimentel, que ainda não é conhecido por nós Senadores integrantes desta Comissão ou não, será muito enriquecido graças às informações que serão aqui hoje expostas e apresentadas por todos os depoentes. Também na Comissão de Constituição e Justiça, auxiliará na decisão dos Senadores em votar a favor ou não ao relatório que elaborou o eminente Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Portanto, feitos esses esclarecimentos, eu quero iniciar concedendo a palavra ao Sr. Carlos Marne Dias Alves, Diretor de Análise Técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), para , em dez minutos, fazer a sua exposição. Ele representa aqui...

É o José Roberto que está aqui. Desculpem-me. A minha assessoria colocou o nome do Sr. Carlos e riscou o nome do Sr. José Roberto.

Então, é o Sr. José Roberto que tem a palavra. Com muito prazer ouvimos V. Sª.

O SR. JOSÉ ROBERTO FERREIRA – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de agradecer, na pessoa do Senador Paulo Bauer, pelo honroso convite e também cumprimentar os demais integrantes da Mesa, o Senador José Pimentel, demais Parlamentares presentes, demais autoridades, nossos colegas da Previc, o Diretor José Maria, nosso Procurador-Chefe. A todos uma boa tarde!

Meu objetivo aqui é trazer uma visão da Previc acerca do assunto e, de certa forma, contextualizar esse tema que já tem sido objeto de apreciação, inclusive por várias instâncias do Poder Judiciário.

Então, o nosso objetivo, de fato, é trazer informações adicionais, complementares, que possam, de alguma forma, favorecer, facilitar o debate e enriquecer as discussões.

Primeiro, a título de contexto, lembro que a Previc foi criada em 2009 e tem, na condição de autarquia especial, responsabilidades muito claras em relação à fiscalização e supervisão das entidades que atuam no sistema fechado de previdência complementar e na execução de políticas relacionadas ao regime fechado de previdência complementar.

Nesse arcabouço de atribuições, inclui-se também a aprovação de processos relacionados à utilização de reserva especial com reversão de valores, que é exatamente o tema de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 275. Ele trata da apuração de resultados e utilização de superávit com foco na reversão de valores, em particular para os patrocinadores.

O nosso sistema de previdência complementar, numa posição de dezembro de 2013, conta com 321 entidades de previdência, 1095 planos, 3,37 milhões de participantes e R$650 bilhões de recursos garantidores desses benefícios.

É importante destacar princípios que norteiam a atuação da Previc, por inspiração, por orientação dos fundamentos legais, em particular da Lei Complementar nº 109, de 2001. Temos muita clareza em relação a esse chamado contrato previdenciário, as relações estabelecidas entre as partes. E são três essas partes: temos o fundo de pensão, entidade fechada de previdência complementar; o patrocinador e os participantes e assistidos.

Lembramos que o próprio art. 3º da Lei Complementar nº 109 traz, com clareza, que o objeto previdenciário tem por meta a constituição de reservas que possam garantir os benefícios. Então, a finalidade do fundo de pensão é fazer com que o benefício contratado seja, de fato, pago. É esse o objetivo.

Também é papel do Estado buscar a preservação da liquidez, da solvência e do equilíbrio dos planos. Lembro que o equilíbrio tem como foco as partes, as mencionadas anteriormente, mas com a inteligência de que existe em uma dessas partes, em uma delas – e o Estado reconhece, de alguma forma – a hipossuficiência. É o participante. Tanto que, no mesmo comando do art. 3º da Lei Complementar nº 109, existe a necessidade de proteção do Estado aos interesses dos participantes e assistidos. Então, aí há o reconhecimento de que o participante, de fato, nessa relação, é a parte hipossuficiente.

Em relação especificamente à utilização do superávit, é importante frisar, embora seja de conhecimento geral, que esse é um tema que se aplica a determinados tipos de planos, e não a todo sistema. Então, são planos, em geral, de benefícios definidos, ou chamados de contribuição variável, nos quais existe uma parcela de cobertura ou de benefícios estruturada sob a forma de benefícios definidos. Só para tentar trazer o assunto para um linguajar e um tratamento em relação ao qual todos nos sintamos mais à vontade, é aquele no qual o plano se compromete com determinado nível de benefício. Esse é um comprometimento do plano para com os participantes e assistidos. O que vai variar no decorrer da acumulação e do pagamento de benefícios é o valor da contribuição. Então, existe o compromisso de que previamente o participante, posteriormente o assistido, tem conhecimento. E é sobre essa parcela do plano que se apuram resultados, consequentemente, déficits ou superávits.

A regulação em vigor, em particular, a Resolução nº 26, de 2008, que é objeto do projeto de decreto legislativo, prevê tratamento em relação ao superávit, em relação ao chamado excesso. Lembro mais uma vez, recuperando o que inicialmente eu disse, que, sendo o objetivo do plano o equilíbrio, tudo aquilo que fuja ao equilíbrio é percebido ou como excesso ou como insuficiência, ou seja, déficit ou superávit. Então, entende-se que superávit, na realidade, é um excesso contributivo. Houve um excesso de contribuição em algum momento, tendo em vista que, para garantia do benefício, aquilo, exceto o superávit, já seria suficiente.

No entanto, o conjunto normativo vai além. O comando é o seguinte: além daquilo que é suficiente para pagar os benefícios, há que se ter um colchão de liquidez e segurança, uma reserva chamada reserva de contingência, que corresponde a até 25% das reservas matemáticas, que é exatamente o montante necessário para pagamento de benefícios.

Então, a legislação estabelece que, de todo o excesso apurado, até 25% desse excesso, 25% das reservas matemáticas, têm de ser preservados, têm de ser mantidos no plano, para fazer frente a eventuais oscilações, inesperadas, alguns desvios necessários para fazer frente e garantir essa liquidez e essa solvência do plano.

Portanto, quando se fala em eventual destinação de superávit ou reversão de valores, a regulamentação e a lei se referem ao que excede inclusive à reserva de contingência. É a chamada reserva especial. Então, é um outro excedente.

Quer dizer, ultrapassado todo o compromisso do plano e ultrapassados esses 25%, a chamada reserva de contingência, ao excesso do excesso é dado um tratamento de destinação. Aí, tem uma lógica, a lógica do que se pretende – e aqui não é uma questão de opinião, mas de inteligência do conjunto normativo – é que

o plano tenha sua preservação, mas não seja utilizado para outro fim que não aquele ao qual ele se propõe: pagamento de benefícios.

Então, como excesso, ele há de ter uma destinação, e, para essa destinação, existe um comando inicialmente de natureza legal, e a resolução do Conselho Nacional de Previdência trata de como fazê-lo. Ele prevê sucessivamente três encaminhamentos: um, em relação à redução parcial de contribuições; outro, em relação à contribuição total ou suspensão de contribuições por pelo menos três anos; e, por fim, melhoria de benefícios e reversão de valores. E essa reversão de valores me parece ser o foco, o objeto da discussão.

Lembro que não há possibilidade de fazê-lo, de se proceder a uma reversão de valores sem antes percorrer os caminhos anteriores. Há que se ter uma redução parcial, uma redução total, suspensão de contribuições, para, depois, falar em reversão de valores. Ainda assim, essa reversão não se aplica a qualquer plano. Somente a planos que já estejam... Uma das condições são os chamados planos fechados, aqueles planos que não estão mais acessíveis a novos participantes. É um plano que tende à sua exaustão. Em algum momento, ele tende a ser encerrado por pagar o seu último benefício.

A título de informação e em respeito ao interesse coletivo, informo que, no nosso sistema – mencionei que são 1.095 planos –, temos 227 nessa condição. Então, estamos falando de 20,7% do sistema, que possuem planos passíveis de se sujeitarem a um processo de reversão de valores, desde que antes tenham percorrido esses caminhos, de suspensão parcial ou total de contribuições e melhoria de benefícios.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Quantos são?

O SR. JOSÉ ROBERTO FERREIRA – São 227.

Gostaria de lembrar também que a revisão do plano, seja pela redução total, parcial ou suspensão de contribuições, dá-se de forma compulsória após três anos de constituição da chamada reserva especial. Então, a reserva especial, sendo constituída e não sendo afetada por três exercícios, necessariamente tem de ser direcionada ou utilizada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ ROBERTO FERREIRA – E nós temos aqui conceitos chamados de proporção contributiva, nos arts. 15 e 16 da própria Resolução. Tratam da forma como se devem apurar esses valores a serem destinados.

A título também de informação, acho importante colocar que, de 2008 a 2014, quer dizer, da edição da Resolução nº 26 até o momento – estamos falando desses seis anos – tivemos um total de 50 processos no sistema relacionados à revisão dos planos em decorrência de destinação do superávit e também de reversão de valores.

O peso dessa questão da reversão de valores se dá, nesses 50 casos, em 15 casos. E, desses 15 casos, do montante resultante dos 50 processos... Temos 50 processos envolvendo R$18,8 bilhões e, desses 50 casos, de R$18,8 bilhões, temos 15 casos que envolvem R$2,8 bilhões, que dizem respeito à reversão de valores.

Desses R$2,8 bilhões, o que se destinou a patrocinador, e aí o foco do patrocinador é só pelo objeto dessa audiência pública, foi R$1,5 bilhão. Então, isso representa 53,6% de todo o montante revertido em favor do plano e consequentemente participantes, assistidos e patrocinador... Perdão: R$1,3 bilhão é para patrocinadores e R$1,5 bilhão para participantes e assistidos.

Então, é quase uma relação paritária, mas esses aqui são os dados observados, e não somente um plano de custeio. O que de fato foi observado é que uma parcela um pouco maior foi destinada aos participantes e assistidos e uma parcela um pouco menor aos patrocinadores. O critério que foi utilizado aqui é a chamada proporção contributiva. Então, há uma lógica para serem os valores.

Importante mencionar que se a gente entender que o montante de R$2,8 bilhões, em seis anos, é o total de recursos que foi revertido para patrocinadores e para participantes isso representa 0,43% dos ativos totais existentes em 31 de dezembro de 2013. Então, de todos os processos, de todo o sistema, os valores objetos de reversão de valores, sejam para patrocinadores ou participantes, representam 0,43% dos ativos totais. Naturalmente que eu estou trabalhando com moeda corrente. Não há uma atualização de valores. Essa proporção pode ser alterada caso haja essa atualização, mas a nossa avaliação não seria algo de maior relevância.

O tema, eu mencionei anteriormente, já foi apreciado por várias instâncias do Poder Judiciário. Nós temos sob controle e informação total 14 ações judiciais. Dessas 14, temos 11 processos foram extintos sem julgamento do mérito, 6 ainda estão pendentes de julgamento e 5 foram arquivados. Um foi julgado improcedente pendente de julgamento e 2 estão pendentes de julgamento.

Em respeito ao prazo que me foi concedido, eu peço escusas caso tenha extrapolado e me coloco à disposição para eventuais questionamentos e agradeço pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Agradeço ao Sr. José Roberto Ferreira. Não foi tanto assim, foram dois minutos, que serão igualmente concedidos aos demais se precisarem.

Quero avisar, informar, aos que fazem suas apresentações que, quando a campainha toca é porque falta um minuto. Isso não significa que quando acabar esse um minuto a gente caça a palavra. Aliás, esta Casa aqui vive da palavra, da palavra dos Senadores e da palavra dos convidados e todas elas são utilizadas em favor, em benefício dos brasileiros.

Portanto, cumprimentando pela sua apresentação, passo agora a palavra... Antes, porém, ressalto, destaco, a presença da Senadora Ana Amélia Lemos, que vem lá do Sul do Brasil, onde também estive hoje pela manhã. Está frio lá, não é, Senadora?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria agradecer V. Exª a referência.

Na verdade, peço desculpas a todos os expositores pelo meu atraso. Sou requerente junto com V. Exª e com o Senador José Pimentel desta audiência para instruir um projeto de autoria de V. Exª que nós debatemos aqui na CAE. Porém, hoje, a República Popular da China, através do embaixador daquele país, que é a fábrica do mundo, está promovendo um almoço em homenagem ao Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros. Por isso o meu atraso de 30 minutos até chegar aqui. Eu estava na Embaixada da China nesse evento em que estavam lá vários Senadores. Antecipei minha saída, antes de terminar o evento, dizendo que vinha para cá para este compromisso em respeito à relevância que o tema tem não só para as entidades de previdência complementar, mas especialmente para as pessoas, para os participantes de todo o sistema de previdência complementar, que é muito relevante.

Então, agradeço V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Agradeço igualmente. Está mais do que justificado. (*Palmas.*)

Está mais do que justificado, até porque almoço chinês demora um pouquinho mais porque é com aqueles pauzinhos, então, não dá para fazer mais rápido do que a habilidade da gente permite, não é, Senadora? (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Eu concedo a palavra à Srª Isa Musa de Noronha, Presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil, por até dez minutos.

A SRª ISA MUSA DE NORONHA – Senador Paulo Bauer; caros colegas, companheiros palestrantes; Senadora Ana Amélia – nossa querida Senadora do Rio Grande, mas também Senadora de todos os brasileiros, carinhosamente assim conhecida. Nas redes sociais inclusive é conhecida como a Senadora de todos os brasileiros, carinhosamente pelos seus fãs, não é, Senadora? –; Senador Pimentel; caros colegas, companheiros participantes e assistidos de fundo de pensão, em especial, os aposentados e pensionistas aqui representados por suas associações, cumprimento a todos.

Para que vocês tenham ideia do impacto que é a Resolução CGPC 26 nas nossas vidas e do empenho que fizemos através do Senador Paulo Bauer, o nosso companheiro colega Ivo Ritzmann – que é seu amigo pessoal, não é, Senador? – nos apresentou ao Senador e, apresentando a ele as nossas dores, as nossas queixas, incentivou-o a entrar com esse PDS. Assim, nós colhemos, em todo o País, um abaixo-assinado.

Eu gostaria de aproveitar este momento solene e pedir que cada associação que colheu esses abaixo-assinados os entregasse aqui à Assessoria da Comissão de Assuntos Econômicos, para que fique registrado. Eu trago aqui cerca de 15 mil assinaturas da Associação dos Aposentados e Funcionários do Banco do Brasil, com sede no Rio de Janeiro mas com representação em todo o País através da sua Presidente Celia Larichia, que traz também as assinaturas colhidas. Quantas, Celia?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ISA MUSA DE NORONHA – Três mil. Depois, nós vamos passar para a Assessoria da Comissão.

A Anabb (Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil), através do seu Vice-Presidente, Sr. Fernando Amaral, também trouxe assinaturas. Quantas, Amaral?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ISA MUSA DE NORONHA – O nosso companheiro, colega, hoje Conselheiro Deliberativo da Previ, eleito, Carvalho, através dos seus *blogs* pelas redes sociais conseguiu quantas, Carvalho?

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Palmas.*)

A SRª ISA MUSA DE NORONHA – Bem, não fizemos...

Ponha na mesa aí, Carvalho, por gentileza.

Não fiz a soma aqui, não, mas creio que chegamos a mais de 80 mil assinaturas de colegas e participantes de outros planos de previdência fechada que apoiam a sua iniciativa, Senador Paulo Bauer, porque estamos

tentando que esta Casa devolva a si mesma o privilégio de legislar. Entendemos que a Resolução CGPC 26 extrapola as Leis nºs 109 e 108, ao prever o instituto da reversão de valores que não está previsto na própria lei.

A Lei 109 em nenhum momento prevê que em situação de resultado superavitário de um fundo de pensão o patrocinador se transforme no maior aposentado do sistema. O patrocinador entra na história, na relação do fundo de pensão, na paridade contributiva, mas a própria Lei 109 coloca circunstâncias em que ele pode ser beneficiado com a redução das suas contribuições quando o plano é superavitário. E a própria Lei 109 dá a receita para o caso daqueles resultados superavitários, aqueles valores que excedem as reservas de 25% matemático que são exigidas. Os valores excedentes a isso são para constituir uma reserva especial para rever plano.

A única maneira de nós podermos entender uma revisão de plano é alterando a relação entre o participante e o assistido e seu plano, porque quem é o objeto do plano é o participante e o assistido, aquele que já aposentado – o assistido – usufrui de receber, a pensionista, e aquele que na ativa está fazendo, acumulando a sua poupança futura.

Então, no momento em que a CGPC 26 exorbita a 109, nós acreditamos, Senador Paulo Bauer, que um órgão do Executivo está interferindo no rito da Casa aqui do Legislativo. Aqui cabe prever normas, prever revisões da lei e não num órgão executivo. Nós podemos temer toda uma insegurança jurídica.

Acreditamos que o próprio sistema de previdência complementar, o nosso plano Funpresp para o servidor público, corre risco de credibilidade no momento, pelas normas instituídas lá. Quando você toma posse num emprego público, ou no Banco do Brasil, ou na Caixa, ou na Petrobras, que são estatais, você assina um termo de adesão ao plano mas não sabe o que o espera no futuro. Você tem uma porta de entrada para um sistema de previdência complementar, mas não sabe se no futuro aquilo estará assegurado de acordo com o que foi contratado.

Essa insegurança jurídica é causada não pelas normas e leis decididas aqui nesta Casa e no Congresso, onde a sociedade intervém. Nós podemos conversar com os Senadores, com os Deputados, trazer a eles as nossas opiniões, debater com eles. Quando você coloca nas mãos de um conselho nacional, um órgão prevalente do Executivo que tem a representação de uma só pessoa representando o participante e o assistido, você tira o equilíbrio da relação.

Esta Casa é guardiã da Constituição, que, ao destacar a função da Lei Complementar nº 109, diz que a ação do Estado será exercida com o objetivo de proteger os interesses dos participantes e assistidos dos planos de benefícios.

A Emenda à Constituição nº 20 fala das características da previdência complementar, quais sejam: a natureza jurídica privada, contratual, seu caráter complementar, autônomo em relação ao regime geral, a constituição de reservas em regime de capitalização para pagamento de benefícios contratados.

É evidente que destinar reservas para pagamento de benefício abrange hipótese de revisão que não prevê, em nenhum artigo, reversão de valores da reserva espacial para os entes patrocinadores.

Então, nós temos necessidades, caros Senadores, caros colegas, de enfatizar que a maneira de a Resolução CGPC nº 26 destinar parte de reserva a patrocinadores fere o patrimônio, e não é do fundo não, mas o patrimônio de participantes e assistidos, porque a Previ, no caso dos funcionários do Banco do Brasil, não é a dona do recurso. Ela é apenas um ente que administra a poupança que nós, ao longo de toda uma vida laborativa, contribuímos para fazer e, depois de aposentados, continuamos a contribuir, porque não se suspende nem poderia se suspender depois da 36º contribuição. Mas, mesmo assim, não a suspende. Então, o que faz a Previ é administrar os recursos, e tentar administrá-los bem no mercado, para assegurar a nossa aposentadoria e a pensão dos nossos dependentes.

Então, quando eu digo que a Resolução CGPC agride é porque pega um recurso que não pertence nem a patrocinador nem ao fundo de pensão, mas sim a quem contribuiu ao longo de uma vida, e devolve ao ente patrocinador.

Nós temos tentado convencer no Judiciário. Temos ações, sim, que foram derrotadas, mas existem ações civis públicas movidas aqui em Brasília, no Rio de Janeiro que defendem esses mesmos argumentos que eu tenho citado aqui com muito mais aprofundamento – o tempo, aqui, não me permite – e que mostram com toda a clareza, com toda a convicção que nós participantes e assistidos não estamos defendendo privilégios. Estamos defendendo a segurança do nosso plano de benefício, o futuro das nossas famílias, no momento em que a própria previdência oficial tem-se mostrado insuficiente para prever essa segurança na velhice, a previdência complementar vem instituir para todos nós uma possibilidade que é uma conquista de todos os trabalhadores.

A Previ é o plano de previdência mais antigo deste País. Foi construída com o suor e o trabalho de todos nós. Nós não estamos defendendo privilégio; defendemos que o Congresso volte a assumir a sua função de legislar. Deixe ao Conselho Nacional de Previdência Complementar a sua função fiscalizadora. Ao Congresso

cabe alterar as normas, as leis complementares. E é isso que nós estamos pedindo e tentando convencer o Senador Pimentel, tentando convencer a Senadora Ana Amélia. Então é isso que nós estamos querendo.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Agradecendo a Srª Isa Noronha pela sua exposição, eu devo aqui prestar uma informação a todos os senhores. Eu não me incomodo nem um pouco com o aplauso e também não me incomodo com apupos quando eles acontecem, na vida pública isso se faz presente diariamente. Mas é preciso que eu informe a todos aqui que existe um Regimento Interno nesta Casa e este Regimento determina que, em momento como este de audiência pública ou de reunião da Comissão, não haja qualquer manifestação dos convidados e dos presentes, quer de aplauso ou de contestação ou crítica.

E isso acontece e precisa ser respeitado. E, apesar da civilidade que nós encontramos presente neste momento, é necessário que eu precise lhes pedir o obséquio de obedecermos ao Regimento porque, se não o fizermos neste momento com a civilidade que está presente neste ambiente, em outros momentos mais tensos, mais difíceis, com outro tipo de público, não haverá como impor ou pedir o cumprimento do Regimento.

Por isso, vamos considerar que os aplausos aqui sejam aplausos silenciosos daqui para frente, até o término da reunião. Eu agradeço a todos pela observância desse critério. E, como eu sempre digo, esta aqui é a Casa que é a guardiã da democracia e das instituições no País, por isso ela tem que ser exemplar também nessa hora. Agradeço a contribuição de todos.

Com a palavra o Sr. Luís Ricardo Marcondes Martins, Diretor Executivo da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

O SR. LUÍS RICARDO MARCONDES MARTINS – Senador Paulo Bauer, meus cumprimentos. Senadora Ana Amélia, que se retirou, ficam registrados aqui meus cumprimentos. Senador José Pimentel.

Primeiro, quero destacar a oportunidade e a importância deste debate nesta Casa democrática. Eu acho que isso mostra a evolução do País e desta Casa de leis. Quero trazer aqui para os senhores que, como representante da Abrapp, a finalidade institucional dessa Associação Brasileira que congrega os fundos de pensão, desde a sua criação, lá em 1978, é buscar o fortalecimento, o aprimoramento e a modernização do sistema de previdência complementar.

É importante lembrar os números, tanto pela Drª Isa como pelo Dr. José Roberto, já ditos aqui. Eles mostram a importância desse sistema para o País. Importância essa que culminou, inclusive, com a aprovação do regime próprio de previdência complementar enquanto gerador de riquezas. Nós estamos falando em quase meio trilhão de reais, 14% do PIB. É um poderio econômico importante para a poupança interna do País. E o lado social é dar dignidade no período da inatividade para aqueles que não possibilitam mais atividade laboral. Atinge 3 milhões de pessoas, participantes diretos e indiretos. Há muito para fazer ainda porque nós estamos somente com 3% da população economicamente ativa. Então, a importância deste debate no aprimoramento do sistema é fundamental.

Esse sistema teve sua criação pela Lei Ordinária 6.435, de 1977, e passou por um grande processo de modernização, de aperfeiçoamento. Foi constitucionalizado através da edição da Emenda Constitucional nº 20, de 1998. Está no art. 202 da Constituição, do lado social. E isso, por si só, mostra a importância do debate aqui travado.

O art. 202 traça as premissas constitucionais desse regime. Já foi dito aqui: facultativa, contratual, autônoma, baseada – do regime de capitalização – na constituição de reserva, que vai garantir o quê? O benefício contratado. Disciplinado por duas Leis Complementares, a 108, todo mundo conhece, a 109 também, que rege o regime como um todo.

Foi criada uma estrutura regulatória moderna, que hoje é modelo em termos inclusive internacionais. O Brasil é destaque, inclusive hoje ocupa a oitava posição no *ranking* mundial em termos de reservas, e é visto por países lá fora como modelo de previdência complementar.

O modelo de previdência complementar tem como órgão uma autarquia especial, aqui representada pelo ilustre Dr. José Roberto, a Previc, que vem atuando brilhantemente na condução da fiscalização e supervisão do sistema.

Foi criado também um órgão regulador, a lei diz. Esse órgão regulador, que vai regular o sistema, o nome por si só diz, é o Conselho Nacional de Previdência Complementar. Foi criada também uma Secretaria de Políticas de Previdência Complementar ligada ao Ministério da Previdência Social, que mostra a importância de se fomentar esse sistema. Foi criada também uma câmara recursal para as questões disciplinares. Arcabouço legal traçado, moderno e tudo na evolução desse sistema.

A estrutura do regime de capitalização, o que ela busca? Ela busca um equilíbrio dos planos de previdência. Ela busca um equilíbrio para quê? Para pagar aquele benefício contratado. É um contrato de longo prazo,

que precisa ser analisado anualmente através de avaliações de hipóteses atuariais, para se avaliar se ele está ou não equilibrado.

Então, o equilíbrio é a regra geral. Isto que todo mundo busca: pagar o benefício que está previsto no contrato previdenciário. Quem são as partes? Participantes, patrocinadoras. Sentaram, elaboraram um contrato previdenciário gerido pelas entidades de previdência complementar naquelas condições regulamentares previstas.

Dentro dessa regra do equilíbrio, temos exceções – como em todas as regras: exceções déficit, exceções superávit. Se houver insuficiência de reservas, temos o déficit; se houver suporte excesso, temos o superávit.

Senhores, quando tratamos de exceções, há necessidade de haver uma previsão legal. E lá está. Está prevista no art. 20 da Lei Complementar nº 109 como será tratada a hipótese da exceção do superávit; está tratada no art. 21 a hipótese da exceção do déficit.

Quando você trata do art. 20, estamos discutindo aqui uma questão técnica de interpretação jurídica, essencialmente é isto: se o Conselho Nacional de Previdência Complementar, o CGPC, tem competência para regular o sistema. Tem. A lei estabeleceu. A lei estabeleceu uma composição no Conselho Nacional de Previdência Complementar amplamente democrática, com representantes do Governo, com representantes da sociedade, com técnicos que debatem, que discutem, que, com suporte em pareceres técnicos, vão à exaustão em diálogos, para que as resoluções sejam editadas. Isso ocorreu com relação ao art. 20.

Quando a ilustre Drª Isa diz que extrapolou a disposição da resolução, eu volto a dizer que essa é uma questão técnica. Quer nos parecer que, quando você fala na revisão estabelecida no art. 20 ao estabelecer o superávit, quando fala na revisão da diminuição das contribuições, ela não foi taxativa; ela foi exemplificativa. Ela deixou ao órgão regulador do sistema, legalmente intitulado para tanto, o estabelecimento do disciplinamento dessas exceções do contrato previdenciário.

O superávit e o equacionamento do déficit foram discutidos amplamente no Conselho Nacional de Previdência Complementar. Foram vários e vários meses de trabalho, em que se estruturou uma normatização, quer me parecer, de maneira prudente, de maneira conservadora, ditando etapas até se equalizar o déficit ou se distribuir o superávit entre quem? Entre aquelas partes que contribuem para aquele benefício. Quem são? Patrocinadoras e participantes. Se patrocinadoras e participantes têm de suportar o superávit – isso a lei estabelece –, quer me parecer, de maneira isonômica, equilibrada, equânime, que tem de haver também uma possibilidade de reversão desse superávit também aos seus contratantes, patrocinadoras e participantes.

Agora a questão é como se deu essa resolução, e aí eu voto e registro: quer me parecer que todas as hipóteses foram estudadas, quer me parecer que todos os pareceres foram construídos, que todo diálogo foi feito no âmbito do Conselho Nacional de Previdência Complementar à época, o CGPC, que é o órgão regulador do sistema. E, após esse exaustivo debate, foram disciplinados aspectos de apuração, de destinação de superávit, passando pelos conceitos de reserva de contingência, reserva especial, revisão, equacionamento, conceitos técnicos para se regrar aquela exceção. Ninguém quer trabalhar na exceção. Nós queremos trabalhar num plano equilibrado, mas exceções acontecem e elas foram regradas, quer me parecer – de novo – de maneira muito prudente e técnica.

Tanto foi assim que o próprio Judiciário, quando examinou a questão nessas ações que foram aqui apontadas, vem conduzindo entendimento pela legalidade da edição da Resolução nº 26. A própria OAB foi chamada a opinar nessa questão da Resolução nº 26, em 2008, e também exauriu um parecer no sentido da legalidade da resolução. Então, o que nós estamos discutindo aqui, de novo, quer me parecer que é uma questão técnica, que foram respeitadas as disposições da Lei nº 109, que foi dentro do limite de competência do órgão regulador do sistema e que, veja, tem de passar inclusive pelo crivo do conselho deliberativo das entidades, ao qual a lei garante, por justiça e com transparência, pelo legislador constituinte que assim ditou – e tem de ser assim, que o participante, que é a parte contratante, tenha o assento no órgão maior da entidade –, que passe pelo crivo desse órgão maior a questão do equacionamento e da reversão dos valores.

E não só isso. Outras restrições mais: só se aplica a planos fechados; o plano deve estar quitado; antes da reversão tem de ser feita uma auditoria; essa reversão deve ocorrer de forma parcelada para que se acompanhe a evolução dela; tem-se que formar reserva de contingência para, depois, o trâmite da reserva especial; prévia autorização da Previc.

Então me parece que não houve um açodamento na deliberação do Conselho Nacional de Previdência Complementar. Pelo contrário, houve amplo debate, houve suporte técnico, o Judiciário reconheceu isso, a OAB reconheceu isso, e doutrinadores que opinam sobre o tema o reconheceram.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS RICARDO MARCONDES MARTINS – Então, *data maxima venia*, quer-me parecer que não houve essa extrapolação, de novo, de técnica jurídica, de interpretação lógica e gramatical da estrutura, da hermenêutica do Direito na edição da Resolução nº 26.

Eram essas as rápidas ponderações que eu queria fazer.

Queria, mais uma vez, destacar aqui a importância do debate democrático, com técnicos e com os Senadores, nossos ilustres representantes nesta Casa de Leis. Isso é importante para o crescimento do País, isso é importante para a Previdência Complementar. Como eu disse, acho que a Previdência Complementar é a grande meta de solução para permitir uma dignidade humana no período da inatividade para todos nós, inclusive eu, como participante de um fundo de pensão.

Muito obrigado.

Coloco-me à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Muito obrigado pela sua exposição.

Passamos, agora, a palavra ao Sr. Ruy Brito Pedroza, Assessor Previdenciário da Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado.

O SR. RUY BRITO DE OLIVEIRA PEDROZA – Sr. Presidente, antes de V. Exª iniciar a contagem do meu tempo, eu queria levantar uma questão e solicitar uma decisão de V. Exª. Estamos aqui três pessoas representando os participantes e assistidos do fundo de pensão; quatro pessoas representando o ponto de vista que prevaleceu na Resolução CGPC nº 26.

Estamos, então, diante de uma evidente desigualdade de tempo. Consultaria V. Exª se, como Presidente da Comissão, não poderia adotar um critério mais flexível para que houvesse um equilíbrio no tempo entre os representantes de entidades que questionam a Resolução CGPC nº 26 e aqueles defensores dessa Resolução. Isso tornaria mais equitativa a distribuição de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Eu informo que o nome dos convidados é previamente aprovado em reunião da Comissão e homologado pelo Presidente da Comissão. Os convites foram feitos, portanto, sem que se fizesse observância matemática do lado A e do lado B.

Se considerarmos a sua informação de quatro a três, eu devo-lhe informar que está quatro a quatro, porque o autor do projeto sou eu. Então, já temos quatro a quatro de qualquer forma, embora eu não me esteja manifestando; apenas ouvindo as opiniões.

Eu queria pedir a sua compreensão e lhe dizer que precisamos respeitar o Regimento e, se necessário for, depois, na hora dos questionamentos, que o lado minoritário tenha um pouco mais de tempo para prestar as informações, eu concederei com muito prazer. Mas, na exposição, eu preciso obedecer à regra regimental.

Peço desculpas e peço que o senhor faça a sua apresentação.

O SR. RUY BRITO DE OLIVEIRA PEDROZA – Eu acolho a decisão de V. Exª.

Quero começar agradecendo a V. Exª, como autor do projeto e como autor do requerimento que possibilitou a realização desta reunião, para que pudéssemos aqui, democraticamente, analisar a questão.

Todos, neste particular, contribuíram para que, aqui e agora, pudéssemos tratar da inspiração antirrepublicana da reversão de valores para a empresa patrocinadora, uma anomalia inserida na Resolução CGPC nº 26, deformadora da relação contratual entre a entidade fechada e os participantes ativos e aposentados e pensionistas, os únicos e verdadeiros destinatários do patrimônio acumulado pelo plano de benefícios, onde a fidúcia é necessária e indispensável.

Mesmo porque se pode afirmar que a Resolução CGPC nº 26, ao recepcionar a reversão de valores, sob a alegação suspeita de devolver ao patrocinador uma contribuição por ele já repassada ao consumidor, de seus produtos ou serviços, agrediu não só o ordenamento jurídico, mas também os fundamentos econômicos e os valores éticos e morais que regem o plano de benefícios, que é o próprio contrato de adesão celebrado entre o fundo patrocinado e os participantes e assistidos, com o agravante de haver estendido, ardilosa e desnecessariamente, a reversão de valores aos participantes e assistidos, jogando com a necessidade e o desconhecimento da legislação por parte de parcela dessa comunidade, subvertendo assim o conceito de revisão do plano previsto no §3º do art. 20 da Lei Complementar nº 109/01. Comprovemos o que acabamos de afirmar. A Resolução do CGPC nº 26 afronta o arts. 19, 20 e 21 da Lei Complementar nº 109. Vamos demonstrar por quê.

A primorosa síntese sobre o instituto da reversão de valores, à luz da hermenêutica jurídica, do mestre Edgardo Amorim Rego, menciona as normas e os princípios gerais para uma boa hermenêutica de textos legais, expostos pelo especialista Wladimir Novaes Martinez no curso de Direito Previdenciário. Para Martinez, a primeira das normas: leitura do texto estudado possibilita que, em certas circunstâncias, a dificuldade de interpretação desaparece após leitura detida do dispositivo. Ao final, o referido especialista ensina: "Princípios Gerais – os princípios também não são fontes formais. Em face da lei dispositiva e expressa nada significam."

Segundo Edgardo, isso é indiscutível. Se a lei é clara e não tem lacuna, não há por que se apelar para princípios. Aliás, os próprios inventores do instituto da reversão de valores confessam que usam o princípio da isonomia, simplesmente porque, alegam eles, a Lei Complementar nº 109 é omissa no que tange ao assunto da distribuição de superávits. Ora, é que eles não querem ler o art. 19 da Lei Complementar nº 109/01 – que, diga-se de passagem, não constou da justificativa que apresentou a Resolução do CGPC nº 26; foi omitido deliberadamente e sintomaticamente.

Esse artigo é precisamente aquele no qual o legislador dispõe no que quer se gaste as contribuições separadas como reservas, sejam elas de qualquer tipo. Ei-lo:

Art. 19. As contribuições [e assinalo aqui todas: as normais e as extraordinárias] destinadas à constituição de reservas terão como finalidade prover pagamento de benefícios de caráter previdenciário, observadas especificidades previstas nesta lei complementar.

Quando a lei fala que todas as contribuições têm uma destinação para pagamento de benefícios, ela está se reportando, logicamente – é um princípio de hermenêutica – aos participantes ativos e segurados porque eles é que são os titulares de benefícios e não o patrocinador, que é patrocinador e não beneficiário, transformado que foi em beneficiário por um passe de mágica da Resolução da CGPC nº 26.

O art. 20 da Lei Complementar nº 109/01 menciona quais são essas especificidades. São elas: reservas matemáticas, reservas de contingência, reserva especial. Todas as três são reservas; todas as três, pois, são contribuições separadas para pagamento de benefícios previdenciários. Reservas matemáticas gastam-se nos rotineiros pagamentos dos benefícios previdenciários contratados. Reservas de contingência gastam-se no pagamento de benefícios previdenciários quando eventualmente as reservas matemáticas se apresentarem desfalcadas. Reserva especial gasta-se para a redução das contribuições ou para o aumento do valor dos benefícios contratados, dependendo da situação financeira do plano de benefícios e sob certas condições, entre elas, a revisão dos parâmetros financeiros atuariais dos planos de benefícios.

No art. 20, o legislador já não trata do destino das reservas previdenciárias. Para ele, esse assunto está regulado pelo art. 19 e nele está encerrado. O art. 20 dispõe sobre outro assunto a saber: como se equilibra um plano de benefícios previdenciários desequilibrado por excesso de reservas. Trata-se, por isso, das especificidades dos gastos das reservas previdenciárias com o pagamento de benefícios previdenciários, porque a Lei 109/01, por prudência, estabelece três parâmetros: do valor dos benefícios contratos, do valor da reserva de contingência, o valor que pode ser distribuído sem prejuízo do prudente valor das garantias de equilíbrio entre as reservas e os benefícios contratados.

Há texto mais contundente, mais categórico, mais pormenorizado? Há texto mais insistente? Todas as contribuições separadas como reservas, e essas reservas são de três tipos, gastam-se no pagamento de benefícios previdenciários. Assunto encerrado, esclarecido e completamente regulamentado.

Wladimir Novaes Martinez, naquela primeira norma de hermenêutica jurídica, acrescenta mais uma particularidade. Convém verificar também o texto anterior, se revogado, e a história das disposições. Esse esforço será aclarador. Os textos legais anteriores à Lei Complementar 109 são a Lei 6.435/77, a Lei 6.462 e a Lei 8.020/90. O art. 46 da Lei 6.435 dispõe sobre o seguinte:

Nas entidades fechadas o resultado do exercício, satisfeitas todas as exigências legais e regulamentares no que se refere aos benefícios, será destinado: a constituição de uma reserva de contingência de benefícios até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) [...]

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUY BRITO DE OLIVEIRA PEDROZA – Eu procuro demonstrar aqui que o legislador destinou o pagamento de benefício aos destinatários que são os participantes e assistidos, e não à empresa patrocinadora. Por que ele destinou esse pagamento, todas as verbas para os participantes e assistidos? Porque a empresa patrocinadora não contribui. É falso o argumento de que a empresa patrocinadora contribui. A empresa atua no campo econômico como repassador dos custos ao preços. Ela paga uma contribuição, mas em seguida – esse é o fundamento econômico –, em seguida ela repassa o preço gasto na produção de serviços, na produção de bens para o consumidor de serviços. É ele quem paga a contribuição da empresa.

De sorte que o legislador prevê, no caso de excesso de receita, a redução da contribuição do patrocinador porque se pressupõe que, num regime de livre concorrência, é reduzida a contribuição do patrocinador e repassado esse benefício nos preços, reduzindo seus custos e seus preços em benefício do consumidor. Mas não prevê a devolução da contribuição patronal, porque a empresa não contribui. Isso é normal no regime capitalista. De sorte que se o legislador dispusesse pela devolução da contribuição patronal, ele estaria contribuindo para o enriquecimento ilícito da empresa. Esse é o fundamento econômico que é desrespeitado pela Resolução CGPC 26. Ao prever a devolução ao patrocinador de uma contribuição que já repassou a terceiros, a Resolução CGPC 26 está promovendo enriquecimento ilícito da empresa.

Além disso, é preciso mencionar aqui, como falou a companheira Isa Musa, que já foram feitos vários processos contra a Resolução CGPC 26. Nenhum deles foi apreciado no mérito. A Justiça considerou que os processos não eram adequados e os extinguiu liminarmente, sem apreciação de mérito, primeiro porque considerou que uma Ação Direta de Inconstitucionalidade não era um instrumento adequado para questionar a ilegalidade da CGPC 26. Aí a Justiça negou provimento a mandado de segurança, por considerar também que mandado de segurança não era o instrumento adequado para questionar uma lei federal, em tese.

Eu não concordo muito que resolução de terceiro escalão da República, do Poder Executivo, seja equiparada a lei federal.

E, finalmente, o Ministro Celso de Mello, decano do Supremo Tribunal Federal, ao indeferir uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, disse que, no caso, examinada à luz do Direito, a CGPC 26 pecava pela ilegalidade porque agride a Lei Complementar nº 109 e todo o arcabouço jurídico que rege o sistema da previdência social que está afetado.

Nós estamos diante de uma ameaça gravíssima, porque a Resolução CGPC 26 também subverte os conceitos de previdência e justiça social na medida em que premia o patrocinador. A Resolução CGPC 26, analisada à luz da hermenêutica, revela um fato gravíssimo. A Resolução CGPC 26 foi feita atendendo à solicitação de empresas patrocinadoras. Está dita na exposição de motivos essa confissão. Aqui se afirma, por exemplo, que pelo fato de vários fundos de pensão terem ostentado superávits, a Secretaria de Previdência Complementar recebeu solicitações. Não diz de quem, mas nós sabemos de quem foi. Todo mundo sabe disso.

Nenhum representante de desempregado dos fundos de pensão solicitou, à luz desses superávits, que fosse examinada a sua distribuição, mas publicamente o fez um representante de uma empresa estatal, digo, mais precisamente do Banco do Brasil, ao final de uma reunião do Conselho Deliberativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, realizada na Costa do Sauípe. O Presidente do Conselho Deliberativo da Previ e Vice-Presidente do Banco do Brasil revelou que, diante dos superávits ostentados pelo fundo de pensão, o banco tinha direito a participar da distribuição dos superávits. Direito, vírgula! Não tem esse direito. Mas logo em seguida, sem nenhum debate com os participantes e assistidos, que são os legítimos interessados nessa matéria, a Secretaria de Previdência Complementar se transformou num órgão chancelador de inúmeras irregularidades.

Eu não quero tratar desse assunto aqui porque nós queremos nos cingir única e exclusivamente do debate dos vícios insanáveis na Resolução CGPC 26, mas ela tem sancionado vícios e irregularidades tremendas, sempre favorecendo o patrocinador dos planos de fundo de pensão, no que a SPC também agride, afronta o art. 3º da Lei Complementar nº 109, porque a função da Secretaria de Previdência Complementar é a de fiscalizar a ação dos fundos de pensão para defender os interesses dos participantes e assistidos e não para defender os interesses dos patrocinadores, que não precisam efetivamente de uma proteção dessa natureza, até porque ao patrocinar fundo de pensão uma empresa está simplesmente resgatando a hipoteca social que pesa sobre uma empresa no sistema capitalista de produção.

Desculpe-me V. Exª.

Termino aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Sem manifestações, por favor.

Agradecemos a manifestação e a apresentação do Sr. Ruy Pedroza, que em tempos de Copa do Mundo deu uma demonstração de alto espírito desportivo: recebeu meu cartão e imediatamente atendeu à determinação de encerrar sua manifestação.

Muito obrigado.

Com a palavra o Sr. Rogério Derbly, representante do Grupo em Defesa dos Participantes da Petros.

Ao mesmo tempo, informo ao Plenário que o Sr. José Roberto Ferreira solicitou que a Mesa acatasse seu pedido para se ausentar, uma vez que ele tem outro compromisso. E nós, obviamente, aqui estaremos e continuaremos debatendo o assunto. O Relator e a Srª Senadora também já ouviram sua exposição. Por isso, agradecemos sua presença. Ele vai nos deixar, inclusive, as anotações das informações que prestou a todos durante a sua exposição.

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. ROGÉRIO DERBLY – Sr. Presidente, Senador Paulo Bauer, em nome do Grupo em Defesa dos Participantes do Plano Petros, em nome dos Presidentes Luiz Carlos Nery e Guarabira, ausentes por motivos profissionais, aqui os representando, agradeço imensamente o convite – Senadora Ana Amélia, com quem já estivemos várias vezes; Senador José Pimentel – à Mesa e a todos os demais.

Senador Paulo Bauer, eu não sei o que é mais difícil: se é falar depois de todos, principalmente depois do Dr. Ruy, ou se falar sobre o assunto.

Este ano eu completo 12 anos de sistema previdenciário complementar privado, e o que posso trazer e acrescentar a tudo o que foi dito, e com algumas repetições, é que a ilegalidade da Resolução nº 26 é tamanha que ela não só afronta a lei complementar, os arts. 19 e 20, como afronta a própria Carta Constitucional. A Carta, com a emenda à Constituição – e a Drª Isa ressaltou de forma exemplar –, prevê como característica básica – isso foi repetido pelo Dr. Luís Ricardo – a natureza jurídica privada contratual, o que me incomoda muito, muito; eu disse isso em duas oportunidades no Senado.

Eu acho que o Senado está tomando o rumo correto, porque, em seis meses, é a terceira vez que eu venho ao Senado para participar de audiências públicas. O Senado está tomando o rumo correto, porque está entrando em uma área em que há 13 anos – a Lei Complementar nºs 108/109 fez este ano 13 anos – não havia sequer uma alteração, sem uma emenda. A Senadora Ana Amélia nos pediu uma ajuda, nós a enviamos a sugestão de um projeto de lei. Existem alguns projetos de lei tramitando na Casa, mas parados, literalmente parados, literalmente parados. Sugestões como, por exemplo, a intervenção direta do Tribunal de Contas da União, o qual assessora esta Casa, e que tem, efetivamente, entrado na seara da Previc, porque não tem, talvez, confiado tanto na fiscalização da Previc, porque está exercendo a fiscalização própria sobre os fundos de pensões. E não tem como não dizer que é *leading case*, que o caso é o caso Aerus. Não tem como dizer que a Previc atua de forma exemplar. Não tem. Não tem.

Quando fala em aspecto contratual, você pode perguntar àquelas 80 mil pessoas – hoje são 80 mil, amanhã eu posso dizer que haverá um milhão aqui, porque esses 80 mil, juntamente com todos os outros, têm que trazer mais assinaturas para cá, e V. Exª vai ver o que passa. No Rio de Janeiro eu represento, hoje, praticamente todo o sistema Petrobras de previdência privada. A Petros, hoje, quer cindir um plano de benefício deferindo-os em dois, como se pudesse decepar alguém ao meio e pudesse conviver harmonicamente uma metade e a outra separadas. Isso nós estamos discutindo na Previc de forma bastante ferrenha, porque temos a certeza de que a Previc não age tão somente para provar, ela tem que fiscalizar, e nós denunciamos isso e várias outras coisas e até agora não vimos nenhuma atitude da Previc no sentido de fiscalizar.

Se formos buscar aqui, revolver o caso Aerus, vamos verificar que foi falta de fiscalização, foi má gerência, e do governo, da então SPC. Então, há uma necessidade muito grande.

Contrato? Pode perguntar àqueles 80 mil se eles têm contrato. Eles têm uma folha assinada com regulamento. E esse regulamento, se você for à Justiça, Senador, não vale, porque vale a regra atual. Aí é a grande preocupação. Qual a grande preocupação? O Judiciário talvez não esteja preparado para apreciar as questões decorrentes da previdência privada. Talvez ele precise, como eu estou, no Rio de Janeiro, buscando, de varas específicas para tratar desse assunto e câmaras específicas para tratar desse assunto. O STJ, recentemente, já deu notícia de que, efetivamente, está agindo como se a previdência complementar fosse a previdência, o INSS, e não é. A Drª Isa disse que tem natureza jurídica privada contratual. Eu contrato o fundo de pensão e o fundo de pensão tem um contrato que é um convênio com a patrocinadora.

Foi falado aqui de excesso de contribuição. Não existe excesso de contribuição. Se houver excesso de contribuição no plano, o atuário errou. Aí é técnico, é matemática, errou. Agora, se o administrador é um bom administrador e conseguiu, com aquela pouca quantia, fazer com que aquilo se multiplicasse e houvesse uma sobra, aí é outra coisa, o que se chama de superávit. Pode ocorrer? Pode, não tenho dúvida nenhuma, basta administrar. Se você for um mau administrador, déficit. Se houver déficit, eu divido. Se houver superávit, não existe. Na lei, não existe.

A Constituição diz: "Constituição de reservas, em regime de capitalização, para pagamento de benefícios contratados." Para pagamento de benefícios contratados. O legislador ordinário, tanto o constituinte derivado quanto o originário, não disse nada sobre o excesso. Não disse!

A lei complementar, no art. 3º, diz: "A ação do Estado" – e foi dito aqui – "será exercida com o objetivo de proteger os interesses dos participantes e assistidos." E não "e patrocinadores", não.

Quando a patrocinadora firma o contrato, que é o convênio, ela sabe que ela tem que aportar. Ponto. Acabou. Dali para frente, é a competência do fundo em gerir esse valor para que possa saldar os benefícios seguintes.

Então, a Resolução nº 26 pode ter sido construída com todos os detalhes possíveis. Eu já vi prédio de 30 andares cair na Barra da Tijuca depois de dez anos construído, excelência. Cai, porque não tem alicerce, não foi benfeito. E pode ter sido aprovado por quem for. Se estiver contrariando a lei e a Constituição, é nula. E o Judiciário não apreciou de uma maneira que se possa dizer que o Judiciário está convicto de que é legal.

Foi dito aqui, está no documento que a Previc deixou ao senhor, que somente uma ação improcedente, mas em grau de recurso, está hoje tramitando. O resto, todas as outras, como o Dr. Ruy ressaltou, extintas sem julgamento do mérito. Isso quer dizer o quê? "Olha, isso aqui, esquece." Não disse nem que sim nem que não. Talvez não disse nem que sim nem que não pela imaturidade.

Hoje o Judiciário precisa prestar muita atenção à previdência complementar e não pode confundir, como vem confundindo, a previdência complementar privada, relação contratual, com o INSS, como fizeram com a Emenda Constitucional nº 20/98, que enfiaram gargalo adentro na Constituição, aquela exceção, para tirar da competência da Justiça do Trabalho o julgamento dessas pendências.

Como eu ouvi e não pude falar, porque eu estava do lado de lá, a Senadora Ana Amélia estava presidindo a Comissão, um representante da Caixa Econômica disse, que os advogados, na verdade, fabricam ações judiciais. Eu quase pulei da cadeira. Aí disseram: "O senhor falar não pode, vai romper o Regimento". E eu esperei hoje. Nós advogados não fabricamos ações judiciais, defendemos os interesses de participantes que – vejam – viveram, pagaram, alguns contribuem, mesmo após aposentados, com os fundos de pensão e têm que necessariamente buscar o Judiciário, talvez com 70 ou mais de 70 anos, para fazer valer o quê? O seu direito contratado.

Aí me vêm com a argumentação de que existe uma relação de consumo. Existe uma relação de consumo entre o beneficiário e o assistido participante e o fundo de pensão. Qual? Aí, confundem, mais uma vez, Senador.

Existem dois tipos de previdência privada: aquela regulada pelo Ministério da Fazenda e aquela regulada pelo Ministério da Previdência. A nossa discussão é a Previdência, Senadora Ana Amélia, a previdência complementar do Ministério da Previdência, aquela contratual, aquela que não é regida pelas normas da Fazenda. Aquela que é do Banco do Brasil, que a senhora vai lá e compra um serviço, esta é regida. A nossa, não. Os fundos não pagam ISS, não pagam IOF, não pagam nada.

Eu falei isso, e o Dr. José Maria Rabelo, que não está mais na Previc, eu soube agora, concordou comigo. Mas o Judiciário continua dizendo. Aí, eu digo no Judiciário: olha, está vendo, agora eles estão dizendo, no Judiciário, que não existe relação de consumo. Por quê? Porque retiraram da competência da Justiça do Trabalho.

Então, não há como, Senador, não há como a resolução... E a proposta, e a atitude que V. Exª tomou, efetivamente, eu posso lhe dizer que ali não há 80 mil assinaturas, ali há muito mais de 80 mil assinaturas, porque ela efetivamente rompe com os arts. 3º, inciso IV, 19, 20 e 21. E mais, não se pode dizer – aí é uma aventura, é querer, Senadora, usar da hermenêutica de todas as formas de interpretação do Direito –, querer entender, achar e ler no art. 20 que há nele uma possibilidade jurídica de se dar plausibilidade jurídica à Resolução 26, como o Dr. Ruy disse. Não existe! Por quê? A expressão "revisão do plano de benefício" não abrange a revisão de recursos, de valores.

Se existe excesso, esse excesso decorreu da competência do investidor, não decorreu do excesso de contribuição. Se há excesso de contribuição, o atuário técnico errou. Se existem excessos de contribuição porque o investimento foi interessante, então esse valor tem que reverter para o fundo para poder garantir o quê? A lei e a Constituição, pagamento de benefício. Por quê? Porque desde a emenda constitucional, a questão da previdência privada – eu tive que anotar, Dr. Ruy, porque eu sabia que o senhor ia acabar com tudo – prevê como característica base do regime integrar a ordem social econômica e proteger a questão coletiva. A questão coletiva, na verdade, está onde? Na grana, no superávit ou no interesse no participante? Qual é o interesse? O interesse da Carta Constitucional, do constituinte, seja originário ou derivado, e do legislador é no sentido de proteger o fundo, reverter ao fundo para garantir o fundo. Porque se isso tivesse acontecido com o Aerus lá atrás, ninguém estaria passando pelo que está passando. E a tendência futura, se o Judiciário não perceber efetivamente essa questão, se o Executivo e esta Casa não continuarem com o que estão fazendo – e aí é motivo de elogio e trago esse aplauso do Rio de Janeiro, por quê? Porque, efetivamente, é uma das questões mais importantes. E o Senado tem tido essa percepção, graças a Deus, com o senhor; com a Senadora Ana Amélia, que vem diuturnamente nos ajudando muito; o Senador Paulo Paim, uma honra seja feita, porque também tem ajudado e se interessado bastante.

Mas aqui hoje, efetivamente, o abraço e o festejo que o Rio de Janeiro pede para trazer a V. Exª é que a proposição de V. Exª, efetivamente, acaba e coloca cobro... E aí, ficamos enriquecidos porque a Comissão de Constituição e Justiça efetivamente avaliou e aprovou. Eu não tenho dúvida de que – eu não conheço o parecer, mas tudo que foi dito aqui, com certeza... Porque não há outra razão.

Então, Senador Paulo Bauer, a contribuição que trago em nome do GDPAPE é de que corroboro tudo, principalmente o que o Dr. Ruy disse. Efetivamente, não existe base legal. A Resolução 26 é ilegal. Pode ser revestida de técnica, mas ela não está de acordo com a lei. Para que ela hoje pudesse ser legal, mude-se a lei, como geralmente se faz. Mas a lei ainda não foi mudada, não foi alterada e a lei não diz assim.

Essa é a contribuição que eu poderia trazer à Comissão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Agradecemos sua exposição.

Passo a palavra agora ao Sr. Carlos Marne Dias Alves, Assessor de Políticas de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, representando neste ato o Sr. Jaime Mariz de Faria Júnior, Secretário de Políticas da Previdência Complementar do mesmo Ministério.

O SR. CARLOS MARNE DIAS ALVES – Boa tarde, Senador Paulo Bauer; boa tarde, Senadora Ana Amélia; boa tarde, Senador José Pimentel; boa tarde, demais integrantes da Mesa e componentes desta audiência.

É difícil. Como meu antecessor falou, ficamos por último e pensamos: eu ia falar isso, o outro já falou; eu ia falar aquilo, já falou. Mas, em compensação, surgem alguns argumentos e eu acho que vale a pena rebater, reforçar ou dar um outro enfoque ao que já foi dito.

Primeiramente, destaco a importância do tema: previdência complementar. Ele tem crescido enormemente, tanto que tem sido rotineiro o debate na Casa, no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, principalmente com a aprovação da Funpresp, que é a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público. Então, a tendência da previdência complementar e a importância dela, no segmento e na economia do País, crescem exponencialmente, à medida também que – infelizmente, não estamos com uma perspectiva boa... Mas a cobertura da previdência complementar, em termos da população economicamente ativa, ainda é pequena.

Temos, hoje em dia, cerca de 2 milhões e 300 mil participantes; temos aqui a assinatura de 80 mil, mas o número de participantes é muito maior do que isso. Mas, em compensação, ele é muito pequeno em relação à população economicamente ativa, que chega a algo em torno de 90 milhões. Então, temos pouco mais ou em torno de 4% só da população coberta pela previdência complementar.

A previdência complementar tem encontrado uma série de obstáculos para o seu crescimento, muitas vezes em função de regras de proteção tanto do participante, quanto do próprio patrocinador, porque a previdência complementar depende do patrocinador. Existem duas formas de criação de um plano de benefícios: ou é via patrocinador, ou via instituidor. O instituidor é via sindicato, no qual o instituidor, em regra, não contribui para a previdência do seu participante; e os planos patrocinados, que hoje em dia ainda são a maioria dos nossos planos, que pressupõem uma contribuição do patrocinador. Então, essa é a lógica do funcionamento da previdência complementar.

Qual é o objetivo da previdência complementar? É o pagamento do benefício, como foi dito até anteriormente, mas do benefício contratado. O participante, quando entra num plano de previdência complementar, encontra três modalidades de planos: um é o benefício definido, no qual ele entra e já fica sabendo, de antemão, que todo o esforço contributivo dele e do patrocinador vai vir para, no futuro, ele poder gozar de um benefício, quer seja a última remuneração, 80%, 50% da remuneração ou do salário de contribuição.

Existe outra modalidade forte que é a de contribuição definida, que é a maioria dos planos que, hoje em dia, têm sido aprovados. Essa modalidade, contribuição definida, na qual não há superávit, não é objeto do nosso tema aqui; é um plano no qual o benefício do participante vai ser diretamente proporcional à poupança que ele fizer, à reserva que ele fizer juntamente com o seu patrocinador. Então, aí ele corre um risco de ele ter um plano, um benefício maior, corre o risco de ficar rico – não vou dizer ficar rico, mas de ter um benefício além das expectativas dele –, se o gestor fizer uma gestão benfeita, ou corre o risco de ter um benefício mais baixo, se, na vida contributiva dele, em algum momento, ele não fizer as contribuições necessárias.

Basicamente, são esses dois modelos, e existe um modelo híbrido, que combina um com o outro.

Onde acontece superávit? No modelo de benefício definido, no qual o participante faz um contrato previdenciário. Em geral, no plano patrocinado, as contribuições dele e do patrocinador são para atingir aquela meta. Então, ele contribui durante toda a sua vida laborativa, 30, 35 anos, 20 anos, o período em que ele estiver sob a proteção daquele plano de benefício, para chegar a, no futuro, ter condições daquele benefício contratado.

O plano de benefício não é para dar nem superávit, nem déficit, não é para dar nem lucro, nem prejuízo. O plano de benefício tem que ser o suficiente para que ele faça jus ao benefício contratado. Se contratei um benefício de ultimo salário ou de 70% do último salário, o meu plano, as minhas contribuições e os meus investimentos têm que visar ao pagamento daquele benefício. A ocorrência de déficit ou superávit são exceções que devem ser equacionadas no decorrer do período.

Então, se houver déficit, claramente está previsto na lei que vai ser feito um esforço contributivo maior ou vai ser feita uma revisão do plano de benefício. Atualmente, não consigo mais fazer com as contribuições que tenho hoje em dia. Ou eu aumento a contribuição, ou vamos rever para reduzir o benefício.

E hoje em dia está cada vez mais difícil atingir essas metas. Por quê? Porque antigamente os fundos de pensão aplicavam muito em títulos públicos, que davam retornos extraordinários, e facilmente se cobria a meta atuarial – 6% era o mínimo, era o teto, mas facilmente se conseguia fazer uma projeção em torno disso. Hoje em dia, com a economia dando certo, graças a Deus, os títulos públicos já não dão mais esse rendimento. Os títulos públicos hoje em dia já dão um rendimento inferior.

Então, cabe ao patrocinador, à entidade, chegar para o seu participante e falar: "Participante, olha, para honrar, naqueles planos de benefício definido, para nós atingirmos aquela meta de pagar esse benefício em 60, em 50, ou a última remuneração, ou um valor qualquer pré-definido, nós vamos ter que aumentar a sua contribuição ou rever o seu benefício para reduzir os benefícios." Porque o dinheiro de um fundo de pensão

tem limite, é aquele dinheiro tabelado. Ele faz o aporte e vai receber o benefício em função daqueles aportes que ele fizer.

Então, como vimos, o legislador fez a previdência. Inclusive, hoje em dia, constitucionalmente, o fundo de pensão deve prever, buscar o equilíbrio financeiro e atuarial, não só os fundos de previdência, mas também os regimes próprios e o próprio regime geral, o equilíbrio financeiro e atuarial, ou seja, eu tenho que arrecadar, constituir as minha reservas, fazer os meus investimentos suficientes para que o plano seja equilibrado, não só agora como no futuro.

A Resolução nº 26 veio num momento, logicamente, em que nós estávamos com a economia dando mais certo, e começou a haver uma série de planos, ou alguns poucos planos, que começaram a apresentar superávit demasiado. Porque o legislador é sábio, ele fez o seguinte: não basta só o equilíbrio; eu posso constituir uma reserva de até 25%. Ou seja, se eu vou ter que pagar 100, na verdade, eu posso constituir uma reserva de até 125. Passou disso, já consegue ser uma reserva especial. Essa reserva especial que é considerada superávit. Não é esse 101, ou 102, nem o 120. O que vai ser considerado superávit para ser eventualmente distribuído é o 127, o 128, o 130.

Então, o que a Resolução nº 26 veio fazer foi disciplinar esse algo mais, esse 126, 127, considerando 100% o valor do benefício contratado. Na hora de disciplinar, como vai fazer para, no caso, equacionar esse superávit? Porque no fundo de pensão – volto a frisar – é uma anomalia ter superávit. O fundo de pensão não é para ter superávit; o fundo de pensão é para ter equilíbrio financeiro e atuarial. O que fazer, então, quando der 127, 128, 130? Coube ao legislador, no caso, ao Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), legislar e disciplinar esse assunto, que é uma anomalia que estava acontecendo naquele momento, e hoje em dia não está se repetindo mais, por uma série de fatores. Mas ao disciplinar esse momento, o que se faria com esse a mais, com esse 127, 128?

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS MARNE DIAS ALVES – Adotaram-se três condição sucessivas: redução das contribuições, redução do pagamento integral e, num terceiro momento, melhoria do benefício ou reversão dos valores. A reversão dos valores seria a última instância. Então, teria que haver todas aquelas alternativas anteriores para depois chegar ao momento de reversão dos valores.

Por que reversão dos valores? Principalmente para o que foi dito até pelo meu antecessor aqui: não existe vedação. Eu acredito que se o legislador quiser vedar, ele tem plena consciência de poder vedar essa reversão. Hoje em dia não existe essa vedação, não se chegou a essa interpretação, fruto de uma série de pareceres jurídicos.

Coube, então, a um conselho, um órgão colegiado, com representantes de todos os segmentos da sociedade, disciplinar o que se faria nesse momento, sempre preservando, procurando preservar o que na própria legislação complementar existe: o interesse do participante, não o participante individual, mas a coletividade dos participantes como um todo. E não só o dos participantes atuais, como o dos futuros participantes.

O plano de benefícios tem que ser interessante tanto para o participante, ou seja, se garantido ao máximo o pagamento do benefício contratado, como para o patrocinador, que também tem que ter a garantia de que, se for além desse benefício contratado... Porque a preocupação do patrocinador é pagar um benefício que o Estado não paga.

O Estado vai até o limite do INSS. O patrocinador entra com essa predisposição de, juntamente com seu participante, numa política de recursos humanos, pagar um benefício superior ao do INSS e, nesse ato, nesse contrato no qual existem diferentes atores, se extrapolassem esse benefício contratado que foi programado, o valor desse extrapolamento, numa terceira hipótese, poderia ser revertido ao patrocinador.

Esse foi o espírito da resolução, que passou por várias instâncias jurídicas, não se vislumbrou ilegalidade em relação a isso aí, em relação ao que foi regulamentado, e esse foi o espírito, principalmente protegendo o interesse do participante, mas não só do participante individual, do participante coletivo, de todos aqueles 2,3 mil que fazem parte do sistema de previdência complementar e daqueles que vão querer entrar e aos quais cabe, sim, uma liberalidade do patrocinador oferecer um plano de benefício aos seus integrantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Muito obrigado.

Agradecendo aos expositores, nós agora vamos para a fase da apresentação dos questionamentos por parte dos Senadores e eu quero, preliminarmente, mencionar e registrar que, ouvindo as exposições, certamente nós ficamos compreendendo um pouquinho melhor do que se trata e por que estamos procurando conhecer com profundidade esse assunto.

No meu caso pessoal, devo revelar que não tenho nenhuma relação pessoal com qualquer fundo, não sou beneficiário de fundos, eu exerço mandatos parlamentares e mandatos populares desde 1986 e, aqui no

Senado, aprendi, no exercício do mandato, que esta Casa tem a função de recompor, de resgatar a condição legal de uma determinação legal que tenha sido estabelecida e que foi usurpada ou que foi descumprida ou que foi mal aplicada pelo Poder Executivo. Já existiram outros casos, eu mesmo e a Senadora Ana Amélia, neste mandato, fomos protagonistas de um projeto de decreto legislativo que permitiu que todos os empresários do setor lácteo no Brasil pudessem recuperar um prejuízo que tiveram por conta da vigência de uma medida provisória que lhes tirou determinado benefício enquanto ela vigeu e, no momento em que foi aprovada essa medida provisória e transformada em lei, nós vimos aquele texto, aquele artigo ser retirado da medida provisória quando ela foi transformada em lei. Obviamente que os empresários tiveram a perda e teriam que contabilizar a perda que tiveram durante o período da vigência da medida provisória.

Por minha iniciativa e com o apoio dedicado da Senadora Ana Amélia, fizemos um projeto de decreto legislativo que foi aprovado por unanimidade, inclusive pelos Senadores da Base do Governo, que não integro, portanto, não era uma questão ideológica, não era uma questão de combate de oposição e situação; era uma questão jurídica. E, por ser uma questão jurídica, tributária, houve a compreensão da Casa de que aquela matéria poderia e deveria ser aprovada. Então, o decreto legislativo permitiu que as empresas contabilizassem aqueles valores, recuperando o prejuízo.

Só para que todos aqui conheçam que não estamos aqui hoje num debate ideológico, num debate de oposição e situação, num debate para haver vencidos ou vencedores, nós temos é que prezar e zelar pelo cumprimento da lei, essa é a função do Senado precípua e principal. No caso, eu lhes digo que, certamente, os Senadores José Pimentel e Ana Amélia, como eu, vivemos, diariamente, em todos os recantos do Brasil, com um questionamento que nos fazem os aposentados do País inteiro por causa da questão do fator previdenciário, que todos os aposentados deste Brasil não desejam ver aplicado por mais tempo.

Entretanto, o fator previdenciário passou a ser aplicado graças a uma votação, graças a uma determinação, a um projeto de lei votado e aprovado por esta Casa e pelo Congresso Nacional. Se é lei, cumpra-se. E, se quem votou a lei votou errado, troca-se quem a votou. E se votou certo, mantenha-se ele para mais um mandato. Essa é a regra democrática que prevalece no exercício da representação popular, que nós devemos preservar.

Portanto, é necessário mencionar que, se nós representantes do povo no Senado, como também os Deputados, sabemos que o povo clama e pede pela queda do fator previdenciário, por outro lado, nós temos a responsabilidade de proteger o próprio Estado, que, de repente, não tem as condições para suportar a eliminação dessa condição no presente momento. Poderá um dia ter essa condição, e aí nós viveremos um outro momento.

Certamente, nas vezes em que eu participei de discussão e debate sobre o projeto de decreto que se encontra aqui em debate, muitas vezes eu pude dizer: talvez a gente pudesse mudar o tempo que está estabelecido na lei, de três anos, e dizer que é em sete, que é em cinco que se faz o cálculo para ver quem recebe de volta, quem paga mais, quem paga menos. Por que não? O texto legal poderia ser alterado – e alguns iam reclamar, outros iam aplaudir, não sei se o Governo ia gostar, se o conselho gestor ia achar isso certo ou errado. Mas nós poderíamos discutir essa questão, como poderíamos discutir exatamente a função do patrocinador ou do próprio beneficiário, se ele teria mais ou menos responsabilidades. A lei poderia estabelecer.

Nós estamos tratando aqui especificamente de uma questão: o conselho regulamentou uma matéria que, no meu entendimento pessoal, deveria ter sido objeto de lei, e na lei não está contemplado, conforme aqui muitos já advogaram e se manifestaram alinhados a esse pensamento. Portanto, é natural que, agora, a gente já possa oferecer ao Relator, principalmente, ao nobre Deputado José Pimentel – desculpe-me, Senador José Pimentel, é que eu e ele fomos Deputados e, às vezes, a gente tem uma recaída, não é Senador? Mas a verdade...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. *Fora do microfone*.) – Sempre em polos diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Sempre em polos diferentes, é verdade.

Mas eu tenho que lhes colocar o seguinte: na verdade, na verdade, muitas questões deveriam ser apresentadas aqui como perguntas, como questionamentos. Mas eu tenho duas questões a fazer, dois questionamentos, mas vou fazê-los em seguida e vou deixar primeiro a Senadora, o Senador Pimentel... *Ladies first*. O Senador Pimentel faz questão de que a Senadora Ana Amélia fale primeiro. Depois das perguntas de ambos, eu também coloco aquela que eu queria apresentar, para que nós possamos aqui debater.

Não sem antes dizer, para complementar o que eu dizia no início, que, embora eu não seja integrante dos quadros dos fundos, ou beneficiário dos fundos ou ter alguma relação direta com eles, eu conheci esse problema através de um *e-mail*, de um *e-mail* que me mandou um amigo de Joinville que foi funcionário do Banco do Brasil, que eu conheci ainda quando eu andava com a pasta debaixo do braço pagando contas no caixa do Banco do Brasil, que aqui nos honra com sua presença, o Ivo Ritzmann, que por ser meu amigo, meu eleitor, mandou-me um *e-mail* me chamando atenção para o assunto. Dali para frente, eu pedi que a Consultoria do Senado, que é um dos órgãos mais qualificados em termos de análise, de estudos de questões e de assuntos le-

gislativos, ajudasse-me na interpretação do problema. E aí, através do trabalho de vários consultores, chefiados pelo Dr. Rafael, nós chegamos à conclusão de que esse projeto de decreto legislativo poderia ser apresentado.

Por isso, agradeço ao Ivo pela ação, ação que todo eleitor deveria praticar em relação ao seu representante, chamando atenção, pedindo providências, informando fatos, para que a gente possa trabalhar melhor. Porque, às vezes, a gente trabalha muito mais movido por notícias, movido por alguma razão subjetiva. Mas é importante sempre que todos exerçam seu direito de cidadão, chamando a atenção e pedindo providências do legislador para todos os assuntos de interesse do País.

Senadora Ana Amélia, a senhora está com a palavra, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, Senador Paulo Bauer, caro colega Senador e ex-Ministro da Previdência José Pimentel, que

José Pimentel, que entre nós Senadores é o especialista em previdência e tem um cuidado, embora diverjamos em alguns aspectos disso. Eu penso que a responsabilidade institucional que temos é uma responsabilidade com a defesa do interesse maior. Eu não sou advogada, não sou especialista em previdência, sou uma generalista e procuro sempre pautar, porque nem sempre uma lei correta é uma lei justa. Ela pode ser correta, toda a sua fundamentação correta, mas ela, do ponto de vista social, pode não ser justa. Penso que esse princípio pode estar regulamentando aqui o que nós estamos discutindo.

Antes de fazer duas questões apenas, eu quero fazer uma leitura porque aqui foi mencionado um caso que remete à preocupação dos fundos de pensão ao presente e ao futuro, porque nós também temos que pensar no passado. E aí, Senador Pimentel, não é a manifestação de uma Senadora independente, é de uma instituição, a Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil da Central Única dos Trabalhadores – Luiz Sérgio Almeida Dias, Presidente, e Graziella Baggio, da Diretoria.

A Fentac/CUT (Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil da CUT) encaminha a V. Exªs – no caso, os Senadores – o presente ofício passando-lhe informações sobre o caso Aerus. Eu trago isso apenas para ser um sinalizador da relevância do que estamos discutindo aqui.

> *Ontem, em contato mantido com o Presidente da Câmara dos Deputados, o Ministro Ricardo Berzoini encerrou a possibilidade das negociações para o acordo do Aerus. Há um sentimento de tristeza e de desespero em todos os envolvidos. Todos sabem que o tempo não espera, não irá esperar a demora do Poder Judiciário, e isso torna a resposta negativa ainda mais desesperadora. Passar um ano chamando os representantes para discutir um acordo, inclusive para discutir formas de pagamento, não se encaixa com a resposta de falta de recursos. Ora, se se estava discutindo a forma de pagamento, presume-se a existência de recursos.*
>
> *Por isso, hoje, encaminhamos esse ofício a V. Exªs, para agradecer o apoio durante todos esses anos, para agradecer a presença diária em nossos acampamentos, agradecer pelos pronunciamentos e pelas cobranças ao Poder Executivo. Mas também pedimos a V. Exªs que continuem do nosso lado cobrando e apoiando, de todas as formas, a realização imediata do acordo. Utilizem-se de todas as armas, exatamente dentro da harmonia e independência dos Poderes de nossa República, para evitar que novos falecimentos ocorram. Não há qualquer previsão de pagamento para o mês que vem e, tragicamente, já ocorreram 1.008 falecimentos entre os dias da liquidação, em 2006, até hoje, ou seja, sem qualquer necessidade, outras pessoas irão morrer cada vez com maior frequência.*
>
> *Imaginem, Senhoras e Senhores Senadores, que a cada três dias morresse um familiar ou amigo próximo. Essa é a sensação que os participantes do Aerus têm. A cada três dias um conhecido não resiste e gera uma comoção geral e o pensamento de quem será o próximo. É cruel o que está acontecendo.*
>
> *Independentemente de partido político, conclamem todos os seus pares para fazerem uma grande movimentação a favor do acordo. Não é contra ou a favor do Governo [o mesmo se disse aqui agora sobre esse debate sobre a questão da reversão], pois o assunto Aerus não é uma guerra política, apesar de matar como uma guerra civil.*
>
> *O Congresso Nacional, nos maiores acontecimentos da República Federativa do Brasil, sempre se uniu e conseguiu impor seus posicionamentos, não obstante o tamanho da resistência que encontrou pela frente. O Poder Judiciário não dará uma resposta a tempo. O Poder Executivo nos iludiu e bateu a porta. Então, precisamos de uma grande movimentação de todos os Parlamentares, guiados por V. Exªs, os quais sempre estiveram do nosso lado e de mãos dadas com a causa. V. Exªs são os nossos maiores e únicos aliados contra Poderes que insistem em não escutar o grito de desespero desses dez mil aposentados e pensionistas. Infelizmente, o idoso não é considerado em nosso País, e não é de hoje, ou seja, não possui qualquer voz ativa. Não queremos e não precisamos de uma guerra política com o Governo Federal, mas apenas uma movimentação suprapartidária para demonstrar que o Governo errou ao encerrar as ne-*

gociações para que o Governo errou ao encerrar as negociações para o acordo e que isso está custando e pondo em risco a vida de milhares de pessoas.

Essa federação, em nome dos aposentados e pensionistas do Aerus, roga a V. Exªs que conclamem seus pares para apoiar nossa causa, formando uma só voz frente ao Poder Executivo no sentido de salvar vidas, no sentido de realizar imediatamente o acordo.

Mais uma vez, agradecemos imensamente todo o incansável apoio de V. Exªs.

A leitura desse ofício – e eu peço desculpas aos senhores – tem uma relação direta com o que nós estamos debatendo aqui. É para evitar que um novo caso Aerus aconteça em nosso País.

Então, essa é a minha manifestação, porque isso aconteceu hoje, esse ofício foi encaminhado ao Senador.

Eu queria me dirigir ao Dr. Carlos Marne, que fez um relato interessante. O senhor falou que existem – anotei aqui – dois milhões de participantes, e que é uma participação pequena, considerando o conjunto dos trabalhadores ativos brasileiros, que são 90 milhões. É claro, dois milhões participam da previdência.

Eu quero saber do senhor qual é o percentual entre os dois milhões que pertencem ao setor privado e ao setor público, no caso, às empresas estatais.

Algumas empresas estatais, como Banco do Brasil ou Petrobras, têm ações em bolsa. Elas têm capital aberto, mas, de qualquer maneira, o controlador é o Estado, é a União.

Então eu queria saber do senhor: desses dois milhões, quantos estão no setor privado e quantos estão no setor privado?

O SR. CARLOS MARNE DIAS ALVES – Obrigado pela oportunidade, Senadora.

Dos 2,3 milhões participantes dos fundos de pensão, nós temos, gerenciando planos de benefícios, 330 entidades fechadas de previdência complementar, ou seja, fundos de pensão semelhantes à Previ, à Funcef, etc. Dessas 330, 80 são de patrocínio público. São 40% mais ou menos de patrocinadoras públicas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Quarenta por cento?

O SR. CARLOS MARNE DIAS ALVES – Quarenta por cento.

E o número de participantes é um pouco maior, porque os maiores fundos de pensão realmente são de entidades patrocinadas por entes públicos, não diretamente, como no caso do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, da própria Petros, etc.

Desses 2,3 milhões, praticamente 1,1 milhão seriam de participantes de planos de benefícios patrocinados por entes públicos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Então, em termos de participação da previdência complementar, o maior número é do setor público?

O SR. CARLOS MARNE DIAS ALVES – Em número de participantes, sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Participantes e não das empresas. O senhor citou dois dados: um, empresas e, outro, participantes. Então, o número de participantes no sistema público é mais do que o dobro, quer dizer, são 50%... São dois milhões...

O SR. CARLOS MARNE DIAS ALVES – É, um pouco menos do que 50%.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – O senhor fala em um milhão e...

O SR. CARLOS MARNE DIAS ALVES – Algo em torno de 1,1 milhão. Teria que rever esse dado. Assim...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Seriam 50% se fosse 1,150 milhão, mas esse é um detalhe.

O senhor falou de uma questão que... A previdência complementar tem alguns obstáculos para o seu crescimento. Esse obstáculo... Eu entendo o que aconteceu. E o tema que se discute agora está relacionado a uma questão que foi referida muitas vezes aqui: segurança jurídica, credibilidade.

Hoje, com o grau de informação que existe, quem vai entrar num fundo de previdência complementar, está exatamente, com as regras que mudam, como aconteceu com essa resolução, inseguro em relação ao seu futuro, ao que aconteceu com o Aerus e com outros fundos de pensão.

A Previ, no meu entendimento, funciona como uma espécie de agência reguladora. O que é uma agência reguladora? Estabelece o equilíbrio entre a empresa patrocinadora e o que recebe o benefício, uma espécie de, para se ter uma analogia.

Uma agência reguladora, para liberar um medicamento que vai ter impacto sobre o consumidor, ela pega a indústria e vai discutir com os especialistas qual é o efeito e qual é o impacto. Ela chama a consulta pública, várias consultas públicas. Isso chama e vem.

Então eu pergunto ao nosso Presidente da Abapp primeiro, Dr. Luís Ricardo, qual foi a participação dos interessados, participantes e assistidos, na elaboração do texto que resultou na Resolução nº 26, de 2008? Como foi o processo decisório? Houve audiência pública prévia á decisão do órgão normativo? Essa é a pergunta que faço ao senhor.

O SR. LUÍS RICARDO MARCONDES MARTINS – Senadora, com sua permissão, digo que, primeiro, a Abrapp é a entidade que congrega os fundos de pensão e não tem qualquer vinculação com a Previc. O que posso dizer para a senhora, segundo o conhecimento que temos, é que hoje o sistema, como eu disse, modernizado que foi, estruturado que foi legalmente pela Lei Complementar nº 109, prevê, como órgão regulador, o Conselho Nacional de Previdência Complementar. Através de lei específica, criou-se esse órgão, que é o órgão regulador e, dentro desse órgão – temos que disposição nº 26 foi discutida nesse órgão regulador – há assentos do governo. Quando digo governo, falo Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Ministério da Previdência. Há assentos da Abrapp, representando os fundos de pensão, há assentos dos patrocinadores e há assentos – respondendo sua pergunta – dos participantes através da indicação da sua associação nacional, que indica o seu representante, que, por sua vez, participa dessa discussão, como participa também do outro órgão colegiado do sistema, que é a Câmara de Recursos da Previdência Complementar.

Então, esses dois órgãos, estabelecidos legalmente, têm a participação de representantes dos participantes, legalmente previstos. Aliás, a Constituição garante a participação dos participantes bem como o assento nos órgãos deliberativos das entidades fechadas de previdência complementar. A questão da distribuição de superávit também passa – tem que passar, está previsto na resolução – pelo crivo do conselho deliberativo de cada entidade cuja lei, sob comando constitucional, estabeleceu a obrigatoriedade ao assento aos participantes assistidos e ativos. Então, eles têm uma participação, objetivamente falando, no Conselho Nacional de Previdência Complementar, por lei; tem assinto, por lei e por comando constitucional, no conselho deliberativo de cada entidade, que é o órgão que tem que deliberar a distribuição do superávit por maioria absoluta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Dr. Luís Ricardo, ouvindo assim, vemos que é um colegiado. São nove contra um. Nove contra um na composição: é o Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Ministério da Previdência, Eu diria que é um voto só, não é, um voto igual. Aí, vêm todos os outros. Então, na verdade, os aposentados e pensionistas, que são participantes da aposentadoria complementar, têm um voto contra nove da composição desse Conselho. Se, pelo menos, fosse 30%, pelo menos, ainda assim, seria menor. Mas, na composição do Conselho, há um desequilíbrio do interesse de quem sustenta o sistema. Quem sustenta o sistema é quem, na verdade, no meu entendimento modesto, faz o contrato.

Se ele não contratasse, o sistema não existiria. É ele que, enfim, que faz, A patrocinadora é a gestora do processo, seguindo a norma e o regramento.

O que estou entendendo também é que as empresas privadas – V. Exª representa os dois lados, porque ele é composto por públicas e privadas...ou só privadas?

O SR. LUÍS RICARDO MARCONDES MARTINS – São os fundos de pensão, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Só os fundos de pensão.

O SR. LUÍS RICARDO MARCONDES MARTINS – Inclusive os patrocinados por entes públicos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Bom, é. Só os fundos de pensão.

Então, nesse caso, o que cabe à entidade? A posição da entidade é acolher o que decide o órgão público, o setor, o gestor público, no caso o Ministério da Previdência, a própria Previc, que decide isso pela própria... conveniência do sistema de previdência complementar. Essa proposta foi o setor que pediu, o setor de aposentadoria complementar?

O SR. LUÍS RICARDO MARCONDES MARTINS – A questão é a seguinte: cabe a nós, dentro da distribuição legislativa de competências, submetermos ao órgão de fiscalização e supervisão, a Previc, e, dentro da competência legal que foi estabelecida, ao órgão regulador, que é o CNPC, e o órgão do regime disciplinar, que é o CRPC. Todos os atores do sistema, até por força da responsabilidade legal trazida pelo art. 41 da Lei Complementar nº 109, tem que submeter ao crivo desses comandos, desses arcabouços regulatórios estabelecido pela Lei Complementar nº 109.

Só um adendo: a questão da composição do Conselho. No Conselho Nacional de Previdência Complementar, não é nove a um, mas também não é paritário. N\a questão da composição dos conselhos deliberativos de cada entidade patrocinada por ente público, a composição é paritária, por disposição legal.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Essa é uma boa...

O SR. LUÍS RICARDO MARCONDES MARTINS – É técnico, é só um...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Então, eu agradeço a V. Exª e queria perguntar ao nosso representante do Ministério da Previdência: qual foi a necessidade de estabelecer a alteração dessa resolução expressa na lei complementar, não previsto expressamente na Lei Complementar nº 109? Não estava previsto isso. A simples revisão das contribuições ou dos benefícios não seria suficiente para restabelecer o equilíbrio dos planos? Quais os riscos envolvidos para que o instituto da reversão não fosse normatizado?

O SR. CARLOS MARNE DIAS ALVES – A questão da Resolução nº 26, na verdade esse assunto era disciplinado anteriormente antes da Lei Complementar nº 109 pela 6435. Com o advento da nova legislação, a

Lei Complementar nº 109 e 108, de 2001, esse assunto ficou vago e ficou perdido. Então, havia necessidade do CNPC disciplinar o assunto dentro do novo arcabouço legal que existe na Lei Complementar nº 109. Foram constituídas, para até chegar ao ponto dessa Resolução nº 26, várias comissões temáticas que analisaram o caso praticamente durante dois anos, até que se chegasse a esse ponto. Então, não foi... O projeto tem uma série de estudos técnicos, em que é levada em consideração a vontade dos diversos atores, tanto as entidades como os patrocinadores, o pleito dos participantes e o Governo, no caso o ente público, representantes dos ministérios, entram como mediadores. Na verdade, há várias necessidades do próprio sistema e o Governo entra como mediador também associando a necessidade de concatenar a política dos fundos de pensão com a política de desenvolvimento nacional, dos recursos financeiros, que são formadores de poupança de longo prazo e os interesses coletivos dos participantes e dos assistidos.

Então é nesse ponto que se chega à Resolução nº 26.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço ao Dr. Carlos Marne, que representa a Previdência e, antes de encerrar, queria dizer, Senador Paulo Bauer, e fazer até um registro de reconhecimento. O Dr. José Maria Rabello, que até o dia 30 era o Diretor Superintendente da Previc, esteve na Comissão de Assuntos Sociais quando nós debatemos, por um requerimento meu, a questão dos fundos de pensão. Nós estávamos debatendo um ponto levantado pela Presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil, Isa Musa de Noronha, sobre uma norma interna que iria afetar a questão de criar patamares de aposentadorias em valores para diretores da instituição que extrapolassem o valor médio das aposentadorias. Isso iria repercutir porque a base iria pagar um maior salário. Então, não era justo isso; foi um pouco aquela razão.

Mas ele compareceu alegando que eram questões relacionadas a deliberações internas de sigilo e nós entendemos perfeitamente, mas eu queria fazer aqui esse registro para agradecer... Nós não podemos desconhecer a relevância do papel que teve o Dr. José Maria Rabello de ter vindo aqui para debater.

Agora, nós tivemos aqui... Claro, foi uma mudança da Previc e a Previc não mandou a sua autoridade maior, mas eu também entendo, eu não sou uma pessoa que não tenha racionalidade para entender que o representante da Previc que veio aqui tinha uma agenda que cumprir. Da mesma forma que não diminui a presença de um assessor e não do Secretário de Previdência Complementar. Pelo contrário, a presença da representação do Ministério está inteira aqui na pessoa do Dr. Carlos Marne.

Então, queria deixar expresso o agradecimento ao Dr. Rabello, o diretor anterior, pelo comportamento que teve em relação ao Congresso Nacional e, particularmente, à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Agradeço muito. Como disse o Senador Paulo Bauer, quem é generalista aqui hoje aprendeu muito, porque é uma linguagem... O Dr. Ruy Brito defende a tese com o vigor de um jovem de 20 anos.

Quando o senhor falava, o senhor mais do que defender com argumentação técnica, o senhor falava com uma causa de emoção de vida de pessoas. Então, o senhor teve um papel extremamente vigoroso na forma como o senhor apresentou a sua fundamentação técnica, jurídica.

E também quero agradecer ao Rafael da Silveira, já mencionado pelo Senador Paulo Bauer, consultor legislativo do Senado Federal, especialista em previdência social, que teve um papel muito relevante no acompanhamento do nosso trabalho aqui no Senado. Ele também entende ser equivocado o que aconteceu em relação à reversão.

Então, que há fundamentação jurídica e especialmente política e social para não acolher isso.

Por isso, estamos debatendo aqui a forma de encontrar uma saída para esse grave problema.

Cumprimento todos e agradeço a todos os representantes que vieram aqui em todas as posições que tiveram.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Tenho recebido da Mesa solicitações de outros que não foram os requisitados pela Senadora para se manifestar. Ao final, eu darei mais dois minutos a cada um para uma observação complementar.

Permita-me, Senador José Pimentel, apenas fazer um comentário, porque não vou fazer perguntas, já que sou autor e quero apenas contribuir com o trabalho de V. Exª.

Eu sou contador, o único Senador contador eleito para este mandato. Depois já houve suplentes que assumiram, mas, dentre os eleitos, eu fui o único. Portanto, dos 81, eu tenho a responsabilidade de mencionar. E V. Exª, como um homem que conhece muito bem a área tributária, aliás comigo já atuou e já foi responsável por grandes avanços na questão da lei que beneficiou o micro e o pequeno empresário do Brasil, a Lei do Simples, de que fui Relator e V. Exª aperfeiçoou várias vezes, portanto conhece bem a área contábil, eu só fico aqui me perguntando uma coisa: como é que a Petrobras contabiliza o dinheiro que recebe por conta do lucro ou da sobra que o fundo de pensão dela gerou aplicando em ações do Banco do Brasil.

Essa confusão precisa ser estudada por grandes auditores. Eu não sei em que lugar. Não deve ser receita operacional, não deve ser receita comercial. Não sei se paga imposto de renda, não sei quem está ganhando. O acionista da Petrobras, com certeza; mas o funcionário dela, não; e o do Banco do Brasil também não, se para lá foi o dinheiro. Quer dizer, há uma questão contábil que, se nós fôssemos mexer na lei, Senadora Ana Amélia, talvez isso também devesse ser definido bem, porque se é dinheiro dos trabalhadores... Porque quando a Petrobras pagou para o fundo a título de patrocinador, eu sei como ela lançou isso. Ela lançou em despesa. Ela diminuiu a conta do imposto que ela iria pagar, porque ela lançou o pagamento como patrocinador na conta de despesa. Despesa com pessoal, despesa com recursos humanos, mas, quando volta, eu não sei de que jeito volta. E como a gente tem ouvido muito falar sobre maquiagem de contabilidade, eu tenho minhas dúvidas sobre como esse assunto é tratado lá no departamento que eu represento nesta Casa de alguma forma. É uma questão a ser vista, e a Receita Federal e o Ministério da Fazenda também deveriam analisar com bastante cuidado.

Senador José Pimentel, com muito prazer, concedo a palavra a V. Exª, que esperou pacientemente chegar a esse momento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Paulo Bauer, Presidente desta audiência pública, Senadora Ana Amélia, Isa, nossa convidada, nossos cinco outros convidados aqui presentes, queria começar registrando que eu faço neste 2014 20 anos de parlamento. Fiquei 16 anos na Câmara Federal e estou no quarto ano de Senador da República. Esta é a primeira reunião, a primeira audiência pública sobre fundo de pensão em que nós nos reunimos para discutir saldo positivo, para discutir superávit, para discutir resultado que não vamos meter a mão no bolso do contribuinte, do assistido e do aposentado.

Todas as outras, sem exceção, que nós fizemos... E já em 1996 nós instalamos no Congresso Nacional uma Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar o rombo que havia em quase todos os fundos de pensão, inclusive na Previ, e também discutir mecanismos para impedir que os grandes metessem a mão no bolso do contribuinte, do aposentado e da pensionista. Dr. Ribreto, reunimo-nos muitas vezes para fazer esse debate. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito funcionou por quatro anos. Ela foi instrumento para os projetos de lei complementar que resultaram nas Leis Complementares nºs 108 e 109, em 2001. Portanto, essa Comissão Parlamentar de Inquérito funcionou durante quatro anos, fazendo um diagnóstico preciso de toda previdência complementar no Brasil, que aqui todos sabemos que vem de 1904; é anterior à Previdência Social, que é de 1923. E ali nós identificamos um conjunto de gestões temerárias, de gestões fraudulentas dos fundos de pensão. O Aerus é dessa época; há relatório sobre Aerus, sobre a Vasp e a Transbrasil, de má gestão, e nada foi feito sobre esses três fundos. Por isso é que se chegou a esse estágio.

Ao mesmo tempo, a Emenda Constitucional nº 20 absorveu parte do que ali estava previsto e nela foi introduzido o princípio da gestão participativa de aposentados, pensionistas e beneficiários.

Em seguida nós tivemos a apresentação, em 1999, dos projetos de lei que resultaram nas Leis Complementares nº 108 e 109. Eu fui membro titular das duas e Vice-Presidente da 108. Fizemos debates, audiências públicas, seminários e ali regulamentamos a participação nesse colegiado, no conselho gestor, nesses processos, porque, até então, não havia participação nenhuma. Portanto, foi a partir de 2001 que isso que hoje estamos criticando como participação mínima nesses fóruns passou a existir. E cabe a nós do Congresso Nacional alterar a legislação para novas composições.

É bom registrar que, em 2003, todo produto, todo resultado da previdência complementar era tributado. E é por isso que hoje eles têm saldo positivo. Um dos grandes motivos do saldo positivo da previdência complementar hoje é a não cobrança de impostos a partir de 2003 no giro dos negócios de cada instituição dessa. Nós sabemos que a carga tributária é, em média, de 34%. Portanto, pagam-se hoje impostos quando você recebe o benefício; você não pagava impostos – e até 2003 era assim – no aporte, mas você pagava impostos no giro desses negócios.

Aí, o Senador Paulo Bauer, por ser contador, conhece muito mais do que nós essa matéria.

Portanto, um dos itens que leva a esse resultado positivo, além da melhoria da gestão que as Leis Complementares nºs 108 e 109 trouxeram, vinculando o patrimônio dos gestores aos prejuízos que porventura eles venham a dar – até 2001 não havia isso; o prejuízo era exclusivamente do aposentado, do pensionista e do beneficiário –, é que, nesse acerto de contas, tivemos o aporte significativo dos patrocinadores para equilibrar vários fundos de pensão. Inclusive a Petros recebeu valor significativo; a Caixa Federal recebeu valor significado. A Previ não recebeu; já tinha um equilíbrio, uma gestão melhor.

E tantos outros que por ali passaram. Em seguida, precisávamos criar uma autarquia federal para fiscalizar e normatizar esse setor. As Leis Complementares nºs 108 e 109 já previam, mas precisávamos de uma lei específica criando a autarquia. Até então, ela era uma secretaria diminuta, com limitações na sua estruturação e no seu papel de fiscalização.

Este Senador hoje, quando Ministro da Previdência Social, em 2009, veio para dentro do Congresso Nacional discutir com todas as lideranças, e tivemos uma aprovação quase unânime na Câmara e no Senado. Por isso, em 2009, no início do ano, tivemos a criação da Previc.

Avançou muito. Precisa melhorar? Claro! Tudo o que o ser humano faz sempre precisará de melhoria. Nós temos a Resolução nº 26, e quero aqui dizer que não há extrapolamento de legislação, até porque toda a assessoria... A sua elaboração veio da AGU, e há n pareceres da Advocacia-Geral da União sobre essa matéria.

Houve 14 ações ajuizadas entre 2009 e 2010 na Justiça brasileira para derrubar essa resolução. Sou daqueles que compreendi que, num processo, pode-se ter um ou outro advogado que se equivoque, mas, em 14 ações, com a qualidade desses advogados – conheço parte deles –, é muito difícil.

E mais ainda. Aqui, tem de todos que estão na Mesa. A Federação das Associações de Aposentados do Banco do Brasil é autor de uma delas – também com bons advogados, inclusive colegas meus. Sou também advogado. E também tivemos por parte da Associação Nacional dos Participantes em Fundo de Pensão uma ação direta de inconstitucionalidade, cujo número é 4.644, dessa época, que teve como Relator o Ministro Celso de Mello, que indeferiu a liminar inicialmente. Em seguida a essa decisão, as entidades recorreram por agravo para o Pleno do Supremo Tribunal Federal, que, por unanimidade, – está aqui, Presidente, e vou pedir para juntar aos autos –, manteve a decisão e declarou extinto o processo.

Portanto, é preciso que a gente reflita que não foi apenas um advogado. São 14 ações, mais uma ação direta de inconstitucionalidade, e são os melhores advogados que a gente tem no Brasil sobre essa matéria; são especialistas.

Quero adiantar que as entidades foram, Sr. Presidente desta reunião, à OAB Nacional pedir para que ela patrocinasse essa ação. Na época, a OAB emitiu uma nota técnica para eles dizendo que não deveriam patrocinar, porque a Resolução estava correta. Dessas 14 ações, não tem nenhuma julgando o mérito. É verdade.

Por que isso? Porque o Poder Judiciário não queria aprofundar, de imediato, essa matéria. É uma das maneiras que encontramos de resolver quando há flagrantes defeitos em outros procedimentos.

É verdade que o Ministério Público está promovendo algumas ações, mas é estranho que os advogados das entidades não tenham feito nova ação. Isso é muito estranho. Sabe por quê? Porque a parte perdedora tem sucumbência, e o Ministério Púbico não tem sucumbência. É só por isso.

Portanto, Sr. Presidente, nós, e sou um daqueles que entende que ninguém é dono da verdade... A verdade é construída na proporção em que se tem a capacidade de ouvir, e eu aprendi a ouvir. Fiz questão de trazer para a CAE, Comissão de Assuntos Econômicos, este debate, porque é da sua natureza discutir economia para evitar os erros que nós cometemos nos anos 80 e 90 na gestão e na condução da previdência complementar no Brasil.

É bom lembrar também que temos outras assessorias no Senado Federal que recomendam que o correto é um projeto de lei complementar para alterar a Lei Complementar 109. E sob essa orientação, nós apresentamos na Câmara Federal um projeto de lei complementar alterando a Lei Complementar 109 nesse aspecto e também na participação maior das entidades nos conselhos, nas instâncias e nos espaços.

Nós também precisamos ter outro olhar porque, após a Lei Complementar 108 e 109, no Brasil, não se criou mais nenhum plano de benefício definido. Não existe mais. Os que existiam antes, uma parte está sendo mantida e outra está sendo estimulada a aderir a contribuição definida. E só há superávit nos benefícios definidos. Em nome da verdade, para que a gente não iluda o cidadão comum, que não tem obrigação de saber isso, quando se fala que a previdência do servidor público está sujeita a isso, é porque não se leu a Lei Complementar 108 e 109 nem a lei que criou o fundo de previdência complementar do servidor público, porque ali é exclusivamente CD, contribuição definida. E contribuição definida não tem superávit, que aqui nós estamos tratando. Só tem em BD.

O Banco do Brasil, a partir de 2000, não admite mais servidores em BD, benefício definido. Só admite em CD, em contribuição definida. Todas as estatais que foram privatizadas a partir da Vale, que era um dos maiores fundos, foram transformadas em CD, em contribuição definida, naquela negociação de aporte de recursos. A Petrobras também só está admitindo em CD ultimamente. A Caixa Federal não é diferente. Portanto, houve uma mudança de cultura na previdência complementar a partir das Leis Complementares 108 e 109, deixando de criar fundos BD, benefício definido, deixando de admitir servidores em BD, benefício definido, e montando uma política de migração para CD com estímulo inclusive.

Nós precisamos fazer isso para não enganarmos as pessoas, para não tratarmos as pessoas de boa-fé neste debate para que, no dia de amanhã, elas não venham a pensar que foram iludidas por A ou B. Como sou um daqueles que aprendi na vida que é preferível não ser simpático a algumas ideias, mas ser sincero no que está sendo, é que tenho 20 anos de Parlamento.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Eu queria, agradecendo a manifestação do Senador José Pimentel, informar que o Dr. Luís Ricardo Martins já havia me solicitado antes que ele pudesse se ausentar, já que tem uma viagem agendada. E agora recebo a informação de que o Dr. Rogério Derbly precisa também se dirigir ao aeroporto para iniciar uma viagem de retorno à sua cidade.

Como sabemos, os voos estão bastante complexos e eu imagino que muitos dos senhores que vieram de longe para esta audiência têm também o mesmo problema. Além de termos o momento do excesso de frequência nos aeroportos, também temos as passagens muito caras – pelo menos as minhas estão acima da média nesses últimos dias. Esse também é um tema que, um dia, a Comissão de Assuntos Econômicos precisa tratar porque isso, de alguma forma, traz prejuízo para os usuários.

Nós agradecemos a presença, mas, conforme eu havia dito, cada um dos presentes têm dois minutos. Se desejarem usá-los antes de sair, fiquem à vontade.

O SR. LUÍS RICARDO MARCONDES MARTINS – Sr. Presidente, Srs. Senadores e senhores presentes a esta reunião, agradecendo, mais uma vez, parabenizo o debate democrático feito e me coloco à disposição, na condição de diretor jurídico da Abrapp, de todos, se eu puder, eventualmente, sanar alguma dúvida daquilo que eu deixei aqui consignado.

Senador, mais uma vez agradecendo, peço desculpas aos senhores, mas, realmente, a malha viária do Brasil está meio complicada. Eu tenho que voltar a São Paulo e peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Obrigado.

Por favor.

O SR. ROGÉRIO DERBLY – Sr. Presidente, na verdade eu posso ficar até 16h50, porque o meu voo é às 18h40 e eu preciso estar no Rio de Janeiro amanhã logo cedo, pois tenho um compromisso, uma audiência muito importante.

Achei perfeita a fala do Senador Pimentel. Melhor não poderia ser, pelo menos no meu ponto de vista. Por quê? Porque a história que ele trouxe efetivamente só me encoraja a dizer o que vou dizer, porque a experiência que Senador teve anterior à Lei Complementar nºs 108 e 109, inclusive presidindo uma das Comissões, talvez vá relembrar. Foi dito que a lei anterior realmente tratava sobre destinação de superávit, não foi dito? Foi dito. E o artigo que dizia é o art. 46:

Art. 46. Nas entidades fechadas o resultado do exercício, satisfeitas todas as exigências legais e regulamentares no que se refere aos benefícios, será destinado: a constituição de uma reserva de contingência de benefícios até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da reserva matemática; e, havendo sobra, ao reajustamento de benefícios acima dos valores estipulados nos §§ 1º e 2º do artigo 42, liberando, se for o caso, parcial ou totalmente as patrocinadoras do compromisso previsto no § 3º do mesmo artigo.

As Leis Complementares nºs 108 e 109 não falam. O legislador não quis repetir a lei. Não quis, efetivamente, distribuir, devolver o que estava na lei anterior. Isso é fato. A lei não fala. As Leis Complementares nºs 108 e 109 se calaram. E a interpretação extensiva, alongada não é correta. Como não é correta, com a máxima vênia, Senador, a afirmação de que o Supremo decidiu o mérito. Não decidiu. Eu vou ler o voto.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu não falei isso. Desculpe-me, eu não falei que decidiu o mérito, eu disse que indeferiu a liminar.

O SR. ROGÉRIO DERBLY – Perdão. Perdão, perdão, Excelência.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para ser franco, aqui nós temos todo o direito de divergir no mérito, mas não faltar com a verdade.

O SR. ROGÉRIO DERBLY – Perdão, Excelência. Eu só tenho 47 anos e talvez não tenha a experiência de V. Exª e, às vezes, a emoção fala um pouco mais alto. O Supremo não decidiu o mérito, como eu quis dizer, efetivamente, ele não apreciou a liminar, ele a indeferiu porque disse que não era o caso de Ação Direta. Mas olhe o que disse o Supremo:

> *Portanto, não há dúvida de que a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, inovou em relação à Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001,criando a opção de reversão de valores aos participantes e assistidos e aos patrocinadores,como forma de destinação da reserva especial.*

Disse mais:

> *Em suma, a Resolução nº 26, expedida apenas para dar eficácia à previsão legal da destinação da reserva especial constituída nas entidades fechadas, acabou por extrapolar o seu limite material regulador ao prever nova modalidade não prevista na legislação, a reversão, para o patrocinador e/ou participante, de valores integrantes do patrimônio dos planos de benefícios. Permitiu, portanto, ao invés da 'revisão do plano de benefícios' prevista na lei complementar, cujos efeitos direcionam-se necessariamente para*

o futuro (o plano deve ser revisado para que no futuro não seja gerado nem 'déficit', nem superávit desmesurado), surgisse uma reversão de valores que equivale à distribuição de lucro, com base no resultado dos investimentos obtidos nos exercícios passados.¿ Vê-se, desse modo, que o eventual extravasamento dos limites materiais do diploma legislativo em causa (Lei Complementar nº 109/2001), por parte do ato ora questionado, poderá configurar estado de direta insubordinação aos comandos da lei, matéria essa que, em função de sua natureza mesma, acha-se pré-excluída do âmbito temático de incidência da fiscalização abstrata de constitucionalidade.

Foi isso o que o Supremo disse. O Ministro Celso de Mello, como o Dr. Ruy disse. Está aqui. Eu faço questão. Eu tenho a cópia, a inicial, da Ação Direta e o despacho, que passo à mão de V. Exª.

Então, Senador, V. Exª me perdoe, porque na verdade o Supremo, quando julgou o agravo, é porque houve uma interposição de recurso para cassar a decisão monocrática do Ministro Relator, S. Exª Celso de Mello, justamente para quê? Para poder efetivamente o Pleno apreciar. Como a matéria não é passível de se analisar pelo Supremo, o que o Supremo disse? Não vou decidir essa questão. Por quê? Porque não é passível de Ação Direta de Inconstitucionalidade e controle direto. Mas disse, nas entrelinhas, que a resolução efetivamente não é, ao ver dos membros do Decano, constitucional, legal, etc.

Eu posso ter me enganado. O senhor me perdoe. Em momento algum eu quis afrontar V. Exª, muito pelo contrário. Só achei interessante a fala de V. Exª porque a lei anterior falava, a lei nova não fala. A única hipótese dessa Resolução 26 estar legalmente dentro do ordenamento jurídico seria alterando a Lei 108, 109 para fazer voltar a elas o art. 46 da lei revogada.

Esse era o acréscimo que eu queria dar e peço desculpas. Eu posso ficar até dez para as cinco, porque efetivamente tenho um compromisso inadiável – vou repetir. É voo. Tentei mudar o meu voo para mais tarde, mas eu não vou pagar mais R$1 mil para mudar, porque não dá. Não tem condições.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Muito obrigado.

O seu tempo foi muito mais longo aqui do que a demora do seu voo, com certeza. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Mas o senhor conta com a nossa compreensão, até porque o tema é polêmico e obviamente todos desejariam aqui aprofundar muito mais a questão. Mas tenho certeza de que a partir das informações, dos comentários e do debate que aqui se fez obviamente os Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos como os de Constituição e Justiça haverão de decidir da maneira que considerarem mais adequada.

Eu concedo dois minutos à Srª Isa. Depois, ao Sr. Ruy; e depois ao Sr. Carlos, se desejarem. Por favor.

A SRª ISA MUSA DE NORONHA – Obrigada, Senador.

Senadora Ana Amélia, foi dito aqui que a decisão em última instância é do Deliberativo. Então, a decisão de assinar uma reversão de valores é sempre do Deliberativo. É correto. Só que no nosso ordenamento legal nós temos uma equação perversa, porque no Deliberativo há o voto de qualidade, o chamado voto de minerva. Então, por mais que os três eleitos resistam, vamos perder sempre. Vamos perder sempre! Então, nós precisamos do amparo do Congresso mesmo, porque no Conselho Deliberativo dos fundos de pensão, no caso da Previ, como é paritário, são três eleitos e três indicados, nós vamos perder sempre pelo voto de minerva. Se for do interesse do patrocinador, ele vai levar sempre!

Outra coisa que é muito importante dizer é que com a prática de permitir a reversão de valores nós podemos chegar em uma coisa quase de uma ficção perigosa. O círculo vicioso. Bem se sabe da preponderância de poder...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ISA MUSA DE NORONHA – ...do patrocinador. Ele pode começar a reduzir benefício alterando regulamentos para produzir resultados superavitários, para poder repassar para si mesmo. Percebem?

Terminando. No momento em que existe a possibilidade de ele ter lucro com o seu fundo de pensão, ele começa a mudar o regulamento. E o regulamento ele muda no Deliberativo, onde tem voto de minerva. Aí ele muda a equação, a referência lá dentro do plano. Começa o patrocinador a rebaixar salário dos seus empregados; cria uma maneira de fazer o plano gerar mais resultados, mais e mais; reavalia ações. E depois, ele tem 50% das reservas.

Nós combatemos com veemência a Resolução CGPC 26 porque acreditamos que esta Casa tem condições de fazer uma reforma da 108, 109 muito melhor do que oito pessoas sentadas num conselho do Executivo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Por favor, Sr. Ruy Pedroza.

O SR. RUY BRITO DE OLIVEIRA PEDROZA – Eu queria agregar algumas considerações a respeito do que foi comentado aqui pelo Senador José Pimentel.

Primeiro, eu queria informar à Senadora Ana Amélia que a desigualdade na composição do CGPC – e o Senador José Pimentel sabe disso – não se restringe àquela desigualdade numérica de nove a um. É uma desigualdade que se traduz também em um fato. A única entidade que representa os empregados no Conselho de Gestão da Previdência Complementar se chama Anapar, e por decreto o seu presidente é quem representa os trabalhadores; e a Anapar, do universo de dois milhões e poucos trabalhadores...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. *Fora do microfone*.) – Dois milhões e trezentos.

O SR. RUY BRITO DE OLIVEIRA PEDROZA – ... tem apenas 10 mil associados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUY BRITO DE OLIVEIRA PEDROZA – Ela é muito menor que qualquer das entidades e associações pequenas que representam associados de outros fundos de pensão. Mas ela é nomeada, ela é designada por decreto assinado pelo Presidente da República. Primeira observação.

Segunda observação. Efetivamente, como disse o Senador José Pimentel, as entidades patrocinadoras, as empresas, particularmente as chamadas empresas estatais, decidiram já há algum tempo, e o Governo também – talvez essas empresas tenham seguido a orientação do Governo – não admite mais a constituição de planos BD, e a razão é muito simples. É que nos planos de benefícios definidos o patrocinador é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências, e no plano CD, de contribuição definida, não. O patrocinador, que é o ator protagônico na gestão desses fundos, se eles derem prejuízo, não tem nenhuma responsabilidade. Então, é uma maneira de se escafeder de responsabilidades.

Outra coisa – isso já inclusive sugerimos, fica a sugestão a V. Exª e ao Senador José Pimentel –, que se modificasse também a legislação para um fato que chama a atenção. Eu disse aqui que o legislador não admite a devolução da contribuição patronal à empresa patrocinadora porque não é ela que contribui, ela repassa a terceiros. E eu participei aqui de um debate com o presidente de um conglomerado que representa um dos grandes bancos brasileiros – isso consta dos *Anais* do Senado da República – nesta Comissão e ele botou banca, ele disse que a sua empresa patrocina fundos de pensão e não cobra absolutamente nenhum centavo de contribuição dos beneficiários. Sabe quem paga? Nós, porque a contribuição patronal é repassada nos custos para o consumidor. Sabem quais são os beneficiários? Os grandes executivos dessas empresas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUY BRITO DE OLIVEIRA PEDROZA – Nós pagamos para beneficiar essa gente. Está na hora – e o Senador José Pimentel concorda comigo – de fazer uma modificação e acabar com essa festa. É preciso restabelecer a seriedade na gestão da Previdência Social. Uma das emendas, uma das iniciativas profundamente contributiva para aperfeiçoamento desse sistema – e eu não sou liberal, não sou também anarquista – seria retirar o Estado da influência que tem na Previdência Social, porque o Estado é sabidamente mau gestor da Previdência Social, o Estado brasileiro faliu o sistema de Previdência oficial, o CGPC foi quebrado pelo Estado, que dilapidou todas as reservas técnicas do regime de capitalização em que o sistema funcionava até o ano de 1972, quando, no regime militar, logo no momento em que o sistema começou a responder pelo encargo de aposentadorias para os segurados, por um golpe de cúpula, alterou-se, acabou-se com o regime de capitalização e adotou-se o regime de repartição, que é chamado pacto intergeracional, muito bonitinho, que diz que a geração ativa sustenta a geração inativa para ser sustentada pela geração seguinte. A senhora sabe qual foi a alegação? É que no regime de capitalização se contabiliza a reserva técnica. E a reserva técnica contabilizada da Previdência Social alcançava bilhões de cruzeiros, era o tempo da inflação, era só contábil o saldo, o Governo tinha gasto tudo. E saiu uma decisão, nesse golpe de cúpula, em que o Governo dizia simplesmente o seguinte: "Se o sistema for deficitário, o Governo cobre o déficit do sistema; se o sistema for superavitário, o superávit fica para o Governo porque, na hipótese de déficit, ele vai cobrir." Acontece que o sistema era superavitário, mas era só contábil e o dinheiro não existia mais. Com esse golpe de cúpula, o Governo acabou com o regime de capitalização e o substituiu pelo regime de repartição, que é notoriamente incompatível com o sistema que paga benefícios de longo prazo.

O Senador José Pimentel conhece outro fato: em 1997, celebrou-se um acordo entre o Banco de Brasil e a Previ, pelo qual o Banco do Brasil transferiu para a responsabilidade da Previ uma dívida de R$10,9 bilhões, com um abatimento de R$5,75 bilhões. E sabe quem pagou? Sabe de onde foi tirado? De nós. Não foi a Previ que pagou, porque a Previ não tem patrimônio. Esses R$5,75 bilhões foram retirados do plano de benefícios, e o Senador José Pimentel sabe disso, porque ele apoiou também esse plano, esse acordo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Houve uma eleição dentro do Banco do Brasil e a maioria do funcionalismo votou. Eu sou um democrata. (*Risos.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. RUY BRITO DE OLIVEIRA PEDROZA – O funcionalismo foi enganado. Senador José Pimentel, como dizem os franceses, a verdade tem três faces, e a minha foi a verdadeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Peço silêncio no plenário.

O SR. RUY BRITO DE OLIVEIRA PEDROZA – O grupamento sindical que apoiou esse acordo divulgou amplamente, no seio do funcionalismo, que se tratava de uma conquista histórica do funcionalismo – o Senador José Pimentel conhece isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Dr. Ruy, preciso pedir a brevidade.

O SR. RUY BRITO DE OLIVEIRA PEDROZA – Pois bem, outra cláusula desse acordo foi a que dava direito ao Banco do Brasil de ficar com dois terços dos futuros superávits da Previ, a título de amortização antecipada dessa dívida. A Previ tem sido saqueada escandalosamente! Não quero que aconteça com a Previ amanhã, que aconteça conosco o que houve com a Aerus.

É surpreendente o que está se passando na Previ. Poderia dizer a V. Exª, Senadora, que o Banco do Brasil já se aproximou de mais de R$40 bilhões do plano de benefícios da Previ, e isso, evidentemente, causa preocupação. Nós precisamos, é preciso chamar a atenção desta Casa.

Eu vou dizer a V. Exªs o seguinte: eu acompanho tudo isso, porque eu também já tive a honra de pertencer a esta Casa, e eu fui um dos legisladores que aprovou a primeira lei que estatizou o sistema de Previdência Complementar, que foi a Lei 6.435. Apresentei uma série de emendas que foram aprovadas, e a antiga SPC, a atual Previc, iniciou ali uma tradição que se mantém até hoje de desserviço ao sistema de Previdência Complementar.

O Presidente Geisel tinha mandado o projeto de lei da Lei 6.435, no qual havia um artigo que estabelecia simplesmente o seguinte: o segurado da Previdência Social que se aposentar até os 55 anos de idade não terá direito ao benefício da Previdência Complementar.

Apresentamos uma emenda, como se tratava de um projeto de lei especial. Eu era da Oposição, a bancada majoritária era da Arena, mas, por espírito de corpo, eles subscreveram a minha emenda, que o Presidente Geisel tinha recomendado que fosse rejeitada. Mas, como a maioria da Arena aprovou a minha emenda, o Presidente Geisel mandou que ela fosse aprovada, e esse artigo foi suprimido da lei.

O Presidente Geisel era muito vivo! O seu conterrâneo talvez tenha sido o mais esperto Presidente da República do Regime Militar. (*Risos.*)

O SR. RUY BRITO DE OLIVEIRA PEDROZA – Ele fez o seguinte, quando aprovou o Decreto 81.240, ele colocou esse dispositivo no Decreto.

Sabe o que aconteceu? A Previ e todos os fundos de pensão das empresas estatais, com o beneplácito da SPC, em vez de se adaptarem à lei, adaptaram-se ao decreto. E isso tem acontecido aqui ultimamente, sempre, sempre, sempre assim.

Então, nós aqui no Brasil estamos exercendo uma política, através da ação do Estado, que desmoraliza a Previdência Social e a Previdência Complementar, e isso é de extrema gravidade.

Senador José Pimentel, faço um apelo a V. Exª, medite no seguinte: toda empresa tem os seus objetivos meios e os seus objetivos fins. Entre os objetivos meios de uma empresa, não consta se apropriar de dinheiro carimbado para a Previdência Social; nos objetivos fins de um empresa, a sua receita deve provir exatamente daqueles recursos para os quais a empresa foi criada.

Banco tem receita proveniente das operações bancárias, e não da Previdência Social. O Banco do Brasil tem uma receita... Termino já, Senador. (*Risos.*)

O SR. RUY BRITO DE OLIVEIRA PEDROZA – O Banco do Brasil, por exemplo... Veja bem o escândalo, Senadora, os bancos disputam, avidamente, o direito de administrarem contas de folhas de pagamento de empresas, de prefeituras – o Senador sabe disso, o Senador José Pimentel sabe disso –, etc. O Banco do Brasil administra, sem nenhuma concorrência, bilhões de depósitos dos funcionários aposentados, porque a Previ paga em conta, com depósito em conta, administra bilhões de depósitos da Previ, administra bilhões através da BB DTVM dos investimentos da Previ, não paga absolutamente um centavo para a Previ, e ainda cobra comissão pelos serviços bancários prestados à Previ. Isso é um escândalo! Isso clama aos céus! E é preciso que esta Casa tome conhecimento disso. Tudo isso para retificar os fatos.

Eu faço um apelo ao Senador José Pimentel, que foi dirigente sindical, como eu também fui. É preciso que tenhamos todos nós a sensibilidade suficiente para pensarmos não nas nossas conveniências, mas para pensarmos no futuro deste País, onde as injustiças são flagrantes, onde a concentração de renda é clamorosa, e a previdência social é um instrumento efetivo de redistribuição de renda.

Ou nós corrigimos isso, ou amanhã ou depois nós teremos muito a lamentar que os nossos filhos vivam num País conturbado pela violência, pela insatisfação, pela revolta do povo com fatos dessa natureza, tal como está acontecendo no Sistema de Previdência Complementar.

E eu faço aqui um apelo ao Senador José Pimentel. Eu não sei como é a situação hoje. O Senador José Pimentel conhece melhor que eu. Se fosse no meu tempo, o Senador José Pimentel se declararia impedido de ser o Relator nesta Comissão, porque ele foi o autor da Resolução CGPC nº 26. Possivelmente... (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, nós convidamos o Sr. Ruy Brito, com toda a gentileza e toda a generosidade. Eu peço a ele que respeite este Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Peço ao Dr. Ruy que...

O SR. RUY BRITO DE OLIVEIRA PEDROZA – Não há falta de respeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Dr. Ruy, eu preciso primeiro lhe pedir que o senhor abrevie a sua manifestação, que já vai longa, e quero...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, nós temos no plenário um assessor parlamentar dizendo que este Senador precisa de reparo. Eu pediria ao senhor que pedisse para se retirar, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Por favor, se esse assessor parlamentar que se manifestou estiver identificado, eu peço que se retire a pedido do Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – É o Regimento da Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Por favor, peço a gentileza. Eu não consigo identificá-lo, porque eu não... Por favor.

Dr. Ruy... A Mesa não lhe concederá a palavra, não. A Mesa está terminando de ouvir o Dr. Ruy Pedroza. Dr. Ruy, por favor, o senhor precisa terminar. Eu estou com dificuldade de...

O SR. RUY BRITO DE OLIVEIRA PEDROZA – Eu termino para fazer uma ponderação. É um direito republicano, como cidadão que sou, fazer uma ponderação. Se o Regimento do Senado diz ou não diz isso, e eu não ofendi o Senador José Pimentel. Fiz apenas uma observação a respeito do que prevalecia na minha época, quando eu fui Parlamentar. O Regimento da Casa e o da Câmara dos Deputados recomendavam que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Mas hoje não se prevê mais isso, Dr. Ruy. Hoje, não temos essa previsão.

O SR. RUY BRITO DE OLIVEIRA PEDROZA – Tudo bem, então. Eu apenas procurei me informar para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Muito obrigado pela sua manifestação.

Dr. Carlos, o senhor tem a palavra. Eu já nem digo por dois minutos, mas eu peço a sua gentileza de tentar ser o mais conciso possível.

O SR. CARLOS MARNE DIAS ALVES – Eu só tenho a agradecer a oportunidade de o Ministério da Previdência poder se posicionar em relação ao entendimento da Resolução nº 26. Reforço que o Ministério da Previdência entende que não há ilegalidade na Resolução CGPC nº 26, amparado por pareceres da Advocacia-Geral da União.

Entende também que a legislação previdenciária está sujeita a mudanças. Então, a Casa é suprema e tem condições de promover as mudanças que forem necessárias, mas, no momento da publicação da Resolução nº 26, ela era a que melhor atendia aos interesses do sistema de previdência complementar como um todo.

Só a título de complementação ao que o senhor havia perguntado, a questão da tributação, esses valores, quando revertidos, são tributados pela Receita Federal, tanto pelo participante como pelo patrocinador. Todos entram e são tributados normalmente como receita e com rendimentos do participante ou do patrocinador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS MARNE DIAS ALVES – O.k. Muito obrigado. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – A respeito desse aspecto, apenas registro que...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – ... não vejo justiça tributária nisso, mas é uma questão completamente pessoal, fora do contexto aqui, mas a receita que vem dessa forma eu não vejo por que devesse ser tributada.

Eu apenas registro aqui que, com certeza, o eminente Senador José Pimentel, que é muito respeitado nesta Casa, muito bem quisto nesta Casa por todos, inclusive por seus adversários políticos, vai produzir um trabalho baseado no que é definido em lei, baseado no que é definido na correta interpretação dos fatos, e eu não tenho nenhuma dúvida de que ele tanto poderá ter um relatório aprovado nesta Comissão como poderá tê-lo rejeitado. Aliás, nós convivemos diariamente com vitórias e com rejeições. Isso acontece com relatórios meus, da Senadora Ana Amélia, do Senador José Pimentel. Aqui, não tem Senador vencedor nem Senador derrotado porque Senador é eleito para oito anos exatamente para que a população seja vitoriosa e não o titular do mandato e por isso mesmo quero aqui me desculpar com o Senador José Pimentel se em algum momento algum dos nossos convidados deixou de considerar essas observações que faço em relação a sua pessoa, por quem tenho grande admiração.

Quero também dizer que, com certeza, se o projeto de decreto legislativo de minha autoria não vier a ser aprovado, nós aprendemos hoje que precisamos tratar da legislação que trata do assunto porque não adianta apenas falarmos dessa questão do superávit; já descobrimos que temos outras questões muito importantes que precisam ser tratadas sobre o mesmo assunto.

Concedo a palavra a V. Exª, para, depois de suas palavras, encerrar a reunião, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, volto a registrar que, nesses 20 anos, esta é a única audiência pública que o Congresso Nacional faz para discutir superávit. Todas as outras foram para discutir má gestão, desvio de recursos e cobertura de benefícios por conta de má gestão. Quero adiantar, e que aprendi na vida, que, quanto mais idosos, mais experientes vamos ficando, a gente é mais tolerante. Eu fiz 60 anos, sou tolerante com aqueles que ultrapassaram os 60 e não aprenderam a respeitar as pessoas.

Quero registrar também que vou apresentar um parecer técnico, como é do meu feitio, nesses 20 anos. As pessoas podem divergir na política, mas, nos fatos e nos fundamentos, V. Exª, Paulo Bauer, e este Senador, seja quando éramos Deputados Federais e como Senadores não temos divergências, porque nós não faltamos com a verdade.

Terceira coisa. Nesses 20 anos, eu nunca sofri uma repreensão; esta é a primeira. E compreendo, porque o Banespa está passando por uma fase muito difícil e tantos outros fundos, patrocinados de ontem. Mas quero registrar que os benefícios de contribuição definida não fazem parte do debate desta audiência pública porque têm uma outra regra e todos aqueles que tomaram posse de 2000 para cá, com raríssimas exceções, tomaram posse na contribuição definida. No caso do Banco do Brasil, estamos falando daqueles que se aposentaram no chamado Plano de Benefício nº 1, que é de benefício definido. É desses que estamos tratando. E, ao longo dos últimos anos, aqui o Dr. Ruy Brito já faz referência de que, em 1997, foram distribuídos R$10,9 bilhões, meio a meio. O governo na época não era do Partido dos Trabalhadores, era do PSDB – para mostrar que isso não é questão partidária e que por maioria de votos foi aprovado. Em seguida, em 2005, foi feita uma outra distribuição, também aprovada nas instâncias internas, já na gestão do Partido dos Trabalhadores. E, em 2010, foi feita uma terceira distribuição, também aprovada dentro da estrutura que o Regimento Interno da Previ assim determina.

É verdade que nós precisamos atualizar a 108 e a 109. Elas são de maio de 2001, estão com 13 anos, indo para 14 anos. Nesse período, não sofreram nenhuma alteração e a realidade econômica, social e política do Brasil, no final dos anos 90, era uma realidade. A realidade econômica e social do Brasil, em 2014, é outra realidade. E não é fruto de um partido, é fruto da sociedade brasileira, que tem trabalhado muito, como já havia trabalhado, e constrói essa nova realidade.

Quero registrar também, Sr. Presidente, que, quando cheguei à Previdência Social, a Previdência pagava cerca de R$350 milhões aos bancos no Brasil, para pagar os seus benefícios. Em 2009, nós conseguimos zerar o pagamento. Fizemos uma licitação da conta dos aposentados e pensionistas e os bancos passaram a remunerar o Tesouro Nacional, em média, em R$2,40. Antes, nós pagávamos, em média, R$1,07. Portanto, aquilo que a Previdência Social pagava ao sistema financeiro para pagar os seus benefícios passou a ser zero. Além disso, os bancos passaram a pagar ao INSS, fruto dessa questão das folhas de pagamento.

Quero adiantar também que, quando ali eu cheguei, nós levávamos, em média, 180 dias para conceder uma pensão, uma aposentadoria. Esse prazo foi reduzido em até meia hora. E para dar transparência, implantamos um sistema de conta gráfica, em que cada trabalhador, cada contribuinte acompanha os seus depósitos, para impedir que o seu empregador atrase, e ao mesmo tempo fiscalize o Estado nacional.

A partir de 2010, passamos a encaminhar para a casa dos aposentados uma correspondência dizendo que o valor do benefício é tanto. Se ele quiser receber, marque dia e hora que a Previdência Social está pronta para pagar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Agradeço a V. Exª. Com certeza, V. Exª, como todos os Senadores que compõem e integram esta Casa, têm sempre uma história de grandes realizações, de grandes ações desenvolvidas, e é o seu caso, como acabamos de ouvir e conhecer.

Senadora Ana Amélia, para as considerações finais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria apenas agradecer aos expositores todos. Eu aprendi muito hoje sobre esse grave sistema. E a conclusão de V. Exª de que é preciso ampliar o debate sobre todo o sistema de previdência complementar, não especificamente e apesar da relevância desta matéria.

Eu queria agradecer ao Braz Machado, que mandou uma questão, mas, em outra oportunidade, dado o adiantado da hora, eu o farei, porque costumo acolher as demandas da sociedade. Eu queria deixar claro isso.

Queria também agradecer a forma equilibrada de V. Exª, Senador Paulo Bauer, nos momentos mais tensos desta audiência e renovar aquilo que V. Exª fez em relação ao Senador Pimentel. Aqui nós não estamos discutindo pessoas. Não discutimos a atuação das pessoas. Nós discutimos o mérito de uma matéria que será, como disse os Senadores, examinada do ponto de vista técnico. E nós teremos a responsabilidade e o poder de aprovar ou de rejeitar o mérito daquilo que ele trouxer a exame nesta Comissão. É para ficar bem claro.

Entendo também que é evidente que, como é um tema que envolve muita carga emocional de pessoas que estão cuidando da sua aposentadoria, que trabalharam o tempo todo, a vida toda, então esse é um momento crucial de sentimento que as pessoas têm em relação aos riscos do futuro.

Essa ponderação, tudo que disse o Senador Pimentel, também no que ele fez de aperfeiçoamento da Previdência, não o Regime Geral da Previdência Social, que é o maior volume de pessoas, que hoje nós temos aí uma outra questão, eu entendo esse momento, esse clima, em função do sentimento que envolve a questão da reversão para quem está no sistema.

Também, em nenhum momento, faltamos ao respeito a um Senador com a qualidade, com o empenho e o compromisso. Hoje, acho que poucas comissões funcionam. Esta funcionou integralmente com os três protagonistas que requereram esta audiência pública de um tema relevante.

Renovo a V. Exª os cumprimentos pela forma equilibrada e republicana, a forma absolutamente correta com que conduziu esta audiência pública, mesmo nos momentos mais tensos dela. Eu saio daqui enriquecida pela atitude que tiveram os palestrantes e os Parlamentares. E tenho a honra de conviver e conhecer o Senador, agora, a partir de 2011, quando cheguei aqui no Senado Federal. Então, não estava no Senado, esta legislação entrou agora. Tudo isso que estou aprendendo aqui.

Então, agradecer a todos pela aula que eu tive e dizer que nós vamos continuar batalhando para encontrar uma solução, uma alternativa. Aqui não se trata de trabalhar em conveniência, mas de convergências em torno de um assunto socialmente tão relevante.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Muito obrigado.

Eu quero apenas registrar que o Senador José Pimentel fez um comentário absolutamente adequado e pertinente: o Brasil muda muito. O Brasil muda muitas vezes, muda em muitos setores, e chega a ser difícil para esta Casa acompanhar e promover e aprovar a legislação que esteja adequada a cada momento.

Para que os senhores, principalmente visitantes ilustres que chegaram de longe para acompanhar, terem uma ideia, aqui, no Senado, onde trabalham 81 Senadores, tramitam nas comissões técnicas, aguardam para serem votadas no Plenário, estão aguardando relatórios a serem apresentados por Senadores, cerca de 25 mil projetos de lei, projetos de lei complementar, projetos de emenda constitucional, projetos de decreto legislativo. E nós estamos tratando de um só, e estamos fazendo isso desde às duas e quinze da tarde; são 17 horas e 11 minutos. Se nós tivéssemos de dedicar para cada assunto três horas só de audiência pública, nós estaríamos terminando daqui a dez anos, com certeza.

É uma Casa que cuida dos assuntos com zelo, com responsabilidade, mas que tem que tratar sempre as prioridades primeiro. Este assunto foi elevado à condição de prioridade, e eu acho que isso já é uma grande conquista para que a gente possa avançar daqui para frente.

Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria apenas que essas assinaturas fossem levadas em consideração, que elas não fiquem ignoradas. Por quê? Pela relevância que tem. É a história da vida de cada um, então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Minoria/PSDB – SC) – Ah, sim. Serão anexadas aos autos desta audiência pública.

Muito obrigado a todos.

Muito obrigado ao Senador José Pimentel, à Senadora Ana Amélia e a todos os presentes.

Muito obrigado.

Encerro a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 12 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e cinco minutos, do dia dezesseis de abril de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Roberto Requião, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, Paulo Davim, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy, Sérgio Petecão, Cyro Miranda, e das Se-

nadoras, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia. Justifica ausência o Senador Paulo Bauer. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **1ª PARTE** – **ITEM 1** – **MENSAGEM (SF) Nº 26, de 2014 – Não Terminativo – Autoria:** Presidente da República. *Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.* **Resultado:** Lido Relatório, a Presidência concede, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da Comissão nos termos do artigo 383, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal. **Relatoria**: Senador Vital do Rêgo. **ITEM 2** – **MENSAGEM (SF) Nº 25, de 2014 – Não Terminativo – Autoria:** Presidente da República. *Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome da Senhora SIMONE SANCHES FREIRE para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.* **Relatório:** A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação da Senhora SIMONE SANCHES FREIRE, para o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Resultado:** Adiado. **Relatoria**: Senador Jayme Campos. **2ª PARTE** – **ITEM 1** – **TRAMITAÇÃO CONJUNTA** – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, de 2011 – Não Terminativo – Autoria:** Deputado Carlos Bezerra. *Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para permitir a celebração de contrato de experiência na relação de trabalho doméstica.* **TRAMITA EM CONJUNTO** – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, de 2006 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Valdir Raupp. *Acrescenta a alínea "h" ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução, da base de cálculo do imposto de renda, das despesas do contribuinte pessoa física com a Previdência Social de seus empregados domésticos.* **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, de 2011 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Ciro Nogueira**.** *Dá nova redação ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda da pessoa física e dá outras providências, para prorrogar a dedução no imposto de renda das pessoas físicas das contribuições previdenciárias do empregado doméstico até o exercício de 2018.* **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, de 2011 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Cyro Miranda**.** *Altera o art. 12, VII, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estender até 2018 a permissão para deduzir do imposto de renda da pessoa física o valor da contribuição patronal, à Previdência Social, do empregador doméstico.* **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, de 2011 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Roberto Requião**.** *Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, do salário pago a empregado doméstico.* **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 516, de 2011 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares**.** *Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre a jornada de trabalho, remuneração do serviço extraordinário e do adicional sobre o trabalho noturno, seguro-desemprego e FGTS para o empregado doméstico, empregado doméstico menor de dezoito anos, condições condignas de acomodação do empregado doméstico, bem como a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, das contribuições previdenciárias pagas a empregado doméstico, e dá outras providências.* **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 565, de 2011 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Lindbergh Farias**.** *Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre condições de trabalho do empregado doméstico.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2011, com a Emenda que apresenta; e pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2011 e dos Projetos de Lei do Senado nº 42, de 2006 e nºs 70, 71, 516 e 565, todos de 2011, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **Relatoria**: Senador Paulo Paim**. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, de 2013. – Não Terminativo – Autoria:** Senador João Durval**.** *Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, com o objetivo de instituir incentivos e programas para implantação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em condomínios residenciais e comerciais.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2013, e pela rejeição das 2 (duas) Emendas apresentadas pela Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2013, e contrário às 2 (duas) Emendas de iniciativa da Senadora Ana Rita. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. **Relatoria**: Senadora Lúcia Vânia**. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, de 2014 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Waldemir Moka**.** *Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedu-*

ção das despesas com cuidadores domiciliares de idosos da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2014. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2014. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. **Relatoria**: Senador Paulo Davim**. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, de 2004 – Terminativo – Autoria:** Senador Tião Viana**.** *Altera o artigo 17 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os conselhos de Medicina e dá outras providências, e o artigo 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da Medicina no País.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2004, na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo). **Resultado:** Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Relatoria**: Senador Cyro Miranda**. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg**.** *Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a relação de emprego em regime de teletrabalho.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2013, e das 5 (cinco) Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Relatoria**: Senador Paulo Bauer**. ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, de 2014 – Terminativo – Autoria:** Senador Blairo Maggi**.** *Altera a alínea "p" do § 9º do art. 28 Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre as contribuições efetivamente pagas por pessoa jurídica relativas a programa de previdência complementar na composição do salário de contribuição.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2014. **Resultado:** Adiado. **Relatoria**: Senadora Lúcia Vânia**. EXTRAPAUTA – ITEM 7 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 19, de 2014 Autoria:** Senadora Ana Rita e outros**.** *Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com a finalidade de debater a humanização do parto no Brasil, alusiva ao Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e Dia Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil, com as presenças dos seguintes convidados: Ministra da Secretaria de Direitos Humanos Ideli Salvatti, do Ministro da Saúde senhor Arthur Chioro, a Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Organização Pan-Americana da Saúde senhor Rodolfo Gomes, Representante da Rede Feminista de Saúde e Representante da Sociedade Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, a ser realizado no dia 28 de maio de 2014.* **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, Paulo Davim, Eduardo Suplicy, Cyro Miranda, as Senadoras Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, e o Senador **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de oito itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo cinco não terminativos e três terminativos.

A Presidência gostaria de dar a seguinte explicação: na verdade, esta reunião tinha duas partes. A primeira parte era destinada à sabatina da nossa convidada, que, aliás, está presente na Casa, a Srª Simone Sanches Freire, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Foi lido o relatório pelo Senador Jayme Campos e, hoje, seria a sabatina, seguida de votação.

Ocorre que este é um momento de responsabilidade e eu estou chamando para mim essa responsabilidade. Eu estou preocupado com o quórum. Nós temos que ter um quórum mínimo de 11 Senadores e eu não tenho essa garantia. Pode ser até que tenha, mas eu não tenho essa garantia e não gostaria de expor uma pessoa com o nível intelectual e com a formação da Drª Simone, porque, aí, eu teria que abrir, logo após a sabatina, a votação.

Eu prefiro, então, adiar essa primeira parte e, aí, na quarta-feira que vem, nós vamos fazer a leitura, porque também já está pronto o relatório do outro indicado, o Sr. José Carlos Magalhães da Silva Moutinho. Aí, nós, na quarta-feira que vem, faríamos a leitura desse relatório, a sabatina da Drª Simone, seguida da votação.

Então, dessa forma, eu já vou entrar direto na segunda parte da nossa reunião, que é a votação de projetos.

Nós temos pelo menos cinco não terminativos – tem alguns pedidos de retirada aqui –, mas eu acho que a gente aproveitaria para aprovar os projetos não terminativos.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – É só para dizer que V. Exª é compreensivo, como sempre, e entende que muitos colegas que estão, nesta Semana Santa, alguns fazendo via sacra, outros peregrinando, outros nas penitências, para buscar uma ressurreição melhor, nem que seja pelo terceiro dia. Na quarta-feira da semana que vem, naturalmente, voltam. Eu sei como é isso, é muito normal no Brasil. Muitos seguem as suas famílias, é tradicional isso.

Cumprimento V. Exª.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, da mesma forma...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu quero apenas, Sr. Presidente, acho que por uma questão de prudência... Nós sabemos que tem Senadores na Casa, mas, na hora de votar o nome, precisamos do quórum de 11 Senadores presentes aqui.

Então, para não correr esse risco hoje, considerando que também existem muitas ausências em função do feriado prolongado, realmente é prudente da sua parte a sugestão. Portanto, V. Exª tem a minha concordância com esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Moka, eu concordo plenamente com a decisão de V. Exª, até porque, hoje, a nossa sabatinada é uma pessoa muito importante, é a primeira pessoa de carreira do sistema que está sendo indicada. Isso é muito bom e salutar. Seria bom mesmo que esta Comissão estivesse bem cheia para que nós avaliássemos o quanto é importante prestigiar as pessoas que são dos quadros das instituições.

Portanto, eu o parabenizo, porque nós não podemos correr esse risco.

Também pergunto se há a possibilidade, mesmo sendo terminativo e não havendo quórum, de ser lido um projeto meu, o PLS nº 217, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Evidentemente, podemos lê-lo, sim, Senador.

Talvez pudéssemos fazer só a leitura do relatório referente ao sabatinado – aí voltaríamos à primeira parte. Depois, faríamos a sabatina dos dois indicados. O Senador Vital do Rêgo, que é o Relator, estava com dificuldades para chegar, mas tenho certeza de que ele, um grande companheiro...

Se vocês me permitem, eu gostaria de passar a palavra...

Mensagem do Senado...

Eu quero explicar.

Senador Vital do Rêgo, a Presidência estava transferindo tanto a leitura do relatório como a sabatina da Simone para quarta-feira que vem em função das dificuldades do dia de hoje. Já que V. Exª está presente, eu não vejo por que... Esse relatório será apenas lido. Logo depois de lido, será concedida vista automática. Então, é importante que seja lido, porque, daqui para quarta-feira que vem, estará à disposição de todos os Senadores e das Senadoras o relatório e as qualificações do próximo sabatinado.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 26, DE 2014
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Eminente Senador Vital do Rêgo, [Presidente da nossa Comissão de Constituição e Justiça]

Relatório:

Observações:

– Pendente de Relatório.

– Após a leitura do Relatório, será concedida, automaticamente, Vista Coletiva nos termos do artigo 383, inciso II, alínea b, do Regimento Interno do Senado Federal.

A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Concedo a palavra ao Senador Vital do Rêgo, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, Senador Moka, que as minhas primeiras palavras sejam de desculpa a V. Exª e aos colegas por estar atrasado por força de um trânsito muito grande pelo qual passei agora, vindo para o Senado.

Mas, graças à paciência dos senhores e à possibilidade que V. Exª me permite, Sr. Presidente, ao me dar a honra de relatar essa indicação, eu gostaria de fazê-lo dizendo que a sabatina, na próxima quarta-feira, se tornará o elemento de discussão e debate nesta Comissão a respeito das condições do nosso José Carlos Magalhães da Silva Moutinho. Ele está se colocando para o exercício do cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária na vaga decorrente do término do mandato do Sr. José Agenor Álvares da Silva. Em anexo à mensagem, está o currículo do indicado.

Com 61 anos completos, português de nascimento, o Sr. José Carlos Magalhães da Silva Moutinho, nos termos do Decreto 7.436, de abril de 1972, possui igualdade de direitos e obrigações civis e gozo de direitos políticos no nosso País.

O indicado graduou-se em Economia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 2011 e concluiu Mestrado em Administração Pública no Instituo Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa do Instituto Universitário de Lisboa. Possui também pós-graduação *latu sensu* em Gestão e Tecnologia da Informação e em Administração Pública, ambas pela Fundação Getúlio Vargas.

Servidor público da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, o indicado, desde 2000, está cedido à Anvisa, órgão em que exerceu os cargos de Assessor e Gerente de Medicamentos, Diretor Adjunto, Assessor da Diretoria Colegiada, Assessor Chefe da Assessoria de Divulgação e Comunicação Institucional, Assessor do Gabinete do Diretor-Presidente, Gerente de Projetos da Gerência de Tecnologia de Produtos para a Saúde e Assessor da Diretoria de Gestão Institucional. Atualmente exerce o cargo de Gerente de Projetos do Gabinete do Diretor Presidente da Anvisa. Mostra, efetivamente, nesses últimos 14 anos, profundo conhecimento a respeito da Agência em que trabalha,

Na Anvisa, relata ter acompanhado os mais diferentes processos de concessão de registros de medicamentos; ter colaborado para a atualização do marco regulatório de medicamentos similares e genéricos; ter coordenado e supervisionado os postos da Anvisa em portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados, nos estados e no Distrito Federal, além de ter participado de outras atividades ligadas às competências da Agência.

Antes de servir na Anvisa, exerceu também o cargo de Diretor-Geral da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, de Administrador Regional de Jacarepaguá, de Diretor da Fundação João Goulart, órgão da Prefeitura do Rio de Janeiro, entre outros.

Diante do histórico pessoal, profissional e acadêmico apresentado e aqui resumido, entendemos que esta Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. José Carlos Magalhães da Silva Moutinho para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Da vista coletiva, porque, em subjetivo a transparência. Numa semana é a leitura, como foi da Drª Solange, e, na outra semana, a sabatina seguida da votação.

Acho que vou recomendar que este relatório de V. Exª – além de ficar disponível nos *sites* da Câmara, na internet, – seja enviado a cada Senador membro desta Comissão.

Na quarta-feira que vem, faríamos a sabatina da Drª Simone e do Sr. José Carlos, e, logo em seguida, a votação. Esse é o encaminhamento que a Presidência quer dar, mas ouço V. Exªs.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero parabenizar o Relator, Senador Vital do Rêgo, como sempre extremamente exímio nas suas tarefas, e dizer que é muito prazeroso porque é muito bom sabermos que as pessoas que estão dentro do sistema, com um currículo como tem o Sr. Moutinho, que, desde 2000, vive a Anvisa em vários cargos, quer dizer, está realmente preparado. Em algumas vezes, acontece de serem pessoas que não têm afinidade nenhuma com o cargo que vão exercer. Então, é prazeroso termos uma notícia dessa e um relatório que nos traz segurança.

Acho que na quarta-feira que vem nós vamos fazer essa sabatina com muita tranquilidade.

Parabéns, Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Tivemos a oitiva do relatório.

Passo agora, então, à segunda parte...

Pela ordem?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – A da Drª Sônia não podemos ver hoje?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não, nós precisamos...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Ah, já foi lido?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Ah, está bem, está bem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A leitura, eu já fiz, seria...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Aliás, Simone.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É, a Drª Simone...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Já foi.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Eu gostaria de solicitar a V. Exª, com a aquiescência dos companheiros, a inversão de pauta, para a leitura do item 3.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na verdade, Senador Vital do Rêgo, quanto ao primeiro item da segunda parte, há um pedido de retirada de pauta para reexame, do Senador Paulo Paim. Então eu vou passar a palavra ao Senador Paulo Davim, enquanto a Relatora, Senadora Lúcia Vânia, que está se dirigindo para esta Comissão, esteja presente.

Então, com a palavra...

Antes, porém, o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2014
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução das despesas com cuidadores domiciliares de idosos da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.
Autoria: [deste Presidente, este projeto tem a minha autoria] Senador Waldemir Moka
Relatoria: Paulo Davim
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2014.
Observações:
– *Votação simbólica.*

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 57, de 2014, de autoria do Senador Waldemir Moka, que tem por objetivo permitir a dedução das despesas com cuidadores domiciliares de idosos da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.

Para tanto, o autor propõe a inclusão da categoria "pagamentos efetuados a cuidadores domiciliares de idosos" às demais categorias de pagamentos relacionados na alínea a do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que define a base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas devido no ano calendário.

Em sua justificativa, o autor argumenta que, em razão de diversos fatores, que arrola, nossos tempos experimentam significativo aumento da expectativa de vida, o que vem a tornar as despesas com os cuidados aos idosos um item constante da pauta de gastos das famílias brasileiras, visto que, dentre os que vão envelhecendo, é estatisticamente possível a existência de grupos de pessoas que apresentam algum grau de incapacidade física ou mental. Os cuidados com tais pessoas são perenes e elevados e, no mais das vezes, geram gastos que desequilibram o orçamento familiar.

O autor prossegue observando que diversos tipos de despesas com cuidados à saúde já podem ser deduzidas da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas e conclui não haver razão para que não o possam ser aquelas despesas feitas com cuidadores de idosos.

Por fim, aduz que a medida "certamente trará grande alívio aos orçamentos das pessoas idosas portadoras de incapacidade e de suas famílias".

Após sua apreciação por esta comissão, o PLS nº 57, de 2014, seguirá para apreciação, em caráter terminativo, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Não foram apresentadas emendas a este Colegiado.

Análise.

Conforme os termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado, compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, o que torna regimental a sua apreciação da presente matéria.

Não se deixam observar óbices de juridicidade e de constitucionalidade.

No que diz respeito ao mérito, não temos como não concordar com as razões trazidas pelo autor em suas justificações. O envelhecimento da população brasileira, fato amplamente comprovado, é função da melhoria de suas condições de vida, e o Estado detém meios para assegurar que tais melhorias não se neguem a si mesmas, ao causar problemas econômicos de difícil solução.

Também é sabido que a Constituição Federal de 1988 inaugurou novos tempos em nossa sociedade, tempos de justiça social em que o Estado tem assumido, cada vez mais, funções de justiça distributiva.

Nesse sentido, é bastante razoável equiparar as despesas com os cuidadores de idosos àquelas outras, ligadas ao tratamento da saúde, que já estão no inciso II do artigo de lei que ora se busca alterar.

Antes de passar ao voto, faço apenas um comentário, Sr. Presidente. Acho essa lei extremamente importante, uma iniciativa extremamente exequível e até do ponto de vista econômico, porque sairá muito mais barato para o Estado – quando digo Estado em *sensu lato* – permitir o abatimento do que se gasta com os cuidadores de idoso do que facilitar um acidente doméstico com o idoso, que é muito frequente. O que mais interna idoso no Brasil são os acidentes domésticos – e aí sim esse idoso vai ocupar um leito de UTI, vai ser internado, e os gastos são maiores. Enfim, é o tipo de uma matéria que favorece o Estado e economiza para os cofres públicos.

Portanto, de todas as análises que possam ser feitas, acho que essa matéria é absolutamente viável e exequível.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2014.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Mais uma vez V. Exª iluminado como sempre. Ao cumprimentá-lo, V. Exª como médico, extensivo ao Relator Paulo Davim, outro médico, que entende da área, e analisando a gente se convence de que há um grande mérito em relação a isso.

A tendência hoje é da longevidade, em função da ciência, da medicina, e há necessidade de cuidados com as pessoas que precisam disso, para evitar até os acidentes domésticos, o que foi exposto há pouco pelo Senador Paulo Davim.

Podendo abater na base do Imposto de Renda o valor gasto com os cuidadores de idosos, o Estado acaba ganhando com isso, e todos nós. Inclusive oferece-se um nicho de um mercado até para pessoas que gostariam de viver essa função. É uma espécie de um enfermeiro, de uma enfermeira o cuidador de idosos. Isso evita muita coisa, previne.

É um grande mérito e quero me solidarizar com essa proposta de V. Exª e com o relatório do eminente Senador Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, Senador Cyro Miranda, Senadora Ana Rita e, em seguida, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Moka, a mim não surpreende vir de V. Exª um projeto desses. Os projetos de V. Exª são sempre bons projetos, pensando no social, não só pela sua condição de médico, mas também de uma pessoa que tem um olhar voltado para a assistência social.

E o Senador Paulo Davim explicou muito bem. O relatório dele é perfeito, e ele ainda complementou quando fala do ônus que o Estado tem.

Aí vou mais além. Ao pensarmos no idoso, estamos também vendo que o idoso é aquele que tem uma carga muito grande de medicamentos, um desembolso muito maior que qualquer pessoa, o que é natural.

Há até um projeto de que sou autor que viria até complementar esse de V. Exª, que seria poder abater os medicamentos de uso continuado comprovadamente para os idosos também.

Tudo que pudermos minimizar vai ajudar e muito. É uma condição muito difícil a do idoso.

Tenho certeza de que a Receita não fará óbice nenhum, porque essa é uma parcela ínfima para a Receita, completando o que disse o Senador Paulo Davim: a economia vai ser muito maior que a pouca arrecadação.

Mais uma vez, parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço ao Senador Cyro Miranda.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Quero parabenizá-lo como autor deste projeto pela iniciativa. E também parabenizar o Senador Paulo Davim pela relatoria.

Quero aqui ratificar todas as palavras que já foram ditas pelos colegas Senadores. É uma matéria bastante importante. Quem tem idoso dentro de casa sabe dimensionar a importância de ter um cuidador de idoso.

Hoje, mais do que nunca, as pessoas trabalham fora, têm outras atividades, e o idoso está vivendo mais. Ele não pode viver em casa só ou sendo cuidado por alguém que não é preparado para isso. E o cuidador de idoso é uma pessoa que passa por um processo de formação, de capacitação também para cuidar desse idoso. E não é apenas só evitar que haja acidentes ou apenas administrar uma medicação, enfim, mas é alguém que faça companhia, que dialogue, que evite que o idoso também entre em um processo muitas vezes de depressão por falta de ter com quem dialogar.

Então, é alguém que vai cuidar dessa pessoa de forma integral. E é mais do que justo que a família que, muitas vezes, tem esse idoso, mas não tem condição financeira de bancar esse cuidador tenha algum benefício. Então, eu considero o projeto bastante meritório.

Portanto, parabéns, Senador Moka, e parabéns, Senador Paulo Davim, pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, quando a Senadora Marta Suplicy, antes de exercer o Ministério da Cultura, esteve aqui trabalhando, ela promoveu nesta Comissão algumas audiências com respeito a este tema dos cuidadores, e o projeto de V. Exª, relatado pelo Senador Davim, é muito consistente quanto às preocupações que ela havia, então, aqui colocado.

Portanto, quero parabenizá-lo e colocar meu voto "sim".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero apenas agradecer as manifestações aqui e dizer, como autor, que, na verdade, há famílias, como disse a Senadora Ana Rita, que têm idoso e há idoso que precisa de cuidados por 24 horas, nos sete dias da semana, de segunda a segunda, e precisam de equipes que precisam se revezar, muitas vezes. Então, isso traz um ônus, realmente, para as famílias.

E, se a família pode descontar no Imposto de Renda o médico, o psicólogo, o terapeuta ocupacional, eu não vejo por que a gente não estender isso ao cuidador do idoso. Sem falar na economia: um idoso que cai acidentalmente e tem uma fratura de fêmur, por exemplo – o que é muito comum –, ele vai ficar hospitalizado. E aí fica com a imunidade baixa, exposto.

Então, o cuidador domiciliar é fundamental. E nós vamos observar, daqui para frente, que a população brasileira, graças a Deus, felizmente, nós estamos aumentando essa estatística da longevidade. Por isso, temos de prevenir, e a forma de prevenir é dar condições para que as famílias possam cuidar, de forma zelosa, com condições, dos seus idosos.

Então, quero agradecer, encerrando a discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Paulo Davim.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório,que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2014.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão que lá será terminativa.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, DE 2013
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, com o objetivo de instituir incentivos e programas para implantação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em condomínios residenciais e comerciais.

Autoria: Senador João Durval.

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2013, e pela rejeição das duas emendas apresentadas pela Senadora Ana Rita.

Observações:

– Em 13/12/2013, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer favorável ao projeto.

– Em 27/03/2014, a Senadora Ana Rita apresentou duas emendas ao projeto, nos termos do art. 122, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

– A matéria vai à Comissão de meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.
– Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, submete-se ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2013, de autoria do Senador João Durval, que pretende alterar a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, com o propósito de orientar a implantação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em condomínios residenciais e comerciais.

O PLS nº 112, de 2013, resumidamente: conceitua "desperdício quantitativo de água" como "o volume de água potável desperdiçado em usos abusivos ou em vazamentos na rede de abastecimento"; estabelece que a cobrança pela prestação do serviço público de drenagem "sofrerá redução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) no caso de condomínios residenciais ou comerciais e equipamentos hospitalares ou educacionais que adotarem sistemas de captação e uso de águas pluviais"; e determina a implementação de "programas de uso racional e de aproveitamento de águas pluviais", fixando suas características essenciais, que incluem a "obrigatoriedade" da implantação de sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais em novas edificações.

Em face da constatação da Organização das Nações Unidas (ONU) de que, até 2025, nada menos que 3 bilhões de pessoas estarão sujeitas a estresse hídrico caso sejam mantidas as condições atuais de utilização, disponibilidade e gestão da água, a proposição se ancora no argumento de que é inadiável a implementação de procedimentos de racionalização do uso desse indispensável recurso natural.

Operam no mesmo sentido as previsões da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que estimam uma elevação média de 80% na demanda hídrica para os chamados BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), até 2050.

Nas palavras do autor do projeto, "o uso inadequado de água potável para limpeza de calçadas, irrigação de áreas verdes urbanas e descargas sanitárias, entre outras formas impróprias de utilização, indica que há muito a avançar no campo das políticas públicas que incorporem medidas de racionalização do uso da água e de conscientização da população para a importância desse recurso. Para tais usos, reservar águas pluviais seria solução mais racional, inclusive para atenuar o fluxo da drenagem em situações de chuvas intensas".

Justifica ainda o projeto a constatação de que, no Brasil, diversos Municípios têm adotado normas legais que obrigam a adoção desses dispositivos em novas construções, a exemplo do Rio de Janeiro, de Curitiba e de São Paulo, entre outros.

Nesse passo, o autor considera que tais iniciativas indicam a necessidade da harmonização da matéria no âmbito da competência da União para estabelecer normas gerais de defesa dos recursos naturais e de proteção do meio ambiente.

Inicialmente distribuído, com exclusividade, à decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o PLS nº 112, de 2013, por força da aprovação de requerimentos nesse sentido, foi submetido adicionalmente ao exame das Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, mantido o caráter terminativo da apreciação da CMA.

Não foram oferecidas emendas.

O parecer da CAE foi pela aprovação.

Na CAS foram apresentadas duas emendas da Senadora Ana Rita.

A primeira altera a redação do art. 45, "a", a ser inserido na Lei nº 11.447, de 2007, para substituir a expressão "serão implantados programas" pela expressão "serão incentivados programas" e para suprimir o termo "obrigatoriedade do inciso III deste artigo", que se refere à implantação de sistemas de coleta, armazenamento e uso de águas pluviais em novas edificações. A segunda emenda suprime o parágrafo único a ser acrescido no art. 36 da lei, que determina a redução de 50% da cobrança pelo serviço de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas para as edificações que adotarem sistema de captação e uso de águas pluviais. Em ambos os casos, alega-se que o texto original do projeto violaria a autonomia municipal.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre o mérito da matéria, cabendo o exame dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa à Comissão incumbida de manifestação terminativa.

No aspecto mais estritamente social, considero que a proposição contribui para melhorar a qualidade de vida de milhões de brasileiros, seja por propiciar um melhor aproveitamento da água disponível, seja para atenuar os efeitos da chuva sobre o meio urbano.

Quanto ao primeiro aspecto, temos testemunhado, em muitas cidades, situações dramáticas de escassez de água, que resultam em rodízios e racionamento. Todo o esforço possível de combate ao desperdício deve ser adotado, inclusive, tendo em vista o alto custo de obtenção de água em mananciais cada vez mais distantes.

Quanto ao segundo aspecto, entendo que o projeto operacionaliza uma diretriz já constante na lei de saneamento básico, qual seja, o amortecimento da água da chuva, essencial para reduzir a demanda que incide sobre o sistema público e de drenagem. Em um contexto de mudanças climáticas e de ocupação de áreas de risco nas principais cidades brasileiras, é fundamental que cada cidadão faça a sua parte, retendo a água da chuva no interior do lote pelo maior tempo possível, ou armazenando-a para uso próprio.

Apesar da louvável preocupação da Senadora Ana Rita com a preservação da autonomia municipal, não me parece que esse princípio esteja sendo violado no projeto original. O art. 21, parágrafo 20, da Constituição Federal, autoriza a União a instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos, cabendo aos entes subnacionais, aos quais compete a prestação desse serviço, cumpri-las.

De todo modo, caberá à CMA analisar a constitucionalidade da matéria. Além disso, caso aprovadas as emendas, resultaria um texto legal muito genérico, que poderia ser facilmente desrespeitado pelos entes locais sem maiores consequências jurídicas.

Entendo, portanto, que a iniciativa constitui relevante contribuição para a qualidade de vida no meio ambiente.

Voto.

Em razão do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2013, e pela rejeição das emendas apresentadas pela Senadora Ana Rita.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Lúcia Vânia. Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2013, e contrário às emendas de iniciativa da Senadora Ana Rita.

A matéria vai à Comissão de Meio ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão que lá será terminativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, DE 2004
– Terminativo -

Altera o artigo 17 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os conselhos de Medicina e dá outras providências, e o artigo 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da Medicina no País.

Autoria: Senador Tião Viana

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2004, na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo).

Observações:

– Em 19/11/2013 a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou parecer favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo).

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda para proferir à leitura do seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como não vamos ter quórum qualificado, tenho certeza de que a discussão ficará sobrestada.

É um projeto, Sr. Presidente – V. Exª, que é médico, como também o Senador Paulo Davim, que se ausentou no momento –, do Senador Tião Viana. Esse projeto é de 2004, e ele ficou abandonado aí na Casa. Chamou-me a atenção, quando fui procurado pelo Cremesp (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo), que

estava fazendo o exame de proficiência em São Paulo, sem obrigatoriedade – evidentemente, porque não há lei para isso –, e acusava em São Paulo, Sr. Presidente, uma reprovação de 48% dos estudantes que estavam terminando o 6º ano de Medicina em São Paulo. Estamos falando de uma capital que tem um apelo muito maior. E, quando fomos examinar essas perguntas, eram perguntas básicas. V. Exª, que é médico, sabe avaliar o que são realmente perguntas básicas, como, por exemplo, como se faz um soro caseiro. Repito: V. Exª, que é médico, sabe o que são perguntas básicas, como, por exemplo, como se faz um soro caseiro para um recém-nascido, uma criança com desidratação. E 48% não respondiam; não sabiam como diagnosticar um apêndice inflamado e assim por diante.

Então, isso nos motivou a pegar o projeto do Senador Tião Viana, que é muito bem feito, mas é de 2004, e tivemos que fazer algumas alterações. Por quê? Fizemos, nesse período, mais de seis audiências públicas, ouvimos todos os setores, inclusive o MEC, onde foi construído esse projeto, Senadora Ana Rita, junto com o próprio MEC, que se interessou muito. E colocamos aqui, em um dos pontos, que o exame será realizado em todos os Estados e no Distrito Federal, com provas a serem praticadas, a serem conduzidas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, de acordo com normas específicas elaboradas conjuntamente pelos Ministérios da Saúde e da Educação. Então, tivemos a preocupação, Sr. Presidente, de cobrir todas as áreas. Ouvimos todos.

E em que nos respaldamos? Foi, inclusive, nos exames da Ordem, da OAB. O exame da Ordem hoje aprova 18%. Isso, a culpa é do aluno – paramos às vezes –, se esse aluno passa todos os anos, chega ao 4º ano e não passa no exame da Ordem? Há faculdades, Srªs e Srs. Senadores, que, há mais de quatro ou cinco anos, não aprovam um aluno na Ordem. Então, chegamos à conclusão de que a faculdade, a universidade teria que ser envolvida.

Então, vou aqui à análise – já fiz uma síntese, mais ou menos – para que os meus colegas e meus pares entendam o que estamos propondo.

É necessário aqui reiterar os argumentos e razões apresentados no parecer da CE, para que possamos não só conhecer, no âmbito da CAS, a matéria, mas também para explicitar as razões que levaram a apresentação da emenda substitutiva, que aperfeiçoa pontos cruciais do texto.

Os longos anos de tramitação do PLS nº 217, de 2004, sinalizam o quanto é polêmica a matéria por ele tratada. De fato, as audiências públicas realizadas explicitaram posições divergentes sobre a necessidade de instituir um exame nacional de proficiência ao final do curso como condição para o registro profissional dos médicos, a exemplo do que hoje ocorre no âmbito da Ordem dos Advogados.

Não obstante, durante os debates e o processo de maturação dos entendimentos sobre o tema, consolidou-se amplo consenso quanto à necessidade de adotar mecanismos voltados para garantir a boa formação dos profissionais de saúde que atuam no País. No caso dos médicos, em particular, isso é ainda mais relevante: erros de diagnóstico, de prescrição ou de conduta, cada vez mais comuns, geram não só custos sociais para o sistema público de saúde, mas podem causar prejuízos inestimáveis aos pacientes e levá-los até mesmo à morte.

A abertura indiscriminada de cursos de Medicina nos últimos anos é um dos principais fatores por trás das deficiências verificadas no ensino médico. Projetos pedagógicos inadequados, currículos antiquados, docentes sem a devida qualificação, ausência de hospitais-escola, turmas com insustentáveis quantidades de alunos, falta de materiais, de equipamentos e de laboratórios, além de políticas de aprovação inconsequente, são problemas comuns em muitos cursos autorizados a funcionar pelo País afora.

Embora já se tenham criado comissões interministeriais para discutir o problema do ensino médico, só muito recentemente o Poder Executivo adotou a política de observar critérios objetivos de demanda para evitar a proliferação indevida de escolas médicas no País. Essa normatização foi tomada pelo então Ministro Aloizio Mercadante, que resolveu dar um basta em abrir faculdades de Medicina sem hospitais-escola adequados, sem o número de leitos por aluno. Ainda assim, urge adotar providências em relação à qualidade da formação ministrada pelas instituições que já se encontram em funcionamento.

Isso significa que, paralelamente ao aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação de cursos e instituições de ensino que subsidiam os processos de autorização e credenciamento das escolas de Medicina, precisamos encampar a ideia de garantir, para a sociedade, a formação básica dos médicos. É aí que entra o exame de proficiência sugerido pelo PLS nº 217, de 2004.

Um modelo exemplar vem-se delineando no Estado de São Paulo, por iniciativa do Cremesp, que aplica, desde 2005, exame de proficiência aos formandos em Medicina que desejem exercer a profissão naquela unidade da Federação. Em 2012, pela primeira vez, a participação no exame do Cremesp tornou-se obrigatória para a obtenção do registro profissional de médico naquele Estado.

No caso da revalidação de diplomas estrangeiros de Medicina, matéria que também é objeto do PLS em comento, o modelo do exame de proficiência está se consolidando na forma do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas de Médicos (Revalida), instituído pelo MEC e pelo Ministério da Saúde em 2010.

Nesse contexto, o mecanismo adotado pelo PLS nº 217, de 2004, qual seja, a instituição de um exame nacional de proficiência prévio ao registro profissional, parece-nos a melhor alternativa para melhorar a qualidade da formação dos médicos no Brasil, bem como assegurar um padrão mínimo de habilitação dos portadores de diplomas estrangeiros de Medicina que pretendam atuar em solo pátrio.

Por um lado, não temos dúvidas de que a iniciativa tem amparo nas competências atribuídas pela legislação ao CFM e aos CRM, como órgãos supervisores da ética profissional, julgadores e disciplinadores da classe médica, a quem cabe "zelar e trabalhar, por todos os meios ao seu alcance, pelo perfeito desempenho ético da medicina e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exerçam legalmente" (art. 2º da Lei nº 3.268, de 1957). Por outro lado, consideramos que a formação do médico envolve aspectos éticos e cognitivos e habilidades que devem ser aferidos de forma consequente, com foco não só no egresso, mas também, e principalmente, na instituição formadora.

Para tanto, o modelo de avaliação individual ao final do curso, como quer o projeto, pode ser aprimorado para contemplar duas etapas, de modo a possibilitar uma avaliação de progresso, que permita correções de rumo no processo de formação, em face de deficiências precocemente identificadas. Além disso, o exame deve-se constituir em parâmetro de avaliação da qualidade dos cursos de graduação em Medicina, em complemento ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, cujos resultados práticos têm sido relativamente morosos e localizados.

Nesse sentido, o substitutivo que ora apresentamos se diferencia da proposta original do PLS nº 217, de 2004, nos seguintes aspectos – e peço, Sr. Presidente, a atenção dos meus pares e de V. Exª para essas modificações que estamos propondo: o exame passa a ser realizado em duas etapas, sendo a primeira ao final do segundo ano curricular e a segunda ao final do curso – essa foi a proposta de todos os conselhos regionais de medicina, da associação médica e também da federação; o registro profissional fica condicionado apenas à participação no exame. A aprovação será exigida condicionado apenas à participação no exame e a aprovação exigida somente nos casos de revalidação de diploma estrangeiro;

– a gratuidade de inscrição, para não onerar indevidamente o futuro médico, nem mercantilizar os nobres propósitos do exame;

– a atribuição ao Conselho Federal de Medicina da coordenação nacional do exame, e aos conselhos regionais, da sua aplicação;

– a supressão da previsão de prova prática, para viabilizar a execução do exame;

– a instituição de incentivo aos estudantes, atribuindo, aos melhores, pontuação adicional no processo seletivo para ingresso em programas de residência médica, conforme critérios a serem estabelecidos em regulamento;

– o deslocamento do foco da iniciativa para o desempenho institucional, prevendo a atribuição de conceitos aos cursos de Medicina com base nas notas obtidas no exame de proficiência e garantindo, ao mesmo tempo, a confidencialidade dos resultados individuais, o que pode resultar em melhoria do ensino no médio e no longo prazos;

– a ampliação da participação dos Conselhos Federal e regionais no processo de avaliação dos cursos de graduação em Medicina;

– conferência e coercitividade à proposta, mediante a possibilidade de aplicação direta e imediata da penalidade de suspensão temporária da abertura de processo seletivo, prevista no art. 10 da Lei nº 10.861, de 2004, que dispõe sobre o Sinaes, aos cursos com percentuais de aprovação inferiores a 70% no exame – isto é, aquela faculdade que não conseguir, no mínimo, 70% de aprovação está impedida de fazer o exame de seleção para o ano seguinte; significa que ela está já correndo riscos –;

– a obrigação, depois, da instituição de ensino que apresente graves deficiências em qualquer das etapas do exame de oferecer módulos complementares de ensino gratuitos para seus alunos, nos termos a serem definidos em regulamento.

Ora, se o aluno consegue aprovação no primeiro, segundo, terceiro, até o sexto ano e, depois, ele é reprovado em um exame desse, alguma deficiência tem que não é do aluno. Então, a faculdade vai ser onerada em dar uma reabilitação a esse aluno gratuitamente.

Julgamos que este é o momento de o Congresso iniciar um processo de melhoria da qualidade do ensino médico no País.

A aprovação deste PLS, sem dúvida, trará um marco legislativo necessário a essa mudança.

Voto.

Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2004, nos termos do substitutivo aprovado pela Comissão de Educação.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão...

A não ser que cheguem, nós não temos quórum para deliberar, mas eu vou abrir a discussão e não vou encerrar a discussão. Vou deixar a discussão suspensa, porque, na próxima reunião, nós continuamos a discutir e, aí, com quórum, se for, a votação.

Então, em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Serei breve, Sr. Presidente.

É uma medida feliz, igual à anterior, em que os gastos com o cuidador de idosos possam ser abatidos no Imposto de Renda, na declaração básica. Agora, esta, então, é extraordinária. Esta é para mexer com as pessoas, cuidar da vida.

O Senador Tião Viana, com quem tive a alegria de conviver com ele, em mandato aqui no Senado – hoje, é Governador do Acre –, como médico, ele também entendeu de propor, e não menos glorioso e perspicaz foi o eminente Senador e Presidente da Comissão de Educação, Senador Cyro Miranda, inclusive nos complementos, nas propostas que melhoram, uma espécie de substitutivo: dentro da seleção, da proficiência, de acordo com os resultados, inclusive há algum privilégio de entrar na residência os que obtiverem um resultado melhor – se bem depreendi da exposição. Mas o mérito disso é, sem dúvida alguma, extraordinário.

Se na OAB, para que o profissional de Direito possa chamar o concurso do Judiciário e levar a pessoa que se sente injustiçada, que quer o concurso, e ele sabe fazer esse meio de campo, levar ao juízo às pretensões do cliente para que o seu direito seja resguardado, ele ter essa base, essas condições mínimas de provocar o direito para que seja concretizado ao que se sente injustiçado, ainda mais em relação à vida.

Esse exame de proficiência depois de formado, já no segundo ano, faz um e depois, como um complemento, o outro, para tratar com as pessoas é formidável. Sem dúvida alguma, é fazer com que as escolas de Medicina procurem cuidar e o aluno procure se esforçar. Na hora em que um paciente com alguma coisa de vida vai nas mãos de um formado que tenha essas condições, a confiança cresce. É muito melhor.

Eu não tenho nada mais nada menos do que elogiar essa proposta que hoje o Senado toma como uma meta para implantar no Brasil. Acho que foi um grande dia da Comissão de Assuntos Sociais hoje. Mais uma vez, o Governador do Acre, Tião Viana, e V. Exª, Senador Cyro Miranda, pela sensibilidade em prolatar essa proposta, acrescentando mais alguns dados para dar um melhor resultado a tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir, a Senadora Ana Amélia. E, logo em seguida, a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Moka, essa iniciativa do Senador Tião Viana, agora Governador do Acre, e a relatoria, eu diria assim, completa do Senador Cyro Miranda aperfeiçoam de modo exemplar uma iniciativa parlamentar, ouvindo as partes interessadas, inclusive o Ministério da Educação, que é quem cuida da política educacional no País, especialmente no ensino superior.

Quando aqui discutimos a questão da revalidação do diploma do ensino superior de graduação e pós-graduação, esse tema voltou à baila. E, se não me engano, foi uma sugestão do próprio Senador Paulo Davim o exame de proficiência. No Estado de São Paulo já é aplicado esse processo.

Em última análise, o que está em jogo é a qualidade do atendimento do paciente brasileiro. Então, eu queria louvar o trabalho exaustivo, porque foram consultadas, foram ouvidas muitas pessoas, em audiências públicas, e o resultado é um trabalho muito bem, digamos, resumido, no relatório do Senador Cyro Miranda.

Penso que a questão é realmente fundamental. Então, é muito relevante, mais uma das boas iniciativas que a Casa está promovendo. Registro o autor, um médico também, o Governador Tião Viana, e o trabalho feito pelo Senador Cyro Miranda.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apenas para cumprimentar o Senador Cyro Miranda, por essa relatoria extremamente importante de um projeto que vem ao encontro daquilo que a sociedade brasileira exige hoje daqueles que vão cuidar de vidas. Nós temos assistido constantemente a dificuldades ou inabilidades de alguns profissionais da área de saúde exatamente por falta de um acompanhamento no currículo dessas escolas e avaliação.

Foi um projeto amplamente debatido, ouvindo as entidades vinculadas a essa área. Portanto, eu não tenho dúvida de repetir aqui o que o Senador Casildo já disse: é uma feliz iniciativa desta Comissão, que, ao lado dos cuidadores de idosos, que acabamos de votar, merece todo o aplauso da sociedade brasileira.

Portanto, estendo ao Presidente da Comissão de Educação e a Vice-Presidente, Ana Amélia, os meus cumprimentos por esse trabalho, que por si só já justifica a Presidência daquela Comissão.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Em adição aos Senadores e Senadoras que se manifestaram, eu queria ressaltar que foi aprovado por esta Casa, em 2013, a lei do Programa Mais Médicos, que enfrentou várias das preocupações elencadas pelo autor do projeto, Senador Tião Viana. Entre elas, a necessidade de avançar na formação médica adequada à necessidade de saúde da população, estabelecendo um paradigma para essa formação centrada na saúde da família e da comunidade.

Assim, foi instituído o Programa mais Médicos com a finalidade de formar recursos humanos na área médica para o Sistema Único de Saúde, com os seguintes objetivos: diminuir a carência dos médicos nas regiões prioritárias para o SUS a fim de reduzir a desigualdades regionais na área da saúde; fortalecer a prestação de serviços de atenção básica em saúde no País; aprimorar a formação médica no País e proporcionar maior experiência no campo de prática médica durante o processo de formação; ampliar a inserção do médico em formação nas unidades de atendimento ao SUS, desenvolvendo seu conhecimento sobre a realidade da saúde da população brasileira; fortalecer a política de educação permanente com a integração ensino-serviço por meio da atuação de instituições de ensino superior na supervisão acadêmica das atividades empenhadas pelos médicos; promover a troca de conhecimentos e experiências entre profissionais de saúde brasileiros médicos formados em instituições estrangeiras; aperfeiçoar médicos para atuação nas políticas públicas de saúde do País e na organização e funcionamento do SUS; e estimular a realização das pesquisas aplicadas ao SUS.

Para a consecução dos objetivos do programa Mais Médicos serão adotadas, entre outras, as seguintes ações: reordenação da oferta de cursos de medicina e de vagas para a residência médica priorizando regiões de saúde com menor relação de vagas e médicos por habitantes e com a estrutura de serviços de saúde em condições de ofertar campo de prática suficiente e de qualidade para os alunos; estabelecimento de novos parâmetros para a formação médica no País e promoção das regiões prioritárias do SUS de aperfeiçoamento de médicos na área de atenção básica em saúde mediante integração ensino-serviço, inclusive por meio de intercâmbio internacional.

Assim, eu gostaria de deixar essas reflexões para a discussão que prosseguirá na próxima semana, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, está suspensa a discussão.

Quero parabenizar o Senador Cyro Miranda pelo relatório. É um assunto que, certamente, ainda será debatido, e ele é terminativo aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

Há um requerimento...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Só quero, Sr. Presidente, agradecer as palavras de todos os meus colegas, a V. Exª e dizer que nós levamos um ano e dois meses, não só estudando mas viajando, indo atrás. Fomos a São Paulo, aqui em Brasília, estivemos também com todos os CRMs uma vez reunidos. Então, foi muito importante. Foi um projeto a que nos dedicamos. O Senador, na época, Tião Viana, hoje Governador, foi muito feliz, muito feliz. É pena que se demorou tanto tempo em acordar esse projeto. Eu acho que é válido sobrestar, sim, essa discussão para que a gente, de repente, ainda colha mais subsídios para que se faça uma melhora. Nada é perfeito.

No mais, agradeço mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, está suspensa a discussão. Eu gostaria de, antes de colocar um requerimento extrapauta, abordar um tema para não parecer omissão.

Ontem, o Senado aprovou, por um acordo de Liderança, uma medida provisória que traz, no seu bojo, uma anistia a planos de saúde. É claro que, se isso fosse a voto, vários dos Senadores aqui presentes, inclusive, não votaríamos daquele jeito. Na verdade, a medida provisória não continha aquilo. Isso foi colocado na forma de emenda na Câmara dos Deputados. Mas a situação que se apresentou ontem foi a seguinte: ou se votava a medida provisória, retirando, e se retirasse, voltaria à Câmara – só que a medida provisória perdia o prazo na segunda-feira, dia 21, que é um feriado, e o prejuízo do restante da medida provisória, que foi objeto da mensagem que o Governo mandou seria muito grande –, ou votávamos do jeito que estava para não acabar extinguindo a medida provisória.

Qual foi o acordo feito e que motivou a aprovação, embora simbólica, mas praticamente de todos os Senadores ali presentes? Que a Presidente, através dos Líderes do Governo, Líderes de Partido, tomou o compromisso de que, entre outros, esse item que anistia os planos de saúde, com certeza, será vetado. Então, ao votar, eu votei conscientemente de que não há possibilidade de que essa anistia possa vigorar, ou seja, há um compromisso formal, eu diria oficial, através do Líder do Governo, de que a Presidente Dilma Rousseff vai vetar esse item, entre outros, que anistia os planos de saúde.

Houve uma repercussão, e às vezes as pessoas não têm obrigação e não sabem a tramitação. Então, fica-se dividido aqui entre causar um prejuízo enorme para a empresa, para outros segmentos, e, na verdade, ninguém está concordando com isso, porque esse item será vetado. Esse é o compromisso.

Então, eu gostaria, na condição de Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, de dizer que ouvi vários aqui, a Senadora Ana Amélia, a Senadora Vanessa Grazziotin, que inclusive se posicionou já, em relação a esse item. Quer dizer, foi votado, mas com o compromisso de que isso, esses chamados penduricalhos, sejam todos eles vetados.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É apenas para lembrar que o artigo em relação aos planos de saúde votado ontem é o 101, e a Presidente Dilma Rousseff teve a sensibilidade de antecipar, por acordo de liderança, porque vários Senadores fizeram destaque para esse artigo e houve a concordância antecipada de acolher, aprovar, como veio da Câmara, mediante esse acordo político, que foi prova de sensibilidade da Presidente, em relação a preservar os direitos dos clientes dos planos de saúde.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu que agradeço.

EXTRAPAUTA
ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 19, DE 2014

Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com a finalidade de debater a humanização do parto no Brasil, alusiva ao Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e Dia Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil, com as presenças dos seguintes convidados: Ministra da Secretaria de Direitos Humanos Ideli Salvatti, do Ministro da Saúde senhor Arthur Chioro, a Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Organização Pan-Americana da Saúde senhor Rodolfo Gomes, Representante da Rede Feminista de Saúde e Representante da Sociedade Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, a ser realizado no dia 28 de maio de 2014.

Autoria: Senadora Ana Rita e Vanessa Grazziotin.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin e à Senadora Ana Rita, para encaminharem esse requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar V. Exª e todos os meus companheiros de Comissão e dizer que, conforme V. Exª já leu, dia 28 é o Dia Nacional de Luta pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil. Portanto, um dia de luta a favor da saúde da mulher. E já estivemos em contato, tanto a Senadora Ana Rita quanto eu, principalmente por conta da Procuradoria da Mulher, com as Ministras, que deverão vir para essa audiência pública, Presidente Moka.

Agora, considero importante que possamos fazer como ontem – o que lhe agradeço muitíssimo –, quando tivemos uma bela audiência pública, concorremos com a Petrobras, mas a participação de V. Exª foi fundamental, porque quebramos tabus. Quando a gente trata de um assunto que diz respeito diretamente à mulher, parece que só mulher tem que participar e não é verdade. É a mesma coisa quando a gente discute a saúde do homem, nós, mulheres, temos que debater também. Então, quero aqui, de público, fazer o registro de que V. Exª ontem esteve do começo ao fim da nossa audiência. Designou-me, na condição de Vice-Presidente desta Comissão, para coordenar, juntamente com a Senadora Ana Rita, e, sem dúvida nenhuma, muito proveitosa, e dela deveremos tirar conclusões importantes, Senador Moka. V. Exª fez uma sugestão, que foi acatada por todos; nós aguardamos uma série de sugestões por escrito, não é, Senadora Ana Rita?, mas já saímos de lá com um trabalho de pesquisa importante a ser feito e da mesma forma essa importante audiência.

Houve um caso recentemente em que uma mãe foi obrigada a fazer cesariana. E a quantidade de relatos de que mulheres estão sendo levadas a fazer cesariana, em detrimento do parto normal, é algo que nos assusta – e nos assusta muito, Sr. Presidente.

Então, apenas para dizer que tenho certeza, não precisa fazer o pedido, de que esta Comissão fará esforços, envidará esforços para que seja um sucesso também essa audiência pública, caso aprovada por todos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, a Senadora Vanessa já colocou um pouco as motivações da realização dessa audiência pública. Nós entendemos que ela é fundamental, porque é uma discussão que nós precisamos fazer. Já tivemos a oportunidade, aqui nesta mesma Comissão, de discutir a questão do parto humanizado. Já foi aprovado, inclusive, um projeto nesta Casa relacionado a isso. O Minis-

tério da Saúde tem como diretriz também a realização de partos humanizados e tem toda uma orientação para isso, mas, infelizmente, alguns hospitais não seguem essa orientação.

Então, o que nos motivou a fazer essa audiência pública? Além de ter sido um pedido da Ministra Luiza Bairros, da Ministra Eleonora Menicucci, da Ministra, à época, da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, aconteceu um fato, no Rio Grande do Sul, em que a mãe, uma senhora de 29 anos, que estava se preparando para fazer um parto normal, por uma questão de força judicial, teve que fazer uma cesárea. "Meu parto foi roubado", afirma a mãe que gostaria de ter feito um parto normal. É a Srª Adelir Carmem. Foi um fato bastante divulgado.

Assim como ela, para outras mães, com certeza, neste País, além de sofrer violência no parto, porque muitas vezes não são bem acolhidas, não são bem tratadas, dependendo da situação, principalmente quando são mães pobres e negras, nem sempre o atendimento é adequado. Em alguns lugares, em alguns hospitais, determinados profissionais que ainda não estão suficientemente preparados e capacitados tratam as pessoas de qualquer maneira. E nós precisamos ter o parto humanizado e bem feito e a mãe ser bem acolhida e a criança também. É o início de uma nova vida, que precisa ser bem acolhida. Então, não pode haver um parto que tenha indícios de violência. Nós já vivemos numa sociedade altamente violenta. Então, vamos iniciar essa vida já com tratamento inadequado? Então, a audiência pública precisa realmente ser feita para que possamos aprofundar.

Agora eu queria, Senadora Vanessa, pedir a sua colaboração aqui porque, quando nós assinamos o requerimento, eu não me dei conta de uma questão que eu acho que é importante. Nós estamos trazendo para a Mesa diversas pessoas, diversos profissionais, na sua grande maioria homens, e não estamos trazendo entidades da sociedade civil que também acompanham.

Então, eu queria propor e talvez substituir algum nome aqui para que nós tenhamos, além do número de seis convidados, representantes da Rede Feminista de Saúde e do Parto do Princípio. São duas entidades não governamentais, que têm acompanhado, que têm feito todo um trabalho, é um movimento da sociedade civil para que tenhamos um parto humanizado. Então, além de ter profissionais da saúde representando o Poder Público, representando, inclusive, o Ministério da Saúde, que possamos também ter uma representação da sociedade civil através dessas duas entidades.

Eu perguntaria à Senadora Vanessa se nós não podemos aqui... Será que seria tão necessário trazer o Dr. Drauzio Varella para esse debate? Nós estamos aqui solicitando a presença do Ministério da Saúde, na pessoa do Ministro Arthur Chioro; da Ministra da Secretaria de Política para as Mulheres; da Ministra da Secretaria de Direitos Humanos. Também está aqui a Organização Pan-Americana da Saúde, através do Sr. Rodolfo Gomez, e o médico Dr. Drauzio Varella. Será que não haveria a possibilidade de incluirmos uma dessas entidades aqui, Senadora Vanessa? É o apelo que eu lhe faço aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita, são cinco os convidados até aqui. V. Exª pode indicar mais um.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu acho, Senador Moka... Se me permite, Senadora Ana Rita, a gente pode fazer o seguinte: nem todos estão confirmados, caso um desses não confirme presença, como é o caso do Dr. Drauzio Varella, não sei se já fizeram o contato com ele, mas ele tem tido um trabalho muito importante, mas caso... Acho que incluir mais um até completarmos os seis. Caso um dos convidados, Senadora Ana Rita, não puder vir, virá o outro.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não possa estar presente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Convidaríamos as duas entidades, mas lembrando sempre que só vamos colocar seis expositores. Um poderá ficar na bancada e, depois, se manifestar.

Eu quero, não estou sugerindo, mas V. Exªs são as autoras... Eu acho importante também que a gente pudesse ouvir, por exemplo, a Presidência dos Conselhos de Ginecologia e Obstetrícia. Por quê? Muitas vezes, o médico tem algumas apresentações que podem colocar em risco também, se não for feita uma cesariana. Eu não estou defendendo a cesariana, mas existem casos específicos em que a cesariana é absolutamente indicada. Eu acho que, se você trouxer o Presidente da Associação de Ginecologia e Obstetrícia, é a garantia de que nós vamos sair desta audiência pública além dessas questões, pois teremos a garantia de profissionais que, no dia a dia... Na verdade, o que não pode é exatamente, por um comodismo, o médico optar por uma cesariana. Isso é realmente... Mas existem casos em que, se não for feita a cesariana, se coloca em risco o neném. Eu acho que... Claro que o Dr. Drauzio... Eu não o conheço. Sei que ele é um grande médico em saúde pública e que é bastante versado, o que certamente lhe daria condições de trazer informações.

Não sei se a presença do Presidente da Associação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia também não tiraria dúvidas específicas de profissionais que estão, no dia a dia, tendo de tomar decisão. Muitas vezes, dependendo da apresentação...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Posso dar uma sugestão para encaminhamento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como não...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu tenho plena concordância com a observação que o senhor faz. Acho que é importante sim ter alguém do Conselho de Ginecologia e Obstetrícia. Talvez, nós pudéssemos acertar aqui, não desconsiderando a importância e o papel do Dr. Drauzio, que poderia vir em outra ocasião, pudéssemos, no lugar do Dr. Drauzio, pois sabemos que sua agenda deve ser muito difícil, colocar um representante do Conselho e aprovaríamos essas duas outras entidades, sendo que uma delas ficaria não na Mesa e em debate, mas apenas como colaboradora aqui, participando da audiência pública. Eu consulto a Senadora Vanessa se tem concordância com esse encaminhamento. Caso não tenha concordância, Sr. Presidente, que pensemos em outra audiência pública para que continuemos a aprofundar. Mas eu acho que, nessa primeira audiência pública, seria muito bom ter a presença do Conselho, concordo plenamente com o senhor, até porque nós estamos discutindo aqui o papel dos profissionais durante o parto. Nós precisamos, realmente, trabalhar a questão da formação, da capacitação desses trabalhadores, dessas trabalhadoras que têm um papel altamente importante e que, muitas vezes, trazem dificuldades, talvez por falta de formação, não sei – a gente precisa realmente ouvir o Conselho e também as entidades que acompanham.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senadora Ana Rita sugere quem? A Sociedade Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, e o outro, qual seria?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A Rede Feminista de Saúde.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Está pronto!

Vamos substituir Dr. Drauzio por esses dois. Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, o requerimento fica aprovado com as alterações dos convidados.

Senadora Vanessa Grazziotin formalizaria o requerimento com essas alterações.

Em votação o requerimento com as alterações sugeridas.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento com essas alterações sugeridas.

O item 5 foi retirado de pauta, para reexame, o Senador Paulo Bauer solicitou na condição de relator.

O item nº 6 já foi lido, tem pedido de vista coletiva. Aí, não temos quórum para deliberar.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2013
– Terminativo –

Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a relação de emprego em regime de teletrabalho.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2013, e das 5 (cinco) Emendas que apresenta.

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2013, e das 5 (cinco) Emendas que apresenta.)

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, DE 2014
– Terminativo -

Altera a alínea "p" do § 9º do art. 28 Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre as contribuições efetivamente pagas por pessoa jurídica relativas a programa de previdência complementar na composição do salário de contribuição.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2014.)

Então, nada mais havendo a tratar, o Presidente vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 44 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e doze minutos, do dia vinte e três de abril de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Wellington Dias, Eduardo Braga, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Benedito de Lira, Cyro Miranda e Armando Monteiro, e das Senadoras Angela Portela, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **1ª PARTE – ITEM 1** – MENSAGEM (SF) Nº 22, de 2014 – Não Terminativo – **Autoria:** Presidente da República. *Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.* **Relatório:** A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Senhor JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. **Resultado:** Lido Relatório, a Presidência concede, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da Comissão nos termos do artigo 383, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **ITEM 2** – MENSAGEM (SF) Nº 25, de 2014 – Não Terminativo – **Autoria:** Presidente da República. *Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome da Senhora SIMONE SANCHES FREIRE para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.* **Relatório:** A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação da Senhora SIMONE SANCHES FREIRE, para o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Resultado:** A Comissão de Assuntos Sociais, em votação procedida por escrutínio secreto, opina pela APROVAÇÃO do nome da Senhora SIMONE SANCHES FREIRE para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, por 17 (dezessete) votos SIM, 1 (um) voto NÃO e nenhuma abstenção. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **ITEM 3** – MENSAGEM (SF) Nº 26, de 2014 – Não Terminativo – **Autoria:** Presidente da República. *Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.* **Relatório:** A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Senhor JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO, para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. **Resultado:** A Comissão de Assuntos Sociais, em votação procedida por escrutínio secreto, opina pela APROVAÇÃO do nome do Senhor JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, por 17 (dezessete) votos SIM, 1 (um) voto NÃO e nenhuma abstenção. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **EXTRAPAUTA – ITEM 4** – MENSAGEM (SF) Nº 23, de 2014 – Não Terminativo – **Autoria:** Presidente da República. *Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.* **Relatório:** A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Senhor JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Resultado:** Lido Relatório, a Presidência concede, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da Comissão nos termos do artigo 383, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **2ª PARTE – ITEM 1** – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, de 2013 – Complementar – Não Terminativo – **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. *Modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para conferir aposentadoria especial aos trabalhadores em atividades penosas e a estende aos motoristas de transporte coletivo de características urbanas.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2013 – Complementar. **Resultado:** Adiado. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **ITEM 2** – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, de 2004 – Terminativo – **Autoria:** Senador Tião Viana. *Altera o artigo 17 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os conselhos de Medicina e dá outras providências, e o artigo 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,*

que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da Medicina no País. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2004, na forma da Emenda nº 1-CE (Substitutivo). **Resultado:** Adiado. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **ITEM 3** – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, de 2013 – Terminativo – **Autoria:** Senador Blairo Maggi. *Acrescenta o art. 14-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ocorra por meio eletrônico.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2013 e das 2 (duas) Emendas que apresenta **Resultado:** Adiado. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **ITEM 4** – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, de 2014 – Terminativo – **Autoria:** Senador Blairo Maggi. *Altera a alínea "p" do § 9º do art. 28 Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre as contribuições efetivamente pagas por pessoa jurídica relativas a programa de previdência complementar na composição do salário de contribuição.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2014. **Resultado:** Adiado. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Vital do Rêgo, Paulo Davim, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, Wellington Dias, Cyro Miranda, as Senadoras Ana Amélia, e Lúcia Vânia, e o Senador **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de três itens de escolha de autoridades e quatro projetos de lei, conforme pauta previamente divulgada.

O primeiro item é:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 22, DE 2014
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Ana Amélia
Relatório: A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Waldemir Moka, caros colegas Senadoras e Senadores, cumprindo com as determinações constitucionais, a Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal, e em particular desta Comissão de Assuntos Sociais, o nome do Sr. Jaime César de Moura Oliveira para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), encaminhando, para tanto, a Mensagem nº 22, de 19 de março de 2014 (Mensagem nº 46, de 2014, na origem), juntamente com o *curriculum vitae* do indicado, como disse V. Exª na abertura desta reunião.

Jaime César de Moura Oliveira é advogado, graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) em 1999. Detém dois títulos de mestrado: em Saúde Pública, pela USP; e em Biotechnology Law and Ethics, pela Universidade de Sheffield, na Inglaterra. Especializou-se em Direito Ambiental, também pela USP, e em Biossegurança, pela Universidade Federal de Santa Catarina.

A carreira profissional do indicado abrange experiências nos setores público e também privado. Entre 1999 e 2007, atuou, sucessivamente, como advogado da Unilever Brasil e do escritório Tozzini, Freire, Teixeira e

Silva Advogados. Ainda em 2007, transferiu-se para a Casa Civil da Presidência da República, onde foi nomeado Subchefe-Adjunto para Assuntos Jurídicos. Atuou também como Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Biossegurança e como representante titular da Casa Civil da Presidência da República no Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual e no Comitê Nacional de Biotecnologia.

Em 2011, foi conduzido ao cargo de Diretor da Anvisa, sendo, atualmente, o responsável pela Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cumulando a Diretoria de Monitoramento e Controle. Durante esse período, foi representante titular da Agência no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas.

Por fim, cumpre destacar a autoria de diversas publicações nas áreas de Bioética, Direito Sanitário, Direito Ambiental e Biossegurança, relacionadas em seu currículo.

Em face do histórico acadêmico e profissional apresentado, e aqui resumido, resta demonstrada a experiência do indicado nas áreas de vigilância sanitária e gestão pública, o que o credencia ao exercício de função diretiva da Anvisa.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que esta Comissão tem condições de deliberar sobre a indicação de Jaime César de Moura Oliveira para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Este é o meu voto, Sr. Presidente Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Srs. Senadores, Srª Senadora Ana Amélia, nos termos do art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência concede, automaticamente, vista coletiva aos membros da Comissão.

Conforme já previamente combinado, doravante, a Comissão de Assuntos Sociais nunca votará o relatório na sessão em que ele for lido. Sempre haverá vista coletiva.

Na semana seguinte, no caso, quarta-feira que vem, o Sr. Jaime será convidado a vir a esta Comissão para ser sabatinado, e aí nós vamos proceder à votação em escrutínio secreto. Então, a matéria retorna à pauta na próxima quarta-feira, dia 30 de abril, para arguição e posterior votação, em escrutínio secreto (art. 383, VI, Regimento Interno), da indicação do nome do Sr. Jaime César de Moura Oliveira para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Conforme também já previamente combinado, nós temos aqui a Mensagem do Senado Federal nº 26, de 2014.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 26, DE 2014
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Vital do Rêgo

Relatório: A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Senhor JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO, para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

Observações:

– Em 16.04.2014, lido o Relatório, a Presidência concedeu, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da Comissão (Art. 383, II, b, RISF).

– Votação procedida por escrutínio secreto (artigo 383, VI, do Regimento Interno do Senado Federal).

Há outra Mensagem.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 25, DE 2014
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome da Senhora SIMONE SANCHES FREIRE para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Jayme Campos

Relatório: A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação da Senhora SIMONE SANCHES FREIRE, para o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Observações:

– Em 09.04.2014, lido o Relatório, a Presidência concedeu, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da Comissão (Art. 383, II, b, RISF).

– Votação procedida por escrutínio secreto (artigo 383, VI, do Regimento Interno do Senado Federal).

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Convido para tomar assento à mesa dos trabalhos os indicados: Srª Simone Sanches Freire e o Sr. José Carlos Magalhães da Silva Moutinho. (*Pausa*.)

Concedo a palavra ao Relator Senador Vital do Rêgo para suas considerações.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, Senador Moka, cumprimento as Srªs e os Srs. Senadores. Tenho a satisfação de cumprimentar a Drª Simone Sanches Freire, indicada para a Diretoria da ANS, e meu querido Dr. José Carlos Magalhães da Silva Moutinho, cujo currículo tive a honra de analisar, bem como o seu desempenho à frente da agência reguladora de cuja criação ele próprio participou.

O Dr. Moutinho, Srªs e Srs. Senadores, tem uma história na Anvisa, uma história de serviço público desde o ano de 2000 à frente daquele órgão, dirigindo-o na condição de assessor, de gerente, de chefe de assessoria, de assessor de diretoria. Ele passou por todas as funções da Anvisa.

Enquanto lia o seu currículo, eu me senti valorizado, Sr. Presidente, com a distinção de V. Exª em me oferecer essa relatoria, porque fica demonstrado, cada vez mais, o compromisso dessa gestão federal com a escolha de técnicos para setores técnicos. Esse ponto de discussão e de debate mostra efetivamente como estamos no caminho certo com relação a uma agência que tem e detém, para sua análise, 25% do Produto Interno Bruto nacional – pelo menos isso.

Tenho, e disse ao Dr. Moutinho ontem, conversando com ele sobre a Anvisa, sobre as condições estruturais, de infraestrutura funcional do órgão, sobre as condições de dinâmica da avaliação de projetos que chegam para sua análise, a impressão de que a Anvisa está muito a dever, como todas as agências reguladoras do Brasil. Mas, pelo menos, com a escolha de técnicos, especialistas, sentimos a possibilidade de melhorar a relação com a sociedade.

Tenho algumas perguntas, e o Dr. Moutinho vai falar um pouco quando respondê-las, sobre o que pensa nesta área específica da vigilância sanitária do País. Posso fazê-las a partir de agora.

Tendo em vista que as ações de vigilância sanitária atingem diretamente importantes setores econômicos – falei há pouco que mais de 25% do PIB nacional circula pela Anvisa –, tais como alimentos, medicamentos e serviços de saúde, pergunto: como o senhor avalia o marco regulatório da área de vigilância sanitária vigente no País? Ele favorece ou dificulta o ambiente de negócios? É uma indagação profunda porque, à primeira vista, com a necessidade de dar segurança sanitária, às vezes, nessa segurança sanitária e em nome dela, existe um entulho autoritário burocrático neste País que atravessa perspectivas de inovação e de crescimento. Como a Anvisa pode aprimorar a sua atuação nessa área? Essa é a primeira pergunta.

Alguns setores econômicos criticam a ação regulatória da Anvisa, alegando extrapolação de sua competência e usurpação da competência legislativa do Congresso Nacional. Isso ocorreu, por exemplo, no tocante à regulação da propaganda de alimentos e de bebidas. Em relação a essa questão, perguntamos: qual é a sua opinião sobre a atuação regulatória da Anvisa no que tange a produtos potencialmente danosos à saúde, tais como determinados alimentos e bebidas com teores elevados de açúcares, gorduras ou sódio? O senhor concorda que a Anvisa extrapolou a sua competência legal nessa área quando regula os teores elevados de açúcares, gorduras e sódio? Como o senhor avalia o papel do Congresso Nacional na definição do marco regulatório da vigilância sanitária? O senhor vislumbra a existência de conflitos de competência entre a atuação do Congresso Nacional e a atuação da Anvisa?

Quais as principais questões relativas à vigilância sanitária no setor de medicamentos? Como a Anvisa pode ou deve enfrentá-las? Qual a situação atual da implantação da rastreabilidade de medicamentos no País? Quais são os próximos passos? O senhor concorda com os critérios utilizados para definir os preços de medicamentos no Brasil? O que pode ser aperfeiçoado a respeito?

Na sua opinião, quais são as prioridades da agência regulatória da Anvisa para os próximos anos?

Esta Casa está produzindo, Sr. Presidente, deve estar sob os seus cuidados, como Presidente da Comissão, uma lei que é um marco regulatório da vigilância sanitária: a lei de responsabilidade sanitária, uma proposta, recordo-me, do Senador Humberto Costa. Eu queria também perguntar ao Dr. José Carlos se ele tem conhe-

cimento dessa proposta legislativa de uma lei de responsabilidade sanitária. Em tendo conhecimento, peço para tecer considerações, a respeito.

São essas as perguntas, Sr. Presidente, enaltecendo-o, ao tempo em que peço apoio aos meus pares da indicação do nome do Sr. José Carlos Moutinho pela sua formação, pela sua história na agência reguladora. Repito: ele foi um dos criadores da Anvisa no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Vital do Rêgo, Relator da indicação do nome do Sr. José Carlos Moutinho.

Passo a palavra ao outro Relator, Senador Jayme Campos, que fará considerações a respeito do seu relatório sobre a indicação do nome da Srª Simone Sanches Freire.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, ilustres indicados, sobretudo a Drª Simone, demais colegas Senadores, quero dizer que, por orientação, determinação e delegação de V. Exª, nós relatamos, de forma prazerosa, o nome da Drª Simone Sanches como indicada da Agência Nacional de Saúde.

Tive o privilégio, meu caro Presidente e demais colegas Senadores, de relatar o nome de uma pessoa que tem um currículo maravilhoso, sobretudo de ter definido, nas Comissões de que faço parte, que seria de bom alvitre que todas as indicações, por parte do Poder Executivo, recaíssem sobre as pessoas que são funcionárias de carreira das agências e, naturalmente, de setores do Governo que dependem de indicações de pessoas qualificadas, sobretudo de técnicos de gabarito, como é a Drª Simone.

A Drª Simone ingressou há alguns anos no serviço público, sobretudo nesta agência e, por volta de 2005, ela foi admitida também no cargo efetivo de analista legislativo e outros cargos, mas o que me chamou muito a atenção foi que também exerceu o cargo de corregedora até novembro de 2007. De maneira que eu desejo a V. Sª, Drª Simone, muito sucesso, muita sorte nessa missão nobre de trabalhar também na defesa dessa agência que, sem sombra de dúvida, tem prestado relevante serviço ao nosso Brasil.

E eu quero concluir dizendo, Sr. Presidente, que relatei o nome da Drª Simone com muita honra e a certeza de que este meu relatório é baseado, calcado naquilo que certamente é importante para todos aqueles cidadãos e cidadãs que ocupam cargo público neste Brasil, que é o princípio da ética, da moralidade, da transparência, como também, acima de tudo, da competência. E todos esses predicados, qualidades, a Drª Simone tem. Preenche todos os requisitos necessários para o bom exercício do cargo que, a partir da aprovação do seu nome, da sanção e da nomeação da Presidência da República, estará exercendo na Agência Nacional de Saúde.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

O Presidente consulta o Plenário se posso fazer o seguinte procedimento: vou conceder a palavra aos dois sabatinados, Srª Simone e Sr. José Carlos. Os dois falariam por até dez minutos. Logo em seguida, eu abriria os questionamentos e aí faríamos questões aos dois. Ainda pergunto se, durante os questionamentos, nós poderíamos também abrir o processo de votação, uma vez que hoje, quarta-feira, nós temos dificuldades com as outras Comissões, sobretudo com a CCJ, porque o nosso Presidente da CCJ se encontra aqui presente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de consultar V. Exª, até porque faço parte também da Comissão de Assuntos Econômicos e nós teremos três sabatinas, indicações do Tribunal de Contas da União. Indago se é possível V. Exª abrir o processo de votação, diante dos currículos que já foram apresentados, já foram relatados. Com isso facilitaria sobremaneira a nossa agenda no dia de hoje. Indago se é possível V. Exª abrir o processo de votação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Além da proposta do Senador Jayme, eu faço uma sugestão, já que o Relator, Dr. Moutinho, o Senador Vital do Rêgo, já fez os questionamentos e as respostas ao questionamento já seriam, em grande parte, esclarecimentos sobre a competência – não se cria nenhuma dúvida – do indicado pela Presidência da República ao cargo. As perguntas já foram feitas e eu penso que, também no caso do Senador Jayme Campos, ele apenas salientou o currículo rico da candidata Drª Simone. Então, se fizéssemos as perguntas ou respondêssemos primeiro às do Presidente Vital do Rêgo, depois, faríamos as outras perguntas, isso agilizaria, em função dessas três que estão na CAE e que são também relevantes, que é a questão do TCU. O Senador já fez as perguntas para o Dr. José Carlos. Então, penso que seria a forma já de eles demonstrarem a competência e a habilidade para suas respectivas funções.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A Presidência vai fazer o seguinte: vou abrir o processo de votação, segundo a proposta do Senador Jayme Campos. Parece-me que temos concordância plena de todos os Senadores e das Senadoras. Então vou conceder a palavra por até dez minutos para a Drª Simone e, logo em seguida à sua fala, o Dr. José Carlos Rodrigues já passaria a responder às indagações

do Senador Vital do Rêgo. E também vou receber outros questionamentos aos dois que estão sendo arguidos nesta reunião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Mas aí o Dr. José Carlos vai ficar em... Como é que se diz?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não, quando ele for responder, se ele quiser fazer, evidentemente, alguma...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu só quero dar um tratamento isonômico.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É, ele pode fazer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – São duas agências importantes.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É que V. Exª sugeriu que... Como não há pergunta ainda, então estou tentando mediar.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Administrar. Perfeito! Está explicado. Bem explicado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, eu concedo a palavra à Srª Simone Sanches Freire para sua exposição, por dez minutos.

Drª Simone, aquele relógio vai marcar dez minutos.

A SRª SIMONE SANCHES FREIRE – Pode deixar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – No nono minuto, ele soa ali...

A SRª SIMONE SANCHES FREIRE – Um alarme. Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – ...para que a senhora possa concluir. Só um minutinho.

São duas votações, uma para cada indicado, utilizando-se cédulas distintas. Então, Srs. Senadores que já quiserem votar, eu estou aqui com as cédulas devidamente rubricadas para os dois indicados.

Com a palavra a Drª Simone.

A SRª SIMONE SANCHES FREIRE – Bom dia.

Primeiramente, gostaria de cumprimentar V. Exª, Senador Waldemir Moka, Presidente da CAS, todos os demais nobres Senadores aqui presentes, as autoridades, Dr. André Longo, Presidente da ANS, e alguns colegas meus que também estão aqui. Para mim, é uma honra enorme, inenarrável estar nesta Casa hoje.

Eu sou paulista, advogada, sou pós-graduada em Direito Público e especializada em Regulação de Saúde Suplementar. Iniciei a minha carreira na ANS no ano de 2002, como servidora temporária, já na Corregedoria. No ano de 2005, a agência fez o seu primeiro concurso público e fui aprovada para o cargo de analista, como o Senador falou, e permaneci trabalhando na Corregedoria da agência.

A Corregedoria da agência tem uma atribuição que é comum às corregedorias: fiscalizar a legalidade das atividades dos agentes públicos. Desenvolver essa atividade foi o meu primeiro contato com todas as áreas da agência. Consegui ter uma visão macro de tudo o que acontecia porque, para fiscalizar a legalidade do que os outros fazem, a gente precisa conhecer um pouco.

Em 2007, por razões pessoais, eu precisei retornar para o Estado de São Paulo – eu sou de lá e estava no Rio – e a remoção interna na agência não foi possível. Então, eu prestei novamente um concurso público e passei para o cargo de especialista em regulação para trabalhar no núcleo de São Paulo da agência. Ali, eu fui fiscal, e foi uma das experiências mais enriquecedoras que eu tive dentro da ANS. Ao fiscal compete dar vida à regulação. Ele atua firmemente para que as garantias produzidas pelas normas cheguem aos beneficiários de planos de saúde, instrui processo, conversa com beneficiário, conversa com prestador, conversa com a operadora, primeiro, tentando compor um conflito e, se não for possível, lavra um auto de infração contra as operadoras de planos de saúde.

No final de 2009, eu tive oportunidade de mudar de área dentro da agência. Fui trabalhar na Coordenadoria de Inquéritos. O inquérito administrativo, no âmbito da ANS, é uma exigência legal da Lei 9.656. As operadoras de planos de saúde não vão à falência diretamente. É obrigatório que se proceda a uma liquidação extrajudicial. Esse processo de inquérito tem como objetivo apurar as causas e os responsáveis pela quebra da operadora. Para isso, é feita uma averiguação de todas as ocorrências dela na agência nos últimos cinco anos, considerando-se principalmente o monitoramento econômico e financeiro, os regimes especiais sofridos, as intercorrências assistenciais, os débitos com o SUS e as ações de fiscalização. Era uma área sensível e, graças ao apoio dos meus superiores, ela foi reestruturada e teve seus fluxos de trabalho adequados, passando a produzir com maior eficiência.

Ainda em 2013, eu tive uma breve experiência como gerente de apoio à Diretoria Colegiada, permanecendo com os inquéritos e agregando toda a coordenação da reunião de diretores e o julgamento dos processos em segunda instância. Foi um período curto, mas foi possível ainda implementar um normativo para disciplinar a realização dessas reuniões.

Desde setembro, eu ocupo o cargo de diretora adjunta de gestão. É uma diretoria que, entre as inúmeras atividades, é a responsável pelo programa de qualificação, que resulta no índice de desempenho da saúde suplementar, uma importante ferramenta colocada à disposição dos consumidores para orientar as suas escolhas.

Paralelamente às minhas atividades, de 2002 a 2013, eu atuei como disseminadora da ética pública na instituição, sendo "membra" efetiva e presidente da Comissão de Ética de janeiro de 2007 a janeiro de 2013. Nessa posição, as minhas maiores conquistas foram a edição de um código de ética próprio para a agência, a criação e implementação da própria Comissão de Ética e a estruturação física e administrativa da Secretaria-Executiva dessa comissão.

Durante esses 12 anos, pude acompanhar o desenvolvimento do mercado que regulamos, que, hoje, possui 68,5 milhões de beneficiários, distribuídos em 1.487 operadoras ativas. Desses beneficiários, 19,5 milhões são vínculos exclusivamente odontológicos.

O avanço regulatório é perceptível dentro da agência, em especial nos últimos anos. A ANS vem continuamente aperfeiçoando seus processos de trabalho, o que resulta em saltos indiscutíveis como os acontecidos na arrecadação do ressarcimento ao SUS e no julgamento e cobrança das multas impostas às operadoras.

Ao mesmo tempo, implementou programas de inegável sucesso regulatório, dos quais eu destaco: monitoramento da garantia de atendimento, em que incluo a fixação dos prazos máximos para atendimento dos beneficiários; a expansão do rol de procedimentos obrigatórios e da mediação ativa, que aproximou o consumidor da agência como indispensável fornecedor de insumo para ações do órgão.

Esses exemplos são resultados de inúmeros fatores, mas, entre eles, sou obrigada, por emoção até, a ressaltar o corpo técnico da agência, que é formado por servidores tão qualificados quanto comprometidos com suas atividades.

Contudo, certamente muito ainda pode ser feito. A regulação exercida pela agência com o objetivo principal de resguardar o interesse público pode estar ainda mais fortemente focada em seu poder indutor, que é apto a conduzir os regulados para as ações esperadas. Nesse sentido, alguns processos de trabalho precisam ser aperfeiçoados para que as ações da agência ganhem celeridade, eficácia e eficiência.

É necessário considerar que não lidamos com mercado estático e que esse dinamismo, já conhecido, deve ser acompanhado de uma ação normativa prévia ou paralela, e não posterior, para que possamos atuar com um setor que se adapta à regulação, e não o contrário.

Um grande desafio que se apresenta neste momento seria repensar as ações fiscalizatórias promovidas pela agência para que essa fundamental ferramenta atinja todo o seu potencial, atuando de forma sistêmica dentro da própria instituição como fonte identificadora primária das principais práticas do setor e porta de entrada da valorosa contribuição e participação dos consumidores no processo regulatório.

Por fim, eu gostaria de dizer aos senhores que escolhi trabalhar na ANS três vezes e escolheria outras três mais se fosse necessário. É uma instituição que respeito, na qual acredito e que tenho muito orgulho em compor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradecendo à Drª Simone Sanches Freira por sua exposição, concedo a palavra ao Sr. José Carlos Magalhães da Silva Moutinho para sua exposição ou, se preferir, para já responder às indagações e arguições do Senador vital do Rêgo.

O SR. JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO – Vou começar por uma fala que previamente escrevi e que já responde, em parte. Depois, entro especificamente.

Exmo Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Waldemir Moka; Exmo Sr. Relator, Senador Vital do Rêgo; Exmas Senadoras e Senadores aqui presentes, Exmo Diretor Ivo Bucaresky, amigos e colegas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária aqui presentes, demais autoridades, senhoras e senhores, é com enorme satisfação que compareço a esta digníssima Comissão na condição de indicado a Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Inicialmente, gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos à Presidenta Dilma Rousseff pela confiança em mim depositada ao indicar o meu nome à apreciação desta Casa. Agradeço à minha família, em especial, aos meus pais, *in memoriam*; à Rosa Maria, esposa; Manoela Maria e Mariana Maria, filhas. Agradeço também aos amigos que, direta ou indiretamente, contribuíram para este momento.

Nas palavras de Fernando Pessoa, digo: o valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que elas acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.

Como servidor público desde 1983, estando na Agência Nacional de Vigilância Sanitária há mais de 14 anos e tendo exercido cargos em diversas áreas desta instituição, tais como assessor da Gerência-Geral de Medicamentos, Gerente-Geral de Medicamentos, Gerente-Geral de Administração e Finanças, Diretor-Adjunto, supervisionando portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegários em controle de produtos derivados de

tabaco, assessor da diretoria colegiada, Assessor-Chefe da Assessoria de Divulgação e Comunicação Institucional, assessor do gabinete da Presidência, gerente de projetos da Gerência-Geral de Tecnologia e de Produtos para a Saúde, assessor da Diretoria de Gestão Institucional e gerente de projetos do gabinete da Presidência, nesse tempo, tive a oportunidade de participar também de cursos de aperfeiçoamento, especialização e de mestrado em Gestão e Administração Pública, no Brasil e no exterior. E, fruto dessa experiência profissional, vejo na possibilidade de assumir um cargo na diretoria desta Agência o reconhecimento técnico e o ápice de uma aspiração pessoal.

Caso V. Exªs concedam-me a honra de aprovar meu nome, inicialmente, nesta Comissão e, posteriormente, no plenário desta Casa, comprometo-me, desde já a desempenhar minhas atribuições com determinação, colocando minha experiência acadêmica e profissional no cumprimento da missão legal e institucional da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em especial a de promover e proteger a saúde da população brasileira: "Nada é possível sem pessoas, e nada é duradouro sem instituições" (Jean Monet).

A vigilância sanitária no Brasil se dá com a chegada da Família Real e a assinatura do ato em 28 de janeiro de 1808, da abertura dos portos brasileiros às nações amigas. A necessidade de um controle mais efetivo não só dos portos, mas também dos navios e dos passageiros que chegavam ao Brasil fez surgir a primeira instituição de saúde no País. No decorrer de mais de dois séculos, muitos caminhos foram trilhados até a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em 26 de janeiro de 1999, com a intenção de enfrentar a grave crise de credibilidade na qualidade de medicamentos utilizados pela população brasileira.

Durante esses mais de 15 anos, vários avanços ocorreram, e muitos obstáculos foram ultrapassados. No Brasil, a saúde é um direito social estabelecido pela Constituição Federal de 1988, que também instituiu o Sistema Único de Saúde. São competências do SUS: controlar, fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e também fiscalizar e inspecionar alimentos, bebidas, água, para o consumo humano.

A atividade de vigilância sanitária, portanto, não somente faz parte das competências do SUS, como também tem caráter prioritário, por sua natureza essencialmente preventiva. Pelo próprio espírito da legislação, a vigilância sanitária tem o grande desafio de adequar o sistema produtivo de bens e serviços de interesse sanitário e os ambientes, as demandas sociais de saúde para indivíduos e para a coletividade.

A Anvisa tem por missão promover e proteger a saúde da população brasileira. Os controles pré e pós-mercado são essenciais para que esses produtos, quando disponibilizados para o consumo ou uso, sejam seguros e eficazes. Pesquisas de desenvolvimento e inovação em saúde são relevantes para diminuir a vulnerabilidade do SUS e preparar o País para novos desafios tecnológicos.

No escopo das ações da vigilância sanitária, surgem novos produtos à base de materiais sintéticos, naturais ou híbridos, nanoestruturados ou obtidos por rotas biotecnológicas associadas a terapias celulares, sistema de liberação controlada de fármacos ou genes, o que faz com que a agência tenha necessidade de manter seus servidores permanentemente capacitados para avaliar com segurança esses temas no cumprimento de sua missão, promovendo ao cidadão acesso a produtos inovadores, com riscos previamente mensurados, garantindo melhores condições aos pacientes, redução de custos e melhores e mais amplas alternativas de tratamento.

Nos últimos tempos, a Anvisa tem-se firmado como uma grande agência nacional e está inserida no escopo das maiores agências internacionais congêneres, participando de fóruns técnicos no campo regulatório, com o propósito de harmonizar os procedimentos e estabelecer protocolos de reconhecimento mútuo para inspeções.

A importância da atuação da Anvisa se traduz na grandeza da regulação na economia brasileira. Calcula-se que 25% dos setores que compõem o Produto Interno Bruto sofram algum tipo de regulação da Anvisa. Vale ressaltar que todos esses mercados regulados pela Anvisa crescem, no mínimo, o dobro do crescimento do PIB nacional. Em outro campo, a agência tem buscado o conhecimento científico, implementando qualificação nacional e internacional a seus servidores e fazendo parceria com universidades e institutos de pesquisa e desenvolvimento para estudos e debates visando conhecer e dominar novas tecnologias e seus riscos.

A Anvisa tem participado junto ao Ministério da Saúde, em suas políticas públicas, na qualificação do acesso, no apoio ao desenvolvimento do complexo industrial da saúde e na melhoria dos produtos e serviços, sempre baseada no conhecimento do risco sanitário envolvido.

Na execução de sua missão, a Anvisa tem como grande dificuldade o tempo de análise dos processos para regularização de novos produtos. Esse fato é decorrente, em parte, dos constantes avanços tecnológicos e dos complexos processos de trabalho. Para enfrentar essa dificuldade, a Anvisa tem trabalhado na criação de novos sistemas de informação que facilitem a operação de análise e na melhoria e simplificação dos processos de trabalho, sem, no entanto, perder o foco no risco sanitário envolvido no consumo desses produtos.

Temos que pensar em desconcentração para aproximar as decisões das ações e dos fatos capazes de assegurar um elevado grau de resolubilidade das demandas nas unidades operacionais com maior rapidez.

Por outro lado, a desconcentração exige mais responsabilização e preparação de gerentes e chefes capazes de mapear o ambiente, identificar problemas, formular diagnósticos, definir objetivos, decidir em ambientes de incerteza, estabelecer parcerias e alianças, negociar, mobilizar recursos, formar e desenvolver equipes, distribuir autoridades e responsabilidades, dirimir conflitos e controlar e avaliar resultados.

Outra dificuldade que tem repercussão na economia e no acesso a produtos no País é o tempo de liberação de produtos sujeitos à vigilância sanitária nos pontos de entrada no País. Com a finalidade de minimizar esse problema, a Anvisa tem investido na melhoria da forma de análise dos processos de importação, porém é necessário que se busque equacionar o grave problema de escassez de recursos humanos naqueles pontos com maior demanda, bem como investimento em infraestrutura, principalmente tecnologia de informação. Prover esses pontos de novos servidores e estimular os existentes a permanecer em serviço são desafios a serem enfrentados.

Apesar de enfrentar todas essas dificuldades, é importante sabermos que a Anvisa é uma agência reguladora bastante jovem – 15 anos – em relação a outras agências internacionais, como o FDA, que tem aproximadamente 100 anos; a agência inglesa, 80 anos; a holandesa, 50 anos; e a italiana, 60 anos. Ademais, dispomos de aproximadamente 2 mil servidores no total, enquanto o FDA, somente para análise de medicamento, tem 3,8 mil.

A Anvisa tem o desafio de fomentar o setor produtivo e de serviços das áreas de atuação de vigilância sanitária para que ofertem produtos e serviços de qualidade que atendam a demanda e expectativa dos consumidores, dentro de um cenário de avanços tecnológicos e de trocas comerciais que crescem de forma exponencial.

O papel do dirigente é facilitar, organizar e gerenciar os talentos existentes hoje no quadro da agência e os recursos materiais para que ela efetivamente cumpra o seu papel na defesa da saúde dos brasileiros e colabore para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Agradeço a atenção de V. Exªs e me coloco à inteira disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço ao Dr. José Carlos Moutinho e passo à lista dos inscritos. A primeira inscrita é a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Dr. José Carlos Moutinho, tenho duas questões para o senhor, na Anvisa, e até pela necessidade de estarmos daqui a pouco em outra Comissão.

A Anvisa, no ano de realização da Copa das Confederações, fez uma fiscalização e um relatório das condições das arenas onde esses jogos foram realizados, identificando uma série de falhas na estrutura e na oferta dos serviços, que, sem solução, representam, segundo a própria Anvisa, uma ameaça à saúde dos torcedores.

Fiscais da Anvisa encontraram acúmulo de lixo, alimentos mantidos de forma inadequada e ausência de itens estratégicos nas ambulâncias que ficam à disposição do público. Nem mesmo a área *vip* escapou. Pratos eram mantidos sem refrigeração.

O trabalho foi feito a partir de vistorias nos dias de jogos da Copa das Confederações e nos que os antecederam, no ano passado. Em alguns casos, os problemas foram sanados de forma improvisada, como arrumar às pressas outro fornecedor de alimentos.

"Serviu como aprendizado", avaliou a Coordenadora do Grupo de Trabalho de Eventos, Denise Resende. "Estabelecemos um cronograma com o organizador para que os problemas sejam resolvidos até a Copa. A principal preocupação é com a própria estrutura dos estádios. Constatamos cozinhas instaladas em locais impróprios, e a água usada para o preparo dos alimentos, em boa parte dos casos, tinha fontes alternativas", disse a Coordenadora. "Em janeiro, equipes da vigilância deverão percorrer novamente os estádios para identificar problemas que precisam ser resolvidos. Há como solucionar as falhas a tempo", segundo a Srª Denise Resende. "Em março, uma reunião com a FIFA deverá ser feita" – e também já passou março – "para repassar as providências que devem ser tomadas".

Então, como nós estamos a 60 dias da realização da Copa do Mundo, eu penso que esse seja um tema relevante, já que não envolve apenas os estrangeiros, mas, sobretudo, os torcedores brasileiros que aqui estão.

Ainda para o Sr. José Carlos.

Eu opero muito com as redes sociais, que constituem um canal excelente de contato da população com os Parlamentares. Então, as demandas do cidadão são trazidas por esse meio, que é um meio direto. Muitas vezes, a pessoa está em casa e passa um *e-mail* ou manda a sua contribuição aqui para a nossa Comissão. A Comissão de Assuntos Sociais é muito aberta e recebe a colaboração dos cidadãos, seja pela Internet, seja pela TV Senado, uma vez que toda a área de informação da TV Senado faz a cobertura das audiências públicas. Assim, muito da minha produção legislativa advém de sugestões da população.

Agora, recentemente, até em função disso, eu acompanhei, inclusive com a presença do Dr. Dirceu Barbano, alguns debates sobre um tema muito delicado, que diz respeito aos moderadores de apetite, as questões

relacionadas aos chamados medicamentos destinados ao emagrecimento. A Anvisa, ao proibir a sibutramina, acabou provocando uma reação de parte do Poder Legislativo, onde várias iniciativas foram propostas, sobretudo na Câmara dos Deputados. Então, a proibição de alguns medicamentos usados para emagrecer, entre eles a anfepramona, o femproporex, e mazindol... Esses medicamentos são destinados ao emagrecimento.

Aprovada na Câmara, a proposta segue agora para ser votada no Senado.

Entidades médicas, como a Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade, têm posição, desde sempre, contra a suspensão determinada pela Anvisa, pois "esses medicamentos, quando usados com acompanhamento médico, são uma boa alternativa para os pacientes obesos", destacou a Diretora da entidade. Segundo ela, "o problema não é o uso das substâncias, mas, sim, as doses exageradas que muitas pessoas tomam sem qualquer tipo de acompanhamento. Muitos compram, inclusive clandestinamente, ou pegam o remédio do amigo, pois a receita deles ficava retida nas farmácias, exatamente para evitar o consumo desenfreado". Só que, ao invés de aumentar a fiscalização, a Anvisa preferiu retirar a droga do mercado, o que afetou muitos pacientes com obesidade. Quer dizer, tira-se o sofá da sala para resolver o problema do adultério.

A opção aos endocrinologistas foi introduzir a sibutramina no tratamento, mas, de acordo com a Presidente da Obeso, não são todos os pacientes que respondem bem à medicação. Muita gente voltou a ganhar peso, sem contar aqueles que não podiam comprar os remédios mais caros, deixando o tratamento interrompido.

Para a diretora da entidade, estudos provam que esses remédios, quando tomados na dose adequada e nos casos certos, não têm efeitos colaterais e auxiliam na mudança do comportamento alimentar.

Essa alteração não é fruto de ter força de vontade, mas são várias reações químicas cerebrais. Muita gente precisa de medicamento não só para comer pouco, mas para organizar essa nova rotina de alimentação. Cabe ao médico verificar se o paciente necessita disso e, em caso positivo, disponibilizar a dose adequada, pois não se sabe, pois não se sabe quando ele vai parar de tomar o remédio, já que a obesidade é uma doença crônica [segundo a entidade].

O presidente da Anvisa, [Dr.] Dirceu Barbano, afirmou em uma reunião de líderes partidários da Câmara sobre o tema, em abril, que a proibição dos inibidores de apetite atende a uma questão de saúde. Na ocasião, Barbano afirmou que existe o risco de hipertensão pulmonar, hipertensão arterial e distúrbios psiquiátricos com o uso desses produtos.

[A Presidente da Abeso, Sr. Maria Edna de Melo] (...) contesta e afirma que, na época da proibição, tanto a Abeso quanto outras entidades médicas participaram de reuniões e colocaram todas as evidências disponíveis a favor dos remédios. "Eles foram irredutíveis, parecia que a proibição já estava decidida, pois não houve uma discussão científica sobre o tema", (...).

Aliás, faço uso aqui do que disse o autor do Projeto de Decreto Legislativo, meu conterrâneo, o ativo Deputado Beto Albuquerque, do PSB. Disse ele que:

(...) a constituição permite a suspensão de atos do Executivo pelo Legislativo. "Esses remédios eram usados há 40 anos no Brasil, e a Anvisa tirou o poder de prescrição do médico. Esses medicamentos são vendidos em 80 países e não são para emagrecer, mas sim para dar equilíbrio metabólico ao paciente" (...).

Portanto, faço essas duas questões ao senhor, em razão não de pressão, mas de demanda da sociedade.

Aqui está presente um médico, o Senador Paulo Davim. Esse tema também foi tratado com cardiologistas. Perguntei a eles se manter esse medicamento para obesidade era recomendável. Todos o defenderam. Então, se o cardiologista diz que é bom... Eu não sou médica.

Para a Drª Simone.

A senhora usou uma palavra que me chamou a atenção. A palavra "membra". "Membra" por ser membro da entidade, não é? Está na moda, mas acho que soa melhor "membro" da entidade. Sua beleza e feminilidade não lhe retiram a competência profissional, não mudam sua capacidade nesse aspecto.

Ontem, no Tribunal de Contas da União, fomos recebidos pelo Presidente, Ministro Augusto Nardes. Na companhia do Dr. Eitel Santiago de Brito Pereira, Subprocurador da República, do Ministério Público Federal, tratamos de uma questão que está ocupando o interesse do Ministério Público, como defensor da sociedade, e também o interesse do Tribunal de Contas, que, desde 2008, vem fazendo auditoria na prestação de assistência à saúde, seja hospitalar, seja pelos próprios planos de saúde. Em uma das questões abordadas no documento entregue ontem pelo Presidente Augusto Nardes, o TCU apresenta diagnóstico inédito sobre a saúde no Brasil e diz o seguinte:

Ressarcimento ao SUS [é um detalhe que está no documento recebido ontem] – ressarcimento que as operadoras de planos de saúde são legalmente obrigadas a realizar por serviços previstos em seus contratos, mas prestados aos beneficiários desses planos por instituições integrantes do SUS. Auditoria realizada pelo TCU em 2008 verificou que os procedimentos ambulatoriais (uma ampla diversidade de procedimentos que abrangem desde a administração de vacinas, realização de exames, consultas médicas, pequenas cirurgias, até quimioterapia, hemodiálise e

fornecimento de órteses e próteses) não eram objeto de consideração para fins de ressarcimento, em especial os de média e alta complexidade, que apresentam maior custo. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) exigia o ressarcimento apenas em relação aos procedimentos realizados em internações hospitalares, em desacordo com a lei. A ANS estima passivo da ordem de R$ 654 milhões a serem ressarcidos ao SUS, apenas do período de 2008 a 2010. Desde então, apesar de se observar a evolução das medidas corretivas adotadas pela ANS, perdura o desafio do ressarcimento ao SUS.

Que posição a senhora imagina para essa questão, já que tem formação na área de Direito?

O Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) costuma subsidiar com informações. E aqui está informando:

(...) [vale] *ressaltar que os planos de saúde são o setor mais reclamado no Idec* [que faz essa avaliação] *há 12 anos* [é o setor mais reclamado junto com as telefônicas, cujo serviço está cada vez pior]. *Entendemos que a falta de regulação pela ANS, que edita normativos ilegais à luz do Código de Defesa do Consumidor e da Lei nº 9.656/98, pode ser apontada como um dos fatores que contribuem para a grande judicialização de questões que envolvem direitos dos consumidores dos planos de saúde, tais como: negativa de cobertura de cobertura, reajustes abusivos e descredenciamento de rede assistencial.*

Como resolver isso, Drª Simone? Hoje mesmo, pela manhã, no Bom Dia Brasil, apareceu um cliente de plano de saúde que não havia recebido, teve que fazer um périplo para conseguir o direito de uma assistência odontológica, porque tem plano de saúde também para odontologia. Então, como resolver essa questão?

Ainda perguntaria à senhora, na questão dos planos, o seguinte: sou autora de uma lei que a Presidente Dilma Rousseff, com sua sensibilidade, sancionou sem vetos, que prevê a inclusão no rol dos medicamentos fornecidos pelos planos de saúde a quimioterapia oral no tratamento do câncer. Estamos notando, e o próprio Ministério Público está percebendo isso, uma certa criação de várias barreiras para que a disponibilização desses medicamentos não seja tão fácil quanto deveria ser para os pacientes. Então, a senhora pode nos dar alguma informação a respeito dessas condições de liberação desses medicamentos? Até porque esse projeto nasceu aqui desta Comissão de Assuntos Sociais em uma das tantas audiências públicas que esta Comissão debateu.

Então, queria perguntar isso e renovar à senhora um pedido também, mais para o Dr. José Carlos Moutinho. Fizemos uma audiência aqui, Dr. José Carlos, tratando de pesquisa clínica, um tema da maior relevância, que chamou a atenção não só no Brasil, mas também lá fora. Notamos que a Anvisa tem uma posição que nos pareceu um pouco resistente a mudar os procedimentos. Hoje, uma pesquisa clínica para a introdução de um novo medicamento para pacientes portadores de doenças como o câncer demora, a concessão da licença, especialmente na Anvisa, entre um ano e um ano e meio. A média mundial está muito, muito abaixo disso. Na Argentina, são seis meses; no Chile, são quatro meses; na Austrália, um mês, para liberação. Essa também foi uma demanda que recebi de um paciente que é cobaia de uma droga, de um medicamento para o câncer de pulmão. Ele diz que está sendo cobaia e que está tendo um retorno muito bom do medicamento a que ele está sendo submetido. O Dr. Fábio Franco é o médico que conseguiu o uso desse medicamento.

Estamos preocupados com a saúde dos pacientes. E notamos, é o mais importante de tudo, que os grandes centros de pesquisa médica das universidades públicas foram os que mais demandaram para pedir uma forma mais ágil, não menos comprometida com a seriedade e a ética, não, não menos comprometida com isso, mas mais agilidade nos procedimentos. As universidades públicas federais, praticamente todas elas se manifestaram favoráveis à mudança nesses critérios.

Então, deixo uma solicitação a V. Exª nesse sentido, falando, é claro, em defesa e em nome dos pacientes que aguardam medicamento para aliviar a sua dor, quando estão num tratamento de doença em caráter terminal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vou conceder a palavra ao Relator Jayme Campos, para que possa também fazer a arguição. Logo em seguida, darei um tempo, porque foram três inscritos: Senador Vital do Rêgo, Senadora Ana Amélia, Senador Jayme Campos. Depois, os outros três, que são os inscritos aqui.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, eu também estava inscrito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Farei só uma indagação como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só um minutinho. Deixe-me dar uma explicação ao Senador Suplicy: ouviremos o Senador Vital do Rêgo, a Senadora Ana Amélia e o Senador Jayme Campos. Três. Depois, vou chamar os outros que estão inscritos, de três em três, para que possam fazer as arguições. Não sei se fui claro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tudo bem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, imagine se a Senadora Ana Amélia fosse médica: no mínimo, seriam 45 minutos aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Exatamente. Dois por cento de todo esse breve e sucinto relatório que a ilustre, valorosa e competente Senadora trouxe aqui.

Drª Simone, consta da Agenda Regulatória da ANS para o biênio 2013-2014 a necessidade de se aperfeiçoar as regras para o relacionamento entre operadoras de planos privados de assistência à saúde e prestadores de serviços de profissionais de saúde. De fato, trata-se de matéria da mais alta relevância, visto que os atritos entre os planos e os prestadores de serviço de saúde têm por efeito o mais sensível prejuízo aos consumidores que se envolvem em disputas que invariavelmente lhes deixam sem a efetiva prestação do serviço que contrataram. Tendo isso em vista, de que modo a ANS pode contribuir para a afinação dessa relação plano e prestador, em especial no tocante à disciplina da rede credenciada? E quais são as ações normativas e administrativas que V. Sª reputa necessárias para agilização, simplificação e redução dos custos operacionais dos procedimentos de ressarcimento ao SUS pelas operadoras de plano de saúde?

Essas são as indagações que faço a V. Sª.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou conceder a palavra ao Dr. José Carlos Moutinho para que ele possa responder, embora o Senador Vital do Rêgo esteja já presidindo a CCJ, aos questionamentos da Senadora Ana Amélia e do Senador Jayme Campos. E, logo em seguida, à Drª Simone.

O SR. JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO – Vou começar inicialmente pedindo licença ao Vital do Rêgo para responder à Senadora Ana Amélia e, em seguida, eu lhe respondo.

Primeiro, a questão dos grandes eventos. A Anvisa tem tido o cuidado, e o Brasil hoje, fruto já de algumas experiências, como os Jogos Pan-Americanos e a Copa das Confederações, tem o *know-how* de identificar os problemas e como resolver. É importante saber que a Anvisa coordena o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e os Estados e Municípios têm uma participação. Tem havido muitas rodadas não só desses problemas que foram detectados, como V. Exª colocou, mas também fruto de alguns problemas que surgiram, por exemplo, nos Jogos Pan-Americanos, principalmente nessa questão que envolve alimentos, além de questões de recebimentos de delegações, de materiais que chegam. Têm sido adotadas, estão ocorrendo em todas as cidades-sedes, reuniões para corrigir essas falhas. É importante dizer que o entrosamento entre os três entes de Governo do Sistema de Vigilância Sanitária tem sido muito bom e profícuo. O seminário com a FIFA, inclusive, já até ocorreu. Então, essas questões levantadas no relatório, grande parte já está sanada. De qualquer maneira, nós estamos acompanhando muito de perto isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. *Fora do microfone*.) – Queremos uma Copa saudável.

O SR. JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO – Saudável! Estaremos, inclusive, atuando, todo o Sistema de Vigilância Sanitária, não só a Anvisa, como a Vigilância Sanitária dos Estados e Municípios estarão atuando, não só onde vão ocorrer os jogos, mas também naquelas cidades que vão ser pontos de entrada de delegações e de torcedores, porque, muitas vezes, eles entram em uma cidade e se deslocam depois para outra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É o caso de Porto Alegre, para onde vem torcedor do Uruguai e da Argentina.

O SR. JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO – Exatamente.

Bom, outro aspecto que eu queria colocar é sobre a questão da pesquisa clínica, como a senhora citou bem. Ontem à noite, eu estive conversando com o Dr. Barbano. Houve, fruto do evento, algumas reuniões inclusive com o Ministério da Saúde, com quem há uma interface nessa questão de pesquisa clínica, e parece que houve grandes avanços na simplificação desses processos. Parece-me que, sem abrir mão da questão do risco, da ética, etc., vai-se conseguir, em breve, dar uma resposta a esta Comissão, que foi onde surgiu o início desses trabalhos.

Quanto à questão dos moderadores de apetite, eu quero dizer que todo o trabalho regulatório da Anvisa sofre um processo de debate muito amplo. Além disso – a Anvisa debateu durante o processo que estabeleceu esse marco regulatório sobre os moderadores de apetite –, uma coisa é importante saber: apesar de todos esses moderadores estarem no mercado, sendo que 70% do consumo mundial se dava no Brasil, quer dizer, era um consumo bastante elevado, a questão da obesidade não tinha melhora. Pelo contrário. No Brasil, a questão da obesidade, hoje, é grave, assim como o é em outros países.

Outro aspecto a se considerar é que no mundo inteiro há grandes pesquisas em andamento na tentativa de desenvolver medicamentos que possam realmente dar uma resposta à questão da obesidade. Essa é uma preocupação, e muito dinheiro está sendo investido no mundo inteiro, o que reforça a tese de que o que está no mercado hoje não dá a resposta necessária. Outro aspecto também que tem de ser levado em considera-

ção é que o conselho, além do debate todo que houve com a sociedade, que a Anvisa travou, como sempre trava quando tem que fazer um nova norma, o conselho científico da Anvisa, inclusive, composto por pessoas renomadas, também deu um parecer, fruto de todo esse processo, favorável à decisão da Anvisa. A sibutramina não foi proibida, o seu uso, mas, sim, ficou restrito o uso dela.

Agora, a Anvisa também, desde que apresentem estudos científicos, que tenham base científica, fundamentação, está aberta, e sempre tem estado, inclusive aqui no Congresso Nacional, à discussão científica que possa melhorar e aprimorar o marco regulatório dela.

Agora, respondendo à questão formulada pelo Senador Vital do Rêgo, quero dizer que o marco regulatório não favorece nem dificulta o ambiente de negócios. O que dificulta, às vezes, são os nossos prazos, como eu citei na minha fala inicial. O nosso marco regulatório é fruto de um debate travado – ele é colocado em consulta pública – com toda a sociedade. Então, o que realmente nós estamos tentando superar, com grande discussão, são os nossos prazos. É isso que pode criar alguma dificuldade ou melhorar o ambiente de negócio.

Quanto à questão dos preços de medicamentos, eu quero dizer que a fórmula de reajuste dos preços hoje é para favorecer o cidadão. Por quê? Porque quando nós temos... A fórmula é, a princípio, complicada, mas ela permite o seguinte: onde o próprio mercado já mantém os preços baixos, a gente permite uma liberdade maior, nunca ultrapassando a inflação. Enquanto a inflação nesse último ano foi de 5,8, o índice médio fixado foi de 3,35, abaixo da inflação. Exatamente naquelas áreas onde a concorrência é maior, o próprio mercado regula. Quer dizer, por mais que você permita repassar a inflação, pela concorrência do mercado, onde há genéricos e produtos da mesma substância, o preço é mais difícil de repassar, apesar da inflação.

O segundo ponto é que onde há menos concorrência, onde existem poucos fabricantes, a gente restringe o preço. A própria fórmula puxa para baixo. Então, para se ter uma ideia, o índice de correção agora nesse último ano, quando a inflação foi 5,68% foi permitir nesses medicamentos, que são de alto custo inclusive, onde a concorrência é menor, o reajuste de preço de 1,02%. A Câmara é um conselho de governo. Não é a Anvisa que estabelece, é a secretaria executiva, fica dentro da Anvisa, e é integrada à CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos) por um conselho de governo formado por diversos ministérios.

A questão da rastreabilidade. Há um grupo, na Anvisa, estudando isso já há algum tempo, tendo em vista ser uma questão que está em grande debate, ou seja, buscar um sistema que pudesse garantir a rastreabilidade, mas que não aumentasse o custo da unidade, nem que fosse um sistema que trouxesse um custo para o medicamento, porque isso termina sendo passado ao consumidor. Está demorado, mas é importante que o seja. No mundo todo, a questão da rastreabilidade também está muito em discussão com relação ao melhor sistema.

Conflito de competência com o Congresso Nacional. Eu acho que não é um conflito, há um debate, sempre que for necessário, que é salutar. A Anvisa tem vindo aqui, não só o corpo técnico, mas a própria diretoria e o seu corpo gerencial, sempre que necessário, para dirimir dúvidas e debater, respeitando o Congresso e esta Comissão, que tem um papel importante nisso. Eu acho que não há um conflito, mas um debate de ideias que se faz necessário em um processo democrático. É isso que eu entendo.

Creio que respondi ao Senador Vital do Rêgo.

É isso basicamente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com a palavra, agora, a Drª Simone Sanches, para que possa responder aos questionamentos.

A SRª SIMONE SANCHES FREIRE – A primeira pergunta da Senadora Ana Amélia foi sobre o ressarcimento dos procedimentos totais no SUS.

A Agência hoje, de fato, trabalha apenas com o ressarcimento das internações hospitalares. Desde, 2009, o avanço da Agência no ressarcimento é assombroso. Para vocês terem uma ideia, no ano de 2009, a gente recolheu R$6,2 milhões e, no ano passado, foram recolhidos R$183,3 milhões. Esse dinheiro não é receita da Agência; ele é todo para o Fundo Nacional de Saúde.

Os procedimentos internos vêm, constantemente, se aperfeiçoando e melhorando. É uma ação que demanda muita mão de obra para ser feita, porque é feita uma a uma. Os batimentos, a identificação da internação hospitalar passa, primeiro, pela Secretaria de Saúde e, da Secretaria de Saúde, volta para a Agência, então é feito um batimento do Datasus com o sistema de informação de beneficiário da Agência. É um procedimento bastante complexo. A Agência, agora, já está se estruturando e, em breve, a gente deve implementar o ressarcimento para os chamados PACs (Procedimentos de Alta Complexidade), que são os que geram maiores custos no SUS.

Eu vou emendar com as perguntas do Senador Jayme Campos, que perguntou quais são as ideias de normativos para isso. Eu entendo que a gente não precisa de grandes alterações normativas dentro da Agência para fazer isso. A gente, de fato, identifica uma necessidade muito grande de aporte na estruturação, ou seja, de mais servidores para realizar esse trabalho, para que a gente possa expandir isso. Normativamente, é

um processo administrativo legal como todos os outros: ele tem defesa, ele tem recurso, o que também faz com que haja demora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E os sistemas de TIs, Drª Simone?

A SRª SIMONE SANCHES FREIRE – Os sistemas de TIs das Agência, Excelências, estão em constante processo de aperfeiçoamento. O número de informações que a gente recebe é muito grande. A gente sempre procura dar maior celeridade a todos os procedimentos que existem dentro da Agência. Parece, sim, à primeira vista, relativamente simples fazer uma batimento: identificar isso com aquilo. Mas a gente tem, por exemplo, deficiência de informação do beneficiário atendido lá no SUS. Faltou um CPF dele, aí tem um homônimo; enfim, há inúmeras intercorrências no funcionamento desse sistema. Mas eu entendo, com certeza, que precisa melhorar muito. A Agência tem que trabalhar nesse sentido para que atinja a totalidade. Não tenho a menor dúvida disso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Drª, eu vou só pegar uma carona. Por que não se colocar, por exemplo, um percentual para os planos de saúde, em vez de fazer...? Eu acho que isso seria mais prático. Cada plano de saúde, ao fazer o uso do sistema, teria um critério de ter que reembolsar X%, porque o que acontece na prática? Nós não conseguimos identificar individualmente, e o plano de saúde acaba não ressarcindo. Considerar um percentual – eu só estou colocando como sugestão, não é nem um questionamento –, eu acho que seria uma prática em que se garantiria o ressarcimento em função do critério. Os planos que mais utilizam...

A SRª SIMONE SANCHES FREIRE – Não da utilização individual.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Os planos que mais utilizam... Eu acho que seria mias fácil.

Eu acho que esta Comissão tem de voltar a discutir a questão do ressarcimento dos planos de saúde.

Só para não ficar omisso nessa questão.

A SRª SIMONE SANCHES FREIRE – A segunda questão, da Senadora Ana Amélia, era sobre o aumento de reclamações de negativa de cobertura e como resolver.

Como eu disse, nos últimos anos, a Agência vem implantando programas que são indutores, para que as operadoras tratem os seus consumidores com maior qualidade. O nosso grande exemplo disso é o monitoramento da garantia de atendimento, que tem como resultado suspender a comercialização de novos planos de saúde. Isso faz com que o consumidor que esteja dentro do plano seja protegido contra a entrada de mais beneficiários, sem que a rede esteja atendendo a demanda.

Essas ações da Agência elas são recorrentes. A Agência está constantemente atuando justamente para isto, para que as negativas de cobertura diminuam. É sempre o papel da Agência defender o interesse público, e é para isso que estamos todos lá. Mas esses programas indutores talvez não tenham uma resposta imediata; eles têm uma resposta a médio prazo. Nós já estamos no oitavo ciclo, e a gente já observou uma melhora. Ela é refletida até numa leve diminuição no número de reclamações. A gente entende que um número grande de reclamações não é uma coisa boa. Quanto menos reclamação melhor.

E o resultado do programa está vindo dessa forma. E a última pergunta da Senadora, sobre os antineoplásicos, ela me perguntou se eu teria algum posicionamento sobre isso, não é? Ela não me perguntou exatamente. O que a gente sabe é que a nossa Procuradoria-Federal, a AGU, já requisitou uma reunião com a assessoria dela para tratar dessa questão restritivamente. A Agência está trabalhando na regulamentação dessa lei, para que, talvez, haja diretrizes de utilização para medicamentos adjuvantes, mas é uma questão que vai ser tratada com ela, vai ser discutida com ela antes da normatização.

Ah, sim, sobre a relação dos prestadores, operadoras, prestadores, a Agência realizou neste ano uma consulta pública para políticas de afinar, como disse o Senador Jayme Campos, essa relação.

Essa relação passa por vários conflitos, e um especial deles é o sistema de remuneração, que a gente percebe que cada vez mais está sendo dito. A Agência trabalha com... Existem os normativos, que estabelecem como a remuneração do prestador deve ser feita, mas ela trabalha deixando uma margem de negociação entre as pessoas. Então, ela coloca quatro modelos disponíveis, para que as partes decidam qual.

Agora, recentemente, nós estamos com um comitê – eu não me lembro se é um comitê ou se é um grupo, cujo nome não vou lembrar – trabalhando num normativo que incentive boas práticas entre as operadoras e os prestadores, porque se entende que, quanto melhor for essa relação, melhor vai ser o tratamento dado ao beneficiário na ponta. Então, é um programa com o qual a Agência já está trabalhando, já está em implementação, já teve até consulta pública, ficou aberto no *site*, mas sempre os órgãos da sociedade podem participar, uma coisa que já vem sendo feita com bastante competência dentro da Agência.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou passar a palavra agora, então, em seguida, ao Senador Eduardo Suplicy, ao Senador Cyro Miranda, ao Senador Paulo Davim e ao Wellington Dias, mas aí eu então vou fazer um terceiro grupo.

Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, quero cumprimentar a Drª Simone Sanches Freire, o Dr. José Carlos Magalhães da Silva Moutinho e desejar sucesso para ambos na Agência Nacional de Saúde e na Anvisa respectivamente.

Gostaria de perguntar à Srª Simone Sanches Freire como avalia hoje a saúde suplementar. Aproximadamente quantas são as pessoas no Brasil, a proporção da população brasileira que utiliza planos de saúde? E como avalia a qualidade da saúde suplementar hoje no Brasil em comparação com o Sistema Único de Saúde? Como qualifica a qualidade, de um lado, do Serviço Único de Saúde e da saúde suplementar? Que recomendações faria no sentido de aprimorar essa forma dupla com que a população brasileira hoje se serve de serviços de saúde, acho que inclusive na área odontológica, que acredito seja também parte – gostaria até de saber isso – da saúde suplementar, uma vez que muitos se utilizam de planos de saúde na área odontológica.

Para o Sr. José Carlos Magalhães da Silva Moutinho, eu agradeço se puder nos informar em que medida hoje, uma vez que o senhor tem trabalhado inclusive no gabinete da Presidência da Anvisa e conhece bem os procedimentos, em que medida o Brasil, hoje, forma uma parceria com outros países com sistemas tais como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária para realizar cooperações no sentido de bem atender aos objetivos da Anvisa, Pergunto isso pois, na medida em que houver procedimentos de intercâmbio com outros países, haverá um aproveitamento muito significativo dos avanços, inclusive na área tecnológica, para aproveitar o conhecimento havido e desenvolvido em outros países.

E eu tive a oportunidade de conversar com o senhor ontem, e dialogamos sobre uma decisão importante que aconteceu. Uma foi justamente nessa área de cooperação com outros países, para unificar projetos e outras agências, mas há outra decisão importante, que eu agradeço se o senhor puder nos informar a respeito: o Presidente Dirceu Barbano, acho que desde o ano passado ou até um pouco mais atrás, tinha iniciado um procedimento de audiência pública sobre a Medicina Tradiconal Chinesa. Finalmente, pelas informações que eu obtive – mas seria interessante se o senhor puder nos dar a informação ainda mais adequada – na reunião ontem havida da Anvisa, houve uma decisão unânime de que a Anvisa, por três anos, acompanhará a utilização da Medicina Tradicional Chinesa que, portanto, por três anos, será considerada legal. No entanto, deverão todos os que produzem tais medicamentos ou se utilizam da Medicina Tradicional Chinesa encaminhar à Anvisa os diversos tipos de insumos utilizados e, num prazo de três anos, então, a Anvisa tomará uma decisão, agora mais bem conhecida de todos e com os respectivos resultados, inclusive da utilização desses medicamentos.

É isso. Que o senhor possa nos dar um exemplo da atuação da Anvisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, Drª Simone Freire, Dr. José Carlos Moutinho, em primeiro lugar quero parabenizá-los pelo currículo de altíssima qualidade e, principalmente, pela vivência que já têm na Agência. Para nós, é realmente um conforto estarmos aqui votando – e tenho certeza de que por unanimidade – em pessoas que são de carreira, conhecem profundamente a Agência. Então, parabenizo-os e desde já desejo muito êxito nesse cargo que vão exercer.

Dr. José Carlos, venho de um Estado que é o segundo no polo farmoquímico, o Estado de Goiás. Tenho recebido, Dr. José Carlos, recorrendo muito ao Dr. Barbano, que é um amigo, sobre a demora que há – isso já foi até salientado aqui pela Senadora Ana Amélia – não só nas pesquisas, mas, às vezes, na própria revalidação de um medicamento, numa consulta simples. O Estado... Estive recentemente num laboratório – que já tinha passado, estava na sequência de renovação das suas licenças, a Anvisa local do Estado de Goiás. Já tinha mandado todos os relatórios, e estava há mais de seis meses, oito meses parado por um simples parecer. Depois do parecer favorável, mais não sei quanto tempo para a publicação. Quer dizer, a essa lentidão é que nos referimos; a Anvisa precisa dar conta desse recado. O que estamos hoje falando – a Senadora Ana Amélia disse que gastamos um ano e meio contra seis, quatro e um mês do resto dos países – é o que pode ser feito e em que esta Casa pode ajudá-los a resolver esses problemas?

Em relação à Drª Simone, sei que esta área, do plano de saúde, é muito sensível, porque tem de haver equilíbrio. As duas partes têm razão, o usuário e o plano. Existem problemas dos dois lados; existe falta ainda de massa crítica. Mas temos tido alguns problemas: as frequentes notícias sobre a demora no atendimento, bem como os elevados índices de reclamações registradas no Procon levam-nos a constatar que as resoluções da ANS, que determinam prazo para realização de consultas e de procedimentos, não têm surtido o efeito esperado. Considerando que, na condição de membro da diretoria colegiada da ANS, certamente V. Sª terá de

decidir sobre a baixa disponibilidade de estabelecimento de profissionais credenciados e as consequências advindas dessa situação.

Eu pergunto: V. Sª poderia enumerar as causas de baixa disponibilidade, de estabelecimento de profissionais de saúde credenciados, principalmente em algumas áreas ou especialidades? Cito, por exemplo, que há uma dificuldade muito grande de se encontrarem médicos credenciados na área de pediatria e na área de geriatria principalmente, sem falar de algumas outras. E também, como resolver um problema que me foi citado por um professor da faculdade, que os médicos mais antigos, experientes... Aqui temos dois médicos de altíssima categoria, que são o Senador Moka e o Senador Paulo Davim...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS. *Fora do microfone*.) – O Dr.Paulo Davim, sim, eu sou um médico do interior.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Mas é do interior, daqueles que faziam clínica geral e, só no olhar, diagnosticavam. Então, digo o seguinte: um médico formado se credencia e tem o mesmo ganho de consulta de um médico que é professor da faculdade com vários títulos. Isso desestimula. Então, o que sinto e percebo que está acontecendo: os que estão iniciando na profissão se prevalecem dos planos para se tornarem conhecidos; quando adquirem certo conhecimento, eles se desligam do plano e vão fazer sua consulta particular. Ninguém pode obrigar ninguém a ser credenciado. Por outro lado, o plano reclama que não tem uma massa crítica, porque o usuário chia a cada aumento de centavos, e com razão.

Então, o que a sua pasta vai poder fazer? Com o que vai poder auxiliar? E também, mais uma vez, com o que esta Casa pode contribuir?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu gostei da preocupação de V. Exª com os geriatras. (*Risos.*)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu estou pensando no seu futuro, Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu achei que fosse isso mesmo.

Eu tenho uma filha e pergunto para ela: por que você não faz geriatria, minha filha?

Senador Paulo Davim, apenas para descontrair.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, primeiro, quero externar a minha satisfação em participar desta reunião, considerando os belíssimos currículos dos dois pleiteantes: a Drª Simone e o Dr. José Carlos. Ressalto também o fato de os dois serem servidores. E, mais ainda, parece ser a primeira mulher na ANS... Mesmo assim, vai aqui o meu reconhecimento pela sua competência. Quem não tem competência não se estabelece, não é verdade?

Serei objetivo, farei duas perguntas.

A primeira, para o Dr. José Carlos. Recentemente, houve uma queda de braço entre a Anvisa e os hematologistas a respeito da Lenalidomida, o Revlimid, uma droga utilizada no mieloma e até mesmo no linfoma. Essa é uma droga de segunda geração. A droga de primeira geração é a Talidomida. Já há até droga de terceira geração, um aprimoramento, que é Pomalidomida.

O Brasil é um dos poucos países do mundo que ainda utiliza a Talidomida para o tratamento das duas patologias, o mieloma e o linfoma. Por isso mesmo, houve esse enfrentamento – eu não diria um enfrentamento, mas pontos de vista divergentes, e inclusive houve até discussão nesta Casa a respeito da liberação dessa nova droga. É uma droga que está sendo utilizada, como primeira escolha, em alguns países do mundo, para o linfoma. E essa droga também, a Lenalidomida, em pacientes com mieloma e linfoma, em caso de uma recidiva, é utilizada como droga de escolha. E essa questão ainda não foi resolvida.

Para se ter ideia, no mundo inteiro, os protocolos científicos apontam essa droga, em alguns casos, como primeira escolha e, em outros casos, como segunda escolha.

Em Lyon, na França, essa droga é utilizada no serviço público.

Estou dando esse exemplo, mas há outros também. O Brasil tem uma dificuldade muito grande de consolidar protocolo científico. Há pouco tempo, nós tivemos no Ministério da Saúde com a questão dos imunobiológicos, da psoríase. Eu fiz questão de ir lá, juntamente com a Sociedade Brasileira de Hematologia, para discutirmos essa questão dos imunobiológicos. O Brasil tem essa dificuldade em aceitar os protocolos científicos internacionais, e não sei por quê. E até hoje essa questão da Lenalidomida não foi devidamente resolvida.

A pergunta é: o que está faltando? Que dificuldade a Anvisa tem em aceitar os protocolos internacionais de notório conhecimento no mundo científico? Qual é a dificuldade? Será que os protocolos internacionais... Eu sei, evidentemente, que a Anvisa é composta por técnicos de altíssimo gabarito; tenho profundo respeito pelas duas agências, são fundamentais, de relevantes serviços prestados a todos nós, mas não é a primeira vez que acontece isso. Acho que há sempre uma desconfiança. Será que é necessário realmente? Será que não há aí um lóbi da indústria farmacêutica?

Enquanto isso, o mundo avança na terapêutica de algumas patologias. Acho que talvez fosse o caso de uma discussão mais técnica, mais científica, não se dando uma visão comercial como primeiro plano, mas uma discussão mais técnica. Será que vale a pena? Há tantos grandes serviços no mundo que têm uma casuística capaz de convencer os técnicos da Anvisa. Então, essa é a minha pergunta para o Dr. José Carlos.

A segunda já foi até falada pela Drª Simone. Eu acho que a saúde suplementar vive em eterna crise. Eu fiz parte da Subcomissão de Financiamento da Saúde, estabelecida aqui pela CAS, que teve o Senador Humberto Costa como Relator e o Senador Vital do Rêgo como Presidente. E o Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar disse aqui claramente que as operadoras de planos de saúde no Brasil fecharam o ano de 2012 no vermelho. Claramente, mostrou os números. O que se extrai dessa afirmação? O que se extrai é que as planilhas apresentadas pelas operadoras não estão sendo suficientes para servir como embasamento para discussão dos reajustes. O que acontece? No Brasil, 47 milhões de brasileiros se utilizam da saúde suplementar. Então, imagine se houver um reajuste real, obedecendo às planilhas, provavelmente, do ponto de vista teórico, haverá uma saída em número considerável de usuários da saúde suplementar para o SUS, que, por outro lado, já está com suas finanças precarizadas e com dificuldade de funcionamento.

Então, o que eles afirmaram é que, por isso mesmo, essas planilhas são minimizadas, de forma que o reajuste sempre possibilite a presença de um número considerável, dessa forma desonerando o serviço público do SUS. Aí, cai-se em outro problema. É que as operadoras não conseguem atender ou valorizar os prestadores de serviços na execução de seus trabalhos, e é uma eterna queda de braço. Todos os anos existem várias paralisações. Neste ano, já houve paralisação no atendimento aos usuários de planos de saúde. Os prestadores apontam, e as planilhas realmente são verdadeiras, que, ao longo dos anos, para os reajustes que foram permitidos para as operadoras, não houve um repasse do mesmo porte para os prestadores, e, com isso, há essa defasagem. E o que acontece hoje é que há um êxodo, uma saída em massa dos prestadores de algumas operadoras. As operadoras, por sua vez, para segurar os prestadores, o que estão fazendo? Estão restringindo a atuação médica. Estão limitando o tempo de internação, estão limitando a quantidade de exames diagnósticos pedidos, estão promovendo uma intervenção na terapêutica diagnóstica – não pode usar essa prótese porque é tanto e só liberam essa; a família tem que, por fora, pagar a diferença de uma prótese para outra –, enfim, há uma ingerência das operadoras nos procedimentos médicos. Aí, nós vivemos essa dificuldade.

Sei que a ANS já há algum tempo publicou uma resolução normativa estabelecendo uma contratualização entre prestadores de serviços e operadoras, mas, na verdade, isso nunca foi respeitado. O que os prestadores reclamam e pedem, e acho que é até com certa justiça, é que eles querem um contrato: "Eu presto serviço à operadora, eu quero um contrato". E que, nesse contrato, esteja contemplada uma cláusula contratual que me permita um reajuste e algum tipo de critério, baseado no que a operadora recebe de permissão para reajustar suas atividades, ou algum tipo de índice usado em todos os contratos comerciais no Brasil

Então, é a grande queixa dos usuários. Por outro lado, a grande queixa das operadoras é a questão de as planilhas não serem respeitadas.

Em cima desse cenário, eu pergunto à Drª Simone: o que fazer? Qual a sua opinião sobre esse cenário?

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou passar a palavra aos dois indicados e, logo em seguida, faremos os últimos três questionamentos – Senador Wellington Dias, Senador Paulo Paim e Senadora Lúcia Vânia.

Com a palavra, Dr. José Carlos Moutinho.

O SR. JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO – Inicialmente, vou responder ao Senador Suplicy.

À questão das parcerias com outros países eu acrescentaria outra questão, que é o futuro de uma agência reguladora – não só a parceria com outros países. O Brasil, como eu falei no início da minha fala, hoje está inserido e é chamado a todos os fóruns onde participam as principais agências do mundo.

Outro ponto também importante que citei no início da minha fala é a parceria com as universidades e os centros de pesquisa. São duas linhas de ação muito importantes para o futuro da Anvisa, com as universidades e os centros de pesquisa, porque é onde está a fronteira do conhecimento. Às vezes, precisamos dar respostas e, com a questão do desenvolvimento tecnológico e a rapidez com que isso está se dando, há necessidade de se darem essas respostas.

Com os países, a gente tem trocado não só informações técnicas, mas também informações objetivando harmonizar procedimentos, para que se possa permitir que um dossiê feito com um país tenha características semelhantes, mas deixe espaços para se agregar alguma coisa que algum ente dessas organizações internacionais tenha colocado. E isso tem-se dado não só na área de registro. Está caminhando – não ainda com a agilidade que a gente queria, mas está caminhando bem – também na área de inspeções.

Recentemente, saiu uma resolução da Anvisa, a Resolução nº 15, sobre boas práticas de produtos para a saúde. Um dos seus itens já permite a apresentação de relatório de auditoria de organismos terceiros, que é um sistema que o Canadá e também alguns países que estão nesse processo de harmonização estão adotando, para que esse relatório seja o arcabouço, seja o documento principal para que a Anvisa possa emitir seus certificados de boas práticas de um produto importado e, com isso, agilizar muito esse processo, que hoje é lento, em face da demanda de pedidos de inspeções internacionais.

Realmente, o Brasil está avançando bastante nisso, Senador, e é importante que se avance. Este é o futuro das grandes agências: harmonizar.

Quanto à questão da audiência, ontem, como até havíamos conversado, foi aprovada uma RBC, não que vá haver registro para produtos, mas aqueles produtos que estão na farmacopeia chinesa vão sofrer um monitoramento por dois ou três anos. Não vai haver necessidade de registro. Esse monitoramento é para que possamos avaliar e, também, conhecer um pouco mais e poder, no futuro, saber se há necessidade de haver uma regulação, qual é o nível dessa regulação.

Esse é um procedimento que já vem sendo adotado em alguns países da Europa e no Brasil, que também vem acompanhando essa questão dos produtos da Medicina chinesa. Eu considero um grande avanço, ressaltando que esses produtos têm de estar constantes da farmacopeia chinesa.

Eu queria dizer também que três entes avaliam a pesquisa clínica. Além da Anvisa, há o CEP, que é o Comitê de Ética do próprio local, do centro de pesquisa; o Conep, e a anuência da Anvisa é feita em paralelo com o Conep do Ministério da Saúde. O nosso tempo de análise é de aproximadamente seis meses, o que está sendo trabalhado como fruto de uma discussão que houve nesta Comissão, para, até o final de dezembro deste ano, reduzirmos para quatro meses, com a simplificação de alguns processos nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu gostaria de dizer que essa realmente é uma notícia boa.

O SR. JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO – E é fruto de um trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – ...de uma discussão aqui, dessa audiência, um grupo que foi montado.

O SR. JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu acho que quatro meses não é o ideal, mas diminuir de um ano para quatro meses é um esforço grande, não é?

O SR. JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO – Com respeito à questão do Senador Cyro Miranda, sobre medicamentos, eu quero dizer que essa área está sofrendo há mais ou menos um ano uma reestruturação dos seus processos de trabalho, além de ter recebido novos técnicos concursados que estão tomando posse agora.

É um trabalho feito pela equipe do Falconi. Eu estive acompanhando alguma coisa. É um trabalho extremamente técnico. Vai haver fusão de áreas, trabalhos que eram feitos em paralelo vão passar a ser feitos em conjunto, o que vai reduzir bastante e dar frutos em breve. Esse trabalho já está quase concluído, e realmente é uma necessidade.

Eu falei da questão da revisão dos prazos, que é o grande gargalo que a Anvisa enfrenta. E a Anvisa está enfrentando isso com muita clareza, e até o próprio corpo técnico tem entendido essa questão dos prazos sem abrir mão do risco sanitário que envolve esse trabalho.

Quanto à questão da Talidomida, que foi abordada pelo Senador, existem algumas questões que estão sendo avaliadas não só pela Anvisa, mas também pelos setores do Ministério. Isso envolve também custo. Qual é a melhoria e o custo que isso representa? Quando é um produto inovador, isso tem às vezes um custo muito alto e, às vezes, não necessariamente. Não sei se é o caso, não estou entrando especificamente, mas às vezes o custo é muito alto, e a melhoria que esse novo produto traz, esse novo medicamento, não é tão grande, ou não há estudos ainda que comprovem que essa melhoria é significativa.

Essa discussão sobre a Talidomida está sendo travada neste momento pela Anvisa e passa um pouco por aí.

Era isso que eu tinha de colocar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Drª Simone.

A SRª SIMONE SANCHES FREIRE – Respondendo à primeira pergunta do Senador Suplicy, esse mercado hoje conta com 68 milhões e meio de beneficiários. Desses, 19 milhões e meio são vínculos exclusivamente odontológicos, contratos de plano de saúde para prestação de saúde somente odontológica.

O senhor me perguntou como eu avalio a saúde suplementar.

A Agência é, como a Anvisa, um órgão relativamente novo. Temos 15 anos de atividade apenas.

Cabe considerar que 15 anos atrás os contratos de planos de saúde podiam prever por quantos dias alguém ficaria internado; podiam expressamente excluir coberturas, e a operadora tinha a liberdade de simplesmente rescindir o contrato quando aquele paciente se tornava excessivamente oneroso para ela.

A regulação trouxe qualidade ao setor. É assim que eu avalio. O setor vem continuamente se aprimorando. É um processo longo, demanda inúmeras ações ainda, mas os ganhos hoje já são visíveis. As garantias que os consumidores têm de cumprimento do contrato pelo qual eles pagam... Ele hoje já está respaldado pela lei e pela ação da Agência.

Então, eu avalio dessa forma: vem evoluindo, e a tendência é de que fique cada vez melhor.

O Senador Cícero falou sobre a demora no atendimento não estar surtindo efeito, Senador?

Eu não concordo. Eu acho que a estipulação do prazo máximo de atendimento foi uma vitória para os beneficiários, mais uma vitória da regulação.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Mas não é cumprido.

A SRª SIMONE SANCHES FREIRE – Mas aí os beneficiários precisam demandar a Agência, Senador. A reclamação do consumidor é o insumo das nossas ações. A gente calcula e planeja o que vai fazer a partir do que nos é informado. O beneficiário precisa sempre nos informar o que está acontecendo. Para isso, a gente tem um setor específico, que faz uma mediação com a operadora, antes de isso se transformar em algum processo administrativo. Ele entra em contato e fala: "Você não está cumprindo isso aqui, 7 dias úteis para uma consulta". E 85% dos casos são resolvidos dentro da Agência.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – V. Sª tem toda razão. Não há a reclamação. Agora, a título de sugestão, se limitassem por dia o atendimento a um número máximo... Porque há médicos que atendem de 10 a 12 consultas em uma tarde de plano. Então, são 15 minutos, 20 minutos. Então, que se limitasse a um número máximo de consultas, para poder realmente ter o tempo necessário... Porque a maioria, eu lhe digo, não vai reclamar mais. Ela cansa, e, então, fica por isso mesmo. Quer dizer, a Agência tomou uma atitude, de um lado, mas a parte da fiscalização... E eu concordo: se não há reclamação, para mim, está tudo bem, obrigado. Mas, na prática, existe sim.

A SRª SIMONE SANCHES FREIRE – Vou juntar a sua próxima pergunta – se V. Exªs me permitirem – com a do Senador Paulo, porque entendo que ela está tratando da mesma coisa. Ela está tratando do relacionamento entre a operadora e o prestador e dos desequilíbrios que vêm sendo observados nessa questão.

O senhor me perguntou o que eu acho que deve ser feito. Eu acho que a Agência tem de começar uma discussão com o setor. A Agência existe para manter esse mercado equilibrado; equilibrado entre todos os atores: a operadora, o beneficiário e o prestador. Este é o nosso papel lá: manter um equilíbrio para que ele continue funcionando, para que ele não onere o SUS com as demandadas que existem. Acredito que temos de começar a rever o modelo de remuneração dos prestadores. Essa seria uma grande mudança, e ela impactaria em todas as questões que os senhores trouxeram. Acredito nisto: precisamos começar a induzir a mudança, talvez, para um pagamento por pacote, alguma coisa nesse sentido; discutir essa questão com o setor, nada de forma arbitrária, mas é necessário começar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vou proceder, então, à última rodada dos questionamentos.

Mas quero, ainda, dizer o seguinte: o Senador Humberto Costa traz um relatório de outro indicado, e, se o Plenário permitir, vou fazer isso como extrapauta – ele não está na pauta. O Humberto faria a leitura do próximo sabatinado aqui, e nós votaríamos, na quarta-feira que vem, também os dois, da mesma forma como foi feito hoje.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Se houver aquiescência, logo que terminar, Humberto, V. Exª leria o relatório.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, primeiro, quero saudar V. Exª e a preocupação também com a terceira idade, que é fundamental aqui na linha de raciocínio do nosso querido Cyro Miranda.

Mas eu queria, na verdade, apenas saudar a indicação dos dois que aqui se apresentaram, tanto o Dr. José Carlos Magalhães, como a Drª Simone Sanches, e dizer também da importância da qualidade dos nomes que aqui foram encaminhados pelo Poder Executivo, pela Presidenta Dilma. Considero fundamental, tanto para a Anvisa como para a Agência Nacional de Saúde, dois instrumentos jovens, como foi lembrado aqui, mas importantíssimos.

Hoje, o único ponto que vejo de maior destaque é exatamente a necessidade de agilidade e respostas para pontos específicos. São medicamentos fundamentais para a saúde do povo brasileiro. Temos ainda uma

dificuldade grande – sempre tenho tratado disso lá, quando discutimos em relação à dificuldade no reconhecimento de patentes, enfim, no nosso País. Apesar de alguns avanços que tivemos, ainda é um entrave.

Acompanho pessoalmente uma situação em que, a partir de uma planta que é muito comum na minha região no Nordeste, o avelós, que se chama lá de cachorro-pelado, temos uma possibilidade da cura de vários tipos de câncer, e a dificuldade foi muito grande para se poder ter autorização. Já está na fase final para comercialização e, com certeza, nos experimentos feitos de testes, foi aprovado, com resultado muito importante: praticamente a totalidade das pessoas que passaram pelo teste tiveram resultado favorável, ou estagnando a situação do câncer – câncer em várias partes do corpo – como também em relação a casos mais recentes, em que essa célula provoca o suicídio, de uma forma simples, das células cancerígenas e, com isso, você termina tendo o fim do efeito que ele causa ao corpo humano.

Quero aqui, na verdade, é mais parabenizá-los e pedir um esforço às duas agências no sentido de que possamos ter um sistema – sei que são sempre complexos –, dentro da complexidade natural, com maior agilidade. Afinal de contas, muitas vezes, a demora tem como consequência vidas humanas que podem ser salvas e não são salvas. Vai ser bom para quem dali para frente vai usufruir, mas, durante um período em que não se tem a resposta, o prejuízo é grande. Quero saudá-los, desejando boa sorte por essa razão. Embora o voto seja secreto, acho que é importante dizer da aprovação dos dois nomes aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Wellington Dias.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente Moka, nossos dois sabatinados, vou fazer de forma direta só. No farei uma palestra, porque não sou especialista no tema. Então, serei muito rápido.

Mas faço três perguntinhas para a Drª Simone, ANS. Primeiro, o valor dos planos de saúde acompanha o reajuste dado aos aposentados, que é somente a inflação? Parece-me que não, e me preocupo muito com isso, trabalho muito nessa área. Enfim, gostaria de ouvir sua opinião sobre essa questão, que faz com que os idosos abandonem o plano, porque não podem mais pagar. Daqui a pouco, o valor da prestação está igual ao salário deles. É mais ou menos essa a pergunta; deu para entender.

Segundo, o atendimento dos planos de saúde é cada vez mais vergonhoso. Vejo por mim, que tenho plano de saúde há 25 anos: toda vez que quero, é uma porcaria, e já o troquei inclusive. Um tive há 25 anos, troquei por outro, não está mudando muito. Nunca pode: "Isso não pode, isso não sei o que é que tem". É uma novela. Às vezes me pergunto, não é a primeira vez que me faço essa pergunta: sou Senador da República; um cidadão comum das ruas do nosso País que se encontra numa situação semelhante à minha. Vou para cima e não levo, e o certo é não levar. Seria um tratamento diferenciado, mas questiono para ver, e aqueles que não reclamam acabam morrendo nas filas dos hospitais, esperando um bendito leito.

Outra pergunta, em relação à última MP que tratou desse tema lá na Câmara. Botaram um jabuti dentro do lóbi dos planos de saúde, que despenca o valor das multas. É vergonhoso o que fizeram lá. Parece-me que há um acordo para que esse artigo seja vetado. Não sei se V. Exª está a par. Também gostaria de ouvir sua opinião por isso.

E, por fim, é outra questão voltada ao idoso. Fui o autor do Estatuto do Idoso, e lá colocamos que não pode haver discriminação nenhuma em hipótese alguma, em nenhum momento da história... Vocês estão entendendo o que estou dizendo. E acontece que, na verdade, o idoso sempre paga mais para o plano de saúde. Entendo que o sistema é compensatório: o mais jovem paga x, que poderia pagar x menos y, para garantir que o idoso pague também x. Enfim, esse é o problema. Não precisa se preocupar, apenas fiz o questionamento,

Responda dentro do possível. Sei que V. Exª não é a responsável total pela ANS. É diretora, mas esse questionamento eu tinha de fazer, para que fique para reflexão entre todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Drª Simone, Dr. José Carlos, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentá-los pelas respostas, pela exposição da sua trajetória, Drª Simone e Dr. José Carlos.

Eu queria apenas voltar a uma pergunta que não me satisfez, Dr. José Carlos, em relação aos moderadores de apetite. A Drª Simone disse na sua fala que as reclamações, a participação das pessoas,, é que são insumos para que a Agência possa tomar alguma deliberação e acredito que na Anvisa também, da mesma forma, deveria ser nesse sentido.

Como há um reclamo enorme, e é um assunto extremamente complexo, V. Sª disse que estão sendo feitas pesquisas que poderão dar maior resolutividade ao problema. Enquanto as pesquisas não chegam, eu acredito que, talvez, o caminho fosse exercer uma fiscalização bem forte no sentido de dar uma cobertura a essas pessoas que precisam realmente do medicamento. Eu não posso imaginar que essas pessoas estejam à mercê do nada, sem que haja uma resposta através dessa nova pesquisa. Portanto, eu acredito que seria pru-

dente que a Anvisa revisse a sua posição nessa direção, uma vez que há uma reclamação enorme dos usuários desses medicamentos.

Eu acredito que V. Sª colocou bem: a preocupação da Anvisa é no sentido de que há um abuso em relação à utilização desses medicamentos, e acredito que o abuso poderia ser coibido, uma vez que outros países também utilizam esses medicamentos.

Então, a minha fala é no sentido de voltar a esse assunto e ver se esse assunto não poderia ser debatido. Eu acredito que nós vamos ter um projeto de lei aqui nessa direção, para permitir a utilização desses medicamentos, e acredito que grande parte dos Senadores vão opinar por uma fiscalização mais intensa, até que as novas pesquisas venham mostrar uma resolutividade maior.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero conceder a palavra ao Dr. José Carlos Moutinho e, logo em seguida, à Drª Simone. Logo que eles acabarem, eu vou convidar o Senador Paulo Paim e a Senadora Lúcia Vânia para que sejam os escrutinadores, mas depois da resposta. E aí também lembrando que nós não vamos ter a segunda parte desta reunião, dos projetos, e o Senador Humberto Costa vai fazer a leitura do seu relatório.

Com a palavra o Dr. José Carlos Moutinho.

O SR. JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO – Bom, a questão da pesquisa que eu falei. São pesquisas que a própria indústria está fazendo para descobrir novos fármacos para a questão da obesidade. E isso está ocorrendo no mundo todo de maneira intensiva, o que aponta na direção de que o que está aí não tem dado a resposta necessária, e a questão é que, durante muito tempo, esses produtos estiveram no mercado, e nós continuamos tendo o problema da obesidade no Brasil.

Agora, a Anvisa, por parte do seu corpo técnico – eu posso falar pelo corpo dirigente, apesar de não estar nele – tem uma preocupação muito grande quanto a tomar uma decisão. Pela própria questão da Agência, a gente tem que ter uma fundamentação de algum dado científico que nos permita tomar uma decisão. Agora, uma questão é que a Anvisa está aberta ao debate. Acho que isso faz parte do processo democrático, principalmente aqui dentro de uma Casa como esta. Eu acho que a Anvisa tem vindo aqui, inclusive debater, mostrando seu ponto de vista técnico, mas aberto ao debate, ao diálogo. Eu acho que isso é o que pode caminhar, como V. Exª bem colocou, para uma solução: manter ou não, ou fazer ou revisar a questão regulatória. Mas o importante é esse canal que está aberto e está sendo debatido aqui; está na busca de uma solução.

Mas a Anvisa tem de se pautar sempre por ter alguma questão científica que nos dê respaldo a tomar essa decisão, porque a decisão que foi tomada teve uma fundamentação bastante forte e uma preocupação muito grande, não só com a questão da obesidade, mas também pelo consumo excessivo... Há de se entender que 70% do consumo mundial se dão num país só. É algo também preocupante e é uma questão de saúde pública. Só estou colocando. Mas isso aí eu acho que está no caminho certo, que é o debate nesta Casa.

Obrigado.

A SRª SIMONE SANCHES FREIRE – Bom, o Senador perguntou se o valor dos planos acompanha os reajustes dados aos aposentados. O valor do plano não acompanha o valor do reajuste dado aos aposentados. Esse produto é precificado no seu registro previamente. A partir de 2004, por causa do Estatuto do Idoso, hoje, ao contratar um plano de saúde, você já consegue saber qual reajuste ele vai ter, a partir da contratação. Há uma variação por faixa etária – não o variável, que é anual. Há uma tabela de faixas etárias, que eu acho que são seis ou sete faixas, eu não sei exatamente. A partir dos 59 anos, ninguém mais tem reajuste por variação de faixa etária, por causa da sua lei. Essa garantia foi dada por ela. E você, então, pode ter uma variação maior entre as faixas. Então, a gente controla essa proteção ao idoso dessa forma.

Eu entendo até que possa ser feito mais. De fato, pode ser feito mais, mas essa precificação do produto é feita previamente. Ele realmente é mais caro para a terceira idade, porque a demanda é maior de utilização, os procedimentos tendem a ser mais custosos. Essa é a formação do preço dele, realmente.

Quanto ao atendimento dos planos, a qualidade deles, eu reforço a minha fala de que a participação do consumidor é essencial para as ações da Agência. Quanto mais informações eles nos trouxerem, mais fundamentadas serão as nossas ações. Então, todas as vezes que um consumidor relata para a gente que teve uma dificuldade de ter atendimento, a primeira ação da Agência é contatar a operadora: "Vem cá, o que está acontecendo?" E a gente tem um índice de sucesso muito alto. A tendência é que isso sempre melhore.

E quanto à MP das multas, a diminuição dos valores das multas, eu espero que ela seja vetada pela Presidente. (*Pausa.*) Não a MP, por favor, só esse dispositivo; não ela inteira.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, eu já tive a oportunidade de falar aqui. No dia da votação, eu fui um daqueles que achava que a gente deveria, se fosse o caso, até ter rejeitado a medida provisória. O problema é que essas coisas são assim aqui no Senado. Chega o últi-

mo dia, aí, se você vetar aquela parte, tem de retornar à Câmara. Retornando à Câmara, a medida provisória perde o efeito.

Agora, eu acho que essas coisas não podem mais acontecer, porque, quando a imprensa noticiou, deu a impressão de que, aqui no Senado, nós somos displicentes e que votamos mesmo sabendo que aquilo era uma coisa que ia prejudicar mais de 50 milhões de brasileiros. Eu digo o seguinte: talvez fosse o caso de rejeitar a medida provisória, para que isso não mais acontecesse.

Mas a gente sempre fica dividido, pois teríamos feito um mal muito maior se tivéssemos rejeitado. Portanto, votei com o compromisso, como muitos votaram, pois a Presidente Dilma, através dos seus Líderes, disse que vetaria. É um absurdo aquilo. Tenho certeza de que a Presidente vai vetar essa questão.

Eu convido agora...

Está encerrada...

Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu queria apenas pedir a V. Exª que submetesse ao Plenário da Comissão o meu pedido de urgência para a votação no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sobre o pedido de urgência, os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aprovado.

Está encerrado o processo de votação.

E eu quero encerrar o processo de votação, convidando o Senador Paulo Paim e a Senadora Lúcia Vânia para que, como escrutinadores, possam fazer inicialmente a indicação do Sr. José Carlos Magalhães Moutinho, e, logo em seguida, a da Srª Simone Sanches.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A Simone está em primeiro aí. Então, está bom, vamos inverter. Primeiro, então, a da Drª Simone, até porque realmente a leitura do seu relatório foi feita na quarta-feira retrasada e também porque ela é uma dama. (*Pausa.*)

O Presidente vai anunciar o resultado.

A Comissão de Assuntos Sociais aprova parecer favorável às indicações dos seguintes nomes, com a seguinte votação:

A Srª Simone Sanches Freire, 17 votos SIM; 1 voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Portanto, a Srª Simone Sanches Freire tem parecer aprovado para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar. (*Palmas.*)

Resultado da votação do Sr. José Carlos Magalhães da Silva Moutinho. Obteve 17 votos SIM; 1 voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

O Sr. José Carlos Magalhães da Silva Moutinho está aprovado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (*Palmas.*)

As matérias vão à Secretaria-Geral da Mesa para o prosseguimento da sua tramitação.

Eu os parabenizo, e a Presidência vai ainda dar continuidade a esta reunião.

Muitíssimo obrigado. Obrigado e parabéns.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 23, DE 2014
– Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Senhor JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, com base no art. 52, III, alínea "f", da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 6º da Lei 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a Presidenta da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal, o nome do Sr. José Carlos de Souza Abrahão, para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar, encaminhando, para tanto, a Mensagem nº 23, de 19 de março de 2014, juntamente com o *curriculum vitae* do indicado.

O Sr. José Carlos de Souza Abrahão é brasileiro, médico, graduado pela Faculdade Souza Marques, em 1977. Possui pós-graduação em Administração Hospitalar pelo Instituto Thomas Father e MBA Executivo pelo Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (COPPEAD), da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Do *curriculum vitae* apresentado, constata-se que, ao longo de mais de 30 anos de experiência profissional, o Sr. José Carlos de Souza Abrahão ocupou cargos que envolveram a direção clínica de serviços médicos pediátricos, atividade de docência em pediatria, gestão hospitalar, direção de entidades associativas de hospitais privados e de saúde suplementar, a exemplo do cargo de Diretor-Presidente do Grupo Hospitalar Assim, Assistência Médica Integrada e Presidente da Associação de Hospitais e Clínicas da Cidade do Rio de Janeiro.

Apresentou carta em que renuncia aos cargos que atualmente exercia de Presidente da Federação dos Hospitais e estabelecimentos de serviços de saúde do Estado do Rio de Janeiro e Presidente da Confederação Nacional de Saúde, entidade que representa todos os estabelecimentos privados de saúde do País e solicita completo desligamento dessas instituições.

O indicado tem vários artigos publicados em jornais, congressos e eventos da área de saúde, nacionais e internacionais, dedicados principalmente à análise da saúde suplementar e do mercado de saúde no Brasil.

O Sr. José Carlos de Souza Abrahão foi agraciado, ao longo de sua carreira profissional, com diversas homenagens, entre elas, a Medalha do Mérito Legislativo concedida pela Câmara dos Deputados, em 2010, e o Prêmio *Hospitalium Causa*, concedido pela Federação Brasileira de Administradores Hospitalares, em 2011.

Em face do histórico profissional apresentado e aqui resumido, resta demonstrada a vasta experiência do indicado nas áreas de gestão de serviços de saúde, o que o credencia ao exercício de função diretiva na Agência Reguladora da Saúde Suplementar.

A partir dos elementos apresentados, entendemos que esta Comissão tem condições de deliberar sobre a indicação do nome do Sr. José Carlos de Souza Abrahão para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A Presidência, nos termos do art. 383, II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, concede, automaticamente, vista coletiva aos membros desta Comissão e determina à Secretaria que faça chegar aos Líderes de todos os partidos o relatório do Senador Humberto Costa.

A matéria vai retornar à pauta na próxima quarta-feira, dia 30 de abril, para arguição e posterior votação em escrutínio secreto, art. 383, VI, do Regimento, da indicação do nome do Sr. José Carlos de Souza Abrahão para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Eu quero lembrar que, hoje, no primeiro item desta nossa reunião, a Senadora Ana Amélia também leu o relatório da indicação do Sr. Jaime César de Moura Oliveira, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Portanto, na quarta-feira que vem, dia 30, nós vamos ter aqui Dr. José Carlos Abraão e o Dr. Jaime César de Moura. Os dois serão argüidos, e, posteriormente, faremos a votação.

A segunda fase da nossa reunião está prejudicada, porque houve pedido de retirada de projetos, eu imagino que em função, também, do adiantado da hora.

A Presidência vai recomendar à Secretaria para que esses itens retornem na próxima quarta-feira.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e oito minutos, do dia vinte e quatro de abril de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Co-

missão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Paulo Davim, José Pimentel e Cyro Miranda; das Senadoras Angela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada a debater o exame de ordem promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, em atendimento ao Requerimento nº 70, de 2013-CAS, de iniciativa do Senador Paulo Paim e da Senadora Vanessa Grazziotin, com a presença dos seguintes oradores: **CARLOS OTÁVIO SCHNEIDER,** Presidente Nacional da Associação Nacional dos Bacharéis em Direito – ANB; **REYNALDO ARANTES,** Presidente Nacional da Organização dos Acadêmicos e Bacharéis do Brasil – OABB; **RUBENS TEIXEIRA DA SILVA,** Professor da Instituição Universitária da Faculdade Evangélica das Assembléias de Deus – FAECAD; **WILLYAN JOHNES,** Presidente Nacional da Ordem dos Bacharéis do Brasil – OBB; L**ÚCIO FLAVIO GONZAGA SILVA**, Conselheiro Federal de Medicina, representante de **Roberto Luiz d´Avila**, Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM; **LUANA MARIA GUIMARÃES CASTELO BRANCO MEDEIROS**, Diretora de Regulação da Educação Superior do Ministério da Educação – MEC, representante de **Aloizio Mercadante**, Ministro da Educação e Cultura; **CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO**, Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, representante de **Marcus Vinicius Furtado Coelho**, Presidente da OAB Federal. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim e **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatro minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 70, de 2013, da Comissão de Assuntos Sociais, de iniciativa do Senador Paulo Paim, com o objetivo de debater o Exame de Ordem, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Comunico aos senhores que esta Presidência concederá a palavra por 10 minutos para cada um dos oradores.

Convido para compor a Mesa os ilustres oradores: Sr. Carlos Otávio Schneider, Presidente Nacional da Associação Nacional dos Bacharéis em Direito (ANB) – seja bem-vindo, já o cumprimentei pessoalmente –; Sr. Reynaldo Arantes, Presidente Nacional da Organização dos Acadêmicos e Bacharéis do Brasil (OABB) – também já nos falamos; por favor, seja bem-vindo –; Sr. Rubens Teixeira da Silva, Professor da instituição universitária da Faculdade Evangélica das Assembleias de Deus (Faecad); Sr. Willyan Johnes, Presidente Nacional da Ordem dos Bacharéis do Brasil (OBB); Sr. Lúcio Flavio Gonzaga Silva, Conselheiro Federal de Medicina – o senhor vai ficar só como participante –; Srª Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, Diretora de Regulação da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC); e Sr. Cláudio Pereira de Souza Neto, Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – seja bem-vindo, Dr. Cláudio.

Inicialmente, quero dizer que, aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, temos um rito nessas audiências públicas. Primeiro, só as pessoas que são propostas no requerimento, que é previamente aprovado, têm direito à exposição, à fala. Na ordem que chamei, vou conceder a palavra. Depois, na réplica, eu inverto essa ordem, de tal forma que o último a falar será o primeiro na réplica, e o primeiro que falou será o último na réplica.

Passo a palavra ao Senador que propôs a audiência pública, o ilustre Senador pelo Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente Waldemir Moka, V. Exª citou todos os nossos painelistas. Não vou aqui citar um por um. Falarei apenas, de forma muito rápida, para ganharmos tempo.

Esse de fato é um tema polêmico, um tema que tratamos com toda a delicadeza, em respeito à OAB, naturalmente, que para nós é um símbolo do processo democrático na história da vida deste País. Quem enfrentou a ditadura sabe do carinho que todos nós temos pela OAB.

Acompanhamos também essa caminhada dos formados em faculdades de Direito, buscando, enfim, ingressar nas fileiras, eu diria, da OAB, para bem defender o povo brasileiro.

Eu mesmo olho sempre com muito cuidado, acompanho na Câmara, acompanho no Senado, tivemos audiência no Rio Grande do Sul, tivemos audiência aqui na Comissão de Direitos Humanos, na época em que era Presidente ainda, praticamente dois anos atrás, e, mais uma vez, me pediram uma audiência e eu, naturalmente, fiz o meu papel de abrir as portas para o debate.

Fico feliz de ver a Drª Luana aqui também, representando o nosso MEC, nosso querido MEC, lá do meu Paim, eu diria – desculpe a expressão carinhosa. O Ministro Paim não é meu parente, é apenas colega, pelo qual tenho o maior respeito. É gaúcho também, mas não é parente, não. O Paim sabe o carinho que tenho por ele.

Enfim, também quero ouvir cada vez mais esse tema, esse assunto. Sei que o debate será no alto nível, como sempre foi, porque até conversamos ontem, Senador Moka – permita-me que diga isso –, e nós nunca admitimos, V. Exª nunca admitiu que aqui não seja um debate de alto nível. Ele sabe o respeito que tenho a V. Exª devido a isso. Estou muito tranquilo por que o debate será num altíssimo nível para que a população entenda, cada vez mais, por que estamos fazendo mais essa audiência pública sobre o tema.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Exª, que atendeu mais esse pedido desse Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, tenho uma curiosidade e acho que quem está nos ouvindo e nos assistindo deve estar curioso em saber por que um conselheiro do Conselho Federal de Medicina vai participar desta audiência pública. Acho que seria importante que V. Exª pudesse explicar. Penso que V. Exª quer fazer uma comparação certamente entre...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Na verdade, foi uma sugestão que chegou a mim da situação na área da Medicina para que ele tivesse a oportunidade de dizer também...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A experiência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A experiência, como é que ele vê esse quadro. Achei interessante e, por isso, ele está aqui como nosso convidado. Tanto que, logo que ele chegou, vou repetir o que disse aqui para ele, perguntei: você é o presidente da OAB? "Não, Paim, sou da Medicina".

Só para dar a introdução da participação dele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quero cumprimentá-lo também, Dr. Lúcio Flávio. Sou seu colega e é um prazer. Acho que a sua presença vai enriquecer este debate, acho que é importante.

Quero preveni-los do seguinte: quem faz uma audiência pública com tantos oradores tem que ter uma disciplina, porque senão a gente se perde nesses debates e fica muito ruim.

Vamos conceder dez minutos. Naquele relógio ali, quando começarem a falar, começa a descontar. No nono minuto, soa uma campainha, que é exatamente para que o orador possa concluir em um minuto restante. Quem faz soar a campainha não sou eu. O relógio é programado para isso.

Espero que cada um dos oradores observe esse tempo, senão acabaremos não debatendo o tema, porque as colocações, depois, na réplica, serão também o contra-argumento, e acho que isso que é o fundamental, uma vez que me parece que o assunto aqui, se não tomarmos cuidado, os argumentos pode ser que sejam – não estou dizendo que serão – muito repetitivos. E é isto que acho fundamental: a argumentação. Mas é claro que não queremos fazer disso aqui... Quero que as pessoas se sintam com liberdade. Apenas há um critério e uma forma de conduzir até para que possamos garantir um debate equilibrado, sereno, respeitoso e que o Senador Paulo Paim, que foi quem sugeriu o tema, a partir desta audiência pública, possa firmar um juízo das matérias que estão tramitando aqui ou que esta audiência pública possa também ensejar algum projeto de lei. Já fui aqui contatado, dizendo que um dos expositores vai pedir apoio aqui no Senado para tramitação de projeto de lei, certamente buscando isso que eles desejam.

Sem mais delongas, concedo a palavra ao Sr. Carlos Otávio Schneider, Presidente Nacional da Associação Nacional dos Bacharéis em Direito.

O SR. CARLOS OTÁVIO SCHNEIDER – Muito bom dia, Senador que preside esta reunião. Bom dia aos componentes da Mesa, Senador Paulo Paim, da nossa terra do Rio Grande do Sul, aos colegas bacharéis em Direito e aos demais presentes que se deslocam dos seus Estados para participar de um evento como este, que poderia ser suprido se houvesse uma razoabilidade na aplicação sobretudo dos princípios isonômicos e constitucionais previstos em nossa Carta Maior.

Eu também gostaria de protestar formalmente pela ausência do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Aliás, ele não tem participado de nenhuma das audiências públicas. Portanto, fica aqui o registro do meu protesto, sem nenhum demérito ao representante. Quero que fique claro isso. Apenas o Presidente deveria estar aqui para fazer frente a um tema tão importante e até para responder a algumas questões que temos aqui hoje para formular.

Também quero aqui saudar os colegas bacharéis em Direito que estão nos ouvindo e nos assistindo pela Internet. Então, a minha grande saudação.

O tema Exame de Ordem, sobre o qual a Associação Nacional dos Bacharéis em Direito se debruça há muito tempo, se caracteriza num verdadeiro projeto de escravidão do Brasil, que, aliás, dizem que foi eliminada em 1888. Nada mais escravagista nos dias de hoje do que manter um bacharel em Direito – que, para mim, é um advogado, e está no Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, no art. 29, §1º, que o diploma traz consigo o título de advogado... Portanto, a Ordem dos Advogados do Brasil inova essa razão e coloca no art. 3º da Lei 8.906 que o diploma e o título de advogado são prerrogativa concedida pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Ora, o art. 84 da Constituição Federal do Brasil, especificamente, no dispositivo do inciso IV, expressamente delega ao Presidente da República fazer publicar leis e decretos, bem como regulamentos. Ora, o provimento da Ordem dos Advogados do Brasil, da Lei 8.906, sobretudo o art. 8º, inciso IV daquele diploma normativo diz, no §1º, que a Ordem dos Advogados do Brasil pode editar o regulamento. A OAB não é a Presidência da República, gente! Isso é prerrogativa específica do Presidente da República. Isso é prerrogativa do Poder Executivo que não pode ser extrapolada, meu Deus do céu!

E, diante dos argumentos do Supremo Tribunal Federal, daquele julgamento *inter partes* apreciado pelo Supremo Tribunal Federal com relação à constitucionalidade ou não do exame, não foi feita uma declaração de Adin ou de ADCon, portanto, ela não tem efeito *erga omnes*, como alguns pretendem dar, ou então efeito vinculante, como o próprio ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil disse, da vez anterior, que teria efeito vinculante para todo o Brasil. Não é verdade isso! Acho que o Presidente Ophir Cavalcante se equivocou de forma muito temerosa, porque, se, de um lado está-se protegendo a sociedade, conforme alega a Ordem dos Advogados do Brasil, que o bacharel em Direito não aprovado no exame de Ordem é uma defesa da sociedade, qual é a defesa que a sociedade tem dos advogados picaretas que estão no mercado de trabalho?

Nós estamos vendo no Rio Grande do Sul, em São Paulo e em todo o Brasil as pessoas serem lesadas no seu patrimônio por conta de advogados que passaram no exame da Ordem e hoje estão cometendo esses atos de vandalismo no Judiciário, inclusive levantando dinheiro em nome próprio e não repassando às pessoas. Quem protege essa gente? Quem são os protetores dessa sociedade?

O bacharel que sequer entrou no mercado de trabalho e nem começou a atuar já é considerado inapto. Não pode advogar porque não passou por um exame de cinco horas, Senador, depois de cinco, seis anos de estudo, e num clima de terror.

Diante de toda a situação criada, nós já tivemos discussões aqui no Senado por diversas vezes; tivemos na Câmara Federal por diversas vezes. O que a Associação Nacional dos Bacharéis em Direito quer, pretende, almeja, busca, Senador Moka, é que se dê um fim a essa situação. Não é possível escravizarmos mais de três milhões de bacharéis em Direito, no Brasil, que ficam jogados no limbo da sociedade. Eles viveram anos de sofrimento, gastaram dinheiro para poderem ter um título e, ao final, ele não vale nada. Quantas pessoas foram para as UTIs, ficaram doentes, quantas morreram e não puderam alcançar o seu sonho, o seu objetivo de advogar?

Não podemos mais admitir que o Congresso Nacional seja conivente com uma situação como essa apenas para os cursos de Direito. O princípio da isonomia, previsto lá no art. 5º da Constituição Federal, prevê o tratamento isonômico. Se tiver de haver um exame de proficiência, que seja feito antes da diplomação e pelo órgão legitimado. Qual é esse órgão legitimado? O MEC. Somente ele pode fiscalizar, aferir o ensino no Brasil.

Não se pode delegar, Senador Paulo Paim, a uma instituição privada fiscalizar, dizer quem pode e quem não pode advogar. Isso é humanamente impossível. Nós temos um País, um Estado brasileiro, que é muito maior do que a OAB, embora estejamos assistindo ao fato de que a OAB se confunde neste Pais. Ela toma as regras, inclusive, do próprio Poder Legislativo.

Nós temos aqui na Casa Legislativa, não nas duas Casas, mas ao menos na Câmara Federal, quase 20% de componentes advogados. Então, um projeto dessa natureza possivelmente vai encontrar resistência. Mas o Estado brasileiro precisa emprestar relevo, dizer que nós temos de ter obediência à lei. Do contrário, para nós, operadores do Direito, seria inócuo vir até aqui defender uma tese jurídica amplamente discutida no meio acadêmico e não termos a menor condições de hoje levar esse projeto adiante. Há projetos já tramitando há mais de dez anos lá na Câmara Federal. É claro que a Comissão de Constituição e Justiça, cada ano, tem um novo presidente. Obviamente, os relatores são indicados por entidades de classe. Assim, vão se passando os anos, as pessoas se vão, perdem o contato com o Direito, perdem dinheiro. Há pessoas que são executadas pelo Fies porque fizeram um financiamento para o pagamento das faculdades e não conseguiram trabalhar por conta disso. O que nós estamos assistindo é exatamente a isto: as pessoas sendo executadas, sendo jogadas no limbo da sociedade, sem poderem usufruir da sua prerrogativa de advogado.

Quando falo que na Câmara Federal existe o corporativismo, é tão verdadeiro que está expresso na própria Constituição Federal, no art. 133, quando diz que o advogado é essencial à administração da Justiça. Ora, pergunto: o médico não é essencial para a administração da saúde? O contador não é essencial para a administração da Contabilidade? O engenheiro não é essencial para a administração da Engenharia? Por que a advocacia tem de ser essencial, só a advocacia tem de ser essencial para a Justiça e isso tem de constar na Constituição? Dizem que é porque tem vários setores, vários segmentos, tem juiz, promotor, Ministério Público etc. Isso é tudo retórica. Todos nós sabemos que o princípio da isonomia não pode contemplar apenas uma entidade de classe em detrimento das demais. E os bacharéis em Direito estão aqui hoje reivindicando o seu justo direito de poderem trabalhar. Tirem o trabalho do cidadão e verão no que ele vai se transformar.

Aqui, prezados e queridos amigos, chamo a atenção para o comportamento da Ordem dos Advogados do Brasil – não da própria instituição, mas das pessoas que a comandam. Com esse comportamento, impõe aos bacharéis de Direito não um conhecimento mínimo, mas um conhecimento complexo, de concurso para juiz. Uma prova discriminatória, que reprova mais do que aprova, é, no mínimo, chamada de insanidade.

Então, Senador, quero aqui deixar o meu protesto com relação à presença do Presidente da ordem dos Advogados do Brasil e, conforme constava do convite, do Ministro da Educação, que também está inscrito e deveria estar aqui.

Portanto, essa é a manifestação da Associação Nacional dos Bacharéis em Direito que, diante da ausência de qualquer outro tipo de socorro, não tem nenhuma outra alternativa a não ser levar o processo da escravidão dos bacharéis de Direito aos órgãos e organismos internacionais, como a Comissão Internacional dos Direitos Humanos e a Organização Internacional do Trabalho, denunciando o trabalho escravo dos bacharéis em Direito no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço a participação do Sr. Carlos Otávio Schneider, Presidente Nacional da Associação Nacional dos Bacharéis em Direito, que foi absolutamente objetivo dentro prazo. Ficou muito claro.

Concedo a palavra ao Sr. Reynaldo Arantes, Presidente Nacional da Organização dos Acadêmicos e Bacharéis do Brasil.

O SR. REYNALDO ARANTES – Muito bom dia, Srªs e Srs. Senadores presentes, senhoras e senhores que nos acompanham pela TV Senado, Presidente Waldemir Moka, colegas das outras entidades e outros demais convidados. Muito bom dia a todos.

Eu gostaria de começar lamentando a falta de alguns colegas que não puderam estar presentes, como foi o caso do Presidente Júlio Velho, que pediu a audiência ao Senador Paulo Paim. E não pode estar presente por quê? Por falta de dinheiro. Porque a maioria esmagadora dos bacharéis em Direito, depois de cinco anos de faculdade, de gastos, faz cursinho, compra livro novo, e não passa em um exame manipulado e estelionatário – falo isso com todas as letras, como vou citar e provar documentalmente aos senhores na sequência. Em função disso, vidas são destruídas.

O Senador com o qual eu estava conversando ontem, o Antonio Carlos Valadares, nosso Senador por Sergipe, não chegou aqui ainda, mas deve estar daqui a pouquinho... Em Sergipe, nós temos um exemplo muito claro. Nós temos um senhor de nome Marcos, um colega, Bacharel em Direito, de trinta anos, boa família, de classe média alta, que passou a sua faculdade tirando excelentes notas, e não passou no primeiro exame de Ordem. Na segunda vez que fez, foi para a segunda fase, mas ficou por um décimo. Aí, ele comentou com a nossa Presidente, a Ana Cristina Reis, que era colega de turma dele, que ele iria dar um tiro na cabeça, porque não aguentava a pressão da família porque não passava no exame. Foi fazer o último exame – eu estou falando de fevereiro de 2013 –, e não passou na primeira fase. Cumpriu a palavra que ele tinha dado. Ele tomou um litro de soda cáustica. Desde então, está em estado vegetativo. Passou quase um ano no hospital e agora ele está com uma UTI doméstica em sua residência.

Assim como o Marcos, lá de Sergipe, nós temos inúmeros casos de colegas que, além de não passarem nessa estelionatária prova, manipulada, como vou demonstrar, vivem suas vidas em conflito, famílias são perdidas, são desfeitas, psicólogos e novos psiquiatras ganham novos clientes. Todos eles são vítimas da OAB. E sendo vítimas da OAB, aí eu retorno ao início, todos eles têm que ter uma atividade paralela.

O Presidente do Rio Grande do Sul, que fez a campanha de V. Exª em 2010, Senador Paim, teve que pedir licença do nosso movimento, porque está trabalhando agora na guarda municipal. Ele teve que achar um trabalho paralelo, já que nesse estelionatário exame ele não conseguia passar. É um Bacharel em Direito – o senhor deve tê-lo conhecido, pois ele teve um contado muito grande com o seu chefe de campanha. Nosso Presidente teve que pedir licença para trabalhar na guarda municipal de sua cidade. Como pedia dedicação exclusiva, ele teve que trabalhar, saiu e pediu licença da nossa entidade.

E assim, senhoras e senhores que nos acompanham pela televisão, muitos estão em suas casas nos acompanhando pela televisão e pela Internet porque não têm dinheiro, não têm condições financeiras de estar aqui.

Veja bem, Senador Paim, em março de 2011, nós tivemos a nossa primeira audiência nesta Casa, aliás, no Congresso, com a presença do Nelson Trad, já falecido, pai do Deputado Fábio Trad, que hoje é o representante da OAB aqui na Casa, com o Max Rosenmann, também falecido, mas que foi o primeiro a entrar com um projeto para acabar com o Exame de Ordem aqui no Congresso, o Jair Bolsonaro, o Gilvan Borges e tantos outros com quem nós estivemos. Naquela época, Sr. Presidente, nós só tínhamos um ponto: a inconstitucionalidade de Exame, totalmente fundamentada pelo nosso Presidente de Honra do MNBD, que é o mestre Fernando Lima. Ele tem mestrado em Direito Constitucional, deu todas as teses da inconstitucionalidade e avançamos.

Daquela audiência, o Senador Marcelo Crivella entrou com o Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2010, que prevê um exame aplicado pelo MEC para todos os cursos de nível superior. Esse projeto tramita aqui na Casa.

A nossa proposta, como o colega Carlos Schneider colocou, uma das nossas propostas é passar o exame para o MEC.

Pois bem, caminhou-se e, no finalzinho de 2011, me chegaram as primeiras provas de manipulação documentadas, de como a OAB manipula para reprovar aqueles que obtêm nota, de forma a obrigá-los a pagar de novo R$200,00 e assim recomeçar, com mais de 100 mil examinandos a cada vez, fazendo uma renda de pelo menos R$20 milhões, via de regra 24, 25, 26 milhões, com 117 a 120 mil inscritos.

Isso daqui, Srs. Deputados e quem nos acompanha pela TV Senado, é um documento oficial da Fundação Getúlio Vargas em que a colega recorreu da questão 57, o gabarito foi mantido, e há duas respostas de banca na mesma folha. Vou ler só o final da primeira e o começo da segunda. O final da primeira resposta: "Assim, não se configurou na hipótese o estelionato, mas sim o furto mediante a fraude." Essa é a resposta de banca nº 1. A resposta de banca nº 2 começa assim: "A hipótese descrita no enunciado caracteriza crime de estelionato e não de furto mediante fraude." Senhoras e senhores, duas respostas díspares para a mesma pergunta, para manipular e assim reprovar 70% a 80% dos examinandos na primeira fase.

Nossa prova de manipulação da segunda fase é um ofício da OAB de Mato Grosso do Sul, assinado pelo então Presidente Cláudio Stábille Ribeiro. Ele coloca que quinze pessoas que fizeram o exame provaram na Justiça que tinham dado as mesmas respostas para as mesmas perguntas, e não tiveram uma correção decente, porque, pela correção da OAB, um recebeu um, outro recebeu meio ponto, outro um quarto, outro um terço de ponto paras as mesmas respostas. E ao final, Cláudio Ribeiro, Presidente da OAB de Mato Grosso do Sul, coloca assim: "Sendo assim, não temos dúvidas de que as correções efetuadas pela banca examinadora e revisora da Cespe/UnB violaram o princípio da isonomia, e não foi cumprida a decisão judicial." É o Presidente da OAB dizendo como é feita a manipulação na segunda fase. Não importa a resposta dada, a OAB quantifica da forma que quer, para aprovar ou reprovar a quantidade que quer.

Pois bem, avançamos. Hoje, na CCJ da Câmara dos Deputados, nós temos 26 projetos de lei mexendo com o Exame de Ordem, cinco apenas para acabar com o exame pela sua inconstitucionalidade, fora os que estão na Comissão de Educação, como é o caso do de Domingos Dutra, cujo projeto tem o nosso apoio e é para que o exame continue sendo aplicado, mas acabe a sua reprovação. E também, na Comissão de Trabalho, há o do Roberto Santiago, por exemplo.

Então, estas questões, a manutenção do exame de ordem e as suas opções, nós vamos discutir na CCJ, preparando uma opção, para que depois já venha algo mais ou menos conversado entre os Parlamentares, que seja de espírito parlamentar, para que venha a ser discutido nesta Casa, no Senado Federal.

Nosso grande ponto agora, senhores, foi o seguinte: o Deputado Eduardo Cunha fez uma emenda na Medida Provisória nº 627, que tratava de tributos federais, e colocou a questão da taxa, da gratuidade da taxa do exame da OAB. Pois bem, nós fizemos todo um parecer, junto com o Deputado Cunha, e apresentamos para os 28 Senadores e para os 28 Deputados que fizeram parte dessa Comissão Especial. Eles entenderam e aprovaram. Quando a questão foi para o Plenário da Câmara dos Deputados, visitei pessoalmente todas as lideranças, procurei seus técnicos, e deixamos claro que não era um jabuti, que era uma matéria tributária dentro de uma medida provisória tributária. Ainda assim, a OAB trabalhou bem e conseguiu tirar isso por uma decisão pessoal do Presidente Henrique Eduardo Alves.

Voltamos agora com um projeto de lei. Agora é um projeto que acresce um parágrafo ao art. 8º da Lei nº 8.906, de 2 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, regulamentando e extinguindo taxas de inscrição para a realização dessa prova. O Deputado Eduardo Cunha já está puxando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. REYNALDO ARANTES – ... isso na Câmara dos Deputados. Nós vamos fazer uma matéria coletiva. E paralelamente, aqui no Senado Federal, nós já conversamos com alguns Senadores que nos apoiam histo-

ricamente e que já falaram que vão assinar. Falta só definir quem vai ser o primeiro a assinar um pedido igual para a gratuidade da taxa do Exame de Ordem, senhoras e senhores, se aprovado.

Atualmente são cerca de 100 mil examinandos a cada exame, que pagam R$200,00. Passando esse ônus para a OAB, passa a ser R$28,57 para cada um dos 700 mil advogados que já pagam as suas anuidades. Portanto, é uma questão de justiça social discutir a gratuidade da taxa, dar para quem está acabando a faculdade, está impedido de trabalhar e está pagando, atualmente, R$200,00, e passar para os advogados, que já pagam anuidades por volta de R$1.000,00.

Para esse projeto, Srªs e Srs. Senadores, peço a aprovação dos senhores, para que possa tramitar aqui, em conjunto com a Câmara, a fim de que todos aqueles Senadores e Deputados assinem, demonstrem o seu apoio fundamental a essa questão de justiça social.

Agradeço, por enquanto. Agradeço, Sr. Presidente, pelo tempo. Voltarei a isso depois.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Sr. Reynaldo Arantes, Presidente Nacional da Organização dos Acadêmicos e Bacharéis do Brasil.

Concedo a palavra ao Sr. Rubens Teixeira da Silva, Professor da Faculdade Evangélica das Assembleias de Deus.

O SR. RUBENS TEIXEIRA DA SILVA – Exmo Senador Moka, Presidente desta Comissão, Exmo Senador Paim, Exmos Senadores e Deputados que estão aqui e, eventualmente, não reconheço, companheiros de Mesa, eu vou ser breve e usar bem o meu tempo.

A gente vive em um País desigual. Ninguém tem dúvida disso. Aliás, nós somos referência internacional em sermos desiguais. Nós fomos o último país do continente americano a libertar os escravos e ainda temos resquícios muito fortes. Então, não basta dominar. Tem que oprimir, tem que humilhar, tem que dizer que o camarada é fraco, que a faculdade é fraca. Eu conheço bem desse assunto. Vou narrar um pouquinho depois por que estou me referindo a isso.

Então, o Presidente do Conselho Federal da OAB, livremente, sem solenidade, na revista *Veja* do dia 14 de agosto de 2013, diz o seguinte: "Estamos vivendo uma roda viva em que a faculdade finge que paga o professor, o professor finge que dá aula e o aluno finge que aprende".

O ex-Presidente da OAB do Rio de Janeiro e hoje Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, do Conselho Federal, que é também Presidente da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, declarou, em um dos seus artigos, que há faculdades – abre aspas – "caça-níqueis" – fecha aspas.

Senhores, se é verdade que isso existe, estamos diante de quadrilhas no magistério jurídico, quadrilhas que estão fingindo que estão ensinando os alunos, tirando dinheiro deles, quadrilhas que fingem que ensinam, recebem salários por isso e não ensinam nada, enganam os alunos. Nessas quadrilhas, senhores, pode ser que haja advogados – com certeza, sim –, juízes, promotores, desembargadores, ministros de Tribunais Superiores. Enfim, o magistério jurídico está na lama, segundo essa declaração. Isso me envergonha, me assusta e me dá medo. Percebam que não estou tranquilo ao falar isso.

Ora, eu também sou professor e queria dizer para os senhores: se há uma quadrilha nesse sistema, não está no magistério jurídico. Fiquem certos disso.

Culpar os bacharéis por não passarem na prova é a mesma coisa que culpar um deficiente físico, uma pessoa com necessidades especiais, que nasceu com a deficiência, por ter nascido assim. Foram os bacharéis que aprovaram o curso no MEC? Foram os bacharéis que lecionaram, fizeram as provas e corrigiram as suas próprias provas? Então, são os bacharéis que têm que provar que o MEC é honesto? São os bacharéis que têm que provar que as faculdades são honestas, que os professores são honestos?

A inversão do direito da prova no Direito brasileiro é para proteger o mais fraco do mais forte. Então, é usado, muito no Direito do Consumidor, no Direito do Trabalho. O consumidor é mais fraco em relação ao fornecedor. O trabalhador é mais fraco em relação à empresa. É o único caso que conheço no Brasil em que o bacharel, um cidadão que confiou nas instituições do seu País, tem que provar que as instituições são honestas e que os professores são honestos. Isso, queridos, é uma extrema violência.

Eu criei uma página na OAB chamada As Vítimas da OAB. Mais de 23 mil pessoas já curtiram essa página, Senador Paim. Como pode?

O Brasil é um país, conforme já falei, cheio de deficiência, mas é o nosso País, é o meu País; eu vou lutar por ele, eu vou lutar por este País.

Eu vim da pobreza extrema, Senador Moka. Eu tenho as mãos marcadas, porque eu trabalhei em obra, quando criança, lavei carro, vendi ferro velho. O meu pai ganhava menos de dois salários mínimos e teve seis filhos. Era pobreza extrema, porque era menos de 25% do salário mínimo por pessoa da família. Eu fui chamado de semi-idiota; eu já fui humilhado um monte de vezes. Eu sei o que é isso. Eu fui desacreditado.

E eu fiz a prova da OAB e passei. Como eu fiz doutorado em Economia e em Direito ao mesmo tempo, e fiz a prova da OAB no décimo período e passei, e a minha tese de doutorado ganhou prêmio do Tesouro Nacional, e a minha monografia de Direito também foi premiada, eu não tenho problemas com a prova da OAB.

O que eu estou falando é que é uma prova... Eu não preciso dizer que é inconstitucional, porque eu escrevi uma carta de cinquenta páginas, que V. Exªs receberam, explicando as razões. Eu sou contra.

Graças a Deus, um irmão meu, mais velho, que meus pais conseguiram formar 3º Sargento do Exército, o Paulo Teixeira, pagou meus estudos quando ninguém acreditava em mim. E pagou muito caro, muito caro, porque ele teve de me colocar num colégio muito forte, para eu alcançar o objetivo que eu queria. Eu fui para uma instituição chamada Exército Brasileiro. Lá eu fiz dez anos de cursos. Fiz Academia Militar das Agulhas Negras; saí Oficial de Infantaria; fiz Engenharia de Fortificação e Construção no IME; e fiz mestrado em Engenharia Nuclear. Nunca o Exército Brasileiro me discriminou; nunca o Exército Brasileiro aviltou meus direitos. Saí de lá através de concurso público e fui para o Banco Central. E até hoje tenho o carinho e o respeito da instituição. O Exército Brasileiro é uma referência na democracia. E eu gostaria que a OAB copiasse o Exército Brasileiro.

Bem, eu tenho carteira da OAB? E eu passei na prova. Não, senhores. Eu não tenho, porque o então Presidente da OAB, o Sr. Wadih Damous, que é Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, pediu para eu não ter carteira. A alegação dele: que eu sou funcionário de carreira do Banco Central. Mas eu digo para os senhores que funcionários do Banco Central daqui de Brasília e do Rio de Janeiro têm carteira, formados antes e depois de mim. Fui julgado e um dos julgamentos foi a portas fechadas. Não deram palavra ao meu advogado. Eu tive os meus direitos violados dentro da OAB/RJ.

Portanto, Senador Paim, eu queria dizer para V. Exª que eu concordo com o senhor que vultos do passado construíram a credibilidade de hoje da OAB. Mas os do presente, as pessoas do presente estão destruindo a reputação que foi construída no passado. A OAB de hoje eu não acredito ser a mesma do passado.

No Exército, aprendi a defender o meu País, a morrer pelo meu povo. Na OAB, eu percebo que, se a farinha é pouca, meu pirão primeiro.

Só para dizer para V. Exª, estão aqui duas cópias do mesmo processo em que meus direitos foram violados. Eu esqueço a minha carteira; é só para exemplificar. São duas atas diferentes. Por essa aqui, tem um número de conselheiros; por essa aqui, tem outro. Se a ata mais recente for a verdadeira, eu não tinha direito a um recurso que a OAB acatou. Duas atas diferentes. Eu liguei para a OAB do Rio de Janeiro, pedi ao advogado para procurar, o Dr. Felipe Santa Cruz, e até hoje não responderam a ele. Eu mesmo liguei para a ouvidoria do Conselho Federal da OAB, os dias estão aqui anotados: 7 de fevereiro e 18 de fevereiro. A moça que me atendeu, como se fosse um *telemarketing*, falava: "O senhor tem de colocar por escrito." Mas eu quero falar com o responsável. "O senhor tem de colocar por escrito."

Até hoje, Senador Paim, a OAB não me respondeu. O que é isso aqui? Se foi um crime, se foi uma fraude no processo, se foi um erro, isso é um absurdo! E ainda querem que eu acredite nessa instituição?

Eu sou um brasileiro e tenho os meus direitos violados pela OAB. Por isso que eu estou aqui. E estou mais em defesa dos outros, porque a minha carteira não faz a menor diferença para mim hoje, só para que os senhores saibam.

Bem, se o exame da OAB fosse necessário, seria importante, Senador Paim e Senador Moka, que ele fosse aplicado pela OAB ou por uma instituição especializada para selecionar os desembargadores pelo quinto constitucional, porque, para ser advogado, para o profissional liberal que vai advogar – e ninguém é obrigado a contratá-lo –, há uma prova; e para desembargador do quinto constitucional, não. Estranho, não é? O cara vai julgar o meu processo, e eu não tenho como tirá-lo do meu processo: "Eu não quero o senhor, porque o senhor veio pelo quinto." Não tem prova. Perguntem para a OAB quais as razões dela.

As taxas da OAB, o custo para a inscrição do exame da OAB é de R$200,00. Para, por exemplo, analista da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro é R$60,00; analista em energia nuclear, R$96,00; e analista de gestão da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, R$33,50. Por que R$200,00 o custo da OAB? Para Juiz Federal, que faz uma prova complexa, R$190,00 – mais barato que a OAB.

A anuidade da OAB é R$841,59. A do Crea, que eu pago, é R$413,21; a do CRC, R$443,00; a do CRA, R$312,00; a do CAU, conselho dos arquitetos, R$ 413,21.

Por que tudo lá é mais caro? Por quê? Eu tenho essas dúvidas que me incomodam muito.

A OAB faz insinuações de que há advogados demais no mercado. Na minha cidade, existem comunidades pobres que não têm um advogado. Direitos individuais são violados diariamente. Lá não há direitos humanos. A OAB não vai lá, não defende os direitos humanos das pessoas pobres. Direitos humanos são defendidos quando há mídia, quando envolve pessoa rica, um artista, por exemplo, uma pessoa ilustre. Os pobres da minha cidade nem devem saber direito o que é OAB. São milhões de pessoas assim no Brasil.

Senhores, a situação é angustiante. Há muito bacharel querendo trabalhar e que tem competência. Eu contrataria, eu contrataria, porque prova não mede capacidade profissional, senão os engenheiros teriam notas nos seus diplomas, os médicos. Qual é a nota do médico que cuida do coração dos senhores? Os senhores sabem? Nem eu. Ou seja, se nota fosse importante, V. Exªs certamente fariam uma lei para colocar a nota nos diplomas e na carteira.

Senador Moka, muito obrigado pelo tempo que V. Exª me concedeu. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu que agradeço. Muito obrigado pela participação.

Eu concedo a palavra ao Sr. Willyan Johnes, Presidente Nacional da Ordem dos Bacharéis do Brasil.

O SR. WILLYAN JOHNES – Sr. Presidente, presentes na Mesa, Senador Paim, demais presentes, meu cordial bom dia.

Em primeiro lugar, eu gostaria de iniciar este debate lamentando a não presença do Presidente do Conselho Federal da OAB, se bem que nós já estamos habituados. Nós até entendemos que se trata de uma pessoa muito importante, afinal de contas ele é o Presidente de um Estado paralelo no nosso País.

Lembro que eu tinha muita garra e determinação. Viajava 2 mil quilômetros para debater com o Sr. Ophir Cavalcante, mas ele nunca vinha e mandava sempre o seu secretário, que hoje é o atual Presidente. Agora, parece que essa é a tendência do próximo Presidente, que é o Secretário.

Aliás, eu gostaria de fazer uma pergunta aos 750 mil advogados deste País: com os advogados brilhantes que nós temos, principalmente no Rio Grande do Sul e no Estado de Minas Gerais, onde estão os 750 mil advogados que não têm chance de entrar ali, ficando sempre os mesmos?

O pai do Ophir Cavalcante foi o Presidente e passou o cargo para o Ophir Cavalcante. Ophir Cavalcante passou para o Secretário-Geral, que foi eleito com 64 votos, dos 750 mil advogados. Há advogados brilhantes que não têm chance. Onde estão os 750 mil advogados que não acabam com essa ditadura, para que nós tenhamos, realmente, condição de começar a ser como éramos no passado? A OAB, como todo mundo diz: "A OAB foi benéfica para o País e prestou serviços relevantes." Foi, foi, foi. Sempre se diz "foi". Não se ouve mais falar que "a OAB é".

Então, eu deixo aqui um apelo aos 750 mil advogados para que acabem com essa ditadura, até porque, se vivemos numa democracia, a OAB tinha que dar o exemplo, e não permanecer na ditadura, tirando de grandes e ilustres advogados a chance de mudança, de transformação, principalmente dos jovens com novas ideias. Portanto, eu deixo aqui o meu apelo.

Gostaria, inclusive, aproveitando a presença do Secretário-Geral aqui, de saber se eles não vão me processar por estar falando isso, porque, na última audiência em que eu estive, em 2012, o Sr. Ophir Cavalcante me processou por exercício ilegal da profissão porque eu falei em audiência pública! E não fui só eu processado, outros líderes estão sendo processados. Eles não vão calar nossa boca; essa é uma luta sem volta!

Senhores, a gente ouve tanto falar, segundo os dirigentes da OAB, que o Exame da Ordem qualifica o profissional, e que ele, para advogar, tem que ter o mínimo de conhecimento. Se o bacharel tem que ter um mínimo de conhecimento, então, para liderar a OAB, tem que ter mais. Então eles deviam parar de falar tanta besteira como estamos cansados de ouvi-los falar.

Seria ingenuidade da minha parte discutir a constitucionalidade do exame hoje. Depois de a Suprema Corte dizer que o art. 84, IV, está em desuso, como foi dito pelo Ministro Marco Aurélio, ou seja, fora de moda, autorizando a OAB legislar por provimento... Isso cabe aos senhores, Parlamentares, essa função. Ela pode legislar por provimento, porque o art. 8º, IV, da Lei 8.906, foi regulamentado por ele, pelo Conselho Federal, e com autorização da Suprema Corte. Então seria ingenuidade minha falar em constitucionalidade.

Esse exame, senhores, é um absurdo! Ninguém passa nesse exame. Ele funciona da seguinte forma: se o cidadão acertar – ele não sabe fazer uma peça, mas se ele acertar – o cabeçalho, o endereçamento, o nome da peça e responder a quatro questões, está aprovado, mesmo que ele não saiba fazer uma petição. É a prestação. Mas se ele souber fazer uma peça bem feita, e não tiver tempo de responder a quatro perguntas, ele está reprovado. O Judiciário não aceita a peça em prestação. Ou ele sabe ou não sabe. Então esse exame não qualifica ninguém. E o problema é gravíssimo no Brasil, muito grave. E quem está pagando o preço são os inocentes, são os bacharéis, que estão dando uma fortuna em dinheiro à custa da miséria e do desemprego.

A OAB, o que vem fazendo? Fica aqui uma denúncia. Eu gostaria que vocês pedissem ao MEC o número de matriculados e o número de formados todos os anos. Por quê? Porque a OAB controla o número de formados de acordo com o número de aprovados anualmente e mantém uma reserva de 100 mil cabeças no pasto para dar lucro, de seres humanos! Porque a OAB está acostumar a dizer, esses dirigentes que falam tanta besteira, que são cinco milhões de bacharéis. Vocês estão acostumados a ouvir; todo mundo sabe. Isso é público. Cinco milhões de bacharéis! Jesus Cristo, se há cinco milhões de bacharéis em Direito, a população inteira é

formada! Se pegarem todo o bacharelado e a licenciatura, inclusive os recém-nascidos, porque cinco milhões de bacharéis em Direito, cinco milhões em Engenharia, cinco milhões... Até os que vão nascer já são formados.

É só besteira! E se são 5 milhões, eu pergunto ao ilustre representante da OAB: onde estão os 4,9 milhões de bacharéis que não fazem a inscrição? Mortos? Morreram? Eu digo o seguinte, senhores: se eu pudesse escolher entre o céu e o inferno pós-morte, eu escolheria o céu, mas eu pediria licença ao Supremo para fazer uma visita aos favoráveis ao Exame de Ordem só para perguntar para eles como eles se sentem desempregados, sendo humilhados por demônios e sem encontrar uma saída. Porque é assim que os bacharéis se sentem. São humilhados, castigados por uma minoria, porque é um Estado paralelo.

Hoje a OAB arrecada em todos os Estados, em todos os Municípios, e não presta conta. E nós estamos falando de bilhões! Se ilude quem fala em R$80 milhões, viu, doutor? Oitenta milhões por ano sem prestar contas? Isso é no exame! Mas são bilhões, entre anuidade dos advogados, seiscentos e tantos milhões por ano, mais os oitenta milhões do Exame de Ordem, contratos milionários com os Estados, xerox em todos os Estados, em todos os fóruns, R$12,00, R$13,00 uma procuração para cada advogado. E assim sucessivamente. Nós estamos falando de bilhões!

Está na hora de os senhores saberem onde está esse dinheiro. Nós queremos saber. Eu amo o meu País. Eu quero saber. Eles estão comprando armas? Estão montando um exército? Onde está esse dinheiro? Ou eles estão aplicando no social? De repente eles estão aplicando no social, porque dizem que uma mão dá e a outra não tem que saber. Então, eles não estão dizendo para a gente para ficar... Estão colocando no social, ajudando os bacharéis, dando pós, mestrado. De repente eu não estou sabendo disso, nem a sociedade sabe. Mas precisamos saber. Nós estamos falando de bilhões. O poder econômico dela é muito grande. Infelizmente o poder econômico no Brasil, o valor econômico supera os valores éticos e morais. Infelizmente no nosso País nós estamos vivendo isso.

Então, eu peço encarecidamente ao senhor e aos nobres Senadores: pensem nessa classe. Eu viajo o Brasil. Vejo a fome e a miséria. Não há mais do que trezentos mil bacharéis querendo trabalhar. Se tirarmos os que já morreram, os que se mataram, os que foram para a Engenharia, que mudaram de ramo, os que abandonaram a arte, não há mais que trezentos mil. Não existem esses cinco milhões que tanto eles falam. Isso não existe. É só pedir para o MEC a relação de quantos foram matriculados e os formados no ano. Vocês vão ver que não tem nada a ver com o que eles falam. São mentiras, mentiras e mentiras para formar a opinião pública. Então, eu peço aos senhores: cuidem dessa classe, porque não são poucos.

E nós vamos cobrar isso nas próximas eleições com movimento contrário aos favoráveis ao Exame como nunca foi visto neste País, porque nós hoje já estamos em todos os Estados com a Ordem dos Bacharéis do Brasil, graças a Deus.

De coração, eu agradeço o convite para falar em nome dessa classe pela qual a gente corre e cuja bandeira levantamos. E não tem volta. Eu agradeço a vocês imensamente e espero que, desta vez, depois de tantas audiências, que seja tomada uma providência em favor dessa classe tão injustiçada, que está pagando sem dever. Já fizeram tudo o que o Governo exige, e estão pagando com a miséria e com a fome e com a perda dos sonhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço ao Sr. Willyan Johnes, Presidente Nacional da Ordem dos Bacharéis do Brasil.

Concedo a palavra ao Sr. Lúcio Flavio Gonzaga Silva, Conselheiro Federal de Medicina.

O SR. LÚCIO FLAVIO GONZAGA SILVA – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, a quem peço licença para, em seu nome, cumprimentar todos os presentes aqui nesta audiência pública. Bom dia a todos.

Sr. Presidente, sobre o tema em questão, o que é que os médicos têm a dizer? Com a sua permissão, Sr. Presidente, eu gostaria apenas de comentar um pouco a situação da nossa área, a Medicina.

Há uma unanimidade, entre a categoria médica brasileira, da necessidade social de uma avaliação dos egressos dos nossos cursos superiores de Medicina. No que diz respeito a este tema, há até uma certa urgência, haja vista a proliferação desmedida do número de faculdades de Medicina surgidas nos últimos anos.

Há, talvez, uma acelerada proliferação de cursos sem que muitos deles, alguns deles, tenham hospitais universitários, ambulatórios, laboratórios, ou seja, sem cenário de prática. Essa é uma preocupação das entidades médicas hoje.

O objetivo maior do Conselho Federal de Medicina neste tema é defender a sociedade brasileira, primando pela qualidade da formação dos nossos profissionais. Eu, inclusive, acredito que também seja o da OAB.

Para se ter ideia, Sr. Presidente, dessa acelerada proliferação de cursos de Medicina no Brasil, em 1950 tínhamos 27 escolas de Medicina, quase todas públicas. Depois de 40 anos, 103, quer dizer, um aumento de 70 faculdades. Em 2008, 175 faculdades de Medicina, 104 privadas e apenas 71 públicas. Em 2011, Sr. Presidente, 198. Ontem vi o placar de 220 faculdades de Medicina, escolas de Medicina no Brasil. Já somos campeões

mundiais em número de faculdades de Medicina. Para se ter ideia, os Estados Unidos, com quase o dobro da nossa população, tem 135.

Serei breve, Sr. Presidente. Queria apenas comentar a experiência do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp), que, há 9 anos, faz experiência com teste no final da formação de seus médicos, oriundos das escolas médicas de São Paulo.

No último teste de 2013, 59,2% dos médicos que fizeram o curso não atingiram o mínimo necessário para aprovação, que era 60% de acerto nas provas. Essa prova, no último ano, teve abstenção de apenas 2%, para ser bem exato, 2,8% dos médicos. As escolas privadas, senhores, tiveram o maior índice de reprovação, 71%.

Na verdade, senhores, o Conselho Federal de Medicina, as entidades médicas, a AMB, a categoria médica não tem ainda uma fórmula de como fazer essa avaliação. Uma certeza temos, a categoria médica tem, a comunidade médica tem: é necessário avaliar o egresso das nossas escolas médicas e, em consequência, discutir a qualidade das escolas médicas, principalmente as que estão sendo criadas nos últimos anos.

Talvez a ideia principal, a que prevalece é um teste sequencial, um teste de progresso, no segundo, no quarto e no sexto ano da faculdade. Esse teste sequencial daria possibilidade de ver como está a formação daquele estudante no segundo ano, quais são as deficiências no quarto ano, para aí se corrigirem as deficiências. Esse é o pensamento que prevalece.

A outra ideia seria transformar o Enade num exame anual, no primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto e sexto anos. Não sabemos como será implementada a recente Lei nº 12.871, aprovada recentemente, no ano passado, que instituiu, no prazo de dois anos, a avaliação dos estudantes de Medicina, dos egressos de nossas faculdades. A lei está em vigor, é do ano passado, e fala em avaliação no segundo, quarto e sexto anos. Não sabemos ainda como vai ser implementada.

Apenas finalizando, Sr. Presidente, quero dizer aos senhores que o Conselho Federal de Medicina, a comunidade médica no Brasil está convicta realmente da necessidade de avaliação dos nossos egressos, sobretudo das nossas faculdades.

Muito obrigado pela oportunidade.

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço ao Lúcio Flávio Gonzaga Silva, do Conselho Federal de Medicina.

Concedo a palavra à Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, Diretora de Regulação da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC)

A SRª LUANA MARIA GUIMARÃES CASTELO BRANCO MEDEIROS – Bom dia, eu venho aqui representar o Ministério da Educação. Gostaria de agradecer, muito, o convite.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só um minutinho.

A SRª LUANA MARIA GUIMARÃES CASTELO BRANCO MEDEIROS – Sim. Agradeço, muito, o convite. O convite foi, originalmente, direcionado ao Ministro. Infelizmente, o Ministro não pôde comparecer. Solicitou que a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, que é o órgão do Ministério que autoriza, reconhece, renova o reconhecimento dos cursos, encaminhasse um representante, e aqui estou eu. Então, espero que não desaponte vocês com as informações que eu tenho a prestar, e peço desculpas pela ausência do Ministro.

Eu vou tentar ser sucinta, já que o tempo é bastante corrido e o tema é bastante polêmico, alguns pontos que a gente quer destacar.

O Ministério da Educação tem uma postura, já, bastante consolidada com relação ao exercício profissional e à formação acadêmica. Essa postura que o Ministério tem já foi exarada em várias notas técnicas, pareceres. É uma postura consolidada no Conselho Nacional de Educação há mais de uma década. Vários pareceres, reiteradamente, têm sustentado isso.

O MEC entende que existe uma separação entre o exercício profissional e a qualificação do estudante. Então, o MEC atua na esfera educacional, ajudando, junto com o Conselho Nacional de Educação, a fixar as diretrizes curriculares dos cursos – no caso do curso de Direito, as últimas foram aprovadas em 2004 –, autorizando novos cursos, avaliando a qualidade dos cursos, reconhecendo os diplomas e empregando todos os esforços para que os cursos atinjam todos os critérios de qualidade, os padrões de qualidade estabelecidos pelo Sinaes, que é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Do outro lado, existe o exercício profissional. O exercício profissional tem a sua regulamentação na Constituição e, com relação ao tema aqui discutido, o exercício profissional é regulamentado pela Ordem dos Advogados do Brasil.

O Ministério da Educação entende que o Exame da Ordem é um exame que tem o objetivo regulamentar o exercício profissional da Advocacia. Então, a gente, com todo respeito à pauta do exame, se abstém de

comentar a natureza do exame, que já foi defendida na Suprema Corte, pois a gente entende que esse assunto foge um pouco, escapa um pouco a nossa esfera de competência, como Ministério da Educação.

Qualquer opinião que eu possa emitir aqui, agora, neste momento, seria uma opinião pessoal, o que eu acho que não contribuiria para o debate, porque, bom, acho que a minha opinião não é tão relevante numa discussão tão importante e com presenças tão ilustres quanto esta.

Então, a gente veio aqui para esclarecer essa diferença e para dizer quais são as políticas em que o Ministério tem atuado atualmente com relação à oferta dos cursos de Direito no Brasil.

Eu peço desculpas ao Conselheiro de Medicina, mas, infelizmente, como o tempo é muito curto, eu vou me ponderar e não comentarei o assunto da Medicina, que também é tão polêmico quanto o assunto de Direito. Se a gente tiver tempo, poderá falar um pouco sobre ele depois.

Hoje em dia, como funciona a avaliação dos cursos de Direito no Brasil? Os cursos todos do sistema federal de ensino são avaliados trienalmente. Os alunos fazem uma prova chamada Enade, que eu acredito que todos conheçam. Por lei, a gente não pode divulgar a nota individualizada do aluno, porque a prova tem como objetivo medir a situação do curso, e não de um aluno individualmente. Uma vez feito o Enade, a gente junta com vários outros insumos coletados do Censo da Educação Superior, a opinião dos alunos com relação ao projeto pedagógico, a opinião dos alunos com relação ao corpo docente, a infraestrutura da instituição, e cria um conceito chamado Conceito Preliminar de Curso. Esse conceito é divulgado trienalmente e, a partir da divulgação deste conceito, o Ministério toma diversas medidas. Obviamente, existem vários outros mecanismos de avaliação, mas acho que, por esse, se consegue ver bastante bem como, periodicamente, o Ministério avalia seus cursos.

Isso funciona, obviamente, para todos os cursos, mas, coincidentemente, esse ano, no final de 2013, a gente teve a divulgação do CPC dos cursos de Direito.

Quanto aos cursos de Direito, divulgados os CPCs, o Ministério tomou várias medidas para reavaliar a qualidade daqueles cursos, e uma dessas medidas, inclusive motivado por várias audiências em que já recebemos as pessoas aqui presentes, por toda essa discussão que a sociedade tem feito com relação aos cursos de Direito, uma das medidas tomadas foi que o Ministério escolheu visitar *in loco* todos os cursos de direito ofertados no sistema federal de ensino. São quase mil cursos, e serão todos visitados pelos especialistas do Ministério da Educação para que, no final do ano ou no começo do ano que vem, a gente tenha um panorama bem completo da oferta da educação superior, com dados completos, atuais, com os dados da área educacional bem frescos, para que a gente consiga responder a toda essa demanda recebida desses movimentos sociais.

Além dessa visita... Eu queria só explicar que a visita não é uma coisa tão corriqueira. Via de regra, aqueles cursos cujas notas obtidas vão de um a cinco, aqueles cursos que obtêm notas maiores do que três não são visitados; eles têm uma avaliação apenas documental, e a concessão da sua autorização de funcionamento é renovada. Quanto aos cursos de Direito, o Ministério resolveu, este ano, visitar todos.

Então, essa postura é porque o Ministério entende que precisa dar uma resposta a todas essas demandas que têm aparecido, questionando a qualidade. O Ministério usa todos os insumos que tem hoje para verificar, fazer um diagnóstico para poder dar essa resposta que a sociedade tem exigido.

Além da visita, o Ministério suspendeu a entrada, o ingresso em 38 cursos de Direito ofertados no Brasil, que foram aqueles que obtiveram resultados reiteradamente insatisfatórios nesse indicador de qualidade. Isso representa – eu anotei hoje de manhã cedinho – quase 5 mil vagas em cursos de Direito que foram suspensos do final do ano passado para cá.

O meu tempo já está quase acabando, e eu achava que estava só em um terço da minha explanação, mas, se tiverem mais algumas dúvidas, eu respondo.

A minha mensagem aqui, o que foi solicitado a mim pelo Secretário foi que passássemos, nesta audiência pública, que o Ministério está, sim, tomando as providências necessárias para avaliar a qualidade dos cursos, para diagnosticar como está a situação. E toda essa política regulatória dos cursos de Direito está sendo reformulada neste exato momento, literalmente, porque hoje está ocorrendo uma reunião da comissão temática que está reavaliando a política regulatória do Direito. O Ministério tem empregado muitos esforços na reavaliação dessa política, e a nossa preocupação é sempre assegurar a qualidade do curso, assegurar uma formação generalista que consiga formar um egresso, um bacharel em Direito que consiga atuar na profissão que ele escolher, quer seja a advocacia, quer seja o magistério, quer seja a magistratura, quer seja, como eu, que sou formada em Direito, e funcionária pública, o serviço público.

Este é o papel do Ministério, esta é a intenção da atuação do Ministério: que todos os cursos do Brasil atendam ao padrão de qualidade estabelecido pelos Sinaes, que todos os cursos do Brasil respeitem as diretrizes curriculares fixadas pelo Conselho Nacional de Educação, e que os profissionais daquele curso tenham

um perfil de egresso definido pelas diretrizes, que, como eu mencionei, é um perfil que se propõe a abranger muito mais do que a advocacia, que é uma das opções de profissão.

São vários os pontos que eu anotei. Eu só queria mencionar alguns pontos específicos que talvez pareçam um pouco desconexos com o discurso. A OAB não emite diplomas – o diploma é emitido pela instituição de educação superior que formou o aluno. O MEC não tem ingerência sobre como o aluno é avaliado internamente, na instituição. Isso é avaliado quando a instituição passa pelos processos de avaliação, mas as instituições de educação superior, faculdades, centros universitários ou universidades têm autonomia pedagógica para aplicar o projeto da forma como entenderem pertinente e coerente. Depois, esses cursos têm que seguir todas as orientações do MEC, mas avaliar o curso, avaliar o aluno dentro da instituição representa uma ingerência muito grande e não sei se seria o papel do Ministério da Educação avaliar o aluno, trocar o papel com a instituição e realizar a prova do aluno dentro da instituição. O Ministério tem os seus mecanismos de avaliar o perfil, avaliar o resultado do egresso, avaliar o resultado da oferta do ensino, que é fora da instituição e atende a todos os cursos do sistema federal de ensino.

É isso. Muito obrigada pelo convite.

Fico disponível para as perguntas que porventura existam.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço à Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, que é Diretora de Regulação da Educação Superior do Ministério da Educação.

Quero conceder a palavra ao Cláudio Pereira de Souza Neto, Secretário-Geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO – Bom dia a todos. Quero agradecer o convite formulado pelo Senador Paim e pelo Senador Moka, que preside esta Comissão.

Para a OAB é uma honra poder vir aqui ao Senado Federal e mais uma vez participar dos debates e prestar informações aos nossos Senadores.

O Presidente Marcus Vinicius tem profundo respeito pelo Senado, está aqui no cotidiano do Senado, e pediu que eu viesse hoje pela circunstância específica de estar incumbido, há 15 dias, da Coordenação do Exame de Ordem. Além de estar incumbido da Secretaria-Geral do Conselho Federal da OAB, portanto, ser um membro integrante da Diretoria do Conselho, que é integrada por cinco membros, também tem essa atribuição específica de colaborar com a organização do Exame de Ordem. Então, por essa circunstância específica, ele pediu que eu viesse para poder prestar essas informações aos nossos Senadores.

Em primeiro lugar, para nós esse é um assunto realmente muito sério, a OAB tem aplicado o Exame de Ordem num sentimento de que exerce um dever seu, que é um dever sobretudo diante da cidadania. O advogado é um profissional ao qual o cidadão entrega os seus bens mais valiosos. Um cidadão, quando está sendo processado no âmbito de um processo penal, entrega ao advogado a proteção da sua liberdade. Às vezes, um inocente responde a um inquérito policial, responde a um processo penal, e ali o que está em jogo é a sua liberdade, o fato de ser condenado ou ser absolvido num processo criminal.

Quando há um divórcio com filhos, o cidadão entrega ao seu advogado a defesa de um bem tão importante, tão fundamental, tão decisivo, como é o bem da guarda dos filhos.

Às vezes, o empresário está numa situação difícil, a sua empresa está eventualmente sofrendo atuação do Estado, atuação tributária, atuação do Fisco e isso é injusto. Por vezes, a defesa que o advogado faz no processo vai definir se a empresa continuará a existir ou não continuará a existir e todo impacto econômico e social que daí decorre, inclusive no tocante à garantia dos empregos. Um trabalhador, quando é demitido injustamente, procura um advogado para se defender e quer que o advogado tenha realmente condições de fazer a defesa técnica no processo.

Então, portanto, quando a OAB entrega a carteira ao advogado, ela está, sobretudo, se comunicando com o cidadão, dizendo ao cidadão que aquele profissional reúne as condições técnicas necessárias para promover a defesa desses bens, que são bens absolutamente fundamentais para os cidadãos.

Então, realmente, quando aplicamos o Exame de Ordem, aplicamos na perspectiva do exercício de um dever nosso, de um dever nosso com a cidadania. O sistema de regulação das profissões liberais adotado no Brasil é o sistema da autorregulação profissional. O legislador brasileiro já há muitas décadas resolveu conferir a atribuição de realizar a autorregulação das profissões a esses conselhos de classes, ou seja, a conselhos integrados por conselheiros eleitos pelos próprios fiscalizados, de tal modo que os conselhos profissionais exercem, em primeiro lugar, essa atividade de autorregulação profissional, verificando quem tem exercido a profissão corretamente, quem tem realmente observado padrões éticos no exercício profissional e padrões técnicos mínimos no exercício profissional.

E a Ordem dos Advogados do Brasil não é diferente do Conselho Federal de Medicina, que também tem essa atribuição, relativamente aos médicos, de autorregulação profissional. Temos lá, por exemplo, os chama-

dos processos disciplinares. Nos processos disciplinares, a cidadania reclama junto à OAB, representa junto à OAB por entender que foi prejudicada, quando atendida por determinado advogado.

Então, se o advogado não atua de acordo com a ética, não atua de acordo com o nosso Código de Ética, ele responderá a um processo, um processo que se inicia nas seccionais nos Estados. A OAB é organizada de forma federativa. Em quase todas as cidades brasileiras nós temos uma OAB, que são subseções, temos as seccionais nos Estados e depois temos o Conselho Federal. E todos esses órgãos têm os seus tribunais de ética e há todo um sistema de recursos.

Então, a OAB, no exercício dessa sua função de fiscalizar o exercício profissional, de fiscalizar o cumprimento de normas éticas e a observância de padrões técnicos mínimos, veio constatando, ano após ano, que, de fato, os profissionais que vinham do mercado, que estavam vindo das faculdades, realmente não estavam conseguindo exercer a profissão de maneira adequada, com isso gerando prejuízos para os cidadãos. E, ressalto, prejuízos que envolvem bens da maior importância para os cidadãos como, por exemplo, a guarda dos filhos, a liberdade e, às vezes, o patrimônio.

Portanto, nós tivemos essa iniciativa de iniciar um diálogo com o Parlamento brasileiro para que o nosso Congresso Nacional editasse essa exigência do Exame de Ordem.

Quero ressaltar que o Parlamento nacional criou essa exigência do Exame de Ordem para o exercício da advocacia, e nós regulamentamos, por meio dos nossos provimentos internos, a forma de realização do exame.

Outro dado que queremos ressaltar é o fato de, na nossa visão, o Governo ter autorizado, de maneira excessiva, a criação de cursos jurídicos no Brasil. E essa crítica é uma crítica que se reduz relativamente à gestão atual, que tem sido mais rigorosa na autorização de novos cursos jurídicos, mas durante, sobretudo, a década de 90 o número de cursos jurídicos criados foi realmente impressionante.

Para os Senadores realmente conhecerem um dado importante, na década de 70, nós tínhamos menos de 200 cursos jurídicos no Brasil. Em 1995, nós passamos para 304 cursos jurídicos no Brasil. Em 2005, 886 cursos jurídicos. E hoje, se não me engano, temos 1.285 cursos jurídicos no Brasil, que é um número muito grande, um número que é equivalente aos cursos jurídicos da China, por exemplo, que tem uma população infinitamente maior que a do Brasil, e da Índia, que tem também uma população infinitamente maior que a do Brasil.

Quer dizer, o fato é: no Brasil, pelo menos pelo que vimos no noticiário, temos poucos médicos. Mas temos um número muito grande de advogados. Temos um número realmente bem acentuado de advogados e, por isso, os dilemas relativos à regulação profissional não são tão graves como são, por exemplo, para os conselhos de Medicina, que se veem na contingência de ter que ter algum exame de qualificação básica dos médicos para não pôr em risco bens igualmente decisivos para a população, como o são a vida e a saúde – até mais decisivos –, mas, por outro lado, também se vê na contingência de ter que ampliar o número de médicos que atenda a população brasileira.

Este dilema não é grave – não o dilema enfrentado por nós –, porque temos um número muito grande de cursos jurídicos e um número muito grande de advogados no mercado.

Vejo ali que o meu tempo já se esgota. Então, só para concluir, quero dizer que realmente não vemos os bacharéis como adversários. Pelo contrário. Esse é um problema com o qual nós estamos lidando com toda responsabilidade, com toda seriedade. É uma questão que nos atormenta igualmente.

Nesses cursos, nesse processo de reconhecimento dos cursos jurídicos, nós tivemos a oportunidade de nos manifestar, porque a legislação permite que a OAB se manifeste também nesses processos de reconhecimento dos cursos jurídicos. Então, durante toda a década de 90, nós emitimos recorrentemente pareceres, e atualmente também, contrários à abertura de muitos cursos, quando não vimos condições de que esses cursos fossem abertos. E, portanto, a nossa palavra é uma palavra de compartilhar a preocupação com a solução dos problemas.

Então, Senador Moka, peço vênia a V. Exª por ter me estendido aqui na minha participação. É um número grande de questões. Então, estou aberto a responder qualquer questionamento no momento seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, para as considerações de V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Moka, primeiro, cumprimentar V. Exª pela forma com que presidiu e está presidindo esta reunião e dizer que entendo que só há uma forma de nós caminharmos para encontrar uma solução para um tema tão complexo, como aqui foi dito, com muito diálogo, muita conversa.

Eu me preocupei um pouco com o tom do debate, porque eu estou me colocando no lugar de quem gostaria de ajudar na construção de uma solução. Então, para mim, aqui, o importante não é a forma contundente com que cada um fala. Quero cumprimentar o Presidente e vou explicar por quê, no princípio da justiça e da igualdade. Por que até se deu um tempo maior para o representante da OAB? Porque, à mesa, nós temos

praticamente quatro um a um. Então, tem uma lógica nisso. O Presidente da OAB fala dez minutos e cada um dos convidados, que eu indiquei, falou dez minutos ou até doze. Então, no princípio da igualdade e da liberdade do tempo de cada um expressar seu ponto de vista, eu até achei que o Cláudio iria falar mais, achei até que ele ia falar por um tempo maior, mas quem manda aqui é o Presidente, que orientou assim. Entendo que ele foi na linha de um grande equilíbrio. Estou cumprimentando V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Paim, eu não interrompi nenhum orador. Se eu tivesse interrompido um orador... E garanto que houve gente que falou até mais.

Então, não é isso que está em jogo aqui. O que está em jogo é a gente estabelecer uma argumentação e, se for possível, um encaminhamento. Não pode servir aqui para...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu confesso, Presidente – à luz da verdade, as pessoas que mandam correspondências sabem que eu leio todas –, que eu recebi aqui do meu gabinete algumas correspondências – e confesso, falo exatamente a verdade – todas elas pedindo para que a gente ajude na construção de um caminho para essa situação tão polêmica. E, na verdade, todas são de pessoas que não passaram no concurso da OAB, todas que eu recebi aqui, que a minha assessoria me passou.

Então, neste momento, Presidente, eu ficaria numa linha de que o ideal nós estabelecermos uma boa conversa com a OAB. Eu confesso que sou daqueles que tem um carinho enorme pela OAB. Oxalá amanhã ou depois todos vocês estejam com a carteirinha da OAB! Oxalá!

Eu conheço muito lá o Júlio, que você citou. Ele participou da coordenação da minha campanha, mas eu fiz 4 milhões de votos e 6 milhões de eleitores. O Júlio foi um que também esteve lá, como estiveram diversos advogados, assim como escritórios de advogados. Todos ajudaram não com dinheiro; eu estaria mentindo. Isso teria de estar lá oficializado. Mas ajudaram politicamente, tanto os bacharéis como também os advogados. Todos colaboraram politicamente. Faço essa referência para não dar a impressão de que foi só o Júlio. Todos colaboraram, como colaboraram, tenho certeza, politicamente, com a campanha do excelente Deputado Federal na época e, para alegria nossa, o hoje Senador Moka, que está fazendo um brilhante trabalho nesta Casa, elogiado por todos.

Pelo carinho que nós todos temos pela OAB e pela visão que aqui foi falada durante todo o período, pela posição do MEC... Entendo que o MEC não está interferindo nessa questão. Existe uma lei, existe uma regulamentação que está aí, e o MEC apenas pondera qual é o seu papel nesse processo.

Quero também, com o carinho que eu tenho por todos que estão na mesa, dizer que há uma praxe também nesta Casa. Claro que é legítimo... Que bom que nós estamos em plena democracia e quem quiser protestar, que proteste da sua forma e expresse aqui o ponto de vista. É praxe aqui na Casa – e me permita que eu fale, Presidente, como autor do requerimento –, quando o presidente de uma instituição ou quando um ministro não pode, que ele pelo menos mande um representante autorizado por ele. Eu fico muito brabo é quando o cara não vem, não manda um representante e sequer justifica. Acontece muito isso aqui na Casa. No caso do Presidente da OAB, mandou o Secretário-Geral, e o Ministro Paim mandou a responsável pelo setor na área.

Estou fazendo essa consideração na linha da busca do equilíbrio – não sou advogado –, no campo da razoabilidade. Que a gente consiga, depois desta audiência pública – e o nosso Presidente Moka é especialista nisso e tem nos aconselhado, me permita que eu diga isso –, construir um caminho. Eu tenho aqui a relação de todos os projetos que estão tramitando. Quem sabe, consigamos reunir todos os projetos, colocá-los numa mesa, dialogar com a OAB, na busca da solução, sem nenhum prejulgamento.

A OAB, para mim, é como o Congresso. Podem criticar o Congresso. E não pensem que eu digo que não critiquem o Congresso. Podem criticar. Mas não existe sistema nenhum no mundo, para mim, melhor que a democracia. Eu sei que vocês todos pensam assim. A mesma coisa a OAB. Para mim, a OAB é uma instituição que deve ser respeitada. Podemos ter divergências com diretorias, e é normal. Eu, por exemplo, venho da área sindical. Podem discordar da diretoria do sindicato de que participo, mas a entidade sindicato, para mim, é fundamental no campo da democracia, das liberdades e na defesa dos direitos dos trabalhadores, cada um na sua área.

Por isso que a minha fala seria muito mais no sentido de que nós, Presidente, orientados por V. Exª, trabalhássemos na reunião dos projetos, estabelecêssemos um diálogo com a OAB. Houve um pequeno avanço, se não me engano – podem me ajudar, se não houve –, depois do debate que vocês também provocaram. Há mérito aqui dos bacharéis. Por exemplo, eram dois testes. Feito o primeiro teste, se rodasse no segundo, tinha que recomeçar tudo de novo. E agora me parece que houve um avanço. Feito o primeiro teste, passou, rodou no segundo, há um período para ele fazer o segundo, com a validade do primeiro. Isso é real, se não estou trocando aqui?

O SR. CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO – Senador, V. Exª me permite, há duas inovações recentes são bem importantes.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Você conclui e vou passar a palavra na mesma sequência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu concluí. O Presidente entendeu a linha raciocínio, que não é diferente de outros momentos que nós passamos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu gostaria de dizer algo, antes de passar a palavra. V. Sª foi o último a falar e, portanto, será o primeiro na réplica.

Eu acho que uma coisa que se deveria abordar é o custo de R$200,00. Eu acho que é uma coisa que poderia ser respondida aqui.

Outra questão é se a Ordem tem essa disposição de sentar e montar um grupo com representantes dos bacharéis da Ordem. Há essa disposição, para que a gente possa conversar a respeito disso, ou essa já é uma posição tomada pela Ordem dos Advogados. Eu sempre acho que seria bom se conseguíssemos aqui um diálogo no sentido de que algumas coisas podem ser modificadas. Ouvi o Lúcio falar aqui que, hoje, o médico, se não fizer residência, é muito difícil estabelecer-se profissionalmente. Mas o estudante de Medicina, formado em Medicina vai lá, se registra no Conselho Regional de Medicina e pode exercer a medicina, independentemente de ter ou não feito residência. E não há, a não ser em São Paulo, um exame de proficiência, que é uma coisa específica do Conselho Regional de Medicina, que avalia durante o curso

Uma coisa também tem que ser colocada aqui, e quero chamar a atenção da representante do MEC. O aluno que faz cinco anos de Direito e não consegue uma nota mínima vem de uma faculdade que tem que ser questionada. Como é isso? São cinco anos estudando, a faculdade aprovou aquele aluno, ele concluiu o curso. Esse percentual de aprovação é muito pequeno. Então, faculdades com alunos que não têm um percentual de aprovação teriam que ser questionadas quanto ao conteúdo, à forma, enfim. São coisas que, de alguma forma, vão ajudar. E, quem sabe, se houver essa disposição, possamos fazer, realmente, um grupo de trabalho. Sei que a representante do MEC já disse que uma coisa é a graduação, a formação do profissional e outra coisa é o exercício profissional.

É verdade o que disse o Presidente do Conselho Federal aqui, ou seja, da Ordem dos Advogados: a legislação diz que cada entidade de classe vai dispor internamente como isso pode ser dar. Mas me parece que há uma pressão, que esse fato é recorrente. Não é a primeira vez que a Ordem enfrenta esse debate. Acho que a Ordem tinha que fazer também esse reconhecimento. Como fazer para isso? Vejam que o assunto é recorrente, é insistente.

Eu dei aulas durante 15 anos, aulas de química, depois, no curso de fisiologia, mas não é uma coisa que me parece... Essa coisa recorrente merece que se lhe preste atenção. É a minha opinião.

Com o maior respeito, acho que a Ordem é uma instituição importante, acho que sempre será valorizada. Particularmente, tenho por ela um respeito muito grande e vou passar a respeitar mais a Ordem se ela tiver a humildade de ouvir os representantes dos bacharéis em Direito, que estão pedindo alternativas para o caso.

Acerca de outras questões a respeito das quais vieram me procurar, não vou permitir, a não ser expositores e Senadores, porque, senão, não consigo terminar esta audiência pública. E quero garantir às pessoas, inclusive ao doutor que me procurou e que quer formular a denúncia, a discussão. Já me coloquei à disposição. Ele vai fazer um requerimento ao Paim, que será debatido aqui. Só que eu não queria confundir essa discussão hoje aqui. Portanto, estamos tendo o maior respeito, principalmente com milhares e milhares de bacharéis em Direito, que estão, na verdade, argumentando. Agora, que tem que ter um critério, tem. A Ordem adotou um critério, esse é o critério universal. Agora, é legítimo que eles se organizem? É legítimo. Mas a Ordem, até por uma decisão da Suprema Corte, também tem legitimidade para propor, pelo menos neste momento, o exame de acesso à chamada carteira da Ordem dos Advogados.

Não sei se fui claro, mas o meu encaminhamento, meu caro Senador Paim, ao ouvir o presidente do Conselho, o representante da Ordem dos Advogados do Brasil, é que pudéssemos dar continuidade, porque projetos de lei estão aí, mas, se conseguirmos construir um acordo e um entendimento, esses projetos vão tramitar com muito mais facilidade. Se não for possível, vai restar aquilo que o representante dos acadêmicos falou: vai pegar as assinaturas e fazer com que tramite um projeto lá na Câmara e aqui, exigindo ou pedindo a gratuidade. É claro que essa é uma forma de também se contrapor, porque vão diminuir os recursos financeiros da entidade. Pelo menos eu estou enxergando dessa forma. É claro que ao exigir a gratuidade você dá acesso a milhares de pessoas, sobretudo aos estudantes pobres, que não têm essa disponibilidade para pagar a cada vez que faz o exame da Ordem esses R$200,00.

Não sei se fui claro, mas é a minha participação, mais uma vez dizendo ao Presidente: por favor, o Senado da República tem um imenso respeito pela Ordem dos Advogados do Brasil, mas esse imenso respeito não vai nos impedir de dar voz e participação àqueles que discordam ou divergem da questão do exame da Ordem.

Tomara que a Ordem entenda desse jeito. Eu creio que as pessoas que vieram aqui e fizeram críticas duras de forma respeitosa têm de ser ouvidas pela Ordem.

V. Sª tem a palavra por cinco minutos. Eu vou conceder a réplica por cinco minutos.

O SR. CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO – Senador, reitero realmente as nossas palavras do mais pleno reconhecimento à instituição do Senado Federal, em particular à história tanto de V. Exª, Presidente Moka, quanto do Senador Paim, que são figuras públicas que têm dedicado a vida à defesa dos direitos sociais, das liberdades e da democracia. Para nós é um privilégio vir aqui e ter a oportunidade de falar para V. Exªs.

Quero enfatizar duas inovações recentes que foram feitas no exame da Ordem.

O exame da Ordem é integrado por duas etapas. A primeira etapa é de prova de múltipla escolha. Quem passa nessa etapa faz uma segunda prova. Na primeira etapa são muitas matérias da grade curricular do curso de Direito. E na segunda etapa é uma matéria só. O candidato opta por aquela matéria na qual ele vem trabalhando no escritório ou no Ministério Público ou na Magistratura. Se ele trabalha, por exemplo, num escritório de Direito Tributário como estagiário, provavelmente ele tenderá a fazer a prova na área do Direito Tributário. São três provas por ano, são três provas que nós realizamos todo ano.

Até pouco tempo atrás, o que acontecia? Se ele era aprovado na primeira fase e reprovado na segunda fase, no exame seguinte ele tinha que refazer as duas fases.

O Senador Paim lembrou muito bem que isso foi alterado recentemente. Daqui por diante, se for aprovado na primeira fase e reprovado na segunda fase, ele tem o direito de, no exame subsequente, aproveitar a aprovação que obteve na primeira fase e fazer somente a segunda. Entendemos que isso permite, de maneira muito concreta, uma maior oportunidade para o candidato, porque, quando estudar para a prova subseqüente, ele concentrará os seus estudos apenas naquela matéria específica que deverá examinar na segunda fase.

Esse é um benefício muito concreto. Ele não terá que reestudar as matérias todas para a primeira fase. Vai se concentrar no estudo daquela única matéria específica para a segunda fase. Se são três provas por ano, logo se vê que ele tem quase meio ano para avançar.

Uma segunda inovação importante, que tem uma relação muito direta com o processo de avaliação institucional, é que agora nós estamos disponibilizando para as instituições a média que os seus egressos obtiveram por matéria. Então a OAB tem informado para cada instituição. Por exemplo, em Processo Penal, os candidatos egressos de dada instituição obtiveram uma média x, 80%, mas em Direito Administrativo, uma média de 30%. Isso permitirá que cada instituição, munida dessas informações, possa eventualmente fazer alguma alteração no seu projeto pedagógico ou promover algum aprimoramento no ensino da disciplina específica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO – ... na qual os candidatos egressos da instituição têm demonstrado maiores dificuldades. Essa é outra inovação, que entendemos que também tenderá a produzir uma melhora nas instituições e, com isso, melhora na *performance* no exame da Ordem.

São duas alterações que parecem pequenas, mas que, na nossa percepção, terão impacto muito grande no aumento do contingente de aprovados. Seriam então: a oportunidade para estudar na segunda prova apenas a matéria específica da segunda fase e esse retorno para a instituição. Esse retorno permite, por exemplo, que se em Direito Administrativo os egressos estão indo muito mal, a troca do professor, o aumento da carga horária. Isso, entendemos, em médio prazo já provocará uma melhora muito grande.

Senador, eu queria, Se. V. Exª me permitir, apenas mais dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vamos conceder mais dois minutos para todo mundo.

O SR. CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO – O.k, está bom.

Um dado específico é o seguinte: respondendo à V. Exª, o Exame da Ordem é prestado em 168 polos e é um exame que é prestado no interior. Essa é uma diferença muito importante para os concursos públicos que acontecem por aí.

Um concurso público para a Magistratura, para o Ministério Público, para analista em um tribunal, é dado nas capitais. Esse exame é nacional, no Brasil inteiro. Imaginem a logística que tem que haver para prestar esse exame sem vazar a prova, sem ter problemas. É nacional, mas aplicado no interior, e daí resultam os custos que V. Exª mencionava.

Haveria várias outras questões, Senador, para abordar, mas vamos mandar por escrito para seu gabinete e também para o gabinete do Senador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO – Podemos ir aos gabinetes, também, para prestar novas informações, se isso for do desejo dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Topa uma rodada com o pessoal?

O SR. CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO – Senador, é assim: vim para prestar esclarecimentos. As nossas decisões no Conselho Federal são colegiadas; submetemos a 81 colegas, vindos de todo Brasil – três Conselheiros por Estado – as nossas deliberações. Então, qualquer avanço nesse sentido submeteremos ao debate entre nós e traremos com a maior abertura do mundo para o diálogo. No entanto, eu não teria condições de estabelecer qualquer tipo de... A minha atitude aqui é mesmo de prestar informações.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço a informação e a forma direta da resposta.

Então, Senador Paulo Paim, esse encaminhamento fica neste momento prejudicado, conforme ele disse, até que, em reunião, possa se tomar essa decisão. Não há como encaminhar um grupo de trabalho, pelo menos aqui, sem essa decisão, sem o compromisso do representante da Ordem de que isso é possível. Ele também não está dizendo que não é. Ele está dizendo que precisa consultar, já que é uma decisão de colegiado.

Na sequência, concedo a palavra à Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros.

Vou pedir, também que se repitam sete minutos.

A SRª LUANA MARIA GUIMARÃES CASTELO BRANCO MEDEIROS – Obrigada, Senador.

Como foi mencionado pelo representante da OAB, hoje em dia existe uma situação fática consolidada: existe um grande número de cursos de Direito no Brasil. Não é segredo para ninguém, os números são públicos. O curso de Direito é um dos cursos mais numerosos em termos de cursos abertos. Acho que está em número semelhante aos cursos de Administração, Pedagogia, alguma coisa do tipo. Essa expansão se deu, como demonstrado pelos números do representante da OAB – foi um pouco mais diligente que eu com seus números – basicamente no final da década de 90, começo dos anos 2000, quando a política do Ministério era no sentido de promover uma expansão. Foi logo após a permissão de que instituições de educação superior privadas com finalidade lucrativas entrassem no setor educacional. Houve, de fato um *boom*, digamos assim, de oferta de cursos, de autorizações de cursos. A política do Ministério, à época, era no sentido de que o mercado regularia e, hoje em dia, a política do Ministério é um pouco diferente disso: é no sentido de que, sim, é um setor que é livre à iniciativa privada, é um setor no qual convivem instituições públicas, instituições privadas com fins lucrativos, instituições privadas sem fins lucrativos, instituições filantrópicas, confessionais, comunitárias. E o Ministério da Educação precisa avaliar, por um lado, todos os cursos de forma isonômica, mas, por outro lado, precisa entender que existe uma realidade fática diferente muito grande nas diferentes modalidades e natureza jurídica de instituições de educação superior que existem hoje em dia.

Então, a situação fática é posta. O Ministério desde o ano passado não tem autorizado novos cursos de Direito. O protocolo para cursos de Direito está fechado desde 2012... Talvez eu esteja falando... Com certeza, a partir de 2013, o protocolo está fechado, porque o Ministério, como eu mencionei anteriormente, está reformulando toda a política regulatória do ensino jurídico.

O que significa reformular toda a política regulatória? Vão ser reformulados os critérios de abertura de novos cursos, os critérios de reconhecimento dos cursos já existentes, os critérios de definição de números de vagas, a diretriz curricular dos cursos. Tudo isso está sendo discutido nesse momento. O nosso prazo final, dado pelo Ministro da Educação, é até julho. A partir de 1º de agosto o protocolo dos cursos será novamente aberto, com as regras publicizadas, discutidas e claras.

Existe um grupo formado, uma iniciativa originalmente da OAB, que fez um acordo de cooperação técnica com o Ministério. Depois, quando o grupo foi institucionalizado e veio para a Secretária de Regulação, em que eu trabalho, nós convidamos outros setores para compor esse grupo de trabalho, porque, como eu mencionei, a gente entende que a OAB representa apenas uma das profissões dentre as quais o egresso de um curso de Direito pode se interessar por exercer. Então, nós temos representantes da AGU, nós temos representantes da Associação Brasileira de Ensinos Jurídicos, professores da USP, da UnB, da Federal Fluminense. Nós trazemos consultores para matérias específicas, e nós formularemos uma proposta que, no que concerne às competências da Secretária e do Ministério, será aprovada por lá, e no que concerne às competências do CNE, notadamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, será encaminhada ao CNE.

Então, Senador, respondendo à sua pergunta, o Ministério tem consciência de que precisa atuar de forma mais efetiva com relação aos cursos de Direito.

Como mencionei antes, o exame hoje em dia existente, que é o Enade, e o conceito resultante dele, é trienal. Em 2007, houve uma supervisão com relação aos cursos de Direito que obtiveram resultados insatisfatórios. Naquele ano houve uma supervisão feita em parceria com a OAB, que combinou o resultado do Enade com o resultado das instituições no exame da Ordem, e a gente verificou certa correlação entre as instituições que obtiveram notas piores no Enade com as instituições que obtiveram o número mais baixo de aprovados no exame da Ordem. Infelizmente não tenho os números de cabeça, mas mais de 50 cursos entraram em supervisão e muitos tiveram suas vagas reduzidas.

Em 2011, após a divulgação do Enade de 2009, do CPC de 2009, nós colocamos mais 130 cursos em supervisão. Vários tiveram suas vagas reduzidas, vários tiveram suas ofertas suspensas e, agora, no final do ano passado, como falei, a gente fez uma supervisão um pouco diferente. Acho que mais de 70 cursos entraram em supervisão e 38 deles tiveram as vagas suspensas. Essa não é uma penalidade, porque é uma medida cautelar antes da decisão final do processo, mas é o instrumento mais severo que o Ministério da Educação em hoje em dia positivado em suas mãos para atuar.

Como falei, o setor se expandiu muito. Não vou aqui lamentar o fato de que, enquanto o setor se expandiu três vezes, a nossa equipe tenha se reduzido três vezes, mas é fato. E a gente está procurando constituir novos instrumentos que ajudem o Ministério da Educação a atuar da forma mais efetiva num setor cada vez mais diversificado, cada vez maior, um setor que, pelas perspectivas do Governo e pelas necessidades do País, precisa crescer muito mais.

O Plano Nacional de Educação, que está sendo votado aqui no Congresso, prevê praticamente uma duplicação do número de matrículas no ensino superior.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LUANA MARIA GUIMARÃES CASTELO BRANCO MEDEIROS – Obviamente essa duplicação não será no curso de Direto apenas, mas a gente precisa construir instrumentos fortes e eficazes para que essa expansão possa ser feita de forma qualificada, controlada e que os padrões de qualidade sejam respeitados. Por isso, a gente tem um projeto de lei em tramitação na Câmara propondo a criação de uma autarquia que dê ao setor de regulação da educação superior os insumos e os instrumentos mais eficazes para que a gente consiga atuar nesse mercado tão diversificado. Lembro que antigamente as instituições praticamente eram públicas, comunitárias ou confessionais e hoje em dia a gente tem 50% de instituições superiores privadas. O Ministério não tem preferência por uma ou por outra, mas é uma realidade diferente, que exige, talvez, instrumentos novos para que a gente possa interferir um pouco mais. Não interferir, mas que a gente tenha uma forma de talvez responsabilizar pessoalmente algum diretor que possa ter cometido alguma irresponsabilidade, improbidade, irregularidade. Esse projeto é muito importante para nós, porque hoje o Ministério possui muito poucos instrumentos consolidados, positivados, capazes de atuar de forma mais eficiente. A gente tenta fazer o que a gente consegue e a gente tem trabalhado muito. O Direito é um dos cursos que está no cerne da preocupação da Secretaria.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Luana Maria Guimarães Castelo Branco.

Concedo a palavra ao Lúcio Flávio Gonzaga Silva, do Conselho Federal de Medicina.

O SR. LÚCIO FLAVIO GONZAGA SILVA – Sr. Presidente, eu queria aproveitar esse segundo momento para agradecer o convite de V. Exª e do Senador Paulo Paim ao Conselho Federal de Medicina para estar aqui hoje.

Foi uma oportunidade importante, que eu levarei para a nossa plenária. Estamos em um processo de construção de como avaliar os egressos de nossas escolas de Medicina. Acho que este debate é de extrema importância, assim como a nossa presença aqui. A gente vai levar o que ouviu, o que aprendemos aqui, para que sirva na construção desse processo de avaliação.

Também foi um momento que aproveitamos para denunciar essa questão da proliferação das faculdades de Medicina em nosso País, preocupados que estão o Conselho Federal de Medicina e as entidades médicas, os Conselhos Regionais com a qualidade de formação do nosso médico. É o médico que vai cuidar da sociedade, que vai cuidar do nosso povo, que vai cuidar dos nossos familiares, nossos filhos, nossos netos. Então, realmente é uma preocupação central das entidades médicas, capitaneada pelo Conselho Federal de Medicina.

Então, eu concluo agradecendo. Estamos à disposição para contribuir, de alguma forma, com esse debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Lúcio. É também um prazer vê-lo aqui.

Com a palavra o Sr. Willyan Johnes, Presidente Nacional da Ordem dos Bacharéis do Brasil.

O SR. WILLYAN JOHNES – Senhores, cada vez mais, depois de tantos anos de luta, de estudo, quero levar ao conhecimento do Senador Paim que eu passei no exame. Fiz uma peça perfeita. Aliás, não deu para tirar o pontinho da peça exigido; disseram que eu não coloquei "tempestividade" em um caso recente. Ou seja, eles queriam que eu falasse para o juiz: "Doutor, daqui a cinco anos vai prescrever. Então, estou colocando agora". Absurdo isso para derrubar, sem contar as pegadinhas. Eu gostaria de saber se o representante da OAB fez o exame, se ele foi aprovado no exame, com que nota ele foi aprovado; se ele faria o exame publicamente com todas as pegadinhas e se ele passaria. Isso é para todos.

Eu gostaria de fazer uma pergunta aos senhores: quem nesta Casa, abriria mão de R$80 milhões por ano sem ter que prestar conta para ninguém? Levante o braço, por favor! (*Pausa.*)

Muito bem.

Eu gostaria de fazer uma pergunta para os Senadores e principalmente para os representantes da Ordem dos Advogados do Brasil: se eles conhecem o desemprego e suas consequências. Porque se um deles disser que conhece e ainda insistir nessa ganância, eu sinto pena dele, eu tenho pena. Volto a repetir. Se eu puder escolher entre o céu e o inferno, escolho o céu, mas quero ir lá falar com eles para saberem o que são essas consequências. São devastadoras. Eu acompanho todo o Brasil.

E, para concluir, Senador, há um *e-mail* já foi entregue para todos os Deputados, e a OAB disse que meu caso é pessoal. Fiz a peça é perfeita; lamentavelmente não deu tempo de responder às perguntas, porque é humanamente impossível. Ninguém passa; ali é pedra, é sorteio. É impossível, como um advogado pode fazer praticamente cinco peças, cinco petições, em cinco horas. Porque é uma ação, uma peça, e quatro questões fundamentadas; só falta o cabeçalho ali, o resto tem que fundamentar. Em cinco horas é impossível; ninguém vai fazer. Ou você faz uma boa peça ou vai pesquisar as perguntas. E mesmo para você fazer uma boa peça vai ser difícil. Vai fazer uma peça com o mínimo possível, sem computador. O único lugar do Planeta, o único operador do Direito que não usa computador é o bacharel. Eles falam que nos Estados Unidos há exame. Em alguns Estados há sim; chega-se lá há computador, tudo certinho. Aqui não pode. O exame é elaborado com fins de reprovação em massa e cada vez chego mais ainda a essa conclusão.

Vendo o Ministro da Educação pela voz da sua representante... É um absurdo, já mostra claramente que desconhece a legislação, não tem preparo. O art. 5º, XIII diz: é livre o exercício de ofício da profissão, conforme lei estabelecer. Qual lei? Estatuto de uma entidade de classe? Ou a lei que rege e dá as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que por sinal, é posterior ao Estatuto da OAB? A OAB deveria saber que uma lei de 1996 que discute o mesmo neutraliza a lei anterior.

Parabenizo o Cremesp, de São Paulo, pelo exame que eles fazem com os médicos. No começo, houve um mal-entendido e até entramos dando força, para a contrariedade deles. O objetivo ali é medir as escolas. Procede o que estou dizendo?

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. WILLYAN JOHNES – Para medir as escolas e não punir os médicos, porque nenhum foi punido. Então, eu parabenizo.

O objetivo é dinheiro sim. E volto a repetir: a sociedade quer saber aonde vão esses bilhões de reais. Volto a fazer um apelo aos 750 mil advogados, que acabem com essa ditadura, que exijam eleição direta para que tenham a chance, para que nós tenhamos o prazer de ter grandes crânios com liberdade de chegar a essa cadeira. Porque quanto mais liberdade, mais opção vai haver de melhorar não só a OAB, como qualquer setor.

Então, deixo aqui esse apelo e peço encarecidamente.

Dou uma sugestão para a OAB. Todo cidadão sem preparo pode entrar com ação em pequenas causas, menos o bacharel; ele é processado. Qualquer ignorante, analfabeto pode chegar lá e protocolar uma ação. Ele não pode, senão é processado. Por que não deixá-los trabalharem nas pequenas causas?

Eu fiz um projeto de lei, entreguei-o para a assessoria do Senador Cristovam Buarque, estive conversando com ele, que disse: "Eu aprovo esse projeto para regulamentar a profissão do bacharel.""Posso falar isso publicamente?""Pode falar." Cheguei ao assessor dele – salvo engano – José Carlos: "O projeto que eu fiz para legalizar está aqui." Conversei, entreguei e depois conversei com ele; liguei e conversei: "Não tenho interesse nesse projeto. Sou conselheiro da OAB." Eu falei: "Mas não é o Senador que decide?""Bom, ele vai ficar sabendo contra quem ele estará." Para mim. Liguei depois para a Regina...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILLYAN JOHNES – ... sua assessora, tocando nesse assunto, pois era inconformável um negócio desse. Ou seja, é dinheiro sim, e os políticos deste País... Porque se a Presidente Dilma pensasse um pouco mais no social, com uma canetada, ela ia dar centenas e milhares de empregos e abriria centenas de novas vagas em supermercados, em farmácias, que é onde eles estão trabalhando.

Então, Senadores, pensem no social. É grave. Estão se matando, estão dilacerando famílias. Pensem, liberem-nos pelo menos para trabalhar nas pequenas causas. Aí eles vão ter até o dinheiro para pagar os R$200,00, que eles pagam uma mixaria para as salas de aula do interior, que não têm conforto nenhum, é uma cadeirinha. E conheço donos de escola que vão parar porque não têm condições com o que eles pagam.

Então, é só conversa. É mentira, é grana! São R$80 milhões por ano à custa da miséria, do desemprego e de famílias que estão sendo dilaceradas por este País, porque a esposa acha que ele é incompetente, e ele não é. É pegadinha, é só pegadinha. Era feita a elaboração para reprovação em massa. Hoje, não vou mais ser

ingênuo em discutir a legislação. Depois do que houve no STF, não se discute mais. Falou está falando. Não discuto a Constituição, não.

É um absurdo. É um absurdo. Eu quero voltar a ver a criança cantar o Hino Nacional no meu País. Eu quero voltar a ver as pessoas conversando na rua, na calçada. É um absurdo e mais absurdo.

Então, hoje, o caso é social, Senador. Eu vejo que você fala com clareza. Eu até vejo que o Senador Moka até tem um equilíbrio, precisou até justificar que não é advogado em defesa da OAB. Nós sabemos que a OAB é um órgão fundamental, mas e um País sem direção? O País é fundamental, mas e a direção?

Temos que pensar nessa classe. São centenas e milhares de brasileiros passando por necessidades, são vítimas de doenças, e para enriquecer sabe lá quem. Queremos saber onde está esse dinheiro.

Peço essa gentileza aos senhores. Peço ao Brasil a mobilização total porque nós estamos falando de centenas e milhares de famílias, crianças que estão padecendo, famílias que estão sendo dilaceradas, e estão pagando jatinhos para baixo e para cima. Se bem que eles trabalham de forma gratuita, eles não têm salário – até entendo isso, devem pagar até a gasolina. Hoje já virei pejorativo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Willyan, por favor, para concluir.

O SR. WILLYAN JOHNES – Eu já virei pejorativo, me perdoem, porque estou olhando para o caso das crianças que estão passando por necessidade neste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Willyan, só uma informação, eu não tenho nenhuma dificuldade de justificar posicionamento. Sou um homem muito claro nas minhas posições. Eu só tenho respeito pela Ordem dos Advogados. O fato de estar aqui hoje presidindo esta reunião – eu poderia ter passado ao proponente – é exatamente para demonstrar o respeito que tenho pela postura e pelo reclamo que vocês estão fazendo hoje aqui.

Rubens Teixeira da Silva.

O SR. RUBENS TEIXEIRA DA SILVA – Ex^{mo} Sr. Senador Moka, primeiramente agradeço o tempo que o senhor está me dando. Quero cumprimentá-lo pela forma democrática e brilhante com que o senhor está conduzindo esta reunião. Agradeço o convite feito pelo Senador Paulo Paim. O senhor é xará do meu pai e do meu irmão que pagou os meus estudos. Paulo soa-me muito bem, identicamente como também o senhor, Senador Moka, porque o senhor e o Senador Paim são eleitos pelo povo e estão aqui para representá-lo. V. Ex^{as} têm legitimidade, e a gente fica honrado de estar perto dos senhores.

Eu queria fazer uma referência inicial aos dados colocados pelo Dr. Lúcio Flávio, bem colocados, sobre o aumento dos médicos de 1950 a 2013, do número de faculdades. Houve nesse período um aumento da população de 3,8%, quase 3,9%, quase quatro vezes a população brasileira no período, e aumentou duas vezes o número de faculdades. Resta a gente saber quantos se formaram em cada faculdade e qual o déficit da época para saber julgar esse número, se é adequado ou não, embora, lógico, o número que o senhor colocou tenha relevância na discussão.

Identicamente, os advogados, segundo os dados de 1970 a 2014 que foram fornecidos, houve um aumento de aproximadamente 2,13% da população brasileira e houve o aumento de três vezes no número de faculdades. Resta saber qual o número de formados por cada uma e qual o déficit da época, para saber qual a relevância e importância dos dados. Embora, repito, tenha relevância o dado inicial, precisamos ser mais criteriosos.

Com relação à fala do Dr. Cláudio, ilustre representante da OAB, entendi que a OAB está corrigindo uma falha do Governo. O Governo deixou abrir cursos de Direito demais, então a OAB tem que aplicar o exame para restringir ou controlar a entrada no mercado, a qualidade da formação ou coisa dessa natureza.

Quero dizer também que, quando contratamos um prédio – sou engenheiro civil –, ou alguém me contrata um prédio, se contratar, ou contrata a um engenheiro civil um projeto, milhares de pessoas, ao longo da vida útil daquela obra, que podem ser 30, 40 anos, estarão sujeitas à credibilidade, ao trabalho daquele engenheiro. Se essa obra cair, não há recurso que traga a vida de volta. Isso é diferente do que acontece no Direito, que tem muitos recursos para corrigir eventuais falhas no processo ou outras necessidades que surjam. Então, se o prédio cair, não há jeito; as pessoas morrem, vão ser sepultadas e só vai restar a demanda de compensação que surge em decorrência disso, mas a vida, maior bem que nós temos, de valor incalculável, não tem como retornar.

Saio daqui sem saber se tem faculdade caça-níquel ou não tem, ou o que quer dizer isso. Saio daqui sem saber se isso é coisa de professor fingir que está ensinando e aluno fingir que está aprendendo. Saio daqui sem saber, ninguém falou nada sobre isso. Eu não sei se alguma instituição tem imunidade para fazer uma acusação tão séria ao magistério jurídico ou a qualquer outra forma de magistério e ficar por isso mesmo e não precisar explicar. Eu, como professor, sinto-me envergonhado e tenho certeza de que todo professor sério, que

é a maioria, também se sente, especialmente num País em que a educação ainda, especificamente a pública, encontra dificuldades. Embora esforços tenham sido feitos para melhoria – e houve melhorias –, temos muito a vencer. Humilhar o magistério desse jeito é algo deplorável e extremamente ruim para a nossa democracia, especialmente o magistério jurídico, como os demais também, que são igualmente importantes.

A ilustre representante do MEC, a Drª Luana, fez referência a uma prova para regulamentar. No Direito, o que regulamenta são normas regulamentares, que são normalmente as normas, as necessidades. Aquilo que for norma que afeta a sociedade como um todo, tem natureza de ser Direito Público, e Direito Público tem que ser normatizado sobretudo por instituição pública, que não é o caso da OAB.

A gente deve lembrar que Hitler também foi eleito, e ele tinha os juristas que legitimavam os atos dele, tinha os engenheiros que construíam câmaras de gás, que operavam aquilo tudo, médicos que faziam experiências com vidas humanas. Então, nós temos que olhar, antes de olhar as palavras, o resultado.

Jesus Cristo, o maior Mestre de todos os tempos, disse: "Pelo fruto se conhece a árvore". O fruto desse cenário são pessoas desempregadas e humilhadas, pessoas de quem recebo *e-mails*, do Brasil inteiro, mensagens pelo Facebook, pessoas que dizem que tomam remédio. Por quê? Porque o processo a que a OAB submete essas pessoas é um processo humilhante, é um processo de uma prova que, se necessário, Srs. Senadores, deveria ser periódica e por área, especialmente porque a legislação, a doutrina e a jurisprudência mudam muito rápido. Em cinco anos, a legislação já está alterada. Tanto o é que os códigos são lançados ano a ano; talvez mude mais rápido do que a Medicina, do que a Engenharia. Então, se o exame da OAB é necessário para manter os profissionais trabalhando de forma adequada no mercado, ele deveria ser periódico. A carteira da OAB deveria ter validade só de cinco anos, por exemplo, e a cada cinco anos os advogados serem reavaliados porque o desempenho, a capacitação pode melhorar com o tempo, se a pessoa se aprimorar, ou pode piorar e ficar obsoleta, se a pessoa não se preparar e não se atualizar, e é comum as pessoas não se atualizarem.

É importante saber também que a segunda fase da OAB avalia apenas uma área, uma única área. A primeira fase é uma prova de múltipla escolha que são diversas áreas; a segunda avalia uma única área, pode ser Direito Penal, Direito Administrativo. Se a OAB está certa na sua proposta, a habilitação do advogado deveria ser por área. Se fez na segunda fase Penal, deveria só advogar em Penal; não poderia advogar em Cível, Administrativo, Trabalho. Se quisesse se habilitar em cada área, deveria fazer todas as provas.

Veja que há uma incoerência completa nesse método que eles argumentam. Sou professor e sei que há como controlar o grau de dificuldade de uma prova e sei também que, se a minha prova vai ser pragmática, no sentido de avaliar o conhecimento, ou se quero decoreba ou botar pegadinha.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUBENS TEIXEIRA DA SILVA – É uma prova em grandes volumes, porque é grande a quantidade de candidatos. Como são muitos candidatos, deveria um ganho em escala, e o concurso poderia ser mais barato em função disso, do ponto de vista da economia. Eu, como economista, não sei explicar por que uma grande quantidade de candidatos aumenta o custo, por que o custo seja tão elevado. Senhores e senhoras, isso, definitivamente, é um absurdo, sob qualquer ponto de vista.

Eu queria passar às mãos do Exmo Senador Moka não só a carta que eu mandei ao Congresso Nacional, à Presidência da República, mas também todos os meus escritos, onde eu exponho todas as minhas ideias relacionadas ao exame da OAB.

Por último, eu queria dizer aos senhores: como um desempregado que, às vezes, estudou pelo Fies, porque não tinha recursos para pagar a faculdade, que não tem emprego e renda, vai sobreviver? Olha, a pior coisa para um ser humano, depois que ele se forma, é não poder trabalhar. Eu, que tirei a carteira de trabalho com 14 anos de idade e ninguém assinou até que eu fosse para o Exército, sei o que é a humilhação ter de trabalhar para receber quanto as pessoas querem oferecer. Existem bacharéis trabalhando como se fossem advogados, Senadores, em escritório, ganhando um subsalário, numa subprofissão. Isso, sobretudo, é um erro jurídico. Como a OAB finge que não vê isso? Além de tudo, é uma humilhação. Se fosse uma pessoa incompetente, se fosse uma pessoa despreparada, não estaria ali no escritório. Se está é porque é competente.

Eu clamo por justiça. Vamos ver os resultados antes de ver o caminho, antes de ver as explicações, antes de ver a retórica. As pessoas estão morrendo de fome, estão passando por necessidade, cometendo suicídio, estão passando humilhação. Isso não é justo. Eu não aceito.

Senhores, eu fiz seis cursos acadêmicos de alta *performance*, fiz um monte de concurso público. Eu sei o que é uma prova, eu sei o que é dificuldade. Eu estou falando de uma realidade que eu conheço, porque eu vim da pobreza extrema, repito, e fui chamado de semi-idiota. Muito obrigado.

Peço justiça pelos bacharéis. É só isso que eu peço. Eu não quero outra coisa. Nem se preocupem com a minha carteira, porque ela não faz diferença para mim enquanto essas pessoas não tiverem as suas – embora eu tenha passado no exame.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Reinaldo Arantes.

O SR. REYNALDO ARANTES – Exmo Presidente Waldemir Moka, Senador Paim, eu gostaria, inicialmente, apenas de registrar – vou até colocar isso na sequência – que a OAB, até agora, não falou a respeito das provas de manipulação e da minha fala de que o Exame de Ordem é um estelionato. A OAB tem um discurso de que as faculdades fazem um estelionato educacional – foi colocado pelos colegas, inclusive pela própria OAB –, desqualificando as instituições de ensino superior. Nossas faculdades são boas para fazer enfermeiros, médicos, engenheiros, mas para o Direito não. E aí uma correção com números. Vamos lá.

Atualmente, nós temos 1.291 instituições com cursos de Direito; Administração, 4.100, Srª Luana. Passou de 4 mil há muito tempo. E ninguém fala que há uma instituição de ensino de Administração em cada esquina, que dá o diploma pelo correio e faz a inscrição e o vestibular pelo telefone.

O que acontece? Em 1963, o Senador Jarbas Passarinho, então Ministro da Educação, liberou para as instituições de ensino particulares com fins lucrativos o ensino superior, que até então era monopólio estatal.

No ano de 1989, o então Presidente eleito, hoje Senador Fernando Collor, disse que iria desburocratizar esse acesso da iniciativa privada aos cursos de nível superior. O que acontece, senhores, é que hoje 90% dos formados vêm das escolas particulares. O Governo foi absorvido. O então Ministro da Educação, Fernando Haddad, esteve dois anos atrás na Bahia, em Salvador, no congresso das universidades particulares, pedido pelo amor de Deus que o Brasil dobrasse seu número de inscritos. Havia 5 milhões de acadêmicos, e ele precisava passar para 10 milhões. Era uma meta da Presidenta Dilma e do Presidente Lula.

Atualmente, senhoras e senhores, o Brasil tem 13% da sua população na idade acadêmica, de 18 a 28 anos, nas universidades. O Paraguai tem 20%; o Chile, nosso vizinho, 22%. Então, faltam ainda. Não é quantidade. Nós precisamos de mais quantidade e também de qualidade.

Agora, o único dilacerado nos seus direitos é o bacharel em Direito. Porque o de Medicina faz o curso, o Cremesp faz um exame em São Paulo e cobra, mas não reprova. O de Contabilidade está fazendo uma prova agora de proficiência e também cobra, mas não reprova. O único reprovado, a única vítima é o bacharel em Direito, em um exame inconstitucional. Dr. Lúcio, todos, inclusive em Medicina ou Contabilidade, todos são inconstitucionais. O parecer do atual Procurador-Geral da República é justamente nesse sentido: não compete a qualquer conselho fiscalizar, ele tem interesse. E aí eu volto aqui às provas de manipulação. Por que a OAB manipula a primeira e segunda fase, Senador? Porque, a cada exame – o senhor pode conferir, esses números são públicos; nós estamos no 13º exame de Ordem –, sempre ficam mais de cem mil reprovados; o próximo exame, já tem uma renda de pelo menos 20 milhões. Esses cem mil reprovados vão se juntar aos que se formaram, 117, 120, e vai dar nos 80 milhões de que a OAB não presta conta para ninguém, porque ela se arvora de um parecer, de uma ementa, de uma decisão do STF que diz que ela não é pública nem privada. Mentira! A certidão de nascimento da OAB, o CNPJ dela, tirado em 1966, diz que ela é uma autarquia federal. O restante, senhores, é simplesmente um discurso de advogados que usam essa decisão do STF e, claro, não o questionam. E por quê? Porque ora ela é pública, para não pagar imposto sobre os seus convênios, sobre as anuidades e sobre a taxa que arrecada do exame da Ordem; e, paralelamente, ela é privada, para não ter que prestar contas ao Tribunal de Contas da União.

Quanto às inovações na prova, Senador Paim, realmente, desde que nós fizemos aquela audiência, a OAB realmente tem medo; ela já jogou vários anéis fora para não perder os dedos. A prova, inicialmente, tinha cem questões na primeira fase e baixou para 80; logo a seguir, a prova que era de quatro horas passou para cinco; agora, quem passa na primeira fase e vai para a segunda, na próxima só – veja bem, só na próxima – está dispensado de fazer a primeira fase, depois ela volta.

Com essas evoluções, a OAB está tentando dar os anéis para não perder os dedos. Sabe por que, Senador? Porque os índices de reprovação continuam iguais! As mudanças são apenas paliativas, e por quê? Porque a OAB, independente de como vai fazer ou não, manipula! O exame de Ordem é um estelionato. Eu venho falando isso publicamente para a Ordem, e não fui processado até hoje – os documentos estão aqui.

E quanto à conversação, Senador Moka, eu mantenho a maior relação cordial com o Deputado Fábio Trad, que é o Líder da Bancada dos advogados na Câmara dos Deputados – inclusive citei seu pai, o nobre Nelson Trad, que esteve aqui naquela primeira audiência, Senador Paim –, e a conversa está aberta.

Agora, eu queria dedicar esse último minuto a pedir o apoio para as quatro propostas que nós estamos tendo na CCJ da Câmara para chegarmos a um acordo sobre qual opção para mudarmos, tirarmos o exame da mão da OAB, manipulado e estelionatário, e passar para o MEC; ou que ele não possa reprovar mais, como o de Medicina, ou seja trocado por uma residência jurídica; e, fundamentalmente, por uma questão de justiça social – meus colegas deixaram claro que há pessoas impedidas de trabalhar pagando R$200,00 para fazer

cada exame – nós pedimos a gratuidade. E já temos um apoio político muito grande na Câmara e no Senado para debatermos essa questão da gratuidade, porque é uma questão de justiça social. Em vez de R$200,00 pagos por quem acabou de se formar, está impedido de trabalhar e está sendo manipulado no exame, que então passe para os 700 mil advogados, e não os 100 mil examinandos – isso dá R$28,57, Senador Paim, para tirar de anuidades, que beiram mil reais. É esse o projeto de lei. Já conseguiram, a OAB já fez um jogo perfeito e conseguiu tirar da MP nº 627. Agora, nós pedimos que isso seja analisado por um projeto de lei, mas que seja coletivo, que tenha o apoio de todos os que nos apoiam, de todos que concordam com justiça social, e que aí nós possamos levar isso ao Plenário e que, rapidamente, nós tenhamos a gratuidade. Porque a OAB já disse que o exame é fundamental para aferir o conhecimento, para proteger a sociedade; então, ela que assuma o ônus, e deixa-se o ônus à custa dos bacharéis.

Se o senhor me permite, só mais um dado: nós temos uma ação que está tramitando na Justiça Federal, uma ação civil pública pedida pelo Ministério Público de Minas Gerais, que questiona e pede a gratuidade da taxa e até a devolução do que foi pago nos últimos anos. E aí o Cesp/UnB, documentalmente, colocou que para fazer todo o exame – aluguel, trato, prova – tudo, tudo, tudo – tudo! –, ela recebia R$84,00 da OAB. Cento e dezesseis reais, segundo documentos oficiais dessa ação, vão para as mãos da OAB, para ela não fazer nada. É isso que segura o exame, Senador. É por isso que nós queremos a gratuidade.

É uma questão de justiça social! A argumentação está nos projetos e nós pedimos o apoio desta Casa para que seja votado o mais rápido possível.

Muito obrigado pelo tempo extra, Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Sr. Reynaldo.

Quero passar a palavra ao último orador, que foi o primeiro, Sr. Carlos Otávio Schneider, Presidente Nacional da Associação Nacional dos Bacharéis em Direito.

O SR. CARLOS OTÁVIO SCHNEIDER – Senador Paulo Paim, muito obrigado por ter convocado esta audiência pública.

Em nome do Júlio, nosso colega lá do Rio Grande do Sul, trago o abraço e sei o quanto ele é importante, o quanto ele o estima lá no Rio Grande do Sul.

E o PT é o Partido dos Trabalhadores. Nós queremos trabalhar. Nós precisamos trabalhar. Nós temos famílias. E não é uma prova de Ordem...

Eu fui laureado, na minha faculdade de Direito, com honra ao mérito no estágio que fiz, prestando serviço gratuito à comunidade de Canoas, no entanto eu não sirvo para a OAB, que vem novamente a esta Casa manipular muito bem os números; os números e os argumentos.

Respeito a instituição OAB, que fique bem claro isso. Respeito as instituições Conselho Regional de Medicina e Conselho Federal de Medicina. Sou contador também e tenho profundo respeito pela minha entidade de classe, mas permitir que essa entidade afira o ensino público no Brasil é uma tremenda invasão de competência do setor público transferida para o setor privado; é lavar as mãos, como o próprio MEC fez aqui.

Para que serve o diploma, MEC? Depois de formado, de cinco anos, você vai lá para aquela festa maravilhosa, pais, parentes, amigos... E estou agora com o meu diploma. Serve para que, Senador? O Estado, o MEC diz que estou habilitado, pelo art. 48 da Lei nº 9.394. Eu estou habilitado para o exercício da função! E a OAB diz que não.

Quem é a OAB para derrubar as decisões do Estado, do Governo? Quem é a OAB afinal de contas? É uma entidade de classe? E o art. 44 não diz que fiscaliza o exercício da profissão de advogado. Não diz. Mas ela diz aqui: fiscalização. Quer dizer, nós estamos jogando os bacharéis de Direito na lama, dizendo que aqueles que não foram aprovados no Exame de Ordem são incompetentes. É o mesmo que matar uma criança no ventre da mãe, porque ela poderá ser um bandido amanhã. É isso, há um julgamento prematuro. Antes mesmo que o bacharel em Direito tenha condições de trabalhar, ele já é julgado como incompetente.

Não é uma prova de cinco horas, Senador Paulo Paim, que vai dizer se eu sou ou não sou competente. Ela não pode derrubar cinco anos de estudos.

E aqui eu gostaria de me debruçar, Senador Moka, sobre uma outra questão com relação àquilo que o Reynaldo Arantes trouxe para a discussão: imunidade tributária.

Eu só gostaria que a OAB respeitasse o meu espaço.

A imunidade tributária decorre das vigas mestras da Constituição Federal. O que não consta na Constituição Federal não pode ser concedido sequer por lei ordinária, muito menos por lei complementar a uma instituição particular.

Lá no art. 150 da Constituição estão relacionadas as pessoas contempladas com a imunidade tributária, e não consta a OAB. Mas no art. 45 ela mesma se intitula imune à tributação. Ela mesma! E o Estado brasileiro aceitou essa aberração jurídica. É a isso que nós estamos assistindo.

Então eu quero convocar o Parlamento, Senador Paim, para que se debruce sobre essa questão, que é uma questão de direitos humanos. É uma questão que merece urgente, mas urgentíssima decisão do Senado Federal para corrigir essa tremenda distorção que são esses pobres jovens. Talvez eu não consiga mais fazer uso da minha prerrogativa de advogado por muito tempo, dada minha idade, mas eu não gostaria de ver sonhos de jovens, meninos e meninas, sepultados por conta de um exame de tamanha exclusão. Ele não promove a justiça social. E o PT, nós sabemos – inclusive o Eduardo Cunha do PMDB –, também muito bem captou essa situação. Nós não podemos permitir que o Estado se entregue a uma entidade privada. Isso não é função do Estado. Se é prerrogativa do Presidente da República fazer promulgar leis e decretos nos termos do art. 34 – que é prerrogativa privativa, Senador – e lá no art. 1º e no art. 3º do Estatuto da OAB se diz que o exercício privativo da advocacia é daquele que está inscrito na OAB, sob pena de crime e de responder a processo penal, a processo administrativo e a processo civil, qual é a imputação que é dada à OAB quando ela desrespeita essa prerrogativa constitucional? Que crime ela comete? E a Presidência da República, sim, comete crime de omissão, de obrigação de fazer.

Então dentro dessa lógica, Senador Moka, eu quero aqui dizer quanto à Associação Nacional dos Bacharéis em Direito, em respeito aos professores que são juízes, desembargadores e advogados, que, quanto à prova da Ordem, se tiver que ser aplicada uma prova, que seja aplicada pelo MEC, por mais que o MEC resista a essa tentação. E, segundo, antes da diplomação, sob pena de estelionato.

E agora, para finalizar, a OAB cobra R$200,00 para fazer as duas fases do exame. Você passa na primeira fase, passa para a segunda, rodou, *o.k*. Agora, se você fizer a primeira fase – e tanta gente roda na primeira...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS OTÁVIO SCHNEIDER – ... fase – não fará a segunda fase, mas a OAB já cobrou. Isso não é enriquecimento sem causa, Senador? Isso é enriquecimento sem causa.

Então, nós temos que saber o que é a OAB. É uma entidade de classe ou é um sindicato? Porque o próprio Estatuto também diz que aquele que está filiado à entidade de classe da OAB não precisa pagar o imposto sindical. Como assim? O que ela é afinal, um sindicato ou uma entidade de classe? A Lei. 8.906 já tem oito declarações de inconstitucionalidade de dispositivos dela e o bacharel de Direito, como hipossuficiente, não pode pagar essa conta da briga entre MEC e OAB.

Muito obrigado, Senador Moka, por sua condução, pelo seu trabalho. Senador Paulo Paim, muito obrigado por nos convidar para estarmos aqui neste debate tão importante que nós gostaríamos que tomasse fim imediato para que todos nós possamos finalmente pôr o nosso sonho em prática, que é o de advogar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, é inegável que os argumentos que nós ouvimos aqui são argumentos sólidos, não há como não reconhecer. É inegável recebi aqui uma pilha de *e-mails,* todos vão na linha dos argumentos que eu ouvi. Houve uma moça que pediu que eu lesse a carta. Mas, se eu ler a carta, todos nós vamos chorar, inclusive eu, confesso. Se eu ler a carta aqui, todos nós vamos chorar, eu vou chorar também. Todos nós somos sensíveis. Eu vou na mesma linha da fala que eu fiz antes. Eu aprendi nesta Casa com tantos anos que estou aqui dentro – quase trinta anos, quatro de Federal e dois de Senador, dariam trinta e dois daqui a mais dois ou três anos – que, primeiro, não há lei perfeita e não há lei imutável. A lei sempre pode ser melhorada. Então, nessa visão, a minha fala – com todo cuidado, elogiando toda a Mesa e com o carinho que demonstrei à OAB – me leva, Senador Moka, a terminar da linha que eu comecei. Acho que teríamos que, por obrigação, pegar todos projetos que há na Casa – como se faz aqui com muita coisa quando há vontade política – reunir em um só, apresentar uma proposta com a participação dos senhores, pois todos aqui são muito preparados para o tema, e convidar o MEC a participar da discussão. O MEC vem como convidado, convidar o MEC para participar da discussão e tentarmos fazer uma redação em parceria com a OAB na busca do entendimento.

Por que eu disse trinta anos aqui? Não pensem que não vai mudar. Estou falando agora especificamente para a OAB – e olha o carinho que tenho com a OAB. Nesses trinta anos, eu aprendi que leis que eram consideradas imutáveis se tornaram mutáveis e se tornaram realidade: o Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial; e a política de cotas? Diziam que íamos botar negro contra branco dia e noite. E lá na universidade, que bom ver a nossa juventude acolhendo os índios, os negros, os brancos mais pobres. Estão vivendo juntos, com a maior tranquilidade. Isso não é conflito em nenhuma universidade, e é a realidade hoje.

O Senador Moka foi feliz, de forma positiva, ao dizer que é um fato, é real esse apelo. Só eu venho tratando dele indiretamente há mais de 15 anos, no mínimo há mais de uma década, ouvindo audiências lotadas no Dante Barone – e o Júlio foi um dos que organizou – para discutir o tema. Nós temos que achar um caminho.

Houve mudanças pequenas, mas houve. Temos que reconhecer que houve, mas nós podemos avançar mais nesse tema. E por isso vou na mesma linha do Senador Moka na minha frase final. Nós temos que esta-

belecer um diálogo com a OAB na busca da construção de uma alternativa para que essa juventude toda que se forma – e vejo casos que eu conheço, inúmeros deles – tenha a oportunidade do trabalho. Claro que passa por um entendimento entre nós. Não estou propondo aqui anular tudo e, daqui para frente, a se formar estar advogando no outro dia. Não estou propondo isso, até porque existem estágios em outras profissões também. Mas nós tínhamos que construir alguma alternativa.

Então faço um apelo ao Dr. Cláudio que leve lá para o Conselho – são oitenta e poucos participantes, foi falado aqui, se não me engano – esse apelo aqui desta Comissão, eu diria, por unanimidade, pela fala do próprio Presidente Moka, e que a gente estabeleça uma conversa sobre essa questão, para ver até onde podemos ir.

E só repito isso: mais hoje ou mais amanhã vai mudar, não há como não mudar. Esse quadro, como está, não acredito que continue. Eu sou daqueles que acreditam muito na pressão popular. E a pressão popular está muito grande para que alguma coisa seja feita.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou conceder a palavra para que possa responder no seu encaminhamento.

Vou encerrar, porque já é uma hora da tarde. São 13h, melhor dizendo.

O SR. CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO – Senador, quero dizer a V. Exª que a nossa atitude na OAB é uma atitude de total solidariedade com os bacharéis que eventualmente não consigam lograr aprovação. Também sou professor de Direito, ensino há muitos anos. Ensinei em todos os tipos de faculdade no meu Estado de origem, o Rio de Janeiro; em faculdades particulares cujos egressos por vezes têm dificuldade em passar no exame, e em faculdades públicas. E realmente não só da instituição, mas também dos meus colegas conselheiros federais, que às vezes têm um estagiário que não passa, que às vezes tem um filho que é reprovado no Exame de Ordem, no meu caso que tive alunos reprovados, a nossa atitude é uma atitude de total solidariedade. E aplicamos esse exame no sentido realmente do cumprimento do dever. Não temos esse interesse econômico no exame pela simples circunstância de que se recebêssemos na OAB todo esse contingente de bacharéis que não lograram aprovação, e se eles passassem a pagar anuidades, os valores arrecadados seriam muitíssimos superiores aos valores que são arrecadados com a anuidade e do Exame de Ordem.

E dizer, por fim, a V. Exª, que a OAB acredita no diálogo, a OAB é a instituição do diálogo. A advocacia é criada no contraditório, no diálogo, na troca de argumentos e contra-argumentos, e é por meio desse diálogo que entendemos que o Governo avançou muito fiscalizando com mais força. Hoje em dia o Governo não autoriza nenhum curso jurídico tal a constatação da gravidade da situação. Ele simplesmente interrompeu a abertura de novos cursos jurídicos, está construindo um novo marco regulatório para o ensino jurídico. Nós, da OAB, realizamos 27 audiências públicas em todo o Brasil. Cada Estado da Federação teve uma audiência pública, para produzirmos uma proposta, que foi discutida no Conselho Federal e apresentada ao MEC, para contribuir com o MEC na elaboração desse novo marco regulatório do ensino jurídico.

Então, quando eu disse aqui a V. Exª teria de levar ao Conselho é claro que é porque qualquer proposta concreta tem de resultar do colegiado do Conselho Federal, mas a nossa predisposição para o diálogo é inerente à nossa categoria profissional, e essa tem sido a nossa prática durante tantos anos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) –V. Sª quer fazer uma correção. Pois não.

O SR. LÚCIO FLAVIO GONZAGA SILVA – Obrigado, Presidente. É que fui citado. Em 1950, tínhamos 52 milhões de habitantes, e hoje temos 200 milhões – são quatro vezes. As faculdades de Medicina eram 27 e hoje são 220; há quase dez vezes mais faculdades.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS TEIXEIRA DA SILVA – O senhor está corrigindo uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Deixe eu lhe dizer uma coisa, Paim. Eu vou dar por encerrada. Acho que isso aqui serviu, no mínimo, para que ficasse claro que há, sem dúvida alguma, por parte dos bacharéis, uma incompreensão, uma insatisfação: eles não concordam com o Exame de Ordem. O representante da Ordem deu a justificativa aqui. Tomara que ele consiga, no colegiado que a gente possa estabelecer um diálogo.

Agora, quero finalizar dizendo que a audiência pública tem por finalidade debater isso. Acho que todo mundo aqui, democraticamente, argumentou, contra-argumentou.

Quero agradecer a presença de cada um de vocês e dizer às pessoas que vieram aqui e que falaram que gostariam de formular questões ou de falar comigo pessoalmente que eu estou aberto a isso também.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 4 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatorze minutos, do dia 30 de abril de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Roberto Requião, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, José Agripino, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Wellington Dias, Romero Jucá e Cyro Miranda, e das Senadoras Angela Portela, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Lídice da Mata. Justifica a ausência o Senador Cristovam Buarque. Registram a presença os Senadores Ciro Nogueira e Randolfe Rodrigues e os Deputados Federais Antonio Brito e Ivan Valente. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 22, de 2014 – Não Terminativo – Autoria:** Presidente da República *Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.* **Relatório:** A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Senhor JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. **Resultado:** A Comissão de Assuntos Sociais, em votação procedida por escrutínio secreto, opina pela APROVAÇÃO do nome do Senhor JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, por 18 (dezoito) votos SIM, 1 (um) voto NÃO e nenhuma abstenção. **Relatoria**: Senadora Ana Amélia. **ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 23, de 2014 – Não Terminativo – Autoria:** Presidente da República. *Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.* **Relatório:** A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Senhor JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Resultado:** A Comissão de Assuntos Sociais, em votação procedida por escrutínio secreto, opina pela APROVAÇÃO do nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, por 18 (dezoito) votos SIM, 1 (um) voto NÃO e nenhuma abstenção. **Relatoria**: Senador Humberto Costa. 2ª PARTE – **PAUTA – ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, de 2010 – Não Terminativo – Autoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. *Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever tipo penal para a autoridade policial que não adotar as medidas legais cabíveis para a proteção de mulher em situação de violência doméstica, se da omissão resultar lesão corporal ou morte.* **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2010. **Resultado:** Adiado. **Relatoria**: Senadora Angela Portela. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2012 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Gim. *Concede incentivo tributário a pessoas jurídicas que auxiliem na capacitação profissional de jovens em abrigos ou casas de reabilitação.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2012, e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Relatoria**: Senador Benedito de Lira. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2014 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Vital do Rêgo. *Altera a Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, para estabelecer metodologia de atualização da lista e modos de utilização do crédito presumido para os produtos incluídos no regime especial de contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep, e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social –Cofins.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2014. **Resultado:** Adiado **Relatoria**: Senador Paulo Paim. **ITEM 4 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, de 2009 – Terminativo – Autoria:** Senador Augusto Botelho. *Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para definir procedimentos a serem adotados na apuração de responsabilidades e estabelecer sanções a serem aplicadas aos agentes públicos responsáveis pelo descumprimento injustificado de obrigações assumidas no âmbito do Sistema Único de Saúde.* **TRAMITA EM CONJUNTO. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, de 2011 – Terminativo – Autoria:** Senador Humberto Costa. *Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para modificar o art. 36, que institui regras sobre a elaboração dos planos de saúde, e para inserir dispositivos que regulam a responsabilidade sanitária dos gestores no âmbito do Sistema Único de Saúde.* **Relatoria**: Senador Wellington Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2011, e das 14

(quatorze) Emendas que apresenta; e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2009, que tramita em conjunto, e das 8 (oito) Emendas a ele apresentadas pelo Senador Tião Viana durante o prazo regimental. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. *Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, para condicionar, à prescrição médica, a venda e o fornecimento de medicamento à base de vitamina ou mineral cujo consumo excessivo possa ser prejudicial e impor a colocação de advertência nas embalagens de produto dietético que contenha a vitamina ou o mineral.* **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2013. **Resultado:** Adiado. **Relatoria**: Senador Humberto Costa. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Blairo Maggi. *Acrescenta o art. 14-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ocorra por meio eletrônico.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2013 e das 2 (duas). Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Relatoria**: Senador Armando Monteiro. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, de 2014 – Terminativo – Autoria:** Senador Blairo Maggi. *Altera a alínea "p" do § 9º do art. 28 Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre as contribuições efetivamente pagas por pessoa jurídica relativas a programa.* Usam da palavra os Senadores Humberto Costa, Paulo Davim, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, Randolfe Rodrigues, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Lúcia Vânia, e o Senador **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e três minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A presente reunião destina-se à apreciação de dois itens de escolha de autoridades e sete projetos de lei, conforme pauta previamente divulgada.

Mensagens do Senado Federal nº 22 e 23, de abril de 2014.

Convido, para tomar assento à mesa dos trabalhos, os indicados: Srs. Jaime César de Moura Oliveira e José Carlos de Souza Abrahão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Encaminho a V. Exª requerimento solicitando que seja encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça o PLS 267, para conferir aposentadoria especial aos trabalhadores em atividades penosas e estende aos motoristas de transporte coletivo de características urbanas, porque, após ter apresentado um relatório com voto favorável sobre esta matéria, recebi informação, oriunda do Ministério do Trabalho e Emprego, que dá conta de um vício de inconstitucionalidade. Então, encaminho a V. Exª, para que possa ser considerado este requerimento.

Peço a gentileza de examiná-lo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

Vou conceder a palavra aos expositores e, logo em seguida, aos dois Relatores, já com os questionamentos.

Consulto os Senadores e Senadoras presentes se, quando dos questionamentos, nós podemos já abrir a votação, para que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras possam votar durante o processo de arguição.

Concedo a palavra ao Sr. Jaime César de Moura de Oliveira e, logo em seguida, ao Sr. José Carlos de Souza Abrahão, para suas exposições.

Quero anunciar – e o faço com imensa satisfação – a presença do Deputado Federal Antonio Brito. Obrigado pela presença de V. Exª.

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – Muito obrigado, Senador.

Exmº Presidente desta Comissão de Assuntos Sociais do Senador Federal, Senador Waldemir Moka; Exmª Srª Senadora Ana Amélia, Relatora desse processo de avaliação de minha indicação para a Diretoria Colegiada da Anvisa; Exmºs Srs. Senadores e Srªs Senadoras, membros da Comissão de Assuntos Sociais, senhoras e senhores presentes, a Anvisa completa, neste ano de 2014, 15 anos de existência. A instituição de uma agência

federal dedicada à regulação sanitária decorreu da necessidade de se aprimorar o quadro institucional existente no final da década de 90, com relação à vigilância sanitária de produtos e serviços.

O relevante papel atualmente desempenhado pela Anvisa no âmbito da saúde pública no País é resultado direto de importantes decisões tomadas pelos Poderes Executivo e Legislativo, do trabalho comprometido e de qualidade técnica, internacionalmente reconhecida, de um grande número de profissionais da própria Agência, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e da academia e das constantes e legítimas demandas sociais por qualidade e segurança de uma série de produtos e serviços colocados à disposição da população.

As competências definidas pela legislação para a Anvisa implicam a atribuição a essa Agência de um significativo poder regulatório e, como consequência dele, a responsabilidade por evitar a ocorrência de danos e a criação de riscos inaceitáveis à saúde.

Juntamente com os demais órgãos que compõem o SUS, a Anvisa tem o dever legal de perseguir reduções das taxas de morbidade e mortalidade e de induzir melhorias na qualidade de vida, atuando, no seu caso, sobre a qualidade de produtos – e o acesso a eles – definidos como de interesse para a saúde.

No cumprimento dessa missão institucional, a Anvisa, em atuação conjunta com as vigilâncias sanitárias dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, vem historicamente apresentando resultados concretos. Eles estão refletidos em ações diárias predominantemente silenciosas, que impedem que produtos e atividades que não atendam aos requisitos sanitários cheguem ao mercado consumidor. E também no permanente monitoramento desses produtos e serviços quando já estão no mercado e em ações de suspensão de atividades, recolhimento de produtos e comunicação aos consumidores e profissionais de saúde quando algum risco é identificado. Refletem-se também em ações de maior exposição social, como a atuação da Anvisa na construção e consolidação da bem-sucedida política de medicamentos genéricos, na contribuição para a queda dos níveis de tabagismo por meio de restrições regulatórias impostas aos cigarros e na divulgação periódica dos resultados das análises de resíduos de agrotóxicos em alimentos.

Com ações diárias executadas sistematicamente em nível nacional, a atividade regulatória da Anvisa e as ações de vigilância sanitária das Visas estaduais e locais contribuem para a eliminação e redução de riscos à saúde decorrentes da circulação de bens e serviços.

Apesar de ser esse o principal objetivo e efeito da vigilância sanitária, a progressiva profissionalização dessa atividade e o desenvolvimento da regulação sanitária no Brasil trouxeram ganhos em outras esferas. As normas sanitárias, ao estabelecerem requisitos técnicos para medicamentos, alimentos, cosméticos, produtos de higiene e limpeza utilizados em todos os lares, entre outros, conferem base normativa técnica para a realização dos direitos dos consumidores quanto à segurança e a qualidade de vários produtos que utilizam.

Direitos do consumidor relativos à informação também são viabilizados por meio da regulação sanitária que trata da rotulagem em geral, da informação nutricional de alimentos, das bulas de medicamento e das advertências quanto ao uso de cosméticos.

A regulação sanitária também contribui para a criação de um ambiente concorrencial isonômico entre empresas, na medida em que cria requisitos sanitários gerais e uniformes para os vários segmentos empresariais.

A qualidade de seus produtos reflete diretamente na imagem e na capacidade concorrencial do País no cenário global. Nesse sentido, a regulação sanitária é responsável por boa parte da indução ao contínuo aprimoramento da qualidade de produtos e serviços e por consequência ao acesso do Brasil a mercados estrangeiros.

Os efeitos da regulação sanitária são amplos e atingem diretamente aspectos da vida cotidiana da população, bem como políticas na área econômica e social. A qualidade da regulação da Anvisa, sua legitimidade e a capacidade dessa regulação atingir o ponto ótimo dependem diretamente da transparência, da participação social e da capacidade técnica, científica e de gestão propiciada pelas políticas adotadas por essa instituição.

Nos últimos anos, a Anvisa implementou importantes medidas de reestruturação institucional focadas nesses aspectos, as quais visam a preparar a Agência para dar melhores respostas a seus desafios presentes e futuros, num horizonte de dez anos. O planejamento estratégico 2010/2020, da Anvisa, já resultou na reestruturação das diretorias da Agência, colocando diretamente sob a responsabilidade dos diretores a condução de ações basilares dos processos de trabalho da Agência, rompeu a segmentação existente entre as áreas da Anvisa e impulsionou a Diretoria Colegiada na direção de um trabalho efetivamente colegiado, com uma agenda institucional comum.

Pela via do planejamento estratégico também se instituiu e consolidou, na Anvisa, uma política de meritocracia na escolha de profissionais para posições de coordenação e direção. Todos os recentemente nomeados superintendentes da Agência, que respondem pelo segundo nível hierárquico de decisão da instituição, foram selecionados dessa forma. As reuniões da Diretoria Colegiada, onde são debatidas e deliberadas as resoluções, julgados os recursos e tratados temas de relevância que transcendem o ambiente interno da Anvisa são abertas ao público.

Não se deve ter dúvida a respeito do potencial que medidas como essas têm de transformar o perfil e o desempenho de uma instituição. Elas ampliam o controle social sobre a Agência, induzem mudanças em culturas e práticas de trabalho e permitem que profissionais mais capazes de compreender, analisar criticamente e executar políticas institucionais ascendam a postos de direção.

Ainda como decorrência do planejamento estratégico, a Anvisa conta com consultorias externas contratadas em várias áreas estratégicas da Agência no sentido de criar ambiente por gestão de competências e racionalização de processos de registros de medicamentos.

Ações de efeito mais imediato também foram adotadas nos últimos anos para dar respostas a demandas críticas relativas à atuação da Agência:

– os prazos médios de tramitação de processo de várias áreas da Agência, incluindo medicamentos, produtos para a saúde e certificações, passaram a ser publicados no site da Anvisa, juntamente com a fila de processo de cada uma dessas áreas.

– o regime de concessão de autorização de funcionamento foi significativamente revisto e racionalizado de forma a prever a fiscalização da AFEs, caso não haja manifestação da Anvisa durante o prazo de sua validade.

– foram implementados sistemas eletrônicos para registro de medicamentos novos de cosméticos, em geral. Houve edição de normas racionalizando procedimentos de registros de medicamentos, alterações pós-registros de agrotóxicos e de certificação de boas práticas.

– procedimentos operacionais padrão foram pactuados com as Anvisas locais e estaduais de forma a aprimorar a qualificação e a uniformidade dos procedimentos de inspeção de empresas, elaboração de relatórios e capacitação de profissionais.

Medidas de alinhamento da atuação regulatória da Anvisa com outras políticas públicas também compõem o rol de ações sanitárias relevantes nos últimos anos. Exemplo disso é o projeto de inclusão produtiva com segurança sanitária e as normas que preveem tratamento regulatório específico por meio da institucionalização de comitês regulatórios que são coordenados pela Anvisa e que acompanham os projetos estratégicos do SUS ao longo do seu desenvolvimento.

Marcos regulatórios foram estabelecidos para rastreabilidade de medicamentos, serviços de saúde e de alimentação em eventos de massa, fabricação de medicamentos fitoterápicos, monitoramento de produtos da medicina tradicional chinesa, criação de núcleos de segurança do paciente nas unidades de serviço de saúde e comunicação antecipada à Anvisa da paralisação de fabricação e importação de medicamentos por decisão da empresa.

Ainda em 2013, a Anvisa realizou um concurso público e está atualmente concluindo a posse de 3.014 novos profissionais. Em parceria com o Movimento Brasil Competitivo, esses profissionais e profissionais já pertencentes ao quadro da Agência terão oportunidade de conhecer mais de perto o ambiente empresarial do País e ações que vêm sendo adotadas nesse âmbito para melhorar a governança corporativa e a competitividade das empresas.

Passos importantes foram dados para a modernização da regulação sanitária e para que a Anvisa consolide uma política de atuação com base no planejamento e em metas atreladas a seus objetivos institucionais.

Detalhamentos, dados e números relativos a essas medidas são anualmente incluídos nos relatórios de atividades formalmente apresentados a este Senado Federal pela Anvisa desde 2009.

O aperfeiçoamento institucional da Anvisa e o aprimoramento da regulação sanitária devem ser objetivos perenes dentro das políticas públicas de saúde.

Delineia-se como medida mais premente a atualização de marcos legais editados na década de 70 com o objetivo de definir o melhor equilíbrio das ações sanitárias pré e pós-mercado, o aprimoramento das ações de comunicação da Anvisa com a sociedade de forma que cada indivíduo também possa desempenhar um papel ativo na proteção da saúde, o fortalecimento das vigilâncias sanitárias estaduais e municipais para que seja possível extrair a máxima eficiência do modelo de sistema adotado no Brasil e a criação e efetiva operação de uma rede internacional de agências reguladoras na área sanitária que atendam aos padrões satisfatórios de excelência. Tais medidas são estruturantes de um modelo de regulação sanitária compartilhadora de responsabilidades e podem oferecer maior efetividade das ações de cuidado com a saúde.

Obviamente a continuidade de medidas de racionalização do trabalho e da valorização da produtividade da competência técnica é necessária para que a Anvisa dê respostas mais qualificadas e oportunas para as demandas de melhorias de prazos em registros de produtos, para as anuências em pesquisas clínicas e para a realização de inspeções. Essas medidas devem compatibilizar o imperativo essencial de proteção à saúde e de acesso aos produtos de qualidade com a criação de um ambiente regulatório propício ao investimento e ao desenvolvimento social do País.

Agradeço, Srs. Senadores, a oportunidade pelo meu pronunciamento e fico à disposição para responder as perguntas que me forem feitas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, quero agradecer ao Sr. Jaime César de Moura Oliveira.

Concedo a palavra ao Sr. José Carlos de Souza Abrahão.

Antes, porém, uma explicação para os Senadores que chegaram depois da abertura.

Vamos fazer a exposição dos dois indicados. Vou conceder a palavra inicialmente aos dois Relatores para os questionamentos. E com os presentes aqui, já ao tempo em que vamos abrir o questionamento, vamos abrir também o processo de votação.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, logo após os Relatores?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Logo após os Relatores.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com a palavra, o Sr. José Carlos de Souza Abrahão.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO – Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria de saudar o Senador Waldemir Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, o Senador Humberto, que tive a honra de ter como Relator, as Srªs Senadoras, os Srs. Senadores, o Deputado Antonio Brito, aqui presente, as lideranças do setor saúde, e uma saudação especial ao Dr. André Longo, Presidente da Agência, e aos demais servidores da Agência.

Senhoras e senhores, tenho 40 anos de dedicação exclusiva ao setor saúde.

Iniciei minhas atividades trabalhando em santas casas, em hospitais públicos, em hospitais privados, e, com muita honra, trabalhei, durante alguns anos, na Baixada Fluminense.

Sou médico pediatra com título de especialista pela Sociedade Brasileira de Pediatria. Fui professor de pediatria e puericultura. Tenho especialização em administração hospitalar. Realizei MBA em Administração pelo Instituto Coppead, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fui empreendedor, diretor de hospital, no período de 1986 a 2011. Dirigi uma operadora, de 1988 a 1990. Depois comecei as atividades associativas, quando dirigi a Associação de Hospitais da cidade do Rio de Janeiro, de 1997 a 2001. De 2000 até 2014, fui presidente da Federação de Hospitais do Rio de Janeiro. De 2003 a 2014, fui presidente da Confederação Nacional de Saúde. E eu tive a honra e o orgulho de ser o primeiro brasileiro, o primeiro representante da América do Sul a dirigir a Federação Mundial de Hospitais.

Essa federação tem sede em Genebra, congrega mais de cem países e, a partir desse processo, tivemos a oportunidade de trazer para o Brasil, pela primeira vez, o congresso mundial, com cerca de duas mil pessoas, representando mais de cem países, inclusive uma reunião especial da Organização Mundial de Saúde.

Graças a Deus nunca tive nenhum questionamento ético ou moral.

Com a minha indicação da Excelentíssima Senhora Presidente da República Doutora Dilma Rousseff e do Exmo Sr. Ministro da Saúde, Dr. Arthur Chioro, e caso venha ser merecedor da confiança e aprovação de V. Exªs para assumir uma diretoria da Agência Nacional de Saúde Suplementar, quero dizer que considero um privilégio que muito me honra servir ao meu País e contribuir para o fortalecimento do sistema de saúde do Brasil.

A saúde é um tema de interesse mundial e um interesse nacional. Ter um plano de saúde é desejo de boa parte da sociedade.

A ANS possui grande visibilidade entre as agências reguladoras. Suas decisões têm um impacto importante na vida dos brasileiros, por quê? Porque a vida é um bem que não se mensura.

São 50 milhões de brasileiros de planos médicos, 25% da nossa população. São 19 milhões de planos odontológicos; e mais de 1 bilhão de procedimentos ao ano, entre consultas, exames e procedimentos.

Precisamos promover o desenvolvimento e o crescimento do setor saúde de forma integrada, harmônica e organizada entre os diferentes elos, agregando a todos, incrementando o planejamento e o entendimento setorial, aprimorando suas convergências e implementando os princípios de governança, a fim de promover sustentabilidade à saúde. A valorização dos profissionais da saúde é primordial em benefício da população.

Necessitamos superar as dificuldades de acesso, expandindo e qualificando a oferta dos serviços. É fundamental aprimorar a relação entre operadoras e prestadores, promovendo sustentabilidade ao sistema.

Temos que incrementar o processo da contratualização, implementar novos modelos de remuneração, discutir as diretrizes clínicas, aprimorar a incorporação tecnológica, principalmente valorizando o custo e a efetividade. Reduzir o custo setorial e a imprevisibilidade é fundamental para a manutenção dessa sustentabilidade. E nós só vamos fazer isso com bastante humildade e combatendo o desperdício.

Temos vários desafios, entre eles um novo perfil socioeconômico de nossa população. Com a conquista de uma maior sobrevida, estamos nos defrontando atualmente com uma grande transição demográfica e epidemiológica, com rápida evolução para a terceira idade, incomparável com outros países, o que nos leva a discutir novas fontes de financiamento para o idoso.

Necessitamos estimular programas de prevenção e promoção à saúde. O atendimento necessita ser humano, com qualidade e segurança, como preconiza a Organização Mundial de Saúde.

Temos que proporcionar segurança ao consumidor, trabalhando pela diminuição da judicialização da saúde. Esse é um tema que atinge, igualmente, o sistema público e o sistema privado.

Precisamos agilizar a comunicação para esclarecer os direitos do consumidor a fim de proporcionar maior eficiência e uma assistência de qualidade para quem é a razão de nosso trabalho: os nossos clientes.

Sobre o ressarcimento ao SUS, Srs. Senadores, quero aqui colocar que a entidade, a qual representei, tem um questionamento junto ao STF, que ocorreu em 1998, ano da promulgação da lei dos planos de saúde, quando eu não participava de sua diretoria, portanto não iniciado na minha gestão.

Em 2010, assinei um artigo como expressão de manifestação institucional sobre esse tema. Pessoalmente, entendo ser essa uma questão superada pelos fatos e já pacificada pelas decisões do STJ. Cabe lembrar que o STF não permite desistir ou retirar ações de inconstitucionalidade, eis que são de interesse público.

À ANS compete cumprir e realizar a cobrança. Essa é sua atribuição legal.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, com a transparência e a ética com que sempre conduzi a minha vida, caso seja merecedor da aprovação de minha indicação por V. Exªs, asseguro que cumprirei rigorosamente a lei, isto é, cada centavo será cobrado e recolhido ao Erário. Pautarei minhas decisões pelos pareceres elaborados pelos órgãos técnicos e a procuradoria da agência. Meu julgamento será sempre com o rigor devido em defesa do interesse público.

Sobre o ambiente regulado, nós não podemos jamais esquecer que o centro do ambiente regulado é o consumidor. Os marcos regulatórios necessitam ser claros, objetivos, fundamentados, com metas, transparência e justiça.

Senhoras e senhores, para finalizar, eu gostaria de enfatizar a necessidade de estabelecermos um diálogo amplo, construtivo, democrático, transparente e respeitoso para promovermos a integração entre o Sistema Único de Saúde e a Saúde Suplementar, operadoras, prestadores, entidades beneficentes, as Santas Casas, os médicos e os demais profissionais de toda a equipe multidisciplinar da saúde, a fim de avançarmos na busca da saúde suplementar de qualidade em apoio ao Sistema Único de Saúde, uma construção consistente e verdadeira do sistema de saúde do Brasil.

Realmente, finalmente, me permitam, no último congresso mundial em Oslo, no ano passado, alguns dos senhores estavam presentes, quando eu entreguei a Presidência da Federação Mundial. Nós tivemos uma delegação brasileira com representantes de várias instituições públicas e privadas e eu ouvi da Diretora-Geral uma mensagem, na sua apresentação, que muito se faz própria. Nós precisamos, no mundo hoje, palavras de Margareth Chan, fazer a saúde com mais paixão e mais amor.

Tenho certeza de que, com paciência e perseverança, podemos proporcionar uma medicina com qualidade e equidade, conforme a nossa Constituição determina.

Quero mais uma vez, Srs. Senadores, agradecer a honra e a oportunidade de estar aqui, à disposição de todos os senhores, para que eu possa contribuir na vida pública com a experiência que adquiri nesses 40 anos da iniciativa um pouco pública no início e privada depois.

Muito obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradecendo a exposição do Sr. José Carlos de Souza Abrahão, passo a palavra à Senadora Ana Amélia, que relatou a indicação do Dr. Jaime César de Moura Oliveira.

Logo em seguida, vou conceder a palavra ao Senador Humberto Costa, que relatou a indicação do José Carlos de Souza Abrahão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Presidente Waldemir Moka.

Queria cumprimentar o Jaime César de Moura Oliveira, cuja indicação tive a honra de ser a Relatora nesta Comissão, e também o Dr. José Carlos Abrahão, que é indicado e sabatinado agora para a ANS, e o Jaime para a Anvisa.

As primeiras questões são para o senhor.

Eu costumo dar voz, através da nossa ação parlamentar, às pessoas que demandam questões relacionadas à Anvisa. Eu recebi da Presidente e Fundadora da Associação de Mulheres Mastectomizadas do Distrito Federal, Joana Jeker, a seguinte ponderação. Em virtude do preço, ela está solicitando à Anvisa uma posição

para registrar a dosagem de um medicamento chamado Faslodex. Esse medicamento hoje tem uma dosagem de 250mg e ela solicita que seja ampliado para 500mg a desse medicamento Faslodex.

Esse medicamento é utilizado em pacientes pós-menopausa com câncer de mama metastásico e receptor hormonal positivo. Segundo o estudo apresentado no Simpósio Anual de Câncer de Mama de San Antonio em 2010 – San Antonio, no Texas, Estados Unidos –, o uso de uma dose maior, de 50mg, em vez de 250mg, reduziu em 50% o risco de progressão da doença. Desde então, nos Estados Unidos e na Europa...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É de 500mg e não 50mg.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Desculpem-me, é de 250mg para 500mg. Obrigada, Senador Moka.

Na Europa e nos Estados Unidos o padrão é a dosagem de 500mg.

Esse pleito da entidade a que estou me referindo agora, da Associação das Mulheres Mastectomizadas de Brasília, se baseia no parecer favorável do Conselho Federal de Medicina do Brasil de nº 15, de 2013, e no parecer da própria sociedade San Antonio Breast Cancer Symposium, que foi realizado no Texas em 2010. Então, essa é a solicitação que estou fazendo em nome da entidade ao indicado para a Anvisa. Aliás, é uma recondução.

A outra questão também está relacionada a medicamentos.

Apenas no ano passado foi negada a mesma quantidade de pedidos de registros de medicamentos oncológicos como nos últimos dez anos. A Anvisa proferiu nove indeferimentos em 2013, dos quais sete foram de moléculas novas e dois de novas indicações para oncologia em geral.

Todos os pedidos indeferidos são de medicamentos ou indicações já aprovadas nos Estados Unidos e na Europa pelos seus respectivos órgãos reguladores, o FDA e o EMEA.

Considerando que nos períodos de 2004/2008 não houve negativa para novos registros de medicamentos oncológicos, o histórico de rejeição é crescente, principalmente se comparado aos anos de 2012/2013.

Os produtos indeferidos em 2013 eram destinados a doenças, tais como, leucemia linfoblástica aguda, mielofibrose, câncer de pulmão avançado, câncer de células renais avançado ou metastásico, câncer de mama metastásico e câncer de tireoide avançado.

Nesse sentido, a questão para o Dr. Jaime é a seguinte: considerando o aumento das negativas de registros de produtos oncológicos em 2013, eu gostaria de saber se essa é uma nova tendência. E, caso contrário, quais mudanças a Anvisa está considerando para assegurar que o paciente brasileiro tenha acesso às novas terapias oncológicas, que já estão disponíveis em outros mercados?

Outra questão: uma vez que, no pedido do registro de uma molécula nova, existe o requisito do envido de um relatório contendo o preço – e aí essa é uma questão muito importante, Dr. Jaime –, essas questões são levadas em consideração na hora da concessão do registro em relação ao preço do produto? Porque muitos desses medicamentos terão que ser custeados pelo SUS e, às vezes, pode estar havendo – apenas levanto a questão – uma preocupação do SUS em relação ao gasto que terá com esse medicamento de alto preço.

Finalmente, para o Dr. Jaime. Eu recebi do Dr. Moises Eli Magrisso, do Rio Grande do Sul, que diz:

A Anvisa proibiu um medicamento altamente eficaz contra crises asmáticas, sinusites e outras doenças atópicas, que existem há 43 anos, com eficácia e segurança garantidas, alegando ser Placebo, uma vez que o laboratório não conseguiu provar pelos inúteis e desnecessários testes in vitro, mas não exigiram os testes in vivo, o que é tecnicamente inaceitável.

O medicamento é uma vacina chamada Nikkho-vac.

A última resposta que recebi da Anvisa [diz o Dr. Moises Eli Magrisso] dá a entender que foi o próprio laboratório que solicitou a suspensão. Isso é meia verdade, uma vez que, por decreto, não apenas foram proibidas a fabricação, como foi solicitada a retirada do produtos das farmácias.

No Rio Grande do Sul, principalmente, há milhares de pessoas desesperadas que ligam diariamente para a Anvisa, solicitando a volta das vacinas, mas a Agência continua inflexível.

Essa é a posição do Dr. Moises Eli Magrisso a respeito dessa vacina para as pessoas portadoras de asma.

São essas questões que eu tenho para o Dr. Jaime.

Se me permitir o Senador Moka, ou se primeiro faz para o relator. *(Pausa.)*

São perguntas rápidas para o Dr. José Carlos Abrahão.

A ANS tem adotado recentemente a suspensão da venda do plano de saúde como medida punitiva pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos pela ANS – Resolução Normativa nº 259, de junho de 2011 –, para realização de consultas, internações, exames e procedimentos.

Sobre essa matéria, eu lhe pergunto: como o senhor avalia esse tipo de medida punitiva adotada pela ANS em face do não cumprimento dos prazos estabelecidos?

A medida da suspensão é adequada para garantir a qualidade dos serviços prestados aos consumidores?

Quais outras medidas, em sua opinião, podem ser adotadas?

A ANS detém a competência legal de instituir os procedimentos mínimos obrigatórios a serem cobertos pelos planos de saúde. Sobre essa questão, perguntamos: o rol de procedimentos está adequado para atender aos principais problemas do povo brasileiro, que é cliente de plano de saúde? O rol e revisado a cada dois anos, mas diante de tantas revoluções na indústria não caberia uma revisão em prazo menor? Finalmente, em sua opinião, há distorções ou insuficiências que necessitem ser corrigidas no rol de procedimentos mínimos obrigatórios?

Essas são as minhas questões ao Dr. José Carlos Abrahão e ao Dr. Jaime César Oliveira.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu queria, antes da minha fala, pedir a V. Exª para, se for possível, já abrir o processo de votação. Nós temos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Ah, já está aberto?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – No momento em que V. Exª terminar a sua fala, eu começo a votação. É o combinado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Está bem. Nós estamos com muitas questões importantes lá na Comissão de Constituição e Justiça. Eu serei breve.

Em relação ao Dr. Jaime, eu o conheço há um bom, acompanhei o seu trabalho na Anvisa e acredito que a sua recondução é um ato de justiça que o Governo, a Presidenta Dilma e o Senado Federal, sem dúvida, farão. Então, não teria muitas questões a levantar em relação a V. Sª, a não ser as preocupações habituais que todos nós temos tido. Nós sabemos que tem havido um esforço por parte do atual presidente da Anvisa e dos que o antecederam no sentido de que a nossa agência possa compatibilizar as suas ações de bem fiscalizar, de regular esse mercado com os interesses – eu não diria maiores – também importantes do nosso País em desenvolver tecnologia, em gerar acesso à população, em termos de medicamentos, equipamentos, enfim.

Portanto, queria me limitar a perguntar a V. Sª a sua opinião sobre esta proposição, com a qual eu concordo, de termos uma relação mais íntima entre as agências de regulação brasileiras e outras internacionalmente reconhecidas, no sentido de estabelecermos um reconhecimento de medicamentos, concessão de licenças, enfim, de maneira recíproca. Isso é bom para o Brasil, porque tudo indica que temos também condições de começar a desenvolver estudos, pesquisas que agreguem valor a produtos medicamentosos, equipamentos, enfim, aqui produzidos. Há outra coisa que considero até mais relevante: diz respeito aos processos de inspeção que são feitos em produtores de equipamentos e medicamentos em outros países. Às vezes, é um pouco difícil a gente entender por que a Anvisa necessariamente tem que mandar alguém para fazer uma inspeção de uma fábrica cujo funcionamento já foi aprovado por uma agência altamente gabaritada como, por exemplo, a DEA ou como a agência europeia de vigilância sanitária. Então, gostaria de saber a opinião de V. Sª: se concorda que isso deva ser feito, que deva ser apressado. A minha posição é que temos que avançar nesse caminho.

Em relação ao Dr. José Carlos, eu tive oportunidade de ser o relator da sua indicação. Já o conheço há bastante tempo desde o período em que fui Ministro da Saúde, sei do compromisso de V. Sª com a saúde no Brasil, inclusive tivemos parcerias importantes no que diz respeito ao Sistema Único de Saúde. Do ponto de vista da formalidade da indicação, eu tive oportunidade de apresentar o meu relatório e identifico que V. Sª tem condições de exercer essa função. Mas, tendo em vista os questionamentos que surgiram e o próprio posicionamento que V. Sª estabeleceu em seu pronunciamento, eu gostaria de colocar duas questões.

Primeiro, eu entendo a justificativa de V. Sª, o posicionamento de V. Sª ao dizer que, em sendo presidente de uma instituição que defendia um determinado ponto de vista, na condição de representante, V. Sª teria que reproduzir de fato esse mesmo posicionamento e responder diante das instâncias judiciais por essa organização, mas acho que a questão é um pouco mais ampla no sentido político, de política de saúde e de política de saúde suplementar.

É óbvio que o ressarcimento é algo que precisa ser mentido, deve ser mantido. Sou favorável, embora questione o ressarcimento como instrumento de compensação ao serviço público por aquelas ações executadas pelo SUS no atendimento a usuários de planos de saúde, por uma razão muito simples: o ressarcimento atinge tão somente aqueles procedimentos que a lei que regulamenta os planos de saúde define como componentes da cobertura dos planos. Portanto, há "n" procedimentos, inclusive os mais caros, que não são objeto do ressarcimento, o que, no meu ponto de vista, configura um subsídio indireto ao setor suplementar, e já temos o subsídio direto, que é o fato de as pessoas poderem deduzir do imposto de renda o pagamento de seguros de saúde, de planos de saúde e também do pagamento direto do bolso. Então, é uma coisa que eu diria imperfeita nesse objetivo.

Sou um defensor mais forte de outra questão que é a ideia de regulamentarmos a Constituição brasileira quando fala do sistema brasileiro de saúde. O sistema brasileiro de saúde deveria envolver o Sistema Único de Saúde, o sistema suplementar e qualquer outro sistema privado que exista. Entendo que isso, hoje, é uma coisa necessária para o SUS e para o Sistema Suplementar, primeiro, porque evita superposição de ações, de serviços, de aquisição de equipamentos, etc., e, segundo, porque acredito que seja uma forma mais justa de compensarmos o SUS pelas responsabilidades que ele têm. Então, por exemplo, é ilusão, e não sei se é o melhor caminho, ampliar a cobertura dos planos de saúde para oferecer obrigatoriamente, digamos, transplantes. Ora, o setor público faz isso hoje com extrema competência. O Brasil é hoje o maior transplantador público de órgãos do mundo. O Brasil é reconhecido internacionalmente por essa ação, e sabemos que é um serviço de altíssima complexidade, que exige altíssima regulação, uma regulação muito forte para impedir privilégios, comércio, etc. Por que não darmos como fato consumado que o sistema público irá oferecer, por exemplo, o transplante, todas ações de vigilância em saúde, vacinações, etc. e que o setor complementar irá oferecer aos usuários do Sistema Único de Saúde serviços que o sistema público de saúde hoje não tem condição de oferecer com qualidade? Por exemplo, o Mais Médicos vai em um espaço de tempo muito curto suprir um grave problema: a falta de acesso na atenção básica, no atendimento mais elementar. Porém, quando vamos para o atendimento especializado, para o atendimento de urgência, para o internamento em clínica geral, temos um gargalo extremamente difícil de ser transposto, No entanto, ao depender da região o setor suplementar, há até serviços ociosos em relação a isso.

Acho que esse ano é inadequado para se fazer esse debate, mas vou me manifestar junto ao Ministério da Saúde, a partir do meu mandato, no sentido de que temos que fazer essa discussão. Esses sistemas não são mais suplementares, mas complementares, e, em sendo complementares, têm que pensar a saúde da população brasileira como um todo e cada um assumir a sua parte.

Gostaria de saber a opinião de V. Sª em relação e isso, mas não somente a opinião porque já tive oportunidade de participar de sabatina de vários candidatos à ANS e todos dizem "somos muito favoráveis e tal", mas a gente não vê ações concretas da Agência no sentido de ela própria puxar essa discussão com o Ministério da Saúde. A cada ano, e é correto que se faça, a Agência expede definições dizendo que as coberturas têm que ser ampliadas nisso, naquilo, naquilo, naquilo, naquilo outro, o que significa aumento de custo que vai terminar repercutindo ou na redução da qualidade ou na busca por aumentos nos valores das mensalidades pagas ou, no caso dos planos coletivos da livre negociação com as empresas, com alguém pagando, porque, como diz a história, não há almoço de graça, alguém paga. Assim, não seria talvez melhor nós trabalharmos com esta lógica: determinadas coberturas seriam garantidas pelo serviço público e outras coberturas em que o serviço público não pudesse, não fosse autossuficiente para atender aos usuários do SUS, o sistema suplementar poderia fazê-las.

Queria saber a opinião de V. Exª e o que V. Exª, se concordar, pretende fazer no sentido de que ao menos essa discussão seja aberta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vou chamar agora os inscritos.

Está aberto o processo de votação, conforme já combinado aqui no plenário. Os Srs. Senadores e Senadoras que quiserem já podem votar. Está liberada a votação. (*Pausa.*)

Pode pegar, são duas cédulas.

Eu quero conceder a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin. Eu vou fazer três oradores. Na verdade, a Vanessa vai ser a 3ª porque os dois indicados vão responder à Senadora Ana Amélia e ao Senador Humberto Costa. Depois, eu faço os outros três. As respostas virão a cada três Senadores.

Eu estou dizendo que isso tudo foi combinado anteriormente com a presença e com a deliberação do Plenário.

Com a palavra Senadora Vanessa Grazziotin.

Eu vou pedir aos Senadores que estão votando...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu falo. Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não há problema?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Nenhum. O importante é que nos escutem os nossos dois indicados, Sr. Presidente.

Primeiro, quero cumprimentar o Dr. Jaime, que está sendo indicado para sua recondução para Anvisa, e o Dr. Abrahão.

Quero dizer ao Dr. Jaime, que já tem uma experiência importante na Agência de Vigilância Sanitária, somente que tenho convicção e tenho procurado acompanhar muito de perto a evolução e a busca do apri-

moramento das ações daquela importantíssima Agência do nosso País, não só no que toca à regulação, mas a outras questões importantes.

Então, quanto a tudo isso que a Senadora Ana Amélia relatou aqui, tenha certeza, Senadora Ana Amélia, que os gargalos e os problemas que existiam lá atrás eram muito maiores do que hoje.

E a Agência completa quantos anos, Dr. Jaime, este ano? Vinte...

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA (Fora do microfone.) – Quinze anos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Quinze anos. Então, é uma jovem Agência, adolescente ainda, na flor da idade. E creio que é muito importante que façamos este registro.

Desejo que o senhor continue, Dr. Jaime, atuando, dentro daquela Agência, com toda a retidão, com o compromisso que tem demonstrado até este momento. Receba, através de mim também, os cumprimentos por toda a equipe que lá atua.

Dr. José Carlos Abrahão.

Dr. José Carlos, tive a oportunidade de lhe dizer que recebi inúmeros telefonemas, lá do meu Estado do Amazonas, pedindo que apoiasse a sua indicação, e telefonemas de profissionais da área de saúde muito respeitados no meu Estado. Creio que isso já seria razão suficiente para podermos estar aqui lhe apoiando. Mas eu gostaria, já que o senhor está indo agora para a Agência, deixando a Confederação Nacional de Saúde para ir para a Agência de Saúde Complementar, de perguntar quais as suas metas e os seus planos.

E quero dizer o seguinte: não sei exatamente qual o posicionamento no *ranking*. Acho que o primeiro lugar é telefonia, mas logo em seguida deve vir o problema dos planos de saúde, em termos de qual o maior número de reclamações que recebem. Hoje mesmo, pela manhã, assisti a uma matéria importante na imprensa dando conta de que os planos de saúde, quando há planos coletivos, podem, legalmente, têm o direito de cancelar esse plano, depois de um ano, mas que isso vem sendo feito sem qualquer comunicado com antecedência.

Eu pergunto ao senhor... Sempre vivo aqui uma polêmica muito forte, porque às vezes tenho a iniciativa de apresentar alguns projetos de lei e esbarro no seguinte: isso não é matéria de lei; isso é matéria de regulamentação da Agência, Senador Moka. Sou contra isso. Acho que tudo que abunda não prejudica. E, em decorrência de vivermos ainda em um país que está em construção, dar garantia jurídica, garantia legal a determinadas coisas é muito importante. Então, sempre acho que tudo aquilo que podemos fazer em lei, que podemos colocar em lei, que isso seja feito, e não somente na resolução, como muitos defendem, a qual considero um instrumento importante, mas muito mais frágil, obviamente, do que as leis.

Então, pergunto ao senhor a sua opinião sobre esse aspecto. Como o senhor vê e se o senhor entende que, ainda, nesse arcabouço dessas relações de saúde complementar e na interface desta com o Poder Público, se o senhor entende que precisamos avançar ainda muito mais na legislação, não apenas do ponto de vista de resoluções, mas também de leis.

Outra questão é que, há não muito tempo, regulamentou-se o ressarcimento, por parte das unidades privadas de saúde, ao Poder Público. Queria que o senhor fizesse uma avaliação de como isso vem sendo efetivado no Brasil. É óbvio que temos aqui as nossas avaliações, mas eu queria ouvir do senhor.

No mais, desejo sucesso no seu trabalho.

Obrigada, Presidente Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Passo a palavra, inicialmente, para responder aos três questionamentos, ao Sr. Jaime César.

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – Obrigado, Senador.

Senadora Ana Amélia, agradeço as considerações.

Em relação aos questionamentos que me foram dirigidos pela senhora, vou começar de cima para baixo; na verdade, pelo último questionamento, a respeito do registro da vacina Nikkho-Vac.

Muito recentemente, há aproximadamente um mês, a Anvisa aprovou uma resolução que trata de descontinuação voluntária da produção ou da importação de medicamentos e com uma diferenciação entre medicamentos essenciais, que não têm substitutos, medicamentos em que a descontinuação não causa impacto mais relevante. Ela aprovou essa resolução no sentido de deixar mais transparentes os motivos pelos quais, em determinados momentos, alguns medicamentos desaparecem do mercado ou se verifica um desabastecimento no mercado em relação a esses medicamentos. Muitas vezes, isso decorre não de atuação da Anvisa, isso decorre de decisões empresariais que suspendem a fabricação ou suspendem a importação por motivos variados, que pode ser desde razões comerciais, exclusivamente, até dificuldades mesmo em conseguir cumprir requisitos sanitários e, nesse sentido, não conseguem ter o medicamento renovado ou mesmo registrado na Anvisa.

Quanto ao medicamento que está há muito tempo no mercado, se ocorre algum tipo de indeferimento de renovação do registro, e eu quero crer que foi isso que aconteceu com esse produto, existe oportunidade de a empresa apresentar um recurso para a diretoria colegiada, e esse recurso, quando apresentado, tem efeito

suspensivo sobre a decisão. Então, o medicamento não sai do mercado simplesmente por força da não renovação do registro. Houve um decreto, Dr. Jaime, banindo o medicamento, proibindo o medicamento. A informação do Dr. Moisés Eli Magrisso diz o seguinte: "A última resposta que recebi da Anvisa dá a entender que foi o próprio laboratório", como o senhor está dizendo, "que solicitou a suspensão para a vacina Nikkho-Vac. Isso é meia verdade, uma vez que por decreto não apenas foram proibidas a fabricação, como foi solicitada a retirada do produto das farmácias". Então, no Rio Grande do Sul, há milhares de pessoas que pedem à Anvisa que esse medicamento volte, porque talvez algumas tenham a ele se adaptado muito. Apenas para esclarecer que houve um decreto para suspendê-lo.

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – Então, estou entendendo que houve um pedido de suspensão da fabricação pelo laboratório...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não, mas ele diz que não houve isso. Dá a entender, mas não houve.

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – A informação que eu tenho aqui, que o pessoal me passou é de que ele pediu a suspensão. E também que houve, por conta de reconhecimento de risco sanitário em relação à permanência do produto no mercado, a retirada, em março de 2013, houve uma resolução da Anvisa que determinou a retirada. Tanto a suspensão, o pedido, quanto a proibição foram decorrência, pelas informações que tenho aqui, de não apresentação nem de dados de caracterização do produto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É a história do teste *in vitro*, que é exigido no caso da...

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – Na verdade, mais do que isso; na verdade, estudos clínicos também, mas nem a caracterização do produto, ou seja, a empresa não conseguiu demonstrar para a Anvisa nem do que aquele produto é composto, quais são os excipientes daquele produto, qual é o princípio ativo daquele produto. Esses produtos que estão há muito tempo no mercado vêm passando, desde 2003, por uma revisão para que seja demonstrado do que se trata o produto e a eficácia e segurança dele, desde 2003. À medida que...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria, Dr. Jaime, que ficasse bem claro: eu não estou defendendo o interesse de laboratório, eu estou defendendo o interesse do paciente. Então, é uma coisa muito importante isso, o Dr. Moisés Eli Magrisso me enviou essa informação. Com o que o senhor está dizendo, pode-se recomendar uma solicitação novamente para... Porque ele fala que essa medicação está há 43 anos no mercado.

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – Pois é. Várias dessas medicações que estão há muito tempo no mercado, desde 2003 vêm passando por uma revisão da agência. Alguns medicamentos conseguem comprovar que realmente são seguros e eficazes, outros não. Estou entendendo que esse está no segundo grupo. De qualquer forma, essa resolução que eu estava mencionando logo no começo visa deixar mais transparente, para divulgação para os consumidores, para os profissionais de saúde e para a sociedade de uma forma geral, as razões pelas quais determinados produtos saem do mercado, que, às vezes, não são em função de ações exclusivas da Anvisa. Existem decisões da própria empresa em retirar o produto do mercado.

Em relação...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Ao Faslodex.

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – ...ao questionamento da Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília, recebi a informação aqui de que existe uma apresentação de 250mg já registrada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Já existe?

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – Já, de 250, e não de 500. Logicamente, em havendo uma apresentação do produto com 250, o próprio prescritor do medicamento pode optar por uma dosagem mais alta e utilizar, em vez de uma dose, duas doses desse medicamento, independentemente da...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E o custo para o paciente?

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – Pode ser que se altere, pode ser que se altere em função disso. A empresa solicitou, pelas informações, em um determinado momento, uma apresentação de 500mg, mas solicitou como alteração de posologia do medicamento e não de registro de uma nova apresentação. Para um medicamento que está registrado em 250mg e para o qual se pretende o registro em 500mg, há uma diferença de apresentação entre os medicamentos. Então a forma e a documentação que a empresa utilizou para fazer essa solicitação para a Anvisa foi incorreta, o que resultou no indeferimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Incorreta. Então, o senhor está dando outra orientação.

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – O que ela teria que fazer é solicitar uma alteração na apresentação, ou seja, a inclusão de uma nova apresentação de 500mg, e apresentar os documentos compatíveis para isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – Senadora, houve negação de pedidos de registros de medicamentos oncológicos. De fato, a Anvisa vem sendo reiteradamente questionada em função das negativas

para registro de medicamentos para tratamento de câncer. Isso decorre de alguns padrões técnicos que, historicamente, a Anvisa vem utilizando e que estão em franca discussão no momento, tanto internamente, na Anvisa, quanto na comissão científica que foi constituída no passado, que é composta por profissionais de notório conhecimento, doutores, e que têm assessorado a Anvisa em várias questões técnicas. Todos esses processos indeferidos, em algum momento, devem chegar à diretoria colegiada porque as empresas estão optando por fazer recursos em função desses indeferimentos. A diretoria colegiada terá oportunidade de se pronunciar.

Um dos motivos pelos quais esses medicamentos estão sendo indeferidos é que existem determinados países do mundo que exigem o estudo clínico de nível II, a fase II do estudo clínico apenas para registrar. Por que esse países optam por essa estratégia? Porque eles têm, na fase de utilização do medicamento, condições de fazer um monitoramento e um acompanhamento muito mais efetivo do que o que nós temos aqui no Brasil. Então, é dado um registro sob determinadas condições, sob monitoramento. São acompanhados todos os pacientes que estão utilizando esse tipo de produto e, se se verifica algum tipo de problema tanto de ineficiência do medicamento quanto de segurança, pode haver alterações do registro ou mesmo impossibilidade de continuar o registro. Esse tema está em franca discussão na Anvisa. São medidas estruturantes que precisam ser tomadas não só de regulação, mas de acompanhamento efetivo desse pacientes para que, em algum momento, a Anvisa possa adotar licenças condicionadas ou conceder licenças com base em estudos clínicos de fase II e não de fase III, como ocorre atualmente.

A Anvisa, logicamente, é totalmente sensível à necessidade de ampliar essa discussão, inclusive com a classe médica, prescritores, porque temos notado impactos significativos no acesso de pacientes a tratamentos oncológicos no País.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Aliás, eu só queria agradecer as suas respostas e também dizer que, nessa matéria, na sabatina anterior do seu colega, Dr. José Carlos Magalhães Moutinho, nós ficamos muito, digamos, acolhemos com muita alegria porque o Presidente Waldemir Moka criou um grupo de trabalho. Quando discutimos a questão relacionada às novas pesquisas clínicas, do atraso que o Brasil tem comparativamente aos demais países, inclusive, no âmbito do Mercosul, para fazer o registro de um novo medicamento, ele deu a boa notícia de que, até o final do ano, a Anvisa pretende reduzir para quatro meses isso. Então, nós nos nivelamos ao Chile ou à Argentina. Queria, então, renovar os cumprimentos. Fiz referência a isso na tribuna do Senado. Isso é uma coisa realmente relevante não só para os pacientes, que é a minha grande preocupação e de todos nós Senadores, mas, sobretudo, para a ciência brasileira, para os centros de excelência nas universidades públicas brasileiras.

A maior parte das demandas que eu recebi, dos questionamentos, Dr. Jaime, foi da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, onde estudei, da Universidade Católica da Bahia, do Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará. Todos centros de excelência muito vinculados a essa questão da pesquisa clínica. Essa é uma área muito importante e eu fico, como Senadora, trabalhando com o Senador Moka pela disposição do Presidente, Dr. Dirceu Barbano, de debater internamente isso já no grupo de trabalho que foi formado a partir da sugestão do Dr. Moka.

Eu queria agradecer porque isso que o senhor disse agora há pouco confirma esse esforço que tem a Anvisa.

Muito obrigada.

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – Senador Humberto Costa, agradeço as manifestações em relação ao meu trabalho na Anvisa durante esse primeiro mandato.

O Senador Humberto Costa me questionou a respeito da relação com outras agências reguladoras e da eventual utilização de entidades terceiras credenciadas para realizar inspeções em âmbito internacional.

Esses são projetos que estão em efetivo andamento dentro da agência. Tive oportunidade de conversar com o Senador anteriormente a esta sabatina. A Anvisa, na verdade, lidera vários fóruns de discussão e de implementação de uma rede internacional de agências reguladoras em que as agências não são mais escolhidas com base em harmonização ou não da legislação, se existe uma legislação igual, uma regulação igual ou diferente, mas, sim, critérios de excelência. Essas ações se refletem, por exemplo, no projeto de auditoria única de produtos para a saúde, em que Brasil, juntamente com Canadá, Estados Unidos e Austrália, já iniciaram um projeto-piloto de credenciar de forma conjunta entidades especializadas, terceiras, e, uma vez credenciadas essas entidades, elas fazem inspeções internacionais, enviam um relatório para as agências, e as agências utilizam esses relatórios para as finalidades que entenderem que devam utilizar, desde certificação até registro de produtos quando esse registro depender da certificação.

Então, isso está acontecendo, e, num horizonte de aproximadamente dois anos, certamente o cenário estará transformado em termos de utilização de entidades terceiras credenciadas e a formação dessa rede internacional, que é essencial, porque não só a Anvisa, mas todas as agências reguladoras de maior expressão no mundo já reconheceram que o trabalho isolado de cada uma delas é inviável, considerando a forma de produ-

ção que a gente tem hoje, tanto de medicamentos como de produtos para a saúde, e a agilidade que precisa haver na realização de inspeções.

Agradeço à Senadora Vanessa Grazziotin pelas palavras quanto a minha atuação na Anvisa e devo dizer também que a atuação das senhoras, dos senhores, com a permanente cobrança por aprimoramento da instituição e com o oferecimento de alternativas de decisões e de espaço aqui nesta CAS e no Senado Federal, de uma forma geral, para que a Anvisa aprimore seus procedimentos é essencial para que esse assunto permaneça na pauta, permaneça quente, e a Anvisa não esmoreça no caminho que tem seguido no sentido de melhorar muito as respostas que ela dá para a sociedade em relação a todos os reclames e críticas que existem em relação à agência e também, logicamente, para que a agência e o sistema nacional de saúde se fortaleçam cada vez mais na proteção da saúde da população.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedo a palavra ao Dr. José Carlos Abrahão para responder os questionamentos.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO – Inicialmente, vou responder à Senadora Ana Amélia, agradecendo suas colocações. A senhora tem sido uma defensora do sistema de saúde do Brasil. É de pessoas como a senhora, no Parlamento, na sociedade, que nós necessitamos, com esse espírito, para construir uma saúde melhor para o nosso País.

Saúde e educação caminham juntas. Eu estudei em escola pública, trabalhei em hospitais públicos, e quando falo com orgulho, no meu currículo, que trabalhei na Baixada Fluminense, é porque comparamos as necessidades que vemos nos grotões do País.

Primeiro, sobre a comercialização, a RN 259 e a suspensão dessa comercialização. O que temos observado é que o 8º ciclo de monitoramento foi divulgado há cerca de duas ou três semanas, o Presidente André está aí, e nós já começamos a ver também, no resultado de pesquisas nas últimas semanas, uma diminuição das manifestações e das queixas, porque a gente jamais pode esquecer que o centro do processo nosso é o cliente, o centro do processo nosso é o consumidor, até diante do que a Senadora Vanessa...

Pela minha formação médica, Senadora, o centro do processo o qual nós estamos aqui discutindo é o cliente, ele é a razão da nossa existência. Na realidade, não podemos esquecer que, muitas vezes, esse cliente poderá ser um de nós ou um ente querido nosso. Então, acho que os monitoramentos têm que continuar sendo aplicados, sempre com bom senso, equilíbrio, em prol de termos um resultado melhor para a sociedade.

Sobre os procedimentos mínimos, o rol de procedimentos está na legislação da agência, que eles sofram uma revisão a cada dois anos e é isso que tem acontecido. Acho como V. Exª também, Senadora Vanessa, que colocou com muita propriedade, não podemos estar tão engessados. Podemos ter determinadas situações que têm que ser levadas para serem discutidas, já entrando um pouco no que V. Exª falou.

O relacionamento das agências – tenho colocados para vários de V. Exªs, quando tenho conversado; tenho colocado isso para o Presidente André Longo – necessita estar mais próximos de V. Exªs, porque são V. Exªs que promulgam as leis; à agência compete cumprir a lei. Então, precisamos, em determinadas situações, abrir as nossas cabeças e rever as situações de exceções. Espero ter, resumidamente, respondido a Senadora Ana Amélia, e volto ao Senador..., desculpe, por favor; volto, depois, ao Senador Humberto.

Continuando, Senadora Vanessa, quais são as metas e planos que temos com a experiência que adquirimos de relacionamento democrático, franco e com compromisso que estou tendo não só hoje aqui, mas por toda a trajetória da minha vida de agregar esses valores na discussão e na construção como também foram suas palavras? Não estamos diante de um processo engessado, não estamos diante de um processo definitivo, até porque há um autor francês que diz, com muita propriedade: "A saúde não tem preço, mas a Medicina tem seus custos." E temos que nos preparar, para viabilizar a saúde de melhor qualidade, de melhor segurança para toda a sociedade.

E só vamos fazer isso através do diálogo, através da evolução dos processos e através da nossa preparação, porque, há cerca de 50 anos neste País, havia uma sobrevida, e hoje temos outra, e, provavelmente, em 2050, teremos uma sociedade de muito mais idosos, um perfil demográfico epidemiológico completamente diferente. E que as nossas instituições sejam as instituições novamente públicas ou privadas, porque a saúde é uma só! Os nossos profissionais vão ter que se preparar, e o Parlamento vai ser fundamental, porque vai ter que nos ajudar na legislação para que possamos cumpri-la a partir de mecanismos, a partir de financiamentos, a partir de determinações, para proporcionar a essa Terceira Idade, que, em nenhum lugar do mundo – a minha experiência, inclusive internacional, permitiu-me ir a todos os continentes e ver –, ninguém tem, Presidente Moka a velocidade de Terceira Idade como o nosso País está tendo, temos que nos preparar para dialogar sobre isso.

As demandas dos planos coletivos hoje, a Senadora Vanessa colocou, foi um matéria no Bom Dia Brasil. E tivemos duas situações: uma sobre um menino com autismo e outra com um senhor também da Terceira Idade. E o que temos acompanhado na agência é que há uma legislação que os grandes planos coletivos as

operadoras negociam diretamente com os contratantes, e os menores planos coletivos têm sido mais acompanhados e necessitam ser acompanhados, com mais intensidade pela agência, para que possamos evitar os abusos e, claro, é uma situação que, de novo, vivi como doente, fui literalmente médico e vejo, não podemos desamparar uma pessoa na Terceira Idade.

Precisamos avançar muito mais, é verdade. Então, temos que ter a humildade, não é a submissão. E sempre falo isso para os meus filhos, que temos que exercitar a humildade, não é a submissão, principalmente com a saúde. Sobre a saúde podemos divergir, não podemos jamais deixar de perseverar e, muito menos, de existir. Todos nós dependemos, hoje ou mais à frente, da saúde; e a saúde, de novo, é uma só. A saúde pública ou privada é uma só. Depois eu entro no que o Senador Humberto falou: a integração. E eu novamente assumo alguns compromissos. Este é um.

Se for merecedor da indicação dos senhores, eu quero assumir um compromisso aqui: nós precisamos entregar mais o Sistema Único de Saúde como um sistema suplementar. Nós não podemos continuar com o desperdício, com a duplicidade de ações, porque, literalmente, como o Senador falou, quem paga essa conta é a sociedade. Ou é a sociedade, através do sistema suplementar, pagando o seu plano de saúde, ou é a sociedade, através dos tributos, pagando o Sistema Único de Saúde.

Então, precisamos evoluir e nos integrarmos mais. Se eu conseguir isso, ajudar, colaborar nisso, penso que vou estar ajudando a saúde do nosso País.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, eu queria dizer para o Dr. José Carlos Abrahão que se pudesse estar aqui votando, o meu correligionário, ex-Presidente da Assembleia Legislativa, que é médico, Pedro Westphalen, estaria também apoiando. Ele me falou sobre a biografia e o currículo do Dr. Abrahão; e o conterrâneo dele, carioca, meu grande Líder Francisco Dornelles, também falou sobre o negócio.

Quanto ao Jaime, ele teve a recondução afirmada graças à sua competência e dedicação na Anvisa. Então, eu queria saudar também a presença do Dr. André Longo, da ANS, e toda a equipe da Anvisa que está presente, acompanhando esta audiência pública, ao final da qual eu vejo reconfirmado, Senador Moka, que as indicações foram feitas com base em critérios técnicos de pessoas que estão habilitadas para o exercício das respectivas funções e responsabilidades as quais terão o desafio de perseguir. No caso do Dr. Jaime, a continuar fazendo o trabalho que já vem fazendo; e o Dr. José Carlos, a atender a expectativa que o setor da saúde pública brasileira ou o setor privado também têm em relação à sua atuação.

Então, muito obrigada, Presidente. Eu estou muito satisfeita com as respostas que obtive dos dois sabatinados. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quero continuar os questionamentos. Concedo a palavra para a Senadora... Aliás, para o Senador Paulo Davim.

Na sequência, a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu gostaria de indagar a V. Exª qual a ordem de inscritos que está aí, como está a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Acabei de dizer: Senador Paulo Davim, Senadora Lúcia Vânia e V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, se V. Exª me permite, eu estarei depois.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não, antes de V. Exª, o Senador Eduardo Suplicy, que me disse que vai votar ali, na CCJ, mas que vai voltar. Senão, já faria os quatro, Senador.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Obrigado. Ele encarnou com Senadora hoje comigo, Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu só pediria, antes do Senador, uma solicitação, com o apoio dos demais Senadores, para votarmos hoje as duas indicações, se possível, Presidente Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora, eu temo que isso seja impossível, porque foi antecipada a Ordem do Dia para meio-dia. Então, eu acho que isso... Embora receba, mas...

Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, eu quero externar a minha satisfação de poder participar desta reunião com dois grandes profissionais. Eu tenho por hábito só votar no final da sabatina ou quando a sabatina já se aproxima do seu final, mas, conhecendo os dois pleiteantes, hoje eu quebrei essa regra e já votei, porque estou absolutamente convencido de que são dois grandes nomes para as suas respectivas agências.

O Jaime é recondução. Fez um belíssimo trabalho no seu primeiro mandato. Por questões de justiça, ele merece voltar lá. Tem currículo, tem saber, tem experiência. O segundo... E além de ser xará do nosso queridíssimo e eterno Presidente Jayme Campos.

O Dr. José Carlos já o conheço. Conheço a sua trajetória, o seu currículo, acho que a Agência Nacional de Saúde está, absolutamente, bem contemplada com a sua chegada lá.

Eu estava conversando, há pouco tempo, com o Presidente André Longo, e quero, aqui, deixar apenas uma preocupação. Nós sabemos a importância das agências de regulação no Brasil e em todo o mundo. Eu não consigo conceber como as Agências, aí vai o caso, a ANS como a Anvisa, descompletam a sua Diretoria por tanto tempo.

Eu fui informado, há pouco, pelo Dr. André, que ele estava deliberando *ad referendum*, porque, com a chegada do Dr. José Carlos, ainda fica uma vaga em aberto.

Ora, e vejam que, ontem, nós votamos na Drª Simone. Portanto, existiam apenas três. Parece que, na outra semana, foi o outro, José Carlos. Portanto, estavam com dois.

Então, não dá para uma agência de regulação funcionar na sua plenitude e desempenhar o papel que lhe é devido com apenas dois membros na Diretoria.

Então, eu faço, aqui, esse registro de que realmente as coisas precisam ser conduzidas dentro da responsabilidade que merecem. Então, as Agências Reguladoras são importantes para esse País. A ANS é importantíssima, a Anvisa importantíssima, a Anatel. Enfim, todas as Agências são importantes.

Portanto, é um apelo que eu faço para que essas duas Agências, que são ligadas, diretamente, à saúde, não deixem o seu plantel descompleto e, com isso, ficarem com a postura, uma atuação vicariante. Isso não é justo, não é correto e prejudica as ações e, em última análise, a sociedade.

Mas, afora esse comentário, eu queria me referir ao Dr. José Carlos, na condição de pediatra, que um dos problemas que estamos vivenciando no Brasil, na saúde suplementar, nas operadoras de planos de saúde, é a carência do médico pediatra.

Está faltando pediatra no Brasil. Ninguém quer mais ser pediatra. Os planos de saúde não estão tendo o número de pediatras necessários a atender a sua clientela, atender a demanda. E, aí, vem o porquê.

Ora, o Dr. José Carlos é pediatra, ele conhece, mais do que ninguém, as agruras de ser pediatra. Eu também conheço. Não sou pediatra, mas eu sou casado com uma pediatra. Portanto, eu conheço essas agruras. Eu sei o que é, de madrugada, o telefone ligar cinco, seis vezes para falar com a pediatra e eu passar o telefone por cima de mim.

Então, eu dou um plantão no hospital, outro plantão em casa. Eu sei o que é isso, porque o pediatra quando atende a criança, a partir dali ele conduz aquela criança de manhã, de tarde, de noite, de madrugada.

Uma criança, quando tem algum problema, os pais – é compreensível – ficam absolutamente desnorteados e ligam para quem? Para o pediatra. É justo. E essa ligação é muito próxima. Há uma dependência muito grande dos pais, sobretudo das crianças menores, com o pediatra.

O pediatra tem direito a uma consulta e mais o retorno, só que, olha só que dificuldade. O pediatra atende a criança e essa criança tem direito ao retorno. Aí, volta para o retorno.

Uma semana depois, a criança comeu o alimento e desenvolveu uma infecção intestinal. Já é outra patologia, outro motivo de consulta.

Ele volta. A primeira vez foi a alergia. A segunda foi a infecção, no mesmo mês. E, aí, esse pediatra só tem direito a uma consulta.

Então, ele pode atender a criança duas, três vezes, quatro vezes por mês, por uma consulta. É um desestímulo. Ninguém quer ser pediatra. E a consulta é muito baixa.

E o pediatra é diferente de outras especialidades que não têm o diagnóstico. O exame diagnóstico, que complementa a sua consulta, que faz com que o seu trabalho médico seja mais bem remunerado. E, nesse cenário, o que está acontecendo? Ninguém mais quer ser pediatra porque as consultas são irrisórias e o pediatra se casa com a família do doente e com a criança. Então, ninguém aceita.

No Brasil, estão faltando as especialidades básicas. Ninguém quer ser mais clínico geral, ninguém quer ser mais médico de família, ninguém quer ser mais pediatra. Sabe por quê? Porque para essas especialidades básicas é o Governo que tem que dar o estímulo.

As reclamações são contumazes. Todo mundo quer fazer especialização: quer ser neurocirurgião, cardiologista, cirurgião plástico, quer ser isso, quer ser aquilo. Mas sabe por quê? Porque o mercado dá o estímulo. O próprio mercado oferece o estímulo para essas especialidades. E quem deveria dar o estímulo para as especialidades de atenção básica era o Governo.

Eu faço esse comentário para ilustrar a preocupação do Senador Humberto Costa, muito bem colocada. Antigamente, na Lei 8.080, a Lei do SUS, quando foi criada a saúde suplementar, usou-se este nome "suplemen-

tar" para atuar como uma suplementação, que não é mais isso. Ora, um sistema que atende 25% da população do País não é mais suplementar, ele é complementar. Portanto, essa discussão tem que haver. Precisamos fazer essa discussão para saber o lugar de quem, como é que vai ser essa união, esse sincronismo de atuação.

O sistema suplementar precisa entender que precisa contribuir, efetivamente, para o sistema público. E eu vou dizer por quê. Outro dia, o Presidente Moka fez um comentário muito feliz. Ele defendeu que se estabelecesse um percentual que as operadoras repassariam automaticamente para o sistema público. E aí eu fiz o comentário, ao lado do grande Cyro Miranda: eu concordo em gênero e grau com o Presidente. Primeiro, porque ele é Presidente. Para começar. Aí, o Cyro Miranda disse: "O segundo item está prejudicado em função do primeiro."

Mas não é isso. É porque a visão do Presidente foi de extrema sensibilidade. Por quê? Porque a Anvisa, no seu trabalho, é SUS. A Vigilância Sanitária, que é bancada pelo SUS, diminui a enorme mortalidade, e isso favorece as operadoras, favorece a saúde suplementar. Na hora em que o Governo gasta dinheiro, para evitar que o cidadão adoeça, aquele cidadão que tem plano de saúde vai usar menos a operadora, vai gastar menos. Portanto, esse trabalho está sendo feito pelo sistema público, não é verdade?. É o sistema público que está gastando na prevenção. Partindo desse pressuposto de que deverá haver essa rediscussão dos dois sistemas – e aí, sim, a saúde suplementar, repassando esse percentual, ou assumir o que ele deve, na nova visão desse sistema de saúde, na nova visão desse sistema suplementar ou complementar, de também atuar na prevenção –, a pergunta que eu dirijo ao Dr. José Carlos: como pediatra, sabendo que está havendo uma revoada de pediatras das operadoras, sabendo que ninguém mais quer fazer as especialidades básicas, qual seria, na sua visão, em sua opinião, o papel da ANS no sentido de fortalecer as especialidades de atenção básica, as especialidades básicas?

É o que eu diria a V. Exª.

A pergunta que faço ao Dr. Jaime é a seguinte: a Anvisa e, digamos assim, os órgãos semelhantes à Anvisa nos Estados e Municípios – Anvisa, Covisa, essa coisa toda – é uma atuação linear, cada um na sua área de atuação, mas é uma atuação linear, como se fosse a sucursal. Esses órgãos, em geral, têm uma atuação dicotomizada: eles atuam de uma forma no público e outra forma no privado.

Eu digo isso por quê? Porque tenho clínicas privadas. A fiscalização e atuação dessas instituições nas clínicas privadas, nos hospitais privados é completamente diferente das atuações nos hospitais públicos, nas clínicas públicas, nas unidades públicas. Digo isso por quê? Porque também sou servidor público, sou lotado no Hospital Walfredo Gurgel, que é o maior hospital público do Estado. Já trabalhei em vários interiores do meu Estado. Então, conheço as duas realidades.

E é impressionante como a rigidez da fiscalização no privado exercido por esses órgãos é seguida de uma leniência total e absoluta quando a fiscalização é no público. Isso favorece a um mau serviço oferecido pelas unidades públicas à sociedade. Então, nós vemos verdadeiros absurdos nos hospitais públicos, como, por exemplo, dentro do centro cirúrgico mofo no teto; como, por exemplo, o esgoto passando por dentro da cozinha de um hospital. E por aí vai. Mas a atuação desses órgãos é sempre muito mais leniente nas unidades públicas.

Eu sei da importância. Mas aí acho que teria que haver uma fiscalização, uma cobrança mais rigorosa sob os gestores, até porque a saúde é uma só, o cidadão é um só. O cidadão que tem acesso à saúde suplementar em um hospital privado e em uma clínica privada tem o direito a ser bem atendido e com segurança da mesma forma que o cidadão do SUS tem. Então, se o cidadão que tem um plano de saúde merece um atendimento digno em uma clínica privada, ou pelo menos com menores riscos possíveis, o cidadão do SUS merece o mesmo direito, é cidadão igual, é brasileiro igualzinho. E os órgãos, as agências não podem ter esse tipo de visão, esse tipo de comportamento, porque não seria uma postura justa, igualitária e republicana.

Ademais, quero apenas parabenizar pelos dois grandes candidatos que aqui se apresentam.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, senhores sabatinados, eu gostaria de cumprimentar o Dr. José Carlos e o Dr. Jaime.

Eu tive uma experiência muito positiva com o Dr. José Carlos durante o debate do projeto Ato Médico. Eu pude constatar sua experiência, sua habilidade e, acima de tudo, seu bom-senso na busca dos consensos. Acredito que V. Sª à frente da ANS será sem dúvida uma pessoa de muito equilíbrio e que buscará esse consenso entre as partes.

Eu quero cumprimentar o Dr. Jaime também pela sua trajetória, pela sua ação à frente da diretoria da Anvisa. Cumprimentá-lo e desejar-lhe muito sucesso nesse novo período.

Vou fazer apenas algumas perguntas. Acho, assim, que quase tudo já foi respondido. Mas, ao Dr. José Carlos eu gostaria de perguntar: Em sua opinião, quais são os temas prioritários da agenda regulatória da ANS para os próximos anos?

Ao Dr. Jaime, eu gostaria de fazer a seguinte pergunta: Há aproximadamente um ano, a 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região negou provimento ao recurso proposto pela Anvisa contra sentença que declarou inválida a Resolução da Diretoria Colegiada nº 24, de 15 de junho de 2010, editada pela agência. Essa resolução dispõe sobre a publicidade e outras práticas correlatas cujo objetivo seja a divulgação e a promoção comercial de alimentos considerados com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gorduras trans, de sódio e de bebidas com baixo teor nutricional.

A ação judicial que pediu a nulidade da norma foi proposta pela Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação. Pergunto: Qual a situação atual dessa disputa jurídica entre a Anvisa e a Abia? O que a Anvisa pretende fazer em relação à sua Resolução nº 24, de 2010? Qual a perspectiva que se apresenta para a regulação da matéria? Há necessidade de atuação do Congresso Nacional nesse episódio?

A segunda pergunta é correlata a essa. Em recente contato com a médica nutróloga, Drª Marcela, minha conterrânea de Goiás, ela me disse que após a proibição dos inibidores de apetite aumentaram absurdamente os índices de obesidade em nosso País e cresceu também o número de pessoas recorrendo à cirurgia de redução de estômago, com muitos casos de óbitos no pós-operatório. Além disso, uma grande preocupação dela e minha é a informação de que o mercado negro se ampliou, cobrando valores exorbitantes pelos medicamentos proibidos e colocando a vida das pessoas com obesidade em risco, já que, por desespero, estão ingerindo medicamentos sem nenhum acompanhamento médico.

Nesse sentido, faço a seguinte pergunta: Por que a Anvisa mantém a proibição, mesmo com tantos estudos científicos comprovando a segurança e a eficácia dos inibidores? Segundo, se realmente existe necessidade de proibição, porque as maiores entidades médicas, como Conselho Federal de Medicina, Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica, Associação Brasileira de Nutrologia, Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Conselho Federal de Farmácia continuam defendendo o retorno dos inibidores ao mercado? Parece-me contraditório que aqueles que devem zelar pelos pacientes que representam sejam a favor de algo que a Anvisa entende que deva ser proibido.

São essas perguntas, desejando a ambos sucesso. Acredito, pelo que já foi dito aqui, que serão contemplados com a votação unânime.

Desejo sucesso na nova trajetória.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou conceder a palavra. São os três agora e, logo em seguida, os dois últimos inscritos, Eduardo Suplicy e o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Isso que eu sugeriria a V. Exª, se não quereria fechar logo o bloco com todos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com a promessa de sermos breves.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu acho difícil V. Exªs cumprirem, mas... (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Eis uma promessa difícil de ser cumprida, Presidente, tanto pelo Senador Suplicy quanto por mim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, eu prefiro que mantenhamos o que combinamos previamente.

Com a palavra... Senão fica prejudicada.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, não estou no bloco dos três não?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Não é minha vez de falar agora não? Não é minha vez?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não, vou chamar V. Exª. Por isso que eu estou...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Depois das respostas dele?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não, agora, como terceiro inscrito.

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Porque, se ficar aguardando depois o terceiro bloco... Aí...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – Lúcia Vânia e Jayme Campos...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, ilustres indicados, Dr. José Carlos, Dr. Jaime César, é uma satisfação estarmos hoje aqui, depositando nossa confiança uma vez mais no xará Jaime e, pela primeira vez, no José Carlos.

Currículo maravilhoso de ambos. Aqui quero apenas acrescentar que quando o Senador Paulo Davim disse das situações críticas com relação à fiscalização dos hospitais públicos eu me associo à sua fala.

No meu Estado, há poucos dias, havia uma matéria na televisão, nas rádios e no *site*, mostrando a situação do hospital público municipal da minha cidade. Uma cidade com quase 300 mil habitantes tem um hospital e um posto de socorro de urgência e emergência. Entretanto, passando pela UTI, o que se via era uma vergonha, o esgoto praticamente a céu aberto.

Indago se não há fiscalização. Como existe para hospitais privados, evidentemente deveria haver também para hospitais públicos, unidades de saúde, seja onde estiverem. Mas, nesse caso, há leniência por parte dos órgãos fiscalizadores para as unidades de saúde pública. Acho que teríamos de fazer de forma isonômica uma fiscalização não só para o privado mas também e sobretudo para o público.

Mas, para ser bem breve, Sr. Presidente, quero fazer aqui apenas uma indicação ao Dr. Jaime.

Uma das principais questões que tem sido alvo de nossa atenção aqui no Congresso Nacional se refere à educação nutricional do brasileiro. Eu mesmo apresentei à Casa duas proposições: o PLS nº 196, 2007, e o PLS nº 126, DE 2014, no sentido de garantir ao consumidor maior grau de esclarecimento na rotulagem de bebidas e alimentos em geral.

1. Nesse contexto, indago a V. Sª em que consistem e como funcionam o sistema de rotulagem nutricional e o manual de orientação implantados pela Anvisa.

2. Como V. Sª avalia os resultados obtidos até agora com o uso do programa de computador criado pela agência e utilizado pela indústria na engenharia de alimentos?

3. Como tem sido a fiscalização de alimentos comercializados sem embalagem, em que as ações conjuntas vêm sendo desenvolvidas pela Anvisa, em parceria com o Ministério Público, associações e demais entidades pertinentes?

4. Poderia V. Sª discorrer sucintamente acerca dos princípios de informação nutricional complementar, à luz da Resolução da Diretoria do Colegiado nº 54, de novembro de 2012?

5. O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor constatou que os produtos alimentícios mais consumidos por crianças trazem valores relativos a uma dieta de 2.000 calorias e é a ingestão energética diária recomendada para pessoas adultas. Isso pode levar o consumidor ao erro de aumentar a quantidade de alimentos oferecidos aos seus filhos, prejudicando-os e conduzindo-os ao perigoso caminho da obesidade. Qual é a posição da Anvisa a respeito disso?

6. A Agência discute no Mercosul proposta de obrigatoriedade de informação de alergênicos. Pode V. Sª nos informar em que consiste e em que estágio está essa discussão?

7. No Brasil, sempre que são necessárias mudanças no regulamento de rotulagem nutricional, essa intenção esbarra no argumento de que as normas aqui adotadas foram acordadas e harmonizadas no âmbito do Mercosul e o que demanda aprovação por consenso entre os envolvidos para quaisquer mudanças poderem acontecer. Vejo, contudo, ilustre Jaime, que isso não pode continuar a ser uma razão para algemar o País e impedir mudanças e modelos que se mostrem desfavoráveis à sociedade. No caso da rotulagem nutricional, a nossa realidade é que o modelo adotado se demonstra incapaz de ajudar na educação nutricional dos consumidores brasileiros. Exemplo claro disso é o projeto de nossa autoria que trata da inserção de obrigatoriedade de frases de advertência quanto aos riscos de obesidade nos rótulos de refrigerantes e afins. Gostaria de saber a opinião de V. Sª sobre isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vou conceder a palavra, inicialmente, ao Sr. Jaime César; logo em seguida, ao Dr. José Carlos Abrahão, para que possam responder aos três Senadores: Paulo Davim, Lúcia Vânia e Jayme Campos.

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – Obrigado, Senador Moka.

Senador Paulo Davim, a questão colocada diz respeito à relação da Anvisa com as Visas estaduais e locais, e uma cultura que muitas vezes se verifica no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária é de diferencial grau de rigor o tratamento dado a serviços de saúde no âmbito privado e no âmbito público.

Logicamente os senhores sabem disso, a Anvisa não tem ascendência hierárquica sobre as Vigilâncias Sanitárias estaduais e municipais. Tal como uma organização federativa, a Anvisa, no âmbito federal, é uma coordenadora do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e todas as ações adotadas junto às vigilâncias sanitárias estaduais e municipais são ações pactuadas dentro do âmbito que a gente chama de âmbito tripartite, que envolve Estados, Municípios, secretários de saúde estaduais, secretários de saúde municipais e de lá são

tiradas as decisões e as resoluções comuns que se aplicam a todos os entes da Federação. Então, é através de pactuação e não de imposições da Anvisa.

Culturalmente e também historicamente isso muitas vezes está refletido nos próprios atos, leis, decretos, etc., das décadas de 70, 60. Existia e existe ainda uma certa cultura de maior condescendência no tratamento de laboratórios farmacêuticos públicos ou serviços de saúde públicos pelas vigilâncias sanitárias e outros órgãos fiscalizadores, muito em decorrência do entendimento e da compreensão de que, sim, esforços são feitos para melhorar a condição desses serviços de saúde ou desses laboratórios públicos farmacêuticos, mas existem limitações dentro do Poder Público, pois não conseguem ter o mesmo avanço que muitas vezes a iniciativa privada tem em função de flexibilidades e mudança de diretrizes, flexibilidade de contratações etc. A gente vivencia isso com uma certa frequência na Anvisa.

Logicamente essa cultura tem que ser superada. Não se justifica que quem é usuário do serviço público de saúde ou usuário de medicamentos produzidos por laboratório público conte, por conta de ser uma entidade pública, com diferença de tratamento em relação à área privada. Essa é uma cultura que tem que ser superada.

Existem esforços concretos para a superação desse tipo de cultura. Dentro da vigilância sanitária, esses esforços têm a ver com pactuações no sentido de uniformização, de padronização de inspeções que são feitas tanto em serviços de saúde quanto nas entidades produtoras de medicamentos, de pactuações no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária para procedimentos operacionais padrão para a realização dessas inspeções e também na profissionalização do serviço de vigilância sanitária. Historicamente muitos profissionais que atuavam e em alguns lugares ainda atuam como fiscais da vigilância sanitária em Estados e Municípios também têm vínculo com o laboratório público ou com o serviço público de saúde daquela região. Então, muitas vezes esse potencial conflito de interesse leva a esse tipo de situação.

Com a profissionalização da vigilância sanitária, com o fortalecimento do sistema nacional de vigilância sanitária e com ações normativas como, por exemplo, uma ação coordenada pela Anvisa, mas de iniciativa do Ministério da Saúde, que é o Programa Nacional de Segurança do Paciente, esse tipo de situação tende a se alterar. O Programa Nacional de Saúde do Paciente exige que todas as unidades de saúde, sejam públicas ou sejam privadas, constituam núcleos internos sobre o tema segurança do paciente e rotinas de atendimento, incluindo-se procedimentos cirúrgicos, incluindo administração de medicamentos. Esses núcleos são responsáveis por garantir a existência de protocolo e de treinamento dentro das instituições para que erros ou má prestação dos serviços de saúde não venham a ocorrer.

Então, creio que existem ações importantes sendo tomadas para que essa cultura, que realmente existe e é uma cultura histórica, se altere e não haja diferenciação entre o grau de rigor com que a vigilância sanitária e outros órgãos fiscalizadores tratam serviços privados e serviços públicos, porque isso é, de fato, injustificável.

Em relação à questão da Senadora Lúcia Vânia, como o Senador Jayme Campos tratou de informação nutricional e rotulagem de alimentos e a pergunta da senhora foi dirigida à publicidade de alimentos, eu gostaria de fazer comentários conjuntos, porque uma coisa está muito relacionada à outra e, na verdade, a questão geral que se coloca tanto em relação à rotulagem, que é a informação para o consumidor, quanto em relação à propaganda, que é a forma de atuação comercial de atrair o consumidor para a utilização, para o consumo de determinado produto estão muito "linkadas".

Principalmente no âmbito infantil, em alimentos infantis, a publicidade e a qualidade dos produtos, quanto ao nível de nutrientes, quanto à quantidade de calorias vêm sendo cada vez mais crítica, porque a exposição principalmente do público infantil tem gerado – e isso não é só no Brasil, isso é mundial – a criação de um ambiente muito propício ao desenvolvimento de todo tipo de doença, de todo tipo de males que decorrem de uma alimentação incorreta em termos de nutrientes ou de valores de carboidratos, de açúcares, etc, muito acima dos limites diários recomendados.

A informação nutricional que consta nas embalagens de alimentos e outras informações importantes são valorosas no sentido de gerar, tanto nas crianças que já conseguem compreender de certa forma essa informação quanto nos próprios pais, a possibilidade de educá-las no sentido de ter uma alimentação mais saudável. Mas a rotulagem nem se aproxima do potencial que tem a propaganda na área de alimentos, que, se feita de forma não regulada e não responsável, estimula o consumo desses produtos que, em termos geracionais, podem prejudicar enormemente a população e gerar problemas de obesidade, problemas cardíacos e outros problemas decorrentes.

De fato, em 2010, a Anvisa teve uma ação que foi muito aplaudida por determinados segmentos ligados diretamente à saúde pública, à proteção da criança e do adolescente, aos órgãos de proteção ao consumidor, que foi editar uma resolução para regular a propaganda de produtos com baixos nutrientes, altos teores de açúcares, altos teores de amido, mas essa resolução, em determinado momento, recebeu um parecer contrário da AGU, que foi levado para o Judiciário, e, hoje, por decisões judiciais, essa resolução está suspensa.

Não existe, portanto, a possibilidade daquelas disposições, que, na verdade, eram disposições que visavam a fazer com que a propaganda fosse acompanhada de esclarecimentos a respeito da real natureza do produto e das consequências que o consumo daquele produto poderia trazer, sejam aplicadas pela Anvisa, por conta dessa decisão judicial. Essa decisão judicial já foi tomada, se não me engano, em segunda instância. Existem recursos para tribunais superiores, mas esses recursos não têm efeito suspensivo.

Em função dessa suspensão judicial, existem várias demandas para que a Anvisa rediscuta essas resoluções e tente encontrar formas de resguardar o interesse sanitário, o interesse de saúde pública ligado à propaganda, propostas de estímulo à autorregulação, por exemplo. Existem propostas tanto nesse sentido quanto proposta de manutenção das próprias resoluções, porque entende-se que foram marcos importantes no combate à má alimentação principalmente infantil e que o retrocesso da Anvisa, mesmo com a resolução suspensa, no sentido de revogar essa resolução poderia passar uma mensagem, para determinados segmentos da sociedade que tem maior preocupação com esse assunto, negativa, soaria como um recuo da Agência.

Essa resolução e outra resolução que é também sobre propaganda de medicamentos, a 24 de alimentos e a 96 de medicamentos, todas elas estão na agenda regulatória 2013/2014 da Agência. Durante o ano de 2013, algumas discussões já foram feitas e, durante o ano de 2014, decisões vão ter que ser tomadas a respeito dessas resoluções. Elas existem. São inefetivas, por conta da suspensão judicial, mas a matéria que tratam é essencial para criação de bons hábitos no consumo de alimentos e para informação ao consumidor. A diretoria colegiada da Agência vai ter que se pronunciar em algum momento a respeito disso.

A minha opinião particular é de que essa é uma discussão que deveria transcender a Anvisa e ter um acompanhamento e um estímulo institucional, por parte da Anvisa, muito grande dentro do Congresso Nacional. Existem projetos de lei aqui que tratam da regulamentação dessa propaganda. E o motivo do questionamento judicial foi justamente entender que a Anvisa, ao editar esse tipo de resolução, estaria transcendendo o poder regulamentar que ela tem e interferindo em assuntos que deveriam ser tratados por meio de lei.

Então, eu creio que uma discussão séria, qualificada e rápida desses projetos de lei no Congresso Nacional e, logicamente, com uma atuação grande da Anvisa, aportando subsídios para que uma decisão seja tomada a respeito desse assunto, é a melhor forma de se estabelecer uma política sólida e estável a respeito de propaganda, principalmente envolvendo produtos para consumo infantil e que têm baixos nutrientes e têm altos teores de substâncias que, muitas vezes, conduzem à obesidade e a outros tipos de problemas.

Em relação ao questionamento do Senador Jaime Campos quanto à rotulagem, de fato, todas as normas, seja de alimentos, seja de cosméticos, em relação à rotulagem, elas são estabelecidas senão em âmbito regional, Mercosul, elas são estabelecidas, às vezes, em âmbito internacional, como o Codex Alimentarius no caso de alimentos. E, muitas vezes, as normas estabelecidas lá fora, que são internalizada no Brasil, de fato engessam um pouco mais a discussão mais doméstica, mais focada nas questões nacionais em relação à esse tipo de assunto.

Logicamente que existem protocolos a serem seguidos para mudança de legislação que é pactuada em âmbitos regional ou internacional, e a Anvisa não pode passar por cima desses protocolos porque essas pactuações envolvem questões de natureza muito mais amplas do que simplesmente as questões sanitárias. Porém, também existem válvulas que podem ser utilizadas para que, independentemente do término de uma discussão no âmbito do Mercosul, ou da existência de normas também no Mercosul, ou no âmbito internacional, o Brasil consiga tomar posições em relação à rotulagem de alimentos.

O caso específico de alertas sobre potencial alergênico de ingredientes de alimentos é um dos casos em que independentemente do término da discussão do Mercosul, que já dura quatro anos, a Anvisa já incluiu na agenda regulatória dela e está sendo tratado com um dos temas prioritários: a inclusão, na rotulagem, de advertência a respeito de elementos alergênicos que compõem determinados tipos de produtos. Isso por conta da percepção de que a discussão no Mercosul estava lenta demais, da falta de perspectiva em se ter uma solução definitiva num espaço de tempo razoável, e do fato de que as demandas sociais existentes no País para que essas providências sejam tomadas são evidentes, elas cresceram muito.

Existem demandas em redes sociais, como um movimento chamado Põe no Rótulo, que está demandando essas informações no rótulo de alimentos. Então, a Anvisa já incluiu na agenda regulatória e, em breve, certamente vai colocar uma consulta pública para manifestação da sociedade a respeito desse tema.

Voltando à questão dos inibidores de apetite. Essa foi, nos últimos cinco anos, talvez uma das questões mais polêmicas que surgiram na Anvisa.

Foi feito durante muito tempo, baseados em dados de um estudo conduzido no âmbito da Comunidade Europeia, uma discussão grande a respeito da relação risco/benefício da utilização desses inibidores de apetite.

A Anvisa é uma Agência criada para fazer a análise de segurança e eficácia de medicamentos. Quando o quesito segurança e o quesito eficácia, o balanço desses dois quesitos, não dão uma resposta positiva para a

aprovação de uma determinado produto, é obrigação institucional da Agência não conferir a aprovação desse produto.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Mesmo com todas as associações ligadas à área médica defendendo, a Anvisa mantém a sua posição?

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – O que existe, Senadora, é uma polêmica a respeito desse tema. Da mesma forma que existem profissionais da área médica defendendo a qualidade desses medicamentos e que medidas que permitiam a permanência deles no mercado fossem tomadas no sentido de racionalizar e de melhorar a prescrição, não no sentido de proibir o medicamento, mas, sim, no sentido de melhorar e fiscalizar a qualidade da prescrição, da mesma forma que existem essas posições, existem estudos que demonstram outros dados a respeito do balanço risco/benefício desses medicamentos.

Os estudos indicam a incidência de doenças cardiovasculares em função da utilização desses medicamentos, indicam a existência de criação de dependência, indicam a existência de não efetividade no sentido de que a suspensão do uso do medicamento faz a obesidade retornar porque não houve uma mudança de hábitos alimentares ou um tratamento mais efetivo por parte do paciente que utiliza esse medicamento.

Esses foram os dados colocados perante a Anvisa, para que a Anvisa tomasse essa decisão. Não é uma decisão arbitrária sob o ponto de vista técnico, é uma decisão embasada sob o ponto de vista técnico.

Mais recentemente, a comissão científica que foi criada na Anvisa e que é composta por profissionais renomados da área médica, da área de pesquisa, de universidades etc. – são oito profissionais, se não me engano – teve a oportunidade de analisar o processo que resultou na proibição desses medicamentos. A manifestação deles foi no sentido de que, de fato, não existiam subsídios técnicos que pudessem ter levado a Agência a reconhecer que o benefício trazido por esses produtos superava o risco oferecido por esses produtos.

Então, o que existe, na verdade, é uma divergência técnica entre setores, e a Anvisa, como órgão responsável pela análise desses produtos, teve de tomar uma decisão a respeito deles. O que a Anvisa fez não foi simplesmente proibir, mas foi cancelar o registro dos medicamentos que, até então, estavam registrados, para que, havendo informações apresentadas pelos interessados nesse registro, mudasse esse quadro técnico, esse quadro de informações e de dados que hoje existe na Agência, para que esses medicamentos pudessem retornar ao mercado. Não existe a decisão de banimento, de proscrição. Não é isso. A decisão é a de que esses medicamentos não podem permanecer no mercado até que estudos clínicos que evidenciem vantagens que superem os riscos associados a eles estejam presentes. Esse é um ponto importante. Na verdade, existem divergências em relação a isso.

O Senador está pedindo para eu concluir. Eu só vou fazer mais um comentário em relação a isso.

A vinda dessa discussão para o âmbito da Câmara, inicialmente, e, agora, para o do Senado Federal é muito sadia. A Anvisa não tem nenhuma prerrogativa, nenhum poder regulatório que não seja conferido, delegado pelo Congresso Nacional. O que nós fazemos, o que a Anvisa faz é o exercício de competências dadas a ela pelo Congresso Nacional, e essas competências se refletem em responsabilidades perante a saúde pública.

Se for feita por um instrumento jurídico competente e adequado, a discussão no âmbito do Congresso de uma potencial decisão que possa ser contrária à posição da Anvisa, mas que reflita os interesses sociais, que são muito mais bem refletidos aqui do que na própria Anvisa, certamente, será uma decisão sadia em termos de democracia e em termos de reconhecimento do que a população efetivamente quer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quero passar a palavra ao Dr. José Carlos Abrahão, pedindo objetividade. É que, ao meio-dia, vai começar a Ordem do Dia, e teremos de encerrar esta sessão.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO – Senador Paulo Davim, muito obrigado por suas palavras sobre a nossa pessoa.

Conforme o pedido da Presidência, vou tentar ser breve e objetivo.

Quanto à situação que o senhor levantou dos pediatras e das demais especialidades de atenção básica, o problema é fundamentalmente o da remuneração. E eu acho que, hoje, nós já vemos um movimento da Sociedade Brasileira de Pediatria, um movimento das próprias operadoras, e a agência pode contribuir mediando isso, revendo a forma de remuneração desses profissionais, dos pediatras, dos geriatras e dos demais profissionais da Atenção Básica.

Senadora Lúcia Vânia, mais uma vez quero agradecer a sua gentileza com a nossa pessoa. O equilíbrio e o consenso eu tenho procurado cultivar no dia a dia da minha vida e das minhas decisões.

Sobre os temas prioritários da agenda regulatória que foram colocados, eu começo dizendo, primeiro, que nós temos que proporcionar sustentabilidade ao setor; nós temos que dar segurança ao consumidor. Isso a gente vai conseguir, primeiro – conforme disse o Senador Humberto Costa; respondi rapidamente porque o senhor não estava aí; vou tentar ser breve, como o Presidente pediu, mas vou lhe pontuar –, com a integração

do Sistema Único com o Sistema Suplementar. Isso é primordial. Nós temos que sair das discussões e partir exatamente para as ações. Os princípios de governança regulatória estão dentro da agência, e o Presidente André Longo tem colocado. A gente precisa corroborar em terminar a agenda regulatória de 2014 para poder trabalhar a agenda dos próximos anos.

E fundamentalmente a relação entre prestadores e operadoras.

O Senador Humberto Costa, muito rapidamente, pelo que o Presidente colocou, mas, até pelo fim, se me permite, comentei isso com a Senadora Grazziotin. Nós temos que ser proativos – este é um compromisso que coloquei e que os senhores terão da minha pessoa – na discussão para a integração e a evolução do Sistema Único com o Sistema Complementar. Não há mais espaço, não há mais recursos para que haja duplicidade de ações. Essa interação se faz fundamental.

O senhor sempre disse, e corroboro: o Brasil tem um grande sistema de saúde, até porque ele é modelo e é desejo de vários países do mundo.

Sobre as parcerias do Sistema Único, rapidamente eu vou lembrar aqui que tivemos três ações, particularmente, com as quais a gente tem trabalhado. Primeiro, no Rio de Janeiro, um trabalho sobre CTI Neonatal. Há um acordo de mais de 15 anos entre o setor privado e o setor público, com o Ministério Público, que proporcionou a diminuição da mortalidade infantil, através da integração do sistema privado com o sistema público.

Nós trabalhamos muito efetivamente também nas entidades que dirigimos sobre a situação de dengue e sobre a situação de H1. Novamente não há espaço para se dizer: "O tratamento é público, é privado." Quando estamos enfermos ou quando sofremos um acidente, você vai no primeiro serviço de saúde.

A gente precisa muito do Parlamento, a gente precisa muito do Senado, da Câmara, para que vocês possam nos subsidiar com a legislação.

Finalmente, sobre o ressarcimento.

Senador, hoje, já há uma decisão do STJ. Ao agente regulador compete cumprir a decisão, ao cidadão compete cumprir a decisão. Sei também que os últimos números dos últimos anos vêm crescendo em termos de ressarcimento. Inclusive, agora, a agência está trabalhando – e aí o Dr. André pode depois até dizer se estou errado – o ressarcimento da alta complexidade dos demais procedimentos.

Eu não acho justo, eu não acho correto uma empresa que se estabeleça encaminhar um paciente para o Sistema Único e não pagar por isso. Os senhores não terão a minha aquiescência sobre isso. Jamais.

Então, acho que esse é um fato consumado. Compete ao agente regulador cumprir a legislação.

Espero, na brevidade, ter respondido aos senhores.

Mais uma vez, muito obrigado pelas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, pela ordem. Mais uma vez eu vou precisar me retirar. Eu voltei para ouvir as respostas. Porém, gostaria de pedir a alguns dos nossos colegas que, ao final, alguém pedisse urgência para votação. Já foi feito?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Isso já foi pedido.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, vou cumprir o que disse. Eu quero desejar ao Dr. Jaime César de Moura Oliveira e ao Dr. José Carlos de Souza Abrahão muito sucesso na Anvisa e na Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Como tantas perguntas já foram feitas especificamente sobre o trabalho de ambos nos respectivos órgãos, como vão trabalhar na área da saúde, eu vou fazer apenas uma pergunta, que não é diretamente relacionada à Anvisa ou à ANS, mas tem relevância do ponto de vista da visão que ambos possam ter. Eu agradeço muito se puderem fazer um breve diagnóstico das suas respectivas visões sobre o Programa Mais Médicos, como eles têm conseguido até o presente atender algumas das demandas importantes na área da saúde pública brasileira.

Então, apenas essa é a minha pergunta. Muito obrigado.

Meus cumprimentos a ambos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente; Sr. José Carlos Abrahão, candidato indicado à Agência Nacional de Saúde, é de conhecimento público os litígios envolvendo as operadoras de plano de saúde e os seus consumidores. Aliás, esses tipos de litígios abarrotam o Judiciário brasileiro. Estatísticas dão conta de que esse é o principal tipo de litígio que ocorre no Judiciário brasileiro.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Dr. José Carlos Abrahão, em carta encaminhada ao nosso gabinete, relata serem as queixas dos planos de saúde as mais numerosas que constam em seus registros. Consta dos registros que são oriundas exatamente desse setor. Isso V. Exª mesmo admite.

Eu não sou membro desta Comissão e tudo indica que a maioria dos membros desta Comissão deve ter votado. Ainda não foram computados os votos, mas ao que tudo indica foi aprovada a sua condução ao posto de Diretor da Agência Nacional de Saúde. Mas considero importante alguns esclarecimentos aqui, em primeiro lugar, para aqueles que nos acompanham e, em segundo lugar, porque o resultado desta Comissão ainda será submetido ao Plenário do Senado.

Atualmente, V. Exª ocupa a presidência da Confederação Nacional de Hospitais, Estabelecimentos e Serviços, que é representante exatamente das operadoras de plano de saúde. E, na década de 1990, V. Exª foi presidente da ASSIM, Operadora Assistência Médica Integrada, e é de conhecimento que uma das atribuições da Agência Nacional de Saúde, a finalidade institucional da ANS é promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regulando as operadoras setoriais inclusive quanto às suas relações com prestadoras e consumidores, contribuindo, assim, para o desenvolvimento das ações de saúde no País. Assim, uma das finalidades precípuas da Agência Nacional de Saúde é a defesa do interesse público.

Ademais, Dr. José Abrahão, V.Sª, no cargo de Presidente da CNS, em artigo publicado no dia 10 de julho – artigo que eu não sei se consta do currículo que foi submetido à apreciação dos Senadores –, defendeu uma posição clara da CNS, ou seja, o Estado tem a obrigação de prover saúde. Este é o título do artigo em que V. Sª defende a inconstitucionalidade do ressarcimento dos planos de saúde ao SUS, quanto aos procedimentos realizados.

Diz V. Sª nesse artigo... Eu quero fazer questão aqui de citar dois parágrafos. No primeiro parágrafo, diz V. Sª: "Assim, ser um beneficiário do Sistema Suplementar não deve significar tornar-se um órfão do sistema público. O SUS, os próprios preceitos constitucionais, trazem a previsão de que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, que arca com seus impostos."

Permita-me divergir de V. Sª com relação a esse aspecto. Este gráfico aqui, da carga tributária brasileira, mostra que o nosso sistema tributário é totalmente recessivo – 52% da carga tributária brasileira incidem sobre o consumo, a renda e o trabalho. Portanto, a carga tributária, no Brasil, incide, principalmente, sobre os mais pobres e não sobre os mais ricos. Na verdade, o retorno deveria ser principalmente sobre os mais pobres.

No final do artigo, defendendo tal posição, diz V.Sª:

"Nesse sentido, a máxima constitucional de que a saúde é um direito de todos e dever do Estado permanece inalterada." Com esse entendimento e atendendo à filosofia que guia as ações a CNS – a entidade que V. Sª defende institucionalmente – é que questionamos, no Supremo Tribunal Federal, a constitucionalidade do art. 32, da Lei dos Planos de Saúde, a Lei 9.656, de 1998, que prevê o ressarcimento ao SUS, caso o beneficiário do plano seja atendido pelo sistema público ou por hospital público e conveniado. Se é dever do Estado manter os princípios do SUS, o indivíduo, ainda que consumidor de um plano de saúde, caso recorra ao atendimento público, estará dentro do seu direito.

Diga-se de passagem, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que essa é a posição defendida por V. Sª nesse artigo. Eu não sei se esse artigo consta do currículo de V. Sª. Mas essa é uma posição clara de V. Sª defendendo o interesse privado e não defendendo o interesse público.

Eu acho que esse tema do ressarcimento, Sr. Presidente, Dr. José Carlos Abrahão, é algo extremamente relevante para a saúde do País, visto que, hoje, o SUS não é integralmente ressarcido e não há a devida fiscalização por parte da Agência Reguladora. Aliás, Sr. Presidente, hoje é esse o principal problema que nós vivemos. Nós vivemos uma situação de omissão por parte das agências reguladoras.

Eu pergunto a V. Sª, aliás, poderia ter várias perguntas, mas a pergunta que eu faço, Dr. José Carlos Abrahão, é se não há aí um flagrante conflito de interesses; se não existirá ai um flagrante conflito de interesses. A pergunta clara é a seguinte: Tendo em vista os posicionamentos já explicitados por V. Sª e a atuação da CNS, principalmente nas ADINs, sobre ressarcimento ao SUS e cobertura de procedimentos dos planos de saúde ... Eu acredito que meu voto será minoritário, Dr. José Carlos Abrahão. Eu quero ser convencido por V. Sª na resposta do contrário. Eu não voto aqui. Votarei lá no plenário.

Na verdade são duas perguntas; no tempo que me resta há duas perguntas que farei. Pergunto se não há um claro conflito de interesses, em face da finalidade da agência Nacional de Saúde, que é defesa de interesse público.

Em segundo lugar, o senhor conduzido à direção da ANS. O senhor é favorito. Tudo indica que o senhor será conduzido, mas eu queria ouvir esse compromisso. Uma vez conduzido, principalmente nas ADIns sobre ressarcimento ao SUS e cobertura de procedimentos de planos de saúde, o senhor se comprometeria em não julgar todo e qualquer processo administrativo envolvendo esses temas? Haveria esse compromisso por parte de V. Sª, haja vista as evidentes informações e conflitos aqui existentes.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Só uma breve indagação. Estou seguindo o exemplo da Senadora Ana Amélia.

O Sr. Franco Maciel faz uma pergunta que me parece relevante. A Anvisa também disciplina restaurantes e cozinhas. Como é que se procura evitar alimentos que porventura tenham determinada quantidade de sujeira e inseto? Agradeço se puder também considerar esta pergunta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, eu queria só rapidamente comentar umas questões que foram levantadas pelo Senador Randolfe Rodrigues antes até da resposta dos dois sabatinados.

Veja bem, não existe diretor de agência pela metade. Ou nós aqui, no momento de fazermos a sabatina e de votarmos, definimos que o candidato não tem plena condição de exercer as suas funções de maneira ampla dentro do que prevê a lei, a Constituição, ou então não o indicamos. Não existe essa possibilidade de alguém se declarar impedido de votar qualquer questão que é obrigação inerente ao cargo que essa pessoa ocupa.

Outra coisa é que lá pelo Nordeste há um ditado que diz que quem tem ideia fixa é doido. Obviamente, o Dr. José Carlos pode ter tido a sua posição, representava uma instituição que tinha aquela posição, e isso não significa que ele não possa ter um entendimento diferente hoje. E sabe que na condição de integrante da ANS, se vier a ser escolhido, terá de cumprir a sua responsabilidade. Uma das responsabilidades da ANS é exatamente fazer valer a lei. E a lei prevê o ressarcimento.

Então, eu queria só fazer essa ponderação não no sentido de defendê-lo, porque creio que ele tem plenas condições de se defender, mas de registrar algumas coisas que considero relevantes até pelo fato de que nós estamos permanentemente aqui votando integrantes de agências, de instituições e essas coisas são absolutamente inerentes.

Eu, por exemplo, se ele disser que não vai votar as coisas que chegarem lá, não sei se vou votar nele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Há outro que diz que não se coloca raposa para cuidar de galinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eles terão oportunidade de responder aos questionamentos.

Dr. Jaime César

Eu vou pedir que a gente mantenha um clima tranquilo, por favor.

O SR. JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA – Obrigado, Senador Moka.

Senador Suplicy, em relação ao Programa Mais Médicos, o meu entendimento é de que era um programa extremamente necessário. A carência de profissionais dessa área no Sistema Único de Saúde é clara para todos nós e logicamente tão clara quanto urgente.

Simplesmente tentar formar profissionais dentro do País para suprir essa carência na velocidade em que se precisava disponibilizar assistência à saúde para a população é absolutamente inviável. Não é o único país do mundo que se utiliza de profissionais estrangeiros nessa área. Vários outros países adotaram a mesma estratégia e, tal como o Mais Médicos, não ficaram só na utilização de profissionais estrangeiros.

O Programa Mais Médicos tem uma série de medidas de formação de profissionais nessas especialidades, que são as especialidades mais demandadas dentro do SUS e contam com menos profissionais, como a atenção à saúde básica, à saúde da família e etc. Então, não é só a questão da utilização de profissionais estrangeiros, existem outras medidas associadas. Acho um programa absolutamente necessário e acho que vai trazer grandes resultados para a saúde pública do País.

A qualidade dos serviços de alimentação, a forma de se garantir é através das chamadas boas práticas dos serviços de alimentação, que dizem respeito desde a forma de conservação dos alimentos até a forma de manuseios desses alimentos. É através do cumprimento dessas boas práticas que se consegue que os alimentos não sofram contaminação e que não surjam doenças transmissíveis por alimentos nas populações que utilizam esses serviços.

A partir deste ano, a Anvisa criou, junto com as Vigilâncias Sanitárias estaduais e municipais, um programa chamado categorização de restaurantes. A partir dessa categorização vai ser implementado um selo, tal como existe em Nova York, tal como existe na Bélgica, tal como existe em Londres, um selo para o restaurante que vai dar o grau da excelência do restaurante quanto ao cumprimento de boas práticas nos serviços de alimentação. Assim, o próprio consumidor vai ter acesso à condição do restaurante e vai ser mais um agente que vai cobrar para que um restaurante que está numa condição inferior ascenda a uma condição superior quanto ao cumprimento dessas normas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Dr. José Carlos Abrahão.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO – Ilustríssimo Senador Randolfe, vou só responder primeiro ao Senador Suplicy sobre o Mais Médicos. A gente, talvez, se alongue um pouquinho com V. Exª.

Senador, primeiro, muito obrigado pelo carinho, pelo respeito com que V. Exª me recebeu, por suas palavras. Acho que o Mais Médicos faz parte do que nós falamos, da integração que o sistema tem de realizar como um todo.

Então, todos nós aqui precisamos, um pouco mais, sair do discurso, sermos proativos e irmos para a construção de um sistema de saúde. Aí, posso lhe garantir, pela experiência que eu tive, inclusive internacional, atuando nessas entidades como eu sempre atuei, com transparência, com ética, democraticamente. E mais, sem receber nenhuma remuneração. Encaro como uma missão, da mesma forma como estou encarando a missão que me foi dada por minha indicação. Então, acho que a gente tem de trabalhar nessa indicação.

Muito obrigado.

Senador Randolfe, muito obrigado por suas colocações, pela oportunidade que estou tendo de conversar. Tentei conversar com a sua assessoria. Na abertura, falei um pouco da minha vida. Tenho 40 anos na saúde. Trabalhei em instituições públicas e privadas. Tive a oportunidade de, em todas essas instituições, trabalhar com transparência olhando olho no olho, como estou olhando para o senhor. Não sou mais o Presidente da Confederação, não sou mais o Presidente da Federação de Hospitais. Renunciei a esses cargos no momento em que, realmente, fui indicado para a sabatina do Senado, em respeito à indicação da Presidente da República, em respeito à indicação do Ministro da Saúde, em respeito à indicação que o nosso Senador aceitou. Para mim foi uma honra um ex-Ministro da saúde nos relatar.

Dirigi uma operadora, sim, de 1988 até 1990. Ou seja, estamos falando de 24 anos, durante 3 anos, como fui professor universitário, como trabalhei, como disse, na Baixada, como trabalhei em Santa Casa, como dirigi hospital, como dirigi as entidades de classe. Agora, sempre, dessa forma, com transparência, com seriedade e procurando agregar valores para que a gente possa, democraticamente, construir um grande sistema de saúde.

Tive o orgulho de ser o primeiro brasileiro que dirigiu a Federação Mundial de Hospitais. Essa Federação congrega mais de cem países e não são instituição privadas. É o NHS que faz parte, são vários governos que fazem parte. Fui a todos os Continentes, só não fui à Austrália, e sempre procurando discutir, também, construindo, e mais, defendendo o sistema brasileiro, que é o grande desejo de vários países. Então, volta. Para mim é uma honra ter sido indicado e tenho o compromisso com V. Exªs e com a sociedade de seguir religiosamente a lei.

Especificamente sobre a ação de inconstitucionalidade, também falei que foi impetrada por uma diretoria da qual eu não fazia parte. Quanto às ações de inconstitucionalidade não é permitida a sua retirada. As ações de inconstitucionalidade são de interesse público e é uma decisão do STF. Há, nessa ação de inconstitucionalidade, se é que não me engano, os operadores do Judiciário sabem melhor, sessenta pontos, vários deles já julgados. E sobre o ressarcimento, o julgamento do STJ é: Cumpra-se.

Então, eu, no momento em que tiver a honra de ser escolhido como diretor, irei cumprir a lei, porque se eu não estiver cumprindo a lei, estou prevaricando. E eu, nos meus 61 anos de idade, não caminhei a minha vida dessa forma. Abdiquei de todas as minhas atividades privadas para me dedicar à atividade pública. Vários homens já fizeram isso no nosso País e em outros países. E isso quero dar de melhor. Sobre isso terei o maior prazer de estar conversando com V. Exª, e V. Exª me cobrar.

O que hoje desejo é isso: ajudar, com a minha experiência, com a minha capacidade que tenho procurado desenvolver de ouvir, de congregar pessoas, de agregar valores – não é de não ouvir divergência – para construir um sistema de saúde mais forte, um sistema de saúde que seja mais fácil para a população ter acesso, em que o consumidor tenha confiança; um que possamos usar, como eu pude usar a escola pública, o hospital público. Esse é o meu compromisso, Senador. Então, estarei sempre julgando o que a lei determina.

Não ocupo nenhum cargo mais na atividade privada, nem das entidades, nem de qualquer outra instituição. Estou dando a minha vida para tentar fazer o melhor de mim. E acho fundamental o seu questionamento, para V. Exª me dar a oportunidade de lhe dizer. E vou recordá-lo. Conversamos muito no final do ano, na posse do último Presidente da Sociedade de Pediatria, que trabalhou comigo na Baixada, e lhe fez inúmeros elogios pela defesa que tem feito, do que o Senador Paulo Davim falou da pediatria. Esse compromisso, V. Exª vai ter meu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Só uma pergunta, Dr. José Carlos Abrahão.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO – Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – É a última.

O senhor defendeu, obviamente, uma posição, no artigo que V. Exª assina...

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO – Institucional.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Então, é essa a pergunta.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO – A posição institucional.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – A posição que V. Exª...

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO – Coloquei isso – desculpa – até na abertura, nas minhas palavras iniciais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – E qual a sua posição em relação a este assunto, sobre o ressarcimento hoje?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO – A lei tem que ser cumprida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Não, é a posição pessoal sua.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO – A lei tem que ser cumprida. A minha posição é de que temos que cumprir a lei. Coloquei, aqui, talvez, não sei se V. Exª estava... Eu não admito, nos meus conceitos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Assumo que eu não estava.

Na verdade, é isso que quero ouvir de V. Sª. Qual a posição de V. Sª.

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO – Eu não admito, nos meus conceitos, que um cidadão contrate um plano de saúde, que aquela operadora encaminhe este cidadão para um serviço público, o qual não seja ressarcido por isso – o serviço público.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Então, a posição de V. Sª naquele artigo de *A Folha de S.Paulo*, de 10 de julho de 2010...

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO – É uma posição institucional.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Não era a posição de V. Sª?

O SR. JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO – É a posição institucional.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador, estão encerrados os questionamentos.

Vou convidar a Senadora Lúcia Vânia e a Senadora Ana Amélia para que possamos fazer a apuração dos votos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. *Fora do microfone*.) – Presidente. Presidente Moka, são dezenove votos. O mesmo resultado para os dois: dezoito votos SIM e um voto NÃO para os dois candidatos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Fim da apuração de votos.

Proclamo os seguintes resultados:

Mensagem do Senado Federal nº 22, de 2014. Indicação do Sr. Jaime César de Moura Oliveira. Dezoito votos SIM. Um voto NÃO. Nenhuma abstenção.

Mensagem do Senado Federal nº 23, de 2014. Indicação do Sr. José Carlos de Souza Abrahão. Dezoito votos SIM. Um voto NÃO. Nenhuma abstenção.

Resultado.

A Comissão de Assuntos Sociais aprova pareceres favoráveis às indicações dos seguintes nomes: o Sr. Jaime César de Moura Oliveira, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Parabéns. (*Palmas.*)

E proclama o Sr. José Carlos de Souza Abrahão para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

As matérias vão à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da sua tramitação. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, o Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim, com pedido de urgência.

A Presidência vai encerrar a presente reunião. Está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE MAIO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezoito minutos, do dia sete de maio de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador **Casildo Maldaner** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, João Alberto Souza, Paulo Davim, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Wellington Dias, Benedito de Lira, e João Vicente Claudino, e das Senadoras Angela Portela, Ana Rita, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Lídice da Mata. Justifica ausência o Senador Cyro Miranda. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião

anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1** – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, de 2010 – Não Terminativo – Autoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. *Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever tipo penal para a autoridade policial que não adotar as medidas legais cabíveis para a proteção de mulher em situação de violência doméstica, se da omissão resultar lesão corporal ou morte.* **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2010. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2010. **Relatoria**: Senadora Angela Portela. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2012 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Gim. *Concede incentivo tributário a pessoas jurídicas que auxiliem na capacitação profissional de jovens em abrigos ou casas de reabilitação.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2012, e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **Relatoria**: Senador Benedito de Lira. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2014 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Vital do Rêgo. *Altera a Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, para estabelecer metodologia de atualização da lista e modos de utilização do crédito presumido para os produtos incluídos no regime especial de contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep, e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social –Cofins.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2014. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2014. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. **Relatoria**: Senador Paulo Paim. **ITEM 4 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, de 2009 – Terminativo – Autoria:** Senador Augusto Botelho. *Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para definir procedimentos a serem adotados na apuração de responsabilidades e estabelecer sanções a serem aplicadas aos agentes públicos responsáveis pelo descumprimento injustificado de obrigações assumidas no âmbito do Sistema Único de Saúde.* **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, de 2011 – Terminativo –** *Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para modificar o art. 36, que institui regras sobre a elaboração dos planos de saúde, e para inserir dispositivos que regulam a responsabilidade sanitária dos gestores no âmbito do Sistema Único de Saúde.* **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2011, e das 14 (quatorze) Emendas que apresenta; e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2009, que tramita em conjunto, e das 8 (oito) Emendas a ele apresentadas pelo Senador Tião Viana durante o prazo regimental. **Resultado:** Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2011, e as Emendas nºs 1-CAS a 14-CAS. Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2009, ficando prejudicadas as Emendas a ele oferecidas pelo Senador Tião Viana durante o prazo regimental. **Relatoria**: Senador Wellington Dias. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. *Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, para condicionar, à prescrição médica, a venda e o fornecimento de medicamento à base de vitamina ou mineral cujo consumo excessivo possa ser prejudicial e impor a colocação de advertência nas embalagens de produto dietético que contenha a vitamina ou o mineral.* **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2013. **Resultado:** Adiado. **Relatoria**: Senador Humberto Costa. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Blairo Maggi. *Acrescenta o art. 14-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ocorra por meio eletrônico.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2013 e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Relatoria**: Senador Armando Monteiro. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, de 2014 – Terminativo – Autoria:** Senador Blairo Maggi. *Altera a alínea "p" do § 9º do art. 28 Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre as contribuições efetivamente pagas por pessoa jurídica relativas a programa de previdência complementar na composição do salário de contribuição.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2014. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender ao Requerimento nº 22, de 2014-CAS, aprovado EXTRAPAUTA, de iniciativa da Senadora Angela Portela e do Senador Paulo Paim, de Audiência Pública para instruir o Projeto. A tramitação da matéria fica suspensa na Comissão, nos termos do artigo 118, § 4º do Regimento Interno do Senado Federal, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. **Relatoria**: Senadora Lúcia Vânia. **EXTRAPAUTA – ITEM 8 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 20, de 2014 – Autoria:** Senador Eduardo Suplicy. *Requeiro, com fundamento no inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS nº 267, de 2013 – Complementar, que "modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para conferir aposentadoria especial aos trabalhadores em atividades penosas e a estende aos motoristas de transporte coletivo de características urbanas", seja também remetido para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a fim de que sejam discutidas a constitucionalidade e a juridicidade da matéria.* **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 21, de 2014. Autoria:** Senadora Ana Amélia. *Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública destinada a debater sobre o primeiro ano da implementação da Lei 12.732 de 2012, que dispõe sobre o direito ao início do tratamento do câncer no SUS. Para tanto sugiro sejam*

convidados: – Dr. Eitel Santiago de Brito Pereira – Subprocurador-Geral da República; – Representante do Tribunal de Contas da União; – Representante do Ministério da Saúde; – Dr. Evanius Garcia Wiermann – Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica; – Dra. Maira Caleffi – Presidente da Femama; – Sra. Luciana Holtz – Presidente do Instituto Oncoguia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 22, de 2014 – Autoria:** Senadora Angela Portela e outros. *Requeiro, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado Nº 9, de 2014 que "Altera a alínea ´p´ do § 9º do art. 28 Lei n°8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre as contribuições efetivamente pagas por pessoa jurídica relativas a programa de previdência complementar na composição do salário de contribuição", com a presença do seguinte convidado: Representante do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).* **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Casildo Maldaner, Paulo Paim, Paulo Davim, Eduardo Suplicy, Benedito de Lira, Wellington Dias, Humberto Costa, e as Senadoras Angela Portela, Ana Rita e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Casildo Maldaner, e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Casildo Maldaner,** Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a saudação a todos, Srªs Senadoras e Srs. Senadores.

Praticamente, no introito, falta a chegada do Senador Alberto Souza. Nós teremos ainda mais um para termos o quórum de abertura, mas já vamos dando início às leituras iniciais. Enquanto isso, nós teremos o quórum para dar sequência a esta reunião.

Por isso, declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a Mesa, que passo a ler.

Antes de fazer a leitura do expediente, quero justificar aos colegas que estou momentaneamente presidindo a reunião, pois o titular da Comissão, o Senador Waldemir Moka, está com compromisso agendado com o Governador de seu Estado e com a Presidente da República neste mesmo horário. Em função disso, ele pediu que eu o substituísse. A Vice-Presidente, a Senadora Vanessa Grazziotin, encontra-se em missão oficial no exterior. Naturalmente, poderia ser qualquer um dos colegas, mas talvez tenha encontrado primeiro comigo e já fez esse pedido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente Casildo, quero aqui deixar meu protesto. Não é correto que V. Exª diga que é um presidente eventual; se dependesse da vontade deste Plenário, tanto V. Exª como a Vanessa como o Waldemir Moka seriam sempre presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Senador Paulo Paim sempre bondoso, sempre político.

Passo a ler, então, o expediente.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 354, do Tribunal de Contas da União, que encaminha em meio eletrônico, para ciência e providências cabíveis referente a levantamento de auditoria realizada com vistas a traçar um diagnóstico da área da saúde no Brasil.

Informa que o referido material ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão, para as consultas que se fizerem necessárias.

A presente reunião destina-se à apreciação de três itens não terminativos e quatro terminativos, conforme pauta previamente divulgada, que se encontra à mesa à disposição dos senhores.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2010
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever tipo penal para a autoridade policial que não adotar as medidas legais cabíveis para a proteção de mulher em situação de violência doméstica, se da omissão resultar lesão corporal ou morte.

Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini, que hoje é governadora do Rio Grande do Norte.

Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2010.
Observações:
– Em 10.04.2013, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou parecer favorável ao projeto.
– Em 18.09.2013, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou parecer contrário ao projeto.
– Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela para proferir a leitura de seu relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente em exercício, Senador Casildo Maldaner.

O Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2011, acrescenta o art. 12-A à Lei nº 11.340, conhecida como "Lei Maria da Penha", para instituir novo tipo penal aplicável à autoridade policial que, no caso de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher ou na sua iminência, deixar de adotar as medidas protetivas previstas nos arts. 10, 11 e 12 dessa lei e do fato resultar morte ou lesão corporal da vítima.

Vamos à análise deste projeto que já foi aprovado na CCJ e rejeitado na Comissão de Direitos Humanos.

Destaco inicialmente que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPMI) sobre a Violência Contra a Mulher estudou com afinco o tema e, no seu Relatório Final, descreveu o quadro da violência de gênero no Brasil.

Segundo o Mapa da Violência 2012, os homicídios de mulheres cresceram 217,6% nos últimos trinta anos. O Brasil ocupa uma desonrosa sétima posição mundial entre oitenta e quatro países pesquisados no que diz respeito à quantidade de feminicídios.

Para diagnosticar essa situação e propor medidas concretas para conter o crescimento da violência doméstica e familiar contra a mulher, a CPMI fez 37 reuniões em pouco mais de um ano, visitou 17 Estados brasileiros, colheu informações também dos demais Estados e investigou ao menos oito casos marcantes.

O que se constatou foi que os problemas não se restringiam ao atendimento às vítimas nas delegacias de polícia, mas à deficiência de todo o sistema de proteção à mulher, compreendendo atendimento, assistência, prevenção e repressão da violência de gênero.

Diante desse quadro, nos moldes do que expressou a CDH em seu parecer, criar um novo crime para punir apenas as autoridades policiais configurará tratamento desigual para com os demais agentes públicos integrantes desse sistema, posto que a implementação das medidas protetivas de urgência dependem de prévia manifestação do Ministério Público e, finalmente, de provimento judicial de natureza cautelar.

Some-se a isso a precariedade da infraestrutura material e de pessoal das diversas Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAM). Quanto a isso, transcrevemos o seguinte trecho do Relatório Final da CPMI da Violência Contra a Mulher:

Nos 17 Estados visitados e em 19 diligências realizadas em Delegacias da Mulher, a CPMI constatou o abandono ou, no mínimo, a pouca importância das delegacias de polícia para a Segurança Pública no País. (...)

A situação de abandono deve-se à falta de investimentos na segurança pública dos Estados. Não houve Estado visitado pela CPMI em que os Secretários de Segurança ou o seu representante não mencionassem os poucos recursos financeiros, a insuficiência de servidores e a necessidade de concurso público para completar o quadro, que aliados aos baixos salários contribuem para o abandono da profissão e o sucateamento das delegacias.

Além do quadro de servidores insuficiente para a demanda de registros policiais, a estrutura física das delegacias, na grande maioria dos Estados, revela a precariedade material desse equipamento de segurança pública. A ausência de servidores também é responsável pela quase total inexistência de plantões 24h e nos finais de semanas, na maior parte das DEAMs. (...)

A insuficiência de servidores tem sido a justificativa de grande parte das delegacias visitadas para que o registro dos boletins de ocorrência e a tomada do depoimento das vítimas e ou testemunhas não se efetuem no mesmo momento. Assim, inúmeras DEAMs registram a ocorrência e agendam a tomada do depoimento para outra data. O agendamento tem sido um obstáculo ao andamento dos inquéritos, pois nem sempre as mulheres retornam. Além disso, não há informação ou controle sobre o número de mulheres que desistem ou não retornam na data aprazada em razão do adiamento ou de fato mais grave que possa ter acontecido em decorrência do agendamento. Essa situação foi constada nas DEAMs de Maceió, Manaus, Curitiba, Florianópolis, Vila Velha, Boa Vista e Salvador.

A CPMI considera muito grave a prática do agendamento das oitivas das vítimas que deveriam ser ouvidas no registro da ocorrência, que na prática impede o acesso à justiça.

Outro problema relacionado a este fato é a demora injustificável da investigação policial nos crimes de violência doméstica, pois a autoria e o endereço são quase sempre certos e a investigação é bastante simples: basta

ouvir vítimas e agressores em cerca de 90% dos casos. Tais oitivas e eventuais procedimentos poderiam ser feitos em uma semana ou, no máximo, no prazo legal de 30 dias.

Os despachos burocráticos ínsitos ao Inquérito Policial não atendem as necessidades de agilidade da investigação desse tipo de crime, devendo existir um procedimento de investigação simplificado.

Situação igualmente grave foi verificada pela CPMI na diligência realizada na Delegacia de Manaus, em 22.11.2012, onde 4.500 inquéritos encontravam-se parados, desde 2006, devido à insuficiência de servidores. A situação estava sendo investigada pela Corregedoria, mas revela a situação dramática enfrentada pela Delegacia Especializada, que sem pessoal em número satisfatório, não consegue concluir os inquéritos, que se acumulam diariamente. A consequência desse acúmulo será a prescrição de muitos crimes e, consequentemente, o descrédito no sistema de justiça para as vítimas e prejuízo para a imagem da DEAM.

Na Delegacia de Boa Vista, conforme a diligência realizada em 10.12.2012, a CPMI constatou as péssimas condições de funcionamento da DEAM. Desde outubro de 2011, a delegacia estava sem telefone, sem internet, o boletim de ocorrência estava sendo feito no Word, não tinha funcionário administrativo, sem combustível, e funcionava provisoriamente na Associação de Surdos e Mudos. O prédio encontrava-se em péssimas condições.

[E aí, Sr. Presidente, tive a oportunidade de, junto com a Senadora Ana Rita, que é Relatora da CPMI, participar dessa diligência na Delegacia de Boa Vista. A situação realmente era de muita precariedade.]

[...] Na diligência realizada na DDM de São Paulo, que ostenta a placa de primeira delegacia criada no Brasil, a CPMI constatou que o prédio da delegacia apresentava rachaduras, infiltração, pintura descascando, indicando a necessidade de reforma. Situação semelhante foi identificada pela CPMI na Delegacia da Mulher de Fortaleza que funciona em um prédio mal conservado.

Fato também observado pela CPMI é que a grande maioria dos servidores das DEAMs e dos policiais civis em geral não está preparada ou capacitada para o atendimento às mulheres. Apesar do volume de recursos destinados às capacitações, estas parecem não produzir o efeito desejado.

Esse é o Relatório nº 1, de 2013, do Congresso Nacional, em julho/2013, relatório da CPMI.

Ou seja, os delegados de polícia não são os únicos agentes estatais responsáveis pelas medidas protetivas de urgência e, ademais, nem sempre contam com uma estrutura adequada para se desincumbirem das suas tarefas.

Portanto, não é punindo os delegados de polícia em tema de violência contra a mulher que melhoraremos o enfrentamento da questão.

Por fim, nem é preciso repisar que o Direito Penal possui caráter subsidiário e fragmentário, só devendo ser aplicado sobre as mais graves agressões a bens jurídicos e depois que os demais ramos do Direito tenham se apresentado insuficientes.

Sr. Presidente, meu voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2010. Tendo em conta a grande rede de proteção que deveria ser ampliada e aperfeiçoada, não considero justo que apenas os delegados, que apenas os agentes que prestam serviço nas delegacias sejam punidos em casos de violência contra a mulher. Por isso, nosso voto é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Em discussão o relatório da Senadora Angela Portela sobre esse assunto de, caso a mulher seja violentada ou agredida, resultando em lesões graves ou morte, que tipo de pena se aplica à autoridade policial responsável.

Na CCJ, pelo que vi aqui, esse projeto foi aprovado. Na Comissão de Direitos Humanos, foi rejeitado. E aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, o relatório da eminente Senadora Angela Portela também não acolhe a proposta.

Em discussão essa matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a palavra, o eminente Senador Paulo Paim.

Já informo, de antemão, que temos número suficiente para, depois da discussão, naturalmente, colocarmos em votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, acompanhei esse debate na Comissão de Direitos Humanos. Lá, já votei com a mesma posição que aqui assume a Senadora Angela Portela. Ela e a Senadora Ana Rita fizeram um brilhante trabalho na CPMI de combate à violência contra a mulher, e S. Exª tem todos os instrumentos e subsídios para dar esse parecer. Para quem olha, pode dar outra impressão, devido ao título da emenda, mas, pela análise que elas fizeram, com a profundidade devida, com a maior tranquilidade, acompanho a Relatora, pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Angela Portela.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado pela unanimidade das Srªs e dos Srs. Senadores presentes.

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão, contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2010.

A matéria, dessa forma, vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação. Naturalmente, a matéria deve ir ao plenário do Senado.

Continuando, na sequência, do segundo item o Relator é o Senador Benedito, autoria do Senador Gim Argello. Como S. Exª não chegou, consulto o Senador Paulo Paim se pode fazer a leitura do item... Ah, perdão, vamos saltar o item 2, porque o Senador Benedito não se encontra, e vamos para o 3, cujo Relator é o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se quiser, eu também trabalho no item 2.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Vamos avançar para o 3, do qual V. Exª é o Relator, e, nesse ínterim, se ele não chegar, a gente o substitui.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2014
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, para estabelecer metodologia de atualização da lista e modos de utilização do crédito presumido para os produtos incluídos no regime especial de contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep, e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2014.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Assuntos de Econômicos em decisão terminativa.

– Votação simbólica.

Com a palavra V. Exª, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, como o relatório é bem curto, eu passo à leitura. Normalmente, eu comento, não leio, por ter convicção do tema que dei meu parecer.

Mas, enfim, o relatório.

O Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2014, de autoria do Senador Vital do Rêgo, altera a Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, com o objetivo de estabelecer que sejam reduzidas, para todos os medicamentos vendidos sob prescrição médica e de acordo com os percentuais definidos na alínea a do inciso I do art. 1º dessa lei, as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) que incidem sobre eles, mediante a ampliação do alcance do regime especial de crédito presumido para esses produtos.

Para tanto, a proposta modifica a redação do inciso I do §1º do art. 3º, suprimindo a exigência de que o Poder Executivo elabore regulamento que relacione quais são os medicamentos alcançados pela citada desoneração. Com isso, todos os medicamentos vendidos sob prescrição médica seriam abrangidos pelo incentivo tributário.

Para justificar a proposta, o autor argumenta que a competência de restringir a abrangência da desoneração, dada ao Poder Executivo pelo atual texto da Lei nº 10.147, de 2000, impede o acesso da população ao tratamento farmacológico adequado para os agravos à sua saúde. Mais ainda, há um descompasso diante da evolução tecnológica do setor farmacêutico, pois o Governo Federal não tem atualizado a listagem dos medicamentos desde 2007.

O projeto, que não foi objeto de emendas, foi distribuído para ser apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que sobre ele proferirá decisão em caráter terminativo.

Nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, é atribuição da Comissão opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, temática abrangida pelo projeto em comento.

Como a decisão terminativa será dada na CAE, vamos à análise do mérito da proposta.

A Lei nº 10.147, de 2000, instituiu o regime monofásico concentrado para o setor de medicamentos, atribuindo à indústria e aos importadores a responsabilidade pelo recolhimento do PIS/Pasep e da Cofins devidos em toda a cadeia de produção e consumo, além de ter reduzido a zero a alíquota dessas contribuições para distribuidores e varejistas.

Adicionalmente, o art. 3º desse diploma legal facultou aos fabricantes e aos importadores a adoção do regime tributário especial de utilização do crédito presumido para os medicamentos sujeitos à prescrição médica que constassem em listagem elaborada pelo Poder Executivo, a chamada Lista Positiva.

A proposta em tela visa a extinguir a Lista Positiva, estendendo aos fabricantes e importadores de quaisquer medicamentos vendidos sob prescrição médica a faculdade de optar pelo regime especial de crédito presumido. Assim, todos os medicamentos dessa classe teriam um potencial decréscimo em seu preço, ocasionado pelas desonerações inerentes ao regime especial de crédito presumido.

Nesse sentido, vale lembrar que a maior proporção dos gastos com saúde das famílias brasileiras se refere a medicamentos, fatia essa que aumenta quanto menor é a renda familiar. Por isso, a iniciativa em tela pode contribuir para um alívio no orçamento de muitas famílias em nosso País.

Consideramos acertada, portanto, a medida proposta pelo PLS nº 43, de 2014, visto que facilitará o acesso dos brasileiros aos medicamentos de que necessitam, direito que é amparado pela Constituição Federal.

Voto.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2014.

Sr. Presidente, olhando o aspecto social, nós até achamos que todos os medicamentos poderiam baixar de preço e que sobre medicamentos não deveria haver nenhum tipo de tributo, permitindo, então, aos mais pobres, principalmente, que tivessem acesso aos medicamentos de que necessitam para o tratamento da saúde. Normalmente sou contra quando mexe em qualquer coisa que vai na linha da seguridade social. Mas esse projeto tem o aspecto que vai contribuir para que se gaste menos com saúde e que o atendimento via remédios, a um preço, digamos, aceitável, seja de fácil acesso ao nosso povo.

O Senador Vital do Rêgo tem mostrado inúmeras preocupações nesse sentido e, por isso, pediu-me que relatasse essa matéria e eu a acatei com o entendimento pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Em discussão o parecer do Senador Paulo Paim. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Paulo Davim, para discutir.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, eu li essa matéria. Acho que é uma matéria que traz grandes benefícios, primeiro por ser uma matéria que propõe uma metodologia de avaliação desses programas de alíquotas que abatem no preço dos produtos: PIS/Pasep e Cofins.

Desde 2007 que não é feita nenhuma revisão dessa matéria. No Brasil, a lista que sofre esses abatimentos é de aproximadamente mil produtos. Em sete anos, vários produtos já foram introduzidos no mercado. Então, é aquela história: muitas vezes, a facilidade de acesso ao medicamento evita que o paciente tenha uma agudização do seu problema e precise de internação. Então, é muito mais fácil e muito mais barato evitar a agudização e a necessidade de o paciente de internação hospitalar do que tomar uma medida que proíba a diminuição de preço e, consequentemente, o acesso desses pacientes a esses produtos.

Eu vou dar um exemplo prático para as pessoas sentirem a importância dessa matéria. Há uns quatro anos foram lançados no mercado alguns produtos extremamente importantes, medicamentos que evitam as tromboses, as des vasculares cerebrais isquêmicas, sobretudo em pacientes que têm disponibilidade para isso. Existem algumas patologias cardiológicas, como fibrilação atrial crônica, onde o paciente precisa tomar muito agregante. Normalmente se faz essa proteção com um anticoagulante, como o Marevan e outros produtos, para evitar que haja formação de trombo no coração, e esse trombo migre para a cabeça.

Mas é uma prescrição que exige avaliação mensal de sangue. Muitas vezes, os pacientes do interior do Estado, dos Estados mais pobres e menores, não têm acesso a isso.

Pois bem, foram lançados dois produtos no mercado que evitam esses processos de imunização, sem precisar dessa checagem rotineira de sangue. São produtos caros: rivaroxaban e dabigatran. Esse é o princípio ativo. Agora, o nome do remédio no mercado é o Xarelto e o Pradaxa. Esses produtos evitam internação, as des vasculares cerebrais, as tromboses. Eles evitam mesmo. Eles resolvem o problema, só que são caros. Uma caixinha desta custa mais de R$200,00.

Então, pergunto: Não é mais fácil possibilitar aos pacientes que precisam desse medicamento terem acesso, ou eles não terem acesso e correrem o risco de precisar de uma internação e ficarem sequelados? A resposta é clara. Estou dando apenas um exemplo.

Essa matéria propõe uma metodologia de reavaliação da lista dos produtos que recebem este benefício: a isenção de PIS, Pasep e Confins. Com isso, o preço do produto barateia.

Assim, sou simpático à matéria. Acho que a mesma é importante. É aquela história: todas as vezes que chega uma matéria, em que, de alguma forma, isenta produtos de taxação de impostos, há sempre aquele medo de comprometer o erário, mas, neste caso, é pelo contrário – deixa-se de ganhar coisas pequenas agora e vai-se economizar coisa grande lá na frente.

Portanto, é uma questão de raciocínio lógico: pegamos aqui, para ganharmos lá na frente.

Acho essa matéria extremamente importante, pois precisamos de metodologia de reavaliação, até porque a última que fizemos foi em 2007.

Sou francamente a favor. Quero parabenizar os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Paim pelo brilhantismo do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Paulo Davim, permita-me somente um comentário rápido, pois V. Exª é médico. Essa situação é tão delicada!

Vou dar um exemplo de custo/benefício. Saio de um plano de saúde e vou para outro. Aí, um filho meu tem de se operar. Quero saber se, quando, enfim, alguém da família for ao hospital, se está tudo garantido. O que dizem é que está tudo garantido. Fio de bigode? Fio de bigode! Vamos assinar a papelada? Vamos. Passou um período – um ano; sei lá, dois –, um filho meu que teve de afastar há uma semana baixa ao hospital. Tudo direitinho; quarto legal. Estou contando, porque tenho de rir para não chorar. Quando estava faltando duas horas para operar o guri, aí vem a notícia: está tudo garantido, mas o anestesista, não. Mas por que não me disseram antes pelo menos? Quanto é o anestesista? R$1.800,00. Puxa vida! Assim mesmo! Então, que cobrassem até R$5.000,00, mas que me dissessem!

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Nossa senhora!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sim, mas assim mesmo! Então, que me dissessem! Agora, ele vai ter de fazer uma outra operação, aí o anestesista diz que acha que é mais R$600,00. Então, dissessem antes!

Quando for fazer um plano de saúde, digam! Como V. Exª é médico, já deve saber que o anestesista não entra – só fiquei sabendo depois – em plano de saúde nenhum. É isso?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Não, não. Alguns.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A assessoria me diz que é a maioria. Estou a fim até de entrar com um projeto de lei. Plano de saúde tem de falar a verdade. Olhem o que vou ter de botar na lei! Tem de se falar só a verdade quando se vai vender um plano de saúde. Se anestesista não entra, que o digam! E sei que eles nos estão assistindo nesta hora, e o que falo aqui repercute lá no hospital. E o guri está no hospital ainda. Não vão judiar do guri no hospital! Ele vai dizer: "O pai discursa lá, e quem paga o pato sou eu aqui, agora."

Nada tenho contra o anestesista. Só quero que os planos de saúde digam isso. Estou alertando grande parte da população brasileira: "Se tem o seu planinho de saúde, se tiver qualquer problema, fique sabendo que o anestesista você vai pagar à parte."

Só faço um complemento, porque esse projeto, na verdade, vem na linha de abaixar o valor do preço do remédio.

Vou fazer uma lei dizendo que os planos de saúde têm de falar a verdade, somente a verdade, nada mais que a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Até parece cômico, mas, no fundo, isso é verdade. O Senador Paulo Paim, ainda ontem, dizia no Senado para a minha pessoa pelo menos: "Olhe, eu falhei uns dias aqui, porque acompanhei a internação do meu filho, que sofreu uma cirurgia." Mas eu não sabia desse detalhe, que, agora, o Brasil está conhecendo. Aliás, como sói acontecer isso! É praxe isso acontecer. Na última hora, falta o detalhe, o detalhe do anestesista, que está fora da cobertura.

Continua em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quero só registrar que a contribuição da experiência pessoal do Senador Paulo Paim é muito relevante. Com essa revelação, ele traz uma contribuição, para que os planos de saúde sejam completamente verdadeiros, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – E falem só a verdade.

Quero cumprimentar, inclusive, o Senador Paulo Davim, depois de sua aula teórica e prática. Foi uma aula extraordinária no sentido prático, para entendermos o significado e a importância desse projeto. Foi extraordinária!

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, encerramos a discussão.

Nós a colocamos em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2014.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Vamos voltar, então, como chegou aqui o Senador Benedito de Lira, ao item 2, que trata de matéria não terminativa. A autoria é do Senador Gim Argello, e o Senador Benedito de Lira é o Relator.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, DE 2012
– Não terminativo -

Concede incentivo tributário a pessoas jurídicas que auxiliem na capacitação profissional de jovens em abrigos ou casas de reabilitação.
Autoria: Senador Gim.
Relatoria: Senador Benedito de Lira.
Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2012, e da emenda que apresenta.
Observações:
– Em 18.03.2014, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou parecer favorável ao Projeto.
– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.
– Votação simbólica.

Concedo a palavra a V. Exª, Senador Benedito de Lira, para proceder à leitura do seu parecer.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 305, de 2012, de iniciativa do Senador Gim Argello, que concede incentivo tributário a pessoas jurídicas que vierem atuar na capacitação profissional de jovens em abrigos ou em casas de reabilitação.

Determina que a pessoa jurídica empregadora fique desobrigada de recolher, pelo prazo máximo de 12 meses, a contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) relativa à remuneração do jovem empregado oriundo do programa e contratado para atuar na respectiva área de capacitação.

O jovem será desligado do programa e não poderá participar de outro, pelo prazo de seis meses, caso o seu desempenho seja considerado insuficiente e ocorra a sua reprovação, ou seja, apurada frequência inferior a 75%.

Ao justificar sua iniciativa, o autor alega: "Hoje um grande número de jovens ingressa continuamente no mercado de trabalho, onde a preferência é dada aos mais qualificados, aos egressos de boas escolas e aos que podem comprovar alguma experiência."

Essas vantagens competitivas do jovem trabalhador são, em grande parte, fruto do apoio e da dedicação da família, que prepara seu filho para se posicionar vantajosamente no mercado de trabalho. Infelizmente, nem todos podem contar com esse valoroso apoio, entre esses podemos citar os jovens que habitam abrigos públicos e aqueles que, por alguma razão, cometem infrações, internados em casas de reabilitação.

Não foram oferecidas emendas à proposição. A matéria insere-se na competência desta Comissão, pois diretamente relacionada com os temas constantes do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, entre eles relações de trabalho e seguridade social.

A participação das empresas na inserção do jovem no mercado de trabalho tem sido bastante tímida, infelizmente, no Brasil com raras exceções. As empresas não têm a cultura de se comprometer com a sua função social, conforme preconizada pela Constituição Federal.

Aliamo-nos com o autor da proposta, que enfatiza, com muita propriedade, que a obtenção de um emprego com relativa estabilidade por ele proporcionada representa fatores relevantes de promoção pessoal e de bem-estar social, ademais constitui importante realizador do nível e do modelo de desenvolvimento de um país. Dessa forma, as políticas públicas devem adotar medidas que favoreçam situações de pleno-emprego, inclusive com foco no sistema de formação e qualificação profissional.

Com o objetivo de qualificar os jovens internados em abrigos ou casas de reabilitação para o mercado de trabalho, essas instituições já buscam hoje parceria com o Poder Público, associações, ONGs e empresas. Assim, oferecer uma possibilidade para esses jovens buscar uma mudança de vida por meio do trabalho.

Com incentivo fiscal previsto pelo projeto, estamos convencidos de que mais empresas se disponibilizarão em oferecer capacitação profissional aos jovens infratores. A renúncia fiscal a ser feita pelo Estado seguramente reverterá em menor reincidência no cometimento de infrações por esses jovens, para quem o trabalho

passará a ser o resgate de uma aceitação por parte dos que o cercam e a ocupação de um lugar diferenciado na sociedade.

A medida preconizada pelo projeto é, portanto, meritória e necessária, pois a falta de perspectiva e de expectativa para melhorar as suas condições de vida pode, sem dúvida alguma, levar parte significativa desses filhos de famílias mais pobres a continuar se desenvolvendo em processo de delinquência no meio em que vivem.

Nesse sentido, a proposta dá um grande passo para tornar mais efetiva a responsabilidade social da empresa, na medida em que chama o empresário para participar ativamente na oferta da educação e na formação profissional da mão de obra juvenil.

Finalmente, com o intuito de aperfeiçoar o texto da proposição, apresentamos, ao final, emenda para suprimir os §§3º e 4º do seu art. 2º, onde há previsão de isenção de recolhimento das contribuições para o Instituto Nacional do Seguro Social relativas à remuneração do jovem empregado durante os 12 primeiros meses. Como se sabe, a seguridade social, por determinação constitucional, é financiada por toda a sociedade. As contribuições sobre a folha de salários são obrigatórias, sem exceções, tanto para o empregador, quanto para o trabalhador.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLS nº 305, de 2012, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAS

Suprimam-se os §§3º e 4º do art. 2º do PLS nº 305, de 2012.

Esse é o parecer, com a emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Em discussão a matéria relatada pelo eminente Senador Benedito de Lira, que trata de incentivo fiscal a empresas jurídicas que destinem alguma importância para auxiliar na reabilitação de jovens que estão em abrigos ou em casas de reabilitação, com a emenda que apresenta, a fim de dispensar, nos primeiros 12 meses, o recolhimento dos encargos à Previdência Social.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita, para discutir a matéria.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Casildo Maldaner.

Eu quero pedir vista do projeto, Sr. Presidente. Sabe por quê? Porque recebi demandas da sociedade civil para incluir na Lei da Aprendizagem algum item, alguma cláusula que incorpore o programa relativo a jovens retirados do trabalho infantil. Existe um programa para isso, para que esses jovens possam trabalhar de forma digna; ou, dependendo da situação, são jovens que não podem trabalhar, que são utilizados como mão de obra escrava. Precisamos incluir no referido projeto algo que contemple esse programa, nos moldes do programa chamado Me Encontrei, do Estado de Mato Grosso, apoiado pelo Sistema S.

Por isso peço vista e me comprometo a devolver o mais rápido possível, mas acho que é importante porque é uma demanda da sociedade. Eu fui demandada e quero atender a essa demanda, que considero muito importante, de alcance social fundamental. O programa está dando certo em Mato Grosso e é importante assegurá-lo nesse novo projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o pedido de vista da eminente Senadora Ana Rita, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos, consulto o Plenário se mais algum Senador também gostaria de pedir vista do projeto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pois não, com a palavra, V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Estou de acordo com as observações da Senadora Ana Rita, mas quero registrar que vejo no projeto do Senador Gim Argello e no parecer do Senador Benedito de Lira o propósito muito significativo de propiciar a reabilitação de jovens que foram detidos em razão de terem cometido algum delito, às vezes até de natureza não grave, como porte de droga ou algo assim. Esses jovens, presos aos 18, 19, 20 anos, às vezes não recebem o devido aprendizado. Então, o estímulo para que empresas possam proporcionar a oportunidade de aprendizado é algo relevante e meritório.

Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Depois da palavra ao Senador Eduardo Suplicy, V. Exª, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – De forma muito rápida, quero cumprimentar tanto o Senador Gim Argello como o relatório do Senador Benedito de Lira.

Entendo a proposta da Senadora Ana Rita, que não é contra o projeto, ela deixou muito claro isso. Até, se ela não estivesse aqui, eu teria feito esse encaminhamento. Ela quer apenas apresentar uma contribuição ao relatório, assegurando que o jovem que estiver no trabalho infantil será também contemplado com a emenda que ela apresentará.

Então, como o projeto é relevante, é importante, eu também vou pedir vista, para que seja coletiva. E como há entendimento já pela aprovação do projeto, apenas com o ajuste, eu me somo, e só assim o projeto seria votado já semana que vem, atendendo o belo relatório do Senador Benedito de Lira e a iniciativa do Senador Gim Argello.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Bom, se ninguém vai pedir vistas, nos termos do art. 132, concedo o pedido de vista coletiva ao projeto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy. Antes de continuarmos, nós temos mais quatro matérias terminativas agora. Para alertar o Plenário, sendo que o primeiro relatório é do eminente Senador Wellington Dias, o segundo é do eminente Senador Humberto Costa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar e encaminho à V. Exª, à Mesa um requerimento relativo ao PLS 267-Complementar, que modifica a lei para conferir aposentadoria especial aos trabalhadores em atividades penosas e estendida aos motoristas de transporte coletivo de característica urbana, para que seja também remetido à análise da Comissão de Constituição e Justiça, porque, depois de ter apresentado um relatório com voto favorável sobre esta matéria aqui nesta Comissão, recebi informação oriunda do Ministério do Trabalho, tendo em vista um possível desrespeito ao inciso XXII do art. 7º da Constituição, que poderia haver um vício de inconstitucionalidade, daí porque faço este requerimento para que seja encaminhado o projeto à CCJ para dirimir as questões relativas à constitucionalidade e juridicidade da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Consulto o Plenário se concordam que eu coloque em votação este requerimento do eminente Senador Eduardo Suplicy.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Concordamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Bom, coloco em votação o requerimento do eminente Senador Eduardo Suplicy.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2009
– Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para definir procedimentos a serem adotados na apuração de responsabilidades e estabelecer sanções a serem aplicadas aos agentes públicos responsáveis pelo descumprimento injustificado de obrigações assumidas no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Senador Augusto Botelho

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2011
– Terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para modificar o art. 36, que institui regras sobre a elaboração dos planos de saúde, e para inserir dispositivos que regulam a responsabilidade sanitária dos gestores no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Wellington Dias

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2011, e das 14 (quatorze) Emendas que apresenta; e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2009, que tramita em conjunto, e das 8 (oito) Emendas a ele apresentadas pelo Senador Tião Viana durante o prazo regimental.

Observações:

– Durante o prazo regimental, o Senador Tião Viana apresentou 8 (oito) Emendas ao PLS nº 190, de 2009.

– Em 29.05.2013, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2011; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2009, que tramita em conjunto.

– Em 04.07.2013, a Comissão de Assuntos Sociais realizou Audiência Pública para instrução da matéria.
– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias para proferir a leitura do seu relatório.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, conforme divulgado o parecer, conforme tratado por V. Exª, trata-se de um importante projeto aqui do Senador Augusto Botelho, que teve praticamente um substitutivo, através do Projeto 174, de 2011, do Senador Humberto Costa.

Do projeto, eu acato um conjunto de emendas, como V. Exª lembrou. Institui regras sobre a elaboração dos planos de saúde para inserir dispositivos que regulam a responsabilidade sanitária dos gestores no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Aqui, o relatório demonstra a tramitação do projeto pela CCJ e, na análise, Sr. Presidente, posso resumir, como o próprio autor explica na justificação da matéria, que o projeto pretende estabelecer "obrigações e punições para os gestores das esferas federal, estadual e municipal por ações fraudulentas na execução de políticas públicas de saúde". No entanto, a definição de gestor solidário contida no parágrafo único, incluída no art. 9º da Lei nº 8.080, de 1990, exclui o gestor federal do SUS, ao se referir apenas aos "chefes do Poder Executivo das unidades da Federação".

Assim, apresentamos emendas no sentido da sua correção.

Devo dizer que recebi da Confederação Nacional dos Municípios pedido de que pudesse ser analisada uma situação em que, na legislação de Estados e Municípios, a Constituição prevê regras próprias, da responsabilidade dos atos. Há atos combinados, conjuntos, tanto do prefeito com o secretário, para dar um exemplo, do governador com o secretário, do presidente da República com o ministro; outros são específicos: são atos próprios que, de alguma forma, dizem respeito ao governo. E, do ponto de vista da política, claro, a responsabilidade é comum, tanto que isso se apresenta depois nas prestações de contas feitas nos balanços assinados especificamente em cada área e, em geral, pelos chefes das unidades da Federação.

Dessa forma, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2009, das oito emendas a ele apresentadas pelo Senador Tião Viana, durante o prazo regimental, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2011, com as emendas que aqui citei e que foram publicadas.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Podemos anunciar que, com a chegada da Senadora Ana Amélia, faltam dois Senadores para que tenhamos quórum para votação.

Antes disso, vamos à discussão. Trata-se de matéria muito relevante, que, pelo próprio título, chama a atenção. Estabelece sanções a serem aplicadas aos agentes públicos responsáveis pelo descumprimento injustificado de obrigações assumidas no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde).

Então, é importante.

O parecer do eminente Senador Wellington Dias foi pela aprovação do PLS nº 174, de 2011, e das 14 emendas que apresenta, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2009, que tramita em conjunto, e das oito emendas a ele apresentadas pelo Senador Tião Viana no prazo regimental.

Então, é matéria bem complexa, sem dúvida alguma. Ele, então, apresenta esse relatório. A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, vem à baila a reflexão do Senador Paulo Paim: será que...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Salvo a situação do filho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Porque, justamente, se estamos tratando de falhas eventuais nos planos de saúde, nos serviços básicos de saúde, aqui, um dos itens é deixar de prestar de forma satisfatória serviços básicos e prestar informações falsas no relatório, etc., será que não seria o caso de já inserir o que o Senador Paulo Paim estava propondo? Ou seja, que é preciso ter todas as informações se, por acaso, um plano de saúde faltar com a informação adequada sobre, por exemplo, não ter incluído a anestesia na hora de se fazer uma cirurgia? Estou pensando alto.

O Senador Humberto Costa fez um substitutivo e quem sabe possa analisar esse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Embora eu veja que pela ementa se refere ao âmbito do Sistema Único de Saúde, talvez ali, Senador, os casos sejam de planos de saúde e não o SUS. E sobre planos de saúde a questão seria diferenciada.

Em todo o caso, está em discussão a matéria. Se alguém quiser discutir.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, esse projeto de lei é extremamente importante no sentido de que todos nós temos alguns entendimentos consensuais sobre o sistema de saúde no Brasil.

O primeiro deles, todos concordam e o próprio Governo concorda, é que temos um financiamento insuficiente para atender as determinações constitucionais e da Lei Orgânica da Saúde. Para o atendimento da população, precisamos de mais recursos.

Discutimos hoje essa questão de termos novas fontes ou não, enfim, um debate que todos nós fizemos e vamos continuar a fazer permanentemente.

Um outro consenso existente é de que os problemas do funcionamento do sistema de saúde também são problemas de gestão. Nem podemos dizer que o problema é unicamente por conta da carência de recursos, mas também não podemos reduzir a problemas de gerenciamento de gestão, quando na verdade são ambos os problemas.

Esse projeto procura atacar alguns dos principais problemas de gestão naquilo que é, vamos dizer, mais central. Um sistema que é único e que envolve, no seu arcabouço, Municípios, Estados e a própria União, e onde as responsabilidades de cada um desses entes precisam ser permanentemente rediscutidas, redefinidas. E aqui nós estamos cumprindo essa responsabilidade.

Por outro lado, o nosso entendimento, assim como a Lei de Responsabilidade Fiscal teve esse entendimento, é de que os gestores também precisam cumprir determinadas responsabilidades no Sistema Único de Saúde. O que nós estamos tentando transpor para a política de saúde é aquilo que a Lei de Responsabilidade Fiscal conseguiu com muito sucesso fazer em relação às contas públicas.

Segundo, o projeto também tem um objetivo de melhorar a gestão na medida em que ele procura dar unidade ao cumprimento das políticas nacionais. A partir desse projeto, nós estaremos legalizando as chamadas comissões intergestores bipartites, tripartites, muitos aqui conhecem, que são comissões, no caso dos Estados, formadas pelas secretarias municipais de saúde e pelas secretarias estaduais; no caso da União, formadas pelas secretarias municipais, as estaduais e o Ministério da Saúde, onde são discutidos, negociados e transformados em pactos um conjunto de propostas de implementação de ações no Sistema Único de Saúde.

A partir desse reconhecimento, os acordos que são feitos hoje e que têm um aspecto meramente informal passam a ter força de contrato.

Por exemplo, se estabelecermos uma meta para o Brasil de reduzir a mortalidade infantil e o Município de Florianópolis se comprometer a reduzir em 10% num espaço de cinco anos, isso deixa de ser uma mera intenção e passa a ser um contrato que terá que ser cumprido, sendo que cada um dos entes da Federação terá que fazer a sua parte: a parte do Ministério da Saúde pode ser financiar, a parte da secretaria de Estado pode ser contratar profissionais e dar treinamento, e a do Município a de executar. Por exemplo, estou citando.

Outro aspecto que essa lei apresenta é que ela não é punitiva como muitos estavam preocupados que fosse. É lógico que ela trata de punições também, mas ela não é meramente punitiva. Uma das coisas que ela prevê e pegando o mesmo exemplo: digamos que vamos reduzir em 10% a mortalidade infantil em Florianópolis em cinco anos, por exemplo, e, no segundo, por exemplo, se constata que essa meta não será atingida.

A proposta da lei não é simplesmente pegar o Prefeito de Florianópolis, ou o Secretário, ou o Governador e fazer uma sanção. Previmos aqui o termo de ajuste de conduta sanitária. Por exemplo, poderemos sentar com o Ministério da Saúde, a Secretaria Estadual, a Secretaria Municipal, discutir por que Florianópolis não está no caminho de cumprir essa meta e renegociar, ver quem deixou de cumprir sua parte. Então, essa é uma inovação importante que achamos que vai ajudar a melhorar muito a gestão.

Outro aspecto é que hoje as punições não se estendem aos gestores. O que acontece hoje no Sistema Único de Saúde, quando um Município deixa de cumprir sua responsabilidade? A única pena possível é suspender os repasses dos recursos para o Município. Quem é prejudicado? É o prefeito? É o secretário? É a população.

Então, agora, a partir dessa proposta aqui, vamos poder dar uma responsabilidade solidária ao secretário municipal, ao prefeito, ao governador, ao secretário estadual, ao presidente da República, ao ministro da saúde. Com isso, temos uma preocupação a mais para esses gestores.

As penas todas são compatíveis com o que prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto não estamos sendo mais duros nem menos duros. Mais ainda, esse projeto vai à Câmara, onde já há outro projeto com conteúdo semelhante, porém mais amplo, que pode ser objeto de votação lá e depois vir para cá, para que possamos aprofundar. Mas acho que, neste momento, seria uma sinalização positiva, até para combatermos a visão equivocada de que, no Sistema Único de Saúde, tudo é buraco, tudo é ralo, o dinheiro vai embora. Com isso, passamos a ter um controle um pouco maior sobre isso e de uma maneira mais formal.

Então, era essa a defesa que queria fazer do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Como a matéria é meio complexa, me parece que, além do Senador Wellington Dias, o Senador Humberto Costa, até pela missão que desempenhou em relação a isso, clareou bastante a matéria, embora complexa.

Mas continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2011, ressalvadas as emendas do Relator.

A votação é nominal.

Eminente Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sim.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Voto conhecido.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente, parabenizando também o autor da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sim.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sim.

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sim, também.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator também, parabenizando o Senador Humberto Costa e o Relator Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Muito bem.

Senador Wellington Dias, voto conhecido.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sim.

Acaba de chegar o eminente Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o Relator.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sim.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2011.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se podemos votar em globo e repetir a votação para as 14 emendas do Relator. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2009, que é anterior a este, que recebeu parecer contrário do Relator.

Quem vota com o Relator, vota "não" ao projeto.

Procede-se à votação.

Só que agora quem acompanha a proposta inicial vota "não".

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Voto com o Relator e com o autor, Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Não.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Não.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Não.

Senador Rodrigo Rollemberg. (*Pausa.*)

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Wellington Dias. Conhecido.

Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Benedito de Lira. (*Pausa.*)

Não.

Nos termos do art. 301 do Regimento, rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 890, de 2009. Ficam prejudicadas as emendas a ele oferecidas. Resultado: aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2011 e as emendas de 1 a 14 desta Comissão.

Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2009. Ficam prejudicadas as emendas no prazo regimental.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Como, há pouco, explicou o Senador Humberto Costa, vai à Câmara dos Deputados, porque existe uma matéria mais ou menos análoga, para ver no que ele se incorpora àquela proposta, e ainda poderá voltar a esta Casa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a palavra, o Senador Humberto Costa e, em seguida, pela ordem, a Senadora Ana Amélia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu queria, tão somente, agradecer o Senador Wellington Dias, que elaborou um relatório profundamente importante em relação a essa matéria. Quero agradecer, também, a condução de V. Exª e todos os Senadores que nos deram o seu apoio para a aprovação dessa matéria. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Cumprimento V. Exª.

Pela ordem, Senadora Ana Amélia. Antes de seguir para o próximo item, cujo relator será o Senador Humberto Costa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu pediria a compreensão de V. Exª, mas, sobretudo, dos colegas e das colegas Senadoras, para fazer a leitura de um requerimento de minha autoria para apresentar uma audiência pública a respeito da Lei nº 12.732, que está completando, exatamente no dia 22 de maio, dois anos de existência. Ela é de 2012 e trata do direito do cidadão ao início do tratamento do câncer no SUS, que são os dois meses, a partir do diagnóstico feito.

Por que pensamos em fazer isso? Para ouvir como está funcionando o sistema, uma avaliação em relação a esse tema que ocupou muito a atenção da Comissão de Assuntos Sociais desta Casa. Então, queria ver se V. Exª me permite. Faria a leitura breve do relatório e entraria à deliberação posterior.

Depois, queria, também, Presidente, pedir a colaboração do Senador Paulo Paim, ou que ele avaliasse. A relevância dos temas todos, aqui, é indiscutível. O Senador Paulo Paim tem uma audiência marcada, no dia 22, para discutir segurança e saúde ocupacional, direito fundamental do trabalhador. É um tema importante e relevante. Apenas, Senador Paim, o dia 22 é o aniversário da Lei, sancionada pela Presidente da República, Dilma Rousseff. É um projeto de origem no Senado Federal para iniciar o tratamento em dois meses. Assim, se fosse possível a compreensão do Senador para que façamos essa audiência neste dia 22, pois há esse simbolismo da data. Seria uma prestação de contas que nós, da CAS, faríamos à população brasileira desta Lei de tão grande alcance social, que diz respeito ao...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Qual é a opção que eu tenho?

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Consulto os senhores colegas, se coloco em votação o requerimento da Senadora Ana Amélia, que propõe uma audiência pública a respeito

do tratamento do câncer pelo SUS. Ela relaciona diversas personalidades para serem ouvidas. Consulto se os senhores estão de acordo com o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Apenas vou responder a Senadora Ana Amélia sobre a consulta do dia 22, em relação ao debate de uma audiência pública.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Só uma interrupção muito breve. O Senador Humberto Costa é relator, também, de uma proposta à CCJ. Como, nesta Comissão, o quórum... o projeto que ele vai relatar, ou ia relatar, é terminativo, e o quórum baixou, vai ficar para a próxima quarta-feira. Então, a relatoria do Senador Humberto Costa... como também a emenda da Senadora Lúcia Vânia e, também, do Senador Armando Monteiro, que são matérias terminativas. Tendo em vista diversas Comissões, V. Exª está dispensado, Senador Humberto Costa, e ficaria então para a próxima quarta-feira. Mas fica então sobre a data, Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É isso que vou responder agora.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Se é o dia 22...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É só o seguinte, vou reafirmar. Dia 22 é o primeiro ano de implementação da lei. A lei foi promulgada, sancionada em 2012 e agora, no dia 22, completa o primeiro ano de implementação, por isso que aqui na proposta queremos ouvir o Dr. Eitel Santiago de Brito Pereira, Subprocurador-Geral da República; o representante do Tribunal de Contas da União; o representante do Ministério da Saúde; Dr. Evanius Garcia Wiermann, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica; Drª Maira Caleffi, Presidente da Femama; e Drª Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia.

É apenas porque neste dia 22 é o primeiro ano desse direito que o cidadão brasileiro e a cidadã brasileira tiveram quando o diagnóstico de câncer em dois meses, porque a demora é tão grande que a pessoa acaba morrendo sem receber.

Então, como o Senador Paim, eu fiz a referência e já estava agendada para o dia 22, se pelo tema, porque o tema não tem a questão da atualidade, se ele se dispuser, senão a gente faz numa outra data, mas teria esse simbolismo. Mas como o Senador é muito atento às questões de saúde do País e eu também, por isso invoco a generosidade do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a palavra V. Exª, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, já falei com a assessoria da Mesa e ajustamos que a minha data em relação ao acidente no trabalho passa para o dia 20 e cedemos então o dia 22 para a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senador. Eu faço esse agradecimento em nome dos pacientes portadores de câncer. Sua sensibilidade é sobretudo social para as pessoas que têm interesse nisso, porque vamos avaliar quais são as falhas e quais são os avanços que foram obtidos, mas é uma questão muito interessante.

Muito obrigado ao senhor em nome dos pacientes portadores de câncer e suas famílias. Quero também agradecer o apoio dos Srs. Senadores.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora, conte sempre com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Dentro do senso se consegue o consenso, ainda mais numa matéria tão relevante como essa do requerimento da Senadora Ana Amélia com a compreensão do Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ainda há um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Se estão todos de acordo, fica aprovado o requerimento conforme proposto.

Com a palavra V. Exª, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Na verdade, é um requerimento que num primeiro momento foi encaminhado pela Senadora Angela Portela, mas depois subscrevi, assumi e ela pediu que eu encaminhasse.

Requeiro, nos termos regimentais, realizar audiência pública para instrução do Projeto de Lei nº 9, de 2014, que altera a alínea "p" do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre as contribuições efetivamente pagas por pessoas jurídicas relativas a programas de previdência complementar na composição do salário de contribuição.

O requerimento, Sr. Presidente, pela forma que está, segundo a análise que a assessoria fez, vai diminuir a amplitude do direito do trabalhador. Então, para que não haja nenhuma dúvida quanto a isso e para que a

gente possa votar a matéria com tranquilidade, estamos propondo que haja uma audiência pública a fim de debater esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Coloco também em votação o requerimento do Senador Paulo Paim.

Havendo a concordância dos Senadores, fica aprovado.

A tramitação da matéria fica suspensa na Comissão nos termos do art. 118, § 4º, do Regimento, aguardando a realização de audiência pública em data oportuna.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para informar, Sr. Presidente, que eu combinei também com a Senadora Lúcia Vânia a iniciativa deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – Perfeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vamos ver a data... Seria bom que... Às vezes alguns requerimentos são mais para protelar a votação, não é caso. Nós queremos votar o projeto. Então, se a Mesa puder ajudar e marcar o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco Maioria/PMDB – SC) – É importante a ideia de V. Exª e a Secretaria da Mesa, na pessoa da Dulcídia, fica para ajustar essa parte, ok?

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião da Comissão de Assuntos Sociais e convocada outra para horário regimental na próxima quarta-feira.

Está encerrada.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte minutos, do dia quatorze de maio de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Cícero Lucena, José Agripino, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, Wellington Dias, Benedito de Lira, Cyro Miranda, João Vicente Claudino, e das Senadoras Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Lúcia Vânia. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, de 2011 – Não Terminativo –** *Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para permitir a celebração de contrato de experiência na relação de trabalho doméstica.* **Autoria:** Deputado Carlos Bezerra. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, de 2006 – Não Terminativo –** *Acrescenta a alínea "h" ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução, da base de cálculo do imposto de renda, das despesas do contribuinte pessoa física com a Previdência Social de seus empregados domésticos.* **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, de 2011 – Não Terminativo –** *Dá nova redação ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda da pessoa física e dá outras providências, para prorrogar a dedução no imposto de renda das pessoas físicas das contribuições previdenciárias do empregado doméstico até o exercício de 2018.* **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, de 2011 – Não Terminativo –** *Altera o art. 12, VII, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estender até 2018 a permissão para deduzir do imposto de renda da pessoa física o valor da contribuição patronal, à Previdência Social, do empregador doméstico.* **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, de 2011 – Não Terminativo –** *Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, do salário pago a empregado doméstico.* **Autoria:** Senador Roberto Requião. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 516, de 2011 – Não Terminativo –** *Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre a jornada de trabalho, remuneração do serviço extraordinário e do adicional sobre o trabalho noturno, seguro-desemprego e FGTS para o empregado doméstico, empregado doméstico menor de dezoito anos, condições condignas de acomodação do empregado doméstico, bem como a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, das contribuições previdenciárias pagas a empregado doméstico, e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Antonio

Carlos Valadares. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 565, de 2011 – Não Terminativo –** *Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre condições de trabalho do empregado doméstico.* **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatoria**: Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2011, e das 2 (duas) Emendas que apresenta; e pela recomendação da Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2011, e dos Projetos de Lei do Senado nº 42, de 2006 e nºs 70, 71, 516 e 565, todos de 2011, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2011, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS; e pela recomendação da declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2011 e dos Projetos de Lei do Senado nº 42, de 2006 e nºs 70, 71, 516 e 565, todos de 2011, que tramitam em conjunto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, de 2012 – Não Terminativo –** *Concede incentivo tributário a pessoas jurídicas que auxiliem na capacitação profissional de jovens em abrigos ou casas de reabilitação.* **Autoria:** Senador Gim. **Relatoria**: Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2012, com Emenda que apresenta. **Resultado:** Em manifestação ao Pedido de Vista, a Senadora Ana Rita oferece Voto em Separado concluindo pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta. Lido o Voto em Separado pela Senadora Ana Rita, a matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 512, de 2011 – Complementar – Não Terminativo –** *Acrescenta dispositivos ao art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a aposentadoria especial dos segurados portadores de deficiência decorrente da Síndrome da Talidomida e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria**: Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2011-Complementar. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, de 2013 – Não Terminativo –** *Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família em caso de alteração na situação de elegibilidade familiar.* **Autoria:** Senador Aécio Neves. **Relatoria**: Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o novo Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 658, de 2007 – Terminativo –** *Altera a Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, para atualizar a regulamentação do exercício da profissão de Economista e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria**: Senador João Vicente Claudino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2007, na forma da Emenda nº 3-CAE (Substitutivo); e pela aprovação da Subemenda de autoria do Senador Romero Jucá e das 2 (duas) Subemendas de Redação apresentadas pelo Relator. **Resultado:** Retirado de Pauta para atender ao Requerimento nº 26, de 2014-CAS, aprovado EXTRAPAUTA, de iniciativa do Senador José Agripino, de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2007. A tramitação da matéria fica suspensa na Comissão, nos termos do artigo 118, § 4º do RISF, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. **ITEM 6 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, de 2012 – Terminativo –** *Estabelece direitos e garantias dos portadores de órteses, próteses e materiais implantáveis de uso médico ou odontológico, dispõe sobre mecanismos de controle e monitoramento desses produtos, determina a notificação compulsória em caso de defeitos detectados e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, de 2012 – Terminativo –** *Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para garantir o direito à substituição de próteses e*

órteses defeituosas, no âmbito do sistema público e privado de saúde. **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria**: Senador Paulo Davim (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad hoc*:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2012, e das Emendas nºs 1,2,5,6 e 8-CMA; pela aprovação das Emendas nºs 3, 4 e 7-CMA, na forma das Subemendas que apresenta; e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2012, que tramita em conjunto. **Resultado:** A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Paulo Davim. Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, de 2012 – Terminativo –** *Determina a obrigatoriedade de distribuição de protetor solar pelo SUS para pessoas portadoras de albinismo e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria**: Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, de 2013 – Terminativo –** *Acrescenta § 5º ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a negociação do banco de horas com a categoria profissional preponderante e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria**: Senador João Vicente Claudino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2013, e da Emenda que apresenta.

Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, de 2013 – Terminativo –** *Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, para condicionar, à prescrição médica, a venda e o fornecimento de medicamento à base de vitamina ou mineral cujo consumo excessivo possa ser prejudicial e impor a colocação de advertência nas embalagens de produto dietético que contenha a vitamina ou o mineral.* **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria**: Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2013. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, de 2013 – Terminativo –** *Torna obrigatória a preservação do sigilo da condição de portador do vírus da imunodeficiência humana (HIV) nos casos especificados; e altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para ampliar o rol de profissionais obrigados à preservação do sigilo das informações constantes da notificação de doenças e agravos à saúde.* **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria**: Senadora Angela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2013. **Resultado:** Adiado. **EXTRAPAUTA. ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 23, de 2014 –** *Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a apresentação de relatório da Anvisa sobre as ações adotadas pela mesma, em decorrência da audiência publica realizada dia 12 de novembro de 2013, RAS nº 54 de 2013, de minha autoria, sobre Suplementos Alimentares.* **Autoria:** Senador Cícero Lucena. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 24, de 2014 –** *Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Assuntos Sociais, para tratar sobre o acesso a medicamentos órfãos por portadores de doenças raras. Deverão ser convidadas para a Audiência as seguintes autoridades: Sr. Ministro Arthur Chioro, Ministério da Saúde; Sr. Helvécio Magalhães, Secretaria de Atenção à Saúde – SAS/MS; Dr. José Eduardo Fogolin Passos, Coordenação-Geral de Alta e Média Complexidade – CGMAC; Drª. Clarice Alegre Petramale, Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologia em Saúde no SUS – CONITEC/SCTIE/MS; Sr. Antônio Britto, Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – Interfarma; Srª. Maria Cecília J. B. M. Oliveira, Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves.* **Autoria:** Senador Cícero Lucena. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 25, de 2014 –** *Com fundamento no disposto no art. 93, incisos II, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Assuntos Sociais, para tratar sobre a questão de "Conta Fechada" em relação à conta em Instituição Hospitalar. Deverão ser convidadas para a Audiência as seguintes autoridades: Sr. Ministro Arthur Chioro, Ministério da Saúde; Sr. André Longo Araújo de Melo, Diretor-Presidente da ANS; Sr. Afonso José de Matos, Diretor Presidente da Planisa, Consultoria especializada em gestão de Empresas de Saúde; Sr. Mauricio Barbosa, Presidente da Bionexo; Sra. Denise Rodrigues Eloi de Brito, Presidente das Unidas, Autogestão em Saúde; Sr. Roberto Luiz d´Avila, Presidente do Conselho Federal de Medicina.* **Autoria:** Senador Cícero Lucena. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 26, de 2014 –** *Nos termos regimentais, requeiro audiência pública para instrução do PLS 658, de 2007, que atualiza a regulamentação do exercício da profissão de economista e dá outras providências. Os componentes da audiência pública serão indicados*

posteriormente. **Autoria:** Senador José Agripino. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Cícero Lucena, José Agripino, Benedito de Lira, Cyro Miranda, e João Vicente Claudino, e as Senadoras Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Lúcia Vânia, e o Senador **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de quatro itens não terminativos e seis itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

O item 1 da nossa pauta é o Projeto de Lei da Câmara nº 57 de 2011, que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para permitir a celebração de contrato de experiência na relação de trabalho doméstico, de

autoria do Deputado Carlos Bezerra, que tramita em conjunto com os seguintes projetos: Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2006, do Senador Valdir Raupp; Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2011, do Senador Ciro Nogueira; Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2011, do Senador Cyro Miranda; Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2011, do Senador Roberto Requião; Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2011, do Senador Antonio Carlos Valadares; Projeto de Lei do Senado nº 565, de 2011, do Senador Lindbergh Farias. A relatoria é do Senador Paulo Paim.

O relatório é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2011 e das duas emendas que apresenta e pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2011 e dos Projetos de Lei do Senado nºs 42, de 2006 e 70, 71, 516 e 565, todos de 2011, que tramitam em conjunto.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2011
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para permitir a celebração de contrato de experiência na relação de trabalho doméstica.
Autoria: Deputado Carlos Bezerra

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 2006
- Não Terminativo -

Acrescenta a alínea "h" ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução, da base de cálculo do imposto de renda, das despesas do contribuinte pessoa física com a Previdência Social de seus empregados domésticos.
Autoria: Senador Valdir Raupp

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2011
- Não Terminativo -

Dá nova redação ao inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda da pessoa física e dá outras providências, para prorrogar a dedução no imposto de renda das pessoas físicas das contribuições previdenciários do empregado doméstico até o exercício de 2018.
Autoria: Senador Ciro Nogueira

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, DE 2011
- Não Terminativo -

Altera o art. 12, VII, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estender até 2018 a permissão para deduzir do imposto de renda da pessoa física o valor da contribuição patronal, à Previdência Social, do empregador doméstico.
Autoria: Senador Cyro Miranda

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, DE 2011
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, do salário pago a empregado doméstico.
Autoria: Senador Roberto Requião

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 516, DE 2011
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre a jornada de trabalho, remuneração do serviço extraordinário e do adicional sobre o trabalho noturno, seguro-desemprego e FGTS para o empregado doméstico menor de dezoito anos, condições condignas de acomodação do empregado

doméstico, bem como a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, das contribuições previdenciárias pagas a empregado doméstico, e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 565, DE 2011
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre condições de trabalho do empregado doméstico.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2011, e das 2 (duas) Emendas que apresenta; e pela recomendação da Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2011, e dos Projetos de Lei do Senado nº 42, de 2006 e nºs 70, 71, 516 e 565, todos de 2011, que tramitam em conjunto.

A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu vou ler a análise e não vou ler todo o relatório que é longo e já vou antecipar a minha posição.

Eu, na verdade, rejeitei os outros projetos, tive uma longa conversa com o Senador Requião e optei, pelos argumentos que ele me passou, pela aprovação do projeto de autoria desse Senador. Mas vou ler agora o relatório. Mas a minha opinião é pela aprovação, acompanhando o projeto do Senador Requião.

Conforme o art. 100, I do Regimento Interno do Senado Federal, a esta Comissão de Assuntos Sociais compete opinar sobre proposições referentes a relações de trabalho, em razão de que adequada a apreciação da matéria por este colegiado.

O Direito do Trabalho, que compreende a relação de trabalho doméstico, é um dos ramos do Direito sobre os quais a União possui competência privativa para legislar, conforme o art. 22, I da Constituição Federal, da mesma forma que lhe cabe legislar sobre o Direito Tributário, particularmente quanto aos tributos que lhe são próprios (no caso, art. 153, III, da Constituição Federal). Ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, caput, da Constituição Federal (CF) compete legislar sobre todas as matérias de competência da União, inclusive as de Direito do Trabalho e de Direito Tributário, que não se encontram nas matérias de iniciativa privativa do Presidente, ou da Presidente da República, arroladas no § 1º do art. 61 da Carta Maior.

Podemos agregar os projetos ora em exame em dois blocos: aqueles que se destinam a aperfeiçoar o contrato de trabalho das domésticas e o que tem por objetivo a concessão de benefícios fiscais referentes à contratação de empregado doméstico. Pertencem ao primeiro bloco o PLC nº 57, de 2011 e o PLS, nº 565, de 2011. Ao segundo bloco pertencem os PLS nº 42, de 2006 e nº 70, 71 e 270, todos de 2011. Por fim, o PLS nº 516 contém disposições referentes a ambos os blocos.

Observe-se, primeiramente que o art. 150, § 2º, da nossa constituição determina expressamente: "qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição".

Essa disposição constitucional já oferece, em si um problema para análise dos Projetos, que tratam de uma matéria tributária. O PLS nº 516, de 2011, por exemplo, se encontra em direta violação a esta disposição constitucional, dado que contém, conjuntamente, disposições sobre o contrato de trabalho doméstico e sobre o abatimento de tributo.

Mas não apenas isso: a reunião dos projetos, por conta da aprovação do Requerimento nº 588, de 2012, impede, na prática, seu processamento conjunto, dado que impossível, por exemplo, a elaboração de substitutivo que contemple elementos das duas matérias, uma vez que as disposições tributárias não podem ser tratadas conjuntamente com as disposições referentes ao contrato de trabalho doméstico, sob pena de violação à disposição constitucional citada.

Em decorrência, a providência lógica seria a de requerer, reversamente, a separação dos projetos, separando-os novamente em dois blocos de projetos, para processamento separado. Todavia, há outra circunstância que desaconselha esse procedimento: recentemente o Senado Federal aprovou e remeteu à Câmara dos

Deputados, o PLS nº 224 – Complementar, de 2013, que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico, reg ulamentando a Emenda Constitucional nº 72, de 2013.

Esse projeto abarca, de forma compreensiva os diversos aspectos materiais e formais do contrato de trabalho do empregado doméstico, propondo a substituição da Lei nº 5.859, de 1972. Além disso, dispõe sobre o recolhimento das contribuições previdenciárias do doméstico e de sua inclusão no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Destarte, entendemos prejudicada a apreciação dos Projetos ora em exame que buscam a alteração do contrato de trabalho doméstico. Em razão disso, devemos nos ater à análise dos projetos que compõem o que poderíamos chamar de "bloco tributário"

Em relação a eles, coletivamente, entendemos que é devida e adequada a prorrogação do benefício ora concedido aos empregados, principalmente porque as modificações advindas da emenda à Constituição nº 72 representam um custo adicional aos empregadores. A concessão de benesse fiscal, assim, representa um alívio nesses custos e, em última instância, um incentivo à formalização do emprego e à sua manutenção.

Nesse quadro, consideramos mais adequada disposição que permita a dedução das contribuições sociais da base de cálculo do imposto, por ser mais consentânea com os valores efetivamente pagos pelo empregador.

Nesse aspecto, o mais completo dos projetos é o PLS nº 270, de 2011, com a modificação promovida pelo relatório não votado da Senadora Vanessa Grazziotin, que cuida de revogar a atual fórmula de abatimento do valor devido do imposto, ora presente no inciso VII e § 3º do art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995.

Apenas a título de adaptação o PLS nº 270, de 2011, ao disposto no art. 12, III, c, da Lei Complementar nº 95, de 25 de fevereiro de 1998, que veda o aproveitamento de inúmeros dispositivos vetados na proposição, que se busca inserir no ordenamento jurídico nacional. Seria necessária a apresentação de emenda ao projeto de lei em exame, a fim de que ele esteja em consonância, aí sim, com os imperativos da técnica legislativa.

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2011, do Senador Requião, com as emendas ora apresentadas e pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2011 e dos Projetos de Lei do Senado nºs 42, 70, 71, 516, e 565.

E aqui, Sr. Presidente, está a emenda com a adaptação devida, vinda já das outras Comissões, aprovando o projeto do Senador Roberto Requião.

Eu quero dizer que o projeto não é terminativo aqui e ainda vai para a CCJ e lá o debate deve continuar.

Eu quero fazer um apelo pela aprovação.

O debate lá continua em nome do Senador Roberto Requião que foi o projeto que capitaneou no fim a redação final e eu peço pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão.

Para discutir, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu também sou autor de um projeto que foi agregado, juntamente com os demais. Mas eu consultaria o Senador Paim sobre a possibilidade de ele mesmo verificar o porquê de apenas um empregado doméstico.

Veja nós estamos limitando e, com isso, nós estamos facilitando a evasão, às vezes, do registro em carteira. Porque esse é o grande estímulo, como acontece nas empresas. Se você registra um funcionário, você tem direito a abater nos seus rendimentos da empresa todos os encargos. Então, aqui, no caso do INSS, por que apenas um se tem famílias que têm, por necessidade, dois ou três? É lógico que a gente poderia limitar, mas limitar em um nós vamos contribuir para que não estejamos enquadrando esses funcionários dentro do sistema legal.

Então, eu pergunto ao Senador Paim se ele mesmo não pode sugerir essa emenda de que pelo menos dois funcionários por famílias, no máximo de dois funcionários. Sei que o Governo não vê com simpatia esse projeto, mas não é justo não fazermos isso, porque, em todos os casos da legislação nossa, nós podemos sempre deduzir isso no Imposto de Renda.

Então, se está abrindo uma nova brecha onde se vai ter o Fundo de Garantia – futuramente estará sendo regulamentado –, o INSS não poder ser deduzido, eu não... Por um só?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Cyro, se me permite.

Já foi um parto – desculpe-me a expressão bem popular – para garantir o não pedido de vista hoje com esse benefício para aquelas famílias que têm até um empregado – ou pode ter mais, mas somente para um. Se eu colocar uma emenda agora, com certeza não se vota. Eu mesmo tenho que reconhecer que o pedido que me foi feito, já foi difícil para um. Eu proporia, se V. Exª concordar, nós deixarmos ir à CCJ e, mediante talvez uma negociação maior – eu também faço parte da CCJ, e me comprometi já com os assessores do Governo –, ampliar o debate lá, já que aqui não é terminativo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Concordo, Senador. Eu não vou obstaculizar, de maneira nenhuma vou pedir vista para retardar. Vamos deixar isso para lá. Agora, só não concordo com uma

posição, a de que foi um parto. O Governo não está aqui para dizer o que ele quer e o que ele não quer. Esta Casa é soberana...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Claro, Senador. Quanto a isso, não tenha dúvida.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Mas, como isso aqui é useiro e vezeiro, e o Governo é que imprime o seu ritmo, ele diz o que quer e como deve fazer...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ele quis dizer da dificuldade que ele teve, Senador.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu entendo perfeitamente. Eu sou um parceiro do Senador Paulo Paim. O Senador Paulo Paim tem sido prejudicado, sistematicamente, aqui nesta Casa, nos seus projetos, porque o Governo não aceita. O que nós não podemos aceitar é o Governo não aceitar. Esta Casa é soberana.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o relatório do Senador Paulo Paim permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2011, com as Emendas nºs 1 e 2 da CAS e pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2011, e dos Projetos de Lei do Senado nº 42, de 2006, e nºs 70, 71, 516 e 565, todos de 2011, que tramitam em conjunto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da sua tramitação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Presidente, questão de ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, primeiro, a Senadora Ana Amélia e, logo em seguida, o Senador Cícero Lucena.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria apenas pedir a V. Exª providências para a retirada de um requerimento de minha autoria relativo ao PL nº 88, que vai ser examinado. Então, retirar o requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª será atendida de ofício.

Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, eu peço a V. Exª que sejam incluídos extrapauta três requerimentos de minha autoria.

O primeiro com fundamento no disposto no art. 93, II, do Regimento Interno desta Casa, para tratar sobre o acesso a medicamentos órfãos por portadores de doenças raras, com a presença do Ministro, da Secretaria de Atenção à Saúde, da Coordenação-Geral de Alta e Média Complexidade, da Conitec, da Associação da Indústria Farmacêutica, bem como da Associação de Familiares e Amigos. Este é um dos requerimentos, Sr. Presidente.

O segundo é uma audiência pública nesta Comissão para tratar de conta fechada em relação à conta de instituição hospitalar.

Nesse último final de semana, na revista *Época*, foi veiculado um leve diagnóstico sobre o problema de saúde na relação dos tratamentos hospitalares particulares com planos de saúde. Eu acho que a matéria foi bastante rica. Esse tema da conta aberta ou fechada já está sendo discutido no âmbito da Agência Nacional de Saúde.

Como esta é a Casa que ecoa e que representa o povo, nada melhor do que nos inteirarmos desse assunto, até para que possamos abrir os nossos gabinetes e esta Comissão para ouvir qual a solução melhor a ser dada em relação a isso.

Por fim, Sr. Presidente, esta Comissão já foi palco de uma audiência pública sobre a questão dos suplementos alimentares. Após aquela audiência feita aqui, muito exitosa, já tivemos novas reportagens, inclusive aqui em Brasília, recentemente, sobre suplementos que estavam sendo fabricados em casa por dois profissionais de nível superior, com a prisão dos mesmos.

A Anvisa já fez algumas diligências nesse sentido. Então, acredito que seja oportuno voltarmos a esse tema.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vou colocar em votação em bloco os três requerimentos, como extrapauta. Evidentemente, cada um será discutido logo após esgotarmos a nossa pauta.

Os Srs. Senadores e as Srs. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Próximo item da pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, DE 2012
- Não Terminativo -

Concede incentivo tributário a pessoas jurídicas que auxiliem na capacitação profissional de jovens em abrigos ou casas de reabilitação.
Autoria: Senador Gim
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2012, com Emenda que apresenta.
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Observações:
– Em 18.03.2014, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer favorável ao Projeto.
– Em 07.05.2014, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

A votação será simbólica.

Consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista. Mas já informo que se encontra sobre a mesa um voto em separado da Senadora Ana Rita, a quem eu concedo a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, obrigada.

Inicialmente, quero aqui parabenizar o Senador Gim Argello pela preocupação que teve de elaborar esse projeto de lei, com intuito de possibilitar a jovens vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade acesso à aprendizagem e à capacitação.

No entanto, vimos no projeto algumas questões que precisavam ser revistas. Diante disso, estou aqui apresentando um voto em separado, do qual vou fazer a leitura.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 305, de 2012, de iniciativa do Senador Gim, concede incentivo tributário a pessoas jurídicas que atuem na capacitação profissional de jovens em abrigos ou casas de reabilitação.

Nos termos do projeto, a pessoa jurídica poderá deduzir do imposto de renda devido, em cada período de apuração, o montante das despesas comprovadas em programas de capacitação profissional de jovens internados em abrigos ou casas de reabilitação. Nesse caso, é vedada a dedução dos referidos gastos como despesa operacional. A dedução tem o teto de 5% do imposto devido.

O projeto determina, ainda, que a pessoa jurídica empregadora fique desobrigada de recolher, pelo prazo máximo de doze meses, a contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) relativa à remuneração do jovem empregado oriundo do programa e contratado para atuar na respectiva área de capacitação.

A proposição estabelece os seguintes requisitos para os programas de capacitação profissional: 1) duração mínima de três meses e máxima de dezoito meses; 2) carga semanal mínima de doze horas e máxima de vinte horas, compatível com o horário escolar do jovem, se matriculado em instituição de ensino; 3) frequência devidamente atestada nos moldes adotados pela empresa para os seus empregados, nos termos da legislação trabalhista vigente; 4) acompanhamento e orientação permanente por profissional qualificado e experiente, formalmente designado para essa função e credenciado pelo Poder Público; 5) avaliações periódicas para determinar o nível de aproveitamento dos educandos; 6) remuneração ao jovem equivalente ao salário mínimo nacional, proporcionalmente à carga horária efetivamente cumprida.

O projeto permite que o programa de capacitação seja cumprido em escolas ligadas a Serviço Nacional de Aprendizagem vinculado a federações ou confederações de sindicatos patronais, mas, nesse caso, as despesas com inscrição e mensalidades, transporte e material didático devem ser integralmente pagas pela pessoa jurídica.

A frequência e a avaliação serão substituídas pelas regras estabelecidas pelas escolas, enquanto perdurar o curso. O jovem será desligado do programa e não poderá participar de outro, pelo prazo de seis meses, caso seu desempenho seja considerado insuficiente, ocorra sua reprovação ou seja apurada frequência inferior a 75%.

Fica prevista a possibilidade de normas regulamentares sobre requisitos e características adicionais para o programa de capacitação e para o credenciamento do "treinador".

A eventual participação de menor de idade deve ser previamente autorizada pela autoridade tutelar competente e pelo dirigente da instituição em que o jovem estiver internado ou abrigado.

Nos termos do projeto, a lei que pretende criar entrará em vigor no primeiro dia do exercício seguinte ao da sua publicação.

Na justificação do projeto, o Senador Gim alega:

Hoje um grande número de jovens ingressa continuamente no mercado de trabalho, onde a preferência é dada aos mais qualificados, aos egressos de boas escolas e aos que podem comprovar alguma experiência.

Essas vantagens competitivas do jovem trabalhador são, em grande parte, fruto do apoio e da dedicação da família, que prepara seu filho para se posicionar vantajosamente no mercado de trabalho. Infelizmente, nem todos podem contar com esse valioso apoio. Entre esses, podemos contar os jovens que habitam abrigos públicos e aqueles que, por alguma razão, cometeram infrações e foram internados em casas de reabilitação.

Ainda segundo o autor do projeto, a iniciativa tem por "objetivo facilitar a absorção do jovem carente pelo mercado de trabalho, por meio da oferta de cursos profissionalizantes e da facilitação da contratação posterior."

Após a análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o projeto será apreciado em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O Relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, Senador Benedito de Lira, apresenta emenda retirando a isenção previdenciária da matéria, mantendo apenas a isenção fiscal.

Análise.

A matéria insere-se na competência desta Comissão, pois diretamente relacionada com os temas constantes do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, entre eles, relações de trabalho e seguridade social.

Embora concorde que a participação das empresas na inserção do jovem no mercado de trabalho tem sido bastante tímida e que as políticas públicas devem adotar medidas que favoreçam situações de pleno emprego, inclusive com foco no sistema de formação e qualificação profissionais, discordo da solução por via de incentivos fiscais e previdenciários.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que a matéria em exame refere-se ao instituto da aprendizagem previsto nos arts. 428 a 433 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com as alterações resultantes da Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005 (que trata dos detalhamentos de funcionamento dos cursos e da participação dos estudantes previstos no PL em exame). Ou seja, o Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2012, deveria alterar a CLT, e não criando uma nova legislação para tratar da mesma temática.

Por outro lado, observando o que está disposto no artigo 429 da Consolidação do Trabalho, percebe-se que a Aprendizagem é um direito do jovem e uma obrigação dos estabelecimentos, leiam-se pessoas jurídicas. Conceder benefícios fiscais e/ou previdenciários a estes estabelecimentos seria negar os objetivos da norma maior trabalhista. Em consonância com a CLT, discordo da concessão de qualquer tipo de incentivo para os estabelecimentos fazerem o que já é uma obrigação, ou seja, a contratação de jovens aprendizes.

No entanto, concordo com a louvável iniciativa com o autor do projeto em conceder preferência aos jovens internados em abrigos ou casas de reabilitação na contratação de programas de aprendizagem, para quem jovens internados em abrigos ou casas de reabilitação devam ser o público preferencial de programas de aprendizagem. Em busca de experiências exitosas com o encaminhamento desse público para aprendizagem, identifiquei o Programa Me Encontrei, levado a cabo no Município de Cuiabá (MT).

O Programa Me Encontrei, apoiado pela Organização Internacional do Trabalho, é uma parceria entre a Superintendência Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho Emprego, a Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso (FIEMT), o Sistema S e governos estadual e municipal. Trata-se de uma estratégia de ação fundamentada na articulação de políticas públicas de desenvolvimento social, educação e profissionalização, para oferecer formação laboral, proteção integral e emprego juvenil a adolescentes em situação de trabalho infantil ou em risco de envolvimento com as piores formas de trabalho infantil, em diferentes setores produtivos.

Os requisitos de acesso ao curso eram ser adolescentes na faixa etária entre 14 a 18 anos incompletos; ser egresso do trabalho infantil ou em situação de vulnerabilidade; residente na cidade de Cuiabá, zona rural ou urbana; ter cursado o ensino fundamental ou estar concluindo; estar incluso no cadastro único ou ser incluído caso não esteja; ser encaminhado pelo CREAs e CRAs e/ou por demanda espontânea.

A primeira tarefa desafiadora foi atrair para a aprendizagem adolescentes retirados pela fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Ministério do Trabalho Emprego (SRTE/MT) do trabalho infantil, especialmente de lava-jatos, borracharias, oficinas mecânicas e feiras. Foi preciso um grande esforço de conscientização desses jovens e de suas famílias para que percebessem que, embora a Aprendizagem pagasse menos do que eventualmente poderiam receber no trabalho informal, representaria uma qualificação e um projeto de futuro.

Tão ou mais importante que a atração dos jovens e suas famílias, foi o processo de sensibilização das empresas para a nova modalidade de Aprendizagem em implementação. A CLT não obriga as empresas a aceitarem candidatos indicados pelo Estado. Foram feitas várias palestras e chamamentos pela Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso (FIEMT) para que as empresas começassem a aderir.

De novembro de 2011 a agosto de 2013, 237 alunos completaram os cursos oferecidos pelo Sistema S, em parceria com 38 empresas. Destes, 62 foram encaminhados pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, retirados do trabalho infantil. Os demais são considerados casos de prevenção ao trabalho infantil, especialmente suas piores formas. Foram moças e rapazes encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (via CRAs e CREAs) e por busca ativa do Senai...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora, por favor, eu vou pedir ao pessoal. Não estamos conseguindo ouvir a Relatora. Por favor, não é possível um negócio desses.

Por favor, Senadora.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

Retomando aqui o parágrafo.

Foram moças e rapazes encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (via CRAs e CREAs) e por busca ativa do Senai, entre eles muitos cumprindo medida socioeducativa.

Inspirada no Programa Me Encontrei, já testado e laureado no Estado do Mato Grosso, apresento a seguinte emenda substitutiva, que altera o art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho, de forma a obrigar que um terço dos empregos previstos no *caput* deverá ser destinado a jovens em situação de trabalho infantil ou em risco de envolvimento com as piores formas de trabalho infantil ou que estejam cumprindo medidas socioeducativas, encaminhados pelo Centro de Referência em Assistência Social (CRAs) do Município. Este é um universo que engloba desde jovens resgatados de situações de trabalho infantil até jovens que cumprem medidas socioeducativas.

Com isso, enfrentaremos, no mínimo, dois dos piores desafios envolvendo jovens em situação de vulnerabilidade social: primeiro, retirada do trabalho infantil, incluindo suas piores formas e reencaminhamento à vida escolar e à formação profissional e, segundo, oferecendo a jovens que estão cumprindo medida socioeducativa uma possibilidade de inserção no mercado do trabalho formal, impedindo desta forma seu retorno à criminalidade.

O nosso voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2012, na forma do seguinte substitutivo – vou fazer a leitura do substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 305, DE 2012

Acrescenta § 1º-B ao art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que parte das vagas obrigatórias para fins de aprendizagem sejam preenchidas por jovens em situação de trabalho infantil ou em risco de envolvimento com as piores formas de trabalho infantil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte §1º-B:

"Art. 429 . .....

§1º-B Um terço dos empregos previstos no caput deverão ser destinados a jovens em situação de trabalho infantil ou em risco de envolvimento com as piores formas de trabalho infantil ou que estejam cumprindo medidas socioeducativas, encaminhados pelo Centro de Referência em Assistência Social (CRAs) do Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu quero dar a seguinte explicação: esse voto em separado da Senadora Ana Rita, a gente percebe que é um voto elaborado. Na verdade, trata-se de um projeto substitutivo, e ele chegou agora pela manhã aqui à Comissão de Assuntos Sociais.

Então, eu, conversando com o Senador Benedito de Lira, que é o Relator, Senadora Ana Rita, eu acho que, de acordo com o Relator, eu queria já conversar, pedir a retirada desse projeto, porque os Senadores, até em função do trabalho que V. Exª tem. Acho que é um trabalho bem-feito e às vezes o próprio Senador Benedito de Lira, ao ler isso detalhadamente, possa se convencer da oportunidade de inserir ou não ou, de repente, nós acabamos convergindo para um texto único aqui.

Mas ouço o Senador Relator Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, realmente eu comecei a dar uma lida no acompanhamento da leitura feita pela Senadora Ana Rita, em seu voto em separado. Realmente, é um voto longo, alterando consideravelmente o projeto, inclusive descaracteriza, na minha concepção, o projeto original, e eu realmente ia pedir a V. Exª, independentemente de termos conversado, a retirada do projeto de pauta para que eu possa fazer uma análise mais apurada do voto em separado da Ana Rita, pelo que a cumprimento. É um voto bem elaborado, mas precisa de detalhamento e eu gostaria de solicitar a V. Exª a retirada de pauta do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Regimentalmente, na condição de Relator, o Presidente concede a retirada do projeto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, não é possível mais vista, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Acho que é de muito bom senso o que V. Exª propõe, porque eu poderia estar cometendo neste momento de votação uma injustiça com a Senadora Ana Rita, porque é extenso, é um novo projeto, e eu poderia estar cometendo um engano aqui. Então, eu acato e parabenizo V. Exª pelo bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu apenas gostaria de fazer uma observação e gostaria muito que o Senador Benedito de Lira, ao ler o voto em separado, tivesse um pouco esse olhar de por que eu resolvi apresentar um voto em separado.

Por algumas razões. Primeiro, porque parti do princípio de que o direito à capacitação é um direito de todos os jovens, que as empresas do Sistema S têm a obrigação de oferecer a capacitação; para isso, elas não precisam de incentivo fiscal, porque elas já recebem para isso. Elas recebem recursos públicos, inclusive para fazer esse tipo de trabalho.

Então, não é necessário nós oferecermos incentivo fiscal para isso e é um direito de todo jovem...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem. Eu gostaria de um aparte.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu gostaria de concluir. Eu gostaria de concluir, Senadora...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Só um aparte aí, nesse fato.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita, deixe-me lhe dizer. Como nós retiramos o projeto...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Nós não vamos discutir?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – ...eu penso que a argumentação vai colocar necessariamente em discussão o projeto. Acho que a retirada é exatamente para permitir isso.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Para fazer o debate. Então, está bem. Mas eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas eu quero que V. Exª conclua...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Na minha visão, o incentivo não é para o Sistema S, o incentivo é para a empresa; não é o Sistema S que vai receber o incentivo. Acontece que esse projeto torna mais barata a contratação. É fundamental para que haja...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nós vamos ter tempo para discutir, Senadora...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Está bom. Vou discutir na próxima.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Estou querendo evitar exatamente essa discussão. É que V. Exª, na tentativa de justificar o voto... Mas acho que o voto, nós vamos ter tempo exatamente de uma semana para que os Senadores possam ler e...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Só para concluir.

Eu penso que a essência do projeto, que é a preocupação do Senador Gim, foi preservada, que esse é o grande valor do projeto, ou seja, possibilitar aos jovens em situação de vulnerabilidade ter a preferência na capacitação oferecida pelo Sistema S, e isso está preservado, com uma outra linguagem, com certeza, com outros termos, mas a essência do projeto está preservada. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senadora.

Então, está retirado de pauta o projeto.

O item 3 da pauta é o PLS nº 512 e tem como Relator o Senador Humberto Costa. Também foi pedida, pelo Relator, a retirada de pauta para reexame.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 512, DE 2011 – COMPLEMENTAR)
- Não terminativo -

Acrescenta dispositivos ao art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a aposentadoria especial dos segurados portadores de deficiência decorrente da Síndrome da Talidomida e dá outras providências.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2011 – Complementar.)

Item 4:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, DE 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família em caso de alteração na situação de elegibilidade familiar.
Autoria: Senador Aécio Neves
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.
Observações:
– Em 19.03.2014, o Senador Humberto Costa leu Voto em Separado de sua autoria, concluindo pela rejeição do Projeto.
– Em 26.03.2014, o Senador Cristovam Buarque apresentou 2 (duas) Emendas ao Projeto.
– Em 08.05.2014, a Senadora Lúcia Vânia apresentou novo Relatório, incorporando as Emendas do Senador Cristovam Buarque.
– A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.
– Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, para proferir a leitura do seu novo relatório.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, como eu imagino que devam pedir vista, uma vez que fiz alterações acatando as emendas, eu perguntaria ao Plenário se eu poderia me abster da leitura desse projeto e deixar para que discutamos se houver realmente manifestação do Plenário no sentido de pedir vistas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª poderá fazer um resumo, mas, regimentalmente, tem de, pelos menos, se ater às modificações e consideramos lido o novo relatório.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, chega para exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013, de autoria do Senador Aécio Neves, que altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família em caso de alteração na situação de elegibilidade familiar.

Com esse objetivo, o projeto insere dois parágrafos no art. 2º da referida lei para estabelecer que a elegibilidade das famílias deverá ser obrigatoriamente revista a cada período de dois anos. Constatada a mudança na condição de elegibilidade familiar nos seis meses que antecederem a revisão, a concessão do benefício estará assegurada por um período adicional de seis meses.

Na justificação, o autor da proposta argumenta que alterar a lei é necessário para evitar a instabilidade na renda do trabalhador carente. Afirma que o período adicional para recebimento do benefício é importante para o trabalhador que consegue emprego e melhora sua renda, pois lhe proporciona um período de segurança até saber se irá manter seu emprego e sua renda num patamar satisfatório para a subsistência de sua família.

Análise

O projeto do Senador Aécio Neves atua nessa direção. Busca dar à família beneficiária a garantia de que não será desligada do programa em curto período após a alteração nos seus rendimentos. Ao mesmo tempo, a proposição traz para a lei o prazo de duração dos benefícios. As duas intervenções visam, portanto, assegurar às famílias tranquilidade quanto ao período em que poderão contar com o benefício, e resolve a fragilidade da regulamentação da matéria.

No entanto, o Senador Humberto Costa, ao analisar o texto proposto pelo Senador Aécio Neves, decidiu apresentar voto em separado, no qual pede a rejeição da matéria, sob o argumento de que o novo texto proposto para o §19 seria dúbio e poderia ensejar uma leitura capaz de, em vez de estender o prazo por mais seis meses, acabasse por reduzir a permanência da família no programa. Muito longe de ser essa a intenção do projeto, conforme já demonstramos.

No entanto, no sentido de afastar qualquer ambiguidade no trato da matéria, decidimos considerar o voto em separado como sugestão de melhoria no texto. Por isso, apresentamos emenda cujo objetivo é explicitar o propósito da matéria, deixando claro que o prazo adicional será concedido nos casos em que houver possibilidade de perda da condição de elegibilidade, em decorrência do exercício de atividade profissional ou econômica.

No voto em separado, o Senador Humberto Costa afirma também o seguinte, com relação ao art. 6º da Portaria nº 617, do MDS, de 11 de agosto de 2010:

Determina que a renda per capita familiar poderá crescer até meio salário mínimo, desde que não se mantenha ao longo do tempo. O período em que a renda per capita pode variar até o limite de meio salário mínimo é fixado a partir da validade do benefício do Bolsa Família, que é de 2 anos – portanto, mais amplo do que o proposto pelo PLS.

Quanto a esse último argumento, não vemos como a aprovação do PLS nº 458, de 2013, possa prejudicar o beneficiário, pois a portaria citada simplesmente não deixaria de valer, continuaria vigendo.

O projeto, além de não extinguir a portaria, ainda traz para a lei o crucial parâmetro do prazo de reavaliação da elegibilidade para o Programa Bolsa Família. E isso é uma medida importante porque, ressalte-se, da mesma forma que por decreto o prazo pode ser ampliado, ele também pode ser reduzido. Trazer o assunto para a lei vai tornar as famílias que recebem o benefício menos dependentes dos Governos, pois o espaço de debate do assunto fica ampliado e, portanto, mais democrático, ao contar com a participação também do Poder Legislativo.

Na verdade, a Portaria nº 617, de 2010, prevê o desligamento da família que, durante o período de dois anos, mantenha uma variação de renda de meio salário mínimo. O projeto retira esse limite, que, na verdade, é um estímulo à informalização e um aprisionamento da família numa condição de pobreza. No nosso entender, não é por atingir esse baixo patamar de renda que a família deixa de ter o direito à garantia dos mínimos sociais nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social. Além de retirar esse limite de renda, o projeto eleva o prazo de variação permitida, que pode chegar a ser de mais seis meses.

Além disso, a Portaria, ao estender o prazo de vigência, acaba por criar despesas sem o respaldo legal para tanto. O projeto do Senador Aécio Neves soluciona essa questão ao fixar o período adicional por meio de lei.

Em outros termos, o projeto permite a extensão da permanência no programa das famílias que, em função de atividade remunerada, percam as condições de extrema miséria e, ainda, retira o teto de meio salário mínimo, possibilitando aos beneficiários tranquilidade para administrar a melhoria em suas condições de vida, sem enfrentar a insegurança de ser excluído do programa.

Relativamente às emendas apresentadas pelo Senador Cristovam, temos que agregar o essencial elemento da construção da cidadania não só pela concessão da subsistência, mas também da educação e da capacitação profissional.

Como muito bem salientou o autor das emendas, é necessário que o programa propicie o estímulo necessário à empregabilidade de seus beneficiários.

As emendas apresentadas complementam bem o espírito do projeto, que tem como motivação a segurança do beneficiário quando do seu ingresso no mercado de trabalho.

Importante somente esclarecer que a frequência escolar, que já é exigida das crianças e adolescentes inseridos no programa, é condição de permanência, não de elegibilidade. Os critérios de elegibilidade relacionam-se com a situação de pobreza ou extrema pobreza, nos termos definidos no art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

A frequência escolar, e a cursos profissionalizantes para os adultos, conforme se pretende estabelecer, é condição de permanência no programa, portanto, deve inserir-se no corpo do art. 3º-A da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Ao lado disso, ressalte-se nossa compreensão que ter à sua disposição escolas de qualidade e capacitação profissional é um direito das famílias brasileiras e uma obrigação do Estado. A menção a tais critérios atua no sentido de reforçar esse entendimento.

Por se tratarem de iniciativas complementares, acolhemos as emendas do Senador Cristovam, incorporando-as ao texto que proponho a seguir.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CAS

Dê-se a seguinte redação ao § 19 do art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, nos termos do art. 1º do PLS nº 458, de 2013:

Art. 1º.....

Art. 2º.....

.....

§ 19. O beneficiário que, por motivo de elevação da renda per capita familiar, decorrente de atividade profissional ou econômica, vier a perder a elegibilidade na revisão prevista no § 18, terá garantida a concessão dos benefícios por, no mínimo, seis meses.

EMENDA Nº – CAS

Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013 o seguinte art. 2º, renumerando-se como art. 3º o atual art. 2º:

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, da frequência a cursos profissionalizantes pelos membros da família acima de dezoito anos, sem prejuízo de outras previstas em regulamento.

Essas são as emendas e eu voto pela aprovação do projeto com essas emendas já explicitadas aqui no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu gostaria de pedir vista desse projeto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O pedido de vista do Senador Cyro Miranda é regimental. Vista concedida.

Consulto o plenário se mais algum Senador gostaria de pedir vista do projeto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Peço vista coletiva para nós resolvermos definitivamente esse assunto na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vista coletiva.

O projeto deverá retornar quarta-feira que vem.

O item 5 é uma decisão terminativa. Nós temos quórum. Aliás esta uma Comissão que se orgulha de sempre ter quórum. Mérito de V. Exªs.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 658, DE 2007
- Terminativo -

Altera a Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, para atualizar a regulamentação do exercício da profissão de Economista e dá outras providências.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2007, na forma da Emenda nº 3-CAE (Substitutivo), e pela aprovação da Subemenda de autoria do Senador Romero Jucá e das duas subemendas de redação apresentadas pelo Relator.

Observações:

– Em 08.05.2012, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CE.

– Em 03.12.2013, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer favorável ao projeto na forma da Emenda nº 3-CAE (Substitutivo).

– Em 08.04.2014, o Senador Romero Jucá apresentou Subemenda à Emenda nº 3-CAE (Substitutivo) na Comissão de Assuntos Sociais.

– Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a Turno Suplementar.

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador João Vicente Claudino, para proferir o seu relatório.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, sem demérito ao parecer do Relator João Claudino, eu gostaria de anunciar à Comissão que vou pedir vista dessa matéria, até porque tenho recebido muitas demandas por parte principalmente de administradores que se sentem prejudicados com esse projeto. Nada mais lógico, nada mais racional do que promovermos um amplo debate sobre essa matéria, até com audiências públicas, se a Comissão concordar, para que possamos passar a limpo a dúvida que existe e que é uma dúvida muito suscitada por administradores.

Então, eu gostaria de colocar a V. Exª e ao Plenário essa ponderação que faço, tendo em vista a contundência com que, principalmente, os administradores – são 400 mil no Brasil – têm se manifestado com relação a esse projeto, solicitando esclarecimentos mais aprofundados, se possível até pelo estabelecimento de uma agenda de audiências públicas.

Era a colocação que eu gostaria de fazer a V. Exª e à Comissão, com a devida vênia do Relator, por quem tenho o maior apreço.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Tem a palavra a Senadora Lúcia Vânia. Depois, falará o Relator.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de me congratular com o Senador Agripino e de dizer que o meu pensamento é semelhante ao dele. Acho que é um tema polêmico. Eu gostaria de, ao lado dele, solicitar vista do processo. Acho que a audiência pública seria pertinente para elucidar as dúvidas que temos em relação a ele.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu também comungo dessa opinião, mas tenho uma dúvida: se o pedido de vista persistir, haverá tempo de fazermos audiências públicas? Acho que o razoável é fazermos audiências. Então, não seria indicada a retirada de pauta, para que pudéssemos realizar as audiências públicas? Se fosse feito o pedido de vista ou se fosse concedida a vista coletiva, ele teria de voltar aqui na semana que vem. Então, eu indago se é possível ou não se proceder dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na verdade, eu preciso que o Relator faça a leitura do relatório. Feita a leitura do relatório, o Plenário vai decidir se, ao concedermos o pedido de audiência pública, ficará sobrestada a análise do projeto, até que se faça a audiência, para, depois, o Relator, convencido ou não das modificações, apresentar um novo relatório ou persistir no seu relatório.

Neste momento, concedo a palavra ao Relator, porque, sem a leitura, o Plenário da Comissão não tem como decidir.

Com a palavra, o Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, este não é um projeto novo, é um projeto de 2007, do Senador Inácio Arruda. Ele tem sido discutido. Já passou por duas Comissões, a Comissão de Educação e a Comissão de Assuntos Econômicos.

É prerrogativa, Sr. Presidente Waldemir Moka, abrirmos todos os prazos para se discutir o projeto. E ele foi exaustivamente discutido.

O pedido de vista é regimental. O Regimento protege tanto o interesse... E respeito muito o Senador José Agripino e a Senadora Lúcia Vânia.

É necessário ler o relatório? (*Pausa.*)

Então, vamos à leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª pode fazê-lo de forma bem sintética.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Vamos só à análise, então.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim. Pois não.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Leio só a análise.

No mérito, renovamos aqui, perante esta Comissão, o entendimento exposto perante a CAE. Sabemos ser absolutamente necessária a atualização das normas que regem o exercício profissional dos economistas. Trata-se de uma das profissões mais relevantes da nossa sociedade. São profissionais que merecem todo o nosso respeito e admiração.

Dos debates e da análise apurada do texto, surgiram diversas questões, as quais foram bastante discutidas, inclusive com representantes dos segmentos profissionais que se relacionam, ainda que indiretamente, com a matéria aqui tratada. Desse debate, surgiu a emenda substitutiva que ora apresentamos e que corrige alguns problemas que a proposição original trazia, como por exemplo o vício de iniciativa referente à estrutura e à organização dos Conselhos Federal e Regionais de Economia, o que é reservado à iniciativa da Chefe do Poder Executivo, dada a natureza autárquica desses órgãos.

Já a Subemenda nº 1, proposta na Emenda nº 3, da CAE, visa a garantir aos economistas ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal a condição de carreira típica de Estado, pelas peculiaridades das suas atividades próprias do setor público. Também inseri no rol de atividades facultadas à profissão de economista, sem prejuízo de seu exercício por outras profissões regulamentadas, a atividade de planejamento, de elaboração, de coordenação e de execução das diretrizes e projetos de desenvolvimento da atividade econômica, incorporando e compatibilizando os planos nacionais, regionais e municipais de desenvolvimento e esses à política de desenvolvimento e expansão urbana.

Redefinimos as atividades privativas dos economistas e as que podem ser exercidas por profissionais de áreas afins, de modo a resolver os conflitos que vinham ocorrendo com outras categorias.

Incluímos no projeto a previsão para que os Conselhos Regionais de Economia possam certificar profissionais para o exercício de atividades técnicas específicas, de modo a criar um credenciamento institucional.

Também incluímos previsão para que, observadas as diretrizes do Ministério da Educação, os profissionais egressos de outros cursos superiores, com grade curricular compatível com os cursos de ciências econômicas, possam ser abrigados pelos Conselhos de Economia.

Esclarecemos ainda que o substitutivo preserva as alterações que haviam sido feitas por intermédio das emendas aprovadas na Comissão de Educação.

A proposição, contudo, merece pequenos reparos. Tais mudanças não alteram o conteúdo da proposição, mas aperfeiçoam a técnica legislativa. Dessa forma, apresento duas novas emendas de redação.

No *caput* do art. 1º-A, há uma referência incorreta ao parágrafo único do art. 14 da lei. Com o substitutivo aprovado na CAE, deixou de existir o parágrafo único nesse artigo. Em vista disso, a referência no texto deveria ser ao §1º do art. 14.

Do mesmo modo, as referências feitas aos §§1º e 2º no §3º do art. 1º-A são incorretas. Em vista disso, a redação do §3º do art. 1º-A deve ser: "§3º. O exercício das atividades tipificadas no *caput* e no §1º deste artigo."

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2007, nos termos da emenda substitutiva aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (Emenda nº 3-CAE), acolhidas a subemenda da CAS de autoria do Senador Romero Jucá à Emenda nº 3, da CAE, e as emendas de redação apresentadas a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Vicente Claudino, o Senador Inácio Arruda, que é o autor do projeto – esta é apenas uma informação –, concorda com a audiência pública. Ele acha que esse é um tipo de assunto que, quanto mais debatido, é melhor. Ele, evidentemente, não tem a pretensão de adentrar ou invadir qualquer outra... O projeto não tem essa pretensão.

Então, se o Senador Agripino formaliza o requerimento de uma audiência pública, nós vamos priorizar essa audiência pública aqui. Já estou pedindo essa agenda. Vamos organizar essa audiência pública, e, tão logo se faça essa audiência pública, V. Exª poderá ser convencido ou não dos argumentos. Mas esta Comissão, de qualquer forma, votará o projeto de lei após a audiência pública requerida pelo Senador Agripino Maia, o que é também respaldado pela Senadora Lúcia Vânia e pelo Senador Cyro Miranda. Este Presidente também concorda, e V. Exª está me sinalizando que esse é o melhor caminho.

Então, se o Plenário concordar, o Senador poderá fazer verbalmente o requerimento, e eu vou acatá-lo, com a concordância dos Senadores e das Senadoras.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Se a Comissão estiver de acordo, eu apresento a V. Exª o requerimento verbal. Eu até prepararia a formalização por escrito, mas posso apresentar verbalmente o requerimento de audiência pública. E seria discutido com V. Exª e com os membros da Comissão sobre quem convidaremos para esclarecer melhor o assunto.

Mas apresento, desde já, o requerimento de audiência pública, agradecendo a manifestação do Senador Inácio Arruda e do Senador João Claudino, que concordam com a proposta que faço e que tem o melhor sentido, o melhor objetivo, que é o de aprimorar o texto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sem dúvida.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Vamos fazer uma coisa que some para a sociedade, e não que provoque conflito na sociedade.

Apresento, portanto, a V. Exª, para consideração da Comissão, o requerimento de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão esse requerimento, que, embora seja verbal, será apresentado aqui.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, está aprovada a audiência pública.

Vou sugerir ao Relator e ao Senador Agripino que possam também indicar quem seriam as pessoas que participariam como expositores dessa audiência pública.

Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Dei uma sugestão ao Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – São as duas entidades, a dos administradores e economistas e o MEC, porque aqui se faz muita referência à grade curricular. Então, pelo menos, é uma sugestão de partida. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu só preciso que, depois, V. Exª formalize o requerimento, Senador Agripino, por favor.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Está perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, o projeto está sobrestado tecnicamente, até que façamos a audiência pública.

Quanto ao item 6 da pauta, devo dizer que o Senador Paulo Davim não está presente aqui, pois está em outra missão. Ele pediu que eu nomeasse um Relator *ad hoc*, e eu, previamente, conversei com a Senadora Ana Amélia, que será nossa Relatora *ad hoc* nesse projeto.

Trata-se também de decisão terminativa.

ITEM 6

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2012
- Terminativo -

Estabelece direitos e garantias dos portadores de órteses, próteses e materiais implantáveis de uso médico ou odontológico, dispõe sobre mecanismos de controle e monitoramento desses produtos, determina a notificação compulsória em caso de defeitos detectados e dá outras providências.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2012
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para garantir o direito à substituição de próteses e órteses defeituosas, no âmbito do sistema público e privado de saúde.
Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senador Paulo Davim
Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2012, e das Emendas nºs 1, 2, 5, 6 e 8-CMA; pela aprovação das Emendas nºs 3, 4 e 7-CMA, na forma das Subemendas que apresenta; e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2012, que tramita em conjunto.
Observações:
– Em 14.05.2013, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2012, com as Emendas nºs 1 a 8-CMA; e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2012, que tramita em conjunto.
– Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para proferir a leitura do relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Waldemir Moka, colegas Senadoras e Senadores, a Relatoria *ad hoc* implica sempre assumir um trabalho já feito por outro colega. O Senador Paulo Davim é muito cioso dessa responsabilidade.

Vou diretamente para a análise, porque há ainda quatro matérias. A justificativa é bastante ampla, mas a análise já resume bem. Eu também vou resumir mais ainda, para que a leitura seja mais rápida, mesmo se tratando de tema polêmico, reconheço.

No tocante ao mérito, o relatório do Senador Paulo Davim é favorável à aprovação dos projetos, pois eles, de forma inequívoca, tratam de problema relevante para a saúde pública e buscam regular matéria que, conforme evidenciaram fatos recentes envolvendo próteses mamárias – aliás, este é um tema debatido nesta Comissão de Assuntos Sociais amplamente –, carecia de regras mais claras voltadas para a proteção da saúde e para a segurança dos consumidores de planos privados de assistência à saúde e dos próprios usuários do sistema público de saúde, no caso o SUS.

Concordamos com o Relator da CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – que o PLS nº 14, de 2012, por ter escopo mais amplo, já que regula de forma geral a utilização, o controle e a substituição de próteses, de órteses e de materiais implantáveis, merece ser aprovado.

Os direitos dos pacientes e as normas estabelecidas no sentido de conferir maior segurança ao uso desse tipo de produto são procedentes e devem ser acolhidos. No entanto, ainda concordando com o Relator que nos antecedeu, no caso o da CMA, há reparos importantes a serem feitos de forma a aperfeiçoar a proposição.

Nesse aspecto, somos favoráveis a quase todas as modificações promovidas no âmbito da CMA, a saber: i) a ampliação do escopo, para abarcar qualquer problema que envolva os produtos implantáveis, inclusive os decorrentes do ato cirúrgico; ii) a garantia de acompanhamento, médico ou odontológico, para pessoas cujos produtos implantados estejam sob investigação sanitária; iii) a substituição do termo "rede privada suplementar" por "rede própria, credenciada, contratada ou referenciada de operadora de planos privados de assistência à saúde"; iv) a explicitação de que, em caso de próteses estéticas colocadas no âmbito da iniciativa privada, incumbe ao SUS, supletivamente, apenas a retirada do produto, e não a sua substituição, garantindo-se o devido ressarcimento pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde – nós também discutimos isso quando falamos sobre a questão das próteses mamárias –; v) a previsão de constituição de cadastros nacionais de implantes, por área de especialidade; e vi) as alterações promovidas em nome da boa técnica legislativa.

O único ponto para o qual manifestamos discordância em relação ao parecer da CMA diz respeito à previsão de que os planos privados de assistência à saúde são obrigados apenas a promover a retirada cirúrgica de próteses, de órteses e de seus acessórios, quando apresentarem defeitos ou problemas que coloquem em risco a saúde de seus portadores, sem mencionar a substituição desses produtos. Essa limitação da responsabilização das operadoras consta do texto proposto pelas Emendas nºs 3, 4 e 7 – CMA.

Cremos que as operadoras devem ser responsáveis não só pela retirada, mas também pela substituição dos produtos defeituosos, conforme, inclusive, era a proposta contida no PLS nº 17, de 2012, do Senador Humberto Costa.

Entendemos que a manutenção da obrigatoriedade de os planos privados promoverem a substituição das próteses é necessária para dar maior garantia aos consumidores, o que não trará qualquer repercussão financeira para o SUS. Isso decorre da prescrição contida no §4º incluído no art. 2º do projeto, por meio da Emenda nº 4 – CMA, que exime o SUS de substituir próteses colocadas no âmbito dos planos de saúde privados, conforme se depreende do seu texto:

§4º Incumbe supletivamente ao SUS o procedimento de retirada de produto que apresente defeito ou problema que coloque em risco a saúde do portador, em caso de produto implantado com finalidade estética no âmbito da assistência privada à saúde.

Para manter a obrigação de os planos de assistência privada à saúde promoverem, além da retirada, a substituição de próteses ou de outros produtos implantáveis que apresentem defeitos passíveis de causar danos à saúde, apresentamos três subemendas: uma à Emenda nº 3 – CMA; uma à Emenda nº 4 – CMA e outra à Emenda nº 7 – CMA.

Feitas essas considerações, dado o seu escopo mais amplo, somos pela aprovação do PLS nº 14, de 2012, com as emendas aprovadas pela CMA e com as três subemendas apresentadas pelo Senador Paulo Davim.

Voto.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2012, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2012, com as Emendas nºs 1, 2, 5, 6 e 8 – CMA, e com as seguintes subemendas às Emendas nºs 3, 4 e 7 – CMA:

SUBEMENDA Nº – CAS

(À Emenda nº 3 – CMA ao PLS nº 14, de 2012)

Dê-se à Emenda nº 3 – CMA a seguinte redação:

"Dê-se ao § 2º do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2012, a seguinte redação:

Art. 2º.....

"§2º O acompanhamento clínico, os exames complementares, o procedimento médico ou odontológico de retirada ou substituição e os produtos substitutos, quando for o caso, necessários para dar cumpri-

mento ao disposto nos incisos IV e V do caput, são de responsabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) ou das operadoras de planos privados de assistência à saúde, conforme o procedimento cirúrgico originário tenha sido realizado pelo SUS ou pela rede própria, credenciada, contratada ou referenciada de operadora de planos privados de assistência à saúde."

SUBEMENDA Nº – CAS
(À Emenda nº 4 – CMA ao PLS nº 14, de 2012)

Dê-se à Emenda nº 4 – CMA a seguinte redação:
"Incluam-se os seguintes §§4º e 5º no art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2012:
Art. 2º .....
.....
§4º Incumbe supletivamente ao SUS o procedimento de retirada de produto que apresente defeito ou problema que coloque em risco a saúde do portador, em caso de produto implantado com finalidade estética no âmbito da assistência privada à saúde.
§5º O disposto no §4º não exime a operadora de plano privado de assistência à saúde de substituir o produto, bem como de efetuar o devido ressarcimento ao SUS."

SUBEMENDA Nº – CAS
(À Emenda nº 7 – CMA ao PLS nº 14, de 2012)

Dê-se à Emenda nº 7 – CMA a seguinte redação:
"Inclua-se o seguinte art. 11 ao Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2012, renumerando-se o atual art. 11:
Art. 11. O art. 10 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte §5º:
'Art. 10. .....
.....
§5º Compete às operadoras definidas nos incisos I e II do §1º do art. 1º desta lei a retirada e a substituição cirúrgica de órteses, próteses e outros materiais implantáveis, inclusive os implantados com finalidade estética, que apresentem defeitos ou problemas que coloquem em risco a saúde dos seus usuários, conforme diretrizes e critérios estabelecidos pela ANS.'"

Esse é o voto do Relator, Senador Paulo Davim, a esse projeto de lei que trata dessas próteses e órteses, como foi definido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, para pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pedido de vista também do Senador Cyro Miranda. Vista coletiva. Regimentalmente, é concedido o pedido de vista.

Sobre o item 7 há pedido do Senador Rodrigo Rollemberg de retirada de pauta.

O item 8 tem como Relator o Senador João Vicente Claudino.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2013
- Terminativo –

Acrescenta §5º ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a negociação do banco de horas com a categoria profissional preponderante e dá outras providências.
Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador João Vicente Claudino
Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2013, e da Emenda que apresenta.
Observações:
– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador João Vicente Claudino para proferir seu relatório.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Exª que o projeto fosse retirado de pauta. Recebi uma solicitação do Ministério do Trabalho, e vamos a uma discussão para reavaliar o projeto.

Então, eu queria solicitar a retirada de pauta do referido projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O pedido do Relator é de ofício. A

Presidência concede retirada de pauta para reexame do Relator.

O item 9 tem como Relator o Senador Humberto Costa.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, DE 2013
– Terminativo –

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, para condicionar, à prescrição médica, a venda e o fornecimento de medicamento à base de vitamina ou mineral cujo consumo excessivo possa ser prejudicial e impor a colocação de advertência nas embalagens de produto dietético que contenha a vitamina ou o mineral.
Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves.
Relatoria: Senador Humberto Costa.
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2013.
Observações:
– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu quero, de imediato, entrar na análise do projeto, até por uma questão de economia de tempo.

É atribuição da Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, temática abrangida pelo projeto sob análise, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal. Além disso, por se tratar de apreciação em caráter terminativo, cabe também a esta Comissão examinar a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição.

De acordo com o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde. Ainda em consonância com o art. 61 da Carta Magna, a iniciativa de lei que verse sobre a matéria de que trata o projeto em tela é permitida a parlamentar.

Isso posto, não há óbices quanto à constitucionalidade da proposição. Tampouco há reparos a fazer quanto à técnica legislativa empregada.

Porém, no tocante à juridicidade, entendemos que a matéria deve ser regulada por meio de legislação infralegal, por versar sobre assunto eminentemente técnico, de competência típica da Anvisa.

Dessa forma, julgamos que a matéria objeto da proposição em análise não possui o caráter geral que deve ser conferido aos diplomas legais. Em verdade, a Lei nº 6.360, de 1976, já disciplina a matéria e permite que seu regulamento normatize a prescrição e a dispensação de medicamentos ou de produtos dietéticos que contenham vitaminas ou minerais cujo consumo em doses excessivas possa causar danos à saúde.

Cumpre-nos dizer que existem normas infralegais que regulam a matéria. Conforme assinala a justificação do projeto, a Portaria nº 40, de 13 de janeiro de 1998, do Ministério da Saúde, define em seu art. 1º que "medicamentos à base de vitamina isolada, vitaminas associadas entre si, minerais isolados, minerais associados entre si e de associações de vitaminas com minerais" são aqueles cujos esquemas posológicos diários situam-se acima dos 100% da Ingestão Diária Recomendada – que é a quantidade de proteína, vitaminas e minerais que deve ser consumida diariamente para atender às necessidades nutricionais da maior parte dos indivíduos e grupos de pessoas de uma população sadia, nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa nº 269, de 22 de setembro de 2005.

O art. 3º da Portaria nº 40, de 1998, assenta ainda que essa classe de medicamentos de que estamos tratando é de "venda com exigência de prescrição médica" quando os níveis diários indicados dos componentes ativos situem-se acima dos limites considerados seguros ou sempre que estiverem contidos em formulações para uso injetável.

Assim, quanto ao mérito, consideramos a proposta louvável, mas devemos apontar que qualquer medicamento ou produto dietético, se consumido em excesso ou sem a devida orientação médica, é potencialmente perigoso para a saúde. Dessa forma, não faria sentido exibir alertas nas embalagens ou fazer exigências adicionais apenas para essa classe específica de produtos dietéticos e medicamentos, abrangidos pelas disposições do projeto de lei sob análise.

Ademais, como bem frisa a autora na justificação do projeto, as pesquisas existentes sobre o tema – efeitos do uso de suplementos alimentares na saúde – não são conclusivas, de forma que é necessário que outros estudos científicos confirmem os resultados obtidos, para que tais achados sejam solidificados na literatura médica como fatos científicos.

Adicionalmente, a própria autora argumenta que a Anvisa vem acompanhando a problemática dos suplementos alimentares, ao ressaltar que a agência publicou nota técnica a respeito do tema no ano de 2013.

Dessa feita, percebe-se que essa autarquia vem atuando para combater o problema, que deverá obter solução, a nosso ver, com a intensificação das ações de fiscalização e de esclarecimento da população a respeito do uso racional de suplementos. A mera modificação da legislação não teria efetividade e ainda seria redundante, vez que a atual legislação já impõe restrições à oferta e aquisição dos produtos citados.

Por fim, em vista dos argumentos expostos, entendemos que, a despeito das louváveis intenções da proposição em comento, seus propósitos já estão devidamente contemplados pela legislação em vigor.

Em vista do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2013.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senador.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Eu gostaria de pedir vista, até em respeito à autora, que está tendo o seu projeto rejeitado e não se encontra presente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Regimentalmente, consulto se mais algum Senador ou alguma Senadora gostaria de pedir vista. (*Pausa.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vista coletiva, Senadora Vanessa Grazziotin.

O item 10, a Senadora Angela Portela pediu a sua retirada de pauta.

Então, a pauta está esgotada, mas, infelizmente, e é natural que seja assim, houve pedido de vista para a maioria dos projetos terminativos.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente vai encerrar a presente reunião...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, os requerimentos de audiências.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Perdão.

Eu quero colocar em votação os três requerimentos do Senador Cícero Lucena, previamente argumentado.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 23, DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a apresentação de relatório da Anvisa sobre as ações adotadas pela mesma, em decorrência da audiência publica realizada dia 12 de novembro de 2013, RAS nº 54 de 2013, de minha autoria, sobre Suplementos Alimentares.

Autoria: Senador Cícero Lucena

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 24, DE 2014

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Assuntos Sociais, para tratar sobre o acesso a medicamentos órfãos por portadores de doenças raras.

Deverão ser convidadas para a Audiência as seguintes autoridades: Sr. Ministro Arthur Chioro, Ministério da Saúde; Sr. Helvécio Magalhães, Secretaria de Atenção à Saúde – SAS/MS; Dr. José Eduardo Fogolin Passos, Coordenação-Geral de Alta e Média Complexidade – CGMAC; Drª. Clarice Alegre Petramale, Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologia em Saúde no SUS – CONITEC/SCTIE/MS; Sr. Antônio Britto, Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – Interfarma; Srª. Maria Cecília J. B. M. Oliveira, Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves.

Autoria: Senador Cícero Lucena

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 25, DE 2014

Com fundamento no disposto no art. 93, incisos II, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Assuntos Sociais, para tratar sobre a questão de "Conta Fechada" em relação à conta em Instituição Hospitalar. Deverão ser convidadas para a Audiência as seguintes autoridades: Sr. Ministro Arthur Chioro, Ministério da Saúde; Sr. André Longo Araújo de Melo, Diretor Presidente da ANS; Sr. Afonso José de Matos, Diretor Presidente da Planisa, Consultoria especia-

lizada em gestão de Empresas de Saúde; Sr. Mauricio Barbosa, Presidente da Bionexo; Sra. Denise Rodrigues Eloi de Brito, Presidente das Unidas, Autogestão em Saúde; Sr. Roberto Luiz d´Avila, Presidente do Conselho Federal de Medicina.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os três requerimentos. Vamos discutir agora as datas das audiências.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 48 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinco minutos, do dia quinze de maio de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Alberto Souza, Eduardo Suplicy, Cyro Miranda e Paulo Bauer; e das Senadoras Ana Rita, Vanessa Grazziotin Ana Amélia e Lídice da Mata. Justificou a ausência o Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada a debater o assunto "Qualidade de vida dos aposentados é uma questão de justiça social", em atendimento ao Requerimento nº 5, de 2014-CAS, de iniciativa do Senador Paulo Paim, com a presença dos seguintes oradores: **CLEUZA MARIA FAUSTINO DO NASCIMENTO,** Diretora da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social; **AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO,** Interventor da GEAP – Previdência – Fundação de Seguridade Social; **LUIS FERNANDO SILVA,** Assessor Jurídico da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social; e **ANA LUCIA AMORIM DE BRITO,** Secretária de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Justificaram a ausência **VALMIR BRAZ DE SOUZA,** Diretor da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social; **SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA,** Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Às dez horas e vinte e quatro minutos assume a presidência o Senador Paulo Paim. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim e **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 05, de 2014, da Comissão de Assuntos Sociais, de iniciativa do Senador Paulo Paim, com o objetivo de debater a qualidade de vida dos aposentados.

"A qualidade de vida dos aposentados é uma questão de justiça social", esse é o tema.

Comunico aos senhores oradores que esta Presidência concederá a palavra por dez minutos. Se houver necessidade, poderá ser concedido algum tempo extra.

Convido para fazer parte da mesa o Sr. Luis Fernando Silva, Assessor Jurídico da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social, e a Srª Ana Lúcia Amorim de Brito, Secretária de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Há ainda dois convidados: a Srª Cleuza Maria Faustino do Nascimento, Diretora da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social, e Aubiérgio Barros de Souza, interventor da Geap (Previdência Fundação de Seguridade Social), mas me informa a assessoria que estes dois convidados ainda não chegaram.

Quero também, ao tempo que concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, conforme combinamos, que V. Exª assuma a condução dos trabalhos, mas concedo a palavra a V. Exª, que é o autor do requerimento, dando naturalmente a motivação para esta audiência pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, sabendo, inclusive, dos seus compromissos – e nós queremos desfrutar da presença de V. Exª o maior tempo possível –, o título de estudo "A qualidade de vida dos aposentados é uma questão de justiça social" foi uma decisão tirada de um encontro realizado, aqui em Brasília, com mais de duzentas pessoas, que me encaminharam um requerimento – depois posso comentá-lo –, com o objetivo de que esta audiência pública acontecesse.

Lamento a ausência dos outros dois convidados, mas a vida é assim, e aqui temos horário a cumprir. Os que estão presentes vão fazer uso da palavra, e vamos dialogar em cima do tema.

É isso, Sr. Presidente.

Vamos ouvir os nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, concedo a palavra ao Sr. Luis Fernando Silva, Assessor Jurídico da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Luis Fernando, o relógio marca dez minutos; no nono minuto, soa uma campainha para alertá-lo, não sou eu que a toco. Evidentemente que, se você precisar de um tempo extra, será concedido.

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – Bom dia a todos. Quero, inicialmente, agradecer o convite da Comissão de Assuntos Sociais e do Senador Paulo Paim. Devo dizer que, para nós, que representamos as entidades sindicais do funcionalismo, é um espaço bastante importante à medida que, geralmente, só temos acesso à discussão de um tema como este quando estão em curso reformas constitucionais.

Geralmente, as entidades não têm espaços institucionais de debate de assuntos dessa natureza. Em que pese a existência das mesas de negociação, do nosso ponto de vista, elas não têm servido, sobretudo nos últimos tempos, à discussão de questões dessa natureza.

Há uma política governamental, parece-me, bastante forte em direção às restrições orçamentárias, que implicam lesão direta a essa questão da dignidade, no caso, dos aposentados.

Do nosso ponto de vista, quando discutimos dignidade e justiça social, devemos pensar a situação da aposentadoria não só após a sua concessão. Precisamos pensar no processo anterior, de preparação da aposentadoria, no processo de concessão da aposentadoria, que é hoje algo absolutamente difícil, à medida que convivemos com cerca de oito ou nove alternativas diferentes de aposentadoria, que os servidores públicos precisam olhar no momento dessa decisão, até porque cada uma delas tem suas regras e, eventualmente, traz prejuízos à escolha desses servidores, já que é uma opção voluntária deles. Também precisamos pensar na dignidade desses aposentados na parte posterior ao ato de aposentadoria.

Diria que, hoje, existem três grandes problemas que afligem esses servidores em relação a esses blocos anteriores.

O primeiro deles diz respeito à remuneração. Evidentemente, ninguém pode pensar em dignidade, em estabelecer parâmetros de dignidade para as pessoas, sobretudo aos aposentados, se não definirmos claramente que parâmetros de dignidade estão relacionados ao padrão remuneratório.

Nesse aspecto, devo aqui fazer uma crítica à posição que vem sendo adotada, há alguns anos, pelo Governo Federal, iniciada, é verdade, lá no Governo Fernando Henrique, com a criação das primeiras gratificações de desempenho, lesando, a meu ver, diretamente o princípio da paridade, que ainda existe na Constituição Federal, sobretudo para aqueles que eram servidores federais por ocasião da Emenda 20 e mesmo da Emenda 41. Portanto, permanece o princípio da paridade válido.

Entretanto, o Governo Federal, por inciativa ainda do Governo Fernando Henrique, escolheu e, diria, inventou, criou as gratificações de desempenho, com o claro objetivo de ferir o princípio da paridade, e, com isso, pagar menos de remuneração, de proventos, aos servidores aposentados e pensionistas.

Evidentemente, por detrás disso, está o objetivo de economizar recursos com o pagamento de aposentados e o objetivo nobre de concentrar recursos no reajustamento dos servidores em atividade. Penso que eles não deveriam ser contraditórios, como têm sido nos últimos anos.

Para termos uma ideia, no INSS, por exemplo, a gratificação de desempenho significa hoje cerca de 70% da remuneração. Ou seja, um servidor tem 30% de salário, de vencimento básico e demais parcelas perma-

nentes, e 70% da sua renda vinculada a uma gratificação de desempenho, impondo determinados critérios de desempenho que, em alguns casos, são absolutamente nocivos à saúde desses servidores.

Vou dar o exemplo, que me parece o mais gritante, dos servidores da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), que trabalham, todos sabemos, a vida toda, utilizando inseticidas e outros tipos de produtos absolutamente nocivos à saúde. Pois bem, na eventual invalidez desses servidores, eles perdem cerca de 35% da sua remuneração imediatamente, porque perdem metade da gratificação de desempenho. O que vem ocorrendo na Funasa, nos últimos seis ou sete anos, é absoluta ausência de declaração de doença.

Seria interessante que o Senado Federal buscasse esses dados do Governo Federal, para vermos como, então, essas gratificações de desempenho, nesse particular exemplo, trazem um problema seriíssimo, do qual, inclusive, eu diria que é uma bomba de efeitos retardados. Esses servidores não estão se tratando, não estão gozando das eventuais licenças e, mesmo tendo acesso às aposentadorias por invalidez, continuam trabalhando com condições de saúde absolutamente desumanas, para permanecer recebendo uma determinada renda de R$3 mil, R$4 mil, em relação a esses servidores, por exemplo, da Funasa, porque não há a menor condição de perder 35 ou 40% de sua renda na aposentadoria.

Isso me parece uma lesão clara ao princípio da dignidade da pessoa humana, que vem pela via das gratificações de desempenho.

Então, penso que, nesse aspecto da remuneração, temos aqui algo bastante importante a ser tratado. É evidente que os aspectos econômicos e a busca do equilíbrio fiscal são elementos importantes em qualquer governo, mas é preciso verificar que nós exacerbamos, nos últimos anos, no tratamento dessas gratificações de desempenho.

Que os servidores públicos devem ser cobrados no seu desempenho, não tenho a menor dúvida, e que nós devemos ter elementos objetivos para essa cobrança também, inclusive elementos remuneratórios, mas não podemos admitir que esse desempenho seja medido à base de 70% da remuneração dos servidores, com perda de metade desse valor no momento da aposentadoria.

Até mesmo a Emenda Constitucional nº 70, que V. Exªs aprovaram há pouco tempo, relativa às aposentadorias por invalidez, para tentar, então, dar a elas, quando sentidas por servidores que já estavam no sistema antes da Emenda 41, a interpretação que a administração pública vem dando à Emenda 70 é a de que ela simplesmente excluiu o cálculo da aposentadoria pela média, mas não assegurou a integralidade.

Portanto, mesmo os servidores aposentados por invalidez, alcançados pela Emenda 70, continuam exatamente com o mesmo problema que tinham antes, porque a decisão de aplicar a gratificação de desempenho, o critério de redução da gratificação de desempenho, inclusive para a aposentadoria por invalidez, dizendo que, então, o conceito de integralidade que ela encerra não se aplica às gratificações de desempenho, o que me parece uma interpretação forçada, negativa e restritiva da Emenda 70, fez com que, na verdade, a emenda não tivesse servido para absolutamente nada.

Quer dizer, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados se esforçaram na aprovação de uma emenda constitucional cujo resultado final é absolutamente pífio. Daí por que, na própria emenda, havia um dispositivo, que este sim é válido, no sentido de que, quando o novo cálculo das aposentadorias gerar redução remuneratória... Porque temos situações tão graves em que, ao sair da média e cair no critério dos demais servidores, cuja gratificação de desempenho é, então, paga pela metade, a média era melhor. Portanto, há um critério na emenda constitucional, dizendo que, neste caso, para que não se gere redução remuneratória, permanece com a média. Ou seja, a grande maioria dos servidores sujeitos à aposentadoria por invalidez, que tinham cálculo pela média na situação anterior à Emenda 70, não tem nenhuma vantagem em pedir a revisão dos cálculos de aposentadoria para que seja adotado o novo critério.

Então, parece-me que esta questão da remuneração é, sem dúvida alguma, a questão central, talvez o foco central a que nos deveríamos dedicar a fim de tentar encontrar uma solução.

Penso que evidentemente não seja possível cogitar-se de imediatamente se promover a extensão desses valores da gratificação a todos os aposentados e pensionistas – e aqui estou fazendo uma alusão de caráter absolutamente pessoal –, mas penso ser fundamental e imprescindível que o Governo Federal, através das mesas de negociação, estabeleça um processo de incorporação paulatina, gradual e constante das gratificações de desempenho à remuneração dos servidores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – Se o Senador me permitir mais três minutos...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – Obrigado.

O segundo bloco de problemas que considero fundamental se refere, para quem está prestes à aposentadoria ou já está convivendo com ela, às questões de saúde. Penso que esse é um bloco, sem dúvida alguma, importante.

Nesse aspecto, é bom lembrar que, no âmbito federal, temos diversas entidades de saúde suplementar, classificadas como entidades de autogestão, ou seja, aquelas sem fins lucrativos – como é o caso da Geap, da Capesesp, da Assefaz e de algumas outras –, que prestam um relevante serviço de saúde suplementar aos servidores federais, serviço este, inclusive, que faz reduzir o absenteísmo, reduzir as aposentadorias precoces, reduzir os casos de aposentadoria por invalidez, por tratamento de saúde preventivo ou curativo desses servidores.

Portanto, não se trata aqui de algo voltado apenas para os servidores, mas sim de uma política de recursos humanos, com reflexos também no Orçamento da União Federal, na medida em que economiza recursos. Assim, trata-se de algo importante para os dois lados.

Pois bem. O que temos visto, pelo menos nos últimos quatro anos, sobretudo em relação à Geap, que abrange cerca de 500 mil vidas, e da Capesesp, que foca principalmente na Funasa, é uma decisão governamental – e não posso pensar de outra forma, uma vez em que o Governo tem maioria na gestão dessas entidades, é uma decisão governamental – de dotar essas entidades exatamente dos mesmos critérios econômicos do setor privado. Ou seja, atendemos os jovens, queremos os jovens o mais possível e, na medida em que envelheçam, queremos que saiam, porque eles passam a causar despesa.

Não foi outra a iniciativa adotada na Geap, há alguns anos, cerca de três anos atrás, e neste ano, na Capesesp, adotando o critério de faixa etária como o critério definidor das contribuições. Antes, os servidores pagavam um determinado percentual. Portanto, todos pagavam proporcionalmente a mesma coisa, e aqueles que ganhavam menos pagavam, então, uma proporção do seu salário; e os que ganhavam mais, uma proporção igual do seu salário.

Tínhamos, então, uma solidariedade no sistema, ou seja, aqueles que menos gastam, que geralmente estão situados nas faixas de renda mais elevadas, acabavam ajudando a financiar aqueles que mais utilizam, que geralmente estão situados nas faixas de renda menos elevadas.

O que fizeram na Geap há poucos anos foi aprovar, então, o critério de faixa etária.

Srs. Senadores, em alguns casos, por exemplo, dos servidores do Ministério da Saúde, a contribuição da Geap passou a ser, para quem ganhava em torno de R$2 mil, de até R$1,2 mil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – Ora, isso é expulsar velhos, e sobretudo velhos e de baixa renda.

Essa política foi adotada também recentemente pela Capesesp. Parece-me, então, que, nessa questão, é fundamental que o Senado Federal incida, através dos meios políticos de que dispõe, sobretudo promovendo eventos dessa natureza e buscando esse contato com o Governo Federal, no sentido de buscarmos uma política que reverta esse quadro.

Não é possível que continuemos adotando, em relação à questão da saúde suplementar, o mesmo critério restritivo e, eu diria, expulsivo, adotado pelas empresas privadas com o objetivo de lucro. Se formos buscar os dados da Geap hoje, veremos que uma imensa massa de servidores federais, sobretudo de baixa renda e de idade avançada, foi obrigada a se desligar do sistema, engrossando as fileiras do Sistema Único de Saúde, portanto, trazendo mais problemas ainda ao atendimento à população, uma vez que uma forte massa de servidores se incorpora à massa do Sistema Único de Saúde.

Quero agradecer, por fim, a oportunidade e colocar-me à disposição. Quero passar às mãos do Senador, também, um texto, com alguns anexos que ilustram os dados que colocamos há pouco, e colocar a FENASPS e a minha pessoa em particular à sua disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço ao Sr. Luis Fernando Silva, assessor jurídico da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Então, já tomou assento – seja bem-vindo! – o Sr. Aubiérgio Barros de Souza Filho, interventor da Geap (Fundação da Seguridade Social) – Previdência.

Quero também convidar para participar da mesa a Srª Cleuza Maria Faustino do Nascimento, diretora da Federação Nacional do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Conforme já havia combinado com o Senador Paim, eu gostaria de passar a condução desta audiência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Agradeço ao Senador Waldemir Moka, que, embora estivesse com uma série de compromissos, fez questão de vir abrir a audiência pública por mim solicitada, a fim de, depois, deslocar-se para os compromissos que já tinha assumido.

Faço questão, agora que assumi a Presidência, de, rapidamente, ler aqui o ofício que recebi – e, por intermédio dele, solicitei esta audiência pública –, antes de passar a palavra para o nosso próximo convidado.

Ao: Exmo Senador Paulo Paim.

Assunto: Audiência pública.

A Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS), realizou o primeiro Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas (Enapen/FENASPS), realizado nos dias 28, 29 e 30 de agosto de 2013, em Brasília.

Contamos com a participação de 200 pessoas.

O referido evento deliberou acerca de vários temas da situação atual dos aposentados e pensionistas do âmbito federal, bem como do agendamento, enfim, desta audiência pública para aprofundamento das discussões.

Sabedores da sua defesa incansável em favor dos direitos dos trabalhadores aposentados, vimos formalizar por intermédio deste e solicitar a vossa intervenção no sentido de agendar audiência pública para discutir a paridade entre aposentados e pensionistas, projeto em tramitação no Congresso Nacional de interesse dos aposentados e pensionistas e o tema Geap sobre "as mudanças ocorridas no Estatuto da Fundação, tanto o decreto quanto a separação dos negócios da Geap".

Era o que tínhamos para o presente.

Agradecemos

Srª Cleuza Maria Faustina do Nascimento

Diretora da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS).

Então, esta audiência pública surgiu a partir deste requerimento que recebi, fazendo com que nós estivéssemos aqui nesse momento.

Já falou o Sr. Luis Fernando Silva. E já comento, Luis Fernando, que fiquei assustado com esse dado. Não precisa me responder agora, vamos deixar para fazê-lo mais adiante. Pode ser que eu tenha me enganado: um aposentado que ganhava R$2 mil passou a pagar uma prestação para a Geap de R$1,2 mil. Eu acho que me enganei. Em todo caso, vamos deixar que o debate siga adiante. *(Risos.)* Eu continuo achando que eu me enganei. Não pode! Como é que o camarada ganha R$2 mil e vai pagar R$1,2 mil? Ainda com idade avançada e, claro, considerado de baixa renda, ganha dois salários mínimos em média, daria para dizer.

Vamos ao nosso próximo convidado.

Passo a palavra à Diretora da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência social, que assina o requerimento que eu recebi, a Srª Cleuza Maria Faustino do Nascimento, pelo mesmo tempo dado ao Dr. Luis, de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

A SRª CLEUZA MARIA FAUSTINO DO NASCIMENTO – Está bom.

Bom dia a todos e todas!

Na pessoa do Senador, cumprimento a Mesa.

Para nós, é uma grande satisfação a oportunidade que o Senado está nos dando de discutir tema de tamanha relevância e preocupação para todos os trabalhadores aposentados, não só do serviço público federal, mas aposentados e aposentadas deste País.

Eu percebo, pela composição da Mesa e pela convocação que nós recebemos, que teríamos a presença do Ministério do Planejamento, a presença da Secretaria de Gestão Pública e, para mim, isso demonstra o interesse que o Governo tem no tema. Ou seja, em nossa opinião, não demonstrou nenhum interesse em pelo menos discutir as questões que afligem os trabalhadores e trabalhadoras aposentados do serviço público federal.

Eu queria me desculpar pelo meu atraso, mas eu fui barrada na porta principal do Senado e também aqui na entrada, por isso o nosso atraso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixe-me tentar esclarecer, como aqui estamos ao vivo pela internet, e isso vai para todo o Brasil: sei que chamei a senhora, e a senhora estava entrando, mas, pelo que entendi, o Ministério do Planejamento está presente aqui na figura da Drª Ana Lucia Amorim.

A SRª CLEUZA MARIA FAUSTINO DO NASCIMENTO – Mas as relações de trabalho, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Por que eu digo isso? Porque quando a gente faz o convite ao Ministério, isto em todas as comissões que eu presido, eu sei que nem sempre o ministro pode estar presente. É humanamente impossível os ministros estarem em todas as comissões da Câmara e do Senado quando convocados. Então, o que eu faço? Que venha o ministro ou alguém representante da área. Nesse caso, a Srª Ana Lucia Amorim de Brito está aqui representando o Ministério do Planejamento. Apenas para que fique bem transparente. A Geap, no caso, está aqui também com o seu representante, para responder de forma responsável pelo setor sobre os temas que aqui levantarmos.

A SRª CLEUZA MARIA FAUSTINO DO NASCIMENTO – Sim, Senador, mas estamos falando da pessoa responsável pela área de recursos humanos, que seria a de relações de trabalho, que também está relacionada entre os convidados para esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tudo bem. Esperamos que o representante do Ministério do Planejamento que está presente...

A SRª CLEUZA MARIA FAUSTINO DO NASCIMENTO – Inclusive, a Secretária, eu sei, declina bastante atenção às nossas demandas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Fique bem à vontade. Mas quero deixar registrado, para quem está nos assistindo, que o Ministério do Planejamento está aqui representado, para fazermos um bom debate, até para cobrarmos depois.

A SRª CLEUZA MARIA FAUSTINO DO NASCIMENTO – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Inclusive, nos afirma a Drª Ana que ela é responsável por tudo o que for dito aqui sobre o tema em questão.

A SRª CLEUZA MARIA FAUSTINO DO NASCIMENTO – Outra situação é que hoje é o Dia Nacional de Luta em defesa das questões dos trabalhadores públicos federais. Então, nacionalmente, a gente está com atividades e, por isso, a gente até encontrou certa dificuldade em participar desta audiência pública . Mas, em função do tempo, a gente se esforçou para estar presente e fazer o debate. Há muito os trabalhadores aposentados aguardam ansiosamente esta audiência pública.

A gente discutiu, no Enapen, qualidade de vida e, dentro da qualidade de vida, a importância da paridade. Hoje, os trabalhadores aposentados e pensionistas no Brasil – e principalmente os do Poder Executivo, eu quero frisar – são os trabalhadores que menos recebem. E, mesmo tendo dedicado por um período toda a sua vida laboral ao bom andamento do serviço público, ao fortalecimento do serviço público, quando se aposentaram não tiveram o reconhecimento, tanto em termos salariais quanto em termos mesmo da proteção da vida no pós-aposentadoria, para que as pessoas pudessem viver com dignidade. E aí, dentro disso, uma série de fatores. Hoje não temos paridade entre trabalhadores ativos e aposentados. E a política salarial do Governo, que hoje fortalece a política de gratificações em detrimento de um vencimento básico, discrimina consideravelmente os aposentados, porque a legislação só garante 50% desses valores aos trabalhadores aposentados. Isso é um problema que – eu acho – a Administração Pública tem que corrigir urgentemente. Que os trabalhadores aposentados tenham os mesmos direitos à remuneração integral que os trabalhadores da ativa.

Defendemos também que a política de gratificação do serviço público tem que ser extinta, tem que haver uma política de qualificação, uma política de capacitação, para que a gente tenha um resultado melhor tanto no desempenho das funções quanto no resultado do trabalho hoje desempenhado pelos servidores púbicos.

Os servidores, e aí eu vou destacar os da base da seguridade social, têm hoje os menores salários do serviço público federal. Isso se agrava com relação aos servidores aposentados dos Ministérios da Saúde, Trabalho e Previdência, porque por serem os menores salários, aplicando a política que o Governo Federal hoje aplica de discriminação à remuneração dos servidores aposentados, agrava muito mais os trabalhadores da seguridade social.

E, no meio dessa política toda, vivenciamos, no ano passado – e o Senador tem conhecimento disto – várias manifestações que fizemos em Brasília em defesa da Geap, mas a Geap que o trabalhador público, mesmo do Executivo, com os menores salários, pudesse pagar. Hoje, na condição em que a Geap se encontra, com as transformações que ela sofreu... Inclusive não sei qual a forma legal que a Geap encontrou de desconsiderar a portaria, mudando os critérios de contribuição dos servidores, que seria de acordo com a idade e salário; hoje, é tão somente de acordo com idade. Depois, alguém poderia me esclarecer qual a forma jurídica que a Geap encontrou para cobrar dos servidores somente de acordo com a idade. E isso trouxe essa discrepância que o Dr. Luis Fernando colocou na fala dele.

O que vem ocorrendo? A grande maioria dos servidores aposentados estão saindo da Geap, primeiro, porque não tem condições de pagar, o salário não comporta o tamanho da contribuição da Geap. Segundo, a partir da intervenção, nós já sofremos dois aumentos: um em 2012 e agora, em 2013, e já há uma previsão para 2014. Então, são aumentos que os servidores públicos federais estão sofrendo, e especificamente os aposentados estão sofrendo muito mais, porque eles têm uma redução drástica de 50% da sua remuneração ao se aposentar.

Então, acho que é o momento de a Administração Pública, principalmente em um ano que haverá eleições... (*Soa a campainha.*)

A SRª CLEUZA MARIA FAUSTINO DO NASCIMENTO – Que a Administração Pública possa olhar de forma especial aos aposentados e aposentadas que tanto prestaram serviços e tanto contribuíram para o fortalecimento do serviço público federal, principalmente na área em que a gente atua.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para informar que a senhora tem mais cinco minutos. Quando toca a campainha, ainda tem mais cinco minutos.

A SRª CLEUZA MARIA FAUSTINO DO NASCIMENTO – Essa área em que a gente atua presta serviço diretamente à população, tanto na área do seguro social, que é a Previdência Social, a maior distribuidora de renda da América Latina, quanto na área de seguridade social, em que o Ministério do Trabalho exerce papel fundamental para os trabalhadores deste País, e a saúde. A Previdência e a saúde hoje estão nos patamares que merecem um cuidado bastante rigoroso da Administração Pública, porque não atendem a contento à população brasileira.

Eram essas as palavras que eu gostaria de deixar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a Srª Cleuza Maria Faustino do Nascimento, que é Diretora da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Passamos agora a palavra ao Sr. Aubiérgio Barros de Souza Filho, interventor da Geap (Fundação de Seguridade Social) – Previdência.

V. Sª terá dez minutos mais cinco.

O SR. AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO – Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, que conheço há alguns anos. Tive oportunidade, na época em que fui interventor do Aerus, de ter bastante apoio dele. É uma pessoa que tem a marca, a característica da defesa dos aposentados e pensionistas. Secretária de Gestão Pública, Ana Lúcia – minha colega; somos oriundos da mesma instituição –, Diretora Cleuza, da Federação Nacional; Luis Fernando; senhores e senhoras aqui presentes, registro também um pequeno atraso, talvez porque a Brasília de algum tempo atrás permitia um deslocamento um pouco mais rápido e agora, não.

Então, temos de nos ajustar aos novos tempos da Capital em relação ao deslocamento.

Confesso que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me um comentário.

Há um lado ruim e um lado bom. É como o tráfego aéreo. É sinal de que o nosso povo está tendo mais carro, está podendo andar mais de avião. Há o lado ruim e o lado bom.

O SR. AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO – É verdade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu ainda prefiro que o nosso povo possa comprar carro e andar de avião, apesar da crítica de alguns.

O SR. AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO – Sim. Nós concordamos. É verdade.

Mas confesso que, no primeiro momento, quando recebi o convite e vi o tema, "Qualidade de vida dos aposentados é uma questão de justiça social", fiquei me perguntando por que estava sendo convidado, porque qualidade de vida é um tema bastante amplo, que passa por questões relacionadas a entretenimento, lazer, habitação, segurança, saúde, previdência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Salário, remuneração.

O SR. AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO – Salário, remuneração. Eu imaginei que havia sido por conta dessa minha recente história de vida à frente do processo de intervenção da Geap. Então, obviamente, embora qualidade de vida seja objeto de desejo, seja questão de justiça social, cabe-me aqui falar um pouco desse processo que, de certa forma, teve um viés de buscar uma proteção, em especial, aos aposentados e pensionistas, que são o maior contingente de beneficiários tanto na parte da saúde quanto na parte da previdência.

De forma bastante objetiva, Senador, o trabalho que foi desenvolvido ao longo de precisos 190 dias foi de separação dos negócios, de segregação de atividades. A então Geap – Fundação de Seguridade Social carregava tanto o negócio da saúde quanto da previdência. Não obstante haver essa permissão na legislação, na 109, o fato é que o negócio saúde estava bem maior que o negócio previdência. Para se ter uma ideia, havia em torno de 600 mil beneficiários na saúde e de 60 a 61 mil na previdência. A lógica, quando a lei permitiu que os fundos de pensão mantivessem assistência à saúde, era de que a assistência à saúde fosse um acessório, e não o negócio principal. Na prática, a Geap não estava sendo uma entidade fechada de previdência complementar operando plano de saúde; ela estava sendo uma operadora de plano de saúde com atividade suplementar de previdência complementar. Então, esse foi o mote principal, juntamente, como é do conhecimento, com alguns problemas que poderiam incorrer em equívocos de governança da entidade, conflitos que não nos cabe aqui detalhar.

O fato é que foi feita essa separação dos negócios. Hoje, atualmente, estou como interventor da parte da previdência. É importante registrar isso. Até não me sinto confortável em avançar muito na questão da saúde, por força de o meu atual compromisso ser com a previdência. Mas o que eu posso falar – até o dia 18 de outu-

bro, por volta das 11 horas da manhã, eu estava como interventor das duas fundações – é sobre atos até essa data, inclusive relacionados a ajustes na questão dos planos, sobre os valores ajustados.

A primeira coisa é que, de fato, tivemos de fazer um aumento. Na realidade, o aumento que foi dado na Resolução Interventor nº 2, se não me falha a memória, baseou-se em estudos atuariais que já estavam em desenvolvimento quando lá cheguei e que deveriam ter sido implantados no início de 2013, os quais só viemos implantar no segundo semestre de 2014, diga-se de passagem em valores abaixo daquilo que estava sendo proposto. O estudo inicial apontava que o reajuste deveria ser na faixa de 17%, e conseguimos praticar um ajuste inferior a 12%, de pouco mais de 11%, e tentando privilegiar exatamente as camadas mais idosas, vamos dizer assim, que é a faixa de pessoas acima de 59 anos dentro da Geap.

É a maior faixa, é a faixa que tinha, à época, 48% de pessoas beneficiárias. Então, procuramos fazer com que o aumento fosse maior para os mais jovens e menor para os mais idosos. E tivemos de retirar aquela questão da faixa salarial porque a própria ANS, em sua regulamentação, assim determina.

Então, é importante ter em mente que procuramos fazer um trabalho de busca do equilíbrio financeiro do plano. Quando cheguei, tínhamos um patrimônio negativo de 57 milhões e, quando saímos, deixamos esse patrimônio positivo em torno de 32 milhões; melhoramos o fluxo do ordenador; procuramos pagar em dia os prestadores – a Geap passou a ser a operadora que paga os seus compromissos no menor espaço de tempo; temos hoje um compromisso médio de 45 dias, ao passo que várias outras operadoras têm prazo dobrado ou de 120 dias em relação aos seus compromissos.

E não fizemos isso para sermos bonzinhos com os prestadores de serviço, mas para exigir do prestador de serviço respeito e atendimento dentro do prazo previsto para os nossos beneficiários.

Então, esse trabalho feito permitiu que a agora Geap – Autogestão em Saúde tenha foco na saúde. Nós deixamos um plano de saneamento aprovado na ANS. Já decorreu mais da metade do tempo desse plano, que vai até dezembro de 2014, e tenho total certeza de que as premissas e as fundamentações levam... E isso foi feito, diga-se de passagem, sem considerar o aumento considerável que está havendo de beneficiários com a questão relacionada ao convênio único, que foi outra etapa do processo importante. Acabamos com quase uma centena de convênios e hoje temos um convênio único, que já permitiu que a Geap voltasse a ter uma crescente no número de beneficiários. Hoje, certamente, há bem mais de 600 mil beneficiários – eu não tenho os números atuais, pois, repito, eu não estou mais à frente do processo. Deixamos esse processo, e a atual diretoria está dando andamento. Tenho certeza de que a Geap irá atingir o seu objetivo em dezembro de 2014.

Entendo que o que foi feito, de certa forma, teve essa linha de buscar dar essa qualidade de vida ao aposentado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO – Os valores praticados pela Geap hoje são os menores do mercado. Pelo maior plano, na maior faixa, no plano GEAPSaúde, hoje o cidadão paga o valor de R$524,95. Essa é a maior mensalidade do plano da Geap, para pessoas com mais de 59 anos, no plano da Geap, vamos assim chamar, *top*. Do valor desse plano, de R$524,95, ainda é deduzido o valor referente ao *per capita*, que é repassado para o Governo. Então, o valor financeiro, o desembolso real é abaixo de R$500,00, porque o *per capita* é na faixa de R$100,00.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me. Depois eu desconto do seu tempo, mas é que estamos recebendo neste momento uma delegação de trabalhadores e trabalhadoras da nossa TV Senado. (*Palmas.*)

De pronto, digo que o que eu tenho no peito eu não coloquei agora; foi colocado de manhã quando vocês me visitaram. Eu nem sabia que vocês viriam aqui. De fato, eu defendo a TV Senado e o corpo de funcionários da mais alta qualidade, que tem recebido prêmios.

Eu falei nesses dias que, em dez anos, somente um programa recebeu 14 prêmios na figura da Solange. Então, uma salva de palmas para a Solange. (*Palmas.*)

Apenas estou aqui falando de forma figurativa. Eu poderia citar cada um de vocês pelo trabalho brilhante que faz em defesa da transparência e de que o País saiba efetivamente tudo o que acontece dentro do Parlamento.

Isso é bom para toda a Casa, para todos os Senadores, para todas as Senadoras e para a própria democracia.

Solange, se você quiser dizer algumas palavras aqui, vou permitir que você diga. (*Palmas*.)

Sei que os nossos convidados aqui vão entender que vocês, que operam a TV Senado a vida toda, sempre permitindo que aqui defendamos as causas nas quais acreditamos, devem ter a oportunidade, por deliberação deste Presidente em exercício, de expressar o motivo de estarem de luto – e é o que percebo aqui, que estão todos de preto – dizendo, em rápidas palavras, se assim o quiser, você que tem o poder de síntese muito grande,

qual o motivo deste movimento. Claro que eu sei, mas queria que você usasse – olhe o que estou dizendo! – a TV Senado, porque vocês que são os que levam a TV Senado ao Brasil, para falar o motivo desse movimento hoje.

A SRª SOLANGE CALMON – Muito obrigada, Senador Paulo Paim, V. Exª nos concede, neste momento, a oportunidade de nos expressar em nome de 212 servidores terceirizados da TV Senado, que são, na verdade, funcionários da área técnica.

Há um equívoco em termos de denominação funcional. Há Senadores dizendo que os demissíveis são jornalistas concursados, quer dizer, são jornalistas, e o Senado já os convocou após o concurso. Não é verdade. Os demissíveis são, de fato, os funcionários que põem a TV no ar diariamente ao vivo, colocam todas as Comissões, o plenário, enfim, uma série de programação que é posta no ar, como sabem V. Exªs, e que depende, de fato, desses 212 servidores.

Acontece que há um número, soprado ao vento, de que a TV Senado estaria com um número muito superior a esse, maior do que o da TV Globo. Esse vento sopra dizendo que são mais de 400 funcionários e que a economia que se pretende fazer seria da ordem de 38 milhões. Isso é o que temos ouvido por aí, mas que não é verdade. Juntaram a esse valor, ao gasto mensal dos terceirizados, da mão de obra terceirizada, os concursados. Então, também é algo que tem que ser desmistificado e desmentido urgentemente.

Não é só pela mão de obra, pelas pessoas que perderam o emprego que estamos aqui lutando; é pela memória do Senado, pela transparência da atividade parlamentar. (*Palmas.*)

Para que o povo saiba o que os Senadores estão fazendo pelos seus Estados.

Agradeço muito a V. Exª essa oportunidade, agradeço a todos os convidados aqui presentes e a todos os colegas que, durante quase 20 anos da nossa vida aqui dentro do Parlamento, mostrando a história do Senado, ajudaram a construir essa história.

Muito obrigada, colegas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quero só dizer a você, Solange, e a todos os nossos amigos e amigas que, na Casa... Entrei na Constituinte ainda, muitos aqui eu vi chegar a esta Casa; não digo que chegaram todos comigo sob pena de botar todos vocês na minha idade aqui, mas muitos eu vi chegar na Casa, profissionais do mais alto nível, qualificados, preparados, gentis, em todos os momentos estão sempre ao lado de quem faz o bem, não olhando a quem. Mesmo aqueles que têm uma posição da qual posso discordar, na linha do bem, cumprem a obrigação de cobrir e dar o mesmo espaço. Esse é o papel do jornalista, independentemente da questão ideológica ou da visão de mundo que cada um tenha.

Então, só posso dizer a vocês que vai haver a reunião da Mesa – estou sabendo – hoje à tarde, vou procurar estar lá e dar a minha contribuição nesse debate, no sentido de que possamos garantir o emprego de vocês e valorizar a nossa querida TV Senado. Abraço a vocês e que Deus os ilumine nessa caminhada. (*Palmas.*)

Voltamos ao nosso convidado, que estava com a palavra, Aubiérgio Barros de Souza Filho.

O SR. AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO – Obrigado, Senador.

Como eu havia comentado, a atual resolução que regula a mensalidade dos planos fixou, como maior mensalidade para o plano que agrega maior valor, para a maior faixa etária, que é acima dos 59 anos, o valor de R$524,95.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Foi nesse momento que lhe interrompi, porque tive uma dúvida que gostaria de esclarecer. Eu disse, há poucos minutos, que, pela informação que recebi do Dr. Luis Fernando da Silva, há casos em que o cidadão ganha R$2 mil e paga R$1,2 mil de mensalidade. Agora, o senhor está colocando outro número. E, para não ficar uma informação não correta, eu gostaria que esclarecêssemos: é R$1,2 mil para quem ganha R$2 mil, como um dos casos aqui levantados, ou é R$500?

O SR. AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO – A maior mensalidade é R$524,95, e ainda, ela recebe, no caso dessa mensalidade, um *per capita* de R$101,40. Então, o valor efetivo que se tira do bolso é em torno de R$424,00, R$425,00. É óbvio que, se essa pessoa tiver dois, três, quatro, cinco dependentes, na medida em que tem muitos dependentes, isso pode comprometer-lhe mais a renda, já que isso é por vida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ah, bom, então, se ele for casado, com o pagamento dele e da esposa, ele vai a R$1,1 mil.

O SR. AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO – Nesse plano aqui, ele paga os R$524,95 duas vezes, se tiver esse plano aqui, e deduz duas vezes o *per capita*. Então, o valor mensal, o valor financeiro efetivo para o casal é de R$840,00, R$850,00. Esse é o valor neste, que é o maior plano. Se ele optar por um plano que atende com menor valor agregado, essa tendência vai reduzindo até o patamar de R$300,00.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para permitir que você continue fazendo naturalmente, legitimamente a exposição, R$524,95 é por pessoa, e, por isso é que o Dr. Luis antes falava que um casal chega a pagar R$1,2 mil e, se tiver um filho, vai pagar, no mínimo, R$1,4 mil.

O SR. AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO – Neste plano GEAPSaúde, sim, que é o plano que tem a maior mensalidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está esclarecido, então.

O SR. AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO – Bom, mas, voltando, no que diz respeito a esses ajustes, eles foram necessários e estavam já previstos. O que fizemos foi ajustá-los a uma condição em que não houvesse necessidade de reajuste em 2014, até porque isso está contemplado dentro do plano que foi aprovado na ANS, para que pudéssemos, inclusive, unificar os reajustes em janeiro de 2015.

Então, a proposta de ajuste em 2013 contemplou essa condição de permanecermos 2014 sem nenhum tipo de reajuste e, a partir de 2015, obviamente, vai ser necessário fazer ajustes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO – Bom, a partir de 2015, sim, mas, em 2014, não haveria nenhum ajuste. Não estou dizendo que vai haver, até porque não me compete mais falar, repito, sobre a questão saúde...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO – ... Mas, quando instituímos a resolução e houve o reajuste a partir de 2013, do segundo semestre de 2013, foi garantindo que não havia necessidade de nenhum novo reajuste no ano de 2014. Mesmo assim, atenderíamos o plano que foi aprovado pela ANS.

Hoje, atualmente, como falei, estou apenas como interventor da parte de previdência da nova fundação, da fundação que foi criada, e o que estamos buscando agora é dar a essa nova entidade o que chamamos de aptidão operacional. Temos, agora, feita a separação formal, que fazer a separação, vamos dizer assim, dos corpos, ou seja, vamos dar independência efetiva, fazer com que a autogestão em saúde tenha a sua estrutura física, operacional, de sistemas, de pessoas, todas voltadas para o negócio saúde, e a Fundação Geap Previdência também possa efetivamente focar os seus negócios, tendo a sua estrutura própria.

Da mesma forma que, no contexto da saúde, os planos da Geap – temos certeza – oferecem os melhores valores, a melhor relação custo/benefício do mercado entre todas as operadoras, no contexto da previdência também oferecemos custos *per capita* bastante baixos. Eles estão entre os dez menores do mercado da previdência complementar. Entre todas as 324 entidades, a Geap oferece hoje um custo ano/*per capita* inferior a R$100,00. Para o senhor ter uma ideia, o custo médio *per capita* do sistema, em 2012, foi de R$999,00, quase mil reais. A Geap hoje trabalha com um custo peculista/ano, assim chamando o nosso participante, inferior a cem reais. Esta é a proposta: fazer com que a população beneficiada tenha os serviços, tenha a proteção, no caso da previdência, dos menores custos do mercado. Acho que essa é a proposta que deve existir por trás de uma fundação seja ela a Geap Autogestão em Saúde, seja ela a Geap Previdência. Foi isso. É nessa busca que continuamos esse trabalho na Geap Previdência. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Vamos agora, então, à Drª Ana Lúcia Amorim de Brito, Secretária de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A SRª ANA LUCIA AMORIM DE BRITO – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui. Agradeço ao Senador Paim pelo convite. Cumprimento a todos os colegas da mesa na pessoa de S. Exª. De fato, quando recebemos o convite, tivemos também que fazer uma reflexão, pela amplitude do tema: qualidade de vida, dignidade para as pessoas aposentadas, os trabalhadores que já estão aposentados.

Quero dizer que o Ministério do Planejamento tem uma preocupação e uma sensibilidade muito grande acerca deste tema, uma preocupação em vários fatores que afetam a qualidade de vida. Como disse o nosso colega Aubiérgio, a qualidade de vida está relacionada a diversos aspectos. Temos aspectos referentes à saúde física e mental, ao nosso estado psicológico, à esfera social, às condições de convivência na comunidade, entre elas a de renda familiar e de estrutura familiar.

Todos esses quesitos afetam o que entendemos por ser qualidade de vida. Isso ocorre em geral e não só para as pessoas que estão aposentadas. E, quando o trabalhador se aposenta – é um direito histórico, uma conquista histórica de todos a aposentadoria –, esses aspectos, às vezes, se intensificam.

Hoje, quando vivemos no mundo do trabalho, constatamos que o trabalho tem um significado muito forte na vida das pessoas em todos esses aspectos, tanto no aspecto de renda quanto no aspecto da convivência social, no aspecto da saúde. Então, o trabalho tem um peso muito grande na vida das pessoas, na nossa vida. E, quando nos aposentamos, a nossa situação muda radicalmente.

Precisamos, portanto, ter uma preparação, como falou o Dr. Luis Fernando, para a aposentadoria. Esse é um aspecto que preocupa nosso Ministério, faz parte das competências da nossa Secretaria.

Também estamos preocupados com a preparação dos nossos servidores que ainda vão se aposentar. Para vocês terem uma ideia, hoje nós temos cerca de 400 mil servidores aposentados, mas temos muitos servi-

dores na ativa já com direito à aposentadoria e temos uma estatística de que, nos próximos quatro anos, 40% da força de trabalho do Executivo federal completam os direitos à aposentadoria.

Então, podemos ter aí, nos próximos quatro anos, em torno de 200 mil pessoas entrando para o contingente de servidores aposentados.

E precisamos e estamos preocupados em ter uma preparação para isso. O Ministério tem várias iniciativas, que estão sobre responsabilidade da minha Secretaria. E tem demonstrado, no últimos anos, uma preocupação com a melhoria dessas condições. Nos últimos anos, por exemplo, nós fizemos uma reestruturação na política da concessão do auxílio à saúde suplementar, para todos os servidores ativos e inativos. Nessa reestruturação, tivemos o cuidado especial com as pessoas de maior faixa etária e que ganham menos, o que engloba completamente esse conceito que o Senador trouxe no tema desta reunião da justiça social.

Como era a situação antes? Antes, o auxílio à saúde suplementar não era universalizado para todos os servidores. Havia órgãos que possuíam o auxílio e havia órgãos que não possuíam o auxílio. E o valor era igual para todos. No ano de 2005/2006, o valor era em torno de R$65,00. E quando fizemos essa reestruturação, em janeiro de 2008, esse valor era R$50,00. Em 2009, era de R$65,00. Em 2010, o Ministério do Planejamento fez uma remodelagem do auxílio à saúde suplementar, universalizando isso para todos os órgãos, todos os servidores, incluindo aposentados e pensionistas, e estruturou uma tabela, em que foi considerada tanto a faixa salarial como a faixa etária do servidor.

Por essa organização, por essa tabela, o servidor que ganha menos e tem uma faixa etária maior recebe um auxílio que chega a mais de duas vezes e meia o auxílio do servidor que é jovem e ganha mais.

Essa é uma sensibilidade. Isso demonstra sensibilidade que o Governo do Executivo federal tem com o tema.

Vimos melhorando isso gradativamente. Além disso é importante ressaltar que, nesse modelo que foi estruturado em 2010, a opção pelo plano de saúde é do servidor. Então, ele recebe o auxílio... O auxílio é para ajudar, ele não tem a pretensão de cobrir todas as despesas, porque nós temos que estar sempre preocupados com o equilíbrio das contas públicas e os números dos aposentados, de fato, é significativo, como já falei aqui. Mas a gente vem melhorando paulatinamente ao longo dos anos e com essa preocupação da justiça social.

Aí, quando a gente fez essa remodelagem, como eu falei, passou a ser opção do servidor escolher o seu plano de assistência à saúde suplementar. Hoje a decisão é do servidor. Ele pode escolher um plano do mercado, ele pode escolher uma operadora de autogestão, dentre elas ele pode escolher a Geap. E nós estamos sempre atentos para que os servidores tenham de escolha. Então, essa foi iniciativa que tivemos recentemente ao nos envolvermos com a reestruturação da Geap e promovermos a viabilização de um convênio único. Porque os convênios estavam pulverizados e alguns órgãos estavam conseguindo fazer convênios com a Geap e outros não conseguiam fazer pelas limitações do modelo anterior.

Quando nos esforçamos para viabilizar esse convênio único, a grande motivação foi: existem órgãos em que os servidores têm uma faixa etária mais avançada e que não estão conseguindo operadoras no mercado, eles estão sem condições de operadoras que os atendam. E a Geap, pelos relatos que recebemos, era a operadora que melhor recepcionava esse quadro de servidores, na sua grande maioria aposentados e pensionistas que estavam com esse problema.

Nesse intuito, nós fizemos um esforço significativo no ano de 2013 e conseguimos viabilizar esse convênio único, ressaltando que o convênio único é mais uma opção para o servidor, e, aí, está disponível para todo o quadro do Executivo Federal e já demonstrando bons resultados na adesão por parte de muitos servidores.

Nós temos muitas outras iniciativas na área de melhoria das condições e da dignidade para os nossos servidores que estão em fase de aposentadoria ou que vão se aposentar, mas eu quero destacar uma mais recente, Senador, que é uma preocupação que a gente está tendo em razão do quadro de servidores que estão em vias de se aposentar, que é a preparação para a aposentadoria.

Então, nós, recentemente, contratamos uma capacitação bastante robusta com a Universidade de Brasília. Estamos capacitando as nossas áreas de recursos humanos para elaborarem programas para a preparação dos seus servidores, dos servidores de todos os órgãos para a aposentadoria, porque a dignidade e a qualidade de vida na aposentadoria passam por uma preparação prévia. As pessoas têm que se preparar para uma mudança tão radical nas suas vidas, certo?

Então, nós já estamos com cerca de 300 servidores sendo qualificados. Cada servidor vai apresentar uma proposta de programa dentro do seu órgão para implantação, para preparar esses servidores para um cenário que está bem próximo, que é a sua aposentadoria, para que eles possam se aposentar com...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA LUCIA AMORIM DE BRITO – ...qualidade de vida e possam curtir a sua aposentadoria como a conquista que ela tem que ser.

Agora, com relação... Eu ainda tenho mais alguns minutos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mais cinco. (*Fora do microfone.*)

A SRª ANA LUCIA AMORIM DE BRITO – É, mais cinco minutos.

Com relação aos outros pontos que foram colocados aqui. Por exemplo, o Luis Fernando citou a parte de concessão da aposentadoria, que é um processo importante, porque não basta ter o direito, tem que conseguir acessar o direito.

O que nós temos? De fato, nós temos uma legislação complexa, devido à complexidade do cenário do serviço público do Executivo Federa, e nós temos todos esses processos. Eles são estruturados pelas leis, pelas reformas previdenciárias que aconteceram, pelas PECs e pelas leis complementares.

Então, o que nós podemos fazer, o que fazemos no Ministério do Planejamento é seguir o que está determinado na legislação.

Estamos estruturando, agora, para simplificar esse processo, um sistema informatizado que vai agilizar bastante toda a análise – inclusive, discutimos com o TCU para haver integração entre os nossos sistemas e o processo ser muito mais ágil. Agora, com relação à paridade, à mudança das regras, o que nós entendemos é que existe outro aspecto no cenário de aposentadoria que nós temos que considerar, que é a questão da sustentabilidade.

O que a gente vê é que de todas as políticas públicas que foram estruturadas nesse sentido, todas as reformas previdenciárias que foram estruturadas, que foram discutidas inclusive no Congresso e nesta Casa, o objetivo é que nós tenhamos um cenário sustentável para os próximos anos.

Nós sabemos que a população mundial está envelhecendo, nós sabemos que a população brasileira está envelhecendo. A nossa expectativa de vida há 50 anos era em torno de 48 anos, o que o brasileiro vivia. Há 50 anos, a expectativa de vida era essa. Hoje, a expectativa de vida para o brasileiro é em torno de 70 anos. Para a mulher, já chega a 78 anos.

Então, isso é uma preocupação de todos os governos, em todos os países do mundo. E o que se busca? Busca-se um modelo que seja sustentável ao longo da vida das pessoas, inclusive para as gerações futuras.

Então, as mudanças que nós tivemos de regra, inclusive, mais recentemente, com a instituição do Funpresp, buscam, de fato, um modelo previdenciário que seja sustentável para todos os brasileiros.

Sob esse aspecto, nós temos regras diferentes entre os trabalhadores da iniciativa privada e temos regras diferentes para os trabalhadores do serviço público, mas nós estamos buscando um alinhamento geral.

Em nenhuma situação, o trabalhador, quando se aposenta, se aposenta com toda a remuneração que tinha quando estava na ativa. Então, é preciso que nós estejamos conscientes e preparados para essa finalidade. E é nesse contexto que veio o Funpresp, e que o Aubiérgio coloca a opção da previdência complementar. Nós precisamos nos preparar, nos planejar para a aposentadoria quando ingressamos no mundo do trabalho, porque sabemos que, no futuro, quando nos aposentarmos, vamos ter queda de remuneração. Isso é o modelo geral e sustentável para o futuro.

Com relação à gratificação de desempenho, o que eu tenho que dizer é que a gratificação de desempenho foi uma parcela remuneratória variável que foi instituída com um objetivo essencial para o serviço público, porque busca estimular o servidor público para o melhor desempenho das suas funções e para a melhor entrega do serviço público à população. E, de fato, é preciso que tenhamos essa visão de que precisamos trabalhar por resultados; a sociedade brasileira precisa receber melhores serviços, e precisamos ter instrumentos de estímulo para que, na gestão da força de trabalho do serviço público, nós possamos utilizar e manter a força de trabalho sempre motivada.

Agora, existem, de fato, discrepâncias significativas, isso já é reconhecido, e existe um esforço do Governo em ir corrigindo ao longo do tempo essas discrepâncias.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA LUCIA AMORIM DE BRITO – Essa é uma ação que vai ser estruturante e que não é para curto prazo, porque os impactos e a complexidade são muito grandes. Então, não podemos aí desqualificar o instrumento da avaliação de desempenho e da gratificação de desempenho; nós temos que ajustar onde ela estiver desequilibrada.

Eu acho que acabou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Drª Ana Lúcia Amorim de Brito, Secretária de Gestão Pública do Ministério do Planejamento.

Neste momento, vamos abrir a palavra, como sempre faço, para duas pessoas do plenário, pelo tempo de cinco minutos. O Sr. Evardo Rosa, Sinsprev/SP, e vai falar também a Maria José, Sinsprev/SP.

Registramos a presença conosco de representantes do Ministério Público, Segep/Aspar; representantes do Sinsprev/SP; representantes da Fenasp/Brasília-DF; representantes Sinsprev/Brasília; representantes Geprom/Geap/Brasília.

Então, o Sr. Evaldo, pelo tempo de cinco minutos, por favor.

O SR. EVARDO ROSA – Bom dia, senhores, Sr. Senador, senhores e senhoras que estão na mesa. Eu sou de São Paulo, diretor dos aposentados de São Paulo, e vim quase que fazer um apelo: os aposentados da saúde, do Ministério da Assistência Social, meu Deus do céu, não têm mais condições de viver, meus senhores, não têm.

Eu já falei com o Sr. Senador, um dia, e ele sabe disso; não têm mais condições. Ele pega o holerite, coitado, e já vem a metade descontado porque tem que descontar, porque ele está devendo. Não tem dinheiro para comer, meu Deus do céu. Daqui uns dias, aquela sarjeta vai encher mais de gente, meu Deus. Tenha piedade desse pessoal, ajuda esse pessoal que trabalhou; foram 35 anos de serviço público. Para chegar a 35 anos de serviço público é preciso trabalhar, ter caráter, porque, caso contrário, vai para a rua.

Eu estou pedindo isso aqui como um apelo aos senhores, isso eu pedi, o Senador Paim sabe disso, eu pedi para outros Senadores. Eu estou pedindo isso para os senhores, mas de coração. Pensa um pouco para acabar um pouquinho dessa sarjeta, e não aumentar a sarjeta, certo? É o que está acontecendo.

Eu peço aos senhores desculpa. Muito obrigado. Obrigado a vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Uma bela declaração do Sr. Evardo Rosa, que faz um apelo aí para que haja um reajuste na remuneração dos aposentados.

Por favor, Srª Maria de Jesus.

A SRª MARIA NOEME DE JESUS – Bom dia à Mesa, bom dia, Senador, a todos que vieram fazer as suas exposições.

Eu sou de São Paulo, sou aposentada, sou da saúde. Eu até queria colocar assim com certo rancor o fato de o País estar indo em uma direção que não é a que a gente, como trabalhador, espera depois de trabalhar 35 anos, dentro da discussão colocada em nível de Brasil. Eu queria colocar para vocês que a paridade é uma necessidade nossa porque, a cada dia que passa, como hoje, não temos mais nem direito de tomar o leite, porque o lei aumentou, tudo aumenta, os remédios aumentaram. E isso, para nós, servidores, que temos uma estabilidade e não corremos o risco de perder nosso emprego. Mas a gente está perdendo muito. Nós estamos perdendo em comprar os remédios, que aumentaram. Nós estamos perdendo... Falou-se em qualidade de vida. E eu pergunto aqui: que qualidade de vida se, para a saúde, a gente não está podendo comprar alimento? Eu acho que, para a saúde, o primeiro item, é se alimentar; depois, vem o lazer, vem o atendimento médico.

E, dentro do que foi colocado aqui, a questão da Geap. Onde já se viu, com o salário que nós ganhamos, pagar a Geap da forma que foi colocado aqui? Algumas pessoas vão ter que pagar mil, mil e pouco. Eu falo isso por quê? Porque não é só isso que foi colocado aqui. Existem mais coisas. O que foi colocado aí é que a Geap não atende, em alguns locais ela não dá atendimento. E quando a gente vai pagar não é só esses quinhentos, seiscentos; há a participação. Se você for ao hospital ser atendido, você paga mensalmente e mais a participação. Então, não tem como! E a participação é mil, dois mil. Há gente que saiu. E o convite que fazem é que a gente vá para complementar. O senhor acha que nossa categoria, depois de trinta e tantos anos, vamos procurar um plano complementar que a gente não sabe se vai falir? Então,eu acho que nós temos que lutar por esse. Nós temos que lutar contra os aumentos abusivos desse.

E outra coisa que foi colocada aqui: o aumento, em 2013, foi feito duas vezes. E deixar para 2015, amigo? Dois mil e quinze é daqui a seis meses! Isso é uma penalidade! É cruel! Sabe como eu me sinto aqui como servidora? Nem dá para falar do aposentado da iniciativa privada porque esse é esquecido, esse só vota. Sabe como eu me sinto aqui? Como em uma cela, que foi colocada em mim, nos trabalhadores da saúde. "A gente coloca a cela, monta em cima e toca a espora." O que estão pedindo de nós é inviável, é sobre-humano. Eu estou me sentindo como um burro. Não é o burro que carrega o peso? O burro carrega o peso. Põem a cela nas costas dele e ainda dão espora. É como eu sinto que está sendo colocado aqui.

Agora, o que eu queria falar para vocês é para ter clemência. Estou pedindo clemência até por uma questão de respeito por vocês, porque vocês, no fundo, não criaram o mundo, mas por uma questão de sensibilidade, de humanidade. Vocês têm o poder na mão. Os Senadores têm o poder na mão, os representantes do Governo têm o poder na mão. Eu, não. Eu sou uma ovelhinha que faz a luta e ninguém vê mais. Ninguém vê mais o que eu faço porque o mundo dá as costas.

Saúde não é prioridade neste País; nem saúde, nem aposentado, nem nós, nem da iniciativa privada, porque toda hora que dão aumento dão 10%, 5% para eles e a gente vai assim.

Faço um apelo: nosso direito tem que ser respeitado pela Constituição. Nós, os aposentados da saúde, temos os piores salários. Não se dá o mesmo tratamento para nós da saúde e para os demais aposentados. Não se dá o mesmo tratamento que se dá a alguns aí que têm remuneração alta que não vou nem falar que vocês

sabem, alguns políticos, alguns prefeitos que estão passeando hoje na cidade. E nós? Vamos fazer o quê? Vamos para o convênio que não dá o atendimento? O convênio pede a participação. Nós não temos como pagar a participação, não tem atendimento, essa é a verdade. Em São Paulo, não tem hospital, a gente paga sem usar.

Obrigada.

Peço clemência, porque, a Constituição diz que o aposentado tem que ser tratado e tem que ter salário igual. Nós não aguentamos ficar sem o leite. Para qualidade de vida tem que ter leite, tem que ter uma alimentação balanceada, uma alimentação dirigida para nós da idade, geriatra, atendimento médico, de saúde, de qualidade, sem contar que é muita coisa a gente ficar ali horas e horas.

Eu faço um apelo não com humildade, com civilidade, mas exigindo o meu direito, porque vocês têm direito, porque a gente vota em vocês, a gente acredita...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA NOEME DE JESUS –... e vocês são brasileiros como nós e podem nos ajudar.

Obrigada, não levem a mal se fiquei nervosa, mas eu sou assim mesmo. Eu gosto de falar.

O Paim é uma pessoa que conheço há muitos anos e ele sabe que a gente não pode dar moleza, porque sai dinheiro para todo lado e nós, aposentados, estamos perdendo.

Sr. Paim, nós estamos perdendo, nós não temos condição mais nem de comer, nem de comer, porque a carne está a R$25,00. A gente come o que sobra: a gente come o acém, o fígado, lá de terceira, você entendeu? É isso o que o povo brasileiro come e o aposentado come.

Obrigado, boa sorte, que Deus nos ajude e ajude vocês para lutarem por nós. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa foi a Srª Maria de Jesus, que dá um depoimento emocionado, mostrando toda a sua indignação, que é legítima. Este é um espaço democrático e aqui todos falam o que pensam sobre a situação dos aposentados, tanto da área privada, como da área pública, na sua fala.

Alguém já me perguntou aqui, por esse tal de torpedo, por que não tem ninguém falando em nome dos aposentados da área privada. É porque esta audiência tratou dos aposentados da área pública, mas eu tenho me reunido com eles quase que semanalmente. Eles estão com um grande movimento na Câmara, agora, para votar os projetos que eu já aprovei no Senado, que são: a política de reajuste; a inflação mais PIB para o aposentado; a reposição das perdas em cinco parcelas – claro, não olhando o passado, mas daqui para frente, em matéria de atualizar o salário -; e o fim do fator previdenciário. Então, eles estão com esse movimento forte lá na Câmara, para ver se aprovam os três projetos que eu já aprovei aqui no Senado.

Aqui, estamos tratando, especificamente, da questão do aposentado e do pensionista do serviço público e da questão da Geap.

A Drª Maria e o Evardo também colocaram, com muita força, o seu ponto de vista sobre os temas.

De fato, nós temos uma dívida, o nosso País tem, não é esse ou aquele governo, em relação aos idosos, porque eu também tenho a mesma visão que vocês têm: se o País chegou no estágio em que está hoje e num estágio positivo, no meu entendimento – e é bom dizer que é um estágio positivo em matéria do próprio PIB, se analisarmos os países da Europa, em matéria de política de empregos, em matéria de condições da economia -, é sinal de que estamos arrecadando mais. Se estamos arrecadando mais, dá para olhar com mais carinho para os nossos aposentados e pensionistas.

Eu não sou daqueles que falam em terra arrasada, que o Brasil está mal. O Brasil não está mal: taxa de juros sob controle, inflação sob controle, política quase que de pleno emprego. Se estamos bem, como estou dizendo, poderíamos olhar, neste momento, para os aposentados e pensionistas da área pública e da área privada.

Com isso que estou expressando aqui, não estou contando nenhuma novidade. Para quem ouve os meus pronunciamentos na tribuna do Senado, semanalmente, eu bato nessa tecla. Pego os dados da seguridade social, pego os dados da previdência e demonstro, por A mais B, que a previdência brasileira não é deficitária, é superavitária.

Eu tenho dito, por onde passo, que se alguém quiser debater comigo sobre se a seguridade social é deficitária, eu estou à disposição, em qualquer espaço, em qualquer arena, em qualquer momento, dentro do território nacional, porque é claro que eu não vou querer discutir lá fora.

Então, eu tenho cobrado muito isso. Eu não estou, aqui, falando para os nossos convidados. Estou falando para vocês e falando, porque eu sei, pela TV Senado, mas o que eu estou falando aqui, vocês podem saber, falo quase toda a semana na tribuna. Eu não tenho que omitir o meu ponto de vista.

Nesta semana, ainda, eu estive reunido com as centrais, com as confederações, com os sindicatos de aposentados e pensionistas e acho que temos que fazer uma grande campanha em nível nacional. Eu, por exemplo, faria uma campanha e colocaria no meu peito, se os projetos já tiverem sido aprovados na Câmara, "Deputado, quer meu voto? Vote a favor dos aposentados da área pública e da área privada".

Acho que temos, neste momento político da história, que também saber fazer a cobrança e usar o instrumento do voto que nós temos, que é legítimo. Por isso, entendo a indignação de vocês, que não é só de vocês. Eu tenho ouvido milhares e milhares de aposentados. Eu devo ser o Senador, o Parlamentar, posso dizer, que mais recebe correspondência aqui, no Congresso Nacional, principalmente de aposentados e pensionistas. É uma avalanche no meu gabinete. E, por mais que eu responda, eles perguntam: e daí, Paim? E daí, Paim?

Então, nós temos que, de fato, olhar com o carinho que a situação exige. O idoso, o aposentado não tem muito tempo para esperar, porque, como todos nós sabemos, o ciclo natural da vida é nascer, viver e envelhecer, e queremos envelhecer com dignidade e qualidade de vida, para ter uma morte digna. É isto que nós queremos, porque todos vão morrer, e o nosso idoso não pode mais esperar o tempo passar para ter uma remuneração que lhe permita viver, como está o título aqui, com uma melhor qualidade de vida, enfim, com justiça social.

Mas eu vou passar para as considerações finais, mediante tudo que vocês falaram e que eu também acabei falando, para os nossos convidados. Eles terão, agora, para encerrar, 5 minutos para cada um. Eu vou inverter: o último será o primeiro e o primeiro será o último.

Então, começo com a Drª Ana Lúcia Amorim de Brito, Secretária de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para suas considerações finais.

A SRª ANA LUCIA AMORIM DE BRITO – Muito obrigada, Senador.

Eu queria só registrar que nós temos nos debruçado sobre esse tema, somos sensíveis a essa questão nos diversos aspectos, como eu citei aqui, dentro do que está na nossa governança, que temos acompanhado as propostas e as reivindicações no Congresso. O Ministério do Planejamento tem se esforçado para melhorar essa política de assistência à saúde suplementar, sempre com as limitações que a gente tem, mas nós temos um departamento estruturado para essa finalidade que tem procurado, dentro das possibilidades que a gente vai alcançando dia a dia, etapa a etapa, melhorar essas condições.

É nesse contexto que a gente atuou muito fortemente para viabilizar esse convênio com a Geap, universalizar a política de auxílio-saúde e também que a gente está agora se debruçando em como ajudar os nossos servidores a se prepararem para essa vida futura.

A gente compreende que a situação é complexa, não é simples, mas a gente reconhece o mérito existente, com certeza.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a Drª Ana Lúcia Amorim de Brito, que fez suas considerações.

Eu quero, por outro lado, ao mesmo tempo em que também cobro uma ação maior do Governo – e eu sou da base desse Governo –, cumprimentar o Ministério do Planejamento e também a Geap, porque nem todos que a gente convida vêm ou mandam representante. Aí eu fico muito brabo mesmo, porque não vir é um desrespeito àqueles que pediram a audiência pública. Mas, felizmente, 90% dos meus convidados acabam vindo ou mandando representantes para as audiências públicas que eu tenho realizado. Agora, se um empresário que, às vezes, é convocado ou um diretor de uma estatal ou um Ministro que não manda um representante, aí eu fico, de fato, muito chateado. Por isso mesmo, cumprimento o Ministério do Planejamento, que mandou aqui a Ana Lúcia Amorim de Brito para enfrentar o debate, que é, claro, um tema complexo, delicado e que nós haveremos de cobrar sempre, sempre, sempre, até que a gente consiga fazer com que nossos aposentados e pensionistas tenham um salário que lhes permita viver com qualidade de vida.

Passamos a palavra ao Dr. Luís Fernando da Silva, Assessor Jurídico da Federação Nacional do Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social.

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – Agradecendo a oportunidade, eu queria apenas de colocar rapidamente alguns tópicos finais, até em função das questões que foram suscitadas aqui em plenário.

Em relação à Geap, eu acho importante, Dr. Aubiérgio, quando discutirmos os reajustes, pensarmos que uma coisa é discutir um reajuste de 12% sobre a atual base; outra coisa é olharmos para três anos atrás e vermos que base nós tínhamos há três anos. Se compararmos o que os servidores pagavam há três anos com o que vão pagar em 2014, veremos que o reajuste passa de 1000%! Portanto, é muito fácil falar que os reajustes são pequenos, que este ano nós não teremos e que, no ano que vem, eventualmente, nós teremos mais algum, O problema está na base inicial. O problema inicial é a adoção do critério de faixa etária há três anos. Quando a Geap adotou isso, ela rompeu com o critério de solidariedade, passando, portanto, a adotar uma prática de mercado. E é isso que nós entendemos que está errado em relação à saúde suplementar dos servidores.

É evidente que ela tem que ser financiável. É evidente! Contudo, o problema de financiamento da Geap não está nos servidores, e a solução não será na cobrança dos servidores; será no aporte patronal. Nós tínhamos, há cerca de três anos, uma relação de três por um entre a participação patronal e a dos servidores; hoje, nós temos um para quatro. O governo, para cada R$100,00 – e foi o exemplo dado –, paga um e os servidores

pagam quatro. Quer dizer, essa relação é que está errada. Se é uma política de recursos humanos, se é uma política de gestão de pessoas, essa política precisa ser financiada na relação de um por um. Este, o nosso entendimento. Portanto, isso impõe um incremento de recursos de parte do Governo Federal, o que, alias, é muito mais barato e, evidentemente, muito mais produtivo do que a parcela de reajuste salarial, uma vez que, aqui, você não tem outros tributos incidentes quando se dá esse tipo de salário indireto.

Então, parece-me que isso é fundamental; isso ajudaria a resolver sensivelmente o problema de saúde dos servidores.

Em relação ainda à Geap, temos outro problema a respeito do qual eu acho que o governo poderia avançar um pouco para resolver – e está na alçada do Dr. Aubiérgio. O pecúlio facultativo. Por que o pecúlio é facultativo, mesmo sabendo que a essência dele é um seguro de vida e, portanto, liberaria os seus valores com a morte do servidor. Antecipa 20% e libera os 80% com a morte. Mas nós sabemos que o pecúlio facultativo da Geap tem cerca de R$2 bilhões em caixa hoje, gente, suficientes para antecipar, inclusive do ponto de vista atuarial, os critério de saque, permitindo, por exemplo, que as pessoas pudessem receber, talvez, aos 70 anos de idade. Hoje, o pecúlio permite a liberação aos 80, antecipando em uma ou outra doença grave, mas retendo 50%.

Ora, se o custo de pecúlio é de R$100,00 para os trabalhadores, como foi colocado aqui, por que a Geap retém a metade daquilo que aquela pessoa sozinha pagou durante toda a sua vida? Sim; sozinha, porque o pecúlio facultativo não tem participação governamental! Inclusive, aí, é um problema de gestão do próprio pecúlio, Do nosso ponto de vista, nós precisamos acabar com essa ideia de que o governo gere sozinho o pecúlio. Quem tem que gerir sozinhos o pecúlio são os servidores, se formos à essência do problema, uma vez que eles o financiam sozinhos. Ou, então, que o governo passe a participar de algum modo desse financiamento, o que não me parece que seja o caso dado o caráter que tem o pecúlio facultativo.

Em relação à questão remuneratória – e, aí, falo especificamente à senhora, Drª Ana Lúcia –, a questão da paridade, do nosso ponto de vista, ficou resolvida com a Emenda nº 41. Os novos servidores não têm mais a paridade. Todos os que ingressaram de 2004 para frente sabem muito bem as suas condições de aposentaria; de modo que não há mais esse problema. Nós estamos falando de servidores que ingressaram antes. Para estes que ingressaram antes, a Constituição manteve o princípio da paridade. As emendas constitucionais foram derrotadas quando objetivavam... Aliás, em uma delas, evidentemente por um erro de voto de um Senador à época – e graças a Deus esse erro ocorreu –, a paridade não caiu do Texto Constitucional. Portanto, nós precisamos encontrar uma forma de respeitar um princípio constitucional.

É disso que estamos falando; não estamos falando em retomar esse princípio para os critérios de aposentadoria de servidores que ingressam dali para frente. Esses, feliz ou infelizmente, vão ter de conviver com o fim da paridade e com a Funpresp, com as alternativas de complementação de aposentadoria que são dadas.

Por fim, antes de agradecer, eu queria deixar aqui só uma mensagem a partir de um texto de José Saramago que me parece ser bastante aplicável a este debate de hoje. É um conto de Saramago que se chama Tigela de Barro. Numa família, há um idoso já bastante avançado na idade, com dificuldade de locomoção, com pernas trêmulas, cujas mãos já não conseguem suportar o peso de uma colher. Esse idoso, ao se alimentar, sempre deixa cair comida em torno do prato, e isso incomoda muito tanto o filho quanto a nora, a tal ponto de eles resolverem dar, em determinado momento, uma tigela de barro a esse idoso e colocá-lo do lado de fora da casa. Ele tinha de segurar a sua tigela de barro e de se alimentar lá fora. Então, a sujeira ele não a fazia mais na mesa. Mas esse idoso não conseguia mais segurar a tigela de barro, e ela caia no chão e quebrava. E, a cada momento em que ela quebrava, novamente o filho e a nora criticavam o idoso porque estavam tendo uma despesa com a compra daquela tigela de barro. Um dia, o filho desse idoso vê o seu próprio filho preparando uma tigela de madeira e pergunta ao filho: "Por que você está esculpindo essa tigela de madeira?" Ele disse: "Estou preparando a tigela onde o senhor vai comer no futuro, para que ela não quebre."

Se for assim, gente, o futuro para todos nós será dessa forma. Ou nós pensamos agora efetivamente na dignidade dos aposentados, ou nós vamos sentir, daqui a cinco, dez ou quinze anos, a mesma angústia e a mesma revolta dos dois aposentados que falaram aqui.

Então, faço, em nome de vocês, em nome de todos os que se preocupam com esse tema, um agradecimento especial ao Senador Paim, por tudo o quanto tem feito em relação à questão previdenciária no País, e ao Senado Federal, à Comissão de Assuntos Sociais, por este espaço, colocando-me à disposição e pedindo desculpas se também me excedi nos meus comentários e se, eventualmente, critiquei indevidamente qualquer pessoa ou instituição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Luis Fernando Silva, assessor jurídico da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social! V. Sª, em nenhum momento, foi além do limite. Pelo contrário, V. Sª foi muito ponderado,

equilibrado e tranquilo e ajudou muito o bom debate, para que avancemos na qualidade de vida dos aposentados, porque é, de fato, uma questão de justiça social. Parabéns pela sua contribuição!

Passo a palavra ao Dr. Aubiérgio Barros de Souza Filho, interventor da Geap – Previdência, Fundação de Seguridade Social.

O SR. AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO – Nas considerações finais, temos de ser bem objetivos, embora a fala do Luis Fernando tenha aberto outra frente de discussão, ainda tendo de responder um pouco pela saúde, em função até de atos assim assinados por mim.

Reforço a D. Maria de Jesus que, no ano passado, só houve um aumento, até porque não podemos dar aumentos com intervalos inferiores a 12 meses. O aumento de 12%, na realidade, repito, foi dado dentro de uma avaliação atuarial, dentro de um estudo atuarial, que permitiu que o plano voltasse a ter equilíbrio. E o equilíbrio do plano favorece a volta dos prestadores de serviço. Então, alguns prestadores de serviço que deixaram de atender a Geap, em especial no Estado de São Paulo, já retornaram. Outros que já entendem que a Geap está em um novo momento buscam, procuram a Geap para prestarem serviços.

Enfim, esse é um processo que não acontece da noite para o dia, é óbvio. A gente não pode resolver as questões da noite para o dia, mas o importante é que o que foi dado de aumento único em 2013 garante a não necessidade de aumento em 2014 e dá condições de equilíbrio para esse plano, para que esse plano possa ofertar aos beneficiários assistência de qualidade.

No contexto da solidariedade, eu não coloquei aqui, mas é importante dizer que existe, sim, o princípio de solidariedade dentro desse plano e que há em torno de 23 mil a 24 mil beneficiários que não pagam mensalidade. Por que não pagam? Porque o valor *per capita* é superior à mensalidade do plano.

Então, existe, sim, uma lógica de solidariedade também.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO – No plano da Geap, nos cinco planos da Geap, no contexto total de 600 mil beneficiários existem pessoas cujo valor que recebem *per capita* supera o valor da mensalidade, e eles não pagam mensalidade.

Então, esse é um contexto de solidariedade que existe, de mutualismo que existe dentro do plano.

(*Soa a campainha.*)

O SR. AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO – No contexto, só para ser um pouco objetivo na questão do pecúlio, é importante que a gente entenda que as pessoas que tomaram a decisão de fazer um pecúlio lá atrás, as 61 mil pessoas, elas tinham uma visão que talvez outros tantos 60 mil tivessem que ter, devessem ter, que é a questão da previdência. O Senador abordou bastante aqui essa questão. A gente sabe que o Brasil ainda tem como avançar no contexto da previdência do servidor público. Acho que o Funpresp é um divisor de águas. Temos aí os Estados e Municípios em processo de discussão também. Agora, é importante que a gente perceba que essas pessoas que fizeram reserva do pecúlio tinham um objetivo, e o objetivo era deixar para algum beneficiário alguma importância depois da sua morte.

(*Manifestação da plateia.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO – Essa foi a lógica, essa é a lógica da previdência complementar do pecúlio. Nós temos alguns institutos, algumas condições de pagamento em vida. Agora, sobre qualquer alteração nesses pagamentos, nós temos que ser responsáveis para não permitir que aqueles que eventualmente levantem recursos deixem as pessoas que optaram em permanecer em situação de dificuldade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO – Existe aí uma solidariedade entre eles. O plano, a avaliação atuarial é feita em princípios bastante conservadores, que permitem que toda pessoa que se mantém vinculada ao plano tenha a garantia de receber o benefício que foi contratado. Eventualmente, as antecipações que são feitas ocorrem dentro desse limite possível, para que pessoas que se desliguem do plano não deixem o plano desequilibrado. Essa é a lógica da Previdência Complementar, essa é a lógica do pecúlio.

Nós temos vários estudos que indicam que qualquer alteração nesse sentido gera uma necessidade de aumento de contribuição. Então, não é justo também, para quem fica, aumentar as suas contribuições para permitir que pessoas queiram receber em vida, queiram romper aquele contrato.

(*Soa a campainha.*)

O SR. AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO – Um contrato que foi assinado com uma coletividade fique em situação difícil.

A média, a faixa etária média dos peculistas hoje é em torno de 66 anos. A grande frequência, mais de 40% estão nessa faixa de 60, 70 anos; 70% dessas pessoas já receberam o que a gente chama de AFA – Adiantamento Financeiro por Aposentadoria, que hoje está em torno de 20% do prêmio.

Para o senhor ter uma ideia, Senador, o fato de a gente aumentar – e nós temos estudos nesse sentido – esse AFA de 20% para 30%, fazendo com que os novos pedidos sejam em cima desses 30%, e todos que receberam 20% possam receber mais 10%, isso, por si só, já desequilibra o plano. Faz com que haja a necessidade de aumento de mensalidade, aporte de valores para que o plano fique equilibrado.

Então, a gente não pode simplesmente dizer:

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto para concluir.

O SR. AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO – "Eu desejo receber em vida". Sim, deseja receber em vida, mas para receber em vida há um custo, e é importante que a gente entenda que existe, repito, um princípio de solidariedade entre todos os peculistas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi Aubiérgio Barros de Souza Filho, interventor da Geap – Previdência – Fundação de Seguridade Social.

Pessoal, para todos falarem, não é possível, mas vai falar agora, fiz questão de deixar para o encerramento, a diretora da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social, Srª Cleuza Maria Faustino do Nascimento. Doutora, V. Exª agora vai ser a voz deles, porque todos eles queriam falar.

A SRª CLEUZA MARIA FAUSTINO DO NASCIMENTO – Na verdade, em nome da Federação, nós queríamos agradecer o espaço, a oportunidade de discutir um tema de tamanha relevância, tanto para a vida dos trabalhadores aposentados como para a gestão, e comentar algumas questões que aqui observamos.

Em sua fala, o Dr. Aubiérgio disse que a Geap recebeu uma adesão muito grande. Mas recebeu uma adesão grande porque a Geap Saúde, que é uma autogestão, elevou suas contribuições às alturas, de forma que os servidores não conseguiram pagar e migraram para a Geap, que também está com suas contribuições muito altas.

Eu fiz um questionamento, mas não ouvi a resposta, sobre a portaria que retirou os critérios de contribuição para os servidores, e que não está sendo respeitada pela Geap, com relação a idade e salário. A própria Secretária de Gestão mencionou, mas o Dr. Aubiérgio, em sua fala, não nos disse que fórmula a Geap utilizou para cumprir somente uma parte da portaria, que é a idade, mas não a contribuição.

Eu queria reafirmar que a Fenasps é uma entidade que sempre lutou pela Geap, desde a sua origem. Quem procurar nos históricos da Geap vai ver que a Fenasps participou do Conselho Curador, sempre defendendo a Geap como um plano que atenda os trabalhadores nos moldes da solidariedade, que para nós acabou. Hoje, na Geap, a solidariedade não existe mais. Para nós, também é prioritária a defesa dos trabalhadores aposentados e pensionistas. Por quê? Hoje, no serviço público, a realidade dos aposentados tem que ser uma preocupação da gestão. Porque esses trabalhadores que hoje estão na condição de aposentados, como eu disse, são pessoas que construíram o serviço público, que trouxeram o serviço público até aqui e que ensinaram os novos trabalhadores do serviço público.

Eu penso que isso tem que ser prioridade do Governo, até porque quando o PT era oposição, era prioridade do PT defender os trabalhadores aposentados. E o que vemos hoje é que a política é mais maléfica para os trabalhadores aposentados na administração do PT. Em que pese ser de coalizão, está na administração, e acho que é uma responsabilidade também do Partido dos Trabalhadores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Drª Cleuza Maria Faustino do Nascimento, Diretora da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social, que, democraticamente, aqui expôs seu ponto de vista, como assim fizeram todos os nossos convidados.

Eu entendo que a audiência cumpriu o seu objetivo, de que as entidades expressassem, tanto para a Geap como para o Ministério do Planejamento, seu ponto de vista sobre a situação dos aposentados e pensionistas também no campo da saúde.

Como mediador, claro, faço apenas um apelo para que a Geap veja com carinho as reivindicações aqui apresentadas, assim como o Ministério do Planejamento leve essas considerações, na linha que demonstraram não só o Dr. Luis como também a Drª Cleuza, porque eles é que falaram em nome do Plenário, vocês foram respondendo as perguntas.

Também falaram aqui o Sr. Evardo Rosa (Sinsprev/SP), que pediu: "Pelo amor de Deus, não se esqueçam de nós, lembrem-se de nós, precisamos atualizar a remuneração, precisamos ter direito a um tratamento de saúde qualificado a fim de envelhecer com dignidade"; e a Maria de Jesus, que fez aqui um pronunciamento, eu diria, também à altura da nossa audiência, brilhante, como também foi o do Evardo, no sentido de o apelo feito por vocês aqui ser ouvido dentro do Parlamento e também no Executivo.

Parabéns pela luta de vocês! Parabéns pela mobilização! Parabéns por terem vindo aqui ao Senado cobrar, porque é isso mesmo que se tem que fazer, e protestar.

Eu sou daqueles que acreditam que as coisas só acontecem, no Brasil e no mundo, a partir do momento que a população vai às ruas, mobiliza-se, pressiona e valoriza também o seu voto. Nunca esqueço – e repito – uma frase que ouvi do Mandela, quando estive na África do Sul, em nome do Parlamento, exigindo a liberdade dele – e ouvi também do Presidente Lula: querem que as suas reivindicações sejam efetivamente pautadas e atendidas? Não adianta ficar só em casa lamentando. Mobilizem-se, vão para as ruas, pressionem os governantes.

Mandela disse, no estádio lotado, "me pressionem" – ele como Presidente da África do Sul. Porque a elite, o poder econômico e, no caso da previdência, principalmente os bancos – vocês sabem que o setor financeiro é o maior interessado em dizer que as previdências estão falidas e que o bom mesmo é você ir para a previdência privada –, são os que estão por trás de todo esse jogo para a opinião pública.

Não estou falando deste ou daquele governo. Os que dizem que previdência pública não dá certo e está falida têm interesse em empurrar as pessoas para a tal da previdência privada. E aí vão pagar duas vezes: no contracheque e lá fora. Só que a do contracheque, a previdência pública, em tese – não é, doutor? –, nos sustenta. Sustenta, eu digo, no caso de dificuldade financeira. Mas a previdência privada, como foi no Chile, como foi na Argentina, como foi nos Estados Unidos, vai à falência e daí o salário é zero. Então, vamos valorizar a previdência pública, mas na linha do que vocês colocaram muito bem no objetivo desta audiência pública.

Esta audiência pública tem como objetivo garantir qualidade de vida aos aposentados porque é uma questão de justiça social. E aí passa por saúde de qualidade e remuneração justa. Vivam os aposentados e pensionistas da área pública e da área privada!

Está encerrada a audiência pública. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quatro minutos, do dia vinte de maio de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, João Alberto Souza, Paulo Davim, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, e das Senadoras Ana Rita e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada a discutir o tema **'segurança e saúde ocupacional: direito fundamental do trabalhador'**, em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2014-CAS, de iniciativa do Senador Paulo Paim, com a presença dos seguintes oradores: **FRANCISCO MACHADO DA SILVA,** Presidente do Fórum Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, representante de Luciane Araújo, Subsecretária da Subsecretaria de Saúde, Segurança e Previdência dos Servidores do Governo do Distrito Federal; **RAYMUNDO NONNATO CASTRO,** Advogado, Professor Universitário e Especialista em Capacitação Profissional; **JORGE MESQUITA HUET MACHADO,** Coordenador Geral de Saúde do Trabalho da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; **FERNANDO DONATO VASCONCELOS,** Auditor Fiscal do Trabalho e Coordenador Geral de Fiscalização e Projetos do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; **ANA LUCIA AMORIM DE BRITO,** Secretária de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Justifica ausência de representante o **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.** Usa da palavra os Senadores Paulo Paim e **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e um minuto, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

É dada como aprovada a ata da reunião anterior.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2014, desta Comissão, de iniciativa do Senador Paulo Paim, com o objetivo de debater o tema "Segurança e Saúde Ocupacional: Direito Fundamental do Trabalhador".

Comunico aos Srs. Senadores que esta Presidência concederá a palavra, por dez minutos, para cada expositor.

Convido para compor a Mesa os ilustres oradores: o Sr. Jorge Mesquita Machado, Coordenador-Geral de Saúde do Trabalho da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde – seja bem-vindo!; o Sr. Francisco Machado da Silva, Presidente do Fórum Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, representante de Luciane Araújo, Subsecretária de Saúde, Segurança e Previdência dos Servidores do Governo do Distrito Federal – seja bem-vindo!; o Sr. Raymundo Nonnato Castro, advogado, professor universitário e especialista em Capacitação Profissional; e Ana Lúcia Amorim de Brito, Secretária de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Como de costume, quero passar a palavra ao Senador requerente, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Waldemir Moka, como tenho feito em todas as audiências públicas, o objetivo aqui é aprofundar a questão da segurança e saúde do trabalhador.

Aqui, nós que sabemos que o Brasil tem uma história longa das CIPAs... Eu mesmo fui membro de Cipa e, depois dela, entrei nos sindicatos. Depois, fiz o curso de técnico de segurança. Então, na área privada, tenho uma visão clara da importância da segurança no trabalho, da Cipa, do ato inseguro, condição insegura e prevenção de acidentes. E a palavra-chave é "prevenção".

Por isso, fui procurado por esse grupo. Discutimos algumas vezes, mas eles trabalharam por conta própria, o que resultou nesta audiência pública para discutir esse tema tão importante tanto na área privada como também na área do serviço público.

Por isso, estamos aqui, nesta audiência pública, para ouvir, assistir, participar e contribuir para o bom debate no assunto prevenção, segurança e saúde no trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço, Senador Paulo Paim.

Já informei que o tempo do orador é de dez minutos. Aquele relógio ali na frente vai marcar dez minutos. Quando chegar ao nono minuto, soa uma campainha, que não sou eu quem está acionando, exatamente para mostrar ao orador que ele tem um minuto para concluir. É importante a observância do tempo em função de podermos estabelecer o contraditório. Eu vou manter a sequência da chamada na exposição e, em havendo questionamento, na hora de responder, inverto essa ordem, de tal forma que quem falar em primeiro lugar agora será o último quando da réplica. Não sei se fui claro.

Com a palavra, Jorge Mesquita Huet Machado, Coordenador-Geral de Saúde do Trabalho da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

O SR. JORGE MESQUITA HUET MACHADO – Bom dia a todos e a todas. Quero agradecer o convite do Senador Moka e do Senador Paulo Paim e a oportunidade de estar debatendo este tema com o Senado.

O Ministério da Saúde, o SUS e o setor saúde no Brasil vêm debatendo com outros ministérios esta ideia da introdução desse direito, a partir principalmente da Constituinte de 1988, que estabeleceu toda esta atribuição para o Ministério da Saúde de coordenar uma ação de política e saúde do trabalhador.

E nesse período a gente tem trazido ao debate alguns textos, algumas formulações, algumas normatizações a respeito, também, que passa pela Lei Orgânica da Saúde e recentemente pela Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, que é objeto, inclusive, de uma conferência que está em curso, a 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, cuja apresentação eu trouxe até como exemplo e como documento, para ficar aqui, no Senado, de consulta do grupo e para aprofundamento posterior.

Eu trouxe também um segundo documento, que a gente trabalhou durante esse período, desde o final da década de 1980 até hoje, nesses 25 anos, que é o documento que foi promulgado pela mesa de negociação do SUS. Pode só apresentar o documento, só dando um *flash?* Trata-se da Política de Promoção da Saúde do Trabalhador da Saúde, do Sistema Único de Saúde, que pega um pouco a ideia de que está sendo debatido aqui...

Pode voltar, por favor. Não, mas ela tem de trocar o documento.

Então, só queria deixar aqui, já de antemão, esses dois documentos como documentos de consulta.

E o segundo trabalha esta ideia da saúde do trabalhador tanto do setor privado como do setor público e para um setor específico, que é o setor saúde.

Nesse processo, também, de discussão, a gente tem trabalhado junto com o Ministério de Orçamento, Planejamento e Gestão, na discussão da política do sistema de atenção integral ao servidor federal, também na perspectiva de que esse sistema, essas linhas de ação fossem também adotadas pelo restante dos entes federativos também como política do servidor público.

A gente tem, por outro lado, a política relacionada à Previdência Social, ao Ministério do Trabalho, mais tradicionalmente ligada a essa área, mas também voltada especificamente apenas para o trabalhador formal.

E queria destacar aqui que a nossa política do Sistema Único de Saúde vai vir abarcar todos os trabalhadores do Brasil.

Então, essa política deve estar sendo vista sempre como uma harmonização de texto, para que qualquer política específica, seja ela do servidor público, seja de outro segmento específico, tenha uma articulação em termos de harmonia de texto legal.

O meu tema aqui, que foi solicitado pelo Senador, é a articulação intersetorial, é exatamente uma das questões e das premissas que a gente vem debatendo também como fundamental, porque essa área do trabalhador não pertence exatamente a um ou outro Ministério. Ela tem de ter uma ação articulada de Governo, inclusive, por uma política intersetorial de Governo, pela Casa Civil, articulada pela Casa Civil.

A gente não está aqui querendo que o Ministério da Saúde ou o setor saúde passe a ser o articulador interministerial. Ao contrário, a gente quer fazer parte de um sistema, mas havendo atribuições específicas do Ministério da Saúde em relação à Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

Então, nesse sentido de articulação, na própria 3ª Conferência que houve em 2005 aqui no Brasil, um dos temas foi exatamente a articulação intersetorial entre o Ministério do Trabalho, o Ministério da Previdência e o Ministério da Saúde.

Como resultado objetivo dessa discussão, a gente tem duas coisas. Uma foi a criação de uma comissão – que eu acho que o Fernando, que é o representante do Ministério do Trabalho, vai dar uma ênfase maior –, de uma comissão tripartite, intersetorial, que está em curso, que inclusive formulou a Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho, que é uma orientação geral de articulação entre os três Ministérios, inclusive com plano de ação. Então, articula algumas ações, inclusive ação de informação, e cria alguns programas e focos de atuação comum, que a gente hoje define, por exemplo, entre esses Ministérios, pelo menos três linhas.

Uma linha é trabalhar os óbitos por acidente de trabalho como uma ação intersetorial. É absurda a situação de óbitos por acidente de trabalho no Brasil. A gente tem aí não só esses três Ministérios, mas com o Ministério Público do Trabalho, tendo uma ação conjunta. Mas esse é um foco importante para que a gente mantenha não só a informação e a construção da dimensão desse problema, como também ações de intervenção, que são de várias ordens e de várias responsabilidades institucionais.

Não dá para a gente trabalhar hoje a segurança e a saúde dos óbitos por acidente de trabalho como a gente tem trabalhado até hoje no Brasil. Acho que esse é um foco importante para a gente manter numa política subsequente.

O segundo foco era que, em algumas situações dessas, a gente já tenha algum diagnóstico de importância, que é a discussão do próprio trabalho infantil, dos óbitos por acidente de trabalho no trabalho infantil porque a gente tem cerca de 120 casos registrados de 2007 até hoje. Tem que ter uma intervenção imediata sobre esse tipo de risco. A gente não pode ter essa informação sem uma ação subsequente. A gente tem que conhecer todos os casos, a sociedade tem que conhecer e atuar sobre esses casos como foco importante.

Um segundo foco, que também gera situações de risco, seriam os próprios grandes empreendimentos e os grandes setores que acidentam no Brasil. Fala-se aí do setor de transportes. A gente tem toda uma discussão integrada com a discussão do setor de transportes. E acho importante esta Casa saber e acompanhar que, inclusive, a Lei dos Rodoviários está sob pressão e a gente acha que essa lei de redução da jornada de descanso é fundamental em uma situação de grande risco. A gente viu esse fim de semana vários casos de acidente com ônibus, com óbitos nas rodovias federais do Brasil. A gente vê como está essa situação de mortes nas estradas. Portanto, a gente tem que trabalhar uma intervenção articulada intersetorialmente sobre esse assunto. E essa lei foi muito importante para a discussão dos trabalhadores rodoviários. Esse foco, acho que a gente tem que manter também.

E um outro grupo de situações de risco são os grandes empreendimentos. A gente vê a construção de hidroelétricas, esses *big* canteiros, como um grande problema e muito invisibilizados. A gente só vê quando acontece a greve, a queima dos estabelecimentos, que inclusive a gente não sabe... Existe tanto rumor que esses movimentos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE MESQUITA HUET MACHADO – ...não são movimentos de segurança dos trabalhadores, e sim movimentos para parar a obra para um ajuste de contas, etc.

Então, a gente tem esse... E outro foco: além dos empreendimentos e do setor de transporte, também a mineração e alguns polos industriais onde há essas e os próprios setores altamente organizadores de situações de risco, como o setor siderúrgico e essa própria discussão dos polos petroquímicos, dos acidentes ampliados

e o setor de mineração. Então, esses setores seriam as situações críticas que a gente teria que trabalhar intersetorialmente.

Além disso, a gente está trabalhando um documento para uma portaria interministerial de vigilância da carcinogênese, do câncer no Brasil, por uma listagem de agentes carcinogênicos que a gente tem como padrão internacional. A gente quer instituir no Brasil a vigilância dessas situações, que são situações em que, às vezes, os impactos são muitos tardios, invisibilizados, mas que levam a uma situação crítica para disposição relacionada ao trabalho. Um dos focos dessa exposição e dessa produção do câncer na população é a relação da saúde com o trabalho e também com o ambiente, relacionado às próprias atividades produtivas, que também alteram esse tipo de disposição crescente da nossa era industrial, pós-industrial. A carga química hoje que temos é muito grande, inclusive incluímos a discussão dos agrotóxicos, do todo, de como os agrotóxicos hoje têm sido utilizados no Brasil de forma totalmente sem nenhuma produção de mecanismos de prevenção, de redução, de avaliação dos impactos, uma dificuldade muito grande de se trabalhar essa questão, porque está-se trabalhando-a setorialmente e com cada um fazendo uma ação muito fragmentada. Então, uma das relações, também uma das ações, é em relação a essa situação de risco.

Vou ficar por aqui, que eu acho que eu passei do tempo, mas eu estava colocando basicamente aqui alguns desafios da ação intersetorial, e que, nesta conferência agora, a 4ª Conferência, estaremos também trabalhando esse eixo da intersetoriedade de uma forma mais objetiva, porque, na conferência passada, vimos que cada Ministério trabalhou a intersetoriedade a partir do seu umbigo, "como que eu sou intersetorial", e não as questões que são importantes, como essas que estou falando – pode ter outras – serem as articuladoras da ação, e não quem é dono da ação x, y, z. Inclusive, por exemplo, no próprio trabalho infantil, sabemos que a intervenção do trabalho infantil está muito mais ligada a outros setores, como a do transporte está ligado a outros setores, como a violência no trabalho, a morte violenta no trabalho está ligada a setores de segurança. Então, quer dizer, tem outros setores muito mais importantes, às vezes, que estão fora do debate e que têm que ser inseridos a partir da discussão pelas questões que são articuladoras da ação interinstitucional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço o Sr. Jorge Mesquita Machado e passo a palavra ao Sr. Francisco Machado da Silva, Presidente do Fórum Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, representando aqui Luciane Araújo.

O SR. FRANCISCO MACHADO DA SILVA – Bom dia a todos! Eu quero aqui saudar o Presidente da CAS (Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal), o Exmo Senador Moka, um dos gigantes na área, no Senado Federal, saudar o nosso patrono, Senador Paulo Paim, o maior líder nacional nesse segmento de segurança e saúde do trabalhador, que está aqui presente. Eu queria uma salva de palmas para ambos os Senadores. (*Palmas.*)

Eu quero saudar a todo este Plenário. Nós temos, no plenário, 14 presidentes de entidades nacionais dos segmentos econômicos, produtivos, sociais e acadêmicos.

Não temos o auditório transbordando, mas temos qualidade no auditório. Os principais líderes nacionais nesta área estão aqui presentes. Certamente, teremos um debate muito profícuo, muito proveitoso.

Quero saudar os ilustres palestrantes da Mesa e saudar de forma carinhosa e especial a Drª Luciane, Subsecretária da Secretaria de Administração Pública do DF, que trouxe a Secretaria do DF toda aqui. Ela é uma das coordenadoras nacionais dessa política no Brasil.

Eu pediria à Drª Rosilane que me ajudasse aqui. A Drª Rosilane é Presidente da Associação Médica de Brasília. Ela vai entregar para cada membro da Mesa uma cópia da minha palestra e uma cópia do anteprojeto de lei que vai ser o fechamento de minha palestra. Eu já entreguei para o Senador Paulo Paim e também para o Dr. Fernando.

Obrigado, Rosilane. Ela vai me também ajudar no PowerPoint. (*Pausa.*)

São dois documentos uma cópia da minha palestra e do anteprojeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Cuidado com o seu tempo.

O SR. FRANCISCO MACHADO DA SILVA – Eu sei, Senador, nesse ponto sou cuidadoso.

Vamos lá.

O meu tema é Segurança e Saúde no Trabalho no Serviço Público.

No primeiro eslaide está: Ordenamento Jurídico em ST no Brasil. Constituição de 1988.

A nossa Constituição de 1988, no art. 39, §3º – é o nosso 3º item – diz: "Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º [...] XXII [...]"

Art. 7º, XXII – isso é o que cabe aos servidores de cargo público.

O art. 7º, inciso XXII, diz:

"São direitos do trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

.....

XXII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

.....

Portanto, a nossa Constituição prevê que a União, o Estado tem que legislar e fiscalizar a segurança e a saúde, no âmbito dos servidores públicos. E isso não ocorre. Isso não ocorre!

O art. 5º da Constituição diz em seu §1º: "As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata". Isso não está acontecendo no Brasil!

O §2º: "Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte." É o caso da OIT.

Então, veja, o primeiro eslaide deixa claro que os servidores públicos, no âmbito da prevenção de acidente, estão desguarnecidos. Não existe legislação e nem fiscalização, muito menos estatísticas.

O segundo eslaide, por favor.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). A Convenção nº 155, Segurança dos Trabalhadores, art. 3º inclui a SST para a administração e empregados públicos. E o Decreto Legislativo nº 2, de 17 de março de 1992, promulgado pelo Decreto 1.254/94, também diz exatamente isto: os servidores públicos têm a garantia de proteção do Estado, da União nesse âmbito. Isso não ocorre! Está só no papel.

Terceiro eslaide.

Houve aí um erro. A ausência de legislação unificada, em nível nacional, para Administração Pública integrada pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nos três níveis, União, Estados e Municípios, como ocorreu no setor privado com a CLT.

Quer dizer, queremos uma legislação unificada nas três esferas e nos três níveis, como é o caso da CLT, no âmbito da iniciativa privada. Por causa dessa ausência de legislação, há uma ausência de dados estatísticos. Acidentes típicos, acidentes de trajetos e doenças do trabalho.

Na área da Administração Pública, são as doenças mentais e lesões osteomusculares, LER/Dort, que predominam, no pouco que conhecemos.

O terceiro eslaide diz respeito ao setor privado. Vou fazer um paralelismo sobre o que ocorre lá, mas que não ocorre aqui conosco. No setor privado, a CLT, instituída pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, no seu art. 7, exclui a Administração Pública e empregados públicos – a própria CLT já exclui –, mas a Constituição inclui.

A letra b desse mesmo eslaide refere-se à estatística da Previdência Social constante do AEPS (Anuário Estatístico da Previdência Social) e sua última publicação, em 2012.

O próximo eslaide trata de acidentes de trabalho. Ocorreram 705.239 acidentes de trabalho, dentre os quais 14.955 foram relativos a doenças laborais registradas pela Previdência Social. Os óbitos, que somaram 2.731, constituem o único índice que o mundo aceita no País, já que tudo é subnotificado no Brasil. Os óbitos, não, pois é difícil esconder morto. Assim, esse é um dado confiável, e a OIT só aceita esse dado no Brasil; os demais, ela não aceita.

Despesas com acidentes de trabalho pesquisadas pela USP. Nós gastamos R$71 bilhões por ano; R$41 bilhões, pelas empresas, por meio do seguro obrigatório (SAT); R$14 bilhões, pela Previdência Social; R$16 bilhões, pelos trabalhadores e familiares. Este total de R$71 milhões refere-se aos acidentes registrados, mas sabemos que há subnotificação. Metade dos trabalhadores não tem carteira assinada, o que significa que, no mínimo, gastamos R$142 bilhões. São as despesas globais dos trabalhadores formais e informais.

O próximo eslaide trata da realidade da SST no serviço público no Brasil. Temos cerca de 11 milhões de servidores públicos no Brasil, nas três esferas, nos três níveis. Poucos órgãos têm legislação própria; é o caso de Goiás, Distrito Federal e Rio Grande do Sul, que têm legislação própria, mas dispersa, não concentrada, não unificada.

Como o Judiciário julga? Julga pela CLT. Os juízes julgam as causas da Administração Pública usando a CLT como isonomia jurídica.

O Ministério do Planejamento (MPOG) tem uma secretaria, mas ainda não conseguiu fazer a legislação unificada nessa área e, muito menos, a fiscalização devida.

O próximo item diz respeito à forma como as forças da sociedade estão mudando e acelerando esse quadro. Uma das metas do terceiro milênio é a parceria; ninguém faz nada sem parceria, nenhum órgão fará

nada sem parceria; sem parceria, o Brasil não vai sair do lugar. Então, temos que ter a cultura da parceria: um órgão auxiliando outro órgão, e a sociedade junto.

A Anest (Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho), que congrega trinta mil engenheiros...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO MACHADO DA SILVA – ... aprovou o marco regulatório de EST, que é o primeiro do Brasil nesse segmento, e, em seu art. 25, estabelece que lutaremos pelos servidores públicos neste âmbito.

A audiência pública no Senado Federal, capitaneada pelo Senador Paulo Paim, há um ano, acelerou o processo.

O próximo eslaide refere-se à 1ª Conferência Nacional de SST no Serviço Público (Conast), realizada em Goiânia. De lá, saiu uma carta que vou deixar nos *Anais* desta Casa.

O GT nacional de SST, que coordeno, em nível nacional, capitaneado pelo Senador Paulo Paim, reúne-se mensalmente, e estamos entregando ao Senador Paim e ao Senador Moka o anteprojeto de lei, discutido durante nove meses no País, por todos os segmentos da nossa sociedade. Esse projeto de lei será feito pela Casa Civil porque haverá ônus. Então, entregamos a todos essa peça, uma peça de pintura, muito bem elaborada. Não está perfeita, mas é uma peça... Vamos pedir ao nosso patrono, o Senador Paulo Paim, que nos ajude, na Casa Civil, a fazer uma lei nacional e unificada.

O último eslaide refere-se à "A Carta Aberta de Goiânia". Vou deixá-la nos *Anais* desta Casa.

Assim, muito obrigado por este momento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradecendo o Sr. Francisco Machado da Silva, concedo a palavra ao Sr. Raymundo Nonnato Castro, advogado, professor universitário e especialista em Capacitação Profissional.

O SR. RAYMUNDO NONNATO CASTRO – Bom dia a todos.

Cumprimento os colegas de Mesa; cumprimento os parceiros integrantes da Mesa, na pessoa do Senador Waldemir Moka; cumprimento, também, todos os membros integrantes do Fórum Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Eu inicio esse meu pronunciamento exatamente com este pensamento de Confúcio: o homem se esquece do que ouve; lembra-se do que vê; e aprende o que faz. Eu digo isso, porque, em nosso País, há a cultura de fóruns, seminários, *workshops*, viagens internacionais de observação – palavras, palavras e palavras.

Agora mesmo, eu pude ver realmente nosso colega Jorge Mesquita Machado, que me precedeu, reportando-se à 4ª Conferência. E, de lá para cá, eu senti a dificuldade da implantação do que se discutiu, porque há o hábito neste País: para qualquer problema se organizar um fórum, um seminário, um *workshop*. Eu aceitei vir aqui, em nome do fórum, exatamente para quebrar, ajudar a quebrar esta cultura de que, feito o seminário, feito o fórum, feita a lei, está resolvido o problema.

Desejo agradecer a oportunidade desta audiência pública, requerida pelo Senador Paulo Paim. E não sou de atirar confete e serpentina, Senador Paulinho, nem no Carnaval. Mas o senhor merece o nosso respeito, porque, filho de um metalúrgico, com 11 anos amassador de barro para fazer vasos e com 12 anos no Senai – e, aí, começou a aprender a gostar do ensino técnico profissional –, Deputado Estadual, Deputado Federal quatro vezes, Senador da República, filho de um metalúrgico e de uma doméstica, mostrou que a educação, a competência promove.

Senador Waldemir Moka, parece-me que V. Exª gosta de ser chamado de Moka, não é? Que lembra o nosso café, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É que todo mundo erra o Waldemir, então eu prefiro o Moka.

O SR. RAYMUNDO NONNATO CASTRO – Eu percebi. Mas pronunciei certo o Waldemir. Pena que eu tenho que me prender ao tempo, mas o Senador Waldemir é do MDB. Pergunte se ele passou para outro partido? Continuou do MDB no PMDB. Coisa rara. Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador da República. E olhem uma coincidência: médico e professor.

E as coincidências, que nós dizemos na nossa ignorância crística que são coincidências, não são coincidências, Senador Paim; são atos da providência. V. Exª nasceu em Caxias do Sul, eu em Caxias do Maranhão; V. Exª está na Ala Senador Alexandre Costa, caxiense. Olha as coincidências para quem tem a ignorância crística; mas são providências divinas.

E por que Confúcio? Porque Confúcio, 551 anos antes de Cristo, dizia: não faças a outrem aquilo que não queres que te façam. Na verdade, ama o teu próximo como a ti mesmo. Por isso que eu vejo aqui a luta de Francisco Machado, a luta de dissidentes e entidades pela saúde, segurança e higiene do trabalho como uma forma de amar o próximo; é um exemplo de bom samaritano.

A segunda tela.

Eu vou fazer considerações especiais.

Estudei na França e tive, Senador Moka, um professor chamado André Mineau, que me disse uma vez – ele falava mal o português: "Prof. Castro, seu País é admirável." Fiquei feliz. Puxa vida, um francês elogiando o meu País! "Copacabana, mulheres bonitas! E tem uma admirável produção." Digo: "Puxa vida! Produção industrial?" Ele me disse: "Não, Prof. Castro, produção de palavras, de palavras!"

Pois bem, entro em educação corporativa. A educação corporativa neste País data da década de 1990 e tem por objetivo formar profissionais especialistas, que as universidades não formam com competência e com capacidade.

Quando entrei nos Correios e Telégrafos, em 1972, tive a necessidade de participar da transformação do velho DCT em ECT. Porque se o Senador Paim passasse um telegrama anunciando a volta dele a Caxias do Sul, cinco dias depois ele receberia o próprio telegrama anunciando a volta dele. E, se houvesse dinheiro dentro da carta, o carteiro, na habilidade manual, via que havia dinheiro na carta, abria a carta e ficava com o dinheiro da viúva ou até de um enterro, que não poderia ser feito sem esse dinheiro.

Procurei uma modelagem. Busquei nas universidades o administrador postal, Senador Paim. Busquei nas universidades o administrador telegráfico, e elas não o tinham para me dar. Por isso, criei a Escola Superior de Administração Postal, que, hoje, é uma universidade corporativa. E não o fiz por iniciativa genial. É que fui buscar o exemplo na Escola de Sagres, a primeira escola corporativa da Europa, de Portugal, que formou navegadores e cartógrafos quando do Infante. Quais foram os resultados da Escola de Sagres? O domínio de Portugal na arte náutica. E aí vieram os descobrimentos, o caminho das Índias, a descoberta do Brasil. E quem estudou nessa Escola de Sagres corporativa? Cristóvão Colombo. Resultado: ele descobriu a América.

Sem a educação corporativa, o avanço científico e o avanço tecnológico são realmente impossíveis. A educação corporativa tem uma característica diferente daquelas das universidades tradicionais, Senador Paulo Paim. A universidade tradicional forma especialistas, forma médicos, forma doutores.

V. Exª, Senador Moka, é médico e professor. O senhor me lembra Confúcio. Ele, depois de se cansar de ser conselheiro de governantes que não o ouviam, foi ser professor.

As universidades tradicionais estão presas a grades curriculares, ao burocratismo legal, às exigências do MEC, às exigências da LDB. As universidades corporativas são diferentes das universidades tradicionais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAYMUNDO NONNATO CASTRO – A universidade corporativa pode contratar especialistas, um corpo docente de alto nível.

Faço uma pergunta a vocês – aqui está o meu querido amigo Prof. Antônio Pádua, um dos maiores especialistas em resíduos sólidos urbanos. Estamos preocupados com a fiscalização, com a mediação e com a regulação, com as agências de regulação. Qual a universidade brasileira que prepara especialistas em fiscalização, em regulação e em mediação? Não há. Não há outra saída a não ser também uma universidade corporativa de regulação e de mediação.

Há barreiras nas universidades. As universidades se distanciam da sociedade. Desculpem, mas eu tive a oportunidade de ver o que aqui está: a posição de nossas universidades em relação ao mundo.

A USP é a primeira universidade deste País, é uma grande universidade. Mas vocês sabem qual é a colocação dela no *ranking* mundial? Ela está no 82º lugar. Vejam a distância científica e tecnológica! A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Senador Paim, é uma grande universidade, mas ela está – desculpe-me – no 233º lugar.

Então, vocês podem imaginar! Temos grandes universidades? Temos. Mas elas estão distanciadas tecnológica e cientificamente das grandes universidades do mundo. Os Estados Unidos possuem 70 universidades entre as cem primeiras.

Qual é a solução para o avanço científico e tecnológico? A universidade corporativa.

Eu não posso também ficar com palavras. Faço uma proposta. Qual é a proposta técnica que vim trazer aqui? Eu não poderia ficar com palavras, palavras e palavras, Senador Paim. A proposta técnica que trago e que entrego em suas mãos, Senador Paim, e nas mãos do Senador Waldemir Moka, professor e médico, é a criação da Universidade Corporativa Sindical do Brasil, para cuidar dos trabalhadores aposentados. E que entidades podem mantê-la? Qual delas? A CUT, onde V. Exª, Senador Paulo Paim, foi Secretário Executivo.

Essa Universidade será a primeira do Brasil e a primeira da América Latina e promoverá a revolução do público-alvo sindical brasileiro, oferecendo MBAs de gestão sindical, MBAs na área de segurança e de higiene do trabalho. É o que deixo, para que eu não tenha passado aqui naquela forma de palavras, palavras e palavras.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradecemos ao Dr. Raymundo Nonnato Castro, advogado e professor universitário especialista em Capacitação Profissional.

Quero das as boas-vindas ao Dr. Fernando Donato Vasconcelos, Auditor Fiscal do Trabalho e Coordenador-Geral de Fiscalização e Projetos do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

Concedo a palavra ao Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO DONATO VASCONCELOS – Obrigado, Sr. Presidente. Em seu nome e em nome do Senador Paim, saúdo todos os membros da Mesa e todos que estão no plenário.

Eu queria, antes de iniciar a apresentação do tema que me foi requerido, fazer uma breve menção à questão da lei dos transportes, que, hoje, é parte da CLT, que o Jorge Machado bem lembrou e que, hoje, depende desta Casa. Está nesta Casa o destino da jornada dos trabalhadores do setor de transporte no Brasil. Já foi aprovada pela Câmara a alteração que viola direitos importantes, que foram conquistados há muito pouco tempo, em 2011, e que, para todos nós que militamos na área da saúde do trabalhador, que atuamos na área da saúde do trabalhador, eram uma esperança de redução das mortes nas estradas, das mortes no transporte dessa categoria que, de fato, mais morre no Brasil. Quando olhamos a classificação de ocupação, vemos que quem mais morre é o motorista, por acidente de trabalho.

De fato, a alteração dessa lei vai representar um grande retrocesso. É um grande retrocesso. Tenho a esperança de que esta Casa não permita essa alteração, que parte de um setor mais preocupado com o valor do frete do que com o valor da vida. Que essa alteração não se faça!

Vou diretamente ao nosso tema. Foi-me pedido que eu falasse sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. Vou me debruçar sobre o tema.

Antes de tudo, vou fazer uma breve referência, que já foi feita em parte, ao fato de que, no Brasil, morrem cerca de 2,8 mil trabalhadores por ano. E esses são os notificados. Supõe-se que esse número seja muitas vezes maior.

De 1988 a 2011, apenas em termos de notificação oficial, perdemos 82.171 trabalhadores, mortos ao trabalhar.

É verdade que a taxa de mortalidade no Brasil por acidente de trabalho tem caído, mas cai principalmente pelo aumento do denominador, que é o nível de emprego. Neste momento, está estabilizado o numerador em termos de números de mortes. Então, o fato de haver uma taxa menor não nos deixa tranquilos, porque continuam morrendo 2,5 mil, 2,6 mil, 2,8 mil trabalhadores por ano em termos oficiais.

Nós temos trabalhado, nós do Ministério do Trabalho temos a missão constitucional privativa de executar a inspeção do trabalho e temos feito, com todas as dificuldades, cerca de 140 mil a 145 mil ações de segurança e saúde no trabalho por ano. Isso envolve um grupo especializado na fiscalização de transporte de carga, um grupo especializado na auditoria das grandes obras de infraestrutura. Nós temos atuado no trabalho portuário. Então, temos um conjunto de ações, mas as dificuldades, realmente, são muito grandes.

Particularmente, ressalto a redução do número de auditores fiscais. Saímos da época da ditadura, e a democracia no Brasil veio com o crescimento do número de auditores fiscais. Como se pode ver, havia menos de 1,5 mil auditores, e, em poucos anos, chegamos a 3,5 mil. No entanto, nos últimos dez ou doze anos, só temos caído. Hoje, há um número em curva decrescente, numa perigosa curva decrescente. Basta dizer que nós admitimos, neste ano, 102 auditores fiscais e que já se aposentaram, neste ano, 78 auditores fiscais. Então, de fato, vivemos numa situação em que essa é a nossa maior dificuldade. E aí há dificuldade de assumir novas atribuições. Quando ouvimos falar a respeito da fiscalização do serviço público, é claro que estaremos prontos para cumprir nosso dever, nossa missão. Mas precisamos dos recursos necessários para isso.

Em relação ao plano propriamente dito, vou falar muito rapidamente. Nós tivemos convenções e ações nas últimas décadas que nos levaram à construção desse plano. Não vou parar. O tempo é muito curto. Mas, ao longo dos anos, através do diálogo interinstitucional, inclusive com referência à Organização Mundial de Saúde e à Organização Internacional do Trabalho, construímos normas brasileiras que nos permitiram avançar para a aprovação, em 2011, da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, que reúne as políticas da saúde, da previdência e do trabalho, aquilo que nos unifica em relação a isso.

Eu trouxe aqui, mais especificamente, o plano também construído entre esses três Ministérios, em um processo tripartite, com a representação dos empregadores e dos trabalhadores. Eles aí foram representados, à época, pelas principais representações dos trabalhadores e dos empregadores. Construímos esse plano.

Em termos bem gerais, vou destacar alguns itens. Como o foco é principalmente a questão da saúde do servidor, há alguns itens, alguns objetivos mais importantes que foram realçados, como a necessidade de inclusão de todos os trabalhadores na atenção em relação à segurança e à saúde. Dentro desse primeiro objetivo, é referido o objetivo quanto à preocupação sobre a inclusão dos trabalhadores do serviço público nas três es-

feras de governo, sobre a questão do trabalho decente – a questão da segurança e saúde é um dos elementos essenciais na promoção do trabalho decente –, sobre a microempresa, sobre a participação dos trabalhadores nas instâncias de controle social.

Eu destacaria o segundo item, o segundo objetivo: a questão da harmonização da legislação trabalhista, sanitária e previdenciária. Nesse particular, chamo a atenção para um fato. Dei uma breve olhada na proposta do projeto de lei. Temos simpatia por vários itens ali apresentados. Mas temos algumas preocupações, exatamente pela questão da harmonização, particularmente pelo fato de fixar dois anexos de Normas Regulamentadoras (NRs), que, hoje, nós estamos querendo melhorar.

Se colocarmos em lei, vamos ter uma dificuldade maior ainda de fazer esse processo de discussão e de avanço. Mas é um processo em que o diálogo vai nos levar ao melhor caminho, sem dúvida.

Essa preocupação de harmonização e aperfeiçoamento, como referi... Desculpem-me estar indo rápido. De fato, eu havia me organizado para vinte minutos, e são dez..

O objetivo três: a questão da integração das ações governamentais, já mencionada, porque nem tudo é inspeção do trabalho, nem tudo é fiscalização, que é o nosso papel essencial. Há uma série de outras ações que envolvem a promoção da saúde do trabalhador. É necessário articular essas ações.

No objetivo quatro, da adoção das medidas especiais para as atividades laborais, por exemplo, eu me referi à questão do trabalhador motorista, do trabalhador do transporte de carga. Esse é um caso específico. É preciso dar uma atenção especial, como nós temos dado com a criação desse grupo especial, que a gente fiscaliza a partir do rastreamento por satélite do transporte de carga. A gente tem avançado bastante nesse processo. Há necessidade de uma agenda de estudos sobre situações laborais de alto risco.

Na lista dos fatores de risco, nós elaboramos, em 2011, a lista nacional dos agentes cancerígenos para humanos, como o Jorge referiu, a partir da lista da Organização Mundial de Saúde. Essa lista chegou a ser assinada pelo então Ministro do Trabalho, mas não foi assinada pelos demais ministros, pelos processos próprios de cada um desses ministérios. Novamente retomamos essa lista neste ano, que já foi assinada pelo Ministro do Trabalho. Neste momento, está na Saúde e na Previdência, e a gente aguarda que brevemente essa lista nacional dos agentes cancerígenos seja publicada, porque vai ser um avanço importante para todos nós.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO DONATO VASCONCELOS – Em relação à estrutura de rede integrada de informações, já referida, a implementação de sistemas de gestão. Essa questão do sistema de gestão é algo que a gente precisa discutir muito para o próprio projeto de lei. A gente está numa revisão da NR 4 e da 5, exatamente na perspectiva de um sistema de gestão mais eficiente, tanto para o setor público quanto para o privado. Não queremos que uma norma do setor público caminhe em uma perspectiva distinta do que a gente quer caminhar no setor privado.

Em relação à capacitação, que foi mencionada, há todo um esforço com o qual a gente tem trabalhado, na perspectiva de que a gente possa trabalhar nos diversos níveis da educação no Brasil, que desde o ensino primário a gente tenha o ensino da prevenção da saúde do trabalhador. Há também a necessidade de se criar uma agenda integrada de estudos e pesquisas no País, que é algo que a gente tem desenvolvido para poder construir e fortalecer cada vez mais.

Um dia, eu estava num debate, Jorge. Era o Carlos, à época, o coordenador – hoje é o diretor. Houve um debate da saúde do trabalhador, e eu fiz a menção: "Se a gente somar todo o dinheiro dos vários ministérios que a gente aplica na área da saúde do trabalhador, a gente chega a uns R$100 milhões." Havia um representante da Secretaria dos Portos que disse assim: "Isso é o que a gente está gastando para poder melhorar as condições de um porto. É tudo o que vocês gastam em pessoal, em toda a estrutura de recursos e tudo o mais."

Então, na verdade, nós somos poucos, os recursos são poucos, e precisamos cada vez mais otimizar a nossa atuação.

Agradeço.Desculpem-me ter ultrapassado um pouco o horário. Estamos na Coordenação do Departamento de Segurança e Saúde e à disposição de todos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço ao Dr. Fernando Donato Vasconcelos, Auditor Fiscal do Trabalho.

A última oradora é Ana Lúcia Amorim de Brito, Secretária de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A SRª ANA LUCIA AMORIM DE BRITO – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o Senador Moka, o Senador Paulo Paim, todos os presentes e dizer que é prazer estar aqui.

O que me cabe nesta audiência pública é apresentar o que temos feito para a melhoria da segurança e saúde do servidor público do Executivo Federal.

Nós temos atuado muito fortemente para cumprir o previsto na nossa Constituição, o que já foi apresentado pelos palestrantes anteriores.

Nós atuamos na Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento com base nas orientações normativas e nas leis, políticas, diretrizes, que são emitidas pelos três Ministérios, que já foram comentados aqui pelo Dr. Fernando, que é o Ministério do Trabalho, o Ministério da Previdência e o Ministério da Saúde. Então, nós recepcionamos as normas, as regras, as políticas previstas por esses Ministérios e traduzimos isso em orientações, em políticas para os nossos servidores públicos.

Nós temos hoje no serviço público do Executivo Federal, considerando somente servidores civis – não considerando aqui os militares – e os servidores ativos, cerca de 540 mil servidores em atuação, distribuídos em todas as regiões do País. Há uma capilaridade muito grande, que é um desafio muito grande para que possamos promover uma política que seja padronizada, que tenha abrangência nacional e que seja benéfica a todos os nossos servidores.

Temos evoluído significativamente nos últimos anos. Nós fizemos aqui um quadro do antes e depois de 2003, quando nos debruçamos mais sobre essa temática. Nós tínhamos antes um foco muito grande em vigilância e segurança do trabalho, reduzida à concessão de adicional ocupacional, e também havia inexistência de monitoramento das condições de saúde e das condições de trabalho nas organizações públicas. E, a partir de 2003, um trabalho muito forte começou a ser feito. Começou com a criação de uma coordenação geral para essa finalidade, dedicada a essa temática, ainda na antiga Secretaria de Recursos Humanos. Em 2006 foi criado o Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Público Federal (Sisosp), que evoluiu, em 2009, para uma Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho e para a criação de um Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal. O decreto instituiu ainda um comitê gestor de atenção à saúde do servidor, e, em 2010, iniciamos já o desenvolvimento de um sistema informatizado que suporta a política e a atuação desse subsistema orgânico, que atua em todos os órgãos para a melhoria da saúde e da segurança do nosso servidor nos nossos ambientes de trabalho.

Então, a nossa política e o nosso subsistema têm por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção, acompanhamento da saúde dos servidores da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalhador do Governo Federal, que é baseada, como já falei, nas normas dos nossos Ministérios do Trabalho, da Saúde e da Previdência.

Essa é a reestruturação da nossa política e do nosso subsistema. Então, nós temos aqui, no centro, a nossa política.

A política, que chamamos de PASS, traz diretrizes a todos os órgãos da Administração com relação à universalidade das ações, à equidade de tratamento – então, todas as ações desenvolvidas no âmbito dessa política têm que atingir todos os servidores – e à integralidade das ações. Nós temos sempre uma interseção muito grande entre as ações de segurança no trabalho com as ações de promoção na saúde. A participação dos servidores é essencial. Então, é uma política democrática.

Regionalização e descentralização. Também é praticada de forma descentralizada. O modelo é centralizado, as orientações e diretrizes, mas nós temos núcleos em todos os Estados que fazem a execução descentralizada, de acordo com a realidade local daquela região.

Nós nos baseamos em estudos epidemiológicos. Então, estudamos quais foram as causas dos motivos de afastamento do servidor do trabalho, se essas causas de afastamento têm fundamento em condições de trabalho, e, a partir desse estudo epidemiológico, nós desenhamos as ações por meio de todos os órgãos da Administração.

Trabalhamos na formação e capacitação desses quadros para essa finalidade e procuramos também sempre, por meio de pesquisas com apoio de universidades, fazer estudos e intervenções pontuais em carreiras ou em órgãos que têm demonstrado um quadro mais crítico.

Então, nós trabalhamos nestas frentes: previdência à saúde, vigilância dos ambientes de trabalho, promoção à saúde, assistência à saúde, por meio do auxílio de saúde suplementar, e investidura no cargo público. Então, nós trabalhamos as questões de saúde e segurança desde a investidura no cargo público, por meio dos exames admissionais e exames periódicos, até nos processos de perícia, quando o servidor teve que se afastar e tem que ser reintegrado ao ambiente de trabalho.

Para isso, como falei, nós desenvolvemos tanto um sistema informatizado, que chamamos de SIASS, que é utilizado por todas as unidades que se dedicam a essa temática nos órgãos da Administração Pública Federal, que é o que chamamos de rede. Então, nós temos hoje uma rede de atenção à saúde do servidor. São

117 unidades espalhadas por todo o País. Elas estão estruturadas num formato de serviços compartilhados. Foi uma estratégia que encontramos para potencializar os recursos que a Administração Pública Federal tem de médicos, enfermeiros, psicólogos, peritos, para que atuassem juntos e, com isso, conseguíssemos atender um número maior de Municípios e um número maior de servidores. Então, por exemplo, quando temos uma unidade de atenção à saúde do servidor em determinado Município em que há uma agência do INSS, há uma delegacia do Ministério do Trabalho, uma agência da Receita Federal, eles firmam acordo de cooperação, unificam as equipes, aumentam a capacidade de atendimento e potencializam os recursos das ações de atenção à prevenção de acidentes de trabalho e à atenção à saúde do servidor por meio dessa rede.

Nós, hoje, estamos com a rede praticamente implantada em todo o País. Essa rede, em todas as suas ações, registra isso no sistema de informações. A partir desse sistema de informações, nós temos as informações centralizadas. Então, nós temos um conhecimento central do que está acontecendo em toda a força de trabalho do Executivo Federal, quadro civil, e isso retroalimenta a nossa política, as nossas diretrizes.

Aqui é o estágio de desenvolvimento do nosso sistema. Nós estamos com ele praticamente concluído. O módulo de vigilância dos ambientes de trabalho ainda estamos concluindo, mas ele já está em estado bem avançado.

Então, essa é a carinha do sistema, em que os órgãos entram, fazem os seus registros de avaliação dos ambientes de trabalho.

E a avaliação dos ambientes de trabalho incorpora estas quatro perspectivas: o ambiente é monitorado com relação aos riscos, ele é monitorado com relação à avaliação biomecânica do processo de trabalho, monitorado com relação à organização das atividades e também das relações de trabalho e também com relação aos riscos de acidente no local de trabalho.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA LUCIA AMORIM DE BRITO – Então, é uma perspectiva bastante completa. A partir daí isso é registrado no sistema integrado com as políticas de atenção à saúde, às atividades educacionais para prevenção e também às atividades de revisão dos ambientes de trabalho, onde estão identificadas algumas situações de insalubridade, etc..

Esse é o trabalho que o Executivo Federal tem se esforçado para fazer. Temos aqui o arcabouço legal e ainda neste mês publicaremos uma portaria que traz a revisão e a sedimentação da Política de Atenção à Saúde do Servidor, com inovações bastante significativas, envolvendo um nível mais estratégico dos órgãos centrais de Brasília. Estamos buscando agora, um reforço para que os órgãos setoriais possam ter mais patrocínio, para que consigamos inclusive prever recurso orçamentário mais significativo para essa área.

Bom, acabou meu tempo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixe-me fazer uma fala rápida.

Todos nós sabemos que a questão dos acidentes de trabalho no Brasil é grave, gravíssima. Ninguém tem dúvida quanto a isso. Recentemente, recebi um livro que dizia que o Brasil estava em primeiro lugar no mundo; depois, me disseram que não era bem isso, que estava em terceiro. Que esteja em quarto lugar em matéria de acidente no trabalho, já é grave. Tenho o livro aqui comigo e posso, depois, se for o caso, socializá-lo, repassando as informações que recebi de um estudioso do tema.

Segundo: chegam-nos informações, a maioria, inclusive, de auditores fiscais do trabalho, dizem que, de que de cada dez acidentes, oito são em empresas terceirizadas. Não importa se na área pública ou na área privada. A cada cinco mortes, quatro são em empresas terceirizadas. Alguma coisa está sendo feita nesse sentido para evitar que isso aconteça? Responda quem quiser.

Mediante essa realidade, faço outra pergunta. Recebi informações, aqui agora confirmadas, a respeito do número de empregos no Brasil. Hoje, há 20 milhões de empregos a mais do que havia há 10, 12, 15 anos. E o número de fiscais do trabalho diminuiu – como se diz? – de forma nominal, nem é proporcional, é nominal. O número de trabalhadores mais que dobrou, e o número de fiscais do trabalho diminuiu em relação ao que havia há 15 anos. Estou citando 15 anos para não ficar naquela história de que foi só no governo Lula, nos últimos 12 anos. Essa não é a questão. Ninguém está aqui preocupado em fazer jogo de situação e de oposição, e sim com a vida dos trabalhadores.

Por que não se contrata mais fiscais do trabalho? Por quê? Não consigo entender, se são vidas que estão em jogo, se são sequelas que permanecem, todos sabem da gravidade. Ontem mesmo, eu estava em casa assistindo à televisão, e pumba: construção civil, dois trabalhadores foram soterrados, morreram em uma obra em São Paulo, se não me engano. Isso é notícia todos os dias, mas eu me lembro dessa de ontem à noite. Até agora estavam procurando os corpos.

Creio que não estamos fazendo o dever de casa como deveríamos. Nós eu digo o Estado brasileiro. Há algo errado. Na área pública mesmo, até hoje não existe uma legislação.

Sua proposta de uma universidade, Prof. Raymundo, parece que vai na linha de um projeto mais amplo para atacar essa questão, que é da maior gravidade.

O projeto apresentado pelo grupo, que surgiu aqui em uma audiência, Senador Waldemir Moka, com V. Exª, em nenhum momento eu acho que é perfeito, mas, assim mesmo, foi apresentado e está sendo discutido no Governo, para, no mínimo, legalizar a situação das CIPAs e da segurança. Falamos tanto em prevenção na área pública!

São perguntas que deixo para a reflexão. Sei que não vai ser hoje que vamos resolver tudo isso, pela gravidade dos fatos. Eu gostaria de receber aqui esse documento, assinado inclusive por todas as centrais. Eu tenho uma relação excelente com todas elas, mas a pergunta que vai ficar é aquela: entre o documento que está aqui e o que está sendo feito, no mínimo, existe uma distância muito grande ainda. O documento é muito bem elaborado.

Eu gostaria que alguém me respondesse, primeiro – vou ser bem objetivo –: por que não se contratam mais fiscais para acompanhar?

Desde as obras da Copa... Todos sabem que eu não sou contra a Copa. Sou bem claro na minha posição. Todo mundo, agora virou... Todo mundo não. Muita gente, publicamente, gosta de dizer que é contra a Copa. Eu não sou contra a Copa. O legado da Copa nós vamos ver depois, não agora. Muitas obras não ficarão prontas agora, mas nós vamos ver o resultado depois, daqui a dois, três, quatro, cinco anos.

Vou citar um exemplo, no campo da construção civil: de minha cidade, Canoas, no Vale do Sinos, até Porto Alegre, eu levava duas horas até a chamada Arena do Grêmio. Com a obra chamada Rodovia do Parque, eu levo quinze minutos. Estou apenas citando o exemplo de um legado da Copa. Esse é um exemplo típico. É claro que houve exageros em algumas áreas, mas que cada um responda pelo que fez, seja quem for e no estádio que for.

Mesmo assim, durante a Copa, eu havia entendido que contrataríamos muito mais fiscais, aproveitando o momento, para ajudar a fiscalizar todas as áreas. Algo tem que ser feito. Não dá para continuar da forma como está. Espero que, depois desta audiência, que não é a primeira nem a segunda... Já participei, talvez por ter provocado, de mais de 20 audiências públicas sobre o tema. E, sinceramente, não avançou. Aqui vem o Dr. Raymundo Nonnato Castro, que diz palavras e palavras. Alguém já me disse: "De palavras estou cheio; quero ver ação". Disse para mim mesmo, mas não vou contar em que situação: "Só falar, falar, não adianta. Eu quero ver fazer e acontecer tudo que você está falando aí".

Então, fica essa reflexão para os senhores, porque sei que vamos para as considerações finais, já são 12h16. Pelo menos, aqui, hoje, nós temos, na área pública, um anteprojeto para o debate. E sei que todos poderão, aqui, nas suas considerações, ajudar nessa reflexão. Na verdade, eu não esperava que aqui houvesse solução. As angústias são muitas, mas vamos continuar. Eu sou sempre otimista. Sempre digo que o pessimista é derrotado por antecipação. Eu prefiro ser otimista. Se a pessoa se centrar só no pessimismo, dizendo que não vai dar certo, não vai dar certo, então vai para casa dormir e esperar morrer. Não. Eu sou sempre um otimista. Acho sempre que vamos, mais hoje, mais amanhã, fazer acontecer e, com isso, salvar milhares e milhares de vidas.

Era isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Conforme eu havia dito, vou inverter a ordem e todos terão a oportunidade comentar a respeito do que ouviram e de responder os questionamentos do Senador Paim.

Eu quero apenas dar uma opinião como Presidente.

O que percebei é que há uma desarmonia no que as pessoas aqui dizem. Isso ficou muito óbvio para mim. Em primeiro lugar, se existe esse projeto, e é uma proposta concreta, ele poderia servir exatamente como base de discussão desta Mesa. E, após chegarmos a um texto convergente, eu, V. Exª e todos os Senadores desta Comissão iremos até a Casa Civil, porque a iniciativa é privativa do Executivo. Não adianta ficarmos enganando que o Senado vai propor essa legislação. Não cabe ao Senado propô-la. A iniciativa é privativa do Executivo. Minha proposta é ouvi-los, a partir do texto.

Chamou-me a atenção que o Ministério do Planejamento, pelo que ouvi, implantou um sistema, e acho que é um início. Eu confesso que me surpreendi, não sou da área como V. Exª, pela organização. Se for implementado, com mais fiscais do trabalho e com esses dados sendo permanentemente atualizados, eu acho que nós começaremos a ter realmente uma atuação mais específica.

Em relação a recursos, deu sorte aqui a Drª Ana Lúcia Amorim de Brito. Este ano, sou relator do Orçamento. E quero que a Ana leve à Ministra Miriam Belchior – pode ser você mesmo – que, quando da confecção do Orçamento deste ano, vamos buscar recursos do Orçamento no Ministério do Planejamento a fim de tentar estruturar exatamente a área de segurança e de saúde.

Então, deixo essa colocação e começo a ouvi-los, de forma invertida. A última a falar foi Ana Lúcia Amorim de Brito, que será a primeira.

Como já é 12h20 e daqui a pouco haverá outras atividades neste plenário, tenho que observar o tempo, a fim de não atrapalhar. Então, vou reduzir em cinco minutos para que todos façam a réplica.

Drª Ana Lúcia.

A SRª ANA LUCIA AMORIM DE BRITO – Muito obrigada.

Eu quero registrar nosso reconhecimento pela importância do tema e da política. De fato, o Ministério do Planejamento tem atuado muito fortemente nessa área. Muitos Estados têm vindo nos procurar para conhecer nosso modelo e nele se inspirar a fim de estabelecer políticas para seus servidores públicos. Mas falta um arcabouço legal que unifique essas ações, com certeza.

Com relação à indagação do Senador Paulo Paim sobre os fiscais do trabalho, como também afeta a minha área, eu vou relatar que, de fato, há muitas necessidades no Executivo federal hoje. Essa é uma necessidade reconhecida. Nos últimos anos, temos procurado, todos os anos, liberar um pouco de recursos para a contratação de fiscais do trabalho.

Em algum momento da história, houve uma paralisação na contratação de servidores públicos, o que gerou um *gap* na Administração. Atualmente, muitos servidores estão se aposentando, como o Dr. Fernando relatou, e é difícil repor todos imediatamente. Para os senhores terem uma noção dos orçamentos para a contratação de novos servidores nos últimos anos, 87% do orçamento foi dedicado à área social. Esses recursos foram direcionados para educação, saúde, previdência e trabalho. Grande parte para educação. Com a expansão universitária, foi um volume imenso de recursos. E todos nós sabemos que essa é uma prioridade em nosso País. Então, nós continuamos nos esforçando, assim como o Ministério do Trabalho, para ajudá-los a vencer esse desafio.

Quero dizer que é muito bem-vinda a sugestão do Senador Moka. Ficamos agradecidos. É um desafio muito grande melhorar a atuação de todo o corpo funcional, porque vai desde a conscientização do servidor público, como trabalhador, de que o correto é ele não estar exposto ao risco, mas sim trabalhar em um ambiente que não lhe proporcione risco nenhum. Essa é a nossa busca. E estamos aí, em parceria com o Ministério do Trabalho, a fim de avançar nessa política pública, no nosso caso, no segmento dos servidores públicos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço a Ana Lúcia Amorim de Brito e passo, na sequência, a palavra ao Dr. Fernando Donato Vasconcelos.

O SR. FERNANDO DONATO VASCONCELOS – Obrigado, Presidente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me, apenas para...

O SR. FERNANDO DONATO VASCONCELOS – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já que vai responder, é um segundo só.

Há um dado que me passaram: dos acidentes de trabalho acontecidos no Brasil, nem 3% foram investigados porque há falta de fiscais. Esse fato é real?

O SR. FERNANDO DONATO VASCONCELOS – Sim. Eu acho que é mais do que isso. Nem 3% foram investigados. Em relação ao conjunto dos acidentes, sim. Nós investigamos muito menos do que isso. Em relação ao conjunto dos óbitos, mesmo assim, nós não conseguimos investigar todas as mortes. E eu considero um dos grandes absurdos você não saber por que morreu, exatamente em que circunstâncias morreu. E há carência de auditores mesmo.

Na sequência, concordo com a Secretária Ana Brito: houve um *gap* importante na década de 80. Esse processo ainda é resquício da ditadura. Quer dizer, nas décadas de 70 e 80, com o início da democracia no Brasil, é que nós, como eu mencionei, passamos a aumentar o número de auditores. Nosso grande problema é que essa era uma situação esperada. Essa sequência de aposentadorias nós poderíamos desenhar na década de 90 e dizer: "Olha, vai acontecer". Está acontecendo. Esse é o grande problema. De fato, precisamos – eu nem almejo que tenhamos o mesmo tratamento que a Receita Federal, que também não se julga bem aquinhoada – ter a perspectiva de ouvir dizer: "Olha, nos próximos três, quatro anos, vamos contratar mil auditores fiscais do trabalho; vamos garantir, no primeiro ano, diante da urgência, a contratação de 400, mais 300, mais 300". Se houvesse essa perspectiva, mas, infelizmente, ela não está apontando.

Contamos muito com a sensibilidade do Ministério do Planejamento e a perspectiva de orçamento, para que a gente possa avançar nessa direção. Porque, como apontei ali, como é que a gente conseguiu fazer ações em áreas estratégicas? Por exemplo, para as grandes obras de infraestrutura, que estamos fiscalizando praticamente todas, nós tivemos que tirar auditor de algum lugar. Então, hoje, por exemplo, o setor elétrico, que é um setor importantíssimo – e particularmente a situação da terceirização no setor elétrico é grave em termos de taxa de letalidade em relação aos trabalhadores –, a gente tem uma situação que a gente fiscaliza

muito pouco. E há várias outras áreas, que eu poderia mencionar aqui, em que a gente fiscaliza muito pouco. Se a gente não estivesse com o grupo móvel de auditorias de grandes obras de infraestrutura funcionando há três anos, há quatro anos, melhor, nós poderíamos dizer que teriam acontecido muito mais mortes do que as oito mortes noticiadas – alguns falam em nove, mas inclui um infarto que a gente não considera que tenha sido propriamente uma morte por acidente de trabalho. Então, essa situação, de fato, poderia estar muito pior se a gente não estivesse atuando, e firmes, em relação a esse processo.

E, finalmente, quero dizer que a gente tem buscado harmonia com o Ministério da Saúde e com o Ministério da Previdência – há harmonia em meio a diferenças também. Também a gente entende que o Ministério do Planejamento, nesse aspecto particular da execução, é fundamental nessa questão do servidor público – não apenas federal, mas servidores de um modo geral –, para a gente construir de forma harmônica e numa lógica comum entre o setor privado e o setor público a fiscalização, inclusive na perspectiva de como é que a nossa própria atuação vai acontecer.

A gente pode até autuar um órgão público, mas a gente não pode executar a multa, porque não se executa multa contra um ente público. Então, assim, o que fazer diante dessa situação? O que a gente propõe diante dessa situação? São coisas que a gente vai dialogando para encontrar a saída, e acho que a harmonia que o Presidente Moka coloca nos levará a esse destino.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu só quero lembrar, Dr. Fernando, que enquanto não houver um texto convergente, é um motivo, é sempre uma desculpa para o Governo não enviar o projeto de lei. Eu só quero que vocês tenham isso em mente, porque, às vezes, radicaliza-se na discussão, na divergência, o que nunca dá em um texto convergente, e aquilo vale como desculpa: "Ah, não tem convergência, então não vamos enviar o projeto de lei".

Eu sei, Senador Paim, que estou invadindo a sua área. Mas, por favor, eu estou aqui apenas e tão somente tentando contribuir porque, às vezes, essas divergências, embora saiba que elas sejam importantes e que tenham que existir, quando se radicaliza – e tenho certeza que não é o caso –, contribuem para não resolver o problema.

O SR. FERNANDO DONATO VASCONCELOS – Presidente, não é em tréplica, absolutamente.

É sobre uma informação que acho que o Senador Paim nos trouxe e eu queria registrar: a gente tem lidado muito com essa informação de que o Brasil é o quarto em acidentes, que é o primeiro, que é o terceiro. Mas não existe nenhum estudo da Organização Internacional do Trabalho dizendo que o Brasil é o primeiro, segundo, terceiro, quarto, décimo ou vigésimo – não existe. A situação pode ser pior e pode ser melhor, mas não existe. Apesar de alguns estudos até fazerem referência, mas se você vai olhar esse estudo... A gente foi a fundo e inclusive já pedimos a declaração à própria OIT no sentido de dizer que não existe estudo

Então, a situação é fácil? Não, é terrível. Mas esse dado, realmente – embora alguns autores citem como quarto, décimo quarto em outra coisa –, não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só permita que eu diga, Presidente, é algo positivo o que ele falou e quero reforçar: parabéns pela posição de pedir que o Senado não aprove a lei da Câmara, porque, nos dois anos anteriores, morreram quatro mil pessoas no trânsito; depois da lei, morreram, ainda, 2,6 mil, mas foram 1,6 mil vidas que nós recuperamos ou salvamos com a lei. Claro que a lei tem que ser melhorada, mas revogar a lei, como estão propondo, é um absurdo, é um retrocesso. V. Exª tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Esta discussão nós vamos travar aqui na Comissão. Vamos evitar essa...

Aqui, agora, na sequência, o Prof. Raymundo Nonnato Castro.

O SR. RAYMUNDO NONNATO CASTRO – Vou tentar responder a sua preocupação.

A cultura que existe no nosso País é da resistência à fiscalização.

Quando eu contratei professores para a Universidade Corporativa dos Correios e disse a eles que as aulas seriam observadas por televisão, foi uma resistência terrível, porque o professor fecha as portas, ele se isola e faz o que quer.

Há uma resistência cultural à fiscalização, e sobre essa convergência, Secretária Ana Lúcia, de normas, de leis, eu vou dar um exemplo na área do nosso Senador Moka, que é médico: imagina um paciente na UTI sendo tratado por três, quatro, oito ou dez médicos; é tanto diagnóstico, é perigosa a intervenção, que o paciente pode morrer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Desculpa, só porque os médicos vão criticar, se eu não falar. (*Risos.*)

Existe, hoje, um protocolo. Existe em cada serviço o que nós chamamos de protocolo. Você trata um infarto dessa maneira. E há serviço que diz: o médico é obrigado a seguir aquele protocolo.

O SR. RAYMUNDO NONNATO CASTRO – Por isso eu o provoquei.

E quanta fiscalização eu caio naquela tese do faz de conta. Nós temos a cultura no nosso País de faz de conta. Querem ver? Eu vejo os exemplos de desastres, de acidentes. Vocês sempre viajam – não é? – daqui para Luziânia, para Pirenópolis. Reparem na estrada que há uma placa: "Esta estrada tem radar". Pergunte se há radar mesmo nessa estrada. E nós sabemos que não há radar e continuarmos a 100, 110 e 120. É a cultura do faz de conta. É a cultura de que está se cuidando do problema: palavras, fóruns, seminários, comitês, para a solução. Agora, com a convergência – e vejo esses especialistas, estou vendo aí o meu querido amigo da Anseaf, Humberto Sena, que está lutando para que o engenheiro seja considerado servidor público federal; lutando, porque do engenheiro a gente só se lembra sabe quando? Na tragédia.

O engenheiro é um técnico silencioso – podem reparar. E aqui estou ao lado do Ministério do Planejamento, Drª Ana Lúcia, que cuida do servidor público. O engenheiro tem que ser aceito na gestão pública como servidor público, para que ele tenha liberdade e possa dar opinião sobre a 8.666/93, que está sofrendo agora o impacto da contratação diferenciada, que é o jeitinho brasileiro, é uma forma de burlar a lei, é outra cultura. E está em votação, Senador, na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – E, mais uma vez, comigo contra – eles sabem disso –, e dizendo que nós temos uma lei tramitando, permanente, que temos mais de vinte audiências públicas, para evitar isso.

O SR. RAYMUNDO NONNATO CASTRO – Vejam bem: a 8.666/93 disciplinou, moralizou o processo licitatório, mas, dentro da cultura brasileira, há o jeitinho, um viés. E eu provoquei também, Senador Moka, de propósito, aqui. Na Casa, está o projeto de regime de contratação diferenciada, que vai quebrar a preocupação do projeto básico, a elaboração do projeto básico. Portanto, é uma forma...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Essa é medida provisória.

O SR. RAYMUNDO NONNATO CASTRO – Medida provisória.

Senador Paulo Paim, V. Exª está intimado e notificado, com o Senador Moka, a impedir que se aprove – desculpem – o jeitinho brasileiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixa só eu lhe dizer uma frase: recebi, há pouquinho tempo aqui, casualmente, um grande amigo meu do Rio Grande do Sul, que é arquiteto, Clovis Ilgenfritz, pediu-me, pelo amor de Deus, que eu não vote favorável a essa proposta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAYMUNDO NONNATO CASTRO – Agora, veja, Senador: o engenheiro como servidor público, podendo dar parecer, evitará a corrupção terrível deste País em construção de estradas, em construção de prédios, em construção de estádios.

Esta é a minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só para comentar, Senador Paulo Paim.

Eu não vou entrar no mérito dessa questão, mas é verdade que a Presidenta mandou uma medida provisória que, originalmente, não era tão abrangente; ela foi tornada abrangente aqui na Casa. A Relatora é a Senadora Kátia Abreu. Eu me coloquei contrariamente.

Há uma comissão especial em que ela passou, onde nós ouvimos, no mínimo – está aqui o engenheiro –, o Tribunal de Contas da União, associação de prefeitos. Nós estamos fazendo uma modernização da legislação, mas com a preocupação em licitar as grandes obras e as pequenas obras das pequenas prefeituras. Tudo isso foi levado em conta, Senador Paulo Paim.

Então, por isso, coloquei-me, naquele dia lá, contrário, porque não posso entender como é que nós vamos votar uma medida provisória se nós temos uma legislação, na minha avaliação, que propõe uma mudança permanente, muito mais ampla e muito mais segura para o País.

Mas não adianta a gente falar, senão nós vamos entrar em outra discussão.

Passo a palavra ao Sr. Francisco Machado da Silva.

O SR. FRANCISCO MACHADO DA SILVA – Eu quero, inicialmente, agradecer a presença dos profissionais que vieram do Brasil inteiro aqui, agradecer a participação dos funcionários da Casa, aos dois Senadores, o Senador Moka e o Senador Paulo Paim. Parabenizar o Senador Moka pelo discernimento que ele deu numa área em que ele não é especialista. O Senador Paim também, ele tem um discernimento profundo disso. Quero parabenizar ambos.

A segunda abordagem é com referência à ação conjunta. Nesta Mesa temos três Ministérios: o Ministério do Planejamento, o Ministério da Saúde e o Ministério do trabalho. Mas, no Brasil, não há integração – não

é nenhuma crítica a vocês pessoas físicas, não. Mas não há integração, Senador Moka. Cada um fica cuidando do seu próprio umbigo. Eu faço um apelo a esta Mesa para que haja uma integração nas ações dos Ministérios neste segmento, que ninguém fique isolado, que cada um se integre. É o apelo que faço, publicamente, a este Plenário.

A terceira observação é em relação à exposição de motivos. O Ministério Público de Goiás, Senador Paulo Paim e Senador Moka, fez uma exposição de motivos com referência a este anteprojeto que eu pediria aos queridos Senadores que abraçassem essa causa na Casa Civil.

A quarta abordagem é uma ponderação à Drª Ana Lúcia. Drª Ana Lúcia, tirando o serviço de perícia no Ministério do Planejamento, qual a visão do Ministério do Planejamento referente à aprovação de lei unificada, que abranja as três esferas da União, os três níveis da União, que já têm 18 milhões de trabalhadores no serviço público. São 18 milhões, no Judiciário, Legislativo e Executivo. Então, que visão o Ministério está tendo disso? E quais as dificuldades pela não aprovação dessa lei até hoje? Já se passaram 40 anos e nada, até hoje!

Não é nenhuma crítica à senhora, que está lá há pouco tempo. Mas tem que ter resultado no Ministério do Planejamento, não é?

A quinta ponderação é com relação às considerações que o Senador Paulo Paim fez. A questão dos terceirizados merece uma audiência pública, Senador Paulo Paim junto com o Senador Moka. É uma área que está abandonada, não só pelo Governo, mas pelas empresas e pelos engenheiros de segurança do Ministério do Trabalho. Não se faz nada ou muito pouco nessa área. Há um desconhecimento nessa área. Merece uma audiência pública.

A segunda ponderação do Senador Paulo Paim é sobre por que não se contratam mais fiscais no Brasil. Não há vontade política, Senador. Esta é a resposta: não há vontade política. Por quê? Na década de 70, o Ministro do Trabalho descia às minas de carvão em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. O Ministro do Trabalho descia às minas de carvão, e o presidente da República, naquela ocasião, participava de seminários como este, de *workshops* como este. O Presidente da República participava Eu via, eu estava presente. Então, não há vontade política.

Então, eu faço um apelo aos dois Senadores para que façam uma dupla boa nesta Casa, para ser uma voz, um tambor para o Brasil de ter vontade política nessa área, e junto com a sociedade que está aqui presente.

Com relação à Universidade do Trabalhador, Senador Paulo Paim e Senador Moka, é fundamental termos a do trabalhador não só na área sindical, Dr. Castro, porque, quanto à área sindical, menos de um terço está sindicalizado; setenta por cento não querem sindicato. Então, deve ser chamada Universidade do Trabalhador, e não sindical. Há uma "ojeriza" – aspas – a essa área sindical.

A quarta observação é com relação às estatísticas nacionais e mundiais. É como o Dr. Fernando falou: não há estatísticas. Se alguém falar para o senhor, é falso, não procede isso.

E a última coisa é a função dos auditores: hoje, não é preventiva; hoje, é apenas por denúncia. Não se faz fiscalização preventiva nessa área! É só quando há denúncia e quando há morte! Essa é a realidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – (*Fora do microfone*.) – E o segredo é a prevenção.

O SR. FRANCISCO MACHADO DA SILVA – E o segredo é a prevenção.

Para finalizar, a Fundacentro, a maior entidade do Hemisfério Sul na década de 1970, maior de todas no mundo, hoje está sucateada. Ela recebia 2,5% do SAT – Seguro de Acidente do Trabalho; hoje não recebe nem 0,5%. A Fundacentro está sucateada, quer dizer, nós caímos; perdemos o *status* de ter prevenção no Brasil.

Muito obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*Fora do microfone*.) – Não tem ação nem corretiva, quanto mais preventiva!

O SR. FRANCISCO MACHADO DA SILVA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na sequência, eu concedo a palavra ao Jorge Mesquita Machado. É isso?

O SR. JORGE MESQUITA HUET MACHADO – Senador, obrigado pela oportunidade de falar de novo. Aliás, parece que eu não falei nada aqui, porque as pessoas não... Tem que tentar ser mais objetivo, porque...

Primeiro, o Mistério da Saúde é participante desse processo. Eu vim trazer aqui, inclusive, a discussão da intersetorialidade, a ação intersetorial, que foi o item pedido. Então, eu acho que a gente tem...

A primeira questão é exatamente fazer o que já há de harmonia. Essa discussão desse plano, a discussão da integração entre Previdência, Trabalho e Saúde é um resultado concreto dos debates. Eu acredito no Parlamento. Eu acredito na palavra, na discussão. Eu acho importante nós mantermos o diálogo. Não dá para fazermos harmonia sem diálogo. E a ação vem desse diálogo. Inclusive, eu expressei aqui que já há algumas ações concretas em relação a esse diálogo, o que foi inclusive um ponto da fala do Fernando. Nós vimos tentando harmonizar a ação, e há um documento de harmonização entre Trabalho, Saúde e Previdência.

Da mesma forma que no SIASS, o processo com a discussão do plano, da política do Ministério do Orçamento e Gestão também teve participação ativa do Ministério da Saúde, desde o início, com seminários de harmonização, seminários nacionais de harmonização. Nós pactuamos esse documento em conjunto. É harmônica a nossa ação.

Aquele documento que eu trago aqui para discutirmos como conteúdo da Política Nacional de Promoção da Saúde, do SUS, também foi pactuado com o Ministério do Trabalho e com o Ministério do Planejamento. É uma política setorial de todo o setor público e também privado, porque as políticas do Ministério da Saúde são universais, elas não têm o foco específico no público. Elas são universais. O documento que eu trouxe aqui de política nacional de saúde da trabalhadora e do trabalhador vale para o setor público. Ele está valendo, é um documento que o setor público já pode utilizar em todos os seus níveis.

Na época em que nós estávamos discutindo com o Planejamento um documento específico para o setor público federal, a ideia era que esse documento do SIASS fosse também encampado pelos Estados e Municípios, na sequência. Mas, como diz aqui o nobre Senador, essa ação também tem que partir dos Executivos estaduais e municipais. Essa pactuação de uma política estadual e municipal tem que ser incorporada pelos próprios entes federativos! Nós até podemos fazer uma política nacional, mas inclusive com menos detalhamento de ação, linhas e diretrizes para a ação de saúde do trabalhador.

No nosso caso, eu gostaria que esse tipo de conceito fosse levado adiante. Inclusive, junto do Planejamento, é a saúde do trabalhador hoje o conceito, e a essa ação integrada nós chamamos de atenção integral de saúde do trabalhador. É isso que está prevalecendo junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a partir dessa harmonização que nós temos feito.

Então, existe todo um processo de harmonização, existem alguns textos que devem ser consultados e considerados para se fazer esse processo do servidor público. Não era esse o foco da minha fala. Por isso, não foquei muito nessa ação do servidor público.

Fazendo esse preâmbulo, afirmo que quero ser parte, o Ministério da Saúde é parte e quer ser parte nesse processo de harmonização para construção das diretrizes dessa política nacional que deve emanar desse projeto.

Outra questão é a do óbito decorrente do acidente do trabalho. A primeira questão que nós dizemos sempre é que o acidente não é uma entidade única. Ela é múltipla, ela tem que ser especificada. Cada tipo de acidente tem um tipo de intervenção. Então, dizer que "precisa de fiscalização" é uma questão genérica que não vai levar a lugar algum. A fiscalização é necessária, mas não é fundamental em algumas situações. Existe outro tipo de intervenção que precisa ser feita.

Por exemplo, na segurança pública, hoje se tem uma epidemia de morte de agentes públicos de segurança. Por que está acontecendo isso? Como é que você previne essa ação? Não é com fiscalização. Mesmo caso, o dos rodoviários. Como é que vamos colocar agentes de fiscalização, em que tipo de ação de prevenção, para se prevenir isso nas estradas de rodagem? Nós precisamos de fiscalização para as estradas de rodagem estarem em melhores condições. Há verdadeiras armadilhas em estradas nacionais, e não é questão de fiscalização; é questão do engenheiro do projeto.

Hoje, por exemplo, existe um acesso ao novo Aeroporto Internacional do Galeão com uma curva que é uma armadilha para carros. Aqui, nós fizemos uma obra em que não houve projeto de adequação da obra do ponto de vista da segurança. Nós passamos por lá muitas vezes, vimos tudo no escuro, procurando a saída para chegarmos ao aeroporto, e não havia uma iluminação. Nós tivemos uma redução da iluminação pública no Brasil. Isso reduz a visibilidade do motorista. Isso não acontece... E esse é o segundo caso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas só para ficar claro para nós, porque eu estou ficando mais confuso do que quando entrei na reunião.

O SR. JORGE MESQUITA HUET MACHADO – Eu estou dizendo para você...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não precisa nem de prevenção, nem de fiscalização? Não há prevenção no Brasil, nem há fiscalização!

O SR. JORGE MESQUITA HUET MACHADO – Não há uma cultura de ação!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas está me passando a impressão...

O SR. JORGE MESQUITA HUET MACHADO – Mas é uma impressão errada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Prevenção precisa?

O SR. JORGE MESQUITA HUET MACHADO – As duas coisas são necessárias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fiscalização também?

O SR. JORGE MESQUITA HUET MACHADO – Também precisa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ah, bom! Agora melhorou.

O SR. JORGE MESQUITA HUET MACHADO – Claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Estava confuso.

O SR. JORGE MESQUITA HUET MACHADO – Não, não. não. A questão é: que tipo de fiscalização?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Claro!

O SR. JORGE MESQUITA HUET MACHADO – De que tipo de ação? Não é só das normas regulamentadoras.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ninguém está dizendo que é.

O SR. JORGE MESQUITA HUET MACHADO – Eu estou falando. Você me perguntou: qual é a fiscalização, e qual é que não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu disse que precisa de prevenção e de fiscalização, e nós vamos construir...

O SR. JORGE MESQUITA HUET MACHADO – Claro! Isso!

O que eu estou dizendo é que, numa ação sobre acidente trabalho, é preciso especificar qual é o nosso problema e o foco dos problemas.

Já fizemos ações em cima dos óbitos em acidentes de trabalho, por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro, durante o final da década de 80 e a década de 90. Todos os óbitos foram investigados. Há uma tipologia de acidentes, e a ação de intervenção é muito complexa. E, principalmente, o ator dessa fiscalização é o próprio trabalhador, é o próprio sindicato. O sindicato tem que estar dentro desse processo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – As empresas não o deixam entrar!

O SR. JORGE MESQUITA HUET MACHADO – Esse é outro problema.

Nessas obras do PAC, por exemplo, das hidrelétricas, há uma invisibilidade da ação de fiscalização. Ocorreram óbitos decorrentes de acidentes de trabalho em Santo Antônio e Jirau, e, em muitos casos, tentaram esconder o cadáver, para se dizer que não morreram lá; e depois virou outra coisa. Há uma subnotificação dos óbitos!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sim, é claro.

O SR. JORGE MESQUITA HUET MACHADO – É isso o que estamos dizendo aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É mais grave do que eu imaginava.

O SR. JORGE MESQUITA HUET MACHADO – É gravíssimo. A situação é gravíssima, Senador.

Ou nós tiramos a cabeça do avestruz e olhamos a problemática... E é questão de intervirmos juntos. Nós temos, sim, que criar uma comissão intersetorial.

E a minha proposta, para sair do papel, é que, anualmente, nós venhamos aqui para fazer um balanço dos óbitos por acidentes do trabalho no Brasil – o que nós temos, o que nós fizemos, o que nós deixamos de fazer.

Só para finalizar, nós temos hoje, no Estado de São Paulo, um Fórum de Acidentes do Trabalho organizado pela USP e pela Universidade de Botucatu, com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Eu vou deixar este *site* com vocês, com todo o pessoal da Mesa. Já estamos no 40º fórum de discussão. E há muita ação feita, porque há método de investigação, há projetos de intervenção. Esse é um exemplo de como nós podemos trabalhar sistematicamente essa questão. Trabalhando, não só discutindo. E, para trabalhar, é preciso discutir, é preciso fazer balanço. Não dá para chegar aqui, fazermos algo e depois ninguém saber o que está acontecendo. É o que ocorria anteriormente.

E, se estamos querendo incluir todo o setor público, nos Estados e Municípios, o ator que vai deflagrar a ação é a Secretaria Estadual da Saúde e a Secretaria Municipal da Saúde, em conjunto com as instâncias regionais da Previdência e do Trabalho. Mas o ator que está presente em todo o Território nacional é a Secretaria, com a Vigilância em Saúde do Trabalhador, que é uma atividade que está colocada no plano como ação intersetorial em torno dessa questão.

Eu acho que é necessário levar em consideração isso aqui. Eu tenho de deixar esse recado aqui, porque parece que, na hora em que falei, eu falei mais da intersetorialidade, mas questões concretas é que têm que organizar a intersetorialidade. Essa era a minha mensagem.

E a questão concreta que eu proponho é exatamente o óbito por acidente do trabalho, inclusive com o balanço aqui no Senado, anual, também com enfoque no setor público, no de terceirizado, no precarizado, no setor informal – que também não é registrado.

Então, basicamente era essa a minha mensagem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nós não podemos sair do jeito que está saindo aqui. Há uma proposta. O que há de concreto aqui? Há uma proposta de uma legislação que pretende seja enviada através da Casa Civil. Eu concordo com o Jorge Mesquita no sentido de que a lei vai ter que ser um pouco genérica, porque os Estados e os Municípios também têm que fazer essa parte. Mas tem que haver essa harmonia.

Eu acho, Jorge, que nós temos que começar tendo uma legislação nacional, o que nós não temos. Eu colocaria isso como prioridade. Uma vez colocada essa legislação nacional, enviada pela Casa Civil para cá, é questão mais do Senador Paulo Paim, mas eu me coloco na ajuda, no sentido de fazer tramitar o mais rapidamente possível.

Quanto às outras questões, como essa proposta de anualmente analisarmos o número de óbitos, parece-me uma coisa muito objetiva. Quer dizer, nós vamos analisar se o que está sendo feito realmente está tendo resultado.

Então, eu ficaria com essas duas questões.

Quanto à proposta do querido professor, eu disse a ele que acho que a primeira coisa é conversar com as Centrais, porque elas serão as mantenedoras. A ideia me parece ótima, mas eu acho que tem que haver concordância de quem vai ser a mantenedora da proposta. Mas é evidente que é um caminho importante.

O SR. RAYMUNDO NONNATO CASTRO – Eu concordo plenamente, porque, na minha terra – eu sou maranhense –, diz-se que se tem de matar a cobra e mostrar o pau.

Aqui está um ofício, meu caro Jorge Mesquita, do Ministério da Saúde. Em 2011 – está aqui o ofício, recebido pelo Ministro Carlos Lupi –, eu propus a Universidade do Trabalhador. Ele se apaixonou pela ideia. Pergunte-me se foi para frente. Isso em 2011.

Eu mostrei ao Ministro que o Ministério do Trabalho só apresentava na televisão com carteiras assinadas. E que, quando aparecia na televisão, era concursos fajutos, cursos fantasmas, com ONGs. E realmente aconteceu um desastre terrível com as ONGs.

Ao atual Ministro, Manoel Dias, apresentei também o projeto, e nunca mais fui chamado ao Ministério do Trabalho.

Por isso, entrego, hoje, nas mãos do Senador Paulo Paim e do Senador Waldemir Moka, para que a entidade mantenedora, a CUT, que é a primeira central de trabalhadores do Brasil, a quarta do mundo, com três mil duzentas e tantas entidades filiadas...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para ajudar, envolve todas as centrais. Porque se falar só em uma, está feita a confusão. Quem sabe a disputa que existe...

O SR. RAYMUNDO NONNATO CASTRO – Correto. É um ciúme que existe. É por isso que eu coloquei todas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vamos deixar assim: o Paim vai se encarregar disso. A sua proposta é ótima, mas vamos ouvir primeiro as centrais, para não criar nenhuma divergência.

O SR. RAYMUNDO NONNATO CASTRO – Porque há aquela história de palavras, palavras e palavras bonitas, e nada se fez.

Hoje é um dia histórico com esse projeto de lei, Francisco Machado. Hoje é um dia histórico. E creio que aqui está a certidão de batismo da Universidade do Trabalhador Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Paim, nós vamos fazer o seguinte: vamos dar um tempo. Na volta do recesso, questionaremos se houve avanço nesse trabalho, na convergência desse projeto; senão vamos chegar ao final do ano e não haverá convergência. Então, é preciso que os senhores interajam. Não adianta vir aqui à audiência pública – as pessoas falam – se vocês não saírem daqui com o objetivo de trabalhar em cima da proposta de modificar, de mudar, de modo que a Casa Civil possa enviar uma proposta, ou não, e dizer: nós não vamos enviar. Porque senão, Paim, daqui a pouco vamos voltar a conversar aqui, e a impressão é de que a falha será da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, e não o é, porque a prerrogativa dessa legislação não é do Legislativo. Estou insistindo nisso. Se fosse, nós chamaríamos para nós a responsabilidade.

O SR. FERNANDO DONATO VASCONCELOS – Nós, do Ministério do Trabalho, não participamos da elaboração dessa proposta. Nosso departamento, eu tratarei com o diretor hoje mesmo, se responsabiliza em fazer uma contraproposta em relação àquilo que divergimos pontualmente e nos colocamos à disposição de participar da discussão. Quero registrar minha divergência do Jorge, que disse que fiscalização não é importante.

O SR. JORGE MESQUITA HUET MACHADO – Eu não falei isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ele não disse isso. Ele foi muito claro. Disse que as causas dos acidentes de trabalho são múltiplas, e ele tem razão. Existe acidente de trabalho que a fiscalização não iria resolver. Eu quero fazer a defesa dele.

Gente, nós precisamos ser convergentes aqui. Eu acho que, no Ministério do Planejamento – se você me permite –, você poderia ficar com a responsabilidade de chamar o Ministério da Saúde e do Trabalho, na condição de representante do Ministério do Planejamento, para iniciar a discussão de um texto convergente. Eu acho que o mais indicado é o Ministério do Planejamento.

A SRª ANA LUCIA AMORIM DE BRITO – Senador, se o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Claro.

A SRª ANA LUCIA AMORIM DE BRITO – Eu creio que este é um tema mais afeto ao Ministério do Trabalho, mas o Ministério do Planejamento entende, é parceiro e participa do grupo para discutir, porque o tema principal é segurança do servidor no trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ana, eu estou raciocinando como o Ministério do Planejamento sendo o Ministério que organiza as coisas. Evidentemente que eu não desconheço que o tema aqui é saúde e segurança do trabalho. Não desconheço. Ele tanto seria afeto ao Ministério do Trabalho como ao Ministério da Saúde.

A SRª ANA LUCIA AMORIM DE BRITO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas estou dizendo exatamente isso. Por ser o Ministério do Planejamento o ministério que organiza isso, e por ser a Ministra Miriam Belchior a Ministra do Planejamento, eu tenho a impressão de que o chamamento dela seria isso. Mas é claro que se você entende que o Ministério do Trabalho e o Ministério da Saúde têm que tomar a frente disso...

A SRª ANA LUCIA AMORIM DE BRITO – Eu quero explicar como atuamos. Como eu apresentei, os ministérios finalísticos fazem as políticas universais, como o Jorge falou, do Ministério da Saúde, e nós cuidamos de um segmento nessa linha.

Por isso que, nesse caso, eu entendo que o Ministério do Trabalho e o Ministério da Saúde, de fato, são ...

O SR. FERNANDO DONATO VASCONCELOS – Vamos, Secretária, coordenar, e a senhora garante os auditores para a gente. Aí, está tudo resolvido. É apenas uma brincadeira. Estou entendendo a situação, mas a gente pode colaborar exatamente nisso.

A SRª ANA LUCIA AMORIM DE BRITO – Você sabe que somos parceiros nisso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu acho que esta audiência se exaure aqui. Nós da Comissão de Assuntos Sociais estamos fazendo o possível. Agora, que fique muito claro: se vocês não tiverem boa vontade uns com os outros, se vocês insistirem na divergência, nós não vamos ter um texto aqui, enviado pelo Executivo.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 11 horas e 4 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 1 minuto.)

ATA DA 23ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e seis minutos, do dia vinte e um de maio de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual da Senadora Vanessa Grazziotin, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, e das Senadoras Ângela Portela, Ana Rita, Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. Assume a presidência o Senador Waldemir Moka, às nove horas e quarenta e seis minutos. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1** – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, de 2013 – Não Terminativo – Autoria: Senador Aécio Neves. Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família em caso de alteração na situação de elegibilidade familiar. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. **ITEM 2** – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 718, de 2007 – Terminativo – Autoria: Senador Gerson Camata. Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para dispor sobre a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário. Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 718, de 2007. **Resultado:** Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 718 de 2007. Relatoria: Senador Jayme Campos. **ITEM 3** – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2008 – Terminativo – Autoria: Senador Marconi Perillo. Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências", para instituir rateio dos recursos oriundos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e destinados ao custeio da assistência médico-hospitalar dos vitimados. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2008, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. Relatoria: Senadora Ana Amélia. **ITEM 4 –** TRAMITAÇÃO CONJUNTA PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, de 2012 – Terminativo – Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Estabelece direitos e garantias dos portadores de órteses, próteses e materiais implantáveis de uso médico ou odontológico, dispõe sobre mecanis-

mos de controle e monitoramento desses produtos, determina a notificação compulsória em caso de defeitos detectados e dá outras providências. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, de 2012 – Terminativo – Autoria: Senador Humberto Costa. Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para garantir o direito à substituição de próteses e órteses defeituosas, no âmbito do sistema público e privado de saúde. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2012, e das Emendas nºs 1,2,5,6 e 8-CMA; pela aprovação das Emendas nºs 3, 4 e 7-CMA, na forma das Subemendas que apresenta; e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2012, que tramita em conjunto. **Resultado:** A Presidência devolve a Relatoria ao Senador Paulo Davim. Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. Relatoria: Senador Paulo Davim. **ITEM 5 –** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, de 2012 – Terminativo – Autoria: Senador Eduardo Amorim. Determina a obrigatoriedade de distribuição de protetor solar pelo SUS para pessoas portadoras de albinismo e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. **ITEM 6 –** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, de 2013 – Terminativo – Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, para condicionar, à prescrição médica, a venda e o fornecimento de medicamento à base de vitamina ou mineral cujo consumo excessivo possa ser prejudicial e impor a colocação de advertência nas embalagens de produto dietético que contenha a vitamina ou o mineral. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2013. **Resultado:** A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Ângela Portela, em substituição ao Senador Humberto Costa. Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2013. Relatoria: Senador Humberto Costa (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senadora Angela Portela. **ITEM 7 –** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, de 2013 – Terminativo – Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Torna obrigatória a preservação do sigilo da condição de portador do vírus da imunodeficiência humana (HIV) nos casos especificados; e altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para ampliar o rol de profissionais obrigados à preservação do sigilo das informações constantes da notificação de doenças e agravos à saúde. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2013. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2013. Relatoria: Senadora Angela Portela. **ITEM 8 –** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, de 2013 – Terminativo – Autoria: Senador Mário Couto. Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, o saque na hipótese de decretação de estado de calamidade pública ou em situação de emergência decorrentes de eventos climáticos, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 396, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. **ITEM 9 –** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, de 2013 – Terminativo – Autoria: Senador Mário Couto. Dá nova redação ao caput do Art. 1º e § 2º, da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, a fim de permitir que a concessão do benefício de seguro desemprego, a catadores de caranguejos e mariscos, devidamente registrados nas colônias de pesca de suas regiões, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2013. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. Relatoria: Senador Paulo Paim. **EXTRAPAUTA – ITEM 10** – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 27, de 2014. Autoria: Senador Paulo Paim. Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso I, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para "instruir PLS nº 88 de 2013 que trata da negociação do banco de horas com a categoria profissional preponderante". Os convidados sugeridos para compor a mesa dos expositores, são: 1. Representante da CNI- Confederação Nacional da Indústria; 2. Representante da CNC- Confederação Nacional do Comércio; 3. Representante da CNT- Confederação Nacional do Transporte; 4. Representante da Força Sindical; 5. Representante da Nova Central; 6. Representante da CUT- Central Única dos Trabalhadores. **Resultado:** Aprovado. **EXTRAPAUTA ITEM 11 –** REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 28, de 2014. Autoria: Senador Paulo Davim. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Assuntos Sociais, para tratar das CONDIÇÕES DE ASSISTÊNCIA DOS HOSPITAIS FEDERAIS DO BRASIL, com a presença das seguintes entidades: – Conselho Federal de Medicina – CFM; – Federação Nacional dos Médicos – FENAM; – Associação Médica Brasileira – AMB; – Ministério Público do Trabalho; – Ministério da Saúde. Na oportunidade, sugiro que a referida Audiência Pública seja realizada no dia 04 de junho de 2014, às 14h. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Paulo Davim, Eduardo Suplicy, Jayme Campos, Cyro Miranda, e as Senadoras Ângela Portela, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, e o Senador **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamen-

te com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de um item não terminativo e de oito itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Eu só quero informar a ausência do nosso Presidente, Senador Moka. É uma ausência temporária. Em breve, ele deve chegar à nossa Comissão. Isso não é usual. Raramente nós começamos as reuniões das quartas-feiras, reuniões ordinárias da Comissão de Assuntos Sociais, sem a presença do Senador Moka, porque ele falta a todos os compromissos para os quais é convidado, sempre designa Parlamentares para comparecerem, para que ele pessoalmente possa abrir, conduzir e dirigir os trabalhos desta Comissão. Entretanto, ele acaba de fazer contato conosco e se encontra na abertura e na eleição da nova diretoria da Aprosoja, que é a Associação dos Produtores de Soja do Brasil – ele é um militante muito ativo nessa área ambiental, todos sabemos. Mas seguiremos na nossa reunião até que ele chegue e assim dê continuidade à direção dos trabalhos.

A título de informação ao Plenário, os itens nº 5 e nº 8, cuja Relatora é a Senadora Lúcia Vânia, estão retirados de pauta a pedido da própria Relatora.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, DE 2012
- Terminativo -

Determina a obrigatoriedade de distribuição de protetor solar pelo SUS para pessoas portadoras de albinismo e dá outras providências.
Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta.
Observações:
- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.
- Votação nominal.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, DE 2013
- Terminativo -

Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, o saque na hipótese de decretação de estado de calamidade pública ou em situação de emergência decorrentes de eventos climáticos, e dá outras providências.
Autoria: Senador Mário Couto
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 396, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta.
Observações:
- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.
- Votação nominal.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não. O Senador Humberto Costa com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu queria, muito respeitosamente, fazer aqui uma reclamação. Nós já estamos debatendo esse tema do projeto que modifica a legislação que instituiu o Bolsa Família já há um bom tempo. O projeto chegou a esta Casa e, depois de passar na CCJ, houve um primeiro relatório, um voto em separado, a retirada do projeto da pauta para um novo relatório, a apresentação de um novo relatório, pedido de vista. E a nossa expectativa era de que nós pudéssemos votá-lo hoje.

A Senadora Lúcia Vânia é uma pessoa do nosso mais absoluto respeito, é uma pessoa operosa, trabalhadora, de forma que não foi pelo fato de que ela não ter preparado o seu relatório que nós não vamos votar. O problema é que esse é um tema polêmico e, na medida em que não se vota, nós não temos uma definição do tema. Então, eu creio que não há mais modificações a serem feitas que possam de alguma forma mudar o pensamento das pessoas.

Eu queria fazer um apelo a V. Exª, que seja transmitido tanto ao Senador Moka quanto a própria Senadora Lúcia Vânia: que nós pudéssemos votar, ou para aprovar ou para rejeitar, até porque o fato de nós não votarmos alimenta um debate político. Eu sei que não é o objetivo da Senadora Lúcia Vânia, mas há objetivamente outros que querem transformar essa discussão sobre Bolsa Família num tema da conjuntura política.

Então, eu faço, muito respeitosamente, essa reclamação e peço que V. Exª acolha como reclamação sem qualquer efeito regimental. Apenas eu peço que se coloque em votação. Não hoje, quando...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeitamente, porque, inclusive, na pauta distribuída com antecedência, já há os dois itens com o pedido de retirada pela própria Relatora. Os autores da matéria um é o Senador Aécio Neves e o outro é o Senador Mário Couto.

Eu, Senador Humberto Costa, quero dizer que concordo com V. Exª e tenho certeza – não tenho nenhuma delegação, mas conhecendo o Senador Moka – de que ele também tem o mesmo pensamento de V. Exª, porque é praxe desta Comissão resolver absolutamente tudo, ou seja, esgotar a pauta, votar as matérias. De fato, a matéria cuja Relatora é a Senadora Lúcia Vânia já tramita nessa pauta há algum tempo, por diversas razões, inclusive debates sobre os projetos, e tudo mais. Por outras razões, tem sido também insistentemente retirada de pauta.

Eu me socorri aqui à Secretaria da Comissão, à Dulcídia, e fui informada de que, pelo art. 175, inciso V, do Regimento Interno no Senado, há possibilidade de mudar a sequência da Ordem do Dia "pela retirada de qualquer matéria, para cumprimento de despacho, correção de erro ou omissão nos avulsos e para sanar falhas de instrução". Ou seja, o Relator tem essa possibilidade de pedir a retirada da matéria, entretanto, esse é um caso que tem que ser discutido e decidido pela Comissão. Então, nós passaremos essa sugestão de V. Exª ao Senador Moka para que, semana que vem, havendo a possibilidade, de fato o projeto entre em pauta e já seja votado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu não estou fazendo nenhum questionamento regimental.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeitamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu sei que, regimentalmente, ela está inteiramente coberta. É mais uma questão política, até porque houve uma situação aqui em que estava marcado... Eu inclusive tinha uma viagem e, como estava na pauta, eu pedi para retirar e não foi retirado; eu não viajei para participar da discussão em uma dessas vezes em que o projeto veio para a pauta. Então, que se marque para a outra semana, mas que se marque e se faça essa discussão, e se decida.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Perfeitamente. Então, creio que esse encaminhamento será repassado ao Presidente Moka. Eu percebo, pelo silêncio do Plenário, que há uma concordância com as manifestações de V. Exª, Senador Humberto.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Para discutir.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu acho que não vamos levar ao caso regimental, até porque nós só temos dez assinaturas. Mesmo se quiséssemos votar, nós não teríamos condições de discutir. Mas – não só nessa Comissão, mas em inúmeras comissões – há a retirada constante de matéria, até porque há discussão em paralelo e fora da própria Comissão. E eventualidades também acontecem, não só aqui. Também já deixei de viajar inúmeras vezes por retirada de pauta de outros Senadores. Eu acho que vale a pena, então, uma discussão, e o próprio Presidente da Comissão conversar com a Relatora e com os principais interessados para que se chegue a um acordo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Cyro, e todos dentro da mesma compreensão. Apenas uma observação: nós estamos com quórum na Comissão. Temos a assinatura de onze Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

Senador Suplicy.

E aí, encerramos esse assunto para entrarmos efetivamente na pauta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu até gostaria muito de ter aqui a presença da nossa Relatora, Senadora Lúcia Vânia, e do próprio autor da proposta sobre o Bolsa Família, Senador Aécio Neves, porque acho que seria muito interessante o diálogo com ele.

O Senador Aécio Neves, que propôs o que seria, na avaliação dele, um progresso para o Programa Bolsa Família, tem ciência de que o Congresso Nacional, por votação de todos os partidos, aprovou que, por etapas, a critério do Poder Executivo, um dia nós vamos chegar à renda básica de cidadania. Inclusive, todos os 81 Senadores propusemos à Presidenta Dilma que constitua um grupo de trabalho para estudar as etapas em direção a essa meta, mas, obviamente, para caminhar em direção a essa meta, é importante que todos venhamos a contribuir.

E levando em conta que, assim como as legislações sobre os programas que precederam o Bolsa Família tiveram a sua votação por consenso – o Bolsa-Escola, o Bolsa Alimentação, o Auxílio Gás e o próprio Cartão Alimentação sempre tiveram o consenso de todos os partidos –, para as etapas de progressivo aumento do benefício do Bolsa Família – inclusive o chamado Programa Brasil Carinhoso, que assegura a todos os brasileiros um complemento de renda suficiente para que os beneficiários do Bolsa Família passem a ter R$77,00 *per capita*, pelo menos, considerada a renda da família mais o benefício do Bolsa Família –, seria interessante que todos nós, aqui, colaborássemos, Senadora Vanessa Grazziotin e Presidente Waldemir Moka, que todos viéssemos a colaborar para a meta anunciada pela Presidenta Dilma Rousseff de realizar a busca ativa.

O que significou essa meta, este propósito? Que todos os Governos Estaduais, os Governos Municipais, as entidades da sociedade civil, sejam os sindicatos ou as entidades empresariais, nós, cidadãos em geral, se, em algum lugar do Brasil, em algum Município, soubermos de alguma família que ainda, tendo direito, segundo a lei, a receber o Programa Bolsa Família e que ainda não esteja recebendo, precisamos informar a esta família, ao pai e à mãe, que ela pode ir à Secretaria de Desenvolvimento Social, à assistente social ou ao Centro de Referência de Assistência Social daquele Município para se inscrever e passar a ter este direito.

A partir de 1º de junho, pelos novos valores anunciados pela Presidenta Dilma Rousseff, com aumento de 10% nos valores do Programa Bolsa Família, toda a família, Presidente Moka, que não tiver uma renda, somados os rendimentos do pai, da mãe e de todos aqueles que porventura tenham renda na família, se não alcançar R$154,00 *per capita*, por mês... Digamos, numa família de pai, mãe e oito crianças, se a renda familiar não atingir R$154,00 por mês por pessoa e ela não estiver recebendo, ainda, o Bolsa Família, é nosso dever informar a esse pai e a essa mãe: "Olha, você vai lá e se inscreva. Você tem o direito de receber".

Segundo os dados, ainda ontem atualizados no Cadastro do Ministério do Desenvolvimento Social, eram 18.753.362 famílias que, em fevereiro de 2014, tinham renda familiar *per capita* de até R$140,00. Também, ontem, o número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, em maio de 2014, estava em quase 14 milhões – 13.940.270 milhões –, o que corresponde a 74,33% das famílias que deveriam ter esse direito.

Então, é nosso dever. Eu aproveito para falar isso aqui, porque a TV Senado e a Rádio Senado estão transmitindo: toda e qualquer família, no Território brasileiro, a partir de 1º de junho, se a sua renda familiar *per capita* não alcançar R$154,00 por mês, passa a ter o direito de receber o benefício Bolsa Família e pode se inscrever.

Então, eu acho que seria interessante termos o diálogo aqui, com o Senador Aécio Neves, até como um pré-candidato à Presidência da República. Que ele possa até colaborar na divulgação das regras do Bolsa Família, que ele próprio, o seu Partido e todos os Partidos, aqui aprovaram, para que, o quanto antes, cheguemos à meta de 100%. A Presidenta Dilma nos conclamou a ajudar nesse propósito, para, assim, alcançar o propósito de efetiva erradicação da pobreza extrema, da pobreza absoluta.

Mas teremos, então, a oportunidade, acho que na próxima semana, de, aqui, dialogarmos com o próprio Senador Aécio Neves.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy.

Primeiro, quero pedir desculpas, Senadora Ana Amélia, Senador Jayme Campos. Hoje houve a posse da nova presidência da Aprosoja, e o Presidente da Aprosoja para este mandato é do meu Estado, o Mato Grosso do Sul. Evidentemente, eu compus lá a Mesa. Peço desculpas pelo atraso.

Outra informação: a Senadora Lúcia Vânia me telefonou. Ela tem um problema de doença familiar. Acho que é bom dizer que a mãe dela foi internada, e ela, evidentemente, não pôde comparecer. Mas este item aqui, automaticamente, é colocado na quarta-feira. Eu concordo também.

Segundo a Senadora Vanessa já me disse, acho que esse projeto precisa ser votado. Eu acho que nós não temos mais como, embora, regimentalmente, existam formas de evitar uma discussão e a votação. Mas

eu acho que é um projeto que já foi suficientemente debatido, discutido, e agora o plenário tem que deliberar sobre essa matéria.

Item 2 da pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 718, DE 2007
- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para dispor sobre a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário.
Autoria: Senador Gerson Camata
Relatoria: Senador Jayme Campos
Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 718, de 2007.
Observações:
- Em 25.08.2009, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 6-CMA.
- Em 19.09.2013, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 7-CRA (Substitutivo).
- Votação nominal.

Eu concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, Srª Vice-Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras, o Projeto de Lei do Senado n° 718, de 2007, sob exame em decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais, altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para dispor sabre a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário.

O referido decreto-lei dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário e, nos termos do art. 1º do PLS, passa a vigorar acrescido de dois novos artigos, identificados como arts. 3º-A e 3º-B.

O *caput* do art. 3º-A prevê que o adquirente de produtos de uso veterinário retorne as embalagens vazias aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos no prazo de até um ano, contado da data de compra, ou em prazo superior, se autorizado pelo registrador. A devolução poderá, ainda, ser intermediada por postos ou centros de recolhimento, desde que autorizados pelos órgãos competentes.

Os §§ 1°, 2° e 3° desse novo dispositivo determinam que: a devolução poderá ocorrer em até seis meses após o término do prazo estabelecido de um ano, se ainda remanescer na embalagem produto que esteja dentro do prazo de validade; no caso de produto importado, assumirá a responsabilidade prevista no *caput* a pessoa física ou jurídica responsável pela importação; os produtores e os comerciantes são responsáveis pela destinação das embalagens vazias devolvidas dos produtos por eles fabricados ou comercializados, com vistas à reutilização, reciclagem ou destruição, conforme as normas estabelecidas pelos órgãos competentes.

De acordo com o art. 3º-B proposto, aquele que produzir, comercializar, transportar, aplicar, prestar serviço, der destinação a resíduos e embalagens vazias de medicamentos veterinários em descumprimento a exigências estabelecidas na legislação vigente estará sujeito a pena de reclusão de dois a quatro anos, além de multa.

O artigo do PLS prevê a vigência da lei a partir de sua publicação.

O projeto foi inicialmente distribuído à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – onde foi aprovado com seis emendas – e, em decisão terminativa, à CAS. Por força do Requerimento nº 903, de 2010, o projeto foi apensado aos PLS nºs 169, de 2008, e 494, de 2009. As proposições foram então redistribuídas à CAS, às Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura e, em decisão terminativa, à CMA.

Com base no Requerimento nº 1.428, de 2011, o PLS n° 148, de 2011, foi anexado a esse conjunto de proposições, submetendo-se a matéria também ao exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A competência terminativa permaneceu com a CMA.

Em 2012, o PLS n° 718, de 2007, ora sob exame, voltou a tramitar de forma autônoma. Por já estar instruído pela CMA, foi então encaminhado à CRA, atendendo ao Requerimento n° 857, de 2012, e, para decisão terminativa, à CAS, conforme despacho inicial.

Vou à fase da análise, Sr. Presidente, tendo em vista que esta matéria já se encontra na Comissão. Eu imagino que todos Srs. Senadores e Senadoras já tomaram conhecimento da matéria.

De acordo com o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde.

Por ser a CAS a comissão terminativa no exame do projeto, cabe a este Colegiado manifestar-se sobre a constitucionalidade e regimentalidade da matéria, e, a esse respeito, nada temos a objetar.

No entanto, quanto ao mérito, embora louvável a iniciativa parlamentar, cabe observar, de imediato, que o PLS foi apresentado em 2007, em data anterior, portanto, à aprovação da Lei n° 12.305, de 2010 (Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos).

O PLS pretende regulamentar o descarte de uma categoria específica de resíduos – no caso, as embalagens de produtos de uso veterinário –, com fundamento no princípio da responsabilidade pós-consumo do setor produtivo. Ocorre que, como veremos na análise a seguir, essa matéria já está regulamentada pelo art. 33 da Lei da PNRS.

A Lei da PNRS, ao dispor sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento dos resíduos sólidos, incorporou princípios inovadores, como a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto e o sistema de logística reversa; em resumo, a responsabilidade pós-consumo do setor produtivo.

Conforme define o inciso XII do art. 3º da Lei da PNRS, o sistema de logística reversa caracteriza-se por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu próprio ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação ambientalmente adequada.

No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm obrigações que abrangem, entre outras determinações, o recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final ambientalmente adequada, no caso de produtos objeto de sistema de logística reversa.

Vou à fase das emendas.

Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I – agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas.

O art. 33 da Lei da PNRS disciplina devidamente a matéria, além de discriminar para quais produtos os setores industriais e varejistas são obrigados a adotar, de imediato, a logística reversa – entre os quais se incluem os mencionados no inciso I do *caput*.

Com efeito, o §3º do art. 33 estipula que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes devem adotar todas as providências necessárias para assegurar os sistemas de logística reversa sob seu encargo, podendo, entre outras medidas, implantar procedimentos de compra de produtos inservíveis e postos de entrega de resíduos.

Os §§ 4º, 5º e 6º do referido artigo determinam que os consumidores efetuem a devolução dos produtos objeto de logística reversa aos comerciantes ou distribuidores, os quais, por sua vez, são obrigados a retorná-los aos fabricantes ou importadores, responsáveis finais pela destinação e disposição ambientalmente adequada dos resíduos pós-consumo.

Sr. Presidente, vou ao voto.

Ante o exposto, votamos, nos termos do art. 334 do RISF, pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 718, de 2007.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O relatório do Senador Jayme Campos declara prejudicado o projeto nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Quem votar com o Relator vota "sim" para declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 718, de 2007.

Votação nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator, Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – "Sim".

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

O Senador Humberto Costa está dando uma entrevista, mas sei que ele vota com o Relator.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Jayme Campos é voto conhecido.

Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 718, de 2007.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Vou pedir aos Srs. Senadores – nós temos quórum, e todos os projetos são terminativos – que fizéssemos um esforço para votarmos esses projetos terminativos.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 2008
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências", para instituir rateio dos recursos oriundos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e destinados ao custeio da assistência médico-hospitalar dos vitimados.

Autoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2008, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 14.12.2010, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável com a Emenda nº 1-CAE.

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Waldemir Moka, caros colegas Senadores e Senadoras, vou resumir a parte essencial, porque há um substitutivo a esse projeto, que foi exaustivamente debatido. A partir de uma emenda do Senador Paulo Davim, nós trabalhamos juntos.

Eu queria agradecer muito a colaboração do Presidente da Seguradora Líder – DPVAT, Ricardo Xavier, e também do Diretor do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Ari Louveira. A partir dessas conversações, chegamos a um entendimento.

Na verdade, o projeto do Marconi Perillo trata de descentralizar os repasses dos recursos, dando outra destinação, em função da existência de outras ações de extrema relevância, carentes de maior aporte de verbas.

Com efeito, parece evidente que a destinação dos recursos de que trata o PLS nº 16, de 2008, pode incorporar outros destinatários, como forma de complementar as ações de custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito, tais como iniciativas destinadas à reabilitação, à cobertura de benefícios de risco, bem como à prevenção.

De fato, é esse o caso dos programas de habilitação e reabilitação física e profissional a serem desenvolvidos no campo da Previdência Social, bem como da dotação de recursos garantidos de benefícios de risco, concedidos e a conceder, destinados às entidades gestoras dos regimes próprios de previdência social de Estados, Municípios e Distrito Federal.

Finalmente, deveria ser destinada uma parcela dos recursos DPVAT para programas de prevenção de acidentes de trânsito. Por fim, há que se rever, de forma periódica, os valores das indenizações na hipótese de

danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre ou por sua carga a pessoas transportadas ou não. A legislação atual fixa em R$13,5 mil a indenização nos casos de morte e invalidez permanente, total ou parcial, e em R$2,7 mil o reembolso à vítima dos casos de despesa com assistência médica e suplementar devidamente comprovadas.

Ressalte-se que os valores em vigência foram fixados pela Lei nº 11.482, de 2007, Senador Eduardo Suplicy, decorrente da conversão da Medida Provisória nº 340, de dezembro de 2006. Atualmente, passados seis anos sem que houvesse qualquer atualização das indenizações, essas se encontram bastante defasadas.

Atualizando-se o valor das indenizações pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, considerado o período compreendido entre 29 de dezembro de 2006 – data da edição da MPV nº 340, de 2006 – e fevereiro de 2014, obtém-se um percentual de reajuste da ordem de 48,56%.

Assim, oferecemos esse substitutivo. A emenda ao substitutivo do Projeto nº 16, de 2008.

EMENDA Nº (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 2008.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As companhias seguradoras que mantêm o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres de que trata a Lei n° 6.194, de 19 de dezembro de 1974, deverão repassar, do valor total do prêmio recolhido:

I – quinze por cento para o Ministério da Saúde, destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS), para custeio dos serviços pré-hospitalares e hospitalares de urgência;

II – dez por cento para o Ministério da Previdência Social, destinados ao Regime Geral de Previdência Social, para serem aplicados em programas de habilitação e reabilitação física e profissional;

[...]

Lembrando aqui apenas, Presidente Moka, que grande parte dos acidentes, pelo menos envolvendo motocicletas, é de jovens, que para o resto da vida, às vezes, ficarão dependentes dessa reabilitação.

[...]

III – vinte por cento para as entidades gestoras dos regimes próprios de previdência social, instituídos no âmbito dos Estados, Municípios e Distrito Federal, destinados à composição dos recursos garantidores de benefícios de riscos concedidos e a conceder;

IV – cinco por cento para o Ministério das Cidades, destinados ao Departamento Nacional de Trânsito, para aplicação exclusiva em programas de prevenção de acidentes de trânsito.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.3º.....

I – R$ 15.000,00 (quinze mil reais), nos casos de morte;

II – até R$ 15.000,00 (quinze mil reais), nos casos de invalidez permanente, total ou parcial, de acordo com a tabela anexa a esta Lei;

III – até R$ 3.000,00 (três mil reais), como reembolso à vítima, nos casos de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

.....

§2º Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R$ 3.000,00 (três mil reais), previsto no inciso III do caput deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos.

.....

§4º No primeiro dia de cada ano civil subsequente, os valores previstos nos incisos I, II e III e no §2° deste artigo 3° serão atualizados monetariamente, conforme a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, ou do índice que vier a substituí-lo, ocorrida no período de doze meses iniciado em 1° de agosto e terminado em 31 de julho do ano civil imediatamente anterior.

§5º Os valores das indenizações previstas nos incisos I, II e III e no §2º deste artigo 3° vigorarão durante todo o ano civil, não se admitindo qualquer alteração da anualidade ou da sistemática de atualização previstas no §4°.

§6° Sob pena das sanções previstas no art. 11, o consórcio de seguradoras que opera o seguro previsto nesta Lei está obrigado a submeter, anualmente e até o final do mês de outubro, por meio da empresa líder do consórcio, as informações, especialmente a taxa de sinistralidade por categoria de veículo, que permitam à Superintendência de Seguros Privados (Susep) elaborar cálculos atuariais, e

econômico-financeiros, os quais ficam submetidos à deliberação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) na fixação dos respectivos prêmios do seguro obrigatório." (NR)

Art. 3º Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal poderão participar da destinação de recursos de que trata o inciso III do art. 1º desta Lei, desde que, cumulativamente:

I – tenham instituído regime próprio de previdência social, conforme estabelecido pela Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; [Então, aí especifica, só aqueles que tenham o regime próprio de previdência.]

II – estejam regulares perante o Ministério da Previdência Social com as suas obrigações previdenciárias, mediante verificação da validade do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP);

III – atendam aos demais requisitos e condições estabelecidos nesta Lei e em seu regulamento.

§ 1° O quantitativo de servidores ativos e aposentados de cada ente federativo será considerado na distribuição dos recursos de que trata o caput deste artigo.

§ 2° O Conselho Nacional de Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social deliberará acerca do disposto neste artigo e sobre a participação e a destinação dos recursos a que se refere o inciso III do art. 1º desta Lei.

Art. 4° Os recursos a que se refere o inciso III do art. 1º desta Lei serão depositados em conta corrente de natureza específica de cada entidade gestora do regime próprio de previdência social.

§ 1º A disponibilidade dos recursos somente ocorrerá caso o ente federativo possua o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), vigente no primeiro dia útil de cada mês.

§ 2º Na hipótese de ausência de Certificado de Regularidade Previdenciária válido, o regime próprio de previdência social deverá regularizá-lo no prazo de até noventa dias contados da data do depósito, sob pena de redistribuição às demais entidades gestoras dos regimes próprios de previdência social dos recursos que lhe seriam destinados, na forma do caput deste artigo.

§ 3º Os depósitos de que trata este artigo serão efetuados mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da apuração dos valores.

Art. 5º O art. 10 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXVI:

"Art. 10.....

.....

XXVI – 1 (um) representante do Ministério da Previdência Social (MPAS)." (NR)

Art. 6º Ficam revogados o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o parágrafo único do art. 78 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A matéria está em discussão.

Para discutir, Senador Cyro Miranda. Logo em seguida, o Senador Paulo Davim.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu quero louvar a intenção da Senadora Ana Amélia, que soube alocar de forma clara e precisa esses recursos oriundos do DPVAT. Eu fui um dos que questionaram o projeto inicial do ex-Senador Marconi Perillo, porque, indo para o Fundo Nacional, os recursos são gerenciados em globo. Então, a maneira como a Senadora Ana Amélia conseguiu dividir, partilhar esses recursos, vem minimizar os impactos financeiros, principalmente os que são transferidos aos Estados e Municípios.

Desde já tem o meu voto favorável, com muito louvor, pelo seu substitutivo.

Parabéns, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim, evidentemente não quero patrulhar, mas nós acabamos de adquirir o quórum. Então eu gostaria... Mas é evidente...

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Eu falo depois.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não, Senador Paulo Davim, V. Exª, só quero que seja objetivo.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Está bem.

Sr. Presidente, há um detalhe que eu preciso ressaltar nessa matéria da nossa querida Senadora Ana Amélia. E veja que nós tivemos um trabalho muito grande para chegarmos ao consenso. Eu e a Senadora Ana

Amélia sentamos com a seguradora para discutir um detalhe a que, historicamente, essas seguradoras que fazem parte do *pool* sempre se opuseram.

Ora, desde 2007 o prêmio estava congelado. E tem mais: numa medida provisória apresentada naquele ano, na Câmara Federal, se colocou o velho contrabando conhecido de todos nós, que passou a prerrogativa de estabelecimento do reajuste para a operadora de seguro. Ou seja, a seguradora deliberava sobre o seguro do pagamento, mas congelou o prêmio. Então, fizemos o cálculo atuarial do que deveria ser o valor hoje e indexamos ao INPC. Nada mais justo, porque os valores eram simbólicos: R$1,5 mil, R$3 mil pelo falecimento. É uma coisa simbólica. Evidentemente, a seguradora se opôs e não aceitou. E aí nos sentamos, conversamos, argumentamos exaustivamente e chegamos a um acordo e ao consentimento dessa seguradora, que representa o *pool* de seguradoras.

Eu acho que esta matéria traz, sim, grandes avanços nessa questão. Por isso, Sr. Presidente, eu acho que esta matéria deve ser avaliada com este olhar: um olhar de modernidade, um olhar de preocupação, sobretudo procurando estabelecer uma conduta mais justa com aqueles que pagam o DPVAT e que, na hora em que sofrem e precisam, recebem um anedótico prêmio.

Nós, com esta matéria, conseguimos corrigir em parte essa distorção. Por isso eu acho que é uma matéria extremamente feliz, da iniciativa da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Paulo Davim.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita e Senador Casildo Maldaner.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Quero manifestar a minha opinião aqui.

É uma matéria altamente meritória, importante. Acredito que o relatório da Senadora Ana Amélia foi muito bem construído, que S. Exª se esforçou para buscar um caminho que seja o melhor possível. No entanto, tenho em mãos o parecer de alguns ministérios, como o Ministério das Cidades, Ministério da Saúde e Ministério da Fazenda, que também têm uma posição contrária. Eu não me sentiria muito à vontade de votar aqui hoje.

Gostaria de saber quais são as razões que o Governo tem, através desses Ministérios, de fazer algum questionamento.

Então, eu vou pedir a compreensão da Senadora Ana Amélia, do Senador Paulo Davim e do Senador Cyro Miranda, que já se manifestaram aqui favoravelmente. Compreendo perfeitamente, mas eu me sentiria muito mais à vontade se eu pudesse conhecer melhor as razões.

Reconheço o esforço da Senadora Ana Amélia. Entendeu, Senadora Ana Amélia? Então, com todo respeito, eu quero pedir vista, está bem?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Primeiro, esta matéria já é resultado de um pedido de vista. Em segundo lugar, Senadora Ana Rita, o Ministério das Cidades é favorável.

Eu tenho um argumento para rebater o argumento do Ministério da Saúde e do Ministério da Fazenda. Estamos dando uma formatação de repartição mais justa do recurso, e a Saúde alega que estamos tirando dinheiro da Saúde para botar na Previdência.

Ocorre, Senadora – vou ler para a senhora –, que "os gastos da Previdência Social com benefícios decorrentes de acidentes de trânsito somaram R$12 bilhões em 2013 diante de R$7,8 bilhões em 2011."

Olha só o aumento! Para a Saúde, estamos dando dinheiro do pré-sal e o orçamento impositivo, agora, tem que destinar grande parte para a saúde. Agora, não se falou nada de Previdência Social. Os aposentados do Aerus estão aguardando uma solução, que não foi resolvida ainda. É um compartilhamento, veja, justo: nós estamos dando 5% para o Denatran, exclusivamente para educação, para evitar acidentes, o que é preventivo; estamos dando para o SUS, não estamos tirando, 15%; nós estamos dando 10% para a repartição entre os entes federativos; e para o Ministério da Previdência, 20%.

Então, é uma distribuição que foi um exercício, como disse o Senador Paulo Davim, que foi o autor da emenda. Por causa dele, a gente voltou a discutir. Eu queria agradecer ao Ricardo Xavier.

Esse reajuste, só esse reajuste em caso de acidente a quem paga DPVAT, só por isso esse projeto já teria valido, porque a gente fez uma conquista.

Então, esse argumento do Ministério da Saúde, com todo respeito, do ponto de vista do que aconteceu aqui – ter dinheiro do pré-sal assegurado, ter dinheiro do orçamento impositivo –, eu gostaria de solicitar ao Senador, depois de todo esse trabalho e com todo o respeito a Senadora Ana Rita, que traz uma ponderação do Governo... Não é do Governo; é dos Ministérios da Saúde e da Fazenda, e o Ministério das Cidades é favorável ao acerto que nós fizemos.

Então, eu prefiro que a Senadora faça um voto em separado e nós votemos esta matéria, porque já foi trabalhado isso, Senador Moka. É a minha proposta, pois já houve pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Tudo bem, Senadora. V. Exª argumentou. Agora, eu tenho que fazer um registro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E vai também para a...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) –Aqui nesta Comissão, não foi feito nenhum pedido de vista; portanto, vamos esclarecer: o pedido de vista da Senadora Ana Rita é regimental. Ela pode se convencer em função da argumentação que V. Exª está usando, e eu acho que é uma argumentação, aliás, bastante... Agora, regimentalmente, a Senadora Ana Rita tem direito, e eu não tenho como evitar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Moka, absolutamente, não serei eu, que gosta de respeitar lei, que vou violentar o Regimento. Eu queria só sustentar...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Desculpe-me. É que V. Exª disse que esse projeto veio de um pedido de vista. Não nesta Comissão, até porque, se já tivesse havido um pedido de vista, não seria permitido um novo pedido de vista. Na sua fala, V. Exª deu a entender isso. Por isso, estou colocando isso.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu acho que não foi pedido vista ao substitutivo, mas ao texto inicial, porque esse projeto tramitou, ele foi retirado em função do substitutivo...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS. *Fora do microfone*.) – Aqui, Senador Cyro Miranda, absolutamente...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Ah, foi retirado, tem razão. Foi retirado em função da emenda do Senador Paulo Davim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É que é um substitutivo e o substitutivo é um novo projeto. A Senadora Ana Rita tem razão, e não só razão, tem direito a isso. Então, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só isso, para não ficar dirimindo dúvida. Eu quero ouvir a Senadora Ana Rita.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Moka, só para dar um subsídio à Senadora Ana Rita.

Esse projeto vai para a Câmara. Se o Governo ainda tiver alguma coisa... Nós vamos ter um calendário muito estreito este ano e, se a gente atrasar aqui, ele não vai para a Câmara nem este ano. Então, a Câmara poderia rever através dos pedidos dos Ministérios, aliás, de um Ministério.

Então, dou essa sugestão e faço esse apelo à Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Só para complementar minha fala, talvez para não prejudicar – prejudicar não –, não atrasar o andamento do projeto, porque ele tramita nesta Casa desde 2008, com certeza, se os Senadores assim concordarem, peçam vista coletiva, que ele retorna para a pauta na próxima semana. Nós temos apenas alguns dias para analisar, ouvir as ponderações do Governo, e ficamos assim liberados para votar o projeto na próxima semana.

Esse é o meu apelo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pedido de vista da Senadora Ana Rita.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Coletiva.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vista coletiva. O projeto retorna na quarta-feira que vem.

Aproveitando o quórum, eu tenho dois projetos que já foram lidos e há vista coletiva. Portanto, se o Plenário assim concordar, vou passar à votação.

São dois projetos, quero aqui colocar.

A Senadora Ana Amélia foi a Relatora *ad hoc* do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2012.

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2012
- Terminativo -

Estabelece direitos e garantias dos portadores de órteses, próteses e materiais implantáveis de uso médico ou odontológico, dispõe sobre mecanismos de controle e monitoramento desses produtos, determina a notificação compulsória em caso de defeitos detectados e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2012
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para garantir o direito à substituição de próteses e órteses defeituosas, no âmbito do sistema público e privado de saúde.
Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senador Paulo Davim
Relatora ad hoc: Senadora Ana Amélia.
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2012, e das Emendas nºs 1,2,5,6 e 8-CMA; pela aprovação das Emendas nºs 3, 4 e 7-CMA, na forma das Subemendas que apresenta; e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2012, que tramita em conjunto.
Observações:
- Em 14.05.2013, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2012, com as Emendas nºs 1 a 8-CMA; e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2012, que tramita em conjunto.
- Em 14.05.2014, a Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Paulo Davim. Lido o Relatório, é concedido Vista Coletiva nos termos regimentais.
- Votação nominal.

Consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa*.)
Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, eu poderia retirar de pauta esta matéria?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª é o...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Eu posso explicar.

É louvável a iniciativa do Senador Humberto Costa, ma há uma pendenciazinha em que a gente precisa trabalhar.

Ora, se a matéria garante a troca de próteses e órteses que venham a apresentar algum tipo de defeito, algum tipo de problema para o paciente, nada mais justo que haja essa troca. O problema está sendo na questão de estética.

Tirando de pauta, a gente poderá trabalhar melhor, de forma que essa matéria não sofra algum óbice na sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Consulto a Senadora Ana Amélia se eu posso devolver a relatoria ao Senador Paulo Davim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com muito prazer, não só peço a retirada de pauta – a matéria, de sugestão do Senador Paulo Davim, vai depender de um entendimento –, mas também, com muito prazer, passo a ele a responsabilidade de fazer esse trabalho, que estará em ótimas mãos, porque ele é do *métier* médico e conhece muito melhor do que eu.

Então, com muito prazer, faço as duas coisas: primeiro, peço a retirada de pauta, porque isso cabe à Relatora; segundo, como eu sou Relatora *ad hoc*, V. Exª com a competência regimental que tem, transfere para ele a relatoria.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A pedido da Relatora *ad hoc*, retirado de pauta.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Obrigado, minha querida companheira.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – E eu devolvo a relatoria ao Senador Paulo Davim.

O segundo projeto, que também tem vista coletiva, tem como Relator o Senador Humberto Costa, que não está.

Eu consultaria a Senadora Angela Portela...

Já foi pedida vista coletiva, o relatório é pela rejeição. V. Exª poderia relatar *ad hoc*? É só para a gente votar nominalmente.

É o item 6 da nossa pauta.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Pois não, Sr. Presidente. Vamos fazer a leitura do relatório.

Vamos direto à análise para fazer um resumo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – O relatório já foi lido.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Bem, Sr. Presidente, já que o relatório foi lido e em vista dos argumentos expostos, entendemos que, a despeito das louváveis intenções da proposição em comento, seus propósitos já estão devidamente contemplados pela legislação em vigor.

Penso que todos os Senadores já fizeram a leitura do relatório.

Em vista do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2013.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Encerrada a discussão, em votação.

O relatório é pela rejeição. Quem vota com o Relator vota "não" ao projeto.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Angela Portela é a Relatora *ad hoc,* voto "não".

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com a relatoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2013.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para a ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal.*

Ainda aproveitando o nosso quórum, item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, DE 2013
- Terminativo -

Torna obrigatória a preservação do sigilo da condição de portador do vírus da imunodeficiência humana (HIV) nos casos especificados; e altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para ampliar o rol de profissionais obrigados à preservação do sigilo das informações constantes da notificação de doenças e agravos à saúde.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2013.

Observações:

- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O projeto do Senador Randolfe Rodrigues discrimina quais os agentes públicos e privados estão sujeitos à observância do sigilo no trato das informações que permitam a identificação da condição de portador do vírus do HIV e agrava as penalidades previstas nos arts. 153 e 154 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), quando a divulgação dos dados seja feita, com intenção de causar dano ou ofensa, por agentes que estão obrigados ao sigilo por força de sua profissão ou cargo.

Ao justificar a iniciativa, afirma o autor que "a divulgação de informações que permitam identificar a condição de portador de HIV constitui invasão da esfera da intimidade, expõe o sujeito a danos morais e sociais e prejudica suas relações sociais nos mais diversos âmbitos, como o do trabalho e da escola, e deve, portanto, ser combatida".

Não há dúvidas que assiste razão ao autor no que tange à proteção do sigilo dos portadores do vírus do HIV. Realmente precisa o Estado garantir ao indivíduo as condições viver livre dos estigmas e situações vexatórias que decorrem do preconceito ainda arraigado em nossa vivência social.

É necessário que o Estado Brasileiro tome medidas positivas e efetivas para superar o preconceito e a discriminação que ainda hoje pesam sobre os portadores do vírus do HIV.

O projeto está em consonância com as prescrições constitucionais relativas à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, honra e imagem das pessoas. Realmente, para que os cidadãos soropositivos possam gozar na integralidade esses direitos fundamentais, é necessário assegurar-lhes o sigilo de sua condição.

Acreditamos que a medida proposta pelo projeto contribuirá para que os portadores do vírus do HIV possam viver com mais dignidade e integralidade, inseridos, sem a marca do preconceito, na convivência social.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2013.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Serei breve. Quero apenas elogiar a iniciativa do Senador Randolfe e a brilhante relatoria da Senadora Angela Portela. Realmente, é necessário. A gente não pode discriminar pacientes que são soropositivos e entender, de uma forma equivocada, que o soropositivo é uma ameaça à sociedade. É claro que não. O que acontece muito no Brasil, sobretudo onde não existe essa visão, esse esclarecimento mais apurado sobre a patologia, é que esses pacientes são pessoas potencialmente disseminadoras. Não é assim. Então, acho interessante até para que permita uma cidadania para essas pessoas soropositivas, portadoras do vírus, uma condição de vida mais digna, mais respeitosa. Eu acho que o sigilo é fundamental e permite essas condições.

Quero parabenizar a Senadora Angela Portela pela relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Votação nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Relatora Angela Portela.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vota com a Relatora Angela Portela, voto "sim".

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Graziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Com a Relatora Angela Portela.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a Relatora Angela Portela.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com a Relatora Angela Portela.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2013.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Uma vez que a Senadora Lúcia Vânia está ausente, o item 8 será retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, DE 2013
- Terminativo -

Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, o saque na hipótese de decretação de estado de calamidade pública ou em situação de emergência decorrentes de eventos climáticos, e dá outras providências.
Autoria: Senador Mário Couto
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 396, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta.
Observações:
- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.
- Votação nominal.)

O último item, cujo Relator é o Senador Paulo Paim, é o seguinte:

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, DE 2013
- Terminativo -

Dá nova redação ao caput do Art. 1º e § 2º, da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, a fim de permitir que a concessão do benefício de seguro desemprego a catadores de caranguejos e mariscos, devidamente registrados nas colônias de pesca de suas regiões, e dá outras providências.
Autoria: Senador Mário Couto
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2013.
Observações:
- Em 3.03.2014, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer favorável ao Projeto.
- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu vou retirar o projeto ora em pauta para reexame do meu parecer, porque, de acordo com as informações que eu recebi dos Ministérios correspondentes, da forma como está no projeto, para o dia a dia, na prática, já há um procedimento até mais avançado.

Então, nós vamos mudar o nosso parecer para que, de fato, esses trabalhadores tenham um ganho com o projeto apresentado com a melhor intenção pelo Senador Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Retirado, então, para reexame a pedido do Relator.

Regimentalmente, a Presidência concede a retirada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, permita-me ainda.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu só tenho um requerimento na mesa que trata do banco de horas.

Inclusive já foi já ajustado com o autor do PL nº 88 que seria muito importante nós realizarmos uma audiência pública, chamando três representantes dos empresários e três dos trabalhadores.

Eu queria que V. Exª, dentro do possível, votasse o requerimento, e ajustaríamos a data mais adequada, pela importância do tema, com a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Antes de votar o requerimento, concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, que também tem um pedido de audiência pública.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa um requerimento propondo uma audiência pública para discutirmos as condições de assistência nos hospitais federais do Brasil.

Seria no próximo dia 4 de junho. O requerimento já traz as pessoas a serem convidadas.

Portanto, gostaria que fosse apreciado e colocado em votação hoje, para que tivéssemos tempo hábil para promover essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O Senador Paulo Davim, proponente da audiência pública, acabou de explicar as razões pelas quais está enviando à Mesa.

Eu coloco em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação os pedidos de audiência pública do Senador Paulo Davim e do Senador Paulo Paim.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os dois pedidos de audiência pública.

(São os seguintes os itens aprovados:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 27, DE 2014

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso I, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública para "instruir PLS nº 88 de 2013 que trata da negociação do banco de horas com a categoria profissional preponderante". Os convidados sugeridos para compor a mesa dos expositores, são: 1. Representante da CNI- Confederação Nacional da Indústria; 2. Representante da CNC- Confederação Nacional do Comércio; 3. Representante da CNT- Confederação Nacional do Transporte; 4. Representante da Força Sindical; 5. Representante da Nova Central; 6. Representante da CUT- Central Única dos Trabalhadores.

Autoria: Senador Paulo Paim

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 28, DE 2014

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Assuntos Sociais, para tratar das CONDIÇÕES DE ASSISTÊNCIA DOS HOSPITAIS FEDERAIS DO BRASIL, com a presença das seguintes entidades: – Conselho Federal de Medicina –CFM; – Federação Nacional dos Médicos – FENAM; – Associação Médica Brasileira –AMB; – Ministério Público do Trabalho; – Ministério da Saúde. Na oportunidade, sugiro que a referida Audiência Pública seja realizada no dia 04 de junho de 2014, às 14h.

Autoria: Senador Paulo Davim.)

Tenho um comunicado. Eu gostaria que V. Exªs prestassem atenção, pois é um comunicado importante.

A Mesa, o Presidente, recebeu do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, o pedido de que enviasse o projeto dos agentes comunitários de saúde para que ele possa ser examinado e votado nesta sessão de quarta-feira, conforme o acordo feito pelos Líderes na última quarta-feira, salvo melhor juízo.

Então, como esse projeto, para não ser incoerente, não está na pauta – e tinha sido designado para ser seu Relator o Senador Eduardo Amorim –, eu o estou enviando ao plenário. Mas, se ele estivesse pautado, nós iríamos proceder da mesma forma, submetendo a decisão ao Plenário. Mas, da mesma forma, democraticamente, eu quero submeter a V. Exªs se o enviamos ao Plenário, porque eu acho que essa não pode ser uma decisão unilateral.

Na verdade, nós não temos muita escolha, pois ele está pautado com o acordo de Líderes.

V. Exªs querem se manifestar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu estou acompanhando – inclusive o Deputado Dutra, que está aqui, ao nosso lado – esse projeto. Esses trabalhadores estão vindo aqui há semanas e semanas. Hoje, eles estão com uma delegação de mais de 300 trabalhadores e vão estar na tribuna. Isso foi acertado. Eu fui à tribuna no último dia, dizendo que o Senador Renan estava correto em marcar para hoje a votação, já que a MP travava a pauta, não votava de qualquer jeito.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ele está marcado e está pautado, só para fazer justiça ao Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, consequentemente, eu quero endossar a posição de V. Exª, para que o projeto seja remetido ao plenário e possamos votá-lo hoje à tarde, com emenda ou sem emenda, porque eu sei que há uma polêmica da história de uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senadora Ana Amélia e Senador Paulo Davim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu penso que essa matéria, Presidente Moka, já está, felizmente, sendo definida e entra na pauta de hoje pela iniciativa do Presidente Renan Calheiros, e o argumento do Senador Paulo Paim faz todo o sentido. São dezenas, dezenas de agentes comunitários de saúde que vêm de vários cantos do Brasil e daqui, da região do entorno do Distrito Federal, e o que vemos são as pessoas lá padecendo e investindo num direito que lhes assiste.

Mas eu queria também aproveitar esta oportunidade, Presidente Moka, para renovar o convite para a audiência pública que ocorrerá amanhã de avaliação do primeiro ano de implantação da Lei dos 60 Dias. Assim ficou conhecida a lei que determina que o SUS inicie, em até 60 dias, o tratamento do câncer. Amanha completa-se exatamente do primeiro ano de vigência dessa lei.

Eu queria renovar o agradecimento ao Senador Paim, porque ele abriu mão de uma audiência pública que ele havia marcado para o mesmo dia para debater uma questão de ordem social. Era atemporal o tema, e ele abriu mão para que pudéssemos realizar essa audiência, porque amanhã, 22 de maio, é o dia de celebração ou de primeiro ano em vigor da lei. E, como esta Comissão teve um papel muito grande nesse processo, Senador Moka, eu queria, então, renovar o convite a todos os colegas Senadores para essa audiência, que será amanhã.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Serei breve. É apenas para relatar a importância dessa matéria, Sr. Presidente.

Quero elogiar a sua postura e o seu perfil democrático de promover essa consulta, mas eu estou absolutamente convencido da importância dessa matéria. São mais de 350 mil agentes de saúde no Brasil, e, dentro da estrutura de sistema público de saúde que o Brasil oferece, o agente comunitário de saúde é de fundamental importância. Portanto, precisamos corrigir e fortalecer esse segmento, para que consigamos auferir dividendos, do ponto de vista de saúde pública, lá na frente. Portanto, sou absolutamente a favor.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, primeiro, também quero parabenizar pela condução de, neste momento, encaminhar de fato o projeto para o Plenário do Senado. Faço minhas as palavras do Senador Paulo Davim. Acho que a categoria dos agentes comunitários de saúde precisa ser valorizada, porque cumpre um papel altamente importante na saúde pública do nosso país. São aqueles que, no dia a dia, no cotidiano, estão em contato diretamente com a população. Então, tem todo o meu apoio a devolução do projeto, para que possamos apreciá-lo hoje à tarde, no plenário.

E aproveito, Sr. Presidente, para fazer um convite e um apelo aos colegas Senadores e Senadoras, membros da Comissão de Direitos Humanos do Senado. Às 11h30min, na Sala 7, nós teremos reunião deliberativa e precisamos de quórum qualificado para votar as matérias terminativas. Então, faço um apelo aqui a quem é membro da CDH. Por favor, nos ajude, porque estamos nos aproximando do período da Copa e das eleições. Teremos poucas possibilidades de deliberar matérias terminativas. Então, a pauta realmente é importante, e contamos com a presença de todos os colegas Senadores e Senadoras membros da CDH.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Presidente, questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para uma questão de ordem, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu quero fazer uma indagação a V. Exª. Essa matéria estava, desde a semana passada, em discussão no plenário da Casa. Até foi solicitado a todas as Lideranças, lá no plenário, para que fosse votada. Entretanto, o que eu fiquei pensando aqui mexeu com a minha cabeça. Por que essa matéria está aqui de novo, na Comissão de Assuntos Sociais, se já tinha sido acordado, inclusive com o Senador Presidente da Casa, para nesta semana, no dia 21, no plenário?

Eu indago a V. Exª, só para eu entende melhor, na medida em que ela está aqui, de novo, na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na verdade, Senador Jayme Campos, eu disse ao Senador Renan Calheiros que a matéria já estava na Comissão de Assuntos Sociais quando foi colocada lá à votação.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O Senador Eduardo Amorim, que já tinha sido designado Relator, até se prontificou a fazer, se fosse o caso, o seu voto no Plenário.

Quando o Senador Renan a pautou, como ela não estava na Ordem do Dia aqui, na nossa pauta, imediatamente a Comissão de Assuntos Sociais, regimentalmente, encaminhou ao Presidente do Senado.

Por uma questão minha, em deferência aos membros desta Comissão, eu achei que deveria dar essas explicações, até porque em outra ocasião uma matéria estava pautada e já havia sido discutida, e, para mandá-la ao plenário, eu submeti ao Plenário da Comissão, que rejeitou, pedindo que a matéria fosse primeiro aprovada

aqui. Esse não é o caso dos agentes comunitários de saúde, cuja matéria, por não ter sido colocado na pauta, a Presidência vai encaminhar ao plenário, mas agora com a aquiescência de todos os senhores.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Rapidamente, Sr. Presidente, para me manifestar e aqui resgatar que, na realidade, o que faz o Presidente Renan Calheiros é atender a um pedido que não é só da categoria dos agentes comunitários de saúde, mas de vários partidos políticos, Srªs e Srs. Senadores. Todos temos usado a tribuna, os microfones do plenário, pedindo a urgência na votação da matéria.

E quero lembrar, Presidente Moka, que semana passada o Presidente Renan anunciou para esta semana a votação de pelo menos duas matérias importantes. Uma delas nós votamos ontem, que foi a PEC da Defensoria Pública, e a outra é o projeto de lei dos agentes comunitários de saúde. Então, acho que é muito importante a posição de V. Exª. E seria mais importante, ainda, que, até para prestigiar esta Comissão, pudesse V. Exª conversar com o Presidente Renan, para que designasse em plenário o Relator que V. Exª já havia designado aqui, o Senador Amorim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não, só um minutinho.

No ofício em que eu devolvo a matéria ao Presidente, eu faço a observação de que aqui, na CAS, já havia sido designado Relator o Senador Eduardo Amorim. Mas eu quero deixar claro que a prerrogativa de indicar o relator de plenário é do Presidente do Senado. Vamos deixar claro, para que lá não haja...

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, na mesma linha de V. Exª, por uma questão de justiça, eu quero também dizer que foi o Senador Eduardo Amorim – eu estava presidindo a sessão – quem me apresentou um requerimento de urgência com assinatura de todos os Líderes. Eu o li e o coloquei em votação, tendo sido aprovado na hora. Então, seria mais do que justo que ele fosse o relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu também concordo, mas eu não posso tirar a prerrogativa do Presidente do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente vai encerrar...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu só gostaria de dar uma informação e ao mesmo tempo fazer um pedido.

Nós iniciamos ontem, no plenário da Casa, uma campanha em favor das mais de 200 meninas nigerianas que estão presas, reféns de um grupo radical. Então, desde ontem, Senador Casildo, os Senadores estão batendo foto, porque esta é uma campanha da ONU Mulheres, uma campanha mundial, que a gente faz junto com a Comissão de Direitos Humanos e a Procuradoria da Mulher, para que batam fotografia com aquele cartaz "devolvam as nossas meninas", porque isso ajuda muito.

Agradeço a quem bateu. E aos que não bateram, peço o favor, para que a gente possa fazer rodar o mundo essa foto, mostrando que o Senado, as Senadoras e os Senadores brasileiros estão engajados nessa luta. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nada mais havendo a tratar, o Presidente vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 50 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE MAIO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e treze minutos, do dia vinte e dois de maio de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Rodrigo Rollemberg, Paulo Davim, Jayme campos, Eduardo Suplicy, Wellington Dias, Cyro Miranda e das Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada a debater o tema "**o primeiro ano da implementação da Lei 12.732**

de 2012, que dispõe sobre o direito ao tratamento de câncer no SUS", em atendimento ao Requerimento nº 21, de 2014-CAS, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, com a presença dos seguintes oradores: **EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA,** Subprocurador-Geral da República; **MARCELO ANDRÉ BARBOSA DA ROCHA CHAVES,** Secretário de Controle Externo da Saúde do Tribunal de Contas da União – TCU; **BRUNO CARVALHO OLIVEIRA,** Especialista em Cancerologia Clínica e Oncologia Clínica, **Representante** da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica – SBOC; **MAIRA CALEFFI,** Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama – FEMAMA; **TIAGO FARINA MATOS,** Diretor Jurídico do Instituto Oncoguia, Representante de Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia; **PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI,** Coordenadora-Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas do Ministério da Saúde – MS. Usam da palavra a Senadora Ana Amélia e o Senador **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador WALDEMIR MOKA, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata é considerada aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 21, de 2014, da Comissão de Assuntos Sociais, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater o tema: O primeiro ano da implementação da Lei nº 12.732, de 2012, que dispõe sobre o direito ao tratamento de câncer no SUS.

Comunico aos Srs. Expositores, oradores desta Comissão aqui, como passo a chamá-los, que a Presidência concederá a palavra por 10 minutos. Informo também que são seis expositores. Eu gostaria que o tempo fosse maior, mas, se concedermos um tempo maior, não haverá o tempo necessário para o debate. Então, dez minutos é o tempo da exposição.

Aliás, eu vou pedir à Secretaria que, quando convidar os expositores – sempre as pessoas dizem que se prepararam para mais tempo –, informe o tempo na Comissão, que até não foi decidido por mim, e sim por este plenário. É bom, porque a pessoa se prepara para uma exposição maior e, quando se depara com um tempo menor, às vezes tem dificuldade para colocar todo o conteúdo.

Convido para compor a Mesa os ilustres expositores. Se eu pronunciar errado, por favor me desculpem: Eitel Santiago de Brito Pereira, Subprocurador-Geral da República; Marcelo André Barbosa da Rocha Chaves, Secretário de Controle Externo da Saúde, do Tribunal de Contas da União; Bruno Carvalho Oliveira, Especialista em Cancerologia Clínica e Oncologia Clínica pela Sociedade Brasileira de Cancerologia, representante da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica; Maira Caleffi, Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama – Femama; Tiago Farina Matos, Diretor Jurídico do Instituto Oncoguia, representante de Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia; e Patrícia Sampaio Chueiri, Coordenadora-Geral de Atenção às Pessoa com Doenças Crônicas do Ministério da Saúde.

Quero agradecer a presença de todos. Sejam bem-vindos!

Eu vou conceder a palavra à Senadora Ana Amélia, como autora do requerimento que ensejou esta audiência pública, para que ela faça as primeiras considerações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Serei muito breve porque queremos ouvir os nossos convidados.

Eu queria apenas Presidente Moka, novamente agradecer.

Hoje, 22 de maio, é o primeiro ano de implementação da lei dos 60 dias, mais popularmente conhecida como a Lei dos 60 dias, que tem uma relevância muito grande, porque estabelece o prazo de até 60 dias, para que o SUS inicie o tratamento contra o câncer.

Temos uma dúvida crucial que diz respeito a um artigo da lei, e depois debateremos a respeito dele, mas penso que o fundamental é iniciar os trabalhos com a exposição de cada um dos expositores.

Penso, como disse V. Exª, em dez minutos para cada um, que poderão depois ser enriquecidos, porque a questão é: A lei está funcionando? Por que não está funcionando? Se está, por que está funcionando? E por que não está funcionando? Basicamente é essa a questão que aos portadores de câncer interessa saber.

Aqui estão os órgãos que são responsáveis: Ministério da Saúde, os operadores da saúde, médicos, oncologistas e o Ministério Público. E também o Tribunal de Contas da União que nós convidamos porque pedimos uma auditoria para avaliar exatamente essa questão específica da Lei dos 60 dias.

Muito obrigada a todos pela contribuição valiosa que dão ao estar conosco nesta manhã.

Obrigado também, Presidente Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu queria, mais uma vez, dizer o seguinte, e corrija-me, Senadora Ana Amélia: originalmente o projeto é do hoje ex-Senador Osmar Dias. V. Exª desarquivou e é autora do projeto. (*Pausa.*)

É a relatora?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu sou a relatora do projeto. Originou-se em 2007 esse projeto do Senador Osmar Dias e, depois, foi modificado com algumas contribuições da Câmara Federal, mas, na verdade, a origem dele foi do Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas a verdade é que, neste momento, nós só estamos discutindo este um ano em função... E eu quero registrar a luta. A Senadora Ana Amélia tem esse mérito. É claro que, aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, os Senadores e as Senadoras ajudaram. Esse foi um tema muito importante. Eu acho que tivemos um avanço, sem dúvida, muito grande. Como médico, eu avalio a importância, tenho consciência da importância dessa lei, mas é importante que conheçamos os resultados na prática, até para acompanhar e, se for o caso, a Comissão também fazer com que esses 60 dias sejam realmente cumpridos, que possa realmente essa demanda ser atendida.

Eu sei das dificuldades, mas eu acho que é fundamental. A cada dia que você deixa de iniciar o tratamento, você aumenta o risco de vida de um paciente que infelizmente contraiu essa doença, que, realmente, nos últimos anos, afora as doenças cardiovasculares, é a doença que mais mata no Brasil.

Eu quero avisar que aquele relógio lá, alguns já estiveram aqui, ele concede dez minutos. No nono minuto, soa uma campainha – eu já aviso que não sou eu que vou soar, é exatamente como funciona aqui –, para que o orador possa concluir no minuto restante. Não sei se fui claro.

Então, eu quero que a gente possa observar que, como são seis expositores, nós teremos uma hora. Mas é claro que depois eu inverto a ordem. Quem falar em primeiro lugar, na contradita ou na réplica, será o último. Então, eu inverto a ordem da fala e vamos ouvir os questionamentos.

Concedo a palavra ao Dr. Eitel Santiago de Brito Pereira, Subprocurador-Geral da República, a quem, mais uma vez, agradeço pela presença.

O SR. EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA – Exmo Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, Senador Waldemir Moka, me permita que saúde os Senadores membros desta Comissão na pessoa da eminente Senadora Ana Amélia, que tanto tem feito nessa luta em favor de políticas eficientes para combater neoplasias no Brasil e, consequentemente, levar um pouco da solidariedade humana aos que, lamentavelmente, são acometidos dessa doença.

Membros desta Mesa de audiência pública, ilustres, permitam que eu os saúde a todos na pessoa da Drª Patrícia Sampaio Chueiri, que representa o Governo Federal por ser Coordenadora-Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas do Ministério da Saúde, senhoras e senhores.

Depois de uma longa tramitação, o projeto, de iniciativa do Senador Osmar Dias, apresentado em 2007, transformou-se, em 22 de novembro de 2012, na Lei nº 12.732. O diploma foi publicado, naquela data, no *Diário Oficial da União.* Teve um considerável tempo de *vacatio legis*, 180 dias foi o tempo fixado no art. 5º do referido diploma.

Durante seis meses, puderam os órgãos governamentais dos Municípios, dos Estados e o próprio Governo Federal adotar providências para a implementação dessa lei.

O Ministério Público Federal, por sua Primeira Câmara de Coordenação e Revisão, não ficou indiferente, Sr. Presidente, ao novo diploma.

A lei, festejada com entusiasmo pela imprensa, pelos profissionais de saúde e pelas parcelas mais esclarecidas do povo brasileiro, quando sancionada pela Presidente Dilma Rousseff, completa hoje um ano de sua vigência. No dia em que começou a vigorar, o Ministério Público, aliado a esta Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, realizou, no auditório Juscelino Kubitschek da Procuradoria-Geral da República, uma audiência pública semelhante a esta, muito prestigiada por profissionais da área de saúde que são especialistas no estudo, na prevenção e no tratamento do câncer de diversos órgãos importantes do Brasil, prestigiada também pelas autoridades do Governo Federal, por colegas do Ministério Público. Reproduziu-se, inclusive, em vários Estados e teve, um ano atrás, a precípua finalidade de desencadear, no âmbito do Ministério Público, uma mobilização para uma atuação efetiva em respeito ao direito de saúde preventiva e curativa dos brasileiros e estrangeiros residentes no País que por infelicidade são acometidos de neoplasias malignas.

Esta lei, como todos nós sabemos, destina-se a assegurar aos pacientes vitimados por esta letal doença o direito, que já está na Constituição, de receberem um eficiente tratamento cirúrgico, radioterápico, quimioterápico ou outro tratamento recomendado pelos especialistas, no prazo máximo de 60 dias, contados do dia em que firmado o laudo patológico, ou até em prazo menor, dependendo da necessidade de cada caso.

Por conta disso, o Ministério Público escolheu como frase publicitária representativa do esforço que iria fazer, aliado aos órgãos da sociedade, governamentais e não governamentais, com o propósito de fazer valer esta lei, porque a lei, aprovada e sancionada, é uma vitória por representar a definição de uma política de saúde que as autoridades do Legislativo e do Executivo do Brasil resolveram adotar no que diz respeito ao câncer. Mas nós vivemos num País em que as leis existem e a maior parte delas não são respeitadas.

Costuma-se dizer, como uma forma de traduzir essa cultura de desobediência à lei existente em nosso País, que o País tem lei para inglês ver. Nós sabemos que, na Inglaterra, existe o sistema do direito consuetudinário, o sistema do *common law*. Lá, as decisões são as leis, as decisões do Judiciário. Não há muitas leis escritas na Inglaterra, mas tanto as decisões quanto as leis escritas que existem, enfim, as decisões políticas, são respeitadas e obedecidas não apenas pelo povo, mas principalmente pelas autoridades encarregadas de executar as políticas públicas.

No nosso País, diferentemente, nós temos, às vezes, leis de mais e uma desobediência à lei exagerada. E quantas e quantas vezes as autoridades arranjam um jeitinho de driblar o espírito da Lei. Qual é o espírito dessa Lei nº 12.732, de 2012? É o espírito humanitário mais louvável possível, o de salvar vidas.

Muitos aqui são especialistas da área de saúde e sabem que o retardamento no tratamento do câncer significa a diferença entre a vida e a morte. Sabem também que os atos de prevenção de saúde são fundamentais e indispensáveis para que se possa ministrar a terapêutica adequada à salvação de vidas, no caso de neoplasias malignas. Pois bem, o espírito dessa lei é dar velocidade ao tratamento.

O Ministério Público criou um grupo de trabalho na área da saúde com temas específicos de atuação. Um deles é o que visa desencadear esforços dos nossos colegas, em todo o Brasil, para implementação da Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012.

Os colegas fizeram, em seus Estados, audiências públicas. Muitos abriram inquéritos civis, têm buscado uma interlocução saudável com as autoridades encarregadas das ações de saúde...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA – Terminarei no prazo, Presidente.

Tudo isso com o propósito de implementar essa lei.

Alguma coisa tem sido feita e produzida de positivo nesse esforço. Está aqui conosco o Dr. Valdir Alves, que é coordenador desse grupo em nível nacional e que poderá, no curso dos debates, dar explicações concretas sobre o que tem sido feito.

Mas nós vemos também o Governo brasileiro dar com uma mão e tirar com a outra, porque, se a Presidente sanciona a lei, vem o Ministério da Saúde, por exemplo, e por portaria, que já está sendo questionada no Judiciário por uma ação da iniciativa da Defensoria Pública da União, à qual aderiu o Ministério Público Federal, estabelece, vamos dizer assim, uma barreira para o exame preventivo de mama.

Há legislação, há uma lei que determina seja obrigatório esse exame e gratuito para todas as mulheres – notadamente aqui nós estamos falando daquelas mulheres mais carentes –, a partir dos 40 anos. A portaria do Ministério da Saúde diz que essa mamografia deve ser a partir dos 50 anos.

Uma das nossas colegas do Ministério Público Federal, Drª Ana Paula, que faz parte do grupo de saúde, estudou bem o tema e aderiu à ação da Defensoria Pública da União, pedindo ao juiz que examine uma maneira de retirar do mundo jurídico essa portaria, que é essencialmente ilegal, porque ela restringe um direito assegurado na lei e na Constituição.

Tem pontos positivos, porque as autoridades estão olhando uma maneira de ter um maior controle da incidência dessa doença, de descentralizar ações no combate ao câncer, porque nós temos Estados onde tem – e a maior parte dos Estados da Federação –, quando tem, um centro de referência do tratamento do câncer. E nós temos visto em alguns Estados pelo menos o anúncio das autoridades de que pretendem, e nós esperamos que seja a curto prazo, descentralizar esse tipo de ações.

E esperamos que, por pressão principalmente do Congresso Nacional, que é a Casa que representa o povo do Brasil, o Governo brasileiro invista mais na área de saúde e possa garantir a todos indistintamente, independente de sua condição econômica ou social, um tratamento digno quando acometidos de moléstias de letalidade tão grande como é o caso das chamadas neoplasias.

Era isso que teríamos a dizer neste momento inicial.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradecendo o Doutor Subprocurador-Geral da República, Eitel Santiago de Brito Pereira. Concedo a palavra a Marcelo André Barbosa da Rocha Chaves, Secretário de Controle Externo da Saúde do Tribunal de Contas da União.

O SR. MARCELO ANDRÉ BARBOSA DA ROCHA CHAVES – Excelentíssimo Sr. Senador Moka, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, Excelentíssimo Sr. Doutor Subprocurador-Geral da República, Eitel Santiago de Brito Pereira, em nome do qual cumprimento os demais representantes aqui nesta mesa, Excelentíssimos Senadores, Senadoras, demais autoridades aqui presentes. Srªs e Srs., bom dia.

Primeiro, gostaria de agradecer ao Senador Moka pelo convite para apresentarmos a esta Comissão o trabalho relevante que foi feito pelo Tribunal nessa área. E eu vou... Preparei uma apresentação porque eu pretendo cumprir a lei dos dez minutos, já que a gente está falando da lei dos sessenta dias. Vou apresentar o resumo desse trabalho que foi feito.

Em 2010, foi feita uma auditoria de natureza operacional na Política Nacional de Atenção Oncológica cujo objetivo foi avaliar a implementação da Rede de Atenção. A auditoria pretendeu avaliar se a Rede de Atenção Oncológica estava possibilitando aos pacientes que necessitam de acesso tempestivo a diagnóstico e a tratamento, examinando aspectos que possam estar comprometendo a oferta de serviços bem como a existência de eventuais barreiras de acesso para determinados grupos populacionais.

Essa auditoria também avaliou a adequação dos esquemas terapêuticos adotados pelo SUS para os tratamentos oncológicos, segundo a opinião de especialistas no tema. O relator desse trabalho foi o Ministro José Jorge, que resultou nesse Acórdão 2.843, de 2011, no plenário.

Nesse trabalho, tecnicamente, a gente diz que houve vários achados nesse trabalho. Eu destaquei aqui apenas dois, em função do tempo. Os dois que a gente considerou os mais importantes.

Então, foi identificado que os esquemas terapêuticos são insuficientes ou inadequadamente utilizados, tudo isso segundo uma opinião de especialistas. E também foi verificado, comprovado que o acesso ao tratamento é intempestivo e não equitativo.

Esse quadro seguinte sintetiza um pouco dos dados que nós fizemos. Nós buscamos algumas referências internacionais para comparação. Então, por exemplo, no Canadá, a gente verificou que 100% dos tratamentos eram iniciados em até trinta dias. Na pior província do Canadá, que é a de Nova Escócia, 62% dos casos eram iniciados em até trinta dias. No Brasil, essa marca é mais ou menos um quarto da marca canadense. Então, chamou muita atenção esse fato.

Na opinião dos oncologistas, para 52% dos entrevistados, o tempo de espera para os procedimentos cirúrgicos eram demorados e, para 35%, excessivamente demorados; e, para radioterapia, 38% dos entrevistados consideraram demorado e 35%, excessivamente demorado.

Aqui eu fiz uma síntese das principais recomendações feitas pelo Tribunal. Dentre várias, eu destaco essas quatro. Foi feita uma recomendação para o Ministério da Saúde para desenvolvimento de um plano para sanar a insuficiência da estrutura da Rede de Atenção Oncológica. Também foi sugerida a adoção de medidas que assegurem a efetividade dos registros hospitalares de câncer, o cálculo e a divulgação de indicadores nacionais de tempestividade de atendimentos e de sobrevida dos pacientes.

Outra recomendação que foi feita foi a atualização periódica dos procedimentos custeados pelo SUS com a incorporação dos avanços na Medicina validados pela comunidade científica. E a criação de mecanismos para a discussão das condutas terapêuticas mais adequadas.

Gostaria só de explicar um pouco a diferença de recomendação e determinação. Então, o Tribunal não pode jamais invadir a esfera de competência, no caso, do Ministério da Saúde. Então, quando o Tribunal faz uma recomendação, no acompanhamento da implementação dessas recomendações pelo Ministério, o Tribunal não tem o poder de exigir a implementação dessas medidas. Isso só é feito quando se faz uma determinação ao Ministério. E, sempre nesses casos, quando você faz alguma análise de conformidade, ou seja, se uma lei está sendo ou não cumprida.

Importante benefício desse trabalho, para a nossa surpresa e para a nossa felicidade, foi que o resultado dessa auditoria foi utilizado pela Deputada Carmen Zanotto para fundamentar o Projeto de Lei 2.878, de 2011. E esse projeto de lei foi totalmente embasado no nosso relatório. Esse projeto foi juntado ao Projeto de Lei 3.887, de 1997, do Senador Osmar Dias. E ele, quer dizer, ele ajudou a subsidiar, então, a criação da Lei 12.732. Então, isso para a gente... foi com extrema alegria que a gente acompanhou esse resultado.

Feita a auditoria, o Tribunal agora está monitorando. Então, foi autuado esse Processo 016913/2013-2. Esse processo, a análise dele foi concluída lá na Sesc Saúde e ele foi encaminhado para o relator, o Ministro José Jorge. Esse processo ainda não foi apreciado pelo Tribunal. No entanto, conversando com o Ministro José Jorge, ele nos autorizou que fosse demonstrado aqui o índice de atendimento das recomendações. Por que isso? Porque o Tribunal, eventualmente, pode discordar da equipe técnica. Mas, mesmo assim, o Ministro, diante da

importância do assunto aqui discutido, o Ministro autorizou que a gente desse um panorama do que a gente considera como implementado ou não implementado.

Então, na opinião da nossa equipe, seis recomendações já foram atendidas, quatro estão em implementação e onze ainda não foram atendidas. Acredito que, talvez, a mais importante seja essa, que a gente considerou como sendo em implementação, que é justamente a parte referente a como calcular o prazo dos sessenta dias.

Então, a gente conversou com o Ministério. O Ministério apresentou vários documentos comprovando que o Siscan já está sendo utilizado em algumas unidades no Brasil. O Ministério – talvez depois o representante do Ministério possa até detalhar isso melhor – alegou que esse sistema tem que ser implantado em todos os laboratórios de citopatologia e anatomia patológica, em todas as unidades de radiologia, nos hospitais habilitados em alta complexidade em oncologia, nos laboratórios de especialidades relacionadas ao câncer e nas coordenações estaduais e municipais que cuidam desse assunto. Então, é um tremendo desafio para o Ministério isso.

O Ministério também argumentou que está sendo feita a consolidação dos dados existentes nos registros hospitalares de câncer e que as bases de dados ainda estão em fase de importação e de homologação. Até a época da realização do monitoramento, o Estado de São Paulo, por exemplo – agora eu não sei se foi o Estado ou se foi o Município, acredito que foi o Estado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO ANDRÉ BARBOSA DA ROCHA CHAVES – ...ele ainda não tinha encaminhado os dados para essa homologação, estava em fase de homologação.

Ações futuras. O Tribunal vai continuar monitorando a maturação do sistema. Por dois motivos: primeiro porque o monitoramento formal continua e segundo porque o Tribunal anualmente vai produzir um relatório sistêmico da área da saúde, como este ano já apresentou para o Congresso. E um dos temas que o Tribunal vai acompanhar *ad aeternum* até que esse problema, digamos assim, seja resolvido. Então, ele sempre, anualmente, a gente vai dar notícia para o Congresso da situação relativa à questão da política oncológica.

E eu termino a minha apresentação mostrando aí a maior fonte de inspiração para a gente lá no TCU que é o sorriso estampado na cara dessas crianças aí. Espero que sirva de motivação para todos aqui que trabalham com isso, que sirva para a gente cada vez mais se empenhar para ajudar as crianças e todos aqueles que estão acometidos dessa doença tão grave.

Isso aí é o Programa Dodói, da Associação Brasileira de Leucemia. Eles entregam *kits* da Mônica, foi uma parceria com o Instituto Maurício de Sousa. E a gente achou muito interessante porque a sociedade está se movimentando para tentar minimizar a dor dessas crianças. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradecendo o Doutor Marcelo André Barbosa da Rocha Chaves, Secretário de Controle Externo da Saúde do Tribunal de Contas da União. Eu passo a palavra ao Sr. Bruno Carvalho Oliveira, especialista em cancerologia clínica e oncologia clínica pela Sociedade Brasileira de Cancerologia, representante da Sociedade Brasileira de Oncologia.

O SR. BRUNO CARVALHO OLIVEIRA – Bom dia a todos. Queria cumprimentar a mesa em nome do Senador Moka, Presidente da Comissão, agradecer a Senadora Ana Amélia pelo convite.

Primeiramente, eu queria explicitar um pouco sobre o fluxo, quando o paciente chega ao centro de atendimento oncológico. Basicamente, o paciente chega com a devida biópsia e tudo, mas a gente necessita de alguns exames de estadiamento, que a gente fala. Esses exames são importantes para você ver em que nível a doença está, para demandar o melhor tratamento.

Então, o primeiro ponto aí da lei que eu acho importante é em relação ao primeiro tratamento. Eu não tenho dados oficiais, mas seguramente não está sendo cumprida essa questão dos sessenta dias porque só para o paciente chegar à consulta com o oncologista já demora um torno disso. Então, ele precisa realizar esses exames de estadiamento para ver em que nível a doença para, depois, começar um tratamento.

De antemão, há necessidade urgente de ser uma equipe multidisciplinar. E todos sabemos disso. Precisamos de radioterapeuta, cirurgia oncológica, psicólogo, nutricionista e o paciente deve ser abrangido de uma forma geral antes do primeiro tratamento.

Em sequência a isso, a gente define melhor o tratamento. Se vai ser concomitante com radioterapia, se vai ser só cirurgia inicialmente ou se vai ser a quimioterapia, que a gente diz, paliativa.

Seguindo a isso, nós precisamos de alguns exames mais específicos, dependendo do tumor. Exames de imuno-histoquímica ou alguns exames mais sofisticados que não são contemplados pelo SUS. Seguindo a isso, a definição do tratamento, a gente tem que incorporar na APAC, porque o sistema de tratamento do SUS é por APAC. E essa APAC já está mais ou menos com oito anos de defasagem porque não há um reajuste.

Então, nós precisamos incorporar novos tratamentos. São Paulo é um Estado que pulou na frente, ele tem alguns novos medicamentos incorporados ao tratamento oncológico. É uma discussão mais ampla nesse sentido. É importantíssima essa incorporação de novos tratamentos.

Basicamente, o que temos que entender com essa lei é esse acesso dos pacientes. O acesso realmente deve ser muito rápido. Se eu perguntasse aqui, para quem tiver algum familiar com neoplasia, se ele vai esperar cinco dias para ir a um médico... Não precisa nem responder. Nem cinco dias, nem... Acho que, se tiver consulta hoje, a pessoa vai. Então, no SUS, colocou-se esse prazo de sessenta dias a partir do diagnóstico da biópsia. É importantíssimo que o paciente consiga isso. Esse é o primeiro passo, a primeira luta que o paciente tem no Sistema Único de Saúde.

Nosso sistema é um sistema... Eu acho que ele é de referência para o mundo inteiro, mas não funciona como tal. Então, é importante o paciente chegar em tempo adequado. Isso, em primeiro lugar, para o paciente. O paciente tem que chegar com um diagnóstico mais precoce. E, na medida em que o paciente demora a chegar ao atendimento, às vezes o estadiamento dele até muda. O que é estadiamento? Ele começou com a doença não tão avançada, mas quando ele chega para o tratamento... Até mesmo os exames que ele já fez há noventa, cem dias, os exames já não servem mais. Então, a gente tem que começar tudo novamente.

Então, é de extrema importância que essa lei seja cumprida. E a SBOC está junto da Senadora Ana Amélia e junto da comissão que engloba tudo isso.

Eu vou deixar cinco minutos para quem quer falar um pouco a mais e, no final, estou disposto a responder a todas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Infelizmente, o seu tempo não pode ser aproveitado pelos outros expositores, já vou avisando. Concedo a palavra à Maira Caleffi, Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama).

Eu estou dizendo porque a gente já tem uma certa prática. Na rodada, a hora em que se estabelece o debate, as questões vão se encontrando. É muito difícil a gente encerrar uma audiência aqui sem que as pessoas num se sintam, do ponto de vista de expressar opinião, não se sintam contempladas.

Pois não, Maira.

A SRª MAIRA CALEFFI – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Moka. Bom dia, Senadora Ana Amélia. Nós temos o maior... A gente está superfeliz de poder ter chegado a esse ponto porque, na verdade, a gente falou aqui em... Ações acontecendo de 2010. O Deputado Osmar Dias em 2008. A Femama em 2006, quando foi fundada, colocou o prazo para o primeiro tratamento como um de seus direcionadores estratégicos, que seria trinta dias. Até por conta da lei do Canadá, até por conta de uma lei do Chile, que mudou a história dos pacientes de câncer do Chile.

Então, nós precisamos caminhar nesse sentido. E eu gostaria de tomar o tempo de vocês só para colocar alguns pontos porque nós precisamos... Nós estamos aqui porque existem inúmeros relatos de que o atraso entre o diagnóstico e o tratamento está em seis a oito meses ainda. Essa é a verdade da história.

Os subterfúgios para mostrar que está melhor ou que não está melhor, isso é uma coisa que nós vamos conseguir discutir aqui depois, no debate.

O prazo até sessenta dias não diz que é em sessenta dias. E o prazo a partir do dia que foi firmado o diagnóstico. Onde está escrito que era a partir de um sistema e tal... E que ainda nunca fui implantado 100%.

Faz um ano, Senadora Ana Amélia, que nós estivemos aqui comemorando isso, mas nós não esperávamos que a portaria fosse atrasar tanto todo esse processo.

Está escrito na lei até sessenta dias, ou em prazo menor, diz ali, ou em prazo menor, do diagnóstico em laudo patológico. Não deixa dúvida de que, confirmou o laudo, seja lá se tem consulta, se não tem consulta, o médico já está atrasado – como bem disse o meu colega Bruno – quando ele recebe a paciente. Ele já se sente atrasado. Isso tudo com responsabilidade e penalidade administrativa.

Então, a portaria, que, nossa opinião, extrapola o seu poder regulamentador, incidindo em violação ao princípio da legalidade, fala de um registro eletrônico do diagnóstico. Ora, sabe-se muito bem que, no Brasil, registro eletrônico no posto de saúde é um sonho ainda. Internet é um sonho ainda dentro de um posto de saúde na periferia. O projeto, o PDC colocado pela Deputada Carmen Zanotto e citado há pouco pela Senadora susta o art. 3º da portaria, dizendo que não pode haver essa violação da lei. O projeto ainda está aguardando parecer para sua aprovação; ele está com o do Deputado Beto Albuquerque e ainda aguarda para ser votado na CCJ.

Mas será que o registro eletrônico do prontuário funciona? Vamos de novo, a lei saiu em 22 de maio de 2012, quando foi sancionada pela Presidente. No dia 30 de dezembro, sete meses depois, vem, então, outra portaria falando que o Siscan será obrigatoriamente implantado. Como? Com todo esse atraso, e o paciente perdendo o tempo de vida... E aí ainda joga para cima: a partir da competência em março de 2014. Quer dizer, vai jogando, vai jogando, e até hoje a coisa não funciona direito.

Há um relatório sobre esses intervalos, que foi divulgado até pelo TCU em 2013 e que mostra alguns Estados que responderam a esse relatório, que responderam essas entrevistas, mas, se vocês olharem com detalhe – aqui, não sei se vai dar para ver – por exemplo, há o total de casos, de três casos em Minas Gerais. Será que o total de casos em 2012, em um ano, foi de três casos? Não. Foram três casos registrados. Aqui aparecem números belíssimos, mas, no Rio de Janeiro, um dos lugares que têm mais câncer do Brasil, 527 casos. Em compensação, Alagoas, pequeninho lá, registrou bem direitinho 1.423 casos. Então, assim, não dá para acreditar nessa tabela. É inconsistente, segundo a visão da nossa análise.

Faltam recursos para a lei que obriga o SUS a iniciar o tratamento da neoplasia maligna em 60 dias. Não houve adicional de investimento para regularizar essa oferta. Pelo menos quem está lá na ponta não entendeu que havia esse investimento. Isso são palavras não minhas, mas do Diretor do Icesp, o Dr. Paulo Hoff.

Então, rapidamente, o objetivo da minha apresentação é mapear, é apresentar os dados iniciais. Nós contratamos uma agência séria no Brasil, o grupo Resulta Inteligência, para mapear os aspectos relacionados à implantação da lei, através de uma pesquisa primária e de dados secundários. Essas informações foram colhidas entre 15 de março e 15 de maio, agora, recentemente, em 2014. E este aqui é o grupo de 54 organizações que eu estou representando.

A metodologia foi uma pesquisa exploratória através de métodos de entrevistas pessoais, telefônicas, com uma amostragem de 27 secretarias. Isso foi dirigido à Administração Pública, para conhecer os centros de maior volume, como eles estavam se vendo a partir dessa lei de 60 dias.

Aí vem o problema: foram pesquisadas 59 instituições. Dessas, em dois meses, 24 somente responderem; 35 instituições não responderam. Algumas disseram que não tinham dados, não queriam participar, e o Inca, para a nossa surpresa, infringe a Lei de Acesso à Informação, dizendo que não podia dar informação – isso, para nós, fere o princípio constitucional da Administração Pública; eles são obrigados a nos dar informação – porque ele tinha que perguntar ao Ministério da Saúde se o Ministério, que não nos respondeu também oficialmente, nos daria ou não essa informação.

Então, nós estamos aqui falando de 39% responderam; 59%, 60% continuam avaliando e, em dois meses não dão resposta, em insistentes tentativas; e uma instituição, que foi o Inca, negou.

A pesquisa, então, é parcial, e nós vamos continuar tentando. Os dados oficiais vão ser lançados no Outubro Rosa, e nós temos mais dois meses agora para trabalhar nisso.

Setenta e nove por cento dos que responderam possuem o conhecimento de alguma mudança recente no cenário da Oncologia. É uma pergunta mais ampla, e eles dizem que: "Não houve mudanças, mas estão sendo planejadas". Olha o monte de gerúndio aí que ficamos vendo! "Estão sendo planejadas novas formas"; "A mudança ainda não ocorreu, está sendo discutida [...], inclusive com o Ministério. O descaso nessa região é muito intenso [Eu não quis citar, nesta primeira etapa, por regiões, mas isso também vai ser divulgado]: os equipamentos estão quebrados, os locais para exames estão sem condições, os resultados dos exames, para confirmação do diagnóstico, estão levando muito tempo, ocasionando problemas no cumprimento da lei"; "Não possuo conhecimento de nenhuma mudança, pois somente uma lei não altera o atendimento", disse o Dr. Bruno.

O atendimento é outra coisa. Eu sou mastologista, cirurgiã, vejo isso todos os dias. A paciente continua chegando com tumores grandes, queixando-se de que não consegue acesso. E eles falam que estão necessitando de captação e tal.

Na verdade, de acordo com esses entrevistados, existem várias formas de encaminhamento, ou por órgãos reguladores ou uns tentam, dizem, pelo Siscan. Existem ainda Siscolo e Sismama aí.

Sessenta e três por cento dos respondentes consideram que existe dificuldade de encaminhamento dos pacientes.

E "a rede de atenção ainda carece de capacitação para o diagnóstico rápido e efetivo. "Infelizmente, em todas as áreas existem dificuldades". Isso é o que eles estão falando. "A maior dificuldade [Administração Pública, minha gente] ainda é o diagnóstico para nós", e "a dificuldade existe em tratamentos específicos que requeiram maior complexidade".

Noventa e seis por cento conhecem o Siscan. Isso eu achei muito interessante; 33%por cento das resposta mencionam que o sistema estaria parcialmente implementado, mas com problemas de funcionamento. E, quando perguntamos como é que fazem a inclusão do paciente lá no tal sistema, aí é o samba do crioulo doido: uns fazem por um sistema; outros, por outros.

Setenta e um por cento dos respondentes conhecem a Lei nº 12.732. Ela está bem divulgada. Eu acho que isso é muito importante, mas eles acham, 80%, que não houve repasse extra de recurso para implementação. A lei veio de cima para baixo, e eles não conseguem entender como é que eles vão dar conta. Um terço dos respondentes relata que a lei não está sendo seguida, ou está de forma parcial, e 75% dos hospitais e secretarias mencionam ter recebido o treinamento – parabéns ao Ministério – sobre o Siscan, porém 25% disseram

que não receberam treinamento e não soube responder; 75% desconhecem a existência de um plano de ação para execução de todas as obrigações constantes na lei.

Então, as dificuldades identificadas: há déficit de profissionais especializados e falta de recursos; falta de conhecimento; demora no encaminhamento; existe essa dificuldade de avaliar a doença; e o acesso às legislações é demorado.

O que estamos vendo aqui, e eu não vou poder, infelizmente, mostrar esse um minuto de vídeo, a não ser que eu tenha uma permissão superespecial.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por favor, por favor.

A SRª MAIRA CALEFFI – O que precisamos é montar uma equipe, uma força tarefa – esta é minha proposta aqui – porque o controle social, nós não estamos conseguindo exercer, Senador. Nós estamos com dificuldade de números, dificuldade de transparência de informação. Então, existia um comitê do Ministério da Saúde; esse comitê está desativado – pelo menos nós, a Femama, que faz parte desse comitê, nunca mais foi convidada para participar. Então, eu acho que nós temos que voltar, trabalhar juntos, porque todo o mundo quer a mesma coisa.

Eu só queria, então mostrar o vídeo.

Esse foi um depoimento no Ciclo de Debates sobre Câncer de Mama para Parlamentares, que fizemos em abril de 2004, já com esse sentido de dificuldade de acesso. (*Pausa.*)

Não está indo? Que pena, ele funcionou até antes de começar. (*Pausa.*)

Não.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas nós podemos passar a qualquer momento durante a audiência.

Isso é mais ou menos como tocar um violão. Na hora, ele tem que ser afinado.

A SRª MAIRA CALEFFI – Afinamos, mas agora soltou a corda.

Muito obrigado. Eu aguardo o debate.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço muito à Drª Maira Caleffi.

A qualquer momento em que vocês tiverem condição...

Já estão em condições? (*Pausa.*)

Não. Então, vou passar a palavra ao Tiago Farina matos, Diretor Jurídico do Instituto Oncoguia, represente de Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia.

O SR. TIAGO FARINA MATOS – Muito bom dia a todos. Muito bom dia, Senador Moka, a quem agradeço pelo convite. Muito bom dia, Senadora Ana Amélia, a quem já transmito um abraço da Luciana, que, infelizmente, não pôde vir, mas que me pediu para que eu lhe transmitisse um carinhoso abraço.

Essa audiência vem em um momento extremamente oportuno. A gente tem discutido muito essa questão. Recentemente, realizamos um fórum no Instituto Oncoguia, e esse foi um dos temas mas calorosamente debatidos. A Patrícia, inclusive, esteve presente conosco. Foi de uma relevância inestimável a presença dela nesse debate, apresentando inúmeros desafios e avanços já conquistados em matéria de acesso ao tratamento oncológico.

Uma questão que nos chamou bastante a atenção e que tem de servir para reflexão é que, se nada mais ousado for feito, se não tivermos um esforço extraordinário e abnegado dos mais diversos setores da sociedade, 2020 é o ano em que, pela previsão do Ministério da Saúde, a gente vai ter regularizada a fila da radioterapia.

Quem dera estivéssemos falando de uma fila em que as pessoas "apenas" demorassem 113 dias para começar o tratamento radioterápico. Não estamos falando só disso. Falamos, na verdade, de um dado catastrófico: 90 mil pessoas estão sem acesso à radioterapia. Estamos falando de um dado apresentado pelo Tribunal de Contas da União, fruto até mesmo de uma reunião realizada no Inca, que aponta que 90 mil pessoas estão sem acesso à radioterapia.

Sim, esses pacientes estão morrendo ou vão morrer. Não há outra solução a curto prazo.

Inúmeras medidas, precisamos reconhecer, têm sido adotadas por todos os entes federativos e por todos os Poderes de Estado. Temos visto a Patrícia mesmo dar o sangue, ela e toda a sua equipe no Ministério da Saúde, para tentar melhorar essa questão.

Temos aí algumas iniciativas, e eu gostaria de citar algumas. E tudo isso muito fruto da Lei dos 60 Dias. A lei serviu, se não para regularizar, do dia para noite, uma situação, mas para induzir todos os Poderes a realmente não medirem esforços para regularizar essa questão.

Temos, por exemplo, uma mudança na Política Nacional de Atenção Oncológica, que foi revisada em um momento entre o relatório do TCU e a Lei dos 60 Dias. Tivemos o projeto de expansão da radioterapia, um projeto muito interessante que contempla a aquisição de vários equipamentos de radioterapia, de aceleradores lineares. Foram adquiridos recentemente 80 equipamentos, mas ainda vai demorar para esses equipamentos

sejam instalados, até porque a questão da radioterapia não é só falta de equipamentos; há toda uma ambiência, um projeto de arquitetura necessário, capacitação de recursos humanos. Então, é uma questão complexa. Foi um projeto muito interessante, capitaneado pelo Ministério da Saúde.

O Siscan, com todas as suas falhas, e a gente reconhece, tem o desafio de conseguir pelo menos mais registros epidemiológicos; pelo menos no módulo específico que foi criado para ele, conseguir monitorar o início do tratamento, principalmente o prazo de início do tratamento.

O Siscan – até acho que a Patrícia vai poder falar um pouco mais – aglutina o Siscolo e o Sismama, que eram sistemas relacionamentos ao câncer de mama e ao câncer de colo de útero. E ainda faltam módulos para outros tipos de câncer. Precisamos talvez acelerar esse um pouco esse processo.

Houve também um programa muito interessante, criado pelo Poder Executivo, o Pronon. Vejo aqui a Laura, que trabalha no Ministério da Saúde. Estivemos, na semana passada, discutindo um pouco esse assunto. É uma espécie de Lei Rouanet para hospitais oncológicos ou para instituições que estão trabalhando para a melhoria da atenção oncológica. Ele garante recursos para a saúde, injeta, especialmente na saúde oncológica, um recurso que, a princípio, não estava previsto. No ano passado, havia um teto definido pelo Ministério da Fazenda de R$300 milhões a mais para a Oncologia; neste ano, parece que esse teto será de R$600 milhões, isso para investimento em infraestrutura.

E a gente está falando, sim, em infraestrutura. A lei foi extremamente relevante. Como eu disse, ela induziu a todos os setores da sociedade, especialmente do Governo, os Poderes de Estado, a implementarem ações relacionadas, mas é uma questão a longo prazo.

Então, a gente infelizmente vai ter de conviver com alguma angústia nesse momento, mas não podemos nos acomodar. É preciso também que haja mais ousadia. Todo mundo está aqui convidado para pensar em novas estratégias, em modelos mais ousados, ideias geniais, que possamos pensar especialmente em salvar essas pessoas, que hoje estão morrendo, porque não têm acesso.

Eu destaquei a questão da radioterapia, porque foi, de todas as modalidades de tratamento oncológico apontadas até no relatório do TCU – radioterapia, quimioterapia e cirurgia – a modalidade terapêutica com o número mais gritante de problemas. Essa é uma questão na qual, como comentamos, houve avanços.

Falando especificamente da Lei dos 60 dias, ela basicamente trouxe cinco pontos mais especificamente: estabelece que as terapias precisam ser atualizadas periodicamente, tanto terapias cirúrgicas como clínicas; estabelece esse prazo de 60 dias, ou um prazo menor, desde que haja uma indicação médica, uma justificativa médica para início do tratamento; estabelece a obrigatoriedade de o paciente receber gratuitamente medicamentos para controle da dor – isso é extremamente importante. Temos pessoas que já não têm a possibilidade de cura terapêutica, só que elas sentem dor, e isso é cruel. Então, essa lei também criou esse elemento que ainda é pouco falado, mas que garante o direito de as pessoas receberem, com prioridade, medicamentos para controle de dor; determina que Estados que não tenham centros, uma rede abrangente, estabeleçam planos regionais – isso também foi regulamentado pelo Ministério da Saúde; e também estabelece penalidades administrativas.

Essa questão da penalidade – inclusive, e eu ouvi a Patrícia em outro evento falando a respeito – é delicada, porque muitas vezes quando você vai punir um gestor, na verdade, você está punindo o paciente. É uma questão extremamente delicada. Você vai, por exemplo, desabilitar um serviço de Oncologia? você vai fechar um serviço que, podendo atender 200, está atendendo 100? E esses 100? Então, é uma questão delicada. Talvez tenhamos de buscar outros modelos de punição ou de estímulos, que talvez seja o mais inteligente, nessa questão.

Falando especificamente agora na regulamentação da Lei dos 60 dias, o Ministério da Saúde editou uma portaria e um dos pontos mais críticos, que já foi apresentado pela Maira, diz respeito a quando se inicia o prazo dos 60 dias. A lei diz claramente que é a partir da data da assinatura, do laudo patológico. A portaria, na sua regulamentação, estabelece que esse prazo começa a contar a partir da data do registro do diagnóstico no prontuário do paciente.

A lógica é assim: o patologista assina o laudo, esse laudo provavelmente vai para um serviço de saúde e, só depois que ele é recebido nesse serviço de saúde, vai para o sistema. Então, pode haver um prazo muito maior. O que era 60 dias, a partir da data da assinatura, pode se transformar em 90 ou 120 dias. Não é possível ter uma certeza em relação a isso.

Foi uma ilegalidade que foi atacada por diversas frentes. Houve uma ação civil pública, da Defensoria Pública da União. Eles conseguiram uma liminar, e houve, inclusive, um recurso por parte do Ministério da Saúde. Esse recurso não foi acolhido. Essa liminar determina que a lei seja prestigiada e afastou a portaria. Contudo, mesmo assim, já até em apresentações do próprio Secretário de Atenção à Saúde à época, Dr. Helvécio, ele se

manifestou no sentido de ignorar essa decisão judicial. Ele entendi na época que a questão do prazo deveria, sim, seguir o registro do diagnóstico.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO FARINA MATOS – Sabemos também que o Ministério da Saúde tem repensado, tem discutido internamente essa questão. A Patrícia até apresentou a possibilidade de isso ser revisto, de o próprio Ministério da Saúde, por iniciativa própria, mudar a portaria e seguir o que diz a lei. Talvez ela tenha alguma atualização sobre isso.

Há uma questão que também não foi abordada por essa lei, e talvez pudesse ser aprimorada, que é o segundo, terceiro, quarto... Ou seja, o seguimento do tratamento. A lei fala apenas do início do primeiro tratamento. Se a pessoa faz a cirurgia, tudo bem, em 60 dias e depois precisa fazer uma rádio, que prazo será dado? Nós questionamento, por meio de Lei de Acesso à Informação, o Ministério da Saúde sobre isso. E eles, interpretando a lei, de uma forma coerente, disseram "a gente não tem prazo para o segundo, para o terceiro, para o quarto tratamento". Então, houve essa lacuna e talvez possamos pensar em aprimorar.

Há outro ponto que também a Maira destacou, apenas para concluir a minha apresentação. Falamos muito do inicio do tratamento a partir do diagnóstico, só que pouca coisa tem sido feita em relação ao diagnóstico, ao tempo entre sintomas e o diagnóstico.

Houve uma matéria na *Folha de S. Paulo* – e eu estou falando de São Paulo, que é a Polônia brasileira. Não estou falando de Municípios do interior, não estou falando das Regiões Norte e Nordeste, que realmente têm mais carência – que mostra que uma pessoa, já com sintomas, está demorando seis meses para fazer uma colonoscopia. Já com sintomas de câncer de colo retal, uma pessoa está demorando seis meses para conseguir realizar uma colonoscopia! E homens com sintomas de câncer de próstata estão demorando entre seis a oito meses para realizar a biópsia.

Veja, estamos falando do diagnóstico. E diagnóstico é o que salva vidas. O relatório do TCU apresenta que 60% dos diagnósticos são tardios. Então, não adianta. Estamos diagnosticando tarde. Diagnosticar tarde exige uma complexidade maior de tratamentos, um custo maior no tratamento, e a gente está deixando um pouco à margem a questão do diagnóstico precoce, que pode salvar vidas e reduzir custo para o sistema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço ao Tiago Farina Matos, Diretor Jurídico do Instituto Oncoguia, representando aqui a Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia.

Está pronto, parece-me, o vídeo. Antes de a Drª Patrícia fazer a sua exposição, vamos ver o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedo a palavra à Drª Patrícia Sampaio Chueiri, Coordenadora-Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas do Ministério da Saúde.

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Obrigada, Senador Waldemir Moka, Senadora Ana Amélia, por podermos falar um pouco das ações do Ministério da Saúde. Cumprimento os meus colegas da Mesa, desejando um bom-dia a todos e a todas.

Infelizmente, no convite que recebemos para a audiência pública de hoje não constava o tempo que teríamos para falar. Então, a minha apresentação está longa, não está no tempo adequado. Vou ter de pular eslaides para poder falar nos 10 minutos permitidos. Não vai ficar com a coerência esperada, quando organizamos a apresentação.

Então, como disse, vou pular eslaides. Acho que já podemos falar.

O SUS tem muitos avanços. Acho que precisamos reconhecer isso. Não dá para ficarmos presos às questões ruins. São 25 anos de história de construção de uma política pública e cidadã desde 1988. Mas a gente tem muitos desafios. Eu destaquei alguns deles de caráter mais macro, que têm relação com toda a sociedade brasileira.

Precisamos avançar muito na gestão. Optamos por ter um sistema descentralizado e temos mais de 5 mil Municípios no País. Então, precisamos qualificar a gestão dos Municípios e precisamos rever o papel dos Estados, em relação a como apoiar a maioria desses Municípios, que são pequenos e dos quais não vamos esperar que darão um tratamento integral a qualquer paciente com doença crônica nem oncologia.

Se não desenvolvermos melhor o papel dos Estados, sendo capazes de organizar regiões de saúde onde a gente vai conseguir o tratamento integral desse paciente, vamos cair ainda nos erros de gestão que temos tido.

Outra questão é a do financiamento do sistema público. Temos uma definição na Constituição de 1988 por ter um sistema público, e o financiamento destinado a ele, hoje, não é adequado a essa decisão. E dependemos também desta Casa legislativa para avançarmos no sentido de conseguirmos um financiamento maior para o SUS, para ele dar conta dos seus desafios hoje.

Além disso, temos diversas incoerências, como o financiamento do setor privado pelo setor público; o financiamento de planos de saúde para funcionários públicos; financiamento de planos privados. Então, temos várias incoerências constitucionais em que precisamos avançar para dar conta.

Como eu já disse, o País precisa avançar no processo de regionalização e de articulação intersetorial.

Além disso, olhando especificamente a questão da Oncologia, há os desafios de avançarmos na qualificação do cuidado e na boa prática clínica, baseada em evidências científicas claras, e não em *lobby* de indústria; ampliar o acesso à medicação, a exames e tratamento; integrar e compartilhar mais os cuidados entre os diversos pontos de atenção da rede, desde a atenção primária até a atenção especializada em oncologia; a Lei dos 60 Dias é um desafio do qual precisamos dar conta; e sair do foco histórico de construção das políticas públicas na área da Oncologia, que eram muito pautadas no tabagismo, no câncer de colo uterino e no câncer de mama.

Temos, por exemplo, o câncer de cólon, que é um câncer que vem crescendo no País. Precisamos, então, começar a pensar políticas públicas para ele.

O Ministério vem trabalhando para enfrentar todos esses desafios, ampliando e passando a organizar todos os pontos de atenção na lógica das Redes de Atenção à Saúde e melhorando, então, a qualidade do cuidado.

A gente tem a Rede de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas. Ela foi instituída em 2013, mas a gente reviu a portaria no final do ano passado e publicou, novamente, neste ano. As prioridades da rede são as doenças cardiovasculares, como o Senador lembrou, a primeira causa de morte no País, e, em segundo lugar, a Oncologia, o câncer.

Hoje, no País, a gente tem 280 centros especializados em Oncologia. Vocês podem ver que essa ainda não é uma questão homogênea no País, que é muito heterogênea. Nas Regiões Sul e Sudeste, há uma maior quantidade. Então, há o desafio de abertura de centros de qualidade nas Regiões Norte e Nordeste.

Aqui, o número de novas habilitações desde 2011, sendo que, neste ano, a gente já teve duas novas habilitações.

Gosto de deixar este quadro aqui para lembrar que o cuidado em Oncologia não é feito só na atenção especializada, pois é preciso haver o acesso rápido na atenção primária, para se trabalhar em rede.

Como o Tiago bem disse e lembrou, a gente reviu toda a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer, publicou a nova portaria em 16 de maio de 2013, e o que ela traz de mais novo é a definição das responsabilidades, muito claras, de cada esfera de gestão do SUS e de cada ponto de atenção. Antes, a gente só tinha descrito na portaria os princípios e diretrizes da política.

Além disso, a gente tem trabalhado muito com atenção primária, reforçando o diagnóstico precoce e a prevenção, principalmente do câncer de colo de útero e de mama, e monitorado essas ações através do Sistema de Informação da Atenção Básica e do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica.

A gente fez cadernos de educação permanente, cursos e capacitações. Além disso, olhando a atenção especializada, foram lançados dois programas: o PNQM – Programa Nacional de Qualidade da Mamografia, para se avaliar a qualidade da mamografia – porque não basta fazer o exame, já que, se a mamografia for mal feita, haverá um monte de falsos-positivos e falsos-negativos, o que não vai adiantar no cuidado dessa paciente –; e a QualiCito – Qualificação Nacional em Citopatologia.

A gente lançou uma portaria específica para serviços ambulatoriais especializados de diagnóstico de mama e de tratamento e diagnóstico de lesão precursora do câncer do colo uterino, com acréscimo de 60% nos pagamentos dos procedimentos realizados nos serviços habilitados neste tipo de serviço.

A gente lançou: o Programa de Mamografia Móvel; o Plano de Expansão da Radioterapia, e há diversos convênios relacionados à radioterapia; um novo sistema de informação, o Siscan.

Tem-se trabalhado muito com as Secretarias estaduais para apoiar e qualificar; tem-se monitorado a produção e a identificação do déficit de procedimentos oncológicos; e temos dado *feedbacks* – mensalmente, um periódico chamado *O Crônico* é mandado para eles, com tudo o que a gente faz em relação à Oncologia; tem-se mantido a continuidade – vou passar para vocês a elaboração dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas baseados nas melhores evidências; novos medicamentos oncológicos foram incorporados; e há a questão do Pronon.

Vou passar rapidamente.

Gostaria de lembrar a Drª Maira que o último encontro do comitê citado foi no dia 30/10. Pela portaria que institui o Comitê de Mobilização, a gente deve fazê-lo em dois momentos. E a Femama estava presente na Mesa de abertura desse comitê; um representante da senhora estava lá com a gente.

Vou pular alguns eslaides.

Além de rever a Política Nacional de Atenção Oncológica, a gente reviu a Portaria nº 741, que dá todos os critérios para a abertura de novos serviços especializados de Oncologia. Essa revisão ficou em consulta pública

por 29 dias, e estes foram os números de contribuições recebidas. E a portaria nova foi publicada no *DOU,* em abril deste ano, a Portaria nº 140, que traz todos os novos critérios para abertura dos novos serviços, Unacons e Cacons, para eles se organizarem na lógica de redes de atenção à saúde.

Todos esses 280 serviços hoje habilitados na área de Oncologia terão que se reabilitar em um ano, com a nova lógica de organização de rede, para a gente poder propiciar, então, o acesso, tanto ao diagnóstico quanto, depois do diagnóstico, ao tratamento. Infelizmente, a lei olha só o início do tratamento, e não o anterior, o acesso ao diagnóstico.

Com a nova portaria, a principal mudança em relação à 741 é que, antes, a gente precisava provar a existência de mil casos novos para a abertura de um serviço e, hoje, esse critério é populacional. A cada 500 mil habitantes, pode-se ter um serviço, e, nas Regiões Sul e Sudeste, onde se sabe que a incidência de casos novos de câncer é maior, é preciso haver 500 mil habitantes ou 900 casos novos de oncologia.

A ideia é que a gente consiga interiorizar a atenção oncológica no País, já que, hoje, ela está concentrada nas capitais e nas Regiões Sul e Sudeste.

Além disso, foram colocados novos parâmetros para os procedimentos, justamente de diagnóstico. Então, aumentou-se o número de procedimentos exigidos para esse serviço. Dobrou-se o número de consultas especializadas, que foi para 500 e, por exemplo, o de colonoscopia passou a ser de 240 e o de endoscopia, 160, que esses serviços, obrigatoriamente devem ofertar.

O que a gente não quer? Que o Unacon e o Cacon só recebam os pacientes com o diagnóstico fechado. Eles têm que entrar na rede com o papel de, também, fazer o diagnóstico. Não dá para eles fecharem a porta e só pegarem o paciente que já tem o diagnóstico de câncer. Eles têm um papel, na Rede de Atenção, de fazer diagnóstico.

Vou passar, rapidamente, já que o tempo está se esgotando. Infelizmente, não posso falar.

Estes aqui são os serviços sobre os quais eu falei.

Aqui está o plano de expansão da radioterapia. Além dos 80 novos aparelhos, soluções radiológicas; metade deles refere-se à ampliação, e 41 são serviços novos que não existiam. A gente tem convênio, hoje, de 33 novos aceleradores lineares. Então, somando-os, temos 113.

Agora, como o Tiago lembrou, montar um serviço de radioterapia não é possível com um estalar de dedos: você compra a máquina e ela está instalada. Construir um *bunker* e formar RH demora um tempo, e a gente conversou com países que fizeram compra centralizada, de modo semelhante ao que foi feito pelo Brasil. Não semelhante em termos de número, porque o Brasil foi o que já fez a maior compra, também, pelo tamanho do País e da população, mas Canadá e França fizeram ações semelhantes, e o tempo de início e fim desse plano de expansão é mais longo do que a gente gostaria que fosse.

Vou passar isso aqui.

O Siscan. A gente reconhece a fragilidade do RHC, e tem trabalhado para fortalecê-lo. Ele não é o sistema pelo qual a gente vai acompanhar esse tempo de tratamento; isso será feito pelo Siscan. Todos os Estados foram treinados para a sua implantação. Trarei os dados deles mais para a frente. Isto aqui é só a tela do módulo de gerenciamento do tempo de diagnóstico. É uma tela simples em que aparecem três datas: a data do exame anatomopatológico – por exemplo, para câncer da mama e câncer de colo de útero, a data do anatomopatológico já sai direto do sistema e vai para esta tela, porque ela está nos outros módulos; além disso temos a data de diagnóstico no prontuário e a data de início do tratamento.

Aqui está toda a incorporação e compra centralizada de medicamentos pelo Ministério da Saúde.

Aqui estão os novos PCDTs, as diretrizes de diagnóstico. A gente tinha 23 programadas para os últimos 3 anos; 13 já estão publicadas; 1 está em consulta pública; 9 estão em grupo de elaboração e dessas, uma já é revisão da consulta pública feita.

Além disso, a gente tem o Pronon, que é a Lei Rouanet do câncer. No ano passado, projetos foram recebidos. E gosto de ressaltar que a fragilidade não é só da Administração Pública. De todos os projetos recebidos, para a minha tristeza, eu não consegui aprovar todo o financiamento a que a gente tinha direito, em torno de R$300 milhões.

Foram recebidos 62 projetos, com qualidade muito aquém da esperada, e a grande maioria deles era oriunda de instituições filantrópicas e privadas. Então, há fragilidades para além da Administração Pública. Só 26 deles foram aprovados, o que dá, então, um reforço de mais R$118 milhões para além dos R$2,5 bilhões que o Governo Federal gasta com radioterapia. quimioterapia e cirurgia na área da Oncologia.

Para este ano, haverá um teto maior, de R$674 milhões. Sinceramente, espero que a gente consiga aprovar projetos que gastem esse total de recursos. Para isso, houve uma oficina em São Paulo, para trabalhar como devem ser feitos os projetos. A ideia é que, assim que saia a nova portaria do Pronon, seja feita uma oficina, aqui, em Brasília, com todos que podem apresentar projetos.

Aqui, como falei para vocês, é o monitoramento que a gente tem feito, por unidade da Federação. Só gostaria de pegar desde 2011, 2012, 2013, quando houve um aumento de 14% no total de procedimentos de quimioterapia. Em relação à radioterapia, houve um aumento um pouco mais discreto, de quase 10%, de 9%, pegando a produção 2011, 2012 e 2013. E, aqui, no subgrupo da cirurgia, um aumento considerável: foi feita uma revisão do valor da tabela, revelando um aumento de 22% da produção cirúrgica oncológica no País. Então, tem havido avanços.

Há um comitê para monitoramento dessa lei no Ministério da Saúde, que foi instituído na mesma portaria; é um comitê do qual o Inca faz parte, a Secretaria de Vigilância, a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. E um comitê interno no Ministério, e a gente coordena esse comitê.

E aqui os dados do Siscan, que a gente sempre apresenta no comitê. Então, pelos dados de maio de 2014, as 27 unidades federadas já têm a senha de acesso do sistema, desde de setembro de 2013; 259 regionais de saúde; 4.296 Municípios;, 5.912 unidades de têm a senha de acesso para utilização dos sistemas; e 2.123 prestadores, desde laboratórios, unidades básicas e serviços de alta complexidade.

Que estão usando, efetivamente, os dados dos Siscan, a gente tem, nas 27 unidades federadas, 1.546 Municípios. Se a gente conversar com qualquer pessoa que tem experiência em implantação de sistemas de informação, a implantação desse sistema está sendo muito ágil e rápida; em menos há 1.546 Municípios utilizando um sistema; isso é rápido.

Em relação ao câncer de colo de útero, a gente já tem mais de um milhão, com histopatológicos liberados com laudo e data, e 3.105 neoplasias malígnas no Siscan.

Dessas neoplasias, a gente pode olhar isso de duas formas. O Ministério já reconheceu que o art. 3º da portaria é um artigo que contraria a Lei nº 12.732/12, e isso já está na Conjur do Ministério para ser revisto. Então, esse artigo, provavelmente, vai ser retirado da portaria que regulamentou a lei; o Ministério já reconheceu.

Aqui a gente tem os dois dados. Se a gente pegar a data do diagnóstico no prontuário, que é o momento em que o profissional médico fala para o paciente que ele tem câncer, porque esse é o conceito de diagnóstico que o CRM dá, a gente teria hoje – não estou falando do total do País, estou falando das amostras que estão no Siscan – 1.093 casos de câncer, que é o que a gente tem no Siscan hoje. Em 89% deles, o início do tratamento é antes dos 60 dias. Se a gente pegar o que está dito na lei hoje, esse número cai, fica próximo do de uma das províncias do Canadá, como eu vi aqui, que é em torno de 62%:a gente está em 57,5% de casos do jeito que a lei define, que é a partir da data do laudo anatomopatológico.

Então, a gente reconhece que há muito em que avançar, mas não dá para a gente dizer que o País não vem trabalhando para avançar no tratamento da Oncologia e não tem tido sucesso em várias áreas.

Esses são os próximos passos da coordenação. A gente está trabalhando para revisar os procedimentos de diagnóstico diferencial. A ideia é de que a gente possa ampliar o financiamento das escopias e das biópsias. A gente tem dois grupos de trabalho que estão trabalhando em diretrizes para detecção precoce de câncer de mama, que vai para consulta pública, e diretrizes para rastreamento de câncer de colo de útero, que também deve ir para consulta pública no início do ano que vem.

Há um grupo de trabalho em relação às políticas de cuidados paliativos, e estamos avançando na construção estadual dos planos de atenção oncológica. Minha equipe já esteve mais de três vezes, certamente duas vezes em cada Estado brasileiro – alguns Estados não receberam ainda a outra visita –, justamente para apoiar os Estados na construção da atenção oncológica estadual.

Eu acho que era isso.

infelizmente tem-se que falar muito rápido, mas agora eu acho que a gente vai para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu agradeço à Patrícia.

Patrícia, evidentemente o tempo não é o adequado, até porque, na proporção, na verdade, você é quem tem que dar a maioria das respostas. Então, é por isso que ficou por último para falar. Quanto ao tempo, embora eu reconheça que seja curto, passou bem dos dez minutos que os outros tiveram. E é claro: é só você para responder. Então, é natural e até justo que seja assim.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Waldemir Moka, eu queria, antes de mais nada, registrar as presenças nesta audiência pública – e começo pelas mulheres – da Procuradora da República aqui no Distrito Federal, Drª Anna Paula Coutinho Moreira; da Procuradora Regional da 3ª Região, Drª Laura Noeme dos Santos; do Dr. Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho, Subprocurador-Geral da República, membro da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; do Dr. Waldir Alves, Procurador Regional da República da 4ª Região, do meu Estado, o Rio Grande do Sul, e Coordenador do Grupo de Trabalho da Área de Saúde do Ministério Público Federal; bem como do Dr. José Ulisses Calegaro, do Centro de Medicina Nuclear.

Feito este registro, com os meus agradecimentos, eu queria dizer que tudo o que foi dito aqui e uma das declarações da Drª Patrícia já nos anima em dizer que o Ministério reconhece a incoerência do art. 3º que está na lei da regulamentação. Houve iniciativa da Câmara, faço justiça à Deputada Cármen Zanotto, que cuida desta matéria e que trabalhou muito na Lei dos 60 Dias.

Drª Patrícia, eu só pediria à senhora – a senhora mostrou em um eslaide. Eu estava acompanhando, mas ele passou rápido – um esclarecimento sobre a questão dos serviços no País. São 280, como a senhora falou, mas aí há na região. Na Região Norte, 10; eu queria saber na Região Nordeste em quanto estão?

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI (Fora do microfone.) – Nordeste, 51. Norte, 10, Centro–Oeste...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Ah, 51.

Sudeste, 134?

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI (Fora do microfone.) – Sudeste, 135; Centro-Oeste, 20 e Sul, 64.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sul?

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Sul, 64; Sudeste, 135; Centro-Oeste, 20, Nordeste, 51 e Norte, 10.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Bom, por que eu fiz essa pergunta? Porque eu comecei a anotar. No dia 21 de maio de 2013, a senhora esteve aqui, e aí a senhora disse: "Hoje a gente tem habilitados 277". Àquela época; então aumentaram para 280, serviços em todo o País, que são complexos e que realizam cirurgias, radioterapia e quimioterapia.

Nos Estados, naquela data, eram 9 na Região Norte e hoje são 10 – aumentou 1; 51 na Região Nordeste; 134, agora 135, na Região Sudeste; 20 na Região Centro-Oeste, fica igual; e, claro, aumentou na Região Sul, porque a incidência nesta Região, especialmente de mama, é forte: eram 63 à época e hoje são 74.

A senhora falou muito nos paradigmas ou nos princípios que devem nortear uma política de saúde em uma área específica como esta, que é o câncer. E a senhora falou em gestão; o primeiro item da lista de paradigmas é gestão. Então, dentro do processo de gestão uma questão importante é a continuidade dos procedimentos. Então, se a senhora for começar um programa, se o programa não começa, perde-se energia, perdem-se recursos e perde-se tempo, e quem sofre é o paciente.

Vou apresentar algo que aconteceu, com depoimento de um médico oncologista que trabalha com isso.

O Centro de Oncologia Cacon, de Ijuí, foi implantado em 2002 por um projeto chamado Expande, do Ministério da Saúde e do Inca – Instituto Nacional do Câncer, que visava [extremamente relevante] descentralizar o atendimento do câncer, criando centros de referência no interior do País. Esses centros seriam acompanhados e auxiliados com visitas de acompanhamento pelo Inca ou por alguém do Ministério da Saúde. Só que depois da implantação [então, todas as instituições que quiseram fizeram um esforço, fizeram a sua parte], nunca mais foram contactadas pelo Inca, pois, simplesmente, o projeto foi desativado. [Onde está a gestão neste caso?] Assim, hoje, não há recursos para conservação e ampliação do centro [que fazia parte de uma meta muito importante e relevante até].

Além disso, segundo o Dr. Fábio Franke, que é oncologista do Hospital de Caridade de Ijuí,

a lei não pode ser cumprida, que é oncologista do Hospital de Caridade de Ijuí, pois os hospitais públicos e filantrópicos, como é o caso desse Hospital de Caridade de Ijuí, não possuem ou recebem recursos para reforma e ampliação das suas instalações. Sabemos que o câncer já é visto como uma epidemia e que a sua incidência deve aumentar em 50% nos próximos 20 anos, mas continuamos com a mesma estrutura física para atendermos, sem a possibilidade de ampliarmos a equipe médica.

Os hospitais precisam mendigar recursos, com projetos como o Pronon, mas se deparam com portarias que não são claras nos seus critérios. O exemplo marcante é o Pronon deste ano [que eu estou apoiando]: a portaria ainda não publicada, não sabemos qual vão ser os critérios, pois a portaria do ano passado permitia ampliação e construção e a deste ano, a informação extraoficial é de que serão permitidos apenas equipamentos. Como instalá-los?

De novo é uma questão de gestão para quem opera a saúde.

Diz o Dr. Fábio,

a solução está em equipar melhor os centros de referência e capacitá-los para o diagnóstico e tratamento, e isto exige recursos financeiros: aumento do teto e reforma e ampliação que suportem este aumento do número de casos, conforme apontam as estimativas. A capacidade instalada de atendimento precisa ser programada para atender este aumento de demanda. Não recebemos recursos para reforma e ampliação nos últimos 12 anos!

Ainda temos outras questões que eu deixo até de citar aqui.

Lembrando essa carência que nós estamos tendo, eu queria perguntar à senhora, além dessas questões: de acordo com uma matéria veiculada no Blog da Saúde, no dia 16 de maio do ano passado, de 2013, o Ministério da Saúde afirmou que "as novas regras, além de decisivas para a redução do tempo de espera, no caso

de tratamento, deixam claras as atribuições da União, dos Estados e dos Municípios no diagnóstico e no tratamento do paciente com câncer e estruturam uma lógica para atendimento ágil e de qualidade". Diante dessas informações no órgão do Ministério, quais são, Drª Patrícia, as atribuições de cada ente da Federação e como o Ministério da Saúde está orientando os Estados e Municípios nesse processo?

Segundo a mesma matéria no Blog, de 2010 a 2012 o investimento do Governo Federal em oncologia disparou 26%, de R$1,9 bilhão para R$2,1 bilhões. Mas, contudo, Drª Patrícia, considerando os valores de investimento informados nesse blogue, o percentual correto do crescimento é de 10,5%, e não de 26%. Assim eu lhe pergunto: quais são os valores dos investimentos federais em Oncologia previstos para 2014?

Quero também fazer outra pergunta à senhora. Existe um plano de expansão da radioterapia no SUS. Há um plano, como eu já disse, de compra centralizada de 80 equipamentos radioterápicos: 39 deles são destinados à ampliação de serviços já existentes, e 41 à criação de novos serviços. O custo total deste programa é de R$506 milhões, e ele está dividido em quatro etapas: as duas primeiras etapas são focadas na ampliação dos serviços para podermos ofertar mais rapidamente novos serviços de radioterapia, e a terceira e a quarta etapa, na criação dos novos serviços. Eu pergunto para a senhora: houve ampliação dos serviços de radioterapia?

E há uma queixa – agora há pouco eu falava com o Senador Roberto Requião, cujo irmão precisou de um tratamento oncológico e ele optou pelo SUS –, em relação às novas terapias mais modernas para o tratamento de câncer. O SUS, segundo as avaliações ou as informações que a gente tem, especialmente daqueles que dependem, não está usando uma medicação que hoje está muito avançada como, por exemplo, a quimioterapia oral. Então, eu queria colocar essa questão; eu queria trazer esse tema, pois até sou autora de uma lei que incluiu a quimioterapia oral nos planos de saúde, portanto, para os pacientes que têm plano de saúde, eu sou autora, com o apoio da Femama, da Oncoguia, e trabalhamos em cima disso. Então, são essas as minhas perguntas à senhora.

E eu queria perguntar para a Drª Maira. Há uma discussão, Drª Maira, não sei se no Brasil já chegou, de que está havendo um aumento da mastectomia – a senhora é mastologista – unilateral, ou seja, a retirada não só da mama contaminada, mas das duas mamas, mesmo a não contaminada, e eu queria saber se isto está acontecendo no Brasil. Quais são as recomendações médicas? Isso é conveniente ou não é conveniente? Até porque houve uma polêmica portaria do Ministério da Saúde que mandava fazer a mamografia unilateral, ou seja, só de uma mama. Então, aquilo já foi mudado. Nós estivemos com o Ministro Arthur Chioro, em uma reunião com as Deputadas, Senadoras, bancada feminina, para tratar desse assunto, e o próprio Ministro admitiu que houve alteração desta portaria, que foi bastante polêmica, porque limitou muito isto. Então, essa situação eu queria saber da senhora, no caso das cirurgias, do tratamento, e se, de fato, as mamografias hoje dão a ampla cobertura das duas mamas, na questão da mamografia.

Então são essas as primeiras questões que eu tenho para os nossos...

Agradecendo novamente, eu queria, Senador Moka, agradecer muito ao Dr. Eitel, mas, na pessoa dele à instituição do Ministério Público Federal. Eu acho que nós temos como guardião da sociedade, dos direitos da sociedade, o Ministério Público, com esse exemplar trabalho que vem fazendo de acompanhamento. Da mesma forma o Tribunal de Contas da União. Embora o nosso representante do Tribunal de Contas aqui, Dr. Marcelo, tenha trazido dados até 2011, a lei entrou em 2012, mas nós solicitamos uma auditoria nova com um foco nessas questões. Então, eu tenho a convicção de que, brevemente, o próprio Tribunal de Contas poderá subsidiar muito o próprio Ministério Público no sentido de trazer os dados reais desse procedimento.

E a questão ainda, Drª Patrícia, é exatamente o grande ponto que na lei relaciona a exigência do registro, do prontuário do paciente num sistema informatizado. Seria o melhor dos mundos que a gente pudesse apertar um botão e eu, aqui em Brasília, agora no meu computador, apertasse e acessasse a informação de um paciente X lá no Piauí, ou no Rio Grande do Sul, em uma cidade pequena. Isso é gestão, isso é eficiência do serviço sem, necessariamente, implicar em muito mais investimentos. Claro que isso demanda, é tecnologia, mas eu acho que é fundamental. Então, isso também acaba comprometendo o tempo do início do tratamento para os pacientes.

Muito obrigada e eu aguardo as manifestações da Drª Maira e da Drª Patrícia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou passar a palavra à Drª Patrícia, depois à Drª Maira e, depois, aos outros componentes da Mesa, ainda que não questionados, mas que queiram fazer alguma colocação.

Eu só quero aqui, Senadora Ana Amélia... Eu não tenho a menor dúvida de que falta muito – não tenho a menor dúvida –, mas quero reconhecer uma coisa: acho que é importante, não que justifique, mas é importante a gente perceber que há um esforço no sentido de tentar. E eu acho que nós só vamos conseguir... E aí não pode ser em 2020, mas nós só vamos conseguir encurtar o prazo se todos nós aqui, junto com o Ministério da Saúde, continuarmos pressionando. Porque, às vezes, no caso da Patrícia, que coordena... Mas nós sabemos

onde está a origem disso tudo. O sistema tem um subfinanciamento. Não tem como. É claro que há a questão de gestão e tudo, mas eu insisto. É por isso que este ano a Comissão escolheu como tema, e nós vamos produzir um relatório aqui na Comissão, exatamente em função de nós termos escolhido aqui o financiamento do SUS. Porque senão... Precisa fazer mais isso, precisa fazer mais aquilo e não chegam recursos para os hospitais para reformar, para adequar, para melhorar. Como essas pessoas também vão fazer?

Então, eu acho que a gente também aqui tem que... Nós vamos nos esforçar – só um minuto para mim, Senadora –, mas é fundamental que a gente coloque essas coisas com clareza, porque senão a pessoa que às vezes está se esforçando e sua equipe toda se sintam desestimuladas, porque acham que todo o esforço feito, de repente, não está valendo.

Eu percebo – conversei aqui com a Maira – que não é passar a mão na cabeça do Ministério da Saúde e achar que isso está bom, é dizer para eles: há um esforço, mas nós precisamos de muito mais do que isso. E o Tribunal de Contas da União... Eu pedi e o Presidente da Corte me estimulou nessas auditorias, Dr. Marcelo. Ele me estimulou e pedi uma auditoria, exatamente essa mais recente, para a gente poder dizer. Auditoria tem que ser após a implementação da lei, aí vamos ter dado para comparar. Foi bom, tema de 2010, 2011, mas depois da implementação da lei que hoje completa um ano.

Então, passo a palavra...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu só queria um pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Vale lembrar que V. Exª cita uma atitude coerente desta Comissão de Assuntos Sociais, comandada por V. Exª, médico, portanto, conhece a área, em relação a dar prioridade ao SUS nos financiamentos, inclusive, no Orçamento, na definição do Orçamento, do qual tivemos parte e estávamos entre os que colocaram o orçamento desta Comissão no Sistema Único de Saúde. Esse é o ponto um.

Ponto dois. Nós tivemos uma CPMF, que era para quê? Para financiar a saúde. Foi para isso? A saúde melhorou com a CPMF? Mudou? Penso que não. Temos uma coisa chamada caixa único, e não se sabe a cor do dinheiro que deveria ser para a saúde. Agora nós estamos diante de um recurso, de um patrimônio nacional chamado pré-sal. Grande parte desse dinheiro irá para financiar a saúde e uma parte menor para a educação. Além disso, o orçamento impositivo está condicionado a que a parte essencial das emendas dos Parlamentares seja para a saúde. Então, já estamos criando uma série de canais de concentração de recursos para a área de saúde, o que penso que é um caminho adequado.

Agora, como disse a Drª Patrícia, faço registro também de que todas as vezes que esta Comissão solicitou a presença do Ministério da Saúde e da área específica, o Ministério sempre esteve presente. Há pouco, estávamos numa Comissão de Agricultura, em que estávamos reclamando do não comparecimento do representante da área do Governo. No caso da saúde, é uma questão de reconhecimento e justiça. Não faço nada além de agradecer, porque é uma responsabilidade que tem o agente público, e é o caso da Drª Patrícia.

Nessa questão do financiamento, Senador Moka, o compromisso desta Comissão com a sua liderança nunca deixou de ser com essa questão do financiamento público na área da saúde.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas, lamentavelmente, Patrícia, na hora de fazer o financiamento, o próprio Governo trabalha para não deixar votar os recursos.

Eu não posso, eu quero pedir, porque eu só posso conceder a palavra... Se eu conceder a palavra para alguém aí, não tenho mais critério para não conceder a palavra para outro. Eu me desculpo por isso, e essa não é nem uma decisão pessoal minha, é uma decisão aqui do... Hoje a audiência pode ser tranquila, mas amanhã estou diante de um fato polêmico e não tenho mais o critério. Quer dizer, falam aqui os expositores, que são previamente selecionados. Eu peço desculpas.

Drª Patrícia.

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Obrigada, Senador.

Senadora Ana Amélia, gostei muito da observação em relação à questão das habilitações, porque os números, realmente, causam muita confusão. A habilitação na área da alta complexidade tem vários tipos. Posso ter uma habilitação como Cacon, como Unacon, ou como Unacon com Radioterapia. Então, quando tenho um Unacon que só faz, por exemplo, cirurgia e quimioterapia, e nesse ano ele me pede uma nova habilitação para também poder fazer procedimento de radioterapia, isso é uma nova habilitação, eu amplio a radioterapia. Por isso, quando coloco novas habilitações embaixo, parece incoerente com o número que está em cima, mas não conto como um serviço geral a mais. É uma nova habilitação, porque ampliei a radioterapia. O número de serviços, o número de hospitais especializados pode se manter o mesmo, mas eles podem ter novas habilitações dentro de uma habilitação primeira. Só para esclarecer como é esse processo de habilitação dentro do Ministério da Saúde.

Em relação ao Projeto Expande, ele não acabou. Inauguramos, há 15 dias, no Rio Grande do Sul, no Estado de V. Exª, em Caxias do Sul, um acelerador do Projeto Expande, e o de Ijuí, se não me engano, é o segundo ou terceiro inaugurado dentro do projeto inteiro.

Agora, gostaria de explicar que o Projeto Expande era um plano de expansão da radioterapia, semelhante, mais ou menos, ao que estamos fazendo, porque não foi compra centralizada, mas a ideia é de descentralizar.

Depois que colocamos o acelerador no local são as outras formas de financiamento do SUS – aí são várias; posso citar algumas aqui logo que terminar esta fala –, que vão dar toda a manutenção e os novos equipamentos necessários. Então, o projeto é restrito à compra do acelerador linear, que foi doado ao hospital de Ijuí. O Expande está sendo finalizado e dando continuidade, agora, com o nosso plano de expansão.

Em relação ao Pronon, reconheço que há um atraso na publicação da Portaria este ano. Para mim, isso é muito ruim, porque vai sobrar para a minha área ficar apertada e avaliar rápido os projetos, pois, no ano passado, tivemos de fazer isso muito rápido. A Portaria ficou confusa; foram várias portarias.

Então, neste ano, fizemos um trabalho, no início de janeiro, no sentido de rever todas as portarias do Pronon no ano passado, para, neste ano, sair uma portaria única, para que fique mais fácil aos que vão apresentar projeto.

E essa portaria única está em debate dentro das secretarias do Ministério da Saúde. Era para ela já ter saído há um tempo, mas existem algumas questões. Há um debate interno, e outro, com a consultoria jurídica, por exemplo.

Hoje, pela nossa consultoria jurídica, não poderíamos permitir nada além de reforma, ampliação e construção, pelas outras leis, não a específica. Aí, não sou da área jurídica e tenho maior dificuldade nesse sentido.

Assim, provavelmente, a portaria que vai sair só vai permitir reforma. Não posso ampliar ou construir serviços por motivos de outras leis dentro da área do Pronon.

Há toda uma questão jurídica e, por isso, essa lentidão. Concordo que não vai ser fácil. Talvez, somente no próximo ano, iremos fazer isso de uma forma mais lisa. Agora, gostaria muito que conseguíssemos aprovar de fato R$ 600 milhões a mais para a área da oncologia, através do Pronon.

Se eu mostrar a V. Exª a qualidade dos projetos do ano passado, dá até vergonha. Então, as oficinas que a gente vem fazendo é para tentar qualificar quem vai apresentar o projeto do Pronon, lembrando que este projeto precisa ter uma anuência do gestor. Eu não posso fazer um projeto em que nem o Município nem o Estado onde o serviço vai abrir, o gestor, não saiba que isso vá acontecer. Não posso ter uma porta paralela. Então, isso faz parte de todo o processo.

Em relação à incorporação de novas tecnologias, novos medicamentos, acho que temos a lei, a Conitec, que tem trabalhado muito bem, e os caminhos legais para se solicitar a incorporação de novas tecnologias, através da Conitec, a Comissão que avalia, que tem comissões *ad hoc* de pesquisadores, cuja função é avaliar a incorporação de novas tecnologias do SUS, havendo, assim, todo um regramento para isso.

Quanto à portaria que regulamentou a lei dos 60 dias, não há nada com relação ao prontuário eletrônico, mas prontuário médico. Até pedi para a minha equipe ler de novo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Fora do microfone.) – Não está escrito na...

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Não. Nem na portaria. Na portaria, não está escrito "eletrônico". O art. 3º fala o seguinte:

O prazo de sessenta dias, fixado pela Lei nº 12.732, para fins de primeiro tratamento cirúrgico, quimioterápico ou radioterápico do paciente, contar-se-á a partir do registro do diagnóstico no prontuário do paciente.

Não importa ser papel ou eletrônico. Então, isso não é o que está escrito de fato. Não há essa questão de ser no Siscan, mas em prontuário. Temos pedido a inclusão no Siscan, porque vai ser muito mais fácil para o monitoramento.

Essa é a portaria do Siscan, que regulamenta o sistema mas não regulamenta a lei, Drª Maira.

Então, só para deixar claro o que está escrito na portaria que regulamentou a lei, em relação à questão do financiamento que o médico do hospital de Ijuí trouxe, acho que devemos lembrar várias formas de financiamento do SUS.

Por exemplo, ele poderia buscar uma emenda parlamentar se precisasse de novos investimentos. Ou, ele poderia pedir um convênio – há todas as regras de convênio –, pois não é necessário o apoio de um parlamentar. Eu posso somente vir à minha instituição pedir, através do Siconv, que é o sistema de convênios, e, dentro do nosso orçamento, teremos as priorizações de investimento, tanto de equipamento quanto de obra e de construção.

Com relação ao custeio do serviço, tudo é feito através, então, do pagamento do teto, dos recursos de média e alta complexidade, que vão para os Municípios. Há uma questão na área da oncologia, que é muito diferente de outras áreas no SUS, porque, em geral, os serviços não são próprios: a maioria dos serviços são

prestadores – ou filantrópicos, ou privados. E o contrato que esses serviços têm com a gestão é muito frágil por vários motivos.

Então, não necessariamente o que a União ou o Estado repassa para um Município é o que aquele prestador vai receber. Isso depende desse intermédio de como é feito esse contrato. Quando ouvimos o prestador, é preciso lembrar das outras instâncias envolvidas, porque, muitas vezes, o prestador não consegue saber de todas essas questões do SUS, porque isso está na gestão municipal.

Assim, temos de lembrar que temos os convênios, todo o repasse feito mensalmente para o teto dos gestores municipais e estaduais, como forma de financiamento do SUS, e os filantrópicos têm todo um financiamento, em que eles deixam de pagar muitos impostos.

Temos de lembrar essas formas de financiamento e não ficar olhando somente o valor de tabela. Ele é mais global.

Por último, trata-se somente de um esclarecimento em relação à portaria da mamografia. O termo unilateral existia, mas, na descrição do procedimento, desde que a tabela existe, sempre estava descrita a possibilidade de pedir dois, e o valor dele é a metade. Uma mamografia diagnóstica é diferente de uma mamografia de rastreamento; esta, obrigatoriamente, precisa ser feita nas duas mamas. Não há por que rastrear numa mama única. Uma mamografia diagnóstica, dependendo da hipótese diagnóstica, posso solicitar numa única mama. Por isso, havia o termo. Tiramos, porque vimos a interpretação equivocada que foi feita e deixamos simplesmente mamografia, mantendo a mesma descrição do procedimento. É só uma questão de esclarecimento, porque, senão, fica sendo divulgada uma coisa que não aconteceu.

Não sei se toquei em todos os pontos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Na verdade, sou leiga no que diz respeito a essa questão da mamografia. Estou na área de risco. Tive duas irmãs com problema de câncer. Uma foi a óbito aos 44 anos. Então, eu tenho cuidado não só por isso, mas porque o Rio Grande do Sul é o Estado cuja incidência de câncer de mama é maior.

Por isso, a Femama tem, no Rio Grande do Sul, uma presença até mais expressiva do que em outras regiões, em função dessa demanda, dessa urgência e desse comprometimento.

Quando houve a portaria, eu, como leiga, me valho dos mastologistas, da Sociedade Brasileira de Mastologia, seja do Rio Grande do Sul, seja da Femama. Então, a reação foi dentro da área técnica, porque alertaram para isso.

Fiz um pronunciamento da tribuna do Senado e estivemos com o Ministro. A senhora tem razão: acredito que possa ter havido um ruído de comunicação no esclarecimento do procedimento a ser realizado.

Então, agradeço à senhora quanto a isso.

Quanto à questão de que não há suspensão do programa. Vou informar ao Dr. Fábio, que é atento a isso. Agora, de fato, a questão de depender de uma emenda parlamentar é uma coisa mais complexa, Drª Patrícia, do que a senhora imagina, porque, se é da Base do Governo, tem um tratamento; se não é da Base do Governo, tem outro tratamento.

Acho que essas questões deveriam ser republicanas, ou seja, de interesse da sociedade. Independente de "a", "b" ou "c". Também há limitação de cada Parlamentar em relação ao tamanho. Esses são esclarecimentos necessários, para que não deixemos dúvidas quanto a isso.

Gostaria de cumprimentar Caxias do Sul, que é uma cidade muito importante, é um centro econômico fundamental, que tem na área de saúde também uma atenção maior.

Então, agradeço o esclarecimento de que o Projeto Expande esteja andando, mas lá em Ijuí o Dr. Fábio está dizendo que as visitas previstas no programa de um acompanhamento não estão sendo realizadas.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Drª Maira, para responder à Senadora.

A SRª MAIRA CALEFFI – Só uma questão de ordem no sentido do que foi dito aqui pela Drª Patrícia, que o prazo de 60 dias contar-se-á a partir do registro do diagnóstico no prontuário do paciente.

Isso, no art. 3º, mas, no art. 6º, diz: "O médico e/ou a equipe da saúde, registrará no Sistema de Informação do Câncer". Ele diz que é no prontuário, mas o registro desse prontuário vai ser no Sistema.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É que eu tenho que organizar isso.

Maira, vou pedir que você responda à Senadora. Depois, a Patrícia vai dar a você esse esclarecimento. Senão, nós vamos ficar num pingue-pongue aqui. Aí, perderemos o controle da audiência.

Por favor, Drª Maira. Depois, voltaremos a essa questão. A senhora já disse que a Drª Patrícia teria do direito de responder a essa questão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A Drª Maira pode perguntar à Drª Patrícia, e ela, responder à mesma diretamente. E os outros debatedores também.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim, os outros debatedores também.

Estou dizendo que, neste momento, ela vai responder ao seu questionamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Sr. Presidente.

A SRª MAIRA CALEFFI – A questão da mastectomia profilática da mama contralateral, que é isso exatamente que V. Exª está perguntando, ou seja, a paciente teve câncer numa mama. Aí, ela "aproveita" e tira as duas –esse "aproveita", eu coloco com três aspas. Isso é algo que cientificamente não está comprovado que melhora a sobrevida do paciente, que impacta na mortalidade.

Deveríamos considerar isso nos casos em que a paciente tiver uma história familiar comprovadamente com a testagem genética brca1 brca2. Aí, o médico estaria apto. Se isso está acontecendo no Brasil; infelizmente, está. Existe uma onda assustando os pacientes: já que está fazendo uma reforma, aí aproveita para fazer uma reforma no banheiro, etc. Não! Não é assim!

Queria agradecer às mulheres que estão lá e defendem as mamas, ao pessoal daqui, que é incansável. Imagine, então, estarmos falando de mastectomias bilaterais, o nível de mutilação seria enorme, com prótese, com reconstrução, e já temos problema com a reconstrução daquela que tem câncer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem. O tema é o mesmo. Recorro ao caso da Angelina Jolie, que não tinha câncer e retirou as duas mamas para efeito preventivo. É claro que havia um histórico familiar, e ela fez esse procedimento por causa disso.

Então, nesse caso, há relação com essa prática, faz-se analogia com o caso da Angelina Jolie, ou não tem nada; é apenas o "já que", como diz a senhora?

A SRª MAIRA CALEFFI – A Angelina Jolie tinha o gene marcado, detectado. Então, comprovadamente, havia um motivo para fazer a prevenção, com diminuição de 90% de mortalidade. Aí é um caso a ser considerado. Ainda não temos para pacientes do SUS a testagem genética. Isso está em tramitação. É uma coisa importantíssima, mas a Angelina Jolie tinha duas ou três gerações comprometidas pela doença e o teste, porque existem várias pacientes que têm vários casos na família, como é o seu caso, Senadora, em que alguém precisa ser testado, mas que teve câncer de mama, que seria o caso índice. Infelizmente, a sua irmã já faleceu.

Então, a Angelina Jolie já vinha com o teste, foi testada e disse: Vou fazer a mutilação, não quero ter esse risco porque quero criar os meus filhos.

O que está acontecendo no Brasil, até porque, infelizmente – acho que isso não é uma justificativa –, há falta de acesso rápido ao teste, ou o teste disponível é bem caro – 6, 7 ou 10 mil dólares. Então, o que está acontecendo? Estão assustando as mulheres.

A Femama, em nome das mulheres, a Oncoguia e esta Casa precisam estar discutindo isso, porque está havendo um abuso dos próprios profissionais de saúde em indicar isso para uma paciente fragilizada que está ali, e o que médico disser é o que vai valer.

Então, agradeço a colocação. Saio um pouco fora da discussão, mas são esclarecimentos importantes de serem registrados nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Importante. Quero reforçar exatamente isso. A paciente fragilizada fará mesmo. Se o médico disser: "Acho melhor você fazer a mastectomia bilateral ou nas duas mamas". É claro que ela irá fazê-lo, mas, às vezes, não há um histórico que justifique isso.

Agora, vou conceder, então, só por uma questão de organização. Vou inverter a ordem das falas, Senadora Ana Amélia, dando oportunidade para aqueles que querem fazer questionamento, talvez a Drª Patrícia, até porque ela representa o Ministério da Saúde aqui; mas vou deixar a Drª Patrícia, novamente, para responder depois que essas pessoas todas questionarem.

Então, invertendo a ordem, a Drª Patrícia fala, respondendo ao que a Maira perguntou.

Pergunto à Maira se chegou a concluir realmente o questionamento.

A SRª MAIRA CALEFFI – Não. Um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

A SRª MAIRA CALEFFI – Estou lendo na Portaria, que é cópia na íntegra, que existe o prazo de 60 dias, fixado no art. 2º da Lei nº tal, contar-se-á a partir do registro do diagnóstico do prontuário da paciente.

É isso que você também tem, através da sua assessoria.

O art. 6º diz assim: *O médico e/ou equipe de saúde registrará* – então, registro em cima, registro embaixo – *no Sistema de Informação do Câncer (Siscan)*, além de outros dados, que será a data tal...

Então, a data que vai valer será registrada pelo serviço de saúde para o qual o paciente foi referenciado após efetiva realização do primeiro tratamento contra neoplasia.

Esse aqui, que diz que o registro será esse no Siscan, depois vem falando sobre uma outra Portaria, de 30 de dezembro, com relação à competência, mas na Portaria nº 876 já cita o Siscan como a forma de registro na prontuário.

E aí pode até ser que não seja essa a intenção, mas nos confunde. Esta é uma das coisas com que o Ministério Público está lidando muito: com a confusão que as portarias estão fazendo em cima de uma lei que é muito clara.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Drª Patrícia.

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – O art. 3º trata exatamente sobre quando a lei vai valer: a partir do diagnóstico no prontuário. Tudo bem que não deverá existir daqui a algum tempo, porque o artigo vai cair, mas ele está tratando exatamente de quando. Se algum paciente precisar entrar na justiça para cumprir, é o art. 3ª que dá a demanda. O art. 6º cita o Siscan porque é através do Siscan que vamos fazer um monitoramento dessa lei.

Então, por exemplo, eu estou numa unidade básica de saúde, recebi um laudo de mamografia com BI-RADS 4, diagnóstico de câncer. Quando eu registrei aquilo naquele prontuário, está valendo. Quando o serviço especializado em oncologia, que está falando de tratamento, vai registrar lá, eu já registrei no prontuário a data do início do diagnóstico e eu, como médica, não estou na Unidade Básica, estou lá no serviço de oncologia, recebo aquele paciente, ele já vai ter ali a data do diagnóstico. Quando ele for colocar no Siscan, ele vai pôr as três datas. É isso.

É por ali que vamos monitorar. Eu não tenho como olhar no prontuário, mas, perante a lei, o que está valendo é a data no prontuário. Não está escrito nada de prontuário eletrônico. É aí que está valendo a lei.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, o pessoal do Ministério Público está aqui.

Quero abrir uma exceção, porque é um pessoal que está no dia a dia com isso aqui, e o Subprocurador me falou que existem aqui membros do Ministério Público que estão, assim, no dia a dia. Eu queria abrir uma... Porque essa questão aqui é uma questão muito mais jurídica de interpretação. Eu queria ver se alguém de vocês – me pediu a palavra ali o Dr. Francisco Rodrigues ou o seu colega –tem alguma contribuição, se quiser, nessa linha do que estamos discutindo, nessa linha do que está sendo colocado. A minha sugestão é que, se houver confusão, Senadora Ana Amélia, aqui na Comissão de Assuntos Sociais, vamos reformular, vamos emendar essa lei no sentido de que, se houver alguma coisa que não ficou clara, fique clara. Para mim, ela é clara, mas, para evitar qualquer coisa, nós vamos nos valer disso.

Por favor.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS SOBRINHO – Eu agradeço a oportunidade. A minha observação era exatamente em cima desse aspecto, com um pequeno adendo, que é o seguinte: a Lei nº 12.732, no seu art. 2º, prevê que o tratamento da neoplasia maligna deve iniciar-se em até 60 dias contados do dia em que for firmado o diagnóstico em laudo patológico. Colocada a questão, que dia seria esse para contar os 60 dias: se é no prontuário do paciente ou se é a partir do ajuste do Siscan?

Ocorre que a Portaria nº 3.394, de 30 de dezembro de 2013, que diz, no art. 7º, o seguinte: "A partir da competência março de 2014, o Boletim de Produção Ambulatorial Individualizada (BPA-I) dos procedimentos de que trata o §3º do art. 3º será gerado exclusivamente pelo Siscan." Então, na hora em que temos, a partir de março de 2014, tudo gerado pelo Siscan e, a partir daí, vai ser via Siscan, me parece que, realmente, está feita a confusão, e vamos ter esse registro a partir dessa data.

Por outro lado, essa é uma questão que coloquei há um ano, quando, na audiência que tivemos na Procuradoria-Geral da República, fiz uma indagação, que até hoje não tenho resposta, que é a seguinte: já há um lapso temporal longo, em média, de mais de 60 dias para marcar a consulta. Depois que marcar a consulta, segue-se um lapso temporal também longo para a realização dos exames, para início, então, do tratamento. Muitas vezes, demora mais de seis meses para, efetivamente, começar o tratamento. Não se limita a esses 60 dias, porque tem consulta, exames e, depois, vamos diagnosticar e registrar. E agora há esse problema de qual será a data desse registro.

É preciso, então, não só agilizar a partir do registro, mas agilizar consultas, exames, de forma efetiva, para quem tem câncer, porque quem tem câncer não pode esperar.

Então, na comparação que se faz, que inclusive foi feita aqui, com relação aos dados do Canadá, me parece que há uma falha. Estamos comparando coisas diferentes, porque aquele dado para atendimento no Canadá é a partir da consulta. Aqui estamos falando a partir do diagnóstico. Então, não tem como compararmos alhos com bugalhos.

Então, a minha indagação nesse ponto para a Drª Patrícia, reiterando o que eu disse há um ano, é: quais são as medidas planejadas para fornecer o tratamento de forma a ter um prazo efetivo de 60 dias e não esse prazo que está conturbado?

Aliás, há outro aspecto *a latere*, que é o seguinte: está judicializada a restituição indevida, ilegal e abusiva da Portaria nº 1.253, que estabeleceu que para as mulheres com idade entre 50 e 69 anos, far-se-ia uma mamografia bilateral para rastreamento de câncer de mama, enquanto que para mulheres entre 40 e 50 anos, far-se-ia exame radiológico e, a partir do exame diagnóstico realizado, por indicação médica.

Ora, o exame mamográfico de rastreamento, na verdade, deve ser garantido a todos. A rigor, o câncer não tem idade mas se estabelece um tratamento desigual. Essa questão já está judicializada. E saber também qual o caminho, qual o planejamento em cima disso, se já há algum planejamento em cima desses dois pontos. É só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, vai colecionando as indagações, por favor.

Eu quero colocar aqui o questionamento do Tiago.

Senadora Ana Amélia, por favor, V. Exª é autora da audiência. Na hora em que achar conveniente e quiser interromper e fazer alguma colocação, fique à vontade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não. Eu estou encantada, porque nós somos clínica geral, à exceção do senhor, que é médico. Eu sou clínica geral aqui, no sentido de transitarmos com informação.

O nosso Procurador foi ao ponto, que são as dúvidas geradas, que é a questão da lei lida como ela é, lei lida como ela é e interpretada como ela está escrita. Se há confusão, é porque ela está mal escrita.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero propor exatamente isso depois, com a ajuda do Ministério Público, porque, senão, vamos ficar falando, falando, falando. Então, se tiver o caso, eu ou V. Exª vamos ao Ministro. Eu tenho certeza de que ele nos receberá. E, se houver alguma dúvida, vamos sanar isso. Se tem que mudar o decreto, vamos mudar, porque é muito claro, a interpretação é essa, mas não foi o que a lei queria. A lei quer o seguinte: feito o diagnóstico, o prazo para começar o tratamento é, no máximo, 60 dias – ponto. O que for preciso para fazer valer isso, vamos fazer, entendendo que, neste momento, está sendo feito um esforço no sentido de se cumprir a lei, que reconheço em função da questão do subfinanciamento.

Mas aí, Patrícia, eu quero... Por isso, tenho uma preocupação com a sua equipe e com você também, porque – posso estar enganado – percebo o esforço, mas ele não é o suficiente, porque estamos tratando de vida. Mas você também pode ficar impotente em determinadas situações porque você, muitas vezes, não tem a estrutura suficiente. Aí, esta Comissão e todos aqui, na minha avaliação, têm que somar à sua equipe, ao seu esforço no sentido de fazer com que o Ministério da Saúde e o Governo lhe deem essas condições. Eu acho que aí vai ficar claro.

Dr. Tiago, por favor.

O SR. TIAGO FARINA MATOS – Bom, eu queria só aproveitar esse gancho, porque as questões jurídicas, realmente, me interessam. É a minha área. Eu acho que a gente, talvez, esteja batendo numa tecla que vai ser resolvida assim que o Ministro alterar a portaria. A lei diz que não é partir do Siscan, não é a partir do prontuário, não é nada disso. A lei diz que é a partir da data da assinatura do laudo, na hora em que o médico assinar o laudo patológico. Então, toda essa confusão, talvez, porque está tendo uma demora, Patrícia, para se alterar isso. Não sei o esforço que pode ser feito para apressar essa análise do Conjur, etc. e tal, porque isso está realmente despertando muita discussão. E bastaria essa alteração para resolvermos essa questão de uma vez por todas.

Parece que também ficou claro aqui que a gente está colhendo os frutos de um erro do passado, falta de planejamento do passado. E não estou me referindo a nenhum tipo de gestão, a nenhum tipo de partida, nada disso. Mas é uma questão histórica. Noventa mil pessoas sem acesso à radioterapia é uma questão estrutural. E a questão estrutural, da mesma forma que não é resolvida de um dia para a noite, não surge do dia para a noite. Esforços existem. A gente percebe todo o empenho da Patrícia e da sua equipe. A gente precisa de novas ideias. A gente tenta, talvez, trazer algumas questões para reflexão, como serviços isolados, por exemplo, de radioterapia, que há um tempo foram impedidos e, agora, vão poder novamente ser contratados por instituições credenciadas, inclusive contratação de serviços privados lucrativos. Já que não tem equipamentos na rede pública, você vai poder... Existiu essa possibilidade, agora com a nova portaria do Ministério, de se contratarem serviços privados inclusive. Em um Fórum Oncoguia, Patrícia, o Presidente da Sociedade Brasileira de Radiologia mencionou que haveria até mesmo uma dificuldade de se contratar algum serviço, porque muitos não aceitam prestar o serviço pela tabela do SUS. E aí o que fazer em relação a isso?

Porque essa talvez fosse uma medida interessante e rápida para resolver o problema imediatamente, a curto prazo ou a médio prazo, pelo menos. Que alternativa a gente poderia obter? Vai aumentar a tabela? Vai haver uma negociação? Enfim, algo nesse sentido.

Outro ponto que a gente também discute muito é a dificuldade que o paciente tem de saber informações. Por mais que exista a Lei de Acesso à Informação, existe, por exemplo, na Agência Nacional de Saúde Suplementar, uma espécie de ouvidoria ativa. Lá, se o paciente não tem o procedimento realizado no prazo estabelecido por lei, ele entra com uma reclamação na ANS e em cinco dias a operadora tem que resolver o problema, senão ela entra naquela lista negra de operadoras que ficam com o plano suspenso. E o paciente tem como monitorar aquilo. Ele consegue acessar o sistema, consegue ligar, saber como está. No SUS, parece que o paciente fica perdido, não tem esse apoio, essa ouvidoria ativa.

Então, talvez, se se criasse um sistema *web*, mas também um sistema de 0800 – até como a Maira disse, não é todo mundo que tem acesso à internet –, talvez fosse uma solução pelo menos para amenizar a angústia do paciente. Esse é um ponto extremamente grave. Parece bobagem que a gente não esteja falando só de tratamento, mas há a angústia que o paciente vive de não saber quem é o seu médico, de não saber quem vai atender, quando está marcada a sua consulta, quando vai ser a próxima consulta... Ele fica esperando uma ligação e isso é muito angustiante.

Só mais dois pontos rápidos: questão de incorporação de tecnologias. A gente percebeu, realmente, um esforço também do Ministério da Saúde, com a criação da Conitec. Temos a impressão de que a Conitec tem avançado em alguns pontos, mas temos algumas críticas em relação a essa comissão que talvez pudessem ser objeto de aprimoramento legislativo. É uma comissão que, no projeto original do Senador Flávio Arns, tinha na sua composição uma série de membros da sociedade civil. O projeto aprovado, no final, tirou grande maioria dessas representações e manteve apenas um representante do Conselho Nacional de Saúde, que não necessariamente é representante do usuário. Então, a gente não tem uma participação ativa da sociedade dentro desse órgão, lembrando que a participação da sociedade é uma diretriz do SUS constitucionalmente estabelecida.

Temos visto também decisões da Anvisa que vão na contramão do que inúmeros outros países do mundo têm decidido. A Anvisa analisa se uma determinada tecnologia é segura e eficaz. Ela não analisa custo. E a gente tem exemplos que estão sendo muito questionados pela comunidade médica de drogas que foram registradas em mais de 70 países e aqui no Brasil foram rejeitadas porque faltava uma questão formal... E a gente não vê a Anvisa sendo pró-ativa no sentido de pensar primeiro em garantir o acesso ao tratamento.

Por fim, pensando nessa questão do Pronon, e aí já na linha de querer ajudar e talvez trazer um esforço nosso também da sociedade civil... Eu estava até trocando mensagens aqui com o Presidente da Confederação das Misericórdias do Brasil, Dr. Edson Rogatti, que colocou à disposição o programa EducaSUS, um sistema de teleconferência, e todos os Estados do Brasil têm essa conexão que fica disponível na internet. Então, num curso de capacitação, ele já colocou à disposição essa ferramenta que pode ser um instrumento para alcançar um maior número de entidades, lembrando que a grande maioria das entidades que vão receber recursos do Pronon são entidades filantrópicas que atuam em hospitais, santas casas, enfim, nessa área de oncologia.

São essas as considerações.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Dr. Bruno Carvalho.

Eu estou fazendo, Patrícia, na sequência, porque acho que as coisas começam a se repetir mesmo... Não tem como... Para a gente também poder ter um encaminhamento disso tudo.

Essa questão da Anvisa que ele falou é um assunto, Dr. Tiago, que nós debatemos aqui, fizemos já duas, três... A Anvisa, em vários momentos... Houve até um caso aqui em que fizemos a reunião, também tinha um problema com um laboratório, quer dizer, as coisas são realmente complexas, mas não passa aqui despercebido. Eu e a Senadora Ana Amélia, e tantos outros aqui... Acho que não passa um mês sem que não tragamos alguém da Anvisa aqui nesse sentido.

Mas ouço agora o Dr. Bruno Carvalho Oliveira, que é especialista e representa aqui a Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica.

O SR. BRUNO CARVALHO OLIVEIRA – A pergunta também vai para a nobre ... Acho que todas as perguntas estão indo para ela.

Na verdade é o seguinte: o Tiago falou da questão da ansiedade. Nós estamos todos no mesmo barco, como já foi falado, mas a ansiedade maior obviamente é do paciente e do médico que está lá na ponta. Às vezes você sabe que há uma medicação melhor, mas não pode oferecer. Não estou falando aqui de medicação só para paliação, não. Há medicações novas, que já têm indicações quase no mundo inteiro, medicação com melhoria de taxa de cor e tudo e que a gente não tem ainda disponível no SUS.

A primeira pergunta é sobre a questão da tabela, porque há mais ou menos oito anos que não há um reajuste. Eu queria saber se há uma previsão para esse reajuste.

Em relação ao serviço de atendimento ao SUS a gente tem alguns exemplos no interior de São Paulo e na própria Capital, dois que eu conheço, não sei de mais, que funcionam muito bem no atendimento a SUS. São Paulo tem uma PAC diferenciada para isso. Claro que no interior de São Paulo é público-privada, mas é uma

instituição que eu conheço, é fantástica, e que incentiva todos os profissionais, todos os profissionais que têm que lidar com paciente oncológico, incentiva pesquisa. Claro que há um incentivo privado nessa instituição. Essa questão de expansão é importante, mas em vez de pulverizar muito, a gente não poderia avaliar todos esses centros que já estão em funcionamento, ver se há jeito de potencializá-los, porque às vezes eles estão sendo subutilizados.

Era só isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Dr. Marcelo André Barbosa da Rocha.

Eu estou dizendo que as pessoas não são obrigadas a perguntar também. Eu estou só fazendo essa...

O SR. MARCELO ANDRÉ BARBOSA DA ROCHA CHAVES – Então, pela ordem, Senador.

Eu não teria nenhum questionamento a mais a fazer ao Ministério. Eu só gostaria de fazer uma réplica ao Procurador, porque ele afirmou que o nosso dado estava errado. O dado que está no relatório, as comparações que são feitas são em relação ao tempo de espera para iniciar a radioterapia, a contar da data do diagnóstico. Eu não sei se eu entendi direito qual foi o questionamento do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Você entendeu errado.

Por favor.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS SOBRINHO – Na realidade, eu não questionei o dado do Tribunal de Contas. O que eu questionei foi quando a Drª Patrícia comentou que o número, comparando com o número do atendimento aqui, está assemelhado ao do pior no Canadá. Mas acontece que esse do Canadá está levando em conta desde o início, e nesse daqui há toda essa espera.

O SR. MARCELO ANDRÉ BARBOSA DA ROCHA CHAVES – Não, no relatório está o tempo para início da radioterapia, após a data do diagnóstico.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS SOBRINHO – Sim, mas o que eu estou dizendo é que nesse caso nosso a gente tem uma demora toda para isto, marcar consulta,marcar... Essa é a diferença para o número final.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ele está dizendo que como lá a consulta é mais rápida e aqui nós temos uma demora para fazer a consulta e o início do tratamento é a partir do diagnóstico, o diagnóstico só virá após a consulta. Isso é evidente. Então, esses 60 dias podem não ser 60; você pode demorar 30 dias para conseguir uma consulta, e aí já teria 90 dias.

Mas o que eu estou dizendo para todos aqui é que nós temos que – essa é minha avaliação como Senador – montar esse grupo. Nós temos que nos unir, ajudar essas pessoas que estão com essa responsabilidade no Ministério da Saúde e também cobrar do Ministério da Saúde, mas principalmente do Governo e da área orçamentária. Por que há dificuldade na contratação de serviços de radiologia? Porque o que a tabela do SUS paga, o pessoal não quer fazer. Às vezes não paga nem o custo.

Por isso é que eu fico meio angustiado, desculpem-me. Talvez porque seja da área e conheça esses detalhes. É claro que o paciente que está lá, com o diagnóstico, esse é que sofre, a angústia é dele, porque ele quer saber é de iniciar. E quanto mais cedo iniciar o tratamento a chance de sobrevida dele é maior. Por isso a angústia de todos nós aqui.

Eu acho que é só isso.

Passo a palavra ao Dr. Eitel Santiago de Brito Pereira.

O SR. EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA – Uma rápida reflexão e uma pergunta no final.

Eu ouvi, com muito encanto, a exposição rápida da Drª Patrícia, até porque ela trouxe uma exposição mais ampla e não pôde fazê-la detalhadamente; e mostrou que nós temos problemas de gestão, financiamento, regionalização e de articulação intersetorial para o aprimoramento do atendimento à assistência médica na área da oncologia, no Brasil todo.

O Brasil é um continente. Nós sabemos disso. Quando o Dr. Francisco Rodrigues, com muita propriedade, recorda a questão do tempo para conseguir uma consulta, ele mostra um aspecto que é real. No Amazonas, por exemplo, há Municípios que o camarada, para arranjar um médico, não sei quanto tempo leva para até olhar na face do médico. Então, a questão é muito complexa. O Brasil é um continente. Por isso não é fácil fazer uma boa política de saúde para toda a população.

Nós temos uma Constituição que já tem 25 anos, já é uma mocinha. Espero que ela dure muito, porque é a Constituição da redemocratização e a Constituição da consagração de direitos fundamentais como – vamos dizer assim – um objetivo da nossa República Federativa. E esta Constituição diz: saúde é direito fundamental e é dever do Estado e da sociedade dar esse direito a todos.

E, quando a gente fala de câncer, de neoplasias nesta Comissão de Assuntos Sociais, nós estamos pensando principalmente nas pessoas mais carentes, Senadora Ana Amélia, porque quem tem uma melhor condição

financeira não espera. O Doutor disse há pouco – eu acho que foi o Dr. Bruno: "Se eu estiver com uma suspeita de que estou com uma moléstia dessas, eu corro ontem para tentar um diagnóstico e tentar imediatamente um tratamento". É a questão do tempo. Montesquieu escreveu uma obra clássica chamada *O Espírito das Leis*. O espírito dessa lei é dar velocidade à assistência médica de quem está acometido de neoplasia.

Há problema de gestão? Há. Não é só do Ministério da Saúde, não. Há problema de gestão nos Municípios menores, nos Estados. Existem Estados que funcionem talvez melhor, como São Paulo porque tem mais financiamento, mais recursos. Mas, nos Estados mais carentes, o problema é maior ainda.

Então, é um trabalho, como disse o Senador Moka, muito grande, que exige um esforço conjunto, mas que precisa, Drª Patrícia, de transparência. Não se resolve o caos da saúde pública no Brasil com uma frase Mais Médicos, não. Não se resolve só com isso. Não se resolve o problema da saúde pública no Brasil dizendo: "Saiu a Lei dos 60 dias", sem criar os mecanismos indispensáveis para que a Lei dos 60 dias seja implementada.

E V. Sª, que é uma profissional inteligente e comprometida com esta causa, que é de todos nós, que fazemos parte da sociedade brasileira, deve fazer um esforço – e eu faço o apelo – para que o Ministério da Saúde, quando resolver regulamentar dispositivos de uma lei, talvez porque tenha tramitado por muito tempo, bem escrita, muito clara, não crie barreiras. Regulamento é para explicar o que não se compreende na lei. Mas o regulamento, no momento em que estabelece uma norma que desfigura o espírito da lei e, se o Ministério já reconheceu, já devia ter revogado a portaria. Vamos esperar mais quanto tempo para revogar? É a primeira pergunta. Se o Governo reconheceu, quanto tempo vai esperar para revogar?

A segunda pergunta que me interessa fazer... E antes de colocá-la, vou fazer uma observação em cima de uma ponderação feita durante a fala da ilustre Senadora Ana Amélia

A segunda pergunta que me interessa fazer... E antes de colocá-la, vou fazer uma observação em cima de uma ponderação feita durante a fala da ilustre Senadora Ana Amélia. Ela falava que as informações que chegam são de um aumento de R$2,1 bilhões de investimento na área da oncologia – não é isso, Senadora?

Eu vou dar uma informação, aqui, a essa Comissão de Assuntos Sociais, para nós refletirmos como tem problemas o nosso País e como precisa de um esforço conjunto das instituições, do Congresso Nacional e dos que fazem o Executivo, notadamente os servidores, profissionalizados, que têm compromisso com a sociedade brasileira, como é o caso da Drª Patrícia.

Ontem, eu conversava com a colega de São Paulo, que é especialista na área de Previdência, e ela dizia que tem informações seguras, por exemplo, que, só na área da Previdência Social no Brasil, a fraude mensal em pagamentos de benefícios atinge R$2 bilhões.

É triste, não é, este País? Para ver como nós precisamos trabalhar juntos, porque, quando a gente está falando, por exemplo, de oncologia, a gente está falando em salvar vidas. Então, não se pode adiar. São coisas para refletir. E o Governo deveria priorizar, sim, a área de Saúde. Se a Presidente Dilma o fizesse, ou quem a vai suceder, nós teríamos um País muito melhor, com toda certeza.

Nós assistimos, que fazemos parte da sociedade, somos membros de uma instituição, mas assistimos, porque, também, somos cidadãos e fazemos parte da sociedade, à escolha de prioridades que nós entendemos erradas.

Os senhores sabem, melhor do que eu, porque são da área médica, quantos brasileiros morrem por falta de assistência médica na área da oncologia no Brasil; quantos morrem. Mas o Governo brasileiro, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, achou prioritário financiar um porto no nosso Estado irmão e vizinho Cuba, um Estado soberano.

Será que o financiamento do BNDES – se fala de falta de recursos – não deveria ser direcionado para políticas de implementação da saúde pública, como definido pelo Congresso Nacional com a sanção da Presidente da República?

Talvez, se isso acontecesse nós não estivéssemos, aqui, tão aflitos nessa discussão, mas eu quero, de qualquer maneira, dizer que aconteceram alguns avanços e que eles poderão acontecer ainda mais, se V. Exª se comprometer, por exemplo, com a alteração de uma outra portaria, a nº 1.253, porque essa portaria, se nós fizermos uma leitura dela, e a minha colega Ana Paula fez, dentro do Grupo de Trabalho de Saúde, estabelece uma restrição indevida na faixa etária prevista na Lei, que não é essa lei que nós estamos discutindo, mas uma lei anterior, a Lei nº 11.664, para a realização de um exame preventivo de mamografia bilateral, destinada a rastreamento de câncer de mama, porque existem a mamografia feita quando já tem o diagnóstico e a preventiva.

E, se o Governo pensa até em economizar recursos, ele poderia economizar prevenindo. É uma política preventiva. Se existe... Eu não sou médico, mas tenho conversado com os meus colegas, que conversam muito com médicos, e converso com médicos também. Se existe um entendimento entre os médicos de que a partir dos 40 anos é necessário que se faça um rastreamento de câncer nas populações do Brasil, principalmente nas mais carentes, que dependem do SUS, por que o Ministério, a pretexto de que está estabelecendo regras

financeiras – mas são regras de restrição a um direito, o direito é amplo –, passa a exigir que o pagamento dessas mamografias bilaterais em pessoas que têm menos de 50 anos só se faça se já tiver uma recomendação diagnóstica do médico, quando deveria ser uma política de saúde?

A incidência de câncer de mama é o que mais mata as mulheres no Brasil a partir dos 40. Se os médicos disseram isso… Essa lei foi discutida aqui no Congresso Nacional, Senador Moka. E o Senado, e a Câmara dos Deputados, e o Congresso Nacional compreenderam que era a partir dos 40 anos.

Pode a Portaria do Ministério da Saúde restringir esse direito? Este tema está judicializado pela combativa Defensoria Pública da União e a minha colega Ana Paula, que eu homenageio aqui, dentro de uma deliberação do GT de saúde, com a Drª Laura, com o Dr. Waldir Alves e outros colegas resolveram aderir à ação para pedir ao Judiciário que altere essa portaria que restringe um direito fundamental, principalmente das mulheres mais carentes do povo do Brasil.

Poderia V. Exª aliar-se a essa intenção do Ministério Público, que é de servir à sociedade e dentro de elementos técnicos que nos forneceram? A pergunta é essa.

A segunda pergunta…

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pra encerrar a sessão de perguntas, eu queria passar… (*Ininteligível.*) (*Fora do microfone.*) o Procurador Regional da República, por seu intermédio, do Rio Grande do Sul, em função de ser eu uma representante do Rio Grande do Sul, que é coordenador do grupo de trabalho na área de saúde do Ministério Público Federal, completando então as perguntas do Dr. Waldir Alves.

É a minha solicitação. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. WALDIR ALVES – Bom dia a todos! Primeiro, eu gostaria de cumprimentar o Senador Waldemir Moka e a nossa Senadora pelo Estado do Rio Grande do Sul, Ana Amélia.

Esse papel do Senado, Senadora… Os meus alunos de Direito exibem com muito orgulho a Constituição brasileira que é remetida por esta Casa e eu digo para eles: "Guardem essa Constituição como a número 1", para saberem que a nossa Constituição não só é democrática, como é aberta para os anseios não só do povo, mas também dos Estados.

Este momento é ímpar, porque nós estamos na Casa onde estão os representantes dos Estados, mas eles não podem ficar de ouvidos fechados para os anseios do povo. Os representantes dos Estados estão externando essa necessidade de implantação e cumprimento dessa lei nos Estados. Nós tivemos já várias reuniões. A Drª Patrícia esteve sempre bastante aberta e, muitas vezes, se expôs a esses debates que são, e devem ser, severos para que nós possamos construir – essa é a finalidade. Nesse sentido, eu penso que este é um momento ímpar.

Então, parabéns ao Senado! Parabéns aos Senadores que aqui estão! Também queria cumprimentar os demais membros da Mesa, Drª Maira, Dr. Marcelo, Dr. Eitel, Dr. Bruno, Dr. Tiago. A maioria eu conheço.

Bem, quanto à questão do prazo, Drª Patrícia, ouvimos, com bastante alegria, que a contagem será a partir da data em que for firmado o diagnóstico, até pela estatística apresentada, apesar de ser um universo pequeno. Mas a diferença realmente é bastante elevada entre os 57,5, que já estão atualizados, que são do início da contagem da data em que firmado, ou os 89,5%, que é o da data em que inserido no sistema. Então, veja que há um hiato bastante significativo que mostra o acerto não só de cumprir a lei, mas também o acerto desta Casa – e aqui a Senadora Ana Amélia tão bem relatou a Lei 12.732 –, de estabelecer esse prazo de início de contagem da data em que firmado o diagnóstico.

Outro ponto – e aqui também falo para esta Casa -– é a questão, também referida pelo Dr. Bruno, do prazo para a realização do diagnóstico, que é um outro grande problema. E lembremos do Projeto de Lei nº 5.722, de 2013, do Deputado Beto Albuquerque, também do Estado do Rio Grande do Sul, que apresentou um projeto de emenda à Lei 12.732, para estabelecer o prazo de 30 dias para a realização do diagnóstico, a partir da requisição médica fundamentada.

São problemas que esta Casa, e também a Câmara dos Deputados, estão trazendo para si.

Então, Drª Patrícia, trazer essa questão das políticas públicas para o Parlamento é algo que dá uma resposta ao povo. E qual é essa resposta? É a resposta de garantir o art. 196 da Constituição, que afirma que a saúde é um direito de todos e dever do Estado. Esse é o propósito.

Então, por mais que isso, para a área médica – eu falo isso porque eu tenho uma família que tem profissionais da Medicina –, possa, às vezes, soar um pouco desconfortável, é a colocação que o Parlamento faz para aqui ouvir os anseios e, realmente, impor as políticas públicas.

Quanto à questão da gestão… Isto talvez fosse algo que o Ministério poderia, sim – neste momento de unificação de um sistema nacional de controle do câncer – pensar adiante, e tratar de gestão do próprio administrador do dinheiro público da saúde.

Então, se nós temos uma estatística aqui, atualizada, hoje, de 1.546 Municípios que estão alimentando o Siscan, é muito pouco para o universo de mais de 5.500 Municípios neste País. Aí, 4.265 – não, já está atualizado, eu não peguei o dado atualizado – têm senha, ou seja, ainda nem todos os Municípios têm a senha.

Então, isso é muito pouco, e digo que é muito pouco porque – Senadora Ana Amélia – o prazo para o cumprimento da lei foi o dia 22 de maio de 2013, porque essa lei é do dia 22 de novembro de 2012 e ela deu aquilo que o seu marido, certamente, nos finais de semana, sempre lhe atualizava, a *vacatio legis* – foi procurador de Justiça do nosso Estado, o Rio Grande do Sul. Então, esse prazo para o início do cumprimento foi estabelecido. Então, nós estamos tratando hoje, neste momento – e que bom que estamos tratando –, de uma lei que há um ano já deveria estar implementada.

Então, aqui vai a pergunta, Drª Patrícia: sabendo que nós estamos há um ano sem cumprir a lei – ela deveria ser integralmente cumprida, mas está sendo cumprida apenas parcialmente, por esses Municípios que estão alimentando -– a questão da fixação desse prazo para que todos os Municípios se integrem e comecem a alimentar o sistema: se esse prazo – não é surpresa esta pergunta para a Drª Patrícia –, se esse prazo já está em fase de conclusão no Ministério.

Isso seria importante, por quê? Porque nós queremos responsabilizar os Estados e os Municípios que não estão implementando, que não estão cumprindo a lei. Então, isso é importante.

A gestão, aqui, Senador Moka… Penso que este é o momento de esta Casa, por ter os representantes dos Estados, trazer essa reflexão, para que nós tenhamos uma gestão como um programa de Estado e não como um programa de Governo, ou seja: os governos mudam, as secretarias mudam, os secretários mudam, o pessoal muda, mas o programa de gestão tem que ser um programa de Estado. Isso precisa ser algo profissional, onde se estabeleçam os sistemas que devem ser alimentados e cumpridos.

Já vou concluir, Senador.

Vou caminhar aqui para a questão do orçamento, colocada pelo Ministério, que penso ser muito caro. A questão de não estabelecer um orçamento mínimo para a União, para a saúde, a própria Portaria nº 876, que instituiu o Siscan, resolve isso. Vou ler o que ela estabelece.

O art. 8º diz:

Compete ao Ministério da Saúde:

II – garantir o financiamento para o tratamento do câncer, nos moldes das pactuações vigentes, de acordo com as suas responsabilidades;

Ou seja, o Ministério da Saúde precisa cumprir a sua obrigação e fazer cumprir a obrigação dos demais entes no nosso Sistema Único de Saúde, que deve ser louvado e defendido.

Então, essa questão orçamentária, parece-me, está resolvida.

Bem, só terminaria, dizendo que o câncer – que, com tanta felicidade, foi tratado, nesta lei, por meio do estabelecimento de prazo – é uma doença cujo tratamento legal deve ser aplicado a outras no futuro.

Mas aquele *slogan*, na audiência pública da Procuradoria-Geral da República, no dia 22 de maio do ano passado, dizia bem: quem tem câncer não pode esperar. Então, esse é o anseio não só da população, não só dessas guerreiras presentes nesta reunião, mas também é um anseio de cada um que aqui está.

É isso que nos move, que nos dá paixão, que nos dá vida, para defendermos essa causa.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço à Senadora Ana Amélia.

Drª Patrícia, por favor.

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Obrigado, Senador. É muito complicado estar aqui e ouvir que médicos são contra o art. 196 da Constituição.

Queria deixar bem claro que não sou, de forma alguma, contra o art. 196, que diz que saúde é direito de todos e dever do Estado. Não escolhi fazer o curso de Medicina à toa. Justamente, escolhi Medicina porque queria fazer bem aos pacientes e às pessoas.

A partir disso, fica muito complicado estar aqui e escutar esse tipo de coisa. Então, muitas coisas foram ditas; vou tentar esclarecer alguns pontos, porque há equívocos em relação aos sistemas, a como o Sistema Único funciona, a como é o financiamento. Vou tentar ser o mais rápida possível.

Em relação ao que o Procurador Francisco trouxe, em relação ao Siscan, o BPA não tem nada a ver com o monitoramento da lei. Ele é o boletim de produção, ou seja, ele dá a produção para gerar o pagamento. O monitoramento da lei vai ser feito a partir do laudo anatomorfológico. Já disse isso aqui. O art. 3º vai cair. Concordo com o senhor que está demorando para isso acontecer dentro do Ministério da Saúde, e eu posso fazer um esforço para que isso aconteça mais rápido. Posso comprometer-me aqui de me esforçar para que esse artigo caia mais rápido da Portaria. Agora, não podemos confundir um sistema de monitoramento, informação, produção e pagamento com a lei, com como vamos contar se está valendo 60 dias ou não.

Em relação ao Canadá, concordo com o senhor em que demoramos para fazer o diagnóstico, mas os números comparados foram os mesmos. Com certeza, demoramos mais que o Canadá para fazer a biópsia e dizer que é câncer. Não tenho dúvida disso. Mas os números que comparei são os mesmos. Vi o artigo aqui: é o número que indica quanto tempo demora, a partir do diagnóstico, a radioterapia. Foi esse número que o Dr. Marcelo trouxe, e eu comparei: a partir do diagnóstico e até o início do tratamento. Porém, concordo e assumo que há essa demora para chegar ao diagnóstico.

Em relação à Portaria da mamografia... Já estive em audiência pública aqui para esclarecer isso; não no Senado, mas na Câmara dos Deputados. Já estive com a Procuradoria-Geral, falando sobre esse assunto. E posso mandar toda a Nota Técnica que embasa a decisão do Ministério tecnicamente. Eu estou convicta. Eu durmo com a minha consciência totalmente tranquila em relação a essa Portaria. A gente tem inúmeros, inúmeros estudos. A gente tem uma revisão sistemática da fundação Cochrane, uma fundação mundial, que saiu em 2013. Essa fundação fez uma revisão sistemática de todos os estudos em relação ao rastreamento da mamografia e não há indicação de fazer rastreamento de mamografia em população abaixo da faixa de 50 a 69 anos. Então, não há benefício para essa população. Então, nem sempre, na saúde, mais é menos.

A SRª MAIRA CALEFFI – (*Fora do microfone.*)

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Você não tem benefício de queda de mortalidade, Drª Maira.

A SRª MAIRA CALEFFI – (*Fora do microfone.*)

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Eu não vou entrar nessa discussão técnica. Eu falo assim porque a gente tem…

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vocês têm pontos de vista…

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – O Inca apoia a gente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – … clínico e médico…

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Não é uma decisão…

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – … diferentes.

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – A Suíça deixou de fazer mamografia. A Suíça deixou de fazer mamografia. Então, é um erro, é um erro, é um erro técnico.

Agora, eu quero só terminar em relação…

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou dizer o seguinte: essas coisas, se não houver alguém que coordene isso, isso vira uma discussão que… Ela está expondo um ponto de vista e há divergência nisso, evidentemente. Agora, ela está citando o que, na avaliação do Ministério e principalmente dela enquanto médica, é a convicção que ela tem. Isso também é discutível. Eu acho que essas questões, depois, talvez até com o próprio Ministro…

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – O que eu ia propor era a gente vir um dia aqui e abordar só esse tema, porque eu vou poder fazer a especificação técnica.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ótimo!

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Vou fazer uma apresentação, mostrando todos os dados de estudos que a gente tem. E a gente precisa olhar os outros sistemas de saúde e para onde a gente está caminhando. Não quero me furtar a essa discussão. Agora, eu não posso ouvir e ficar quieta em relação a isso.

E a portaria dá o direito, toda mulher pode fazer mamografia. O que se diz é que se paga diferentemente a mamografia de rastreamento. Rapidamente, só para explicar o porquê da decisão: para se ter queda de mortalidade, fazendo com a intervenção o rastreamento, é preciso ter uma cobertura de 80% da população. Como a gente faz esse cálculo? Consideram-se todas as mulheres do Brasil entre 50 e 69 anos. Isso vai dar uns tantos milhões de mulheres. Depois disso é necessário... Divido por dois, porque isso é a cada dois anos. É necessário, no mínimo, oferecer esse número de mamografias, 80%, no mínimo, para lá no futuro haver queda de mortalidade.

Hoje aqui no Brasil, se todas a nossas mamografias de rastreamento fossem feitas nessa faixa etária, já teriam sido atingidos esses 80% e já poderia haver um resultado positivo de queda de mortalidade. Só que a maioria das mamografias no Brasil são feitas fora dessa faixa etária. Então, fica impossível haver queda de mortalidade na faixa etária onde isso está comprovado, porque a maioria das pessoas está fazendo mamografia fora da faixa etária. Por quê? Porque era pago para todo mundo em qualquer faixa etária, dentro desse financiamento estratégico.

Então, isso não é restrição. Você pode fazer se você tiver uma hipótese diagnóstica. Só que o pagamento é diferente para o gestor. Se o gestor quiser fazer isso com 40 anos, ele pode fazer. Só que ele vai receber o financiamento diferente. Então, não se está restringindo. E o Estado de São Paulo é um Estado que se a gente for olhar... Não é uma restrição financeira. Foi uma decisão de gestão técnica baseada nas melhores evidências que a gente tem hoje. Não é uma questão financeira. Eu queria deixar isso claro também.

Como exemplo, o Estado de São Paulo oferta mamografia de rastreamento também na faixa etária de 50 a 69, como todo o mundo faz. O Estado de São Paulo tem uma lei agora, ou seja, no dia do aniversário da mulher, quando ela entra na faixa etária entre 50 e 69 anos, ela pode fazer mamografia sem nenhum pedido. Então, essa não é uma decisão só do Governo Federal. E o Estado de São Paulo foi muito inteligente nesse sentido.

Em relação à questão do financiamento: desculpa, Procurador Waldir, mas ela não está resolvida com o artigo da Portaria. Eu não posso pegar os 100% do financiamento do Ministério da Saúde e jogar na área da oncologia. Eu tenho milhões de outros pacientes e de outras patologias de que eu preciso tratar. E o financiamento que a gente tem hoje não é suficiente para ofertar. Então, há necessidade de ampliar o financiamento da saúde. Ele não está resolvido, o financiamento da saúde não está resolvido com o artigo da Portaria 876, não está. Falta dinheiro. Então, esse tipo de afirmação é muito complicado.

Vou já finalizar, senão a gente vai se alongar. Já estamos aqui há mais de três horas. Eu acho que, sim, a gente precisa somar esforços. Tiago, eu queria te agradecer por dar esse espaço. Depois que a portaria do Pronon sair, a gente vai ter mais um espaço para apoiar quem vai apresentar projetos. E acho que a gente tem caminhado. Reconheço que existem fragilidades no sistema de saúde brasileiro. Coloquei algumas delas aqui. Mas acho que a gente tem avançado muito. E quando a gente faz uma decisão baseada em todas as evidências, acontecem essas confusões. Então, acho que é necessário que uma comissão técnica discuta a questão da mamografia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou permitir que a Maira faça o contraditório do que argumentou a Drª Patrícia, mas espero que esse contraditório seja exatamente no que está sugerindo a Patrícia. Talvez a gente pudesse fazer alguma coisa mais específica no sentido de: vamos discutir, então, qual a validade disso. E eu não vou... Porque, se entrar no aspecto jurídico, me argumentava o doutor, quer dizer, o princípio da precaução… Quer dizer, todo mundo tem direito de fazer. Isso daí é o que ela está dizendo. Eles só estão pagando um valor menor para o gestor. Mas até isso é discutível. Só que, se nós entrarmos…

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – O valor é igual. Só a forma com que chega no gestor é diferente. O valor é o mesmo. Só para uma questão. Às vezes, rastreamento causa mais mal. Então, o princípio da precaução não cabe nisto, porque pode causar mal para a paciente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas, Patrícia, essa é uma opinião que não pode ser… Quando você coloca dessa forma, dá a impressão de que a única verdade é a sua. E não é. Nós temos aqui colegas seus que estão divergindo. Eu acho que é uma questão também de respeitar pontos de vistas diferentes.

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Senador, não tenho problema. Mas acho que a gente precisa discutir isso no âmbito da área da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim, mas é o que eu estou sugerindo.

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – E aí vamos trazer gente que entende de gestão pública, de política pública, de atendimento de pacientes. Vamos trazer pessoas de outros países. Nenhum outro país está fazendo isso, e o Brasil fazendo errado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Tudo bem, mas veja bem. Você tem à Mesa colega… E eu vou, até para fazer o contraditório… Porque, senão, dá a impressão de que as outras pessoas que têm uma posição divergente da sua ou do Ministério do Saúde são pessoas que estão equivocadas. E certamente elas não estão, porque elas estão também defendendo um ponto de vista.

Por favor, Drª Maira.

A SRª MAIRA CALEFFI – O Inca recomenda de 50 a 69, de dois em dois anos. O Ministério da Saúde adotou essa portaria, e a Femama e outras entidades não são contra. Só que o Ministério da Saúde não tem um programa organizado de rastreamento. Não tem. O que nós temos são recomendações e oferta de mamografia. Então, quando nós tivermos um programa nacional de rastreamento mamográfico, com números e dados, nós podemos dizer que isso não vale para o Brasil, porque todos os países que optaram atualmente por não ter já tiveram por 20, 30 anos. E, quando eles comparam, o controle, os controles que não fazem mais com os casos que fazem, não houve diferença. Por quê? Porque já vêm fazendo até fora dos sistemas de rastreamento.

É um assunto complicado. Concordo contigo. Discordamos. Por que não? E eu não sou nenhuma médica, aliás Ph.D. em tudo que me importa, que não me baseio em evidências, mas existe impacto sim, e eu tenho evidência para isso, de programas organizados. O Brasil não faz programa organizado, com busca ativa. Nunca botou dinheiro nisso. E está aí o número de mortes de câncer de mama para mostrar. Então, acho que isso é um dos contrapontos.

Agora, sabe o que eu fico triste, Patrícia? Porque o Ministro vem e fala que teve reunião de comitê. É só prestação de contas. Tem dois minutos para uma leva, para a gente conversar. Isso não é comitê! Comitê é conversa. Comitê é troca, é transparência e é também uma oportunidade para o terceiro setor, que sofre. E agora,

com o Pronon, está sofrendo mais ainda, porque o Pronon só pode... Só é contemplado no Pronon quem o Governo quer! Só quem o Ministério da Saúde colocou lá nas suas prioridades! Então, as empresas que antes nos apoiavam, diretamente, sob responsabilidade social, agora botam tudo no Pronon, que não consegue gastar, porque está engessado ou nem tem uma maneira, ainda, clara, porque o edital ainda não saiu. Aí eles abrem o edital rapidinho, fecham em um mês, e querem grandes projetos.

Não, não! Só um pouquinho... Estamos todos no mesmo barco. Queremos gastar o dinheiro bem, queremos que as mulheres tenham acesso maior, para morrer menos – as mulheres, os homens e a população em geral.

Quando a Patrícia fala que tantos Municípios… Mas eu não quero saber quantos Municípios. Eu quero saber quantos casos, dos 576… Senadora, 576 mil novos casos de câncer por ano, no Brasil. Essa é a expectativa oficial. Ela falou em 1000 registrados, 1096 registrados. Então, vem o dado que, de 1096 registrados, 57%, um pouco abaixo… Não dá para comparar mais. Não dá! Porque nós temos 576 mil para registrar. É claro que começa devagar, mas nós registramos em sete, oito, nove meses… mil.

Então, é claro que estão fazendo esforços. Nós estamos aqui como sociedade civil, não estamos contra. Queremos ajudar, e eu acho que aquilo que a Senadora perguntou e não foi respondido… A Senadora perguntou: "Quais são as atribuições de cada nível de competência, municipal e estadual?" Isso tem que ficar claro. Nós não vamos, hoje, responder aqui. Por quê? Porque o controle social… Eu tenho lá 54 ONGs nos Municípios, em capitais, que podem ajudar essa lei a vir a ser melhor implementada, porque vão cobrar do gestor municipal e estadual.

Agora, esses níveis de competência… E, aí, todo mundo está acostumado a jogar para o Ministério da Saúde, para os CACONs, que são federais…

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MAIRA CALEFFI – Não, só estou dizendo que… Mas, até cinco minutos atrás, era. O dinheiro do Ministério da Saúde… O CACON sempre foi responsabilidade, até a portaria, de dinheiro do Ministério da Saúde. Tanto é que, até hoje, o Estado é que paga a conta.

Então, do que estamos falando aqui? Queremos saber, explicitamente, talvez poderia ter em algum lugar, porque não tem. A Senadora até perguntou. Não tem. Ela também não sabe.

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Tem uma portaria.

A SRª MAIRA CALEFFI – Quais são… Mas as competências estaduais e municipais…

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Estão descritas na portaria.

Senador, a réplica era sobre a questão da mamografia e foi sobre a minha fala inteira, então, eu queria um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por favor. Eu vou lhe conceder, mas, antes da sua fala, existem outras pessoas que, também, querem se contrapor, e eu não quero… Consulto o Tiago.

O SR. TIAGO FARINA MATOS – Só a questão da tabela, que foi a minha pergunta, uma pergunta rápida, a tabela do SUS.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Que você ainda não respondeu.

E Dr. Eitel.

O SR. EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA – A minha é muito rápida. Está claro, aqui, que há duas posições técnicas: uma do Ministério da Saúde, que é mais econômica, que evita a mamografia aos 40 anos; a outra, que a Femama e outros profissionais sustentam, de que é necessária a mamografia de rastreamento aos 40 anos, e que a minha colega, que está estudando, com o GT da Saúde, entendeu que estava correta, e a Defensoria Pública também.

E se aplica, sim, Drª Patrícia – agora é minha área – o princípio da precaução, porque se há duas posições técnicas a respeito da recomendação de um tratamento, vamos dizer assim, de um exame preventivo, e eu tenho, em uma recomendação a possibilidade de salvar a vida, por precaução, eu vou para a possibilidade de salvar a vida com o exame feito antes.

Por isso é que convoco V. Exª a se unir nessa luta e combater, dentro do Ministério da Saúde, esse posicionamento. E também quero elogiar V. Exª, dizendo que tenho a maior admiração por seu trabalho e, inclusive, pela profissional que V. Exª é.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, eu quero, em função do adiantado da hora… Queria que a gente pudesse…

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria, apenas e tão-somente… O que nós estamos vendo agora é que é tão aguda a questão e a preocupação das pessoas que têm responsabilidade institucional. Eu, como Senadora; o Senador Moka, como Senador; o Ministério Público; as organizações não governamentais; as sociedades médicas; o Tribunal de Contas como instituição; o Ministério da Saúde, que é o responsável pelas políticas públicas; todos estamos, como se disse aqui repetidamente, no mesmo barco.

Também sabemos das limitações orçamentárias e das limitações, porque requer, além de muita competência técnica... Existe também a necessidade de transparência, como foi registrado pelo Dr. Eitel.

Penso que o Senador Moka aqui tem tido sempre uma preocupação de nunca encerrar uma audiência pública sem uma conclusão, sem um dever de casa a ser feito. O dever de casa a ser feito aqui, me parece, é continuarmos, em um grupo menor, com a Drª Patrícia, que é a responsável no Ministério da Saúde por isso, a debater o caminho para resolver o problema.

Todos estão angustiados. Aqui, ninguém quis ferir ninguém, mas apenas expressar a angústia, porque somos porta-vozes daqueles pacientes que não podem falar aqui. É isso. Todos, inclusive a Drª Patrícia, médica, por vocação, escolheu a profissão, fez o juramento de Hipócrates. Eu acredito nela. E todos aqui estamos verbalizando as angústias de um paciente que não quer morrer, que quer ter o direito dele respeitado.

Então, Senador Moka, eu sei que V. Exª sempre tem esse objetivo. E esse final é isso: qual será a próxima reunião para um debate. E também penso que aqui vimos claramente: a língua portuguesa está sendo mal usada, porque quando a gente não tem clareza... Muito dessa efervescência aqui se deve à pouca clareza, seja na Portaria das mamografias seja na própria regulamentação da lei dos 60 dias.

Então, quanto a essa falta de clareza, e aí temos o uso da língua portuguesa, as áreas especializadas, os doutores da lei, os advogados – e a Drª Patrícia foi muito sincera quando disse "essa não é a minha área". Eu também não sou advogada e penso também que essas pessoas devem ter a clareza para que uma pessoa de poucas letras possa ler e entender a lei, porque se a lei ficar complexa, também não há o direito de transparência e cidadania.

Então, estou muito satisfeita e saio daqui com a sensação do dever cumprido. Eu gostaria até que a sociedade estivesse acompanhando aqui para que, através da TV Senado, pudesse manifestar-se publicamente também através dos seus meios de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Uma informação. Já há algum tempo estamos ao vivo na TV Senado, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu agradeço então, Senador Moka. E agradeço especialmente a todos que compareceram aqui. O Sr. Eitel Santiago de Brito Pereira, o Dr. Marcelo André Barbosa da Rocha Chaves, Dr. Bruno Carvalho Oliveira, Drª Maira Caleffi, Dr. Tiago Farina de Matos e a Drª Patrícia, que não é a primeira vez, como eu disse, por várias vezes esteve aqui. Estivemos juntas, inclusive, no Ministério Público, na Procuradoria-Geral da República.

E também os demais procuradores que aqui vieram, já todos citados: Drª Anna Paula Coutinho Moreira, a Drª Laura Noeme dos Santos e o Dr. Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho e o Dr. Waldir Alves. Todos do Ministério Público, sob a liderança do Dr. Eitel, deram aqui valiosa contribuição dentro dos limites republicanos, cada instituição representando a sua posição, e, no fundo, trazendo o de que o paciente de câncer mais precisa: a nossa cobertura.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Patrícia, antes de lhe passar a palavra, quero lhe propor o seguinte encaminhamento... Eu sinceramente gostaria que fosse de você e vou lhe dizer o porquê. Quando a pessoa tem esse tipo de determinação que você demonstrou é importante que a gente... Nós temos que nos unir e otimizar o esforço. Em muita coisa você está sendo cobrada, mas, sei como é isso, sua autonomia não chega a isso. Então, temos que nos unir para cobrar. Por exemplo, essa questão do subfinanciamento, vou insistir nisso. O Senado já teve duas oportunidades de votar uma lei para destinar mais recursos para a saúde, mas, na hora de votar, há uma pressão de Governo e acaba-se votando por um valor orçamentário menor. E isso é ruim. É muito ruim. É uma questão que sempre preciso repetir. Como médico, sei, nós optamos por um sistema universal de atendimento, só que o nosso sistema universal, que é o SUS, não tem recurso suficiente para dar guarida a tudo isso que precisa. Mas não é por conta disso que vamos nos acomodar. Eu vi aqui que há duas pessoas determinadas, mas a Maira e você são bem parecidas na forma de colocar as coisas, as duas são muito aguerridas... Mas um esforço no sentido... Patrícia, pode ter certeza de que a Drª Maira, assim como todos os outros, ninguém quer aqui dizer… Todo o mundo reconhece, mas é preciso mais. Aí você tem que, numa comissão menor, e me proponho, junto com a Senadora Ana Amélia, não como Senador, mas como Presidente desta Comissão, usando o peso político desta Presidência, chegarmos até o Ministro da Saúde ou alguém da área orçamentária do Ministério da Saúde, ou neste Orçamento que vamos votar, fazendo com que chegue recurso suficiente.

Mas quero que você entenda que aqui todo o mundo extravasou exatamente o que aquelas pessoas que estão lá, que não tiveram acesso, que não podem falar... Os Procuradores de Justiça, tanto do Rio Grande do Sul, como aqui... É a forma que a sociedade encontra de se fazer ouvir. Precisa mais, e espero que você enten-

da isso, mas é claro que não vamos passar a mão na cabeça do Ministério da Saúde. Vou continuar cobrando, junto com a Senadora Ana Amélia, e tenho certeza de que vamos ter aqui todo mundo unido.

Com você.

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Obrigada, Senador.

Vou responder às perguntas, depois faço uma fala final.

Em relação à tabela, ela teve aumento, em final de 2012. Toda a tabela de cirurgia. Sei porque sou médica, conheço como é a sociedade, a gente fica repetindo. A tabela de quimioterapia não teve um aumento global como a tabela de cirurgia, mas, em procedimentos pontuais, ela tem tido aumento há vários anos. O último global da quimioterapia foi em 2008, mas vários procedimentos tiveram aumento de 2008 para cá. A da radioterapia, a gente está com um grupo, com o Presidente da Sociedade Brasileira de Radiologia, para a gente ver como vai rever a tabela da radioterapia. Só um esclarecimento em relação à tabela.

Dr. Eitel, infelizmente, não vou poder ser parceira do senhor nessa questão da portaria, porque tenho plena consciência do que estou fazendo enquanto médica. Eu jurei, *primum non nocere:* primeira coisa é não fazer mal, e tenho certeza de que estou fazendo o bem com essa portaria. Então, nisso não vou poder concordar. Agora, podemos concordar na necessidade de ter um orçamento melhor, para a gente andar em outras coisas na área da oncologia que são necessárias... Porque, para fazer um rastreamento, preciso garantir biópsia, preciso garantir tratamento. Não adianta eu fazer rastreamento e pôr essa paciente em outra fila para ficar esperando biópsia. Isso é antiético. Para fazer rastreamento, preciso garantir todas as outras coisas antes. Infelizmente, o Brasil ainda não está nessa etapa. Então, não posso dar este avanço se não consigo fazer as outras coisas, porque só vou deixar aquela mulher com uma dúvida na cabeça, quanto a se ela tem câncer ou não. Preciso garantir biópsia e tratamento para todo o mundo que hoje já tem diagnóstico, depois vou ver se ponho mais pessoas na fila. Então, a gente tem milhões de outras questões em que a gente precisa avançar antes de discutir o rastreamento. Os países de primeiro mundo já garantiram as coisas, puderam fazer programas de rastreamento organizados e agora estão vendo que, em parte desses programas de rastreamento organizados, não há evidência de que há queda de mortalidade. Mas, num primeiro momento, eles resolveram o problema do diagnóstico e do tratamento, que é o que a gente tem que fazer agora. E não foi uma questão de dinheiro essa portaria, de forma alguma, foi uma questão técnica, estritamente técnica.

Então aquilo a que me comprometo é a gente montar esse grupo, conversar, fazer força, não só para aumentar o orçamento, mas para a gente avançar nas outras questões relacionadas à área da oncologia. E me comprometo aqui a fazer mais esforço para sair logo a portaria que tira o art. 3º. Eu não tenho nenhuma oposição a que caia esse artigo. Agora, é preciso fazer mais força lá para ver se isso cai rapidamente, aí nos próximos quinze dias a gente já consegue fazer sair a portaria nova. Não posso jurar que vai ser quinze dias, mas eu vou fazer um esforço.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Drª Patrícia, nós podemos aqui, a partir dessa, terminar aqui nesta Comissão, nesta audiência pública, inclusive com a sua presença. A gente concluiu que é preciso que o Ministério da Saúde ou o Governo revogue o mais rapidamente possível…

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – O art. 3º.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, eu acho que isso seria uma ajuda, não é? No sentido de cobrar a revogação de imediato desse art. 3º. Já é uma ajuda, já é um ponto aí. Quer mais alguma coisa ainda?

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – Não. Gente, não há problema, há que criticar o Ministério, não há problema nenhum. Eu só fiquei muito incomodada com uma questão – que eu já conheço o Procurador Waldir – de falar que eu sou contra o art. 196, que eu não sou de forma alguma contra esse artigo. E a gente está aqui…

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PATRÍCIA SAMPAIO CHUEIRI – E o que me move são os pacientes, senão eu não tinha sido médica. E a gente está aqui para isso, para avançar, para a gente conseguir ganhar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, quer fazer alguma consideração? Eu vou...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Quero só renovar os agradecimentos a todos que vieram aqui. Todos, cada um com a sua parte deu uma valiosa colaboração para um entendimento melhor dos desafios que temos pela frente. E não vamos abrir mão de cumpri-los todos à risca, caro Senador Waldemir Moka, agradecendo a V. Exª.

Eu queria também renovar o agradecimento – e faço uma questão pública – ao Senador Paulo Paim, porque havia nesta data uma outra audiência pública, e ele...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Bem lembrado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... abriu mão para que abríssemos este debate aqui hoje, porque hoje é a data do primeiro ano de vigência da lei dos 60 dias. Então eu faço isso publicamente, porque acho justo esse procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Bom, mas eu quero encerrar dizendo o seguinte: um ano da implementação da lei; para nós aqui ficou muito claro que embora haja a lei, os 60 dias não estão sendo observados, muito embora haja um esforço do Ministério da Saúde.

Mas nós temos que concluir dizendo que a audiência pública conclui que precisa revogar o art. 3º desse decreto, porque ele cria uma confusão muito grande e que ficou claro que… Embora se reconheça o esforço, nós precisamos avançar.

E eu queria muito que você, a Maira e o Tiago, que são… Pudessem realmente conversar, que você pudesse ouvi-los. Eu tenho certeza, Maira, que isso será importante.

E oferecer a ajuda da Comissão de Assuntos Sociais, na pessoa da Senadora Ana Amélia e do Presidente, no sentido de somar com vocês três e com todos aqui, o Tribunal de Contas, e principalmente o Ministério Público, para a gente ver se consegue melhorar essas estatísticas e, principalmente, diminuir um pouco o sofrimento e a angústia dessas pessoas que infelizmente são acometidas de neoplasia maligna.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu vou fazer um pedido à Drª Patrícia, porque já tivemos um caso aqui na Comissão de Assuntos Sociais, envolvendo a Anvisa, que foi um procedimento relacionado a uns problemas num concurso público. Eu levantei o problema aqui, estava um diretor da Anvisa sendo sabatinado, e ele assegurou que prontamente iria fazer a suspensão daquele concurso, pelas irregularidades confirmadas. Assim que o concurso foi suspenso, o Presidente da Anvisa, Dr. Dirceu Barbano, ligou ao Presidente Moka comunicando em primeira mão a decisão.

Então o pedido que eu lhe deixo é que, como a senhora aqui, como representante do Ministério da Saúde, se comprometeu a fazer um esforço para que o mais rápido possível seja anulado o art. 3º da portaria, assim que isso acontecer, que a senhora por gentileza informe ao Presidente da CAS, Senador Moka, dessa decisão, que nós daremos visibilidade a esse assunto. Será uma demonstração de boa convivência entre o Poder Executivo e a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nada mais havendo a tratar, o Presidente vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 35 minutos.)

ATA DA 26ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatro minutos, do dia vinte e oito de maio de dois mil e catorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, José Agripino, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Benedito de Lira, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Armando Monteiro e das Senadoras Ângela Portela, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Lúcia Vânia. Registra presença, o Senador Álvaro Dias. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **1ª PARTE – ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 44, de 2014 – Não Terminativo. Autoria:** Presidente da República. *Submete à apreciação, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f" da Constituição Federal, combinado com o art. 6° da Lei n° 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome da Senhora Martha Regina de Oliveira para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.* **Relatório:** A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação da Senhora Martha Regina de Oliveira para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da Comissão nos termos do artigo 383, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria retorna à Pauta da próxima Reunião Deliberativa para argui-

ção pública da indicada e posterior votação procedida por escrutínio secreto. **Relatoria**: Senadora Ana Rita. **2ª PARTE** – **ITEM 1** – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, de 2013 – Não Terminativo. Autoria:** Senador Cícero Lucena. *Altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de medicamentos de uso humano e equipamentos hospitalares, sempre que aquisição se der por órgão do poder público.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2013, e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora. **Relatoria**: Senadora Vanessa Grazziotin. **ITEM 2** – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, de 2013 – Não Terminativo. Autoria:** Senador Aécio Neves. *Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família em caso de alteração na situação de elegibilidade familiar.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. A Matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em Decisão Terminativa. **Relatoria**: Senadora Lúcia Vânia. **ITEM 3** – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2008 – Terminativo. Autoria:** Senador Marconi Perillo. *Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências", para instituir rateio dos recursos oriundos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e destinados ao custeio da assistência médico-hospitalar dos vitimados.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2008, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **Relatoria**: Senadora Ana Amélia. **ITEM 4** – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2011 – Terminativo. Autoria:** Senadora Angela Portela**.** *Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estabelecer critérios mínimos para o pagamento de auxílio por natalidade no caso de mães que não tenham direito a licença-maternidade.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2011, e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **Relatoria**: Senador Wellington Dias. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, de 2012 – Terminativo. Autoria:** Senador Eduardo Amorim**.** *Determina a obrigatoriedade de distribuição de protetor solar pelo SUS para pessoas portadoras de albinismo e dá outras providências.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada, em TURNO ÚNICO, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2012. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. Poderão ser oferecidas Emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. **Relatoria**: Senador Rodrigo Rollemberg**. ITEM 6** – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, de 2013 – Terminativo.** *Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, o saque na hipótese de decretação de estado de calamidade pública ou em situação de emergência decorrentes de eventos climáticos, e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Mário Couto. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 396, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **Relatoria**: Senadora Lúcia Vânia. **ITEM 7** – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, de 2013 – Terminativo. Autoria:** Senador Blairo Maggi. *Acrescenta o art. 14-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ocorra por meio eletrônico.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2013, e as Emendas nºs 1-CAS e 2–CAS. **Relatoria**: Senador Armando Monteiro. **EXTRAPAUTA** – **ITEM 8** – **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 29, de 2014 Autoria:** Senadora Ana Amélia. *Nos termos regimentais, requeiro a realização de audiência pública destinada a discutir políticas públicas de prevenção do câncer de intestino, bem como instruir a elaboração de projeto de lei com o propósito de instituir o Dia Nacional de Prevenção do Câncer de Intestino. Para tanto, solicito que sejam convidados: – Representante do Ministério da Saúde; – Dra. Marlise Mello Cerato Michaelsen – Presidente da Associação Gaúcha de Coloproctologia – AGCP; – Dr. Paulo Hoff – Diretor-geral do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (Icesp); – Dr. Paulo Gonçalves de Oliveira – Presidente da Sociedade Brasileira de Coloproctologia; – Dra. Angelita Habr-Gama – Presidente da Associação Brasileira de Prevenção do Câncer de Intestino – ABRAPRECI; – Sra. Luciana Holtz – Presidente do Instituto Oncoguia.* **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9** – **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 30, de 2014**. **Autoria:** Senador Paulo Davim. *Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Assuntos Sociais, para discutir a COMERCIALIZAÇÃO DE ÓRTESES E PRÓTESES NA TRAUMATOORTOPEDIA NO BRASIL, com a presença das seguintes entidades: – Conselho Federal de Medicina – CFM; – Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOT; – Associação Médica Brasileira – AMB; – Ministério da Saúde; – Confederação Nacional de Saúde Suplementar.* **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10** – **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUN-**

TOS SOCIAIS Nº 31, de 2014. **Autoria:** Senador Paulo Davim. *Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Assuntos Sociais, para discutir a RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA SOBRE A FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO MÉDICO, com a presença das seguintes entidades: – Conselho Federal de Medicina – CFM; – Federação Nacional dos Médicos – FENAM; – Associação Médica Brasileira – AMB; – Ministério Público do Trabalho; – Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.* **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11** – **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 32, de 2014**. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. *Em aditamento ao Requerimento nº 30, de 2014-CAS, de autoria do Senador Paulo Davim (PV-RN), destinado a discutir a comercialização de órteses e próteses na traumato-ortopedia no Brasil, requeiro seja incluído o nome do Dr. Nilson Luiz May, Presidente da Federação Unimed/RS.* **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Paulo Davim, José Agripino, Jayme Campos, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, Wellington Dias, Aécio Neves, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Armando Monteiro, e as Senadoras Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e o Senador **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. **–** Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à apreciação de três itens não terminativos e cinco terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

O Item 1 da nossa pauta é a Mensagem do Senado Federal nº 44, de 2014.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 44, de 2014
- Não terminativo -

Submete à apreciação, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f" da Constituição Federal, combinado com o art. 6° da Lei n° 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome da Senhora Martha Regina de Oliveira para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Ilustre Senadora Ana Rita

A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. A votação será procedida por escrutínio secreto, art. 383, inciso VI do Regimento.

Eu concedo a palavra à Senadora Ana Rita para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Waldemir Moka.

Iniciando o relatório.

Cabe a esta Comissão, Comissão de Assuntos Sociais, opinar sobre a indicação da Srª Martha Regina de Oliveira para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Constitui competência privativa do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f" da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei 9.961, de 2000, apreciar a indicação dos Diretores da Agência Nacional de Saúde Suplementar e aprová-la, exigida para tanto a maioria absoluta.

O currículo da indicada reflete sua trajetória profissional e acadêmica ampla e diversificada, além da sua longa dedicação na área da saúde suplementar.

Graduada em Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2000. Após a formação inicial se dedicou à Residência Médica em Pediatria e, posteriormente, em Saúde Coletiva, ambas pela UFRJ.

Dando continuidade à sua formação acadêmica, ingressa no Mestrado na mesma Universidade, onde, em 2006, foi aprovada ao defender a dissertação Análise das Perdas Fetais e dos Óbitos Infantis a partir da Ocorrência dos Óbitos por causa Materna no Estado do Rio de Janeiro, em 2001.

No decorrer do exercício da profissão, ampliou seus estudos também para a área da saúde dos idosos, após compreender a importância do estudo do envelhecimento populacional e o quão peculiar devem ser as

políticas de saúde voltadas para esse segmento populacional, que vem, significativamente, aumentando sua presença na sociedade.

Diante disso, atualmente estuda essa temática em seu Doutoramento pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Antes de receber a meritória indicação para exercer cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar, Martha Regina vivenciou um conjunto de experiências e desafios que a qualificam para exercer a honrosa missão.

Entre 2000 e 2004, exerceu as funções de médica e epidemiologista no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, da UFRJ, no Hospital Pró-Cardíaco, na Maternidade-Escola da UFRJ e nas unidades básicas de saúde no Município carioca de Duque de Caxias.

No ano em que é indicada a ocupar uma diretoria na ANS, Martha Regina completa dez anos de dedicação exclusiva à Agência.

Em 2004, ingressou na ANS como médica consultora, atuando junto à Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos. Posteriormente, assumiu o cargo de Assessora da Presidência da ANS, sendo promovida, a seguir, ao cargo de Chefe de Gabinete da ANS.

Demonstrando compromisso com o trabalho e com o estudo da saúde suplementar, concorre e é aprovada no primeiro concurso público realizado pela Agência em 2005.

Como servidora de carreira, assume o cargo de Gerente e, pouco tempo depois, o de Gerente-Geral Técnico Assistencial na Diretoria de Produtos, responsável pela regulação assistencial dos planos de saúde.

Durante esse período em que esteve à frente da Gerência Técnica, teve a responsabilidade de coordenar o processo de revisão do rol de procedimentos e eventos em saúde.

Consciente de que a incorporação de novas tecnologias e o aprofundamento do conhecimento teórico são fundamentais no desempenho da regulação da saúde suplementar, Martha Regina, nos últimos seis anos, esteve à frente de processos que buscavam trazer para o setor publicações que apoiassem a decisão baseada em evidências. Dentre essas publicações, que foram produzidas em parceria com a Associação Médica Brasileira (AMB), destacamos:

– usuários de planos de saúde: morbidade referida e uso de exames preventivos, por inquérito telefônico (2008, cadernos de saúde pública);

– Diretrizes Clínicas na Saúde Suplementar (2012, ANS);

– plano de cuidado para idosos na saúde suplementar (2012, ANS);

– o modelo de atenção obstétrica no setor de saúde suplementar no Brasil: cenários e perspectivas (2009, ANS).

Martha Regina tem dez anos de dedicação exclusiva a ANS e de estudos sobre a saúde suplementar, sendo nove destes como servidora de carreira.

Martha Regina de Oliveira faz acompanhar seu *curriculum vitae*, constando as atividades profissionais exercidas pela indicada, com a discriminação dos referidos períodos, bem como a relação das publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas que permitam sua recuperação, em respeito ao art. 383.

No tocante às exigências constantes da Resolução nº 41, de 29 de agosto de 2013, que alterou o Regimento Interno do Senado Federal, declara que não participou, a qualquer tempo, como sócia, proprietária ou gerente de empresas ou entidades não governamentais; que não possui ações judiciais em curso em que figure como autora ou ré; que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional; que não atuou em juízos ou tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais e não ocupou cargo de diretora de agência reguladora e que não possui débitos com as Fazendas Municipal, Estadual e Federal, conforme certidões anexas.

Diante do exposto, entendemos que Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Assuntos Sociais dispõem de suficientes elementos para deliberarem sobre a presente indicação da senhora Martha Regina de Oliveira para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Sr. Presidente, é esse o nosso parecer.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Feita a leitura, nos termos do art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência concede, automaticamente, vista coletiva aos membros da Comissão.

Esse é o acordo que nós fizemos: em uma reunião é lido o relatório e, após a leitura – no caso, lido pela Senadora Ana Rita – é concedida vista coletiva.

Assim sendo, a Drª Martha Regina de Oliveira será sabatinada na próxima quarta-feira e, logo após a sabatina, passaremos à votação, por escrutínio secreto, à deliberação da Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda. Logo em seguida, concederei aos Senadores Paulo Davim e Jayme Campos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Senador Moka, Srªs e e Srs. Senadores, eu fico, mais uma vez, muito contente por essa indicação. A médica Martha Regina é uma funcionária de carreira, portanto, dedicada à ANS. Nós sempre primamos para que as entidades privilegiassem funcionários em plano de carreira, vemos ser coroada, pela segunda vez já na ANS, uma funcionária dedicada, que, mesmo antes destes dez anos, em 2004, também já se dedicada a esse tipo de saúde.

Portanto, está de parabéns. Não vejo a menor possibilidade de ela não ser, aqui, coroada de êxito, por unanimidade.

Parabéns, mais uma vez pela escolha!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, fico muito feliz em votar na Drª Martha Regina, porque é o tipo da indicação e do voto que nós fazemos sem nenhuma dificuldade, sem nenhum constrangimento e na mais absoluta e cristalina certeza de que estamos votando em uma pessoa correta para o lugar exato, onde ela vai contribuir muito mais do que já contribuiu como funcionária de carreira na agência, ocupando um cargo diretivo.

Portanto, acho que será um dos votos mais tranquilos que todos nós daremos na condução da Drª Martha para a Diretoria da Agência Nacional de Saúde.

Quero aproveitar para parabenizá-la pelo brilhante currículo e pelo brilhante trabalho que desempenha numa instituição pública.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador.

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, caros colegas Senadores e Senadoras, de forma respeitosa, eu quero dizer à Drª Martha Regina de Oliveira que a indicação de V. Sª, que já se encontra presente aqui por sinal, meu caro Presidente, me deixa orgulhoso, tendo em vista que, até que enfim, as agências reguladoras deste País, nesses últimos seis meses, começaram a encaminhar pessoas altamente qualificadas para serem votadas, não só aqui na Comissão de Assuntos Sociais, mas também na Comissão de Infraestrutura.

Quando nos defrontamos aqui com o currículo da Drª Martha, sabemos perfeitamente que ela tem capacidade moral, técnica, ética para realmente desempenhar essa função que é de relevância na agência.

Dessa maneira, quero aqui também, de forma respeitosa, dizer que vou dar o meu voto, conscientemente, sobretudo com muita galhardia, à Drª Martha Regina, não só aqui nesta Comissão, mas sobretudo no plenário da Casa, onde temos o papel de definitivamente aprovar o seu nome.

Quero cumprimentar a Drª Martha e dizer a V. Sª que conte com o apoio do Senador Jayme Campos, que vota consciente por ser certamente uma bela indicação que a ANS fez até aqui nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu sou muito rápido. V. Exª sabe que usarei menos de um minuto.

Eu quero cumprimentar, primeiro, a Senadora Ana Rita pelo brilhantismo do relatório.

Conversei com a Drª Martha Regina de Oliveira. Não tenho nenhuma dúvida quanto à sua competência e à sua capacidade.

Na mesma linha de todos os Senadores, votarei com enorme satisfação, porque estamos somente fortalecendo as nossas agências com a Drª Martha Regina de Oliveira lá.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS. *Fora do microfone*.) – A matéria da pauta...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... para a próxima quarta-feira...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... dia 4 de junho – só um minuto –, para arguição e posterior votação em escrutínio secreto – art. 383, inciso VI, do Regimento – da indicação do nome da Srª Martha Regina de Oliveira para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Pois não, Senadora.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Rapidamente, eu quero aqui ratificar as falas dos colegas Senadores e agradecer pela confiança.

Eu também tive a oportunidade de conversar com a Drª Martha e pude perceber que, além de ser uma profissional competente, preparada, conhecedora do tema, é uma pessoa que tem compromisso com a saúde e demonstrou uma grande preocupação inclusive com o envelhecimento da nossa população – acho que essa é uma grande exigência hoje da saúde, não só da saúde pública, mas também da saúde suplementar – e também com a busca de um novo modelo, um modelo assistencial a ser praticado pelos planos de saúde. Acho que nós carecemos disso. E a Drª Martha, com certeza, assumindo a direção da ANS, dará uma grande contribuição para nós e para a sociedade brasileira.

Então, só quero aqui reafirmar o que os nossos colegas Senadores disseram e dizer que, com muita tranquilidade, com muita disposição, nós vamos aqui apreciar, na próxima reunião, o nome da Srª Martha.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O item 2 da pauta é uma decisão não terminativa, só que, a pedido da Relatora, Senadora Vanessa Grazziontin, será retirado da pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2008
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências", para instituir rateio dos recursos oriundos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e destinados ao custeio da assistência médico-hospitalar dos vitimados.
Autoria: Senador Marconi Perillo
Relatoria: Senadora Ana Amélia

Desculpem, eu pulei, é verdade. Vou fazer o seguinte... Mas aqui também há um pedido de retirada da Senadora Ana Amélia. O item 3, só estou me antecipando, porque havia um pedido da Senadora Ana Amélia para retirada de pauta.

Voltando ao item 2:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, de 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família em caso de alteração na situação de elegibilidade familiar.
Autoria: Senador Aécio Neves
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013, e das 2 (duas) emendas que apresenta.
Observações:
– Em 26.03.2014, o Senador Cristovam Buarque apresentou 2 (duas) emendas ao projeto.
– Em 14.05.2014, lido o novo relatório da Senadora Lúcia Vânia, a Presidência concede vista coletiva nos termos regimentais.
– Em 20.05.2014, o Senador Humberto Costa apresentou novo voto em separado, com alteração na análise e mantendo o voto pela rejeição do projeto.
– A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Consulto as Srªs e Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sim, Sr. Presidente. Tenho um voto em separado. Posso ler?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª já vai fazer a leitura do voto em separado?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Se for o momento. Posso fazê-lo?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado n° 458, de 2013, apresentado pelo Senador Aécio Neves, visa incluir, na Lei nº 10.836, de 9 de

janeiro de 2004, norma que criou o Programa Bolsa Família, duas novas regras para tratar do processo de desligamento da família beneficiárias na hipótese de alteração da situação de elegibilidade familiar ao programa.

Para tanto, o projeto pretende inserir dois parágrafos no art. 2º da referida lei, para estabelecer que a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família tem caráter temporário, não gera direito adquirido, e a elegibilidade das famílias deverá ser obrigatoriamente revista a cada período de dois anos; e, caso a condição de elegibilidade familiar seja alterada nos seis meses que antecedem a revisão, a concessão do benefício estará assegurada por um período adicional de seis meses.

Nesta Comissão de Assuntos Sociais, o PLS nº 458, de 2013, encontrou o apoio da Relatora, Senadora Lúcia Vânia, que emitiu parecer pela aprovação da matéria. De acordo com seu relatório:

[...] da mesma forma que se deve ter cuidado no momento da seleção dos beneficiários do PBF, deve-se cuidar para que o desligamento imediato do programa não propicie o retorno das famílias à situação de pobreza. Afinal, na atual realidade brasileira, se o beneficiário consegue emprego e altera a renda familiar, isso não significa que passa a ter a tão sonhada estabilidade financeira.

Após a leitura de voto em separado apresentado pelo Senador Humberto Costa na reunião desta Comissão em 19 de março de 2014, e a apresentação de duas emendas pelo Senador Cristovam Buarque, em 26 de março de 2014, a Relatora apresentou novo parecer, com emendas, manifestando-se pela aprovação do PLS nº 458, de 2013.

Análise.

A premissa que fundamenta o PLS nº 458, de 2013, é a da volatilidade da participação da parcela mais pobre da população no mercado de trabalho brasileiro.

De acordo com o argumento constante na Justificação do PLS em tela, tal volatilidade "faz com que um desempregado consiga uma colocação no mercado de trabalho, mas, infelizmente, não consiga mantê-la por muito tempo". Continuando, o autor do PLS sustenta que, quando os cidadãos beneficiários do Bolsa Família conseguem trabalho, são desligados do Programa, em virtude do aumento de sua renda familiar. Contudo, devido à sua situação laboral volátil, em seguida perdem seus empregos, ficando sem a renda do trabalho e sem a transferência de renda da assistência social.

Diante desse quadro, a solução apresentada, por meio do PLS nº 458, de 2013, é fazer constar na lei a previsão de um período adicional, de seis meses, durante o qual a família beneficiária, mesmo auferindo renda per capita maior que aquela definidora da elegibilidade à transferência de renda, poderá receber benefícios financeiros.

Apesar, portanto, de a premissa do PLS ser válida, e ainda mais verdadeira no que se refere aos beneficiários do Programa Bolsa Família, a solução indicada na forma do PLS nº 458, de 2013 é equivocada.

A redação apresentada por meio do novo parecer da Senadora Lúcia Vânia deve ser analisada em duas partes.

A primeira diz respeito à Emenda nº 1, de autoria da própria relatora, que altera a redação original do PLS nº 458, de 2013, e prevê que o § 19 do art. 2º da Lei nº 10.836, de 2004, tenha o seguinte conteúdo:

§19. O beneficiário que por motivo de elevação da renda per capita familiar, decorrente de atividade profissional ou econômica, vier a perder a elegibilidade na revisão prevista no § 18, terá garantida a concessão dos benefícios por, no mínimo, seis meses.

Há dois problemas que maculam a nova versão do § 19, a partir da primeira emenda da relatora.

Conforme já informado e repetido nesta Comissão de Assuntos Sociais, o Programa Bolsa Família atualmente já permite que, no intervalo de dois anos, a renda *per capita* familiar poderá crescer até meio salário mínimo, desde que não se mantenha ao longo do tempo.

Contudo, sem apresentar qualquer comprovação apurada por método científico, ou mesmo indicada por evidência empírica, de que as normas regulamentares do Bolsa Família sejam insuficientes para trazer tranquilidade às famílias beneficiárias, ou de que gerem desincentivo à formalização das relações de trabalho, o parecer da Senadora Lúcia Vânia amplia de dois anos para, no mínimo, dois anos e meio o período em que uma família beneficiária poderá receber as transferências financeiras tendo extrapolado o critério de elegibilidade.

Adicionalmente, e de forma temerária, o relatório propõe que seja abolido o teto financeiro da variação da renda familiar – fixado por norma regulamentar em meio salário mínimo, ora representando R$ 362,00 -, que é a forma pela qual se estabeleceu um critério operacional razoável para aquela variação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Esta medida, associada à possibilidade de a família retornar imediatamente ao Programa, caso volte a se enquadrar em seus critérios de elegibilidade e na hipótese de que tenha voluntariamente aberto mão de seus benefícios, permite que o Bolsa Família coexista, sem conflitos, com a busca das famílias por sua inserção no mercado de trabalho.

Conforme as próprias palavras da relatora, em sua análise:

Em outros termos, o projeto permite a extensão da permanência no programa das famílias que, e, função de atividade remunerada, percam as condições de extrema miséria e, ainda, retira o teto de meio salário mínimo, possibilitando aos beneficiários tranquilidade para administrar a melhoria em suas condições de vida, sem enfrentar a insegurança de ser excluído do programa.

A supressão do teto de variação causaria a absurda situação de que alguém que passasse a ser muito bem remunerado continuasse a receber benefícios financeiros do Bolsa Família por um período de pelo menos dois anos e meio.

O Programa, como se sabe, é uma iniciativa no âmbito da Assistência Social, que a Constituição Federal direciona àqueles que dela necessitarem. Garantir o pagamento de benefícios do Bolsa Família a quem claramente não precisa deles é uma forma de desfigurar o Programa, fragilizando-o, o que vai no sentido contrário de seu fortalecimento e de sua institucionalização.

A segunda se refere à Emenda nº 2, que altera o art. 3º da lei de criação do Programa Bolsa Família com a seguinte redação:

Art. 3º A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, à frequência a cursos profissionalizantes pelos membros da família acima de dezoito anos, sem prejuízo de outras previstas em regulamento.

A Emenda nº 2 foi acolhida pela Relatora, a partir das emendas de autoria do Senador Cristovam Buarque, e introduz, como condicionalidade do Programa Bolsa Família, a "frequência a cursos profissionalizantes pelos membros da família acima de dezoito anos".

Em que pese o grande mérito de levar a preocupação com a educação e, sobretudo, com a educação profissionalizante à prática, entendo que há problemas em pretender forçar o Estado a oferecer esse serviço mediante sua categorização como condicionalidade do Bolsa Família.

Inicialmente, porque, embora o Governo Federal esteja trabalhando ativamente para oferecer a possibilidade de capacitação profissionalizante aos integrantes de famílias beneficiárias da transferência de renda, por meio do Pronatec Brasil sem Miséria, a rede que oferta educação profissional, mesmo com as significativas ampliações recentes, tem limitações e precisa atender não apenas a esse público, mas a outros públicos igualmente relevantes, como os beneficiários do seguro-desemprego.

Segundo, a transformação em obrigação do que deve surgir do interesse espontâneo e decorrente da valorização da educação pelas oportunidades de mercado encontra argumentos quantitativos que evidenciam que este não é o caminho correto.

A população economicamente ativa do Brasil está estimada em aproximadamente 100 milhões de cidadãos, enquanto que o número de integrantes de famílias beneficiárias acima de 18 anos está ao redor de 20 milhões de pessoas. Tornar, no presente, a frequência a cursos profissionalizantes uma condicionalidade teria o efeito de ter de oferecer, do dia para a noite, capacitação nas mais diversas áreas para aproximadamente 20% da PEA.

Terceiro, a emenda em questão apresenta um problema na criação da demanda para o serviço, com impactos negativos diretamente para as famílias beneficiárias. De acordo com o texto, todos os cidadãos maiores de dezoito anos das famílias beneficiárias terão que se submeter aos cursos. Pergunta-se: isso inclui idosos de 60, 70, 80 e, eventualmente, até 90 anos? Como ficarão aquelas famílias uniparentais em que a mãe, única fonte de renda derivada do trabalho, trabalha o dia inteiro? Terá de abrir mão do Bolsa Família ao deixar seus filhos sozinhos para estudar à noite?

Uma das maiores conquistas do Bolsa Família é a forma com que o programa construiu uma rede articulada de serviços. Isso não ocorreu impondo às famílias beneficiárias e aos Municípios – que são os provedores dos serviços, que, em última instância, são os elementos que farão as famílias, no futuro, superar sua situação de pobreza e miséria – obrigações que não podem ser cumpridas sem uma grande dose de sacrifício de suas vidas já muito difíceis.

Devemos lembrar que o acompanhamento da frequência às aulas de 16 milhões de crianças e adolescentes beneficiárias é feito mensalmente em cerca de 160 mil escolas, como parte das condicionalidades do Programa. Por sua vez, das quase 50 mil escolas que oferecem educação integral com o apoio financeiro do Governo Federal, 30 mil são escolas com maioria de alunos do Programa Bolsa Família. Isso mostra que a articulação entre benefícios e serviços tem sido realizada de forma adequada no âmbito do Bolsa Família, mas que nem tudo precisa, para que isso ocorra, se tornar condicionalidade do Programa.

É isso que tem ocorrido na educação profissional. Por meio do Pronatec Brasil sem Miséria, mais de 1,1 milhão de matrículas em cursos de formação inicial e continuada foram realizadas em todo o Território Nacional, com prioridade dada aos beneficiários do Bolsa Família.

Conclui-se, portanto, que, no mérito, a preocupação do Senador Cristovam Buarque é integralmente compartilhada por este Governo. Não se pode concordar, entretanto, que a inserção da oferta de capacitação profissional – dever do Estado e interesse do beneficiário – seja transformada em condicionalidade do Programa, já que as condições de oferta ainda não estão inteiramente equacionadas.

Nesse contexto, a mera pressão sobre a demanda pode ter... consequências danosas para outros públicos para as famílias beneficiárias e em situação de maior vulnerabilidade.

A ênfase na oferta de serviços educacionais e de saúde – muito além do exigido nas condicionalidades – mostra como se constrói a articulação intersetorial e a cooperação interfederativa capaz de traduzir a descentralização do Estado brasileiro em serviços públicos capazes não apenas de combater mazelas histórias de nossa sociedade, como a fome, a miséria e a exclusão, como também de oferecer alternativas para que os cidadãos cultivem sua liberdade.

Voto

Pelas razões expostas, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, relatora do projeto, para as suas considerações.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas que V. Exª permitisse distribuir alguns pontos do projeto, para que todos pudessem ter bem claro quais são os pontos que estamos modificando e a importância dessas modificações, para que o Bolsa Família seja, realmente, um programa que tenha durabilidade e que não seja ameaçado nos períodos eleitorais.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Peço à assessoria que coloque à disposição dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras o pedido da Senadora Relatora Lúcia Vânia.

Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Nós já temos em mão aqui os pontos que a Senadora Lúcia Vânia suscitou.

Particularmente, eu queria pedir a V. Exª que votássemos esta matéria, que já foi amplamente discutida e debatida. Acho que o momento é exato. Nós temos quórum aqui para irmos para o voto. Esta matéria já foi discutida amplamente.

Faço um apelo a V. Exª e, imagino, em nome de outros colegas Senadores aqui, para que a matéria entre em processo de votação, tendo em vista que é voto nominal.

É o apelo que faço a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Num tema como esse, não temos como não discutir.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É um tema da maior importância, Sr. Presidente. Esta reunião vai ser muito importante. Então, eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª pode ter certeza. Aqui há uma garantia de que vamos fazer a sessão, do ponto de vista regimental, absolutamente correta. Até porque esse tema já foi debatido, é um tema que suscita mesmo o debate.

Então, eu vou pedir a inscrição. Está inscrito o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, primeiro, quero saudar a disposição do Senador Aécio Neves, da Senadora Lúcia Vânia, do Senador Humberto Costa, como Relator, que fez a análise respeitosa, e saúdo a todos nós, no sentido de procurar aperfeiçoar a matéria.

Mas quero assinalar a importância de sempre estarmos avançando e aprimorando os programas de transferência de renda, que tiveram origem nos anos 90, na própria iniciativa que aqui aconteceu em 91, da garantia de uma renda mínima, primeiro, através de um imposto de renda negativo. Daquele debate, surgiram as experiências, com a proposição de José Márcio Camargo, para que se relacionasse a garantia de uma renda às oportunidades de educação.

Em 1995, Cristovam Buarque e José Roberto Magalhães Teixeira, então do PT e do PSDB, respectivamente, iniciaram as experiências locais, que se espalharam por todos os Municípios. Até que, em 1996, quando houve uma audiência pública no Palácio do Planalto, eu acompanhei o Prof, Philippe Van Parijs, fundador da Rede Mundial da Renda Básica, numa audiência com o Ministro Paulo Renato e o Presidente Fernando Cardoso.

Philippe Van Parijs disse ao Presidente Fernando Henrique Cardoso que o objetivo, um dia, será termos a renda básica incondicional, mas será muito bom iniciar pelo relacionamento às oportunidades de educação, porque significará um investimento em capital humano.

E o Presidente Fernando Henrique Cardoso deu o sinal positivo para que fosse aprovada a primeira lei que permitiu à União financiar os Municípios que adotassem programas de renda mínima associados à educação, ao chamado Bolsa Escola.

Depois, veio a outra lei mais abrangente, de 2001: do Bolsa Escola, passou-se para o Bolsa Alimentação; adicionou-se o auxílio gás. No início do governo do Presidente Lula, veio o programa Cartão Alimentação, e a equipe interministerial do governo do presidente Lula, em outubro de 2003, achou por bem unificar aqueles quatro programas e o Cadastro Único – a Senadora Lúcia Vânia, então, acompanhou isso de perto –, e instituiu-se o Programa Bolsa Família.

Ressalto, Sr. Presidente, que todos esses passos foram aprovados por todos os partidos, tanto o projeto inicial, de 1991, da garantia de uma renda mínima e os projetos relativos ao Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, inclusive o Cartão Alimentação. E o próprio Bolsa Família, quando criado, foi também aprovado por consenso dos partidos.

Pois bem, hoje, nós temos 13.940.270 famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, último dado do próprio mês de maio, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social.

Entretanto, Sr. Presidente, em fevereiro de 2014, o Cadastro Único das famílias com renda *per capta* de até R$140,00 – até 31 de maio, é o valor segundo o qual as famílias têm o direito de participar – aponta o número de famílias de 18.753.362, o que significa, Sr. Presidente, que, em verdade, hoje, temos inscritas no Programa praticamente 75% das famílias que deveriam ter esse direito.

A Presidenta Dilma Rousseff conclamou os Governos Estaduais, os Municipais, as entidades da sociedade civil, de trabalhadores, empresariais. E todos nós, inclusive nós Senadores, se, por acaso, soubermos, em algum momento, em algum lugar do Brasil, que haja alguma família que esteja recebendo apenas até R$140,00 por pessoa, por mês, a partir de 1º de junho, R$154,00 por pessoa, então, constitui nosso dever avisar a essa família que ela tem o direito de receber.

E eu quero aqui até fazer uma sugestão, inclusive ao Senador Aécio Neves. Não sei se ele sabe, por exemplo, que, se no Brasil estamos com 75%, o Estado da Federação onde a proporção é maior é de 83%, no Ceará; no Estado de Minas Gerais, do Senador Aécio Neves, essa proporção está em torno de 69,5%, 70%. Então, eu gostaria, aqui, de fazer uma sugestão, inclusive a V. Exª, Presidente: em cada momento em que estivermos dialogando, sobretudo em áreas carentes, ali no seu Estado, ou fazendo uma entrevista no rádio ou na televisão, poderíamos todos explicar que toda família, a partir de 1º de junho, que não receber pelo menos R$154 *per capita* por mês, por pessoa, vai ter o direito de receber o benefício do Bolsa Família.

E de quanto é? Importante é que cada Senador e Senadora saiba bem explicar isso. Qual é a definição da lei e do programa, presentemente? Então, vamos dar um exemplo, uma família de pai, mãe e oito crianças, dez pessoas, se não receber pelo menos R$1.540, tem direito de receber o benefício. De quanto? Se a renda familiar *per capita* não for de pelo menos R$77 por mês, no caso da família de pai, mãe e oito crianças, R$770, o benefício básico é R$77 mais 35, 70, 105, 140, ou R$175, se na família houver uma, duas, três, quatro, cinco ou mais crianças até 15 anos e 11 meses. Mais R$42, mais R$42, correspondendo a R$84, se na família houver um ou dois adolescentes de 16 a 18 anos.

Há condicionalidades. A mãe, se estiver grávida, deve fazer, durante a gestação, até que nasça o neném, o exame pré-natal na rede pública de saúde, para ver como está sua saúde. Os pais devem levar as crianças de até seis anos de idade para realizar as respectivas vacinas na rede pública de saúde. Vou completar. As crianças de 7 a 15 anos e 11 meses têm que frequentar 85% das aulas nas escolas. Os adolescentes de 16 a 18 anos têm de frequentar 75% das aulas nas escolas.

De acordo com o Brasil Carinhoso, que aprovamos aqui no ano passado, por iniciativa da Presidenta Dilma, pelos acréscimos que aqui fizemos no Congresso, se uma família, somada a sua renda familiar mais o benefício, tal como eu acabo de descrever, do Bolsa Família, não atingir pelo menos R$77 *per capita*, essa família tem o direito de receber, e o Governo Federal complementará o necessário para garantir no mínimo R$77 *per capita*, a partir de 1º de junho.

É muito importante que cada um de nós saiba disso. Mas também é importante que cada um de nós saiba... E eu agradeço aos 81 Senadores que assinaram a Carta à Presidenta Dilma sugerindo que ela crie um grupo de trabalho para estudar os passos que serão dados até que um dia venhamos a ter, no Brasil, o direito de toda e qualquer pessoa, não importa sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica, receber uma renda suficiente para atender às necessidades vitais de cada um, ou seja, o que já é lei aprovada por todos nós, sancionada há dez anos pelo Presidente Lula.

Então, acho que é importante que tenhamos essa perspectiva; e que o Brasil, como o primeiro País do mundo que aprovou uma lei para instituir a Renda Básica de Cidadania, tenha condições de pioneiramente chegar a esse estágio, não me importa qual venha a ser o Presidente da República. Eu espero que seja a Pre-

sidenta Dilma a eleita, mas, se for o Senador Aécio Neves ou o Senador Randolfe Rodrigues ou o Governador Eduardo Campos, eu estarei da mesma forma insistindo para que estudemos os passos em direção à renda básica incondicional e universal para toda população brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Srs. Senadores, eu gostaria de combinar um procedimento. Eu não vou cercear a palavra de nenhum Senador e de nenhuma Senadora, mas acho que devemos ter um limite para essa argumentação. No quórum, aqui, os blocos estão cem por cento... Não há por que não fazermos a votação. E aí eu quero estipular esse procedimento. Não cerceei o Senador Eduardo Suplicy, que falou o tempo que achou necessário e adequado.

Mas eu gostaria agora, se o Plenário concordar, que limitássemos as intervenções em, no máximo, cinco minutos, para todos aqueles que quiserem usar da palavra, dentro desse prazo de cinco minutos. Se isso for possível, eu coloco no relógio os cinco minutos. No quarto minuto, toca uma campainha, e o Senador ou a Senadora conclui. Quero saber se eu tenho o apoio do Plenário para esse procedimento – estou combinando um procedimento.

Os Srs. Senadores que concordam com o procedimento sugerido pela Presidência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, está aprovado, excepcionalmente, esse procedimento.

Inscrito aqui só estava o Eduardo Suplicy. Não há nenhum mais. Eu vou...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF. Fora do microfone.) – Eu quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Pode me deixar para o final, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não há inscrição aqui. Se não forem se inscrever, eu vou encerrar a discussão.

Rodrigo Rollemberg.

Senadora Ana Rita, com a palavra, por no máximo cinco minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – E Paulo Paim depois.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas aqui de manifestar a minha preocupação.

Eu compreendo perfeitamente a intenção do autor da matéria e também da Relatora, nossa Senadora Lúcia Vânia, mas eu entendo que o projeto ora apresentado desfigura profundamente o Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família não é um programa solto, não é um programa isolado das políticas que o Governo Federal vem implementando no Brasil no sentido de garantir a inclusão social das pessoas.

Ao ser apresentado, esse projeto desfigura profundamente o programa por algumas razões que estão bastante claras e bastante explicitadas no relatório apresentado pelo Senador Humberto Costa, que é o voto em separado.

Eu quero aqui apenas destacar alguns pontos.

Em síntese, o projeto apresentado elimina dois aspectos centrais do Bolsa Família: um deles é o teto da renda para continuar recebendo os benefícios, e o outro é o tempo pelo qual se avalia a sustentabilidade da autonomia da família.

E eu vejo que, ao apresentar as emendas, o projeto retira do Bolsa Família, de fato, o seu foco principal. Qual é o seu foco principal? É atender as famílias que ainda se encontram abaixo da linha de pobreza. O programa tem dado certo. O programa tem incluído milhões e milhões de famílias nessa situação.

Ao alterar, ao redefinir o teto de vigência para a pessoa poder continuar recebendo o Programa Bolsa Família, o projeto vai interagir, vai comprometer as demais políticas também. Então, quando se colocam algumas condicionalidades para que as famílias possam continuar recebendo o Bolsa Família, outras famílias que também necessitam ser beneficiadas por outras políticas públicas, como é o caso, por exemplo, do Pronatec, podem ter a sua inclusão bastante comprometida. Ou seja, cria-se uma confusão, na minha opinião, muito difícil de gerenciar posteriormente.

O programa hoje, na minha avaliação, é um programa redondo, um programa que se encaixa perfeitamente e que tem uma sintonia com os demais programas existentes no País. Ao fazer a alteração no Bolsa Família, também faz uma forte interferência nos demais programas existentes, porque altera, de fato, os beneficiários.

Quando se exige, por exemplo – este é um ponto aqui levantado –, que a família tem que, necessariamente, como condição para continuar recebendo o Bolsa, fazer curso de qualificação profissional no Pronatec, é como se o Pronatec não estivesse atendendo o Bolsa Família.

Ele também atende aos beneficiários do Bolsa Família. Não precisa ser uma condicionante, porque se for uma condicionante exclui os demais jovens brasileiros e busca incluir pessoas que não têm a menor condição de serem incluídas no Programa Bolsa Família. Por exemplo, uma senhora, uma mãe de família, arrimo de família, que tem cinco filhos para sustentar, ou sete ou oito filhos para sustentar, e só tem a renda dela, como lavadeira, por exemplo, como faxineira, por exemplo. Se for exigido para essa mãe...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... ter que ser incluída no Pronatec para que ela possa continuar sendo beneficiária do Bolsa Família, ela vai ter que optar: vai ter que abandonar o emprego ou vai ter que abandonar o Bolsa Família para fazer o curso do Pronatec.

Então, eu acho que, ao pensar o projeto de lei – já estou concluindo, Senador Moka – não se olharam, de uma forma ampla, as políticas implementadas pelo Governo Federal, que têm real sintonia entre elas e existe uma harmonia entre essas políticas. Quando se mexe numa peça, o jogo todo fica bagunçado. Então, eu acho que temos que ter muita responsabilidade aqui hoje ao aprovar esse projeto de lei, porque, com um discurso de que estaremos ajudando as famílias mais pobres do nosso País, nós estaremos trazendo mais problemas para as nossas famílias brasileiras, principalmente as que mais precisam.

Então, aqui quero colocar minha posição contrária ao projeto apresentado pelo Senador Aécio Neves, contrária ao relatório da Senadora Lúcia Vânia...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... e pelo voto em separado do Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

Senador Humberto Costa.

A Presidência vai ser rigorosa com os cinco minutos, conforme o combinado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, primeiro acho que é absolutamente positivo tentarmos aperfeiçoar um programa de tanto sucesso. Aliás, o Governo Federal vem fazendo isso continuamente.

Recentemente, apesar de críticas que recebemos de vários integrantes da oposição e da própria mídia, a própria Presidenta Dilma deu uma demonstração de que valoriza esse Programa, aumentando em 10% o valor dos recursos repassados às famílias integrantes do Programa. Porém, acho que existem aperfeiçoamentos e aperfeiçoamentos. Alguns, no meu ponto de vista, têm o objetivo legítimo de simplesmente colocar uma impressão digital no programa para dizer: "Olha, estamos propondo alguma coisa melhor, mais avançada." Enfim, acho que essa é a primeira questão.

Eu queria abordar algumas questões desse projeto. Primeiro, quando tratamos do prazo de vigência, a proposta do projeto é transformar isso em lei. Atualmente, isso é feito por decreto e portaria, como se isso fosse representar um avanço. Eu considero que não. A portaria e o decreto – porque são expedidos pelo Poder Executivo – são muito mais rápidos na sua eficácia de implementação. Poderemos, por exemplo, definir um aumento diferenciado do tempo de vigência do programa de acordo com questões regionais – nada impede que isso aconteça –, ou de acordo com situações temporais. Por exemplo, nós vivemos ao longo de quase dois anos a vigência de uma Bolsa que foi instituída durante a seca, que era a Bolsa Estiagem. Também se poderia ter buscado alternativa de, ao invés de instituir o Bolsa Estiagem, aumentar o Bolsa Família para aquelas famílias localizadas naquela região ou aumentar esse prazo de vigência. Então, em nada esse engessamento vai melhorar o Programa. Nós já temos visto que o gestor público tem se preocupado que esse programa possa atender a necessidades regionais de tempo, enfim.

Segundo, essa variação da renda da família durante os dois anos já é assim, gente, já é assim. Nós estamos aqui falando de meia dúzia quando está escrito seis. Já é assim. Ao longo de dois anos, a renda pode variar e nem por isso a pessoa vai ser retirada do programa Bolsa Família. Agora, há um limite, que é o meio salário mínimo *per capita*, não é a renda da família, é *per capita*.

Se são, por exemplo, cinco pessoas na família, terá que haver uma renda superior a R$1,5 mil para que ela não receba o Bolsa Família.

Agora, qual é a conclusão, o que vai acontecer se não tivermos esse limite? Aqui mesmo, nas discussões que fizemos, as pessoas diziam: "Ah, não tem controle nenhum." Já vivemos situações de aparecer na televisão vereador recebendo Bolsa Família, prefeito recebendo Bolsa Família, e todo mundo dizia que era injusto, porque essas pessoas tinham uma renda elevada. Pode acontecer de uma pessoa, ou uma família do Bolsa Família, por uma razão qualquer que seja, ter uma renda bastante superior a meio salário mínimo *per capita*. É justo que ela continue recebendo? Não é justo.

Um programa tem a sua legitimidade quando ele está dentro dos princípios que o nortearam. E os princípios que norteiam o Bolsa Família são esses de justiça e de inclusão social.

Por último – eu teria mais coisas para dizer –, essa questão da profissionalização é uma visão estreita do que são as portas de saída. Nós temos várias portas de saída para o Programa. Por exemplo, nós temos a intermediação de mão de obra em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego. Nós temos a parceria com o Sebrae para que a pessoa se torne microempreendedor individual. Nós temos a parceria com os bancos públicos federais, com o microcrédito produtivo orientado. Nós temos a economia popular e solidária em parceria com o Ministério do Trabalho e do Emprego. Portanto, não é só via profissionalização que as pessoas encontram a porta de saída do Programa Bolsa Família.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto, por favor. Já está encerrado o tempo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Vou concluir.

Então, colocar isso dentro das condicionalidades penso ser equivocado. A melhor maneira de desfigurarmos uma proposta importante, por exemplo, como é o Pronatec...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por favor, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – ... é colocar metas irreais.

Por isso, esse programa deve ser mantido como está. Ele está bem e deve ser mantido como está.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, entendo que esse projeto traz uma discussão conceitual. Nós precisamos institucionalizar as políticas públicas no nosso País e devemos ter a capacidade de reconhecer aquilo que foi acertado e incorporar como patrimônio de toda a Nação, e não como patrimônio de um governo.

Foi assim com a estabilidade econômica, foi assim com a inclusão social, e a população brasileira entendeu a importância, são políticas de governos diferentes, mas que incorporou como patrimônio da Nação.

Considero importante essa discussão conceitual, porque ainda outro dia eu ouvia no plenário uma Senadora cobrando do PSB uma posição: como é que nós tínhamos rompido com o Governo, como nós estávamos lançando uma pré-candidatura à Presidência da República, se o Estado de Pernambuco, governado pelo nosso pré-candidato Eduardo Campos, tinha sido tão ajudado pelo Governo Federal. Falou isso como se o recurso fosse das pessoas, como se o recurso não fosse um recurso público. Isso demonstra uma postura pouco republicana.

É obrigação do Governo Federal fazer parceria com todos os Estados, independentemente de ele ser governado pelo Governo ou pela Oposição. Essa é uma postura republicada.

Estamos diante de um projeto que busca garantir, como política pública, uma política que foi implementada pelo governo do Presidente Lula, a partir de experiências exitosas de outros governos, inclusive, aqui, no Distrito Federal, pelo então Governador Cristovam Buarque, transformando isso numa política de Estado, numa política pública. Isso dá tranquilidade, estabilidade e evita que seja utilizado politicamente, usando as pessoas beneficiárias dessa política como um instrumento de manobra, com essa política do medo, de que se fulano ou beltrano ganhar essa eleição vai retirar esse benefício. À medida que isso está constituído como política pública, essa tática deixa de ter sentido.

Nós reconhecemos a importância do Bolsa Família.

Reconhecemos que ela foi capaz de fazer com que milhares de pessoas, centenas de milhares, milhões de pessoas, aliás, neste Brasil, que viviam em condições muito difíceis melhorassem a sua situação.

Entendemos que não é a resolução para todos os tipos de problema. Nós temos que criar alternativas para que essas pessoas possam não precisar mais do Bolsa Família, possam garantir a sua renda através do trabalho, o trabalho bem remunerado, o trabalho qualificado, e nós vamos fazer isso com investimentos fortes em educação, em qualificação profissional, em educação de qualidade.

Mas eu, sinceramente, entendo que, neste momento, aprovar esse projeto é contribuir para fortalecer a democracia, é contribuir para fortalecer a institucionalização de políticas públicas como políticas de Estado que serão mantidas, independentemente de quem vai ganhar a eleição.

E digo isso com muita tranquilidade, porque tenho uma convicção muito grande de que quem vai ganhar as eleições é o candidato do Partido Socialista Brasileiro, Eduardo Campos, que já se mostrou, como todos os outros, favorável não apenas à manutenção do Bolsa Família, mas à ampliação do Bolsa Família. Mas não queremos utilizar um instrumento desse como um instrumento de usar as pessoas semeando o medo de que, se fulano ou beltrano ganhar, pode retirar esse benefício.

Portanto, entendendo assim, fortalecendo a democracia, fortalecendo o papel da institucionalização das políticas públicas, eu encaminho e manifesto a nossa posição favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, não sei se é porque eu jogava futebol e era centromédio, eu tenho todo o cuidado na política de fazer esse meio de campo. O centromédio faz o meio de campo.

Eu, sinceramente, não estou entendendo muito o debate desse tema. Todos nós aqui somos apaixonados pelo Bolsa Família, um programa que ninguém tem dúvidas de que está dando certo durante dez anos. Se todos concordam, todos acham que é positivo... Foi considerado, Sr. Presidente, o melhor programa de distribuição de renda do mundo. Este País até me deixa meio perplexo. Não estou aqui entrando no debate situação-oposição. Tanta coisa para debater, e nós estamos debatendo um programa que deu certo, está dando certo.

Eu vou pegar alguns dados que tenho aqui, Sr. Presidente. Permita que eu mostre aqui para quem está lá atrás, inclusive: "Dez anos de Bolsa Família, nossa vida de fato melhorou". Sr. Presidente, beneficia 50 milhões de pessoas. Independentemente de ser Situação ou Oposição, todos nós vemos: "Olha, que bom, que continue dando certo." Lei ou não lei, qualquer governo que entra, tendo maioria, muda. Todos nós sabemos disso. Todos nós sabemos disso. Até PEC mudam do dia para a noite aqui.

Sr. Presidente, criado em 2003, para erradicar a extrema pobreza e combater a fome no Brasil, o Bolsa Família atende 14 milhões de famílias, acompanhando a saúde e a educação – 50 milhões de pessoas são atendidas. É reconhecido como o maior programa de transferência de renda do mundo, fundamental para o fortalecimento da rede de proteção social e de combate à pobreza.

Desde que foi criado o Plano Brasil Sem Miséria, a meta é que nenhum brasileiro viva com menos de R$77,00 de ajuda por mês. O resultado que eu posso dizer é que o Bolsa Família mantém fora da pobreza 36 milhões de pessoas. Ninguém questiona o êxito do programa.

O Governo, em 2013, investiu R$24 bilhões nesse programa. O valor médio do benefício mensal chega a R$152,00. Preocupo-me também – permita-me, com esses poucos dados, vou usar o meu tempo – quando tivemos aqui o debate do salário mínimo, havia alguém que era contra, e votaram contra.

E nós tiramos o salário mínimo, com aquela lei, de US$60 para em torno de US$350. É legítimo que alguém pense diferente, mas deu certo. Inclusive está aqui na pauta para votar, porque nós queremos de novo que essa política continue e, de forma definitiva, crescendo: inflação mais PIB.

Então, aquilo que efetivamente nós ajustamos, que deu certo, ninguém tem dúvida, todos elogiam, por que vamos alterar a metodologia que está permitindo que avancemos com tanta segurança, beneficiando milhões e milhões de brasileiros?

Sr. Presidente, eu, sinceramente, não entendo o motivo. Queria estar discutindo aqui, e claro que entraria em outro debate, por exemplo, do fator previdenciário, que envolve todos nós, o passado e o presente, mas estamos discutindo um único Programa, que só podemos elogiar, porque não ouvi nenhuma crítica aqui ao Programa aqui, nenhuma, nenhuma, seja de Situação, seja de Oposição. Ninguém critica.

Como é bom ver delegações de outros países virem ao Brasil; recentemente, recebi uma delegação e vieram me perguntar qual é o segredo para tirar tanta gente da miséria absoluta. Eu citei pelo menos dois caminhos de que participamos diretamente, que foram o Bolsa Família e a política do salário mínimo e, claro, toda a política macroeconômica, que não vou dizer que foi só deste Governo, já vem de uma construção coletiva de mais de um governo.

Mas o Bolsa Família, eu não vejo motivo nenhum. As pessoas me perguntam na rua sobre o que está acontecendo, se querem mudar o Bolsa Família. Respondo dizendo que não, que não é isso, que todo mundo defende o Bolsa Família como um programa que deu certo e que, por isso, na votação que teremos lá, vamos dizer que queremos que o programa continue da mesma forma que está hoje. Não há ninguém no mundo que questione o Bolsa Família. Se não há ninguém no mundo que o questione, e nem aqui neste plenário ninguém o está questionando, todos estão dizendo que é um belo programa, e que bom que ele deu certo e por isso ele deve continuar, por isso votarei com o Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado.

Senador Aécio Neves, autor do projeto que estamos discutindo.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, chega a ser comovedor o esforço das principais lideranças do PT para impedir qualquer aprimoramento ou avanço num programa de tamanha importância.

Mas a minha surpresa, nessa e em outras discussões, não tem limites, Sr. Presidente. Ouço agora e em minutos atrás o ilustre Senador Paim fazendo aqui um relato da história. Estou até lendo um documento, provavelmente produzido pelo Governo, primeiro afirmando que um programa que deu certo não precisa de aprimoramentos. Oh, meu Deus! Todos os programas precisam de aprimoramentos.

Dois projetos eu encaminhei, Sr. Presidente, vêm absolutamente nessa direção. Um deles que corrobora não com o voto do Senador Paim, mas com o discurso do Senador Paim. Eu quero transformar o Bolsa Família

em um programa de Estado, incluído na LOAS, para que ele não seja um instrumento de campanha eleitoral exclusivamente; mais do que isso, seja utilizado para atemorizar, levar a suspense as famílias que o recebem com as ameaças permanentes que são feitas nesse período.

Leu o Senador Paim um documento em que dizia que o Bolsa Família, criado em 2003, e por aí vai... A história, Senador, ninguém reescreve; ela está escrita. Faltou aí uma frase: "O Bolsa Família, criado em 2003, a partir da unificação dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás, incorporando o Cadastro Único, já com 6,9 milhões famílias, redundou no Bolsa Família". Nós jamais tiramos esse mérito do Presidente Lula. Foi um avanço. O Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação também davam certo, permitiam o controle da frequência escolar e da vacinação de famílias sob maior vulnerabilidade. Davam muito certo, foram avanços extraordinários. O que ocorreu? Foram aprimorados a partir da presença do Presidente Lula, no momento em que ele os unifica, e nós sempre reconhecemos isso. Agora, parar no tempo, impedir que ele seja aprimorado, como nós estamos propondo aqui? Os argumentos da Base do Governo rodeiam na mesma direção e não dizem absolutamente nada.

O que queremos, Senador Moka, é garantir, com base na experiência do Bolsa Família, que aquele cidadão que encontrar um emprego e que, portanto, puder se inserir na sociedade com um trabalho que extrapole o teto do benefício possa ter pelo menos seis meses para estar estimulado a entrar no mercado de trabalho.

Hoje, o que acontece, é que em determinados casos, quando, por exemplo, essa revisão é feita em setembro, agosto, ou mesmo julho, e em outubro é feito o desligamento desse cidadão, ele se sente desestimulado a arriscar, a ir para o mercado de trabalho, assinar uma carteira, se desligar do programa e, amanhã, não dar certo nesse emprego e entrar na fila novamente.

O que nós queremos é estimular que as pessoas possam arriscar, buscar o emprego no mercado de trabalho, se qualificar, como propõe o Senador Cristovam e na proposta ainda aprimorada pela Senadora Lúcia Vânia.

Eu me lembro, Senador Moka, de que, em 2011, o Governo fez uma bilionária propaganda com o dinheiro público para dizer que, a partir daquele momento, não existia mais miserável no Brasil, porque todos recebiam, pelo menos, 1,25 dólares por dia. A partir do momento em que se ofereceram R$70,00 para o cidadão, não existia mais miserável no Brasil. Esqueceram-se de conduzir adequadamente a política econômica. O que ocorreu? O dólar, obviamente, cresceu, e para que aquela afirmativa de 2011 fosse verdadeira hoje, o Bolsa Família precisaria estar tal essa remuneração pessoal em R$83,00 e não R$77,00. E o Governo esqueceu-se de, novamente, fazer uma propaganda para dizer: "Olha, vocês voltaram para abaixo da linha da miséria."

O que nós estamos querendo aqui, meu Deus, é acabar com ações como aquela, Senador Paulo Paim, Líder Humberto Costa, do candidato do PT no Maranhão, pouquíssimas semanas atrás. O candidato apoiado pelo PT no Maranhão, o Sr. Edinho Lobão, nosso colega, meu amigo nesta Casa, conseguiu fazer um discurso no Maranhão, gravado e exibido nas redes locais: "O candidato do PSDB, Aécio Neves, quer acabar com a Bolsa Família." Vocês acreditam nisso? Quer acabar com a Bolsa Família, gente!

Essa é a lógica do PT. O PT não quer um programa para ser aprimorado, para dar tranquilidade e transitoriedade a essas famílias. Quer um programa para chamar de seu. A discussão séria estaria levando, agora, o PT a apoiar esse projeto. Se a questão for autoria – porque, em muitos momentos, me parece que a questão da autoria é mais relevante do que o conteúdo do projeto –, abro mão dessa autoria, dou essa autoria ao Senador Suplicy, que luta por essa matéria há tanto tempo.

Concluo, Senador Moka, dizendo: o que nós estamos fazendo aqui é aprimorar o programa, como fizemos quando apresentamos outro projeto, incluindo o Bolsa Família na Loas. Votar contra esse projeto é simplesmente dizer que não querem um programa estável que beneficie efetivamente os que mais precisam, mas simplesmente um programa para chamar de seu e para ser irresponsavelmente utilizado em campanhas eleitorais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que os argumentos aqui apresentados pela Base do Governo nos surpreendem. Ou são argumentos que estão inspirados pela má-fé ou pela ingenuidade. Portanto, eu vou ler os pontos do projeto, para que os senhores saibam que o projeto do Senador Aécio Neves e o relatório de minha autoria não bagunçam o Bolsa Família, como foi colocado aqui. Primeiro, ele traz para a lei prazo de vigência do benefício. Hoje, a previsão consta apenas de decreto e de portaria, que pode variar de acordo com o governo que está lá dentro.

Segundo, o projeto, nos termos da emenda adotada no parecer, permite a variação de renda da família durante os dois anos de vigência, sem impor limites, como a atual legislação faz. Ele impõe um limite de meio salário mínimo, pois hoje a variação só é permitida, como eu coloquei aqui, até o teto de salário mínimo.

Terceiro ponto: nos termos do projeto, a renda familiar *per capita* pode variar além do limite de meio salário mínimo, o que permite o ingresso de mais de um integrante da família em uma atividade profissional formalizada.

Eu quero aqui deixar bem claro que o objetivo deste projeto é permitir a formalização do usuário do Bolsa Família. O que me surpreende no Senador Paim é não abordar essa questão da formalidade das pessoas.

Porque, ao estabelecer o limite de meio salário mínimo, isso impede muitas vezes que a pessoa ou dois membros da família vão buscar o emprego para se formalizar.

Quero dizer que a informalidade prejudica o trabalhador, que perde as proteções sociais, e reduz o financiamento da seguridade social, o que também prejudica as camadas menos favorecidas da população.

Nos termos do projeto, a revisão cadastral deve levar em conta a permanência da família por mais pelo menos seis meses no programa, mesmo com renda superior ao limite estabelecido no regulamento, que seria meio salário mínimo. Mesmo que ele ultrapasse essa questão em dois anos, ele não será desligado após esse tempo, permaneceria por mais seis meses no programa.

Quero deixar bem claro aqui que o projeto não extingue a Portaria nº 617, de 2010, que trata da revisão cadastral. Pelo contrário, reforça a portaria, uma vez que permite a permanência da família no programa mesmo com a variação de renda superior ao limite hoje estabelecido e ainda dá mais tempo ao Poder Executivo para examinar cuidadosamente as condições sociais das famílias, evitando desligamentos indevidos.

IX – A permanência das famílias com renda superior ao limite previsto no regulamento, decorrido os dois anos de validade, fica possibilitada pela previsão em lei, não dependendo apenas de portaria.

X – As emendas apresentadas pelo Senador Cristovam foram acolhidas em sua essência – quero deixar bem claro, não é obrigatória –, o que levou o projeto à previsão de que adultos e jovens cadastrados no programa terão acesso aos programas profissionalizantes.

Em resumo, o projeto não retira nenhum direito. Ele dá mais qualidade aos regulamentos, uma vez que os transforma em norma jurídica e amplia as garantias das famílias, que podem organizar suas finanças sem perder a segurança de renda propiciada pelo programa.

Quanto à impressão digital, eu queria lembrar ao Senador Humberto Costa que o Programa Bolsa Família não nasceu da personalidade ou da identidade do Partido dos Trabalhadores, ele é consequência de uma série de programas de transferência de renda, de um cadastro único que foi feito no governo anterior e que foi amplamente criticado pelo governo passado do Presidente Lula, dizendo que era um cadastro ruim...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por favor, Senadora.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – No entanto, é preciso lembrar aqui, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A senhora tem que concluir, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – ... que o programa que tem a impressão digital do PT é o Fome Zero, que não sei por onde anda.

Portanto, quero deixar claro que esse é um projeto que visa aprimorar o Bolsa Família...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para concluir, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – É um projeto responsável, é um projeto que vem ajudar as famílias e o trabalhador, principalmente, a se formalizar e entrar no mercado de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Sr. Presidente, cumprimentando V. Exª e a todos os integrantes desta Comissão, mesmo na condição de suplente que talvez não possa voltar, já que os titulares do nosso Partido e do bloco de oposição se encontram presentes, queria aqui me manifestar primeiro cumprimentando o Senador Aécio Neves pela iniciativa. Sem dúvida, ele, que representa o Estado de Minas Gerais e que já governou aquele grande Estado brasileiro, tem perfeita noção de como se deve instituir e manter um programa social que beneficia a população, principalmente aquela que se inclui entre a mais carente e que depende de programas assistenciais e governamentais.

Considero que o Bolsa Família é importante, sem dúvida nenhuma, mas, como representante de Santa Catarina, um dos Estados que menos usa o Bolsa Família, é verdade, porque nós temos uma condição de emprego muito positiva, muito favorável, observo a situação e as condições as famílias que usam o Bolsa Família, bastaria dizer a V. Exªs um único aspecto relacionado a esse projeto de lei que já considero um projeto de lei muito válido pelo próprio debate que ele enseja. Estamos falando de algo que não é do PT, que não é da Presidente Dilma, que não foi do Presidente Lula, que não foi do Presidente Fernando Henrique, que é do Brasil, uma vez que era um programa derivado de vários programas que foram instituídos à época em que o PSDB governou o Brasil.

Se este Programa Bolsa Família, hoje, é reconhecido como necessário e importante, é preciso também observar que muita gente, Senador José Agripino, que tem o Bolsa Família reluta na ocupação e na oportunidade de um novo emprego, já que, no momento em que consegue esse novo emprego, perde o direito ao Bolsa Família. Eu conheço muitos empresários, Senador Paim, de Santa Catarina que foram instalar empresas

em outras regiões do Brasil onde existe mão de obra disponível, treinaram pessoas, treinaram profissionais para trabalhar na sua empresa e, quando os chamaram para contratá-los, surpresos, viram que esses trabalhadores não queriam o registro formal. Por quê? Porque perderiam imediatamente o Bolsa Família, o benefício do Bolsa Família.

Então, se nada fosse feito, apenas essa questão que o Senador Aécio propõe, de se manter o Bolsa Família por um período além da data em que a pessoa alcança a oportunidade do emprego e também flexibiliza a questão da renda mínima para que continue percebendo, seria plenamente justificável a aprovação desse projeto aqui nesta Comissão e nesta Casa. Porque nada pior para uma família, para um pai de família, para um trabalhador do que imaginar que ele começa a trabalhar hoje e vai receber o primeiro salário daqui a 30 dias; e como ele vive nesses 30 dias? Como ele faz para se manter e manter a sua família?

A ideia é, sem dúvida nenhuma, muito oportuna, muito positiva, e eu não vou me alongar para não prejudicar a votação e o debate da matéria, que considero muito importante.

Mas eu cumprimento a Relatora, o autor, cumprimento todos aqueles que pensam no Brasil e que votarão certamente a favor desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu vou argumentar, mas tenho receio de que os argumentos, a lógica e a racionalidade e tudo aquilo que a gente possa apresentar na Comissão não sejam suficientemente fortes para vencer ou para superar a postura inflexível ideológica do PT, que se julga proprietário do Programa Bolsa Família.

Eu acho que o Plano Real e o Bolsa Família são dois programas que são patrimônio do povo brasileiro.

O Plano real começou com Fernando Henrique e foi mantido pelo ex-Presidente Lula, que garantiram a estabilidade da economia e a inflação em níveis civilizados.

O Bolsa Família é decorrente do Bolsa Escola aperfeiçoado, evoluído, aumentado e transformou-se no Bolsa Família.

São patrimônios inalienáveis do povo brasileiro, são coisas que interessam à Nação, ao País, ao povo.

Agora, o Plano Real encontra-se em permanente processo de adaptação de ajuste e de aperfeiçoamento, para melhorar. A mesma coisa tem que acontecer com o Programa Bolsa Família. Saiu de Bolsa Escola, incorporou Vale Gás, isso e aquilo, Bolsa Família.

Qual é o problema que eu vejo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores? É a âncora à informalidade.

Eu vou dar um exemplo ocorrido comigo, não é com ninguém, Senador Cyro. Eu não vou falar de nada que tenha acontecido com ninguém, aconteceu comigo, tem acontecido comigo. Em Natal, eu tinha uma empregada doméstica, uma cozinheira, por 15 anos, que saiu, resolveu sair, aposentou-se e foi viver com a família dela no Morro de Mãe Luíza. E eu precisei, minha mulher precisou contratar outra pessoa, e encontrou uma profissional boa, coincidentemente na época em que a PEC das Domésticas foi aprovada.

Claro que eu, como pessoa pública, como qualquer brasileiro, não posso contratar alguém sem ser na formalidade, com carteira assinada. E evidentemente que, passado o estado probatório dela, na hora em que foi feita a solicitação para que ela trouxesse a carteira profissional para se assinar e garantir o contrato formal, ela disse: "Não. Não, porque senão eu perco o Bolsa Família."

E não houve argumento. Eu disse: mas você está cheia de vantagens que o Congresso brasileiro acabou de lhe garantir, uma série de vantagens. Enumerei as vantagens todas. Não houve argumento que a convencesse. Ela preferiu sair, permanecer na informalidade, não ter a carteira profissional garantida, para permanecer, ela e as pessoas que são ligadas a ela, no Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família – este é o meu receio – é uma âncora. Assim como o caso da minha empregada doméstica, existem milhares neste País, em todos os setores, de pessoas ancoradas na informalidade por conta do Bolsa Família.

Qual é o objetivo fundamental do projeto do Senador Aécio Neves, que precisa ser um projeto do Congresso brasileiro? É dar seis meses, para que as pessoas possam, durante seis meses, até se fixar no emprego com carteira assinada, continuar ganhando. Acabar com a âncora! Acabar com a dependência! Fazer com que as pessoas almejem crescer na vida! Fazer com que as pessoas, se tiverem competência, se forem competitivas, possam ganhar não R$800,00 por mês; que possam ganhar R$1.500, R$2.000, R$2.500, R$3.000 por mês, crescer na vida!

O Programa Bolsa Família, eu tenho receio de que possa significar, como o exemplo a que assisti, uma âncora no sentido da manutenção de pessoas na informalidade, movidas pela necessidade de ficar no Programa Bolsa Família.

Por essa razão, com esse argumento, com essa lógica é que eu estou pedindo a compreensão dos membros, para evolução do programa. O programa é bom, é patrimônio do povo brasileiro, vamos melhorá-lo! Va-

mos acabar com essa âncora da informalidade aprovando o projeto do Senador Aécio Neves para transformá-lo num projeto da Comissão de Assuntos Sociais e do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Agripino Maia.

Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Presidente, quantas pessoas estão inscritas?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Depois da Senadora Vanessa, somente o Senador Cyro Miranda. Mas eu tenho impressão de que ele vai abrir mão da fala.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não, eu vou pedir só um minuto. Se passar de um minuto, o senhor pode cortar o meu microfone.

Sr. Presidente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não, não. Sou eu primeiro, Senador!

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Ah, perdão.

Eu só quero complementar que o projeto de autoria do Senador Aécio, muito bem relatado pela Senadora Lúcia Vânia... Os senhores sabem que todo profissional quando é contratado, ele tem um contrato de experiência de 90 dias, que pode ser feito em 30 mais 60 ou em 60 mais 30. Isso dá uma instabilidade muito grande a quem está se propondo ao cargo, porque é experiência, não é uma garantia de que ele vai ficar no emprego.

Então, esse projeto vem completar justamente essa questão. Ele não mexe em nada.

E outra coisa: nós aqui estamos brigando... Isso é patrimônio nacional. Ninguém mais vai saber de quem é esse projeto. Esse projeto é do povo.

Se o senhor sai à rua e pergunta quem é o autor do projeto tal... Não interessa, o que interessa é se o projeto é bom. O projeto é nosso, o projeto é do Congresso, o projeto é do povo brasileiro. Vamos acabar com as picuinhas. Essa é uma garantia para aquele que está querendo sair da informalidade, que vai fazer um contrato de experiência e sabe que tem mais seis meses. Se não der certo, ele não perde o Bolsa Família.

E, no caso das empregadas domésticas, Sr. Presidente, somente 42% têm carteira assinada, porque não querem perder os benefícios que têm.

Vejam que dessa maneira não funciona.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Cyro Miranda.

Última inscrita, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu também farei aqui um esforço para ser muito breve.

E não ia falar, Sr. Presidente. Confesso que concordo com muitas intervenções que foram feitas em relação ao posicionamento contrário à matéria, mas incomodou-me, por outro lado, a insistência de se dizer que essa matéria está sendo votada por orientação política, pela proximidade de um pleito eleitoral.

Meu voto não é orientado dessa forma, não, Sr. Presidente. E tenho certeza absoluta que, quando o Presidente Lula criou o Bolsa Família e, antes mesmo, o Presidente Fernando Henrique criou o Bolsa Escola, que foi infinitamente ampliado pelo Bolsa Família, não foi pensando no pleito lá adiante, não; foi pensando no trabalhador brasileiro, foi pensando na população brasileira que precisa sair da linha da pobreza.

E é exatamente por programas como esses que o Brasil vem sendo não só reconhecido, Sr. Presidente, mas também respeitado no âmbito mundial por todos os países, independentemente do seu posicionamento político, absolutamente todos os países, dos Estados Unidos à China, da Índia à Inglaterra. Todos os países respeitam o Brasil por conta disso. Foram mais de 30 milhões de pessoas que saíram da linha absoluta de miséria.

Mas parece que, do outro lado, há, sim, orientação política, porque algumas coisas incomodam demais. O Programa Bolsa Família parece incomodar demais. A Lei de Valorização do Salário Mínimo no Brasil parece incomodar demais. A ampliação da educação para o povo pobre, para o povo que precisa parece incomodar demais.

Então, eu queria dizer que, se há alguma orientação política, tenho convicção e certeza absoluta de que não está do lado de cá; talvez esteja do lado de lá.

Vejam bem que o que propõe a matéria não é aperfeiçoar, não, Srs. Senadores. Será que tirar um piso é aperfeiçoar a matéria? Tirar o limite para quem tem direito é melhorar a matéria? Ao se tirar o limite, qualquer pessoa, mesmo que ganhe muito bem, poderá continuar recebendo o Bolsa Família, e não durante o período de dois anos, mas pelo período de dois anos e meio, no caso, porque se propõe a prorrogação por mais seis meses.

Portanto, eu sou contra tirar o teto, como acho que o período de dois anos para a revisão está de bom tamanho. Se a pessoa não ultrapassa o teto, mas cresce o limite, cresce a renda, ela continua recebendo.

Então, não é política. A política não está do lado de cá; a política está do lado de lá, aliás muito próxima dos acontecimentos.

Eu quero dizer, com muita tranquilidade, de quando votei na política de valorização do salário mínimo, de quando votei para mudar o marco regulatório do petróleo no Brasil que favorece também a Nação e o povo brasileiro, mantenho a lei como é, votando contra essa iniciativa, que não considero ser aprimoradora da matéria, porque poderá trazer, sim, mais problemas, inclusive para aqueles que estão matriculados em programas de educação importantes como o Pronatec, Sr. Presidente.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Encerrei a lista de inscrição.

Quero dizer o seguinte: este projeto não é terminativo aqui, mas, em função de ser um projeto em que há uma disputa, quero pedir para fazermos a votação nominal, com a relação de todos os presentes, para que não haja nenhuma dúvida, nenhum questionamento sobre o resultado dessa votação.

Então, eu vou proceder à votação nominal.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª bem nos informa que nós teremos a oportunidade de aprofundar o diálogo, o debate, na Comissão de Direitos Humanos, onde o projeto será terminativo...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Terminativo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... e finalmente votado.

Eu faço até uma sugestão para que, lá na CDH, possamos um dia convidar a Ministra Tereza Campello para um diálogo ainda de maior profundidade no sentido de verificarmos a possibilidade do aprimoramento...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Vamos votar, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – ... e chegarmos a um entendimento.

Quero ressaltar...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Suplicy, a sugestão de V. Exª vai ser feita na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero conduzir isso da forma mais...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou proceder à votação nominal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, é importante só a orientação de voto. Que V. Exª explique bem...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou fazer a orientação.

Nós vamos colocar em votação o relatório da Senadora Lúcia Vânia. É claro que o relatório da Lúcia Vânia é favorável ao projeto. Se o relatório da Lúcia Vânia for aprovado, ele vai para a Comissão de Direitos Humanos. Se o relatório for rejeitado...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Também vai.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... nós temos o voto em separado, que é o voto do Senador Humberto Costa, voto vencedor.

Eu acho que fica clara dessa forma a nossa votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – E também vai para a CDH, de qualquer forma.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está em votação o relatório da Senadora Lúcia Vânia.

Quem votar "sim" vota com o relatório da Senadora Lúcia Vânia. Quem votar "não" evidentemente está votando contra o relatório e estará aprovando o voto em separado do Senador Humberto Costa.

Acho que fui bastante claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Voto "não" e, consequentemente, com o relatório de Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – "Não".

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Voto "sim".

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB. *Fora do microfone*.) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Voto "não".

Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com a Relatora, Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Voto "sim".

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. Fora do microfone.) – Com a Relatora, Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Voto "sim".

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. Fora do microfone.) – Voto "sim", Sr. Presidente, com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Voto "sim".

Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB. *Fora do microfone*.) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia, Relatora, voto "sim", voto conhecido.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG. Fora do microfone.) – Deixe-a votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia, por favor.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Aécio.

Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Essa é, infelizmente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não, Senador, é uma prática na Comissão que o voto do Relator – V. Exª sabe – é voto conhecido.

Mas V. Exª tem razão. Ela é a relatora.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN. Fora do microfone.) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Voto "sim".

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. *Fora do microfone*.) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Voto "sim".

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE. Fora do microfone.) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE. *Fora do microfone*.) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. Bloco União e Força/PTB – PE) – Voto "não".

Está encerrado.

Estou esperando a... (*Pausa.*)

Foram nove votos NÃO. (*Palmas.*)

Está aprovado o relatório da Senadora Lúcia Vânia, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013, com as Emendas nº 1 e 2 da CAS.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para decisão terminativa lá.

A Presidência vai suspender, por três minutos, a reunião, para que possamos dar continuidade, logo em seguida, à pauta.

Está suspensa a reunião.

(*Suspensa às 10 horas e 48 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 49 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A Presidência vai retomar a reunião normal.

O próximo item da nossa pauta é o item 5

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

Gostaria de pedir a retirada...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Tendo combinado com a autora, Senadora Angela Portela, gostaria de retirar o item 8 da pauta, do qual sou Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª já havia me pedido e eu já havia retirado da pauta, Senador.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 29, de 2014
- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeiro a realização de audiência pública destinada a discutir políticas públicas de prevenção do câncer de intestino, bem como instruir a elaboração de projeto de lei com o propósito de instituir o Dia Nacional de Prevenção do Câncer de Intestino. Para tanto, solicito que sejam convidados:
– Representante do Ministério da Saúde;
– Dra. Marlise Mello Cerato Michaelsen – Presidente da Associação Gaúcha de Coloproctologia – AGCP;
– Dr. Paulo Hoff – Diretor-geral do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (Icesp);
– Dr. Paulo Gonçalves de Oliveira – Presidente da Sociedade Brasileira de Coloproctologia;
– Dra. Angelita Habr-Gama – Presidente da Associação Brasileira de Prevenção do Câncer de Intestino – ABRAPRECI;
– Sra. Luciana Holtz – Presidente do Instituto Oncoguia.
Autoria: Senadora Ana Amélia)

Item 5:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, de 2012
- Terminativo -

Determina a obrigatoriedade de distribuição de protetor solar pelo SUS para pessoas portadoras de albinismo e dá outras providências.
Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2012, na forma do Substitutivo que apresenta.
Observações:
– Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.
– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 250, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Amorim, obriga o Sistema Único de Saúde a distribuir protetor e bloqueador solar às pessoas portadoras de albinismo, desde que compatíveis com a necessidade, a quantidade e o fator de proteção...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador, Senador Rodrigo, só um minutinho.

Por favor, eu vou pedir... Eu acho que o tempo foi suficiente e, agora, vamos ouvir o Senador Rodrigo Rollemberg na leitura do seu relatório.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 250, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Amorim, obriga o SUS a distribuir protetor e bloqueador solar às pessoas portadoras de albinismo, desde que compatíveis com a necessidade, a quantidade e o fator de proteção especificados por profissional da área médica, e desde que os interessados no benefício façam um cadastramento especial no Sistema. É o que determinam, respectivamente, o *caput* e o parágrafo único do art. 1º da proposição.

O art. 2º institui, ainda, que as despesas decorrentes da implementação da medida serão financiadas com recursos do Orçamento da Seguridade Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme regulamento.

O art. 3º estabelece o prazo de 360 dias para que a norma originada do projeto entre em vigor.

O autor argumenta, na justificação do projeto, que a incidência de câncer de pele tende a ser maior em pessoas com albinismo, o que implica também aumento de custos para o SUS. Nesse sentido, a distribuição de protetor solar asseguraria melhor qualidade de vida a esse segmento da população, além de garantir uma diminuição das despesas com tratamentos custeados pelo Sistema.

Ademais, o autor justifica que o cadastramento das pessoas com albinismo em nível nacional sensibilizaria o poder público para os problemas enfrentados por esse grupo e permitiria o início de uma reparação a essas pessoas.

O projeto foi distribuído para ser apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais em caráter terminativo e não foi objeto de emendas.

Análise.

Nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal é atribuição da Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, bem como sobre as que tratam de competências do SUS. O projeto em análise abrange essas duas temáticas. Além disso, por se tratar de apreciação em caráter terminativo, cabe também a esta Comissão examinar a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição.

De acordo com o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde. Outrossim, a iniciativa de lei que verse sobre a matéria de que trata o PLS nº 250, de 2012, é permitida a parlamentar, de acordo com o art. 61 da Carta Magna. Não há óbices, também, no tocante à juridicidade e à técnica legislativa empregada na proposição.

O albinismo é uma doença congênita em que o indivíduo apresenta redução na produção de melanina, substância que confere pigmentação aos cabelos, à pele e à íris, além de proteção contra os raios ultravioleta. As pessoas com albinismo são caracterizadas, portanto, pela ausência de pigmentos nessas partes do corpo e são mais vulneráveis à ação dos raios ultravioleta, o que varia de acordo om o tipo e a gravidade do albinismo que as acomete.

A maior sensibilidade à exposição ao sol aumenta as chances de ocorrência de queimaduras e de câncer de pele, entre outros agravos.

Por assim ser o albinismo, consideramos a proposição em comento meritória, por garantir às pessoas portadoras de tal agravo o acesso a filtro solar, uma das principais formas de impedir complicações advindas da exposição ao sol. O protetor solar é um produto caro para boa parte da população brasileira e precisa ser utilizado de forma contínua (logo, em maiores quantidades) por pessoas com albinismo, o que significa que muitos indivíduos não podem usufruir dessa medida profilática em função de limitações financeiras.

No entanto, em que pese o mérito da proposta, devemos apontar que existe iniciativa aprovada pelo Senado Federal que abrange o comando principal do projeto de lei em análise. Trata-se de projeto de lei da câmara, de autoria da Deputada Laura Carneiro, que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá outras providências.

No Senado, o PLC nº 111, de 2005, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e por esta CAS, na forma de substitutivo, e adotado pelo Plenário do Senado em 15 de julho de 2009. O texto final estabelece, no inciso III do §2º do art. 1º, que "o protetor, bloqueador ou filtro solar será fornecido sem ônus ao portador, usuário do Sistema Único de Saúde, de doença causada ou agravada pela exposição ao sol". Na sequência, o PLC retornou à Câmara dos Deputados para que fossem analisadas as alterações efetuadas pelos Senadores.

O PLC nº 111, de 2005, portanto, tem escopo mais amplo que o do PLS nº 250, de 2012; abarca o comando principal do projeto de lei sob análise; e está em estágio mais avançado de discussão e tramitação no Congresso Nacional. Por conseguinte, em virtude do que estabelece o inciso II do art. 334 do Regimento Interno desta Casa, entendemos que a matéria de que trata o PLS nº 250, de 2012, restou prejudicada.

Por essas razões, propomos, alternativamente, um substitutivo ao PLS nº 250, de 2012, mais abrangente, para instituir o Plano Nacional de Políticas para as Pessoas com Albinismo, no intuito de assegurar e efetivar os direitos à saúde desse segmento populacional.

Voto.

Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2012, na forma do seguinte substitutivo:

Emenda ao Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2012:

Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Albinismo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Albinismo e estabelece diretrizes para a sua consecução.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com albinismo o portador de distúrbios classificados no código "E70.3 Albinismo", da décima revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 10), e revisões subsequentes.

Art. 2º São ações da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Albinismo:

I – a elaboração e a implementação de um cadastro nacional;

II – a estruturação da linha de cuidados e o estímulo à prática do autocuidado;

III – a organização do fluxo da assistência à saúde;

IV – a definição do perfil epidemiológico;

V – a formação e a capacitação de trabalhadores, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para lidarem com os diversos aspectos relacionados com a atenção à saúde da pessoa com albinismo;

VI – a qualificação da atenção integral à saúde da pessoa com albinismo.

Art. 3º São direitos da pessoa com albinismo:

I – o acesso ao atendimento dermatológico, inclusive ao protetor solar e aos medicamentos essenciais, além do tratamento não farmacológico, crioterapia e terapia fotodinâmica;

II – o acesso ao atendimento oftalmológico especializado, assim como às lentes especiais e aos demais recursos de tecnologias assistivas – equipamentos óticos e não óticos – necessários ao tratamento da baixa visão e da fotofobia.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, cumprimento o autor dessa matéria, Senador Eduardo Amorim.

Entendemos que, com esse substitutivo, damos uma contribuição no sentido de criar – e isso foi articulado junto ao Ministério da Saúde – uma política nacional para as pessoas portadoras de albinismo.

Mais uma vez, parabenizo o autor da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão.

Com a palavra o autor, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, agradeço a relatoria do Senador Rodrigo Rollemberg, e digo que para aquele portador de albinismo o protetor solar não é luxo, é necessidade. Ele não tem culpa se os melanócitos não produzem a melanina.

Então, o mínimo que se pode fazer é dar a eles esse cuidado e essa oportunidade, já que não é um produto tão acessível, tão barato, especialmente para algumas classes do nosso País.

Acho que o SUS, ao fazer isso para essas pessoas, para esses cidadãos, para esses portadores de albinismo, contribui com a prevenção de câncer de pele para todos os portadores de albinismo.

Não é luxo, Sr. Presidente, é necessidade. No meu entender, é até uma forma de prevenir, como se fosse um medicamento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concordo, Senador Eduardo Amorim. Acho que nesse momento, nessa situação, o protetor solar para portadores de albinismo é uma medicação preventiva.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não. Para discutir, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Primeiro, queria cumprimentar o autor do projeto. É um projeto meritório. Há muito tempo já teria que estar à disposição, naturalmente na rede de saúde pública, essa oferta, tendo em vista que conhecemos bem o sofrimento dessas pessoas.

Certamente, o projeto de V. Exª, Senador Eduardo Amorim, é um projeto que conta com o respeito de todo o Congresso Nacional, mas sobretudo da população brasileira, daqueles menos afortunados, que dependem do serviço público ofertado pelo nosso País. Dessa forma, quero cumprimentá-lo pela sua sensibilidade como ser humano, como cristão, que defende o interesse do seu povo de Sergipe, mas desta feita também está fazendo um projeto que atende a toda uma população que, muitas vezes, não está à mercê de políticas públicas como essa que V. Exª está proporcionando através desse projeto.

Da mesma forma, cumprimento e saúdo o ilustre e eminente Senador Rodrigo Rollemberg pelo belo relatório, na certeza absoluta que o povo brasiliense, conhecedor da sua sensibilidade, lhe aplaude e lhe cumprimenta, pois são projetos como esse que engrandecem o Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Também queria parabenizar o autor, pois não me surpreende, saindo do Senador Eduardo Amorim, essas boas ideias, essa parte que ele tem toda voltada à saúde. Como médico e humanista que é, fez um projeto que vem beneficiar muitas e muitas pessoas. E parabenizo o Relator Rollemberg que aprimorou ainda mais.

Esta Casa está de parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Votação nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o autor e com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com o autor e o Relator.

Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com o Relator.

Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg? Voto conhecido, voto sim, Relator.

Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Cumprimentando o autor e o nosso Relator, Sr. Presidente, voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Voto "sim".

Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o autor e o Relator, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim? (*Pausa.*)

Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Voto com o Relator e com o autor do projeto. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o autor e o Relator, "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia? (*Pausa.*)

Senador Eduardo Suplicy? Já havia chamado.

Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. Fora do microfone.) – Com o Relator e parabenizando o Relator e o autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o autor e o Relator, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Voto "sim".

Sr. Presidente, Sr. Presidente, era possível...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só um minutinho.

Aprovado em turno único com a Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Sociais, substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2012. A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno. Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por favor, pela ordem, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, queria solicitar que pudéssemos apreciar o item 7, porque é terminativo, e estou preocupado com a manutenção do quórum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O item 6 também é terminativo, e a Relatora se encontra presente, é a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Ah, bom. Muito bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vamos tentar, evidentemente sem prejuízo do debate, mas...

Item 6:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, de 2013
- Terminativo -

Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, o saque na hipótese de decretação de estado de calamidade pública ou em situação de emergência decorrentes de eventos climáticos, e dá outras providências.

Autoria: Senador Mário Couto

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 396, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para o seu relatório.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem, para apreciação nesta Comissão, para deliberação em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 396, de 2013, de autoria do Senador Mário Couto, que altera a Lei nº 8.036, de 1990, para incluir, entre as hipóteses de saque nas contas vinculadas, o estado de calamidade pública ou as situações de emergência decorrentes de eventos climáticos.

Análise.

Sob o enfoque da constitucionalidade formal, o projeto não apresenta vícios. A matéria não se insere entre aquelas de iniciativa privativa do Presidente da República ou de outros titulares e, portanto, a iniciativa legislativa da União pode ser exercida por qualquer membro do Senado Federal. O projeto não afronta direitos e garantias individuais nem ofende os princípios constitucionais.

Quanto à regimentalidade, nos termos do art. 91, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, compete às Comissões decidir, terminativamente, sobre projeto de iniciativa do Senador. A proposição não tem vícios de juridicidade, embora se deva observar que o objetivo da proposta já está parcialmente contemplado, no inciso XVI, do art. 20, da própria Lei nº 8.036, de 1990.

Relativamente ao mérito, o autor do projeto, o eminente Senador Mário Couto, aponta, com propriedade, que são recorrentes os eventos climáticos catastróficos no País, em geral seguidos pela inação do Poder Público, que se mostra inerte ou ineficaz para remediar os danos. Cita as tragédias ocorridas na região serrana do Rio de Janeiro e a destruição das cidades de Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, Angra dos Reis e do Vale do Cuiabá.

A forma da proposição, com já disse, foi alterada para adequar-se ao fato de que já havia previsão legal para saques no FGTS, em caso de calamidade pública e emergência. A alteração de forma que preserva a intenção de celeridade e simplificação, que é a essência da proposição do nobre Senador Mário Couto, foi expressa na forma do substitutivo que apresentamos abaixo.

Voto.

Em consonância com as justificativas apresentadas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 396, de 2013, na forma do substitutivo seguinte. E, como o substitutivo já está nas mãos dos Srs. Senadores, apenas gostaria de ler o voto. Portanto, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente, na forma do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão. (*Pausa.*)

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não. Para discutir, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, quero pedir vista do projeto, porque tenho a compreensão de que o que está sendo proposto aqui já está assegurado, mas quero analisar isso um pouco melhor. Então, peço a compreensão da Relatora, a Senadora Lúcia Vânia, mas vou pedir vista justamente para fazer essa análise.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nos termos do art. 132, concedo pedido de vista ao projeto. Alguém mais pede vista. (*Pausa.*)

Senadora Ana Amélia.

Vista coletiva. O projeto terá que ser apreciado na próxima semana, quarta-feira.

O item 7 é o último item da nossa pauta:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, de 2013
- Terminativo -

Acrescenta o art. 14-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ocorra por meio eletrônico.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2013, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro, para proferir o seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, no mérito, não podemos ser contrários às inovações tecnológicas que podem ser benéficas para a desburocratização das relações de trabalho.

É preciso facilitar a formalização dos contratos e permitir maior segurança na identificação dos empregados e no registro dos documentos trabalhistas. Em última instância, espera-se, para os empregados, melhoras nos indicadores de cidadania e, para os empregadores, redução de custos e segurança nas relações contratuais.

O projeto em análise oferece uma alternativa válida de legislação para estimular o avanço das discussões em torno da utilização da informática no processo de modernização das relações do trabalho no Brasil. É claro que a experiência prática irá ensejar uma série de ajustes e adaptações, mas isso só será possível a partir do momento em que processo for verdadeiramente iniciado. Nesse sentido, a regulamentação do Ministério do Trabalho e Emprego nos parece apta a introduzir regras que facilitem o uso desse instrumento e garantam o aproveitamento pleno de seus recursos.

A proposta está, também, em harmonia com o projeto do Governo Federal que vai unificar o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados. Encontra-se em processo de implantação o eSocial, que é um Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas. Tal mecanismo informatizado, desenvolvido em conjunto por diversos órgãos do Poder Executivo, tem como objetivo viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas, simplificar o cumprimento de obrigações e aprimorar a qualidade das informações das relações de trabalho, previdenciárias e fiscais.

A proposição em análise, entretanto, introduz algumas restrições no acesso às informações constantes do contrato de trabalho. Isso não nos parece razoável, tendo em vista que, já na legislação atual, o empregador tem acesso a todas as anotações constantes do documento, e o registro de informações desabonadoras está, de qualquer forma, vedado. Em qualquer hipótese, as informações estarão no eSocial e poderão ser obtidas de outras fontes ou mesmo exigidas do empregado na entrevista prévia de contratação.

Conhecer os dados sobre os contratos anteriores é fundamental na contratação dos empregados, até para avaliar a sua experiência e competência. A relação de emprego é também, principalmente, uma relação humana, exigindo boa-fé entre as partes. A quem interessaria sonegar informações? Sendo assim, a parte final

do inciso II do texto previsto para o art. 14-A, que veda a visualização de contratos de trabalhos anteriores, se não for inócua, descaracterizaria o documento que passaria a constituir-se num amontoado de fichas isoladas ou apenas o registro de dados de identificação do empregado.

Por fim, Sr. Presidente, a exigência de consentimento do empregado para a visualização dos dados, por órgãos e entidades administrativas, impediria qualquer espécie de fiscalização, até em benefício do próprio empregado, criaria também uma burocracia paralela, excessiva e desnecessária, o que contraria todos os objetivos da informatização da carteira do trabalho e Previdência Social, além de ser incompatível com o sistema que o Governo está criando.

Por todas essas razões, entendemos que o PSL em tela, para atingir os seus objetivos, sem criar novos entraves às relações do trabalho, pode ser simplificado com as emendas que apresentamos.

Desse modo, Sr. Presidente, o nosso voto, dados os argumentos acima expostos, é pela aprovação com as seguintes emendas: a primeira, que remunera o parágrafo único do inciso I do art. 4º, e a outra, que suprime os incisos II, III IV, V e VI do projeto em tela.

É esse o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu fico extremamente contente, porque tanto o autor como o Relator têm uma visão profunda da área empresarial, sabem o que é necessário para facilitar a vida de todos, principalmente do trabalhador.

Fico bastante contente com essas duas emendas que o Senador Armando Monteiro fez, que ainda simplificam mais esse sistema. Nós vamos acabar com a burocracia, com papéis. Hoje você não sai de casa para ir ao banco, você faz as suas operações através da internet. Por que eletronicamente também não usar esse sistema? Então, tanto o autor, Blairo Maggi, quanto o Relator, Armando Monteiro, estão de parabéns pela visão, o que a mim não surpreende.

Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar tanto o autor como o Relator por esse tão importante projeto que desburocratiza a relação de trabalho e a torna muito mais fácil, muito menos onerosa. Portanto, eu acho que é nessa linha, nesse caminho que o nosso País tem que caminhar, Sr. Presidente.

Parabenizo os dois.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, a exemplo do que já foi falado aqui, eu quero também cumprimentar o autor do projeto, Senador Blairo Maggi, por uma iniciativa muito importante que vai facilitar a vida dos trabalhadores, e cumprimentar o Relator da matéria, Senador Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Primeiro, cumprimento a iniciativa do Senador Blairo Maggi e o belíssimo relatório do Senador Armando Monteiro, que aprimora o projeto, principalmente com as emendas que ele faz, fortalecendo assim a carteira trabalho pelo método eletrônico.

Nos tempos de nova tecnologia, a internet está aí em tempo real. Eu me lembro do tempo em que eu estava na fábrica, andei perdendo umas duas carteiras de trabalho e tive uma série de problemas. Hoje tudo já está nesse sistema de computação e não há razão nenhuma de a carteira de trabalho do trabalhador não ser submetida ao mesmo sistema das novas tecnologias.

Por isso, meus cumprimentos tanto ao autor como também ao Relator. E destaco o trabalho do Relator, que, além de fazer o parecer, aprimorou o projeto original.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, eu também gostaria aqui de manifestar a minha posição. Quero aqui parabenizar profundamente o Relator, Senador Armando Monteiro, que, através das emendas, ofereceu condições de que nós pudéssemos aprovar aqui hoje o projeto. O projeto melhorou muito, ele aperfeiçoou a redação dada inicialmente pelo propositor, que é o Senador Blairo Maggi. Parabenizo aqui o Relator, Armando Monteiro, pela forma como redigiu as suas emendas, o que ofereceu as condições de aprovação aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Antes de fazer a votação nominal, eu tenho um requerimento aqui da Senadora Ana Amélia, que vou colocar em votação:

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 29, de 2014
- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeiro a realização de audiência pública destinada a discutir políticas públicas de prevenção do câncer de intestino, bem como instruir a elaboração de projeto de lei com o propósito de instituir o Dia Nacional de Prevenção do Câncer de Intestino. Para tanto, solicito que sejam convidados:
– Representante do Ministério da Saúde;
– Dra. Marlise Mello Cerato Michaelsen – Presidente da Associação Gaúcha de Coloproctologia – AGCP;
– Dr. Paulo Hoff – Diretor-geral do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (Icesp);
– Dr. Paulo Gonçalves de Oliveira – Presidente da Sociedade Brasileira de Coloproctologia;
– Dra. Angelita Habr-Gama – Presidente da Associação Brasileira de Prevenção do Câncer de Intestino – ABRAPRECI;
– Sra. Luciana Holtz – Presidente do Instituto Oncoguia.
Autoria: Senadora Ana Amélia

Os Srs. Senadores que aprovam o presente requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente, falarei depois da votação do importante projeto, que requer votação nominal, do Senador Blairo Maggi, tão elogiado. Faço a mesma referência ao trabalho do Senador Armando Monteiro.

Então, depois de votado, vou apresentar a justificativa deste requerimento. Eu gostaria muito, porque hoje começa, em Porto Alegre, exatamente a Semana Laranja, que é o Maio Laranja de alerta para os riscos do câncer de intestino.

Mas eu quero falar posteriormente ao resultado da votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem.

É sobre o projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou colocar a votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu gostaria de pedir um esclarecimento ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pareceu-me muito positivo o projeto do Senador Blairo Maggi e os esclarecimentos dados pelo Senador Armando Monteiro.

Mas eu agradeço se o Senador Armando Monteiro puder me descrever como será a Carteira de Trabalho e Previdência Social eletrônica. Em que medida ela se tornará diferente da carteira de trabalho que todos os trabalhadores hoje conhecem. Será, por exemplo, um cartão magnético, com todas as informações?

Eu agradeço porque acredito que esse é um projeto de grande relevância e as pessoas que estão nos ouvindo gostariam de saber como será, então, a nova carteira de trabalho aprovada.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Este processo já está em curso no Ministério do Trabalho, que vai regulamentar e definir isso. Possivelmente, será um cartão eletrônico.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Provavelmente, será um cartão eletrônico.

Então, era isso que eu quero saber.

Voto a favor do projeto.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, eu vou colocar em votação.

Encerrada a discussão, passa-se à votação nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o autor, com o Relator e com as emendas, consequentemente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Voto "sim", Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vanessa Grazziotin.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Voto "sim", com o autor e o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Paulo Davim.
O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com o Relator e o autor, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia.
A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.
O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu voto "sim".
O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Eduardo Amorim.
O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE. Fora do microfone.) – Voto "sim", Sr. Presidente. Parabenizo o Autor e o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy.
O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sérgio Petecão.
O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – "Sim", Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Cyro Miranda.
O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o Autor e o Relator, "sim".
O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Armando Monteiro, o voto é "sim". É o Relator.

Eu peço desculpa ao Senador Paulo Davim. É só para avisar que ainda vou votar os dois requerimentos.

Aprovado o projeto.

Consulto os Srs. Senadores se podemos votar em globo e repetir a votação para as duas emendas do Relator. (*Pausa.*)

As duas emendas são consideradas aprovadas.

Resultado: aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2013, e as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Assuntos Sociais.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro...
O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só um minuto, Senadora Ana Amélia.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 30, de 2014
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Assuntos Sociais, para discutir a COMERCIALIZAÇÃO DE ÓRTESES E PRÓTESES NA TRAUMATO-ORTOPEDIA NO BRASIL, com a presença das seguintes entidades:
– Conselho Federal de Medicina – CFM;
– Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOT;
– Associação Médica Brasileira – AMB;
– Ministério da Saúde;
– Confederação Nacional de Saúde Suplementar.
Autoria: Senador Paulo Davim

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 31, de 2014
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA pela Comissão de Assuntos Sociais, para discutir a RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA SOBRE A FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO MÉDICO, com a presença das seguintes entidades:
– Conselho Federal de Medicina – CFM;

– Federação Nacional dos Médicos – FENAM;
– Associação Médica Brasileira – AMB;
– Ministério Público do Trabalho;
– Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
Autoria: Senador Paulo Davim

Vou conceder a palavra à Senadora Ana Amélia e, logo em seguida, ao Senador Paulo Davim.

Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria, em primeiro lugar, Senador Moka, agradecer a V. Exª pela providência, na abertura dos trabalhos, de ter retirado o item 3, para demonstrar a minha colaboração com o Governo. O Ministério da Previdência queria fazer isso, e eu assumi com a Liderança do Governo no Senado que tiraria a matéria para que a Previdência fizesse os cálculos. É uma matéria bastante discutida, de caráter terminativo e pensei que fosse esse o melhor caminho.

Quanto ao requerimento que fiz, a partir de hoje até o dia 31, em Porto Alegre, a Associação Gaúcha de Coloproctologia realizará o Maio Laranja, tratando da questão relacionada à prevenção do câncer de intestino, já que os especialistas garantem que as chances de cura da doença do câncer de intestino são 90% quando o diagnóstico é feito precocemente.

O evento da Associação Médica do Rio Grande do Sul chama a atenção para a necessidade da realização de exames preventivos. Como todo mundo sabe, prevenir é o melhor remédio, mas essa máxima se torna ainda mais verdadeira quando o tema é câncer de intestino. Ela é uma doença muito silenciosa. Os sintomas costumam aparecer somente quando o tumor já está em estágio avançado. Portanto, detectá-la precocemente pode aumentar em até 90% as chances de cura.

Por isso, no intuito de alertar a população sobre esse tipo de neoplasia, apontado pelo Instituto Nacional de Câncer como o segundo mais comum entre os porto-alegrenses, os gaúchos de Porto Alegre, na nossa capital, perdendo somente para o de próstata, entre os homens, e o câncer de mama, entre as mulheres, a Associação Gaúcha de Coloproctologia realiza, a partir de hoje até o dia 31, o Maio Laranja, com um intestino inflável, gigante, que será montado em um shopping center em Porto Alegre, para revelar exatamente as consequências dessa doença e a possibilidade de que com a prevenção é possível ter um tratamento muito melhor.

Considerado um dos tipos de câncer mais prevalente no País, o Inca estima que mais de 30 mil novos casos serão registrados no País no ano de 2014, matando em torno de 14 mil pessoas. A maioria desses tumores surge a partir de lesões benignas, os chamados pólipos, que podem crescer no intestino grosso. Quando removidas antes de se tornarem malignas, o câncer pode ser evitado.

Adotar hábitos de vida saudável, como inserir práticas esportivas na rotina e evitar o consumo excessivo de carne vermelha, são algumas das formas de prevenir a doença, mas nenhuma delas é tão eficaz como a realização periódica dos exames preventivos, alerta a chefe do serviço de coloproctologia do Hospital Ernesto Dornelles e Presidente da Associação Gaúcha de Coloproctologia, Drª Marlise Cerato Michaelsen, que é exatamente a idealizadora dessa Semana Laranja para fazer a prevenção. Essa é uma doença multifatorial já que sofre influência de agentes externos, ambientais, dietéticos e elementos internos, como fatores hereditários. Por isso, qualquer pessoa acima de 50 anos deve realizar os exames preventivos e seguir uma rotina de controle, conforme a orientação médica. Esse é o alerta da Drª Marlise Cerato Michaelsen.

Os dois exames que podem identificar precocemente o câncer de intestino são a pesquisa de sangue oculto nas fezes e a colonoscopia, sendo a segunda mais indicada. Conforme o chefe do serviço de oncologia do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Dr. Gilberto Schwartsmann, a colonoscopia apresenta resultados mais confiáveis e é recomendada mesmo para quem não apresenta os sintomas.

Assim, eu renovo o convite para a Drª Marlise Mello Cerato Michaelsen, que preside a Associação Gaúcha de Coloproctologia, o Dr. Paulo Hoff, Diretor-Geral do Instituto do Câncer de São Paulo, o Dr. Paulo Gonçalves de Oliveira, Presidente da Associação Brasileira de Coloproctologia, a Drª Angelita Gama, Presidente a Associação Brasileira de Prevenção do Câncer de Intestino e a Drª Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia, além, é claro, de um representante do Ministério da Saúde.

Acho que estaríamos dando contribuição bastante significativa, nesta Comissão de Assuntos Sociais, para ajudar a população brasileira a ter mais conhecimento, porque o grande problema é desinformação sobre essa doença, como eu disse, silenciosa, e, quando ela é percebida, já é tarde demais para obter a cura.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Muito obrigada, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte.

Queria cumprimentar a Senadora Ana Amélia, pela dedicação com que V. Exª vem tratando de todas as formas de prevenção do câncer – seja da mama, da próstata – para as mulheres, para os homens e todas as formas, e cumprimentá-la pela cor laranja da sua roupa, que está tão bem combinada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – E dando maior força ainda ao seu propósito da Semana e do mês do Maio Laranja.

Parabéns!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Suplicy. Aliás, o Senador Suplicy, Senador Moka, quando fizemos o Novembro Azul, que era a prevenção ao câncer de próstata, ele deu um depoimento pessoal sobre ele também ter tratado precocemente da doença e estar muito bem, cada vez melhor, então ele também tem nos ajudado nisso e agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O requerimento já foi aprovado.

Senador Paulo Davim, para encaminhar os dois requerimentos.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, o primeiro requerimento foi de uma audiência pública, para que pudéssemos discutir sobre a comercialização de órteses e próteses na traumato-ortopedia no Brasil.

Existe sempre uma região obscura nessa comercialização, existe sempre uma sombra que envolve esse tipo de procedimento e essa dúvida que paira sobre todas as nossas cabeças, sobretudo na do usuário, é importante que se jogue luz sobre essa relação entre empresas que comercializam próteses, operadoras de plano de saúde, hospitais e o próprio profissional que implanta essas próteses, porque há uma queda de braço: uns apontam certa negligência na comercialização e até mesmo procedimentos pouco republicanos por parte de instituições e organismos que trabalham na saúde. Enfim, acho que, para que se esclareça e se isente de culpa quem realmente não tem, é importante que promovamos esse debate e essa é a nossa proposta.

Acho que essa matéria, esse caminho, essa área, esse terreno, precisa, sim, de um esclarecimento plausível para que não paire nem um laivo de dúvida sobre essa comercialização, sobre o procedimento e sobre a malversação de recursos públicos, no caso se for um procedimento feito pelo SUS.

Daí, convocarmos o Conselho Federal de Medicina, a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT), a Associação Médica Brasileira e o Ministério Público e a Confederação Nacional de Saúde Suplementar.

Acredito que, com esses entes, poderemos promover um bom debate, uma boa audiência, e sair daqui sabendo o que, de fato, acontece nesse obscurantismo e o que pode ser feito para melhorar algum tipo de pendência e algum tipo de procedimento suspeito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim, aqui não há ninguém do Ministério Público, é Ministério da Saúde.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Ministério da Saúde, o Ministério Público é outro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Queria, Presidente Moka, cumprimentar o Senador Paulo Davim pela oportunidade desse tema. Até me impressiono com a delicadeza da palavra usada pelo Senador ao utilizar a expressão republicano, teria que ser uma expressão muito mais dura para definir o que está acontecendo nessa área.

Participei recentemente, Senador Moka, Senador Paulo Davim, caros colegas Senadores, do 8º Fórum da Unimed, e o Presidente da Unimed – que é um plano de saúde também –, Dr. Nilson May, que fez denúncias gravíssimas a respeito desse assunto. Entre a judicialização determina-se o Poder Judiciário, não sei se por falta de conhecimento, o pagamento de uma prótese custa dez vezes mais do que um valor de um prótese de boa qualidade, que custa dez vezes menos. Esse é um problema sério, não só para o paciente, mas para todo o entorno que trata e por onde transita esse tema de órteses e próteses. Com quem se fala, da área médica, sobre isso, todos reconhecem o problema.

Então, me permito até indicar o Dr. Nilson May, porque ele é agente, ele faz, e o que ele falou nesse evento foi extremamente relevante porque foi a primeira vez que eu vi um agente de saúde, do setor privado, falar com tanta clareza sobre a gravidade desse problema, que é também um problema econômico, de saúde pública e onde há algumas irregularidades na aplicação dos procedimentos.

Então, queria cumprimentar o Senador Paulo Davim pela iniciativa e sugerir o nome do médico, o Dr. Nilson May, Presidente da Unimed do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sugestão aceita, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu gostaria, depois, só para formalizar, o nome e quem ele representa, no caso, a Unimed.

O segundo requerimento do Senador Paulo Davim, por favor.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e Senadoras permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aprovado.

Com a sugestão do nome da Senadora Ana Amélia.

O segundo requerimento.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – O segundo requerimento, Sr. Presidente, é a respeito da nova resolução do Conselho Federal de Medicina sobre a fiscalização do trabalho médico.

Foi um trabalho que o Conselho Federal desenvolveu durante três anos, regulamentando a fiscalização do trabalho médico, porque os parâmetros de fiscalização vigentes na época eram antigos, baseados em dados e informações que foram superadas, naturalmente, pela evolução da ciência, pelas necessidades do mercado, pela pluralidade de especialidades que surgiram ao longo desse tempo, então, nada mais justo do que haver uma rediscussão desses procedimentos e que fosse estabelecida uma nova resolução do Conselho Federal de Medicina.

Portanto é algo que diz respeito ao trabalho médico, é algo que vai balizar inclusive não só a atuação dos médicos, mas também dos gestores e até mesmo subsidiar a Justiça no tocante a eventuais falhas por parte do profissional ou por parte dos gestores e instituições. Portanto, é algo que vai balizar a atividade da Medicina no Brasil.

Essa nova resolução vai servir de subsídios para decisões jurídicas, vai servir de subsídios para questionamentos administrativos ou balizamento, inclusive para gestores, e, por fim, vai servir de orientação para os profissionais.

Portanto é algo que considero de fundamental importância na atividade médica, na Medicina e na saúde do Brasil.

Por isso que nós resolvemos promover essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aprovado.

Encerrada a pauta, nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 4 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 39 minutos.)

ATA DA 27ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dois minutos, do dia vinte e nove de maio de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, João Durval, Paulo Davim, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy e João Vicente Claudino, e das Senadoras Ana Rita, Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Registra-se a presença do Senador Ruben Figueiró.Passa-se ao início da Audiência Pública destinada a debater sobre questões relacionadas à Doença de Huntington, em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2014-CAS, de iniciativa do Senador Waldemir Moka, com a presença dos seguintes oradores: **Pollyanna Almeida Costa dos Santos,** Especialista na Área Técnica de Doenças Raras, Representante de **José Eduardo Fogolin Passos**, Coordenador-Geral de Média e Alta Complexidade, do Ministério da Saúde; **Antônio Lopes Monteiro,** Representante da Associação Brasil Huntington; **Pedro Renato de Paula Brandão,** Médico Neurologista; **Edília Miranda Paz,** Vice-Presidente da União dos Parentes e Amigos dos Doentes de Huntington; **Rogério Nagamine Costanzi**, Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social, do Ministério da Previdência Social; **Maria Gorette Nunes Marques**, Tesoureira da Associação Brasil Huntington; e **Érika Kokay,** Deputada Federal. Usam da palavra a Senadora Ana Amélia e os Senadores Mozarildo Cavalcanti e **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e três minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e

aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2014 – Comissão de Assuntos Sociais – de iniciativa desta Presidência, com o objetivo de debater sobre questões relacionadas à Doença de Huntington.

Comunico aos senhores oradores que esta Presidência concederá a palavra, por dez minutos, para cada orador.

Convido, para compor a mesa, os ilustres oradores.

Srª Pollyanna Almeida Costa dos Santos, Especialista na Área Técnica de Doenças Raras, representante de José Eduardo Fogolin Passos, Coordenador-Geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde.

Muito obrigado pela presença, Pollyanna. Seja bem-vinda!

Convido o Sr. Pedro Renato de Paula Brandão, Médico Neurologista.

Muito obrigado, Dr. Pedro, pela presença, pela contribuição a esta Comissão.

A Srª Edília Miranda Paz, Vice-Presidente da União dos Parentes e Amigos dos Doentes de Huntington.

Nós ainda não temos a presença da Deputada Federal Erika Kokay, que deverá, imagino, chegar a tempo de participar, e do Sr. Rogério Nagamine Costanzi, que é o Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social.

Nós temos de começar no horário em função de os Senadores e as Senadoras aqui presentes terem, na quinta-feira, diversas comissões, o que, claro, é importante.

Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente, Senador Moka.

Quero cumprimentá-lo pela iniciativa de tratar de um tema relacionado ao que nós chamamos de Doenças Raras e que tem ocupado muito a agenda e a pauta da Comissão de Assuntos Sociais.

Como eu tenho o compromisso de presidir a Comissão de Relações Exteriores na ausência do Presidente, Ricardo Ferraço, e do Vice, Jarbas Vasconcelos, mesmo com grande interesse nesse assunto, minha assessoria vai ficar aqui durante toda a audiência para que a gente possa acompanhar e dar uma contribuição posterior ao que for tratado aqui.

Quero cumprimentar e agradecer a presença de todos os convidados que vieram dar sua contribuição valiosa ao trabalho desta Comissão de Assuntos Sociais.

Renovo ao Sr. Presidente, Waldemir Moka, meus cumprimentos pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senadora.

Vou conceder a palavra, pela ordem de inscrição, a Srª Pollyanna Almeida Costa dos Santos, que é especialista na área técnica das Doenças Raras e representante de José Eduardo Fogolin Paz, Coordenador-Geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde.

Srª Pollyanna, vamos fixar o relógio ali em 10 minutos, sempre chamo a atenção para isso. No nono minuto, então, ele faz soar uma campainha, que não sou em que toco. As pessoas olham para mim, normalmente, como se eu as estivesse interrompendo. Aí a senhora tem um minuto para concluir.

A SRª POLLYANNA ALMEIDA COSTA DOS SANTOS – Apresento daqui mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Daí mesmo.

Então, concedo a palavra a Srª Pollyanna Almeida Costa dos Santos.

A SRª POLLYANNA ALMEIDA COSTA DOS SANTOS – Antes de mais nada, gostaria de agradecer à Comissão e ao Senador Moka o convite. Estou aqui representando o Dr. Fogolin, nosso Coordenador-Geral de Média e Alta Complexidade, que não pode comparecer em função de sua agenda.

Vou fazer um breve relato sobre a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras.

O Ministério da Saúde vem utilizando a definição de doença rara, que é a mesma definição da Organização Mundial de Saúde, que é aquela que afeta 65 pessoas a cada 100 mil habitantes, ou numa proporção de 1,3 para cada 2 mil habitantes.

Individualmente, essas doenças podem ser consideradas raras, mas, num grupo, num total, chegam a acometer de 6% a 8% da população.

Sabemos que a principal etiologia dessas doenças é de origem genética, mas também tem o fator ambiental importante.

Trabalhar com doenças raras, muitas vezes, não é fácil, porque são doenças que vão trazer sinais e sintomas diversos: muitas vezes, o paciente apresenta mais de uma doença rara ou a mesma doença vai ter características diferentes em cada pessoa.

Então, podemos considerar as doenças raras como crônicas, progressivas, degenerativas e até incapacitantes, algumas vezes levando à morte.

Na verdade, o Brasil é o único País no mundo com quase 200 milhões de habitantes que incorporou uma política de atenção total e integral a doenças raras. Consideramos que essas doenças sejam num total de quase 8 mil. Alguns países trabalham com doenças raras, mas só aquelas tratáveis com medicamentos, que são a minoria, em torno de 100 doenças; as outras 7.900 doenças são aquelas não tratáveis com medicamentos.

Para a construção dessa política, sabíamos que não partíamos do zero. Tivemos uma contribuição muito importante das associações de apoio a doenças raras e também de especialistas. Também já tínhamos redes constituídas, como a Rede de Triagem Neonatal e a Rede de Apoio à Pessoa com Deficiência.

Sabíamos, também, que precisávamos ter uma política abrangente e que permitisse uma organização. Considerando-se que íamos tratar em torno de 8 mil doenças raras, a política não poderia ser tratada de forma individual, mas, sim, abrangente, no sentido de englobar todas essas doenças.

Durante essa construção, tivemos dois grandes pedidos dos pacientes e das famílias: o primeiro, era o cuidado integral, que essas pessoas tivessem uma atenção multiprofissional e uma atuação interdisciplinar; e o segundo era o diagnóstico, mas um diagnóstico não apenas etiológico, mas também no sentido de direito de saber a doença e a sua condição.

Então, a partir disso, a Portaria nº 199, de 30 de janeiro de 2004, foi publicada – na verdade, foi republicada –, agora, no dia 21 de maio, para incorporar algumas mudanças e, junto com ela, a portaria também que incorpora avaliação de diagnósticos, procedimentos laboratoriais e aconselhamento genético para doenças raras.

Essa política está organizada em dois eixos, que são eixos estruturantes. Como não era possível atender as doenças individualmente, foram incorporadas dentro de grupos, de grandes grupos. Então, dividimos em dois eixos, o Eixo 1 e o Eixo 2, sendo o Eixo 1 composto por aquelas doenças de origem genética, e o Eixo 2 composto pelas doenças de origem não genética.

Dentro do Eixo 1, temos três grupos: o Grupo 1, de anomalias congênitas e manifestação tardia, no qual se enquadra a doença de Huntington; o Grupo 2, de deficiência intelectual; e o Grupo 3, de erros inatos do metabolismo.

E, dentro do Eixo 2, temos as doenças infecciosas, inflamatórias, autoimunes e outras doenças raras de origem não genéticas.

Como nosso foco aqui é doença de Huntington, eu trouxe para vocês aqueles procedimentos que foram incorporados através desta portaria, porque esta portaria tem o princípio de ter o diagnóstico, então a avaliação laboratorial é muito importante. E, dentro disso, foram incorporados alguns exames de biologia molecular e citogenética, que podem ser usados para o melhor diagnóstico da doença de Huntington.

Existem, também, outros procedimentos que já estavam incorporados na tabela de procedimentos do SUS, que também servem no cuidado da doença de Huntington.

Só para falar um pouco sobre essa doença, é uma doença neurodegenerativa de manifestação tardia. A prevalência é muito variável, depende do País e do estudo, mas vai de 1 a 10 mil, a 1 a 20 mil habitantes. Ela está contemplada dentro da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras. É uma doença de herança autossômica dominante, causada por uma expansão de trinucleotídeos. O teste genético pode ser usado tanto para a confirmação da doença, como para um teste preditivo nos familiares, e o paciente e a família precisam de cuidados por uma equipe multiprofissional.

A proposta dessa política era abranger, nesse programa, todos os níveis de atenção, desde a suspeita da doença até um aconselhamento genético para a família e para o próprio paciente. Ela prevê a integralidade do cuidado nas redes de atenção à saúde, prevê também que sejam realizados exames de diagnóstico através dos laboratórios de referência, a incorporação de medicamentos e fórmulas nutricionais. Essa política está organizada no formato de rede, aquelas redes que já existem no Ministério da Saúde – Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas; Rede de Triagem Neonatal... –, e tem como objetivo reduzir a mortalidade e a morbidade como manifestação secundária das doenças raras.

Só para fazer um organograma, o paciente entra pela Rede de Atenção básica ou especializada e é encaminhado para um serviço de atenção especializada ou para um serviço de referência, para que seja dado

um diagnóstico. Se a doença não tem tratamento, esse paciente é encaminhado para uma habilitação ou reabilitação através da atenção básica ou da atenção especializada. Se a doença tem tratamento, o médico e o paciente veem se esse medicamento já é provido pelo SUS ou se é necessário. Aconteceu na semana passada, por exemplo, um painel de especialistas, onde a doença de Huntington foi elencada entre as doenças que vão ter os seus primeiros protocolos e diretrizes terapêuticas.

Então a política tem uma função de acolher a demanda do cuidado e da investigação em caso de suspeitas ou confirmação de doença rara; ofertar consulta especializada e multiprofissional; oferecer um tratamento de suporte e complemento, um matriciamento dos demais pontos de atenção na Rede de Atenção à Saúde; e tem como objetivo também coordenar o cuidado nessas doenças, ser referência para a solicitação de exames e ofertar o aconselhamento genético quando for indicado.

As perspectivas que nós temos para este ano são: implantação e implementação dessa política; promoção da divulgação e da informação em doenças raras, incluindo a doença de Huntington; habilitação dos serviços especializados e dos serviços de referência; realização do painel de especialistas, que já foi feita agora em maio, onde Huntington entrou como uma das principais doenças para ser elaborado esse protocolo; elaboração de indicadora de gestão e assistencial para monitoramento da política e a formação também desses profissionais de saúde, principalmente em relação ao aconselhamento genético.

Então, o que nós temos também como objetivo é fazer com que essa política, que é única no mundo, vire modelo. E lembrar para vocês que não se trata apenas da publicação de uma portaria, mas também de uma nova política pública de saúde no SUS.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero agradecer a participação da Pollyanna, que economizou um minuto.

Ela ainda tinha um minuto para concluir sua fala! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedo a palavra ao Dr. Pedro Renato de Paula Brandão.

É um médico neurologista.

O SR. PEDRO RENATO DE PAULA BRANDÃO – Bom dia a todos! Senador Moka, muito obrigado pelo convite para a participação na comissão.

Não sei se vocês receberam minha apresentação aí?

Então tá.

Vou fazer uma breve explanação sobre os aspectos clínicos, diagnósticos e terapêuticos da doença para contextualizar aqui a nossa reunião.

A doença de Huntington é uma doença neurodegenerativa de causa genética. Como já comentado pela Drª Pollyanna, tem herança autossômica dominante, o que significa que há 50% de risco de transmissão entre parentes de 1º grau.

A gente sabe que ela está relacionada a uma mutação genética no cromossomo 4, na região 4p16, nesse gene nomeado IT15, que codifica essa proteína chamada huntingtina, a proteína que fica mutada na doença.

Ela é uma doença de repetições múltiplas de trinucleotídeos no DNA. Os pares de base CAG são repetidos, e isso leva a uma cauda de múltiplos aminoácidos nessa proteína huntingtina, causando as manifestações degenerativas da doença.

É a causa mais frequente de coreia de origem genética. A prevalência é estimada de 4 a 10 pacientes a cada 100 mil habitantes. Ela é mais frequente em populações de origem na Europa Ocidental. Em particular, há uma região na Venezuela, no Lago Maracaibo, onde há maior incidência no mundo da doença, com mais de 18 mil pacientes, que é onde foi identificado, em esforço internacional, na década de 90, a mutação da doença.

Então, fazendo uma estimativa grosseira, já que a gente não tem dados de prevalência e incidência no Brasil, considerando essa prevalência mundial, é possível que a gente tenha cerca de 8 a 20 mil pessoas com doença de Huntington no Brasil.

O histórico da doença foi descrito em 1872, pelo George Huntington, em Nova York. Em 1983, foi identificado o cromossomo 4 como a fonte da doença. Em 1993, nessa colaboração com o estudo genético dessas famílias venezuelanas, foi identificado o gene causador da doença.

O quadro clínico da doença se caracteriza por uma tríade clássica: o distúrbio de movimento, a desordem de comportamento ou psiquiátrica e o declínio cognitivo.

O distúrbio do movimento mais característico é a coreia, que acontece em até 90% dos pacientes. A coreia é um movimento involuntário, excessivo, que flui de uma parte do corpo até outra. No entanto, ela pode se apresentar com outros distúrbios de movimento: parkinsonismo, que é lentidão de movimentos; rigidez; tremor; distonia, que são contrações musculares involuntárias, causando posturas anormais; ataxia, que é a in-

coordenação motora; tiques; mioclonia. Nas fases mais avançadas da doença, com disfagia, que é o fenômeno de dificuldade de deglutição, disartria, que é a dificuldade de articular palavras, e espasticidade.

Existem algumas formas mais juvenis da doença que se manifestam geralmente sem coreia. São as formas rígido-acinéticas, que têm parkinsonismo como a manifestação principal. Geralmente, esses pacientes têm uma marcha de base alargada e caem com frequência. São uma importante causa de morbidade essas quedas.

A desordem de comportamento é universal na doença de Huntington, todos os pacientes têm, e pode se manifestar de diversas formas. Cada paciente apresenta a doença de uma maneira específica: 40% dos pacientes têm depressão maior; existe a ideação suicida em até 10% dos pacientes; ansiedade; ataques de pânico; sintomas obsessivo-compulsivos; psicose; irritabilidade; agressividade; hipersexualidade; e apatia. Todos esses sintomas comportamentais podem preceder em muito tempo os sintomas motores, antes de o paciente começar a apresentar a manifestação mais clara e fácil de identificar, que é o movimento involuntário.

A desordem cognitiva, que é a demência da doença de Huntington, acontece em 98% dos casos. Esse declínio é caracterizado por disfunção executiva. As manifestações clínicas são: raciocínio lentificado, prejuízo de organização, planejamento e resolução de problemas e controle de impulsos.

Desculpem a rapidez com que estou falando. É para tentar cumprir o tempo de 10 minutos.

Como complicações clínicas na fase avançada, os pacientes têm a imobilidade, que é caracterizada pelo parkinsonismo, essa distonia, nas fases mais avançadas, que pode levar a tromboses, a infecções; as quedas, que podem levar a hematomas subdurais ou a fraturas; e o distúrbio de deglutição, que é importante causa de morbidade, com pneumonias por aspiração.

O diagnóstico é feito quando você apresenta o quadro clínico clássico e a mutação. Geralmente, os pacientes têm pelo menos 36 repetições desse trinucleotídeo chamado CAG. A gente sabe que o número de repetições influencia na forma como a doença vai se manifestar. Isso é um conhecimento dos últimos vinte anos.

Os pacientes com 36 a 39 têm o gene alterado, mas podem nem todos ter a doença. E a partir de 39 mutações, a penetrância é completa. Ou seja, todos que têm essas 39 repetições passam a ter a doença.

E a gente sabe também que existe uma relação inversa entre o número de repetições e a idade de início. Os pacientes que têm mais do que 60 repetições têm uma maior tendência a ter a forma juvenil, de início antes dos vinte anos de idade.

Para o diagnóstico, nem sempre é necessário o exame genético. Somente a história familiar positiva mais a síndrome clínica clássica podem ser suficientes. O interesse do exame genético é que ele é um preditor da doença em pacientes assintomáticos. No entanto, esse é um tema bastante controverso, já que ainda não existe uma terapia neuroprotetora comprovada.

O principal interesse, atualmente, do teste tem sido a predição da doença em embriões fecundados por fertilização *in vitro* que não foram implantados, em que você poderia, de uma certa forma, evitar que a doença aconteça nos filhos de possíveis pacientes.

O tratamento neuroprotetor ainda está em fase experimental. Ainda não existe nenhuma droga que evite a progressão da doença, e, atualmente, o tratamento é basicamente sintomático.

A gente trata o distúrbio do movimento, que é a coreia, com esses bloqueadores de dopamina, que são remédios disponíveis na rede pública, que são usados também para tratamentos psiquiátricos, como o Haloperidol, a Risperidona e a Olanzapina. Os depletores de dopamina são muito utilizados nos Estados Unidos e na Europa, mas, infelizmente, a gente não tem no País a Tetrabenazine; e os antagonistas de receptores de glutamato, como a Amantadina, para a coreia.

Para a depressão, são usados antidepressivos clássicos, os inibidores de recaptação de serotonina, os inibidores duais. Para ansiedade, agressividade, irritabilidade, podem ser usados benzodiazepínicos. E, para demência, não existe ainda uma medicação que a combata de uma maneira muito eficaz.

O mais importante para esses pacientes é o tratamento multiprofissional, ou seja, o tratamento acompanhado por uma equipe de profissionais de saúde, que envolvam fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, orientação nutricional e psicoterapia familiar. Está bom?

Basicamente, era isso que eu gostaria de falar. Eu espero que tenha conseguido esclarecer de uma maneira geral o que representa a doença. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quero agradecer ao Doutor Pedro Renato de Paula Brandão, médico neurologista.

Muito obrigado pela contribuição a esta Comissão.

Eu quero registrar e agradecer a presença, e já estão compondo a Mesa, do Sr. Rogério Nagamine Costanzi, que é Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social – muito obrigado pela presença, pela contribuição –, e do Dr. Antônio Lopes Monteiro, que é o representante da Associação Brasil Huntington.

Muito obrigado pela presença.

Eu havia pulado o Dr. Antônio, que não estava presente.

Então, na sequência, eu quero conceder a palavra ao Dr. Antônio Lopes Monteiro, que é o representante da Associação Brasil Huntington.

O SR. ANTÔNIO LOPES MONTEIRO – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Cabe uma explicação. Desculpe. O relógio vai registrar dez minutos. No nono minuto, soa-se uma campainha, para avisar que resta um minuto a se cumprir.

O SR. ANTÔNIO LOPES MONTEIRO – Obrigado, Sr. Senador. Bom dia a todos. Quero cumprimentar todos os membros da Mesa na pessoa do Exmo Waldemir Moka, digníssimo Presidente da Comissão. E, como tenho apenas dez minutos, não posso me delongar muito.

Minhas senhoras e meus senhores, eu costumo falar de improviso, sem ler. Mas, como o tempo é curto, eu vou ler o que eu escrevi, esperando manter-me dentro do tempo.

Eu quero agradecer primeiro a oportunidade. Haveria outras pessoas que poderiam falar melhor sobre esse aspecto, mas até porque eu sou do Ministério Público do Estado de São Paulo, as partes jurídicas ficam difíceis. Então, me convidaram para vir falar. Eu sou membro da Associação também e dou uma colaboração no que diz respeito aos aspectos jurídicos.

Como operador do Direito, eu não poderia deixar de começar a falar baseado na Constituição Federal de 1988. E, de fato, o art. 196 da Constituição dispõe que:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Poderíamos tecer inúmeros comentários, mas não vamos fazê-lo. Vou salientar apenas que, já no art. 6º, a saúde é considerada um direito social, um direito social ao lado, junto, da Previdência Social, que é igualmente um direito social.

Pois bem, eu vou fixar a minha fala, nesse tempo que me foi dado, apenas nesses dois direitos: saúde e Previdência Social, que são aqueles direitos que mais se relacionam com a doença de Huntington e também com as doenças raras, já que a doença de Huntington está inserida nesse contexto das doenças raras.

Eu queria sublinhar desde já que as pessoas, os portadores das doenças raras têm um direito universal e igualitário – repito – de acesso à saúde. A Previdência Social, como antes afirmado, é um direito social, e exige-se a sua filiação, mas àqueles que a ela não puderem ter acesso, porque não filiados, o Estado tem o dever de proporcionar aquele outro subsistema que compõe a seguridade social no Brasil nos termos do art. 194 da Constituição, ou seja, a assistência social.

Sr. Presidente, a igualdade, já ensinava o mestre Ruy Barbosa, é tratar de forma desigual os desiguais. Então, vamos falar primeiro da saúde, rapidamente.

O que preocupa os pacientes e, por que não dizer, os prováveis e eventuais pacientes é que eles não estão merecendo hoje por parte das instituições públicas, e infelizmente, nas três esferas do Governo – o Brasil é um País federativo, portanto, União, Estados e Municípios –, a devida atenção, ou seja, dito de forma contrária, as instituições não estão cumprindo aquele mandamento constitucional que eu acabei de citar.

É bem verdade, e aqui merece elogios o Dr. Fogolin, que está sendo representado pela colega Pollyanna, que ele conseguiu essa Portaria nº 199, que já foi reformulada recentemente, que institui a Política Nacional etc., etc., e da qual V. Exª já deve ter falado.

O que eu quero sublinhar é que nós só poderemos cumprir essa portaria, e vou citar apenas o art. 4º, se tivermos como objetivo esse primeiro direito, que é o direito à saúde. Essa portaria, que garante a atenção integral, nada mais repete do que o famoso artigo da Lei Orgânica Nacional da Saúde, a famosa Lei nº 8.080, que todos nós conhecemos. O art. 2º da Lei nº 8.080 já diz que "a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício".

Eu vou correr um pouco mais, mas eu queria deixar registrado o seguinte: em 2002, portanto há 14 anos, essa lei sofreu uma alteração para que fosse criada a assistência terapêutica integral. Quando eu falo de assistência terapêutica, eu me refiro a medicamentos, eu me refiro a todos os outros tipos de serviços, fisioterapia, fonoaudiologia, enfim, a tudo isso que todos nós conhecemos.

Um aspecto importante – e eu tenho que olhar o relógio – é que o cidadão brasileiro, Sr. Senador, Sr. Presidente, não mora na União; o cidadão brasileiro vive no Município, e isso é importante.Não podemos esquecer que o cidadão brasileiro mora no Município. Portanto, a responsabilidade, parece-me a mim, maior é dos Municípios.

E, mais uma vez, eu me reporto à Lei Orgânica da Saúde, que tem toda uma série de artigos atribuindo as competências, atribuindo as atribuições etc., etc., etc. Eu, também, não vou me alongar mais.

E, agora, vou dizer uma coisa que todo mundo sabe: recursos não faltam para a saúde. A Emenda nº 20/29, que foi regulamentada pela Lei Complementar nº 141, 12 anos depois, se não me falha a memória – 12 anos depois –, obriga que a União destine à saúde o mesmo valor do exercício anterior, obriga os Estados a destinarem 12% e obriga os Municípios a destinarem 15%, incluindo repasses dos Fundos de Participação.

Então, o dinheiro existe – o dinheiro existe.

Bom, correndo, porque eu estou com os minutos contados, e promotor não gosta de..., promotor gosta de falar uma hora, uma hora e meia, enfim...

Eu disse que a Previdência é um direito social previsto no art. 6º, também, mas, aqui, meus amigos, eu devo dizer que a Lei nº 8.213 e o Decreto nº 3.048, que a regulamenta, deixam muito a desejar no que diz respeito a estas doenças. Não estou dizendo que são leis malfeitas. Pelo contrário. Eu sou Professor de Direito Previdenciário, em São Paulo, então, eu conheço muito bem as duas leis e o Decreto nº 3.048, mas, em relação às doenças raras, deixa muito a desejar.

O portador, ou possível portador da DH, ou de outras doenças, pelas experiências que eu tenho – e tenho, até, aqui, um caso concreto recente –, costuma apresentar sintomatologia geralmente confundida com doença mental, tipo PMD.

Ele é mandado embora da empresa, ou ele mesmo pede para sair, porque não aguenta mais o chefe, não aguenta trabalhar, não vai encontrar emprego, não vai encontrar trabalho e não vai poder mais trabalhar.

Ele não é orientado como deveria e deixa de ser encaminhado para o auxílio-doença, para a Previdência. Esse auxílio-doença se transformaria em invalidez, porque a doença é irreversível, todos nós sabemos disso. Então, ele para de pagar a Previdência, perde o tempo de graça e perde a condição de segurado.

Está, aí, a linha do tempo do doente de Huntington.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO LOPES MONTEIRO – Aí, ele vai...

Tenho mais um minuto, não é?

O que ocorre, então, numa situação dessas?

Não estou, aqui, criticando os peritos, mas convenhamos que muitos deles não conhecem a doença de Huntington e outras doenças raras – eu vivo isso há 12 anos lá em São Paulo –, consequentemente, eles não vão aceitar o relatório do SUS, nem vão aceitar o relatório do convênio.

Enfim, eles vão aplicar o quê? O art. 59, parágrafo único, da lei, que o colega sabe muito bem:

Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Eu vou citar, apenas, o seguinte: o senhor X, que eu tenho aqui, trabalhou 15 anos numa empresa. Saiu, ou foi mandado embora, porque começou a apresentar sintomas. A menos que admitamos, de forma absurda, ser ele portador do gene, ser ele portador do gene já é ser doente? A resposta é não.

Quem garante que esse portador de gene iria apresentar a doença? Ninguém vai garantir. Quem garantiria que ele não iria morrer de acidente? Ele poderia se suicidar.

Então, o próprio art. 24, da mesma Lei da Previdência, nº 8.213, parágrafo único, admite que possa haver uma refiliação.

Gente, eu sou português de Portugal mesmo. Todo mundo está percebendo isso. Refiliação significa voltar a filiar-se. O parágrafo único do art. 24, que eu acabei de citar, fala em filiação, não em refiliação.

Se começarmos a fazer genoma para tudo, nós não vamos ter seguro, nós não vamos ter trabalho, nós não vamos ter concurso, nós não vamos ter nada, porque vamos fazer o genoma: "Não, o senhor não pode entrar". Ninguém vai ser filiado à Previdência porque já está com uma doença lá atrás, já tem o gene.

Eu tive uma reunião em São Paulo, em 2008, com o pessoal da Previdência. Eu sou um previdencialista nato. Em São Paulo, praticamente conheço todo mundo da Previdência. Não sei se o colega conhece o Dr. Simas, mas fizemos uma reunião, e o Dr. Simas concordou plenamente comigo. Desculpem-me o termo, porque, às vezes, o Promotor de Justiça usa determinados termos, mas, muitas vezes, – entre aspas – os "burocratas" da Previdência não concordam com as posições dos médicos da Previdência e de alguns peritos da Previdência, entre os quais o Dr. Simas, que era o coordenador da época. Ou seja, o médico perito ou é médico e, além de médico, é perito – e para isso ele deve ter se especializado, deve ter feito uma série de cursos – e sabe que o segurado o está enganando, ou o quer enganar, e diz "o senhor não tem nada", ou então ele aceita que existe

uma doença chamada Huntington, que poucos conhecem, que aparece tardiamente, enfim, e tudo aquilo que nós já sabemos.

Então, eu afirmo e ressalto que não estou pedindo favor algum aqui nesta Comissão. Apenas estou pedindo, mais, estou exigindo, do ponto de vista jurídico, que haja uma maior atenção por parte dos peritos, por parte dos gerentes, por parte dos superintendentes da Previdência Social nos casos da DH, da doença de Huntington. Parece-me que os burocratas da Previdência ainda não se convenceram disso.

Eu teria algumas coisas para falar ainda, mas eu não poderia terminar de falar sem atender a Edília e a Gorette, que são os baluartes desta movimentação, Sr. Presidente.

Não vou tecer maiores considerações, mas vou afirmar que, recentemente, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o §3º do art. 20 da Lei Orgânica da Assistência Social. Esse §3º é aquele – entre aspas – "maldito" que determina que só tem direito ao BPC (Benefício da Prestação Continuada) aquele idoso ou aquele portador de deficiência que está inserido em uma entidade familiar cuja renda *per capita* é inferior a um quarto do salário mínimo.

Senhores, vamos somar todo mundo e dividir por quatro. Não dá! É impossível! Então, o Supremo, que já antigamente havia flexibilizado – termo bonito, não é, Senador? – essa exigência, agora diz: "é inconstitucional". Se ele é inconstitucional, Sr. Senador, agora toca ao Senado, nos termos do art. 50 da Constituição, excluir esse dispositivo da lei, para que todo mundo tenha acesso, por uma razão muito simples: funcionário público – e eu sou funcionário público – está restrito à lei. Mesmo que ele saiba que foi julgado inconstitucional este §3º, ele não pode, por conta própria, conceder o benefício. Ele não pode. Nós temos que recorrer à Justiça. A Justiça dá? Dá. Para que vamos recorrer à Justiça se podemos fazer isso administrativamente?

Era isso que eu queria deixar bem claro. Todos nós sabemos que esta semana saiu um novo decreto da Presidenta Dilma, o Decreto nº 8.243, de 23 de maio, publicado nesta semana. Ele institui a Política Nacional de Participação Social, que cria nove mecanismos, entre os quais este que nós estamos praticando aqui, que é o mecanismo da audiência pública.

A audiência pública é descrita nesse decreto da seguinte forma: "mecanismo participativo de caráter presencial, consultivo, aberto a qualquer interessado, com a possibilidade de manifestação oral dos participantes, cujo objetivo é subsidiar decisões governamentais". Quer dizer, mais claro do que essa definição de audiência pública impossível.

Era isso que o tempo me permitiu. Desculpe-me ter ultrapassado o tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu que agradeço.

Eu quero dizer ao Dr. Antônio Lopes Monteiro que o senhor vai ver como o assunto é repetitivo. É claro que, no caso de V. Sª, é diferente, porque abordou o aspecto jurídico, que é importante. Essas contribuições todas, o Ministério Público poderia encaminhá-las a esta Comissão como sugestão, conforme acabou de dizer, porque essa é uma atribuição da Comissão. Então, há a questão de tornar a doença um pouco mais conhecida, há a questão da perícia e uma série de outras coisas.

A partir desta audiência pública, eu espero contar com o Ministério da Saúde e o da Previdência Social para que possamos minimizar e resolver aquilo que é possível realmente. E, aí, a questão da legislação é função do Senado. É exatamente só essa questão. Por exemplo, em relação à inconstitucionalidade já declarada pelo Supremo, eu mesmo estou no compromisso de arguir isso. Aqui vão passar Senadores – lamentavelmente hoje a Ana Amélia já esteve aqui, o Figueiró, o Senador Paulo Davim, que é um médico –, e a partir daí o encaminhamento será possível ser feito. É dessa forma que a Comissão pretende contribuir, no sentido de fazer com que, realmente, possamos minimizar o sofrimento dos acometidos por essa doença e dos seus familiares.

Eu pensei muito, Dr. Pedro, em dizer ou não, mas eu conheço isso desde menino. A minha família tem a doença. Então, eu conheço. A minha mãe não teve; nós, os filhos, não tivemos.

O SR. ANTÔNIO LOPES MONTEIRO – Minha esposa faleceu da doença.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, são coisas muito caras para mim. Vários irmãos da minha mãe tiveram. Eu tenho vários primos, uma delas aqui presente, a Edília, e nós convivemos com essa doença há muito tempo.

Quero conceder a palavra a Srª Edília Miranda Paz. (*Palmas.*)

A SRª EDÍLIA MIRANDA PAZ – Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer, inicialmente, ao Senador Moka por essa iniciativa, a todos aqueles presentes, ao pessoal que está compondo a Mesa, a todos que hoje estão aqui e que deixaram os seus afazeres para vir aqui contribuir um pouco para essa nossa causa.

É muito difícil. Sou Vice-Presidente da UPADH (União dos Parentes e Amigos dos Doentes de Huntington) e sou da Diretoria da ABH (Associação Brasil Huntington). Eu faço parte da direção dessa associação, mas eu estou aqui hoje para falar em nome das famílias de Huntington do Brasil, para pedir, para solicitar e para im-

plorar que, por favor, ouçam-nos as autoridades, todos, Ministério da Saúde, Ministério da Previdência e, com certeza, os nossos Senadores que já passaram por aqui e que, depois, provavelmente, terão a oportunidade de assistir – parece que vai aparecer na TV Senado. Depois, vai dizer.

Ser de uma família de doente de Huntington é uma coisa totalmente atípica. Ouvimos falar na doença de Alzheimer, nós convivemos muito com a doença de Parkinson, mas a doença de Huntington... Uma vez um médico disse uma coisa para nós que ficou gravada em mim: você pega a doença de Parkinson, a doença de Huntington, multiplica por dois, aí você vai ter uma pequena ideia do que é a doença de Huntington, porque a doença de Huntington acomete a pessoa no auge da sua produtividade, no momento em que a pessoa está batalhando para construir o seu patrimônio. Quando ela já tem o patrimônio que ela conseguiu construir, com certeza, todo esse patrimônio, com raríssimas exceções, será todo gasto no tratamento, de uma família.

Porque uma família de câncer, de Alzheimer, de Parkinson – estou citando essas doenças, vocês me desculpem, mas porque elas são bem mais divulgadas – tem poucas pessoas. Nós éramos 14 irmãos. Dos 14 irmãos, 8 portadores da doença de Huntington. Você imagine tratar oito pessoas ali com problemas variados, porque cada um, conforme o Dr. Pedro falou, apresenta de uma forma. Mas o primeiro passo, que é o problema neurológico, aquilo que o Dr. Monteiro falou, dificilmente é visto pelas pessoas, é observado.

Eu vou dar um exemplo, vou falar da minha família, porque, falando da minha família, eu tenho certeza de que estou falando de todas as famílias.

A minha irmã, doente de Huntington, tentou, inclusive na Justiça, aposentadoria por doença, por invalidez. Ela só conseguiu quando já estava acamada, numa cadeira de rodas. Foi só assim que eles concederam aposentadoria a ela – ela já estava aposentada por tempo de serviço havia muitos anos –, para que ela tivesse um benefício a mais. Aí, o meu cunhado, marido dela, apresentou doença de Parkinson. No primeiro momento que ele chegou lá, ele foi aposentado. Então, é isso que o Dr. Monteiro e o Dr. Pedro estavam falando. Nós somos totalmente deixados de lado. Eles não levam em consideração.

Os peritos não sabem o que é uma doença de Huntington. Eles não sabem o que é conviver com a doença de Huntington.

Quando temos o plano de saúde, não podemos ter aqueles benefícios que o SUS fornece para as famílias. E nem tudo o plano de saúde cobre, nem o SUS.

Nós precisamos, nossos pacientes precisam de cuidados 24 horas, cuidadores 24 horas. A família de Huntington é uma família empobrecida, porque nós temos que dar alimentação, nós temos que dar o mínimo de conforto, nós temos que dar fraldas, nós temos que dar assistência psicológica para todos os familiares.

Eu faço tratamento psicológico. Eu tomo remédio. E todos nós que fazemos parte da família de Huntington, com certeza, temos que recorrer a isso.

Agora, eu consigo esse medicamento pelo SUS? Não. Não consigo, porque não sou doente de Huntington. Mesmo que eu fosse, eu não conseguiria. A não ser que eu já estivesse lá na cama. A não ser que eu já estivesse lá deitada, totalmente incapaz. Do contrário, não conseguimos nada, se não tivermos alguém que nos dê a mão, alguém que nos auxilie.

Nós temos hoje, graças a Deus, duas associações que foram criadas por familiares de Huntington: uma em São Paulo, que é a ABH (Associação Brasil Huntington). Graças ao Dr. Valmir, nós chegamos lá; e a outra foi criada por minha família. Eu digo por minha família porque foi por ela. Com o maior orgulho, eu digo que foram os nossos sobrinhos, os filhos dos meus irmãos, que tiveram a coragem de criar essa associação. Nós levamos isso adiante e beneficiamos os doentes de Huntington. Com o dinheiro minguado que os associados, graças a Deus, nos dão, porque o Governo não nos dá um centavo, nós ajudamos a pagar o tratamento psicológico. Nós temos convênio com um instituto de psicologia que nos atende e também com médicos.

Bom, se eu falar mais, daqui a pouco, vou me derreter em lágrimas, e vocês vão me desculpar.

Mas eu quero mostrar para vocês duas imagens, algumas imagens. Uma imagem do paciente que está num estágio inicial da doença, que vocês vão ver como é. Esse paciente é tido como alcoólatra. Ele é tido como viciado em drogas, menos como doente.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª EDÍLIA MIRANDA PAZ – Esta informação está errada. São mais de 20 mil.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª EDÍLIA MIRANDA PAZ – A neurologista Drª Monica Haddad.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Soa a campainha.)

A SRª EDÍLIA MIRANDA PAZ – Eu vou poder continuar mais um pouquinho? Tá. Porque, agora, vai aparecer mais uma coisinha e, depois...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª EDÍLIA MIRANDA PAZ – Agora, nós vamos apresentar a vocês uma paciente já em estado vegetativo. Esta paciente está com 55 anos. Então, assim ela está já há uns 8 anos. Ela não fala, não deglute e precisa de cuidados 24 horas.

É sobre isso que estou falando para os senhores, para os senhores terem uma ideia do que nós vivemos e como nós vivemos. Porque a família, eu olhar para esta pessoa aí – eu como filho – e pensar: amanhã eu poderei estar assim? Como é que eu estarei amanhã? É como disse aquela jovem: "Como é que eu faço? Eu quero saber se eu tenho a doença ou não?". Gente, isso é um questionamento muito grande, muito grande.

Então, a gente está aqui para apelar a vocês; mais uma vez, eu quero dizer.

E quero, mais uma vez, agradecer ao Senador Moka, porque faz dez anos que ele vem tentando esta audiência pública, e, graças a ele e à insistência das duas associações, nós chegamos aqui.

Muito obrigada. Muito obrigada, Moka, pelo seu carinho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço a Srª Edília Miranda Paz e passo a palavra ao Dr. Rogério Nagamine Costanzi, Diretor do Departamento do Regime Geral da Previdência Social do Ministério da Previdência Social.

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI – Bom dia a todos e todas. Bom dia, Senador. Bom dia, Edília, Dr. Pedro, Antônio, Pollyana.

Primeiro, em nome do Ministério da Previdência Social, queria agradecer o convite. Acho que, para a gente, é um prazer estar aqui e poder ouvir as demandas e reclamações, deixando claro que, no Ministério da Previdência Social, existe sensibilidade social. Não somos burocratas que não têm sensibilidade social; nós temos sensibilidade social.

Quero deixar claro também que eu não sou médico, que não vou me arriscar a entrar na questão médica e que não sou o responsável direto pela questão da perícia, mas é claro que vou tocar nesse assunto.

Sem dúvida nenhuma é uma doença extremamente grave, e fica muito claro que acaba evoluindo para um quadro realmente de total incapacidade laboral. Repito que não vou entrar na questão médica, mas, em primeiro lugar, eu queria me ater à questão legal e jurídica e depois eu até vou me colocar à disposição para a gente discutir as questões relacionadas à perícia médica.

A Lei nº 8. 213 – que já foi citada aqui – define como carência, vamos dizer, tem como regra geral de carência, no caso de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, doze contribuições mensais, mas ela prevê, no seu art. 26, que, nos casos de acidente, de doença profissional ou de uma lista de doenças especificada pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Previdência Social, não exista carência nesses casos.

Então, isso já foi previsto na Lei nº 8.213, essa lista de doenças que tem que ser elaborada pelo Ministério da Previdência e pelo Ministério da Saúde, de acordo com os critérios – isso é colocado na lei – de estigma, deformação, mutilação, deficiência, ou outro fator que lhe confira especifidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado.

Em função dessa previsão desse art. 26 da Lei nº 8.213, foi feita uma primeira lista, que ficou estabelecida no art. 151 da lei, mas, posteriormente, pela Portaria nº 2.998, foi feita uma lista de 14 doenças que isentam de carência, no caso de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. A lista atual inclui: tuberculose, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia, doença de Parkinson , aids e hepatopatia.

Eu tenho a maior tranquilidade de falar para vocês: o Ministério da Previdência Social de certa forma está devendo a revisão desta lista.

Eu acho que a lei previa que a gente fizesse essa revisão de tempos em tempos, e realmente estamos devendo essa revisão. Chegou a ser criado um grupo de trabalho interministerial formado pelo Ministério da Previdência, Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho. Repito, realmente nós temos que rever essa lista. Essa demanda de vocês de incluírem a doença de Huntington nessa lista é uma demanda antiga.

Então, realmente o que eu posso aqui falar para vocês é que estamos devendo e que estamos em atraso em relação à revisão dessa lista. Eu acho que tem de ser feita uma portaria interministerial do Ministério da Previdência em conjunto com o Ministério da Saúde, e acho que é importante também incluir o Ministério do Trabalho.

A gente precisa fazer um esforço para fazer a revisão dessa lista, até porque, na verdade, existem outras demandas também.

Existem inúmeros projetos de lei que incluem várias outras demandas além da doença de Huntington: doença falciforme; artrite reumatoide; doença de Darier... Existe uma lista grande de projetos de lei.

Normalmente, em relação aos projetos de lei, o que a gente fala é que não existe a necessidade de se fazer a alteração por lei, é possível se fazer via portaria interministerial.

De qualquer forma, eu reconheço que estamos atrasados e que precisamos fazer um esforço para fazer essa revisão da lista, considerando a demanda de vocês. É claro que é como eu disse, tem de ser uma portaria interministerial, com o Ministério da Previdência – INSS – e Ministério da Saúde, que vão analisar as demandas do ponto de vista previdenciário e médico.

Em ralação à questão da perícia médica, eu queria dizer o seguinte: a gente nunca – vamos dizer assim – se eximiu de fazer qualquer discussão em relação à perícia médica. Na verdade, hoje, a gente, no âmbito do Conselho Nacional de Previdência Social, que é um conselho quadripartite, ou seja, Governo, trabalhadores, empregadores e aposentados, tem discutido a implantação de um novo modelo de perícia médica, exatamente para tentar minimizar problemas que acontecem. Então, a gente está exatamente nesse momento.

Também está no momento em que a gente está revisando o Decreto 3.048, que foi citado aqui. Há várias questões que precisam ser revisadas no decreto, e a gente está, exatamente, fazendo esse processo de revisão do decreto agora. Mas, realmente, eu acho que a gente deve esse esforço de revisar essa portaria, de revisar essa lista de doenças.

Eu queria, também, deixar... Esse é um trabalho que eu acho que começa aqui, mas que, obviamente, não pode terminar aqui. Então, em função disso, eu queria me colocar à disposição, aqui, da Edília, do Dr. Pedro e mesmo do Antônio, para a gente... Se vocês quiserem marcar uma reunião, eu me comprometo a colocar, a ficar à disposição para a gente marcar essa reunião, inclusive com o Senador também, se você quiser. A gente pode fazer essa...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nós precisamos da sua ajuda, da ajuda da Pollyanna, Previdência e Saúde, e eu tenho certeza de que, com a ajuda, nós vamos chegar. O Ministro, depois... Porque isso tem uma parte técnica. Quando chegar a hora de o Ministro tomar uma decisão política, eu quero acompanhar o trabalho técnico, mas tem que chegar, para o Ministro da Previdência entender a importância disso, e o Ministro da Saúde, evidentemente, deve ter conhecimento.

O que, basicamente, falta é um conhecimento. Há uma desinformação muito grande.

Já ajudei os peritos aqui. Nós já fizemos audiência pública para tratar especificamente dos peritos. Eu acho que eles teriam uma boa vontade também, agora, nós precisamos colocar a coreia de Huntington no rol dessas doenças.

Eu já entrei com um projeto de lei. Lamentavelmente, nós precisamos da revisão, que você mesmo disse que está atrasada, mas eu acho que a audiência pública vai ter essa finalidade. A partir daqui, nós vamos nos unir. Nós não vamos ficar brigando, aqui, com o Governo. Nós vamos nos unir com o Ministério Público, as pessoas que representam as famílias, e, a partir daí, eu tenho certeza de que nós vamos fazer avançar essas questões.

Eu tomei alguns minutos, mas nós vamos ser tolerantes com V. Sª.

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI – Sem problema, Senador.

É isso. Eu me coloco à disposição e também me coloco à disposição, inclusive, para intermediar, se vocês assim o desejarem, uma reunião com o pessoal do INSS, que é diretamente responsável pela questão de perícia. Inclusive, na audiência de perícia médica, eu também estava presente, Senador.

Então, eu me coloco à disposição. Meu *e-mail* é rogerio.costanzi@previdencia.gov.br. Qualquer reclamação, qualquer demanda, por favor, podem encaminhar para o meu *e-mail*. Eu me comprometo, obviamente, a dar o retorno.

A SRª EDÍLIA MIRANDA PAZ – Repete o seu *e-mail*, por gentileza.

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI – É rogerio.costanzi@previdencia.gov.br.

Então, fico à disposição para a gente até fazer essa reunião, essa conversa mais aprofundada sobre o tema.

Como eu disse, acho que nós estamos em dívida com essa revisão dessa portaria.

Então, obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Inicialmente, há pelo menos duas pessoas que nós vamos, que já estavam previamente...

Eu tenho uma dificuldade aqui: eu tenho que me ater a um requerimento, e aqui a fala é dos expositores, mas, nesse requerimento, havia, já, a participação da Gorette e de quem mais? Só da Gorette.

Então, eu queria conceder a palavra. Podia vir aqui, na primeira fileira?

Gorette, por favor.

Eu inverto depois, sabe por quê? Nas falas, há sempre o direito ao contraditório. Então, eu vou inverter, depois, a sequência: quem falou primeiro vai ser o último a falar e quem falou por último será o primeiro a falar.

Então, é para que a gente permita, que a gente possa, aqui, exaurir mesmo o tema.

Então, eu entendo a preocupação do Dr. Antônio, mas a gente tem uma certa prática já aqui nas nossas audiências públicas, e esse foi o melhor sistema que a gente encontrou. Quer dizer, você dá inicialmente dez minutos, mas depois você permite o debate, que é o mais importante.

Então, com a palavra, a Srª Gorette.

A SRª MARIA GORETTE NUNES MARQUES – Inicialmente, em nome da Associação Brasil Huntington e em nome de todas as famílias que, certamente, serão beneficiadas a partir daqui, quero agradecer ao Senador Moka e à Edília, que lutou muito para conseguir esta audiência.

Vou falar rapidamente do trabalho das nossas associações. Eu acho que posso falar em nome das duas, pois nós realmente começamos juntas. Estávamos na fundação, quando o Dr. Walmir Galvão de Almeida Passos, que era um psiquiatra, em 1997 reuniu um grupo de famílias e disse: "Vocês precisam se ajudar, vocês precisam se organizar. Esse é um movimento que está acontecendo no mundo todo." E nós começamos juntos esse trabalho. Hoje, estamos aqui a minha mãe, que está com 85 anos, a Edília e eu, que estávamos naquela reunião.

Isso foi evoluindo bastante, felizmente. A UPADH acabou, como ela falou, por iniciativa dos sobrinhos, fazendo aqui, por causa da distância e da dificuldade. A gente estava muito inconsistente no começo, e isso, na verdade, foi uma coisa muito boa, porque daqui eles podem trabalhar localmente.

Um dos objetivos da associação é este, é o de incentivar a formação de núcleos regionais, porque, com esse tamanho continental do Brasil, a gente não tem pernas e braços para dar conta, tanto que o nosso trabalho é basicamente feito pela internet.

Quais são os nossos objetivos? Orientar as famílias com a doença de Huntington, fazer encaminhamentos, que normalmente chegam com demandas de muito sofrimento. Já bateram em muitas portas, até que receberem o diagnóstico. A desinformação ainda não é só das famílias; é também dos profissionais de saúde.

Essa questão da perícia do INSS realmente é muito difícil porque as pessoas saem do mercado de trabalho ali por volta dos 40, 50 anos, e elas têm enfrentado muitíssimas dificuldades para a aposentadoria. A gente tem casos de pessoas já na cama, com o uso de gastrostomia, que não conseguem a aposentadoria por invalidez.

Há casos de pessoas cujas empresas dizem que são inaptas, mas que o INSS diz que são aptas, e ficam nesse vai e volta. Um tentou o suicídio três vezes nessa época porque ele ficava desesperado porque não conseguia receber. E Huntington já é uma doença que tem um alto índice de suicídio, de oito a dezessete vezes maior do que na população normal. Então, são questões que vão se complicando.

As associações fazem um trabalho não exatamente de apoio à saúde, mas de apoio a essas famílias muito vulneráveis. Então, a gente trabalha com informação, orientação. Tentamos lutar para conseguir que haja mudanças nas políticas públicas. E podemos dizer que temos a consciência boa de saber que nós trabalhamos, colaboramos e ajudamos na portaria, porque ela acabou não sendo implantada na genética do SUS. E, agora, em relação às doenças raras, nós tínhamos o representante das doenças genéticas, que era a Aliança Brasileira de Genética – e nós somos da Organização Brasileira de Genética –, e participamos do grupo expandido. Então, colaboramos com isso.

Inclusive, tivemos uma participação importante porque não estavam incluídas as doenças de início tardio. Eles consideravam a doença de Huntington uma doença congênita. E Huntington não é uma doença congênita. Nós temos um gene, mas a doença vai se manifestar mais tarde. E isso foi uma mudança importante, senão nós não estaríamos contemplados lá. Claro que isso não foi só uma iniciativa nossa. Os médicos, os geneticistas que estavam lá entendiam isso também.

A Associação Brasil Huntington tem hoje aproximadamente mil e oitocentas famílias cadastradas. Na verdade, nós temos um impacto direto mais ou menos em oito mil pessoas, porque cada família tem vários outros pacientes e familiares. A gente considera que cada portador da doença coloca em risco – é um cálculo que a Organização Mundial da Saúde usa – cinco pessoas. Quer dizer, se nós tivermos hoje, considerando que as famílias brasileiras até muito pouco tempo eram muito grandes, dez por cem mil, nós teríamos hoje 20 mil portadores. Se multiplicarmos isso por cinco, temos 100 mil pessoas em risco de desenvolver a doença. Quando falamos de portadores, queremos dizer portadores do gene, não são pessoas doentes. Nós não temos 20 pessoas doentes hoje. Nós podemos ter 20 pessoas, desde uma criança até um adulto.

A ABH tem procurado dar essas informações, com o *site*, o *site* é a nossa maior ferramenta, Facebook, participamos de palestras em eventos de saúde, eventos de doenças raras, sempre que chamados. A escolas de Medicina, às vezes, vamos para dar a visão dos familiares. Isso é muito rico. A Medicina da Santa Casa nos chama todo ano. É uma coisa muito boa, porque os profissionais, os estudantes que estão no primeiro ano de Medicina já ouvem falar da doença. Então, isso é muito rico.

Um dos nossos trabalhos, que eu considero importante, é a orientação e o encaminhamento para aposentadoria, para o benefício de 25% a mais para aquelas pessoas que já estão precisando de acompanhante, porque quem é aposentado por invalidez tem direito a 25% a mais quando precisa de cuidados de terceiros. E é bem verdade que, quando o paciente de Huntington se aposenta, ele já está precisando, porque ele já não tem condições de cozinhar, de mexer com fogo, com coisas perigosas. Nós temos histórias muito difíceis de pessoas em trabalhos de risco, como motoristas que passam na perícia e que, aparentemente, estão bem, porque estão medicados, mas que não podem trabalhar daquela maneira. E há coisas assim muito difíceis.

Outra coisa é o planejamento familiar. Orientamos os casais em idade reprodutiva, mostrando a eles as opções que têm. Porque, como diz o Dr. Walmir, a cobrança mais difícil para as famílias de Huntington é ter de terminar com a família biológica. Se quiséssemos acabar com a doença, até pouco tempo atrás, essa era a única possibilidade. Hoje, como já foi falado, é possível a fertilização, o teste pré-diagnóstico. Faz-se a fertilização *in vitro*, testam-se os embriões e são transferidos para o útero aqueles que não têm a doença. Inclusive, o pai ou a mãe, que é a pessoa de risco, faz isso sem conhecer. Se ele não quiser, ele não precisa saber o seu *status*. É um procedimento caríssimo, infelizmente, mas, quando comparamos com o que se gasta com o paciente, já não parece tão caro.

Mas essa é uma coisa que faltou na portaria das doenças raras. Eu acho que essa foi uma reivindicação, mas não foi incluída. Que seja incluída! Que seja incluída mais para a frente. É claro que isso não é prioridade, e reconhecemos isso. Mas que a fertilização assistida possa ajudar os casais com doenças genéticas para que eles possam ter a opção de ter filhos saudáveis, sem essas doenças.

A ABH, como eu disse, participa desses grupos de controle de saúde. Nós temos representantes em Conselhos de Saúde, em Comitês de Ética e Pesquisa, em Comitês de Bioética. Então, nós temos procurado dar a nossa participação também.

As nossas conquistas principais: nós conseguimos produzir as duas primeiras publicações em língua portuguesa sobre Huntington. Esses livros foram publicados em 2009 e foram levados para a associação internacional, para outros países de língua portuguesa, o que foi muito importante. Hoje isso já mudou muito, está mais ampliado, mas é muito bom. Eram dois livros: um guia para famílias e profissionais, um guia médico de orientações e cuidados, e outro com relatos e depoimentos das famílias.

Aqui na Biblioteca do Senado foi feito um lançamento regional nessa época. O Senador Moka também esteve presente.

Nós temos incentivado a formação dos núcleos regionais. É muito difícil, mas é mais organizado, com certeza, e não é um núcleo, já é uma Associação, a UPADH. Há alguns no Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, que começaram a se organizar, e Belo Horizonte.

O que nós queremos? Eu acho que o que temos pensado para o futuro é: nós gostaríamos de parcerias com o Ministério da Saúde e também com o Ministério da Previdência para ver como seria possível viabilizar, não vamos dizer treinamento, mas divulgação e conhecimento para os médicos e para os peritos sobre a doença de Huntington. Porque temos que reconhecer: como os médicos também vão conhecer tantas doenças? Não é possível. É claro que, se houvesse o CID G10 no rol das doenças graves, isso certamente facilitaria muito a perícia.

Então, este é nosso pedido, estas são nossas propostas: que o Senado, os Senadores e todos que puderem sensibilizem os Governos municipais, o Governo Federal quanto à parte deles, ao que eles precisam fazer para implantação da política de doenças raras. Porque nós encaminhamos o paciente para o SUS, pela UBS, a porta de entrada é lá. Mas quanto tempo ele vai levar para chegar ao neurologista? É muito tempo. Um profissional importantíssimo é o geneticista, para o aconselhamento genético. Como aquela moça falou: "Eu não quero fazer teste...". Quem quer fazer o teste precisa ter o apoio de um geneticista, um apoio psicológico para ajudar nessa decisão, porque não é fácil fazer um teste de uma coisa que você certamente vai desenvolver, e sem ter nada para prevenir. Portanto, precisamos da conscientização para que os prefeitos, os governadores chamem seus secretários de saúde e comecem a fazer a implantação da política de doenças raras.

Também a revisão da lista do INSS, o aumento do piso desses benefícios de prestação continuada, porque 25% é realmente uma situação de miserabilidade. Algumas pessoas que têm renda *per capita* superior a isso têm conseguido, através do Ministério Público, receber esse benefício.

Acho que, se conseguirmos sair daqui com essas propostas encaminhadas, teremos tido um grande ganho.

Mais uma vez, quero agradecer a todos vocês por essa oportunidade imensa que nos foi dada.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nós é que agradecemos, Maria Gorette.

Agora vou inverter. Mas o Dr. Antônio Lopes Monteiro me pediu a palavra, e quero já concedê-la.

O SR. ANTÔNIO LOPES MONTEIRO – Sim, Excelência. Como eu tinha me preparado para falar algumas coisas mais, eu precisava fazer três observações importantíssimas, mais ainda após a oitiva do colega... Desculpe, mas depois dos 50 anos a memória fica um pouco fraca, e eu não tenho Huntington. É o Rogério. Depois do Dr. Rogério, eu precisava fazer alguns comentários e faço três observações.

Primeira, a lista das doenças. Estamos numa Casa democrática, não é, Senador? A lista que está no art. 151, fruto da previsão do art. 26 – sou professor de Direito Previdenciário, tenho aqui o livro; então, conheço de cor essas leis –, diz claramente que, a cada três anos – um, dois, três –, os três ministérios – três: Previdência, Saúde e Trabalho – devem rever essa lista. Eu me pergunto... A doença de Parkinson está lá porque o Papa João Paulo II tinha Parkinson. Vamos torcer para que Bergoglio, o argentino, não tenha Huntington, para não constar lá por causa do Papa. É a primeira colocação.

Segunda colocação: o fato de não haver carência não significa que o portador da doença já tenha direito ao benefício. Não. Ele tem que ser filiado à Previdência para ter o direito. Ora, se a Previdência não o filia porque ele já é portador da doença, não adianta sequer a doença estar na lista. Não sei se fiz entender meu raciocínio, Senador.

E tem mais: todos os demais setores, no Brasil – falo isso porque conheço o assunto profundamente –, todos se utilizam da lista do 151 para uma série de efeitos, incluindo o não pagamento do Imposto de Renda. Por quê? Porque, se a doença está no 151, eu não pago o Imposto de Renda. Se eu tiver uma cardiopatia grave, eu não pago o Imposto de Renda, mesmo aposentado.

Este, Senador, desculpe eu falar, mas estamos numa Casa da democracia, é o motivo principal pelo qual a lista não foi ampliada ainda. Para efeito da Previdência, disse muito bem o colega Rogério, e neste ponto ele está plenamente certo, o inciso II do 26 fala "ou equiparado", ou seja, você tem mutilação, deficiência ou equiparado.

A doença de Huntington é mais do que equiparada à doença de Parkinson. Agora, por que ela não está e as outras que também são equiparadas não estão? Por causa do Imposto de Renda, porque todos os servidores do Brasil, de todas as esferas, vão utilizar essa lista do art. 151 para reivindicar os seus direitos. Se nós ampliarmos por demais essa lista, teremos problemas com o nosso querido amigo Ministro da Fazenda, evidentemente.

A segunda colocação que eu queria fazer é a seguinte, o art. 42 §1º da Lei 8.213 prevê expressamente – agora não tenho nada o que inventar, não tenho que fazer nenhuma analogia extensiva, como falam os interpretadores da lei; está escrito com todas as letras –: que o segurado pode fazer se acompanhar do seu médico particular na perícia. Ponto! Ora, se eu posso me fazer acompanhar do meu médico particular, às minhas custas, evidentemente – está lá escrito às custas do próprio paciente –, para a aposentadoria por invalidez, que no nosso caso é a morte do segurado, *a fortiori* – desculpe o termo *a fortiori* que é latino –, por uma razão maior, posso fazer o menos. Quem pode o mais pode o menos. É claro! Se eu estou autorizado a agir em legítima defesa num caso de morte, de homicídio, eu estou autorizado a agir em legítima defesa num caso de lesão corporal. Todos nós concordamos. Ninguém discorda.

Então, pergunto: por que os peritos, via de regra, Rogério... Eu acompanho a Previdência há 40 anos, primeiro como chefe de RH de empresa durante 16 anos, conheço tudo de um lado, e agora, há 35 anos no MP, conheço tudo do outro. Então, posso falar dos dois lados porque os conheço. Por que os peritos não querem, fecham a porta, têm medo? Claro, já houve perito morto; em linhas Gerais, já houve perito que apanhou. O Ministério da Previdência fez muito bem em mandar a cartinha para casa, para evitar esse tipo de problema. Então, está tudo muito certo. Isso está plenamente certo. Agora, eu acho que nós temos que de uma vez por todas autorizar o médico particular do segurado que se submeterá à perícia entrar junto, porque está na lei.

Só chegam para mim, Senador e Rogério, os problemas. Quando tudo fica numa boa, agora entra e resolve, a associação resolve. Só mandam para mim os abacaxis. E eu, como Promotor e agora Procurador de Justiça, não posso fazer nada a não ser orientar, porque eu não posso assinar nenhum papel. Eu mando para advogados amigos, conhecidos que possam atender de graça, porque a associação também não tem dinheiro para pagar advogado, Excelência. Não temos! A associação vive dos próprios recursos dos associados.

Então, nós precisamos de fato resolver algumas questões que são importantíssimas, para podermos dar atenção a essas pessoas, não é, Rogério? Eu quero participar dessa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Claro, nós vamos continuar. O Rogério vai responder, mas eu já quero propor um encaminhamento, porque daqui a pouco nós vamos começar a ser repetitivos nas nossas colocações.

O importante é o seguinte, assim como o Dr. Rogério, pergunto à Pollyanna se temos, por parte do Ministério da Saúde, a mesma disposição de sair já daqui com as pessoas que aqui estão, que acho que são as mais representativas, e com a participação da Comissão de Assuntos Sociais, eu particularmente... Mas vou convidar, tenho certeza de que a Senadora Ana Amélia, o Paulo Davim, que hoje,... Eu até cheguei a dizer à Edília que eu estava com vontade de propor uma outra data, talvez numa quarta-feira, no dia da própria reunião ordinária.

Mas como são muito concorridas essas audiências públicas, e você tem que brigar pelo espaço aqui, é difícil! Claro que acabamos conseguindo, mas eu queria também propor exatamente isto: que saíssemos daqui com este grupo, Ministério da Saúde, da Previdência, faríamos um contato com o Ministério do Trabalho, a partir de uma indicação do próprio Rogério para essa finalidade, com a presença do Dr. Armando, vale dizer, do Ministério Público, e de um especialista... Aí, nós temos que contar com o médico, o Dr. Pedro, que está envolvido, para começarmos a fazer isso, quer dizer, começarmos com essa questão da lista. Eu acho que isso é fundamental. É fundamental, e o Armando tem razão.

O Ministério da Fazenda é o que mais dificulta em função de as pessoas acometidas dessa doença serem isentas do Imposto de Renda. Essa talvez seja a maior dificuldade. Mas eu acho que nós não podemos nos acomodar com isso, e, aí, eu me proponho a colocar um peso político, mais pessoas, mais Senadores, a Câmara... Infelizmente a Deputada Federal Erika Kokay não está aqui, mas nós poderemos fazer uma força-tarefa no sentido de ir à luta para ir vencendo gradativamente. Não acredito que isso vá ao mês que vem, dois meses, mas nós podemos iniciar com esse grupo de trabalho.

Eu ouço agora a Pollyana e pergunto se nós podemos já contar com o Ministério da Saúde para esse grupo de trabalho.

A SRª POLLYANNA ALMEIDA COSTA DOS SANTOS – O Ministério da Saúde está à inteira disposição para rever essa lista junto com a Previdência, o INSS e o Ministério do Trabalho.

Eu anotei aqui algumas observações em relação à fala principalmente da Gorette e da Edília.

Primeiro, quero agradecer à Gorette por ter participado da construção dessa política. Essa política tem uma grande importância para a Huntington também, que é a questão do aconselhamento genético. Só quero lembrar a vocês que essa é uma política nova, os serviços, tanto o serviço de atenção especializada quanto o serviço de referência, estão se mobilizando e se organizando para implementar esse atendimento não só aos pacientes mas às famílias, para que a família tenha acesso, não só o paciente, ao aconselhamento genético, que é tão importante, para que ele venha a decidir, como vimos no vídeo, se quer continuar, se quer ter filho e qual é a chance de essa pessoa ter um filho com essa doença.

A política também, como prevê o exame diagnóstico... Então também é uma escolha desse paciente ou desse familiar saber se ele é portador da mutação no gene que causa a doença de Huntington.

E como eu falei para vocês, houve um painel de especialistas na semana passada, em que Huntington foi elencado dentro dessa lista de doenças que vão ter os primeiros protocolos de condutas terapêuticas.

A partir da criação desse protocolo, vai ser mais fácil, é um processo mais fácil a inclusão dos medicamentos que vocês tanto buscam, mas a gente precisa de um primeiro passo, e o primeiro passo já foi dado. O Ministério da Saúde tem todo o interesse desse aporte, desse acolhimento geral do paciente.

Então, só para deixar claro para vocês que Huntington está nessa lista dos primeiros PCDTs, e a partir daí poderemos incluir outros medicamentos, principalmente de atenção psiquiátrica, como a Risperidona e o Haloperidol, que foram ditos aqui pelo Dr. Pedro e que já fazem parte da lista de medicamentos de especializados do SUS.

Nós temos hoje oito centros públicos de referência para atendimento de Huntington, mas, com a política de atenção integral a pessoas com doenças raras, nós imaginamos – e queremos implementar de fato essa politica – que haja centros que possam servir e oferecer esse apoio em todo o Brasil.

Quanto ao teste preventivo da reprodução assistida, nós vamos levar essa demanda de inclusão para a Coordenação de Saúde da Mulher. Só para deixar claro que já existe uma política em desenvolvimento, uma política de reprodução assistida, na Coordenação de Saúde da Mulher, mas nós vamos levar essa demanda de inclusão. Nós não sabemos, na verdade, se dentro desta política já está incluso ou não o teste preditivo, mas nós vamos levar – já anotei aqui – essa demanda para a Coordenação de Saúde da Mulher.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Pollyana.

Vamos ouvir agora o Dr. Rogério.

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI – Bom, Senador, primeiro, quero reafirmar, aqui, o que eu já tinha colocado. Acho que o Ministério da Previdência Social, em conjunto, também, com o Ministério da Saúde e o Ministério do Trabalho, realmente, precisa fazer um esforço para fazer uma rediscussão, uma revisão dessa lista, sob o ponto de vista previdenciário, médico e até levando em consideração, também, as dificuldades que se colocam, às vezes, para se manter no mercado de trabalho, em função, até, dessa doença, mas também porque existem outras demandas.

Se não me engano, até, Senador, você tem, acho, um projeto de lei em relação à doença falciforme.

Então, a gente precisa fazer essa revisão de uma forma, considerando todas as demandas que estão sendo colocadas. A gente tem que se comprometer a fazer esse esforço. Acho que a gente está devendo esse esforço. Esse é o primeiro ponto.

Como bem lembrou, aqui, a Gorette, e ela colocou de forma correta, lembrou de forma correta, no caso da aposentadoria por invalidez, as pessoas que têm necessidade de cuidado permanente, ou assistência permanente, têm esse adicional, realmente, de 25%. Isso vale, aí, só para o caso da aposentadoria por invalidez.

Em relação às outras, vamos dizer assim, parcerias que a gente está tentando estabelecer aqui, eu acho que, realmente, é fundamental essa parceria entre os Ministérios envolvidos – a Edília e os demais – para a gente, realmente, fazer o que o Senador colocou, acho que muito bem: ampliar o conhecimento da doença. Eu acho que isso é fundamental para a discussão até em relação à questão da sociedade.

Repito: a gente se coloca à disposição para marcar uma reunião, inclusive com o próprio pessoal que é responsável direto pela questão das perícias. Eu acho que é um momento bom, no sentido de que a gente está discutindo, aí, junto com o Conselho Nacional de Previdência Social, a implantação de um novo modelo de perícia médica.

Minha última observação é em relação à questão que foi colocada pelo Sr. Antônio.

Veja bem, ninguém é impedido de se filiar à Previdência Social. Não existe impedimento de se filiar à Previdência Social, inclusive como segurado facultativo, ou seja, mesmo que seja uma pessoa que não esteja exercendo uma atividade remunerada, ela pode se filiar como segurado facultativo. Então, não existe o impedimento da filiação ao Regime Geral de Previdência Social de forma alguma.

Em relação à não concessão de beneficio quando ele já era portador na filiação, na verdade, a gente tem que olhar não para esse caso, primeiro, porque, na verdade, você incorpora a questão do agravamento. Esse é um primeiro ponto. Mas, na verdade, essa é uma técnica de seguro que não é só aplicada no Brasil, é de modo geral, porque, na verdade, você não quer que a pessoa... Não estou falando desse caso. Eu acho que a gente tem que olhar os outros casos. A gente não pode olhar só para aqui. A legislação previdenciária tem que abarcar o todo, tem que ser inteligente para abarcar o todo e casos peculiares. Então, os casos peculiares eu acho que são abarcados pela questão do agravamento e da progressão, mas o que você não quer, obviamente, é a pessoa que nunca contribuiu, de repente, fica doente, faz uma contribuição e passa a receber o benefício.

Então, é uma técnica, eu sei que pode parecer, às vezes, desumana, mas, assim,...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI – ... é uma necessidade, do ponto de vista da questão contributiva e da técnica de seguro, e não só uma questão da legislação brasileira. Se você olhar a legislação internacional, vamos dizer assim, é mais uma precaução em relação a comportamentos oportunistas, que, infelizmente, a gente sabe que acontecem, do que querer punir alguém.

Então, a gente tenta, obviamente, diminuir esses riscos de efeitos colaterais negativos quando eu coloco a questão do agravamento. Mas, repito, eu acho que isso também, de certa forma, a gente consegue minimizar se houver a revisão da lista.

Mais uma vez, terminando, eu me coloco à disposição, aí, para a gente estabelecer essa parceria e conseguir avançar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Bem, eu penso que o encaminhamento é esse. Eu só queria, agora, prazos, para a gente não ficar...

Eu perguntaria, porque aqui, as pessoas que estão aqui, evidentemente... Eu estou pensando assim: na semana que vem, é possível começarmos a conversar a respeito disso, Rogério?

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI (Fora do microfone.) – Começa a Copa, para tudo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não, mas nem... principalmente para Portugal, que vai ser eliminado rapidamente. Não é o caso do Brasil. (*Risos.*)

Eu acho que nós temos que ter uma data. Vai esperar a Copa? Aí, não. Eu gostaria de começar semana que vem. Eu me proponho.

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI – Semana que vem ainda não começou a Copa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pode ser no meu gabinete, aqui, se vocês concordarem, porque eu quero chamar... Não é o Senador Moka, mas é o peso da Comissão. Eu tenho certeza de que o Ministério da Saúde e o Ministério da Previdência vão entender que se trata agora de que o Senado da República, especificamente a Comissão de Assuntos Sociais, vai se comprometer com essa luta. É disso que eu estou querendo falar. Vamos chamar para nós a responsabilidade.

A assessoria aqui pegaria cartões, combinaria um horário, já na semana que vem. Se não puder ser semana que vem, na outra semana, para que a gente pudesse fazer a primeira reunião de trabalho. Para a reunião de trabalho, vale dizer, eu tenho à disposição – e o Senado é importante para isso, o nosso consultor já está aqui – uma consultoria muito boa. O Dr. Armando é conhecedor profundo, demonstrou isso aqui, e pode dar essa contribuição de imediato.

Então, nós estamos falando, na minha avaliação – e falo como médico –, que há uma desinformação. A doença tem isso. Se o colega não for um neurologista, ele tem essa dificuldade. E, aí, a questão da perícia é fundamental. É que as coisas daqui para frente começam a ser repetitivas. Eu quero um encaminhamento prático. Um encaminhamento prático nós vamos ter em uma reunião de trabalho, e aí nós vamos começar a formatar o jeito de chegar rapidamente ao Ministério da Previdência, ao Ministro da Previdência, ao Ministro da Saúde e ao Ministro do Trabalho.

Você queria dizer alguma coisa.

A SRª MARIA GORETTE NUNES MARQUES – É uma coisinha só, que eu me esqueci de falar. É que a gente tem um projeto piloto no Rio Grande do Sul, para começar – está em negociação –, a respeito de – vamos chamar assim – uma capacitação dos profissionais de saúde através da internet. Vai ser colocado um *link*... Eles têm um serviço na Secretaria de um *link* em saúde, e o projeto contempla a distribuição de informações para os profissionais da rede de saúde nas diversas categorias, médicos, assistentes sociais. E a gente acha que isso pode ser adaptado, se preciso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim, Gorette, é disso que estou falando. A partir do grupo de trabalho, nós vamos tomando essas iniciativas. Então, uma coisa é, por exemplo, o grupo de trabalho se reunir e falar: "A iniciativa é essa. Como é que a Previdência pode contribuir? Como é que o Ministério do Trabalho pode contribuir? Como é que o Ministério da Saúde pode contribuir? O que nós precisamos fazer, juntos, para que isso avance?".

Por exemplo, houve informações importantes. A Pollyanna disse que algumas medicações – que até o nosso colega, Dr. Pedro, achava que não estavam à disposição – já estão à disposição. Aí, teríamos que saber, na prática, onde e como as famílias podem ter acesso a esses medicamentos. Aí, nós estamos falando das coisas para chegar aos pacientes e aos familiares desses pacientes.

Edília?

A SRª EDÍLIA MIRANDA PAZ – Só uma pergunta.

Pollyanna, você disse que há oito centros de apoio aos doentes de Huntington. Onde?

A SRª POLLYANNA ALMEIDA COSTA DOS SANTOS – Esses oito centros, na verdade, são centros com os quais a gente teve contato para a construção da política. Um deles é o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, o de São Paulo, a Unicamp, o de Ribeirão Preto. São os que eu lembro agora, de cabeça, mas a gente pode passar essa lista para vocês posteriormente.

A SRª EDÍLIA MIRANDA PAZ – É porque isso é muito importante para nós, se, por acaso...

E tem aqui em Brasília, não?

A SRª POLLYANNA ALMEIDA COSTA DOS SANTOS – Não.

A SRª EDÍLIA MIRANDA PAZ – Brasília não tem.

A SRª POLLYANNA ALMEIDA COSTA DOS SANTOS – Não.

A SRª EDÍLIA MIRANDA PAZ – Inclusive, alguns anos atrás, o Rodrigo, não sei se ele está aí, era Presidente da UPADH e tentou fazer com que uma ala que eles abriram para os doentes de Parkinson, lá no Hospital Universitário de Brasília (HUB), também recebesse os doentes de Huntington. Eles se negaram terminantemente.

Então, sofremos muitos preconceitos, muitos! Eles se negaram. O Rodrigo foi atrás, batalhou, batalhou, batalhou, e eles não aceitaram.

Tá o.k.?

A SRª POLLYANNA ALMEIDA COSTA DOS SANTOS – Tá.

Só para dizer que o HUB é um dos hospitais que já está se mobilizando também...

A SRª EDÍLIA MIRANDA PAZ – Ah! Que bom!

A SRª POLLYANNA ALMEIDA COSTA DOS SANTOS – ...para criar esse serviço de atenção especializada a doenças raras.

A SRª EDÍLIA MIRANDA PAZ – O.k., obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Dr. Pedro, quer fazer uma...

Estou recebendo... A Deputada Erika Kokay pede desculpa pela ausência, pois, está presidindo, neste momento, uma audiência pública, na Comissão de Legislação Participativa, que discute demandas de engenheiros e arquitetos da Caixa Econômica. Desde já, no entanto, se coloca à disposição para integrar o grupo de trabalho sugerido e participar da mobilização em defesa dos pacientes de Huntington.

Então, quero, aqui, em nome da Deputada Erika Kokay, trazer o pedido de desculpa.

Sei que quinta-feira, Edília, é esse o problema...

A SRª EDÍLIA MIRANDA PAZ – É complicado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Se você sair aqui, vai ver várias audiências públicas, e, aí, temos esta dificuldade.

A SRª EDÍLIA MIRANDA PAZ – É. Quando o Senador sugeriu que transferíssemos a data, não quisemos. Por quê? Porque eu tinha certeza de que, mesmo que, aqui, estivesse só ele, como Senador, iríamos sair daqui com alguma proposta, alguma coisa concreta. É isso que estamos buscando e é por isso que estamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está bom.

Mas quero registrar a presença de alguns que já estiveram aqui. Já estiveram aqui presentes a Senadora Ana Amélia, estou vendo a Bárbara, assessora, porque os Senadores saem, mas a assessoria fica, o Senador Ruben Figueiró, o Senador Paulo Davim, que é um colega médico, e, agora, o Senador Mozarildo Cavalcanti, também um colega médico. Então, somos cinco colegas médicos, que, tenho certeza, serão solidários a mim, tenho certeza absoluta, e solidários a este grupo de trabalho. Vamos levar esta luta à frente, podem ter certeza disso.

Dr. Pedro.

O SR. PEDRO RENATO DE PAULA BRANDÃO – Meu comentário é a respeito do comentário que a Drª Pollyana fez a respeito dos protocolos e diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde, que são o método que o Ministério tem, para conseguir padronizar a dispensação de medicamentos que têm alto custo, especialmente para doenças que são crônicas e que necessitam de uso continuado da medicação.

Então, é salutar essa informação de que já há um grupo de trabalho para conseguir desenvolver esse protocolo clínico, terapêutico para a doença de Huntington, porque existem inúmeras medicações às quais, na prática clínica, pelo que a gente vê, trabalhando lá no setor de estudo e movimento do Hospital de Base, os pacientes, com frequência, precisam recorrer à justiça para conseguir ter acesso, por conta dessa dificuldade, por haver medicamentos que, realmente, são mais caros, ou ainda por haver alguns medicamentos não disponíveis no Brasil. Então, essa é uma informação bastante interessante.

E outra é que seria interessante que esse protocolo clínico englobasse, também, uma facilidade de acesso aos pacientes ao centro de teste genético, que, hoje em dia, a gente sabe que está restrito a pequenos grupos universitários, principalmente nas universidades que têm maiores orçamentos. Isso seria uma forma de capilarizar o acesso dos pacientes a esse teste genético e às medicações.

A SRª POLLYANNA ALMEIDA COSTA DOS SANTOS – Eu queria trazer só duas informações em relação ao acesso.

Estamos trabalhando ativamente, no sentido de incentivar os Municípios e os Estados a tão logo disponibilizar esse serviço, porque a nossa ideia é, realmente, descentralizar esse atendimento. Esses pacientes que não têm acesso, de repente, não têm condições de ir para um tratamento em Porto Alegre, ou de ficar lá, que eles tenham acesso numa rede próxima ao seu domicílio. Então, a gente tem trabalhado ativamente nesse sentido, para que, tão logo, seja possível esse atendimento.

Outra informação, ouvindo aqui muita queixa do Dr. Antônio Lopes, é em relação ao médico perito. Ele tem de conseguir observar melhor essa doença.

Foi uma conquista, a partir dessa política, em 2015, a partir do ano que vem, estar incluída na grade dos graduandos de Medicina a disciplina de aconselhamento genético, ou dentro de alguma disciplina que abarque esse tema do aconselhamento genético, para que os médicos, a partir de agora, consigam reconhecer uma doença que precisa de uma orientação, porque isso ainda não existe na grade de Medicina. Então, a partir de 2015, eles vão ter essa nova formação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Lembro-me de que já era médico, formado, quando conheci a doença, mas é evidente que, no curso, até por curiosidade pessoal, quis conhecê-la.

A coreia de Huntington é uma doença rara mesmo, quer dizer, levando-se em consideração a população, mas, se colocarmos a frequência e estimarmos que, em princípio, 20 mil pessoas, no Brasil, estão acometidas ou podem vir a ser potencialmente acometidas, é um número expressivo.

Por ser uma doença altamente incapacitante, é preciso que o Ministério da Previdência reconheça isso e, com alguma antecedência, faça uma ação preventiva. Essa é a única forma de minimizar a doença, porque, senão, a pessoa só irá aposentar-se, quando estiver numa cama, sem poder locomover-se ou coisa desse tipo. Então, é disso que estamos falando.

Senador Mozarildo Cavalcanti, estamos tratando aqui, especificamente, de uma doença, a coreia de Huntington. Aqui estão familiares e representantes de associações, além de representantes do Ministério da Saúde e do Ministério da Previdência Social e um colega médico, Dr. Pedro Renato de Paula Brandão.

Estamos terminando, mas, se V. Exª quiser fazer alguma colocação, esteja à vontade.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Bem, lamento que não tenha assistido desde o início à audiência, porque, infelizmente, temos de estar em várias comissões ao mesmo tempo. Isso realmente nos impossibilita de estar, por exemplo, desde o início, numa audiência como esta.

Mas sou médico e comungo com o posicionamento do Presidente Waldemir Moka, no sentido de que precisamos fazer, de fato, um trabalho para que não só esta, mas outras doenças raras, sejam até conhecidas dos médicos, porque a maioria dos médicos nem as conhece.

Então, acho muito importante fazer um trabalho não só em nível nacional, como regional, para que tenhamos hospitais de referência, digamos, de norte a sul, ou de leste a oeste, mesmo que sejam regionalizados, mas é importante que tenhamos consciência disso.

Repito: durante o meu curso de Medicina, por exemplo, só vi um caso. Não sei se é porque só esse procurou o Departamento de Neurologia, lá da Santa Casa, onde era o nosso hospital escola. O Professor era um catedrático, e naquela época já existia esse termo. Nós vimos e nos chamou muita atenção. Então, foi o único caso que vi e por acaso ainda.

Parabéns, Sr. Presidente.

Obrigado a todos que aqui expuseram seu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Quero dizer ao Senador que vamos montar, então, um grupo de trabalho, que vai se reunir. Estou me colocando à disposição não como Senador, mas como Presidente desta Comissão, no sentido de que possamos colocar um peso político nisso. Os encaminhamentos já foram tirados aqui. Estamos praticamente encerrando a audiência pública, mas a tempo de agradecer.

Quero conceder a palavra à Deputada Federal Erika Kokay.

A SRª ERIKA KOKAY (PT – DF) – Bem, Senador Moka, queria parabenizar V. Exª pela realização desta audiência. É absolutamente fundamental, porque, embora a doença de Huntington seja uma doença que se estabeleça e envolva o conjunto da família,eu diria, ela é, muitas vezes, invisibilizada no conjunto das políticas públicas.

Há a necessidade, penso eu, de traçarmos uma política nacional. Por isso, fiz questão de estar presente nesta Comissão. Eu tive de conduzir uma audiência pública, por solicitação do Presidente da Comissão de Legislação Participativa, por isso não tive como vir anteriormente, mas fiz um esforço grande para estar aqui, porque conheço a luta de todos, da união dos parentes e amigos, enfim, das organizações que se construíram, muito no sentido de, primeiro, dialogar e falar sobre a própria angústia que se enfrenta, até porque é um diagnóstico, que, muitas vezes, provoca uma apreensão muito grande e, ao ser estabelecido, vai marcando a própria vida e provocando todo um nível de relacionamento em que se estabelecem a angústia e a apreensão.

E há a necessidade de espaços de fala, espaços de convivência, espaços onde as pessoas possam expor a sua angústia e como estão se sentindo naquele momento. Falo basicamente dos familiares. Então, é muito importante que tenhamos este espaço aqui no Senado Federal.

Queremos dizer que desejamos construir, na Comissão de Seguridade Social, e podemos fazer isso em parceria, um grupo, para que possamos discutir políticas. Aí, falo de políticas de previdência, políticas de saúde, em que possamos ter políticas acerca dos cuidadores, de quem cuida da família, de quem cuida dos cuidadores familiares.

Toda família tem que ser o cuidador. Nós precisamos trabalhar na perspectiva de que o Estado, o SUS, contemple políticas para os cuidadores, para que estes sejam viabilizados a partir da própria política pública. Que também haja condições especiais para eles, porque, muitas vezes, os cuidadores não têm condição de ter flexibilidade no emprego, uma série de elementos, para que possam se estruturar nessa condição.

Então, veja. Há tanto as condições especiais para os cuidadores familiares – condições de trabalho e direitos assegurados – quanto a necessidade de o SUS possibilitar a contratação dos cuidadores para as pessoas com Huntington.

Tivemos a oportunidade de estar, à época, com o Ministro Padilha, falando sobre isso, porque precisamos da política com a transversalidade que o Ministério da Saúde tem tido. A política de saúde tem tido uma transversalidade extremamente importante para reafirmar os direitos e precisa ter essa política, no âmbito da saúde, mas também uma política pública que inclua tanto a necessidade de assistência à própria família, quanto a necessidade de uma política de previdência, de assistência, ou seja, o conjunto das políticas públicas.

Por isso, Senador, encerro, primeiro, justificando mais uma vez o meu atraso, mas parabenizando V. Exª e dizendo que estamos à disposição, na Câmara Federal, para construirmos juntos essa política que faça o recorte do conjunto das políticas públicas que temos em nosso País.

Tenho uma percepção, e encerro com esse raciocínio, de que, como os direitos são indivisíveis e inter-relacionados, as políticas públicas que asseguram os direitos têm de ser também consideradas indivisíveis e inter-relacionadas, uma política pública para as pessoas com Huntington que contemple também a própria família, porque isso é absolutamente fundamental. Ela é uma necessidade, para que possamos dialogar com o conjunto das políticas que asseguram os direitos nas suas mais variadas esferas.

Um abraço apertado, em nome da Edília faço isso, que tem feito inúmeras discussões, inúmeros encontros, para que as pessoas possam ir, falar, enfim, ser acolhidas, cuidadas, e uma homenagem muito especial a todos e todas que participam desta jornada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço à Deputada Federal Erika Kokay.

A senhora gostaria de fazer uma pergunta?

A SRª MARIA GORETTE NUNES MARQUES – Conforme a Portaria nº 199, do Ministério da Saúde, as secretárias municipais e estaduais têm de se estruturar para aplicar a política pública das doenças raras. Solicitamos o apoio de V. Exª, no sentido de sensibilizar os prefeitos e governadores da implantação dessa política.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Penso que a Pollyanna tenha dito exatamente isso.

Pollyanna, repita ali, porque acho que ela não se sentiu contemplada.

A SRª POLLYANNA ALMEIDA COSTA DOS SANTOS – Bem, reafirmando, o Ministério da Saúde e a nossa Coordenação Geral de Média e Alta Complexidade têm trabalhado de maneira proativa mesmo, indo atrás dos Municípios e dos Estados, principalmente como um começo de política – porque foi instituída somente há alguns meses –, nos lugares onde já oferecem o mínimo de serviço. Por exemplo, em relação a Huntington, um lugar em que já haja um neurologista, em que já haja um psiquiatra, que, de repente, já possa fazer um primeiro encaminhamento.

Então, temos trabalhado para incentivar os Municípios a criar o serviço de atenção especializada e o serviço de referência.

Sabemos que, em relação a Município, é mais fácil que o serviço de atenção especializada, por contemplar uma equipe menor, que exija só um especialista na área, um enfermeiro e um técnico em enfermagem, seja implementado, mas, claro, cabe ao gestor local aceitar esse nosso pedido, essa nossa demanda, porque sabemos que existe demanda. Não foi à toa que essa política foi instituída, mas fazemos isso, no sentido de incentivar, mas cabe ao gestor local abraçar essa ideia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não há como obrigar um prefeito a fazê-lo, mas há como ter uma política nacional que estimule a participação. É isto que devemos fazer: mostrar os casos, e, aí, por exemplo, as associações e, depois, o próprio Ministério mostrarem a frequência da doença – qual o Município, qual o Estado, onde há uma frequência maior –, para que possamos também começar a mapear onde seria mais importante a existência desse centro, se é que existem lugares onde a frequência da doença seja maior.

A SRª POLLYANNA ALMEIDA COSTA DOS SANTOS – Só para complementar a fala, um dos nossos incentivos é exatamente o incentivo financeiro. Então, a política institui uma ajuda financeira não só para custear a equipe, mas também para os procedimentos genéticos.

Eles têm um valor, que consideramos razoável. Ele está na Portaria, que institui esses exames, esses procedimentos. Foram incluídos 15 exames de genética, de biologia molecular e de citogenética. Então, há um custeio de serviço, de equipe e também de procedimento.

Então, além de tudo, esse é o nosso incentivo para que os gestores habilitem esses serviços.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Poderia combinar para quarta ou quinta-feira, mas prefiro que vocês cheguem a esse acordo. Basta informar à nossa secretária, Dulcídia, e aí podemos começar. Se puder ser na semana que vem, o quanto antes, melhor. Eu já me coloco à disposição, agradecendo mais uma vez a todos os expositores e dizendo que vamos chamar essa responsabilidade aqui para a Comissão de Assuntos Sociais.

Nada mais havendo a tratar, quero encerrar a presente reunião, antes, porém, ainda há tempo.

Pois não.

A SRª EDÍLIA MIRANDA PAZ – Quem é que vai ficar responsável por marcar essa data?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A Secretária ali.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª EDÍLIA MIRANDA PAZ – Vamos decidir hoje? Então, ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 03 minutos.)

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE JUNHO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dez minutos, do dia quatro de junho de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Casildo Maldaner, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Wellington Dias, Sérgio Petecão, Cyro Miranda, Paulo Bauer, João Vicente Claudino, e das Senadoras Ângela Portela, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **1ª PARTE *Escolha de Autoridade* (*Art. 52, III, f, Constituição Federal):* ITEM 1 – MENSAGEM Nº 44, de 2014 – Não Terminativo – Autoria:** Presidente da República. *Submete à apreciação, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f" da Constituição Federal, combinado com o art. 6° da Lei n° 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome da Senhora Martha Regina de Oliveira para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.* **Relatório:** A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação da Senhora Martha Regina de Oliveira para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Resultado:** A Comissão de Assuntos Sociais, em votação procedida por escrutínio secreto, opina pela APROVAÇÃO do nome da Senhora MARTHA REGINA DE OLIVEIRA para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, por unanimidade, com 15 (quinze) votos SIM, nenhum voto NÃO e nenhuma abstenção. **Relatoria**: Senadora Ana Rita. **2ª PARTE – *Deliberativa*: ITEM 1 – SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, de 2012 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Paulo Bauer. *Altera as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 12.512, de 14 de outubro de 2011, para determinar que os benefícios monetários nelas previstos sejam pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar.* **Relatório:** Pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados e manutenção do texto do Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2012, com a seguinte adequação redacional: renumere-se para §5º o §4º do artigo 13 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, na forma do artigo 2º do PLS nº 44, de 2012. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados e favorável ao texto aprovado pelo Senado Federal ao Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2012, com a seguinte adequação redacional: renumere-se para § 5º o § 4º do artigo 13 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, na forma do artigo 2º do PLS nº 44, de 2012. A Comissão aprova, EXTRAPAUTA, o Requerimento nº 33, de 2014-CAS, de iniciativa do Senador Paulo Bauer, de urgência regimental para a matéria (artigo 336, II, combinado com 338, IV, do RISF). **Relatoria**: Senador Casildo Maldaner. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Cícero Lucena. *Altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de medicamentos de uso humano e equipamentos hospitalares, sempre que aquisição se der por órgão do poder público.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2013, e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2013, com a Emenda nº 1-CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. **Relatoria**: Senadora Vanessa Grazziotin. **ITEM 3 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, de 2012 – Terminativo – Autoria:** Senador Eduardo Amorim. *Determina a obrigatoriedade de distribuição de protetor solar pelo SUS para pessoas portadoras de albinismo e dá outras providências.* **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. Não foram oferecidas Emendas ao Substitutivo durante o Turno Suplementar. O Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2012, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Relatoria Ad hoc**: Senadora Ana Amélia (substitui o relator Senador Rodrigo Rollemberg). **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 434, de 2011 – Terminativo – Autoria:** Senador Blairo Maggi. *Altera a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, para modificar a jornada de trabalho do aeronauta.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada, em turno único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2011. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. Poderão ser oferecidas Emendas

no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. **Relatoria**: Senador Paulo Paim. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, de 2011 – Terminativo – Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. *Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para instituir a obrigatoriedade de disponibilizar ao consumidor informações nutricionais de alimentos preparados.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2011, e da Emenda nº 1-CMA. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **Relatoria**: Senadora Lúcia Vânia. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Mário Couto. *Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, o saque na hipótese de decretação de estado de calamidade pública ou em situação de emergência decorrentes de eventos climáticos, e dá outras providências.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 396, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora para reexame do Relatório. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **EXTRAPAUTA – ITEM 7 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 33, de 2014 – Autoria:** Senador Paulo Bauer. *Nos termos dos artigos 336, inciso II, e 338, inciso IV, combinados com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2012*. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 34, de 2014. Autoria:** Senador Paulo Paim. *Nos termos do disposto no artigo 93, § 2º, combinado com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro dispensa de Audiência Pública, aprovada por esta Comissão, em 21 de maio de 2014, conforme Requerimento nº 27, de 2014, de autoria do Senador Paulo Paim, referente à instrução do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2013*. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Casildo Maldaner, Paulo Davim, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, Sérgio Petecão, Cyro Miranda, Paulo Bauer, as Senadoras Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, e o Senador **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e doze minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.– Senador **WALDEMIR MOKA,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de 7 itens, sendo 3 itens não terminativos e 4 itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 44, DE 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f" da Constituição Federal, combinado com o art. 6° da Lei n° 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome da Senhora Martha Regina de Oliveira para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Autoria: Presidente da República

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatório: A Comissão de Assuntos Sociais dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação da Senhora Martha Regina de Oliveira para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Observações:

– Em 28.05.2014, lido o relatório, a Presidência concedeu, automaticamente, vista coletiva aos membros da Comissão (art. 383, II, b, RISF).

– Votação procedida por escrutínio secreto (art.383, VI, RISF).

Convido para tomar assento à Mesa dos trabalhos a indicada, Srª Martha Regina de Oliveira.

Seja muito bem-vinda, Martha.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita, para suas considerações.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, Srª Martha Regina, foi um prazer muito grande poder relatar o parecer que faz a indicação da Srª Martha Regina para ocupar a Agência Nacional de Saúde Suplementar.

O relatório, por si só, já explicita todo o currículo da Srª Martha.

Nós queremos, neste momento, ouvi-la, para que possamos, posteriormente, se for necessário, ainda fazer algumas perguntas.

A Srª Martha tem um currículo que, realmente, não deixa a menor margem de dúvida quanto a sua preparação e a sua competência para ocupar um cargo tão importante, de diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Então, é com prazer que nós a recebemos aqui, hoje. Queremos ouvi-la e, após a sua exposição, nós faremos as perguntas que forem necessárias, caso tenhamos alguma dúvida, ainda, quanto ao seu currículo, enfim.

De qualquer modo, Sr. Presidente, eu quero, aqui, dar o meu testemunho. Eu tive oportunidade não só de analisar o seu currículo, mas também de poder conversar com ela, e tive a plena convicção de que ela preenche todos os pré-requisitos previstos para ocupar um cargo de tamanha importância como esse.

Então, é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedo a palavra à Srª Martha Regina de Oliveira, para a sua exposição.

A SRª MARTHA REGINA DE OLIVEIRA – (Martha Regina de Oliveira) – Bom dia. Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar o Exmo Presidente desta Comissão de Assuntos Sociais do Senado, o Senador Waldemir Moka, a Exma Srª Senadora Ana Rita, que tive a honra de ter como Relatora nesse processo de avaliação da minha indicação a uma das diretorias da ANS, Exmos Senadores e Senadoras membros desta Comissão, senhores e senhoras, diretores e colegas da Agência aqui presentes. Eu gostaria, também, de agradecer a confiança em mim depositada pela Excelentíssima Presidente da República e pelo ilustre Ministro da Saúde.

Sou médica, graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com especialização em Pediatria e Saúde Coletiva pela mesma Universidade.

Visando a aprofundar o conhecimento e a reflexão pessoal sobre a Medicina preventiva e a saúde coletiva, fiz mestrado também na UFRJ, com ênfase em Epidemiologia.

Ao longo dos anos de atuação junto ao sistema de saúde, compreendi a importância do estudo do envelhecimento populacional e o quão peculiares devem ser as políticas de saúde voltadas para a saúde dos idosos. Por isso, hoje, estudo o envelhecimento populacional e as suas relações com os serviços de saúde, sendo esse meu tema de trabalho para doutoramento junto à Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Durante os anos de 2000 a 2004, vivenciei experiências tanto no trabalho como médica em serviços de saúde em hospitais, como epidemiologista. Nesse período, trabalhei no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, no Hospital Pró-Cardíaco, na Maternidade Escolar da UFRJ e na Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, como médica pediatra e em unidade de saúde básica.

Nessa trajetória profissional, iniciei meu trabalho na ANS no ano de 2004, como médica consultora. Pude, a partir de então, me debruçar sobre os temas relacionados à saúde suplementar, em especial os de natureza assistencial. Nesse período, atuei nos temas relacionados às coberturas obrigatórias e às carências contratuais.

No ano seguinte, assumi o cargo de assessora da Presidência da ANS em Brasília, assumindo, a seguir, o cargo de chefe de gabinete, também em Brasília.

Na função de chefe de gabinete, foi possível trabalhar na articulação dos temas da ANS relacionados ao Ministério da Saúde e também junto ao Congresso Nacional, acompanhando as matérias afetas ao setor de saúde suplementar.

A ANS realizou seu primeiro concurso público em 2005, buscando a constituição de um corpo de servidores públicos federais. Fui aprovada nesse primeiro concurso, para o cargo de especialista em regulação da saúde suplementar, e, desde outubro de 2005, sou servidora federal dessa instituição.

A sociedade brasileira sabe da necessidade de instituições públicas fortes, com servidores comprometidos e eficientes na defesa do interesse público, fundamentados no preceito da moral, da ética, da impessoalidade e da legalidade.

A indicação de uma servidora para ocupar o cargo máximo da Agência mostra a maturidade institucional que esse grupo de servidores atingiu, com compromisso pela eficiência e transparência das ações reguladoras a serem implementadas.

Em 2007, assumi o cargo de gerente, pouco tempo depois o de gerente geral. Esta área assistencial é responsável pela regulação dos planos de saúde no que toca à regulação assistencial.

Dentre as atribuições dessa gerência, estão: a atualização do rol de procedimentos em eventos de saúde, que é a cobertura mínima obrigatória que os planos devem oferecer; a publicação das diretrizes clínicas, ou seja, um guia de boas práticas médicas voltadas para os atendimentos dos pacientes; a avaliação de tecnologias em saúde; a remodelação da assistência na saúde suplementar.

A busca de um novo modelo assistencial a ser praticado pelas operadoras foi um dos principais objetos de discussão nesse período. Foi desenvolvida a política de promoção e prevenção na saúde suplementar. Em três anos, o número de beneficiários inscritos em programas saltou de 190 mil para mais de um milhão, em mais de 760 programas. O envelhecimento populacional e suas repercussões no sistema de saúde se impõem como um tema urgente na pauta da remodelação assistencial da saúde suplementar. Por essa razão, a ANS publicou, em 2012, o Plano de Cuidados do Idoso na Saúde Suplementar, que descreve as mudanças necessárias na prestação de serviço para melhores resultados nessa população, provendo atividades que promovam o envelhecimento ativo.

Hoje, o Brasil é o segundo maior mercado de planos privados de assistência à saúde no mundo. Um quarto da população brasileira tem plano de saúde. Atualmente, há 1.513 operadoras em atividade no País, 50 milhões de beneficiários em planos de assistência médica e mais de 20 milhões em planos exclusivamente odontológicos. Em 2013, foram realizadas mais de 200 milhões de consultas e 8 milhões de internações.

Ao longo de 14 anos de regulação, a ANS aprimorou importantes processos de trabalho, entre os quais podemos destacar: a mediação de conflitos, que hoje resolvem quatro de cada cinco reclamações dos beneficiários, de forma rápida para o consumidor; o ressarcimento ao SUS, que vem sendo aprimorado e este ano, só nos primeiros quatro meses, arrecadou quatro vezes mais do que o valor pago pelas operadoras no primeiro quadrimestre de 2013. Com relação à cobertura assistencial, um ganho importante foi a realização de cinco revisões na lista de procedimentos obrigatórios, trazendo para essa listagem atualizações necessárias e conceitos relevantes, como a inclusão de atendimentos por outros profissionais da saúde, além de médicos e dentistas, e de novas tecnologias.

Passados os 14 anos da regulação, é preciso agora, além de aprimorar os processos de trabalho, avançar na inovação, com diálogo e transparência. Esses desafios são colocados para questões como a relação entre as operadoras e os prestadores de serviço, como hospitais e profissionais como médicos, dentistas, entre outros; o ressarcimento ao SUS; a fiscalização dos planos de saúde; e a identificação das diferentes características regionais apresentadas no Brasil.

A mudança de modelo assistencial é de grande relevância para a sustentabilidade do setor e para a redefinição do funcionamento do sistema de saúde suplementar. Temas como o alto percentual de cesarianas desnecessárias no setor, o aumento da obesidade na população, com risco de queda na expectativa de vida e o acelerado envelhecimento populacional apresentado pela nossa sociedade mostram a urgência em se rever a forma como se dá o cuidado na saúde suplementar, para que possamos ter uma saúde de qualidade, com acesso adequado e com foco na promoção da saúde, e não somente no cuidado de doenças.

Pretendo, assim, participar desse de inovar após 14 anos de regulação. Desde já, coloco-me à inteira disposição de V. Exªs para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos necessários.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quero agradecer à Srª Martha Regina de Oliveira.

Encerrada a exposição, passo à arguição pelos Srs. Senadores e Srªs Senadoras, de acordo com a lista de inscrição.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Consulto o Plenário, uma vez que vários Senadores aqui têm outros compromissos, e precisamos de um quórum qualificado.

Eu queria que o Plenário me autorizasse, assim que eu abrisse aqui a lista de arguição, a também iniciar o processo de votação. Mas quero consultar o Plenário, quero a autorização do Plenário desta Comissão.

Ouço os Srs. Senadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – De nossa parte, está autorizado, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, eu ia fazer esse pleito a V. Exª. Como o senhor já disse, nós temos vários compromissos. Se for possível, pode abrir o processo de votação. Imagino que, da parte do Plenário, há a concordância de todos nós Senadores. Se possível, abriremos o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Todos concordam? (*Pausa.*)

Então, a primeira inscrita é a Relatora, a Senadora Ana Rita.

Não havendo objeção, informo aos Srs. Senadores que se encontram sobre a mesa cédulas de votação devidamente rubricadas, que deverão ser utilizadas após a nossa chamada, e que vamos iniciar o processo de votação. Não há o compromisso de se votar agora, mas eu gostaria que os Srs. Senadores que assim desejassem e aqueles que precisassem daqui sair pudessem proceder à votação.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, vou ser breve.

Eu queria fazer um destaque e também uma pergunta.

Faço o primeiro destaque. Eu gostaria de reforçar aqui que a Drª Martha também trabalhou na construção de indicadores assistenciais que pudessem monitorar as operadoras que cuidam da saúde e de seus beneficiários e traçar o perfil de risco de cada uma. Acho que isso é importante, porque nós, frequentemente, ouvimos reclamações com relação às operadoras de saúde. Houve uma preocupação da Drª Martha, como gerente da área assistencial da ANS, no sentido de realmente procurar construir esses indicadores assistenciais. Isso é fundamental.

Além disso, como a sua área prioritária é a de atendimento e a de estudo, ela publicou o Plano de Cuidado para Idosos na Saúde Suplementar. Essa também é uma preocupação que todos nós temos. A população está envelhecendo, e, cada vez mais, é necessário que haja serviços de saúde. Esses serviços, realmente, cada vez mais, precisam estar preparados, suficientemente em condições de atender à população idosa do nosso País.

Eu queria lhe fazer uma pergunta, Drª Martha. Como mulheres, nós também nos preocupamos com a saúde da mulher. Eu queria lhe perguntar: como médica e também como indicada para ocupar a diretoria da Agência, qual a sua opinião sobre a diminuição do número de médicos em algumas especialidades nos planos de saúde, principalmente na Pediatria e na Obstetrícia? Como a senhora vê essa relação? Como enfrentar isso?

Era isso que eu gostaria de ouvir da senhora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aqui, Senadora Ana Amélia, há apenas três inscritos. Então, penso que dá para fazer a sua arguição.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Perfeito. Serei tão sintética quanto a Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, por favor!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Waldemir Moka, caros colegas Senadores e Senadoras, cara Drª Martha Regina de Oliveira, a ANS tem adotado a suspensão da venda de planos de saúde como medida punitiva pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos pela Agência na Resolução Normativa nº 259, de 17 de junho de 2011, para a realização de consultas, de internações, de exames e de procedimentos. Considerando essa premissa, eu lhe pergunto: como avalia esse tipo de medida punitiva adotada pela ANS em face do não cumprimento dos prazos estabelecidos? A medida da suspensão é adequada para garantir a qualidade dos serviços prestados aos consumidores clientes? Que outras medidas, em sua opinião, podem ser adotadas?

A ANS detém a competência legal de instituir os procedimentos mínimos obrigatórios a serem cobertos pelos planos de saúde. Eu lhe pergunto, nesse caso: o rol de procedimentos está adequado para atender os principais problemas de saúde da população que se está valendo dos serviços dos planos de saúde, que os está contratando? O rol é revisado a cada dois anos, mas, diante de tantas revoluções na indústria medicamentosa, não caberia a revisão em um prazo menor?

Em sua opinião, há distorções ou insuficiências que necessitem ser corrigidas num rol de procedimentos mínimos obrigatórios?

Essas são as minhas questões.

Agradeço-lhe antecipadamente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, Srs. e Srªs Senadoras, Drª Martha, quero, mais uma vez, externar a minha satisfação de estar aqui e de poder votar e tornar público o meu voto. Não precisava nem ser voto secreto, porque o seu currículo, o seu desempenho, a sua história dentro da ANS, a sua história como profissional da saúde é convincente, e a senhora é uma candidata merecedora de estar na ANS para ajudar aquela agência, ajudar a saúde pública do Brasil.

Mas tenho um questionamento a lhe fazer. Todos nós sabemos que há uma evolução na ciência médica, há uma crescente incorporação de novas tecnologias na assistência ao paciente. Na minha área, por exemplo, na área de terapia intensiva e cardiologia, essa é uma constatação muito frequente. Vou dar alguns exemplos.

O advento do desfibrilador – a senhora como médica vai entender bem – implantável foi um grande avanço para as arritmias malignas. Esse equipamento detecta a arritmia e faz a cardioversão automática. Mas isso custa dinheiro, isso tem preço. Os marca-passos dupla câmara, biventriculares. Há algum tempo, só existia o monoventricular, o marco-passo simples, usual, mas só que, quando se implanta o marca-passo, você cria

um bloqueio de ramo, já que o primeiro estímulo vai ser no ventrículo direito. Portanto, ele cria um bloqueio. E para o paciente que tem insuficiência cardíaca em fase dilatada, isso piora o quadro. Aí há uma indicação do dupla câmara, em que o estímulo acontece ao mesmo tempo nos dois ventrículos, o que é chamado de sincronização ventricular, porque existe uma sincronia, quando você coloca o marco-passo só num ventrículo. Isso é ruim, isso agrava o quadro de insuficiência cardíaca.

É um problema muito grave na liberação desse implante. Os planos de saúde reclamam, não permitem, não liberam; o SUS, da mesma forma. Enfim, eu poderia dar aqui centenas de exemplos que são indicados, são necessários, mas existe aquela queda de braço entre as operadoras, até mesmo o SUS, com o profissional que está indicando.

Então, minha pergunta é exatamente essa. Cada vez mais, nós vamos ter graves problemas na incorporação de novas tecnologias no atendimento à saúde e vamos nos deparar com o custo. É inevitável esse enfrentamento.

O que a senhora pensa no sentido de aprimorar a incorporação das novas tecnologias e, ao mesmo tempo, fazer o enfrentamento na elevação de custo? A implantação é necessidade, a demanda aumenta, há uma exigência dos pacientes e há uma exigência até mesmo das novas diretrizes internacionais e nacionais na implantação e na incorporação dessas tecnologias. Nós estamos sendo cobrados pelos pacientes para que sejam incorporadas novas tecnologias até porque é correto, e aí nós nos deparamos com esse gargalo.

Qual é a sua visão e que caminho deveríamos trilhar?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedo a palavra a Srª Martha Regina de Oliveira para que possa responder os questionamentos dos três Senadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, depois teremos mais uma rodada enquanto vamos votando ou não?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É só se inscrever.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tudo bem. É só uma pergunta.

A SRª MARTHA REGINA DE OLIVEIRA – Primeiro, eu queria agradecer à Senadora Ana Rita pelas palavras.

Os indicadores assistenciais que traçam perfil de risco das operadoras são muito importantes realmente. Quando a gente idealizou esses indicadores, a nossa preocupação foi ter uma ação preventiva. É a gente conseguir diagnosticar um risco numa operadora antes que isso se torne um risco para o paciente e que a gente consiga nessa operadora identificar quais são os problemas assistenciais e tentar cuidar desses problemas assistenciais antes que isso se transforme num risco para o paciente.

Esse tem sido um processo de trabalho bastante produtivo e instrutivo também para nós, servidores da ANS. Esperamos que esse processo de trabalho cresça e que consigamos ter cada vez mais informações a respeito desse diagnóstico antes de chegar a um aumento de número de multas ou a um aumento do número de negativas de cobertura. Nós acreditamos nesse processo de trabalho.

Quanto à saúde das mulheres, é um processo com que tentamos trabalhar desde 2005. Criamos vários indicadores para avaliar como vem se dando a saúde da mulher na saúde suplementar. Acompanhamos como se dá a mamografia, como se dá o papanicolau, enfim, como esses exames acontecem na saúde suplementar. Para nossa tristeza, a taxa de mamografia na saúde suplementar é muito aquém do que deveria ser, ao contrário, por exemplo, da taxa de ressonância, que é quatro vezes maior do que em países da OCDE. Existe um distúrbio, uma diferença na utilização das tecnologias de maneira muito equivocada em nosso País. Por isso investimos tanto na discussão de que tecnologia tem que ser utilizada em que paciente, em que beneficiário, e com que periodicidade.

E eu acredito que para os profissionais em que há dificuldades, como pediatra, clínico geral e ginecologista – hoje, temos um modelo de saúde suplementar, aliás, de saúde como um todo, que não é o melhor –, é necessário uma remodelação do sistema de saúde. Precisamos resgatar para esses profissionais não só o reajuste, mas também a redefinição do seu papel no sistema de saúde, fazer com que, efetivamente, sejam gerenciadores do cuidado do paciente, sejam a porta de entrada, consigam buscar, atingir a pessoa que não consegue chegar ao sistema de saúde. Não basta remodelar a remuneração, mas a forma como se faz o cuidado e o modelo como está constituído hoje, principalmente na saúde suplementar, pois isso é muito mais grave na saúde suplementar do que no SUS.

A Senadora Ana Amélia perguntou sobre a suspensão de planos de saúde. A ANS não considera a suspensão de planos de saúde como um processo de trabalho punitivo, mas como medida preventiva a fim de que não se agrave o problema dentro da operadora.

Se ela é suficiente para garantir a qualidade? Sabemos que não. Esse já é o final da cadeia, em que estamos suspendendo um processo de venda, num limite de atuação que já não consegue mais suportar benefi-

ciários. Eu acredito que garantir a qualidade está bem antes. Está no início do processo de trabalho, em que se consegue resgatar, então, o papel da operadora como gestora do beneficiário, pois só ela conhece a carteira como um todo, só ela sabe sobre as faixas etárias, só ela sabe qual é o uso daquele beneficiário e como encaixá-lo no melhor cuidado. Então, garantir qualidade é ter um resultado assistencial muito melhor, é diminuir mortalidade. Eu acho que temos que trabalhar em outras ações a fim de não precisar chegar na suspensão para garantir qualidade.

Quanto ao Rol, ele já sofreu seis revisões. Eu consegui participar de cinco. É uma tabela bastante atual, principalmente se comparada com outras, como a CBHPM (Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos), da Associação Médica Brasileira. O Rol nunca terá todos os procedimentos executados no País exatamente porque estamos trabalhando muito com o processo de avaliação de tecnologias. Eu acredito muito no processo de avaliação de tecnologias, pois foi assim que outros países conseguiram se desenvolver na saúde. Quanto mais bem desenvolvido for esse trabalho e, principalmente, a sociedade entender para que serve a avaliação de tecnologia e seu papel na proteção da saúde dela mesma, porque a avaliação de tecnologia garante segurança, garante qualidade, garante que estou incorporando um procedimento que realmente tem evidência para aquela pessoa.

E mais do que isso, a gente começou a atrelar a avaliação de tecnologia com a construção de diretrizes de que o Senador Paulo Davim falou.

A construção de diretrizes que a gente faz é em parceira com a Associação Médica Brasileira e com as sociedades. Então, quando você avalia o procedimento, vê que ele tem afetividade e consegue descrever para qual paciente aquele procedimento tem o melhor uso, vai ter o melhor dele – e aí a gente está trazendo o custo para esta discussão –, e mais qualificado eu tenho esse Rol. Então, ele não se exauriu. Eu acho que a gente tem que, cada vez mais, trabalhar em cima dele, mas ele hoje é muito mais adequado.

As revisões a cada dois anos foram colocadas, primeiro, porque não havia prazo. Então, a gente ficou quase seis anos sem fazer revisão no Rol, o que foi muito ruim. Então, foi para garantir que essas revisões sejam feitas, pelo menos, a cada dois anos. Mas nada impede que, se há um procedimento de que se fez a avaliação de tecnologia e é extremamente necessário, se incorpore antes. Mas eu acredito que dois anos é um tempo razoável para maturar exatamente o uso desse procedimento no País, ver como se comporta, para que consiga construir uma diretriz adequada através de avaliação de tecnologia e, então, faça a incorporação. Mas nada impede que isso seja feito a qualquer tempo. Acho que os dois anos garantem que a gente faça.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Permite-me, pela ordem, Presidente?

Agora me ocorreu que, recentemente, houve uma liberação extraordinária pela Anvisa de um medicamento que deu muita repercussão pela origem da matéria-prima, o Canabidiol – se não me engano é esse o nome –, que usa uma substância derivada da maconha, para uma criança portadora de um mal muito grave, e esse era melhor.

A Anvisa fez a excepcionalidade do medicamento, mas a criança acabou falecendo.

Nesses casos, esse procedimento é o que tem que ser adotado, diante da emergência? Como a senhora vê isso, Drª Martha?

E eu queria, antes de mais nada, agradecer. Eu só fiz o registro da sua competência pela leveza com que a senhora, com um rigor técnico muito grande, respondeu as questões. Então, é muito bom saber que uma servidora pública tem esse compromisso e essa forma de se portar diante de um questionamento que diz respeito à sua função na Agência Nacional de Saúde.

Então, queria cumprimentá-la por isso e dizer que fiquei muito satisfeita com as respostas que a senhora já deu; aguardo essa. Obrigada.

A SRª MARTHA REGINA DE OLIVEIRA – Obrigada, Senadora. Na verdade, eu já havia participado de três audiências públicas com a senhora. Eu acho que o projeto de lei da medicação oral foi de extrema relevância para a saúde suplementar, ratificou uma coisa que para os pacientes é muito importante, trouxe essa afirmação para a lei. Acho que foi um grande avanço que a gente teve.

Eu acho que cada vez em que há um caso específico, como foi o dessa criança, a gente precisa ter um diálogo com a operadora – e isso vem acontecendo, uma liberação extraordinária. A gente acompanha todas as regulamentações da Anvisa e do Ministério da Saúde, através do Conitec, e tenta cada vez mais fazer essa aproximação, tanto com a regulamentação da Anvisa quanto do Ministério, uma vez que nós todos cuidamos da saúde no Brasil.

Senador Paulo, muito obrigada pelas palavras, de novo.

Incorporação de tecnologia, não tenho a menor dúvida, é um dos temas em que a gente vai precisar se aprofundar, e aí não é só a saúde suplementar, é a saúde pública também. O Ministério da Saúde, pela Comissão de Incorporação de Tecnologia, vem desenvolvendo isso de uma maneira muito bacana. Eu acredito que a

gente precisa se agregar a essa discussão, e aí eu acho que a gente precisa talvez aprender com alguns países que já caminharam no sentido de fazer a sociedade entender e respeitar a avaliação de tecnologia. Isso vai trazer para a gente menor judicialização, vai trazer para a gente segurança nas discussões. Então, hoje, agregado às diretrizes, a gente tem a parceria da AMB, que é muito importante, porque traz representatividade e facilita o uso por parte dos profissionais de saúde, e há essa parceira com o Conitec.

Como eu acho que a gente trabalha o custo em incorporação? A gente não tem ainda, no nosso País, estudos de custo-efetividade. A gente vem tentando trabalhar e desenvolver isso nacionalmente, porque não é um estudo que a gente pode trazer do exterior e incorporar, porque isso foi feito para fora.

Isso tem que ser feito para o nosso País. Então, a gente vem tentando desenvolver essa área também.

Mas eu acho que a gente precisa trabalhar alguns pontos que temos algum medo de trabalhar – nós como sociedade. Por exemplo, a maior parte dos países já definiu qual é o teto para incorporação. Alguns países dizem que é três vezes o PIB; na Inglaterra, são US$30 milhões.

Enfim, qual é o nosso teto, que a nossa sociedade acha que é razoável para a saúde pública? Qual seria o teto de incorporação razoável para a saúde suplementar? Eu não tenho a menor dúvida de que eles são diferentes. Mas como é que a gente faz essa discussão no nosso País hoje? A questão é saber como é que a gente mostra que há um procedimento que é superimportante, que, se incorporado como diretriz para aquele paciente, vai ser ótimo; mas, se houver um uso não adequado, ele é deletério para o sistema como um todo.

Então, é em cima desses valores que a gente vem tentando trabalhar, a gente está trabalhando com isso mais fortemente desde 2008 – não é tanto tempo assim –, e eu tenho certeza de que, daqui a uns cinco anos, estaremos vivendo outra realidade nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continuando os questionamentos, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, como os Senadores ainda estão votando, eu aproveito o tempo.

Primeiro, parabéns, Drª Martha Regina de Oliveira, pela exposição.

Segundo, quero cumprimentar a Senadora Ana Rita pelo brilhantismo do relatório, que faz justiça a V. Exª.

V. Sª, que acompanha o trabalho de todos nós, sabe que eu me dedico muito à questão do idoso – aposentado, pensionista ou não –, e tive a alegria de ser o autor do Estatuto do Idoso. Percebo que, no seu currículo, a senhora é uma estudiosa do envelhecimento populacional. Por esse motivo só, eu já votaria em V. Sª, porque nós precisamos, cada vez mais, de especialistas nessa área. Com certeza, que bom que o nosso povo está envelhecendo, e que envelheça, cada vez mais, com saúde. E a sua competência, o seu trabalho nessa área claro que vai incentivar outras pessoas também, no Brasil, a optar por essa linha, fazendo cursos, mestrado, doutorado, preocupando-se com o envelhecimento do nosso povo, da nossa gente.

E é devido a isso que me chegou uma pergunta, casualmente dessa área. Mandaram para mim por causa dessa minha ligação com o envelhecimento da população. E a pergunta diz o seguinte – vou ser bem fiel ao Alô Senado, e vejam que eles acompanham sua história: "A senhora é estudiosa do envelhecimento populacional; o Brasil é um país onde a população está envelhecendo de forma acelerada [e que bom isso! Significa que o número de anos de vida está aumentando, e claro que todo mundo quer envelhecer com qualidade de vida.] O número de idosos irá aumentar. Consequentemente, o número também de aposentados, pensionistas ou não. Como é que a senhora está vendo esse quadro? Qual é a sua opinião sobre a qualidade de vida dos idosos?"

Sei que não é bem o motivo aqui, mas eu estou aproveitando a sua competência nessa área para nos dar uma luz também nesse sentido – nós que nos preocupamos tanto, como eu sempre digo, com que o brasileiro possa viver, envelhecer e morrer com qualidade de vida, que é um caminho natural de nós todos.

Era essa a pergunta, Sr. Presidente, cumprimentando a Drª Martha.

E quero dizer que V. Sª, Drª Martha, com certeza, terá aqui uma votação, se depender de mim, unânime.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O Senador Cyro Miranda também tem um questionamento, e eu gostaria que fosse feito agora.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Moka, que preside esta Comissão, com muita competência.

Srªs e Srs. Senadores, Drª Martha Regina, é um prazer reencontrá-la aqui. Já tive oportunidade de conversar com V. Sª e de manifestar a minha satisfação em ver a indicação de V. Sª, que é uma pessoa de carreira, dedicada, médica. Isso nos deixa de maneira confortável para que votemos, como disse o Senador Paim, por unanimidade.

Mas eu tenho uma constatação sobre a qual eu não sei se a ANS pode interferir ou não. Nós estamos notando – nós, associados dos planos de saúde –, que os médicos vinculados aos planos entram no início de carreira.

Eles entram no início de carreira e, depois de um determinado tempo, começam a abandonar, porque não há como diferenciar os pagamentos de um médico recém-formado ou com poucos anos de prática e daquele que fez doutorado, cursos no exterior. Então, eles se sentem desprestigiados e, à medida que vão formando uma clientela particular, ou se eles têm outra atividade, vão saindo do plano. Com isso, vamos tendo, cada vez mais, médicos iniciando na carreira.

Há possibilidade da ANS conversar sobre esse assunto? Eu não sei se é pertinente ou se seria uma interferência na área particular, mas é uma constatação que faço, e venho sido questionado por vários amigos que dizem: "Olha, não é possível ganhar a mesma coisa. Eu tenho trinta anos de Medicina, curso de especialização, doutorado, isso e aquilo, e vou ganhar o mesmo que ganha um médico que está iniciando."

No mais, é cumprimentá-la, parabenizá-la e desejar uma profícua gestão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedo a palavra à Srª Martha Regina para responder aos questionamentos de Paulo Paim e Cyro Miranda.

A SRª MARTHA REGINA DE OLIVEIRA – Senador Paulo Paim, o envelhecimento, realmente, é uma paixão. Compartilho da sua paixão. Acompanho.

Acho que a gente precisa garantir o que se conseguiu. Então, o envelhecimento é um ganho nosso, um ganho da nossa sociedade, e, hoje, está ameaçado por várias coisas. Acho que o modelo como se deu o nosso cuidado em saúde também ameaça o envelhecimento e, às vezes, ameaça lá na infância. Acho que é isso que a gente esquece um pouco.

Há um trabalho que mostra que, nos Estados Unidos, e, talvez, isso se replique no Brasil, as crianças de uma faixa etária de dez, doze anos, hoje, provavelmente, vão morrer mais cedo do que os pais delas por conta da obesidade. Então, se a gente não trabalhar, aos doze anos, o envelhecimento dessa criança, ela não vai ter envelhecimento, diferente do pai dela.

São várias e várias formas de se trabalhar o envelhecimento hoje. Aí, o que a gente tem estudado e percebido é que, hoje, o modelo como está prejudica ainda mais o idoso. Ele é o mais prejudicado. Por quê?

Porque o modelo que a gente tem é iatrogênico. O idoso fica perdido na rede e vira um caso a partir de um acontecimento que o setor chama de sinistralidade. Enquanto isso, ele circula e não consegue ter o acompanhamento devido. No Rio de Janeiro, por exemplo, há um trabalho que mostra que a terceira de causa de morte no idoso é essa iatrogenia: ele fica circulando na rede, toma vários medicamentos de diferentes especialidades e não tem um médico que consiga olhá-lo como um todo. Não há alguém que gerencie o cuidado desse paciente.

Então, não tenho a menor dúvida de que se esse modelo é ruim para todo mundo, para o idoso ele é muito mais grave. A gente está tentando trabalhar exatamente isto: fazer com que o idoso seja acompanhado, não na doença, mas na manutenção da saúde dele; mostrar que ele é um ser que precisa de um cuidado especial.

Se esse cuidado existir, ele não é o que mais onera o plano de saúde. Então, devemos tentar reverter um pouco esse olhar de que o idoso é o que mais onera o plano de saúde. Não é. A gente precisa cuidar dele para que ele não provoque essa sensação e, mais do que isso, para garantir que ele tenha o cuidado adequado e seja acompanhado ao longo desse período.

Já existem algumas estratégias sendo estudadas, tanto no Brasil, quanto fora, com resultados excelentes. Basta se reorganizar. Agora, essa reorganização não é fácil, porque a gente vai ter que mexer na base do cuidado, como se faz saúde há 50, 60 anos. Então, acredito que a gente vai precisar trabalhar dessa maneira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me só uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Drª Martha, quando V. Sª falava, e quem me mandou a pergunta sabe que V. Sª sabe, conhece com profundidade esse tema...

Vou tomar a liberdade, já deixando a provocação para o nosso Presidente. Como esse tema, o envelhecimento humano, é, como você falou, uma paixão para mim, também, vou entrar com o pedido de uma audiência pública, convidando especialistas no tema. Queria, de pronto, que a senhora fosse convidada e aceitasse o convite no momento em que eu ajustar, com o nosso Presidente, uma audiência pública para discutir a qualidade do envelhecimento humano.

Era só isso. Parabéns a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Isso é quase que advogar em causa própria, Senador Paulo Paim. (*Risos.*)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Rapidamente, apenas para, mais uma vez, elogiar a Drª Martha a respeito desse conceito de que velhice não é doença. Nós teremos uma boa velhice ou uma velhice

complicada dependendo do que foi construído ao longo da vida. Então, é preciso esse modelo de atendimento ao idoso e, sobretudo, esse conceito de que velhice é igual à doença. Não é. Não é.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em função de termos uma pauta, acho que já temos o quórum suficiente. Já tivemos a presença aqui e vá votaram 15 Srs. Senadores. Eu pergunto se algum Senador ainda deseja fazer algum questionamento. Se não, eu pretendo encerrar esta fase e já passar para a apuração da votação.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Eu acho que todos já votaram, eu queria apenas fazer uma solicitação, uma inversão de ordem na nossa pauta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Logo em seguida eu vou tratar disso, pois já tem um pedido aqui. Deixe-me encerrar este, vamos fazer o procedimento da apuração. Só estou abreviando.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) –

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª, como sempre, é tratado preferencialmente. É um outro que certamente deseja uma audiência pública em relação a essa questão.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, é uma solicitação nossa, eu acho que de quase todos os Senadores ou todos os Senadores para que se pudesse incluir na pauta de votação hoje do plenário, já que o consenso...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não. Mas nós já fizemos isso. É só V. Exªs me deixarem... (*Risos.*)

A SRª MARTHA REGINA DE OLIVEIRA – Senador Cyro, a gente precisa de novo tentar criar um outro modelo não só de cuidado, mas também de remuneração. Então, como é que a gente faz para que essa remuneração por procedimento, que gera isso tudo que a gente está vivendo, se reverta e se reverta tanto na organização dos profissionais, resgatando médico, pediatra, se reverta na coisa do idoso, na organização de como a gente faz o cuidado e também se reverta na remuneração dos profissionais. Que a gente valorize quem faz o cuidado e não o procedimento em si. Então, não tenho a menor dúvida de que isso é importante, sim. E eu acho que pode, sim, ser estimulado pela agência.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está encerrada a fase de questionamentos e respostas, e eu vou convidar o Senador Paulo Paim e a nossa Senadora Ana Rita para que procedam o escrutínio da votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Enquanto se procede o escrutínio, eu gostaria de dizer o seguinte: nós temos quórum para votação de projeto terminativo. E há um projeto relatado pelo Senador Paulo Paim da aviação civil. Eu gostaria de fazer a inversão dessa pauta porque ele é um projeto terminativo. É só esse que eu faria a inversão. Logo em seguida, eu faria a votação dos três não terminativos.

Eu consulto o Senador Casildo Maldaner...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – ...que é um dos relatores se eu posso fazer essa inversão, Senador?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, tendo em vista a importância desta proposta do Senador Blairo Maggi em relação aos aviários, aos que nos levam pelos ares do Brasil e do mundo, oferecendo mais segurança e tranquilidade, não há dúvida nenhuma de que nós concordamos.

Logo em seguida, vou passar a relatar o primeiro. Já estou com o parecer tranquilo. Já foi lida a matéria. Inclusive, na CRA, a Senadora Ana Amélia foi a Relatora. É uma proposta, como disse o Senador Paulo Bauer, tranquila. Mas, sem dúvida alguma, essa proposta terminativa dos aeroviários tem profunda precedência.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não. Bom, eu já tenho aqui o resultado da nossa votação. Finda a apuração dos votos, proclamo o seguinte resultado.

Votaram 15 Srs. Senadores, 15 votos SIM, nenhum voto NÃO e nenhuma abstenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero cumprimentar a Srª Martha e dizer que foi um prazer presidir uma reunião em que a indicada tenha tantos predicados.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – E diga-se: unanimidade não é fácil!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Presidente, posso pedir a urgência da votação no plenário?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Claro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Faço esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A Comissão e Assuntos Sociais aprova parecer favorável à indicação do nome da Srª Martha Regina de Oliveira para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Saúde Complementar.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da sua tramitação, e agora com um pedido de urgência.

Conforme já combinado previamente com o Plenário, eu passo ao item de nº 4 da nossa pauta.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 434, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, para modificar a jornada de trabalho do aeronauta.
Autoria: Senador Blairo Maggi
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta.
Observações:

– Em 06.12.2011 e 10.09.2013, a Comissão de Assuntos Sociais realizou audiências públicas para a instrução da matéria.

– Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– A votação será nominal.

Antes de conceder a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir a leitura do seu relatório, até em função de alguma polêmica que esse projeto já criou, eu quero dizer que esta Presidência sempre agiu com a maior lisura em relação a esse projeto. Cheguei a fazer reunião no meu gabinete – Exª é testemunha –, e a única vez que conversei com as duas partes foi exatamente na presença dos dois juntos, no meu gabinete. E fiz questão, como sempre faço, de ser uma pessoa a mais isenta possível, porque eu acho que o papel do Presidente desta Comissão é exatamente de deixar que ocorra o debate e as votações. O Presidente só vota em caso de empate.

Então, eu quero aqui, Senador Paulo Paim, dizer – V. Exª é testemunha – que o Presidente do Sindicato dos Aeronautas esteve comigo e é testemunha disso que eu estou dizendo também. Em momento algum esta Comissão e eu ... Quem me conhece sabe que eu não me permitiria, não aceito *lobby* nem de um lado nem de outro. Essa sempre foi a minha conduta e sempre será. E quem me conhece, ao longo de 32 anos de exercício da vida pública, sabe da responsabilidade com que eu exerço o meu mandato.

Fica aqui a minha manifestação de que sempre tratei esse tema, embora polêmico, eu reconheço, e por isso mesmo tomei a liberdade de tentar fazer com que as partes pudessem ter um texto convergente, como sempre faço, mas não foi possível, não houve a convergência. Então, isso será decidido aqui no voto democraticamente.

Informo ainda que o Senador Paulo Paim estará proferindo o seu relatório e, regimentalmente, se algum Senador ou alguma Senadora fizer um pedido de vista, não serei eu que terei que conceder. É obrigação do Presidente conceder o pedido de vista, porque isso é regimental.

Feito isso, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero reafirmar as suas palavras. O Senador Waldemir Moka, não só nesse caso, mas em inúmeros casos – lembro-me aqui do caso dos comerciários –, embora eu seja o Relator da matéria e às vezes autor também, S. Exª tem me convocado, inclusive para o seu gabinete, aqui na Comissão, para dialogarmos com todos os setores. E temos avançado.

Nesse caso específico – depois eu vou entrar direto na análise –, esse foi um trabalho, eu diria, de Hércules, não do Relator, mas do setor. Foram dezenas e dezenas de reuniões, tanto do setor empresarial como do setor do Sindicato dos Aeronautas. E caminhamos bastante, Sr. Presidente, para uma construção coletiva. Quase tudo que está aqui, grande parte pelo menos, é fruto desse procedimento.

Eu tenho a maior alegria quando venho fazer um relatório e não tenho que dizer aqui "olha, porque eu fiz", "porque eu fiz", "porque eu fiz". Eu não fiz coisa nenhuma. Quem fez o relatório, quem trabalhou na construção do relatório foram os aeronautas e o setor empresarial. Claro que não fecharam um acordo total entre eles. A última informação que eu recebi, Sr. Presidente, que, para minha alegria, foi hoje, pela manhã, é de que o Sindicato dos Aeronautas, que está presente, com seus líderes, depois de eu ter conversado com o setor empresarial na semana passada, que disseram que iriam conversar, mais uma vez na expectativa de um entendimento, a informação de hoje pela manhã é de que eles também entendem que esse projeto é um avanço, que concordam que seja votado aqui e que, se tiverem que fazer alguma mudança, farão lá na Câmara dos Deputados e depois remeterão novamente, naturalmente, para cá, para o Senado, mais uma vez.

Caminhou bem, Sr. Presidente. Eu estou vendo aqui a orientação de voto de todos os órgãos do Governo. Esse projeto trata da segurança de voo. Todos os órgãos do Governo, pela construção coletiva que fizeram, estão dando parecer favorável, inclusive o Ministro da Pasta correspondente. A informação que eu tive é de que ele bateu na pauta e disse: "Se depender de mim, esse projeto será votado hoje".

Então, é um grande momento de construção coletiva do Senado da República com a sociedade organizada. Não é mérito do autor, nem do Relator. Quero cumprimentar o Senador Blairo Maggi. Se ele não tivesse apresentado a proposta, nós não estaríamos vivendo este momento. Ele apresentou a proposta aqui, nós fomos a fundo na questão... E é importante citar aqui que o Deputado Jerônimo Goergen apresentou um projeto semelhante ao do Blairo aqui. Eles já estão esperando lá para, quando esse chegar lá, eles fazerem, então, a união de ambos e trabalharem num entendimento. Então, eu cumprimento o autor. Foi graças à iniciativa dele, do Senador Blairo Maggi, que nós todos trabalhamos neste sentido.

Mas, Sr. Presidente, antes de ler o relatório final, só quero ler o que diz aqui o documento que recebi do Governo.

A proposta do Senador Paim – não é minha; eu diria que é do setor – tem o apoio de todas as entidades de representação de classe no País: Sindicato Nacional dos Aeronautas, Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil (Abrapavac), Associação dos Tripulantes da Gol (Asagol), Associação dos Tripulantes da TAM (ATT), Associação Brasileira de Pilotos de Helicópteros, inclusive.

E aí, Sr. Presidente, com essa rápida explicação, dizendo que esse projeto, esse substitutivo é uma construção coletiva, vou direto à análise para que a gente aproveite o quórum e vote. Embora votemos hoje, teremos outra oportunidade.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei.

A regulamentação da jornada de trabalho dos aeronautas insere-se no campo temático do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Observados esses pressupostos, temos que a proposição original não apresenta vícios de inconstitucionalidade, nem de ilegalidade.

No mérito, consideramos necessária uma reavaliação aprofundada do tema, que deve implicar mudanças textuais. A atividade legislativa deve estar atenta à dinâmica social e econômica, não apenas para regulamentar novos fatos e práticas, mas também para atualizar as normas já existentes. Caso contrário, teremos disposições legais obsoletas vigorando na ignorância da passagem do tempo e das mudanças ocorridas na sociedade, na economia e na tecnologia.

O projeto em análise promove algumas alterações numa lei que já foi considerada adequada às necessidades de seu próprio tempo, mas, em nossa visão, é preciso ir bem mais além, mudando substancialmente a regulamentação da profissão de aeronauta.

Para atualizar a regulamentação dessa profissão fomos buscar inspiração e orientação no Projeto de Lei nº 4.824, de 2012, do Deputado Jerônimo Goergen, que atualmente tramita na Câmara dos Deputados.

São inúmeras as regras necessárias para dar tratamento compatível com as características atuais da atividade de aeronauta, e, em se tratando de jornada de trabalho, o fator fadiga acaba sendo o mais relevante na definição dos limites do tempo de trabalho e de descanso. Como sabemos, esse fator é definido a partir de um conjunto completo de condições e de ambiente de trabalho e depende até das condições físicas pessoais do aeronauta.

O substitutivo que ora oferecemos, ao final, visa a adequar diversos fatores relacionados com a realidade brasileira, já que a legislação que regula a profissão completa 30 anos e não atende mais aos requisitos de Segurança de Voo.

Nossa proposta – nossa que eu digo é da sociedade aqui constituída – tem o apoio de todas as entidades de representação de classe do País – que eu já li, inclusive, quando comentei a apresentação.

Ratificado pela categoria através de assembleias nacionais, esse projeto foca, em primeiro lugar, a Segurança de Voo como pilar principal, assim como uma sensível melhora na vida social e familiar dos aeronautas, ajustes jurídicos quanto às particularidades da profissão e a manutenção da produtividade.

Ela inclui os diferentes segmentos que envolvem a aviação brasileira no seu conjunto, como aviação agrícola, táxi aéreo, instrutores de escolas e serviços aéreos especializados, hoje marginalizados perante a lei atual, que contempla genericamente as necessidades da aviação comercial brasileira.

Ressaltamos, ainda, que o projeto tem uma fundamentação científica sólida, que leva em conta as melhores práticas adotadas no mercado de aviação mundial.

Pesquisas recentes demonstram que a maioria dos acidentes aéreos estão relacionados à falha humana e que grande parte desses eventos têm a fadiga como fator contribuinte. Recentemente, em fórum da International Civil Aviation Organization (Icao), dados apresentados por empresa aérea brasileira demonstraram que 78% dos erros cometidos por pilotos estão diretamente relacionados à fadiga.

Com o estresse causado por poucas folgas e pouco descanso, o relógio interno gera uma desestabilização funcional do organismo. Com isso, o organismo utiliza ajustes fisiológicos envolvendo o sistema nervoso autônomo e o sistema endócrino, o que leva à taquicardia, à sudorese e estimula a liberação do hormônio ACTH (hormônio adrenocorticotrófico), que provoca queda da imunidade, diminuindo a resistência dos organismos às infecções e levando a doenças típicas do estresse crônico.

Ressalte-se que a profissão de piloto é considerada a quarta mais estressante do mundo, fato que aumenta a preocupação com as condições de trabalho desses profissionais, responsáveis pela segurança dos passageiros.

As práticas e conceitos de gerenciamento do risco de fadiga – e aqui são citadas várias entidades, Sr. Presidente, que eu vou abreviar – já são usados na União Europeia, Estados Unidos, Austrália, Inglaterra, Hong Kong e Emirados Árabes e mitigam os riscos envolvendo fatores da fadiga da tripulação.

No intuito de fomentar e disseminar os conhecimentos e avanços adquiridos na área de gerenciamento de fadiga na aviação, bem como de promover o monitoramento contínuo dos procedimentos e padrões de segurança das empresas, é de suma importância a criação de um comitê multidisciplinar genuinamente técnico, com representantes das empresas, associações, sindicatos, autoridade aeronáutica e especialistas convidados, para validar e garantir as melhores práticas de gerenciamento de fadiga humana (sugerido no art. 23 deste substitutivo).

Os conceitos do programa de gerenciamento de risco da fadiga, aprovado pela Autoridade de Aviação Civil, possibilitam às empresas flexibilizarem alguns limites, como o número de madrugadas trabalhadas consecutivamente, o limite de horas de voo e as jornadas diárias de trabalho de seus tripulantes.

Os valores demonstrados nas referidas tabelas refletem o cuidado com a oportunidade de sono do tripulante e as preocupações para que o mesmo possa desempenhar suas atividades com boa cognição e maior segurança.

Levando-se em conta que as malhas aéreas atuais têm grandes concentrações de voos noturnos, verifica-se que a efetivação das tabelas trará aumento de produtividade para operações diurnas e mitigação de riscos no período noturno, fase em que o trabalhador em turnos está muito mais propenso a cometer erros devido à perda de sua capacidade cognitiva.

As empresas comerciais e de operações de cargas que não implementarem seu programa de gerenciamento do risco da fadiga terão suas jornadas de trabalho diárias diminuídas, a fim de se manter a segurança de voo nas operações.

Até que as empresas tenham seus programas de gerenciamento de fadiga estabelecidos, serão mantidos os limites de jornadas diárias, horas de voo em 30/90 dias e jornadas mensais iguais aos atuais. Nada será alterado até que não haja esse entendimento

O projeto leva em consideração, Sr. Presidente, diversos aspectos: psicológicos e sociais, cientificamente comprovados, que impactam a rotina do aeronauta e a qualidade de vida no trabalho. Comprovadamente, a qualidade de vida no trabalho está diretamente relacionada ao comprometimento do trabalhador e ao aumento na segurança das operações.

Com relação aos aspectos sociais, verificamos uma distorção entre a quantidade de folgas dos aeronautas e dos trabalhadores da maioria das categorias. Os trabalhadores de outras categorias possuem em média 119 folgas por ano, das quais 102 folgas em finais de semana, acrescidas de mais 17 folgas nos feriados nacionais, estaduais ou municipais. Os aeronautas atualmente gozam apenas 96 folgas anuais, gerando um déficit de 23 folgas anuais, considerando outras categorias.

Agora vamos para a última parte, Sr. Presidente.

Por outro lado, os trabalhadores em turno, como é o caso de médicos, enfermeiros, bombeiros e policiais, possuem uma rotina de 12 horas de trabalho *versus* 36 horas de descanso. Essa distribuição acarreta quinze

períodos de folga por mês e 180 horas de jornada. A rotina dos aeronautas em muito se assemelha às características de trabalhadores em turnos, com o agravante de ter que realizar turnos não regulares (podendo chegar até 16 horas de trabalho) e pernoitando fora de suas casas 22 dias por mês.

Citando, como comparativo, um estudo realizado pela ALPA, que demonstra as condições de trabalho das maiores empresas americanas, percebemos que, considerando uma jornada de trabalho mensal de 176 horas, com o máximo permitido de horas de voos mensais de 90 horas, e mantendo uma tabela diária mais abrangente (espelhada em estudos da própria IFALPA) poderemos ter níveis de produtividades diárias melhores que a dos americanos (4 a 6 horas de voo por dia) e termos direito aos mesmos números de folgas mensais (de 12 a 15, comprovados nos acordos coletivos citados).

Outro aspecto importante está relacionado com a preocupação do equilíbrio das folgas dos aeronautas versus produtividade das empresas nos meses de alta temporada.

No modelo de mercado brasileiro, as empresas têm uma oportunidade de venda majorada na alta estação. Preocupados com este aspecto, os aeronautas propõe uma distribuição escalonada de folgas, de maneira a manter 10 folgas nos meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro e 12 folgas nos demais meses, atendendo, assim, um pedido do setor.

Para as operações de transporte de cargas, levou-se em consideração o mesmo raciocínio, mas como o período de alta estação para este tipo de mercado é outro, fica a critério da empresa determinar os quatro meses do ano em que fará a diminuição das folgas de seus tripulantes.

Ajustou-se, por fim, diversas irregularidades que não são devidamente contempladas pela legislação atual, corrigindo-se, assim, distorções inerentes ao pagamento por quilometragem, padronizando a metodologia remuneratória das empresas aéreas para uma métrica que leve em conta a quantidade efetiva de trabalho realizado.

Sr. Presidente, agora são as últimas palavras.

É pratica comum entre as empresas fazerem com que seus funcionários tenham jornadas de trabalho no limite permitido pela lei, porém, produzindo de duas a três horas de voo. Em resumo, o tripulante encontra-se à disposição da empresa, em local por ela determinado, pronto para assumir nova tarefa, não sendo, contudo, devidamente remunerado.

Os aeronautas ficam, no mínimo, cinco dias em treinamentos semestrais para reciclagens obrigatórias e, no caso especifico dos pilotos, no mínimo mais três dias em simuladores, o que mostra que eles, mais uma vez, encontram-se à disposição da empresa, sendo inclusive considerado falta e havendo desconto do salário, conforme previsto em lei.

Dessa forma, Sr. Presidente, o substitutivo visa a estabelecer uma remuneração adequada para os aeronautas que estão à disposição da empresa em atividades de solo.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2011, com o substitutivo que aqui descrevi, ao longo da fala do meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Inscritos estão o Senador Cyro Miranda e a Senadora Ana Rita. A Senadora Ana Amélia deseja também? Também Casildo Maldaner.

Com a palavra, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Moka. Primeiro, quero elogiar, e não é novidade a postura de V. Exª nesta Comissão, não só nesta Comissão, isso é uma postura de vida de V. Exª. Eu o conheço há pouco tempo e, nesses quatro anos, tenho visto isso comprovado diariamente, nas suas atitudes, em todos os tipos de conduta que V. Exª tem mostrado.

Quero parabenizar o Senador Blairo e parabenizar mais ainda o substitutivo do meu nobre amigo Senador Paulo Paim.

Recebi não como *lobby*, mas como um alerta, vários *e-mails* de aeronautas. Tenho aqui um que sintetiza tudo – é um comandante com mais de mil horas de voo, trabalhou na falecida Varig, e hoje encontra-se em outra grande companhia:

> "A aviação brasileira mudou muito nos últimos anos, visto o número de passageiros que tem transitado entre os aeroportos no Brasil e no mundo. Porém, ainda estamos com uma legislação atrasada, defasada, muito devido à própria categoria, frente ao que aconteceu com as empresas tradicionais que aqui voavam, Varig, Vasp e Transbrasil. Nessa época, não existiam voos consecutivos durante a madrugada. Os tempos de descanso entre jornadas eram, no mínimo, o dobro dos tempos de hoje, pois, as empresas tinham menos voos. Hoje em dia temos milhares de voos diários apenas no mer-

> cado doméstico, porém, o nosso tempo de descanso diminuiu. Nossos familiares e entes queridos estão afetados bruscamente, nossa segurança e a dos nossos passageiros. Os tripulantes hoje não possuem mais do que oito folgas mensais, sendo que todos os trabalhadores possuem mais do que isso, pois não têm feriados nacionais e municipais, caso que não dispomos. Não temos Páscoa, Natal, feriado de Réveillon, aniversários, etc. Sabíamos disso tudo ao entrar nessa profissão, que amamos mais do que ninguém, mas podemos melhorar."

Sr. Presidente, faço aqui um alerta. Há várias nuances. Por exemplo, nas escalas de voos, uma tripulação que é escalada para um voo às 5 horas da manhã, no mínimo, tem que acordar às 2 horas da manhã. Primeiro, porque ele tem que chegar 2 horas antes do seu voo. Há o deslocamento de sair da sua casa. Então, veja como é o comportamento humano, V. Exª que é médico: as alternâncias, um dia você acorda às 2 horas da manhã, mesmo que haja um descanso lá na frente, no outro dia, o seu voo é às 10 horas da manhã. Então, veja como fica esse cidadão, primeiro, para se incorporar e se adequar a esse horário. Nós fizemos uma viagem à China agora, com a Senadora Vanessa Grazziotin, e vimos a dificuldade que tínhamos de adaptação. Quando estávamos nos adaptando, estávamos voltando, são três, quatro dias.

Em que pesem esses problemas todos, temos uma questão de risco muito grande, no caso de estresse. Isso é muito diferente do que foi aprovado ontem, por exemplo, no regime dos caminhoneiros. O caminhoneiro, se sente sono, para num posto ou à margem da rodovia; a tripulação, se não tiver um pouso para ela, nós vamos juntos. Ele vai descansar onde? E nós estamos juntos. Então, é extremamente meritório, muito bem discutido, aqui estão alinhadas todas as categorias. Mais uma vez, parabenizo e tem meu total apoio. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu sei que é uma atitude antipática, mas é regimental e, infelizmente, a Presidência tem que garantir. Não é permitido manifestação. Gente, no caso hoje, aqui, só há – parece-me – representação de um lado, pelo que eu estou vendo. Mas, mesmo assim, há momentos na Comissão tão tensos que, se não houver um comando, a audiência acaba se transformando numa coisa muita tensa e, às vezes, até agressiva.

São bem-vindos! Não sabem a alegria que eu sinto de tê-los aqui. Agradeço-lhes a presença, mas eu pediria, por favor, que não houvesse manifestação contra ou a favor. Isto aqui é uma comissão.

No plenário, terão garantida a presença e vocês poderão...

Mas eu estou torcendo para que a gente possa hoje sair daqui com este parecer aprovado. Eu, particularmente, estou torcendo para isso. Todavia, quero de antemão garantir que qualquer Senador aqui tenha o direito regimentalmente de pedir vista, até porque esse parecer do Senador Paulo Paim, que está sendo lido aqui, depois de toda a convergência, pela primeira vez, embora, desde a semana passada, tenha sido disponibilizado.

As pessoas queriam que eu fizesse na quarta-feira passada, de forma extrapauta, e eu disse que extrapauta não daria para ser, até porque o Relator não consentiria, pois se trata de um projeto polêmico. Se eu inserisse extrapauta, a outra parte diria: "Vocês fizeram de última hora". Então, eu peço que entendam o processo democrático legislativo. E eu estou garantindo que isso seja o mais democrático possível.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, primeiramente, eu quero manifestar a minha posição plenamente favorável ao projeto e ao substitutivo apresentado pelo Senador Paulo Paim, que foi muito feliz no seu relatório, porque ele focou também num ponto essencialmente importante, que é a jornada de trabalho do aeronauta.

Imaginem só: os aeronautas trabalham até hoje com uma legislação de 1984, e a realidade, com certeza, mudou, os serviços mudaram. A Aeronáutica, hoje, é muito mais demandada do que era em 1984. Com certeza, a carga horária prevista naquele momento não condiz mais com a realidade de hoje.

Então, eu, que tive a oportunidade, Sr. Presidente, de receber no gabinete o Presidente do Sindicato, que fez uma exposição minuciosa da situação de trabalho que eles enfrentam, compreendi perfeitamente quais são os problemas que eles enfrentam. Portanto, está mais do que na hora de realmente fazer uma mudança nessa legislação. E o Senador Paulo Paim foi muito feliz porque ele conseguiu contemplar aqui todas as necessidades e as demandas apresentadas pelos trabalhadores da Aeronáutica. Mais do que isso, eles contribuíram também com a elaboração desta proposta. Então, é muito importante que quem é afetado diretamente possa também opinar na elaboração da legislação.

É um projeto que assegura, com certeza, a segurança de voo como principal ponto deste projeto de lei, apresentado pelo Senador Paulo Paim, como substitutivo. O pilar principal do que está sendo discutido hoje é a segurança de voo.

Eu, inclusive, tive a oportunidade, Senador, de ouvir algo que também me assustou bastante, porque eu sou usuária do transporte aéreo, como todos nós, diariamente. Quando há uma carga horária exaustiva, o que

acontece com a tripulação e principalmente com o piloto e copiloto? Enquanto um trabalha, o outro descansa e vice-versa. Imaginem nós, usuários desse transporte, passageiros, sabermos que, lá na cabine, poderemos ter pilotos que estão descansando porque estão com uma carga horária exaustiva. Isso é grave, muito grave!

Portanto, antes que aconteça algo pior, é necessário, sim, fazer uma legislação que possibilite aos trabalhadores da Aeronáutica terem condições de trabalho dignas e não só no seu exercício profissional, mas também na sua convivência com a família, porque os momentos de descanso que lhes são oferecidos não são momentos de descanso junto às suas famílias. São momentos de descanso em outras cidades, em outros lugares, em outros hotéis. Ou seja, estão descansando distantes dos seus lares, distantes das suas famílias. Isso, na minha opinião, não é, de fato, o descanso de que o trabalhador brasileiro, de que todo trabalhador precisa. O momento de descanso é em casa, na convivência familiar.

Então, eu quero aqui dizer que é um projeto que já passou da hora de ser apresentado. E eu quero aqui parabenizar o Senador Paulo Paim como Relator, que conseguiu se apropriar das demandas da categoria.

E quero dizer que há consenso. Pelo que eu entendi, o substitutivo é consenso; não há divergência nessa proposta. Pelo menos entre as entidades que representam os trabalhadores, há grande consenso. E há consenso também, com certeza, com representantes das empresas, tanto da GOL, quanto da TAM. Eu entendi que há consenso.

Então, o meu voto é favorável e tenho a maior tranquilidade e me sinto muito honrada de poder contribuir para melhorar a segurança de voo não só da tripulação, mas também dos passageiros que se utilizam do transporte aéreo.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito bem. Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria, Presidente, em primeiro lugar, pedir a todos os colegas Senadores que não peçam vista dessa matéria. Acho que seria muito importante que, dada a qualidade do relatório feito pelo Senador Paulo Paim, não se pedisse vista de uma matéria já tão examinada, tão detalhadamente cuidada.

Queria, em homenagem à categoria, saudar o Pedro Bom, que é o representante regional em Porto Alegre do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

E quero dizer que eu conheço o Senador Paulo Paim como sindicalista e como metalúrgico. Então, eu imagino que ele nunca tenha imaginado a carga horária... Ele sabe muito bem a de um metalúrgico. Eu imagino que – no chão de fábrica, a sua especialidade – não tenha a noção de que natureza é o trabalho de um piloto, de um copiloto e também da própria tripulação que integra os serviços aeroportuários.

Então, o que o Senador Paulo Paim fez – se fosse metalúrgico, talvez ele mesmo escrevesse o substitutivo ou o projeto, porque ele conhece – foi buscar os especialistas para elaborar um substitutivo com esse grau de aperfeiçoamento, ouvidos também os órgãos responsáveis pela regulamentação da relação capital e trabalho.

Neste caso, estamos tratando não apenas da segurança dos profissionais, mas estamos tratando da segurança dos passageiros, que é uma causa fundamental que temos que ver. Mais do que isso, Senador Waldemir Moka, o Senador Paim e outros colegas Senadores e Deputados, temos trabalhado aqui intensamente em uma questão gravíssima que diz respeito ao Aerus. Muitos comandantes, muitos pilotos e copilotos estão esperando uma solução; pagaram e não receberam. Isso também é uma forma de sofrimento de um sistema que não funcionou e não teve fiscalização.

Então, eu imagino que, também para essas gerações que estão trabalhando hoje na aviação brasileira nacional e internacional, esse substitutivo é também uma homenagem a gente que está hoje. E nós temos que resguardar os direitos dessa categoria que tem tanto a ver não só com a segurança da sua atividade profissional, mas tem a ver com a segurança dos usuários do sistema aéreo brasileiro e também tem responsabilidade com o desenvolvimento de um setor em que o Brasil está avançando muito.

Hoje nós temos voos diários de Brasília para os Estados Unidos, para a Europa, para a América Latina. São várias companhias. O Senador aqui citou TAM e GOL, mas há a Azul operando, há outras companhias trabalhando nos voos regionais. A Avianca, bem lembrado.

E nós temos que exatamente tratar dessa questão com a seriedade com que foi tratada nesse relatório do Senador Paulo Paim, que eu apoio integralmente.

Então, parabéns ao Senador e parabéns também ao Senador Blairo Maggi e ao meu colega, correligionário, Jerônimo Goergen, que tem um projeto semelhante na Câmara dos Deputados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, caros colegas. Senador Moka, Presidente desta Comissão, não é de hoje que eu conheço V. Exª, não é de hoje que nós todos o conhecemos,

mesmo da Câmara dos Deputados, e já se passaram dezenas de anos praticamente. Mas falo isso até pelos catarinenses que migraram para o Estado de V. Exª, atraídos, eu sei, pelas belezas do Pantanal, de Bonito, pelas terras férteis, pela parte industrial do desenvolvimento.

Mas muita gente foi para lá pela atuação de V. Exª. E informo à gente catarinense que lá reside, no Mato Grosso do Sul, que fica incensando e louvando a atitude de V. Exª, no seu Estado, e nós aqui somos testemunhas disso.

No mais, a proposta em tela, de autoria do Senador Blairo Maggi, relatada aqui pelo Senador Paulo Paim, que propõe um substitutivo, eu diria, em poucas palavras, Senador Eduardo Suplicy, que representa uma espécie de tratado. Parece-me até que é uma espécie de bíblia, de um estatuto do aeroviário brasileiro e da sua tripulação. É uma espécie de estatuto, de tratado. Eu diria em poucas palavras que é alguma coisa que traz, é um catecismo, é uma bíblia.

Então, eu quero cumprimentá-lo...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então, vamos votar, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – E vejo que o Senador Eduardo Suplicy encara até como um tratado e como uma bíblia isto aqui. Ele concorda com isso.

Esse é o comentário, Sr. Presidente e caros colegas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu agradeço ao Senador Suplicy, que é muito econômico na fala, e está pedindo agilidade. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr. Presidente, na verdade, também queria prestar a minha solidariedade pela sua posição, da forma que só abriu esta votação, dizendo da importância desta Comissão e que não aceitaria nenhum tipo de pressão, até porque não cabe pressão aqui.

Eu lamento, porque esse assunto me interessa muito, Paim. Eu moro no Acre, o meu voo são três horas. Nós temos um Município na nossa região, na Região Amazônica – a Senadora Vanessa sabe disso –, a que não temos acesso, nem através de rodovia, de barco nós gastamos de 15 a 20 dias. O acesso que nós temos é pelas pequenas aeronaves.

Eu não tive o privilégio de receber esta comissão, como a Senadora, como V. Exª, que deve ter debatido exaustivamente com ele. A Senadora Ana Rita acabou de dizer também que teve a presença do sindicato em seu gabinete. Eu não tive a oportunidade. A única oportunidade que estou tendo é esta, agora, de discutir um projeto que me interessa. Eu não sou sindicalista, não sou sindicalista, eu sou um simples passageiro que faz uso dessa aeronave há seis anos: quatro anos como Deputado Federal, que ficou um final de semana apenas em Brasília, por causa de uma cirurgia que fiz no meu olho. Então, todas as quintas-feiras, eu estou no meu Estado e, às segundas-feiras, eu volto.

Então, esta é a única oportunidade. Agora, o que eu não aceito é o cidadão dizer que, se eu não votasse hoje, eu poderia ser responsabilizado por uma tragédia que pudesse acontecer no meu País. Isso me deixa preocupado porque uma pessoa que faz uma agressão dessa, uma ameaça, não está preparada. Então, tomara que não seja um piloto nem um comandante de uma aeronave, porque está totalmente despreparado para participar desse debate que não ajuda, muito pelo contrário, prejudica os demais que estão aqui. Estou vendo o esforço do Senador Paim aqui. Até porque esse projeto não vai terminar aqui; ele vai à Câmara. Então, quer dizer que nós, os Parlamentares, Deus nos livre, se acontecer uma tragédia, seremos os responsáveis.

Então, isso é lamentável, é lamentável que aconteça aqui, não só nesta Comissão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Claro!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É só uma frase.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Claro, Paim!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu queria só lembrar que esse projeto votado hoje não vai à Câmara; ele voltará para uma outra votação aqui, porque é um substitutivo, e a votação é em dois turnos.

No que eu quero contribuir para o debate? Vou deixar à avaliação de V. Exª. Votado hoje, ele fica na pauta, todos poderão apresentar emendas, inclusive, e vai haver uma segunda votação pela abrangência do projeto. Só para ajudar na compreensão...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Mas, depois, ele irá à Câmara, depois da segunda votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Depois de votado aqui.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Da segunda votação. Exatamente.

Então, a minha preocupação era no sentido de, se fosse possível, discutir com eles para até melhorar a proposta deles. Nem sei se cabe qualquer tipo de melhora. A minha preocupação é porque é um projeto que lida diretamente com a segurança das pessoas. É um projeto que lida não só com a segurança deles, porque, quando eles falam do tempo de voo, é como V. Exª disse, não está só a vida deles em jogo, as nossas vidas também. E principalmente, na minha região e no meu Estado...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É importante que eu esclareça, embora já tenha tentado.

Se votarmos hoje, em primeira votação, este projeto tem o chamado turno suplementar, então necessariamente terá uma segunda votação. É claro que até lá as emendas serão permitidas até o encerramento da discussão, quando da segunda votação. Então, essa é uma primeira fase, mas não haverá prejuízo se V. Exª quiser ainda alterar. É só isso que eu quero garantir. Nem deveria estar falando, mas regimentalmente V. Exª tem todo o direito de, se quiser, pedir vista.

Agora, eu lhe faria um apelo pessoal: vamos votar hoje, e o Senador Paulo Paim, tenho certeza, garantirá, com a presença das lideranças, do presidente do sindicato, que V. Exª se sinta confortável para votar o segundo turno. É um apelo que a Presidência faz a V. Exª.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – O.k.., Presidente, eu agradeço o apelo, e acho que nem necessitava chegarmos a isso.

Agora, o que me preocupou é a forma da tensão que está perante o projeto. Eu acho que as empresas não podem fazer *lobby.* Aqui não pode haver *lobby* de nenhuma parte, seja dos sindicatos. Eu não sou sindicalista. V. Exª é sindicalista. Eu não sou sindicalista. Aqui eu estou legislando em cima de uma preocupação da população do meu País. Entendeu?

Era isso, Paim. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Senadora Vanessa; logo em seguida, o Paulo Davim.

E plagiando o Senador Suplicy, eu peço agilidade porque eu preciso garantir o quórum da votação. Por favor.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, cancele a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Paulo Davim.

Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu quero dizer, Sr. Presidente, que V. Exª não se preocupe comigo, não. Eu vou ser tão sintética quanto o Senador Suplicy tem sido em todos os seus pronunciamentos. (*Risos.*)

Não há esse problema, viu, Senador Suplicy. V. Exª está percebendo a situação aqui, não é porque contamos com a presença dos aeroviários, de forma nenhuma, mas pela importância do projeto.

Eu só quero registrar, Sr. Presidente, que ontem esta Casa teve a capacidade, nós tivemos a capacidade – todos os partidos políticos, absolutamente todos, porque essa foi uma demanda que partiu de todas as lideranças de todos os partidos –, na reunião de ontem, mesmo sem o projeto ter tramitado nas comissões, de melhorar muito um projeto semelhante, mas que tratava da jornada de trabalho de motoristas, motoristas profissionais de cargas, de passageiros. E não permitimos, de forma nenhuma, que fosse aumentada a jornada de trabalho desses profissionais. Da mesma forma, nós estamos tratando com aeroviários, pessoas que se responsabilizam por deslocar pessoas e cargas, e eles próprios estão nesse deslocamento.

Então, eu creio que o projeto deva levar em consideração, em primeiro lugar, essa questão. E, nesse aspecto, eu cumprimento o Senador Paim, porque, de fato, de um projeto que era extremamente negativo – haja vista a quantidade de mensagens que nós recebíamos via internet contrárias ao projeto, e agora são mensagens positivas porque recheadas de dados, recheadas de informações que são importantes para que possamos votar –, de um projeto que não era bom, Senador Paim, V. Exª teve a capacidade de apresentar um excelente substitutivo, um substitutivo que trata não só da regulamentação da jornada de trabalho, mas que também prevê a criação de comitês enfim, para que possam os trabalhadores, juntamente com os empresários, proprietários do transporte... Não são só os grandes, Presidente, porque aqui nós tratamos da aviação regional, do táxi aéreo também. Tudo está englobado, e nós que vivemos na Amazônia, como disse o Senador Petecão, andamos muito de aviãozinho pequeno mesmo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Exatamente.

E vemos as jornadas muitas vezes estressante que são impostas a esses trabalhadores. Então, acho que o projeto é fundamental, é necessário, é urgente.

Cumprimento aqui os representantes de todos os trabalhadores e das trabalhadoras também que aqui estão. A maioria delas ainda é comissária, mas logo, logo, serão a maioria de todos os pilotos.

E quero dizer que, graças a essa mobilização...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Meio a meio, Senador. Exatamente.

Graças a essa mobilização, nós teremos, em breve, mais uma lei importante que não só protege os trabalhadores, mas protege a população.

Parabéns, Senador Paim! Parabéns a todos e a todas!

Obrigada, Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Encerrada a discussão, eu vou proceder à votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas eu queria, Sr. Presidente, agradecer o Senador Petecão. Só vou dizer isso. Eu queria só agradecer V. Exª.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu entendi. Fica aqui a nossa solidariedade com V. Exª.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. *Fora do microfone*.) – Até porque o meu interesse era o de ajudar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu sei. Eu sei disso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ficam aqui os meus cumprimentos, o meu agradecimento e a minha solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu acho lamentável, porque nessas coisas, às vezes, a pessoa tem até interesse em ajudar, mas uma atitude dessa não contribui, ela só atrapalha, como atrapalhou agora.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – É o estresse, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É o estresse.

Senador Paulo Paim, o voto é conhecido, como Relator.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Voto "sim", parabenizando o autor e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Com o Relator e com todos os aeroviários brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – De acordo com a manifestação, de acordo com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator, o substitutivo do Senador Paim e também com a iniciativa do Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Mesmo V. Exª não me dando o direito de debater a matéria aqui na Comissão – vai haver votação no segundo turno –, eu vou votar com o Relator. Mas eu gostaria de me manifestar, diante do fato de que essa matéria começou aqui, já há alguns anos, a ser debatida, com audiências públicas promovidas pelo ilustre, valoroso e competente Senador Vicentinho Alves. Eu acompanhei bem de perto.

Eu queria também ter o direito de externar a minha opinião, até porque existe um pleito do Senador Ciro Nogueira para que eu pedisse vista aqui neste processo para que ele fosse analisado. Todavia, mormente, *data venia*, em respeito ao Senador Paulo Paim, que me fez um apelo e ao Senador Cyro Miranda, eu até não ia... Inclusive, estou recebendo um telefonema do Senador Ciro Nogueira me cobrando esse pleito que ele me fez na tarde e noite de ontem. V. Exª viu ele ao meu lado lá.

De qualquer maneira, como ainda vai haver uma discussão aqui, eu vou votar com o Relator, "sim", mas V. Exª não me deu o direito de também debater a matéria. Respeitosamente, quero dizer que é fundamental nós debatermos com a maior amplitude possível.

Agradeço e voto "sim" para prosseguir a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só uma observação, Senador Jayme. Eu fui informado aqui que V. Exª estava pedindo a votação. Desculpe.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT. Fora do microfone.) – Já está registrado o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu sei, mas eu quero dizer a V. Exª que eu jamais, como nunca fiz, evitaria...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – V. Exª é um estadista.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª tem o direito de debater, mas eu fui informado de que V. Exª estava pedindo para votar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu pedi para me inscrever. Mas está valendo. Está tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, quero que V. Exª, pelo menos, entenda que...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu fui respeitoso com V. Exª, grande e emérito...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não. Mas eu preciso esclarecer que eu não cerceei.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Está esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu fui informado de que V. Exª pediu para votar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu pedi para me inscrever.

Todavia, mormente, *data venia*, concordo em gênero e número com V. Exª. Está votado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Há uma falha. Eu assumo a falha, porque sou Presidente, mas a informação que chegou para mim é de que V. Exª queria que acelerasse a votação.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu peço desculpas em nome da nossa assessoria aqui.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Voto "sim", com o nosso Relator aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senador Jayme Campos.

Senador Eduardo Suplicy.

Se algum Senador quiser fazer algum tipo de manifestação durante, até para evitar o que aconteceu agora, será permitido. Eu quero deixar muito clara a minha posição também em relação a isso.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Cumprimento todos que trabalham na aviação aérea. Cumprimento o Senador Paulo Paim e o Senador Blairo Maggi, tanto pelo parecer bem-feito do Senador Paim, quanto pela iniciativa do Senador Blairo Maggi.

Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador, um "sim" muito consciente.

Parabéns a todos!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado.

Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aprovado por unanimidade dos presentes aqui.

A Presidência não vota, mas votaria em caso de empate. O Senador Paulo Paim sabe que votaria pelo relatório.

Nós vamos para o turno suplementar, e serão permitidas, até o final da discussão – que fique claro isto – emendas a esse projeto.

O resultado: aprovada, em turno único, a Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Sociais, que, na verdade, é o Substitutivo do Senador Paulo Paim ao Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2011.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de um novo substitutivo integral.

Agradeço a presença e a postura dos aeronautas. (*Palmas.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Dos aeronautas, não aeroviários!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Waldemir Moka, no encerramento desta votação tão importante do ponto de vista social, o Senador Jayme Campos o tratou como um estadista.

Eu vou lhe dizer que não há necessidade de fazer um desagravo a V. Exª, porque todos, mesmo discordando do encaminhamento, estamos vivendo numa Casa democrática. E esta Comissão tem sido assim. O Jayme Campos, quando lhe chamou de estadista, fez, na verdade, um reconhecimento da sua isenção nessas matérias. E eu diria que é mais do que um estadista, um diplomata de boa qualidade V. Exª tem sido sempre aqui.

Então, após o que aconteceu nesta votação, eu gostaria, como Senadora – acompanho e conheço o seu trabalho, como conheci o trabalho do Senador Jayme Campos aqui, que, da mesma forma como o senhor, foi absolutamente isento nas votações –, de registrar o meu contentamento e dizer que, como eu falei, não há necessidade de desagravo, mas a sua atitude aqui me orgulha muito como Senadora na Comissão de Assuntos Sociais.

Parabéns, Senador Waldemir Moka! E continue assim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu agradeço, mas quero reforçar o respeito não só de V. Exª, mas também de todos nós pelo ex-Presidente Jayme Campos.

E, pelo equívoco, faço questão de registrar as minhas desculpas, embora não seja meu, mas da nossa assessoria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, só uma palavra, se me permitir. Só uma palavra, porque eu não falei, Sr. Presidente, dos consultores do Senado. Eles trabalharam dia e noite, junto com a equipe dos nossos aeronautas, para esse projeto chegar aqui hoje. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador, é importante a lembrança. Não só neste caso, mas também em todos os casos, temos que registrar exaustivamente o trabalho incansável e competente da Consultoria do Senado.

Eu volto à pauta:

ITEM 1
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2012
– Não terminativo –

Altera as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 12.512, de 14 de outubro de 2011, para determinar que os benefícios monetários nelas previstos sejam pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Autoria: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados e manutenção do texto do Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2012, com a seguinte adequação redacional: renumere-se para §5º o §4º do artigo 13 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, na forma do artigo 2º do PLS nº 44, de 2012.

Observações:

– Em 24.04.2014, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer contrário ao SCD nº 44, de 2012.

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, para proferir o seu relatório.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Caro Presidente, nobres colegas, praticamente, V. Exª, ao ler a ementa e o final, sintetizou o nosso pensamento, o nosso relatório.

Ele foi à Câmara, houve uma alteração, veio para cá, na Comissão de Agricultura. A Senadora Ana Amélia resolveu manter a originalidade do projeto, segundo a proposta do eminente Senador Paulo Bauer, e nós também entendemos em manter essa proposta, que, na essência, o que significa? Significa, e essa foi a origem do projeto, que, quando há benefícios para a família, qualquer coisa que seja – o Minha Casa, Minha Vida ou o Bolsa Família, do Governo Federal –, preferencialmente, não que seja compulsório, seja destinado à mulher, a mulher que cuida dos filhos, que cuida da casa. Então, preferencialmente, para valorizar a mulher. Essa é a ideia da proposta do eminente Senador Paulo Bauer.

Portanto, a síntese que V. Exª fez no começo encerra praticamente o relatório que fiz em relação a essa matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir, o autor, Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu quero aqui saudar o Senador Casildo Maldaner e cumprimentá-lo pelo relatório que fez a respeito dessa matéria. E, como bem disse o Senador Casildo, essa matéria já tramitou por uma vez aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, onde a Senadora Ana Rita, inclusive, foi a Relatora da matéria, manifestando-se favoravelmente; depois, essa matéria foi à Câmara dos Deputados, onde tramitou pelas comissões designadas, merecendo parecer favorável em todas elas, apenas houve uma alteração, que foi proposta pela Deputada Benedita da Silva. Essa alteração foi negociada e acertada inclusive com o Governo e, por isso, quero aqui registrar que fico muito feliz que estejamos agora votando a matéria em última votação aqui, porque, uma vez aprovada, irá à sanção da Presidente da República. E é bom mencionar que também a Senadora Ana Amélia manifestou-se favoravelmente a essa matéria na Comissão de Agricultura, onde foi apreciada há duas ou três semanas.

Portanto, cumprimentando o Senador Casildo, agradeço a todos que contribuíram. É, sem dúvida nenhuma, uma matéria importante, porque sabemos que no Brasil existem muitas ações que o Governo desenvolve e, na maioria dos casos, a administração da casa, a administração da família cabe à mulher. Mesmo que ela esteja vivendo um casamento que seja legalmente constituído e estruturado, ela acaba sendo a administradora de todas as ações familiares. Por isso, os programas sociais do Governo que são voltados para as pessoas mais carentes, para as famílias mais carentes, se feitos preferencialmente através da mulher, através da mãe, através da esposa, vão, sem dúvida nenhuma, ter um resultado melhor. As crianças serão melhor atendidas, a família saberá utilizar melhor os benefícios, porque a mulher, até por conhecer mais e por estar mais presente, administra melhor todas as condições e todos os recursos disponíveis para a vida doméstica e da família.

E é também necessário, Sr. Presidente, que eu requeira a V. Exª que seja submetido à apreciação da Comissão um requerimento de urgência para essa matéria, porque, uma vez aprovada em regime de urgência na Comissão, ela será imediatamente colocada em votação no plenário da Casa, e tenho certeza de que o Senador Renan Calheiros e todos os Líderes haverão de concordar.

Por isso, o requerimento que faço ao Senador Jayme Campos e também ao Senador Moka é no sentido de que também se vote não só o relatório do Senador Casildo, mas também o requerimento de urgência que apresento neste instante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senador Paulo Bauer.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o relatório do Senador Casildo Maldaner permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, contrário ao substitutivo da Câmara e favorável ao texto aprovado pelo Senado Federal ao Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2012, com adequação redacional sugerida pelo Relator.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para prosseguimento da sua tramitação.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em votação o requerimento de urgência:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 33, DE 2014

Nos termos dos artigos 336, inciso II, e 338, inciso IV, combinados com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2012.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do pedido de urgência.

Item 2 da nossa pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, de 2013

– Não terminativo –

Altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de medicamentos de uso humano e equipamentos hospitalares, sempre que aquisição se der por órgão do poder público.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2013, e da Emenda que apresenta.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

– Votação simbólica.

A votação será simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, para preferir a leitura do seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – E serei muito breve, Sr. Presidente, mesmo porque, lendo apenas a ementa do projeto, dá para percebermos seu alcance e sua importância, porque ele prevê reduzir a zero as alíquotas de PIS/Pasep e do Cofins para medicamentos de uso humano e equipamentos hospitalares, sempre que aquisição se der por órgão do Poder Público.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que, em vários casos, o PIS/Cofins é neutro. Aplica-se, dentro do Sistema Tributário Brasileiro, para alguns desses medicamentos e equipamentos, o PIS/Cofins é neutro e, portanto, não cremos que haja tanto impacto nas finanças do Poder Público.

E, finalmente, em relação à responsabilidade fiscal, o projeto contém a necessária estimativa de perda de arrecadação prevista no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Portanto, é um projeto meritório, Sr. Presidente, que vai contribuir muito com o Poder Público, visto que são aquisições públicas para o uso em unidades públicas de saúde e isso poderá otimizar o atendimento e pedir que uma parcela maior de pessoas tenham acesso não só aos medicamentos, mas também aqueles equipamentos que são importantes na área de saúde.

Ante os argumentos apresentados, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2013, com a emenda seguinte:

EMENDA Nº
(ao PLS nº 279, de 2013)

Altere-se a numeração do inciso acrescentado ao art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2013, para inciso XLIII.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o presente relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2013, com a Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão que lá será terminativa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, só uma correção.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Na realidade, eu li errado a emenda, é inciso XLIII e não LXIII. Para ficar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O último item da nossa pauta é o item 3:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, DE 2012

– Terminativo –

Determina a obrigatoriedade de distribuição de protetor solar pelo SUS para pessoas portadoras de albinismo e dá outras providências.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

– Em 28.05.2014, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2012.

– *Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada apresentação de novo Substitutivo integral.*

Eu concedo a palavra à Senadora Ana Amélia como Relatora *ad hoc*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras, vou simplificar porque já foi debatido, como disse V. Exª, lembro-me bem até do empenho do Relator Senador Rodrigo Rollemberg.

Lembrando apenas aos colegas que este projeto é para distribuir pelo SUS protetor e bloqueador solar às pessoas portadoras de albinismo, desde que compatíveis com a necessidade, a quantidade e o fator de proteção especificados por um profissional da área médica, e desde que os interessados no benefício – no caso, os albinos – façam um cadastramento especial no Sistema SUS. É o que determinam, respectivamente, o *caput* e o parágrafo único do art. 1º da proposição.

Na justificativa o autor lembra que a incidência de câncer de pele tende a ser maior nas pessoas com albinismo, o que implica também aumento de custos para o SUS para o tratamento do câncer. A prevenção, que seria a obrigação do SUS de fornecer protetor solar ou o bloqueador, é uma forma preventiva até de reduzir o custo que ele tem no tratamento do câncer.

Então, nesse sentido, a distribuição desse protetor asseguraria melhor qualidade de vida aos albinos, esse segmento da população, além de garantir uma diminuição das despesas.

Então, vou direto ao voto, porque essa é a essência do projeto do Senador Eduardo Amorim, com a apresentação, na relatoria *ad hoc*, pela aprovação do projeto de lei na forma do seguinte dispositivo:

PROJETO DE LEI DO Senado.

Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Albinismo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Albinismo e estabelece diretrizes para a sua consecução.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com albinismo o portador de distúrbios classificados no código "E70.3 Albinismo", da décima revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID 10), e revisões subsequentes.

Art. 2º São ações da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Albinismo:

I – a elaboração e a implementação de um cadastro nacional;

II – a estruturação da linha de cuidados e o estímulo à prática do autocuidado;

III – a organização do fluxo da assistência à saúde;

IV – a definição do perfil epidemiológico;

V – a formação e a capacitação de trabalhadores, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para lidarem com os diversos aspectos relacionados com a atenção à saúde da pessoa com albinismo;

VI – a qualificação da atenção integral à saúde da pessoa com albinismo.

Art. 3º São direitos da pessoa com albinismo:

I – o acesso ao atendimento dermatológico, inclusive ao protetor solar e aos medicamentos essenciais, além do tratamento não farmacológico, crioterapia e terapia fotodinâmica;

II – o acesso ao atendimento oftalmológico especializado, assim como às lentes especiais e aos demais recursos de tecnologias assistivas – equipamentos óticos e não óticos – necessários ao tratamento da baixa visão e da fotofobia.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o voto na relatoria *ad hoc*, caro Presidente, Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, em votação.

Na verdade é turno suplementar e não foram oferecidas emendas. Então, este projeto é considerado definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal .

Eu informo que a Senadora Lúcia Vânia pediu a retirada de pauta dos dois últimos itens.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, DE 2011

– Terminativo –

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para instituir a obrigatoriedade de disponibilizar ao consumidor informações nutricionais de alimentos preparados.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2011, e da Emenda nº 1-CMA.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, DE 2013

– Terminativo –

Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, o saque na hipótese de decretação de estado de calamidade pública ou em situação de emergência decorrentes de eventos climáticos, e dá outras providências.

Autoria: Senador Mário Couto

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 396, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Olha, eu queria fazer uma referência elogiosa e um reconhecimento, primeiro, ao trabalho e ao comando desta Comissão. E não é rasgação de seda, Senador Waldemir Moka; não há necessidade de eu fazer isso, apenas o reconhecimento.

Fizemos audiências públicas nesta Comissão no dia 22, e o Senador Paulo Paim foi muito generoso em abrir mão de uma audiência que havia sido marcada num requerimento dele, para que nós pudéssemos no dia 22 de maio fazer uma audiência para avaliar a eficácia da lei dos 60 dias.

Hoje, Senador Moka, nós estamos lendo no *Diário Oficial* uma portaria do Ministério da Saúde dispondo sobre o primeiro tratamento no SUS, no prazo de 60 dias, contados a partir do dia em que for firmado o diagnóstico em laudo patológico ou em prazo menor do que os 60 dias, conforme necessidade terapêutica do caso registrado em prontuário.

Eu queria dizer que isso aqui é a recompensa maior que nós Parlamentares temos quando o Poder Executivo se antecipa e cumpre aquilo que a sociedade espera de um gestor público.

Então, eu queria cumprimentar toda a equipe do Ministro Arthur Chioro; a nossa querida Presidente da Oncoguia, Luciana Holtz, nos antecipou para dizer que essa decisão foi muito importante. Então, eu queria reafirmar os cumprimentos à decisão da portaria do Ministério da Saúde em relação ao tratamento do câncer na lei dos 60 dias, da qual eu fui Relatora, Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, eu quero dizer que foi fundamental aquela audiência pública porque estavam presentes representantes do Ministério da Saúde e do Ministério da Previdência. Também os dois aqui. O grupo de trabalho formado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E também, Presidente, não esquecer o Ministério Público Federal. O Dr. Eitel Santiago foi uma figura muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª lembrou bem.

Eu acho que isso tudo foi fundamental, mas o importante é que esta Comissão tem atuado sempre nas audiências públicas e encaminhado de forma que as audiências públicas surtam resultado, tenham objetivo. Então, parabenizo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Agora esperamos que, com relação às pesquisas clínicas – como o grupo de trabalho já está trabalhando intensamente –, a gente, até o final do ano, tenha um resultado também positivo como esse.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu que agradeço.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu ia saindo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nós temos um requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois é. Um requerimento que é, na verdade, de um outro Senador pedindo para que eu desista de uma audiência. Eu fiquei só por solidariedade ao pedido que ele me fez e que eu acordei com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, está bem. É só um pedido.

Requerimento:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 34, DE 2014
- Não terminativo -

Nos termos do disposto no artigo 93, §2º, combinado com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro dispensa de Audiência Pública aprovada por esta Comissão, em 21 de maio de 2014, conforme Requerimento nº 27, de 2014, de autoria do Senador Paulo Paim, referente à instrução do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2013.

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós estamos construindo juntos um acordo e, se o acordo for feito, não há por que audiência pública. Mas eu quero trocar esse requerimento pelo outro que V. Exª já acordou comigo, que votaremos na semana que vem, sobre o envelhecimento humano.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É porque ela ainda não tomou posse.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você me explicou e eu entendi. Ela nem tomou posse ainda.

Então, obrigado e me somo as palavras da Senadora Ana Amélia ao seu trabalho. Parabéns! É uma satisfação estar aqui sob a sua Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, o requerimento do Senador Paulo Paim.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, estamos pedindo a dispensa dessa audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente vai encerrar a presente sessão

Está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e dez minutos, a reunião é encerradas às 11 horas e 12 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE JUNHO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS QUATORZE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e três minutos, do dia quatro de junho de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Rodrigo

Rollemberg, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jaime Campos, Cyro Miranda e João Vicente Claudino, e das Senadoras Angela Portela, Ana Rita, e Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. Registra presença também o Senador Marcelo Crivella. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada a tratar das condições de assistência dos hospitais federais do Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2014-CAS, de iniciativa do Senador Paulo Davim, com a presença dos seguintes oradores: **SIDNEI FERREIRA,** Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, representante do Conselho Federal de Medicina; **JORGE S DARZE,** Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, representante da Federação Nacional dos Médicos; **JOSÉ LUIZ DANTAS MESTRINHO,** Diretor de Assuntos Parlamentares da Associação Médica Brasileira; **RUY FERNANDO GOMES LEME CAVALHEIRO**, Procurador do Trabalho da Coordenação Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública, representante do Ministério Público do Trabalho; **FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS,** Secretário de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde. Usam da palavra os Senadores Paulo Davim, Marcelo Crivella e **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da ata da reunião imediatamente anterior. Ela é considerada aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2014, da Comissão de Assuntos Sociais, de iniciativa do Senador Paulo Davim, com objetivo de tratar das condições de assistência dos hospitais federais do Brasil.

Eu vou pedir já para compor a mesa. Dos convidados, apenas um, até agora, não registrou a presença. Convido para compor a mesa os ilustres oradores Sidnei Ferreira, Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, representante do Conselho Federal de Medicina; José Luiz Dantas Mestrinho, Diretor de Assuntos Parlamentares da Associação Médica Brasileira (AMB); Ruy Fernando Gomes Leme Cavalheiro, Procurador do Trabalho da Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública (Conap); Fausto Pereira dos Santos, Secretário de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde.

Representando o Dr. Geraldo Ferreira Filho, Presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam)… O Senador Paulo Davim pede que fale, em lugar do Presidente da Federação Nacional dos Médicos, o Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, Dr. Jorge S. Darze. Eu aqui estou atendendo a indicação do Senador requerente.

Comunico aos senhores oradores que terão dez minutos. No nono minuto, aquele relógio é programado, vai soar uma campainha. Não sou eu que toco, ele é programado para isso, mas aí é um minuto para concluir. Essa é a forma, ao longo do tempo, como a gente tem feito aqui. Evidentemente, essa exposição inicial vai propiciar o debate, que eu acho que é o que interessa a esta audiência pública.

Eu quero, antes de tudo, agradecer a presença de cada um dos expositores, e conceder a palavra para o Senador requerente, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a V. Exª e à Comissão de Assuntos Sociais por terem aprovado esse requerimento de nossa autoria, porque nós entendemos que realmente é necessário esse debate sobre a questão dos hospitais federais do Brasil, que estão atravessando um momento de grande dificuldade, não só do ponto de vista material, das condições de trabalho, mas também existe um processo de paralisação dos hospitais, sobretudo no Rio de Janeiro. Esta Casa não poderia ficar omissa.

Eu quero agradecer e, sendo objetivo, eu devolvo a palavra a V. Exª, para darmos início à audiência pública. (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – … a chamada na sequência em que compuseram a Mesa. Na hora da réplica, eu inverto essa sequência, de tal forma que quem falar primeiro vai fazer a réplica por último.

Concedo a palavra ao Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro e representante do Conselho Federal de Medicina, Dr. Sidnei Ferreira.

O SR. SIDNEI FERREIRA – Boa tarde a todos. Agradecemos a honra de estar aqui presentes e ter esta oportunidade.

Quero agradecer ao Senador Paulo Davim, responsável por esta audiência pública, e ao Senador Moka, que é o Presidente, e dizer que tudo que vai ser dito aqui, acredito eu – pelo menos o que eu disser –, já é de conhecimento dos diretores dos hospitais federais do Rio de Janeiro, já é de conhecimento do Nerj, do núcleo de gerenciamento dos hospitais do Rio de Janeiro, já é de conhecimento do Ministério da Saúde, e já é de conhecimento do Ministério Público Federal e da Defensoria. Isso não é uma agudização. É uma questão crônica, uma questão grave por que passam os hospitais federais do Estado do Rio de Janeiro.

Nós temos as fiscalizações que nós fazemos do conselho e temos estudo comparativo entre 2008, 2012 e 2014. Todo esse material das nossas fiscalizações tem servido, com base nessas fiscalizações, para tentar melhorar a saúde pública no Estado e também a questão dos hospitais federais. Entretanto, nós não temos visto resposta do Governo, dos gestores com relação a essas questões.

Por exemplo, faltam médicos – falo médicos, mas faltam recursos humanos – em todos os hospitais federais do Rio de Janeiro. Faltam insumos. É claro que uns têm uma característica, por exemplo, predial de haver mais conforto, e outros, não. Mas, de uma maneira geral, faltam recursos humanos, faltam insumos dos mais básicos até os mais complexos, como, por exemplo, medicamentos, medicamentos para quimioterapia, equipamentos para radioterapia. Isso quer dizer o seguinte: os pacientes com câncer estão perdendo a oportunidade de um tratamento precoce e perdendo a oportunidade de cura. Além disso, há outras questões, como uma fratura, por exemplo, que é uma coisa simples, ou uma cirurgia. Como existe uma fila de 8 mil pacientes para cirurgia no Rio de Janeiro, esse paciente pode ser levado a uma sequela grave ou pode ser levado a uma infecção grave.

Eu não vou falar particularmente de cada hospital, porque não daria em dez minutos, mas outra questão gravíssima são as emergências. Todos têm conhecimento de que há pacientes espalhados pelos corredores, pacientes em cima de macas, pacientes no chão. A dignidade humana ali não é preservada, assim como a individualidade, a higiene, a questão da alimentação. O médico não tem condição de fazer o exame físico, de cuidar do seu paciente adequadamente e ver a evolução, de prescrever a medicação ou de atender àqueles casos, àquelas intercorrências de pacientes que ficaram mais graves. Então, não há essa possibilidade.

Por que não há porta de saída? O conselho detectou, em 2008 – e a coisa se repete –, que 30% dos pacientes que entram na emergência ficam acima do tempo necessário, e mais da metade desses pacientes ficam mais de 15 dias internados, o que gera superlotação, sobrecarga de trabalho, risco de infecção hospitalar e aumenta o número de óbitos.

A outra questão é o fechamento de leitos. Leitos estão sendo fechados até hoje – não só leitos de enfermaria, mas também leitos de enfermarias complexas, de UTI. Salas cirúrgicas estão sendo fechadas. Nós temos um déficit de quase duas centenas de leitos e podemos dizer que, diariamente, cerca de duas centenas de pacientes podem ir a óbito sem necessidade, quer dizer, pacientes que poderiam ter uma sobrevida. Isso ocorre por questão de leito. Ainda se fecham leitos, leitos de UTI. Fecham-se leitos de emergência. Há pouco tempo, no Hospital do Andaraí, oito leitos da UPG (Unidade de Pacientes Graves) foram fechados; no Cardoso Fontes, a mesma coisa. Leitos estão sendo fechados na UTI pediátrica e na emergência pediátrica, por quê? Por falta de recursos humanos.

A outra questão que também reputo gravíssima é a questão de pessoal, a questão de recursos humanos, a questão das cirurgias, da fila de cirurgias. Quer dizer, são muitas questões graves que não estão sendo resolvidas, apesar do conhecimento de muitos anos e de nós termos atualizado esses dados.

A questão de recursos humanos é a questão do…

O Ministério da Saúde fez um concurso em 2010, e eu me lembro muito bem do salário, que lembra o Expresso 2222. Salário: R$2.222,72. Esse era o salário. Com esse salário, vários médicos fizeram concurso, e a maioria largou o concurso. Então, são médicos com situações precárias. Há médicos até com oito anos de contrato precário trabalhando nessa rede, ganhando menos, e estatutários ganhando outro salário. Quer dizer, são várias situações trabalhistas no mesmo local, fazendo o mesmo trabalho.

A questão das emergências. As emergências são apinhadas, emergências improvisadas até em contêineres, como é o caso de Bonsucesso. Onde cabem 30 pacientes há 60 pacientes.

Eu estive no Ministério Público Federal no julgamento, e o juiz determinou que se esvaziasse aquela emergência. Um ano e dois meses depois, não havia sido feito isso. Ele, então, deu 30 dias para resolver a questão. E qual foi a portaria do Ministério da Saúde? A Portaria 155, que coloca a regulação na mão do Município, que não tem capacidade para fazer a sua própria regulação. E aí todos os leitos são disponibilizados para que o Município resolva as questões da saída de emergência. Quer dizer, um hospital com doentes complexos, como Andaraí, Cardoso Fontes, Lagoa, Hospital de Bonsucesso, não pode ter o seu leito disponibilizado dessa maneira. Então, o Governo tem que ter outra solução. E com isso nós ficamos.

A outra questão refere-se às questões prediais, porque não se pode fazer a obra, porque a licitação foi errada, porque está sofrendo processo e outras questões. Então, tudo funciona de forma improvisada. O centro cirúrgico está improvisado, está com problema. Outro dia nós subimos 12 andares no Hospital de Andaraí para nos encontrarmos com o corpo clínico. Então, são questões gravíssimas que se somam.

E, agora, a questão do médico, da gratificação dos médicos federais. Os médicos federais iam ter o seu salário reduzido pela metade com a Medida Provisória 568, e, com o movimento que nós fizemos, com a ajuda dos Parlamentares, enfim, com a compreensão do Governo, nós conseguimos reverter. Mas, quando virou lei, segundo dizem, houve um cálculo errado, e os médicos hoje recebem menos que qualquer outro profissional de nível superior na saúde, no Ministério da Saúde. E não é de agora. Há dois anos, recebem de R$1,3 mil a R$1,6 mil a menos em cada matrícula. Eles têm que honrar seus compromissos e estão mantendo os hospitais abertos. Quem visita esses hospitais vê que a situação é muito grave, mas eles mantêm a porta aberta, mantêm o atendimento de qualidade. No entanto, estão recebendo, há dois anos, um salário que foi diminuído. É conquista o vencimento, é obrigatório. Não se pode, neste País, diminuir vencimento, mas foi diminuído o vencimento. Até com os escravos o senhor tinha que cumprir com a sua obrigação no que tange à alimentação, no que tange à roupa, no que tange aos cuidados com o escravo. Esse cuidado não está sendo feito com os médicos federais. Eles estão recebendo menos. Diminuíram os seus salários. Isso já ocorre há dois anos.

Então, nós temos tudo isso fundamentado em fiscalizações nesses organismos e também dentro do Ministério da Saúde. Além disso, entregamos às comissões da Câmara dos Deputados – ou no Senado, eu não lembro.

Estamos aqui para mostrar a gravidade da questão. Pessoas estão morrendo a cada dia. Nesses dez minutos em que estou falando, com certeza vários pacientes morreram sem necessidade de morrer.

E nós temos que ver também a questão da dignidade nessas emergências improvisadas, onde não há local para se fazer a higiene, onde o paciente não tem condições de fazer as suas necessidades fisiológicas, onde há risco de se trocar medicamento.

(Soa a campainha.)

O SR. SIDNEI FERREIRA – Vou terminar na hora. Obrigado.

Onde há risco de infecção hospitalar, risco de queda da maca e de troca, inclusive, de paciente. Então, não é possível trabalhar dentro dessa linha. É uma indignidade total. Só chegando e visitando o hospital se pode ver o que está acontecendo. Nós não podemos colocar a saúde da população em risco. A população merece atendimento digno, seja ela do SUS, seja ela da Saúde Suplementar. E nós vamos continuar fazendo a nossa parte, que é atender com qualidade esses pacientes que nos procuram nessas emergências e nesses hospitais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço ao Dr. Sidnei Ferreira, Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro e representante do Conselho Federal de Medicina.

Passo a palavra ao Dr. Jorge Darze, Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, que representa também aqui a Federação Nacional dos Médicos (Fenam).

O SR. JORGE S. DARZE – Bom, eu quero também aqui registrar a presença do nosso Presidente da Federação Nacional dos Médicos, Geraldo Ferreira, que tenho a honra de representar nesta Mesa de abertura. Agradeço ao Senador Paulo Davim por ter sido autor desse requerimento. É motivo de grande satisfação para nós tê-lo como apoiador desse movimento, dessa luta. Também queremos agradecer ao Senador Moka, Presidente desta Comissão, esta oportunidade.

Para que este tempo seja aproveitado da melhor maneira possível, eu gostaria de abordar essa questão, que é a pauta desta Comissão hoje, talvez enfatizando ou reforçando aspectos que o Dr. Sidnei, Presidente do Conselho Regional de Medicina, não teve tempo suficiente para apresentar. Faríamos uma apresentação conjunta em que os assuntos pudessem ser mais trazidos à pauta desta Comissão.

Eu quero deixar claro que não estamos falando de uma rede qualquer, mas de uma rede importante dentro do Sistema Único de Saúde, que é a rede dos hospitais federais. É uma rede que tem uma responsabilidade social diferenciada, Senador Moka. É uma rede que tem o papel e desempenho do atendimento daquilo que chamamos de média e alta complexidade. São procedimentos que não são realizados na maioria dos hospitais municipais e hospitais estaduais do nosso País. Então, é uma unidade, é um setor, é uma rede que tem uma responsabilidade diferenciada das demais redes públicas existentes no Brasil. Esse é o primeiro aspecto que merece o registro.

O segundo é que uma boa parte dessa rede federal no País está, hoje, sob a gestão dos Estados e Municípios. São raros os casos de hospitais federais ainda sob a gestão do próprio Ministério da Saúde.

No Rio de Janeiro, por ser ex-Capital da República, com a maior rede pública de saúde no Brasil, temos, felizmente, a competência de ter o Ministério ainda à frente desse projeto de gestão das unidades federais do Rio de Janeiro. Então, as grandes unidades, inclusive aquelas que são referências nacionais, como o caso dos institutos especializados de cardiologia e de traumato-ortopedia, ainda estão sob a gestão do Ministério da Saúde. A administração direta é do próprio Ministério da Saúde. E essa rede no Rio de Janeiro, lamentavelmente, não tem acompanhado o mesmo desempenho que têm as unidades dos outros Estados. Eu diria a V. Exª que essa rede no Rio de Janeiro está numa situação calamitosa, numa situação gravíssima, que, lamentavelmente, tem levado essa rede a ocupar as páginas dos jornais brasileiros. V. Exªs, provavelmente, já devem ter lido inúmeras matérias revelando o grau caótico que essas unidades, com essa responsabilidade social que têm, estão vivendo durante esse período, o qual já dura um longo tempo. Essas unidades, lamentavelmente, hoje, são carentes de profissionais de saúde.

O Ministério abdicou da sua função constitucional de gestor do sistema, pelo menos no que diz respeito à sua própria rede, porque não realiza concurso público. O que temos, na verdade, são contratações temporárias, que tentam tapar o buraco do déficit existente nessa rede. É uma mão de obra que tem uma rotatividade grande, como já disse o meu colega antecessor, em função do próprio valor que se paga de remuneração inicial para esses profissionais. Então, é uma rede que não tem uma perspectiva de continuidade de atendimento. Isso é muito grave, porque compromete a qualidade da assistência à nossa população.

Eu entendo que esse fator, esse ponto que procurei destacar, que é a questão da política de recursos humanos, assume um papel de destaque nessa discussão da crise, porque não é possível pensar, hoje, em unidades com esse perfil e com essa responsabilidade social sem que o Ministério adote políticas concretas de recursos humanos para realização de concurso, com a viabilização de carreiras que possam fixar esse profissional à rede, para que essa rede possa, de fato, ter profissionais competentes para dar o atendimento esperado pela população brasileira.

O que nós lamentamos é que, na verdade, o Ministério vem se ausentando dessa responsabilidade na medida em que não convoca o concurso público e na medida em que o Governo Federal tenta tirar dos médicos, principalmente dos médicos, a metade dos salários, quando, por ocasião da edição da Medida Provisória nº 568, estabeleceram a carga horária padrão da Administração Pública em 40 horas, e os médicos têm uma carga horária, estabelecida em lei, de 20. Então, aplicaram uma matemática simples, que foi de tentar reduzir o salário à metade. Felizmente, esta Casa legislativa rechaçou essa ideia e, felizmente, os salários foram mantidos.

Mas, quando a solução foi dada para a Medida Provisória 568, veio do Planejamento uma proposta que, a nosso ver, foi uma retaliação aos médicos federais. Nós passamos a ter uma gratificação de desempenho que hoje remunera um valor que é inferior às demais categorias de nível superior. Pela primeira vez na história da República, nós estamos, hoje, vivendo uma situação em que médicos estão recebendo salários inferiores às demais categorias de nível superior. Nós achamos que essas categorias de nível superior têm que receber salários dignos, e não os salários que estão sendo pagos hoje. Não sei se V. Exªs sabem que, hoje, a pior remuneração dos servidor público federal é a do Ministério da Saúde. É o salário mais baixo que se paga hoje na Administração Pública federal, em particular o dos médicos, que estão hoje recebendo, dentro do Ministério da Saúde, uma remuneração inferior às demais categorias de nível superior. Já houve, inclusive – eu quero ser justo –, um processo de negociação com o atual Ministro e houve até um ensaio do pagamento do complemento dessa gratificação, que não se viabilizou pela obstrução do Ministério do Planejamento.

Esperamos que o Senado possa assumir o papel, neste momento de crise, de mediar a solução desse problema, porque isso tem, de fato, repercutido no funcionamento dessas instituições e na assistência da nossa população.

É claro que, quando falamos de uma gratificação, estamos falando de uma carreira. O que se espera não é aumentar uma gratificação e igualar aos demais profissionais de nível superior. O que se espera é que se corrija essa injustiça e, ao mesmo tempo, se trabalhe para que haja uma carreira pública, uma carreira federal, para que o médico que presta um concurso público tenha a perspectiva de que essa carreira possa lhe oferecer alternativas de crescimento como profissional na área da saúde.

O que nós percebemos é que, por trás dessa situação, existe, talvez, algo que não esteja sendo dito – mas temos que dizer, porque somos dirigentes de entidades de representação desses trabalhadores, no caso, dos médicos –, que a crise dos hospitais federais do Rio de Janeiro não é apenas uma crise dos hospitais do Ministério da Saúde. Os hospitais universitários de ensino também vivem uma situação muito similar. E essa política de esgotamento, de asfixia dessas unidades tem como alternativa entregar essas unidades ao setor privado. O que se tem hoje como meta é entregar essas unidades à chamada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, uma empresa de direito privado.

O projeto de lei entrou nesta Casa no final do governo Lula, foi aprovado durante o Governo Dilma e, hoje, tenta ser implantado nos hospitais universitários de ensino com uma lei que autoriza essa empresa, inclusive, a criar subsidiárias. Essa empresa poderá se tornar hoje a grande gestora do sistema público de saúde num cunho, num corte privado. Quer dizer, essa empresa, hoje, pode criar subsidiárias para fazer a gestão de unidades estaduais e municipais. E já há uma criada para gerir os hospitais do Ministério da Saúde. Então, o que está embutido nesse projeto é levar esses hospitais a uma asfixia e apresentar como opção de solução dessa crise a entrega dessas unidades à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Quero dizer, inclusive, que está sendo arguida a inconstitucionalidade dessa empresa pela Procuradoria-Geral da República, que reconheceu, numa lei de 14 artigos, que 13 são inconstitucionais.

Para fechar, Senador que preside os trabalhos, nós gostaríamos, evidentemente, de… Há uma transparência nessa tela em que estamos exemplificando aquilo a que acabei de me referir aqui com relação à gratificação. Os senhores aqui são testemunhas da política equivocada do Ministério da Saúde.

É claro que, nesses contracheques, temos várias gratificações que não fazem parte da remuneração rotineira do servidor público, mas naquele item que está apontado pela seta, em que, na primeira transparência… Esse primeiro contracheque aqui é do médico, não é isso? É. Então, os senhores veem que essa gratificação para o médico é de R$2.013. É isso? É porque eu não estou enxergando, está borrado, são R$2.017. Aqui ao lado, a mesma gratificação paga aos profissionais de nível superior – no caso é um contracheque de enfermeiro –, R$ 3.427. Quer dizer, nós temos aqui uma diferença de aproximadamente R$1.500, que é algo que é indigno, que é desrespeitoso, que fere as regras da Administração Pública, uma situação realmente que nós esperamos que seja resolvida. É claro que a nossa vinda aqui, Senador, não está exclusivamente restrita a esse ponto, mas esse é um ponto que afeta diretamente o funcionamento dessas unidades, na medida em que há uma política discriminatória do ponto de vista salarial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço a exposição do Dr. Jorge Darze.

Passo a palavra ao Dr. José Luiz Dantas Mestrinho, Diretor de Assuntos Parlamentares da Associação Médica Brasileira.

O SR. JOSÉ LUIZ DANTAS MESTRINHO – Boa tarde a todos! Senador, na sua pessoa, eu cumprimento a Mesa, e na do Senador Paulo Davim, aos presentes.

Evidentemente, falar depois de dois representantes do Rio de Janeiro, onde, como foi dito pelo Dr. Jorge, a situação é calamitosa, a gente fica até com alguma dificuldade de expor, porque o Rio de Janeiro vive e mostra para o País inteiro essa situação, principalmente dos hospitais federais, que repercute nos universitários.

Eu poderia até dizer uma frase do Fernando Pessoa: "Existe no silêncio uma tão profunda sabedoria, que às vezes ele se transforma na mais perfeita resposta." Então, essa é a situação. Quem pauta a informação médico-hospitalar neste País é a mídia, principalmente televisiva, que fica demonstrando e mostrando, todos os dias, através de reportagens, a situação grave e penosa e injuriosa dos pacientes.

Evidentemente, a situação é grave. Eu moro em Brasília, trabalho em Brasília e sou médico em Brasília, e a situação aqui não é muito diferente do restante do País. Lá, no Rio Grande do Norte, na cidade do Senador Paulo Davim, é claro que aqueles movimentos grevistas, aqueles movimentos de exposição ao povo da situação é o dia a dia. Isso não é novidade para ninguém.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o ano passado, fez uma visita a sete ou oito Estados e hospitais principais de algumas capitais, que depois eu mostrarei ali, e mostrou exatamente a situação caótica. Então, não é novidade para ninguém. Existe uma má vontade de querer dar solução à situação. De cada dez brasileiros, oito dependem dessa situação de atendimento, principalmente pelo SUS. A humanização da assistência à saúde é uma demanda atual e crescente desse contexto brasileiro. Há uma desumanização por essa situação, que passa a ser uma situação caótica, grave, e você começa a se acostumar com aquela situação, e a coisa vai acontecendo e você já não dá mais a atenção devida àquilo que deveria ser.

O perfil de financiamento público e assistencial médico-hospitalar vem assistindo a reduções significativas. Todo mundo sabe também, ninguém vai dizer novidade aqui. As demandas da população brasileira acima de 65 anos aumentaram em quatro vezes, mais as internações, que é a média normal da população. Também todo mundo sabe disso.

O SUS afastou-se do princípio da integridade à saúde, os recursos tornaram-se carimbados pelo nível central. Então, você direciona para quem você quer e a situação vai ficando cada vez mais penosa para quem trabalha e para quem é assistido. Os problemas vão da falta de integridade na atuação, um modelo assistencial centrado na oferta de serviços, e não nas necessidades dos cidadãos; insuficiência de leitos, já foi dito; deficiência de estrutura física e por aí vai.

Eu gostaria de passar o eslaide seguinte, o primeiro, por favor.

O Brasil ocupa a 72ª colocação do *ranking* da Organização Mundial de Saúde em investimentos em saúde. Fica atrás de países como Argentina, Uruguai e Chile. R$47 bilhões são gastos com investimento pelo Governo Federal; foram gastos em 2013. E o Brasil investe apenas 8,4% em saúde.

Na saúde, o PIB para públicos e privados é bastante diferenciado: dos 8% totais, para os 200 milhões de brasileiros, são para públicos 45%, e 55% para privados. Quer dizer, há uma desproporcionalidade imensa do número, dos valores.

Execução orçamentária do Ministério da Saúde. Temos a dotação atualizada. Em 2012, o crédito não utilizado foi de 9,64%. Há levantamentos daquele dinheiro que ficou retido, que vai até quase R$22 bilhões ou R$21 bilhões.

Quanto à estrutura de hospitais públicos em relação à de hospitais privados, vocês veem que há uma demanda maior, sempre, dos hospitais privados em relação a hospitais públicos.

Leitos. Houve uma diminuição de leitos de 2007 para 2012.

Países com maior razão de médicos por habitantes têm maior participação do estado no financiamento, na gestão e prestação de saúde.

Então, o Brasil vai ficando ali embaixo na proporção, abaixo da Argentina, Austrália, Espanha, quanto à participação do gasto público no setor privado e setor público. *Per capita,* o Brasil gasta US$466,00 por pessoa neste País.

Distribuição de médicos registrados por mil habitantes. É conhecido o número, foi discutido na saúde, no Mais Médicos, fica em torno de dois médicos por mil habitantes. E aqui temos a distribuição por região.

Entre 2011 e 2013, foram construídas e ampliadas 15.600 unidades básicas de saúde, 33% das quais estão em obras, mas só 9% foram concluídas. Dados da Organização Mundial da Saúde.

A relação de número de enfermeiros para número de médicos é desproporcional da mesma forma.

É o quinto país do mundo em números médicos, à frente de 188 países. Os médicos brasileiros representam 4% da população médica mundial e 19% em todas as Américas.

Da densidade dos médicos já se falou.

A Organização Mundial projetou provável escassez de médicos no mundo para o ano de 2015 e concluiu que, em 45 países, faltarão médicos. Brasil, Estados Unidos e outros estão fora, não estão incluídos nesse grupo, porque a proporção que vai se formando vai ser suficiente.

Quem vive nas capitais conta, em média, com duas vezes mais médicos que aqueles que moram em outras regiões do Estados.

Cerca de 50 milhões de brasileiros (25% da população) que possui plano de saúde contam com pelo menos quatro vezes mais médicos à disposição do que os 150 milhões de brasileiros que dependem exclusivamente do SUS.

São dados que a gente já conhece, apenas é sempre interessante mostrá-los.

Desigualdade de remuneração do SUS para médicos concursados. Vai mostrando por capital, em cada Estado. O Rio Grande do Sul dá mais de R$2 mil – isso em 20 horas. Maranhão, Roraima e por aí vai… A Bahia, o salário de 20 horas, para a jornada de 20 horas, era de R$723,81.

Participação relativa dos entes da federação nas despesas de ações de saúde, União e Estado. A União vai, a cada vez, a cada ano, diminuindo mais a sua proporção em relação às despesas entre Estados e Municípios. Então, aqui nesse período, era nesse nível, agora está no nível mais baixo ainda.

Onde faltam médicos, também faltam dentistas, enfermeiros, hospitais e postos de saúde.

As lacunas na cobertura assistencial decorrem, em parte, da carência da capacidade instalada e ofertada pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Em geral, a concentração de médicos e outros profissionais da saúde acompanham o porte e o agrupamento regional da produção de renda.

Isso é notório. As pessoas sempre diziam que os médicos, normalmente, só se estabeleciam onde havia banco, porque era ali que tinha, pelo menos, uma condição de trabalho melhor.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ LUIZ DANTAS MESTRINHO – Vou acabar.

Dos hospitais, 77% mantêm leitos desativados, porque não há equipamentos mínimos, como monitores e ventiladores pulmonares.

Em 45%, os equipamentos ficam sem uso porque faltam contratos de manutenção.

Quarenta e oito por cento sofrem com deficiências de instrumentos e móveis básicos para a prestação de serviços.

Em 80% dos hospitais fiscalizados pelo tribunal – são dados do TCU –, faltam médicos e enfermeiros e quase a metade desses hospitais têm leitos fechados, exatamente por falta desses profissionais.

Oitenta e um por cento dos hospitais não estão preparados para receber adequadamente os pacientes.

Setenta e sete por cento das casas de saúdes não têm equipamento de qualidade para detectar doenças e realizar bom tratamento de saúde.

Os 38 Municípios brasileiros com mais de 500 mil habitantes concentram: quantidade de médicos, 48%; 36% de dentistas, e por aí vai. Auxiliar de enfermagem são 49%.

A rede pública de saúde, entre janeiro de 2011 a agosto de 2013, perdeu 11.576 leitos. São 12 leitos fechados por dia, um a cada duas horas.

São 2.389 leitos interditados por falta de instrumentos de trabalho.

São 85 hospitais com estrutura inadequada; em 77% dos hospitais faltam equipamentos; em 23 hospitais não foram instalados os equipamentos e, em 80% dos hospitais, faltam medicamentos básicos, materiais básicos, como seringas e esparadrapo, insumos.

Esse foi o grupo de trabalho constituído na Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

As cidades que foram visitadas foram São Paulo, Rio de Janeiro (Hospital Souza Aguiar), o Hospital Geral Roberto Santos, na Bahia; Hospital e Pronto Socorro João Paulo II, em Roraima; O Hospital Pronto Socorro Municipal Mário Pinotti, no Pará; Hospital de Base, em Brasília; Nossa Senhora da Conceição, em Porto Alegre; Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande, em Mato Grosso.

Era isso que eu gostaria de apresentar a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradecemos ao Dr. José Luiz Dantas Mestrinho, que é Diretor de Assuntos Parlamentares da Associação Médica Brasileira (AMB).

Concedo a palavra ao Sr. Ruy Fernando Gomes Leme Cavalheiro, Procurador do Trabalho da Coordenadoria Nacional de Combate das Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública (Conap).

O SR. RUY FERNANDO GOMES LEME CAVALHEIRO – Boa tarde, Excelência!

Saúdo V. Exª e o Senador Paulo Davim.

Parabenizo pela lembrança desse tema tão importante e agradeço a lembrança, também, do Ministério Público do Trabalho, que, conforme o mandato outorgado por essa Casa e pela Câmara dos Deputados, tem a missão de tutelar o trabalho em geral e a missão, especialmente, de tutelar os direitos sociais e coletivos nas relações de trabalho.

Em função disso, identificamos que não é possível que a saúde seja prestada, no Brasil, pelos profissionais da rede pública, em situações que lhes são amplamente desfavoráveis.

Nós percebemos, pela prática, por diligências que fizemos, por ações judiciais que nós temos, que as condições de trabalho, em várias unidades públicas, são inaceitáveis e contrariam por completo não só o regramento legal, como também as normas regulamentadoras que tratam do tema.

Existe, no nosso regramento, a NR 32, Norma Regulamentadora nº 32, que trata das condições de trabalho em unidades de saúde. Ela se aplica, por conseguinte, aos hospitais públicos.

Verificando o texto da norma e aquilo que deveria ser observado nas unidades públicas, nós constatamos que existe uma inobservância gravíssima e com consequências nefastas, não só para aquele que seria o nosso primeiro sujeito de tutela, que é o profissional, o médico, o enfermeiro, o auxiliar, aquele que trabalha nos resíduos sólidos, aquele que trabalha em lavanderia, mas também temos um gravame enorme àquele que é o nosso sujeito secundário de tutela, que é o povo, quem se sujeita, quem necessita desse tipo de serviço.

Ter um atendimento por um profissional doente ou que está sujeito a riscos de doenças, sem dúvida, não vai ser positivo, não vai ser o tipo de tratamento que se espera.

Então, o que foi verificado é que existe a previsão da Convenção 161 da OIT, que garante, a todos os que trabalham com saúde, o direito a um meio ambiente de trabalho hígido, que tenha a proteção e que não ofereça risco de saúde para qualquer pessoa.

Na Constituição, também nós temos esse direito, que é o direito à prevenção no meio ambiente e à tutela e reparação dos danos que forem causados.

Neste escopo é que nós vemos como a NR 32 se adapta a isso.

Por conta dessa constatação inicial, foi criado um projeto, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, que se chama Saúde na Saúde, que visa, justamente, identificar as questões de saúde nos hospitais públicos e obter, por meio da nossa atuação, quer seja por meio de TACs ou ações judiciais, a solução e a adequação dos ambientes hospitalares, ou melhor, de saúde, que são não apenas hospitais, mas todo ambiente onde você tenha atuação médica, atuação de enfermagem, atuação de saúde pública.

Então, quais seriam os riscos que existem nesses ambientes?

Existe o risco biológico, o químico, o físico e o risco psicológico. Isso tudo com previsão expressa nas normas que tratam do assunto, na NR 32.

O risco biológico é o mais preocupante, porque ele decorre, justamente, do contato ocupacional com vírus, com bactérias, com cultura de células, parasitas e toxinas.

O contágio ocorre por contato direto e também pelo contato com o que sobra da atividade de saúde.

O risco químico vem dos componentes que são utilizados. Ele vem da lavagem dos instrumentos, vem da utilização de medicamentos, é um risco químico que existe.

O risco físico é a inadequação não apenas do ambiente, inadequação da engenharia, da parte arquitetônica, mas também o risco de cortes, o risco de qualquer contato, o risco de ruído, o risco de calor, qualquer forma de risco físico existente no ambiente hospitalar.

E o risco psicológico, que é decorrente não só do assédio moral, como também do próprio ritmo de trabalho, que é sempre acelerado e com pressão, já que quem procura atendimento médico não está numa condição boa e exige, justamente por isso, um tratamento e uma satisfação rápida. Então, existe um risco psicológico enorme.

Por conta disso, foi feito esse projeto e se editou um manual que está sendo implantado no Brasil inteiro. Em todas as unidades do Ministério Público do Trabalho existem, atualmente em curso, investigações sobre essas questões, não apenas nos hospitais públicos federais, mas em todas as unidades de saúde que são públicas.

Verificamos, para nosso assombro, que na verdade isso que nós desconfiávamos, a inadequação do ambiente, o risco ao meio ambiente de trabalho, é gravíssimo. Tanto é gravíssimo, que nos anuários estatísticos de acidentes de trabalho da Previdência Social, nos anos de 2009, 2010 e 2011, nós verificamos um acréscimo no número de acidentes de trabalho em atividades que tenham a ver com a saúde, especialmente em atividades que têm a ver com a saúde pública.

Por exemplo: nós verificamos que a incidência de acidente de trabalho nesse setor econômico, no ano de 2010, apresentou proporção de 58,39 acidentes para cada mil vínculos. Ou seja, de mil trabalhadores do setor, 58,39 sofreram acidentes.

Esse é um número que é maior do que o número de acidentes na construção de edifícios. É maior também do que no abate de suínos, aves e pequenos animais. É até maior do que o trabalho na siderurgia.

Ou seja, atividades que geralmente se consideram ser graves, que são perigosas, que têm risco, não têm tantos acidentes como a atividade da saúde, especialmente na saúde pública.

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) mostrou um aumento de notificação de acidentes de trabalho com material biológico.

Por exemplo: em 2007, foram notificados 15.735 casos. Esse número duplicou em 2010, chegando a 32.734 casos, o que representou um aumento de 108% do número de notificações em apenas três anos. Ou seja, em três anos, dobrou o número de notificações.

A maior parte dessas notificações vêm de hospitais públicos, vêm de unidades de saúde públicas. Não existe uma base de dados que informe isso. Os dados são espraiados, eles são dispersos, e para se chegar a esses dados, tem de se fazer a verificação de unidade por unidade, mas ainda assim se verifica que o número de gravames é altíssimo.

Mesmo assim, com esse número alto, ainda existe uma subnotificação. Os conselhos regionais, tanto de medicina quanto de enfermagem, e até os conselhos de saúde, constantemente informam que existe uma subnotificação enorme em relação aos acidentes de trabalho.

E a que se deve essa subnotificação? Em primeiro lugar, existe um desconhecimento da necessidade de notificar. O profissional não sabe que tem que notificar o acidente de trabalho. Em segundo lugar, existe uma ausência presumida do risco de contaminação. O acidente ocorreu durante o preparo de um medicamento e quem sofreu o acidente não acha que aquilo possa gerar uma contaminação.

Também existe a burocracia presumida de quem verificou o acidente e também há um desinteresse em notificar – aí é o componente humano. Às vezes, o plantonista descartou a necessidade de notificar aquele acidente. E, finalmente, existe o medo de notificar. São aqui, na verdade, seis componentes que evidenciam a subnotificação de acidentes do trabalho. Ou seja, o que foi verificado pelo Ministério Público do Trabalho, nessa pesquisa que conta com dados públicos, é que existe um gravame enorme que é causado a esses profissionais, aos médicos, aos enfermeiros, por inadequações várias. Tivemos a chance de verificar, por exemplo, uma unidade de saúde onde o descanso das enfermeiras tinha mofo e tinha poça de água no chão. Como se quer prestar saúde à população se a pessoa que presta saúde não tem essa condição para si mesma?

Existe, então, esse projeto, que está sendo tocado pelo Ministério Público do Trabalho, e visamos, por meio dele, fazer adequações, com audiências públicas, por meio de TACs e principalmente com os parceiros. E

temos aqui, nessa Mesa, vários parceiros e também temos parceiros juntos aos conselhos de saúde, ao Coren e outros órgãos.

Com isso, fornecemos a esta excelsa Casa, um apanhado da nossa pouca experiência em relação ao assunto. E esperamos que, com isso, possamos contribuir com a compreensão do que é o trabalho dentro da área de saúde. E nos colocamos aqui à disposição, não só desta excelsa Casa, mas também dos demais entes profissionais para auxiliar na solução desse tema tão grave.

Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço ao Dr. Ruy Fernando Gomes Leme Cavalheiro, Procurador do Trabalho da Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública.

Concedo a palavra ao Dr. Fausto Pereira dos Santos, Secretário de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde.

O SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS – Boa tarde a todos!

Gostaria de cumprimentar o Senador Moka, o Senador Paulo Davim, o Senador Humberto Costa, cumprimentar o Sidnei, Presidente do Cremerj, o Geraldo da Fenam e o Jorge Darze, do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, o Dr. José Luiz Mestrinho, dos Assuntos Parlamentares da Associação Médica, e o Dr. Ruy Fernando, da Procuradoria.

E gostaria de pedir ao Senador mais vinte minutos; estou em franca minoria, então, vou precisar mais do que meus dez minutos… Estou brincando!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Acho que procede, é verdade. Eu o deixei por último, propositadamente, porque, na verdade, as cobranças são endereçadas ao Ministério da Saúde.

Penso que seria justo – essa é minha avaliação – até porque, em função da resposta que o Sr. Fausto vai dar, nós vamos ter oportunidade para réplica aqui e para os questionamentos dos Senadores.

O SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS – Vou falar no menor tempo possível.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, se você precisar, a gente tenta considerar. Acho que em experiências anteriores a gente previu isso, senão vamos crucificar o Fausto e não dar nem tempo para ele falar.

O SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS – Em vez de fazer uma política de fixação, vamos fazer uma política de crucificação…

Obrigado, Senador. Vou tentar ser o mais breve possível.

Primeiro, a questão dos hospitais federais. Hoje, sob gestão do Ministério da Saúde, temos um grupo de hospitais no Rio Grande do Sul, através da administração indireta, de uma empresa de economia mista, que é o Grupo Hospitalar Conceição, composto de três hospitais e mais algumas unidades ambulatoriais, e temos os hospitais do Rio de Janeiro. Os hospitais do Rio de Janeiro são seis hospitais gerais e três institutos: o Instituto Nacional de Cardiologia – não se pode mais chamá-lo de Laranjeiras –, o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into), o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca) e os seis hospitais federais, que estão espalhados pelo Rio de Janeiro e têm características bastante distintas entre eles. Estão localizados, geograficamente, também de forma bastante dispersa pelo Município do Rio de Janeiro, todos eles concentrados na capital.

E acho que só isso já revela uma singularidade.

Os hospitais federais, na década de 80 e 90, desde o SUDS, foram descentralizados para Estados e Municípios, uma grande rede no Recife, lá na terra do Senador Humberto Costa, uma grande rede na Bahia, em Belo Horizonte, uma rede não tão grande assim em São Paulo, quer dizer, praticamente todos os hospitais federais foram descentralizados e foram repassados para gestão de Estados e Municípios na década de 80 e 90. No Rio, pela sua singularidade, pelo tamanho da sua rede, por ser uma ex-capital, pela complexidade dos seus hospitais, pela presença dos institutos, não que não tenham sido repassados alguns, mas não foi na sua totalidade. Depois tivemos, na década passada, a discussão no Supremo, inclusive o retorno de duas unidades que já estavam descentralizadas, que voltaram para o comando do Ministério da Saúde.

Então, isso mostra uma especificidade, uma singularidade muito grande, quer dizer, o Ministério, pela Constituição, pela Lei Orgânica da Saúde, tem um papel de formulador, de financiador, de organizador de políticas, de coordenação do sistema, e o seu papel de gestor, específico de unidades, foi sendo atrofiado, vamos chamar assim, ao longo do tempo, e acho que isso traz também alguns reflexos para a própria gestão dos hospitais do Rio de Janeiro.

Soma-se a isso um ambiente político bastante complexo no Rio de Janeiro, e aí peço até o testemunho dos cariocas, das pessoas que participam da gestão cotidiana, que participam das entidades sindicais no Rio de Janeiro. É um ambiente político bastante complexo, onde o SUS não se estruturou totalmente do ponto de

vista da coordenação entre os três entes da Federação. No Rio, continuamos tendo um sistema bastante fragmentado, com um processo regulatório bastante fragmentado, e a unidade do sistema… O que aconteceu em Porto Alegre, o que aconteceu em Recife, o que aconteceu em Belo Horizonte e em várias outras capitais, no Rio nunca tivemos o exercício pleno da articulação entre os três entes federados, o que torna o ambiente também bastante complexo, essa negociação cotidiana também bastante complexa, que exige um esforço realmente grande de articulação. Então, esse é um outro componente, outra característica da questão do Rio de Janeiro.

E quando a gente vai para a questão dos hospitais propriamente ditos, também são hospitais bastante complexos, são grandes hospitais. O hospital de Bonsucesso tem mais de seis mil pessoas naquele complexo. O Andaraí é um hospital de porte significativo; Servidores é um hospital de grande porte. Nós temos também unidades bastante complexas, não são unidades de 50, de 100 leitos, unidades de média complexidade. São hospitais que incorporam alta e média complexidade – acho que o Jorge até se referiu a essa questão.

E aí, na hora em que eles incorporam alta e média complexidade, também tornam sua gestão mais complexa, já que não são hospitais dos quais podemos dizer: "Esse hospital é um hospital que só atende média complexidade, aquele é um hospital oncológico, o outro é uma maternidade, aquele é um hospital de urgência." A característica dos hospitais do Rio de Janeiro não é essa. São todos eles bastante complexos. E todos eles, também numa diferença já bastante significativa em relação a um conjunto de hospitais, inclusive os hospitais federais do MEC… Porque vários dos hospitais federais do MEC têm fundação de apoio e são geridos pelas próprias universidades. Então, eles têm a gestão próxima, aquela gestão singular, mesmo que estejam com algumas dificuldades, etc., que tenham uma política nacional adotada pelo MEC, mas têm a gestão próxima no nível local.

No caso do Rio de Janeiro, foram feitas – o Jorge, que acompanha esse processo há muito mais tempo do que eu sabe disso – várias tentativas de arranjos para se fazer a gestão dos hospitais do Rio de Janeiro, desde o apadrinhamento por hospitais de excelência, a criação do DGH, quer dizer, são várias tentativas que foram feitas. Houve o concurso para gestores, que foi feito quando o Ministro Temporão esteve à frente, quer dizer, são várias tentativas que foram feitas para se achar o melhor arranjo de gestão daqueles hospitais. Mas, continuam sendo hospitais sob a administração direta, com regime jurídico único para o conjunto dos seus trabalhadores, e que atravessaram, durante esse período também, vários processos bastante complexos na relação com os órgãos de controle.

Quem acompanha também os hospitais federais do Rio de Janeiro sabe que um conjunto de licitações foi suspenso, que um conjunto de processos administrativos disciplinares foi feito, que há várias denúncias que foram feitas, algumas delas comprovadas, de má gestão de recursos, o que levou os hospitais, por exemplo, em 2011, a passarem por um grande processo de auditoria que, se por um lado tem um efeito extremamente benéfico de eliminar o malfeito, de procurar corrigir as distorções, por outro lado também levou, por exemplo, sob o ponto de vista das obras – e aí quem trabalha nos hospitais sabe disso –, à interrupção de um conjunto de obras, ao refazimento de editais. E hoje essas obras em vários hospitais estão sendo retomadas. Então, nós tivemos alguns problemas importantes nessa questão dos hospitais federais no Rio de Janeiro.

Agora, o que eu queria fundamentalmente colocar aqui – claro que eu vou procurar, no debate, elucidar algumas outras questões – é que o Ministério da Saúde tem uma visão e um entendimento da importância desses hospitais na conformação do SUS Rio de Janeiro. Esses hospitais têm uma importância grande para o Município do Rio de Janeiro, mas eles têm uma grande importância para o conjunto dos Municípios do Rio de Janeiro.

Portanto, é importante definir o papel desses hospitais no SUS e fundamentalmente garantir essa articulação entre os entes da Federação, ou seja, como se dará o processo regulatório? Não é razoável imaginarmos que nós vamos construir uma regulação federal, que nós vamos construir o SUS federal no Rio de Janeiro com os novos hospitais. É preciso que se defina o papel desses hospitais e como é que eles se articulam no atendimento ao câncer no Estado do Rio, no atendimento à urgência no Município do Rio de Janeiro, na referência de especialidade para o conjunto dos Municípios do Estado. Porque, se isso não for feito e não tiver bom termo esse processo de negociação e esse processo de entendimento, os hospitais vão funcionar meio como um cisto, meio como um apêndice do processo, o que vai trazer, claramente, uma deterioração do funcionamento desses hospitais.

Então, eu queria reafirmar aqui para o conjunto, tanto para os Senadores, quanto para os diversos interlocutores aqui desse processo, a importância que o Ministério da Saúde reafirma desses hospitais.

Algumas coisas acho que já foram demonstradas. A construção do novo Into. O Into hoje apresenta condições de trabalho, uma possibilidade extremamente significativa de aumentar, inclusive, sua capacidade de produção, de se articular com o conjunto dos Estados do País, para reforçar o Into Acre, os convênios com Amapá, com Rondônia. Quer dizer, trazer a tecnologia que hoje está incorporada nos hospitais federais para

que possa auxiliar a melhoria do funcionamento desses sistemas nos Estados mais longínquos, ao lado de convênios como Curitiba, como Belo Horizonte, como interior da Bahia, Pernambuco.

(Soa a campainha.)

O SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS – Hoje, o Into tem procurado fazer esse papel, e acho que a gente pode, com o Instituto de Cardiologia de Laranjeiras – Instituto Nacional de Cardiologia, não pode falar Laranjeiras – e o Instituto Nacional do Câncer, ser propagador da boa tecnologia, do bom serviço que esses hospitais acumularam ao longo do tempo.

Ao lado disso, o Ministério, nesses quatro anos, manteve o orçamento dos hospitais federais do Rio de Janeiro. Se não houve grandes avanços do ponto de vista de financiamento, também não se pode dizer que nesses quatro anos o Ministério tenha reduzido o valor de repasse ao conjunto dos seis hospitais do Rio de Janeiro. Esse valor tem oscilado entre R$620 e R$640 milhões nos quatro anos, e está prevista na LOA deste ano de 2014 também essa quantidade.

Reafirmar que nós vamos trabalhar agora celeremente no término das obras. Quer dizer, o conjunto das dificuldades jurídicas que estavam colocadas para o andamento das obras até agora praticamente já foi superado, e nós vamos dar celeridade à conclusão das obras, assim como para o reequipamento dos hospitais. Também já há uma previsão de um forte reequipamento de equipamentos já sucateados, equipamentos com problemas de manutenção. Esse é um compromisso também que o Ministério da Saúde quer assumir aqui com o conjunto dos interlocutores, de, ao lado de terminar o conjunto das obras em andamento, também reequipar esse conjunto dos hospitais.

E uma tarefa que eu acho que é a maior de todas, a mais complexa, que precisa ser negociada com todos os senhores, que precisa ser negociada com o Estado e com o Município no Rio de Janeiro, que é definir a figura jurídica adequada para fazer a gestão desses hospitais.

A convicção que nós temos no Ministério da Saúde é de que esse modelo que está em andamento, hoje, nos hospitais federais do Rio de Janeiro é um modelo que chegou ao que ele podia fazer. Para fazer mais, nós precisamos discutir e definir um novo modelo de gestão para esses hospitais do Rio de Janeiro. O Ministério, gerenciando isso daqui, num regime jurídico único, na realização de concurso para especialidades. Claramente nós não vamos ter transplantadores no Hospital de Bonsucesso – no RJU, na forma como estava colocado anteriormente. Eu acho que essas questões, a gente precisa enfrentar para dar conta da singularidade, da dificuldade que é fazer a gestão desses hospitais.

Então, eu queria agradecer, Senador, a extensão do tempo e me colocar à disposição do conjunto dos senhores para que a gente possa fazer o debate.

Várias questões foram levantadas durante a fala dos meus antecessores, e eu resolvi, na minha primeira fala, não responder uma por uma senão eu me alongaria bastante, mas colocar, principalmente nas questões mais gerais, a disposição, então, do Ministério de tanto enfrentar o problema, quanto buscar enfrentá-lo de forma democrática e de forma discutida com o conjunto dos interlocutores do Estado do Rio de Janeiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu agradeço ao Dr. Fausto, que, na verdade, teve três minutos a mais do que os outros expositores.

Eu passo a palavra ao Senador requerente, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, eu quero – não fiz na primeira intervenção – agradecer a todos os presentes, agradecer ao Fausto; ao Jorge; ao Dr. Ruy Fernando; ao Sidnei; ao Mestrinho; ao Geraldo, Presidente da Fenam, que aqui está juntamente com Pedro Cavalcanti, colega médico que também está aqui prestigiando esta audiência pública; e a todos os Senadores aqui presentes.

Vejam bem. O Parlamento, além de ter a função notória, constitucional, inclusive, também, por vezes, pode servir de facilitador para a resolução de crises. E é mais ou menos isso a que eu tenho me prestado.

Essa crise lá nos hospitais federais, sobretudo no Rio de Janeiro, vem angustiando todos nós. Já tivemos uma audiência com o Ministro Chioro, que nos recebeu gentilmente. Foi uma conversa muito boa. O DAS estava presente, o Sidnei estava presente, o Geraldo. Então, houve uma primeira conversa, e, realmente, ele entendeu a preocupação de todos nós.

A situação do ponto de vista de funcionamento desses grandes hospitais, os institutos, que são nacionalmente conhecidos, o Into, o Inca, o Instituto Nacional de Cardiologia. Enfim, o Brasil inteiro conhece o trabalho e a performance desses institutos. Todos nós conhecemos isso. E é lamentável que essas instituições, históricas no Brasil, estejam atravessando um momento de grande dificuldade.

São dificuldades na manutenção, no funcionamento, com os servidores e, sobretudo, nesta questão que também foi abordada com o Ministro Chioro, essa diferença, esse tratamento desigual na remuneração de mui-

tos profissionais que trabalham no mesmo instituto. Os médicos federais estão defasados, algo em torno de R$1.200, em relação aos outros profissionais que trabalham no mesmo hospital, de outras profissões.

Então, realmente não existe isonomia entre os servidores que trabalham na mesma instituição e são pagos pelo mesmo patrão. Isso aí foi, inclusive, um reflexo de uma matéria que foi votada aqui, que teve o Senador Eduardo Braga como Relator, que se colocou à disposição de resolver. E todos nós votamos porque entendemos que o problema estava resolvido. Não foi isso, Fausto?

Só que, quando chegou ao Planejamento, foi dada uma interpretação completamente desfigurada e diferente do que o Parlamento compreendeu, de que as negociações, inclusive, se deram em cima desse entendimento e o que é fato é que, há mais ou menos dois anos, ou quase isso, os profissionais médicos estão sendo penalizados. Não foi objetivo nem interesse nem foi uma falha do Parlamento. Não foi! Nós legislamos, nós discutimos, nós negociamos, movidos pelas melhores intenções, mas, infelizmente, Senador Moka, aconteceu esse fato. E estão lá os médicos, instituições de grande respeitabilidade e de grande serviços prestados à medicina do Brasil, pagando esse preço, o que é absolutamente inaceitável.

Eu gostaria de dizer ao Dr. Ruy Fernando que a situação de trabalho dos médicos e dos servidores da saúde no Brasil inteiro é muito ruim. Eu vou-lhe dar um exemplo e falar sobre um trabalho que foi desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O Departamento de Psicologia da UFRN fez um trabalho com os servidores da saúde de Natal: 13 professores, dos quais três mestres e os demais doutores e pós-doutores, inclusive fora do Brasil, em grandes universidades mundialmente conhecidas. Detectaram que a síndrome de Burnout é muito mais frequente do que se imagina. E nos deram um dado, que está lá no trabalho publicado com a chancela da Universidade Federal, com um corpo discente do mais alto nível, um dado assustador, Senador Humberto: 5% dos servidores da saúde de Natal tentaram suicídio. Não é que tiveram ideia suicidas, mas que efetivaram tentativa suicida. Entendeu? O que é muito grave. O que é gritante. Isso denota uma dificuldade dos servidores de saúde em seu local de trabalho. Não é outra coisa, não.

São servidores submetidos a uma carga de estresse além do suportável; servidores submetidos a trabalhos em condições inóspitas, que potencializam o estresse; dificuldades de toda a ordem. E está resultando nisso.

Nós precisamos urgentemente resolver esse problema. E aí o Ministério Público, instituição a que tenho um profundo respeito, por vezes no afã de proteger a sociedade – o que é constitucionalmente de sua responsabilidade –, esquece que os servidores que estão submetidos a essas condições, que estão num processo reivindicatório, também, da mesma forma, são cidadãos, que padecem da mesma dor, da mesma doença e que estão ali padecendo, pelas carências naturais por falta de uma assistência à saúde digna, por serem servidores. E aquela lógica de cuidar de quem cuida, a saúde de quem está na saúde, se esgarça, vai por água abaixo.

Isso foi mais ou menos o que aconteceu, me parece, no Rio de Janeiro, nesse último mês de greve dos médicos. Se eu estiver equivocado em algum dados, me corrija. Nesse último mês que houve o movimento paredista, uma pauta absolutamente legítima e justa, pedindo melhores condições de trabalho, pedindo uma política de recursos humanos que fosse equânime e isonomia nos seus proventos com os demais servidores.

Aí o Ministério Público provoca a justiça e, através de liminar, suspende o movimento paredista. Ora, eu acho que o Ministério Público seria muito mais útil nessa questão em particular se tivesse se somado aos nossos esforços, aos esforços deste Parlamento, com o Senado Federal, como fizemos, que fomos ao Ministro Chioro, que nos recebeu, que está acenando com soluções.

Inclusive, hoje, às 18h, vamos ter outra conversa com o Ministro, numa tentativa de resolver esse problema.

Então, eu acho que, nesses momentos, muito mais vale uma postura de contribuir através do diálogo do que propriamente exercer autoridade institucional.

Eu acho que, na hora em que o Parlamento se abre… E aqui quero render homenagens ao Presidente Moka, que é Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, uma das comissões que mais produz nesta Casa – eu não tenho medo de dizer isso. É uma Comissão que tem dado uma demonstração fantástica neste Parlamento nas discussões de assuntos importantes, inerentes à saúde e outras questões de importância para a sociedade brasileira, que está no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais. E a CAS tem trabalhado dura e firmemente para contribuir e ajudar.

Eu faço esse comentário para dizer que nós estamos prontos para sermos os agentes facilitadores. Acho que esta audiência pública tende e procura – e é o objetivo dela – socializar com esta Casa os problemas sérios vivenciados por instituições de renome, importantes no cenário da medicina e da saúde pública no Brasil. Que o Jorge Darze, que está aqui pelo Sindicato, e o Sidney, do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, saibam que nós estamos atentos, prontos para contribuir e para ajudar nessa negociação. Em última análise, a solução terá que vir do Ministério. Não é verdade, Fausto? Tem que vir do Ministério. Aqui no Parlamento, nós nos esforçamos, nós precipitamos o diálogo, nós procuramos conversar, nós ensejamos condições para que haja um entendimento, mas, a rigor, a solução terá que vir do Ministério da Saúde.

Por isso mesmo, nós estamos nos colocando… Tenho certeza de que o Presidente Moka da mesma forma se coloca à disposição dos médicos do Rio de Janeiro que trabalham nos hospitais federais e das instituições aqui citadas para que a gente possa chegar a uma solução a contento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Davim.

Vejo que já há uma audiência marcada às 18h. Acho que isso é fundamental.

Mas quero, Senador Crivella, dar uma explicação. Os Senadores do Rio de Janeiro, salvo melhor juízo, nenhum deles tem assento na Comissão de Assuntos Sociais – quero deixar isso claro. E esta audiência pública foi chamada para uma discussão da realidade dos hospitais públicos do Brasil. Ela não focou nessa questão específica do Rio de Janeiro.

Então, quando nós começamos a debater, imediatamente, eu pedi à assessoria que comunicasse aos Senadores do Rio de Janeiro, porque, embora o tema seja os hospitais públicos federais, a verdade é que a maioria, senão os que existem ainda, estão no Rio de Janeiro. Então, achei por bem avisá-los. Mas avisei, como eles não têm assento na Comissão, de última hora e quero registrar isso, até para justificar aqui a ausência do Senador Lindbergh e do Senador Dornelles, que foram avisados como foi o Senador Crivella, mas a tempo de estar aqui.

Concedo a palavra ao Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Eu gostaria muito de agradecer ao Senador Moka pela preocupação e também ao Senador Paulo Davim pelo discurso em prol da saúde dos servidores, sobretudo do nosso povo.

Queria saudar o Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, Dr. Jorge Darze, que é um gladiador. Esse homem tem a fé de um mártir, tem o arrojo de um bandeirante. É impressionante a luta desse servidor do povo, desse homem público dos mais honrados da minha terra.

Da mesma forma, quero saudar o Sidnei Ferreira, Presidente do Conselho Nacional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro; o Dr. José Luiz Dantas Mestrinho, da Associação Médica Brasileira; o Dr. Ruy, Procurador do Trabalho, e também o Fausto, que é o nosso companheiro do Ministério da Saúde.

No Rio de Janeiro, realmente, a situação envolve uma série de circunstâncias que agravam muito as condições dos hospitais públicos federais. Primeiro, uma violência anômica que a sociedade carioca enfrenta. Segundo, os governos do Estado são um fracasso. O Governador termina… se o senhor for ver os investimentos públicos na saúde: enquanto na média dos Estados, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, se aumentou o orçamento entre 2007 e 2012, em 38%; no Rio foi de 25%. Não houve o mínimo cuidado.

Nós tivemos também a questão de uma dificuldade enorme de lidar com os servidores porque o Governador simplesmente diz que médico é vagabundo. Quando uma autoridade máxima do nosso Estado se refere à classe médica com esse termo, é o caos, porque, sobre o conhecimento desses homens e sua capacidade de altruísmo, de idealismo, de espírito público, e espírito de renúncia – porque nenhum deles recebe o subsídio que deveria e que merecia receber –, repousa a nossa vida, a vida do nosso povo. E é um desestímulo. O diálogo é horroroso!

Então, nós ficamos em uma situação realmente complicada, numa violência tremenda. Toda hora, Senador Moka, chega alguém na emergência de um hospital baleado, esfaqueado. Nós temos 100 mil casos no Rio de Janeiro de lesões corporais dolosas por ano. Nós temos uma fila, hoje, de 12 mil pessoas aguardando para serem operadas. Às vezes é uma pedra na vesícula, mas que, numa crise, numa cólica, é uma coisa horrível, as pessoas sobem pelas paredes.

Eu vivi na África dez anos, em países pobres – Malawi, Zâmbia, Quênia, Uganda, Madagascar –, mas nunca vi o que vi outro dia na comunidade do Jacarezinho. Eu estava dentro de uma loja pequenininha, um armarinho, quando entrou uma senhora negra que não tinha 40 anos; e a dona da loja disse a ela: "Eu soube que seu marido morreu! O que houve com ele de repente?" Ela disse: "Meu marido tinha hemorroida e não conseguiu tratamento. Então, disseram para ele que se ele tomasse querosene limpava. E ele tomou um copo de querosene." Quer dizer, uma coisa que eu nunca vi na minha vida.

Ao mesmo tempo, nós estamos gastando bilhões em investimentos na Copa do Mundo, no metrô; fizemos uma Cidade da Música, que o Dr. Darze conhece, não sabemos o que fazer com aquilo, é um investimento da Prefeitura; custou 600 milhões e até hoje não teve um espetáculo. Isso tudo faz um contraste que é um verdadeiro desalento.

Eu sei, Fausto, do esforço do Presidente Lula e da Presidenta Dilma para melhorar a saúde pública do nosso País. E nós temos bons números. Outro dia, eu li um relatório de 360 milhões de consultas que o SUS fez em 2013; 12 milhões de cirurgias, não é pouco. Mas realmente não é ainda o suficiente.

De tal forma, Senador Moka, que eu saúdo aqui esses grandes líderes, saúdo o Senador Paulo, que é doutor, agradeço profundamente a ele por zelar pelo sistema de saúde público, pelos servidores.

Outro dia, li que no hospital do Andaraí… aliás, foi o Dr. Jorge Darze que me mostrou, uma ata de uma médica de plantão, que se chora quando se lê. As condições psicológicas… Eu fico até pensando nesses que tentaram o suicídio. Porque ela diz: "A vida das pessoas fica na minha mão. Eu não tenho a mínima condição de trabalhar, eu tenho que fazer opção de atender um ou outro. Eu não me formei para isso. Isso é um caso de polícia. Eu já não aguento mais." E pedia providências.

Nós, ontem, tratamos da educação, destinamos 10% do PIB, e eu não sei se temos que fazer a mesma coisa para salvar a vida do nosso povo. Não é possível que a gente continue numa situação como essa.

Agradeço, sou candidato ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, já conversei com o Dr. Jorge Darze, quero que ele me ajude e me oriente.

Vi que foram feitos grandes investimentos no Rio, 600 milhões são repassados, mas há alguma coisa que, realmente, nós precisamos saber. Essa desmotivação com os funcionários, a falta de diálogo, a falta de melhores condições, a falta de parceria com o Governo do Estado, que também tem pouco interesse na saúde pública – o Estado já demonstrou isso em todos esses anos – deixa um déficit enorme, uma sobrecarga nos hospitais federais.

O que fazer? Eu acho que é isso aí: audiências públicas, conversar, debater. O custeio da saúde é caríssimo, nós precisamos ter um programa para cuidar disso, mas, acima de tudo, tratar os médicos com respeito e os servidores também, com o respeito que eles merecem. São anjos sem asas, são homens que salvam nossas vidas, sobre os quais repousa toda a esperança do povo brasileiro.

Moka, obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço ao Senador Crivella.

Eu vou, Davim, porque nós precisamos encaminhar essa questão e como vocês têm já marcado às 18 horas, eu vou tentar desmarcar um compromisso na agenda pessoal, e aí eu me incorporaria não como Senador, mas como Presidente da Comissão…

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Apoio Governo/PRB – RJ) – Eu gostaria também de acompanhar o senhor…

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Evidente, Senador Crivella, que eu vou falar, eu vou ligar para o Dornelles, vou para o… (*Palmas.*)

Vamos ver essa situação. Essa audiência… Porque, veja bem: são hospitais públicos federais, é uma questão que não é do Rio de Janeiro, porque são instituições nacionais, nós precisamos tratá-las dessa forma.

Agora, vou conceder a palavra novamente. Mas eu penso que o encaminhamento, quer dizer, essa audiência é providencial, porque ela vai nos dar oportunidade – mesmo que eu não possa adiar, mas o Davim, o Crivella estarão lá, os Senadores estarão lá – no sentido de que… Eu vou lhe dar uma opinião: não adianta, eu sei que pode ser que tenha a dificuldade de… Mas essa situação de ser no Rio de Janeiros os únicos hospitais federais, isso não tem jeito. Nós temos que negociar as condições de como isso vai ser. Porque, senão, vai continuar como disse aqui o Dr. Fausto. Porque, hoje, o Ministério não é o gestor disso daí. Então, fica só o Rio de Janeiro dessa forma. O resto do País, ou está a cargo do Estado ou a cargo do Município. Isso precisa ser…

Agora, quais as condições em que isso vai acontecer no Rio de Janeiro? Eu acho que essas são as condições que os senhores terão que tratar, que nós temos que tirar de lá.

Eu não vejo outro encaminhamento. Mas, evidentemente, quem mora lá, quem trabalha lá, que são… E, aqui, a audiência tem a ver com isso, Davim. Nós vamos lá no sentido, como disse V. Exª, de intermediar e tentar uma solução. Mas que nos parece absolutamente… Quer dizer, no País inteiro.

O que me revolta é que por duas vezes o Senado teve oportunidade de colocar mais recurso para o SUS, e nós aqui, não com o meu voto… Porque acho que aqui nós temos um grande problema, nós temos um problema de subfinanciamento, nós optamos por um sistema universal e não temos recurso para isso, além, evidentemente, da gestão. E isso é uma coisa que eu sempre vou denunciar aqui. Por duas vezes, o Senado teve a oportunidade, mas, na hora de votar, não votou os recursos necessários.

É claro que aumentou, melhorou. O recurso melhorou, mas não é o suficiente. Agora, essa questão da gestão, eu penso que seria o caminho.

Eu estava conversando com o Dr. Jorge aqui. Eu acho que é claro que não vai ser agora que vocês vão decidir, mas eu acho que teria que haver uma conversa, evidentemente, para isso tem que se fazer uma consulta, vocês têm de conversar com outras pessoas. Mas eu acho que é difícil continuar no Rio de Janeiro os únicos hospitais federais do País. Eu penso que, claro, vai ter uma resistência, o pessoal não vai querer. Mas, ao optar por essa situação, eu posso estar enganado, mas sempre tem um conjunto de hospitais no País inteiro pelos quais o Ministério da Saúde é responsável, e fica essa questão do Rio de Janeiro, como se o Rio de Janeiro fosse uma coisa específica e à parte.

Eu acho que os senhores teriam que raciocinar em cima disso.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador, eu vou fazer o seguinte: eu vou conceder novamente a palavra; eu vou inverter, o Fausto começa falando e o último a falar é o Dr. Sidnei, que foi o primeiro. Mas ouço V. Exª.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Eu gostaria de reiterar, de ratificar o convite para que V. Exª, como também o Senador Crivella, se fizessem presentes na audiência hoje. É muito importante. O Senador Crivella, como Senador do Estado, ex-Ministro, candidato ao Governo do Rio de Janeiro, e V. Exª, como Presidente da CAS, que é uma comissão que tem muito peso, uma comissão de extrema sensibilidade, todos nós aqui. Porque seria uma coisa interessante.

É o apelo que eu faço a V. Exª. Sei dos seus compromissos, todos nós temos compromissos, e sobretudo V. Exª, mas é o apelo que eu faço, para que V. Exª se fizesse presente hoje, às 18 horas, nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim, pode ter certeza de que, se eu tiver a menor possibilidade, eu estarei lá. É que eu não sabia e, às 18 horas, eu tomei um compromisso. Quer dizer, faltar a um compromisso que eu assumi. Mas, talvez, as pessoas entendam a necessidade de eu estar presente.

Então, concedo a palavra ao Fausto Pereira dos Santos. E aí fique à vontade, se quiser entrar nos detalhes, porque os outros oradores vão continuar questionando.

O SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS – Obrigado, Senador.

Bom, eu acho que a principal assunto que foi discutido aqui, que foi apresentado pelo conjunto dos interlocutores e pelo próprio Senador Paulo Davim, é o reflexo dessa medida provisória, da votação dessa medida provisória, e esse, vamos chamar assim, entendimento diferente que se observou. E a gente, já em negociação com as entidades do Rio de Janeiro, com o próprio Geraldo, da Fenam, e o próprio Jorge e outros dirigentes sindicais, do Sindicato dos Médicos do Estado do Rio de Janeiro, a gente tentou avançar um pouco nessa compreensão.

Eu acho que já existe uma compreensão, hoje, tanto por parte do Ministério da Saúde quanto por parte do Ministério do Planejamento, de que foi gerada uma distorção que precisa ser corrigida. Acho que o Ministro Chioro tem essa convicção, nós, já lá na Secretaria, quando eu estive na Secretaria Executiva do Ministério, fizemos os estudos que inclusive embasaram uma primeira tentativa de negociação. Eu acho que a gente precisa trabalhar nesse sentido, porque acho que resolve uma distorção importante, hoje, no exercício do conjunto da categoria nos hospitais federais – e aí acho que só não atinge, se não me engano, o Inca, que tem uma carreira vinculada à Ciência e Tecnologia, a maior parte dos médicos do Inca não é ligada à carreira geral. Acho que há um número de médicos ainda do Inca, mas é um número menor; a maior parte dos médicos do Inca não… Mas o restante, tanto dos dois institutos quanto dos seis hospitais, está alcançado por esse… vamos chamar por essa diferença de interpretação, a que o Senador Paulo Davim se referiu.

Então, acho que vai ser tratado lá na audiência com o Ministro, vamos ver se a gente consegue superar essa questão.

Eu queria colocar, principalmente, só algumas questões que foram levantadas, porque eu acho que se começa a falar muitas vezes a mesma coisa, e aí a gente precisa fazer algumas demarcações.

Essa questão da perda dos leitos do SUS nós já produzimos nota sobre isso, já apresentamos estudos ao próprio Conselho Federal de Medicina, mostrando que esse estudo tem um viés, e um viés importante, que precisa ser enfrentado. Primeiro, dos onze mil e duzentos e tantos leitos que se diz que foram reduzidos no Brasil, mais de sete mil deles são leitos psiquiátricos. Então, são manicômios, leitos psiquiátricos que foram fechados na política antimanicomial aprovada pelo Congresso Nacional na década de 90, que não feita de forma abrupta, que vem acontecendo ao longo do tempo. E a alternativa a esses leitos psiquiátricos que foram fechados tem uma forte abertura de CAPS no Brasil nos cinco últimos anos, particularmente nos dois, três últimos anos.

Então, há alternativas ambulatoriais ao atendimento do paciente da saúde mental no CAPS, e muitas vezes, como nos CAPS III, com leitos de retaguarda, que não são contados como leitos, assim como leitos de UPA não são contados como leitos. Por quê? Porque são unidades ambulatoriais e, na hora em que você vai no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde e puxa os leitos, eles não vão aparecer, porque eles não são leitos hospitalares, eles são leitos de unidades ambulatoriais que funcionam como observação, como leitos de retaguarda.

Então, acho que essa questão de diminuição do número de leitos precisa ficar mais clara para a sociedade. Eu sei que, de tanto se falar isso, de repente se vai dar uma impressão, no Brasil, de que nós estamos tendo uma política de redução de leitos no País.

Ao lado dessa redução de leitos de maternidade e obstetrícia que aconteceu por vários motivos, um deles pela clara mudança do nosso perfil demográfico – nasce muito menos crianças hoje do que nascia –, várias

maternidades também optaram por fechar, porque não tinha mais escala – alguma demanda tem, mas não tem escala para manter aquela maternidade funcionando. Precisa fazer o mínimo de partos por mês, porque, senão, ela não tem sustentabilidade econômica. Então, isso também é importante.

Ao lado disso, há um forte crescimento de UTI neonatal, um forte crescimento de leitos de UTI no País.

Então, acho que essas questões precisam ser colocadas na sua verdadeira dimensão, senão a gente fica debatendo questões que não estão apresentadas da forma mais adequada.

A mesma coisa é essa questão – e aí, Jorge, nós já debatemos isso, temos posições diferentes sobre isso – de dizer que a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares é uma privatização. É uma empresa pública, 100% pública, 100% SUS, não pode ter atendimento privado, diferentemente inclusive de algumas empresas de hospitais universitários e fundações hospitalares de hospitais universitários que permitiam atendimento privado. Hospital que for assumido pela EBSERH é 100% público. E é uma empresa 100% sob controle do Governo Federal. É uma forma, podemos discutir. Era a melhor forma de se fazer a gestão dos hospitais federais? É um amplo debate para se colocar. Agora, não é a discussão da privatização *versus* hospital público.

Os hospitais universitários do Brasil sob a gestão da EBSERH continuarão públicos, continuarão 100% SUS; terão um mecanismo de administração que não é pelo RJU, é pelo regime celetista, com concurso público, com licitação. Então, não há que se falar em privatização, sob pena de dizer que seria precário o conjunto dos vínculos dos trabalhadores do Brasil, que hoje são contratados via CLT. Pelo contrário, a gente luta para que mais trabalhadores do País sejam contratados por CLT, que deixem os seus vínculos informais e sejam contratados por uma forma de… Mas isso, eu e o Jorge já discutimos várias vezes, nós sabemos que temos posições diferentes.

Por último, eu acho que a questão no Rio, dos hospitais federais do Rio, deveria ter, por parte da sociedade do Rio, e podem contar com o Ministério para isso, uma forte pressão sobre o Estado e o Município do Rio para uma melhor definição de papéis. Eu e o Jorge já discutimos outras vezes.

Quer dizer, você faz uma reunião, hoje, com o Município do Rio de Janeiro, e a visão do Município do Rio de Janeiro é de que a média complexidade vai ser feita pelos hospitais federais. Alguns têm característica para isso e outros, não. É como se o problema da pedra na vesícula, como o Senador Crivella falou, o da próstata, o problema da úlcera, todos os problemas de cirurgias eletivas, por exemplo, de média complexidade no Rio de Janeiro fossem ser resolvidos pelos hospitais federais. Não vão, não há como.

Então, qual é o papel que cada um desses hospitais vai ter no sistema de saúde no Rio de Janeiro e como eles vão abrir a possibilidade para que esses hospitais federais continuem atendendo os Municípios do Estado? Porque não é possível você imaginar hospitais mantidos com recursos da União, nessa proporção que são os hospitais federais do Rio de Janeiro, que vão atender só os munícipes do Rio, da cidade do Rio; precisam atender o conjunto do Estado. E, hoje, nós temos relatos do COSEMS Rio, do colegiado de secretários municipais do Rio, da dificuldade do mecanismo regulatório que foi implantado de dar acesso ao conjunto dos Municípios.

Então, essas questões, nós precisamos trabalhar de forma conjunta, até para que o investimento que o Governo Federal vai continuar fazendo nos hospitais federais – e quero reafirmar esse compromisso aqui –, o investimento que o Governo Federal vai continuar fazendo nos hospitais federais seja no sentido de resolver os grandes problemas do sistema de saúde do Rio de Janeiro, e não, como muitas vezes, na percepção de que a comunidade daquele hospital acha que é a melhor.

É claro que, se eu deixar para a comunidade do hospital, que significa seus trabalhadores, eventualmente um conjunto de seus usuários, definirem qual é o papel do hospital, cada um vai procurar puxar para um lado. Agora, é preciso que o papel desses hospitais seja definido do ponto de vista da política. E aí, Senador, eu acho que, por exemplo, é um debate importante na campanha eleitoral deste ano.

Do ponto de vista da saúde, no Estado do Rio de Janeiro, como é que se vai organizar para que melhor funcione, para que a gente construa realmente um SUS no Rio de Janeiro que não seja essa fragmentação em que você tem o SUS estadual, um SUS municipal, um SUS federal, quando não um SUS em cada hospital? O SUS do Fundão, o SUS do Bonsucesso, o SUS do Inca, o SUS do Salgado Filho, quer dizer, não é razoável.

Outras cidades e outras regiões do País já conseguiram superar e já conseguiram achar, com todas as divergências políticas. Não é um problema de divergência partidária ou política. Nós temos governos diferentes em Belo Horizonte, no Estado de Minas, em Porto Alegre e no Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Hoje em Recife não há, mas já houve. Em Fortaleza, em vários outros lugares nós temos governos de partidos diferentes, o que não impediu que você construísse minimamente um sistema que pudesse ter vasos comunicantes e ter um mínimo de racionalidade e não construíssemos vários e vários segmentos de, vamos chamar – eu não sei se há plural de SUS –, vários SUS em cada um dos lugares.

Então eu acho que esse, talvez, seja o nosso grande desafio para definir qual é a figura jurídica que vai dar conta de fazer essa administração, qual é o papel, para que os recursos que o Ministério da Saúde já inves-

tiu e continuará investindo nos hospitais federais não se percam do ponto de vista de um caos gerencial e um caos administrativo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Bom, o Fausto teve a oportunidade agora de ser mais específico, não é?

Eu vou pedir agora para que cada um – eu vou registrar cinco minutos – faça a réplica, se quiser fazer, o contraditório, para a gente ter um encaminhamento.

E eu quero chamar a atenção, porque daqui a pouco nós vamos ter a Ordem do Dia, e eu, mesmo que não queira, sou obrigado a encerrar a Comissão, porque esta audiência pública, a pedido do Senador, eu fiz. Não é comum o horário, à tarde, nós não fazemos. Mas em função da necessidade e da pressa do Senador Paulo Davim – eu acho que o assunto é importante, até porque vai haver essa audiência pública –, foi fundamental.

E eu quero, Fausto… Eu sei que posso contar com o Dr. Fausto, porque é importante, eu sei da sua importância no Ministério da Saúde, é quem conhece e quem possivelmente o Ministro vai ouvir. Mas é fundamental um grupo, depois da audiência, um grupo de trabalho para duas coisas, em caráter emergencial. Essa questão salarial precisa ser resolvida. Se tivermos que ir ao Ministério do Planejamento, vamos ter que ir. Essa questão tem que ser resolvida. (*Palmas.*)

Num segundo momento, é a negociação de qual vai ser, como será o papel e como será a articulação do SUS no Rio de Janeiro, envolvendo os hospitais federais.

Mas aí eu ouço o Dr. Ruy Fernando Gomes Leme Cavalheiro.

O SR. RUY FERNANDO GOMES LEME CAVALHEIRO – Obrigado, Excelência.

Queria fazer algumas considerações em relação à crítica endereçada ao Ministério Público brasileiro. Eu, como membro, aceito, mas há que se fazer uma distinção: esta Casa, em dois momentos, outorgou à Justiça do Trabalho a competência para decidir questões que dizem respeito ao vínculo estatutário. Primeiro, foi na lei do servidor público, nos anos 90 ainda, e depois em 2004, com a Emenda Constitucional nº 45. Por conta disso, a Justiça do Trabalho deveria analisar esses conflitos sim, que têm a ver com o vínculo estatutário. Ocorre que, em ambas as ocasiões, foi retirada da Justiça do Trabalho essa competência, recentemente, inclusive, pelo STF, que declarou que o inciso I do art. 114 da Constituição não seria a melhor norma legal acerca da matéria. Consequentemente, quem cuida das questões estatutárias, de vínculo, acaba sendo não só o Ministério Público Federal, como o Ministério Público dos Estados.

E quem atuou nessa questão especificamente foi o Ministério Público Federal. Sem qualquer demérito em relação à atuação deles, eu creio, pessoalmente, que, pela especialidade, nós, da Justiça do Trabalho, que engloba não apenas o Poder Judiciário, mas também o MPT, temos uma especialidade maior para tratar das questões coletivas da negociação, porque nós temos inclusive o dissídio de greve. O dissídio de greve resolve as questões de greve. Não sei se foi feito um estudo já da eficácia ou eficiência dessa atribuição ao Ministério Público Estadual e ao Federal, mas talvez fosse o momento de se analisar isso, sem qualquer demérito.

Mesmo assim, Excelência, eu acho que é importante observar que muitas vezes o promotor, o procurador e o juiz têm que fazer uma "escolha de Sofia", por conta da inércia do órgão público, por exemplo, em dotar uma UTI dos requisitos mínimos para sua atuação. Consequentemente, o promotor tem que pensar: interdito ou não? O procurador tem que pensar: interdito ou não? Qual é a consequência da interdição?

Infelizmente, com a greve, a situação é a mesma. A falta da prestação de serviço impacta na população. E infelizmente, nesse ponto, por nós não podermos prevaricar e nem inobservar o comando da lei, somos obrigados a atuar nesse sentido.

Mas eu queria também fazer aqui uma observação de que, mesmo não tendo a competência para cuidar desses casos, nós temos uma atuação constante na solução pacífica de conflitos. Nós fazemos constantemente mediações entre órgãos públicos e os sindicatos de trabalhadores. Fazemos pauta de negociação e atuamos com ação civil pública naquilo que nos sobrou de atribuição. É uma escolha complicada, não é uma escolha fácil, mas é a escolha que nos é possível.

Sempre que é possível a solução amigável, sempre que nós temos a provocação, nós atuamos. Fizemos isso com várias polícias civis do Brasil inteiro, com institutos de tecnologia federais, fizemos isso com várias categorias, chamando para conversa, porque, como sabemos todos, a negociação envolve não apenas a oposição, mas também a tentativa de se chegar a um ponto comum.

A mediação ainda é um ponto muito constante, e estamos aqui à disposição de todas as categorias de servidores públicos para que atuemos como mediadores em conflitos. Só queria fazer essa observação, Excelência, porque eu acho que é importante ressalvar qual é a nossa atribuição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço ao Dr. Ruy.

E só quero lembrar, Dr. Ruy, que os colegas médicos, todo dia às vezes, também têm que decidir quem vai deixar a UTI e quem vai ficar. Ou seja, na prática, quem é que ele vai deixar viver. Isso é que angustia os colegas médicos. E talvez essa questão precise ser levada também. O colega tem que decidir quem fica na UTI, em função da gravidade daquilo que ele recebe lá.

Concedo a palavra ao Dr. José Luiz Dantas Mestrinho.

O SR. JOSÉ LUIZ DANTAS MESTRINHO – Senador, eu concordo com a colocação do senhor quando diz que o caos da saúde pública é muito grande e que a coisa ficou mais ou menos regionalizada no Rio de Janeiro, porque lá é mais problemático também, porque particularizou os hospitais federais. Quando da apresentação, havia essa visão mais macro do que uma visão regional. Os números colocados eram números gerais e não particularizados.

E eu acho que, neste debate na presente data, com a colocação do Rio de Janeiro na berlinda, é só lembrar, por exemplo, quando o Senador Crivella falou a respeito de avanços, de milhões de consultas e milhões de cirurgias, que isso não significa que seja qualidade de serviço. A gente não sabe exatamente como é que está sendo realizado tudo isso, porque há falta de tudo. Então, dizer "nós estamos com quatrocentos e tantos milhões, foi um avanço". Avanço em quê? A consulta ficou sendo cada vez menor, porque não há tempo de atendimento. As cirurgias passaram a ser banalizadas pelo grau de cirurgia, e não pela importância somente do ato cirúrgico. Então, fica difícil de ver.

Quando é colocado que o número de leitos diminuiu, mas principalmente por conta do psiquiátrico, e o leito psiquiátrico não é leito? O doente psiquiátrico não precisa de assunto?

Isso é uma discussão grande, imensa. Mas é muito simples dizer "não, foi votado pela casa", e de repente o assunto ficou sendo: não se conta como leito aquele atendimento ambulatorial ou no centro especializado de atendimento.

Então, a gente precisa ter essa visão, porque quando a Associação Médica Brasileira criou, há coisa de três para quatro meses – foi em março –, aquela caixa preta da saúde, a caixa preta da saúde significava – significava não, significa – que os médicos – que os médicos não, que os pacientes – denunciem exatamente aquilo que eles estão sofrendo.

Façam através de vídeos, façam através de denúncias, de qualquer forma que chegue, na parte eletrônica, já que existe um *site* especificamente da caixa-preta da saúde, mas que haja essa denúncia. Quando fomos à Procuradoria-Geral da República para entregar os primeiros 30 dias, existiam, no Brasil inteiro, três mil e tantas denúncias de cidadãos, e não era simplesmente aceitar a denúncia e ficar por isso mesmo. Não. Era filtrado, havia uma avaliação daquilo que estava sendo denunciado para ver a veracidade, porque poderia ser simplesmente problemas políticos, partidários ou coisa parecida com isso.

Então, houve esse tipo de preocupação na Associação Médica de ficar pautando exatamente na coisa correta. E nós fomos procurar o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, para entregar. Ele não pôde nos receber, recebeu-nos o Subprocurador, e a colocação deles era o seguinte: que o médico ou o pessoal da saúde, principalmente, precisa participar dessa denúncia também. Dissemos: "Mas não vai parecer corporativismo?" Ele disse: "Não, vocês é que têm realmente o problema." Então, o que está acontecendo na situação da saúde é a banalização da saúde.

Hoje em dia, banaliza-se o cidadão, banaliza-se o serviço de saúde total, entre médicos, enfermeiros, dentistas, qualquer profissional de saúde, e diz-se que está tudo bem. Não está. Está triste. Esse momento agora é o momento de denúncia. Por quê? Porque a parte política agora, nas campanhas políticas em quaisquer níveis, vão aparecer em hospitais, vão aparecer procurando realmente votos naquelas denúncias pontuais. Não existe a preocupação… Aí eles se assombram com aquilo e, de repente, fazem o discurso dizendo: "Mas a saúde está muito ruim neste País! Precisamos aumentar o financiamento da saúde."

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ LUIZ DANTAS MESTRINHO – E aí? Fica só no discurso. Esse é o grande problema que a gente tem que encarar.

Nós não podemos ficar de olhos fechados assistindo a tudo isso sem denunciar. Então, esse momento foi o momento importante que a gente encontrou para poder falar mais um pouco do que simplesmente hospitais federais.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS. *Fora do microfone*.) – Agradeço a exposição do Dr. José Luiz Dantas Mestrinho e passo a palavra ao Dr. Jorge Darze.

O SR. JORGE S. DARZE – Eu queria, inicialmente, agradecer as palavras do Senador Crivella. Fiquei muito honrado com a sua declaração e quero também lhe dirigir a palavra no sentido de reconhecer o seu traba-

lho aqui no Senado Federal, principalmente nessa última proposta de emenda constitucional onde o senhor permitiu que os médicos militares ou os profissionais de saúde da área militar pudessem ter um vínculo civil.

Essa, sim, seria uma das medidas constitucionais que poderia contribuir sobremaneira para o provimento desses profissionais dos interiores desse País. Então, eu parabenizo V. Exª por ser autor dessa proposta de emenda constitucional recentemente aprovada aqui no Congresso Nacional.

Eu gostaria apenas de dizer que, quando se fala em greve, se fala em greve sempre relacionada ao trabalhador, e a lei diz que quem faz a greve é o trabalhador, mas pior do que a greve do trabalhador é a greve do Poder Público. E quase sempre esse Poder Público não é responsabilizado. Criminalizam sempre a greve do trabalhador. Agora, quando morre um cidadão neste País por conta do caos da saúde pública, esse Poder Público fica impune. Isso nós não aceitamos mais! Não vamos mais conviver com uma situação desse tipo porque a greve é um direito constitucional consagrado na Constituição brasileira e não pode ser criminalizado. É um direito a que o trabalhador recorre num momento em que está cessada qualquer possibilidade do diálogo. Então, não é possível mais aceitarmos o papel do Judiciário hoje criminalizando os movimentos grevistas e principalmente o movimento da área da saúde.

Essa decisão do juiz federal do Rio de Janeiro é digna de se lamentar; lamentar seu texto dúbio em que, se, por um lado, criminaliza a greve, por outro lado, também não fecha os olhos para os outros crimes que estão sendo praticados no País diante do caos da saúde pública. Então, esse registro, quero deixar aqui para que todos os senhores possam tomar ciência dessa situação.

Agora, eu não concordo com a ideia de achar que esse projeto que hoje está sendo anunciado como solução de todos os males da rede pública, principalmente a federal, através da EBSERH, seja algo absolutamente constitucional. Não é. Quem diz isso não sou eu, é o Procurador-Geral da República. Ele é autor de uma ação direta de inconstitucionalidade onde reconheceu, dos 14 artigos da lei, 13 inconstitucionais. E a lei proíbe a terceirização da mão de obra na Administração Pública, principalmente na atividade fim, e a EBSERH vai terceirizar a atividade fim. Não é possível, neste País, trabalhar com um projeto dessa natureza porque ele colide com a Constituição. É melhor trabalhar com o que a Constituição estabelece como regra, que é o concurso público, a carreira pública. Essa é a solução da crise da assistência em nosso País. Então, não é possível a gente conviver com propostas dessa natureza.

A segunda coisa que precisa ser dita é o seguinte: essa rede federal no Rio de Janeiro está realmente vivendo um momento de grande dificuldade, talvez um dos piores momentos da sua existência, mas não é porque ali tem Regime Jurídico Único ou porque ali a administração é pública. Essa crise está acontecendo, está mais significativa nesse momento histórico que estamos vivendo porque hoje há uma situação muito grave da relação entre os governos deste País.

O que se tinha no passado era a dificuldade de diálogo entre as três esferas de Governo, e, por isso, o Governo Federal fez a intervenção no Rio de Janeiro, requisitando hospitais para o Ministério da Saúde. Vejam como a coisa é interessante. Em 2005, o Governo Federal fez a intervenção devido ao caos do Rio de Janeiro e requisitou hospitais…

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE S. DARZE – … que antes estavam sob a gestão do Município para o âmbito do Governo Federal. Então, essa situação de que o Governo Federal não pode gerir hospitais, isso na lei não está escrito. O Ministério da Saúde pode, sim, gerir desde que ele se disponha a fazer essa gestão.

Senador Moka, as experiências que nós já vivemos com a estadualização ou a municipalização desses mesmos hospitais que hoje estão sob gestão federal foram um desastre. O Hospital Federal dos Servidores do Estado, que era um hospital que recebia os presidentes da República quando iam ao Rio de Janeiro – aquele hospital ficava de prontidão para atender os presidentes da República –, esse hospital ficou na mão do Estado e foi para o fundo do poço. Ele retornou à gestão federal porque o Hospital dos Servidores perdeu a sua capacidade resolutiva.

Temos que pensar com muita calma sobre esse projeto futuro dessa rede, sem deixar de considerar os aspectos políticos que existem hoje no Rio de Janeiro, onde os governos existentes, tanto do Município, quanto do Estado, são governos que, em nossa opinião, não trilham o caminho da legalidade e têm desempenhado um papel horroroso, desastroso na área da saúde pública.

Eu acho que a oportunidade que estamos tendo aqui nesse momento, Senador Moka, nos enche de esperança, de satisfação porque, pelo menos, a gente está vendo, da parte dos senhores, que são nossos representantes aqui nesta Casa legislativa, a oportunidade de que esta importante Casa de legislação do Brasil que é o Senado Federal possa assumir hoje, junto aos médicos do Rio de Janeiro, junto aos médicos federais… Porque estamos falando muito em Rio de Janeiro, mas há médico federal no Brasil todo; mesmo nesses hospi-

tais que hoje estão sob gestão dos Estados e Municípios, ali temos médicos federais, que estão passando por essa mesma situação.

Quando a gente ouve hoje Senadores da República assumindo esse papel de querer, junto com a gente, abrir canais de negociação com o Governo, isso nos dá muita esperança de continuar perseguindo a legalidade, perseguindo a busca da mudança, da qualidade desse sistema, da possibilidade de que essa população realmente possa ser atendida com dignidade. Isso nos dá muita esperança de acreditar na possibilidade de mudarmos esse quadro existente hoje, porque não é possível mais que continuemos em um ambiente em que, no Rio de Janeiro, por ter sido Capital da República – hoje é ex-capital – com a maior rede pública do Brasil, não tenhamos o reconhecimento da melhor assistência.

O próprio Ministério da Saúde reconhece que o Rio de Janeiro tem a pior assistência dentro do sistema público de saúde e apenas divulga isso. O que nos deixa tristes é o Ministério, que deveria ter um papel legal de intervenção nesse contexto, de aplicar penalidades ao Estado e ao Município do Rio de Janeiro com finalidade pedagógica e de correção dessas graves distorções, não fazer isso porque, provavelmente, existem acordos políticos que embasam essa ação de afastamento, de expectador mesmo do que acontece no Rio de Janeiro. Quer dizer, é preciso que o Ministério exerça o seu papel como manda o Sistema Único de Saúde.

Se está errado, tem que se tomar providências! Se está errado, tem que se tomar atitudes pedagógicas com o objetivo de mudar aquilo que está acontecendo no Rio de Janeiro.

Eu quero, mais uma vez, agradecer o convite para participar desta audiência pública, agradecer ao Presidente Geraldo por ter dado essa oportunidade ao Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro de estar aqui, nesta Mesa, com a convicção de que a gente pode, ao concluir esta reunião, sair daqui, todos nós, com o objetivo de buscar a solução pelo menos dessa parte da crise dentro do Ministério da Saúde, na audiência com o Ministro Chioro, às 18 horas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço o Dr. Jorge, Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro.

Por último, o Dr. Sidnei Ferreira, Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, representante aqui do Conselho Federal de Medicina.

O SR. SIDNEI FERREIRA – Obrigado, Senador.

Bem, primeiramente, mais uma vez, agradeço aos Senadores, agradeço especificamente e especialmente ao Senador Moka, ao Senador Paulo Davim e agradeço o empenho de todos os Senadores. Eu acho que essa audiência pública, daqui a uma hora e meia, vai ser histórica com relação a essa questão dos médicos federais. Será histórica, pelo que nós ouvimos aqui dos Senadores.

Eu só queria fazer alguma referência com relação ao que foi falado pelo Dr. Fausto, que é um bom contendor, pessoa que trabalha, que sabe debater e que nós respeitamos. No entanto, quanto à EBSERH, dizer, primeiro, que isso não é terceirização e dizer que ela só vai atender ao SUS não é correto, porque nós temos um exemplo que os defensores da EBSERH dão, que é o Hospital de Clínicas de Porto Alegre. O Hospital de Clínicas de Porto Alegre leva R$600 milhões. É o que levam os seis hospitais federais… Menos. Os hospitais federais levam menos, de R$520 milhões a R$560 milhões, como foi dito aqui pelo Dr. Fausto.

Então, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, que é gerido pelo EBSERH, é um hospital público, um hospital universitário, que tem um andar que atende convênio, um andar que atende todos os convênios, com dinheiro público que é colocado lá. Essa é uma questão.

A outra questão é a questão do financiamento da saúde, de que o Governo tirou os seus 10% que deveria colocar lá do PIB e está colocando do líquido até 2018. E, na verdade, isso que o Governo Federal coloca hoje é 10% do que nós achamos… achamos, não, do que precisa a saúde. Seriam R$40 bilhões num ano, e ele vai botar R$4 bilhões no ano. E o Governo Federal também diminuiu o seu investimento na saúde.

Agora, com a Opas, é R$1 bilhão. Foi dito na audiência hoje de manhã: R$1 bilhão com a Opas. Com os hospitais federais são R$560 milhões. O Ministério da Saúde tem também que fiscalizar as ações dos Municípios do Estado, e não fiscaliza. Não há controle social. Não há controle social do que é feito. Então, o financiamento é aquém daquilo que é necessário; o Ministério da Saúde repassa a verba, e não há fiscalização.

Então, a questão que foi dita aqui, com todo o respeito, eu rebato também – a questão da municipalização dos hospitais federais. Nós temos dois exemplos dramáticos no Rio de Janeiro, que é o Hospital Raphael de Paula Souza, em Curicica, e o Hospital da Piedade, que estão fechando todos os serviços.

No hospital de tratamento da aids, mais de cinco mil e oitocentas pessoas, lá no hospital de Curicica, ficarão sem tratamento porque estão sendo fechados os serviços já há alguns anos, e 1.800 crianças que são acompanhadas lá. E é um hospital municipalizado, assim como o Hospital da Piedade, que também foi um hospital de referência e está sendo fechado, praticamente, pelo Município, que é incompetente, é inapetente politicamente para gerir a saúde pública.

Com relação ao Inca, lá também faltam clínicos, anestesistas, e fechou um CTI de seis leitos. É um exemplo para o Brasil, mas tem um CTI fechado lá com seis leitos – o Inca, que, para todos nós, teria que ser um exemplo.

(Soa a campainha.)

O SR. SIDNEI FERREIRA – Nós temos, então, uma fila de 13 mil…

(Soa a campainha.)

O SR. SIDNEI FERREIRA – Uma fila de 13 mil pacientes para operar. É claro que não são todos dos hospitais federais. Nós temos, nos hospitais federais, um déficit de 1.200 médicos.

Nós temos esse déficit de 1.200 médicos e temos hoje uma reivindicação que é simples: primeiro, retornar o pagamento das gratificações. Não é possível que, durante dois anos, nós vamos continuar com os médicos ganhando menos que todos os outros, tendo sido diminuído o seu salário.

A outra questão, que é simples também: concurso público, plano de cargos, carreira e vencimento. Concurso público com salário digno – piso que a Fenam já sugeriu há mais de cinco anos, o piso Fenam; condições dignas de trabalho; controle social; financiamento da saúde; carreira de Estado.

Quer dizer, não é nada impossível o que nós estamos pedindo. Então, eu acho que, a partir de hoje, nós podemos avançar dentro dessa lista de reivindicações dos hospitais federais.

Mais uma vez, muito obrigado. (*Palmas.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vejo com dificuldade isso, Davim, porque para mim fica muito claro o seguinte: há uma resistência. A proposta, eu não vejo neste momento, porque a gente precisa ter também… Eu não quero gerar nenhuma expectativa aqui de que, na audiência com o Ministro, ele vai concordar com a tese apresentada pelo representante do Conselho Regional de Medicina e pelo Sindicato.

Quer dizer, a tentativa que eu julgava ser a tentativa do encaminhamento é a questão salarial. Eu acho que é preciso, e vocês irão… Mas eu acho que vai precisar ser montado um grupo de trabalho, antes mesmo até de discutir a forma, porque, se chegarmos lá com posições definidas, como essa da crítica à empresa, por exemplo, evidentemente, o Ministério da Saúde não terá uma posição.

Eu estou só me antecipando, porque senão… Nós não vamos chegar lá com os Senadores e o Ministro vai mudar de posição ou vai alterar a sua política. Não vai. Nós temos que criar um grupo de trabalho que possa encontrar um encaminhamento para essa questão específica do Rio de Janeiro que não seja, conforme eu vi aqui, os que foram municipalizados ou estadualizados, segundo os relatos dos colegas, que estão em piores condições do que mesmo as condições precárias dos hospitais federais. Isso é o que eles relatam.

Eu quero conceder a palavra, ao final, ao Dr. Fausto, mas ouço V. Exª primeiro.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Rapidinho, eu sugiro que a pauta seja da primeira conversa que nós tivemos lá com o Ministro, porque, se nós fomos colocar… As necessidades são tantas, as reivindicações são tantas, que, se nós começarmos a discutir o que não estava pautado já na primeira conversa, eu acho que fica inviável. É a minha sugestão.

É pertinente tudo o que foi colocado aqui, Sidnei. Agora, a nossa primeira conversa lá já sinalizou para um caminho. Então, eu acho que se deve seguir lá para sairmos desse impasse, e depois se continua. É uma sugestão.

O SR. SIDNEI FERREIRA – Desculpe, peço permissão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. SIDNEI FERREIRA – Eu não coloquei no sentido de discutirmos hoje na nossa audiência. Eu coloquei que isso é uma reivindicação de décadas das entidades nacionais. Mas, absolutamente… Eu concordo plenamente. Hoje, nós temos que decidir essa questão da gratificação na questão dos médicos…

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É por aí.

O SR. SIDNEI FERREIRA – Concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu acho que a pauta está feita. E aí, o que eu queria sugerir, antes de ouvir o Fausto, é que o próprio Fausto poderia ajudar. Eu o conheço – desculpe a minha liberdade –, e eu conheço a sua capacidade e sei que ele é capaz de articular um grupo que tem que envolver o Ministério Público, sim, e as entidades, para ver se nós conseguimos encaminhar de uma forma diferente, que possa resolver esse problema da articulação. Pelo relato que está sendo feito aqui, nós temos um SUS lá. Já é difícil o SUS, e que não tem nenhuma relação, aí não tem jeito.

Fausto.

O SR. FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS – Claro, Senador. Respondendo positivamente a sua reflexão, ao seu estímulo, nós vamos trabalhar. Os hospitais federais estão sob a coordenação, então, da Secretaria de Atenção à Saúde, que hoje eu dirijo, e nós vamos fazer esse debate tanto com o Município quanto com o Estado, quanto com as entidades que hoje são os interlocutores.

Eu só queria fazer dois reparos, Sidnei: o HCPA não é da EBSERH, não será da EBSERH.

Então, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre não faz parte da empresa e não fará. Há uma decisão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do próprio HCPA para manter essas características de que você está falando, que na EBSERH são impossíveis.

A lei que criou a EBSERH diz que é 100% SUS. Então, é uma empresa de economia, em que 100% das ações são do Governo Federal, e é 100% SUS, sem permitir distribuição de lucro.

Então, eu só gostaria de fazer esses dois reparos. Acho que temos um debate longo sobre essa questão da empresa, só para trazermos para o leito dos fatos. Então, o HCPA não é da EBSERH e não será da EBSERH.

Era só isso. Obrigado, Senador, mais uma vez. E aceito o seu comando para que possamos trabalhar. E eu assumo aqui com as entidades, inclusive, esse papel de, resolvidas essas questões que são, digamos, questões mais emergenciais, quanto ao futuro, o destino, como vai ser, também abrir esse diálogo e estar em permanente diálogo com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, Senador Davim e Senador Crivella, em princípio, às 18 horas, nós temos uma audiência com o Ministro. A pauta é a dessa questão do salário, a questão mais urgente. Vamos deixar lá.

Se eu puder, eu vou. Se não puder, eu já me comprometo aqui com o Fausto, com as entidades aqui, V. Exª, Senador Crivella, vou conversar com o Lindbergh, vou conversar com o Dornelles, para que possamos ajudar em um encaminhamento de um grupo de trabalho a fim de que possamos encaminhar essa questão dos hospitais federais do Rio de Janeiro.

O SR. JORGE S. DARZE (*Fora do microfone*.) – Eu só queria dar uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. JORGE S. DARZE – É uma informação a V. Exª. É sobre essa questão, Senador Paulo Davim e Senador Crivella. O nosso querido Presidente da Federação esteve, em abril do ano passado, o Dr. Geraldo Ferreira, com os presidentes das entidades nacionais numa audiência com a Presidente Dilma. Esse assunto foi tratado com a nossa Presidente. E a Presidente determinou que esse assunto fosse resolvido em abril do ano passado. Até hoje esse assunto não foi resolvido.

Então, houve alguma coisa – e nós não sabemos o que ocasionou isso – que impediu que a decisão da Presidente fosse cumprida, de resolver esse problema. Então, nós temos a nosso favor a própria posição do Governo Federal, da chefe maior do Executivo, no sentido de atender esse pleito dos médicos federais. Então, nós estamos numa situação muito favorável para resolver isso. Esperamos até que seja hoje.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Bom, de qualquer forma, Senador Paulo Davim, o encaminhamento está dado, e eu me coloco à disposição, depois da audiência. Eu farei o possível para participar. Se eu não puder participar, vou ouvir V. Exª e o Senador Crivella, para que a gente continue. O importante é que a Comissão vai participar – aí, é um compromisso pessoal – do encaminhamento de como é que nós resolveremos essa questão do SUS no Rio de Janeiro, mais especificamente nos hospitais federais, que hoje estão concentrados no Rio de Janeiro.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

Agradeço a participação de todos.

(Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 31 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia dez de junho de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga, Pedro Simon, Alvaro Dias, José Agripino, Antonio Carlos Rodrigues, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Ciro Nogueira, Clésio Andrade, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro,

Gim, Cidinho Santos e da Senadora Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Taques, Marcelo Crivella, Eduardo Suplicy, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta e a Senadora Gleisi Hoffmann. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência registra a presença de Suas Excelências: Francisco Falcão, Sidnei Beneti, Paulo Sanseverino e Villas Bôas Cueva, Ministros do Superior Tribunal de Justiça; Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, Desembargador do Tribunal de Justiça da Paraíba; Luiz Alberto Gurgel, Desembargador Federal da 5ª Região; Daniel Souza, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – AMATRA IV (QUATRO) –; Gilberto Valente Martins, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça; João Ricardo dos Santos Costa, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; Membros da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho –Fátima Cavalcanti, Desembargadora do Tribunal de Justiça da Paraíba; Luciana Lóssio, Ministra do Tribunal Superior Eleitoral; Membros da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 1) OFICIO "S" Nº 10, de 2014 – Não Terminativo. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Ministra NANCY ANDRIGHI para compor o Conselho Nacional de Justiça, no período 2014-2016, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 103-B da Constituição Federal. **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. Relatoria: Senador Pedro Simon. Relatório: Votação secreta. Resultado: Aprovado o Parecer que conclui pela escolha da Ministra Nancy Andrighi para compor o Conselho Nacional de Justiça, no período 2014-2016, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 103-B da Constituição Federal, por unanimidade, com 15 votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às quinze horas e cinqüenta e três minutos do dia dez de junho de dois mil e quatorze; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Boa tarde a todos!

Sejam muito bem-vindos!

Que bom estarem presentes os Desembargadores da Paraíba, a minha Presidente Fátima Cavalcanti, o Desembargador Oswaldo Trigueiro do Valle, queridíssimos companheiros da Paraíba.

Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 33ª Reunião Ordinária.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de item único:

ITEM 1
OFICIO "S" Nº 10, DE 2014
– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Ministra NANCY ANDRIGHI para compor o Conselho Nacional de Justiça, no período 2014-2016, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 103-B da Constituição Federal.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça.

Autoria: Senador Pedro Simon.

Observação: *em 03/06/2014, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*

Na presente reunião, procederemos à arguição da indicada, em cumprimento ao art. 383, II, "e", do Regimento Interno.

Convido a Senadora Ana Rita e o Senador Alvaro para conduzirem a Ministra Nancy ao recinto desta reunião, na companhia do atual Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Francisco Falcão.

Peço ao Ministro Francisco Falcão para já assumir assento, aqui ao meu lado, à Mesa.

Quero registrar as presenças dos seguintes convidados: Ministro Sidnei Beneti, do Superior Tribunal de Justiça – seja bem-vindo!; da nossa queridíssima Ministra do TSE Luciana Lóssio; o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Daniel Souza.

Peço que ocupem os lugares mais próximos às nossas bancadas;

Convido, para tomarem assento em nossas bancadas, a Desembargadora Fátima Cavalcanti e o Desembargador Oswaldo Trigueiro do Valle, aqui representando a Justiça Estadual da Paraíba.

Feitas as apresentações, eu gostaria de chamar...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador José Agripino, a palavra está com V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Hoje pela manhã, eu estive aqui, longamente, no aguardo do quórum – não de V. Exª – para a reunião que V. Exª convocou para promover a sabatina do Dr. Emmanuel Pereira, que pretende a recondução ao CNJ. Infelizmente, o quórum não ocorreu, e a sabatina, que poderia ter ocorrido na parte da manhã, não aconteceu.

Eu consulto V. Exª e ao Plenário se não poderíamos fazer, a exemplo do que foi feito em outras oportunidades, a sabatina de S. Sª, o Dr. Emmanuel em conjunto com a da Ministra Nancy – a quem quero, desde já, cumprimentar e manifestar minha alegria em revê-la. Eu consulto V. Exª se não seria possível fazermos a sabatina...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu já marquei a sabatina do Dr. Emmanuel, inclusive já está combinado com ele. Nós fizemos um esforço muito grande, mas o Relator da matéria, Senador Mozarildo, não pôde estar presente. Por isso, marcamos a sabatina do Dr. Emmanoel para o dia 1º, que já está confirmada.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Dia 1º de que mês?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Dia 1º de julho.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Dia 1º de julho?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Dia 1º de julho próximo. Isso já foi definido inclusive dentro do calendário que o Dr. Emmanoel definiu com esta Presidência. O Relator não pôde comparecer. O Senador Mozarildo, parece-me, precisou viajar a São Paulo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Quero só manifestar a minha preocupação, porque o mandato do Dr. Emmanoel termina em agosto próximo. Como ele é potiguar, eu tenho interesse pela qualificação do Conselheiro e pelo fato de ele ser o único representante do meu Estado no CNJ. E o mandato de S. Sª termina em agosto. É claro que temos humildade diante dos fatos: nós temos a Copa do Mundo e, depois, o processo eleitoral. E, se nós não conseguirmos fazer a sabatina dele a tempo, o mandato dele vai vencer e haverá a vacância do cargo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Exato.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Então, eu pediria a atenção costumeira de V. Exª, para que a gente desse atenção focada a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Essa foi a nossa preocupação, primeiro pela qualidade do reconduzido. O Dr. Emmanoel Pereira é uma figura à qual nós queremos muito bem e temos admiração pelo seu trabalho. O relatório de suas atividades no CNJ fala por si.

Tentamos, hoje, votar, mas, infelizmente, muitos dos Srs. Senadores não estavam presentes em Brasília nesta manhã. Portanto, já em comum acordo com o Dr. Emmanoel, vamos fazer um novo esforço no dia 1º. Com o nosso trabalho, o meu, o da Liderança de V. Exª e o de tantos que admiram o Dr. Emmanoel, nós vamos conseguir, nessa semana mesmo, no dia 1º, levar a matéria ao Plenário.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Agradeço a V. Exª e confio inteiramente nas suas providências, como de hábito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Terei o maior cuidado.

Quero dizer a V. Exª que fiz uma indicação, em homenagem ao povo potiguar. V. Exª tão bem expressa a bravura, a coragem e a competência do povo do Rio Grande do Norte, que traz para a Justiça nomes da mais alta qualificação, como o do nosso futuro Ministro Dr. Gurgel. V. Exª, quando a documentação completa chegar à Casa, a esta Comissão, será designado por esta Presidência para relatar a indicação do Dr. Gurgel ao cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em homenagem ao povo potiguar, que V. Exª representa tão bem, Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Agradeço a V. Exª a gentileza. Para mim, será um prazer muito grande relatar a indicação de um profissional com a qualificação e com o perfil moral e profissional do Dr. Luiz Alberto Gurgel.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª.

Antes de conceder a palavra à Ministra Nancy, permitam-me, Senadora Ana Rita, Relator Pedro Simon, Senador Alvaro Dias, abrir esse espaço para o atual Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Francisco Falcão, em sua primeira visita ou derradeira visita como Corregedor Nacional de Justiça, em sua primeira visita como Ministro escolhido para presidir o Superior Tribunal de Justiça – para nós uma honra muito grande recebê-lo aqui, Ministro –, para que V. Exª possa fazer a transição daquilo que foi, sem dúvida alguma, um período exitoso de sua presença no Conselho Nacional de Justiça e a expectativa que V. Exª tem, para que a Ministra Nancy possa, com o apoio dos nossos pares, seguir esse caminho que V. Exª e outros ministros traçaram tão bem.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. FRANCISCO FALCÃO – Eminentes Senadoras, eminentes Senadores, Senador Pedro Simon, Sr. Presidente, na verdade, eu quero dizer da satisfação em poder voltar a esta Comissão, agora para prestar contas um pouco do que fizemos nesses últimos quase dois anos como Corregedor Nacional de Justiça.

Primeiramente, quero noticiar a agenda positiva: foram realizadas 24 visitas a tribunais de justiça País afora; implantamos um projeto pioneiro, a começar pela Paraíba, que foi o projeto Presença do Juiz na Comarca, que, depois, teve o apoio do Tribunal do Rio de Janeiro e que se propagou País afora; a realização de concursos para cartórios em todos os Estados da Federação – havia uma grande resistência dos tribunais à realização desses concursos –; a implantação de Juizados Especiais da Copa das Confederações; provimentos relativos aos serviços extrajudiciais de notas e registros; citação eletrônica nos juizados especiais dos grandes devedores; espaço livre dos aeroportos, o que está proporcionando aos visitantes chegarem aos aeroportos brasileiros e não encontrarem mais aquelas sucatas dos aviões das empresas que tiveram falência decretada, e dizer que durante esse período foram propostos 23 procedimentos administrativos contra Magistrados, com 16 afastamentos, um recorde na história do Conselho Nacional de Justiça.

Mas isso tudo prova que o número é pequeno em relação ao número de Magistrados que o Brasil tem e que na sua grande maioria é composto por gente séria, republicana e que cumpre o seu dever.

Quero apresentar aos senhores a Ministra Nancy Andrighi, minha colega do Superior Tribunal de Justiça, que está submetendo-se à apreciação de V. Exªs para me substituir no Conselho Nacional de Justiça como Corregedora Nacional. Não tenho dúvida de que a Ministra Nancy Andrighi dará continuidade a esse trabalho, que foi iniciado na gestão do Ministro Gilson Dipp, passou por Eliana Calmon, está passando por mim, e ela vai dar continuidade a esse trabalho com o mesmo rigor que foi enfrentado pelos últimos três Corregedores.

Agradeço a oportunidade de poder voltar a esta Casa e de me dirigir a V. Exªs neste momento para prestar contas do compromisso que aqui assumi há dois anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª, futuro Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Francisco Falcão.

Juíza de Direito do Rio Grande do Sul, 1976 a 1980; Juíza de Direito do Distrito Federal; Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; Ministra do Superior Tribunal de Justiça, outubro de 1999; Ministra do Tribunal Superior Eleitoral, maio de 2010; Corregedora-Geral da Justiça Eleitoral, abril de 2011; eleita Corregedora Nacional de Justiça para o biênio 2014/2016. Portanto, esta mulher, que galgou todos os espaços na Justiça Estadual, que, pela primeira vez, o Conselho Nacional de Justiça tem a honra de tê-la como representante desta Justiça estadual, para ocupar um cargo da mais alta relevância do Poder Judiciário brasileiro.

Com a palavra a Ministra Nancy Andrighi.

A SRª NANCY ANDRIGHI – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, ilustre Ministro Falcão, meu futuro Presidente na Corte do STJ, renova-se em mim a honra de me apresentar a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

Volto, Presidente, a esta Casa passados 15 anos. Agora para me submeter à sabatina com o fim de ocupar o honroso cargo de Corregedora Nacional de Justiça no Conselho Nacional de Justiça.

Senhores, está diante de V. Exªs uma Juíza de carreira da Justiça Comum, prestes a completar quase 40 anos de magistratura e de contínuo exercício da jurisdição.

Ainda tenho bem viva na memória a lembrança do entardecer do dia em que cheguei à minha Comarca Herval do Sul, divisa do Brasil com o Uruguai. Vejo-me na beira da calçada, em frente à casa onde funcionava o Fórum, com uma pequena mala no chão e uma grande caixa de livros, olhando o lento distanciar do carro dos corregedores que ali me trouxera, porque a linha de ônibus só chegava à cidade uma vez por semana, caso não chovesse.

Povoada de sonhos e principalmente de amor e idealismo pela missão e não uma função, mas pela missão que eu abraçara, adormeci, aquela noite, num pequeno banco do gabinete destinado ao juiz, pois naquela cidade de Herval não havia hotel e não havia nenhuma pensão em que eu pudesse ficar.

Passadas três ou quatro horas da minha chegada, a escuridão que se fez no Fórum me deu o saber, naquele momento, de que a luz na Comarca era por meio de gerador, o qual operava até e somente às 21 horas. No dia seguinte, às 9 horas, faria a primeira audiência. E por não ter levado comigo velas, não pudera terminar de ler o processo. Aliás, velas passaram a ser um item que nunca mais faltou na minha mala a partir daquele dia.

Cinco anos mais tarde, Presidente, fiz um novo concurso para a magistratura do Distrito Federal, para, então, recomeçar a minha carreira, até cumprir todos os degraus de acesso desse Tribunal.

Sempre mantive, Presidente, com a minha jurisdição, a frequência a cursos de aperfeiçoamento. Concluí o Mestrado em Mediação pelo Instituto Kurt Bösch, sediado na Suíça, com defesa de tese, em 2011, reconhecido pela Comunidade Europeia, com *campus* avançado em Buenos Aires. E concluí, no segundo semestre de 2013, a frequência ao Doutorado em Direito Civil, na Universidade de Buenos Aires (UBA), ora em fase de elaboração de tese.

E justifico, Presidente, a escolha daquele país para fazer os meus cursos. Foi o único lugar que eu encontrei para poder continuar a estudar sem me afastar da jurisdição, porque as aulas presenciais são ministradas nos meses de julho e de janeiro, ou seja, durante as férias forenses.

Está diante de V. Exªs uma Juíza que cumpriu a jurisdição na competência trabalhista, federal e eleitoral. Fui Juíza Eleitoral de primeiro Grau e Ministra do TSE, onde cumpri a função de Corregedora Nacional nas últimas eleições municipais.

Está diante de V. Exªs uma Juíza que luta com todas as forças para não envelhecer. Envelhecer é abandonar os sonhos. Envelhecer é achar que tudo está feito e acabado. É achar que é melhor que fique como está. Envelhecer é a desistência diante dos novos desafios que a vida nos apresenta a todo instante. Em seminários com juízes, eu tenho insistido e afirmado: é proibido ao juiz envelhecer.

Está diante de V. Exªs uma Juíza que nos anos 80, com muita coragem, mas, ao mesmo tempo, com muita humildade, reconhecia e expressava publicamente a incapacidade de o Poder Judiciário julgar em tempo razoável os processos que lhe são endereçados, e por isso começamos a trabalhar na construção dos Juizados Informais de Pequenas Causas, sem lei, em caráter experimental, implantado nas Jurisdições de Taguatinga e Ceilândia o primeiro grupo de conciliadores do Distrito Federal, e, depois, na circunscrição de Brasília. Aliás, esses trabalhavam só à noite, porque era o momento em que as salas de audiência dos juízes estavam liberadas do expediente forense. Depois, investiu-se nos Juizados de Pequenas Causas, exclusivamente na área cível, e o bom resultado evoluiu para os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, que foram, sem sombra de dúvida, um divisor de águas na história do Poder Judiciário brasileiro.

Mas ainda não tínhamos os resultados esperados. E por isso os estudos enveredaram para as formas adequadas de solução de conflito, buscando na experiência estrangeira o que poderíamos trazer e adequar a nossa realidade brasileira.

É nessa continuidade de busca que veio a lume a lei de arbitragem, e agora a luta obstinada para a aprovação do projeto de lei de mediação, além de outros caminhos que ainda podemos construir.

Eis a razão por que eu me dediquei a fazer o mestrado em Mediação.

É preciso, Presidente, reconhecer que o processo clássico em que estamos habituados a trabalhar envelheceu. E é por isso que estamos sendo cobrados acerca da nossa receptividade com as profundas mudanças que precisamos adotar. Por isso, não se pode admitir, especialmente no Poder Judiciário, a presença do vício do misoneísmo que tende a grassar o âmago de todas as profissões.

A Corregedoria Nacional de Justiça, nas mãos operosas do Ministro Dipp, da Ministra Eliana e do Ministro Falcão, disse com muita clareza à sociedade brasileira por que foi instituída e a que veio.

Graças a esses dedicados Corregedores Nacionais, cada um com a sua singularidade e com o seu modo de ser, cumpriram com sucesso a vertente importante e imprescindível que é a atuação fiscalizadora e repressiva da atuação dos juízes, serviços judiciários auxiliares, serventias e serviços notariais.

Declaro, antes mesmo, Srs. Senadores, de ser indagada, que, na atividade repressiva e fiscalizadora, não deixarei de fazê-lo com toda a severidade que se fizer necessário, mas a meu modo pessoal, como adotei quando fui Corregedora Nacional Eleitoral: silêncio e efetividade. À moda do bom pai de família que usa o recesso do lar para educar, repreender e, quando necessário, punir o filho, porém, nunca o expondo à aviltação.

Trabalho por meio do diálogo assertivo, exclusivamente com a verdade, sempre observando o sagrado direito de defesa, ao tempo em que humildemente reconheço a minha descrição feita pelo eminente Ministro Sidnei Beneti, meu caro, estimado e brilhante juiz, na apresentação do livro dos meus julgados do TSE, em que S. Exª escreveu: "mão de ferro em luvas de veludo".

Penso que, firmada institucionalmente a Corregedoria Nacional de Justiça, devemos voltar os olhos para investir com intensidade e avançar pela vereda do planejamento estratégico e para a modernização do Poder Judiciário nacional, perseguindo a igualdade de condições técnicas de todos os tribunais de justiça federais,

estaduais, e regionais trabalhistas, com o fim de que tenhamos um quadro nacional do Poder Judiciário brasileiro, absolutamente transparente.

As metas de produtividade são essenciais, contudo, apenas elas alcançando os objetivos não conseguem avançar o tanto necessário que o Poder Judiciário precisa.

O uso de mecanismos tecnológicos, como por exemplo, o Skype, para audiência dos advogados com os juízes, audiências de oitivas de testemunhas, de denunciados presos, são instrumentos que, penso, a Corregedoria deve incentivar, quer pelo custo zero, quer pelo contato direto do juiz julgador com as partes, com os advogados e com as testemunhas.

Penso a Corregedoria Nacional como um elo necessário entre o juiz da comarca mais distante deste País e, também, com os corregedores gerais dos tribunais. Aliás, esses são os braços avançados da Corregedoria Nacional, cujo trabalho deve ser intensificado, ou melhor, multiplicado várias vezes, sob pena de a Corregedoria Nacional ficar tão assoberbada que não terá o tempo necessário para pensar e idealizar o futuro do Judiciário brasileiro.

Para tanto, penso que a Corregedoria Nacional deve assumir a relevante função de ser uma indutora junto ao Plenário do Conselho, de elaboração de recomendações e atos regulamentares que proporcionem, acima de tudo, a contemporaneidade, a agilidade, o dinamismo e a eficiência para modernizar a interligação das informações de todos os tribunais.

Tenho a noção de que o Brasil é um país continental e cada região tem a sua peculiaridade, a qual deve ser considerada, com vistas ao adequado funcionamento da jurisdição. Todavia, eu estarei sempre atenta às lúcidas afirmações feitas pelo Desembargador Renato Nalini, digno Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo. Disse ele: "Ou se faz do Brasil um imenso tribunal, com um juiz em cada esquina, ou se ajusta o passo do Judiciário com a contemporaneidade".

Tenho conhecimento imediato e intuitivo da imensa responsabilidade que recairá sobre meus ombros se aprovada por V. Exªs, dignos Senadores da República. Contudo, tenham a certeza de que tudo farei para honrar o voto de confiança que me dedicarem.

Peço licença, Presidente, ao encerrar, para fazer um pedido em causa própria, mas que poderá alcançar os juízes que atingiram o limite etário de permanência no trabalho judicial.

Nós juízes, que não temos outra vocação a não ser julgar ou prestar trabalho judicial, poderíamos, após a aposentadoria, integrar o tribunal num quadro paralelo ao dos juízes em atividade e, então, continuar prestando os nossos serviços para determinados processos, mantidos, evidentemente, todos os impedimentos de um juiz no exercício da jurisdição.

Tenham a certeza, Srs. Senadores, de que, com essa iniciativa, poder-se-á aproveitar a enorme e rica experiência desses juízes septuagenários que por muito tempo exerceram a jurisdição. Haverá uma significativa contribuição de força de trabalho para com o sempre incompleto quadro de juízes em atividade. Aliás, hoje nós temos quase 6 mil vagas para juízes na magistratura brasileira, não por falta de concurso, mas por falta de interesse de candidatos vocacionados preparados para o concurso.

E, por fim, a certeza também, Presidente, da economia financeira que o Estado poderá usufruir.

A propósito, esse modelo utilizado nos Estados Unidos, especialmente na Califórnia, denomina-se *rent--a-judge*.

Encerro, Presidente, relembrando, agradecendo a oportunidade de me apresentar, depois de 15 anos, mais uma vez, a esta douta Comissão de Constituição e Justiça, que tenho como direção o ensinamento de Santo Agostinho. Ao escrever sobre a esperança, afirmou que ela tem duas filhas: a indignação e a coragem. A indignação que me ensina a não aceitar as coisas como elas estão e a coragem para tentar mudá-las.

Agradecida pela lhaneza com que me ouviram.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ministra, eu não ousaria, sob o embalo da genialidade do Ministro Beneti, falar e fazer uma síntese tão lapidar da senhora, mas as luvas macias que calçam as suas mãos firmes amparam o sentimento de justiça que tanto quer o povo brasileiro.

A SRª NANCY ANDRIGHI – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Talvez pegando esse embalo da genialidade do Ministro Beneti.

Eu também queria agradecer a presença tão honrosa dos Ministros Paulo Sanseverino e Villas Bôas Cueva.

Sejam bem-vindos a esta Casa, que, queremos todos nós, seja a extensão do Tribunal que V. Exªs tão bem representam.

A Anamatra, Ministra, está aqui em peso.

O Gilberto Valente, nosso Conselheiro, está ali. Eu o vi chegando.

Quero registrar também as presença do meu Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, João Ricardo; a do Presidente do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça e quase todos os representantes da Anamatra do Brasil inteiro estão aqui para presenciar esta sabatina, numa homenagem que presta a Justiça do Trabalho a V. Exª.

A SRª NANCY ANDRIGHI – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Passamos, agora, à lista de inscritos.

Com a palavra o nosso Relator, Senador Pedro Simon, que, por ordem de todas as precedências – precedência da admiração desta Presidência, precedência por ser gaúcho e também –, com todo o brilho, pôde apresentar um relatório que tanto faz jus à imagem que V. Exª tem na Casa.

Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Futuro Presidente do Tribunal Superior, prezada Ministra Nancy Andrighi; senhores membros do Judiciário que nos honram com as suas presenças; Srªs e Srs. Parlamentares, o Sr. Ministro Felix Fischer, Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), com base no art. 103-B, II, da Constituição Federal, encaminha ao Senado Federal, mediante o Ofício "S" nº 10, de 2014 (Ofício nº 952/GP, na origem), o *curriculum* de S. Exª a Srª Ministra Nancy Andrighi, indicada pelo referido Tribunal para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no período 2014-2016.

De acordo com o inciso II do art. 103-B da Carta Magna, o Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 membros, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, entre os quais um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo Tribunal. O §2º desse artigo reza que a autoridade indicada deverá ser nomeada pelo Presidente da República, após ter seu nome aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal.

Os membros do Conselho Nacional de Justiça têm a importante atribuição constitucional de realizar o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, zelando pela autonomia do Judiciário, pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura e pela observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da Carta Magna).

A presente indicação reveste-se de importância adicional, tendo em vista que o Ministro do Superior Tribunal de Justiça indicado para o Conselho Nacional de Justiça exerce, nesse Conselho, a função de Ministro-Corregedor, competindo-lhe receber reclamações e denúncias sobre Magistrados e serviços judiciários e exercer funções de inspeção e correição geral, além de outras atribuições previstas no Estatuto da Magistratura.

Segue abaixo um resumo do *curriculum vitae* de S. Exª a Srª Ministra Nancy Andrighi.

Em sua atividade como Magistrada, a Ministra Nancy Andrighi foi Juíza de Direito do Estado do Rio Grande do Sul, de 1976 a 1980; Juíza de Direito do Distrito Federal, de 1980 a 1992, e Desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), de 1992 a 1999. Atualmente é Ministra do Superior Tribunal de Justiça, desde outubro de 1999; Ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), desde maio de 2010; Corregedora-Geral da Justiça Eleitoral, desde 2011; e Corregedora Nacional de Justiça para o biênio 2014-2016.

Na vida acadêmica, a Ministra é doutoranda em Direito Civil pela Universidade de Buenos Aires (UBA), Buenos Aires, Argentina; Mestre em Mediação pelo Institut Universitaire Kurt Bösch, Buenos Aires, Argentina, 2011; pós-graduada em Direito Civil pela Universidade Católica do Distrito Federal, 1999; pós-graduada em Processo Civil pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub); pós-graduada em Preparação à Judicatura pela Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos), 1976; e Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul, 1975.

Na área de docência universitária e de pós-graduação, a Ministra é Professora Titular do Curso de Pós-graduação em Direito Processual Civil do Centro Universitário de Brasília (Uniceub), Brasília-DF; Coordenadora e Professora do Curso de Pós-graduação em Direito Processual Civil da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF); Professora de Direito Processual Civil da Escola Superior de Magistratura do Distrito Federal (DF); Coordenadora de Direito Processual Civil e Professora da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); Professora de Direito Processual Civil da Escola Superior da Advocacia da OAB-DF, e Professora do Curso de Pós-graduação em Direito Processual do CEUMA, Maranhão.

Além disso, a indicada, ao longo de sua carreira, proferiu inúmeras conferências e palestras sobre importantes temas jurídicos, tanto no Brasil como no exterior, conforme consta do processo de sua indicação nesta Comissão.

A Ministra possui também diversos livros publicados na área jurídica, dentre os quais destacamos: *Responsabilidade Civil e Inadimplemento no Direito Brasileiro*, Editora Atlas, 2014; *Comentários à Nova Lei de Falências – arts 75 a 80*, Editora Forense, 2009 (coautoria); *Coexistência entre a Socioafetividade e a Identidade Biológica – uma reflexão*, publicado na Coletânea de Textos Jurídicos do IBDFAM/DF, 2007 (coautoria); *Comentários ao Código Civil*, Editora Forense, 2007 (coautoria); e *Breviário do Conciliador Judicial*, publicado em 2000.

Publicou ainda diversos artigos sobre Juizados Especiais, Arbitragem e Formas Alternativas de Solução de Conflito, bem como sobre temas jurídicos variados, todos relacionados no processo.

A indicada já recebeu várias condecorações, medalhas e homenagens, conforme rol expresso nos autos, evidenciando seu extraordinário trabalho desenvolvido em favor dos interesses do Poder Judiciário e da sociedade em geral.

Em atendimento ao art. 5º, IV, da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, a indicada declara que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo Federal, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheira ou parente em linha reta ou colateral, até terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Ela declara, também, em atenção ao art. 1º, II, "d", do Ato nº 1, de 2007-CCJ, que não é autora ou ré de nenhuma ação em tramitação em nenhum órgão do Poder Judiciário; nos termos da alínea e do mesmo inciso, que ocupa, nos últimos cinco anos, o cargo de Ministra do STJ; e, com base na alínea "a" do referido inciso, que é irmã de S. Exª a Srª Desembargadora do TJDFT, Drª Vera Lúcia Andrighi.

Apresenta ainda a Ministra, conforme exige o art. 1º, III, do Ato nº 1, de 2007-CCJ, argumentação escrita mediante a qual ela demonstra ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Constam, também, do processo certidões negativas de débitos trabalhistas e de processos originários cíveis e criminais do Tribunal Regional Federal da primeira Região.

Finalmente, deve-se acrescentar que a história de vida da Ministra Nancy Andrighi transcende o rito e o texto formais de um *curriculum vitae*. É que a Ministra Nancy é uma daquelas pessoas que não se contentam em viver a história. Nem mesmo em praticá-la na sua plenitude. Ela vai além: pela sua trajetória acadêmica e profissional, que percorre as diversas páginas que enumeram a sua experiência, é visível a opção por produzir a melhor história. No cultivo da vida, ela é semeadora de boas ideias. Um cultivo no tempo certo, porque o Brasil está, neste momento da sua história, repensando paradigmas, rediscutindo dogmas, reavaliando posturas. Um tempo de outras colheitas, alimentadoras do melhor Direito.

A aprovação do nome da Ministra Nancy Andrighi para o Conselho Nacional de Justiça vem no passo do grito das ruas. Um grito que não exige, necessariamente, a produção de novas sementes legais, mas a semeadura do aparato legal já existente. Uma semeadura sem discriminações. Uma semeadura sem a impunidade que fertiliza as nossas maiores mazelas políticas e sociais.

Assim, o voto favorável do Senado Federal para que a Ministra Nancy integre o CNJ, instituição fundamental no funcionamento de um Poder Judiciário que também, neste momento da história, modifica posturas, vai além de uma atitude meramente individual de cada um dos Senadores. Trata-se de uma exercício legal que contribui para a construção coletiva de um País, onde todos possam exercer, na sua plenitude, os seus mais legítimos direitos.

Portanto, ao tomar posse do Conselho Nacional de Justiça como Corregedora, a Ministra Nancy Andrighi não apenas acrescentará um item a mais ao seu já extenso currículo, agora numa função das mais elevadas do Poder Judiciário brasileiro, ela, mais uma vez, vai iniciar a semeadura de uma terra que agora tem-se mostrado mais fértil no campo do Direito.

Ante o exposto, pensando que os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de todas as informações necessárias para deliberar sobre a indicação do nome da Ministra Nancy.

Mas, Sr. Presidente, eu quero, em meu nome pessoal, dizer que conheço, de longa data, a história, o trabalho, a biografia da ilustre Ministra. O respeito que ela deixou lá no Rio Grande do Sul, a admiração, o carinho, o afeto que todos nós temos pelo seu trabalho, pela sua ação, pela sua dignidade, pela paixão que ela dedica ao que ela faz, e o que ela faz vai muito além do que ela tem que fazer, mas faz por esforço, por carinho, por afetividade à sociedade, enfim, tudo isso acompanhamos aqui em Brasília.

Tenho a certeza de que o seu trabalho será da maior importância. Vendo, ouvindo, a meiguice com que falou S. Exª, realmente, mãos de ferro em luvas de pelica –, repito –, tenho a certeza de que esse cargo, que eu considero da maior importância e dos mais delicados, realmente podemos aceitar, mas não aceitamos com prazer aberto, porque é fazer aquilo que tem que ser feito, que alguém deve fazer, mas que gostaríamos que não fôssemos nós, mas ao aceitar, eu tenho certeza de que V. Exª terá uma atuação excepcional, porque é de se compreender a importância da atuação de V. Exª.

Esse Conselho foi criado, e eu me lembro de que, quando nós o criamos, eu já estava aqui, nesta Casa, quando o Ministro Jobim, Presidente do Supremo, decidiu debater, analisar, criar esse cargo, ele dizia para nós: "Todo o mundo pensa que a Magistratura é uma coordenação de Poderes com responsabilidades, que o Supremo decide, os tribunais obedecem e os juízes vão adiando. Mal sabem que absolutamente nada disso existe. O Presidente do Supremo não tem condição nenhuma em qualquer tribunal ou com qualquer juiz. To-

dos são absolutamente independentes, mas há um órgão de coordenação." Contou ele, que, determinada vez, um tribunal de justiça de um determinado Estado aumentou, de maneira totalmente irregular e exagerada, os seus vencimentos, e que ele não tinha nada o que fazer. Ele, como Presidente, tinha que cumprir. O que ele fez? "Vocês não podem fazer isso." Fizeram; e ele não mandou o pagamento. "O Presidente do Supremo não está mandando o pagamento?" "Não." Aí ficaram perguntando: "O que poderíamos fazer contra o Presidente do Supremo?" Nada. Chegaram ao entendimento apenas.

Então, ele veio a esta Casa, nesta Comissão, expor para nós a importância da criação. Eu me lembro de que nós, Senadores, achávamos que o órgão estava muito corporativo. Entendíamos que devia ser mais aberto à sociedade; alguns até achavam que devia ter o presidente do Senado, a ABIN etc. e tal, não sei o quê, mas ele disse – ele que não havia sido apenas presidente do Supremo, mas também Constituinte e Relator na Constituinte, portanto, tinha acompanhado todo o processo; do setor do Judiciário foi ele praticamente o Relator –: "Não, tem que ser assim como está; se não for assim como está não passa no Supremo. O Judiciário não vai deixar." Não vai deixar é relativo, vai passar pelo Congresso. "Não vai deixar, porque, mesmo passando pelo Congresso, os Senadores e Deputados não vão votar contrários ao Judiciário." Lembrou ele, na votação da Constituinte, como a parte referente ao Judiciário foi a parte em que mais houve orientação, a fiscalização, a ação do Judiciário e onde eles mais defenderam.

Agora, disse ele uma coisa que depois ficou provada. Agora, eu acho que vocês não precisam se preocupar. Vai ser membro do tribunal que estarão ali e fiscalizarão ali. Agora, fique tranquilo que, como o tempo, o desembargador diz que, se estiver ali no Conselho, vai cumprir a sua missão. E na hora, embora seja colega etc. e tal, aquilo que tem que ser feito ele vai fazer. E é o que tem acontecido. É o que tem acontecido, vamos fazer justiça, desde o nosso querido primeiro Corregedor, lá do Rio Grande do Sul também, lá de Bagé, infelizmente, a doença dificultou o seu trabalho. Agora, uma passagem pelo resto do Brasil, volta ao Rio Grande do Sul, com V. Exª.

Tenho a certeza de que nessa linguagem poética que V. Exª usou, ao dizer que vai tratar dessa questão, com convicção, dignidade, firmeza, como disse V. Exª muito bem, com ética, amplo direito de defesa, sem agredir, sem querer expor, sem fazer manchete, mas fazendo justiça. Tenho a convicção de que V. Exª fará e marcará indelevelmente sua passagem por essa missão, que é mais ou menos igual àquela quando V. Exª, com a mala no chão, em frente ao Fórum, sem luz, mas é quase que um abacaxi igual, mais difícil e mais complexo.

Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço, Senador.

Senador Suplicy com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente Senador Vital do Rêgo, caro Ministro Francisco Falcão, Corregedor Nacional da Justiça, querida Ministra Nancy Andrighi, quero cumprimentar V. Exª, Presidente, porque V. Exª está se desdobrando para valer: presidiu a CPI e, antes que lá terminasse, já estava aqui. Participei lá, embora não membro, mas achei importante vir à arguição...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Podia ser pior, porque tínhamos que reunir a outra CPI também, aí deixamos para outro dia a outra CPI.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Fiquei curioso com respeito à sua formação, porque notei que estudou na Universidade de Buenos Aires. Eu gostaria de lhe perguntar em que medida as instituições da justiça na Argentina guardam semelhança com a nossa aqui no Brasil, por exemplo, se eles têm um Conselho Nacional de Justiça e tribunais superiores tais como aqui existem. Acho que sua experiência, certamente, tendo estudado na Argentina e depois na Universidade Católica aqui de Brasília e na Universidade do Vale dos Sinos, completaram muito a sua formação.

Um ponto que eu gostaria de lhe perguntar é sobre a sua visão sobre um tema muito importante que estamos vendo na reforma do Código Penal – agora temos o Senador Vital do Rêgo como Relator, depois a contribuição do Senador Pedro Taques na Comissão Especial –, em especial sobre o capítulo das penas alternativas ou restritivas de direito. Ainda há poucos dias estiveram aqui os Secretários de Segurança pedindo ainda mais rigor nas punições, como se isso fosse o caminho para diminuir a criminalidade que tem, por vezes, aumentado no Brasil ou não diminuído tanto quanto gostaríamos. Mas avalio que, para diminuir a criminalidade, precisamos caminhar na direção de efetivamente prover a toda a população brasileira do direito de viver com dignidade, em liberdade real.

Por isso que eu tanto batalho pela instituição da renda básica de cidadania, ao lado de se prover as boas oportunidades de educação a todos e bons atendimentos de saúde e de serviços públicos e tal, e avalio que seria importante nós estendermos as oportunidades de penas alternativas ou restritivas de direito, na medida em que pessoas que, hoje, às vezes, por penas, tais como ter sido detido por estar portando maconha ou crack, ou o que seja, e fica lá um tempo trancafiado no distrito policial ou na cadeia e, muitas vezes, isso acaba se

tornando uma escola de criminalidade. Eu acho que mais adequado será nós provermos a boa oportunidade de pessoas que tenham cometido delitos poderem, de alguma maneira, ser punidas, mas com ressarcimento de algum serviço à comunidade, à sociedade, e tantas formas poderiam ser, até, melhor criadas.

Agradeço se a senhora puder nos informar, até, porque um dos temas principais de preocupação do Conselho Nacional de Justiça é a superlotação do sistema penitenciário brasileiro.

Então, eu acho que esses temas estão muito relacionados.

Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Estão inscritos, ainda, os Senadores José Agripino, Alvaro Dias e Vital do Rêgo.

Eu peço à Secretaria para iniciar as providências para o início do processo de votação, informando aos Srs. Senadores, que se encontram em seus gabinetes de trabalho que, em poucos minutos, haveremos de iniciar um processo de votação.

Com a palavra, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, Vital do Rêgo, meu caro Presidente eleito do STJ, Ministro Falcão, ex-Corregedor do CNJ, função para a qual a Ministra Nancy está designada, Ministra Nancy, eu estava, aqui, conversando com a Ministra Luciana Lóssio sobre a sua indicação para o STJ e da longa relação que nós temos, da afável relação que nós temos, e do respeito que tenho pela sua atuação como Magistrada, e estava pensando comigo mesmo, olhando aquela galeria, como o tempo passa, a gente envelhece, mas os fatos ficam.

Eu era Presidente da CCJ, quando o Ministro Jobim me procurou para tratar da Reforma do Judiciário. Ele buscava, no diálogo comigo, a identificação de um relator que desse consequência às propostas que ele, como condutor do sistema Judiciário brasileiro, na época, queria que acontecessem e de forma rápida, conclusiva.

E chegamos a um nome, que não era jurista, não era advogado, nem advogado era; era, como eu, engenheiro: José Jorge, que, hoje, está no Tribunal de Contas da União, e que deu certíssimo, pelo pragmatismo, pela capacidade de trabalho, de não se perder em curvas.

Nós conseguimos emplacar a reforma do Judiciário. E, uma das coisas mais importantes que a reforma do Judiciário trouxe foi, exatamente, a criação do CNJ, o Conselho Nacional de Justiça, que é um órgão que existe para balizar comportamentos, para encaminhar fatos, para investigar a prática de coisas incorretas no seio do Judiciário, para impedir que o mal se propague, prolifere, no âmbito, no seio do Judiciário.

V. Exª, assim como o Ministro Falcão teve um bonito desempenho à frente da Corregedoria do CNJ, eu tenho certeza de que V. Exª vai se dar bem e vai deixar um bom legado à Justiça brasileira.

Mas V. Exª tocou num assunto que, na minha opinião, é pedra de toque. Na opinião dos brasileiros como um todo, a Justiça é lenta. É lenta, porque ela é sobrecarregada. Todas as instâncias, primeira, segunda, os tribunais superiores, todos eles são sobrecarregados de matérias. Por mais que se procure firmar jurisprudências, e isso e aquilo e aquilo outro, não se consegue sair desse problema. Mas V. Exª tocou numa coisa que pode ser um grande elemento facilitador ao desentupimento da pauta dos juízes do Brasil inteiro, que é a questão da mediação e da arbitragem através da ação de pessoas que não são exatamente do Judiciário, são pessoas a *latere*.

Há um projeto em tramitação no Congresso que se propõe até à criação de uma carreira, uma espécie de carreira de mediadores, aprovada pelo CNJ, supervisionada pelo CNJ. A Lei de Arbitragem está em andamento, como o Código de Processo Penal está em andamento aqui no Senado. Eu acho que é uma oportunidade muito boa de V. Exª, na hora em que é sabatinada, dizer o que é que pensa exatamente sobre a importância de se dar importância à aprovação desses projetos de mediação e de arbitragem, e o que é que V. Exª, no CNJ, pode fazer, já que, na sua sabatina – esse é um momento importante na sua vida, é claro que é – deu especial destaque na sua fala à questão mediação e arbitragem, como forma de dar uma contribuição – porque é isso que se deseja, que o CNJ dê uma contribuição – ao bom funcionamento da Justiça.

Eu gostaria de ouvir de V. Exª as suas ideias. Se porventura eu tiver que sair, eu vou registrar as suas respostas, porque nós estamos em processo de votação no Congresso, vetos, e talvez eu não fique aqui para ouvir a sua palavra, mas tomarei conhecimento de sua opinião, porque para mim é importante, já que V. Exª abordou a questão e, com certeza absoluta, essa deve ser a sua praia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O Senador Agripino colocou com muita pertinência, e eu agradeço, os Senadores já estão acolhendo o nosso convite a voto. Nós temos uma sessão em curso no Congresso Nacional e aí eu iria pedir aos Srs. Senadores para objetivarem as suas indagações porque eu só posso abrir o processo de votação na palavra final da Ministra Nancy. Então, a presença dos senhores é fundamental para que nós possamos concluir essa sabatina.

Senador Alvaro Dias com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Entendi o recado, Presidente, estou recolhendo as minhas indagações e uso da palavra apenas para fazer uma saudação especial ao Ministro Falcão, a todos os membros da Magistratura que prestigiam a Ministra Nancy dizendo que, certamente, todos os brasileiros consideram o Poder Judiciário uma instituição essencial, onde estão fincados os alicerces fundamentais do Estado de direito e da democracia. E por isso é sempre uma alegria e uma satisfação assistir à ascensão de alguém que tem a trajetória acadêmica e profissional da Ministra Nancy.

Apenas os nossos cumprimentos.

Atendendo ao apelo do Presidente, eu pretendia indagar sobre transparência, sobre maioridade penal e outras questões, mas não vamos indagar, apenas desejar à Ministra Nancy felicidade, sucesso. O desempenho, nós sabemos, será de dedicação, de entusiasmo, de competência e probidade.

Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito obrigado, Senador Alvaro. Certamente a Ministra Nancy, como faz permanentemente o Ministro Falcão, tem nesta Comissão uma interlocução. Sempre que convidados por nós, os Ministros Corregedores nunca se furtam a comparecer e prestarem esclarecimentos sobre o seu ofício.

Senador Valadares, penúltimo orador, e aí vamos iniciar o processo de votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Presidente, seguindo a mesma linha do Senador Alvaro Dias, eu iria, realmente, fazer uma série de perguntas relacionadas, por exemplo, à guerra às drogas, à superlotação das nossas prisões, à criminalidade e à violência que vem acontecendo em todas as partes do nosso País, mas eu queria aproveitar a oportunidade, já que a minha palavra é breve, para cumprimentar a Ministra Nancy Andrighi por sua participação na vida jurídica de nosso País. Tenho certeza de que, com a sua experiência, vai dar conta do recado ao substituir este homem que é exemplo de simplicidade, de correção, de sabedoria e de competência jurídica que é o Ministro Francisco Falcão, que agora vai assumir a presidência do STJ, num momento em que a Justiça brasileira alcança um nível de eficiência e de credibilidade como antes nunca aconteceu.

Agradeço a V. Exª, Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Valadares.

Eu também teria perguntas a fazer, mas vamos encaminhá-las, por escrito, à Ministra Nancy.

Gostaria que V. Exª falasse um pouco sobre as metas e como o CNJ tem visto a qualidade *versus* metas atingidas sem perder essa qualidade; como a senhora vê as correições, o resultado positivo – o Ministro Falcão já falou a esse respeito em sua breve prestação de contas. Também, com a disseminação das faculdades de Direito no Brasil, qual é a sua opinião com relação a isso. E o modelo de equilíbrio entre os Poderes e suas disposições constitucionais. Acredita que há de alguma forma, ou lá ou cá, uma certa interferência? Como a senhora vê essa questão do equilíbrio entre Poderes?

Depois da fala da Ministra Nancy, abriremos o processo de votação.

Com a palavra a Srª Nancy Andrighi.

A SRª NANCY ANDRIGHI – Sr. Presidente, eu agradeço aos eminentes Senadores pelas indagações e começo respondendo rapidamente à indagação do Senador Suplicy.

Considero de extrema importância as penas alternativas; talvez, as que efetivamente produzam resultado mais eficiente até do que aquelas apenas de encarcerar. Dependendo, Senador, do tipo de pena alternativa, nós podemos efetivamente corrigir uma pessoa que, em dado momento da vida, desviou-se do caminho. Agora, sem educação, como V. Exª disse, não é possível, porque talvez nem o caráter da pena ele conseguirá entender.

No que concerne à indagação do eminente Senador Agripino Maia, disse S. Exª sobre a mediação e a importância da mediação. Nós concordamos que a Justiça brasileira é morosa, mas a Justiça, de um modo geral, no mundo inteiro, é morosa. E, se fizermos comparação com alguns países bastante evoluídos, nós vamos ver que a nossa Justiça não é tão morosa. O nosso problema agora está sendo a quantidade de processos que são submetidos à nossa análise.

Nós temos verificado que as ações se repetem. E nós temos quatro grandes maiores litigantes – que é o Banco do Brasil, que é o INSS, empresas normalmente estatais, que ocupam o grande espaço no volume de processos que nós temos no Poder Judiciário.

Eu vejo que é preciso modernizar o processo clássico com que nós estamos acostumados a trabalhar, mas, além do processo clássico, o investimento nas ações que efetivamente são repetitivas. Quando se fala em ações de caráter repetitivo, é preciso pensar que, na Justiça Cível, é muito difícil encontrarmos volume enorme de processos idênticos – no Cível, como nós trabalhamos na terceira Turma. Contratos bancários, por exemplo, cada contrato é um contrato. Nós não podemos separar uma pilha de processos que versam sobre revisão de contrato bancário e dizer que ali podemos colocar uma única decisão. Cada processo exige do juiz um tempo de meditação, de análise

específica. É, na verdade, o trabalho artesanal. Não vejo como, na área Cível propriamente dita, nós podermos aplicar essas regras de forma linear, dizer que, se é revisão de contrato, podemos dar uma única sentença. Não é assim.

Então, esta é uma questão que seguramente dificulta a rapidez: o excesso de recursos. Mas, paralelo a isso – e isso eu sustento desde os idos de 1980 –, o juiz não é o único ser sob o Sol que é capaz de resolver conflitos. Com base nessa afirmação é que eu sempre estudei e investi muito nas formas adequadas de solução de conflito, trazendo a mediação como forma adequada de solução de conflito e a arbitragem também em que ela difere sobremaneira da mediação.

Por que a minha tendência é de investir muito na mediação? Porque a mediação é um instrumento através do qual um terceiro imparcial conduz as pessoas em conflito para que elas próprias encontrem o caminho para a diluição dos conflitos. E, quando falo em diluição dos conflitos, eu estou me referindo a desaparecer o conflito desde a sua raiz, e não apenas solucionar conflitos. Existe uma diferença muito grande. As sentenças dos juízes solucionam conflitos, mas o diálogo assertivo empregado pela mediação dilui o conflito e analisa o aspecto emocional de cada conflito, de cada processo. Nós, juízes, não estamos acostumados a trabalhar com emoções. E as emoções não podem ser analisadas mediante o processo clássico, mas aí está a mediação para solucionar. E, sem a paz jurídica, eu penso, eminente Presidente, que não pode haver a paz social.

Eu agradeço e peço desculpas pela rapidez com que fiz as respostas, mas foi a pedido do nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a Ministra.

Vamos iniciar o processo de votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Encareço às Srªs e aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes de trabalho ou em atividades dentro do Congresso Nacional, especialmente no Senado, que compareçam a esta Comissão, porque estamos a alguns votos para atingir o quórum necessário.

Quantos já votaram? *(Pausa.)*

Falta apenas um voto.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Chegamos ao quórum? *(Pausa.)*

Deem uma olhada aí nos corredores. Não queremos ser deselegantes e deixar algum Senador sem voto. *(Pausa.)*

Caso não haja ninguém nos corredores, vou encerrar a votação.

Temos quórum? *(Pausa.)*

Renovo nossos agradecimentos pelas presenças de todos os operadores do Direito, estudiosos da Justiça brasileira, que estão nos dando a honra de suas presenças: membros do STJ, membros da Anamatra, membros da Justiça do Trabalho, advogados, colegas e companheiros de jornada da Ministra Nancy.

Não há mais nenhuma...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª pediu para ela sintetizar tanto que ela não teve tempo de falar sobre a formação Argentina que ela teve.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ministra, devolvo a palavra à senhora só para satisfazer essa curiosidade científica do nosso queridíssimo Senador Eduardo Suplicy.

A SRª NANCY ANDRIGHI – Senador, como eu disse na minha introdução, a minha escolha por esse país para fazer esses cursos foi porque eles me oportunizavam frequência de aulas sem interrupção da jurisdição – uma das questões que me preocupam sobremaneira é a ausência da jurisdição.

Lá naquele país não há Conselho Nacional da Magistratura, nem Conselho Nacional de Justiça, como o CNJ. V. Exª indagou se existe alguma semelhança. Sim, existem algumas semelhanças, e a importância de estudar outra legislação, como fiz, é exatamente para abrir a mente para poder verificar o que lá há de melhor e poder trazer novas ideias para cá.

Exemplifico com a parte de sucessões. Na Argentina está em votação o novo Código Civil, que copia grande parte da legislação sobre sucessão da legislação brasileira, em especial a mediação, que é uma das mais avançadas da América Latina. Eles optaram por fazer a lei de mediação considerando a mediação como condição *sine qua non*, como pressuposto processual: poder ajuizar uma ação na área cível depende de levar uma certidão de um escritório de mediação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

Agora está completo, Sr. Presidente.

A SRª NANCY ANDRIGHI – Eu quem agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está completo? Ótimo!

Eu pergunto se há algum Senador que ainda não votou. *(Pausa.)*

Senador Gim, venha proceder à apuração dos votos.

Nós vamos encerrar em 30 segundos a votação.

Meu Vice-Presidente Anibal Diniz, só estava esperando o senhor para encerrar o processo de votação.

Está encerrado o processo de votação.

Senador Gim, assuma o escrutínio, apure os votos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Quinze votos SIM.

Por unanimidade, está aprovado o nome da Ministra Nancy Andrighi por esta Comissão. *(Palmas.)*

Há solicitação do Senador Gim, do Senador Suplicy, da Senadora Ana Rita para que a matéria vá, em caráter de urgência, ao Plenário.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

A matéria vai, em caráter de urgência, ao Plenário.

Muito obrigado a todos.

Parabéns, Ministra!

Onde estão seus votos da Ministra? *(Pausa.)*

Para V. Exª guardá-los como recordação.

Felicidades!

Sejam felizes!

Fiquem com Deus!

(Iniciada às 14 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 53 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE JUNHO DE 2014.

Às onze horas e vinte minutos do dia três de junho de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Capiberibe, Romero Jucá, Ana Amélia, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Lindbergh Farias, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Valdir Raupp, Pedro Simon, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Aloysio Nunes Ferreira, João Vicente Claudino, Mozarildo Cavalcanti e Antonio Carlos Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Randolfe Rodrigues, José Sarney, Roberto Requião, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu e Gim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, comunica que a presente reunião será dividida em duas partes: a primeira, destinada à deliberação de projetos que instituem datas comemorativas e que tratem de denominações de locais públicos, nos termos da decisão nº 3-CE e a segunda, destinada à deliberação dos demais projetos. Em seguida, a presidência esclarece que, na primeira parte da reunião, as proposições serão agregadas em bloco para a realização de uma única votação nominal, para as matérias com relatório favorável. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, submete à aprovação do plenário, proposta de dispensa da leitura dos pareceres, ressaltando que é facultado a qualquer membro da comissão solicitar destaque para a votação em separado de qualquer uma das matérias, segundo o disposto na alínea "b" da Decisão nº 1, desta comissão. A proposta é aprovada. Logo após, a presidência inicia a deliberação da pauta pelos projetos constantes da segunda parte da reunião, não terminativos, aguardando o quórum para votação dos projetos terminativos. Item 3: **PROJETO DE LEI DO** Senado nº 397, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante". A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer favorável, com a Emenda nº 1-CE, é aprovado. Neste momento, o Senhor Senador João Capiberibe, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2013, o que é aprovado (ver Extra-Pauta: Item 7). Item 8: **PROJETO DE LEI DO** Senado nº 76, de 2014, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que "Altera a Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, para isentar de IOF as operações de câmbio efetuadas por bolsistas brasileiros em estudo no exterior". A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pau-

ta, atendendo à solicitação da relatora. Item 5: Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado André Figueiredo, que "Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incentivar a formação técnicoprofissional de adolescentes e jovens em áreas relacionadas à gestão e prática de atividades desportivas e à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, à organização e à promoção de eventos esportivos e dá outras providências". O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer favorável é aprovado. Item 6: **PROJETO DE LEI DO** Senado nº 144, de 2007, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Fixa as responsabilidades dos gestores públicos e das famílias quanto às garantias dos cidadãos em relação a seus direitos à educação escolar básica". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável, com a Emenda nº 1-CE (Substitutivo), é aprovado. Neste momento, o Senhor Senador Cyro Miranda, retoma a ordem original da pauta, passando à votação em bloco dos projetos elencados na primeira parte da reunião, uma vez que há quórum para votação de projetos terminativos. Item 1: **PROJETO DE LEI DO** Senado nº 30, de 2014, de caráter terminativo, de autoria do Senador Benedito de Lira, que "Institui o Dia Nacional da Amazônia Azul". O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. Item 2: **PROJETO DE LEI DO** Senado nº 435, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Ana Rita, que "Institui o Dia Nacional da Economia Solidária". A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2012, de caráter terminativo, de autoria do Deputado José Airton, que "Institui o Dia Nacional do Humorista". O relator designado é o Senador Antonio Carlos Valadares e o projeto é aprovado por 17 (dezesete) votos favoráveis. Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2011, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, que "Dispõe sobre a denominação do prédio da administração da sede da Universidade Federal do Vale do São Francisco, localizado na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador Armando Monteiro e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. Item 5: **PROJETO DE LEI DO** Senado nº 19, de 2013, de caráter terminativo, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que "Denomina Natália Ferreira Paes Landim o campus de São João do Piauí do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Piauí-IFPI". O relator designado é o Senador Wellington Dias e o projeto é aprovado por 16 (dezesseis) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 1-CE e nº 2-CE, aprovadas por 15 (quinze) votos favoráveis. Item 6: **PROJETO DE LEI DO** Senado nº 59, de 2011, de caráter terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que "Estabelece o dia 26 de março como o Dia Nacional da Integração Latinoamericana". A relatora designada é a Senadora Ana Rita e o parecer é pela rejeição do projeto. A matéria é retirada de pauta. Prosseguindo, a presidência passa à deliberação da matéria incluída extra-pauta. Extra-Pauta, Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2013, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Sebastião Bala Rocha, que "Denomina, no Estado do Amapá, Rodovia Landri de Oliveira Cambraia o trecho da rodovia BR-156 entre as cidades de Macapá e Amapá e Rodovia Janary Nunes o trecho da rodovia BR-156 entre as cidades de Amapá e Oiapoque". O relator designado, ad hoc, é o Senador João Capiberibe e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, retoma à votação dos itens pertencentes à segunda parte da pauta. Item 2: **PROJETO DE LEI DO** Senado nº 311, de 2012, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cidinho Santos, que "Altera a redação do art. 49 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre aproveitamento de disciplinas cursadas com aprovação, na educação de nível superior". A relatora designada é a Senadora Vanessa Grazziotin e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. A matéria é retirada de pauta atendendo à solicitação da relatora. Item 1: **PROJETO DE LEI DO** Senado nº 399, de 2011, de caráter terminativo, de autoria do Senador Roberto Requião, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica". O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, na forma da emenda n.º 1-CE (Substitutivo). Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 7: **PROJETO DE LEI DO** Senado nº 122, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "Dispõe sobre a transferência direta de recursos aos beneficiários do Programa Bolsa Família para aquisição de material escolar". O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Bauer e o parecer é favorável, com as emendas nº 1-CDH/CE, nº 2-CDH/

CE, nº 3-CDH/CE, nº 4-CDH/CE, é aprovado. Item 4: **PROJETO DE LEI DO** Senado nº 303, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Waldemir Moka, que "Dispõe sobre a destinação dos recursos recuperados por meio de ações judiciais para o Fundo Nacional de Saúde e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação". O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável é aprovado. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, encerra a reunião às doze horas e dezoito minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. –Senador **Cyro Miranda,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Estamos só aguardando mais dois Relatores para podermos abrir a reunião. E, hoje, esta reunião se divide em duas partes: uma delas, porque já foram lidos todos projetos de lei, que institui Dia Nacional. Assim, fazemos uma aprovação em bloco, sem precisar ter lido. Vou dar mais três minutinhos e abrimos esta reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura e aprovação de ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião será dividida em duas partes: uma, que tem por finalidade a deliberação de projetos que instituem datas comemorativas e que tratam de denominações de locais públicos, nos termos da Decisão nº 3 desta Comissão; e a outra, que será destinada à deliberação dos demais projetos. Nessa parte que diz respeito aos projetos que instituem datas comemorativas, essas proposições serão agregadas em bloco, para a realização de uma única votação nominal pela aprovação do projeto, e pela rejeição serão votadas separadamente.

Submeto à aprovação do Plenário a proposta de dispensa da leitura dos pareceres. Ressalto que é facultado a qualquer membro da Comissão solicitar destaques para a votação em separado de qualquer uma das matérias, segundo o dispositivo da alínea "b" da Decisão nº 1 desta Comissão.

Passamos à pauta. Eu vou começar pela parte dos não terminativos ainda não lidos. Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves, para que faça o seu relatório sobre o Projeto de Lei do Senado nº 397.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013

– Não terminativo –

Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida

Observações:

1 – Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Passo a palavra, com muito prazer, à Relatora, Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu vou me ater, Sr. Presidente, à análise.

Nos termos do inciso I do art. 112 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do PL nº 309, de 2013, respeita a competência regimental atribuída a esta Comissão.

Em boa hora, a Lei nº 8.112, de 1990, permitiu a concessão de horário especial ao servidor estudante no caso de incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo, mas exigida a compensação de horário com respeito à duração semanal do trabalho.

A norma ampliou as oportunidades de acesso educacional ao servidor, fazendo valer para a categoria o princípio constitucional da educação como direito de todos e dever do Estado. Contudo, a lei nada estabeleceu sobre a comprovação de frequência. Ademais, não explicitou as garantias de integridade na remuneração do servidor e de igualdade de condições para promoções.

Embora o bom senso e a boa administração que têm sido usados para preencher essas lacunas, o projeto estipula a necessidade de comprovação da frequência do servidor estudante pela instituição de ensino. Ao mesmo tempo, assegura que o servidor não sofrerá nenhuma espécie de prejuízo salarial nem perderá a possibilidade de promoção.

A respeito da comprovação de frequência, é preciso corrigir a terminologia utilizada para assegurar a situação regular das instituições de ensino privadas. Elas não são reconhecidas, e sim autorizadas e credenciadas. Ademais, fazem parte do sistema de ensino da União e, portanto, estão sob a supervisão do MEC apenas as instituições privadas de educação superior.

Portanto, para garantir a abrangência da norma, não se deve limitar a situação de regularidade às instituições privadas sob a jurisdição federal. Salvo melhor juízo da CCJ, avaliamos que a referência à promoção não deve se limitar à situação do servidor na repartição. A CCJ também avaliará, com mais propriedade, a possibilidade de assegurar que outros benefícios e vantagens do servidor não sejam prejudicados pelo horário especial.

Feitas essas considerações, concluímos que, no tocante ao mérito educacional, as sugestões do projeto merecem ser acolhidas por esta Comissão.

Do voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2013, com a emenda seguinte.

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2013, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

§ 5º Para a concessão do horário especial, será exigida a comprovação da frequência do servidor estudante junto à instituição de ensino em situação de regularidade perante a autoridade competente do respectivo sistema de ensino.

§ 6º O estudante que comprovar a frequência às aulas na forma do § 5º não sofrerá nenhuma espécie de prejuízo remuneratório nem de promoção na carreira.

Era o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Maria do Carmo.

Está em discussão.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não, em discussão.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Sr. Presidente, eu solicitaria de V. Exª, se for possível, colocar extrapauta o PLC nº 20, de 2013, do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Logo após essa discussão e votação, eu submeterei extrapauta.

Em discussão a relatoria da Senadora Maria do Carmo, que relata o Projeto do Senado nº 397, que altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a relatoria permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Essa matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Coloco, a pedido do Senador João Capiberibe, a inclusão extrapauta do PLC nº 20, de 2013, de relatoria do Senador Randolfe Rodrigues, que denomina, no Estado do Amapá, Rodovia Landri de Oliveira Cambraia o trecho da rodovia BR-156 entre as cidades de Macapá e Amapá, e Rodovia Janary Nunes o trecho da rodovia BR-156 entre as cidades de Amapá e Oiapoque.

Em discussão a inclusão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o extrapauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está incluso na pauta de hoje.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria pedir a V. Exª, até por solicitação da Liderança do Governo – para ver que eu também colaboro com o Governo –, a retirada de pauta do item 8, de que eu sou Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não, Senadora.

Retirado de pauta o item 8.

Regimentalmente, V. Exª tem todo o direito, fazendo aqui as vezes do Senador Paulo Paim.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, para isentar de IOF as operações de câmbio efetuadas por bolsistas brasileiros em estudo no exterior.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável

Observações:

1 – Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É pelo Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Aqui nós não temos nem base, nem contra. Nós temos a coerência e a cordialidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas ela entendeu, porque a Senadora Ana Amélia é candidata a Governadora e eu digo: bem-vinda à Base do Governo lá e aqui. E ela vai dizer: "Lá, não, meu filho".

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – E aqui, às vezes.

Item nº 5.

Convido o Senador Cristovam Buarque para fazer a leitura do relatório do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2013.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, DE 2013

– Não terminativo –

Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incentivar a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens em áreas relacionadas à gestão e prática de atividades desportivas e à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, à organização e à promoção de eventos esportivos e dá outras providências.

Autoria: Deputado André Figueiredo

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável

Observações:

1 – A matéria vai a Comissão de Assuntos Sociais e, posteriormente, será apreciada pelo Plenário.

2 – A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 6/5, 13/5 e 20/5/2014.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a palavra, o nobre Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, um momento, porque o item 5 é outro projeto. É o projeto cujo Relator é o Senador Wellington Dias e que diz respeito à denominação de uma avenida.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não. Nós começamos pela segunda parte. Nós invertemos porque faltam mais três Senadores para dar quorum, então não é... Esses da primeira parte, Senador Cristovam, nós não vamos ler, já foram lidos. Nós vamos então fazer uma aprovação em bloco assim que tivermos quorum.

Esse é o Projeto nº 106, de 2013, página 237.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este projeto, de autoria do Deputado André Figueiredo, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho para incentivar a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens em áreas relacionadas à gestão e prática de atividades desportivas e à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, à organização e à promoção de eventos esportivos e dá outras providências.

Fico muito satisfeito que o projeto esteja na pauta, porque considero um projeto de muita importância e muito oportuno para o momento em que nós estamos.

A proposição, Sr. Presidente, composta de seis artigos, pretende alterar o teor dos arts. 428, 429, 430 e 431 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Na justificativa do projeto, o autor da iniciativa afirma acreditar que a aprovação de sua proposição se refletirá em inúmeras oportunidades de inclusão laboral de adolescentes e jovens em todo o Brasil para atuar como atletas, sem perder de vista as alternativas em áreas afins, ou como profissionais habilitados em atividades relacionadas à infraestrutura, gestão, organização e promoção de eventos esportivos.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi distribuída e analisada pelas Comissões de Turismo e Desporto; de Seguridade Social e Família; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, como determina a lei.

No Senado, foi distribuído para esta Comissão e para a de Assuntos Sociais. O presente relatório retoma, com as modificações que julgamos pertinentes, o documento apresentado anteriormente a esta Comissão pelo Senador Osvaldo Sobrinho.

A proposição não recebeu qualquer emenda.

A proposição sob exame procura, a um só tempo, enfrentar duas importantes questões: a do cumprimento, por parte das empresas, dos dispositivos da CLT concernentes à cota de aprendizes e aquela relativa à necessidade de ampliar o acesso dos nossos jovens ao desporto e de qualificá-los para o trabalho na área esportiva. Afinal, em tempos de grandes eventos como os nossos, muitos serão os postos de trabalho a serem abertos nesse setor, e é preciso incentivar a formação de mão-de-obra especializada.

Não obstante a obrigação estabelecida no art. 429 da CLT, os estabelecimentos têm dificuldades de colocação dos aprendizes nos cursos mencionados no texto legal, sobretudo em áreas que não estão compreendidas entre os cursos regularmente ofertados pelos Serviços de Aprendizagem.

Sabe-se, ademais, que o País enfrenta o desafio de qualificar profissionais para, no futuro próximo, sediar grandes eventos esportivos. Embora a medida proposta tivesse seu efeito pleno no caso de sua aprovação há mais tempo, não é tarde para instituir tais modificações em nosso ordenamento jurídico. Os efeitos que advirão de tal proposta não se restringem aos chamados megaeventos a serem sediados pelo Brasil nos próximos anos. Antes, servirão para consolidar, no médio e no longo prazos, uma cultura esportiva que, em muito, contribuirá para o desenvolvimento nacional em todos os setores da economia e da vida social e cultural do País.

Nos termos do exposto, feita a análise do mérito no âmbito da competência desta Comissão, somos francamente favoráveis à aprovação da matéria, lembrando que nesta semana, no domingo, a Folha de S.Paulo publicou uma matéria mostrando a invasão nos programas de formação de mão-de-obra.

Tenho certeza de que a vinculação de programas de formação de mão-de-obra de ensino médio para jovens com eventos esportivos, com atividades esportivas, não terá evasão pelo gosto que isso vai trazer aos jovens. É nesse sentido que parabenizo bastante o Deputado André Figueiredo pela iniciativa e voto muito satisfeito pela aprovação do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cristovam. Realmente, esse é um projeto bastante meritório. Fico contente que ele hoje esteja sendo lido e, provavelmente, aprovado.

Coloco então, em discussão, o parecer do Senador Cristovam sobre o Projeto de Lei nº742/2011, para incentivar a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens em áreas relacionadas à gestão prática de atividades desportivas e à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, à organização e à promoção de eventos esportivos e dá outras providências.

O projeto está em discussão. (*Pausa.*)

Não tendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a relatoria do Senador Cristovam Buarque permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O projeto seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais.

Passamos agora ao item...

Vou interromper o Senador Paim para que faça o relatório.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 144, DE 2007

– Não terminativo –

Fixa as responsabilidades dos gestores públicos e das famílias quanto às garantias dos cidadãos em relação a seus direitos à educação escolar básica.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações:

1 – Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra, com muito prazer, ao nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, queria primeiro fazer um comentário bem objetivo.

Esse projeto saiu de pauta diversas vezes, a pedido do MEC. Há poucos minutos o representante do MEC me ligou. Falei com ele e depois falou o Senador Cristovam. Chegamos, no fim, a um bom entendimento. Para não dizer a um grande entendimento, um bom entendimento.

O acordo, Sr. Presidente, foi para que nós votássemos o projeto aqui hoje, exatamente como está. O projeto vai para a CCJ e, na CCJ, nós conversaremos com o Senador Vital do Rêgo, se alguma mudança tivermos de fazer, em parceria com o Senador Cristovam. Tentarei, naturalmente – e dependo do Presidente da Comissão –, ser o Relator lá também. Depois, em parceria com V. Exª e com o MEC, nós poderemos ajustar o que for necessário. O projeto foi muito elogiado, Senador Cristovam. Eles me elogiaram aqui e disseram que o projeto é muito bom. Eles gostariam de fazer alguns ajustes que nós poderemos fazer lá na CCJ de forma definitiva.

Por isso, vou dar o meu parecer. Se V. Exª quiser comentar alguma coisa agora!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Apenas uma dúvida. É CCJ ou é CAS?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Falaram-me que era CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – CCJ.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – CCJ.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas eu faço parte da CCJ.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ótimo, mas quero dizer, Senador, que conversei com o assessor parlamentar do Ministro que me disse que tinha algumas sugestões para melhorar. Fico muito feliz que tenha sugestões para melhorar. Quero, sim, participar disso. Apenas pedi para não adiar e ele entendeu perfeitamente que é melhor não adiarmos. Vamos para a frente. Eu participarei e aprovarei, darei meu aval, como autor do projeto de lei, para as mudanças que forem necessárias, a pedido do Ministério da Educação.

Fico feliz que o Senador Paim esteja de acordo com essa posição.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador.

Então, passo a fazer a leitura do relatório ao projeto. Vou direto à análise, se V. Exª concordar, Senador Cyro Miranda. Posso começar pela análise, que vai mais diretamente ao tema, ou prefere que eu leia todo o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Prefiro que o senhor leia o relatório porque estamos precisando de mais dois Senadores. Com isso, nós não precisaremos....

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Faço questão de ler. É um belo projeto. Faço questão de ler todo ele.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Estou fazendo muita força para que a gente tenha quórum hoje, porque assim, terça-feira que vem nós não vamos ter reunião. Não tem necessidade de termos reunião deliberativa porque nós vamos limpar a pauta. Então, as Srªs e os Srs. Senadores poderão dispensar seu tempo para outra Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, então, vamos à leitura do relatório ao projeto.

Relatório.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 144, apresentado nesta Casa pelo Senador – no meu entendimento, brilhante – Cristovam Buarque, em 2007.

Em termos gerais, o projeto fixa responsabilidades de gestores públicos e das famílias quanto às garantias das crianças e adolescentes em relação a seus direitos à educação escolar básica, principalmente os inscritos na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Os dispositivos mais importantes do PLS estabelecem:

a) para os pais ou responsáveis por crianças e adolescentes em idade de educação obrigatória, que não os matricularem em escola pública ou privada, a pena de perda de benefícios recebidos do setor público ou a prisão;

b) para os governadores e prefeitos que não observarem os dispositivos dos arts. 2º, 3º, 8º e 10 da LDB, além da decretação de sua responsabilidade civil e criminal, perda dos direitos políticos por oito anos;

c) para os dirigentes de escolas de educação básica da rede federal que não observarem o disposto no art. 5º da LDB e para os diretores que tiverem infringido o art. 11 da mesma Lei, afastamento do respectivo cargo;

d) para o Presidente da República, os governadores de Estado e do Distrito Federal e os prefeitos, que, por dois meses consecutivos, não tiverem cumprido o que manda o § 5º do art. 69 da LDB, responsabilização civil e criminal e perda do cargo, com inabilitação, até oito anos, para o exercício de qualquer função pública;

e) para o Poder Executivo, autorização para criar sistema de premiação, por meio de transferências financeiras aos entes federados que superarem, a cada ano, as metas do Plano Nacional de Educação quanto ao atendimento e à qualidade do ensino.

O art. 8º do PLS propõe que as questões suscitadas na implantação da Lei sejam resolvidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelos órgãos da Justiça Federal.

O art. 9º prevê o início da vigência da Lei na data em que for publicada.

Distribuído à análise desta Comissão e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a quem caberá a decisão terminativa, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

Em razão do disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão analisar questões gerais da educação, bem como suas diretrizes e bases, onde se enquadra perfeitamente a matéria.

O PLS versa o tema da responsabilidade dos agentes políticos e das famílias em relação à educação escolar, principalmente na idade da obrigatoriedade.

Originalmente, o art. 208, inciso I, da Constituição estabelecia que a obrigatoriedade escolar, tanto no que diz respeito ao dever de oferta pelo Estado quanto à obrigação dos pais e responsáveis pela matrícula de suas crianças e adolescentes, atingia somente o ensino fundamental. Este, por sua vez, originado do antigo ensino primário de, no mínimo, quatro anos, já se ampliara para oito anos pela Constituição de 1967 e para nove anos em virtude de alteração da LDB vigente, por meio da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Por essa razão, o PLS nº 144, de 2007, se limita a estudantes entre 6 e 14 anos de idade.

A Emenda Constitucional nº 59, de 2009, ampliou ainda mais a faixa da idade da educação escolar obrigatória, passando-a para 14 anos: mais explicitamente, da pré-escola ao fim do ensino médio, para crianças de quatro anos até adolescentes de 17 anos. Entretanto, a mesma Emenda prevê prazo até 2016 para vigorar esta norma, razão pela qual o novo marco constitucional ainda não pode ser assimilado nesta lei ordinária.

Quanto ao art. 1º, não há reparos a fazer. O art. 2º, além de comportar a mudança da faixa de idade, também pode ser aperfeiçoado retirando-se a possibilidade da "inexistência de vagas" em escolas públicas e gratuitas, na idade obrigatória, já que a matrícula se pode fazer na rede e não necessariamente num estabelecimento próximo à residência, como seria desejável. Em outras palavras: num momento de decréscimo da taxa de natalidade e, portanto, de diminuição de demanda na educação básica, seria indesculpável a inexistência de vagas nos estabelecimentos públicos. Corretamente, o projeto não inclui as vagas em creches, dadas as circunstâncias peculiares de sua oferta para as crianças até três anos de idade, muito aquém da procura e que nem sempre pode ser suprida por convênios com entidades comunitárias ou por esquemas de transporte escolar.

O art. 3º é irrepreensível, por contornar de forma operacionalmente correta a responsabilidade "compartilhada" de Estados e Municípios pelo ensino fundamental.

Já o art. 4º nos pareceu descabido em razão de citar não artigos da LDB, mas de uma suposta LDE (Lei de Diretrizes Educacionais), ainda inexistente, embora tramite projeto nesse sentido no Congresso Nacional, também de autoria do Senador Cristovam Buarque. Essas matérias, que dizem respeito ao cumprimento de metas educacionais no período de uma gestão do respectivo Poder Executivo, poderão sim merecer atenção desta Casa na tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE), a ser discutido posteriormente. Lá é cabível, aqui que nós entendemos que não seja possível ainda.

Quanto ao art. 5º, louve-se a inclusão no projeto das responsabilidades das escolas privadas na oferta educativa. Pareceu-nos, entretanto, ter havido um equívoco na citação do artigo da LDB, pelo que apresentamos emenda saneadora.

O art. 6º do PLS contém matéria de vital importância para viabilizar, pela gestão dos recursos financeiros vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, não somente o atendimento e qualidade da educação, mas, também, a valorização dos profissionais da educação. Somos de opinião, entretanto, de que a redação precisa ser retificada, devendo ser citado não o art. 12 da LDB, mas o art. 212 da Constituição Federal. Como vemos, é só uma questão de redação.

O art. 7º, cujo conteúdo consideramos meritório, não nos parece deva ser de iniciativa do Poder Legislativo, pois se refere a programa administrativo a ser atribuído a órgãos especializados do Poder Executivo da União, inclusive com evidentes gastos públicos adicionais à atual estrutura orçamentária. Recomendamos, neste caso, sua supressão.

Já o art. 8º se reporta à matéria do art. 90 da Lei nº 9.394, de 1996, incluindo como atribuição do CNE a resolução das questões suscitadas pela implantação dos dispositivos da Lei, o que nos parece jurídico e defensável. Consequentemente, acatamos porque entendemos que está correto.

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2007, na forma da emenda substitutiva.

Sr. Presidente, não preciso ler a emenda substitutiva. Só cumprimento o Senador Cristovam pela beleza do projeto que, realmente, vai trazer benefício para todo o povo brasileiro, e os consultores do Senado, que nos ajudaram aqui na redação final.

Por isso, somos pela aprovação na forma do substitutivo que vai ainda à CCJ, já com o Senador Vital do Rêgo na Mesa, vamos pedir a ele: Senador Vital, se V. Exª concordar, nós concordamos em votar aqui este projeto do Senador Cristovam.

Eu adiantei que conversaria com V. Exª para que V. Exª me garantisse lá a relatoria e faríamos ajustes desse projeto em questão. Fica o apelo, mas não precisa responder agora. V. Exª veja e depois conversa comigo.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Paulo Paim. É muito bom esse entendimento.

Aproveito o quórum para colocar em discussão esse projeto.

Pois não, Senador. Eu pediria que fosse bem rápido, para não perdermos o quórum.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Apenas para dizer, Senador Paim, que há projeto que a gente faz para virar lei, como ontem a Presidenta Dilma sancionou o meu projeto de lei que coloca o nome de Joaquim Nabuco no livro dos heróis.

Mas há projetos, Senador Paim, que só por ter um parecer como o seu já justifica.

Agradeço muito o seu parecer e vamos trabalhar para melhorar ainda mais, porque suas emendas já melhoraram o projeto.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Cumprimento V. Exª.

V. Exª é o nosso mestre nessa área.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Faço minhas as palavras do Senador proponente, o Senador Cristovam Buarque, e também do Relator, o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não havendo quem queria discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a relatoria do Senador Paulo Paim permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passemos à parte primeira da pauta, onde temos todos os projetos de datas comemorativas.

Vou ler os projetos e colocar em votação, em globo.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2014
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional da Amazônia Azul.
Autoria: Senador Benedito de Lira
Autoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Favorável
Observações:
1 – Na reunião do dia 1º/4/2014, foi aprovado Requerimento, de autoria do Senador Inácio Arruda, propondo Audiência Pública para instruir o projeto, realizada no dia 30/4/2014.
2 – Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 435, DE 2013
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional da Economia Solidária.
Autoria: Senadora Ana Rita
Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Favorável
Observações:
1 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 27/5/2014.
2 – Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2012
– Terminativo –

Institui o Dia Nacional do Humorista.
Autoria: Deputado José Airton
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatório: Favorável
Observações:
1 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 27/5/2014.
2 – Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2011
– Terminativo –

Dispõe sobre a denominação do prédio da administração da sede da Universidade Federal do Vale do São Francisco, localizado na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.
Autoria: Deputado Gonzaga Patriota
Autoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Favorável
Observações:
Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 2013
– Terminativo –

Denomina Natália Ferreira Paes Landim o campus de São João do Piauí do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Piauí-IFPI.
Autoria: Senador João Vicente Claudino

Autoria: Senador Wellington Dias
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas
Observações:
1 – Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas.
2 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 27/5/2014.
3 – Matéria a ser votada em bloco.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59, DE 2011
– Terminativo –

Estabelece o dia 26 de março como o Dia Nacional da Integração Latinoamericana.
Autoria: Senador Inácio Arruda
Autoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela rejeição
Observações:
Este item será votado separadamente.

ITEM EXTRAPAUTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2013
– Terminativo –

Denomina, no Estado do Amapá, Rodovia Landri de Oliveira Cambraia o trecho da rodovia BR-156 entre as cidades de Macapá e Amapá e Rodovia Janary Nunes o trecho da rodovia BR-156 entre as cidades de Amapá e Oiapoque.
Autoria: Deputado Sebastião Bala Rocha
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (Substituído por Ad Hoc)
Relatoria *Ad hoc*: Senador João Capiberibe
Relatório: Pela aprovação
Mais um item extrapauta já aprovado, do Senador Capiberibe como Relator *ad hoc*.
Coloco em votação, em globo, esses projetos já relacionados.
Como vota o Senador Paulo Paim?
O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com os Relatores, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cristovam Buarque. (*Pausa*.)
Senadora Lídice da Mata.
A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA. Fora do microfone.) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador João Capiberibe.
O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Romero Jucá.
O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. *Fora do microfone*.) – Com o Relator, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Ana Amélia.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Bauer.
O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Maria do Carmo Alves.
A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Anibal Diniz.
O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Voto com os Relatores, Sr. Presidente, lembrando que o Dia Nacional da Amazônia Azul, dia 10 de dezembro, tem todo o sentido, porque se trata da data em que se estabeleceu a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.
Então, voto favoravelmente ao Dia Nacional da Amazônia Azul: 10 de dezembro.
O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Vanessa Grazziotin.
A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Estamos votando qual mesmo, Sr. Presidente? Porque me perdi no encaminhamento.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Favorável a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu não votei, Sr. Presidente.

Estamos votando o quê, mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Estamos votando, em bloco, os projetos com datas comemorativas e denominação em geral.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Mas os que aprovam e os que rejeitam?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não, só os que aprovam. Dos que rejeitam vamos fazer a votação em separado. Só há um para rejeição.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Ah! E a Relatora está aqui. Eu queria pedir para retirar esse. Depois eu falo com a Relatora.

Então voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Aloysio Nunes. Saiu, ausente.

Aprovados.

Serão todos encaminhados.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Eu também vou votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Vital do Rêgo.

Perdão. Não foi chamado, não.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O senhor tinha se ausentado.

Aprovado, com anuência dos últimos dois.

Pergunto às Srªs e aos Srs. Senadores, porque temos dois projetos com emendas, se posso aprová-los? Que se mantenha o voto para a emenda?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O.k. Aprovado.

Temos um pela rejeição. É o PROJETO DE LEI DO Senado nº 59, de 2011, que estabelece o dia 26 de março como o Dia Nacional da Integração Latinoamericana. De autoria do Senador Inácio Arruda e de relatoria da Senadora Ana Rita, o relatório foi pela rejeição.

E nasceu com Inácio.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Exatamente. É de iniciativa do Senador Inácio Arruda. De fato, do ponto de vista técnico, foi dado um parecer, porque de acordo com a normatização, temos que ter audiência pública. Eu mesma participei da audiência pública que debateu o Amazônia Azul, enfim, para podermos aprovar.

A Relatora não se encontra. O autor também não se encontra, mas ligou – ele é parte da nossa Bancada, compomos uma mesma bancada – pedindo, Sr. Presidente, se possível, que retirássemos para poder dialogar e fazer, quem sabe, a audiência pública e voltar a matéria em breve. Então, eu faço esse pedido a V. Exª, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Entendendo a Senadora Vanessa e o Senador Inácio Arruda, fica retirado de pauta, então, o item que seria terminativo pela prejudicialidade.

Eu coloco, então, agora, dois projetos terminativos.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, DE 2012

– Terminativo –

Altera a redação do art. 49 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre aproveitamento de disciplinas cursadas com aprovação, na educação de nível superior.

Autoria: Senador Cidinho Santos

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Favorável, com a emenda oferecida
Observações:
1- Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, também peço a retirada de pauta do item 2, do qual sou Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois é. É esse que eu iria passar. Esse é terminativo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Peço para retirar.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, fica retirado de pauta.

Nós temos ainda aqui... O Senador Aloysio Nunes se ausentou. Ele já foi lido e discutido. Eu poderia nomear *ad hoc* para que fosse votado. Aliás, não precisa. Já foi lido. Então, pode ser votado.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica.
Autoria: Senador Roberto Requião
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido, acatando as Emendas nºs 1 e 2 – CRE, e pela rejeição da subemenda apresentada pelo Senador Cristovam Buarque
Observações:
1 – Na reunião do dia 3/4/2012, foi aprovado requerimento, de autoria do Senador Cristovam Buarque, propondo a realização de audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Relações Exteriores, realizada no dia 12/4/2012.

2 – Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

3 – Na reunião do dia 29/4/2014, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

Em discussão. Continua em discussão a matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Ana Amélia, para discutir.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... enfatizar o esforço que foi feito na Comissão de Relações Exteriores e aqui nesta Comissão em relação a esta matéria.

O relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira foi um relatório extremamente bem construído, com negociação com todos os Senadores, com os interessados. O próprio Senador Requião participou desse debate e concluiu que estava equilibrado o que foi feito. Então, penso que temos condições de votar e aprovar esse projeto. Cumprimento o Senador Requião e também o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O.k.

Em votação.

Senadora Vanessa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, antes da votação...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Só um minutinho, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – ... apenas para destacar a importância dessa proposta do Senador Requião e louvar também o esforço do Senador Aloysio, que, como sempre estudioso, aprofundou o estudo da matéria e apresenta um substitutivo à altura das expectativas dos educadores, dos especialistas. Creio que nós podemos votar tranquilamente esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, vamos votar.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Com a relatoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Com a relatoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Com a relatoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator e cumprimentos para o autor e Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Alvaro dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Anibal Diniz, ausente.

Perdão, voltou a tempo.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Voto com o autor e Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Pedro Simon, ausente.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Aprovado.

A matéria será incluída em pauta na próxima reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado.

Tem um item não terminativo, do Senador Vital do Rêgo... Do Senador Flexa. Senador Paulo Bauer, poderia ser Relator *ad hoc* do item 7?

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 122, DE 2013

– Não terminativo –

Dispõe sobre a transferência direta de recursos aos beneficiários do Programa Bolsa Família para aquisição de material escolar.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favoravél, nos termos das emendas nº 1-CDH, nº 2-CDH, nº 3-CDH e nº 4-CDH.

Observações:

1- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Peço ao Senador Paulo Bauer para ser o Relator *ad hoc*.

Com a palavra o nobre Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente. É sempre um prazer poder contribuir e, principalmente, fazer a leitura de uma relatório produzido pelo Senador Flexa Ribeiro, que, com certeza, retrata e espelha não só a posição dele, mas também a do nosso Partido e de todos aqueles que querem beneficiar a educação neste País.

O relatório que o Senador Flexa elaborou é o seguinte.

Chega à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 122, de 2013, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

O PLS pretende que a União desenvolva, por meio de convênios com os entes federados, programas voltados para a transferência direta de recursos para aquisição de material escolar pelas famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família que contem com crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos de idade, matriculados em escolas públicas.

A proposição estabelece que os programas previstos sejam desenvolvidos por meio do fornecimento de cartões magnéticos, a serem utilizados em estabelecimentos comerciais previamente cadastrados. Prevê, também, que os recursos federais dirigidos à implementação desse tipo de programa possam advir de fontes vinculadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Além disso, dispõe que o valor transferido por aluno possa variar de acordo com a etapa cursada e o custo médio do material escolar em cada unidade da Federação.

A fim de atender ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto estipula que a estimativa do montante de gasto decorrente da execução dos programas propostos seja incluída no projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após sessenta dias de publicação da lei em que se transformar.

Na justificação, a autora informa que o PLS nº 122, de 2013, é inspirado em política pública instituída pelo Governo do Distrito Federal, que complementa o Programa Bolsa Família com recursos destinados à aquisição de material escolar, em estabelecimentos comerciais cadastrados. Trata-se, portanto, de iniciativa que não só avança na materialização do direito à educação das crianças mais pobres, mas também fortalece a economia local.

Distribuído à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o PLS nº 122, de 2013, foi aprovado com quatro emendas, destinadas a explicitar seu caráter de promoção de incentivos federais a programas locais e sua natureza eminentemente autorizativa.

Após a apreciação da CE, o projeto será analisado pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), cabendo à última decisão em sede terminativa.

Análise.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar sobre proposições que tratem de assuntos relacionados à educação, como é o caso do PLS nº 122, de 2013.

De fato, ainda que não se refira diretamente ao ensino, a proposição trata de insumo indispensável para o êxito dos alunos na educação básica: o material escolar. São notórias as dificuldades das famílias de baixa renda em adquirir materiais essenciais para as atividades pedagógicas e artísticas realizadas em sala de aula e nas tarefas de casa.

Embora o acesso à maioria dos livros didáticos e a obras paradidáticas seja assegurado por meio dos programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), não existe nenhum programa federal que financie ou distribua materiais escolares diversos, como lápis, cadernos, borrachas, apontadores, tinta, cola, tesoura, e muitos outros, fundamentais para o trabalho eficaz e criativo na escola. Alguns Estados e prefeituras implementam programas próprios de distribuição de material escolar, mas esse tipo de iniciativa não se encontra universalizada no País.

As pesquisas mostram que os beneficiários do Bolsa Família utilizam parte significativa dos recursos que recebem, especialmente nos primeiros meses do ano, para a compra do material escolar de seus filhos. Considerando o foco do programa na garantia do direito à educação das crianças e adolescentes, isso não poderia ser diferente.

Nesse sentido, a promoção de incentivos federais para a criação de programas locais de material escolar voltados ao público do Bolsa Família significa, na prática, um benefício a mais para as famílias, justamente as mais pobres. Além disso, esse tipo de ação por certo gera impactos positivos na educação das crianças beneficiárias, na medida em que assegura os materiais requeridos pelas escolas, com a liberdade de escolha proporcionada pela aquisição direta via cartão magnético. Finalmente, como defende a autora, Senadora Lúcia Vânia, que teve esta brilhante ideia, a iniciativa resulta na dinamização das economias locais, gerando demanda para os estabelecimentos comerciais cadastrados para a venda dos materiais escolares.

O mérito do PLS nº 122, de 2013, portanto, parece-nos inconteste.

As emendas aprovadas na CDH, a nosso juízo, aperfeiçoam a proposição, ao explicitar que o projeto não pretende obrigar Estados e Municípios a aderirem ao sistema de cartão escolar pretendido, mas apenas estimular parcerias para sua consecução.

O voto, proferido aqui pelo Senador Flexa Ribeiro e que tenho o prazer de ler, é o seguinte:

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2013, e das Emendas nos 1, 2, 3 e 4 – CDH.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Paulo Bauer, pela gentileza.

Quero, de antemão, parabenizar a autora, Senadora Lúcia Vânia, pela brilhante iniciativa.

Coloco em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só cumprimentar, Sr. Presidente, a autora pela iniciativa.

Já discutimos e aprovamos o projeto na CDH, com as emendas que, na verdade, não mexem nada na estrutura da Senadora. Então, meus cumprimentos, Senadora Lúcia Vânia, pelo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A autora quer fazer algum comentário?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não, Sr. Presidente, só quero ouvir os outros Senadores e agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O Senador Cristovam quer discutir?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, só parabenizar o autor, o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, encerrando a discussão, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório *ad hoc* do Senador Paulo Bauer, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria aproveitar a presença de tantos Senadores aqui, com este quórum qualificado, nesta Comissão, para não só elogiar o projeto da Senadora Lúcia Vânia, mas também a construção que foi feita para um projeto tão relevante quanto esse.

Eu queria também aproveitar porque, na segunda-feira, o Senado fará uma sessão especial para celebrar os 60 anos de existência das APAEs no País. Penso que seja um momento muito relevante, porque a Comissão de Educação, com o apoio de praticamente todos os Senadores, que tiveram um empenho muito grande para preservar o papel tão relevante que essas instituições representam no Brasil para a educação especial.

Então, a construção do PNE, o que foi resguardado – há pouco estava aqui o Senador Vital do Rêgo, na CCJ, com um relatório muito, muito importante –, a questão do preferencialmente para as Apaes.

Então, eu convido todos os Senadores e as Senadoras para a sessão especial do dia 9, segunda-feira, às 11 horas, no plenário do Senado Federal, especialmente o nosso Presidente, Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora, muito bem lembrado, eu a parabenizo, e extremamente meritório. Pode contar com a nossa presença. Nós estaremos fazendo essa homenagem, principalmente pela mobilização que essa classe teve aqui conosco e que nos ajudou. Se não fosse isso, o Senador Paim, a senhora e vários Senadores, na aprovação da Meta 4 como preferencialmente, para preservar.

Então, todos estão convidados, e gostaríamos que tivesse um número representativo.

Senador Paim, eu vou pedir a V. Exª: só há o último não terminativo, o senhor pode ser *ad hoc*? A relatoria é do Senador Vital do Rêgo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Diga, diga.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – É o item 4.

Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que é a Comissão a qual o Senador Vital do Rêgo preside.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, DE 2013

– Não terminativo –

Dispõe sobre a destinação dos recursos recuperados por meio de ações judiciais para o Fundo Nacional de Saúde e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Autoria: Senador Waldemir Moka

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Favorável.

Observações:

1 – Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

2 – A matéria constou na pauta da reunião do dia 20/5/2014.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, eu acho que, se tiver algum encaminhamento ainda para ser modificado ou emenda, nós ainda temos a Comissão de Constituição e Justiça.

Com a palavra o nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, primeiro, só pela iniciativa do projeto e pela relatoria favorável, de dois grandes Senadores da casa, o Senador Waldemir Moka e o Senador Vital do Rêgo, o parecer que eu darei não poderia ser diferente.

Se V. Exª concordar, eu vou direto para a análise.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem de, entre outros assuntos, normas gerais sobre educação e temas correlatos. Dessa forma, ao viabilizar recursos para a educação, o PLS nº 303, de 2013, torna-se sujeito à análise de mérito desta Comissão, que o apreciará exclusivamente sob o prisma de sua contribuição para o setor educacional.

De início, é importante pontuar a relevância social da lei de combate à improbidade administrativa na Administração Federal, como ficou conhecida a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

No que tange ao emprego de recursos recuperados para financiar, de forma complementar, ações e serviços de educação, consoante já assinalado pela relatoria da matéria na CAS, a destinação de valores reavidos aos cofres públicos por meio de ação judicial, para as áreas de saúde e educação, é justificada pela insuficiência crônica de recursos desses segmentos no País.

No âmbito da educação em particular, a alocação de recursos ao FNDE constitui alternativa particularmente oportuna e adequada. Essa autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, constitui o *locus* de irradiação e de efetivação do regime de colaboração previsto no art. 211 da nossa Constituição. Sua atuação é essencial para a realização de importantes programas que hoje beneficiam toda a educação básica pública, como os programas de distribuição de livros didáticos e de alimentação escolar, além de uma infinidade de ações de melhoria da formação docente.

Além disso, o Congresso Nacional está definindo, neste momento, no Senado Federal, a receita do País, estimada em parcela do Produto Interno Bruto (PIB), que deve ser aplicada em educação no próximo decênio. Os debates até aqui realizados indicam uma posição favorável à aplicação de 10% do PIB, o que ensejará recursos adicionais vultosos aos que hoje estão vinculados ao setor.

Sendo assim, julgamos o projeto de lei oportuno e meritório. Para dar maior ênfase ao aspecto educativo da medida, reputamos que seria de grande valia dar visibilidade, sempre que possível, às ações realizadas, com recursos de tal procedência, com dizeres do tipo: "essa ação foi realizada com recursos recuperados na forma da Lei nº 8.429, de 1992". A nosso ver, seria uma forma de inibir e desestimular desvios futuros. Mas essa é uma possibilidade que pode ser mais bem apreciada na CCJ.

Voto.

Em vista do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2013.

É o voto, Sr. Presidente, cumprimentando o autor e o relator original.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a relatoria *ad hoc* do Senador Paulo Paim permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovada.

A matéria seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde será terminativa.

Agradeço ao Senador Paulo Paim a gentileza.

Agradeço a presença de todos e o empenho dos nossos colaboradores desta Comissão, Júlio Linhares, Adriana e outros companheiros, e declaro encerrada, com muito prazer, esta reunião em que foi passada uma régua em todos os projetos terminativos que tínhamos nesta Comissão, com a presença da Senadora Lídice da Mata, que muito contribuiu.

Convoco para a próxima terça-feira, às 11 horas, outra reunião deliberativa.

Muito obrigado, senhoras e senhores.

(Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.)

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2014.

Às onze horas e treze minutos do dia quinze de junho de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Mozarildo Cavalcanti, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, João Alberto Souza, Ana Amélia, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Maria do Carmo

Alves, Armando Monteiro, Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Pedro Simon, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Aloysio Nunes Ferreira e Antonio Carlos Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Paulo Bauer, José Agripino e Gim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, inicia a deliberação da pauta. Item 1: **PROJETO DE LEI DO** Senado nº 214, de 2010, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária". O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é retirada de pauta atendendo à solicitação do relator. Item 2: Projeto de Decreto Legislativo nº 460, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros, que "Convoca plebiscito para consultar o eleitorado nacional sobre a transferência para a União da responsabilidade sobre a educação básica". O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de cinco dias. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Cyro Miranda. Item 3: Substitutivo (Turno Suplementar), de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, ao **PROJETO DE LEI DO** Senado nº 399, de 2011, de caráter terminativo, de autoria do Senador Roberto Requião, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Neste momento, o Senhor Senador Paulo Paim requer, oralmente, a reinclusão em pauta do Item 1: **PROJETO DE LEI DO** Senado nº 214, de 2010. A proposta é aprovada pela presidência, com a aquiescência do relator da matéria, Senador Randolfe Rodrigues. Item 1: **PROJETO DE LEI DO** Senado nº 214, de 2010, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária". O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é lida e iniciada a discussão do relatório, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há consenso para a votação da proposição, assim como, quórum para a votação de projetos terminativos. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa a presidência dos trabalhos à Senhora Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente desta Comissão. Item 5: **PROJETO DE LEI DO** Senado nº 76, de 2014, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que "Altera a Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, para isentar de IOF as operações de câmbio efetuadas por bolsistas brasileiros em estudo no exterior". A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação da relatora. Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2014, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Carlos Bezerra, que "Inscreve o nome de Joaquim Maria Machado de Assis no Livro dos Heróis da Pátria". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer favorável é aprovado. Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2014, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Maurício Rands, que "Institui a Semana Nacional da Responsabilidade Social". O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o parecer favorável é aprovado. Item 8: Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2013, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Sandra Rosado, que "Inscreve o nome de Antonia Alves Feitosa, conhecida como Jovita Alves Feitosa, no Livro dos Heróis da Pátria". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ana Rita e o parecer favorável é aprovado. Item 9: **PROJETO DE LEI DO** Senado nº 59, de 2011, de caráter terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que "Estabelece o dia 26 de março como o Dia Nacional da Integração Latinoamericana". A relatora designada é a Senadora Ana Rita e o parecer é pela rejeição do projeto. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação da relatora. Fica adiada a seguinte matéria: Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2009, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 2009. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia, encerra a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e aprovação dela.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, DE 2010

– Terminativo –

Institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.

Observações:

1- *Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas.*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, quanto ao Item 1, eu solicito que nós passemos à leitura, até pela ausência do autor; eu gostaria que, se for da conveniência da Mesa, nós passássemos para a próxima reunião; eu queria retirar de pauta o primeiro item.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Atendido o pedido de V. Exª, passemos ao Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 460, DE 2013

– Não terminativo –

Convoca plebiscito para consultar o eleitorado nacional sobre a transferência para a União da responsabilidade sobre a educação básica.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Relatório: favorável, com a emenda oferecida.

Observações:

1 – *A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, será apreciada pelo Plenário.*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu tenho a honra de relatar esse projeto, cujo debate iniciamos inclusive na Comissão de Constituição e Justiça e que é de autoria de S. Exª o Senador Cristovam Buarque, que convoca plebiscito para consultar o eleitorado nacional sobre a transferência para a União da responsabilidade sobre a educação básica.

Vem à análise desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 460, de 2013, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que pretende convocar plebiscito, de âmbito nacional, nos termos do art. 49, inciso XV, da Constituição da República, e da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para consultar o eleitorado sobre a transferência para a União da responsabilidade sobre a educação básica.

De acordo com a proposição, a consulta, à qual o eleitor deverá responder "sim" ou "não", será realizada simultaneamente com as eleições deste ano de 2014. Sendo aprovada, o Presidente do Congresso Nacional dará ciência da convocação ao Tribunal Superior Eleitoral, que se incumbirá de tornar pública a cédula respectiva e expedir instruções para a realização do plebiscito. Além disso, será assegurada a gratuidade, nos meios de comunicação concessionários de serviço público, para que os partidos políticos e frentes suprapartidárias organizadas pela sociedade civil divulguem seus postulados relativos ao tema.

O projeto de decreto legislativo prevê, ainda, que os projetos de lei ou medidas administrativas não efetivadas cujas matérias constituam objeto da consulta plebiscitária tenham sua tramitação sustada, até que se proclame o resultado das urnas.

Inicialmente distribuído apenas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o PDS nº 460, de 2013, foi extensamente discutido naquele Colegiado, mas não chegou a ser votado. O Relator, Senador Pedro Taques, posicionou-se favoravelmente à matéria, sugerindo emenda com o fito de explicitar que a transferência de responsabilidades objeto da consulta proposta circunscreve-se ao aspecto do financiamento da educação básica.

Devido à aprovação dos Requerimentos nºs 274 e 275, de 2014, dos Senadores Cyro Miranda e Humberto Costa, respectivamente, o PDS foi remetido à análise da Comissão de Educação e da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), previamente à manifestação da CCJ.

Considerando as competências atribuídas a esta Comissão pelo art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, é indiscutível a regimentalidade da apreciação do PDS pela CE. Não se trata aqui da análise dos aspectos de constitucionalidade do plebiscito proposto ou dos impactos econômicos e financeiros que a matéria pode ensejar, mas sim da respectiva do mérito, do efeito que as medidas decorrentes da manifestação popular podem trazer para a educação brasileira.

O Senador Cristovam Buarque tem sido incansável defensor da ideia de que o caminho para alcançar a equidade e a qualidade do sistema educacional brasileiro de maneira célere consiste na federalização da educação básica. Seus argumentos, que levaram à criação de uma Frente Parlamentar Multipartidária, têm contribuído para que o Congresso Nacional se debruce sobre as estratégias possíveis e necessárias para superar uma situação em que Estados e Municípios são responsáveis por cerca de 80% dos aportes financeiros à educação, enquanto a União, que abocanha mais da metade do bolo da arrecadação, participa com apenas 20%. Na prática, isso significa que o ente com maior capacidade tributária, que vem, inclusive, incrementando a arrecadação por meio de contribuições sociais não partilhadas com os entes subnacionais é quem faz o menor aporte de verbas para a educação básica. As consequências, todos nós já conhecemos: gritantes disparidades na infraestrutura escolar pelo País afora; incapacidade de diversos Governos Estaduais e Prefeituras para honrar o piso salarial dos professores, por sinal, ainda distante da valorização merecida pela categoria; enormes lacunas na oferta de vagas em creches; inexistência de um padrão nacional mínimo de qualidade, entre outras mazelas que frequentam os noticiários e a realidade das escolas, diariamente.

Acrescento aqui, Sr. Presidente, o fato de que quase 80% dos Municípios do País e a ampla maioria dos Estados da Federação, hoje, não pagam o piso nacional unificado, já definido por lei, ao magistério nacional.

O PDS, que ora analisamos, busca justamente promover uma transformação nesse quadro com a devida legitimidade popular. A partir dos mecanismos de participação e democracia direta que a Constituição prevê, a proposta de federalização da educação básica poderá ser amplamente debatida pelo povo brasileiro. Se a resposta à população for favorável, os Poderes constituídos normatizarão o processo de federalização da educação em seu detalhamento legislativo e operacional, com base na manifestação soberana da vontade popular.

Diversas proposições legislativas com esse objetivo já vêm sendo debatidas no Congresso Nacional. Com o resultado do plebiscito, sua tramitação seria acelerada e aprofundada a formulação institucional do financiamento da educação básica a cargo da União. Ademais, vale ressaltar que o plebiscito ora proposto insere-se em contexto mundial de busca pela melhoria da qualidade da educação com a construção de mecanismos institucionais que assegurem a efetividade das políticas públicas na área.

Nesse contexto, destacam-se as recentes medidas da Presidente do Chile, Michele Bachelet, que visam a garantir a gratuidade da educação e a transferência das escolas públicas da esfera municipal para o âmbito federal, tendo em vista os resultados negativos que a descentralização da responsabilidade pela educação básica gerou no país andino.

Por fim, lembramos que, como já mencionado nos debates já realizados sobre a matéria, importantes avanços foram feitos para explicitar que o que se pretende com a federalização não é a centralização gerencial da educação básica nas mãos do Governo Federal, mas sim a garantia da responsabilidade da União por seu financiamento. Daí, a pertinência da emenda formulada pelo Senador Pedro Taques na CCJ e que retomamos nesta ocasião.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 460, de 2013, com a seguinte emenda: "Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Decreto Legislativo 460, de 2013: O plebiscito de que trata este Decreto Legislativo realizar-se-á no dia 05 de outubro de 2014 e constará da seguinte pergunta a que o eleitor deverá responder sim ou não: o financiamento da educação básica pública e gratuita deve passar a ser da responsabilidade do Governo Federal?"

Dessa forma, Sr. Presidente, consideramos que esse plebiscito, na verdade, estará aqui propondo que no escrutínio a que o cidadão brasileiro vai se submeter neste ano seja consultado se ele também é favorável, ou não, à federalização da educação básica. Ou seja, não estamos sequer decretando, decidindo aqui uma posição

pela qual eu me associo ao Senador Cristovam Buarque, com quem eu faço parte, com muita honra, da Frente pela Federalização da Educação Básica.

Não estamos aqui nesta Comissão... E é bom que se diga que este projeto começa a tramitar por esta Comissão, não se decide aqui nesta Comissão. \Nós estamos aqui propondo que se decida nas eleições de outubro deste ano se o cidadão brasileiro é favorável, ou não, à federalização da educação básica. Repito: opinião pela qual eu sou a favor, mas não estaremos, mesmo que o cidadão brasileiro decida que sim, decretando; nós estaremos consultando o cidadão brasileiro, e é a isso que o meu relatório é favorável.

E eu acredito que nós, do Senado da República, nós, representantes do Congresso Nacional, representantes dos Estados federados, representantes do povo brasileiro, não podemos nos omitir de querer que o cidadão brasileiro decida se ele é favorável, ou não, à federalização da educação básica. E se decidir isto e tomar uma decisão sobre a forma de financiamento da nossa educação já agora na eleição deste ano.

Nós – e falo isso para concluir, Sr. Presidente –, há duas semanas, estamos muito a lamentar a tragédia que se abateu sobre nossa seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo deste ano, na goleada que sofremos de 7 x 1 para a Alemanha. Nós estamos sofrendo há algum tempo várias goleadas na educação; chegou a hora também de virarmos esse jogo. O meu voto é favorável a que o povo brasileiro decida, neste ano, se é contra a federalização da educação básica ou a favor dela.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Primeiro eu quero agradecer ao Senador Mozarildo Cavalcanti pela gentileza de fazer a abertura dos trabalhos.

Antes de colocar em discussão, eu gostaria só de lembrar que este projeto ainda vai percorrer mais dois caminhos: a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, será apreciado no Plenário. Então, se nós retardarmos aqui, significa que nós não vamos ter êxito nenhum; provavelmente até para chegar ao Plenário neste ano vai ser com muita dificuldade.

Com a palavra o nobre autor, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E a partir do Plenário, depois de aprovado, vai para a Câmara. E na Câmara vai passar por diversas Comissões até chegar ao Plenário da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, com certeza, o intento de ser apreciada esta matéria este ano, e, consequentemente, o de que vá ser consultada em plebiscito em outubro é praticamente inviável.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, isso já morreu; isso aí era uma ideia de quando o projeto foi apresentado, meses e meses atrás.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – É só corroborando com as palavras do Senador Randolfe.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vamos reconhecer. Um plebiscito desses não será feito antes da próxima Copa, ou até da Copa seguinte. Não há como. Um plebiscito não se organiza rapidamente. O que está em discussão aqui não é a data, é se é ou não conveniente consultar a opinião pública, o povo, os eleitores sobre como tratar as nossas crianças, sobre quem é o responsável pelas crianças brasileiras.

Veja bem, a comunidade educacional fez três anos de luta pelo Plano Nacional de Educação e diz-se que vai se investir 10%. Isso é uma balela, não se vai, porque o PIB não vira dinheiro, só quando passa pela receita do Município, do Estado ou da União. O PNE não diz quem é que vai pegar o PIB e transformar em receita. O PNE, portanto, é uma jogada ilusória para a opinião pública. Se for aprovado no plebiscito que seja a Federação que deve cuidar das nossas crianças, aí o PIB começa a virar realidade. Ou se disser que não é, mas quem paga é o Município.

Mas eles não têm dinheiro. Imagine os Municípios terem 10% do PIB, Senador Randolfe – imagine! É uma piada –, ou os Estados?!

Então, jogou-se para a plateia essa ideia dos 10%, da mesma maneira que se jogou para a plateia a ideia dos *royalties* para a educação. Porque eu perguntei aqui à Presidenta Foster, da Petrobras, quando iria começar a entrar dinheiro dos *royalties* na educação, e ela disse que já entrou. Eu fui olhar, Senador Cyro. De fato, já entrou no Tesouro, mas o Tesouro não mandou para a educação. E sabe por quê? Porque este Governo que está aí, que diz que quer colocar os *royalties* do petróleo, não regulamentou ainda a lei.

O Fundo Social, que é por onde entra o dinheiro dos *royalties* para ir para a educação, não foi regulamentado, Senadora Ana Rita. Depois de anos de a Presidenta Dilma defender os *royalties* da educação, ela não fez o gesto necessário para que isso aconteça. Como não vai fazer o gesto de transformar 10% do PIB em dinheiro na escola. Não vai, Senador Randolfe. Vai ficar como uma promessa dessas vazias que acontecem por aí.

O que a gente está querendo é apenas ouvir a opinião pública. Aliás, não é nem isso; a gente está querendo é ouvir duas Comissões mais do Senado, para depois ouvir o Plenário, para aí ouvir as Comissões da Câmara, para então ouvir o Plenário da Câmara, para saber se ouve o povo. Não querer isso é ser antidemocrático – eu não tenho a menor dúvida, não querer ouvir.

Além disso, preocupa-me uma coisa: se o Governo não quer fazer isso... Sabe o que me preocupa, Senador Cyro? É que o Governo não acredita em alternância de poder. O Governo acha que o custo disso vai cair no Governo do PT de 2022. Aí é perigoso, porque estarão completando 20 anos de poder, e nenhuma democracia resiste bem a um partido no poder para sempre. Não resiste. Alternância é uma característica fundamental da democracia, tanto quanto ouvir o povo. Eu creio que, ao não querer ouvir o povo, não acredita em alternância. E, ao mesmo tempo, não querer ouvir o povo não é uma posição democrática.

Eu não estou aqui defendendo a federalização, que eu defendo como único caminho. Não há outro; não há outro caminho; não há como. O que a gente tem que discutir um dia é se isso vai ser feito por iniciativa do Governo Federal ou se as cidades é que pedem. Isso, sim. O Governo intervém e federaliza ou, como eu hoje defendo, o Governo adota as escolas das cidades que assim pedirem. As que não pedirem, o Governo Federal não chega lá. Mas aquelas que pedirem, aquelas cujo prefeito chegar aqui e disser: "Presidente, eu não tenho recursos para dar uma boa educação para as minhas crianças, por favor, trate-as como brasileiras, não como municipais", aí o Governo Federal adotaria no ritmo definido pelo Governo Federal, porque não pode ser de repente. Não é só porque não há dinheiro não, é porque não há professor para isso.

Então, eu defendo hoje que não seja por iniciativa do Governo; que seja uma questão de adoção de cidades – que eu acho que um ou dois dos candidatos a Presidente vão defender. Essa proposta vai aparecer durante a campanha eleitoral na boca de candidatos a Presidente. E eu vou aplaudir esse candidato que falar isso.

Pois bem, eu gostaria que esta Comissão votasse e mandasse esse projeto para a CAE. E, na CAE, façamos nova discussão. Não é se deve ou não federalizar, é se deve ou não ouvir o povo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Passo a palavra para a Senadora Ana Rita, com muito prazer.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Bom dia, Senador Cyro. Bom retorno para todos nós, depois de um período por causa da Copa.

Eu quero dizer para o Senador Cristovam e para o Senador Randolfe o quanto eu tenho respeito pelos dois Senadores. Na verdade, são meus dois – entre outros, com certeza – grandes parceiros da Comissão de Direitos Humanos. E parceiros também de outras lutas, pela Comissão de Direitos Humanos, como é o caso, por exemplo, da Comissão da Verdade.

Mas, Senador Cristovam, confesso que eu fui pega de surpresa com esse debate aqui hoje na Comissão de Educação.

Eu entendo que esta Comissão é uma Comissão de mérito. Aqui essa matéria não pode passar batida, porque é uma Comissão de mérito, embora haja mais duas Comissões para serem ouvidas; depois haverá o debate no plenário; haverá toda uma discussão a ser feita na Câmara. Mas a Comissão de Educação do Senado Federal tem um peso muito grande com relação à sua opinião a respeito dessa matéria. Aqui isso não pode passar batido.

Eu não estou aqui me manifestando a favor ou contra o plebiscito. Não tenho uma opinião formada sobre isso, até porque estou conhecendo a pauta a partir de hoje. Mas eu quero pedir vista ...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora, ela foi pautada desde o dia 3 de junho.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como não houve quórum...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mas eu tomei conhecimento ... Não estou dizendo que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não, não!

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ...não divulgou com antecedência. Eu não recebi com antecedência.

Mas eu quero aqui fazer um apelo e pedir vista. E se alguém quiser pedir vista coletiva, a gente volta a discutir isso na próxima semana. Mas eu quero já emitir um pouco da minha opinião a respeito do assunto.

Eu acho meio temerário discutir a federalização da educação sem que haja um debate profundo sobre isso. É temerário fazer um plebiscito agora. É claro que o plebiscito é fundamental. Plebiscito é uma forma, é um instrumento que a Constituição garante para que a sociedade brasileira possa se manifestar sobre determinado assunto. Mas para que a sociedade possa se manifestar sobre determinado assunto ela precisa também debater e formular a sua opinião. Ela não pode dizer sim ou não sobre algo que não conhece talvez com

a devida profundidade. E no plebiscito todos os cidadãos e cidadãs brasileiras, desde que sejam eleitores, podem opinar. Parte da sociedade com certeza já tem um acúmulo sobre isso, mas com certeza uma boa parte da sociedade brasileira não tem acúmulo sobre isso.

Então, é preciso fazer um bom debate. E para o debate, na minha opinião, este aqui é o espaço adequado, é a Comissão de Educação; outras Comissões também: Comissão de Direitos Humanos e outras Comissões deverão debater o assunto.

Mas acho que no momento em que nós aprovamos o PNE, o Plano Nacional de Educação, que, lamentavelmente, tramitou aqui muitos anos, mas felizmente foi bastante debatido, felizmente. Acho que hoje nós temos um Plano Nacional de Educação que foi muito discutido, tanto na Câmara quanto aqui no Senado Federal. O Plano Nacional de Educação – nós aprovamos, o Senado aprovou, a Câmara aprovou – aprovou 10% do PIB para a educação, com todos os questionamentos que o Senador Cristovam Buarque levantou, mas foi aprovado. E cabe a nós, enquanto legisladores, fiscalizar a destinação desses recursos. Esse é o nosso papel e de todo Parlamentar. Ao Poder Legislativo cabe ... A sua atribuição é esta: fiscalizar, cobrar do Governo se está sendo repassado, quanto está sendo repassado, de que forma está sendo repassado. Então, esse é o nosso papel.

Nós aprovamos o Plano Nacional de Educação, 10% do PIB; aprovamos ainda a destinação dos *royalties* do petróleo: 75% dos *royalties* para a educação. Então, recursos financeiros nós conseguimos durante o ano passado e este ano assegurar. Agora, eu vejo duas questões. Eu não acredito – eu Ana Rita, Senadora Ana Rita – que nenhuma política pública de tamanha dimensão, como é a educação, como é a assistência social, como é a saúde, como é a segurança pública, possa ser efetiva de fato se não houver a participação dos três entes da Federação: Municípios, Estados e União. Os três entes da Federação têm que se responsabilizar pelas políticas públicas. O tamanho dessa responsabilidade vai depender do tamanho, das condições de cada um desses entes.

Então, o Suas (Sistema Único de Assistência Social) por exemplo, está sendo implementado em todos os Municípios. É claro que dependendo da realidade de cada Município, há mais ou menos dificuldades. Agora, às vezes não é só o tamanho do Município, mas é também o tamanho da responsabilidade dos gestores.

Às vezes, as políticas não se tornam efetivas porque o principal gestor do Município ou do Estado não tem compromisso com políticas públicas sociais. Querem que o Estado se desenvolva com o olhar apenas em políticas econômicas e não em políticas sociais de inclusão da população. Esse é um outro dado.

Então, se tirarmos a responsabilidade de certos Estados e de determinados Municípios, a população vai ficar aquém, vai ficar abandonada. Como fica a situação dos professores, por exemplo? Dos professores das redes municipais e estaduais? Como eles serão inseridos nesse processo? A União vai arcar com tudo, vai se responsabilizar por tudo? Tenho medo disso, tenho medo.

Talvez, se fizermos um plebiscito agora, possivelmente a sociedade brasileira vai dizer: não, o Governo Federal tem que se responsabilizar por tudo mesmo. Mas conhece o tamanho das pernas do Governo Federal? Conhecemos o tamanho das pernas dos Governos estaduais e municipais? Entendeu, Senador? Acho que tem que fazer um debate. Estou falando de algo que me ocorre aqui, agora. Não tenho uma opinião formada definitiva. Estou problematizando algo que precisa ser debatido.

Então, quero pedir vistas, é possível ter vista coletiva, se alguém mais desejar, e aí semana que vem a gente volta. Eu quero aprofundar um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Regimentalmente...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Talvez, Senador, uma coisa que não falei, mas talvez pudéssemos, numa situação emergencial, se assim a Comissão desejar, fazer uma audiência pública. Vamos trazer o Ministro aqui para falar sobre isso...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Fizemos certo, Senadora.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ...e trazer à sociedade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – A sua assessoria está voando, precisa puxar a orelha da assessoria...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Só um minuto, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Fizemos sete audiências. Parece até coisa de alemão.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mas, Senador, a pauta desta Comissão é imensa, a pauta da Comissão de Direitos Humanos é imensa e me detive à pauta da Comissão de Direitos Humanos. Então, não dei conta de, nesses dias, aprofundar todos os projetos, até porque não tivemos reuniões aqui, não é? Então, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Ana Rita, regimentalmente, V. Exª tem todo o direito e a prerrogativa de pedir vista. Eu só não entendi uma coisa, pelo que vi nesse projeto, o pedido é se queremos ou não um plebiscito para a federalização.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Como vai federalizar é outra história, outro capítulo. Isso foi o que entendi.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Mas V. Exª tem absoluta...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – ...legalidade...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – ...no seu pedido.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Quero também pedir vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, vista coletiva concedida, também pedida pelo Senador Mozarildo, voltando na primeira reunião de agosto.

Com a palavra, Senador...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, é claro que é um direito completo regimentalmente previsto e a gente continua o debate.

Agora, eu tenho resposta para todas as perguntas, na minha opinião, que a Senadora Ana Rita fez, mas, realmente, confesso que estas respostas não são convincentes totalmente.

Não vou dar a resposta porque não se está discutindo isso. A gente não está discutindo aqui se federaliza ou não, ainda menos como. A gente está discutindo se consulta o povo sobre isso, e não é agora. Esse é um processo que vai levar anos e anos até ser decidido fazer o plebiscito. O que estamos é adiando, porque a Senadora Ana Rita não vai ter a reunião na próxima semana, vai ter em agosto e durante uma semana. Não vamos voltar dispostos a isso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A gosto da Presidência.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não vamos debater isso este ano, e, no próximo ano, uma parte dos Senadores nem voltarão aqui, nem voltarão, muitos Senadores não voltarão, porque não vão disputar eleição, porque não querem mais e se aposentaram.

Então, a gente está jogando isso é para nunca. A consulta ao povo não é a votação do projeto sim ou não. Este, estou de acordo, precisa debater muito, tanto que defendo um plebiscito. Quer coisa melhor do que debater durante três meses de uma campanha se se deve ou não fazer? Este é que é o debate. O que se está fazendo aqui é impedindo o debate, não é aumentando o debate, Senadora Ana Rita. Agora, é uma prerrogativa que não adianta... É uma prerrogativa. Então, V. Exª tem todo o direito.

E, quanto às dúvidas sobre se federaliza ou não, estas sim, estas são perfeitamente válidas. E eu reconheço que, apesar de eu ter os meus argumentos, não tenho argumentos que convençam ainda todo mundo que eu gostaria. Acho que os argumentos contrários à federalização são muito fortes. Isso eu reconheço; mas não o argumento contrário ao plebiscito em algum momento, no futuro.

E quero concluir lembrando: os 10% do PIB para educação, Senador Paim, são uma mentira, não existe 10% do PIB, sabia disso? O PIB é um conceito abstrato. O que existe é 10% da receita. O que existe é 10% do dinheiro que está em algum lugar, mas o PIB, o PIB não tem um dinheiro, não existe PIB. A gente só pode usar dinheiro que entra no cofre. O PIB não entra no cofre. É uma abstração nossa, dos economistas, que inventamos isso 200 anos atrás. Para que o PIB vive realidade tem que chegar ou no bolso da gente, na nossa renda, ou no lucro de uma empresa ou no cofre do Tesouro. Aí sim, aí vira renda, aí vira concreto. Enquanto não for isso, é pura abstração.

Nós votamos o PNE. Por isso eu nunca briguei por esses 10% do PIB. Primeiro, porque, se fossem necessários 12, eu queria 12. E segundo porque só precisa de 6,5%. Pagando R$9,5 mil por mês ao professor em 20 anos, porque não dá para ser de repente, crescendo 2% ao ano o PIB, vai precisar de 6,5%. Se a gente inclui aí mais 50% para uma universidade do que ela recebe hoje, para criar um grande programa de educação das massas neste País, a gente vai precisar de 8,8%. A gente vai devolver 92 bilhões do PIB de 2032, que a educação diz: fique para você porque a gente não precisa. Não precisa desses 10%. Agora, hoje, esses 10% são uma abstração, que não será cumprida. Do mesmo jeito que os *royalties* do petróleo, Senador Paim, prometeram, prometeram e não regulamentaram.

Então, os *royalties* estão entrando no Tesouro, mas não estão chegando à educação, sabia disso, Senador Alvaro? Não estão chegando à educação. Estão lá no Tesouro.

A Presidenta Foster disse uma coisa aqui que não é verdade, coitada, mas não é por culpa dela, ela disse: "Já tem 1,6 bilhão na educação. Ela errou. Ela devia ter dito: "Nós da Petrobras já transferimos 1,6 bilhão para o Tesouro". E o Tesouro está congelando isso, guardando para o superávit e deixando nossas crianças sem escola. E os nossos professores sem receber o piso salarial. Bastavam quatro bilhões do Governo Federal por ano para

cobrir o piso para todos os professores, ou seja, com uma Copa, a gente cobriria seis anos e meio de piso, 28 para 4, gastamos 28 na Copa; seis anos e meio. Os professores não vão receber o piso porque a gente gastou para a Copa.

E a gente fica postergando uma discussão de algo que resolveria o problema da educação na minha ótica, mas no debate pode ser que não seja esse o caminho e surja até um melhor do que esse.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador.

Pergunta à Senadora Ana Rita se fica mantido o pedido de vista? Fica mantido o pedido de vista, vista coletiva.

Com a palavra o Senador Paulo Paim .

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador, eu estou fazendo um apelo aqui para o Senador Randolfe sobre esse projeto de Bolsa Permanência, Sr. Presidente. Por que vou tocar nele? Eu o apresentei há oito anos. Eu comecei a discussão há oito anos e o apresentei. E foi pauta da minha última campanha para o Senado, um compromisso com o povo do Rio Grande, com o povo brasileiro, porque entendia que só a política de quotas não resolvia. A política de quotas é importante, mas como é que o aluno que não tem dinheiro para o ônibus, para a roupa, para o livro, para pagar até um aluguel ou mesmo uma república, vai viver?

Eu sei que já há iniciativas hoje do Governo, as quais aplaudo, que vão no mesmo sentido.

O que eu queria neste momento... Até porque tenho a mania de dizer, os companheiros do Ministério da Educação, que o Paim é meu *brother*, desculpe pelo *brother* porque não gosto de usar essa palavra, eu o considero meu irmão. Tenho um carinho muito grande. Então, eu pediria ao Senador Randolfe se não poderia só ler o relatório e, a partir daí, a gente vai dialogar com o Ministro Paim sobre o tema. Não estou pedindo que vote a matéria hoje. Só faria um apelo se é possível votar e nós naturalmente vamos dialogar com o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Consulto o Relator se quer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – De pleno acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – ...que se faça a inclusão na pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – De pleno acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Naturalmente que da parte desta Presidência está obviamente aceita.

Antes de ler o item 1, Senador Randolfe, eu só quero votar aqui, em turno suplementar, que não precisa ser lido, o Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 339, de 2011, com a emenda do Projeto que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

ITEM 3

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399, DE 2011

– Terminativo –

Ementa do Projeto: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica.

Autoria do Projeto: Senador Roberto Requião

Relatoria do Projeto: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido.

Observações:

1 – Na reunião do dia 3/4/2012, foi aprovado requerimento, de autoria do Senador Cristovam Buarque, propondo a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, realizada no dia 12/4/2012.

2 – O substitutivo de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira ao PLS 399/2011 foi aprovado na reunião do dia 3/6/2014.

3 – Não sendo oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela comissão, segundo o que preceitua o art. 284, combinado com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Coloco, então, em votação.

A matéria fica aprovada e fica adotada pela Comissão.

Passo, então, ao item 1.

Com muito prazer, a relatoria é do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, antes inclusive de fazer a leitura – e a farei com muito prazer – desse importante projeto do Senador Paulo Paim, eu queria só fazer um pela ordem para destacar que ontem foi apresentado pelo Senador Alvaro Dias o que eu considero um projeto da maior relevância para esta Casa, o Projeto de Lei 221, que estabelece um sistema de fiscalização e controle sobre a Confederação Brasileira de Futebol. E eu considero indispensável, o quanto antes, esta Comissão de Educação fazer a apreciação desse projeto, e o Senado da República se deter na apreciação desse projeto. E eu acho que essa é uma matéria que nós devemos levar ao Presidente da Casa pelos notórios acontecimentos que envolvem o futebol brasileiro.

O que ocorreu com a nossa Seleção de futebol não deve obviamente e não pode ficar restrito somente ao desempenho dos nossos atletas, ao desempenho do técnico da Seleção de futebol, mas aos crônicos problemas que envolvem os dirigentes do futebol brasileiro.

O Senador Alvaro Dias já participou de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou os descaminhos do futebol brasileiro e há anos, eu diria desde a redemocratização, percebe-se que algo que não se modernizou aqui no futebol foram os dirigentes do futebol brasileiro. Esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte tem uma responsabilidade diante do futebol brasileiro, diante da grave crise pela qual o esporte brasileiro passa. Portanto, eu queria saudar o Senador Alvaro Dias por esse projeto e pela necessidade que temos de o quanto antes apreciá-lo aqui.

Tendo feito esse destaque aqui, Presidente Ana Amélia, faço a leitura do relatório ao projeto do Senador Paulo Paim.

Submete-se ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 214, de autoria do Senador Paulo Paim. A iniciativa cria o Programa Bolsa de Permanência Universitária, para beneficiar estudantes comprovadamente sem condições de custear seus estudos, matriculados em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou de natureza privada, com ou sem fins lucrativos, devidamente autorizadas ou reconhecidas pelo sistema de ensino correspondente.

O valor da bolsa é fixado em um salário mínimo, com contrapartida da prestação de serviço à União, com duração de vinte horas semanais, em regime de estágio, prioritariamente como monitor em escola da rede pública.

Entre os critérios estipulados para o recebimento da bolsa está a comprovação de renda bruta mensal familiar *per capita* de três salários mínimos, no máximo. O candidato também não pode possuir diploma de graduação.

A proposição foi distribuída para decisão terminativa desta Comissão. Não foram oferecidas emendas à matéria, além daquelas que apresentamos neste parecer.

Análise.

A evasão constitui um sério problema da educação superior brasileira. Suas causas são variadas. No setor privado, o fator predominante é a dificuldade de arcar com o pagamento das mensalidades escolares. Se considerado também o setor público, as causas mais comuns de abandono são o despreparo para acompanhar os estudos universitários, a decepção com o curso escolhido e a falta de recursos para a aquisição de material didático, bem como para o pagamento de transporte, alimentação e moradia. Esse último fator revela que, apesar de não ter de pagar pelo acesso à universidade pública, muitos estudantes de origem mais modesta têm grande dificuldade em dar continuidade aos estudos, por falta de recursos para atender suas necessidades básicas.

Estudantes que ingressam em seus cursos os abandonam em algum momento. Ao lado da decepção que isso representa para esses jovens, devem ser lembrados os candidatos que deixaram de ingressar na universidade pública por terem sido classificados de forma menos favorável nos processos seletivos. Ademais, essa situação traz um significativo desperdício de recursos públicos, que poderiam ser aplicados em outras ações sociais ou investidos nas próprias universidades.

O projeto em exame visa a exatamente preencher essa lacuna. Merece ser ressaltado que o projeto beneficia também estudantes de baixa renda matriculados em estabelecimentos particulares. Isso vai permitir que sejam alcançados estudantes incluídos no Programa Universidade para Todos ou que recebam bolsas de outras fontes para o pagamento de encargos educacionais, comprovada naturalmente sua carência, nos termos legais.

Em vez de conceder bolsas sem contrapartida, o projeto vincula seu recebimento à prestação de serviços à União, em escolas públicas ou em instituições definidas pelos órgãos gestores. A previsão da forma de estágio ampara essa contrapartida, sem que se estabeleçam vínculos empregatícios, princípios de transparência para a concessão das bolsas, bem como condições para a sua manutenção pelos beneficiados.

Em suma, o projeto merece aprovação no que diz respeito ao mérito.

Há, ainda, a necessidade de corrigir a referência feita no § 1º do art. 6º a respeito das responsabilidades das Instituições de Ensino Superior na lisura do processo de concessão das bolsas e denominar como "único" o parágrafo do art. 9º. Também nesse art. 9º deve ser suprimida do *caput* a expressão "por modalidade", pois o projeto contemplará apenas uma modalidade da Bolsa.

Corrigidos esses aspectos, não há outros reparos a fazer ao projeto quanto à técnica legislativa.

Por fim, a proposição não contém vícios de constitucionalidade nem de juridicidade.

Em vista do exposto, voto pela aprovação do PROJETO DE LEI DO Senado nº 214, de 2010, acolhidas as emendas de redação a seguir apresentadas. Acolhidas essas emendas, meu voto é pela aprovação do projeto.

Está lido o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço ao Senador Randolfe Rodrigues pela relatoria do projeto que institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária, de autoria do Senador Paulo Paim, que é favorável com as emendas que ofereceu.

Submeto-o à discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Ana Amélia, nós fizemos um acordo. Esse projeto, na verdade, foi quase que a menina dos olhos num trabalho que eu vinha fazendo há 10 anos, até o momento de apresentá-lo.

Eu agradeço muito ao Relator.

Fizemos aqui um entendimento segundo o qual a leitura seria feita hoje. Ele tem uma audiência, ainda hoje, com o Ministro. Eu sei que vamos dialogar sobre este projeto. Já há iniciativa do Governo nesse sentido, reconheço. E bela iniciativa do Governo. Vamos apenas ajustar para chegarmos a um grande entendimento. Por isso, eu peço que não seja votado no dia de hoje.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O pedido do autor é quase uma ordem para a Presidência da reunião, Senador Paulo Paim. Queria cumprimentá-lo porque, de fato, a melhor lei é aquela fruto de um bom entendimento. Cumprimento o Relator, Senador Randolfe Rodrigues.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, para isentar de IOF as operações de câmbio efetuadas por bolsistas brasileiros em estudo no exterior.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável

Observações:

1 – Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Aproveito o ensejo para simplificar a retirada, porque sou Relatora do item 5, por duas razões: eu pedi vista...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, por gentileza...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Se nós pudéssemos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Fazer um pedido de vista coletiva?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Não, não. É até menos. Se pudéssemos só suspender...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Sobrestar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sobrestar até o final desta reunião, porque acho que é possível um acordo com a assessoria do Ministério da Educação, para votarmos ainda hoje...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – ...esta matéria.

Então, V. Exª...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Vamos fazer a...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – ...vai encaminhando a pauta...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – ...seguinte condição: fica sobrestada até o final. Havendo condição de concluir pelo entendimento, vota-se, não havendo, adia-se para a oportunidade mais adequada de votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Acho que é o melhor caminho.

Também o cumprimento pela iniciativa.

Então, como eu estava dizendo, em relação ao item 5, de que sou Relatora, de autoria do Senador Ciro Nogueira, trata-se de alterar a lei para isentar do IOF as operações de câmbio efetuadas por bolsistas brasileiros em estudo no exterior.

Como não houve informação solicitada da área econômica, do Ministério da Fazenda e do próprio Ministério da Educação, a pedido da Liderança do Governo, minha boa vontade, vamos, então, retirar de pauta para aguardar essas informações que não chegaram para a conclusão do relatório.

Vamos entrar, então, no item nº 6, terminativo... não terminativo, aliás, que escreve o nome de Joaquim Maria Machado de Assis no Livro dos Heróis da Pátria.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2014

- Não terminativo -

Inscreve o nome de Joaquim Maria Machado de Assis no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Deputado Carlos Bezerra

Autoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Favorável

Observações:

1 – Matéria a ser apreciada pelo Plenário do Senado.

A autoria é do Deputado Carlos Bezerra, a Relatoria é da Senadora Ângela Portela, mas designo, com muito prazer, a Senadora Maria do Carmo para Relatora *ad hoc* e solicito o início da apresentação deste Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2014.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, vou me ater à análise porque todos estão com o projeto em mãos; então, para simplificar.

Compete à CE, de acordo com o art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre proposições que versem sobre homenagens cívicas, a exemplo do PLC nº 16, de 2014.

Parece-nos indubitável que Machado de Assis mereça a homenagem ora proposta. Nasceu Joaquim Maria em 1839, no Rio de Janeiro, de família pobre, sendo o seu pai filho de escravos alforriados e pintor de paredes, e sua mãe, lavadeira proveniente dos Açores. Tendo frequentado apenas as primeiras séries escolares, foi seu persistente esforço pessoal que lhe permitiu obter ampla cultura e dedicar-se com assombroso êxito à carreira literária. Começando desde muito jovem a trabalhar como tipógrafo e jornalista, conseguiu, em torno dos 30 anos, ingressar no serviço público, onde fez longa e exemplar carreira. Foi também um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, sendo consagrado como seu primeiro presidente de 1897 até sua morte, em 1908.

Praticante de quase todos os gêneros literários, como a poesia e o teatro, a crítica e a crônica, é com seus romances e contos que Machado alcança, de modo inconteste, a estatura de um dos maiores escritores brasileiros, se não o maior de todos eles. Ressaltam-se, entre seus romances, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de 1881, considerado marco inaugural do realismo no Brasil, assim como *Dom Casmurro*, outra incontornável obra, que se tornou seu romance mais popular.

Diga-se, a respeito do realismo de Machado de Assis, que ele não se pauta pelo modelo ortodoxo da escola europeia, mas que se constitui em um realismo autoquestionador, em que a narrativa mostra um forte componente arbitrário e lúdico e se problematiza a confiança que devemos ter no narrador. É, contudo, por meio dessa escrita esquiva e sinuosa, e da mais consumada elaboração artística, que Machado de Assis vai sondar as ambivalentes e obscuras motivações da psiquê humana, além de revelar, de modo contundente, as mazelas e a hipocrisia da sociedade escravista em que viveu.

Note-se que a obra de Machado de Assis não apenas continua sendo objeto de inovadora produção crítica no País, como finalmente obteve, nas últimas décadas, a surpresa e entusiástica admiração dos escritores e leitores estrangeiros. Nesse sentido, vale referir-se a sua inclusão, na prestigiada obra crítica do norte-americano Harold Bloom, entre os grandes gênios literários de todos os tempos.

Cabe concluir que Machado de Assis, com sua estrutura ficcional inigualável, muito contribuiu para a construção e o engrandecimento da Nação brasileira. A inscrição do seu nome no Livro dos Heróis da Pátria atende, por certo, a todos os requisitos estabelecidos pela Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que disciplina a matéria.

Além de apresentar mérito inquestionável, a proposição mostra-se adequada no que se refere aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Voto.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2014.

Era o que tinha a dizer, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senadora Maria do Carmo, Relatora *ad hoc;* a Relatora era a Senadora Angela Portela.

Cumprimento pela relatoria, pois o texto já é uma peça quase literária, e digo que o gênio, como foi referido em seu relatório, Machado de Assis, realmente merece estar em lugar de destaque na história brasileira, porque, entre os autores de língua portuguesa, Machado de Assis é, sem dúvida, uma figura realmente fantástica em sua produção.

Então, em votação.

Matéria não terminativa.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Está aprovada.

A matéria será apreciada pelo Plenário do Senado.

Agora, vamos para o item 7, cujo Relator está presente.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2014

– Não terminativo –

Institui a Semana Nacional da Responsabilidade Social.

Autoria: Deputado Maurício Rands

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Favorável

Observações:

1 – Matéria a ser apreciada pelo Plenário do Senado.

A relatoria é do Senador Mozarildo Cavalcanti, a quem passo a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Srª Presidente; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, como fez a Senadora, eu quero passar à análise e ao voto.

De acordo com o que estabelece o art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre projetos que tratam de datas comemorativas, categoria em que se enquadra o Projeto de Lei da Câmara nº 22. Pelo caráter exclusivo da análise, apesar de não terminativo, incumbe a esta Comissão de Educação examinar também os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. No tocante a esses aspectos, não constatamos nenhum óbice. A instituição de datas comemorativas foi regulamentada pela Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, segundo a qual ela obedecerá ao critério de alta significação para os diferentes segmentos que compõem a sociedade brasileira a teor de seu art. 1º.

Conforme essa norma, as proposições que visem a instituir uma data comemorativa devem cumprir uma série de requisitos procedimentais que tramitem regularmente. Entretanto, de acordo com o parecer emitido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, no dia 18 de maio de 2011, em resposta ao Requerimento nº 4, da Comissão de Educação, os projetos, cuja tramitação se iniciou antes da publicação da mencionada lei, devem ser considerados válidos, pois foram apresentados de acordo com a legislação vigente à época. Na origem, a proposição foi apresentada no dia 26 de maio de 2010. Portanto, sua apreciação no Senado Federal obedece a requisitos do parecer da Comissão de Constituição e Justiça acima mencionado.

Passo, portanto, à análise do mérito da proposição.

Há muito se sabe que a clássica divisão de tarefa entre Estado e iniciativa privada ganhou novas configurações. É passada a época em que ao Estado cabiam as funções de provedor, de mantenedor da ordem social, e à iniciativa privada incumbiam apenas as ações referentes ao desenvolvimento econômico do País. Nos tempos atuais, tanto o Estado tem sido permeado por mecanismos decisórios e participativos ao nível da sociedade civil, quanto a iniciativa privada tem assumido responsabilidades perante os diversos temas antes entendidos como de responsabilidade estritamente governamental. Dessa forma, os conceitos contemporâneos de governança e de participação política impõem um novo entendimento da relação Estado sociedade.

É nesse quadro social e político que, em nosso entendimento, insere-se a proposição que hora analisamos, criando oportunidades para a discussão mais aprofundada de temas relacionados a como a reciprocidade social pode contribuir significativamente para o avanço da cidadania no País. Despertar o empresariado

para as suas responsabilidades no campo de desenvolvimento social e ambiental e exaltar as conquistas nesse campo gerará ganhos significativos.

Teremos, assim, cada vez mais, um País alinhado com as tendências internacionais e que cultiva o senso de cooperação e de solidariedade. Portanto, a proposição é meritória e é extremamente oportuna.

Voto.

Verificado o mérito, a constitucionalidade, a juridicidade e a adequação da técnica legislativa, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2014.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço, Senador Mozarildo Cavalcante, pela relatoria, pela síntese feita na relatoria desse projeto do Deputado Maurício Rands.

Está em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Está aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 22, em caráter não terminativo.

A matéria será apreciada pelo Plenário do Senado Federal.

Passamos ao item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2013

– Não terminativo –

Inscreve o nome de Antonia Alves Feitosa, conhecida como Jovita Alves Feitosa, no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Deputada Sandra Rosado

Autoria: Senador Wellington Dias

Relatório: Favorável

Observações:

1 – Matéria a ser apreciada pelo Plenário do Senado.

Eu, com muita alegria, concedo a palavra à Relatora *ad hoc*, a Senadora Ana Rita, para a apresentação do parecer.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Srª Presidenta.

De autoria da Deputada Sandra Rosado, o Projeto de Lei da Câmara, PLC nº 122, de 2013, propõe a inscrição do nome de Antonia Alves Feitosa, conhecida como Jovita Alves Feitosa, no Livro dos Heróis da Pátria. Determina ainda que a lei que vier a se tornar a proposição, quando aprovada passará a vigorar desde a data de sua publicação.

Em sua justificação, a autora noticia que Jovita Alves Feitosa foi voluntária nas tropas brasileiras durante a Guerra do Paraguai. Diante do machismo da época, disfarçou-se de homem para se alistar e, ainda que sua condição tenha sido detectada, insistiu para ir como combatente e não como auxiliar de enfermagem.

Admitida nas tropas como Segundo Sargento do Exército Nacional, pelo então Presidente da Província do Piauí, Franklin Dória, o Barão de Loreto, compôs um grupo de 1.032 piauienses, que desembarcou no Rio de Janeiro em 9 de setembro de 1865. Entretanto, por determinação do então Ministro da Guerra, Visconde de Cairu, Jovita acabou não indo à frente de batalha. Não obstante tal recusa, seu gesto de voluntária mobilizou a opinião pública do Rio de Janeiro e chamou atenção tanto para o papel da Guerra do Paraguai na configuração da nacionalidade brasileira quanto sobre o papel da mulher em nossa sociedade.

Na Casa de origem, a proposição recebeu parecer favorável, em decisão conclusiva, pelas Comissões de Educação e Cultura, e de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos dos artigos 24, inciso II, e 54, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. No Senado Federal, foi distribuída exclusivamente a esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sem que tenham sido apresentadas quaisquer emendas.

Análise.

À Comissão de Educação compete apreciar as matérias que lhe sejam submetidas, especialmente as de homenagens cívicas, nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal. Particularmente, quanto à inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, é necessário levar em consideração as disposições estabelecidas pela Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007.

Esse normativo afirma que o referido livro se destina ao registro perpétuo do nome dos brasileiros ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo, uma distinção que só pode ocorrer decorridos cinquenta anos da morte do homena-

geado. Outra determinação da lei é a de que registro deve levar em consideração o transcurso de data representativa de feito memorável da vida do laureado.

Para cearenses e piauienses (uma vez que seu local de nascimento é incerto), Jovita Feitosa representa, efetivamente, uma mulher memorável. Na capital cearense, por exemplo, é homenageada dando nome a uma importante avenida; em outras cidades do Piauí, também é homenageada emprestando seu nome a ruas.

Mais do que o desempenho em campo de batalha – que não chegou a ocorrer –, o maior feito heroico de Jovita Feitosa foi o de rebelar-se contra as imposições de gênero, que afastavam as brasileiras de determinados ofícios e profissões. Seu pioneirismo só viria a ser reconhecido no século XX, quando mulheres passaram a ser admitidas nas Forças Armadas brasileiras.

Embora, desde a segunda metade do século XX, as mulheres tenham sido admitidas nos exércitos de muitos países ocidentais, o Brasil demorou a permitir essa inserção. E, assim mesmo, o fez de maneira incompleta. A Marinha foi pioneira, ao criar, em 1980, o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, mas, ainda, para atuação em áreas técnicas e administrativas. Apenas em 1998, as mulheres receberam autorização para participar de missões nos navios hidrográficos, oceanográficos e de guerra, assim como a permissão para integrar tripulações de helicópteros.

O Exército brasileiro admite mulheres, mas, inicialmente, elas ocupavam apenas funções auxiliares. Hoje, já podem ocupar quaisquer funções e concorrer a promoções, como os homens. Só recentemente, foi sancionada uma lei para que sejam abertas vagas às mulheres em todas as carreiras militares, dentro das Armas, Quadros e Serviços.

Assim sendo, dentro do prazo de cerca de cinco anos, as seleções do Exército brasileiro para a Escola Preparatória de Cadetes do Exército e para a Escola de Sargentos das Armas abrirão vagas para ambos os sexos.

Distintamente dessas duas Armas, a Força Aérea Brasileira passou a admitir, em sua academia, mulheres em um de seus cursos de formação de oficiais. Na FAB, desde 1996, as mulheres são admitidas como cadetes e têm formação semelhante à dos homens no curso de formação de oficiais da intendência.

Esse breve histórico apenas demonstra o quanto Jovita Feitosa foi pioneira em seu intento de alistar-se como combatente na Guerra do Paraguai. Do Livro dos Heróis da Pátria já constam as inscrições de nomes como o de Anna Nery, que atuou como enfermeira na Guerra do Paraguai, e de Anita Garibaldi, heroína da Guerra dos Farrapos. Cremos que, no mérito, Jovita Alves Feitosa merece figurar entre essas heroínas e heróis.

O voto.

Dado seu caráter meritório, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2013 (Projeto de Lei nº 3.683, de 2012, na origem).

É esse o nosso parecer, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Cumprimento a Senadora Ana Rita pela relatoria *ad hoc* desse projeto que inscreve o nome de Antonia Alves Feitosa, conhecida como Jovita Alves Feitosa, no Livro dos Heróis da Pátria.

Em discussão, o projeto relatado pela Senadora Ana Rita.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora, quero, em primeiro lugar, parabenizar o relatório da Senadora Ana Rita e dizer que quando surgiu a proposta, cheguei a ficar em dúvida sobre quem era a Antonia. E aí eu fui atrás de procurar ver quem foi. E, de fato, fico muito feliz que este nome esteja sendo trazido, até porque, no livro, há poucas mulheres. E isso traz uma heroína do Brasil para dentro do livro.

Então, eu fiquei muito feliz quando vi o parecer, Senadora Ana Rita, que me provocou a ir atrás de saber quem foi essa heroína brasileira. É preciso que, no futuro, ninguém pergunte mais isso, como ninguém pergunta quem foi Tiradentes. E uma das maneiras é colocar, no livro dos heróis e das heroínas, o seu nome.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço.

E, como foi muito bem argumentado pelo Senador Cristovam Buarque, de fato, os nomes citados no relatório – de Ana Néri e de Anita Garibaldi – são fortes, e todos nós evocamos essa imagem. Até o uniforme branco da Ana Néri, como enfermeira na Guerra do Paraguai e em outros momentos importantes da história brasileira. E Anita Garibaldi é para nós, gaúchos. Embora tenha nascido em Santa Catarina, isso não diminui o valor que ela teve na Revolução Farroupilha.

Então, é muito próprio, e cumprimento o Senador Cristovam Buarque pela observação feita do relatório. Está, então, submetido à apreciação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório da Senadora Ana Rita, relatoria *ad hoc*, aprovando o Projeto de Lei da Câmara nº 122.

A matéria será apreciada pelo Plenário do Senado Federal.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59, DE 2011

– Terminativo –

Estabelece o dia 26 de março como o Dia Nacional da Integração Latinoamericana.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela rejeição

Observações:

O item nº 9 é terminativo e como nós não temos quórum para deliberar, fica sobrestado.

Agradeço à Senadora.

Eu posso só pedir à Senadora Ana Rita, se puder, que vá direto à análise desse projeto e faça a leitura, porque daí, na reunião seguinte, na próxima reunião de esforço concentrado, a matéria será apreciada.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Srª Presidenta, de qualquer maneira eu iria solicitar a retirada de pauta, por uma razão: porque é importante que se cumpram todos os pré-requisitos para que matéria como esta seja aprovada. Na verdade, já existe uma lei – a Lei nº 12.345, de 2010 – que prevê que uma matéria como essa, que define o dia nacional, seja precedida de uma audiência pública.

O autor da proposição não realizou essa audiência pública e eu me senti na obrigação de dar pela rejeição do projeto. Mas gostaria muito de que o projeto fosse aprovado. Então, se nós retirarmos da pauta...

Eu quero aqui aproveitar para fazer esse pedido novamente ao Senador Inácio Arruda para que ele solicite uma audiência pública para debater sobre este assunto, e, assim, nós vamos cumprir os pré-requisitos definidos pela CCJ, para que nós não tenhamos que rejeitar o projeto, um projeto que é importante.

Eu, particularmente, gostaria de poder votar a favor, mas por questões regimentais, por questões de juridicidade – porque é uma questão de juridicidade –, somos obrigados a dar pela rejeição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Senadora Ana Rita, regimentalmente, V. Exª, como Relatora, tem a competência de fazer o requerimento para a audiência pública, independentemente do autor, porque talvez a iniciativa dele seja fazer. E cabe à relatoria tomar a iniciativa de proceder ao atendimento desse requisito necessário. Eu acho extremamente relevante, porque a audiência pública é esclarecedora.

Então, V. Exª poderá fazê-lo no momento oportuno, encaminhar à Secretaria da Comissão, indicando, inclusive, as pessoas – junto com o autor, Senador Inácio Arruda – que devem estar presentes nessa audiência; claro, o Itamaraty, as áreas envolvidas diretamente nesse processo, as universidades, enfim, todas as autoridades ligadas a isso.

Então, parabéns a V. Exª pela iniciativa, e digo que regimentalmente V. Exª pode, sem dúvida, fazer o requerimento da audiência pública.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu só peço, então, que ele retorne à pauta após a realização de audiência pública que faremos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Perfeito.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – E tomaremos as providências.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – A sua solicitação será atendida, Senadora. E cumprimentos pela disposição.

Eu queria apenas voltar ao item 1, antes de encerrar, que é o projeto de que o Senador Randolfe Rodrigues fez a relatoria. O projeto que institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária.

Há dois aspectos. O primeiro é de que não houve entendimento com o Governo, com as áreas envolvidas para tratar desse tema. E o segundo, tão importante quanto o primeiro, é que como é uma matéria terminativa, não haveria o quórum necessário para deliberar sobre o tema, em função de que muitos Senadores estão na Comissão de Assuntos Econômicos, onde a questão federativa está em intenso e vigoroso debate. Então, esse é o motivo; as duas razões.

A matéria volta à pauta na próxima reunião de votação da Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Não havendo mais nada na pauta, está encerrada a nossa reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Muito obrigada.

(Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2014, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e quatorze, no Plenário número 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Rita, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Angela Portela, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Antônio Carlos Valadares, Roberto Requião, Paulo Davim, Vanessa Grazziotin e Sérgio Petecão. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, organizada em duas partes: 1ª parte, Discussão e votação do Relatório da diligência desta Comissão, realizada na cidade do Rio de Janeiro, para acompanhar as investigações do assassinato do Coronel Paulo Malhães e 2ª parte, deliberativa. A Senhora Presidenta propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 25ª a 31ª (vigésima quinta a trigésima primeira) Reuniões da CDH, que são dadas por aprovadas. A Senhora Presidenta informa que a primeira parte da reunião destina-se à discussão e votação do relatório da diligência da CDH, realizada na cidade do Rio de Janeiro, para acompanhar as investigações acerca do assassinato do Coronel Paulo Malhães. Em seguida, informa que o relatório já havia sido lido, que a deliberação ficou para a presente reunião, uma vez que não houve quórum naquela ocasião para deliberação. Desta forma, a Senhora Presidenta inverte a pauta para aguardar a chegada dos Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues, que fizeram parte da diligência, para colocar em votação o relatório. A Senhora Presidenta, inicia a reunião pela 2ª parte. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009 – Terminativo – Altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. **Autoria:** Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. **Autoria:** Senadora Angela Portela. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE. Resultado: Adiado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22. **Autoria:** Senador Humberto Costa. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2012 – Terminativo – Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos. **Autoria:** Senador Gim. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos. **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR. Relatoria: Senador Roberto Requião. Resultado: Adiado. Item 8. Pro-

jeto de Lei do Senado nº 650, de 2011 – Terminativo – Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. **Autoria:** Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. **Autoria:** Senadora Angela Portela. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. Resultado: Adiado. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Gim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 11. Sugestão nº 12, de 2013 – Não Terminativo – Sugere alteração na Lei nº 10.790, de 28 de novembro de 2003, que "Concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores do Sistema Petrobrás, punidos por participar em movimentos reivindicatórios". **Autoria:** Associação Nacional dos Petroleiros Pedevistas – ANPP CONREPPV NACIONAL. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH. Item 12. Sugestão nº 1, de 2014 – Não Terminativo – Cria o Programa de Prevenção da Violência na Rede Educacional Brasileira. **Autoria:** Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Adiado. Item 13. Sugestão nº 2, de 2014 – Não Terminativo – Dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável. **Autoria:** Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Adiado. Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2014 – Não Terminativo – Altera dispositivos do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para permitir que o empregado possa deixar de comparecer ao trabalho, por até 8 (oito) dias, por motivo de falecimento de familiar ou afim ou casamento, e por até 15 (quinze) dias, para tratamento de saúde de familiar ou afim, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. Item 15. Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2014 – Não Terminativo – Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime contra as pessoas com deficiência ou transtorno mental. **Autoria:** Senador Paulo Davim. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto com as Emendas nos 1 e 2-CDH. Item 16. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 43, de 2014. **Autoria:** Senador João Capiberibe. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, para debater a implementação das recomendações que constarão no Relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Sugiro que sejam convidados: 1- Representante da Comissão Nacional da Verdade; 2- Representante da Comissão Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; 3- Representante da Comissão Estadual Memória, Verdade e Justiça do Rio de Janeiro; 4- Ex-Ministra da Secretaria de Direitos Humanos Deputada Maria do Rosário; 5- Representantes dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos; 6- Procurador Geral da República. Resultado: Aprovado. Item 17. Requerimento nº , de 2014. **Autoria:** Senador João Capiberibe. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para ouvirmos os comandantes das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) a respeito das sindicâncias instauradas com a finalidade de apurar responsabilidades relativas aos locais de tortura em suas dependências. Sugiro que sejam convidados os Comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica. Resultado: Retirado pelo autor. Item 18. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 44, de 2014. **Autoria:** Senador João Capiberibe. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o apoio da Comissão, de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, para o lançamento do livro Um Homem Torturado: Nos Passos de Frei Tito de Alencar, de Leneide Duarte-Plon e Clarisse Meireles. Trata-se da história da prisão do frei Tito de Alencar Lima, realizada no contexto da violenta repressão que se abateu sobre os religiosos que participaram da resistência à ditadura. Solicito que o lançamento ocorra no dia 05 de agosto de 2014, às 18h00, na Biblioteca do Senado Fe-

deral. Gostaria de criar um clima afetivo e agradável para tal ocasião. Sugiro os seguintes convidados: Leneide Duarte-Plon; Clarisse Meireles; Frei Beto. Resultado: Aprovado, com a deliberação de que a CDH indique Frei Tito para o recebimento do prêmio Dom Helder Câmara. Item 19. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 45, de 2014. **Autoria:** Senador Paulo Davim e Randolfe Rodrigues. Com fundamento no disposto no art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligência externa pela SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO – CDH, no estado de São Paulo, com a finalidade de apurar as questões relativas à população de imigrantes haitianos deslocados do estado do Acre para a cidade de São Paulo. Resultado: Aprovado, com a deliberação de que participarão da diligência os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Davim e Eduardo Suplicy. Item 20. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 46, de 2014. **Autoria:** Senadora Ana Rita. Senhora Presidenta, Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as medidas preventivas que serão adotadas em favor de crianças, adolescentes e populações em situação de rua durante a realização de grandes eventos, através do programa "Agência de Convergência". Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: 1. Exma. Sra. Ideli Salvatti, Ministra Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Resultado: Aprovado. Item 21. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 47, de 2014. **Autoria:** Senadora Ana Rita. Senhora Presidenta, Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a anistia aos servidores públicos demitidos pelo governo Collor, ocupantes de empregos permanentes pagos pela Rubrica FAS, prevista na Lei nº 8.878/94. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Sr. Sebastião Vieira Caixeta, Procurador do Trabalho; 2. Sr. Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, Consultor-Geral da União/AGU; 3. Sr. Júlio César Barbosa Melo, Produrador Federal; 4. Sr. Ricardo Emilio Pereira Salviano, Defensor Público Federal; 5. Sr. Ulisses Borges, Advogado do SINDSEP; 6. Sra. Erida Maria Feliz, Presidenta da Comissão Especial Interministerial/CEI/MPOG. Resultado: Aprovado. Item 22. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 48, de 2014. **Autoria:** Senadora Ana Rita e outros. Senhora Presidenta, Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação de adolescentes e jovens indígenas da Amazônia Legal Brasileira e apresentação da Exposição de Fotos do Projeto Jovens Comunicadores Indígenas. Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1) Representante da UNICEF; 2) Jovens representando os Estados da Amazônia Legal. Resultado: Aprovado. Item 23. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 49, de 2014. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Com fundamento no disposto no Art. 142, do RISF, Requeiro uma diligência na cidade de Caxias do Sul- RS, para in loco ouvir e registrar depoimentos de autoridades representativas dos segmentos excluídos. Entre os que serão ouvidos estarão os representantes de entidades organizadas em defesa da qualidade de vida no processo de envelhecimento das pessoas com deficiência, comunidade LGBT, doenças raras, questões étnicas e pessoas idosas. A partir da coleta e geração dos dados, será possível propor alternativas técnicas e financeiras por parte do Senado Federal para os principais problemas levantados. Para isso, sugerimos que sejam ouvidos pelo Senador Paulo Paim e representantes das entidades em defesa aos grupos excluídos, os seguintes convidados: Dr. Leandro Minozzo – Como tratar as diferenças no processo de envelhecimento? Pe. Ezequiel Dal Pozzo – Como propor envelhecimento ativo? Sr. Santos Fagundes – Como criar projetos para apoio financeiros relacionados à qualidade de vida de segmentos excluídos socialmente? Srª Berenice Piana- Como propor melhorias para um envelhecimento saudável dos autistas? Sr. Marco Souza – Como sensibilizar as pessoas para os temas relacionados à exclusão social? Resultado: Aprovado. Item 24. Requerimento nº , de 2014. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Requeiro, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão com a finalidade de debater a incidência do imposto de renda sobre os alimentos fixados judicialmente para a manutenção dos filhos, com a presença das seguintes convidadas: Senhora Flávia Piovesan, Professora da PUC/SP; 01 (um) Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Senhora Misabel Derzi, Tributarista, Titular de Direito Financeiro e Tributário da Universidade Federal de Minas Gerais; Senhor Gildo Alves de Carvalho Filho – Titular da 8ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus; Senhora Lena Lavinas, Economista, titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; 01 (um) Representante da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Resultado: Retirado pela autora. Item 25. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 50, de 2014. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II, III e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, incisos II e III, e 93, inciso II, do

Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDH), para discutir o cronograma de implantação das medidas de acessibilidade destinadas a permitir que as pessoas com deficiência tenham acesso à programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, nos termos do Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Para fornecer informações, expor opiniões e responder aos questionamentos das senhoras e dos senhores parlamentares, sugerimos que sejam convidadas, para a mencionada audiência, as seguintes autoridades: Sr. Octavio Pieranti – Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações; Sr. Antonio José Ferreira – Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Sr. Daniel Pimentel Slaviero – Presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV (ABERT); Sr. Aurélio Veiga Rios – Procurador Federal dos Direitos do Cidadão no Ministério Público Federal; e Sr. Manoel Rangel – Presidente da Agência Nacional de Cinema (ANCINE). Resultado: Aprovado. Item 26. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 51, de 2014. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o seguinte tema: "Súmula Vinculante 33 a luz dos Direitos Humanos". Para tanto, sugiro que sejam convidados: Representante da FENAJUVE – Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União; Ministro Joaquim Barbosa – Presidente do Supremo Tribunal Federal STF; Ministro Augusto Nardes – Presidente do TCU; Ministro Garibaldi Alves – Ministério da Previdência Social; Secretário Antonio José Ferreira – CONAD/SNPD; Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca – Tribunal Regional do Paraná. Resultado: Aprovado, com a inclusão de Representante da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB. Item 27. Requerimento nº , de 2014. **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. Requeiro, nos termos do Art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa verificar as condições de internação na ala de detenção do Hospital de Base de Brasília, bem como a situação do espaço carcerário reservado ao vereador MARCO PRISCO (PSDB-BA), no Complexo Penitenciário da Papuda, a fim de que se diligencie se o referido parlamentar conta com meios que assegurem sua integridade física, sua saúde e sua dignidade. Resultado: Não Lido. Item 28. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 52, de 2014. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o tema: "A banalização da vida: o mapa da violência hoje", para tanto, sugiro que sejam convidados: Sr. Julio Jacobo Waiselfisz – Autor do livro "Mapa da violência 2013"; CEBELA- Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos. Flacso Brasil; Sr. Guilherme Assis de Almeida – Professor e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência, da USP. Autor do livro Violência Urbana; Representante do Ministério da Justiça; Representante da SDH- Secretaria de Direitos Humanos; Sr.Antonio Geraldo da Silva – Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP – Departamento Forense que trata da violência; Srª Mariza Monteiro Borges – Presidente do Conselho Federal de Psicologia. Resultado: Aprovado. Item 29. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 53, de 2014. **Autoria:** Senadora Ana Rita. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de lançar e divulgar material produzido pelo Ministério Público do Trabalho e Movimento Down que disponibiliza através de instrumentos acessíveis legislações de interesse das pessoas com deficiência. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante do Movimento Down; Representante do Ministério Público do Trabalho; Representante da organização Carpe Diem; Representante do Instituto Nacional de Educação de Surdos; Representante da Fundação Rorina (cegos); Representante da Secretaria-Geral da Presidência da República. Resultado: Aprovado. Extrapauta. Item 30. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 54, de 2014. **Autoria:** Senador João Capiberibe. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minoria – CDHM, da Câmara dos Deputados, a fim de esclarecer as graves violações de direitos humanos sofridas pela etnia Aikewara. Solicitamos que sejam convidados: 1 – Ideli Salvatti – Ministra da Secretaria de Direitos Humanos. 2 – José Eduardo Cardoso – Ministro da Justiça. 3 – Celso Amorim – Ministro da Defesa. 4 – Maria Rita Kehl – Integrante da CNV. 5 – Iara Ferraz – Antropóloga. 6 – Vice-cacique Mahu Suruí ou de sua indicação. 7 – Indicação de um dos idosos Suruí que sofreram violência. Resultado: Aprovado. Item 31. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 55, de 2014. **Autoria:** Senadora Ana Rita. Requeiro, nos termos do art.

58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater A IMPOSIÇÃO DE RESTRIÇÕES AO DIREITOS DE IR E VIR DE PESSOA COM DEFICIÊNCIAS, PELAS COMPANHIAS AÉREAS. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da ANAC 2. Representante da TAM 3. Representante da GOL 4. Procurador Federal dos Direitos do Cidadão 5. Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República 6. Sra. Simone Franco – Representante das Vítimas da restrição imposta pelas companhias. Resultado: Aprovado. Item 32. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 56, de 2014. **Autoria:** Senadora Ana Rita. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater A TRANSPOSIÇÃO DO REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO DOS TRABALHADORES DOS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL . Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Procuradoria Geral da República; 2. Representante da Advocacia Geral da União; 3. Representante do Tribunal de Contas da União; 4. Sr. José Augusto Viana Neto, Coordenador do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas; 5. Representante do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Resultado: Aprovado. Item 33. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 57, de 2014. **Autoria:** Senador Wellington Dias e outros. Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal façam gestão junto ao Ministro das Relações Exteriores, para que o Brasil se posicione favoravelmente e lidere a retirada das tropas do Haiti, e que faça gestão junto a outros Ministérios, para que prestem total apoio, assim como ajuda humanitária ao povo haitiano. Resultado: Aprovado. Às doze horas e dezessete minutos a Senhora Presidenta passa a presidência para a Senadora Angela Portela. Às doze horas e vinte e dois minutos a Senhora Presidenta eventual Angela Portela devolve a presidência. Às doze horas e vinte e três minutos a Senhora Presidenta, inicia a 1ª parte da Reunião (discussão e votação do Relatório da diligência desta Comissão, realizada na cidade do Rio de Janeiro, para acompanhar as investigações do assassinato do Coronel Paulo Malhães), passa a presidência para o Senador Paulo Paim, lê os ajustes no relatório e coloca-o em votação. Resultado: aprovado. Às doze horas e vinte e nove minutos o Senhor Presidente eventual Paulo Paim devolve a presidência. Às doze horas e quarenta e quatro minutos a Senhora Presidenta passa a presidência para o Senador Wellington Dias. Às doze horas e cinquenta e três minutos o Senhor Presidente eventual Wellington Dias devolve a presidência. Às doze horas e cinquenta e oito minutos a Senhora Presidenta concede a palavra, por cinco minutos, ao Senador haitiano, Jean Charles Moise, para relatar situação do Haiti. O relato foi proferido em francês e traduzido simultaneamente pelo Senhor Markus Sokol. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Paulo Davim, João Capiberibe, Angela Portela, Vanessa Grazziotin e Wellington Dias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e oito minutos, lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 25ª à 31ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

A primeira parte desta reunião destina-se à discussão e votação do relatório da diligência desta Comissão, realizada na cidade do Rio de Janeiro, para acompanhar as investigações acerca do assassinato do Coronel Paulo Malhães.

O relatório foi apresentado na reunião realizada na terça-feira passada. No entanto, a deliberação ficou para esta semana, uma vez que não havia quórum naquela ocasião para a respectiva deliberação.

Eu vou aguardar a chegada dos Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues, que fizeram parte da diligência, para que possamos colocar em votação o relatório.

Assim, vou passar à segunda parte da reunião, relativa à deliberação sobre projetos e requerimentos que constam da nossa pauta de votação.

Começo pelo item 11, com a presença do Senador Paulo Paim, Relator da Sugestão nº 12, de 2013.

Passemos, pois, ao item 11, à página 251:

ITEM 11

SUGESTÃO Nº 12, de 2013

– Não terminativo –

Sugere alteração na Lei nº 10.790, de 28 de novembro de 2003, que "Concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores do Sistema Petrobrás, punidos por participar em movimentos reivindicatórios".

Autoria: Associação Nacional dos Petroleiros Pedevistas – ANPP CONREPPV NACIONAL.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, Senadora Ana Rita, eu entendi que a sugestão é mais do que apropriada e justa, porque concede anistia àqueles que foram punidos, de uma forma ou de outra, por participarem de movimentos reivindicatórios de interesse da categoria.

Por isso, Srª Presidenta, vou direto à analise da matéria, por concordar com a proposta apresentada pelos trabalhadores deste setor.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 102-E, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil.

A Sugestão ora examinada é subscrita pelo Sr. Valdemar Moreira da Silva Filho, Diretor-Geral do CONREPPV. Acompanham a sugestão, entre outros documentos: (i) a ata de reunião dos membros da associação, com lista de presença, na qual restou decidida a apresentação de sugestão de projeto de lei a esta Comissão; (ii) a ata de eleição e posse da diretoria da Associação Nacional de Rádioweb dos Petroleiros Pedevistas – CONREPPV; (iii) o estatuto do CONREPPV; (iv) comprovante de inscrição do CONREPPV no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

As regras para o recebimento de sugestões de proposições legislativas encontram-se estabelecidas no Ato da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 1, de 2006, que regulamenta no art. 102-E do RISF. Nos termos do art. 4º do referido Ato, as sugestões devem vir acompanhadas do registro dos atos constitutivos no competente cartório de registro civil das pessoas jurídicas e de documento legal que comprove a composição da diretoria efetiva e os responsáveis, judicial e extrajudicialmente, pela entidade, à época da sugestão. Já o art. 7º do Ato determina que exista uma relação de pertinência entre a defesa do interesse específico da entidade civil e o objeto da sugestão formulada. À vista dos documentos apresentados pelo CONREPPV, entendemos que tais requisitos foram atendidos.

Ainda de acordo com o Ato nº 1, de 2006, mais precisamente de seu art. 10, no exame das sugestões, deve-se verificar a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e o mérito das propostas, para se concluir pela apresentação de proposição legislativa ou pelo arquivamento da sugestão.

No tocante à constitucionalidade, cabe aduzir que compete ao Congresso Nacional, com a sanção da Senhora Presidenta da República, dispor sobre a concessão de anistia (art. 48, VIII, da Constituição). Ademais, a matéria não se encontra no rol daquelas submetidas à reserva de iniciativa conferida ao Chefe do Poder Executivo (art. 61, § 1º, da Constituição), não havendo, pois, óbices a que projeto de lei de autoria parlamentar trate do tema. Na verdade, a própria lei que se pretende modificar originou-se de projeto de autoria parlamentar (Projeto de Lei nº 1.505, de 2003, de autoria do nobre Deputado Luciano Zica).

Ademais, lei nos termos da sugestão atenderá aos requisitos de juridicidade, quais sejam: (i) adequação do meio eleito ao alcance dos objetivos vislumbrados; (ii) generalidade normativa, que exige sejam destinatários do comando legal um conjunto de casos submetidos a um comportamento normativo comum; (iii) inovação ou originalidade da matéria, em face das normas jurídicas em vigor; (iv) coercitividade potencial; (v) compatibilidade com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Também não vislumbramos impedimentos de ordem regimental à tramitação de projeto de lei com o teor da sugestão.

No tocante ao mérito, concordamos com a entidade autora da sugestão quando afirma não haver razão para que a anistia concedida pela Lei nº 10.790, de 2003, tenha reduzido seu âmbito temporal às punições, despedidas e suspensões ocorridas em virtude da participação de empregados da Petrobras em movimentos reivindicatórios ocorridos no período em que se discutiu a flexibilização do monopólio do petróleo e foi aprovada a reforma constitucional respectiva.

Empregados que foram perseguidos em decorrência da participação em movimentos reivindicatórios ocorridos em períodos anteriores e posteriores também devem ser beneficiados pela anistia, sob pena de se consolidar uma situação discriminatória em relação a eles.

Ademais, é sabido que, na condução dos programas de demissão incentivada, muitos abusos foram perpetrados. Inúmeros empregados sofreram verdadeira coação moral ou foram induzidos a erro para aderirem a tais programas, o que justifica sua inclusão entre os beneficiados da lei de anistia. Em audiência pública realizada nesta Comissão em 6 de junho de 2013, ouvimos relato a respeito da pressão psicológica patronal para a adesão aos programas. Entre os problemas verificados, a ausência de acordo coletivo, a falta de exames demissionais, as transferências forçadas.

Todos esses motivos nos levam a concluir que a sugestão é meritória e não há impedimentos a que ela seja convertida em projeto de lei por esta Comissão. Entendemos necessário apenas fazer algumas correções redacionais, bem como ajustes de técnica legislativa no texto que foi redigido pelo CONREPPV.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 12, de 2013, na forma do seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2013

Altera a Lei nº 10.790, de 28 de novembro de 2003, que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório, para ampliar o âmbito material, temporal e pessoal da anistia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.790, de 28 de novembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É concedida anistia a dirigentes, representantes sindicais e demais trabalhadores integrantes da categoria profissional dos empregados do Sistema Petrobras, que no período compreendido entre 1º de novembro de 1992 e 31 de dezembro de 2002, sofreram punições, despedidas, suspensões e desligamentos incentivados contratuais, por motivações políticas reducionistas e amorais, em virtude de sua participação nos movimentos reivindicatórios, assegurada aos dispensados, suspensos e desligados incentivados a reintegração no emprego.

Parágrafo único. As pendências financeiras serão acertadas com base nos parâmetros dos acordos de retorno de dispensados, suspensos e desligados incentivados pelos motivos homologados na justiça do trabalho pela Petrobras até o ano de 2014." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta, Srª Presidenta, é a sugestão de projeto de lei que nós estamos acatando.

Por isso, o voto, como disse, é favorável.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Só um minuto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, enquanto a senhora responde, eu vou apenas complementando aqui as informações.

Na justificativa da proposição referida, em seu último parágrafo, assim está dito:

É imperativo, por conseguinte, ampliar o prazo de concessão compreendido pela Lei nº 10.790, de 2003, que trata da anistia aos empregados do Sistema Petrobras, e acrescentar o "desligamento incentivado" como mais uma forma demissionária política, para abranger as punições, despedidas, suspensões e desligamentos incentivados ocorridos no período entre 1º de novembro de 1992 e 31 de dezembro de 2002. É esse o intuito da presente proposição, para cuja aprovação contamos com a adesão dos ilustres Senadores.

Este é o voto, Srª Presidenta, pela aprovação da proposta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Desculpem-me por eu ter que interferir, mas eu estava recebendo uma ligação do Ministro a respeito de uma reunião que tivemos hoje cedo com o Senador do Haiti, a cujos encaminhamento nós estávamos aqui dando curso.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta para que passe a tramitar como proposição de autoria da Comissão de Direitos Humanos.

Passarei ao item 15, à página 296, aproveitando a presença do Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório:

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, DE 2014
– Não terminativo –

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime contra as pessoas com deficiência ou transtorno mental.
Autoria: Senador Paulo Davim
Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, Senadora Ana Rita, primeiramente, meus cumprimentos pela brilhante iniciativa do nobre Senador Paulo Davim.

Inicio pela leitura da análise do projeto. Até entendo que, pela grandeza da proposta, não seria nem necessário ler a análise na íntegra, mas avançar para a última página, onde se consolida a visão dessa questão.

Não obstante a importância da matéria, em respeito aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, ressalvamos ser mais adequado remeter essa normativa para a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que já define crimes contra as pessoas com deficiência, inclusive alguns contemplados no projeto.

A propósito é importante ressaltar que as condutas já criminalizadas pela Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, têm abrangência e reprimenda distintas das que estão inscritas no projeto, o que pode trazer ruídos para o sistema de proteção das pessoas com deficiência de modo geral. Isso porque a referida lei protege as pessoas com deficiência mental, assim como faz com as demais pessoas com deficiência, mas originalmente não se reporta às pessoas com transtorno mental.

Por isso mesmo, entretanto, somos da opinião que a modificação da Lei nº 7.853, de 1989, tem o mérito de compatibilizar a reprimenda dos crimes cometidos contra pessoas com deficiência e com os crimes que têm por alvo pessoas com transtorno mental.

Outro aspecto a ser considerado é que a pena cominada para os crimes já existentes na Lei nº 7.853, de 1989, também é de restrição de liberdade (reclusão de um a quatro anos), além de multa. O projeto, todavia, endurece a pena de restrição de liberdade (reclusão de dois a quatro anos), mas acaba com a multa, com o que discordamos, por entender que a multa se coaduna com os esforços de evitar e reprimir as condutas ali tipificadas.

Como a ressalva levantada implica alterar a redação do art. 2º do projeto, e, por consequência, também a ementa dele, oferecemos duas emendas ao final deste relatório. Trata-se, por óbvio, não de um desdouro ao projeto original, mas da tentativa de reforçar o seu mérito, buscando a melhor alocação possível para a matéria.

Portanto, Srª Presidenta, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2014, com as seguintes emendas, que passo a ler. Antes, porém, ressalto que tentei resumir a justificativa, porque as emendas é que darão o teor da importância da votação desse projeto, de autoria do nosso querido Senador Paulo Davim.

Já de início, proponho a alteração a ementa, para dizer:

EMENDA Nº – CDH

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2014:

Altera a Lei nº 7.853, de 1989, para tipificar crimes contra pessoas com deficiência ou com transtorno mental, bem como o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal), para tornar qualificado o crime cometido contra as pessoas com transtorno mental.

Agora, vem a redação da outra emenda, Srª Presidenta.

Vou direto ao art. 2º:

Art. 2º. O art. 8º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º Constitui crime contra a pessoa com deficiência ou com transtorno mental:

I – obstar-lhe, sem justa causa, o acesso a qualquer cargo público, ou a qualquer concurso público, por motivos derivados da deficiência ou do transtorno mental;

II – negar-lhe, sem justa causa, emprego ou trabalho, por motivos derivados da deficiência ou do transtorno mental;

III – recusar, retardar ou dificultar sua internação ou deixar de prestar-lhe assistência integral à saúde;

IV – deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta Lei;

V – recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público.

Pena: reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Se a conduta consistir em:

I – recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, ou negar-lhe o acesso à sala de aula, por motivos derivados da deficiência ou do transtorno mental; ou

II – recusar ou dificultar o acesso do aluno com deficiência ou com transtorno mental aos recursos e apoios técnicos necessários a que tem direito, para sua aprendizagem, no âmbito educacional público ou privado:

Pena – reclusão, de três a seis anos, e multa."

Esse é o relatório, Srª Presidenta.

Apenas fiz emendas, não na forma de substitutivo, mas para ajustar o projeto, mantendo inclusive a questão das multas.

Ficam aqui os nossos cumprimentos à iniciativa do Senador Paulo Davim, que vem atender e preencher uma lacuna importantíssima, porque, infelizmente, temos percebido que inúmeros estabelecimentos de ensino simplesmente se recusam a receber pessoas com deficiência ou transtorno mental, o que já é uma decisão tomada pelo Congresso Nacional e pelo próprio Executivo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

O Senador Paulo Davim, autor da matéria, com certeza quer discutir.

Então, em discussão a matéria.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Srª Presidente, Srs. Senadores, meu estimado e querido Senador Paulo Paim, quero agradecer-lhe o brilhantismo de seu relatório e, Srª Presidente, dizer do grande alcance dessa matéria.

As pessoas não conhecem detalhadamente a situação estatística e a incidência dos transtornos mentais no Brasil. Mas, como já foi dito no corpo do relatório, 46 milhões de brasileiros têm algum tipo de transtorno mental. É muita gente, e ninguém pode fechar os olhos para esse universo. Os transtornos mentais, muitas vezes, ou melhor, na maioria das vezes, agravam-se porque a própria família, em uma postura de proteção aos filhos, para evitar que os filhos se exponham ao *bullying*, que passem a ser vítimas de discriminação e preconceito, a própria família deixa ou retarda a busca por tratamento, a busca por ajuda e, com isso, agrava o quadro clínico desses pacientes.

Sempre achei que a discriminação, o preconceito é algo abominável. Algo abominável! Mas, se há um preconceito, uma discriminação que acho ainda mais cruel, reveste-se de um traço de crueldade maior, é quando essa prática é dirigida a alguém que tem transtorno mental. Porque uma coisa é um cidadão ou uma cidadã ser vítima de *bullying* ou de preconceito ou de discriminação por questão da cor, por questão da escolha religiosa, por questão de gênero. É abominável, sem dúvida alguma.

Agora, essa vítima, no uso das suas plenas faculdades mentais, pode concatenar argumentos, pode estabelecer um embate, pode fazer um enfrentamento, pode ter condição mínima de reação. Mas uma discriminação, o preconceito, o *bullying*, para alguém que não tem condição de reação, para alguém que está absolutamente vulnerável por não ter condição de reação... Não lhe é dada a condição de reação, que é natural a todo mundo! Se alguém leva um tapa na cara, a reação natural de um ser humano é reagir. Mas, quando essa pessoa não tem condição de reação, esse crime passa a ser muito mais perverso, muito mais cruel. E isto acontece no dia a dia: são escolas que não querem receber crianças; são vizinhos que não querem que seus filhos convivam com as outras crianças que têm algum tipo de hiperatividade e distúrbio de concentração, distúrbio de atenção; é no emprego, em que lhe é negada a ascensão natural pelo fato de o servidor ter algum tipo de distúrbio ou transtorno. E, muitas vezes, o futuro dessas pessoas se torna negro não pela patologia, mas pela forma como elas são discriminadas e pela forma como são jogadas na sarjeta. Muitos pacientes, muitas pessoas que têm transtorno mental podem muito bem trabalhar, estudar, constituir família e ter uma vida digna. Não a têm porque a própria sociedade cria essa vala, cria esse distanciamento. Isso é muito perverso. Muito perverso!

Essa nossa campanha, graças a Deus, tem sensibilizado muita gente e muitas empresas. Tive a grata satisfação de ter uma conversa com os diretores da Oi, e eles se sensibilizaram com a nossa preocupação, com essa campanha e com esse projeto. Estão divulgando, no Brasil inteiro, no cartão telefônico, a campanha: "Psicofobia é crime". E, na frente, há crianças rindo e uma outra criancinha, com um semblante triste, transparecendo a

discriminação. A Oi abraçou essa ideia, e nós estamos buscando outras grandes empresas para abraçarem essa ideia. Não podemos negar um futuro digno a um brasileiro ou a uma brasileira pelo simples fato de ter algum tipo de transtorno ou distúrbio mental. Não é justo, não é nobre, não é civilizado.

Então, esse é um projeto que tem um grande alcance social, é um projeto inclusivo, um projeto que vai tirar crianças que estão à margem de uma vida normal, tirar homens e mulheres que estão à margem de uma vida normal e oferecer-lhes condições dignas para serem cidadãos e cidadãs iguais a todos nós.

Obrigado, Senador Paim, pela sua relatoria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós que dizemos obrigado a você, porque você é o grande mentor desse belo projeto. Nós só ajustamos pequenos detalhes, como o das multas.

Parabéns a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Quero aqui parabenizar o Senador Paulo Davim. O Senador Paulo Davim é muito sensível à causa dos direitos humanos, especialmente quando se trata de crianças e adolescentes, de pessoas com deficiência. Então, quero parabenizá-lo pela iniciativa e parabenizá-lo também pelos desdobramentos. A campanha, com certeza, deverá ter um alcance muito grande, e é uma forma, inclusive, de conscientizar a nossa população para que tenha um olhar atento e um olhar de respeito de que toda pessoa precisa ser respeitada nos seus direitos, e a pessoa com deficiência também. Quer dizer, ela não pode ser tratada com discriminação, com preconceito, de forma alguma.

Então, a campanha, com certeza, será mais um instrumento de conscientização da sociedade brasileira.

Parabéns pelo projeto.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Direitos Humanos, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 da CDH.

O projeto segue para a análise da Comissão de Constituição e Justiça em decisão terminativa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta.

Permita-me, Senador Paulo Davim, fazer um ajuste em uma fala que fizemos ambos aqui. Acho que eu e V. Exª estamos falando a mesma coisa: são 46 milhões de pessoas com deficiência, em que entra o transtorno e aqueles que não têm transtorno, mas têm algum tipo de deficiência. Falamos a mesma coisa. É só isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Quero apenas informar aos Srs. Senadores que estamos aguardando a chegada dos demais Senadores, inclusive do Senador Randolfe Rodrigues, para que possamos aprovar o relatório da diligência e aprovar os projetos terminativos. Enquanto isso, vamos avançando na pauta...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... para que possamos dar vazão a essa pauta de hoje.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Tenho um requerimento, que já está posto na mesa, solicitando uma diligência da Comissão de Direitos Humanos a São Paulo para que possamos acompanhar e ver a situação dos haitianos que lá estão chegando.

Sei que está sendo bem acompanhado, o Governo já designou Ministros, o próprio Senador Eduardo Suplicy já visitou, mas é importante que esta Comissão se faça presente, com uma diligência...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me um aparte.

No Rio Grande do Sul não é diferente. E eu tenho um requerimento para o Rio Grande do Sul. Então, nós poderíamos, se for possível, aprovar os dois requerimentos; eu iria para Rio Grande do Sul, se a Presidenta concordar, em nome da Comissão, porque é o meu Estado, e uma comissão iria para São Paulo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, vamos fazer uma inversão de pauta. Vamos votar, primeiro, todos os requerimentos que estão na pauta, para podermos vencer esta pauta aqui; depois, retornaremos ao relatório da diligência; e, em seguida, aos demais projetos que estão na pauta. Pode ser?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Pode ser.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, vou seguir a ordem dos projetos que estão na pauta.

Item 16, de autoria do Senador João Capiberibe, à página 306.

Farei a leitura do requerimento, Senador, para que possamos avançar:

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS

HUMANOS E LEGISLAÇÃO Nº 43, DE 2014

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, para debater a implementação das recomendações que constarão no Relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

Sugiro que sejam convidados:
1- Representante da Comissão Nacional da Verdade;
2- Representante da Comissão Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos;
3- Representante da Comissão Estadual Memória, Verdade e Justiça do Rio de Janeiro;
4- Ex-Ministra da Secretaria de Direitos Humanos Deputada Maria do Rosário;
5- Representantes dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos;
6- Procurador Geral da República.

Autoria: Senador João Capiberibe

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe para encaminhar.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Obrigado.

Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, a Comissão Nacional da Verdade está concluindo os seus trabalhos, tinha prazo para isso, e pretende apresentar o seu relatório dentro do prazo. E nós temos o maior interesse em tomar conhecimento desse relatório, porque, necessariamente, vamos traduzi-lo em propostas legislativas aqui nesta Casa e na Câmara Federal.

Nós estamos nos adiantando para que possamos ter uma prévia do relatório para que também possamos começar a trabalhar essas propostas de projeto de lei.

E aproveito, Srª Presidenta, para pedir a retirada de pauta do Item 17, que também é de minha autoria, e introduzir aqui um pedido de extrapauta em um outro requerimento. Não sei se cabe agora a leitura desse requerimento ou se aprovamos primeiro esse, ou votamos primeiro esse.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vamos aprovar esse e, posteriormente, vamos incluir extrapauta. Fica aí a solicitação feita. Depois, vamos votar a inclusão extrapauta.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para ouvirmos os comandantes das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) a respeito das sindicâncias instauradas com a finalidade de apurar responsabilidades relativas aos locais de tortura em suas dependências.

Sugiro que sejam convidados os Comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Autoria: Senador João Capiberibe)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Então, era isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador João Capiberibe.

Em votação o requerimento, item 16.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 18, também de autoria do Senador João Capiberibe, à página 310:

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS

HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 44, DE 2014

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o apoio da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, para o lançamento do livro Um Homem Torturado: Nos Passos de Frei Tito de Alencar, de Leneide Duarte-Plon e Clarisse Meireles.

Trata-se da história da prisão do frei Tito de Alencar Lima, realizada no contexto da violenta repressão que se abateu sobre os religiosos que participaram da resistência à ditadura.

Solicito que o lançamento ocorra no dia 05 de agosto de 2014, às 18h, na Biblioteca do Senado Federal.

Gostaria de criar um clima afetivo e agradável para tal ocasião. Sugiro os seguintes convidados:

- Leneide Duarte-Plon;

- Clarisse Meireles;

- Frei Beto.

Autoria: Senador João Capiberibe

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador João Capiberibe, para encaminhar, concedo-lhe a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Srª Presidente, a história de frei Tito eu conheço da minha juventude. Eu era militante de uma organização que combatia a ditadura, e todos nós, naquela época, tínhamos muito receio da prisão, em função da tortura. E eu, particularmente, relato, inclusive, em um livro que escrevi, que li as cartas de frei Tito, as cartas que ele escreveu... (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador João Capiberibe, nós compreendemos a sua emoção, porque tive a oportunidade também de ler algumas coisas relacionadas a frei Tito, e é uma história muito sofrida e doída. Quero aqui aproveitar este momento para parabenizá-lo pela iniciativa, porque uma iniciativa como esta que V. Exª propõe, que é o lançamento do livro, é uma grande oportunidade de dar divulgação à história de um frei, de um religioso, que sofreu horrores na prisão, foi extremamente torturado e morreu em função de toda a tortura que sofreu, de todo o sofrimento que teve.

Então, quero aproveitar para fazer jus, como Comissão de Direitos Humanos, à sua iniciativa.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Muito obrigado.

É que essa descrição do frei Tito... A primeira vez que tomamos conhecimento da existência do pau de arara e do choque elétrico foi pela carta do frei Tito, quando ele escreve da prisão. E uma das coisas que mais nos assustava era exatamente o choque elétrico e o pau de arara. Todos os militantes tinham verdadeiro pavor dessa tortura, dessa máquina de torturar, que é uma invenção tipicamente brasileira. E o frei Tito descreve, nas suas cartas, com detalhes, o sofrimento por que ele passou.

Portanto, a ideia é que essa história do frei Tito seja conhecida pelas gerações do presente para que nunca mais voltemos a viver situações como essa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, eu sou muito honesto nos meus poucos conhecimentos, e eu não conheço a história do frei Tito. Mas, só pela emoção do Senador Capiberibe e de V. Exª, que percebi também, surgiu-me aqui, se V. Exª concordar – só pela emoção de ambos, calculo o que ele conta –, que tirássemos, em nome da Comissão de Direitos Humanos, na homenagem Dom Hélder Câmara, que seu nome fosse indicado, o dele, e o livro. O representante dele, naturalmente, seria também apresentado no plenário, naquele dia. E quem fosse representá-lo, naturalmente, leria no plenário, na hora da homenagem a ele, algumas coisas, porque essas coisas não podem ser esquecidas.

Vejam bem, eu não li, mas, só pela emoção dos senhores – da senhora e dele –, e se a senhora concordar, nós todos o indicaríamos para receber o troféu de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, *post mortem*, que é o termo adequado.

Seria isso, só para concluir.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sugestão plenamente acolhida, Senador Paulo Paim. Vamos proceder aqui aos encaminhamentos administrativos da Comissão para que esse pleito que V. Exª faz possa ser de fato atendido.

Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Srª Presidente, solicitei a inclusão extrapauta de um requerimento para a realização de uma audiência pública na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados, a fim de esclarecer as graves violações de direitos humanos sofridas pela etnia Aikewara e Waimiri-Atroari.

Em 1º de abril de 1964, acontecia o golpe militar e, com ele, se iniciou uma avalanche de perseguições, prisões, torturas, desaparecimentos e mortes e o terror implantado na vida dos brasileiros é o legado de indignações que jamais será apagado da memória dos que viveram nesta época.

Os índios Aikewara e Waimiri-Atroari – conhecidos também como suruí, no caso dos Akewara –, mesmo vivendo dentro da mata brasileira, não foram poupados dessa crueldade, foram mantidos em cárcere privado na aldeia e, sob ameaça, foram forçados a colaborar com o Exército na campanha de extermínio da Guerrilha do Araguaia, na primeira metade do década de 1970, no sudoeste do Pará.

Durante três anos, de 1971 a 1973, sofreram violências físicas, psicológicas e culturais, foram presos em suas próprias aldeias, proibidos de prover o seu próprio alimento, foram cerceados das mais importantes das necessidades humanas, que é a liberdade – liberdade de ir e vir, liberdade de ser, liberdade de viver.

O terror que lhe foi imposto por vários anos ficou ecoando em suas memórias. O medo, a insônia, a intraquilidade com qualquer barulho diferente que surgisse na mata, deixava-os sobressaltados. Não lhes deram nem o direito de saber o porquê de tamanha crueldade. Hoje, esse povo pede reparações e é inconteste que esta Nação o faça, para que, um dia, possamos a dignificar não só esse povo, mas todos os que sofreram esta época.

Assim, reiteramos a necessária audiência para que possamos ouvir aqueles que insistiram nessa vergonhosa história.

No caso do Waimiri-Atroari, um caso gravíssimo de extermínio desse povo; quando da construção da BR-176, foram abordados e foram reduzidos a poucos indivíduos. Essa história nós ainda não conhecemos; então, a ideia é trazer, convidar a Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti; o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; o Ministro da Defesa, Celso Amorim; a integrante da Comissão Nacional da Verdade, Maria Rita Kehl; a antropóloga Iara Ferraz, o vice-cacique Mahu Suruí ou outro de sua indicação; e a indicação de alguns idosos suruí que sofreram violência e também de lideranças Waimiri-Atroari, para que passemos a ter contato com essa história que é de desconhecimento da sociedade brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Capiberibe, vamos concluir a votação do item 18 e, em seguida, votaremos o extrapauta, e vamos votar o próximo requerimento que está na pauta, que é do Senador Paulo Davim.

Em votação, o Requerimento do item 18.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram . (*Pausa.*)

Aprovado.

Consulto às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta, apresentado pelo Senador João Capiberibe.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram . (*Pausa.*)

Aprovado.

Em seguida, votaremos o requerimento.

O item 19, Requerimento de autoria do Senador Paulo Davim e Senador Randolfe Rodrigues:

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS

HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 45, DE 2014

Com fundamento no disposto no art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligência externa pela SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO – CDH, no estado de São Paulo, com a finalidade de apurar as questões relativas à população de imigrantes haitianos deslocados do estado do Acre para a cidade de São Paulo.

Autoria: Senador Paulo Davim e outros

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para fazer a justificativa.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, serei bem breve, até porque existe uma consciência de todos que acompanham a Comissão de que é importante que esta Comissão, que esse acompanhamento seja institucionalizado. É óbvio que alguns Senadores já fizeram visitas lá na igreja onde os haitianos estão se alojando, mas é importante que essa comissão seja institucionalizada através da Comissão de Direitos Humanos.

Nós sabemos que o Governo Federal já tomou algumas providências cabíveis, o governo estadual, enfim, mas é importante que acompanhemos, sobretudo porque, nessa situação de vulnerabilidade em que os haitianos se encontram, há uma facilidade muito grande de se estabelecer uma relação trabalhista análoga ao trabalho escravo. Lógico, eles estão desempregados, querendo garantias, querendo o mínimo de segurança. Nessas horas, aparecerão empresários de pouco escrúpulo e poderão propor uma relação dessa ordem e precisamos estar atentos e acompanhando a chegada desses haitianos em São Paulo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento. E aqui já vamos deliberar quem vai participar da diligência. Os dois Senadores que estão solicitando a diligência, o Senador Paulo Davim e o Senador Randolfe Rodrigues.

Consulto se alguém dos presentes aqui gostaria de acompanhar essa diligência. Não?

Vou indicar o Senador Eduardo Suplicy, que é do Estado de São Paulo, e tem acompanhado de perto a situação também dos haitianos.

Portanto, a Comissão de Direitos Humanos fica representada por esta Subcomissão: Senador Paulo Davim, Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Próximo item da pauta é um requerimento de minha autoria, então, solicito à Senadora Angela Portela que presida para que eu possa fazer aqui a leitura do requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Passo a palavra à Senadora Ana Rita, para leitura do seu requerimento:

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS

HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 46, DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as medidas preventivas que serão adotadas em favor de crianças, adolescentes e populações em situação de rua durante a realização de grandes eventos, através do programa "Agência de Convergência".

Proponho para a audiência a presença da seguinte convidada:
1. Exma. Sra. Ideli Salvatti, Ministra Chefe da Secretaria de Direitos
Humanos da Presidência da República

Autoria: Senadora Ana Rita

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – A iniciativa de fazer essa audiência pública para discutir o programa Agência de Convergência é uma iniciativa do Governo Federal, a partir da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, da Presidência da República, e a Ministra Ideli Salvatti tem interesse e gostaria de expor aqui na Comissão de Direitos Humanos quais são as medidas preventivas durante os grandes eventos e, em particular agora, com a realização da Copa, no que se refere ao acolhimento, ao atendimento às crianças em situação de rua, em situação de vulnerabilidade.

Então, o objetivo é justamente conhecermos o programa, debatermos esse programa.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Em votação, o Requerimento da Senadora Ana Rita.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento.

Devolvo agora a Presidência à Senadora Ana Rita.

Há mais um requerimento? Pois não.

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS

HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 47, DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a anistia aos servidores públicos demitidos pelo governo Collor, ocupantes de empregos permanentes pagos pela Rubrica FAS, prevista na Lei nº 8.878/94 .

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
1. Sr. Sebastião Vieira Caixeta, Procurador do Trabalho;
2. Sr. Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, Consultor-Geral da União/ AGU;
3. Sr. Júlio César Barbosa Melo, Produrador Federal;
4. Sr. Ricardo Emilio Pereira Salviano, Defensor Público Federal;
5. Sr. Ulisses Borges, Advogado do SINDSEP;
6. Sra. Erida Maria Feliz, Presidenta da Comissão Especial Interministerial/CEI/MPOG

Autoria: Senadora Ana Rita

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para encaminhar a votação.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Rapidamente, essa audiência pública se justifica porque, desde o ano passado, que a Comissão de Direitos Humanos tem acompanhado a situação dos demitidos do período Collor; eles têm tido muitas dificuldades no processo de reconhecimento sobre essa situação.

Queremos fazer uma audiência pública justamente para debater com as autoridades competentes e saber se há algo novo que possa ainda ser aceito, enfim, como está todo o processo de análise dos processos referentes aos servidores públicos demitidos daquele período. A audiência pública tem como objetivo fazer esse debate; ouvir as autoridades, mas também ouvir os servidores públicos demitidos.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Em votação, o Requerimento da Senadora Ana Rita.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência à Senadora Ana Rita.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente, tenho três requerimentos.

Se V. Exª puder.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Gostaria de solicitar aos Srs. Senadores a seguinte compreensão: há diversos requerimentos na pauta, o Senador João Capiberibe está precisando sair, o Senador Randolfe Rodrigues ainda não chegou, mas não quero concluir esta reunião sem votar o relatório da diligência ao Estado do Rio de Janeiro.

O relatório já foi lido na reunião passada, eu faria apenas uma complementação do que foi discutido na reunião passada e, em seguida, votaremos esse relatório e retornaremos com os requerimentos.

Consulto aos Srs. Senadores se poderemos proceder dessa forma. (*Pausa.*)

Podemos? Então, vou solicitar ao Senador Paulo Paim que presida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidenta pede, a gente vai dizer sim, claro!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Solicito ao Senador Paulo Paim que presida a reunião neste momento para que eu possa, então, fazer os ajustes no relatório e, assim, colocá-lo em votação.

Ele já foi lido, é um processo que já é de conhecimento, o relatório foi distribuído, está sobre a mesa, é do conhecimento de todos os Senadores, e eu faria, rapidamente, apenas as complementações do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Estou no exercício da Presidência, conforme mencionado, para que a Senadora Ana Rita faça as suas considerações finais sobre o relatório que foi apresentado na reunião passada, tendo sido propostas algumas alterações por parte dos Senadores.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para as suas considerações.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

O relatório já está sobre a mesa e, a partir de hoje, esse relatório terá publicidade, será de conhecimento público também, mas já foi lido na íntegra na reunião passada.

Apenas solicito aos Srs. Senadores que recorram à página 16, no início da análise, nós acrescentamos aqui o primeiro parágrafo, que diz o seguinte: "O coronel Paulo Malhães fez importantes revelações às Comissões da Verdade do Rio e nacional. Tornado público o seu depoimento, a morte do coronel traz grande prejuízo e compromete o trabalho de reconstrução da verdade, lançando medo e praticamente inviabilizando que outros torturadores prestem depoimentos de teor similar. Independentemente do resultado das investigações, há responsabilidade do Estado brasileiro no caso. O Estado brasileiro falhou, porque houve negligência em relação á proteção da vida do depoente."

Acrescentei esse parágrafo a partir do debate que aconteceu na reunião passada.

Além disso, na página 17, também no primeiro parágrafo: "Se o chamado ocorreu por volta das 22 horas do dia 24 de abril, horário em que a viúva de Malhães e o caseiro se soltaram, por que a polícia militar só chegou ao local às 8h30 do dia seguinte? O que aconteceu nesse interregno?

Então, são vários questionamentos que faço no relatório a partir também da visita e dialogando com os Senadores que compuseram a Comissão e aqui estou acrescentando mais esse questionamento, que foi lembrado aqui na última reunião.

Além disso, no item 7, na parte de recomendações, estou acrescentando quatro recomendações a mais do que havíamos sugerido no relatório que foi lido na semana passada. O item nº 2, solicitação de cópia do inquérito policial, já com o laudo pericial da *causa mortis* incluso, ainda que mediante sigilo. Na verdade, essa recomendação já estava prevista, mas nós não havíamos incluído nessa solicitação o laudo pericial da *causa mortis,* então nós queremos o inquérito policial já com o laudo pericial da *causa mortis* incluso também.

O item nº 6 também foi incluído: um contato oficial com os promotores designados para acompanhamento do caso pelo Comissão de Direitos Humanos. Sabemos que já existem promotores designados, até então essa informação não nos tinha chegado; então, como existem promotores já designados para fazer o acompanhamento do caso, estamos sugerindo, recomendando que a Comissão de Direitos Humanos faça contato oficial com esses promotores.

Além disso, o item nº 7, que já estava previsto, vou fazer a leitura integral dele, depois dizer o que agregamos: "Interlocução com a Comissão Nacional da Verdade acerca das providências relacionadas ao caso." Estou acrescentando: "e em relação às suas reais condições de funcionamento doravante".

E, ainda o item nº 8: "Encaminhamento desse relatório às seguintes instituições: Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Comissão Nacional da Verdade, Comissão da Verdade do Rio e o Alto Comissariado da ONU." Então, essa recomendação não havia sido proposta na leitura do relatório passado e estou acrescentando aqui como Relatora deste processo.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Em discussão, o relatório.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa.*)

Em votação, o relatório.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Volto à Presidência a Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Dando sequência a nossa pauta, o item 22, à página 318:

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS

HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 48, DE 2014

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação de adolescentes e jovens indígenas da Amazônia Legal Brasileira e apresentação da Exposição de Fotos do Projeto Jovens Comunicadores Indígenas.

Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1) 1. Representante da UNICEF;

2) 2. Jovens representando os Estados da Amazônia Legal.

Autoria: Senadora Ana Rita e outros

Esse requerimento é de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que eu estou subscrevendo.

Vou conceder a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para fazer o devido encaminhamento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Srª Presidente, acho que não haveria necessidade de encaminhar pelo nível de aprovação que temos; inclusive um representante aqui dos nossos povos indígenas, que é o Senador Wellington, que é um representante digno.

Enfim, acho que V. Exª assina o requerimento para que possamos debater a questão dos adolescentes, da política de jovens e, sobretudo, indígenas na Amazônia, e também promover uma exposição de fotos muito interessante aqui no Senado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 23, página 322:

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS

HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 49, DE 2014

Com fundamento no disposto no Art. 142, do RISF, requeiro uma diligência na cidade de Caxias do Sul- RS, para in loco ouvir e registrar depoimentos de autoridades representativas dos segmentos excluídos. Entre os que serão ouvidos, estarão os representantes de entidades organizadas em defesa da qualidade de vida no processo de envelhecimento das pessoas com deficiência, comunidade LGBT, doenças raras, questões étnicas e pessoas idosas. A partir da coleta e geração dos dados, será possível propor alternativas técnicas e financeiras por parte do Senado Federal para os principais problemas levantados. Para isso, sugerimos que sejam ouvidos pelo Senador Paulo Paim e representantes das entidades em defesa aos grupos excluídos os seguintes convidados: Dr. Leandro Minozzo – Como tratar as diferenças no processo de envelhecimento?; Pe. Ezequiel Dal Pozzo – Como propor envelhecimento ativo?; Sr. Santos Fagundes – Como criar projetos para apoios financeiros relacionados à qualidade de vida de segmentos excluídos socialmente?; Srª Berenice Piana – Como propor melhorias para um envelhecimento saudável dos autistas?; Sr. Marco Souza – Como sensibilizar as pessoas para os temas relacionados à exclusão social?

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao autor do requerimento, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, na verdade seria um encontro quase que estadual na cidade de Caxias do Sul, que tem recebido também centenas e centenas de homens e mulheres do Haiti.

A visão é discutir com todos os setores que são discriminados, não somente na questão específica dos haitianos, mas também de outros que sejam, de uma forma ou de outra, discriminados.

Este é o objetivo: uma promoção estadual que vai ser em Caxias, tendo como eixo a questão do Haiti.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado com a deliberação de que participará da diligência o autor do requerimento, o Senador Paulo Paim. E eu consulto aos demais Senadores se alguém tem disponibilidade de acompanhar o Senador Paulo Paim nessa diligência. (*Pausa.*)

Dos presentes, ninguém se manifesta. Caso alguém tenha interesse, poderá procurar a Comissão de Direitos Humanos. Em princípio, apenas o Senador Paulo Paim.

Item 24,à página 324:

ITEM 24

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão com a finalidade de debater a incidência do imposto de renda sobre os alimentos fixados judicialmente para a manutenção dos filhos, com a presença das seguintes convidadas: Srª Flávia Piovesan, Professora da PUC/SP; 1 (um) Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência

da República; Srª Misabel Derzi, Tributarista, Titular de Direito Financeiro e Tributário da Universidade Federal de Minas Gerais; Sr.Gildo Alves de Carvalho Filho, Titular da 8ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus; Srª Lena Lavinas, Economista, Titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1 (um) Representante da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, autora do requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Srª Presidenta, eu gostaria de solicitar que fosse sobrestado esse requerimento, se a gente pudesse não votá-lo agora, porque, na realidade, o objetivo desse requerimento é debater um projeto de lei que eu apresentei. E seria muito importante que fizéssemos em conjunto com o Relator da matéria, que eu, aqui, não saberia dizer exatamente quem é, até para que a gente pule.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É o Senador Requião? Então, para que a gente possa fazer tratativas com o Senador Requião – e possivelmente com outras Comissões –, porque geralmente em projetos com esse conteúdo é de praxe a realização de audiências públicas, para que depois não tenhamos que realizar uma outra audiência pública.

Então, eu solicito apenas a retirada da pauta hoje para que, durante a semana, a gente faça essas tratativas e, semana que vem, possa votá-lo, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, o encaminhamento feito.

Também o item 25, à página 328, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin:

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS

HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 50, DE 2014

Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II, III e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, incisos II e III, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDH), para discutir o cronograma de implantação das medidas de acessibilidade destinadas a permitir que as pessoas com deficiência tenham acesso à programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, nos termos do Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Para fornecer informações, expor opiniões e responder aos questionamentos das senhoras e dos senhores parlamentares, sugerimos que sejam convidadas, para a mencionada audiência, as seguintes autoridades: Sr. Octavio Pieranti – Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações; Sr. Antonio José Ferreira – Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Sr. Daniel Pimentel Slaviero – Presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV (ABERT); Sr. Aurélio Veiga Rios – Procurador Federal dos Direitos do Cidadão no Ministério Público Federal; e Sr. Manoel Rangel – Presidente da Agência Nacional de Cinema (ANCINE).

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para encaminhar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Ele é bem autoexplicativo, Srª Presidente.

Nós temos uma regulamentação no Brasil que trata da acessibilidade, da possibilidade de deficientes no Brasil poderem acessar conteúdos transmitidos pelos meios de comunicação.

Então, eu creio que é um importante debate, principalmente no âmbito desta Comissão, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O próximo item é o 26, à página 332, de autoria do Senador Paulo Paim:

ITEM 26

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS

HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 51, DE 2014

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o seguinte tema: "Súmula Vinculante 33 a luz dos Direitos Humanos". Para tanto, sugiro que sejam convidados: Representante da FENAJUVE – Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União; Ministro Joaquim Barbosa – Presidente do Supremo Tribunal Federal STF; Ministro Augusto Nardes – Presidente do TCU; Ministro Garibaldi Alves – Ministério da Previdência Social; Secretário Antonio José Ferreira – CONAD/SNPD; Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca – Tribunal Regional do Paraná.
Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, na verdade a Súmula Vinculante 33, editada pelo Supremo Tribunal Federal, deixou uma dúvida muito grande em relação à aposentadoria especial para os servidores públicos, porque ela acaba dizendo que, enquanto não for votado aqui pelo Parlamento, enquanto não houver nenhuma iniciativa do Executivo, há um PL de nossa autoria, o PL 250, que trata dessa questão, e há também uma proposta de emenda à Constituição.

Como se criou uma dúvida muito grande e se estender o mesmo direito que foi assegurado aos trabalhadores do Regime Geral da Previdência não se resolve o problema do servidor, as entidades, enfim, os desembargadores acharam por bem que se fizesse um debate sobre essa súmula aqui na Comissão de Direitos Humanos, porque trata do interesse direto das pessoas com deficiência que atuam no serviço público.

Esse é o objetivo, por isso os convidados que estão listados. Inclusive, neste momento a CSPB, Confederação dos Servidores Públicos Brasileiros, o Sr. Lineu Neves Mazano, questiona se não pode ser incluída, porque tem interesse também nessa súmula vinculante.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação o requerimento, com a inclusão também...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Da CSPB, Confederação dos Servidores Públicos Brasileiros.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O item 27 é de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que não está presente. Então, vamos deixar para a próxima reunião.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 27

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos do Art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa verificar as condições de internação na ala de detenção do Hospital de Base de Brasília, bem como a situação do espaço carcerário reservado ao vereador MARCO PRISCO (PSDB-BA), no Complexo Penitenciário da Papuda, a fim de que se diligencie se o referido parlamentar conta com meios que assegurem sua integridade física, sua saúde e sua dignidade.
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.)

Item 28, à página 337, de autoria também do Senador Paulo Paim:

ITEM 28

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS

HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 52, DE 2014

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o tema: "A banalização da vida: o mapa da violência hoje". Para tanto, sugiro que sejam convidados: Sr. Julio Jacobo Waiselfisz – Autor do livro "Mapa da violência 2013"; CEBELA – Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos, Flacso Brasil; Sr. Guilherme Assis de Almeida – Professor e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP, autor do livro Violência Urbana; Representante do Ministério da Justiça; Representante da SDH – Secretaria de Direitos Humanos; Sr.Antonio Geraldo da Silva – Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP, Departamento Forense que trata da violência; Srª Mariza Monteiro Borges – Presidente do Conselho Federal de Psicologia.
Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, este, para mim – claro que tenho um carinho por todos os requerimentos que eu encaminho, pela sua importância –, talvez seja o mais importante dos requerimentos que eu apresentei nesta Casa, na minha visão, nos últimos tempos. Isso porque a banalização da vida é algo impressionante.

Eu vou me reportar, por exemplo, ao que aconteceu com aquele menino lá no meu Rio Grande, que foi, simplesmente, assassinado, no meu entendimento, pelo pai, pela madrasta e por uma amiga da madrasta e enterrado covardemente, muitos dizem que até ainda vivo, por interesse financeiro.

Vamos pegar esse outro caso, recentemente, dos tais justiceiros, que, baseados numa foto desenhada na internet, acabaram sacrificando uma senhora, covardemente, e depois reconheceram que ela era inocente.

Podemos lembrar o caso aqui de Brasília, recentemente, em que duas crianças foram assassinadas por um amigo do pai porque o pai ficou devendo R$60,00 dos R$160,00 que devia.

Então, a questão é tão grave, a forma como infelizmente a vida passa a perder o valor para algumas pessoas, que nós entendemos que este é um debate que deveríamos aprofundar.

Eu faria até questão, se V. Exª assim me permitir a sugestão, que V. Exª capitaneasse essa audiência pública – é claro que eu estaria aqui, como autor do requerimento –, para a gente discutir um pouco essa questão com profundidade, nesta Comissão tão bem presidida por V. Exª. Tanto que eu estou convidando aqui psiquiatras, psicólogos para aprofundarmos o debate.

Essa é a intenção, que eu passo às mãos de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Posteriormente, faremos o agendamento de todas essas audiências.

Item 29, .eu sou autora do presente requerimento. Então, solicito ao Senador Wellington que possa presidir.

Senador Wellington Dias, vamos nos revesar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Item 29:

ITEM 29

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS

HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 53, DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de lançar e divulgar material produzido pelo Ministério Público do Trabalho e Movimento Down, que disponibiliza através de instrumentos acessíveis legislações de interesse das pessoas com deficiência. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante do Movimento Down; Representante do Ministério Público do Trabalho; Representante da organização Carpe Diem; Representante do Instituto

Nacional de Educação de Surdos; Representante da Fundação Rorina (cegos); Representante da Secretaria-Geral da Presidência da República.
Autoria: Senadora Ana Rita

Concedo a palavra à autora, Senadora Ana Rita, para encaminhar.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Essa audiência pública tem como objetivo divulgar uma experiência altamente positiva desenvolvida pelo Ministério Público do Trabalho do Estado do Espírito Santo.

Eles têm todo um programa *on-line* de divulgação de várias legislações em sistema Braille e também audiovisual em Libras, na verdade, e que possibilita as pessoas com deficiência visual poderem acessar diversas legislações, tanto a Constituição Federal quanto outras legislações referentes aos direitos trabalhistas das pessoas.

Então, acho que é uma experiência bastante positiva do Ministério Público do Trabalho do Estado do Espírito Santo que, em uma audiência pública, poderá ter oportunidade de divulgar para o Brasil inteiro e uma experiência que poderá, com certeza, ser replicada, ser implementada por outros Ministérios Públicos do Trabalho dos diversos Estados Brasileiros.

Então, o objetivo da audiência pública é esse.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Não havendo quem queira debater, exceto o Presidente, para elogiar e parabenizar a iniciativa. Temos conhecimento desse belo trabalho lá, aliás, o Ministério Público do Trabalho do meu Estado manifestou interesse nessa experiência, já estiveram lá e, com certeza, servem, sim, de exemplo para todo o Brasil.

A gente fala aqui de tantas coisas ruins e, há pouco, dessa situação que o Senador Paulo Paim apresenta dos casos escabrosos que a gente nem imagina que o ser humano possa ser capaz de fazer, mas daí temos que falar também das coisas positivas que estão acontecendo.

Parabenizo aqui a Senadora Ana Rita.

Não havendo quem queira discutir, em votação o Requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento também da Senadora Ana Rita e apresentamos aqui uma proposta de inclusão extrapauta.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam na inclusão extrapauta de dois requerimentos que tratam da transposição do regime celetista para estatutário dos trabalhadores do Conselho de Fiscalização Profissional e o que trata da imposição de restrições aos direitos de ir e vir de pessoa com deficiência pelas companhias aéreas.

Os que concordam pela aprovação da inclusão na pauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS

HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 55, DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater A IMPOSIÇÃO DE RESTRIÇÕES AO DIREITOS DE IR E VIR DE PESSOA COM DEFICIÊNCIAS, PELAS COMPANHIAS AÉREAS. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da ANAC 2. Representante da TAM 3. Representante da GOL 4. Procurador Federal dos Direitos do Cidadão 5. Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República 6. Sra. Simone Franco – Representante das Vítimas da restrição imposta pelas companhias
Autoria: Senadora Ana Rita

Com a palavra a autora do Requerimento.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Esse requerimento também é fundamental porque eu recebi uma denúncia, na verdade, a Comissão de Direitos Humanos recebeu uma denúncia de que pessoas com deficiência especialmente as pessoas obesas que têm muita dificuldade de se locomover, dependendo do grau da deficiência, estão sendo obrigados, ao comprar uma passagem aérea, a preencher um formulário de umas três páginas com uma série de perguntas e, dependendo da situação, essas pessoas ficam impossibilitadas de viajar de avião.

A denúncia que me chegou foi da Simone Franco, que tem um familiar, a sua mãe, que é obesa e ela, ao buscar comprar a passagem e poder transportar sua mãe para tratamento de saúde, deparou-se com essa exigência da empresa aérea.

Possivelmente, outras pessoas estão tendo que enfrentar esse mesmo desafio. Então, o objetivo é fazer essa audiência pública chamando os representantes das empresas aéreas para que possam debater esse tema porque entendo que dificulta o direito de ir e vir das pessoas.

As pessoas não podem ser impossibilitadas ou, por alguma restrição das empresas impossibilitadas ou, por alguma restrição das empresas, ter dificuldade de acessar uma passagem de avião para poder se locomover de um lugar para outro. Nós precisamos compreender essa realidade e fazer esse debate.

Então, a audiência pública tem como objetivo fazer o debate sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que são pela aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aliás, esses dias, uma jovem fez um concurso para uma prefeitura municipal e passou nas provas escritas e nas entrevistas, mas foi rejeitada. A alegação era de que ela era obesa. Então, essa é uma situação realmente dramática.

Requerimento nº 2, extrapauta:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS

HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 56, DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater A TRANSPOSIÇÃO DO REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO DOS TRABALHADORES DOS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL . Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Procuradoria Geral da República; 2. Representante da Advocacia Geral da União; 3. Representante do Tribunal de Contas da União; 4. Sr. José Augusto Viana Neto, Coordenador do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas; 5. Representante do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

Autoria: Senadora Ana Rita

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Estou solicitando fazer o debate sobre este assunto, porque o considero importante e, ao mesmo tempo, difícil, complexo, mas que precisa ser debatido no âmbito da Comissão de Direitos Humanos. Trata-se da transposição do regime celetista para o estatutário de servidores, trabalhadores e trabalhadoras, dos Conselhos de Fiscalização Profissional.

Essa demanda eu recebi dos profissionais que atuam no Estado de Sergipe, por ocasião de uma ida da Comissão de Direitos Humanos àquele Estado. Além disso, tenho sido abordada aqui no Senado Federal por profissionais dessa área que nos trouxeram essa demanda.

Como essa é uma demanda, na minha opinião, que precisa ser melhor entendida, sendo necessário ouvir também a opinião de outros setores da sociedade, o objetivo da audiência pública é justamente aprofundar e conhecer esse assunto, para ver se é possível atender à demanda apresentada pelos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Não havendo quem queira discutir, debater, colocamos em votação.

Aqueles que são pela aprovação permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente ou Srª Presidenta...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Srª Presidenta agora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, eu quero só fazer um registro de um minuto.

Eu quero que fique registrado nos Anais da Comissão de Direitos Humanos um depoimento, Srª Presidenta, dirigindo-me ao Senador Wellington Dias.

Ontem, no plenário, falei rapidamente da importância da aprovação das cotas no serviço público, mas quero, agora, registrar aqui o meu carinho, o meu respeito aos dois Relatores da matéria. Um deles foi V. Exª,

que relatou a matéria com a competência de sempre, e o outro foi o Senador Humberto Costa, que, como ficamos sabendo agora, infelizmente perdeu o seu pai nesta manhã.

Então, faço questão de fazer esse registro. Parabéns a ambos pelo brilhante relatório sobre o tema, que foi aprovado por unanimidade nas Comissões e no plenário da Casa.

Não podia deixar encerrar esta Comissão de Direitos Humanos sem cumprimentar V. Exª e o Senador Humberto Costa.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Srª Presidenta, eu também quero me manifestar da mesma forma. Ontem estava todo mundo economizando palavras para poder não perder o quórum para a votação.

Acho que esse é um passo importante. Não resolve tudo, mas acho que é um passo importante para que tenhamos condições de reparar um momento lamentável da história do nosso País. Eu creio que essa aprovação da cota estabelecida ontem é um passo a mais dentre tantos que podemos dar nessa área.

Então, eu queria parabenizar aqui o meu querido Senador Paulo Paim, os Relatores e todos pela aprovação.

E comemoro com o povo do meu Estado, com o povo brasileiro, especialmente a população afrodescendente, esse momento de aprovação.

Aliás, registro que hoje tivemos aqui um debate, coordenado por V. Exª e pelo nosso companheiro Markus Sokol, aqui presente, com a presença do nosso Senador haitiano, cujo nome eu sempre tenho dificuldade de pronunciar.

O SR. MARKUS SOKOL (Fora do microfone.) – Moise, com som de /u/.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – O Senador Moise aqui nos apresentou um relato importante da situação do Haiti. Com certeza, o Brasil pode liderar no sentido de trazer de volta a normalidade, os aspectos da democracia e as condições para que aquele povo, que precisava do mundo para um momento de estabilização, possa agora tocar a vida do ponto de vista democrático. Ao mesmo tempo, o Brasil pode dar o apoio necessário, considerando as dificuldades que aquele país enfrenta.

Então, eu queria aqui fazer essas duas manifestações.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Wellington.

Aproveito, então, para registrar a presença do Senador haitiano, Jean Charles Moise, acompanhado pelo Markus Sokol, que é membro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, que está aqui como tradutor.

Nós queremos ouvir, com certeza, o Senador, mas, antes de passar a palavra ao Senador, eu quero colocar em votação o requerimento apresentado pelo Senador João Capiberibe, cuja leitura já foi feita e também a votação extrapauta.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS

HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 54, DE 2014

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Subcomissão da Memória, Justiça e Verdade, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minoria – CDHM, da Câmara dos Deputados, a fim de esclarecer as graves violações de direitos humanos sofridas pela etnia Aikewara.

Solicitamos que sejam convidados: 1 – Ideli Salvatti – Ministra da Secretaria de Direitos Humanos. 2 – José Eduardo Cardoso – Ministro da Justiça. 3 – Celso Amorim – Ministro da Defesa. 4 – Maria Rita Kehl – Integrante da CNV. 5 – Iara Ferraz – Antropóloga. 6 – Vice-cacique Mahu Suruí ou de sua indicação. 7 – Indicação de um dos idosos Suruí que sofreram violência.

Autoria: Senador João Capiberibe

Eu consulto os Srs. Senadores se há concordância.

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento apresentado pelo Senador João Capiberibe.

Não havendo mais nenhum ponto na pauta que possamos votar hoje, porque os demais são projetos terminativos e, no caso de alguns não terminativos, os autores não estão presentes, eu vou conceder a palavra,

por um tempo de cinco minutos, ao Senador haitiano, Jean Charles Moise, para que possa também relatar um pouco a situação do Haiti.

Eu solicito ao Markus Sokol que ocupe a cadeira de cá para facilitar a tradução.

Agradeço profundamente a presença dos Srs. Senadores. Se puderem permanecer, será muito bom para que possamos aqui ouvi-los.

Senador, seja bem-vindo!

O SR. JEAN CHARLES MOISE (*Tradução simultânea, feita por profissional habilitado.*) – Muito obrigado, companheira, Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Também quero saudar o nosso colega Dias, assim como todos os Senadores presentes e os chefes de gabinete.

Em primeiro lugar, quero felicitá-los, em nome do povo do Haiti, pela decisão que há pouco tomaram de constituir uma delegação para se dirigir a São Paulo e verificar as condições dos refugiados haitianos.

Quero dizer-lhe, Srª Presidente, que é a terceira viagem que eu faço ao Senado Federal.

O sentido da minha visita, hoje, é ajudá-los a compreender a situação política no meu país e a situação das tropas da Minustah.

Desde a minha última visita eu lhes tenho solicitado apoio político e moral para a desocupação do meu país em função da presença dos soldados estrangeiros da Minustah. Preciso recordar-lhes de que o Haiti não está em guerra, tampouco enfrenta uma situação de guerra civil, interna.

A nossa luta pela desocupação é uma continuidade da luta dos povos irmãos da América Latina e dos povos de outros países do mundo contra as ingerências imperialistas, conforme a resolução do Senado da República do Haiti, de 21 de maio de 2013.

Após os acontecimentos políticos de 2004 no Haiti, foram enviadas forças estrangeiras para o país com o objetivo de estabilizar o Haiti, de ajudar o Haiti. Infelizmente, dez anos depois, o que é que nós temos? Temos violações dos direitos humanos, instabilidade política. Houve uma aumento dos sequestros e, finalmente, foi trazida a cólera, a epidemia do cólera, que acometeu o povo do Haiti.

Nos disseram que as tropas foram enviadas para ajudar o povo, para construir escolas, para ajudar os camponeses, para construir estradas. Mas é exatamente contrária a situação que nós temos hoje no Haiti. Como consequência, vocês podem, por vocês mesmos, verificar com esses haitianos que vieram ao País em busca de condições de vida, de trabalho.

Por todas essas razões, nós pedimos a retirada, sem condições e imediata, das tropas que estão no Haiti.

E é por isso que nós estamos então, aqui, em busca do apoio dos brasileiros, particularmente dos colegas Senadores e Deputados presentes no Congresso Nacional.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Jean Charles Moise, pelas informações aqui trazidas.

Consulto os Senadores se alguém gostaria de se manifestar. (*Pausa.*)

Já fizemos uma reunião hoje cedo – quero informá-los disso – com o Senador Moise e toda a comitiva. Definimos alguns encaminhamentos nessa reunião e já temos confirmada uma audiência no Ministério de Relações Exteriores, às 17h30. E o Ministro da Defesa vai nos receber às 15h.

Temos de ser extremamente pontuais porque a agenda do Ministro está supercheia. Ele abriu a possibilidade de nos receber por um período de 15 minutos, no máximo. Então, precisamos ser pontuais para que essa agenda fique mantida. Então, são essas as duas agendas que nós encaminhamos a partir da conversa que tivemos hoje pela manhã.

Então, elas vão acontecer agora à tarde.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Só para eu compreender, Presidenta, já que nós estamos aqui numa reunião deliberativa, se há necessidade de apresentar um requerimento – eu iria fazer de forma oral e depois oficializar –, para que pudéssemos encaminhar um posicionamento desta Comissão e para também que V. Exª fizesse tratativas com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores para que possamos direcionar ao Ministro das Relações Exteriores dois pedidos: primeiro, que o Brasil possa liderar esse momento em que, com outros países, possa ser programada a retirada de tropas no Haiti; segundo para que possa fazer tratativas com os vários Ministérios do Brasil no sentido de apoio necessário às necessidades do povo haitiano, na forma como estão pleiteando e dentro, é claro, das condições do Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Wellington Dias, acho que seria muito bom se nós fizéssemos conjuntamente essa iniciativa também. Vamos ter, hoje à tarde, de dialogar com

o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, o Senador Ricardo Ferraço, para que conjuntamente, Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Relações Exteriores, possamos tomar outras providências.

Então, de imediato, nós agendamos essas duas reuniões, mas seria muito bom podermos aprovar aqui um documento, um requerimento, enfim, algo que pudesse, em nome das duas Comissões, ser um documento oficial para as autoridades aqui do Brasil.

Eu estou sendo orientada aqui que nós poderemos, se assim houver concordância, aprovar verbalmente a construção desse documento. Aprovaremos aqui e encaminharemos para aprovação também na Comissão de Relações Exteriores. Então, se houver concordância, nós poderemos colocar em votação.

Em votação a construção desse documento para as autoridades brasileiras relacionadas à situação do Haiti.

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovada, então, a construção desse documento.

Muito obrigada.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 8 minutos.)

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE MAIO DE 2014, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 8H30, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e vinte e nove minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e quatorze, no Plenário número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim e da Senadora Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 3 de 2014-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 12/02/2014, para debater o tema: "A vigência das liberdades democráticas no país e o crescente processo de criminalização das lutas e das organizações dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre da periferia das grandes cidades". O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, e convida a Senhora Silvana Schuler Pineda, Coordenadora Geral do SINASEFE, presente no plenário da Comissão, para compor a mesa e informa que devido a problemas de voos os convidados ainda não chegaram. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra para a Senhora Silvana Schuler Pineda. Às oito horas e quarenta e sete minutos o Senhor Presidente comunica a chegada dos convidados José Maria de Almeida, Representante da CSP/Conlutas; Matheus Gomes, Membro da Direção Executiva da Assembleia Nacional de Estudantes Livres – ANEL; Deise Benedito, representante da Secretaria de Direitos Humanos e passa-lhes a palavra na ordem de apresentação. O Senhor Presidente concede a palavra as seguintes pessoas presentes no plenário: Fabiano Faria e Samantha Lopes, ambos do SINASEFE. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) fazer expediente da comissão para o Ministério do Planejamento e para o Ministério da Educação para possibilitar nova rodada de negociação; 2) dialogar com o Governador e o Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul acerca da atuação dos movimentos sociais; 3) que a Comissão de Direitos Humanos acompanhe os processos e inquéritos policiais que envolvem os líderes de movimentos sociais; 4) realização de outra audiência pública para debater o tema, com a presença da UNE, das Centrais Sindicais e dos convidados que não puderam comparecer na audiência pública de hoje; 5) sugerir a modificação da Lei de Segurança Nacional; 6) realizar audiência pública para debater a situação do Haiti. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Deliberativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 3, de 2014, de nossa autoria e de outros Srs. Senadores, aprovado em 12/02/2014, para debater sobre o tema "A vi-

gência das liberdades democráticas no País e o crescente processo de criminalização das lutas e das organizações dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre da periferia das grandes cidades", ou seja, daqueles que mais precisam se mobilizar. Esse é o motivo.

Inclusive já existe um debate, que está na sociedade e na CCJ, acerca de projeto, e o caminho que ele seguirá preocupa muito as categorias organizadas, porque entendemos que tem que haver uma legislação, sim, mas temos que ver se os instrumentos que a lei hoje tem já nos asseguram aplicação, desde que feita corretamente, ou se precisaria ter outra lei que poderá vir – e aí eu tenho discordância de fato – criminalizar os movimentos sociais – que, repito, eu não concordo. Essa a minha maior preocupação.

Por isso fiz uma série de requerimentos, inclusive em Plenário, para não permitir que a lei já apresentada – e já estava em Plenário – viesse nessa linha. Votado o meu requerimento, não puderam votar a lei que, no meu entendimento, está, sim, criminalizando diretamente os movimentos sociais. Enquanto não votam o meu requerimento para que o projeto venha a esta Comissão, o Plenário não pode votar a proposta sobre a qual eu tenho a maior preocupação. Mas existe uma outra proposta na CCJ – e eu tenho recebido muita correspondência dos movimentos sociais – que aponta no mesmo sentido. Infelizmente, não foi votada ontem, até porque um dos argumentos é que não teríamos esta audiência pública.

Eu pediria, pessoal, que desligassem os celulares, porque o celular interfere diretamente aqui. Você fala aí e repercute aqui no microfone. Não tem problema usar o celular, mas fale, de preferência, aqui ao lado da sala; fale aqui ao lado, no corredor.

Todos sabem que já existe relatório de um projeto que trata também desse tema, apresentado pelo Senador Pedro Taques, que está na CCJ. Então, o material da audiência pública de hoje vai servir também para que o debate sobre o tema seja transparente, tranquilo e que prevaleça o bem da sociedade, da democracia e das liberdades.

Antes de chamar os nossos convidados, vamos fazer uma manifestação sobre esse tema.

As manifestações populares estão acontecendo em todo o Brasil. Sem elas a democracia demonstra que estaria fragilizada. É fundamental garantir a liberdade de expressão, de opinião e de mobilização.

A audiência pública de hoje vai debater o atual, crescente e inquietante processo de tentativa de criminalização das lutas organizadas pelos movimentos sociais. Por isso mesmo, mais do que nunca, é oportuno esse debate e essa audiência pública.

Sob o título "A vigência das liberdades democráticas no País e o crescente processo de criminalização dos movimentos sociais", nós vamos aqui, em resumo, debater.

Assim, abriremos hoje as discussões com a preocupação vigente da forma com que estão potencializando a tentativa de diminuir as liberdades democráticas, para que os movimentos sociais não possam estar nas ruas.

Sou totalmente favorável aos movimentos sociais. Acho que é legítima, independentemente da área pública ou da área privada, a pressão popular, para que o Congresso, para que o Judiciário e o Executivo atendam à demanda do povo brasileiro, às propostas que o povo pauta legitimamente e que quer debater.

A julgar pelos acontecimentos mais recentes, é fato notório o recrudescimento da violência em relação aos movimentos sociais. Quando eu falo em violência, estou muito tranquilo, porque sou daqueles que entendem que a violência não pode vir de nenhum lado, nem da polícia e nem dos movimentos sociais. Nós, que viemos do combate à ditadura e que fomos tão espancados à época – era proibido, de fato, mobilizar-se, fazer passeatas –, queremos o direito, mas somos contra qualquer tipo de quebra-quebra e somos contra a violência, venha de onde vier.

O que está escrito aqui vai na mesma linha, porque estou falando de improviso. Então, não há necessidade de se fazer a leitura.

Silvana Schuler Pineda está aqui? (Pausa.)

Então, eu convidaria a Silvana Schuler Pineda, Coordenadora-Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), a primeira das convidadas que se apresentou aqui para debater o tema.

Muito bem, uma salva de palmas para ela. (Palmas.)

Seja bem-vinda.

Informo que os outros dois convidados, por problemas nos voos, estão ainda a caminho, estão chegando.

Este é um tema que interessa a todos. Nós estamos vendo hoje, inclusive o momento pode ser esse, que diversas categorias estão em greve, a exemplo da Polícia Civil. Aliás, eu levantei aqui a situação daquele Vereador da Bahia que, inclusive por liderar um movimento, está preso na Papuda agora, coisa que, para mim, não bate, digamos, com o meu ponto de vista. A família dele me procurou, não que eles tenham me pedido que ele não responda por algo que tenha feito, mas a família apenas quer que ele seja transferido para a Bahia. Eu já fiz o pedido de transferência, mas, até o momento, não me responderam se ele vai ou não ser transferido para

a Bahia, já que a família e o seu corpo jurídico pede que ele responda, se houve algum abuso, perto da família, pelo menos, porque a família não tem como se deslocar para Brasília, para ver a situação em que ele se encontra.

Voltando ao tema, vamos começar a conversar sobre esse tema que, para mim, é tão importante.

Por exemplo, eu tenho aqui projeto do Senado que tipifica como crime de vandalismo a promoção de atos coletivos de destruição, dano ou incêndio em imóveis públicos ou particulares, equipamentos urbanos, instalações de meios de transporte de passageiros, veículos e monumentos. Isto aqui é a ementa. Ao longo do projeto, a gente vê que a justificativa fala muito nos chamados atos de vandalismo. E os termos aqui usados são de fato fortes para buscar, digamos, uma saída,

Mas, passamos a palavra então para a Silvana, para comentar, digamos, o tema em debate neste momento aqui na Comissão de direitos Humanos.

A SRª SILVANA SCHULER PINEDA – Bom dia, meus queridos companheiros de Sinasefe aqui.

Bom dia, Senador. Nós somos conterrâneos. Eu sou lá de Porto Alegre, Professora do Colégio Militar lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você não é daquelas que diz que tem uma canção que os gaúchos gostam muito de cantar? Perguntaram-me o que me basta para ser feliz. Daí a canção diz que para ser feliz basta dizer que sou gaúcho. Você não é tão bairrista assim, não é? Prefere dizer que é brasileira, não é?

Isso é só para descontrair, pessoal.

Vamos lá.

A SRª SILVANA SCHULER PINEDA – Bom, este assunto é caro a nós, evidentemente, nós somos um sindicato de trabalhadores da rede federal de educação, mas antes de começar a falar exatamente sobre essas propostas que estão sendo levantadas e esses projetos com relação à criminalização dos movimentos sociais, nós temos que ponderar ainda alguns pontos anteriores a isso. Primeiro que, apesar de a gente ter caminhado bastante no sentido de avançar nas liberdades democráticas, nós somos um País onde a violência é parte do cotidiano desde a nossa origem. Então nós somos um País onde a violência é um dado, e todos os tipos de violência. E aqui especificamente, com relação ao nosso caso, antes de entrar propriamente nessas questões, nós gostaríamos de deixar registrado, como entidade sindical, que nós consideramos uma violência um governo não nos receber para o diálogo. Isso é uma forma de violência que a gente tem que considerar muito séria, porque nós conseguimos agora ser recebidos numa audiência que aconteceu terça-feira, mas que não andou. Não houve avanço. Então isso é já uma forma de violência…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vocês estiveram com quem, só para eu me situar?

A SRª SILVANA SCHULER PINEDA – MPOG, Sérgio Mendonça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sérgio Mendonça? Ex-Dieese?

A SRª SILVANA SCHULER PINEDA – Isso.

Essa é uma forma de violência bastante evidente, já com relação aos movimentos sociais, anterior ao próprio projeto.

Então nós gostaríamos de deixar isso registrado em função do que tudo isso significa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas tem uma outra reunião para discutir? Ficou agendada?

A SRª SILVANA SCHULER PINEDA – Nós estamos solicitando. Hoje vamos protocolar outro documento solicitando novamente reunião, mas não houve nenhum aceno para uma nova possibilidade de reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então que já fique aqui para a Secretaria da Comissão, como forma de encaminhamento já dessa audiência – que tem tudo a ver com os movimentos sociais –, que a gente faça uma solicitação no sentido de que haja a retomada das negociações com uma nova rodada de negociação junto ao Ministério do Planejamento. É isso?

A SRª SILVANA SCHULER PINEDA – E ao MEC, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E ao MEC.

A SRª SILVANA SCHULER PINEDA – Que são os dois Ministérios que não…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Junto ao Ministério do Planejamento e ao MEC. O.K.?

A SRª SILVANA SCHULER PINEDA – O.K.

Registrado isso… Nos causa – e acho que a toda a sociedade brasileira – uma preocupação muito grande essas normativas que têm sido estabelecidas em função do contexto que nós vivemos nesse momento. Quer dizer, nós estamos fazendo toda uma caminhada no sentido de ampliação das liberdades democráticas, de ampliação dos direitos sociais e, em função do contexto em que nós vivemos – e aí não podemos separar evidentemente as jornadas de junho –, causa uma comoção evidente projetos desse tipo que visam a criminalizar os

movimentos sociais. E, aí, a gente não pode desconsiderar que a esses projetos também vêm acoplados a uma série de outras violências relacionadas aos grandes eventos que vão acontecer no Brasil nos próximos anos.

Então, a população brasileira já vem passando por sofrimentos evidentes com todas as remoções que vêm acontecendo com relação aos eventos, inclusive com transformação, inclusive, do cenário urbano das cidades que vão abrigar esses eventos, então, isso já é uma violência intensa. Não é à toa que ocupações estão acontecendo; não é à toa que esse pessoal está resistindo, como aconteceu no Rio de Janeiro.

E nos preocupa justamente, porque isso atesta que, neste momento, nós temos uma inversão de prioridades. Quer dizer, quando nós teríamos que estar na rua, sim, apoiando e participando dos movimentos. Um Governo que vem justamente dos movimentos sociais, caracterizado basicamente por um Governo que vem de formação sindical, no momento em que nós deveríamos avançar na luta e na conquista de direitos da população brasileira, o que nós vemos é justamente o contrário. Qualquer tentativa hoje de mobilização mais evidente corre o risco de ser profundamente criminalizada.

Nós temos um exemplo bastante específico no Rio Grande do Sul, que o senhor deve estar acompanhando. Lá no Rio Grande do Sul, o Matheus, um menino do DCE da UFRGS, sofreu indiciamento em função da participação no Bloco de Luta e em uma série de atividades.

Então, nós, como sindicato de trabalhadores da educação – docentes e técnicos –, não nos furtamos a esse debate. Muito pelo contrário. Estamos aqui. E também nos causa estranheza que um assunto tão fundamental nesse momento não tenha mobilizado uma plateia maior para esse debate, porque ele é fundamento das nossas atividades. Nós não podemos conceber uma entidade sindical que não possa se manifestar no conjunto da sociedade brasileira, considerando esses projetos que aí estão.

Então, nós viemos aqui com a expectativa de que esse tema fosse amplamente debatido. E não apenas debatido, mas que se tire daqui algum tipo de encaminhamento: o que faremos em função do avanço da criminalização dos nossos movimentos, porque nós fazemos parte dele e estaremos na rua. Estamos na rua pela terceira vez nos últimos quatro anos nós somos lançados às ruas em função do não atendimento das propostas da educação.

Acho que para iniciarmos o debate, nós poderíamos falar isso.

Eu não sei agora, Senador, quem mais vai compor a Mesa e como foi estruturada a audiência?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós temos confirmado o José Maria de Almeida, que já está na Casa.

A SRª SILVANA SCHULER PINEDA – Está a caminho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, já está na Casa. E o Matheus Gomes, que é membro da Direção Executiva da Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (Anel).

A SRª SILVANA SCHULER PINEDA – Aliás, eu o citei em minha fala agora há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso. Muito bem.

Deixe-me dizer para vocês que, de fato, a sua fala, para mim, é precisa. Eu tenho a mesma preocupação. Até porque eu escrevi um livro – O Rufar dos Tambores – há mais ou menos cinco anos, em que eu dizia que estava sentindo muito a falta dos movimentos sociais de pressão, de mobilização, de estarem nas ruas, de estarem aqui no Congresso pressionando e buscando, enfim, uma pauta positiva para os trabalhadores do campo, da cidade, da área pública ou da área privada. E, depois desse período, surgiu, então, a jornada de junho.

Eu devo ter sido um dos primeiros Parlamentares que foi à tribuna dar todo o apoio, e não me arrependo, e continuarei dando apoio, porque eu entendo que o Parlamento é uma caixa de ressonância da sociedade e, consequentemente, só funciona com a batida do tambor, como eu digo. Sem a pressão popular, as coisas não acontecem. E, no Estado democrático de direito, é mais do que legítimo que as categorias se organizem e pressionem mesmo os Poderes constituídos, para que a pauta seja colocada em debate e, não só colocada em debate, mas atendida.

Por isso, eu estou muito preocupado – vejo que chegaram aqui o José Maria e o Matheus. Nós já estávamos preocupados aqui, porque a nossa primeira convidada, a Silvana, nos dizia que ela lamentava que, para um tema tão importante como esse, que visa a aprofundar o debate para garantir as liberdades democráticas contra a criminalização dos movimentos sociais, não haja uma mobilização, inclusive maior, neste momento.

Entendemos que a luta é ampla, total, geral e irrestrita para que a pauta dos trabalhadores esteja na ordem do dia, e somos totalmente contra a criminalização dos movimentos sociais.

Então, como já estão presentes os nossos outros dois convidados – eles tiveram problemas no voo –, eu convido, para comporem a Mesa, o José Maria de Almeida, representante da Central Sindical e Popular- CSP-Conlutas, e também o Matheus Gomes, membro da Direção Executiva da Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (Anel).

Esta é a Comissão de Direitos Humanos e, consequentemente, me foi feita essa provocação pelos movimentos sociais para que eu marcasse esta reunião antes da votação do projeto na CCJ. Felizmente, o projeto não foi votado ontem, porque aquele que está em Plenário, como eu dizia antes, eu consegui travar com um requerimento, solicitando que o projeto venha para esta Comissão antes de sua aprovação no Plenário. Eles terão que rejeitar o meu requerimento, senão o projeto vem para cá, e aqui o debateremos, porque aquele, sim, é pior ainda do que esse que está na CCJ. Mas, o da CCJ, claro, preocupa-nos também. Conseguimos, ontem, que ele não fosse votado, com a participação de inúmeros Senadores que têm essa visão que eu também tenho – lá eu sou suplente, não sou titular, eu sou titular aqui, na de Assuntos Sociais e na de Educação. Até foi dito, naturalmente nas articulações, que teríamos audiência no dia de hoje, porque não seria adequado votar o projeto quando teríamos uma audiência para tratar do tema, aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Então, a Silvana já usou a palavra. Agora, é pela ordem de chegada. Como os dois chegaram juntos, então, eles decidem. Chegou também a Deise Benedito, Secretária de Direitos Humanos. Muito bem, muito bem, Deise. Vem cá, Deise, vem para a Mesa. Que bom que você veio, porque é um tema que, de fato, tem tudo a ver com direitos humanos. Por isso, os dirigentes que me procuraram disseram: "Olha, Paim, esse tema é direitos humanos. Gostaríamos que o senhor conversasse com a Senadora Ana Rita." E, realmente, conversei com a Senadora, que só não está aqui devido a uma missão da Comissão fora de Brasília. Então, não pôde estar aqui, mas sei que S. Exª gostaria muito de estar aqui, inclusive fez questão de reservar esta manhã de quinta-feira para que eu presidisse a reunião, como autor do requerimento e ex-Presidente desta Comissão. Então, vamos cumprimentar a Senadora Ana Rita também, porque ela foi fundamental para esta reunião acontecer. (Palmas.)

Vou passar a palavra não para o mais velho, mas para o mais experiente, que é o José Maria de Almeida, que terá 10 minutos, com mais cinco, mas, claro, ninguém aqui vai ser rígido com relação ao tempo. Portanto, eu creio que 20 minutos seriam suficientes para cada um. Depois, eu dou mais cinco, naturalmente.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Senador Paim, queria, primeiro, cumprimentá-lo e agradecer pela forma prestativa, como sempre, com que V. Exª encarou essa discussão dos movimentos.

Gostaria de agradecer à Comissão de Direitos Humanos por ter marcado esta audiência e dar bom dia aos companheiros e companheiras que aqui estão.

Quero dizer que, de fato, Senador, esse é um tema muito relevante no momento político em que nós vivemos. Na verdade, nós vivemos uma situação, em nosso País, que se abriu, de forma mais clara, a partir das mobilizações de junho do ano passado, quando houve um crescimento, cada vez maior, das manifestações dos jovens e trabalhadores que expressa um acúmulo de descontentamento, de revolta com a situação em que são obrigadas a viver, e isso, sim, é novo em relação à situação anterior, porque o descontentamento, as dificuldades na vida das pessoas vêm de há muito tempo.

Mas o que há de novo, e que eu acho que é muito importante, é que as pessoas estão tendo disposição de agir, de atuar, de se manifestar, de protestar, de fazer greve para tentar resolver a situação que aflige sua condição de vida mais do que havia antes.

Qual é o problema, Senador? E, nesse sentido, não é um problema do nosso País, é um processo que é mundial. Eu queria começar chamando atenção para isso, porque nós vivemos, nos últimos oito, dez anos, um ascenso, um crescimento das lutas, da polarização política, da polarização social que é gerada por essas lutas no mundo todo.

Nós temos acompanhado a situação no norte da África com rebeliões, com revoluções, com insurreições – algumas, inclusive, armadas, como agora na Síria. Uma situação de luta social muito intensa na Europa já há vários anos, que é expressão – da mesma forma que aqui – do descontentamento das pessoas com as medidas que são tomadas, com a forma como o governo e as grandes empresas organizam a sociedade, a economia e impõem, a partir daí, uma degradação, uma piora da condição de vida das pessoas cada vez maior.

O que nós vivemos na Europa hoje é isso. Ou seja, o continente do chamado estado de bem-estar social, que foi construído no pós-guerra, neste momento, por iniciativa dos grandes grupos econômicos, dos governos que representam essas empresas, desenvolve um verdadeiro desmonte desse estado de bem-estar social. E a situação que se está gerando na Europa, neste momento, é um quadro que deixa nítida a ideia de que os jovens de hoje vão viver pior do que viveram seus pais, porque direitos sociais conquistados a duras penas – parte importante do motivo, da origem da conquista desses direitos tem a ver justamente com a luta contra o nazismo em meados do século passado – estão sendo, diuturnamente, dilapidados ou retirados da legislação dos vários países da Europa. E, obviamente, é isso que leva a que as pessoas reajam, mobilizem-se, protestem. Essa forma de enfrentar os protestos e as mobilizações dos trabalhadores – que, ao invés de atender as demandas, as reivindicações, aumenta a criminalização, a repressão, ou seja, tenta conter pela força a luta das pessoas que estão em busca dos seus direitos – é um processo que não ocorre só aqui. Nós temos, neste momento, na Espanha, Senador – não sei se o senhor sabe –, cerca de 23 ou 25 pessoas presas por participarem

de manifestações. São ativistas, são dirigentes que foram presos nas manifestações que houve lá e são presos políticos na Espanha em plena Europa.

Então, qual era a preocupação, por que nós pedimos a marcação dessa audiência aqui? Queríamos discutir, inclusive, com o senhor, com a Comissão de Direitos Humanos do Senado, com o Senado Federal, que iniciativas se podem tomar em relação a isso. Nós pedimos, porque, no Brasil, ocorre um recrudescimento da repressão às mobilizações, da criminalização, judicialização das organizações sociais, a criminalização de dirigentes, de ativistas, de militantes, de lideranças dos movimentos sociais, mas cresce a olhos vistos, de uma maneira alarmante desde junho até agora.

Nós estamos fazendo um levantamento – esse documento não é um documento que eu trouxe para cá, mas eu vou deixar com o senhor uma cópia, porque ele tem bastantes informações que são importantes para isso –, nesse período de junho até agora, de mais de 2 mil pessoas presas em manifestações pela polícia. Dessas, nós temos hoje 370 pessoas que estão indiciadas.

Agora, no Rio Grande do Sul, o Ministério Público acabou de apresentar uma denúncia contra seis companheiros que são lideranças do Bloco de Lutas em defesa do transporte público em Porto Alegre. O Ministério Público assumiu, digamos assim, um amalgama, uma verdadeira farsa que a polícia construiu, a título de inquérito policial, e acusou os companheiros de serem cúmplices, quer dizer, uma quadrilha organizada para promover manifestações e furtos. Então, houve depredações de lojas durante manifestações que ocorreram em Porto Alegre. Nessas depredações, houve gente que furtou objetos das lojas, e as pessoas que organizaram as manifestações para reduzir o valor do transporte estão ameaçadas de prisão, neste momento, acusadas do roubo daquele objeto.

Então, se a segurança pública do Estado do Rio Grande do Sul, ao invés de se preocupar em reprimir os manifestantes, se preocupasse em guardar o patrimônio, que é a função dela, é a função legal dela, talvez não tivesse ocorrido o furto. O problema é: se uma pessoa furtou um objeto de uma loja no momento em que está acontecendo uma manifestação, eu mando prender a direção da manifestação porque furtaram a loja? Ou seja, é uma ideia absurda. Aliás, inquéritos assim foram construídos na época da ditadura militar. Assim que se incriminavam as lideranças dos sindicalistas e as lideranças dos movimentos políticos daquela época.

Bom, novamente, estamos vendo isso agora. O promotor aceitou essa denúncia, encaminhou à Justiça, e a Justiça aceitou a denúncia. Então, temos, nesse momento, um processo em curso. Se somarmos as penas previstas nos artigos em que foram incluídos esses companheiros, podemos ter companheiros condenados a 20 anos de prisão, porque organizaram uma manifestação para reduzir o valor do transporte coletivo.

Então, nessa situação, com patamares em graus diferentes, temos hoje quase 500 trabalhadores e jovens no País. Em São Paulo, só em Campinas, a polícia indiciou 115 pessoas; há 250 sendo ouvidos pela Polícia Civil de São Paulo, aliás, numa situação absurda, os advogados não conseguem ter acesso ao inquérito. Ao que tudo indica, em São Paulo está se armando uma coisa parecida com o que houve no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro. A instituição, a instrução desses inquéritos é feita da mesma forma que era feita na ditadura: busca, apreensão, invade a casa das pessoas, prende computador, prende livro. E são dirigentes políticos. Em Campinas, para o senhor ter uma ideia, Senador, a presidente local do PSTU foi intimada à delegacia para prestar esclarecimento e, veja, o motivo do inquérito era a ocupação da Câmara de Vereadores, e a desocupação que foi feita. Essa companheira que é a presidente do Partido lá nunca foi à ocupação, não participou da ocupação; ela é petroleira, não tinha condições de participar até porque estava trabalhando. Ela foi chamada a depor. E quais eram as perguntas do delegado: "O PSTU ajudou? O PSTU ajudou a financiar? O PSTU gastou dinheiro com isso?"

Ou seja, vamos chegar a um ponto em que um partido que imprimiu um panfleto para apoiar uma mobilização para reduzir o valor do transporte vai ser criminalizado, porque financiou uma quadrilha. Essa é a ideia que está se construindo. Como é que uma pessoa que sequer estava na ocupação pode ser arrolada numa discussão como essa? Já é uma tentativa direta de criminalização de um partido. No caso do Rio Grande do Sul, é criminalização de um movimento social amplamente conhecido na cidade. Todo mundo sabe quem coordena o Bloco de Lutas em Porto Alegre. O Senador seguramente sabe disso, é lá do Estado.

Então, qual é a preocupação nossa? Estamos frente a três processos que é preciso que a gente encare com a dimensão que tem, com a importância que tem, em particular, nós, Senador, o senhor, eu, os que são jovens há mais tempo aqui, que estivemos na luta contra a ditadura e que conquistamos a duras…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só gostei "dos jovens há mais tempo", dessa eu gostei!

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Então, nós não somos mais velhos; nós somos jovens há mais tempo, só. O Matheus ainda vai chegar lá.

Mas, qual é o problema? Nós que lutamos contra a ditadura neste País, que conquistamos, a duras penas as liberdades democráticas, que é o direito de organização sindical, o direito de greve, o direito de manifestação,

o direito de reunião, tudo isso, para nós, é muito caro, porque se trata de condições para que os trabalhadores e a juventude possam lutar em melhores condições para construir um mundo melhor, para conquistar melhores condições de vida. Por isso, a luta pelas liberdades, a luta pelo fim do regime de exceção era tão importante. Bom, conquistamos isso a duras penas. O senhor participou disso.

Qual o problema? Estamos vivendo hoje um processo em que, numa combinação de repressão violenta às manifestações, que é o que estamos vendo por parte da polícia em todas as mobilizações, repressão de todo tipo: tiro de bala de borracha, tiro com bala de verdade, como o menino Fabrício, que está, até hoje, em São Paulo, em condições precaríssimas de saúde – o menino levou três tiros depois daquela manifestação, a última grande manifestação que houve em São Paulo –, bombas de gás, spray de gás pimenta, por um lado; por outro lado, nas greves, corte de ponto, interdito proibitório, demissão de grevista; por outro lado, nos bairros, a população que se mobiliza, que busca construir melhores condições de vida, lutar por um transporte coletivo digno – aliás, quem mais se prejudica, quem mais é prejudicado com transporte coletivo é justamente o povo que mora na periferia, que tem que passar duas, três horas dentro de um ônibus lotado para poder chegar ao seu local de trabalho –, uma violência sem limite da polícia. Estamos vivendo um verdadeiro genocídio na periferia das grandes cidades. A Polícia Militar mata as pessoas porque estão no lugar errado na hora errada, normalmente jovens pobres e negros. Todo santo dia a imprensa noticia o assassinato de alguém na periferia, seja de São Paulo, do Rio, dos grandes centros urbanos. Então, temos, por um lado, uma repressão violenta contra as mobilizações e os movimentos sociais; por outro lado, uma violência sem limites contra a população pobre da periferia; e temos agora um passo adiante, que é a judicialização e a criminalização dos movimentos.

Então, legislações como essa, que, como o senhor disse, estão à bica de serem aprovadas aqui no Senado, só vêm a agravar um quadro.

Em São Paulo, tivemos um delegado que enquadrou duas manifestantes na Lei de Segurança Nacional, porque elas foram presas numa circunstância em que teriam atacado um carro da polícia. Lei de Segurança Nacional, em pleno 2013, quase 30 anos depois do fim da ditadura militar.

Então, essas legislações que vêm sendo aprovadas, particularmente a Lei das Organizações Criminosas, que foi aprovada aqui no Congresso Nacional, sancionada em setembro do ano passado, é a Lei que está dando base a toda essa movimentação da polícia. É a lei que está sendo base para o que está sendo feito no Rio Grande do Sul. É a lei que está sendo base para o que está sendo feito em São Paulo, para o que foi feito no Rio de Janeiro – lá também houve invasão de domicílio, busca e apreensão.

Há uma perseguição contra as pessoas em função das ideias que elas defendem e em função da ação que elas fazem nos movimentos sociais, ou seja, em total revelia ao que está previsto na Constituição Federal. A Constituição garante o direito de opinião. A Constituição garante o direito de manifestação, garante o direito de greve, garante o direito de organização. Não pode a polícia fazer o que faz, a mando dos governos, porque naturalmente a polícia não está fazendo isso por conta própria. Não podem o Congresso Nacional e o Governo Federal, que são, em princípio, instituições que deveriam se pautar pela Constituição, discutir projetos como esse. Sei que o senhor tem sido um polo de resistência contra isso aqui dentro do Senado, nós reconhecemos isso, mas é muito importante que a gente consiga dar visibilidade para esse debate na sociedade brasileira, porque é preciso parar esse processo, é preciso reverter esse processo, sob pena de, em plena democracia, se é que podemos chamar de democracia essa situação que a gente vive, nós penarmos da mesma forma que penávamos da época da ditadura militar, por ausência completa do direito de organização, de manifestação, de greve, que são direitos inalienáveis dos trabalhadores e da juventude em qualquer país que se pretenda, que se reivindique democrático.

Então essa é a razão principal, Senador, pela qual pedimos esta audiência.

Eu queria, para encerrar minha fala, deixar como sugestão, porque eu acho que nós tínhamos, em primeiro lugar, tentar assegurar e dar outra dimensão para essas propostas de legislação que vêm sendo discutidas no âmbito do Congresso Nacional neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – São dois projetos. Um está no Plenário, consegui sustar, mediante requerimento que apresentei para que venha para cá; e outro está na CCJ. Os dois vão na mesma linha, no meu entendimento.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Exatamente. Então, temos que tratar de dar visibilidade a isso. Eu me proponho a ajudar na divulgação, a conversar com as nossas organizações, com as pessoas com quem temos contato, para ajudar na divulgação disso lá fora. Temos que organizar uma campanha para impedir a aprovação dessas legislações aqui no Congresso Nacional, mas, por outro lado, é muito importante que, desde aqui do Congresso Nacional, desde aqui do Senado, Senador, também se constituam iniciativas, talvez aqui da Comissão de Direitos Humanos, articuladamente com outras instituições, no sentido de parar esse processo. É preciso parar esse processo, é preciso arquivar esses inquéritos, arquivar essas denúncias que estão em curso.

Os processos, no caso do Rio Grande do Sul, já que estão em curso contra os ativistas, não há como arquivar, temos que fazer uma campanha forte para que a Justiça inocente esses companheiros, para impedir que essa coisa vá adiante. Então, era muito importante que nós pudéssemos pensar as coisas nesse sentido mesmo.

No Rio Grande do Sul, está se pensando em fazer um ato político, nos próximos 15 dias ou três semanas. Era muito importante que o senhor, como Parlamentar de lá, que outros Parlamentares possam participar, que a gente leve instituições democráticas para lá. E é preciso ver no âmbito institucional do Senado o que pode ser feito em relação a isso. Mas é muito importante, para além dos sindicatos – temos conversado isso também na OAB –, que as instituições que se reivindicam defensoras da democracia no nosso País atuem, e atuem de maneira contundente, para ajudar as organizações dos trabalhadores e da juventude a reverter esse processo. É uma tarefa fundamental. Trata-se de defender a democracia, trata-se de defender liberdades democráticas, direito de manifestação, direito de greve, direito de organização.

Para se ter uma ideia do ponto a que se está chegando, o STJ acabou de tomar uma decisão em relação a essa mobilização dos policiais federais em que proíbe a categoria de promover reunião. O Cezar Britto, ex-Presidente da OAB, que está atuando na defesa dos sindicatos e da Federação dos policiais federais, me procurou esses dias para conversar se não podíamos ajudar a divulgar esse processo, porque está virando uma coisa absurda. Como o Tribunal, acionado pelo Ministério da Justiça, quer impedir a greve dos servidores da Polícia Federal, proibiu o pessoal de se reunir.

Então é para isso que estamos caminhando. Reverter esse quadro é a tarefa fundamental que temos pela frente neste momento. A nossa preocupação era essa, as nossas propostas são essas, era importante que, ao final da audiência, a gente visse que medidas concretas podemos tomar nesse sentido.

Obrigado, Senador. Obrigado, companheiros e companheiras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o José Maria de Almeida, representante da CSP-Conlutas, que demonstra aqui todas as suas preocupações.

E a gente vai ver aqui, no final da audiência, quais os encaminhamentos que vamos tomar em nome da Comissão de Direitos Humanos, porque este é o papel da Comissão de Direitos Humanos: estar ao lado dos direitos humanos. E aí a liberdade de mobilização, de reunião, de articulação e de pressão é mais do que legítima, no nosso entendimento. Por isso que, no final, veremos os encaminhamentos.

Eu passo, de imediato, a palavra para o Matheus Gomes, que é membro da Direção Executiva da Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (Anel).

O SR. MATHEUS GOMES – Primeiramente, eu queria cumprimentar a iniciativa do Senador Paim por organizar esse debate e também a todos os presentes – aliás, a nossa Mesa está bem gaúcha hoje aqui – e queria trazer um pouco da nossa experiência do último período e um relato também do que vem acontecendo não só em Porto Alegre, mas com os movimentos de juventude por todo o País, porque a gente conheceu, na realidade, a força das mobilizações populares no ano de 2013.

Toda a nossa geração vivenciou o processo de mobilizações que se desenvolveu em junho por todo o Brasil e, durante essa vivência que tivemos nas mobilizações de rua, acabamos conhecendo a mão pesada da repressão, da criminalização dos movimentos sociais. E, exatamente agora, no ano em que estamos "descomemorando" o cinquentenário da ditadura militar, a gente está tendo que fazer uma série de debates sobre se realmente as mobilizações, a nossa intervenção política nos movimentos sociais, nos locais de estudo, de trabalho, enfim, é algo que pode ser compreendido como parte do exercício da cidadania, como foi ensinado para a nossa geração.

Essencialmente, o que a gente quer discutir aqui tem a ver com direitos constitucionais mesmo: liberdade de reunião, de manifestação, liberdade de expressão do nosso pensamento, das nossas ideias, enfim, eu acho que é desse princípio que a gente parte. Esse era o nosso objetivo, apesar de todos os pesares e do que vem ocorrendo no último período.

Então, eu venho Porto Alegre, que, no ano passado, foi a primeira cidade, a primeira capital do País a ter um processo de mobilização massiva – em março, abril do ano passado, tivemos 10 mil jovens nas ruas que derrotaram o aumento da passagem e começaram a fazer uma discussão aprofundada sobre o transporte público desde o ponto de vista, inclusive, de formular propostas alternativas para esse tema, e acabaram servindo de exemplo para o restante do País.

Não é a toa que, em Porto Alegre, hoje, nós também temos um processo muito desenvolvido, como o José Maria já relatou aqui para a gente, de perseguição e criminalização dos movimentos sociais, nos quais eu, infelizmente, estou diretamente envolvido. Eu e mais cinco jovens que fizeram parte da articulação do Bloco de Lutas pelo transporte público – três deles são jovens negros inclusive, e é importante que isso seja ressaltado, porque sabemos que faz toda a diferença para um jovem negro participar do movimento social e, agora, diante do processo também, isso é algo que é visto com outros olhos, infelizmente, pela Justiça e pela sociedade,–

porque nós, na realidade, estamos sofrendo um processo de desmoralização, uma tentativa por parte, inicialmente, da Polícia Civil, mas agora assumida pela Justiça do nosso Estado de tentar desmoralizar o movimento.

O que está em discussão, de fato, é: qual foi o legado que as mobilizações de junho deixaram? Qual o papel que o movimento social pode cumprir no próximo período? E, para além disso: se essa nossa geração, que saiu às ruas no ano passado pela primeira vez, vai ou não poder cumprir o papel histórico de intervir nos grandes temas da sociedade e lutar pelas transformações que a gente almeja, por um futuro melhor do que o dos nosso pais? É uma frase que gostamos de falar.É a partir dessa criminalização grotesca que estamos sofrendo que se desenvolve essa batalha hoje.

Então, eu, como membro da Assembleia Nacional dos Estudantes Livres e militante do PSTU, estou sofrendo um processo junto com outros cinco jovens, também estudantes, que são o Gilian Cidade, que é estudante e professor da Escola Técnica Federal, que também é militante do PSTU; o Lucas, que é filiado ao PSOL, é estudante; o Rodrigo, o Vicente e o Alfeu Neto, que são ativistas do movimento social em Porto Alegre, e que estão sofrendo, hoje, esse processo.

O nosso processo – eu queria falar um pouco sobre ele –, na realidade, é fruto de uma investigação que já dura treze meses na cidade. Desde abril do ano passado, quando a gente conseguiu derrubar o aumento das passagens na cidade, instaurou-se um processo de investigação sobre o Bloco de Luta pelo transporte público, que é uma organização composta por movimentos sociais – movimento sindical, estudantil, organizações políticas –, e, durante esses meses de investigação, não conseguiram estabelecer nenhuma relação que comprovasse que nós somos uma organização criminosa, mas, mesmo assim, hoje, estão nos responsabilizando por ter formado uma organização criminosa, armada – são esses os termos que eles estão classificando –, que cometeu furtos, dano ao patrimônio público, e que ainda, na própria denúncia, pode ser aditado, caso o Instituto Médico Legal apresente provas, de agressões a policiais militares, enfim, são com esses termos que eles estão nos acusando.

Particularmente, já dei cinco ou seis depoimentos para a Polícia Civil. Então, desde o ano passado – a minha primeira intimação foi em abril, logo após as mobilizações; na época, eu era Coordenador-Geral do DCE da UFRGS –, não só eu, mas vários outros membros da diretoria da entidade foram chamados para depor, de outras gestões inclusive, e a gente descobriu que já havia um processo que investigava a atividade do movimento social na cidade desde 2012. Já havia um monitoramento sobre a nossa atividade política, e, em outubro do ano passado, a gente chegou ao cúmulo de a Polícia Civil entrar nas nossas casas e recolher computadores, livros, cadernos, materiais políticos mesmo, no caso, fichas de filiação que eu tinha na minha casa do PSTU, livros de teoria marxista, que foram recolhidos na casa de outras pessoas. E, no caso da Federação Anarquista Gaúcha, entraram na sede, recolheram livros e disseram que era material subversivo. Depois, os livros foram devolvidos à sede da Federação Anarquista Gaúcha. Misteriosamente, apareceram lá, com uma carta comum…

Então, foi um absurdo o que aconteceu conosco. E a polícia teve uma postura muito agressiva durante todo esse processo. Por exemplo: eu não estava na minha casa, e, portanto, me informaram, através do meu pai, que trabalha na região, que, se eu não fosse abrir a porta da minha casa, eles tinham autorização para derrubar a grade, a porta. E, quando eu cheguei lá para abrir, a primeira coisa que me perguntaram foi: "Nós queremos saber se você tem drogas, se você tem armas aqui dentro." Foi nesses termos que a Polícia Civil iniciou esse processo lá. Foi bastante complicado. Fora outras questões que vêm acontecendo não só comigo – e, infelizmente, temos relatos de colegas do movimento, que estão passando por situações como essa em vários locais do Brasil, de ameaças que ocorrem no nosso dia a dia mesmo. Por exemplo: eu estava chegando em casa, com o meu pai, logo após a Polícia Civil ter entrado, estava na frente da minha casa – eu moro há 16 anos no mesmo local, nunca tinha sido parado lá na frente –, e fui parado por um carro com três policiais que revistaram a mim e ao meu pai, com armamento pesado, inclusive, e eu não respondia a nenhum processo na época, mas a justificativa deles, eles olharam a minha identidade, foi dizerem que eu respondia por desobediência civil, mas isso não é verdade. Eu não respondia processo por desobediência civil. E a polícia me parou na frente da minha casa e fez isso.

Isso já aconteceu, por exemplo, em Recife. Nós temos relato de um colega do movimento social que também estava sendo investigado e que, ao voltar para casa, sofreu praticamente um sequestro relâmpago, numa forma de intimidação, e outras barbaridades que vêm acontecendo por fora: polícia passa na rua, baixa o vidro do carro, olha bem para a gente, já sofri xingamentos de policiais na rua… Então, é uma situação tensa. Não sabemos aonde isso pode levar. É uma insegurança completa que os ativistas do movimento social em todo o País hoje estão sofrendo por desenvolver nossa atividade política.

Mas, sobre o nosso processo, qual a prova de que eles se utilizam para se embasar na ideia de associação criminosa? Aí, é uma coisa bem complicada – e há vários sindicalistas aqui. Houve uma reunião pública, amplamente convocada pelas redes sociais nas universidades, que ocorreu num sindicato, o Sindicato de Processa-

mento de Dados do Rio Grande do Sul, na qual poderia se entrar para gravar imagens, qualquer tipo de coisa, por isso mesmo havia um jornalista do grupo RBS lá, do jornal Zero Hora, que deu um depoimento à Polícia Civil dizendo que, em pequenos grupos, supostamente havia a articulação por parte dos integrantes do Bloco de Lutas de ações criminosas. É nisso que eles se embasam, ou seja, é algo completamente frágil. Até porque o intuito e o caráter das reuniões públicas dessa organização, que contavam com centenas de pessoas, "assembleias" – esse era o nome pelo qual chamávamos os fóruns do movimento –, era de articular o movimento social como um todo, e isso fica bem claro.

Um outro fato que é utilizado como prova foi a prisão em flagrante de um jovem durante a manifestação no dia 27 de junho. É daí que parte, na realidade, o nosso processo. É um jovem desconhecido por todos nós, que não participa, que nunca integrou nenhuma reunião do movimento e que, a princípio, foi preso por furtar secadores de uma loja e jogar pedras no Palácio da Justiça.

Em primeiro lugar, isso não combina com o caráter das manifestações que nós fizemos no último período. Em segundo lugar, o inquérito não aponta, em momento algum, nenhuma prova de que nós temos relação com esse jovem. Mas, a partir daí, o delegado desenvolve uma tese de que nós seríamos os mentores intelectuais dessas ações. É a partir daí que ele sustenta a ideia de associação criminosa. E nós sabemos que, infelizmente, o que prova, no inquérito, o que embasa a tese do delegado no inquérito são fotos, por exemplo, nossas falando em caminhão de som, participando, caminhando durante as manifestações, conversando com as outras pessoas que eram da organização das manifestações. E eu digo para vocês, falar em organização das manifestações é algo de que, no último período, eu tenho ficado com receio porque, essencialmente, é por isso que eles estão tentando nos criminalizar. Organizar manifestação não é crime, não pode ser entendido como crime. Agora, o inquérito que foi organizado no Rio Grande do Sul dá a entender isto, que, pelo fato de organizarmos protestos, nós seríamos representantes de uma milícia privada, como eles tentaram, num primeiro momento, agora de uma associação criminosa. E, infelizmente, sabemos que esses relatos partem também de infiltrações que ocorrem no próprio movimento. E isto é outra coisa para a qual gostaríamos de chamar a atenção: não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o País está ocorrendo um processo de monitoramento cotidiano de organizações e de ativistas.

Em São Paulo, temos um caso emblemático: a Operação Vênus, que descobrimos a partir de um inquérito que se iniciou num processo do dia 15 de outubro, em um ato em defesa da educação, no Dia do Professor, em que 56 jovens foram detidos de uma vez só, na cidade de São Paulo. A partir daí, descobrimos que existia uma operação montada para monitorar, cotidianamente, a ação do movimento social.

Nessa detenção, é importante que coloquemos uma questão também que tem a ver com, enfim… As detenções que ocorrem…

(Soa a campainha.)

O SR. MATHEUS GOMES – … nos protestos também vêm acompanhadas de uma série de abusos, que configuram abusos aos direitos humanos. Por exemplo: mulheres que sofrem violência não só física, mas psicológica durante as detenções; jovens negros e da periferia são xingados, são humilhados pela polícia quando detidos. Enfim, a polícia age. E nós não temos nenhum processo instaurado no Brasil de investigação sobre os abusos cometidos pela polícia. Então, isso dá uma sensação de liberdade para eles muito grande. Inclusive o nosso caso, por exemplo, é emblemático, porque estamos sendo responsabilizados pelas ações que aconteceram em Porto Alegre, no dia 27 de junho, mesmo dia em que nós entregamos ao Governador Tarso Genro uma série de relatos de abusos que haviam acontecido nas manifestações a que, infelizmente, não foi dado nenhum encaminhamento até agora. Essa é uma situação que é similar em todos os Estados do País.

Então, vemos isso com bastante preocupação.

O Zé falou da questão de Campinas. São 142 jovens acusados de vários crimes numa reintegração de posse que aconteceu durante a ocupação da Câmara de Vereadores, sem autorização, inclusive. Essa reintegração de posse aconteceu na Câmara de Vereadores de Campinas sem autorização, o que já descaracteriza o próprio crime de desobediência. Então, é mais um inquérito sem fundamento.

E ainda com relação aos movimentos de juventude. Temos casos graves, agora, por exemplo, como o que está começando na Universidade Federal de Santa Catarina, que envolve diretamente a Polícia Federal; no Rio de Janeiro; em Minas Gerais, onde já houve casos parecidos com o nosso, em Porto Alegre, de invasão de residências, de perseguição a ativistas do movimento; em Natal, onde integrantes do Movimento Passe Livre também estão sendo criminalizados por terem feito uma ação de ocupação da Câmara de Vereadores. Lá, inclusive, existe perseguição a Parlamentares, como a Vereadora Amanda Gurgel, o Vereador Sandro, do PSOL; em Belém, recentemente, nós tivemos – agora, esta semana, no dia 20 – fatos, que seguem acontecendo, uma manifestação pacífica contra o aumento das passagens, que foi duramente reprimida.

Enfim, é impossível, na realidade, traçar um quadro geral sobre o processo de criminalização e perseguição dos movimentos sociais, porque isso está ocorrendo, como um movimento popular que hoje está lutando por moradia, como um movimento sindical, como um movimento negro. É importante que chamemos a atenção para a criminalização especialmente aos quilombolas, porque aí se desenvolve, inclusive, uma questão diferente. Para o nosso, há processo – agora está nas mãos do Ministério Público –, no caso dos quilombolas, ninguém é indiciado, ninguém é processado. Nós temos inúmeros assassinatos que acontecem contra quem luta pelo direito de conquistar o território, que é nosso. Então, é mais grave ainda. É mais grave ainda, o que configura já, na realidade, esse quadro de criminalização ao movimento social e também de criminalização da pobreza, que é um dos temas do debate hoje.

Nós precisamos dizer: o Rio de Janeiro, hoje, é a principal expressão da criminalização da pobreza no nosso País. Por quê? Porque tivemos recentemente a demonstração de vários casos que tomaram conta dos debates no Brasil: o Amarildo; a Cláudia; o DG, dançarino do programa Esquenta!, da Rede Globo, que recentemente foi brutalmente assassinado. E lá há Unidade de Polícia Pacificadora, mas a comunidade não está satisfeita com isso, porque segue reproduzindo uma lógica de opressão e de repressão aos moradores da periferia naquela cidade. Então, é um quadro realmente complicado.

Eu acho que a importância desta audiência que estamos fazendo aqui tem que estar diretamente relacionada a alguns encaminhamentos concretos que tomamos a partir desta discussão.

Então, eu queria reiterar os encaminhamentos que o Zé apresentou aqui e reforçar o convite, Senador, para que o senhor participe do nosso ato público em Porto Alegre, para apresentar com força essa denúncia sobre o nosso processo, mas não só sobre isso, sobre o que está acontecendo de conjunto aqui. Se possível, que nós tiremos uma declaração, inclusive, da própria Comissão, sobre o tema que está sendo pautado aqui, a criminalização dos movimentos sociais, a criminalização da Pobreza. Isso seria de extrema importância. E que o senhor nos ajude a fazer uma pressão também sobre o Governador Tarso Genro para que ele dê encaminhamentos concretos sobre a ação da polícia, especialmente no Rio Grande do Sul.

(Soa a campainha.)

O SR. MATHEUS GOMES – Porque nós sabemos que existe uma relativa autonomia no trabalho das Polícias Civil e Militar, mas, em última instância, quem responde são os governos estaduais.

Então, é preciso que se tome alguma medida a partir daí, para que possamos superar essa situação e fazer valer, de fato, os nossos direitos democráticos que foram conquistados com muita luta e muito suor.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Matheus Gomes, membro da Direção Executiva da Assembleia Nacional de Estudantes Livres.

Matheus, de pronto, eu posso responder que eu tenho uma relação muito amistosa com o Governador Tarso Genro e estarei lá no Rio Grande, casualmente no período em que vocês vão fazer o evento, que é dentro dos próximos 15 dias, período em que estarei lá. E vou conversar com o Governador, naturalmente no sentido das preocupações que vocês levantaram. Aqui você não fez acusação alguma ao Governador; você apenas pediu a mim que as propostas que vocês encaminharam para o Governador, dentro da limitação do cargo de Governador, que ele possa fazer que sejam aplicadas, dialogadas com o serviço policial e investigatório da Justiça. Então, me comprometo a conversar com o Governador e o Secretário de Segurança do Estado.

Quero também dizer, Matheus, que me surpreendeu muito o seu relato que, de fato, é impactante. Enquanto você fazia o relato, eu comecei a me lembrar do meu tempo, época em que eu era jovem como você, e o que eu sofri na época da ditadura. Então, é lamentável a gente ter que estar refletindo essa questão neste momento em que vivemos num Estado democrático pleno de direito. De fato, a Comissão de Direitos Humanos tem obrigação de estar onde sempre esteve: do lado dos direitos humanos e das liberdades democráticas de mobilização e de pressão mesmo, para que a pauta social entre na ordem do dia.

Sempre gosto de repetir aquela frase do Mandela: querem ajudar meu governo, não é ficar em casa dormindo e vendo o pássaro ou o avião passar; mobilizem-se, vão para as ruas e pressionem o meu governo, para que eu possa mostrar para o outro lado, para a elite do poder econômico, que os movimentos sociais estão dizendo que assim como está não dá, querem mais investimento – como é o caso aqui da educação, da saúde, enfim – que permita avançar na qualidade de vida de toda a nossa gente, todo o nosso povo, na distribuição de renda.

Quero apenas informar que nossa audiência está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado e pela internet. Aqueles que têm interesse em participar podem entrar em contato através do Alô Senado, 0800-612211, ou por *e-mail:* scomcdh@senado.leg.br. Aqui, no Senado, o critério é o seguinte: é a comissão, quando é audiência pública, que inicia primeiro. Pela importância do tema, eu fiz questão – normalmente se abre às 9h

– de abrir às 8h30, para que a gente pudesse dar a devida visibilidade a essa questão. Não é que a gente vai resolver aqui, em uma audiência pública, mas a gente vai fazer o bom debate, o debate construtivo, positivo. O objetivo desta audiência pública e, tenho certeza, dos painelistas é assegurar a liberdade de expressão, de mobilização e de pressão, e que a pauta da sociedade seja ouvida, efetivamente, pelos Poderes constituídos e que a gente possa socializar essas informações, sobretudo do que está acontecendo, na busca de soluções. Por isso, a nossa audiência é propositiva.

Então, passamos agora a palavra a nossa querida Drª Deise Benedito, da Secretaria de Direitos Humanos, que eu quero, mais uma vez, elogiar. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República nunca deixou de vir a um debate, seja o tema espinhoso ou leve, seja para receber carinhos e flores, seja para ser cobrada. Esse é o papel de um governo democrático.

Meus cumprimentos à Secretaria de Direitos Humanos, que você representa e muito bem. A palavra é sua, pelo mesmo tempo dos outros convidados.

A SRª DEISE BENEDITO – Bom dia a todos e todas. Agradeço, mais uma vez, em nome da Ministra Ideli Salvatti, o convite para estar aqui com vocês.

Esse debate é oportuno, Senador Paulo Paim, até por conta das garantias dos direitos humanos. É importante frisar que todas as manifestações neste País tiveram sempre o cunho de defesa e garantia de direitos.

Quando nós falamos das garantias de direitos, se formos dar uma volta pela história, indo ao passado, podemos dizer, pegando até a fala do Matheus, que muito me admirou… Parabéns, Matheus! Fico feliz em saber que nós temos jovens como vocês, jovens, negros, comprometidos, que têm grandes desafios pela frente, e um deles é sobreviver como jovem e negro.

Uma das coisas que quero colocar é que, quando a gente fala da questão das manifestações, a gente tem que lembrar o que foi este País, o que foi o Quilombo dos Palmares, o que foi a revolta da Balaiada, o que foi a Guerra de Canudos, a participação popular na Revolta da Vacina e, ao mesmo tempo, entender que, num País como o nosso, de dimensões continentais como o nosso, a história do escravismo neste País, a luta pela valorização da pessoa, como ser humano, como agente de direito, da classe trabalhadora sempre foi um grande desafio.

E, como em toda luta, luta-se quando há um oponente. Muitas vezes, esse oponente, infelizmente, são aqueles que deveriam zelar pela integridade das pessoas na garantia do trabalho, na garantia do salário, na garantia da educação, na garantia da moradia.

E, na nossa história, como defensores dos direitos humanos, como sociedade que constrói dia a dia a sua democracia – a democracia não passa por uma construção simples; ela é construída dia a dia quando vamos galgando os nossos direitos –, também temos que colocar que a questão dos direitos humanos é fundamental.

O Senador Paim lembrou também, na sua fala, a ditadura militar. Na época da ditadura eu era criança, mas eu me lembro do processo da redemocratização do País: o que foi a nossa luta, o que foi a luta de retomada do movimento social para a construção deste País como é hoje. Então, quem passou pela redemocratização sabe o que houve na década de 80: a conquista de espaços democráticos, a luta dos professores, a luta das organizações sociais, dos movimentos de mulheres, do movimento negro, do movimento indígena.

As organizações começaram a desafiar as ruas para ganharmos hoje uma pauta que nos garante os direitos humanos. A questão dos direitos humanos, de homens, mulheres, *gays*, lésbicas; a luta contra a homofobia, contra o racismo, e a favor da moradia, do meio ambiente; a questão da terra; a questão quilombola; tudo isso nasceu do seio das ruas. Essas lutas vieram das ruas. E são as pessoas que construíram essas lutas que hoje temos como nossos companheiros dentro do Governo Federal e em outros espaços.

Quando falamos dessa questão da perseguição aos movimentos sociais, Matheus, há um detalhe. Quando você aponta as violações dos direitos humanos, o que foi sempre colocado, se formos ver as fotos, algumas fotos do início do século retratam a perseguição aos movimentos sociais. Na década de 60, na década de 80 e hoje, existem algumas coisas que, por mais que nós nos organizemos – e estamos lutando –, há ainda a questão da violência policial. Eu acho que a questão da violência policial é uma coisa contra a qual lutamos muito, porque, veja bem, ali há um trabalhador da segurança pública, e a segurança pública é um direito humano que tem que ser preservado. Então, todo policial é um operador de direito, um defensor de direitos humanos, porque ele deve assegurar a segurança daquela população. Ele está no exercício do seu trabalho como um defensor de direitos. Por outro lado, também vemos que a origem das manifestações é pacífica. Elas nascem da pacificidade. Ninguém vai às ruas já com o desejo de quebrar, de destruir o patrimônio público. Infelizmente – você sabe disso –, há pessoas que não vão com o mesmo espírito de pacificação para exigir os seus direitos. Lamentavelmente – você, melhor do que ninguém, e outros jovens, outras pessoas sabem –, há essas pessoas que destroem e atrapalham até o movimento pacífico que está sendo organizado. Acabam não sendo pessoas agradáveis ao movimento, simpáticas ao movimento, porque o movimento é pacífico. Ir às ruas exigir é um

direito, e esse direito humano é exercido com pacificidade, com muita tranquilidade, até por conta da credibilidade desse movimento, que é justo, é legítimo.

Quando se fala dessas violações, também se fala de uma outra coisa que você abordou: a violência com que as mulheres são tratadas pelos agentes públicos nessas manifestações. Muitas vezes, vemos mulheres sendo abordadas, puxadas pelos braços, arrancadas e esbofeteadas por agentes públicos. Infelizmente, lamentavelmente, as cenas estão aí. Podemos conferir que, infelizmente, esses fatos ocorreram. Realmente, é uma violência contra a mulher, é uma violação dos direitos humanos e uma violação do direito democrático de ir e vir e da manifestação pacífica.

Outra coisa que você também colocou são os fatos que vêm ocorrendo na nossa sociedade. Existe uma modificação muito grande hoje de comportamento em determinadas situações.

O que é fundamental é assegurar que qualquer manifestação seja pacífica no seu interior, pacífica e legítima, porque foi por isso que nós lutamos – eu lutei, o Paim lutou, a Benedita lutou, a Maria do Rosário, a Dilma, o Lula. Tantas pessoas lutaram para que se tivesse a garantia da expressão do movimento popular, porque viemos do movimento social, viemos do movimento de base.

E, a partir daí, uma das coisas que têm que ser colocadas é que a manifestação, que é pacífica, legítima, tem que ser respeitada na sua integralidade. E também temos que ter bem clara a observação às responsabilidades, que todos temos que ter, porque estamos na rua, são várias pessoas, milhares de pessoas, jovens. Como você falou, a situação dos jovens, principalmente da juventude negra, neste País, é preocupante, porque até foram os jovens que vieram aqui, na condição de africanos, escravizados para o Brasil, na faixa de 14 a 20 anos. Quer dizer, esse jovens construíram este País. Existe um legado da juventude africana neste País, que tem que ser respeitado. E as condições em que essa juventude é tratada, as abordagens ainda truculentas por parte da polícia, muitas vezes também provocam mais irritabilidade nas pessoas, porque ninguém vai para a rua com o objetivo da destruição. Ninguém vai para a rua com o objetivo do dano ao patrimônio público. Ninguém vai para a rua nessa intenção. Muito pelo contrário. Vai para chamar atenção para a sua pauta de reivindicação, que, muitas vezes, é legítima, e que, muitas vezes, é necessária em várias situações. Mas isso tem que ser assegurado com toda a dignidade. A preservação da dignidade humana acima de qualquer coisa, tanto por parte dos operadores de segurança pública como também por parte das pessoas que estão na rua.

O direito à manifestação é um direito humano que deve ser assegurado de qualquer forma. E a Secretaria de Direitos Humanos, no ano passado, participou, interveio em inúmeras situações, no Rio de Janeiro.

O nosso ouvidor, Bruno Renato, participou de inúmeras reuniões na Secretaria de Segurança Pública, no Rio de Janeiro, conversando com os Secretários de Segurança, conversando na OAB, juntamente com entidades de direitos humanos, o grupo de advogados formado para atuar nas manifestações, que foi o Grupo Habeas Corpus, que teve como um dos objetivos verificar a forma como as prisões estavam acontecendo no Rio de Janeiro.

Atualmente, o nosso ouvidor, Bruno Renato, juntamente com a equipe de trabalho dele, está percorrendo algumas capitais, justamente já conversando previamente com os Secretários de Segurança, com a Ordem dos Advogados, a Defensoria Pública, o Ministério Público, já articulando toda a questão de proteção para possíveis manifestações que vão ocorrer, no sentido da garantia dos direitos humanos das pessoas que estiverem na rua. Esse é um trabalho que está sendo feito já preventivamente pela Secretaria de Direitos Humanos.

E aí, essa necessidade de se garantir essa questão dos direitos humanos também traz à tona que a manifestação, as liberdades, o direito de reunião, quando você coloca que essas reuniões estão sendo observadas, vigiadas, investigadas previamente, isso chama muito atenção e também causa preocupação, porque o direito de reunião foi um direito construído dentro deste Congresso Nacional, numa das emendas à Constituição, que era o direito de organização, o direito de greve, o direito de manifestação.

Por que eu trago a questão da Constituição? Porque as emendas à Constituição, que surgiram com a nossa Constituição de 1988, foram construídas nas ruas também. Ela foi construída pela população. A Carta constitucional foi construída por movimentos populares. Então, é mais do que legítimo que os movimentos populares se manifestem a partir daquilo que eles escreveram e daquilo que eles produziram.

Agora, é claro que temos que estar sempre atentos no que se refere às relações de direitos humanos. É inadmissível, no Estado democrático de direito, que as pessoas tenham os seus direitos cerceados. Mas é importante também observar que todos têm o direito de ir para a rua, mas todos têm também a responsabilidade. E eu sei que se vocês virem algum indivíduo prejudicando, quebrando o patrimônio público, eu acredito que a mesma responsabilidade que vocês têm, a mesma legitimidade que os leva à rua é a mesma legitimidade para pedir que essa pessoa se retire da manifestação.

Porque o que não vale é também quebrar o patrimônio público. Dano ao patrimônio público e dano também à imagem do movimento, que é legítimo, o direito a manifestação.

Essa responsabilidade eu acredito que os movimentos têm, ou seja, de não aceitarem pessoas que não são do movimento, que não têm a mesma responsabilidade de ir para a rua, e que podem causar algum dano não só ao patrimônio público, mas também a outras pessoas.

E aí eu agradeço também a oportunidade para dizer, Senador, que este debate se faz muito importante até para a gente entender com mais profundidade como que as coisas acontecem e por que elas acontecem. Mas o mais importante é assegurar as manifestações. É garantir que os movimentos não sejam criminalizados, não sejam processados e não sejam acusados por crimes que jamais cometeram.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esta foi a Drª Deise Benedito, representando a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Meus cumprimentos à Deise. Tranquila, serena, fez uma análise, para mim, equilibradíssima. Tenho certeza de que a Deise, em sua análise, é contra criminalizar, porque conheço a Deise, os movimentos sociais e é contra todo tipo de agressão, venha de onde vier. Não é, Deise? Venha da polícia, venha de algum infiltrado no movimento. Não digo infiltrado, mas alguém do movimento, digamos, mais exaltado. Ou algum policial que perdeu o controle, também, naquele momento. Venha de onde vier, o quebra-quebra não é bem-vindo. E eu tenho que assumir, também, porque eu não mudo o discurso. O que estou falando aqui eu falo da tribuna. Eu sempre dei todo apoio aos movimentos sociais, mas também não concordo com quebra-quebra, porque, muitas vezes, o quebra-quebra que acontece – e tenho certeza de que não é essa a linha dos movimentos –, às vezes, pega lojinhas naquele turbilhão em que o cidadão está lá chorando porque perdeu o pouco que ele tinha, como pegam bancos, enfim. Mas, seja uma lojinha, seja um banco, ninguém aqui vai defender que haja quebra-quebra.

Então, aqui, acho que a audiência tem que ser… A Rádio Senado viu a importância da nossa audiência aqui. A Rádio Senado lembra que eles também estão transmitindo ao vivo, não são só os canais da TV. Está sendo ao vivo, pela Rádio Senado, também, para todo o Brasil.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, que a pediram, quero dizer que recebi da OAB a justificativa de que, infelizmente, hoje não poderia estar presente conosco o seu presidente.

Diz a justificativa:

Ao cumprimentar V. Exª, vou justificar minha ausência da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, a realizar-se neste 21 de maio, considerando compromisso já assumido. Neste sentido, cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exª que me farei representar no referido evento pelo integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB Dr. Antonio Rodrigo Machado de Souza.

Eu até estranhei, porque a OAB sempre manda alguém. Sempre que convocamos uma audiência, claro, remetemos o convite ao presidente ou ao ministro, até mesmo sabendo que o ministro ou o presidente de uma entidade não pode estar em todos os eventos para os quais é convidado, mas sempre nos manda representante. Por isso, eu estranhei a não presença da OAB até pela relação que esta Comissão tem com a OAB. Mas, repito a justificativa:

Neste sentido, cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exª que me farei representar no referido *evento pelo integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB Dr. Antonio Rodrigo Machado de Souza.*

Então, aqui estamos esperando S. Sª. Espero que ele chegue. Também não vamos fazer nenhuma crítica aqui, porque pode ter acontecido alguma coisa. Se o Presidente da OAB colocou o nome do Dr. Antonio Rodrigo Machado de Souza para representá-lo, certamente ele fora escalado para estar aqui no dia de hoje. Assina a justificativa o Dr. Marcus Vinícius Furtado Coêlho, Presidente.

Recebi, também em resposta ao ofício desta Comissão, de ordem do Sr. Leandro Guimarães Guedes, do Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça, que diz:

Agradecemos ao convite para participar da audiência pública com o tema "A Vigência das Liberdades Democráticas no País e o Crescente Processo de Criminalização das Lutas dos Trabalhadores". Porém, na impossibilidade de indicarmos representantes, no momento, declinamos do convite.

Esse eu achei mais delicado, eu diria. Porque o Presidente da OAB indicou alguém e quem falhou foi o cidadão. Eu tenho o maior carinho, claro, pelo Ministro da Justiça, mas o normal, em toda audiência que faço, quando o Ministro não pode comparecer, manda um representante. E, pelo que vi aqui, o Ministro da Justiça resolveu não mandar um representante. Fica o registro. Não pensem que eu gostei porque não gostei. Eu tenho o maior carinho pelo Ministro da Justiça, mas, no mínimo, ele deveria ter mandado um representante, como já fez em outras oportunidades. Fica aqui, então, a minha chateação, eu diria – não sei se esse termo ainda existe; é do meu tempo, eu que venho de outros anos –, pois, no mínimo, poderia ter mandado um representante. A OAB eu entendi que escalou alguém, que falhou, e não vou julgar porque pode ter acontecido algum aciden-

te ou motivo de doença. Mas, o Ministério da Justiça, eu lamento, pois simplesmente disse que declinou do convite, o que eu acho que não é bom. Nós temos sempre defendido a importância do equilíbrio e do debate, que todos sejam ouvidos. Mas já vou incluir nos encaminhamentos de fazermos mais uma audiência pública sobre o tema, convidando inclusive alguém que responda efetivamente pelo aparato policial do País. Porque é no debate, é no diálogo que podemos caminhar para que isso não aconteça.

E vou convidar também as centrais sindicais, eu acho que é importante também. Estamos falando aqui da criminalização dos movimentos sociais. Vamos convidar representantes das centrais – a Conlutas está aqui –, do Fórum das Confederações e alguém da UNE, naturalmente, porque esse debate interessa a todos, não é especificamente para este ou aquele setor do movimento social. Vamos fazer uma nova rodada, em outra audiência pública, mesmo que seja com duas Mesas, para que esse debate se estabeleça o mais amplo e transparente possível, pois tenho certeza de que ninguém, dos convidados que estou citando, gostaria de ver uma lei que criminalizasse os movimentos sociais. Essa é a questão de fundo.

E já que se falou tanto da questão – e é natural que se fale porque os fatos estão aí – de agressões, seja do patrimônio, seja por parte dos policiais, é importante também que aqueles que têm essa visão estejam representados na próxima audiência pública, que, se depender de mim, será antes do recesso ainda. Aliás, antes da Copa, que já está aí. Realmente, a Copa está aí. Não vamos analisar a Copa do Mundo agora, esse é outro debate, mas vamos garantir a liberdade dos movimentos sociais. como sempre defendemos.

Houve duas inscrições do Plenário. Depois, recebi também uma carta que foi discutida aqui, na Comissão de Direitos Humanos. A Senadora Ana Rita a deixou para que eu a lesse. A carta não é dela, mas dos movimentos sociais, Então, S. Exª recomendou-me que eu a lesse, porque a carta é endossada pela Comissão, é isso Agostinho?

O Agostinho, a que estou me referindo aqui, vocês sabem muito bem, é um militante histórico dos direitos humanos, eu diria, no Rio Grande, no Brasil e no mundo. Muito ligado, naquela época, aos direitos humanos do Rio Grande do Sul, mas o líder, o principal, era Jair Krischke, com quem tive a satisfação de viajar quando Universindo Diaz e Lillian Celiberti foram raptados aqui no Brasil pela ditadura do Uruguai. Nós fomos ao Uruguai, e o Jair foi conosco, eu fui representando o movimento social, para tentar libertá-los lá.

Foi uma luta enorme. Só Deus sabe o que aconteceu. Como fomos também, certa vez, à Nicarágua. Na época dos contras, estivemos juntos lá, no sentido de defender os direitos humanos em relação às torturas praticadas contra o povo nicaraguense por aqueles que estavam fazendo a contrarrevolução, liderada por Sandino. Tudo nasceu com a caminhada do Sandino, dos sandinistas.

Bom, vou ler rapidamente a carta:

As entidades e lideranças signatárias deste manifesto vêm a público expressar a mais alta preocupação com o Projeto de Lei do Senado nº 508, de 2013, tramitando na CCJ, de autoria do Senador Armando Monteiro e relatoria do Senador Pedro Taques, determinando que os crimes hediondos de lesão corporal e dano ao patrimônio cometidos na esfera de mobilizações, concentração de pessoas [o que é grave, por isso a carta tem todo sentido] ou qualquer encontro de multidão se tornem qualificadoras para o aumento de pena – segundo as entidades que interpretaram dessa forma a lei que está para ser votada.

Também determina que o uso de máscara, capacete e afins seja sempre uma causa de agravamento ainda da pena. Com o pretexto de combater os excessos praticados em mobilizações sociais, Parlamentares de vários partidos aqui adotaram uma ofensiva conservadora com o objetivo de emplacar medidas que reprimam ou dificultem protestos e mobilizações. Tentaram com a Lei Antiterrorismo, que está travada no plenário [foi com essa lei que eu entrei] e agora depositam suas fichas nessa proposição legislativa.

O seu conteúdo, segundo dizem aqui [depois vou ler os nomes das entidades desta carta], está eivado de distorções, pois, além de aumentar de maneira injustificada as penas e ser totalmente desnecessário, tendo em vista que já existe legislação suficiente para coibir os excessos ocorridos em protestos, a proposta vai na contramão do que é hoje aplicado por juízes e tribunais, que consideram o contexto de multidão e forte emoção como atenuante de pena.

Destaque-se, ainda, que o substitutivo do Relator imputa penas ao dano de patrimônio, aumentando em quatro vezes o que hoje é praticado na versão qualificada, nada menos do que 24 vezes a pena mínima, de forma simples, se comparado a pena de lesão corporal. Ou seja, no seu conceito penal, o patrimônio está sendo mais valorizado do que a vida.

Estou acelerando para continuarmos com o debate.

Consciente de que esse projeto faz parte de mais uma tentativa conservadora e que, caso aprovado, se tornará instrumento a serviço daqueles que tratam manifestações com repressão e violência, os quais são avessos à pressão popular, ao povo organizado, conclamamos a todas as organizações sociais, partidárias e democráticas a se mobilizarem, pressionarem e derrotarem mais essa ameaça à democracia, uma verdadeira

tentativa de retrocesso social e político no Congresso Nacional, mediante os dois projetos, tanto a Lei Antiterrorismo, que está no plenário, como o projeto que está sendo debatido na CCJ.

Assinam o documento várias entidades. Eu não vou ler todos que assinam, porque são quase 100 entidades. Portanto, quem tiver dúvida, basta ler. São federações de estudantes, Instituto Brasileiro de Análises, MST, Conselho Indigenista, Juventude do Partido dos Trabalhadores, Levante Popular da Juventude, Movimento dos Atingidos por Barragens, movimento pela soberania, Movimento Negro, enfim, mais de 100 entidades assinam o documento.

Está feito o registro.

Do plenário, pediram a palavra o Sr. Fabiano Faria e a Srª Samanta Lopes.

Vou conceder cinco minutos para cada, respectivamente.

Vamos lá, Fabiano, pode falar daí mesmo.

O SR. FABIANO FARIA – Bom dia a todos. Eu vou correr porque são só cinco minutos. Agradeço a oportunidade.

Eu gostaria de contribuir para o debate com um assunto que, até agora, foi pouco abordado: a doutrina que subjaz à política de criminalização dos movimentos sociais no País. Falo como especialista no assunto. O Senador já ouvir falar da doutrina da guerra revolucionária?

Bom, foi desenvolvida pelo exército francês a partir de oficiais simpatizantes do governo de Vichy, a partir da experiência de repressão nas guerras civis da Indochina, futuro Vietnã, e Argélia.

Os militares de ultradireita da França interpretaram o seguinte: que, na época deles, da Guerra Fria, o comunismo mundial pretendia chegar ao poder através da periferia para o centro, através dos movimentos de massa. Eles entendiam que esse comunismo tomado como império do mal… Não precisamos aqui falar sobre o conceito elástico e malicioso com que as forças de segurança trataram, durante a ditadura militar, quem julgavam comunistas. Inclusive, Geisel e Sarney foram chamados de comunista em algum momento. Mas, enfim, diziam eles que o comunismo chegaria ao poder em cinco etapas. A primeira etapa seria a época da agitação democrática, em que os comunistas atuariam sem revelar seus reais objetivos, falando, por exemplo, em ampliação da democracia, direitos humanos.

A segunda etapa seria a penetração nos cargos do Estado. Aí, eles interpretavam que, por exemplo, vários intelectuais um pouco mais progressistas, que faziam parte do governo João Goulart, eram o comunismo penetrando no Estado.

A terceira etapa era a organização de uma ampla rede de sindicatos, entidades e os primeiros movimentos guerrilheiros. Isto existia na época essa discussão na esquerda e uma ampliação – eu estou falando da década de 60 – dos movimentos sindicais. E aí vem a quarta etapa, que seria o estabelecimento de zonas livres; e a quinta etapa a organização de um exército revolucionário para tomar o poder.

Na verdade, os militares estavam interpretando, de uma maneira absolutamente reacionária e fora da realidade, o crescimento do movimento de esquerda nos países de terceiro mundo. A teoria não corresponde à realidade, mas, se o senhor quiser, como especialista, eu posso encaminhar ao senhor um documento, os textos que se estudavam na década de 50 sobre a doutrina da guerra revolucionária.

Eu vou esperar o senhor conversar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, não estou conversando. Só pedi uma caneta para anotar, inclusive, que você fez uma proposta; eu tenho que anotar.

O SR. FABIANO FARIA – Claro.

Os textos que se estudavam nas escolas militares no pré golpe, na ESG, na Escola de Comando e Estado-Maior, na Escola de Sargentos, em todas as escolas, na AMAN, no Colégio Militar, então, a doutrina da guerra revolucionária foi difundida principalmente pelo então chefe do Estado-Maior do Exército, Humberto de Alencar Castelo Branco, que recomendava explicitamente que se tratasse como um criminoso, sem direitos de cidadania, o criminoso político, e criticava abertamente as convenções do pós II Guerra, como a Convenção de Genebra, e advogava para as forças de segurança uma função que se colocava, às vezes, acima do governo civil, porque a prioridade era acabar com o comunismo.

A doutrina da guerra revolucionária subsidiou a Lei de Segurança Nacional. Segundo o artigo da Lei de Segurança Nacional – que está em vigor até hoje, não foi oficialmente revogada –, diz que é atentado contra a segurança nacional promover a guerra revolucionária. Segundo o artigo.

Vou esperar novamente, porque eu tenho muito interesse na sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não. Mas eu faço questão de ouvi-lo.

O SR. FABIANO FARIA – Perfeito.

Qual o problema, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para ajudar, eu vou descontar o tempo. Ninguém mais me apresente aqui nem café, nem água e muito menos essa barrinha. Às vezes, por eu ficar aqui até uma hora, e o pessoal me dá uma barrinha.

Então, descontei seu tempo, e agora está tudo sobre controle.

O SR. FABIANO FARIA – Perfeito, Senador.

Então, olhe, Senador. A doutrina da guerra revolucionária nunca foi abandonada pelas forças de segurança. Inclusive, neste ano de 2014, foi publicada, pelo Ministério da Defesa, uma orientação de como lidar com os protestos populares, e é perceptível a influência da doutrina da guerra revolucionária ali. É uma política que permanece até hoje intacta. É estudada, ensinada nas escolas militares.

Do seu lado, estava sentada uma professora que, no Colégio Militar de Porto Alegre, recusou-se a dar aula com um livro de história, que ainda hoje é produzido com recurso do Estado brasileiro, dizendo que 1964 foi uma revolução democrática e os militares têm que combater o comunismo hoje. Esse livro ainda é produzido.

Então, até hoje isso não foi abandonado. Então é difícil pensar, inclusive como falou a colega Deise Benedito, nas forças policiais como operadoras de direitos humanos, porque, enquanto doutrina de segurança ainda vigente para as forças de segurança, são considerados… As forças são tomadas justamente como o contrário, como as forças que têm que se opor a essa balela de direitos humanos, porque a doutrina revolucionária fala disso sem nenhuma timidez.

Se o senhor quiser eu posso encaminhar os documentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode, com certeza. Encaminhe à Mesa. Ficará nos Anais da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. FABIANO FARIA – Quantos aqui nesta sala não receberam, por *e-mail*, na época da campanha eleitoral da Dilma, acusações dizendo que ela estava articulada com o comunismo internacional… Todas essas afirmações foram feitas dentro do conceito da doutrina da guerra revolucionária, que criminaliza qualquer manifestação minimamente progressista, porque tudo pode ser associado.

E acredito que essas pessoas não têm hoje a intenção de chegar ao poder, mas foram as primeiras a advogar intervenção militar, a querer reeditar a marcha da família e da propriedade… O poder deles é muito pequeno. Embora nós hoje, sindicato e Governo, estejamos em lados opostos, se um dia, hipoteticamente, a gente chegasse no poder, nós iríamos para a mesma vala, porque eles acham que a Dilma é comunista. Eu digo, infelizmente não. Mas vai convencê-los disso, não é?

E nesse sentido gostaríamos de terminar e também falar de uma outra coisa que, diante até deste nosso passado de resistência e de termos os mesmos inimigos, mais uma vez, saindo do que eu falei até agora, solicitar a ajuda do senhor para que nós sejamos recebidos nas nossas negociações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.k. Fabiano.

Muito bem, Fabiano!

Fabiano, quero dizer que ouvi atentamente à sua fala e acho que ela tem um conteúdo assim importantíssimo. E que bom que você deixa claro que podemos ter discordâncias no momento, mas ninguém pense que a gente vai dar guarida para a volta da ditadura. Golpe e ditadura nunca mais. Podemos, de forma pontuada, termos visões diferentes, eu digo nós todos que somos comprometidos com o movimento social. E eu achei legal você dar inclusive o exemplo da Presidenta Dilma. Eu me lembro que eu recebia de fato aqui, porque botavam para o *spam*, que eles dizem não é, falando que a Dilma seria o fim do mundo. E como diziam na época do Lula, que se o Lula assumisse o País, todo mundo tinha que ir embora daqui porque ele ia tomar conta do patrimônio de todos.

Então o nosso debate aqui, eu acho que é legal a tua fala, não é numa disputa partidária, ninguém aqui está fazendo um debate devido ao processo eleitoral que está aí, por isso os meus cumprimentos pela forma que você conduziu. Nós queremos saber que não vamos aceitar, seja quem for o governo, nem hoje nem nunca, que venha a criminalizar os movimentos sociais.

Eu acho que este é o eixo do nosso debate e foi nessa linha que você discorreu. Quero receber de fato os documentos aqui na Comissão de Direitos Humanos, não só para mim, mas para socializar aos demais membros da comissão.

Meus cumprimentos pela tua fala.

Passamos a palavra agora à Srª Samanta Lopes, pelo tempo de cinco minutos, com a tolerância que eu dei ao Fabiano.

A SRª SAMANTA LOPES MACIEL – O.k.

Bom dia a todos e todas!

Quero cumprimentar a Mesa, o Comando Nacional de Greve do Sinasefe, que representa os servidores da educação básica tecnológica, os servidores federais, dos institutos e escolas militares, o Colégio Pedro II, entre

outros, cumprimentar os companheiros do Andes, que também estão presentes aqui à Assembleia, Sindicato dos Professores das Universidades…

Quero começar a minha fala dizendo que, infelizmente, os processos de vigilância sobre os movimentos sociais, organizações sociais, eles não cessaram com o fim da ditadura militar.

E aí, digo isso com muita clareza, porque infelizmente os resquícios de concepção de como a polícia, o Exército, enfim, os órgãos relacionados à questão da "defesa" – entre aspas – têm se portado durante todo esse processo, em diversas situações, com relação às organizações sociais, aos movimentos sociais, às organizações políticas.

Eu me lembro de que, no ano de 2005, quando vivemos uma onda de ocupação das reitorias por todo o Brasil, eu estava no movimento estudantil, de 2005 a 2008, e quando nós ocupamos a reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo, no momento várias reitorias no Brasil estavam ocupadas, ao cessar a ocupação, nós fomos todos os estudantes do DCE arrolados num processo administrativo na universidade e na Polícia Federal, acusados de organização de quadrilha, crime de bando, depredação do patrimônio público, cerceamento do direito de ir e vir dos servidores da reitoria, e mais um que não me lembro agora.

Aí nós ficamos surpresos, à época, o que não nos surpreende hoje, pela quantidade de documentos que eles possuíam sobre nós, a quantidade de fotos que eles tinham dos dirigentes do DCE. Isso naquela época das ocupações das reitorias. E pela forma truculenta como também foram às nossas casas entregar as intimações para irmos depor na Polícia Federal, todos armados, fortemente armados, para entregar intimação de depoimento na Polícia Federal para estudantes de 20 e poucos anos.

Enfim, eu me lembro de que, na época, minha mãe ficou apavorada porque nunca tinha vista uma coisa daquela. Eles pararam na porta da minha casa. Eu morava num conjunto habitacional, a vizinhança desceu, queria saber o que estava acontecendo. Foi um constrangimento generalizado. E a gente vê que o processo continua, porque essa é a linha orientativa para a atuação das Polícias Militar, Civil, Federal.

Eu não estou aqui culpabilizando sujeitos em si. Estou dizendo que há um erro em que o Estado é responsável pela forma como esses profissionais são treinados. E aí é um processo de treinamento, claro, já foi denunciado em diversas ocasiões, para se portar diante desse tipo de situação, diante dessas organizações. Então, o Estado brasileiro precisa começar a se comprometer com esse debate, que, enfim, é muito além de discutirmos aqui a questão se os movimentos sociais estão, entre aspas, "certos ou errados".

Eu também queria dizer que, com relação à fala da Secretária, eu acho que a gente não pode cair no erro, e não estamos discutindo aqui quando há quebra-quebra em meio a manifestações ou não. Eu acho que o debate não é esse. Reduzir a grandeza de movimentos, como aconteceram em junho e julho, a depredações, quebra-quebras, é muito limitado. É limitar o que representou esse movimento que foi abraçado pela sociedade brasileira, porque a gente viu sair às ruas uma parcela da sociedade que havia muito tempo não vinha para as ruas junto com o movimento social organizado. É reduzir o que significou esse movimento a uma visão muito limitada.

E aí, quando se é dito que é responsabilidade dos dirigentes do movimento social retirar pessoas que promovem quebra-quebra na manifestação, eu particularmente entendo que se está legitimando o discurso que está embasando a constituição dessas legislações. É esse o discurso que está sendo usado. Você está legitimando, dizendo que nós somos responsáveis pelo quebra-quebra. Todos que já foram à rua sabem como funciona uma manifestação de rua, a amplitude que ela toma, e sabem que não é por aí, não é tão simples como foi dito aqui na Mesa. Então, tem que se ter cuidado, porque esse é o discurso conservador que está circulando dentro das Casas, dentro da Câmara, aqui dentro do Senado, para propor e aprovar esse tipo de legislação.

Com esse tipo de concepção de que somos nós que temos que tirar essas pessoas da manifestação é que se está criminalizando o companheiro Matheus, por exemplo. Então, a gente não pode limitar. A visão não pode se reduzir a isso.

Devemos, acima de tudo, deixar que fique claro que os sindicatos, o movimento social, os partidos políticos de esquerda que têm atuado nessas manifestações, condenam, sim, toda e qualquer forma de atividade violenta.

Mas não é porque elas ocorrem em situações, diga-se de passagem, isoladas, não é como a mídia faz transparecer, que é um ato generalizado em todos os protestos, porque não é assim. O que se faz é um recorte da realidade, não é porque isso ocorre que somos favoráveis a esse tipo de postura. E condenamos qualquer tipo de tentativa de cercear a liberdade democrática à manifestação.

É preciso entender que, se uma parcela significativa da população vai à rua é porque há descontentamento generalizado com a política social deste País que, mais do que nunca, neste período de Copa do Mundo está sendo apontada de forma latente. A população está enxergando, de forma latente, as contradições das políticas implantadas pelo Governo.

E aí quero finalizar a minha fala reforçando que, como representante de uma categoria que está em greve, fazendo aniversário de greve ontem, dia 21, denunciar aqui a postura do Ministério do Planejamento de dizer que não está aberta ao diálogo com a nossa categoria, dizer que nós não acreditamos nessa fala, que nós achamos que é possível, sim, se abrir ao diálogo com a categoria, e mais uma vez solicitamos à Comissão de Educação, na nossa última audiência na semana passada e solicitamos aqui novamente que se faça um requerimento neste apoio, por parte desta Comissão e do Senador, para que, de fato, se abra o processo de negociação. Não é possível que, num momento como este, o Governo nos diga que não há possibilidade de negociação. Não é possível. Não aceitamos essa fala e continuaremos em greve, seguiremos em greve até alcançarmos a vitória. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa foi a palavra da Samanta Lopes.

Permita só que eu diga, Samanta, eu já te ouvi numa outra atividade numa audiência em que eu também pedi para ouvi-los na Comissão de Assuntos Sociais, mas eu só não entendi, confesso, sou muito franco, por parte da Drª Deise, que ela quis resumir a questão do quebra-quebra que houve, seja em Porto Alegre, que eu acompanhei, seja no Rio, seja onde for. O que, para mim, ela disse é que nós não concordamos, e não concordamos mesmo, e vocês também não concordam com nenhum tipo de quebra-quebra. Qualquer tipo de agressão, venha de um policial ou venha de um militante.

Eu fiz muito movimento sindical e eu sabia que, em muitos momentos era difícil segurar o militante, quando ele ficava indignado com o que estava acontecendo, mas claro que o Líder tem que tentar segurar. Mas nem todos eu conseguia segurar. Calcula uma passeata que nem eu fiz na ditadura de Canoas a Porto Alegre a pé com 20 mil pessoas. Não era fácil. E eu dizia que não se ia pisar no jardim. E não se pisou no jardim. Nem um vidro será quebrado, e não foi quebrado nenhum vidro.

E quando vinha alguém, na época – estou dando depoimento de experiência minha –, que queria quebrar o vidro, eu dizia: "Não à provocação!" E não aceitava. E quem ia quebrar nós afastávamos. Em frente ao Palácio, na época da ditadura, a palavra de ordem que veio lá de baixo foi: "Vamos invadir o Palácio!" E eu disse que não, que nós não íamos invadir o Palácio, e que ia entrar uma comissão e assim foi feito. Eu sei que não é fácil para segurar. A gente não pode desconhecer, como a morte desse cinegrafista! Eu não estou fazendo prejulgamento, mas o cara morreu. E como é que a gente não vai falar na morte dele? Nós temos que falar! Morreu! E isso também não se resume, aí eu concordo com você, mas na Mesa acho que ninguém tentou fazer isso. Dizer que agora tudo vai se resumir a essa morte que houve, ou se houve um quebra-quebra aqui ou acolá, seja o que for… Ninguém quer isso. Agora, eu acho que para a saúde do movimento, nós todos somos contra qualquer tipo de violência, venha de onde vier. Por isso que eu estou propondo, dialoguei rapidamente aqui com a Mesa, a gente fazer outra audiência pública com a presença aqui dos responsáveis pelas forças de segurança, digamos, pela polícia que acompanha os movimentos.

Então, eu acho que nós temos caminhado bem, eu entendi a tua fala, você também não quis em nenhum momento apontar para um outro caminho, mas você fez uma reflexão. Não podemos falar só dessa questão, que a gente entende, mas eu fiz também esta conciliação aqui em nome do bom encaminhamento da nossa audiência que, tenho certeza, já temos aqui pelo menos até agora cinco propostas de encaminhamentos que no final nós vamos encaminhar. Mas a Mesa vai falar de novo, viu? Não estou falando em nome da Mesa. Todos da Mesa falarão de novo no final desta rodada e dos encaminhamentos.

Antes dos encaminhamentos, vamos passar a palavra de novo para os membros da Mesa.

Começamos com a Silvana, portanto, agora, vamos deixar a Silvana para o final. Começaremos pelo Matheus, que está com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. MATHEUS GOMES – Novamente, quero reiterar a importância desta discussão que estamos fazendo agora e também da realização dessa nova audiência antes do período da Copa. A realização desse megaevento no País está sendo utilizada como mote, infelizmente, para aumentar a repressão e a criminalização dos movimentos sociais. É reprimido o direito de reunião pública, o direito de fazer protesto, o direito de organização. Nós sabemos de dirigentes sindicais que, por iniciarem, por exemplo, uma movimentação nas suas campanhas salariais, o que pode ou não levar a uma greve, já estão sendo intimados para dar depoimento na Polícia Civil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso é gravíssimo. Você tem razão.

O SR. MATHEUS GOMES – Isso é gravíssimo.

Existe uma possibilidade grande, que é agitada pela imprensa, inclusive, de que todas as pessoas que estão sendo processadas agora, no período da Copa do Mundo, possam vir a ser presas, pode ser efetuado o pedido de prisão preventiva, porque, supostamente, essas pessoas significam um perigo à ordem pública e à realização dos jogos da Copa, por exemplo, no caso de Porto Alegre.

Então, é importante que a audiência aconteça antes do início da Copa, antes do dia 12 de junho, para que a gente possa expor, mais uma vez, os fatos que estão acontecendo aqui e tirar encaminhamentos concretos.

Há um tema diretamente relacionado à criminalização dos movimentos sociais e à criminalização da pobreza, abordado aqui, no debate, e tem a ver com a Polícia. A Polícia tem sido um instrumento, sim, que leva às últimas consequências todo esse processo. A desmilitarização da PM faz parte de um debate que, até o início das mobilizações de junho, era muito restrito a um setor do movimento social. Isso era debatido, enfim, num setor da sociedade, mas, pelo tamanho da repressão que a gente viu nas mobilizações, acabou tomando uma proporção muito grande no Brasil.

Acho que esse é um tema sobre o qual precisamos refletir e que precisamos levar adiante com muita urgência, porque esse é um resquício do Decreto feito em 1969 pela ditadura militar. A lógica dela, como bem abordou o Fabiano, é uma lógica que não desenvolve a mentalidade de que as pessoas são agentes públicos mesmo e garantem a segurança do conjunto da população. Pelo contrário. Nas manifestações, a polícia avança, por exemplo, no último ato em que houve repressão em Porto Alegre, a polícia avançava aos gritos sobre os manifestantes. Era dessa forma que eles faziam o "diálogo" – entre aspas – conosco. E, na periferia, isso se expressa de forma mais lamentável, de forma mais cruel.

As práticas de tortura, as práticas mais bárbaras que eram institucionalizadas na época da ditadura militar, hoje, ocorrem na mão da polícia e ficam impunes. Nós temos um Tribunal Militar que julga os crimes cometidos pelos policiais, mas que, na realidade, serve para deixar essas inúmeras barbaridades impunes, como estamos vendo agora nos protestos. Nenhum policial no Brasil recebeu tratamento parecido com aquele com que foram tratados os milhares de manifestantes no último período, com investigação, com processos.

Então, é necessário a gente fazer essa reflexão sobre o modelo de segurança pública no nosso País. Essa já é uma demanda abraçada por amplos setores da sociedade. Recentemente, a Fundação Getúlio Vargas divulgou uma pesquisa em que cerca de 70% da população do País estão favoráveis à desmilitarização da Política no Brasil.

Então, nós, como movimento social, temos que levar essa campanha adiante, mas precisa ser uma reflexão conjunta que venhamos a fazer.

Na realidade, era esse o recado que gostaríamos de dar, em nome da Assembleia Nacional de Estudantes – Livre, que é uma entidade estudantil cujos membros, hoje, em vários locais do País, estão sendo criminalizados, perseguidos. De fato, é um debate que tem de ser abraçado pelo conjunto do movimento social.

(Soa a campainha.)

O SR. MATHEUS GOMES – Então, o mais amplo possível que for essa próxima audiência pública, e nossa opinião é de extrema importância para que a gente consiga levar adiante, amplificar mais essa denúncia dos casos que vêm ocorrendo.

E, mais uma vez, reiterar a necessidade que a gente encaminhe concretamente essas discussões aqui e reverta, de forma urgente, esse processo que está manchando a democracia no nosso País, impedindo que a gente possa intervir nos mais diversos temas da sociedade, seja educação, sejam os direitos dos trabalhadores que estão entrando em greve nesse momento – saúde, transporte.

Nós queremos, na realidade, apresentar o nosso projeto político, e o Estado não tem o direito de nos impedir de fazer isso. Então, agora, nesse próximo período, discutir a criminalização dos movimentos sociais e seguir nos organizando. Enfim, é a nossa tarefa, e queremos contar com o apoio de todos os setores que defendem de fato a democracia em nosso País, para que a gente possa conseguir exercer esse nosso direito.

Então, era esse o recado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi Matheus Gomes, membro da Direção Executiva da Assembleia Nacional de Estudantes – Livres.

Matheus, para mim foi uma alegria ouvir a nossa juventude falando aqui por você. A gente olhava os movimentos de junho e de julho, e muita gente dizia que desses movimentos não estavam surgindo novas lideranças. Você mostrou o contrário, Matheus. Você mostrou que estão surgindo lideranças. E pelo enfoque que você deu aqui, um enfoque tranquilo, mas defendendo o seu ponto de vista, isso mostra que é da mobilização, que é da caminhada, que é da liberdade que vão surgindo os novos líderes do nosso País.

Então, meus cumprimentos.

Quero te dar uma salva de palmas em nome da juventude brasileira. Você foi brilhante aqui nos teus argumentos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E é muito bom ver essa juventude advogando, defendendo o seu ponto de vista com convicção.

Eu tenho certeza de que o teu processo não vai dar em nada, porque só em olhar para você, eu sinto que você é do bem. Eu sinto que você é do bem mesmo. Não só do bem por te olhar, mas olhar para você pelos argumentos e pela forma com que você defende o seu ponto de vista.

Então, essa história de achar que qualquer jovem que tem liderança, que sabe argumentar e que vai para frente do movimento tem que ser processado não tem lógica, não tem sentido.

Aceite aqui meus cumprimentos. Somos parceiros nessa caminhada.

Passo a palavra agora para a Silvana, Coordenadora-Geral do Sinasefe.

A SRª SILVANA SCHULER PINEDA – Bom, como a gente já começou assim com algum humor antes, no primeiro momento, vou aproveitar para dizer que o Matheus não foi, mas ele é brilhante e está pagando o preço por isso. E bem caro. É esse o preço que ele está pagando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas o mérito dele é que ele não teve medo de ir para a rua. Foi, continua indo e veio aqui e mostrou a cara de novo.

A SRª SILVANA SCHULER PINEDA – Claro que sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Por isso pedi uma salva de palmas para ele.

A SRª SILVANA SCHULER PINEDA – Claro que sim.

Bom, este momento que nós vivemos aqui é bastante fundamental na luta contra a criminalização dos movimentos. Nós temos certeza de que os movimentos sociais estão organizados e em fase também de organização contra essa criminalização, mas nós sabemos também que a nossa organização e a nossa luta são necessárias, são fundamentos, mas elas precisam também de alguns outros componentes. Um deles é que quando esses projetos chegarem ao Congresso Nacional não sejam aprovados por esta Casa, não é, Senador? Então, nós temos aqui uma luta bem grande dentro do Congresso Nacional para impedir que esse tipo de projeto que visa a criminalizar as nossas lutas sejam aprovados. Digo isso porque parece que isso é muito natural. E da maneira como chegamos aqui a um acordo de que esse projetos são absurdos, parece que isso vai ser muito fácil, e nós sabemos que não.

A gente pode usar como exemplo a dificuldade da necessidade de fazermos uma nova audiência, o que aconteceu com os professores da rede federal. Nós tivemos a aprovação no Congresso Nacional de um projeto que desestrutura a nossa carreira, de um projeto que nós apontamos o tempo inteiro que nos prejudicava, de um projeto que lesou toda a categoria. No entanto foi aprovado por esta Casa à revelia do que os trabalhadores pensam sobre isso.

Então, embora pareça ser algo assim: "Esses projetos são absurdos." Não. Nós corremos risco, sim, de eles serem aprovados, porque já temos na nossa história a aprovação de projetos que nos causaram muito dano e que continuam causando. E se estamos em greve hoje neste momento, o nosso sindicato, a Fasubra, é porque nós falamos, nós nos mobilizamos, e esta Casa não nos ouviu.

Então, nós precisamos, sim, continuar este debate, trazer novamente à discussão, numa outra audiência, a seriedade deste momento para que esta Casa se comprometa, sim, com aquilo que a sociedade está indicando: não à criminalização dos movimentos, e sim às causas que são efetivamente defendidas pelos trabalhadores deste País.

Então, precisamos de uma nova audiência para trazer a luta para esse outro ponto e poder contar efetivamente com esta Casa, para que assegure os direitos dos trabalhadores brasileiros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Silvana. Não há nenhuma discordância. Eu estou fazendo comentários, muito mais elogiando todos os membros da Mesa. Ninguém pense que eu estou fazendo um contraponto.

A Silvana tem toda a razão. Nós estamos debatendo o tema aqui. Agora, esses projetos serão aprovados se não houver pressão e mobilização. Por isso, nós não podemos permitir em hipótese alguma a criminalização dos movimentos sociais, senão os dois projetos serão aprovados. Eu tenho que concordar plenamente com os seus argumentos.

Nós somos minoria dentro do Congresso. Nós, eu digo, os movimentos sociais. São muito poucos. E a Bancada, por exemplo, vinculada aos movimentos sociais, a cada eleição, diminui. Se eu olhar para a Constituinte e para hoje, o número de Parlamentares comprometidos com os movimentos sociais pode saber que diminuiu.

Então, você tem toda a razão. Quero assinar embaixo também do seu depoimento, cumprimentá-la pela sua fala, pela posição muito clara e pelo alerta que você dá. Se não houver pressão, se não houver mobilização, os projetos vão passar.

Só Deus sabe quando eu pego – desculpe a expressão – um projeto que está quase passando, alguém me alerta, e eu entro com um requerimento para sustar, e mando-o para uma outra Comissão. E os projetos dos trabalhadores, muitas vezes, não chegam nem a sair do plenário.

Por exemplo, o da desaposentadoria, cuja história você conhece, que é permitir que o camarada possa revisar o cálculo do benefício se ele voltou a trabalhar, eu tinha aprovado em todas as Comissão, chegou ao plenário e foi para a Comissão de Reforma Agrária. Já contei essa questão.

Um outro projeto – eu sempre dou esse exemplo porque ele é prático – que diz que a mulher tem que ter o mesmo salário que o homem saiu do plenário e, na última hora, eu dei o parecer favorável. O projeto veio da Câmara. Eu peguei com pareceres favoráveis em todas as Comissões, e eu aprovei. Saiu de lá, foi para a Comissão de Infraestrutura. O que tem a ver infraestrutura com o salário igual do homem e da mulher?

Eu quero também dividir com vocês a responsabilidade de todos nós. Nós somos poucos que têm essa visão que vocês têm, mas o papel de vocês – e por isso eu estou aqui defendendo o trabalho de vocês – é fundamental na pressão permanente em cima, eu digo, dos Poderes constituídos. Não estou dizendo nem que é só do Parlamento, porque sabemos que as forças atuam, e o poder econômico é muito forte aqui no Congresso.

Mas uma salva de palmas à Silvana, pessoal, que veio aqui defendê-los, e muito bem, com muita clareza. E permitiu que eu falasse dessa questão, porque ela tem toda a razão. Esta audiência só terá repercussão com a pressão popular para que esse projeto não passe. (*Palmas.*)

José Maria de Almeida, representante da CSP-Conlutas, que toda vez que é convidado se faz presente para o bom debate.

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Então, Senador, talvez eu abuse um pouco da paciência do senhor em relação ao tempo, porque surgiram duas questões que eu não queria deixar de tratar em relação a isso. Nós tínhamos visto aqui no início que são três dimensões fundamentalmente onde está se dando esse processo: a violência da polícia contra as manifestações, o desrespeito aos direitos de greve, de manifestação, o problema da violência contra a pobreza, os assassinatos nas periferias das grandes cidades e, agora, a judicialização, inquéritos, processos, contra a liderança do movimento.

Qual é o problema? O primeiro problema é o da violência, das quebradeiras. Esse é um debate importante, porque acaba sendo tema do noticiário do País todos os dias, e isso interfere, cria um clima político que interfere nas mobilizações e na legitimidade das demandas, inclusive, do movimento. E é público que nós, como organização, temos uma posição clara sobre isso. Aliás, nós polemizamos com os chamados Black Blocs desde meados do ano passado.

Agora, qual é o problema? Não polemizamos por conta da violência. Polemizamos com os companheiros por conta de uma forma de luta que nós achamos que não ajuda a mobilização. Hoje, eu acho que isso está mais claro; naquele momento, menos. Agora, não é possível responsabilizar que seja esses companheiros pela violência que ocorre nas mobilizações. Não acho, não.

Um governo, quando assiste a uma greve, como o Sinasefe está fazendo, faz 30 dias; Fasubra, mais tempo ainda; os servidores federais em conjunto, ontem, fizeram também uma paralisação e estão há três ou quatro meses tentando uma reunião com o Governo e não são recebidos. Ele está criando uma situação em que vai levar, em algum momento, alguém a se revoltar contra isso.

Foram feitas mobilizações em junho do ano passado, pedindo transporte, saúde, educação, investimentos de recursos públicos nisso e não na construção de estádios.

Os Governos Federal, Estadual e Municipal ignoraram solenemente isso; as mobilizações continuam nas ruas até hoje. Os governos criam uma situação que vai levar à revolta de alguém em algum momento.

Qual é o problema? De onde é a responsabilidade?

Então, eu, quando eu critico uma pessoa que, no meio de uma manifestação, vai lá e quebra uma vidraça, estou a criticando porque ela está prejudicando a manifestação, e não é por quebrar vidraça.

Eu estava polemizando com os companheiros numa reunião em São Paulo; eu estava preparando uma dessas manifestações e disse: "Olha, eu não sou a favor de quebrar vidraça de banco. Eu sou a favor de que os trabalhadores governem este País e tomem os bancos, o controle dos bancos para fazer com que o sistema financeiro esteja a serviço de financiar a produção de alimentos, financiar obras de infraestrutura, o que for necessário para o País, para acabar com o privilégio que os banqueiros têm nesta sociedade. Não é quebrando vidraças que se vai resolver, mas os trabalhadores assumirem o controle dos bancos, das grandes empresas e governarem o País. É para isso que eu luto. Nós somos socialistas.

Então, este é o debate que existe.

Agora, qual é o rolo, gente? Sequer os Black Blocs hoje podem ser acusados das quebradeiras que acontecem nas mobilizações, porque nós não sabemos se são eles.

Nós temos, no Estado de São Paulo, a Lei das Organizações Criminosas, que foi aprovada aqui no Congresso Nacional, que autoriza expressamente os governos infiltrarem policiais nas manifestações.

Há, no inquérito que está sendo feito em São Paulo contra os estudantes que foram presos, num relato do delegado, dizendo que ele nomeou duas equipes de agentes para se infiltrarem nas mobilizações. Quem é

que me disse que não é esse policial que está tacando uma pedra numa vidraça para, depois, justificar a ação violenta da PM? Nós já tivemos exemplos assim na nossa história. O que foi a explosão no Riocentro, naquele 1º de maio? Não eram dois militares que estavam no carro armando uma bomba que explodiu no colo deles? Por que isso não está ocorrendo de novo agora?

Então, se o próprio Governo autoriza a polícia se infiltrar, numa afronta clara ao direito de organização e ao direito de manifestação, que está previsto na Constituição, eu é que tenho que me responsabilizar por quem quebra uma vidraça numa manifestação? Não. Não é minha responsabilidade, não é responsabilidade do Matheus.

O Matheus está sendo acusado de roubo porque alguém foi preso furtando um secador de cabelo numa loja, durante uma manifestação. Então, essa lógica nós temos que nos separar.

Eu sei que não é intenção da companheira. O problema é que o Governo tem que tomar para si os problemas gerados num processo como este, porque a origem dessas mobilizações é justamente o não atendimento das demandas populares. São os direitos das pessoas: direito a ter um hospital decente, a ter uma saúde digna; direito a ter um transporte coletivo digno. Esses direitos estão sendo negados pelo Estado. Portanto, o Estado é responsável pela situação que se cria naquelas mobilizações.

E acho, Paim – concordando com você –, muito ruim que o Ministério da Justiça não mande uma representação para cá. Porque, ontem, eu vi na televisão o Ministro da Justiça colocando a Força Nacional de Segurança à disposição para garantir a ordem pública nas grandes cidades deste País.

Então, qual é o problema? Eu concordo com a observação que fez o companheiro do Sinasefe acerca da doutrina da guerra revolucionária. Eu conheço isso. Eu sei como é que funciona a mentalidade dos militares. Mas tampouco eu acho que são os militares os responsáveis por essa situação.

Discutindo as coisas como são: a Polícia Militar é responsável pela violência, seja na periferia, com o povo pobre, seja nas mobilizações.

Quando foi criada a Polícia Militar, Senador Paim? Foi criada na ditadura, ela não existiu desde sempre. Ela foi criada como uma força armada do Estado para confrontar as organizações da classe trabalhadora, para atacar a população organizada. Ela foi criada para isso, na ditadura militar.

Pergunto: por que a Polícia Militar existe até hoje e organizada da mesma forma? Aliás, a estrutura de comando da PM vai até tenente-coronel porque, na estrutura, quando ela foi criada, o comandante mesmo da Polícia Militar é o maior oficial de Exército da região onde aquela PM foi organizada. Então, ela foi organizada como uma força para atacar a população e segue sendo utilizada como uma força para atacar a população. O problema é: por quem? O responsável disso é o comandante da PM? Não, ele recebeu ordem do Governador Alckmin para fazer o que ele fez lá em São Paulo, como a brigada militar recebeu ordem do Governador Tarso Genro para fazer o que fez no Rio Grande do Sul. Os comandantes militares não são autônomos.

Então, qual é o problema? Aqui é um problema de fundo, não é simplesmente a doutrina dos militares. É uma defesa de interesses econômicos. Essas mobilizações questionam a ordem econômica estabelecida em que sentido?

A ordem econômica estabelecida canaliza riqueza que o País produz para aumentar o lucro do banco, das grandes empresas, encher os bolsos das empreiteiras nessas obras para organização da Copa, encher o bolso da FIFA e não assegura recursos para os hospitais, que estão caindo aos pedaços; para a escola pública, que está destruída; para um transporte público; para garantir um salário melhor para as pessoas. É a defesa desses interesses das grandes empresas que está sendo assegurada quando a polícia ataca com violência uma manifestação, quando se criminaliza uma liderança como o Matheus. São decisões tomadas pelos governos, pelo Governo Federal, que acabou de disponibilizar as Forças Armadas para garantir a repressão às mobilizações durante a Copa… E nós tivemos que ouvir na televisão dias atrás, você deve ter ouvido isso, de um general que é responsável pela ocupação das comunidades no Rio de Janeiro, pelas Forças Armadas, dizendo o seguinte: "Nós aprendemos no Haiti o que nós estamos fazendo aqui. Foi muito importante o treinamento que nós tivemos com a ocupação do Haiti para poder controlar agora a comunidade aqui nos morros do Rio de Janeiro." Esse cara recebeu ordem de quem? Do governo. Então, aqui há um problema.

Tive uma audiência com o Tarso Genro agora, recentemente, com o Governador, para tratar desse problema, não havia ainda sido aceita a denúncia pelo Ministério Público, menos ainda pela Justiça. Nós vamos pedir outra audiência com ele, acho que é muito importante que o senhor também interceda. Agora, o Tarso Genro, não sei se ele tem consciência, ele corre o risco, neste momento, de ter sob sua responsabilidade os primeiros presos políticos da chamada democracia brasileira. Porque esses companheiros podem ser condenados, a qualquer momento pode ser pedida a prisão preventiva deles. Dado o grau das acusações, a gravidade das acusações que estão no inquérito, não seria de se estranhar. E vão ser presos por quê? Porque lideraram uma luta para diminuir o preço da passagem. Isso é preso político. Da democracia? É democracia?

Então, o Governo Federal, o Ministro da Justiça, do Partido dos Trabalhadores – o Partido dos Trabalhadores foi parte da luta contra a ditadura militar neste País, parte muito importante, aliás – não pode ter sob sua responsabilidade uma situação como essa. Mas, neste momento, Senador, esse é o quadro que nós temos.

Então, é muito importante que a gente pare ou lute para parar a tramitação desses projetos de lei que estão aqui, mas tão importante quanto isso é lutarmos para reverter o quadro que já está criado, porque sem a aprovação desses projetos de lei a situação já é caótica em todos os aspectos. O Governo não negocia, não atende as demandas, seja de quem está em greve, seja dos movimentos sociais. As empresas fazem a mesma coisa. Olhem a situação que nós temos no transporte em São Paulo neste momento, o que é aquilo ali se não um abuso das empresas de ônibus que fizeram um acerto com o sindicato, à revelia da categoria. Está lá a situação de caos agora em São Paulo. A culpa é de quem? Dos motoristas? Não, eles estão tentando, do jeito que eles podem, defender os direitos deles.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Então, desde esse ponto de vista, eu acho que é muito importante que a gente, nos encaminhamentos, agregue esses elementos. Nós temos que trazer para cá sim o Ministério da Justiça, trazer aqui os responsáveis pela chamada segurança pública no País, porque é preciso discutir o papel da Polícia Militar, por que não desmilitarizar ou simplesmente acabar com a Polícia Militar e nós termos uma polícia desmilitarizada, que seja controlada pela população? O chefe da polícia não pode ser eleito, como o é em alguns países, aliás? Pode, por que não? E ficar sob o controle da comunidade em vez de ficar sob o controle do Governo?

Então, são temas que nós temos que tratar para resolver estruturalmente os problemas que nós temos enfrentado no País neste momento. Eu citei aqui o problema dos motoristas, mas é muito importante, em relação a essa lei que está tramitando aqui, Senador, o senhor parou agora com a iniciativa que o senhor teve no Plenário do Senado, mas se tivesse aprovado essa lei esses motoristas que estão fazendo greve em São Paulo neste momento seriam enquadrados como terroristas. Porque é claramente o que está na lei: impediu a movimentação das pessoas, é terrorista. Se houver uma greve dos metroviários em São Paulo, o meu amigo Altino, que é o presidente do sindicato, vai para a cadeia como terrorista. É esse o ponto a que estamos arriscando chegar.

Então, acho que é muito importante dar essa dimensão à discussão, para que a gente tenha… Não é só aqui, acho que são muito importantes as iniciativas daqui, mas nós temos que tratar de fazer disso uma campanha grande, que crie massa crítica na sociedade, para que a gente possa reverter esse processo.

Por último, Senador, já passei do meu tempo, mas não queria terminar sem deixar aqui mais uma proposta, além das que eu já fiz na minha primeira fala, que seria para ver as iniciativas aqui do Senado, do senhor em relação à situação concreta do Rio Grande do Sul e a essa situação geral de criminalização dos movimentos. Mas eu falei aqui do Haiti e é muito importante lembrar também que agora, no dia 1º de junho, faz dez anos da ocupação do Haiti por forças militares estrangeiras. Forças militares que, lamentavelmente para nós, são chefiadas pelo Exército Brasileiro. Agora em outubro vai-se votar a renovação do mandato dessas tropas que estão lá sob – em tese – responsabilidade da ONU. Acho que é muito importante nós, como brasileiros, como trabalhadores deste País, temos a obrigação de nos manifestar em relação a isso. É um povo pobre que está sendo massacrado pelas grandes empresas daquele país, todas elas transnacionais e lamentavelmente essas forças militares que estão lá, incluindo o Exército do nosso País, servem para dar sustentação para esse quadro, para essa situação.

Então, eu queria sugerir, Senador, que a gente organizasse aqui, no Senado – seria muito importante que o senhor assumisse essa proposta –, uma audiência pública que tratasse da ocupação militar do Haiti, da participação do Exército Brasileiro nisso, da necessidade de retirada imediata dessas tropas do Haiti.

Faço este pedido não só em nome da CSP-Conlutas, mas também dos companheiros e das companheiras da Rede Jubileu Sul, ligada à Igreja Católica, que me pediram isso. Nós poderíamos trazer para cá uma liderança do movimento social do Haiti, o próprio Didier do Batay Ouvriye, que vem sempre aqui, ao Brasil. Nós poderíamos convidá-lo, inclusive para colocar o ponto de vista dos movimentos sociais do Haiti. E chamaríamos também as organizações dos trabalhadores do Brasil para isso.

Eu queria deixar esta proposta para que se possa organizar isto o quanto antes possível.

Obrigado pelo tempo e obrigado, mais uma vez, pela iniciativa da convocação desta audiência, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Este foi o José Maria de Almeida, representante do CSP-Conlutas, que "adendou" aqui…

Quero dizer, de pronto, que vamos concordar com seu ponto de vista, até porque este é o ponto de vista da Comissão de Direitos Humanos, que ontem recebeu o Senador Jean. Eu me lembro de Jean porque é o nome

do meu filho também. Recebemos o Senador Jean Charles. A Senadora Ana Rita esteve com ele, inclusive no Itamaraty e no Ministério da Defesa, dialogando sobre esse tema. Eu acho que a sua proposta vem na mesma linha de, a partir daqui, marcarmos, então, uma audiência pública aqui, na Comissão de Direitos Humanos, para debater a questão do Haiti e, na sua abrangência, inclusive, a situação de muitos homens e mulheres do Haiti que estão no Brasil, que entram pelo Acre e estão em São Paulo e, muitos, no Rio Grande do Sul. Nós temos que aproveitar para dialogar sobre isso, sobre como prestar assistência, como integrá-los, como dialogar com eles, que estão aqui… Eu dou o exemplo de centenas deles que estão no Rio Grande do Sul, onde há uma atenção muito grande para legalizar a documentação. Eles querem trabalhar e nós estamos num momento em que há postos de trabalho. A maioria dos que estão no Rio Grande do Sul está trabalhando. Mas temos que aprofundar o debate com a situação tanto internacional quanto a dos que estão aqui.

Bom, só um comentário rápido na fala do Zé Maria. Eu o chamo de Zé Maria, mas é José Maria. Teu nome de luta é Zé Maria mesmo, não é?

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – É Zé Maria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Zé Maria.

Eu fiquei tranquilo, Zé, com a tua fala também quanto a esse debate da questão dos chamados acidentes que levam à quebra-quebra de vidro, enfim. Tu deu a tua visão, mas deixou claro que você também não concorda com que se quebre vidro ou coisa parecida. Isto você deixou muito claro. Claro que você mostrou também que há uma indignação até de certos companheiros em certos momentos que levam a isso, mas ninguém aqui defende a hipótese de violência.

Eu também concordo com o que você falou quanto a não se criminalizar a direção do movimento. Quem quer que tenha quebrado, pode ser até alguém infiltrado no movimento, o processo tem que ser contra ele, contra quem quebrou, quem roubou, quem matou, não contra a direção do movimento, como você colocou muito bem. Daí fica clara essa coisa, se é infiltrado ou não. Se é infiltrado, vai aparecer, mas tem que pegar o cara, tem que provar que ele estava lá, que foi ele que roubou, que foi ele que quebrou, que foi ele que fez. Tem que fotografar e mostrar as provas de que foi ele, para que ele responda pelo que fez. Isso não prejudica a questão individual de alguém que cometeu de fato o delito, seja quem for – você disse que, muitas vezes, pode ser até policial – responder pelo que fez. Mas querer criminalizar – como é o caso do Matheus –, que é um líder do movimento, por um fato esporádico que aconteceu lá de fato é um absurdo.

Vamos lá!

A Drª Deise Benedito, Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, terá a mesma tolerância que eu tive com os outros convidados.

A SRª DEISE BENEDITO – Muito obrigada, Senador.

Bom, o que eu quero colocar aqui é que eu acho de fundamental importância esta audiência – e também o cumprimento pela iniciativa – e que haja outra audiência, Senador, nestes moldes. É importante que se amplie o máximo possível o debate, para que as pessoas possam discutir, para que as pessoas possam se colocar. No que se refere àquilo que eu coloquei, eu digo a vocês que em momento algum eu fui ofensiva, eu quis reduzir o debate.

Pelo contrário, porque acredito na organização da sociedade civil, eu acredito na força dos movimentos sociais, eu acredito na força da organização da classe trabalhadora, tanto é que nós tivemos um exemplo, Senador Paulo Paim, que foi um dos mais…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Estou vendo os cartazes do pessoal aí, que são muito criativo aí em plenário.

A SRª DEISE BENEDITO – Eles estão se manifestando. Isso é importante.

Uma das coisas, Senador, que o senhor colocou dentro da questão da manifestação da classe trabalhadora, e colocou com bastante propriedade, e uma das manifestações que o País teve este ano e que chamou a atenção de toda a população deste País foi a greve dos garis, que tomaram as ruas do Rio de Janeiro, pacificamente, nem um copo foi quebrado, e conquistaram os seus direitos. Uma população totalmente invisibilizada no sentido de ser trabalhador. E sabemos que são trabalhadores, homens e mulheres, negros, na sua grande maioria, e esses trabalhadores muitas vezes são invisibilizados. Não são reconhecidos na sua dignidade. E isso foi fantástico.

E outra coisa também que temos que levar em consideração é a garantia dos direitos humanos sempre, em qualquer situação. O que está sendo feito com o Matheus, que é uma represália muito grave, é impedir que outros jovens se espelhem no exemplo do Matheus como liderança, porque, quando se torna uma liderança, você desperta outros jovens da mesma faixa etária do Matheus de se identificarem com ele a frente do movimento.

Isso é de fundamental importância, principalmente pela qualificação, a gente pode perceber que o Matheus traz informação, ele estuda, ele lê, ele vai buscar, e isso é de fundamental importância. Ele se torna uma

referência. E toda referência, Matheus, é perseguida. Toda referência, principalmente no seu caso, jovem, negro, rasta, do Rio Grande do Sul, estudante. Quer dizer que você se torna uma referência, uma referência positiva para muitos, entendeu? E existem sempre aqueles que não vão deixar os nossos jovens se manifestar, ocuparem os seus espaços. É importante que você ocupe o seu espaço enquanto jovem negro, como exemplo de resistência, de luta, de capacidade, de coragem e de organização.

Eu gostaria de um dia poder encontrar com você em outra situação para a gente conversar mais, porque é muito importante o papel que você está desenvolvendo.

Todos aqueles que se organizam de forma pacífica, defendendo direitos de forma pacífica e ordeira, buscando ultrapassar todas as barreiras que são impostas, através da sua ideologia, através da forma de seu pensamento, de uma construção por um mundo melhor, devem ser respeitados.

Então, se a gente voltar um pouquinho só no tempo, Zumbi era jovem. Ele foi jovem. Então, você, como outros jovens, tem esse direito de se manifestar, de se organizar, de lutar pelos seus direitos e garantir o seu futuro.

Do ponto de vista das manifestações também coloco a importância da participação das mulheres, que é de fundamental importância. As mulheres sempre ocuparam lugar importante nas manifestações da sociedade. Elas não podem em momento nenhum estar fora e também não podem ser criminalizadas e nem desrespeitadas por nenhum órgão de segurança deste País. Não podem ser desrespeitadas de forma alguma.

Quanto ao Fabiano, gostei muito de sua apresentação. Eu gostaria de ter acesso a esse documento que você colocou, que é fundamental porque a gente tem que estudar, a gente tem que ler, a gente tem que se informar, por mais que a gente saiba é sempre importante que a gente saiba cada vez mais, que a gente se informe cada vez mais, não só para o debate, mas também para poder organizar o que tem que ser organizado, de maneira que possam ser assegurados os direitos das manifestações pacíficas.

Muito obrigada pela sua contribuição.

Eu quero agradecer a todos vocês que estão aqui presentes. Eu acho importante que todas as pessoas tenham assegurados não só os seus direitos de manifestação, como também direito da discordância, que é fundamental, porque isso é o que assegura a democracia, a gente não só concordar, mas também a gente discordar, de forma respeitosa, de forma tranquila, para que a gente possa construir e manter o padrão de dignidade das pessoas que tanto desejamos.

Quero agradecer a presença, mais uma vez, Senador, a oportunidade de a Secretaria de Direitos Humanos estar aqui presente. Eu já vou antecipadamente passar à Secretaria de Direitos Humanos a possibilidade dessa próxima audiência. A participação da Secretaria vai ser muito importante.

Muito obrigada a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Deise Benedito, Secretária de Direitos Humanos. (*Palmas.*)

Eu vou agora para os encaminhamentos e para as considerações rápidas.

1. A proposta da Silvana é para que a Comissão possa interagir junto ao Ministério do Planejamento e o Ministério da Educação para que se retome a negociação com os trabalhadores em greve. O.k?

2. A proposta do Matheus, claro, endossada por toda a Mesa, é que a gente também possa dialogar lá com o Estado do Rio Grande do Sul, com o Secretário de Segurança e com o próprio Governador no sentido de que a repressão, digamos, que está acontecendo lá e os processos sejam vistos na óptica dos direitos humanos. Se isso for feito, com certeza o Matheus, que foi muito elogiado aqui por todos, vai continuar crescendo e sendo um grande líder que, com certeza vai assumir os postos principais do País no amanhã.

3. Que a Comissão de Direitos Humanos acompanhe os processos e os inquéritos policiais que envolvem os líderes dos movimentos sociais. Como num Estado democrático de direito, temos que ver que processos são esses. Enfim, que a Comissão se dedique… Você passa isso, e nós vamos fazer com que a Comissão acompanhe passo a passo, na linha, é claro, da defesa dos direitos humanos.

4. A realização de outra audiência pública para discutir o mesmo tema, com a presença de apenas alguns setores que eu levantei, numa Mesa mais ampla, com a presença da UNE, das Centrais, das Confederações; e que estejam presentes aqueles que hoje não estiveram e que foram convidados, lembrando rapidamente a própria OAB e também o Ministério da Justiça, para uma reunião mais ampla para estabelecermos um debate sobre a questão da violência em todo os sentidos, quer seja por um ou outro que acabe quebrando, no caso alguma coisa, ou algum tipo de violência, venha de onde vier, por parte de um dos militantes, ou por parte do policial.

Aqui também foi anotado, baseado na tua fala, a Assessoria anotou, foi sugerida também a modificação da Lei de Segurança Nacional para que não aconteça o que está acontecendo hoje. Que haja um estudo e se mude a Lei de Segurança Nacional.

Pode complementar, pode complementar, porque a intenção aqui é essa.

O SR. FABIANO FARIA – Senador, na verdade, o que implicitamente foi proposto é que o Estado tome ciência da doutrina de repressão, que é revolucionária, que ainda permanece em vigor, e que essa doutrina seja combatida no sentido de permanecer como um horizonte de formação dos oficiais, seja da polícia, seja das Forças Armadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Entendido. Seria uma reeducação dos aparatos policiais para que…

O SR. FABIANO FARIA – É mais do que isso. Eu vou encaminhar para o senhor os documentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, encaminhe, encaminhe. Eu entendi.

O SR. FABIANO FARIA – O senhor vai ver que a doutrina defende um papel, digamos assim, subversivo para as forças de segurança. Eles argumentam que é legítimo que a inteligência das Forças Armadas atue de forma autônoma até o Executivo. E é muito complicado que eles continuem estudando isso nessa época.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Entendi. Você manda o documento e nós faremos a redação adequada dentro desse mote.

Enfim, esses foram os encaminhamentos principais que foram tomados aqui. E a Secretaria da Comissão vai tomar as providências.

Eu terminaria esta nossa audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, pessoal, lembrando para vocês todos e para mim também – eu que já estou com seis décadas de caminhada, no mínimo seis décadas, não peçam mais, não são sete, são seis – que bom que a gente pode estar na democracia para permitir que uma reunião como esta aconteça.

Que bom que a gente pode olhar para trás, permitir que as caminhadas de mobilização da jornada de junho e julho aconteçam e lembrar, de forma triste, e repudiar o aniversário dos 50 anos do golpe militar, aniversário negativo do golpe militar. Se setores minoritários da sociedade que tentam fazer o movimento como se esses movimentos sociais estivessem numa posição antidemocrática, eu entendo exatamente o contrário: os movimentos sociais querem democracia e liberdade absoluta. Ditadura nunca mais!

Podemos até divergir aqui de alguns pontos de vista, mas ninguém pense que alguém nesta sala e a maioria do povo brasileiro tenha saudades da ditadura. Ficou aquela frase, que é até título de livro: "Ditadura, ditadura nunca mais!"

Viva a liberdade!

Viva a democracia!

Que os movimentos sociais possam cada vez mais fazer seus papéis históricos de pressionar os Poderes constituídos para que a pauta efetiva do povo brasileiro esteja no dia a dia, seja do Parlamento, do Congresso, seja no Executivo, seja no Judiciário. Criminalizar os movimentos sociais, nunca!

Viva a liberdade!

Viva a democracia!

Está encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 8 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 29 minutos.)

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia vinte e seis de maio de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 25 de 2014-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 19/03/2014, para debater o tema: "Meio Ambiente do Trabalho, Direito Penal Inclusivo e, Competência da Justiça do Trabalho". O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Juiz Federal Ricardo Rachid de Oliveira, Vice-Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE; Ângelo Fabiano Farias da Costa, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Rogério Rodriguez Fernandes Filho, Subprocurador Geral do Trabalho do ministério Público do Trabalho; Paulo Douglas Almeida de Moraes, Presidente do Instituto de Pesquisas Aplicadas da Magistratura – IPEATRA; Juiz Guilherme Guimarães Feliciano, Representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Raquel Elias Ferreira Dodge, Subprocuradora-Geral da

República – Coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; Jacqueline Carrijo, Auditora Fiscal do Trabalho em representação do Sinait Sindicato Nacional dos Autores Fiscais do Trabalho. O Senhor Paulo Douglas Almeida de Moraes solicita ao Senhor Presidente que conceda a palavra ao Senhor Reinaldo Branco de Moraes, Juiz do Trabalho Titular em Lages-SC, para fazer depoimento em complemento a sua fala. A Senhora Raquel Elias Ferreira Dodge, Subprocuradora-Geral da República – Coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal entrega em mãos ao Senhor Presidente os seguintes documentos: Ofício nº236E, de 26/05/2014, encaminhando a Excelentíssima Senhora Senadora Ana Rita Roteiro de Atuação de Combate ao Trabalho Escravo (Série Roteiros de Atuação, 2 – publicação) e Nota Técnica nº03/2013 – SADP (Atualizada) sobre a atuação do Ministério Público Federal na matéria. O Senhor Presidente concede a palavra para pessoas presentes no plenário da Comissão: Valdir de Souza Pestana, Presidente da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo (representa 77 sindicatos Filiados); Hamilton Dias de Moura, Secretário Executivo do FNDL – Fórum Nacional em Defesa da Lei 12619/2012. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) – Apresentação de projeto de lei que altera a CLT para regular aspectos do meio ambiente do trabalho e a competência para os litígios correspondentes, conforme a minuta hoje apresentada; 2) Apresentação urgente de uma PEC e de um projeto de lei que atribua expressamente à Justiça do trabalho a competência penal para processar e julgar crimes decorrentes das relações de trabalho; 3) Apresentação de um projeto de lei com criação do tipo Penal para a conduta do tomador de serviços de transportes que exija ou permita que o motorista não goze o seu devido descanso; 4) A Anamatra sugere a criação de um grupo de trabalho coordenado pela CDH e sob a presidência honorária do Senador Paulo Paim, reunindo Magistratura do Trabalho, MPT, MPF, Magistratura Federal e mais auditores Fiscais do Trabalho, com o objetivo de discutir caminhos legislativos para aprofundar a tutela dos direitos humanos nas relações do trabalho e a repartição ideal de competências nessa matéria; 5) manter a competência da Justiça Federal para os crimes de escravidão contemporânea; 6) Corrigir a regra da prescrição penal, nos termos do Projeto do Código Penal, da relatoria do Senador Pedro Taques; 7) Aumentar a pena mínima para o crime do artigo 149 do Código Penal; 8) Apoiar o Programa de Proteção a Testemunhas; 9) Apoiar a meta solicitada pelo MPF ao CNJ, para que julgue ações penais pelo crime de escravidão contemporânea até dezembro de 2015; e 10) apresentar requerimento no Plenário do Senado Federal para que exista amplo debate sobre as alterações propostas à Lei nº12.619/12. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 25, de nossa autoria e de outros, aprovado em 19/3/14, para debater o tema Meio Ambiente do Trabalho, Direito Penal Inclusivo e Competência da Justiça do Trabalho.

Estão convidados para esta nossa audiência o Exmº Sr. Juiz Federal Ricardo Rachid de Oliveira, Vice-Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), a quem convido para vir à mesa; o Juiz Guilherme Guimarães Feliciano, que estaria representando a Anamatra; o Sr. Angelo Fabiano Farias da Costa, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Dr. Rogério Rodriguez Fernandez Filho; Dr. Paulo Douglas Almeida de Moraes, do Instituto de Pesquisas Aplicadas da Magistratura; Drª Raquel Elias Ferreira Dodge, Subprocuradora-Geral da República e Coordenadora da 2º Câmara de Coordenação e Revisão Criminal e Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público Federal.

O Faustino tinha pedido que a gente desse também a palavra para Drª Jaqueline, que falaria pelo Sinait e já entraria nessa questão do mundo do trabalho, que tem tudo a ver com a situação dos motoristas. Então, convido-a para a mesa também. Peço que peguem o cartão dela.

Vou fazer uma rápida introdução aqui. Estamos ao vivo pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Agência Senado, para todo o País. Enfim, pelos meios de comunicação do Senado.

Vou fazer uma introdução sobre o tema, e daí os senhores aprofundam. Se algum dos convidados chegou depois que eu fiz aqui o anúncio e chamei-os à mesa, sejam todos bem-vindos.

Ao requerer a realização desta audiência pública aqui na Comissão de Direitos Humanos sobre meio ambiente do trabalho, Direito Penal inclusivo e competência da Justiça do Trabalho, o fizemos na convicção de estar trazendo ao debate um tema de altíssima relevância. Ainda neste ano, a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a chamada reforma do Judiciário, completa uma década de existência. E todos aqui sabemos que um dos pontos mais discutidos da referida reforma ao longo dos últimos dez anos foi a mudança de redação do art. 114 da Constituição, que trata das competências da Justiça do Trabalho.

A redação anterior, do caput desse artigo, era bastante sucinta a ponto de conferir um único parágrafo à reforma do Judiciário. As competências da Justiça do Trabalho foram elencadas expressamente em nada menos que nove pormenorizados incisos, nove incisos que abrangem desde as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, DF e Municípios, até outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho na forma da lei, passando por diversos outros litígios como as ações que envolvem exercício de direito de greve e ações de indenização por dano moral ou patrimonial decorrentes da relação de trabalho.

Com esse amplo leque de atribuições conferidas à Justiça do Trabalho, abriu-se um intenso debate entre as correntes que vêm sendo chamadas de ampliativas e restritivas, principalmente porque também foram trazidos para o campo da controvérsia outros conceitos que atualmente são debatidos em todos os fóruns, como o do Direito Penal inclusivo e do meio ambiente do trabalho.

Assim, coerente com a nossa atuação parlamentar, que sempre foi de defender as legítimas aspirações do trabalhador brasileiro, julgamos por bem trazer a discussão para um palco mais transparente possível, no caso uma audiência pública nesta Comissão.

Aqui estão representantes de entidades que engrandecem o nosso sistema Judiciário, seja por integrarem diretamente a Administração Pública, seja por se reunirem em associações profissionais que atuam com muita competência.

Aqui estão magistrados, procuradores, líderes, com profundo conhecimento da questão e que vêm democraticamente transmitindo esse conhecimento em congressos e seminários, bem como em artigos publicados.

Enfim, aqui estão juristas que podem enriquecer o debate, com toda a experiência que acumularam ao longo do tempo de suas atividades profissionais e experiências que generosamente colocam à disposição de todos nós.

Tenho absoluta certeza de que, a partir das discussões aqui travadas, poderemos adquirir uma visão mais ponderada e abrangente do tema e, como base nessa visão, elaborar propostas que beneficiem os trabalhadores e as trabalhadoras do País.

Vamos, então, aos nossos expositores.

Quero dizer que já recebi aqui uma minuta de um projeto de que posso ler aqui a ementa: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para regular aspecto do meio ambiente do trabalho, editar competência para os litígios correspondentes, e dá outras providências."

Muda o art. 161; 161 "a", "b", "c", e muda também o art. 201, letras "b" e "c", e uma série de parágrafos.

Vamos aos nossos convidados.

Pela forma como a Secretaria da Mesa organizou, eu já vou chamar para o uso da palavra.

Começamos com o Juiz Federal Ricardo Rachid de Oliveira, Vice-Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), para falar sobre o tema.

E para situar um pouco a Mesa, estão aqui líderes dos motoristas do Brasil todo, aqui representados principalmente pela sua Confederação e federações, que estão muito preocupados com a forma pela qual o projeto, que foi votado na Câmara e chegou ao Senado. E, na quarta-feira, sem nenhum aviso a ninguém, muito menos a este Senador, meio na surdina, aprovaram já o requerimento do PL 41, que faz uma mudança profunda na lei que trata da atividade do motorista profissional. Este é um tema que está envolvido, digamos, no abraço da área do trabalho. Por isso está aqui na Mesa a Drª Jacqueline Carrijo, que é do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho e que também vai falar sobre o tema; e, depois, a gente vai abrir, no final, ao Plenário.

Começamos então com o Sr. Juiz Federal Ricardo Rachid de Oliveira.

Por favor, você tem dez minutos com mais cinco, que dão quinze, mas normalmente eu dou mais cinco, que viram vinte, a não ser que o cidadão queira concluir com dez.

O SR. RICARDO RACHID DE OLIVEIRA – Exmº Sr. Senador Paulo Paim, é uma satisfação para a Associação dos Juízes Federais estar aqui debatendo temas de profunda importância para a sociedade brasileira. De modo que, em nome da Associação dos Juízes Federais, agradeço o convite que nos foi feito para poder, neste espaço democrático, trazer as nossas ideias.

Quero saudar também o Dr. Angelo Fabiano, em nome de quem eu saúdo os demais integrantes da Mesa, até para que a gente possa dar uma dinâmica mais célere a esta Audiência.

Eu sei que eu estou aqui em minoria. Há muitos colegas que estão na Mesa, muitos dos quais vão fazer uso da palavra e que certamente vão defender a ampliação da competência da Justiça do Trabalho para incluir a questão criminal, a matéria criminal. Esse é um debate que não é novo. Quero dizer que quando ingressei na magistratura, em 2001, estava o Senado discutindo a chamada emenda do Judiciário. E naquela época, a Ajufe e a Anamatra, ou seja, setores da magistratura do trabalho e setores da magistratura federal e também da Associação dos Magistrados Brasileiros, da AMB, já discutiam a respeito da conveniência ou não de trazer para a Justiça do Trabalho uma parcela da competência criminal que hoje é tratada, vamos dizer assim, é dispensada e ligada à Justiça comum.

Então, o que eu gostaria de colocar, em primeiro lugar, é que a Justiça Federal, apesar de nós termos às vezes no nosso ideário a ideia eventual de que se trata de uma Justiça especial, a Justiça Federal é uma Justiça comum. Por quê? Porque ela não é especializada, não lhe tem dedicada uma parcela específica de competência. E por ser comum, ela é residual. Também a Justiça Estadual, os juízes de direito têm uma competência residual. Ou seja, tudo aquilo que a Constituição não atribuiu expressamente a ramos do Poder Judiciário especializado, como é o caso da Justiça do Trabalho, da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, a competência é da Justiça comum, e com uma diferenciação em relação á Justiça Estadual que, em havendo interesse da União ou interesse maior que a Constituição resolveu no art. 109 lhe imputar, aí sim, fica com a Justiça Federal ou com a Justiça comum.

Muito bem. A Ajufe historicamente se coloca contra a atribuição de competência criminal para a Justiça do Trabalho. E é preciso dizer que às vezes a gente encontra em manifestações mais apaixonadas, vamos dizer assim, um desvio daquilo que efetivamente deve centrar um debate democrático, um debate aberto. Ou seja, a Associação, enquanto instituição, repele qualquer tipo de argumento no sentido de dizer: "Olha, juízes de uma determinada Justiça são mais preparados do que juízes de uma outra Justiça". Já tivemos na história dos debates públicos alguns constrangimentos no sentido de dizer: "Olha, o juiz do ramo "a" preza mais pela ética do que o juiz do ramo "b". Isso é veementemente repelido por todas as associações e por todos aqueles que querem e desejam fazer um debate sério a respeito da questão.

A razão de nós sermos contrários a essa modificação é uma razão que parte do próprio fundamento pelo qual se reivindica essa alteração de competência. A ideia central, a ideia que está na base dessa busca pela nova competência é justamente dizer que, uma vez que juízes do trabalho são peritos na questão do trabalho e como determinados crimes buscam direta ou indiretamente defender o bem jurídico do trabalho, do trabalho enquanto manifestação da dignidade humana, do trabalho enquanto elemento importante assim constitucionalmente assegurado para a personalidade humana, manifestação da própria personalidade, ou seja, um bem jurídico, um direito fundamental de todo cidadão... Como os juízes do trabalho estariam mais afeitos a esse bem jurídico, eles também estariam mais capacitados, teriam, então, uma sensibilidade mais aguçada para julgar os crimes que envolvessem, vamos dizer assim, esse direito fundamental.

E é justamente essa razão que é apontada e é trazida como principal elo de diferenciação que faria com que nós tivéssemos uma Justiça penal mais eficaz e uma Justiça penal melhor, é justamente esse elemento que deve ser repelido quando se busca trazer ou alterar uma competência jurisdicional. Digo por quê. Porque colocam nesse caso o juiz do trabalho quase que como um aliado da vítima, quase que como alguém que tivesse maiores condições de entender o sofrimento das vítimas de crime contra a Organização do Trabalho, das vítimas de crime contra a administração da Justiça do Trabalho, das vítimas de crime contra a administração pública, no que diz respeito à fiscalização de normas de segurança, de normas de higiene do próprio meio ambiente do trabalho.

Essa razão é que transforma, que faz com que a sociedade deve repelir mais veementemente ainda, ou seja, as razões declaradas é que fazem com que a sociedade deva repelir de forma mais veemente ainda essa alteração de competência. Claro que falo isso com absoluto respeito a todos os colegas que sei, adiante, vão defender posicionamento contrário. Digo isso por quê? Porque o Poder Judiciário jamais deve ser visto como instrumento de combate à criminalidade. O processo penal não é instrumento de combate ao crime. A função do juiz criminal não é combater crime. Um juiz que se coloca na condição de combater o crime não é um juiz imparcial; e um juiz parcial não interessa à sociedade.

A função do processo penal, a função do juiz criminal é olhar para um cidadão que está sendo acusado e dizer, com justiça: esse cidadão tem que ir para a cadeia ou não deve ir para a cadeia. O que está em causa quando se está julgando alguém num processo criminal é perguntar se esse indivíduo tem que passar um ano, dois anos no Presídio de Pedrinhas, Maranhão, ou mais. O que está em causa não é mais a defesa do bem jurídico subjacente ao crime do qual o indivíduo foi acusado. O bem jurídico funciona, ele existe para dar legitimidade ao Estado na hora que tipifica condutas, na hora que transforma determinadas condutas em condutas criminosas. A partir desse momento, o Estado está autorizado a fazer uso da violência, uso legítimo da violência: a prender em flagrante, a propor prisões preventivas, a acatar prisões preventivas e, eventualmente, a

buscar o combate ao crime pelos órgãos incumbidos disso – a Polícia Federal, o Ministério Público –, e, depois, eventualmente, condenar aquele cidadão, retirar dele os direitos políticos, retirar dele a liberdade e submetê-lo à violência estatal.

Nesse momento, então, o que a sociedade precisa? Precisa de um juiz não comprometido com causa alguma. Um juiz comprometido com uma determinada causa não é um juiz imparcial, com o devido respeito a quem ache que esta é uma razão suficiente para alterar a competência. E isso é assim, senhores, com todos os bens jurídicos que o Direito Penal protege. O Direito Penal protege a família. Nem por isso se advoga a alteração da competência para julgar crimes contra a família, para a Vara de Família. O Direito Penal protege a infância e a juventude. E nem por isso se advoga a alteração da competência criminal dos crimes contra adolescentes e crianças para a Vara da Infância e da Juventude. O Direito Penal protege a vida. O Direito Penal protege a liberdade. O Direito Penal protege a administração pública e nem por isso é a Vara da Fazenda Pública que deve julgar os crimes contra a administração pública. O Direito Penal protege a ordem tributária. Nem por isso se advoga que o juiz da execução fiscal seja o mais apto a julgar questões relativas à sonegação fiscal.

Levar à última consequência esse tipo de proposta significa acabar com a especialização da Justiça Criminal, acabar com o juiz perito em matéria criminal exclusivo, e é o que acontece. A Justiça Comum, embora tenha competência alargada, desde muito cedo se estruturou em juízos e varas especializadas em matéria criminal. Então, o juiz criminal atual também é um juiz perito, perito no objeto do seu julgamento, que é o processo penal, que é o Direito Penal.

Se há alguma falha, se – digamos assim – a sociedade sente que, por uma razão ou outra, determinado bem jurídico está subprotegido pelo Direito Penal, faltam estruturas materiais para que determinados crimes sejam julgados de forma mais célere, pois bem, vamos resolver isso. Acho que há diversas maneiras: aparelhando os órgãos de persecução principalmente, exigindo prioridade nos órgãos de persecução.

Há uma diferença, há um grupo de servidores do Estado que são responsáveis por combater o crime e há um grupo de servidores do Estado que são responsáveis por julgar esse combate, saber se esse combate foi justo ou injusto, correto ou incorreto. Os juízes se situam no segundo grupo. Não me falem de índice de condenação. Eu tenho escutado gente dizer que é baixo o índice de condenação em relação a crimes contra a ordem do trabalho. E eu respondo: Isso não é índice para medir a eficiência de uma justiça. O número de condenações não quer dizer absolutamente nada. Nós precisaríamos de alguém que estivesse acima do Judiciário para julgar as pessoas que mereciam ser condenadas, para dizer então que houve falha da Justiça. Nós temos que verificar qual é o índice de resolução de casos, quantos casos foram apresentados e quantos foram resolvidos e em que tempo isso foi resolvido. Dizer que condenou pouco não significa ineficiência da Justiça, porque se o indivíduo era inocente, tinha que ser absolvido mesmo. E se o Judiciário, em última instância, disse isso, é porque ele era efetivamente inocente, a não ser que haja na República um órgão que esteja acima disso para dizer: "Olha, neste caso, o juiz errou porque absolveu quem deveria ter condenado ou vice-versa.

Então, quero só mencionar, para concluir, a ideia de que a visão segundo a qual a competência de uma determinada justiça especializada... E aqui não vale só para a Justiça do Trabalho, qualquer outra justiça especializada. Nós já tivemos, na história deste País, situações em que isso ocorreu e houve um refluxo; correto. Até não muito tempo atrás, o Juiz da Falência era o juiz responsável por julgar crimes falimentares. E a lei, não muito recentemente aprovada, retirou essa competência, reintroduziu essa competência no âmbito da Justiça Criminal, porque a experiência não foi boa.

Mas essa ideia parte de uma discussão que é do primeiro quartel não do século passado, e sim do século retrasado. Há uma discussão de fundo a respeito da própria natureza do Direito Penal.

Muito sucintamente, porque eu sei que o meu tempo está esgotado, houve um tempo em que, buscando desidratar a dignidade do Direito Penal, alguns doutrinadores procuraram dizer que o Direito Penal não era constitutivo, era um Direito meramente sancionador. A razão disso é que se você for procurar no Direito Penal, no Código Penal, não vai encontrar nenhuma conduta – ou vai até encontrar uma, mas é exceção e então confirma a regra – que já não esteja proibida por outros ramos do Direito. O homicídio, talvez o crime que primeiramente nos vem à mente, já é proibido pelo Direito Civil. Se nós, por acaso, revogássemos o art. 121 do Código Penal, ainda assim o homicídio continuaria sendo um ato ilícito, só não estaria mais sujeito a uma resposta criminal violenta por parte do Estado. E assim se dá em relação a cada um dos tipos penais. Se você for procurar no Código Penal, todo tipo penal, exceto omissão de socorro, você vai encontrar sempre uma prévia ilicitude constituída por outros ramos do Direito. Isso fez com que alguns doutrinadores – não sei se para tirar a dignidade do Direito Penal ou simplesmente para chamar a atenção para um elemento – dissessem: "O Direito Penal apenas empresta uma sanção mais grave a uma conduta que já é ilícita por outro ramo do Direito".

Entretanto, estudos evoluíram para dizer: "Não, não é bem assim". O Direito Penal é constitutivo, na medida em que ele reelabora, reformula os elementos constantes da ilicitude prévia. Quero dizer com isso que a

fraude à execução do Código Penal não é a fraude à execução do Processo Civil. O funcionário público para o Direito Penal não é o funcionário público para o Direito Administrativo. O estagiário de um órgão público, do Senado, jamais seria considerado funcionário público para o Direito Administrativo e o é para o Direito Penal.

Enfim, todos esses institutos são reformulados e tratados pela própria dinâmica do Direito Penal, com base nos princípios que enformam o próprio Direito Penal. Por que isso, senhores? Porque aqui não se trata de reprovar apenas a conduta ilícita. Aqui se trata de discutir se o cidadão "a", o cidadão "b" que estão sendo processados, que estão na contingência de ser processados, devem ou não perder a sua liberdade, devem estar sujeitos ou não à violência estatal. Esta é a discussão.

Por isso, mais uma vez pedindo as devidas vênias a todos os colegas que eventualmente pensem de forma contrária, eu trago aqui a manifestação da Associação dos Juízes Federais no sentido de ser contrária a alterações que busquem impor ou outorgar à Justiça especializada a matéria criminal. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Juiz Federal Ricardo Rachid de Oliveira. Eu nem sabia, mas ele disse que é minoria aqui na mesa. Então, naturalmente nós vamos equilibrar. Se precisar de um tempo maior, você vai ter, até para equilibrar o debate.

O SR. RICARDO RACHID DE OLIVEIRA – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O debate será muito tranquilo.

Agora eu passo a palavra ao Juiz Guilherme Guimarães Feliciano, representante da Associação Nacional dos Magistrados...

Não chegou o Dr. Guilherme, não?

Então, vou ler os que estão aqui na minha lista.

Dr. Angelo Fabiano Farias da Costa, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

O SR. ANGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Bom dia a todos! Srs. Senadores, expectadores que aqui se encontram e telespectadores que a nós assistem Brasil afora, pela TV Senado.

Inicialmente, gostaria de agradecer imensamente ao Senador Paulo Paim pelo convite à Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho para participar desta audiência Pública que, para o Ministério Público do Trabalho como um todo, afigura-se de extrema importância, a fim de discutirmos a temática da competência penal da Justiça do Trabalho e a aplicação do Direito Penal do Trabalho às relações trabalhistas no Brasil.

Gostaria de saudar, aqui, meus colegas do Ministério Público, Dr. Paulo Douglas e Dr. Rogério Rodriguez. Quero saudar e parabenizar o Juiz Federal Ricardo Rachid pela explanação e também os demais componentes da mesa na pessoa da representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Enfim, inicialmente, gostaria de deixar consignada a posição da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho com relação ao tema debatido. A ANPT tem um posicionamento no sentido de que se afigura extremamente relevante uma modificação legislativa para que seja atribuída a competência criminal à Justiça do Trabalho para julgamento de alguns crimes, com a devida vênia da exposição do Dr. Ricardo Rachid.

Nós sabemos que a Emenda Constitucional nº 45 ampliou significativamente a competência da Justiça do Trabalho. Farei um pequeno resumo acerca dessa competência anteriormente estabelecida.

A Justiça do Trabalho se restringia estritamente a julgar conflitos entre empregados e empregadores, decorrentes naturalmente da relação de emprego, salvo algumas situações especiais que eram regulamentadas pela lei, a exemplo das ações entre o empreiteiro e o operário artífice ou as ações judiciais dos trabalhadores portuários avulsos em face do órgão ou dos operadores portuários, além das execuções das suas próprias sentenças.

Com a discussão da reforma do Judiciário e a promulgação da Emenda Constitucional nº 45/2004, o Congresso Nacional, depois de sérios questionamentos sobre a necessidade da existência da Justiça do Trabalho, promulgou a Emenda Constitucional nº 45 ampliando a competência e as atribuições da Justiça do Trabalho, agora não mais afetas apenas à relação de emprego, mas afetas à relação de trabalho. Então, deixou de ser, como dizem alguns juristas, uma competência em razão da pessoa, empregados e empregadores, para se estabelecer uma competência em razão da matéria, qual seja, aquelas ações que fossem decorrentes das relações de trabalho. Então, de fato, o que houve foi um aumento significativo das matérias objeto de atuação do Ministério Público do Trabalho e da própria Justiça do Trabalho, no qual nós podemos ressaltar as ações entre sindicatos, que antes eram afetas à Justiça Comum, as execuções fiscais relativas a multas aplicadas pela Auditoria Fiscal do Trabalho, do Ministério do Trabalho e do Emprego e também outras matérias a exemplo das ações de indenização por dano material e moral.

Antes da emenda constitucional, se acontecesse, por exemplo, um acidente de trabalho com o empregado, a ação de reparação por esses danos, seja por danos à sua integridade física ou até por morte, eram julgadas na Justiça Comum estadual.

Então, esses fatores demonstram que a Justiça do Trabalho foi devidamente capacitada e hoje se mostra capacitada para julgar ações que, antes da Emenda Constitucional nº 45, não eram da sua competência.

Aqui trago alguns obstáculos à persecução penal nos crimes oriundos da relação de trabalho. Nós sabemos que, atualmente, a Justiça do Trabalho não detém essa competência penal. Com a promulgação da emenda houve correntes favoráveis à aplicação da competência penal à Justiça do Trabalho. Foi, na Adin 3.684, determinado pelo Supremo Tribunal Federal que, até então, salvo uma regulamentação posterior, não caberia, até o julgamento da Adin, atribuição à Justiça Penal para julgar crimes relacionados à temática trabalhista.

Então, com base nisso, alguns obstáculos têm sido utilizados ou são verificados na aplicação da plena justiça para crimes relacionados ao trabalho, sejam crimes contra a organização do trabalho, sejam crimes de redução análoga à condição de escravo, sejam crimes de assédio sexual, crimes relacionados ao meio ambiente do trabalho, além de outros, como os crimes contra a administração da Justiça do Trabalho. Então, por parte da Justiça Comum Estadual e da Justiça Comum Federal, além da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral, há uma priorização de outros crimes em detrimento dos crimes relativos ao labor humano.

Então, hoje prioriza-se muito mais – sem demérito nenhum, até porque são crimes mais graves -– homicídios, lesões corporais, lavagem de dinheiro e outra série de crimes. O que faz com que a aplicação da Justiça a esses crimes relacionados à temática trabalhista seja ínfima. E não é só o índice de condenações, como o Dr. Ricardo bem levantou, mas, para o Ministério Público do Trabalho e para a Justiça do Trabalho, o que interessa é justamente a resolução desses conflitos.

Essa falta de condenação – e não só de condenação mas até de uma transação penal – com relação a esses crimes faz com que os empregadores e demais tomadores de serviço continuem a descumprir os direitos trabalhistas, fazendo com que haja um fomento à precarização das relações de trabalho. Então, o que nós vemos é isso. Não é só a questão da condenação.

Hoje, o sujeito que pratica algum crime relacionado à organização do trabalho não tem sido punido. Isso faz com que ele continue a descumprir aqueles direitos trabalhistas, o que gera, também, uma concorrência desleal perante aqueles empregadores que, no dia a dia da empresa, optam por cumprir toda a legislação trabalhista e acabam por onerar mais a sua empresa em razão de alguns custos maiores que possam haver em razão desse cumprimento da legislação trabalhista.

Além disso, tem-se utilizado de diversas manobras processuais protelatórias. Isso aconteceu muito com a Justiça do Trabalho quando houve a promulgação da emenda em casos de ações penais que foram ajuizadas pelo MPT, na Justiça do Trabalho, especialmente nos Estados de Santa Catarina, Sergipe e São Paulo, onde houve um alto índice de resolução dessas questões trabalhistas e transações penais efetivadas em algumas Varas do Trabalho. Mas, a partir da utilização dessas manobras processuais protelatórias, a defesa dos empregadores ou dos infratores, nos casos específicos, utilizou-se de argumentos protelatórios apenas alegando a incompetência absoluta da Justiça do Trabalho para julgar crimes relacionados à temática trabalhista. Então, com isso, acabou que o Supremo Tribunal Federal decidiu no sentido de não ser atribuída, a princípio, a competência penal à Justiça do Trabalho, e os processos relativos a esses crimes trabalhistas, hoje, acabam por se arrastar anos e anos, quando não prescrevem ou não são nem ajuizados.

Quais as consequências negativas que vislumbramos para essa falta de competência da Justiça do Trabalho no aspecto criminal? O título do Código Penal relativo aos crimes quanto à organização do trabalho tem-se tornado quase letra morta. Condutas graves como a sonegação de direitos trabalhistas mediante diversas fraudes, a exemplo de recibos em branco, o truck system, a falsificação de assinatura dos empregados, controle paralelo de jornada e a simulação de ações trabalhistas para a constituição de crédito privilegiado e burla a credores têm sido criminalmente toleradas, ante a falta de competência da Justiça trabalhista. Por quê? Por serem considerados crimes de menor potencial ofensivo. E aqui não se discute a questão da dosagem da pena. O que o Ministério Público do Trabalho e os Procuradores do Trabalho desejam, assim como os juízes do trabalho, é que haja efetiva aplicação da justiça, não apenas a partir da condenação, ou tão somente a partir da condenação criminal com privação da restrição da liberdade, mas sim com a transação penal, com a doação de materiais a instituições de caridade, quaisquer tipos de situações ou de obrigações, no âmbito penal, que acabem por incentivar e trazer um caráter preventivo pedagógico para novos descumprimentos, fazendo com que não só aquele empregador que descumpriu a legislação trabalhista passe a cumpri-la e perante os outros empregadores que aqueles se abstenham de descumprir normas trabalhistas, cujo descumprimento caracterize infração penal trabalhista.

Como eu já tinha dito, a questão da concorrência desleal, a prescrição dos crimes praticados e o fomento à precarização das relações de trabalho.

Outro aspecto muito vivenciado pelo Ministério Público do Trabalho é a questão do crime de redução à condição análoga de escravo. Hoje, faz-se uma força tarefa do Ministério Público do Trabalho, em conjunto

com o Ministério do Trabalho e Emprego e com apoio também da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal ou outros órgãos policiais, em algumas situações, o Ministério Público Federal também se tem feito presente, e o que verificamos,in loco, são condições, em certas situações, logicamente, subumanas de verdadeiro trabalho escravo no sentido literal da palavra. E o que se verifica é que o Ministério Público, quando vai lá, tem a competência com relação ao aspecto cível, leia-se, pedir indenizações de cunho material e moral, indenizações, para a família, para o trabalhador, resgate da cidadania; ele tem como pedir condenação, no âmbito trabalhista, que seja o pagamento das verbas trabalhistas que ali foram sonegadas, e ele tem como, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego, imputar punições de aspecto administrativo, que são as multas do Ministério do Trabalho e Emprego. Todavia, o Ministério Público e o Ministério do Trabalho e Emprego, depois de toda essa operação, ficam dependendo de um segundo órgão acusador, sem nenhum demérito a Ministério Público qualquer, mas apenas pela afinidade da matéria, fica dependendo que essa matéria seja remetida ao Ministério Público Federal ou Estadual, quando o Procurador foi lá, in loco, e constatou, vivenciou, ele e os demais atores, todas as condições ali verificadas, para que, depois de remetido, seja essa documentação analisada no papel por outro membro do Ministério Público que detenha atribuição penal. Então, é com isso que não concordamos, porque isso fere, inclusive, o princípio da unidade de convicção, o qual já foi pontuado pelo STF em diversos julgamentos.

O que diz esse princípio? O mesmo fato, quando tiver de ser analisado mais de uma vez, deve sê-lo pela mesma justiça, sob risco de termos decisões divergentes. Cito como exemplo o seguinte: pode haver situações em que o Juiz do Trabalho reconhece, efetivamente, a prática de alguma fraude trabalhista grave e o Juiz Criminal descaracteriza essa fraude, o que, às vezes, acaba por interferir inclusive no juízo trabalhista. Então, nós acabamos por criar duas justiças distintas. Além disso, o que nós pedimos aqui, e fomentamos, é a questão da valorização do trabalho humano.

A Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho são órgãos públicos trabalhistas que têm contato diário com a matéria trabalhista. Não é uma questão de você sensibilizar-se com a vítima; é uma questão de você entrar na situação do outro, conhecedor dos aspectos materiais e formais dessa relação jurídica trabalhista e, a partir daí, verificar se há ou não conduta caracterizadora, no aspecto penal, possível de nós adentrarmos a esfera criminal e com ações criminais.

Outro fato que chama a atenção – e confesso que há pouco tempo vim atentar para isso – é que a Justiça do Trabalho é a única justiça, o único órgão do Poder Judiciário que não detém atribuição penal. A Justiça Eleitoral, que julga, logicamente, ações eleitorais, detém competência para crimes eleitorais relacionados à temática e à matéria eleitoral; a Justiça Militar também é uma justiça especializada, e, da mesma forma, detém competência criminal para julgar crimes militares. Por quê? Uma simples pergunta. Por que a Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho não poderiam ter, em algumas situações, a atribuição e a competência para julgar e para perseguir, fazer a persecução penal, de alguns tipos penais relacionados às relações do trabalho?

Da mesma forma, o MPT é o único ramo do Parquet nacional a quem é negada atribuição na esfera penal. E isso, eu falo aqui, não é em nenhum aspecto corporativo. O que se quer dizer com isso e o que os membros do Ministério Público do Trabalho querem é que seja dada efetividade social àquelas normas trabalhistas que são consideradas tipicamente penais, o que não tem sido feito no dia a dia da Justiça brasileira. As justiças estaduais estão assoberbadas de processos das mais variadas espécies.

(Soa a campainha.)

O SR. ANGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Aqui eu deixo a indagação: se a Justiça do Trabalho é competente para as ações cíveis e trabalhistas, seria razoável que conhecesse também das questões penais relacionadas ao tipo. As várias transformações nas relações contratuais da área globalizada produziram um campo fértil à prática de crimes trabalhistas, que podem passar despercebidos diante de uma justiça não especializada nessas questões sociais.

Aí vem uns argumentos utilizados por aqueles que discordam da competência criminal, que é a falta de preparo da Justiça do Trabalho para recepcionar essa competência, o que, para mim, é descabido porque houve um aumento da competência na Emenda nº 45; o Juiz do Trabalho não detém competência penal, que pode ser corrigida a partir de uma reciclagem, porque se submete a concursos públicos dificílimos, além de outras.

Aí são alguns exemplos de crimes passíveis de julgamento pela Justiça do Trabalho: crimes contra a organização do trabalho; crimes contra a administração da Justiça do Trabalho; crimes de redução à condição análoga a de escravo; crime de assédio moral; crimes relacionados ao exercício do direito de greve e crimes decorrentes do descumprimento de normas do meio ou ambiente do trabalho.

Aqui eu deixo a posição, novamente, da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. Para nós, da ANPT, tem-se mostrado extremamente importante essa necessidade de alteração legislativa para atribuição de competência penal da Justiça do Trabalho.

Já existem alguns projetos de lei em curso na Câmara dos Deputados, além de uma PEC, a 327/2009, que também está em curso na Câmara dos Deputados.

Mas aqui eu faço um apelo ao nobre Senador Paulo Paim para que, se possível, traga essa discussão como já tem trazido neste momento – eu já louvo por essa iniciativa belíssima –, para que isso também passe a correr, a partir de um projeto de lei ou de uma proposta de emenda constitucional, no Senado Federal, porque talvez aqui as coisas, por ser uma Casa menor e talvez com menos trâmites burocráticos, a matéria passe de maneira mais ágil.

No final, deixo um questionamento: será que é razoável que, sobre um mesmo tema jurídico, determinado órgão do Poder Judiciário conheça dos seus aspectos trabalhistas, civis e administrativos...

(Soa a campainha.)

O SR. ANGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Enquanto outros se pronunciam sob a perspectiva penal? Então, essa é a reflexão que deixo para os senhores e para a sociedade brasileira, agradecendo já prontamente, em nome da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, pelo convite e pela participação neste belíssimo evento.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Angelo Fabiano Farias da Costa, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

A gente só pede para a Secretaria dos trabalhos que anotem as propostas. E, no fim, a gente vai construir aqui os encaminhamentos na visão do que a Mesa entender que seja mais adequado para esta questão.

Dr. Angelo apresentou duas propostas, um projeto de lei e uma PEC semelhante às que estão correndo lá na Câmara dos Deputados.

Esse foi, então, o Dr. Angelo Fabiano Farias da Costa, Vice-Presidente da ANPT.

Agora, passamos a palavra ao Sr. Rogério Rodriguez Fernandez Filho. O Dr. Rogério é Subprocurador Geral do Ministério Público do Trabalho.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUEZ FERNANDEZ FILHO – Boa tarde a todos.

Eu me sinto muito honrado e satisfeito por estar presente neste importante debate, sobretudo em razão da Vice-Presidência do Senador Paulo Paim, Parlamentar respeitado em todo o Brasil, que é Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em nome do qual cumprimento toda a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu fui Presidente já por dois mandatos aqui. Mas atualmente eu sou só autor do requerimento. A Presidenta é a Senadora Ana Rita, e o Vice-Presidente é o Senador Capiberibe.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUEZ FERNANDEZ FILHO – Efetivamente fiz uma leitura...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas fiquei muito orgulhoso ao ser indicado como Vice-Presidente por V. Exª.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUEZ FERNANDEZ FILHO – Se dependesse de mim, seria uma honra. E mais: um efetivo reconhecimento do seu trabalho.

Bem, cumprimento todos, inclusive o Juiz Federal Dr. Ricardo Rachid, Srs. Parlamentares presentes e também o público que a nós assiste.

Eu poderia começar esta primeira reflexão pensando na unidade de convicção, que foi o último tema abordado pelo colega Angelo, que derivou do Supremo Tribunal Federal, naquela reviravolta, uma mudança de giro com relação ao acidente de trabalho. Algo absolutamente lógico. Se você examina o fato sob um ângulo jurídico, como um outro juiz pode analisar sob outro prisma jurídico o mesmo fato? Mas isso é de lógica tão latente, que eu me permito trazer uma outra abordagem.

O Dr. Rachid começou nos dizendo – e acertadamente – que afastou esse preconceito, uma certa *capitis diminutio* da justiça do Trabalho. Isso já está superado, muito superado. Isso tinha algum sentido quando a Justiça do Trabalho era a justiça administrativa. E, posteriormente, também quando manteve-se com o vocalato. Mas ainda assim o Dr. Rachid começa dizendo que, historicamente, a Ajufe permanece com o mesmo pensamento. E a pergunta que solta é: mesmo com a Emenda 45, esse pensamento teria razão de existir, sobreviveria intacto? Essa é a pergunta que nos fazemos.

Essa pergunta nos leva a uma outra questão, que foi levantada e que é de relevância. O Dr. Rachid disse: "mas as estatísticas" – salvo engano, ele está aqui e pode me corrigir com respeito que eu tenho e todos têm, claro; este é um debate de ideias e não de pessoas –, "os índices não dizem nada". Não dizem nada, efetiva-

mente, quando isolados. Qualquer índice não diz nada. É curioso a questão da estatística. Alguns dizem: nós temos duas pessoas à mesa e dois frangos. Um come os dois frangos e a estatística diz que cada um comeu um.

O problema aqui não é dicotomia entre a punição injusta e a punição justa. Não, não é. Efetivamente, o que se trata aqui é da impunidade. Da impunidade. É disto que nós estamos tratando, da impunidade que acontece com relação aos crimes tipificados na relação de trabalho. É uma impunidade de tal ordem, de tal ordem que não se trata também – eu preciso dar destaque a isto – ao resultado dos processos. Não, não se trata disso. Trata-se da tramitação dos processos. Quantos processos neste sentido estão tramitando hoje na Justiça Federal? Perguntem-se. Consultem. Hoje temos instrumentos tecnológicos que nos permitem a atualização no momento. Quantos existem? Vejam a doutrina, examinem os Códigos de Processo Penal comentados, onde há doutrina lá farta, se há algum, há algum, apenas como exemplo didático aos alunos e estudantes de Direito que tratam da efetividade. Então, o que estamos tratando é efetividade.

E ao tratar de efetividade, eu peço licença aos senhores para trazer uma notícia de *O Globo* de quarta-feira última, que é a seguinte: "sondagem nacional do núcleo de pesquisas em políticas públicas da USP", uma faculdade reconhecida, tradicional por todos, "realizada em março", março agora, claro, "constatou que 76% dos ouvidos não confiam no Congresso", nesta Casa, onde estamos, com orgulho. "73% não acreditam no empresariado e 70% não acreditam no respeito às leis do Brasil". Veja que sinergia, a meu ver, extraordinária, é o tema tratado neste momento. Se nós ganharmos efetividade com relação ao direito do trabalho, esta Casa, que, certamente, na nossa expectativa, aprovará este projeto, ganha credibilidade. Que coisa interessante. Que interface. A gente acaba de ver. Aqui está posto isso.

É verdade que vão dizer: ah, mas isso é um argumento metajurídico. É, de fato é metajurídico. Jurídico foi o argumento explanado agora pelo colega com relação à unidade de convicção do STF, mas esse argumento metajurídico é importante. Ele mostra que efetivamente, ao contrário do que se possa pensar, o índice da falta de efetividade corrobora efetivamente com o desrespeito à legislação trabalhista.

Vejam os senhores: é ampla a discussão. Podíamos começar, por exemplo, com o 149, que "é reduzir à condição análoga", que nos envergonha, apesar do reconhecimento internacional de que o Governo tem feito o possível para debelar essa chaga. Tem o 149. Tem o 168, que é "deixar de repassar à Previdência Social". E depois, lógico, todos os outros, os crimes contra a Organização do Trabalho que iniciam lá no 197 e vão até o 207.

Mas eu queria trazer a discussão, e a discussão qual é? É efetividade. Binômio: punidade e impunidade. E não punidade injusta e punidade justa. Não. É punidade e impunidade.

O 297, art. 297 do Código Penal. Vejamos que interessante. Diz que: "constitui crime introduzir falsa declaração na folha de pagamento ou em documentos de informação que sejam destinados a fazer prova perante a Previdência Social pessoa que não possui a qualidade de segurado". Isso tem muito a ver com a Previdência, com a sua receita, com o sistema atuarial do sistema previdenciário. É importante? Importantíssimo. Mas não é exatamente esse ponto que eu quero trazer. Quero trazer o segundo item do art. 297: informação falsa na Carteira de Trabalho e Previdência Social, declaração falsa ou diversa do que deveria ser constatado.

Observem que a falta de efetividade aqui atinge toda a coletividade, porque, quando o trabalhador não tem corretamente anotado em sua carteira de trabalho, ele não é mais o quê? Um sujeito que possa ter crédito. Ele não tem mais acesso a crédito. E ao não ter acesso a crédito ele não pode consumir. É uma ideia consumista que eu estou trazendo? Não. A produção só se estabelece se houver demanda. E só há demanda se houver estabilidade. Um sujeito que permanece meses, anos, sem carteira de trabalho...

A maioria dos Senadores, dos Deputados, dos legisladores que aqui estão tem essa vivência, sabem que o indivíduo trabalha por meses e anos num emprego e tem medo de ir à Justiça do Trabalho, porque os conselheiros dizem: "Vá à Justiça do Trabalho". E eles dizem: "Vou. Vou à Justiça do desemprego?" Então fica anos sem poder ser um cidadão pleno.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO RODRIGUEZ FERNANDEZ FILHO – Efetivamente, o que busca concretamente o Ministério do Trabalho, o juiz do trabalho, que se fazem presentes aqui, não é algo que tem a ver com o corporativo, o corporativismo. Isso só vai aumentar a nossa responsabilidade, primeiro, e também, claro, o nosso trabalho.

Não há nenhum benefício, digamos, extra, algo que venha nos dar um poder, uma glória. Não. Não nos interessa isso. Interessa-nos prestar o melhor serviço.

Mas eu sigo para dizer outra questão. É que há várias teorias de Direito Penal, e eu confesso que não esgrimo essas teorias da forma como os senhores mereceriam que eu trouxesse. Mas, certamente, desde – para tomar uma referência do século passado – Hans Kelsen, importante ainda doutrinador, ou Dorchen, ou qualquer outro desses mais modernos teóricos, não existe possibilidade de o Direito Penal... Não, o difícil do ordenamento jurídico é ter efetividade sem que haja qualquer sanção. A sanção é inerente.

Nós não pensamos na sanção como aquela forma, aquele método de encarcerar todos os criminosos, não; a sanção apenas como um modo pedagógico.

Vejam os senhores, há uma expressão, Senador Paim, muito comum entre os juristas, e eu tenho impressão de que essa menção foi feita por um Ministro do Supremo Tribunal Federal – ter uma legislação sem uma sanção é como ter um sino sem badalo.

Eu tive a oportunidade, o prazer e a honra de estar com o Senador e dizia, lembrando Nelson Rodrigues, que a moralidade mínima de todo indivíduo é o medo da prisão. Infelizmente, é assim. Ou felizmente. É da natureza humana. Não é que se tenha que levar todos os transgressores à prisão. É apenas que eles saibam que não há impunidade.

Quantas vezes vimos isso em todas as áreas? No Direito Penal, certamente, com mais eficácia, a questão dos menores. Vemos isso a todo momento nos jornais, nos debates no Congresso, a diminuição da idade mínima. Por quê? Por conta da impunidade.

Eu encerro dizendo apenas que o projeto que nós estamos trazendo aos senhores neste momento trata da saúde do trabalhador. Há coisas muito amplas. A moralidade pública poderia e deve um dia vir para o Ministério Público do Trabalho. A moralidade pública, por exemplo, nas empresas públicas. Quando contratam sem concurso, Direito Penal Administrativo, isso deveria racionalmente vir ao Ministério Público.

Faço um parêntesis para dizer aos senhores que, a partir da Resolução nº 16 do Conselho Nacional do Ministério Público, há muita energia no Ministério Público. Muita energia para atuação como agente, esta atuação que estamos trabalhando, e menos para atuação como interveniente, que é aquela, como os senhores sabem, em que atuamos dando pareceres nos tribunais.

Há muita energia. Essa energia está contida. Essa energia foi estabelecida pela Resolução nº 16, que diz: priorizem a atividade como órgão agente.

Então, o que estamos tratando aqui, efetivamente, é de um projeto que trata da higidez. O que diz o art. 201, "b", que merece a nossa atenção neste momento? "Considerar-se-á crime de poluição, com as penalidades previstas", e cita a lei, está aqui, "respectivamente, para as modalidades dolosa e culposa", não é responsabilidade objetiva, atentem para isso, "a conduta de degradar, de qualquer modo, o meio ambiente do trabalho". E nós sabemos que meio ambiente de trabalho é muito mais amplo do que aquele *locus* da fábrica.

Acho que está presente na memória de todos o que aconteceu em Paulínea, que comprometeu gerações. Há pessoas que não nasceram ainda e que podem estar comprometidas por uma empresa multinacional que saiu dos Estados Unidos produzindo a mesma bomba química que veio produzir no Brasil.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO RODRIGUEZ FERNANDEZ FILHO – Muito obrigado, senhores, pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Este foi o Sr. Rogério Rodrigues Fernandez Filho, Subprocurador Geral do Ministério Público do Trabalho, que no final, inclusive, se debruçou sobre o projeto, falando sobre um dos artigos que lembra essa questão do ambiente de trabalho.

Temos até um caso na Bahia – fizemos aqui uma audiência pública –, em que a cidade está até hoje contaminada. É gravíssimo. Fizemos acho que umas duas audiências públicas. É a cidade onde mora a mãe do Caetano Veloso, se não me engano. Não me lembro aqui o nome da cidade agora. Como é que é?

O SR. RICARDO RACHID DE OLIVEIRA – Santo Amaro da Purificação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Santo Amaro da Purificação. O Dr. Ricardo me salvou aqui. Eu estava aqui mal perante os telespectadores, porque faço a audiência e não sei o nome da cidade. Exatamente. É da maior gravidade essa situação.

O Dr. Guilherme já chegou, já está conosco também, e vai fazer uso da palavra depois. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Douglas Almeida de Moraes) – Seja bem-vindo, Dr. Guilherme.

Passamos a palavra agora ao Dr. Paulo Douglas Almeida de Moraes. Ele quer dividir o tempo dele com o Dr. Reinaldo.

O Dr. Paulo Douglas é Presidente do Instituto de Pesquisas Aplicadas da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho (Ipeatra), e vai dividir o tempo com o Dr. Reinaldo Branco de Moraes, Juiz do Trabalho Titular, de Lages, Santa Catarina.

Eu queria só deixar tranquilos aqueles que não pensam, digamos, na mesma visão da maioria, porque será dado o mesmo tempo para as duas visões. Fiquem tranquilos, todos usarão aqui a palavra. O debate vai ser transparente, tranquilo.

Nós não somos como alguns que têm medo do debate, como é o caso do Projeto de Lei nº 41. Porque nós ajustamos – o Dr. Douglas estava junto – que não havia requerimento de urgência. Enfiaram, no meio da

noite, um requerimento de urgência, para evitar o debate que altera a Lei do Motorista. Aqui, ninguém tem medo de debate. Nesta Mesa aqui, todos falarão com o tempo que for necessário. Não damos golpe. Porque isso é golpe de quem aprovou o requerimento ao Projeto de Lei nº 41 na quarta-feira à noite, quando o Dr. Douglas estava junto.

Nós fomos ao Presidente do Senado, com uma comissão de uns 20 Líderes, e ficou ajustado lá que o tema seria amplamente debatido. Bom, se perdesse esta visão ou aquela, faz parte do jogo democrático. Mas fomos na terça, e na quarta aprovaram o requerimento de urgência, para votar a matéria esta semana sem passar em nenhuma Comissão – nenhuma Comissão! Só para atropelar um debate sobre preservar direito dos trabalhadores.

E é claro que nós sabemos quem está por trás, não é? É a elite da elite do poder econômico do País. E fico triste de ver que alguns Senadores se submetem a isso. Pelos menos deixem o debate acontecer. Tudo bem que nós somos o lado pobre da história. Nós não temos dinheiro para que as coisas aconteçam, assim, milagrosamente. Mas pelo menos deixem-nos debater.

Agora, nós fazer o bom combate no Plenário. Podem ter certeza disso. Primeiro, eu encaminhei, graças à audiência pública que eu realizei com vocês, um requerimento para que aquele projeto fosse apensado ao Estatuto. Foi uma coisa que prevaleceu lá. Então, para eles votarem agora esse projeto, eles vão ter primeiro que derrubar o requerimento que trata dessa questão.

E já recebi as emendas. Vou apresentar quantas emendas forem necessárias para tentar fazer o maior debate sobre o tema. Mas vamos lá. Doutor Douglas com a palavra. Só fiz um desabafo aqui da minha indignação.

O SR. PAULO DOUGLAS ALMEIDA DE MORAES – Senador Paulo Paim, mais uma vez, agora em nome do Ipeatra, agradecemos a oportunidade. Gostaria de cumprimentar meus colegas de Ministério Público, também os meus colegas de Magistratura, e aqui eu gostaria de fazê-lo na pessoa do meu amigo Angelo Fabiano, Vice-Presidente da ANPT. Gostaria de cumprimentar todos os auditores fiscais, na pessoa aqui da nossa grande parceira Jacqueline Carrijo. E, de uma maneira muito especial, cumprimentar os trabalhadores que estão aqui presentes hoje.

E estão aqui, Senador, por essa questão que V. Exª bem referiu. E, mais uma vez, se na audiência anterior tivemos a conjugação de elementos que eu reputei quase que providenciais, tendo em vista que a matéria que nós tratávamos na semana passada não dizia respeito diretamente ao PLC 41, de 2014, mas, por afinidade, foi a tônica da nossa audiência pública. E, desta vez, não é diferente.

Os trabalhadores rodoviários estão aqui exatamente porque essa situação dos rodoviários brasileiros oferece um eloquente exemplo de que a ausência de um enfrentamento, a ausência de uma tutela penal – aqui no caso mais aguda ainda, porque ela sequer existe enquanto tipo penal –, mas mais do que isso, a ausência do respeito ao trabalhador de um modo geral, em especial ao trabalhador rodoviário, leva ao que foi bem colocado pelo Doutor Rogério. Há uma impunidade que acaba, neste caso em especial, levando mais de quatro mil pessoas a óbito, a cada ano.

Então, nós temos um eloquente exemplo de que há a necessidade efetiva de um enfrentamento. E um enfrentamento também na esfera penal da conduta que, criminosamente, vem sendo praticada, e a cada dia, de modo cotidiano, nas estradas brasileiras. E tudo isso movido, como V. Exª bem colocou, por um interesse econômico, um interesse escuso de ordem econômica.

Então, muito obrigado pela presença dos trabalhadores e eu gostaria de saudar aqui, em nome do meu amigo Valdir Pestana, que vem ao lado aqui – não vi o Epitácio –, mas, enfim, a Federação Paranaense também. Vi a Juliana lá atrás, os trabalhadores autônomos também representados. Eu gostaria muito de agradecer, mais uma vez, a todos.

Agora, especificamente, eu gostaria de fazer algumas alusões à fala do Dr. Ricardo Rachid, muito bem colocada, aliás, Dr. Ricardo. Eu vejo que V. Exª não está em minoria na mesa, não, por uma razão muito simples. Eu acredito que os nossos objetivos sejam todos um só: buscar efetividade de um direito, mas antes de discutir a tutela criminal propriamente dita, a busca de uma justiça social. Buscar, e na compreensão do que V. Exª colocou, não um Direito Penal punitivo. Não é essa a ideia. Aqui o espírito – e, sobretudo, vem nesse sentido a proposta que já está nas mãos do Senador Paulo Paim – é no sentido de um Direito Penal inclusivo.

A tutela penal, de um modo geral, vem estigmatizada por ser comumente aplicada às minorias do nosso povo ou a uma maioria extremamente desrespeitada. É aquele vulgar, mas recorrente jargão dizendo que a nossa tutela penal é para "PPP". O famoso "preto, pobre e puta". Desculpe, com o perdão da palavra, mas é assim que acontece.

E a proposta aqui é diferente, Senador. Aqui, Dr. Ricardo, a ideia é um Direito Penal inclusivo exatamente por quê? É colocar como sujeito desse Direito Penal exatamente esse grupo que nunca esteve sentado no

banco dos réus, buscando, inclusive, dar, digamos assim, maior densidade ao exemplo histórico que tivemos no nosso País recentemente.

Ora, nós temos demarcada no nosso País, agora, uma nova era em termos de enfrentamento e em termos de realização de Justiça, com a Ação Penal 470. Agora, para o que, especificamente na questão trabalhista, nós precisamos estar atentos? Eu apenas... Eu gostaria de afastar, de plano, essa percepção de que não é adequado trazer a competência penal para a Justiça do Trabalho porque teríamos ali um juiz parcial, um juiz aliado da vítima.

Não entendo dessa maneira por uma razão muito simples. Os dados são bastante eloquentes. Nós temos milhões de ações trabalhistas a cada ano e é fácil constatar que não temos 100% de condenações. Então, o juiz do Trabalho não é um juiz aliado da vítima, do trabalhador. O juiz do Trabalho é, como deve ser, um juiz imparcial. Um aplicador do Direito.

Agora, especificamente com relação à tutela penal, qual é o grande prejuízo para a população da ausência dessa tutela penal trabalhista? Nós temos hoje, como aqui colocado, uma total impunidade nesse segmento e temos, em razão dessa impunidade, um baixo índice de efetividade do próprio Direito do Trabalho.

A proposta que vem aqui não é uma proposta que se apresenta como um fim em si mesma. A tutela penal pela tutela penal. Não. A tutela penal trabalhista que se busca é como um instrumento de efetivação dos direitos fundamentais trabalhistas. E não se busca, é bom que fique bem claro, apenar o empregador como finalidade. Não. É, sim, a própria expectativa de eventual penalização levar a uma elevação no índice de cumprimento das obrigações trabalhistas.

Hoje, a Justiça do Trabalho, Senador, acabou sendo convertida, em certa medida, em um recurso para aqueles que querem negar o Direito Trabalhista, na medida em que cumprir o Direito do Trabalho ao longo do vínculo é muito mais caro do que descumpri-lo integralmente e aguardar para que 2%, apenas, dos trabalhadores venham à Justiça do Trabalho reclamar os seus direitos. E, chegando lá, dado o assoberbamento de trabalho, o juiz do Trabalho diga: "Temos acordo? Não temos acordo?". E a parte patronal, que é naturalmente a parte mais forte nessa relação, diga: "Tenho. Ofereço metade do que você tem direito em cinco vez, em dez vezes". É ao que nós assistimos a cada dia.

Então, hoje a Justiça do Trabalho acaba, de certo modo, sedimentando o prejuízo, consolidando o prejuízo do trabalhador. O que a tutela penal busca fazer? Busca resgatar uma Justiça do Trabalho não dos desempregados. Uma Justiça do Trabalho não daqueles desesperados, mas sim uma Justiça do Trabalho inclusiva e preventiva.

Em que medida? Vou citar aqui exemplos. É muito comum nós diligenciarmos em usinas, sobretudo lá na região em que eu trabalho; três mil trabalhadores, cinco mil trabalhadores. E é muito comum, infelizmente, em períodos como esse, de dificuldade desse setor econômico, você encontrar dois, três meses de salário atrasado para esses três, quatro, cinco mil trabalhadores. E por quê? Porque a fonte de financiamento salarial não custa nada. É custo zero.

Então, entre o empregador buscar o recurso no setor bancário, em que ele vai ter que pagar juros, ele prefere deixar cinco mil famílias sem receber, porque aquilo não vai lhe custar nada. E a Constituição diz que a retenção dolosa de salários é crime. Cadê o crime?

E mais. Se um – mas, na verdade, não é apenas um, são vários pais de família que ficam sem receber esses meses de salário – vai lá e furta a galinha do vizinho?

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO DOUGLAS ALMEIDA DE MORAES – Esse trabalhador vai ser encarcerado, Senador. Então, o que se busca aqui – e se busca por um viés bastante amplo, o viés ambiental – é uma tutela preventiva, na medida em que a mera ameaça de que esse empregador com essa conduta venha a ter a possibilidade de uma restrição no seu direito de liberdade, nós acreditamos com bastante convicção que fará com que esse empregador não mais cometa essa conduta. E, portanto, nós teremos a prevenção de dezenas de outros crimes de pais de família que teriam que lançar mão ou adentrar no patrimônio alheio para poder dar de comer para os seus filhos.

Então, a proposta aqui é muito diversa do que aparenta, quando a gente vem trazendo novos tipos penais. Não, ela não é de inchaço do Direito Penal, ela é, exatamente, a busca de conferir ao Direito Penal um viés socialmente mais adequado, que é o viés de inclusão, é um viés de proteção dessa grande massa que é hoje absolutamente discriminada, que são os trabalhadores.

E quem pode fazer isso com mais habilidade do que o Juiz do Trabalho? Por que nós temos a Justiça, que é una, dividida em ramos, portanto uma divisão de competências? Não é por outra razão senão pela necessidade de que o julgador tenha o domínio do que está julgando e possa distribuir justiça com o maior acerto

possível – somos todos seres humanos, todos cometemos erros, portanto. A chance do erro diminui muito quando dominamos a matéria de que estamos tratando. E digo isso porque já fui Juiz também, fui Juiz do Trabalho, hoje sou Procurador do Trabalho.

É absolutamente inaceitável que um juiz se debruce sobre uma causa cujas variantes e variáveis não domine. Então, por essa razão, com todo respeito à Justiça Comum que temos e que vem prestando excelentes serviços à sociedade brasileira, acreditamos que seria uma grande evolução essa repartição de competências, que, aliás, é muito pequena.

E, diga-se de passagem, um dado importante: o novo projeto do Código Penal está excluindo os tipos penais de crimes contra a organização do trabalho. E por que está fazendo isso? Porque há a impressão de que esses crimes são banais, não merecem enfrentamento penal. Mais uma vez esse equívoco de ótica, de ponto de vista, decorre do preconceito que a sociedade dispensa ao trabalhador brasileiro. Esse preconceito contamina aquelas instituições que são instituídas para a defesa dos direitos fundamentais trabalhistas. Esse preconceito acaba, de certo modo, atingindo a Justiça do Trabalho, atingindo o Ministério Público do Trabalho, atingindo o Ministério do Trabalho e atingindo cada um dos trabalhadores na medida em que não podem contar com o aparelho estatal devidamente municiado com instrumentos para efetiva defesa desses direitos fundamentais.

Então, a proposta apresentada aqui – eu mais uma vez a coloco para o Dr. Ricardo – não vem de encontro ao pensamento da Ajufe ou da ANPR, que eu não sei se está conosco. A proposta vem ao encontro da construção, nos termos da Constituição, de uma sociedade verdadeiramente livre, justa e solidária. São essas as nossas palavras do Ipeatra.

Eu gostaria de pedir vênia, e já agradeço a V. Exª, para podermos ouvir o Dr. Reinaldo, uma vez que ele, ao lado do nosso colega Marcelo D´Ambroso, vivenciaram e protagonizaram diversas situações de enfrentamento penal na seara trabalhista. Seria muito importante que conhecêssemos essa experiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Paulo Douglas, Presidente do Ipeatra, que de forma muito incisiva aqui mostra suas preocupações com a banalização do direito dos trabalhadores. Foi, de fato, uma fala muito contundente. O Brasil todo está assistindo; é bom que o Brasil saiba a situação que nós estamos atravessando.

Eu fico feliz, Dr. Paulo Douglas, por esse seu ponto de vista. Eu confesso que tenho o mesmo ponto de vista. Às vezes se referem a mim aqui como o "último dos moicanos" ou o "Zumbi que voltou". Não há problema algum, podem me chamar de Zumbi, de moicano, mas eu acho que os direitos dos trabalhadores, de fato, correm grande risco. Basta ver que, para aprovar a PEC do Trabalho Escravo, é preciso regulamentar o trabalho escravo primeiro, quando entendemos que o trabalho escravo tem que ser proibido, não regulamentado. É o que estão fazendo com o PL nº 41 agora. E o fato de se jogar todas as iniciativas para o Código Penal mostra que, no fundo, o objetivo é flexibilizar os direitos dos trabalhadores.

Enfim, vamos em frente, o debate continua. Passo a palavra agora ao Dr. Reinaldo Branco de Moraes, Juiz do Trabalho titular em Lages, Santa Catarina.

O SR. REINALDO BRANCO DE MORAES – Agradeço ao colega Paulo, do Ipeatra; ao Senador Paulo Paim. E ao cumprimentá-los, cumprimento todos os presentes.

Só uma ligeira retificação: eu atuo na Vara do Trabalho de Indaial e sou natural de Lages, Santa Catarina, mas também já atuei na Vara do Trabalho de Lages como Juiz Substituto, por algum tempo.

Com a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, por volta de meados de 2005, fui provocado pelo Procurador do Trabalho Marcelo José Ferlin D´Ambroso a analisar se a Justiça do Trabalho detinha ou não competência criminal. Sou obrigado a confessar que, naquele momento, levei um enorme susto, até porque de onde adviria a competência que estaria sendo provocada para exame da Justiça do Trabalho? E a argumentação do Dr. Marcelo na época foi bastante simplória – e nem precisaria ser além do que foi –, a leitura singela do inciso I do art. 114 da Constituição Federal: "As ações decorrentes da relação de trabalho são da competência da Justiça do Trabalho".

Quando o legislador utilizou o termo "ações", referiu-se a ações no sentido mais amplo, até porque não se pode restringir onde o legislador não o fez. Quais ações seriam da competência da Justiça do Trabalho? As ações trabalhistas, as ações que envolvessem exame do Direito Civil, as ações administrativas, as ações penais, enfim, qualquer ação que tivesse relação direta com a relação do trabalho. E em razão dessa situação, reconheci, em meados de 2005, a competência penal da Justiça do Trabalho por força dessa interpretação, o que gerou enorme celeuma nos meses seguintes, mais especificamente por um ano e meio aproximadamente – até 1º de fevereiro de 2007, quando o Supremo Tribunal Federal, analisando liminar na ADIN nº 3.684, reconheceu em sede de liminar que a Justiça do Trabalho não detinha competência criminal.

Àquela época tramitavam na Vara do Trabalho em que atuo ainda 32 ações penais e, em novembro de 2006, portanto antes da liminar do STF reconhecendo que a Justiça do Trabalho não detinha competência pe-

nal, eu escrevi um artigo que somente foi publicado na *Revista LTR* em fevereiro de 2007, justamente o mês em que o Supremo veio a reconhecer que a Justiça do Trabalho não detinha competência. O título do artigo é "Resultados Práticos da Competência Penal Trabalhista". Na introdução daquele artigo, eu fiz o seguinte questionamento: "A Justiça do Trabalho, após a Emenda nº 45/2004, detém competência penal trabalhista somente liberatória ou detém competência penal plena?". Será que nós detínhamos mesmo competência criminal?

A matéria foi tão discutida em todo o País que juízes federais reconheceram a incompetência da Justiça Federal e determinaram a remessa de processos ligados a relações de trabalho à Justiça do Trabalho. Juízes estaduais assim também o fizeram, juízes do trabalho remeteram ora à Justiça Estadual ora à Justiça Federal. Enfim, a celeuma estava instalada.

(Soa a campainha.)

O SR. REINALDO BRANCO DE MORAES – E o que se propugna atualmente? Enquanto o Supremo não julga o mérito da ADIN nº 3.684, que ocorra em definitivo a alteração da legislação para que essa celeuma seja eliminada de vez do Direito brasileiro e que se adote, assim como já o fazem outros países, o pleno reconhecimento da Justiça do Trabalho no exame de todas as questões sociais, inclusive, e principalmente, da competência penal trabalhista.

Como disse, tramitavam 32 ações criminais na Vara do Trabalho de Indaial, no dia 1º de fevereiro de 2007. Aqueles que detêm a enorme preocupação da eventual segregação daqueles que tomam a força do trabalho, a perda da liberdade, ninguém perdeu a liberdade naquelas 32 ações penais que tramitaram na unidade judiciária que eu atuo. Até porque, na grande maioria dos delitos praticados, a ação penal permitia tranquilamente quer a transação penal, quer a pena restritiva de direitos. E foi exatamente isso que aconteceu com cerca de 25 daquelas ações penais; as demais foram remetidas à Justiça estadual sem que tivesse ocorrido a primeira audiência em que seria proposta a transação penal.

Os delitos constatados naquelas 32 ações penais. Aos colegas que já expuseram o tema anteriormente, elas estão tranquilamente enquadradas dentro de algumas daquelas situações. Mas há um caso em particular sobre o que eu gostaria de dar o meu testemunho. O Processo nº 473 do ano de 2004. Ou seja, no decorrer do ano de 2004, portanto antes da própria vigência da Emenda nº 45, de 2004.

O que aconteceu naquele caso? Um trabalhador da construção civil, trabalhando sem equipamento de proteção individual, caiu do terceiro andar do prédio em que trabalhava e veio a óbito. A ação trabalhista foi promovida com as postulações de praxe, até porque na época não detínhamos a competência para o exame dos acidentes de trabalho.

A audiência veio a ser realizada já na vigência da Emenda nº 45, de 2004, e houve tramitação regular do processo em que os autores foram a viúva, uma professora, e três filhos, todos menores de idade entre três e doze anos. Na audiência de instrução, como é de praxe, questionadas as partes, os advogados sobre a possibilidade de acordo, foi refutado de imediato pela demandada, a construtora, e o argumento utilizado pelo seu advogado foi que o seu cliente, a construtora, os sócios da construtora não tinham quaisquer bens, logo não detinham as mínimas condições de formular qualquer proposição.

O Procurador do Trabalho presente ao ato, Dr. Marcelo D'Ambroso, salientou que o aspecto não envolvia só a ação trabalhista, mas ele estava a requerer naquele momento a abertura do processo criminal em razão dos delitos que ele apontou, como não fornecimento do EPI, o que gerou o acidente, e que infelizmente na lei ainda consta como mera contravenção penal o nível com multa (Lei nº 8.213/91, art. 19, § 2º), e em razão também de uma tentativa de frustração de direito trabalhista, porque a parte autora pedia horas extras e o empregador juntou folhas de pagamento contendo horas extras compatíveis com aquele pedido que estava sendo feito. Logo, a se validar as folhas de pagamento, nenhuma hora extra seria devida.

Aquele trabalhador e aquela viúva moravam de aluguel e recentemente haviam assinado o contrato de locação cujo original foi juntado aos autos. Foi determinada uma perícia onde foi constatado que todas as assinaturas das folhas de pagamento daquele trabalhador eram milimetricamente idênticas. O empregador havia fraudado a assinatura do trabalhador falecido nas folhas de pagamento. Não fosse a competência penal trabalhista, não teríamos conseguido, como conseguimos naquele caso, o acordo na ação trabalhista. A audiência se iniciou por volta das 13h30, foi suspensa para que as partes fossem até um determinado imóvel que seria incluído na composição, três horas depois retornaram com o imóvel já identificado, sabendo o preço da avaliação e a composição abrangeu um valor de R$30 mil, que foi pago em parcelas de R$500 por mês, divididos em quatro partes: a primeira parte para a viúva, as demais com depósito em caderneta de poupança dos menores e a transferência daquele imóvel para os menores, com usufruto para a viúva, sem quaisquer ônus envolvendo o dito bem.

A transação penal abrangeu, além daquelas situações de praxe da Lei nº 9.099 – não se ausentar da comarca, pagar determinado valor a título de dano moral coletivo –, também a frequência do empregador a um curso sobre legislação trabalhista, que ele cumpriu e comprovou nos autos e, o que é mais importante, o comparecimento mensal durante um ano, trazendo à GFIP para comprovar quantos empregados possuía e também o comprovante de entrega de equipamento de proteção individual a todos os seus empregados.

Em todas as demais transações penais que existiram, dependendo do tipo de infração, o comparecimento poderia ser de seis meses a um ano e compatível com o descumprimento que houve. Por exemplo, quem estava a efetuar...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mais um minuto, Doutor.

O SR. REINALDO BRANCO DE MORAES – Pois não. Obrigado.

Quem não estava a fornecer EPI que comprovasse o fornecimento; quem estava a utilizar dois cartões de ponto, um oficial e um extraoficial, que passasse a utilizar apenas um.

Em resumo, o que se conclui da prática da competência penal trabalhista? Que o trabalhador ficou plenamente protegido. Não há nenhuma razão, nenhum receio para que não venha à Justiça do Trabalho a competência criminal. Os delitos não deixarão de existir, quer analisados pela Justiça Federal, pela Estadual ou mesmo pela Justiça do Trabalho. Quem ganha com a competência penal trabalhista não é só o trabalhador, mas é a Justiça brasileira como um todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Dr. Reinaldo Branco de Moraes, Juiz do Trabalho, que complementou a fala do Dr. Paulo Douglas.

Na sequência, passo a palavra de imediato ao Juiz Guilherme Guimarães Feliciano, representante da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho). Só para quem está assistindo saber o que significa a sigla Anamatra.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Senador Paulo Paim, é uma honra mais uma vez estar aqui na mesma Mesa que V. Exª e nesta Comissão de Direitos Humanos, que é a Comissão que mais de perto representa os interesses e os valores que a Anamatra procura difundir entre os seus associados e na sociedade civil.

Eu me escuso com V. Exª, com os meus colegas da Mesa e com o auditório pela demora, pois tive um problema em Congonhas, já que o voo demorou uma hora para sair porque não se conseguiu conexão com o *finger*. Essa foi a razão pela qual cheguei apenas agora.

De todo modo, aproveitando o meu tempo que é escasso, Senador e meus colegas de Mesa, desde logo quero salientar a importância deste debate...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para adiantar, doutor, o seu tempo é de 15 minutos com mais cinco, se necessário.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Agradeço, Senador.

Quero dizer que fico muito feliz de ver que temos aqui na Mesa, como já dizia, o Dr. Rachid, da Ajufe. Provavelmente já foi dito aqui que atualmente o Dr. Rachid é Juiz Federal criminalista, domina o Direito Penal; portanto, ninguém melhor do que ele para debater conosco. E, por outro lado, assessora uma Ministra do Supremo que veio da Justiça do Trabalho, a Ministra Rosa Weber. Assim, acho que ele, talvez melhor do que ninguém, deveria nos secundar aqui, mesmo que para não convergir, nesta audiência pública.

Eu gostaria de pontuar algumas coisas. Infelizmente, ainda há uma imagem a respeito da Justiça do Trabalho que a desloca 70 anos no tempo e a identifica como uma Justiça basicamente classista, uma Justiça que adota lados e, desde logo, porque os adota, prejulga. E isso é uma grande inverdade. Os números demonstram isso.

Para ser muito sincero com V. Exª, com os senhores, uma das preocupações hoje da Anamatra reside exatamente na formação dos nossos quadros, na formação do juiz ou do bacharel em direito que vem para a Justiça do Trabalho, porque a Justiça do Trabalho requer, sim, uma especial sensibilidade, requer alguma percepção do dado social – vou além –, do drama social, para além da percepção técnica do sistema jurídico. É de se esperar que o Juiz do Trabalho demonstre algum interesse pelos resultados práticos da sua decisão na vida dos cidadãos. Não digo que os outros ramos da Magistratura não tenham essa necessidade; acho que têm, mas não é à toa que o Prof. Cesarino Júnior designava o Direito do Trabalho como direito social.

E o fato é que muitos dos juízes que hoje vêm para a Justiça do Trabalho talvez já não tenham mais essa percepção, e isso preocupa a Anamatra, ou seja, não basta ter um técnico à frente de uma vara do trabalho; há de estar ali, sim, um técnico, alguém que domine os rudimentos do direito do trabalho, do direito processual do trabalho, do direito constitucional fundamentalmente, da teoria geral dos direitos humanos, mas que também seja sensível às necessidades sociais, e não simplesmente uma máquina de produzir sentenças. Isso é

uma coisa. Dizer, por outro lado, que o juiz do trabalho tem uma opção ideológica por tal ou qual classe social, isso não é verdadeiro e ouso dizer, jamais foi. Mesmo na concepção originária, a visão que se tinha da Justiça do Trabalho era uma visão corporativista, uma visão autoritária, uma visão em que o Estado interferia nas relações do trabalho, nas relações sindicais, e, dessa forma, manietava as liberdades no contexto das relações do trabalho. Nem naquele momento houve essa opção ideológica nesses termos.

Agora, há, sim, uma visão de mundo que se alimenta e se há de alimentar, que é zelar, em primeiro lugar, pelos direitos humanos fundamentais. É ter, como ponto principal da interpretação da própria legislação trabalhista, os dispositivos constitucionais que, em caráter de princípio ou em caráter de regra, disciplinam os chamados direitos humanos fundamentais. E reconhecer – e aí, permitam-me, há muito pouco de ideológico nisso – que, na relação de emprego, porque há uma subalternidade do trabalhador decorrente de uma simetria econômica que o direito designa como subordinação jurídica, em função dessa subalternidade, o trabalhador é especialmente vulnerável porque recebe ordens e tem de atendê-las, e, em não as atendendo, vigora, no Brasil, ainda a ideia de que o empregador tem o direito protestativo de demiti-lo, desde que o indenize. De modo que, se o empregado precisa dos salários para sobreviver, obviamente, ele será sempre atento às ordens que recebe.

Isso é curioso e é importante que se diga, Senador, porque, quando examinamos o art. 6º da Constituição Federal, vemos lá os direitos sociais. Tanto está ali, para dar um exemplo, o direito à habitação, como está ali o direito ao trabalho. Agora, em relação ao direito à habitação, nós temos uma proteção hoje muito mais poderosa do que a que temos em relação ao direito ao trabalho. Em relação ao direito à habitação, hoje, a não ser que seja uma alocação para a temporada, etc., o indivíduo que ingressa em uma alocação urbana, esse inquilino, por 30 meses, ficará lá e não poderá haver denúncia vazia do contrato. Ele só poderá sair de lá se o proprietário requerer o imóvel para um filho seu, ou por conta de obra que o Município exija. Enfim, só nesse caso. O direito à habitação, portanto, está aí razoavelmente garantido. O direito ao trabalho não.

Eu contrato um trabalhador hoje, mesmo que seja por prazo indeterminado; amanhã eu mando embora, desde que eu queira e desde que eu indenize. E ainda se diz que a legislação é paternalista. Tenho dúvidas.

Há duas semanas, eu estive também aqui, em um evento, mas na Câmara, que era capitaneado pela Confederação Nacional de Serviços, e uma das expressões que eu ouvi lá foi esta: para a Justiça do Trabalho, o empregador é sempre um delinquente. Mentira. Isso é uma visão deturpada. Como eu estou demonstrando aqui, e agora vou falar um pouco em números, a coisa vai muito longe disso, e essa proposta que nós apresentamos, feita por várias mãos, que tem o dedo da Anamatra, da ANPT, tem o dedo do Ipeatra, tem a vontade consolidada de que esse quadro mude, ou de que, pelo menos, haja um indicativo de mudança e que esse indicativo parta desta Comissão e parta desta Casa. Mas, apenas para trabalharmos com algumas ideias, os especialistas dizem que dos acidentes de trabalho, 98% envolvem responsabilidades humanas. Não decorrem de fortuito, de força maior, não decorrem do acaso; há ali responsabilidades humanas – 98%.

Bom, o Brasil hoje, em termos mundiais, é o quarto em termos de acidente de trabalho com letalidade, o quarto no mundo – perde para Rússia, China e Estados Unidos da América. Depois, estamos lá, muito bem classificados nesse item.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Doutor, permita-me, só porque eu estava no debate aqui mesmo, numa outra Comissão, a Comissão de Assuntos Sociais. Eu dei exatamente esse dado e houve aqueles que pensam diferente, é legítimo, mas disseram eles para mim que não há nenhuma estatística que diga isso, mas ele está dizendo exatamente o contrário e está dizendo a ordem.

Então, para mim é bom ouvir isso; significa que eu estava com a razão, eu só não sabia a ordem. Eu sabia que nós estávamos em quarto lugar dos que mais têm acidentes de trabalho no mundo. Então, confirma, se puder repetir.

Em primeiro lugar?

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Rússia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Rússia.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – China.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – China.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Estados Unidos da América.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Depois somos nós.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – E Brasil. Mas eu posso passar esse dado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas eu fiz questão de repetir para que não ficasse dúvida, porque eu fiquei, na hora, ali, na dúvida; agora, não tenho mais dúvidas.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – E nós temos dados que eu acho até mais alarmantes, porque, afinal, comparar-nos com China, Rússia e Estados Unidos não é exatamente meritório.

Mas pensemos aqui na nossa realidade. Os últimos dados consolidados indicam que nós temos, em média, dois mil acidentes por dia no Brasil. Por ano, quatro mil pessoas morrem no Brasil, especialmente entre 25 e 29 anos, ou seja, morrem mais os jovens, os inexperientes, os desinformados das questões ligadas à segurança e à saúde do trabalho.O Brasil gasta, então, até do ponto de vista do interesse do Estado. O Brasil gasta, em função disso, por ano, R$ 32 bilhões, por conta dessas mortes e desses acidentes.

Parte desses dados, inclusive, foi objeto de discussão aqui, em 2012, nesta Comissão, sob a Presidência do Senador Paim.

Pergunto aos senhores: bom, se é assim e se 98% do acidentes envolvem responsabilidade humana, devemos ter um turbilhão de condenações penais de empregadores, ou prepostos, ou o que seja por conta desses acidentes, que, ou configurariam lesões corporais, ou homicídio. Temos? Não temos.

Procurem – façam esse exercício, porque eu fiz – a jurisprudência e vejam o que há a esse respeito. Eu encontrei aqui, nem vou citar, porque o meu tempo é curto, mas encontrei algumas poucas envolvendo lesão corporal culposa e homicídio culposo, e basicamente na construção civil, porque é onde isso é mais – permitam-me – escancarado, mas as estatísticas de acidentes de trabalho não se resumem à construção civil, embora, de fato, concentrem-se nela. No transporte rodoviário, por exemplo, eu diria, ousaria especular, temos vários acidentes em que estará envolvida a responsabilidade, por exemplo, daquele empregador que exige jornadas muito superiores à legal.

E quantas condenações temos a esse respeito? Estamos falando de meio ambiente do trabalho: saúde, segurança e higiene do trabalho.

Para ir além, redução à condição análoga à de escravo (art. 149 do Código Penal). Há alguns anos, a Organização Internacional do Trabalho publicou, eu tenho este dado também, o 74º e o 75º relatório da Comissão de Peritos para a América Latina sobre o trabalho forçado. A crítica ao Brasil nessa matéria foi contundente, e a crítica não foi ao Executivo, foi ao Judiciário.

Reconheceu-se que o Executivo havia avançado na medida em que estabeleceu um programa de erradicação do trabalho escravo que começava a indicar números favoráveis. Por outro lado, observou-se que havia um abismo inexplicável entre os inúmeros casos de autuação administrativa por trabalho escravo contemporâneo...

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – ... envolvendo a própria Polícia Federal, auditores fiscais do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e a Justiça do Trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Um minuto.

E um pequeno, um ínfimo número de processos penais tramitando a esse respeito. Àquela altura, inclusive, dizia o relatório, sem nenhuma condenação criminal transitada em julgado. Como é que se explica isso? O garantismo penal explica isso? Não sei se explica.

Então, o que nós queremos, sendo aqui muito sucinto... A ideia fundamental desse projeto de lei, que já está nas mãos do Senador Paim, era discutir algo mais importante do que quem vai ter competência penal e quem não vai ter competência penal. Era discutir este drama diário do trabalhador brasileiro que é a segurança e a saúde no trabalho.

Era trazer à CLT, que é de 1943, uma visão de mundo atual. A 1ª Conferência Internacional Sobre o Meio Ambiente é de 1972, e a CLT é muito anterior a isso. Portanto, a CLT não incorporou todos os avanços que o Direito Internacional construiu sobre a matéria ambiental. A ideia desse projeto é incorporar isso.

Ideias como os princípios da prevenção, da precaução e do poluidor pagador, tudo isso se aplica ao Direito do Trabalho quando eu tenho um meio ambiente do trabalho desorganizado, degradado. O que esse texto faz é internalizar essas ideias, esses conceitos para as relações de emprego.

E não somos nós que estamos dizendo isso. A Agenda 21, lá na Rio 92, já disse isso: entre as preocupações ambientais do País, deveria estar também a incorporação das normas da OIT.

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – E onde entra a matéria penal aqui?

Só para dizer isso, Senador.

Nós temos, hoje, no Brasil, a lei dos crimes ambientais, Lei nº 9.605, que criou um subsistema muito consistente de tutela penal em matéria ambiental. Há ali crimes contra a flora e a fauna, meio ambiente natural; crimes contra o ordenamento urbano, meio ambiente artificial – pichação, grafitagem –; crimes contra o patrimônio histórico nacional, meio ambiente cultural. Mas não há uma palavra sobre meio ambiente do trabalho. Não há uma palavra.

Então, vejam, há um crime que está no art. 54, que é o crime de poluição. Se houver degradação ambiental com mortandade de peixes, há uma pena reclusiva mínima de dois anos. Se houver uma poluição do meio ambiente do trabalho, uma degradação do meio ambiente do trabalho com risco grave e iminente a dezenas de trabalhadores, o máximo que se conseguirá é um crime de periclitação contra a vida e a saúde com detenção que não excede a três anos. Ou seja, o que está sendo mais valorizado?

Por isso, sem nenhum excesso, a ideia do projeto é trazer exatamente aquele tipo penal para as questões de desorganização e degradação dos elementos do meio ambiente do trabalho. Não se muda nada, não se agrega pena, não se traz visão paliorrepressiva.

A competência que se diz trazer à Justiça do Trabalho é somente para esse tipo. É só isso o que está aqui: um tipo penal. Não se advoga aqui abrir a porteira para entrarem todos os crimes, como nós achamos que deveria ser.

Mas esse projeto trabalha com um só, porque é nele que vemos hoje o principal problema em termos de higidez e integridade do trabalhador no nosso País.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Juiz Guilherme Guimarães Feliciano, representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Eu aproveito para agradecer ao Dr. Guilherme, porque houve um congresso da Anamatra no Rio Grande do Sul, e eu tive a alegria de receber o troféu Dom Quixote, inclusive vou citar os parceiros. Só que o Dom Quixote estava com um lenço vermelho e uma lança que lembra os lanceiros negros, o que eu achei muito interessante.

Estava, na luta pela democracia, junto com o Carlos Araújo, que foi esposo da Presidenta Dilma; com o Maurício Corrêa, grande juiz, que foi Constituinte comigo; e com a... só que não me lembro do nome dela, a primeira juíza mulher da Anamatra, Ilce, se não me engano. Antes de terminar a audiência, eu pego no meu gabinete.

Então, agradeço muito a Anamatra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bom, antes de terminar aqui, eu dou o nome dela.

Então, agradeço a Anamatra por aquela oportunidade, quando eu fiz uma palestra sobre o que estava acontecendo no Congresso em matéria de flexibilizar o direito dos trabalhadores, e entrei muito, também, na previdência, um tema de que trato muito aqui.

Passo a palavra, neste momento, à Drª Raquel Elias Ferreira Dodge, Subprocuradora-Geral da República, coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. O tempo será de quinze com mais cinco, o que dá o máximo de vinte minutos.

A SRª RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE – Bom dia a todos e, em especial, ao Senador Paulo Paim, que teve a iniciativa desta importantíssima audiência pública.

Eu sempre saúdo a realização de audiências públicas porque é a oportunidade que temos de ampliar o debate, de tornar os argumentos mais visíveis para que possamos depurar iniciativas importantes para melhorar o rumo da atuação das instituições em nosso País, sobretudo quando estamos tratando de proteção de direitos humanos. Não há um melhor lugar para isso do que aqui, na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Eu gostaria de iniciar, Senador, cumprimentando V. Exª e meus colegas magistrados da Justiça do Trabalho, procuradores do Trabalho aqui presentes. E compareço aqui representando o Ministério Público Federal, designada pelo Procurador-Geral da República.

Inicio apresentando a V. Exª dois pequenos documentos. Um é o Roteiro de Atuação contra a Escravidão Contemporânea, um trabalho editado, há alguns anos, pela 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, onde eu exerço a função de coordenadora da Matéria Criminal e de Controle Externo da Atividade Policial em todo o País.

Passo também às mãos de V. Exª este ofício dirigido à Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão, uma nota técnica que colige dados dos últimos anos, a partir de 2010, quando eu assumi a coordenação na 2ª Câmara, acerca de investigações feitas pelo próprio Ministério Público Federal.

Nós defendemos, há muito, o poder de investigação do Ministério Público. Fomos contra, no ano passado, a aprovação da PEC 37 exatamente porque essa PEC inviabilizaria a investigação de crimes contra direitos humanos, notadamente: trabalho escravo, frustração de direitos trabalhistas, aliciamento de trabalhadores, aliciamento de pessoas para fins de tráfico internacional para fins sexuais e outros crimes graves como esses.

Então, esta nota técnica, que passo às mãos de V. Exª, resume dados relativos aos crimes de: redução à condição análoga à de escravo; frustração de direitos trabalhistas, um crime tipificado no art. 203, e aliciamento

de trabalhadores. Apenas porque há uma frequência na prática, simultânea ou em conexão – como nós usamos a expressão no Direito –, desses crimes em uma mesma oportunidade, em concurso formal ou material, autorizando a atuação simultânea em uma mesma ação penal.

Passo, então, a V. Exª esses documentos.

Dividirei a minha fala, nesta oportunidade, em três etapas. A primeira, um pequeno exercício de resgate histórico incompleto, porém necessário neste momento; a segunda parte será sobre o que estamos fazendo agora; e a terceira parte, na linha do que o senhor encaminhou no início desta reunião, a respeito de que sugestões que fazemos, nesta audiência pública, para contribuir para reflexão dos Senadores e do Parlamento de um modo geral, para melhorar o desenho institucional em torno dessa matéria.

A primeira parte da fala, portanto, é o resgate histórico. Eu gostaria de lembrar, Senador Paulo Paim, que, logo que a Constituição Brasileira de 1988 foi editada, um manancial de expectativas em torno de uma melhor proteção de direitos humanos ocorreu em todas as instituições em todo o País. E foi o Ministério Público Federal – e, notadamente, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – que sediou, logo no início, logo após a aprovação da Constituição de 1988, o Fórum Nacional Permanente Contra a Violência no Campo.

Por que menciono o Fórum Nacional Permanente Contra a Violência no Campo? Porque, naqueles anos, as manchetes dos nossos jornais e os noticiários nacionais – notadamente o Jornal Nacional e o Fantástico – denunciavam reiteradamente o assassinato de trabalhadores no campo e, sobretudo, o assassinato de trabalhadores escravizados ou submetidos a condição degradante de trabalho.

E, ali, nesse fórum, que se reunia uma vez por mês na sede da Procuradoria Geral da República, então instalada em um prédio que ainda hoje existe na L2 Sul, aqui em Brasília, nós recebíamos o movimento social que lutava pelo direito dos trabalhadores. Ali, no fórum, surgem duas importantíssimas iniciativas, além dessa iniciativa interessantíssima que é a organização dos trabalhadores no campo. Nós, ali, dávamos voz e vez aos trabalhadores uma vez por mês. Ali, surgiu uma importante iniciativa legislativa que foi aprovada pelo Congresso Nacional: a lei de proteção a vítimas e a testemunhas.

Por que essa lei é importante para a repressão da violência no campo e para a ação penal relativa à escravidão contemporânea e a outros crimes correlatos, como esse de frustração de direitos trabalhistas e de aliciamento de trabalhadores? Exatamente porque os trabalhadores que ousavam, Senador, ser testemunhas, na Justiça Federal, de crime desse jaez eram sistematicamente assassinados.

A lei, portanto, surge…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Eu pensei que a senhora ia dizer afastado da atividade.

A SRª RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE – É mais que isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Assassinados!

A SRª RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE – Assassinados. E essa era a denúncia que ouvíamos no âmbito do fórum. E nasce, no fórum, esta lei.

Eu, inclusive, acompanhei muito de perto a elaboração desta lei; contribuí para a redação dos seus artigos; contribuí, também, para a instauração do Programa Federal de Proteção às Testemunhas. E devo dizer a V. Exª que as primeiras testemunhas inseridas no programa federal foram indicadas por mim no célebre caso Hildebrando Pascoal no Acre. Eram testemunhas daquele processo de ação penal que eu e dois outros colegas ajuizamos naquele ano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone*.) – A história da motosserra?

A SRª RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE – Da motosserra, exatamente.

Esta lei serviu, portanto... Ela tem múltiplas aplicações. Ela é importantíssima. Tem sido muito usada para testemunhar casos de grupos de extermínio, como o caso Hildebrando Pascoal, tem sido utilizada em ações relativas a crimes de corrupção, mas também – e aqui está a sua origem histórica – para proteger as testemunhas que se dispõem, têm a coragem de testemunhar a violência no campo, sobretudo a violência vinculada à escravidão.

No âmbito do fórum, anos depois, na sequência dos anos, surge um outro importantíssimo debate que eu gostaria de resgatar aqui. Funcionava, até então, um fórum, patrocinado no Ministério do Trabalho, que era chamado de Grupo sobre Trabalho Forçado.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE – Gertraf.

O Gertraf era um fórum integrado por ministros no qual os trabalhadores eram convidados e, eventualmente, ouvidos. Mas o fórum reivindicava algo melhor para os trabalhadores: capacidade de interferir na formulação da política pública.

Nós, da PFDC do Ministério Público Federal, demos a ideia de criar um outro fórum, inspirado nos princípios da comissão de Paris, que diz que tem que haver paridade dos que se sentam à mesa. E criamos a Conatrae (Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo), na qual os trabalhadores são membros, e não convidados; o que provocou uma revolução na forma de apresentação das sugestões, das críticas, das queixas, das cobranças por parte dos trabalhadores. E a Conatrae vem funcionando muito bem como ambiente que se reúne regularmente e cobra do Estado e do Parlamento melhorias na política pública e no desenho legislativo.

Quero também lembrar, Senador, que, ali no fórum – e já no âmbito da Conatrae, nos seus primeiros anos de funcionamento –, surge uma importantíssima iniciativa, também fortemente amparada pelo Ministério Público Federal e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que foi a elaboração do 1º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.

Eu também participei da elaboração desse plano, como participei do segundo. O primeiro é de dezembro de 2002, mas foi promulgado em março de 2003 já pelo Presidente Lula. E ali foram delineados com mais clareza, exatamente como pretendiam os trabalhadores: qual é a atribuição de cada órgão; o que eles podem fazer no prazo que se comprometem, estabelecendo metas específicas; e como acompanhar e controlar o resultado disso.

A alteração do Código Penal surge nesse contexto do art. 149, de modificar a norma do art. 149 para elevar a pena mínima, para incluir com mais clareza condutas, como o trabalho degradante ou o trabalho forçado, como modalidades específicas de escravidão contemporânea.

(Soa a campainha.)

A SRª RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE – Eu pergunto a V. Exª se eu teria mais um pouquinho de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Cinco minutos.

A SRª RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE – Muito bem.

Sr. Senador, o que nós percebemos de todos esses avanços? Que foram significativos; mas ainda há muito o que fazer. E eu não diria a V. Exª que o que há para fazer passa pela modificação da competência criminal, mas passa por maior controle sobre o desenho da política pública que está sendo feita hoje para resgate de trabalhadores e também um apoio para trânsito em julgado das condenações penais com uma modificação singela no Código Penal no que diz respeito à prescrição.

Vou me referir, portanto, agora, ao que estamos fazendo.

Ali na tela, Senador – devido à exiguidade do tempo, vou passar muito rapidamente –, eu trago a V. Exªs um pequeno resumo nessa ferramenta chamada Business Intelligence (BI), que é uma leitora de base dados, a respeito de alguns dados que são importantes para nossa análise aqui.

Aqui, nessa primeira tela, eu verifico que Ministério do Trabalho fez 3.643 inspeções; alcançou esse total de trabalhadores, dos quais considerou como resgatadas 46 mil pessoas. O que isso resultou em termos de processos judiciais? Está aqui. Nós temos hoje em andamento 2.990 investigações e ações penais – 2.990 de um total de 3.648. Está aqui o total de ações penais e de inquéritos ainda em curso.

Vou abrir aqui para reprogramar essa nossa tela: o total de 1.601 ações penais em curso, e aqui nós podemos ver isso dividido por Estado da Federação. Se esta tela aqui subir, veremos que não é Santa Catarina o campeão, mas é o Pará: 370 ações penais no Pará; 359 no Mato Grosso; 155 no Maranhão, proporcional exatamente aos dados que evidenciam a incidência da escravidão contemporânea no Brasil na modalidade do art. 149, qualquer que seja ela.

Aí V. Exª pode indagar se o Ministério Público Federal faz um controle interno rigoroso do que têm feito os procuradores da República quando examinam as inspeções, os relatórios de inspeção e fiscalização do trabalho que nos são enviados pelo Ministério do Trabalho. Eu digo a V. Exª, inclusive, que eu recebo isso periodicamente, é uma média de 30 a 40 dias, o Ministério do Trabalho nos envia um CD com todos esses dados, eu determino a instauração, pessoalmente, na Segunda Câmara de Coordenação e Revisão e as distribuo pelo País.

E para isso eu vou utilizar aqui um outro BI que vai mostrar, se eu conseguir acessar aqui o da jurisprudência – perdão pela demora –, eu gostaria então de explicitar que, a par de fazer o controle externo da atividade policial, o Ministério Público Federal tem um controle rigoroso interno da atuação dos procuradores da República.

Aqui, neste canto, eu destaco qual é o volume de casos de revisão, de atos de arquivamento ou de declínio de atribuição feitos pelos procuradores da República e revisados pela Segunda Câmara. E há aqui também, nesse universo do art. 28, 2.076 casos, dentre os quais alguns sobre escravidão contemporânea, que foram re-

metidos à 2ª Câmara por ato judicial. Como sabe V. Exª, quando há divergência entre a posição do procurador da República e a do juiz, quem resolve não é um tribunal, quem resolve é o Ministério Público. E quem resolve, no Ministério Público Federal, é a 2ª Câmara, que eu coordeno.

Portanto, eu vou abrir esses dados aqui muito rapidamente, esperando não ultrapassar o meu tempo. Aqui nós temos o quantitativo: daqueles 137 casos, 122 foram remetidos por promoção de arquivamento e 15 por homologação de declínio de atribuição para a Justiça estadual. E se quisermos conhecer o resultado disso, por região da Justiça Federal, e até por unidade, por nome do procurador da República, isso está detalhado.

Quanto ao resultado do julgamento, nós podemos também ver uma tela, bastando colocar o cursor sobre o local ali onde é feita a ementa, e nós vamos verificar, por exemplo, que esse aqui era um caso de peças de informação, os dois crimes eram o do art. 203 e do art. 97, e nós homologamos o arquivamento.

Mas aqui, esse seguinte aqui... Há um aqui que nós não homologamos e estava fácil de pegar... Enfim, nós temos o controle rigoroso e absoluto do que fazem os procuradores da República, portanto, não é verdadeira a informação de que...

(Soa a campainha.)

A SRª RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE – ... há um baixo volume de ações penais ajuizadas; não é verdadeira essa informação. Hoje, a partir de 2010 para cá, são 2.990 processos que estão sendo acompanhados milimetricamente pelos órgãos internos de controle do Ministério Público Federal.

E, para concluir, eu gostaria de solicitar a V. Exª atenção para algumas iniciativas recentes do Ministério Público Federal para aprimorar esse trabalho que temos feito. A primeira: nós instituímos, no ano passado, uma força tarefa de procuradores da República, integrada por 34 procuradores da República, que farão um trabalho voluntário de acompanhar as inspeções do grupo móvel de fiscalização do trabalho. Esse é um trabalho que temos feito esporadicamente e a partir de agora ele será sistemático; esse é o primeiro ponto. Os atos de designação inclusive foram publicados por mim.

O segundo ponto, Excelência, é que ainda há, do ponto de vista do desenho legislativo – eu até teria outras contribuições a dar, mas, dada a exiguidade do tempo, eu vou me referir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas todos terão mais uma rodada na mesa, em um segundo momento.

A SRª RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE – Perdão, perdão.

Eu gostaria de chamar a atenção de V. Exªs para dois problemas importantíssimos. O primeiro: desde a Constituição de 1988 até dezembro de 2009, pairava, na jurisprudência brasileira, uma indecisão a respeito de se a Justiça Federal ou a Justiça estadual era competente para julgar os crimes de redução à condição análoga de escravos e outros correlatos.

O Ministério Público Federal ajuizou durante duas décadas recursos e, sobretudo, recursos extraordinários pretendendo uma manifestação final do Supremo Tribunal Federal, cujas duas turmas que respondem sobre matéria criminal mantinham uma indecisão, até que o assunto foi atribuído ao Plenário do Supremo e a questão foi pacificada. A indecisão causava os seguintes fenômenos, que os juízes trabalhistas e o juiz federal aqui nesta mesa poderão confirmar: a cada vez que havia uma condenação, havia um recurso. E, a cada vez que havia uma decisão desfavorável ao acusado, ele recorria e isso nunca transitava em julgado porque sempre pairava o argumento de que a Justiça Federal era incompetente para condená-lo. Essa situação persistiu por duas décadas, inviabilizando o trânsito em julgado da condenação.

O momento em que estamos hoje, Senador, é um momento que exige do Parlamento uma reflexão sobre uma outra questão, porque essa foi finalmente superada, e superada recentemente – por isso é que os meus dados a partir de 2010 passam a fazer mais sentido –, exige uma reflexão sobre prescrição penal, e isso não apenas para esses crimes de que estamos tratando aqui, mas para quaisquer crimes, seja da competência da Justiça estadual, seja da competência da Justiça Federal, sejam os tipificados na lei do menor, seja até para contravenção penal. É que o Código Penal tem uma regra vaga a respeito do momento em que podemos dar início à execução da pena.

Por anos, anos, vigorou o convencimento de que a execução da pena podia ter início tão logo transitado em julgado para o Ministério Público. Em anos recentes, o Supremo Tribunal Federal se manifestou, e há um acórdão da Ministra Cármen Lúcia dizendo isso claramente: o Poder Legislativo tem que resolver essa questão. E, se V. Exª for examinar, essa questão está hoje tanto no Projeto de Lei do Senado a respeito do Código Penal; no projeto de lei da Câmara sobre o Código Penal e também em leis avulsas que estão refletindo sobre esta questão. Este é hoje um dos maiores fatores de impunidade no Brasil a exigir do Parlamento – não porque eu estou dizendo, mas porque o Supremo Tribunal Federal já o disse, pela voz de seus ministros – um aperfeiçoamento deste preceito.

E, por fim, eu gostaria de mencionar a V. Exª que exatamente por força deste fenômeno o Ministério Público Federal foi, neste ano de 2014, ao Conselho Nacional de Justiça e solicitou do Conselho, a exemplo do que já fez com relação a outros crimes, que eleja o crime de escravidão contemporânea nas suas diversas modalidades como aquele que vai ser objeto de uma meta específica para o Judiciário nacional. E o Ministro Joaquim Barbosa, em menos de um mês, já nos sinalizou – eu tenho até aqui a cópia do ofício – que atenderá a esse pedido para o ano de 2015.

Essa combinação, Sr. Senador, que é a resposta do Ministro Joaquim Barbosa a esse nosso ofício, é agora do dia 25 de março; nós mandamos logo no final de fevereiro, início de março esse nosso ofício...

(Soa a campainha.)

A SRª RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE – Ela assinala a importância de definir uma meta para encerramento dessas ações, tendo em vista exatamente a regra do nosso Código Penal que considero defeituosa, sobre prescrição, que tem causado esta dificuldade de que, apesar de haver condenações em primeira, em segunda instância, muitas vezes já confirmada pelos tribunais superiores, o réu, o acusado segue interpondo inúmeros embargos de declaração, para evitar o trânsito em julgado da condenação, causando a falsa sensação de que o Judiciário Federal não está decidindo. Na verdade, ele está decidindo, ele está condenando, a questão está na correlação entre a possibilidade de interposição sucessiva de inúmeros recursos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A senhora teria que concluir agora, Drª Raquel.

A SRª RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE – ...e a regra da prescrição penal.

Com isso, agradeço a atenção de V. Exª e desta Comissão. Coloco os dados que temos à disposição dos senhores para avaliação. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Raquel Elias Ferreira Dodge, Subprocuradora-Geral da República, Coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Ela usou um tempo maior do que os outros, mas ela vem já com uma terceira posição. Achei interessante deixar a senhora desenvolver melhor o tema, que não é exatamente nem a posição que um setor colocou, nem a posição que o Dr. Ricardo colocou: vai numa linha de mostrar o que sua área está efetivamente fazendo.

Meus cumprimentos pela exposição. Espero que a secretaria tenha anotado as sugestões que ela deixou para a gente, mas vamos ter tempo ainda para o debate.

Por fim, a última convidada aqui da mesa – dizem que os últimos são os primeiros, vamos ver se você agora faz milagre – é a Drª Jacqueline Carrijo, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Permita-me só, porque me chegou o nome e fiquei devendo antes, da juíza... Foram homenageados lá o Dr. Maurício Corrêa, *in memoriam*, representado pela sua filha Cléa Corrêa; a Juíza do Trabalho Ilce Marques Benevides, primeira mulher a presidir a Anamatra; e o Carlos Araújo, que eu já tinha citado. Só para fazer justiça à doutora que foi a mais aplaudida, diga-se de passagem, foi aplaudida de pé a Srª Ilce Marques Benevides.

Por favor, Jacqueline.

A SRª JACQUELINE CARRIJO – Obrigada, Senador. Cumprimento todos os presentes, a Mesa, os senhores, em nome dos trabalhadores do País que estão nos assistindo.

Eu vou me posicionar, Senador. Aqui serei a voz dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Deve se posicionar.

A SRª JACQUELINE CARRIJO – Aqui serei a voz dos trabalhadores. E os trabalhadores reclamam, sim, punição criminal. Vou fazer 18 anos na Auditoria Fiscal do Trabalho. Fiz centenas de autos de infrações, representações ao longo da minha vida como auditora fiscal do trabalho, e mandei tudo isso, faço encaminhamentos para o MPT, para o MPF, para o MPE. Esse é o meu depoimento. Nós, auditores, sentimos que a falta da punição criminal repercute na falta de efetividade da atuação do Estado. Para se ter noção, eu sou de Goiânia, onde aconteceu, vocês conhecem bem, o acidente com o Césio 137. Foi um acidente de trabalho de proporções enormes, porque o gestor público não fez o descarte de um lixo e acabou atingindo os trabalhadores de toda a municipalidade. Fazemos encaminhamentos, recentemente fiz outra investigação de acidente de agrotóxico. Jogaram agrotóxico em cima de uma escola, atingindo trabalhadores, 125 crianças.

De tudo o que é feito pela Auditoria Fiscal, acho difícil uma situação, sinceramente... Porque hoje o nosso número é reduzidíssimo, hoje nós focamos naquelas situações, nas demandas em que os trabalhadores mais precisam de nós, e, de tudo o que fazemos, há uma repercussão criminal. Falta de recibo de pagamento de salário é um problema de menor importância, vou ser bem sincera, por toda a tragédia que vejo no mundo do trabalho. Acidente na construção civil?

Os números são baixos comparados com os números dos mortos no setor de transporte, motofrete, motoboy, mototáxi, transporte rodoviário de passageiros, cargas de todos os tipos. O Brasil, absurdamente, tem um dado estatístico, o Sinait tem uma pesquisa: 700 mil é a média por ano. Isso é um número tsunâmico. Por que isso? Por conta da falta da punição criminal. Se houvesse a repercussão criminal, estaríamos saindo do quê? Da mera infração... Vejam bem, estou falando como auditora, também a voz dos trabalhadores, mas, se, de tudo que nós fazemos, mandássemos para o Ministério Público e dali, além da reparação civil, houvesse a punição criminal, tenho certeza de que os maus empresários iriam refletir antes, com relação principalmente às normas de segurança e saúde do trabalhador. Não investem em equipamentos de proteção individual, não investem em capacitação, essa é a verdade. Os maus empregadores fazem isso. Aliciamento? É o que mais acontece no País! Vai lá no Vale do... Eu fui coordenadora do Grupo Especial de Fiscalização Móvel por quatro anos e oito meses. Então, trabalho escravo, trabalho infantil... Fui chefe do setor de FGTS, fraudes, isso é o meu dia a dia. No transporte, hoje, o nosso trabalho no transporte, na busca incessante, junto com os trabalhadores, para reduzir os acidentes, infelizmente, o que rola no mundo do trabalho, desculpem a expressão, mas o que rola são crimes, além das infrações trabalhistas.

Puxando o gancho da conversa do Dr. Angelo, essa situação de que há pouco tempo ele percebeu que só a Justiça do Trabalho não tinha competência criminal, isso eu já penso há muito tempo. É absurdo! No meu ponto de vista, de muitos com quem converso, é a força do poder econômico que tirou. Já pensou tudo de mal que acontece no mundo do trabalho hoje? Assédio sexual, assédio moral, pega os índices de afastamento por distúrbios mentais dos trabalhadores! Quantos trabalhadores no País hoje fazem uso de medicação pesada por conta de n motivos de assédio. Gente, isso é um crime! É um crime contra a família, é um crime contra a sociedade brasileira, provoca desagregação familiar. Nós sentimos, sim, a falta da repercussão criminal. Hoje a Drª Raquel falou a respeito das denúncias que chegam, fruto das denúncias dos trabalhadores. Eu reclamo. E tudo o que eu mando? Hoje as repercussões que temos mais efetivas vêm do Ministério Público do Trabalho. Nós mandamos os nossos relatórios, eles entram com as ações, e aí há um sentimento de incomodação, de desconforto provocado. Mas que não chega aos pés do dano que o trabalhador sofreu, que a família sofreu, da perda, da morte, que é suportada pela família e também pela sociedade. Então, há, sim, um débito do Estado brasileiro com relação à punição dos crimes praticados pelos maus empregadores no País.

Senador, chame os trabalhadores nesta mesa, chame os sindicalistas, pegue os coordenadores de análise de acidentes do País e vamos fazer um levantamento do que houve de punição criminal em relação a tudo isso. Porque não é só trabalho escravo! Eu falo só, mas, pelo amor de Deus, não me interpretem mal. É trabalho escravo, é trabalho infantil, são mortes no trabalho por falta de investimento, por ganância, porque o empregador não quer gastar com segurança e saúde e coloca em risco a vida do trabalhador. Isso é criminoso! Isso não é uma mera infração trabalhista! Quando chego ao local e pego uma máquina, por exemplo, um veículo que não tem um tacógrafo e faço interdição dele, isso também é um crime: impediu que eu fizesse a fiscalização do tempo, da velocidade. Quer dizer, além do meu auto, além da interdição do veículo, tem que haver uma repercussão criminal. Está no Código de Trânsito brasileiro que há uma repercussão em cima disso. Quando o poder de polícia fica limitado a uma infração trabalhista, o que acontece? Abrem-se as portas, fica o empregador, o gestor público, o gestor privado à vontade em continuar praticando essas situações, que, do ponto de vista dele, valem a pena, porque ele está economizando, não está gastando.

E o Estado não vai cumprir o papel dele mesmo, porque punição para quem coloca pessoas em situação de risco, em situação de morte, é cadeia. Discordo até mesmo do ponto de vista de ficar negociando. Respeito o juiz do trabalho que está presente aqui. Parabéns! Mas, do meu ponto de vista, empregador que não garante salário?! Como o Dr. Paulo Douglas falou, sonegando questões salariais, tirou-se comida da família dele!

Na minha impressão, qual o sentimento que nós temos em relação aos interesses e direitos dos trabalhadores? Desprezo, desprezo! Para tudo que você manda, ficam simplesmente multas mixurucas. As multas são pequenas diante do tamanho do problema que ele causou.

Então, acho que se tem de mudar o sistema como um todo. Nós estamos aqui, como o Dr. Paulo Douglas, em busca de discutir impunidade e falta de efetividade.

(Soa a campainha.)

A SRª JACQUELINE CARRIJO – Vou aproveitar o meu tempo, porque estou aqui para falar também em nome do Fórum Nacional em Defesa da Lei dos Motoristas.

Senador, as propostas – não sei se o senhor teve condições de estudá-las em profundidade, como o PL nº 41 – ameaçam de morte os trabalhadores, retiram liberdades, discriminam, frustram e sonegam direitos.

Nós estivemos, na semana passada, com o Senador Renan Calheiros, e nos foi dito que não haveria nenhum tipo de votação sem que houvesse discussões, mas, pelo jeito, a fala dele não foi cumprida. Estamos aqui para tentar frear essas iniciativas perigosas para a segurança nacional.

Reforço que, no setor de transportes, há o maior número de mortes no País. O motorista do transporte rodoviário hoje morre e mata. O Brasil é o quinto no mundo em índices de acidentes de trânsito. E boa parte disso é provocada por excesso de jornada de trabalho, além de todas as outras precariedades, como a falta de investimento na mobilidade urbana no País.

Nós esperamos, Senador, que tenhamos a oportunidade de expressar para quem votará quais são os riscos à segurança nacional. Além de manter os altos índices de acidentes em quatro mil... Vejam bem que esses números são os possíveis de serem contados. O Brasil é um país transcontinental. A quantidade de acidentes de trânsito no Brasil é enorme. Então, temos uma preocupação muito grande, temos um receio muito grande de que o PL seja votado sem que sejamos ouvidos, sem que sejam ouvidos os trabalhadores e a sociedade.

Também não quero perder a oportunidade de tratar de outro tema importante para todos nós, que é a Norma Regulamentadora nº 12, que trata de máquinas e equipamentos e que também está sendo muito atacada.

Sou coordenadora também da saúde no meu Estado. Eu faço, em média, por mês, uma investigação de acidentes com máquinas e equipamentos em hospitais. Mutilam trabalhadores na saúde, especialmente, as máquinas e os equipamentos de lavanderias hospitalares. Aí vêm alguns setores econômicos falar que a NR nº 12 é inaplicável, sendo que há uma série de máquinas e equipamentos velhos no País. Ninguém investe em tecnologia. Não trocam equipamentos, porque não é o empregador que coloca em risco a vida do outro que se expõe àquele risco.

Então, agradeço a oportunidade, Senador. Espero que haja realmente essa discussão em relação à Lei dos Motoristas, para evitar todos esses prejuízos para a Nação.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Jacqueline Carrijo, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais!

Eu só queria registrar a presença aqui do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho de Goiás; do Fórum Nacional em Defesa da Lei nº 12.619/2012, de Belo Horizonte/MG – esta é a lei que existe, e a da Câmara quer alterá-la radicalmente –; do Fórum Nacional em Defesa da Lei nº 12.619/2012, de São Paulo; da CNTTT/SP; da CNTTT/DF; do Ipeatra; do Ministério Público Federal; da PGR (Procuradoria Geral da República); do Sinait; do MPT; da Aspra/DF; e da Unicam/DF.

Agora, há dois companheiros no plenário. Todos não podem falar. Tivemos de resumir a dois.

Farão uso da palavra Valdir de Souza Pestana, Presidente da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de São Paulo, representando os 77 sindicatos filiados; e Hamilton Dias de Moura, Secretário Executivo do Fórum Nacional em Defesa da Lei nº 12.619/2012.

Fala, primeiro, o Hamilton, pelo que percebi no plenário.

O tempo de cada um é de cinco minutos, para que voltemos a palavra à Mesa para fazer as considerações finais.

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – Senador, bom dia!

Bom dia a todos os companheiros da Mesa, que cumprimento em nome da Drª Jacqueline, que, inclusive, falou em nome dos trabalhadores – não que todos não falassem.

Em primeiro lugar, Senador, eu queria, mais uma vez, em nome do Fórum Nacional em Defesa da Lei nº 12.619/2012, agradecer a V. Exª e à Presidente desta Comissão, por nos permitirem, mais uma vez, a participação aqui, para que pudéssemos expor nosso dilema momentâneo. São vários os dilemas dos trabalhadores, mas o dilema momentâneo é a tentativa de desconfigurar a Lei nº 12.619/2012. Nós gostaríamos de também aqui, além de participar deste debate, colocar nossa opinião a respeito do debate que está sendo feito aqui.

Inicialmente, poderíamos dizer que os trabalhadores e as organizações sindicais deveriam continuar à parte desse debate, até porque, se considerarmos o debate que se estabelece nesta Mesa, veremos que se criou, particularmente depois da Emenda nº 45, uma certa ojeriza de setores do movimento sindical ao próprio Ministério Público. No tocante às discussões sobre as contribuições dos trabalhadores ao sindicato, temos divergência, e há um debate longo a ser feito, o que, acredito, vai nos permitir essa proximidade do essencial, que, hoje, é defender não mais as condições de trabalho para os trabalhadores.

Na época em que começamos nossa militância no movimento sindical – o senhor também estava lá –, uma de nossas principais bandeiras eram as melhores condições de trabalho, e nós nos posicionávamos contra o FMI. Então, era o que havia lá. Hoje, o FMI entrou no nosso País através de todas as multinacionais e transnacionais. Chegou-se ao ponto de, infelizmente, o nosso Presidente Lula, quando saiu, dizer que ele, como

ninguém, jamais tinha aberto espaço para o capitalismo neste País. Mas foi ele que disse isso. E respeitamos, inclusive, a passagem do Presidente Lula diante do que estamos vendo neste Governo da Presidente Dilma.

E é nesse ponto que eu gostaria de tocar aqui. Eu queria que ficasse registrada, inclusive, a nossa humilde participação, já que não temos como dar a nossa opinião, por não termos capacidade intelectual e conhecimento profundo sobre a questão que se discute hoje. Mas está claro que, primeiro, é preciso voltar na história. É preciso dizer que as mudanças, tanto quanto foi a criação do Poder Judiciário no século XVII, que se fazem hoje são estruturais, para garantir a existência e a manutenção do capitalismo.

(Soa a campainha.)

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – Então, no sentido que se está discutindo aqui hoje, eu faria uma pergunta, diante do nosso parco tempo.

Li, nesta semana, um documento, um artigo do Dr. Luiz Souto Maior, professor da Universidade de São Paulo (USP), sobre as greves em São Paulo, sobre o fenômeno das greves no transporte de passageiros, que vai atingir o transporte de cargas no País. Ele disse o seguinte – abro aspas: "Afinal, não são os fatores sociais que devem se adaptar ao direito, e, sim, o direito que deve refletir esses momentos, esses mesmos fatos." É verdade!

A verdade é que querem pegar toda a questão dos fenômenos sociais e enquadrá-los dentro da legislação – e algumas legislações são retrógradas –, mas não veem que elas não se vão sobrepor às condições necessárias de sobrevivência do ser humano e vão se contrapor, vão se colocar à margem de qualquer lei que vier, inclusive, de qualquer lei que for votada por esta Casa. Por mais legítima que ela seja, ela não vai impedir que quatro mil pessoas morram nas estradas.

Portanto, é preciso refletir sobre as mudanças que se propõem neste debate. Já que não temos muito como aprofundar isso aqui, isso é muito importante para o movimento sindical e para nós do setor de transportes, na luta que estamos travando para a manutenção da Lei nº 12.619/2012, que não é a menina dos olhos, mas que é muito mais avançada do que aquilo que se propõe nas mudanças.

É preciso dizer o que restará aos trabalhadores em transportes rodoviários de passageiros e de cargas neste País, já que nos está sendo negada a tutela daqueles que colocamos nesta Casa para nos defender, já que nos está sendo negada a tutela do Estado, através do Poder Executivo, que não fiscaliza e que, muito pelo contrário, contribui para esfacelar uma lei que conseguimos aprovar de forma dificultosa nesta Casa. Mas restará o Poder Judiciário, e, para isso, é garantida a especialização da Justiça, e somente ela poderá impedir o genocídio nas nossas estradas.

Fazemos uma comparação: se coloco uma arma na mão de uma pessoa, se coloco meu veículo na mão de uma pessoa para que ela cometa um crime, se esse crime for cometido, serei penalizado, de acordo com nossa Justiça, tanto quanto quem cometeu o crime.

Suponhamos que alguém coloque uma carreta de 80 mil quilos ou um ônibus sem cobrador para carregar 60 ou 80 pessoas e que essa pessoa bata o ônibus e mate quatro, cinco ou dez pessoas. Será que quem coloca uma pessoa numa jornada extensa de trabalho, num ônibus com 40 pessoas, em estradas precárias, onde o Governo não faz a parte dele...

(Soa a campainha.)

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – Será que quem coloca um carro de combustível na estrada, que funciona como uma bomba atômica... Quando esse carro bate, matando várias pessoas, aquele não é um criminoso? Quando denunciamos isso ao Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho pega aquele processo, que ali fica por um ano, por dois anos, por três anos, e aquele patrão não é penalizado.

Para finalizar – sei que meu tempo se extinguiu e que tenho muitas coisas para falar –, eu diria que aconteceu uma coisa em Belo Horizonte nesta semana: um patrão chamou a Polícia para prender um cobrador de ônibus que deixou de apresentar metade de sua féria ao final do trabalho. A féria é o dinheiro que ele arrecada durante o dia. A Polícia chegou ali, algemou o cobrador e o levou para a delegacia para averiguar o crime. Em outra empresa, chamamos a Polícia porque o patrão deixou de pagar a metade do salário do trabalhador. A Polícia diz que esse não é um problema da Polícia, que se devem procurar os meios legais para resolver esse problema. Nem eles sabem responder a isso.

Então, Dr. Ricardo, com todo o respeito, não quero aprofundar essa discussão, mas valeria a pena vocês pensarem no problema da punibilidade, que é a única arma que o trabalhador tem para não sair do Estado de direito. Ou a única arma será a continuidade desse movimento, porque não há governo, não há juiz, nem desembargador e Ministério Público que vão segurar isso. Quando as pessoas não têm mais onde recorrer, elas vão para a sobrevivência. E foi isto – concluo – que aconteceu na década de 80, no final dos anos 90: os traba-

lhadores, com facão e foice nas mãos, tiveram de enfrentar metralhadoras, até que fosse reconhecido que eles estavam sendo trucidados no campo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Hamilton Dias de Moura, Secretário Executivo do Fórum Nacional em Defesa da Lei nº 12.619/2012, que alertou todos e, principalmente, o Senado para a gravidade do projeto que veio da Câmara, para o fato de que esse projeto pode ser votado aqui, no Senado, para a forma truculenta como isso está sendo feito via requerimento de urgência. Esperamos que isso não aconteça. Existem medidas provisórias trancando a pauta. Nós vamos usar todos os instrumentos regimentais para que os trabalhadores sejam ouvidos sobre esse tema.

Passo a palavra a Valdir de Souza Pestana, Presidente da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo.

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Senador Paulo Paim, bom dia!

Drª Jacqueline, na sua pessoa, cumprimento os demais componentes da Mesa.

Vou procurar não ser técnico de novo. Vou tentar ser político.

É pena, Senador Paulo Paim, que, mais uma vez, perde-se a oportunidade de salvar vidas nas rodovias!

Do nosso lado, no Estado de São Paulo, na federação, como coloquei para os senhores aqui, são 77 sindicatos filiados. Há mais ou menos 1,3 milhão de trabalhadores representados nesses 77 sindicatos.

Vem o Senador Renan Calheiros fazer uma promessa, mas, na calada da noite, há aquele atropelo. Isso dói, dói muito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas é bom lembrar que o requerimento que chegou à Mesa – fui atrás – está assinado por todos os líderes da Casa. Então, é bom que todos os partidos assumam a responsabilidade se esse projeto for aprovado. Eu espero que ele não seja aprovado.

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Sem dúvida! Inclusive, caberia até um esclarecimento se foi o próprio Senador Renan que o colocou ou se foi o Vice. Nós entendemos que tinha sido o Vice. Ou seja, é aquela velha jogadinha. Ou não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não importa, eu diria aqui para nós – porque eu poderia cometer uma injustiça –, quem estava presidindo naquele momento. O grave é todos os líderes terem assinado o requerimento e terem exigido de quem estava na Presidência – não sei quem era; eu não era; se eu estivesse lá eu rasgava o requerimento, pois assumiria a responsabilidade de rasgar – botar em votação de forma truculenta, sem avisar o Plenário. Deve ter sido mais ou menos uma leitura assim: "Em votação o Requerimento nº 41. Quem concorda permaneça como está." Foi isso. Ninguém sabia o que era o 41.

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Bem, eu gostaria de fazer algumas colocações.

Uma parte o senhor colocou com muita clareza: eles não nos querem aqui. Não tenho dúvida nenhuma. Eu juro que não vou mais bater no Vicentinho também, Senador. Não vou mesmo, porque essa palavra veio do próprio Vicentinho na época. Essa elite não nos quer aqui, nem na Câmara dos Vereadores, nem na dos Deputados Federais e Senado. Não nos querem aqui.

Desculpem-me, quando alguém falou sobre a MP 595 dos portos, eu vi o Ministério Público também trabalhando contra os trabalhadores. Não foi a favor naquele momento, e está aí o mostrengo criado. A 595 está lá. Não me lembro mais o número da lei agora, e vai haver mais um agora, que é o marco regulatório do porto, em relação ao qual de novo repito: os amiguinhos vão ficar fora.

Quando falaram aqui em alguns crimes ambientais, esqueceram da Rhodia, lá em Cubatão. Sabe, o brasileiro esquece muito rápido: anencefalia, aquelas crianças que nascem sem cérebro nas vilas.

Hoje, se pudesse, a Usiminas teria um belo porto lá dentro, mas aquela lama toda contaminada é difícil tirar de lá, queimar, levar para algum lugar. Vai ser difícil.

É difícil escutar o que o companheiro Rogério colocou em relação às estatísticas. O sindicato também não ficou fora da estatística, não. Não é só a Casa, o Senado, a Câmara dos Deputados, dos Vereadores. Os sindicatos também caíram na seara. Por quê? Às vezes o Paulo Douglas, quando a gente se reúne por aí, começa a falar como eu em relação à contribuição. Eu falo para vocês mesmo, desafio e quero que meus pares batam em mim, nos apenem, sim; nos apenem, deem no nosso bolso, mas não, Dr. Ricardo, mande-me dar remédio para o hospital. Não me mande dar alguma coisa para uma creche. Faça com que eu consiga criar seminários, congressos, em que eu possa discutir, aprender com vocês e transmitir para os meus pares o que estamos escutando hoje de vocês aqui.

É difícil olhar um a um e a dificuldade que vocês têm de relacionar isso tudo, e o trabalhador, lá em baixo, só ser condenado, doutor, na hora em que morreu, enquanto em vida, o medo de ir para a Justiça é grande. É medo de tentar colocar até na Cipa um companheiro, para tentar continuar brigando, que é a nossa história do passado.

É difícil escutar o Hamilton falar aqui daquilo que fizemos de revolução no passado, porque uma multa para nós pelo Judiciário, hoje, na estrada, é 100 mil por hora. Acho que nós já perdemos um pouquinho da vergonha!

Então, acho que prefiro voltar para época do anarquismo, que era melhor, sem ter responsabilidade. Mais seis meses estarei andando de graça nos ônibus, porque vou chegar aos sessentão. Não vou ter mais problema.

Mas eu só queria uma coisa, que esta sociedade que está aqui hoje, reunida, tivesse a coragem de ir para a mídia – já que estamos num fórum nacional, estamos ao vivo num debate nacional – dizer quem ganha mais ou perde mais.

Desculpe, Senador, mas preciso falar. Quando vi Renan Calheiros, eu falei para a Drª Jacqueline, falei para o Paulo Douglas: "Estou enxergando a Senadora Kátia Abreu já aqui em pessoa." Sem medo. Estou enxergando a CNI também. Sem medo. Sei que vai ser mais um atropelo, como foi a Lei dos Portos. Vi o Dr. Bojart fazer um livro, porque nós, o nosso clientelismo sindical, discutimos uma condição melhor para os trabalhadores. Só que eu vi a Santos Brasil, a Odebrecht, a Liber, todas elas manipularem os trabalhadores com vínculo empregatício e um salário deste tamaninho.

Na Lei nº 12.619 não vai ser diferente. Já estou escutando alguns empresários dizer que vão contratar – desculpem-me os companheiros que devem estar presentes – os autônomos, que vai ser o subemprego que eles precisam. Não tenho dúvida disso.

(Soa a campainha.)

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Eles vão continuar com excesso de jornada de trabalho nas rodovias, vão se matar pelo capital de novo – de novo, mais uma vez –, que não agrega nada de bom, porque já vi o trigo ir, o milho ir, desculpe-me, Senador, a soja ir. Não agregam *commodities*. Só deixam o prejuízo para a Nação, como eu digo, porque cada morte, vocês têm as estatísticas na mão, de R$500 mil por vítima na rodovia. Não é só o trabalhador.

Escuto os discursos, as falácias, onde o Brasil é signatário, na ONU, em reduzir pelo menos 50% das mortes e acidentes de trabalho no Brasil, e com a Lei nº 12.619 vão poder matar, dar excesso de jornada para todos os trabalhadores do transporte.

Por que essa diferença, Senador? Eu sei que o senhor vai fazer, com muita galhardia, a defesa lá dentro daquela Casa do Senado e mostrar por que todas as outras categorias, inclusive o gari, vão trabalhar seis horas, e o motorista vai ter que trabalhar doze. Fora aquelas três que vão ficar flexibilizadas, das 11 horas de intervalo, que vão ser tiradas dentro da jornada de trabalho. Acredito que nós vamos voltar às 14 horas.

E para o Judiciário como um todo, quero saber onde, na lei... Porque, na rodovia Transamazônica, que não tem estrutura, não vai haver lei. E em São Paulo, onde há as maiores rodovias, vai haver lei.

Gostaria também de saber das leis de licitação, das quais os senhores vão participar, com agressividade ou não, da crise que se criou dentro delas, porque, se levanta eixo, não cobra, se baixa eixo, cobra, reboque e semirreboque, isso tudo o que tem a ver com a vida dos motoristas?

Senador, sei que há um jargão dentro da Casa, aquele jabuti que sobe na árvore. Eu não consigo acertar com a minha espingarda o jabuti! Eu não quero mais discutir seguro, eu não quero mais discutir a CID do petróleo ou pedágio.

(Soa a campainha.)

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Eu queria discutir só a vida dos trabalhadores brasileiros do transporte.

Desculpe-me, mas eu tinha que falar.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, muito bem. Esse foi o Valdir de Souza Pestana, que é Presidente da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de São Paulo, que alerta mais uma vez, como estou recebendo inúmeros documentos de líderes dos motoristas, dos trabalhadores, para o fato de que a mudança na lei, como estão propondo, é para matar gente. Quando a lei que está em vigor foi aprovada, nos últimos dois anos, deixaram de morrer quatro mil pessoas. É isso, Dr. Douglas? Mil e seiscentas pessoas. Ou seja, de quatro mil, morreram mil e seiscentas a menos, se usar o mesmos período.

Bom, vamos ver o que vai acontecer.

Eu vou entrar também com um pedido, porque eu não esperava urgência urgentíssima, como eles dizem, mas, embora eu conseguisse, baseado naquela audiência nossa, entrar com requerimento para que se apense ao Estatuto do Motorista, para suscitar um debate maior, vou pedir pelo menos que permitam uma comissão

geral, porque daí os senhores poderão, no plenário, fazer o contraponto com aqueles que pensam diferente. Vamos fazer de tudo para que haja um debate no plenário, para que haja uma comissão geral.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Agora não dá mais. O pessoal não tem mais como. No final nós vamos para os encaminhamentos, porque a posição de vocês está clara. Se tiver que colocar alguma coisa, coloca agora, porque agora vou passar para a Mesa. Não volta mais para o plenário, não.

O SR. VALDIR DE SOUZA PESTANA – Então, peço licença aos senhores. Desculpem-me. Vou chamar uma reunião, porque, me desculpem, agora bem claro, se esse golpe passar e for direto para a sanção da Presidência sem passar por nenhuma comissão, o senhor pode estar certo: nós colocaremos cinco mil cruzes pequeninhas ali. Vou colocar uma de cada Senador e vou incitar a realização de uma greve nacional. Pelo menos no Estado de São Paulo vai acontecer. Vai ser o Porto de Santos que vai parar. Eu tenho os pares para isso. Então, estou avisando: ou na Copa, ou antes da Copa, nós vamos parar, porque não há outro jeito. Como colocou o companheiro Rogério, se na nossa defesa não temos mais ninguém, o anarquismo vai ser instalado, e não vou ter medo de R$100 mil de multa por hora. Perdoe-me o Judiciário, mas quero ser multado e apenado para mostrar que vão continuar matando gente. Vamos fazer isso em rede nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. O Valdir de Souza Pestana alerta para o fato de que, se esse projeto for aprovado na forma em que veio da Câmara, os trabalhadores do setor, inclusive do Porto de Santos, com Copa ou sem Copa, vão para a paralisação geral do setor.

O recado está dado. O recado não é dado para esta Mesa, porque aqui estão todos que têm uma posição muito clara, que não querem que essa lei seja aprovada como está.

Na verdade, você está aproveitando o espaço legítimo – eu sabia disso e sei disso – via órgãos de comunicação da Casa, porque, neste momento, todo o Brasil assistiu ao que você disse. Se aprovarem a lei como está, com Copa ou sem Copa, os trabalhadores vão para a paralisação, incluindo os portos, segundo a sua fala.

Eu só vou ler uma mensagem, que chegou aqui elogiando o nosso trabalho, de nós todos aqui. A pessoa assistiu à audiência pública sobre "Meio Ambiente do Trabalho, Direito Penal Inclusivo e Competência da Justiça do Trabalho", e solicita a todos os Parlamentares que olhem com carinho para os trabalhadores brasileiros, pois todo o desenvolvimento e a potencialidade de um país depende da mão de obra dos trabalhadores.

Está elogiando a audiência pública e pedindo que se olhem com carinho as propostas dos trabalhadores.

Agora vamos para a Mesa. No final, vou para os encaminhamentos. São posições que foram colocadas. Vou apresentá-las, e a gente vê como encaminha.

Uma questão de justiça. Não importa aqui a posição. Como comecei com o Dr. Ricardo, ele foi o primeiro a usar a palavra, agora é o inverso: quem foi o primeiro vai ser o último e quem está em último lugar vai ser o primeiro.

Então, começo com a Drª Jacqueline.

Drª Jacqueline Carrijo, suas considerações finais.

No máximo cinco minutos. Vou pedir a todos agora.

A SRª JACQUELINE CARRIJO – Meu objetivo aqui é reforçar a necessidade de atenção para a reforma da Lei nº 12.619, que está sendo proposta. É importante para o País que haja uma discussão ampla da matéria, que a sociedade conheça o inteiro teor dessa reforma para que rechace, condene, tal qual nós estamos condenando. Nós sabemos o inteiro teor, sabemos os reflexos disso no mundo do trabalho e esperamos que esta Casa dê atenção para os interesses da sociedade. Nós estamos tratando aqui de interesse público, de uma necessidade coletiva, de segurança nacional.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Jacqueline.

Por favor, Drª Raquel Elias Ferreira Dodge, que fala pela Procuradoria Geral da República.

A SRª RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE – Sr. Senador, senhores integrantes desta audiência, só reforçar a ideia de que temos um bom desenho legislativo em vigor e que toda mudança tem que vir na linha, dita aqui inclusive pelos dois últimos manifestantes, em prol de um resultado que melhore a situação dos direitos humanos, dos direitos trabalhistas das pessoas.

Se estamos falando no campo da impunidade, em relação a crimes praticados contra os trabalhadores, eu reforçaria duas questões importantes. A primeira: alteração da questão relativa à prescrição no Código Penal. É importantíssimo que essa norma seja revista. E, no tocante aos crimes contra os trabalhadores em geral, temos de elevar a pena mínima, Senador. Proponho que isso seja feito em relação aos tipos penais, imediatamente, do art. 149, do art. 203, que é frustração dos direitos trabalhistas, do art. 207.

A pena mínima hoje, por exemplo, a do art. 149, que é de dois anos, enseja suspensão condicional da pena, suspensão condicional do processo, eventualmente até transação penal.

Essa não é a resposta que a sociedade espera do Judiciário, do sistema de administração de Justiça. Nós queremos que os crimes sejam investigados e que resultem em condenação à pena de prisão com relação a esses ilícitos, porque eles atingem a dignidade da pessoa humana. Esses crimes de que estamos tratando não atingem apenas a organização do trabalho. Eles atingem a dignidade do trabalhador como pessoa humana. Portanto, é dos crimes mais graves que se pratica no País, porque não há valor maior do que a dignidade humana. E apenar uma conduta que fere a dignidade humana com pena mínima de dois anos e às vezes até inferior a dois anos leva à suspensão da pena, à transação penal, e essa não é a resposta que nós entendemos proporcional à gravidade do tipo penal que é praticado contra os trabalhadores no Brasil.

Por isso, nós, no Ministério Público Federal, temos há muito tempo defendido e solicitado ao Parlamento que aprove uma mudança legislativa que eleve pena mínima dos crimes praticados contra os trabalhadores e reveja a atual norma penal sobre prescrição, porque, do jeito que está, ela tem inviabilizado o início da execução das penas.

E de qualquer pena, não só pena de prisão, mas também pena de multa, pena de prestação de serviços à comunidade, qualquer tipo penal, pena alternativa a pena corporal. Esse é apelo que o Ministério Público Federal faz a V. Exª no sentido de aprimorar o desenho legislativo vigente em socorro à dignidade dos trabalhadores brasileiros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Raquel Elias Ferreira Dodge, Procuradora-Geral da República e Coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Dr. Paulo Douglas Almeida de Moraes, Presidente do Ipeatra (Instituto de Pesquisas Aplicadas da Magistratura).

O SR. PAULO DOUGLAS ALMEIDA DE MORAES – Obrigado, Senador.

Venho reiterar o agradecimento do Ipeatra, instituto que reúne juízes e procuradores de todo o País, da área trabalhista, especificamente. Diuturnamente, debruçamo-nos sobre os temas mais candentes do mundo do trabalho. E não há paralelo maior do que a competência penal trabalhista, tanto que essa é a questão central do instituto que hoje presidimos.

A oportunidade que V. Exª abre aqui é ímpar, e eu a vislumbro como um novo passo, um importante passo, no sentido de efetivamente implementar justiça social em nosso País e, portanto, como foi bem colocado aqui pelo Pestana e pelo Hamilton, de incluir os trabalhadores como destinatários não apenas da tutela penal para punir. Porque, hoje, os senhores trabalhadores são destinatários das penas. Mas não, nós precisamos torná-los destinatários da proteção que a tutela penal pode produzir. É mais uma vez nesse sentido que a proposta é por um Direito Penal inclusivo.

E percebo que não podemos minimizar o debate em torno de apenas um tipo penal, Drª Raquel. Hoje, o tipo penal que mais, digamos, sensibiliza toda a sociedade é evidente que é o art. 149: redução à condição análoga à de escravo. É muito importante, sem dúvida nenhuma.

Mas perceba que, aqui, a preocupação é mais ampla.

A SRª RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE (*Fora do microfone.*) – A minha também, é que não houve tempo.

O SR. PAULO DOUGLAS ALMEIDA DE MORAES – Até porque nós corroboramos todas as sugestões do Ministério Público Federal. Sem um tratamento adequado à prescrição, nós teremos a perpetuação da impunidade, em quaisquer tipos.

Mas, voltando ao objeto do nosso debate, o que nós queremos efetivamente é buscar um consenso. E esse consenso tem que partir como premissa das instituições que aplicam o Direito de modo geral. E aí, obviamente, o Ministério Público e o Poder Judiciário assumem uma posição de protagonismo. Nós precisamos buscar esse consenso.

Nesse sentido, Senador, o Ipeatra vai corroborar a sugestão da Anamatra de que seja constituída uma comissão composta por membros das instituições aqui representadas, eventualmente outras também, e do movimento sindical, para que possamos, procuradores do trabalho, procuradores da república, juízes do trabalho, juízes federais, juízes estaduais, promotores de justiça, como já disse, o sindicato nacional, auditores fiscais e, principalmente, os destinatários do trabalho que esperamos entregar, que são os trabalhadores. Uma comissão multipartite a fim de aprofundar o tema, deixando todas as demais questões de lado, e de buscar um consenso na efetiva realização de justiça social.

É isso.

Muito obrigado, mais uma vez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Paulo Douglas Almeida de Moraes, Presidente do Ipeatra, Instituto de Pesquisas Aplicadas da Magistratura.

Dr. Rogério Rodriguez Fernandez Filho, Subprocurador-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho. Por favor, seus cinco minutos finais.

O SR. ROGÉRIO RODRIGUEZ FERNANDEZ FILHO – Muito obrigado, Senador. Eu agradeço o convite, apenas registrando que eu represento o Ministério Público do Trabalho e o Procurador-Geral, que é quem representa esse ramo do Ministério Público. E ele é a favor, também, da ampliação da competência do Ministério Público do Trabalho.

Eu farei uma reflexão com relação aos dados apresentados pelo Ministério Público Federal. Decorre, do que foi exposto, que efetivamente há uma persecução com relação à tipificação do art. 149. É fato que a ilustre colega subprocuradora diz que lhe faltou tempo. Mas quando ouvimos a auditora fiscal presente à Mesa, nós podemos dizer, sem exagero, sem pleonasmo, que há uma espécie de imunidade jurisdicional com relação a todos os outros crimes: retenção dolosa de salário, discriminação e tantos outros.

Mas eu chamaria a atenção apenas e novamente para o art. 297 do Código Penal, tanto com relação à anotação na Carteira de Trabalho quanto em relação à folha de pagamento. Isso é um universo em expansão. Folha de salário é um universo em expansão. Folha de salário em branco e pagamento por fora. Ora, então, destaco exatamente o art. 297 para perguntar aos senhores: o que o Ministério Público e os juízes, o Judiciário, pretendem? Colocar todos os empregadores, ou grande parte deles, na prisão? Não! Absolutamente.

Quando se estabeleceu e se estabelece um círculo virtuoso... Qual é o círculo virtuoso? Carteira de Trabalho assinada corretamente e pagamento correto. O que nós estamos pensando não é num Direito Penal repressivo e, sim, inclusivo, como disse aqui o Dr. Douglas. Uma persuasão de que os maus empregadores devem ser excluídos. Ao contrário, os bons empregadores devem ser incluídos nesse círculo virtuoso. Há demanda, há produção, ainda que dentro do marco do capitalismo. Nós não estamos aqui num núcleo revolucionário. Mesmo dentro do marco do capitalismo é possível integrar esses empregadores, não colocá-los na prisão; ao contrário, integrá-los num círculo virtuoso econômico.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Rogério Rodriguez Fernandez Filho, Subprocurador-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho.

Agora, o Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, representando a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Senador Paulo Paim, meus colegas de Mesa, senhores sindicalistas, mais uma vez agradeço a gentileza do convite feito à Anamatra. Aproveito este tempo apenas para fazer algumas observações e um encaminhamento na linha do que já fez o Procurador Paulo Douglas.

Quando nós discutimos, na Anamatra, a necessidade de que a competência penal venha para a Justiça do Trabalho, não estamos absolutamente discutindo o poder e não estamos absolutamente preocupados em que venham todos os crimes que envolvam, de alguma maneira, relações de trabalho. Na verdade, o aceno que fazemos é no sentido de que a nossa própria capilarização e o preparo que os juízes do trabalho têm para as questões relativas à relação de emprego, muito particularmente, e para as suas peculiaridades, tornam o operador habilitado a colaborar. E aí a ideia é rediscutir, de modo republicano, a repartição dessa competência. O que, de fato, não parece justificar é que, de todos os ramos do Judiciário, apenas a Justiça do Trabalho não tenha essa competência. Então, podemos discutir, de modo, volto a dizer, republicado, democrático, que repartição pode ser essa.

E o que apontamos no anteprojeto de lei que apresentamos aqui é exatamente que, nessa hipótese, a competência, como autoriza o art. 114, inciso IX, da Constituição Federal, seja reconhecida para a Justiça do Trabalho. A legitimidade, portanto, para o Ministério Público do Trabalho.

Vejam, e inclusive a respeito do que foi dito há pouco, quanto às mazelas e ao verdadeiro extermínio de trabalhadores nas estradas por conta de problemas, o mais das vezes, na própria organização do trabalho. Diria, esse tipo penal, que ingressaria no art. 201-B da CLT:

> *Considerar-se-á crime de poluição, com as penalidades previstas (...) no art. 54 da Lei (...)* [dos Crimes Ambientais]*, respectivamente para as modalidades dolosa e culposa, a conduta de degradar de qualquer modo o meio ambiente de trabalho* [um dos itens que compõem o meio ambiente de trabalho é exatamente a organização da produção]*, criando riscos proibidos ou agravando riscos inerentes à atividade econômica desenvolvida, em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde fisiológica ou psicológica de um ou mais trabalhadores.*

Esses casos que foram citados poderiam perfeitamente admitir subsunção a esse tipo, sem que se tenha de tentar um caminho hermenêutico para chegar ao art. 132 do Código Penal. Portanto, parece-nos que, dentro da ideia de um Direito Penal que simbolize, que sinalize os valores maiores da sociedade, positivar uma regra como essa significa trazer de volta à discussão o fato de que, na ponta do contrato de trabalho, não está uma mercadoria, está uma pessoa, e deve ser tutelada como tal.

Ainda nesta linha, e apenas para não parecer leviano, relatório de 2010 da Organização Internacional do Trabalho. Este é um documento do escritório na OIT no Brasil sobre trabalho escravo contemporâneo, o caso do Brasil. Vocês podem encontrá-lo no próprio *site* da OIT. Na página 45, está dito lá com todas as letras que o problema central do combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil é a impunidade – 2010 –, que se deve a diversos fatores.

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – E um desses fatores indicados é exatamente a questão da competência, que agora está resolvida pelo Supremo Tribunal Federal.

Muito bem. E prossegue – eu ia ler, mas, infelizmente, acabou minha bateria – o relatório.

Outro fato que chama a atenção dos peritos da OIT é a discrepância entre as condenações transitadas em julgado na Justiça do Trabalho, indicando trabalho escravo contemporâneo, e as condenações na Justiça Federal transitadas em julgado com esse mesmo objeto. É claro que entra aqui em causa o garantismo penal, é claro que entra em causa o fato de que os elementos necessários para que um juiz do trabalho reconheça o trabalho escravo contemporâneo e mande indenizar não são os mesmos do art. 149. Mas uma distância abissal, como se tem verificado, chama a atenção não apenas da Anamatra...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto, doutor.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – ... mas da própria OIT.

Finalmente, Senador, quero dizer o seguinte: nós, da Anamatra, apoiamos integralmente a ideia de uma comissão, uma comissão paritária. Eu acho que os sindicatos têm de participar, assim como a ANPT, assim como a Ajufe, assim como a ANPR, assim como o MPT, assim como o MPF, para discutirmos, primeiro e mais importante – porque não se trata, volto a dizer, de disputar poder –, como otimizar a tutela dos direitos humanos do trabalhador no contexto da legislação brasileira; e, em segundo lugar, como repartir, talvez de maneira mais eficiente, como diz o art. 37, *caput*, da Constituição, esta competência. Não sei se regimentalmente uma comissão como esta poderia ficar sob os auspícios de V. Exª...

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – ... mas é o que nós encaminhamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É possível.

Muito bem. Esse foi o Juiz Guilherme Guimarães Feliciano, representante da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra).

Agora, o Dr. Angelo Fabiano Farias da Costa, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

O SR. ANGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Obrigado, Senador.

Eu gostaria, não o fiz no primeiro momento, de saudar os representantes sindicais das entidades, das federações de trabalhadores em transportes rodoviários de passageiros e de cargas, e de fazer uma pequena defesa, uma justa defesa, de um ponto levantado aqui pelo Sr. Valdir Pestana com relação à MP dos Portos.

Eu participei desse embate. À época, eu era Vice-Coordenador Nacional da Coordenadoria Nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário do Ministério Público do Trabalho.

Logo que foi publicada a MP nº 595, nós criamos uma comissão, por determinação do coordenador nacional e autorizada pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Luís Camargo, e fizemos um estudo de diversos pontos e, após – acho até que o senhor participou –, nós fizemos audiência com diversos sindicatos, com todos os sindicatos e trabalhadores portuários avulsos, lá na Procuradoria do Trabalho de Santos. Desse estudo, nós consignamos vários pontos, como guarda portuária, para que não havia previsão, tinha sido retirada na MP; a vedação à terceirização, que também havia sido retirada na MP dos Portos; a questão da renda mínima. Depois de muita luta da classe trabalhadora – foi pressão dos trabalhadores também –, mais o apoio do Ministério Público do Trabalho, nós nos reunimos com o Senador Eduardo Braga, nós nos reunimos com o Advogado-Geral da União, o Ministro Adams, e participamos de audiências públicas sobre isso.

Na nova Lei dos Portos, a Lei nº 12.815, retornou a previsão da guarda portuária, que para nós era uma questão de segurança nacional; retornou a vedação à terceirização dentro das operações portuárias; foi institu-

ída a renda mínima e foi incluída também a capatazia – instituída ainda formalmente, ainda não materialmente – em atendimento à Convenção 137. Foi incluída a capatazia e o bloco dentre as categorias, as atividades portuárias que não constavam na antiga Lei nº 8.630. Então, esse foi um trabalho de que o Ministério Público chamou a responsabilidade para si e, com a ajuda dos sindicatos dos trabalhadores, nós conseguimos unir forças nesse momento e apaziguar um pouco dos gravames que essa lei trouxe.

O que nós não conseguimos, e lutamos veementemente contra, foi essa diferenciação de contratação dos terminais dentro do porto organizado e fora do porto organizado.

O Ministério Público do Trabalho foi enfático no sentido de se posicionar contra essa diferenciação. Para nós, é até uma questão de concorrência desleal fazer essa contratação. Quem é operador portuário fora do porto não tem obrigação de contratar o avulso. Aqueles que operam dentro do porto organizado, como lá em Santos – Santos Brasil, Libra –, hoje têm obrigação, enquanto aquelas empresas que estão fora não têm essa obrigação, o que acaba gerando uma desigualdade.

Voltando ao assunto da pauta da audiência, o tema da audiência aqui, como bem dito pelo colegas, não se trata de uma briga entre ministérios públicos ou entre Justiças para a divisão ou repartição de competência de atribuição, mas nós queremos que sejam efetivados os direitos sociais dos trabalhadores brasileiros, que hoje têm sido relegados.

(Soa a campainha.)

O SR. ANGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – A Drª Raquel Dodge se reportou especificamente ao trabalho escravo, ao crime do art. 149, mas eu submeto ao Senado Federal, ao Congresso Nacional e às entidades que aqui estão presentes, para que nós discutamos, outros crimes também, não só o trabalho escravo: aliciamento de trabalhadores, tráfico de pessoas.

Eu fui lotado em Porto Velho. Cheguei lá no auge das usinas do Rio Madeira, e vi muita sonegação, vi muito trabalhador que veio de outros rincões do País e não recebeu verba, não recebeu dinheiro sequer para voltar, e ficou na cidade pedindo esmola. O Ministério Público teve que intervir, junto com o Ministério do Trabalho e Emprego. Vi alojamentos precários, trabalhos em condições degradantes, não em todas as empresas, mas principalmente nas terceirizadas. E outros crimes também, como assédio sexual – a que eu tinha me reportado equivocadamente como assédio moral –, crimes relacionados ao exercício de direito de greve...

(Soa a campainha.)

O SR. ANGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – ... crimes relacionados à atuação sindical em si – que a gente sabe que existem; são poucos, mas existem – e crimes importantíssimos, que são crimes contra adolescentes e crianças. Leia-se, especificamente e especialmente, exploração sexual, o 244 do ECA.

Então, é essa discussão que nós temos que trazer ao Congresso, ao Parlamento brasileiro, para não continuarmos da maneira que nós estamos hoje. Temos que, talvez, juntar esta discussão numa comissão à qual a ANPT, em nenhum momento, se opõe.

(Soa a campainha.)

O SR. ANGELO FABIANO FARIAS DA COSTA – Se a Comissão de Direitos Humanos entender pertinente a formação dessa comissão, nós teremos o maior prazer em participar e em contribuir, para que nós avancemos nessa discussão de repartição de competências. Ou, pelo menos, para que nós tentemos modificar um sistema a fim de que seja dada maior efetividade a esses crimes de ordem trabalhista.

Essas são as minhas palavras, e esse é o posicionamento da ANPT. Há que se ressaltar também que a Constituição Federal já prevê que, quando houver a grave violação de direitos humanos, onde haja desrespeito a tratados internacionais, o Procurador-Geral da República pode pedir deslocamento da competência para a Justiça Federal – a gente também não se opõe aqui. Mas muitos crimes, hoje, têm ficado sem nenhum tipo de cobertura ou persecução penal, e é isso justamente o que nós queremos trazer para a sociedade brasileira e abrir os olhos do Parlamento brasileiro para que seja modificado.

Agradeço, Senador Paulo Paim, pela participação da ANPT, em nome do Presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e coloco-me à disposição para qualquer tipo de contribuição que seja necessária para o avanço dessas questões.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Dr. Angelo Fabiano Farias da Costa, Vice-Presidente da ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho).

Por fim, o último expositor – depois, vou ler os encaminhamentos – é o Juiz Federal Ricardo Rachid de Oliveira, Vice-Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil.

Eu dei cinco minutos para cada um e, como no início ele disse que era minoritário, você tem dez minutos para a sua exposição.

O SR. RICARDO RACHID DE OLIVEIRA – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Muito obrigado pela atenção.

Quero agradecer a polidez com que os meus colegas juízes, colegas também – por que não? – do Ministério Público, seja do Trabalho ou do Ministério Público Federal, têm tratado e discutido esta questão.

Não é fácil ser uma voz quase isolada, não é, Procurador? Mas, tudo bem, isso faz parte do debate democrático. Assim como o Senador Paim falou, eu também não temo o debate, ainda que seja, vamos dizer assim, nessa pequena circunstância, voz isolada.

Pouco tempo ainda me resta para contrapor algumas ideias que eu anotei aqui, no decorrer da fala dos colegas.

Quero dizer que o Guilherme é meu amigo e nós somos companheiros de muitas lutas. Quero falar ao Dr. Reinaldo que tenho grandes amigos na Justiça do Trabalho, a Drª Andrea, de Lages, que as pessoas devem conhecer, é minha amiga pessoal, madrinha do meu casamento, uma pessoa sensacional, enfim, e isso me faz conhecer a qualidade técnica desses magistrados. Eu reconheço, como disse o colega Paulo, que os juízes do trabalho estão num patamar de sabedoria técnico-científica que orgulha a todos os cidadãos brasileiros, não só os seus colegas, não só os operadores do Direito. A questão não é essa, volto a dizer. A questão não é essa; a questão é se perguntar qual é a melhor configuração para a Justiça brasileira.

Eu quero dizer o seguinte: alguns diagnósticos que eu ouvi aqui, com eles, definitivamente, não posso concordar. E vou enumerá-los rapidamente. E, com outros, concordo, que também vou rapidamente enumerar; mas muito rapidamente.

Eu ouvi o Dr. Angelo dizer que, na Justiça Criminal Comum, existe a priorização de outros crimes.

Dr. Angelo, eu não sei onde há priorização de outros crimes. Em nenhum momento, pelo menos eu na condução – sou juiz criminal há dez anos –, vi colegas meus dizendo: "Olha, esse crime a gente deixa de lado e esse a gente julga, porque é mais importante." Não, todos os crimes são importantes, inclusive os crimes contra a organização do trabalho, inclusive os crimes que envolvem direitos dos trabalhadores.

Não há espaço constitucional, pelo menos, e isso é algo que quem milita no âmbito do Direito Criminal diz, não há espaço para tipificação de fatos que não sejam fatos que, de uma forma ou de outra, estejam colocando em xeque direitos fundamentais, sejam direitos fundamentais ligados à relação do trabalho, de alguma forma, sejam direitos fundamentais outros. O fato de existirem manobras processuais protelatórias não vai acabar se a competência for para a Justiça do Trabalho. V. Exªs estarão tão sujeitos à jurisdição do Supremo Tribunal Federal quanto nós estamos. Inúmeros *habeas corpus* são julgados no Supremo Tribunal Federal, todos os dias, muitos deles apenas com conteúdo protelatório, e nós não fizemos a opção democrática ainda – e eu digo isso dentro do Parlamento – de cortar e de diminuir essa quantidade de recurso.

Isso não vai diminuir na Justiça do Trabalho! Essa é uma mazela que todo operador do Direito Criminal vive, e essa é uma mazela que vai permanecer se nós não atacarmos o problema onde está a sua raiz.

A Justiça do Trabalho é a única Justiça que não tem competência criminal. A Justiça Eleitoral tem competência criminal, a Justiça Militar tem competência criminal. A Justiça Militar é a única Justiça que não tem competência civil, nem por isso está a reivindicar competência civil para si. A Justiça Eleitoral não serve como parâmetro, porque ela é composta, ela não tem um quadro próprio de magistrados. Magistrados que judicam na Justiça Eleitoral são juízes da Justiça Comum e que, portanto, têm competência criminal.

É razoável que o mesmo ramo, o mesmo fato seja julgado por dois juízes? Meu Deus do céu! É o que nós vemos desde que o mundo é mundo. Um acidente de trânsito, se é criminoso, é julgado numa vara criminal; se não é, é julgado numa vara cível. Esse princípio da unidade de convicção é um princípio que não diz respeito ao Direto Penal. Esse é um princípio que foi alegado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, mas sem nenhuma referência criminal. Portanto, é mais do que razoável.

Aliás, eu colho aqui uma falha do Dr. Guilherme, dizendo que existe um descompasso enorme entre os reconhecimentos de trabalho escravo em sentenças trabalhistas e os reconhecimentos de trabalho escravo em sentenças criminais. O fato de isso lhe causar espécie me espanta, porque isso é assim em relação a todos os delitos. Todos os delitos têm uma referência na base de outro ramo do Direito. Esse descompasso existe, é natural que exista e é saudável que exista, porque nós não estamos falando, quando falamos em Direito Criminal, em reprovar o fato. Esse fato está previamente reprovado por outros ramos do Direito; não nos esqueçamos do princípio da última arras do Direito Penal. Por ser última arras, é natural que isso ocorra e é saudável que isso ocorra.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – (*Fora do microfone.*) – Quem aponta isso, doutor, é a OIT, e não eu.

O SR. RICARDO RACHID DE OLIVEIRA – Eu sei. A OIT também é um órgão engajado e, por isso, tem a...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO RACHID DE OLIVEIRA – A OIT é um órgão engajado, nós sabemos que é.

Muito bem. Há outros diagnósticos com os quais eu estou de pleno acordo.

Muitos não são denunciados, é verdade. Há possibilidade, no Direito Penal... Existe um déficit entre aquilo que a sociedade gostaria que fizesse. E aqui eu faço referência ao que o Hamilton colocou. Nós precisamos de mais efetividade, sim. Não só em relação aos crimes de Direito do Trabalho.

V. Exªs devem ter em mente que 8% dos homicídios do País são elucidados. Eu não estou falando que 8% dos autores de crimes de homicídio são condenados neste País. Não. Eu estou dizendo que a Polícia, os órgãos de persecução penal deste País somente conseguem elucidar, ou seja, dizer "Olha, aqui quem atirou foi esse fulano", apontar a autoria de 8%. Esse número varia: há quem diga que é 5%, há quem diga que é 17%. Alguns Estados, depois que saiu essa pesquisa, passaram a dizer: "Não, aqui é 17%". Como se 17% fosse um número razoável, aceitável. Na Inglaterra, é 85%.

Esse déficit de Justiça Criminal não é um déficit único e exclusivo das questões trabalhistas. Esse é um déficit generalizado, contra o qual nós, juízes criminais de um modo geral, creio que procuradores da República também, levantamos a voz veemente, clamando por soluções. Esse é um diagnóstico correto com o remédio errado, com o remédio equivocado. Porque, sempre que se coloca a razão pela qual o juiz do trabalho seria mais apto a julgar um crime que envolva, na base, uma relação trabalhista, vai para lá, vem para cá, mas volta-se ao mesmo ponto, porque nós temos mais sensibilidade para essas questões.

E aí estamos trazendo o papel do juiz engajado. E não estou dizendo que é engajado pró-trabalhador, é engajado na causa; isso não é saudável. Assim como não é saudável que o juiz da vara tributária, da vara de execuções fiscais julgue o crime de sonegação fiscal. Assim como não é saudável que o juiz da falência julgue o crime falimentar. Aliás, volto a dizer, esse foi um equívoco cometido na década de 40 que foi resolvido em 2005 pela nova Lei de Falências.

Assim como não é saudável que o juiz da infância e da adolescência julgue os crimes do art. 244, a que V. Exª se referiu agora. É preciso que um juiz criminal julgue essas questões. Do contrário, temos que acabar com a Justiça criminal.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO RACHID DE OLIVEIRA – Só para concluir, volto a dizer: há uma parte, há uma pequena parcela, quando se está em causa julgar uma questão que tenha na base uma relação de Direito do Trabalho, num crime trabalhista, que é conhecida, em termos de Direito, pelo juiz criminal. Em boa hora, parece-me, a Constituição de 1988 retirou da Justiça Federal a competência para julgar dissídios envolvendo empresas públicas federais e trabalhadores regidos pela CLT.

A justificativa que se dava naquela época era que o juiz federal tinha maior conhecimento, tinha maior sensibilidade para essas questões relativas ao Direito Administrativo, por fazer parte da sua prática corriqueira lidar com o Direito Administrativo, que é um direito parcialmente derrogador do direito geral em relação à relação de emprego envolvendo – parcialmente revogador – empregados públicos e empresas públicas. Contudo, dizia-se e diz-se: "Olha, isso é apenas uma pequena ponta do *iceberg*. O que está na base é uma relação de Direito do Trabalho, e, por isso, quem deve tratar disso é a Justiça do Trabalho." Em boa hora, a Constituição de 1988 modificou isso; passou essa competência, tirou essa competência anômala da Justiça Federal e passou para a Justiça do Trabalho.

O mesmo eu posso dizer agora: o que está na base da relação do crime é a ponta do *iceberg*. É claro que o juiz que vai julgar isso tem que ter certa sensibilidade para saber que há um direito social ali envolvido. Mas o que se vai discutir é tipicidade, é tipicidade conglobante, é culpabilidade, é antijuridicidade. O que se vai discutir é eficácia do *habeas corpus*, é competência. Enfim, são questões que dizem respeito ao Direito Criminal!

Não é a toa que a Justiça Comum como um todo nem precisaria... Há especialização criminal. Na regra de competência funcional interna, não há Justiça Comum que não se especialize em varas criminais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está com a palavra. Tem mais um minuto ainda.

O SR. RICARDO RACHID DE OLIVEIRA – Tenho mais um minuto para falar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto para concluir.

O SR. RICARDO RACHID DE OLIVEIRA – Então, no meu modo de ver, o que nós temos é: um diagnóstico correto – em parte correto, com todo o respeito às opiniões em contrário –, mas com uma proposta de solução equivocada.

Nós vamos nos irmanar sempre com qualquer setor da sociedade, qualquer integrante da sociedade para melhorar a eficácia das persecuções penais, para aparelhar os órgãos voltados à persecução penal, a fim de que o Direito Penal seja mais efetivo – esse é um reclamo de todos nós. Mas me parece que, alterando a competência, nós não vamos ter uma melhora sensível em relação a isso. Simplesmente nós vamos trazer uma competência estranha a um ramo que está especializado numa outra coisa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Dr. Ricardo Rachid de Oliveira, VICE-PRESIDENTE da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), que colocou seu ponto de vista contra, digamos, a maioria dos encaminhamentos que eu vou fazer agora. (*Risos.*) Na verdade, a gente encaminha, mas são sugestões, entende? São sugestões, e depois a Comissão...

O SR. RICARDO RACHID DE OLIVEIRA – Depois debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Exato.

Então, vamos às sugestões:

1. apresentação de um projeto de lei para regular aspectos do meio ambiente de trabalho e a competência para os litígios correspondentes – conforme minuta que já está na minha mão;

2. apresentação de uma PEC que vai na mesma linha do projeto de lei que eu citei aqui;

3. apresentação de um projeto de lei com criação do tipo penal para a conduta do tomador de serviços de transportes que exija ou permita que o motorista não goze o seu devido descanso.

4. a Anamatra sugere a criação de um grupo de trabalho coordenado pela CDH, sob a presidência deste Senador, reunindo Magistratura do Trabalho, MPT, MPF e Magistratura Federal, mais auditores fiscais do trabalho, com o objetivo de discutir caminhos legislativos para aprofundar a tutela dos direitos humanos nas relações do trabalho e a repartição ideal de competência nessa matéria.

Aqui quero frisar, destacar algumas sugestões da Drª Raquel: manter a competência da Justiça Federal para os crimes de escravidão contemporânea; corrigir a regra da prescrição penal, nos termos do projeto do Código Penal que está sob relatoria do Senador Pedro Taques; aumentar a pena mínima para o crime do art. 149 do Código Penal; apoiar o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas; apoiar a meta solicitada pelo MPF ao CNJ para que julgue ações penais pelos crimes de escravidão contemporânea até dezembro de 2015.

E, aqui, algo que coloquei também como encaminhamento desta audiência de hoje: entrar com requerimento – e farei isso hoje à tarde – junto à Mesa da Casa, para que exista debate amplo no plenário sobre a Lei nº 12.619, o que eu chamaria de uma comissão geral, com convidados contrários e favoráveis às alterações da lei. Vamos para o debate, e aí vai para o voto, cada um vote com sua consciência.

Essas são as sugestões que surgiram nesta nossa Mesa. As sugestões não precisam ser exatamente na mesma linha, pode haver sugestões divergentes, que, agora, nós, da Comissão, vamos receber, analisar e ver o encaminhamento que faremos.

Com isso, está encerrada nossa audiência pública.

Um abraço, e muito obrigado a todos! (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 37 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL, 35ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA E 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, NO DIA 27 DE MAIO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 11 HORAS.

Às onze horas e trinta e nove minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e quatorze, na sala treze, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Ana Rita, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, João Durval, José Pimentel, Lídice da Mata, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, Vanessa Grazziotin e Waldemir Moka). Deixam de comparecer os demais membros das Comissões. É registrada a presença da Deputada Federal Janete Capiberibe (PSB/AP). A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos dos Requerimentos nºs 39 de 2014-CDH e 19 de 2014-CAS, ambos de autoria das Senadoras Ana Rita e Vanessa Grazziotin, aprovados em 29/04/2014 e 16/04/2014, respectivamente, para debater o tema: "Humanização do parto no Brasil, alusivo ao Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e Dia Nacional pela Redução da Mortalidade

Materna e Infantil". A Senhora Presidenta apresenta os expositores e solicita que tomem lugar à mesa. Dando continuidade, faz suas considerações iniciais acerca do tema da Audiência Pública. A Senhora Presidenta passa a palavra para a Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidenta da Comissão de Assuntos Sociais – CAS, que faz suas considerações iniciais. A Senhora Presidenta passa a palavra aos convidados nesta ordem: Ministra Ideli Salvati, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Vera Soares, Secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; Dario Frederico Pasche, Representante do Ministério da Saúde. A Senhora Presidenta registra a presença e concede a palavra a Senhora Elisa Lorena de Barros Santos, mãe, com seu bebê Yara Lorena, que passaram por parto humanizado. Ao término das exposições, a Senhora Presidenta concede a palavra aos expositores para fazerem suas considerações finais. A Senhora Presidenta faz o seguinte encaminhamento: sugere às autoridades presentes que a Central de Atendimento à Mulher, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, "disque 180", possa servir para receber denúncias de mulheres que são submetidas a situações degradantes durante o parto, de forma que tais denúncias possam servir para o Ministério da Saúde monitorar e corrigir eventuais falhas que existam no SUS. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras e Senadores Ana Rita, Vanessa Grazziotin e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e onze minutos, lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pelo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conjunta com a 25ª Reunião da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos dos requerimentos nºs 39, de 2014, da Comissão de Direitos Humanos, e 19, de 2014, da Comissão de Assuntos Sociais, ambos de minha autoria e de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, aprovados em 29 de abril de 2014 e 16 de abril de 2014 respectivamente, para debater o tema: "A humanização do parto no Brasil, alusiva ao Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e Dia Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil".

Já estão conosco aqui a Ministra Ideli Salvatti, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – eu quero cumprimentá-la, saudá-la e agradecer a presença – e também a Srª Vera Soares, Secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, representando aqui a Srª Ministra Eleonora Menicucci. Também está conosco o Sr. Dário Frederico Pasche, também do Ministério da Saúde, representando aqui o Ministro da Saúde. Então, agradecemos profundamente a presença da Ministra e dos demais representantes dos Ministérios.

Quero aqui também registrar a presença da Senadora Vanessa Grazziotin, autora do requerimento juntamente comigo para a realização desta audiência pública.

Quero dizer que esta audiência conta com o total apoio do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, o Senador Waldemir Moka, que está numa outra atividade e, se for possível, vai passar aqui também.

Esta audiência hoje é para ouvir os Ministérios, o Ministério da Saúde, a Secretaria de Políticas para as Mulheres e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, aqui com a presença da Ministra Ideli Salvatti. Posteriormente, faremos outro momento, dando continuidade a este debate, com a presença também de entidades da sociedade civil. Então, nós desmembramos este requerimento em dois momentos, em função do nosso horário, mas também porque nós queremos aproveitar ao máximo esta parte da manhã para ouvir o representante, as representantes e a Ministra do Governo Federal que se fazem aqui presentes.

Eu vou conceder a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, para que ela possa fazer uma introdução ao tema. Posteriormente, também farei algumas considerações iniciais e, em seguida, passaremos a palavra às nossas convidadas e ao nosso convidado.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Quero cumprimentar a Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que coordena este debate no dia de hoje; cumprimentar nossos convidados; a querida e eterna Senadora, Ministra Ideli Salvatti; Vera, nossa grande parceira, que é Secretária de Articulação Institucional da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; e Dr. Dário, que aqui representa o Ministério da Saúde.

Eu aqui estou representando o Senador Moka, que, como já foi dito pela Senadora Ana Rita, está numa outra reunião. Eu mesma acabo de vir da CPI e vou ter que voltar na sequência, mas agradeço a presença dos Ministérios aqui, sobretudo da Ministra Ideli Salvatti, por nos propiciar este debate tão importante e que con-

sidero não só um debate, mas uma contribuição, mostrando a realidade, fazendo um diagnóstico para que, através das políticas públicas do Governo e da própria legislação, contribuamos com aquilo que há de melhor para a sociedade brasileira, sobretudo, para as mulheres.

É importante que este debate ocorra neste mês, cujos indicadores do País são preocupantes. Mas para tudo há explicações. Vamos ouvi-las. Inclusive, quando nós apresentamos o requerimento, num primeiro momento, era para fazer um amplo debate numa única reunião. Entretanto, optamos por esse formato de ouvir os Ministérios, depois a área técnica e a sociedade, como disse a Senadora Ana Rita.

Desejo um excelente debate a todos também. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin.

Eu quero iniciar afirmando que este é um debate importante do ponto de vista não só da saúde, mas também dos direitos humanos. É um tema que a Comissão de Direitos Humanos já teve oportunidade de abordar em outros momentos, em outras ocasiões, em função, inclusive, de fatos já ocorridos no nosso País.

Sabemos que este debate aqui, hoje, é altamente necessário, porque nós precisamos, além de conhecer melhor este assunto, de também aprofundar e buscar construir, conjuntamente, possibilidades e alternativas para se ter um parto cada vez mais humanizado.

Sabemos que o Ministério da Saúde tem feito um trabalho importante nessa área. É isso que eu quero agora, nestas breves considerações, abordar.

Esta audiência pública tem como objetivo debater uma das graves violações aos direitos reprodutivos das mulheres, que é a violência no parto.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, aproximadamente 800 mulheres morrem diariamente em todo o mundo por complicações associadas à gravidez. Um quarto das mortes maternas, na América Latina, ocorre no Brasil e 90% delas poderiam ser evitadas pela atenção pré-natal.

No Brasil, 31% das mulheres declararam já ter sofrido violência no parto, conforme pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2010. Dentre as violências relatadas pelas gestantes, encontram-se xingamentos, toques indevidos, proibição do acompanhante no parto, além de cesarianas desnecessárias e episiotomia, que é o corte da vulva. A pesquisa da Fundação Perseu Abramo confirma as denúncias recebidas pela CPMI da Violência contra a Mulher, a qual nós tivemos a oportunidade de acompanhar e da qual eu fui a Relatora.

Uma das iniciativas do Governo brasileiro para diminuir a violação aos direitos reprodutivos das mulheres foi a implantação da Rede Cegonha. A estratégia, lançada em 2011, tem o propósito de ampliar a assistência integral à saúde de mães e bebês, desde o pré-natal até os dois primeiros anos de vida. Além disso, desde 8 de maio, as maternidades do SUS em todo o País também passaram a contar com novas diretrizes para o atendimento humanizado ao recém-nascido.

Seguindo recomendações da Organização Mundial de Saúde, o Ministério da Saúde publicou portaria que atualiza normas para procedimentos durante o parto. Com certeza, o nosso convidado, Dr. Dário, irá se pronunciar sobre isso.

As medidas visam beneficiar a saúde materna e infantil. A atualização das diretrizes agradou setores que defendem o parto humanizado e amamentação. Entre as ações previstas durante o pré-natal estão os exames de pré-natal, de risco habitual e de alto risco, acolhimento às intercorrências na gestação, acesso ao pré-natal de alto risco e aos resultados, vinculação da gestante desde o pré-natal ao local em que será realizado o parto, implementação de ações relacionadas à saúde sexual e reprodutiva, além de prevenção e tratamento da DST/HIV/Aids e hepatites.

Por fim, eu gostaria de lembrar que, em 25 de março deste ano, em decorrência das recomendações do Comitê Cedaw/ONU, comitê sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, o Governo brasileiro indenizou a mãe de Aline da Silva Pimentel Teixeira. A jovem moradora de Belford Roxo, no Rio de Janeiro, negra, pobre e grávida, faleceu em 28 de junho de 2002, em decorrência de complicações em sua gestação, após atendimento precário prestado pela rede de saúde do Rio de Janeiro.

O Estado brasileiro vem trabalhando para o cumprimento das demais recomendações do Comitê Cedaw para reduzir as mortes maternas e melhorar o atendimento às mulheres em todo o sistema de saúde no Brasil.

Então, após essa introdução, apenas para retomar alguns itens, nós vamos agora conceder a palavra à Ministra Ideli Salvatti, Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República. É com muito orgulho que a recebemos aqui. Não é a primeira vez como Ministra; antes, esteve conosco como Ministra da Secretaria de Relações Institucionais. Como Ministra dos Direitos Humanos, é a primeira vez. Muito obrigada pela presença, Ministra. A palavra está com V. Exª.

A SRª IDELI SALVATTI – Agradeço-lhe muito, Senadora Ana Rita, que preside esta importantíssima Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado da República. Quero aqui também estender meu abraço carinhoso a nossa querida Senadora Vanessa Grazziotin, parceira de muitas e variadas lutas. Tam-

bém quero cumprimentar, carinhosamente, Vera Soares, que está aqui representando nossa querida Ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Política para as Mulheres, e o Dário Frederico Pasche, que representa nosso Ministro da Saúde, Arthur Chioro.

Queria dizer a vocês que é com muita satisfação que eu venho à Comissão de Direitos Humanos para debater esse tema, a fim de podermos avançar nessa que é uma das políticas públicas importantíssimas, voltada para as mulheres e para as crianças, porque, quando se humaniza o parto, você traz benefícios significativos para a mulher e também para a criança. Para uma criança que vem ao mundo de forma humanizada, acolhida pelas pessoas que vão cuidar dela, como a mãe, e, se executada a lei, garantindo o direito do acompanhante, o pai ou alguém próximo, isso faz uma diferença significativa.

Senadora Ana Rita, para mim – eu não sei se foi nesta sala; talvez –, uma das audiências mais emocionantes das quais eu participei foi a que debateu a lei que garantiu, no SUS, o direito ao acompanhante, projeto de minha autoria para o qual tivemos a capacidade de mobilizar os Senadores. À época, nós tivemos a oportunidade de ter conosco o pessoal do ReHuNa, que faz todo trabalho, a rede de humanização em todos os hospitais. Quem veio relatar o cotidiano do parto humanizado com acompanhamento, com acompanhante foi a equipe do Hospital Universitário de Florianópolis, que já atua com o parto humanizado, com acompanhante há muitos anos.

Foi muito interessante, Ana Rita, porque o que teve de Senador, marmanjão, chorando aqui durante a audiência e dando testemunho, eu nunca esqueço! O Senador Capiberibe que, inclusive, deveria estar aqui, hoje, de volta, chorava copiosamente, porque não lhe foi permitido acompanhar. Ele via do vidro e desesperado, porque...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Há outros que não se permitem porque têm medo.

A SRª IDELI SALVATTI – Têm medo, não é? Há também uns que amarelam, desmaiam. Mas não tem problema: se esses aí não dão conta, põem a mãe, põem a tia, põem a vizinha, não é?

Então, foi uma reunião – esse aí deve ter nascido com parto humanizado; calminho –, foi uma oportunidade que o Senado teve de debater a diferença.

O parto em casa, o parto humanizado, com acompanhante – já está mais do que comprovado –, a Organização Mundial da Saúde coloca como um dos principais instrumentos para reduzir uma série de consequências: medicação, analgesia, complicações pós-parto tanto para a mãe quanto para a criança. Eles colocam como algo central essa questão do parto humanizado, do parto com acompanhamento.

O Brasil, infelizmente, tem altíssimos índices de cesariana. Eu não vou aqui detalhar os números porque, obviamente, é o Ministério da Saúde que faz esse acompanhamento, tem os dados mais precisos. Eu quero falar mais sobre as questões sem me debruçar sobre os números. Mas os números são elevados.

É tão interessante como o viés econômico-financeiro perpassa! Porque é exatamente na rede privada onde os índices são mais altos, uma demonstração inequívoca de que, em primeiro lugar, está-se levando em consideração não a mãe, não a criança, mas algumas coisas do tipo: um procedimento que tem um retorno financeiro para os profissionais mais adequado, mais significativo, e também o conforto. Porque parto natural significa o médico, a médica ficar de plantão, porque a gente não sabe a hora em que vai acontecer. A cesárea não, você marca. E marcam não acontecendo no final de semana, não acontecendo em feriados, não acontecendo em datas em que o profissional, a equipe, a clínica, o hospital não tenha interesse. Sexta-feira, nada. Depois das seis, então, nem pensar.

Então, esta é uma questão que indiscutivelmente precisamos debater, porque é uma questão que, além de direitos humanos... Porque a mulher tem o direito de escolher, ela não deve ser induzida. A cesárea tem situações em que é absolutamente necessária, e nós deveremos ter a preocupação de, quando necessária, estar com todas as condições para poder realizá-la, mas a cesárea não é algo que nós devemos incentivar, estimular, nem fazer quando não existir necessidade, porque é algo invasivo, agressivo, que traz consequências para a mãe e para a criança.

Eu quero relatar aqui – eu tenho dois filhos e dois netos – que a minha filha me brindou com a experiência do parto em casa. Eu quero dizer para vocês que eu estava apavorada e a cerquei de todos os cuidados: "Vai haver plantão? Está perto da maternidade? E se precisar?" Eu estava desesperada, porque estava chegando e a maluca da minha filha foi fazer o parto em casa. Foi muito interessante. Eu até não esqueço, porque eu estava num almoço no Palácio da Alvorada com a Presidenta e outros convidados dela quando o meu genro me ligou. Eu estava preocupada: E aí, Tiago, como está? Está tudo bem? "Já nasceu, vovó! Já nasceu, estamos mandando o filme." Porque eles filmaram, obviamente.

E eu quero dizer para vocês que a experiência de assistir à minha filha dentro de uma piscina, na sala deles, com o pai acompanhando e a filmagem de tudo aquilo, daquela recepção, da chegada, do carinho, da alegria...

Quero dar aqui o testemunho de que, quando bem acompanhado e monitorado, efetivamente é uma das formas mais humanas, mais adequadas de se poder ter a chegada das nossas crianças. É claro que o pai, a mãe e as avós precisam estar preparados psicologicamente para enfrentar essa mudança. Mas é uma mudança no sentido de retornar à modalidade natural, encarar o parto como algo natural. E, como algo natural, ele deve ser desenvolvido, ele deve ocorrer o máximo possível, a não ser quando tenhamos efetivamente um problema detectado. Aí o pré-natal é de fundamental importância, para podermos ter o acompanhamento, o monitoramento, a prevenção e a ocorrência da cesariana.

Temos a lei que já garante o direito ao acompanhante no Sistema Único de Saúde (SUS), datada de 7 de abril de 2005, que é a Lei nº 11.108. Inclusive para mim foi outro momento muito importante, porque no dia da sanção desta lei não estava o Presidente Lula, ele estava viajando. Quem estava era o nosso querido ex-Vice-Presidente José Alencar. E como nós assinamos a lei no gabinete dele, com o Conselho Nacional de Saúde, aí ele colheu informações, falou das parteiras do interior. Foi extremamente emocionante a própria sanção da lei.

Agora, os hospitais não cumprem, os hospitais não cumprem. Os hospitais têm resistência, por quê? Infelizmente temos aquelas maternidades linha de produção, em que as mulheres ficam uma ao lado da outra, sem qualquer tipo de privacidade. Porque para se ter o acompanhante é preciso que haja um mínimo de privacidade, que não é nem muito caro, é uma cortina, se for o caso. Mas precisa ter. E aí muitas vezes não é do interesse do hospital dar essas condições.

Capiberibe, eu terminei de relatar aqui, Senador querido, que quando nós fizemos a audiência pública, quando aprovamos a lei da obrigatoriedade do acompanhante no parto no Sistema Único de Saúde, você foi um dos que deu testemunho emocionado, lacrimoso, pela situação que você viveu por não poder ter acompanhado o nascimento de um dos seus filhos.

Eu queria aqui dizer que também os profissionais da área de saúde precisam ser sensibilizados para essa prática. Eles precisam ter o entendimento de que acompanhar, estar presente, ter esses cuidados de renaturalizar o parto é algo importante para a saúde pública e para o direito da mulher e da criança.

Então, todo o nosso trabalho de política pública, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Ministério da Saúde com a Rede Cegonha, toda essa movimentação é para que a sociedade, os profissionais e a população de maneira geral sejam sensibilizados para essa forma de ver a maternidade como algo absolutamente normal. Se não fosse normal e natural nós não estaríamos aqui, nós não teríamos chegado aonde chegamos como raça humana, pertencentes ao reino animal, que se reproduz e que tem parto.

Nada de transformar. Aliás, temos até uma expressão que deveríamos eliminar. É politicamente incorreto dizer: "Ah, isso é um parto." Porque costumamos dizer: "Ah, isso é um parto" como algo difícil, sinônimo de uma coisa difícil! Não é parto, não. Parto é bom. Parto dói, obviamente, não tem como não doer, mas é algo que a humanidade, os seres humanos fazem há séculos e séculos, portanto, nós temos que buscar cada vez mais humanizar.

Por isso, Ana Rita, esta audiência no dia de hoje tem tantos assuntos, tem tantas questões que, muitas vezes, roubam a cena, são prioridades no debate no Congresso Nacional. Agora, não há nada mais relevante e importante que a reprodução de forma humana, correta, adequada, sensível da nossa sobrevivência enquanto raça, raça humana, seres humanos.

Então, por isso, eu quero parabenizar, dizer que eu vim com muita satisfação aqui.

A Secretaria de Direitos Humanos acompanhou muito atentamente o caso daquela senhora do Rio Grande do Sul, da Adelir, porque abrangeu inúmeras confluências da questão, envolvendo direitos humanos, e porque, além de ter tido uma decisão judicial, que a gente cumpre e não discute, envolveu o fato de ela não poder ter o acompanhante. Ali havia um ingrediente que nos preocupou, porque ela era cigana. Então, poderia haver também ali um viés de preconceito, de situação um pouco delicada com relação isso. Então, nós acompanhamos, mas entendemos que foi a oportunidade.

Olha, agora chegou a Deputada Janete Capiberibe, que é quem estava lá dentro quando o pai chorava lá fora, porque não podia acompanhar o parto.

Então, para nós da Secretaria de Direitos Humanos, a gente trabalha sempre em parceria, neste assunto, nós temos dois parceiros fundamentais em termos de governo, que é a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o nosso Ministério da Saúde. E é por isso que eu fiz muita questão de vir. Eu vim hoje mais para dar testemunho do que foi para mim trabalhar e aprovar uma lei que garantiu este direito que, infelizmente, ainda não é respeitado pela nossa rede hospitalar, e para dar o testemunho de que a gente sobrevive ao parto humanizado, mesmo quando ele é feito em casa, com doulas. A gente tem essa condição de sobreviver.

E quero instaurar aqui a campanha de que é politicamente incorreto dizer sob qualquer hipótese "isso é um parto", a não ser quando for para dizer que é uma coisa boa. É uma vida nova que está chegando.

Então, é isso, Senadora Ana Rita. Estou muito grata. E eu vou agora absorver os conhecimentos dos meus colegas de governo. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Obrigada, Ministra.

Para ilustrar todo esse depoimento, Ministra, que a senhora teve com o nascimento do seu netinho...

A SRª IDELI SALVATTI – É uma netinha.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É uma netinha. Eu quero trazer aqui à mesa, temos uma mãe aqui com o bebê, a Elisa Lorena de Barros Santos. Elisa, por favor, venha aqui com o seu bebê. É uma menininha, a Iara Lorena. Você pode chegar até aqui? Elisa, obrigada pela sua presença. Quem sabe, depois, ao final, ouvimos o seu depoimento? Seria muito bom ouvi-la, embora esse debate vá ter continuidade depois, mas ouvir o depoimento da Elisa talvez seja interessante para poder ilustrar bem o nosso debate.

Vou conceder a palavra agora à Srª Vera Soares, da Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Vera, esteja à vontade.

A SRª VERA SOARES – Obrigada, Senadora Ana Rita. Quero agradecer, em nome da Ministra Eleonora, que envia uma mensagem de agradecimento, parabenizando tanto a Senadora Ana Rita quanto a Senadora Vanessa por proporem este debate, por proporem esta reunião no dia de hoje. A Ministra está com uma agenda bastante cheia, tendo em vista exatamente um dos motivos que nos trazem aqui hoje a esta audiência pública.

Cumprimento a Ministra Ideli e quero dizer que é uma surpresa muito agradável estar com a Ministra nesta Mesa, ela que tem demonstrado um compromisso enorme com os direitos humanos. Somos parceiras em várias atividades no que se refere a esta Secretaria e tem sido muito prazeroso estarmos juntas no Governo, no sentido de implementar e fazer valer os direitos humanos, como tem feito a Ministra Ideli Salvatti.

Cumprimento o Dário, colega do Ministério da Saúde, com quem temos um trabalho cotidiano de relações, tendo em vista que o Dário está também num lugar do Ministério em que está a Coordenação da Saúde da Mulher.

Antes de me ater a falar um pouquinho sobre o tema de hoje, como ele faz parte desses dois dias, do Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e do Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna, lembro que o Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher foi instituído para o dia 28 de maio, em 1984, num seminário internacional de saúde das mulheres, e o Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna foi proposto também pelo Movimento de Mulheres e aceito pelo Governo Federal em 1994. É muito importante esta iniciativa do Senado de fazer a reunião exatamente neste dia de hoje, dentro do âmbito da comemoração desses dois dias, que tem sido um momento de reflexão e de olhar, portanto, tanto para a saúde da mulher de uma maneira integral quanto de trabalhar e discutir a questão da mortalidade materna – obviamente, estamos falando de mortalidade materna por causas evitáveis.

A gente podia fazer uma reflexão: por que esses dois dias – o dia de luta pela saúde da mulher e o dia de redução da mortalidade materna – tão sabiamente estão colocados juntos.

Eu queria lembrar que as condições de saúde e as condições em que acontecem a mortalidade materna, em particular, estão muito relacionadas com as condições de vida da população, com as desigualdades que estão presentes. Então, não é por mero acaso que as mortes maternas acontecem em maior número em determinadas regiões, não é por acaso que são as mulheres negras que ainda detêm um número grande, um índice maior de mortalidade materna.

Nós temos que pensar que sempre há um ciclo de construção e reconstrução das desigualdades. E, no caso das mulheres, quando a gente está falando desses determinantes relacionados à condição de ser mulher, este também é um determinante que tem a ver com a sua saúde: viver uma vida de subordinação, que é como ela é colocada na sociedade, em particular, a mulher negra, pelo racismo. Viver essa condição de subordinação afeta cotidianamente a nossa saúde, seja porque temos menos acesso ao serviço de saúde, seja porque as mães, a mulher, a mulher negra em particular não é vista como sujeito de direitos, seja porque essa mulher vivencia no seu cotidiano uma violência doméstica.

Apesar do nosso esforço e da importante política que o Governo Federal tem realizado, em particular, sob a liderança da Ministra Eleonora Menicucci, ainda os dados da violência são muito significativos. A tensão para dar conta da condição de vida das suas famílias – esse é o papel determinante em que as mulheres são colocadas – faz com que isso afete a sua saúde.

Obviamente, como nós dissemos, o racismo acaba determinando também as condições de saúde das mulheres.

É claro que os dados de morte materna são ótimos indicadores da saúde da população feminina. E essas causas de mortalidade materna vão refletir, obviamente, na assistência oferecida à mulher, qualidade de atenção à saúde, assistência em todas as suas fases da vida: planejamento, pré-natal, parto e puerpério.

Temos que reconhecer – e os dados são eloquentes – os grandes esforços que o Governo tem feito para a melhoria da assistência no conjunto dos Estados e Municípios. A Rede Cegonha é um dos programas que faz com que os resultados tão positivos sejam exuberantes. Acho que o nosso colega, o Dario, pode trazer todo esse conjunto de iniciativas que o Governo Federal tem feito nos últimos anos, que fez com que a mortalidade materna se reduzisse, nos últimos anos, de maneira extremamente expressiva.

Antes dessa reflexão, eu queria dizer que nós, na Secretaria de Políticas para as Mulheres, temos como mandato a questão de fazer com que as políticas públicas em relação às mulheres cheguem aos Estados e aos Municípios. Nós temos feito isso fortalecendo instâncias governamentais, como Secretaria de Políticas para as Mulheres, como Coordenadoria de Políticas para as mulheres nos Estados e Municípios. Hoje estamos com, aproximadamente, 700 dessas secretarias e coordenadorias O que nós temos feito é exatamente divulgar o conjunto de iniciativas do Governo Federal em relação à saúde da mulher, enfrentar e colocar à disposição o conjunto de iniciativas tanto para a questão da saúde integral das mulheres como em relação à mortalidade materna.

Nós temos treinado essas gestoras no sentido de estarem junto da Secretaria da Saúde. Como a Ministra Ideli ressaltou, muitas vezes o que está colocado e definido pelo Governo Federal como norma do que deve acontecer não ocorre, seja porque o gestor municipal não atua, seja porque depois, aquele que vai dirigir um hospital ou uma maternidade não cumpre aquelas normas que foram definidas pelo Governo Federal. Então estamos fazendo treinamento para que essas gestoras conheçam os programas, possam estar junto das secretarias de saúde.

Hoje à tarde mesmo – não é, Dário? – temos uma videoconferência da Ministra Eleonora e do Ministro Chioro exatamente discutindo esses temas. E o nosso público prioritário são essas gestoras que estão nos Estados e nos Municípios, que convidamos a nos acompanhar.

Falamos de humanização do parto e o contraverso disso é a violência que existe nesse momento. Quando a gente fala inicialmente – não é, Ministra Ideli? – que este momento que promove tanta emoção é um momento em que, muitas vezes, as mulheres vivem um conjunto de violências, é inacreditável uma coisa dessas.

Os dados, tanto do Ministério como da pesquisa que a Senadora Ana Rita nos trouxe, são evidentes de que acontece ainda uma violência institucional, seja ela, como a Ministra Ideli falou, pelo número de cesáreas ainda presentes e desnecessárias, seja ela pelo conjunto de queixas que as mulheres fazem no momento do parto. Como a Ministra Ideli apontou, na pesquisa da Fundação Perseu Abramo, em 2010, têm sido renovadas essas ideias, também pela pesquisa de satisfação das usuárias da Rede Cegonha.

O Ministério da Saúde tem feito uma iniciativa que, para nós, é de extrema relevância. Por meio da ouvidoria, ouve as mulheres que fizeram, tiveram seu parto pelo sistema SUS. Essas mulheres são ouvidas e se pergunta o que aconteceu. E os dados ainda são impressionantes, seja pelo número de queixas de mulheres sobre a maneira como elas são tratadas... E é isto que eu estava dizendo: que os determinantes da saúde, por exemplo, o fato de as mulheres não serem consideradas como sujeito de direito faz com que o profissional, naquele momento do parto, atue da maneira como atua: xinga, não respeita, não olha aquela mulher que muitas vezes está precisando de atenção.

Conhecer onde vai realizar o parto, esse é um esforço que o Ministério tem feito, mas ainda não chega ao conjunto das mulheres. É como se diz: ainda precisam perambular pela cidade no momento do parto.

Quanto à questão das acompanhantes – como a Ministra disse, ela foi autora dessa importante iniciativa –, ainda, Ministra, pela pesquisa que o Ministério fez, somente 28% das mulheres tiveram o acompanhamento. Nós já tivemos uma experiência... Eu estou acompanhada aqui pela Coordenadora de Saúde da Secretaria de Política para as Mulheres, a Rurani, que tem uma boa experiência em relação à saúde da mulher. Ela me relatava que, recentemente, foi acompanhar uma conhecida, uma trabalhadora que estava perto da sua casa a um hospital público universitário e, nesse próprio hospital público universitário, não se permitia o acompanhante. Tão pertinho daqui! Os dados como a Ministra nos contou, são extremamente irrelevantes. Isso nos chama a essa responsabilidade que tem assumido a Secretaria de Política para as Mulheres de fazer com que esse conjunto de normas e diretrizes realmente aconteçam lá naquela cidade, em cada um dos hospitais. Agora, nós também estamos numa discussão, enfim...

Como é que a gente enfrenta esses dados? Eu acho que, além de ter essa vigilância e essa importante iniciativa do movimento de mulheres que, cotidianamente, faz um trabalho de discussão, de trazer esses dados da saúde das mulheres, da exigência de uma saúde integral, do enfrentamento à mortalidade materna, de apontar esse conjunto de violências que acontecem no momento do parto, obviamente, nós precisamos discutir a formação dos médicos. Parece-nos que os médicos são, hoje, formados para uma tecnologia super sofisticada e, provavelmente, poucos médicos têm ainda a condição de acompanhar uma mulher que faz essa opção de um parto natural.

Também é preciso voltar a ter um acolhimento que seja fundamental para essas mulheres nesse momento; antes de tudo, que as mulheres possam escolher o momento do parto; que outras pessoas, como a Elisa, possam optar, de fato, sobre a maneira, como e onde querem fazer o parto – o que não aconteceu no caso que a Ministra Ideli lembrou, que foi o da Adenir, que não teve sua condição de escolha preservada, pois queria fazer um parto que não fosse uma cesárea –; então, que esse direito de escolha, a maneira como fazer, não fique reservada somente às mulheres que têm condições de fazer isso, porque têm condições de criar uma retaguarda para momentos de risco, mas que consigam, de fato, escolher fazer na sua casa – embora a gente possa pensar, nas condições em que vivem muitas mulheres, se esse vai ser o lugar, mas ela tem o direito de escolher a maneira como quer. E que essa lei do acompanhante seja, de fato, exercida como seu direito.

Então nós também estamos envolvidas, junto com o Ministério da Saúde, para fazer uma cartilha, um documento que possa chegar a todas as mulheres, em que estejam escritos todos os direitos que elas têm, para que elas possam chegar a um hospital que nem permite esse acompanhante e dizer: "Olha, é lei, está aqui e eu exijo que se cumpra a lei." Essa ainda é uma tarefa que nos cabe.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Vera, pela sua fala, que também é um alerta para todas as nossas mulheres, para que elas também busquem conhecer esses direitos. Mas cabe ao Estado oferecer os instrumentos necessários para divulgar essas informações, para que as mulheres possam, no tempo certo, procurar as unidades de saúde e receber todas as informações de que necessitam.

Vou conceder agora a palavra ao Sr. Dário Frederico Pasche, que está aqui representando o Ministro Chioro, da Saúde.

Muito obrigada pela presença.

O SR. DÁRIO FREDERICO PASCHE – Eu queria, Senadora, em nome do Ministro Arthur Chioro, agradecer o convite e cumprimentá-la pela iniciativa, assim como à Senadora Vanessa Grazziotin. Queria cumprimentar a nossa querida Ministra Ideli Salvatti, da Secretaria de Direitos Humanos, e a minha companheira de trabalho quase cotidiano, Vera Soares, que representa aqui a Ministra Eleonora.

Nós ficamos, obviamente, muito felizes por este tema mais uma vez voltar ao Senado da República. Portanto, passa a ser um tema que extrapola o campo específico da ação da saúde ou mesmo da ação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, tomando o espaço da Federação, o que significa dizer que esse é um tema que merece atenção, que tem ganhado cada vez mais espaços e que tem, certamente, favorecido uma nova experiência no campo da política pública de saúde em direção à humanização do parto e do nascimento.

A humanização do parto e do nascimento, como diz a Ministra Ideli, que nós queremos que seja sempre humanizado e seguro, é um enorme desafio para o sistema de saúde do Brasil. E quando falo aqui em sistema de saúde do Brasil estou falando de todos os seus componentes: o componente público e sobretudo o componente privado.

Ao mesmo tempo em que isso se coloca como um desafio cujas respostas o Governo Federal tem organizado de uma forma orgânica e sistêmica na agenda da Rede Cegonha, ao mesmo tempo em que isso se coloca como um desafio, a organização das nossas estratégias também se coloca no horizonte da utopia, não pelo seu caráter de não realização, mas pelo seu caráter de colocar ali princípios, desejos e vontades que extrapolam muitas vezes o nosso tempo histórico e a nossa capacidade de existência.

Portanto, o que vamos colocar aqui como perspectiva de intervenção a partir da Rede Cegonha tem esse caráter, sim, de colocar uma agenda que nos desafia no tempo. E desafia não só uma nova organização e uma nova cultura nas organizações de saúde, mas que a gente possa produzir, obviamente, novas mentalidades e novas práticas.

O desafio colocado pela agenda da humanização do parto é um desafio central hoje na gestão do Ministério da Saúde. E não poderia ser diferente na gestão da Presidenta Dilma, que coloca como uma ação prioritária sua a constituição de um conjunto de políticas públicas em torno deste tema, que é a humanização do parto e do nascimento.

E dizemos isso por duas condições, Senador Suplicy. Uma delas, porque é necessário que a gente garanta, respeite direitos que são consagrados: direito à saúde e direitos humanos que são consagrados no Estado brasileiro. E um dos direitos humanos consagrados é o direito de escolha que a mulher e a família têm em relação ao tipo de parto, ao modelo de parto que ela quer então experimentar. E esse direito não é só um direito da mulher, o que já seria muito, mas o direito que as crianças brasileiras, que as crianças do Planeta têm de ter um parto e um nascimento seguros, humanizados, que lhes permitam um início da existência respeitoso e um início da existência que possa salvaguardar, portanto, os seus direitos.

De outro lado, a agenda brasileira atual do Ministério da Saúde, pactuada com todos os Estados e todos os Municípios brasileiros – então, não é uma agenda apenas federal, é uma agenda do Governo Federal, con-

vocada e organizada pelo Governo Federal, mas pactuada em todo o Território nacional –, vem enfrentar, além da questão dos direitos – portanto, salvaguardar os direitos e a satisfação das mulheres –, outros dois grandes temas que são desafiantes para nós. Um deles, é redução da morbidade materna severa, que são aquelas mulheres que, na experiência do partejamento, quase morrem ou têm uma morbidade, agravos nesse período que tecnicamente chamamos de as *near-misses*, são aquelas que quase partem, que quase perdemos, que quase morrem, que são em número cem vezes maior que o número daquelas que morrem. Nós temos aqui, necessariamente, elementos que vão apontar a necessidade para qualificarmos a atenção ao parto/nascimento, porque, hoje, quanto ao indicador "razão de mortalidade materna", que é o outro desafio nosso – reduzir a mortalidade materna e levar ao patamar que já assumimos como compromisso como Nação, como Estado brasileiro, de não ultrapassar 35 mortes maternas a cada 100 mil nascidos vivos –, estamos na casa dos 60. Portanto, temos um grande caminho para chegarmos àquilo que achamos que seja o adequado. A morte materna hoje significa ainda um número indesejado, temos um número ainda incompatível com o *status*, o desenvolvimento da sociedade brasileira. O número de mulheres que morrem não é compatível com o desenvolvimento científico e tecnológico, cultural e econômico do nosso País. Mas a razão de mortalidade materna tem alterado muito, a morte materna tem-se alterado muito no Brasil nesses últimos anos.

Só para falar de dois dados. Um deles é a razão pelas quais as mulheres morrem. O abortamento inseguro, que era até então a principal causa, até os últimos quatro ou cinco anos, passou a ser a quarta causa hoje, e temos como principais causas de morte materna quase que todas elas decorrentes da qualidade da assistência, da atenção prestada a essas mulheres: hipertensão, hemorragia, infecção e, em quarto lugar, vindo o abortamento inseguro.

Portanto, a agenda que temos que cumprir é uma agenda de qualificação da atenção obstétrica e neonatal, e essa agenda está toda inscrita nessa grande estratégia, que é a Rede Cegonha. Eu gostaria de alertá-los que a Rede Cegonha é uma estratégia que compõe a Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Portanto, não é uma agenda apartada, não é uma agenda que não diga respeito à saúde da mulher, é um destaque que fizemos na agenda da saúde da mulher, haja vista os desafios que estão colocados ali, que é, de um lado, a sociedade denunciando, sobretudo as mulheres, muitas vezes individualmente, muitas vezes por redes e por movimentos, dizendo que o modelo de parto tecnocrático violento não é mais aquilo que as mulheres querem, elas não estão mais suportando, estão criando possibilidades e movimentos para irem em outra direção.

A outra questão importante é que, nos anos 2000, a redução da razão de morte materna foi na ordem de 20%. Ou seja, entre oito e dez anos, nos anos 2000, o Brasil reduziu apenas 20% em uma década a razão de mortalidade materna. Nós últimos três levantamentos que temos, de 2009 a 2012, nesses três anos – e isso é uma produção da política pública do Governo Lula e do Governo Dilma no campo da saúde e obviamente outras variáveis que interferem –, nós reduzimos em 23% a razão de mortalidade materna nos últimos três anos de verificação. O que significa que encontramos, em alguma medida, uma melhor capacidade de produzir respostas a esse fenômeno, que é a morte materna. E não é a morte materna qualquer, é aquela morte materna – como disse a Senadora Ana Rita – que é evitável por uma ação direta ou indireta dos componentes da política pública, sobretudo pela Rede de Atenção à Saúde da Mulher. Portanto, estamos falando aqui de um fenômeno absolutamente evitável.

Por outro lado, a humanização do parto e nascimento implica uma agenda que é técnico-tecnológica. Ou seja, temos que ter capacidade de organizar e de ofertar uma outra rede, com outros serviços e com outras práticas de atenção e de cuidado às mulheres e às crianças. Mas, também, a Rede Cegonha se coloca em outra disputa, que é a disputa cultural e a disputa de mentalidades em torno do cuidado.

Os senhores e as senhoras bem sabem que o campo das ciências da saúde, sobretudo o campo do conhecimento e prática médica, é um campo que tem uma tendência a produzir regulação da vida, aquilo que Foucault chamou, há muitos anos, de biopolítica de regulação da vida. Portanto, o saber médico, o saber do campo da saúde é um campo sim que produz vida, que protege a vida, mas é um campo que, na mesma face, tem a face do poder de regular a vida. E nós temos tido, no Ocidente, e com certeza no último século, uma interveniência, uma cultura produzida no campo médico, que os teóricos vão chamar, desde os anos 60, sobretudo os franceses, de medicalização da vida. Ou seja, passamos a ter um componente importante da ação, do saber e da prática médica na regulação da vida.

Para trocar em fatos concretos isso, essa produção, que é científica, tecnológica e cultural ao mesmo tempo, transforma a gestação, o parto e o nascimento em atos médicos. Não no ato médico no sentido da ação corporativa médica, mas transformam, porque a medicalização é expropriadora de saberes, de práticas e necessariamente de direitos. Portanto, o campo da ação médica, o campo da geração e da produção da vida, do partejar e do parir ficaram contraídos como responsabilidade e como competência única do serviço de saúde, logo, dos seus profissionais.

E é por isso que temos experimentado, nesses anos todos, cada vez mais, esse discurso de que quem faz parto são os profissionais de saúde, quem parteja não são as mulheres e as mulheres não só não partejam como têm incompetência fisiológica, são incompetentes nisso que Vera fala, é uma nova subordinação, porque não é só uma subordinação que extrapola para o campo da cultura e das mentalidades, é uma subordinação introjetada no seu corpo, que se torna, então, incompetente para parir e precisa ter tecnologia, saberes, práticas, instituições e profissionais da saúde.

Então, a Rede Cegonha se instaura, se coloca nesse debate, que, de um lado, é sim um debate de fundamentos filosóficos, e, de outro lado, da transformação de um conjunto de novos elementos doutrinários que estamos colocando aqui, para que possamos ter outra experiência de parto para as mulheres, para a sociedade, para as crianças brasileiras.

Acho que essa é uma questão de fundo. Essa agenda é uma agenda que nos traz a utopia. E é a utopia porque estamos olhando para um horizonte que não se cumpre do ponto de vista normativo. Não é porque temos – e ainda bem que a temos – uma lei do acompanhante desde 2005, que nós, absolutamente, pela ação normativa, garantiremos de imediato a presença do acompanhante no local de parto. E por que isso? Em primeiro lugar, porque nenhuma ação normativa tem esse caráter de virar realidade porque ele precisa, sobretudo nesse campo, de mudança das organizações, das práticas e das mentalidades.

Agora, a Senadora teve uma ideia muito importante de incluir o acompanhante, porque o problema não é o acompanhante. O acompanhante é o grande analisador dos processos de trabalho inadequados que temos nas organizações de saúde. Ele é um olheiro. Inclusive, a Organização Mundial da Saúde, que não toma o termo de acompanhante, diz que uma boa prática é suporte físico emocional às mulheres em tempo contínuo, enquanto ela está partejando. Nós transformamos isso na presença do acompanhante, mas todas as boas práticas de alívio da dor por mecanismos não fisiológicos e outras tecnologias de cuidados não invasivas compõem isso.

Mas o acompanhante é aquele que, acompanhando a mulher, verifica em ato, naquele momento, se a mulher que ele acompanha, que pode ser a sua companheira, pode ser alguém da família, alguém com quem contrai amizade, que está ali... E, certamente, a Organização Mundial da Saúde, com pesquisas, com evidência científica, diz que o acompanhante é um importante dispositivo para a redução da violência institucional.

E os dados que temos, falando sobre isso, sobre violência institucional, da pesquisa da ouvidoria ativa do Ministério da Saúde... Nós pesquisamos, Senador Paim, 200 mil mulheres, no último ano, que fizeram parto no SUS. É um longo questionário. Então, nós chegamos a 200 mil. É um número muito significativo dessas mulheres.

Os dados são muito positivos. Por exemplo, 85% delas dizem que tiveram atendimento respeitoso, digno, e que elas voltariam a esse lugar; 75% das mulheres tiveram o parto no primeiro lugar que as recebeu. Isso não significa que o resto peregrinou, mas que pode haver articulações sistêmicas que permitem que essa mulher vá a um lugar e parteje no outro. Não fizeram qualquer tipo de pagamento 99% delas. Houve alguns hospitais que cobraram por fora, e nós temos acionado o Denasus nessa direção.

E 12% dessas mulheres – já é uma pesquisa mais atualizada em relação à Fundação Perseu Abramo, mais ampla, inclusive – se referem, no acolhimento, no tratamento, na estadia dela no serviço de saúde, a uma ação não respeitosa, sendo que, desses 12%, só 2% delas se referem a algum tipo de prática mais agressiva, como beliscões, eventualmente contato físico desagradável, etc., o que significa, em alguma medida, que temos melhorado esses indicadores, em que pese o desafio seja muito grande, como fala Vera.

A Rede Cegonha, que tomou fôlego já no período de disputa eleitoral, é uma estratégia de política pública que está assentada sobre princípios e diretrizes, todos eles fundamentados em direitos humanos. Portanto, ela não é uma ação apenas técnico-tecnológica. Ela é uma ação no campo da saúde, afirmativa de reconhecimento do parto e do nascimento como direitos humanos.

Nós temos organizado, a partir de alguns princípios... Vou falar muito rapidamente, porque talvez seja do conhecimento dos senhores. Mas a Rede Cegonha, não que ela tenha um começo, que ela tenha um fim, mas tem um ciclo em que ela começa na defesa dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, com aporte de informação e de insumos reprodutivos e, portanto, a Rede Cegonha não é uma rede que cuida da mulher grávida. É uma rede que começa no aporte e no acesso aos insumos reprodutivos para as mulheres.

Nós introduzimos na Rede Cegonha, por força da Rede Cegonha, o teste rápido de gravidez em todos os Municípios brasileiros. Hoje, 98% dos Municípios brasileiros com recursos do Ministério da Saúde já ofertam ou podem ofertar teste rápido de gravidez nas Unidades Básicas de Saúde. Isso significa que aquela mulher desconfiada de que pode estar grávida pode...

E esse é um processo de comunicação que nós temos que ampliar com a sociedade brasileira: o SUS está preparado para acolher essa mulher para o planejamento reprodutivo e já para os primeiros períodos, nas primeiras semanas de gestação. E nós temos um indicador, que é o indicador de avaliação da qualidade da atenção,

que é o número percentual de mulheres que chegam, que são captadas pela atenção básica antes de 12 semanas, que é um padrão de qualidade que nós temos perseguido na nossa orientação com os serviços de saúde.

Além disso, com esse componente pré-natal da atenção básica, nós passamos a ofertar novos exames, com novos recursos, inclusive fizemos uma introdução de tecnologias rápidas de diagnóstico que são muito importantes, que é o teste rápido de HIV/aids, que é uma inovação do Governo brasileiro. Hoje, qualquer pessoa – e isso extrapolou o campo da obstetrícia – qualquer brasileiro pode ser testado, fazer a testagem de HIV/aids nas Unidades Básicas de Saúde.

Ele sai e, se quiser, leva o teste para casa, para ver o resultado em casa. E ele é resultado. Isso nos permite chegar, de uma forma oportuna, a esse cidadão brasileiro ou cidadã brasileira para que nós possamos fazer o tratamento e a abordagem oportuna. E também para a sífilis, de transmissão vertical, que ainda é uma chaga brasileira. O número de crianças infectadas por mães contaminadas por sífilis é vergonhoso o que temos no Brasil. E, quando digo vergonhoso, podem pensar que estou me referindo ao grande interior deste Brasil, aos lugares afastados, mas estou falando das capitais brasileiras, todas as capitais brasileiras. E nós incluímos o teste rápido de sífilis, que não é diagnóstico, mas coloca ali que essa mulher teve contato com o agente transmissor da sífilis e que nós podemos fazer, em tempo oportuno, a abordagem clínica e o tratamento dessa mulher, independentemente de ter o diagnóstico, que vai ser feito por sorologia sanguínea mais tarde.

Então, a Rede Cegonha organizou, tem organizado a Atenção Básica, que é um de seus grandes componentes. E mais, temos levado a todas as nossas equipes e, felizmente, por uma ação acertadíssima do Governo Federal, referendada por esta Casa e pelo Congresso, de que, pelo Mais Médicos, pela primeira vez no Brasil, nós vamos ter todas as equipes do Saúde da Família completas, todas as equipes completas. Isso nos permitirá ampliar a qualidade do pré-natal e com uma diferença muito grande: esses que agora chegaram são vocacionados, treinados, capacitados para a Atenção Básica. Portanto, o nosso diálogo é muito mais fácil, mais tranquilo do que o que a gente tinha até então. E a grande questão que temos levado agora é a necessidade de uma nova abordagem à gestante. Porque, se gestação não é doença e parto não é risco, ainda que possa aparecer risco, e a gente tem capacidade de predição desse risco antes que ele se estabeleça, temos que alterar a abordagem na atenção ao pré-natal, e essa abordagem é não só se deter aos aspectos fisiológicos e orgânicos, mas as equipes da saúde, cada vez mais, estarem atentas e terem formação para isso, uma vez que a maternidade produz grandes repercussões na vida sexual, familiar, comunitária, profissional dessa mulher, e isso tem que ser cuidado, isso tem que ser abordado no trabalho do pré-natal. Portanto, pré-natal não é medir barriga, pedir exames e ouvir batimentos cardiofetais, do feto. Além de fazer isso, temos que construir uma outra abordagem, que é respeitosa, é promotora e salvaguarda direitos, porque essa é uma abordagem que produz contratualidade. Nós temos que produzir um outro contrato nesse cuidado, um outro contrato, e que afirme, de forma inequívoca, de quem é a responsabilidade pelo cuidado de cada uma dessas mulheres. O SUS como sistema não permite mais que a Atenção Básica cuide dessa mulher e que depois ela vá partejar num lugar que ninguém sabe bem ao certo onde é. Porque no Brasil há uma outra lei que assegura às mulheres a vinculação inequívoca de onde ela vai parir, e essa vinculação inequívoca não é dizer o seguinte: "Olha, a senhora, quando estiver no seu tempo, irá para aquele hospital". Que entre essa unidade e aquele hospital haja contratualidade e que essa contratualidade seja tanto motivadora de que essa mulher, com seu companheiro, com a sua companheira, com quem ela quiser, vá conhecer, que conheça aquela unidade e que lá ela discuta, naquela maternidade, o modelo de parto que ela quer. E nós temos preparado essas maternidades para que elas, cada vez mais, acolham isso como direito das mulheres.

Essa é a grande questão colocada pela Rede Cegonha. Nesse sentido, e vou encerrar aqui, para não me alongar mais, quero dizer que um desafio enorme que temos é a qualificação da atenção intra-hospitalar, de um lado, e, de outro, dizer, de uma forma corajosa, como temos dito no Ministério da Saúde, que a Rede Cegonha é um modelo de desospitalização do parto e nascimento. A humanidade criou hospital para lidar com situações muito graves, severas, em que o cuidado intensivo com intervenção tecnológica se faz absolutamente necessário. Eu levar para os hospitais ou fermentar cada vez mais que os hospitais façam atos que são da fisiologia é um contrassenso. Portanto, temos estimulado duas estratégias que são muito importantes.

Uma delas é que nós... E isso não é apenas por uma opção política nossa, ético-política, eu diria, nem por uma opção ideológica, é por absoluta convicção de que há evidência científica de que o melhor parto é feito em centros de parto normal, acompanhado por enfermeiros e enfermeiras obstetras e obstetrizes treinados e capacitados para tal; 85% das gravidezes se resolvem com partos absolutamente fisiológicos.

A experiência inglesa nos diz, por exemplo, Senador Suplicy, que 30% das mulheres que vão fazer parto no sistema inglês saem como entraram – com uma diferença: com um bebê no seu braço –, mas não sofreram qualquer intervenção de profissionais da saúde. Não tiveram soro, não fizeram raspagem dos seus pelos, não

tiveram lavagem do seu intestino, não tiveram episiotomia, que é o corte na vagina, não tiveram qualquer tipo de ação invasiva, porque o parto se resolve de forma natural.

Esse é o objetivo que queremos na Rede Cegonha. E temos preparado – mas esse é um caminho que ultrapassa o nosso tempo, o tempo da gestão – a Rede nessa direção.

Outro dispositivo, para terminarmos aqui, é que temos fomentado outro dispositivo que é intermédio do cuidado da Atenção Básica, da Atenção Hospitalar, que é a Casa da Gestante e do Bebê. Boa parte da atenção hospitalar ao parto e ao nascimento, cada vez mais, está concentrada nas cidades médias e grandes, por razões óbvias. Eu não tenho, por uma questão de custo e de efetividade, como manter os pequenos hospitais – esse é um debate atual no SUS hoje, deve receber pactuação na tripartite muito proximamente –, manter instituições hospitalares onde há pouca população. Portanto, o acionamento de rede é uma grande questão para nós.

No campo da obstetrícia, nós temos estimulado este dispositivo Casa da Gestante, que é aquela mulher que, talvez, ficando no Município da casa dela é risco, mas que ela não tem uma situação clínica que a coloque dentro de critérios como, necessariamente, estar internada num hospital. Se ela não pode ficar em casa nem é necessário que ela fique no hospital, nós estamos construindo uma linha de cuidados, uma instituição de nível intermediário de cuidados, onde essa mulher possa receber cuidados médicos e de enfermagem, e ali a gente segurar a gestação por mais três, quatro semanas, garantindo o parto normal, reduzindo cesárea, que é um tema que nós podemos discutir aqui, na sequência.

Por enquanto, obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada!

Dário Frederico Pasche, representando aqui o Ministério da Saúde, fez uma fala extremamente esclarecedora da importância do parto humanizado, da Rede Cegonha, de que tanto nós falamos, mas não com esse detalhamento do atendimento. Então, obrigada pelas informações.

O Senador Eduardo Suplicy está inscrito, a quem vou conceder a palavra. Mas, antes, Senador, quero informar que nós tivemos a presença, aqui, de diversos Senadores. Além da Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente da CAS, representando o Presidente, Senador Moka, já estiveram aqui o Senador Mozarildo Cavalcanti, o Senador Paulo Paim, a Senadora Lídice da Mata, o Senador João Capiberibe e, também, a Deputada Federal Janete Capiberibe.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidente, Senadora Ana Rita, quero cumprimentar aqui a querida Ministra Ideli Salvatti, dos Direitos Humanos, a Secretária Vera Soares, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Sr. Dário Frederico Pasche, pela contribuição.

Eu não pude estar presente em todo o período, especialmente no que a Ministra aqui falou, mas quero cumprimentá-la por toda a atenção que o Governo da Presidenta Dilma e os três aqui presentes tenham tido para com as mulheres, sobretudo as grávidas, as gestantes, para assegurar a elas o parto mais humanizado, inclusive com a sua iniciativa da acompanhante da gestante na hora do seu parto.

Eu queria aproveitar, Ministra Ideli Salvatti, para aqui comentar um pouco seu artigo, ontem, na *Folha de S.Paulo*, que li com atenção e achei muito interessante e positivo.

Quero somar com V. Exª no sentido de fazer aqui o apelo a todos os jovens, a todas as pessoas, de como será importante, de fato, nós termos uma atitude, a mais respeitosa, seja com os jogadores de todas as Seleções, seja com os que virão nos visitar em grande número, mesmo de pessoas daqueles times e nações que têm grande rivalidade conosco ao longo dos anos, como o Uruguai, a Argentina, a Inglaterra, a França, e assim por diante. Vamos procurar, no espírito do que V. Exª colocou, lembrar que o esporte é algo confraternizador dos povos, no espírito daquilo que impressionou o mundo: nestes últimos três dias, o Papa Francisco, ali na Terra Santa, no Oriente Médio, conclamou aos povos, inclusive de Israel e da Palestina, convidou os dois principais mandatários para irem a Roma e ali celebrarem um entendimento de efetiva paz e de reconhecimento dos direitos de ambos os povos, e com uma palavra que teve enorme repercussão. Acho que é importante nos lembrarmos de como o esporte... Tão bonito foi o filme Invictus, em que Nelson Mandela procurou mostrar que os jogadores de rúgbi, sobretudo os brancos, fossem jogar, fazer os treinamentos para o campeonato internacional em um bairro muito carente, onde, sobretudo, viviam os negros, e ali ele conseguiu fazer uma aproximação tal que, na hora das partidas nos estádios, o povo todo veio, confraternizou e aplaudiu as equipes de todos os lados.

Então, quero cumprimentá-la por aquele artigo e lembrar como o futebol, às vezes, pode ser uma mágica, ainda mais quando realizado com a prática de craques excepcionais.

Aqui, outro dia, lembrei o Santos, na época de Pelé, que foi visitar dois países da África, e, durante aqueles jogos, simplesmente no Congo e na Nigéria, que estavam em guerra, a guerra parou para que assistissem às qualidades excepcionais daqueles jogadores.

Que possa a Copa do Mundo, no espírito do que V. Exª falou, inclusive com respeito aos benefícios às crianças, ser um acontecimento muito positivo.

Então, faço o apelo aqui a todos nós: que venhamos a ter na Copa um acontecimento muito positivo e que aqueles que têm se manifestado, solicitando a melhoria da educação, dos transportes e do respeito aos direitos humanos, possam todos ter a convicção de que os resultados positivos dos investimentos na Copa poderão ser canalizados exatamente para o melhor atendimento dessas demandas justas que muitos estão colocando nas ruas do Brasil.

Meus cumprimentos aos três.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Eu pergunto à Elisa, a mãe do bebezinho, se ela gostaria de dar o depoimento. (*Pausa.*)

Está dormindo.

E assim, após a fala da Elisa, nós vamos retornar à Mesa, para as considerações finais

A SRª ELISA LORENA DE BARROS SANTOS – Eu vou preferir falar em pé, porque, senão, ela pode acabar acordando, e é melhor mantê-la dormindo, para não se estressar.

A SRª IDELI SALVATTI – Você não quer vir falar de pé aqui?

A SRª ELISA LORENA DE BARROS SANTOS – Posso.

A SRª IDELI SALVATTI – Porque, senão, você não vai para a TV. E acho bom que o Brasil inteiro a veja.

A SRª ELISA LORENA DE BARROS SANTOS – Meu nome é Elisa. Essa daqui é a pequena Iara.

No pré-natal, a gente preferiu fazer com enfermeira. O médico sempre me perguntou: mas por que você não vai fazer seu pré-natal com um médico? Aí eu falei: porque eu não estou doente, eu estou saudável. E eu não conheço pessoas mais acolhedoras no mundo do que as enfermeiras capacitadas para atender parto e gestação. São consultas de duas horas, e elas querem saber tudo o que envolve o nosso emocional, porque o nosso emocional se reflete no parto. Uma pessoa muito travada, muito cheia de angústias talvez tenha um parto com mais dificuldade.

Esta pequena nasceu em casa, nasceu na água. Eu recebi massagens longas nas minhas costas. Foi um parto muito rápido, mas eu estava disposta a ir até onde fosse.

Ela nasceu com muito respeito, com muito amor. E eu queria que outras mulheres pudessem vivenciar a experiência, que é prazerosa, do parto. Tem dor, mas tem acolhimento, tem carinho, o que gera uma sensação de conforto e prazer mesmo de sentir uma massagem, de ter alguém segurando a sua mão. E, quando nasce, nossa! É maravilhoso!

Não estou dizendo que outras mulheres precisam ter parto em casa. Elas precisam ter parto com respeito, com profissionais capacitados para assistir o parto, isto é, ouvir os batimentos cardíacos, medir pressão e ficar quietinhos no canto deles.

Eu sou a favor de que haja mais doulas atendendo no SUS, mais mulheres especializadas em amparar a mulher, o que deixa o trabalho de parto mais rápido, mais confortável e mais seguro também, porque muitas intercorrências acontecem por falta de atendimento à fisiologia do parto. E a doula está lá para segurar a mulher enquanto ela fica de cócoras, sem aquela posição deitada de barriga para cima.

Enfim, eu queria que mais gente tivesse essa experiência gostosa, porque parir é muito bom! E bom para o nenê também, que fica assim, mais tranquilo.

É isso. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Elisa. Parabéns pela Iara, que é uma menina linda, tranquila, serena.

Sabemos que outras pessoas gostaria de se posicionar, mas nós abrimos uma exceção para a Elisa justamente porque ela está acompanhada da Iara, para dar um depoimento de viva voz do que pode ser, do que deverá ser com certeza a Rede Cegonha e de tudo isso o que nós acabamos de ouvir e refletir.

Nós vamos agora para o final desta audiência pública, até em função do nosso horário.

Vou conceder a palavra à nossa Ministra Ideli Salvatti, para que também, no prazo máximo de três minutos, possa fazer as considerações finais.

A SRª IDELI SALVATTI – Senadora Ana Rita, depois desse depoimento ao vivo e em cores, eu vou falar mais o quê?

Parto é bom. Parir é bom.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Parabéns, mamães!

Vera Soares, por favor, da SPM.

A SRª VERA SOARES – Eu queria fazer um pedido à Senadora de que, quando houver, então, essa segunda parte, também nos convide, porque acho que vai ser um depoimento bastante interessante pelos relatos que já aconteceram quando da lei. E faz parte da nossa postura saber exatamente ouvir as mulheres, conhecer

suas demandas. Então, gostaria muito que a SPM pudesse estar sentada a esta mesa e escutando o que ouviremos da sociedade civil.

Eu acho que a Elisa falou uma coisa importante: é a questão de se respeitar a decisão da mulher. Que esse parto, então, seja respeitoso tanto em relação a sua decisão, como em relação aos seus direitos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Vera, pela sua exposição inicial também, muito rica, cheia de informações e com algumas sugestões.

Eu concedo a palavra agora ao Dário Frederico Pasche, para que também faça as considerações finais.

O SR. DÁRIO FREDERICO PASCHE – Eu queria agradecer, Senadora, mais uma vez, em nome do Ministro Arthur Chioro, pela iniciativa, que é muito importante.

Nós temos absoluta convicção de que a humanização do parto, do nascimento é uma agenda que tem que ser da sociedade brasileira. Nós estamos aqui, na verdade, com um conjunto de enfrentamentos. Sozinhos, o aparato público e as estratégias de políticas públicas são importantes, mas são insuficientes para se produzir novas mentalidades e uma nova cultura no campo do cuidado. Então, é absolutamente essencial que a voz da Elisa, cada vez mais, ganhe os espaços e que essa agenda permaneça ativa como uma agenda política da sociedade brasileira.

Recentemente, nós lançamos uma portaria – a Senadora se referiu a ela –, há quinze dias, que assegura às crianças uma recepção, no momento do nascimento, um cuidado atencioso e humanizado. E para isso – quero dizer para V. Exªs da gravidade que é a gente lidar com essas questões – durou mais de um ano de negociação com a Sociedade Brasileira de Pediatria, com os profissionais da saúde, para dizer-lhes, com a sua enorme vontade de querer cuidar, que 95% das crianças nascem muito bem, e elas têm direito a experimentar o período sensível, que é aquele período imediatamente após a expulsão, após o nascimento, aquele período que é de estranhamento e que tem que ser vivido pela mãe e pela criança e que é único, não é, Elisa? Quando nasceu lara, tenho certeza de que houve uma comunicação intensa, fundamental para a instauração da maternidade e fundamental para a saúde mental dessa criança.

Portanto, nós estamos dizendo para os profissionais da saúde: "Calma, gente!" Nós somos formados para treinar, para intervir. "Calma! Essa criança está bem. Deixem as rotinas para mais tarde, que são importantes, mas preservemos esse momento da vida, que é fundamental."

As instituições de saúde recuperarem esses conceitos tão sensíveis da vida é o desafio tópico que nós temos aí pela frente.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

Em nome do Presidente também da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Waldemir Moka, da Vice-Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, que foi uma das que solicitaram esta audiência pública, queremos agradecer profundamente a presença do Dário Frederico Pasche, do Ministério da Saúde, agradecer também ao Ministro Chioro e desejar sucesso nesse trabalho. Que ele possa, de fato, ganhar todas as unidades de saúde, todos os espaços da saúde, a fim de que, realmente, isso seja uma política pública efetiva no nosso País.

Eu queria apenas, Dário, talvez, passar aqui uma sugestão, porque, enquanto o parto humanizado não for ainda uma política implementada em todos os espaços de saúde, em todos os hospitais, por exemplo... A Rede Cegonha está num processo, inclusive, de implantação no País. O nosso País é continental, imenso, com realidades muito diferentes. Nós sabemos que temos mulheres nas áreas de florestas, ribeirinhas, indígenas, quilombolas, que têm uma realidade muito própria, muito específica. Mas também as mulheres urbanas, que sempre relatam fatos de maus-tratos, enfim.

Quero aqui sugerir que as mulheres que ainda enfrentam esse tipo de problema possam ter o Disque 180 como instrumento de denúncia. Pode ser, Dário? Porque acho que deve haver um diálogo muito grande do Disque 180 com os ministérios. É um Disque organizado, monitorado pela SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres), que recebe denúncias de violência contra as mulheres. Nesse caso, uma violência muito específica, talvez de um atendimento não muito adequado, que traz consequências sérias tanto para a mãe quanto para o bebê ou para a bebezinha. Que possa ser informado através do Disque 180, e que o Ministério da Saúde possa ter essas informações como orientação para poder cobrar, para poder monitorar, para poder corrigir eventuais falhas, eventuais problemas que ainda persistem no nosso País.

Então, agradecemos muito ao Ministério da Saúde. Agradecemos à Srª Vera Soares, que é a Secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Também agradeço à Rurany Ester Silva, que é Coordenadora-Geral de Saúde da SPM, pela presença.

Quero agradecer muitíssimo à Ministra Ideli Salvatti, nossa Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República. É um prazer muito grande. Está emocionada, como mãe e como avó.

Quero dizer que esta audiência pública também foi provocada por ela, porque a Ministra fez contato comigo, fez contato com a Senadora Vanessa Grazziotin e solicitou a realização desta audiência pública. Então, agradecemos muito pela sugestão, pela ideia.

Foi um debate bonito, rico, proveitoso, altamente proveitoso, que orienta as mulheres brasileiras, especialmente as futuras mamães, a poderem se preparar cada vez melhor para ter um parto humanizado, um parto realmente que traga a alegria e a felicidade das nossas crianças que estão nascendo.

Quero aproveitar também para agradecer ao Cláudio Eugênio, do Ministério da Saúde, agradecer a Isis Siqueira Marra, da Procuradoria da Mulher, e também a Silvia Badim Marques, da ONG Artemis.

Quero dizer, Silvia, que nós vamos fazer um outro momento, um outro debate com as entidades da sociedade civil e também com a equipe técnica governamental.

Queremos aqui finalizar a nossa audiência pública, agradecendo a presença de todos vocês.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a audiência pública.

Muito obrigada e um bom dia a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 11 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 11 minutos.)

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 2014, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 8H30, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e quatorze, no Plenário número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 29 de 2014-CDH, de minha autoria, aprovado em 26/03/2014, para debater o tema: **"Programa de Aquisição de Alimentos e seus impactos na qualidade de vida de pequenos agricultores e assentados da reforma agrária"**. A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Pedro Bavaresco, Coordenador de Comercialização da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Ana Luiza Müller, Assessora da Diretoria de Política Agrícola e Informações – CONAB; Anderson Amaro, Representante do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Felipe Russo Maciel, Dirigente Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Dorizete Cosme, Membro da Coordenação Estadual da Via Campesina; Rosângela Piovizani, Representante do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC. A Senhora Presidenta concede a palavra a pessoas presentes no plenário, nesta ordem: Lucídio Ravanello, MST/SC; Aloísio Souza da Silva, Via Campesina/ES; Tânia Chantel, Movimento de Mulheres Camponesas. A Senhora Presidenta colhe dos debates as seguintes recomendações para o avanço da legislação: 1) que os órgãos de controle, inclusive de vigilância sanitária, ajudem a capacitar e orientar a implementação do PAA, considerando as peculiaridades regionais, culturais e a informalidade; 2) que seja facilitado o acesso ao PAA para a agricultura familiar, com redução da burocracia; 3) que o PAA e PNAE sejam fortalecidos e adotados como política de Estado; 4) Fortalecimento da CONAB; 5) rediscutir a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP. A Senhora Presidenta concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Faz uso da palavra a Senadora Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 29, de 2014, da CDH, de minha autoria, aprovado em 25 de março de 2014, para debater o tema Programa de Aquisição de Alimentos e seus impactos na qualidade de vida de pequenos agricultores e assentados da reforma agrária.

Sejam todos bem-vindos e bem-vindas a esta audiência pública. Eu quero convidar, para compor a Mesa, os nossos convidados que já estão presentes, o Pedro Bavaresco, coordenador de comercialização da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Seja bem-vindo, Pedro. Obrigado por sua presença.

Também convido, para compor a nossa Mesa, a Rosângela Piovizani, representante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Seja bem-vinda, Rosângela.

Quero convidar também, para compor a Mesa, o Felipe Russo Maciel. Ele deu uma saidinha, daqui a pouco estará aqui.

As demais pessoas ainda não chegaram. Nós já vamos iniciar, para que possamos realmente ter um tempo razoável aqui de debate e reflexão.

Eu quero, antes de mais nada, fazer aqui uma introdução, dialogar com vocês a respeito do tema desta audiência pública. A motivação da realização desta audiência pública se deu...

É o Felipe? Por favor, Felipe, para você compor aqui a nossa Mesa. Felipe Russo Maciel, dirigente nacional do Movimento dos Tralhadores Rurais Sem Terra. Seja bem-vindo, Felipe.

Então, a motivação desta audiência pública se deu em função de um pedido, de uma solicitação, de uma provocação, vamos dizer assim, das entidades que compõem a Via Campesina e que são participantes do Programa de Aquisição de Alimentos. Representantes da agricultura familiar, que têm um papel importante na realização, no cumprimento e no desenvolvimento de uma política tão importante como é o Programa de Aquisição de Alimentos, os companheiros e as companheiras que fazem parte dessas entidades da Via Campesina nos pediram que ajudássemos a construir um projeto de lei que fortaleça, cada vez mais, o Programa de Aquisição de Alimentos.

A preocupação é ter um programa que realmente seja cada vez mais solidificado, que seja permanente. É um programa que tem dado muito certo, os seus resultados são bastante positivos, e tem contribuído imensamente na sobrevivência e no desenvolvimento da agricultura familiar.

Ao promover esse debate aqui hoje, que considero extremamente importante, queremos também aproveitar a oportunidade para fazer a divulgação de um programa que tem uma capilaridade imensa na sociedade, porque está presente em diversos setores. Ele precisa, cada vez mais, ser conhecido e ser fortalecido pelas entidades e, também, pelo Governo.

Então, inicialmente, quero agradecer a presença de todos vocês. Queremos hoje fazer um diálogo que possa aprofundar a ideia deste projeto de lei, com representantes de movimentos do campo, da agricultura familiar, dos pequenos agricultores, dos trabalhadores rurais sem terra, da juventude rural, que tem um grande interesse também neste debate, enfim, de todos os que estão na Via Campesina, de todas as autoridades envolvidas.

Por isso, queremos agradecer aqui também a presença do Pedro, que está representando o MDA, e de todas as entidades envolvidas no fortalecimento da pequena agricultura.

Nós queremos, também, compartilhar informações e encontrar saídas para os problemas que os pequenos agricultores atravessam no dia a dia. Nós sabemos que ainda existem algumas questões que precisam ser mais bem aprofundadas. Queremos lembrar que a agricultura familiar representa 77% dos empregos no setor agrícola, esse é um dado de acordo com a Cepal.

O meu mandato, o mandato da Senadora Ana Rita, acredita muito nessa causa. Então, desde os primeiros dias em que chegamos aqui no Senado Federal, em janeiro de 2011, nós estamos refletindo sobre isso. Eu já tive uma atuação junto aos assentamentos de trabalhadores rurais como profissional de serviço social e sei da importância da política de reforma agrária, das políticas da agricultura familiar, para que, de fato, fortaleça a permanência dos trabalhadores no campo.

Então, nós temos buscado dialogar com os movimentos sociais, tanto do campo quanto da floresta, para garantir melhorias reais a quem produz 70% dos alimentos que vão para a mesa de todos os brasileiros e de todas as brasileiras no nosso dia a dia, que precisam, cada vez mais, de apoio governamental.

Sabemos que o agronegócio é imenso e tem um apoio muito grande também da área governamental. E a agricultura familiar também tem o apoio do nosso Governo, um apoio expressivo, um apoio que precisa ser divulgado cada vez mais.

Então, devemos romper totalmente com esse modelo do agronegócio, que é um modelo que não inclui a pequena agricultura familiar, não inclui os agricultores familiares, mas que também, de um modo geral, não produz os alimentos que vão para a mesa das pessoas. Quem faz isso é a agricultura familiar. Então, precisamos, cada vez mais, enfrentar esse desafio.

Por conta disso, eu tive a preocupação de apresentar alguns projetos de lei aqui no Senado Federal. Entre os projetos que já foram apresentados, dez estão relacionados à agricultura familiar, sempre com o foco na agricultura familiar e campesina.

Um dos projetos que destaco aqui é o que garante subvenções econômicas para a compra de insumos e máquinas para a agricultura familiar e camponesa; outro, que cria incentivos para a adoção de práticas agroecológicas por agricultores familiares e camponeses; e outro que inclui grupos formais e informais de mulheres entre as prioridades para venda, do PNAE, que é a política nacional para defensivos agrícolas naturais.

Também, como membro da Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional, passamos a dar uma atenção maior a essa questão da segurança alimentar e também a contribuir um pouco mais com esse debate.

Embora eu quisesse fazer muito mais do que foi possível, esse é um tema que tenho procurado ajudar. E é bom lembrar que o ano de 2014 é o Ano Internacional da Agricultura Familiar, decretado pela ONU. E buscamos também o apoio de diversos grupos para propor um projeto em parceria para fortalecer a agricultura familiar.

A ideia é criar uma lei, embora já exista o Programa de Aquisição de Alimentos, criado por lei. O movimento social nos provocou para que pudéssemos ter uma legislação que contemplasse alguns pontos que, na avaliação dos agricultores familiares, precisam estar mais bem explicitados em um projeto de lei. Nós não queremos contrapor o que existe, muito pelo contrário, queremos fortalecer o que existe e aprofundar alguns desafios ainda enfrentados pelos agricultores familiares.

Então, esse é o objetivo do nosso debate. Sabemos que é importante a fixação das famílias no campo, principalmente quando se trata da juventude. Nós não podemos mais conviver com essa ideia de que as pessoas que nascem no interior precisam estudar e se mudar para a cidade. É importante elas estudarem, mas permanecerem nas áreas rurais. A juventude carece disso, quer isso, mas se precisam criar as condições para isso.

Essa é a reflexão que eu queria apresentar aqui para vocês, muito rapidamente.

Dessa forma, vou conceder a palavra aos nossos companheiros que estão aqui na Mesa para que possamos, primeiramente, conhecer um pouco o que o Governo tem de informações a respeito do PAA – nós estamos ainda esperando a Conab chegar, que poderá falar com muita propriedade sobre isso – e ouvir também os representantes dos movimentos sociais que aqui estão.

Vou já passar a palavra para o Pedro, o Coordenador de Comercialização da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Pedro, vou lhe conceder 15 minutos. Se você sentir necessidade, poderá ter mais três minutos para concluir. Depois, vamos ouvir o Felipe e a Rosângela.

O SR. PEDRO BAVARESCO – Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar a Senadora Ana Rita, enfim, agradecer pelo convite. Sempre é bom a gente discutir esse tema, principalmente quando há representação da sociedade que tem a vivência prática das políticas que são criadas aqui em Brasília. A gente sabe que, às vezes, o que se cria não necessariamente reflete o que, de fato, as pessoas estão demandando no campo.

Eu vou fazer uma apresentação rapidinha, colocando algumas questões, para, depois, a gente se pautar no debate. Então, vou ter que ser bem curtinho. Fiz uma apresentação um pouco mais extensa, mas vou reduzir.

O nosso Ministério, a secretaria onde trabalho, trabalha basicamente com agricultores familiares, que é o público prioritário do PAA como do PNAE.

A agricultura familiar está definida em lei. A Lei nº 11.326, de 2006, define o que é agricultura familiar. Então, não vou ler cada item. Ainda falta um decreto para regulamentar essa lei, criada em 2006. Ainda há algumas pendências com relação ao decreto.

A questão central era: criada a agricultura familiar, qual o documento que vai ser utilizado para identificar o que é um agricultor familiar e o que não é um agricultor familiar? Então, foi criada a Declaração de Aptidão ao Pronaf, na época, basicamente com vistas a atender as demandas do Pronaf, do crédito. Depois, essa demanda foi ampliando. Então, o documento, o passaporte de entrada do agricultor familiar para as políticas... Temos várias políticas no Governo Federal. Acho que são 15 ou 16 políticas públicas que exigem a DAP como comprovação para ver se é ou não agricultor familiar.

Nós temos, hoje, no sistema de informações do MDA, 4,9 milhões de DAPs válidas, de agricultores familiares com o documento de habilitação para fazer qualquer atividade, acessar qualquer política direcionada para a agricultura familiar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu vou pedir ao Pedro um pouquinho de licença.

Deixe-me aproveitar e convidar para a Mesa o Dorizete Cosme, membro da Coordenação Estadual da Via Campesina do Estado do Espírito Santo. Convidar para a Mesa, também, o Anderson Amaro, representante do Movimento dos Pequenos Agricultores do MPA; a Ana Müller, da Conab, substituindo a Kelma Cruz, Supe-

rintendente de Suporte à Agricultura Familiar da Conab – depois, eu quero pegar com você em qual setor que você trabalha, Ana. Muito obrigada pela presença.

Então, nós já estamos com a Mesa devidamente composta.

Retorno a palavra para o Pedro.

O SR. PEDRO BAVARESCO – Bom, dando continuidade, temos quase cinco milhões de agricultores com DAP, hoje, no Brasil, e temos, também, cerca de três mil DAPs Jurídicas.

O que é que são DAPs Jurídicas? São organizações com pessoas jurídicas – associações ou cooperativas –, constituídas, na sua grande maioria, por agricultores familiares. E quando eu falo agricultores familiares – para eu não me esticar –, refiro-me a agricultores, assentados, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas – todos incluídos na Lei da Agricultura Familiar.

Então, temos, hoje, três mil DAPs Jurídicas, que envolvem, mais ou menos, 400 mil agricultores familiares em pessoas jurídicas.

Aqui está a distribuição das DAPs no Brasil. Vocês podem ver que as DAPs Jurídicas estão concentradas basicamente na costa do Brasil, onde está a maior parte da população brasileira.

Então, aí, está a distribuição das DAPs por região.

Aí, entramos na Lei do PAA. O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que é o foco central da nossa conversa, tem uma lei. Aliás, ele tem um artigo na Lei nº 10.696, que criou o Programa: "Cria o Programa de Aquisição de Alimentos com o objetivo de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações..." Enfim, está definida em lei a criação do programa.

E ele tem, também, um decreto, de que a gente vai falar em seguida, que, inclusive, está para ser mudado, agora, nessa semana.

E o PAA é gerido por esses órgãos todos. Ou seja, não é só do MDA, só do MDS, só da Conab. Vocês podem ver que há envolvimento de várias instituições, sejam públicas, sejam privadas, ou, principalmente, com a participação das organizações sociais. São várias: MDA; Conab; MDS; MPOG; Ministério da Fazenda; Conselhos; o Grupo Gestor; o Grupo Gestor Consultivo, que tem representantes da sociedade. Ou seja, ele é discutido nesse âmbito, não é um programa que é discutido apenas com os dois Ministérios.

Hoje, as modalidades que são operadas pelo programa são essas aí.

Compra com doação simultânea. Esta modalidade é operada só com recursos do MDS, que pode ser por meio da Conab ou por meio de Estados e Municípios.

Há a modalidade de compra direta, da Agricultura Familiar, que é uma política que não tem sido usada muito nos últimos tempos, porque essa modalidade só é utilizada quando os preços de mercado estão abaixo dos preços de referência do Programa de Aquisição de Alimentos.

Por exemplo, o preço de mercado do feijão está R$50,00, o preço de referência está R$80,00, e o Estado tem interesse em comprar feijão, por exemplo, para fazer cesta de alimentos. Então, o Estado compra esse feijão e estoca, e faz a cesta e distribui.

Então, essa segunda modalidade pode ser operada tanto com recursos do MDA, como do MDS, e o executor é a Conab – que a Ana, lá na ponta, é que vai operar tudo isso.

Não vai dar para a gente, em 15 minutos, falar detalhadamente, mas só linhas gerais de cada modalidade.

A Formação de Estoque é, basicamente, um empréstimo que é feito com recursos do MDA, por meio da Conab, para pessoas jurídicas – cooperativas e associações –, para que estas formem estoque, beneficiem o produto, vendam posteriormente e devolvam em dinheiro ao Governo Federal.

Há a modalidade de PAA-Leite, que é mais para o Semiárido, em que se compra o leite da agricultura familiar e distribui para a população. Enfim, há critérios de distribuição para as famílias que necessitam desse apoio alimentar.

E temos uma modalidade nova, que é a compra institucional. Não há a necessidade de o dinheiro ser do MDS ou do MDA, mas foi criada uma base legal para que Estados e Municípios, Distrito Federal e até mesmo Governo Federal possam comprar alimentos da agricultura familiar sem licitação para atender a demandas de hospitais, de asilos, de creches, de presídios.

Antes dessa norma legal, os Estados e Municípios precisariam fazer a licitação. Agora, com essa base legal, Estados e Municípios, para essas finalidades, podem dispensar a licitação desde que comprem da agricultura familiar a preços compatíveis com o preço de mercado.

E temos alguns exemplos: a Universidade Federal do Paraná, para o restaurante universitário. Ao invés de fazer uma licitação e comprar de um atacadista qualquer, ela fez uma chamada pública com base nesse normativo e comprou arroz, feijão e alguns outros produtos que não sei ao certo de assentados da reforma agrária no Estado do Paraná; a Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, da qual também temos informações, também fez isso para atender às demandas do restaurante universitário; o Hospital Conceição, em Porto Ale-

gre, que é um hospital federal, fez isso também e comprou boa parte de arroz – e é inclusive esse arroz que está aí, que eu já vi, que o pessoal da Copam do Rio Grande do Sul vendeu para o Hospital Conceição no Rio Grande do Sul; e assim por diante.

Foi criada a base legal para que eles também pudessem se basear nas mesmas normas do PAA para fazer essas compras. Inclusive, a gente quer a ajuda de vocês para mostrar para esses órgãos que compram, sejam estaduais ou federais, que eles podem comprar da agricultura familiar ao invés da Friboi. Isso é gravado?

Ali é só um esquema de como funciona a modalidade Formação de Estoque. A cooperativa encaminha um projeto para a Conab, que avalia a viabilidade técnica e econômica. E se aprovado... Foi dado o exemplo da feitura de geleia de morango. A cooperativa recebe o dinheiro do Governo Federal, compra o morango do produtor associado, leva para a agroindústria, beneficia, guarda e vai vendendo aos poucos. Vai vendendo... Pode vender para o PAA, pode vender para o PNAE, pode vender para o Carrefour, pode vender para qualquer lugar. Depois, ele tem até um ano de prazo para devolver esse dinheiro que foi emprestado. Então, é um empréstimo de recurso. Essa modalidade não recebe o produto. Ela empresta dinheiro para que o agricultor possa girar com a sua produção, possa vender no mercado e depois devolver em dinheiro.

Aqui é um casamento que está acontecendo muito bom, que é a formação de estoque com a venda para o PNAE. Porque às vezes algumas cooperativas fazem um contrato para vender ao longo de dez meses para o PNAE, e o último pagamento vai ser feito dez meses depois. Ou seja, a prefeitura só paga a alimentação escolar à medida que vai entregando. Nesse caso do arroz, por exemplo, lá no Rio Grande do Sul tem uma safra por ano. Então, o agricultor produz o arroz, quer vender e receber o dinheiro. Mas a cooperativa, se não tiver um capital de giro para antecipar o pagamento para o agricultor, vai ter dificuldade de esperar até a última entrega da prefeitura para pagar o agricultor.

Então, essa modalidade possibilita que a cooperativa apresente um projeto para a Conab – e tendo um contrato de venda para alimentação escolar é mais uma segurança para a Conab de que a cooperativa vai pagar –, pague aos produtores de arroz, estoque o arroz no armazém e vá beneficiando e entregando para a alimentação escolar sem esses traumas do agricultor ficar esperando o dinheiro porque tem que plantar o arroz de novo e não tem dinheiro. Assim, essa modalidade tem também essa finalidade e tem dado muito certo em alguns lugares que já vimos pelo Brasil afora. (Risos.)

Ali é uma síntese também da modalidade de compra com doação simultânea. O agricultor produz, o Governo, a União, Estados, Distrito Federal, Municípios, enfim, compram esse produto que vai para as entidades que estão necessitando de alimentos. É um esquema, assim, rápido, para entendermos a doação simultânea.

E aí, então, a modalidade de compra institucional – e até já falei um pouco sobre isso –, que dá base legal para que os Estados e Municípios comprem para as necessidades que eles têm. Porque sabemos que todos os Estados e Municípios, inclusive o Governo Federal e as Forças Armadas, Exército, presídios federais, etc., hoje compram por licitação, porque não tinham a base legal, outra base legal para se apoiar. Era a 8.666 e pronto, não tinham outra saída. Agora eles podem, com base na lei do PAA, no decreto do PAA e na resolução do PAA, fazer essas compras da agricultura familiar.

Inclusive, conversávamos com a Tereza Campello, a Ministra do MDS, ainda anteontem, numa reunião na Casa Civil, sobre que essa talvez seja uma modalidade interessante para o futuro, porque, do ponto de vista de comprar alimentos para distribuir para a população e a insegurança alimentar, está diminuindo essa demanda no País hoje, porque as pessoas não estão mais naquela condição do que estavam há 10 anos, uma grande quantidade, um grande contingente de pessoas que estavam passando por dificuldades alimentares.

Agora, em função do PAA, da Bolsa Família, do aumento de salário mínimo, do aumento de possibilidade de trabalho, essas pessoas não estão mais nessa mesma condição. Então, inclusive, talvez, com o tempo, vá até diminuir essa necessidade de compra com doação de alimentos, e, sim, são esses mercados que, independentemente da segurança ou insegurança alimentar, precisam comprar. Hospitais, presídios precisam comprar alimentos. Então, tem que começar a direcionar um pouco essa demanda que a agricultura familiar continua produzindo e precisa vender.

Inclusive eu falei com um prefeito não há muito tempo – eu não vou lembrar o Município –, lá do Espírito Santo, que me disse o seguinte: "Hoje, eu tenho todo o interesse de comprar da agricultura familiar, mas eu não tenho mais para quem doar." Eu não lembro o Município. Enfim, seria interessante eu lembrar o nome do Município para a Senadora, mas eu não lembro. Ele disse: "Eu não tenho mais pessoas que precisem de alimentos; precisam de uma série de outras coisas, mas de alimentos não precisam mais, porque conseguem comprar com o dinheiro que elas têm." Então, a questão do PAA tem isso. Temos que começar a direcionar para esses outros focos: presídios, hospitais públicos, enfim, essas outras possibilidade, porque compram muito, a quantidade que compram é muito grande.

Aqui, só um gráfico rápido da execução do PAA ao longo dos anos. Começou em 2003 muito pequeno; chegamos ao topo em 2012; em 2013, tivemos alguns problemas: a grande seca na Região Nordeste, onde não teve produção, e também tivemos alguns problemas operacionais, uma grande investida dos órgãos de controle sobre a Conab, que praticamente, enfim, botou todos os técnicos da Conab a conseguir papel para mostrar para os auditores o que tinha sido feito. Então, deu uma paralisada em 2013; agora, em 2014, já estamos retomando o ritmo de 2012.

Aqui é mais ou menos – eu já estou no final – uma distribuição dos recursos por região. Então, pode-se ver que a Região Nordeste ficou com 47; Sudeste, 21. Eu sou meio daltônico; 22, eu acho que é Rio Grande do Sul; Norte e Centro-Oeste está pequeno, mas também, enfim, tem uma quantidade menor de agricultores familiares e a organização ainda é meio frágil nesses Estados.

Aí a percentagem de agricultores, também onde estão distribuídos nas devidas regiões. Aqui é a diversidade de alimentos que são adquiridos, ou, enfim, apoiados por esse programa.

É uma síntese. Vocês podem ver que é bastante diversificado, embora tenham sido agrupados vários, mas, Ana, é um grupo bastante grande de produtos que são adquiridos pelo programa de aquisição de alimentos.

Aí, é só um panorama, enfim, para mostrar a diversidade de coisas que são compradas pelo programa.

Eu só vou falar rapidinho de um aspecto importante. Por exemplo, o PNAE já não tem essa questão de diminuir a demanda. O PNAE, chuva ou sol, tem que fornecer alimento nas escolas todos os 200 dias do ano. Então, é um mercado muito grande que nós temos, e nós não estamos ainda utilizando nem os 30%. Ou seja, em 2013 e 2012, que é o último dado que nós temos do FNDE, a agricultura familiar poderia ter vendido quase R$1 bilhão, e não chegou a vender R$400 milhões, por uma série de questões. Em 2012, foram R$310 milhões, mais ou menos, da agricultura familiar, vendidos para a alimentação escolar.

Eu vou mostrar um mapa na sequência.

Aqui está um mapa que mostra a quantidade de Municípios que compraram para alimentação escolar, em 2012, da agricultura familiar. Podem ter comprado 1% só. Se ele comprou 1% já está aí. Mas se comprou 100%, também.

Então, vocês podem ver que em algumas regiões quase todos os Municípios já compraram. Mas há algumas regiões que ainda têm alguns espaços. Onde está em branco significa que ou não comprou ou não prestou contas para o FNDE. Há uma série de Municípios que têm dificuldade de receber recursos federais, porque não prestam conta.

Então, esses em branco ou não compraram da agricultura familiar ou não prestaram contas. Então, a Região Norte ainda tem bastante Municípios que não compraram da agricultura familiar em 2012.

Aqui também temos uma atividade importante que estamos desenvolvendo que é a capacitação de cooperativas, para que elas se qualifiquem ainda mais para acessar esses programas, seja o PAA, seja o PNAE. Então, estamos trabalhando hoje com cerca de quatrocentas cooperativas, distribuídas nessas pintinhas onde elas estão distribuídas. É uma atividade da assistência técnica...

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO BAVARESCO – ...que nunca teve antes neste País, como diria o nosso companheiro Lula. Uma assistência específica para pessoa jurídica. Temos assistência técnica para pessoa física, mas nunca tivemos para pessoa jurídica. Então, nós começamos a implementar isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Pedro. Quero parabenizar você pela apresentação.

Depois, em um debate, poderemos aprofundar mais alguns pontos.

Eu vou conceder a palavra a Ana Luiza Müller, Assessora da Diretoria de Política Agrícola e Informações da Conab.

Ana, acabamos dando um tempo a mais para o Pedro, porque ele foi interrompido para que fosse recomposta a Mesa. Mas, Ana, você terá 15 minutos e, se for necessário, mais 3 minutos. E isso para valorizar, porque você chegou bem cedo.

Obrigada.

A SRª ANA LUIZA MÜLLER – Bom dia a todos e todas.

Uma saudação especial à Senadora Ana Rita pelo convite e pela mobilização dessa atividade importante para nós discutirmos, nesse momento de bastante sensibilidade e reflexão, sobre o programa de aquisição de alimentos.

Bom dia aos companheiros da Mesa, ao Pedro e aos demais companheiros dos movimentos com os quais já temos estabelecido um diálogo bastante presente, principalmente nessa fase de reflexão.

Trago uma saudação especial do Diretor João Intine, que não pôde comparecer a nossa conversa aqui. Enfim, ele está mobilizando e indo, hoje ou amanhã, fazer a inauguração de uma nova superintendência regional da Conab no Estado de Sergipe.

É uma luta, um anseio nosso de algum tempo de que todos os Estados fossem atendidos com uma estrutura da companhia, onde tivéssemos servidores destacados para o programa, e não só para o PAA, mas para toda a rede de parcerias que a Conab mobiliza nos Estados. Então, estamos comemorando o último Estado que terá uma superintendência própria da companhia e, dessa forma, estamos, desde 2003, recompondo a estrutura e chegando, 12 anos depois, ao último Estado onde necessitávamos de uma superintendência.

Essa, então, é a razão da não presença do Diretor Intine.

Quanto ao PAA, comemoramos no ano passado 10 anos do programa. Estamos, no momento, como todos já vêm percebendo, desde 2011 ou 2012 para cá, em uma reflexão sobre os rumos do programa, em uma grande expansão em termos de agricultores familiares contemplados, entidades... Esse nome já passou por várias modificações: "entidades beneficiárias", "entidades beneficentes". Agora, temos um conceito um pouco mais ampliado de rede socioassistencial e unidades recebedoras do programa, enfim. Então, a gente vem passando por modificações, uma reflexão em torno desse tema.

Em 2013, especialmente desde 2012, o programa passou por uma análise bastante profunda dos órgãos, tanto de controle, que são os responsáveis pelo cuidado em relação à execução dos recursos públicos principalmente em uma política que se mostrou bastante distribuída pelo Brasil, como o Pedro mostrou, nos mapas e nos números, em termos de recursos e de atendimento dos agricultores familiares. A gente saiu de um orçamento em torno de R$50 milhões no primeiro ano de execução, em 2003, para R$800, quase R$900 milhões no ano de 2012. Então, o programa avançou muito em diversas áreas e isso fez com que a gente tivesse que passar por esse processo de reflexão e de cuidado.

Estamos, no momento atual, falando um pouco da Companhia Nacional de Abastecimento, mas também do ponto de vista do Ministério do Desenvolvimento Social, que é o gestor, o maior organizador desse tema de abastecimento da rede socioassistencial, da demanda das pessoas que, como está descrito na lei do PAA, estão em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Isso que o Pedro colocava, acerca dessa reavaliação por parte do MDS, para saber o que é esse conceito, quem são essas pessoas que estão em situação de insegurança alimentar e nutricional, está, muito mais, agora, passando por uma avaliação nutricional do que alimentar. A gente tem um quadro no qual a situação de fome estrita, como era considerada ou como foi descoberta em 2003, de não acesso a alimentos mesmo, passou para uma situação mais localizada. Isso ainda ocorre com algumas populações específicas, em locais específicos, mas há, cada vez mais, um avanço da insegurança nutricional, do ponto de vista de nutrientes, de proteínas, de necessidades especiais de alimentos, de qualificação desses alimentos. Não é o alimento pelo alimento, mas o alimento orgânico, de qualidade. De onde vem esse alimento? Qual é o impacto social e para quem ele traz um impacto econômico?

Acho que essa puxada para o conceito de insegurança nutricional vem cada vez mais forte e isso acaba se refletindo nos programas que dialogam com todos esses temas. Então a gente tem políticas, desde a educação alimentar e nutricional, junto com o Ministério da Saúde, até a discussão sobre abastecimento e a capacidade de armazenamento.

Passamos, em 2011 e 2012, por uma situação de disponibilidade interna de alimentos que foi muito importante. O Brasil conseguiu passar menos pior do que muitos países no que se refere à distribuição de alimentos em nível mundial, considerando principalmente arroz, enfim, produtos que são importantes na cesta básica do brasileiro.

Isso vem fazendo com que a gente observe qual é a população que de fato precisa ser contemplada com esse alimento e de onde ele vem. Somado à avaliação e a todo o procedimento pelo nós passamos e ainda estamos passando – todos aqui acompanham, em maior ou menor grau, as alterações pelas quais o PAA está passando nesse momento e as motivações que fizeram com que a gente passasse por esse processo de reflexão –, isso culminou, já em 2013, com algumas alterações na execução, sem falar do MDS, com a abertura, por conta do Brasil Sem Miséria, de uma nova forma de relação com os Municípios e com os Estados que permite que esses dois entes públicos federados venham para dentro da execução do PAA com maior peso, articulando de forma mais organizada, lá nos Municípios e nos Estados, a política de abastecimento por meio da Caesan, dos Conseas e de secretarias afins a esse tema, qual a nossa produção, qual é a nossa política para a agricultura familiar e como o PAA se encaixa nisso.

Hoje nós temos uma realidade de... Posso não ter os dados mais atualizados, mas, se não me engano, quase todos os Estados já aderiram à execução do PAA, o que não quer dizer que já estejam executando. Portanto eles estão organizando-se para executar o programa. E há também muitos Municípios executando, alguns,

inclusive, com um histórico bastante grande em termos de execução do PAA, desde 2003, com uma discussão sobre abastecimento articulado com a agricultura urbana e uma série de outras políticas nos Municípios.

Na Conab, houve uma forma diferente de reflexão em torno da experiência construída coletivamente, com os movimentos sociais, os conselhos de controle social e os próprios gestores da Conab distribuídos nas superintendências, que são a porta de entrada dos projetos e a maior porta de contado das cooperativas e organizações fornecedoras, associações e movimentos lá na ponta. Mas isso foi trazido desde 2013. Já tivemos algumas alterações nos normativos.

Em 2014, isso foi mais forte. A gente já teve, sobretudo, dois manuais de operações, que são conhecidos para quem conversa mais com a gente, os MOCs, os famosos MOCs, que são os guias que orientam como são os procedimentos básicos, documentação, como isso acontece. É a forma como se traduzem os decretos e as resoluções do grupo gestor em torno de normas que sejam um pouco mais entendíveis para quem opera o PAA lá na ponta.

Portanto nós já tivemos alterações, neste ano, tanto da modalidade formação de estoque, que foi colocada pelo Pedro, quanto da doação simultânea. Já tivemos alterações nessas duas. Estamos agora – como grande parte também já vem acompanhando – discutindo novas modalidades, como, por exemplo, sementes, aquisição de sementes. É uma demanda, inclusive, dos movimentos sociais, que têm uma enorme experiência em torno do tema de sementes crioulas, varietais, enfim todo tipo de semente. E também agora, possivelmente nesse mesmo decreto, algumas alterações em torno do Doação Simultânea, seja de limites, seja em termos operacionais.

Isso seguramente vai refletir o processo de avaliação pelo qual o programa passou, um processo normal também, de reflexão depois de dez anos de execução, mas também o que nos foi instigado pelos órgãos de controle, a reflexão que a gente teve que fazer em torno disso. Então a gente está construindo algumas alterações.

Algumas coisas, eu acho que já foram muito sentidas, pelo que a gente tem conversado, sobretudo do ponto de vista sanitário. A gente sentiu uma alteração e uma adaptação bastante grandes, sobretudo agora, com o MOC de 2014. Esse é um ponto bastante interessante para discutirmos aqui onde estamos, na Casa dos legisladores.

A gente tem uma série de necessidades de ajustes nesses normativos, porque, como costumo dizer para quem já me viu falando, o PAA está na ponta de uma série de políticas públicas. O que não se resolve nas outras políticas públicas acaba desaguando no PAA, porque a gente tem o processo final, que é de comercialização. Então, se eu tenho problema de emissão de DAP, de regularização territorial, de legislação sanitária, de preço, de abastecimento, de identificação das entidades da rede socioassistencial dos equipamentos públicos, isso fatalmente aparece nas discussões que a gente faz em torno do PAA.

Então o PAA tem essa riqueza de ser uma política que se consolidou como o último elo, aquele no qual, de fato, gera-se a renda do trabalho do agricultor que foi articulado através de uma série de políticas públicas. É onde está a renda, com a comercialização daquele produto suado da porteira para dentro e organizado através da sua organização social, da sua cooperativa e da sua associação. Então, ele traz consigo...

Pela experiência do PAA, há uma série de coisas pelas quais a gente tem experiência e sabedoria para identificar. Há coisas que já apareceram, mas há pontuais diagnósticos de coisas que podem – empecilhos, desafios, digamos assim -, em uma série de outras políticas e legislações, a qualquer momento, estourar e fazer com que o PAA sofra de novo essas interrupções, digamos assim, até que se resolvam esses problemas que o antecedem.

Bom, outra coisa que a gente está prestes a... Isso a Resolução nº 62 já trouxe, já está no MOC. É a alteração que nós vamos ter a partir de agosto, em torno das entidades unidades recebedoras, que é um conceito que estamos tentando consolidar. As unidades recebedoras, todas dentro de um novo normativo, organizando isso justamente para a gente conseguir cravar mais uma marca da PAA, desta vez em torno do abastecimento. Não é mais o alimento pelo alimento que, se chega um dia, está bom, se não chegar na semana que vem, tudo bem, vai chegar na outra. E assim a gente vai.

Vamos passar para um programa de abastecimento. Então, aquela rede socioassistencial garantida com alimento dos agricultores familiares, contando com isso, e lutando pelo programa e pela sua manutenção, os equipamentos de alimentação e nutrição, bancos, os próprios presídios, hospitais, enfim, toda essa nova rede que foi trazida para dentro do PAA com a intenção de ser um abastecimento contínuo, qualificado e, de fato, que estabeleça um novo padrão de consumo com os alimentos da agricultura familiar.

Esse é um pouco o cenário de 2012, 2013, 2014.

E é talvez o que a gente vai passar ainda em 2014, para finalizar o ano com essa reflexão em torno de todos os resultados dos trabalhos a campo que foram feitos pelas inúmeras fiscalizações. E estaremos prontos para operar de novo nesse padrão de execução que nós tínhamos até 2012.

Com relação ao volume de operação, nós tivemos um início de ano bastante favorável em termos de recursos. Nós tivemos uma alteração de pagamentos que é bastante operacional, mas é uma coisa que as cooperativas sentem muito: em que momento paramos de contratar os projetos de 2013 e iniciamos os projetos de 2014.

Então nós temos um ano de execução orçamentária bastante significativo. Comparativamente com a dinâmica que nós tínhamos nos anos anteriores, a execução da Conab é bastante positiva, mas ainda é muito pontual. Nós temos Estados em que ainda é necessário fazer um trabalho de recomposição dos projetos e de análise.

A gente está mapeando isso junto com os movimentos, com as nossas superintendências, com as equipes todas para localizar esses problemas e tentar atuar, para que a gente retome em todos os Estados, e não em mais ou menos a metade deles, como estamos até o momento.

Então é isso. Obrigada.

Estou à disposição para o debate. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Ana. Parabéns pela sua fala muito esclarecedora. Quem trabalha nessa área – já deu para perceber conversando com o pessoal da Conab do meu Estado – realmente é muito apaixonado por esse trabalho, pelo programa. É uma coisa que a gente precisa realmente preservar. Esse programa precisa, cada vez mais, ser fortalecido.

E o mais interessante que eu percebo... E quero aproveitar a oportunidade, até para me justificar, porque foi uma falha nossa não ter convidado o MDS para a Mesa, mas esse debate não se encerra aqui. Hoje é o começo do debate de uma proposta de projeto de lei. Possivelmente faremos outras audiências públicas daqui para frente. Mas como o PAA se articula com as outras políticas?

O mais bonito das políticas públicas do nosso Governo, que é a ajuda da emancipação das famílias, é justamente essa integração, porque há rebatimento na saúde, há rebatimento na educação, uma vez que se educam as pessoas para ter outro hábito alimentar, há rebatimento na questão econômica das pessoas. As entidades...

Por exemplo, chamaram-me muito a atenção na fala do Pedro os presídios. Fazem contratos milionários para alimentar os presos, algo que poderia ser resolvido de uma forma muito melhor, mais saudável, adquirindo produtos da agricultura familiar.

Então, a experiência em presídios é ainda muito pequena, pelo que eu vi. São dois presídios, não é isso? E a gente sabe que uma das grandes reclamações dos presos, da população carcerária é justamente o alimento, que é, muitas vezes, de péssima qualidade. E você tem um programa tão importante que, ao alimentar a população carcerária, está contribuindo também para o agricultor, que produz esse alimento, tem a oportunidade de comercializar e assim manter a sua sobrevivência e contribuir com a economia do Município, do Estado. Isso é fundamental.

Portanto, parabéns, Ana Luiza Müller, assessora da Diretoria de Política Agrícola e Informações da Conab.

Eu vou agora passar a palavra para o Anderson Amaro.

O Anderson está aqui representando o Movimento dos Pequenos Agricultores, o MPA.

Também, Anderson, por quinze minutos e, se houver necessidade, por mais três.

O SR. ANDERSON AMARO – Bom dia a todos.

Eu queria, primeiramente, agradecer a oportunidade à Senadora Ana Rita e, ao mesmo tempo, parabenizar pela iniciativa, Senadora, belíssima para esse projeto de lei que regulamenta, disciplina o PAA de forma bastante dialogada com as organizações da sociedade civil, com os movimentos sociais, que são aqueles que mais ajudam na construção dessa política.

E, ao saudar a Senadora, dizer que para nós, do Movimento dos Pequenos Agricultores, o PAA é uma das políticas mais caras, uma das mais importantes para a agricultura familiar e camponesa. Por que eu digo isso?

Porque foi a forma como o Estado brasileiro conseguiu chegar a um dos pontos mais difíceis dentro do campesinato, que é a comercialização dos produtos da agricultura familiar, da agricultura camponesa. E consegue, com esse tipo de política, que é o Programa de Aquisição de Alimentos, integrada inclusive com outras políticas, como é o Pnae, dialogar com os setores mais empobrecidos da sociedade, setores que foram, em alguns lugares – e certamente ainda são –, invisibilizados pela sociedade. E repara essa situação ao mesmo tempo em que leva alimento de qualidade, porque não basta apenas levar alimento a qualquer custo, mas dialogar com a qualidade desses alimentos. Que tipo de alimento se pretende levar para essas populações que estão em situação de insegurança?

Percebi, Senador, inclusive, que no projeto de lei é muito forte essa marca que dialoga com a questão da agroecologia, ou seja, o incentivo à produção agroecológica. Aqueles agricultores e agricultoras que promoverem a agroecologia terão, então, prioridade dentro do Programa de Aquisição de Alimentos.

Nesse sentido, a construção de estoques estratégicos em algumas regiões do Brasil é fundamental para que, em momentos de crise como passamos, principalmente nesses últimos anos, o que veio a culminar em 2013, com a seca do Nordeste, as intempéries que tivemos Brasil afora, principalmente no Nordeste brasileiro... Percebemos o quanto foi difícil a logística para conseguir levar milho para os rebanhos dos agricultores e agricultoras do Semiárido nordestino, a operação que o Governo Federal teve que desencadear, trazendo milho, inclusive de fora do País, para atender àquelas populações. Então, a formação de estoques estratégicos nas regiões do País vai possibilitar, no médio prazo, uma condição de garantia, em momentos difíceis, de um produto próximo a quem de fato necessita. Nós, do Movimento dos Pequenos Agricultores, da Via Campesina, temos defendido isso há muito tempo.

Esperamos que o debate do projeto de lei possa contemplar essa questão da formação de estoques estratégicos pelo País afora, especialmente nessas regiões onde é mais difícil chegarem esses produtos, esses alimentos, como é o caso do Norte e Nordeste brasileiro.

Nesse sentido, a gente até tem defendido, há muito tempo, que a Conab tenha uma robustez que hoje, a nosso ver, lhe falta. A gente até costuma brincar, dizendo que é necessário transformar a Conab numa empresa brasileira assim como é a Eletrobras e a Petrobras, quem sabe transformar em uma Conabras. Quando o Brasil tirou como estratégia a questão energética no País, criaram-se essas grandes empresas, como são a Petrobras e a Eletrobras, quando a energia veio para o centro do debate do povo brasileiro e do Governo. Então é necessário que a questão do alimento também seja vista pelo Governo como uma coisa estratégica para o País, porque é uma política de abastecimento para o País. Temos que trazer esse debate de forma muito mais estratégica, para transformar essa companhia que hoje é tão importante numa companhia mais forte, com mais robustez, para atender cada vez mais ao povo brasileiro.

Digo isso porque as experiências que nós temos desenvolvido, encadeadas pelo País afora dentro do PAA, nos mostraram o quanto é importante esse programa.

Eu poderia citar – e vou fazê-lo – alguns dados do que significa hoje uma política de aquisição de alimentos, como o é o PAA, em vários aspectos.

Começo citando uma parceria e, ao mesmo tempo, uma experiência que desenvolvemos no Rio Grande do Sul, através de uma cooperativa nossa e junto com os companheiros da Via Campesina. Desenvolvemos uma parceria pela qual fornecemos alimentos de qualidade, alimentos produzidos com os princípios da agroecologia, para aqueles setores da sociedade mais empobrecidos, ou seja, das favelas de Porto Alegre. Portanto nós vamos aonde o Estado não conseguia chegar. Em um diálogo com os camponeses, estamos fazendo essa distribuição. E não é só a distribuição de alimentos. O diálogo é estabelecido com essas populações sobre a necessidade de se construir uma política para eles terem acesso, ao mesmo tempo, incluindo-os em um processo formativo, para deixarem, no médio prazo, de depender dessa ajuda do Estado. Inclusive, estamos dialogando com as fábricas para a inclusão pela geração de emprego e renda.

Então esse diálogo que está sendo feito é muito importante. E estamos ampliando-o junto ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul e com os metalúrgicos daquele Estado, no sentido que o Pedro falou, de dialogar e levar alimentos de qualidade também para esses setores que, às vezes, compram alimentos de procedência duvidosa e sem qualidade. Os trabalhadores urbanos até dizem: "Queremos boia, e queremos boia boa. Não queremos boia por boia". Então, a comida tem de ser boa. Estamos fazendo esse diálogo com os metalúrgicos e levando esse alimento para esses trabalhadores que tanto precisam.

Outro exemplo que eu não poderia deixar de citar é a política. Antes eram atendidas outras modalidades; hoje, com a instituição do PAA Sementes, vamos tornando-a melhor ainda com a experiência que desenvolvemos de aquisição e distribuição de sementes crioulas – não é qualquer semente; é semente crioula – para as populações mais necessitadas. Esse tipo de política foi muito importante no processo de seca no Nordeste, pois possibilitou a retomada, em alguns aspectos, desses agricultores e agricultoras para conseguirem plantar e ter semente de qualidade.

Uma das cooperativas nossas que fornece sementes é de Santa Catarina, a Oestebio, que foi reconhecida na sexta-feira passada, recebendo o Prêmio Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM), como um tipo de política de combate à miséria e à fome. Foi feita a inscrição em uma das categorias mais concorridas do prêmio, e a gente conseguiu ganhar de pouco mais de mil entidades inscritas. Fomos uma das 66 entidades selecionadas e ficamos entre as 30 premiadas. Isso mostra uma estratégia que é importante no aspecto de produção e de distribuição de sementes crioulas neste País.

É necessário avançarmos nesse sentido, e o Estado tem um papel fundamental nesse processo. Se isso é garantido por meio de política pública, do PAA-Sementes, poderemos avançar ainda mais, criando inclusive o que a gente chama de circuito curto dentro do próprio território, porque essas sementes vão estar mais adaptadas àquela região.

São resgatadas sementes que há muito tempo são produzidas em determinada região e que, portanto, poderão ser fornecidas em momentos de intempéries, como agora, em que faltam sementes em alguns lugares. O pessoal tem o costume de guardar, mas vai perdendo quando as secas vêm vindo. Então, estratégias como essas possibilitam que essas famílias tenham acesso a sementes.

Por último, eu queria elencar a questão das modalidades do PAA, o quanto é importante tanto a modalidade PAA-Sementes, que está sendo implementada, mas também a retomada – nós defendemos a retomada – do PAA na modalidade compra antecipada. Principalmente para o Norte do País, a compra antecipada possibilitou, no momento em que se iniciou o PAA, ainda em 2003/2004, aos agricultores daquela região o acesso, pela primeira vez em muitos casos, a uma política pública de comercialização de produtos. Muitas vezes, eles não tinham condição de financiar o seu produto para conseguir produzir, e a compra antecipada acaba sendo uma forma, que a gente até defende, de crédito "desbancarizado". É uma espécie de crédito "desbancarizado" pelo qual os agricultores têm acesso a um crédito para produção de alimentos – é com esse foco –, com a garantia de que o seu produto será vendido, adquirido pelo Estado.

Outra modalidade que mudou nos últimos decretos e da qual defendemos a retomada é a de formação de estoque.

Formação de estoque, a nosso ver, tem que continuar sendo quitado – não de forma financeira, como está sendo agora – em produto, porque isso possibilita aos agricultores terem uma garantia de que vão conseguir honrar seus compromissos.

Por que digo isso? Porque, quando alguns produtos em especial têm uma superprodução, o agricultor adquiriu recurso para formação do estoque, mas a produção alta faz o preço cair. E ele não vai conseguir, portanto, quitar de forma financeira sem ter prejuízos. Então a formação do estoque quitado em produtos vai possibilitar aos agricultores a garantia de que não ficarão inadimplentes com o programa. Nós defendemos a formação de estoque, mas retomando a quitação em produto, assim como a retomada da compra antecipada.

Para concluir de fato, a questão de valorizar ainda mais a doação simultânea e essa nova modalidade que está surgindo agora, que é o PAA-Sementes, que, como falei inicialmente, vai possibilitar efetivamente uma política estratégica de produção, de armazenamento e de comercialização de sementes crioulas em nosso País.

Então, queremos agradecer, em nome do Movimento, a Senadora e todos aqui na Mesa. Estamos abertos para quaisquer dúvidas ou questionamentos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem!

Obrigada, Anderson Amaro, representante do Movimento dos Pequenos Agricultores. Nós é que agradecemos a presença de vocês.

Parabéns, Anderson, pelo esforço. Você é um jovem e, assim como você, muitos outros estão nesta luta, neste trabalho, neste movimento. Eu acredito que teremos uma geração muito diferente desta, uma geração que valorize uma alimentação saudável. Isso influencia profundamente na nossa saúde, na saúde do povo brasileiro. Isso é fruto de toda uma discussão que vocês vêm fazendo. É um outro conceito de alimento, é um outro olhar sobre a nossa agricultura.

Parabéns!

Eu, pelo menos, tenho aprendido muito com vocês. E tenho muito que aprender com todos vocês.

Vou conceder a palavra agora ao Felipe Russo Maciel, dirigente nacional do Movimento Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Felipe já esteve conosco em outras oportunidades.

É um prazer recebê-lo aqui em nome do Movimento dos Sem-Terra.

O SR. FELIPE RUSSO MACIEL – Bom dia para todo mundo, principalmente para a plenária onde estão alguns companheiros que vieram de longe, de Santa Catarina, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e outros Estados para estarem aqui, dando depoimento dessa experiência, desse programa e do que temos de proposição para a frente.

A gente vai tentar ser mais objetivo aqui para que os companheiros possam dar seus depoimentos, já que é uma audiência pública. E que esta Casa transmita isso a todo o Brasil e que a gente consiga materializar isso em projeto de lei, assim como o Pnae.

Também quero agradecer à Senadora Ana Rita a oportunidade de estarmos aqui nesta Casa, nesta audiência. E também socializar com todo o Brasil, através da TV Senado, o que os movimentos sociais de fato querem propor ao nosso País.

Parabenizo quem já falou. Para quem está ficando para depois fica mais fácil complementar, principalmente na figura da Ana Müller, que está aqui representando a Conab.

Desde a posse do João Intini, a Conab tem retomado a presença em todos os Estados, fazendo com que de fato haja uma uniformidade de atuação do programa em todos os Estados. Há várias experiências bem-

-sucedidas em que temos aquilo que o Pedro mostrou: todas as políticas públicas convergindo para o mesmo horizonte. Então, a gente tem a gestão, a assistência técnica, a compra institucional e a vontade política dos gestores. Aí o PAA bomba, não no sentido de estragar tudo, mas no sentido de avançar, gerar renda e garantir alimento na mesa dos trabalhadores e renda no bolso dos agricultores.

Então, como é o ano internacional da agricultura familiar e, segunda-feira, houve o lançamento do Plano Safra, é importante destacar aqui o papel do PAA, porque, para o agricultor, as condições para produzir são colocadas, as orientações, mas a gente também aprendeu com o PAA a estratégia de onde colocar o produto. Através do PAA, garante-se a inserção dos agricultores no mercado, o estímulo dos agricultores à produção diversificada e à profissionalização da produção.

Quando parte do Governo diz que a própria reforma agrária tem que ser mais qualificada, o PAA é o mecanismo para qualificar as nossas cooperativas e os nossos agricultores que estão no campo. Com a perspectiva de venda e pagamento, porque muitos dos nossos agricultores que estão fora do PAA dependem do atravessador ou do valor do mercado lá do Ceasa e muitas vezes o agricultor recebe cheque sem fundo... Então, se a viabilidade da agricultura é tão arriscada, o PAA é o mecanismo que garante o pagamento dos produtos. E isso para nós é fundamental.

Quero aproveitar este espaço para que o comitê gestor, que é composto para além do MDS e da própria Conab, através desses relatos que vocês fizerem aqui, fortaleça ainda mais esse programa para além da lei.

Quando a gente pega aqueles gráficos – pena que a televisão não mostra – das pessoas atendidas: de 2003 a 2011, ele só cresceu. Quando a gente pega os agricultores familiares envolvidos, eles também só crescem. De 40 mil, eles quadriplicaram nesses 10 anos. Os recursos não quadriplicaram, podem ser mais incisivos, mas quando a gente pega a primeira coluna, para ficar mais fácil, o número de agricultores envolvidos quadriplica e os alimentos adquiridos mais do que quadriplicam. E aí, discordando do que alguns colocaram, das populações que ainda estão sem... Cassando as populações a serem adquiridas, essa é uma contradição, porque essas populações crescem de acordo com as oscilações ambientais por exemplo. Com a seca do Nordeste, perderam-se em Pernambuco 90% do rebanho leiteiro. Se não fosse o PAA Leite, como iam assegurar o abastecimento de leite daquela população? Então, o abastecimento de leite do PAA Leite, via leite de cabra, é o que está garantindo a segurança alimentar e nutricional de milhares de pessoas nesse estado. Então, a gente não pode determinar também que superamos a meta da entrega, ou seja, não tem mais para quem entregar, porque tem,sim. Não só no Nordeste, mas em todo o País, há pessoas a receberem ainda esses alimentos. Não só pessoas como entidades que trabalham com as populações menos favorecidas.

O outro aspecto é que o PAA deve estar atrelado a outras ações de governo, dentre elas a assistência técnica. Quando a gente pega o Mais Gestão, que é uma experimentação do MDA, as entidades favorecidas pelo programa estão conseguindo, principalmente em Minas Gerais, se inserirem mais no PAA e no PNAE.

Esses números que estão aí, com assistência técnica qualificada para as cooperativas e para os agricultores com intenção de comercialização, tendem a triplicar.

Na semana passada, nós fizemos uma reunião em Minas Gerais; os números mostram que nós tínhamos 50 milhões investidos no PAA até 2010; houve uma queda em função desse processo que a Ana já colocou; e este ano, com o processo da Conab, ele já tem projeto até 50 milhões. Isso porque não são todas as entidades que têm a DAP Jurídica. Então, se a gente conseguir ter a assessoria técnica para o fortalecimento dessas entidades, o fortalecimento dos grupos informais, os grupos de mulheres, os grupos de jovens, que existem nos assentamentos, que existem nas comunidades e transformá-los em cooperativas e associações e fortalecer no acesso à DAP Jurídica, a gente duplica esse atendimento e o fornecimento de alimento.

Alimento existe e, muitas das vezes – pelos dados, inclusive, não é da agricultura familiar, é da agricultura brasileira –, 40% das hortaliças e das frutas se perdem no transporte. Então, se a gente tiver aonde entregar isso, como o Anderson disse, nos circuitos curtos, entregar através da compra institucional, nos presídios, nas entidades e, principalmente, o Governo, com tanto cafezinho que oferece para gente, comprar esse café da agricultura familiar, de fato a renda do agricultor vai ser garantida. E um café de qualidade, mais do que a exportação.

Os exemplos que a gente vai tentar perpassar a todas as modalidades são exemplos que poderiam ser fortalecidos. Mas, para isso, essa iniciativa da Senadora de transformar o PAA em lei é fundamental para haver uma normatização nacional. O PAA só não avança mais porque ele também, em alguns Estados e Municípios, depende da vontade política do gestor. O PAA Adesão, no caso nosso, no território do Aécio Neves, é *trash* para nós, está trágico. Nós pegamos a relação dos Municípios que serão atendidos pela PAA Adesão e só há dois Municípios que têm assentamento. Então, isso depende da vontade política do gestor da prefeitura, do gestor da Secretaria de Agricultura estadual.

Então, se a gente tem uma lei nacional como o PNAE, isso fundamenta, regulamenta, como querem o TCU e a CGU, para que todos os agricultores, assentados ou não, consigam acessar esse programa. Exemplo disso,

se for transformado em lei, nós estamos com problemas na nossa região no norte de Minas em que o técnico da Emater que quer que a gente tire a DAP Jurídica falou que o Incra é que tem que tirar a DAP.

A gente tem que mostrar para ele que a norma mostra que é a Emater que tem que tirar; pelo MDA é ela que tem que tirar a DAP Jurídica. Então, se a gente tem uma lei, isso facilita aos trabalhadores exigirem que os órgãos cumpram a lei. A gente é chamado de os "fora da lei", mas, na verdade, muitas vezes, são os órgãos que estão fora da lei. E aí os trabalhadores, através de assistência técnica e outros programas e da organização social, são estimulados a terem clareza dos seus direitos e cobrarem por eles.

Outro aspecto é que as oscilações ambientais, como a falta de chuvas em algumas Estados do Semiárido – não só no Semiárido, em todo o País estamos vendo as calamidades –, esse programa permite que produtos... Esse arroz aqui – mostrar na televisão, já que a Kátia Abreu não mostra nem o Globo Rural – é o arroz que está chegando na cesta básica lá de Minas Gerais e de outros Estados. E um arroz de qualidade, que é um arroz agroecológico que chega com o mesmo preço do arroz convencional. Então, esse programa garante que chegue um alimento de qualidade aos trabalhadores e, quando há as oscilações ambientais, os desastres, que tendem a aumentar de agora em diante pela aceleração da destruição feita pelo agronegócio e o fortalecimento do novo Código Florestal, como as catástrofes vão aumentar, nós temos que garantir um programa estratégico, como o Anderson colocou, para que a Conab consiga fazer essa distribuição de alimentos pelo País.

E, através desses programas, eles têm que estar junto do fortalecimento da assessoria técnica, do fortalecimento institucional que o PNAE e o PAA conseguem fazer, garantindo a inserção de outros produtos que nós trouxemos aqui, de outras regiões, que, através da experiência de onde mais se avançou, estão conseguindo também apostar na agroindustrialização para fornecer esse produto de qualidade.

Do aspecto da doação simultânea, a gente referenda e coloca a importância da continuidade desse produto. E os gráficos da própria Conab – isso não é um gráfico, foi o MST que fez – e do censo mostram que a aquisição de alimentos tem aumentado. Então, esse é um programa estratégico para continuarmos servindo a alimentação ao povo brasileiro.

O Brasil, como o próprio Lula falava, tem que comer pelo menos três vezes. Para haver comida, sapeca o crédito, sapeca a assistência técnica, fortalece as cooperativas, que comida de qualidade os assentamentos e a agricultura camponesa vão continuar produzindo.

Sobre o PAA Leite nós já falamos. O outro aspecto que tem que ser fortalecido e que esta Casa aqui faça valer, já que o Senado é a Casa dos legisladores, que façam com que o Poder Executivo cumpra a lei. O PAA, compra institucional que o Pedro apresentou, tem que ser cumprido. No ano passado, o Estado de Minas Gerais, o Governo estadual deixou de comprar café. Havia um edital de 12 milhões para compra de café, e ele não comprou café, por desconhecimento ou pela falta de vontade de cumprir a lei de comprar dos agricultores. E Minas Gerais é onde mais se produz café: 66% da produção cafeeira de Minas Gerais vêm de pequenos agricultores, familiares e assentamentos.

Então, por que não o Governo comprar esse café, em vez de nós mandarmos esse café para fora do País e nós ficarmos aqui tomando essa "bucha"?

Outro aspecto é o PAA Formação de Estoques. Tendo uma lei nacional, vai garantir o fortalecimento de todas as cooperativas e associações a terem capital de giro para pagar os agricultores e mantê-los no campo e estimular que a juventude se insira nas cooperativas – não só a juventude, mas os grupos de mulheres. Porque formação de estoque é o capital de giro. E a gente sabe que o agronegócio tem essas oportunidades.

Uma lei nacional vai favorecer que a formação de estoque haja em todos os Estados do País. Hoje, apenas alguns Estados têm a aplicação da formação de estoque – a Ana, depois, pode complementar isso –, mas não é uma aplicação uniforme, não é por falta de produção, é por falta de entendimento e de vontade política de alguns gestores na ponta, seja no entravamento da DAP Jurídica, seja no entravamento dos laudos, seja no entravamento das pilhas de processos que ficam lá na Conab.

Então, junto com a lei, o fortalecimento da Conab também deve ser colocado. O fortalecimento da Conab para a agricultura familiar e camponesa, porque os armazéns da Conab estão aí, mas para que estão servindo os armazéns da Conab? Então, mais do que ser uma companhia que armazena e faz essa reserva estratégica do País, nós temos que garantir esse programa de fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, que é quem produz o alimento que vai para a mesa do trabalhador. A Conab não tem simplesmente de fortalecer o arroz, a soja, o milho e essas outras ações, mas também junto a essas ações.

A importância desse programa é tão grande que não é à toa, não brotaram do nada esses atropelos de 2012 para cá. Desde a convenção da OMC, quando os Estados Unidos denunciaram que o PAA era uma política de subsídios, o TCU e os "U"s da vida começaram a circular por todo o País. Esse é um programa estratégico para nós. Nesse sentido, podemos colocar que isso é um avanço para os trabalhadores, e um avanço estratégico para o nosso País.

Outro aspecto é que o PAA é um ensaio para o PNAE. A gente tem que avaliar. Nós estamos num encontro aqui em Brasília com várias cooperativas das Regiões Centro-Oeste e Sudeste e avaliação que a gente tem feito é que o PAA é um ensaio para o PNAE. As duas políticas públicas trabalham juntas. E é fundamental... O PNAE é garantido por lei; então, por que não o PAA também ser garantido por lei?

Para concluir, ações como os editais que foram abertos, Conab e BNDES, para o puro fortalecimento institucional das cooperativas e entidades que já trabalham com o PAA têm que ser fortalecidas. E essa lei é um mecanismo para isso.

Então, várias ações, como a Mais Gestão, a assessoria que o Incra está dando às cooperativas, estão sendo fundamentais para que a gente consiga se inserir e aumentar esses números ainda da inserção dos pequenos agricultores no PAA, que ainda é pequena. Nós temos muito ainda a ampliar com relação a essa inserção dos agricultores nesse programa. E o programa, tornando-se uma lei, favorece e cria as condições para que esses agricultores se insiram no mercado, continuem abastecendo e mostrando que a reforma agrária é viável, produz alimentos de qualidade, saudáveis, gera renda e combate a violência. Porque, quando a gente tem jovem no campo, o pessoal no campo comendo bem, o pessoal não precisa ir para a cidade para caçar confusão e incrementar as favelas e as dificuldades que se enfrentam nos grandes centros.

Então, se o País quer realmente combater a violência, que o País seja padrão Fifa, nós temos que fortalecer estratégias como o PAA e o PNAE.

Era isso e quero abrir para que os companheiros possam falar mais. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, Felipe. É muito bom te ouvir, Felipe. Você fala sempre com muita convicção. E é assim que é a postura do Movimento Sem-Terra: acredita na causa, acredita na luta e sabe o que faz. Então, parabéns, você que é dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Eu estava aqui olhando o pacote de arroz e faço questão de ler, porque quem está aqui possivelmente conhece, mas quem está nos ouvindo não sabe o que é isso, possivelmente uma boa parte do povo brasileiro não conhece. Estou falando do arroz, mas nós sabemos que a agricultura camponesa, a agricultura familiar produz muita coisa boa.

Vejam bem: a produção de arroz orgânico começou a ser desenvolvida em 1999, nos assentamentos da reforma agrária, na região da Grande Porto Alegre. Para quem pensa que assentamento não produz, olha o tanto de tempo que eles estão trabalhando com uma produção orgânica!

Coordenada pela Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul, busca construir alternativas ao processo de integração industrial, baseada em pacotes agroquímicos. A estratégia, além de criar autonomia na produção e comercialização de arroz orgânico, busca valorizar a cultura dos agricultores e a sua sabedoria. Esse projeto, aos poucos, tem ganhado a simpatia e a confiança dos agricultores e dos consumidores. O arroz – este arroz aqui da Coopam – é um alimento puro e saudável, produzido com técnicas agrícolas que garantem a conservação do meio ambiente, preservam a biodiversidade, sem uso de agrotóxicos e adubos químicos, proporcionando mais saúde e maior qualidade de vida. E isso não é para quem produz apenas, mas para todas as pessoas que consomem os produtos.

O povo brasileiro tem que reconhecer isso. E agradecer muitíssimo à agricultura familiar, à agricultura camponesa por essa iniciativa. Então, esse trabalho é muito bonito, merece todo nosso respeito e toda divulgação.

Obrigada, Felipe. E aqui está bonito porque também vai o símbolo do MST para divulgar a luta, o trabalho que o movimento tem feito. Parabéns para vocês.

Vou conceder a palavra, agora, ao Dorizete Cosme, que é membro da coordenação estadual da Via Campesina, no Estado do Espírito Santo, é um companheiro de luta. Fizemos questão de trazer o Dorizete aqui, porque ele é uma das pessoas do movimento da Via Campesina que tem discutido conosco a elaboração desse projeto no Estado do Espírito Santo. Por iniciativa deles, nós estamos fazendo todo esse debate.

Então, Dorizete, a palavra está com você para que possa também expor as suas opiniões e ideias.

O SR. DORIZETE COSME – Obrigado, Ana Rita.

Bom dia a todas as companheiras e a todos os companheiros. Quero cumprimentar aqui todos os componentes da Mesa e saudar, principalmente, a companheira Senadora Ana Rita e parabenizá-la por esta iniciativa que começamos lá no Estado do Espírito Santo e que agora se desdobra em âmbito nacional.

Trago um abraço caloroso, um abraço fraterno, das camponesas e dos camponeses do Estado do Espírito Santo para todos e para todas.

Solicito a todas e a todos aqui presentes que possamos reconhecer como algo importante, resultado de uma conquista de todos nós, dos movimentos sociais brasileiros, e que foi encampado, assumido pelas instituições governamentais. Portanto, neste momento, eu gostaria que reconhecêssemos, com uma calorosa salva

de palmas, o sucesso desse tão importante programa, fruto de uma luta e de uma conquista, e que está sendo implementado por todos nós. *(Palmas.)*

De fato, em todos os cantos deste País por onde temos a oportunidade de passar, conversando com os camponeses, com as camponesas, conversando com as instituições e com as organizações beneficiárias, é inegável, é inegável a importância desse programa. Podemos dizer que deu certo, que está dando certo.

Por isso, neste momento, estamos imbuídos de uma tarefa, de uma empreitada que queremos e vamos conquistar. Vamos dar mais um passo importante em relação a esse programa, que hoje está trazendo tantos e tantos resultados, e estamos tendo a oportunidade de visualizá-los. Nós precisamos dar mais um passo adiante e tirar esse tão importante programa do fio em que ele se encontra hoje pendurado, pois sabemos que a qualquer momento pode haver certa descontinuidade ou, quem sabe, dependendo das forças políticas e do que pode acontecer em nosso País nos próximos anos, esse programa não mais exista.

Por isso, todo o nosso empenho, do conjunto das organizações, dos movimentos sociais brasileiros e, claro, com o apoio das instituições governamentais comprometidas com esse importante programa. Nós temos a grande tarefa, a grande empreitada de torná-lo uma política pública.

Dados vêm nos mostrar os passos que conseguimos dar na garantia da segurança e da soberania alimentar do povo brasileiro, o quanto o programa permitiu e está permitindo, está viabilizando que isso aconteça no Brasil. E os movimentos sociais da Via Campesina têm um papel importantíssimo nesse programa, para garantir a segurança e a soberania alimentar do povo brasileiro como forma de distribuição de renda, que hoje se faz tão necessária. Conseguimos perceber isso nos mais distantes Municípios do interior do País onde o programa está sendo implementado. É visível a melhoria da qualidade de vida, o otimismo das famílias em permanecerem no campo. A juventude, sobretudo. Hoje, temos visto a quantidade de jovens que desistiram de sair do campo, pois estão tendo a oportunidade de ter uma fonte de renda, com os demais membros de sua família. Eles têm a oportunidade de continuar no campo porque estão tendo no PAA uma fonte de renda. Dessa forma, junto com seus familiares, eles ajudam no desenvolvimento de suas comunidades, dos seus Municípios.

Então, de acordo com todos os dados que estão sendo apresentados, nós que estamos lá na ponta, implementando, no dia a dia, esse programa, estamos visualizando a importância desse programa. E nós queremos, então, continuar imbuídos nessa luta para que, de fato, todas as famílias camponesas que ainda não tiveram acesso a esse programa, com todas as suas modalidades... Nós precisamos, através da doação simultânea e através das demais modalidades, fazer com que esse importante programa chegue a todas as famílias camponesas. E todos esses programas que estão sendo implementados, principalmente o Ater Mais Gestão, que é um desses programas que vai permitir que as organizações das famílias camponesas possam se preparar, possam se estruturar, possam se capacitar, para que, de fato, nós possamos dar esse passo necessário, que, neste momento, se faz para que todas as organizações campesinas deste Brasil se preparem para darmos um passo mais adiante, para que nós possamos fazer com que todas as modalidades do PAA, de compras governamentais, possam chegar a todas as famílias camponesas.

Nós poderíamos também, neste momento, colocar que o PAA tem toda essa expansão, esse crescimento, conforme os dados vêm nos mostrando, em nível nacional, mas, por outro lado, nós estamos seriamente preocupados com a pressão que as organizações camponesas que estão aí implementando o PAA estão sofrendo. A pressão sobre as organizações e sobre o programa. Isso é motivo de bastante preocupação. E, neste momento, não poderíamos deixar de apresentar essa preocupação nossa sobre a pressão que recai sobre esse programa e sobre as organizações camponesas que estão implementando esse programa principalmente, o PAA.

Uma pressão que se refere a uma intenção bastante nítida de enterrar, de destruir o programa. Isso é motivo de preocupação. E nós precisamos trazer isso a público, a intenção de forças políticas contrárias à agricultura camponesa, contrárias à reforma agrária principalmente. Forças políticas de âmbito nacional e internacional que colocam a gente, as organizações, os movimentos sociais, como foi dito pelo companheiro, como os fora da lei, como movimentos de organizações terroristas. Vêm fazendo uma pressão muito forte, muito poderosa sobre o Governo brasileiro. E a gente percebe que, com isso, principalmente nos últimos dois anos, tem dificultado muito, principalmente a Conab... A gente tem percebido, quando a gente vem fazendo um diálogo com os companheiros – assim podemos dizer – da Conab, no semblante desses companheiros, o medo dos órgãos que vêm, no caso, intensificando a fiscalização sobre o programa.

Queremos dizer que se faz necessário todo tipo de controle para que os recursos públicos sejam aplicados da melhor forma possível. Mas estamos presenciando, nos últimos meses principalmente, no final de 2013, a partir de outubro de 2013 para cá, uma série de alterações no programa e a forma, inclusive, com normativos, com vários manuais de operação, e isso vem provocando uma dificuldade maior, vem trazendo entraves maiores na implementação do programa.

Hoje várias organizações, várias associações, cooperativas vêm olhando com bastante preocupação a continuidade do programa em virtude de uma série de entraves que vêm sendo colocados.

Então, é motivo de preocupação, porque os funcionários da Conab estão hoje trabalhando com uma certa restrição, podemos dizer coagidos, porque, de fato, existe uma pressão muito grande sobre a forma de implementação do PAA.

Entendemos que há uma necessidade de controle maior, sim, corrigir as falhas que até então vêm acontecendo na implementação do programa, mas nós queremos dizer que precisamos repensar, que precisa ser avaliado o comportamento, principalmente, de alguns agentes, de alguns funcionários da Conab que trabalham no âmbito da fiscalização e que se têm comportado com coação, pressionando as famílias, não cumprindo o seu verdadeiro papel de orientador, o seu verdadeiro papel de ajudar no acompanhamento, dando orientações para as famílias e para as organizações, na melhor implementação do programa. Esse papel desses agentes de acompanhamento ou de fiscalização do programa vem sendo realizado de uma forma não muito favorável. Essa era uma questão que a gente queria colocar aqui.

Um outro aspecto é a questão do controle sanitário dos produtos. As últimas instruções, os normativos colocados vêm inviabilizando a comercialização de uma parcela muito grande de produtos processados pela agricultura camponesa. Hoje vários produtos processados, como alguns que estão aqui, não estão tendo mais permitida a sua comercialização porque, infelizmente, as organizações não estão preparadas para atender os normativos da legislação sanitária, muito menos as instituições públicas, governamentais e estaduais.

São exigidos normativos, e os próprios Municípios – no debate aqui, vamos ter oportunidade para outros companheiros e companheiras testemunharem isso –, a maioria dos Municípios brasileiros não tem o serviço de inspeção municipal. Alguns Estados também não estão preparados para o serviço de inspeção estadual. E, com isso, companheirada, pessoal como um todo, todos aqui presentes, uma quantidade muito grande de produtos não vem sendo mais disponibilizada para a alimentação das famílias que estão em necessidade de segurança nutricional e alimentar, em virtude dessa situação.

Nesta oportunidade e neste espaço, nós temos que fazer com que a legislação exista, porque é necessária para normatizar esse produto, mas que seja adequada, que seja diferenciada e voltada para a realidade da agricultura familiar, da agricultura camponesa. E, quem sabe, que ela tenha um período transitório para que seja implementada. E que as nossas organizações e os Estados e Municípios tenham condições de ter um período de transição para se adequarem.

Para finalizar, nós queremos dizer que nós precisamos – as organizações, os movimentos sociais da Via Campesina do Brasil –, diante desta oportunidade, diante desta inciativa, principalmente da Senadora, neste momento em que estamos preocupados com a situação do programa, nos unir – todas as forças possíveis das organizações, dos movimentos sociais, das instituições governamentais comprometidas com o sucesso desse programa – para fazer com que ele se torne de fato uma política pública. Que ele saia de uma situação hoje de vulnerabilidade, assim podemos dizer, de uma situação instável e que seja uma garantia diante do sucesso que ele representa, que ele é e que ele vai, com certeza – assim visualizamos –, ser ampliado muito mais, e o conjunto das famílias camponesas poderá participar na sua totalidade. Então, nós precisamos garantir que esse programa se torne uma política pública e que o conjunto das famílias camponesas possam participar, possam tirar dele condições de melhorar sua qualidade de vida, permanecendo no campo, trabalhando a renda das famílias, fazendo a preservação da natureza e do meio ambiente.

É por isso que nós precisamos juntar todas as forças possíveis, diante de um cenário que hoje não é tão favorável, para que nós façamos com que esse programa tão importante, que é fruto da nossa luta, da nossa conquista, torne-se uma garantia permanente de uma política pública como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

Para concluir, eu gostaria também de dizer que, em âmbito nacional, nós precisamos fazer uma força-tarefa para que o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) seja, de fato, uma política pública efetiva, que chegue às famílias. Nós estamos encontrando uma série de obstáculos por parte de prefeituras municipais, por parte de governos estaduais, que estão dificultando a implementação do PNAE. No Estado do Espírito Santo, a constatação é geral. Eu acredito que, também em outros Municípios e em outros Estados, não há vontade política de implementação do PNAE. Os dados ali mostram que, em determinadas regiões do País, essa situação é ainda mais crítica.

Então, o conjunto dos movimentos sociais brasileiros e as instituições precisamos fazer uma força-tarefa para que o PNAE, de fato, como uma conquista da nossa luta, possa ser implementado, e que as famílias camponesas, de fato, possam ter acesso a esse programa e assim participar de forma efetiva.

Estamos abertos ao diálogo, ao debate aqui, e, mais uma vez, queremos parabenizar essa iniciativa da Senadora Ana Rita.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Dorizete Cosme, membro da coordenação estadual da Via Campesina, no Estado do Espírito Santo.

Ele nos traz aqui algumas reflexões importantes, alguns alertas, e é por isso que nós estamos aqui para colaborar, para ajudar, e o mandato se colocou à disposição justamente para contribuir nesse processo.

Então, Dorizete, obrigada não só por sua presença aqui hoje, mas também pelo que vocês têm feito lá no Estado do Espírito Santo.

Obrigada por sua presença e, em seu nome, quero agradecer também a todos os companheiros e companheiras da Via Campesina lá do Espírito Santo.

Eu vou agora conceder a palavra à Rosângela Piovizani. A Rosângela é uma grande companheira, sempre presente aqui conosco; não é por acaso que ela ficou por último; ela pediu para ficar por último, porque ela gostaria de ouvir todos os membros da Mesa.

Então, Rosângela, você que representa o Movimento de Mulheres Camponesas, é uma alegria poder recebê-la.

E quero parabenizar o Movimento de Mulheres Camponesas, também pela luta, pelo trabalho e pela ousadia, eu diria, de estar presente nas lutas, de fazer todo esse movimento caminhar, e a expressão da presença da mulher na luta da Via Campesina é muito forte.

Então, obrigada pela sua presença e parabéns pelo trabalho.

A SRª ROSÂNGELA PIOVIZANI – Obrigada, Senadora.

Bom dia a todos e a todas que estão aqui presentes neste plenário. Bom dia a essa Mesa muito bonita de representação e de pessoas que estão no Executivo, mas que a gente sabe da sua história e do seu compromisso por um projeto que a gente defende. Saúdo os movimentos que estão aqui presentes e com os quais a gente comunga, por demais, nas ideias aqui colocadas; por isso, a gente acaba sendo até repetitiva, mas eu quero colocar que não é repetição: é afirmação, é reafirmar o nosso projeto, a nossa defesa, e não aceitar retrocesso. O intuito é esse.

Quero parabenizar a Senadora Ana Rita e ao seu mandato, às pessoas que sempre estão aí, mas especialmente a ela, por ter essa compreensão, por ter essa sensibilidade, por ter esse compromisso com a agricultura camponesa, com os movimentos sociais e populares, enfim, por estar muito atenta aos anseios e às demandas do povo. Com isso, é muito interessante esta audiência para fazer esse debate. Já existe uma proposta de projeto de lei, pela iniciativa da Senadora, para transformar o PAA em política, que é um dos nossos sonhos, porque a gente sabe que governos vêm e vão, programas também vêm e vão, como muitos idealizadores, pelo governo que está naquele tempo. Política, não. Política você constrói, você reafirma, é lei, com mais dificuldade de se mexer e de retroceder.

Então, por isso a posição muito fechada das organizações aqui sobre a importância de o PAA deixar de ser um programa e afirmar-se como política pública para o Brasil. Quando a gente tem toda uma ofensiva, tanto pela direita quanto pelos interesses de grupos econômicos e políticos, o PAA está sendo expandido para os diversos espaços deste País, que é imenso.

Eu sou de Roraima, sei o que dignifica isso. Aí, a gente vê Bahia, a gente vê Minas, a gente vê Rio Grande, a gente vê todos os Estados, como isso mexe com a vida cotidiana dos agricultores e dos Municípios na renda, na produção, no acesso ao alimento, enfim.

Quero dizer também que é uma tolice absurda os órgãos de controle, essa intenção de uma ofensiva em cima do PAA no momento em que o Brasil está sendo referência para exportar essa ideia. O PAA está sendo levado para a África, o PAA está sendo uma das políticas muito elogiadas fora do País. É gente que não tem o mínimo de noção do que é construir um país nação, de soberania nacional e alimentar, quando criticam um programa como o PAA.

Essa é minha análise ser muito modesta, mas em cima do que a gente vive no cotidiano.

Acho que a fala dos companheiros do movimento da Via Campesina vai ao encontro do que significa hoje para nós camponeses o nosso papel central na produção de alimentos, do cuidado com o meio ambiente, do cuidado com a nossa biodiversidade, do nosso papel central, que é produzir alimento.

Produzir alimento não é produzir comida, é muito diferente. É preciso a gente imbuir esse debate. Comida, você vai às McDonald's da vida e enche a barriga, mas isso não te alimenta. O que alimenta é a produção feita pelos camponeses e camponesas deste País, que têm como cuidado a questão ambiental, a questão da produção, mas a responsabilidade de cuidar da diversidade, do nosso patrimônio, que são nossas sementes, a nossa diversidade que temos de canto a canto deste País.

Então, é um papel fundamental que temos como camponeses e camponesas. Um programa dessa natureza só reafirma e dá condições para que a gente consiga ter mais acesso direto ao mercado, coloca o Governo como comprador disso direto, pensa nisso na regulação de preço, pensa nisso no abastecimento das

diversas instituições que se alimentam da nossa produção. Isso é uma diferença, isso é uma qualidade que a gente também traz junto.

Acho que neste debate temos que avançar, Senadora, além desta audiência. Sei que no Estado do Espírito Santo tem sido feito muito debate. Nossas organizações têm um acúmulo muito grande nesse debate da produção de alimentos, seja no setor de produção do MST, seja nos companheiros do MPA com todo o debate sobre a produção. E, também, por exemplo, o MMC tem uma campanha nacional de produção de alimentação saudável que, desde 2007, a gente vem pautando.

Mas penso que esta audiência tem que ser replicada, tem que ser motivada para que outros Estados façam o mesmo. E que a gente faça um diálogo muito de perto com as pessoas e a instituições que recebem a nossa produção – acho que isso é uma coisa interessante –, ouvir os depoimentos das escolas, dos asilos, das creches, onde se alimentam. Qual é a diferença – para isso já há pesquisa inclusive –, como melhorou a situação de vida e de saúde das pessoas a partir do momento em que começaram a ter acesso aos produtos da agricultura familiar camponesa dentro desse projeto do PAA.

Então, acho que a gente precisa fazer esse debate, porque a gente sabe as forças que temos e a gente sabe as forças que o nosso inimigo tem. A gente sabe, por exemplo, o que o Rio Grande está fazendo na construção de um projeto de desenvolvimento do campesinato, num diálogo muito afinado com as populações que estão ali, nas organizações de trabalhadores, operariado, nas favelas e tudo mais, o que de importante tem vindo pra gente do acesso disso.

Então, eu acho que seria muito interessante, inclusive, a gente abrir também esse debate para reafirmar, dentro do projeto, o que significa para essas comunidades, para o nosso povo, receber direto alimentação saudável da agricultura camponesa neste País.

Queria comentar alguns desafios em que nós precisamos avançar. Sei que isso aqui é um projeto de lei, é uma política que queremos construir, é fundamental, mas sabemos dos interesses que existem. E nós, como organização, temos um desafio muito grande de fazer uma articulação nos nossos Estados.

Esse é um ano propício para propor esse debate, para comprometer muita gente inclusive para dentro do nosso projeto, do nosso projeto de política de comercialização, mas de política de reforma agrária, de política de desenvolvimento, de fato, a partir dos nossos territórios, dos conhecimentos do nosso povo. Esse é um dos desafios.

O outro desafio, que o nosso companheiro trouxe na sua última fala, que eu também tinha colocado, é sobre alguns entraves em que a gente espera que, com o projeto de lei, a gente consiga avançar.

A questão da burocracia não é possível continuar da forma que está. Não são apenas entraves para acessar política, mas uma forma de controle tão absurda que não condiz com as nossas realidades.

Sobre o campesinato, por mais que hoje haja celular, haja internet por todos os lados, é impossível atender, vender produção para o PAA, quando a burocracia é tão grande como está. Acho que precisamos melhorar isso. Ver qual é mesmo o critério de quem se classifica como agricultor, como camponês, que tem seus direitos, que tem o direito, inclusive, de acesso à comercialização também.

A outra coisa é a questão da vigilância sanitária, que já foi tocada aqui. É absurda a forma do sistema de controle da vigilância sanitária em cima das nossas agroindústrias, das nossas cozinhas comunitárias, no processamento da nossa produção. É uma coisa muito descabida.

Enquanto o controle é rigorosíssimo em torno de papéis de venda da nossa produção, não se controla, por exemplo, ou se controla muito pouco, os *fast-foods* que fazem festa hoje, inclusive adoecendo as nossas crianças e a nossa juventude.

A gente vê, por exemplo, a quantidade no último ano. O Ministério da Saúde colocou isto outro dia: o aumento das doenças provocadas pelo consumo dos salgadinhos da vida, que são recheados de muito sal e muita gordura, e gorduras saturadas. Isso, sim, é veneno. Nisso, sim, o controle tem que atuar. Não dá para continuar a vigilância sanitária agindo com dois pesos e duas medidas.

A vigilância sanitária tem, sim, que exigir. Nós não somos contra que haja um controle. Tem que ter um controle, mas esse controle tem que ser para além de nós, tem que ir para cima de fato dessa comida homogeneizada, centrada em um ou dois produtos só, ou produzida com base, cheia de veneno, de transgênicos que adoecem o nosso povo.

Disso ninguém fala nada, especialmente os órgãos de controle. Então, acho que a gente precisa levantar esse debate também. Bom, nós queremos, sim, ter o mínimo de controle, para a gente dizer e colocar na mesa do consumidor, e ele saber que esse produto é de ótima qualidade, mas que esse controle rigoroso se faça também em outras instâncias, como não acontece neste País.

A outra coisa que eu queria colocar aqui é a questão do acesso a essas políticas. Nós vivemos em um país de uma dimensão fabulosa. Eu, que nasci no Paraná, já morei fora do Brasil e vivi em Roraima por muitos anos,

sei o que é a dimensão deste País. Então, existem realidades e realidades. E aí, nós temos há menos de doze anos políticas voltadas de fato para o desenvolvimento local dos nossos territórios das nossas comunidades tradicionais, enfim. Então, tudo isso é muito novo para nós.

E é preciso olhar com olhar muito diferenciado, por exemplo, a venda da produção dos quilombolas, dos povos indígenas, da mulheres, dos diversos segmentos, jeitos, modos de produção neste País. Então, não dá para enquadrar tudo como coisa jurídica, porque a maioria do nosso povo está na informalidade. Como a gente vai lidar com isso? Eu não sei, mas é preciso avançarmos.

Aí, eu já disse inclusive aqui numa audiência pública outro dia, que quando a gente olhava 2006 e 2007...

(Soa a campainha.)

A SRª ROSÂNGELA PIOVIZANI – ... até 2009, a gente não via nenhum grupo de mulheres vendendo para o PAA. Quando a gente descia lá na ponta, a mulherada estava produzindo e entregando. Eu digo: "Para onde está indo?" Mas é porque o que vale é o oficial, o que é registrado, o que é legal. E o nosso povo, em especial as mulheres, está na ilegalidade, está na informalidade. Aí, a pesquisa encomendada pelo MDA e pela Conab dá como exemplo que 28% dessa produção é feita por mulheres.

Então, é para isso que a gente precisa ter essa sensibilidade, esse olhar diferenciado para o nosso povo brasileiro. Eu não estou falando isso para não ter controle, não; eu estou falando isso para a gente se desenvolver, para dar oportunidade para a construção da cidadania de fato, para as populações tradicionais, para as mulheres, porque só assim a gente consegue dar visibilidade, reconhecer e não tratar como marginais, como foi essa semana com os povos indígenas aqui.

Então, eu acho que é essa a minha fala, um pouco para trazer aqui a minha contribuição também e reafirmar, Senadora e demais pessoas que estão aqui nesta plenária, o nosso compromisso enquanto Movimento de Mulheres Camponesas, com a vida, com a produção, com a defesa do nosso Planeta e com a construção de políticas que vão ao encontro do desenvolvimento, mas um desenvolvimento a partir do nosso cotidiano, dos nossos territórios.

Muito agradecida. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Rosângela Piovizani, representante do Movimento de Mulheres Camponesas, pelas reflexões e pelo seu trabalho junto às mulheres do nosso País, as mulheres da Via Campesina, as mulheres camponesas.

Obrigada pela sua presença.

Nós vamos também conceder a palavra a três pessoas do plenário. Vamos abrir esse espaço, mas, antes, eu gostaria já de informar a vocês, já passamos para a Mesa, para algumas pessoas do plenário, uma minuta do projeto de lei que está em apreciação. Nós pretendemos protocolar esse projeto ainda agora no mês de junho, mas ele está em aberto para receber sugestões, antes de ser protocolado de fato. Depois, ele vai começar a tramitar aqui no Senado Federal, vai receber as contribuições dos colegas Senadores e Senadoras.

Nós queremos que esse projeto seja aperfeiçoado, seja qualificado, que ele possa ser de fato uma expressão daquilo que se quer do Programa de Aquisição de Alimentos, que consolide tudo aquilo que é positivo, que está dando certo, que é uma política extremamente importante.

Nós vimos aqui os depoimentos de todos que estão à mesa, da importância desse programa, mas queremos também contribuir para resolver alguns probleminhas que ainda são enfrentados, principalmente no processo de comercialização, e que ele tenha não só a visibilidade, mas o reconhecimento por parte dos gestores municipais e estaduais também, para que possa, de fato, dar certo cada vez mais.

Então, é uma minuta, em cuja ementa é disciplinado o Programa de Aquisição de Alimentos; não cria, porque o programa já está criado pelo Governo, já está sendo implementado há muitos anos, desde 2006 – na verdade, desde 2003 –, mas foi instituído também pela Lei nº 11.346, de setembro de 2006. Talvez, nós tenhamos que fazer alguma alteração nesse primeiro artigo aqui, mencionando a lei de 2003. Essa é do Sisan, que é do Sistema Nacional de Segurança Alimentar. Talvez tenhamos que fazer aqui já um acréscimo da lei que cria o próprio PAA. Precisa estar garantido aqui.

Então, é um projeto que contempla 30 artigos. Nós fazemos aqui uma justificativa, na qual ressaltamos que o Governo Federal, desde 2003, faz um grande esforço para adotar as medidas reais de combate à fome e à miséria no País e que seu ápice se encontra, na verdade, nas iniciativas de redução das desigualdades sociais no âmbito da segurança alimentar, do Sistema Nacional de Segurança Alimentar.

Também colocamos aqui que cerca de R$4 bilhões já foram investidos e mais de 3 milhões de toneladas de alimentos foram adquiridos como resultado das medidas que beneficiaram escolas e outras entidades sociais, levando leite, grãos e cereais para que haja uma alimentação adequada para diversos trabalhadores, diversas pessoas, diversos cidadãos brasileiros.

Vou apenas fazer alguns destaques. Não vamos ler o projeto de lei, porque não é o caso, mas vamos destacar alguns pontos que, no debate, aparecem talvez como uma novidade ou como um elemento novo na legislação já existente.

No Capítulo 1, coloca-se quais são os objetivos do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Então, isso já é de conhecimento.

O Capítulo 2 trata da aquisição e da destinação de alimentos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). E aí faço apenas um destaque de alguns de seus artigos. O art. 7º fala dos contratos das operações de aquisição de alimentos, que poderão ser automaticamente renovados quando a prestação de contas for considerada aprovada pelo grupo gestor.

E aqui colocamos dois parágrafos. O §1º diz: "A renovação de que trata o *caput* deste artigo ocorrerá por, no mínimo, 4 anos." E o §2º: "O contrato não será renovado apenas por manifesto interesse dos agricultores familiares ou suas organizações."

Uma das reclamações, no diálogo que nós tivemos, é que os contratos das operações de aquisição de alimentos têm certa dificuldade de serem renovados. Então, o que se quer é que eles poderão ser automaticamente renovados, quando a prestação de contas for considerada aprovada pelo grupo gestor. Mesmo com a aprovação pelo grupo gestor, a renovação dos contratos acaba demorando um pouco. Então, se quer que sejam renovados automaticamente. Nós entendemos que isso vai contribuir.

O art. 8º fala das organizações de agricultores familiares, que poderão apresentar uma ou mais propostas, conforme regulamento. O art. 9º diz que o grupo gestor terá o prazo máximo de 30 dias para análise dos projetos, a partir da transmissão das propostas. Às vezes, essa análise demora muito mais do que isso. Então, é um tempo importante de 30 dias para isso. Os gestores precisam se preparar, ter pessoal suficiente, para garantir essa análise num tempo mais curto.

O parágrafo único do art. 9º fala que, após a aprovação das propostas pelo grupo gestor, fica autorizada a entrega dos alimentos aos consumidores. E aí eu me lembro de uma colocação feita. Às vezes, por exemplo, quando se trata de verduras, elas estragam de forma muito rápida. Se demorar muito para autorizar a entrega dos alimentos, corre-se o risco de perder esses alimentos. Já houve perdas em outras ocasiões. Isso não pode acontecer.

Quem trabalha com horta, por exemplo, produz alface, cebolinha, essas coisas, apresenta uma proposta. Se a proposta demorar a ser analisada, e a entrega também demorar a ser feita, esse produto é perdido. É um prejuízo para quem trabalha, para quem produz. Então, é preciso haver agilidade nesse sentido.

Então, as propostas poderão contemplar insumos para transporte, armazenamento dos produtos. Por exemplo, também o arroz, o feijão, poderão ser armazenados, para que tenhamos um estoque a tempo de poder atender as demandas. Mais à frente, tratamos da questão do estoque também.

A Seção II do projeto trata das doações dos alimentos. A Seção III trata da formação de estoques. O Capítulo III trata da execução e do financiamento do Programa de Aquisição de Alimentos.

A Seção II do Capítulo III trata do financiamento da aquisição dos alimentos e da forma de pagamento. Aqui eu faço apenas um destaque no art. 18 – vocês já estão com a proposta à mão –, que fala que a União poderá incluir um adicional para custos administrativos no valor a ser pago pelos contratos aos agricultores familiares e suas organizações, conforme regulamento, nunca inferior a 15% do valor do contrato. Então, essa também foi uma demanda apresentada pela Via Campesina, pelo Movimentos dos Sem Terra, lá no Espírito Santo.

Nas disposições finais, quero destacar o art. 24 e o art. 25 e seu parágrafo único. Art. 24: "O grupo gestor poderá estabelecer critérios para a garantia da regularidade do fornecimento de alimentos aos consumidores, obedecendo ao calendário sazonal das culturas." Isso é importante observar, porque tem todas as culturas são num único tempo. Há um tempo diferente, há um calendário diferenciado.

Art. 25: "O grupo gestor poderá estabelecer critérios para certificação de qualidade dos produtos beneficiados, levando-se em conta a realidade da agricultura familiar, também conforme regulamento."

O parágrafo único diz o seguinte: "Os agricultores familiares ou suas associações deverão receber capacitação continuada em sanidade, segurança alimentar." Então, os agricultores também pedem isso, para que possam ter, cada vez mais, uma agricultura que obedeça às regras, que obedeça as regras, que obedeça as condições necessárias para se ter um produto cada vez mais de melhor qualidade. Então, é importante haver a capacitação.

E é um pouco isso o que eu gostaria de colocar. Nós vamos, agora, ouvir mais três pessoas que estão aqui na nossa plenária. Eu vou passar a palavra para o Lucídio Ravanello, do MST de Santa Catarina.

Lucídio, se você sentir necessidade de se apresentar um pouco mais, falar quem é você, é bom. Eu vou lhe dar cinco minutos, é o tempo que nós temos aqui, porque não podemos demorar muito com esta audi-

ência pública. Então, cinco minutos para você. Dando quatro minutos, a campainha vai tocar, e você tem mais um minuto para concluir. Está bom?

O SR. LUCÍDIO RAVANELLO – Muito bem. Bom dia. Agradeço a oportunidade de estar falando.

Venho de Santa Catarina, atuo no MST, no Ceará, aqui no DF e entorno. Então, conheço esse Brasilzão aí que a Rosângela comentou. Atuo lá na rede de cooperativas da reforma agrária, Terra Viva.

E, em função do tempo, como eu aqui me organizei para falar cinco pontos, não vou gastar muito tempo com as...

Primeiro, quero dizer que o PAA, pela nossa experiência de estar, no dia a dia, por vários anos, executando esse programa, ele é extremamente estruturante. Lá, para o agricultor, ele qualifica e organiza o agricultor, mas não só o agricultor, ele qualifica a produção dele – como o Dorizete comentou – e também qualifica e organiza o público recebedor.

Então, com a vinculação das políticas públicas, principalmente da assistência social, da educação e da segurança alimentar, além de ele ser estruturante, economicamente em parte, ele é também fundamentalmente estruturante na qualificação e na articulação das políticas públicas e de organização dessa camada de agricultores e de pessoas.

Outro ponto, que já foi comentado, é que, apesar de ter aí um edital aberto de concurso público da Conab, a gente volta ainda a ressaltar que ele é insuficiente. Nós precisamos, o Estado brasileiro precisa fortalecer a Conab em todos os seus aspectos. A gente vê os funcionários da Conab, lá, como eles estão – não é, Dorizete? –, todos os dias eles estão lá. Então, o fortalecimento desta empresa, da Conab, é fundamental para fortalecer o programa.

Acho que é meio, eu diria assim, da manifestação. Precisamos ter um cuidado para nós não desmobilizarmos o PAA com a expressão: "Não, agora, o povo está resolvido, a alimentação está resolvida, e não tem mais". Eu acho que não é muito por aí, porque a gente corre o risco de desmobilizar a política e o programa. É possível, é verdade que isso foi resolvido em parte, em algumas regiões foi resolvido, foi sanado, mas tem focos.

E outra coisa que nós precisamos discutir neste nosso País não é só o alimento, precisamos discutir a qualidade e o teor nutricional do alimento. As pesquisas estão aí sobre o sobrepeso das pessoas, assim por diante. Eu acho que nós precisamos fortalecer o programa com produtos orgânicos, certificados. Acho que ali é o caminho por que devemos fortalecer o nosso PAA. Então, acho que precisamos tomar cuidado, porque, senão, a gente...

Outra questão que eu quero levantar é um pouco isso que a Rosângela comenta, e aí está relacionado à DAP jurídica e à DAP individual dos agricultores. Eu acho, Felipe, que com esse *check-list* que veio agora da Conab vocês vão ter problema lá e não vão conseguir executar lá em Minas Gerais – por esse *check-list* que veio aí da Conab.

O que eu entendo e nós entendemos é que agricultor é aquele que tem o bloco de produtor rural e que vende a sua produção com nota de produtor e órgão de controle à receita estadual. Não é DAP.

A DAP eu entendo que ela foi, agora, universalizada para todas as políticas – e acho que é equivocado para o PAA. A DAP é um instrumento para o agricultor ir à agência bancária, ao banco, à instituição bancária, solicitar um financiamento...

(Soa a campainha.)

O SR. LUCÍDIO RAVANELLO – ... e aí é onde ele comprova a sua capacidade de pagamento. Mas, para vender R$6 mil de beterraba, cenoura, feijão, não é preciso ter DAP e também não é preciso ter financiamento.

Então, eu acho que a gente precisa rediscutir essa questão da DAP individual e até das DAPs jurídicas. Eu acho que há um limitante, a partir de agora, do último *check-list* da Conab. Limita novamente a execução das organizações da agricultura familiar com relação a...

E, para terminar, eu acho que essa situação dos Estados, dos Municípios... Agora, vemos os Municípios entrarem no imbróglio com os alimentos processados, por exemplo. Aí, o Município vai – eu vou precisar de mais um minuto – precisar de mais servidores públicos para executar. Há falta de servidores nos Municípios.

O exemplo dos panificados é espetacular: o Município tem que comprar o trigo do agricultor; o Município tem que remeter a nota para o moinho; o moinho tem que remeter de volta a farinha para o agricultor ou para a agricultora, para aquele grupo; e a agricultora vender para o Município o biscoito, o pão e assim por diante.

Então, começa a haver um problema, lá nos Municípios, extraordinário também, porque não é função dos Municípios emitir nota e entrar no processo de negociação de comércio com outras empresas. Então, é preciso pensar um pouquinho e qualificar um pouco a...

Então, quero parabenizar a Senadora, que esteve no seminário para o qual a Deputada chamou, dos orgânicos, e parabenizar esse projeto. Eu acho que é disso que o Brasil precisa.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Lucídio, pela sua presença, pela contribuição.

Nós estamos totalmente abertos para receber alguma sugestão que possa melhorar e qualificar o projeto.

Vou conceder a palavra ao Aloísio Souza da Silva, da Via Campesina lá do Espírito Santo.

Também, Aloísio, cinco minutos. Em quatro minutos, a campainha toca.

O SR. ALOÍSIO SOUZA DA SILVA – Eu sou Aloísio, do Espírito Santo.

Contribui por um período nas Escolas Famílias Agrícolas do Espírito Santo e atualmente contribuo numa equipe de agroindústria do Programa Nacional de Agroindústrias na Reforma Agrária, mediante termo de cooperação entre o Incra e a Universidade de Brasília. E sou militante da Via Campesina do Espírito Santo.

Gostaria de trazer os parabéns à Senadora.

Há três elementos que eu considero importantes para a gente incrementar esse debate tanto do programa quanto da produção e do abastecimento de alimentos.

Uma primeira questão, concordando com o que o companheiro Anderson trouxe, é que esse tema perpassa a construção de um pensamento estratégico que alguns entes do Estado e da sociedade precisam absorver – o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e, sobretudo, os entes militares, com destaque para a ESG (Escola Superior de Guerra), que constroem uma estratégia nacional de soberania, entendendo que a soberania alimentar é um elemento fundante da soberania nacional, somando-se à soberania energética.

Um segundo elemento é que, quanto à sociedade brasileira, nós precisamos encontrar e potencializar mecanismos para que a sociedade exija o abastecimento de alimentos limpos, saudáveis. Aí, têm papel importante a educação e a saúde pública, para trazer o debate sobre a saúde preventiva. Isso se cola na Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos, em que a Anvisa tem tido um papel importante. Precisamos potencializar as ações da Anvisa para corrigir problemas gravíssimos que nós temos com a contaminação dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros com resíduos tóxicos provindos dos defensivos agrícolas.

Porém, esse tema não se fecha nele mesmo, à medida que a gente lança o debate da agroecologia de escala: como nós podemos abastecer um contingente de praticamente 200 milhões brasileiros, que hoje correspondem à população brasileira, com 16% da população no campo? Boa parte das famílias camponesas estão ilhadas em meio ao latifúndio monocultor, sofrendo problemas com a pulverização aérea, com a contaminação da água e do ar, gerando a dificuldade da produção do abastecimento limpo.

Isso implica a necessidade de uma política de reforma agrária massiva. Hoje, no Brasil, menos de 20 cidades dominam cerca de 60% da população. Com destaque para a conurbação Rio/São Paulo, por exemplo, como nós vamos abastecer o contingente que se aloca nessa região se não desenvolvermos uma política massiva de repovoamento do campo para ampliar a nossa capacidade de abastecimento de alimentos saudáveis?

Então, há necessidade de desenvolver política de arrecadação de terras públicas para fim de reforma agrária, uma política de limitação do tamanho da propriedade fundiária. E, talvez, um debate que poderíamos levantar seja no sentido de que o IBGE poderia recensear na população brasileira para saber a demanda das famílias que têm necessidade de voltar para a terra hoje. Pelo que temos nos acampamentos, eu penso que é uma pequena amostra desse contingente que precisa estruturalmente voltar para a terra.

Por último, a necessidade de a gente avançar na modernização dos sistemas logísticos de abastecimento e armazenamento de produtos, que é o debate dos fluxos. Então, nós precisamos modernizar os sistemas de redes de transporte e o debate das agroindústrias. Pegando o exemplo do companheiro Felipe, se o arroz do Rio Grande do Sul pode chegar aqui hoje é porque passou por um processo de beneficiamento de agroindustrialização.

E, hoje, nós temos nas faculdades de Engenharia de Alimentos tecnologias de processamento de alimentos livres de acidulantes, de corantes, que são aditivos que prejudicam a saúde humana. Daí, talvez, já fica um indicativo sobre o papel da universidade pública para desenvolver pesquisas e tecnologias que potencializem o abastecimento de alimentos saudáveis na mesa dos brasileiros.

(Soa a campainha.)

O SR. ALOÍSIO SOUZA DA SILVA – Então, disso tudo, eu vejo que o PAA é uma iniciativa, um ensaio, um apontamento para a construção de uma grande estratégia que traz o tema dos alimentos para o centro do debate.

Então, não se trata de uma política corporativa só para viabilizar a economia dos agricultores familiares ou uma politica assistencialista de levar alimentos para os mais pobres, mas se trata de um tema estratégico elementar na construção da soberania nacional.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Obrigada, Aloísio. Obrigada pela sua fala. Acho que nós poderíamos ouvi-lo por mais tempo. Uma pena que o nosso tempo aqui é curto, mas, em outra ocasião, em outros momentos, poderemos ter também a sua contribuição por um período maior.

Vou conceder a palavra à Tânia Chantel, do Movimento de Mulheres Camponesas.

A SRª TÂNIA CHANTEL – Bom dia a todas e a todos. Eu sou Tânia, como a senhora falou. Eu sou do Município de Itacoatiara, do Estado do Amazonas.

Estou aqui agora na coordenação do escritório, eu e a Iridiane.

Eu me inscrevi para falar o seguinte: para nós, para o movimento, vou reafirmar a fala que a Rosângela fez, assim como os demais, o PAA é fundamental para organizar e reorganizar a produção e o social das camponesas e dos camponeses. Eu estava dizendo, e o colega também, que o PAA é um importante instrumento de soberania alimentar. E nós vimos nos eslaides a questão da diversidade de produção que ele acaba adquirindo e colocando na mesa dos alunos e, sucessivamente, para onde ele distribui.

E também acho que essa lei precisa restringir a entrada do agronegócio – eu não tenho muito propriedade, mas a Ana Lúcia pode falar depois –, porque, da forma que está, meio que se pensando em que vai se desencadear o PAA, isso pode fazer com que por ora possa haver a entrada nesse programa e se fazer a venda. Não sei se isso é bem assim, Ana Lúcia, mas você pode falar. Dessa forma, pode nos levar – ele pode, ainda não está – a uma forma de assistencialismo, atribuindo esta questão ao CRAS.

E quero dizer que o PAA é fundamental também a partir do momento em que ele articula diversas política públicas. E isso, inclusive, obriga o Estado a repensar e a implementar políticas adequadas, por exemplo, para as mulheres. Com isso a gente vê que as mulheres estão tendo acesso ao PAA – e algumas sofriam violência doméstica –, com acesso à assistência técnica, ao crédito e à venda. A gente vê que essas mulheres meio que saem dessa condição de violência, porque a violência contra a mulher, que faz com que ela fique nessa condição, também tem muito a ver com a questão da renda econômica.

E outra coisa que queria colocar é que o Movimento tem a campanha de produção de alimentos saudáveis, e que nós, na Região Amazônica, temos todo um trabalho riquíssimo na questão dos acordos de pesca que dialoga diretamente com essa questão da soberania alimentar.

A gente já tentou fazer a venda, porque, dentro do acordo, nós temos o momento da despesca do peixe que a gente tira. Queremos fazer, sim, essa venda ao PAA. O nosso maior entrave não é só com o prefeito, mas também por ele dizer que as merendeiras, por exemplo, não querem trabalhar essa alimentação, fazer o beneficiamento do peixe, para servir na merenda escolar. A minha fala vai muito nesse sentido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Tânia. Que bom! Sem que nós planejássemos, ouvimos uma pessoa do Amazonas, uma pessoa do Sul do País, lá de Santa Catarina, e da Região Sudeste, para percebermos como que o PAA está presente no País, em todas as regiões do País. Que bom!

Obrigada, Tânia, pela sua participação também.

O Centro-Oeste está aí também, não é? Nós fizemos a consulta, mas já estava contemplado aqui pelas falas.

Então, nós vamos agora passar para a mesa, para fazer as considerações finais. Mas, antes, quero aqui passar algumas informações. Essa minuta do projeto de lei está em aberto para receber as contribuições. Só que nós queremos protocolar ainda neste semestre. E, como nós estamos entrando no ritmo de Copa – a partir do dia 12, o ritmo vai estar bastante reduzido –, nós queremos protocolar isso antes do dia 12.

Nós vamos, então, até o dia 6 do mês de junho, receber as contribuições. O José Penaforte, que é o nosso assessor, está aqui disponibilizando o *e-mail* para que vocês possam, a partir do que nós discutimos aqui e a partir do debate que vocês poderão fazer nas instituições, sejam elas governamentais ou não, passar as contribuições. O *e-mail* é: joseneto@senado.leg.br.

Eu penso que, talvez, seria interessante, para quem não está aqui na audiência pública e queira também ler novamente o projeto,porque disponibilizamos cópias para quem está aqui e vamos disponibilizar cópia do projeto no meu *site*: www.anarita.com.br. Então, a minuta do projeto de lei estará disponível também no *site*. Vocês poderão ler, fazer as críticas, as complementações. É claro que, depois de protocolado, vai continuar recebendo as contribuições, mas se nós pudermos apresentar um projeto que tenha o maior consenso possível, é bom. Então, está disponível para todos vocês.

A partir das falas que aqui foram feitas, nós relacionamos cinco recomendações. Isso não significa que são recomendações que deverão estar no projeto. São recomendações para todos nós, especialmente para o Governo:

1 – que os órgãos de controle, inclusive de vigilância sanitária, ajudem a capacitar e orientar a implementação do PAA, considerando as peculiaridades regionais, culturais e a informalidade, que ainda existe, especialmente por parte das mulheres;

2 – que seja facilitado o acesso ao PAA para a agricultura familiar, com redução da burocracia, para facilitar os Municípios e os Estados também a aderirem ao programa;

3 – que o PAA e o PNAE sejam fortalecidos e adotados como política de Estado. Isso mostra que são duas importantes políticas que estão dando certo e que precisam ser fortalecidas e garantidas como políticas de Estado;

4 – o fortalecimento da Conab, porque à medida que fortalece as políticas, a Conab também será muito mais demandada. Então ela precisa ser fortalecida cada vez mais;

5 – rediscutir a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), para que haja também outras iniciativas, outras possibilidades. Como foi dito aqui pelo nosso companheiro Lucídio, quem produz um determinado tipo de produto, talvez em pouca quantidade, também quer ter oportunidade de oferecer ao mercado. Necessariamente, não precisaria ter a DAP. Não sei se entendi bem a fala do Lucídio, mas é um pouco por aí. Então, que isso seja revisto.

Vou passar a palavra, agora, aos membros da mesa, para que façam as considerações finais, num tempo de, no máximo, três minutos, que sabemos que não é suficiente, mas é em função do nosso horário.

Vamos começar pelo Pedro, Coordenador de Comercialização da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O SR. PEDRO BAVARESCO – Vou falar 30 segundos sobre a DAP.

Na minha avaliação, enquanto não tivermos outro documento que identifique os agricultores familiares, a DAP é única possibilidade, porque nota de produtor rural não identifica agricultor familiar. Qualquer produtor rural pode ter nota de produtor. Então, não é. Também não é o cartão de Seguridade Especial, como já foi dito em outros eventos – já fui à Previdência – cartão da Previdência Rural. Também não existe uma base de dados que diga quais são os agricultores familiares.

Enquanto não se cria um cadastro de agricultura familiar, a DAP é o melhor instrumento que temos hoje. Pelos dados, vocês viram que há um número significativo de agricultores, quase um maior número de DAPs do que agricultores no País, hoje. Quando foi aprovada a Lei do PNAE, em 2009, nós tínhamos menos de cem DAPs jurídicas. Estamos em 2014, e há três mil, ou seja, está ampliando, o que tem estimulado a organização de agricultores. Eu acho que isso temos que discutir. Está em discussão, no Governo, a possibilidade de criação do cadastro de agricultor familiar, e que sirva para uma série de outras coisas, mas hoje, infelizmente, não tem outra, é a DAP mesmo.

Eu queria, para concluir, dizer que nós executores e gestores e vocês nunca estamos satisfeitos com a execução, porque sempre achamos que sempre temos que fazer mais, que sempre há deficiências. E há, de fato. Agora, outros países chegam ao Brasil e dizem: vocês estão a anos-luz na frente do nosso país. Pois é, para vocês verem a situação. Estamos sendo referência. Toda semana, há comitivas de países visitando o Brasil. Esta semana, por exemplo, há uma reunião de países de Língua Portuguesa. Hoje à tarde, vão visitar um assentamento aqui no Distrito Federal, porque eles querem conhecer essa sistemática de compra de alimentos da agricultura familiar, seja para o PNAE, seja para alimentação escolar, seja para o PAA.

Na segunda-feira, por exemplo, o Bianchini, nosso secretário, vai a uma conferência na Etiópia, onde vão se juntar vários países da África, para também discutir a questão das compras públicas. Vários países da América Latina estão vindo a campo visitar – e nós temos ido – para conhecer as experiências.

Reconhecemos que temos que caminhar muito ainda, mas já estamos muito na frente de muitos países, enfim, que estão nos utilizando como referência para adotar essa mesma política no Brasil. Mas isso não significa que vamos cruzar os braços e está tudo tranquilo. Isso significa que é um desafio e que nós temos, todos os dias, procurar aperfeiçoar.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Pedro.

Eu costumo dizer que desenvolver políticas públicas no Brasil, realmente, é um grande desafio, porque é um país extremamente continental, com uma realidade muito diferente. As regiões são muito diferentes. Mas conseguimos fazer coisas muito boas que têm melhorado muito a vida do povo brasileiro. Então, é reconhecer isto, que nós somos muito bons. O Brasil tem dado respostas muito positivas em algumas áreas. E que bom que há um reconhecimento internacional sobre isso.

É preciso que o nosso povo brasileiro, a população, de um modo geral, compreenda isso e reconheça essas conquistas. Nós precisamos reconhecer, até para que a nossa autoestima, cada vez mais, fique melhor, a autoestima do povo brasileiro, ter orgulho de morar num País onde as coisas também estão acontecendo. Existem muitos problemas, muitos desafios, muitas coisas que precisamos resolver, mas tem muita coisa boa acontecendo. Então, é preciso realmente ressaltar isso.

Pedro , Muito obrigada. Dê um abraço ao nosso Ministro do MDA.

Vou conceder a palavra a Ana Luiza Müller, da Conab.

A SRª ANA LUIZA MÜLLER – Eu vou dialogar, principalmente, com três pontos aqui, para aproveitar bem o tempo.

Com relação a *check list*, mudança de normas, qual é o redesenho que estamos propondo e pactuando com as superintendências regionais da Conab? A matriz tem que passar segurança na execução do programa.

Em termos de padronização dos procedimentos, de reflexão sobre isso. Esse é um trabalho que vimos fazendo. Isso consta nas avaliações que vêm sendo feitas pelos órgãos de controle. Esse é um esforço que vai refletir, certamente, nas atividades cotidianas de vocês na relação dos movimentos, das cooperativas e dos agricultores com as superintendências regionais da Conab. Isso tudo justamente para manter esse estado de ânimo a que vocês se referem dos servidores, dos gestores, dos gerentes da Conab, com os quais vocês dialogam e que estão sempre lá, tentando resolver, instruindo, ajudando a consolidar o programa. Estamos no momento de passar segurança na execução das superintendências e estamos atuando muito fortemente nisso.

Com relação aos destinos dos alimentos, só para deixar claro, a reflexão não é de que não haja mais isso e de que estejamos mudando o viés. É um pouco assim: pensando na expansão do PAA. O PAA não tem lugar de expansão se pensarmos nas pessoas que passam fome, porque a fome está diminuindo e vai ser extinta. Então, o PAA vai expandir para onde? É essa a reflexão que estamos fazendo. Então, se ele tem que expandir, é o momento de pensar agora, porque não dá para começar a pensar nisso quando se decretar – e isso está perto – o fim da miséria e da pobreza extremas. Nós já temos que agora pensar para onde o PA vai crescer. Ele não vai diminuir. Nós não queremos estar onde nós estamos agora. Ele tem que expandir para algum lugar e, para isso, ele tem que expandir na discussão da qualidade do alimento.

Só a Rede Socioassistencial, que é constituída de cerca de 17 ou 20 mil entidades cadastradas, compra por ano mais de R$1 bilhão em alimentos. De onde vêm esses alimentos? Não vêm da agricultura familiar. Então, esta é a discussão de aproximação. Miramos o PNAE, mas está na hora de mirar agora essa outra rede que executa mais de R$1 bilhão por ano em alimentos no lanche do CRAS, no lanche que é servido aos idosos na atividade de integração, na alimentação para aquela população que está em tratamento de drogadição. Há, portanto, uma rede enorme de alimentação que temos que mirar também.

Com relação à legislação sanitária, Senador – e já dialogando sobre um projeto, para ler rapidamente –, o nosso diagnóstico é de que reside aqui um dos principais desafios que nós já estamos enfrentando e vamos enfrentar pela frente no PAA.

O que está agora em execução não é perto do que nós temos, por obrigação, de obedecer sobre o que, inclusive, está colocado e mantido aqui, na proposta, segundo a qual os alimentos adquiridos cumpram os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes. O problema são as normas vigentes. O PAA tem que obedecer às normas vigentes. Agora, o que são as normas vigentes? Quais são essas normas? Onde estão estabelecidas as competências? Eu acho que isso é um tema riquíssimo para tratarmos. Como é a divisão de alimentação vegetal e animal?

Se o Município não tem vigilância sanitária, ele tem recurso do SUS para isso. Por que ele não executa esse serviço do SUS no Município? Aí reside um dos principais desafios que estamos enfrentando. A polpa de fruta é só o começo. Temos uma artilharia muito pesada vindo nesse sentido. Aqui é a Casa, como a Câmara dos Deputados, para mudar essas regras, pois não compete ao grupo gestor fazer alteração, infelizmente.

Então, é isso. Muito obrigada. Continuamos na discussão, na colaboração da proposta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Ana Luiza. Obrigada, Conab, pelo trabalho que vem fazendo.

O Pedro quer fazer uma breve colocação.

O SR. PEDRO BAVARESCO – Eu só queria complementar isso de que a Ana fala e que foi rebatido por alguns, que é a questão da extrema pobreza no Brasil.

Eu gostaria de frisar, por exemplo, que agora nós passamos por uma seca no Nordeste de três anos ou mais. Foi uma das maiores secas dos últimos 50 anos, segundo as informações. E alguém de vocês ouviu história de saque de supermercados, de assalto a caminhões, de roubo de alimentos no Nordeste? Nenhum. Ou seja, a situação está melhorando. Ainda temos alguns problemas? Temos. Mas temos que admitir que, nos últimos 10 ou 12 anos, as coisas mudaram muito neste País, do ponto de vista da fome. Ou seja, nós praticamente extinguimos a fome drástica que nós tínhamos há 12 anos ou mais. Hoje, ainda temos problemas, temos que admitir, por isso estamos lutando para extinguir, como a Ana disse, a necessidade de distribuir comida para as pessoas, dar-lhes condições para que elas possam ir ao supermercado comprar aquilo que elas querem.

Então, essa é a nossa atribuição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está certo, Pedro. Muito obrigada. Que bom! É bom ter essas constatações.

Anderson, representante do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores Familiares).

O SR. ANDERSON AMARO – Camaradas, companheiros e companheiras, queríamos só frisar dois elementos que, para nós, são fundamentais neste debate. Primeiro, reafirmar a importância e a necessidade de termos, dentro desse debate da política pública do PAA, o debate da soberania alimentar.

Então, com princípio e tendo as bases fundamentais, como o companheiro do Espírito Santo disse, temos que ter como política estratégica essa questão da soberania alimentar no nosso País. Para mim, Ana, isso é que muda a lógica do que hoje, às vezes, é focado apenas no PAA. Portanto, não é à toa que a agricultura camponesa é responsável pela produção de mais de 70%. Isso não sou eu que estou dizendo. É dado oficial do próprio IBGE, do próprio Governo. Já afirmávamos isso. Nós achamos que é até um pouco mais, mas os dados oficiais dizem que 70% da comida que vai para a mesa do povo brasileiro vem da agricultura camponesa. Eu acho que chega a mais de 80, mas, beleza.

Temos aí uma grande produção com base na agricultura camponesa familiar. E é necessário dar novos passos no sentido de qualificar isso e termos uma política estratégica de soberania para o País. Não dá para continuar no café com leite, como a gente diz, de ficar só discutindo o feijão com arroz, que superamos isto, superamos aquilo. É preciso avançar mais.

Essa proposta que a Senadora traz como complemento da política do PAA, para mim, vem ao encontro disso, vem dialogar com isso, que temos que avançar nesse aspecto. Nesse sentido, nós da Via Campesina defendemos muito isso não só aqui no Brasil: a soberania alimentar é uma das principais bandeiras que o campesinato mundial tem que firmar e pela qual tem que lutar para ser garantida no mundo. E não podemos fazer diferente aqui no nosso País.

A outra questão que não poderíamos deixar de citar diz respeito à vigilância sanitária. Temos que avançar em outro debate sobre a questão da vigilância, porque o que nós temos hoje no nosso País em vigência – eu costumo dizer em alguns debates a que temos ido – é da época da Ditadura Militar. O Riispoa, que é a lei que regulamenta a comercialização de produtos no País, é da época que a agricultura camponesa familiar não tinha a expressão que tem hoje. Pensem em alguns aglomerados de agroindústrias. Chamamos de agroindústrias aquelas grandes indústrias, porque a agricultura familiar tem empreendimentos produtivos. Temos outro conceito de agroindústria familiar. Então, o que acontece? Desde essa época, essa lei está em vigência.

Houve um avanço por parte do Governo Federal e do Parlamento, que é a questão do Suasa, mas que não teve utilidade, não tem conseguido atingir, de fato, o público a que ela se propunha. Eu estou dizendo isso porque nós temos que avançar muito mais no diálogo das boas práticas, porque – eu estava conversando com a Rosângela aqui – o problema não é termos estrutura bonita para fazer o beneficiamento dos produtos. O problema, às vezes, está na boa prática de ter cursos capacitadores para o pessoal ter a condição de produzir, de forma qualificada e boa, o produto. E ponto. A estrutura é o de menos. Se você tem uma cozinha bem equipada, é possível produzir ali.

Então, é um pouco isso o que temos para dizer. Queremos agradecer à Senadora, mais uma vez, pela oportunidade; agradecer aos companheiros da Mesa. Continuamos firmes neste debate. Vamos, sim, Senadora, dialogar com isso para conseguirmos construir uma política pública forte e com a visão de uma política estratégica para o País sobre a questão do alimento.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Anderson, do MPA, pela sua presença e pela sua contribuição.

Concedo, agora, a palavra ao Felipe Russo Maciel, do MST.

O SR. FELIPE RUSSO MACIEL – Vou tentar ser rápido.

A primeira coisa é concordar com a Ana Müller, da Conab, no que se refere à questão da legislação. Vejamos a questão da legislação, o que saiu agora na deliberação de Ji-Paraná, em Rondônia, sobre a polpa de fruta. E polpa de fruta, o que é? É produto da fruta. Então, isso já um mecanismo que vai inviabilizar e reduzir o abastecimento, porque a maior parte do PAA também – a gente viu lá nos gráficos que o Pedro trouxe – é de fruta. Então, isso inviabiliza, por exemplo, a população do Semiárido, que trabalha com o extrativismo, que fornece as polpas de frutas não só para o PAA, mas também para o PNAE.

No que se refere à legislação da vigilância sanitária, em Minas Gerais houve, agora no dia 28, uma audiência pública sobre esse tema. Isso deve ser discutido em todos os Estados, e, aqui no Senado, deve ser questionado e deve ser apresentada também uma legislação específica para a agricultura familiar. Tem que saber diferenciar uma legislação para os grandes empreendimentos do capital e do agronegócio e uma legislação específica para as agroindústrias da agricultura familiar, para quem serve o SIF e quem está apto a recebê-lo. Então, isso tem que ser diferenciado.

Outro aspecto, concordando com o Ravanello, é que a *check list* da Conab já está dificultando. Já fizemos essa avaliação, inclusive com agentes de Governo do Estado e da Conab, lá em Minas, e trouxemos aqui, para

que chegue ao grupo gestor isso que o Ravanello disse das dificuldades no entendimento referente à WJurídica e Cia Ltda. Então, isso já é fato e estamos aqui formalmente entregando para o MDA e a Conab.Como é que chega ao MDS também? Entregamos para a Senadora, porque isso já é fato em alguns Estados.

O apelo que a Rosângela faz é que os Estados comecem a tencionar a ter os grupos consultivos, gestores, criar grupos nos Estados, para que isso venha da ponta para aqui, porque virem as deliberações nacionais para simplesmente cumprirmos a *check list* dificulta a execução da política pública. Portanto, isso é uma coisa que não está tão tranquila assim.

Outro aspecto é no que se refere aos desafios. Um apontamento também que tem que sair para os Estados é que as Assembleias Legislativas dos Estados repitam o que está acontecendo aqui, para que, de fato, consigamos massificar esta discussão.

Outro aspecto é que, além de fortalecer a Conab, tem que fortalecer o Incra. Para quem não sabe, o Incra do Espírito Santo está funcionando dentro de um contêiner, porque o prédio foi condenado. Isso é uma vergonha para o Governo. Se estamos avançando como exemplo para alguns países no que se refere à política pública, do ponto de vista da reforma agrária, é um retrocesso. E o público da reforma agrária que produz esse alimento tem que ter terra desapropriada, investimento nos assentamentos de reforma agrária, para que consigamos produzir em escala.

Outro aspecto, que é aquilo que a Ana diz, é que temos que fazer o debate da segurança nutricional e convocar todos os brasileiros a entrar no YouTube e ver o veneno que está na mesa. Isso a legislação sanitária deveria controlar. O Brasil, embora seja exemplo no tocante ao PAA para outros países, é campeão no uso de agrotóxico. Há muita comida chegando à mesa do trabalhador contaminada por agrotóxico. Fruto dessa discussão da campanha dos agrotóxicos, a Senadora Kátia Abreu disse que os assentamentos têm que produzir comida saudável para a burguesia e eles vão produzir comida envenenada para os pobres. E os pobres da cidade, inclusive de São Paulo, já estão questionando a qualidade do pimentão e fizeram com que vários agricultores, grandes e pequenos, reduzissem o uso de agrotóxico na produção hortifrutigranjeira. Então, a sociedade também tem que cobrar isso, os órgãos de governo têm que fiscalizar isso. Não é fiscalizar se o agricultor tem carteirinha de produtor rural, se ele tem CCU, se ele tem DAP. Tem que fiscalizar isso.

Para concluir, gostaríamos de agradecer este espaço aqui – que isso se reproduza nos outros Estados – e, em nome do MST, entregar para a Ana Rita produtos saudáveis: o arroz agroecológico, o melzinho e o baru, que é um produto energético do Cerrado, que está sendo destruído, e está sendo entregue na merenda escolar no Pnae e PAA. Vamos entregar para o pessoal da Mesa, principalmente para o pessoal do Governo, para resistir a essas comidas envenenadas, porque nós não temos só produto da reforma agrária. Então, colocar o baru, para ter muita energia para enfrentar isto daqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada.

Olhe só, Felipe, você realmente é uma figura, viu? Presenteou-me com arroz e com mel. Obrigada, Felipe. Deixe-me pegar o baru aqui. Muito bem! Muito obrigada, Felipe. Obrigada mesmo.

Então, queremos agradecer ao Felipe, dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. É sempre muito bom ouvir o Felipe, que fala com muita disposição. É de pessoas assim que nós precisamos, Felipe. Obrigada pela sua presença.

Eu vou agora conceder a palavra ao Dorizete, também pelo tempo de três minutos.

O SR. DORIZETE COSME – Nós só queremos, nesta oportunidade, reafirmar mais uma vez o nosso comprometimento em continuar fazendo as nossas proposições, para que, de fato, nós consigamos avançar ainda mais no conjunto das políticas públicas necessárias, para que realmente nós possamos atender ao conjunto das famílias camponesas deste Brasil. Sempre fizemos isso e, por sinal, muito bem. Eis aí o resultado. Então, reafirmamos o nosso compromisso de continuar propondo, sugerindo, e que nós possamos agora dar este passo importantíssimo que precisamos dar para fazer com que tenhamos a garantia da realização do PAA como uma política pública.

Então, reafirmamos este compromisso de fazermos com que nós realizemos um mutirão de aglutinar todas as forças possíveis do campesinato, principalmente brasileiro, das instituições comprometidas com a soberania e a segurança alimentar da Nação brasileira, dos pobres, dos excluídos. Precisamos, portanto, fazer este grande mutirão. Nós, da Via Campesina, queremos selar este compromisso aqui, neste momento, de contribuir incisivamente para que, com este mutirão, esta ampla ação, nós possamos juntar todas as forças do campo possíveis, fazer também a aglutinação das forças das instâncias governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, para romper com a artilharia pesada que nós vamos enfrentar. Já temos a certeza de que vamos sofrer uma pressão muito forte. A artilharia que nós vamos ter para garantir a aprovação deste projeto é muito poderosa.

Por isso nós, da Via Campesina, conclamamos todos os lutadores deste Brasil a fortalecer essa articulação e, mais uma vez, sair vitoriosos, a dar este passo importante para o desenvolvimento necessário que precisamos alcançar. Assim, a agricultura camponesa poderá conquistar mais uma política pública que, de fato, garanta que as famílias do campo continuem no campo com dignidade, com justiça, e que nós possamos fazer com que, de fato, a reforma agrária, tão urgente e necessária, aconteça. É um dos grandes elementos necessários para ampliar a produção de alimentos neste País e alimentar o povo brasileiro e do mundo inteiro, cumprindo, assim, o nosso papel, a nossa missão de fazer com que este Brasil seja um país onde os seres humanos vivam com dignidade. Esse é o nosso compromisso perante todos aqui, neste espaço.

Vamos continuar juntos com a Senadora, com os demais Senadores, com esta Casa, a fim de que nós possamos sair vitoriosos. E nós temos certeza de que vamos ser vitoriosos, sim.

Então, parabéns, Senadora, por este momento, por essa iniciativa, mais uma vez. E um abraço a todos e a todas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Obrigada, Dorizete Cosme, Membro da Coordenação Estadual da Via Campesina, lá no Estado do Espírito Santo.

Eu concedo, agora, a palavra à Rosângela, do Movimento de Mulheres Camponesas.

A SRª ROSÂNGELA PIOVIZANI – Primeiramente, quero agradecer por esse espaço, por termos a oportunidade, mais uma vez, de estar trazendo aqui nossa contribuição, nossa leitura, enfim, as nossas elaborações também. E quero dizer que o Movimento de Mulheres Camponesas está à disposição para fazer este debate, para estar junto nesta luta com a companheirada aqui presente, especialmente com a Senadora.

Eu estou muito contemplada com as falas que foram aqui feitas. Acho que a gente tinha que só fazer um esforço bem concentrado de alimentar este debate, de fermentar isso, tanto com o campesinato brasileiro, quanto com os consumidores, quem acessa essas políticas, para poder saciar uma das coisas mais doloridas da humanidade que é a fome.

E oxalá celebrar a sanção desse projeto, no marco do Dia Mundial da Alimentação, que é 16 de outubro, ou, de repente, na Feira da Agricultura Familiar. Eu acho que temos que fazer uma grande comemoração por uma conquista, diante de tantas perdas e tantas ofensivas. Eu acredito que vai ser uma vitória a conquista desse projeto votado. Então, eu acho que temos mais é que celebrar, porque isso coloca em evidência, inclusive, o nosso papel central como campesinato brasileiro.

Eu não trouxe nossos produtos, mas uma hora dessas, trazemos, já trouxemos outras vezes. Vamos entregar aqui, como um símbolo da nossa organização, nossa bandeira do Movimento de Mulheres Camponesas. Sabe que a cor lilás tem um peso muito forte, energia boa, na agricultura não só camponesa, mas feminista. E quero dizer que, entregando a bandeira, a gente consolida, inclusive, um compromisso com esta causa da libertação das mulheres, e pela cidadania, e pelo povo brasileiro. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Rosângela. Olha, que linda. Vou deixá-la aqui, depois tiramos outra foto, com todos juntos. Obrigada, Rosângela.

Neste final, acho que já está todo mundo com fome. Nós estamos falando de segurança alimentar, mas já estamos com fome. Então, já está na hora de encerrar.

Gente, eu quero aqui agradecer profundamente a presença de todos vocês; do Anderson, do Pedro, do Dorizete, da Ana Luiza, da Rosângela, do Felipe, que compuseram aqui a Mesa, que deram a sua contribuição. Quero agradecer muito ao Lucídio, ao Aloísio e à Tânia, que, em nome dos demais, aqui também se manifestaram.

Quero dizer que o mandato continua à disposição. Nós contamos com a contribuição de vocês e com as observações que forem necessárias. Então, muito obrigada.

Quero agradecer também aos servidores aqui da Casa, que, muito atentos, nos acompanham sempre nas audiências públicas. Obrigada. A quem está cuidado do som, da TV, muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 8 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.)

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE JUNHO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatorze minutos do dia dois de junho de dois mil e quatorze, no Plenário número sete, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das seguintes Senhoras Senadoras e Senadores Ana Rita e Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta

declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 27 de 2014-CDH, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 26/03/2014, para "Instruir a Sugestão nº 8/2014, que trata da regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha". Às nove horas e vinte e quatro minutos, a Senhora Presidenta faz suas considerações iniciais e passa a presidência para o Senador Cristovam Buarque. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Márcia Loureiro, Coordenadora Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais do Ministério das Relações Exteriores – MRE; Rafael Franzini Batle, Representante do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC; Julio Heriberto Calzada Mazzei, Secretário-Geral da Secretaria Nacional de Drogas da República Oriental do Uruguai. Após as explanações dos convidados o Senhor Presidente faz indagações aos palestrantes acerca do tema. O Senhor Presidente concede a palavra a pessoas presentes no plenário, nesta ordem: Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia Luiz Bassuma; Nazareno Feitosa, membro do Departamento de Polícia Federal – especialista em criminologia e segurança pública; Elismar Santander, Psicóloga, Mestre em Educação e Especialista em Dependência Química, autora de livros na área de dependência química e pesquisadora; Sérgio Harfouche, Promotor de Justiça do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul, Membro do CONAD e Presidente do CEAD-MS; Luiz Eduardo Girão, Fundador da Associação Estação da Luz e do Movimento Ativistas da Paz; Thiago Caetano Ferraz Costa, estudante da UnB; e Moisés Moreno, Policial Civil do DF. O Senhor Presidente lê mensagens oriundas do Alô Senado e do E-cidadania. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra a Senadora Ana Rita e o Senador Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 27, de 2014, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 26 de março de 2014, para instruir a Sugestão nº 8, de 2014, que trata da regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania no link: bit.ly/maconha22jun e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Na verdade, quem vai presidir esta audiência pública é o Senador Cristovam Buarque, autor da matéria. Portanto, ele vai fazer toda a composição da Mesa.

Mas eu quero antes fazer uma introdução, Senador Cristovam Buarque, se me permite, algumas considerações como Presidenta da Comissão, até para poder nivelar a questão com os presentes e com quem está nos acompanhando pela internet, para que saibam como se deu a iniciativa deste debate. Acho que é importante fazer todo esse histórico. Então, vou fazer aqui algumas considerações iniciais.

Nós estamos também informando a vocês que, se houver necessidade de tradutor, é só fazer a solicitação à Mesa da Secretaria para que possam obter esse tradutor, porque teremos convidados aqui que não falarão em português. Possivelmente algumas pessoas poderão ter dificuldade de acompanhar as falas. Então, poderão aqui se orientar com o tradutor na Secretaria da Mesa da Comissão de Direitos Humanos.

Informamos, também, que na Sala 3 deste mesmo corredor há um telão que vai transmitir ao vivo esta audiência pública e em português. Então, se quem estiver nos acompanhando quiser ficar na Sala 3 – este espaço aqui é um espaço não muito grande, dependendo do número de pessoas, poderá também utilizá-la.

Eu quero aqui agradecer, inicialmente, ao Senador Cristovam Buarque, que apresentou a sugestão de fazermos esta audiência pública, não só esta, mas uma série de outras audiências que irão acontecer sobre esse tema.

Então, em primeiro lugar, esclareço que esta audiência pública tem como objetivo primordial instruir a Sugestão nº 8, de 2014, que passou a tramitar nesta Comissão a partir da ideia legislativa postada no portal e-Cidadania, do Senado Federal, pelo cidadão André de Oliveira Kiepper, que se encontra presente. Por favor,

André, se manifeste. Foi uma sugestão do André, do Estado do Rio de Janeiro, no sentido de regular o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha, ideia que alcançou, no início de 2014, apoiamento superior a 20 mil manifestações individuais, garantindo com isso o direito de ser apresentada como sugestão de projeto de lei à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conforme regulamento.

Esta é uma das principais prerrogativas desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa: aproximar a população e as suas demandas do Congresso brasileiro, ampliando o nível de participação social.

As sugestões de cidadãos ou entidades, ao chegarem à Comissão de Direitos Humanos, após conferida a obediência aos critérios estipulados, são distribuídas a um membro da Comissão que analisa a proposta e elabora seu relatório favorável ou contrário, submetendo-o ao voto do colegiado parlamentar. Em caso de aprovação, a sugestão se transforma em um projeto de lei da Comissão de Direitos Humanos e nessa condição passa a tramitar no Congresso Nacional.

No caso desta Sugestão nº 8, de 2014, eu, na condição de Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, indiquei como Relator o Senador Cristovam Buarque, que apresentou a brilhante iniciativa de promover uma série de audiências públicas organizadas em oito blocos temáticos com a participação de amplos setores da comunidade nacional e internacional, incluindo segmentos com opiniões favoráveis e contrárias à sugestão.

Hoje estamos iniciando a primeira desta série de audiências. Trata-se de um tema polêmico e complexo e, por isso mesmo, o formato desta proposta apresentada pelo Senador Cristovam é correta e imprescindível para a sociedade brasileira. Meus cumprimentos ao Senador Cristovam Buarque pela feliz iniciativa.

Como Presidenta desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa me dedicarei para que ela cumpra o seu papel institucional, possibilitando ao Congresso brasileiro e especialmente à nossa sociedade um processo rico de debates, discussões e reflexões do mais alto nível, ouvindo as mais diversas experiências acumuladas em outros países, que permitam superarmos as visões preconcebidas, muitas delas contaminadas por uma carga significativa de preconceitos e estigmatizações, que nos impedem de aprofundarmos de forma serena e de construirmos posições consistentes.

Os debates realizados até então na sociedade civil, nos governos e parlamentos demonstram que a atual política de combate às drogas não alcançou seus objetivos: não reduziu o consumo e muito menos acabou com o tráfico. Perdemos parcelas significativas dos nossos jovens ao tráfico de drogas, especialmente negros e pobres presentes na periferia. É preciso que o Parlamento busque novas alternativas que consigam dar sustentação a uma ação mais eficaz do Estado na resolução do grande problema existente entre o consumo de drogas e a violência associada ao tráfico.

A política proibicionista adotada desde há muito resultou em uma verdadeira guerra às drogas. Essa guerra tem causado tantas mortes, violência e sofrimento, provocando questionamentos sobre eficácia de como esse tema vem sendo abordado, gerando debates, especialmente na Academia, a respeito das consequências desse modelo.

No tema das drogas, a grande maioria da sociedade possui uma opinião, quer favorável, quer contrária. Entretanto, o fato é que essa opinião, em sua grande maioria, não está precedida de informações consistentes e debates qualificados.

O Congresso brasileiro não pode se furtar de construir um processo que amplie ao máximo o olhar, superando a linha do senso comum. É preciso que o Parlamento se abra para debates de temas, mesmo que polêmicos, mas de extrema importância social.

Dessa forma, segura de que esse processo será da mais alta riqueza e importância ao Congresso brasileiro e ao País, encerro esta fala inicial, passando a palavra para o Senador Cristovam Buarque para as suas considerações iniciais e também para compor a Mesa e, assim, dar início a este debate.

Então, mais uma vez, eu quero aqui agradecer ao Senador Cristovam Buarque pela brilhante iniciativa de propor um ciclo de debates, de audiências públicas. Como Relator, ele terá a grande missão, a grande tarefa, de emitir uma opinião, mas uma opinião que seja bem fundamentada. As audiências públicas vão cumprir com este papel de subsidiá-lo. Então, parabéns, Senador Cristovam Buarque, pela iniciativa. Vou conceder a palavra a V. Exª para compor a nossa Mesa aqui.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senadora. Eu vou compor imediatamente a Mesa. (Pausa.)

Agradeço à Senadora Ana Rita, que com sua fala introdutória balizou os trabalhos.

Vou começar convidando o Sr. Julio Heriberto Calzada Mazzei, que é Secretário-Geral da Secretaria Nacional de Drogas da República Oriental do Uruguai; o Sr. Rafael Franzini Batle, representante do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC); e a Drª Márcia Loureiro, Coordenadora-Geral de Combate aos

Ilícitos Transnacionais do Ministério das Relações Exteriores. O representante do Ministério da Justiça não pode estar presente.

Quero dizer, inicialmente, que gostaria que não houvesse nem aplausos nem vaias nem manifestações. É tradição aqui que a gente assista apenas a um debate de ideias. E nesse sentido, se houver tempo ao final, de uma ou duas pessoas eu até poderei ouvir a participação. Mas, para isso, a gente precisa evitar que haja comportamento de protesto ou de apoio às manifestações.

Quero dizer, antes de abrir, que, quando eu fui indicado para esta tarefa, sem pedir mas agradeço à Senadora Ana Rita por ter me escolhido, eu cheguei a pensar, por sugestão de muitos, que não devia aceitar. Eu tenho coisas demais a fazer, tenho uma vida dedicada a um tema. De repente me obrigam a desviar para outro tema, para outras coisas, mas vi que não poderia recusar – que é algo permitido. É uma prerrogativa do Senador recusar qualquer indicação que receba de relatoria. Eu não tinha o direito. Não tenho direito porque hoje esse é um dos temas fundamentais da realidade da civilização, especialmente da civilização ocidental e de alguns países como o Brasil, entre outros. Não dá para não ficar envolvido no tema. Impossível! Seria jogar de lado uma responsabilidade histórica de cada um de nós.

Eu sou dedicado bastante à educação e, hoje, a droga é um problema fundamental de educação por duas razões: uma porque a droga está afetando a educação; e porque, a meu ver, a solução será pela educação. A solução no sentido de que o homem moderno virou uma espécie de homem químico. Garanto como que aqui entre vocês muitos, como eu, tomaram algum remédio para vir para cá. Outros têm que tomar permanentemente por causa de diabetes ou por causa de outras doenças. Além disso, muitos usam outros tipos de drogas. O fato é que nós somos uma sociedade química. O homem moderno é um homem químico.

Nos estudos que eu estou fazendo, creio – e aqui eu abro para que me critiquem –, nós temos drogas necessárias e nós temos drogas escolhidas. As necessárias são aquelas por razões de saúde ou por razão de dor – o que não é a mesma coisa. As escolhidas são aquelas por diversão ou por fuga. Há pessoas que bebem para divertir-se; e há pessoas que bebem para fugir da realidade. Há pessoas que usam outras drogas também, por diversão ou por fuga, da mesma maneira que os remédios são para dar saúde e/ou evitar a dor.

O problema, até aí, não seria nenhum. O problema é que alguns desses criam dependência. Algumas dependências por doença em si: se parar de tomar, volta-se a ficar doente. Alguns dizem até que não se volta, mas se está doente, só que a doença sob controle do remédio. E os outros ficam dependentes por uma questão de vício – chamemos assim –, por uma questão fisiológica, em muitos casos.

A fuga talvez seja a maior característica das drogas ditas ilícitas hoje, porque podemos dividir essas drogas entre as legais e as ilegais. E entre as legais existem aquelas,que se compram nas farmácias e aquelas que se compram apenas com receita médica. São aquelas regulamentadas. Aliás todas são regulamentadas pela Anvisa, mas algumas se pode comprar diretamente e outras exigem um documento para se comprar.

O que nós precisamos perceber é que esse homem químico, esse homem que depende de drogas todo o tempo... Essas drogas ilícitas, em grande parte, têm sido como fuga, fuga da fome. Uma parte do alcoolismo é decorrente da fome. Quando eu digo fome eu não falo só da fome da comida, eu falo da fome do salário, da fome do consumo, da fome do reconhecimento público. Você se torna um marginal e cai no alcoolismo e em outras drogas também. Existem essas drogas que dominam pela fuga, diferentemente daquelas que são usadas por diversão. Alguém pode até criticar que, para se divertir, precisa de droga. O ideal é que não precisasse. Mas é diferente a droga da diversão e a droga da fuga.

A droga da fuga só será combatida com uma reforma da civilização no seu estado atual. Afinal de contas, talvez a mais espalhada droga do mundo moderno seja o consumismo. A gente fala muito no consumo da droga e se esquece da droga do consumo. Quem não chega lá termina fugindo da realidade.

Então, hoje no mundo em que alguns por diversão, outros por doença, outros por dor, outros por fuga, estamos caindo a sociedade, a humanidade, na necessidade da química para ser feliz. O grave é que nós estamos perdendo essa guerra. Eu acho que isso a gente tem que entender. A guerra da droga está sendo perdida pela humanidade. E a primeira vez que eu ouvi isso – já faz uns 5 a 10 anos – foi de um Senador mexicano. Ele disse: "O meu país perdeu a guerra das drogas." Perdeu a guerra das drogas porque a juventude e a população, hoje, necessitam de algum tipo de química para estar vivo, para não sentir dor, para não fugir da realidade ou para divertir-se. E porque em torno disso gerou-se um tráfico que assassina, que mata, que gera violência.

Nós estamos perdendo as duas guerras. Nós estamos perdendo a guerra da necessidade da química para manter as pessoas felizes – o que não deveria ser preciso –; a nossa sociedade está fazendo com que a felicidade que a sociedade não oferece pela solidariedade, pela bandeira de luta, pelo gosto às artes, por falta disso, estão caindo nas drogas.

Estamos perdendo. E estamos perdendo a guerra em relação ao tráfico. Os traficantes estão ganhando. Eles estão ganhando porque conseguem aumentar o número de dependentes e eles estão ganhando porque usam as armas para ocupar seus espaços geográficos como em uma guerra convencional.

Por isso, André, eu quero dizer que fiquei satisfeito de ver um jovem tomar iniciativa de provocar o debate. Não estou dizendo que estou a favor da proposta de regulamentação. Isso eu só vou dizer no meu relatório, se estou ou não estou.

Mas fico muito feliz de ver, a partir da sociedade, graças à liderança de um jovem, que o Senado ficou obrigado a se debruçar sobre o assunto. Esse assunto, hoje, é tão importante quanto a educação, que eu defendo tanto, quanto o salário, quanto a democracia. É um tema de que não podemos fugir. Fugir dele é estar tomando uma droga, a droga do esquecimento, a droga da ilusão de que o problema não existe e que nós não estamos mais controlando.

Nós estamos aqui para debater isto: o que fazer, especialmente em relação a uma droga, que é a maconha. Mas se houver caso, aqui, a gente pode fazer das outras também. Mas a gente está aqui para debater: como vencer a guerra contra a maconha.

Essa guerra não vai ser ganha ignorando o assunto. Ninguém vence uma guerra ignorando o tema. Vai-se ganhar aumentando a repressão, ou vai se ganhar regulamentando o uso e a produção. Essa é a nossa pergunta. A gente não está aqui para incentivar, para comemorar, para achar que a humanidade sempre vai depender de drogas, como aliás sempre dependeu nos povos primitivos também. Os povos primitivos usam suas formas de drogas, não é só a civilização industrial. Mudou foi a droga, não o uso dela. Mas generalizou-se.

Então, nós estamos para discutir como podemos ter uma sociedade na qual não seja preciso química para ser feliz, mas sem ignorar que estamos fracassando; e sem ignorar que vamos tomar decisões muito necessárias e corajosas, seja regulamentando, seja aumentando a repressão, porque como está, estamos perdendo a guerra.

Dito isso, vou passar a palavra em ordem contrária das pessoas que eu chamei, até para guardar o nosso convidado para último lugar. Começo com a Márcia Loureiro, que é Coordenadora-Geral da Coordenação Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais do Ministério das Relações Exteriores.

Eu vou dar inicialmente pelo menos 15 minutos, mas se for preciso estender um pouco, não se preocupe.

A SRª MÁRCIA LOUREIRO (Com revisão da oradora.) – Muito obrigada, então, Senador.

Senadora Ana Rita, Senador Cristovam Buarque, senhores componentes da Mesa, senhoras e senhores presentes, agradeço o convite para comparecer a esta reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Considero a minha presença aqui como uma oportunidade para ouvir, aprender e também dialogar com setores do Governo e da sociedade sobre um tema acompanhado pela Coordenação Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais do Itamaraty, que atualmente chefio.

Como representante do Ministério das Relações Exteriores, a contribuição que eu poderia dar a esta reunião diz respeito sobretudo ao ambiente multilateral, ao panorama atual do debate sobre o problema mundial das drogas nos principais foros multilaterais de que o Brasil participa: nas Nações Unidas, a Comissão de Entorpecentes do Ecosoc (Conselho Econômico e Social); na Organização de Estados Americanos, a Cicad (Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas); e, na Unasul, o Conselho sobre o Problema Mundial das Drogas.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MÁRCIA LOUREIRO (*Com revisão da oradora.*) – Como introdução ao tema: o que é e como se conceitua o problema mundial das drogas? Como essa expressão é entendida no ambiente multilateral?

O problema mundial das drogas é entendido como cultivo, produção, manufatura, venda, demanda, tráfico e distribuição ilícitos de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, assim como o desvio de precursores químicos e as atividades criminosas correlatas.

O problema é entendido, portanto, como uma questão de caráter complexo e dinâmico ao longo do tempo, que por isso exige uma abordagem multidisciplinar.

Nas instâncias multilaterais se tem procurado aplicar ao problema o chamado enfoque integral e equilibrado, com base científica, pautado pelo respeito aos direitos humanos. Esse é um conceito muito presente nos foros multilaterais, que o problema das drogas tenha essa abordagem pautada nos direitos humanos e também no conceito de responsabilidade compartilhada entre os Estados. O enfoque integral e equilibrado já está plenamente incorporado à política brasileira sobre drogas.

Concretamente, tal enfoque se traduz em ações de prevenção, atenção ao usuário, redução da oferta e enfrentamento aos delitos conexos, como por exemplo à lavagem de dinheiro.

O marco internacional em vigor para o tratamento do problema mundial das drogas é estabelecido pelas três convenções das Nações Unidas sobre drogas, como sabemos, a Convenção Única sobre Entorpecentes, de

1961, emendada pelo Protocolo de 1972; a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971; e, por fim, a Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas, de 1988, todas já incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro. Esse é o marco internacional vigente no âmbito das Nações Unidas para o tratamento do assunto.

Vale assinalar que a convenção de 1961 reconhece, já no Preâmbulo, que o uso médico de drogas narcóticas continua a ser indispensável para o alívio da dor e do sofrimento e que se deve assegurar a disponibilidade de drogas para esses propósitos. Em linha com esse raciocínio, o art. 4º da Convenção de 1961 admite a produção, distribuição, importação, exportação, comércio, uso e posse de drogas para fins medicinais e científicos. Devem ser, porém, aplicadas as medidas de controle estabelecidas no próprio texto da Convenção. Admite-se o uso médico e para pesquisa, desde que aplicadas as medidas de controle que o próprio texto da Convenção estabelece. Os países signatários reconhecem, ainda, a competência das Nações Unidas com respeito ao controle internacional das drogas e concordam em conferir à Comissão de Entorpecentes (CND) e também à Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (Jife) as funções correspondentes a essas medidas de controle.

A Comissão de Entorpecentes (CND) é a instância mais alta das Nações Unidas para tratar do problema mundial das drogas. Cabe a ela, ou seja, ao conjunto dos países que a compõem, e que se reúnem anualmente em Viena, manifestar-se sobre a prevenção do uso, a reabilitação de usuários, oferta e tráfico das drogas Ilícitas. Desde a aprovação da Convenção Única de 1961, cabe à Comissão de Entorpecentes supervisionar a aplicação desse instrumento. Também foi atribuída a ela a competência de supervisionar a aplicação das duas convenções aprovadas posteriormente, a Convenção de 1971 e a Convenção de 1988.

Nesse trabalho de supervisão, a Comissão de Entorpecentes é auxiliada pela Junta Internacional de Controle de Entorpecentes, órgão executivo independente que se coordena, no caso do Brasil, com a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e com o Departamento de Polícia Federal, por intermédio do Itamaraty, por via diplomática.

Tomados em seu conjunto, esses três instrumentos não tratam apenas do enfrentamento ao tráfico e dos demais aspectos repressivos. Ao contrário, já resguardam também a dimensão de saúde pública; a importância de se assegurar a disponibilidade dessas substâncias para pesquisa e uso medicinal e ao mesmo tempo de prevenir o uso abusivo: proporcionar tratamento, educação, reabilitação, reintegração social para as pessoas que assim necessitem.

A Jife (Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes) no seu relatório anual, edição de 2013, reafirma que o estabelecimento de programas de uso medicinal é permitido, de acordo com a Convenção Única de 1961, mas reitera que esses programas estão sujeitos a medidas estritas de controle para o cultivo, comércio, distribuição e assim por diante.

Outro aspecto a se assinalar com relação ao regime multilateral é que a Convenção de 1961 diz, em seu art. 28, que não se aplica ao cultivo de cânabis que seja exclusivamente para fins industriais. Isso porque existem variedades da planta que têm concentrações muito baixas de compostos psicoativos, e esse uso industrial, para a fabricação de têxteis, por exemplo, não estaria sujeito aos controles da Convenção de 1961.

No plano interamericano, o problema das drogas também é tratado na Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (Cicad), que, aliás, foi criada em 1986, durante a Assembleia Geral da OEA no Rio de Janeiro. O Brasil foi um dos países responsáveis por trabalhar em favor do êxito dessa iniciativa, ou seja, a criação da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas.

O objetivo da Cicad, em linhas gerais, é aumentar as capacidades institucionais dos Estados-membros, a fim tanto de reduzir a produção, o tráfico e o uso ilícito como também de responder às consequências sociais, criminais, e às consequências para a saúde, decorrentes do tráfico de drogas.

Em termos práticos, o Brasil participa das duas sessões anuais da Cicad e também das atividades dos grupos de trabalho da Comissão, que são: redução da demanda, controle de substâncias químicas e farmacêuticas, controle da lavagem de dinheiro e narcotráfico marítimo. Hoje em dia, o Brasil exerce a presidência de dois desses grupos de trabalho: o grupo de trabalho de redução da demanda e o grupo de trabalho de lavagem de dinheiro.

A partir dos trabalho da Cicad foi elaborado um documento da OEA, chamado "Estratégia Hemisférica sobre Drogas", e também o seu Plano de Ação, para o período 2011 a 2015. A Estratégia e o Plano de Ação traduzem a visão dos países-membros da OEA e as prioridades desses países no seu conjunto. Esses documentos também incorporam conceitos que estão presentes no plano das Nações Unidas, que são a abordagem integral e equilibrada e o conceito das responsabilidades compartilhadas entre os Estados. A Estratégia também reafirma que o enfrentamento ao problema deve se pautar pela observância do Direito internacional e dos direitos humanos, bem como pelo respeito à soberania, o respeito mútuo entre os Estados.

Outro aspecto importante da Estratégia é a dimensão de gênero, juntamente com a questão dos direitos humanos. E a Estratégia nota também que o problema das drogas apresenta características particulares em cada país. Corresponde, portanto, aos países procurar o que eles considerarem o equilíbrio adequado entre os aspectos da redução da demanda e da redução da oferta das drogas ilícitas.

Os progressos na aplicação da Estratégia são avaliados anualmente pelos países, na Cicad. Está prevista para 2015 a revisão do documento da Estratégia como um todo, quando termina o período de 2010 a 2015, que foi estabelecido para o Plano de Ação.

Na Unasul, o Brasil foi um dos países que propuseram e articularam, em 2010, a criação do Conselho Sul-americano sobre o Problema Mundial das Drogas. A Unasul – União de Nações Sul-Americanas – se estrutura em conselhos: conselho de defesa, conselho de saúde, e assim por diante. Dessa forma, foi criado, em 2010, o Conselho Sul-americano sobre o Problema Mundial das Drogas. E o Brasil vem participando, ativamente, dos seis grupos de trabalho, naqueles temas que foram identificados como prioritários pelo conjunto de países que compõem a Unasul. Esses grupos de trabalho são: redução da demanda; redução da oferta; medidas de controle; lavagem de ativos; desenvolvimento alternativo (ou seja, cultura ou cultivos alternativos às plantas que podem dar origem à droga) e fortalecimento institucional e harmonização legislativa. O principal objetivo desses grupos de trabalho, da forma como os países-membros da Unasul assim definiram, é favorecer a criação de redes de intercâmbio, de redes de coordenação entre os órgãos governamentais dos vários países.

No âmbito interamericano, ocorreram dois desdobramentos, a meu ver, relevantes, no ano de 2013.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF. *Fazendo soar a campainha*.) – Pode continuar.

A SRª MÁRCIA LOUREIRO (*Com revisão da oradora.*) – O primeiro deles foi a conclusão de um estudo elaborado pela OEA sobre os possíveis cenários alternativos à atual política de enfrentamento ao problema das drogas. Trata-se de um estudo – que está disponível *on-line* e que talvez seja útil e interessante tanto para os participantes quanto para os ouvintes conhecerem –, intitulado "Informe sobre o problema das drogas nas Américas", que buscou realizar uma análise ampla das políticas que os países desenvolvem na região, destacar pontos fortes e pontos fracos na implementação dessas políticas e sugerir novos enfoques no combate ao problema. É um trabalho interessante e muito recente, desenvolvido no âmbito da OEA.

Uma das conclusões centrais contidas nesse informe é que o problema das drogas, embora seja visto como um processo hemisférico único, tem manifestações distintas e impactos distintos nos países e nas sub-regiões. E, por essa razão, requer, por parte dos países-membros, um enfoque múltiplo e flexível. Essa é uma das conclusões do estudo. Outra conclusão é a necessidade de se dar uma perspectiva de saúde pública ao enfrentamento do problema. O estudo registra que, muito embora essa visão de saúde pública já esteja incorporada às políticas nacionais e internacionais sobre drogas, os recursos e programas para implementar essa visão ainda são escassos e limitados.

Quanto tempo eu ainda tenho, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF. *Fora do microfone*.) – Pode continuar.

A SRª MÁRCIA LOUREIRO (*Com revisão da oradora.*) – Posso continuar, então?

Um segundo desdobramento, verificado em 2013, foi a escolha do problema das drogas como tema central da Assembleia Geral da OEA, realizada em junho de 2013, na Guatemala. Na ocasião, foi aprovada a Declaração intitulada "Por uma política integral frente ao problema mundial das drogas nas Américas", outro documento cuja leitura se recomenda, porque traduz a visão consensuada dos países-membros da OEA e por sua atualidade. Esse documento, entre outros aspectos, incentiva a abordagem de novos enfoques com base na evidência científica, encoraja o debate amplo, aberto, com participação da sociedade, reconhece o problema do abuso das drogas como questão de saúde pública e reconhece que as políticas de drogas devem conter uma perspectiva transversal de direitos humanos.

Esses são, então, alguns conceitos e perspectivas que norteiam o debate atual sobre o tema no âmbito interamericano.

Voltando, então, ao quadro global do debate sobre o problema das drogas, pode-se dizer que a repercussão desse debate hemisférico sobre novos enfoques no âmbito interamericano ainda é limitada. Na própria Assembleia Geral da OEA, ano passado, várias delegações destacaram a validade dos instrumentos internacionais vigentes sobre o enfrentamento ao problema, incluindo, portanto, as três convenções das Nações Unidas e também, no caso dos países que compõem a nossa região, a Estratégia Hemisférica e o Plano de Ação.

Por sua vez, a CND, Comissão de Entorpecentes, na sua última sessão, em abril de 2014, reafirmou o marco legal das três convenções e reafirmou também a importância do uso médico e científico. O Brasil, aliás, é um dos países que têm defendido que o debate internacional sobre o problema mundial das drogas se realize dentro do marco das três convenções.

Num futuro próximo esse debate terá duas etapas importantes: a primeira será a sessão extraordinária da Assembleia Geral da OEA sobre o problema das drogas nas Américas. Essa Assembleia Geral se realizará em setembro agora, na Guatemala, mas a agenda dessa sessão extraordinária ainda não está definida. E, no quadro global, um evento importante, que está em processo de preparação, é a sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o problema mundial das drogas, que terá lugar em 2016. Portanto, o debate mundial tende a se ampliar no contexto preparatório dessa sessão especial da Assembleia Geral da ONU.

Essas seriam algumas considerações introdutórias sobre as instâncias multilaterais existentes, sobre a abordagem contida nas três Convenções globais que tratam da questão e, por fim, a respeito dos rumos que o debate internacional tende a seguir nos próximos meses e anos.

Eu concluiria aqui meus comentários iniciais, e aspectos mais específicos, conforme o interesse dos participantes, poderiam ser tratados no decorrer da reunião.

Peço desculpas por ultrapassar o horário e agradeço.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Bom dia.

Eu quero continuar e, antes de passar a palavra ao Dr. Rafael, eu queria dizer duas coisas.

Chegaram aqui diversas opiniões a favor e contra. Mas aqui não é plebiscito. Eu não vou ler quantos são a favor e quantos são contra. A gente está aqui discutindo propostas. Por exemplo, como fazer um mundo sem drogas. "Como"! Não é "se". Como regulamentar. Não é "se". Nós estamos debatendo ideias. Não estamos fazendo plebiscito.

Por isso, a única manifestação que chegou aqui que vou ler é esta, porque acho que toca, Senadora Ana Rita, ao nosso trabalho. Diz assim: "Tem tanta coisa mais útil neste País para os senhores, representantes do povo, e ficam perdendo tempo com esse assunto. Querem colocar vontades e interesses de determinado grupo como imposição a toda a Nação".

Primeiro, a gente não está aqui servindo a nenhum grupo. Engana-se quem achar que a gente está servindo a um grupo.

Segundo, essa pessoa está muito enganada se acha que este não é um tema importante. Se os que são contra a regulamentação, ou os que são a favor, acham que isso não é um problema, estão muito enganados! Não estão vendo o noticiário, não estão olhando nas ruas a quantidade de usuários de *crack*, as "cracolândias", a quantidade de famílias que, dentro de suas casas, têm pessoas dependentes. Esse é o problema! E dizer que há coisa mais importante?! Claro que há, como a educação e a saúde. A droga está corroendo a saúde e está corroendo a educação! Então, por favor, não venha dizer que há coisa mais importante. Este tema é tão importante quanto tudo o mais.

E eu estou aqui, Senadora Ana Rita – e agradeço a V. Exª por ter me indicado, eu não sabia que seria indicado –, porque este é um tema importante, e eu não vou fugir da minha responsabilidade de debatê-lo.

Quanto à Drª Márcia, eu queria fazer uma pergunta que serviria também para o Dr. Rafael.

A minha pergunta é: na sua opinião, como representante do Brasil no Sistema Geral das Nações Unidas para o Enfrentamento dos Ilícitos, a humanidade, representada pelas Nações Unidas, está perdendo ou ganhando a guerra contra a droga? O que a senhora acha?

A SRª MÁRCIA LOUREIRO (*Com revisão da oradora.*) – Eu acho, Senador, que muito tem sido feito. Dizer apenas que se está perdendo a guerra contra as drogas seria talvez desconsiderar uma série de avanços que tem sido possível alcançar.

Em certos aspectos, o problema vem avançando. Eu mencionaria um: as chamadas novas substâncias psicoativas, aquelas substâncias que vão sendo criadas e que não estão, portanto, sujeitas às listas, aos controles das três Convenções. As novas substâncias, acho que esse é o desafio que temos. Ao lado das substâncias tradicionalmente conhecidas e já reguladas pelas Convenções, nós temos esse desafio das novas substâncias psicoativas, que requer um esforço da ciência e das políticas públicas e do regime multilateral em conjunto. Mas, ao lado disso, eu diria que muito tem sido possível fazer, tanto no âmbito internacional, quanto dentro dos países.

Então, eu diria que a resposta é matizada. Não acho que nós deveríamos dizer que... Enfim, eu acho que devemos considerar o muito que já se fez, que já foi possível fazer, ao amparo do regime e das estruturas existentes.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Deixe-me ser mais explícito.

A senhora colocou que as Nações Unidas trabalham sobre a produção, a distribuição e o consumo. Eu pergunto: a produção está diminuindo ou aumentando? A distribuição está diminuindo ou aumentando? O consumo está diminuindo ou aumentando?

A SRª MÁRCIA LOUREIRO (*Com revisão da oradora.*) – Eu tendo a achar que a tendência é de aumento. Uma vez que o UNODC publica seus relatórios anuais e avalia essas tendências nos países todos que ele cobre, talvez o representante do UNODC pudesse complementar e eventualmente corrigir essa minha percepção, a partir da avaliação anual que o Escritório das Nações Unidas realiza.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Realmente, eu acho que...

Por isso que eu fiz essa indagação antes, para que sirva já como pergunta para o Sr. Rafael Franzini Batle, a quem eu passo a palavra.

O SR. RAFAEL FRANZINI BATLE – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srª Senadora, colegas desta Mesa, na hora das perguntas, eu acho que vou responder em espanhol, que é a minha língua. Eu acho que é um tema muito importante, e é melhor procurar ser muito concreto e certo. É uma coisa em que não posso falhar.

Eu quero agradecer ao Sr. Presidente, em nome do Escritório e por mim mesmo, pela honra e pela oportunidade de comparecer nesta Comissão para aprender mais sobre o assunto que nos traz aqui hoje. Como todos sabem, em 2016, será realizada uma sessão especial da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas para abordar a questão das políticas sobre drogas. Eu acho que a troca de ideias que vamos ter hoje, além daquelas feitas no mundo acadêmico, na sociedade civil e até mesmo no âmbito internacional, é fundamental para enfrentar os debates de 2016.

Estou convencido de que, quando falamos sobre o problema das drogas, todos nós temos clareza sobre este ponto. Sem drama, sem alarde, mas avaliando, num termo justo, o que acontece na sociedade. Quando nos referimos a dependentes problemáticos, nos referimos a um problema. Quando temos violência associada ao tráfico de drogas, nós temos um problema. E as políticas públicas são justamente respostas a problemas como esses. Eu prefiro não falar sobre lutas ou guerras. Acho que, com isso, não damos uma ideia completa de como dar respostas ao problema. Por isso eu prefiro falar de respostas e soluções aproximadas, porque, insisto, o problema existe.

O UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime) é a agência das Nações Unidas com mandato de apoiar os países na implementação das três convenções da ONU sobre drogas, além das convenções contra o crime organizado transnacional e contra a corrupção.

Baseado nas convenções sobre drogas, o UNODC ajuda os Estados-membros a desenvolver legislações nacionais, além de respostas ao uso problemático de drogas e suas consequências adversas à saúde, por meio da implementação de ações de prevenção e da oferta de uma rede integrada de serviços de atenção e assistência, com base em evidências científicas, no respeito aos direitos humanos e em padrões éticos.

O trabalho do UNODC de apoiar os países na implementação das convenções é amparado por dois outros órgãos da ONU: a Comissão de Narcóticos – como já disse a Ministra Márcia –, que é o espaço onde a regulamentação internacional sobre drogas é discutida pelos países; e a Jife (Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes), que é um órgão independente que fiscaliza a implementação das convenções.

O mandato do UNODC, como vocês podem ver, é amplo e abrangente. É por essa razão – e eu quero enfatizar isso – que as ações relativas à saúde, tais como a prevenção e tratamento de uso de drogas, assim como algumas intervenções na área de HIV/Aids, hepatite e tuberculose, são fundamentais para o nosso trabalho. Na verdade, no Brasil, o nosso trabalho nesta área de saúde constitui a maior parte de nosso portfólio.

Permita-me dar ênfase especial a esse aspecto, porque o fato de dirigir nossas ações dentro da área da saúde apresenta algumas particularidades e características especiais, das quais vou citar alguns exemplos.

Primeiro, colocar a pessoa como centro ou eixo de nossa preocupação, e não tanto a substância em si.

Em segundo lugar, como resultado do primeiro ponto, o respeito irrestrito aos direitos humanos.

O primeiro ponto requer que o respeito aos direitos humanos seja pleno em qualquer intervenção sobre drogas, seja na Justiça, seja na saúde, seja em ações no âmbito carcerário ou no processo judicial. Por exemplo, é tão importante buscar alternativas para a privação da liberdade dentro da lei quanto procurar que existam leis que não violem o desejo do consumidor, mesmo aquele problemático, de não ser tratado contra a sua vontade, com exceções muito restritas.

Em terceiro lugar, reconhecer as vulnerabilidades sociais como um componente diferencial para encarar o problema. Assim, por exemplo, o tratamento médico, se necessário, pode salvar a vida de pessoas de diferentes estratos sociais, mas nas intervenções em populações vulneráveis, onde a prevalência de HIV/aids ou sífilis é maior em usuários de drogas, precisamos levá-los a experimentar outros caminhos, como as intervenções para a redução de danos, que já não enfrentam mais tanta resistência como acontecia até alguns anos atrás.

Em quarto lugar, promover a produção, a coleta e a utilização de evidências científicas como base para o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas, prevendo também mecanismos de monitoramento e avaliação dessa implementação.

Com a licença de vocês, eu gostaria de ler alguns parágrafos de um documento que foi produzido pelas Nações Unidas no ano de 2009. Um documento velho, mas um documento que eu acho que não muitas pessoas conhecem. Nós fizemos, no ano passado, em setembro, um evento aqui em Brasília que tem o nome do documento. O documento se chama "Da Coerção à Coesão", e tem alguns parágrafos interessantes que respaldam o que eu estava falando. Por exemplo:

> Segundo as disposições das Convenções Internacionais sobre o Controle de Drogas, o tratamento, reabilitação, reinserção social e pós-tratamento devem ser considerados como uma alternativa a sanções penais. Pessoas que sofrem de transtornos por uso de substâncias, que tenham cometido delitos relacionados com a droga, podem ser encorajadas a entrar em tratamento como uma alternativa a sanções penais.
> *Este tipo de intervenção que usa o poder coercitivo do sistema de justiça criminal, não significa necessariamente que o tratamento seja compulsório ou que envolva a privação de liberdade de um indivíduo: as pessoas ainda têm a escolha entre aceitar o tratamento, ou cumprirem a pena de privação de liberdade* [se existir]*, ou mesmo se submeterem a outras sanções administrativas.*
> (...)
> Passar de uma abordagem voltada à sanção para uma abordagem voltada à saúde é consistente com as convenções internacionais de controle de drogas e também está de acordo com um grande número de evidências científicas. Entre as evidências estão incluídas tanto a epidemiológica quanto outras evidências científicas de que o uso nocivo e a dependência de drogas muitas vezes estão associados ao desfavorecimento individual e social (...). É preciso igualmente considerar pesquisas clínicas e neurobiológicas que demonstram que a dependência de drogas é uma doença crônica, multifatorial que afeta o funcionamento do cérebro tornando a abstinência difícil de ser alcançada no curto prazo (...). Há evidências crescentes de que uma abordagem orientada para a saúde é também a mais eficaz na redução do uso de drogas ilícitas e dos consequentes danos sociais (...).

No entanto, apesar da importância dessa visão de saúde pública sobre o nosso assunto, temos perfeita consciência de que devemos cumprir o nosso mandato como guardiões das convenções de drogas e crime organizado, e há pressões do Direito Internacional que regem os nossos esforços. Isso nos ajuda muito a equilibrar a resolução do problema porque as convenções não dão uma lição e uma resposta holísticas, pois o nosso mandato deve ser tratado, assim, como um todo, de forma integral. E assim como nós prestamos atenção às questões sociais ou de redução de demanda, também reagimos ou somos pró-ativos nas nossas intervenções, ao reconhecer que existe violência associada a esse fenômeno.

Destaco agora este ponto porque o crime organizado, que está presente nessa problemática, é uma organização que desafia o Estado. E, apesar de podermos aceitar que a violência e as drogas muitas vezes não apresentam uma relação tão clara entre si, ou pelo menos precisa ser comprovada com melhores estudos, não se pode negar a influência do tráfico de drogas nesta realidade. Portanto, problemas multidimensionais e holísticos precisam de respostas do mesmo tipo, com a mesma lógica.

Finalmente, ao reiterar novamente meus agradecimentos e parabéns por estarem abordando este ponto com tanta seriedade – li o relatório produzido para orientar as discussões, e achei um bom ponto de partida –, eu gostaria de concluir a minha fala salientando a importância política destes debates, assim como a necessidade de promover e aumentar o nível de profundidade nas discussões tanto no meio acadêmico, como na sociedade civil. Certamente, a sociedade mundial será beneficiada por essas trocas, sem as quais as políticas públicas não poderiam evoluir.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu gostaria de insistir na minha pergunta. No que se refere à produção, à distribuição e ao consumo, estamos ganhando ou perdendo a guerra?

O SR. RAFAEL FRANZINI BATLE – Com licença, Sr. Senador, eu não vou falar em guerra. Eu acho que são respostas, são respostas aos problemas. Em alguns pontos, nós estamos evoluindo bem, em outros, não.

Por exemplo, o consumo de cocaína foi estabilizado nos Estados Unidos, um país com um consumo muito grande ; a quantidade de áreas de coca erradicadas na Colômbia e no Peru aumentou e alguns aspectos dentro da saúde evoluíram bem.

Por isso que eu não gosto de falar em guerra. Na guerra você tem um ganhador e tem um perdedor. Hoje, na sociedade, quando você tem um problema, você não fala em guerra. Você não fala em guerra contra pesso-

as que dirigem mal seus carros. Você fala da regulamentação do tráfego, fala como fazer para que as pessoas respeitem mais os direitos dos ciclistas. Há alguns ganhos e algumas perdas. Por exemplo, há ciclistas mortos, mas decresce o número de problemas de tráfego.

Então, o problema de drogas é multifacetado, é multissetorial, e há ganhos e perdas. No mundo, geralmente, a quantidade de consumidores de drogas fica estável. Muitas vezes, mudam as drogas consumidas, e mudam pelo controle feito sobre elas. Por exemplo, uma boa novidade é que, nos Estados Unidos, os menores de idade consomem menos álcool. E uma novidade boa é que o consumo do tabaco, em muitos países, decresce. Então, a resposta aos problemas são distintas. São distintas segundo os países, são distintas segundo os públicos que nós estamos procurando salvaguardar em sua saúde.

Então, acho que não adianta falar de perdas e de ganhos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas adianta falar de aumento ou não da produção e do consumo?

O SR. RAFAEL FRANZINI BATLE – O consumo, há algum consumo que aumenta e há drogas novas que indicam que existe produção maior.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Cigarro e álcool não entram como preocupação do escritório?

O SR. RAFAEL FRANZINI BATLE – Nós, sim, temos essa preocupação e nós apoiamos muitas ações contra cigarro e álcool.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas cigarro, a gente pode dizer com clareza que estamos vencendo.

O SR. RAFAEL FRANZINI BATLE – Em alguns países, sim; em outros, não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu passo a palavra agora ao Sr. Julio Heriberto, agradecendo muito que haja tomado seu tempo para vir do Uruguai até nós para falar sobre a experiência uruguaia que chama tanto a atenção hoje do mundo.

O SR. JULIO HERIBERTO CALZADA MAZZEI (*Tradução simultânea por profissional habilitado.*) – Muito obrigado, bom dia a todo mundo, todos e todas. Agradeço ao Senador do Brasil, à Comissão de Direitos Humanos, à Senadora Ana Rita, ao Senador Cristovam Buarque, particularmente; agradecemos o convite para poder clarificar a nossa posição, a posição do meu país em relação a esse tema.

Pela informação que circula nos grandes meios, fala-se na legalização do consumo de maconha no Uruguai, o que está errado, pelo menos a legislação no Uruguai não condiz com isso. Nós falamos desse tema como da regulação do mercado de maconha no Uruguai.

Vou falar, já que estou falando de Uruguai, como me disse a coordenadora Márcia Loureiro, como também reafirmou o Rafael há pouco, a realidade dos países é substancialmente diferente, não apenas no que diz respeito a consumo de drogas, mas de maconha; são substancialmente diferentes do ponto de vista cultural, em seu aspecto constitucional, etc. O Uruguai é um país que, como seguramente vocês sabem, tem três... Faz 40 anos, em outubro, que despenalizou o consumo de drogas. Essa é uma realidade simplesmente diferente da dos países da América Latina. Uns despenalizaram faz poucos anos, outros mantiveram a penalização. Se olharmos a evolução do uso de drogas nos últimos 40 anos, notamos que a evolução do consumo e os aspectos colaterais evoluem de forma similar nos países que penalizaram o consumo e nos países que despenalizaram o consumo.

Então, o importante, quando analisamos o tema dessa complexidade que envolve valores morais, políticos, etc., é que temos que nos referir, o quanto possível, à evidência científica que tenhamos dos diferentes aspectos do problema. No caso do Uruguai, o que temos em 2012, quando começamos com esse processo de formulação da lei relativa à cânabis, é um problema de incongruência jurídica em que os usuários, 3,6 milhões de uruguaios – e não todos, porque temos meninos e meninas; 570 mil pessoas entre 18 e 64 anos são os que consideramos nas estatísticas –, todos esses cidadãos estão habilitados legalmente a consumirem maconha e não têm nenhuma forma legal de acessar essa maconha.

Temos um problema de saúde pública calculado. Esse processo de incongruência jurídica gera, de alguma maneira, uma criminalização simbólica dos usuários. Os usuários, de alguma maneira, deixam de ser cidadãos, de ser pessoas e passam a ser viciados, dependentes ou, inclusive, muitas vezes, desrespeitosamente usados pela mídia. Isso faz com que as pessoas se tornem refratárias ao sistema sanitário, esse sistema se torna refratário às pessoas que buscam ajuda. Devem saber que mais de 90% dos usuários no mundo que têm problemas com drogas não buscam nenhum tipo de ajuda nem no sistema profissional, nem nos recursos não profissionais.

Um terceiro problema que temos é o problema do narcotráfico, e a legislação e a reflexão teórica, política e ética que realizamos no país sobre esse processo tem a ver com estes três aspectos: a incoerência jurídica, o problema de saúde pública e o narcotráfico. É importante perguntar qual a questão das drogas para ser ho-

nesto intelectualmente Qual o problema das drogas? Como o tratamos no país? O problema está nas substâncias, está nas pessoas, está na cultura, está na sociedade, está na política, está na geopolítica, está nas normas, na fiscalização estrita do tráfico ilícito? Temos que dar respostas e tentamos de alguma maneira dar respostas.

Há 15 anos, não havia o problema da cocaína fumável; não existia o problema de *crack*, o chamado *paco* na Argentina.

As pessoas mais vulneráveis que consumiam, os meninos, as crianças consumiam cola. Quanto à cocaína fumável, esse problema se associa diretamente a temas geopolíticos que se produzem na região, e há um interesse muito forte dos Estados Unidos de evitar a chegada da cocaína ao seu país.

Faz 15 anos que, na parte sul dos Andes, Bolívia e inclusive Peru, não se produzia cocaína. As folhas de coca produzidas na Bolívia e no Peru chegavam até a Colômbia, produzia-se na Colômbia e, lá da Colômbia, ia ao mercado norte-americano, que é o mercado mais consumidor de todas as drogas de todo o planeta. Isso implicou essa geopolítica em blindar o Caribe por terra, mar e ar, implicou no deslocamento, para o sul, da produção de cocaína; a folha que se produz na Bolívia, no Peru ou na Colômbia, já não se tratava na Colômbia para produzir cocaína, mas se levava ao sul, e hoje temos uma quantidade de laboratórios no Cone Sul, no Paraguai, em algumas regiões do Brasil.

Quando analisamos o problema das drogas, temos que ter em conta as substâncias, pois nem todas são iguais. Não são a mesma coisa, o tabaco, o álcool, a maconha e a cocaína, a heroína ou outra droga, ou até a ayahuasca.

De nosso ponto de vista, para fazer uma análise normal do tema, temos que ter em conta todo esse conjunto de aspectos.

Durante décadas – exatamente, não concordarei com algumas pessoas da mesa –, houve políticas centradas na malignidade das substâncias. Na história da humanidade, sempre foi assim. A partir de mudanças que se dão na geopolítica do mundo – 1908, 1910, 1912, quando se dão os congressos de Xangai e uma nova hegemonia emerge nos Estados Unidos e os ingleses –, a política em relação ao ópio muda e se forma o primeiro organismo internacional para o controle do ópio, fruto do que haviam sido os dois séculos de guerra entre China e Grã-Bretanha, vinculada à produção de ópio, não pela China, mas pela Grã-Bretanha, que a produzia na Índia e a exportava para a China, em troca de seda, especiarias, etc.

Então, falar do problema mundial das drogas nos leva, inevitavelmente, a falar em políticas, geopolíticas, substâncias, culturas, sociedades, e nos leva, necessariamente, a descentralizar o tema das substâncias.

No Uruguai – vou falar sempre do Uruguai –, fazendo uma análise dos últimos oito ou dez anos, em 2012, vimos que era um país que reduzia a pobreza de 34% a 12%, que elimina praticamente a indigência, que estava em 3%. Em 2005, 2006, 2007, era 3,5% de indigência, e isso caiu muito, tanto nas pessoas como em famílias. O país melhorou notavelmente a equidade. Em 2012, o país era significativamente mais equitativo que em 2005. Se medirmos pelo índice de Gini, passamos para 4,3 ou 4,8 pontos, ou seja, nos aproximamos de uma sociedade de igualdade perfeita.

O emprego melhorou. Tínhamos 20% de desempregados em 2001 e baixou muito a partir de 2013. Em 2007, 2008, tínhamos um desemprego de 6%, que é um desemprego praticamente estrutural.

E melhoram as condições de vida da população em geral.

Aconteceu algo muito importante. Durante 50 anos, estivemos expulsando a população. Não crescemos durante 50 anos. E, por motivos econômicos, para Austrália, Estados Unidos e Espanha, imigração política na época de ditadura militar, com muita imigração para Europa, Estados Unidos e Austrália também.

A partir do ano de 2008, a tendência de imigração se reverte. Muitos uruguaios voltam para o país, e o país começa a receber populações da região, ou seja, o conjunto da sociedade tem mais fé no futuro. Isso acontece em toda a região, particularmente aqui no Brasil.

Mas esse conjunto de melhorias das condições de vida não gerou uma expectativa que tínhamos sobre os problemas mais complexos, do ponto de vista social, como a criminalidade, a média da quantidade de mortos, o problema de uso de drogas legais e ilegais. Quando falamos de drogas, falamos de tabaco, álcool, maconha, do conjunto das drogas.

Isso reverteria de maneira natural, essa era a nossa expectativa.

Em matéria dos aspectos de fiscalização, fizemos tudo que a comunidade internacional nos apresentou. Criamos uma comissão contra a lavagem de dinheiro, contra o tráfico. Procuramos controlar os produtos químicos e farmacêuticos necessários para produzir as drogas e fizemos todos os deveres de casa.

E o que aconteceu? Em 2012, houve um crescimento permanente do índice de criminalidade em nossa sociedade. Estamos muito longe – a nossa sociedade é a mais segura da América Latina – da média do continente, estamos em 5 por 100 mil, ou seja, tínhamos 5 mortes violentas em 100 mil habitantes e, em 2012 chegamos a 7,9%.

Nesse momento, o Poder Executivo, o gabinete de segurança, o gabinete social disseram: vamos dar uma pausa para ver o que está acontecendo, porque todos os indícios estavam melhorando e a criminalidade está aumentando, o consumo está aumentando, fundamentalmente, especialmente, da cânabis.

Em 2008, o conjunto de políticas fez com que a cocaína fumável, o *crack*, o consumo dessa substância fosse reduzindo-se de forma muito pausada, mas de forma sistemática nos últimos sete anos.

Fizemos os deveres de casa e tivemos 82 mortes vinculadas ao tráfico de drogas e, hoje, não temos nenhuma morte relacionada com cânabis.

Nós colocamos um tema complexo: a convivência e a cidadania. Temos a convicção de que um país que tem cidadania plena é o que convive melhor, não necessariamente o que reprime mais.

Como entendemos, então, que é mais adequado tratar o tema desses produtos, como o tabaco, o álcool, a maconha? Alguns autores fizeram um conjunto de análises das políticas para a Organização Pan-Americana de Saúde, que são documentos muito importantes, de orientação obrigatória para nós que nos dedicamos a estudar os problemas das políticas públicas, nessa matéria, em particular. Chamamos esses produtos como produtos de consumo ordinário, o álcool e o resto das substâncias em geral, como produtos que se consomem na sociedade contemporânea e não podem ser tratados da mesma maneira que os celulares, a roupa.

Desde o ano de 2006, regulamos o mercado do tabaco. Optamos por uma política de regulação desses mercados, com a participação ativa do Estado, tendo como utopia a "desmarketização" das substâncias.

O mercado de tabaco é um mercado governado totalmente pelas organizações empresariais. O Uruguai tem um pleito com a Philip em função das medidas antitabaco. Queremos estabelecer condições para a propaganda. No Uruguai, está proibida qualquer propaganda de tabaco na via pública, na imprensa, na televisão, no rádio.

Não está proibido nem produzir e nem comprar tabaco, mas está proibido incitar a população a consumir tabaco, dizer à população que é um tabaco que faz menos dano que outro, que é mais brando, etc. Como todas as drogas, o tabaco faz danos.

Tivemos resultados significativos nos últimos oito anos ou dez anos. Em primeiro lugar, a prevalência do consumo de tabaco baixou muito entre os consumidores, e baixou muito em meninos e adolescentes. O consumo de tabaco, em 2006, para adolescentes e meninos era de 32% no Uruguai e, no ano 2012, caiu significativamente para 12%, ou seja, baixou de 20%. O único item no qual não se deu uma redução, foi no consumo das mulheres. Na sociedade, no social, fizemos um trabalho para avaliar esses fenômeno que vale praticamente para meninas e adolescentes e para as mulheres.

Neste período, tivemos uma proposta do mercado, do Governo, do Parlamento de implicar controlar a propaganda, a de função pública, a promoção do consumo, implica regular os postos de venda, implica estabelecer uma regulação de distribuição e do álcool. E, no caso da maconha, tivemos, temos proposto e aprovado pelo Parlamento, está em processo de implementação, regular todos os aspectos de produção, comércio, distribuição, de forma legal, do *cannabis*. Isso implica, desse ponto de vista – como diziam as multinacionais, que dizem que tem uma única produção que produz a cerveja em todo o Cone Sul –, tirar o poder dessas empresas multinacionais; e, no caso da maconha, que está o controle total do mercado de *cannabis* ao narcotráfico. Hoje, no narcotráfico, as organizações criminosas controlam a plantação, exportação, importação – no caso do Uruguai –, distribuição de todo o *cannabis* que se consome no Uruguai, porque não se produz no Uruguai, vem de fora. A produção de *cannabis* no Uruguai é 2% do mercado interno.

Então, conecta-se a regulação disso, e o que fizemos é assegurar aos usuários, aos 150 mil usuários de *cannabis* que tem o Uruguai, assegurar a eles por três vias: o autocultivo legal, a pessoa pode ter até seis pés por cada moradia, pode ter entre 15 e 40 membros reunidos em clubes, e os usuários têm que registrar-se para poder adquirir essas instâncias.

Isso fazemos dessa maneira, porque entendemos que a maconha seja um produto ordinário, vemos como um produto que tem que ser de controle regulado e distribuição controlada, porque entendemos que é uma substância que tem riscos para a saúde, como todas as substâncias, como o álcool ou outras substâncias, e, portanto, temos que ter uma intervenção direta do Estado para garantir um conjunto de aspectos.

Alguns disseram que essa ação do Uruguai implica uma aceitação das drogas e narcotráfico. Fizemos isso durante os últimos 50 anos e pensamos que, durante esse período, deixamos até resultados diferentes. Temos que ter resultados diferentes e seguir com essa política, porque queremos resultados diferentes sem deixar de manter todos os aspectos penais e normativos que fazem frente ao tráfico de drogas: não liberalizamos o mercado de drogas; não se pode plantar de qualquer maneira, mas, sim, dentro de um marco legal; não se pode vender maconha se não for dentro do marco legal; e, para as pessoas que realizam produções ilegais, mantêm-se as mesmas sanções que havia antes do ano de 2013.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Insisto que tenhamos que nos comportar aqui no nível do debate, e não de votação nem de eleição.

Eu quero tirar aqui do que falou o Sr. Julio algumas coisas.

Ele falou, e eu concordo e todos nós devemos concordar, que toda droga tem efeitos colaterais negativos. O remédio do coração mantém o coração funcionando bem, mas, se você tomar muito tempo, o pulmão para. O cigarro mata, todos nós sabemos, se fumar durante muito tempo. O álcool não precisa lembrar que, depois de algumas doses, a pessoa fica antissocial completamente e chega a se desfazer. O ópio gera euforia e depressão, como falam também que maconha produz, depois da euforia inicial.

Então, a pergunta é: como fazer com que as pessoas não precisem usar drogas? E aí há duas maneiras: uma é a repressão, a proibição, como os americanos tentaram com o álcool, e não funcionou; a outra é como educar as pessoas e a sociedade inteira para que ninguém precise de química para ser feliz, como ter uma sociedade em que as pessoas sejam felizes por ter uma bandeira de luta, por terem muito amor, por terem razões para viver, ou euforicamente ou sem euforia, mas com felicidade. E aí, como o remédio. O outro ponto é sobre aqueles que ficaram dependentes: se não tomarem, morrem. É como o remédio: se você parar de tomar certos remédios para algumas doenças, morre, é uma questão de tempo. O remédio do coração, se você tomar muito tempo, o pulmão entra em crise e, se você parar antes do tempo, o coração para.

A pergunta, portanto, que eu vou fazer, daqui a pouco, é que temos duas lutas diferentes: uma é contra o uso da droga, contra a necessidade da droga, contra a busca da droga; e outra, contra o narcotráfico. São coisas separadas. Enfrentar o narcotráfico não quer dizer impedir o consumo, e impedir o consumo não para o narcotráfico, porque encontrarão as brechas – por isso que é ilegal, por isso que é ilícito.

Eu fiquei muito curioso, eu queria ver mais uma vez o detalhe de duas coisas: uma é essa ideia de aqueles que mais convivem e aqueles que mais oprimem. Achei interessante essa filosofia no Uruguai, hoje, entre a convivência e a repressão, sem com isso querer falar em tolerância. Segundo, é que o senhor listou uma quantidade de problemas da droga, e me lembro bem do geopolítico, social e político e ético; eu não lembro se está o educação. Está?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está. Não é aí que está a chave da saída para o problema e, ao mesmo tempo, da convivência?

Eu queria fazer a seguinte pergunta.

Primeiro, eu gostaria de uma repetição de como é feito lá: plantação em casa, só uma certa quantidade; controle estatal do comércio. Eu queria repetir isso. E, segundo, perguntar: vai haver uma campanha educacional que procure fazer com que a droga deixe de ser consumida, buscada, necessária? Como a gente está ganhando com o cigarro.

O cigarro é uma questão de educação e de repressão em alguns lugares. Hoje o cigarro cai o consumo, pela campanha das fotos que se põem nos maços de cigarro, por uma campanha de pessoas que não fumem, demonstrar que é doença e proibir em alguns espaços. Nos outros espaços, você pode. E está vencendo-se a guerra. Há uma redução, enquanto há um aumento das drogas que a gente reprime. Isso é uma coisa interessante. As drogas que a gente reprime, aumenta o consumo; a droga para a qual a gente cria um sistema de educação e de definição de regras, a gente está vencendo.

Então eu quero saber se vai haver...

Em relação ao álcool, aqui também é proibida a publicidade. Em compensação, da cerveja, que também é droga, também é álcool, são os grandes atletas que fazem propaganda na televisão, são os ídolos brasileiros jogadores de futebol que vão para a televisão tomar cerveja. E a gente está tolerando isso, não está enfrentando essa realidade.

Eu já ouvi muitos falarem que através da maconha se chega à coca, e não sei se é verdade ou não. Eu tenho dúvida se sim ou não. Agora, certamente através da cerveja se chega à *vodka*. Eu não tenho dúvida. E a gente fecha os olhos, tolera, convive bem.

Eu coloquei um projeto aqui, proibindo todo tipo de publicidade de qualquer quantidade de álcool, vinho inclusive, e cerveja. E a reação foi terrível, de parte das empresas que produzem isso e, não é surpresa, de parte das empresas de televisão, porque é uma fonte de renda importante.

Então a minha pergunta é, primeiro, como é feita essa convivência: a produção em casa, a produção em cooperativas, o comércio estatal, as farmácias autorizadas? E, segundo, o que virá, ao lado dessas medidas reguladoras da produção, do comércio e mais do que do consumo, o que virá ao lado disso do ponto de vista de educação para evitar os efeitos nocivos que a droga, e toda ela, traz?

O SR. JULIO HERIBERTO CALZADA MAZZEI *(Tradução simultânea por profissional habilitado.)* – Em todos os casos, nós intentamos, ainda que nem sempre conseguindo, desenhar a política em função das evidências científicas disponíveis para tal.

Decididamente, temos uma posição muito clara. Creio que eu disse isso no começo. Não há uma necessidade intelectual de repetir

Não existe a possibilidade de um mundo sem drogas. A cultura humana sempre foi marcada, ao longo de milhares de anos, pelo uso de drogas, drogas que tiveram fiscalizações, controles religiosos. E os usos recreativos eram os mais excitantes.

Produz-se uma mudança na sociedade a partir do Século XIX e em parte do Século XX, na qual as grandes massas humanas ascenderam ao tempo livre, à recreação. E esses volumes de substâncias antes consumidas com fins religiosos, ritualísticos e médicos começaram a se tornar de uso recreativo. Isso faz parte da realidade.

E a sociedade do século XX não teve os melhores mecanismos para abordar este tema.

Envolvemos a parte educacional dentro de tudo o que seja desenvolvimento cultural. Quando falamos de cultura, falamos em educação. Deveria tê-lo reafirmado. Mas queremos remarcar que a educação não é dizer às pessoas "não tome isso porque você vai morrer". O que dá resultados é que as pessoas mudem a sua relação com as drogas. O que nos interessa é que modifiquem o seu padrão de consumo; que consumam menos ou...

O Uruguai considera que não é papel do Estado fazer com que a pessoa consuma ou não uma droga. Esse é o papel do cidadão. Isso é muito importante para se entender a nossa cultura política. O Estado não pode imiscuir-se nas atividades particulares das pessoas. Por isso, em 74, em plena ditadura militar, descriminalizou-se o consumo de drogas. É uma concepção que está na Constituição.

Então, o educacional, que tem bastante evidência... Certamente, o Dr. Franzini poderá citar programas que são vinculados à melhor forma de preparar as pessoas para que enfrentem de maneira positiva e com melhores resultados o seu encontro inevitável com as drogas. São programas que trabalham com habilidades psicossociais, habilidades cognitivas e afetivas, habilidades relacionais, habilidades que fazem com que as pessoas possam desenvolver-se no mundo em sociedade, no mundo contemporâneo, em qualquer sociedade. Como as pessoas podem fazer para transmitir melhor seus sentimentos, como manejar a ira ou o estresse, o que dá raiva? São planos, ferramentas que cabem dentro do desenvolvimento de habilidades e competências.

Não basta dizer às pessoas para não consumirem ou para que as pessoas parem de consumir. Quem mais fuma no Brasil são os cirurgiões e os que sabem muito bem do impacto no organismo. Apenas o conhecimento não tem o efeito que mude as atitudes e o compromisso das pessoas. O conhecimento é um aspecto importante, mas mais importante ainda é o desenvolvimento desse conjunto de habilidades que fazem com que uma pessoa possa demonstrar sua raiva sem necessidade de transformá-la em ira; possa expressar que necessita de afeto sem que isso seja uma missão.

O desenvolvimento de uma cultura baseada na convivência, como disseram muito bem, é o nosso objetivo fundamental; uma cultura centrada no desenvolvimento das pessoas e não apenas no crescimento medido em termos econômicos, como normalmente se mede, na sociedade e no seu desenvolvimento em termos de desenvolvimento pessoal, uma sociedade mais inclusiva, com uma fragmentação... *(incompreensível)*, esse é o aspecto central do desenvolvimento de uma sociedade com mais potencialidade de convivência.

O que isso tem a ver com o tema da regulação da maconha?

Há uma relação fundamental, porque tudo que faz a organização do tráfico faz incentivo contrário a isso.

A pessoa que tem de consumir drogas porque assim o deseja e quer consumir a maconha, em particular, tem que se vincular com o mundo ilegal, o mundo que não tem pruridos, que não tem escrúpulos, que não tem outro objetivo senão a ganância. Essas empresas, a única coisa que querem é aumentar a sua rentabilidade.

E para falar de outra droga, para que tenhamos um ideia do que é a economia da droga, há um trabalho que recomendo a todo mundo. Um periodista italiano, chamado Saviano, fez uma análise da máfia e compara, dizendo que a empresa que mais desafio econômico teve, que mais teve sucesso econômico foi a Apple. Em 2008, se você investisse US$2 mil na Apple, podia ganhar US$17,8 mil; se investisse US$1 mil no comércio da cocaína, ganharia US$180 mil, em 2002.

O fenômeno do narcotráfico é fenômeno econômico. E fenômeno econômico não se pode combater com normas penais. Essa é a nossa convicção mais profunda.

No Uruguai, em que o mercado de maconha representa 90% das drogas ilegais, queremos introduzir no marco do narcotráfico uma ferramenta econômica; queremos incluir ferramentas culturais e sociais para isso. E quais são essas ferramentas culturais e sociais? As pessoas podem ter plantas em sua casa. Até quanto? Até um limite de seis plantas, seis pés. Não podem ter num lugar acessível a crianças.

Insisto que falamos do Uruguai, que não pode controlar certas coisas que, em certos países, são controladas. O primeiro é um modelo, é um caminho que nós encontramos para ter o resultado que pretendemos. Pode por ter plantas em casa, pode participar de um clube.

Na Espanha, se desenvolveram clubes "canábicos" que tiveram, em cinco dias, 15 mil sócios. Isso, francamente, é um negócio. No Uruguai, pode haver clubes com 15 membros, de 15 a 45 membros, e podem ter até 99 plantas. E criamos um instituto jurídico para controlar e fazer o acompanhamento disso.

E, finalmente, como vivemos numa sociedade capitalista, na qual nenhum de nós, seguramente... Eu gosto de comer os tomates do fundo minha casa, do meu quintal, mas não posso produzir o ano todo. Então, compro os tomates no mercado.

A maioria dos usuários da *cannabis* não vão optar por ter sua *cannabis* em casa e vão recorrer a um sistema legal.

Estamos respeitando os direitos humanos, estamos respeitando a política sanitária. Há investigações que mostram o uso problemático, o maior número de pessoas que usa... Há 230 milhões usuários da *cannabis* no mundo e dão US$10, US$20 por dia aos traficante.

Sabemos que são estudos do Instituto Nacional dos Estados Unidos.

Usos problemáticos de drogas se associam a duas variáveis, que são a disponibilidade e a percepção de risco. A disponibilidade. Esperamos controlar a disponibilidade por um sistema de farmácias, que sabemos quantas são. Temos 1,2 mil farmácias, e não sabemos quantos lugares clandestinos vendem *cannabis* no país. É como um mata-moscas: não basta que matemos algumas, pois sobram outras. Encontramos um comércio ilegal, fechamos o lugar, e aparece outro. Dessa maneira, vamos ter um controle da disponibilidade.

E, para responder a sua pergunta, vamos desenvolver campanhas que mostrem os riscos. A maconha tem riscos, como qualquer substância, mas terá mais ou menos riscos à pessoa. A meninos e adolescentes não é recomendável que usem qualquer droga, mas também não é recomendável que usem maconha. E, como dizia, a redução do tabaco para nós é uma boa plataforma de aprendizado, porque podemos reduzir o consumo do tabaco em crianças e adolescentes. E temos como objetivo reduzir o consumo de maconha em crianças e adolescentes nos próximos anos. Por quê? Com o controle da disponibilidade e o aumento da percepção de riscos, particularmente nessas idades.

É muito fácil conseguir a *marijuana*. Há uma grande disponibilidade para essas substâncias. E, no ano de 2002, fizemos outra conta. Fizemos uma conta orientada a meninos e adolescentes, e 74% diziam que conseguiam facilmente maconha. Com tanta disponibilidade, é difícil levar outro tipo de política educacional. Podemos fazer – e trabalhamos nesse sentido – campanhas e dar informações; pode-se incluir a temática. Normalmente, inclui-se em biologia, por exemplo. Pensa-se em uma política muito centrada na substância. Estamos tentando mudar essa política nos centros educacionais, fazer centros educacionais saudáveis, projetos de centros que acompanhem os adolescentes nos problemas que têm, que são problemas afetivos, vinculados à solidão, a ferramentas que deem relacionamento melhor com os pais, com os seus professores e seus semelhantes.

A política consiste nisto: desenvolver, em concordância com o que colocamos, a política de escolas saudáveis; fazer projetos de centros educacionais para adolescentes e jovens. Falamos também de universidades em que haja informação, mecanismos para que se possam resolver essas questões vinculadas à dependência, de todas as maneiras possíveis.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Algumas pessoas se inscreveram, e há uma quantidade imensa de opiniões, e vou, por respeito às pessoas que tomaram seu tempo para nos escrever, tentar ler algumas.

Mas, antes, eu queria ainda insistir em fazer uma pergunta: vocês estudaram e não temem que a regulamentação aumente o número de usuários? Primeira pergunta. E segunda: estudaram o risco e não temem que o consumo da *cannabis*, da maconha seja uma porta de entrada para outras drogas?

Porque, do ponto de vista que eu vejo, do enfrentamento ao narcotráfico, não há dúvida de que a opção do Uruguai será vitoriosa. Deixa de haver necessidade do tráfico ilegal de maconha – vai continuar o das outras drogas. Então, desse ponto de vista não há dúvida.

Eu pergunto sobre estes dois aspectos, que é o que mais me toca aqui, o que mais me preocupa: o aumento do consumo e a porta de entrada.

O SR. LUIZ BASSUMA – Senador Cristovam, queria fazer um pedido. Só um pedido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, um momento. Vou dar a palavra daqui a pouco. Deixe-o responder.

O SR. LUIZ BASSUMA – Que horas o senhor pretende abrir a palavra, só para eu saber.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por favor! Eu vou lhe dar a palavra. Você não é um dos cinco inscritos? Nazareno Feitosa, Elismar Santander, Sérgio Harfouche, Luís Eduardo Girão, Robson Silva.

O SR. LUIZ BASSUMA – Meu nome não está aí; conversei com o senhor no início.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu coloco o seu nome.

O SR. LUIZ BASSUMA – Porque viajo meio-dia e trinta para a Bahia e vim aqui só para isso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, vai ser o primeiro.

Deixe-o responder aqui.

Como é o seu nome?

O SR. LUIZ BASSUMA – Luiz Bassuma, da Bahia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Acrescento como extra e ainda o deixo como primeiro.

O SR. LUIZ BASSUMA – Três minutos me bastam. Só que não queria voltar triste para a Bahia sem poder ter falado nem três minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vai poder, sim. Dá tempo ainda. Creio que não vai demorar a resposta.

O SR. JULIO HERIBERTO CALZADA MAZZEI *(Tradução simultânea por profissional habilitado.)* – Bom, talvez aumente o número de usuários. É uma hipótese. Dizem que o maior problema do usuário de drogas é que são onipotentes, e pensamos que não se pode ser onipotente em política: ter todas as soluções ou uma solução mágica. Nossa maior crítica à política, nos últimos 50 anos, em matéria de drogas, é que foram políticas onipotentes que acreditaram que, colocando apenas um aspecto, controlariam um conjunto de aspectos.

Talvez aumente o número de usuários, mas, se conseguirmos, com um conjunto de ferramentas culturais, sociais, educacionais, modificar os padrões de consumo vinculados ao consumo de maconha, estaríamos ante um êxito. No Uruguai, 80% das mulheres presas têm contato com o tráfico. Houve uma feminilização total das pessoas privadas de liberdade por vinculação com as drogas; um terço dos homens está preso por causa das drogas.

É um problema para o conjunto da sociedade, e o consumo de drogas abrange todas as classes sociais; em todas as classes sociais se consomem parâmetros muito similares de drogas, particularmente de *cannabis,* mas quem paga o preço são as pessoas de baixo nível educacional, que não acabaram o primeiro grau, o segundo grau. É uma implicação que se dá muito em nossa sociedade, sem dúvida, no Uruguai e certamente, também, no caso brasileiro.

Creio que o aumento do número de usuários é uma possibilidade. Temos que tornar mais transparente a forma de atuação, mas seria errôneo avaliar o êxito de uma política estritamente por uma variável.

Pensamos que é preciso considerar um conjunto de variáveis. Se conseguirmos reduzir o índice de criminalidade, se tivermos um índice de criminalidade como tínhamos em 2008 e, caso se reduzisse a criminalidade, seria um êxito.

De qualquer maneira, sempre pomos na mesa que o uso do *cannabis* tem riscos, e temos de controlar um conjunto de variáveis. Se o *cannabis* é a droga de entrada para outras drogas, para a realidade uruguaia, na qual o início do consumo de álcool se dá aos 12 anos, ou até aos 8 anos – dá-se dentro da família –, o Estado não pode ter um papel determinante. A droga de início para todas as drogas é o álcool.

Inclusive, é uma realidade que mudou nos últimos 15 anos. Faz 15, 20 anos, a droga de início era o tabaco. Hoje, é o álcool e depois vem o tabaco. O terceiro espaço de consumo é o da maconha e, depois, outras drogas.

Mas temos números que podem ser muito parecidos com os do Brasil. São estudos que se fizeram sobre o *crack*. Nós temos cerca de 50 mil usuários de *cannabis* e temos 14 mil usuários de *crack*. Todos os que usam *crack* antes consumiram álcool, tabaco, psicofármacos, maconha, etc. Mas muitos desses consumiram inalantes. Essa ideia de que há um caminho de consumo é uma ideia que, pelo menos, deve ser submetida a críticas, porque, então, temos 135 mil usuários de *cannabis* que não consumiram nenhuma outra droga.

Como eu dizia no começo, se centrarmos na substância, podemos cometer uma série de erros. O primeiro é pensar que todas as substâncias são iguais, que todas as substâncias sob um ponto de vista têm que estar reguladas e têm que ter regulações diferentes. Por isso, a regulação que fizemos da maconha não é a mesma regulação que fizemos do tabaco ou que fizemos para o álcool.

Os caminhos do consumo – a experiência do consumo – se associam a muitos aspectos sociais e culturais que é preciso controlar e trabalhar.

Como dizia Rafael, os Estados Unidos têm estudos longitudinais mais claros e mais evidências. Nos últimos 15 anos, cai sistematicamente o consumo de cocaína. E, nos últimos 20 anos, aumenta o consumo de anfetaminas.

Então, ao analisar este tema, do nosso ponto de vista, é preciso analisar unicamente com a paixão do conhecimento, da investigação, de procurar melhores soluções, soluções mais humanas, soluções mais respeitáveis dos direitos dos cidadãos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Passo a palavra, já que ele tem que viajar, ao Sr. Luiz Bassuma. E, depois, eu vou passar a palavra a alguns outros, pelo menos, para termos todas as opiniões juntas, e depois passarmos para eles. Por favor.

Aliás, eu queria pedir que fossem três minutos. Até no seu caso, tem que ser; senão perde o avião.

O SR. LUIZ BASSUMA – Eu vou ter que usar só dois, porque eu pretendo... Uma pessoa veio do Ceará. Eu não sabia que só havia cinco. Não o deixaram se inscrever. É o Jorge Damasceno, um especialista. Vou dar pelo menos um minuto em solidariedade porque ele não pôde nem inscrever-se. E ele veio do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Como não pôde?

O SR. LUIZ BASSUMA – Ele é do Ceará, uma pessoa especialista. Trinta anos...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está inscrito já, agora. Pronto.

O SR. LUIZ BASSUMA – Está inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não existe isso.

O SR. LUIZ BASSUMA – Pronto. Então, eu vou falar três minutos. É porque me informaram que ele não estava inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não estava. Mas não é que não se deixou.

O SR. LUIZ BASSUMA – Agora está.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não pediu.

O SR. LUIZ BASSUMA – Não pediu? Pronto. Então se inscreva lá. Ele estava chateado. Então, está esclarecido.

Eu quero, primeiro, parabenizar o Senado. Eu acho que a coragem de assumir a discussão deste assunto é muito importante e inquestionável. É um assunto relevante, sem dúvida alguma.

Com todo o respeito ao nosso vizinho Uruguai, nós temos de estabelecer uma premissa importante neste debate, no caso do Brasil. O Uruguai já resolveu muitos problemas em que nós, brasileiros, ainda estamos atrasados, como a educação. Pelo que eu entendi, a educação não é suficiente, mas é absolutamente necessária para dar outros passos. O Brasil ainda está distante disso, mas o Uruguai avançou muito.

Enquanto o Uruguai tem uma população em torno de três milhões de habitantes, segundo estatísticas oficiais do Brasil, essa é a população apenas de usuários de maconha – mais ou menos três milhões.

Então, o grau de complexidade do problema, no caso brasileiro, é muito maior.

E, já que estamos no Senado, uma Casa em que pessoas são eleitas para discutir se faremos ou não leis para regular a vida em sociedade, existe uma premissa muito importante quando se vai discutir uma lei. Eu fui Deputado Federal por oito anos nesta Casa. E sempre estabeleci isso na minha vida. A primeira coisa, quando eu vou discutir se vai valer a pena ter uma lei ou não, é se essa lei vai trazer benefício para a sociedade. Benefício! Essa pergunta é fundamental. Por quê? Qual é a consequência de qualquer lei, qualquer instrumento legal na sociedade humana, em qualquer país do mundo? Ao longo do tempo, tudo o que é legal acaba se tornando moralmente aceito principalmente por crianças e adolescentes, que são formados numa cultura onde o que é legal é bom, e o que é bom pode ser saudável. Isso é grave, gravíssimo no caso da maconha, porque está provado cientificamente que ela causa dependência. Isso ninguém discute, graças a Deus. Temos um ponto em comum.

Portanto, aqui foi falado muito do tabaco. O tabaco também é fantástico. Quando a sociedade começou a reprimir e está reprimindo... Porque, se a sociedade soubesse de todos os danos que o tabaco causa e dos graves custos para a saúde pública, que nunca os impostos conseguiram vencer – isso é muito superior ao que se arrecada com impostos –, talvez o tabaco não fosse legalizado.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ BASSUMA – Por que hoje acontece? Só porque se tirou a propaganda e começou o mínimo. Já que os nossos governos são omissos e não educam a sociedade para os malefícios da droga e não tratam os dependentes químicos, como é que nós vamos legalizar uma maconha, que tem conexão com a cocaína, com o *crack*, porque tudo é droga.

Então, nós precisamos ter uma sociedade que caminhe para, cada vez mais, as pessoas não usarem droga; estimular, preencher os vazios e não facilitar em nome de um pseudovitória a uma guerra contra o narcotráfico.

Nessa guerra, eu não quero participar desse lado. Eu quero participar convencendo, porque eu não quero que crianças brasileiras sejam influenciadas porque alguns parlamentares resolveram legalizar no Brasil o uso de uma substância que causa o mal e desagrega famílias, que é um elo fundamental em qualquer sociedade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Parabéns.

Um momento, gente. Com todo respeito, eu exijo respeito.

Agora, eu quero falar sobre dois pontos. Primeiro, sobre o tamanho. Isso eu não aceito, porque toda vez eu falo em o Brasil ter uma boa educação... A Finlândia é pequena. A Coreia é pequena. Aí a gente vai propor dividir o Brasil. Se o Brasil é grande demais para resolver seus problemas, a gente vai ter que dividir o Brasil em 27 pequenos países para ver se consegue resolver os problemas. Nós temos que enfrentar. O Brasil é grande, tem recursos e tem que usar a sua energia para isso.

Então, esse é um ponto.

Passo a palavra agora, na ordem, para o Nazareno Feitosa.

Não está. (*Pausa.)*

Sim. Só um detalhe que eu esqueci, Luiz. É que não é iniciativa de uns parlamentares, não, o que a gente está fazendo aqui. É iniciativa da sociedade. Veio de fora. Nós tínhamos a alternativa de rasgar, mas aí não seria correto. Então, nós estamos cumprindo aqui nossa responsabilidade democrática de levar em conta a proposta que veio de fora e que a Senadora Ana Rita democraticamente acatou, deixando-a sob minha responsabilidade.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cristovam, só para fazer um esclarecimento.

O Senado tem um programa, conforme eu disse no início, que possibilita à sociedade participar com sugestões de projetos de lei. E este não é o primeiro que chega ao Senado, porque alcançou mais de 20 mil adesões no período em que esteve no *site*. Nós tivemos a oportunidade, aqui, de aprovar uma importante lei para os autistas. Fruto também de uma sugestão da sociedade, hoje é uma lei que assegura às pessoas com autismo as mesmas condições, os mesmos direitos, as mesmas prerrogativas de todas as demais pessoas com deficiência no País. E foi fruto de uma iniciativa da sociedade, de quem convive de fato com essa situação.

Então, é um espaço importante. E a Comissão de Direitos Humanos é uma comissão de legislação participativa. Ela é a porta de entrada para sugestões que vêm da sociedade. Por isso, esse debate está sendo feito aqui hoje, e que bom que o Senador Cristovam Buarque, a nosso pedido, aceitou a relatoria, porque essa sugestão poderia ficar na gaveta, poderia ficar esquecida

E a Comissão de Direitos Humanos jamais faria isso. E o Senador Cristovam Buarque, pela capacidade que tem, por ser um defensor árduo da educação inclusive – e ele esclareceu isso aqui no início –, aceitou ser o Relator dessa importante matéria e não tem opinião formada sobre isso. Ele quer ouvir para formular sua opinião e elaborar o seu relatório.

Estamos em um processo de construção de uma opinião a respeito desse assunto. Por isso, é importante ouvir os diversos setores da sociedade, não só pessoas de forma isolada, conforme já foi manifestado aqui através da solicitação, mas ouvir profissionais, pessoas, autoridades de diversos órgãos. E aqui estamos tendo a oportunidade de ouvir também o Ministério de Relações Exteriores, ouvir o representante do Uruguai que tem uma experiência nessa área. Enfim, esse é um debate de acúmulo, de construção de um conhecimento a respeito do tema.

O SR. LUIZ BASSUMA – Senadora, eu poderia fazer uma sugestão para a próxima audiência? Que da Mesa pudessem também participar representantes da sociedade civil, como eu, que faço parte de um movimento chamado Brasil sem Drogas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vai ter. Não se preocupe. Claro que vai ter.

O SR. LUIZ BASSUMA – Ótimo, muito bem porque...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu não posso garantir que vai ser a sua entidade, mas vai ser.

O SR. LUIZ BASSUMA – Não, que sejam outras, mas que estejam representadas na Mesa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Vai ter, claro que vai ter. E vamos ter outros também.

Temos um número muito grande. Não vou aceitar mais nenhuma inscrição e vou tentar fazer com que o tempo seja suficiente para todos.

Nazareno Feitosa.

O SR. NAZARENO FEITOSA – Sr. Senador, Exmºs Senhores, Senadora também, eu sou do Departamento de Polícia Federal, sou também conferencista internacional sobre o tema de dependência química e queria primeiro falar da segurança publica.

Na questão do tráfico, para resolver o problema do tráfico, temos que legalizar todas as drogas e não somente a maconha. *(Palmas.)*.

Quanto ao uso medicinal, há remédios muito mais eficazes do que a *cannabis.* Por exemplo, o uso da morfina é controlado e é um remédio eficaz. Não há problema quanto a isso. O senhor falou sobre o remédio

para o coração, mas o remédio para o coração não é para recreação, não é para alienação, não é para fuga psicológica; é para tratamento de saúde.

Veja uma coisa: educar facilitando o acesso, Senador, acho que não funciona. Veja o exemplo do tabaco.

A Organização Mundial de Saúde já declarou oficialmente que a maconha produz dependência química e psicológica, e não somente psicológica ou somente química. Ela potencializa a esquizofrenia – isso já está também em muitos estudos comprovado. E, somos tão frágeis, Senadores, que a gente não consegue fazer sequer fazer uma dieta. Imaginem combater uma droga que tem esse estímulo e hoje, ainda mais, porque não temos somente a maconha. Temos o *skunk* que é a supermaconha, com três vezes mais tetrahidrocanabinol, nós temos a craconha, que é o *crack* associado à maconha, além da merla, entre outras drogas. Ela atrofia centros cerebrais responsáveis também pela inteligência e pelo desenvolvimento escolar.

A esmagadora maioria dos psiquiatras, médicos, psicólogos, terapeutas, criminologistas, especialistas em segurança pública são contrários à legalização. Ela diminui a fertilidade, produz a má formação dos bebês. As drogas lícitas são tão prejudiciais quanto as ilícitas. Por que legalizar mais uma? O consumo leva ao tráfico, à prostituição, à Aids, à desagregação...

(Soa a campainha.)

O SR. NAZARENO FEITOSA – Eu já vou concluir. E acidentes de carro e de trabalho por conta do uso da maconha.

A solução, Senador, é combater as comorbidades. Hoje se sabe que a maioria dos dependentes químicos usam drogas porque têm problema de depressão, transtorno afetivo bipolar, transtorno obsessivo compulsivo, ansiedade generalizada. É a comorbidade que leva normalmente ao uso da droga.

Então, vejam que a maconha é uma droga que produz alienação. A pessoa perde todos os vínculos – do trabalho, da escola, do esporte, da família. Ela é uma droga que, por conta dessa falta de vínculos, vai permitir, junto ao álcool, a entrada de muitas outras drogas, agravando a situação.

É a pior droga, Senador, contra a educação. Também me preocupa o acesso das crianças. Ela destrói as famílias, há o sofrimento das mães. Não deixe, Senador, que a sua grande respeitabilidade e seu compromisso com o povo e a educação sejam diminuídos por um relatório a favor da legalização de uma droga que sabidamente provoca dependência e alienação das pessoas e que pode provocar um grande sofrimento para o nosso País.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Um momento, gente.

Não faz sentido...

Elismar Santander.

A SRª ELISMAR SANTANDER – Quero parabenizar o Senado pelo brilhante debate.

Mas a minha fala é mais rápida.

Eu sou representante do Movida (Movimento pela Vida e Não Violência) e, dentro da minha história, passei praticamente por três processos. Fui policial federal, hoje estou aposentada e passei pela redução da oferta, passei pela redução da demanda quando fazia prevenção e hoje, como aposentada, eu trabalho com o tratamento e a reinserção social de dependentes químicos.

Então, com propriedade, posso dizer que naveguei por todas as instâncias.

A dependência é uma compulsão. O que é uma compulsão? A compulsão é a repetição de uma ação.

Por isso, eu não compreendo o uso recreativo de uma substância.

Será que devemos comparar isso com o tabagismo, com o tabaco?

A maconha, em sendo uma droga psicoativa, causa tolerância, e a tolerância é a ingestão de uma droga com o maior teor para se obter o mesmo efeito. Portanto, é uma acesso rápido para outras drogas, sobretudo o *crack* .

A minha região, o Nordeste, foi muito agravada porque o Nordeste já tinha muitos usuários de maconha. Então, foi muito rápido introduzir o *crack*, como o meu colega falou, aderindo à maconha pedras de *crack*.

Senhores, eu acompanho a aflição de mães com filhos de oito anos dependentes de maconha, que logo ingressam no *crack*. Dados da Fiocruz contam que aproximadamente 50 mil crianças e adolescentes são consumidores de *crack* no nosso País. E isso são dados aproximados.

Será que essa demanda iniciou o uso direto com o *crack?*

(Soa a campainha.)

A SRª ELISMAR SANTANDER – Então, perder a guerra não é colocar as nossas crianças na linha de frente. Temos leis proibitivas para o álcool. E alguém já viu alguém ser preso por vender algo para as nossas crianças? Pois o maior consumo está entre crianças e adolescentes. Quer dizer, nós não temos uma cultura de controle para o uso de drogas, nem legais e, sobretudo, das ilegais. E o Brasil é um país paradoxal.

Nós estamos vivendo um momento de extremo esforço para minimizar o impacto causado pela álcool e pelo tabaco. E vem na contramão agora esse projeto de legalização.

Será que precisamos deixar esse legado de mais uma droga a esse público? "O que me importa esse público infantil?" Como esse público iria ser financiado para adquirir a sua droga? E isso, porventura, minimizaria a violência?

Essa é a pergunta que eu quero deixar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito obrigado.

Eu passo para o Sérgio Harfouche, Promotor de Justiça do Ministério Público Estadual de Mato Grosso.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Cumprimento V. Exª e fico satisfeito que seja o senhor quem esteja na relatoria de algo tão importante e crítico como discutir sobre drogas, mas, honestamente, eu pensei que estaríamos tratando sobre o seu uso medicamentoso. Vejo que já estamos indo até além desse debate, o que eu acho também salutar.

Eu sou Promotor de Justiça de Mato Grosso do Sul, onde atuo há 22 anos, inclusive parte deste tempo na fronteira, o que me fez envolver-me com a questão das drogas, especialmente no campo da prevenção.

Sou membro do Conad (Conselho Nacional Antidrogas) e presido o Conselho Estadual. Esse volume de atividades me aproximou muito da questão, e eu acompanho a evolução desses debates há mais de dez anos

Eu gostaria de apontar apenas a questão da evolução legislativa. Nós tivemos, até 2002, a Lei nº 6.368, que somente prendia o usuário; nunca o tratou.

Quando uma experiência do Rio Grande do Sul começou a trazer a justiça terapêutica, reduzindo as reincidências de 70% para 12% da população carcerária presa pelo art. 16, imediatamente se trouxe a proposta de lei ou a Lei nº 10.409, que "descarcerizou" o uso. A "descarcerização" nem por isso trouxe solução para a população carcerária, porque, uma vez esvaziada a cadeia de usuários, passou-se a enchê-la de traficantes, já que, nesse período, nós saímos de um problema crítico do consumo, para uma epidemia. E, aí, em seguida, em quatro anos, a Lei nº 11.343, de 2006, banalizou de vez a resposta judiciária ao uso, fazendo com que apenas uma advertência fosse a pena para o usuário. Daí, então, nós passamos pelos índices de uma epidemia para uma pandemia, o que até atraiu a atenção do Governo Federal...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – ... no final de 2011.

Então, nós percebemos que, consequentemente – perdão, mais um minuto –, o mapa da violência agora, de 2014, que avalia exatamente esse período de 2002 a 2012, aponta que houve um aumento de 136% de homicídios de jovens abaixo de 24 anos, mostrando, então, a resposta àquilo que o senhor fez para vários deles. Nós estamos, sim, em baixas de guerra, em número de mortes de guerra, em uso de estratégias de guerra, armas de guerra. Então, me parece que o clima é de guerra.

E, aí, nós temos, então, o MEC – eu também atuo na educação –, e me surpreende que, na Conferência Nacional de 2014, nas suas 352 propostas, apenas uma delas oriente no mapeamento da questão das drogas na escola.

Para responder à questão sobre o uso medicamentoso – se o senhor me permite, por fim –, nós já temos o Decreto Presidencial nº 5.912, que, no seu art. 14, por competência do Ministério da Saúde, autoriza o plantio, cultura e colheita de vegetais para fins medicinais e científicos; inclusive publicar listas atualizadas periodicamente das substâncias e produtos capazes de causar dependência.

Nós já temos a legislação para a ciência. Não há necessidade de avançarmos. Parece-me que apenas é uma situação oportunista para ir adiante nessa sanha liberacionista.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu passo a palavra ao Luiz Eduardo Girão, fundador da Associação Estação da Luz e do Movimento Ativistas da Paz.

O SR. LUIZ EDUARDO GIRÃO – Senador Cristovam Buarque, Senadora Ana Rita, nossos convidados do Uruguai, eu quero usar a minha palavra – eu não vou usar os três minutos – para parabenizar o Sr. Cristovam, que eu já conheço de longas datas e a quem respeito muito, pela sua coragem de pautar esse debate no País.

Nós estamos aterrorizados com o que a droga está fazendo, destruindo famílias. O senhor, pautando esse debate, leva para a sociedade, para a imprensa, que está aqui cobrindo, de forma democrática, esse debate. As

famílias vão tomar conhecimento, a partir de agora, da importância de se inteirar dos fatos. As famílias é que estão sendo destruídas, Senador.

Para a questão da maconha, eu queria sugerir, nas próximas audiências que o senhor vai liderar, que chamem especialistas para tratar do assunto, pró e contra. Por exemplo, sobre uma pergunta que o senhor fez ao nosso convidado do Uruguai, que o tráfico diminui quando se legaliza a maconha, o Dr. Alexandre Zakir, da Polícia Civil de São Paulo, Corregedor da Saúde, é muito claro em mostrar, com dados, que o tráfico aumenta. Então, é importante se ouvir isso com muito respeito e com democracia nesta Casa.

Eu fiquei estarrecido quando cheguei hoje cedo aqui. Vim do Ceará ontem à noite para participar desta audiência, e vi, com muita tristeza, no *Jornal do Senado*, duas páginas dedicadas a fazer apologia à liberação da maconha, e nenhuma linha falando contra. Eu, que sou estudante de jornalismo, tenho um trabalho junto aos jornalistas do Ceará, na *Agência da Boa Notícia*, e um bom princípio do jornalismo é ouvir os dois lados. Então, eu peço ao senhor que o *Jornal do Senado*, que é a Casa do povo, faça também matéria mostrando outro lado.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ EDUARDO GIRÃO – (Luiz Eduardo Girão) – Não faltam especialistas, psicólogos, especialistas em segurança pública. Pessoas das escolas, professores, diretoras de escolas estão sofrendo.

Se a maconha for legalizada, teremos um problema muito sério no País. Aqui é Brasil; não é Uruguai. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O meu protesto sobre a última frase, porque dá a impressão de uma falta de respeito aos irmãos uruguaios. (*Palmas.*)

Eu quero dizer que não posso falar pelo jornal. Agora, até aqui, quatro falaram contra, e nenhum, a favor. Então, aqui nós estamos ouvindo todas as opiniões e vamos ouvi-las. Eu confesso que vou manifestar isso, mas não tenho nenhum controle sobre o *Jornal do Senado*.

Eu passo a palavra ao Robson Silva de Souza.

O SR. ROBSON SILVA DE SOUZA – Bom dia, Sr. Cristovam Buarque, a quem parabenizo também pela ousadia e por enfrentar este tema tão importante para o Brasil; Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão, e demais participantes aqui nesta manhã de segunda-feira.

Eu gostaria de fazer uma crítica construtiva e perguntar por que o Senado faz uma audiência pública em uma segunda-feira, quando não é hábito da Casa fazer audiência pública, porque as Casas, tanto o Senado quanto a Câmara dos Deputados, geralmente trabalham a partir de terça-feira. E não houve uma publicação de forma ampla na sociedade. Nós sabemos...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Permita-me, para esclarecer.

O SR. ROBSON SILVA DE SOUZA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Para você não dizer as coisas que não combinam. Nós fazemos às segundas-feiras para ser transmitida pela televisão. Além disso, o único momento para fazer audiências é segunda ou sexta, porque, nos outros dias, as comissões trabalham normalmente. Aqui estaria cheio com o tema específico da Comissão de Relações Exteriores. Então, não existe isso. É na segunda-feira porque é o dia. Toda segunda-feira a Senadora Ana Rita faz audiência. Não é por este assunto aqui. Todos os dias.

O SR. ROBSON SILVA DE SOUZA – Obrigado pela resposta, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu vou lhe dar o tempo que tomei.

O SR. ROBSON SILVA DE SOUZA – O.k. Agradeço a resposta e retiro aqui a minha crítica, então, nesse sentido.

Dizer aqui a todos, Senador, que este debate precisa ir além da liberação da maconha. Eu acho que aqui todos nós, tanto os que são favoráveis à liberação quanto os que são contrários temos que dar um passo adiante no sentido de combate ao narcotráfico e combate à maconha, inclusive, e a esses marginais que matam nossos jovens, nossas crianças. Eu tenho certeza de que aqueles que defendem a liberação também querem ver o Brasil livre do narcotraficante. Eu acho que aqui é consenso. Então, isso deve nos unir, tanto aqueles que querem lutar pela liberação quanto aqueles que querem lutar contra a liberação.

Esse é um debate que leva a sociedade a pensar de forma coerente e respeitosa. Esse assunto seria para resolver parte do problema. Se todos nós, tanto os contrários quanto os favoráveis, trouxéssemos aqui propostas, ideias, sugestões de como combater o narcotráfico, estaríamos acabando com a metade do problema.

A outra questão que faltaria para nós seria apenas o seguinte: causa dependência química? Quais são seus efeitos sobre o organismo? Então, precisamos fazer outro debate, que é um estudo, um levantamento

científico, psicológico, sociológico, econômico e ético para ver quais são as consequências e atacá-los conforme a sua abrangência.

Concordo com o senhor que o Brasil é um país continental, enorme e tem que ser enfrentado de forma coerente com o seu tamanho. Isso está perfeito.

Então, aqui não tem que haver brigas entre partes, a favor ou contra. É o que fazer. Será que legalizar acaba com o problema? Será que a maconha legalizada é melhor que a maconha ilegal? Ou seja, eu posso usar a maconha legal, porque ela faz bem ao organismo, e a outra, que é ilegal, faz mal ao organismo. Seria esse o debate? Porque não é legalizando que a tornará algo salutar à sociedade e ao próprio consumidor. Ele tem que estar consciente dos seus efeitos. Agora, mesmo que ele saiba que será um dependente químico e queira fazer uso, não há lei que o impedirá de utilizá-la. Mesmo sendo proibida, ele continuará usando a droga. O debate não o fará mudar de ideia.

Se, diante dos fatos científicos de que há dependência química e psicológica, ele quiser continuar usando, não somos nós que iremos fazê-lo parar.

Fica aqui o meu agradecimento a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Agora, eu passo a palavra à Drª Marisa Lobo, Coordenadora Nacional do movimento social Maconha Não.

A SRª MARISA LOBO – Bom dia a todos. É um prazer imenso estar aqui e ouvi-lo, Cristovam Buarque. Desde pequena, eu sou sua fã. É a minha referência de educação.

Eu só queria deixar minha contribuição em duas coisas. Eu também vim aqui pensando que era a questão medicinal. Eu acho que nós temos de separar a questão medicinal da terapêutica, porque a medicinal já se banalizou. Se ela vai ficar restrita à área medicinal, então, quem tem de tomar conta disso é o Ministério da Saúde, é a vigilância sanitária, é a Medicina, é a Psiquiatria. Então, não é um campo para se discutir somente a questão de saúde pública.

Eu só queria que o senhor levasse em conta o último, o maior levantamento que nós temos, que foi feito pela Universidade de São Paulo, patrocinado pelo CNPq, em que um dos coordenadores foi o psiquiatra Ronaldo Laranjeira, nossa sumidade neste assunto – e que ele seja ouvido nas outras audiências. Esse levantamento afirma claramente que 75% da população brasileira não aceitam a legalização de droga nenhuma, muito menos a maconha, porque entendem que a maconha é uma droga que vai afetar principalmente adolescentes. O movimento Maconha Não não se preocupa com adulto, porque o adulto se responsabiliza por seus atos, ele sabe o que ele faz, ele tem controle sobre isso; ainda que ele queira usar droga e saiba que ela faz mal à saúde, ele faz redução de danos. Nós temos de separar isso. Os adolescentes e as crianças são os mais afetados. A nossa preocupação, Senador, são os adolescentes que estão entrando num mundo de prazer para o qual eles não estão preparados. Estão usando drogas como mecanismo de fuga para seus problemas.

Nós temos que discutir políticas públicas sérias numa rede de colaboração, numa rede de proteção. Nós temos de proteger esses adolescentes. E a via legal...

(Soa a campainha.)

A SRª MARISA LOBO – ... é uma das vias de proteção. Nós temos várias vias, e a legal é uma delas.Entendo também que a repressão não está funcionando, mas a nossa cultura e a nossa educação não estão preparadas para a legalização de drogas.

Porém, há um ponto que eu me atrevo a mencionar, embora seja totalmente contra a legalização da maconha por esses aspectos... Nós temos de levar em consideração também a Associação Psiquiátrica Brasileira que emitiu uma nota agora, dia 16 deste mês, mostrando-se totalmente contra a legalização, porque 25% da população têm problemas psiquiátricos, e eles concluíram, com vários estudos científicos, que, sim, a maconha causa, prejudica e aumenta esses problemas psiquiátricos.

Quanto à questão do canabidiol, nós temos de separar isso, porque essa é uma substância retirada da maconha que não causa barato, que não tem nada a ver com a droga fumada; é um medicamento que realmente pode ser usado terapeuticamente, mas tem de ficar no viés médico, totalmente regulamentado, para evitar que mães como aquela senhora que foi ao Fantástico com seu filho que sofre de um problema grave de epilepsia tenham de passar por toda aquela situação. Como o Sérgio Harfouche, o promotor, disse, isso já está na lei.

Só para encerrar, não se pode deixar que essa maconha terapêutica e que problemas de saúde sérios, como câncer e esclerose múltipla, sejam usados como mote, como *lobby* para legalização...

(Soa a campainha.)

A SRª MARISA LOBO – (Marisa Lobo)... de maconha recreativa, porque isso é desumano.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Eu só queria dizer que essa criança de que você falou faleceu ontem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Se a gente tivesse tomado as precauções...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Um momento, um momento. Eu quero respeito para esse bebê e sua família. Não confunda. Talvez, se, há mais tempo, tivesse sido permitida a importação, essa criança estivesse viva.

Eu passo a palavra...

A SRª MARISA LOBO – Eu concordo, Senador. Só não concordo de usar esse *lobby*, esse mote para legalizar a recreativa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso. Eu entendi. Eu entendi.

A SRª MARISA LOBO – Mas eu concordo com o senhor nesse aspecto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Passo a palavra, agora, a Damares Alves.

A SRª DAMARES ALVES – Senador, Senadora Ana Rita, parabéns pela audiência.

Entendo que segunda-feira é o seu dia, mas uma audiência como esta, de que só tomamos conhecimento na quinta-feira à noite... O documento que gerou esta audiência foi publicado por volta de 18h...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Há muito tempo...

Um momento, por favor! Eu vou dar as explicações...

A SRª DAMARES ALVES – Então, assim, com mais antecedência, mais pessoas que têm interesse de participar seriamente do debate, Senadora, iriam contribuir muito.

Aqui, eu ouvi pelo menos seis Estados que estão presentes. Esta Comissão é democrática e, com certeza, Senador, muita gente boa, Senador, viria para participar de uma forma madura deste debate. Todo mundo que falou aqui o fez de forma madura, sem agressividade, querendo trazer contribuição.

Eu sou da geração dos apaixonados pelo Senador Cristovam Buarque. Como educadora, eu sou dessa geração. E estou feliz que esteja na sua mão. Eu sou de Brasília; sou líder de um grande movimento em Brasília, e todos nós estamos com uma expectativa muito grande do seu relatório. Mas esta Casa não está discutindo agora só por causa da brilhante ideia deste menino.

Na reforma do Código Penal, foi discutido o tema. Nós estamos desde 2012 discutindo aqui, nesta Casa, dentro da reforma do Código Penal. Então, esta Casa já está se debruçando sobre o assunto.

Outra coisa, Senador: o senhor, no início, falou que o tema aqui está sendo a maconha. Mas quem sabe até trazer também os outros tipos de droga trazer para este debate, porque a humanidade está perdendo a guerra contra as drogas. Senador, se essa for a máxima, vamos trazer outro tipo de droga também que destrói a alma, o coração e o corpo, e para a qual a humanidade está perdendo a guerra, que é a pedofilia. Então, essa não pode ser a máxima.

Aqui, Senador, eu não sei se posso fazer pergunta para a Mesa. Mas o Dr. Júlio poderia deixar uma contribuição para nós da seguinte forma: a nossa Nação é constituída por mais de 220 povos diferentes. Nós temos mais de 220 povos tradicionais, povos indígenas. Como o Uruguai lidou com isso, com os seus povos tradicionais, na hora em que regulamentou?

O álcool hoje, Senador, está destruindo os nossos povos tradicionais. Os xavantes e caiapós estão usando álcool. Quando vamos às aldeias xavantes, Senador, os nossos índios estão morrendo por causa de álcool. Como nós vamos lidar com os povos tradicionais quando este assunto for realmente colocado na mesa? E, se por acaso, o Brasil legalizar, que o Uruguai pudesse nos dar essa contribuição, especialmente ali na divisa, onde temos os guaranis e os caingangues. Como o Uruguai também pensou nos nossos povos tradicionais...

(Soa a campainha.)

A SRª DAMARES ALVES – ...na divisa com o Uruguai? É uma preocupação minha.

A segunda observação é para o Dr. Rafael. Sobre dizer que não vamos vencer o narcotráfico no mundo, eu queria lembrar a esta Casa sobre Medellín. Cadê Medellín? Cadê o Cartel de Medellín?

A minha geração tinha medo de ligar a televisão na adolescência, porque só ouvíamos o terror de Medellín. Cadê Medellín? O que houve que Medellín não é mais o império que era? Será que nós não temos realmente alternativas, como humanidade, para fazer o enfrentamento?

Então, Senador, que fiquem aqui as sugestões.

Outros tipos de droga, não, Senador. O *crack* machuca muito. Até a maconha, se o senhor quiser discutir aqui o uso terapêutico dela, viremos trazer contribuição. Mas não passe daí, Senador. A geração que o ama faz esse apelo.

Senadora Ana Rita, com mais antecedência, tem muita gente boa, no Brasil, para trazer contribuição. A minha Nação é uma nação que clama, que clama pelo fim das drogas.

(Soa a campainha.)

A SRª DAMARES ALVES – E é possível fazermos o enfrentamento, sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Eu passo a palavra agora ao Jorge Damasceno.

O SR. JORGE DAMASCENO – O meu nome é Jorge Damasceno. Sou um dependente químico em recuperação.

Eu acredito que todos aqui têm filhos, alguns têm netos, irmão, mãe e pai. Usei droga, como a maconha, durante 30 anos, na minha vida. Usei o álcool durante 35. A maconha me levou à cocaína, ao LSD, ao *ecstasy*, às anfetaminas, ao chá de cogumelo, ao chá de zabumba e ao diazepam.

Acredito que sobrevivi para hoje estar aqui e levar essa mensagem às pessoas que não conhecem essa ferida. Eu tenho essa ferida, porque eu vivenciei isso durante 30 anos na minha vida. Filho de um pai rico, em Fortaleza, de um industrial, hotelaria, construção civil e comércio. Depois de tudo isso, Deus ainda me deu a sabedoria de construir algumas lojas.

Desculpem-me porque estou chorando. É porque a gente vive novamente. Depois de tudo isso, fui morar nas ruas.

A droga, como a maconha, a cocaína e o álcool, me tirou o direito de estudar; tirou todos os meus valores, tirou o meu respeito, a minha educação, e me levou a uma delegacia em que eu nunca pensei estar na minha vida. Morei num terreno baldio durante seis meses da minha vida para poder adquirir a maconha junto com o *crack*.

Eu acredito que, hoje, os adolescentes – tanto o usuário de maconha como o usuário de *crack* – estão usando as duas coisas; não é só maconha. Às pessoas que hoje querem liberar a maconha, principalmente os jovens que acham que podem ter recreação com a maconha, eu digo: "Ainda, gente. O futuro é uma doença, é uma compulsão, é uma dependência. Amanhã, vai lhe roubar tudo na vida."

E eu perdi, Sr. Senador; eu perdi. Quantas mãezinhas hoje eu vejo chegando às casas de recuperação com seus filhos de 16, 17, 14 anos e pedindo: "Pelo amor de Deus, salve o meu filho"? E as pessoas hoje estão lutando, escrevendo, colocando o nome para legalizar uma coisa que vai destruir, que vai matar. Essa ferida só quem conhece somos eu e Deus.

Hoje, Senador...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE DAMASCENO – ...sem usar droga, sem fumar maconha, sem tomar remédio controlado, sem beber, sem a prostituição, com mulher na minha vida, eu sou um homem feliz. Eu sou um homem pobre de dinheiro, mas sou rico de espírito, muito rico.

Eu estou aqui porque me trouxeram – um grande homem, como Eduardo Girão, do Movida – para trazer essa mensagem. Eu tenho que agradecer muito a Deus, porque estou aqui hoje, e agradecer também ao senhor, que me deu a palavra.

E eu digo aos jovens: "Cuidado! Cuidado com ela, porque ela é a doença do ainda. Eu ainda posso usar um cigarro." E amanhã estará usando 15, 20. Talvez não volte mais. É isso aí.

Eu peço a todos vocês que lutem para não legalizar a maconha, porque isso vai destruir muita família, muita família.

Hoje eu tenho uma família, Senador, hoje eu tenho uma esposa. Eu me casei seis vezes, porque a droga não me deu o direito de ter uma família. Casei com mulheres boas, de família, estudiosas, mas a droga me tirou o direito até de criar um filho. Eu tenho seis filhos formados, mas todos distantes de mim. A família é a base de tudo hoje. Quem tem uma família em casa sabe que ela é a base, e eu não tive o direito de ter uma família. E

hoje eu tenho, porque Deus me deu. Devolveu a minha terceira mulher e me deu um neto, que mora comigo hoje. É por isso que eu digo: "Hoje eu sou feliz!"

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE DAMASCENO – Enquanto eu estiver vivo, eu vou lutar para não legalizar.

Olhem, jovens, eu choro, mas vou dar um recado a vocês...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Calma, gente!

O SR. JORGE DAMASCENO – Eu vou dar um recado de amor a vocês: "Cuidado com a droga. Cuidado com a maconha. Vão estudar. Mergulhem nos livros."

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE DAMASCENO – Mergulhe nos livros para, amanhã, ter a sua independência, para amanhã ter os seus filhos, criar os seus filhos, criar a sua família, passear na beira da praia, ir a uma casa de praia, curtir uma festa familiar, e não ficar numa esquina com uma garrafa de cachaça e um cachimbo na boca.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Tem mais um, o último inscrito, que é o Thiago Caetano.

O SR. THIAGO CAETANO FERRAZ COSTA – Bom dia, Professor Cristovam. Bom dia a todos e a todas presentes aqui.

Meu nome é Thiago Caetano. Tenho 26 anos e sou usuário de maconha. Fumo maconha desde que eu tinha 15 anos.

Drª Marisa Lobo, comecei a fumar maconha só porque ela era ilegal e era vendida na porta da minha escola. Álcool eu não conseguia comprar num bar, porque eu estava com uniforme. Não deixavam. O traficante queria vender a droga.

Eu tive experiência de ir à boca de tráfico. Eu já comprei maconha de policial militar, já comprei maconha de policial federal, já comprei maconha dentro de um quartel do Exército. Apesar da minha aparência, eu já trabalhei dentro de um quartel do Exército e comprei maconha lá dentro. Tudo isso porque é ilegal; não existe uma regulamentação.

Eu tive a oportunidade de ir a um país, onde a maconha é legalizada para uso medicinal. Eu estive em Los Angeles e, da mesma forma que comprei maconha aqui, lá eu pude comprar maconha numa farmácia. Lá eu não vi ninguém fumando na rua, diferentemente daqui. Lá eu não vi adolescentes fumando, diferente daqui. Por quê?

Porque lá existe uma regulamentação, existem leis que regulamentam o uso, regulamentam estabelecimentos que podem vender. Isso ajuda, sim, a nossa adolescência.

A ilegalidade é o maior prejuízo que a gente tem, porque a ilegalidade tira vidas. A ilegalidade gera uma guerra violenta, que mata muito mais os participantes dessa guerra do que os usuários das drogas.

Deixo aqui o meu pensamento a vocês. Eu sou estudante, sou trabalhador, tenho família, sou cidadão, não sou bandido, não sou vagabundo. Fumo maconha, luto pelo direito de poder plantar maconha, porque ao plantar maconha, na minha casa, dentro do meu espaço, não estou fazendo mal a ninguém, não estou prejudicando ninguém, não estou influenciando a minha família a fumar maconha, porque eu nunca faria isso. Nunca vou falar para os meus filhos fumarem maconha, nunca vou falar para os meus sobrinhos fumarem maconha. Isso é uma decisão que deve partir deles.

(Manifestação da plateia.)

O SR. THIAGO CAETANO FERRAZ COSTA – Por quê? Porque eu não incentivo ninguém a beber, da mesma forma que o álcool é ilegal. Eu não incentivo ninguém a usar nada. As pessoas têm livre-arbítrio de fazerem o que elas quiserem, e o livre-arbítrio aqui é o que tem de ser mais importante nessa discussão, porque cada um tem direito ao seu livre-arbítrio e a fazer o que quiser. Então, se um dia o meu filho quiser fumar maconha, vai ser por escolha dele e não porque eu estou falando: "Filho, fume maconha".

Aqui, nesta discussão, todos que falaram contra a maconha parece que imaginam isto, que o usuário vai incentivar a família a usar drogas, que o usuário vai incentivar todo mundo que está ao redor a usar drogas. Não é isso, não é isso!

Vocês usam drogas? Vocês já utilizaram drogas? Já estiveram com pessoas que usam drogas de fato? Eu ouvi essa história, mas eu acredito que você não teve um auxílio, uma educação, um tratamento psicológico ou algo adequado, que só não foi permitido a você por conta do sistema ilegal, porque, hoje em dia, se o usuário pede ajuda, ele é considerado um bandido; ele não é considerado um doente. Isso está errado. Os usuários de drogas, os viciados em drogas, como o *crack* e como a cocaína, são dependentes, são doentes, precisam de ajuda; não precisam de cadeia. É muito mais saudável para os usuários de *crack,* em vez de ficarem em uma cracolândia, do lado de um traficante, que está oferecendo muito mais *crack* para eles, é muito mais interessante para esses cidadãos estarem ao lado de um médico, de um psiquiatra, de um psicólogo, que vai lhes dar auxílio. Só que, com a droga criminalizada, isso não é possível, porque eles vão direto para a cadeia.

Pronto. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Eu quero ler aqui algumas das manifestações que chegaram e que me surpreendem pela quantidade.

Creio que gostaria de ter visto esse mesmo interesse em outros temas, Senadora, que nós debatemos aqui. É uma pena que não aconteça.

Eu vou ler algumas aqui:

De Marcos Vinícius Rayol: "O que está se querendo propor é o fim dessa política criminal de combate à drogas na qual o Estado utiliza do sistema penal para tratar do assunto."

Eu vou ler sem saber o que é que vem, cada uma depois:

Com relação à maconha, objeto da proposta em pauta, muito se tem descoberto sobre efeitos medicinais. Estudos apontam resultados positivos no tratamento de pessoas com esclerose múltipla, epilepsia, Alzheimer, câncer. Será que não tem nenhum Senador informado sobre o assunto inscrito? Maconha é saída, inclusive, na dependência do crack.

Aí põe aqui um *site* onde ver isso.

De Fernando Bernardes:

Os marginais e os narcotraficantes também são jovens brasileiros, meu caro. Combater a maconha, uma planta medicinal extremamente importante?" [E uma pergunta:] "O uso e em especial, o abuso de drogas deve ser tratado aos olhos da ciência comportamental; não aos olhos do delegado ou do Ministério Público ou do juiz criminal.

Marcos Vinícius Rayol. Desse eu já li; é a segunda dele pelo visto.

Eduardo Duarte Costa: "Estamos a criar um país de bandidos com a criminalização das drogas; são milhares todos os meses tendo a carteira assinada pelo PCC..."

Liane: "Verdade. Só opiniões conservadoras. Gente, não dá mais para negar os benefícios da maconha. O medo se dá porque a proibição existe. Se o Estado controlasse, claro que iria existir pirataria, como em tudo."

Taís de Lima: "Afeta adolescente da maneira que está, ilegal e comprada na boca."

Bira Ferreira:

Laranjeira não é sumidade no tema, é apenas dono das maiores clínicas de recuperação. Em outras palavras, apenas é um dos que mais lucram com a situação atual. Carlini, sim, do Cebrid, é a sumidade científica sobre cannabis. (Palmas.)

José Siqueira: "Quem permitiu apenas pessoas contra a legalização?"

Veio quem quis. Nós não escolhemos.

"Marisa Lobo teve o seu registro de psicóloga cassado e é totalmente contra: Ninguém sério que estuda o assunto pode ser totalmente contra." (*Palmas.*)

"Deveriam ver o que se faz nos Estados Unidos, maconha medicinal. Na verdade, não. Basta o cara dizer ao médico: 'Estou deprimido por ter que comprar no tráfico'."

Bruno Ferreira: "Controlar as drogas e colocar a produção, transporte e venda da substância na mão de gente honesta é a única forma de impedir o acesso às crianças. (*Palmas.*)

Eduardo Duarte: "A turma da psiquiatria vem com a versão do medo, do temor; só se for o medo de eles perderem os clientes para as suas receitas e produtos 'maravilhosos'."

Alexandre de Castro:

A teoria da porta de entrada é uma falácia! Maconha não faz ninguém cheirar nem fumar crack! As pessoas que fumam crack só fumaram maconha antes pelo mesmo motivo pelo qual tomaram cerveja antes: por ser algo muito mais popular e difundido!

"Maconha proibida é porta de entrada para o *crack* e cocaína."

"Quem fuma maconha, geralmente, não faz uso de outras drogas, inclusive álcool."

Parece que os que vieram aqui são contra, e os que têm computador são a favor. (*Risos.*)

"Quem fuma maconha não sai por aí dirigindo bêbado."

"Número de usuários: Portugal acusou diminuição de 10% a 0,1% entre adolescentes após sua descriminalização."

Ralph Oliveira: "A regulamentação da maconha não vai facilitar o acesso a outras drogas. Esse acesso já é garantido com a proibição em torno da *cannabis*."

Não vai adiantar ficar lendo mais, são muitas e muitas que vamos levar, para analisar; já li algumas. E quero dizer o seguinte: vou passar a palavra para cada um usar.

O SR. MOISÉS MORENO – Mas, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Você não se inscreveu.

O SR. MOISÉS MORENO – Eu me inscrevei. V. Exª falou que era possível se inscrever, e eu fui ali, imediatamente, e me inscrevi.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É que eu tinha fechado já a lista, mas vou abrir a palavra para você como último inscrito.

O SR. MOISÉS MORENO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não estava na lista.

O SR. MOISÉS MORENO – Bom, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – O último foi o Jorge Damasceno. (*Pausa.)* Eu pulei? Eu marquei aqui. Desculpe, então. (*Risos.*)

O SR. MOISÉS MORENO – Tranquilo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Desculpe, seu nome estava aqui, e eu marquei, em vez de marcar o Moisés Moreno, que falou, não é?

O SR. MOISÉS MORENO – Não, sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Ah, é você? E quem é o Jorge Damasceno? Ah, foi ele, eu pulei você, está certo.

O SR. MOISÉS MORENO – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu saltei, desculpe-me.

O SR. MOISÉS MORENO – Sem problema, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a palavra.

O SR. MOISÉS MORENO – Muito obrigado. Quero aqui saudar a Mesa. O meu nome é Moisés Moreno; eu sou policial civil de Brasília.

Acho que a primeira coisa que precisamos analisar realmente, Senador, é a educação, porque não há como se contestar um depoimento desse, de um senhor desse aqui. Esse senhor deve ter idade para ser meu pai, e tenho de respeitá-lo no seu posicionamento, na sua história de vida. Acho que é algo que precisa ser analisado e, de forma veemente, tem que ser trazido para esse debate.

Acho que esse depoimento dele vem corroborar com a experiência que eu, como policial civil, que não tenho esses títulos todos que V. Exªs têm, vivo no dia a dia. Vejo o que é o mal do uso da maconha, que leva ao homicídio, leva à prostituição, leva às outras drogas, leva a latrocínio, leva ao estupro.

Enfim, acho que seria muito salutar que trouxéssemos para esse debate uma mãe de família ou um pai de família que não tivesse, realmente, esse tanto de títulos, mas que estivesse sofrendo, na pele, as agruras da utilização dessa droga no seu filho e vendo o seu filho morrer, vendo o seu filho ter problemas dentro de casa.

E aí me sinto no direito de discordar do rapaz que disse que é usuário de maconha, porque tenho tratado, nesses dias agora, um usuário de maconha, que, por influência do pai – que fumou maconha 30 anos dentro de casa –, hoje está causando um problema enorme dentro da sua casa, por conta exatamente do uso da maconha. E não se pode dizer que não teve acesso à educação, psicólogos, etc. Nada disso, não, porque são pessoas abastadas.

Então, o que quero dizer é que vivemos num País livre e...

(Soa a campainha.)

O SR. MOISÉS MORENO – ...a psicóloga Marisa Lobo tem o direito, sim, de dizer "sou completamente contra", porque eu também sou. E não pode ser discriminada por isso. Ninguém que pensa é completamente contra alguma coisa. Não. A pessoa tem o direito, sim.

Então, eu gostaria de fazer essa minha colocação, corroborando várias colocações aqui dos policiais federais, colegas nossos – eu sou policial civil aqui do DF –, e do senhor que colocou o seu depoimento.

Então, eu queria dizer também que se for dito: "Não, o álcool também faz mal; o tabaco também faz mal", enfim, se você quiser legalizar a maconha porque essas coisas também são legalizadas, você nivelará por baixo. Eu sou contra isso. É uma posição minha. Eu também não gosto do álcool, não fumo e nem bebo.

Mas enfim, o que eu quero dizer é que nós precisamos trazer para o debate pessoas simples da sociedade, que sofrem esse problema na pele, seja um policial que vê todos os dias isso, todo dia, diuturnamente, noite e dia, noite e dia, que vai lá e pega gente morta na rua, gente que matou, gente que está envolvido com a maconha; seja um pai de família, uma mãe de família que sofre essas mazelas em sua casa, certo?

Está aí a minha contribuição, Senador. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Moisés. Obrigado, Moisés Moreno. Desculpa ter pulado seu nome quando passei para o Jorge Damasceno.

Eu queria dizer o seguinte: isto aqui não é um debate, mas uma audiência. Nas audiências, em geral, fala a Mesa. Graças à Senadora Ana Rita, nós abrimos para todos poderem falar. Foi uma concessão dela, porque às vezes a gente pode, às vezes não pode. Como terminou cedo a fala de todos os três, deu para ouvir todos vocês.

E eu creio que ninguém aqui pode dizer que é a favor da droga, porque a gente está discutindo se a melhor maneira de tentar fazer uma sociedade sem droga é proibindo – aparentemente, não está dando certo –, ou regulamentando. E ninguém sabe se vai dar certo. É uma hipótese ainda.

Então, esta é a nossa discussão: se vale a pena correr o risco da regulamentação, ou se devemos persistir na proibição. Essa é a grande pergunta, e nós vamos ouvir muita gente aqui e especialistas para chegar a uma posição científica, até mesmo, como por exemplo esse menino de que você falou, se teria usado droga se o pai não fosse usuário, ou ele só usa porque o pai foi usuário. A gente precisa ouvir, com estatísticas, se de fato existe essa influência ou não.

Bem, eu vou passar a palavra a cada um, para usar um ou dois minutos, e depois, se a Senadora Ana Rita quiser, eu peço que encerre a reunião.

Por favor, Márcia Loureiro.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Pela ordem, Senador. O senhor poderia pedir que a Drª Márcia Loureiro falasse sobre se o Brasil é signatário de tratados de 1961, sobre o uso da maconha?

A SRª MÁRCIA LOUREIRO – Sim, o Brasil é signatário das três convenções multilaterais sobre o tema, e estão todas já incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – A condição do Brasil em relação à maconha nessa ocasião?

A SRª MÁRCIA LOUREIRO – Em 1961?

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE (Fora do microfone.) – ...Filho representou o Brasil.

E firmou o tratado dizendo que o Brasil tinha droga potencialmente nociva, a maconha, quando ela era 3% só de THC. Eu gostaria de saber se agora que é de 30%, se isso não afeta, se não é quebra de tratado, até discutirmos sobre esse assunto.

A SRª MÁRCIA LOUREIRO – Quebra de tratado? Olha, eu acho que as convenções, em seu conjunto, já deixam isso claro. Elas admitem o uso medicinal e terapêutico, desde que respeitados os controles que as próprias convenções enumeram. Mas, quanto ao uso terapêutico e de pesquisa, as convenções estão lá. Há as várias listas de substâncias, como o senhor deve bem saber, e a cada lista correspondem controles mais ou menos estritos, sendo que os controles estabelecidos para o *cannabis* são os mais estritos. Mas, quanto ao uso terapêutico e de pesquisa, eu penso que não há contradição com os compromissos internacionais do Brasil.

Esse seria, Senador – claro, tendo a ver a questão do ponto de vista dos compromissos internacionais, do ponto de vista do marco legal –, um ponto de partida importante para a continuação deste debate.

Obviamente, ninguém tinha a expectativa, o senhor e a Senadora Ana Rita, de que o debate se esgotasse aqui.

Não é assim que o senhor concebeu essa série de reuniões da Comissão. A gente pode ver que esta reunião de hoje demonstra a complexidade do tema, as polarizações que ele suscita, o desafio que ele coloca para a formulação de políticas públicas e também para o debate internacional. Assim como os senhores legisladores recolheram muitas opiniões e percepções importantes; eu, de minha parte, também recolhi e as levo comigo para a participação do Brasil nos foros internacionais. E volto a dizer que eu penso que o marco internacional vigente nos fornece um bom ponto de partida para o debate que a sociedade brasileira pretende realizar a esse respeito.

Nesse sentido, eu só posso agradecer o privilégio e a oportunidade de participar hoje desta reunião.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós que agradecemos.

Eu passo a palavra a Rafael Franzini.

O SR. RAFAEL FRANZINI BATLE – Hoje, o debate é uma coisa muito saudável. Eu achei incrível o nível do debate. Há pessoas que estão a favor e pessoas que estão contra. Acho que é a única forma de construir a política pública. Então, parabéns a todos vocês.

Também, durante o ano de 2012, eu participei de outro debate em âmbito internacional. Eu trabalhava na OEA e participei do exercício do relatório sobre drogas. A verdade é que há um novo debate e há uma nova forma. Talvez, haja debate que antes, talvez, não se procurava ou de que não se necessitava. Os tempos mudam.

O que eu acho muito interessante aqui é que, para uma posição ou para outra, o debate tem de produzir evidência científica.

Quando eu estudava nos Estados Unidos, tínhamos uma matéria, um curso que se chamava Solução de Problemas. A solução de problemas eram análises de evidências científicas. Eu acho muito importante ter algumas manifestações pessoais, alguns relatos de vida, mas os grandes números são os que fazem as políticas públicas. Eu acho que é nisso que o relatório do Senado falha muitas vezes, sendo que não há muita evidência para isso ou aquilo. Há contradição hoje.

Então, é uma boa oportunidade para gerar essas questões, e uma quantidade de pesquisadores poderem falar sobre isso, como o Dr. Laranjeiras, Dr. Carlini, uma quantidade de pessoas que trabalham nessas questões.

Eu acho que é muito importante para o debate internacional, como falou a Srª Márcia Loureiro, porque, dentro de dois anos, os países terão de debater esse ponto: onde está agindo as políticas de drogas? Não só a maconha, mas as drogas em geral. Eu acho que, quanto mais bem informados estejam os países, melhor será o debate.

Finalmente, uma assertiva sobre o tema das lutas e das guerras. Nosso Diretor Executivo, Dr. Fedotow, falou que as convenções, do Direito Internacional, não foram feitas para dar guerra a ninguém, mas para proteger direitos, para proteger a saúde e para proteger a moral. Quando se procura controlar um delito, sejam delitos graves, como o tráfico de pessoas, o tráfico de armas, você procura proteger questões como a paz pública, a propriedade privada, a vida. Então, não se faz uma guerra contra os traficantes de seres humanos; protegem-se as pessoas.

Eu acho que é melhor mandarem esta mensagem: a de proteção às vítimas. Então, se temos problemas de saúde, de propriedade, problemas sobre pessoas traficadas, ou sobre ambas, ou sobre questões de paz, na verdade, estamos procurando proteger direitos.

Então, eu acho que isso é uma fórmula melhor, mas não quer dizer – eu falei disso – que os países não tenham de dar uma resposta dura, duríssima, ao narcotráfico, ao tráfico de armas, ao tráfico de seres humanos que, finalmente, é a criminalidade organizada transnacional.

Eu considero alguns pontos interessantes para melhor discutir, talvez alguns dados, que eu não senti aqui, mas eu gostaria de compartilhar com vocês.

Um dado é que as substâncias das drogas legais, como álcool e tabaco, produzem mais mortes associadas ao consumo do que uma quantidade de drogas ilícitas e que são mais perigosas. Esse é um dado.

Outro dado é que somente entre 15% e 20% dos consumidores são problemáticos, e essas pessoas dão conta de 80% do mercado.

Então, esses são alguns dados para saber por onde passam os problemas.

Finalmente, as formas – eu gostaria de reiterar isso – de uso medicinal e as formas de uso industrial foram regulamentadas pela convenção de 1961, e não há previsões sobre isso, mas os países têm de regular de acordo com essas convenções.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós que agradecemos.

Passo a palavra ao Dr. Julio Heriberto, agradecendo muito que tenha tomado o seu tempo para vir aqui nos falar dessa experiência corajosa e que nós desejamos muito que tenha sucesso no Uruguai.

O SR. JULIO HERIBERTO CALZADA MAZZEI *(Tradução simultânea por profissional habilitado.)* – Muito obrigado outra vez pelo convite.

Para me referir apenas aos aspectos do Uruguai, às referências que fizeram aqui, não devo me expressar sobre as diferenças com o Brasil.

O Uruguai é também signatário das três convenções, e isso é um bom marco para avançar num debate em relação à vigência da convenção. Estamos convencidos de que nenhuma convenção é imutável no tempo. Senão, estaríamos regidos pelo Código de Hamurabi.

A convenção é o marco legal que temos, mas o Uruguai, à parte de ser firmante dessa convenção, também é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos. Segundo a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, a Convenção de Direitos Humanos está acima de todas as outras e, nesse sentido, na reflexão que fazemos para nós, para o Uruguai, dizemos que o Estado, ao não dar acesso legal à maconha, está violando seus direitos humanos. Essa é uma reflexão que nós temos para a realidade do nosso país.

As convenções e as leis, como dizia o Dr. Franzini e como diz o embaixador, o secretário executivo de UNODC, são feitas para serem interpretadas. No debate internacional, estamos justamente questionando isto:

como buscar interpretações mais flexíveis das convenções e que fiquem fora dessa dinâmica perversa da guerra às drogas.

Esse é um tema que não nos agrada, mas Nixon nos impôs, com armas e com dinheiro, a partir de 1971, quando fez uma declaração específica de que os Estados Unidos declaravam guerra às drogas. Aumentaram o orçamento econômico dedicado pelos Estados Unidos, que passou de US$1 milhão a US$150 milhões – não sei exatamente. Vivemos uma época hoje de retrocesso do enfrentamento desse problema, que é um problema humano ou, como demonstrado aqui, de um ponto de vista militar.

E cremos que foi um grande erro que se cometeu nos últimos anos, sobre o qual precisamos que a comunidade internacional reflita profundamente.

O Uruguai não legalizou a *marijuana*, a maconha. Creio que, entre a legalização e a proibição, há um caminho intermediário que nos parece razoável e sensato, que é o caminho da regulação, e nisso estamos imersos.

E, para falar de questões gerais do tema de guerra às drogas, para a senhora que colocou o tema do Cartel de Medellín como um triunfo, a maior derrota em matéria de guerra às drogas foi a derrota do Cartel de Medellín, porque quando era hegemônico, nos anos 80, era uma organização; e quando Escobar foi morto e o Cartel se desarmou, apareceram 60 organizações na Colômbia.

Então, isso mostra profundamente o fenômeno das drogas na Colômbia e quais os aspectos substanciais e fundamentais para quem quiser um debate sério sobre essa questão.

Vejamos o México: 60 mil mortos em seis anos. E esses foram os mortos em um ano por causa da guerra. Não mortos por cidadãos, não necessariamente pela força militar, pelas forças policiais, mas 60 mil mortos de todo tipo e milhares de desaparecidos. Esse é o resultado com que se deparou em 1971 quando Nixon teve a decisão política de encarar essa guerra.

Pensemos na produção do ópio. No ano de 1998, a ONU se propôs, para o decênio seguinte, a eliminar ou reduzir muito a produção e o consumo do ópio, da cocaína e do *cannabis*. Todos cresceram, mas no caso do ópio, não que seja o maior produto do Afeganistão, cresceu 120% num país ocupado pela maior potência militar do Ocidente, os Estados Unidos, pela Alemanha, Holanda, Bélgica, Espanha; todos os países do mundo metidos dentro do Afeganistão, e a produção de ópio cresceu 120%.

Vale a pena refletir sobre os mecanismos mais adequados para reduzir o consumo, que é o objetivo que todos nós temos e que é o espírito das comissões que têm de zelar pela saúde da população mundial. Devemos encontrar, mas não temos encontrado os mecanismos adequados. Portanto, temos que buscar novos caminhos. E temos de avaliar sistematicamente o que fazemos, não apenas o aumento ou a diminuição dos usuários, mas todos os efeitos colaterais que transformam o tema em algo tão complexo.

Se o caminho por que optamos e que estamos tentando seguir para eliminar o narcotráfico, para dar melhor saúde à população e diminuir o consumo de *cannabis* e os ganhos de consumo de *cannabis,* não é o caminho adequado, teremos que ter o valor político de mudá-lo, como teremos o valor de avaliar a política dos últimos 60 anos.

Agradeço à Senadora Ana Rita o seu convite, assim como ao Senador e a todos que participaram da Mesa por termos esta possibilidade, e a vocês por permitirem me expressar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não tenha dúvida que a sua fala, a sua posição vai ser bastante usada ao longo do trabalho de elaboração do nosso relatório.

E quero insistir em algo que disse o Dr. Julio. Não estamos discutindo a liberação. Estamos discutindo se devemos fazer, ou não, a regulamentação. E o principal objetivo é um país sem drogas, um mundo sem drogas. Mas há uma realidade. Ela está aí e está aliada ao tráfico. E temos dois desafios: como quebrar o tráfico e como reduzir e até, um dia, eliminar a necessidade de drogas para preencher o vazio que cada um tem dentro de si na sociedade mundial de hoje.

Então, não se trata de liberar, mas de regulamentar, se for o caso.

Eu termino aqui, mas passo a palavra à Senadora Ana Rita, para fazer o encerramento da audiência.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cristovam, o senhor mesmo pode fazer o encerramento. Vou apenas fazer alguns agradecimentos.

Primeiro, agradeço ao Senador Cristovam Buarque, que, como eu disse no início, assumiu o pedido de ser o Relator dessa importante matéria.

Também agradeço a quem possibilitou que esse debate viesse para o Senado Federal. É um debate difícil, polêmico, complexo, tem opiniões muito diferentes, mas o Congresso Nacional não pode furtar-se a fazê-lo. E a Comissão de Direitos Humanos, como é uma comissão de legislação participativa, é a porta de entrada para diversas iniciativas. Esta é mais uma delas.

Então, quero também parabenizar o Senador Cristovam, que sabiamente propôs um cronograma, uma agenda de oito audiências públicas temáticas, para que esse debate possa continuar sendo aprofundado. Então, hoje é o início de um debate muito rico. Aí, queremos agradecer profundamente ao Sr. Julio Heriberto Calzada Mazzei, Secretário-Geral da Secretaria Nacional de Drogas da República Oriental do Uruguai. Muito obrigada pela presença do senhor, que trouxe inclusive informações novas, que eu não conhecia. Muito importante.

Agradeço também ao Sr. Rafael Franzini Batle, representante do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.

Também agradeço muitíssimo a presença da Srª Márcia Loureiro, Coordenadora Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Agradeço muito a contribuição de todos vocês e também àqueles que se manifestaram aqui, trazendo também suas opiniões. Este debate vai continuar, e estaremos aqui para possibilitar que possa realmente chegar a todas as pessoas.

Quero agradecer também à TV Senado, aos meios de comunicação aqui do Senado – TV, *Jornal do Senado*, Agência Senado, Rádio Senado –, que cumpriram um papel na divulgação desta audiência pública. Com certeza, continuarão divulgando as próximas. Então, as pessoas poderão acompanhar pelos meios de comunicação do Senado Federal os desdobramentos desta audiência pública e também as reflexões e o conteúdo das próximas audiências públicas.

Obrigada a todos vocês que têm sido parceiros e parceiras da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Retorno a palavra ao Senador Cristovam, para que faça oficialmente o encerramento da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado à Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Eu, apenas como Relator desta iniciativa do André, ali presente e que liderou, conseguindo as mais de 20 mil assinaturas, presidi esta audiência e presidirei as próximas que vierem se a Senadora Ana Rita assim o preferir.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 09 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 28 minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL, 38ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA E 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, NO DIA 3 DE JUNHO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e dezenove minutos do dia três de junho de dois mil e quatorze, na sala treze, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Ana Rita, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Econômicos**,** com a presença dos Senhores Senadores e Senadoras Ana Amélia, Ana Rita, Cyro Miranda, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Eunício Oliveira, Gleisi Hoffmann, Inácio Arruda, Lídice da Mata, Lindberg Farias e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros das Comissões. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos dos Requerimentos nº 53 de 2014-CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, e nº 44 de 2014-CAE, de autoria do Senador Lindbergh Farias, aprovados em 21/05/2014 e 27/05/2014, respectivamente, para **"Lançar e divulgar material produzido pelo Ministério Público do Trabalho e Movimento Down que disponibiliza através de instrumentos acessíveis legislações de interesse das pessoas com deficiência**". A Senhora Presidenta apresenta os expositores e solicita que tomem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais acerca do tema da Audiência Pública. A Senhora Presidenta anuncia a presença do Senador Lindberg Farias, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e passa a palavra aos convidados nesta ordem: Estanislau Tallon Bozi, Procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho do Espírito Santo; Glória Maria Moreira Salles, Representante da Organização *Carpe Diem*; José Francisco de Souza, Representante do Instituto Benjamin Constant – IBC; Breno Viola, Autodefensor do Movimento Down; Christiane Aquino, Representante do Movimento Down; Luiza de Andrade Penido, Assessora da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SNPD/SDH, Weslei da Silva Rocha, Representante do Ines, Instituto Nacional de Educação de Surdos. A Senhora Presidenta concede a palavra as seguintes pessoas presentes no Plenário: Waldimar Carvalho, Diretor do Departamento de atendimento à pessoa surda do ICEP Brasil; Andréa Bakaj, do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais do Senado Federal; Maria da Conceição Lima Alves, Consultora Legislativa; Pedro Barreira Silva da Rocha, Con-

sultor Legislativo do Senado Federal. Ao término das exposições, a Senhora Presidenta concede a palavra aos expositores para fazerem suas considerações finais. A Senhora Presidenta faz os seguintes encaminhamentos: 1) propor revisão da legislação vigente para adequação da linguagem dos textos legais; 2) propor parceria do Senado Federal, que possui um programa de acessibilidade, com os movimentos Down e Carpe Diem para lançar cartilhas e livros em linguagem acessível acerca da legislação brasileira. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras e Senadores Ana Rita, Lindberg Farias, Gleisi Hoffmann e Cyro Miranda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pelo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.– Senadora **Ana Rita**
Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, – Senador **Lindberg Farias,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa Conjunta com a 20ª Reunião Comissão Permanente de Assuntos Econômicos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos dos Requerimentos nºs 53, de 2014, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria da Senadora Ana Rita, e nº 44, da CAE, de autoria do Senador Lindbergh Farias, aprovados em 21 de maio de 2014 e 27 de maio de 2014 respectivamente, para lançar e divulgar material produzido pelo Ministério Público do Trabalho e Movimento Down, que disponibiliza através de instrumentos acessíveis legislações de interesse das pessoas com deficiência.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular.

Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentário ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal E-cidadania, o link http://bit.lymovimentodown e do Alô Senado, através do número 0800.612211. Esses endereços estão na tela, e todos poderão acompanhar.

Quero aqui, primeiro, saudar a todos vocês cumprimentar, desejar um bom-dia, uma boa audiência pública. O Senador Lindbergh está a caminho.

Eu vou iniciar, e, assim que ele chegar, passaremos também a palavra para que ele possa conduzir a audiência pública.

Eu vou fazer, então, a composição da mesa. Nós já estamos com três convidados presentes.

Vou solicitar que estejam aqui à mesa conosco: o Sr. Estanislau Tallon Bozi, Procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho do Espírito Santo, seja bem-vindo. Dr. Estanislau, é um prazer recebê-lo aqui, sente-se aqui.

A Srª Glória Maria Moreira Salles, Representante da Organização Carpe Diem. Por favor, Sr Glória. Sente-se aqui. Tudo bom?

Também, convido para compor a mesa o Sr. José Francisco de Souza, representante do Instituto Benjamin Constant – IBC. Seja bem-vindo, Sr. José Francisco.

Antes de conceder a palavra aos nossos convidados, como de costume, eu sempre faço uma introdução para contextualizar melhor o tema.

Então, eu vou fazer aqui uma pequena exposição, uma pequena fala e posteriormente passarei, então, para os nossos convidados.

Nós estamos ainda aguardando o Representante do Movimento Down, a Srª Cristiane Aquino.

Estamos aguardando também o autodefensor do Movimento Down, o Sr. Breno Viola e também a Srª Laíssa da Costa Ferreira, Chefe de Gabinete da Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Esta audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, tem o objetivo de lançar a cartilha de Direitos Trabalhistas em Linguagem simples para garantir acessibilidade a pessoas com síndrome de Down e outras deficiências.

A cartilha que tem como o título o *O Ministério Público do Trabalho e o Direito dos Trabalhadores* em fácil leitura, elaborado pelo Ministério Público do Trabalho, em parceira com o Movimento Down e o Carpe Diem abordam os principais direitos trabalhistas utilizando linguagem simples. Também será apresentando folheto *Dez Coisas que Todo Mundo Precisa Sobre Síndrome de Down.* material voltado para o esclarecimento de profissionais dos meios de comunicação.

A cartilha está inserida no projeto PCD Legal, uma biblioteca virtual com conteúdo acessível a todos, gratuitamente, com o objetivo de oferecer conhecimento sobre temas importantes para o desenvolvimento da cidadania.

Desenvolvido num ambiente bilíngue, incluindo o português e a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e disponível em diversos modos de exibição, como textos, áudios e vídeos, o sistema permite que qualquer pessoa consulte as informações, independentemente de restrições físicas ou de aprendizado. O projeto, criado pelo Ministério Público do Trabalho, permite a mobilidade do usuário no acesso à informação, já que as consultas podem ser feitas por computador, *table*t ou *smartphone* e os arquivos podem ser baixados para uso, sem conexão à internet, e compartilhados em redes sociais. Em breve, serão incorporados terminais de acesso (tótens) disponíveis em ambientes públicos ou de acesso coletivo.

Por fim, nossa consultora Maria da Conceição apresentará uma proposta de Lei para adequar a linguagem à legislação já vigente.

É isso que gostaria de colocar neste início.

Quero agradecer a todos nossos convidados e convidadas.

Particularmente, quero aqui fazer um agradecimento ao Ministério Público do Trabalho do Estado do Espírito Santo, hoje aqui representado pelo Procurador Dr. Estanislau. Já tivemos oportunidade de ouvi-los em outras ocasiões. O trabalho de acessibilidade das pessoas com deficiência que eles estão fazendo é altamente importante. Causa-nos muito orgulho uma instituição como o Ministério Público do Trabalho criar um sistema de acessibilidade para que as pessoas com deficiência possam ter acesso às legislações existentes de maneira fácil e simples, para que todas as pessoas possam acompanhar e se apropriar do conteúdo das legislações.

Então, quero aqui, primeiramente, agradecer muito ao Ministério Público do Trabalho do Espírito Santo e dizer da nossa alegria de recebê-lo aqui. Dr. Estanislau, obrigada pela presença, assim como a presença também da Glória e do José Francisco, que estão aqui para contribuir com esse debate, com essa apresentação, passando também a experiência deles.

Vou passar inicialmente a palavra ao Dr. Estanislau para que ele possa no tempo...

Não sei, Dr. Estanislau, quanto tempo o senhor vai precisar para fazer a apresentação. (*Pausa*.)

Se não for possível 15 minutos, podemos prorrogar por mais 5 minutos. Pode ser?

O SR. ESTANISLAU TALLON BOZI – Antes queria passar às mãos de V. Exª o material que já temos impresso. Se V. Exª, depois, quiser apresentar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada.

O SR. ESTANISLAU TALLON BOZI – Senadora Ana Rita, Ilma Srª Glória Maria Moreira Salles, representante da organização Carpe Diem, Ilmo Sr. Prof. José Francisco de Souza, representante do Instituto Benjamin Constant, senhoras e senhores:

Bom dia!

Antes de falar sobre a nossa situação, queria dizer alguma coisa a respeito dessas linguagens diferentes para nós, que usamos o português, usamos o alfabeto ocidental.

São Francisco de Sales, que viveu de 1567 a 1622, aceitou na sua casa um jovem surdo. Isso foi por volta de 1600 – há cerca de 400 anos – e ali criou um sistema de comunicação por sinais. Esse é o registro mais antigo que tenho de algo assim. Evoluímos e hoje temos, no Brasil, um segundo idioma, por assim dizer.

A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, instituiu a língua brasileira de sinais como linguagem oficial brasileira. Ela funciona ao lado do português. Ela não dispensa o português, que é nosso idioma oficial, constitucionalmente estabelecido, mas complementa e facilita o acesso das pessoas com deficiência auditiva à informação.

Louis Braille, cerca de 200 anos depois de São Francisco de Sales, ficou cego aos três anos de idade no ambiente de trabalho do seu pai, que era celeiro. É possível ver, Senadora, como o trabalho não é adequado para criança. O ambiente de trabalho não é para criança. A criança é para estar na escola. Seus pais e o pároco local o matricularam em um colégio. Louis Braille, então, foi destaque na sua época. Chegou a ser líder da sua turma com dez anos de idade.

Posteriormente, mudou-se para Paris para a primeira instituição voltada para o ensino de cegos.

Prof. José Francisco, me corrija se eu estiver errado na história. Ali conheceu o Capitão Charles Barbier, capitão reformado da artilharia francesa que lhe indicou, então, o sistema de pontos, que é hoje o que temos no Braille. Esse sistema de pontos era chamado de leitura noturna, porque os soldados, com aquela codificação em pontos, espaços e traços, poderiam saber os comandos na guerra, à noite, sem precisar acender nenhuma iluminação, sem acender vela ou coisa que o valha. A partir daí, Loius Braille desenvolveu o Sistema Braille.

Antes, nesse instituto de cegos em Paris, Valentin Haüy, que era o criador, desenvolveu o sistema de leitura em relevo das letras. Eram letras grandes em relevo. Mas esse sistema era muito lento. Louis Braille, então, com

esse conhecimento que o Capitão Charles Barbier lhe indicou, conseguiu desenvolver essa linguagem de sinais de braille, com pontos e traços em relevo e espaços, o que possibilitou uma leitura mais rápida, uma leitura tátil.

O Movimento Down, nós o conhecemos em um seminário em Cachoeiro do Itapemirim, no nosso Estado, e descobrimos, então, que precisávamos também fazer uma linguagem adaptada às pessoas que tinham alguma deficiência de cognição, de conhecimento, uma leitura simplificada para expurgar dos nossos textos as palavras difíceis, as palavras jurídicas, os termos técnicos, de modo que fosse compreensível.

Como começou nosso projeto? Estávamos em uma reunião, no Centro de Referência para a Pessoa com Deficiência, em Vitória, e uma das assistentes sociais nos perguntou se tínhamos algum material sobre Direito para as pessoas surdas. Entre as pessoas surdas, a maior parte não é alfabetizada em português, usa libras.

Dissemos que não tínhamos, que tínhamos uma cartilha impressa sobre o direitos dos trabalhadores, mas em português, e ela nos explicou que seria como se lêssemos japonês, como se chegássemos ao Ministério Público do Trabalho e víssemos a sua placa escrita em japonês. É essa a leitura para as pessoas surdas não alfabetizadas no nosso idioma. Aquilo nos inquietou sobremaneira. Pensamos, então, em desenvolver material acessível às pessoas surdas e, daí, ampliamos para as pessoas cegas também.

Desenvolvemos, então, esse portal que vamos apresentar mais à frente, com arquivos de áudio para as pessoas cegas que queiram ouvir ou para os analfabetos, com dificuldade de leitura, que tenham dificuldade visual de leitura e que queiram ouvir. O texto todo está lá, em formato *flip* e pode ser manuseado como se fosse um livro virtual. Também há uma formatação específica para leitores de HTML que são os programas que os cegos, as pessoas sem visão, usam para acessar a internet.

Tudo começou a partir desse contato com o Movimento Down, em 1º de maio do ano passado. Hoje, vamos incorporar, lançar essa mesma cartilha que tínhamos lá para leitura fácil, em linguagem simplificada, de modo a atender às pessoas com dificuldade de conhecimento, de cognição e também para educação de crianças, se for o caso. Se algum professor quiser introduzir as crianças no mundo do trabalho, é possível utilizar esse mesmo material.

No nosso *site*, temos o contraste de cores, a possibilidade de aumentar o tamanho das letras. Temos todo ele disponível para *download*. Todos os arquivos são gratuitos, podem ser baixados. Todos os vídeos estão no Youtube. Todos esses arquivos podem ser compartilhados nas redes sociais, por *e-mail* ou pelo modo que o usuário queira.

A nossa intenção, senhoras e senhores, é ampliar o conhecimento. Os empregadores que são obrigados a contratar determinado percentual de pessoas com deficiência por força de lei reclamam que há ausência de qualificação nas pessoas com deficiência.

Com esse portal, estamos possibilitando acesso à informação.

A primeira publicação é sobre o Ministério Público do Trabalho e o Direito dos Trabalhadores e permite, tanto a patrões quanto a empregados, conhecerem os direitos e deveres de cada qual na relação de trabalho. Depois dessa primeira publicação nos quatro formatos e, hoje, no quinto formato, que vai ser a leitura fácil, introduzimos a Lei de Cotas em perguntas e respostas. São 61 perguntas com as respostas simplificadas acerca da legislação que obriga a contratação de pessoas com deficiência nas empresas. Na sequência, introduzimos também a convenção da ONU para as pessoas com deficiência. Todas no mesmo formato. Hoje, estamos lançando aqui também, Senadora Ana Rita, a Constituição da República totalmente atualizada neste formato, acessível em Libras, acessível em texto, acessível em áudio e vídeo, tudo em Libras. Os textos em Libras têm também ao lado correlativo em português, para os surdos que estão sendo alfabetizados nas duas línguas, na Língua Brasileira de Sinais e na língua portuguesa.

Então, seria isso. Gostaria, então, de pedir a demonstração do nosso *site* para o público, se fosse possível a exibição.

Vemos o conteúdo em português, áudio e texto, e o livro digital.

Os senhores pode perceber, nessa área comum, que temos todo índice...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aproveito para registrar, enquanto o áudio não começa, a presença do Breno Viola, autodefensor do Movimento Down.

Seja bem-vindo, Breno!

O SR. BRENO VIOLA – Obrigado!

Quero agradecer por estar aqui nesta mesa. Acho importante mostrar o nosso livro no trabalho público, mais acessível para todos

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Breno, é só para sua apresentação. Depois, vamos passar a palavra para você falar tudo o que tem vontade dentro do tempo de 15 minutos.

Vamos retornar para o Dr. Estanislau.

O SR. ESTANISLAU TALLON BOZI – Só para complementar, fazer a exibição do *site*.

Embaixadora, seja bem-vinda também.

Temos a disponibilidade do *download*, do contraste, do áudio. É possível mostrar o áudio? (*Pausa.*)

O áudio não está funcionando, Senadora, infelizmente, mas é naquele ícone. O vídeo em Libras estará disponível porque não tem som.

Tem uma área de *downloads*. Todo ele pode ser "downloadeado".

Peço, então, para abrir o arquivo da Constituição da República, que é o lançamento dessa data, para a visualização ficar mais fácil. Cada publicação tem uma cor, mas todas têm contraste. Vejam que temos as quatro áreas.

Hoje está sendo lançado também o texto a que Breno já se referiu. Ele estará disponível no *site*.

Pode clicar em algum conteúdo em Libras para visualizarmos, por favor? (*Pausa.*)

Esse é para leitura em HTML, o texto simplificado e o áudio, à direita. O áudio parece que não está funcionando. Então, não há possibilidade.

O conteúdo em Libras, por favor. (*Pausa*.)

O vídeo está aí. Passando o mouse sobre o título, vai aparecer em linguagem brasileira de sinais o título.

Clicando no capítulo, aparece todo o texto que está lá nesse formato. À nossa esquerda, vai aparecer o vídeo. O problema é só de velocidade mesmo, o vídeo está ali, todo aquele texto lá, Título I, dos Princípios Fundamentais, aparece lá em português e em Libras. E temos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESTANISLAU TALLON BOZI – Conteúdo.

Nessa primeira página, temos as informações em português, em Libras, em áudio; o conteúdo, com menos figuras, para a leitura de HTML, e temos também o livro digital, que é o mesmo formato do livro, que pode ser manuseado.

Vamos ver se carrega, por causa do tamanho do arquivo, mas é como se fosse um livro virtual e pode ser manuseado como se o estivéssemos folheando mesmo. É só uma questão de velocidade do computador para carregar o arquivo, os arquivos estão um pouco pesados para o sistema operacional.

É formato livro, é como se manuseasse o livro escrito. Há o índice, que pode ser clicado; clicando ali, em qualquer frase daquela, remete direto à página em que está aquela disposição constitucional. Essa, então, é a Constituição da República, demonstrada para os senhores.

(Soa a campainha.)

O SR. ESTANISLAU TALLON BOZI – Seria isso, então, Excelência. Muito obrigado a todos pela paciência com que me ouviram, e o Ministério Público do Trabalho sente-se muito honrado em participar desta audiência pública, Senadora Ana Rita.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Nós agradecemos ao Sr. Estanislau. O sistema, realmente, exige um tempo maior, porque precisa carregar para fazer a demonstração. Nosso computador aqui demora um pouquinho, é isso? Mas deu para entender como é que funciona. Então, é um programa extremamente acessível. As pessoas com deficiência visual, auditiva têm o sistema Braille totalmente em condições de ter acesso à legislação. Não é isso?

O SR. ESTANISLAU TALLON BOZI – (*Fora do microfone.*) Isso. E agora com uma leitura fácil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – E também com a leitura fácil. Então, é um programa importantíssimo, que deve ser de conhecimento de todas as pessoas, independentemente de terem algum tipo de deficiência. É um programa que merece ser conhecido e divulgado para que todas as pessoas possam acessar.

Quero aproveitar para registrar a presença da Senadora Ana Amélia, que se encontra entre nós; da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, o Ricardo Lima Caratti, que é o 1º Secretário, também está aqui presente. Obrigada pela presença.

Nós estamos aqui recebendo a Luiza de Andrade Penido, que está substituindo a Srª Laíssa da Costa Ferreira. À Luiza, eu faço convite para esta à mesa. Por favor, Luiza, assessora da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Então, seja bem-vinda, Luiza.

Luiza, obrigada pela sua presença; já estamos em andamento.

Vou passar a palavra agora para a Glória Maria Moreira Salles, representante da Organização Carpe Diem.

A SRª GLÓRIA MARIA MOREIRA SALLES – Bom dia. Quero agradecer a todos, agradecer pelo convite, cumprimento todos da Mesa, a Chris, o Breno, o Dr. Estanislau, a Senadora Ana Rita, o Sr. Francisco.

Faço parte da Associação Carpe Diem.

À medida que eu for falando, pode mudar.

Nós estamos aqui para falar sobre acessibilidade.

Vou falar um pouco do Carpe Diem para vocês entenderem como nós chegamos na acessibilidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Glória, quero aqui registrar a presença do Senador Lindbergh Farias.

Senador, vou fazer o convite para V. Exª presidir a audiência pública.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não, de jeito nenhum, está ótimo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É porque a reunião é conjunta e a mesa já está bastante... E achamos por bem começar por causa do nosso horário, mas seja bem-vindo, venha aqui, a Casa é sua, esta sala é sua.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, muito obrigada pela presença e estamos trabalhando juntos nesta audiência pública.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – (*Fora do microfone.*)

Estou sendo representado pelo Breno.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Breno está te representando. Muito bem.

Por favor, Glória.

A SRª GLÓRIA MARIA MOREIRA SALLES – Então, vamos começar com a missão do Carpe Diem, para vocês entenderem como chegamos no Manual de Acessibilidade e como fomos auxiliar na confecção também desse Manual de Acessibilidade, nesse livreto do Ministério Público.

A missão do Carpe Diem é fortalecer a autodeterminação da pessoa com deficiência intelectual, para que essa possa influenciar a sociedade no compromisso da diversidade. O que é isso? A autodeterminação, vou falar depois super-rápido dela. Queremos que essas pessoas tenham autodeterminação, aprendam a fazer escolhas, para que elas possam influenciar a sociedade. Não queremos mais estar aqui representando as pessoas com deficiência intelectual. Eu não trouxe ninguém do Carpe Diem para vir comigo para falar isso porque eu sabia que o Breno estava aqui. Então, ele está representando as pessoas com deficiência intelectual, e é isto que queremos: que eles estejam aqui na mesa, representando-os, eles que têm que modificar, influenciar a sociedade no compromisso com a diversidade.

Eu gosto muito dessa definição do Verdugo de autodeterminação, mas, como o tempo é curto, só vou ler ali bem rápido, bem rápido.

É o processo pelo qual a ação de uma pessoa é o principal agente causal de sua própria vida e agente causal de suas escolhas e tomadas de decisões sobre sua capacidade de vida, processo esse de interferência – é aí que gosto –, livre de interferências, exceto as influências que afetam toda e qualquer pessoa, mas não a interferência que toma decisão pela pessoa e limita seu processo de crescimento pessoal.

É aí que queremos influenciar, oportunizar toda essa autodeterminação para que eles sejam protagonistas. E o que é essa autodeterminação? É ter a sensação do controle da própria vida, porque ninguém tem o controle, mas todo mundo tem a sensação da própria vida.

O que é o protagonismo? A gente quer que ele seja protagonista. O que é isso? É o lutador principal, papel principal, pessoa principal numa determinada ação, responsável por determinadas ações. E eles têm todas as condições, quando têm todos os apoios necessários, de serem responsáveis pelas próprias ações. E foi daí, com esse pensamento de acreditar, de eles serem protagonistas, que nasceu o manual de acessibilidade que foi lançado na ONU há três anos. Vou contar para vocês como isso aconteceu.

No Carpe Diem, instigamos muito para que eles falem por eles, que eles reivindiquem, que eles façam escolhas. Em 2005, houve um projeto, o Projeto Pipa, de sexualidade, no Carpe Diem. Vocês podem olhar no Youtube, que há Projeto Pipa, e os meninos, o Thiago e a Bia foram convidados a participar, em Florianópolis, do VII Congresso Brasileiro de Prevenção das DST/Aids, e eles foram. Depois, eles foram convidados também aqui, em Brasília, em 2009, em março, no Seminário Nacional da Saúde.

E, aqui, em João Pessoa, foi a grande virada, foi quando eles... E a todo evento que vamos existe sempre a mediação de alguém explicando o que está o que está acontecendo, o que a pessoa está falando, para eles participarem desse evento, do que está acontecendo.

Ao final desse encontro em João Pessoa, houve uma reunião da coordenação. E os meninos, o Thiago, a Bia e a Mariana, participaram dessa reunião e questionaram: "Por que as pessoas, quando vão falar, é um eslaide só escrito, não tem figura? Por que as pessoas falam depressa?" Foi lá que surgiu a sugestão de elaborar o Manual.

Como foi feito esse Manual? Seis pessoas com síndrome de Down, por coincidência, com síndrome de Down, quiseram elaborar esse Manual. Houve uma coordenação, vários encontros durante quase um ano, e

foi transcrito; houve uma coordenação, e ele foi o tempo inteiro transcrito, foi gravado e transcrito. Nesse Manual vai ser exatamente como eles falaram, vai haver erros de concordância, erros de construção de frase, mas realmente foi feito por eles e foi tudo transcrito. Ele ficou engavetado durante um ano e pouco porque não tínhamos tempo para editar. A Secretaria de Estado da Pessoa com Deficiência de São Paulo patrocinou, foi lançado na ONU; o Breno e a Chris estavam lá. O lançamento foi há três anos, no dia 21 de março, que é o Dia Internacional da Síndrome de Down, primeiro Ano Internacional da Síndrome de Down.

Foi nessa época que surgiu a parceria com o Movimento Down. Quando o Movimento Down ia colocar o *site* já na rua para funcionar, nos procuraram para olhar e colocar o modo acessível da melhor maneira possível, da maneira que achássemos bom, junto com o Movimento Down. Foi daí que começou a parceria com o Movimento Down, que continua até hoje.

Existem algumas dicas para acessibilidade.

A Bia que fala sempre – a Bia é uma pessoa com síndrome de Down – que as pessoas têm que abrir o coração primeiro para poder ouvir; respeitar o ritmo mais lento das pessoas; fotos, imagens. Quando se vai falar ou explicar alguma coisa, desenhos; uma coisa de cada vez, nada de muito blá-blá-blá, porque eles se perdem. Eles mesmo falam que se perdem, então, deve ser uma coisa de cada vez. A outra é paciência, o saber ouvir, escutá-los. E a linguagem fácil, a linguagem simples, o que é? São textos mais fáceis; mais fáceis, nem digo, mas mais resumidos, fáceis, que as pessoas com deficiência intelectual possam compreender.

Isso por quê? Fizemos junto com o Movimento Down essa cartilha do Ministério Público, só para vocês darem uma olhada em como é feito.

O 13º salário vem assim, nessa versão, e nessa versão está explicado com desenho de uma forma clara, simples, o que é o 13º salário.

Outro exemplo é a carteira de trabalho, como está no livro menor. Está assim, como é a maneira acessível a carteira de trabalho, o que é o documento, para que serve; está tudo ali, mas de uma maneira fácil, para eles entenderem.

Estou falando de acessibilidade, mas isso está na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Como o meu tempo é curto, nem vou ler, mas estão na Convenção esses direitos.

Agora, nada disso que eu falei...

Você está cheio de acessibilidade, está imbuído, existem leis a serem cumpridas, de acessibilidade, a Convenção está aí, mas a gente tem que mudar a atitude. Se não mudarmos a nossa atitude frente à pessoa com deficiência, não vai resolver.

Uma das coisas é, por exemplo: será que todos são alfabetizados para entender essa cartilha? Mas eles podem trabalhar. Há uma porcentagem hoje muito maior de pessoas com deficiência intelectual trabalhando. Será que não podemos nos sentar com eles, junto com essa versão acessível, e explicar, conversar? Vai ser muito mais gostoso para eles trabalharem se souberem quais são seus direitos e deveres. Sempre falamos muito de direitos, mas também temos deveres. Como eles têm, todo mundo tem. Todo cidadão tem direitos e deveres.

Então, a coisa mais importante para mim é essa mudança de atitude. É olhar... É dar oportunidade a essas pessoas.

Eu sempre acabo a minha intervenção falando sobre...

Eu li muito sobre Espinosa, que é um filósofo. E todo o pensamento dele sempre recai nisto: ser produtor de si mesmo. Somos produtores de nos mesmos. Estando aqui, eu estou produzindo. Isso está acrescentando alguma coisa dentro de mim. Eu vou sair daqui diferente. Uma criança que está jogando bola vai parar de jogar bola, mas já de alguma outra maneira. Eu vou fazer caminhada, também alguma coisa vai me modificar. Então, todo dia, a todo momento, estamos nos modificando e produzindo, pegando o que é bom. Nesse momento, somos produtores de nós mesmos.

E eu digo que a gente tem que dar toda chance para essas pessoas com deficiência serem produtoras delas mesmas, porque a gente tem o impulso de fazer muitas vezes por, facilitar muito a vida dessas pessoas.

Não! Vamos acreditar que elas são capazes, vamos colocar nossos limites, até onde podemos ir. E muitas vezes colocamos limite no outro. Não, vamos esquecer isso. Já estamos no Século XXI. Vamos deixar que eles mudem, que eles coloquem a sua limitação. Vamos dar oportunidade a eles de colocarem para que sejam produtores de si mesmos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Obrigada, Glória.

Glória Maria Moreira Salles, representante da organização Carpe Diem.

Eu quero aproveitar o momento, porque foram distribuídas para todos vocês as cartilhas do Ministério Público do Trabalho. E há essa cartilha que a Glória acabou de mencionar *O Ministério Público do Trabalho e os Direitos dos Trabalhadores – Conteúdo com fácil leitura.*

Está aqui também *O Ministério Público do Trabalho e os Direitos dos Trabalhadores.*

Esse aqui é acessível e esse aqui numa linguagem normal, comum, que nós estamos acostumados a verificar.

Então acho que é importante mostrar para as pessoas, inclusive para a TV o material.

Também temos aqui, de forma acessível, a *Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência*, inclusive em Braille. E essa cartilha poderá ser vista em Braille e em Libras pelo sistema da internet, não é isso?

A SRª CHRISTIANE AQUINO – *(Fora do microfone)* Você pode baixar em Braille, para a leitura por pessoas cegas, e pode também ver o vídeo em Libras.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Fale ao microfone, por favor, só para explicar cada uma delas.

A SRª CHRISTIANE AQUINO – Essa cartilha foi lançada em parceria entre o Ministério Público do Trabalho, o Movimento Down e Carpe Diem.

Quando o Ministério Público do Trabalho lançou a iniciativa, havia apenas em Braille e em Libras, em vídeo e em áudio.

Agora a gente está lançando em linguagem simples, ou seja, em linguagem acessível para pessoas com deficiência intelectual. Primeiro o direito do trabalhador, para que as pessoas com deficiência tenham empoderamento e, ao trabalhar, saibam o que é décimo terceiro salário, o que são férias, o que é hora extra, tudo isso em linguagem fácil.

Se abrirmos a cartilha, vamos ver que são poucas linhas escritas, mas tudo com muito apoio visual.

Por quê? Porque pessoas com síndrome de Down aprendem visualmente, têm memória visual.

Então, para ensinar o conceito de décimo terceiro salário, o que a gente faz? Mostramos os doze salários mais um, para que seja mais fácil entender.

A carteira de trabalho... Olhe aqui, olhe a foto do Breno. Oh você aqui, Breno.

A gente explica como é preenchida, como funciona, tudo isso com linguagem simples, acessível, para que a pessoa com deficiência intelectual, ao trabalhar numa farmácia, num escritório, numa editora, saiba quais são os seus direitos e os exerça diretamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, Christiane.

Também aqui *a Lei de Cotas em Perguntas e Respostas*, também acessível.

E nós temos algumas cartilhas muito interessantes, que foram elaboradas em quadrinhos. Então, para quem não conhece... Por exemplo: *O Trabalhador e Seus Direitos*, também em história em quadrinhos. Isso é bom porque se torna muito mais agradável a leitura.

Mitos e Verdades sobre o Trabalho Infantil, também do Ministério Público do Trabalho, e *Parada Obrigatória* para quem tem algum problema de deficiência e para as pessoas de um modo geral.

Então quero agradecer à Glória pela sua exposição.

Vou conceder a palavra ao José Francisco de Souza.

O José Francisco de Souza é representante do Instituto Benjamin Constant, do IBC. José Francisco vai falar um pouquinho sobre ele, com certeza, mas é uma pessoa que tem deficiência visual. Então, a partir da sua experiência, vai fazer a sua fala aqui.

José Francisco, você tem quinze minutos. Quando a campainha tocar, vai faltar um minuto para terminar, está bom?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA – Bom dia a todos.

Antes de qualquer coisa, eu quero parabenizar a Senadora Ana Rita, o Senador Lindbergh e o Ministério Público do Trabalho, com quem já tive oportunidade de desenvolver alguns projetos no Rio de Janeiro. É sempre bom ter como parceiro o Ministério Público do Trabalho.

Eu vou seguir o caminho da nossa companheira Glória e citar um filósofo, Lukács, que dizia, há mais de 200 anos, o seguinte: seja você mesmo herói do seu destino, ainda que ele não tenha sido escolhido por você.

Isso quer dizer o quê? Isso nos conduz a algo que, para nós, pessoas com deficiência, é de fundamental importância: autonomia.

Agora mesmo, ao vir para esta audiência, eu patinei um pouquinho porque tenho baixa visão e não vi a numeração da sala, que é nada acessível. E, enfim, uma pessoa que vinha também para este lado acabou me conduzindo até aqui.

Então, uma das coisas que nós, pessoas com deficiência visual, e todas as pessoas com deficiência mais primam é pela autonomia. Ninguém gosta de ser dependente. Esse é o ponto principal que a própria convenção, a Lei nº 6.949.

Aliás, também quero parabenizar o Senado, porque estamos numa Casa Legislativa, e não é maior preocupação desta audiência produzir leis, porque leis, nós temos e, se todas forem cumpridas, certamente nós, pessoas com deficiência, vamos ter uma vida muito melhor.

Eu vi o representante do Ministério Público mostrando seu eslaide ali. Fiquei, aqui da mesa, olhando. E daí? Para mim não disse nada, porque eu não vi nada da apresentação. As pessoas não sabem que, se usarem um leitor de telas no computador que estiver conectado ao *datasho*w, ele vai ler essas apresentações se estiverem em PowerPoint.

É um recurso que eu não trouxe, porque realmente estou sendo pego de surpresa, não sabia que eu iria dizer alguma coisa. Se usarmos um Dosvox, um NVDA, um Jaws, um Virtual Vision, qualquer desses leitores de tela lerá as apresentações do PowerPoint.

Segunda coisa, a pessoa com deficiência visual pode ser cega ou de baixa visão. A pessoa cega usará certamente o seu leitor de telas. A pessoa de baixa visão – aí já é um pouco complicado – vai visualizar o mundo de forma diferenciada. Vai depender da patologia. Então, se ela tem visão central vai ver de uma forma. Se ela tem visão periférica, ela vai ver de outra forma. Se ela tem comprometidos, por exemplo, os cones da retina, ela vai ter dificuldade na diferenciação de cores. Se ela tem comprometimento dos bastonetes, ela vai ter problema de visão noturna. Então, é muito importante o que está dito desde Salamanca, em 94: nada para nós sem nós.

Eu não sou muito jovem, já sou pessoa com deficiência desde que nasci e toda a minha formação foi no Benjamin Constant, mas eu não trabalhei a minha vida inteira no Benjamin Constant. Trabalhei com processamento de dados em São Paulo, trabalhei no Ministério do Trabalho, enfim, trabalhei até em emissora da rádio. Estou, há 17 anos, no Instituto Benjamin Constant, trabalhando na formação de profissionais que vão atender pessoas com deficiência visual. E trabalhei, durante dez anos, no Programa TEC NEP, do Ministério da Educação, com a rede federal tecnológica, quando tive oportunidade de viajar por quase que o Brasil todo. E eu pude perceber que as coisas são determinadas a partir da visão que a sociedade tem da pessoa com deficiência. E esse não é o caminho, porque cada ser humano é individual, é diferente. Nenhum de nós aqui tem, por exemplo, impressões digitais iguais. Nenhum de nós aqui pensa da mesma forma. Então é preciso, acima de tudo, respeitar o indivíduo, o cidadão. Cada cidadão é um cidadão pleno de limitações e de capacidades.

Parabenizo o Senado por estar trabalhando agora não especificamente na produção de leis, mas, sim, na aplicabilidade dessas leis e, mais do que isso, na aplicação dessas leis.

Se, por exemplo, nós tivermos um *site* com arquivos em txt, docx, pdf, esse *site* será acessível pelos nossos leitores de tela. Se, eventualmente, precisarmos de uma imagem, de uma foto ou de um gráfico, uma simples caixa de texto com a audiodescrição ou com a simples descrição dessa imagem será perfeitamente acessível.

Se, no desenvolvimento dos nossos *sites*, nós trabalharmos com equivalência textual, se nós trabalharmos com saltos para conteúdos, nós estamos tornando nosso site 90% acessível às pessoas com deficiência visual.

Às vezes, pensamos que é preciso produzir um texto em áudio igual ao texto escrito. Nem sempre isso é necessário. Mas é preciso ouvir as pessoas com deficiência visual, que têm *know how* na área, que trabalham na área, e elas serão orientadas.

Há uma diferença muito grande na questão da acessibilidade à informação da pessoa que nasce cega para a pessoa que se torna cega na idade adulta. Essa pessoa que se torna cega na idade adulta, dificilmente vai trabalhar com Braille, porque o Braille é mais difícil o aprendizado para ela. Se ela perdeu a visão, por exemplo, por uma retinopatia diabética, perde a sensibilidade nas extremidades. Então, é mais difícil para ela trabalhar com Braille.

Então, a informática é fundamental para ela. Mas é preciso que consultemos quem sabe, acima de tudo, o usuário. E é preciso que respeitemos as diferenças. A necessidade que tem uma pessoa com eficiência intelectual não é exatamente a mesma de a pessoa ter uma diferença sensorial ou uma deficiência motora.

Muita gente costuma dizer: "Ah, mas para uma pessoa cega, não preciso dizer que é verde, amarelo, porque ela não vê cores mesmo." Não é exatamente assim, porque, assim como para a pessoa com deficiência auditiva, o ponto fundamental de contato com o mundo é a imagem, é a visão, para a pessoa com deficiência visual, o ponto fundamental de contato dela com o mundo é conceitual, é conceito. Então, o amarelo para ela existe e tem um conceito; ela, a pessoa cega. Sobretudo as pessoas cegas congênitas transformam toda a informação que recebem em conceitos. É por isso que se costuma dizer que a pessoa deficiente visual é mais contestadora. É porque ela tem uma necessidade maior de conceituar o mundo que ela vive.

E o tato, que é um outro sentido muito usado pelo cego, é analógico, diferente da visão. Você, quando olha para uma pessoa, você vê o todo da pessoa. Depois que você vê se é homem, se é mulher, se é alto, se é baixo, se é alto, se é clara, se é escura, aí que você vai vendo os detalhes. Você vai vendo a cor dos olhos, você vai vendo se o nariz é afilado; se ela é mais gordinha ou mais magrinha. O tato é diferente. Ele começa a conhecer os objetos por partes. Então, isso vai gerar uma diferença na cognição muito grande.

Então, essas coisas, essas particularidades de cada área da deficiência é que precisam ser levadas em consideração na hora de se produzirem instrumentos para que essas pessoas estejam utilizando para o seu acesso social, profissional, enfim, acadêmico.

E existem soluções. Falo especificamente da minha área, pois sou deficiente visual. Na área da deficiência visual, existem recursos que resolveriam n problemas.

Agora o Governo – agora, não; já há algum tempo – Federal e alguns Governos estaduais têm estabelecido o Linux como sistema operacional das instituições, enfim, porque ele é livre; é um sistema operacional livre.

Esse Linux, esse sistema operacional, tem um leitor de tela chamado Orca. Só que ele é tão limitado que não permite...

Por exemplo, um cego analista de sistema ou programador ou, enfim, um profissional da informática cego, da informática ou não, um contador cego, enfim, um estatístico cego, ele vai trabalhar com alguns recursos, com linguagens de programação, como o Delphi, enfim, que o Orca e o Linux não lhe dão acesso. Mas ninguém consulta, ninguém pergunta.

As pessoas estabelecem: "É livre?" É. "Então, vamos massificar." Mas não adianta massificar se você não evoluir, não trabalhar, não desenvolver esse instrumento, porque todo instrumento que possibilite à pessoa cega acesso ou ascensão social, profissional, seja ela qual for, ele é sempre bem-vindo.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA – Isso quer dizer que eu só tenho um minuto?

Então...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mas se você precisar de mais tempo, Francisco, podemos ampliar um pouco mais o tempo. Não tem problema. Fique à vontade.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA – Não, só para concluir, pois eu também não preparei nada, estou falando meio de improviso e vou misturando as coisas.

Então, assim, todo instrumento que possibilite acessibilidade a nós, pessoas com deficiência, é sempre bem-vindo. Mas quem dá o limite à pessoa com deficiência é ela mesma.

As pessoas falam, na área da deficiência visual, muito em inclusão, sobretudo na área educacional, mas não vislumbram outras possibilidades.

Por exemplo, tenho uma irmã que só conheci depois de adulto já. Ela tem filhos que não são deficientes. Na turma de um dos filhos dela, na escola regular, lá no Espírito Santo, havia um aluno cego. E esse aluno cego estava na sala de aula, mas ele não participava das aulas. Ele estava lá de corpo presente. Ele ia estudar quando? No contraturno. Enquanto no contraturno, os outros alunos, os alunos sem deficiência iam, sei lá, para o judô, para a natação, para a aula de inglês ou lá para o que fosse, aquele aluno cego tinha de voltar para a escola, para o contraturno, para aprender o que os alunos tinham aprendido de manhã. Será que isso é justo?

Então, é preciso ver.

Criança é boa, é inocente, mas criança é perversa. Se eu tivesse feito o meu ensino fundamental numa escola regular, provavelmente, eu seria o caolha; eu seria o paraíba, porque sou pernambucano; eu seria um monte de coisas. E como é que isso repercutiria dentro de mim? Será que eu conseguiria fazer as duas faculdades e o mestrado que fiz? E o MBA que fiz? Certamente, eu teria parado no meio do caminho, porque as pessoas me diriam: "Não, você não pode fazer isso." Ainda mais lá no Nordeste, onde o cego só pede esmola. Ainda é assim em algumas cidades do interior.

Há algum tempo, eu estava na cidade de Palmares, em Pernambuco, e conheci uma pessoa, um rapaz cego lá e comecei a conversar com ele, na praça e tal, como todo mundo estava fazendo. Chegou um casal de idosos, perguntaram se éramos cegos. Nós falamos que sim. Eles compraram uma bisnaga, um pão, e nos deram para comer, porque acharam que estávamos passando fome.

Quer dizer, então, é preciso sim, criarem instrumentos, criarem formas e desenvolver os que já existem.

Na área, existe um equipamento que chamamos de leitor autônomo, que, nas universidades – é o *poet compact* – que, nas universidades, ele é de extrema utilidade...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA – ...para a pessoa com deficiência visual.

Então, encerrando mesmo, se todas as pessoas que produzem as leis, que produzem os instrumentos, os equipamentos procurassem mais o INES, no Rio de Janeiro, Instituto Benjamin Constant, Fundação Laramara, Fundação Dorina Nowill, Feneis, Apadas, enfim, uma série de entidades que trabalham com pessoas com deficiência, se procurassem mais se desenvolver e se houvesse uma linha de financiamento, porque é muito caro... Eu não posso ter o leitor autônomo na minha casa porque ele custa simplesmente R$8 mil. Então, eu não posso.

Se houvesse uma política de desoneração desses impostos, dessas coisas... Eu não sei, eu não sou legislador, enfim, não sou advogado, eu não sei como se faz isso, mas é preciso que se popularize mesmo, que se universalizem esses instrumentos, esses equipamentos. Agora mesmo, o Benjamin Constant comprou linha

Braille – vocês não sabem a importância de uma linha Braille numa imprensa Braille, por exemplo –, comprou escâner que fala, o Sara, enfim. Não vou dizer a marca, mas esse escâner que fala permite a pessoa cega ler qualquer revista. Essa mesma que está aqui comigo agora eu não posso lê-la, mas, se eu tiver um escâner falante, eu vou lá, digitalizo tudo isso e ele lê para mim.

Mas é preciso, sim, que haja uma aproximação real entre as pessoas com deficiência e as pessoas com possibilidade de decisão.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, José Francisco de Souza, representante do Instituto Benjamin Constant, pela sua exposição.

É muito importante a sua fala, Francisco, porque você coloca, a partir da sua experiência de vida, o que é possível e o que é necessário fazer para que a pessoa com deficiência visual realmente possa ter acesso a todos os serviços, a todas as informações.

Acho que nós já avançamos bastante, mas ainda precisamos avançar um pouco mais. Não é isso?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA – A senhora me permite só uma intervenção. Eu, como eu disse, trabalhei algum tempo com a Rede Federal Tecnológica. Nós fomos para a cidade de Sousa, na Paraíba, onde havia uma escola agrotécnica, ainda há até hoje. E lá há Senai, enfim, há um prédio, uma instituição do Senai e há uma questão de briga de famílias muito grande entre eles.

Então, uma família de lá pegou uma pessoa da outra família e disse: "Vamos matar". Aí o cara falou: "Matar, não. Se a gente matar, ele morre e acabou. Vamos cortar os braços e as pernas dele". E fizeram assim. Essa pessoa era instrutora do curso do Senai que trabalha com ferros, com serralheria. Ela era instrutora de serralheria do Senai. Então, depois, com o tempo, ela veio, recuperou-se, enfim, e disse: "Eu quero continuar sendo instrutor do Senai". "Mas como, porque você tem que marcar o ferro, tem que cortar, tem que não sei o quê?" Ele disse: "Se eu não tenho pé nem mão, eu faço com a boca". E ele continuou sendo instrutor de serralheria do Senai.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, Francisco.

Francisco, já que você falou de legislação, eu lembrei aqui que nós aprovamos uma medida provisória, aqui no Senado Federal, que trata do Minha Casa Melhor. E, nesta medida provisória, nós incluímos a tecnologia assistiva, que e possível, sim, comprar determinados equipamentos de acessibilidade, principalmente o *tablet*. Não sei se é suficiente para atender a demanda, mas é o que foi, naquele momento, possível incluirmos.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA – Na verdade, o *tablet* não exatamente porque como o *tablet* trabalha... Quer dizer, ele também é importante para a gente. Como ele tem o sistema operacional Android, ele só vai trabalhar com TalkBack, que é...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Há outros equipamentos. Eu não me recordo aqui agora quais são, mas são acessíveis para as pessoas com deficiência.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA – Está no *site* do Senai? Vamos dar uma olhada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, é importante vocês tomarem conhecimento. Depois, com certeza, a Luiza poderá falar um pouco sobre isso.

Eu vou agora passar a palavra para o Breno Viola, autodefensor do Movimento Down. Breno, quando apertar a campainha, você tem mais um minuto, mas, se houver necessidade, prorrogamos um pouco mais. Está bom?

O SR. BRENO VIOLA – Está bom. Muito obrigado.

Gente, antes de mais nada, sou Breno Viola, sou autodefensor do Movimento Down. Estou aqui para mostrar, Sr. Senador Lindbergh Farias, Srª Ana Rita, ... Esqueci...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BRENO VIOLA – Gleisi. Seu nome é difícil de falar.

As pessoas com deficiência em geral precisam ter mais símbolos. Por quê? Ele entende melhor do que um texto mais intenso, mais comprido. Isso eles não vão entender, porque, se pegar, eles vão ler, mas não vão ser acessíveis.

Há uma página aqui que eu acho que é fundamental vocês verem, que é mais simples, que é fundamental. A carteira de trabalho, mostra mais a figura e menos informação, porque com menos informação, mas com imagens, fotos, vídeos, na hora em que eles vão ver uma figura maior, eles vão entender melhor.

Outra coisa também: eu acho que estamos querendo mais caderno acessível, de linguagem simples, não só no *O Ministério Público do Trabalho e os Direitos dos Trabalhadores.* mas sim com outros temas, como educação, como inclusão. Temos com notícias. Esses cadernos todos que há no *site* do Movimento Down, em que há todas as informações da síndrome de Down e também textos mais claros, mais simples e mais acessíveis para as pessoas entenderem.

Aproveitando aqui, bem curto e grosso – desculpa aos Senadores –, nós antigamente éramos tratados como mongoloides. Não queremos isso. A única coisa que queremos é ser respeitados igual todo mundo que está aqui, sendo incluídos na sociedade, porque a sociedade não está preparada para receber as pessoas com deficiência em geral. Observem aqui e lá fora o que as pessoas com deficiência em geral precisam: acessibilidade.

A acessibilidade é para todos. A deficiência visual precisa de um som sonoro, precisa de Braille; a deficiência auditiva também precisa de Libras, língua de sinais; pessoas com deficiência física precisam de uma rampa; e também pessoas com deficiência intelectual precisam de textos mais simples, mais acessíveis e menos informação, não com mais textos, mas com mais imagens, fotos, vídeos. Queremos publicar não só o caderno no Ministério Público, mas sim outros temas também.

Um assunto muito complicado que eu vou falar aqui: todo mundo acha que a inclusão tem que ser já, mas não assim. Vão ver um primeiro lado, depois o outro lado. Poxa, eu acho que, no meu modo de ver, vão ver se há capacidade de ter uma inclusão, sim, porque eu acho que nós, sendo respeitados, tendo oportunidade de aparecer na mídia poder falar em público...

E hoje eu não só falo por mim, eu falo pelas pessoas com deficiência em geral.

Quero aproveitar e dar parabéns ao *O Ministério Público do Trabalho e os Direitos dos Trabalhadores* porque vocês sempre acreditaram em nós. E somos capazes de publicar. Quem ajudou a fazer um desses livros que foram publicados, quem ajudou a fazer esses textos fui eu. Fui eu, porque eu era coordenador de conteúdo acessível, preparava os textos, estudava os textos mais difíceis. Pegava este livrinho aqui, pequenos. Este texto aqui tem vários textos grandes. Eu li tudo. Falava sobre o salário e tudo, sobre outros tipos de temas.

Eu estudei junto com a Sheila Tabacchi, minha mediadora que foi, e com a Débora Mascarenhas. Estudei muito sobre isso e achei algumas coisas que as pessoas com deficiência intelectual não iam entender, e que, por uma linguagem mais simples, iam entender.

Também acho fundamental: a gente precisa ter condições de falar em público, porque antigamente, como falei, era o mongol, o coitadinho. A gente não quer isso. Eu só acho que ter oportunidade de falar, como estou falando aqui hoje... Eu gostaria de ter muito mais gente falando.

Também, quero agradecer algumas parcerias importantes, não só o Ministério Público, mas o Movimento Down, o Carpe Diem.

Eu fico muito emocionado por saber que nós somos capazes de publicar um livro acessível.

(*Palmas.*)

Junto com o Movimento Down, junto com minha chefia querida... Uma coisa eu falei para ela, porque ela tem uma filha com síndrome de Down... A Beatriz, não sei se o Senador vai lembrar que falei, quando ela nasceu. Eu falei assim: bota a Beatriz no chão. E hoje em vida posso ver a Beatriz independente, incluída na sociedade, pegando ônibus, pegando tudo, vários tipos de transporte, para ir para a escola. Em vida posso ver a Beatriz incluída na sociedade.

Tenho certeza de uma coisa: se um dia eu morrer, gostaria que a Beatriz estivesse aqui, no meu lugar, como autodefensora. Sim, eu gostaria de dar cursos para autodefensores também. Com certeza, a Beatriz e a Amanda são uma das que vão ter capacidade de falar em público.

Gostaria muito que vocês publicassem mais coisas. A inclusão não é só já, agora. Acho que inclusão temos de pensar e sentar junto com a nossa Senhora Presidenta Dilma Rousseff. Ela até falou em viver sem limite, lançou um programa, mas eu gostaria muito de conversar com ela e dizer que nós temos condições de fazer mais coisas, não só viver sem limites, mas sim sem discriminação, sem preconceito e sem violência em nosso País, porque acho que o mundo, maravilhoso que é...

E, agora vai haver a Copa, quero dizer que... Quero dar parabéns, primeiro, ao Ministério Público, por acreditar no Movimento Down, com a parceria do Ministério Público. E quero dizer para vocês: é muito orgulho em si estar produzindo livros mais acessíveis.

Tenho certeza de uma coisa: o sonho de cada dia a gente pode realizar em vários momentos. E vamos fazer um mundo melhor, um mundo sem preconceito, sem violência e sem discriminação em nosso País.

E, para encerrar, gostaria muito de conhecer a Dilma. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem!

O SR. BRENO VIOLA – Muito obrigado a todos os Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Breno. Nós que agradecemos a sua presença.

A sua fala aqui muito nos chama à responsabilidade também, ouviu, Breno? É muito bom ouvi-lo e saber que você está preocupado em formar pessoas, para serem representantes, interlocutores, pessoas que possam falar em nome do Movimento Down para outras pessoas, assim como você faz.

Então, que bom que você se preocupa com isso. Que bom que você se preocupa em preparar outras pessoas. Você está de parabéns, ouviu?

O SR. BRENO VIOLA – Muito obrigado, Rita.

Quero ao Senador e a vocês dizer: deixem haver oportunidade para as pessoas falarem em público.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

O SR. BRENO VIOLA – E também uma coisa que lembrei: a gente não quer estar estudando na escola especial, mas sim, também, nas escolas principais. (*Palmas.*)

Acho que a escola especial... Sei que não é um modo de falar... Acho que tinha de acabar com a escola especial, mas escolas... (*Ininteligível.*)

... escolas principais, em que Down... Down, não. A gente também quer tirar da lei "portador", porque a gente não porta nada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Claro, está certo. Muito bem.

O SR. BRENO VIOLA – Muito obrigado, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu vou passar a palavra para o Senador Lindbergh. Depois, a Senadora Gleisi também gostaria de falar.

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Ana Rita, primeiro... Não sei quem falta ainda falar, mas o problema é que sou o Presidente da CAE, e a Senadora Gleisi Hoffmann também participa da Comissão de Assuntos Econômicos. Nós estamos atrasando a abertura dos trabalhos, para estar aqui, neste evento tão importante.

Eu queria começar, dizendo: Breno, você arrebentou hoje. É verdade. Fez uma fala, mostra sua capacidade e mostra que você é uma grande referência. Todos os pais, todas as mães têm em você um espelho. Mas você mostra o seguinte: que a criança, quando é estimulada desde o começo de sua vida, pode, e muito.

O Breno viaja para o campeonato de judô dele. Eu sei que foi uma vez no... Não sei se foi no Japão ou onde foi.

O SR. BRENO VIOLA – Itália.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Faz escala naquele aeroporto de Paris.

O SR. BRENO VIOLA – Frankfurt.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Em Frankfurt. Estou errado aqui.

Mas ele me contou. E, quando me contou, às vezes tenho um problema gigantesco naquelas escalas, e o Breno viaja, é um cara que tem essa autonomia. Conquistou. A luta para todo mundo é para conquistar a autonomia.

Eu queria – quando se fala do Ministério Público do Trabalho do Espírito Santo, Dr. Estanislau – agradecer muito mesmo, porque acho que os senhores aqui fizeram uma coisa que às vezes as instituições não conseguem fazer, que é construir juntos. Chamaram o pessoal do Carpe Diem, chamaram o pessoal do Movimento Down.

Fizeram. O Breno está aqui contando como foi a construção desse texto, com a participação das pessoas com síndrome de Down. Sem isso, não seria possível isso que foi feito.

Agora, acho que isso aqui não é uma coisa pequena, restrita. Isso aqui é um primeiro passo. Por isso, queria muito mesmo parabenizar essa iniciativa.

Quando vejo aqui a Constituição, Gleisi, quero ver construir – esta é um tarefa grande – a acessibilidade em linguagem simples, para a deficiência intelectual, porque é um processo que não é simples, que é longo, que acho que vai ajudar muita gente, não só as pessoas com deficiência, a entender a nossa Constituição. Vai ajudar muita gente a entender a nossa Constituição.

Por isso digo: é complexo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – E ela cresce muito, não é?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Pois é, mas você sabe que a última revisão que tinha sido feita é de 2006. Então, está agora acessível em Braille, em audiodescrição, em Libras, atualizada, de 11 de fevereiro de 2014.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Só vai faltar a PEC do trabalho escravo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Hein?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Só vai faltar a PEC do trabalho escravo, que é recente agora.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro. A PEC do trabalho escravo agora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BRENO VIOLA – Senador, só esqueci uma coisa. Não foi só esse material que fizemos pelo Ministério Público, mas lembrando – o Carpe Diem também – que fizemos outro material, o da saúde, junto com o

Carpe Diem, junto com o Ministério da Saúde, junto com o Movimento Down. Foi em linguagem simples também, junto com os jovens do pessoal do Carpe Diem, junto com os jovens que também têm no Movimento Down. Um deles fui eu.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Quando eu falo isso, é que essa é a batalha do dia a dia, Dr. Estanislau. Isso aqui, de fato, é um grande passo.

Eu vejo isso em casa, Christiane, no dia a dia, na hora de preparar minha filha para aula. A minha filha vai fazer quatro anos. As crianças contam como foi o final de semana. Beatriz está começando as primeiras palavras, encadeando as coisas, mas como é que nós fazemos? Nós fazemos fotos, são fotos. Na hora de todo mundo contar como foi o final de semana, as crianças contam como foi o final de semana, e ela mostra as fotos e participa.

Eu vi uma experiência na Escola Parque do Rio de Janeiro, porque meu filho estudava com uma menina que tinha síndrome de Down, no ensino médio. A avó dela fazia um trabalho que era o seguinte: ela pegou vários livros e transformou em linguagem simples. Há um material, que é um material que tem de ser pesquisado, porque é uma professora de literatura, que adaptou aquela material para que a neta dela conseguisse... É Marcela Máximo...

A SRª GLÓRIA MARIA MOREIRA SALLES – O ideal seria que nós mães e avós não tivéssemos que fazer isso. O ideal seria que o próprio Governo Federal pudesse oferecer livros didáticos acessíveis em linguagem simples para pessoas com deficiência. Esse é um pleito, inclusive, que eu gostaria de...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Esse é o caminho.

Eu só queria aqui registrar, para mim, a importância de estar a Senadora Gleisi Hoffmann aqui. Breno, porque não há melhor advogada para levar você para conhecer a Dilma que a Senadora Gleisi... (*Risos.*)

O SR. BRENO VIOLA – Você consegue realizar esse sonho para mim? (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu vou te contar uma coisa aqui. Uma vez, eu viajei com a Presidenta Dilma para o Rio de Janeiro no avião presidencial. Eu fui conversando com ela, falando da Beatriz, das coisas que podiam ser feitas. No outro dia, liga-me a Senadora Gleisi Hoffmann, que era Ministra da Casa Civil. Eu estou falando isso aqui, porque tem de ser reconhecido. Aquele programa Viver sem Limite não teria saído sem a Gleisi e nada... Então, Gleisi é uma aliada de primeira hora. Eu acho que há várias coisas aqui, Christiane – ela está, claro, nessa loucura aqui, como Senadora, também como pré-candidata ao governo do Paraná –, em que ela pode nos ajudar muito, próximos passos, coisas que são simples e que podem ser feitas.

Então, eu acho que era muito importante, depois, ter uma conversa com a Gleisi, porque, Gleisi, eu tenho de fazer este reconhecimento: não teria havido, foi uma sensibilidade gigantesca na construção de todo esse projeto. Então, eu queria também te agradecer.

Eu queria saudar a Glória do Carpe Diem – conhecemos o trabalho –, o Zé Francisco, a Luiza, que é da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, a Christiane, que ainda vai falar e que está representando o Movimento Down, o Breno, de quem eu já falei.

Dr. Estanilau, eu agradeço muito e quero dar os parabéns, mas acho que os senhores estão criando algo, que talvez não tenham a dimensão, a partir desse processo que vocês conseguiram fazer numa construção coletiva. Estão criando algo muito importante para a luta das pessoas com deficiência no País.

Muito obrigado.

O SR. BRENO VIOLA – Uma coisa que eu esqueci também. Eu queria falar sobre a Luiza. Eu fui aos Estados Unidos, à ONU e fui falar sobre os direitos das pessoas com síndrome de Down. Eu falei sobre as guerras de 1941... Eu sei que.. Eu fiquei cansado, sim, mas fiz meu dever de casa em dizer que eu acho que os direitos humanos têm de buscar também telefone para fazer disque-denúncia. Se a gente precisar ligar, ter uma coisa para a gente denunciar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BRENO VIOLA – Tudo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mais outra sugestão.

Senadora Gleisi, também gostaria de se manifestar?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Isso. Vou sair junto com o Senador Lindbergh.

Bom dia a todos. É um prazer estar aqui e conhecê-los. Bom dia, Senadora Ana Rita, Breno, que eu ouvi aqui.

Eu quero dizer que acho que a Presidenta Dilma vai ter muito prazer em recebê-lo, Breno, e vai querer vê-lo, sim, porque ela tem uma grande sensibilidade e se dedicou muito na realização do plano Viver sem Limite. Penso que foi um passo importante que o Estado brasileiro deu: o de reconhecer que tinha de haver uma transversalidade entre diversos ministérios e que tinha de focalizar a pessoa com deficiência na sociedade. Hoje, nós temos um plano estruturado. Os ministérios acompanham. É claro que nós temos muitas coisas ainda para serem colocadas como, por exemplo, o que você sugeriu, Christiane, de ter livros acessíveis. Com

certeza, a Presidenta já deve estar preparando o Viver sem Limite 2, que vai ser um plano para melhorar o que já tinha sido feito. Eu penso que ter um plano como nós tivemos que tem as diretrizes terapêuticas... Inclusive, a primeira diretriz terapêutica que saiu foi a diretriz terapêutica da síndrome de Down...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Protocolo da síndrome de Down.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – ... que foi muito importante. Hoje, nós já temos nove diretrizes publicadas e tínhamos a meta de dez. Eu acho que isso é importante para padronizar, para orientar na ponta as políticas públicas.

Na triagem neonatal, fico muito feliz de sabermos que há o teste do pezinho completo em quatro fases na maioria dos Estados. Foi uma luta também muito grande, porque é algo que precisa de investimentos, que precisa de sensibilização dos Estados.

Atenção odontológica, oficinas ortopédicas, tecnologia assistiva, o microcrédito de acessibilidade – nós tínhamos uma meta de R$75 milhões até 2015 e já emprestamos, através do Banco do Brasil, R$94,7 milhões em crédito e microcrédito acessível –, as casas adaptadas do Minha Casa, Minha Vida, as residências inclusivas, salas de recursos multifuncionais nas escolas, o BPC nas escolas, ônibus escolar. É claro que nós precisamos de muito mais, precisamos avançar muito.

Eu queria até sugerir que vocês pudessem procurar o Conade. Nós fizemos toda essa discussão com o Conade participando, avaliando. Também havia um limite de recursos, e, dentro desse primeiro limite, nós elaboramos o plano, mas eu penso que, nessa segunda fase do plano, seria importante procurar o Conade para ver o que nós temos de adequar e ampliar neste plano Viver sem Limite.

Penso que também nós temos de avançar na questão da acessibilidade física. Está na hora de o Ministério das Cidades lançar um programa dentro do PAC – eu já tinha conversado com a Presidenta nesse sentido –, para que haja recursos para que as cidades façam a adaptação dos seus espaços urbanos para acessibilidade. Eu penso que isso pode se tornar uma realidade no PAC 3, que ela vai lançar.

Seria preciso fazer uma conversa com o Conade para podermos avançar.

E, quanto a essa experiência que o Ministério Público está fazendo aqui do lançamento dos materiais, eu acho que temos tudo para fazer isso em várias áreas de políticas públicas e de informação.

Eu quero me colocar aqui à disposição – eu sempre converso muito com o Senador Lindbergh – para ajudar no que pudermos auxiliar, ajudar. Eu quero me colocar à disposição e falar isto: eu acho que a interlocução com o Conade pode ajudar muito a melhorarmos o plano Viver sem Limite.

Pode ter certeza, Breno, de que nós vamos conversar com a Presidenta. Você vai conhecê-la, sim. Ela vai ficar muito honrada de conhecer você.

O SR. BRENO VIOLA – Como Movimento Down, eu gostaria também de dizer para você que é fundamental estar avançando mais junto com a Dilma e dizer que eu acho que a gente tem de ter condições de ser respeitados. Ainda eu acho que o Brasil é maravilhoso, é muito maravilhoso. Com a ajuda da Dilma, do Senador e da sua, eu acho que é fundamental um Brasil melhor para o ano que vem. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem. Parabéns, Breno.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Presidente Ana Rita. Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim. Registrando a presença do Senador Cyro Miranda, quero agradecer a presença do Senador Lindbergh, que deveria também estar presidindo aqui, mas há coincidência de horário, e da Senadora Gleisi Hoffmann, que precisam sair por causa da Apae.

Eu vou passar a palavra ao Senador Cyro Miranda. Em seguida, nós retomamos aqui com a Christiane e com a Luiza.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu, infelizmente, não pude estar a tempo aqui, por acúmulo de comissões, mas eu sou Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado e venho hipotecar minha solidariedade, colocando a nossa Comissão à disposição.

Tivemos uma luta muito grande no PNE para que não fosse mutilada a parte de ensino a todos aqueles com dependências e deficiências. Infelizmente, nós não conseguimos como queríamos, porque nós não achávamos justo que todos os tipos e fases, principalmente de Down, fossem inclusos numa mesma sala normal. Mas eu acho que avançamos bastante e continuamos fazendo esse trabalho.

Então, eu quero me colocar à disposição da Comissão para o que for necessário.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cyro Miranda, agradecemos aqui. Foi muito bom o senhor ter lembrado o Plano Nacional de Educação, que agora já foi aprovado na Câmara dos Deputados. Houve um debate muito intenso nessa questão da inclusão social nas escolas. Talvez o texto não seja o ideal ainda, mas demos um passo importante no sentido de garantir a inclusão das pessoas com deficiência. Obrigada pela presença do senhor.

Vou, então, passar a palavra para a Christiane Aquino, que também é representante do Movimento Down. Em seguida, a Luiza de Andrade vai falar em nome do Governo Federal, representando aqui a Secretaria de Direitos Humanos.

A SRª CHRISTIANE AQUINO – Muito obrigada, Senadora. Obrigada a todos os presentes, colegas de Mesa, Estanislau, Glória...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Christiane, eu queria registrar a presença aqui também do Senador Eduardo Suplicy. É importante a presença dele aqui. Ele também é membro da Comissão de Direitos Humanos.

A SRª CHRISTIANE AQUINO – ...Senador Eduardo Suplicy, bem-vindo; a colega da Secretaria de Direitos Humanos.

É com muita felicidade, muita gratidão que a gente está lançando essa cartilha em linguagem acessível. Agradeço a parceria do Ministério Público do Trabalho e da Carpe Diem. Sem dúvida, esperamos que esta seja a primeira de muitas cartilhas em linguagem acessível, em leitura acessível para pessoas com deficiência intelectual. Está aí no nosso *pipeline* soltar a Constituição Federal e a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência também em leitura fácil, em linguagem acessível.

Mas há outra publicação que estamos lançando hoje: *10 Coisas que Todo Mundo Precisa Saber sobre Síndrome de Down,* cujas cópias a gente acabou de passar – não sei se todos na mesa e o público receberam. Essa cartilha foi lançada e o público-alvo é a imprensa, Senador. Por quê? Porque a gente vê, muito frequentemente, a utilização incorreta de expressões que ferem a imagem e a autoestima das pessoas com deficiência intelectual com síndrome de Down.

As pessoas acham que estão me fazendo um favor quando chegam para mim e falam: "Ah, você tem um filho especial!". Não, não é. (*Risos.*) Eu não tenho um filho especial. Eu tenho um filho com síndrome de Down. Eu tenho um garoto de 4 anos que adora jogar bola, que vai para a escola bilíngue, que fala inglês e português – está na Escola das Nações, aqui em Brasília –, que adora música e que tem síndrome de Down. Ele não é especial. Todas as pessoas são especiais. Então, é uma expressão pejorativa, na realidade, é uma expressão com condescendência e que a gente quer tirar do vocabulário, do dia a dia, das reportagens, dos artigos, das tevês, das entrevistas, do mundo.

A gente já conseguiu tirar do dia a dia a expressão "mongolóide", a expressão "retardado". A gente ainda ouve quando as pessoas utilizam essas expressões para ferir outra pessoa, de maneira pejorativa. E aqui eu gostaria de registrar que, quem usa essa expressão para se referir a uma outra pessoa, inclusive a uma pessoa comum, sem deficiência, na realidade, está atingindo a todos nós, familiares, amigos, pessoas com síndrome de Down e pessoas com deficiência intelectual. O uso dessas expressões é sempre pejorativo, é sempre motivo de ferimento, de rancor, de dor, porque faz referência à incapacidade, faz referência à segregação, faz referência a um tempo em que as pessoas com síndrome de Down não conviviam em sociedade conosco, não iam para a escola, não tinham trabalho.

Então, essa cartilha serve para a gente extirpar essas expressões e também uma outra expressão que ainda continua sendo muito utilizada, Senadora, que é "portador", o famoso "portador". As pessoas acham que estão sendo politicamente corretas em dizer: "Ah, fulano é portador de deficiência." Não, pelo amor de Deus, não é. (*Risos.*) Ninguém porta nada. Eu posso portar o meu celular e depois deixar o meu celular aqui.

Eu posso portar um guarda-chuva, em dia de chuva, e depois deixar o guarda-chuva quando faz sol. Agora, a pessoa com síndrome de Down tem síndrome de Down, ela tem síndrome de Down em todas as suas células ou na maioria das suas células e ela não porta a síndrome de Down. Então, é uma das coisas que a Convenção do Direito das Pessoas com Deficiência, aprovada, assinada e ratificada pelo Brasil e alçada ao *status* constitucional em nosso ordenamento jurídico prescreve é que a pessoa vem antes, é People First Language. Vou falar sempre que é uma pessoa com deficiência. É uma pessoa com deficiência visual, é um garoto com deficiência intelectual, é uma senhora ou uma menina com deficiência sensorial. Mas é sempre a pessoa primeiro, com sua personalidade, com seus traços, com seus gostos. Depois, vem a deficiência. A deficiência vem bem depois.

Então, aqui a gente especifica.

1. Síndrome de Down não é doença. Eu tive o desprazer de ouvir no dia 21/3, Dia Internacional da Síndrome de Down, aqui no Senado, da boca do Presidente Renan Calheiros, que síndrome de Down é uma doença. Foi um momento de muita tristeza ouvir do Presidente desta Casa que síndrome de Down é uma doença. Não é. É uma condição genética. As pessoas com síndrome de Down têm trissomia do cromossomo 21, têm três cromossomos 21, nós temos dois. É só essa a diferença. Não é uma doença. Não pega. Doença você pega. Síndrome de Down você não pega. Síndrome de Down não é uma gripe.

2. As pessoas com síndrome de Down não são todas iguais. Cada uma tem seu jeito. O Breno é faixa preta de judô. O Breno, hoje de manhã, fez o ovo dele sozinho lá em casa, eu estava cuidando dos meus filhos, com o

meu marido, ele fez o ovo, fritou, fez uma vitamina para ele e tal. Sabe, ele tem o gosto dele. Outra pessoa com síndrome de Down já gosta de outras coisas, tem outras opiniões. Esta coisa de "os Downs" ou "as pessoas com síndrome de Down", jogar todo mundo num balaio não existe. As pessoas são diferentes, não é?

3. Pessoas com síndrome de Down têm deficiência intelectual. Não é deficiência mental. As pessoas às vezes confundem. Dizem: "Ah, fulano é doente mental." Gente, saúde mental é uma coisa, relaciona-se com esquizofrenia, com outras condições que não têm nada a ver com deficiência intelectual e com síndrome de Down, que é causada por trissomia do cromossomo 21.

4. As pessoas têm síndrome de Down, não são portadores de síndrome de Down. Já falei isso, mas, mais uma vez, apelo à imprensa, aos órgãos que, por favor...

O SR. BRENO VIOLA – Não usem isso, por favor. Não usem isso, porque isso está discriminando a gente.

A SRª CHRISTIANE AQUINO – Exatamente. Nada de portador.

5. A pessoa é um indivíduo. Ela não é a deficiência. Então, a pessoa sempre vem antes. Quando a gente faz uma matéria... É muito engraçado que a imprensa costuma fazer matérias em torno de deficiência com aquela musiquinha leve, suave, o tom de superação. Eu lembro que no ano passado... Ontem, o Breno estava em uma roda de jovens com síndrome de Down lá no HRAN. A gente fez uma roda, durou até às 10h30 da noite, não foi, Breno? E aí o Breno falou, lembrou uma coisa: no ano passado, no Natal, teve uma propaganda que todo mundo achou linda, dos chefes especiais, os jovens com síndrome de Down brindando no Natal. E o Breno falou: "Pô, o brinde era com suco de laranja. Que é que é isso?".

O SR. BRENO VIOLA (*Fora do microfone*.) – Por que não foi com champanhe?

A SRª CHRISTIANE AQUINO – Tem que ser com champanhe, cara! Tem que ser, claro. Isso é infantilização das pessoas com síndrome de Down. Acontece muito no dia a dia. "Ah, porque são anjinhos, porque isso, porque são amorosos..."

O SR. BRENO VIOLA (*Fora do microfone*.) – Porque são coitadinhos!

A SRª CHRISTIANE AQUINO – ...e são amorosos." Não, não é isso. As pessoas com síndrome de Down são diferentes. Tem gente com síndrome de Down que é mais nervoso, que é mais ansioso, que é mais elétrico, enfim, cada um tem seu jeito.

Breno, conta para a galera aí o que você gosta de beber.

O SR. BRENO VIOLA – Eu gosto de beber champanhe, Prosecco, vinho, vodka, Red Bull, Smirnoff Ice, Absolute, chocolate e água de coco. (*Risos.*)

A SRª CHRISTIANE AQUINO – É, o que vier está dentro, entendeu? São pessoas. São pessoas. Então, aquela propaganda da Friboi, acho que foi da Friboi, tinha que ter utilizado champanhe, cara. Por que suco de laranja? Só por que as pessoas têm síndrome de Down? Nada disso, são pessoas.

6. Pessoas com síndrome de Down têm opinião. Quando forem fazer entrevista com uma pessoa com síndrome de Down, não fiquem perguntando para a mãe da pessoa com síndrome de Down ou para mediadora: "Ah, o que você acha disso?".

O SR. BRENO VIOLA – Fala com ele.

A SRª CHRISTIANE AQUINO – Fala com a pessoa com síndrome de Down. O médico, quando uma pessoa com síndrome de Down vai ao consultório, às vezes acompanhado de alguém... Para de fazer pergunta para o mediador, para o pai ou para a mãe, para quem está ali acompanhando. "O que você está sentindo?" É para a pessoa com deficiência. Tem que se dirigir à pessoa. Não tenha medo. Não morde, não, tá?

7. Pessoas com síndrome de Down não devem ser tratadas como coitadinhas.

8. De perto, ninguém é normal. Então, todos nós temos as nossas dificuldades. Assim, a síndrome de Down é um detalhe na vida das pessoas com síndrome de Down.

As pessoas têm dificuldades financeiras, têm dificuldades logísticas de pegar ônibus, de ir para a escola, dificuldades de relacionamento, os pais se separam ou estão juntos, dificuldades de toda natureza. A síndrome de Down é um pequeno detalhe, não é o centro da vida dessas pessoas. Não pensem que são coitadinhas e que sofrem de síndrome de Down. Não, não é isso.

9. Direito constitucional à inclusão e cidadania. Gente, isso é fundamental. Uma bandeira primordial do Movimento Down, Senadora Ana Rita, é a inclusão social, laboral e educacional das pessoas com síndrome de Down. Está provado por A mais B, por pesquisas internacionais, científicas e nacionais também que pessoas com síndrome de Down aprendem mais e melhor em escola comum. Chega de escola especial. Chega de segregação. As crianças desenvolvem muito mais a comunicação, a matemática, a escrita em escola comum. Precisa de adaptabilidade? Precisa. Precisa de adaptabilidade do texto? Precisa. Precisa de mediador, uma das coisas por que esta Casa também está lutando, pela obrigatoriedade de um mediador na escola pública e na escola privada? É o ideal, não em todos os casos. Há casos em que não é preciso realmente, em que é melhor deixar, que quanto mais autônomo, melhor. Mas precisa ser em escola comum. As pessoas com síndrome de

Down precisam estar convivendo conosco. Essa coisa da segregação não funciona. É um modelo atrasado, é um modelo ultrapassado. A gente já passou esse período. Espero que o Brasil deixe isso para trás.

As APAEs costumam se rebelar quando a gente fala sobre o assunto porque recebem dinheiro com relação ao ensino em suas unidades. Mas já há APAEs, como a APAE de São Paulo, a APAE de Contagem, Minas Gerais, a APAE do Espírito Santo que já fecharam suas portas para a escola. Só aceitam matrícula de criança com síndrome de Down se ela estiver matriculada em escola regular, seja pública ou privada. Elas atuam com atendimento terapêutico: fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, reforço escolar no contraturno escolar. É isso que a gente quer. A criança com síndrome de Down vai para a escola comum e, à tarde, ela vai para a APAE fazer um reforço. Então, a APAE tem a contribuir? Tem. A gente não quer brigar com a APAE, a gente quer trabalhar junto, mas trabalhar com esse novo modelo. Esse modelo de colocar as crianças segregadas dentro da APAE dia e noite não funciona.

10. Por que a terminologia é importante? Por que é importante? É a carga das palavras. As palavras têm peso, as palavras têm carga, as palavras têm conotação. Então, utilizar a palavra certa no lugar certo faz com que uma matéria, uma reportagem tenha um cunho mais positivo. Então, a gente fez inclusive esta tabelinha aqui com expressões: use e não use, que eu acho que é uma referência importantíssima para os órgãos de imprensa também.

A gente pretende, Senadora, passar nas editoras de revistas, jornais, televisão com a nossa cartilha *10 Coisas que Todo Mundo Precisa Saber sobre Síndrome de Down* para combater o preconceito, para informar. Gostaríamos também de fazer um apelo a esta Casa para que a legislação também possa se despir, possa dissipar essas expressões. A gente ainda vê, em texto legais, em projetos de lei, a legislação antiga utilizando essas expressões que não cabem mais.

Então, fica aqui o apelo para que os Senadores possam trabalhar em conjunto com a consultoria jurídica aqui do Senado ou da Câmara, talvez em conjunto, para extirpar essas expressões do nosso dia a dia e do nosso ordenamento jurídico.

Muito obrigada.

O SR. BRENO VIOLA – Uma coisa que eu quero colocar aqui. Vocês sabem o que é a síndrome de Down? As pessoas que não têm síndrome têm 46 cromossomos. A gente só tem um a mais.

Só isso que eu quero dizer. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, Breno.

Muito obrigada, Christiane. Christiane, eu acho importante essa sua fala, porque é real mesmo. Em diversos projetos de leis que foram construídos há algum tempo, nós estamos tendo esse cuidado. Sempre que passam pelas comissões, os relatores já ficam atentos para fazer uma correção nas terminologias, para que possamos atualizar, adequar de fato essa legislação, que ainda está em processo de tramitação na Casa. Agora, é claro que existem muitas leis, inclusive a própria Constituição Federal, que ainda trazem alguns termos que não são mais adequados para os tempos atuais: pessoas portadoras de deficiência. É preciso atualizar esses termos. Então, eu acho que essa é uma observação importante, necessária para que possamos ter uma legislação realmente atualizada e que contemple de fato as demandas do Movimento.

Mas uma outra coisa eu gostaria de colocar aqui. A TV Senado tem um importante programa, que vocês conhecem, que é o programa Inclusão. Esse programa tem cumprido um papel muito importante no sentido de fazer também esclarecimentos para a sociedade como um todo, para quem acompanha a TV Senado, sobre as políticas relacionadas às pessoas com deficiência, divulgando, inclusive, as nossas legislações.

Penso que esta audiência pública de hoje serve como um espaço de alerta para o Senado, para o Poder Legislativo, mas também aponta algumas necessidades que precisam ser trabalhadas ainda. Eu acredito muito que a TV Senado, através do programa Inclusão e de outros programas que a TV tem, vai buscar, cada vez mais, contribuir com esse debate, trabalhando esse tema, cada vez mais, com força, para que possamos, de fato, divulgar aquilo que a sociedade realmente precisa saber e conhecer. E, mais do que a sociedade como um todo, as próprias famílias de pessoas com deficiência, muitas vezes, desconhecem os seus próprios direitos.

A TV Senado cumpre e deverá continuar cumprindo, com muita força, o seu papel nesse sentido – sim, Francisco, só para terminar uma informação aqui. Inclusive, conversando com o Dr. Estanislau, já há um diálogo do Ministério Público do Trabalho com a TV Senado, para que eles possam se apropriar também desses mecanismos, dessas informações que o Ministério Público tem de todo o sistema já informatizado do Ministério Público, para que a TV Senado possa também trazer para dentro da sua rede esse conteúdo, esse trabalho.

Eu acho que esse diálogo já está sendo feito. Temos buscado também intermediar esse diálogo, para que a TV Senado possa, mais uma vez, como uma TV pública que presta serviços à sociedade, também ampliar o seu trabalho, oferecendo essa grande contribuição.

Então, Francisco, você gostaria de falar? Em seguida, vou passar a palavra para a Luíza.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA – Não, é melhor que ouçamos primeiro a Luíza, depois a gente faz não sei se exatamente um debate, mas algumas colocações que a gente ache interessante fazer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, vamos ouvir a Luíza. Depois, numa segunda rodada, nós vamos conceder a cada um de vocês, novamente, o tempo para que possam falar.

Para quem não conhece, a Luíza de Andrade Penido é assessora da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A Luiza está aqui representando a Laíssa da Costa da Ferreira, inicialmente convidada, não pôde vir, e aqui falará também em nome dela.

A SRª LUIZA DE ANDRADE PENIDO – Isso. Bom dia.

Estou representando a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, porque o Secretário Antônio José e a Laíssa estão participando, aqui na Câmara, da solenidade de 15 anos do Conade. Por isso, vim representá-los aqui, nesta mesa.

Gostaria de parabenizar muito a Associação Carpe Diem, o Movimento Down e o Ministério Público do Trabalho, que fizeram essa cartilha sobre os direitos dos trabalhadores.

O José Francisco e várias outras pessoas na mesa já citaram a importância da acessibilidade e da autonomia para as pessoas com deficiência.

O que me chamou muito a atenção foi a questão da empregabilidade, que é um ponto que precisamos tratar no Governo Federal. No ano passado, nós fizemos uma câmara técnica, com a participação do Ministério Público do Trabalho, o próprio Ministério do Trabalho, com pessoas do movimento social, mas ainda ficaram muitas questões que precisam ser tratadas por meio de políticas públicas. Acho que esse é um dos desafios que, possivelmente, deveria entrar no Viver sem Limite 2 se, de fato, o programa for criado.

A questão da empregabilidade também é importante em relação à empregabilidade da pessoa com deficiência intelectual, porque temos índices que mostram que essa é a menor taxa de empregabilidade, a maior resistência no mercado de trabalho e, às vezes, até das próprias famílias. Então, é um ponto muito importante. Podíamos iniciar um diálogo mais próximo para tratar desse tema, junto com o Movimento e o Governo Federal e, se possível, com as Casas legislativas também.

Temos o Viver sem Limite, de que a Senadora Gleisi Hoffmann já falou. Estou aqui com a cartilha do Viver sem Limite, disponível no nosso *site*, que é pessoacomdeficiencia.gov.br.

Foi lembrado aqui na mesa que já lançamos as diretrizes terapêuticas, com uma versão acessível. Acho que poderíamos lançar mais publicações acessíveis para pessoas com deficiência intelectual. Lançamos sempre muito, sempre, com acessibilidade para pessoas com deficiência visual e auditiva. Temos algumas publicações acessíveis, que vocês estão chamando de versão de fácil leitura. Poderíamos ter essa, por exemplo. De qualquer forma, ela tem uma perspectiva mais acessível do que uma publicação tradicional. Ela está disponível no nosso *site*.

Outra ação a que o José Francisco fez menção é a do crédito facilitado para compra de produtos com tecnologia assistiva. Ela tem juros subsidiados pelo Governo Federal e agora passou a ser válida também para reforma de residências, para o Minha Casa Minha Vida.

A minha internet não está funcionando, eu não consegui pegar o número da lei, mas temos isenção de impostos para produtos de tecnologia assistiva, com todos os impostos do Governo Federal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Que é fruto da medida provisória, do Minha Casa Melhor, deve ser.

A SRª LUIZA DE ANDRADE PENIDO – Essa é uma lei de 2011, é do Governo Federal.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LUIZA DE ANDRADE PENIDO – Só produto brasileiro. E não tenha a questão estadual, porque também não teria governança do Governo federal.

Enfim, é isso. Estou disponível para o que vocês precisarem. Acho que essa questão da empregabilidade é chave para tratarmos. Essa publicação, realmente, foi um grande feito. Parabéns para vocês. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Luiza.

Eu quero aqui também registrar – e me pediu para falar um pouquinho – o Waldimar, Diretor do Departamento de Atendimento à Pessoa Surda do ICEP Brasil.

Eu vou pedir ao Waldimar que venha até aqui, para que ele possa se manifestar, por um período de cinco minutos.

Registro também a presença de Darlan Campos, da mesma entidade, do ICEP Brasil, representando aqui as pessoas surdas.

Vamos conceder cinco minutos para eles, depois passaremos às considerações finais da nossa mesa.

O SR. WALDIMAR CARVALHO DA SILVA – (Tradução por profissional habilitado em Libras.)

Bom dia a todos vocês que estão aqui.

É importante para mim, como pessoa com deficiência, surda, que trabalha no ICEP, que tem um trabalho importante lá como diretor, ter esse apoio de toda a sociedade, principalmente em Libras. O trabalho que eu executo é um trabalho importante. Nós não podemos esticar muito, falar sobre muitas coisas ao mesmo tempo. O site é muito bom, é muito importante, é bom para a pessoa surda, realmente. Mas aqui, no Senado,Libras parece que foi excluída. E me preocupa porque a Câmara tem intérprete para atender. Mas, no Senado, o que está acontecendo? Por que a gente, quando chega aqui, não consegue um intérprete que dê um apoio, tem que procurar lá na Câmara, tem que chamar um intérprete particular para fazer esse apoio?

Gente, é importante que isso aconteça aqui, que o Senado tenha esse trabalho de interpretação. Para a televisão, é importante também. Na televisão, a gente vê muita coisa, mas faltam muitas informações. Cadê a janela de Libras referente ao Senado? Na Câmara, nós vemos. No Senado, o surdo fica sem a informação de que necessita.

Concurso público. Por exemplo, os surdos de todo o Brasil participam de concurso público. O surdo quer ter acesso também ao concurso público. Mas o que acontece? Ele precisa sempre que o intérprete o ajude,precisa que o intérprete esteja lá. Textos complicados no momento da prova – o Português, que muitas vezes não conseguimos contextualizar –, e o intérprete tem que vir e dar o apoio para que o surdo possa conseguir fazer a prova. Isso, muitas vezes, é complicado.

O que pedimos é que tenha haja videoconferência no momento da prova, por exemplo, para que o surdo possa fazer, como aconteceu no Prolibras, e muitas pessoas conseguiram fazer. Lá em Florianópolis, houve provas em videoconferências e muitos surdos conseguiram passar. Aqui na UnB, também, muitos surdos tiveram essa oportunidade de conhecer. Mas, nos concursos públicos em que os surdos têm interesse em fazer provas e não conseguem passar, muitas vezes, é porque falta esse recurso que é importante. Que isso possa se transformar em lei, que isso possa virar lei que possa ser cumprida, para que os surdos possam ter uma acessibilidade melhor e crescer no trabalho.

Que Deus abençoe cada um de vocês. Obrigada a todos pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Waldimar. Que bom que você se propôs a se manifestar aqui. Muito obrigada pela sua participação e também do Darlan, que está aqui presente.

Já fazendo os encaminhamentos finais, eu gostaria, Luiza, de aqui ratificar a sua proposta. Eu acho que você propôs algo muito importante. Acredito que todos aqui têm plena consciência de que haja, de fato, uma parceria entre a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Direitos Humanos, com o Movimento Down, e também com o Movimento Carpe Diem, no sentido de lançar cartilhas e livros cada vez mais acessíveis, com linguagem acessível a todas as pessoas. Acho que melhor do que ninguém são vocês mesmos que devem dizer como esses livros devem ser. Isso é muito importante.

Aproveito aqui para parabenizar, mais uma vez, o Ministério Público do Trabalho por algo tão bonito, tão importante. Não tivemos tempo suficiente aqui hoje para abrir todo o sistema da informática, para que pudéssemos visualizar todo o material que eles têm na internet.

Tivemos a oportunidade de conversar com mais tempo, em outra ocasião, e pude perceber o quanto é rico e importante esse trabalho.

Parabenizo muito o Ministério Público do Trabalho por ter criado essa possibilidade, essa forma de divulgar melhor para todas as pessoas com deficiência o que temos de legislação, que é importante para as pessoas. Para incluir as pessoas com deficiência no mercado de trabalho, garantimos cota, garantimos isso e aquilo, mas como é o processo dessas pessoas dentro de uma empresa, dentro de um estabelecimento comercial? Ela precisa conhecer os seus direitos. E como conhecer se ainda não era oferecida a acessibilidade às legislações existentes? Então, O Ministério Público do Trabalho criou essa possibilidade, criou essa oportunidade, que precisa, sim, ser divulgada, ser conhecida por todas as pessoas.

Eu digo que o material acessível não é só para as pessoas com deficiência, é para todas as pessoas,porque nós, que achamos que ouvimos bem, que escutamos bem, que andamos, muitas vezes temos dificuldade também de compreender determinadas coisas. A acessibilidade também nos ajuda, uma legislação acessível a compreender melhor o que ela quer dizer. Então, quero agradecer muito ao Ministério Público do Trabalho.

Eu vou passar a palavra aos membros da mesa para fazer as suas considerações finais. Estou recebendo aqui a informação de que Andrea, coordenadora do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais, quer rapidamente falar sobre o intérprete em Libras no Senado.

Rapidamente, Andrea, cinco minutos para você.

A SRª ANDREA GOES BAKAJ REZENDE – Muito obrigada, Senadora.

Bom dia a todos. Eu, como coordenadora do Núcleo Socioambiental, venho buscando ampliar todo o serviço de Libras na Casa. É claro que são coisas que não são feitas de uma hora para a outra, que precisamos fazer determinados investimentos. Por exemplo, na TV, como foi citado, falta a janela de Libras. Isso demanda um investimento alto. Estamos sensibilizando a Casa e vamos buscar implementar aqui, na nossa TV Senado.

Com relação aos intérpretes de Libras, nós estamos ampliando um contrato, que está sendo licitado dentro de pouco tempo, para cobrir os eventos, as sessões do Senado, as comissões, mais amplamente, porque, atualmente, estamos com um contrato emergencial, cujas horas, infelizmente, já terminaram. Mas estamos buscando aperfeiçoar todos os mecanismos de acessibilidade dentro da Casa.

Então, eu gostaria de esclarecer aqui que não é por falta de empenho da nossa parte, é porque as coisas demoram um pouco a acontecer. Especialmente este ano, estamos com algumas dificuldades, mas estamos buscando superá-las. Espero, em breve, poder dar uma boa notícia a vocês, de que o Senado vai disponibilizar um recepcionista em Libras, ou que vai haver a janela em Libras. Enfim, estamos trabalhando para melhorar a acessibilidade aqui, dentro do Senado Federal.

Muito obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Andrea.

Quero dizer que, se precisar do apoio da Comissão de Direitos Humanos, pode contar conosco no sentido também de reforçar todo esse trabalho de vocês. Se for depender de alguma ação nossa, algum envolvimento nosso em determinados momentos, pode contar conosco, estamos à disposição. Queremos que esta Casa avance cada vez mais.

A SRª ANDREA GOES BAKAJ REZENDE – Esse apoio é fundamental, Senadora. Acho que todos os Senadores, todos os presidentes de comissão, podendo nos apoiar, isso é essencial para que as coisas caminhem mais rapidamente aqui.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – E eu tenho certeza, Andrea, de que posso falar em nome do Senador Lindbergh Farias, que é também um grande lutador nessa causa, é uma pessoa que tem essa demanda, essa realidade, essa luta das pessoas com deficiência como pauta do seu trabalho, do seu mandato. Então, podemos contar com ele também, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Posso falar em nome dele, com certeza.

A SRª ANDREA GOES BAKAJ REZENDE – Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Antes de passar às considerações finais dos nossos convidados, a Maria da Conceição, Consultora do Senado, vai apresentar uma proposta de lei para adequar a linguagem à legislação já vigente.

Conceição, vou pedir a você que fique aqui à frente. Sente-se aqui.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA ALVES – Senadora, se a senhora me permite, vou passar para o Pedro, que está fazendo esse trabalho.

Só quero informar, antes, atendendo ao apelo da Christiane, que a gente está nesse trabalho por iniciativa da Senadora Ana Rita, da Comissão de Direitos Humanos. Desde 2009, a gente vem tendo esse cuidado de, nas minutas, já produzir, na linguagem atualizada pela convenção, os projetos de lei, o material que, lá na Consultoria Legislativa, a gente produz. Mas a gente acha importantíssimo que o projeto tramite, porque a gente acha que ele tem um efeito multiplicador e educativo, assim como esse belíssimo material que foi oferecido hoje, esse que o Breno e você, Christiane, trouxeram.

Vocês estão de parabéns! E vocês reforçam uma ideia, na verdade, vocês ajudaram a dar forma a uma ideia que eu já tinha de que essa coisa de falar difícil e escrever difícil, muitas vezes, é problema de deficiência intelectual de quem está produzindo a fala e produzindo o texto, muito mais do que de quem está recebendo o texto. (*Palmas.*)

O Pedro vai falar do trabalho em si, que ele está elaborando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Conceição.

Pedro, você pode vir aqui ou você acha melhor falar daí?

O SR. PEDRO BARREIRA SILVA DA ROCHA – Fico mais à vontade falando daqui, pode ser?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então pode ser.

O SR. PEDRO BARREIRA SILVA DA ROCHA – Bom dia a todos, bom dia, Senadora Ana Rita.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA ALVES – Interrompendo o Pedro um pouco, só para eu não esquecer de pedir ao Breno que, nessa entrevista que ele vai ter com a Presidenta Dilma, lembre-se de falar com ela sobre as normas que são produzidas lá, pelos ministros e ministras que trabalham com ela, porque uma parte a gente faz no Congresso, e outra parte é feita lá. Conto com a sua interferência lá.

O SR. BRENO VIOLA – Pode deixar, que vou fazer o máximo que eu puder. Acho que, avançando mais, vamos fazer um País melhor, uma sociedade melhor.

A SRª MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA ALVES – É, vamos juntos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

Pedro, por favor.

O SR. PEDRO BARREIRA SILVA DA ROCHA – Bom dia a todos.

Foi solicitado, há pouco tempo, à Consultoria que elaborasse uma minuta de projeto de lei que atualizasse toda a legislação brasileira, todas as leis em vigor no País que se valem de expressões que fazem menção à pessoa com deficiência, mas fazem essa menção por meio de expressões antiquadas, como, por exemplo, "pessoa portadora de deficiência", "portador de deficiência" ou "deficiente" propriamente dito.

Portanto, esse projeto de lei se propõe a atualizar todas as leis em vigor que fazem menção ou referência à pessoa com deficiência, mas não se valem dessa expressão "pessoa com deficiência".

Por que essa preocupação? Vou, numa breve exposição, contextualizar e explicar o porquê disso.

Temos, hoje, em vigor, no Direito Internacional e também no Brasil, a convenção já mencionada pelos integrantes da Mesa, a Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, e essa convenção, que tem *status* de emenda constitucional, ou seja, que vale como texto da Constituição brasileira, se vale dessa expressão "pessoas com deficiência".

Então, vamos entender o porquê dessa preocupação. A gente pode dividir o tratamento dispensado à pessoa com deficiência, basicamente, em quatro etapas – assim entende a doutrina brasileira. Uma primeira etapa era a etapa da intolerância, em que a pessoa com deficiência era vista como tendo um sinal de impureza. Então, a pessoa poderia até mesmo ser morta ou relegada à própria sorte. Assim acontecia, por exemplo, em Esparta e na Roma Antiga.

Num segundo momento, a pessoa com deficiência era considerada como invisível e tratada com indiferença.

Já num momento posterior, numa terceira fase, até em razão do avanço científico, do avanço da medicina, a deficiência é vista como uma enfermidade, ou seja, como algo tratável e possível de ser, digamos assim, reparado.

Por fim, a fase que a gente vive hoje é aquela em que a pessoa com deficiência não é vista essencialmente como objeto de tratamento, mas, sim, como titular, como sujeito de direitos. Portanto, essa visão contemporânea, essa visão atual de Direitos Humanos é a visão da pessoa com deficiência como titular de direitos e se vale dessa expressão.

Vamos ver aqui expressões que já foram utilizadas no Direito brasileiro. Na Constituição de 1934, podíamos ler as seguintes expressões: "aleijado", "inválido", "incapacitado", "defeituoso", "desvalido".

Já na Constituição do Estado Novo, de 1937, e também na Emenda Constitucional nº 1, de 1969, utilizava-se a expressão "excepcional", e também outra Emenda Constitucional, a de nº 12, de 1978, utilizava o termo "deficiente".

Então, nesse primeiro momento, com essas expressões que hoje são vistas como inadequadas, a visão que prevalecia era a de que a pessoa com deficiência fosse incapacitada, e a ela era dispensado tratamento a alguém digno de piedade.

A Constituição brasileira atualmente em vigor, no seu texto original, excluída a Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, vale-se de duas expressões: "pessoa portadora de deficiência" ou "portador de deficiência". Ou seja, essa já é, digamos assim, uma segunda geração de expressões utilizadas para fazer menção à pessoa com deficiência.

Como o Breno bem colocou, essa expressão hoje já não é adequada, não é bem vista. Por quê? Porque se entende que a deficiência não é algo de que a pessoa pode dispor, ou seja, não é algo que, espontaneamente, a pessoa pode abrir mão. Então, não é uma coisa que se porta. Assim, hoje se entende que essa expressão "portador de deficiência" também não é adequada.

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO BARREIRA SILVA DA ROCHA – Já concluindo, depois vieram outros diplomas legais, e, hoje, o diploma legal, a legislação que é entendida como a mais adequada para fazer menção à pessoa com deficiência é justamente a convenção da ONU, que vale como emenda constitucional. Ela não só se vale da expressão "pessoa com deficiência", como também apresenta a definição do que seria uma pessoa com deficiência.

Vou ler aqui, brevemente, a definição: "Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas."

Então, para o quê chamo a atenção nessa definição? Num primeiro momento, para o fato de que se faz menção a impedimentos de longo prazo. Portanto, mesmo a pessoa que apresenta um impedimento que não é permanente, que é tratável, durante aquele momento em que ela padece desse impedimento pode, sim, ser entendida como pessoa com deficiência. Num segundo momento, também o fato de que se entende que a deficiência é fruto de uma interação com o meio ambiente. Ou seja, a deficiência não é vista como uma coisa necessariamente intrínseca à pessoa que tem essa deficiência.

Ou seja, a deficiência não é vista como uma coisa necessariamente intrínseca à pessoa que tem essa deficiência, mas, sim, fruto da sua relação com o meio que a cerca, com demais pessoas, com os objetos que a cercam e tal. Tanto é que essa convenção traz a definição de desenho universal, que é a tentativa de adaptar o meio ambiente de forma que a pessoa com deficiência não sinta dificuldade em utilizar-se desse ambiente que a cerca.

Portanto, concluindo, no levantamento que fizemos na Consultoria, serão, ao todo, 32 leis atualmente em vigor no Brasil que terão a nomenclatura utilizada atualizada. São 27 leis que se valem da expressão "portador de deficiência", 5 leis que se valem da expressão "deficientes físicos" e uma lei que se vale da expressão "deficientes mentais".

Como a Conceição bem colocou, mais recentemente tem-se adotado já, logo de cara, a expressão correta, "pessoa com deficiência". Uma lei muito importante no ordenamento brasileiro, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 2011 já teve atualizada sua nomenclatura, então, hoje, quem vai consultar a LOAS já lê em várias passagens, em vários dispositivos, a expressão "pessoa com deficiência".

Então, concluindo, estamos aqui elaborando essa minuta desse projeto de lei, mas deve-se fazer a ressalva: ele só tem o poder de atualizar a legislação em vigor, ou seja, as leis propriamente ditas. Não poderá essa lei atualizar a legislação infralegal, isto é, os decretos, as resoluções, as portarias. Para que todos esses dispositivos, toda essa legislação seja atualizada, vai ser necessária uma comunicação junto ao Executivo.

Por fim, uma sugestão que a Consultoria tem a apresentar é de que, assim como será apresentado esse projeto de lei, que venha a ser apresentada uma proposta de emenda à Constituição, justamente para que se atualizem aqueles vários, mas não poucos, dispositivos que fazem também menção a expressões desatualizadas, como, por exemplo, "pessoa portadora de deficiência" e "portador de deficiência".

É isso. Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Que bom, Pedro! Muito obrigada! Boa notícia essa. Acho que vem em bom momento, atendendo a uma demanda posta inclusive nesta audiência pública pelo Breno e pela Christiane.

Vamos, agora, passar a palavra para as considerações finais.

A Glória está com problema de voo, então, vamos, primeiro, passar para a Glória, a fim de que ela possa, num tempo máximo de três minutos, fazer as considerações finais.

A SRª GLÓRIA MARIA MOREIRA SALLES – Primeiro, quero agradecer, dizendo que daqui estou saindo melhor do que entrei, por ver a movimentação aqui na Casa.

Digo a todos que, em São Paulo, Dr. Estanislau, estamos agora, por pedido do Ministério Público, desenvolvendo, em linguagem fácil, uma cartilha sobre interdição. Para eles, é muito importante essa parte de interdição. Então, em São Paulo, no Ministério Público, estamos desenvolvendo isso; vai ficar pronta e deve ser lançada agora, no final de julho.

Outra coisa, na qual vocês concordam comigo, é que, quando eu falo, a Christiane fala ou qualquer um daqui fala em nome deles, isso não provoca tanto impacto ou a gente não modifica tanto o meio do que quando alguma pessoa... O Breno falou, ele modificou, ele mobilizou. Então, é o que digo da importância de dar voz e estar falando cada vez menos; como eu falei ali na missão do Carpe Diem, que é esta mesmo, fortalecer a autodeterminação para que eles possam influenciar essa sociedade.

Hoje, ficou bem claro, e quero mostrar para vocês bem claramente, que a presença deles em qualquer lugar que seja é importantíssima. Se a gente é convidado para falar 20 minutos, vamos dar 5 para eles, mas eles têm que estar junto, ou a gente fala 5, eles falam 15. Não importa. O importante é que eles estejam presentes, porque só as pessoas com deficiência é que vão mudar o meio, vão mudar a postura, a atitude de uma sociedade.

Agradeço muito a oportunidade de estar aqui. Muito obrigada, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Nós que agradecemos, Glória Maria Moreira Salles, representante da organização Carpe Diem, sua presença aqui hoje. Obrigada pela sua presença, fique bastante à vontade.

A SRª GLÓRIA MARIA MOREIRA SALLES – Peço desculpas, mas tenho voo agora, à 1h.

Obrigada a todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Glória.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, viu, Glória. (*Palmas.*)

Contamos com você em outros momentos. Muito obrigada.

Eu vou passar a palavra agora para o Breno, por três minutinhos para a fala.

O SR. BRENO VIOLA – Pode deixar.

Gente, primeiro, pelos direitos humanos, com a Luiza, gostaríamos muito de fazer essa parceria, sim, porque eu acho importante.

Os direitos humanos não só estão juntos com o Movimento Down, mas com o Ministério do Trabalho e também junto com o Carpe Diem, que ajuda a gente a se desenvolver mais rápido e dá condições para mudarmos nossas leis no País. Essas leis que saem do papel. E também quero agradecer ao Pedro.

Pedro, essa é a maior prova de amor que você está dando pelas pessoas com deficiência. Muito obrigado. Agradeço à Rita, a todo mundo. Eu tenho certeza de que Deus o está abençoando agora, ao Pedro e a todos que estão aqui no Senado. Quando eu tiver audiência com a Dilma, com certeza as coisas vão mudar para melhor também. Agradeço a todo mundo.

Rita, você é uma das pessoas com quem podemos contar em todos os momentos. Muito obrigado à Luiza, ao trabalho público, ao pessoal de Brasília aqui também e é isso.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Breno. Todos nós ficamos muito felizes em poder conhecê-lo pessoalmente, viu, Breno.

O SR. BRENO VIOLA – Uma coisa que eu queria falar para terminar, Pedro. Eu acho que temos que começar a usar esse modo de falar assim: pessoas com Síndrome de Down, pessoas com deficiência intelectual. Isso é importante falar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está bom. Muito bem.

Eu vou conceder a palavra, agora, a Christiane Aquino, representante do Movimento Down, e depois ao José Francisco.

A SRª CHRISTIANE AQUINO – Eu queria pegar o gancho do que falou a Glória, de a gente ver cada vez mais pessoas com deficiência no dia a dia, dar a palavra, estar nas escolas, no mercado de trabalho, nos escritórios; enfim, no dia a dia.

Meu filho nasceu nos Estados Unidos. Eu vim para cá... Ainda vai fazer um ano que voltei. Eu sou Diplomata de carreira e servi cinco anos na Embaixada do Brasil, em Washington. E meu filho nasceu lá. E era a coisa mais natural do mundo ver pessoas com deficiência intelectual. Aliás, pessoas com deficiência, ponto. Paralisia cerebral, etc e tal.

Na escola do meu filho, que era uma escola comum, uma escola pública, havia pessoas com essa deficiência. No supermercado do meu bairro, havia pessoas com Síndrome de Down trabalhando. Também na farmácia Walgreens, por toda sociedade.

Então, eu tenho um sonho, como Martin Luther King fala, de que um dia, aqui no Brasil, eu consiga sair às ruas e ver pessoas com deficiência trabalhando, porque os índices, os percentuais de empregabilidade e de trabalho da pessoa com deficiência hoje no Brasil são ridículos, Senadora. E a culpa é nossa, porque a gente não dá acessibilidade. A gente não dá rampas, a gente não dá libras, a gente não dá linguagem fácil, a gente não dá oportunidade.

Eu comecei fazendo no meu Ministério. Eu sou Chefe da Divisão de Cooperação Financeira e Tributária, no Itamaraty. E descobri que a gente pode contratar estagiário e a regra é que o estagiário tem que estar cursando a faculdade ou o segundo grau. Então, eu tenho uma estagiária, agora, com Síndrome de Down. Porque não adianta falar, não adianta vir aqui falar, exigir, etc e tal, e não fazer a minha parte em casa e no meu trabalho.

Eu convido todos vocês a abrirem as suas casas, os seus pequenos negócios, a sua lanchonete, o seu escritório de advocacia a receber uma pessoa com Síndrome de Down para trabalhar. Você irá se surpreender.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, Christiane. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Christiane. Pessoas como você, com essa disposição e com esse compromisso, vão contagiando outros a assumirem também essa causa.

Eu vou passar a palavra, agora, para o José Francisco, que é do Instituto Benjamin Constant, também pelo tempo máximo de três minutos.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA – O.k. Bom, em primeiro lugar, queria dizer que o Benjamin Constant se sente honrado em estar participando dessa audiência e parabenizar a professora... a Senadora Ana Rita – professora é força do hábito – que teve a lembrança de nos convidar para participar.

Agora, eu gostaria de dizer rapidinho duas coisas. A primeira é que quando construímos uma lei, não podemos pensar especificamente nesse ou naquele cidadão, mas existem muitas diferenças de necessidades e de limitações entre as pessoas das diversas áreas de deficiência.

Então, se a gente faz uma lei genérica, podemos particularizar essa lei no momento da sua regulamentação. Precisamos estar um pouco atentos a isso porque o que funciona para a Síndrome de Down pode não funcionar para a paralisia cerebral.

Eu trabalho com uma pessoa surda, comigo, na minha sala. Você imagine: eu cego e ele surdo. Pois é. Mas nós trabalhamos. E ele não utiliza Libras, ele é oralizado. Então, ele diz que não quer aprender Libras. Para ele não é a questão da janelinha de Libras que vai resolver o problema. De repente *closed caption* resolve melhor. Então, precisamos entender e respeitar as individualidades.

Na questão da empregabilidade, que a Luiza falou,...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA – ...que eu acho fundamental, eu quero lembrar a questão do Pronatec. Quando da sua elaboração, eu me lembro que fazia um trabalho com a Setec e ele meio que nasceu na Setec do MEC. Eu briguei para que as instituições de e para pessoas com deficiência entrassem no programa como entidade executora, sobretudo Benjamin Constant, Ines e Laramara, que eram associações e instituições que mais entendiam de profissionalizar pessoas com deficiência visual e auditiva neste País. E, infelizmente, não foi contemplado. Então, é uma hora também de a gente pensar e rever o Pronatec.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, José Francisco.

Eu justifico a saída antecipada da Luiza Andrade Penido, da Secretaria de Direitos Humanos, por questões de saúde.

Eu vou conceder a palavra, para fazer o encerramento desta audiência pública, ao Dr. Estanislau Tallon Bozi, Procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho do Espírito Santo.

O SR. ESTANISLAU TALLON BOZI – Srª Senadora, é uma grata satisfação estar aqui e aprender tanto com esta audiência pública.

Quero falar que o nosso *site* foi construído, Prof. José Francisco, com a participação das pessoas surdas e das pessoas cegas. Então, nós não os esquecemos. Depois, a segunda parte, com a participação das pessoas com Síndrome de Down.

Quero dizer, Srª Senadora, que a carga tributária neste País é imensa. Aprendi, semana passada, ouvindo o Sr. Humberto Pires, do Movimento Visibilidade Cegos Brasil, que o meu filho pôde ir para a escola pagando R$6,4 para ter um caderno, um lápis e uma borracha. Mas para reglete e punção mais baratas pagam-se R$42, com carga tributária de 31,93%, cerca de R$13,5 de impostos sobre reglete e punção para crianças cegas aprenderem na escola. Dá para comprar duas vezes, só pela carga tributária, caderno, lápis e borracha para a criança que não é cega.

Nós precisamos garantir acessibilidade nos concursos públicos. A pessoa cega, por exemplo, Sr. José Francisco – o senhor pode me corrigir –, precisa de um ledor, precisa de uma tecnologia assistiva. Se usa um ledor, aquela pessoa que vai ler as perguntas e vai registrar as respostas, e essa pessoa erra a resposta, o apenamento é para o cego, ele vai ser eliminado do concurso, a resposta dele vai estar errada; e a responsabilidade não é dele, é da organização, é do Poder Público.

Nós precisamos criar cargos específicos, cargos públicos específicos para, por exemplo, as pessoas com deficiência intelectual. As pessoas surdas precisam ter intérpretes de libras, tradutores de libras em todos os órgãos públicos. Nós precisamos ter acesso público garantido.

Nós precisamos ter, aqui no Senado ou no Ministério Público, em qualquer organização de acesso coletivo, locais adaptados, teclado expandido, monitor para daltônicos, *mouse* para pés...

(Soa a campainha.)

O SR. ESTANISLAU TALLON BOZI – ...para quem tem deficiência sensorial. Lupas, telelupas, linha Braille e toda sorte de tecnologia assistiva que já existe.

Precisamos desonerar a carga tributária dos programas de informática, mesmo que estrangeiros.

Nós, enquanto estivermos... Como V. Exª bem disse, a acessibilidade é para todos. Rampa, calçada, corrimão. É muito mais confortável andar numa calçada linear, numa calçada acertada. Mas enquanto estivermos falando de inclusão, nós ainda não temos a sociedade inclusiva que o nosso constituinte desenhou. Esse pro-

jeto de Constituição nós precisamos colocar em prática. Precisamos parar de falar em inclusão e viver uma sociedade inclusiva.

Queria, então, por fim, convidar a todos os senhores e a todos que a nós assistem pela TV ou por outras mídias que acessem o *site* www.bcdlegal e possam comprovar, então, tudo o que foi dito aqui.

Gostaria de agradecer especialmente aos nossos servidores Wendell Luís Tavos e Mauro Lúcio Nascimento por todo suporte técnico. A S. Exª Procurador-Geral do Trabalho que está na Conferência Internacional da Organização Internacional do Trabalho, pela minha designação para a participação nesta audiência pública. E à Coordenadora Nacional de Promoção da Igualdade e Oportunidade de Trabalho do Ministério Público do Trabalho, Drª. Lisiane Chaves Motta, pela confiança também de vir aqui. E principalmente pelo apoio e acolhida desta alta Casa de Leis da nossa proposta.

Os nossos sonhos são de gigantes, os nossos passos são de bebês.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Dr. Estanislau Tallon Bozi, do Ministério Público do Trabalho do Estado do Espírito Santo. Obrigada e parabéns pelo trabalho que vocês estão desenvolvendo.

Eu recebi a informação de que um dos nossos convidados acabou de chegar e teve problema de voo. Ele quer falar ainda. Vou pedir a vocês pelo menos mais três minutos. É Weslei da Silva Rocha, que terá três minutos. Weslei é do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Então, que bom que conseguiu chegar a tempo. Mas ele vai ter também a oportunidade de dar seu recado, apesar de já termos avançado aqui na audiência pública.

O SR. WESLEI DA SILVA ROCHA (Tradução por profissional habilitado.) – Uma boa tarde a todos. Fico feliz em estar aqui. Eu sou do Rio de Janeiro. Cheguei ainda há pouco. Tive problema com o voo e foi isso que me atrapalhou um pouco. Peço desculpas pelo meu atraso.

O meu nome é Weslei – e o meu sinal é esse que ele apresentou. O.k.

Eu trabalho dentro do INES. Algumas pessoas já me conhecem, algumas outras não, ainda. – Bom, o que ele quer mencionar é a respeito da acessibilidade e da cidadania da pessoa. Por quê? Por exemplo, o que acontece? Os surdos querem ter acesso a escolas, faculdades, à sociedade em geral, tendo o apoio do intérprete juntamente com ele, para que possa fazer essa mediação.

O que acontece muitas vezes com os surdos cegos, que precisam de um acompanhante e intérprete? Precisam dele o tempo todo junto com eles, para que o acesso seja melhor. Em algumas palestras, em alguns lugares eles precisam ter o apoio do intérprete nos eventos de que participa. O.k.

Bom, ele está reduzindo bastante. Está reduzindo o tempo. Então, o tema principal era mesmo a acessibilidade.

Obrigado pela atenção, pessoal. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Weslei, pela sua presença. Ele é do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Quero dizer que a Comissão de Direitos Humanos está sempre disponível. Em outras ocasiões, tendo oportunidade você será também convidado a estar aqui conosco para falar sobre a luta de vocês, viu? Obrigada pela presença e um grande abraço.

Eu quero, então, para finalizar a nossa audiência pública, só recuperar aqui algumas questões que foram ditas. O compromisso assumido com o Breno de marcar uma audiência...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Ele está concluindo?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Ah, tá. Tudo bem.

O SR. WESLEI DA SILVA ROCHA (Tradução por profissional habilitado.) – Desculpa. É só para concluir, Senadora.

Falou-se sobre surdos cegos, sobre acessibilidade. Ah, tá. O surdo negro também é uma questão. Falta muita acessibilidade para esse grupo de pessoas que também são surdas e ainda negras. Tem também a dificuldade...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WESLEI DA SILVA ROCHA (Tradução por profissional habilitado.) – Isso, são muitas discriminações que eles vivem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, Weslei. Que bom que você levanta também essa questão da pessoa com deficiência e que seja negra, porque sofre realmente uma dupla discriminação. E nós precisamos avançar nisso.

Estamos avançando nas legislações com relação à pessoa com deficiência, mas também com relação à inclusão social das pessoas negras, como é o caso por exemplo do sistema de cotas no serviço público federal e também nas escolas federais – universidades e institutos federais.

Acho que é importante também trazer esse debate neste momento.

Obrigada.

Quero recuperar os compromissos aqui assumidos:

– agenda com a Presidente Dilma, para que o Breno possa conhecê-la pessoalmente, e ela também conhecê-lo;

– importância dessa parceria do Senado Federal com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e o movimento social, para trabalhar uma linguagem mais acessível nos materiais: cartilhas e livros;

– demanda com relação aos materiais fornecidos pelo MEC, para que eles contemplem essa linguagem acessível;

– a própria Senadora Gleisi propôs aqui que vocês se aproximem, que tenham um diálogo maior com a Conade no que se refere ao Programa Viver Sem Limites – com certeza, será lançado agora o Viver Sem Limites 2. É importante haver esse estreitamento com o Conade (Conselho Nacional de Pessoas com Deficiência).

Quero, então, agradecer muito à Christiane, ao Breno, ao Dr. Estanislau, à Glória, que já teve que sair, ao José Francisco. Agradeço também à Luiza de Andrade, que também teve que sair, às demais pessoas que já se pronunciaram aqui, ao Weslei da Silva, que acabou de chegar; ao Waldimar Carvalho, que também falou pelo Movimento de Surdos. Agradeço ao nosso pessoal aqui, do Senado, a Andrea Bacaj, que também se colocou à disposição, coordenadora do Núcleo de Ações Socioambientais. Agradeço ao Pedro, à Conceição, que aqui apresentaram a proposta do projeto de lei que vem, com certeza, atender a uma grande demanda das pessoas com deficiência. Agradeço ao demais servidores não só da casa, mas também do Ministério Público do Trabalho, que têm sido grandes parceiros, têm colaborado muito. Agradeço a todos vocês, aos assessores, enfim, a todos vocês, a nossa assessoria, a assessoria do Senador LIndbergh, enfim, à comissão que está aqui, a todos vocês.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presença audiência pública.

Muito obrigada a todos vocês.

(Iniciada às 09 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2014, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 14 HORAS, NA SALA Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e dois minutos do dia três de junho de dois mil e quatorze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presenças das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Ana Rita, Wellington Dias, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 48 de 2014-CDH, de autoria das Senadoras Ana Rita e Vanessa Grazziotin, aprovado em 21/05/2014, para debater sobre o tema: **"Situação de adolescentes e jovens indígenas da Amazônia Legal Brasileira e apresentação da Exposição de Fotos do Projeto Jovens Comunicadores Indígenas".** A Senhora Presidenta Senadora Ana Rita apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e pede que vários jovens indígenas presentes no plenário se apresentem e lhes dá as boas vindas. Em seguida, a Senhora Presidenta faz suas considerações iniciais e passa a palavra para os convidados e jovens indígenas nesta ordem: Gary Stahl, Representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil – UNICEF; Raquel Cristiane Pedrosa Vieira, indígena da etnia Piratapuya; Gracildo Moraes Arcanjo, indígena da etnia Kokama; Dcherlom Justino Hilário, indígena da etnia Macuxi; Ivete Rodrigues da Silva, indígena da etnia Uapixana; Rafael Luiz da Silva Apurinã, indígena da etnia Apurinã; Expedito Tomas dos Santos, indígena do Povo Baré, do Alto Rio Negro; Alana Keline Manchineri, Representante da Comissão Nacional de Juventude

Indígena – CNJI, do povo Manchineri. Às quinze horas e trinta e três minutos a Senhora Presidenta passa a presidência para o Senador Wellington Dias. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: encaminhar diagnóstico apresentado pelo Unicef, junto com as reivindicações dos jovens indígenas, para os seguintes órgãos: Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Secretaria Nacional da Juventude; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério da Justiça; Governadores dos Estados; Presidente do Senado Federal, Câmara dos Deputados e líderes dos partidos; Presidência da República; SEPPIR; SPM e AGU. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 48, de 2014-CDH, de minha autoria e da Senadora Vanessa Grazziotin, aprovado em 21 de maio de 2014, para debater o tema "Situação de Adolescentes e Jovens Indígenas da Amazônia Legal Brasileira e apresentação da Exposição de Fotos do Projeto Jovens Comunicadores Indígenas".

Eu quero já registrar a presença de vários jovens indígenas, que nós vamos conhecer melhor daqui a pouco. Eu vou pedir que cada um se apresente, diga o nome e de qual tribo, de qual povo faz parte, de qual Estado. Vocês podem fazer uma apresentação rápida, mas é importante para quem nos acompanha pela TV, para que possam saber que vocês estão aqui – certo?

Antes, eu quero convidar, para compor a nossa Mesa nesta audiência pública, o Sr. Gary Stahl, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil, aqui representando o Unicef. (Pausa.)

Quero convidar também, para compor a Mesa, a Srª Alana Keline Manchineri, representante da Comissão Nacional de Juventude Indígena. Seja bem-vinda, Alana. (Pausa.)

Eu vou pedir, então, aos nossos jovens que se apresentem. É só falar o nome no microfone, para que possamos saber quem são vocês, a fim de que todos aqui possam conhecê-los.

Pode começar por você.

O SR. DCHERLOM JUSTINO HILÁRIO – Eu sou Dcherlom, sou de Santa Maria, povo macuxi, terra indígena Raposa Serra do Sol, Roraima, Município de Normandia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

O SR. GRACILDO MORAES ARCANJO – Boa tarde a todos.

Meu nome é Gracildo Moraes Arcanjo, sou do povo kokama, do Município de São Paulo de Olivença, Alto Solimões, Amazonas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

A SRª RAQUEL CRISTIANE PEDROSA VIEIRA – Boa tarde a todos.

Eu me chamo Raquel, eu sou do Amazonas, do Município de São Gabriel da Cachoeira, e a minha etnia é piratapuya.

O SR. EXPEDITO TOMÁS DOS SANTOS – Meu nome é Expedito Tomás dos Santos, sou do Alto Rio Negro, cidade de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

A SRª IVETE RODRIGUES DA SILVA – Boa tarde.

Meu nome é Ivete Rodrigues da Silva, tenho 17 anos, do Município de Amajari, Comunidade Guariba, povo wapixana, Roraima.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

O SR. RAFAEL LUIZ DA SILVA APURINÃ – Boa tarde a todos.

Meu nome é Rafael, sou do povo apurinã e iauanauá, sou do Estado do Acre, tenho 19 anos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

Há mais alguém? (Pausa.)

São esses os jovens.

Então, quero aqui agradecer a todos vocês, em nome da Comissão de Direitos Humanos. Sejam bem-vindos, e que vocês possam aproveitar bem esta passagem aqui pelo Senado Federal.

Antes de conceder a palavra aos nossos convidados, eu vou fazer algumas considerações iniciais relacionadas ao tema sobre o qual nós vamos conversar, aqui, hoje.

Segundo o Censo de 2010, 896.917 brasileiros se declararam indígenas. Essa população representa 0,47% do total da população e é formada por 305 grupos étnicos ou povos, que têm 274 idiomas, vivem majoritariamente no meio rural – em torno de 63,8% – e estão distribuídos em todas as regiões geográficas do País, na seguinte proporção: 38,2% na Região Norte; 25,9% na Região Nordeste; 16% na Região Centro-Oeste; 11,1% na Região Sudeste; e 8,8% na Região Sul.

Na análise das unidades da Federação, o Estado do Amazonas possui a maior população autodeclarada indígena do País, com 168,7 mil, e o de menor, o Rio Grande do Norte, com 2,5 mil pessoas. Excetuando o Estado do Amazonas, que possui população autodeclarada indígena superior a 100 mil, na maioria das unidades da Federação – em torno de 15 unidades –, essa população situa-se na faixa de 15 mil a 60 mil indígenas.

A população indígena brasileira entre 0 e 14 anos representa 36,2% do total de indígenas. Em 93,6% das terras, a população até 24 anos ultrapassava os 50%, o que faz da população indígena uma população jovem.

Ao compararmos alguns indicadores sociais da população indígena com as médias do País, observamos claramente as desigualdades que afetam a realização dos direitos dessa população. Enquanto menos de 10% da população não indígena com mais de 15 anos de idade é analfabeta, entre os indígenas o analfabetismo chega a 23,3%, sendo que, na área rural, alcança 36,5%.

A proporção de indígenas com registro de nascimento (67,8%) é menor que a de não indígenas (98,4%). Já no caso de crianças residentes na área rural, 38,4% não têm o registro.

Em todo o País, 60,3% dos domicílios indígenas contam com rede geral de abastecimento de água, contra 82,9% dos não indígenas. No Norte, só 27,3% tinham rede geral.

O Censo de 2010 apontou também que 46.630, isto é, 25% das crianças e adolescentes indígenas de 7 a 14 anos de idade são analfabetas.

Segundo o Censo Escolar 2012 realizado pelo INEP, a matrícula na educação básica nas escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombo, em terras indígenas e em assentamentos da reforma agrária apresentou ligeira queda entre os anos de 2011 e 2012.

A expansão da educação infantil foi tímida e a matrícula no ensino fundamental representa mais de 70% da matrícula na educação básica nessas áreas diferenciadas. O ensino médio teve forte expansão nas áreas remanescentes de quilombo e nos assentamentos, ao mesmo tempo que se observa forte presença de EJA nessas comunidades. O INEP apontou, ainda, que, em 2011, havia 19.193 indígenas matriculados no Ensino Médio em escola indígena. Em 2012, este número caiu para 17.586.

Esses dados revelam uma pequena parcela do processo de exclusão social vivido pela população indígena brasileira. Para enfrentar este contexto, é preciso criar espaços públicos de debate e aprofundamento destas questões que tenham os próprios adolescentes e jovens indígenas como atores sociais, para que eles possam assegurar o respeito aos seus direitos e sua inclusão social.

Este é o objetivo fundamental desta audiência pública: dar visibilidade a esta realidade e espaço para manifestação dos próprios jovens.

Além da audiência pública, será aberta, também, a exposição fotográfica EyeSee – Ver o Mundo pela Fotografia, fruto de parceria entre o Unicef e o setor privado.

A exposição, que ficará instalada no Espaço Ivandro Cunha Lima, no Senado, é resultado da Oficina de Fotografia realizada com adolescentes e jovens indígenas do Alto Rio Solimões, em Tabatinga, com apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (Ifam-Faepi).

A exposição foi apresentada, inicialmente, às próprias comunidades envolvidas no projeto, tendo passado por Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Tabatinga, Municípios localizados no Alto Rio Solimões (AM) e Manaus. Sete povos indígenas foram retratados pelos jovens das aldeias, que virão ao Senado participar do lançamento da exposição – que são vocês que estão aqui hoje, que vieram participar do lançamento dessa exposição.

O projeto do Fundo das Nações Unidas para a Infância é desenvolvido na região do Alto Solimões, no Amazonas.

Parceiros como a Rádio Nacional do Alto Solimões ajudam a capacitar jovens a dominar ferramentas de comunicação para assegurar a preservação de hábitos alimentares tradicionais dos povos indígenas.

Então, nós já fizemos aqui a apresentação de todos vocês que fazem parte desta comitiva de jovens indígenas que estão aqui para o lançamento, para a abertura dessa exposição fotográfica, que é uma forma de ver o mundo pela fotografia.

Nós estamos curiosos para ver essas fotos. Após esta atividade, todos irão participar da exposição. Aqui também há dois outdoors que já trazem as fotos, que vocês já poderão observar.

Então, eu vou conceder a palavra ao Sr. Gary Stahl, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil, para que possa fazer seu pronunciamento.

O SR. GARY STAHL – Boa tarde a todos.

Exma Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Exmos Srs. Senadores, Exmas Srªs Senadoras, senhoras, senhores, caros adolescentes e jovens aqui presentes, quero cumprimentar esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa por este espaço no qual instituições e os próprios adolescentes e jovens irão dialogar com o Parlamento sobre a situação de crianças e adolescentes da Amazônia brasileira.

Como representante do Unicef no Brasil, vejo este momento como uma grande oportunidade de falar sobre crianças e adolescentes que precisam ganhar melhor atenção de toda a sociedade: as crianças e os adolescentes indígenas.

O Unicef, que tem presença em mais de 190 países neste mundo, tem como mandato acompanhar os países na implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança.

A Convenção estabelece que todas as crianças e adolescentes têm os mesmos direitos, independentemente de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de qualquer outra índole, sem discriminação por questões étnicas ou sociais.

Como o Unicef está presente no Brasil há mais de 60 anos, aprendemos que este é um País surpreendente, seja pelas suas dimensões continentais, seja pela imensa diversidade social e cultural.

Temos participado dos avanços extraordinários que foram conquistados nas últimas décadas, como a queda na mortalidade infantil, o acesso universal à educação, um sistema de garantias de direitos, hoje estruturado e uma referência para outros países. O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente do Brasil continua sendo a legislação mais avançada no campo de direitos de crianças e adolescentes no mundo.

Programas como o Rede Cegonha e o Bolsa Família, entre tantos outros, têm tido impactos sem precedentes na vida de milhões de pessoas. Estudos mostram, por exemplo, que, somente no caso do Bolsa Família, o impacto nos resultados de aproveitamento escolar são expressivos. Não só há uma diminuição do problema da distorção idade/série, resultado da permanência da criança na escola, como também no aproveitamento escolar, com a melhoria na aprendizagem.

Em relação à Rede Cegonha, apesar de ainda não termos os dados consolidados, pois o programa foi lançado em 2011, é possível afirmar que a articulação entre as várias políticas de atendimento às gestantes e recém-nascidos está resultando num processo de adesão de quase todos os Estados e Municípios do País, com um aumento significativo na dotação orçamentária dirigida a esse programa e coesão da oferta de serviços de pré-natal, pós-parto e outros.

Todos sabemos que essas conquistas ainda não são uma realidade para cada uma de nossas crianças.

O que nos traz aqui, hoje, Excelentíssimos Senhores e Senhoras, é a urgência de falar sobre a situação das crianças e dos adolescentes indígenas e os imensos desafios que estão postos para as cerca de 300 etnias que vivem hoje no território brasileiro.

A Convenção sobre os Direitos da Criança identifica e ressalta o direito das crianças e adolescentes indígenas a terem sua própria vida cultural, sua religião e a utilizar seu próprio idioma.

Em 2002, na primeira reunião do Fórum Permanente para as Questões Indígenas do Sistema das Nações Unidas, foram apresentados os problemas específicos e a discriminação que enfrentam, particularmente no que se refere aos direitos à educação, à saúde, à cultura e às questões relativas à pobreza extrema, à mortalidade e à exploração no trabalho.

Quero destacar aqui a importância de nos referirmos com respeito e com reconhecimento de que os povos indígenas são os povos originários deste País que, hoje, chamamos Brasil. É inaceitável que ainda haja pessoas e até instituições que se referem aos povos indígenas de forma desrespeitosa à sua história e à sua identidade. Alguns utilizam a expressão "índios", que tem sua origem num erro de navegadores do século XV.

Como vocês já sabem, temos conosco jovens dos povos kokama, macuxi, wapixana, apurinã, piratapuya, baré, manchineri, desana e outros. São povos que têm uma história, uma cultura e uma contribuição fundamental para a formação do povo brasileiro.

Tanto o Brasil como os demais países da América Latina enfrentam desafios expressivos para o desenvolvimento de políticas voltadas para garantir os direitos desses povos. E ainda que tenhamos avançado em inúmeros indicadores sociais, os dados relativos aos povos indígenas ainda são desafiadores – como a Senadora acaba de nos contar alguns exemplos muito bons.

O Censo de 2010 foi de extrema importância para a coleta de informações relacionadas aos povos indígenas. Contudo, ainda temos muitas lacunas a serem preenchidas nas questões relativas à adolescência e à juventude indígenas.

O Ministério da Saúde, nos últimos anos, tem tido um compromisso concreto de implementar melhorias na oferta de serviços de saúde. Por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena, o Sesai, em seu Relatório de Gestão de 2013, informa que a taxa de mortalidade infantil na população indígena que vive nas aldeias apresentou uma redução contínua nos últimos anos, passando de 75 mortes por mil nascidos vivos, no ano de 2000, a 38 por mil nascidos vivos, em 2012. Essa taxa, contudo, permanece cerca de 2,5 vezes maior que a taxa encontrada para toda a população brasileira, que é de 16 mortes por mil nascidos vivos.

Ainda de acordo com esse relatório, alguns fatores têm contribuído para que a mortalidade infantil da população indígena permaneça elevada, como os altos índices de desnutrição infantil, acesso restrito a essas ações de atenção primária nas aldeias, baixa cobertura vacinal, atenção pré-natal insuficiente e baixa cobertura de saneamento básico. Por exemplo, menos de 50% das indígenas gestantes contam com pré-natal. Doenças como malária, tuberculose, diarreia, infecções respiratórias agudas, hepatite, leishmaniose e parasitas em geral incidem fortemente sobre a saúde da população indígena.

No campo da educação, de acordo com o professor da Universidade Federal do Amazonas, Sr. Gersem Baniwa, há importantes avanços na educação escolar indígena nos últimos anos. Houve uma expressiva expansão do atendimento da oferta escolar no sistema nacional de ensino. Somado a isso, houve também o reconhecimento da importância do protagonismo indígena em todo o processo educativo das comunidades indígenas com o surgimento de professores e técnicos indígenas no magistério e gestão de suas próprias escolas.

Em 2011, dos 12 mil professores atuando nas escolas indígenas, 11 mil eram professores indígenas, o que representa mais de 90% do total. Há 20 anos, o quadro era exatamente o inverso: os professores não indígenas atuando nas escolas indígenas representavam 96% do total.

Uma importante conquista foi a transferência de responsabilidade pela oferta da educação escolar aos povos indígenas da Funai para os sistemas públicos de ensino, ocorrida em 1991. Essa mudança possibilitou o surgimento imediato de inúmeras experiências inovadoras de escolas indígenas por todo o Brasil, além da expansão da oferta.

Se, em 1990, havia 754 escolas atendendo a 40 mil alunos indígenas, segundo o Censo de 2007, em 2012, esses números quadruplicaram para 2.954 escolas, quase 3 mil, e 234.869 alunos indígenas matriculados na educação básica, segundo o Inep de 2012. Apesar dos importantes avanços, os números continuam a nos desafiar com uma alta taxa de abandono escolar, especialmente quando vão para o ensino médio. Desafios como as distâncias, as dificuldades de acesso e de acessibilidade se somam a questões como a necessidade de frequentar escolas que ficam fora de suas aldeias, escolas que não falam sua língua nem têm relação com a sua realidade, tornando-os vítimas de discriminação.

Durante a participação dos Seminários de Educação Escolar Indígena do Alto Rio Negro, uma das principais preocupações apresentadas foi a falta de oferta de ensino médio na maioria das comunidades. Com isso, os jovens vão para a cidade em busca de estudos, mas muitas vezes não conseguem concluir; ficam expostos a várias formas de violências, como o alcoolismo, drogas, brigas, mortes, e são vítimas de exclusão e de preconceito.

Outro problema é que os jovens que concluem o ensino médio muitas vezes não conseguem emprego. Alguns se tornam agentes indígenas de saúde, professor, mas não há oportunidade de trabalho remunerado para todos que se formam na comunidade. E as formas tradicionais de vida vão se perdendo pela entrada de novas formas de desenvolvimento não respeitosas das formas mais tradicionais. Por isso, buscam emprego na cidade e, no entanto, dificilmente conseguem.

Os dados confirmam essa dura realidade. O analfabetismo entre os adolescentes indígenas de 10 a 14 anos de idade é quase cinco vezes maior do que a média nacional. Enquanto entre os brasileiros de 10 a 14 anos existem 4% que são de analfabetos, entre os brasileiros indígenas esse porcentual sobe para 18%, segundo o Censo Escolar de 2010.

Entre os adolescentes de 15 a 17 anos de idade, a diferença é maior. Enquanto na população geral dessa faixa etária o analfabetismo é de 2%, entre os indígenas o porcentual sobe para 12%, de acordo com o Censo Escolar de 2010.

O analfabetismo entre os indígenas com 15 anos ou mais nas áreas rurais chega a 33,4%, sendo 30,4% para os homens e 36,5% para as mulheres. Quase 20% dos adolescentes indígenas estão fora da escola, com 19,6%, enquanto a média do total do adolescente fora da escola é de 14,8%, segundo o Censo Escolar.

O Unicef, em parceria com vários aliados, desenvolveu na cidade de Tabatinga um censo indígena que evidencia a invisibilidade desses povos nos Municípios. A ideia do censo é ter um maior conhecimento das realidades indígenas nos Municípios, para poder desenvolver ações e estratégias que ajudem a garantir os seus direitos.

Excelentíssimos senhores e senhoras, o Unicef acredita que o Parlamento é um espaço fundamental de um regime democrático na afirmação dos novos direitos e na reafirmação daqueles direitos já conquistados.

Nesse sentido, os povos indígenas, especialmente crianças e jovens, precisam dessa atenção, pois, apesar dos avanços significativos, ainda estamos longe de garantir as necessárias condições ao seu pleno desenvolvimento.

Para além dos dados de educação e saúde aqui citados, quero fazer, neste momento, mais duas referências de questões que têm impactos dramáticos na vida das comunidades e povos indígenas do Brasil.

A primeira questão refere-se ao sub-registro de nascimento de crianças indígenas, que chega a 40% no País, um dado inconcebível nos dias de hoje. E as questões que determinam esse problema são diversas e exigem que diferentes atores – Prefeituras, Governos estaduais, Governo Federal, cartórios, lideranças indígenas, entre outros – atuem e se comprometam a enfrentar esse problema que impede que possamos ter uma dimensão real de quantas são nossas crianças indígenas no Brasil.

Outro tema importante, que está longe de ter uma solução simples, são os suicídios entre os jovens indígenas, que têm uma incidência quatro vezes maior que a média nacional, sendo os Estados de Mato Grosso do Sul e Amazonas, aqui representado, os que concentram mais de 80% dos casos, de acordo com o Mapa de Violência de 2011. Para se ter uma ideia, o Brasil tem cinco casos de suicídio a cada 100 mil habitantes – o Brasil como país. Entre os jovens indígenas de Mato Grosso do Sul, esse número chega a 446 casos para cada 100 mil. Quase 50% desses suicídios ocorrem entre adolescentes.

Suicídios são, por natureza, difíceis e não se pode trabalhar reduzindo-os a uma questão de fundo nem emocional, nem psicológico ou de saúde mental. É preciso identificar também as questões mais profundas que estão relacionadas às realidades complexas e violentas nas quais estão inseridos os povos indígenas. As próprias organizações de jovens indígenas identificam que, com frequência, eles não encontram seu espaço na sua própria cultura e também são excluídos da cultura urbana: a exclusão étnica, por serem povos indígenas; a exclusão de classe, por serem pobres; e a exclusão geracional, por serem jovens. Some-se a isso uma quarta exclusão, que é a exclusão de gênero, que afeta principalmente as mulheres.

Nós do Unicef, em diálogo com organizações indígenas e indigenistas, queremos ressaltar que não se pode encontrar soluções aos grandes desafios colocados sem que as próprias populações indígenas sejam parte de todo o processo. Por isso, fazemos um chamado a gerar mais espaços de comunicação e consulta real entre os povos indígenas e as distintas esferas do Governo brasileiro.

Igualmente achamos necessário melhorar a coleta de dados sobre a realidade e os desafios que enfrentam os povos indígenas, contar com informações que permitam um desenho de implementação de políticas e programas públicos específicos que respondem à diversidade do País.

Aqui vou sair um pouquinho do discurso escrito e falar simplesmente com os números que a Exma Srª Senadora Ana Rita mencionou.

Os números de muitos povos indígenas no Brasil são bem reduzidos: 2,5 mil, 10 mil. Há muitos povos com número de população muito reduzido. É impossível usar a estatística que usamos para população tipo o Brasil, 200 mil habitantes, para essas populações pequenas. Não podemos calcular com base em 100, nem com base em 1000, muito menos com base em 100 mil nascidos vivos. Precisamos de dados reais, números exatos para os povos indígenas aqui no Brasil, para entendermos realmente bem qual é a situação em cada um deles.

No que se refere à educação é fundamental que se possa fortalecer o espaço escolar para se desenvolver uma escola que respeite e promova as especificidades étnicas de cada povo, uma educação que responda às necessidades educativas e de formação dos povos indígenas no País.

Ainda na educação, é necessário desenvolver uma campanha nacional em parceria com os povos indígenas e o Sistema das Nações Unidas, que ajude a gerar conhecimento e consciência na população brasileira sobre a diversidade e a riqueza dos povos indígenas no País.

Na área de saúde, nas palavras do próprio Ministro da Saúde Arthur Chioro, são muitos os fatores que dificultam o atendimento adequado. Por isso, foi necessário o desenvolvimento de parcerias entre as diferentes esferas de governo, para garantir o atendimento integral que responda às necessidades dos povos indígenas, assegurando um diálogo e entendimento cultural entre estes e os funcionários na área de saúde.

Na área de proteção, são muitos e novos os desafios que estão enfrentando nossas crianças e adolescentes indígenas. Os problemas de suicídio, de álcool e drogas somente são as partes mais visíveis e dolorosas de uma realidade caracterizada pela exclusão, discriminação e preconceito. Novamente são necessárias ações integradas que coloquem no centro de nossas políticas as crianças e adolescentes indígenas. E que as definições das políticas sejam baseadas no interesse superior da criança e do adolescente, como estabelece a convenção sobre os direitos das crianças.

Para terminar, excelentíssimos senhores e senhoras, a maior riqueza de um país é a sua diversidade. Respeitar essa dimensão significa o respeito à sua própria história. O caminho da diversidade contribui para a coesão de uma nação que reconhece, respeita, valoriza sua gente, protege e ajuda no desenvolvimento das suas crianças e adolescentes, sem exceções.

O Unicef está à disposição para contribuir no desenvolvimento e implementação de políticas voltadas para a garantia dos direitos de todas as crianças e adolescentes indígenas no Brasil.

Finalmente, quero convidar todos a ouvir com atenção os jovens que estão aqui presentes, que já se apresentaram. Eles vão nos contar sobre suas vidas, suas experiências, suas dificuldades. Esperamos que V. Exªs possam escutar não só com os ouvidos, mas também com o coração, pois este é o momento que esperamos que seja o marco para este País que quer garantir e proteger a sua diversidade e riqueza cultural, e, para isso, precisa começar protegendo seu mais importante patrimônio: as crianças, os adolescentes e os jovens indígenas.

Agradeço.

Obrigado. (Palmas.)

(Pausa.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Aqui queremos agradecer ao Sr. Gueri Stahl – estou pronunciando corretamente?

O SR. GARY STAHL – Não, Gary.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Guéri?

O SR. GARY STAHL – Gary.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Gary.

O SR. GARY STAHL – Isso, perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Tem que aprender. (Risos.)

Agradecer o Sr. Gary Stahl, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil, o Unicef.

Eu sou cobrada por isso. Eu não consigo. Nem sempre a gente consegue pronunciar corretamente os nomes, não é verdade?

Nós combinamos, aqui, que vamos ouvir vocês primeiro, os jovens, as crianças e os adolescentes que aqui estão, e, depois, ao final, a Lana vai falar – não é assim?

Então, queremos ouvi-los. Vocês fiquem aqui na frente e, à medida que eu for chamando, vocês vêm. Pode ser assim? Ficar aqui, ou vocês preferem falar daí?

A televisão pega aqui também, mas aqui acho que fica melhor.

Então, vou fazer o convite.

Primeiro, vou convidar a Raquel Cristiane Pedrosa Vieira.

Tem um telefone sem fio aqui? Já vai trazer? Pode trazer. Pode ser com fio, pode trazer.

Raquel Cristiane Pedrosa Vieira – ela já se apresentou, mas não custa nada a gente reforçar. Essa linda jovem tem 18 anos, é da etnia piratapuya, vive em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas.

Raquel, pode ser, no máximo, cinco minutos? Pode ser? Então, está bem.

A SRª RAQUEL CRISTIANE PEDROSA VIEIRA – Boa tarde a todos.

Durante esses dias, desde que a gente chegou, principalmente hoje, a gente definiu alguns temas, e um tema específico que se refere à nossa cidade – o que a gente está precisando e tudo mais –, de certa forma, é geral, para todos os povos indígenas.

O tema que escolhi foi a saúde indígena, porque, ao acompanhar na minha cidade, eu vi alguns problemas relacionados a isso. Então, quando você tem problemas, você busca soluções, e a gente veio atrás disso aqui.

A saúde indígena tem um grande problema, pois, lá minha cidade, por exemplo, tem hospital, só que faltam materiais; tem agente de saúde, mas os agentes de saúde não conseguem se deslocar até as comunidades, pois a maioria dos indígenas não vive em cidades onde tem o material necessário para tratar uma pessoa que tem algum tipo de doença ou que está precisando de ajuda. Então, o indígena que mora nessas comunidades sofre essa dificuldade de se deslocar para lá. Alguns agentes de saúde tentam ajudar, técnicos de enfermagem. A maioria dos médicos que são enviados para aquela região e para muitas regiões indígenas, também eles, às vezes, não aceitam ir para essas comunidades pela distância e, então, as pessoas enviadas para essas comunidades acabam sendo os técnicos de enfermagem, e esses técnicos de enfermagem muitas vezes não têm essa experiência, todo esse aprendizado que o médico tem numa universidade. E, quando você vai a uma comunidade, às vezes, fica difícil tratar uma doença, porque você não conhece, mas eles tentam ajudar o máximo possível.

Então, o problema seria o deslocamento até essas comunidades, um hospital que tenha todos os materiais adequados para atender essa demanda e agentes que possam compreender a língua desses indígenas, pois a maioria dos indígenas de diversas regiões não consegue falar a língua portuguesa, eles falam a língua nativa. Então, quando eles chegam ao hospital, tem um médico, tem um técnico de enfermagem, um enfermeiro, que, na maioria das vezes, não sabem falar a língua, a língua indígena. Então, fica difícil.

Uma das soluções seria ter agentes de saúde e médicos que fossem da própria região, até o próprio indígena.

Então, isso tem a formação acadêmica tem que haver mais médicos sendo indígenas porque eles próprios conhecem a situação, a verdadeira realidade daquele povo; além disso, agentes de saúde formados da própria comunidade, pois quando você tem agentes de saúde na sua comunidade você não precisa se deslocar até a cidade, pois, se há algumas doenças que não são tão graves, o próprio agente pode ajudar as pessoas que têm essas doenças na própria comunidade, e isso já facilita muito o trabalho até do próprio médico que não precisa se deslocar até lá.

Mais material para os técnicos de enfermagem, porque eles sofrem se deslocando até a comunidade porque, às vezes, são quilômetros, demoram dias para chegar até a comunidade.

Então esses são problemas que existem pelo menos na minha região. E, em geral, pensando na saúde indígena mesmo em todo o País, o que falta são mais agentes, mais médicos que compreendam a língua indígena, que saibam como é a realidade indígena, para que quando chegarem a essas regiões, eles não tenham preconceitos.

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pode continuar, Raquel.

A SRª RAQUEL CRISTIANE PEDROSA VIEIRA – Pode continuar?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pode.

A SRª RAQUEL CRISTIANE PEDROSA VIEIRA – Porque muitos médicos, a maioria dos médicos que são enviados para a Amazônia são de outros Estados, e quando são de outros Estados, alguns que têm esse certo preconceito porque eles acham que quando chegarem à cidade vão ver várias pessoas seminuas e numa cidade que não é desenvolvida, e isso acaba os espantando, tanto que alguns não querem ir para lá porque a maioria dos médicos que querem ir para lá querem ir por dinheiro.

É lógico que quando você tem uma profissão você visa ao dinheiro, mas você tem que ter amor pela profissão que tem, e a maioria deles, não sei se formaram por causa do dinheiro mesmo ou se amam aquela profissão.

Enfim, tem que haver médicos que realmente se importem com a saúde indígena, pois se não houver essa importância, esse amor pela sua profissão, eles acabam desistindo, aí, quem sofre é a própria população indígena.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem Raquel. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, obrigada pela sua participação.

Registro aqui a presença do Senador Wellington Dias.

Peço ao Senador, se for possível, presidir por um tempo, para que eu vá à CPI assinar.

Agradeço à Raquel, que faz um destaque sobre a saúde indígena.

Raquel, hoje, acho que é importante ouvir vocês, depois, nós vamos, a partir do que vocês levantarem aqui, em termos de necessidade, em termos de demandas, posteriormente, fazer um novo momento como este, para que possamos ouvir também do Ministério da Saúde o que está sendo feito já para atender às necessidades de vocês.

Então vou passar a Presidência ao Senador Wellington Dias.

Eu estou sendo chamada para assinar na CPMI da Petrobras e retorno depois.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Primeiro, boa tarde, saudar, bem-vindos, é um prazer partilhar e poder representar nossa Presidenta, Senadora Ana Rita, na direção dos trabalhos.

Saudando os convidados e os participantes, eu passo a palavra, imediatamente, a Gracildo Moraes Arcanjo, 22 anos, da etnia kokama, mora na comunidade indígena de Monte Santo, Amazonas.

O SR. GRACILDO MORAES ARCANJO – Boa tarde a todos, meu nome é Gracildo Moraes Arcanjo, do Município de São Paulo de Olivença, Alto Solimões, Amazonas, sou do povo kokama.

Contando um pouco da nossa vida, como é a vida dos jovens indígenas na região, temos muitos problemas, enfrentados devido a fazermos parte de uma área de fronteira onde o narcotráfico é muito alto, entre Colômbia, Peru, Brasil, e o que a gente realiza, à nossa maneira, como jovem, a gente busca solucionar esses problemas.

O tema que nós abordamos em conversas foi o direito à participação da juventude indígena, em que nós jovens queremos ter participação dentro das instituições públicas educacionais, de saúde – como Funai e Sesai –, para que nós jovens, dentro desses órgãos, possamos coordenar trabalhos voltados para a juventude indígena, porque só nós sabemos a nossa realidade nas nossas aldeias lá dos afluentes do Rio Solimões, nas aldeias mais afastadas dos centros urbanos. Nós que conhecemos essa realidade, nós que moramos lá. Então, a gente quer ter essa participação dentro dessas instituições para que possamos contribuir com uma juventude, uma adolescência mais respeitada. Também participar das discussões das políticas públicas para a juventude,

porque muitas vezes somos afastados dos debates em que vão criar políticas públicas voltadas para nós. Às vezes, a gente não tem essa participação e quando uma política pública é implantada, muitas vezes não está correspondendo com nossa realidade nas nossas aldeias. Também participação dentro das instituições de ensino, principalmente dentro das universidades, porque precisamos realmente de cursos que formam nossos alunos, nossos jovens para que eles possam ter um futuro, uma profissão melhor.

Faltam políticas públicas de prevenção à violência, ao álcool e ao suicídio nas aldeias indígenas e também na cidade. Porque a maioria dos Municípios no Alto Solimões, principalmente as aldeias indígenas, têm em torno de 10 mil a 11 mil habitantes só uma aldeia indígena. Então, é muito grande a questão da violência, da exploração sexual nessas aldeias que estão às margens do Rio Solimões.

O que a gente propõe é que haja avanços no processo de ressocialização dos adolescentes indígenas submetidos a medidas socioeducativas. Promover também, em parceria com as lideranças indígenas, rede de jovens, organizações de Poder Público municipal, estadual e federal para que possamos realizar trabalhos de prevenção à violência, ao álcool, ao consumo de entorpecentes e também ao suicídio.

Estimular a participação social de adolescentes e jovens indígenas por meio do empoderamento social, porque isso cremos que seja muito importante. Promover curso de formação aos jovens indígenas que terminaram o ensino médio. Porque muitas vezes nossos jovens nas nossas aldeias terminam o ensino médio e por falta de cursos nas universidades ou por serem as universidades muito afastadas dos Municípios, os polos universitários são afastados dos Municípios onde há as aldeias indígenas, o jovem muitas vezes não tem essa oportunidade de fazer um curso de formação superior.

Também promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários para buscar superar as dificuldades surgidas quando do retorno ao convívio social. Porque, às vezes, essa questão da falta de apoio à família indígena faz com que ela não tenha uma capacidade de ter aquele diálogo com o filho, com o jovem indígena. Porque hoje, devido à influência das culturas nos indígenas, a questão de separação entre a família e o jovem é muito alta. Nós precisamos disso para que possamos ter uma juventude, uma adolescência e uma infância também respeitadas.

Aqui, finalizando minhas palavras, também propomos que os nossos direitos como povos indígenas sejam respeitados: direitos da criança, do adolescente.

(Soa a campainha.)

O SR. GRACILDO MORAES ARCANJO – Pedimos também já a demarcação das terras indígenas, principalmente na região do Alto Solimões e de todas terras indígenas do Brasil, para que possamos viver dignamente, preservando nossos valores e nossa cultura nas nossas aldeias.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Agradecemos ao Gracildo.

Passo imediatamente a palavra ao Dcherlom Justino Hilário. A pronúncia é essa mesma?

Dcherlom Justino Hilário tem 20 anos, é da etnia macuxi, mora na comunidade indígena Santa Maria, na terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Registro aqui a presença do nosso Líder, o Marcos, que está aqui nos ajudando. É um prazer tê-lo aqui conosco.

O SR. DCHERLOM JUSTINO HILÁRIO – Boa tarde a todos. Só vou expressar aqui a experiência que tive no Encontro dos Jovens Indígenas. É um movimento.

Então, para que e por que fizemos esse encontro de jovens dentro da comunidade?

O Encontro de Jovens criamos para fortalecer os jovens do alcoolismo e do tabagismo. Hoje, na comunidade do Estado de Roraima, está evoluindo muito a bebida alcoólica, o tabagismo e a droga. Então, quero dizer que nessa ocasião essa bebida alcoólica está trazendo tragédia para comunidades indígenas e que hoje em dia os indígenas não podem estar consumindo bebida alcoólica dentro da sua comunidade.

Então, fizemos esse encontro para quê? Para fortalecer o jovem, para buscar o jovem que está perdido nas drogas. Por isso fizemos esse encontro, para trazer para sua comunidade, para ajudar a fortalecer sua comunidade no trabalho, para ser algum profissional, ser um professor ou alguma coisa. Então, por isso fizemos esse encontro, para buscar e fortalecer os jovens.

Então, para encerrar, só quero propor aqui que hoje os jovens – por esse encontro que nós fizemos, por esse movimento que já tivemos – possam levar esse conhecimento para passar a outros jovens.

É somente isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Nós agradecemos ao Dcherlom Justino Hilário.

Convidamos para uso da palavra a Ivete Rodrigues da Silva. Ivete tem 17 anos, é da etnia wapichana, vive na comunidade indígena Guariba da terra indígena Araçá.

A SRª IVETE RODRIGUES DA SILVA – Boa tarde a todos e a todas. Para o uso da palavra vou falar sobre a importância das mulheres e das meninas indígenas.

Hoje, o maior problema dentro das comunidades é sobre a educação das indígenas: há muitas meninas perdidas por engravidarem cedo e não terminam o estudo porque têm a responsabilidade, têm que cuidar de seus filhos, sendo que há o outro problema, que é a exploração sexual dentro das terras indígenas.

Vou propor o que eu fiz: fazer palestras nas escolas, comunidades e incentivar mais os jovens indígenas, falar para os Parlamentares que as escolas têm que ter parceria com os órgãos que tenham compromisso e conheçam a realidade dentro e fora da terra indígena para uma formação com bom entendimento.

Meu muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Agradecemos à Ivete e passamos a palavra para Rafael Luiz da Silva Apurinã. O Rafael tem 19 anos, é da etnia apurinã, vive no Acre.

O SR. RAFAEL LUIZ DA SILVA APURINÃ – Boa tarde a todos. Meu nome é Rafael, sou do povo apurinã e yawanawa do Estado do Acre. Eu venho levantar aqui em pauta a educação indígena.

Primeiramente, Sr. Senador, quero dizer que na minha aldeia há um colégio, uma escola indígena, sim. Ela é composta por professores indígenas. Só que há dois problemas: um, que infelizmente faltam materiais, materiais escolares, como caderno, livro, canetas; outro, porque falta o terceiro ano do ensino médio, porque na minha aldeia temos infelizmente apenas até o segundo ano do ensino médio. Com isso, acaba que o estudante indígena, para concluir o seu estudo, tem que se deslocar para a cidade mais próxima.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Deixa só eu lhe perguntar: qual é o Município?

O SR. RAFAEL LUIZ DA SILVA APURINÃ – Tarauacá.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Tarauacá.

O SR. RAFAEL LUIZ DA SILVA APURINÃ – Estado do Acre. A cidade mais próxima é Tarauacá.

Por esse motivo, o estudante indígena acaba se deslocando da sua aldeia para Tarauacá. Infelizmente, em Tarauacá, falta apoio, faltam materiais também, e acabam tentando ficar em casas de parentes mesmo. Só que também os nossos parentes, muitas vezes, não têm como se manter, eles próprios. Imaginem as pessoas que vão até eles.

Com isso, também, acabam prevalecendo a desvalorização e a exploração do trabalho. Por quê? Porque um indígena que estuda vai querer, sim, o seu caderno; vai querer, sim, o seu lápis; vai querer, sim, comprar uma roupa, um sapato. Para isso, como o estudante não tem apoio nenhum, ele provavelmente – muitas vezes eu já vi, sim – acaba ficando à mercê de trabalhos braçais, como capinar roçados, capinar quintais, para receber R$5,00. Ou então cuidar de bebê por apenas R$10,00. É uma desvalorização total do trabalho. Infelizmente, isso acontece.

Por isso, como eles não conseguem se manter na própria cidade, eles acabam voltando para as suas bases, se sentindo desvalorizados, se sentindo inúteis. Isso acaba acontecendo. Por esses fatos, eu venho propor ao senhor a constituição de repúblicas indígenas, porque havendo um tipo de república, uma casa, onde só haja indígenas, com apoio do Governo, seria ótimo para as pessoas se manterem. Além do mais, deve haver estágio, a procura de estágios em órgãos públicos, como a Caixa Econômica, os escritórios de Senadores, nos Municípios mesmo, na prefeitura.

E também a gente precisa muito de profissionais capacitados de terceiro ano nas escolas indígenas. Eu, agora, vou contar um fato que aconteceu comigo, vou levantar um pouco sobre o preconceito. O preconceito, eu estudei sempre nas escolas das cidades mesmo.

(Soa a campainha.)

O SR. RAFAEL LUIZ DA SILVA APURINÃ – E...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Fique à vontade. Essa campainha, eu não tenho controle sobre ela. (*Risos.*)

Eu sei. Só para lhe dizer que você tem o tempo necessário para concluir o seu raciocínio.

O SR. RAFAEL LUIZ DA SILVA APURINÃ – O.k.

Por esse motivo, eu entrei nos colégios públicos por um propósito. O meu propósito, em hipótese alguma, foi querer ser melhor que ninguém. Tive preconceitos, sim. Já me chamaram de várias coisas. Mas a minha felicidade é que eu confio totalmente em Deus. Eu tinha um propósito, e esse propósito era ser o melhor da sala, sendo que eu fui, sim, o melhor da sala. Terminei os meus estudos e, se Deus quiser, vou caminhar agora, terminando a minha faculdade de Direito.

Eu acho que, quando um indígena tem um propósito, ele vai atrás. Agora, o que falta é apoio, apoio de muitos, tanto é que os professores que há na minha aldeia... Eu moro na cidade, e, aos meus primos, a minha mãe e o meu pai deram apoio para os meus primos morarem na minha casa. Nós não demos muito o que precisavam, mas fizemos por merecer, sim. Até porque eles voltaram, e voltaram professores todos eles. Eu acho que essa é uma prova clara de apoio, é uma prova clara de sustento próprio.

Eu acho que é isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Nós que agradecemos.

Presidenta, eu vou aqui lhe passar a direção dos trabalhos.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES. *Fora do microfone*.) – Pode continuar, Senador Wellington. Fique aí.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Estou achando tão bom que a senhora chegou.

Passo a palavra imediatamente ao Expedito Tomás dos Santos. O Expedito tem 14 anos, e é o mais jovem depoimento que vamos ouvir hoje, do povo baré do Alto Rio Negro, Município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas.

Bem-vindo, Expedito. Você tem a palavra.

O SR. EXPEDITO TOMÁS DOS SANTOS – Muito obrigado.

Boa tarde a todos. O meu nome é Expedito Tomás dos Santos. Eu vim da comunidade de São Gabriel da Cachoeira do Alto Rio Negro. Sou da etnia baré.

O que eu vim falar aqui? Sobre racismo e o esporte. O racismo, hoje, é frequente. Muita gente chama cada um de qualquer nome feio. Eu, que sou moreno, magrinho, gosto assim mesmo de mim, mas outras pessoas não gostam. Ficam me chamando de magro, índio feio, preto, sujo, deixam a pessoa constrangida.

O que eu quero propor? Quero que cada pessoa que falasse um nome feio, tivesse racismo e fosse parar na delegacia, que não pudesse – como se diz? – pagar fiança, queria que essa pessoa ficasse lá para pensar o que ela fez com a pessoa.

E outra coisa sobre o esporte. Eu gosto muito de esporte. Eu até estou jogando handebol. Nosso time é o time do Colégio São Gabriel, um colégio salesiano. Nosso time ganhou do Miguel Alagna, que é lá do nosso Município de São Gabriel, e agora vamos jogar contra Manaus. Eu estou muito feliz, porque nós passamos para a final.

E para o que eu quero alertar os outros jovens? Deixem de ser adulto e jovem, e voltem a ser criança, porque ser criança é muito bom. E ter esporte na vida também é muito bom.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Muito bem. Vou convidar você para jogar em meu time. O meu time é o "KLB", é o "Que Lapa de Buxo". (*Risos.*)

O Ronald, que está aqui atrás, é o principal artilheiro do time. Levanta a mão aí, Ronald. (*Risos.*)

Bom, brincadeiras à parte, agora nós vamos passar a palavra para a Alana Keline. Ela tem 23 anos.

Mulheres indígenas podem dizer a idade assim sem problemas?

A SRª ALANA KELINE MANCHINERI (*Fora do microfone*.) – Pode. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Ela tem 23 anos, é do povo manchineri, vive em Rio Branco, no Acre. E é um prazer ouvi-la aqui, o seu depoimento.

A SRª ALANA KELINE MANCHINERI – Boa tarde. Eu sou Alana. Manchineri é o meu povo, é complicado de falar mesmo. Eu faço parte da Comissão Nacional de Juventude Indígena. É uma comissão que possui dez jovens indígenas, dois de cada região, e nós respeitamos a paridade de gênero – uma mulher e um homem de cada região –, porque nós sabemos da importância da participação da mulher na política.

Rafael não mencionou, mas é muito importante a questão de a educação ser levada.

A diferença: eu faço Biologia, inclusive estou perdendo aula neste momento, mas o movimento indígena, a universidade, as escolas têm que entender que o movimento indígena somos nós. Nós não podemos sair do movimento indígena. Estando na universidade, estando na aula, estamos também fazendo o movimento porque estamos garantindo conhecimento para, mais à frente, garantirmos nossos direitos.

Então, no início, a nossa Exma Senadora mencionou a questão da diversidade dos povos. Nós, os povos indígenas do Estado brasileiro, somos em torno de 300 povos; falantes, 248, mais ou menos, falando suas línguas. Isso não significa que nós devemos ter preconceito contra os povos que perderam sua língua mãe. Isso se dá devido a fatos de colonização, de extermínio; então, não devemos falar, o que acontece muito na sociedade brasileira, que, porque não tem a língua mãe, não é mais indígena. Isso é errado falar.

Portanto, o nosso País é um mosaico da diversidade cultural. E disso podemos concluir que o nosso País é pluricultural.

Nossa luta pela terra, além de saúde, educação, direitos à participação política, que foram mencionados pelos demais parentes aqui, dos outros Estados, são importantes, mas não podemos esquecer que, de todos esses debates, de todos esses temas, tem que ser feito recorte geracional. Por isso temos aqui jovens indígenas falando de seus anseios. É claro que a gente não consegue falar tudo que a gente passa, todos os nossos anseios em cinco minutos, por isso acredito na continuidade dos Senadores, das Senadoras de estarem buscando esse diálogo conosco. Mas, para que assim possamos falar sobre esses temas, que são de extrema importância, precisamos ter as nossas terras asseguradas, nossos direitos respeitados. Direitos esses que estão presentes na Constituição Federal de 88, na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, dentre outros marcos nacionais e internacionais de direitos dos povos indígenas.

Temos, na conjuntura política atual, tramitando no Congresso Nacional: a PEC nº 215; temos a Portaria nº 303, da AGU (Advocacia-Geral da União); temos a Petição 3.388, que são as 19 condicionantes da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol. Esses tipos de projetos que tramitam no Congresso Nacional são altamente inconstitucionais, principalmente a PEC nº 215, que viola de todas as formas os nossos direitos conquistados pelas nossas lideranças assassinadas, pelos nossos ancestrais e pelas nossas lideranças atuais.

Peço, Srªs e Srs. Senadores, a sensibilidade para aqui escutarem uma jovem mulher indígena, que faz parte do movimento de juventude indígena, que está falando de sua experiência junto com o movimento indígena sobre a PEC nº 215. Precisamos de leis que respeitem os nossos direitos como jovens indígenas. Hoje nós temos a SEPPIR, que trabalha a questão do racismo, mas, segundo consta, o ouvidor da SEPPIR, a SEPPIR não tem a política de promoção da igualdade racial relacionada aos povos indígenas. Como podemos falar de igualdade racial falando apenas de negros? Nós precisamos também incluir os povos indígenas nesse debate.

Precisamos que as secretarias de juventude, as prefeituras e todos os Estados venham a fazer esses recortes da juventude dentro de seus respectivos governos. Falar de identidade indígena, que é o que propõem a mim, não tem como ser falado sem falar do racismo e do preconceito que sofremos nas escolas. É muito fácil você falar para uma pessoa que não se reconhece indígena por conta do preconceito que ela sofre. Agora, você sofrer racismo e preconceito dentro da universidade, dentro das escolas, o professor chegar e falar para você que você não aprende Matemática porque é índia e você ser altamente desmoralizada numa sala de aula? É difícil você falar. Só que nós precisamos entender, junto aos Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, ao Ministério da Educação, que nós precisamos ter professores sensíveis. Assim como a minha parente aqui falou sobre a questão de os médicos terem essa ética e amor à profissão, nós precisamos de professores que também tenham essa ética para conosco, os povos indígenas.

Nós temos a Lei nº 11.645, que é o ensino obrigatório da cultura indígena e da cultura afro-brasileira no currículo básico; porém, dentro da universidade, isso não é obrigatório. Por exemplo, no meu curso, a única disciplina em que é falado sobre a questão cultural indígena e afro é uma disciplina optativa e se os alunos solicitarem tê-la. Ou seja, nós temos professores de Biologia que não têm nenhum conhecimento sobre nenhum tipo de cultura indígena ou cultura afro. Então, precisamos que essa lei seja estendida obrigatoriamente para as universidades e faculdades também.

Nós, jovens indígenas, propomos que se possam fazer plataformas de juventude relacionadas à juventude indígena, políticas nacionais para os povos indígenas, de forma participativa. Nós temos a Convenção nº 169, que também trata da participação dos povos indígenas. Então, precisamos que os nossos Parlamentares nos escutem para que nós possamos falar o que queremos. Não podemos deixar que as pessoas falem por nós porque nós sabemos a nossa própria realidade. Nós precisamos também que venha a se assegurar o aumento de oferta de vagas nas universidades para jovens indígenas e para indígenas, porque não é somente jovem que entra na universidade. Nós precisamos disso também.

Falando um pouco sobre a questão dos suicídios, como o Gary falou, aqui foi chamada uma audiência para falar sobre criança e adolescente da Amazônia, mas não podemos nos esquecer das nossas crianças e adolescentes guarani-kaiowá que estão morando em acampamentos na beira das estradas e estão sofrendo diversos tipos de violência contra a cultura e estão se suicidando também.

Tenho dados de 2008: em Mato Grosso do Sul, no Município dos guarani-kaiowá, tivemos 17 suicídios, dentre eles, 15 indígenas; desses 15 indígenas que se suicidaram, 9 eram jovens. Então, que recorte é esse? Que País é esse, que está se esquecendo dos jovens indígenas e das crianças que estão se suicidando? E por que esses jovens estão se suicidando? Será que a gente parou para pensar por que está acontecendo isso?

Antes de vir para cá, como nós fazemos parte do movimento indígena, temos de estar sempre atualizados. Olhei o *site* da Câmara e vi que às 14h30, no Plenário 6, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural iria debater hoje a revogação do Brasil à subscrição da Convenção nº 169, da OIT. Ou

seja, ao mesmo tempo em que nós estamos falando de direitos de crianças e adolescentes aqui, no Senado, na Câmara estão falando sobre a revogação de um dos marcos internacionais mais importantes que o Brasil possui. Então, como é que a gente entra nesse diálogo se aqui a gente está falando de direitos e lá do outro lado eles...

(Soa a campainha.)

A SRª ALANA KELINE MANCHINERI – ... estão falando sobre a questão de revogar a PEC nº 215? Precisamos pensar nisso.

Srªs e Srs. Senadores, para além dos senhores presentes também e as senhoras, os nossos Deputados Federais, nossos Deputados Estaduais e, principalmente, ao povo brasileiro, eu venho chamar a atenção de vocês: se a PEC nº 215 for aprovada, o direito dos povos indígenas acaba e nós morremos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Agradecemos a fala da Alana.

Minha Presidenta, todos já falaram.

Gostaria de ver se... Fica facultada a palavra a mais alguém que... Marcos, será um prazer ouvi-lo.

Marcos Terena é um líder por quem temos todo carinho e ele é esportista.

O SR. MARCOS TERENA – Muito obrigado, Senador Wellington. Eu já tinha comentado sobre a sua pessoa com a gurizada aqui. Ele é o nosso Senador indígena, o Wellington Dias, o Senador lá do Piauí de que eu falei para vocês. Ele é que é o nosso Senador. Depois, peguem o cartão dele, para ficarem cobrando, porque ele é o nosso patrício também. É o único Senador aqui do Congresso Nacional que é nosso parente.

Prazer também em conhecer a Senadora, companheira de Partido também. Agradeço também ao Sr. Gary. Já conversei com ele sobre os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, que vamos fazer no ano que vem aqui, no Brasil. Vamos reunir 22 países, com apoio das Nações Unidas. Na ONU, também há um sistema chamado Jogos Mundiais pela Paz. Então, eles também estão apoiando.

É uma iniciativa dos índios brasileiros, é uma criação nossa, os jogos tradicionais de cada povo; também o arco e flecha, que também disputamos entre uma aldeia e outra. Vamos reunir 22 povos indígenas do Brasil. Vamos ter, claro, o futebol para a mulher, o futebol para o rapaz. Vamos ter também até o beisebol, a pedido dos índios da Nicarágua, Panamá, Colômbia, Venezuela, Estados Unidos. Claro, nós não jogamos beisebol aqui no Brasil, mas nós vamos treinar uma equipe de índios também para enfrentar esses outros países. Então, vai ser um grande evento.

Estou começando a falar isso, porque ele começou a falar no handebol, por exemplo, que não é um esporte muito costumeiro aqui no Brasil, mas que os próprios indígenas estão começando.

Uma coisa muito importante a destacar é que o esporte tradicional indígena não tem juiz, geralmente. As lutas não têm juiz, porque não se trata quem ganha, quem vence, mas, sim, de respeitar a cultura, a tradição, a espiritualidade também. Nós conseguimos fazer, durante todo esse tempo, esse trabalho sozinhos. Ninguém entra lá, nenhuma ONG entra lá para dar opinião, a FIFA não entra. Nós não deixamos, porque quando o esporte do branco, a opinião dele entra no nosso meio, estraga os nossos valores. A gente pode mudar de cultura.

Estou vendo vocês todos arrumadinhos. Mas também, claro, na época das festas... Eu vou visitar agora o Rio Gregório, que é a terra do menino ali, haverá uma grande celebração espiritual e cultural que eles fazem, anualmente, durante o mês de agosto.

Em 1980, eu desci com um avião lá naquela aldeia. Era uma pista muito difícil de descer, mas nós descemos e decolamos ali, na beira do rio, para mostrar que...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Só para lembrar que ele é piloto.

O SR. MARCOS TERENA – Eu sou piloto e voei muito. Conheço Tarauacá. Dormi muitas vezes lá. Realmente, Tarauacá é longe da aldeia.

Também queria salientar para vocês que são jovens: tudo que vocês falaram aqui é importante. Vocês têm que ser porta-voz das nossas autoridades, dos nossos chefes. Hoje em dia, eu percebo que para aqui, em Brasília, vem muita gente que coloca um cocar na cabeça e já vira índio, já vira cacique, já vira líder.

Tudo que vocês falaram aqui – eu também sou índio tradicional, terena, do Pantanal – tem a ver com a terra, tem a ver com a nossa cultura, com a nossa tradição.

Em 81, quando cheguei aqui, eu criei uma frase. A jovem Alana, que estou conhecendo agora, falou do preconceito. O pessoal dizia: "você tem que estudar só até..." Chamavam de ginasial naquele tempo, não sei a que corresponde hoje. E a gente dizia: não, a gente quer para a universidade. "Não, índio não pode ir para a universidade." Então, eu criei uma frase para eles, para esses brancos, como nós chamamos: eu posso ser o que você é, mas sem deixar de ser quem sou.

Então, eu espero que vocês sejam, realmente, grandes guerreiros. Usem a inteligência, usem a caneta, aprendam a cultura do homem branco, para que a gente possa se defender e defender melhor o nosso povo, que está lá na aldeia, que está lá na comunidade.

Tudo que vocês falaram aqui – eu também sou índio tradicional, terena, do Pantanal – tem a ver com a terra, tem a ver com a comunidade.

Então, agradeço esta oportunidade, Senador, Senadora. Agradeço também a presença do Unicef. E vamos conversando.

Não se preocupem muito com o preconceito. Ele fere a gente, machuca a gente, mas exatamente, quando a gente está lá embaixo, se desistimos, quem vai falar por nós? Então, nós não podemos desistir, desanimar. Vamos superar esse preconceito usando a própria arma do mundo ocidental, que é a universidade, o diploma, mas nunca esquecendo a nossa identidade. Cada povo tem a sua identidade, seu pajé, seu cacique. O principal é que nós temos que fazer política. Temos que usar a nossa sabedoria, o nosso conhecimento, para fazer política.

É isso que também a Alana lembrou. Enquanto estamos debatendo aqui a questão da criança e do adolescente indígena, lá os Deputados estão querendo derrubar a Convenção 169. Daí a importância das Nações Unidas, a importância de debatermos isso em Genebra. Vocês têm que ir a Genebra, um dia, defender o ponto de vista, como eu fiz no passado, para garantir a Declaração, o Fórum Permanente.

Hoje, quero terminar dizendo que eu sou membro do grupo de trabalho para criar, aqui no Brasil, a primeira universidade intercultural indígena. Muita gente diz assim: mas o índio já tem bolsa de estudo, ele já entra com cota na universidade. Para que vocês querem universidade?

Sabem por que nós queremos a universidade do índio? Para ter poder, ter um reitor índio, colocar o nosso conhecimento tradicional dentro da universidade, mas também aprender biologia, aprender ciências. Não tem a universidade do católico? O católico tem a universidade deles. Não tem a universidade do protestante? Eles têm. Os militares também têm. O MST tem a universidade dele. Os negros têm uma universidade deles. Por que nós índios não podemos ter?

Então, a gente conta com o apoio de vocês nesse trabalho também.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Nós é que agradecemos a este grande líder nacional, Terena.

Vejam só. Se me permite aqui, minha Presidenta, dos depoimentos que nós ouvimos, podemos encaminhar daqui, deste encontro, várias propostas. Mas, primeiro, quero saudar e dizer da importância dos depoimentos que ouvimos aqui. É importante essa presença aqui, como foi dito, diretamente da juventude indígena, ou seja, sem intermediários.

No plenário do Senado, há a discussão da PEC 215, da 169. Porque aqui tem de tudo, representa todos os pensamentos do Brasil. E é por isso que eu reforço a necessidade de termos a participação política. Quando dizemos "eu não vou me meter em negócio de política, eu não vou participar", alguém vem e faz por nós. Então, aqui há os diversos pensamentos do País. É a democracia. E a democracia permite, por mais absurdo que possa parecer para alguém, que aqui existam as várias linhas de pensamento.

Tivemos hoje, no plenário do Senado, um momento de comemoração dos 15 anos do programa voltado para a área de produção de alimentos na agricultura familiar. Mais recentemente, há uma parte específica voltada para a população indígena, que ainda é pouco conhecida, na minha visão. Hoje mesmo, eu chamava a atenção para os avanços que tivemos em relação às nações quilombolas. As Nações Unidas participam desse evento. Eu dizia na própria Mesa que não tínhamos a legítima representação dos povos indígenas. Havia a representação dos agricultores familiares de assentamento, havia a representação das Nações Unidas, mas faltava a representação da população indígena.

Queremos trazer uma proposta. Aqui vai ser produzido um relatório. Tudo que vocês falaram foi gravado, com imagens e som. Isso vai resultar em um relatório, em um texto. A equipe da Comissão vai produzir. Vai haver um trabalho de captar as várias propostas que aqui foram citadas.

Pelo que nós acompanhamos aqui com a assessoria da Comissão, nós devemos encaminhar esse relatório para o Ministério da Educação. Surgiram aqui várias propostas, eu mesmo adotei algumas importantes – a necessidade, como foi lembrado aqui, de ter a Universidade do Índio. E eu defendo, como a gente viu aqui em muitos lugares, mesmo no Acre, onde tem a presença do ensino médio, que só vai, pelo dito aqui, até o segundo ano, eu gostei muito dessa ideia de se pensar uma alternativa, uma casa de estudante indígena, uma república indígena, que foi levantado aqui pelo Rafael. Eu acho importante esse caminho.

Ou seja, nós temos, hoje, uma rede que tem o Pronatec, que é um curso para quem parou de estudar em algum momento. É preciso que ele não seja apenas genérico, que ele seja dado à população indígena a liberdade de escolha, mas também que seja debatido para que tenham cursos que levem em conta, que res-

peitem as tradições e as necessidades dos povos indígenas. Ou seja, às vezes você pensa nos cursos pensando nas cidades, mas não são pensadas ali as tribos, as nações indígenas, enfim, nas necessidades da própria população indígena.

O ensino técnico, nós temos, hoje, o Instituto Federal, que é uma rede pública federal, da mesma forma que a universidade federal. Nós temos sustentado aqui, Marcos, a necessidade de ter o Instituto Federal Indígena, voltado, especializado nessa qualificação. Eu acho que o mais importante é poder ter a possibilidade de ter esse intercâmbio entre aquilo que é o dia a dia da população indígena e os programas tradicionais de educação, tanto em um curso, como esse, técnico. Há o Itec, que é outro modelo que é possível ser ministrado na própria tribo, na própria comunidade indígena, ele é um modelo que é um misto de ensino à distância e presencial. Creio que é o curso mais fácil para se respeitar a língua, respeitar as tradições e para chegar às comunidades em qualquer parte do Brasil, porque ele é feito de uma forma, através de satélites, mista de à distância e presencial, com grande êxito, e além, é claro, da Universidade Indígena.

Aqui foram levantados temas também do Ministério da Saúde. Eu acho que é importante a gente encaminhá-los ao Ministério da Saúde, desde a política sobre drogas, que envolve outros Ministérios também.

Creio que, também, a Secretaria Nacional da Juventude, considerando que aqui foram apresentadas algumas alternativas.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O Ministério da Justiça, nós vimos aqui os casos de violência, de exploração sexual, da própria presença do traficante, e outras formas de violência – no caso da saúde, a gravidez cedo, enfim, e várias outras –, e a demarcação da terra, que é, com certeza, o ponto que vários aqui citaram.

O envio aos Governadores dos Estados – por exemplo, o Governo do Acre, Governo do meu Partido, aliás, partido da Senadora Ana Rita e do Senador Jorge Viana –, para que se encontre eco, encontre uma solução para essa parte relacionada ao ensino médio. Foi colocado, pelo o que entendi, ser positivo já ter escolas com professores indígenas, enfim, mas falta o material, falta as condições da qualidade da educação e falta a presença ou do terceiro ano lá na comunidade ou, juntamente com ela, a presença de locais em que o estudante possa ser recebido – gostei muito da ideia de não só a Caixa Econômica, mas órgãos públicos poderem abrir oportunidades de estudo, de ter bolsas, uma condição saudável de renda.

Aqui, também, creio que é importante encaminharmos ao Presidente do Senado Federal, à Presidência da Câmara e, permitam-me, além deles, para os Líderes de Partidos. Nós temos um Colégio de Líderes que é quem decide qual é o projeto que vai ser pautado. Vamos priorizar a PEC 215 ou não? É o Colégio de Líderes. Nós tratamos aqui, na última manifestação que tivemos aqui, negociamos com a Presidência da Câmara e do Senado de retirar da pauta de prioridade várias leis, projetos de leis e PECs que aqui estavam colocados, tirando direitos da população indígena.

A Seppir, foi colocada aqui a linha do preconceito. Permitam-me: só, Marcos, eu queria dizer que acho, sim, que precisa ter reação – precisa ter reação. O que eu quero, aqui, chamar atenção? Exploração sexual, preconceito, racismo, enfim, precisam ser tratados onde eles existem. Ou seja, eu acho que, uma coisa que foi dita aqui pela Lana e é muito séria, a Seppir precisa se estruturar para lidar com o tema da população indígena, por exemplo. Acho que nós podemos tratar com a Ministra Ideli – aliás, a Ministra Ideli é dos Direitos Humanos –, com a Ministra Luiza de Bairros, para que a gente possa estruturar, tratar com a Presidente Dilma, para que a gente tenha condição de estruturar melhor a área, cuidando dessa área.

E também a Secretaria da Mulher, que acho que também é outra área fundamental para os temas que aqui foram citados.

Esquecemos algum? Creio que não. Creio que, nesses pontos, temos que tratar.

Mas eu quero aqui finalizar – já falei demais aqui, mais do que os cinco minutos.

Eu fiquei feliz em ouvir aqui, em três depoimentos, um ponto que é fundamental. Eu tenho aqui sustentado que existe uma discriminação, uma discriminação de Governos em relação aos povos indígenas no que tange a composição dos Governos. Não vejo de outra forma, e aqui estou citando diferentes partidos, diferentes governantes que tivemos. Não tem como a gente ver com naturalidade não ter ninguém dos povos indígenas em áreas como a Funai, para dirigir a Funai, em áreas vinculadas à coordenação da saúde indígena no Ministério da Saúde, na coordenação da área que cuida das terras indígenas no Ministério da Justiça, no Incra e em outras áreas. Estou citando aqui alguns exemplos, porque acho que essa é uma pauta que... Veja que, hoje, quando a gente conversa, quando a gente trata com porta-vozes, a gente tem o tema das terras, o tema da violência, tem o tema do suicídio, tem vários temas; mas, quando a gente fala, quando a gente escuta de líderes dos povos indígenas, os naturais, nós passamos a ver a importância dessa pauta. Eu ouvi lá no Tocantins, nos últimos jogos indígenas, o que eu tinha escutado, anteriormente, lá no Rio de Janeiro, também dos

povos indígenas: "nada sobre nós sem nós". Ou seja, a necessidade da presença da representação dos líderes indígenas nas decisões sobre eles.

Tenho dialogado com a Presidente Dilma e com os Ministérios dessa área, Senadora Ana Rita, mas eu acho que esse é um ponto fundamental. Por isso, acho importante sair daqui, da juventude indígena, também, um documento à Presidenta da República, à Presidenta Dilma, porque só o Presidente da República tem esse poder de decisão sobre isso.

Portanto, acho fundamental que uma pauta como essa, de ter... Hoje nós temos, dentre a população indígena, pessoas com ensino médio, com ensino superior, com pós-graduação. Então, qual é a justificativa, já que não tem mais o argumento, que sempre colocavam na nossa cara, do conhecimento técnico? Por que não se cumpre com a participação?

Eu tenho sustentado que, para o patamar que nós estamos – eu quero ver se há a concordância de vocês sobre isso –, em que o Brasil está, temos a mesma necessidade que a gente sentiu em relação aos Sem Terra. O que aconteceu? Tem o Ministério da Agricultura, mas ter um Ministério exclusivo para cuidar da reforma agrária, para cuidar de quem não tem terra.

Sentiu-se a necessidade de dar um tratamento especial à mulher. Por isso se criou o Ministério que cuida da área das mulheres.

Sentiu-se a necessidade – e eu preciso reconhecer aqui – da população afrodescendente, da população negra, de a gente ter o Ministério da Igualdade Racial, que teoricamente é para cuidar de todas as áreas, mas predominantemente da população afrodescendente.

Eu cito esses exemplos para dizer que precisamos, no estágio em que está o Brasil, ter um órgão político, um órgão que se senta à mesa dos outros Ministros, junto com a Presidência da República, junto com o Presidente da Câmara e do Senado, junto, enfim, com os outros níveis de governo e toma decisões. Ter ali um assento para cuidar especificamente da pauta indígena.

Então a consulta que eu faço é se é possível avançar além do que já existe.

Nós vamos ter este ano eleição para Presidente da República. É importante que seja encaminhada aos partidos, aos pré-candidatos à Presidência da República a pauta do compromisso para que a gente tenha no Brasil um ministério para cuidar da área da população indígena.

Queremos que um dia não haja problemas nem para precisar de nenhum desses ministérios específicos, mas essa não é a realidade atual.

Consulto aqui se é possível incluir também esse ponto.

Deu para entender? O que vocês acham? É possível?

O SR. GARY STAHL – A opinião de Unicef, não dos povos indígenas do Brasil, é de que pode ser uma boa ideia, sim, mas algumas palavras de precaução, porque há alguns países que têm criado ministérios para assuntos indígenas, ministérios de educação e ministérios de educação para indígenas, saúde e saúde para indígenas, etc.

Quando se cria uma instituição que é a única responsável, ela, muitas vezes, em outros países – não estou falando do Brasil; de outros países –, termina com orçamento menor, com poder menor. E todas as demais instituições ou ministérios dizem: ah, não! Eles cuidam dos indígenas, então eu não tenho que fazer nada.

Então, falando dos exemplos que você bem mencionou, a Secretaria de Políticas da Mulher, a Secretaria da Presidência para Direitos Humanos... Secretaria que vê a inserção das políticas nos ministérios que a implementam é o modelo que nós, que operamos em outros países, temos visto com melhores olhos para produzir esses resultados. É alguém que pode velar pelos interesses dos povos indígenas, que muitas vezes são esquecidos, mas não uma entidade para implementar, o que em muitos países não teve resultados.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Agradecemos. É exatamente isso. Os exemplos que eu citei são de secretarias para as políticas.

A execução da educação vai ser do Ministério da Educação. Agora, ela tem status de ministério, por isso eu chamei aqui de ministério. Exatamente por isso é que, em pé de igualdade, discute com todos os membros da equipe de qualquer governo.

Senadora Ana Rita. Em seguida, Alana.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu queria fazer uma fala, porque há pessoas me esperando.

Eu só queria agradecer novamente a presença de todos vocês.

É a segunda vez que a CDH recebe a Unicef. No primeiro momento foi com crianças daqui do DF, se não estou enganada. Hoje é com crianças e adolescentes indígenas, que trazem uma pauta muito importante.

Alguns encaminhamentos serão feitos aqui. O Senador Wellington já os relacionou.

Agora, é muito importante que a Comissão de Direitos Humanos continue atenta a essas demandas que vêm dos povos indígenas, não só dos adultos, dos caciques, porque nós já tivemos oportunidade de receber a população indígena diversas vezes na Comissão de Direitos Humanos, mas ter sempre este espaço para ouvir também crianças, adolescentes e mulheres, que têm as suas demandas muito específicas.

Agora, Senador Wellington, quanto a essa sugestão que o senhor está apresentando, acho que merece, sim, uma reflexão.

Eu tendo a ter o mesmo raciocínio do Sr. Gary, porque quando se pulveriza demais as responsabilidades acabam não sendo muito... Eu acho que a gente pode caminhar na contramão do que se quer construir no País. As políticas públicas precisam ser intersetoriais. E todos os ministérios têm que se responsabilizar, têm que ter como meta o atendimento de toda a população.

Então a população indígena precisa estar presente em todos os ministérios. A cultura tem que ter um olhar para essa área, assim como a saúde, a educação, os direitos humanos, as mulheres, enfim.

Agora, é importante que nos seus planos de trabalho, nas suas metas a ser atingidas essas demandas estejam contempladas. Então eu acho que o nosso papel é cobrar do Governo uma atenção cada vez maior para a população indígena.

Nós temos uma dívida muito grande para com a população indígena, assim como para com a população trabalhadora rural, que são as reformas: a reforma agrária, a demarcação das terras indígenas, demanda que precisa ser resolvida. Sabemos que isso ainda é um problema muito grande. Então há algumas demandas importantes pelas quais determinados ministérios têm que se responsabilizar.

No que se refere às políticas públicas, precisamos sim ter um espaço, um órgão interno. A Funai deveria ser esse órgão para cobrar um pouco mais isso ou talvez para interagir mais. O Governo precisa estar mais atento para isso.

Finalizo esta minha fala dizendo o seguinte. O nosso companheiro lá de trás deu um recado muito bonito para as crianças: "Nunca podemos desanimar. A luta é permanente. E os espaços precisam ser ocupados".

Então a presença da juventude aqui, hoje, trazendo o seu recado, isso tem repercussão, porque a TV Senado dá publicidade a isso. Nós vamos fazer os encaminhamentos como Comissão de Direitos Humanos. Então esses espaços precisam de fato ser ocupados cada vez mais pelas lideranças e pelos representantes das comunidades indígenas.

Parabenizo vocês. Aquilo que competir à Comissão de Direitos Humanos, nós vamos fazer, vamos dar encaminhamento.

Quero mais uma vez agradecer a presença de todos vocês. Agradecer a presença da Unicef, agradecer a presença da Comissão Nacional da Juventude Indígena, representada aqui pela Alana, e agradecer a presença de todos vocês.

Então é isso, Senador Wellington. Eu vou ter que sair para atender o pessoal e o senhor faz os encaminhamentos finais.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Nós agradecemos apenas...

A SRª RAQUEL CRISTIANE PEDROSA VIEIRA – Licença rapidinho. Licença. Desculpa.

Antes de a Exmª Senadora sair, eu gostaria que o Expedito entregasse uns presentes que a gente trouxe especialmente para vocês lá da nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Que bom! Maravilha.

A SRª RAQUEL CRISTIANE PEDROSA VIEIRA – Algumas músicas indígenas e algum trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Senadora Ana Rita, gostaria de esclarecer que, na verdade, é exatamente a ideia de haver uma secretaria especial porque o entendimento é de que a Funai, na forma como é organizada, termina tendo uma função executiva, mas dificuldade de participar das decisões. Esse é o ponto.

Assim como existe a área que cuida da política intersetorial para as mulheres, para os direitos humanos, para a igualdade racial, um específico para a gravidade que nós temos nessa área.

Alana, por favor.

A SRª ALANA KELINE MANCHINERI – Eu gostaria de complementar.

De fato, realmente esse debate tem que ser uma coisa mais ampla para todo o movimento indígena em geral.

Com relação ao Ministério da Justiça, eu gostaria muito de reforçar que nós do movimento indígena não aceitamos diálogo em relação à PEC 215. Nós não aceitamos a PEC 215, nós repudiamos a Portaria nº 303 da AGU.

Nós estamos em campanha com o Ministério da Justiça. Na quinta-feira passada, nós estávamos acampados em frente ao Ministério da Justiça, inclusive com a participação de muitos jovens, adolescentes e até crianças indígenas no Ministério da Justiça, para que o Ministro Cardozo pudesse assinar a homologação de

algumas terras indígenas que já estão no Ministério da Justiça e nós não tivemos um bom resultado. Nós não tivemos a canetada do nosso Ministro.

Então, como a Exma Senadora mencionou, a TV Senado pode estar publicizando isso. Nós, a juventude indígena, desde o ano passado, desejamos sim uma fala com a nossa Presidenta. Porém, nós não conseguimos esse espaço junto à Presidência da República, para que nós falemos da nossa especificidade por sermos jovens indígenas. E ir para além, não adianta falarmos sobre nós mesmos, sobre crianças e adolescentes, se não temos as nossas terras garantidas.

Gostaria de reforçar isso, se eu não deixei claro.

Não à PEC 215 e assina Cardozo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Eu devo só dizer que para nós ficou clara a posição sobre a PEC 215 e outros projetos aqui colocados.

Nós estamos incluindo aqui inclusive um encaminhamento à AGU, que acho importante. E foi citado aqui também pela Senadora Ana Rita, e acho que a própria entrega desse material reforça a importância de também ser encaminhado um apoio para o Ministério da Cultura.

Agradecendo os nossos convidados, quero dizer que o Senado Federal se sente muito honrado pela presença e pelo depoimento que ouvimos aqui. Vamos dar andamento na forma que foi encaminhado.

Faço um convite. Estamos tendo, neste instante, uma exposição fotográfica AIC, Ver o Mundo pela Fotografia, que é fruto de uma parceria do Unicef com o setor privado. A exposição está no espaço Evandro Cunha Lima no Senado e é resultado de oficinas de fotografia com adolescentes e jovens indígenas do alto Rio Solimões, em Tabatinga, com apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Então, faço esse convite para que possamos, juntos, fazer uma visita no encerramento dos trabalhos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência.

Obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 29 minutos.)

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE JUNHO DE 2014, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 11 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e seis minutos do dia quatro de junho de dois mil e quatorze, no Plenário número 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Rita, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Aníbal Diniz, João Durval, Paulo Davim, Vanessa Grazziotin, Sérgio Petecão, Lídice da Mata, Jayme Campos, Wilder Morais, Magno Malta, Gim, Marcelo Crivella, João Vicente Claudino e os não membros Senadores Renan Calheiros e Pedro Simon. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a 40ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. A Senhora Presidenta propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 32ª a 39ª (trigésima segunda a trigésima nona) Reuniões da CDH, que são dadas por aprovadas. Passa-se a pauta. A Senhora Presidenta solicita a inversão de pauta do item 11 e aprova. Item 11. Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2014 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante; e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Autoria:** Presidente da República. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Vista coletiva concedida pelo prazo de 1 hora, conforme deliberação da Comissão. Às onze horas e trinta e oito minutos a Senhora Presidenta passa a presidência para o Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente eventual Senador Paulo Paim concede a palavra a Senadora Ana Rita para a leitura do relatório. Ao término da leitura do relatório, o Senhor Senador Magno Malta pede vista do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2014. Em ato contínuo, o Senador Randolfe Rodrigues pede vista coletiva, suscitando questão de ordem para que o pedido de vista seja por meia hora, nos termos do art. 132, parágrafo primeiro. O Senhor Presidente concede vista coletiva. A proposta do Senador Randolfe Rodrigues é rejeitada pelo Senador Magno Malta, acompanhado dos protestos dos Senadores Gim e Jaime Campos, que alegam vício regimental e não haver acordo para a votação do pedido de vista coletiva por meia hora. A Senhora Senadora Lídice da Mata faz encaminhamento para que se estabeleça um grupo de trabalho para estudar o projeto até as dezesseis horas, quando se iniciaria a ordem do dia do plenário do Senado Federal, que

é rejeitada pelo autor do pedido de vista, Senador Magno Malta. O Senhor Senador Eduardo Suplicy propõe que os debates comecem hoje independente do resultado do pedido de vista. O Senhor Senador Cristovam Buarque propõe que o Senador Magno Malta retire o pedido de vista. O Senador João Capiberibe apóia o pedido de vista por cinco dias. O Senhor Presidente eventual Paulo Paim, em vista do impasse, qual seja, não haver acordo referente ao pedido de vista coletivo por trinta minutos feito pelo Senador Randolfe Rodrigues, informa que submeterá a questão de ordem à votação do plenário da comissão. A Senhora Senadora Lídice da Mata propõe ao presidente, diante do impasse, que se dê vista coletiva por uma hora, que é aquiescido pelo Senador Randolfe Rodrigues. O Senador Magno Malta pede a palavra para contraditar e afirmar que mantém o pedido de vista por cinco dias, mantendo sua posição. O Senador Eduardo Suplicy propõe um cronograma de votação que culminaria no dia dez de junho, terça-feira. O Senador Wellington Dias apóia o cronograma do Senador Eduardo Suplicy. O Senador Wellington Dias informa que conversou por telefone com o Presidente do Senado Federal Renan Calheiros e propõe a suspensão da reunião por uma hora para aguardar a presença daquele presidente. Com a chegada do Senador Renan Calheiros, o Senhor Presidente eventual Paulo Paim, concede a palavra ao Presidente do Senado Federal, que faz um apelo para que seja votada a matéria no dia de hoje. O Senhor Presidente eventual Paulo Paim coloca em votação a questão de ordem do Senador Randolfe Rodrigues aditada pela Senadora Lídice da Mata, que encaminhou um prazo de uma hora para vista coletiva. A questão de ordem é aprovada com oito votos favoráveis, uma abstenção do Senador Magno Malta e o voto contrário do Senador Gim. O Senhor Presidente convoca nova reunião para as quinze horas e encerra a reunião. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009 – Terminativo – Altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. **Autoria:** Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. **Autoria:** Senadora Angela Portela Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE. Resultado: Adiado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22. **Autoria:** Senador Humberto Costa. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2012 – Terminativo – Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador João Capiberibe.Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos. **Autoria:** Senador Gim. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos. **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR. Resultado: Adiado. Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011 – Terminativo – Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. **Autoria:** Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para

instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. **Autoria:** Senadora Angela Portela. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. Resultado: Adiado. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Gim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 12. Sugestão nº 11, de 2013 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, para dispor sobre as eleições nos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis (Creci), e dá outras providências. **Autoria:** Sindicato dos Corretores de Imóveis de Brasília – SINDIMOVEIS/DF. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Adiado. Item 13. Sugestão nº 1, de 2014 – Não Terminativo – Cria o Programa de Prevenção da Violência na Rede Educacional Brasileira. **Autoria:** Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Adiado. Item 14. Sugestão nº 2, de 2014 – Não Terminativo – Dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável. **Autoria:** Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Adiado. Item 15. Projeto de Lei Do Senado Nº 59, de 2014 – Não Terminativo – Altera dispositivos do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para permitir que o empregado possa deixar de comparecer ao trabalho, por até 8 (oito) dias, por motivo de falecimento de familiar ou afim ou casamento, e por até 15 (quinze) dias, para tratamento de saúde de familiar ou afim, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Paulo Paim Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. Item 16. Requerimento nº , de 2014. Requeiro, nos termos do Art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa verificar as condições de internação na ala de detenção do Hospital de Base de Brasília, bem como a situação do espaço carcerário reservado ao vereador MARCO PRISCO (PSDB-BA), no Complexo Penitenciário da Papuda, a fim de que se diligencie se o referido parlamentar conta com meios que assegurem sua integridade física, sua saúde e sua dignidade. **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Não Lido. Item 17. Requerimento nº , de 2014. Requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o tema: "A ocupação militar do Haiti por tropas estrangeiras – chefiadas pelo exército brasileiro", para tanto, sugiro que sejam convidados: 1. Representante da CSP- CONLUTAS – Central sindical e popular; 2.Representante da Rede Jubileu Sul; 3. Representante do Batay Ouvryer – Didier Dominique – coordenador nacional; 4.Ministro do Ministério das Relações Exteriores; 5. Ministro do Ministério da Defesa; 6. Comandante Geral do Comando do Exército. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Não Lido. Item 18. Requerimento nº , de 2014. Requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o tema: "A Criminalização dos Movimentos Sociais", para tanto, sugiro que sejam convidados: 1. CSP- Conlutas; 2. ANEL- Assembleia Nacional dos Estudantes Livres; 3. Conselho Federal da OAB; 4. Ministro do Ministério da Justiça; 5.CNJ – Conselho Nacional de Justiça;6.Ministro da SGPR- Secretaria Geral da Presidencia da República; 7. Representantes das Centrais Sindicais; 8. Representante da UNE. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Não Lido. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Eduardo Suplicy, Paulo Davim, Lídice da Mata, Jayme Campos, Magno Malta, Gim, Renan Calheiros e Pedro Simon. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião, Extraordinária, da Comissão permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 32ª e 39ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Srªs e Srs. Senadores, quero, aqui, solicitar a inversão de pauta do item 11.

Aqueles que aprovam a inversão de pauta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Como sou Relatora do item 11, passo a Presidência ao Senador Paulo Paim, para conduzir esta reunião, ao tempo em que eu faço a leitura do relatório. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Item 11:

ITEM 11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 2014

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante; e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Autoria: Presidente da República

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e Plenário.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para a leitura do relatório.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, vou proceder à leitura do relatório.

O Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2014, tem por finalidade precípua alterar a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante; e acrescentar o §8º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor que conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente deverão ser incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares dos ensinos fundamental e médio, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 1990, observada a produção e a distribuição de material didático adequado.

O art. 1º insere, no Estatuto da Criança e do Adolescente, o direito de a criança e o adolescente serem educados sem o emprego de castigos físicos ou tratamento cruel ou degradante como forma de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto por pais, integrantes da família, responsáveis ou qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. Conceitua, ainda, castigos físicos como qualquer ação punitiva ou disciplinar com emprego de força física que resulte em sofrimento físico ou lesão; e tratamento cruel ou degradante como qualquer tratamento que humilhe, ameace gravemente ou ridicularize.

Além disso, acrescenta as seguintes medidas a serem adotadas, conforme a gravidade do caso: encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; encaminhamento a cursos ou programas de orientação; obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado e advertência.

Determina que União, Estados e Municípios, além do Distrito Federal, deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas com vistas a coibir o uso de castigos físicos ou tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação.

O art. 2º do projeto em análise altera também o Estatuto da Criança e do Adolescente, para atribuir ao Conselho Tutelar a prerrogativa de receber as denúncias de suspeita ou confirmação de castigo físico, bem como determinar pena de multa de três a vinte salários mínimos a profissional da saúde, educação, assistência social ou que exerça cargo, emprego ou função pública que não comunicar às autoridades competentes fato de que tenham conhecimento.

Quanto ao art. 3º, temos a inclusão do §8º ao art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, como já fora dito, para que sejam introduzidos nos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, como temas transversais, conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra crianças e adolescentes.

Por fim, o art. 4º trata da vigência da lei.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise, Sr. Presidente.

De acordo com o art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Direitos Humanos o exame de assuntos relacionados com a proteção à infância e à juventude, caso do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2014. É pertinente, portanto, a análise da proposição no âmbito deste Colegiado.

Antes de adentrarmos ao exame das propostas dispostas no PLC nº 58, de 2014, cabe destacar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, *caput*, assegura às crianças e aos adolescentes, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à dignidade, bem como o dever de colocá-los a salvo de qualquer forma de violência, crueldade e opressão. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 18, estipula que "é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório, ou constrangedor". Porém, os avanços normativos previstos na Carta Magna e no Estatuto da Criança e do Adolescente não foram suficientes para romper a cultura que admite o emprego de violência contra crianças e adolescentes como forma educativa ou pedagógica.

Cumpre ressaltar que, em 2009, a Corte Interamericana de Direitos Humanos apresentou relatório com recomendação para que os Estados-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) proíbam toda forma de violência contra a infância e adolescência e criem políticas públicas que enfoquem integralmente os direitos de crianças e de adolescentes. Ademais, também sugeria que, até o ano de 2011, fossem formalizados mecanismos de prevenção contra a violência infantil, incluindo medidas que possibilitassem meninos e meninas de denunciarem maus-tratos, algo que o Brasil conseguiu cumprir com a adoção do Disque 100.

A proposição original, de iniciativa do Poder Executivo, tramitou em uma comissão especial composta por Deputados Federais dos partidos representados no Congresso, sendo elaborado um plano de trabalho que incluiu uma intensa agenda de debates, encontros, reuniões e audiências públicas, que envolveu Parlamentares, especialistas da infância, organismos internacionais, órgãos governamentais, operadores do Sistema de Garantia de Direitos, organizações não governamentais e movimentos sociais.

As propostas dispostas no texto do PLC nº 58, de 2014, não interferem na educação dos pais em relação aos seus filhos, tampouco traz novas sanções aos pais, responsáveis ou para pessoas encarregadas de cuidar, zelar, proteger. Seu objetivo central é conceder às crianças e adolescentes o direito a receberem educação e cuidados sem o uso de castigo físico ou tratamento cruel. Para tanto, cria medidas educativas e tratamento psicológico ou psiquiátrico para pais, responsáveis e agentes públicos que desrespeitem ou não garantam esse direito, bem como impõe à União, Estados e Municípios que atuem de forma articulada na elaboração e execução de políticas públicas destinadas a coibir essa violência.

O texto da matéria também prevê capacitação e formação continuada dos profissionais das áreas de saúde, educação, assistência social para identificação dos casos de castigos físicos praticados contra crianças e adolescentes; não cria novas atribuições aos conselheiros tutelares, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente já regulamenta as atribuições e competências dos membros do referido órgão, que atuam na proteção e defesa dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes.

O castigo físico imposto às crianças e aos adolescentes, ainda que procedido de forma moderada, traz traumas psicológicos significativos, não se coaduna com a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento desses sujeitos. Quanto a isso, dados do relatório mundial sobre Violência e Saúde da Organização Pan-Americana de Saúde, divulgado em 2003, levaram à constatação de que enfermidades como cardiopatia isquêmica, câncer, doença pulmonar crônica, síndrome do intestino irritável e a fibromialgia, doenças típicas da vida adulta, podem estar relacionadas com experiências de maus-tratos durante a infância. Em casos extremos, violência, quando pequeno, pode ocasionar, ainda, consequências graves para saúde, como transtornos psiquiátricos e comportamento suicida.

A educação pelo emprego de violência é incompatível com a construção de uma cultura de paz e os processos de evolução da sociedade, existindo métodos pedagógicos pacíficos, isentos de qualquer ofensa à integridade. A cultura do castigo corporal deve ser enfrentada pelas diversas vias, dentre elas, a edição de ato normativo que consagre a dignidade das crianças e dos adolescentes, elevando-as como sujeitos de direito.

O mérito das propostas dispostas no projeto é chamar a atenção através de campanhas de prevenção e de como educar sem violência física, tratamento cruel ou degradante, capacitação e formação continuada dos profissionais das áreas de saúde, educação, assistência social para identificação de castigos físicos praticados contra crianças e adolescentes e ações e políticas públicas que assegurem os direitos das crianças e dos adolescentes de serem educados sem castigos físicos, tratamento cruel ou degradante.

A aprovação das medidas dispostas no projeto e, ato contínuo, o encaminhamento da matéria para sanção e conversão em lei reveste-se num marco histórico no enfrentamento dos castigos físicos e humilhantes contra crianças e adolescentes que visa colaborar para a construção de uma sociedade menos violenta, portanto, uma sociedade de paz.

É esse, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, o nosso parecer.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Senadora Ana Rita apresentou seu relatório. Neste momento, começaríamos a discussão da matéria, no entanto, o Senador Magno Malta pede vista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E o pedido de vista é regimental.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Vista coletiva e pela ordem.

Vista coletiva e questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É regimental. Está concedida vista.

Vamos por partes, pessoal.

Estou presidindo a reunião. Seja quem for o Senador, eu vou orientar os trabalhos, e a última palavra é da Mesa.

Vamos por partes: o Senador Magno Malta pediu vista; pedido de vista concedido. É regimental.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Estou pedindo vista coletiva…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu sei…

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – … e questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixe-me falar, pessoal. Claro que eu ouvi o pedido de vista coletiva.

Senador Randolfe pede vista coletiva. Está concedida vista coletiva.

O Senador Randolfe pede a palavra para uma questão de ordem. Em seguida, falará o Senador Cristovam, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, juntamente com o meu pedido de vista coletiva, o Senador Magno Malta fez, regimentalmente, o pedido de vista que, obviamente, está respaldado regimentalmente.

Diz o Regimento Interno, no art. 132, §1º, que:

O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido o disposto no §4º.

Obviamente S. Exª, o Senador Magno Malta, cumpriu o trâmite regimental: a Senadora Ana Rita proferiu o seu relatório, e S. Exª pediu vista. Ato contínuo, eu pedi vista coletiva. O que impõe que V. Exª faça, logo seguida, vista a todos os membros desta Comissão. Ocorre que o §1º do art. 132 diz: "O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez (…)", é a decorrência da vista coletiva.

Eu proponho a este Colegiado que este pedido de vista seja por meia hora, já que diz claramente que "o pedido de vista somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias (…)".

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vai ser assegurada a palavra para todos antes da decisão que o Plenário há de tomar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obviamente não diz o prazo mínimo. Então, eu proponho que o prazo para esse período de vista seja de meia hora, suspensa esta reunião, já que não diz o prazo mínimo para ocorrência desse pedido de vista.

Esta é a questão de ordem que apresento à Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Magno Malta, antes de V. Exª, havia pedido a palavra, também pela ordem, o Senador Cristovam. Como o Senador Randolfe já fez a sua questão de ordem, agora, concedo a palavra ao Senador Cristovam, e, em seguida, a concederei aos Senadores Magno Malta e Paulo Davim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora Ana Rita, é claro que, havendo o pedido de vista, eu apoio a proposta do Senador Randolfe, mas, antes disso, eu gostaria de fazer um apelo ao Senador Magno Malta: fazer um apelo para não adiarmos meia hora, de debatermos esse projeto agora. O Brasil precisa.

O Senador Magno Malta é hoje reconhecido nacionalmente como um dos maiores lutadores contra a pedofilia, mas a gente precisa também, Senador Magno Malta, lutar contra a pedofobia, que tem sido uma característica da sociedade brasileira, sociedade que abandona crianças, sociedade que não dá as escolas devidas, sociedade que não cuida das crianças, mas, sobretudo, ultimamente, sociedade que assassina crianças. Não há nenhum país no mundo com números de assassinatos, seja a bala perdida, seja por pais, padrastos, madrastas, quanto o Brasil. E grande parte desse pedofobia, mais violenta do assassinato, começa com gestos de pedofobia nas casas, com agressões, com violências que geram pequenas lesões, e que terminam sendo, essas pequenas lesões, o embrião de lesões graves que levam até o assassinato.

Eu acho que o Brasil precisa dar um recado grande: nós não somos pedófobos no Brasil. Nós não somos uma sociedade que odeia as crianças. Nós somos uma sociedade amorosa com as crianças.

Essa lei é uma lei do amor. É uma lei amorosa. Se ela fica aqui ou ali com algumas ambiguidades, é que toda relação amorosa tem suas ambiguidades, tem a falta de um limite claro.

Por isso, Senador Magno Malta, eu queria fazer um apelo: vamos debater o assunto agora, sem precisar adiar meia hora, como proposto pelo Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Magno Malta, com a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Com todo o respeito que eu tenho ao Senador Randolfe – e ele sabe que eu tenho –, adiar meia hora é um deboche. Essa proposta não está em regime de urgência, não está em regime de urgência. O Senador Cristovam está correto. Nós precisamos debater mesmo, e o que falta é debate nas Comissões de mérito deste Senado. Tanto é que é a toque de caixa: é da Câmara para cá, alguma coisa que ficou lá na Câmara, e da noite para o dia chega aqui e é aprovado dessa forma. Ele está certo, é preciso o debate.

Realmente, quando S. Exª toca na minha biografia em defesa das crianças, S. Exª o faz corretamente. É uma história da vida. Não é só a CPI da Pedofilia, se fosse só isso, quem sabe, seria uma grande contribuição. Até porque os avanços legislativos que ocorreram eu os assinei, são advindos da CPI da Pedofilia. Eu cruzei este País… Mas, mais do que isso, pois são 35 anos da minha vida cuidando…

Nós precisamos debater essa proposta de cuidar da criança, porque sempre ela é boa, é bem-vinda. Nós temos um texto que nós precisamos discutir, debater. Nós precisamos ir para as Comissões de mérito. Agora, fazer uma brincadeira dessas, de conceder vista por 30 minutos, nem se eu tivesse a capacidade, se eu fosse mais rápido do que imediatamente eu não teria como influenciar uma vírgula, num período de meia hora em um texto que, acho, precisa ser debatido.

E acho que a vista… E V. Exª jamais rasgaria, Senador Paim, a sua biografia, porque V. Exª sabe que a vista é do Regimento Interno e é para ser dada. Esse mecanismo de que por não estar e dar por meia hora, minimamente, é uma afronta. Eu estou no meu direito regimental. Eu sou um Parlamentar. O Regimento Interno desta Casa é a lei desta Casa. Eu estou aqui no meu segundo mandato e nunca vi uma manobra dessas, nunca vi, nunca vi. E se isso se concretizar, só vai faltar eu ver chover para cima, porque acho que de tudo já vi; faltava isso.

Portanto, eu mantenho o meu pedido de vista, com base na palavra do Senador Cristovam. É verdade, precisamos debater, não há debate nenhum nas comissões de mérito; chegou ontem; chegou anteontem da Câmara dos Deputados e já chegou caindo aqui, já estava relatado e já ia embora para o Plenário, porque, com todo o respeito, com todo o respeito, é preciso fazer, hoje, por que a Xuxa Meneghel está aí? Com todo o respeito… E ninguém pode levantar o dedo e dizer que respeita mais criança do que eu. Se respeita como eu é como aquela história do matuto: é "oreia" com "oreia". Vai dar zero a zero, porque eu tenho todo o respeito, milito por cuidado, milito por cuidado, tenho participado de forma efetiva. Eu não tenho nesse tema um discurso, debate de audiência pública. Eu tenho prática, eu tenho prática.

Por isso, eu gostaria que V. Exª mantivesse a vista, que é direito parlamentar, e a mantivesse por cinco dias, que é o direito de todos nós.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª permite um aparte?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Acho que não há apartes, mas se o senhor quiser falar, fale.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu queria, primeiro, manifestar também o meu respeito pelo Senador Magno Malta que tem, de fato,…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quem concede o aparte ou não é V. Exª, Senador Magno Malta. Ou o concede ou não o concede, senão S. Exª terá que se inscrever.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então, eu peço a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – No Exército, antiguidade é posto. Aqui também é? Então, deixe ele falar.

Fale, Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ele lhe concedeu o aparte, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quero manifestar o meu respeito por toda a sua história. Inclusive, com respeito às crianças, todos sabemos como conduziu a CPI da Pedofilia. Acredito que V. Exª, então, tem pontos de vista significativos a respeito desse projeto, que é de autoria da Senhora Presidenta da República, a Excelentíssima Presidenta Dilma Rousseff, que, certamente como mãe e avó, tem uma preocupação muito grande com as crianças, como tem V. Exª, que hoje se faz acompanhar da sua senhora, que mostra uma situação muito especial de apoio.

Mas eu gostaria de lhe fazer uma sugestão: como V. Ex ª estudou este projeto, e o parecer da Senadora Ana Rita já tem ponto de vista desenvolvido a respeito, quem sabe, atendendo à sugestão do Senador Cristovam Buarque, sem prejuízo por quanto tempo será concedida vista, porque eu gostaria de ouvi-lo sobre as sugestões que têm ou eventuais objeções ao projeto.

De minha parte, eu, que felizmente fui educado e não me lembro de ter recebido nenhuma… Acho que uma palmadinha sim, talvez, de meu pai. Mas aprendi, sobretudo, com meus pais uma atitude sempre de muito amor e carinho e, assim, eu também tenho uma relação com os meus três filhos, desde que nasceram, de praticamente nunca precisar utilizar de nenhuma forma de violência. Eu considero isso muito saudável. E V. Exª sabe da nossa convivência. Combinamos até um dia de fazer uma luva no ringue, mas isso nós vamos fazer um dia.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – O que o seu pai não fez quem sabe eu vou fazer.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Isso aí é uma coisa diferente, diferente até para que possamos, ambos, estar mais bem preparados se porventura algum dia vier alguém, seja aqui no Senado, seja onde for, mas, no ringue, sobre as regras civilizadas do que é um exercício de luva, isto é o que nós vamos fazer.

Eu, felizmente, considero muito saudável que haja um projeto de lei que procure evitar danos graves à infância, às crianças. Só este ponto de vista, eu imagino devamos estar de acordo. Por isso, eu agradeço muito se poder ouvir desde já alguns dos seus argumentos. Atendendo à sugestão do Senador Cristovam Buarque, vamos começar o debate. É a sugestão que eu formulo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Senador Paim, com todo o respeito ao Senador Suplicy e à sua argumentação, ele sabe que eu gosto muito dele, mas não vou atendê-lo, não.

A vista é por de cinco dias. Imagine se a moda pega! V. Exª, Senador Paim, já relatou quantos projetos polêmicos nesta Casa, além de tantos outros! Veja bem: há um projeto da ex-Senadora Marisa Serrano, que montou um banco de dados de pedófilos, do qual eu fui o Relator. Esse projeto foi evocado pelo Ministério da Justiça, porque o Governo pediu. Não há nada mais importante, Senador Jayme, do que esse banco de pedófilos, de pessoas que estão cumprindo pena, de pessoas investigadas para balizar o cidadão. Pediu vista. Não há nada mais importante para proteger criança do que isso? Pediu para tirar de pauta. Até hoje não voltou.

Imagine V. Exª se, para qualquer projeto aqui, porque há uma discussão dele, houver uma manobra dessas, se essa moda pegar, de 30 minutos! Aqui ninguém aprova mais nada. Aqui ninguém discute as suas ideias. Aqui ninguém tem tempo para mudar nada. Eu não vou retirar, porque eu tenho direito regimental. Eu não vou retirar. Eu pedi vista e quero vista de cinco dias para que eu possa, em cinco dias, analisá-lo muito rapidamente, mais uma vez, com as pessoas que pensam um pouco diferente do texto, porque esse texto que aí está não é o fim do mundo. Já vi coisa pior, mas não é tão bom, na nossa visão, que há que ser mudado.

Por isso, Presidente, eu mantenho o meu pedido de vista até porque, como ser humano, sinto-me completamente incapaz e impotente para fazer um pedido de vista e ter 30 minutos para estudar e trazer qualquer tipo de mudança. Isso, com todo o respeito ao Senador Randolfe, eu não vou me sentir desrespeitado por ele não, porque a nossa amizade é tão grande, que acho que ele nunca faria isso comigo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Randolfe está pedindo um aparte ao Senador Magno Malta?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Não, não, estou pedindo a palavra, Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, uma questão de ordem

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só um minuto, pessoal.

Todos pediram a palavra para uma questão de ordem e estão escritos aqui – todos, para uma questão de ordem –: o Senador Paulo Davim, a Senadora Lídice da Mata, o Senador Gim Argello, o Senador Jayme Campos e o Senador Randolfe. Todos, para uma questão de ordem. Vou ter de seguir a lista da questão de ordem, pelo pleito que fizeram à Presidência.

Agora, com a palavra o Senador Paulo Davim, para uma questão de ordem, para que possamos decidir o que vamos fazer mediante a polêmica criada.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, eu ia fazer um comentário sobre o texto da lei, mas acredito que, enquanto não decidirmos o que fazer, prefiro aguardar para fazer o comentário em seguida, porque, sinceramente, vejo que o texto, a lei, suscita a cultura de paz. A cultura de paz começa em casa. Então, ela é sobretudo pedagógica. Eu não consegui enxergar algo que possa criar dificuldades na efetivação do pátrio poder ou alguma desagregação da família ou a mudança de regra da educação. Eu não consigo enxergar, mas só posso tecer alguns comentários, depois que decidirmos. Na minha avaliação é uma lei que fortalece a cultura de paz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Lídice da Mata, também para uma questão de ordem.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Senador Paim, demais companheiros, especialmente meu amigo, Senador Magno Malta, tenho todo o respeito pela tradição e sou parceira do Senador Magno Malta na defesa das crianças e adolescentes do nosso País.

O que se trata aqui, em minha opinião, não é de se criar um impasse. Eu acho que precisamos encontrar um caminho, como o Senador Cristovam indicou, para que o debate aconteça, e aconteça, produzindo efeitos. Nós queremos a participação do Senador Magno Malta nesse texto, achamos positivo que ela ocorra, para que possamos entrar em um acordo. Não é a primeira vez em que vem uma matéria de lá; muitas medidas provisórias vêm, e, pela característica de perderem o efeito, nós votamos aqui, protestamos etc., mas votamos pela necessidade, pela urgência.

Eu creio que, embora não seja uma medida provisória, tenho certeza de que o Senador Magno Malta pensa, como eu, que é urgente tomarmos uma decisão sobre isso, sobre a violência contra as crianças, especialmente contra as crianças que são absolutamente vulneráveis, porque não podem se defender.

O Cedeca, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, na Bahia, uma organização não governamental, tem feito um trabalho pioneiro, que se iniciou na Bahia, após a morte daquela garota, a Araceli, que deu origem ao 18 de maio. Então, o Cedeca, na Bahia, fez uma pesquisa sobre violência sexual contra crianças e adolescentes e depois sobre mortes de crianças e adolescentes. É a morte com menor punição no Brasil, Senador Magno Malta. Nós temos as estatísticas lá da quantidade de crianças que morrem – morrem de bala perdida, dos mais diversos tipos de violência a que são submetidas, que é o caso do menino Bernardo, que virou um símbolo dessa proposta de lei –, e, por incrível que pareça, não há nenhuma punição aos responsáveis pelas mortes, pelos assassinatos de crianças, aliás, casos atuais. Agora temos um pai preso, se não me engano, no Rio Grande do Sul, em um Estado do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pai, madrasta, amiga, que assassinaram o menino de 11 anos.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Pai, madrasta, acusados exatamente de assassinato de criança. Um outro que também foi preso, ano passado ou dois anos atrás, também na mesma dimensão, um menino que caiu do prédio e que os pais são os principais acusados.

É sempre muito difícil provar a violência contra a criança, até porque ela nem sempre tem condições, psicológicas até, de dar o depoimento ou de fazer a acusação.

Então, é por tudo isso que essa é uma matéria urgente. Acho que a proposta de meia hora vai nos levar a um impasse regimental. Portanto, precisamos construir, e nos colocar à disposição para construir um consenso, um texto de consenso com o Senador Magno Malta. Não creio que o Senador Magno Malta esteja numa posição protelatória, apenas para jogar para a próxima semana, que será uma semana difícil para votação, e também este mês estaremos sempre divididos entre o início de convenções partidárias, Copa do Mundo e já está pensado um calendário especial do Senado que poderia levar essa questão ao segundo semestre. E, aí, vejam que prejuízo teríamos!

Não creio que seja pela presença de Xuxa que devamos votar esse projeto, mesmo que eu tenha por ela todo o respeito, como tenho por qualquer profissional da televisão brasileira, principalmente àqueles que se vinculam às causas da infância, mas, principalmente, o que eu quero fazer é apelar ao coração e à razão do Senador Magno Malta. Se tantas vezes se votaram aqui projetos que tivemos uma intervenção pequena, como Senadores, e projetos de medidas provisórias que têm interferência muito grande sobre a vida do País, não quero abrir mão do debate, podemos ficar aqui até quatro horas da tarde debatendo o tema e buscando encontrar, digo quatro horas porque é referência do início da Ordem do Dia, juntos, com toda disposição dos que estão aqui e compromisso, uma formulação, uma redação que possa contemplar a todos. Ontem mesmo, tivemos essa situação da votação dos rodoviários, quando negociamos e encontramos uma saída para que pudéssemos aprovar aqueles projeto.

É por isso que apelo ao Senador Magno Malta, que conheço, sei que não se trata de uma pessoa intransigente, sei que tem uma posição aberta para a construção de consenso nesta Casa, apelando até para a sua raiz baiana, os baianos são pessoas que trabalham sempre com a ideia do consenso, não necessariamente do consenso, mas de busca de entendimentos que possamos construir.

Então, o que eu gostaria de pedir a V. Exª é justamente que, se V. Exª achar necessário, possamos suspender a reunião, instalar um grupo de trabalho para que até, mais tarde, possamos encontrar, sem definir hora, um texto que possa contemplar a todos nós.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – V. Exª me concede um aparte?

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Concedo sempre, para mim é sempre um satisfação ter V. Exª contribuindo com a minha fala.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Senadora Lídice, muito obrigado pelo respeito, V. Exª sabe o respeito também que lhe tenho pelo reconhecimento do trabalho.

Há coisas que não poderiam ser proteladas…

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Concordo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – … como essa que eu coloquei do banco de dados, a difusão vermelha, que foi votada…

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – E apoio integralmente essa proposta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – … na época da CPI da Pedofilia, que urge, para prender abusadores de criança que vinham habitar no Brasil, dormiam nas gavetas do Ministério da Justiça porque foi requerido pelo Ministro e, depois, foi para a Câmara. Quase quatro anos depois é que se votou isso lá na Câmara. Eu fui Relator agora.

O crime de pedofilia, Senadora Lídice…

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – … se tornou crime hediondo. Há quanto tempo isso vem rolando? Eu só estou querendo contribuir com o texto mesmo, como a senhora disse. Só que eu não tenho a capacidade que muita gente tem, eu não tenho. Eu preciso do meu direito regimental, eu preciso desses cinco dias. Se é tão urgente, vamos votar semana que vem, para poder votar, porque há muita coisa urgente neste País, como a redução da maioridade penal, e ninguém quer falar. É urgente! Estão matando os cidadãos.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Eu já lhe disse que me disponho a discutir isso com V. Exª. Inclusive tendo uma posição oposta à de V. Exª,…

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Estou falando de coisas urgentes.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – … mas acho que é urgente tratar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Estão matando os cidadãos, estão acabando com a vida dos cidadãos de 18, 17, 15, 14 anos na rua e todo mundo se cala. Isso não é urgente?

Agora, acho uma temeridade, esse garoto do Rio Grande do Sul foi vítima de um crime hediondo, de uma barbaridade, sabe?, quase que enterrado vivo, sabe? E tentar usar a figura desse crime hediondo para um texto desse, que segundo o Senador Davim, eu acho que tem que dar algumas mexidas nesse texto, mas concordo com ele quando faz a colocação do texto, que não leva… Nós não estamos aqui discutindo crime hediondo. Nós não estamos aqui discutindo crime hediondo, não é? E realmente eu quero contribuir com o texto. Só que eu tenho posição. Só que eu tenho posição. E esta Casa tem um Regimento. Com todo respeito, eu gostaria que V. Exª mantivesse o Regimento Interno da Casa. Eu pedi vista e gostaria de ter a vista concedida. V. Exª já a concedeu, porque é regimental, são cinco dias. Voltemos semana que vem. Não importa se há Copa, as crianças não são mais importantes que a Copa?

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Claro que sim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – São mais importantes que a Copa. As crianças não são mais importantes que jogo do Brasil? São mais importantes que jogo do Brasil. Então voltemos, daqui a cinco dias, porque eu tenho minha contribuição ao texto.

Eu mantenho o meu pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Gim Argello. Eu vou manter todos os oradores inscritos, conforme combinado no momento em que abri a reunião.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Senador Paulo Paim, Senadora Ana Rita, Senador Jayme Campos, vejo com muita tranquilidade este debate, com muita tranquilidade. Primeiro porque aqui, um texto que traz em seu bojo, que assegura às crianças, com absoluta prioridade, o direito à vida, saúde, dignidade, bem como o dever de colocá-las a salvo de qualquer forma de violência, crueldade e opressão, todos aqui concordam, todos aqui são favoráveis, não há ninguém que discuta esse texto.

O que nós não podemos também deixar de falar, Senador Paulo Paim, eu e o senhor já estivemos em tantas trincheiras juntos e quantas vezes usamos do expediente regimental de se pedir vista? Eu vejo aqui, posso colocar meia dúzia delas, algumas dúvidas que eu tenho sobre esse texto. Vou colocar só uma aqui relativa ao art. 2º do projeto, que passo a ler, com muita calma, Senador Paim – eu gostaria que o senhor também o lesse, assim como o Senador Suplicy, pelas experiências de vários mandatos.

Diz o art. 2º, Senador Suplicy – por favor, deem uma olhada neste art. 2º do projeto –:

O art. 2º do projeto em análise altera, também, o Estatuto da Criança e do Adolescente, para atribuir ao Conselho Tutelar a prerrogativa de receber as denúncias de suspeita ou confirmação de castigo físico (art. 13), bem como determinar pena de multa de três a vinte salários mínimos a profissional da saúde, educação, assis-

tência social ou que exerça cargo, emprego ou função pública que não comunicar às autoridades competentes fato de que tenham conhecimento.

O que eu pediria ao Senador Suplicy? Senador Suplicy, me explique este art. 2º, porque o senhor tem muito mais experiência que todos aqui. Veja o art. 2º, por favor. O senhor que tem muita mais experiência…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu só quero alertar a todos…

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Enquanto ele está lendo…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu só quero alertar, me permita, Senador, eu não vou tolher, cada um vai falar o que bem entender.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas o cuidado de nós começarmos a discutir o mérito da matéria…

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Não, eu não quero discutir o mérito, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – … antes da decisão do encaminhamento que vamos fazer.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – É só para dizer da dificuldade que é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu entendi, eu entendi.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Eu estou fazendo isso só para dizer a todos vocês que a argumentação foi muito bem colocada pela Senadora Lídice da Mata, muito bem colocada. Quando ela faz referência à medida provisória, eu lembro-me de que aqui, muitos que aqui falaram, e outros que estão calados, verbalizaram, com muita força, em Plenário, que a gente não deveria aceitar medida provisória que não chegasse a esta Casa com pelo menos uma semana de antecedência. E nós chegamos a devolver medidas provisórias que não chegam com uma semana de antecedência a esta Casa.

Então o que acontece, Senador Paim, se nem medida provisória, respeitando o Parlamento, nós aceitamos votar às pressas, como é que vamos chegar a um projeto desse, que chegou ontem ou anteontem, e que ninguém conhece bem, porque eu acabei de conhecer o texto, e tenho dúvidas claras colocadas, como é que, agora, vamos pedir a retirada de um direito regimental de vista? Isso é muito, muito, muito perigoso!

Por quê? Hoje trata-se de um projeto bom como esse, onde todo mundo só quer contribuir, ninguém está contra o projeto, só quer contribuir para que a redação fique perfeita, para que as nossas crianças realmente fiquem protegidas. Essa é a intenção de todos. Ninguém está com a intenção de ficar contra o projeto. Agora, tirar o direito do Parlamento, tirar o direito das comissões temáticas de debater? Então, daqui a pouco nós vamos encerrar as comissões, ao contrário daquilo que pregamos, que é o que defendemos, que é o debate nas comissões. Então, essa manobra regimental, que eu já vi muitas vezes ser ao contrário de quem propôs, eu acredito que não deve prevalecer, porque se prevalecer essa manobra vai acabar o direito de vista de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – A minha manifestação será muito rápida. Não vamos entrar no mérito do projeto, até porque há um questionamento em relação ao Regimento Interno, baseado no art. 132, que é muito claro. Ao pedir vista, o prazo será de até cinco dias.

Quando o Senador Randolfe propõe 30 minutos, teria que, obrigatoriamente, eu imagino, se for o critério do Presidente, colocar em votação em Plenária, eu acho que não é o ideal. Nós teríamos que, regimentalmente, cumprir o que está estabelecido no art. 132. Feito isso, nós discutirmos o mérito com o pedido de vista, não tem nenhuma justificativa plausível.

Eu particularmente acho, meu prezado, querido e respeitado amigo Paulo Paim, que tem que ser cumprido aquilo que está estabelecido aqui, caso contrário a Comissão deixa de ter a finalidade maior que é o debate. O debate é saudável no regime democrático, até no aprimoramento daquilo que está sendo proposto. E eu vejo aqui, no entendimento de alguns Parlamentares, colegas Senadores, que as intenções são as melhores possíveis, no sentido de contribuir.

De qualquer forma, eu quero deixar apenas registrada a minha opinião e, sobretudo, V. Exª que já foi Presidente por várias vezes em comissões nesta Casa, eu que já tive a primazia também de ser Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, eu sempre procurei me pautar no cumprimento irrestrito do Regimento da Casa, ou seja da comissão.

De forma que essa é a minha opinião.

Quanto a não entrarmos no mérito da questão, Senador Paulo Paim, V. Exª tem toda razão. Acho que no momento oportuno…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vai continuar pela ordem.

Eu quero só que o Plenário tenha claro o debate que está se dando aqui. Eu não sou regimentalista, mas a Assessoria da Mesa, para que todos saibam qual é a linha do entendimento para que possamos construir, vai

exatamente na linha colocada pelo Senador Jayme Campos. Deixe-me esclarecer o que a Assessoria da Mesa me passou: a palavra "até" suscita um debate, porque "até cinco dias". Eu não estou decidindo nada, porque é "até cinco dias". Estou dizendo que se preocupem na hora de encaminhar a possibilidade de algum tipo de entendimento, e eu faço o apelo…

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – V. Exª já concedeu a vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Concedi a vista. Houve uma questão de ordem e eu acatei o pedido da questão de ordem.

Só não deliberei. Eu estou apenas alertando, de forma muito transparente, para aqueles que estão usando a palavra.

Agora o Senador Randolfe e, em seguida, o Senador Cristovam, e, por último, o Senador Capiberibe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente, eu não vou… Eu quero insistir no tema do debate que é o tema da questão de ordem apresentada por mim e é o mérito do debate aqui. Não estamos debatendo ainda o mérito da matéria em si.

E quero insistir porque o tema aqui é o tema do art. 132, §1º. E eu quero *ipsis litteris*, com a devida vênia dos colegas Senadores que se opõem, insistir no art. 132, §1º, no que diz a letra do Regimento Interno.

Diz, *ipsis litteris*, a letra do Regimento Interno, vejam Srªs Senadoras e Srs. Senadores:

O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo [veja, Sr. Presidente, que diz "pelo prazo máximo", não fala "até", diz o legislador do nosso Regimento Interno] e improrrogável de cinco dias (…)

Diz, para nós, o Regimento Interno: "Pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias". Para aí. "Pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias (…)". Não estabeleceu o prazo mínimo. Ele estabeleceu prazo máximo e improrrogável de cinco dias.

Ora, Sr. Presidente, não estamos falando, aqui, de matéria estranha que nenhuma Comissão desta Casa não tenha deliberado. Eu, como minoria nesta Casa, já foi resultado de deliberação, lato *sensu*, em relação à essa matéria. Isto já foi deliberado em outras Comissões. Nós, os Senadores aqui, já fomos voto vencido. Isso já foi deliberado anteriormente, já foi pedido vista em relação a isso. Podem consultar em outras Comissões. Se não ocorreu ocorreu aqui nesta Comissão alguma vez, mas ocorreu em outras Comissões. Já tivemos situações de vista de um dia, de dois dias, de três dias, de uma hora, de duas horas, e já tivemos situação de vista de meia hora. *Dura lex sed lex*, a lei é dura; porém, é a Lei, que está em nosso Regimento Interno. *Dura lex sed lex*. Eu já fui objeto disso. Contestei e fui vencido, e fui vencido; já fui vencido por essa situação do Regimento Interno. Como minoria, já fui contestado e já contestei esse objeto do Regimento Interno, mas fui vencido pela letra do Regimento Interno. Repito, quero repetir alto e bom som:

O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável [repito, repito: pelo prazo máximo, improrrogável, pelo prazo máximo, máximo, máximo e improrrogável] de cinco dias.

Dura lex sed lex – a lei é dura; porém, é a lei. É o que está no Regimento Interno. Não é uma matéria estranha.

Portanto, Sr. Presidente, esta matéria, conforme está no Regimento Interno, a decisão cabe a V. Exª dirimir as questões de ordem que são suscitadas. Se V. Exª…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu estou esperando que as questões de ordem terminem, para eu encaminhar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obviamente V. Exª pode entregar essa decisão ao Plenário. Mas está claro, parece-me, o que deve ser decidido em relação a esta questão que foi por mim aqui apresentada.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Senador Randolfe, concede-me um aparte?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Pois não. Claro! Com toda honra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – V. Exª, quando insiste no texto, que é claro, e em nenhum momento, naquilo que V. Exª insiste, o texto propõe que se tenha um mínimo e que o mínimo sejam 20 minutos, 15 minutos, 30 minutos. Mas o máximo é de cinco dias improrrogáveis!

Agora, se nós instituirmos, por conta própria – por conta própria a autodeliberação – a cultura do mínimo, aqui não andará mais nenhum projeto que o Governo não queira ou que a oposição de maioria queira. Porque, essa colocação do Senador Randolfe, eu estou aqui há tantos anos, eu nunca vi. Ele falou que já viu, mas eu não vi; eu já estou em meu segundo mandato. Para mim, pedido de vista encerra o papo. Não tem discussão de mérito, nem ninguém vem a plenário pedir, por ordem, fazer esse tipo de discussão. Nunca vi, em minha vida, isso aqui. Talvez, seja um dia em que ele veio e eu não vim, e ele viu e eu não vi, certo? Até porque acredito nele.

Então, não tem uma proposta no texto, porque essa interpretação é de autodeliberação do Senador Randolfe. Se nós tomarmos decisão de autodeliberação rompendo, violando o que ocorre nesta Casa com o

Regimento Interno, a moda pegou! Aqui, amigo, ninguém vai ter mais vista de cinco dias, não! Que tenha direito ou não! Aqui o sujeito evocou para 15 minutos, serão 15 minutos, conforme interesse da maioria. Evocou para um minuto, será um minuto, conforme interesse da maioria.

Eu me dirijo a V. Exª, que é o Presidente desta Casa: a prática desta Casa não é essa! E o texto não propõe o mínimo que ele fala. Ele é muito inteligente. Vocês sabem que ele é muito inteligente. Chegou aqui à Casa com 36 anos de idade, sabe tudo de Direito. Não é bobo esse menino! Esse negócio de ele estar mandando para o inconsciente de todo mundo: "Repito! Repito!" Isso é técnica. Eu não sei onde ele aprendeu isso. "Repito!" E ainda falou em latim (*Risos.*) Ele é sabido demais, demais da conta. Eu conheço esse menino.

Então, veja…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É por isso que ambos são candidatos a Presidente da República: tanto ele como V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Nós já começamos o debate – eu e ele. Mas nós dois somos nanicos, eles não vão nos botar nunca num debate na TV. Nós dois vamos fazer rádio comunitária.

Sr. Presidente, em nome do bom andamento dos trabalhos desta Casa – e ele é um dos que zelam por isso, pelo Parlamentar que é –, V. Exª mantenha a vista, porque é Regimento Interno desta Casa, e o mínimo que ele propõe… O texto não está falando… Ele está obrigando o texto a falar o que ele quer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Cristovam; em seguida, o Senador Capiberibe.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Primeiro, eu quero pegar o final da fala do Senador Magno Malta sobre a sabedoria deste menino aqui, do que ninguém tem dúvida, mas há uma coisa que ele não disse: é a serviço de quem está a sabedoria do Randolfe. Pelo que a gente vê em todo o seu tempo aqui e não neste caso, mas em todos, no que me diz respeito, você sempre colocou a sua sabedoria ao serviço do bem, de um País melhor, mais ético, mais justo. Então, essa é a primeira coisa.

Segundo, é o Senador Gim. O Senador Gim pediu aos Senadores que explicassem o que é o item II do art. 70, item "a". Eu quero explicar para ele.

Senador Gim, quando a gente lê o *caput*, fica claro.

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas (…) tendo como principais ações [aí vêm o item I] promoções de campanhas educativas, [e o item II] e a integração com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, com o Conselho Tutelar, com o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e com entidades não governamentais que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança.

Essa é a ideia.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Desculpe-me, Senador Cristovam. O senhor me permite?

Mas eu perguntei ao Senador Suplicy, porque tínhamos debatido um pouco antes, já que ele é um grande conhecedor isso, foi com relação ao art. 2º do parecer. O senhor me desculpe, mas foi o art. 2º do parecer.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu fui direto para a lei.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – É do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A relatora está pedindo a palavra para que ela possa esclarecer, se necessário for.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu posso esclarecer o Senador Gim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Então, muito bem, mas há mais um ponto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixe-o concluir, e a relatora, depois, esclarece.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Há mais um ponto aqui…

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Há a proposta do Senador Randolfe, a que o Senador Magno Malta se coloca com argumentos contrários; há a minha proposta de ele retirar o pedido de vista, que ele não aceitou. Agora, há um pedido do Senador Suplicy, que o Senador Magno não respondeu, de que a gente comece a debater hoje, mesmo que haja pedido de vista, e de que o Senador Magno Malta manifeste suas contradições em relação ao parecer da Senadora Ana Rita hoje, sem esperar esses cinco dias ou a meia hora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Relatora, com a palavra.

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Relatora vai esclarecer e, em seguida, eu passarei a palavra a V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu fui citado. No bom sentido, mas fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª terá a oportunidade.

Senadora Ana Rita, para esclarecer o que pergunta o Senador Gim Argello.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Só para esclarecer o Senador Gim Argello, na verdade, o art. 2º do projeto de lei complementa, vamos dizer assim, dois artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente: o art. 13 e o art. 245.

O art. 13 apenas define um pouco melhor do que se trata. Eu vou ler o art. 13 para o senhor perceber:

Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos [nesse sentido, a proposta acrescenta o quê?], de castigos físicos, tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos [e aí continua] contra a criança e adolescente (…)".

Apenas agrega isso, não muda substancialmente o artigo. Ele confirma o que já está previsto na lei e apenas detalha um pouco mais.

O art. 245 diz assim: Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade (…)" – e aí vai.

O que diz a proposta do projeto de lei? No lugar da expressão "Deixar o médico", diz assim: "Deixar o profissional da saúde, da assistência social, da educação ou qualquer pessoa que exerça cargo, emprego ou função pública [e, aí, continua], de comunicar à autoridade competente (…) No final, vai dizendo assim: "(…) de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de castigo físico, tratamento cruel ou degradante ou maus-tratos contra criança ou adolescente".

Aí, prevê, na verdade, uma multa de três a vinte salários mínimos para quem for omisso no atendimento à criança e ao adolescente, e ficar identificado que essa criança sofreu maus-tratos, foi surrada, enfim, qualquer profissional, seja da área da saúde, da área da educação ou mesmo alguém que ocupe uma função pública, se ela for omissa e não denunciar à polícia que essa criança sofreu maus-tratos, essa pessoa terá uma pena de três a vinte salários mínimos. Isso é para proteger as nossas crianças.

Então, não tem nada de complicado. Aqui, apenas reforça o que já diz o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Pela ordem, pessoal. Eu tenho recebido as inscrições pela ordem. Pela ordem, ainda temos os Senadores Capiberibe, Gim e Magno Malta.

Senador Capiberibe, pela ordem.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, no mérito, eu sou totalmente favorável ao projeto. Não tenho dúvida. Agora, em relação à questão de ordem é que eu estou mergulhado na dúvida. Por que eu estou mergulhado na dúvida?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Todos nós, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Porque, de um lado, sabemos da necessidade, da urgência de aprovar um projeto de tamanha importância numa sociedade marcada pela violência intrafamiliar. De outro, essa possibilidade, se bem que foi muito bem explicada pelo Senador Randolfe, mas fica a sensação de que nós estamos quebrando o Regimento Interno, essas regras mínimas que este Colegiado precisa cumprir.

Então, essa é a minha dúvida atroz. Nessa dúvida, eu confesso que prefiro ficar com o Regimento Interno, porque não entendo a necessidade dessa urgência de discutirmos isso em meia hora. Eu creio que, como o Senador Cristovam disse, há a necessidade do debate.

Eu estou, aqui, disposto, Senadora Ana Rita –, e gostaria que os Senadores que estão aqui presentes assim o façam – para que pudéssemos , juntos, assumir o compromisso de, na quarta-feira, estarmos todos aqui para, se prevalecer o pedido de vista do Senador Magno Malta, votar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Gim, ainda quer usar a palavra?

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Eu acho que houve muito equilíbrio na fala do Senador Capiberibe: todos nós estarmos prontos para o debate. Eu tenho algumas dúvidas para esclarecer, mas o Capiberibe colocou muito bem. Fazemos compromisso de, na próxima quarta-feira, todos estarmos aqui para votarmos essa matéria. Combinado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Senador Paim, eu não quero me delongar, já que o Gim encerrou. Quero dizer o seguinte: foi feito um pedido de vista e foi concedido, e que nós temos os cinco dias para trabalhar o texto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pessoal, quem decide é a Presidência dos trabalhos.

Eu ouvi, atentamente, a todos. Quando o Regimento diz que são, no máximo, cinco dias, a Assessoria da Mesa diz, para mim, que são, no máximo, cinco dias. E, segundo a Assessoria da Mesa, nessas questões, o conselho que eu recebi, aqui, da Assessoria da Mesa, é que eu posso deliberar ou submeter ao Plenário.

Eu sou muito franco, este é o meu ponto de vista: eu não tenho a mínima condição de assumir uma responsabilidade dessas ao deliberar que o pedido de vista, que são, no máximo, cinco dias, seja meia hora, ou fosse uma hora ou fossem três horas.

Se não houver acordo em Plenário em hipótese nenhuma, o Plenário é que decide. Eu não vou decidir que vou acatar o pedido de vista de meia hora. Deixo bem claro o meu ponto de vista.

Eu vou remeter ao Plenário, e o Plenário é que decida. Se não há nenhum tipo de acordo, vai ser remetido ao Plenário.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Posso fazer uma sugestão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu gostaria de uma sugestão para sair desse impasse.

Senador Suplicy, com a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – É o Regimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Suplicy pediu pela ordem, primeiro.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – É o Regimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu estou seguindo o Regimento, Senador Magno Malta, na íntegra e conforme a Assessoria da Mesa. A assessoria da Mesa diz que são, no máximo, cinco dias. Disseram que eu podia decidir. Eu disse: "Fora disso, eu não assumo essa responsabilidade". Até vejo a ponderação de todos aqui, uma ponderação muito equilibrada, que preocupa a todos nós, claro. Mediante o fato, eu vou remeter ao Plenário. O Plenário vai ter que assumir a responsabilidade, se aceita um pedido de vista de até meia hora ou não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Posso fazer uma sugestão ao senhor? Peça à assessoria para mostrar onde está escrito quando o Plenário decide. Eu queria que a assessoria mostrasse. O senhor pode pedir a eles?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Magno Malta…

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eles devem ter escrito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eles têm o Regimento aqui, eles têm o Regimento. Na dúvida, jogo ao Plenário. Pelos anos que eu tenho na Casa, tanto no Plenário geral do Senado e da Câmara – tenho 31 anos aqui dentro –, ou ao Plenário.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Presidente Paim, eu estou me sentindo contemplado, porque eu fiz um pedido de vista e V. Exª ma concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Acatei.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Para mim está resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não. Acatei o pedido de vista. A vista foi coletiva e, no pedido de vista coletiva…

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Coletiva, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – … está aqui registrado nos *Anais* da Casa, veio uma questão perguntando se o pedido de vista poderia ser…

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – … de um período menor do que cinco dias.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – O Senador Randolfe fez 30 minutos. O senhor responda à questão de ordem dele, se ele tem 30 minutos ou se são cinco dias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Respondo. Respondo aqui, agora. Respondo aqui, agora. Só vou ler o art. 405:

A questão de ordem será decidida pelo Presidente, com recurso para o Plenário, de ofício [eu posso remeter ao Plenário] ou mediante requerimento, que só será aceito se formulado ou apoiado por líder.

A questão de ordem está decidida. Se não houver acordo, eu remeto ao Plenário para decisão.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu queria ponderar…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Gostaria muito que se construísse um entendimento para evitarmos essa votação.

Senador Suplicy. (*Pausa.*)

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, eu acho o seguinte: nós chegamos a um impasse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Estamos em um impasse.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Estamos em um impasse. Nesse caso, vamos para a decisão da maioria. Eu acho que é o princípio básico. A maioria vai decidir se atende a um pedido de vista de meia hora ou de cinco dias. Então, a decisão é essa. Eu peço a V. Exª que encaminhe a votação, para que a gente saia deste impasse. Enquanto ficarmos nessa discussão estéril, nós não chegaremos a lugar nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Eu queria propor, dentro do espírito de nós decidirmos, e da urgência dessa questão, e do cronograma especial que nós temos na Casa hoje, e dizer que essa discussão também se deu ontem na reunião de Líderes, e os Líderes acordaram que nós pudéssemos votar hoje esta questão. Então, eu proporia que nós déssemos até as 14 horas, como pedido de vista, e a partir daí, voltamos, aprovamos e levamos ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Senadora Lídice da Mata faz uma terceira proposta: que nós suspendêssemos a reunião e voltássemos às 14 horas, na busca de um entendimento.

Há duas questões agora para resolvermos. Uma é essa, e a outra é a que eu já decidi.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Senador, eu vou manter…

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – … Concederíamos o pedido de vista de uma hora e meia, e chegaríamos às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Magno Malta mantém a posição dele.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu vou manter o meu pedido de vista porque é regimental. Não estou inventando nada, não estou discutindo o sexo dos anjos. Estou discutindo coisa real, sabe? E no mais, com todo o respeito, eu entendo como manobra. Então, eu mantenho o meu pedido de vista. É uma prática desta Casa. É Regimento Interno. Se essa moda pega, aqui tudo será inviabilizado em favor de interesse de quem é maioria. Eu tenho interesse na vida, eu tenho interesse na paz. Eu sou dessa luta. Quando se coloca essa questão, fica parecendo que todo mundo é da cultura da paz e eu não sou da cultura da paz. Eu sou, sim. Eu conheço a minha vida, eu conheço a minha história e a minha luta. Eu quero participar desse texto. Só que eu não tenho a capacidade que os outros têm. Eu não tenho o armazenamento intelectual que eles têm, a capacidade de rapidez que eles têm. Eu quero os cinco dias que me são dados. Eu tenho o direito, é Regimento Interno, Sr. Presidente. Então, eu mantenho a minha posição. Eu mantenho a minha posição! Qualquer coisa, algo fora disso, eu me recuso a participar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Gim.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Senador Paim, a posição mais equilibrada aqui foi a do Senador Capiberibe. Dessa forma como estamos fazendo, vai acabar a minoria. Todo projeto em que tivermos interesse – e eu, como sou da base, faço parte de um grupo e lidero um bloco de Senadores –, vai ficar muito fácil. Todo projeto em que tiver interesse agora, pedido de vista: "Não, não concordo. Só dou 15 minutos, 20 minutos, meia hora". Não funciona assim. Nós já tivemos tantas batalhas nas mesmas trincheiras, defendendo os interesses dos mais humildes deste País, Senador Paulo Paim. Tem que ser cumprido o Regimento. Não faz sentido. É uma matéria muito importante, todo o mundo quer contribuir. Vejam que eu tinha dúvidas quanto ao artigo, que me foi esclarecida, portanto, eu quero contribuir favoravelmente com o texto, que é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senhores… Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – A dúvida é se quarta-feira haverá quórum. Poderíamos marcar na terça, criar um compromisso aqui de estar aqui, independente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu tenho que consultar o Plenário.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sim, acho ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se o Plenário entender que há o compromisso de votar na terça.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Terça-feira, embora a contagem seja feita de dias úteis, contaremos os cinco dias, mesmo sem serem úteis. Eu acho mais viável na terça-feira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, eu considero…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bom mesmo é o acordo, pessoal.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu percebo que os 30 minutos hoje, propostos pelo Senador Randolfe, poderiam ser algo que beneficiaria um segmento que quer apoiar o projeto para,

se possível, votar hoje, já que há o entendimento de todos, mas poderia criar um precedente que, de alguma forma, quebraria o bom senso. Eu acho que, considerando que alguns dizem que, na quarta-feira que vem, talvez não haja a presença de muitos, então, poderíamos fazer para terça-feira.

Eu acho que, para se chegar a um entendimento razoável, eu acredito que o projeto será aprovado, poderá ter melhorias de redação aqui e acolá, mas eu estou de acordo com o parecer da Senadora Ana Rita. Acho de bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para ajudar, Senador Suplicy, a Assessoria da Mesa – eu quero ser muito fiel inclusive à Assessoria, preservando-os – reafirma que é de praxe os cinco dias, mas que já há houve, nas Comissões, exceções. Eu estou entendo a preocupação de todos vocês e a minha também, tanto que eu não quis assumir a questão da meia hora, senão, se eu tivesse convicção do meu voto, até eu chegaria e diria. Não tenho convicção, como eu vejo que a maioria não tem.

Por isso, eu remeti ao Plenário, e o Plenário, neste momento… Oxalá conseguíssemos um grande acordo! O Senador Suplicy, a Senadora Lídice da Mata, o Senador Capiberibe, o Senador Gim, o Senador Magno Malta, pelo que eu vi até o momento, sinalizaram aqui que o ideal seria votar na terça-feira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Depende da posição de todos os Senadores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Deixe-me fazer uma ponderação aqui, acatando a sugestão da Senadora Lídice. A ponderação que faço é que para não ficar na figura da meia hora, que seja uma hora, que sejam duas horas, que seja a votação na Comissão amanhã, embora, sejamos realistas, acho pouco provável nós conseguirmos. Eu acho até provável nós conseguirmos quórum desta Comissão; acho pouco provável conseguirmos quórum de Plenário para votarmos o projeto amanhã. Eu considero que esse projeto é urgente para ser votado em Plenário.

Então, sejamos de bom senso. Levemos as duas horas, levemos a uma hora. Já houve precedente disso. Se achamos esse projeto importante e urgente, levamos a uma hora, levemos as duas horas aqui, mas votemos, no dia de hoje. Levar para a semana que vem, nós sabemos os riscos que têm, nós sabemos todos os riscos que têm. Queremos levar para a semana que vem, levemos, mas assumamos os riscos que têm. Sejamos realistas, sejamos realistas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós somos bem realistas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Em tudo o que nós estamos fazendo aqui, sabemos os riscos que estamos correndo. Não queremos dar meia hora, vamos dar uma hora, vamos dar duas horas, mas tudo tem um calendário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador Paim, primeiro eu quero parabenizá-lo por sua posição tranquila e clara de não querer assumir a responsabilidade de uma decisão de reduzir cinco dias para meia hora. Apesar de a Assessoria dizer que isso já aconteceu outras vezes, não é isso? É verdade, né? É. Mas é um risco, como diz o Senador Magno Malta. É um risco.

Por isso, a minha insistência em pedir que ele abra mão do seu pedido de vista. Seria o melhor, seria o mais tranquilo para todos nós. E debatermos aqui cinco dias, se quiser. Porque, Senador Magno Malta, nós estamos vivendo uma situação especial.

Eu fui contra trazer essa Copa para o Brasil desde o primeiro dia. Fui um dos poucos que se manifestou nesse sentido. Mas ela está aí e criou um clima tal, que a gente vai entrar em recesso, ou branco ou preto, daqui até a um bom tempo. Depois, vem o recesso já regimental. Depois começa, para valer, as eleições.

Nós corremos o risco desse projeto ficar, Senador Magno Malta, para o próximo ano, para a próxima Legislatura. E, talvez, ter de recomeçar muita coisa que já avançou até aqui. Eu volto a insistir, sem querer constrangê-lo, Senador Magno Malta, o meu apelo de abrir mão do pedido de vista e debatermos aqui enquanto o senhor achar que é preciso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Senador Paim, no art. 412, inciso III, diz o seguinte: "impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de lideranças ou decisão de Plenário, exceto quando tomada por unanimidade mediante voto nominal".

Tem que observar a unanimidade nesses casos, quando tem esse tipo de impasse. Está aqui no Regimento Interno. Eu, com todo o respeito que tenho ao Professor Cristovam – chamo ele de professor porque é professor de todos nós –, mas eu não vou retirar, não.

Hoje, no meu Estado, um homem, travestido de menino, com 14 anos, está nos jornais, assassinou sete pessoas nessa madrugada. Catorze anos! Tem algo mais urgente do que isso? Mas ninguém quer debater. Tem algo mais urgente do que isso? Vamos falar de urgência.

Então, eu vou manter. Penso que posso contribuir. A colocação equilibrada do Senador Capiberibe é importante. A Senadora Lídice da Mata faz uma colocação equilibrada. E que, para terça-feira, eu topo. Porque eu sei que terça-feira é véspera de jogo do Brasil, mas as crianças não são mais importantes do que o jogo do Brasil? São, sim. Não é? São.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Art. 14.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Então, eu citei o senhor no bom sentido. Eu não falei nome, não. Eu te chamei de professor. Entendeu? Então…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pessoal, a Presidência é que vai decidir. Não adianta que a… Podem falar à vontade, mas quem decide é a Presidência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Está bem. Então, eu estou citando isso aqui para dizer, Senador, que o Regimento manda observar a unanimidade. O Regimento, art. 412, Dos Princípios Gerais do Processo Legislativo. Art. 412, o inciso III manda observar a unanimidade.

É por isso que estou fazendo essa leitura para V. Exª e penso que o Senador Capiberibe e a Senadora Lídice caminharam. Fizeram uma milha melhor, porque, em hipótese nenhuma, eu vou abrir mão do meu pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É válida quando o Regimento não aponta do caminho. E, nesse caso, o Regimento aponta o caminho. Pedido de vista, no máximo, cinco dias. Por isso, eu fui muito tranquilo aqui. O Senador Cristovam entendeu meu ponto de vista. Eu não tenho condição de decidir essa questão de jogar para meia hora. Quem quiser decidir vai ser o Plenário, não vou ser eu quem vai decidir.

Diz, no máximo, cinco dias. Se fossem três dias, quatro dias, um dia, meia hora, eu também não ia tomar essa responsabilidade porque a Mesa aqui, a Assessoria, é tranquila em dizer: a praxe são cinco dias.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Senador Paim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, eu quero dizer que, de fato, uso o art. 14 para agradecer a referência que o Senador Magno Malta fez tão generosa a mim. Lembrando que eu sou professor, inclusive. Mas não posso deixar de responder um pouco a ele.

Quando o senhor fala, Senador, desse "cara" – não vou nem chamar de menino – que matou esse grupo de pessoas e se tem algo mais urgente, tem algo mais urgente que devia ter sido feito 15 anos atrás: era cuidar bem desse garoto. É muito possível que, na história desse bandido mirim, tenha havido violências, que talvez tenham começado com beliscão, com o cascudo, com o tapa, com a queimadura de cigarro e outras formas.

Então, sim, Senador Magno Malta, mas urgente até do que prendê–lo – porque tem que ser preso mesmo – é evitar outros desse no futuro. E uma das maneiras para evitar é acabar com a violência contra as crianças, que é uma produtora de violência de adultos quando essas crianças crescem.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Senador Paim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Gim. Em seguida, Senadora Ana Rita.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Eu quero agradecer o debate que nós tivemos aqui sobre a questão de ordem levantada depois que V. Exª concedeu vista ao Senador Magno Malta. Lembrando que isso é muito, muito complicado – muito, muito complicado. Por quê? Há uma questão para se decidir se se concede vista por meia hora em um projeto tão importante ou se, conforme o Senador Capiberibe propôs, todos que estão aqui se comprometem estar aqui novamente na terça-feira que vem, oportunidade em que teremos tempo de analisar, discutir esse projeto, enfim, de poder analisá-lo melhor, porque coisas urgentes aqui nós temos todos os dias no Parlamento, mas esse é um projeto muito, muito importante, com o qual todos querem colaborar. Acabamos de receber um projeto tão importante e, agora, querem atropelar esta Comissão, querem tirar as funções de uma Comissão importante como esta! Se isso virar moda em todas as Comissões, acabou… Virão pedir muitas vezes que a vista só seja concedida somente por meia hora. Então, isso não faz sentido fazer em um projeto tão importante e que merece a contribuição de todos.

Ninguém está contra o projeto. Todos sabem que esse projeto é muito, muito importante. Mas vão acabar com o direito da minoria. Vão acabar. Quem está defendendo meia hora hoje, amanhã, nas próximas Comissões, vai passar… Vai haver muita dificuldade, porque não é dessa forma o Parlamento. É tradição, Senador Paim. Nós que já enfrentamos tantas lutas juntos aqui, sabemos que é tradição: pediu vista, o senhor concedeu vista coletiva; é automático. Agora, o senhor decidir entre uma questão de ordem de meia hora de um pedido de vista em um projeto tão importante porque há outros motivos ou decidir o que é normal… E combinar com todos que estão aqui para que na terça-feira que vem, logo cedo, às 8 horas, todos estejam aqui – não é isso, Senador Capiberibe? Venhamos todos e vamos debater pelo prazo que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pessoal, eu quero dizer que não adianta ter pressa aqui não. Se há tanta pressa de votar – para votar hoje ou daqui a cinco dias –, então vamos discutir o tempo que for necessário. Eu não estou com pressa. O tema é importante, mexe com todos nós.

E é bom lembrar que esse projeto não é terminativo aqui, o que significa que a votação aqui pode até ser simbólica seja no momento em que for – eu não estou aqui decidindo nada –, seja no momento em que for. Claro que, se houver verificação, será votado. Por isso que é preciso manter o equilíbrio e a tranquilidade para vermos qual é o melhor caminho para a Casa, para a Casa, para o Senado da República.

O Senador Suplicy pediu a palavra aqui na Mesa, conversando comigo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu gostaria de fazer uma consulta, Sr. Presidente. Alguns Senadores falaram que, se não votarmos hoje à tarde, corremos o risco de, na semana que vem, não votarmos. É fato. A Presidenta, Senadora Ana Rita disse que, muitas vezes, nesta Comissão, temos tido dificuldade de ter quórum. Mas, hoje, estamos com quórum. Eu gostaria aqui de perguntar: todos que estamos aqui presentes assumimos o compromisso de estarmos aqui na terça-feira e, portanto, apreciarmos essa matéria?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Eu estarei.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Eu estarei, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu estarei aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Se há unanimidade de todos nós…

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – A presença não é a questão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Não, mas eu acho que é uma questão…

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – O problema é votar em plenário.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Eu acho que o problema é que não há sessão deliberativa na próxima semana. Só isso.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Na próxima semana, provavelmente não haverá sessão deliberativa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Não haverá sessão…

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – O calendário prevê…

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Está no calendário: dia 10, sessão deliberativa.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Prevê votação agora…

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Prevê sessão deliberativa…

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – No calendário, Senador, dia 10.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Há sessão, sim. Há sessão deliberativa no calendário, conforme foi o acordo de Líderes.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Não há. Não há; ontem houve reunião de Líderes e não ficou acordado ter sessão deliberativa.

Presidente, o que ficou acordado, na reunião de Líderes, foi uma série de matérias para votarmos esta semana. Uma por uma foi deliberada, desta semana, até amanhã, como sessão deliberativa. Na próxima semana, não houve decisão dos Líderes de haver sessão deliberativa.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de me manifestar. Eu queria aqui colocar a minha opinião a respeito deste momento. Ouvi atentamente a fala de cada companheiro, Senador e Senadora. Compreendi perfeitamente a fala de todos vocês, tanto quem se manifesta por aprovar logo quanto quem se manifesta para deixar para mais adiante, para ter um tempo maior de discussão. Tenho tanta convicção de que esse projeto é bom para as crianças e os adolescentes que não tenho a menor dificuldade de pedir a vocês, de fazer um apelo para que votem ainda hoje.

Esse projeto tramitou na Câmara quatro anos. Ele foi palco de debates intensos na Câmara dos Deputados, debates que envolveram não só Parlamentares, envolveram também outros setores da sociedade, a sociedade civil, enfim, uma ampla participação. Para apresentar o relatório, eu me debrucei sobre ele, ouvi atentamente, recebi por *e-mail*, pelo Twitter e pelo Facebook manifestação de diversas pessoas. Alguns, a maioria, a favor, e alguns contra. Quem se manifestou contra é porque não conhece o texto da lei. Tenho muita convicção de que o texto da lei é muito bom. Quero retomar apenas um parágrafo do meu relatório, que diz o seguinte:

O projeto de lei não interfere na educação dos pais em relação aos seus filhos, tampouco traz novas sanções aos pais, responsáveis ou para pessoas encarregadas de cuidar, zelar, proteger. Seu objetivo central é conceder às crianças e adolescentes o direito [o direito] de receber educação e cuidados sem o uso de castigo físico e tratamento cruel. Para tanto, cria medidas educativas e tratamento psicológico ou psiquiátrico para pais, responsáveis e agentes públicos que desrespeitarem ou não garantirem esse direito.

Então, na verdade, estamos aqui discutindo algo que já deveríamos ter aprovado há muito tempo, porque, nesse período que estamos discutindo aqui, possivelmente muitas crianças estão apanhando, muitas crianças estão sendo submetidas a tratamentos cruéis, muitas crianças, possivelmente, estão morrendo, e nós aqui dis-

cutindo o óbvio. Perdoem-me, Srs. Senadores, mas discutindo o óbvio. Esse projeto apenas reforça o direito de a criança ser tratada com dignidade. Ninguém, ninguém, nem mesmo os pais, podem humilhar os seus filhos, têm que educá-los. É claro que não nos cabe, não nos compete interferir na família, não é esse o objetivo do projeto; mas é objetivo do projeto defender as nossas crianças e adolescentes. Aqui tenho certeza absoluta de que todos concordam com isso. O projeto não tem nada mais além do que isso. Estamos discutindo o óbvio.

Então, gente, não vejo a menor dificuldade em aprovarmos esse projeto agora.

Compreendo perfeitamente o pedido de vista, é um direito de todo Parlamentar solicitar vista, mas acho que também temos que olhar o outro lado, que é o lado da criança e do adolescente.

Quero só finalizar dizendo o seguinte: comungo perfeitamente com as opiniões da Senadora Lídice da Mata. Semana que vem, teremos duas sessões aqui, mas possivelmente não serão deliberativas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Senadora Ana Rita, acabei de receber a informação de que haverá medida provisória trancando a pauta.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Medida provisória trancando a pauta para a semana que vem, é isso o que vai acontecer! Então, vamos votar quando esse projeto? Estamos entrando na Copa, depois vamos entrar em período de recesso, período eleitoral. Eu não quero ser responsável por adiar essa discussão, adiar essa votação em detrimento dos direitos das nossas crianças e adolescentes. A Comissão de Direitos Humanos não pode abrir mão do seu papel de proteger as crianças e os adolescentes.

Nós somos Comissão de Direitos Humanos, a Comissão que defende, que protege os direitos das pessoas e, neste caso, que protege os direitos das crianças e dos adolescentes. Neste ponto, tenho a certeza de que não temos a menor discordância. Portanto, vamos trabalhar com bom senso, respeitando o Regimento, com certeza, e dando um prazo de vista mais curtinho, a fim de que tenhamos tempo de dialogar e de fazer uma leitura do projeto, quem ainda não teve a oportunidade de ler, mas que votemos ainda hoje.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Faço esse apelo porque é em nome das crianças e dos adolescentes que precisamos trabalhar. E é aqui que eu quero me colocar e que me comporto deste jeito. Eu sou Presidente desta Comissão, tive a oportunidade de ser a Relatora, e é com muito orgulho que faço isso. Porque tenho a convicção, tenho a certeza de que estamos fazendo o bem para as nossas crianças e adolescentes. Eu não quero imaginar que haja alguém aqui pensando que temos todo o tempo do mundo em detrimento de nossas crianças e adolescentes. Creio que todos pensam como eu estou pensando agora, em defender os direitos de nossas crianças e adolescentes, e o projeto assegura isso.

Desculpem-me pela extensão do tempo, mas faço esse apelo a todos os colegas Senadores e as colegas Senadoras.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tendo em conta que haverá trancamento de matérias na pauta em razão de medida provisória, estou de acordo que façamos todo o esforço para votar ainda na data de hoje, Sr. Presidente. Se não for meia hora de vista, que haja um tempo mais razoável para que o Senador Magno Malta pense a respeito.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, esta matéria, sendo aprovada aqui e indo para o plenário, pode receber emenda de Plenário, não pode?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode. Vai ser discutida em Plenário, vai receber emenda, o tempo que for necessário.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Então, eu diria que é um prazo até maior. Que se pudesse discutir a vista de meia hora, mas que fosse votada aqui e que se discutisse as eventuais emendas em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mesmo depois do pedido de vista, daqui a meia hora, inicia-se o debate.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Inicia-se o debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Que poderá se estender…

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Exatamente. Até a Ordem do Dia. Até a hora em que for votada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Senador Davim, inclusive, aquiesço à proposta da Senadora Lídice: o prazo de uma hora, o intervalo de uma hora. Suspenderíamos a reunião por uma hora para as emendas. E daqui a uma hora a Comissão voltaria a se reunir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Eu aquiesço à proposta da Senadora Lídice. Suspende-se por uma hora para a vista, para as emendas, e dentro de uma hora a Comissão volta a se reunir.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Retomamos a Comissão às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Seria um pedido de vista de uma hora ou suspende e volta daqui a uma hora?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Um pedido de vista por uma hora, por uma hora, conforme propôs a Senadora Lídice.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Às 14h08 retornaríamos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Nós estamos cometendo uma temeridade. Eu mantenho o meu pedido de vista. Não vou retirar o meu pedido de vista. Aí estão as notas taquigráficas, as gravações, V. Exª concedendo a vista, concedendo vista coletiva. Se nós tivéssemos nos levantado e saído, a vista teria sido concedida. Está gravado, está taquigrafado. Por educação é que nós até entramos no mérito, debatemos, para ver se dá, se não dá.

Com essa proposta, o Senador Randolfe agora está melhor, está bonzinho, pois concedeu mais 30 minutos, passou para uma hora. Isso quer dizer que se começarmos a apertar o santo dele ele passa para uma hora e meia, duas. Mas mantenho a minha posição. Não gostaria que o Regimento Interno recebesse esse tipo de rasura, porque certamente essa manobra será utilizada por muitos, por mim e por todos que entenderem que há necessidade e acredite tanto na sua necessidade para pedir esse tipo de suspensão de meia hora e prazo de vista de uma hora.

Eu não abro mão do meu pedido de vista. Concordaria perfeitamente para terça-feira, mas vou sair da reunião com a vista dada. V. Exª concedeu a vista. Está gravado e taquigrafado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Concedeu vista coletiva, assim que foi lido. Está dado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pessoal, eu é que vou encaminhar no final. Vocês podem falar à vontade, mas eu vou encaminhar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Gostaria que V. Exª encaminhasse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não houve entendimento…

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Eu gostaria de saber se há algum precedente de pedido de vista com prazo tão curto. Há precedentes?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu não sei. Sei que já houve pedido de vista de menos de cinco dias. Disso eu participei.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Só em regime de urgência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Eu posso citar um caso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Na votação da Desvinculação de Receitas da União. Inclusive, eu fui voto vencido. Nesse caso, ano passado, não sei precisar a data, na Comissão de Constituição Justiça, eu fui derrotado nesse caso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pelas informações que me chegam…

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Foi decidido inclusive pela Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como é da ética Parlamentar que ninguém pode mentir, subentendo que é verdade o que V. Exª está dizendo: que já houve precedentes. É o que me diz também a Assessoria da Mesa.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Estou aqui em defesa do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu também.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – Sou favorável ao projeto, vou votar a favor dele. Agora, cada vez que tivermos uma questão de urgência, vamos quebrar o Regimento, como aconteceu? Eu acho que é um precedente perigoso a quebra do Regimento pela Comissão.

Esta é a minha dúvida: sou favorável, vou votar a favor; se for hoje, voto a favor, se for na terça-feira, voto a favor. Isso eu quero deixar claro.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Sr. Presidente, minha posição é idêntica à do Senador Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pessoas, não adianta alguém me falar qualquer coisa. A decisão eu vou tomar, pessoal. Vou ouvir todos, claro, pelo tempo que for necessário.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Esse risco que estamos correndo ao abrir esse precedente é muito ruim.

O Senador Capiberibe tem razão. Vai acabar com o direito da minoria. Porque hoje, Senador Paim, V. Exª havia concedido vista. É verdade. O Senador Magno Malta está corretíssimo. Quantas questões de ordem podem ser apresentadas depois que V. Exª concedeu vista? Podem ser apresentadas dez, mas o senhor já havia concedido vista ao Senador Magno Malta. Concedeu vista e concedeu vista coletiva. Depois, o Senador, muito bem instruído em sua questão de ordem, colocou a questão de ordem de 30 minutos, de meia hora, mas a vista já havia sido concedida.

Com o consentimento de V. Exª, na terça-feira estaremos todos aqui, como se comprometeram o Senador Suplicy e o Senador Capiberibe. Eu também sou a favor do projeto; só quero contribuir com o texto. Então, não há dificuldade alguma. Agora, não é sem haver tomado conhecimento de um texto tão complexo como esse e com explicações em 30 minutos que se resolve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Gim Argello, aí eu tenho de falar.

Eu tive todo o cuidado, porque eu sabia da polêmica, quando foi encaminhado o pedido de vista. Foi feito o pedido de vista e, em seguida, vista coletiva e, na sequência da vista coletiva, eu tive o cuidado de me dirigir ao Senador Randolfe, dizendo para ficar tranquilo que a questão de ordem de S. Exª seria apreciada. Ele disse: "Eu quero vista coletiva e quero que a vista seja por 30 minutos". A partir daí nos começamos um longo debate aqui, que já está se estendendo por mais de três horas, se se concede ou não.

Neste momento chega aqui o Senador Simon, que pediu a palavra para falar sobre o tema. Naturalmente, concedo a palavra a S. Exª, que poderá até nos enriquecer.

E que a luz surja para uma decisão consensual, com as palavras do nosso querido amigo e sempre líder Senador Simon!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Eu peço desculpas aos senhores, mas eu estava assistindo do meu gabinete essa discussão. Quero felicitar V. Exª e dizer que não tenho inveja de V. Exª na posição em que está agora. Na verdade, V. Exª tem capacidade suficiente para resolver.

É uma importante questão essa que nós vamos votar. É importante, até porque ela empolgou a Nação. Todo mundo está debatendo, todo mundo está discutindo, todo mundo está buscando uma forma de se chegar ao entendimento.

Agora, eu, antes de chegar à tese em si, chego à realidade do Senado. Está na hora, e em mais de uma vez em que nós, Senado, não nos valorizamos. Não pode um projeto ficar por quatro anos sendo discutido na Câmara e, ao chegar aqui, ter de sair correndo. Não tem lógica isso! Como a Câmara pôde discutir durante quatro anos, debater, convocar, fazer o que quis fazer, e nós Senadores não temos o direito de convidar alguém para discutir? Há reuniões, mas nesta discussão, pelo que eu vi até agora, o que menos se discutiu foi o mérito do projeto. Discutiu-se o voto aqui, se vai para lá…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não se entrou no mérito.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Agora, o mérito do projeto, que é o importante, como vai ser, não deu tempo para discutir.

Então, com toda a sinceridade, em primeiro lugar, eu estranho que alguém chegue à conclusão que um projeto que nem esse… Está certo que, no dia 1º de abril de 1964, reuniu-se o Congresso Nacional, e aí eles disseram: "O Presidente da República não está no Brasil, está no exterior; assume o Vice-Presidente." Ali tinha que decidir. Era um golpe que tinham que ter dado; e deram o golpe. Mas aqui o que nos obriga a nos dar meia hora e não nos dar mais alguns dias? O que é que impede de nós debatermos com tranquilidade, com os ânimos, inclusive, que não estão os melhores agora, vamos dizer, voltarmos à normalidade e discutimos com racionalidade essa questão?

Olha, o Congresso é Câmara e Senado, mas o Senado tem se diminuído muito nessa questão. Nas medidas provisórias, é um vexame atrás do outro. A medida provisória fica lá na Câmara até o último dia e chega aqui às 9 horas da manhã, e nós temos que votá-la de noite, senão, até a meia-noite ela morre. Então, a gente vota sem ver, sem coisa nenhuma, sem ler, sem poder mexer em coisa nenhuma, porque à meia-noite cai a medida provisória. Então, nós temos que votar.

Agora, essa matéria não é nem isso. Essa matéria está há quatro anos esperando. É uma matéria da maior importância, do maior significado. Quem diz que nós não podemos ter a felicidade de trazer alguém que discuta, que analise e nos dê a média do pensamento dessa questão?

Eu vejo que a racionalidade do que está certo… Eu não atiro pedra no outro lado. Eu acho que todos queremos encontrar uma solução pacífica. O problema é que, por mais que a gente queira, nós vamos fazer

uma lei e lei é lei. E o Brasil tem lei que não acaba mais. Mas nós não sabemos como é que a lei vai ser cumprida. O problema é que um acha que a lei vai ser cumprida, como é necessário. Na hora, ele dá uns tapinhas, dá uns tapinhas. O outro acha que a lei vai ser cumprida; na hora, ele dá uns tapinhas, quebra a cabeça. Então, essa é a realidade da discussão.

Eu vou ser muito sincero, Presidente, se eu fosse o senhor, eu deixava para terça-feira. E falo com toda a sinceridade: o seu passado, a sua biografia são nesse sentido. Vamos valorizar o Senado Federal. Esta é uma Casa de respeito. Não há por que, pelo amor de Deus, meia hora? Por que não deixar para quarta-feira? Qual é o problema? O que vai acontecer? Será que até lá vai apanhar muita gente? Muita família vai apanhar, vai fazer alguma coisa?

Eu estou falando com isenção. Não estou de lado nenhum. Não conversei com ninguém. Vim do meu gabinete para cá, porque achei que era minha obrigação. E sinceramente, vim porque V. Exª está na Presidência. Se V. Exª não estivesse na Presidência, eu também não viria. Mas vim para lhe trazer um abraço e estou vendo a angústia de V. Exª. E eu faria até um apelo que nem o nosso bravo futuro Presidente, se não agora logo ali adiante: vamos ceder, vamos fazer esse entendimento, porque não há o que discutir. Vamos deixar a vista. Olha, soa mal vista de meia hora num projeto dessa natureza. Isso não é sério, ninguém leva isso a sério. Ninguém vai levar uma coisa dessas a sério; ou seja, um projeto ficar quatro anos na Câmara de Vereadores e chegar aqui com meia hora! Pelo amor de Deus!

De todo o coração, desculpe-me, mas eu votaria com o senhor…

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª me permite, Senador Pedro Simon.

Ponderou-se aqui que na terça-feira haverá medida provisória que tranca matéria, o que viabilizaria apreciarmos e votarmos aqui na Comissão, mas talvez não no plenário. Mas há que se considerar que terça-feira é dia 10 e ainda teremos, em que pese a Copa do Mundo, inúmeros dias em que nós teremos que votar aqui e no plenário matérias. Mesmo que haja alguns dias de trancamento de pauta, isso não significa que não teremos deliberações até antes do recesso, em que pese os jogos da Copa do Mundo.

Levando em conta o apelo de V. Exª e esse raciocínio que eu acabo de fazer aqui, acho que o importante é o compromisso de todos nós examinarmos bem essa matéria, conforme V. Exª está dizendo.

Mas, dada a relevância, que haja o compromisso de todos nós votarmos essa matéria, em que pese a Copa do Mundo, inclusive no plenário, ainda neste mês.

Eu acho que, se houver o compromisso de todos nós, será considerado o direito de vista, mas também a vontade muito grande de todos votarmos essa matéria por considerá-la tão importante.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Está certo. Concordo: votar este mês. Está correto. É uma visão absolutamente correta. Tem lógica.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – V. Exª me concede um aparte, Senador Pedro?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para a Mesa entender aqui: qual é a sua proposta, Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quando aqui o próprio Senador Randolfe anunciou "ah, mas, na semana que vem, não poderemos votar em plenário porque será trancada a pauta por medidas provisórias", aí eu mesmo: em sendo assim, então, tem que votar. Mas, tendo em conta esse raciocínio, veio à minha cabeça: terça-feira ainda é dia 10, nós teremos mais 20 dias, e o recesso agora só se dá em meados de julho.

Se todos nos comprometermos a debater e votar a matéria como pede o Senador Magno Malta, pelo menos com mais alguns dias… Até terça ele aceitou. Se todos assumirmos o compromisso de que este projeto será apreciado e votado nesta Comissão e no plenário ainda este mês, se houver o compromisso firme de todos nós, de todos os partidos, eu acho que assim ficam contemplados os dois lados.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Está aí um bom acordo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Ficam contemplados o direito de vista e a vontade da grande maioria aqui de votar. E todos já expressaram que querem votar. Queremos votar – eu sou um deles – favoravelmente à matéria. Posso até admitir sugestões de aperfeiçoamento, mas quero votar a favor do parecer da Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Wellington Dias, que não usou a palavra…

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Mas, Senador…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas, em seguida, eu passo a V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – O Senador Pedro não havia encerrado. Ele me deu um aparte, e V. Exª chamou o Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É, mas eu entendi que ele havia encerrado e, como entendi, decidi.

Agora, o Senador Wellington, com a palavra, mas eu dou a palavra, em seguida, a V. Exª.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, eu creio que precisamos aqui considerar todas as argumentações feitas. Na minha opinião, é claro que o ideal é, se pudéssemos, termos aqui um entendimento. Normalmente, para ser razoável, aqui é possível ter esse instrumento de vista de meia hora, de uma hora. Vamos ser sinceros aqui. Já fizemos isso aqui inúmeras vezes. Não há nenhuma novidade nisso. Acho importante, porém, o argumento de tempo para discussão do mérito. Acho que é legítimo. Quer dizer, é um tema que gera polêmica, gera polêmica na sociedade, gera divisão de posicionamentos dentro da Casa. Por isso, creio que há necessidade de termos tempo.

Qual é o problema que temos e é real? É que tudo indica que a próxima semana, por trancamento de pauta, por decisão da Mesa, sei lá pelo quê, caminha para não haver sessão de votação aqui na Casa – ponto. É isso.

Se há possibilidade de um compromisso de votarmos no mês de junho – e acho que isso é adequado –, creio que é fazer um entendimento de um cronograma que pudesse permitir a condição de votação. Porque veja o que vai acontecer: V. Exª encaminha por uma vista coletiva, que pode ser meia hora, uma ou duas, enfim, alguém vai fazer o questionamento. Leva-se isso para debater em plenário. Nós vamos causar uma discussão muito mais processual do que no mérito. Eu acho que isso não é razoável. Então, eu tenho uma posição firme, definida. Confesso que fui ler o relatório somente ontem, a partir do debate que travamos ontem no plenário. Ontem, fiquei caladinho lá, sem me pronunciar.

Compreendo que há, de um lado, uma preocupação real com a situação de crianças que são espancadas, que são violentadas, enfim, em nome do poder dos pais de fazerem uso da força em relação às crianças.

Do outro lado, há também um receio da criminalização de pais – isso é também razoável; há um receio; isso é real; isso não é do mundo abstrato – na forma de como ficar a interpretação do texto.

Acho que o texto que a Senadora Ana Rita trabalhou aponta já uma segurança bem melhor em relação ao que veio, mas está pronto? Eu acho que precisamos ter aqui também o bom senso de avaliar sobre isso. Então, acredito que trabalhar um entendimento sobre um cronograma é razoável e defendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Olha, o Senador Wellington Dias, todo mundo sabe, é uma liderança indiscutível do Partido dos Trabalhadores. Ele faz uma ponderação equilibrada e tranquila sobre um cronograma de votação. É uma proposta nova, que surgiu agora. Eu queria ouvir a opinião dos Senadores que estão no plenário, porque, se for acatada a proposta do Senador Wellington, pelo que entendi, o pedido de vista seria concedido, com o compromisso de votar na terça e com o cronograma já de votação em plenário. Seria essa a proposta, Senador Wellington?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com o compromisso de votar em junho.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o compromisso de votar em junho no plenário.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – O que estão levantando aqui, Sr. Presidente? Permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Chega a informação…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Estamos caminhando e podemos chegar ao entendimento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – …que quero checar com quem é da Mesa aqui, que não haveria sessão de votação, a pauta estaria trancada durante o mês de junho. Há isso? Quem sabe disso? Quem é da Mesa aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O calendário – só um pouquinho, pessoal, porque perguntaram – que está aqui não diz isso. O calendário aqui fala que, em junho, há votações.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – O calendário é oficial.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dez e 11. Pessoal, olha aqui. Só um minutinho. Permitam-me aqui uma explicação. Eu não estou decidindo, pessoal. Estou recebendo informações e remetendo ao Plenário. E vou dizer: quem decidirá será o Plenário. Não serei eu. O calendário diz aqui que 10 e 11, Senador Suplicy, há votação. Ora, aqui entre nós, combinar o jogo, Senador Wellington Dias…

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Se der para 10 e 11, está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se houver vontade política, é claro que sairemos daqui e falaremos com o Senador Renan que queremos votação na terça. E é possível pelo tema. Votaríamos aqui na terça, de manhã, e, à tarde, poderíamos remeter para o plenário. É só não ler as medidas provisórias. Eu presido a sessão dia e noite. Se não quiser, não lê. Lê se quiser. Eu presido aquela sessão todo dia. Estou querendo buscar uma saída negociada.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Eu compreendo e acho que podemos…

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Senador Paim, eu gostaria de informar…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Senador Magno Malta já está esperando há horas.

Senador Magno Malta, por favor, com a palavra. Em seguida, a Senadora Lídice. Ele havia pedido um aparte ao Simon, e eu não dei.

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Governadora, depois a senhora.

Senador Pedro, corroborando com a fala de V. Exª e o bom senso também colocado pelo Senador Wellington agora, que faz sentido – e tenho certeza de que o Senador Renan cederá –, quando V. Exª fez o seu argumento tão prático, tão interessante, eu gostaria de dizer – acabei de dizer isso para a Senadora Lídice, e o Senador Randolfe, que é um homem da lei, sabe o que vou falar – parte desse texto, 40% estão contemplados no Código Penal e 40% estão contemplados no Estatuto da Criança e do Adolescente já. Então, veja: qual é a necessidade da sangria desatada? Eu dizia para a Senadora Lídice, que fez uma colocação importante: "Realmente. O projeto é um ajuste no Estatuto da Criança e do Adolescente." Parte dele está contemplado, Senador Wellington, no Código Penal. A outra parte, no Estatuto da Criança e do Adolescente. Não há essa necessidade dessa sangria desatada, como colocou o Senador Pedro.

Quer dizer, passa quatro anos na Câmara e, quando chega aqui, nós somos obrigados a fazer isso com 30 minutos ou apenas com 72 horas. Quer dizer, 72 horas foi o trâmite. Não foi discussão, não foi debate.

Eu acho que nós não temos que arranhar, criar lesões no Regimento Interno. Eu acho que embarcaria nessa proposta de ponderação. Conforme disse o Senador Gim e V. Exª, é só o Senador Renan não ler até terça-feira para que cumpramos o prazo regimental. Eu realmente conheço o texto, sei do que estou falando e tenho essa proposta de ajuste para fazer.

Não estou, Senadora Ana Rita… Em nenhum momento o relatório da Senadora Ana Rita para mim – e eu disse no começo – é uma peça de ficção ou o pior dos mundos. Não, não! Eu acho que tenho alguma coisa para contribuir ali. O relatório dela é bom, eu tenho alguma coisa a contribuir – eu tenho –, mas eu preciso do prazo regimental para fazê-lo. Por isso concordo com a palavra do Senador Pedro, quando fala: "Por que a sangria desatada se já ficou lá?" Vamos expor o Senado a uma situação absolutamente ridícula? E a colocação agora, que vem corroborar com a colocação que já havia sido feita pelo Capiberibe, pela própria Senadora Lídice e pelo Senador Suplicy, a palavra aqui do Senador Wellington.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Lídice. Em seguida, Senador Wellington. A Senadora Lídice havia pedido antes.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Eu queria ressaltar o seguinte, apenas para esclarecer, para não ficar parecendo que há duas opiniões: nós tivemos ontem reunião da Liderança. Eu participei representando a Liderança do PSB. Na reunião da Liderança, ficou colocada a dificuldade de construção de quórum na semana que vem. E o Líder do Governo no Congresso, Senador Pimentel, disse que tem necessidade de ler três medidas provisórias que seriam lidas hoje e isso significará o fechamento de pauta.

Mais ainda, Presidente Paim, a partir de hoje – não é porque os Senadores não queiram trabalhar, como alguns da imprensa inclusive vão noticiar –, nós estamos num período de convenções partidárias. A partir do dia 10, pela definição do Tribunal Superior Eleitoral, as convenções partidárias ocorrerão, mobilizando, portanto, Senadores e Deputados do País inteiro para aprovar suas chapas em que uma parte desses Senadores e desses Deputados estarão envolvidos diretamente para recondução do seu mandato.

Então, quando se fala aqui em haver votação em junho, só será possível, Senador Paim, se houver o compromisso dos Líderes partidários para que nós tenhamos uma sessão em junho para votação dessa matéria. Não dá para imaginar que vamos fazer esse acordo com uma parte das Bancadas que estão aqui; são muito poucos. Nós vamos estar aqui se o senhor determinar. Estarei aqui na terça, estarei aqui na outra terça, estarei na outra terça e assim por diante. Mas esse é um quórum de reunião da Comissão, não é um quórum de reunião do Senado Federal, muito menos de votação no Senado Federal.

O Senador Gim é Líder do Bloco dele. Se ele assumir conosco o compromisso determinando a data e determinando que a sua Bancada estará aqui para dar quórum tal dia para que nós tenhamos a votação, aí é

outra coisa. Se nós tivermos o compromisso de todos os Líderes nesse sentido, é possível se fazer um acordo. Agora, sem que isso tenha sido colocado, vamos fazer aqui um acordo para inglês ver.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Volto a dizer: o argumento do Senador Magno Malta serve também para isso. Se nós já temos uma parte desse texto que é lei, por que adiarmos a votação quando estamos apenas com 20% de aperfeiçoamento do Estatuto da Criança e do Adolescente sendo votados.

Eu defendo, como defendi aqui no início, tanto o Regimento desta Casa como defendo também que o Senado Federal seja valorizado e tenha tempo para votação de propostas. Nós estamos discutindo a excepcionalidade de uma proposta que tem apenas 20% do seu texto representando um acréscimo às leis que aí já estão e que são simbolicamente importantes para acenar para o Brasil, para uma nova cultura em relação à educação das crianças que não preveja a agressão física.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora.

O Senador Wellington Dias vai apresentar uma proposta de encaminhamento aqui de consenso.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, eu telefonei ao Presidente Renan. Ele está, neste instante, numa solenidade ali, mas se dispõe de tratarmos com ele. Ele vai depois para o plenário do Senado, mas se dispõe.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Então, qual é a ideia? Vejam só, da minha parte, como eu disse ontem, estou preparado, sinto-me preparado para a votação. Chamo a atenção, Senadora, para não perdermos para uma questão processual. Então, veja, o que estou propondo aqui? Suspendermos aqui, conversarmos com o Presidente Renan… O que ele disse? Vai haver plenário, vai haver painel na terça. E o que vamos pedir para ele – ele acha que é possível, acha que é razoável…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Faça a proposta, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – …a pedido dos Líderes – é não fazer a leitura, ou seja, ir ao Presidente Renan e pedir que não seja feita a leitura da medida provisória na terça. E aí, a gente faz a votação na terça-feira. Eu acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pessoal, só um pouquinho, antes de eu passar a palavra para todos, o Senador Wellington Dias fez uma proposta concreta…

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Vamos suspender, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E o Senador Randolfe, que é o autor do tema em debate, concordou.

Há a proposta do Senador Wellington Dias e a concordância do Senador Randolfe Rodrigues neste momento – a quem concedo a palavra – em retirar o seu pedido de vista, para suspender a reunião por um período para podermos dialogar com o Presidente Renan.

Senador Randolfe com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – É exatamente isso, Presidente. Vamos suspender durante uma hora – acho que é o tempo que é possível – para dialogarmos com o Presidente Renan e, em uma hora, a Comissão de Direitos Humanos, por convocação de V. Exª, retorna.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pessoal… Permite-me um aparte, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Estão me informando aqui – e sou obrigado a acreditar – que o Senador Renan estaria vindo para cá. Se o Senador Renan vem para cá, pela importância do tema e da discussão, nós o esperaríamos chegar. Eu ia tomar a decisão agora, eu ia tomar a decisão. Mas, com a chegada do Senador Renan, eu entendo que nós… Voltará a palavra ao Senador Randolfe. S. Exª está se deslocando para cá, para ver se conseguimos conciliar aqui um grande entendimento.

O Senador Randolfe continua com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – V. Exª tem que ter essa informação. Se o Presidente está vindo para cá, não há necessidade de suspensão. Nós aguardamos o Presidente da Casa vir para tomarmos a decisão aqui, sem a necessidade de suspensão. Só suspendemos ou continuamos a discussão até a vinda do Presidente para tomarmos a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Gim, para uma questão de ordem também.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Senador Paim, só para retratar fidedignamente o que aconteceu na reunião de Líderes ontem. Foi o seguinte: foi combinado que ele fará sessão até amanhã de manhã, na quinta-feira – amanhã vamos fazer sessão, na quinta-feira de manhã – e, depois disso, seriam lidas as três medidas provisórias, depois da sessão de amanhã. Combinando com ele que não leria as medidas provisórias, poderia ser feito, então, na terça-feira.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É bom que já chegou todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O Presidente Renan Calheiros chegou e a Ministra Ideli também. Convido ambos a sentarem aqui à mesa para nós continuarmos o nosso debate.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Presidente Renan, estava aqui um ditado: se o Papa não vem a Roma, então nós vamos ao Papa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Nós estávamos ao seu encontro, Presidente. Nós íamos ao seu encontro.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Antecipou, ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Wellington, V. Exª fez uma proposta de entendimento. Eu gostaria que V. Exª a colocasse neste momento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Senador Renan, qual é o ponto aqui? Há uma divergência processual. Foi feito um pedido de vista, é alegado que a vista normal é de cinco dias, foi feita uma proposta de se dar vista de meia hora, de uma hora para em seguida votar. Foi anunciado que haveria recurso dessa decisão. Enfim, em razão disso, qual é a proposta para ser colocada? Havendo um entendimento, inclusive com o Presidente do Senado, seria possível se fazer o atendimento da vista, abrir já de pronto para o debate. Se for possível, viabilizar a não leitura de medidas provisórias para terça-feira na condição de se votar na terça-feira. Então, estou aqui transmitindo a proposta que foi desenhada aqui pelo conjunto dos Parlamentares.

Portanto, na terça, votariam a Comissão e o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Agora, Presidente Renan com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Primeiro a votação aqui e depois no plenário na terça-feira. É isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB – AL) – Só quero fazer um apelo. Essa é uma matéria que delonga sua tramitação há muito tempo no Legislativo. Na Câmara, no Legislativo, em uma das Casas do Congresso Nacional.

Ela foi aprovada na Câmara, depois de debates que começaram, foram paralisados, foram retomados. Ao final e ao cabo, nós tivemos a aprovação da matéria.

O fundamental para o Parlamento é que a apreciação da matéria enseja oportunidade para que cada um coloque seu ponto de vista, defenda o que é que entende para aquela proposta, para aquele aperfeiçoamento institucional. Parlamento existe por conta disso. Extrapola quem – sendo maioria ou sendo minoria – sendo maioria, descamba para a imposição, e, sendo minoria, descamba para a confusão, porque o motor do Legislativo é a maioria, quem decide sempre é a maioria. Não pode uma minoria impedir que o Parlamento decida. Você pode discutir, combinar uma tramitação, acertar um tempo de debate, de discussão, colocar seus argumentos, ouvir os argumentos dos outros, o processo legislativo se faz dessa forma. Nós assumimos um compromisso de que não votaríamos no Senado Federal nenhuma matéria que não passasse por comissão permanente, nenhuma, sem exceção, nenhuma, sem exceção.

Com essa, não será diferente, mas se ela passar pela Comissão de Direitos Humanos, nós vamos apreciá-la no Senado Federal. Há um compromisso com essa legislação. Essa discussão – eu disse ontem rapidamente, não queria repetir – não se faz da forma como muitos gostariam que ela se fizesse. A defesa de que a criança pode receber maus-tratos até a lesão é uma coisa – desculpem quem defende – mas é uma coisa absurda. O País se depara com o maior índice de violência contra crianças e adolescentes no mundo e essa legislação por si só é uma oportunidade para que nós possamos avançar com relação a isso.

Isso não é uma questão dogmática, fundamentalista. Ninguém pode estar aproveitando a oportunidade de uma discussão dessa para firmar posição com segmento A, segmento B, segmento C. O Brasil é um país complexo, mas é um país que se pretende moderno e se nós enrascarmos nessas questões, nós estaremos retrocedendo no tempo, caminhando para trás. E, ao invés de aperfeiçoarmos a nossa legislação e as nossas instituições, nós estamos recuando no tempo, abrindo lugar para um preconceito com o qual a sociedade brasileira não quer conviver mais.

De modo que eu vim aqui, como Presidente do Senado, fazer um apelo para que nós deliberássemos hoje aqui nesta Comissão de modo a preparar a matéria para que ela seja apreciada no plenário do Senado Federal, com o tempo que for necessário. Se o Senador Magno Malta discutir 20 minutos, precisar de mais 20 minutos, de mais 20 minutos, ele terá 60 minutos; se o Senador Gim Argello precisar de 20 minutos, mais 20 minutos,

mais 20 minutos, S. Exª terá os 60 minutos. O que não podemos é permitir que uma minoria impeça a deliberação do Parlamento, numa Legislação que está sendo reclamada há muito tempo pela sociedade brasileira.

É em nome do Senado Federal, para que o Senado não pague esse preço, que exatamente estou aqui. Estou vindo de uma homenagem, vou passar para a promulgação da PEC dos Defensores Públicos, mas estarei aqui na Casa à disposição.

Eu acho, sinceramente, Paim – desculpe-me –, eu não vou perder a oportunidade de dizer aqui. Eu estive, na segunda-feira, num assembleia de trabalhadores lá no meu Estado de Alagoas, conversando sobre uma recuperação salarial em função de um plano econômico. E eu ousei dizer: "Eu sou amigo do Paim, tenho conversado com o Paim." O cara olhou assim e disse: "Você é amigo do Paim mesmo?" Eu disse: "Sou." E ele disse: "Você é amigo do melhor Senador, da pessoa que tem mais compromissos com os mais pobres e os mais necessitados no Senado brasileiro."

Então, se compromisso algum não houver com a causa, se nós entendermos que a sociedade brasileira não precisa dessa legislação, num país que tem um Código Penal que é da década de 40, e nós criamos aqui no Senado uma Comissão para mudar o Código Penal… E não é fácil mudar o Código Penal, porque o Código Penal, a sua discussão é sobretudo uma oportunidade para que as pessoas que querem levantar pontos de vista, defender dogmas, fundamentalismo, discutam, façam daquilo ali um cavalo de batalha, enquanto a sociedade brasileira se mata com um Código da década de 40, com a Lei de Execuções Penais que leva as pessoas à brutalidade.

Em 1970, nós tínhamos, Ministra Ideli, 13 mil presidiários no Brasil. Senador Cristovam Buarque, em 1970, nós tínhamos 13 mil presidiários no Brasil e tínhamos 90 milhões de brasileiros. Hoje, nós temos 200 milhões de brasileiros, um pouco mais, e temos 650 mil presos no sistema prisional no nosso País. Quer dizer, o Brasil é o país mais violento do mundo: tem 3% da população mundial e responde por 10% dos crimes de homicídio que acontecem no Planeta. Já é a quarta população carcerária do Planeta e tem mais de 500 mil mandados de prisão que não foram cumpridos.

Então, em vez de separarmos tintas nesses momentos em que precisamos avançar, avançar e avançar, é muito importante que todos deixem o Congresso Nacional fazer a sua parte. Até vote contra, defenda os seus argumentos, peça para falar de novo, vote contra, encaminhe como líder de bancada, mas o que não pode, não é democrático, é não deixar o Parlamento deliberar.

Muito obrigado, Paim. Acabei atrapalhando aqui os trabalhos, mas eu queria fazer um apelo a todos para que deliberassem. Lá no plenário, que caberá a mim, eu deixarei a matéria ser discutida o tempo que for necessário, mas com o ponto de vista de que é melhor que o Congresso delibere, mesmo que erre, mesmo que erre, mas é melhor que a maioria se expresse, porque, quando a maioria não se expressa, é a minoria que, pela omissão, acaba querendo, todos os dias, legislar.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª mencionou votar o projeto…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Suplicy, só um minuto. Só um minuto, Senador Suplicy!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – … hoje ou na terça?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Suplicy, senão, eu abro mão da Presidência.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu quero só dizer o seguinte: o Presidente Renan está aqui como Senador convidado. Ele deu o seu ponto de vista. Ele vai acatar os apartes, se ele assim o entender. Se ele entender que ele já deu o seu ponto de vista e quiser se retirar, como Presidente da Casa, ele tem todo o direito. Essa é a minha opinião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB – AL. *Fora do microfone*.) – Vou me retirar, porque nós temos a promulgação da PEC.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, o Senador Renan Calheiros vai se retirar, e nós vamos decidir sabendo a opinião dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/PMDB – AL. *Fora do microfone*.) – Infelizmente. Mas queria deixar o apelo para que nós votássemos essa matéria. E acho que a pior distorção que nós podemos causar ao Parlamento é a minoria não deixar o Congresso deliberar.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Não. Pior ainda que isso é o Senado votar em duas horas, em três horas, ficar quatro anos na Câmara, e o Senado ser apenas um homologador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Renan Calheiros, nós continuamos com o nosso debate aqui. Vamos continuar com o nosso debate, como estávamos, para tomar a decisão. Obrigado por terem participado aqui.

Senador Suplicy, com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O entendimento que eu perguntei, se haverá o compromisso de votar hoje ou na terça-feira, não ficou claro para mim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ficou clara a posição dele; ficou clara.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O apelo é para votar hoje?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Podemos tomar uma outra posição, mas a posição do Presidente Renan Calheiros quanto a esse tema está clara. A decisão agora é nossa aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu estou disposto a votar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Suplicy.

Agora, o Senador Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Com todo o respeito ao Presidente Renan, foi lamentável o pronunciamento dele. Tudo o que ele disse está certo. A única coisa que não está certa é que nós não tenhamos tempo para discutir. Temos que votar, temos que discutir. Agora, ficar quatro anos na Câmara dos Deputados e, ao chegar ao Senado, ter que ser votada no dia seguinte, isso não existe. Esse é um escândalo do Senado, que vem ao longo do tempo nos desmoralizando. E é o Presidente do Senado que não tem condições de impor aquilo que deve ser. Eu acho, com todo o respeito, por tudo o que ele disse, votar hoje, votar na terça-feira, votar como propôs o Suplicy, e eu acho que está certo, até o fim de julho, seria a melhor solução.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Só para informar que me chegou aqui a informação do receio da posição dele, de não haver quórum na terça-feira. Era basicamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu lamento que o Presidente tenha saído, até porque a gente viu uma coisa tão arrumadinha que existem n gravações no Senado quando ele afirma categoricamente: "Eu sou escravo do Regimento." Já ouviram ele falar isso?

O Regimento diz que eu posso pedir vista. E, quando ele fala de uma minoria, referindo-se a mim e ao Senador Gim aqui, porque pedimos vista, ele estava monitorando de algum lugar. Mas a cena o Brasil vai ver: Xuxa sentada ao lado dele. Soube até que ela já está aí. E ela nem gasta passagem, porque ela vem no avião particular, podia voltar na terça, assentada lá.

Olhe, por que eu tenho que ser citado pelo Presidente do Senado, eu e o Gim, porque pedimos vista, porque entendemos que podemos colaborar? Por quê? Por quê? Então, quer dizer que é o argumento feito aqui pelo Senador Pedro Simon, que está há quatro anos lá; aqui é a toque de caixa. Eu diria que isso é um capricho eleitoreiro.

Não, eu não encerrei, não. Eu não encerrei, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está com a palavra. Em nenhum momento eu a pedi a V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Então, eu penso que, quando há o interesse… Eu não gosto de ver gente que nunca colocou uma criança dentro de casa esmurrar a mesa, que nunca pegou alguém na rua, e esmurrar mesa, e falar em nome de umas causas que a gente não vê os caras militarem. Para mim, é um negócio tão difícil, mas só deu tempo de o Pedro fazer uma assinatura, Senador Pedro, porque eu também ia assinar a minha. O Gim Argello ia assinar a dele, eu acho, até porque o Presidente falou e saiu. O escravo do Regimento saiu. Escravidão do Regimento é você dizer… Eu pensei que ele ia chegar aqui e dizer: "Olha, se pediu vista, a vista está dada." É a escravidão do Regimento. Quer dizer…

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Pimenta no olho dos outros é refresco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Eu sou o primeiro a defender, Senador Paim, as prerrogativas do Senado. Eu sempre tenho sustentado isso.

Agora, há uma situação em que o fato é maior que a forma. O fato é o que tem acontecido no Brasil: a violência contra a criança e o adolescente. E nessa história, nessa circunstância atual, eu não estou do lado da Xuxa; eu estou ao lado do fato, do fato de milhares, milhões de crianças e adolescentes, no Brasil, terem sido vítimas da violência; do lado do que aconteceu contra Bernardo; do lado de milhões de Bernardos que, ao longo dos anos, têm sido vítimas; do lado da urgência dessa lei.

E, nesse caso, eu não vou ficar ao lado da forma, não vou ficar no imperador da forma. Neste caso, eu não vou ficar na circunstância da minoria ocasional, da minoria que ocasionalmente está argumentando o Regimento, que, ao longo do tempo, sempre rasgou o Regimento. E, agora, circunstancialmente, ao longo desses anos que eu tenho assistido aqui no Senado, a minoria ocasional e circunstancial de agora tem rasgado o Regimento. Mas, agora, pelas circunstâncias, tem utilizado o Regimento. Eu não vou ficar pela circunstância.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Eu quero ficar pelo fato. E o fato, nesse caso, é maior que a forma. Eu vou ficar com Bernardo, com os milhões de Bernardos que têm sido vítimas.

Neste caso, eu não vou ficar com a forma, vou ficar com o fato concreto do que tem ocorrido: a violência contra milhões de crianças e adolescentes no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Wellington Dias.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente, eu sou minoria aqui, e nunca rasguei Regimento, só para informar o Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com certeza.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, diante da impossibilidade de haver segurança de quórum para terça, diante da situação de trancamento de pauta, eu acho que o caminho que nos resta é este: fazer a concessão de vista e, em seguida, definir o horário para que se tenha deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bom, fizemos uma longa discussão aqui durante toda a manhã. A minha decisão estava tomada há muito tempo. Qual foi a minha decisão? Eu disse que eu não tomaria a decisão de aceitar que a vista fosse por meia hora. Está muito clara a minha posição. Mantenho a mesma posição, remeto ao Plenário, e vamos à votação.

Não, mas meia hora após o término da reunião. Depois da votação, nós teremos, conforme foi pedido…

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu aquiesci à proposta da Senadora Lídice…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Uma hora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Uma hora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.k. Vamos à votação.

Como vota a Senadora Ana Rita na proposta que é para que a questão de vista, repito, seja por uma hora?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já iniciamos o processo de votação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Mas pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu acato V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu vou encaminhar requerimento recorrendo da decisão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Correto. V. Exª está coberto de razão.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pelo consenso, Sr. Presidente, voto a favor da prorrogação por uma hora. Vista para uma hora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – De acordo com a proposta que encaminhei, Sr. Presidente: uma hora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, eu prefiro lamentar estar votando num artifício que estamos usando do que lamentar não apressar a aprovação desse projeto de lei. Por isso, eu voto pelo prazo de uma hora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. *Fora do microfone*.) – Por uma hora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Sr. Presidente, eu coloquei essa proposta com a intenção de ganhar mais tempo para pedido de vista. Lamento muito que não tenha havido a retirada do pedido de vista, porque eu acho que esse era o caminho de acordo e de consenso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sigo a proposta da Senadora Lídice.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu me recuso a votar nessa manobra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Gim Argello.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Sr. Presidente, eu me recuso a votar nessa manobra que eu reputo inconsequente. Recuso-me a votar, e estou recorrendo da decisão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª será acatado por esta Presidência, e a sua questão de ordem terá o recurso devido.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A favor da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quantos votaram? Como foi?

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Eu queria pedir a V. Exª. Vou dar meu voto "sim" num momento de constrangimento para esta Comissão, uma matéria tão importante na Comissão de Direitos Humanos do País. Todo mundo com muita pressa de votar esta matéria. Eu continuo com a minha dúvida. Só li este artigo até agora. Continuo com a dúvida, onde servidores, profissionais da saúde…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas aí é o mérito, Senador. Nós vamos ter que discutir no plenário.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – … da educação. Só um minutinho. Nós vamos ter que discutir no plenário porque a Comissão de Direitos Humanos não quer discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. Exª está com a palavra.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – A Comissão de Direitos Humanos… Só um minutinho. Só um segundo. No tempo necessário…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pessoal, só um minuto. Eu vou assegurar a palavra ao Senador Gim Argello, porque ele está declarando o seu voto.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Eu convoquei para amanhã os conselheiros tutelares do Distrito Federal e do entorno para discutir essa matéria, pensando que essa matéria tinha chegado aqui e que iríamos discuti-la com tempo de consultar todos os envolvidos nisso. Mas, pelo jeito, nós não temos tempo, porque há algum outro compromisso que ninguém deve estar sabendo o que é. Uma matéria tão importante dessa, e o meu voto é favorável a ela, mas eu tenho dúvidas que eu gostaria que fossem esclarecidas.

Então, a Comissão de Direitos Humanos tem muita pressa em votar essa matéria. Vi hoje a presença do Presidente Renan Calheiros, que já teve a oportunidade de, mais de uma, duas ou três vezes, ser Presidente do Congresso, reclamar de um código que há desde 1940 e que, agora, parece que vai ser votado. Vi-o aqui. Já foi Ministro da Justiça do Brasil falar sobre presidiários. Então, vejam vocês.

Agora, uma matéria tão importante como essa, que está mexendo… A Câmara passou quatro anos podendo ouvir as pessoas, entendendo direito essa matéria. Mas, não, foi colocado de uma forma precipitada, com um parecer pronto, um pedido de vista de meia hora. Não vou esquecer nunca, porque agora qualquer coisa pode ser pedido de vista de meia hora, em qualquer tipo de projeto, com a argumentação de que se está defendendo o Senado, com a argumentação de que se está defendendo as comissões desta Casa.

Então, dou apoiamento ao requerimento do Senador Magno Malta e sou contrário a que os pedidos de vista nesta Casa não ocorram de uma forma normal. Não é neste caso, não, porque são vários casos. Toda semana nós temos projetos importantes. Sou a favor do projeto; agora, quero discutir porque esses pontos aqui vão penalizar vários servidores de vários formas e ninguém está analisando, ninguém está preocupado com absolutamente nada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Oito votos pelo pedido de vista coletiva de uma hora; 1 abstenção e 1 voto contra.

Convoco nova reunião desta Comissão para daqui a uma hora, às 15 horas.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 59 minutos.)

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE JUNHO DE 2014, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 15 HORAS, NA SALA Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e vinte e dois minutos do dia quatro de junho de dois mil e quatorze, no Plenário número 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Rita, reúne-se a Comissão

de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Angela Portela, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Paulo Davim, Vanessa Grazziotin, Sérgio Petecão, Lídice da Mata, Marcelo Crivella e João Vicente Claudino. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a 41ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Às quinze horas e vinte e três minutos a Senhora Presidenta passa a presidência para o Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente coloca em discussão o item 11 da pauta. Passa-se a pauta. A Senhora Presidenta solicita a inversão de pauta do item 11 e aprova. Item 11. Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2014 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante; e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Autoria:** Presidente da República. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Vista coletiva concedida pelo prazo de 1 hora, conforme deliberação da Comissão. Relatoria: Senadora Ana Rita. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. Às quinze horas e trinta e oito minutos o Senhor Presidente eventual Paulo Paim devolve a presidência para a Senadora Ana Rita. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009 – Terminativo – Altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. **Autoria:** Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências", e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências", para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. **Autoria:** Senadora Angela Portela Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE. Resultado: Adiado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22. **Autoria:** Senador Humberto Costa. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2012 – Terminativo – Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador João Capiberibe.Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos. **Autoria:** Senador Gim. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos. **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR. Resultado: Adiado. Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011 – Terminativo – Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. **Autoria:** Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. **Autoria:** Senadora Angela Portela. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. Resultado: Adiado. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012 – Termi-

nativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Gim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 12. Sugestão nº 11, de 2013 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, para dispor sobre as eleições nos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis (Creci), e dá outras providências. **Autoria:** Sindicato dos Corretores de Imóveis de Brasília – SINDIMOVEIS/DF. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH. Item 13. Sugestão nº 1, de 2014 – Não Terminativo – Cria o Programa de Prevenção da Violência na Rede Educacional Brasileira. **Autoria:** Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH. Item 14. Sugestão nº 2, de 2014 – Não Terminativo – Dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável. **Autoria:** Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Adiado. Item 15. Projeto de Lei Do Senado Nº 59, de 2014 – Não Terminativo – Altera dispositivos do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para permitir que o empregado possa deixar de comparecer ao trabalho, por até 8 (oito) dias, por motivo de falecimento de familiar ou afim ou casamento, e por até 15 (quinze) dias, para tratamento de saúde de familiar ou afim, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Paulo Paim Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. Item 16. Requerimento nº , de 2014. Requeiro, nos termos do Art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa verificar as condições de internação na ala de detenção do Hospital de Base de Brasília, bem como a situação do espaço carcerário reservado ao vereador MARCO PRISCO (PSDB-BA), no Complexo Penitenciário da Papuda, a fim de que se diligencie se o referido parlamentar conta com meios que assegurem sua integridade física, sua saúde e sua dignidade. **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Não Lido. Item 17. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 58, de 2014. Requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o tema: "A ocupação militar do Haiti por tropas estrangeiras – chefiadas pelo exército brasileiro", para tanto, sugiro que sejam convidados: 1. Representante da CSP- CONLUTAS – Central sindical e popular; 2.Representante da Rede Jubileu Sul; 3. Representante do Batay Ouvryer – Didier Dominique – coordenador nacional; 4.Ministro do Ministério das Relações Exteriores; 5. Ministro do Ministério da Defesa; 6. Comandante Geral do Comando do Exército. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado, com acréscimo de algumas centrais sindicais a serem indicadas. Item 18. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 59, de 2014. Requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o tema: "A Criminalização dos Movimentos Sociais", para tanto, sugiro que sejam convidados: 1. CSP- Conlutas; 2. ANEL- Assembleia Nacional dos Estudantes Livres; 3. Conselho Federal da OAB; 4. Ministro do Ministério da Justiça; 5. CNJ – Conselho Nacional de Justiça;6.Ministro da SGPR- Secretaria Geral da Presidencia da República; 7. Representantes das Centrais Sindicais; 8. Representante da UNE. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Extrapauta. Item 19. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 60, de 2014. Senhora Presidenta da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater e marcar o "O envelhecimento e a qualidade de vida dos Idosos". Para tanto, sugiro que sejam convidados: Drª Martha Regina de Oliveira – Especialista em Envelhecimento da Agencia Nacional de Saúde- ANS; Representante da COBAP – Confederação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil; Representante do Ministério da Previdência; Representante da FENASPS – Federação Nacional Ass Serv Previdência; Representante da SNDH – Secretaria Nacional de Direitos Humanos- Coordenadoria de Idosos. **Autoria:** Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Wellington Dias e Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas, lavrando eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo quórum regimental, declaro aberta a 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Conforme foi deliberado na reunião anterior, vamos dar continuidade à pauta. Estava em discussão o item 11 da pauta, que permanece a mesma, e, como sou relatora desse item, o relatório já foi lido, mas preciso passar a Presidência dos trabalhos para o Senador Paulo Paim, para que possamos dar continuidade à discussão do projeto que estava em deliberação na reunião anterior.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para que possa presidir a referida reunião.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Srª Presidenta, Sr. Presidente, minha querida Relatora, acho que ficou pendente, no final da reunião, uma questão de ordem, para evitar problemas de novo de ordem processual, mas é preciso que a Mesa da Comissão se posicione sobre a questão de ordem a título de recurso. Ele recorreu à Mesa pelo não atendimento do pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Wellington Dias, ao assumir os trabalhos, já que a Presidenta é Relatora da matéria, eu queria, em primeiro lugar, alertar os Senadores que pensam diferente em relação a esse tema – a polêmica foi pela manhã –, que nós tínhamos combinado de abrir os trabalhos às 15 horas e eu pedi que fossem abertos às 15h20, dando uns 20 minutos de tolerância. E ainda faço um apelo a todos para que venham para a Comissão de Direitos Humanos porque nós vamos votar o projeto nesta tarde, já que o pedido de vista eu encaminhei ao Plenário e o Plenário deliberou, por 8 votos a favor, 1 abstenção e 1 contra, foi a decisão do Plenário.

Mediante isso, não há nenhuma dúvida de que o pedido de vista, conforme foi solicitado e aprovado, foi cumprido; era no espaço de uma hora, e, consequentemente, não há como eu atender o recurso feito pelo nobre Senador Magno Malta, que poderá recorrer à Justiça, se assim ele entender.

Mediante o fato, mais uma vez peço à assessoria da Mesa que ligue de preferência para o Senador Magno Malta e para o Senador Gim, avisando-os de que vamos iniciar a discussão da matéria.

A matéria, já que o relatório foi lido, está em discussão.

Informo aos Senadores que queiram refletir sobre o tema que o momento é este; o Senador Cristovam, Randolfe, Suplicy e tantos outros que gostariam de discutir a matéria, o momento é este.

Então, está aberto o espaço para discussão.

Senador Wellington Dias com a palavra.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Quero apenas dizer que estive analisando o relatório da Senadora Ana Rita, quero parabenizá-la pela forma como melhorou o texto.

Da minha parte, eu me sinto, como disse, mesmo concordando com os argumentos anteriores, eu me sinto pronto para a votação, apoiando a Relatora e parabenizando-a pelo texto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora Lídice da Mata, para suas considerações sobre o projeto e o relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Presidente, eu considero que o relatório está muito bem feito. Quero parabenizar a querida Senadora Ana Rita, mas quero destacar também algumas questões.

Nessa discussão, sinto muita gente dizendo: "Ah, agora a gente não vai poder dar nem mais um tapinha na criança; então, vai ficar uma criança rebelde porque há uma lei que proíbe isso." Isso vem, Senadores e Senadoras, justamente da nossa tradição, da nossa cultura tradicional que é uma tradição de violência, que vem da escravidão, que passa para o conjunto da sociedade como uma coisa que é normal. É normal o pai educar a criança, ensinar a ler uma criança dando palmada, batendo, ou diz a letra certa ou toma uma palmada, e se acha que isso é um processo educativo.

Eu fico muito à vontade para falar disso porque tive um pai que nunca levantou a voz para um filho e nunca bateu em filho algum, e sempre defendeu isso. Aliás, tirou a minha irmã mais velha de uma escola quando, na escola, ela sofreu castigo tomando bolos de palmatória na mão por qualquer que fosse a razão ali.

Essa pedagogia dos maus-tratos é que está sendo combatida aqui nessa lei. Ou seja, nós temos que, simbolicamente até, assinar para um Brasil de paz, para um Brasil onde as crianças devam e as famílias tenham referência de que não podem educar seus filhos ou lhes impor regras através de maus-tratos. Mas, se nós admitíssemos até que era uma justificativa para você bater numa criança ou machucar uma criança, tentativa de lhe educar ou de lhe impor limites. Entretanto, ao que assistimos, Senador Paim, os testemunhos que tenho de profissionais de saúde que atendem em hospitais públicos é de bebês, é de crianças de até 2, 3 anos de idade que chegam vítimas de maus-tratos de familiares. Às vezes, não é a mãe; é a mãe que saiu para trabalhar e deixa

com outros familiares e cujo resultado é este: são marcas, são lesões que são deixadas nos corpos das crianças, que sofrem um castigo, um castigo que, muitas vezes, quem lhe aplica é quem também já foi castigado, como aqui destacou na reunião pela manhã o Senador Cristovam Buarque.

Creio que a ideia de transformarmos a educação e fazermos a revolução da educação no Brasil é uma ideia fundamental, é uma ideia civilizatória, é uma tarefa da qual nós, a nossa geração que lutou lá atrás pelas liberdades políticas e pela igualdade de condições sociais não pode fugir. E determinar que a educação é prioridade é também combater qualquer método pseudopedagógico que tenta entender que educar uma criança é lhe impor castigos físicos e psicológicos graves.

Portanto, quero mais uma vez dizer da minha total aprovação desse projeto. Não é um projeto que vai criminalizar nenhum avô, nenhum pai que tenha qualquer tipo de relação… Acabei de falar no Senador Cristovam, ele apareceu; lá na minha terra, costuma-se dizer que não morre nunca mais quando isso acontece.

Estou exatamente destacando, Senador Cristovam, essa sua ideia, da qual sou uma seguidora, de que é urgente a questão da educação no Brasil. Outro dia, eu falava da minha prioridade desta coisa de ver na Bahia uma transformação na educação e uma jornalista me disse assim: "Ah, mas fazer educação quer dizer apostar no médio prazo, porque ninguém vê resultados de educação antes dos dez anos." Eu disse: esse é justamente o argumento daqueles que não querem fazer educação, porque é sob esse argumento que se vai adiando o problema e o primeiro passo não é dado.

Portanto, este é também um primeiro passo: é dar um passo no sentido de que educar não é espancar, educar não é bater, educar não é coagir. Eu sou uma entusiasta dessa ideia, dessa matéria, volto a dizer, talvez pela influência familiar que recebi de ter um pai que nunca bateu em seus filhos e que sempre propagandeou isso. E no meu tempo era normal bater, no meu tempo era normal castigar, e ter castigos severos. Eu quero dizer que pude ter a sorte de viver numa família que não usou desse tipo de castigo. Pode ser que alguns digam assim, Senador Paim: "Está vendo aí? É por isso que ela é assim com essas ideias…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senadora da República.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Mas eu quero dizer que acho que esse é um valor civilizatório fundamental para o Brasil assumir, principalmente quando nós conseguimos alcançar as estatísticas, conhecer as estatísticas que dão conta da enorme situação de maus-tratos das crianças brasileiras na primeira infância e até da impunidade dos crimes relacionados com crianças e adolescentes no Brasil.

Portanto, tem todo meu apoio e vamos realmente nos esforçar para poder votar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Lídice da Mata.

Passo a palavra, neste momento, ao Senador Cristovam. E, se nenhum Senador do plenário mais quer usar da palavra, vou já passar a palavra à Senadora Ana Rita. Senador Humberto Costa…

Senador Cristovam com a palavra, então.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Só para dizer que fico satisfeito que estejamos hoje aqui fazendo algo que, não há dúvida, vai ter uma repercussão muito grande na relação da sociedade brasileira com suas crianças.

Esse é um gesto que traz uma repercussão, que desperta uma consciência e não apenas reprime os pais violentos. Essa é uma lei que não vai beneficiar apenas as crianças cujos pais as ameaçam, não; vai beneficiar todas as crianças do Brasil e, através disso, vai beneficiar toda a nossa sociedade brasileira.

Por isso fico muito satisfeito e quanto mais rápido votar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam.

Senadora Ana Rita, como Relatora, para suas considerações finais. Em seguida, vamos à votação.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu gostaria aqui de colocar alguns pontos que considero importantes, mas vou deixar para fazer isso no plenário. Apenas quero destacar aqui que este é um projeto de lei que foi muito discutido na Câmara e vem para o Senado, mas é uma grande oportunidade que a gente tem, que a sociedade tem de fazer um debate público sobre esta questão de como nós educamos nossos filhos, como educamos nossos sobrinhos, como educamos nossas crianças.

Acho que este é o momento importante para fazermos esse debate, porque, na verdade, não existe uma fórmula de como educar os nossos filhos, existem métodos pedagógicos. Então, alguém me questionava pelo Twitter, uma moradora do Município de Fundão, no meu Estado, em que dizia: "Agora não vamos mais poder usar a tal da cadeirinha?" Aí que fui descobrir que a cadeirinha é onde você coloca a criança para ficar determinado tempo pensando naquilo que ela fez. Gente, isso é um método educativo. O que nós estamos falando aqui não é sobre isso. Nós estamos falando aqui de castigos cruéis, de castigos que humilham

as crianças, que expõem as crianças. Estar na cadeirinha, estar no cantinho, pensando sobre aquilo que fez, é um método educativo.

Eu não vejo mal nenhum nisso. Nós estamos falando de algo grave, de algo que deixa marcas na criança, não só marca física, mas marca psicológica. Porque, por exemplo, o menino Bernardo não tinha marcas no corpo, tanto é que, quando ele pediu ajuda, disseram: "Mas você não tem marcas no corpo." Então, não é apenas essa agressão que uma pessoa sofre.

Quando nós falamos também na violência contra a mulher, não é sempre a violência física, é a violência psicológica, é a violência sexual. Nós estamos falando também desses outros tipos de violência.

Uma criança precisa ser respeitada nos seus direitos. Então, a lei pune, e digo que essa lei não pune com penas medidas drásticas, isso está previsto no Código Penal. O que essa lei propõe é que, quando alguém comete esse tipo de fato, é apenas ser colocado para fazer o trabalho de ser educado para isso, os pais precisam ter atendimento psicológico.

Então, eu queria só ressaltar esse aspecto porque acho importante. O debate mais profundo quero fazer depois, da tribuna do Senado Federal.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com certeza, faremos o bom debate da tribuna do Senado, com a presença de todos os Senadores.

Enfim, encerrada a discussão, vamos à votação.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto. (Palmas.)

Pedimos aos senhores e às senhoras que, se puderem, permaneçam, para que a Presidenta pudesse dar encaminhamento a outros projetos que estão na pauta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Srs. Senadores, eu gostaria que todos permanecessem, porque, se nós mantivermos o quórum qualificado, nós conseguiremos votar os projetos já lidos, apenas para votar. Mas, se não tivermos o quórum qualificado, nós iremos votar os projetos não terminativos.

Então, vamos votar os projetos não terminativos.

Vamos passar para o item da pauta, página 271:

ITEM 12

SUGESTÃO Nº 11, DE 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, para dispor sobre as eleições nos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis (Creci), e dá outras providências.

Autoria: Sindicato dos Corretores de Imóveis de Brasília – SINDIMOVEIS/DF

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidente, este projeto, inclusive, é considerado também polêmico. Na época, inclusive, junto com V. Exª, ofertamos a oportunidade de uma audiência pública, e aqueles que pensavam diferente em relação ao tema, infelizmente, não vieram. Por consequência, nós cumprimos toda a nossa visão.

Aqui é uma SUG, em que apenas reconhecemos que o projeto tem lógica e não é inconstitucional. O mérito do projeto será debatido nas comissões correspondentes.

Como o relatório já foi publicado há dias e não foi mudado, porque inclusive não houve o contraditório em relação àqueles que apresentaram a proposta de SUG, se V. Exª concordar, eu vou ler somente parte da análise para situar.

Análise.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a esta Comissão compete opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por, entre outros, sindicatos, como é o caso da Sugestão ora em exame.

A matéria diz respeito à fixação das normas para o exercício profissional, tema que, atinente ao Direito do Trabalho, recai na competência legislativa da União, explicitamente declinada no art. 22, I e XVI da Constituição Federal.

No mérito, acreditamos que a Sugestão merece ser debatida e acolhida nas comissões competentes.

E também fiz aqui um comentário quanto à transparência. Aqui estou tentando ser rápido no encaminhamento.

A transparência da Administração Pública é um valor que, mais e mais, vem se afirmando como um dos elementos fundamentais da relação entre os dirigentes dos órgãos administrativos e os administrados. A Sugestão que ora apreciamos se insere diretamente nessa preocupação.

Portanto, Srª Presidenta, as posições referentes ao valor da anuidade de administração eles aqui todos sugerem, e, naturalmente, nas comissões adequadas, o tema será aprofundado.

Mediante o exposto e tendo em vista que o relatório é conhecido por todos, e aqui eu mais o comentei, leio o voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação da Sugestão nº 11, de 2013, e de sua conversão em Projeto de Lei do Senado, para regular processamento nesta Casa, nos termos que eu apresento. Fiz uma adequação ao projeto que chegou aqui como proposta da sociedade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável à Sugestão na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH.

Vamos para o item 13, página 281.

ITEM 13

SUGESTÃO Nº 1, DE 2014

– Não terminativo –

Cria o Programa de Prevenção da Violência na Rede Educacional Brasileira.

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Vou conceder a palavra ao Senador Cristovam Buarque para a leitura do relatório. Página 281, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Srª Presidente, trata-se da Sugestão nº 1, de 2014, de autoria do Programa Senado Jovem Brasileiro, que cria o Programa de Prevenção à Violência na Rede Educacional Brasileira.

A Sugestão, originada dos trabalhos desenvolvidos durante o Programa Senado Jovem Brasileiro – Edição 2013, intenta criar o Programa de Prevenção da Violência na Rede Educacional Brasileira, tema dos mais importantes, hoje, na nossa sociedade, especialmente no nosso sistema educacional, com o objetivo de garantir a segurança e a integridade de professores e alunos.

Nos termos da Sugestão, é autorizada a criação de Núcleos Multidisciplinares de Prevenção nas escolas, compostos por psicólogo, assistente social, psicopedagogo, um representante do Conselho Tutelar e um profissional da área de segurança pública. Cabe a esses Núcleos realizar avaliações periódicas das ações do Programa e planejar suas atividades.

A Sugestão também prevê a possibilidade de que os referidos Núcleos sejam criados em unidades socioeducativas de internação, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e que a fiscalização do Programa a ser instituído seja realizada trimestralmente.

Na justificação, os autores destacam a importância de assegurar aos estudantes brasileiros maior segurança e integridade física e psicológica, conforme preconizado pelo ECA.

A Sugestão, inicialmente proposta como Projeto de Lei do Senado Jovem nº 1, de 2013, pelas Jovens Senadoras Ágata Pereira, Ana Paula Feitosa, Danielle Almeida, Marta Pereira, e pelo Jovem Senador Márcio Bugine Jr., foi detidamente discutida e aprovada, com emendas, pelo conjunto de participantes da edição de 2013 do Programa Senado Jovem Brasileiro.

Da análise, Srª Presidente.

Nos termos do inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) opinar sobre sugestões legislativas.

Não se trata de juízo terminativo sobre a matéria. De fato, a apreciação deste Colegiado tem caráter preliminar, pois, segundo o parágrafo único do art. 102-E, II, do Regimento Interno do Senado Federal, as sugestões porventura aprovadas pela CDH se transformam em proposições de autoria da Comissão e são encaminhadas à Mesa, para tramitação regular, incluindo a oitiva das comissões de mérito competentes.

Nesse sentido, e considerando que não vislumbramos óbice de cunho constitucional ou jurídico para a transformação da Sugestão nº 1, de 2014, em proposição legislativa, louvamos a iniciativa dos Jovens Senadores em trazer a esta Casa tema tão importante quanto a prevenção da violência pela ação multidisciplinar na escola.

Estamos certos de que o debate da matéria pelos Senadores fará eco às preocupações esposadas pelos jovens estudantes que participaram desse notável exercício de cidadania e aprendizado da democracia na Casa da Federação, que é o nosso Senado, usando o que constitui o cerne do Programa Senado Jovem Brasileiro.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Sugestão nº 1, de 2014.

Parabenizo esses jovens que tiveram a iniciativa com tanta competência de propor uma forma de reduzir esse problema tão grave da sociedade brasileira hoje, que é a violência nas escolas contra professores, contra alunos, contra servidores e contra também o patrimônio público das escolas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Cristovam.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH.

Nós temos agora dois requerimentos que são possíveis votar, o item 17 e o item 18, de autoria do Senador Paulo Paim.

Eu vou colocar em votação o item 17, página 320.

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o tema: "A ocupação militar do Haiti por tropas estrangeiras – chefiadas pelo exército brasileiro", para tanto, sugiro que sejam convidados:

1. Representante da CSP- CONLUTAS – Central sindical e popular; 2.Representante da Rede Jubileu Sul; 3. Representante do Batay Ouvryer – Didier Dominique – coordenador nacional; 4.Ministro do Ministério das Relações Exteriores; 5. Ministro do Ministério da Defesa; 6. Comandante Geral do Comando do Exército.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para fazer os devidos encaminhamentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, ao atender esse pedido, na verdade foi daquele Senador do Haiti que esteve aqui a convite de V. Exª, que manifestou sua posição sobre essa questão do Haiti, tanto junto ao Itamaraty como aqui na Casa, e foi-me suscitado, então, que, com a presença dele, nós debatêssemos essa questão aqui na Comissão.

Eu só gostaria, se fosse possível, Srª Presidenta, de ampliar aqui para outras centrais. Não sei como é que somente uma central sindical está aqui situada. Se V. Exª concordar, eu colocaria também uma emenda para outras centrais serem convidadas, nem que a gente faça duas mesas. Porque um tema como esse mereceria uma participação mais ampla, e não somente…

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu acho que até sugeri, porque eu vi que se fosse só…

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Não, eu sugiro que a gente aprove a ideia de demais centrais sindicais e, depois de aprovado, V. Exª encaminha…

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Um encaminhamento.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – … um complemento com o nome das pessoas para a Secretaria da Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, fica com o acréscimo "e demais centrais sindicais".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.k.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 18, página 322.

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater o tema: "A Criminalização dos Movimentos Sociais", para tanto, sugiro que sejam convidados: 1. CSP- Conlutas; 2. ANEL- Assembleia Nacional dos Estudantes Livres; 3. Conselho Federal da OAB; 4. Ministro do Ministério da Justiça; 5.CNJ – Conselho Nacional de Justiça;6.Ministro da SGPR- Secretaria Geral da Presidência da República; 7. Representantes das Centrais Sindicais; 8. Representante da UNE.

Autoria: Senador Paulo Paim

Aqui tem mais de oito pessoas.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu iria na mesma linha, se V. Exª concordar, que a gente aprove o requerimento e, depois, que a gente discuta o número e o nome dos candidatos.

Aí já houve a preocupação, quando li o requerimento, que incluísse as outras centrais sindicais.

Poderíamos ajustar, como foi pedido pela Senadora Lídice: aprovamos e, depois, discutimos os convidados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Srª Presidenta, não sei se chegou um requerimento extrapauta, que foi inspirado hoje, pela manhã, inclusive, pela representante da Anvisa nesse setor, que é uma especialista em envelhecimento humano. Combinamos lá com ela, ela ficou muito satisfeita, pela competência dela nesse tema, que faríamos uma audiência pública, no momento em que – tanto as três aí – V. Exª entender mais adequado, para discutirmos o envelhecimento humano e o trabalho que o Brasil está fazendo nesse sentido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM Nº 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

PARTICIPATIVA Nº 60, DE 2014

Senhora Presidenta da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos para debater e marcar o "O envelhecimento e a qualidade de vida dos Idosos". Para tanto, sugiro que sejam convidados: Drª Martha Regina de Oliveira – Especialista em Envelhecimento da Agencia Nacional de Saúde –ANS; Representante da COBAP – Confederação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil; Representante do Ministério da Previdência; Representante da FENASPS – Federação Nacional Ass Serv Previdência; Representante da SNDH – Secretaria Nacional de Direitos Humanos- Coordenadoria de Idosos.

A autoria é do Senador Paulo Paim, que já justificou aqui a importância da realização da referida audiência.
Coloco em votação o requerimento.
Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o requerimento do Senador Paulo Paim.
Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.
Muito obrigada.

(Iniciada às 15 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas.)

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 05 DE JUNHO DE 2014, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e três minutos do dia cinco de junho de dois mil e quatorze, no Plenário número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com as presenças das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Ana Rita, Eduardo Suplicy e Jaime Campos. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 24 de 2014-CDH, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, aprovado em 19/03/2014, para **"tomar conhecimento dos principais feitos da política externa brasileira de direitos humanos em 2013 e identificar as prioridades para 2014".** A Senhora Presidenta Senadora Ana Rita apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. Em seguida, a Senhora Presidenta passa a palavra para os convidados, nesta ordem: Ministro Alexandre Peña Ghisleni, Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty; Aurélio Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão; Camila Lissa Asano, Secretária Executiva do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa; Pedro Villardi, Representante do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa; Luciana Perez, Diretora de Promoção e Defesa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Marlon Alberto Weichert, Procurador Regional da República do Ministério Público Federal. Às nove horas e cinquenta e dois minutos a Senhora Presidenta passa a presidência para o Senador Eduardo Suplicy. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) Fazer gestões para a criação da Autoridade Central de Migrações; 2) Promover debates sobre a nova Lei de Migrações; 3) Articular a criação do Conselho Nacional de Política Externa; 4) Criação de um procedimento transparente e participativo para indicação de candidatos a cargos internacionais de direitos humanos pelo Estado brasileiro; 5) Assinatura e ratificação imediata do protocolo facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; 6) Nomeação urgente dos partidos à Comissão Especial para Ratificação da Convenção da ONU sobre direitos dos trabalhadores, migrantes e suas famílias; 7) Abertura do processo online de consulta a uma versão preliminar do Livro Branco de Política Externa, para recebimento de insumos, comentários e críticas, à luz das experiências do Marco Civil da Internet e do 2º Relatório do Brasil à revisão periódica universal do Conselho de Direitos Humanos da ONU. O Senhor Presidente concede a palavra as seguintes pessoas presentes no plenário: Eliana Aparecida Rodrigues-März e Jacy Raduan-Berger. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra a Senadora Ana Rita e o Senador Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita,** Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos no Requerimento nº 24, de 2014, da CDH, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, aprovado em 19 de março de 2014, para tomar conhecimento dos principais feitos da política externa brasileira de direitos humanos em 2013 e para identificarmos as prioridades para 2014.

Bom dia a todos vocês. Esta é uma audiência solicitada pelo Senador Eduardo Suplicy, que deverá presidi-la. Vou fazer a abertura, nós vamos iniciar; o Senador Eduardo Suplicy ainda está numa outra Comissão e, assim que se liberar, ele virá para cá para conduzir os trabalhos desta audiência pública.

Nós temos hoje uma situação diferente porque a sessão deliberativa, que deveria acontecer à tarde, foi antecipada para agora de manhã, às 10 horas. Portanto, a audiência pública deverá acontecer nesse prazo, até às 10 horas, para que nós não possamos trazer nenhuma dificuldade para o Plenário do Senado.

Dessa forma, já vou iniciar chamando os nossos convidados.

Convido o Dr. Alexandre Peña Ghisleni, Ministro – Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty. Seja bem-vindo, Dr. Alexandre, por favor. Obrigada pela presença.

Convido também, para compor a mesa, o Dr. Aurélio Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público. Seja bem-vindo. Muito obrigada. O Dr. Aurélio sempre está conosco, que bom.

Convido também a Srª Camila Lissa Asano, Secretária Executiva do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa. Seja bem-vinda, Camila.

Convido também o Pedro Villardi, representante do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa. Seja bem-vindo, Pedro. Por favor, sente-se aqui. Obrigada pela presença.

Nós estamos aguardando a Luciana Perez, que é Chefe da Assessoria Internacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que já está chegando, mas, enquanto isso, vamos iniciar.

Vou fazer uma introdução ao tema para depois passar a palavra para os nossos convidados.

Um dos objetivos da nossa audiência pública de hoje é o de analisar como a política externa brasileira de direitos humanos se aproxima das demais políticas públicas que atendem a princípios de transparência, participação social e controle democrático. Por isso é tão importante a Comissão ter aberto este espaço de prestação de contas, para que seja esclarecido como tem sido a atuação do Brasil na condução da política externa e de direitos humanos e quais são as prioridades nos próximos meses. Nosso representante do Ministério das Relações Exteriores poderá nos apresentar detalhes dessa atuação.

O Parlamento desenvolve importante papel no controle democrático, juntamente com as entidades da sociedade civil e o Ministério Público, para que o Brasil aprimore sua política externa. Queremos saber quais são as prioridades em direitos humanos do Ministério das Relações Exteriores na OEA, na ONU e no Mercosul.

Portanto, esta audiência pública objetiva, sobretudo, fazer o monitoramento da política externa no que ela impacta os direitos humanos. A importância do tema cresce junto à rápida inserção do Brasil nos espaços diplomáticos econômicos internacionais. Seria muito importante se o Ministério das Relações Exteriores pudesse esclarecer sobre alguns temas como adesão plena a tratados regionais e internacionais de direitos humanos pendentes e cumprimento dos prazos para envio de relatórios a órgãos internacionais de monitoramento, ratificações pendentes, incluindo o Protocolo Facultativo do Pacto Internacional DESC, convenção da ONU sobre direitos de trabalhadores migrantes e suas famílias e Tratado de Comércio de Armas.

E, ainda, efetivo cumprimento de decisões e recomendações regionais internacionais, mecanismos para aumentar o cumprimento de decisões e recomendações internacionais, incluindo o PLC 170, de 2010, no Senado; a segunda passagem do Brasil na revisão periódica universal da ONU; a implementação de mecanismos de participação social na política externa brasileira, além de medidas que assegurem acesso a informação e transparência; procedimentos para indicação de candidatos do Brasil a cargos internacionais; negociações por um conselho nacional de política externa; iniciativas pela transparência – inclui Livro Branco de política externa e lei de acesso à informação pública; necessidade de fortalecer o papel do Brasil nos sistemas regionais e internacionais de direitos humanos; papel do Brasil no fortalecimento do sistema interamericano de proteção aos direitos humanos; pautas recentes envolvendo aspectos de direitos humanos na política externa brasileira; migração, incluindo o caso dos haitianos, que também abordaremos hoje; comércio, capital financeiro e direitos humanos, incluindo a atuação de empresas; negociação de tratados de livre-comércio; investimento internacional; modelos de desenvolvimento e bancos de desenvolvimento nos quais o Brasil esteja envolvido, tais como BNDES e Banco dos BRICs; cooperação internacional; educação em direitos humanos; acesso a medicamentos.

São muitos os temas. Eu espero que nós possamos dar conta disso no prazo que nós temos. (Risos.)

Mas são temas propostos, sugeridos, vocês fiquem bastante à vontade para se manifestar. Na medida do possível, se puder falar sobre todos eles, é muito bom, mas sabemos que seria o dia todo e, talvez, nem isso seria o suficiente. Os temas são muitos, porém todos importantes para que o Brasil se firme, cada vez mais, perante a comunidade internacional, como protagonista da promoção dos direitos humanos, como preceitua a nossa Constituição.

Dando início aos nossos trabalhos, eu vou agora passar a palavra aos nossos convidados.

Se vocês quiserem, posso deixar com vocês as anotações que estão aqui. Se for necessário, está à disposição. Com quem eu começo? Começo com o Ministro, com o Procurador? Vou começar com o Ministro. É isso, Ministro? Pode ser?

Ministro, nosso tempo é curto. Precisávamos combinar aqui um horário. O problema é esse, dez minutos é muito pouco; 15 minutos, pode ser? E a gente vai tentando equilibrar para ganhar tempo.

Luciana, por favor, sente-se aqui conosco, já tem uma cadeira para você. Luciana Peres, Chefe da Assessoria Internacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Seja bem-vinda, Luciana.

Para efeito de organização do nosso trabalho, costumamos marcar o tempo no painel. Então, quando estiver faltando um minuto, a campainha toca, e, se houver necessidade de prorrogar, Ministro, vamos prorrogar um pouco, sabendo que temos um limite hoje pela manhã. Infelizmente, o nosso tempo é curto, mas vamos tentar dar conta do nosso recado.

Por favor.

O SR. ALEXANDRE PEÑA GHISLENI – Bom dia, Senadora; bom dia, nosso Procurador Federal dos Direitos do Cidadão; bom dia, senhoras e senhores.

Antes de mais nada, eu queria agradecer à Senadora e ao Senador Eduardo Suplicy por essa oportunidade para prestar contas, em nome do Ministério das Relações Exteriores. Venho em nome do Ministro Luiz Alberto Figueiredo para discutir os temas de política externa que entendemos ser de interesse do Governo e da sociedade como um todo.

A senhora acaba de me dar um grande desafio, porque me deu uma lista de temas muito importantes . Eu havia preparado uma intervenção com outros tantos temas importantes que não necessariamente se compatibilizam, mas trataremos de, no prazo estipulado...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O senhor fique muito à vontade, viu, Ministro?

O SR. ALEXANDRE PEÑA GHISLENI – Está bem. Dentro do prazo, nós avançaremos toda a matéria possível, porque o importante é a gente poder avançar na compreensão do que fizemos e quais devem ser nossa prioridades.

Com esse propósito, eu queria dividir minha apresentação, rapidamente, em três partes: o que nós alcançamos em 2013, o que nós temos em curso nesse exato momento e quais são as nossas prioridades até o final do ano.

Para cada uma dessas partes, eu gostaria de mencionar três fatos que consideramos prioritários. O primeiro deles... Então começamos com aquilo que nós já conquistamos, ou seja, o relato dos últimos 17 meses.

A provável principal vitória brasileira, em 2013, na política externa dos direitos humanos, foi o reconhecimento internacional, a necessidade de promover e proteger o direito à privacidade como um direito humano. As revelações sobre ações de interceptação de comunicação, dados de cidadãos, empresas e representantes do Governo, em particular da Senhora Presidenta, confrontaram o Brasil com um caso grave de violação de direitos humanos, de invasão, de captura de informações sigilosas, de desrespeito à nossa soberania.

Essas revelações fizeram do direito à privacidade um novo item da agenda internacional e uma nova frente de atuação para a diplomacia brasileira. A apresentação do projeto de resolução de direito à privacidade, em parceria com a Alemanha, foi uma primeira resposta do Governo. Obtivemos êxito em alcançar consenso nas Nações Unidas, inclusive com os países que haviam apresentado maior reticência, e isso comprovou que nós conseguimos estabelecer um entendimento compartilhado, na comunidade internacional, a respeito da importância desse tema do ponto de vista dos direitos humanos.

Consolidamos esse entendimento mais recentemente no Encontro Global Multissetorial sobre o Futuro da Governança da Internet, a Net Mundial, onde confirmamos que os direitos humanos devem servir de base para os princípios de governança da internet. E a mensagem que gostaríamos de passar aqui é que temos a firme intenção de dar segmento ao tratamento desse tema nos fóruns internacionais de forma técnica e consistente, de maneira a alcançar uma solução sólida e abrangente para essa questão.

Outro fato que consideramos muito marcante, do ano passado, e que consideramos que há razões para celebrar é o impulso que demos à luta pela erradicação do trabalho infantil. O Brasil sediou, em outubro do ano passado, a 3ª Conferência Global Sobre o Trabalho Infantil, aqui em Brasília, em conjunto com a OIT. Essa foi uma iniciativa que o Itamaraty compartilhou com o Ministério do Trabalho e o Ministério do Desenvolvimento Social.

Aliás, em segmento ao que a senhora havia dito, a exposição que eu vou fazer mostra como a política externa brasileira, na área de direitos humanos, está intrinsecamente ligada com as políticas públicas dos órgãos de Governo em geral. Isso forma o que eu chamaria de um círculo vicioso em que essa articulação de Gover-

no nos dá mais força, permite-nos uma atuação melhor, que por sua vez nos permite avançar internamente e forçar essa articulação.

Esse foi um caso concreto. Essa conferência que organizamos em Brasília, com a presença de 153 países, teve dois resultados centrais. O primeiro deles é que conseguimos reafirmar o compromisso da comunidade internacional em eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2016. Temos um desafio pela frente. Mas a principal contribuição brasileira nessa conferência, na verdade, foi a aprovação de uma proposta que era nossa, que foi aceita e que hoje já é compartilhada na OIT, que é a criação do conceito da erradicação sustentada do trabalho infantil. O que isso quer dizer? Nós passamos de um enfoque baseado na fiscalização e na penalização de culpados pelo uso do trabalho infantil, que é necessária, para uma coisa mais abrangente, que faz isso mas também busca as raízes do trabalho infantil, e busca, então, o enfoque de promoção, de inclusão social, de educação de qualidade, e, sobretudo, de oportunidade de trabalho decente para os adultos, de maneira que a gente possa viver, no futuro, não uma realidade em que estejamos lutando para que o trabalho infantil não volte a existir, mas que as raízes do trabalho infantil tenham sido superadas. Esse é um conceito muito importante. Enfim, é uma contribuição brasileira.

A terceira menção que eu gostaria de fazer sobre os feitos, o que o Governo fez em termos de política externa de direitos humanos, desta vez em parceria com a SDH – vou deixar nossa colega da SDH expor mais – foi o I Fórum Mundial de Direitos Humanos realizado aqui em Brasília, também, no ano passado. Foi o maior do seu tipo, com dez mil participantes. Nós conseguimos trazer gente de todo o Globo para discutir a nova realidade dos direitos humanos em um mundo em que a representação política estava sendo colocada em questão e quais eram os novos ideais dos direitos humanos e como nós poderíamos sentir quais são as novas percepções da sociedade civil.

Esse I Fórum Mundial foi um sucesso tão grande que já temos dois outros agendados por outros países que gostaram de seguir o nosso exemplo. Vamos ter o II Fórum Mundial, no Marrocos, agora, em dezembro, e ano que vem, na Argentina. Isso é o que eu tinha para dizer sobre o que fizemos.

O que temos em curso neste exato momento? A primeira coisa, um fato que consideramos da maior importância é que, em 2014, nós estamos comemoramos 20 anos da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento. Para quem não está familiarizado com isso, a conferência do Cairo, onde foi realizada, teve uma grande... Aqui estamos vendo os direitos humanos do ponto de vista amplo, a conferência do Cairo mudou o enfoque com o qual nós vemos os temas demográficos. Os temas demográficos deixaram de ser uma administração do Estado e passaram a ser uma questão de empoderamento do indivíduo.

Nós falamos, agora, da questão de população como uma questão de direitos, e isso significa uma revolução na maneira como a gente cuida de política pública. Isso envolve temas que vão desde direitos sexuais reprodutivos até migrações, passando por juventude, idosos, afrodescendentes, indígenas. Dentro dessa comemoração de 20 anos, o Brasil está tendo – essa comemoração que começou em abril e vai até setembro – um papel central como um promotor de união entre extremos, um País que é capaz de dialogar tanto com europeus quanto com africanos e asiáticos, mas sobretudo – e esse é um pequeno feito que nós temos de celebrar – nós conseguimos reativar a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

O que significa isso? Nós colocamos na mesma mesa a sociedade civil e todas as áreas de Governo envolvidas com isso e estabelecemos uma articulação institucional que tem rendido um fruto muito rico. Isso nos permite, atualmente, ser a delegação que, provavelmente, tem a participação mais consistente, mais sólida nessa área nos fóruns internacionais.

O segundo tema que está em curso e que nós queríamos ressaltar – esse da população e desenvolvimento o Itamaraty leva adiante com a SAE e com a SPM – é o lançamento da Década Internacional de Afrodescendentes pelas Nações Unidas. Nisso temos uma parceria entre o Itamaraty e a SEPPIR.

O Brasil tem sido um dos principais apoiadores da Década de Afrodescendentes, tanto no âmbito da Celac quanto no âmbito das Nações Unidas. Nós nos encontramos, nesse momento, negociando – negociamos agora, no mês passado, em Genebra e vamos continuar, neste mês, negociando em Nova York – o programa de trabalho para essa Década de Afrodescendentes, uma iniciativa eminentemente brasileira e que diz respeito, fundamentalmente, ao interesse da maioria da população brasileira; na realidade, de toda a população brasileira, porque o combate à discriminação racial é de interesse de todos. Mas essa proposta, que é eminentemente brasileira, deve se consolidar nas próximas semanas, de modo que, a partir do ano que vem... Ou seja, no final deste ano nós aprovaremos o programa de trabalho e, a partir do ano que vem, vamos ter uma contribuição sólida no campo internacional para a promoção dos direitos dos afrodescendentes e para o combate à discriminação.

Há duas propostas importantes que estão sobre a mesa, uma é a criação de um foro das Nações Unidas específico sobre afrodescendentes e a outra é a elaboração de uma declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos afrodescendentes. Vamos ver em que medida a gente consegue avançar nisso.

Terceira iniciativa em curso. Estou falando agora só daquelas que estamos tratando nesse exato momento. E essa aqui é no sentido quase literal, Presidenta. Na OIT, agora, está sendo concluída a negociação de um protocolo para a intensificação da luta contra o trabalho forçado. É um grande avanço que nós temos sobre a mesa. O Brasil já tinha uma posição avançada. O Itamaraty está trabalhando com o Ministério do Trabalho e com a Secretaria de Direitos Humanos para avançar a legislação internacional nessa área. Nós devemos concluir isso no próximo dia 11. O Ministro Manoel Dias e a Ministra Ideli Salvatti estarão em Genebra para essa votação, em princípio. É um marco para a gente, é um tema de grande interesse para o Brasil e nós esperamos ver um resultado feliz.

Não posso terminar essa minha breve descrição – e eu não quero abusar do tempo – sem mencionar o que nós consideramos que são as três prioridades para esse final de 2014. A primeira delas, Presidenta, a senhora deve estar a par de que nós vamos realizar aqui em Brasília, não muito longe daqui, o 21º Congresso Panamericano da Criança, de 8 a 12 de dezembro. É um evento da OEA, mas que o Brasil abraçou. O tema vai ser violência contra meninos, meninas e adolescentes.

Nenhuma forma de violência contra crianças é justificável e toda forma de violência é prevenível. Nós estamos trabalhando de uma maneira muito articulada novamente com a SDH para que esse evento seja um sucesso e possa impulsionar o tratamento do tema da criança nas Américas, dando maior consistência inclusive para que a gente possa se projetar no âmbito internacional.

Segunda conferência, e aí nós não realizaremos aqui mas estamos ativamente engajados em sua organização, é a Conferência Mundial dos Povos Indígenas, que vai concluir a Segunda Década Internacional dos Povos Indígenas e que deve acontecer em Nova York agora em setembro.

Nós temos toda uma organização de Governo para levar adiante a questão dos povos indígenas no âmbito internacional, temos várias propostas que estão em debate para avançarmos nessa questão, inclusive centralmente o aprimoramento das formas de representação dos indígenas... Ou melhor, aperfeiçoamento não, de fortalecimento da representação e da atuação dos indígenas nas Nações Unidas e nos demais órgãos.

E, por fim, eu não poderia deixar de mencionar, inclusive porque estamos aqui numa mesa com igualdade de gênero, que nós estamos começando agora a preparação da comemoração dos 20 anos da Conferência de Beijing, dos direitos da mulher.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim. Olha que bom!

O SR. ALEXANDRE PEÑA GHISLENI – Outro marco muito importante da trajetória da política externa na área de direitos humanos. Vamos completar 20 anos no início do ano que vem e nós não queremos que essa data passe batida. Esse tem que ser um momento de mobilização em favor da revitalização da agenda dos direitos da mulher, da igualdade de gênero, do empoderamento.

A agenda que veio de Beijing é uma agenda muito rica, nós conseguimos avançar em várias áreas mas não terminamos de cumpri-la, e este é um momento para rever o que nós fizemos e para avançar dentro da medida do possível. Nós queremos avançar internamente e queremos ajudar o mundo a avançar, a ter uma agenda mais propositiva e mais forte para os próximos anos.

Presidente, eu sei que eu não toquei nos seus temas, mas eu vou ter o maior prazer de voltar a tratar deles depois de dar oportunidade aos nossos colegas de falar e de poder debater com eles.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está dentro do tempo ainda, está dentro do prazo ainda. Pode falar.

O SR. ALEXANDRE PEÑA GHISLENI – Eu não sei nem por onde começar então.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mas você tem dois minutos aí.

O SR. ALEXANDRE PEÑA GHISLENI – Bom, dos temas que a senhora levantou, enfim, todos são muito importantes. Eu queria destacar um em particular, que é um tema muito caro para o Itamaraty, que é o PLC nº 170, sobre o cumprimento das decisões internacionais.

Essa é uma proposta muito bem recebida no Itamaraty, porque nós sentimos a necessidade de fortalecer os meios institucionais para que nós possamos dar cumprimento às sentenças internacionais.

Hoje em dia nós temos que encontrar soluções ad hoc, para poder fazer o pagamento de sentenças e de recomendações.

Nós queremos trabalhar com o Congresso para termos um mecanismo firme para o cumprimento dessas sentenças que não se refira apenas à questão da indenização. Sentenças internacionais dizem respeito a várias outras coisas, inclusive a políticas públicas, etc. Nós precisamos encontrar uma maneira de encaminhar isso de uma maneira sólida.

O Itamaraty não vai se furtar de participar desse debate. Se convidados formos, estaremos presentes, atuantes, trabalhando com o Congresso para que esse projeto vire uma realidade.

Tenho muito mais para dizer.

Muito obrigado, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada nós é que falamos aqui. Agradecemos profundamente ao Dr. Alexandre Peña Ghisleni, Ministro – Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty.

Quero dizer, Sr. Ministro, que ontem nós aprovamos aqui no Senado Federal – acho que vai ser muito importante para esta conferência mundial da criança e do adolescente que vai acontecer no final do ano – a Lei Menino Bernardo, que é aquela que proíbe maus tratos, tratamento cruel a crianças e adolescentes, praticado pelos pais ou por educadores, enfim.

Acho que foi uma grande conquista. Ontem nós celebramos isso com muita alegria aqui. Nós entendemos que a aprovação dessa lei vai influenciar profundamente na cultura de como educamos as nossas crianças, porque não é através de maus tratos, de surras ou coisa parecida que nós vamos educar os nossos filhos, as nossas crianças e os nossos adolescentes. Então essa é uma grande conquista.

E hoje, ao meio-dia, nós vamos... vai ter a sanção da PEC do trabalho escravo. Então, é uma outra conquista nossa, mas ao mesmo tempo aponta um desafio que é a própria regulamentação da PEC, que está sendo bastante polêmica.

E aí eu acho que é muito importante vocês, na medida do possível, acompanharem isso e poderem contribuir, inclusive para que não tenhamos nenhum retrocesso no momento da regulamentação da PEC. Esse é o grande desafio nosso.

Ministro, muito obrigada, e que bom que, dentro do tempo previsto, o senhor conseguiu se manifestar, passando muita informação para nós.

Eu vou passar a palavra para o Dr. Aurélio Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão.

O SR. AURÉLIO RIOS – Muito obrigado, Senadora Ana Rita. É um prazer estar mais uma vez aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado, de que eu espero ter um dia um cartão de fidelidade, em razão dos vários assuntos que temos feito juntos, e aí, em algum momento, quem sabe eu possa ter um cartão premiado, na ida ou vinda de algum lugar.

Eu queria agradecer também a presença de todos da sociedade civil aqui presentes, não nominar todas as instituições. Queria registrar a alegria de estar aqui com o Ministro a quem eu sempre promovo afetivamente a Embaixador, o Ministro Ghisleni. Espero que não fique ofendido com isso, porque é muito mais uma torcida.

O SR. ALEXANDRE PEÑA GHISLENI – (Fora do microfone.) – De maneira alguma.

O SR. AURÉLIO RIOS – Receba isso como um sinal de afeto. Agradeço ao Pedro; à Luciana, que chegou tarde, mas chegou, quase que cortamos o seu ponto, mas você ainda chegou a tempo de pegar toda a conversa; e à Camila, que está aqui pela Conectas, representando também a sociedade civil junto com o Pedro.

Dos temas que foram colocados, inúmeros, e que levaríamos uma semana, eu escolhi três e vou ver se consigo, em 15 minutos, tratar deles.

O primeiro, e com que talvez haja uma preocupação imediata, é a questão do Sistema Interamericano dos Direitos Humanos. E uma preocupação que não posso deixar de compartilhar com a senhora, Senadora Ana Rita; com o Senador Paulo Paim, que não está aqui; com o Senador João Capiberibe, que também não está, mas, enfim, terá como ser informado sobre isso, e obviamente o Senador Suplicy, é a questão das mudanças sugeridas em relação ao financiamento do sistema. Eu (falha na gravação) qualquer sistema é muito bem-vinda. Acho que o sistema está parado, ou ele fica incrustado ao longo do tempo. Sempre novas ideias, sempre novas transformações podem ser feitas e são até bem-vindas, mas desde que sejam para melhorar o sistema, para aperfeiçoá-lo. Eu não estou seguro se a proposta educador que foi levada, ainda que com os temperamentos que o Itamaraty normalmente faz, levará a melhor resposta.

Dois medos eu tenho nisso. Primeiro, o fato de que a Venezuela saiu do sistema. É uma pena, é uma lástima que um país da importância da Venezuela, não só por hoje, institucionalmente colocar-se como uma República bolivariana, e nossa história de independência de República tem muito a ver com o Simón Bolívar e com o Martín, enfim, com todos os libertadores da América, e a Venezuela sempre foi um país estratégico dentro do sistema interamericano.

Eu não tenho dúvida de que erros aconteceram e vão acontecer, tanto por parte da Comissão Interamericana ou por eventual excesso ou falta de diálogo que possa haver entre a Corte e os países membros. Mas não me parece que seja certo, à medida que você tenha uma condenação, você sair do sistema. Parece-me que é a mesma situação de você se submeter ao Poder Judiciário e ter uma decisão que lhe seja desfavorável e, a partir desse momento, falar: "Não, agora eu não quero mais, agora não me interessa." Então, eu acho que precisamos ter mais lucidez, mais racionalidade, e pensarmos no futuro, porque os presidentes passam, e as Repúblicas, os Estados ficam. E a criação do sistema interamericano, prezado Ministro Ghisleni, é de fundamental importância. E a contribuição que ele deu para a redemocratização, para a implementação dos processos democráticos nos países da América Latina é inegável. Então, eu acho que o primeiro sinal de alerta é nós termos uma

postura de independência em relação à Unasul e em relação a algumas propostas que eu acho que vêm muito em cima de alguns eventos fenomenológicos, inclusive de sentimentos de alguns governantes em relação a alguma injustiça que a Corte, ou especialmente a Comissão possa ter ocasionado a eles.

Eu acho que isso se resolve dentro do diálogo, isso se resolve dentro de uma plataforma de modificação, mas que venha sempre com a ideia de mostrar a importância do Sistema Interamericano, a importância da integração dele com todos os países e o esforço que eu acho que o Brasil deve fazer para que a Venezuela volte ao sistema. Acho que nenhum outro país tem esse poder hoje além do Brasil de fazer isso, não só pela relação fraterna que os dois países têm, pelo fato da cooperação tanto econômica quanto política que tem havido ao longo dos anos. Eu acho que, enfim...

Não vou fazer – e nem daria tempo de a gente fazer – o exercício doloroso de relembrar todo esse processo, mas é importante também a gente ter meios para superá-lo. Então, o meu primeiro alerta é de que nós Brasil, nós Estado brasileiro temos sim um compromisso com o Sistema Interamericano; e que toda proposta de reforma e transformação deva servir para aprimorá-lo e jamais para enfraquecê-lo.

O outro ponto que eu queria compartilhar com vocês é a questão da lei de imigração. Eu faço parte do que o Ministro chama de forma muito generosa de comitê de especialistas. Eu seguramente não sou um deles, mas dentro da comissão há vários especialistas, inclusive um querido amigo, André Carvalho Ramos, que é Professor de Direito Internacional Público da Universidade de São Paulo, Membro do Ministério Público, e que juntamente com outros colegas tem dado uma grande contribuição.

Contribuição essa que, por exemplo, o sempre meu querido colega Marlon Weichert, que nos dá a honra de estar aqui junto, tem dado não só para o aprimoramento do Sistema Interamericano, mas também obviamente do nosso Sistema Nacional de Direitos Humanos.

E um dos pontos que acho mais grave e também afeta a questão dos refugiados e em particular a questão dos haitianos é o nosso Estatuto do Estrangeiro. Eu não preciso lembrar, Senadora, que ele foi feito pelo então Ministro Ibrahim Abi-Ackel, na época do presidente Figueiredo, o último presidente do regime militar, e contém na sua essência princípios absolutamente incompatíveis com a nova Constituição, primeiro porque o Estatuto do Estrangeiro foi feito sob a égide da doutrina da Segurança Nacional. Ele foi feito muito para responder, na época, à presença de padres católicos estrangeiros. Em especial, pensem em Pedro Tierra e Dom Pedro Casaldáliga como pessoas que eram vistas como inimigas, vistas com uma enorme desconfiança pelo regime. E ele, ao mesmo tempo, tem umas pérolas corporativas no sentido de buscar uma proteção do trabalhador nacional, que hoje já não faz sentido dentro do próprio sistema de globalização em que as empresas não têm mais esse problema, elas se instalam onde a mão de obra é mais barata. Então, a ideia da proteção do trabalhador nacional não é a mesma da década de 70.

Além do que, ele tem algumas outras pérolas incríveis do tipo que ao mesmo tempo em que privilegia o trabalhador brasileiro contra o estrangeiro, que é visto sempre com desconfiança, ele pune o estrangeiro por vadiagem, caso não encontre um trabalho, o que é uma absoluta contradição, porque ao mesmo tempo não permite que o estrangeiro dispute a igualdade de condições e por outro lado tem essa coisa vetusta de punir um estrangeiro por vadiagem.

Então, a nossa ideia é trabalhar com o princípio da dignidade humana. Ele, sim, é o formador da nossa nova lei de imigração. Primeiro, tirar o nome de estrangeiro, porque acho que ele ficou marcado. E essa lei de imigração, tanto para regular a questão do emigrante quanto do imigrante. E trabalhar com os dois princípios, tanto o princípio da dignidade da pessoa humana quanto o princípio da solidariedade, para que essas pessoas possam ser acolhidas, abrigadas, também qualificadas para estar dentro do mercado de trabalho.

Eu não preciso lembrar o sobrenome Villardi, o Ghisleni, o Rios ou Asano para dizer que nós somos um País de imigrantes. Eu não preciso sair dessa mesa para verificar que não vai levar duas ou três gerações para encontrarmos alguém que em algum momento resolveu imigrar para o Brasil, para a nossa sorte, senão não teríamos pessoas dessa qualidade dentro da Mesa e pessoas que ajudaram a construir o País.

Então, acho que um olhar generoso sobre a questão da imigração é absolutamente essencial. E outra coisa importante além da questão de mudar o conceito e mudar o princípio, em vez de ficar preocupado com a doutrina de segurança nacional, de tratar o estrangeiro com desconfiança, como uma pessoa que vai roubar o emprego dos outros, que vai cometer delitos, enfim, que vai provocar atos de subversão, imaginar isso como um fluxo natural da mobilidade das pessoas no Planeta. Nós estamos permanentemente mudando, tanto brasileiros indo tentar a vida em outros lugares quanto outras pessoas premidas pelas mais diferentes circunstâncias aqui. Então, é muito importante isso.

Por isso saúdo a realização do Comigrar (1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio), especialmente pela participação do Secretário Nacional de Justiça, Dr. Paulo Abrão, que com muito esforço conseguiu levar isso adiante, e o acerto feito hoje entre o Governo Federal, o Governo do Estado de São Paulo e a Prefei-

tura em relação não só à questão do centro de acolhimento, em São Paulo, mas de se estabelecer pela primeira vez uma forma integrada de uma ação, num primeiro passo de um pacto federativo entre o Governo Federal e os Estados para tratar da questão do imigrante.

Temos muitos desafios. Não existe ainda um cadastro nacional de imigrantes que pudesse ser utilizado ou que tivesse informações mais claras sobre quem são, onde estão e o que fazem; e também o ponto mais importante – aí eu encerro a minha fala sobre a questão da imigração – é a criação da autoridade nacional migratória. Nós temos que criá-la.

Hoje, uma das grandes reclamações dos imigrantes e dos refugiados é o excesso de burocracia. São muitas gavetas, muitas portas pelas quais se tem que entrar, seja em relação ao Itamaraty, seja principalmente quanto ao Ministério da Justiça e ao Ministério do Trabalho, em que a própria obtenção de documentos está em lugares diferentes, por isso essa grande dificuldade que houve em Brasileia, no Acre, quando eu tive a oportunidade de visitar o abrigo dos haitianos ali, onde você tinha que fazer um esforço hercúleo para levar todas as repartições lá: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Ministério do Trabalho...

Então, acho necessário, Embaixador Ghisleni – já estou fazendo essa promoção amorosa, – que a gente pense na autoridade no sentido de que menos importante vai ficar, no Ministério das Relações Exteriores, no MJ, essa discussão que eu acho pequena. Que fique na Presidência da República; pouco importa. Mas é importante a gente trabalhar com esse conceito de ter uma autoridade para que todas as questões migratórias sejam resolvidas por um único órgão. Vários países trabalham com isso, têm essa autoridade. Isso funciona de forma mais coerente com o nosso sistema e evita as dificuldades que a gente tem visto no varejo.

A outra coisa – tenho os meus dois minutos que faltam – é a questão dos relatórios periódicos. E aí, Luciana, eu tenho que fazer uma crítica. Não posso deixar de fazê-la e é melhor que você esteja aqui junto com o pessoal da SDH do Ministério das Relações Exteriores. É o fato de que realmente os relatórios têm demorado demasiadamente, mesmo quando nós nos prontificamos a colaborar; o número de correspondências que vem e vai e às vezes órgãos diferentes do Governo solicitando a mesma coisa. Que possamos apresentar isso juntos.

Não desconheço a deficiência numérica dos servidores e o fato de que você e a Juliana fazem um esforço imenso para dar conta disso; nós temos que atuar de forma profissional em relação a isso. O Brasil tem sido demandado e esses relatórios têm sido imprecisos, inconstantes. Precisa haver mais transparência, não só na feitura deles mas principalmente na colaboração entre os diversos órgãos que possam dar informações seguras para isso. Então, acho que esse é um ponto importante. Nós precisamos melhorar a nossa comunicação.

(Soa a campainha.)

O SR. AURÉLIO RIOS – E dentro da nossa comunicação ter essa possibilidade de fazer um diálogo construtivo entre as instituições, especialmente entre as agências do Governo. Isso eu verifico de forma muito triste, porque da nossa parte tudo que nos pedem a gente remete dentro do prazo. Mas as agências do Governo, quem deveria prestar aquela informação que somente um determinado órgão é capaz de dar, às vezes atrasa um ano, um ano e meio para dar uma informação que obviamente já deveria ter sido entregue ao órgão responsável das Nações Unidas, qualquer que seja ele, ou qualquer que seja a agência internacional que nos solicitou. E nós nos comprometemos periodicamente de entregar esse relatório.

Então, com essas três observações eu termino a minha fala, lembrando apenas sobre o PLC 170. Temos uma nota técnica que com o maior prazer passamos, em que vários colegas participaram pela Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, entre eles o Dr. André de Carvalho Ramos. E por fim, eu gostaria, aproveitando esse momento, de que tão logo termine essa nossa audiência, quem desejar comparecer, vamos fazer uma audiência pública de prestação de contas da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão na Comissão de Direitos Humanos, na Câmara. Todos são muito convidados e muito bem-vindos a participar desse outro evento.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada ao Procurador Federal Aurélio Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão.

Acabei de receber a informação aqui, Dr. Aurélio, de que o PLC 170 chegou à CCJ ontem. Ele estava na Comissão de Relações Exteriores...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não. Ele estava na CRE?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Ele foi para a CCJ ontem. Ah! O Relator é o Senador Ricardo Ferraço. Ele já devolveu o relatório para a CCJ. É isso? Então, é importante acompanhar agora o conteúdo do relatório, os desdobramentos da discussão que vai acontecer na CCJ. Essa é uma informação nova, recente e importante.

Que bom, Dr. Aurélio, porque acho que esse também é o momento de diálogo e inclusive de buscar resolver algumas questões que ainda estão pendentes. É importante essa fala do Dr. Aurélio nesse sentido também, para que o nosso Governo possa cada vez mais melhorar a tramitação dessas informações, desses relatórios, a fim de termos mais celeridade naquilo que precisa ser feito e dar as respostas necessárias no tempo preciso.

Eu vou convidar agora Camila Lissa Asano, Secretária Executiva do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa.

A SRª CAMILA LISSA ASANO – Muito obrigada, Senadora.

Bom dia a todos e todas. Antes de mais nada, agradeço à Comissão por organizar essa audiência. É sem dúvida um momento importante e um espaço necessário. Só a lista de termos que a Srª Senadora leu no início já mostra que é importante ter esse momento, mas que vários outros seriam necessários para cumprir essa agenda tão intensa que cobre a questão de direitos humanos e política externa.

Sou Camila. Eu sou Secretária Executiva do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, mas também trabalho na organização Conectas Direitos Humanos. E, na realidade, o Comitê Brasileiro apelou à Comissão de Direitos Humanos para que essa audiência acontecesse. Então, temos também um agradecimento especial à Comissão; não só à Presidente da Comissão mas também à toda equipe por ter possibilitado a realização desse momento de prestação de contas, claro.

Numa democracia é importante que todas as políticas públicas, inclusive a política externa por ser também uma política pública, já que vivemos num Estado Democrático de Direito, tenham esse momento de informação de colhida de reações da sociedade civil e também de reflexão sobre quais são os próximos pontos.

Então, é realmente nesse sentido que o Comitê buscou o Senador Federal, por acreditar que ele já é um espaço para isso. É um espaço para esse diálogo, para que a transparência seja exercida, que a informação seja provida.

É apenas para apresentar muito brevemente o Comitê. Acho que vários já conhecem, mas só para registrar que o Comitê é uma coalizão formada tanto por entidades da sociedade civil – e muitos estão aqui presentes – quanto também por alguns órgãos do Estado, como a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que é membro ativo e muito importante nessa parceria com o Comitê.

O Comitê visa a promover a participação social e o controle democrático da política externa brasileira, sobretudo naqueles atos de política externa que impactam os direitos humanos. Então, para isso nós trabalhamos na lógica de criar espaços e haja pressão sobre o Estado brasileiro para que canais de participação sejam abertos; mas também que as formas de controle democrático, como por exemplo o Legislativo e a sua relação com o Executivo aconteçam também olhando para a questão específica de direitos humanos e política externa. Daí vêm as nossa várias formas de ação e, enfim, aqui há vários interlocutores que já estão acostumados a receber as demandas do Comitê.

E no fundo nós temos feito o exercício de tentar ser sempre propositivo. Críticos somos. A natureza da sociedade civil é ser muito crítica, e essas críticas são sempre transmitidas pelo Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria de Direitos Humanos. No entanto, também estamos fazendo o exercício de tentar ao máximo buscar ser propositivos. Em alguns casos, o ser propositivo demanda informação, e essa informação nos falta. Então, esse momento também vai ser muito importante para obter essas informações, mas ao mesmo tempo trazer aqui algumas sugestões do Comitê, porque nós temos trabalhado nesse coletivo.

Também como o próprio Dr. Aurélio fez, vou escolher três frentes aqui. A primeira é com relação às ratificações pendentes e cumprimento de prazos. A segunda é sobre o efetivo cumprimento das decisões e recomendações internacionais de direitos humanos, até porque política externa a gente sempre pensa que é o Brasil como ator diante de temas que acontecem em outros países, em outras esferas. Mas sempre tem a outra via, ainda mais que aqui as organizações são peticionárias e no sistema interamericano são usuárias dos vários mecanismos do Conselho de Direitos Humanos. Então nos interessa também a volta, porque nos preocupa como parte do trabalho a melhoria da situação de direitos humanos no Brasil. E o terceiro ponto são os mecanismos de participação social e de controle democrático.

Então, indo para o primeiro: ratificações pendentes. Fizemos o mapeamento e temos acompanhado constantemente o *status* de ratificação, e há um documento muito importante que trata de um tema que é caro ao Brasil: o protocolo facultativo ao Pacto internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais. Esse é um documento que é um instrumento que sequer conta com a assinatura do Estado brasileiro. Então, se o senhor

me permite, Alexandre Ghisleni, a pergunta é o que faz o Brasil não ter assinado até hoje esse protocolo e quais são as perspectivas de assinatura para os próximos meses?

O segundo documento que dialoga perfeitamente com o ponto que o Dr. Aurélio trouxe de imigração é que o Brasil também está pendente de ratificar a Convenção sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e membros de suas famílias. Muitos passos estão sendo dados aqui, tais como a realização da Comigrar e essa discussão sobre um novo projeto de lei para substituir finalmente o Estatuto do Estrangeiro, mas ainda falta de fato a ratificação. O Brasil já assinou, mas agora se encontra aqui justamente no Congresso Nacional para esse momento de ratificação.

Fazendo também o nosso dever de casa e apurando em que momento se encontra, a realidade é que a ratificação não caminha dentro do Congresso Nacional porque quinze partidos ainda não nomearam quais são os membros da comissão especial composta para fazer tramitar a ratificação na Câmara dos Deputados. Isso há anos segue nessa situação simplesmente porque 15 partidos ainda não indicaram. Então, gostaria de fazer aqui um apelo à própria Senadora, mas também aos outros Senadores que venham acompanhar a nossa audiência e que a estejam acompanhando para que dialoguem com os seus partidos para que essa nomeação não tarde mais, porque senão isso vai levar muito mais tempo, não vai chegar aqui na Casa do Senado e consequentemente o Brasil vai continuar não sendo parte desse instrumento tão importante.

Outro ponto é com relação ao envio de relatórios, mas desse ponto o Dr. Aurélio já tratou. Então, vou falar de outro aspecto; não só das obrigações que estão nos tratados sobre os quais o Brasil tem que mandar relatórios periódicos, mas vários mecanismos, tanto os regionais como os internacionais, demandam informações do Brasil, ou notificam o Brasil sobre medidas cautelares, ou no caso dos relatores especiais do Conselho de Direitos Humanos, sobre apelos urgentes e solicitação de informação, ou mesmo pedidos de visita ao Brasil. É muito difícil ter informação sobre isso. E pior, nós não conseguimos ter clareza sobre qual o procedimento de fato, quando, por exemplo, um relator especial da ONU solicita informações ao Estado brasileiro. Aonde chega? Como isso é repassado para os Entes federados ou para os Ministérios temáticos responsáveis, e como isso volta e é respondido à ONU?

O resultado disso tudo é que o Brasil infelizmente faz muito feio nesses âmbitos ao não responder a várias dessas comunicações, ou responder com um atraso muito grande. Então, é um pedido aqui também, para esclarecermos como se dá esse procedimento todo de recebimento de notificações ou demandas de informação e processamento interno e a devolutiva para os órgãos internacionais e regionais.

Aí, passando agora para o segundo ponto, do cumprimento realmente das decisões e recomendações, é muito bem-vinda essa atualização. E acho que agora a gente tem um novo dever de casa de acompanhar o andamento do PLC na CCJ, agora que o Relator já devolveu o seu relatório, mas talvez chamo a atenção para um mecanismo específico que o Brasil apoia muito e tem sido um grande promotor, que é a revisão periódica universal do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

E o Brasil está, hoje, em 2014, num momento importante, no meio do período de segunda avaliação. O Brasil foi avaliado em 2012 e a próxima acontece em 2016. Então, era realmente um momento de meio período. Existe uma boa prática que muitos países realizam no Conselho de Direitos Humanos, que é apresentar o relatório de meio período. E o Brasil deveria apoiar e valorizar esse mecanismo e apresentar também, seja agora na sessão de junho, que eu acredito não será possível porque ela começa na segunda-feira, ou na sessão de setembro. E até mesmo esta Casa, a Comissão de Direitos Humanos tem um papel muito importante, em parceria como Comitê, ao chamar uma audiência pública em que tanto a Secretaria de Direitos Humanos como o Itamaraty apresentaram um documento preliminar, que seria o relatório a ser apresentado em 2012.

Até um pedido aqui para que a Comissão se envolva na discussão desse relatório de meio período. Até porque nós esperamos que o Brasil não seja um dos poucos que não apresenta relatório de meio período em Genebra sobre o andamento da implementação das recomendações da revisão periódica universal.

Agora, indo para meu último ponto, em relação aos mecanismos de participação social e controle democrático. Um dos temas sobre o qual temos dialogado já há muito tempo com o Itamaraty é em relação à forma como o Brasil decide quais candidatos vai apresentar para cargos internacionais de direitos humanos. Lembrando que, em alguns casos, como os membros dos órgãos de tratado, como o comitê que trata da convenção contra a tortura, a indicação é exclusiva dos Estados. Então, aí existe uma atuação... A responsabilidade cai sobre o Estado de indicar o membro – esse é um exemplo.

Há outros em que a indicação pode ser espontânea, os próprios candidatos podem se colocar, mas, ainda assim, existe a possibilidade de o Estado apoiar formalmente esses candidatos.

E é algo em que nós temos visto que o Brasil está cada vez mais ativo. E brasileiros e brasileiras ocupando cada vez mais esses cargos, o que é interessante para trazer um pouco a experiência que nós temos aqui.

Queria aproveitar para entregar formalmente uma proposta do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, que é uma proposta de critérios e processo para definição de indicação do Estado brasileiro a candidaturas de especialistas independentes para cargos internacionais de diretos humanos. É realmente no intuito de trazer uma proposta de buscar não só a crítica, mas também indicar alguns caminhos, que nós elaboramos essa proposta e que formalmente, em nome do Comitê, eu entrego aqui, tanto à Secretaria de Direitos Humanos, ao Itamaraty, e também ao Senado Federal e à Procuradoria Federal de Direitos Humanos – apesar de ter tido parte da elaboração do documento conosco –, para que sirva de insumo para que, de fato, possamos, em um período muito breve, começar a implementar.

Várias vagas estão abertas já para candidatura ainda este ano e seria muito importante que o Brasil mostrasse até mesmo uma liderança nesse aspecto, porque poucos países possuem um sistema em que critérios são definidos para quais são os requisitos para alguém que queira ocupar um cargo internacional de direitos humanos e pouquíssimos países têm um procedimento que envolva chamada pública, enfim. Nós fizemos até um gráfico que envolve convocatória pública, prazo para postulação em consulta, definição de uma lista tríplice, prazo para envio de contribuições ou objeções, aberto a todos e todas que tenham interesse em enviar. E a decisão final, claro, não vai caber à sociedade, vai caber ao Estado brasileiro, mas que haja um procedimento de transparência e participação.

Claro que, aqui no momento, é uma entrega formal, mas já nos coloco à disposição para conversar mais sobre isso e, de fato, buscar contribuir para que essa parte de participação social e controle democrático avance no Brasil.

Um outro ponto que é muito positivo é o anúncio do Itamaraty da elaboração do Livro Branco da Política Externa. Acho que uma das razões que fizeram com que o Comitê existisse foi a percepção ou a constatação de que falta muita informação em política externa, sobretudo em política externa em direitos humanos, mas em geral.

O anúncio feito de que vai ser publicado o Livro Branco e até mesmo já a realização dos diálogos de política externa em que muitos de nós também estivemos presentes mostra que é um procedimento que está avançando dentro do Itamaraty em diálogo com várias partes.

O Comitê também já enviou uma carta ao Itamaraty com algumas propostas relacionadas tanto à forma ou ao procedimento de elaboração do Livro Branco, como também ao conteúdo de direitos humanos. Nós já estamos em diálogo com o Departamento e a Divisão de Direitos Humanos com relação à parte de direitos humanos, mas queria aqui deixar registrada uma sugestão que o Comitê fez nesta carta sobre o procedimento de elaboração do Livro Branco, que tem muito a ver com experiências que já aconteceram até mesmo puxadas pelo próprio Senado , como foi o marco civil da internet, em que uma proposta preliminar foi colocada à consulta pública e todos os cidadãos e cidadãs que queria poderiam mandar contribuições ao texto. Ou mesmo na RPU, em que o relatório preliminar que o Brasil enviaria ao Conselho de Direitos Humanos também foi aberto por um período de, se não me engano, de 30 dias, para sugestões também por escrito.

Então, aqui deixo registrado não só sugestão como o pedido do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa de que uma versão preliminar desse Livro Branco seja aberta também para esse momento de recebimento de insumos, contribuições, eventualmente críticas – por que não? – a esse livro.

E o último ponto, que também é algo que foi anunciado pelo Itamaraty e que vem atender à falta de espaços de participação social em política externa é a criação de um conselho nacional de política externa. Essa é uma demanda antiga da sociedade civil, inclusive do Comitê, e foi uma das razões de o Comitê ser criado em 2006, de que faltam espaços formais e permanentes de participação da sociedade civil. E também o nosso próprio Ministro Figueiredo anunciou que essa é uma vontade e que já está sendo discutida um formato para isso.

(Soa a campainha.)

A SRª CAMILA LISSA ASANO – Então, só quero registrar que é importantíssimo,sim, que haja, mas que seja um órgão que contemple não apenas um espaço para ouvir a sociedade, mas de fato que a sociedade possa participar de uma forma de qualidade, com informação e com retorno do que for decidido.

Contamos muito com o Senado, até mesmo na formulação, até porque estamos na Comissão de Legislação Participativa e a lógica da participação permeia todo o trabalho desta Comissão e acho que tem muita experiência para trazer.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Que bom.

Muita obrigada, Camila Lissa Asano, Secretária Executiva do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, que nos deixou aqui algumas tarefas importantes, sobre as quais esta Comissão vai, depois, se debruçar e planejar para poder contribuir também.

Convido o Senador Eduardo Suplicy para presidir a reunião.

Senador Eduardo, nós avançamos um pouco em função do nosso tempo, porque, daqui a pouco, teremos sessão deliberativa e gostaria de convidá-lo para estar aqui. Pode ser?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pode. Muito bom dia. A gente tem que se desdobrar aqui. Eu estava na Comissão de Desenvolvimento e Reforma Agrária, onde o Ministro Miguel Rossetto estava expondo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Ah, sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – E eu precisei ficar lá, era o único do PT. Mas, agora, agradeço muito a V. Exª por ter presidido até o momento a reunião sobre esta audiência que eu mesmo requeri.

Peço desculpas a todos, mas, às vezes, a gente tem que ser três, quatro aqui a cada manhã, nos desdobrando.

Eu vou, com muita honra, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, seja bem-vindo, Senador Eduardo Suplicy. Vou retornar, só vou ao plenário rapidamente e retorno para cá. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Passo a palavra ao representante do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, Sr. Pedro Villardi.

O SR. PEDRO VILLARDI – Muito obrigado, Senador. Bom dia a todas e todos. Cumprimento a Mesa.

Como a Camila, eu agradeço à Comissão esta oportunidade de a gente colocar temas importantes e caros para a sociedade civil em relação à política externa e direitos humanos.

Como eu não tenho a habilidade de oratória do Dr. Aurélio e da Camila, vou me ater a um tema só. E espero ficar inclusive dentro dos 15 minutos, de repente, para a gente ter algum debate com o Plenário.

O tema que eu queria tratar hoje é um tema que se aproxima da agenda de forma muito rápida, já que em junho o Conselho de Direitos Humanos da ONU vai tratar desse tema na sua sessão, que é o tema de direitos humanos e política externa.

Desde os anos 70 diversas iniciativas vêm sendo pensadas e vêm sendo propostas tanto no sentido de criar instrumentos vinculante e não vinculantes para buscar responsabilizar empresas transnacionais por violações de direitos humanos e alguns processos se destacam nesse sentido, dentro da OIT, o que se chama de Global Compact, que é um pacto entre as empresas somente. AS diretrizes da OCDE e o relatório Ruggie.

Eu queria me deter um pouquinho mais nesses períodos históricos, das diretrizes da OCDE que vieram em meados da década de 90 e no relatório Ruggie, que chegou em 2011, foi aprovado em 2011, para gente tentar entender um pouco o que estava acontecendo nesses dois momentos históricos e pensar se realmente acordos não vinculantes dão conta do recado. No final, vou fazer uma proposição e uma série de perguntas.

Nos anos 90, acredito que os anos 90 fiquem... vou buscar um pouquinho pelo tema de acesso a medicamentos e patentes farmacêuticas para tentar exemplificar. Claro que isso não vai esgotar todo o debate, mas acredito que é uma boa forma de ilustrar o quanto esses dois mecanismos de diretrizes da OCDE e o relatório Ruggie deram conta ou não de lidar com violações de direitos humanos por parte de empresas transnacionais.

Em 1994, se aprova no âmbito multilateral a criação da Organização Mundial do Comércio, que, dentro de seu escopo, havia o acordo tríplice, que obrigava todos os países a reconhecerem patentes farmacêuticas independente de seu estado de desenvolvimento e do nível de sua indústria.

O Brasil poderia ter adotado o que se chama de período de transição, esperar até 10 anos para começar o reconhecimento de patentes farmacêuticas, mas acho que aí começa o debate da influência das empresas transnacionais nas soberanias nacionais e na realização de direitos básicos. Eu acho que é de conhecimento de todos, por exemplo, que a lei brasileira de patentes chegou em inglês, tendo sido escrita em Washington, depois de um forte *lobby* de todas as empresas farmacêuticas americanas.

Eu sei que diversos congressistas e Senadores tiveram uma atuação muito importante em tornar a lei muito menos pior do que como ela chegou aqui, mas a lei brasileira, quando foi implementada, era uma lei muito ruim. E que gerou muitíssimos prejuízos, não só ao Erário público, como à efetivação do direito humano à saúde.

Mas isso a gente pensa num contexto em que havia uma legislação e uma Constituição, marcos normativos e jurídicos muito importantes no sentido de garantir o direito à saúde. Mas, quando a gente pensa em outros países em desenvolvimento como os países da América Central ou países africanos, como a África do Sul, o impacto das patentes farmacêuticas foi sentido de forma mais significativa do que foi sentido no Brasil. Por exemplo, houve um caso na Guatemala em que um medicamento antirretroviral para tratamento da epidemia de HIV e Aids, não pôde ser comprado na versão genérica pelo Governo porque, mesmo não havendo patente, havia um mecanismo, chamado de exclusividade de dados, que permitia a empresa ter o monopólio

e cobrar altos preços do governo guatemalteco, o que deixou milhares de pessoas sem um tratamento fundamental para efetivação do direito à saúde.

Eu posso citar inúmeros exemplos de violações de direitos humanos e violação do direito à saúde decorrentes de patentes farmacêuticas. Acho que outro caso emblemático é o caso da África do Sul, em que empresas farmacêuticas contestaram uma lei de patentes que era muito frágil e o que acontece hoje é que a África do Sul não tem exame de patentes farmacêuticas. Então, qualquer patente de medicamento que seja depositada na África do Sul é automaticamente concedida, o que deixa igualmente milhares de sul-africanos sem acesso a medicamentos, por conta dos altos preços cobrados pelas indústrias farmacêuticas, decorrentes de um monopólio proporcionado pela patente.

Então, nos anos 90, a gente assistiu a essa expansão da agenda do comércio sobre a agenda de direitos humanos, o que gerou inúmeras violações, e se verificava que, como atores dessas violações, havia as empresas farmacêuticas. Enfim, acredito que as diretrizes da OCDE não deram conta de lidar com essas violações proporcionadas por empresas farmacêuticas transnacionais ao direito à saúde.

Em 2011, chega o relatório World com os princípios reitores, mas, aí, novamente eu vou trazer uma reflexão daquilo a que a gente assiste atualmente em nível internacional e de quais são os desafios impostos, principalmente à efetivação dos direitos à saúde, por conta de empresas transnacionais. Queria citar, por exemplo, os tratados de livre comércio, principalmente o capítulo de investimento, que vem dentro desses tratados de livre comércio; o TPP, que é a parceria trans-pacífica, que, enfim, tenta elevar... Na verdade, a gente fala que tenta dar superpoderes às empresas; e recentemente um caso que houve na Índia com a empresa francesa Novartis, um questionamento da lei indiana por conta de um rechaço de uma patente.

Bom, o TPP, não sei se todos têm conhecimento do que é o Tratado Trans-Pacífico, é um tratado que vem sendo negociado sem nenhuma transparência, sob a influência de diversas indústrias americanas e europeias, e que busca, dentre outras coisas, elevar o padrão de pretensão à propriedade intelectual em nível global, fora de qualquer órgão multilateral e sem quaisquer transparência nas negociações. Entre diversas medidas que propõe, está aumentar para mais de 20 anos o monopólio concedido pelas patentes farmacêuticas, entre outras coisas.

Eu queria me deter mais no capítulo de investimento, porque acho que ilustra muito bem o que superpoderes de empresas transnacionais podem proporcionar ou podem causar como violações de direitos humanos. Existe um caso que eu considero um pouco famoso no Peru, de uma indústria mineradora que contaminou o solo com a extração de minério, milhares de quilômetros de solo em que havia plantações e havia extração de recursos vitais para aquela população. Depois de muitos anos, o governo peruano conseguiu multar a empresa por uma contaminação de solo que tirou a subsistência de muitas pessoas, deixou muitas pessoas doentes, conseguiu multar essa empresa por essa contaminação.

O que acontece é que o Peru já tinha, por conta da comunidade andina, um tratado de livre comércio assinado, em que havia um capítulo sobre proteção de investimento das empresas privadas. Então, a empresa acionou esse mecanismo legal e processou o governo peruano por conta de perdas de investimentos feitos naquela região. Ou seja, a empresa viola direitos humanos em larga medida de milhares de pessoas, contamina o solo por muitos anos e ainda pede que o governo peruano restitua o investimento feito naquela região. Esse é, acredito, um caso clássico, enfim, um caso que – não está decidido ainda, o judiciário peruano ainda não decidiu o caso –, deixa claro a fraqueza de mecanismos internacionais de responsabilização de violação de direitos humanos por empresas transnacionais.

Eu tenho só cinco minutos. Eu vou passar um pouco. Não vou falar da parte da Índia.

Agora em 2013...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pode falar um pouco da Índia, sim. Nós vamos ficar todos aqui e queremos saber.

O SR. PEDRO VILLARDI – Bom, é um caso muito interessante, na verdade. Existe um medicamento que se chama mesilato de imatinibe. Na verdade, o medicamento chama imatinibe, é o nome genérico, e a empresa Novartis quis patentear um sal. Quem é da área sabe que uma patente de sal é uma patente extremamente frágil, porque qualquer técnico no assunto consegue realizar uma reação química que gere um sal. A gente aprende isto na escola: que sal e água é igual a base mais ácido, alguma coisa assim. Enfim, é uma patente muito frágil e muito óbvia para um técnico no assunto. E a lei indiana, diferentemente da lei brasileira – embora o Congresso brasileiro tenha a oportunidade hoje de melhorar a lei brasileira sensivelmente via um PL proposto pelo Deputado Newton Lima e pelo Deputado Dr. Rosinha, PL 5.402, de 2013 –, já quando de sua modificação para adequação ao TRIPs, incluiu uma seção chamada seção 3D, que proíbe certos tipos de patentes consideradas frágeis ou consideradas não merecedoras de monopólio, e essa patente do imatinibe, do mesilato de imatinibe, foi negada em 2001.

Então, a Novartis, descontente com a soberania indiana, me parece, decidiu contestar na corte o rechaço dessa patente. Esse processo correu, de 2001 a 2013, doze anos, até que chegou à suprema corte indiana. E na verdade, na suprema corte, a Novartis não contestava somente a patente, mas contestava o dispositivo legal que permitia à Índia negar essas patentes.

Existem diversos estudos sobre os efeitos que patentes consideradas secundárias, que não cobrem somente o composto, mas outras partes de um medicamento, como sais, têm de estender o monopólio. Existe um estudo aqui no Brasil que diz que numa patente, acredito que para o darunavir, que é um medicamento de terceira linha para HIV, medicamento de resgate, quando duas linhas falham, é a última opção da pessoa para tentar se tratar. É um medicamento caro, se não me engano, custa US$6 mil por paciente por ano. Enfim, existem algumas solicitudes de patentes, mas se a última patente, considerada secundária, for concedida, a empresa vai ter perto de 29 anos de monopólio no Brasil. Esse é só um caso. Existem milhares de outros aqui no Brasil.

O grave da questão indiana é que não era um questionamento só da decisão do escritório de patentes em negar uma patente, mas o questionamento de uma legislação de um país, de um Estado soberano, entendendo o que seria melhor para sua população e para sua indústria.

A Novartis perdeu o caso. Enfim, foi um caso muito comemorado e o movimento de acesso a medicamentos teve muita participação nesse caso, não só no caso mesmo, fornecendo provas e dados que provavam que aquela patente realmente não deveria ser concedida e que a lei indiana é uma lei boa do ponto de vista de acesso a medicamentos, mas também porque o medicamento continuou em domínio público, podendo ser fabricado a preços muito mais baixos.

Voltando um pouquinho ao tema das transnacionais, espero que tenha contemplado. Senador, em 2013, mais de 80 países propuseram, no âmbito do Conselho de Direitos Humanos, uma discussão sobre a criação de um acordo vinculante, um instrumento jurídico-legal vinculante que responsabilize empresas transnacionais por violações de direitos humanos. Quem já acompanha o tema sabe que é muito difícil fazer essa vinculação, porque, enfim, são empresas transnacionais que muitas vezes não têm escritório nos países. Assim, quem é a pessoa que será responsabilizada? Às vezes, é um conselho, mudam o CO, enfim, há todas essas discussões, e não existe um mecanismo legal vinculante hoje que consiga responsabilizar as empresas por violação de direitos humanos.

Na verdade, eu fiz todo esse relato para dizer que parece que, desde os anos 70, quando começou essa discussão de um tratado vinculante ou não que responsabilizasse empresas transnacionais por violações de direitos humanos, desde então, a gente tem percebido que os direitos e os poderes das empresas têm cada vez mais aumentado, em detrimento dos direitos dos povos, das populações e dos indivíduos.

Nesse sentido, estando muito próxima a sessão do Conselho de Direitos Humanos que vai debater a criação de um grupo, instaurar o debate sobre o acordo vinculante no âmbito das Nações Unidas, o Governo brasileiro ainda não tem uma posição formada sobre o tema, que é um tema muito caro para nós da sociedade civil. Principalmente considerando que o Governo brasileiro tem se destacado, tem tido uma atuação destacada e de vanguarda em diversos foros, não nos parece adequado que o Governo, há 20 dias da sessão, não tenha uma posição formada, enfim, esteja esperando outras definições, de outros países, para formar uma posição – me parece que os debates no Governo brasileiro estão atrasados.

Eu aproveito a oportunidade de publicizar esse questionamento para perguntar para o Ministro Ghisleni, para o Cadu, que também está aqui, e, acredito, para a Luciana, porque me parece que tem que haver uma articulação entre a Secretaria de Direitos Humanos e o MRE, qual vai ser a posição do Governo brasileiro no próximo dia 23, quando vai ser votada essa resolução e quando vai ser discutida essa questão no Conselho de Direitos Humanos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Pedro Villardi.

Passamos a palavra agora à Srª Luciana Peres, Chefe da Assessoria Internacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A SRª LUCIANA PERES – Eu agradeço por me passar a palavra, Senador Eduardo Suplicy, por meio de quem congratulo toda a Mesa.

Eu gostaria, primeiramente, de pedir desculpas pelo meu atraso. Houve uma falha de comunicação. Nós não fomos formalmente convidados para estar aqui na audiência. Hoje pela manhã que eu soube e, como entrei em contato com a pauta, que é uma pauta da área internacional de Secretaria, eu achei que seria importantíssimo estar aqui para esse debate, como de fato é.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu agradeço muito a sua iniciativa de ter feito questão de estar aqui. Muito obrigado.

A SRª LUCIANA PERES – Obrigada, Senador.

Congratulando-me com todos os que falaram antes de mim, digo que, primeiramente, eu tinha – era sobre isso que eu iria falar agora – um balanço geral de 2011 a 2013 das iniciativas várias da Secretaria de Direitos Humanos no âmbito internacional. Como o tempo é escasso, 15 minutos, vou partir para uma outra estratégia. Acho que é melhor a gente primeiramente discutir os pontos que foram aqui levantados, que são de extrema importância, e que estavam na minha lista de prioridades para 2014, inclusive. Eu acho que é melhor a gente pular essa parte do balanço. Caso eu tenha tempo no final, eu volto um pouquinho para falar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A senhora terá o tempo necessário.

A SRª LUCIANA PERES – Obrigada, Senador.

A primeira questão que eu quero levantar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Se o Sr. Villardi ainda precisar... Qualquer dos senhores ou senhoras que quiser complementar terá o tempo necessário.

A SRª LUCIANA PERES – Está joia.

Então, em primeiro lugar, eu gostaria de colocar aqui o ponto que a Camila levantou acerca de promover a incorporação de normativas internacionais de direitos humanos no ordenamento jurídico interno, especificamente a ratificação do terceiro Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Eu queria aqui colocar que a Secretaria de Direitos Humanos, especialmente a área internacional, coloca como prioridade as gestões junto ao MRE e junto ao Senado Federal para ratificação desses tratados, o que demora. O processo de ratificação é demorado, mas é uma das prioridades da Secretaria, especialmente do Protocolo Facultativo do Desc. A gente tem hoje um brasileiro que acompanha o comitê do Desc, o Renato Zerbini, que acabou de ser reeleito, agora em 2014, com o apoio da Secretaria de Direitos Humanos.

É importante ressaltar aqui não só a ratificação do protocolo facultativo do Desc, mas também promover a aceitação do procedimento de denúncias individuais ao protocolo facultativo, porque o grande avanço do protocolo facultativo é a implementação de queixas individuais. Então, além de promover a ratificação, também tem de fazer uma gestão conjunta, promover a aceitação do procedimento de denúncias individuais, que é onde se vai avançar efetivamente em relação ao protocolo.

O outro âmbito é promover a ratificação também do terceiro Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança, que já está um pouco avançado, é uma questão que está sendo levantada pela Secretária Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, Angélica Goulart.

A gente também está trabalhando para a ratificação e já está em um ponto de conversão. Também ressalto que nós temos o Wanderlino Nogueira, que também é do Comitê de Direitos da Criança. Hoje nós temos cinco brasileiros em comitês de órgãos de tratados. A Secretaria de Direitos Humanos até gostaria de fazer um seminário com esses brasileiros em órgãos de tratados, mas isso depende de dotação orçamentária.

É importantíssimo também fazer uma gestão conjunta para promover a aceitação do procedimento de denúncias individuais ao terceiro protocolo facultativo de crianças, em que também se avança. Na verdade, não só em denúncias de crianças e adolescentes, mas em comunicações para que os infantojuvenis reivindiquem direitos e apresentem reclamações de violações ao comitê da criança e do adolescente até para aumentar o sistema e a rede de proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes, aqui especificando nesse protocolo das denúncias individuais infantojuvenis. Então, é importante que a gente faça essa gestão conjunta da ratificação e também da promoção da aceitação dos procedimentos de queixas individuais.

Em relação a outros assuntos, como promover a ratificação da convenção sobre direitos de trabalhadores migrantes, também estamos quase lá. Está aqui no Senado, mas ainda não tem uma força política tão grande.

O que é importante ressaltar aqui e também congratular é a primeira Comigrar, que foi feita agora em São Paulo, onde a gente teve representantes da Secretaria de Direitos Humanos no âmbito da assessoria internacional e também na Conatrae, de trabalho escravo, onde também estava presente; a relação com os trabalhadores migrantes, refugiados, *asylum seekers*, demandadores de asilo, ou apátridas, que é uma rede, com uma conceitualização muito grande no tema de migrações e refúgio. É importantíssimo esse debate amplo, levando a toda a sociedade civil que mais de 800 pessoas estavam, final de semana passado, na Comigrar para discutir isso.

Agora, um ponto que é importante ressaltar, não vou falar muito, mas teria muito que falar em relação a migrações, um ponto que é importante ressaltar aqui são algumas iniciativas da Secretaria de Direitos Humanos frente à atuação mais profícua no tema da migração, que é um tema do Ministério da Justiça, mas em que a Secretaria de Direitos Humanos quer ter mais protagonismo. Por isso ela reivindica um assento no Conare também para deliberações nos *status* dos refugiados, enfim, porque a lei que instituiu o Conare foi anterior até à própria instituição da Secretaria de Direitos Humanos e, acho que advindo disso, nós não fomos convidados para ter assento permanente no Conare. Então, nessa Comigrar, nós levamos essa proposta, que foi aceita, e vamos ver quais são os desdobramentos disso. Mas a Secretaria de Direitos Humanos quer estar mais atuante,

principalmente na questão dos refugiados, tendo assento no Conare, e também porque trabalha diretamente, na ponta, com centros de referência, como em Brasileia.

O centro de referência trabalha diretamente com a migração haitiana. Houve um comitê que foi ao Haiti discutir. O coordenador-geral do centro de referência, o João, participou dessa comitiva que estava no Haiti para discutir e ver quais são os porquês, as causas dessas migrações em profusão na base de Brasileia. Enfim, são alguns pontos somente para discutir em relação a isso.

Não vou adentrar mais nesse ponto, mas também acho que é importante a gente, nesse ponto específico da ratificação e da promoção, não falar só da ratificação, mas de promover a promulgação interna da convenção internacional e da convenção interamericana sobre o desaparecimento forçado das pessoas. Enfim, nós ratificamos, acabamos de ratificar agora, em 2014, a convenção interamericana, mas está nas prioridades da Secretaria de Direitos Humanos promover a promulgação interna das duas convenções. Então, acho que é importante a gente colocar isso aqui, principalmente quando se trata de um caso extremamente politizado em que o Brasil foi condenado internacionalmente, na Corte Interamericana de Direitos Humanos, que é o caso da Guerrilha do Araguaia.

Nesse ponto específico, vou pular um pouquinho agora já para outra temática, que é o sistema interamericano de direitos humanos. Se eu estiver falando um pouco rápido é porque estou preocupada com o tempo.

Acabamos de participar agora da audiência privada na Corte Interamericana, no dia 21 de maio, ou 23, em Costa Rica. Foi uma audiência de somente duas horas para tratar de temas tão vastos, como é o cumprimento da sentença do Araguaia. O Estado brasileiro teve 30 minutos para fazer sua defesa e os peticionários, os representantes das vítimas, 30 minutos. A Comissão Interamericana também teve 20 minutos. Houve cinco minutos de réplica e tréplica.

Numa avaliação muito pessoal, achei que foi muito pouco tempo para tratar de um cumprimento de uma sentença. Então, ficou uma questão muito proforma, mas acho que o Estado brasileiro teve um embasamento grande na sua defesa. Mostramos que, dos 11 pontos resolutivos de sentença, cinco já estavam cumpridos, quatro parcialmente cumpridos e dois não cumpridos. Explicamos devidamente o porquê de cada um deles. Posso disponibilizar o texto da defesa do Estado brasileiro para todos, para que possam perceber a linha de defesa do Estado brasileiro. Fomos com a linha de defesa verdadeira. Efetivamente os pontos que não foram cumpridos pelo Estado brasileiro foram levantados.

Estão sendo feitas gestões. Depois dessa audiência pública onde colhemos todos os depoimentos dos representantes familiares que estavam lá e também dos representantes da vítimas, do Cejil, das organizações peticionárias que estavam lá, estamos fazendo gestões para fazer uma nova interface para o cumprimento da sentença do Araguaia. A ideia é criar um grupo de trabalho interministerial para cuidar de todos os pontos resolutivos de sentença, primeiramente. Também temos dois grupos de trabalho para cuidar de pontos específicos. Dos restos dos desaparecidos e da busca dos restos mortais, é o grupo de trabalho Araguaia, que já vem desde muitos anos trabalhando. Vem desde o grupo de trabalho Tocantins, no âmbito do Ministério da Defesa, e passou para ser uma coordenação tripartite, no Ministério da Justiça, no Ministério da Defesa e na Secretaria de Direitos Humanos.

Agora estamos em vias de ter uma nova portaria da GTA com a Coordenação-Geral da Secretaria de Direitos Humanos, que foi um pedido específico do Ministério Público Federal para tal, devido aos questionamentos dos familiares em relação ao diálogo mais profícuo com os familiares. Por isso também, a Secretaria de Direitos Humanos fortaleceu e está fortalecendo a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, que vai liderar esse processo no GTA, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, mas também a assessoria jurídica e assessoria internacional. Com um fortalecimento maior, vamos criar um sistema de base de dados dos bancos de perfis genéticos dos familiares do Araguaia.

Não vou adentrar em muitas questões específicas, mas só mostrando que, depois dessa audiência, a Secretaria de Direitos Humanos está querendo impulsionar o cumprimento efetivo da sentença da Corte e está trabalhando por meio desses três grupos de trabalho, um de coordenação geral, um do grupo de trabalho Araguaia, que vai ter também a coordenação logística do Ministério da Defesa e a coordenação pericial, forense, do Ministério da Justiça, da Polícia Federal, que é importantíssima. Não tem como ficar somente no âmbito da SDH porque não tem nem capacidade, nem escopo para isso. Há também um grupo de trabalho da saúde, que é um grupo de trabalho com o Ministério da Saúde e a Secretaria de Direitos Humanos para tratar caso a caso as questões das mais de 60 vítimas no ponto de saúde.

Então, a Secretaria de Direitos Humanos está avançando bastante em relação ao cumprimento dessa sentença para que tenhamos um relatório mais robusto para o final do ano, quando formos redigir para a Corte, mas esperamos também uma resolução da Corte acerca do cumprimento de sentença depois dessa audiência. Então, em relação ao Araguaia, o Estado brasileiro vem avançando bastante.

Em relação também, e queria citar aqui, já que estamos falando do sistema interamericano rapidamente, não do sistema interamericano, mas do Cedal, que é o caso Aline Pimentel, onde o Estado brasileiro também avançou de forma bastante sólida, especialmente nesse ano, no começo desse ano, quando foi paga a indenização para a Srª Maria de Lourdes, a mãe de Aline, e prevê também o pagamento para a filha de Aline: Alice.

O que deveria ter sido feito era o pagamento por acordo extrajudicial de ambas. Corre processo na justiça, interno, e o Município de Nova Iguaçu foi intimado ao pagamento da indenização para Alice. Foi feito acordo extrajudicial para pagamento da Maria de Lourdes, mãe, mas esse acordo prevê também que, caso não tenha o pagamento da filha, ele vai ser feito por meio também da União, se o Município não o fizer. Esse foi um avanço enorme na discussão que tem sido feita durante anos na implementação das recomendações do Cedaw, que é apontado no meio internacional, principalmente nas Nações Unidas, como recomendações de vanguarda no âmbito da saúde mental e reprodutiva da mulher.

Também colocamos aqui o seminário que foi feito em parceria com o Ministério Público para operadores de Direito sobre a saúde reprodutiva materna da mulher, em que tivemos o representante da relatoria especial da ONU sobre o direito ao mais alto desfrute de saúde, que é o Paul Hunt, que veio também representar.

Até coloco aqui, Camila, o apoio à proposta que você colocou aqui da candidatura de especialistas independentes para cargos internacionais de direitos humanos. A Secretaria de Direitos Humanos acabou de apoiar agora também um especialista para esse mesmo cargo que o Paul Hunt ocupava, que é o direito ao mais alto desfrute de saúde, como especialista da ONU. A Secretaria de Direitos Humanos apoia a proposta de ter critérios mais definidos para a candidatura de especialistas. Isso atualmente tem vindo também pró-*motio*, o próprio especialista também tem essa motivação de querer participar. A Secretaria de Direitos Humanos acabou apoiar um caso desse especificamente, um senhor do Rio Grande do Sul.

Nesse ponto, gostaria de falar em relação ao que você levantou das relatorias. A Secretaria de Direitos Humanos apoia toda a vinda de relatores, normalmente, e atua juntamente com o MRE para promover essas gestões de como será a vinda. O Brasil tem *extend an invitation* para todos eles. Então, nunca se recusa. Vieram alguns relatores no ano passado. Em 2011, vieram os especialistas do CNPCT, Comitê de Prevenção à Tortura, que fez um relatório em 2011 e respondemos a esse relatório no início de 2014. Teve também a visita do Frank La Rue, que é para a liberdade de expressão, no âmbito da ONU, do direito à água e saneamento, Catarina de Albuquerque. A Secretaria de Direitos Humanos acompanha todos eles.

Quando se faz um relatório dos relatores especiais, o procedimento é o seguinte: recebemos a notificação do MRE e um assessor específico acompanha e entrará em contato com todas as entidades dos três Poderes e dos entes federativos necessários para tal, para a elaboração ampla de um relatório de volta.

Nesse ponto também, já que estamos falando dos relatórios, queria colocar aqui uma questão importante que responde um pouco aos atrasos que vocês colocaram aqui em relação aos relatórios dos órgãos de tratados e também ao que o Aurélio Rios colocou em relação à demora disso e de como colocar isso em um processo mais efetivo, largo e mais democrático possível, com a participação da sociedade civil. Nesse sentido, estamos organizando, na Secretaria de Direitos Humanos, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores também, mas estamos ainda nas primeiras gestões, a pedido do Amerigo Incalcaterra, que é o representante para as Américas do ACNUDH, um ajuste junto ao MRE disso, para tentar implementar um sistema *on-line* de monitoramento de recomendações internacionais no âmbito dos direitos humanos.

Temos uma consultoria agora em andamento que está fazendo todo o desenho de como poderia ser alimentado esse sistema. Então, está dividido por temas, são temáticas específicas e recomendações de todos os anos específicos. Além disso, a gente ainda coloca quais foram as medidas implementadas e quais são os órgãos responsáveis, no Brasil, em relação a cada uma delas.

Então, esse sistema de monitoramento responde um pouco, e de forma mais definitiva, como o Brasil vai atuar para fazer os seus relatórios bienais ou quadrienais, dependendo de cada órgão de tratado. Existe um consultor específico para coordenar as ações de cada um dos relatórios. Atualmente, nós temos uma consultoria em voga junto ao relatório do Desc – Direitos Econômicos Sociais e Culturais – e também o relatório do CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho –, que é contra tortura, e o relatório da criança. Todos eles já sendo implementados agora. Esses consultores têm amplo acesso a todos os outros órgãos que, por meio da Secretaria de Direitos Humanos, têm interesse ou que têm interface com as temáticas expressivas, não só os órgãos mas os entes federados também.

Nesse sentido, esse sistema *on-line* de monitoramento, trazendo *know how* do observatório do PNDH-3 – nós já temos quem faz essa interface, além de um comitê gestor que também a faz –, a Secretaria coordenaria esse sistema *on-line*, mas traria todos os outros ministérios e entes federados e outros Poderes para atuar no sentido de subsidiar esse sistema, alimentar esse sistema, dar informações a esse sistema. Dessa forma, acredito que tenhamos informações mais organizadas e mais bem definidas para colocar nos relatórios, que

serão enviados tanto no âmbito da ONU como no da OEA, não só os relatórios de órgãos de tratados, mas como você próprio colocou, os relatórios dos relatores especiais, os questionários específicos que são enviados. Esse sistema pretende que o monitoramento seja feito a cada seis meses, alimentando todas as políticas públicas que são feitas em relação a isso, mas não apenas isso, porque o importante desse sistema de monitoramento é mostrar aos todos outros órgãos do governo, a fim de que saibam da importância das recomendações internacionais específicas para as políticas públicas que eles implementam, porque há um desconhecimento das recomendações internacionais.

Esse sistema de monitoramento traria, de forma mais palatável, uma plataforma *on-line* para poder disseminar as recomendações internacionais para outros órgãos. Então, eu acho que esse sistema *on-line* traria muitos benefícios e nós estamos fazendo gestão, na Secretaria de Direitos Humanos, para implementar esse sistema de forma a garantir isso e, não sei até o fim do ano, talvez, mas já estamos fazendo gestão em relação a isso. Nós temos *know how* específico na Secretaria de Direitos Humanos em relação a isso, e também nos foi oferecido *know how* do sistema de monitoramento do Paraguai pelo Amerigo Incalcaterra, que também já entramos em contato, que é um sistema, muito bom, mas que somente demonstra e coloca quais são as recomendações e os temas específicos, mas não têm essa nossa outra ambição de colocar o que o Estado está fazendo em relação a isso para poder subsidiar os relatórios internacionais em relação ao caso. Então, essa é uma prioridade da Secretaria de Direitos Humanos e estamos fazendo gestão para ver se conseguimos impulsionar isso.

Em relação agora ao que foi discutido aqui, a Lei Ponte, que é o PL nº 170 , de 2010, de autoria do atual Ministro Eduardo Cardoso, Deputado à época, que, a meu ver, ao ver da Secretaria de Direitos Humanos é um PL que restringe um pouco às sentenças internacionais, a tribunais internacionais de direitos humanos. Ao restringir isso às recomendações internacionais, especialmente às recomendações internacionais de casos contenciosos, acaba não tendo uma força vinculante maior ou uma força executória maior no âmbito do nosso País, o Brasil. Então, o que a Secretaria de Direitos Humanos está fazendo agora é uma tentativa de um projeto substitutivo.

Em relação a isso, o projeto da Secretaria de Direitos Humanos, enfim, dispõe sobre a execução de sentenças internacionais de direitos humanos, o cumprimento de recomendações e de acordos extrajudiciais de direitos humanos e dá outras providências. Tanto é que o PL nº 170, quando vai falar de reparações, como bem demonstrou o Ministro Alexandre Ghisleni, fala de reparações específicas pecuniárias. Mas o que a gente está querendo colocar aqui nesse novo projeto da Secretaria de Direitos Humanos – e também a gente vai fazer gestões junto à Mayerrer para uma apoio em relação a isso, já que estamos discutindo o PL nº 170 – é de, efetivamente, podermos não só tratar de sentenças internacionais de tribunais, porque, para isso, não precisa efetivamente de uma lei que fale isso, porque o Brasil já aceitou o contencioso da Corte Interamericana de Direitos Humanos já é vinculante ao Brasil; uma lei que fala especificamente desse ponto acaba sendo uma letra morta. Então, na verdade, é necessário que se coloque também as recomendações internacionais nos campos de contenciosos. É bom definir também especificamente de quais recomendações que estamos falando aqui. Enfim, não vou entrar nesse mérito, porque eu prefiro que a gente abra uma audiência pública para discussão do projeto de lei, não do PL nº 170, mais dessa possibilidade de ser substituído por um outro que abarque também as recomendações em casos contenciosos.

Porque a dificuldade que a gente tem, efetivamente, na Secretaria de Direitos Humanos é quando há uma violação dos direitos humanos em um Estado federado específico é convencer o governador do Estado ou a Procuradoria-Geral de fazer o pagamento disso diante de uma recomendação que não é vinculante, porque de uma sentença ela é vinculante, ela tem que ser feita. O Brasil já está nessa jurisdição, tem que ser feito o controle de convencionalidade disso, mas de uma recomendação que acaba entrando em uma seara mais administrativa, é importante que a gente tenha um meio de maior execução disso e não fazer somente com o caso da Aline Pimentel que teve uma dificuldade muito grande de se fazer o pagamento, justamente para não criar um precedente. Então é importante que esse projeto de lei que vai ser começado a ser discutido no âmbito do Projeto de Lei nº 170, também leva em consideração todas essas interfaces.

Nesse projeto de lei da Secretaria de Direitos Humanos se prevê um comitê intersetorial de contenciosos internacionais de direitos humanos com outros órgãos importantes de serem citados. Enfim, a Secretaria de Direitos Humanos se dispõe a estar em uma possível audiência pública para discutir esse projeto de lei que é importantíssimo para o cumprimento efetivo de recomendações internacionais, de sentenças de tribunais internacionais e de acordos extrajudiciais no âmbito internacional que possa ser feito para, efetivamente remediar uma violação dos direitos humanos, especialmente de violações de direitos humanos que, há muitos anos tramita. Porque para chegar ao âmbito internacional, ela já tramitou internamente por muitos anos. Então, é uma violação que o Estado brasileiro tem que ser complacente com isso e ele aceita alguns casos, como o Estado violador, e quer fazer reparações, mas é muito difícil de fazer justamente porque nós não temos uma lei

que reforce essas recomendações. Então, é um apelo que a Secretaria de Direitos Humanos faz aqui também para que possamos discutir este PL de forma que ele seja efetivo. O.k.?

Eu não sei como estou em relação ao meu tempo. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Caso queira sintetizar... Mas pode continuar.

A SRª LUCIANA PERES – Está bem.

Agora, em relação ao fórum mundial, que foi citado aqui pelo Ministro Alexandre Ghisleni, apenas para dizer que foi uma mobilização de redes e participação de mais de 10 mil pessoas no final do ano passado, em que diversos temas de direitos humanos foram tratados em ações paralelas, na plenária, em ações autogestionadas dependentes.

Importante ressaltar qual foi a inovação do fórum mundial, ou seja, ter, efetivamente, em sua organização, representantes da sociedade civil no comitê organizador do fórum.

E, nesse sentido, a nossa antiga Secretária Executiva, Patrícia Barcelos, viajou para o Marrocos, onde vai ter o próximo fórum mundial, para fazer uma troca de experiências com o comitê organizador do Marrocos e, efetivamente, tentar colocar como legado brasileiro e uma marca fazer o comitê organizado com a organização da sociedade civil, que é um processo mais inclusivo de controle social e transparência em relação aos direitos humanos em geral.

Outra questão que é importante colocar aqui... Eu acho que coloquei todos os pontos levantados. Creio que só faltou o ponto das empresas e dos direitos humanos.

Em relação a esses pontos específicos, acho que o que é importante ressaltar é que a Secretaria de Direitos Humanos, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério Público Federal e o Ministério de Fazenda estão se reunindo para discutir a implementação e a possibilidade de construção de uma política nacional que reflita as diretrizes da OCDE para empresas e direitos humanos, pois ainda não temos um plano nacional, como há em outros países, de vanguarda, como a Inglaterra, que tem um plano nacional muito específico, compondo diretrizes para empresas transnacionais e enfrentamento e violação aos direitos humanos. Então, a SDH tem assento no PCN, o ponto de contato nacional, que trabalha com isso aqui, também o MTE e o Ministério de Fazenda. Em alguns casos de empresas transnacionais estão sendo discutidos no âmbito do PCN, em que denúncias individuais ali chegam, como é o caso da mineradora Kinross, no Município de Paracatu, ou da C&A., em que também está sendo discutido esse tipo de denúncias individuais ou de organizações específicas no âmbito do ponto de contato nacional.

Outra questão importante de ser colocada, que a Camila lembrou muito bem, é a questão do *mid-term review* que o Brasil irá, sim, apresentar o seu relatório de *mid-term review* do RPU – Revisão Periódica Universal – do Conselho de Direitos Humanos da ONU. O prazo vai demorar um pouquinho, não poderia ser nem em junho e tampouco em setembro como a Camila colocou, justamente porque o que se pretende é fazer de forma transparente e ter consulta pública e depois audiência pública em relação a isso. Então, pode atrasar também por causa do período eleitoral. A previsão é de até o fim do ano, mas isso pode ser relativizado, dependo do período eleitoral também e como vai ser colocado para consulta pública e se vai ou marcar audiência em relação ao relatório de *mid-term review,* mas estamos empenhados em fazer esse relatório e vamos apresentar, sim, um relatório de meio período.

Em relação ao RPU, eu acho que é importante colocarmos aqui o II Ciclo, que é esse caderno aqui: "O Brasil na revisão periódica universal das Nações Unidas: principais documentos do II Ciclo".

O II Ciclo foi feito de forma inclusiva, foi feito por vários órgãos sob a coordenação da Secretaria de Direitos Humanos e do Ministério das Relações Exteriores; alguns outros, o Ministério da Justiça, AGU são órgãos dos três Poderes e também foram consultados vários Estados federados para a feitura desse relatório final, que foi enviado no segundo período: o I Ciclo, em 2008, e o II Ciclo, em 2012.

O relatório do II Ciclo compõe desde o início de 2009 até o final de 2011. E o que foi específico do relatório do II Ciclo é que se quis demonstrar os avanços do Estado brasileiro em relação ao I Ciclo. Por isso, nós escolhemos, como base no relatório, trabalhar em cima das 15 recomendações aceitas pelo Brasil e dos dois compromissos voluntários que o Brasil também firmou no âmbito do I Ciclo. Então, o II Ciclo demonstrou isso.

Ele foi um processo de participação social atuante e de transparência, porque foi para a consulta pública em plataforma *on-line*, depois tivemos audiência pública, em que tivemos contribuições, o que também constou do relatório final que fora enviado para Genebra ao Conselho de Direitos Humanos.

Somente é importante a gente caracterizar que, no relatório do II Ciclo, foi um avanço obtido em termos de democratização do processo e envolvimento das unidades federadas e dos conselhos nacionais de representação paritária. Todos os governadores de Estado receberam informações e convites para contribuírem no processo. Dezoito Estados e o Distrito Federal enviaram subsídio para elaboração do relatório. Além disso, o

Brasil informou a 39 conselhos nacionais sobre a consulta pública por entender que são canais de diálogos entre o Governo e a sociedade civil e teve o envolvimento efetivo dos conselhos na estratégia de institucionalização do controle social no monitoramento da situação dos direitos humanos no Brasil.

Dessa forma, o Brasil tem buscado estabelecer mecanismos formais de consulta e de participação de diferentes agentes da sociedade no processo de RPU, a fim de aprimorar a metodologia de elaboração do relatório nacional e de facilitar seu seguimento por parte das diferentes instâncias governamentais e da sociedade.

Provavelmente, o *mid-term review* também quer ter essa transparência e o III Ciclo certamente também aprimorará mais ainda nessa transparência e trato com a sociedade civil e como os três Poderes para a realização do relatório.

Acho que dos pontos que aqui foram levantados eu os cobri – alguns – bastante, coloquei alguns apelos e questões da Secretaria de Direitos Humanos. Não vou falar mais sobre o balanço, porque não temos tempo, mas gostaria de, agora, reforçar o que foi colocado aqui acerca do XXI Congresso Pan-Americano da Criança e do Adolescente, que vai ser feito em parceria com o IIN (Instituto Interamericano da criança), em dezembro, e com a parceria do Ministério das Relações Exteriores também; reforçar a Lei Menino Bernardo e afirmar que a Secretária Angelica está, agora, em Estocolmo, numa discussão de alto nível com vários secretários nacionais e ministros de outros países sobre leis de punição corporal contra criança, sobre as legislações nacionais de punição corporal contra criança, por isso que ela não pôde estar no plenário de ontem por estar lá, discutindo isso e, segundo soube, trará boas informações, boas trocas de experiência e boas práticas de outros países em relação a isso, o que poderá nos ajudar bastante para a construção da nossa legislação.

Também reforçar o que o Ministro Alexandre disse em relação a XIII Conferência do Organismo Internacional do Trabalho, e questão de a Ministra estar lá para votação do protocolo do trabalho forçado, na Convenção do Organismo Internacional do Trabalho, que é de extrema importância depois da aprovação da PEC do trabalho escravo e da regulamentação que estamos tentando implementar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A Ministra já está lá? Ela estava aqui ontem à noite!

A SRª LUCIANA PERES – Ela vai estar lá nos dias 9, 10 e 11. Foi ato falho. Ela estará nos dias 9, 10 e 11. E a previsão é que a votação seja no dia 11, oportunidade em que ela possa votar efetivamente, assim como o nosso coordenador-geral da Conatrad – trabalho escravo – já se encontra lá, discutindo em âmbito participativo.

Acho que seriam essas as contribuições.

Só mais uma coisa específica. Existem duas questões no Brasil, agora, que tangem bastante a Secretaria de Direitos Humanos: uma, que é a convenção das pessoas com deficiência, que será discutida agora, em Nova York, em que o Brasil vai ter assento no Bureau Executivo da convenção, como representante dos países do Grulac (Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe). E, nesse final de semana, vamos enviar um representante da Secretaria de Direitos Humanos para discutir a questão das pessoas com deficiência. Também acabou de voltar de Washington um representante para a discussão da Convenção Interamericana dos Direitos da Pessoa Idosa, para integrar o rol de discussões. E também temos o integrante que está discutindo isso, que é de extrema importância.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Srª Luciana Peres.

Eu queria esclarecer que foi a Angelica que recebeu o convite da Presidenta Ana Rita, enviado dia 26 de maio. No dia 5 de junho, o Gabinete da Ministra, a Srª Maria de Lourdes Pires, informou que estaria aqui a Srª Luciana Garcia, mas na noite de ontem informou que quem estaria aqui era a senhora mesma, Srª Luciana Peres. Então, o convite foi...

A SRª LUCIANA PERES – Foi enviado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então, só para esclarecer, afinal, estamos tratando de direitos humanos aqui, inclusive da Comissão.

Eu gostaria de aqui registrar que a assessoria da Comissão preparou uma série de listagens de encaminhamentos que decorreram da exposição das senhoras e dos senhores. Se algum dos depoentes quiser comentar mais a respeito antes de eu fazer algumas perguntas... Só para registrar os encaminhamentos: que a Comissão faça gestões para a criação da autoridade central de migrações; que possa promover debates sobre a nova lei de imigrações.

Quero assinalar que estive presente, semana passada, num encontro nacional sobre imigrações, com o Ministro da Justiça, também estava presente o Sr. Aurélio Rios, Procurador-Geral, o Sr. Marlon Alberto Weichert, Procurador Regional da República, aqui representando o Sr. Aurélio Rios, que precisou ir à Câmara.

Mas há outros temas também sugeridos: articular a criação do Conselho Nacional de Política Externa; a criação de um procedimento transparente e participativo para indicação de candidatos a cargo internacionais

de direitos humanos pelo Estado brasileiro; a assinatura e ratificação imediata do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; a nomeação urgente dos partidos da comissão especial para a ratificação da Convenção da ONU sobre Direitos dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias; a abertura do processo *on-line* de consulta, uma versão preliminar do Livro Branco da Política Externa para recebimento de insumos; comentários e críticas à luz das experiências do Marco Civil da Internet e do II Relatório do Brasil à Revisão Periódica Universal do Conselho dos Direitos Humanos da ONU.

Como foi entregue aos demais membros da Mesa, pela Srª Camila Lissa Asano, Secretária Executiva do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, uma proposta de critérios e processos para definição de indicações do Estado brasileiro à candidatura de especialistas independentes para cargos internacionais de direitos humanos, quem sabe o Ministro Alexandre Peña Ghisleni e a Srª Luciana Peres, como representantes do Governo, possam dizer alguma palavra sobre o que acharam dessas sugestões que me parecem bem elaborada, uma contribuição que fazem ao Governo brasileiro.

Neste momento em que aqui comentamos os direitos humanos no Brasil e as nossas relações internacionais, primeiro, quero transmitir que tenho achado positiva a forma como o Governo brasileiro tem se empenhado para assegurar um tratamento de acolhida, por exemplo, para os imigrantes que têm chegado do Senegal, do Haiti, de outros países onde os imigrantes saem em grande dificuldades e, depois de algumas dificuldades havidas, inclusive, de comunicação entre o Governo do Acre e os governos, por exemplo, de São Paulo, agora sou testemunha de que estão em maior harmonia, procurando coordenar o bom acolhimento aos imigrantes – quero registrar isso – eu tenho algumas perguntas a fazer.

Uma relacionada ao caso, não sei se foi aqui mencionado, mas se trata de direitos humanos, referente ao Sr. Edward Snowden. O Sr. Edward Snowden, no entender de muitos de nós, prestou um serviço inclusive ao Governo brasileiro ao informar que até a Presidenta Dilma estava com as suas comunicações sendo objeto de averiguação por parte da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos. O Sr. Edward Snowden tem cogitado até a possibilidade de asilo no Brasil.

Eu li, de ontem para hoje, que a Presidenta Dilma quer restabelecer um melhor relacionamento com o governo dos Estados Unidos, com o Presidente Barack Obama, depois de não ter comparecido a Washington ano passado por causa desse episódio ou desses episódios. Mas me parece que seria bom que se pudesse transmitir ao próprio governo norte-americano, até por empenho nosso, de todos nós, que pudéssemos transmitir ao Presidente Barack Obama, ao congresso norte-americano que, na verdade, esse senhor, embora tendo desobedecido alguns regulamentos da legislação norte-americana, na verdade, ele o fez por um motivo maior: prestar um serviço à humanidade. Quem sabe possa haver um apelo se não para que ele possa, como expressou, aqui viver no Brasil, ter aqui asilo, de maneira a não causar um constrangimento ao governo norte-americano ou, quem sabe, possam conceder a ele anistia, porque, afinal, prestou um serviço inclusive à Srª Chanceler Angela Merkel e a tantas outras pessoas. Então, essa é uma reflexão que faço aqui. Se quiserem refletir a respeito desse tema, estejam à vontade.

Há outro tema que nas últimas semanas preocupou a todos, inclusive a Srª Michele Obama. Refiro-me a cerca de 200 moças que foram sequestradas na Nigéria. Isso causou uma comoção, uma preocupação em todos que lidam com os direitos humanos. Eu acho que o Governo brasileiro pode também ser bastante assertivo em transmitir ao governo da Nigéria e a todos os países, como outros têm feito, a nossa preocupação e solidariedade a essas moças, para citar dois exemplos.

Mas há outros exemplos que estão à nossa frente. E gostaria de aproveitar a oportunidade da visita das senhores e dos senhores porque esta Comissão de Direitos Humanos, já desde o tempo em que o presidente era o Senador Paulo Paim, ouviu e se preocupou com o caso de mães brasileiras que, em função de desavenças com seus companheiros, seus maridos, acabaram perdendo a guarda de suas crianças. Por exemplo, há o caso de duas mães que perderam a guarda de suas crianças na Alemanha e têm tido grande dificuldade para novamente terem o direito de estarem com as crianças.

Se me permitem, eu gostaria de pedir que a Srª Jacy Raduan e a Srª Eliana März, que estão aqui presentes, se elas podem, muito sinteticamente, porque começou a soar a campainha, significa que estão chamando para o plenário... Mas eu gostaria de dar oportunidade a ambas e, daí, os senhores respondem a todas as questões levantadas. Espero que dê tempo.

Peço a minha assessoria para verificar o que está acontecendo no plenário – por que essa campainha – e que horas que eu tenho que estar lá se for para votação nominal.

Estão de acordo que possamos ouvi-las? Embora o caso de uma seja diferente do da outra, as duas são solidárias uma a outra porque há semelhanças e ambas se tornaram amigas.

Primeiramente, a Srª Jacy Raduan, se puder sintetizar o que aconteceu e em que pé está e como essas entidades e o Governo poderão ajudar num próximo passo. Depois, a Srª Eliana März. Então, um pouco cada uma.

A SRª JACY RADUAN-BERGER – O.k.

Bom dia a todos. Eu agradeço, em primeiro lugar, por poder falar. Meu nome é Jacy Raduan. Eu tenho dois filhos, hoje com 6 e 8 anos que foram retidos na Alemanha quando tinham 1 e 3 anos de idade. O que acontece comigo acontece com muitas mães e também pais, então vou falar genitores, estrangeiros na Alemanha.

Minhas crianças foram retidas quando as levei para visitar o pai e a família alemã na Alemanha. Eu tinha ordem judicial brasileira, termo de guarda da Justiça brasileira, autorização do pai para fazer a viagem a fim de visitá-lo e autorização consular, em que ele declarava de próprio punho que a nossa residência, a residência da família era no Brasil. Quando eu cheguei lá, tudo foi bem diferente. Ele requereu a guarda, dizendo que nunca viveu no Brasil e que se eu voltasse para o Brasil conforme eu planejava, o que era acordado entre as partes, ele teria dificuldades em ter contato com as crianças.

Estou nessa luta há cinco anos, busquei ajuda no Parlamento Europeu, me uni a diversos genitores de diversas nacionalidades, italianos, franceses, enfim, para pedir ajuda e o que a Alemanha fez foi me perseguir. Eu acho que o Governo brasileiro não tomou atitudes à altura para evitar essa perseguição. Então, eu acabei vindo para o Brasil e há dois anos e meio meus filhos não têm contato comigo nem com a família brasileira. O único contato que a gente consegue, com muito custo ainda, é via Skype.

Então, eu peço que o Governo brasileiro faça gestões para que o Itamaraty, a Presidência da República também, chegue ao ponto de fazer gestões de alto nível para evitar que crianças brasileiras continuem sendo impedidas de ter contato com a cultura brasileira, com a família brasileira, com a língua brasileira. Enfim, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Eliana März, por favor.

A SRª ELIANA APARECIDA RODRIGUES-MÄRZ – Muito obrigada pela oportunidade de estar aqui entre os presentes. Muito bom dia a todos.

Eu gostaria sucintamente de explicar o que se passou no meu caso. Eu vivi na Alemanha por quase 20 anos. Desses 20 anos, eu fui casada por cinco anos. Havia uma história de violência doméstica, meu marido tinha alguns problemas psíquicos, o que nunca se comprovou, porque o Estado alemão protege o seu nacional, ao contrário, infelizmente, do que muitos brasileiras têm vivido, e culminou que eu tive que deixá-lo. Ainda assim, depois de divorciada, vivi na Alemanha por conta da minha filha, que é uma criança especial, com síndrome de Down. Eu fiquei na Alemanha por ela todos os anos que eu resisti. Quando a menina começou a falar, finalmente se desenvolveu na fala, ela se deu conta de que havia motivos de preocupações para o que ela estava vivendo com o pai nos dias de visita.

Toda essa trágica história e todos os seus desenvolvimentos se passaram na Alemanha. Em 2008, eu comecei a comunicar a situação ao Brasil, através da Embaixada do Brasil lá na Alemanha, em Berlim, e à Acaf aqui, que, na época, estava sob a coordenação da Srª Patrícia Lamego. Aquilo de que mais me queixo é que a orientação que se recebe quando há um problema com um brasileiro lá fora é muito limitada. Eu ouvi da coordenadora da Acaf: "Nós não podemos fazer nada. A senhora está em território estrangeiro." Sequer abriu uma pasta com o nome Elena März, que é minha filha.

Depois de alguns anos, depois de lutas perante a justiça alemã para que se esclarecesse o que estava acontecendo, quais eram o motivos de queixa da minha filha, com a justiça alemã, a polícia alemã, o *Jugendamt* alemão, que é uma espécie – muitos entendem assim no Brasil – de vara da infância alemã, sempre tomando partido do nacional, as coisas pioraram com o deslinde de que não havia mais meio. Para proteger a minha filha, eu viajei para o Brasil com a menina, com uma autorização de viagem vigente, na esperança de esclarecer, aqui, quais os motivos de queixa.

Aqui, no Brasil, fiquei por 11 meses. Procurei a DPU. Assim que vim para o Brasil, procurei que fosse apresentado um pedido de guarda da menina em meu nome. Isso infelizmente não aconteceu, porque a DPU e a DPE entraram numa questão de quem era a competência nesse caso. Ao final de 11 meses, o pai veio ao Brasil com uma liminar, com a guarda total concedida pelo governo alemão, obtida numa audiência da qual eu sequer participei, e conseguiu um juiz brasileiro que acatou isso sem questionar. Fez-se uma liminar de busca e apreensão, e levaram a criança de mim, uma criança deficiente, cardíaca, com violência policial na minha porta. Foram 11 viaturas policiais destacadas para arrancar uma criança de uma mãe, uma professora de 50 anos, e uma criança deficiente, cardíaca, fato de que eles tinham conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Que idade?

A SRª ELIANA APARECIDA RODRIGUES-MÄRZ – A menina tinha de 11 para 12 anos na época, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – E agora?

A SRª ELIANA APARECIDA RODRIGUES-MÄRZ – Agora ela tem 14. Eu estou há dois anos sem ver a minha filha, na situação de Jacy Raduan, à mercê da boa vontade do pai para conseguir sequer falar, porque eu não tenho contato via Skype. Recentemente, o Judiciário ainda me fez o favor de negar o pedido da minha

advogada para que o pai aceitasse, através de cautelar, ao menos se obrigasse a apresentá-la via Skype para eu ter contato. O processo está no STJ.

Eu vim a Brasília, assim que me tiraram a menina – isso aconteceu em janeiro de 2012 –, procurar a Secretaria de Direitos Humanos e a Ministra dos Direitos Humanos, Ministra Maria do Rosário, na época.

Ali no balcão, na recepção, lá embaixo, porque não me deixaram subir, eu recebi uma resposta de um funcionário da Acaf, na época, dizendo que isso era banal e que eu não conseguiria falar com a Ministra dos Direitos Humanos porque nem todo mundo consegue, não é qualquer um. Eu disse: "Eu não sou qualquer um." Eu disse a ele o que eu tinha vivido e que sou mãe de uma criança brasileira deficiente que o Brasil entregou nessas condições. Ao que ele me disse: "Não. Não foi o Brasil; foi um juiz." Eu disse a ele: "Nessa sentença que o senhor está vendo tem que brasão? Se o brasão que o senhor reconhece aí for brasileiro, então foi o Brasil; não foi juiz nenhum."

Enfim, aí começou a saga com a Acaf. Eu não consegui falar com a Ministra dos Direitos Humanos até o dia em que conheci o Senador Suplicy, num evento no dia 20 de março, em que se comemorava o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Foi ali. E depois disso a Ministra me recebeu – em maio daquele ano eu consegui ser recebida.

Na Secretaria de Direitos Humanos, dentro da Acaf, logo houve mudanças. A Ministra nomeou outro coordenador, outro subcoordenador. Mas as questões dentro da Acaf ainda não estão, a meu ver, nesse tema, a contento.

Eu recebi recentemente um *e-mail*, porque eu estava cobrando da Acaf alguns documentos de que eu tenho necessidade – um documento. Depois de nove meses de pedido, finalmente me foi dado um relatório de que eu preciso para o processo. Recebi a notícia de que a Secretaria de Direitos Humanos estaria pensando num projeto de modificações do Tratado de Haia, da aplicação do Tratado de Haia, que faz essas vítimas, especificamente, de que eu estou falando, e que eu poderia talvez participar e talvez ter a palavra. Eu achei isso interessante, porque esse projeto não nasceu agora. Esse projeto é das Mães de Mãos Vazias e nasceu naquele dia, em 2012, quando me destrataram na portaria da Acaf. Inclusive eu queria dizer aos senhores que esse projeto já está nas ruas, esse projeto já está na internet para ser assinado. Estamos com esse projeto de lei especificamente na praça, colhendo assinaturas. Esse projeto, agora, é realidade. Mas, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O que diz o projeto?

A SRª ELIANA APARECIDA RODRIGUES-MÄRZ – As nossas propostas, dentro do projeto, são modificações no Tratado de Haia no sentido de que façamos aquilo que é possível dentro da Constituição brasileira, como, por exemplo, a delimitação do tempo de tramitação de um processo dessa natureza. Até então, um juiz recebe uma liminar e tira a criança da mãe brasileira. No meu caso, foi pior ainda: sem que se desse a essa mãe o direito de tradução das provas que ela tinha. Isso é um absurdo, isso não existe! Mas aconteceu. E pior: a criança sai do País em 40 dias, e toda a questão da tramitação, dali por diante – 2ª instância, STF – tudo isso vai acontecer em dois, em cinco, em não sei quantos anos. Essa tramitação tem que ser delimitada.

Outra coisa que nós pedimos: a questão das crianças especiais.

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É que eu estou sendo chamado lá.

A SRª ELIANA APARECIDA RODRIGUES-MÄRZ – Ah, sim, sim. Perdão, Senador.

Então, eu queria avisar a vocês que esse projeto de lei, essa sugestão já existe.

E eu queria avisar uma última coisa. Nós estamos, dentro da Acaf, com um caso de uma mãe que também não tem contato com a sua criança, vítima do acordo de Haia. Desde novembro do ano passado, ela sequer fala com a filha que está em Portugal. Quando eu liguei para a Acaf e pedi ajuda nesse sentido, primeiro, não fizeram sequer o que eu pedi que era mandar um ofício ao Itamaraty para pedir uma visita consular a essa criança, no sentido de a mãe ao menos saber se ela está viva ou morta, o que eu acho que é o mínimo que se pode fazer. Quando afirmamos "nós estamos acompanhando o caso", o mínimo é dar notícias à mãe, e isso não está acontecendo. Um mês e meio depois, quando eu retornei ao assunto, disseram para mim: "Nós não fizemos há um mês e meio porque a senhora não tinha uma procuração." Agora eu tenho uma procuração e estou esperando uma solução. E essa mãe continua sem contato.

Essa é realidade das Mães de Mãos Vazias. E é por isso que o nosso projeto de lei já está lá no meio da rua, na internet, está com o povo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado tanto a Jacy Raduan como a Eliana März.

Como começou a Ordem do Dia, eu tenho que encerrar a reunião, mas tivemos essa oportunidade. Quem sabe o Ministro Alexandre Ghisleni e a Srª Luciana possam responder rapidamente às questões.

Eu preciso ir ao toalete. Um minuto. Mas podem começar.

O SR. ALEXANDRE PEÑA GHISLENI – Bom, muito rapidamente, especificamente sobre o caso da Acaf, os temas de abdução internacional de crianças são de competência, primariamente, da Secretaria de Direitos Humanos, mas o Itamaraty é responsável pela assistência consular e pelas visitas. Então, eu vou dar o meu cartão para a senhora. Não é da competência da área que eu dirijo no Itamaraty, mas eu vou colocá-la em contato com a área consular para viabilizarmos a realização de visitas.

A SRª ELIANA APARECIDA RODRIGUES-MÄRZ – Se me permite um aparte, eu gostaria ainda de informar que, sobre esse tema, eu procurei o Itamaraty, e o Embaixador Danese está informado disso também, para que o senhor possa saber.

O SR. ALEXANDRE PEÑA GHISLENI – Muito bem. A senhora fez a coisa correta, e eu vou dar segmento a esse trâmite que já teve início...

A SRª ELIANA APARECIDA RODRIGUES-MÄRZ – Muito obrigada.

O SR. ALEXANDRE PEÑA GHISLENI – ... para que se possa chegar a um bom termo.

A respeito das outras questões que foram levantadas, começamos aqui pelas 200 meninas nigerianas que foram sequestradas. Essa é uma situação em que, na verdade, o Governo brasileiro atua em solidariedade com o governo nigeriano. Elas são vítimas de terrorismo, e nós não nos furtamos de nos manifestar a esse respeito. O Ministério das Relações Exteriores se pronunciou publicamente sobre isso em solidariedade. Eu estava comentando, Senador, que o governo não se furtou de tratar do caso das 200 meninas nigerianas sequestradas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Ah, sim. Que bom!

O SR. ALEXANDRE PEÑA GHISLENI – Nós tivemos, pelo menos, conforme eu tenho acompanhado, manifestações oficiais públicas do Governo brasileiro: uma do Itamaraty, e outra da SPM com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, manifestando o repúdio pelo acontecido e prestando total solidariedade ao governo e ao povo da Nigéria, para que essas crianças voltem, o mais rapidamente, às suas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Tem alguma notícia recente sobre o estado delas?

O SR. ALEXANDRE PEÑA GHISLENI – Não. Eu não tenho notícia recente a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está bem.

O SR. ALEXANDRE PEÑA GHISLENI – A respeito do caso Snowden, Senador, nós tomamos nota, com muita atenção, da questão que o senhor levanta. Como o Ministro Figueiredo teve oportunidade de comentar, processos de asilo têm uma formalidade. Nós precisamos receber oficialmente uma demanda, e isso ainda não aconteceu. Se acontecer, será analisado com atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem.

O SR. ALEXANDRE PEÑA GHISLENI – A respeito das outras questões que foram levantadas aqui, eu não tinha conhecimento dessa proposta de critérios, confesso, então.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está entregue.

O SR. ALEXANDRE PEÑA GHISLENI – Está bem entregue e será lido com muita atenção. Comento que esta aqui não é uma definição cuja competência seja apenas do Itamaraty, porque os cargos internacionais de direitos humanos envolvem as mais diferentes áreas de políticas públicas. Isto aqui é um consenso a que temos que chegar internamente, no Governo, mas, de qualquer forma, está bem entregue.

Outro comentário que também havia sido feito é a questão do Livro Branco e do Conselho Nacional de Política Externa. São duas iniciativas que dizem respeito à política externa no seu conjunto, não apenas na área de direitos humanos. Então, o que eu posso fazer é transmitir. Vou fazer isso, vou transmitir a quem é de direito, dentro do Itamaraty, esse pleito, para que seja analisado no curso.

Por fim, Senador, eu queria ter oportunidade só de ecoar. Assim: as mães estavam comentando que, da parte do Itamaraty nós cuidamos da assistência consular, e posso garantir que nós daremos segmento ao pedido de visita consular. Isso é uma coisa que é muito séria e que nós fazemos com atenção.

Mas tem um ponto que foi levantado pelo Dr. Aurélio Rios e que eu gostaria de ecoar aqui, que é a questão do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Nós também estamos preocupados, não acreditamos que o sistema esteja perfeito, não acreditamos que não haja falhas; mas acreditamos que ele é muito importante, nós acreditamos que nós devemos trabalhar pela sua correção, pelo seu aprimoramento, pelo seu fortalecimento, e, durante o processo de reforma desse sistema, nós trabalhamos nesse sentido e, desde então, em todas as conversas que têm sido mantidas no âmbito da OEA, nosso ponto tem que ser sempre de que a Comissão Interamericana e a Corte Interamericana têm que contar com o maior grau possível de participação nos Estados, e essa participação tem que ser uma coisa, enfim, em base sólidas, com base em diálogo e da forma mais cooperativa possível.

Enfim, Senador, eu queria, para terminar, fundamentalmente, agradecer ao senhor a iniciativa do requerimento, porque oportunidades como esta, de diálogo com esta Casa, com a sociedade civil e com os outros

órgãos de Governo não são muito frequentes. Isto aqui é uma coisa importante, e nós somos gratos por esta oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Ministro Alexandre Peña Ghisleni.

Eu queria, antes de passar a palavra à Srª Luciana Peres, sugerir que, quem sabe, a senhora possa ouvir um pouco mais os detalhes de toda história tanto da Srª Jacy Raduan quanto da Srª Eliana März, na medida em que a Secretaria de Direitos Humanos possa orientá-las e agir em apoio ao direito.

Felizmente, ontem nós votamos ali, até com a presença da Xuxa Meneghel, da Ministra Ideli Salvatti, sobre não se permitir mais crueldade para com as crianças e os adolescentes, mas afastar uma criança de sua mãe é algo que tem um sentido tão grave quanto uma crueldade contra uma criança. Então, se a senhora puder depois até ouvi-las e fazer o encaminhamento, eu agradeço.

Pois não

O SR. PEDRO VILLARDI – Um aparte de dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Com prazer.

O SR. PEDRO VILLARDI – Só para, enfim, retomar inclusive um caso que a Srª Luciana citou, que foi o caso do apoio ao Armando De Negri, que foi quem se candidatou ao posto de Relator Especial de Saúde. Enfim, no ano de 2012, se não me falha a memória, houve uma conferência internacional no Brasil sobre determinantes sociais em saúde. Enfim, foi uma grande conferência, estiveram presentes inúmeras entidades da sociedade civil internacional, mas nenhuma ONG brasileira foi convidada, e quem fez toda a articulação do Governo brasileiro e das entidades da sociedade civil internacional foi o Sr. Armando De Negri, que se colocou em uma postura de "a sociedade civil sou eu".

Então, isso eu acho que ressalta a importância desse documento que a Camila distribuiu, de haver uma transparência, de haver critérios que determinem qual tipo de candidatura vai ser apoiada, para que não tenhamos uma outra situação como essa, de um apoio não transparente a mim, de forma equivocada, e que, enfim, daqui para frente esse documento se torne mais discutido e que a implementação seja discutida por todos; daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem.

A Srª Luciana.

Só que estou preocupado porque, de repente, estou faltando a uma votação lá. Eu já deveria...

A SRª LUCIANA PERES – Quer que passe a palavra para elas?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Não, elas já falaram.

A SRª LUCIANA PERES – Eu vou ser bem rápida.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então, só depois, se a senhora puder ouvi-las.

A SRª LUCIANA PERES – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – E recebê-las, eu agradeço.

A SRª LUCIANA PERES – Claro. Eu vou ser bem rápida, devido ao tempo escasso que o senhor tem, Senador, já agradecendo pela convocação e solicitando minhas desculpas pelo mal-entendido dentro da Secretaria dos Direitos Humanos na presença aqui na convocação, mas estamos fazendo passagem transitória dentro da Secretaria de Direitos Humanos com a nova Ministra, enfim, esses percalços sempre acontecem.

Em relação à proposta levantada, nós vamos levar em consideração, vamos atuar junto com o Ministério das Relações Exteriores para analisar, de fato, adentrar a proposta. Entraremos em contato específico.

Em resposta ao Pedro, a relação do apoio, foram feitas também cogestões junto ao De Negri e ao Ministério das Relações Exteriores no Departamento de Temas Sociais em que ele foi ouvido. Enfim, foi vista a capacidade dele para isso, o currículo dele é extremamente preponderante no tema, mas, se ele tem algum tipo de problema em relação à sociedade civil, enfim, isso não foi o que foi levado em consideração, mas, sim, o seu currículo, a sua excelência no trato para ser especialista internacional nessa temática. Mas considero que é importante termos um critério específico para a indicação. Então, para isso, vou levar em consideração com certeza a proposta e atuar junto com o Ministério das Relações Exteriores para ter maiores encaminhamentos, diálogos a respeito disso, e entraremos em contato com a Srª Camila e com o Sr. Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, porque eu estou precisando ir e votar. Desculpe-me, porque nem poderia estar continuando quando começa a Ordem do Dia, pelo Regimento, mas achei essencial ouvir esses esclarecimentos.

Quero muito agradecer à Srª Camila Lissa Asano, ao Marlon Alberto Weichert, ao Ministro Alexandre Peña Ghisleni, ao Pedro Villardi, do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, e à Srª Luciana

Peres, da Secretaria de Direitos Humanos, representando a Ministra Ideli Salvatti, e ao senhor, representando o Ministro Figueiredo.

Então, nada mais havendo a tratar, saúdo a Eliana e a Jacy por terem tido essa boa oportunidade de agora conversar. Está marcada a audiência.

Então, muito obrigado. Parabéns a todos. Muito obrigado à assessoria da Comissão que em muito nos apoiou. Muito obrigado a todos.

Encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 22 minutos.)

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE JUNHO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia nove de junho de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor **Senador Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 26 de 2014-CDH, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 26/03/2014, para debater sobre o tema: "Analfabetismo na ótica dos Direitos Humanos". O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa-lhes a palavra, nesta ordem: José Geraldo de Sousa Junior, Coordenador do Núcleo de Estudos da Paz e Direitos Humanos da UnB; Aida Maria Monteiro Silva, Professora da Universidade Federal de Pernambuco e Membro do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos; Mauro José da Silva, Diretor de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos do MEC; Salete Maria Moreira Aldrighi, Coordenadora Geral de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Nielsen de Paula Pires, Vice-Reitor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Um bom dia, bom dia a cada uma e a cada um.

Hoje, vamos fazer uma audiência que declaro aberta como a 43ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa, Ordinária, da 54ª Legislatura, com a finalidade de debater o tema analfabetismo na ótica dos direitos humanos.

Vamos discutir se o analfabetismo fere os direitos humanos. Não se trata de um tema de educação especificamente, mas de um tema da repercussão da educação sobre os direitos fundamentais do ser humano no mundo contemporâneo.

Esta reunião foi convocada e aprovada em 26 de março de 2014 por um requerimento meu e será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, o link é bit.ly/analfabetismo9jun. Vou repetir bit.ly/analfabetismo9jun, de junho, e pelo Alô Senado, através do número 0800-612211. Na realidade, já temos até algumas perguntas aqui, mas vou deixar para o final, obviamente, depois da apresentação dos que vão falar para nós.

Convido, de início, o Prof. José Geraldo de Souza Júnior, que é coordenador do Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos da UnB, universidade da qual ele foi Reitor, o último Reitor, antes do atual; a Profª Aida Maria Monteiro Silva, que veio de Pernambuco, professora da Universidade Federal de Pernambuco e membro do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos; o Sr. Mauro José da Silva, que é diretor de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, do MEC; e a Srª Salete Maria Moreira, que é Coordenadora-

-Geral de Educação e Direitos Humanos, da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Quero agradecer muito aos quatro que aqui estão. Considero uma excelente representatividade sobre o assunto, porque temos um representante de um núcleo que estuda a paz e os direitos humanos, uma professora que é do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, o Diretor de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos e a Coordenadora-Geral de Educação e Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

Vou me reservar para falar no final, dando a minha visão, a minha preocupação, meu incômodo, a minha indignação com o fato de que este País ainda tem 13 milhões de adultos em estado de analfabetismo e, calcula-se, 40 milhões sofrendo do analfabetismo funcional, aquele que é capaz de decifrar o conjunto das letras para dizer uma palavra, o conjunto de 3, 4, 5, 10 palavras para dizer uma frase, mas não é capaz de agarrar o sentido de um texto, às vezes, nem mesmo de um parágrafo completo.

Creio que é uma questão de indignação mais do que simplesmente de incômodo. Há pessoas que não se incomodam com o analfabetismo, outras se incomodam, se indignam. Isso acontecia com a escravidão. Alguns achavam que era absolutamente natural, alguns até sentiam um certo desconforto que o Brasil tivesse escravidão, mas outros se indignavam. E foram estes indignados que fizeram a abolição da escravidão. Precisamos de mais gente indignada com o quadro de analfabetismo e com o abandono da educação das crianças, o que faz com que fiquem pingando os adultos analfabetos todos os anos para que o problema seja resolvido. É na busca de criar essa indignação que estamos fazendo esta audiência.

Vou dar um tempo de 20 minutos para cada um. Se precisarem de um pouquinho mais, não tem problema; se falarem menos, fiquem tranquilos porque, no final, cada um terá outra vez a palavra.

Começo pelo Prof. José Geraldo de Souza.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – Muito bom dia a todas e a todos.

Quero, inicialmente, cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, pela Presidência e iniciativa desta audiência. Também cumprimentar os colegas de bancada nesta exposição, Profª Aida, Dr. Mauro e Drª Salete Moreira, os presentes e os que estão, interativamente, acompanhando e participando pelos meios indicados do debate que aqui está instalado.

Eu queria destacar a relevância deste chamado, dessa convocação para esse tema. São temas que, como disse o Senador, muitas vezes ficam em um campo de invisibilidade pela naturalização dessas situações que não nos tocam, a não ser pela mediação da indignação, e que ao longo da nossa história, sobretudo, em um País que passou e ainda passa pela experiência colonial, porque, a rigor, vivemos uma conjuntura pós-colonial, ainda mantemos as mesmas dimensões hierárquicas subordinantes das experiências oligárquicas que foram configuradas até para caracterizar um pouco o modo de desenvolvimento de nosso País se estivemos atentos às obras interpretativas da nossa história, como Os Donos do Poder, de Raimundo Faoro, como Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, ou como o Coronelismo, Enxada e Voto, de Victor Nunes Leal que, neste ano, completa o seu centenário.

Então, é preciso "desinviabilizar" esses temas, retirá-los da sua naturalização. Porque, a exemplo do que mencionou o Senador, por exemplo, se referindo à escravidão, já foi inclusive o sistema constitucional no nosso País. Porque quando tivemos a nossa primeira Constituição, em 1824, o sistema econômico do País era o escravocrata. E, por conseguinte, o trabalhador era visto, do ponto de vista inclusive da legislação, não como pessoas humanas, mas como mercadorias. E por isso que o regime jurídico do trabalho e do escravo era o regime jurídico das coisas: compra, venda, uso, abuso, fruição, que é o que caracterizava o regime civil das coisas, em uma estrutura censitária, em que não só o trabalhador não era visto como gente, mas muitos dos segmentos que constituíam a dimensão da organização da nossa sociedade também não tinham essa perspectiva de seu protagonismo como sujeitos, e ainda que as dúvidas sobre a sua humanidade estivessem mais ou menos superadas, jamais alcançaram o status de cidadania se pensarmos por exemplo na condição da mulher, na condição dos índios, na condição dos pobres, na condição dos analfabetos, porque todos esses eram incapacitados para o exercício pleno da vida civil. E foram as suas lutas sociais que fizeram alargar o campo do Direito e inserir na dimensão, vamos dizer, catalogável da construção dos direitos às suas reivindicações sociais. Primeiro, por reconhecimento: a possibilidade de serem sujeitos: as mulheres lutando pelo voto, pela participação, pela autonomia, que ainda não se completou, mas que até os quadros da Constituição atual, por isso mesmo chamada de Constituição Cidadã por oposição àquela primeira que se chamava Constituição da Mandioca, ainda está colocando em evidência a pauta de suas reivindicações sociais de poder ser igualmente chefe de família como homem, de poder contratar e manter em realização o seu contrato de trabalho para que não fosse rompido pelo homem, para poder assumir a titularidade dos compromissos das políticas sociais, no caso do Bolsa Esco-

la – eu não me habituei, Senador, com o Bolsa Família, para mim ainda é Bolsa Escola –, no caso da titularidade fundiária para o acesso à terra nas políticas de reforma agrária e de assentamento.

Então, eu queria lembrar, a partir daí, uma referência importante de figuração do conceito de direitos humanos, da concepção de direitos humanos e da possibilidade alargada do entendimento sobre os direitos humanos para que, a partir desse alargamento, nós pudéssemos colocar um ponto de vista, uma ótica a partir da qual não apenas aqueles direitos declarados historicamente, legislados, do ponto de vista do desenvolvimento das sociedades, referido às ideias circulantes, inscritos nos monumentos, não fossem só estes que traduzem estágios razoavelmente implementadores de novas expectativas de sociabilidade, mas o fato de que a constitutividade dos direitos é uma experiência social e histórica e que, por conseguinte, é uma reflexão permanente sob o alcance dessa experiência social e histórica que vai definindo a sua pauta e o seu alcance.

Para lembrar dois filósofos separados no tempo, Aristóteles e Hegel, Aristóteles, na política, uma obra clássica e fundante do pensamento ocidental, lembrava que o homem é um animal político, para dizer que o que o caracterizava não é ser dotado de razão, mas porque ele só poderia se constituir como tal, como homem, na polis. Por isso o animal político. E, em contrapartida, ao aludir, por exemplo, aos que não tinham função na polis, dizia, do ponto de vista filosófico, que esses não eram propriamente homens. Assim, por exemplo, está lá no seu livro, que os escravos, que não tinham função na polis, eram por eles definidos, contrariamente à definição de homem – animal político – como "ferramentas falantes". Está lá na política. Cícero repete isso nos fundamentos do Direito Romano ao se referir aos utensílios vocalis – ferramentas que falam –, para aludir aos escravos que não tinham função na polis, que é a representação da ideia, por exemplo, que a gente não nasce homem, a gente não nasce mulher. Não é a condição originária biológica que nos constitui que nos define, porque essa condição de homem e de mulher é um processo que se realiza na história, que é o que Hegel vai dizer: "Nós não nascemos homens, nos tornamos homens", porque a nossa condição de afirmação de identidade é uma experiência na história, é uma construção política, é uma construção social.

A escritora Simone de Beauvoir repete isso, no começo das lutas femininas e feministas, ao lembrar – aqueles cartazes que todos encontrávamos nos ônibus, nos edifícios –: "Não se nasce mulher, torna-se mulher", aludindo a esse fato que a concretização do humano é uma experiência, é um protagonismo, é um processo na história, é uma disputa.

Em 1537, o rei Carlos V, da Espanha, mandou suspender o empreendimento da conquista enquanto não se resolvesse a dúvida ontológica, estabelecida no seio da intelectualidade da Igreja, sobre a humanidade do índio. E foi preciso uma Bula do Papa Paulo III para reconhecer que os índios eram gente como nós, claro, desde que se cristianizassem, mas que, por conseguinte, passavam por uma atribuição de sentido de entendimento.

Eu queria figurar isso para dizer, portanto, que os direitos não são as expressões legislados dos reconhecimentos transitórios sobre aquilo que se coloca como agenda de afirmação social e política. Os direitos são essa pauta aberta, são essa dimensão inacabada, esse processo que a nossa Constituição, em 1988, estabeleceu, inclusive ao dizer que todo aquele elenco de direitos que estão lá no art. 5º, ela conclui no final do artigo: "(...) não exclui outros que derivem da natureza do regime e dos princípios que a constituição adota." Qual é a natureza do regime? É a democracia. Logo, qual é a função da democracia? É ser aberta à possibilidade de constituição permanente de novos direitos. Ou seja, uma indicação de que os direitos não são quantidade que a gente deposita em uma prateleira, em um almoxarifado do jurídico, mas são as relações. As relações que se amplificam, que se agudizam nas lutas sociais, nas demandas por igualdade, nas demandas por diferença e que vão alargando o alcance do sentido pleno de nossa humanização.

Algo que não se esgota, que é, primeiro, natural, é, depois, política, é, depois, global, e caminha, sei lá, para o planetário, se referindo à uma dimensão expansiva.

E quais são os princípios que a Constituição adota que alargam a pauta dos direitos? Entre outros, lembra a Constituição, são àqueles que derivam dos tratados sobre direitos humanos, que, por conseguinte, fazem inclusão no elenco dos direitos de novas configurações do social alargado, do social politizado.

Por isso eu queria colocar como ponto de partida que direitos humanos não se confundem com legislação. Há, inclusive, legislação que reduz a dimensão reconhecida da condição plena de afirmação dos sujeitos. Por exemplo, quando a gente diz que as incapacidades reduzem esse potencial de humano: redução de maioridade penal, proibição de política dos movimentos sociais a ponto de criminalizar suas práticas, ou restrição a determinadas possibilidades de ampliação, de participação, por exemplo, quando se recusa a discutir às carências definidas das condições raciais. Todas essas condições estão presentes em uma demanda sobre o que é e o que alcançam os direitos humanos.

Então, eu queria dizer que os direitos humanos não são as declarações, não são as leis, não são os monumentos, não são sequer as ideias, porque no campo das ideias também se naturalizam um senso comum ide-

ologizado, que transforma em categoria da Ciência e em categoria da Filosofia as ideologias do nosso tempo. E que elas também passam por um processo de crítica capaz de se alargarem às novas percepções.

O que são os humanos estruturados hoje que não precisem daquele debate de 1537, que colocou em causa grandes juristas, grandes teólogos? O que são as questões que estão colocadas em nosso tempo? Aí eu acho que é o debate que, por exemplo, na política e na filosofia, se abre a essas considerações.

Pensem, por exemplo, nesse presidente uruguaio que lembra que a questão da renda e da riqueza não é para afirmar a disposição egoísta da acumulação, mas é para contribuir para a realização da felicidade humana.

Pensem o que significa, por exemplo, trazer para a economia aquilo que foi a sua origem moderna no sentido de que ela fosse politizada, que ela surgisse como economia política, para pensar o desenvolvimento não como uma processo de acumulação, mas como um processo de distribuição, como um processo de conferir aos produtores da riqueza social a sua contraparte relativa ao que representou a participação do seu trabalho e que representou colocar na mesa da política as expectativas de satisfação de suas necessidades.

Não é curioso que isso seja um horizonte histórico que ligue até aparentemente quem está em condição até antagônica? Não é curioso que lá no manifesto do comunista se diga que a justiça é dada a cada um conforme o seu trabalho e a sua necessidade? E que essa expressão seja extraída dos Atos dos Apóstolos. Está lá nos Atos dos Apóstolos: "Então, os cristãos vinham aos Apóstolos trazendo o produto do seu trabalho que passava a ser distribuído a cada um conforme a sua necessidade". Não é curioso que essas duas dimensões, que parecem proceder de base antagônica, entretanto confirmam que há um percurso histórico que vai do egoísmo para a solidariedade, que vai da acumulação egoísta para a distribuição, que vai da herança de comunidades que souberam construir a dimensão da partilha pelo dom, pela dádiva, pelo potlatch, pelas formas de integração e não pelas formas de exclusão.

Então, a economia se politizou para nos lembrar da necessidade de contribuir para a felicidade. É importante, assistir, hoje, a referências, ali, alhures e aqui, como Amartya Sen, por exemplo, lembrando que desenvolvimento só é desenvolvimento se for desenvolvimento como liberdade. E o que significa ser desenvolvimento como liberdade? Diz ele: significa eliminar os obstáculos que não permitem a plena humanização dos sujeitos. Quais são esses obstáculos? Diz ele: a fome, a falta de moradia, a discriminação social, racial, o analfabetismo.

Aqui o professor e economista Cristovam Buarque – não sei se o Senador conhece – lembra em obras como A Revolução nas Prioridades e A Desordem do Progresso que a condição da economia é poder construir esse horizonte em que o desenvolvimento pleno reconheça como direito essas carências sociais. Com elas, não há nem liberdade, nem dignidade, nem cidadania. São expressões de seu trabalho, como o de Amartya Sen, que por isso mesmo aponta, como referência de representação de justiça, construir os caminhos da política para realizar essa dimensão como novas subjetividades, como novos direitos.

A história social e política é demarcada por recortes teóricos, ideológicos, impregnados de visão de mundo, impregnados de representações de sociedade. Por isso, tivemos essas limitações quanto às condições de reconhecimento. A tradução dessas lutas, sobretudo quando o constitucionalismo se tornou a referência organizativa da sociedade, demorou a perceber esse sentido, entre aquilo que por exemplo os franceses, com a revolução burguesa, e portanto dos proprietários, dos homens de bem... Não é só uma significação retórica: "homens de bem", que têm dignidade; não, que têm bens, que são proprietários, que são alfabetizados, que são homens, que são católicos, que são adultos. Entre essa representação e as lutas sociais, há toda uma exigência de que, por exemplo, os catálogos de referência do que seja tributo de humanização passem a figurar em uma agenda alargada dos direitos humanos.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – Então, a minha perspectiva, Senador, é dizer assim: se trabalhamos sob a perspectiva do formal, a legislação é um limite à realização dos direitos humanos, porque ela faz concentrar em um estágio que causa hegemonias, subordinações, hierarquias, certas dimensões limitadoras da possibilidade de realização do potencial de emergência e de emancipação. Então, para o direito ser liberdade e isso ser expressão dos direitos humanos, é preciso reconhecer o significado afluente dessas lutas. Nesse caso, o analfabetismo entra como uma ótica balizadora da capacidade plena de humanização. Não se é plenamente humano se nós não temos os elementos instrumentais do discernimento.

Lembro quando o Ministro da Educação, Cristovam Buarque, instalou, aqui na Esplanada, um labirinto do analfabetismo, que era um grande túnel onde a gente entrava, e a gente se perdia na orientação, porque os caracteres eram ininteligíveis para nós. Nós tínhamos a mesma sensação que o analfabeto tem quando circula nas cidades, como ele é vítimas das ilusões, dos enganos, dos transtornos, das hesitações, dos medos, dos erros. A gente passava por essas sensações.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF. *Fora do microfone*.) – Tinha gente que chorava.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – Algumas pessoas choravam. Algumas pessoas choravam porque vivenciavam, naquele instante ali, a condição de estar no lugar do outro; e um outro incapacitado, incapacitado não por um defeito de origem, mas por um defeito social. Então, se não construirmos uma dimensão superadora destes obstáculos sociais...

Lembrando Amartya Sem:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade [...] Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico.

Ou o conhecimento que possa ser configurado a partir da sua capacidade instrumental de ler o mundo, de interpretar o mundo, de ser capaz de orientá-lo na sua capacidade de tomar decisões e de agir como cidadão participante, ativo e transformador.

Então, Senador e Colegas de Bancada, desculpem-me se fiz um recuo político e histórico, mas é para responder ao tema, que é uma discussão sob uma ótica... Então, é preciso nos afastar e nos colocar em uma perspectiva que nos permita um ponto de vista. E esse ponto de vista requer que o nosso olhar sobre os direitos humanos seja mais largo do que o olhar que nos oferecem os óculos das legislações restritivas, das políticas restritivas. Lutas por reconhecimento não são lutas por egoísmo, não são violações da Constituição; são afirmações dos direitos humanos permanentemente realizáveis no contexto da vida social.

Era isso que tinha a dizer, Senador. Espero que contribua para o debate que o senhor conduzir.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Já contribui bastante, sobretudo com substância filosófica para aquilo que estamos discutindo aqui.

Passo a palavra para a Profª Aida Maria.

O SR. AIDA MARIA MONTEIRO SILVA – Bom dia a todos e a todos! Quero saudar a Mesa na pessoa do Senador Cristovam Buarque, que tem sido uma referência para nós nos seus escritos, nas suas ações. Cumprimento também os companheiros, a companheira presente à Mesa; o nosso companheiro de Pernambuco Prof. Mauro José, representando aqui o Ministério da Educação; o Prof. José Geraldo, esse ilustre educador que muito tem contribuído conosco; e a Profª Salete Moreira, representando aqui a Secretaria de Direitos Humanos, à frente da Coordenação de Educação em Direitos Humanos.

Senador, quero dizer que compartilho com a sua indignação de chegarmos ao século XXI, ao século do conhecimento, com um país que tem a vergonha, nas suas estatísticas, de 40 milhões de pessoas que não tiveram acesso àquilo que é milenar na história da humanidade: a educação, o conhecimento básico, inclusive para o acesso ao conjunto dos outros direitos.

Trago uma passagem do educador Paulo Freire, em uma das atividades no meu Estado, Pernambuco, em que ele dizia que, mesmo com as idades que nós temos, nós não podemos deixar de nos indignar com situações inclusive do analfabetismo neste País. E é nesta perspectiva que eu me coloco: como educadora. Eu comecei minha história como alfabetizadora, e alfabetizadora, como a gente dizia, de escola no pé no chão, porque nem piso a escola tinha. Foi exatamente essa vivência que me trouxe esse processo de indignação interna, que me faz mobilizar também outras ações.

Portanto, esse debate é extremamente importante para chamar à responsabilidade a sociedade brasileira como um todo do que significa ser analfabeto, do que significa ter ainda no País esse índice tão alto de analfabetismo. Embora reconhecendo que houve vários esforços e que estão havendo vários esforços, acho que não é possível compactuar com nenhum analfabeto. Nós não podemos ter analfabetos num país que tem o nível de desenvolvimento que o Brasil tem. Portanto, é incompatível.

Partindo dessa perspectiva, eu gostaria de me colocar inicialmente dizendo que analfabetismo é negação de direito humano. E por que ele é negação de direito humano? Porque educação é um instrumento fundamental para que possamos avançar na conquista dos demais direitos. Se eu, como cidadão, como cidadã, não consigo decodificar os símbolos linguísticos – e hoje temos um avanço na tecnologia, e temos o que chamamos de analfabetismo tecnológico –, se isso não consigo decodificar, como eu me situo em uma sociedade como a sociedade do conhecimento? Ou seja, eu não me situo; eu fico na marginalidade, eu fico na lateralidade, eu fico na invisibilidade. E aí vem todo um conjunto de preconceitos, de discriminações em relação a essa pessoa.

Ao mesmo tempo, se nós dizemos que analfabetismo é negação de direitos, é também negação da democracia. Nós não podemos pensar que podemos fortalecer o regime democrático de direito, como é o Estado brasileiro, quando temos esse número grande de pessoas que não têm esse conhecimento, porque são pessoas muito vulneráveis, são pessoas que ficam muito à margem das possibilidades que ainda a não política,

eu diria assim, oferece. Portanto, esse regime democrático que eu considero pautado na soberania popular e no respeito integral aos direitos humanos, não combina, não se coaduna com o analfabetismo. E é por isso mesmo que nós precisamos compreender que, se os direitos humanos são indivisíveis, são interdependentes, não podemos abrir mão de nenhum direito básico ao ser humano, e a educação é um dentre esses principais direitos para a conquista dos demais e também para que o Estado democrático de direito possa se fortalecer.

Portanto, compreendemos que a educação, como ela é um processo de humanização, é um direito de toda e qualquer pessoa, sem nenhuma possibilidade de distensão, de nenhuma forma. É um instrumento de desenvolvimento de valores, comportamentos, crenças e atitudes em favor do conjunto dos direitos e é também o meio para a criação de uma cultura universal dos direitos humanos.

Aqui eu gostaria de fazer uma observação do meu entendimento de analfabetismo, que estamos colocando aqui. Penso que estamos tratando de um analfabetismo que chamamos de analfabetismo formal; é aquele analfabetismo que às pessoas não foi dado o direito da sistematização, aquele conhecimento que foi e que está sendo organizado pela história da humanidade, como tão bem já colocou aqui o Dr. José Geraldo.

Portanto, não existe o analfabeto total; existe aquele analfabeto que não teve acesso ao que chamamos de conhecimento letrado. Mas o analfabeto tem outros níveis de saberes, tem outros conhecimentos, que devem ser incorporados nesse processo formal da educação para esses jovens, para esses adultos que não tiveram acesso na idade que lhe corresponderia estar sendo escolarizado.

Nós dizemos também que o analfabetismo tem cor, que o analfabetismo tem raça, o analfabetismo tem condição social e o analfabetismo tem questão geracional, que inclui pessoas que não tiveram o acesso, a quem não foi dada a oportunidade. Portanto, são condições relacionadas aos direitos sociais, aos direitos econômicos, aos direitos culturais.

E essa não garantia da educação para um percentual de 8,7% da população brasileira, aliada a uma baixa qualidade do ensino, vai gerando esse contingente em torno de 40 milhões de analfabetos. Portanto, constitui-se, sim, em violação grave aos direitos das pessoas o não cumprimento da nossa legislação principal, da Constituição Federal. O direito, acredito, não pode ser discutido; ele tem de ser cumprido. Esse, para mim, é um dos maiores problemas que nós enfrentamos na sociedade brasileira.

Aqui chamo a atenção para o que diz Norberto Bobbio: que não é mais necessário legislações, leis, normas; precisamos cumpri-las. Acho que é disso que o Brasil precisa.

O Brasil é um dos países que mais têm avançado no conjunto das suas legislações, no conjunto das normas, em pactos internacionais, pactos nacionais, diretrizes. Na educação, temos muitas diretrizes, mas onde está o cumprimento? Penso que precisamos ultrapassar essa acomodação, precisamos responsabilizar, sim, os nossos gestores, os nossos governantes, para que eles cumpram aquilo que é direito da população. E a educação é um deles, sendo a alfabetização o princípio para que possamos chegar à educação mais ampla e ao conjunto de direitos.

Portanto, nós vemos que também o não acesso à alfabetização é uma violação de cidadania. Como exerço o conjunto dos meus direitos se sequer tenho conhecimento de que eles existem, se não sei como reivindicá-los, quais são os mecanismos, e se não tenho uma prática de vivência, que é aquilo que a Maria Victoria Benevides chama de cidadania ativa? Isso nós aprendemos. E aprendemos no espaço escolar, nós aprendemos na organização das sociedades, nós aprendemos nos espaços dos grupos políticos – inclusive nos partidos políticos, onde precisamos exercitá-la bastante!. Portanto, há todo um processo de negação quando a gente traz à tona a temática do analfabetismo.

E aí dizemos que a educação básica, em que alfabetização está inclusa... Por sinal o processo de alfabetização de que estamos falando é o processo inicial, em que as pessoas possam se situar no mundo e com o mundo e para o mundo. Mas a alfabetização está sempre presente na nossa vida, até o último dia da nossa vida, se entendermos, como Paulo Freire nos ensinava, uma alfabetização ampla, uma alfabetização que vai além da decodificação dos códigos linguísticos. Por quê? Porque os saberes, os conhecimentos são amplos, eles multidimensionais, eles são abertos e eles estão sempre presentes. E nenhum ser humano é capaz de dominar todo o conhecimento que a humanidade constrói, está a construir e está construindo.

Portanto, qual é o grande objetivo dessa educação básica? Está inclusive na nossa Constituição: é favorecer, desde a infância, a formação de sujeitos de direito, priorizando pessoas e grupos excluídos que são marginalizados, discriminados pela sociedade.

E aí pergunto: de qual educação nós estamos falando? Será que é de qualquer educação? Parece que não. Uma educação que inclusive leve a sociedade a compreender que a educação é um bem social e que, por isso mesmo, nós não podemos abrir mão, e que ela vá à rua cobrar pelo seu direito. É uma educação que chamamos justamente de educação em direitos humanos. Ela não se reduz a uma formação do capital humano e da empregabilidade com foco em resultados que muitas vezes são resultados mínimos de leitura, da escrita,

da Matemática de forma mecânica e mecanicista, que, inclusive, está impregnada no conjunto dos sistemas educacionais dos Estados e dos Municípios, porque eles já vêm em caixotes prontos e acabados. Resta aos educadores que estão hoje nos sistemas de ensino executá-los. Então, essa tem sido a educação, mas é essa que nós queremos? Com certeza não. Nós precisamos de uma educação que contribua para o desenvolvimento da personalidade do ser humano com o respeito aos direitos humanos e à democracia e é isso que a gente chama de uma educação em direitos humanos. E educação, nessa perspectiva, é vista como o caminho para essa concretização do conjunto dos outros direitos.

Portanto, a formação de sujeitos de direitos e deveres é vista numa perspectiva de que precisamos aprender os conhecimentos que são da área dos direitos humanos. Como a gente vai reivindicá-los se não os conhecemos? E nós temos, de fato, um desconhecimento das nossas normas, inclusive na nossa Constituição, que é a nossa Carta Magna que nos orienta e, como diz muito bem a Marilena Chauí, ela é a grande arma da defesa dos direitos. Numa afirmação de valores, de atitudes e práticas em defesa dos direitos humanos eu penso que a sociedade brasileira tem a resposta muito significativa através das organizações sociais, inclusive pela própria história dos direitos humanos. Nós tivemos um avanço considerando quem vivenciou período de ditadura militar ao que nós estamos chegando agora, onde houve um papel fundamental das organizações da sociedade.

Processos metodológicos na educação que sejam participativos, dialógicos e que sejam processos que possibilitem a esse sujeito construir seu conhecimento, portanto, com práticas individuais e práticas coletivas em defesa dos direitos humanos.

Mas por que essa discussão de analfabetismo, século XXI, trazendo a ótica e sob a ótica dos direitos humanos? Penso que o Prof. José Geraldo já nos trouxe um arcabouço inicial, mas apenas vou retomar alguns pontos. Não podemos esquecer a história do nosso País, um país de contrastes sociais, econômicos, educacionais e culturais, de desigualdades enormes econômicas e que gera processo de submissão, de acomodação, processos de você não se ver como gente, não se ver como pessoa. Uma cultura de um país colonizado de onde essa submissão foi cada vez mais sendo introjetada e, muitas vezes, nós valorizamos muito mais o que está fora do que nós produzimos e por isso que acatamos muitas vezes essas encomendas que estão chegando aos sistemas de ensino como se fossem a bola da vez – vamos dizer assim, aproveitando até o momento que estamos vivendo de Copa do Mundo –, como se fossem a grande oportunidade de resolver a problemática da educação no País. As pesquisas nas universidades estão mostrando que não é bem verdade os resultados que eles apresentam.

Portanto, num país que vem de uma tradição escravocrata, onde as pessoas não são gente, é muito importante manter o analfabetismo, porque através do analfabeto que eu me faço um instrumento para prevalecerem os meus interesses, as minhas vontades, o meu mando, o meu colonialismo, o meu patrimonialismo. Por quê? Porque é uma pessoa que ainda não tem a visibilidade de conhecimentos que estão já postos, já estão definidos quais são seus direitos e deveres. Portanto, é um desrespeito à pessoa humana, é um processo de desumanização e eu diria, Senador Cristovam, eu penso que a sociedade que tem esse índice, esse contingente de analfabetos, vive um processo de desdemocratização sim, porque esse contingente não tem a mesma clareza, as mesmas possibilidades de compreender o que a gente chama de linhas e de entrelinhas das legislações. Onde estão, onde podem buscar, reivindicar e reclamar seus direitos? Muitas vezes é um reconhecimento que vem do senso comum, muitas vezes não, é um conhecimento que vem do senso comum. Nós precisamos acessá-los para eles poderem justamente começar a perceber que são sujeitos de direito.

E aí, já caminhando para a finalização, penso que com todo esforço que foi feito em termos da erradicação da analfabetismo, nós ainda não temos conta. Precisamos assumir a questão da alfabetização como um direito da educação básica, precisamos assumir a alfabetização independentemente da idade, independentemente da condição...

(Soa a campainha.)

O SR. AIDA MARIA MONTEIRO SILVA – ... dos sujeitos como uma política pública, uma política de Estado e não uma política de governo e que passe da condição de programa para ser sim uma política de todos os entes federados e não apenas momentânea.

Portanto, nós temos hoje instrumentos, inclusive as diretrizes nacionais da educação em direitos humanos que nos remetem exatamente a esse conjunto de direitos.

E assim, para finalizar eu diria que é possível sim sairmos desse patamar tão vergonhoso que o Brasil hoje enfrenta com esses 40 milhões de pessoas que não tiveram acesso ao conhecimento sistematizado. Se nós assumirmos isso como uma política pública que vá além de governo. No conjunto de toda sociedade brasileira, quando nós – sociedade – começarmos a assumir que esse é um bem social, esse é um bem público e que não pode ser postergado. Trago aqui a fala de uma jovem, não brasileira, mas que deu uma lição para o

mundo inteiro, chamada Malala, uma jovem paquistanesa que, nos seus 16 anos de idade, soube dizer para o mundo inteiro qual era a importância da educação. E ela diz o seguinte em um discurso na ONU no dia 12 de julho de 2013:

Convocamos todos os governos a assegurar a educação obrigatória livre para todas as crianças do mundo. [E eu diria para todos os jovens e adultos.] *Apelamos a todos os governos que lutem contra o terrorismo e a violência, protegendo as crianças da brutalidade e do perigo.*

Nos deixem, portanto, travar uma luta global contra o analfabetismo, a pobreza e o terrorismo. Nos deixem pegar nossos livros e canetas porque estas são as nossas armas mais poderosas.

Uma criança, um professor, uma caneta e um livro podem mudar o mundo. A educação é a única solução. Educação antes de tudo.

Muito obrigada e, mais uma vez, parabéns por esta oportunidade, Senador Cristovam. Agradeço a todos que estão nos assistindo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Profª Aida, nós que agradecemos bastante a sua fala... (*Palmas.*)

...extremamente rica, criativa e que ajuda no objetivo que temos aqui de criar um clima de indignação em relação ao analfabetismo no Brasil.

Eu passo a palavra agora ao Prof. Mauro José da Silva, que é Diretor de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos do Ministério da Educação.

O SR. MAURO JOSÉ DA SILVA – Bem, bom dia às pessoas aqui presentes, cumprimento os meus colegas da Mesa, na pessoa do Senador Cristovam Buarque, de quem, desde os meus tempos de estudante na Universidade Federal de Pernambuco, sou um fã, há muito tempo. V. Exª nos tem ajudado a compreender essa indignação com a condição ou a falta da condição humana de algumas pessoas.

Profª Aida, conhecida e professora minha lá da Universidade Federal de Pernambuco; Prof. José Geraldo e Profª Salete, vou falar do lugar de quem está também indignado e extremamente desconfortável, numa posição de gestor da educação de jovens e adultos que lida, que tem tentado conduzir da forma mais adequada e melhor possível um dos grandes programas de alfabetização do mundo – acho que o Brasil alfabetizado hoje é, apesar de todas as suas dificuldades, uma referência mundial, numa perspectiva de alfabetização – e concordar com muitas das coisas que já foram ditas aqui pelos meus antecessores.

Primeiro, pela invisibilidade do tema, que ainda é enorme. Olha, essa invisibilidade vai para além, para muito além da alfabetização. Eu acho até que a gente consegue compreender ou se indignar mais claramente com o número de 13,2 milhões de pessoas não alfabetizadas. A senhora aumentou ainda mais a minha carga quando colocou as 40 milhões de pessoas. São 40 milhões de pessoas que não têm os quatro primeiros anos do ensino fundamental. Essa é uma coisa que nos preocupa bastante. Então, nós temos até visibilidade, a gente consegue compreender que não é bom para o País ter um número tão grande de pessoas, mais de 13 milhões de pessoas não alfabetizadas, mas as pessoas que já passaram por um processo de alfabetização, sabem escrever um bilhete simples, mas que não completaram seu processo de escolarização, essas estão ainda mais invisíveis. Eles são os 40 milhões que a senhora colocou sem o ensino fundamental, mas são mais 35 sem os anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Então, não completaram a educação básica com mais de 15 anos. Isso nos angustia muito, porque é esse o escopo da Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.

Então, essa é a indignação de todos nós.

Uma outra questão com a qual nós temos concordância é que para nós também a alfabetização é um direito da pessoa humana. Faz tempo que a gente já ultrapassou a barreira de lidar com o analfabetismo ou com a baixa escolarização na perspectiva de repor, retomar o tempo perdido daquelas pessoas, ser uma reparação do mal causado. Reparar o mal causado reflete que a gente está lidando numa perspectiva limitada desse direito. Para nós hoje educação de jovens e adultos é a capacidade ou a possibilidade de as pessoas exercerem o direito à educação em qualquer momento da vida e pelo tempo que ela quiser, é o aprender por toda a vida. Essa era uma determinação da Conferência Internacional de Educação de Adultos – da Confintea – que aconteceu aqui no Brasil em 2009, no Pará.

Uma das ações do Marco de Belém, o mote do encontro, era de passar da teoria à prática. As duas falas que me antecederam disseram: "Ó, a gente já tem um bocado de legislação, a gente já sabe o que vai fazer. Estudos sobre educação de jovens e adultos, principalmente do Brasil, não nos faltam, a gente tem, teórica e legisla... dentro da legislação, legalmente – obrigado, professora –, nós já temos condições de tratar esse processo. A grande questão é como fazer isso. E como fazer isso em um país onde encontramos ainda muitos dirigentes que não consideram as pessoas mais pobres da sociedade como gente. Resgatar a condição humana dessas pessoas é fundamental. É muito difícil tratar ou cuidar de um programa, que está espalhado hoje em

mais de 3,5 mil Municípios brasileiros e atende, por ciclo de atuação, em torno de 1,2 milhão, 1,3 milhão de pessoas, sem que os prefeitos e os secretários de Educação estadual compreendam essa estratégia como uma estratégia de toda a sociedade.

Então, responsabilizar esses gestores – é outra coisa que ouvi aqui na mesa e que me agrada muito –, ter instrumentos de responsabilização das pessoas, por não conseguirem tratar a alfabetização, a educação de jovens e adultos como uma prioridade, pelo menos criar algum instrumento de constrangimento por não se cuidar desse direito como se deve é, para mim, uma ação fundamental.

Outra coisa que me chama muita atenção é que, durante esse processo ou durante a discussão que se está tratando aqui, ficou claro que alfabetizar só não basta. Temos que, a partir desse processo de alfabetização e de escolarização, ampliar essa discussão para a educação de jovens e adultos, incluindo os 40 milhões que a professora Aida colocou. Precisamos levar para a sala de aula uma série de outras discussões de compreensão da sociedade a que às vezes essas pessoas também não têm acesso.

Tive o enorme prazer de ser aluno do Prof. João Francisco de Souza, e ele dizia, muito claramente, que, na educação de jovens e adultos, temos de lidar com três grandes níveis de competência: uma competência educativa, que é aprender a ser e a conviver na sociedade e tal; uma competência instrumental, e esse é o papel da escola, fazer com que as pessoas saibam ler bem, escrever bem, contar bem e buscar a informação onde ela esteja; mas, principalmente, uma competência operacional, que é saber o que é que se vai fazer com aquilo que se está aprendendo, para que é que serve isso. Em outras palavras, é dar significância ao processo de aprendizado. Essa significância é fundamental para a organização daquela comunidade ou daquelas pessoas, daquele grupo social com que estamos lidando. Ser capaz de instrumentalizar essas pessoas e dar sentido ao seu aprendizado é também uma das funções do espaço de aprendizado, que não precisa ser só na sala de aula.

Então, o nosso incômodo, como gestor de um programa de alfabetização – e aqui nós compreendemos o programa de alfabetização como parte integrante de uma política mais ampla de educação de jovens e adultos, nessa perspectiva da garantia do direito de aprender ao longo da vida, e é por isso que temos criado instrumentos e ações, para que as pessoas entrem no Programa Brasil Alfabetizado, mas que continuem no processo de escolarização, na educação de jovens e adultos, inclusive com articulação com o mundo do trabalho. Porque falar com o adulto sem tocar nessa questão da qualificação profissional ou, pelo menos, em uma discussão sobre a trabalhabilidade... Ela é uma questão que nos ajuda a dar sentido nesse processo de escolarização. Então, nós temos tratado o Programa Brasil Alfabetizado como uma porta de entrada para esse processo de aprendizado ao longo da vida. Ele não se encerra, as ações de alfabetização não se encerram no Programa Brasil Alfabetizado. Ele tem hoje uma série de propostas de continuidade ou de portas de saída para o processo de alfabetização. Então, compreender essa ação como parte de uma política mais ampla de escolarização tem sido o nosso desafio.

Agora, é muito importante que tenhamos a clareza de que esse não é um barco que possamos conduzir sozinhos. Vamos precisar, sem sombra nenhuma de dúvida, que a sociedade inteira compreenda que a educação de jovens e adultos é, hoje, uma ação estratégica não só para a educação, mas para o desenvolvimento do País e para levar a condição humana plena para essas pessoas. Então, termos condições de um debate deste, de dar visibilidade a este tema e fazer com que as pessoas compreendam essa necessidade é fundamental.

Falando um pouco mais do tamanho do Programa Brasil Alfabetizado... Já tínhamos colocado que, hoje, ele trata em torno de 1,2 milhão de pessoas; está em mais de 3,5 mil Municípios; tem em torno de 140 mil alfabetizadores, em sua maioria, alfabetizadores populares mobilizados e que atuam nesse processo de alfabetização há mais de ou há pelo menos 3 anos; e temos um contingente de 26 mil coordenadores de turma.

Então, formar bem essas pessoas e acompanhar o seu processo de alfabetização ou de como se dá esse processo de alfabetização é um desafio enorme e que, sem sombra nenhuma de dúvida, nós do Ministério da Educação, principalmente da diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos e da Secadi, não conseguiremos fazer sozinhos. Precisamos ampliar esse escopo de colaboradores ou de pessoas indignadas quanto ao analfabetismo e à baixa escolarização da população brasileira.

E é importante afirmar aqui que nós estamos nos lugares mais distantes. A maior parte das turmas do Brasil Alfabetizado são nas zonas rurais. Ela atende, prioritariamente, pessoas negras, indígenas com baixíssima... com alta vulnerabilidade social. Nesse processo, alegra-nos muito saber que temos instrumentos para chegar a quem mais precisa dessa ação do Governo Federal, mas isso também demonstra o tamanho do nosso desafio e a nossa dificuldade em não poder contar, com clareza, com todos os gestores estaduais e municipais com que temos contato.

Acho que a responsabilidade... Ou não está clara a responsabilidade que essas pessoas têm em garantir a cidadania para os seus munícipes. Acho, sem sombra nenhuma de dúvida, que esta Casa pode nos ajudar

muito, ao dar visibilidade e a cobrar, nos ajudar a cobrar que os nossos dirigentes estaduais e municipais tratem a alfabetização e a educação dos jovens e adultos com a prioridade que o Governo Federal vem conduzindo.

Acho que é isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Agradeço ao Mauro José da Silva e passo a palavra para Salete Maria Moreira Aldrighi.

A SRª SALETE MARIA MOREIRA ALDRIGHI – Bom dia, Senador Cristovam Buarque, Prof. José Geraldo, a minha companheira de comitê nacional, Aída, da Secretaria de Educação, o Prof. Mauro, companheiro de Governo Federal e a todos que estão aqui nessa plenária nos assistindo.

A Secretaria de Direitos Humanos tem um reconhecimento no que se refere ao que o Professor, já posso dizer assim, o Senador Cristovam Buarque trouxe para esse debate. Reconhece que a gente, ainda, a sociedade brasileira tem muito a fazer em relação aos direitos humanos, mas, no mesmo nível, também que a sociedade tem alguns movimentos em relação aos direitos humanos. E, nesse reconhecimento, a Secretaria de Direitos Humanos é uma secretaria de articulação, ela bate na porta aqui desta Casa como bate na porta dos outros Ministérios e também conta com a sociedade civil organizada – haja vista a Secretaria possuir 12 conselhos, que são alguns deliberativos e outros consultivos da sociedade civil – , porque reconhece na sociedade civil organizada, nos movimentos sociais, quem historicamente vem construindo os direitos humanos. Se pegarmos, por exemplo, as legislações, todos os escritos internacionais e nacionais, vamos percebemos que quem mexeu na cultura de direitos humanos foram os movimentos sociais. Então, nosso reconhecimento e nosso trabalho pelos movimentos sociais em relação aos direitos humanos.

Senador, quero trazer aqui hoje algumas questões, por exemplo, que temos discutido lá na Secretaria de Direitos Humanos e que é por onde a Secretaria de Direitos Humanos olha o trabalho de direitos humanos e também, claro, da educação em direitos humanos. Não poderia deixar de ser.

Um dos nossos balizadores é o Plano Nacional de Direitos Humanos, é onde olhamos, mais especificamente lá no Eixo 5, que é o eixo da educação, para citarmos o nosso debate aqui hoje. E temos percebido que a indignação que o Senador traz para essa discussão aqui hoje – e agradecemos por estar aqui – passa por uma...para olharmos para Diretriz 21 do Eixo 5, que é a promoção dos direitos humanos e da defesa dos direitos humanos e a mudança de cultura.

Quando dizemos mudar a cultura em direitos humanos significa, por exemplo, olhar para a questão do analfabetismo também para esses 13,5 milhões que estão aí sem escolarização, mas também olhar para o que presenciamos semana passada, um casal de médicos escolarizados que criou uma lei que vai punir pessoas adultas que não protegem crianças.Então, trazer à discussão os direitos humanos, a educação em direitos humanos, o analfabetismo, é trazer também a discussão de cultura de direitos humanos.

Ainda temos juízes que não reconhecem a Umbanda e o Candomblé como uma expressão religiosa. Na Secretaria de Direitos Humanos, tem um reconhecimento de que o Estado é laico, mas as pessoas não são laicas. Tenho a minha fé, o meu credo, o Prof. Geraldo certamente, todos nós presentes e a sociedade. Então, se olharmos para Diretriz 21, lá do Eixo do Plano Nacional, Promoção da Educação em Direitos Humanos do Serviço Público, a formação e capacitação daquelas pessoas que estão lá é um desafio, o desafio que o Senador trouxe aqui é alfabetizar na educação básica, mas há outra alfabetização, que é a daquelas pessoas, por exemplo, que trabalham no serviço geral, os guardas municipais; o PNDH se preocupou com isso. O que essas pessoas conhecem de direitos humanos? Até onde o preconceito ou o não preconceito dessas pessoas interfere no trabalho delas, na relação cotidiana? Há algumas ações que gostaria de citar aqui para que a gente também olhe para alguns avanços, não minimizando a indignação que está posta aqui hoje e que é honrosa, e que é pertinente, que tanto o Governo como a sociedade civil perceba que, para trazer os direitos humanos, seja de escolarização ou seja de...tem que trazer a cultura, porque um pai que permite que mate seu filho – estou falando do médico – não deixou de estar nas escolas; então, o que passou com essa pessoa que acha que pode tirar uma vida de outra pessoa?

As formações precisam estar para além da alfabetização e da escolarização, como bem disse a Profª Aída, é uma formação, vamos dizer assim, mais fina da cultura. Se me permite, há outro exemplo que chegou à Secretaria, a Srª Aída é conhecedora desse exemplo, sempre falo lá nas reuniões do comitê nacional. Chegou uma universidade brasileira na Secretaria e nos trouxe uma longa pesquisa sobre a violência com crianças e adolescentes, e os professores estavam lá com os livros deles publicados, fizeram uma pesquisa nas sete ilhas da Região Norte, e um alto índice de violência contra as crianças, mas da próprias famílias, dos próprios tios, pais, enfim, e violência sexual também apareceu muito na pesquisa, inclusive posso citar aqui o exemplo dos filhos do boto, as filhas do boto, não é real, é uma criança que foi violentada sexualmente falando.

Quando a universidade retorna para a comunidade e devolve a pesquisa, o que mais a universidade escuta? "Bom, aqui é cultural; nós iniciamos as nossas filhas e, depois, a sociedade toma conta. Então, quando trago essa questão de olharmos para o Plano Nacional e, juntamente com essa indignação, que o Senador trouxe muito bem, olhamos também para um formação ampliada de direitos humanos, de tocar não só na criança que está ali, mas no adulto que é responsável e está educando-a, inclusive os professores.

Por exemplo, uma das questões que mais a Secretaria tem trabalhado no sistema socioeducativo, num sistema que funcione, que o professor possa chegar e receber a denúncia e possa ter a quem falar, seja para o prefeito, seja para a diretora, mas que ele tenha também informação em relação a isso e consciência.

Estamos com um projeto na cidade de São Paulo em que eles formaram centros de educação em direitos humanos, eles criaram centros onde as pessoas podem, inclusive, estar no final de semana, e não é só escolarização, é convivência, é diálogo.

Uma outra diretriz que eu gostaria de trazer aqui, que também é do Plano Nacional, é a Diretriz 20: "Reconhecer a educação não formal." Na semana passada, capitaneada pela Secretaria-Geral da Presidência, foi lançado um marco referencial em educação popular. Por que eu trago esse exemplo como um avanço para a sociedade brasileira? Esse marco diz para a educação de modo geral. Por quê? Nós reconhecemos, como Secretaria de Direitos Humanos, a importância da academia nos seus núcleos de pesquisa. Há duas pessoas aqui que fazem um esforço enorme em trabalhar com a pesquisa em direitos humanos.

Mas também ainda é necessário um reconhecimento dos sistemas em relação à educação popular que agrega esses valores de direitos humanos. E a gente tem uma experiência muito grande, em todo o Brasil, com mais de cinco mil educadores populares com a Recid, que é a Rede Nacional em Educação Popular, onde aquelas convivências proporcionam às pessoas outros valores, porque mudança de cultura significa as pessoas fazerem outras experiências de, por exemplo, terem a coragem de fazer uma denúncia quando uma professora recebe e percebe que uma criança tem algum machucado, alguma violência perceptível.

Então, a gente reconhece na educação popular e nesse marco uma grande conquista para a sociedade brasileira, mas também reconhecemos que temos alguns desafios.

Eu apontei aqui um deles, que é em relação ao parecer que saiu em 2012. O desafio anterior é o Plano, não é? A gente tem o Plano Nacional, que são dez anos de plano de educação, e, pela nossa visão na Secretaria – a gente ainda não concluiu a pesquisa –, são apenas quatro Estados brasileiros que organizaram nas suas secretarias o Plano Nacional de Educação, porque uma secretaria discutiu o que está no Plano, o que está proposto no Plano, e apenas sete Estados com dois Municípios criaram Comitês de Educação em Direitos Humanos. Muitos deles não estão nas secretarias de educação, estão nas secretarias de promoção de direitos humanos. Então, o desafio maior para a Secretaria de Direitos Humanos é tocar os gestores públicos municipais e estaduais para os direitos humanos. Não é nem só para o analfabetismo, Senador, mas é para os direitos humanos, para aquele conceito que o Prof. Geraldo trouxe aqui.

No final do ano, a Secretaria, em diálogo com o Ministério da Educação, que é o dono da pasta e educação, convidou o MEC a construir um caderno que pegasse o parecer de 2012, que são as diretrizes nacionais de educação em direitos humanos, que é para a educação básica e superior. São diretrizes que chamam os gestores a trazerem para os currículos essa concepção de que o Prof. Geraldo falou, e o que a Profª Aída também disse, que é trazer para a escola o não preconceito. Olhar para o ser humano e saber que, por ele existir, é digno de estar em todos os lugares e ter a sua expressão livre em todos os ambientes, pensar no que quer pensar, desde a sua religiosidade até a sua orientação sexual.

A Secretaria organizou, e eu trouxe para este debate um caderno onde o parecer é debatido numa linguagem que conversa com os gestores municipais e estaduais de educação em direitos humanos. A Secretaria acabou de enviar para os cinco mil Municípios este caderno. É uma forma de os Municípios, de os Estados e de os Estados serem tocados, porque o primeiro a olhar para uma mudança de cultura e ser conquistado é o gestor.

A gente sabe que o pai, a mãe e a comunidade escolar que estão lá entram na discussão de direitos humanos quando o gestor abre a porta para trazer nos currículos a questão dos direitos humanos.

Então, um outro reconhecimento também da Secretaria nesse processo de avanço são todas as PECs que estão aqui nesta Casa, por exemplo. Na semana passada, a gente teve uma grande conquista que é a PEC do não ao trabalho escravo, não para desfocar o assunto que a gente está aqui em relação ao analfabetismo, mas também para convidar a Mesa a olhar para uma questão que vamos chamar de mais fina da educação em direitos humanos, que é, repito, essa mudança de cultura cotidiana.

A gente trouxe aqui alguns desafios e alguns reconhecimentos. Por exemplo, outro reconhecimento é a aprovação do Plano Nacional, porque a gente sabe que a educação precisava de mais recursos para que talvez as escolas pudessem reconhecer que essa temática precisa estar não num debate de um seminário, mas no cotidiano da professora.

Então, fica aqui o reconhecimento de que a gente precisa ainda organizar outros debates como este e talvez, primeiramente, com os gestores públicos, que são os responsáveis pela construção daquela cultura mesmo que vai se estabelecer na escola e a partir dos momentos que forem construídos naquela gestão.

A gente percebeu, por exemplo, quando aconteceu o 1º Fórum Mundial de Direitos Humanos aqui no Brasil; o próximo é em Marrocos. Aquela convivência tocou alguns gestores quando a gente, por exemplo, lançou esse material aqui. Eles não tinham conhecimento do parecer. A grande maioria dos prefeitos não tem esse conhecimento. Então, qual é o nosso papel de gestor da Secretaria de Direitos Humanos, do MEC e de todos os ministérios? É divulgar as diretrizes nacionais de direitos humanos. É fazer o que o Senador está fazendo aqui: debater direitos humanos, seja ainda pelo viés da falta e da violação dos direitos humanos.

(Soa a campainha.)

A SRª SALETE MARIA MOREIRA ALDRIGHI – Concluindo, a Secretaria de Direitos Humanos se coloca como companheira e articuladora dessa cultura de direitos humanos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu, antes de fazer comentários sobre as falas e de ler as perguntas que chegaram, vou tentar ser bem objetivo.

Enquanto eu via as falas, eu listei 18 violações de seus direitos humanos que sofre o analfabeto. Vamos ver se vocês, que estão escutando, mandam mais outros, ou corrigem, dizendo que alguns desses não são feridos ou não são direitos humanos. Sim, sem ordem de importância.

Primeiro: direito de ir e vir, o analfabeto não tem o direito pleno de ir e vir, porque ele não sabe ler para onde vai o ônibus. A minha avó era analfabeta, morreu analfabeta, e ela me levava, com sete anos, para ler o destino que ela ia tomar do ônibus lá em Recife. Estou falando dos anos 50, imagine agora com a complexidade que existe do sistema de trânsito. Pior: e quando há greve? Como ela vê a placa dizendo que há greve? Todos os dias, nos jornais, hoje de manhã, a gente vê greve, mas eles não sabem, eles não sabem que está fechado. O analfabeto não tem o direito de ir e vir, e isso a gente percebeu claro e mostrou no labirinto do analfabeto. A gente fez, em 2003, um grande quadrado, grande, metade desta sala, em que você entrava, tudo escuro, de repente acendia uma luz e aparecia uma voz: você quer ir para o centro da cidade? Escolha o ônibus, e, aí, as letras eram misturadas, e a gente não sabia qual era. Pergunte, aí você ia para outra sala. Você agora cansou, quer comer alguma coisa? Sente numa lanchonete e escolha a comida. O *menu* era mostrado com as letras misturadas. Você já deve estar com dor de cabeça. Peça um remédio, tome um remédio. E, aí, o nome do remédio é misturado. O analfabeto toma remédio sem saber se é o que foi passado para ele. Nós não percebemos isso, salvo quando vamos ao exterior, num país cuja língua não entendemos, em que somos analfabetos também. Então, ir e vir é um direito que é cassado.

Direito da fala. Todos dizem: o analfabeto pode falar. Ele não fala plenamente. O discurso de quem lê é diferente do discurso de quem não lê. É um discurso limitado, é um discurso com poucos vocábulos. É claro que, aqui e ali, há um gênio que é capaz de superar isso, mas, na média, o analfabeto não tem o direito pleno da fala. Não tem o direito de participar. Como participar social, como participar politicamente sem ler os jornais, sem ler os panfletos que são escritos e distribuídos nas ruas, por exemplo, no período de eleição? Como?

Quarto. Direito de não ser censurado. Nós lutamos para conquistar o direito de que os jornais não sejam censurados. Para o analfabeto, todo jornal é censurado. Ele não lê. É falso dizer que o Brasil é um país sem censura. O Brasil é um país com censura plena parabéns, pelo menos, 13 milhões. Com censura razoável para 40 milhões que não são capazes de ler um jornal, apesar de saber que c-a-s-a é casa. Então, nós somos um país sob censura. Não há direito humano a não censura, quando se trata de quem não sabe ler.

Direito a um emprego. O analfabeto não tem direito a um emprego, a não ser emprego de analfabeto, que praticamente é nenhum no mundo de hoje. Já houve um tempo em que o analfabeto poderia até cozinhar. Hoje você exige conhecer as receitas. Em alguns lugares, está-se exigindo até que se leia a receita em outros idiomas. O analfabeto fica sem direito ao pleno emprego, conforme a sua competência plena, que ela poderia ter se tivesse estudado.

Direito de escolha. Como é que um analfabeto tem direito de escolha se tudo que nos é apresentado hoje é sob a forma de linguagem escrita? Como é que ele pode escolher um sapato se ele não é capaz de ler o que está escrito para explicar a fábrica do sapato, o lugar do sapato e, às vezes, até o preço do sapato, se ele não tiver aprendido números.

Direito de instruir o filho. O analfabeto é proibido de instruir o seu filho quando chega em casa vindo da escola. O seu filho conseguiu superar a limitação dele, dos pais analfabetos, aprende a ler na escola. Chega em casa, e o pai não é capaz de auxiliar nos deveres. Alguém não percebe que isso gera um sofrimento brutal, que isso é uma tortura, que isso fere o direito humano? Não ser capaz, não poder instruir o filho?

Direito ao voto. Teoricamente, no Brasil, o analfabeto tem direito ao voto. Teoricamente, mas ele não é capaz de fazer a escolha certa na hora do voto plenamente, porque não é capaz de ler os documentos, os panfletos, os programas de partidos. Eles têm que ficar decorando o que ouvem na televisão. Nós todos não decoramos, precisamos, depois de ouvir, ler, nos aprofundar. Analfabeto não tem direito ao voto, apesar de ter direito de ir à urna e apertar os botões.

Direito de evoluir como ser humano pleno no mundo moderno. Antigamente não era problema, mas hoje você evoluir plenamente para adquirir novas funções na vida sem saber ler está impedido. Então, o direito humano do analfabeto é ferido por não permitir que ele evolua, a não ser que ele se alfabetize, mas, aí, ele deixou de ser analfabeto. Então, aquele indivíduo tem o direito de evoluir se alfabetizando, mas, enquanto for analfabeto, não tem direito de evoluir.

Direito ao reconhecimento. O analfabeto não é reconhecido e ele mesmo se esconde. Você consegue localizar quase todos os analfabetos simplesmente falando com ele, olhando se olha nos olhos, ou se não olha nos seus olhos. Se ele tem uma timidez, se ele tem uma desconfiança. Quando um analfabeto pergunta alguma coisa numa esquina a uma pessoa, ele tem um comportamento diferente daquele alfabetizado, ele tem um complexo de diminuição, ele não tem o direito ao reconhecimento.

Direito de escrever o seu nome. Aí você diz: mas o nome ele aprendeu a escrever, mesmo sendo analfabeto. E o direito de escrever uma carta ao filho, à filha, ao pai, à mãe? Isso não é um direito humano? Poder escrever uma carta aos familiares, às pessoas que ama não é um direito humano? É um direito humano! A gente esquece isso, a gente esquece. Na Secretaria dos Direitos Humanos, não está aí a luta radical pela alfabetização. Está contra tortura, está pelos direitos das etnias, está contra a exploração sexual. Tudo certo, mas contra o analfabetismo não está. É ignorado isso.

Direito à prática religiosa plena. Aí você pode dizer: os analfabetos são até mais religiosos, mas não leem os livros sagrados, então a religiosidade fica incompleta. Os muçulmanos entenderam isso, e todos têm que ler o Corão, ainda que não leia mais nada, mas o Corão ele aprende a ler. Decora de tanto ler, mas ele lê. Nossos textos sagrados não são lidos pelos analfabetos. Por isso, a primeira tarefa do Lutero na reforma foi traduzir a Bíblia para o alemão e ensinar os seus seguidores a ler a Bíblia, mas nós esquecemos, até porque, na verdade, com todo carinho, respeito, pela minha formação, na Igreja Católica, basta o padre saber ler e, até recentemente, em latim, nem em português era. Então, o papel do fiel é ouvir, não é ler. Ao analfabeto, lhe é negado o direito da religiosidade plena.

Direito à sua integridade. Nós lutamos muito contra a tortura aos presos políticos, mas não lutamos para proteger a integridade física, mas não lutamos para manter a integridade mental. Uma pessoa analfabeta, a partir de uma certa idade, todos os estudos mostram, inclusive aqui no Hospital Sarah Kubitschek, que sofre lesões no sistema neurológico, que o cérebro sofre lesões, pelo menos em comparação aos alfabetizados.

Direito à rebeldia. É uma característica fundamental dos direitos humanos, o direito de ser rebelde, rebelar-se contra o que está aí. Como a pessoa analfabeta tem o direito de rebelar-se, plenamente, conscientemente? Fica limitada.

Direito ao prazer pleno estético. Um analfabeto é capaz de achar algo belo, mas não é capaz de ler as grandes obras da literatura, que fazem parte da estética mundial. Pode até deslumbrar-se com uma escultura, pode deslumbrar-se com uma pintura, embora você se deslumbre mais, quando tem acesso às leituras dos textos que analisam e que criticam as obras.

Vamos supor que ele se deslumbre com isso. Mas e as obras literárias? Então, por que tirar o direito humano de uma pessoa sentir o deslumbramento e o prazer com as obras das artes?

Direito à inclusão social. Não é possível a inclusão, hoje, sem a alfabetização. Nós negamos o direto à inclusão social e isso fere o direito humano profundamente.

Direito ao futuro. Não tem futuro a pessoa condenada ao analfabetismo, prisioneira do analfabetismo. O seu futuro tem uma barreira na frente que não lhe deixa atravessar.

E, finalmente, o 18º, que é o direito de não ser torturado. Todos nos mobilizamos contra a tortura aos presos políticos, e não nos mobilizamos contra tortura diária que sofre um analfabeto adulto no seu ir e vir proibido, na sua procura de emprego impossibilitada, no constrangimento que sofre – uma tortura! Nós não percebemos essa tortura, nós não tratamos como tortura o analfabetismo – não tratamos como tortura!

É tortura, é uma tortura mental da mais forte gravidade. E termina provocando torturas físicas, como por não saber ler: "Cuidado há um abismo na frente!" A grande parte dos acidentes de trabalhadores, na construção civil, é por causa do analfabetismo, porque não conseguem ler os avisos de perigo.

Então, listei 18 direitos humanos que nós ferimos, ao deixar que, no Brasil, 13 milhões de adultos sejam analfabetos. E chamamos o nosso sistema de democrático; e chamamos o nosso sistema de respeitoso aos direitos humanos. É mentira, é um fingimento, e basta de fingir!

Nós fingimos até que temos uma bandeira conhecida pelo brasileiro. A nossa bandeira não é conhecida por 13 milhões de brasileiros que não sabem ler Ordem e Progresso. A gente se esquece disso, eu me esqueci. Então, são 19 direitos, faltou um, o direito à bandeira.

Se você misturar as letras de Ordem e Progresso, as pessoas pensam que é a mesma coisa. Eu tenho, na minha sala, uma bandeira grande, em que, no lugar de Ordem e Progresso, escrevi Educação é Progresso. A maior parte das pessoas passam pela bandeira, e não percebem que o que está escrito ali é outra coisa, porque são alfabetizados, mas não prestam atenção – imaginem um analfabeto!

Pouquíssimos países do mundo têm texto escrito na bandeira. Em geral, os que possuem são países muçulmanos e, portanto, as pessoas praticamente analfabetas reconhecem que são textos tirados do Corão. O Brasil, talvez, seja o único país que tem um texto escrito, e que não se preocupou em fazer com que os seus habitantes entendam, conheçam a sua bandeira, por não ensinar-lhes a ler.

E olhe que, quando essa bandeira foi criada, em 1889, foi em nome da República. Que República é essa que faz uma bandeira que não é reconhecida por seu povo, a não ser por uma minoria privilegiada? Quando essa bandeira foi feita, o Brasil tinha 10 milhões de habitantes, 6,5 analfabetos, 3,5 letrados – só 3,5 conheciam a bandeira! E chamamos isso de República.

Com o tempo, fomos alfabetizando e diminuindo a proporção. Hoje, 10% não sabem ler, só que 10% são 13 milhões, duas vezes mais do que em 1889. Hoje, nós temos duas vezes mais brasileiros que não conhecem a bandeira, por não saberem ler Ordem e Progresso, do que no tempo de Deodoro da Fonseca. E chamamos isso de República, e dizemos que é uma democracia, e que é uma democracia com respeito pleno aos direitos humanos.

Mentira! Fingimento! Nós não respeitamos os direitos humanos dos analfabetos brasileiros, de 13 milhões, e respeitamos, medianamente, os 40 milhões de analfabetos adultos.

Dito isso, volto a dizer que o que nós queremos, com uma reunião como esta, é criar uma indignação com o fato de que 13 milhões de brasileiros não sabem reconhecer a sua bandeira plenamente. Sabem o verde, sabem o amarelo, sabem o azul, sabem ver o círculo, o losango, o retângulo, mas não sabe ler o lema. Então, não é a bandeira!

É essa indignação que a gente precisa criar. A Escravidão não seria abolida se fosse apenas baseada na lógica de que o trabalho escravo já estava menos eficiente do que o trabalho livre, porque o salário de um trabalhador livre já era mais barato do que comprar e manter um escravo, ficou caro para o dono da fazenda comprar e manter um escravo, era mais barato contratar. Quando um escravo morria, era uma perda para o dono; quando um trabalhador morre, ele não tem nenhuma perda com isso. Mas essa lógica não seria suficiente, foi preciso uma indignação que Joaquim Nabuco e outros criaram.

Wilberforce foi o grande abolicionista na Inglaterra. E lá só começou a aumentar o número dos que defendiam a abolição, quando ele começou a mostrar o absurdo que foi jogarem escravos no mar, para aliviar um pouco o peso de um navio. E, ao fazer isso, as pessoas começaram a se indignar.

Nós precisamos nos indignar com o analfabetismo no Brasil, que é culpa nossa, não é culpa deles. Não é culpa deles, quando crianças, não terem sido tratados bem, é culpa nossa, que, quando eles eram crianças, não soubemos cuidar deles bem, para que eles estudassem. E temos uma torneirinha que produz analfabetos adultos.

Quando o Deputado Tiririca chegou aqui, as pessoas diziam que ele era analfabeto e houve gente que achou que ele não deveria assumir o mandato, eu liguei para ele e disse: "Você deveria ir para a tribuna, lembrar o nome do prefeito da sua cidade, quando você era criança, e fazer inelegível aquele cretino, aquele bandido, que não lhe deu escola quando você era menino, e não, agora quererem cassar o seu mandato!" O criminoso não é o analfabeto, como o criminoso não era o torturado. O criminoso é o torturador de hoje, nós todos – nós todos! –, todos os que sabem ler, especialmente os Governos, especialmente eu, como Senado.

Nós somos os torturados, pela incompetência, pela leviandade, pelo desprezo com que tratamos a educação. É, por isso – e entro aqui nas considerações –, Salete, que defendo, há muito tempo, que alfabetização de adulto seja um assunto da sua Secretaria, e não do MEC. Analfabetismo não é uma questão de educação, é uma questão de direitos humanos.

A educação é um instrumento para tirar a tortura, mas a preocupação tem que ser direitos humanos. Do mesmo jeito que é a engenharia que derruba o presídio, mas quem libertou os presos foram os direitos humanos. Foi lá que se acabou com a tortura e, depois, mandamos alguém derrubar o prédio

Sim, o MEC ou outros poderiam ter a tarefa técnica, mas a tarefa ética é da Secretaria de Direitos Humanos, a responsabilidade é de vocês e nossa que não aprovamos aqui um projeto transferindo o Programa de Alfabetização para lá. Mas vocês poderiam brigar por isso, vocês poderiam querer isso, vocês poderiam insistir com isso! Vocês tinham a obrigação de colocar o analfabetismo de maneira tão central quanto a tortura física

contra os presos políticos, que nunca chegou a 13 milhões. O número de torturados foi muito menor do que 13 milhões, e nós fizemos uma verdadeira revolução para acabar com isso corretamente, esquecendo-nos dos 13 milhões.

Mas, Salete, eu queria comentar uma coisa que disse, também dita por Mauro: como é difícil convencer Prefeitos e os governantes locais de que devem fazer o dever de casa. Por isso, a gente tem de federalizar a educação; por isso é um crime deixar a educação nas mãos dos Prefeitos. Muitos não têm interesse e outros o possuem, mas não têm recursos, porque nossas Prefeituras são pobres e não têm dinheiro, tampouco pessoas qualificadas para cumprir o papel. Nós temos... Eu sai daqui mais convencido ainda, depois de ouvir vocês, quanto à necessidade de federalizar a educação de base.

Quanto à Profª Aida, gostei muito de sua fala e muito de seu conceito de desdemocratização que nós sofremos por conta do analfabetismo, mas nós sofremos também isso por causa de uma municipalização da educação – não tem jeito. E eu fico muito contente de ver a Presidente Bachelet, com menos de dois meses de seu governo, ir ao Congresso e dizer que vai desmunicipalizar a educação no Chile. Não chama federalizar, o que é a mesma coisa de desmunicipalizar. Lembrar que a municipalização foi produto do Pinochet e que levou a um retrocesso da educação no Chile. Ela assumiu o compromisso, diante da Nação, de desmunicipalizar a educação para que cada criança, em seu país, tenha direito á educação equivalente. Se os Municípios são desiguais, a educação Municipal não é equivalente! Nós não podemos continuar com a educação que depende do CEP da cidade em que se mora e do CPF do pai. É preciso derrubar essas duas barreiras: a do CPF e a do CEP que separam cada criança brasileira de outras. Aí que é gerado o analfabetismo.

Quanto ao Professor José Geraldo, quando falou de colonialismo... Primeiro, gostei muito da ideia dos "invisíveis". Nós tratamos os analfabetos como "invisíveis". É uma questão de classe. É difícil você explicar a uma criança de 7 anos, de classe média e que já aprendeu a ler, que o jardineiro de sua casa não sabe ler. Ela tem dificuldade de compreender como é possível um adulto não saber ler, mas nós entendemos e toleramos e convivemos, como convivemos 350 anos com a escravidão sem ao menos haver preocupação.

É preciso lembrar que o Parlamento, durante a escravidão, salvo um e outro Parlamentar, a maioria não se preocupava. As universidades não se preocupavam com a escravidão. A igreja católica não se preocupava com a escravidão, como hoje as universidades estão se lixando para o analfabetismo, como hoje a população e o Parlamento estão se lixando para o analfabetismo, eu diria, como hoje, a religião não disse ainda que é um pecado nacional o analfabetismo. Enquanto for um problema, ninguém dará importância, quando começar a ser crime, alguns darão importância. Mas, realmente, só vamos erradicar o analfabetismo quando passar a ser um pecado nacional como a escravidão foi um pecado. A escravidão foi um pecado! Tolerado... Convivia-se. A gente convive com a escravidão de hoje, porque eles são "invisíveis" tais quais os escravos. Eram coisas!

E, aí, José Geraldo falou de colonialismo. Eu queria dizer o seguinte: nós não estamos em um pós-colonialismo na relação com os analfabetos. Com os analfabetos há uma relação de colonialistas, nós que sabemos ler, com colonizados, os que não sabem ler. Consciente ou inconscientemente, eles são tratados como colonizados. E a gente precisa quebrar isto: precisa quebrar esse colonialismo interno que a gente tem.

Dito isso, vou ler aqui os comentários e perguntas que recebi e, depois, passar a palavra para cada um de vocês, que poderão falar sobre o que os outros disseram, sobre o que eu falei ou sobre estas perguntas.

Primeiro, uma cidadã comenta que o analfabetismo no Brasil cresce a cada dia. Segundo ela, a educação essencial deveria ser valorizada para receber incentivos financeiros, visando o desenvolvimento. Afirma que a desatenção quanto á educação deixa claro que o desejo do Governo Federal é manipular o povo. Seu nome é Maria de Fátima Anselmo Edelmann.

Maria do Espírito Santo de Sousa Mendes parabeniza a convidada Aida Maria Monteiro Silva, membro do Comitê Nacional de Educação de Direitos Humanos, pelo pronunciamento realizado nesta audiência pública. Concorda que, realmente, o País tem ótimas ideias, só falta que elas sejam cumpridas.

Eu estou de acordo co isso. Mas, no caso da escola igual para todos, não há nem lei ainda. O ECA não diz isso, a Constituição não diz isso, mas que é preciso a educação, mas não diz que ela tem de ser igual.

Eu acho que não se pode colocar na Constituição que todo o mundo tem de ser igual; pelo contrário, faz parte da democracia a desigualdade. A gente não pode dizer que todos vestirão igual e comerão no mesmo restaurante. Essa desigualdade tem de ser tolerada. Agora, existem três que não são igualdades, mas imoralidades que não podem ser toleradas: educação, saúde e acesso à Justiça. Ser preso ou não ser preso, cometendo o mesmo crime, porque tem ou não dinheiro é imoral! Entrar em uma escola ou não entrar em escola de qualidade, porque o pai tem dinheiro ou porque o Prefeito quer ou não é imoral! Também a saúde... Morrer antes do tempo, porque não tem dinheiro ou viver mais porque tem dinheiro é indecente é imoral. Contra essa imoralidade, a gente não tem lei ainda. Ainda não temos lei... Ainda precisamos de lei. O Brasil está atrasado até mesmo em algumas leis. No dia em que tivermos essa lei, é possível que não sejam cumpridas. Como a gente

tem a Lei Áurea que não cumprida plenamente, a prova é que, nesta semana, 136 anos depois, a gente teve de votar uma lei para votar com o resquício da escravidão que ainda existe.

Vera Capucho nos parabeniza pela temática. Em Pernambuco, na gestão da Profª Aida, vivenciamos a experiência de políticas públicas, de alfabetização de jovens e adultos, à luz do Plano Nacional. Porém, o desafio de alfabetizar se mantém em direitos humanos. Como o PB tem tratado o tema?

Eu, aí, queria falar ao Mauro algo sobre o EJA. Nas minhas viagens e contatos com estrangeiros, na área da educação, eu tenho dificuldades de explicar o que é o EJA, pois em países decentes não há mais EJA. As pessoas terminam, aos dezoitos anos, com o ensino médio. Eles têm "educação continuada". O que é totalmente diferente. "Educação continuada" é para você avançar; o EJA é para você recuperar o que não ganhou. Eu tenho dificuldades de explicar porque no Brasil existe o EJA. E, felizmente, existe! Como, felizmente, temos o bolsa família. Mas era melhor que não se precisasse de bolsa família, era melhor que não se precisasse do EJA.

Vera Capucho pergunta como foi tratada a responsabilidade dos governadores em relação ao Pacto dos Governadores pela erradicação do analfabetismo. Muitos não cumpriram as metas.

Ainda Vera Capucho: quais as ações federais para romper com a "invisibilidade" da responsabilidade do Estado em relação à continuidade dos estudos da população jovem e adulta.

Continuidade, Vera, tem dois sentidos: continuar além do que você já estudou ou continuar (que não é continuar) para recuperar o que você não estudou.

Ainda Vera Capucho: a exigência do Marco de Belém [eu estava lá nesse evento, porque eu fazia parte do Conselho do Instituto das Nações Unidas que coordena a luta contra o analfabetismo] a seguridade de direito à educação para jovens e adultos à luz dos direitos humanos. Considerando que a alfabetização se efetiva ao longo do ensino fundamental, quais as ações da Secade para promover a educação nos direitos humanos dentro do EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Aqui Yuri Alan Cardoso comenta que nenhum analfabeto deve ter direito a voto nem deve ter direito de se candidatar a nenhum cargo público.

Aqui, eu vou querer responder, Yuri.

Eu quero dizer que já houve um tempo assim. Já houve um tempo em que mulher não votava, já houve um tempo que 16 anos a 18 não votava, já houve um tempo em que só votava quem fosse dono de terra. A gente esquece.

Então, já houve esse tempo. Nos Estados Unidos, até os anos 60 desse século, a maneira que o Sul dos Estados Unidos inventou para não deixar direito igual aos negros foi fazer um teste se eles sabiam ler, para não deixar que eles votassem. Foi o Presidente Kennedy quem derrubou isso – foi Kennedy – e, para isso, teve que federalizar a luta. Teve que mandar tropa federal para lá, porque não queriam deixar que votassem.

E eu creio que a gente não deveria tirar direito de voto dos analfabetos. Deveria tirar o cargo dos políticos que não resolvem o problema do analfabetismo. Isso sim. Até, porque eu nunca esqueço, lá, em nosso Recife, eu participava dos programas de alfabetização do Paulo Freire, com meus 20 anos, e eu nunca vou esquecer de uma aula em que tinha um grupo de, eram dez, quinze, e decidi fazer o advogado do diabo, para ver se os atraía para votar.

E eu disse: "Por que um analfabeto não pode votar? Porque, se votar, vai ser votado, se for eleito, não vai saber ler as leis". E um homem, estivador do porto, naquela época me pareceu um velho, porque tinha 35 anos, se levantou e disse: "A lei que eu quero eu sei qual é, e, para escrever, eu pago um doutorzinho como o senhor". Nunca esqueci isso. Nunca.

Eu digo isso para o Yuri também.

A Carla Cunha Costa: "Debates sobre o analfabetismo feitos por analfabetos. Cadê a lei que permitiu analfabetos absolutos – pôs, entre parênteses, Tiririca – e funcionais – como outros, aqui, inclusive FHC –, e 99,99% dos políticos brasileiros serem eleitos? Primeiro, tomem vergonha na cara e estudem, depois, exijam dos outros alfabetização e letramento".

Eu gostaria de fazer uma pergunta à Carla: "Em quem é que você votou, Carla? Você lembra ainda?" Se são 99,99%, então, seus candidatos estão aí, dentro disso. Você precisa pegar vergonha, também, e votar bem na próxima eleição. E nós, os eleitos, também, reconheço.

Ainda, a Carla Cunha Costa: "Aqui está a lei que socialistas guerrilheiros, terroristas do Brasil não obedecem: é o art. 14, § 4º, que diz: São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos".

Bem, aqui tem mais uma, ainda, ou duas: "Olá, gostaria de chamar a atenção de todos para mais uma lei que quer prejudicar a sociedade e o acesso ao conhecimento: um projeto do Deputado Vicentinho, do PT, que quer proibir a importação de livros por entidades públicas no Brasil".

O Vicentinho já retirou esse projeto. Ele percebeu que não fazia sentido.

Ana Flávia Schmidt: "A interferência política na sala de aula tem sido tremenda e prejudicial". É só uma afirmação dela.

Eu acho que a interferência política tem sido pior, ainda, fora da sala de aula ao não criar sala de aula para todo mundo e com qualidade.

Também, da Ana Flávia: "É comum algumas Secretarias de Educação pressionarem professores para não alfabetizarem, corretamente, as suas classes. Investiguem. Levantem o tapete que vocês irão encontrar muitos fatos assim pelo Brasil afora".

Eu confesso que não tinha conhecimento disso. Eu vou tentar levantar.

Essa é a participação da sociedade. Fico muito feliz, mesmo daqueles de que eu discordo, como o Yuri, mas que, com a fala dele, permite que a gente debata.

Agradeço, muito, essas colocações, e passo a palavra, na ordem em que nós iniciamos, ao Professor José Geraldo, para comentar o que eu falei, para comentar o que os outros falaram, para comentar a participação da população, ou qualquer outra coisa, Professor, que queira dizer, na sua despedida.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – Bem, inicialmente, eu queria cumprimentar o Professor Nielsen de Paula Pires, Vice-Reitor da Unila, Universidade da Integração Latino-Americana – eu não o tinha visto, aqui, no início da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Professor José Geraldo, me permita, ele puxou o microfone para perto. Se quiser falar, eu acho que a hora melhor é essa mesmo, antes deles.

Por favor.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – Concedido o aparte.

O SR. NIELSEN DE PAULA PIRES – Um aparte. Obrigado, pelo aparte.

Em primeiro lugar, felicitar o Senador, pela iniciativa. Importante estar recordando, sempre, que a Educação é em primeiro, primeiro lugar, e que a questão do analfabetismo, sim, é uma questão de direitos humanos.

Felicitar aos membros da Mesa pelas opiniões que versaram, e dizer o seguinte: para o senhor e para os demais membros da Mesa, para a Coordenação de Direitos Humanos, que a Universidade Federal para a Integração Latino-Americana, através de suas atividades de extensão, está muito preocupada com essa questão da alfabetização. Nos somamos a sua indignação e queremos, coordenadamente, com os órgãos aos quais estamos vinculados – ao MEC, seguramente, e com a Coordenação de Direitos Humanos –, somarmos nessa luta, nessa batalha contra o analfabetismo.

Então, o senhor conte com a Universidade Federal para a Integração Latino-Americana nessa luta contra o analfabetismo.

Muito obrigado, era isso que eu queria, me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado. Fico muito satisfeito.

Eu passo a palavra ao Professor José Geraldo, meu amigo.

O SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR – Bem, eu fiquei muito satisfeito com esse debate.

Agradeço a oportunidade que o Senador me concedeu, de poder estar aqui, e dele participar, e queria recuperar, da abertura, o sentido proposto de que o nosso posicionamento fosse o de indignação. Quer dizer, o de nos indignarmos, no sentido, até, de nos colocarmos na perspectiva de revolta, para lembrar Kami, que o núcleo de toda revolta é a percepção de que há um movimento de injustiça, e, com isso, nos mobilizarmos, no sentido de ultrapassarmos essas condições adversas que se configuram, por exemplo, em quadros como estes que, aqui, foram relatados a partir da configuração dessa realidade perversa do analfabetismo em nosso País.

Então, eu queria dizer, Senador, que, no seu caso, e de todos que, aqui, estiveram e acrescentaram elementos para o debate, a indignação não é um movimento, apenas, no sentido subjetivo, porque o senhor trouxe como elemento, e os demais, a necessidade de agir, enquanto revolta transformadora, pela diretriz de um sistema. Quer dizer, não basta o sentimento da revolta. É preciso mobilizar as energias para nos estruturarmos em torno a condição de construir um sistema.

A indignação, por exemplo, reivindica as nossas disposições éticas, e eu me lembro do senhor como Ministro, e em sua pregação como Senador e candidato, inclusive, à Presidência da República, lembrando, por exemplo, que, do ponto de vista da atitude ética, que organiza um sistema, nós não temos alternativa em enfrentar, sob forma, inclusive, de políticas públicas, o problema, senão com a disposição de não tolerá-lo.

Quer dizer, o senhor sempre questionou o fato de que, enquanto políticas públicas, nós, em nome do realismo, trabalhássemos com a ideia de cumprir etapas, ou definir alcance – os mais jovens ou os mais velhos; quantos por cento nós vamos fazer, qual é a nossa meta.

O senhor disse: "Neste tema, eticamente, a indignação diz que nós não podemos ter outra atitude, senão pensar que este é um sistema que precisa ser erradicado".

Quer dizer, podemos não conseguir erradicar, mas, quando a gente trabalha com a dimensão de metas, significa que a gente tolera, como na UTI, quem vai para a UTU, quem não vai.

Quer dizer, então, a indignação como requisito de ativar a nossa postura ética pressupõe radicalidade na definição das nossas políticas.

E eu queria dizer que, nesse aspecto, o senhor apontou uma questão importante. Eu também peguei aqui emprestado o livro do Plano Nacional de Direitos Humanos que a Celeste trouxe e folheei. Realmente não tem o analfabetismo como uma violação a ser enfrentada. Claro que a gente, quando examina o plano, sabe que ele foi construído com muitas participações. Esse é um pressuposto. Mas esse pressuposto é o pressuposto da invisibilidade e quer dizer que, enquanto tal, se supõe que esse é um mal que não existe, porque todas as referências para educação pressupõem que há um patamar a partir do qual nós nos habilitamos a todos os demais programas que são arrolados.

Então, é preciso fazer emergir e dar visibilidade a uma realidade que é em si violadora. Por isso eu acho, Senador, que quando o senhor elencou 18 violações a partir do que aqui foi mencionado e depois acrescentou mais uma, a décima nona, queria dizer que me lembrei muito da pensadora Hannah Arendt, quando dizia que o primeiro ponto de partida para instaurarmos uma cultura de direitos humanos é pensarmos naquele núcleo indevassável que fundamenta todos os direitos, que é a consciência do direito a ter direitos. Eu acho que superar o analfabetismo é expressar essa consciência do direito a ter direitos.

E se os direitos humanos trabalham, como lembrou ainda, a questão da sua indivisibilidade, a sua transversalidade, a sua universalidade, essa dimensão é o amálgama desse processo. Realmente é preciso tornar concreto um quadro dramático da negação de todos os direitos pela violação de um direito fundamental, que é a matriz de todos eles, da condição de consciência que o conhecimento traz pela mediação educadora e do domínio instrumental das palavras, dos conceitos, das formas de interpretação como base para a realização de todos os demais direitos, porque se esse não é realizado, todos os demais são realizados.

Aí o senhor, como poeta, tem razão: "Auriverde pendão da minha terra, que a brisa do Brasil beija e balança, antes te ver roto na batalha do que servirdes a um povo de mortalha." Então, antes te ver roto nas lutas sociais do que servir a um povo de epitáfio, porque, de fato, não é tolerável, numa sociedade consciente dos direitos, ter como símbolo da identidade nacional uma negação de um direito fundamental.

Eu queria dizer que há uma proposta também do Senador que bate com tudo o que ouvi aqui, que a negação da responsabilidade da política como um critério de construção de valores e de direitos pressupõe um sistema responsabilização realmente. Assim como o senhor além de se indignar e nos chamar à indignação fala de um sistema, quando fala, por exemplo, da necessidade de federalizar, isso não é um jogo de palavras; é a realização de um modelo político de garantia dessa universalização, dessa concretização de uma forma republicana e democrática de alcançar todas as virtualidades que um sistema de educação legítimo pode proporcionar. Eu me recordo de que, nesse sistema, o senhor sempre propôs uma lei de responsabilidade educacional. Está na hora.

Assim como a ONU lembrou que a demonstração de riqueza não é o produto econômico, mas a construção de padrões de civilização, é o indicador humano de desenvolvimento constituído a partir do reconhecimento internacional de que os direitos humanos são catalizadores do legítimo desenvolvimento – disse Amartya Sen, não por acaso um prêmio Nobel –, eu acho que uma lei de responsabilidade educacional é um mecanismo para dizer de um bom desempenho da política, das funções públicas, do trabalho, em suma, de compromisso do agente público, seja ele no Legislativo, no Executivo, no Judiciário, para cumprir esses indicadores da sua responsabilidade educacional.

Eu acho que nos indignarmos é um imperativo ético, mas formular propostas é uma exigência de responsabilidade política e social. Penso que aqui, talvez, nós tenhamos elementos, à luz do que foi mencionado, à luz do sentimento dos seus cidadãos, dos nossos cidadãos que se manifestaram, mesmo daqueles que fazem uma leitura restritiva e equivocada, para dizer que ainda temos fascismos sociais, ainda temos dimensões egoístas no campo da nossa sociedade que formam esse quadro de um colonialismo em que a consciência dos direitos não se desenvolveu, porque são interpessoais, na base dos favores, na base, digamos assim, dos interbenefícios. E temos essa base do que aqui um sistema político bem assentado pode proporcionar à luz dos imperativos civilizatórios que têm na educação o seu principal fundamental.

Então, eu queria agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui e me congratular com o seu trabalho e a sua militância no campo parlamentar no tocante aos parâmetros civilizatórios que o senhor proporciona.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Professor.

Passo a palavra à Prof. Aida.

O SR. AIDA MARIA MONTEIRO SILVA – Inicialmente eu quero parabenizar os participantes, que trouxeram aqui várias perguntas que nos ajudam a ampliar essa compreensão e também o debate.

Na verdade, o que nós precisamos, eu penso, é de trazer esse debate mais amplo no conjunto da sociedade como um todo, até porque nós estamos num momento muito rico para este debate. É um momento em que nós estamos com proposições de mudanças ou permanências de propostas de governo. E esse tema precisa realmente ser pontuado para que nós possamos cobrar dos nossos governantes a efetividade dessas políticas na área de educação. E digo que concordo com o que já foi colocado aqui no sentido dessa responsabilidade, dessa responsabilização, sim, dos gestores públicos que estão à frente da nossa governança, que estão justamente liderando, que são responsáveis pelos recursos públicos e que não cumprem com aquilo que as nossas legislações determinam. Então, eu penso que a gente precisa avançar muito nesse aspecto.

Eu gostaria de chamar a atenção, inclusive, agradecendo aos colegas que me parabenizaram pela minha fala, de dizer que quando nós estávamos no Estado de Pernambuco, à frente de um setor na área de ensino, da política de ensino, nós tentamos trabalhar essa discussão da educação como um direito dentro de uma política pública. Esse foi o grande embate, essa foi a grande dificuldade, até para as pessoas entenderem que aquele aluno que está ali na escola tem que ser atendido dentro daquilo que é direito dele no setor público, porque o público é de todos, e não apenas de alguns enquanto direito.

Portanto, nós começamos a revisitar a própria proposta do Programa Brasil Alfabetizado, trazendo um novo conteúdo, uma nova roupagem para que as pessoas que estivessem ali começassem a entender que aquelas pessoas que não conseguiram ser alfabetizadas, ter o nível de escolaridade, na época, devido mereciam o total respeito, como também aqueles jovens que estavam em conflito com a lei, que deveriam ser atendidos no que requer a nossa Constituição, as nossas leis em relação a seus direitos, inclusive na área de educação.

Nós não podemos mais admitir que ou programas ou projetos sejam feitos com voluntarismo. Educação não pode ser tratada como uma ação voluntária. Educação tem que ser tratada com profissionalismo e profissionalismo requer professores concursados, professores capacitados, que tenham condição realmente de levar adiante uma política pública que dê um resultado positivo não apenas quantitativamente, numericamente, mas um resultado que faça com que as pessoas se insiram numa sociedade do conhecimento e possam se situar como sujeitos de direito, como também já mencionou o Prof. José Geraldo. Diante disso, é necessário, sim, desvelar esses programas que estão trazendo essa perspectiva de voluntarismo, como se fosse quase vontade das pessoas que realmente os programas pudessem ou não... Não. Tem que ser responsabilidade mesmo, no sentido desse avanço.

A Ana Flávia diz da questão da interferência política nas salas de aula. A interferência política existe. Agora, é preciso que nós possamos separar essa autonomia do professor e da escola como um todo, das instituições de ensino, desse nível de interferência.

Portanto, eu penso que este debate é muito rico, é necessário, é mais do que urgente, nós já estamos há mais de cinco décadas, há mais de cinquenta anos lutando por isso. A gente tem um plano nacional de educação que tardiamente foi aprovado, ainda falta sanção da Presidenta, mas precisamos de fato colocar toda essa discussão.

E aí, Senador Cristovam, quando V. Exª fala da necessidade de a Secretaria de Direitos Humanos colocar na sua pauta o analfabetismo como um direito que é violado, concordamos plenamente. E quando nós colocamos o plano, eu digo porque fui participante dessa elaboração do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – eu lembro que foi um embate; era 2003, e lembro que, entre nós, foi uma discussão muito rica se naquele momento nós ainda trazíamos dentro do plano a necessidade da universalização da educação básica, imaginem! –, nós colocamos isso dentro do plano. E quando a gente fala da universalização da educação básica, estão inclusos aí todas e todos os sujeitos que têm direito a essa universalização. O que possivelmente se precise aí é dar mais visibilidade a essa questão de direitos que foram violados, como outros também estão sendo.

Então, eu penso que, nessa revisitação do próprio plano, porque ele já cumpriu uma década – aliás, não sei se cumpriu, mas está dentro de uma década, porque foi em julho de 2003 a sua primeira versão, uma segunda versão mais elaborada em 2006 –, nós precisamos justamente trazer esses pontos realmente para dentro do plano. E já temos aí as diretrizes que pensam que avançam justamente a partir do Plano Nacional de Educação.

Quero mais uma vez agradecer. E eu acho que nós precisamos, diante desses debates, que essa inquietação não fique somente para a nossa inquietação pessoal. Acho que essa inquietação precisa ser mais coletiva, mais participativa e levar de cada lugar em que nós estamos a cada lugar em que nós estejamos, para justamente fazer valer o princípio e o preceito constitucional de que todos os brasileiros têm direito à alfabetização.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Professora.

Passo a palavra ao Mauro José da Silva.

O SR. MAURO JOSÉ DA SILVA – Bem, algumas questões. Primeiro, gostaria de responder a alguns pontos, a algumas perguntas bem pontuais que chegaram sobre o Programa Brasil Alfabetizado, as taxas de analfabetismo no Brasil e a idade, a faixa etária das pessoas não alfabetizadas. A maior parte das pessoas não alfabetizadas estão entre 30 e 59 anos. É uma faixa etária que nos preocupa muito, porque elas ainda são juntas. Se você colocar de 30 a 40, de 40 a 50, de 50 a 60 ou 59 anos, ainda há um número muito grande de pessoas que estão economicamente ativas, participam do processo produtivo, e não são alfabetizadas.

Se fragmentarmos essas faixas etárias, o maior índice de pessoas analfabetas têm acima de 60 anos. Compreendo que não podemos descansar ou não pode negar o direito de todas as pessoas a se alfabetizarem.

A Vera Capucha lembra de um pacto nacional, em 2008, para a alfabetização. Ela pergunta: como é que foi acompanhado esse pacto? Acompanhamos, Vera, junto com a Casa Civil, muito finamente essa ação até 2011, 2012. De lá pra cá, precisamos realmente criar alguns instrumentos que obriguem ou fortaleçam esse processo de acompanhamento e de alfabetização nos Estados e nos municípios, principalmente nos Estados, porque o pacto foi feito com os governadores, para que essa taxa de analfabetismo decresça, principalmente nos Estados do Nordeste, que apresentam os maiores índices de analfabetismo.

Se não me falha a memória, temos o Estado de Alagoas, como o que apresenta o maior índice de analfabetismo no Brasil. Depois, devem vir o Maranhão, o Piauí, a Bahia e Pernambuco, mas o que me chama muito a atenção é que, se invertemos a lógica da taxa de analfabetismo e pensa nos números absolutos de pessoas analfabetas, começamos a ver que a Região Sudeste tem um número muito grande de pessoas analfabetas, que impactam fortemente na taxa de analfabetismo no Brasil. Por exemplo, São Paulo tem em torno de 1,4 milhões ainda analfabetas; depois, se não me falha a memória, vem a Bahia, com em torno de 1,7 milhões de pessoas, e Minas Gerais, que deve estar com um pouco mais de 1 milhão de pessoas analfabetas.

Então, se invertermos a lógica do número da taxa de analfabetismo para o número absoluto, começam a aparecer Estados, que, aparentemente, estão bem, ou seja, têm uma taxa de analfabetismo baixa, mas ainda apresentam um número muito grande de pessoas analfabetas, portanto não podem descuidar-se desse processo de alfabetização.

Gostaria aqui também de falar, Senador, sobre essa questão da federalização da Educação. Penso que devemos trabalhar muito na perspectiva de fazer com que todas as pessoas e todos os gestores públicos assumam a responsabilidade de tratar dessa questão. Penso que não é só uma ação encampada pelo o Governo Federal.

Gosto muito da ideia de se criar uma lei de responsabilidade educacional, porque aí damos visibilidade e responsabiliza quem efetivamente, na ponta, trata dessas ações, mas trazer para o Governo Federal uma ação efetiva de realizar essas ações educativas junto aos Estados e Municípios é uma tarefa muito grande para tratarmos apenas de Brasília.

Não vejo problema em descentralizarmos ou fazermos com que Estados e Municípios tratem dessa questão se forem acompanhados, e se houver leis fortes, que possam responsabilizar as pessoas que não assumem o seu dever de tratar a educação como prioridade em todas as instâncias da Federação.

A Professora Aida coloca uma coisa importante, que é a relação entre as ações de alfabetização e o voluntariado. Concordo. Acho que precisamos crescer para uma possibilidade onde não necessitaremos mais de uma trabalho voluntário para lidar com a alfabetização.

Entretanto, hoje, com o tamanho do desafio que ainda temos de lidar, acho que é uma possibilidade viável. Precisamos, sim, enxergar essas pessoas, que são voluntárias. Primeiro, não compreendo o voluntarismo como um descompromisso das pessoas a fazer o seu trabalho voluntário. Precisamos instrumentalizá-las e darmos possibilidade para que eles façam cada vez melhor essa ação voluntária.

Permitir ou ajudá-las a ter uma formação, uma qualificação e um acompanhamento continuado, sem sombra de dúvida, faz com que elas possam exercer melhor as suas funções ou trabalhar, mesmo voluntariamente, nesse processo de alfabetização.

É nessa perspectiva de compreender que a formação educacional é mais ampla, que ainda compreendemos a necessidade de se trabalhar com a educação de jovens e adultos.

É fácil defendermos a educação de jovens e adultos, quando compreendemos que ela é para além da alfabetização, que ela é pensada numa perspectiva, hoje, de uma educação continuada. Ela não é para reparar os males ou os direitos esquecidos de pessoas que não tiveram acesso à educação de jovens e adultos ou a educação na idade certa, como é comum acharmos hoje. Se pensarmos assim, vamos compreender que a educação de jovens e adultos tem começo, meio e fim.

E hoje, se pensarmos na educação como um direito, que as pessoas têm o direito de aprender em qualquer fase da sua vida, pulando esse critério e compreendendo a educação como uma ação contínua, sem sombra de dúvida, vai passar a ser compreendida como uma ação continuada e não mais estanque.

É nessa perspectiva de uma ação continuada, que o Ministério da Educação enxerga a educação de jovens e adultos.

No mais, quero agradecer a oportunidade de estarmos conversando sobre o tema, que, volto a dizer, ainda é invisível, em que precisamos, o tempo todo, colocando na pauta da discussão em geral em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sem querer polemizar, queria dizer que todos os governantes não têm condições. Nossos municípios são paupérrimos em grande parte.

Fui eu que tomei a iniciativa, como Ministro, e depois levei adiante a Lei de Responsabilidade Educacional, no sentido de entrar aqui, mas como responsabilizar pela educação de suas crianças os municípios pobres do Brasil? E, se não fossem tão pobres, como dar igualdade, se eles são desiguais, os municípios, além de pobres?

Então, não defendo isso para o Governo Federal, mas sim o Brasil ser responsável pela educação, Agora, o nosso País é representado pela União. Então, é preciso haver responsabilidade. Não fizemos isso com as universidades? Não fez com as escolas técnicas? Por que não fazemos com as crianças? Isso não quer dizer centralização não. Defendo federalização com descentralização de gestão e com liberdade pedagógica total, como hoje têm liberdade pedagógica as 400 escolas federais.

Se você for ao colégio militar, ainda estão dizendo que houve uma revolução democrática em 64. O Governo não tirou a liberdade pedagógica do professor de História de lá. E eu acho até correto, mesmo que discorde dessa interpretação.

Agora, o que não pode ser diferente é a carreira do professor. É preciso haver uma carreira nacional, porque um Estado como o de São de Paulo tem 1,4 milhões de analfabetos. Não dá para deixar isso nas mãos do Governo de São Paulo. Isso deveria ser uma questão nacional. Criança tem de ser, primeiro, brasileira, depois paulista, pernambucana; agora, isso exige uma mudança de cultura do Brasil, que é aquela da Federação, em que se busca uma ideia de independência copiada da visão dos Estados Unidos da América do Norte, formado a partir de 13 pequenas nações – as colônias; o Brasil se formou como uma unidade. Nem mais capitania hereditária tinha há mais de 300, 200 anos; era um governo central.

É erro nos chamarmos de Estados desunidos. Outra coisa, quando dizem que isso dá certo em países pequenos e não dá no Brasil, digo: então, para tratar bem as crianças, vamos defender dividir o Brasil. Se o tamanho do Brasil é algo prejudicial, então é melhor sermos uma soma de pequenos países.

Discordo disso. Acho que é muito melhor ser um país grande e usar os recursos para cumprir as metas. Com os R$2 bilhões do estádio, teríamos alfabetizado metade da população analfabeta do Brasil inteiro. São necessário R$5 bilhões para erradicar o analfabetismo, ou seja, é quase metade do valor.

Então, é um país grande em recursos. Agora, é necessária a centralização. Além disso, não pode ser de repente. Ela deve ser feita por cidade, não por escola, como começamos a fazer. O Governo Collor fez quase 500 CAICs, mas estes ficam isolados, rodeados por um entorno negativo, terminando por serem contaminados.

Assim, isso deve ser feito por cidade, ou seja, chega-se a uma cidade e federaliza-se todas as escolas em dois anos. Uma cidade de 50 mil habitantes, que deve ter menos de 20 mil alunos, se se propõe um custo alto de R$9 mil por criança vão dar R$180 milhões. Isso não é nada.

A China está fazendo isso. Se pegarmos a classificação das escolas no mundo pelo chamado Pisa, os dois melhores primeiros são Hong Kong e Xangai. São duas cidades; não são países. Aí, depois, vem Finlândia, Coreia do Sul, etc. Então, a China em si continua ruim, mas tem duas cidades que já são as melhores do mundo.

Daqui a 20 anos, eles vão ter muitas e muitas. O Brasil está perdendo tempo. Podíamos já ter começado isso, como começamos, em 2003, com o Programa Escola Ideal, com cidades de 10 mil habitantes. Não custava quase nada.

E finalmente sobre o EJA, há duas maneiras de ver a educação de jovens e adultos: uma é a educação continuada; a outra é a educação recuperada. A nossa está mais para recuperada do que para continuada ainda. Ela só vai ser continuada mesmo, quando tivermos um percentual grande de alunos, terminando o ensino médio. Hoje, não chega a 40%.

Professora Salete, por favor.

A SRª SALETE MARIA MOREIRA ALDRIGHI – Bem, primeiramente, quero agradecer a oportunidade ao Senador Cristovam Buarque, por nos trazer a este debate, e aos meus colegas de Mesa, de Governo.

O Senador trouxe aqui uma questão importante para a Secretaria, que é justamente olhar a educação e, por isso, também estar com essa luta da indignação em relação ao analfabetismo em algumas ações; mais específicas, com os movimentos... Mas tem, no desenho do Governo Federal, é assim que está. A pasta está com outro Ministério. Bom o senhor trouxe aqui essa questão. Então em algum momento está também com esta Casa aqui. E eu olhei aqui agora, rapidamente, para a Diretriz 20, perdão a 18, que está no Plano Nacional, no Eixo 5 da Educação, onde ela diz: Fortalecer a cultura em direitos humanos, implementar o Plano Nacional

de EDH... E, na sequência, eu diria agora, que é o parecer reconhecido pelo Conselho Nacional, que são as diretrizes nacionais.

Quando a Secretaria de Direitos Humanos encampa essa luta de divulgação, em conjunto com outros Ministérios, reconhece e também se indigna com isso. Talvez não seja o suficiente ainda. Com certeza não é. Mas me chamou a atenção, e eu peço sua permissão para comentar o que a Carla falou, que é o que a gente estava conversando lá no início, não é, da mudança da cultura em direitos humanos, quando essa cultura entra na escola... Primeiro o Diretor assume que aquelas crianças todas sob sua responsabilidade, o Prefeito, o Governador e todo o Brasil, como o senhor bem falou, esse direito ele passa a ser humano. Terá vaga sim para toda a educação infantil, básica e superior.

Tem alguns avanços. Eu insisto, tem. Quando um Governo... E o senhor citou em relação aos institutos federais por exemplo. É um avanço. Mas ainda tem dezesseis milhões de crianças, e a gente reconhece... E está com uma Secretaria articuladora da política pública de educação e direitos humanos; ainda, Senador.

Então a gente está indignado, dentro da sua proposta de indignação em relação àquelas crianças que não têm o direito de estar num banco escolar. Ainda não têm. E somos nós adultos que devemos protegê-las. E uma das proteções é esta, é proporcionar o portão aberto da escola, um espaço para que aquela criança possa vir e que o pai possa vir também se for o caso, no caso da Eja.

Mas eu só queria comentar e perguntar à Carla, que eu acho que foi a Carla que disse: Essas pessoas devem, algo assim, "tomar vergonha na cara e primeiro estudar". É dessa cultura que eu estava falando, que também e esse analfabetismo, vamos dizer assim, da Carla, ou um pré conceito, no sentido de julgar antes aquela pessoa... O senhor citou, as pessoas não estudam, não estão alfabetizadas, não por responsabilidades deles, mas nesse comentário da Carla, parece que quem é responsável, como no caso, dando o exemplo que o senhor citou aqui do Tiririca, é ele que assume a responsabilidade de ser analfabeto.

Então eu diria que, e dizer para a Carla, assim: A gente precisa se alfabetizar também em relação aos direitos humanos, porque tem uma visão preconceituosa de quem teve em algum momento teve negado o seu direito. E no mais, nos colocar em nome da nossa Ministra Ideli Salvatti, nos colocar à disposição também nesse processo de indignação do analfabetismo. Agradecer o Senador e aos meus colegas de Mesa pelo debate.

Obrigada. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu agradeço muito a todos, peço desculpas aos que fizeram perguntas um pouco depois do horário que nós tínhamos, mas vou levá-los em conta. Se tiver endereço responderei na medida do possível. Quero dizer que fico extremamente satisfeito. Agradeço muito a vocês, creio que foi um debate muito rico e creio que ajudou na idéia de criar um clima de indignação em relação ao quadro brasileiro vergonhoso do analfabetismo que nos coloca, se não me engano, entre os dez – se eu não me engano não, tenho certeza – países com o maior número de analfabetos em todo o mundo.

Eu agradeço muito a quem assistiu ao programa e espero que tenhamos ajudado você, se não estava ainda indignado, a se indignar pelo menos com o fato de que 13 milhões de brasileiros não conhecem a própria bandeira e a lutar para que isso seja modificado, e uma das maneiras de lutar é votar bem, é votar certo, é votar em pessoas que queiram mudar essa realidade.

Eu fico muito à vontade de falar isso, sem nenhum medo de ser acusado de fazer campanha, porque eu não sou candidato.

Para todos vocês, boa tarde e continuaremos nessa peleja.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.)

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 3 DE JULHO DE 2014, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinco minutos do dia três de julho de dois mil e quatorze, no Plenário número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim e da Senadora Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 51 de 2014-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 21/05/2014, para debater sobre o tema: "Súmula vinculante 33 a luz dos direitos humanos".

O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, faz suas considerações iniciais, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Ari Heck, Núcleo de Servidores Deficientes – SINTRAJUFE-RS; Roberto Ponciano de Souza Junior, Coordenador de Comunicação da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União – FENAJUFE; Narlon Gutierre Nogueira, Diretor do Regime Próprio do Serviço Público do Ministério da Previdência Social – MPS; Antônio José Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Caroline Sena, Advogada da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Rogério de Moura Montaguini, Representante do Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região – São Paulo; Wander da Costa Ribeiro, Representante da FOJEBRA – Federação Sindical dos Oficiais de Justiça do Brasil – e do SINDOJUS-MG – Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores; Lídio José Ferreira, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União; Hebe-Del Kader Bicalho, Presidente da Fenassojaf. O Senhor Presidente concede a palavra para pessoas presentes no plenário da Comissão: Cleber Borges de Aguiar, CSP/Conlutas; Erlon Sampaio, Sintrajud/SP; Argentino Dias dos Reis, Fojebra/Sindioficiais; Pedro Vieira Silva Sobrinho, Coordenador Geral da AGEMPU – Associação Nacional dos Agentes de Segurança Institucional do MPU e CNMP; e Ricardo A. Soares, Diretor do Sisejufe. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos:1) Realizar audiência pública para discutir a PEC 54; 2) apoiar a inclusão dos oficiais de justiça e Agentes de Segurança no PL 554, para que tenham direito à aposentadoria especial. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 51, de 2014, da CDH, de autoria deste Senador e de outros, aprovado em 21 de maio de 2014, para debater sobre o tema "Súmula Vinculante 33 à luz dos direitos humanos".

Convidamos para esta audiência pública os nossos ilustres painelistas. Já vamos formatar a Mesa.

Convidamos para a Mesa Roberto Ponciano de Souza Júnior, Coordenador de Comunicação da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União.

Seja bem-vindo, Roberto! (Palmas.)

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JUNIOR – Queria dividir o meu tempo com o Ari, do Núcleo de Deficientes Físicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. O Ari é nosso parceiro de longos períodos.

Então já convido o Ari para que também venha à Mesa.

O Ari é do Núcleo de Servidores Deficientes. Eu já estive em uma reunião com ele lá no Ministério. Ele, como tantos outros, mostrou-se conhecedor do tema.

Convido também Narlon Gutierre Nogueira, Diretor do Regime Próprio do Serviço Público do Ministério da Previdência Social.

A ambos, ao Ari e ao Narlon Gutierre, uma salva de palmas. (Palmas.)

Sejam bem-vindos!

O Antônio José Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ainda não chegou. Ele representaria, ou representará, se chegar, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Todos os outros convidados já estão aqui. Não sei se não teríamos que fazer duas Mesas. Fala esta Mesa e, depois, fala a outra. Mas eu ainda convidaria para esta Mesa Caroline Sena, advogada da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, CSPB, Rogério de Moura Montaguini... (Palmas.)

..., representante do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, São Paulo, que também já se encontra presente.

Ainda haveria mais dois convidados e um que vai chegar. Como nós não temos mais lugares na Mesa, nós vamos deixar esta Mesa inicial. Esta Mesa ainda retorna ao Plenário. A segunda Mesa será composta pelo

Sr. Wander da Costa Ribeiro, representante da Fojebra, Federação Sindical dos Oficiais de Justiça do Brasil e do Sindojus de Minas Gerais, Sindicato dos Oficiais...

Chegou também o Antônio. Agora vão ficar os três para a segunda Mesa. E o Sr. Lídio José Ferreira, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União.

Aqui não importa a Mesa. Muitos preferem até ficar na segunda Mesa, porque ficam até o encerramento. Então, essa não é a questão. Nós temos é que iniciar a nossa audiência. Esses convidados que se encontram na Mesa comigo farão a sua exposição e retornam ao plenário e outros três assumem no segundo momento, quando a gente abre para o debate com o Plenário sobre esse tema tão importante.

Vou tentar fazer uma leitura rápida do resumo para situar todos aqueles que estão assistindo à TV Senado, ouvindo a Rádio Senado, que estão, enfim, acompanhando o sistema de comunicação do Senado, quanto ao assunto que vamos aprofundar aqui. Quando a gente fala na Súmula Vinculante nº 33 à luz dos direitos humanos, é claro que muita gente, dos milhões que assistem à TV Senado, não tem nem ideia do que seja. Então, eu farei uma leitura rápida de um trabalho da assessoria sobre esse tema.

Atendendo ao pedido da Fenajufe, Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União e outros setores, estamos nos reunindo na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal para tratar da Súmula Vinculante nº 33.

Primeiro, agradeço, mais uma vez, a Senadora Ana Rita, por ter acatado o meu requerimento, abrindo espaço para mais este debate tão importante.

Agradeço, também, a todos que aqui vieram para participar desta audiência, seja como ouvintes, como expositores e aqueles, também, que, eventualmente, do plenário vão participar do debate.

A Súmula Vinculante nº 33 expressa o seguinte: "Aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do Regime Geral de Previdência Social sobre aposentadoria especial de que trata o art. 40, §4º, inciso III, da Constituição Federal, até edição de lei complementar específica."

A jurisprudência do Supremo, traduzida pela edição da referida Súmula, veio sanar uma inércia legislativa em relação à normatização da aposentadoria especial do servidor público, mas que, conforme os contatos que tive com diversos setores, não atende o que querem, efetivamente, os servidores, e aqui será expresso, no debate, onde está, digamos, a contrariedade.

Inúmeros mandatos de injunção foram interpostos no Supremo Tribunal Federal, no sentido de garantir a imposição ditada pelo texto constitucional.

Como bem se expressou o Ministro Celso de Mello na MI 3215, que trata da matéria, a omissão do Estado é da maior gravidade, ao tempo em que impede o exercício de direitos consagrados na Constituição.

Diz ele: "A omissão do Estado – que deixa de cumprir, em maior ou em menor extensão, a imposição ditada pelo texto constitucional [aqui ele cita o artigo] – qualifica-se como comportamento revestido da maior gravidade político-jurídica, eis que, mediante inércia, o Poder Público também desrespeita a Constituição, também ofende direitos que nela se fundam e também impede, por ausência (ou insuficiência) de medidas concretizadoras, a própria aplicabilidade dos postulados e princípios da Lei Fundamental [tal como tem advertido o Supremo Tribunal]."

Para a instituição requerente, a Fenajufe, a Súmula 33, em que pese a nobre intenção, não põe fim à celeuma, pois somente uma emenda constitucional, aliada à aprovação do PLS 250, de 2005, poderá determinar corretamente a sua aplicação e consagrar, efetivamente, direitos a todos os servidores.

Concluindo, diante dessa justificativa, propusemos esta audiência pública, quando chamamos para o debate representantes do TCU, do Ministério da Previdência Social, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, do STF, bem como a Fenajuve e o Desembargador Ricardo Tadeu, do Tribunal Regional do Paraná.

Enfim, essa é a introdução que fizemos para começarmos o debate sobre um tema que chamou a atenção dos mais variados setores do serviço público, tanto que a maioria está aqui representada. Não sou eu quem vai dizer que todos estão representados. Eu diria que a maioria dos setores envolvidos está representada, tanto nesta primeira mesa, como na segunda mesa e, também, no plenário.

De pronto, nós vamos começar, de acordo com o que eu recebi, aqui, da assessoria da Mesa, passando a palavra... Eu tenho dado dez minutos com mais cinco para cada convidado. Eu vou manter, apesar de haver dois painelistas. Eu vou manter o tempo se puderem resumir melhor.

Então, o primeiro a usar a palavra será o Sr. Roberto Ponciano de Souza Júnior. Em seguida... A não ser que queiram trocar. Se quiserem trocar, também não há problema.

Então, o Ari Heek falará em primeiro lugar, representando o núcleo de servidores deficientes do Sintrajufe, Rio Grande do Sul. Rio Grande Sul! Não sei por que falei mais forte: Rio Grande do Sul! (Risos.)

Fala, meu Rio Grande do Sul.

O SR. ARI HEEK – Bom dia, Senador Paim. Em nome do senhor, quero cumprimentar todos os membros da Mesa.

Bom dia ao Plenário.

Eu acho que vou fazer um pequeno, nesse curto espaço de tempo, retrospecto um pouco histórico, que culminou nessa Súmula 33.

Em 2003, nós procuramos o núcleo de servidores deficientes do Sintrajufe, juntamente com a associação dos deficientes em uma cidade da região Metropolitana, procuramos o Senador Paim na discussão da reforma da Previdência, para que fosse garantida aposentadoria para os deficientes. E aí surgiu o inciso I do §4º do art. 40 da Constituição, que garantiu aposentadoria especial. E, obviamente, logo depois o Senador apresentou o PLS nº 250 e o 252, da iniciativa privada, que está regulamentado e que está pacífica a questão. E, com relação ao PLS nº 250...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ari, Só para situar a todos, inclusive você, eu comunico que a Comissão está ao vivo, para todo o Brasil, sendo transmitida pelo Sistema de Comunicação do Senado, portanto, pela Rádio Senado e pela TV Senado.

O SR. ARI HEEK – Então, bom dia a todos os brasileiros que estão acompanhando à TV Senado.

Continuando, o PLS nº 250 está com parecer favorável no Senado e está para ser votado nos próximos meses. Só que o PLS nº 250 tem um problema grave no seu relatório, no seu parecer, porque o entendimento do Senador Armando Monteiro – se V. Exª me permitir, eu vou ler um parágrafo do parecer –, diz:

Assim, por imposição do Texto constitucional, embora a aposentadoria com integralidade para os servidores com deficiência que ingressaram no serviço público até 2003 seja um pleito justo, o substitutivo deste projeto não pode violar regra constitucional e, por isso, prevê a aplicação das normas constitucionais permanentes às aposentadorias especiais que se pretende regulamentar. Isso, certamente, não impede que a regra seja eventualmente modificada por uma alteração superveniente da Constituição, exatamente como foi feito para as aposentadorias por invalidez, no caso acima descrito.

Ou seja, o PLS nº 250 vai acabar como a paridade e integralidade. E a Súmula nº 33 surgiu diante de inúmeros mandados de injunção em todo País. E, na verdade, aí eu quero fazer uma crítica construtiva, a Súmula Vinculante desafogou o Judiciário, mas ela não solucionou um grave problema que existe para os servidores públicos: aqueles que ingressaram antes de 2003.

Ou seja, se um deficiente – e nós temos milhares de casos no País –, se servidores que ingressaram não como deficientes e que ingressaram após a Constituição de 1988, que garantiu a Lei de Cotas, a Lei de Acessibilidade, para nós do serviço público, e hoje, esses deficientes, se quiserem optar pela aposentadoria especial eles vão ter um prejuízo enorme: não vão ter integralidade, não vão ter paridade, porque a Súmula nº 33 excluiu a paridade, a integralidade.

Então, a minha fala, nesse sentido, a V. Exª Senador Paim, a todos os Senadores e a todos os Parlamentares deste País, a Súmula Vinculante veio resolver um problema para quem ingressou depois de 2013, que vai se aposentar no futuro. Agora, aqueles deficientes que hoje têm tempo para se aposentar não têm direitos, eles não têm acesso à Súmula nº 33.

Então, eu acho que nós temos que rever e temos que, imediatamente, no Congresso, exigir a modificação da legislação para nós não incorrermos em grave risco.

E aí, Senador Paim, me permite só para concluir e para deixar o espaço ao companheiro Ponciano da Fenajufe, que, gentilmente, cedeu metade do tempo, eu vou citar o art. 4º, inciso I, letra "b" do Decreto nº 6.949 da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiências, o Protocolo Facultativo, que o Brasil assinou, que é a Convenção da ONU, e o Brasil está ferindo gravemente esta Convenção. Entendo que, se o Brasil não corrigir isso daí, o Brasil deve ser denunciado perante a ONU porque está desrespeitando a letra b do art. 4º, ou seja, adotar todas as medidas necessárias, inclusive legislativas, para modificar ou revogar leis, regulamentos, costumes e práticas vigentes que constituem discriminação contra a pessoa com deficiência. E a Súmula nº 33 está discriminando milhares de servidores públicos federais, estaduais e municipais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Ari Heek, que representa o Núcleo de Servidores com Deficiência, Sintrajufe, Rio Grande do Sul.

Passamos a palavra ao Sr. Roberto Ponciano, que fala em nome da Fejajufe.

O SR. ROBERTO PONCIANO GOMES DE SOUZA JUNIOR – Bom dia a todos. Quero saudar a todos os presentes e agradecer ao Senador Paim, que tem se esmerado na luta para fazer a contrarreforma da previdência desde a época da reforma – houve a PEC paralela – e vem atendendo a todos os nossos pleitos, dos servidores públicos, no sentido de minimamente diminuir diminuir os malefícios que a reforma da previdência causou para o serviço público em geral.

Em relação à Súmula Vinculante nº 33, tenho aqui o número de MIs: são 5219 mandados de injunção. Ela pode ter resolvido o problema do STF, mas não resolveu o problema do servidor público. Estou aqui com o representante do TRT de São Paulo. Estávamos conversando, e ele me disse que o TRT de São Paulo teve que fazer uma resolução interna para dizer quem pode e quem não pode se aposentar. No Rio de Janeiro, também é igual. A Súmula Vinculante resolve o problema de desafogo do STF. Se pega um juiz que seja minimamente cômodo, ele nem vai estudar o caso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permite uma interrupção? É a chegada da nossa Senadora Vanessa Grazziotin, que é parceira nossa em todas as lutas, todas. (*Palmas.*)

O SR. ROBERTO PONCIANO GOMES DE SOUZA JUNIOR – Bem-vinda, Senadora. Efetivamente, a Súmula não resolve o problema da nossa categoria, que é o Judiciário dos servidores das atividades de risco – estão aqui Ajepopus e Assojaf nacional, do Judiciário federal –, que não conseguem se aposentar porque ela não diz que atividade de risco é a atividade de risco.

Não resolve o problema dos deficientes físicos anteriores à reforma, porque fala que os que se aposentarem pelo sistema de aposentadoria especial vão se aposentar com um quinto do salário. Essa é a aposentadoria especial. É a aposentadoria especial, que coloca o servidor em estado de miserabilidade. Isso não é especial, isso é uma tortura. E não resolve os casos também de aposentadoria por invalidez. Estamos com a PEC nº 170, tentando resolver. Ou seja: trata-se de uma Súmula que só serviu ao STF. Tanto é que estamos aqui, no meio de uma Copa do Mundo, no recesso branco parlamentar, e listei só algumas entidades que consegui visualizar: Fenajufe; Sisejufe, meu sindicato; Sintrajufe do Rio Grande do Sul; Condsef, três centrais sindicais (CSP Conlutas, CUT, Nova Central Sindical); Sindjus-DF; Ajepojus; Sintrajufe de São Paulo; Sinjufego de Goiás, CSPB, Fojebra, Assojaf. Se deixei de citar alguma, me perdoem.

Então, ainda que o plenário não esteja cheio, a representatividade desse evento é grande. Vamos sair daqui, direto fazer uma matéria, e 150 mil servidores vão acessar essa matéria para saber o que está acontecendo, fora os milhares que estão assistindo. A Condsef, por exemplo, representa dois milhões de servidores do Executivo. Estive lá ontem. Fui convidado pela Condsef para uma reunião da Central Única dos Trabalhadores na segunda-feira para apresentar a PEC nº 54. Não sou dirigente da Central, fui convidado porque eles estão interessados em conhecer a PEC nº 54.

A situação dos servidores públicos em relação à aposentadoria especial é uma calamidade. É aquilo que vamos repetir. Vejo pessoas com fibromialgia, vejo pessoas acidentadas, vejo pessoas sem condições de trabalhar. Há uma senhora que sofre de cardiopatia grave e não se aposenta porque tem medo de perder a paridade. Podem dizer: "Ah, mas cardiopatia grave dá direito..." Dá direito, mas dá direito se o laudo for conclusivo. Ainda tem isso. Dependendo da junta médica do tribunal, vão questionar até o laudo. É uma aposentadoria especial às avessas. Leva o servidor a padecer no trabalho uma humilhação diária, porque o que acontece, na verdade, é que... O que se faz com o servidor que está doente e que não tem mais condição de trabalhar? Você pega esse servidor e deixa escanteado. Ele não trabalha ou não produz ou produz muito pouco. Ele está em uma condição muito incômoda, mas não pode se aposentar porque colocaria a família dele em uma situação desesperadora.

Você pega, por exemplo... Temos infelizmente, Senador, 70% a 80% do serviço de segurança no Judiciário terceirizado. O STF, que não está aqui inclusive, está terceirizando inteiramente o seu setor de segurança.

Em termos de aposentadoria, o vigilante da iniciativa privada tem mais direito que o nosso agente de segurança. O vigilante da iniciativa privada trabalha com armamento regularizado. Ele tem a sua profissão regularizada. Ele se aposenta diante das normas da Previdência. Não se questiona se ele tem direito à aposentadoria especial. Nós, agentes de segurança, trabalhamos com armamento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É especial e, por movimento nosso, a Vanessa inclusive ajudou – foi um projeto de lei e tive a alegria de participar também –, tem direito à periculosidade, porque entendemos que tem que estender também para o setor de processo – não é, Vanessa? – o que era dos vigilantes, dos carteiros e dos motoboys inclusive.

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JUNIOR – Temos uma situação... O agente de segurança da Justiça Federal tem uma gratificação que é de risco, mas não está explícita como de risco. Ele perde ao se aposentar. Ele se aposenta perdendo dinheiro. Não tem direito a esse tempo de serviço. Embora ele seja agente de segurança, até o porte de arma dele ou depende do Tribunal ou depende de ele conseguir o porte de arma ele mesmo, se expondo a uma série de situações.

Temos um cárcere no Ministério Federal do Rio de Janeiro. Quando a Polícia Federal chega com o Fernandinho Beira-Mar e entra no Ministério Federal, acho que ninguém sabe disso, não é a Polícia Federal que faz a segurança interna do Beira-Mar. Ela chega até a porta do Ministério Federal, entrega ao agente de segurança e fica na porta. Esse agente de segurança que faz a segurança, por exemplo, do Fernandinho Beira-Mar

não tem reconhecido o risco e não tem direito à aposentadoria especial. Essa é a situação do servidor público. É uma situação extremamente pavorosa. O risco existe, mas não é reconhecido. A insalubridade existe, mas...

Eu falo do meu Estado porque é onde eu conheço melhor. Temos servidores que trabalham no serviço de reprodução, que antigamente era... (*Pausa.*)

Como é? (*Pausa.*)

Estenografia, não. É quem faz as gravações. (*Pausa.*)

Taquigrafia, e não é mais taquigrafia... que tinha durante décadas reconhecido o direito à insalubridade. Perderam agora. Entramos com uma ação. Recuperamos, mas está periclitante o direito. Qual a possibilidade de esses servidores se aposentarem na aposentadoria especial? Nenhuma! O próprio Tribunal, de pronto, vai dizer que estavam em uma situação insalubre, mas não estão mais, e que estão se aposentando. Enquanto qualquer trabalhador da iniciativa privada que apresente o formulário mostrando o tempo de serviço insalubre, de risco ou perigoso consegue a conversão, nós sequer temos essa conversão, inclusive do período de iniciativa privada.

Eu trabalhei na Comlurb, do Rio de Janeiro. Fui mata-ratos. Tenho orgulho de ter sido mata-ratos e ter chegado ao Judiciário, porque é raríssimo isso, mas o tempo que eu tenho lá, mexendo com veneno, trabalhando com esgoto, com lixo, não pode ser convertido em aposentadoria especial.

Então, efetivamente, a Súmula nº 33 resolve o problema do STF. Infelizmente, não temos STF aqui para explicar isso. Só o número de mandados de injunção – são 5.219 – prova isso. A quantidade de entidades de servidores... Não podemos ter aqui uma quantidade enorme de servidores, até porque a passagem aérea está mais cara, a hospedagem está mais cara nesse período de Copa, mas a quantidade de entidades de servidores aqui representa mais de três milhões de servidores, o que prova o quanto essa Súmula não resolveu o problema, e como é importante a PEC nº 54, e já vou, Senador, dizer que vamos pedir, porque para nós é muito importante, para essa PEC que V. Exª fez a nosso pedido, a pedido dos servidores, a pedido dos deficientes físicos, uma nova audiência. Dessa vez será para a PEC. Queremos que a PEC tramite e que seja aprovada.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Por questão de justiça, como falei da Vanessa, quero dizer que ela foi autora do projeto. Fui o relator – não é Vanessa? – do seu projeto que garantiu a periculosidade para os vigilantes.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Mas, Senador Paim, se V. Exª me permite, na realidade, eu tinha um projeto e V. Exª tinha outro. Tínhamos dois projetos que corriam paralelamente. Tínhamos também um grande acordo, não somente nós dois, mas outros Parlamentares, inclusive o Deputado Chico Vigilante, de que o que caminhasse mais rápido teria o apoio. Foi quando nós conseguimos, e, mais recentemente, como V. Exª registrou também, o dos motoboys. Creio que essa é uma outra luta que temos de pegar com muita força.

Desde já, quero cumprimentá-lo, Senador Paim, e a V. Exª, Senadora Ana Rita, por trazer um tema que é de tamanha e que trata da situação de servidores públicos do Brasil inteiro.

Então, desde já, eu não sei onde está a PEC nº 54 – se está aqui no Senado ou na Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ela está na CCJ. É de minha autoria. E, se V. Exª concordar, naquela parceria que fizemos, na qual prevaleceu o seu projeto – e V. Exª pediu, então, que eu o relatasse.

Eu o relatei. Nós vamos articular, se todos concordarem – porque eu sei em que mãos vai estar –, para que V. Exª relate a PEC nº 54. Se houver palmas, é porque vocês concordaram. (*Risos.*) (*Palmas.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – De fato, é urgente, porque, se antes havia processos tramitando, hoje, há uma regra que orienta a todos, que não é a correta. Não diria nem melhor, porque, nesse caso, não se trata de regra melhor ou menos ruim. Trata-se de ser justa ou não justa.

E o que vigora, hoje, não é nem um pouco justo, como aqui colocado por todos os expositores com os servidores públicos.

Senador Paim, parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Vanessa Grazziotin. (*Palmas.*)

Agora, vamos passar a palavra para o Narlon Gutierre Nogueira, Diretor do Regime Próprio do Serviço Público do Ministério da Previdência Social.

O Antônio José Ferreira já chegou e tem um compromisso no Palácio, se não me engano, às 10h30min, não é?

Então, se um dos que já falaram concordarem, ele poderia vir à Mesa, para poder ser um dos próximos oradores. Aí, vocês combinam os dois o jogo, e ele vem já para a Mesa.

E passo a palavra para o nosso Diretor do Regime Próprio do Serviço Público do Ministério da Previdência Social, Sr. Narlon Gutierre Nogueira. De pronto, quero cumprimentar o Ministério, porque fico muito chateado quando – se o Ministro não pode vir, eu entendo, porque não dá para atender todo mundo – não mandam um representante. Aqui, todos os convidados, no que tange, Senadora Vanessa Grazziotin, ao Governo da Presidente Dilma, mandaram um representante para este debate.

Por favor.

O SR. NARLON GUTIERRE NOGUEIRA – Bem, muito bom dia ao Senador Paulo Paim, aos membros da Mesa, a todos os representantes das entidades que estão aqui, àqueles que nos assistem, acabamos de ter um acidente aqui, pois derrubei um copo de água, pelo que peço desculpas à Caroline.

Bem, em primeiro lugar, quero agradecer à Comissão e ao Senador, pelo convite feito ao Ministério da Previdência Social. Faço também uma breve apresentação, embora ocupando atualmente o cargo de Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no serviço público, que tenha a competência de fazer a orientação, o acompanhamento e a supervisão dos regimes próprios de Previdência Social, de acordo com a Lei nº 917.

Sou servidor público titular de cargo efetivo. Sou auditor fiscal da Receita Federal do Brasil, oriundo da carreira de auditor fiscal da Previdência Social do concurso de 1997. Então, estou atualmente num cargo de confiança, mas sou servidor público titular de cargo efetivo.

Outra questão importante colocarmos, quando participamos de eventos dessa natureza, é que estamos aqui representando o Ministério da Previdência Social e não necessariamente o Governo como um todo. Nem todas as posições que colocamos aqui são posições fechadas do Governo, mas sim do Ministério da Previdência Social.

Por último, quero desculpar-me, porque precisarei sair por volta de 10 horas ou um pouco depois das 10 horas. Fui convocado, ontem, para uma reunião que já deveria estar acontecendo agora, mas, em respeito ao compromisso assumido com a Comissão, pedi para que o horário, lá, fosse adiado.

Antes de tratar especificamente da Súmula Vinculante nº 33, acredito que é necessário fazermos um breve retrospecto sobre a questão das aposentadorias especiais, para entendermos o contexto em que a Súmula Vinculante está inserida.

O §4º do art. 40 da Constituição, com a redação atual dada pela Emenda Constitucional nº 47, oriunda da chamada PEC Paralela. Ele prevê três modalidades de aposentadoria especial.

Então, temos a aposentadoria especial destinada ao servidor com deficiência, aposentadoria especial dos servidores que exercem atividade de risco e a aposentadoria especial daqueles que estão expostos a agentes nocivos que causem prejuízos à sua saúde e integridade física. São três espécies de aposentadoria especial. Além disso, temos a aposentadoria por invalidez, prevista no §1º Inciso I. Então, devemos diferenciar as três espécies de aposentadoria especial e também não confundi-las com aposentadoria por invalidez. Cada uma tem a sua natureza, o seu fundamento.

Esse §4º do art. 40 prevê a necessidade de que, para a concessão dessas aposentadorias especiais, fossem editadas leis complementares. Até hoje, de fato, existe uma omissão legislativa porque não existe a lei complementar para nenhuma dessas aposentadorias especiais no serviço público. Temos, em relação à aposentadoria especial do servidor com deficiência o PLS nº 250, de 2005, que foi mencionado aqui e que foi votado em setembro, outubro do ano passado, na CCJ do Senado, com a relatoria do Senador Armando Monteiro, conforme já foi citado. Em relação a essa aposentadoria especial, não temos nenhum projeto do Poder Executivo em andamento no Congresso Nacional.

Em relação à aposentadoria especial por atividade de risco, temos um projeto do Poder Executivo, que é o PLP nº 554, que está tramitando juntamente com o PLP nº 330, de 2006, e que está hoje na Comissão da Câmara dos Deputados de cujo nome agora não me recordo – não sei se é a CTASP – sob a relatoria do Deputado Policarpo.

Temos para a aposentadoria especial poe exposição a agentes nocivos o PLP nº 555, de iniciativa do Executivo, que tramita junto com o PLP nº 472, de 2009, que está também na Câmara dos Deputados, na Comissão de Seguridade Social e Família, atualmente relatado pelo Deputado Amauri Teixeira.

Em decorrência da inexistência dessas leis complementares, é fato que um grande número de mandados de injunção passaram a ser interpostos pelos servidores e por suas entidades junto do Supremo Tribunal Federal no julgamento da súmula vinculante. Isto foi mencionado: dos milhares de mandados de injunção existentes, bem mais de 90% se referiam a matérias relacionadas à aposentadoria especial dos servidores.

Começo a falar a respeito da súmula vinculante, propriamente dita. O primeiro ponto que temos que ter claro é que a Súmula Vinculante nº 33 se refere à apenas uma dessas três modalidades de aposentadoria especial. Ela trata da aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos, que é aquela referida no Inciso III do §4º do art. 40 da Constituição.

Por que a súmula vinculante não trata das outras aposentadorias especiais? Porque o art. 103-A da Constituição, que dá o fundamento para a edição das súmulas vinculantes e a Lei nº 11 417, de 2006, que disciplina a edição das súmulas vinculantes, dizem que "caberá ao Supremo editar súmula vinculante após reiteradas decisões sobre determinada matéria constitucional". E só temos reiteradas decisões em relação à aposentadoria especial por agentes nocivos. Temos alguns poucos mandados de injunção em relação à aposentadoria especial dos servidores com deficiência e não temos nenhum mandado de injunção decidido a respeito da aposentadoria especial por atividade de risco.

Então, se o Supremo tivesse editado uma súmula vinculante abrangendo as outras aposentadorias especiais, estaria contrariando o texto da Constituição, que diz qual é o fundamento para que a súmula vinculante seja editada. Esse é um primeiro ponto que devemos ter fixado.

A segunda questão é que a súmula vinculante e os próprios julgamentos dos mandados de injunção, anteriormente, sempre deixaram claro que a competência para decidir sobre o cabimento da concessão do benefício é da administração. O que os mandados de injunção faziam e agora a súmula vinculante, no caso da exposição a agentes nocivos – e deixa de se exigir a existência do mandado de injunção para essa espécie –, é reconhecer o direito do servidor de ir até a Administração e ter o seu pedido analisado com base em determinada norma. No caso, foi eleito o art. 57 da Lei nº 8.213, que é a norma que disciplina o acesso à aposentadoria especial para os segurados do Regime Geral de Previdência Social. Então, o Supremo diz: "Administração, faça a análise sobre o cabimento do benefício". E aí a Administração vai verificar, com base no que está dito no art. 57 da Lei nº 8.213. Para a aplicação desse art. 57 aos regimes de previdência do servidor público, existe uma instrução normativa editada pela Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério, a Instrução Normativa nº 1/2010, e que nós atualizamos recentemente pela Instrução Normativa nº 3/2014, para adequá-la ao texto da súmula vinculante. Então, a Administração vai verificar se aquele servidor, no caso concreto, esteve exposto a atividades que, de fato, dão direito a ele à concessão de aposentadoria especial. Então, esse é outro ponto que temos de ter em mente, e a instrução normativa vai dizer quais são os documentos exigidos para comprovação dessa exposição.

Outro ponto que temos mencionar aqui é que a Lei nº 11.417, de 2006, que disciplina a súmula vinculante, diz que cabe reclamação tanto pelo descumprimento da súmula vinculante como pela aplicação indevida da súmula vinculante. Então, se a Administração decidir além daquilo que está na súmula vinculante, ela também estaria descumprindo a súmula e a lei que disciplina essa súmula vinculante.

Em relação à instrução normativa, além de ela disciplinar a questão da forma de comprovação da exposição aos agentes nocivos, ela trata também de alguns outros pontos que são relevantes em relação a essa matéria. Um deles diz respeito à questão do cálculo do benefício.

(Soa a campainha.)

O SR. NARLON GUTIERRE NOGUEIRA – E aí nós temos a questão do cabimento ou não da integralidade e da paridade.

Aqui quero fazer uma observação em relação ao que foi dito sobre a concessão sem integralidade e paridade, o que poderia representar uma discriminação ao servidor com deficiência e o descumprimento da convenção. Na verdade, o que temos hoje são regras permanentes que estão fixadas no art. 40 da Constituição que não preveem integralidade e paridade. E temos algumas regras transitórias na Emenda nº 41 e na Emenda nº 47 que dizem as situações em que cabem integralidade e paridade. Então, nós concordamos com o relatório apresentado ao PLS nº 250, que diz que não se poderia, por meio de lei, estender a integralidade e paridade para outros tipos de aposentadorias que não estejam amparados por algumas das regras transitórias. E aí surge, então, o debate em relação à PEC nº 54, que viria com a finalidade de fazer essa extensão.

Aqui faço também uma observação em relação à PEC nº 54. Na visão do Ministério da Previdência, na tramitação de todos esses projetos de lei a respeito da aposentadoria especial, os nossos pareceres têm sempre sido emitidos neste sentido: não cabe integralidade e paridade por meio de lei, porque estaria contrariando a regra permanente estabelecida no art. 40 da Constituição e as regras transitórias. Temos a PEC nº 54 com essa alteração proposta no art. 6ª-A da Emenda nº 41 para fazer essa extensão. No nosso entendimento, isso seria possível. Nós já temos um precedente em relação à aposentadoria especial dos professores. Então, seria possível debater essa extensão para aqueles servidores que ingressam até a Emenda nº 41/2003, até dezembro de 2003, e que vierem a se aposentar por uma das aposentadorias especiais com integralidade e paridade. Só que, no nosso entendimento, seria necessário também fixar alguns requisitos adicionais em relação a tempo no serviço público, tempo na carreira, tempo no cargo, assim como é exigido em todas as demais regras transitórias que admitem a integralidade e a paridade.

Esses são pontos principais que eu teria a colocar.

Foi abordada aqui também uma questão sobre a conversão do tempo, que acho ser uma questão pujante com relação a essa matéria. Nosso entendimento é que não cabe a conversão do tempo especial em tempo comum, porque isso contraria o §10 do art. 40 da Constituição, que veda qualquer forma de contagem de tempo fictício. E o que a nossa instrução normativa diz, com base na súmula vinculante... Embora essa questão da conversão tenha sido ventilada durante a sessão do Supremo na qual foi editada a súmula vinculante, a súmula também não poderia ter estendido essa questão da conversão pela ausência de reiterados julgados do Supremo que viessem a admitir a conversão. Na verdade, nos MIs julgados que nós temos pelo Supremo, os que abordaram essa questão disseram o contrário: eles disseram justamente que não cabe a conversão de tempo, por caracterizar tempo fictício e contrariar, assim, o §10 do art. 40 da Constituição.

Espero, nesse breve tempo, ter conseguido fazer um panorama dessa questão, trazendo a posição do Ministério da Previdência Social. Mais uma vez agradeço a atenção de todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Usou a palavra o Sr. Narlon Gutierre Nogueira, Diretor do Regime Próprio do Serviço Público do Ministério da Previdência Social, que reafirma que a PEC nº 54 pode ser a solução. Que se façam os ajustes. Naturalmente, a relatoria assim fará.

Quero, com alegria, registrar a presença do Jacy Afonso, que está lá atrás. Levanta, Afonso, para que possamos vê-lo.

Uma salva de palmas para o Jacy Afonso, que é Diretor de Organização da Executiva da CUT. (*Palmas.*)

Quero dizer ao vivo, Jacy, que estivemos como convidados especiais, tanto eu como você, na pré-convenção de um partido embrionário, mas que está aí, o PAI, Partidos dos Pensionistas, Aposentados e Idosos do Brasil. Ao contrário do que foi dito, quero, de público, dizer que a decisão lá, como convidado especial dei a minha opinião, é que naquela pré-convenção – não é partido ainda – não se posicionaria sobre nenhuma candidatura à Presidência da República, ao contrário do que alguns lá queriam. Essa foi a linha pela qual eu me posicionei. A tua fala foi muito, muito importante, quando disse claramente que a liberdade de se organizar, seja em sindicato, associação ou partido, é legítima a qualquer segmento da sociedade. Enfim, por isso o nome é partido. Quero cumprimentá-lo. Na sua fala, você ajudou no encaminhamento, para que prevalecesse uma posição ampla e que não houvesse ali decisão de apoiar este ou aquele candidato, liberando todos os simpatizantes daquele agremiação que está ainda em debate. Muito obrigado, Jacy. Foi bom você ter ido lá.

Agora, passo a palavra, de imediato, para o Antônio José Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA – Bom dia a todos e a todas! Eu quero cumprimentar aqui o Senador Paulo Paim, nosso parceiro. Sempre que o Senador nos convida, estamos aqui. Na pessoa do Senador, quero cumprimentar os demais Parlamentares. Não sei se a Senadora Vanessa ainda está por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Senadora Vanessa está na sua frente, na segunda fila.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA – Muito bem.

Quero cumprimentar os colegas de Mesa. Eu não tenho aqui a nominata, Senador. A Luana esqueceu de novo! Mas quero cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sobrou para ti, Luana!

O SR. ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA – Quero cumprimentar todos e todas e, em nome da Ministra Ideli Salvatti, trazer um grande abraço aos amigos e às amigas e também ao público de casa, que nos assiste pelo sistema de comunicação do Senado – rádio, TV e sistema de internet.

Depois de ouvir nosso diretor da Previdência Social, acho que não há muito o que dizer com o que ele já nos trouxe, com todo conhecimento que tem por trabalhar de forma brilhante à frente deste tema, a aposentadoria especial.

Quero apenas trazer aqui, a título de esclarecimento, que a aposentadoria especial advinda da Lei Complementar nº 142, que trata do tema das pessoas com deficiência, que é o tema que coordeno no Governo Federal, com muita honra, com muita alegria, à frente da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, foi um passo significativo para que conseguíssemos promover ainda mais inclusão social a esse segmento de brasileiros e brasileiras, cerca de 45 milhões, que estão precisando a cada dia de mais políticas públicas que possam garantir essa inclusão social.

A aposentadoria especial tratada pela Lei nº 142, a aposentadoria especial da pessoa com deficiência, não é só para a pessoa com deficiência física, conforme foi dito aqui. É para todas as pessoas com deficiência, que estão hoje no Regime Geral de Previdência, sob o Regime Geral, pessoas que estão inclusive trabalhando, que estão exercendo suas funções laborais.

Acho que cabe também esclarecer que a aposentadoria especial relativa à pessoa com deficiência não é um dispositivo indenizatório. "Se você é uma pessoa com deficiência e começou a trabalhar, o Governo vai indenizar.""O Governo agora vai melhorar a sua vida porque você é uma pessoa com deficiência e está no mundo do trabalho." O objetivo não é esse. Não é um objetivo nem a aposentadoria especial, nem o próprio benefício da prestação continuada, nem a aposentadoria por invalidez. Esses não são mecanismos de Indenização dessas pessoas. "Se nasceu cego, vamos indenizar." A proposta não é essa.

A questão da aposentadoria especial vem no lastro de uma série de medidas que procuram reparar – é diferente de indenizar – possíveis violações que as pessoas com deficiência sofrem quando executam atividades produtivas, quando trabalham, quando têm sua carteira assinada.

Essas violações de direitos se dão em vários momentos: desde a saída desse cidadão de casa, pela falta de acessibilidade existente, pela dificuldade de tomar o ônibus, pela dificuldade de chegar com autonomia ao seu posto de trabalho, como na empresa, quando ele passa a conviver com uma série de entraves. Muitas vezes essa empresa não soluciona para que possa ter equiparação de oportunidades.

O grande pano de fundo da nossa Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é garantir às pessoas com deficiência a equiparação de oportunidades, entre todas as pessoas. Então, a aposentadoria especial vem nesse sentido.

Para isso, foram muito sábios os legisladores. Eles colocaram que a aposentadoria especial da pessoa com deficiência é concedida em uma gradação. É concedida considerando a pessoa com deficiência severa, que é a deficiência mais grave, com deficiência moderada e com deficiência leve ou mais discreta, e há prazos a menor dentro do Regime Geral: de 35 para 30, sendo homem, e de 30 para 25, para mulher. E se vai em gradação até a última etapa, que é a da deficiência mais leve, com dois anos a menor para receber essa aposentadoria, para ter a aposentadoria especial concedida.

Avançamos quando atendemos – e o Ministério da Previdência nos ajudou nisso – aos dispositivos da própria convenção, que diz que a deficiência, agora, não é mais vista pela convenção apenas como um aspecto orgânico do indivíduo.

Então, quando se olha antes, Senador Paulo Paim, ou seja, antes da convenção, o médico olhava para a minha pessoa e dizia: "Antônio José, você é cego dos dois olhos, então você é apto, ou inapto. Você é inapto para essa função aqui e ponto final".

Com o advento da convenção – a Lei Complementar nº 142 avançou nesse sentido – para que se possa perceber se essas pessoas sofreram essas violações a que me referi, se ela deverá ser considerada uma pessoa com deficiência grave, moderada ou deficiência leve, é considerado não só o aspecto médico, segundo a classificação internacional da doença.

Eu fui, um dia, uma pessoa doente. Eu tinha uma doença nos olhos e, por isso, fiquei cego. Não tenho mais olho. Tirei os olhos; hoje, não tenho mais essa doença, posso até ter outra: pressão arterial ou essas doenças que vão pegando a gente assim quando chegamos perto da idade do Senador Paulo Paim. Está entendendo? Depois dos 40, dos 50.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Dois remedinhos por dia para combater a pressão alta.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA – Pois é, mas não pelo fato de ser uma pessoa cega. Então, hoje, qual é o avanço? Não estamos mais submetidos à CID, à Classificação Internacional da Doença, mas à CIF, à Classificação Internacional da Funcionalidade do indivíduo. Então, o que é considerado, como pessoa cega, é a minha funcionalidade.

Então, é para isso que existe hoje a análise feita pelo médico, pelo perito médico, mas também pelos profissionais da área social; os assistentes sociais, os terapeutas ocupacionais.

É nesse sentido que é concedida essa aposentadoria especial para fazer essa reparação dessas possíveis violações.

Para que fique mais claro, porque sei que o tema é complexo, e algumas pessoas estão tendo, pela primeira vez, oportunidade de ter contato com esse assunto, costumamos exemplificar que uma pessoa que usa cadeira de rodas, quando mora no morro e se desloca para o espaço mais plano da cidade, que seria hipoteticamente o seu ambiente, ela sofre muito mais dificuldade do que a pessoa que mora no plano e vai para o ambiente de trabalho no próprio plano, face à questão da acessibilidade. Quanto maior a distância do deslocamento para uma pessoa com deficiência, mais ele tem dificuldade de chegar ao ponto de trabalho, mesmo sendo duas pessoas com o mesmo tipo de deficiência.

Assim, nesse sentido, a questão da funcionalidade vai resolver esse problema, ou seja, quando se considera, conforme a própria convenção, que o que limita as pessoas não são as suas limitações orgânicas, mas

sim as existentes no ambiente, é que conseguimos avançar com a aposentadoria especial, que já está em pleno funcionamento, atendendo as pessoas.

Para concluir, o tema aposentadoria também especial para os servidores públicos. Quero dizer a vocês que nós, da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, não temos qualquer óbice a essa questão. Estamos apenas aguardando as discussões legislativas.

Certamente, o Ministério da Previdência, junto conosco, irá regulamentar a concessão. Entendemos que ela tem de caminhar no mesmo lastro do que já é concedido para o servidor que está no Regime Geral de Previdência, pois não se vai criar uma outra categorização. E estamos abertos ao diálogo, a discutir, a aprimorar, a rever todas essas questões também, porque acho que isso é importante, quando fazemos isso num debate franco e transparente.

Quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade ao Senador. Quero desculpar-me a todos por não ficar no debate por muito mais tempo. Tenho de estar no Palácio do Planalto às 11h para uma reunião sobre o plano Viver sem Limite – Plano da Pessoa com Deficiência –, que já está na reta final, com muitos avanços, mas esse assunto fica para uma outra oportunidade quando o Senador me convidar.

Grande abraço a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. José Ferreira, Secretário Nacional de Promoção do Direito da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, da nossa querida ex-Senadora Ideli Salvatti. Deixou claro que, da parte deles, não há nada contra o encaminhamento feito via PEC nº 54 e que vão acompanhar o debate na mesma linha do Ministério da Previdência.

Agora, passamos a palavra a Caroline Sena, advogada da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), do João Domingos. Já estive lá diversas vezes.

A SRª CAROLINE SENA – É verdade.

Bom dia a todos.

Cumprimento V. Exªs na pessoa do aguerrido e combativo Senador Paulo Paim. Também vejo a Senadora Vanessa, que é também aguerrida, combativa e atuante na defesa da cidadania, na defesa do serviço público, na defesa sindical, e fico muito satisfeita de poder participar deste momento histórico, porque estamos tratando de um tema salutar: a aposentadoria especial e a Súmula Vinculante nº 33. A meu ver, é um avanço e, por óbvio, não resolve a situação.

A CSPB também se preocupa e atua incansavelmente na defesa dos servidores públicos de todas as três esferas. Ela, na verdade, congrega 40 federações. Mais de 1.500 sindicatos estão inseridos nesse rol; são mais de cinco milhões de servidores públicos. E nós também, Senador, fomos um dos impetrantes desse mandado de injunção. Na verdade, nosso mandado de injunção, por óbvio, contemplaria os três incisos e não apenas o inciso sobre o exercício da atividade sob condições especiais, que prejudiquem a saúde ou a integridade.

Na verdade, temos uma preocupação. Muito embora a súmula vinculante, como bem explicou o Dr. Narlon, tenha que ser com relação a reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal, concordo também com o Dr. Roberto, pois, na verdade, a súmula vinculante desafoga o Supremo Tribunal Federal, mas não resolve, sobretudo porque nós, servidores públicos, na verdade vocês, servidores públicos, têm tangenciado, ao longo dos anos, o servidor privado.

Por que se proliferou tanto o mandado de injunção com relação à aposentadoria especial?

Na verdade, houve uma espécie de luz no fim do túnel, na medida em que, quando se impetrou o mandado de injunção para garantir o direito de greve, o Supremo que, até há bem pouco tempo, apenas declarava a mora legislativa a partir desse remédio constitucional, que é o mandado de injunção, passou a ter uma posição concretista, o que não significa que esteja legislando. Mas, agora, pelo menos, dá uma alternativa, dizendo, por exemplo: "O servidor público tem direito de greve e não tem uma lei específica. Apliquem a Lei nº 7783, por ora". Se, na aposentadoria especial, ainda não temos essa lei complementar e, de fato, a mora é gigante, temos uma Constituição Cidadã.

Quis a Constituinte que tivéssemos esta garantia, a aposentadoria especial, e, de fato, essa mora existe há muito tempo. A violação é patente. Há uma violação clara de direitos humanos na medida em que a aposentadoria especial exige requisito e critério mais favorável, mas a situação do servidor é completamente desfavorável. Em que pese ser completamente desfavorável, ela tem perdas: ela perde muitas vezes a paridade, a integralidade. Estamos ainda sem definir a situação da atividade de risco; a situação do deficiente físico também não está como deveria.

Temos hoje uma luz no fim do túnel com relação a um dos incisos. Por quê? Porque, desse universo de cinco mil mandados de injunção, temos uma grande maioria com relação à atividade que prejudique a saúde do servidor. É indiscutível que isso é uma violação de direitos humanos.

A Previdência está dentro dos direitos sociais, no art. 6º da Constituição. É patente essa violação. Temos uma quebra, de fato, dos direitos humanos. Com relação ao servidor público, quando você diz "no que couber", continuamos em mora. No que couber, podemos utilizar o Regime Geral, mas o Regime Geral não supre a nossa necessidade; continuaremos em mora, precisaremos desta Casa de leis, precisaremos com afinco atuar no sentido de colocar o servidor público no lugar em que o serviço público precisa estar. Não podemos tangenciar a todo o tempo a legislação privada. Não podemos achar que tem de ser assim, e a CSPB tem trabalhado arduamente para que tenhamos realmente o nosso lugar.

Não temos estrutura, por exemplo, para tratar do PPP, que é o Perfil Profissiográfico da Previdência, que se aplica com relação à Súmula Vinculante nº 33, inciso III. Os Estados e os Municípios não têm sequer estrutura. E, mesmo com os mandados de injunção, temos conseguido aposentar poucas pessoas, não são muitas aposentadorias.

O Supremo pede para que vincule à administração para fazer análise, mas temos aí um descumprimento claro, na medida em que não temos aposentado uma quantidade suficiente de servidores, que têm sido violados em seus direitos. A situação não é favorável de trabalho. Eu costumo dizer que a violação é tão clara que, na verdade, o próprio Estado democrático de direito se fragiliza. Quando você não dá condição adequada ao servidor público, se ele atua em condição insalubre, se ele atua em meio a uma atividade de risco, se ele tem uma deficiência que fragiliza muito a sua atuação perante outro servidor, então, temos um Estado democrático de direito que se fragiliza.

Já passa da hora de esta Casa de leis atuar e ter o apoio de cada um de vocês nessas PECs, para que consigamos, efetivamente, garantir aposentadoria especial sem perdas. Que ela seja uma aposentadoria digna a todos os servidores. Por quê? Porque os direitos sociais são esses de segunda geração. Nós tivemos o marco lá da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Então, precisamos, realmente, atuar para que tenhamos, efetivamente, uma aposentadoria digna, sem perdas, para que o Supremo não apenas desafogue a situação dele a partir da edição desta Súmula Vinculante, que só incide sobre o inciso III.

Eu tenho uma preocupação com a atividade de risco. Por exemplo, são várias as categorias em que temos atividade de risco, um inciso sobre o qual se que precisa debruçar no próprio Supremo Tribunal Federal. Nós temos decisões até divergentes, e eu posso citar para V. Exªs que o Fisco Federal obteve reconhecimento da atividade de risco, mas o Fisco da Tributação Estadual não obteve esse mesmo reconhecimento por parte do mesmo ministro.

Eu gostaria de pedir que se colocasse a foto, Cristiano, para verificar a situação. Por exemplo, acerca do inciso II, que é o da atividade de risco, eu vou mostrar para V. Exªs que essa é a situação dos Auditores Fiscais de Tributos na grande maioria das vezes, dos que estão nos postos fiscais. Então, não significa só que nós precisamos parar. Nós temos um avanço com relação à Súmula Vinculante nº 33, sem sombra de dúvida. O Supremo parou apenas de declarar a mora, mas precisamos avançar para os demais incisos e precisamos, Senador Paulo Paim, de fato, desse engajamento do senhor, que é um amigo do servidor público, que é uma pessoa extremamente comprometida no andamento dessas PECs.

Essa é a nossa participação.

A CSPB continua sempre atenta à necessidade de uma atuação firme em prol do serviço público. Precisamos, de fato, regulamentar... .

(Soa a campainha.)

A SRª CAROLINE SENA – e não de sermos feridos, na verdade, não fragilizarmos o Estado democrático de direito quando nos vemos diariamente expostos não só à insalubridade, não só ao risco. E digo mais: no caso do servidor público quando ele diz "no que couber", não temos a conversão do tempo especial, porque, de fato, como disse o Dr. Narlon, o Supremo entende que a mora se dá só com relação à análise da possibilidade de você analisar a aposentadoria especial do servidor, mas ele seria considerado um tempo ficto, então não converte. Por outro lado, no Regime Geral de Previdência, no caso da insalubridade, temos lá a possibilidade de aposentadoria com 15, 20, 25, que não se aplica ao serviço público, que precisa desses 25 anos. Com relação ao PPP, repito, não temos estrutura nos Municípios nem nos Estados para termos anualmente uma análise desse Perfil Profissiográfico Previdenciário do servidor público. Então, precisamos de uma estruturação em todas as esferas para que cheguemos a, efetivamente, garantir a aposentadoria especial.

Muitas vezes, o sindicato tem que arcar com esses laudos, muitas vezes precisamos fazer isso de forma "extraestado", "extramunicípio", porque eles não têm, em absoluto, nenhuma estrutura, mas também não têm como contestar que é um direito do servidor público que está submetido ali. Como você vai retroagir 25 anos para demonstrar que, durante todo esse período, ele esteve submetido a uma atividade insalubre?

Eu ainda digo que a atividade de risco me preocupa muito e digo o mesmo, também, fazendo coro com as palavras dos que me antecederam, com relação à deficiência física. Nós precisamos nos debruçar sobre isso, e para isso nós esperamos que esta Casa de Leis, que, a meu ver, ainda está em mora... E, repito, mesmo "no que couber" – e esse "no que couber" já fere um direito fundamental do servidor público –, porque o Regime Geral da Previdência, por ora, supre pequenas lacunas, mas nós estamos ainda à deriva e, portanto, precisamos imensamente desta Casa.

Muito obrigada pela oportunidade da participação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Caroline Sena, que falou em nome da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), seguindo na mesma linha da valorização da aposentadoria especial dos servidores públicos.

Passamos a palavra agora ao Dr. Rogério de Moura Montaguini, representante do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP).

Antes, porém, eu já queria, se me permitem, convidar a compor a mesa o Sr. Wander da Costa Ribeiro, representante da Fojebra – Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil e do Sindjus de Minas Gerais (Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores).

Como o Sr. Wander se encontra presente, peço que já se dirija à mesa. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Lídio José Ferreira, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas.

Por favor, Dr. Lídio José Ferreira. Também V. Sª pode se dirigir à mesa. (*Palmas.*)

E também convido o Dr. Hebe-Del Kader Batista Bicalho, Oficial de Justiça Federal, Presidente da Fenasojafe. (*Palmas.*)

O SR. ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA – Senador Paim, quero aproveitar, enquanto o Rogério se prepara para falar, para me despedir de vocês, agradecendo mais uma vez o convite e dizer que estamos à disposição.

Vou precisar me retirar, até para poder acomodar mais pessoas aqui à mesa.

Um abraço e muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu agradeço a presença de todos. Também teve de sair antes o que estava aqui antes representando a Previdência; e, agora, o nosso amigo que veio prestigiar o evento.

Um abraço lá para a Ideli.

O debate continua aqui.

Eu convido a Drª Caroline Sena a continuar compondo a mesa, uma vez que assim teremos todos aqui até o final.

Com a palavra, agora, o Dr. Rogério de Moura Montaguini.

O SR. ROGÉRIO DE MOURA MONTAGUINI – Primeiramente, eu quero cumprimentar o Senador Paulo Paim e todos os presentes.

A minha palavra será bastante breve, ainda porque o Dr. Barlon já deu um panorama geral bem suficiente de toda a matéria que envolve a aposentadoria especial.

Eu estou aqui representando o TRT porque participei da comissão que elaborou agora a portaria de regulamentação da aposentadoria especial no TRT da 2ª Região.

Na verdade, em primeiro lugar, o que eu gostaria de dizer é que a súmula vinculante realmente não veio resolver muita coisa, não; ela veio mais para desafogar o Supremo Tribunal Federal. Contudo, o próprio TRT já ia soltar a portaria sem a súmula, ou seja, quando a súmula saiu, nós praticamente só alteramos os *consideranda* e alguns artigos que diziam o que o servidor teria de apresentar no seu requerimento de aposentadoria especial. A gente elencava que ele teria de apresentar um mandado de injunção. Agora, quem estiver abrangido pelo inciso III do §4º do art. 40 já não precisa mais apresentar o mandado de injunção, uma vez que a súmula já o substitui.

Como já foi dito, os servidores portadores de deficiência continuarão precisando de MI. A nossa portaria menciona isso.

Inclusive, até fazendo um adendo, o TRT da 2ª Região, acredito, foi o primeiro a regulamentar a matéria. O Conselho da Justiça Federal até havia editado uma resolução, mas acabou suspendendo a eficácia em novembro, em outubro do ano passado. Eles estão aguardando nova instrução normativa do Ministério do Planejamento. Então, a nossa portaria está sendo inovadora. Acredito que nesse ponto possamos contribuir com a discussão que vai ser feita hoje.

Continuando, tanto os servidores com deficiência como os servidores que estiverem atuando em atividades de risco continuarão precisando juntar o requerimento, o mandado de injunção, para que o pedido de-

les possa começar a ser analisado. Como já foi dito também, tanto os mandados de injunção como a súmula vinculante não entraram no mérito da questão. E aí realmente vamos precisar fazer a análise interna.

Foram meses de discussão dentro da comissão. Percebemos realmente como os mecanismos eram frágeis, por isso demorou para sair a nossa portaria. No caso das pessoas com deficiência, a Lei Complementar nº 142 previa um decreto, que, por sua vez, previa um regulamento interministerial para regulamentar a matéria. Então, esta última etapa, esta última fase que foi o regramento interministerial só saiu em janeiro deste ano. A partir daí, nós pudemos continuar os trabalhos lá na comissão do TRT.

Também não é tratada a questão do abono de permanência nas decisões do mandado de injunção. Conforme a Drª Caroline falou, o STF considerou que extrapolava, que avançava a matéria. Ele colocou que, com relação à matéria, aos mandados, ele só poderia tratar das questões em que houvesse uma orientação da Constituição para que o legislador pudesse regulamentar. Como o §4º, a princípio, e o art. 40 como um todo não dizem, com relação à aposentadoria especial, que o legislador vai ter que regulamentar algo sobre o abono de permanência, o STF também silenciou. Então, isso também acabaria tendo que ser abordado realmente em uma emenda à Constituição. Assim, nossa portaria acaba silenciando nesse ponto.

Como eu disse, a palavra vai ser bastante breve. Acredito que vou contribuir mais durante a discussão com os apontamentos, porque realmente foi bastante exaustivo o nosso trabalho lá nessa comissão. Assim, acredito que poderemos contribuir mais para frente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Rogério de Moura Montaguini, representante do Tribunal Regional do Trabalho, da 2ª Região, São Paulo. (*Palmas.*)

Passamos a palavra agora ao Sr. Wander da Costa Ribeiro, representante também da Fojebra (Federação Sindical dos Oficiais de Justiça do Brasil) e do Sindojus-MG (Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores). Está com a palavra.

O SR. WANDER DA COSTA RIBEIRO – Bom dia a todos.

Cumprimento o eminente Senador Paulo Paim, parceiro dos trabalhadores do Brasil, parceiro incondicional dos servidores públicos e parceiro também dos oficiais de justiça do Brasil. Cumprimento toda a Mesa, o público presente e a todos os companheiros que estão no vendo pela TV Senado.

Eu gostaria, para iniciar a conversa em nome da Federação Sindical dos Oficiais de Justiça do Brasil, de dizer que a edição da Súmula 33 do Supremo Tribunal Federal tratou do inciso III do §4º do art. 40 da Constituição, que só beneficiou aqueles que exercem a função em condições prejudiciais à saúde e à integridade física, deixando de fora os mais de 26 mil oficiais de justiça do Brasil que exercem as suas atividades com risco de vida.

A maioria dos oficiais de justiça recebe o adicional de risco de vida sem que isso exclua que ele ainda faz jus a adicionais de insalubridade e penosidade – viu, Senador Paulo Paim? –, porque nós, oficiais de justiça, cumprimos nossas funções em ambientes insalubres quando cumprimos as ordens judiciais nos presídios, nos manicômios, nos hospitais. Esse é o dia a dia dos oficiais de justiça no Brasil. E fazemos jus também ao adicional de penosidade, tendo em vista que o exercício dessa nobre função, pela repercussão na vida das pessoas, tem trazido um comprometimento da nossa saúde física e psicológica.

Eu quero dizer para V. Exª, Senador Paulo Paim, que exercer a função de oficial de justiça no Brasil é cumprir pena. Não é trabalho; é cumprir pena. Por que isso? Além de estarmos sujeitos a todos estes adicionais – insalubridade, penosidade, periculosidade –, somos obrigados a trabalhar com o veículo próprio, com assédio moral por parte dos juízes e por parte dos tribunais. Além de colocarmos em risco a nossa saúde física, emocional e psicológica, temos que colocar à disposição dos tribunais o nosso próprio salário para arcar com a diligência.

Esses são motivos muito mais fortes no sentido de que a súmula seja ampliada, em sua eficácia, para abranger o risco de vida que tanto tem provocado prejuízo aos oficiais de justiça.

Por esse motivo, no dia 30 de junho do mês passado, a Fojebra, através de um procedimento, o 3.023, de 2014, protocolou um pedido ao Supremo Tribunal Federal para que o alcance dessa Súmula nº 33 fosse ampliado, para que fosse incluído nessa súmula o inciso II, que trata da atividade de risco para os oficiais de justiça. Quero passar para o Senador Paulo Paim o ofício da Fojebra com um estudo que foi feito em Minas Gerais, uma defesa de mestrado tratando das condições psicológicas e da saúde mental dos oficiais de justiça.

Fazemos também um pedido a V. Exª no sentido de que o Poder Legislativo federal, tanto o Senado como a Câmara dos Deputados, nos ajude nessa questão. Se houver algum PL, algum projeto de lei que trate da aposentadoria especial dos servidores públicos, que os oficiais de justiça sejam incluídos nesse PL. Se houver um PL por parte desta Casa ou da Câmara, que os oficiais de justiça sejam incluídos. O que não falta, Senador, são motivos para isso.

Nesse protocolo que passei para V. Exª, temos um laudo pericial feito pelo próprio Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em 1992, em que o perito concluiu que o oficial de justiça está exercendo sua função em ambientes penosos, insalubres, fazendo jus a periculosidade e a insalubridade. Isso é de 1992, Senador Paulo

Paim. Agora, com a lei de 2011, conseguimos incluir os oficiais de justiça também e passaram a receber o adicional de risco de vida.

Passo a V. Exª também um estudo sobre os afastamentos médicos no período de 2009 a 2012 no Estado de Minas Gerais. Eu gostaria que V. Exª depois desse uma lida com calma, para que V. Exª pudesse perceber o quanto a atividade do oficial de Justiça é perigosa e atua de forma negativa na saúde física, mental e psicológica desse trabalhador, desse agente público que materializa as ordens judiciais deste Brasil afora, Excelência.

Se V. Exª verificar, são vários tipos de doenças, vários tipos de transtornos para esse trabalhador, levando-o ao afastamento de suas atividades laborais por períodos longos na sua vida útil. Há problemas que têm levado companheiros ao suicídio, ao uso de drogas, ao vício em bebida alcoólica, sem contar com os problemas na coluna e no joelho, tendo em vista que oficial de Justiça são as pernas do Poder Judiciário.

Senador, temos também uma coisa para agravar a situação: há colegas que são assediados e pressionados, tendo de usar veículo próprio, os quais, para não terem mais prejuízos, têm feito o uso de motos. E temos colegas oficiais de Justiça que hoje estão estéreis, não podendo ter filhos, em função do uso diário de motocicletas, rodando 300, 400 quilômetros para cumprir uma diligência. Pelo fato de haver contato direto com a motocicleta, isso afeta a sua função reprodutiva, sem contar os problemas de coluna, por passarem horas e horas em cima da motocicleta, e de LER, pela ocorrência de movimentos repetitivos.

Então, a Fojebra para denunciar essa situação e pedir a V. Exª e ao Congresso Nacional que intercedam pelo Oficialato Judicial do Brasil, que vem sofrendo de forma desumana, porque os Tribunais, Senador, não têm dado atenção àquele princípio da dignidade da pessoa humana. Esse é um princípio constitucional, e todo o ordenamento jurídico, todas as autoridades devem ter atenção especial ao princípio da dignidade humana.

(Soa a campainha.)

O SR. WANDER DA COSTA RIBEIRO – E nós temos visto, Senador – não vou me alongar muito – , que os Tribunais têm desrespeitado esse princípio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Há diversos para falar. Se cada um falar por dez minutos, isso ajuda.

O SR. WANDER DA COSTA RIBEIRO – É inadmissível que as ordens judiciais neste Brasil sejam cumpridas, Senador, à custa da saúde física, emocional e psicológica dos oficiais de Justiça do Brasil.

Então, gostaria muito que V. Exª intercedesse junto ao Congresso Nacional para que pudéssemos amenizar essa situação e nos ajudasse para que a Súmula Vinculante nº 33 seja ampliada, de forma a abranger os oficiais de Justiça do Brasil inteiro.

E, para terminar, gostaria de agradecer a V. Exª e aos Parlamentares presentes, em especial à Senadora Ana Rita, do Espírito Santo.

E gostaria também de fazer duas perguntas: estamos regidos pela Constituição Cidadã de 1988 ou pelo Poder Judiciário? É o Poder Legislativo o órgão constitucional para legislar e criar o direito neste Brasil ou é Poder Judiciário?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Como a sessão de perguntas é no encerramento, os painelistas poderão, naturalmente, responder a qualquer questionamento.

Eu só vou fazer um apelo, porque ainda temos dois convidados na Mesa, depois temos cinco que se inscreveram já no plenário e temos que terminar a audiência no período já combinado com a assessoria.

Então, passo, de imediato, a palavra para o Lídio José Ferreira, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União.

O SR. LÍDIO JOSÉ FERREIRA – Bom dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar o Exmº Sr. Senador Paulo Paim, na pessoa de quem cumprimento os Parlamentares presentes. Cumprimento os senhores representantes das diversas entidades de servidores, as senhoras e os senhores presentes e quem está nos assistindo no momento.

Antes, eu queria agradecer a oportunidade. Para o TCU, é sempre importante participar aqui das audiências públicas no Senado, em apoio a esta Casa. Uma das missões mais nobres do Tribunal é também uma diretriz do Presidente Augusto Nardes: sempre estreitar relações com o Congresso Nacional.

Eu gostaria de passar uma apresentação acerca do assunto, apesar de os palestrantes anteriores já terem falado, em diversos momentos, sobre o que vai ser colocado. Será apenas um breve resumo acerca do assunto.

Esta é a Súmula Vinculante nº 33, que o STF publicou recentemente e que fala especificamente no inciso III do §4º do art. 40 da Constituição. Após diversos julgados e mandados de injunção, foi editada a Súmula

Vinculante nº 33 para tratar do assunto. E ficou consignado que se aplicariam os dispositivos do Regime Geral no que couber ao Regime Próprio.

No art. 40, vemos que há três espécies de aposentadoria especial.

No inciso I, já há decisões de mandados de injunção do próprio Supremo Tribunal Federal que determinam que se possa aplicar a Lei Complementar nº 142, que foi publicada recentemente, no ano passado, em relação aos portadores de deficiência. No caso do inciso II, a única categoria que está amparada por esse inciso é a do Policial Civil da União, que está amparada pela Lei Complementar nº 51, de 1985, complementada pela de nº 144, de 2014, que fala sobre a atividade de risco. E a súmula vinculante trata especificamente do inciso III em relação às atividades que sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

De acordo com a súmula, essa instrução normativa do Ministério da Previdência Social – o representante daquele Ministério já falou a respeito – regulamentou a aplicação dessa Súmula, sendo diversos os documentos e pareceres apresentados para que a pessoa possa se aposentar de acordo com o inciso III. Fala inclusive da conversão do tempo exercido sob essas condições, que seria no tempo integral para a aposentadoria. Outra norma, também expedida pelo Ministério do Planejamento, fala sobre essas orientações que a Administração Pública Federal, o Poder Executivo teria que tomar para conceder aposentadoria para essas pessoas que se enquadram no inciso III do §4º do art. 40 da Constituição Federal.

Nas duas situações, tanto da regulamentação do Ministério da Previdência Social quanto do Ministério do Planejamento, ele deixa bem claro que, no caso de o servidor público se aposentar com base nessa súmula vinculante, ele teria que fazer os cálculos dos seus proventos pela média aritmética, o que está disposto nos parágrafos do art. 40, e o reajuste a partir de então seria feitos pelos mesmos índices aplicados ao Regime Geral da Previdência Social.

Há também essa nota técnica que fala de forma bem detalhada acerca dos documentos e do laudo técnico, de condições ambientais de trabalho, lista uma série de atividades insalubres e também faz ponderações com relação ao tempo de atividade que a pessoa teria que exercer na condição de insalubridade para poder se aposentar de acordo com os tempos.

Com relação à súmula vinculante, ela salienta que seria aplicada ao Regime Geral no que couber, no art. 70 do Decreto nº 3.048, de 1999, que regulamenta a Lei nº 8.213, fala acerca da conversão do tempo e da atividade sob condições especiais de atividade incomum. Há essa possibilidade no Regime Geral. No regime próprio, essa possibilidade não está permitida porque não há uma regulamentação específica do inciso 3. E o próprio Supremo Tribunal Federal fala sobre isso quando em várias decisões sobre o assunto.

Então, a conversão, se possível utilizá-la, seria da forma como está disposta no art. 70 do Decreto nº 3.048, de 1999.

Com relação à conversão de tempo especial comum no período anterior à Lei nº 8.112, há decisões do STF com relação a essa contagem especial, permitindo que o servidor público converta esse tempo especial antes do Regime Jurídico Único somando ao tempo comum para poder ser aposentar.

Com base nessas decisões do STF,o TCU, em resposta a uma consulta do Senado Federal, decidiu, no Acórdão 2008/2006-Plenário, que esse tempo exercido sob regime celetista anterior ao Regime Jurídico Único, poderia ser convertido e poderia ser somado ao tempo comum para fins de aposentadoria. No entanto, salientou que, para o período posterior ao advento da Lei nº 8.112, seria necessária uma regulamentação do art. 40 do §4º da Constituição Federal, que aí defenderia os critérios e requisitos para a respectiva aposentadoria.

Em recente decisão da Ministra Carmem Lúcia, do STF, ela fala nesse aspecto, porque, no caso da aposentadoria especial essa conversão de tempo especial em tempo comum, não seria permitida apesar de no Regime Geral ser permitido. Então, para o servidor público apenas após a publicação de regulamentação do inciso 3 é que esse poderia ser analisado.

Com relação ao tempo posterior, há algumas decisões já no tribunal de aposentadoria em que essa conversão de tempo especial em tempo comum foi utilizado com base em mandados de injunção e da própria Súmula Vinculante 33 em que o TCU, com base no entendimento do próprio STF, apreciou pela ilegalidade de alguns atos de aposentadoria, considerando entendimentos já do STF,com base no art. 40 do § 10 da Constituição que não permite que esse tempo possa ser convertido.

Lá no Tribunal de Contas eu fiz uma consulta recente e percebi que há mais ou menos 255 atos de aposentadoria em que foram consignados, averbados, com base em mandados de injunção, tempos exercidos posteriores ao Regime Jurídico utilizados para somar ao tempo comum para pessoa poder se aposentar.

Com base nesse entendimento da própria súmula vinculante, isso não poderia ser utilizado para poder se aposentar com base nas regras de transição. O próprio Ministério da Previdência Social, com base na súmula

vinculante, entende que esse tempo exercido sob condições especiais teria que ser exercido o tempo inteiro naquela condição sem poder converter uma parte dele para somar o tempo comum.

Também, uma vez a pessoa podendo aposentar-se com base naquele inciso III, ela estaria sujeito às regras de cálculos dos proventos, com base no art. 40, que prevê o cálculo pela média das contribuições – de julho de 1994 até o mês anterior da aposentadoria – e futuros reajustes, com base no Regime Geral da Previdência Social, os mesmos índices utilizados para o regime geral.

Era o que tinha a dizer, em resumo, sobre essa situação no Tribunal de Contas.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Sr. Lídio José Ferreira, Diretor da Secretaria de Fiscalização do Pessoal do Tribunal de Contas da União.

Mande abraços ao nosso Presidente, que foi Deputado junto comigo e também é gaúcho.

Passamos a palavra agora, como último inscrito, ao Dr. Hebe-Del Kader Bicalho, Oficial de Justiça Federal, Presidente da Fenassojaf.

O SR. HEBE–DEL KADER BICALHO – Bom dia a todos. Bom dia aos que nos assistem pela TV Senado. Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, intenso defensor dos servidores públicos. E com muita propriedade, com muita felicidade, estamos discutindo este tema na Comissão de Direitos Humanos.

Deveríamos, Senador, interpretar e aplicar a Constituição à luz dos direitos humanos; nós deveríamos interpretar e aplicar as leis à luz dos direitos humanos. O Poder Judiciário, nas suas decisões, deveria fazê-lo à luz dos direitos humanos. Então, com muita propriedade, esta audiência pública está tratando da Súmula Vinculante nº 33, à luz dos direitos humanos.

Parabenizo o Senador pela iniciativa e pela ideia. Em nome dos oficiais de Justiça, desde 2008 e 2009, salvo engano, talvez aí na imprecisão da data, estamos percorrendo o Judiciário, Senador, para que tenhamos reconhecida a nossa atividade como atividade de risco, via de consequência o direito à aposentadoria especial.

Desde o Regime Jurídico Único, dos servidores públicos federais, se tratava desse assunto. A própria Constituição tratou desse assunto. Fomos ao Executivo; fomos ao Judiciário; estamos permanentemente no Legislativo e não conseguimos avançar nesse tema.

Ao longo desses anos, vários oficiais de justiça tombaram no exercício da profissão. Para os colegas que talvez não entendam e não conheçam a atividade dos oficiais de justiça, acabamos de distribuir uma revista, e esta, que precisa ser atualizada, traz aí o que é a atividade dos oficiais, onde estamos levando a justiça, onde estamos cumprindo as ordens judiciais, onde estamos zelando pelo direito do cidadão, e isto não vem sendo reconhecido, principalmente pelo Poder Executivo.

O representante do Executivo que aqui esteve disse que não tinha mandados de injunção julgados. Tem sim, Senador, vários. Muitos mandados de injunção, transitados em julgado, e infelizmente as administrações dos Tribunais têm reiteradamente indeferido o pedido dos oficiais de Justiça e dos colegas de um modo geral.

É óbvio que tomo a liberdade aqui, como representante da Fenassojaf, de tratar especificamente dos oficiais de justiça. E faço um esclarecimento: temos aqui dois representantes dos oficiais de justiça, o colega Vander Ribeiro, representando a Fojebra e o Sindojus (Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado de Minas Gerais) e eu, representando a Fenassojaf (Federação Nacional das Associações dos Oficiais de Justiça e Avaliadores Federais), que congrega os colega da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, da Justiça Militar da União e, eventualmente, os colegas da Justiça Eleitoral que porventura vierem lá a ter o cargo ou a especialidade oficial de justiça.

Nós sabemos que está muito difícil a interlocução com o Governo Federal para a inclusão dos oficiais de justiça no PL 554. Nós temos mantido conversa com o Ministério da Previdência, conversamos com o Deputado Policarpo, que é o Relator do projeto, e nós encontramos muita dificuldade nisso. Então, gostaríamos que o Senador, através da sua assessoria, do seu gabinete, da força que o Senador tem junto ao Poder Executivo, nos ajudasse nesse pleito.

Não é um benefício. A aposentadoria especial para quem desenvolve atividade de risco não é um benefício, nós entendemos que é um direito. Basta ver que os oficiais de justiça trabalham desarmados. Olhem a violência que nós estamos passando! Além da violência urbana, há a violência pelo próprio exercício da atividade. Há gente que fala que, no exercício da atividade do oficial de justiça, o risco é eventual. O risco é pela atividade. Desde o momento que nós saímos de casa com o mandado na mão, estamos sujeitos às intempéries pelo exercício da atividade.

Então, não podemos deixar que o Governo Federal, o Poder Executivo faça a interpretação da forma que tem feito. Como eu disse, temos vários mandados de injunção, tanto individuais quanto associativos, com trânsito em julgado, e nós não conseguimos avançar nas administrações dos tribunais.

Nós, oficiais de justiça, temos passado, como bem disse o colega, por várias situações, inclusive de colegas que morreram aqui em Brasília no exercício da atividade. Isso não é atividade de risco? Isso não é uma atividade que pode levar o colega a tombar no exercício da profissão?

Então, senhoras e senhores, nós, oficiais de justiça, dentro do organograma do Poder Judiciário, desenvolvemos um papel na engrenagem processual que é a mão, a famosa *longa manus* do juiz. Nós estamos lá na porta do cidadão. E sem desmerecer, nós estamos lá nas vilas, nas favelas, de manhã, de tarde, à noite, nos fins de semana.

Qual oficial de justiça às vezes, no fim de semana, no momento de uma diligência, ligou para a polícia e foi prontamente atendido? Nem o cidadão comum, no seu dia a dia, tem essa disponibilidade. Imagine nós que estamos ali cumprindo um papel de um dos Poderes da República e não temos essa possibilidade também!

Então, Senador, nesta minha fala aqui, neste momento, não adianta colocarmos muitas questões técnicas, muitas questões processuais, questões legislativas. O que nós precisamos é implorar – essa é a palavra – para que as autoridades, à luz dos direitos humanos, façam uma interpretação da Constituição e das leis de modo a entregar o direito a quem merece.

Por fim, Senador, tenho certeza de que o senhor é um conhecedor das causas dos oficiais de justiça e o senhor vai ter uma ingerência fundamental no processo de inclusão dos oficiais de justiça na legislação como detentores do direito à aposentadoria especial.

Apesar de não ser o tema, vou trazer uma palavra aqui sobre um assunto que, tenho certeza, há muito tempo e agora, recentemente, incomoda-nos, nós que estamos à frente das associações, das federações, dos sindicatos.

Infelizmente, Senador, a Presidente Dilma vetou a licença remunerada classista. Eu gostaria, em nome de todos os dirigentes sindicais e associativos que estão aqui, de pedir ao Senador a interferência junto ao Poder Executivo...

(Manifestação da plateia.)

O SR. HEBE–DEL KADER BICALHO – ... e, agora, junto ao Legislativo, para que se consiga derrubar o veto e fazer com que nós servidores públicos tenhamos a oportunidade de bem defender os nossos colegas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixem-me só responder ao último questionamento, até para ajudar no encaminhamento.

Foi uma luta de mais de 30 anos que eu travei junto com outros Parlamentares para acabar com a história da apreciação de vetos pelo voto secreto. Agora, o voto é aberto. Então, se houve veto por parte do Executivo, é preciso, para derrubar o veto, uma grande mobilização da categoria.

Que bom que o voto é aberto! Daí vocês vão ver quem é quem na hora de se posicionar em relação a projetos.

O que acontecia aqui no passado, principalmente? A gente aprovava um projeto por unanimidade, mas, na hora de se apreciar o veto, o veto era mantido. Quer dizer que o que era aprovado por unanimidade... Na hora da apreciação do veto, o veto era mantido. Ou seja, votavam contra aquilo que tinham aprovado. Mas, agora, como o voto é aberto, as categorias têm de se mobilizar, e vamos ver quem é quem no voto transparente, aberto. Como o voto é mostrado no painel, todos, naturalmente, vão saber como cada um votou.

Só há uma saída para se derrubar veto: não é na negociação, é na pressão política. Se não houver pressão política dos setores, veto nenhum é derrubado aqui dentro. Está certo? (*Palmas.*)

Isso faz parte da luta. Temos de falar exatamente a verdade.

Agora, nós vamos passar a palavra aos nossos convidados do plenário que pediram uma oportunidade para questionar a Mesa.

Eu queria fazer um apelo para que o Plenário fizesse perguntas à Mesa, e a Mesa vai responder. Cada um fala da área correspondente.

São cinco os inscritos. Está inscrito Cléber Borges de Aguiar, da Conlutas.

O SR. ARI HEEK – Senador, eu queria só apresentar uma questão de ordem. Poderia ser?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não.

O SR. ARI HEEK – Como o representante do Governo e o representante do Ministério da Previdência falaram com relação aos mandados, eu só quero dizer, para que não passe despercebido para todo o povo brasileiro, especialmente para os 45 milhões de deficientes que existem no Brasil, que o primeiro mandado de injunção julgado em relação aos deficientes se deu no dia 24 de maio de 2011. Era um mandado de um juiz federal de Alagoas.

Então, acho que temos de deixar isso bem claro. Estou pedindo esta questão de ordem, porque a gente percebe claramente, tanto na fala do representante do Governo como na do representante do Ministério, que não há o interesse de garantir a integralidade e a paridade para os deficientes, especialmente para os que ingressaram antes de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está bom. Muito bem! Está colocado.

Vou dar o tempo de três minutos para cada um. A Mesa já falou pelo Plenário. Entendemos nós que todos os que falaram na Mesa representaram o Plenário e, por isso, foram indicados pelo Plenário. Então, agora, farão perguntas aos nossos convidados.

Estão inscritos Cléber, Erlon, Argentino, Pedro e Ricardo. São cinco convidados nossos que estão no plenário e que poderão fazer perguntas à Mesa.

Vou fazer um apelo para que respeitem os três minutos. Nós temos horário para terminar a reunião, e a Mesa, depois, vai ter ainda de responder a todos os questionamentos que foram levantados, para, no final, irmos para o encaminhamento.

A audiência pública, para mim, tem dois objetivos. Um deles é dar visibilidade à questão em debate, aproveitando o sistema de comunicação do Senado e, naturalmente, a presença não só dos Senadores, mas também de todos os que estão assistindo neste momento à nossa audiência. E o outro diz respeito aos encaminhamentos: o que fazer com o que é fruto desta audiência, com tudo o que foi aqui colocado?

E o outro são os encaminhamentos, o que fazer com o fruto desta audiência, tudo que foi aqui colocado.

Então, o apelo é para que cada um fique efetivamente dentro dos seus três minutos. Ficará na própria banca, é só apertar um botão preto aí na frente de vocês, vai acender uma luz verde e começarão a contar os três minutos.

O primeiro a usar a palavra é Cléber Borges de Aguiar, CSP-Conlutas.

O SR. CLÉBER BORGES DE AGUIAR – Cumprimento todos os presentes. Rapidamente, gostaria de deixar claro aqui para o nobre Senador que os agentes de segurança não tiveram a sua fala. Então, eu, como agente de segurança, vou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixe-me explicar para ficar claro para quem está assistindo. Eu desconto do seu tempo.

Quem organizou esta Mesa foi o movimento social, não fui eu. O meu pessoal não se mete em nada. Digam quem é que vocês querem na Mesa.

Eu coloquei inúmeros na Mesa, daí apareceram mais três aqui no plenário que queriam também falar. Coloquei. Aí abrimos para mais cinco. Normalmente, a gente abre para três. Abrimos para mais cinco.

Também nós temos que ter o mínimo de reciprocidade com a Mesa. Se cada um para quem a gente abre a palavra ainda vai protestar porque a Mesa a palavra para João, para Paulo, para Roberto. Meu nome é Paulo, por exemplo. Não é em detrimento do nome.

Eu quero só que vocês ocupem o tempo de vocês para fazer a pergunta para que a Mesa responda, senão nós vamos ficar num protesto para nós mesmos, porque aqui todo mundo está do mesmo lado. Eu duvido que alguém aqui seja contra a garantia do direito dos trabalhadores que estão postulando a aposentadoria do servidor com algum tipo de deficiência.

Então, com todo o respeito, Cléber, começam a contar agora os seus três minutos.

Cléber Borges de Aguiar, CSP-Conlutas.

O SR. CLÉBER BORGES DE AGUIAR – Então, garantida a minha palavra, eu queria colocar os riscos da atividade e a ponderação da Mesa em relação a isso. Riscos da atividade que devem ser reconhecidos pelo legislador.

Hoje o agente de segurança exerce várias atividades de risco, mas, pelos conteúdos dos MIs... Diferentemente do que colocou aqui o diretor, que não há vários julgados em relação a atividades de riscos, existem sim vários MIs, inclusive do Sintrajud, do qual eu sou diretor, e da Fenajufe também, que conseguiram vários MIs para as... E outras categorias também conseguiram MIs com relação ao risco de atividade. Então, isso não corresponde ao que o diretor aqui do Ministério da Previdência Social, o Narlon, falou.

E mesmo existindo isso, não é interessante que seja colocada a súmula vinculante para nós, porque, na verdade, ela engessa e inviabiliza qualquer tipo de pedido. E já há vários pedidos inviabilizados nos tribunais dos agentes de segurança, porque eles exigem uma documentação do art. 57 que é impossível de ser apresentada, que é o perfil profissiográfico previdenciário, que para nós é inviável, e as administrações não garantem nenhum tipo de aposentadoria especial para os agentes de segurança. E tanto o mandado de injunção quanto a súmula vinculante engessam. Ao entrar na Justiça questionando essa aposentadoria especial, ela fica inviabilizada exatamente pela súmula vinculante, que amarra e impede, na verdade, que a legislação garanta a aposentadoria especial.

Colocando aí para apreciação da Mesa a atividade do agente de segurança. Nós conduzimos magistrados que condenam e ordenam prisão de traficantes internacionais. Nós conduzimos réus presos. Nós transportamos armamentos apreendidos, drogas e materiais de contrabando. Nós fazemos segurança em audiências com réus presos, transportamos magistrados que estão sob ameaça em veículos não blindados e nós desarmados. Então, todas essas condições, a meu ver, dos agentes de segurança e também da CSP-Conlutas, caracterizam a periculosidade. E o que nós pedimos aqui é que a legislação garanta essa aposentadoria especial para o agente de segurança com integralidade e paridade. Porque hoje o que está acontecendo é que vários servidores estão adoecendo e sendo aposentados de forma compulsória para que a administração possa retirar de forma compulsória e, ainda, de forma proporcional, ganhando uma verdadeira miséria, para colocar um servidor novo que estará submetido ao Funpresp, com uma aposentadoria rebaixada, tal como aprovada no ano passado, na terceira fase da reforma da Previdência do Governo Dilma.

Então, colocado isso, a gente aqui ressalta a necessidade de termos uma legislação que garanta tanto aos agentes de segurança como aos oficiais de justiça a aposentadoria especial com integralidade e paridade. Isso é fundamental para nós!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Cléber. Você ficou exatamente nos três minutos. Foi objetivo, direto, fez o seu questionamento e defendeu o seu ponto de vista em três minutos.

Agora, vamos passar a palavra, que, tenho certeza, a usará com a mesma competência, ao Sr. Erlon Sampaio (Sintrajud-SP).

V. Sª dispõe de três minutos.

O SR. ERLON SAMPAIO – Bom dia, Senador Paim, na pessoa de quem cumprimento os demais integrantes da mesa.

Antes de tudo, quero dizer da importância desta audiência pública para todos os servidores públicos do nosso País.

Na verdade, o que eu quero fazer é uma crítica e, depois, algumas perguntas, Senador Paim, ao senhor e aos demais palestrantes.

Desde a Constituição de 1988, o nosso Constituinte já previu, no art. 40, §4º, incisos I, II e III, a necessidade de aposentadoria especial para os servidores públicos do nosso País. Entretanto e lamentavelmente, essa mora legislativa, em que pese a importância da matéria, persiste há 25 anos. Então, não haveria Comissão melhor que esta para debatermos um tema tão importante, Senador Paim.

Um dos palestrantes disse da violação dos direitos humanos. Eu diria mais: não é violação dos direitos humanos; é mais do que isso. Trata-se de desrespeito ao servidor público do nosso País, uma vez que o Constituinte, desde 1988, já disse da necessidade de se regulamentar essa matéria – lá no art. 40, §4º, incisos I, II e III. Hoje, nós temos, depois de quase 25 anos, regulamentada matéria apenas em relação ao inciso I, na questão dos servidores expostos a agentes nocivos de toda natureza, seja física, psicológica, enfim.

(Soa a campainha.)

O SR. ERLON SAMPAIO – Em relação aos outros três, nada há.

Assim, quero fazer uma pergunta, tendo em vista que já o meu tempo está terminando.

O governo só correu atrás dessa questão e apresentou – e é de sua iniciativa o PLC nº 554, de 2010 – depois que começou a chover mandados de segurança por todo o País. Aí, o governo se preocupou. Isso equivale a dizer que as mortes que ocorreram até então não eram importantes para este governo talvez. Depois que os servidores começaram a adoecer de toda sorte de mazelas neste País e começaram a morrer, e, com isso, começaram a impetrar mandados de segurança, individuais e coletivos, é que o governo...

(Soa a campainha.)

O SR. ERLON SAMPAIO – ... correu para apresentar o PLC nº 554.

Então, a pergunta que eu faço é: a súmula vinculante, na nossa avaliação – e eu falo em nome do Sintrajud-SP, vincula, isto é, ela amarra as decisões. Na nossa opinião, isso é ruim, porque todos os outros casos que vierem serão vinculados a essa decisão. Como disse, na nossa avaliação, isso é ruim, porque, apesar de várias, centenas e milhares, de decisões em MIs, nenhuma das administrações do nosso País está conseguindo cumprir os MIs. E por quê? Porque...

(Soa a campainha.)

O SR. ERLON SAMPAIO – ... existem atos, resoluções deste governo que colocam dificuldades para o cumprimento dessas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O seu tempo já está em quatro minutos.

O SR. ERLON SAMPAIO – Então, a pergunta final é: essas medidas não seriam mesmo do governo para dificultar a apreciação desse direito do servidor?

Fica a pergunta.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ok. Esse foi o Erlon Sampaio, do Sintrajud-SP, que ficou no limite do tempo. Não foi tão além daquilo que eu estava imaginando quando olhei aqui o relógio.

Passamos a palavra, de imediato, então, ao Sr. Argentino Dias dos Reis (Fojebra, Sindioficiais), para que ele use também os seus três minutos para questionar os componentes da mesa,

O SR. ARGENTINO DIAS DOS REIS – Senador, a pergunta ao final vai ser: está muito bom para o Governo?

Desde 2006, corre na Câmara o PLP 330, buscando regulamentar esse tema. A Fojebra, ao longo desses anos, já realizou aqui nesta Comissão cinco audiências, das quais o senhor as presidiu quase todas. Está muito bom para o Governo?

Existe o instituto da desaposentação. Só que, no nosso caso, nós estamos sendo obrigados a trabalhar 30, 40 anos seguidos para perder, porque a nossa situação é difícil. A classe que mais adoece é a dos oficiais de justiça. O colega é obrigado a ficar trabalhando e recebendo o abono de permanência, que nada mais é do que a reposição do que ele contribuiu, ou seja, trabalhando de graça para o Governo tantos anos.

Será que essa súmula já não poderia, nesse amontoado de resoluções que precisam acontecer, reconhecer esses anos a mais do servidor, que está sendo compelido a se sacrificar ao longo da vida, trabalhando a mais para o Governo, poupando um funcionário, trabalhando de graça esse tempo todo?

Esta é a pergunta: está muito bom para o Governo?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! O Argentino economizou o tempo aí, viu? Usou praticamente um minuto e meio, e a pergunta está colocada para a Mesa.

O quarto agora é o Pedro Vieira da Silva Sobrinho, Coordenador Geral da Agempu (Associação Nacional dos Agentes de Segurança Institucional do MPU e CNMP).

O SR. PEDRO VIEIRA DA SILVA SOBRINHO – Primeiramente, bom dia, Senador Paulo Paim e demais presentes. Vou evitar vários cumprimentos para falar o mais rápido possível.

Eu vejo vários colegas oficiais de justiça, agentes de segurança do Judiciário. É importante! Vou acrescentar alguns pontos que são relacionados ao agente de segurança institucional do MPU.

Os agentes de segurança do MPU acabam acumulando a função de oficiais de justiça, prevista nas nossas atribuições, ao entregar notificações e intimações. Exercemos a atividade de agente de segurança institucional quando fazemos a segurança de membros ameaçados, de familiares, de servidores ameaçados. Exercemos a atividade de oficial de inteligência da Abin quando saímos na busca e no levantamento de informações.

Eu gostaria de salientar, de citar um exemplo prático. A minha primeira lotação no Ministério Público foi em Tabatinga, fronteira com a Colômbia e Peru, porta de entrada do tráfico de drogas para a Europa, para os Estados Unidos. Ali no Ministério Público Federal. Então, nós trabalhamos efetivamente nessa linha de trabalho com o Ministério Público Federal e Polícia Federal. No Ministério Público do Trabalho, trabalhamos no combate ao trabalho escravo e na forma análoga do trabalho escravo. No MPDFT, exercemos a atividade no entorno, onde existem cidades cujo índice de violência é mais alto do que em países em guerra civil. E, no MPM (Ministério Público Militar), exercemos essa atividade, combatendo militares que transgridem, que têm porte de arma, que têm tudo isso.

Eu friso isso para mostrar a necessidade... Nós temos PLs tramitando, já passaram em várias comissões. Estamos nessa luta para fazer justiça. Eu vejo colegas pedindo, é realmente um pedido de socorro, Senador Paulo Paim, que encampem essa luta. O senhor, que é um franco defensor do servidor público, que encampe esta luta para que se regulamente também esse inciso II.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Ficou dentro do tempo. Tinha 30 segundos.

Vamos lá! Agora, então, Ricardo Soares, Diretor do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. RICARDO AZEVEDO SOARES – Bom dia.

Cumprimento o Senador Paulo Paim e todos e todas presentes.

Antes de qualquer coisa, Senador, eu devo registrar que são dois assuntos, antes até da minha fala propriamente: um é que parece que minha inscrição foi tardia para falar, mas na verdade eu havia solicitado minha inscrição há dois dias, no *e-mail* da Loni. Quando chegou o *e-mail* para mim acerca dessa questão, desta audiência pública, eu havia solicitado esta inscrição. Mas não tive retorno. Então, fiquei sem saber se estava inscrito ou se não estava.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas está inscrito, dos cinco do plenário.

O SR. RICARDO AZEVEDO SOARES – Está bem.

A outra questão é deixar registrada a falta total de acessibilidade desta Casa.

Mais uma vez, não é, Senador, nós estivemos aqui, juntos, numa audiência pública no ano passado, e foi registrada a falta de acessibilidade. Vez mais, deve-se registrar a falta total e completa de acessibilidade desta Casa.

Quando cheguei com um colega meu, do Rio de Janeiro, também deficiente visual, não havia uma pessoa para nos auxiliar até aqui. Uma pessoa não havia. E há uma área de acessibilidade, segundo consta lá embaixo, e não havia uma pessoa. A pessoa dessa área ainda não havia chegado. Então, acho que eu teria que ficar esperando até agora essa pessoa, se eu quisesse chegar aqui, se não fosse pelos nossos meios próprios de tentativa, acerto e erro.

Só isso que eu queira deixar registrado em relação a esse assunto.

Indo aqui ao nosso tema, só queria, na verdade, deixar registrado e fazer uma apelo com relação à aposentadoria especial da pessoa com deficiência. Foi dito aqui pelo membro do Ministério da Previdência, também pelo Secretário Nacional, Antônio José, *data maxima venia* o que eles disseram, fundamentalmente o Antônio José, em relação à aposentadoria especial da pessoa com deficiência, no caso a Lei Complementar nº 142, foi decantada aqui em prosa e verso como sendo a oitava maravilha do mundo.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO AZEVEDO SOARES – Não é verdade. Não é verdade. Eu gostaria de registar isso aqui. Não é verdade. Vão se aposentar muito poucos deficientes com relação aos critérios que são adotados por essa lei, critérios absurdos, critérios nada factíveis para essa adoção, para verificação da pessoa com deficiência na hora da concessão da aposentadoria. Critérios nada factíveis.

Pasmem os senhores e as senhoras: segundo os critérios que estão lá constando, eu, por exemplo, não seria considerado pessoa deficiente. Não seria considerado pessoa com deficiência, sendo cego de marré-de-si desde os seis anos de idade.

Então, espero, conforme foi colocado pelo Antônio José e pelo membro do Ministério da Previdência, que a gente não siga os critérios que estão postos, infelizmente, na Lei Complementar nº 142, porque o que foi colocado é que eles vão aceitar numa boa a aposentadoria especial do servidor público com deficiência, se for o caso. Agora, desde que vá na esteira da 142, Lei Complementar. Eu espero, Senador e todos, que realmente não seja assim, e que a gente vá exatamente ao oposto do que está colocado na Lei Complementar nº 142, porque, aos olhos e à luz daquela lei, eu, novamente frisando, não seria considerado pessoa com deficiência.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Ricardo, Diretor do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro.

Bom, todos fizeram suas perguntas, fixaram seus pontos de vista, e esse é o objetivo desta audiência pública, para que todos possam expressar, questionar e ver quais são os encaminhamentos finais que vamos fazer.

Antes ainda de passar a palavra para todos que estão aqui na Mesa, inclusive para você, que participou do debate, para que respondam as perguntas eu vou fazer o apelo também que cada um fique em três minutos, da mesma forma como já o fizeram. Que usem os três minutos.

Eu vou só citar os encaminhamentos que, entendo, são de consenso. Se vocês quiserem, então, ponderar alguma coisa que tenha faltado, tudo bem.

Primeiro, a audiência pública para mim atingiu o seu objetivo, que é dar visibilidade a essa situação da aposentadoria especial do servidor público, tanto que ficamos ao vivo durante todo o período e vamos até o encerramento.

Segundo, ficou aqui solicitado, e vou fazer, apesar dos protestos de que já foram cinco reuniões, uma sexta agora.

Vou fazer, porque a mim ninguém tira do jogo. Eu brigo até... Eu sou meio teimoso, pessoal. Alguns dizem; "Ah, mas o pessoal do Paim faz audiência e acaba reclamando até de ti". Eu digo que faz parte do jogo. Senão, eu não seria Senador da República.

Vou fazer audiência, vou continuar insistindo. Eu sou um otimista. Sou daqueles que acha que nunca devemos abandonar o campo de batalha. Nem sempre agradamos a todos, mas faz parte das nossas vidas. Senão, não estaríamos aqui. Claro que vou fazer. E vou contar para vocês que, antes de eu chegar aqui – vocês podem fazer uma estatística –, aqui no Congresso, deveria haver dez audiências públicas a cada 100. Depois que cheguei, devemos ter, no mínimo, 90% a mais. Na primeira audiência pública que eu fiz, fui questionado. "O Paim agora quer fazer audiência pública..."

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só um minutinho. Eu ouvi todos vocês. Na única hora em que estou falando, é quase um desabafo.

Eu me lembro de que houve reunião do Colégio de Líderes: "O Paim quer trazer esse povo todo aqui para dentro. Audiência pública agora toda segunda-feira, toda terça, toda quarta ou toda quinta". E eu continuei insistindo, e não me arrependo. Hoje, quase todas as comissões fazem duas, três audiências por semana, porque eu ajudei a implantar esse sistema da audiência pública.

Então, apesar dos protestos, lembrem quando eu entrei aqui e vocês vão lembrar o número de audiências públicas que existiam aqui no Congresso e o número que existe hoje, depois que eu cheguei aqui, praticamente há dez anos. Tive um mandato de oito anos e, depois, mais dois anos. E a todos os setores. Todos! Seja militar, seja o pessoal da posição mais extremada, digamos, de direita, de esquerda, eu abro audiência pública para todos. E todos colocam o seu ponto de vista aqui. E deixamos a população julgar. Aqueles que não vêm é porque não querem expor o seu ponto de vista, principalmente aqueles que são contra os interesses da população.

Então, quanto a mim, fiquem tranquilos que nada me intimida: nem Governo e nem quem não é do Governo. Nada me intimida. Nem oposição e, muito menos, o Governo. Não me intimidam.

Eu tenho meu ponto de vista. Vou manter sempre e vou continuar abrindo espaço, principalmente para os trabalhadores, com quem é o meu compromisso. Meu compromisso é, como eu disse na primeira campanha em que me candidatei, 30 anos atrás. Então, não posso estar muito errado. Eu entrei aqui na Constituinte e nunca saí. Eu devo ser um dos poucos. E não saí para ser prefeito, nem para secretário. Já tive convite para ser ministro e não aceitei também, porque eu gosto do Parlamento. Nesse período todo, eu uso a mesma frase. Na primeira vez em que me candidatei a Deputado Federal Constituinte...

Estou falando isso, e não sou candidato agora, não. Alguém pode achar que estou fazendo campanha. Não estou fazendo campanha coisa nenhuma! Se eu for candidato é daqui a quatro ou cinco anos, porque o meu mandato não vence agora.

A primeira frase que eu usei, num congresso estadual de trabalhadores do Rio Grande do Sul, estadual, que unificava todos... E eu era presidente da Central Estadual de Trabalhadores (CET). Não havia divisão dentre as centrais sindicais, e a minha presidência unificava todos os segmentos do movimento sindical. De lá, saiu o meu nome para ser Deputado Federal Constituinte.

Sabe o que eu disse lá e repito até hoje? A minha vida é a luta em defesa dos trabalhadores da área pública, da área privada, dos aposentados e pensionistas e de todos que são discriminados. (*Palmas.*)

E eu vou continuar assim, doa a quem doer. Goste quem gostar, ou não goste também. Quer dizer, muito errado eu não posso estar, porque, na última eleição – e foram os trabalhadores aposentados e pensionistas que fizeram a minha campanha, e são trabalhadores de todas as áreas, pública e privada, do campo e da cidade –, fiz 4 milhões de votos em 6 milhões de eleitores. De cada três gaúchos, dois votaram em nós. Então, não devo estar muito errado. Com essa convicção, fiquem tranquilos, pois vou continuar agindo da mesma forma que sempre agi.

Aqui, nos encaminhamentos: realizar audiência pública para debater a PEC nº 54. Quero dizer que vou entrar com o requerimento hoje mesmo, porque foi solicitada mais uma audiência pública, para debater a importância da PEC nº 54. (*Palmas.*)

Segundo, foi aqui me pedido, que esta Comissão apoie a inclusão dos oficiais de Justiça e agente de segurança no PL nº 554, para que tenham direito à aposentadoria especial. (*Palmas.*)

Nós faremos a nossa parte. Se alguém também não gostar e quiser que não entre, então que faça outros caminhos. Foi solicitado aqui. E, por fim, neste momento, agora, são esses os encaminhamento.

Quem entender que deva haver um encaminhamento a mais, é só se posicionar aqui. Espero que a Mesa, que representa o Plenário, diga se falta algo, para que possamos colocar. Não estou dizendo que isso aqui está fechado. Foi o que conseguimos pegar até o momento.

Então, vamos agora para a reflexão, aqui da nossa Mesa, sobre as perguntas de vocês e sobre os encaminhamentos. Vou deixar em aberto: quem disser que deve haver outros encaminhamentos, se posicione.

Vou passar primeiro a palavra ao Roberto Ponciano de Souza Júnior, da Fenajufe.

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JUNIOR – Meus companheiros, antes de começar a minha fala, quero só dar um freio de arrumação. Quem representa a nossa categoria é a Fenajufe. Temos 26 sindicatos; devemos ter mais 140 associações; temos agentes de segurança; temos oficiais de Justiça, técnicos sem especialidade, analista, enfermeiro. Inclusive, conversei ali com o companheiro Edmilton, que é Presidente da Agepoljus; antes de vir para cá, conversei com o Ari. Cedi parte da Federação para o Ari. Não foram duas falas. Só para corrigirmos. Quero uma salva de palmas para a Denise, e para a Lone, que realizaram este evento com brilhantismo e isenção.

Quem representa os servidores do Judiciário Federal é a Fenajufe. Então, não dá para fazer disputa aqui. Senão, vão vir 40 pedidos de fala, e não vai haver audiência pública. Na outra audiência, foram seis falas. Aliás, coloco aqui que deve ser prévio e determinado. Não pode haver inclusão de última hora, porque, senão, inviabiliza a própria audiência. Todo mundo vai querer falar.

A nossa própria Federação, na mesa de negociação, disse que quem fala para o Judiciário pela Federação é a própria Federação. Senão iria ter Fenassojaf, Agepoljus, a Acat, Tecnojus, Anajus. Temos 559 entidades internas.

Então, quem fala pelo Judiciário Federal é a Fenajufe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – São quantas entidades?

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JUNIOR – São inúmeras. No Rio de Janeiro, há a Associação de Diretores de Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho. Então, não dá. Realmente, quem fala pelo Judiciário é a Fenajufe. Estamos aqui com vários membros da Fenajufe, e não há discordância em relação a isso – na Fenajufe, pelo menos.

Isso tem que ser dito como freio de arrumação, senão parece que estou porque quis. Não. Estou representando a Federação. Eu represento os agentes, oficiais, os deficientes, os aposentados, e existe mais gente, como os enfermeiros. E falei de todos esses.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JUNIOR – Desculpe-me passar um pouco do meu tempo, porque tive de fazer um esclarecimento, agradecendo à Lone e à Denise.

Quero dizer o seguinte: a Súmula Vinculante nº 33 só serviu ao STF, inclusive para restringir o direito ao mandado de injunção. Temos vários embargos de declaração para dar direito aos agentes e não aos oficiais, e esses embargos pararam. Diz-se que a súmula vinculante resolveu tudo; resolveu tudo para o Governo! Não resolveu nada para nós. Nenhum servidor está-se aposentando no Rio através da súmula vinculante, que impede que o servidor perca dinheiro.

Desculpe-me, mas é lamentável não estar aqui o representante da Secretaria Especial da Presidência para as Pessoas com Deficiência, que defende a gradação da deficiência para concessão de aposentadoria. Nenhuma associação de pessoas com deficiência defende isso; é para a entrada no serviço público.

Como é que se vai graduar uma pessoa que não tem mais capacidade para trabalhar e dizer que a sua deficiência foi moderada. Ou assim: você tem uma deficiência moderada, espera mais cinco anos; não, você está morrendo, você pode ir agora. Isso é atentatório à dignidade da pessoa. Não pode uma pessoa que defende deficiente vir aqui e fazer essa fala atentatória à dignidade humana. (*Palmas.*)

Como é que você mede o sofrimento alheio? Existe sofrimento moderado? Como é que é isso? "Não. Você tá morrendo; então, vamos conceder."

Você não tem ideia do que acontece no Judiciário Federal. Como é que se mede, por exemplo, a pessoa com depressão? Há pessoas que são aposentadas por depressão que já tentaram até o suicídio e são humilhadas.

Nós tivemos um caso, no Rio – o Ricardo conhece – de um companheiro que as pessoas pensavam que fazia brincadeira e que se jogou no trilho do metrô. Ele morreu, e todo mundo fazia chacota dele porque achava que ele não era doente. É piada isso!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tem um minuto!

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JUNIOR – O Governo criou o melhor sistema do mundo para o Governo. Quando a gente quer direito, eles dizem que a gente não pode ter porque tem que ser igual ao de todo mundo; quando quer tirar direito nosso, ele fala que a gente tem um regime especial.

O regime especial do servidor, hoje, só serve para tirar direito. Então, não tem cabimento, novamente, os três representantes chegarem e dizerem e dizer que não dá para fazer isso para as pessoas com deficiência porque vai haver um direito a mais. Pagamos diferenciadamente. Pagamos na integralidade. Temos um regime diferente.

E, sobre a não conversão – tentando acabar correndo, estilo Enéas, o nada saudoso Enéas –, qual é a diferença de se trabalhar 20 anos com veneno, no esgoto, na periculosidade e virar servidor público ou continuar na iniciativa privada? Que argumento é possível para dizer que o servidor público não tem direito à conver-

são? Que argumento racional é este? "Ah, você trabalhou 10 anos carregando caixas nas costas no porto, você era insalubre; entrou para o serviço público e, por milagre, isso não é mais insalubre. Se você continuar na iniciativa privada, a gente vai fazer as conversão". Chega a ser cínico o argumento! Ah, mas é legal! É legal, mas é imoral. A escravidão no Brasil foi legal. Matar negro na época da escravidão era legal. Era moral? Era correto? Isso é uma excrescência.

E para terminar mesmo, deixar ao arbítrio da administração... A gente pode ter administradores razoáveis como no TRT de São Paulo. Vai para a Justiça Federal do Rio! O Ricardo conhece bem lá.

Senador, para terminar mesmo, vou contar uma história. O Ricardo é um criminoso, deveria ser preso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto para contar essa história.

O SR. ROBERTO PONCIANO DE SOUZA JUNIOR – É uma história muito interessante.

O Ricardo e o Dulavin passaram em um concurso público, são dois servidores cegos, e para trabalhar no Judiciário levaram um programa pirata para poder ler os trabalhos deles na Justiça Federal. A Justiça Federal fez concurso para deficientes visuais, para cegos e não havia programa para os cegos lerem os documentos da Justiça Federal! E aí os cegos instalaram o programa para poder funcionar. É crime, todo mundo sabe, até o diretor do foro sabe. Prende a Justiça Federal inteira! E só puderam trabalhar através de crime.

Então, essa é administração: finge que não está acontecendo nada quando lhe convém; e, quando é para restringir, usa *dura lex, sed lex*.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Roberto.

Esse foi o Roberto, da Fenajufe, que, desde o início, trabalho muito para que esta audiência pública acontecesse, assim como pela apresentação da PEC 54.

Ari, do Sintrajufe, do Rio Grande do Sul, por três minutos.

O SR. ARI HEEK – Bom, Senador Paim, o senhor é da luta. Conversamos pela primeira vez lá em 2003, na época da reforma, já sou um fã seu desde a sua primeira campanha. E o que ele falou realmente é verdade sobre o respaldo do Senador não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o País. Especialmente nós, deficientes e servidores, sentimos no senhor um aliado aqui dentro.

Sei que a tarefa é difícil, mas é salutar e quem sabe um dia nós vamos chegar lá.

Realmente, eu gostaria de colocar que a Súmula 33 , infelizmente, veio desafogar o Judiciário, mas, na verdade, ela não resolve e inclusive dificulta, porque acaba tirando direitos de servidores mais antigos.

Com relação à Lei Complementar nº 142, que na verdade regulamenta para a iniciativa privada, ela realmente é a discriminação do discriminado. A gente, na luta nas nossas entidades de deficientes, sempre coloca que se entre nós deficientes nós nos discriminarmos e dissermos "agora eu sou mais deficiente do que você, agora eu tenho mais direitos", isso seria o cúmulo da racionalidade, como o Roberto colocou.

Então, realmente a legislação, da forma como veio, não atendeu à necessidade do trabalhador deficiente, do servidor deficiente. E na semana passada saiu em um *site* nacional que o índice de busca por aposentadoria pela Lei Complementar nº 142 é bem abaixo da expectativa do próprio Ministério da Previdência. Óbvio! Porque está tirando direitos.

(Soa a campainha.)

O SR. ARI HECK – Quero concluir.

Quando o Senador Paim apresentou o primeiro projeto, após garantia do inciso I do art. 40, foi com fundamento de que a expectativa de vida de um trabalhador deficiente é 10% menor do que a do não deficiente. Há poucos dias fiz uma eletroneuromiografia, e o meu fisiatra e o meu neurologista concluíram que os meus nervos, os meus músculos estão com 80 anos; eu tenho 49 anos. Então, tenho expectativa de vida bem menor do que qualquer um não deficiente aqui. Não estamos fazendo caridade, estamos realmente dando condições para um deficiente que trabalhou há mais de 30 anos no serviço público poder se aposentar. (*Palmas.*)

E esse mesmo deficiente com 30 anos de serviço público, se ele se aposentar pelos critérios que estão aí hoje, vai ganhar 58% dos seus vencimentos. Isso é matar de vez o servidor deficiente.

Muito obrigado, Senador!

Muito obrigado a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Ari.

O Ari Heck ficou também no tempo. Dei um minuto a mais, mas ele não usou. Ficou no tempo previsto.

A pedido das mulheres... E sempre temos que dar atenção especial às mulheres. Ainda bem que tem uma mulher à mesa, senão sempre tem alguém que protesta: "Paim, meus protestos a essa audiência pública." "Onde foi que eu errei agora? Tentei fazer tudo certo." "Não tem nenhuma mulher à mesa." Eu me socorro de alguma mulher e digo: venha uma mulher à mesa. Ainda bem que você está aqui.

A SRª CAROLINE SENA – Até porque se trata de uma comissão de direitos humanos. Os direitos das mulheres estão garantidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E ela veio aqui e pediu para falar agora. A palavra está com você.

A SRª CAROLINE SENA – Por uma razão extremamente feminina até.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A palavra está com você.

A SRª CAROLINE SENA – Senador, gostaria de parabenizar o senhor por esta audiência pública.

Sou muito partidária da democracia participativa. Sou muito partidária. Na verdade, temos que trabalhar para adotar medidas que coloquem o povo em contato, que coloquem o servidor em contato realmente com esta casa de leis. É para isso que estamos aqui.

Quero dizer que há uma grave violação dos direitos humanos com relação ao serviço público nesse quesito da aposentadoria especial, e o Brasil pode ser denunciado a qualquer momento. Na verdade, as pessoas que pediram a palavra deram mais um *plus* à Mesa. Não foram necessariamente perguntas. Mas podemos ser denunciados a qualquer momento.

Quero dizer que o Supremo Tribunal Federal realmente editou essa súmula vinculante para tirar um pouco o peso das costas deles. É mais ou menos por aí. Isso não significa que tenhamos um avanço tão significativo para o serviço público. É como se tivéssemos aquela máxima: ganhamos, mas não levamos.

Gostaria de compartilhar com vocês uma notícia, até em homenagem aos meus colegas... Esqueci o nome do colega do Rio de Janeiro que disse que, apesar da deficiência desde os 6 anos de idade, ela não é reconhecida. Fiquei até sensibilizada.

Ontem, o Ministro Ricardo Lewandowski recebeu a Deputado Federal Mara Gabrilli, que é de São Paulo, por quê? Existem servidores com surdez unilateral, com deficiência monocular que têm sido demitidos. E agora, não! Foi reconhecido que são deficiências. Então, por que falar em gradação, como tão bem salientou o Roberto Ponciano. Como assim? Gradação? Há uma violação do direito de vocês. Essa é a Casa certa. Não é o Supremo Tribunal Federal. Por que choveram tantos mandados de injunção? Porque, na verdade, houve uma espécie luz no fim do túnel. A mora tem quase 26 anos. É uma mora grave. Não dá mais para ser paliativo.

Por isso, tenho insistido que não podemos tratar o serviço público tangenciando o serviço privado. Não podemos mais. Essa é a oportunidade que o Senador Paulo Paim felizmente tem dado por meio de audiências públicas. Precisamos trabalhar nesta Casa de leis. Não é no Supremo Tribunal Federal porque o Supremo não pode legislar. Ele tem uma posição hoje, concretista, paliativa, no sentido de "aplique-se momentaneamente".

(Soa a campainha.)

A SRª CAROLINE SENA – Por essa razão, Senador Paulo Paim, até nos comprometemos a participar – e já nos dispusemos a participar da PEC nº 54 – da próxima audiência pública, porque ela é salutar.

Agradeço a oportunidade. Quero dizer que podemos ser denunciados a qualquer momento. Qualquer um de vocês podem denunciar o Governo brasileiro por violação clara e patente dos direitos humanos, o.k?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Drª Caroline Sena, advogada da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. Meu abraço lá para o João Domingos.

Passamos a palavra ao Sr. Narlon Gutierre Nogueira. (*Pausa.*)

Ele já se retirou? Ela já se retirou. O Antonio também já se retirou, e a Caroline já falou.

Então, agora é o Rogério de Moura Montaguini, representante do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, São Paulo.

O SR. ROGÉRIO DE MOURA MONTAGUINI – Bom, reiterando o que disse a Drª Caroline, realmente no trabalho da Comissão vimos que o STF não é a Casa para se discutir essa matéria porque a súmula vinculante, como eu já havia dito antes, não mudou em nada a nossa portaria. Já iríamos soltar a portaria de acordo com os mandados de injunção. Então, simplesmente, agora o servidor tem um requisito a menos, junta um documento a menos, mas, o mérito em si, não alterou nada.

E, complementando a palavra do Dr. Cléber, que falou sobre os agentes de segurança, recentemente o CNJ, junto com o Conselho Nacional do Ministério Público, soltou resolução regulamentando que os agentes de segurança tivessem porte de arma na execução de suas atividades. Durante os trabalhos da Comissão, isso foi até discutido, porque o STJ realmente já tem diversas decisões em que diz que o vigilante – no caso da iniciativa privada – uma vez que porte arma, a atividade é considerada atividade de risco.

Mesmo sabendo disso, percebemos a dificuldade, falando pela Administração. Por seguirmos o princípio da estrita legalidade, como é difícil trabalharmos, mesmo sabendo que o Judiciário tem reconhecido isso! A Administração fica amarrada realmente, como muitos disseram aqui. A súmula vinculante não desamarra a Administração para decidir, porque, nesses casos, estamos vinculados a esse princípio. E, por não termos a le-

gislação, precisamos realmente do respaldo do Judiciário. Então, realmente, caso o movimento social consiga, vai facilitar para a Administração.

Como a Drª Caroline disse, os mecanismos são frágeis, e, participando desta Comissão, a gente percebeu a dificuldade que a Administração tem.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO DE MOURA MONTAGUINI – Às vezes, fica parecendo má vontade da Administração, mas não é. Somos também servidores, também recebemos auditoria do TCU, e, de vez em quando, ficamos em situação... De vez em quando, não. Sempre temos um limite de atuação, e fica difícil conceder. Os servidores, às vezes, até comentam: "poxa, parece até má vontade da Administração". Mas não é. É que realmente temos que atuar exatamente naquilo que a lei permite, só fazemos aquilo que a lei permite que façamos.

Então, ficamos também aguardando a inovação legislativa até para facilitar a Administração a conceder esses direitos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Rogério de Moura Montaguini, representante do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, São Paulo, que veio aqui dar a sua contribuição, e o fez muito bem.

Passamos a palavra agora ao Wander da Costa Ribeiro, representante da Federação Sindical dos Oficiais de Justiça do Brasil (Fojebra) e do Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores (Sindojus-MG).

Antes de ir aos finalmentes, sou obrigado a ler, até em respeito aos funcionários, tanto aqui da Comissão como também do meu gabinete, que se dedicam...Vocês podem saber que dá trabalho organizar uma audiência pública dessas, fazer contato, quem vem, quem não vem. Marcamos uma audiência pública, e não aparece ninguém. Já aconteceu isso. É claro que não marcamos nunca mais para esses. Houve o caso de um projeto em que marcamos uma audiência pública, e a parte interessada não veio. A outra parte, que era a provocada, veio. Resultado: no outro dia, o projeto foi aprovado, e a parte simplesmente não apareceu.

Continuando, leio o que me foi colocado aqui. Foi para mim, mas vou ler para vocês:

Senador, só para o senhor saber, um esclarecimento: foram respondidos todos os e-mails e colocamos ainda [claro, começando comigo na Presidência] mais três palestrantes que não estavam previstos. Atendemos todas as solicitações.

Depois, ele dizem: "Os e-mails não respondidos foram e-mails não recebidos".

Isso não quer dizer que vocês não mandaram, mas, por um motivo ou outro, não chegou. Então, está feito o esclarecimento.

Eu sei que a intenção de vocês aqui é das melhores. E vocês são solidários, porque, na verdade, vocês que trabalham na Comissão e no meu gabinete acabam sendo servidores públicos. E esse é o tema que estamos tratando aqui.

Vou copiar ao Roberto e peço uma salva de palmas aos servidores públicos que atendem tanto aqui na Comissão como no gabinete. (*Palmas.*)

Independentemente de serem cargos de livre nomeação do Parlamentar, vocês atendem ao público, estão servindo ao público, tanto concursados, que trabalham em parceria, como os outros. Temos aqui o Cristiano e tantos outros que são concursados e há alguns que não o são, mas são contratos para trabalhar aqui na Comissão.

Eu confesso que não tenho queixa de nenhuma funcionário meu. Se eu tiver de ter queixa é porque não dá para trabalhar junto. E, graças a Deus, nunca demiti ninguém. Que bom isso! Poderia demitir, mas nunca demiti ninguém. Quem saiu do meu gabinete saiu por livre e espontânea vontade, porque viu outro horizonte melhor, em outro Estado, em outro cargo. Eu sempre digo aquela frase que a gente usa para os filhos: os filhos são como flechas; depois que você ergue o arco e solta, deixa ele ir ao sabor do vento. Tem que tocar, não é?

Todos os que colaboram com o meu mandato, todas as vezes em que recebem uma oportunidade que entendo que para eles seja um crescimento, eu incentivo a ir mesmo. E vamos fazendo as mudanças naturais nos ciclos da vida. Então fica esse carinho a todos os servidores, concursados ou não.

Já passei para o Rogério. Agora é o Wander com a palavra.

O SR. WANDER DA COSTA RIBEIRO – Nobre Senador, companheiros da plenária, companheiros ouvintes, a quem interessa não regulamentar a atividade dos oficiais de Justiça, dando-lhes o direito à aposentadoria especial, atendendo o princípio da dignidade humana? Em primeiro lugar, ao Governo Federal, tratando-se dos oficiais de Justiça federais, e aos Governos estaduais e aos Tribunais de Justiça estaduais, no âmbito dos oficiais de Justiça estaduais.

Por que isso interessa a eles? Os oficiais de Justiça têm motivos de sobra, já que estão sujeitos à penosidade, à insalubridade e à periculosidade; temos material de sobra sobre isso. Se o companheiro adoece, o Tri-

bunal vai arrumar um jeito de mandá-lo embora, aposentando-o não de forma integral e paritária; vai expedir um ato normativo e dizer: "Se você não está satisfeito, que você venha aqui e bata à porta do Judiciário." É isso que eles querem! Vão fazer esse ato arbitrário, desrespeitando a Constituição Federal, esse princípio basilar da dignidade humana; vão aposentar os companheiros com perdas salariais e dizer para baterem à porta do Judiciário. Aí, a assessoria das entidades sindicais, Senador, vai providenciar uma ação judicial, um mandado de segurança, e essa ação vai percorrer o Judiciário e chegar aqui depois de 30, 40 anos. Então, os Tribunais de Justiça estaduais têm interesse, sim, em que isso não seja regulamentado como manda a Constituição, obedecendo ao princípio da dignidade.

Só nós sabemos, Senador, que o Parlamento é que representa a vontade popular. É com as Comissões como esta, em que V. Exª tem sempre aberto espaço para nós, com esses estudos técnicos que o legislador, aquele que tem o voto popular, que representa a vontade popular, que vai obedecer aos parâmetros, que vai fazer os estudos técnicos para depois, ao final, votar a legislação, estabelecer o direito.

É dessa forma que V. Exª tem feito, e nós, entidades e trabalhadores, temos que fazer a pressão política no Parlamento para que sejamos ouvidos, para que o Congresso Nacional, com as suas assessorias técnicas, possa estabelecer parâmetros objetivos para que o oficial de Justiça possa ter aposentadoria especial, os agentes de segurança, os deficientes físicos. Formas objetivas!

Não podemos deixar que o Supremo, que os Tribunais estaduais, de forma subjetiva, estabeleçam atos normativos que nos prejudicam.

Então, conclamo todos os sindicatos, todas as federações, todos os servidores, todos os trabalhadores para fazermos pressão na Casa Legislativa, na Casa do povo, para que apresentemos parâmetros técnicos objetivos para que os Senadores e os Deputados possam aprovar leis que nos garantam esse direito constitucional de ser visto de forma especial, para garantir a paridade e a integralidade para os oficiais de Justiça e para todos os servidores que pleiteiam, que almejam ser considerados como aposentados especialmente.

Muito obrigado, Excelência!

Agradeço a abertura, o apoio da sua assessoria, que, com brilhantismo e boa vontade, atendeu o nosso pedido.

Um abraço especial para os incansáveis lutadores no Rio Grande do Sul, Paulo Sérgio da Costa e Jonathan Porto Galdino, em Minas Gerais, incansáveis lutadores pelos oficiais de Justiça.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

O Paulo é meu parceiro. Sempre tem nos ajudado muito nos encaminhamentos. Um abraço, Paulo, do seu tocaio aqui, Paulo também.

Agora, passo a palavra ao Diretor da Secretaria de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União, Sr. Lídio José Ferreira.

O SR. LÍDIO JOSÉ FERREIRA – Pelo que percebemos dos palestrantes e também das pessoas que expuseram as suas opiniões, de fato a falta de regulamentação desses três incisos do §4º do art. 40 dificulta a possibilidade de aposentadoria especial para as pessoas que se enquadram nesta situação.

O que está posto hoje, realmente, não é um atrativo para que isso aconteça, o que se reflete nos números de atos de aposentadoria que são apreciados e encaminhados ao Tribunal de Contas. É um número muito reduzido. Praticamente ninguém solicita aposentadoria com base nessas aposentadorias especiais, exceção para o policial civil da União, que se aposenta com base na Lei Complementar nº 51, de 1985. Eles, como têm a garantia da paridade e integralidade, pleiteiam a aposentadoria com base nessa lei complementar. Foi inclusive objeto de consulta pelo próprio Senado Federal, e o TCU entende que a Lei foi recepcionada, porque o STF também entende que isso aconteceu. E eles podem se aposentar com essa garantia.

Então, no Tribunal, somos sensíveis a isso, mas somos obrigados a cumprir o que há a nossa frente para apreciar aquela aposentadoria, no caso é a Súmula vinculante nº 33, com as orientações normativas do Ministério da Previdência Social e decisões do STF, que restringem realmente essa possibilidade, levando a aposentadoria para a regra geral, que seria o cálculo pela média das contribuições e também reajustes futuros pelo Regime Geral de Previdência Social.

É o que gostaria de salientar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Lídio José Ferreira, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União.

Leve um abraço para o meu gaúcho, Presidente Nardes. Fomos Deputados juntos por muitos e muitos mandatos. Ele era um grande Deputado, e sei que vai ser um grande Presidente lá. É de Santo Ângelo o companheiro Nardes.

Para encerrar, Dr. Hebe-Del Kader Bicalho, Oficial de Justiça federal, Presidente da Fenassojaf.

O SR. HEBE–DEL KADER BICALHO – Bom, Senador, mais uma vez, em nome da Fenassojaf, em nome das associações dos Estados, em nome dos oficiais de Justiça, eu agradeço a iniciativa e parabenizo pelo brilhante trabalho que o Senador vem desenvolvendo no exercício do mandato e também pela realização desta audiência pública.

Quando se fala por último, às vezes, acabam os colegas falando o que você queria falar; mas sempre tem algo que você pode deixar como recado. Além disso, como bom mineiro, os mineiros costumam ouvir mais e falar menos, de forma muitas vezes precisa.

Mas, sobre os oficiais de Justiça, só quero deixar um último recado para os presentes: o risco a que estão submetido os oficiais de Justiça decorre do exercício de suas atividades, já eminentemente externas. Assim é que, quando do exercício dos misteres do cargo, funcionando como auxiliar do Juízo na prática de atos de intercâmbio processual e de execução, constantemente se vê o oficial de Justiça em situações de perigo concreto, as quais avultam em espécie quando da prática de atos coativos impostos pela lei para garantia dos jurisdicionados que reclamam a tutela do Poder Público através do Judiciário.

Então, nós, oficiais de Justiça, como eu disse anteriormente, não queremos benefício nenhum: nós queremos que a nossa atividade seja reconhecida de risco, como de fato é; que sejamos merecedores da aposentadoria especial; que estejamos no rol dos contemplados com a aposentadoria.

E conclamo os colegas dirigentes sindicais e associativos também com a frase de um mineiro, ilustre para uns, talvez não para todos – mas, em Minas, com certeza, sim –, o nosso Presidente Tancredo Neves. Colegas, companheiros, lutadores, não vamos nos dispersar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

E assim nós encerramos nossa audiência pública, agradecendo a presença de todos.

Repito só os dois encaminhamentos principais: vamos insistir para que a PEC 54 seja aprovada, inclusive para mobilizar, organizando uma futura audiência pública, cujo requerimento vou apresentar já nesta semana. O segundo é que vamos apoiar a inclusão dos oficiais de Justiça e dos agentes de segurança no PL Nº 554, para que tenham direito à aposentadoria especial, e, assim, ampliar o direito à paridade e à integralidade.

Amigos, muito obrigado a todos. Valeu!

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2014, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia dez de julho de dois mil e quatorze, no Plenário número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 60 de 2014-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 04/06/2014, para debater sobre o tema: "O envelhecimento e a qualidade de vida dos idosos". O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, faz suas considerações iniciais, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Martha Regina de Oliveira, Especialista em Regulação de Saúde Suplementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; Emanuel de Araujo Dantas, Coordenador Geral de Estudos Previdenciários do Ministério da Previdência Social – MPS; Cleuza Maria Faustino do Nascimento, Diretora da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS; Vereador Salvador Soares, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara Municipal de Taubaté-SP; Luis Carlos Saraiva Neves, Diretor Executivo da GEAP – Fundação de Seguridade Social; Diego Monteiro Cherulli, Advogado, representante da Federação de Aposentados e Pensionistas de Brasília e da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; Neusa Pivatto Müller, Coordenadora Geral dos Direitos do Idoso da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e Dalva do Nascimento, Representante dos Aposentados do Distrito Federal. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Nelson Breum Motta, Assessor Institucional – GEAP; Wilson Roberto Ribeiro; Lutiana Mott, Psicóloga e Mestre em Envelhecimento humano pela UPF. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos:1) Incluir na legislação a obrigatoriedade de criação de Centros de Atenção ao

Idoso, especialmente para prevenção de doenças; 2) Incluir no PL da Desaposentação o reajuste dos benefícios para aposentados que voltam ao trabalho e contribuem com a Previdência Social; 3) Apoiar a rápida aprovação da PEC apresentada pelo Vereador Salvador Soares, que foi encaminhada ao Senador Paim e dar visibilidade a ela, mediante o debate em audiências públicas; 4) Apresentar projeto de lei com o objetivo de modificar a nomenclatura na legislação existente de "idoso" para "pessoa idosa"; 5) Que o Congresso aprove o fim do Fator Previdenciário; 6) Reajuste real para todos os aposentados, inflação+PIB, ou inflação+crescimento da massa salarial; 7) Que os presidenciáveis se posicionem sobre a temática do envelhecimento e sobre a política salarial para o idoso. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e onze minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. Senador **Paulo Paim,** Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 45ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 60, de 2014, da CDH, de autoria deste Senador e de outros, aprovado em 04/06/2014, para debater o tema: "O envelhecimento e a qualidade de vida dos idosos".

Para este evento, convidamos a Drª Martha Regina de Oliveira, especialista em Regulação de Saúde Suplementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Nós faremos duas Mesas. Vou chamar aqui pela ordem e, a partir do momento que eu for chamando, os primeiros quatro assumem, e os outros quatro assumem em seguida.

Então, com alegria, Drª Martha Regina de Oliveira. (Palmas.)

Seja bem-vinda!

Houve aqui uma reunião em que a Drª Martha foi sabatinada, e achei sua exposição tão bonita, tão carinhosa com os idosos e tão qualificada, que, a partir daí, perguntei se ela concordaria em fazermos esta audiência pública e, de pronto, ela concordou. Agradeço a todos vocês, naturalmente, mas foi nessa conversa com ela que surgiu esta reunião.

Convido o Dr. Gilson da Costa Matos, Diretor de Seguridade Social da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap). Se não chegou, não há problema, participa da segunda Mesa.

Vou chamando e, à medida que chamo, estando presente, por favor, dirija-se à mesa.

Convidamos o Dr. Emanuel de Araújo Dantas, Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários do Ministério da Previdência Social. (Palmas.)

Seja bem-vindo mais uma vez aqui, Dr. Emanuel.

Convidamos Cleuza Maria Faustino do Nascimento, Diretora da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS). (Palmas.)

Bem-vinda, mais uma vez, aqui conosco.

Salvador Soares já está aqui? Salvador Soares é Vereador e preside a Comissão de Legislação Participativa da Câmara Municipal de Taubaté – SP. É também alguém que se dedica muito a essa causa, foi convidado por todos nós. (Palmas.)

Então, temos conosco já os quatro convidados dessa primeira Mesa: Martha, Emanuel, Cleuza e Salvador.

Na segunda Mesa, ficarão o Luís Carlos Saraiva Neves, Diretor Executivo da Geap – Fundação de Seguridade Social; o Diego Monteiro, que vai falar no lugar do João Pimenta, da Federação dos Aposentados de Brasília; e Neusa Pivatto Müller, Coordenadora-Geral dos Direitos do Idoso da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Está aqui conosco também.

Eu vou ler um texto feito pela Consultoria do Senado.

Como estamos ao vivo para todo o Brasil, desde a abertura dos trabalhos até o tempo necessário para todos os expositores, como sempre, depois eu abrirei para uns três ou quatro do plenário darem sua opinião sobre o debate.

Eu vou fazer uma pequena introdução para situar os telespectadores, os ouvintes da Rádio Senado e aqueles que se comunicam pelo sistema de comunicação da Casa.

Uma das grandes mostras do avanço social brasileiro é o aumento da longevidade da nossa população. De 1992 a 2012, a expectativa média de vida dos brasileiros subiu de 67 para quase 75 anos.

Os painelistas podem concordar ou discordar dos termos que aqui foram usados. O texto foi feito pela Consultoria com a boa intenção de introduzir o debate.

Em 2013, havia 22 milhões de pessoas com 60 anos ou mais no Brasil, um contingente maior do que a população de todo Estado de Minas Gerais. Em 2050, segundo a ONU, esse número triplicará; haverá cerca de 67 milhões de idosos aqui no Brasil, o equivalente à soma das populações atuais dos Estados de Minas Gerais e de São Paulo. Quase 29% dos brasileiros serão idosos em meados deste século.

Esse aumento expressivo da população idosa descortina um grande desafio para nossa sociedade: como garantir condições de vida dignas para os nossos homens e mulheres mais velhos?

O perfil etário de nossa população está se transformando rapidamente, e é indispensável que nos adequemos a essa transformação com igual rapidez.

Em 1997, ao apresentar o projeto de lei que viria a se tornar o Estatuto do Idoso, eu tinha como objetivo o resgate da cidadania dos mais velhos no Brasil.

Isso aqui não foi eu quem escrevi; foi a Consultoria. Então, se eles estão aqui dizendo que eu apresentei, foi porque eu apresentei, mas não fui eu quem quis dizer que sou o autor, embora tenha o maior orgulho de ter sido o autor do Estatuto do Idoso.

Com o auxílio de diversos representantes dos idosos, pudemos formular um projeto que buscava garantir a eles o devido respeito e o acolhimento por parte da sociedade. Senhoras e senhores que nos assistem e que estão no plenário, o Estatuto do Idoso – e antes dele; reconheço. Trabalhei muito com aqueles que elaboraram a Política Nacional do Idoso – lançou as bases para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros mais velhos. De fato, há ganhos concretos surgidos dessas normas, como os assentos preferenciais no transporte público, o atendimento prioritário em qualquer estabelecimento, as passagens gratuitas para os idosos. Enfim, criou-se também maior consciência da sociedade quanto aos casos de negligência e de violência relacionados a idosos. Isso pode ser constatado pelo aumento das denúncias desses casos junto às autoridades competentes.

Apesar de tais avanços pontuais – e são pontos importantes para a melhoria da qualidade de vida dos idosos –, ainda carecem de implementação muitos dos artigos. Gostaria de destacar em especial a questão da educação e da saúde.

No âmbito educacional, não foram inseridos no currículo obrigatório conteúdos que esclarecem a população sobre o processo de envelhecimento, de maneira a acabar com o preconceito contra os idosos. Tampouco foram implementados ainda programas de educação voltados para alunos da terceira idade, seja em cursos presenciais ou a distância. A falta dessas ações educacionais prejudica o acolhimento dos mais velhos pela sociedade bem como o desenvolvimento pessoal dos idosos, ambos fontes inequívocas de bem-estar. Essa é uma situação que precisa mudar com urgência, se desejamos que os idosos alcancem uma qualidade de vida superior ou melhor.

No campo da saúde, as limitações físicas ou cognitivas da velhice muitas vezes roubam dos idosos sua autonomia. Nesse sentido, é imperioso que tenhamos profissionais e instituições capazes de tratar e acolher os idosos que tenham perdido sua independência. Lamento dizer, porém, que estamos distantes, ainda, de conseguir fazer frente às necessidades existentes hoje.

Ainda assim, o Senado tem buscado mitigar esse problema. Em outubro de 2012, esta Casa aprovou o substitutivo ao Projeto de Lei nº 284, de 2011, que dispõe sobre a profissão de cuidador de idoso, que foi sancionado pela Presidenta Dilma. Dentre outros pontos, ele define os requisitos para exercício da profissão e atuação do cuidador em conjunto com as equipes públicas de saúde. Uma vez aprovado na Câmara dos Deputados e convertido em lei, esse projeto será um passo importante na melhoria da qualidade de vida dos idosos do País.

Senhoras e senhores, temos as melhores razões para nos preocuparmos com a qualidade de vida dos idosos. O que deixamos de fazer por eles hoje não estará disponível para nós amanhã, quando velhinhos também formos todos – e tomara que a gente possa dizer, um dia, que estamos velhos, porque, senão, será porque a gente fez a viagem sem volta antes.

Enfim, este é o objetivo desta audiência pública: debater toda essa questão.

É claro que poderíamos destacar, aqui, que no Estatuto do Idoso foi fundamental aquele artigo que vincula a LOAS para assegurar um salário mínimo aos idosos que não têm como se manter. Antes, era só quando a renda per capita não ultrapassasse um quarto do salário mínimo.

Foi uma inovação importante, mas o importante, aqui, não é eu falar. Eu estou aqui para presidir. Quero ouvi-los. Essa foi uma pequena introdução feita pela consultoria do Senado.

Então, de imediato, Drª Martha, a senhora tem a palavra pelo tempo de 10 minutos, com mais cinco.

Nós não vamos ser rígidos aqui, não. Eu sempre digo que são 10 minutos com mais cinco, mas, se precisar, o limite é de 20. Agora, nos 20, nós passaríamos para o próximo convidado.

Drª Martha Regina, é uma satisfação enorme passar a palavra para a senhora neste momento.

A SRª MARTHA REGINA DE OLIVEIRA – Bom dia, Senador. Bom dia a todos.

Eu queria agradecer ao Senador pelo convite. Realmente, no dia da sabatina, foi muito bacana a gente poder trazer à tona esse assunto que, para mim, que estudo esse assunto, é tão importante.

A ideia é a gente debater. E o que eu trouxe para debate é como a gente está vendo, pensando e se preocupando com a questão do idoso na saúde, como colocou o Senador, principalmente na saúde suplementar, que é o meu objeto de trabalho. Então, eu vou mostrar o que a gente vê de preocupação, e aí a gente gosta de repetir que idoso não é um problema, idoso é uma oportunidade – que bom que a gente conseguiu chegar nessa expectativa de vida, e é assim que tem que ser encarado –, e o que a gente propõe de solução para a gente lidar com essa questão num futuro bem próximo.

Então, isso daqui já foi colocado, é um fenômeno mundial o envelhecimento.

A OMS colocou, em 2012, dez fatos sobre o envelhecimento no curso da vida: que o envelhecimento está ocorrendo de forma acelerada; que o número de idosos com 80 anos vai quadruplicar até 2050; em 2050, 80% dos idosos vão viver em países pobres ou em desenvolvimento; os principais problemas de saúde dos idosos são as doenças crônicas; os problemas de saúde enfrentados pelos idosos são maiores em países de baixa renda; a necessidade por cuidados de longa duração é crescente; a atenção primária é crucial para o cuidado da saúde do idoso; criar ambiente amigo do idoso permite que os mesmos desfrutem de uma vida mais plena e possam maximizar sua contribuição para a sociedade; o envelhecimento saudável começa com atitudes saudáveis em idades mais jovens; e precisamos reinventar nossos conceitos sobre idade avançada.

Aí, muito pautados no ponto quatro, sobre doenças crônica, a necessidade de cuidados de longa duração, a atenção primária, esse novo ambiente que a gente precisa criar e o envelhecimento saudável, fizemos uma proposta para a saúde suplementar.

Hoje, a gente já começa a falar de envelhecimento no País, mas a gente ainda tem um viés de lidar com o envelhecimento de uma forma estética. A gente ainda tem aquela preocupação de manter a juventude mesmo no envelhecimento, então, quando a gente discute envelhecimento, a gente ainda está discutindo como permanecer jovem, como a genética pode influenciar o nosso envelhecimento. A gente ainda está nesse nível de discussão. Isso é razoável, já que a gente viveu durante muito tempo dizendo que a gente era um país jovem. A gente vai precisar mudar a forma de encarar isso.

Isso daqui é para a gente ver como muda a nossa pirâmide. A gente tinha uma pirâmide com muito jovem e a gente vai achatando essa pirâmide. Até 2020, ela vai ficar totalmente um barrilzinho, esticada lá em cima no número de idosos.

Essa daqui é uma representação que eu acho bacana, que é mais fácil de entender a pirâmide. O que está em verdinho bem clarinho é o número de crianças. O que está em azul são jovens e adultos, de 15 a 64, e o azul forte, lá em cima, é mais de 65 anos. Aqui a gente consegue ver representado o que vai acontecer de 1940 até 2030 com o número de cada faixa etária. É isto que a gente está vivendo na nossa população: a gente está perdendo a quantidade que a gente tinha de jovens, adultos e crianças e aumentando a quantidade de idosos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É uma tendência mundial.

A SRª MARTHA REGINA DE OLIVEIRA – Exatamente, mundial.

E, aí, essa daqui é a tábua de vida. Então, só para a gente ver a nossa expectativa de vida, em 1980, para homens, era de 59 anos e para mulheres de 64, e a gente passa para 69 anos, para homens, e 77 anos para mulheres. Isso é um avanço muito bacana.

Aqui é o que a gente discute de envelhecimento na saúde. A gente tem que pensar em multipatologias, em doenças crônicas, a gente tem que pensar na capacidade funcional para atingir as atividades de vida diárias.

A proposta da OMS é que a gente possa atingir a melhor qualidade de vida por maior tempo possível para o maior número de pessoas, é o que a gente chama de contração de doenças. Então, não é que é a gente vai evitar que as pessoas adoeçam, mas, sim, o que a gente quer? A gente quer que elas fiquem o menor tempo possível doentes e que, mesmo tendo doenças, que elas tenham a maior qualidade de vida possível. E isso é possível. E a gente trabalha isso através do envelhecimento ativo, que é o que vou falar um pouquinho mais para a frente.

E, aí, obviamente, há toda uma discussão de gasto com saúde. Então, o primeiro gráfico é o valor médio da AIH por faixa etária, que é como pago o SUS, as internações do SUS, que são por AIH. Então, a gente vê um grande valor antes do primeiro ano de vida, que são as UTIs neonatais e lá no finalzinho de vida.

Quando a gente coloca – que é o segundo gráfico – essa distribuição por faixa etária, a gente vê obviamente o aumento dos gastos acima de 60 anos. É esse o discurso que a gente quer desmistificar. Significa que

o maior gasto de saúde é com idoso? Não. Significa que aquela população usa mais o sistema de saúde, mas você pode mitigar isso daqui – e muito! – se você tiver ações ao longo de todo o curso da vida, desde um ano até aqui. Então, a gente vai ver isso daqui cair bastante se a gente conseguir fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só incomodo um pouquinho porque, para quem está assistindo, sempre é bom algumas opiniões que vão nessa linha. O importante é a saúde preventiva, não é?

A SRª MARTHA REGINA DE OLIVEIRA – Exatamente. É aonde a gente vai chegar.

Então, o envelhecimento populacional é um fenômeno mundial, como colocou o Senador, é irreversível, graças a Deus, e é a curto e médio prazo. A maior prevalência são de doenças crônico-degenerativas, que ocorrem concomitantemente com a mudança no perfil epidemiológico da população.

Aqui tem um ponto que é superimportante a gente destacar. Como os idosos têm muitas patologias, às vezes várias patologias associadas, hipertensão, diabetes, doença coronariana, enfim, eles frequentam diversos especialistas. E aí a gente hoje vê essa pessoa sem um médico, um profissional de saúde que centralize esse cuidado e que saiba tudo o que aquela pessoa tem, que saiba tudo o que ela está tomando. Então, a forma como a gente dá o cuidado à saúde da população idosa hoje é o que a gente chama de iatrogênico, o que causa malefício à saúde desse idoso. Por quê? Porque ele acaba misturando vários medicamentos e as várias orientações que são dadas para patologias isoladas. Ninguém pensa nele como um todo.

Então, às vezes, um remédio interfere com outro fazendo com que ele se sinta mal, ou que ele se sinta tonto e caia. Enfim, ninguém consegue olhar esse ser com um ser completo que precisa ser orientado, inclusive na maneira de como ele anda dentro de casa, como ele deve prestar atenção à calçada, enfim, olhar muito mais holisticamente para esse ser que é o idoso. Então, isso daqui é uma coisa que nos preocupa muito, e que, além de ser muito cara para o sistema de saúde, é de custo muito elevado para a saúde do idoso.

Os padrões de morbimortalidade diferem dos da população jovem. Então, o nosso sistema de saúde – os hospitais, as clínicas, os laboratórios – se organizou para dar conta de doença infectocontagiosa e de doença aguda. Então, a gente se organizou em torno de pronto atendimento e de emergências. Esse tipo de assistência à saúde nunca vai dar conta da saúde do idoso. A gente não pode conformar um sistema de saúde em torno de emergência, de pronto atendimento para um idoso que tem uma doença crônica. Então, a gente precisa rever como a gente organizou o nosso sistema de saúde.

A capacidade funcional dos idosos independe da presença de doenças crônicas. O que significa isso? Mesmo o idoso que tenha uma ou mais patologias ele consegue viver funcionalmente como um idoso ou um adulto sem patologia. Elas são totalmente controláveis na maioria dos casos, e o que a gente precisa garantir é a capacidade funcional desse idoso. E é para isso que a gente vai batalhar.

Para o idoso, não é preciso só curar, a gente precisa cuidar. Então isso também é forte quando a gente pensa.

Hoje, na saúde suplementar, a gente tem 50 milhões de beneficiários. É muito gente. A gente tem 11% de idosos na saúde suplementar. Na população geral, hoje, a gente tem 10%, quase 11%. Então é muito parecido o perfil da saúde suplementar com o da população geral.

Esses aqui são dados da PNAD, só da população que tem plano de saúde. Então, a gente vê todas as doenças crônicas aqui representadas, sendo que uma proporção grande de hipertensão, de doenças osteoarticulares: coluna, costas, reumatismo etc.

Vamos falar um pouquinho da capacidade funcional, da importância de se manter esse idoso funcionalmente ativo. Isso faz toda a diferença para a saúde do idoso, ou seja, a manutenção da capacidade funcional: ele conseguir andar sozinho, comer sozinho e fazer as atividades dele.

Aqui vem a nossa proposta: como promover a saúde e prevenir a incapacidade, através da integração de ações de promoção da saúde, prevenção dos riscos e atenção à saúde em todos os níveis de complexidade? O que é isso? É a nossa proposta de plano de cuidado.

Então, como você deve cuidar do idoso? O plano de cuidado incorpora a avaliação do beneficiário – é como a gente chama quem tem plano de saúde – desde sua entrada no sistema de saúde. Aí, a gente vai medir qual é a análise de risco daquele paciente, qual o risco que ele tem de desenvolver incapacidade funcional perante outro idoso e do seu estado funcional e a definição do melhor protocolo para aquele idoso seguir. Fazendo isso a gente já muda totalmente o resultado final em termos de saúde do idoso.

Então é possível. Há estudos que mostram que você fazendo isso de maneira correta você mantém dentro da assistência primária, vamos chamar assim, de um baixo risco, daquele paciente que não vai precisar internar, mais de 80% dos idosos. Então, muda totalmente aquele perfil dos idosos que internam mais, gastam mais, se a gente mudar só a entrada e a análise de como a gente faz esse cuidado em saúde do idoso.

É fácil? Não. Gente, parece que é fácil, mas é bem difícil. E por que é difícil? Porque a gente organizou todo o nosso sistema de saúde pensando em jovens e em doença aguda. Então, para que a gente consiga fazer isso, a gente tem que reorganizar toda a forma de como a gente presta atenção à saúde no Brasil. E aí não é só no plano de saúde; é mais grave no plano de saúde, mas isso é no Brasil como um todo.

Então, o que faz parte disso? A gente fazer a avaliação funcional desse idoso – isso é mais técnico, vou passar um pouco mais rápido – e fazer a articulação de tudo o que está dentro desse cuidado, de todos os tipos de hospital, clínica, ambulatório, do médico ou algum profissional da saúde – não necessariamente precisa ser médico, há modelos que mostram que o enfermeiro, às vezes, é muito melhor para isso – que centralize e organize o cuidado desse idoso, saiba tudo que ele toma, aonde ele vai, qual o segundo passo a fazer, o que falta ele fazer nesse caso, se ele precisa ou não de um olhar diferenciado dentro de casa. Aí, vem essa lei do cuidador, que é superimportante.

Temos também estudado modelos de cuidadores em outros países. A Alemanha, por exemplo, tem uma proposta de cuidador muito bacana. Então, temos que aprender também com os países que envelheceram um pouquinho antes da gente.

Aqui vem o Plano de Cuidado. Nós avaliamos o idoso, nós o classificamos como idoso independente de 60 a 80 anos, que é aquele que consegue fazer tudo o que ele poderia fazer, que mantém a capacidade funcional; em idoso dependente de 60 a 80 anos; e idoso maior de 80 anos. Esses três tipos de idosos são muito diferentes entre si e precisam ser cuidados diferentemente. Aí, vamos classificando esse idoso, vendo qual o melhor tipo de cuidado para cada um deles e vendo o que cada um tem que fazer: qual o melhor exame, quais os profissionais, como colocá-lo na rede, quais são as melhores avaliações que precisamos fazer dentro daquelas classificações.

Aqui está um pouco da organização da rede de assistência que propomos, que está muito focada na porta de entrada, no acolhimento, no cuidado primário. Depois, vamos subindo a complexidade dessa rede, dependendo da necessidade desse idoso. E a ideia é manter a maior parte dos idosos possível dentro desse nível mais baixo, nível um, dois e três, de cuidado.

Na saúde suplementar, hoje, já temos um embriãozinho disso de que estou falando, que é o programa de promoção e prevenção. Ele não dá conta desse modelo, mas já começa a mexer um pouco com essa proposta. Hoje já temos 801 programas inscritos na agência, e programas exclusivamente para idosos já são 178. Dentro desses programas, já temos mais de um milhão de participantes. Se pensarmos nos 50 milhões, ainda é pouquinho. No entanto, conseguimos fazer isso crescer muito de 2009 para cá.

Já conseguimos observar, para alguns programas – isso não é resultado para o setor inteiro – por exemplo, que 70% de internação hospitalar de alguns idosos estão dentro desses programas, redução de 12% de fraturas em idosos. Então, já está sendo mostrado, mesmo em uma população pequena, um resultado bastante promissor.

Era isso.

Quero falar da importância de estarmos discutindo esse assunto. É muito importante para nós como cidadãos e para o nosso sistema de saúde. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Martha Regina de Oliveira, que ficou nos quase 20 minutos e fez uma bela exposição.

Eu só quero dar uma informação aqui: quando li a abertura, falei que o projeto de cuidadores de idosos já tinha sido sancionado. Ele não foi sancionado. Ele foi aprovado aqui, no Senado, está na Câmara dos Deputados e tem o apoio do Poder Executivo, e, por isso, assim me posicionei. Quando ele passou por aqui, veio o sinal verde do Poder Executivo, mas está em debate para ajuste na Câmara. O que existe hoje é um guia do Ministério da Saúde, o chamado Guia Prático do Cuidador. Isso é o que existe. Fiz confusão entre o Guia Prático do Cuidador, que já existe, e o projeto que está sendo analisado agora na Câmara dos Deputados.

Parabéns mais uma vez, Drª Martha.

No debate, poderão perguntar, questionar todos os nossos convidados.

De imediato, passo a palavra ao Emanuel de Araújo Dantas, Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários do Ministério da Previdência Social.

O SR. EMANUEL DE ARAÚJO DANTAS – Bem, agradeço primeiramente o convite para estar aqui neste importante debate, importante para nós da Previdência.

Um dos nossos principais papéis é exatamente cuidar do cidadão e a preparação da pessoa quando chegar à idade de se aposentar.

Bom dia a todos e a todas!

A Previdência Social tem como principal papel proteger o cidadão e a sua família. Com relação à população idosa, nós temos tido muitos avanços e temos muitos desafios pela frente, principalmente com a população envelhecendo.

Hoje, nós temos na população de 60 anos ou mais uma proteção de 81,2%. É um avanço significativo dos últimos anos. E desprotegidos temos, hoje, apenas 18,1%. Quer dizer, apenas não, mas é ainda um grande desafio para nós.

Como esse dado trata de uma proteção direta, só daqueles que recebem algum benefício ou aqueles que ainda contribuem para a previdência, a gente não conta aqui, por exemplo, com aquela proteção indireta. Existem muitas donas de casa, pessoas que não trabalham, mas que o marido trabalha ou recebe algum benefício. Então, o nosso número aqui não conta essa proteção indireta. Se a gente considerar essa proteção indireta, isso passa dos 90%.

Se a gente observar o quadro por Estado, percebemos que há Estados com proteção direta de quase 90%; a proteção mais baixa está no Estado do Amapá, com 69,7%. Isso é uma evolução desde 1992.

Quero esclarecer que esse dado é da PNAD, a pequisa amostral, e o último dado que temos é de 2012. O dado de 2013 ainda não está disponível.

Então, em 1992, nós tínhamos uma proteção de 74,1% do total. Estamos tendo um avanço ao longo dos anos da proteção da mulher, que hoje está em 78,3%, e a proteção dos homens com 86,6%.

O impacto dessa proteção sobre o nível de pobreza, com todas essas transferências governamentais, hoje, é que retiramos do estado de pobreza 24,7 milhões de pessoas. Se não houvesse essas transferências, teríamos hoje uma quantidade de pessoas pobres em torno de 76,3 milhões.

Esse impacto é mais significativo na população idosa. Se observarmos esse gráfico, vemos que o reflexo é bem mais significativo nas pessoas que passam dos 50 anos. E é bastante expressivo na população acima de 65 anos.

Essa é uma evolução desde 1992, que representa esse percentual de pessoas pobres com as transferências previdenciárias e sem as transferências. Se vê que, ao longo dos anos, temos uma queda significativa.

Como foi dito desde o início pela Drª Martha e pelo Senador Paim, estamos realmente com a população envelhecendo. Esse percentual chega a 33,7%, em 2060. Hoje, em cada 10 pessoas, uma é idosa. Em 2060, esse percentual passa para uma pessoa idosa em cada três pessoas. Isso tem um reflexo significativo nas nossas contas previdenciárias.

Isso já foi falado. É a nossa pirâmide. Temos uma base praticamente de pessoas jovens. Hoje, estamos caminhando para um barril, com uma base de pessoas mais idosas.

Há uma evolução de pessoas desde 2000. Vamos passar, para pessoas de 60 anos ou mais, de 14,24 milhões para 73,55 milhões de pessoas. A participação de pessoas idosas é, atualmente, de cerca de 11% da população de 60 anos ou mais, e vamos chegar a 33,7%, no ano de 2060.

Hoje, o percentual da população ativa, população que a gente pode dizer que está no mercado de trabalho, que é a população entre 15 a 64 anos, em relação à população de 65 anos ou mais, é 9,3%. Nessa participação, nessa relação de dependência de cada pessoa ativa para uma pessoa em idade de 65 anos ou mais, a previsão é que cheguemos, em 2060, a 2,3 por pessoa.

É nesse desafio que temos realmente que pensar em políticas, pensar em como ter uma previdência sustentável com tantas pessoas envelhecendo e menos pessoas trabalhando. Essas mudanças alteram significativamente a nossa pirâmide etária, com estreitamento da base e alargamento do topo, refletindo na estrutura da população mais envelhecida. A esperança de vida, ao nascer, era 80 anos, na década de 40, e será 81,2 anos em 2060. Isso também já foi falado.

Como havia dito, a Previdência tem tido seus avanços, mas temos muitos desafios pela frente. Um dos maiores desafios é exatamente enfrentar o envelhecimento, criar políticas sustentáveis, políticas para o envelhecimento ativo, uma boa qualidade de vida. Para isso, temos que buscar modelos de seguridade social sustentáveis, com políticas de inclusão social, e ampliar cobertura previdenciária, que é também nosso grande desafio. Então, temos que ter ações efetivas para cuidar do envelhecimento ativo, da qualidade de vida da população idosa e temos que ampliar nossa rede de proteção para população idosa.

Hoje, a Previdência tem um diálogo forte com a sociedade civil, um diálogo com os órgãos do Governo. Participamos do Conselho Nacional do Idoso, dialogamos também com a Secretaria de Direitos Humanos, com o Ministério de Desenvolvimento Social. Então, temos uma ação integrada de Governo. Estamos dialogando entre nós e com a sociedade civil, para que realmente cuidemos da população idosa e do envelhecimento ativo.

Hoje, nós temos o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a que tem direito o idoso com 65 anos ou mais de idade e que tenha uma renda per capita familiar inferior a um quarto do salário mínimo. Esse é um benefício administrado pelo INSS, mas a sua política está no Ministério de Desenvolvimento Social.

Pelo último dado que nós temos, de junho de 2014, emitimos mais de 1,8 milhão de benefícios a pessoas idosas, o que deu um valor total de R$1,3 bilhão. Nós emitimos hoje, para pagamentos, mais de 21 milhões de benefícios para pessoas idosas, com 60 anos ou mais. Eu falo de todos os benefícios, tanto os previdenciários como os assistenciais. No caso da mulher, por receber mais benefícios de pensões, hoje nós temos uma quantidade maior de mulheres que recebem benefícios da Previdência Social.

E o nosso compromisso? Nós temos ações no nosso PPA, nós temos ações junto aos órgãos governamentais, junto à sociedade civil – como eu havia falado –, que são ações para fomentar a que se promova o envelhecimento ativo dos aposentados, pensionistas e pessoas idosas. Assim, nós estabelecemos parcerias e ações no nosso PPA; já estamos pensando no processo de elaborar indicadores de condições de vida das pessoas idosas, com foco na Previdência; nós estamos realizando estudos e pesquisas sobre envelhecimento – hoje, temos pessoas que estão com área para cuidar desses estudos.

E é este o nosso maior desafio com a Previdência: cuidar da pessoa idosa, dar condições, dar cidadania a esse cidadão. E com esse nosso...

(Soa a campainha.)

O SR. EMANUEL DE ARAÚJO DANTAS – ... trabalho de cuidar da Previdência, não descuidar da sustentabilidade do sistema, pensando exatamente que hoje nós temos esse desafio com baixas taxas de mortalidade, com esperanças de vida mais longa, menos jovens trabalhando e taxas de natalidade mais baixas, precisamos pensar na sustentabilidade do sistema!

Com isso, hoje a Previdência não se preocupa só com a distribuição de renda e a desigualdade social. Estamos priorizando uma gestão mediante a construção de parceria, articulação, apoio, com todos os setores da sociedade civil e governamentais.

Então, é isso. Agradeço e, havendo qualquer dúvida, estamos aqui para debater.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Emanuel de Araújo Dantas, que falou pelo Ministério da Previdência Social, mostrando o alcance da nossa Previdência e, ao mesmo tempo, apontando novos rumos, novos caminhos. Eu sei que no debate que vai surgir depois virá a questão das políticas de reajuste, de fator, mas tudo faz parte de um tema de que tratamos com muito carinho.

Agora, vamos passar a palavra à Diretora da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS), Srª Cleuza Maria Faustino do Nascimento.

Por favor, Drª Cleuza.

A SRª CLEUZA MARIA FAUSTINO DO NASCIMENTO – Bom dia a todos e todas.

Como os debatedores localizaram muito bem, nosso País vem envelhecendo ao longo dos anos. E não é uma característica só do Brasil; é do mundo.

A gente percebe que as políticas sociais avançaram pouco nesse sentido, mas a gente percebe, também, num outro ângulo, que existem problemas em que a gente vai ter que pensar ao longo do tempo. A gente verifica isso tanto no setor público quanto no setor privado.

Em que pese toda a nossa preocupação em debater o tema, a gente precisa, também, achar soluções de uma forma rápida, porque para os idosos, com essa dificuldade de acesso à saúde, com essa dificuldade, talvez, de uma educação mais voltada à prevenção, como bem foi colocado pela expositora da ANS – que eu acho que tem dados concretos para poder pautar e colocar os problemas –, nós temos que encontrar caminhos que conscientizem a população.

Existe um grau de discriminação muito grande no conflito de gerações, tanto no trabalho quanto na vida social do trabalhador aposentado, caminhando, aí, para a vida que eu chamo de uma vida melhor, de uma idade melhor.

Em que pese a Previdência Social fazer uma distribuição de renda – talvez a maior da América Latina –, os valores hoje percebidos pelos trabalhadores aposentados e idosos não cobrem as necessidades diárias desse setor. É um setor que necessita de cuidados, que necessita de atenção, que necessita de carinho e que necessita de inserção social.

A gente leu muito no último período que, quando a pessoa se aposenta – e talvez aí tenha que ser o início do cuidado preventivo para se chegar a essa idade melhor, que eu chamo de idade melhor – ela já se sente discriminada, ela já se sente isolada do seu meio, do seu habitat. Aí, chega ao seu ambiente familiar e, às vezes, ela não tem aquele amparo social e familiar que necessitava ter. Aí, ela começa a ter uma política de isolamento, uma política de baixa estima. A própria aposentadoria, quando reduz os salários dessa pessoa que vai enfrentar uma nova realidade, já é uma política que diminui a estima, porque ela está saindo de uma vida ativa para uma vida que, na concepção dela, é uma vida totalmente inativa.

Hoje, os tribunais chamam os aposentados de inativos, pessoas com mais de 60 anos inativas. Talvez essa forma de tratamento tenha que ser mudada. Talvez a forma de tratamento da geração mais nova tenha que compreender que essas pessoas deixaram e deixam um legado importante para a construção do nosso País.

Uma outra situação que a gente percebe é a falta de geriatras no País. Não existem geriatras para, preventivamente, atender essas pessoas. Não existe um centro de geriatria, que teria que ser descentralizado, teria que ser uma política do Município, do Estado e em nível federal, porque a relação nossa também é igual. Nós temos mais trabalhadores aposentados idosos do que trabalhadores jovens no serviço público estadual, municipal e federal, e essa política também tem que ser uma preocupação dos gestores, seja em qualquer esfera de governo.

A gente percebe que há o passe livre, que há os centros que atendem os idosos, mas, talvez, a política direcionada a esse setor talvez esteja só tentando resolver os conflitos e não prevenir os conflitos que estão postos e que, com certeza, vão aumentar.

Outra situação que percebemos é o grau de envolvimento que esse setor tem de exploração seja no centro familiar, com filhos e netos, porque, como tem renda fixa, é o setor mais explorado; seja do mercado financeiro, porque a maioria dos idosos e aposentados está presa a empréstimos, por conta da facilidade. Também são explorados pelos filhos e pelos netos, porque têm uma renda fixa e são, na maioria das vezes, arrimos de família, como a gente sempre coloca.

Outra situação que pensamos é que o Estatuto do Idoso, em que pese o avanço de haver um estatuto que garante os direitos dos idosos, na essência, não é cumprido. Ele existe, mas não é cumprido. Acho que se tem publicizar mais os direitos dos trabalhadores aposentados e idosos, tem-se que publicizar mais as nossas preocupações com esse setor. Acho que tem de haver uma ampla campanha nacional de conscientização do povo brasileiro, de valorização desse setor que é muito importante para nós.

Além disso, acho que se tem de pensar um pouco na política de remuneração desses trabalhadores no sentido de dar-lhes uma vida mais digna. Acho que estão corretas as propostas da ANS de ter uma política mais voltada à prevenção, mas é necessário que se veja em que período vem essa prevenção. Talvez prevenção para uma pessoa que está num grau maior de necessidade e de cuidados não terá muitos resultados, mas, se criarmos uma prevenção que venha lá do período da aposentadoria até o período em que as pessoas chegam a ter dificuldade de deambulação, na dificuldade de exercer as suas próprias atividades, talvez consigamos resultados melhores e também uma valorização melhor para esse setor.

As casas de repouso ainda existem em número pequeno para atender. Mas deve ser um atendimento humanizado. Acho que se deve profissionalizar as pessoas que vão atender, porque, quando as pessoas chegam a uma idade em que a capacidade mental não favorece mais o raciocínio, não há profissionais preparados para atender esse grupo de pessoas, porque, às vezes, não se entendem as alterações psíquicas que a vida traz para essas pessoas. Existem os asilos, os hotéis, os cuidados da residência. Acho que tem de haver uma campanha para os familiares acolherem melhor essas pessoas. Se eu cheguei aos 58 anos, é porque tive alguém lá atrás que de mim cuidou. Então, se alguém cuidou de mim, eu tenho que cuidar de alguém, para trazer um grau de retorno para essas pessoas.

(Soa a campainha.)

A SRª CLEUZA MARIA FAUSTINO DO NASCIMENTO – Acho que os Governos e as empresas privadas também tem papel.

Sobre a saúde suplementar, falo mais do meu lado, que é a Geap. Nos últimos anos sacrificaram um setor importante do serviço público federal. Se a Geap existe hoje é porque alguém lá atrás contribui com ela. E hoje ela também deixa a desejar na assistência à saúde dos trabalhadores aposentados e idosos do serviço público federal, porque está aumentando sobremaneira, e não se consegue pagar.

Essa realidade não é só com a Geap, mas com todos os planos de saúde. Quem sair da Geap e cair no mercado privado não sobrevive. O Sistema Único de Saúde, por mais boa vontade que tenha a gestão pública, seja ela estadual, municipal ou federal, não consegue abarcar toda a problemática pela qual a nossa população passa hoje, principalmente uma população que vem envelhecendo.

Como foi dito pela ANS, a medicina e o sistema público trabalharam para uma saúde curativa, não trabalharam para uma saúde preventiva. E, para fazermos esse retorno, temos que mudar também a consciência dos profissionais que estão no sistema público hoje.

Então, era mais ou menos isso que eu queria colocar. Estou aqui aberta para as perguntas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Cleuza Maria Faustino do Nascimento, que falou pela Fenasps, com muita propriedade do tema também.

Agora, quero registrar a presença, no plenário, da Assessoria da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal, representada pela Drª Lisiane Thurler Portella, que está aqui. Seja bem-vinda. É uma alegria ter a senhora aqui. (*Palmas.*)

Vocês devem ter recebido esse *folder* aqui. Espero que alguns tenham recebido. Todos receberam? É sobre a chamada PEC dos idosos. Na verdade, o projeto é do Vereador, que me deu a honra e me entregou o projeto para que eu o apresentasse aqui na Casa. Já tínhamos coletado inúmeras assinaturas. Já está um bom debate. E agora nós a encaminhamos também para a Confederação Nacional dos Municípios, que queria olhar, ver, dar opinião. Mas está caminhando bem a sua proposta. Claro que depende dos poderes constituídos, porque alguém paga a conta, como me disseram. Mas a ideia é muito boa, e por isso eu me propus a apresentá-la. Tenho certeza de que, dentro de um debate aqui ou levando em consideração a União, os Estados e os Municípios, ela pode avançar.

O objetivo é muito bom. Quando vocês me procuraram, liderados por você, naturalmente... Por isso fiz questão de convidá-lo, e você, de pronto, aceitou o convite e está aqui para falar um pouco dessa PEC dos idosos, nome você que deu, mas estou aqui reafirmando, avalizando embaixo. Que se faça um bom debate para que haja, a partir daqui, mais investimento nos idosos.

Está com a palavra o nosso Vereador Salvador Soares, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara Municipal de Taubaté, São Paulo.

O SR. SALVADOR SOARES – Obrigado, Exmº Sr. Senador Paulo Paim.

Sr. Emanuel, Srª Martha, Srª Cleuza, bom dia a todos e a todas. Saúdo também a quem nos assiste pela TV Senado.

Primeiramente, registro que é um prazer e uma honra estarmos aqui hoje, Senador, porque, na verdade, estamos propondo não discutir a questão dos idosos, mas discutir, sim, a vida do cidadão. Nós nascemos, crescemos e envelhecemos, e não é justo o fato de que quem construiu toda a riqueza de um país, ao final da sua vida não é acolhido pelo Estado, pelo Município, pela União. Toda aquela riqueza que ele construiu fica para os seus entes, porém, na verdade ele usufrui muito pouco. E, normalmente, percebemos que, quando se trata do idoso, remete-se a um problema de saúde, problema de mobilidade, problema de falta de acolhida. Entendemos que não é justo que, você, que construiu toda a riqueza de um país, ao final da sua vida, ser jogado num asilo e sem acessibilidade. E você vê toda a riqueza sendo usufruída pelos seus filhos, pelos seus netos, mas você, que a construiu, não pode dela usufruir.

Pensando assim, discutimos com a nossa assessoria, com os nossos colaboradores, e pensamos em uma alternativa, uma solução. Nós entendemos que há, então, as três fases: nascer, crescer e envelhecer. E hoje o que se discute é que você não envelhece, você adoece e morre! Nós não podemos permitir mais isso. Houve uma falha quando elaboramos o nosso sistema de distribuição da riqueza. Você tem verba carimbada para a educação, verba carimbada para a saúde; porém, nos esquecemos de quem construiu toda essa riqueza, e isso não é justo.

Sendo assim, procuramos primeiramente o atual Ministro Ricardo Berzoini, conversamos com ele, que falou: "Olha, Salvador, apresente essa proposta na Câmara Municipal, discuta lá e a traga para cá, para a debatermos.

Autor e pai do Estatuto do Idoso, não poderíamos deixar de consultá-lo também. Fomos consultar o Senador Paulo Paim. Ele adorou a ideia e falou: "Salvador, é isso mesmo, elabore a proposta, traga para cá, que nós vamos fazer." E aí, para nossa surpresa, Senador, fico honrado até, pois quando o senhor estava lendo a proposta que elaborou, o senhor até já define o percentual, quanto pode ser, da onde pode se começar a construir. E aí, nós preparamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Por uma questão de justiça, foi a Consultoria do Senado, a parte técnica, que fez a elaboração. São consultores de alto nível, e quero, inclusive, com o teu registro, cumprimentá-los, eles que elaboraram toda a parte técnica. (*Palmas.*)

O SR. SALVADOR SOARES – Bacana! Parabéns a todos.

Isso também se estende à minha assessoria, porque, na verdade, não é, Senador, apenas damos a ideia e a assessoria produz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso. Somos ferramenta do processo.

O SR. SALVADOR SOARES – Isso, é verdade.

Trouxemos aqui uma apresentação para que façamos uma reflexão, uma reflexão acerca da sociedade que queremos para o futuro próximo. E não é porque sou idoso hoje que tenho que discutir a questão do idoso. É porque sou um ser humano. E o ser humano tem fases da vida. Então, por que estamos aqui hoje? Para provocar a discussão sobre o futuro dos idosos; detalhar a proposta que enviamos ao Senado.

Já foi explicado pelo Dr. Emanuel, pela Drª Martha, pela Srª Cleuza e pelo próprio Senador a questão da taxa de fertilidade e taxa de mortalidade. Antes, havia um grande número de fertilidade e alta taxa de morta-

lidade. Em 1980, manteve-se a alta taxa de fertilidade e começou a redução da mortalidade. A ciência, a medicina avançou e, aí, buscou-se melhora na qualidade de vida. A partir de 2000, já começou a se equiparar redução de fertilidade e também da mortalidade; ela continua caindo. Em 2020, a fertilidade continuará caindo e a taxa de mortalidade também estará caindo. Então, você começa a viver mais, a medicina continua avançando, buscando a melhora na qualidade de vida para a pessoa idosa.

Aqui temos o material que os senhores também devem ter recebido. Esse *folder* tem uma explicação bem simples e didática. Ele mostra a questão da taxa de natalidade, da taxa de mortalidade, a taxa da redução da população jovem e adolescente e o aumento da população idosa. Aquela faixa amarela, percebe-se, ultrapassa, então, a idade de 0 a 14 e também de 15 a 19 anos.

Este gráfico também é bastante interessante, porque ele nos coloca uma situação muito clara. Em 2013, 56% da população têm entre 20 e 59 anos. A população idosa acima de 60 anos... Cabe lembrar aqui que hoje está se falando na quarta idade, não só mais na terceira idade, mas na quarta, que é a partir dos 80 anos. Então, nós temos, acima dos 60 anos, 11% da população. População de 15 a 19 anos, 9% e de 0 a 14 anos, 24%.

Em 2060, já estamos falando em décadas. Ao debater, Senador, este tema na Câmara Municipal, os vereadores falaram: "Olha, mas isso vai demorar anos." Eu falei: mas são anos que queremos discutir, porque sobre sociedade não se discute somente o presente. Nós temos que prever, então, o futuro. Em 2060, esta será a nossa situação: a população de 0 a 14 anos será de 13%; de 15 a 19 anos, 5%; de 20 a 59, 48%; e, veja bem, acima de 60 teremos 34%.

Eu tenho tido muito cuidado, Senador, em discutir a questão da educação, porque quando você fala que 25% vão para a educação, mexer em qualquer centavo na educação é complicado. Mas o Senador deu, aqui na proposta, algumas alternativas, de forma que não precisamos mexer na educação e podemos tirar de outras pastas o recurso para a Política Nacional do Idoso.

Nós teremos, então, em breve, infelizmente a Alemanha venceu o Brasil, mas está lá, em breve nós teremos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não dá para apagar ali a Alemanha? (*Risos.*)

O SR. SALVADOR SOARES – Pelo menos nesse aspecto, Senador, nesse aspecto vai ser positivo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É brincadeira. Nós temos é que mostrar mesmo. É só brincadeira, porque ganha...

O SR. SALVADOR SOARES – É. Nesse aspecto, vai ser positivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Que ganhe sempre o melhor, e que os melhores projetos sejam exemplos para outros países.

O SR. SALVADOR SOARES – Verdade. Nesse aspecto, é positivo porque, na verdade, vamos ganhar padrão de vida, expectativa de vida com a Alemanha, principalmente a nossa Região Sudeste. Sul e Sudeste têm avançado muito nesse sentido.

Então, preocupada com essa falta de investimentos em políticas públicas voltada para a população idosa, a nossa equipe se reuniu para elaborar essa proposta. O documento foi elaborado e formatado pelo Congresso Nacional, com a assessoria e todo o empenho do Senador Paulo Paim, que absorveu a proposta para que pudéssemos avançar nesse debate.

Qual é o objetivo principal da proposta? Ela fixa um percentual da verba orçamentária dos Governos Federal, estadual e municipal. O objetivo é garantir investimentos em ações que melhorem a qualidade de vida dos idosos e provocar a sociedade para esse debate.

Onde queremos chegar com essa proposta?

– Ter a proposta aprimorada, discutida em audiência e aprovada pelo Congresso.

– Conquistar verba orçamentária – essa é a grande sacada do projeto – carimbada na União, no Estado e no Município. Tudo o que temos hoje são programas assistenciais. São voluntários, não são obrigatórios. Quando é voluntário, sabemos que se torna um pouco mais difícil. E aí entendemos que tem que haver a obrigatoriedade. Assim como temos a previsão orçamentária para saúde e educação, para a terceira fase da vida, precisamos ter verba carimbada, para a garantia de qualidade de vida dessas pessoas, desse ser humano, e não do idoso.

– Garantir verba específica para investir na melhoria de vida dos idosos.

– Futuramente, criar as figuras de Ministro, Secretários e Diretores para gerir a Pasta dos idosos.

A apresentação da nossa proposta à Câmara dos Deputados foi pelo Deputado Ricardo Berzoini, que nos aconselhou. Procuramos o Senador Paulo Paim. E já começamos uma empreitada na nossa região em São Paulo. Visitamos toda a região do Vale do Paraíba, as Câmaras Municipais, Senador. Estamos visitando cada Câmara Municipal, levando o anteprojeto, mostrando para eles. Por quê?

Tenho defendido, na Câmara Municipal de Taubaté, a importância do vereador. O vereador é o político mais próximo da população. Digo para a população o seguinte: normalmente, aqui conhecemos um vereador ou moramos próximos a um vereador. Um deputado estadual já está mais distante, um deputado federal está

mais distante, um Senador também está mais distante, em função até mesmo de suas representações. Por isso, estamos procurando as Câmaras Municipais e fazendo com que cada Câmara faça e propicie esse debate dentro da sua cidade, dentro do seu Município, com as demandas existentes: sindicatos, associações de aposentados, para que possamos aprimorar o debate.

Onde queremos investir esse dinheiro?

Temos que ter bem claro para aonde vai esse dinheiro. Como eu disse anteriormente, não é justo você, que construiu toda a riqueza, nós, que estamos construindo toda a riqueza de um país chegar na nossa terceira ou quarta idade – espero que consigamos chegar na nossa quarta idade, a partir de 80 anos – não tenhamos aquilo de que precisamos. Precisamos, então, de ter mobilidade, calçadas, sinalização. Essa é a grande dificuldade hoje da população idosa.

Onde mais podemos investir? Podemos investir também em centros de convivência para a terceira idade, porque, vejam bem, se você consegue envelhecer com qualidade de vida, você terá menos problemas de saúde. Isso não sou eu que estou falando, não. Há indicadores que já mostram isso.

Temos aqui uma imagem de Chapecó, em Santa Catarina, que não tive ainda oportunidade de visitar, mas que irei com certeza. Percorri o Estado e o Brasil todo para buscar exemplos que sejam positivos e que possam referendar essa proposta.Queremos investir, então, em saúde preventiva.

Onde mais podemos investir? Podemos investir também em áreas de lazer, atividades físicas. Uma pessoa que envelhece praticando atividade física envelhece com mais qualidade de vida, e isso vai custar menos para a saúde pública do País.

Podemos investir em centros de lazer, com atividades recreativas, em que a pessoa tenha prazer de ir. Hoje, percebo que no Estado, no Município, você tem vários prédios públicos, principalmente escolas, que acabam sendo mal utilizadas ou subutilizados. E aí, podemos transformar esses espaços em áreas de lazer, em que o Estado, a União banque essas atividades.

Onde mais podemos investir? Centros de convivência sociais para que as pessoas possam ter ali áreas de lazer e áreas de atividades culturais, recreativas para que elas possam, então, ter mais qualidade de vida.

Não importa a idade que temos, sempre temos que chamar um adulto. E aí uma reflexão de Martha Medeiros, que fala sobre a questão do envelhecimento.

Aqui, senhores, trouxemos uma colaboração, que quero discorrer rapidamente, Senador, mais precisamente sobre a PEC. Acho que o senhor é a melhor pessoa para falar sobre a PEC, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O senhor tem cinco minutos para falar sobre a PEC. O senhor é que é o painelista aqui.

O SR. SALVADOR SOARES – O senhor me permita falar sobre a PEC. Na verdade, o que nós estamos falando aqui, senhores: pelo estudo do Senador Paulo Paim fez, ele chegou a um número de 2,71%. Esse seria o percentual inicial para que nós pudéssemos começar a construir já um valor orçamentário previsível no orçamento da União, do Estado e do Município, em que se vai destinar 2,71%. Inicia-se com 2,71% do orçamento e esse orçamento, obrigatoriamente, vai ser utilizado em políticas definidas por esses fóruns – viu, Senador –, por essas audiências públicas. Quais serão as prioridades que serão atendidas com esse recurso destinado pela União?

E aí vale também para o Estado e vale também para o Município.

Nós queremos alterar o art. 230. Veja bem, se os senhores pegarem o art. 230 da Constituição Federal, ele fala que o idoso tem apenas dois direitos. Acho que não é justo isso. Quem construiu toda a riqueza do País e chegar ao final da sua vida e ter dois direitos! Sabe quais são? O direito ao transporte gratuito. Vou ler para os senhores:

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º. Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º. Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

São esses os direitos que nós temos ao construirmos toda a riqueza de uma nação, de um país.

Então, é fazendo justiça a quem construiu a riqueza do país que estamos propondo essa PEC, através do Senador Paulo Paim, e vamos percorrer este Brasil de canto a canto levando essa proposta, para que possamos vê-la aprovada, porque entendemos que isso é fazer justiça para quem de fato construiu a riqueza deste País.

Senador Paulo Paim, eu agradeço o convite. Meu muito obrigado. Estou à disposição. No *folder* tem o nosso contato e estamos à disposição para fazer o debate e levar essa proposta aonde os senhores queiram.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Vereador Salvador Soares, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara Municipal de Taubaté.

Quero dizer, Vereador, que a proposta... Eu fui o instrumento que apresentou a PEC. É de sua autoria, eu diria, esta PEC. Pode dizer, por onde passar, que a PEC é de sua autoria e da sua equipe, naturalmente, todas aquelas pessoas que ajudaram na elaboração. Eu a recebi. E você agora uma exposição, no meu entendimento, brilhante. Vamos ouvir os debates aqui e, no final, a gente vai fazer um gesto aqui... Pelas palmas já vi que o plenário é simpático à ideia. E claro que nas audiências públicas você vai ser chamado, nós vamos debater com a União, com os Estados e com os Municípios e vamos, depois, para a redação final com algumas alterações que sempre acontecem.

Mas, de pronto, eu quero cumprimentá-lo pela iniciativa. É bom ver um jovem político, vereador, com esse olhar de fazer política para os idosos. Alguns dizem que políticas para idoso talvez... Eu trabalho muito com idosos, por isso tenho a liberdade de dizer a frase...Talvez esteja pensando no voto. Eu diria o seguinte: tomara que todos os políticos que pensem no voto façam política para os idosos. Porque se fizerem política para os idosos, eles receberão um voto justo. Pior são aqueles que só falam, não fazem nada, prometem e as coisas não acontecem.

Por isso, eu sonho muito que um dia, neste País, como nos países mais avançados, que alguém para fazer política vai ter que pedir passagem para os idosos.

Vivam os idosos do nosso País. (*Palmas.*)

O SR. SALVADOR SOARES – Senador, o senhor me permite? Recentemente, nós estávamos fazendo uma reflexão que fica aí para que possamos fazer uma pesquisa: o enigma da esfinge. Mitologia grega é muito interessante. Será bacana se pudermos fazer esta pesquisa, o enigma da esfinge. Vamos verificar quem somos nós.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Agora, vou solicitar aos meus convidados que aqui estão que retornem para a primeira fila, já convidando a segunda Mesa.

Começamos por Luís Carlos Saraiva Neves, Diretor Executivo da Geap – Fundação de Seguridade Social. (*Palmas.*)

Diego Monteiro Cherulli, advogado representante da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Brasília, que representa aqui o Presidente Pimenta, que tem um belo trabalho nessa área. (*Palmas.*)

E a minha amiga, Coordenadora-Geral dos Direitos do Idoso da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Neusa Pivatto Müller. (*Palmas.*)

Permitam-me dizer que a Neusa é minha amiga de longo tempo. Lembro-me do Müller. Posso contar?

A SRª NEUSA PIVATTO MÜLLER (*Fora do microfone*.) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É que o ex-esposo dela, Müller, fez parte do meu gabinete, foi funcionário do meu gabinete, e tínhamos um belo trabalho. Ela ajudou muito lá, em todo aquele período em que começamos. Então, lembro aqui você e Müller, que hoje é assessor do Ministério do...

A SRª NEUSA PIVATTO MÜLLER (*Fora do microfone*.) – Diretor do MDS, Pronatec.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Diretor do MDS, Pronatec. Muito bem! Lembrei de você, Müller, não só dela. Eu era amigo do casal. Era não, sou amigo.

Agora convidamos Gilson da Costa Matos, Diretor de Seguridade Social da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap). Se o Gilson não tiver chegado, vou pedir ao Diego que represente a Cobap também. Você falaria pela Cobap e pela federação de Brasília, já que você assessora a Federação dos Aposentados.

Essa é a segunda Mesa. Terminando, vamos para os debates. Já mandei passar uma lista para ver quem, do plenário, quer fazer algum questionamento ou mesmo, no prazo de cinco minutos, dar sua opinião sobre o tema. Haverá essa oportunidade.

Vamos, de imediato, seguir a ordem aqui, a não ser que alguém tenha preferência. Se não, vamos para o Dr. Luís Carlos Saraiva Neves, Diretor Executivo da Geap.

O SR. LUÍS CARLOS SARAIVA NEVES – Bom dia a todos e todas!

Quero agradecer o convite que foi feito à Geap para participar desta audiência pública, em especial ao Senador Paulo Paim.

Nossa apresentação vai traduzir aquilo que estamos pensando e executando em termos das nossas experiências junto à assistência à saúde, não só de todos os nossos beneficiários, mas, em especial, nossos beneficiários idosos.

A Geap, recentemente, passou por mudanças no aspecto administrativo e de governança. Nós assumimos a Direção Executiva, assim como todo o restante da Diretoria, no dia 18 de outubro de 2013 e, a partir da nossa posse, estamos trabalhando com toda uma remodelagem no processo de governança da instituição e, evidentemente, das ações que estamos já implementando, remodelando aquelas que já estavam em andamento.

A Geap, como a maioria aqui deve ter conhecimento, antes era uma fundação de seguridade social e, a partir do ano passado, tivemos a cisão dos negócios, com a criação da Geap – Previdência e a GeapSaúde – Autogestão em Saúde. Então, hoje, todos os processos, na área da assistência à saúde, estão sob a administração da Geap – Autogestão em Saúde, e passamos a ser regulamentados apenas pela Agência Nacional de Saúde (ANS), com quem temos contato constante, quase que diário, para que, por meio de ações, atendamos a tudo o que está regulamentado pela Agência Nacional de Saúde.

Estou esperando abrir ali.

Nesse processo novo de gestão, já temos um conselho de administração e um conselho fiscal eleitos. Enfim, conseguimos, a partir de dezembro, construir o nosso planejamento estratégico e, dentro desse planejamento estratégico, todas as ações têm foco prioritário na questão do beneficiário idoso. Por quê? Porque temos uma população de beneficiários idosos muito grande e, evidentemente, temos que focar de forma prioritária essa questão.

Enquanto não abre, eu vou adiantando as falas e atualizando como estamos em termos de governança na casa.

O nosso planejamento estratégico já foi validado pelo conselho de administração. Ele está assentado em quatro eixos fundamentais, que, evidentemente, vão abrir a ampliação da nossa população beneficiária.

A Geap, hoje, está trabalhando dentro do foco do convênio único, que foi um decreto da nossa Presidenta Dilma Rousseff, em que toda a União, representada pelo Ministério do Planejamento, faz o convênio com a Geap. Esse processo andou bem até final de fevereiro, quando a OAB entrou com uma ADI, no Supremo Tribunal Federal, e, com isso, houve uma liminar. Assim, infelizmente, suspendeu-se o processo de novas adesões de órgãos públicos da União da Administração Direta, Indireta, Autarquias e Fundações.

Esses são os grandes números da Geap. Para vocês terem ideia da importância da instituição, principalmente da sua responsabilidade social, temos hoje cerca de 600 mil beneficiários, e o importante aqui é mostrar o quantitativo de procedimentos e atendimentos que são feitos pela nossa autogestão em saúde, que é a Geap. Lembro aqui principalmente a questão da quimioterapia, dos exames, a UTI móvel, que tem uma ação importante na assistência.

Como falei do convênio único, ele foi importantíssimo para nós porque abriu a porta da Geap para receber milhares de servidores públicos e os seus dependentes. Um exemplo clássico disso, um exemplo importante foi a vinda dos servidores do Incra para a Geap por conta da situação que ficou bem emblemática da operadora que cuidava da assistência dos servidores do Incra.

O importante dessa informação, Senador, é que grande parte, a maioria desses assistidos do Fassincra que vieram para a GEAP eram assistidos idosos. E uma coisa que colocamos com muito orgulho, com muita satisfação é essa missão da Geap de acolher e cuidar dos idosos no conjunto da população de servidores e dependentes desses servidores quando vêm para a Geap.

Aqui é só um diagrama daquilo que falei da cisão. A Geap, hoje, é uma autogestão em saúde e está regulada pela ANS.

Esse gráfico mostra a importância do convênio único. Vejam o volume de servidores e dependentes que vieram para a Geap após a publicação do convênio único. Infelizmente, a partir de fevereiro, com essa ADI, promovida pela OAB, consequentemente, deve ter operadoras lucrativas.

Por trás dessa ação não continuamos com essa curva tão ascendente, mas continuamos a crescer.

Essa é a nossa pirâmide, totalmente diferente das demais pirâmides que foram mostradas aqui. Este é o grande desafio da nossa gestão, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal: garantir assistência para os servidores e seus dependentes que estão no conjunto da população da Geap. Vejam que é uma pirâmide totalmente inversa. Costumo dizer, Senador, que parece uma araucária. É um tronco com uma copa em cima. Esse desafio para nós é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ela dá pinhão. Sou apaixonado por pinhão.

O SR. LUIS CARLOS SARAIVA NEVES – Esse é nosso grande desafio.

Observem o percentual de beneficiários de 59 ou mais e também o quantitativo de beneficiários de 54 a 58. Somando isso, vamos ter quase 70% da população de beneficiários da Geap com 49 anos ou mais. Isso para nós é um desafio importante. Essa é nossa missão. Entendemos que temos que fazer uma gestão voltada para os idosos principalmente.

Esse é o planejamento estratégico de que falei, com os quatro principais eixos, chamando a atenção para o quarto eixo, que é o grande avanço nosso e que pretendemos implementar a partir do segundo semestre, com três pilotos, e em 2015. É a inversão da porta de entrada e a prioridade da atenção à saúde dos nossos beneficiários. Vamos instituir o programa Mais Saúde Geap, em que vamos para dentro da casa dos nossos be-

neficiários buscar, acompanhar, cuidar dos nossos idosos, e também fazer toda a ação dentro dos órgãos com os nossos programas de atenção e promoção da saúde.

Esses são os nossos beneficiários com mais de 60 anos distribuídos por região. Vejam que, só no Sudeste, já é uma grande operadora com esses números. Essa é a distribuição dos nossos idosos nas regiões brasileiras.

Aqui, por Estado. São nossos beneficiários por Estado, mas com um detalhe: com cem ou mais anos.

Os programas em que já estamos atuando, e aperfeiçoando, são esses.

A nossa política mais voltada para o idoso é a Política da Maturidade Saudável, em que contemplamos os beneficiários com 59 anos ou mais, proporcionando assistência à saúde e qualidade de vida. Estamos ampliando e vamos, com certeza, dar um passo grande na qualidade de vida dos nossos beneficiários idosos.

Esse é o fluxo do acompanhamento. Há acompanhamento médico, com enfermeira, nutricional e psicológico, e de outras especialidades, caso seja necessário.

Os eixos principais são: caminhadas, ginástica, saúde mental, sociosanitário, com visitas a museus, a exposição, inclusive para fazer um trabalho da saúde mental do idoso. Evidentemente, pretendemos ampliar – quero depois fazer o contato com o Vereador – o nosso contato com as Prefeituras para conseguirmos fazer um trabalho conjunto de responsabilidade social, com a participação da Geap e das prefeituras, consequentemente trazendo os nossos beneficiários idosos para essas atividades desenvolvidas pelas prefeituras. Já tivemos uma experiência com a Prefeitura do Recife, com outras prefeituras e com universidades onde instalamos academias na cidade.

Política do Hiperdia.

A questão da diabetes.

A Política da Saúde da Mulher, também muito importante.

Saúde do Homem.

A Política Expande é uma das prioridades nossa. Vamos levar a atenção básica, a promoção da saúde e a assistência para as regiões onde temos dificuldade de equipamentos de saúde, principalmente Amazônia e sertões brasileiros, e nós já estamos desenvolvendo e ampliando essas atividades.

As campanhas de saúde fazemos em conjunto com o Ministério da Saúde, acompanhamos o calendário do Ministério da Saúde. Os auxílios financeiros são para a aquisição de medicamentos especiais, órteses e próteses não cirúrgicas, e também há um abatimento de 50% do valor desses materiais e medicamentos. E, quanto aos exames ocupacionais, agora com a medida provisória do Governo Federal, estamos fazendo convênios com os órgãos para acompanhar e realizar os exames de saúde ocupacional dos servidores. E o mais importante é que todo recurso que vier, Senador, desses convênios que os órgãos vão repassar para a Geap, os valores serão retribuídos...

(Soa a campainha.)

O SR. LUÍS CARLOS SARAIVA NEVES – ...devolvidos para os órgãos em forma de atenção e promoção da saúde. Então, é um recurso que vem do órgão federal, do Governo Federal, vem para a Geap e é devolvido em forma de atenção e promoção da saúde. E estamos já terminando o projeto.

Eu gostaria de agradecer mais uma vez a participação nesta audiência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Parabéns ao Dr. Luís Carlos Saraiva Neves, Diretor Executivo da Geap, que dá outra visão da Geap. Até um tempo atrás, eu ouvia falar de forma muito complicada da Geap. É bom ver que está tendo toda uma mudança, está alavancando; e quem ganha com isso é a nossa gente. E como você disse muito bem, principalmente os idosos. Então, meus cumprimentos ao Dr. Luís Carlos Saraiva.

Agora, representando a Federação dos Aposentados de Brasília e a Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e idosos, o Dr. Diego Monteiro Cherulli, que também tem trabalho nessa área e por isso foi convidado representando a Cobap.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Bom dia a todos. Primeiramente, queria agradecer o convite do Senador Paim por me dar oportunidade de ouvir os aposentados, os pensionistas, os idosos e também os deficientes aqui do Distrito Federal e do Brasil.

Queria agradecer também a presença dos idosos, dos cabeças brancas, que representam aqui hoje... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Muito bem. Estão ali no fundo!

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – ...representam bem a sua classe. E não há como se falar em debate sem a presença deles e sem a opinião deles também. E vou tentar trazer aqui para vocês um pouco dessas opiniões.

Ao se falar em direito do idoso, em direito de pessoas com deficiência, a Federação dos Aposentados de Brasília e a Confederação dos Aposentados, em âmbito nacional, buscam defender tais direitos. Infelizmente, hoje – o Senador Paim é um grande defensor dos idosos, dos aposentados –, nós temos algumas dificuldades na promoção de direitos e no conhecimento desses direitos. Muitos dos idosos não sabem os direitos que têm. Como advogado, já atendi milhares de pessoas, sei disso, e as reclamações são diárias e constantes. Direitos que estão positivados estão na lei, mas infelizmente as pessoas não têm conhecimento deles.

A primeira palestrante, Srª Martha Regina, citou uma situação que eu iria falar hoje – e você adiantou –, que é a problemática da reinvenção dos conceitos sobre a pessoa idosa. Hoje, a pessoa idosa é vista, no Brasil – até mesmo pode ser por algum político do passado que disse algumas asneiras –, como um entojo, um peso para a sociedade, uma pessoa que não contribui em nada. Isso é uma grande ignorância, porque a pessoa idosa foi quem construiu nosso País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – E lembrando bem o seguinte: a nossa sociedade, o nosso território não veio de um senhor feudal, não veio de uma outra hierarquia ou monarquia. O território é nosso, nós o construímos, e a Constituição nos dá o direito universal e o poder. O poder é do povo, o poder é nosso, o dinheiro é nosso, o governo é nosso. Isso a gente não tem que ficar discutindo, e nem implorando direitos a ninguém. Certo?

Quando se fala em reorganizar e reinventar esses conceitos sobre a idade avançada, a Federação de Brasília tem propostas, inclusive para colocar em debate aqui, para reinventar conceito da pessoa idosa.

Inicialmente, os jovens – falo por mim, que só tenho 26 anos, mas represento uma gama muito mais idosa, que respeito muito –, não têm acesso nem noção da representatividade do idoso na sociedade, do que ele já fez, do que ele vai fazer, da experiência e do que ele tem para nos passar. Infelizmente, não temos isso.

Então, para começar, em qualquer tipo de política ou discussão sobre direitos de idosos, de aposentados, de doentes, de deficientes, temos de conscientizar a sociedade de que ela não é feita de imediatismo, do aqui e agora, do que eu quero viver agora. E, principalmente conscientizar os governos, tanto o presente quanto o futuro, de que políticas imediatistas não funcionam no nosso País. Nós temos de ter prospecção de direitos, prospecção de pensamentos, prospecção de atos. Que os atos que sejam feitos hoje perdurem no tempo e que não sejam imediatistas para falar: "Eu que fiz, eu que deixei de fazer. Agora, no meu governo, eu consegui." Não. Tem que ser para frente, tem que ser para o futuro; os atos têm de continuar.

Falando nisso, não conheço o Vereador Salvador, mas apoio e adorei a proposta feita, inclusive, óbvio, com o Senador Paim, que é um grande defensor e nosso mártir na defesa dos aposentados, pensionistas e idosos. Parabéns pelo projeto! Estamos com vocês na promoção dele.

Quanto à saúde, muito discutida pelo pessoal da Geap e pelo pessoal da ANS, temos algumas coisas a discutir também. Direitos são vários. Como advogado, pesquiso a legislação e vejo diariamente uma gama de direitos: preferências no Estatuto do Idoso, preferência em leis, que geram direitos de preferência em atendimentos de idosos na rede pública de saúde, porém esse atendimento é feito no mutirão geral. Todos sabem disso. Os cabeças brancas estão aqui para comprovar. Ao chegar ao hospital, se é idoso, pode até pegar a senha preferencial, mas o seu atendimento vai ser feito de acordo com o limite de dor, porque é dessa forma hoje que os Conselhos de Medicina regulam o atendimento médico. Ou seja, preferência existe? O direito está sendo cumprido? Não está.

Dessa forma, a federação de Brasília propõe pôr em debate, como forma possível de emenda à PEC proposta pelo Senador Paim e pelo Vereador Salvador, se necessário, a criação de centros de atenção ao idoso. Esses centros, como mostrado em Chapecó e pelas ideias apresentadas pelo Vereador, não teriam só uma atenção voltada à saúde do idoso, mas sim à saúde física, mental e intelectual, na prevenção de doenças e não só na cura, como muitos dizem. A medicina está curando; isso hoje já se faz. É dar qualidade de vida aos idosos. Por isso, nós propomos a criação desses centros de atenção ao idoso, em âmbito nacional.

A federação de Brasília já criou um projeto de lei para a criação desses centros, Senador, no Distrito Federal. Vamos lutar por isso. Vamos aproveitar o momento político em que nos encontramos e vamos conseguir formar o primeiro centro de atenção ao idoso.

Hoje, em Brasília, só temos um, que não é um centro; é o Hospital Universitário de Brasília, vinculado à Universidade de Brasília, o único centro que hoje faz o atendimento público a pessoas idosas. E, mesmo assim, só o faz por indicação; a pessoa não pode simplesmente chegar e ser atendida. Ou seja, política pública: zero. E nós queremos que a política seja pública.

São belas as ideias da Geap e dos planos privados, particulares, de saúde em oferecerem atenção aos idosos, mas queremos que seja bela, Senador, a atenção do Poder Público, do Estado, como detentor do dever de dar direitos a essas pessoas idosas. O Estado deve dar, o Governo deve acesso gratuito a pessoas idosas.

Em se tratando de acesso gratuito, por que eu firmo a questão do Estado e do acesso gratuito? A maioria dos nossos representados das pessoas idosas são aposentados. Como bem disse o representante do Ministério da Previdência Social, hoje quase 81% dos idosos são cobertos por algum tipo de benefício da Previdência Social. Porém, temos uma grande discussão que infelizmente entristece a classe dos trabalhadores, porque sabem que amanhã estarão aposentados e não terão segurança jurídica nem econômica, e entristece principalmente quem está hoje com seus benefícios ativos. Trata-se do valor das aposentadorias.

As aposentadorias, nos últimos 15 anos, tiveram uma perda de mais de 60%. Isso não é um estudo realizado por um simples advogado ou por uma federação de aposentados. Isso é um estudo realizado em âmbito nacional por diversas instituições. É 60% de perda no valor das aposentadorias. Isso significa muito para uma pessoa idosa, que chega ao ponto de se aposentar, se aposenta, acha que vai gozar de um descanso, de direitos, e na verdade está completamente cerceada de tudo, porque não tem condições financeiras de arcar com nada. Então, vem a questão: os planos de saúde privados estão com boas intenções? Estão. Mas hoje os nossos aposentados têm condições de custear um plano de saúde privado? Não. Eles dependem exclusivamente do Poder Público, porque é ele quem deve dar esse direito, regulamentá-lo e criar meios de acesso.

Com relação a reajustes de aposentadorias, eu queria ressaltar um trabalho nosso, da Federação, junto com o Senador Paim, que é uma alteração do projeto de lei sobre a desaposentação, que altera a Lei nº 8.213. Muitos aposentados, ao se aposentarem, se veem em uma situação econômica lastimável. Infelizmente, se veem idosos com muitos gastos e pouca renda mensal para cobri-los. Hoje, a maioria dos idosos vive com uma renda mensal média de R$1.500, o que não banca muita coisa, principalmente em se falando do nível de vida do Distrito Federal. Nesse sentido, muitos aposentados voltam a trabalhar e, ao voltar a trabalhar, são obrigados a contribuir com a previdência social. Essa contribuição que é feita a mais não tem retorno algum para eles. Eles voltam a trabalhar, voltam a pagar, porém a aposentadoria continua a mesma. Se eles ficarem doentes, só vão ficar recebendo a aposentadoria. Quem recebe direito trabalhista, se não for acidente de trabalho, não vai receber nada a mais. Infelizmente, a pessoa fica desamparada. Às vezes, está com um nível de vida de R$4 mil ou R$5 mil, e vai passar a receber R$2 mil, somente da aposentadoria. Nesse sentido, nós buscamos reajustar os benefícios com a desaposentação, que é substituir o benefício e recalcular o valor da aposentadoria. Eu sou um dos precursores dessa ação no Distrito Federal. Tenho conseguido êxito. Muitos aposentados já conseguiram êxito comigo, com liminares concedidas pela Justiça, e as aposentadorias superaram o valor em mais de 50%.

(Soa a campainha.)

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Isso ajuda bastante. Dá o direito a quem paga. Isso não é esmola. Isso não é pedir esmola para o Governo. Isso não é se humilhar. Isso é direito. As pessoas estão pagando e o benefício deve ser recalculado.

Com relação à questão das políticas, a Federação de Brasília, juntamente com a Cobap, visa hoje a atuar de forma futurista, para que projetos de leis e a atuação política sejam feitos para o futuro, e que não sejam imediatistas e só para agora. Nós temos que criar programas que vão beneficiar o futuro. Afinal de contas, todos nós aqui, inclusive eu, amanhã estaremos aposentados, e nós queremos ter uma qualidade de vida, uma segurança de que eu sou brasileiro, vou trabalhar, vou contribuir com o meu País, mas quando eu quiser parar, ou precisar parar, eu vou ter o suporte necessário.

Com relação ao idoso funcionalmente ativo, que foi citado pela Srª Martha também na palestra dela, o idoso funcionalmente ativo não o é necessariamente do ponto de vista de saúde, mas também do ponto de vista funcional e laboral. Hoje a grande maioria de nossos idosos estão ainda empregados... A grande maioria não, mas a grande maioria que ainda tem capacidade laborativa. Estão empregados e têm preferência na contratação por conta da experiência, da formação profissional.

Por fim, eu queria fazer uma crítica um pouco pesada aos planos de saúde privados. Não quero ter nenhum ressentimento com a Geap. Não os conheço. Mas, infelizmente, os planos de saúde, ao mesmo tempo em que concedem direitos...

A SRª DALVA DO NASCIMENTO – Oi, Senador. Bom dia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Uma força jovem! A senhora sempre chega bem! Sente-se aqui à mesa. A senhora é especial.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – D. Dalva é uma das mais ilustres representantes da mobilização dos aposentados e idosos no Distrito Federal, é a nossa mais idosa representante e lutadora. Já se encontra com mais de 90 anos e está firme na luta pelos direitos. Inclusive, na última mobilização que ocorreu aqui, no Eixo Monumental, ela desceu a pé da Catedral até o Congresso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A gente faz vigília aqui dentro – às vezes temos que fazer para pressionar alguma votação – e ela faz vigília junto! Fica a noite toda ali, e ainda dando aula de socialismo.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Terminando, Senador, com relação à crítica a ser feita aos planos de saúde: embora haja muito boa vontade, infelizmente, ao completar o beneficiário 60 anos, os planos de saúde, hoje, têm aumentado o valor da mensalidade às vezes em 100%, 140%, 150%. Isso é, de certa forma, muito abusivo. E não tenho vergonha alguma de dizer que, como profissional de Direito, como advogado, ingresso com ações, e estamos ganhando, reduzindo em 80%, 90% o valor dessas mensalidades abusivamente reajustadas. A ANS hoje tem índices de reajuste que não são cumpridos. Muitos convênios e planos de saúde acabam por mitigar esse reajuste que é ofertado. Enquanto a ANS dá 9% de reajuste, muitos planos de saúde dão 15%, 20%, 30% ou 140%, a depender da idade. Contra isso também estamos lutando e não vamos deixar, como diz o dito popular, a peteca cair. Vamos continuar lutando pelos direitos dos aposentados e idosos no Brasil e no Distrito Federal.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Parabéns ao Dr. Diego, que falou em nome da Cobap e da Federação dos Aposentados de Brasília! Ele falou pela Cobap porque o Warley, Presidente da Cobap, e também o Pimenta, que é o Presidente da Federação de Brasília, ambos estão num encontro na Anfip, reunindo tanto servidores como aposentados e pensionistas da área privada e da área pública para um grande movimento que pretendem fazer sobre esse tema aqui, ainda no mês de agosto. Por isso, justificaram, por mensagem a mim, e cumprimentaram a palavra do Diego.

Diego, cumprimentaram sua fala. Não puderam chegar a tempo de assisti-la e nem de participar.

Agora, passo a palavra à Srª Neusa Pivatto Müller, Coordenadora-Geral dos Direitos do Idoso da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Por favor, Drª Neusa.

A SRª NEUSA PIVATTO MÜLLER – Bom dia a todos e a todas, em especial D. Dalva, que nos honra com sua presença. Aproveitando o ensejo, que não ocorre sempre, quero trazer aqui a primeira preocupação, que é a questão da não visibilização da população idosa, especialmente negra. Por isso, sua presença é fundamental, importante... (*Palmas.*)

É uma questão que nos faz refletir muito.

Senador, de novo aqui. Há alguns anos estamos tratando da questão do envelhecimento não só no Brasil, mas também em âmbito internacional. Quero dizer que é sempre uma honra e também agradecer pelo empenho, pela dedicação com essa temática. Não são todos os Deputados e Senadores que o tem. Nós precisamos tratar bem também quem apoia o envelhecimento no Brasil no sentido mais amplo, de termos dignidade desde que nascemos até o final da nossa vida. Isso é raro ainda hoje infelizmente.

Quero inicialmente trazer para vocês um relatório, rapidamente. É um Resumo Executivo do Envelhecimento no Século XXI, das Nações Unidas, de como nós estamos, não só no Brasil, mas em âmbito mundial. Esse relatório, esse resumo nos traz algumas questões importantes. Hoje nós somos, segundo os últimos dados, que são bem recentes, mais de 200 milhões de habitantes no Brasil e temos 24 milhões de pessoas idosas, também segundo os últimos dados deste ano. Nós somos, em âmbito internacional, 810 milhões de pessoas e seremos, em 2050, 22% da população mundial, portanto, 2 bilhões de pessoas.

Nós temos aqui um universo que é, ao mesmo tempo, promissor e também nos preocupa no sentido de que nós precisamos andar de forma mais rápida com as políticas públicas. Agora, não podemos chegar em um espaço como este e dizer que não temos políticas públicas, como o meu colega aqui há pouco afirmou, o Diego, que as políticas públicas são zero. Vocês vão observar daqui a pouco que a Presidente Dilma assinou um decreto em 2013 para que, em âmbito nacional, nós pudéssemos agregar de forma mais efetiva as políticas acessadas à população brasileira, através do Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo aqui sistematizado.

Então, eu quero trazer um pouco da política nacional, mas primeiramente uma reflexão sobre a política internacional, pois fazemos parte de um mundo complexo, importante. Nós não somos isolados. Apesar de sermos um país grande e com uma dimensão populacional muito significativa, nós fazemos parte de um contexto internacional que passa a tomar conhecimento de fato e se preocupar com a questão do envelhecimento em 1982. Então, é muito, muito recente o setor público assumir o compromisso, o seu compromisso de fato com a população idosa.

Em 1982, em Viena, então se faz a primeira assembleia sobre a questão do envelhecimento. É muito recente, se constrói um plano internacional para que se pense de fato em envelhecer, porque, antes disso, o que tínhamos? Cada família respondia pela sua pessoa idosa, pelo seu ente em casa, com as limitações e as con-

dições poucas da grande maioria da população. Então, passa a vir para a esfera pública, comprometer o setor público com as políticas.

Nós estamos vivendo um momento muito importante, em âmbito ibero-americano. Nós estamos construindo a Convenção Interamericana de direitos da população idosa. Pela primeira vez, estamos construindo um instrumento jurídico internacional para que, quando seus países não tiverem instrumentos suficientes para fazer valer o direito da população, também se possa recorrer a outras instâncias e também para que, na discussão da construção – e faço parte do GT da OEA que vem construindo esse processo –, se possa trazer outros países que não estão alinhados ou não têm políticas de uma forma que atenda a todas as necessidades da população mais efetivamente.

Avançamos, sim, nesse processo. Nós, hoje, temos um papel de destaque junto à OEA na discussão das políticas internacionais porque também, sim, temos o que mostrar.

Quando, em El Salvador, em 2013, apresentamos o Estatuto do Idoso – precisamos mudar de nome, Senador, precisamos mudar para "pessoa idosa" para contemplarmos também as mulheres, por favor! – e brigávamos, em plenário, para que a pessoa idosa, em âmbito internacional, tivesse direito à priorização de processos, era uma fala solitária, já que a maioria dos países dizia: não é possível, não é viável. Então, apresentamos o estatuto e dissemos: "nós o temos, há dez anos. Precisamos avançar? Sim, precisamos, mas temos, sim, avanços importantes. (*Palmas*.) Somos um dos pouquíssimos países que têm o estatuto, um dos pouquíssimos países que têm um serviço de disque-direitos, um dos poucos países, especialmente na América Latina que têm 17 ministérios que apresentam ações, que executam ações – vou apresentar daqui a pouco – junto à população idosa.

Sim, temos o que mostrar. Nós ainda precisamos avançar em vários itens, que apresentarei depois, colocarei depois, quando apresentarmos as políticas. Mas, sim, somos também referência em âmbito internacional.

Eu mostrava na Ricotec, que é uma rede internacional técnica, no Uruguai, onde estive na semana passada, durante uma semana, dois exemplos de moradia: Rio de Janeiro-Vila, e Paraíba-Cidade Madura, em que as pessoas não estão institucionalizadas, mas têm espaços independentes. Essa é uma das questões em que mais precisamos avançar apesar de já termos avançado muito com o Minha Casa, Minha Vida, programa que depois vamos apresentar também. Também foi referência, quando discutimos na convenção interamericana, o fato de o Brasil ter um programa específico de moradia. E vários países nos procuraram para estabelecer essa relação de também levar isso aos seus países, assim também como é o Bolsa Família, assim como são vários programas que temos no Brasil e que estão sendo replicados em âmbito internacional.

Quero dizer que, se também em âmbito internacional, temos uma representação significativa, estamos avançando e estamos ajudando a construir uma convenção que é muito importante e que precisamos concluir até o final deste ano, se alguns países não nos atrapalharem. Há dois ou três países que estão abrindo questões já colocadas e já aprovadas.

Então, quero trazer para vocês justamente esta questão: em âmbito mundial existe uma preocupação, mas também existe uma manifestação de que estamos avançando nesse sentido e temos que repensar os ciclos de vida. Por quê? Continuamos exigindo para os nossos filhos, aos 12 anos, de quando se vivia no máximo 40 anos. Não se repensou o ciclo de vida completo. Não se repensa o ciclo de vida completo e não se repensam políticas para além de 80 anos, por exemplo. Temos poucas políticas para além de 80. Isso temos que admitir. Aqui entramos em uma faixa etária que exige cuidados específicos para a grande maioria.

E, sim, estamos envelhecendo e vivendo muito no Brasil graças a várias questões, como alimentação, saúde e atividade físicas, atividades preventivas. Quando falo que estamos vivendo muito, não sei – pergunto ao pessoal aqui da previdência – se os dados mudaram. Mas tenho um dado de que temos 45 mil centenários, ou seja, que têm cem anos ou mais. É isso? É mais ou menos isso. Eram 45 mil até há dois meses, quando fizemos o levantamento.

O SR. EMANUEL DE ARAÚJO DANTAS – Só para esclarecer esse dado: a nossa quantidade de benefício por faixa etária...quando passa dos 80 anos, ele não é um dado muito bom pelo fato de que, antes, não tínhamos essa exigência no cadastro antigo. É possível, então, que nessa idade, acima dos 80 anos, haja alguns equívocos.

A SRª NEUSA PIVATTO MÜLLER – Os dados da previdência são de que, hoje, temos 45 mil beneficiários – e não seria bem esse o nome, já que não é um benefício, é um direito; temos que mudar essa nomenclatura também – e que temos a pessoa mais velha do mundo, está sendo pesquisado agora, com 127 anos, que é um seringueiro do Acre. Temos também uma mulher, mas a mulher – e aqui é outra questão de gênero –, que também tem 127 anos, não está sendo pesquisada. Não é no Sul que está a maioria. Não é no Sudeste. Na Bahia, temos o maior número de centenários hoje, no interior da Bahia, só para não confundirmos os dados.

Partindo um pouco para o que temos que apresentar aqui, qual é o compromisso? Quando a Presidenta assina o compromisso, atende uma reivindicação da sociedade civil e do setor público de estabelecer uma re-

lação mais próxima também com a sociedade civil durante a III Conferência. Então, na III Conferência, há essa demanda e ela é atendida em 2013. A demanda foi de 2011 e, em 2013, foi atendida.

Temos nesse compromisso três eixos: a emancipação e o protagonismo, a promoção e a defesa de direitos, a informação e a formação. Temos hoje uma comissão interministerial composta por 17 Ministérios que está construindo um processo de sistematização. Está praticamente finalizado para edição o Guia de Políticas Públicas para a População Idosa, guia do Governo Federal.

Esse processo se dá através da adesão dos Estados. Já temos vários Estados que assinaram o processo esse ano. Agora, o defeso eleitoral nos atrapalha um pouco nesse andar, mas a Comissão definiu que, em 2014, vamos fazer adesão com os Estados e, em 2015, vamos para os Municípios, onde vamos ter um grande trabalho, porque temos mais de 5 mil Municípios no Brasil. Temos essa função. Essa Comissão vai avaliar, monitorar as ações no âmbito do compromisso em todo o País.

Nós, da Secretaria de Direitos Humanos, temos o dever de coordenar esse processo porque quem coordena a política em âmbito nacional, desde 2009, é a Secretaria de Direitos Humanos, e a política nacional da pessoa idosa completou este ano 20 anos. Então, há 20 anos, temos uma lei nacional que criou a política. Nesse sentido, quero de novo colocar que, sim, temos políticas no Brasil.

Aqui temos, então, as ações de todos os Ministérios, que certamente não vou conseguir apresentar para vocês. São 30 lâminas de todas as políticas, mas quis trazer para vocês a dimensão das políticas em âmbito nacional, especialmente quando se fala no Minha Casa Minha Vida, temos aqui...

Vocês devem lembrar que o Estatuto prevê 3% de residências para a população idosa. Considerando primeiro somente os contratos firmados na faixa 1, que é até R$1,6 mil de renda, já cumprimos com 6,2 do projeto, ou seja, atingimos mais que o dobro do que prevê o próprio Estatuto, e isso é um grande ganho. A relação da população idosa com o programa é extremamente positiva.

Temos, na área de cultura, alguns avanços, mas não tantos, como gostaríamos que existisse. Precisamos avançar mais. Temos acesso. Apesar de no ano passado terem tentado tirar a meia entrada sobre 100%, conseguimos brigar muito em âmbito nacional e fazer com que se mantivesse, com uma negociação mediada pelo Senador, a meia entrada para 100% dos ingressos para os eventos culturais e esportivos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Posso dizer que foi uma briga muito dura essa.

A SRª NEUSA PIVATTO MÜLLER – Muito dura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas conseguimos fazer com que uma proposta que encaminhamos fosse vitoriosa e mantivemos.

A SRª NEUSA PIVATTO MÜLLER – Não vou entrar muito na questão dos benefícios e na questão previdenciária, porque já foi apresentado para vocês. Não há necessidade de também entrarmos novamente na mesma discussão.

Essas são as ações do Ministério d*o* Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Os benefícios já foram apresentados há pouco. (*Pausa.*)

Desculpe, os direitos foram apresentados há pouco. Vamos avançar um pouco mais em relação aos processos que nós temos aqui na área de educação. Foi colocado há pouco que quase não há ações na área de educação. Bom, precisamos avançar um pouco mais do que nós temos. Nós apresentamos, inclusive, ao Senador emendas para que a temática do envelhecimento fosse inserida desde a educação infantil e, infelizmente, as emendas não foram acatadas. Mas, junto ao Ministério da Educação, nós estamos avançando no processo de que a temática seja inserida independentemente de plano nacional e de qualquer órgão oficial que venha a trazer uma formalização da política. Mas estamos avançando, sim, nesse sentido também.

E as universidades livres têm avançado. Estamos também estabelecendo convênios com as universidades livres.

Temos aqui dados propostos a que vocês poderão ter acesso futuramente nesse sentido.

Em relação a esporte, nós avançamos bastante também, porque nos programas já existentes nós conseguimos agregar atividades específicas para a população idosa e a criação de programas também, como o Programa Vida Saudável, destinado especialmente à população idosa.

Temos aqui, orçamentariamente, através do Ministério do Planejamento, quais são as ações que também já foram divulgadas há pouco e não tem como a gente se ater mais a isso.

Estamos com problema aqui na nossa...

Em relação à saúde, eu diria que houve um avanço bastante importante. Na semana passada, nesse encontro no Uruguai, ouvimos um país dizer que finalmente, este ano, conseguiu um sistema único de saúde. E nós já temos há muitos anos no Brasil um sistema. Então, precisamos melhorar, sim, mas, quando observamos o que nós temos no Ministério da Saúde como políticas destinadas à prevenção e à atuação junto à população

idosa, nós temos um processo importante de atenção. E chamo a atenção aqui de que nós estamos avançando na questão da atenção domiciliar, que é o que vai nos exigir muito. Já nos exige agora e vai nos exigir muito.

E quero trazer aqui um programa criado, o Pronatec, através do MDS e Ministério da Educação, que está ofertando, a partir de 2013, 12 mil vagas para cursos de cuidadores de pessoas idosas. Então, isso também é referência no âmbito da América Latina. A gente acaba de mandar para a Cepal, uma organização no âmbito da América Latina, dados sobre os avanços no Brasil em relação à proposta de matriz curricular em relação ao profissional que vai cuidar da pessoa idosa.

É muito importante e temos recebido informações importantes nos Estados de como isso está se movendo.

Na questão do turismo, temos também o programa Viaja Mais Melhor Idade. Quando se abre o programa, no primeiro semestre já se esgotam todas as possibilidades colocadas. É um programa também bastante acessado. É claro que nem todo mundo tem acesso, mas temos aqui também um programa importante.

Eu colocava há pouco a questão do Pronatec. Claro que não há tempo de a gente trazer todas as informações. E quero me ater agora à questão do enfrentamento à violência.

Quando se falava há pouco que é fácil demais acessar um empréstimo consignado, aqui nós temos um tipo específico de violência. A questão não é acesso facilitado ao crédito. O empréstimo consignado é um direito conquistado pela população. Agora, que relação se estabelece junto às famílias com a questão do empréstimo consignado é outra coisa.

Então, em âmbito nacional, nós vamos tratar da questão do enfrentamento à violência e não podemos tratá-la de forma a achar que: "Bom, têm algumas famílias que não respeitam os seus idosos e acabam os agredindo e pronto". Não é; a questão é muito mais complexa do que isso.

O que nós vivemos hoje, na verdade, e eu trago para reflexão é que, de modo geral, nós estamos enfrentando uma crise de deslealdade com os valores. Quando uma pessoa, um filho, que é o principal agressor, o filho homem é o principal agressor, agride à sua mãe especialmente, porque o maior número de vítimas são mulheres, e a agride por questões financeiras não é só uma questão de valor monetário que está implicada aqui. Nós temos questões a serem debatidas em âmbito nacional na relação com a pessoa idosa, na importância da pessoa idosa, de como nós reconhecemos essa pessoa como ente importante, sujeito da sociedade, porque isso ocorre porque nós mesmos não reconhecemos a pessoa idosa com um ser social importante na nossa sociedade.

Quando se diz que beleza é a beleza da juventude é porque nós não reconhecemos a beleza do envelhecer. *(Palmas.)* Essa é que é a questão que nós precisamos reconhecer. Quando não há representação social, bom, aí passa a ser um ser que não tem importância. E, se não tem importância... Essa é a questão.

Aqui, eu chamo a atenção especial de toda a sociedade brasileira. Criamos o serviço que é o disque direitos humanos, na Secretaria. Discar 100 significa que se você percebe que qualquer pessoa idosa é vítima de violência, disque. Nos últimos anos, de 2011 até agora, nós tivemos 77 mil denúncias de violação de direitos. Bom, a maioria é negligência, maus-tratos, mas em grande número, em terceiro plano, vem a questão financeira. Então, um filho, uma filha, uma nora, um neto se dão ao direito de... Semana passada recebemos uma denúncia de que colocaram o pai, tiraram-no do quarto, porque a esposa falecera, para dormir no galinheiro! O que é isso gente! Apenas para relatar, porque a gente têm acompanhado muitos casos de perto.

Então, nesse momento, também estamos fazendo o enfrentamento à questão da institucionalização, questão que também quero chamar muito a atenção. O direito da população idosa é estar com a sua família. Quando não há condições, é preciso – e é isso que nós estamos discutindo na questão dos projetos de moradia – que eles estejam em um espaço independente, onde eles tenham o direito de ir e vir quando quiseram. Institucionalizar não é uma alternativa. O direito deles é estar com suas famílias, é estar com os seus filhos. Agora, quando a família é agressora, quando a família é... Esse é o problema.

Nos dias 30 e 31 agora, realizaremos um evento nacional, com promotores, defensores, delegados, conselheiros de todo o País, justamente para tratar da questão da não institucionalização, para tratar da questão do enfrentamento à violência e para tratar da questão da crise de valores em âmbito nacional na relação com a pessoa idosa. Inclusive, quem quiser participar ainda restam algumas inscrições.

Então, o que eu quero trazer aqui é que há uma preocupação, de fato, e que a gente tem conseguido, em âmbito nacional, a colaboração da sociedade na questão do enfrentamento à violência, porque quem denuncia, claro, a grande parte não se identifica, mas quem se identifica são pessoas que não têm relação com a pessoa que é violada. Ou seja, a sociedade brasileira, sim, vem assumindo um compromisso com o enfrentamento à violência.

Então, eu queria trazer, mais ou menos, uma reflexão nesse sentido. Eu, certamente, não vou conseguir apresentar todos os dados que temos aqui em âmbito nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você falou 30min, mas têm mais 3min16.

A SRª NEUSA PIVATTO MÜLLER – Sim.

Eu quero trazer um pouco a preocupação do meio rural, que foi esquecido durante um bom tempo. Eu venho do meio rural e conheço como poucos a realidade. Até os 20 anos eu vivi no mato. Então, acompanhei todo o processo do acesso à aposentadoria, como isso se processou, etc. Mas nós ainda estamos com uma demanda não atendida na população rural e também estamos trazendo para esse evento do dia 30 os representantes do meio rural, para a gente poder repensar um pouco, porque o universo rural também mudou. Como mudou? A maioria dos filhos migrou para o meio urbano. E a população idosa tem ficado só. Quando há condições de ela migrar junto com os filhos, ou pós-filhos, de poder se aposentar e chegar até sua família agora no meio urbano, tudo bem, mas nós temos, no meio rural, uma população ainda muito solitária, que é uma questão sobre a qual também queremos chamar a sociedade para uma discussão de alternativas para essa população.

E aqui temos, sim, no meio rural, algumas linhas de financiamento para permanência da juventude, para que eles possam também continuar. Nós temos a oferta do acesso à internet pelo Ministério do Planejamento, e linhas de extensão na área de educação.

E, aqui quero trazer um pouco a questão da mulher. Na outra audiência, lembro que fizemos uma reivindicação ao Senador e a gente retoma essa questão da troca, nas nossas leis, especialmente, nos nossos planos, do nome idoso por pessoa idosa. Nós podemos entrar numa discussão da questão da nomenclatura e, depois de 10 ou 12 horas discutindo, não vamos chegar a consenso algum. Por quê? Se formos a Tocantins, por exemplo, e chamarmos de idoso, ofenderemos a população idosa. Lá é velho, sim, com muito orgulho. Eu sou velho, sou velha com muito orgulho.

(Soa a campainha.)

A SRª NEUSA PIVATTO MÜLLER – Em vários âmbitos, nós temos a discussão da nomenclatura, não só no Brasil, mas fora do Brasil. Na América Latina, são adultos maiores e de adultos maiores a maioria da população também não gosta. Então, nós ainda... Por que nós não conseguimos chegar a um consenso? Porque nós ainda não conseguimos alcançar um papel social, porque, a partir do momento em que se tem o espaço e um papel social de fato definido com garantias, você tem um nome. Essa que é uma das preocupações. Mas, a questão de gênero precisa ser respeitada. Então, pessoa idosa sim e não só idoso. Parece uma coisa banal, mas não é. Isso contribui com a invisibilização, isso desrespeita a mulher e nós precisamos avançar nessas questões. Porque quando falamos de violência, falamos do maior número de vítimas só mulheres; quando falamos de institucionalização, o maior número de pessoas institucionalizadas são mulheres. Assim vamos seguindo nesse processo.

E eu quero, se não me engano, tenho ainda um tempinho, trazer a questão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ter, não tem, mas estou aqui sendo... Você está indo bem, por isso te dei mais cinco agora.

A SRª NEUSA PIVATTO MÜLLER – Quero trazer a questão da afetividade, por favor.

Eu tenho andado por este País afora e em outros países e quando discutimos na Convenção Interamericana a questão do direito ao afeto, gerou-se uma polêmica imensa de que isso não deveria constar numa constituição. Pois sim, deve constar. Por quê? Porque a população idosa vem sendo também violada no seu direito de amar, direito de ter um parceiro, direito ao sexo, sim, por que não? E nós temos recebido muitas denúncias de que os filhos estão impedindo o acesso das pessoas idosas a esse direito. Nós fizemos uma campanha, inclusive, na Secretaria de Direitos Humanas: Toda forma de amor vale a pena. Nós colocamos um casal de pessoas idosas num belíssimo beijo na capa da página da Secretaria de Direitos Humanos. É um problema muito sério, porque em todas conferências nacionais a que vou, quando a gente toca nesse assunto as pessoas se levantam e aplaudem. Ou seja, nós somos violadores também do direito ao afeto. Então, temos questões a avançar sim, mas, meu querido colega, temos políticas sim.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a Drª Neusa Pivatto Müller, Coordenadora Geral da Política do Idoso da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Já vou começar a mudar aqui: Coordenadoria Geral dos Direitos do Idoso; já temos que mudar, temos que começar a mudar aqui já o nome Secretaria de que a senhora participa. Estou concordando com V. Sª e, como é a segunda vez, pessoal, acho que ela tem razão. Às vezes a gente pensa que o nome não é nada, mas é sim, porque sinaliza. Então, fica, mais uma vez, determinado aqui à minha assessoria, é um projetinho simples, não altera em nada o estatuto, é só mudar o nome, que fica sendo Estatuto da Pessoa Idosa. Então, a assessoria está convocada a apresentar esse projeto hoje, porque é só essa redaçãozinha. Certo? Cadê as palmas? (*Palmas.*)

Saibam que o nome não parece, mas sou autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que já aprovamos aqui e está na Câmara dos Deputados, e lá, na Câmara, parece que o que está pegando agora é o nome

de novo. Parece que entenderam, na maioria, para vocês verem como o nome é importante, senão não estaria pegando, está um debate para mudar o nome: em vez de ser Estatuto da Pessoa com Deficiência, seria algo do tipo Consolidação das Leis da Pessoa com Deficiência, mas vai também da pessoa. Então, para vocês verem que sinaliza, dá o norte das preocupações de homem e mulher. Mas espero que, além do nome do Estatuto da Pessoa com Deficiência, o conteúdo atenda às pessoas com deficiência como nós aprovamos aqui.

Quero registrar a presença aqui no plenário de representantes, primeiro, da Secretaria de Direitos Humanos do Paraná, da Secretaria da Presidência da República, representante da Geap/Saúde, representante da ANS, representante da Câmara de Taubaté, representante do Sindprev/São Paulo, representante da Confederação dos Aposentados do DF e também da Cobap.

Vamos agora, antes dos encaminhamentos, só dizer que no final todos os nossos convidados, os painelistas, terão direito a três ou cinco minutos para suas considerações finais.

Agora passo a palavra ao assessor institucional da Geap, naquela lista que a gente passou no plenário – foi passada a lista, em que só se inscreveram dois; normalmente a gente inscreve até cinco; só tem dois... Há um terceiro: primeiro, Nelson Motta.

O SR. NELSON MOTTA – (Nelson Motta) Bom dia a todos e a todas, especialmente ao Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – São três inscritos.

O SR. NELSON MOTTA – Certo. Eu estava aqui na audiência da sabatina da Drª Marta e, quando o Senador fez a proposição da audiência, imediatamente, nós debatemos lá na Geap, solicitamos a presença aqui na Mesa e fomos prontamente atendidos, tanto pela assessoria do Senador quanto pela secretaria da Comissão. Portanto, quero agradecer por essa deferência para conosco.

Quero dizer a iniciativa do Vereador é uma iniciativa louvável em nível nacional porque parte de uma Câmara de Vereadores de um Município; nós temos cinco mil e poucos Municípios no Brasil, imaginem o debate que teremos de fazer com os vereadores do Brasil inteiro para conseguir levar esse debate a nível do Legislativo nacional. Nesta Casa, por exemplo, o Senado, com raríssimas exceções, o Senador Paim é uma exceção louvável neste debate, haja vista sua presença de hoje, quer dizer, no próprio Senado teremos de fazer um trabalho muito árduo, nesta Casa, que é uma Casa cujos Senadores têm uma certa idade também avançada e que poderiam estar mais sensíveis ao tema do que parece. Então, começa por aqui. (*Palmas.*)

Eu tinha colocado na minha fala a questão das políticas do Governo Federal que eu também não conhecia com essa profundidade, e aí compartilho contigo. Se não for uma política intersetorial mesmo, nós não temos como enfrentar essa questão só da maneira transversal como ela vem sendo colocada e pontualmente por um ministério ou outro. Tem que ser uma política intersetorial e temos muito a avançar.

Como estamos em período pré-eleitoral, a Copa praticamente acabou para a gente, infelizmente, acho que temos que pautar esse debate na campanha eleitoral, em todos os níveis, presidencial, dos Estados e dos candidatos proporcionais, tanto Deputados como Senadores. Então eu acho que a gente tem que fazer com que essa questão do idoso entre na pauta eleitoral.

Depois o Dr. Saraiva vai falar mais.

A Geap tem uma capilaridade de nível nacional. Ela tem representações em todos os Estados da Federação. Então nós estaremos ajudando a articular isso em todas as instâncias institucionais que pudermos, para apoiar esse projeto.

Só para citar um dado para vocês, nós temos 524 beneficiários da Geap com mais de 100 anos, sendo que dois têm mais de 111 anos.

Reforço o foco que o Dr. Saraiva colocou, da função social que a Geap exerce, principalmente entre a população idosa deste País.

É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Muito bem, Nelson.

Eu concordo com você, Nelson.

Eu escrevi esses dias um artigo que dois jornais publicaram, porque eu quero ver a fala dos presidenciáveis sobre o tema. Quero que eles falem sobre o tema.

No caso da Presidenta Dilma, ela vai dizer o que estão fazendo. E quem é candidato diga o que pretende fazer.

Naturalmente, a Presidenta vai apontar caminhos para o amanhã. Mas eu escrevi o artigo nessa provocação positiva. Eu quero que os presidenciáveis falem, todos, todos, independente de quem está em primeiro ou em último lugar, que falem sobre o tema do idoso, dos aposentados e dos pensionistas. É mais ou menos o que você reforçou agora.

Passo a palavra agora para o Wilson Roberto Ribeiro, que é Presidente da ASS, metalúrgicos do ABC e também da CUT.

Está lá o nosso Wilson.

Pegue o microfone, aperte o botão preto e acende-se uma luzinha verde.

O SR. WILSON ROBERTO RIBEIRO – Bom dia a todos.

Obrigado, Vereador Salvador, pelo convite que foi feito.

Eu vim aqui em nome da CUT, Central Única dos Trabalhadores.

A gente vem discutindo, na Associação dos Metalúrgicos Aposentados do ABC e dentro da Central Única, junto com a Cobap, com os companheiros da Cobap, e juntamente com os sindicatos de aposentados, sobre a questão dos aposentados e idosos.

Eu tenho um primo do meu pai que está com mais de 127 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. WILSON ROBERTO RIBEIRO – Quando foi registrado, ele tinha sete anos. Quando ingressou na escola, ele tinha mais de 14 anos, e muitas vezes era barrado, porque ele era grande, pela idade do primeiro ano.

A gente vem aqui sobre a questão da Minha Casa, Minha Vida.

Nós temos ainda, na nossa região, pessoas que ganham acima de R$1.600, e não conseguiram entrar no Programa Minha Casa, Minha Vida. Essas pessoas são idosas e pagam aluguel.

Na nossa região, um aluguel numa favela está em torno de R$400 a R$500 por mês. E a dificuldade desses companheiros... Por quê? Pelo desenvolvimento que tem Minha Casa, Minha Vida, as áreas já ocupadas começaram a diminuir. Entraram com o processo. E se você vai a uma favela para construir uma casa, o pessoal não deixa. E se você vai comprar um barraco numa favela hoje, ele sai por volta de R$100 mil.

Outra dificuldade é da pessoa que ganha menos de R$1.600. O ingresso para ele entrar no Minha Casa, Minha Vida é de R$3 mil. E muitas vezes essa pessoa não tem condições de fazer empréstimo num banco.

Então a gente pediria para rever essa situação, porque a gente tem casos de funcionário público que não consegue a Minha Casa, Minha Vida porque não consegue um empréstimo, porque o valor que ganha é baixo. O banco não empresta. Então é uma coisa que a gente precisa rever.

Quando o advogado fala sobre a questão do plano de saúde, a gente sabe muito bem que o plano de saúde é para ganhar dinheiro, e não para cuidar da nossa vida.

Quando foi retirada a questão dos planos de saúde ou hospitais que ganhavam dinheiro em cima de consulta, cirurgia, lá nos governos de tempos atrás, tivemos um baque, porque a população ficou desprotegida do plano de ser atendida, e vem o SUS, que não comporta, não suporta. E o que estamos vendo hoje é que o plano de saúde, quando há uma cirurgia do coração ou uma cirurgia de prótese, colocação de prótese, o plano de saúde vai para o SUS, dá um jeitinho, arruma, a pessoa faz a cirurgia, o SUS paga e aparece como se o plano de saúde tivesse feito. Essa reclamação fizemos ontem ao nosso Ministro Gilberto Carvalho, para intervir nessas questões, porque se tira a vaga de nós, que precisamos do SUS.

Paro por aqui, há muito mais coisas, mas o momento não é oportuno.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Wilson Roberto, Presidente da Associação dos Metalúrgicos do ABC e representante da CUT, que deu a sua contribuição.

Só há mais uma pessoa inscrita agora, e vamos, em seguida, para os encaminhamentos e a rodada final dos nossos oito convidados.

Lutiana Mott, Psicóloga e Mestre em Envelhecimento Humano.

A SRª LUTIANA MOTT – Primeiramente, gostaria de parabenizar principalmente as pessoas idosas que estão fazendo parte deste plenário, que mostram muito bem que o idoso não é acomodado, mas é uma pessoa que faz parte e está fazendo parte da política de hoje em dia e que vai saber muito bem votar em outubro. Então, parabéns a vocês! (*Palmas.*)

Gostaria de parabenizar o Senador Paim, proponente desta audiência pública de tamanha importância, e todos os participantes, colaboradores e diria mestres e professores que puderam nos ensinar muitas coisas e passar os seus conhecimentos.

Vou procurar colocar, rapidamente, algumas coisinhas que anotei e vou deixar depois um questionamento no ar, para pensarmos.

Então, primeiramente queria parabenizar a Profª Martha, com relação às questões que ela nos trouxe, principalmente algumas falas que anotei, como a de que o idoso não é um problema, e, sim, uma oportunidade para quem chega lá. O olhar holístico para o idoso, em que temos que ver não só a pessoa, mas ao ser humano, o afeto, toda a contribuição que ela já trouxe, com toda a sua carga de idade que ela tem e quanto ela já nos ensinou. E precisamos reorganizar toda uma forma de olhar que se tem para a saúde, e isso vai entrar muito

no meu questionamento. Foi falado muito pela Profª Cleuza e, inclusive pela Profª Neusa, sobre a questão do Estatuto do Idoso, o quanto temos que pegá-lo – levo sempre o meu em mãos, porque um dia quero chegar lá e quero que os meus direitos que estão aqui dentro sejam realmente cumpridos, porque hoje ainda temos muito esse trabalho: existem as leis, mas elas ainda estão à mercê de serem cumpridas.

As políticas de remuneração, as casas de repouso e de cuidadores, e, quanto aos cuidadores, ainda temos carência disso, mas também não é a resposta final, como diz a Profª Neusa, precisamos que os idosos tenham autonomia e, para ter essa autonomia, penso que a PEC do Vereador vem muito a calhar, porque hoje em dia precisamos de recursos, para que as políticas do idoso sejam realmente implementadas, porque, sem dinheiro, infelizmente, não fazemos nada. Então, parabenizo essa PEC, é muito importante. Que bom que o Senador está com ela em mãos também, tenho certeza de que, estando com ele, vai para frente.

E, aproveitando o gancho que Profª Neusa coloca sobre a nomenclatura, achei importantíssima essa colocação. Acho que temos que rever sempre, as leis estão aí, os nomes estão aí, as situações, mas o aprimoramento delas é constante. Então, o Estatuto do Idoso vem muito a calhar, e o Senador, prontamente, já coloca isso para movimentar.

E aí sugiro ao Vereador que reveja a questão simplesmente do seu *folder*, para que possamos espalhar melhor essa PEC por uma dignidade na melhor idade. Porque eu, como estudiosa – acredito que muitas pessoas aqui também – não concordo muito com essa questão da melhor idade. Porque a melhor idade é a minha, é a sua, é a do adolescente, é a do idoso, é a de quem tem 80, de quem tem 10, de quem tem 5. Então, haverá muito questionamento nessa melhor idade. Eu retiraria ou mudaria para que isso não gerasse conflito. Mas é simplesmente um detalhe dentro de um projeto tão grandioso. Só para a gente poder aprimorar como a Profª Neusa nos coloca.

Gostei muito da fala de todos, do advogado, do Diego, que, na sua juventude, pôde mostrar a importância e a preocupação que ele tem de trabalhar com uma entidade, como a Federação de Brasília e representar tantas federações – a Cobap também – que trabalham, lidam com essa questão do idoso.

Minha questão: fiz meu mestrado em envelhecimento humano com foco no envelhecimento homossexual, questionando como o homossexual vê o seu envelhecimento, se existe alguma diferença e como isso é percebido por eles e pela sociedade. E aí vem muito ao foco que a colega Neusa nos coloca. Constatei no meu estudo que as diferenciações existem, fazendo um corte, mas não uma segregação. Não queremos aqui dar valor a uma situação ou a outra mais ou menos, valorizar ou desvalorizar. Assim como a gente tem as diferenças no envelhecimento das pessoas com deficiência, das pessoas com doenças crônicas, dos negros – só eles têm as doenças falciformes – e os hemofílicos. Todos envelhecem de forma igual, gradativa, mas têm os seus cuidados, as suas diferenciações, no envelhecimento precisa haver um olhar diferenciado para eles.

(Soa a campainha.)

A SRª LUTIANA MOTT – Aí, então, encerrando, Senador, eu constatei no meu estudo a importância do afeto e da constituição familiar para o homossexual, porque nós heterossexuais – eu e outros que são ou não são dentro desta sala, o normal seria que a sociedade coloca na questão heterossexual – estamos livres para termos famílias desde sempre, mas ao homossexual, até há pouco tempo, tinha vetado esse direito, ele não existia na sociedade, ele não estava presente. Então, quem cuidava dele? Ele adoecia? Ele envelhecia? Onde ele estava? A gente vê que ele existia, sempre existiu, só que ele ficava enclausurado no seu espaço, muitas vezes sozinho, morria na solidão, havia muitos suicídios em virtude disso. E o direito ao afeto e o direito à família devolvem a esse fragmento, na questão dos homossexuais, o direito a ter um envelhecimento com mais dignidade, porque assim vão poder ter um filho, uma esposa, um esposo, alguém para envelhecer com eles.

Então, coloco isso para pensarmos algumas vezes nesse lado ser humano, nesse lado do afeto para que todos tenhamos direitos e possamos conviver em harmonia, sem diferenciações, mas pensando nas suas diferenças naturais que acabam acarretando.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Lutiana Mott, que é mestre em envelhecimento e expressou seu ponto de vista e fez seu questionamento.

Agora, eu vou aqui listar alguns encaminhamentos fruto desta nossa audiência pública e, ao mesmo tempo, vou passar a palavra para os oito painelistas – sete, na verdade – e eles poderão discordar, inclusive, solicitar algum outro encaminhamento.

- Incluir na legislação a obrigatoriedade da criação de centros de atenção ao idoso, especialmente para prevenção de doenças. Acho que foi o Diego que colocou, a assessoria tomou nota e me encaminhou.

- Incluir no PL da desaposentação o reajuste dos benefícios para os aposentados que voltam ao trabalho e contribuem para a Previdência. Esse PL eu já apresentei, está tramitando. Apenas para fortalecer esse PL.

– Apoiar, Vereador, a rápida aprovação da PEC – rápida, como você mesmo propôs, com debate amplo, com audiências públicas, com visitas aos Estados a que poderemos ir, eu como proponente, você como autor da ideia – apresentada pelo Vereador Salvador Soares, que foi encaminhada a este Senador e dar visibilidade a ela mediante o debate e audiências públicas.

– Apresentar projeto de lei, Drª Neusa, que eu fiquei de apresentar hoje, com o objetivo de modificar a nomenclatura da legislação existente de "idoso" para "pessoa idosa". A minha assessoria está me mandando mensagem aqui: "O senhor quer para hoje, Senador? Como é que eu faço? O que que é para mudar mesmo?" A Neusa é a culpada. Falem com ela e, em seguida, ajustem a redação. Mas a intenção é esta: em vez de Estatuto do Idoso, Estatuto da Pessoa Idosa. Eu sei que vocês estão assistindo lá do gabinete; podem fazer o projeto. A justificativa é essa. Não tem mudança alguma.

A SRª NEUSA PIVATTO MULLER – E onde aparecer na legislação é preciso substituir o termo, não é só o nome do estatuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso.

A SRª NEUSA PIVATTO MULLER – No que nós temos do arcabouço jurídico é necessário que, à medida que o estatuto estabelece que a nomenclatura correta é pessoa idosa, na nossa legislação, no nosso arcabouço, é preciso mudar – e isso vai dar trabalho para eles – a legislação como um todo onde essa terminologia aparece.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Nós começamos com o estatuto, no estatuto completo.

A SRª NEUSA PIVATTO MULLER – Isso. Começamos com o estatuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.k. Se me permitirem aqui também, como são recomendações, eu é que vou colocar uma sugestão, se vocês concordarem: que o Congresso aprove o fim do fator e uma política de reajustes reais para os aposentados. Pode ser? Nem palmas tem... (*Palmas.*)

Essa é uma sugestão minha, e o Congresso tem que se posicionar sobre esse tema, e até agora não se posicionou. Nós aprovamos aqui no Senado a política de reajuste para os aposentados, com valor real acompanhando o crescimento da massa salarial e do PIB, não só para o salário mínimo, e também o fim do fator. Os dois foram aprovados aqui e estão lá na Câmara dos Deputados.

Agora, vamos passar a palavra para os nossos convidados. Eu volto à primeira mesa, do último para o primeiro.

Vereador Salvador Soares, para os seus três minutos finais, no máximo cinco.

O SR. SALVADOR SOARES – Bem, Senador, eu quero agradecer o convite e dizer que estou à disposição de V. Exª, de todos aqui presentes neste plenário, para que nós possamos enriquecer mais ainda este debate. Assim como V. Exª, a minha assessoria também está assistindo e, conforme o pedido da colega, já está alterada essa frase que ela sugeriu. Com certeza, nós já fizemos essa alteração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Faremos a alteração na PEC também, se for o caso.

O SR. SALVADOR SOARES – Também. Na verdade, nós estamos lapidando, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso. Isso.

O SR. SALVADOR SOARES – Acho que o nosso papel é de pegar um produto, essa lei, e, com os debates, com as plenárias, nós irmos lapidando, para ficar com a cara que todos nós queremos.

Senador, eu quero reforçar, então, e dizer que nós estamos discutindo aqui a questão do ser humano. O ser humano não tem raça, cor, credo, idade, religião. Ser humano! Nós estamos falando das três fases da vida. E nós queremos que essas três fases da vida do ser humano sejam contempladas.

Essa eu acredito que foi a injustiça cometida quando criaram a lei orçamentária para a educação, a lei orçamentária para a saúde e esqueceram de quem construiu a riqueza do País. Nós queremos reparar esse erro, e eu tenho certeza de que com o senhor e com todos aqui presentes nós seremos mensageiros dessa transformação, dessa mudança, e não mediremos esforços para que nós possamos, então, se Deus quiser, em breve, dizermos que a PEC é do ser humano, não sendo, de repente, também da pessoa idosa, mas que de fato a gente consiga contemplar as três fases da vida, que são nascer, crescer e envelhecer. Não pode ser apenas adoecer e morrer. Nós temos que pular essa fase do envelhecer, porque dá para se dizer que se pode envelhecer com qualidade, viver com dignidade.

E, para isso, o Estado, a União e o Município têm que assumir o seu papel com esse cidadão que ajudou a construir a riqueza deste País, que muitas vezes é esquecido, é relegado, conforme a Srª Neusa nos passou do cenário, do retrato do Brasil.

(Soa a campainha.)

O SR. SALVADOR SOARES – E que nós possamos, então, com essa PEC, fazer justiça a esses homens, a essas mulheres, a esse povo brasileiro que construiu a riqueza deste País e que, ao final da sua vida, pouco usufrui.

Agradeço ao senhor novamente. Parabéns a todos. Nós estamos à disposição. No *folder*, há o nosso contato. Estamos à disposição para sermos chamados – na verdade, convocados – em qualquer local.

Muito obrigado. Uma boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Vereador Salvador Soares, que preside a Comissão de Legislação Participativa da Câmara Municipal de Taubaté, São Paulo, e foi o criador, o autor da PEC – eu entrei com o projeto – em debate aqui, que vai garantir, de fato, recursos para as políticas dos idosos, mais do que nunca.

Agora, passo a palavra à diretora da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), Drª Cleuza Maria Faustino do Nascimento.

A SRª CLEUZA MARIA FAUSTINO DO NASCIMENTO – Primeiramente, agradeço o espaço. O Senador Paim sempre foi um referencial na defesa dos trabalhadores aposentados, pensionistas e idosos e, através da mobilização desse setor, que esse projeto realmente mude a mentalidade do povo, porque não adianta haver projetos, não adianta haver políticas, se não houver a mudança da mentalidade das pessoas que podem cuidar para que esses aposentados e idosos tenham uma vida melhor, tenham o respaldo e o espaço que merecem.

Aproveito a oportunidade, Senador, que o gerente executivo da Geap está aqui. Tivemos uma audiência pública aqui, no dia 15 de maio, e deixamos algumas demandas para as quais não tivemos retorno. Em relação à Portaria 01, a Geap mudou a forma de contribuição dos trabalhadores mais idosos. Só se vê a faixa salarial, não se vê mais a remuneração. A portaria garante faixa salarial e remuneração. Com isso, aumentou demais a contribuição dos aposentados da nossa base, do serviço público federal.

No novo convênio, o Convênio Único, retiraram-se os pais. Se não fizerem o recadastramento naquele período, eles são expulsos do convênio e retornando para Geap Família, que é um valor bem mais caro. Isso vai demandar uma saída enorme, novamente, daqueles mais velhos, que sempre contribuíram com a Geap.

Quero deixar aqui o nosso apelo. Gostaria que se marcasse uma audiência com a nossa Federação, para discutirmos alternativas para resolver esse problema. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Cleuza, que falou pela Fenasps.

Agora é o Emanuel de Araujo Dantas, Coordenador Geral de Estudos Previdenciários do Ministério da Previdência Social.

O SR. EMANUEL DE ARAUJO DANTAS – Foi, realmente, um debate muito bom, um debate enriquecedor. Para nós da Previdência fica aqui o nosso grande desafio com o nosso envelhecimento.

Só para esclarecer alguns pontos sobre a aposentadoria por tempo de contribuição, a idade média, hoje, da pessoa que se aposenta é em torno de 54 anos. Hoje, nós estamos vivendo mais e passamos muito mais tempo recebendo um benefício. Nós temos que pensar na sustentabilidade do sistema.

O fator foi criado exatamente porque nós nos aposentamos muito jovens. Somos ainda um dos países que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para esclarecer, não vou questionar, senão a gente faz um debate enorme de novo e não é hora do debate. Mas se aposenta com 54 anos com o fator previdenciário.

O SR. EMANUEL DE ARAUJO DANTAS – Isso, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, se eliminarmos o fator, as pessoas não vão se aposentar com 54 anos.

O SR. EMANUEL DE ARAUJO DANTAS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fica esse crédito para reflexão.

O SR. EMANUEL DE ARAUJO DANTAS – É só para esclarecimento. Realmente, quando foi criado o fator, havia um debate sobre a idade mínima e, infelizmente, a idade mínima, na época, não passou.

Com relação a pessoas que continuam trabalhando, que estão no mercado de trabalho, o que acontece é que aquele trabalhador que está mais à margem, aquele trabalhador menos qualificado, ele se aposenta por idade.

Então, aquele que vem, que continua no mercado de trabalho, geralmente, é aquele trabalhador mais qualificado, é o trabalhador que está em mais condições de se aposentar e, realmente, continuar no mercado de trabalho.

São essas as minhas considerações. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, muito bem, muito bem. É claro que é uma briga antiga essa minha briga com o fator e uma política de reajustes reais. Mas deixa eu dar uma falinha, porque não aguento. Mas, claro, não é me contrapondo a você.

O que eu não aceito é que o fator só pega o assalariado celetista. A mim, não pega, por exemplo. Só que o meu salário é 30, e quem ganha 1,5 mil pega o fator. Não é justo isso.

O Executivo, o Legislativo e o Judiciário não pegam o fator. O Legislativo, o Executivo e o Judiciário têm, inclusive, o instituto da desaposentadoria, e o celetista não tem. Quer dizer, é esse debate que nós vamos ter que fazer. Sei que o momento não é este, mas não é justo que os altos salários se aposentem só baseado nas 80% maiores contribuições de 1994 para cá; e o peãozinho lá, que ganha R$500, R$600, R$700, R$800... Eu faço este debate em inúmeros lugares. Já fui ao Brasil todo, e ninguém me responde por quê.

O Ministro da Previdência chegou a dizer o seguinte: "Paim, tu tem razão, esse fator é maldito, mas a gente não conseguiu ainda resolver como se livrar dele."

Isso é fato e é real. Eu sei que o momento não é este, porque, claro, eu, presidindo, vou acabar falando muito e, por mais que você faça o contraponto, eu vou falar depois por mais tempo aqui, e não é correto, até porque nós temos o encerramento.

Mas eu proponho que a gente faça ainda uma outra rodada – mais uma, já fizemos dezenas – sobre essa questão da Previdência e a forma... Porque eu defendo uma previdência universal. Eu acho que a política tem que ser igual para todo mundo, para o trabalhador da construção civil e para o Senador, a mesma previdência, desde que, naturalmente, pague, tem que pagar. O sistema contributivo é assim.

Mas este é outro debate, vamos no momento certo, e dá uns abraços lá no Garibaldi, porque eu gosto muito dele. (*Pausa.*)

Vamos lá. Drª Martha Regina de Oliveira. O Dr. Emanuel falou em nome da Previdência, e a Drª Martha fala em nome da ANS.

A SRª MARTHA REGINA DE OLIVEIRA – Eu queria, de novo, agradecer o convite para estar aqui na audiência pública, que foi muito produtiva, falar que todo mundo citou a palavra envelhecimento ativo e, dentro da área da saúde, o envelhecimento ativo tem uma conotação que eu acho muito bacana para a gente encerrar aqui, que é o conceito de você envelhecer a partir do momento que você nasce. Então, para você ter um envelhecimento saudável, você tem que cuidar da sua velhice a partir do momento que você nasce.

Então, esse conceito é muito importante também para a gente pensar aqui, quando a gente está discutindo o envelhecimento ativo.

E foi colocado por várias pessoas outro tema que eu acho que a gente tinha que se aprofundar, que é como a gente lida com educação, e aí não só educação em saúde, mas educação de uma maneira mais ampla, para o envelhecimento. Não só para você conseguir ter os seus cuidados apropriados para que você envelheça, mas também para outra pessoa, o mais jovem, enfim, saber como lidar com o envelhecimento, para a gente ter essa história de ser um País jovem e a gente não teve essa educação para o envelhecimento. Isso é outro tema que a gente precisa, de alguma maneira, abordar.

E aí aproveitar para colocar que, em vários eslaides, apareceu o que a gente chama de bônus populacional. O que é isso?

A gente está vivendo um momento em que ainda não viveu essa transição do maior número de pessoas serem idosas em nosso País. Isso vai acontecer em 2030, na hora em que cruza o gráfico.

Então, até lá, é o momento de a gente pensar como que a gente vai agir para esse momento da virada. Se a gente deixar para pensar isso em 2030, não precisa mais. Então, a gente tem que pensar hoje o que a gente vai estar vivendo em 2030. Se a gente não fizer isso hoje, daqui a dez anos a gente não vai mais precisar pensar, porque a gente já vai estar vivendo sem ter se planejado.

Então, é agora o momento de a gente fazer esse debate.

Era isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Drª Martha, especialista em regulação de saúde suplementar, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Vou passar a palavra, porque inverti, à Srª Neusa Pivatto Muller, Coordenadora Geral dos Direitos do Idoso da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República. (*Risos.*)

Todo o currículo!

A SRª NEUSA PIVATTO MULLER – Só esclarecendo que não sou parente daquele Müller que fez um jogo no Brasil. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Que fez aquele gol, e um gol bonito ainda! (*Risos.*)

A SRª NEUSA PIVATTO MULLER – Aquele gol danado.

Queria, primeiramente, agradecer imensamente, de novo, e também observar que este debate é um debate com os palestrantes que têm um conhecimento bastante significativo e importante sobre a temática.

Nem sempre é assim. Então, gostaria de agradecer também aos companheiros e companheiros que estiveram conosco aqui, propondo avançar na área do envelhecimento.

Queria trazer, ainda, algumas questões. Foi trazida aqui, desculpe, não lembro o seu nome...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª NEUSA PIVATTO MULLER – Lutiana. Trouxe a questão do envelhecer para a população LGBT, e creio que é uma luta de nossa parte, assim meio solitária, como pessoa que coordena a área, porque também não estamos conseguindo muita repercussão junto a instituições e junto a lideranças quanto a tratar desta temática na área de envelhecimento. Temos algumas dificuldades, inclusive junto ao Conselho Nacional, e é preciso que se chame a atenção também para que os conselhos pautem essa questão, porque, afinal de contas, no Brasil, temos 2.750 conselhos em âmbito nacional. Isso significa que temos mais de 70 mil lideranças em âmbito nacional.

E é uma população bastante importante em termos de discussão, de construção de políticas para o País. E é a representação tanto da sociedade civil, quanto do setor público, porque temos, no Brasil, conselhos paritários, o que também é uma raridade. E, quando propus na Costa Rica, na Carta de São José, que se criassem conselhos nos países, nos 40 países que estavam presentes, conselhos paritários, quase fui execrada, porque não existe essa figura, a não ser em alguns países que, agora, estão, de maneira mais efetiva, implantando algumas políticas com participação mais efetiva da sociedade civil, falo de Interamérica.

Então, creio que avançarmos na questão da implantação de conselhos em todos os Municípios é uma proposta... Não sei se o Senador lembra que, em 2012, a Ministra Maria do Rosário propôs aqui – porque não estávamos com todos os gestores da política em âmbito nacional presentes – que, até 2015, pudéssemos fazer um esforço em que estivessem os Municípios do Brasil e Estados, todos os Estados já temos, os Governos estaduais, mas não temos em todos os Municípios – 2.700 significa que é pouco mais do que 50% do que estamos nos Municípios. E é uma questão que precisamos tratar, porque, se o acesso à informação sobre direitos ainda é precário, e isso é real, é preciso que se construam, nas prefeituras, espaços de participação, de estudo.

E é nisso que estamos avançando bastante. Propusemos, principalmente do ano passado para cá, a capacitação de lideranças idosas, um projeto piloto que propusemos para São Paulo que inicia semana que vem. E estarei lá para a abertura. São 300 pessoas idosas de todas as prefeituras de São Paulo...

(Soa a campainha.)

A SRª NEUSA PIVATTO MULLER – ... para que elas possam ser multiplicadoras de conhecimento, na área de direitos humanos também, mas também na área de direito de modo geral, para que a informação chegue à população. Então, é uma questão em que precisamos avançar. E a questão da população LGBT, de fato, precisamos tratar com mais ênfase, com mais cuidado, porque eles são discriminados pela própria população idosa.

Então, um grande problema que temos, por exemplo, nas instituições de longa permanência, é que não há o aceite de estar sequer no espaço, que não é um espaço recomendado sequer. E é preciso que tragamos essa temática à luz do dia, para que possamos, de fato, dar acesso, e oportunizar, e garantir os direitos dessa população, que tem o mesmo direito e deve ter o mesmo direito de qualquer população, de qualquer pessoa, em todos os níveis de vida, em eixo de vida, em todo o percurso da sua vida, não só ao envelhecer.

E é uma questão que tem trazido – e nós temos trabalhado muito com o enfrentamento da violência nesse sentido – que, sim, é real que, na população idosa LGBT, há um índice maior de suicídios quando envelhecem. Por quê? Porque grande parte não tem, uma boa parte – não é grande parte – não tem família. Aí, quando recorrem a alguma instituição, também são rejeitados pelas instituições. Então, nós não estamos defendendo institucionalização, muito menos, dessa população. Estamos defendendo direitos e espaços autônomos de acolhimento a uma população que porventura não tenha condições de acesso a elas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Neusa Privatto Muller, que aqui falou como Coordenadora da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Diogo Monteiro, advogado que aqui falou em nome da Cobap e da Federação dos Aposentados de Brasília.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Novamente, eu queria agradecer a presença dos aposentados e idosos aqui presentes, agradecer a disponibilidade do Senador de nos convidar para este debate e deixar alguns pontos esclarecidos aqui também com relação à reivindicação dos aposentados e idosos.

Nós não alegamos que há política zero do Governo. Pelo contrário, há o trabalho brilhante da Drª Neusa, sempre promovendo ideias. Mas, infelizmente, o trabalho dela, como o nosso, fica na utopia. Nós temos trabalhos que não são efetivados, executados. Nós temos que parar de pensar tanto e agir. Tem que haver. Eu até

pergunto aqui aos aposentados se, de todos aqueles direitos que foram elencados no eslaide, eles têm noção ou conhecimento deles. A grande maioria não tem e precisa de conhecimento, informação e educação, da pessoa idosa, do adolescente, dos direitos que estão aparecendo, e da pessoa adulta também.

Quanto ao ponto dos presidenciáveis, o Senador lembrou bem, a pessoa idosa, daqui a 20 anos, Senador, será a grande maioria da população, mas, infelizmente, os presidenciáveis não dão a devida atenção – não só os presidenciáveis, mas, inclusive, hoje, quem está no governo, que não recebeu os aposentados até hoje e não escuta as reivindicações. Seria uma pauta, inclusive, para a Drª Neusa, que faz parte do Governo Federal, tentar intermediar uma visita dos aposentados, pensionistas e idosos junto à Presidenta da República, vez que ela é presidenciável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Diego, eu sou obrigado a lhe dar uma notícia boa, boa, boa. O Varlei me passou uma mensagem dizendo que hoje, às 14h, eles serão recebidos – por isso que o Pimenta também estava vindo para cá e não veio, mas me comunicou agora – lá no Palácio, junto com as centrais sindicais e também os aposentados e pensionistas. (*Palmas.*)

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Se continuar assim com os meus pedidos, Senador, eu acho que nós vamos ver outra coisa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É que o Varlei tinha me passado há poucos minutos.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Com relação a trabalho de atos que eu digo, Senador e demais presentes, no Distrito Federal, hoje, nós temos políticas, muitas políticas brilhantes e bonitas, mas uma exemplo clássico é que, no Distrito Federal, só há cinco geriatras para uma população de mais de 100 mil pessoas, mais de 100 mil idosos. Não existe nenhuma política dentro da Secretaria de Saúde do Distrito Federal que seja efetiva na proteção da pessoa idosa.

Então, quanto à questão também do acesso a direitos e programas, como o Minha Casa, Minha Vida, a Loas BPC (Benefício de Prestação Continuada), há de se estudar e se discutir também esses valores mínimos citados pelo senhor lá do fundo, valores mínimos para se ter acesso a esses direitos. Infelizmente, esses valores mínimos não estão adequados à inflação, à necessidade e ao valor que essas pessoas têm para dispor.

Quanto à questão da aposentadoria por tempo de contribuição, reforçando a situação do Senador Paim, com 54 anos, da pessoa que aposenta o fator previdenciário tira 60% em média do valor do benefício, Senador. Então, é preferível que ela não se aposente, e continue trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muitos fazem isso, aposentam no desespero e voltam a trabalhar.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Isso. E a grande maioria dessas pessoas são aposentadas por tempo de contribuição. Hoje, a grande maioria dos aposentados ativos são aposentados por tempo de contribuição.

Quanto às propostas e encaminhamentos apresentados, o Centro de Atenção ao Idoso, que foi proposto pela Federação de Brasília, não somente deveria, ao nosso olhar, analisar a questão da doença, mas a prevenção da doença, oferecendo a parte cultural, educacional e, obviamente, a saúde também, com o esporte.

A desaposentação para nós aqui, de que sou um grande defensor, sou muito criticado no meu meio jurídico por isso, mas sou um grande defensor da desaposentação, sou um apaixonado, como o Senador Paim, por ela e pretendo, luto e espero que daqui a pouco o senhor receba uma mensagem dizendo que foi incluída em pauta também. (*Risos.*)

(*Palmas.*)

No mais, a Federação se coloca à disposição na luta pela aprovação da PEC, no Projeto de Lei da Pessoa Idosa, a modificação do nome, superválido, e queremos também a aprovação do fim do fator previdenciário e do Projeto de Lei nº 4.434, de 2008, que visa à recuperação das perdas inflacionárias nas aposentadorias.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, muito bem.

É mais fácil estar na pauta do Supremo, porque está na última instância lá e o parecer é favorável do Celso de Mello.

O SR. DIEGO MONTEIRO CHERULLI – Para todos parecem estar favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vamos torcer para que entrem lá mais rápido do que aqui.

Agora o último a usar da palavra é o nosso convidado, o Dr. Luís Carlos Saraiva Neves, que é Diretor-Executivo da Geap, Fundação de Seguridade Social.

O SR. LUÍS CARLOS SARAIVA NEVES – Bom eu queria só fazer dois esclarecimentos importantes, por conta do debate. A Geap é uma fundação sem fins lucrativos, que compõe o bojo das autogestões em saúde e a instância máxima da Geap é um conselho de administração composto por três conselheiros indicados pelo Governo Federal e três eleitos em eleição direta pelos servidores. Inclusive na composição, companheiros, São

Paulo tem um representante da CUT eleito na eleição recente, agora. E, por ser uma fundação sem fins lucrativos, todas as receitas são aplicadas na promoção e atenção à saúde, assistência e os programas, enfim. Por conta disso, quando assumimos em outubro, definimos também que, caso algum beneficiário da Geap seja atendido na rede do SUS (Sistema Único de Saúde), a Geap fará o ressarcimento do gasto ao SUS – antes não estava fazendo. Então, nós já definimos o ressarcimento das despesas feitas no SUS.

O outro esclarecimento é para a Cleuza, que é representante da Fenasps: as suas questões, Cleuza, quanto à reunião, não há problema, já vamos comunicar a data e dia, e essas duas demandas precisamos na reunião discutir porque fogem da governabilidade da Geap, estão dentro do bojo do decreto do Convênio Único. Então, a gente precisa dialogar junto com o Ministério do Planejamento, mas estamos abertos à discussão, diálogos, para construção, sem problema nenhum.

Tem uma pergunta, Senador, que foi feita com relação à coparticipação em alguns procedimentos médicos, de nutricionistas e psicólogos. As ações de promoção não têm coparticipação; os procedimentos não tem coparticipação. Nas ações de prevenção, estamos já implementando a diminuição e a retirada de várias coparticipações do uso do plano. Nós retiramos já, por exemplo, na prevenção do CA de mama, colo de útero...

(Soa a campainha.)

O SR. LUÍS CARLOS SARAIVA NEVES – ... e demais procedimentos; diminuímos em 50% nos procedimentos de odontologia e estamos elaborando produtos, planos sem coparticipação. Nossa equipe técnica está elaborando, será apresentado para o conselho de administração avaliar e, se aprovado, estaremos oferecendo esses produtos para os servidores.

Gostaria de, nos últimos trinta segundos, de agradecer mais uma vez por esta participação aqui nesta audiência pública ao Senador Paim e parabenizar o Vereador Salvador pela proposta e dizer que a Geap, no que puder contribuir, estará contribuindo com esse belo projeto apresentado.

Muito obrigado a todos os colegas palestrantes e demais presentes. Vou levar à Diretoria da Geap para ser aprovada a mudança do termo idoso para pessoa idosa em todos os registros e falas da Geap.

Muito obrigado.. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Luis Carlos Saraiva Neves.

Antes de encerrar, vou ler os encaminhamentos finais:

1 – Incluir numa legislação a obrigatoriedade da criação dos centros de atenção ao idoso, especialmente de prevenção de doenças. Claro que um ajuste a gente também faz. Essa é ideia.

2 – Incluir no PL da desaposentação o reajuste dos benefícios para os aposentados, que voltam ao trabalho e contribuem para a Previdência. Esse é o PL da desaposentação, que eu já apresentei duas versões e está tramitando aqui no Senador.

3 – Apoiar a rápida aprovação da PEC apresentada pelo Vereador Salvador Soares, que foi encaminhada a este Senador, e dar visibilidade a ela mediante debate nas audiências públicas nos Estados e aqui, no Congresso.

4 – Apresentar projeto de lei com o objetivo de modificar a nomenclatura da legislação existente de "idoso" para "pessoa idosa".

5 – Que o Congresso aprove o fim do fator previdenciário.

6 – Reajuste real para os aposentados ou inflação mais PIB. Por que eu boto "ou"? Porque eu tenho os dois projetos. Inflação mais PIB, dizem que vincula à política de salário mínimo, mas a outra forma, que é inflação mais o crescimento da massa salarial, daí não vincula à política de salário mínimo. No fim, o resultado é semelhante.

E o último ponto, eu coloquei agora, e espero que não haja nada contra:

7 – Que os presidenciáveis se posicionem sobre a temática do envelhecimento, sobre a política salarial do idoso, sobre o fim do fator e sobre o PL 4.434, que é a recuperação das perdas.

Se tiver palmas, eu dou por aprovado por unanimidade. (*Palmas.*)

Muito bem, meus amigos. Muito obrigado a todos. Foi uma excelente audiência pública, uma das melhores.

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.)

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE JULHO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e nove minutos do dia quatorze de julho de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senhor **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer

os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 59 de 2014-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 04/06/2014, para debater sobre o tema: "A criminalização dos movimentos sociais". O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, faz suas considerações iniciais, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Lourenço Ferreira Prado, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores; Lucas Brito, Assembleia Nacional de Estudantes Livres – ANEL; Luis Carlos Prates, Representante da Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas; José Reginaldo Inácio, Vice-Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST, e Secretário de Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI; e Maria Antônia Rodrigues Magalhães, Diretora da Força Estadual de Brasília. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Altino de Melo Prazeres, Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Paulo Pasin, Federação Nacional dos Metroviários; Adriano Brum Rodrigues; Gisella Colares Gomes, Tecnologista em informações geográficas e estatísticas do IBGE. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) alterar a atual lei de greve, que impede o direito a greve; 2) oficiar ao Governo de São Paulo pela não demissão de sindicalistas e reintegração dos 42 demitidos; 3) derrubada do interdito proibitório; 4) anistia para presos políticos em decorrência de manifestações populares, nos moldes de como ocorreu com os Bombeiros; 5) garantia do pleno direito a manifestação contra toda e qualquer lei que venha a criminalizar os movimentos sociais; 6) liberdade para os presos políticos e investigação de todas as condutas que firam os direitos humanos; 7) manifesto pelo fim da guerra entre Israel e os Palestinos; e 8) oficiar o IBGE pela abertura de negociações com os grevistas e reversão da demissão de 159 trabalhadores temporários. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 59/2014, da CDH, de autoria deste e de outros Senadores, aprovado em 04/06/2014, para debater sobre o tema "A Criminalização dos Movimentos Sociais", ou a tentativa de criminalização dos movimentos sociais.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas pode fazê-los por meio do portal e-Cidadania, link: http:/bit.ly.audienciainterativa, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Está na tela ali – não sei se o pessoal está jogando a tela na TV. Foi dito que está na TV. Vamos fazer como havíamos combinado: duas Mesas.

Vou fazer uma pequena introdução.

Isso aqui é o número de perguntas e questionamentos que chegaram aqui a partir das 9h, horário anunciado para o início do nosso debate.

Audiência pública sobre a tentativa de criminalização dos movimentos sociais.

As manifestações populares podem e devem acontecer em todo o País, sem que haja nenhum tipo de forma no sentido de proibir a liberdade do protesto. Com certeza, sem elas, a democracia brasileira estaria mostrando-se mais pobre, proibindo a liberdade de manifestação e de expressão.

Estou comentando o que foi escrito e mudando algumas coisas, ou seja, o que está sendo passado aqui e agora é a minha visão. Então, na abertura da audiência pública de hoje, não poderíamos deixar de debater esse tema tão importante para os movimentos sociais. Eu, que vim dos movimentos sociais, pois a minha vida começou na área sindical, participei desses movimentos com muito orgulho e sempre defendi o direito do protesto, da manifestação e da mobilização.

Por isso mesmo, mais do que nunca, é oportuno esse debate aqui na Comissão de Direitos Humanos. Ninguém pode concordar com qualquer tipo de violência contra aqueles que estão manifestando-se, seja por parte da polícia, seja por parte dos manifestantes.

Enfim, quero deixar claro que esta é a segunda ou terceira audiência que fizemos sobre esse tema. Somos totalmente contra qualquer tipo de criminalização dos movimentos sociais. Entendemos ser legítimo o direito

de protesto e de mobilização. Eu mesmo aplaudi muito as jornadas de junho e de julho, quando o povo foi à rua, protestando e exigindo mais investimento em saúde, educação, habitação, saneamento básico, enfim. É claro que eu também fazia questão de que se falasse da questão dos aposentados, do fator previdenciário; além dos temas macro, temas específicos que, no meu entendimento, repercutem sobre a vida direta dos trabalhadores.

Por isso, vamos, de imediato, como não é a primeira audiência, já é a segunda, montar a nossa Mesa e começar o debate sobre o tema. Chamamos para a primeira Mesa, pela ordem que a Secretaria me apresentou, Luiz Carlos Prates, representante da Central Sindical e Popular (Conlutas).

Seja bem-vindo, Luiz Carlos Prates. (Palmas.)

Luiz Carlos já esteve inúmeras vezes nesta Comissão e, com muita competência, fez aqui o bom combate e, poderíamos dizer, o bom debate.

Lucas Brito, da Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre.

Seja bem-vindo, Lucas.

Antonio Rodrigues Machado de Souza, representando a OAB. Acho que não chegou.

Chamamos, então, José Reginaldo Inácio, Vice-Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores e Secretário de Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. (Palmas.)

Maria Antonia Rodrigues ainda não chegou, não está aqui.

Lourenço Ferreira Prado, coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores. (Palmas.)

Serão duas Mesas de quatro pessoas: esta e, depois, outra Mesa com mais quatro companheiros.

O Lourenço Ferreira de Prado, coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, representa esse Fórum, que reúne – pode confirmar ou ajustar –, no mínimo, quatro centrais sindicais, pelo que me lembro, em torno de 18 confederações. Ele me traz um cartaz, distribuído durante a Copa: "O Brasil é feito pelos trabalhadores", em três idiomas.

O SR. LOURENÇO FERREIRA PRADO (Fora do microfone.) – Faço uma denúncia contra as multinacionais que atuam...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Você vai ter oportunidade já de colocar seu ponto de vista.

Então, de imediato, iniciamos o debate.

Com a palavra, o coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

O tempo será de dez minutos com mais cinco, num total de quinze.

O SR. LOURENÇO FERREIRA PRADO – Bom dia, eminente Senador Paulo Paim, meus companheiros de Mesa, companheiras e companheiros, e, evidentemente, os assistentes da TV Senado.

Para nós, é um prazer muito grande estar presentes nesta oportunidade. Já é a segunda reunião da Comissão de Direitos Humanos para debater a questão relativa à criminalização dos movimentos sociais.

Inicialmente, Senador, como V. Exª já colocou, nós distribuímos para alguns companheiros do plenário e também da Mesa, um jornal bem resumido, de quatro páginas, chamado "O Brasil é feito pelos trabalhadores", em três idiomas – português, espanhol e inglês –, onde procuramos denunciar para toda a mídia e a todos aqueles e todas aquelas que compareceram ao Brasil para assistir a Copa do Mundo as práticas adotadas por algumas multinacionais sediadas aqui, que, na verdade, não cumprem nem a legislação, nem os acordos e convenções coletivos celebrados.

Inicialmente, gostaríamos de colocar que este documento foi distribuído durante as Fan Fests, claro, evidentemente longe, porque a Fifa tem um padrão terrível de bloqueio de qualquer manifestação próxima ou mesmo nas festas custeadas pela Federação Internacional de Futebol.

Então, esse documento, vou deixar aqui em poder do eminente Senador Paulo Paim e passarei, em seguida, a colocar o ponto de vista do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que não é uma central, mas uma coordenação das Confederações de Trabalhadores, que tem uma postura de autonomia e independência, sem vinculação a centrais, muito embora algumas centrais sindicais que professem a parte relativa à unicidade sindical, à contribuição compulsória obrigatória e também à parte do sindicalismo, por categorias econômicas e profissionais, integrem esse fórum também.

Assim, relativamente ao tema do debate, aqui, hoje, desta reunião pública, que é a criminalização dos movimentos sociais, não tivemos a intenção, nem fizemos qualquer tipo de consulta a Código Penal ou a Código de Processo Penal, ou a qualquer forma de legislação que viesse a nortear esse tipo de debate hoje.

Simplesmente, entendemos que a tentativa, como o Senador colocou no começo, de criminalizar os movimentos sociais no Brasil é cada vez mais forte, porque a tendência dos movimentos sociais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Lourenço, se me permite, só para dividir com você a mesma preocupação, foi a partir do momento que nós entramos com requerimento, no plenário, para que um projeto, que já estava em plenário, fosse debatido nesta Comissão que ele não foi votado lá. E, quando começamos a fazer audiências públicas como esta, debatendo esse tema, é que o mesmo deu uma parada, senão, já teriam aprovado dois projetos com o mesmo objetivo.

Um era um projeto voltado para a Copa – a Copa passou e nós não deixamos aprovar, porque havia um requerimento meu que exigia que passasse por esta Comissão – e um outro que está na CCJ, que eu sei que os trabalhadores, o movimento social e as redes sociais também são contra, que é o Projeto nº 508. Esta audiência vem no momento adequado, porque essa matéria está na pauta agora, para a próxima quarta-feira.

Vai lá. Só para situar como está a briga aqui dentro.

O SR. LOURENÇO FERREIRA PRADO – Muito obrigado, Senador.

Então, nós entendemos que a tendência dos movimentos sociais, que invadem as ruas, praças, estradas e avenidas, não é prática nova. Esses diversos segmentos sociais e de classe – e, evidentemente, nos incluímos, nós, movimento sindical, nesse tipo de movimentação social – não são de agora. Seus gritos roucos, bem lembrados, há pouco, por diversas pessoas que passaram pelo poder e que ainda estão no poder... Realmente, é secular esse tipo de movimentação.

Seus ressurgimentos na história dos povos são inúmeros, principalmente em nosso País, ainda nos séculos 19 e 20. Naquela oportunidade, no começo do século passado, chegaram, mesmo, autoridades importantes a declarar que, na verdade, o movimento sindical, o movimento social, os movimentos sociais eram um caso de polícia.

Hoje, também, nós entendemos que, respeitosamente, não é tão diferente assim. Tanto é verdade que, em São Paulo, nós temos um inquérito policial aberto há meses para investigar todos aqueles manifestantes suspeitos, principalmente aqueles filmados pela Polícia Militar, apelidada de Robocop, a cada dia que passa. Por quê? Essa prática não é legal! Será que lutar, será que debater, será que ir para as ruas, ir para as praças públicas, protestar, manifestar é crime? Nós entendemos que não é crime.

Não é de hoje, portanto, repetimos, que essa movimentação ocorre. É uma movimentação social que defende o quê? Defende aquilo que é fundamental para todos, são direitos humanos, por isso é próprio, é adequado debater nesta Comissão esse tipo de tema. E quais são esses direitos humanos básicos, fundamentais de toda e qualquer sociedade, toda e qualquer população? Moradia, transporte, saúde, educação e muitos outros direitos mais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LOURENÇO FERREIRA PRADO – E liberdade, evidentemente.

Esses movimentos vão paras as ruas e aproveitam e protestam, sim, porque é seu direito absoluto estarem descrentes dos meios tradicionais de representação, que, na verdade, têm que passar por uma movimentação, por uma mobilização e por uma mudança muito grande.

A passividade e a tão solicitada paciência têm limite.

O Estado de hoje, mais do que o de ontem, utiliza seus agentes civis e militares para reprimir toda e qualquer manifestação, sob a falsa e conhecida alegação de que é mantenedor da boa e necessária ordem política e social, mediante a segurança pública.

A segurança chamada de segurança pública nunca foi tão pública assim, todos sabem. Na verdade, tem um conteúdo privativo. Para manter interesses de elites, portanto, qualquer manifestação que venha a ferir seus direitos e seus interesses, mesmo que não sejam tão legítimos assim, essa "segurança pública" está pronta para bater, para reprimir, para prender, para fazer averiguações, mas, na verdade, isso é para restringir a liberdade de todos os participantes dessa modalidade de movimento.

Essa modalidade de movimento, nós entendemos que está amplamente garantida na Carta Política de 1988, a nossa Constituição de 5 de outubro de 1988.

Por fim, esses e outros movimentos e entidades de trabalhadores vão às ruas para lutar contra a militarização, contra a redução da maioridade penal, contra o retrocesso democrático e por todos os direitos garantidos pela nossa Carta Política, porque eles, os poderosos, não querem que o povo pobre, trabalhador e ordeiro ascenda a um patamar superior a que tem direito, o que tem legitimidade para fazer, e utilizam todo o aparato do Estado de forma ilegal, de forma oportunista, de forma, realmente, a permitir que apenas as elites tenham esse tipo de primazia.

Apenas para nós exemplificarmos, Senador Paim, participantes da Mesa, do plenário e público que assiste a este programa, nós temos, por exemplo, os Robocops, a PM, de que já falamos.

Estou me colocando mais em nível dos grandes centros, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro. Na verdade, estabelece-se uma salada de letras e números que serve para não identificar o policial e, assim, deixá-lo livre, de uma forma mascarada. É a polícia Black Bloc, mascarada, sem identificação, que a lei exige. Se a polícia não segue a lei, que moral tem para exigir que as pessoas o façam?

Esse é apenas um caso de um inquérito antigo que está rodando em São Paulo. É o caso do estudante de Direito da PUC – São Paulo, que é preso, torturado e espancado dentro do próprio prédio da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Esse é um caso que nós estamos colocando como exemplo.

Também há uma parte relativa a um primeiro policial julgado pelos crimes de maio de 2006 e que é condenado.

(Soa a campainha.)

O SR. LOURENÇO FERREIRA PRADO – Termino em um minuto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone*.) – V. Sª tem mais cinco. Depois que toca, são mais cinco minutos.

O SR. LOURENÇO FERREIRA PRADO – De forma que nós temos todos esses casos práticos de ocorrências que foram verificados. Entendemos que tem de ser dado um basta nisso. E entendemos que a tribuna permanente aqui do Senado, nesta trincheira que é a Comissão dos Direitos Humanos do Senado da República, tem de realmente esmiuçar esse tipo de procedimento das autoridades, das representações e da forma de reprimir e de condenar esse tipo de movimentação dos trabalhadores e das trabalhadoras, do movimento social como um todo. Nós, do movimento sindical, temos, evidentemente, uma representação que talvez não seja tão ampla como os movimentos sociais como um todo, porque, aqui, temos a representação de quem tem carteira assinada, de quem tem vinculação com o sindicato, etc., enquanto os movimentos sociais são muito mais amplos. E o movimento político como um todo também tem esse caráter de amplitude, justamente porque a sociedade é muito ampla, a sociedade é plural, a sociedade é muito maior do que nós, do movimento sindical, podemos imaginar, de modo que somente nós do movimento sindical não podemos pensar em representar todos.

Nós entendemos também, por outro lado, que a questão relativa a conselhos serem encaixados, enfeixados na mão de uma autoridade só é inadequada, estabelecer um processo pelo Poder central ou pelo Poder nos Estados e nos Municípios, em que esses conselhos e os debates fiquem restritos apenas a uma autoridade centralizada. Nós entendemos que qualquer tipo de legislação, seja lei complementar, seja lei ordinária, seja decreto, realmente tem de ser considerada, tem de ser ponderada. E tem de ser feita realmente a verdadeira democracia: os conselhos têm de ter liberdade para debater, para discutir, para votar e para decidir aquilo que realmente for pertinente, for de interesse da classe trabalhadora, for de interesse do movimento social como um todo.

Os conselhos neste País são antigos; eles são da década de 30. Então, só agora, depois de decorridos praticamente 80 anos, descobriu-se que tem de haver uma centralização, um controle dos conselhos, dos movimentos sociais, portanto? Acho que isso é inadequado, inoportuno, desnecessário e inclusive, por que não dizer, ilegal e inconstitucional.

Eminente Senador, eram essas breves palavras que nós gostaríamos de colocar aqui, a título de trazer para este egrégio Senado da República, por meio de sua Comissão de Direitos Humanos, aquilo que pensa o movimento sindical, que pensam essas confederações que estão aqui: os companheiros da indústria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

O SR. LOURENÇO FERREIRA PRADO – ... o pessoal da Confederação Nacional das Profissões Liberais, dos marítimos, dos bancários, de quem trabalha com seguros, dos servidores públicos, do pessoal do meio rural. Há também a confederação dos policiais, a Cobrapol; os companheiros dos químicos; os aposentados, a Cobap; o pessoal da saúde; o pessoal da alimentação; o pessoal do turismo e hospitalidade; os trabalhadores em educação e cultura; os trabalhadores na indústria da construção e do mobiliário.

Eu tenho a impressão de que praticamente elenquei todos os companheiros e companheiras pertencentes às confederações de trabalhadores, que, na verdade, de certa forma, pensam o que estamos colocando aqui. Na verdade, você não pode imaginar que movimento sindical tem de, permanentemente, de forma total, absoluta, ser sempre considerado em ato criminoso. Isso não está capitulado no Código Penal nem no Código de Processo Penal ou em qualquer legislação deste País.

Queríamos deixar aqui esse registro breve e pedir desculpas ao Plenário porque vou precisar sair. Eu sempre digo, e o Senador sabe que sempre falo isto, que quem não é dono de avião tem a necessidade de chegar antes de o avião partir porque, senão, quando você chega, o avião já foi embora, e você tem que tomar outro avião. Muitas vezes, temos que esperar o avião sair porque ele atrasa, mas o avião nunca nos espera. De for-

ma que, em seguida, vou fazer uma viagem de debate de movimento sindical. Como todos sabem, agora está havendo uma sessão do BRICS, e nós, do movimento sindical, estamos tentando que, dentro do BRICS, haja também um movimento sindical dos trabalhadores. Seria um BRICS sindical. Onde há a cimeira dos chefes de Estado e empregadores, que também haja a participação dos trabalhadores.

(Soa a campainha.)

O SR. LOURENÇO FERREIRA PRADO – Era esse o registro que gostaríamos de fazer, agradecendo, mais uma vez, a atenção e desejando muito êxito para esta importante Comissão nesse tema, que é o tema central debatido aqui hoje nesta manhã, na segunda reunião que faz sobre isso a Comissão de Direitos Humanos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Lourenço. (*Palmas*.)

O Lourenço Ferreira Prado, coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, expressou aqui seu ponto de vista e vai ter que se retirar, no momento que entender adequado, para esse encontro do movimento sindical.

Entre um painelista e outro, vou lendo já alguns questionamentos que nos foram remetidos pelo sistema de comunicação do Senado, já que estamos aqui ao vivo para todo o Brasil, tanto pela TV como pelo rádio, pela Agência Senado e também pelos meios de comunicação vinculados às redes sociais.

Concordando com você, Lourenço, antes de passar para o Lucas, registro que diziam para nós que, se não aprovássemos aquele projeto que está lá no plenário – e eu digo que, primeiro, eles têm que aprovar o requerimento para ele passar por aqui; antes, não podem aprovar –, seria um caos a Copa em matéria de desastres, agressões, terrorismo. A Copa passou, o projeto não foi aprovado e não houve nada daquilo que os pregadores do caos diziam que iria acontecer em matéria de violência contra os nosso convidados. Não houve violência alguma contra os convidados que vieram assistir à Copa no Brasil. É claro que a manifestação, num cenário internacional, é legítima. Isso aconteceu na África do Sul, aconteceu nos outros países onde houve Copa do Mundo, cada um expressando seu ponto de vista.

Mas vamos lá. Vou ler aqui, e alguns dos nossos convidados, se quiserem falar, que falem sobre o tema, ou a gente fala ao final.

Márcio Menezes dos Santos diz, sobre criminalizar ou não os movimentos sociais: "A pergunta é meio capciosa! Não acho que um movimento social deva ser crime [estou lendo exatamente como está aqui], no entanto sua ações e objetivos devem ser punidos quando ultrapassarem os limites da lei. Não dá para classificar depredações, invasões e ataques a policia como 'armas de combate' a desigualdade." Esse é um que tem uma posição, em tese, a favor do tema de criminalizar.

Agora, temos Renata Amorim: "Prezados, se pensarem de um modo geral, apenas fazer essa pergunta é admitir que nossos representantes não têm visão [estou lendo exatamente como está aqui, pessoal] do que acontece em nosso País. Os movimentos sociais são demonstrações daquilo que precisa ser melhorado. Daquilo que precisa de atenção." Então, ela está defendendo os movimentos sociais.

Vou ler quatro e parar; depois de outro convidado, lerei mais quatro.

Ainda diz a Renata: "Adendo: Entretanto, se pensarmos na atualidade, os movimentos sociais precisam de atenção para não se tornarem armas de políticos e partidos contra o Estado, contra o próprio povo e contra nossa Constituição. Não cabe criminalizar, mas cabe dar a atenção necessária..." Ela é contra, também, a criminalização.

Por último – já li três – vem a Uilma Célia Garcia da Cruz. "Os movimentos sociais não podem ser criminalizados, o Estado tem que proteger os movimentos e salvaguardar os manifestantes. Porém se houver vandalismo, tem que responsabilizar os vândalos. O Estado deve também orientar os manifestantes quanto às suas responsabilidades."

Ou seja, em resumo, também ela é contra criminalizar os movimentos sociais. De quatro que eu li, três são contra.

Vamos, agora, passar de imediato a palavra ao Lucas Brito, que aqui representa a Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre (Anel).

Só para situar, Lucas, são dez minutos com mais cinco. Quando tocar a campainha, você tem mais cinco minutos ainda.

O SR. LUCAS BRITO – Ótimo.

Olá, bom dia a cada um e cada uma de vocês. Eu represento aqui a Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre, uma entidade nacional do movimento estudantil que está completando, este ano, cinco anos de história.

Quero agradecer o convite e cumprimentar a Mesa na pessoa do Senador e dizer que a gente, da Anel, fica muito honrado em fazer parte desta Mesa e desse debate em especial, ainda mais no momento que vivemos hoje no Brasil.

Também não teria como começar sem falar que é emblemático que toda vez que eu venho aqui ao Senado e, no início desta audiência pública, eu tenha sido barrado na entrada do Senado Federal sob acusação de ser um subversivo. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. LUCAS BRITO – Porque, em 2009, eu fiz aqui nesta Casa uma reivindicação que a população lá fora estava gritando aos quatro ventos, contra os atos secretos do Senador Sarney. E, desde então, eu sou proibido de entrar no Senado Federal e só vim hoje...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu não quero atrapalhar a fala do Lucas, mas, como o pessoal ali atrás se manifestou... Manifestação, palmas não têm problema nenhum comigo, mas começar a gritar especificamente um ou outro não ajuda. Não ajuda o raciocínio dele e me obriga a pedir que esperem a sua hora de falar.

Então, para que ele possa fazer a exposição dele tranquilamente, como está fazendo... Está relatando fatos. Eu não ia aparteá-lo em nenhum momento aqui. Então, volto a palavra a ele, mas eu espero... Se quiserem bater palma, não há problema nenhum, mas, no meio da fala dele, um outro falar, não ajuda. Até que, depois, eu vou abrir espaço para que o Plenário também fale.

Vai lá, Lucas.

O SR. LUCAS BRITO – Neste caso de hoje, só consegui entrar por auxílio, por hoje fazer parte desta Mesa. Se eu não tivesse sido convidado a fazer parte da Mesa pelo Senador, não estaria aqui hoje neste plenário, como cidadão, como estudante, como ativista político, como militante político. Por ajuda da Comissão de Direitos Humanos, eu tive condições de entrar aqui no plenário.

Mas fica registrado, inclusive porque, nesse caso que eles relatam, eu fui absolvido no ano de 2009. E, desde então, eu continuo sendo proibido de entrar nesta que deveria ser a Casa do povo. E é assim que é chamada e é assim que é divulgada, inclusive, no portal do Senado Federal. Está lá: Casa do povo. E, infelizmente, acontece isso.

Hoje, na audiência pública sobre criminalização dos movimentos sociais, eu não poderia deixar de falar sobre isso.

Eu acho que essa atividade de hoje tem, com certeza, um mérito muito grande de estar acontecendo um dia depois do fim da realização do megaevento da Copa do Mundo e que foi, no último período, no País, o principal fato, não somente esportivo, mas o principal fato político que norteou grande parte dos debates dos ativistas, dos movimentos sociais, de entidades sindicais e nós também, do movimento estudantil.

Quero dizer que o tema da criminalização dos movimentos sociais hoje, com certeza, é acrescido pelos últimos fatos que pesam muito sobre a Constituição, sobre esta Casa, o Senado Federal, sobre o Congresso Nacional em conjunto, que é o fato de estarmos vendo um recrudescimento, um avanço de várias e várias violações de direitos de manifestação e direitos de atividade política.

A verdade é que, por exemplo, desde junho de 2013, quando a juventude e os trabalhadores saíram às ruas de forma muito legítima, como o Senador colocou no início desta sessão, como um direito democrático sair às ruas para reivindicar os nossos direitos, saímos às ruas. Saímos aos milhões, e a grande reivindicação foi caracterizada pela luta contra o aumento das tarifas do transporte – que depois nós derrotamos – em mais de 20 capitais deste País. Mas, de fundo, estava colocada uma insatisfação política com a situação que vivemos no Brasil. Porque não é à toa que a população saiu às ruas levantando cartazes de que aqui nós queremos um padrão FIFA para educação, para saúde. A população ficou indignada com gastos que chegaram a R$36 bilhões para construção de megaestádios.

Por exemplo, o Mané Garrincha foi destruído e, depois, reconstruído, custando cerca de quase R$2 bilhões, enquanto a saúde e a educação continuam à míngua neste País.

Então, portanto, é uma reivindicação clássica e categórica dos movimentos sociais lutar pelos direitos básicos, ao transporte público de qualidade, à moradia, o direito a termos uma educação de qualidade e à saúde.

Entretanto, a resposta que tivemos de vários governos, da Polícia Militar em especial, foi uma resposta de agressividade, de criminalização das nossas lutas, dos nossos lutadores e das nossas lutadoras, que saem às ruas cotidianamente para, de fato, reivindicar um futuro em que sejamos livres, em que tenhamos condições de desenvolver nossas capacidades humanas.

De 2012 para cá, tivemos cerca de 2 mil detenções em manifestações ao longo do País. Só no Rio de Janeiro, tivemos cerca de 700 detenções em manifestações. Em São Paulo, tivemos 374 detenções em manifestações. Hoje, enquanto ocorre esta reunião, temos um preso político que já está amargando desde o dia 23 de junho, num presídio, e tantos outros presos políticos que foram presos agora, no final de semana, 19. Inclusive, uma foi presa em Porto Alegre, com o objetivo de prevenir que houvesse atos políticos no final da Copa do Mundo.

Essa foi a justificativa pública da prisão desses ativistas políticos. Muitos outros, como, por exemplo, em Campinas, São Paulo, no Rio Grande do Sul, em Goiânia, estão sendo processados por inquéritos cujo corpo traz como prova... Por exemplo, um caso de Porto Alegre, do Matheus Gomes, que inclusive foi convidado para fazer parte também desta reunião e já esteve aqui, relatando o seu caso, em que, no seu processo, consta como prova do seu ato de vandalismo uma foto em que ele está num caminhão de som, fazendo uma manifestação política, exigindo o fim do aumento da tarifa do transporte público. E essa foto tem sido utilizada como uma prova de que, ali, ele fosse um líder de um movimento que tinha como pretensão destruir a ordem pública no País.

Nós sabemos que aqueles que verdadeiramente fazem do seu dia a dia uma forma de desmontar os direitos sociais e causar a desordem, porque causam uma desordem na educação, na saúde pública e no transporte público, a exemplo do que acontece cotidianamente no metrô de São Paulo, são, infelizmente, vários colegas que estão nesta Casa, vários governantes, que transformam os cofres públicos em farra, desmontando muitos serviços públicos.

Então, achamos que, de fato, existe um grande vandalismo acontecendo neste País, responsável pela situação que vivemos. É só sair porta afora e tentar pegar um ônibus, ir a uma fila de hospital, entrar em uma sala de aula, que vamos ver, realmente, o verdadeiro vandalismo que ocorre neste País.

É importante, por alguns casos que estamos vivendo – não só nós, a juventude – que tenhamos também aqui representantes sindicais. Por exemplo, o Sindicato dos Metroviários de São Paulo está sendo duramente criminalizado pelo Estado de São Paulo, pelo Governador Alckmin, mas também pelo metrô, pela empresa, por ter exercido o direito de se mobilizar e fazer greve.

Só que isso está respaldado, infelizmente, por algumas tentativas de mudança na nossa legislação, no Código. Por exemplo, a portaria do Ministério da Defesa do final de 2013 traz algumas coisas que seriam... A lei antiterror, ou a tentativa da lei antiterror. O texto da portaria traria ali um conteúdo dizendo que o que mais causa desordem no País seria obstrução de via, que é o caso clássico de manifestação e de mobilização neste País desde o início da história. Desde que começamos a nos mobilizar, ocupamos vias, inclusive porque é um espaço público.

(Soa a campainha.)

O SR. LUCAS BRITO – Invasão, como eles colocam, de prédio público, que é, por si só, uma contradição, porque se o prédio é público, ele não pode ser invadido. Como vai ser invadido aquilo que é público? E obstrução do direito de ir e vir, como se fôssemos nós, manifestantes, que taxássemos o direito de ir e vir, que é a tarifa do transporte público hoje, fazendo com que as pessoas não tenham o direito de ir e vir.

Não temos o direito de ir e vir. Ou seja, é toda uma tentativa de enquadrar a ação dos movimentos sociais, a ação das entidades sindicais, a ação nossa, das entidades de movimento estudantil, como se fôssemos terroristas, como se fôssemos aqueles que estariam atentando contra a ordem das coisas.

Portanto, acredito que o caso que, inclusive, foi relatado aqui pelo meu companheiro de Mesa sobre o estudante da PUC, que é também um estudante... No caso do Matheus, ele é um estudante... Ele já foi da executiva estadual da Anel. É também da nossa entidade, da Assembleia Nacional de Estudantes – Livre. E também um caso relatado aqui do estudante da PUC de São Paulo que se chama Murilo Magalhães, que foi preso e torturado dentro do prédio da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo por estar fazendo uma manifestação de apoio à greve dos trabalhadores metroviários de São Paulo. Ele foi levado para dentro de uma sala. Seu relato está presente nas redes sociais. Inclusive, o caso dele está sendo anexado agora ao relatório que a Anistia Internacional vai lançar na próxima semana. É um relatório que faz um compilado de todas as violações dos direitos humanos essencialmente cometidos pela Polícia Militar ao longo do período desde junho do ano passado, atravessando a Copa. É um caso que poderemos descrever como uma cena que a gente enxerga sob o manto da democracia, mas que possivelmente poderia ter acontecido no período de chumbo da ditadura militar neste País, porque tivemos um estudante que foi torturado dentro de um prédio público simplesmente por estar lutando em apoio aos trabalhadores naquela ocasião.

Então, o que fica para a gente é que há uma grande contradição hoje, no País. Ao passo em que os movimentos sociais avançam na sua luta desde junho do ano passado e mostraram, por meio da sua garra e da sua força, que é preciso lutar e que é possível vencer, temos, de outro lado, uma movimentação para calar a nossa voz.

É importante dizer, por exemplo – e a gente sempre fala, nos atos políticos, contra a criminalização –, que, apesar de estarmos, desde junho, e muito antes, como fazem todos os trabalhadores sem teto que tentam ocupar e lutar pela reforma agrária, como fazem todos os trabalhadores que tentam lutar por moradia, que o fazem desde sempre e que são criminalizados, mas, desde junho isso se intensificou... Sempre dizemos o seguinte: a verdade, apesar de a gente denunciar a criminalização, as prisões, as torturas, os inquéritos, as

perseguições políticas, é que quem está ganhando essa batalha somos nós. Somos nós que estamos ganhando porque o que eles queriam era que, em junho, no dia 13 de junho, em São Paulo, a gente tivesse ficado com medo, tivesse voltado para casa e não tivesse saído, no dia 17, aos milhares, nas ruas de São Paulo, nas ruas de Porto Alegre, nas ruas do Rio de Janeiro e aqui em Brasília. É isto que eles queriam: queriam nos calar, queriam nos amedrontar. E seguimos em frente. Chegamos até aqui fazendo luta, fazendo mobilização.

De fato, estamos ganhando porque confiamos nas nossas forças e que não estamos fazendo nada de errado. A juventude não está fazendo nada de errado. O Murilo não errou em momento algum em tentar fazer uma luta em solidariedade aos trabalhadores, aos metroviários, assim como o Matheus Gomes não errou em momento algum em liderar uma manifestação que derrotou o aumento das tarifas do transporte público em Porto Alegre. Os jovens que estão presos, a exemplo do Fábio Hideki, em São Paulo, não erraram em momento algum por saírem às ruas para lutar contra todas as injustiças que estão demonstradas na construção do megaevento da Copa do Mundo. Não erramos em momento algum em sair às ruas para lutar pelos nossos direitos. Agora, estaríamos errando se vestíssemos a carapuça de sermos, como dizem alguns governantes e policiais, forças oponentes, forças ofensivas, subversivos. Chegamos ao caso de, hoje, neste ano em que estamos completando 50 anos do golpe militar no Brasil, termos uma prisão noticiada pelos meios de comunicação que trazia uma foto das provas. A prova era um vidro de vinagre. Essa era uma prova que justificava, hoje, a prisão de um ativista político. Ou, como aconteceu agora, nas prisões do dia 23, em São Paulo, em que uma das provas noticiadas era um livro marxista. É esta a realidade que vivemos no Brasil.

Portanto, para finalizar, estamos numa campanha que é estampada na minha camiseta, "Lutar Não é Crime", uma campanha nacional, em que organizamos DCE, centros acadêmicos, outras entidades e outros ativistas políticos, lutando contra a criminalização dos movimentos sociais.

Agora, nos BRICs, no dia 16, vamos fazer uma plenária nacional, lá em Fortaleza, da Anel, junto com os movimentos sociais. Depois do dia 15, vamos fazer uma plenária geral dos movimentos sociais com organizações não governamentais, os sindicatos dos metroviários de São Paulo e outras organizações vão estar presentes, para podermos dar uma resposta à altura de todos esses processos e dizer que, para a gente, é fundamental mudar a lógica de como funciona a Polícia Militar neste País, que tem uma lógica de entender os manifestantes, nós ativistas políticos, entidades sindicais, entidades de movimento estudantil, como forças oponentes, como inimigos a serem combatidos. E é dessa forma que somos tratados pela polícia Robocop, pela tropa de choque e por todos aqueles que nos perseguem cotidianamente nas ruas, nas praças e nas nossas universidades.

Portanto, agradecemos o direito de fala, a possibilidade de estar presente nesta audiência, e dizemos que vamos seguir em frente e convidamos todo mundo a somar. Acho que deste espaço tem de sair uma grande articulação, em unidade, para darmos uma resposta a toda a ofensiva de criminalização de movimentos sociais que temos sofrido, que se intensificou desde junho, mas que está aí presente. Nós temos disposição para derrotar, nas ruas, nas praças, por meio da nossa força, da nossa mobilização.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Lucas Brito, da Assembleia Nacional de Estudantes Livres, que expressou aqui o seu ponto de vista sobre o tema em debate.

Antes de passar a palavra ao Luiz Carlos Prates, que fala pela Conlutas – depois, vai falar o representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores, o seu Vice-Presidente –, vou ler ainda quatro manifestações dos telespectadores:

Movimentos sociais são direitos do povo, desde que não infrinjam os direitos de outros. Não creio que sejam os movimentos que devam ser punidos, mas sim o que pode prover deles: invasões, incêndios, violência, depredações de bens públicos ou privados e outras questões que poderão ser consideradas crimes.

A democracia nos permite nos manifestar. Se esse direito for tirado do povo, não estaremos mais em uma democracia e, sim, em uma ditadura.

Por exemplo, aqui está falando exatamente o que pensa sobre o tema em debate.

Mais uma, do Marcelo Castilho: "Todo manifesto é uma expressão de insatisfação de uma parte da sociedade. Ao invés de marginalizar, o Estado deveria questionar o que causa essa insatisfação do povo e propor soluções."

Por último, Ewerton Cardoso Pereira: "Por que apoiar um projeto de retrocesso como esse? Quem será o beneficiário? Quem terá lucros com isso? "

Ele está referindo-se aos dois projetos que estão tramitando aqui: tanto um que está no Plenário quanto este outro que está na CCJ. Ele diz, em resumo, que se deveria arquivar esse projeto.

Muito bem. Foram lidos mais quatro.

Agora, passo a palavra ao Luiz Carlos, mas antes permita que eu diga: estão presentes no Plenário a CNTI, a NCST/CNTI, o PSTU-DF, Mídia Ninja, CTB, Andes, Sindicato dos Metroviários de São Paulo, e naturalmente,

aqui na Mesa, representando o Fórum das Confederações, Federações e Centrais, conforme a fala que fez aqui, o nosso Lourenço, que representou o FST, Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Com a palavra Luiz Carlos Prates, por dez minutos com mais cinco.

O SR. LUIZ CARLOS PRATES – Bom dia a todos, Senador Paim. Mais uma vez agradeço a oportunidade de fazer esse debate nesta Comissão, na medida em que ele vem sendo feito há algum tempo, particularmente nos últimos meses, o que permitiu inclusive... Este foi o único local onde houve esse debate e essa discussão. Então, quero louvar essa atitude.

Neste momento, Senador Paim, estou licenciado da CSP-Conlutas, sou membro da Secretaria Nacional, mas estou licenciado e falo aqui, então, na condição de licenciado. O José Maria não pôde estar presente, mas mandou sua saudação.

Sabe, Senador, que esse debate que vimos travando acerca da criminalização dos movimentos sociais não é um debate novo. É um debate bastante antigo que inclusive nos trouxe a vários seminários que realizamos aqui em Brasília na sede da OAB, de onde saiu uma carta das entidades contra a criminalização. Várias audiências públicas nós realizamos em diversas comissões na Câmara Legislativa.

O que acontece é que os governantes, os empresários, os patrões buscam criminalizar os movimentos sociais de tal maneira a impedir que eles lutem por suas reivindicações. Então, nós temos os interditos proibitórios, que não permitem que os sindicatos realizem assembleias ou façam abordagem aos trabalhadores para fazerem simples manifestações. Nós temos a lei de greve, que na verdade é uma lei antigreve, pois não permite aos trabalhadores fazerem greve, fazerem movimento. Assistimos indiscriminadamente, nas últimas décadas, à prisão de dirigentes sindicais, à intimidação, a demissões por justa causa. Enfim, a criminalização tem feito com que o movimento social, com que os trabalhadores tenham lutado muito contra essa criminalização.

Agora, qual é a situação que nós vivemos hoje? Qual a diferença que temos hoje do ano passado, do ano retrasado, quando essa batalha era tão importante para o movimento dos trabalhadores, da juventude e de todo o povo? É que, depois das manifestações de junho, depois daquelas manifestações que levaram milhões às ruas, foram milhões que foram levantados, como muito bem dito pelo Lucas, da Anel, que foram lutar, que foram brigar por suas reivindicações para ter, porque ao mesmo tempo que se dava tanto recursos para a FIFA, para os empresários, para os banqueiros, para a educação, para a saúde estava e está cada vez pior, assim como em relação à mobilidade urbana... Isso levou milhões e milhões de pessoas, que não participavam antigamente de atividade política, que não participavam de greve e manifestações voltassem às ruas ou fossem às ruas.

Abriu-se no País uma nova situação. Uma situação em que os trabalhadores, a juventude, o povo... Porque começou com aqueles movimentos de junho, com muita gente na rua, mas depois disso também houve um crescimento espetacular das greves, dos movimentos. A gente viu a greve dos garis, a greve da construção civil, que aconteceram em todo o País e de diversas categorias que estão entrando em luta, que estão fazendo greves, que estão fazendo movimento. Então, criou-se uma nova situação. Alguns falam que o povo acordou; outros, que o povo nunca dormiu.

A verdade é que as manifestações que existem no País estão cada vez maiores. Inclusive em qualquer associação de bairros, em bairros pobres, em qualquer local, o povo aprendeu que, para lutar, para ter suas reivindicações atendidas, é preciso lutar. Essa é a nova situação. Desgraçadamente, com essa nova situação, a gente viu que a repressão aos movimentos sociais cresceu de maneira também assustadora, porque eles querem intimidar a luta do povo, porque eles querem intimidar que a gente lute pelas nossas reivindicações.

Então, temos assistido, Senador, aqui em particular, nos últimos dez meses, a uma escala da onda repressiva que há muito tempo não se via neste País. E se faz isso com o claro objetivo intimidatório – também já foi dito pelo Lucas. Em São Paulo, são cerca de 300 inquéritos. No Rio de Janeiro, foram muitas e muitas prisões e mais de centenas de inquérito. No Rio Grande do Sul, centenas de inquérito e com ameaça de prisão preventiva sobre os nobres companheiros. Em Santa Catarina, os estudantes da UFSC, não só os estudantes como os professores, estão sendo ameaçados; em Goiás, em Brasília e em todo o País.

Esses movimentos, ou essa ação da repressão, têm um objetivo claro: o objetivo de intimidar, de dizer que não se pode lutar porque, se lutar, será criminalizado, vai ser preso, como, infelizmente, ocorre agora. Neste momento em que estamos fazendo esta audiência, estão presos aqueles que foram detidos sábado no Rio de Janeiro. Assim, como há dois presos em São Paulo – um é estudante e trabalhador da USP, que está em greve – e algumas dezenas de pessoas que estão ameaçadas de serem presas neste momento, hoje ou amanhã. Então, essa situação cria, de fato, uma situação de estado de sítio no País.

Eu, em particular, já milito há algum tempo. Sou inclusive anistiado político, tendo combatido o regime militar na década de 80. Já estive preso, já participei de vários movimentos e manifestações. Conseguimos derrubar o regime militar, e o que acontece agora é uma escalada semelhante, porque olhem só: o que aconteceu no dia 12 de junho na abertura da Copa em São Paulo, no Sindicato dos Metroviários? Nós ficamos absoluta-

mente sitiados. O direito de fazer uma manifestação, aliás uma manifestação pacífica, foi proibido. Nós não pudemos não só fazer a passeata como fomos colocados para dentro do sindicato em cárcere privado. O que aconteceu ontem no Rio de Janeiro com os manifestantes? Foram proibidos de caminhar. E não só proibidos de caminhar; foram atacados pela polícia.

Então, alguns falam: "Vocês têm o direito de se manifestar, desde que não transgridam a lei". Agora, a lei garante a livre manifestação, a lei garante o livre pensamento, a lei garante a circulação de ideias. É exatamente isso que, à margem da lei, de maneira totalmente ilegal, está sendo utilizado contra o movimento dos trabalhadores.

Outro caso é o caso do Sindicato dos Metroviários e a greve do metrô. Ora, dizem que se pode fazer greve, mas não se pode prejudicar a população ou não se pode prejudicar outras pessoas, ou seja, o teu direito termina onde começa o direito das outras pessoas. Ora, se você vai fazer uma greve e ninguém vai sair prejudicado, isso não é greve. A greve prejudica aqueles que não atendem às reivindicações dos trabalhadores, ela prejudica os empresários, aqueles que querem lucrar com o transporte público. Inclusive os metroviários, quando fizerem a sua greve, para não prejudicar a população, propuseram ao Governo do Estado, do Alckmin, que deixasse as catracas livres para não prejudicar a população. E, por isso, hoje nós temos, entre os metroviários, 42 pessoas que foram demitidas por justa causa, de maneira completamente ilegal e arbitrária, porque não se provou nada contra essas pessoas, que estavam exercendo seu direito elementar de fazer greve. Esse ataque que foi feito ao Sindicato dos Metroviários é o ataque feito hoje a todo movimento sindical, porque, se deixarmos passar essa ofensiva, essa ameaça, essa situação que estão querendo nos impor, a partir de agora não se poderá mais lutar, não se poderá mais brigar, não se poderá mais lutar pelas reivindicações, sob o simples pretexto de que não se pode prejudicar outras pessoas.

Nesse sentido, vivemos um momento que eu diria ser decisivo para a classe trabalhadora, decisivo para os movimentos sociais, para a juventude, porque as demandas colocadas em junho, as demandas colocadas pela reivindicações dos trabalhadores não foram resolvidas. Aliás, elas foram aprofundadas. Se a Copa deixou algum legado, este é um debate que temos de fazer adiante. Mas há um legado de que temos certeza: é o legado do combate do aumento à violência contra os movimentos sociais, porque se investiu muito em segurança, trabalhou-se com métodos que já eram utilizados pelo regime militar, que é a perseguição, o monitoramento completamente ilegal, agora utilizando-se as redes sociais, utilizando as altas tecnologias, do Google, para perseguir as pessoas e para fazer prisões que não são só preventivas.

Prevê-se que você vai cometer um crime que segundo eles é de fazer uma manifestação, e, de antemão, as pessoas são presas. Isso sequer no regime militar era feito dessa maneira.

Então, é necessário barrar essa ofensiva. E para barrar essa ofensiva, é muito importante que haja uma mobilização do conjunto dos trabalhadores, uma mobilização do conjunto da população e dos movimentos sociais organizados.

Como foi dito aqui, nós teremos, agora, a rodada dos BRICS, em Fortaleza, e, com certeza e com justiça, os trabalhadores de Fortaleza vão fazer protestos, vão realizar manifestações. Por quê? Porque querem ser olhados. São os trabalhadores que constroem a riqueza do País, são os trabalhadores que fazem de tudo, neste País, e, agora, cada vez mais, veem as suas reivindicações não serem atendidas e, cada vez mais, numa situação de vida mais difícil, no sufoco, como dizem muitos. E, quando você vai lutar, você não pode lutar. Por isso, a questão da criminalização, nessa conferência do BRICS, também vai ser importante.

Nós, da CSP – Conlutas, estamos organizando, junto com a Anel e junto com várias outras entidades, um grande evento, lá em Fortaleza, contra a criminalização dos movimentos sociais. Em São Paulo, também, na sexta-feira, haverá uma manifestação contra a criminalização dos movimentos sociais e pela readmissão dos metroviários que foram demitidos. Em vários locais estão sendo marcadas mobilizações e manifestações, porque esse movimento tem que crescer.

Eu gostaria, Senador Paim, de fazer, inclusive, um chamado ao conjunto das centrais sindicais, inclusive as centrais sindicais majoritárias entre os trabalhadores, para que todos assumam essa mobilização, porque, hoje, atacam os metroviários, atacam a juventude, proíbem algumas manifestações que eles acham ou julgam que sejam manifestações que podem gerar violência, agora, a situação que eles estão criando é para impedir que o conjunto da população, que o conjunto dos trabalhadores possa fazer ou exercer o seu direito mais elementar, que é o direito de greve, o direito de manifestação, o direito de se mobilizar, o direito de lutar.

Não serão as eleições que vão resolver os problemas cruciais por que passa a população. Os problemas cruciais por que passa a população e por que passa todo o povo pobre... se ele consegue se mobilizar, consegue se unir, consegue se juntar para impor um novo modelo econômico, para impor um novo projeto, para impor um novo mundo, uma nova sociedade que não seja uma sociedade imposta e que vise apenas ao lucro, apenas ao bem-estar das grandes empresas, mas que vise à melhoria das condições de vida de toda a população.

Para enfrentar essa situação, é preciso que haja muita luta, é preciso que haja mobilização, é preciso que a gente tome as ruas, é preciso que nós façamos greves, é preciso que nós façamos ocupações, quando forem necessárias, é preciso que a gente se mobilize.

Esse é um direito elementar que nós temos, porque, numa sociedade baseada na exploração, numa sociedade baseada na exploração do trabalho, o mínimo, o elementar que nós podemos fazer é nos mobilizarmos, lutar para poder tentar inverter essa situação e colocar os trabalhadores, colocar a população, colocar a juventude em primeiro plano.

Por isso é tão...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ CARLOS PRATES – ...trágico esse movimento que fazem os poderosos na tentativa de criminalizar.

Para encerrar, eu gostaria de dizer que existe um vínculo entre a luta do presente e a luta do passado, porque, infelizmente, neste País – nós comemoramos, agora, ou "descomemoramos", agora, 50 anos do Golpe Militar – se instalou uma ditadura militar que impôs ao povo sofrimento, que impôs ao povo falta de liberdade, que prendeu, matou, torturou centenas e centenas de trabalhadores e jovens. Passou-se o tempo e nenhum torturador foi punido, a estrutura da Polícia Militar criada no regime militar se mantém intacta e essa impunidade faz com que, em momentos cruciais, em momentos em que existe acirramento da luta de classe, em que...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ CARLOS PRATES – ...os trabalhadores começam a se colocar em movimento, essa impunidade faz com que se abram brechas para esse movimento de repressão que está acontecendo nesse momento. Eu acho que isso é inadmissível em um Governo do PT, eu acho que isso é inadmissível no momento atual ao se permitir o ataque e a criminalização que vêm sofrendo os movimentos sociais.

Então, eu gostaria de terminar dizendo que esta é uma iniciativa muito importante e que nós temos que ter mais iniciativas para debates como esse, pois é necessário colocá-lo para a sociedade. E mais do que isso: é necessário a unidade dos trabalhadores para, inclusive se necessário, parar o País para garantir os direitos dos trabalhadores, para poder garantir a liberdade, que nesse momento está sendo ameaçada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Este é o Luís Carlos Prates, representante da CSP-Conlutas.

Antes de passarmos a palavra ao próximo orador, vou registrar a presença da Maria Antônia Rodrigues Magalhães, Diretora da Força, aqui em Brasília, que já esteve conosco inúmeras vezes.

Seja bem-vinda!

Também quero fazer o registro de mais quatro informes ou questionamentos dos nossos internautas.

Pergunta de Everton Carvalho: "Tudo que for criticar falhas querem que vire crime. Isso é fato concreto. É legislar em bem próprio."

Está questionando os políticos, o Parlamento em si, caso seja aprovada uma lei como essa, que todos, aqui na Mesa, até o momento repudiaram.

Outro questionamento do Everton Carvalho: "Por que criminalizar a maioria pelos excessos de uma minoria?"

Também é contra a lei que quer criminalizar os movimentos sociais.

Também do Everton Carvalho:

Os protestos e movimentos sociais geralmente incomodam alguém, principalmente os governos e empresários, devido aos excessos que algumas pessoas cometem. Se forem pacíficos e não incomodarem ninguém, você acha que terá a devida atenção?

Por fim, também do Everton:

Vejo o projeto de criminalização dos movimentos sociais como uma forma de implementar a ditadura disfarçada de democracia, deixando claro que a intenção dos governos e empresários é de querer fazer o que querem (como já fazem, ainda que dentro da legalidade) e oprimir a população."

Vamos em frente, agora, com o líder José Reginaldo Inácio, que é Vice-Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e Secretário de Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI)

O SR. JOSÉ REGINALDO INÁCIO – Bom dia a todos: companheiros, companheiras, camaradas.

Queria, de pronto, agradecer ao Senador Paulo Paim por esta oportunidade, mas não sem antes manifestar aqui a congratulação do presidente da Confederação em relação a esta importante audiência pública, haja

vista o momento que a gente atravessa. Aqui já foram elencadas algumas colocações, mas seria importante a gente nunca se esquecer que, sempre, na tentativa de se fazer, na tentativa de se criminalizar se criminaliza. Esse é um ponto fundamental que a gente precisa compreender: que essa tentativa constante de se criminalizar tem criminalizado os movimentos sociais.

Nós temos uma série de direitos em artigos na Constituição, de leis específicas que consagram a possibilidade do agir democrático e, no entanto, a gente percebe que, mesmo assim, os Poderes que deveriam zelar por esse ato de manifestar acabam, às vezes, usando a truculência e a violência. Nós temos aí o Judiciário agindo violentamente contra os direitos dos trabalhadores, contra os direitos de ir e vir de todos os movimentos sociais; temos o Ministério Público, que deveria ser o guardião das leis, ser o guardião inclusive para se fazer cumprir as leis que dão garantias à sociedade, no entanto, o próprio Ministério Público se arvora de seu poder, um poder até desmedido, para fazer valer a opressão na sociedade.

De certa maneira já antecipando e respondendo a alguns apontamentos feitos também pelo público, pela internet, é importante destacar que grande parte da manifestação ou senão a maioria das manifestações em que de certa maneira transparece a violência por parte do manifestante é exatamente no sentido de sua própria autodefesa. Nós precisamos ter essa compreensão.

Os movimentos sociais, o movimento sindical, a ação de quem está na luta pensando na mudança da ordem estabelecida que oprime ou que provoca a injustiça, muitas vezes quando caminha para alguma situação de violência é no momento da mais alta repressão, da mais alta violência, da mais alta truculência por parte do Estado. Aí, no sentido de sua autodefesa, é necessário. Nós precisamos ter essa compreensão. Isso a gente percebe muito claramente que tem acontecido.

Se formos pegar o conjunto histórico para observar o que tem acontecido neste País, vamos verificar que exatamente nos momentos em que os movimentos sociais estavam todos na clandestinidade, sindicalismo e movimentos sociais, que foi durante o golpe militar, foi agindo à margem da lei , agindo para além do limite da lei que se conseguiu restabelecer a democracia neste País.

E neste momento da história do País, vivenciamos o momento que havíamos considerado como superado. Achávamos que tínhamos superado o golpe, a ditadura, e de repente temos que de alguma maneira aceitar uma compreensão, colocada inclusive pelos meios de comunicação, não amparada mais pela verdade, não amparada mais pelos fatos, pela realidade social. Há uma manipulação da realidade social e se impõe a ação que contrapõe o movimento sindical ou os movimentos sociais quando vai contrapor o ato, a falta da ação do Estado. Há uma manifestação por parte dos movimentos sociais.

O movimento social só manifesta e só faz a sua ação quando há uma inação, quando há uma omissão por parte do Estado. Se o Estado está operante, significa dizer que não é necessário se manifestar. O que é a rebeldia no sentido amplo da sua palavra? É restabelecer uma sintonia entre aquilo que se diz na lei, aquilo que se diz na regra com a realidade social. E por não poder exercer o seu papel real, o seu papel fundamental, o movimento social e o movimento sindical estão sendo criminalizados no momento em que exercem o seu mais legítimo papel na sociedade.

O principal papel dos movimentos sociais na sociedade, sobretudo o movimento sindical, é denunciar, é se contrapor ao Estado, aos patrões, ao regime aí instalado. É se contrapor no momento em que não se cumpre aquilo que está colocado e se desestabiliza a sociedade. E se estabelece como o polo. No momento exato da sua mais alta legitimidade, os movimentos sociais estão sistematicamente sendo citados como agentes do crime.

Mas o que é o crime? O que é a criminalização? É criminalizar alguém, é colocar alguém como criminoso, é colocar a instituição como criminosa. Mas qual é o crime? É Exercer o seu papel, os motivos pelos quais se originaram os movimentos sociais, o motivo pelo qual se originou o movimento sindical, que é a subversão ao que está estabelecido e oprime a sociedade.

É muito estranho isso. O movimento sindical ao observar o conjunto de suas relações, os movimentos sociais ao observarem a sua posição real diante da sociedade, ao mostrarem que historicamente existiu e sempre existirá esse papel que fundamenta e dá razão à existência da luta, passam a ser criminalizados. Não é possível imaginarmos que estejamos praticando qualquer ato dessa natureza.

É importante também incorporar, no sentido amplo da palavra, qual é o principal ponto? O que inaugura a nossa Constituição? A nossa Constituição, logo em seu art. 1º, fala da questão da dignidade humana. A dignidade humana, nesse exato momento, passa a ser trucidada. Passa a ser trucidada. Ela passa a ser repisada, não há dignidade. Se pensamos na dignidade humana, significa dizer que há muito a se fazer. Falou-se aqui dos direitos fundamentais. É necessário que haja consciência crítica acerca do que sejam os direitos fundamentais, mas não porque eles estão nos movimentos sociais, mas porque eles lutam porque sabem dos seus direitos fundamentais.

É necessário que se restabeleça isso por parte dos agentes do Estado, das corporações e desse regime que impõe exatamente que os direitos sociais estejam à margem, é importante não perder de vista esse momento da nossa história.

É importante não deixar de observar...e aqui é interessante citar o Prof. Ricardo Antunes, que fala que a política de crimes no Brasil, praticamente sem controle, mostra a criminalização dos movimentos sociais como se fossem parte da criminalidade. É muito estranho isso. E vamos observar – perdoem-me fazer esta citação aqui – que o Magistrado Jorge Souto Maior fala que "estão seguindo a linha de tratar movimentos sociais, estudantis e trabalhistas como casos de polícia, o que já se havia feito quando enviaram um enorme contingente policial, 400 homens, dois helicópteros, cavalaria e diversas viaturas para a retirada de estudantes que ocupavam, em ato político, a reitoria da USP, em 2011; quando promoveu operação de guerra para desocupação do Pinheirinho em São José dos Campos, em 2012; quando determinou o ataque policial a manifestantes do MPL, em 2013; quando, no dia 22 de fevereiro de 2014, autorizou que 260 pessoas ...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ REGINALDO INÁCIO – ...entre as dez mil que protestavam contra os gastos da Copa fossem cercadas pela polícia e ficassem em cárcere privado na rua, com sua liberdade subtraída, sem que tivessem cometido qualquer tipo de ilícito; quando, no último dia 15 de maio, determinou que a polícia, literalmente, fosse para cima dos manifestantes e desmontasse mais um protesto que se realizada contra os gastos da Copa; quando o Governador de São Paulo, por último, na semana passada, utilizou a tropa de choque para coibir piquetes pacíficos de metroviários e, pelo uso da mesma força, sem qualquer autorização judicial, impediu que uma manifestação de solidariedade à greve dos metroviários ocorresse, levando à prisão 13 trabalhadores, chegando ao ponto extremo da prisão de estudantes da Faculdade de Direito da PUC, como foi citado aqui, sendo que Murilo Guimarães acusa ter sido torturado – é importante que se investigue isso – e exige apuração urgente, com bastante rigor, vez que se ameaça abrir a porta do regime ditatorial.

É interessante destacar que, com essa cena aqui colocada, não é possível não perceber que há uma omissão do Estado – os magistrados, o Ministério Público, até mesmo os poderes instituídos aqui, nesta Casa, no Poder Executivo, não é possível! Quero aqui ressaltar o papel do Senador, que não tem medido esforços para manifestar, para dar a possibilidade dessa manifestação. Mas infelizmente não tem ocorrido em todas as casas. Muito pelo contrário: algumas casas abrem as suas portas exatamente para fazer o sentido oposto, para fazer com que a realidade colocada, imposta á sociedade seja, de fato, criminalizar os movimentos sociais, criminalizar os movimentos sindicais.

A greve, que existe para mostrar para a sociedade, de modo efetivo... o instrumento da greve existe como uma demonstração da irracionalidade perpetrada pelos patrões. Tanto patrões corporações quanto patrões Estado, quando passam a tratar os movimentos sindicais, sociais e os trabalhadores, a classe trabalhadora como sendo mero instrumentos, objetos irracionais; quando a irracionalidade perpassa nas ações do movimento sindical; quando é rompida qualquer possibilidade de diálogo, quando não há mais razão estabelecida é quando a greve se instala, ou seja, para recuperar essa condição de racionalidade.

No entanto, isso não é falado, isso não é dito. Quando somos tratados como máquinas descartáveis, como ferramentas descartáveis, que não têm mais como se aferir, que não têm mais como se ajustar, exatamente neste momento é necessário que hajamos em greve. Colocamos vida, colocamos sangue para além da razão, o que não é percebido pelo Estado, pelos patrões, pelas corporações, ou seja, por esse regime que impõe essa condição à nossa sociedade.

É importante destacar que a greve tem como grande pressuposto recuperar, restabelecer a coerência entre aquilo que está sendo colocado, seja num acordo coletivo, seja numa convenção coletiva, seja numa lei que não está sendo obedecida por alguém e esse alguém muitas das vezes tem sido o próprio Estado. Infelizmente tem sido o Judiciário, tem sido o Ministério Público.

O Ministério Público, para nossa grande tristeza, na semana passada, pede uma multa de R$354 milhões ao Sindicato dos Metroviários de São Paulo; ou seja, é possível isso, gente? A impressão que se dá, e é muito claro, o Valério Arcary fala, parece que há uma tentativa ou de acabar com a luta ou, de certo modo, de acabar com o aparelho sindical. O sindicalista tem que escolher: ou não luto mais, paro a minha luta, ou mantenho a estrutura. Ele fica nessa margem. E aí tem que se estabelecer o limite dessa ordem, dessa lei para poder ver se, dentro da lei, é possível se fazer alguma coisa.

Quer dizer, não é possível mais atuar, agir dessa maneira. O Estado precisa se manifestar, Senador. É importante que se manifeste. Nós precisamos, como movimento sindical, cerrar fileira junto com o movimento estudantil, junto com os movimentos sociais, mas os movimentos sociais no sentido dos movimentos populares. Há muito movimento social investido para criminalizar as ações do movimento sindical e precisamos estar

atentos a esses movimentos que, com certeza, não compõem a realidade do que é necessário para a gente fazer um bom ato...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ REGINALDO INÁCIO – ...uma boa ação em nome da sociedade, uma boa ação em nome das classes trabalhadoras, uma boa ação para recuperar o sentido da democracia.

A maneira que estão colocadas todas essas manifestações que, de certo modo, fazem essa tentativa, e eu repito, ao tentar criminalizam as ações do movimento social, são, de alguma maneira, tudo o que a gente precisa combater.

É nesse sentido, Senador, acreditando que você está nesse combate conosco, que novamente agradecemos e nos colocamos à sua disposição e à disposição do povo brasileiro e das classes trabalhadoras aqui presentes.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o José Reginaldo Inácio, Vice-Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores e Secretário de Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

O Luiz Carlos Prates, que aqui representa o Conlutas pediu, e eu acatei, só informo ao Plenário, para que fique nos *Anais* da Casa a Carta de Florianópolis, que deixa muito claro – li a carta aqui – que é radicalmente contra qualquer tipo de criminalização dos movimentos sociais, exigindo a liberdade, a democracia, justiça e o livre direito de manifestação. Assinam a carta em torno de 17 entidades. Será colocada nos *Anais* da Casa.

Leio aqui mais quatro questionamentos dos nossos internautas.

Fernando Augusto de Sousa: "Acredito que devemos nos mobilizar, mas sem vandalismo e sem violência, pois a partir do momento que elas existam, sou totalmente contra e a favor de uma força policial que possa repreender as mesmas. Sou a favor da tolerância zero para o vandalismo." Em resumo, ele está dizendo que é totalmente favorável aos movimentos sociais, mas é contra qualquer tipo de vandalismo.

Milena Matos da Silva: "A criminalização dos movimentos sociais significa um retrocesso para a história do nosso País, para o Brasil. É por meio dos movimentos sociais que a população ganha voz contra a direita opressora do País, sendo então superimportante para a resistência dos oprimidos." A Milena também firme contra a criminalização.

Agora o Éder José Guimarães:

Durante a ditadura uruguaia, o grupo folclórico Los Olimarños diziam: "se tem algo de que eu não gosto quando saio a protestar, é que em vez de dar a cara mande outro em seu lugar". Isso diz muito a quem esconde o rosto para ser vândalo ao invés de ser cidadão e consciente.

Esse também diz que é totalmente favorável aos movimentos, mas entende que ninguém deveria esconder o rosto.

Camila Machado Fleury:

Manifestação não deve ser criminalizada, pois é um direito do cidadão exercer sua cidadania, desde que não ocorra nenhum ato que a caracterize de acordo com o que já é previsto a respeito de crime.

Ou seja, ela diz que não é preciso uma nova lei para a liberdade de expressão e de manifestação, porque as leis que existem no País já permitem que você combata, digamos, qualquer tipo de violência.

Ana Flávia Schmitt:

A diferença entre protesto e terrorismo todo mundo sabe. Não queiram reinventar a roda só para encontrar um meio fácil de pressão política para se alcançar o poder. A Lei de Terrorismo deve ser aprovada e aplicada eficazmente no Brasil. Chega de 'mimimi'!

Essa é totalmente favorável. Ela vai além até. É até a favor da Lei de Terrorismo.

Moacir José Devegili:

Se o povo tem seu manifesto expurgado, é sinal de seus governantes já se tornaram criminosos.

Inclusive, diz ele que se o povo não pode se manifestar é que os governantes se tornaram criminosos.

Concedo a palavra a Srª Maria Antonia Rodrigues Magalhães, Diretora da Força Sindical, de Brasília, para o seu pronunciamento.

A SRª MARIA ANTONIA RODRIGUES MAGALHÃES – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o nosso querido Senador Paulo Paim, esse incansável lutador pelas causas sociais, por nós aposentados. Eu sempre digo, Senador: o que seria de nós, da classe trabalhadora, se não tivéssemos o Senador Paulo Paim nesta Casa?

Quero cumprimentar aqui toda a Mesa, em nome de Luís Carlos Prates, que é quem está mais próximo. Quero cumprimentar a plateia, em nome da companheira Sônia, uma companheira de luta, defendendo as causas da mulher. Quero cumprimentar todo o auditório e dizer que falo aqui em nome de Miguel Torres, atu-

al Presidente da Força Sindical, que foi convidado para estar aqui, mas não pôde comparecer porque estava agendado um evento fora do Brasil. Eu fui pega de surpresa para estar aqui. Mas vou tentar falar um pouco do meu ponto de vista, como eu vejo tudo isso, Senador.

Hoje debater a criminalização dos movimentos sociais é um retrocesso muito grande. Quando a gente ouve a Presidente Dilma, quando lemos nos jornais que a Presidente Dilma, hoje, fala no fortalecimento dos conselhos. Inclusive, está travando uma briga com esta Casa e com a outra Casa, para falar do fortalecimento dos conselhos, e, ao mesmo tempo, quer retirar de nós trabalhadores, que temos conseguido tão pouco, o movimento de lutar. Luta esta na qual, como os internautas também concordo, aquelas pessoas que colocam capuz no rosto para ir para as ruas para falar em nosso nome, em nome dos movimentos sociais... Acho que não é por aí.

Nós precisamos ser autênticos. Por quê? Porque nós hoje somos legitimados, temos os direitos fundamentais. Então, não estamos aqui, como os que me antecederam disseram, brigando pela minha causa ou pela sua; estamos brigando por uma causa maior. Queremos uma condição de trabalho digno. Queremos ter um trabalho descente.

Muito se fala – e fomos para a Rio+20 –, como se falou, como falaram de um trabalho descente. E hoje eu pergunto: o que melhorou depois da Rio+20 para nós, trabalhadores? O que temos tido de trabalho descente? E aí, como muito bem colocou o companheiro, o que nos resta a não ser a greve, a não ser a luta?

E quando vamos para as ruas, que garantias estamos tendo naquele momento? Qual a garantia que estamos tendo se temos lá a polícia, que vem com a capacidade enorme, e essa capacidade não é mostrada no dia a dia para nos defender, como cidadãos, como pessoas de bem, que pagam os nossos impostos.

Hoje nós estamos trabalhando o inverso. Nós estamos trancafiados. Ou seja, estamos atrás das grades, e ele solto. E aí, neste momento em que nós vamos para as ruas lutar pelos nossos direitos, pelos direitos dos trabalhadores, pelos direitos da mulher, pela luta contra a violência contra a mulher, essa polícia se arma e vem contra nós. Então, é o momento assim de muita reflexão. Eu me preocupo muito, muito com tanta coisa para se fazer no nosso País, com tanta coisa para se pensar no nosso País, e se pensa em criminalizar os movimentos sociais, gente! Isso é um absurdo dos absurdos. É um retrocesso.

Nós mostramos agora para o mundo a nossa civilidade. Hoje todos os jornais, com raríssimas exceções, falam do Brasil, falam do nosso País com orgulho, das belezas do nosso País, das coisas boas, da hospitalidade, da forma como nós recebemos todo o mundo. Então, nós não precisamos de lei que venha criminalizar os nossos movimentos, porque eles têm legitimidade. E aqui nós não somos hoje uma classe desordeira. Tivemos a oportunidade de mostrar isso neste mês, desde o dia 13 de junho ao dia 13 de julho, quando recebemos bem, quando todos puderam se comportar. Houve probleminhas pontuais, mas nada que se alarmasse, que falasse que o Brasil hoje precisasse ou precisa de uma lei que venha criminalizar esses movimentos.

Nós precisamos de políticas mais sérias, voltadas para o trabalhador. Nós precisamos que este Governo se sensibilize e veja a luta dos trabalhadores – e não poderia deixar de citar aqui – e deste grande Senador Paulo Paim e de outros, como Paulinho da Força Sindical, que é fim do fator previdenciário. Você quer algo mais irritante, mais avassalador hoje na vida de um trabalhador do que ele saber que, ao se aposentar, ele vai perder de 30% a 40% do seu salário? Eu pergunto a você: ir para rua, levar aposentados, levar trabalhador para ir lutar por essa causa, isso é crime? Isso é crime? Eu não sei, mas tem hora que eu não sei mais definir o que é crime, para estar se criando um lei como essa.

Crime maior do que você ver, depois de tantos anos de luta, o seu salário corroído, ou seja retirado do seu salário em um momento em que você mais precisa, que é o momento de as doenças todas chegarem? É o diabetes, a hipertensão, e aí eu passaria aqui enumerando grande número e, nesse momento, você é praticamente... Aí não é crime. Roubo, furto deixou de ser crime? Não é. Não é porque é o trabalhador, é a classe humilde, é a classe sofrida que esta perdendo. Aí, não é. Agora, quando nós nos organizamos e vamos para as ruas, fazemos um movimento, não aquele movimento de quebrar o carro do outro, de quebrar a loja do outro. Não estou falando desse movimento. O movimento digno, que mostra para o mundo, que mostra para o Governo, que mostra para o patrão que nós estamos insatisfeitos com essa política que está aí, que nós queremos mudança, que nós queremos melhor qualidade de vida, isso não é crime.

Então, nós não podemos... E eu tenho certeza de que esses jovens que hoje eu acredito muito na sabedoria desses jovens – eu cheguei você estava fazendo uso da palavra, senti muito não poder aproveitar desde o início a sua fala –, pois nós temos que fortalecer esses jovens, nós que já estamos com cabelos brancos, nós que o tempo já chegou, que somos aí os aposentados, e os aposentados do Brasil hoje são referência, estão fazendo a diferença – e o Senador é testemunha disso – estamos sempre aqui nesta Casa, sempre que somos chamados, lutando, dando apoio aos jovens. Por quê? É desse jovem que nós precisamos. Nós não podemos ter retrocesso.

Precisamos de jovens que possam estar cada dia mais atualizados, como o Luiz Carlos falou, desse encontro que está tendo hoje, que começa em Fortaleza, sobre o Banco Nacional de Desenvolvimento. Isso é muito bom para o Brasil, significa que esses cinco países, hoje, não estão satisfeitos com tudo o que o FMI vem proporcionando ao mundo e, por que não, ao Brasil? Agora, temos de estar lá organizados, não para fazer terrorismo, como muitos internautas aqui colocaram. Não. Não queremos terrorismo, não queremos rosto coberto, queremos pessoas que cheguem com dignidade, com a bandeira da sua central e que lutem democraticamente, fazendo uso desse instrumento que custou a vida de muitos. Se fôssemos fazer uma retrospectiva de quantas pessoas, de quantos heróis – e não quero ser nenhuma heroína, ninguém quer aqui ser herói – que se foram na busca desses direitos, na busca deste momento que estamos vivendo.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA ANTONIA RODRIGUES MAGALHÃES – Então, para finalizar, gostaria de dizer da importância hoje das centrais sindicais e da importância do avanço dessa unicidade. Antigamente, cada central lutava isoladamente. Talvez, essa seja a preocupação dos governantes em quererem criminalizar os movimentos, porque com essa união, com essa unicidade, nós nos fortalecemos e conseguimos enxergar a necessidade e a importância dessa união, de estarmos juntos lutando pela mesma causa, colocando como primeiro ponto os trabalhadores, a luta em benefício dos trabalhadores. Então, que cada dia mais esse movimento se fortaleça, e que o senhor, Senador, continue nesta Casa, com fé em Deus o senhor vai ser reeleito para continuar nos defendendo, porque o trabalhador tem muito pouco e, nesse pouco, nós precisamos de voz, nós precisamos de pessoas nesta Casa, na outra Casa, nós precisamos de congressistas que lutem, nós precisamos de um governo que venha defender, realmente, os trabalhadores, que não se elejam em cima desse pilar da defesa dos trabalhadores para depois, quando tomarem posse, ao subirem a rampa do Palácio do Planalto, esquecerem essa classe tão sofrida e apoiarem o movimento, uma lei que venha a criminalizar os movimentos sociais.

Basta! Nós já sofremos muito e achamos, queremos acreditar nisso, eu quero acreditar que estamos vivendo os nossos melhores momentos de luta, o melhor dos nossos momentos de conscientização em defesa de uma classe sofrida, que são os trabalhadores.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Essa foi a Presidente da Força Sindical do Distrito Federal, a líder Maria Antonia Rodrigues Magalhães, que externou o seu ponto de vista em relação à unidade do movimento sindical com o conjunto dos movimentos sociais, numa luta permanente, de uma pauta – oxalá! – comum que a gente pudesse tirar e fazer com que aqui, no Parlamento, a pauta dos trabalhadores, da juventude, das mulheres, dos deficientes, dos idosos, seja ouvida, vista e votada.

Parabéns pela sua fala.

A Srª Maria Antonia destacou a questão do fator e do reajuste dos aposentados, acompanhando o crescimento do PIB. Nós aprovamos, no Senado, por unanimidade, está lá na Câmara dos Deputados. Você nos acompanhou, fez vigília conosco naquela oportunidade. A vida é assim mesmo. Eu, nas vezes em que aprovei aqui projetos importantes para os trabalhadores, para os estudantes, como com o Estatuto da Juventude, foi na base de pressão. Sem pressão, sem mobilização, pode saber que não aprova. Por isso a importância da presença de vocês aqui e desta audiência pública.

Temos, como inscritos, três pessoas do plenário. Nós vamos dar a palavra a essas três pessoas, pelo tempo de cinco minutos para cada um. Depois, os componentes da Mesa terão três minutos cada um para as suas considerações finais.

Passo a palavra, pela ordem que recebi, ao líder Altino de Melo Prazeres, que é Presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo.

O SR. ALTINO DE MELO PRAZERES JUNIOR – Primeiro, queria agradecer aqui o convite. A gente veio com uma delegação do metroviários de São Paulo, como o companheiro Pasin, que é Presidente da Federação, a companheira Raquel, o companheiro Dagnaldo.

Queria começar pelo tema de direito de greve. A nossa intenção aqui é denunciar exatamente a truculência do Governo do Estado de São Paulo, do PSDB, do Geraldo Alckmin. Nós fizemos uma greve muito forte no metrô de São Paulo, em que a grande maioria dos metroviários participou da greve de uma forma muito convicta e nós fomos atacados também de uma forma muito forte pelo Governo do Estado, o que nós já estávamos prevendo.

Inclusive, nós falávamos que o Governo do Estado de São Paulo tinha as pernas das multinacionais – CAF, Siemens, Bombardier, Mitsui, Alstom –, que foram denunciadas num processo de cartel no sistema de transporte, não só aqui no Brasil, como em nível internacional, mas em particular em São Paulo, envolvendo o metrô e a ferrovia. A gente sabia que estava mexendo com pessoas grandes e empresas fortes, que influen-

ciam e têm diretamente a ver com o Governo do Estado. A gente sabia também que o Governo do Estado tem o braço das grandes empresas em São Paulo. E usa tropa de choque, como usou muito na nossa greve, como seu brinquedo. Foi isso que ele fez.

Na greve do metrô de São Paulo, por exemplo, na Estação Ana Rosa, os trabalhadores, num processo de convencimento dos supervisores que estavam botando os trens para funcionar e que pediram para a gente ir lá, eles se retiraram; depois de negociado com a tropa de choque, que as pessoas iriam embora, a tropa de choque veio à estação e jogou bomba de gás lacrimogênio, bomba de efeito moral.

Queria dizer que, do ponto de vista dos trabalhadores, não houve um vidro riscado, não havia uma lâmpada quebrada. Se houve alguma truculência ou algum tipo de vandalismo, foi por parte da tropa de choque. Isso a mando do Governo. Digo porque os próprios comandantes disseram: "A gente não queria estar aqui, mas fomos mandados. Então, temos que cumprir."

Queria colocar também que, durante o período da greve, que durou cinco dias, nós apresentamos uma alternativa ao Governo do Estado, que era a catraca livre. A gente falava que os metroviários podem trabalhar para não prejudicar a população, desde que houvesse a liberação da catraca, porque tem que haver alguma pressão econômica. Essa história que foi colocada pelo tribunal de 100% no horário de pico, 70% no horário de vale, que nem a empresa consegue cumprir e pedir aos trabalhadores é dizer que não há direito à greve.

Eu até perguntei à juíza: "Você quer o quê? Que a gente reze? É a única opção que nós temos?" Porque, se for só isso, acabou o direito de greve, acabou o sindicato, acabou todo o movimento social. E as coisas, como qualquer panela de pressão, se não explode de forma organizada, vai explodir de algum jeito. Não tem essa história.

Então, eu quero dizer que há um ataque, claramente, uma tentativa de criminalização; mesmo assim, os metroviários de São Paulo, conquistaram coisas importantes na sua campanha salarial; estão de pé e firmes. Houve 42 demissões; nós estamos lutando pela readmissão desses 42 companheiros – inclusive, os três aqui são demitidos dos 42. Nós estamos com muito apoio. Durante a greve, nós tivemos 70% a 80%, numa das pesquisas que foram feitas numa das televisões, quase 80% de apoio na nossa greve. Queria dizer que nós tivemos muito apoio internacional também. Vou só citar alguns países: Afeganistão, Argentina, França, Espanha, Palestina, Japão, Estados Unidos, Irã, Bélgica, Suíça, Portugal, Chile, Colômbia, Síria, Itália, Uruguai, Paraguai, na África, vários países, inclusive alguns dando até contribuição financeira. A repercussão da nossa greve teve muita contribuição; muitos sindicatos de São Paulo e mesmo fora de São Paulo estão fazendo contribuições financeiros pelo bloqueio que o sindicato está tendo. Nós estamos com 900 mil bloqueados do sindicato inclusive, não é dinheiro nosso, porque nós não temos esse dinheiro todo. É dinheiro de processos trabalhistas que ficam na conta do sindicato para a gente repassar aos trabalhadores, que, muitas vezes, estão aposentados, viajaram, faleceram infelizmente e depois algum familiar tem que buscar o dinheiro. O dinheiro não é nosso.

Agora, tem essa, fomos informados pela imprensa, de que supostamente um dos representantes do Ministério Público – não todos – está querendo multar o sindicato com R$354 milhões, dizendo que era um problema de engarrafamento, poluição e tudo o mais.

Se ele for levar a sério o que ele está dizendo, ele deveria começar a mandar prender o Alckmin, certo? Porque o que tem de engarrafamento e poluição em São Paulo, e há os seus representantes, então, começa por prender o Governador e diga a ele o seguinte: "Você está preso aqui só por culpa antecipada".

Eu queria também colocar – eu não sei quanto tempo me resta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você ainda tem dois minutos. Pode concluir.

O SR. ALTINO DE MELO PRAZERES JUNIOR – Só para concluir então.

Com relação ao tema da Copa, quero registrar que o nosso sindicato foi sitiado. Não era só o nosso sindicato; havia uma manifestação em defesa dos metroviários, com a participação de várias entidades e tudo mais. E havia ali a cavalaria e a tropa de choque. Nós somos uma quadra de esquina e fomos sitiados completamente. E, depois, a tropa de choque veio e lançou bombas na rua, porque não se podia também ficar na rua. Assim, nós tivemos que ficar dentro do sindicato, com aquela multidão de pessoas; e, depois, nós tivemos que negociar a saída dali de forma organizada, porque, senão, nós iríamos apanhar da polícia. Então, essa é uma situação claramente abusiva.

E queria dizer que, em relação à Copa, a nossa intenção, em nenhum momento, era a de impedir a Copa. Pelo contrário. O que nós queríamos colocar eram as contradições dela. Certo? Por exemplo, eu não vejo a mesma vontade e determinação como se viu para fazer um Itaquerão, que é um estádio bonito lá na Zona Leste, para se fazer um grande hospital, e que tivesse uma abertura com cantores famosos, transmitida pela TV ao vivo e que o Galvão Bueno pudesse também dizer aquela expressão que a gente tanto usou: "Haja coração!" E se poderia dizer: "haja pernas, haja braços", que seriam todos cuidados nesse hospital. Não vejo a mesma von-

tade. Para espetáculo, há muita vontade; agora, para hospital, você não vê essa vontade, como não vê para escolas de grande porte e tudo mais.

Eu queria dizer o seguinte: nós estamos enfrentando, na verdade, grandes multinacionais, que estão por trás de tudo isso. São empresários nacionais, embora boa parte destes sejam pedaços, porque o que está por trás mesmo são grandes multinacionais. E enfrentar esse pessoal não é fácil.

Então, independentemente das diferenças que possamos ter em relação a qualquer visão, nós estamos enfrentando um poder muito forte. E, ao enfrentar um poder muito forte, este também tenta reagir a isso através das leis, através da criminalização.

Então, para concluir, queria dizer o seguinte: se do lado de lá tem tudo isso, do nosso lado também tem. Nós temos os nossos heróis contemporâneos, que não morreram.

(Soa a campainha.)

O SR. ALTINO DE MELO PRAZERES JUNIOR – Por exemplo, a juventude que fez – inclusive, o sindicato dos metroviários também participou – as manifestações do ano passado contra o aumento das passagens. Ou seja, nós temos os nossos heróis: aqueles que lutaram. Aqueles milhares de pessoas que foram para as ruas são os nossos heróis, porque conseguiram promover a redução dos preços das passagens. E também houve a reação do lado de lá; houve governantes que não reduziram a passagem, ao contrário aumentaram. Contudo, depois, tiveram que recuar.

Assim, eu vejo o pessoal do cartel dos transportes de um lado e a gente lutando contra. Nós, na minha opinião, somos quem enfrentamos esse pessoal. No setor da moradia, temos o pessoal do Pinheirinho; o pessoal das ocupações de São Paulo, como o MTST, o Luta Popular e diversas entidades. Para mim, esses são os heróis de verdade, e não os especuladores da habitação – e não apenas em São Paulo, mas no País inteiro.

As universidades públicas – USP e Unesp – estão em greve. O que está por trás disso? Muita gente não entende, mas o que está por trás é o conhecimento. Estão entregando o conhecimento do Estado de São Paulo para as grandes empresas, E por quê? Como é que funciona isso? Na verdade, as grandes empresas não têm interesse em que haja uma universidade com grande conhecimento. Assim, toda vez que vem uma multinacional para cá, ela não quer uma engenharia competente; ela quer uma engenharia que venha da Alemanha, que venha da França, que venham dos Estados Unidos. Não interessa a eles o conhecimento local. Então, quando eles destroem a universidade pública, não é para destruir a classe média que vai para a universidade pública; eles estão, na verdade, destruindo o conhecimento da sociedade. Então, o Alckmin, quando faz isso, ele o faz a serviço das multinacionais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mais um minuto.

O SR. ALTINO DE MELO PRAZERES JUNIOR – Então, concluindo, queria também dizer o que nós falamos muito em assembleia – e para encerrar mesmo. Nós nos consideramos os escravos modernos. Nós, os trabalhadores! E a juventude estuda para ser escravo. E nós, juntamente com a juventude, os trabalhadores que já são escravos modernos, já levantamos a senzala. Uma das pequenas senzalas que se levantou foi a do Metrô de São Paulo, mas há várias senzalas se levantando. E nós somos criminalizados por isso. Mas não temos nenhuma vergonha de fazer isso. Nós vamos continuar lutando. Se tiverem que criminalizar, podem criminalizar, mas nós vamos enfrentar, porque nós vamos mudar essa sociedade. E nós temos um sonho, o sonho de que, quando essa sociedade mudar, a escola pública será pública para todos. É muito bom o Skaf, lá em São Paulo, ser candidato e atacar os trabalhadores metroviários, por exemplo, ou mesmo o Alckmin, quando os filhos deles, a família dele tem uma escola muito bem paga; enquanto os trabalhadores não têm. É muito fácil falar mal da saúde quando eles têm um hospital de alto nível e a população não tem. Queria que o hospital fosse público e de qualidade para todos, bem como a educação; e que o transporte fosse um direito; que as pessoas pudessem ir e vir de verdade, e não da forma como é hoje, quando as pessoas, na prática, não têm essa condição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Altino de Melo Prazeres, Presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo.

Agora, passo a palavra ao líder Paulo Pasin, Presidente da Federação Nacional dos Metroviários.

O SR. PAULO PASIN – Bom dia, Senador Paulo Paim; bom dia, companheiros.

Na verdade, eu estou aqui como Presidente da Federação, mas também como um dos demitidos pelo Governo Alckmin – eu, o companheiro Dagnaldo e a companheira Raquel.

Nos três fomos demitidos porque cometemos um crime: lutar. Aliás, nos nossos casos, nós três somos dirigentes sindicais, exercer o que a categoria cobrou de nós: nós somos dirigentes, temos que organizar greves e, por isso, fomos demitidos. Aliás, no caso de nós dois, pela segunda vez demitidos pelo Governo do Estado de São Paulo. Já é a segunda vez o Governo do Estado de São Paulo demite a gente exatamente por lutarmos

pela classe trabalhadora. A primeira vez foi quando nós metroviários de São Paulo em conjunto com as centrais brasileiras, fizemos um movimento contra a famigerada Emenda nº 3, que o Senador se lembra muito bem. E nós fizemos o movimento, e aquela emenda que, na verdade, precarizava totalmente o trabalho no País, nós fizemos o movimento, o Governo do PSDB, que é um governo que tem claro compromisso com o empresariado, com os patrões nos demitiu da primeira vez; voltamos agora.

Agora eu queria pegar um outro enfoque desse debate. Há um mês – o companheiro Luís Carlos Prestes sabe a data – nós fizemos um evento, lá em São José dos Campos, da Comissão da Verdade. O companheiro Mancha, eu e outros trabalhadores havíamos sido perseguidos pela ditadura militar. Inclusive há um belo trabalho que o sindicato dos metalúrgicos fez que mostra como nós trabalhadores éramos monitorados e perseguidos na época da ditadura e demitidos sucessivamente das empresas para a ditadura seguir, e o papel que teve a classe trabalhadora na derrubada da ditadura militar.

Mas, infelizmente – essa é uma opinião minha –, nós não conseguimos que essa derrubada da ditadura militar mexesse com muitas das estruturas do aparelho da ditadura militar. Segue a Polícia Militar matando os jovens da periferia todos os dias: os negros, os jovens, as mulheres. Essa estrutura ficou intacta. A estrutura do poder da Justiça do Trabalho ficou intacta. Um detalhe: está garantido na Constituição o direito de greve. Muitas coisas da Constituição não foram regulamentadas. Mas a primeira coisa a ser regulamentada em 1989 foi exatamente a Lei de Greve ou, mais bem dito, a lei antigreve. Esse é um dos aspectos centrais no debate para a classe trabalhadora. Porque, se é verdade dizerem que tem o direito de greve, quando a gente decreta uma greve, em São Paulo, a primeira coisa que o Ministério Público faz é pedir uma liminar para que a gente trabalhe 100%. Ora, 100% é não greve. Em todas as categorias está acontecendo isso. E a partir dessa situação, de um ataque claríssimo ao direito de greve, está generalizando nesse período a criminalização e a demissão dos trabalhadores grevistas. Ocorreu conosco, está ocorrendo no Rio de Janeiro agora, tem mais de 150 professores do Estado e do Município que também estão ameaçados de demissão; está ocorrendo no IBGE nesse exato momento, inclusive depois eu queria pedir ao Senador Paulo Paim que nos ajudasse, porque os trabalhadores do IBGE também estão sendo demitidos. Muitos companheiros garis, que fizerem aquela greve heroica, depois que baixou a poeira, estão sendo demitidos. Em São Paulo, próximo da nossa greve, os companheiros trabalhadores, condutores que fizeram greve, principalmente da garagem Santa Brigida, estão sendo demitidos. Há um ataque violento nesse sentido.

Mas há um outro ataque que eu acho importante também. Na verdade, começa a haver uma intervenção branca nos sindicatos, escondida nos sindicatos. No nosso sindicato de diretores, 20% dos diretores foram demitidos nessa greve. A multa, essa que o Altino se referiu, de R$900 mil, inviabiliza o funcionamento do sindicato. A outra multa então, que o Ministério Público estadual está falando de R$350 milhões, isto aí é impagável pelas centrais sindicais, eu não estou falando sequer de um sindicato...

Onde se quer chegar com isso, em minha opinião? Se quer chegar em uma situação em que a classe trabalhadora e as suas entidades tenham duas opções: ou não se faz nada, porque aí não tem nenhum problema, ou se fizer é uma criminalização total a ponto de ter uma intervenção e fechar o sindicato.

Por último, porque estou vendo que o meu tempo está terminando, há também um ataque muito grande ao direito de manifestação. Nós temos gente presa em São Paulo e no Rio de Janeiro em presídio de segurança máxima. Os companheiros que foram presos ontem e anteontem no Rio de Janeiro foram transferidos para Bangu.

O companheiro Fábio, que é um trabalhador, dirigente sindical da USP, está no presídio de Tremembé, sem que haja qualquer acusação contra ele, sem que haja qualquer prova. Provas forjadas. Colocam em cima da mesa alguns panfletos para dizerem: "Olha o crime. Eles têm panfletos. Eles têm atividades. Eles se comunicaram entre si".

Bom, acho que estamos vivendo uma situação muito séria. Acho que essa situação requer de nós – eu iria além do movimento sindical –, de todas as forças democráticas deste País, a nossa união, como fizemos para derrubar a ditadura, para defender as liberdades democráticas. Três aspectos fundamentais das liberdades democráticas estão sendo atacados: direito de greve, direito de organização e direito de manifestação.

Eu faria um chamado, inclusive aproveitando a presença do Senador aqui: eu acho que a situação requer do Governo Federal, Senador, um posicionamento claro nesse momento. O Governo Federal não pode se omitir. O Ministro não pode se omitir diante dessas prisões, e o Governo Federal não pode se omitir no sentido de que a liberdade fundamental, que é o direito de greve, seja atacada dessa forma sem que a gente tenha um posicionamento muito claro. Isso pode significar um retrocesso muito grande no País, e esse retrocesso tem a ver com uma situação concreta que ocorre no Brasil. A partir de junho, o povo começou a se levantar, e a resposta dos poderosos a esse levante do povo tem sido restringir a liberdade democrática. E eles não têm limite,

caso a classe trabalhadora não colocar limite. Só nós, mobilizados e unidos, podemos colocar esse limite a esse ataque às liberdades democráticas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meus cumprimentos tanto ao Altino quanto ao Paulo Pasin. O Altino é Presidente do Sindicato dos Metroviários, e o Paulo Pasin, Presidente da Federação Nacional dos Metroviários, também demitido junto com a Raquel e com o Dagnaldo.

Por fim, antes dos encaminhamentos finais, vamos passar a palavra, que a pediu, que também terá o tempo de cinco minutos, ao Adriano Brum Rodrigues.

Adriano, você tem, à sua frente, um botão preto. Ao apertá-lo vai acender uma luz verde. Aí você começa a falar.

O SR. ADRIANO BRUM RODRIGUES – Bom dia.

Está acesa.

Eu gostaria, pela igualdade em um ambiente democrático, de ter o mesmo tempo de 15 minutos que as outras pessoas aqui tiveram para falar, porque não há democracia sem igualdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Adriano, quem preside aqui sou eu. Quando abri os trabalhos, orientei que cada um dos painelistas falaria dez mais cinco, o plenário falaria cinco, e eles de volta vão falar por três minutinhos.

O SR. ADRIANO BRUM RODRIGUES – Sim, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tem que haver critério, Adriano. A vida é assim. Calcule se eu fizer uma audiência como esta sem critério nenhum.

O SR. ADRIANO BRUM RODRIGUES – Desculpa eu lhe interromper, mas o critério não é de igualdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Adriano, primeiro estou com a palavra. Agora você vai ter que me ouvir também. Eu vou te dar a palavra, e você vai ter o mesmo tempo de cinco minutos. Você já interrompeu indevidamente os painelistas quando estavam falando. Eu te chamei a atenção, você entendeu e esperou a sua vez de falar. Agora você fala dentro dos seus cinco minutos.

O SR. ADRIANO BRUM RODRIGUES – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Da mesma forma como todos falaram. Expressa o teu ponto de vista. Mas não vamos admitir que você, neste momento, agrida os nossos convidados. Isso não vai ser permitido. Agressão de nenhum tipo. Você tem direito de falar, protestar, como todos falaram aqui. Todos disseram o que quiseram. Agora você está tendo a tua oportunidade, os teus cinco minutos.

O SR. ADRIANO BRUM RODRIGUES – Bom dia a todos.

O projeto, sob o ponto de vista democrático, é um golpe baixo na democracia e em todas as pessoas que lutaram para que durante a ditadura, hoje, a gente tivesse democracia. A matéria não deveria nem estar em pauta, para começo de conversa.

Em segundo lugar, vou explicar agora por que a Casa do povo não é a Casa do povo. Os Regimentos Internos das duas Casas, tanto o da Câmara dos Deputados quanto o do Senado Federal, e o Regimento Comum impedem a participação popular no Regimento da Casa Senado. Em todos os artigos, se não me engano no art. 216 no da Câmara, e no art. 401 no do Senado – já digo o artigo no Regimento Comum – e no art. 128 do Regimento Comum. A população brasileira, aqui, é malrepresentada dentro das Casas. Ela não tem direito a uma participação direta na democracia. Aliás, há outra coisa que estão tentando vetar: o projeto de participação popular. Só bandido é contra o projeto de participação popular. Por quê? Porque o projeto de participação popular, ao contrário do que muitos legisladores dizem, não enfraquece o Legislativo; fortalece a democracia. O cidadão deve ter o direito de participar de forma direta, na democracia. Isso é democracia, não o que se impõe nas duas Casas hoje.

Quanto ao fato de as Polícias Militares estarem agredindo os manifestantes, a Polícia Militar que agride os manifestantes foge dos traficantes nas favelas e chama o BOPE, que realmente tem capacidade para entrar nas favelas, porque eles não têm, eles são só covardes.

Gostaria também de ressaltar que não são todos. Tem policiais militares que são ótimos policiais militares. Aliás, as políticas públicas de segurança pública no Brasil deveriam ser alteradas. Elas têm a tática de confronto, que não agrega valor nenhum à sociedade. Nós temos mais de 56 mil homicídios por ano no Brasil, com a tática de confronto – o que é um absurdo! Nós não vivemos num País pacífico, nós vivemos numa guerra civil.

Outra coisa que eu queria ressaltar é o trabalho da Polícia Federal nos jogos da Copa do Mundo. Muito bom, mas, já quando eles cuidam das fronteiras, a droga passa todos os dias, as armas passam todos os dias. As drogas vêm do Mato Grosso. Desde que eu nasci, em 1990, eu sei disso, e as armas vêm de Foz do Iguaçu. Desde que eu nasci, eu sei disso. E, mesmo assim, vocês, legisladores, nunca tiveram capacidade de fortalecer as fronteiras!

Esse projeto não deveria estar em pauta. O que deveria estar em pauta seria a mudança nas políticas públicas de segurança pública, a mudança nas políticas públicas de direitos humanos.

Esse projeto é um golpe baixo à democracia!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Sr. Adriano. Veja como a nossa democracia permite inclusive que você venha aqui, na tribuna do Senado da República, falar o que você bem entende. E você disse o que você entende que seria o País adequado, correto, e todos aqui respeitaram.

Eu diria aqui para você: claro que a democracia tem defeitos. Os homens têm defeitos, as mulheres têm defeitos. Mas alguém já inventou um sistema melhor do que a democracia? Ninguém. E é por essa democracia que a gente vive – e ditadura nunca mais, e nunca mais mesmo – que podemos dizer: que bom que você veio aqui e falou no tempo que você quis, e você não usou sequer os cinco minutos –, para todo o Brasil livremente. Você me pediu 15 minutos e não usou cinco minutos. Mas que bom que você, democraticamente, entendeu que o seu recado está dado.

É bom a gente estar aqui juntos, e permitindo que cada um expresse o seu ponto de vista.

O SR. ADRIANO BRUM RODRIGUES – Eu ainda tenho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu espero que a democracia prevaleça sempre, Adriano.

Eu já lhe dei seu tempo, você parou, você abriu mão do microfone; agora, nós continuamos o debate com os nossos convidados da Mesa.

O SR. ADRIANO BRUM RODRIGUES – Eu ainda tenho dois minutos, Sr. Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Adriano, foi você quem parou de falar. Não fui eu.

O SR. ADRIANO BRUM RODRIGUES – Eu não disse que eu encerrei o uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vou lhe dar então, de novo, mais uma vez, demonstrando a vontade democrática desta Mesa e do Congresso, mais dois minutos para falar, se assim o entender.

O SR. ADRIANO BRUM RODRIGUES – Obrigado.

Eu gostaria, desde já, de agradecer às pessoas que aqui estão pela luta coletiva, porque, sempre que as pessoas vêm aqui no Senado ou na Câmara dos Deputados – eu estou aqui dentro lutando desde março – elas vêm lutar por direitos individuais, o que é um erro.

Também gostaria de pedir a vocês que não mais tenham suas opiniões formadas pela mídia, porque a mídia brasileira, a mídia particular, exceto a TV Senado e a Rádio Senado, é manipuladora. Os jornalistas no Brasil não têm caráter. Eles se vendem. Por isso vocês não devem nunca se informar. Exceto a Mídia Ninja, que luta pela liberdade da imprensa, ou outros grupos que lutam por liberdades como a internet, e grupos anônimos, mas a maioria das pessoas tenta monopolizar do que trabalha para capitalizar e ter renda. É assim que a Xuxa tem ilha, que o Luciano Huck tem ilha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Adriano.

Veja que você disse o que você quis. Entrou pelo Brasil e pelo mundo, foi para o exterior, voltou... (*Palmas*.)

Mas é assim. Assim é a democracia.

Veja aí a manifestação do plenário, inclusive lhe dando o direito de dizer o que você bem entende, sob a sua responsabilidade, como cada um de nós aqui, como os líderes sindicais que aqui falaram, como os estudantes que expressaram o ponto de vista deles com muita firmeza.

Isso é bom. E que bom que esta Comissão de Direitos Humanos abre esses espaços, que muito poucos abrem. Muito, muito poucos mesmo são aqueles que permitem que haja um debate aberto como esse, e vamos tentar depois entrar em alguns encaminhamentos.

Agora, concederei a palavra aos componentes da Mesa, para os três minutos finais.

Eu anotei algumas coisas aqui sobre as quais eu queria que a Mesa se manifestasse, e até discordar ou ampliar, dizendo: "Olha, isso poderia melhorar aqui ou ali". Na verdade, aqui é uma manifestação desta plenária.

Pelo que percebi, devido à situação inclusive de São Paulo,um dos itens dos companheiros metroviários, da federação e do sindicato, é que a atual lei de greve tinha que ser alterada, que seja uma lei que garanta o direito de greve, porque a atual, na verdade, proíbe o exercício da greve – depois, vemos a redação.

Que a gente faça um movimento contra e pela readmissão, principalmente, eu diria, dos sindicalistas que foram demitidos em todos os movimentos de greve. Estou falando do movimento de greve. Já foi feito isso no País e tivemos resultados algumas vezes.

Que a gente também deixe constar nos *Anais* que nós, da Comissão de Direitos Humanos, somos totalmente contra a demissão de qualquer sindicalista e lutamos pela sua readmissão.

Coloquei, por conta própria e risco, a derrubada do tal do interdito proibitório. É aquele maldito interdito proibitório que proíbe a manifestação nas ruas. (*Palmas.*)

Anistia dos grevistas. Alguém aqui mandou uma sugestão, e já houve inclusive nos bombeiros, que houvesse a anistia dos grevistas, com a devida readmissão.

Contra toda e qualquer lei que venha criminalizar os movimentos sociais.

A defesa da democracia de forma permanente. Acho que foi o Pasin que enfatizou, só que não sei se peguei os três pontos que você colocou: o pleno direito de greve, o pleno direito à manifestação e o terceiro eu não peguei.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A liberdade de organização.

Isso foi o que consegui anotar. Não sei se a Secretaria pegou.

Agora volta à Mesa. São três minutos para cada um. Poderão inclusive sugerir algum encaminhamento que a gente possa usar no fechamento da nossa audiência.

Vamos começar, agora, da mesma forma de antes. Luiz Carlos Prates, por favor, com a palavra por três minutos.

O SR. LUIZ CARLOS PRATES – Acredito que o debate foi muito bom. As diversas opiniões colocadas no plenário também foram bastante interessantes. Temos condição de avançar na luta contra a criminalização dos movimentos sociais.

Alguns internautas, ou a maioria dos internautas, colocaram o problema das manifestações e da violência ou o problema das máscaras. Entendemos que, se existe uma violência, o que houve durante todo esse período das manifestações, a violência foi exercida pela Polícia Militar, indiscriminadamente, nos diversos locais, independentemente inclusive dos governos. Vimos isso no Rio Grande do Sul. Vimos isso em São Paulo. Vimos isso no Rio de Janeiro. Independentemente do partido que está no Governo, houve uma repressão generalizada sobre os movimentos sociais. Em particular, agora, nesse último período, foi instalado um verdadeiro estado de exceção, que não permitiu inclusive que as pessoas se manifestassem. Isso absolutamente é um retrocesso. Isso temos e vamos combater firmemente, todos os movimentos sociais e toda a juventude.

Então, não é justo fazer essa separação também porque esse argumento foi muito utilizado pelo regime militar, dizendo que haveria infiltração, que haveria subversivo, que haveria vândalos e que isso teria que ser combatido, querendo discriminar os trabalhadores e a juventude. Somos da opinião de que é necessário garantir a livre manifestação. Obviamente, também não achamos que nenhuma ação isolada vá resolver o problema das manifestações. Não é quebrando um ou dois bancos. Não queremos quebrar um ou dois bancos ou quebrar uma loja. Ao contrário, os trabalhadores produzem a riqueza do País, os trabalhadores trabalham, produzem a riqueza do País e queremos um governo que governe para os trabalhadores. Um governo dos trabalhadores quer muito mais que um banco. Queremos todos os bancos. Queremos todas as fábricas. Queremos todas as escolas. Queremos que o povo governe.

Portanto, as manifestações isoladas, como ocorreram por parte de um grupo, em vez de ajudar as manifestações crescerem, atrapalham. Por isso, nós, muitas vezes, condenamos essa atitude. Ela atrapalha porque o povo tem que entrar na luta, o povo tem que se mobilizar, o povo tem que crescer cada vez mais a sua mobilização, porque é, através da sua força, através da luta organizada, através das suas greves, das suas ocupações, das suas manifestações, ou seja, quanto mais o povo estiver nas ruas, mais condições nós temos de mudança.

E o País precisa de mudança e o País quer mudanças. Então, gostaria de registrar, em primeiro lugar, essa opinião.

Em segundo, quero dizer que essa repressão está sendo generalizada. Por exemplo, assistimos nessa semana agora, a um dirigente do sindicato dos condutores em São José dos Campos ficar preso cinco dias por ter feito uma manifestação e uma operação tartaruga. Os processos que estão sendo feitos são fraudulentos, são mentiras que estão sendo jogadas para que os trabalhadores possam ser criminalizados. Eles fraudam, eles invadem as residências, eles invadem os computadores, eles forjam provas, tudo isso para criminalizar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mais um minuto.

O SR. LUIZ CARLOS PRATES – ...os movimentos sociais. Então, nós temos que combater isso.

Eu gostaria de colocar, além dos pontos que o Senador colocou, que precisamos garantir e reivindicar a liberdade de todos os presos políticos no País neste momento, porque nós não admitimos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Peço para a Mesa que tome nota. Achei interessante! A liberdade dos presos políticos. Nesses termos, não há nenhuma discordância.

O SR. LUIZ CARLOS PRATES – ...dos presos políticos neste País, porque nós não admitimos que aqueles que participaram de manifestações, que aqueles que participaram da luta do povo, com maneiras corretas ou

incorretas, segundo a sua concepção, sejam punidos por isso. É necessário também que, quanto aos inquéritos policiais, em sua maioria fraudulentos, haja um fim desses inquéritos.

Outro tema também importante, além de todos os que foram colocados, com os quais estamos de total acordo, a lei que garante o direito de greve, a readmissão de todos os sindicalistas e trabalhadores que foram demitidos por motivo de greve, a derrubada do interdito proibitório, a anistia de todos os grevistas, contra qualquer lei que venha a criminalizar os movimentos sociais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Seu tempo terminou, Luiz Carlos.

O SR. LUIZ CARLOS PRATES – ...nós achamos que devemos ter também a punição de todos os torturadores de ontem, do regime militar, e a investigação e punição de todos aqueles que eventualmente punem, como é o caso daquele que puniram, o Murilo Magalhães, em São Paulo, como é o caso da repressão da Polícia Militar sobre os trabalhadores, porque até agora não houve nenhum policial que foi punido por reprimir fotógrafos, a imprensa, inclusive achamos que isso também deveria constar.

Por último mesmo, eu gostaria também aqui de colocar nos *Anais do Senado,* peço aqui para o Senador, a manifestação da Associação Juízes para a Democracia se posicionando contra a criminalização dos movimentos sociais e, em particular, pela readmissão dos trabalhadores do metrô que foram demitidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Está acatado também, vai constar nos *Anais* da Casa a nota pública que veio da Associação Juízes para a Democracia.

Esse foi o Luiz Carlos Prates (*Palmas.*), que tentou sintetizar seu ponto de vista para que fosse considerado encaminhamentos finais.

Lucas Brito, da Assembleia Nacional dos Estudantes Livres.

O SR. LUCAS BRITO – Para encerrar, queremos agradecer mais uma vez o convite, a oportunidade de estarmos aqui com a representação da Anel, apresentando o nosso ponto de vista, apresentando nossa campanha sobre o tema da criminalização dos movimentos sociais.

Para a gente, a intervenção aqui dos internautas, no geral, comprova uma ampla maioria da população brasileira, que é favorável às mobilizações, que é favorável às manifestações de rua, assim como foi desde o início dessa mobilização que ainda está em curso, em junho do ano passado. Agora também pesa toda uma política, desde então, de tentar desmoralizar os lutadores e lutadoras, tentar desmoralizar os movimentos sociais se utilizando aí muitas vezes das mídias, se utilizando muitas vezes de uma tentativa de confundir aqueles que somos nós, ativistas políticos, entidades sindicais, entidades do movimento estudantil com criminosos comuns e que, portanto, deveriam estar encarcerados. E o fazem dessa forma e justificam a partir daí a prisão de vários que estão hoje presos, detidos, como é o caso do Hideki, em São Paulo.

É importante dizer também que é muito fundamental que nós digamos que não vamos aceitar que os governos e que a polícia militar se utilizem de ações individuais para contestar o movimento, ações essas que repudiamos, para tentar, a partir delas, criminalizar o conjunto dos movimentos sociais, para criminalizar o conjunto da juventude que luta, dos trabalhadores que estão lutando. Sabemos a verdade aqui, sabemos que quem está nas ruas hoje apresentando as reivindicações é um movimento legítimo, justo e que, de fato, tem o direito de estar nas ruas para reivindicar.

Como disse a minha colega de Mesa, eu acho importante a gente pontuar, eu sei que a UNE está com uma convidada para a segunda Mesa, talvez, mas é importante também fazer uma exigência: é fundamental que a União Nacional de Estudantes se comprometa com a luta contra a criminalização dos movimentos sociais, o que até hoje não o fez. Infelizmente não tem ninguém aqui hoje; a Vic vai para a segunda Mesa, mas se não tiver, nós fazemos aqui o convite para unir forças na luta contra a criminalização dos movimentos sociais, na luta pela liberdade da mobilização.

A gente acha que é fundamental que seja demarcado, assim como o Mancha colocou, a exigência da liberdade imediata para todos aqueles que são presos políticos, o fim dos processos, o fim dos inquéritos, e que sejam todos arquivados, porque a verdade que nós temos hoje é que esses processos evidenciariam que há um atentado em curso contra as mobilizações sociais, porque vários deles, por exemplo o de Porto Alegre, mostram depoimentos de policiais civis infiltrados em reuniões do movimento, em manifestações do movimento para se utilizarem disso e tentar criminalizar os movimentos sociais.

Portanto, encerrando, para nós, não é admissível que tenhamos mais criminalizados, mais Murilos Magalhães, torturados e presos dentro da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. É inadmissível que tenhamos mais Matheus Gordo. É inadmissível que tenhamos todos aqueles que hoje estão sendo processados e perseguidos, assim como é inadmissível que tenhamos, por meio da Polícia Militar, mais Amarildos, Douglas, DGs e Cláudias, que são vítimas cotidianas da criminalização que sofrem também os pobres, negros que vivem nas periferias do País.

Então, para nós, é fundamental que a Polícia Militar seja desmilitarizada e seja imposta uma outra ordem de segurança, uma Polícia Civil única, mas que a gente não tenha mais nem muito menos os negros e pobres da periferia, nem muito menos ativistas vistos como inimigos da Nação, inimigos da ordem pública e inimigos do povo, quando não o somos.

Portanto, digamos assim, nós, diante de tudo isso, de forma alguma achamos que os nossos sonhos vão ser abalados por bombas, prisões, perseguições. Nossos sonhos seguem e a nossa coragem segue mais ainda.

Para fechar, eu peço licença a todos, mas é impossível estar presente em uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e não fazer um registro também, aí internacional, internacionalizando a nossa luta, que é o que acontece hoje contra os palestinos na Faixa de Gaza, na Cisjordânia, que são, hoje, vítimas de um atentado, que tenta destruir a sua existência, com bombas vindas do Estado de Israel. Infelizmente, nós não temos acesso a todas as informações. A informação que nós temos é de uma suposta guerra. Mas guerra não se faz com um povo sendo massacrado por canhões, por aviões, enquanto eles só têm pedras e paus para se defenderem.

Portanto, aqui fica o registro também na Comissão de Direitos Humanos de nós da Anel, e acho que comungo com vários outros companheiros e companheiras que estão aqui hoje na nossa indignação com o que acontece hoje no Estado da Palestina, dos atentados e os ataques de Israel. Portanto, vamos fazer um ato hoje, aqui em Brasília, na Embaixada de Israel denunciando esse caso.

Agradecemos muito a nossa presença, a nossa participação. Vamos seguir em luta e nos disponibilizamos, aqui, para a Comissão de Direitos Humanos, para o Senador Paulo Paim e para todos, para podermos construir essa unidade necessária para impor uma derrota àqueles que tentam nos calar.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Lucas, que, na verdade, pede a paz para que acabe essa guerra que envolve o Estado de Israel e a Palestina. (*Palmas.*) O Lucas fechou com esse ponto de vista.

Passamos a palavra agora para José Reginaldo Inácio, Vice-Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores e Secretario de Educação da CNTI.

O SR. JOSÉ REGINALDO INÁCIO – Primeiramente é fundamental agradecer esta oportunidade, este espaço que, na realidade, é do povo efetivamente, mas, conforme foi dito aqui, por vezes, há uma limitação desse acesso, e o Senador Paulo Paim tem sido, de modo contínuo, esse interlocutor que dá, de certo modo, essa garantia para que possamos aqui nos manifestar. Nesse sentido, a Nova Central agradece, a CNTI agradece, mas queria, de antemão, pedir também, não sei se pode ou não Senador, que saia desta Casa uma manifestação, por parte do Senado, relativa à admissão dos sindicalistas e trabalhadores do metrô.

Se é possível sair uma manifestação aqui nesse sentido, encaminhada ao Governo do Estado de São Paulo? Esse é um ponto.

Outra questão importante para nós também, porque a gente percebe isso, as centrais fizeram um documento, encaminharam à OIT o seu posicionamento em relação à prática truculenta e antissindical e até contrária aos movimentos sociais, sobretudo mostrando uma tendência efetiva da criminalização dos movimentos sociais. E o enviaram à OIT. E aí nós aqui, nessa tentativa de pensar alguma coisa, não podemos mais conviver com o instituto do Estado democrático, que é soberano a todas as leis, é superior a todas leis. Infelizmente, temos observado que existe um espaço aqui no art. 129 da Constituição, inciso II, que fala que o Ministério Público deve "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia".

É importante destacar, Senador, que é fundamental para nós que se tenha um limite para esse poder, que praticamente deslegitima todas as outras leis existentes dizendo ser soberano a todas as leis. Eles agem de modo independente, pessoas individualizadas, sem pensar no coletivo, sem ouvir a soberania, que é a voz do povo. Em detrimento disso, acabam arguindo, dizendo ser detentores, a ponto de desconstruir qualquer possibilidade de democracia em qualquer Estado e ficam, de certo modo, a todo momento... Não são penalizados. E quando se descobre alguma coisa em relação a esses doutores, eles têm a sua própria casa, ou seja, nenhum outro instrumento pode de alguma maneira fazer nada contra esses sujeitos. São seus pares que podem julgar os atos desses sujeitos.

Então, é importante aqui nesta Casa se estudar uma maneira de fazer algo para deter esse poder amplo que tem o Ministério Público e faz com que de alguma maneira o Estado de Exceção seja constantemente aplicado em todos os momentos da história deste País; e muito mais agora. Como a gente vai fazer isso? Como vamos imaginar essa possibilidade de poder, conforme foi dito aqui, manifestar-se, organizar-se e ter o direito precípuo de greve a todo momento aniquilado, solapado.

A impressão que dá é de que o Ministério Público e os Magistrados deste País não conhecem a estrutura produtiva deste País, não conhecem o serviço desenvolvido neste País. As classes trabalhadoras estão aí exercendo o seu papel, cumprindo o seu papel na sociedade, o que deixa muito claro para nós que não só o Ministério Público mas também os Magistrados deste País não conhecem a estrutura produtiva.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ REGINALDO INÁCIO – Não sabem, por exemplo, que em situações de plantão, em situações de sobreaviso não há um quadro. Se a gente for observar que, dos plantões, o quadro para funcionamento do serviço público dos serviços essenciais à sociedade não é sequer 30% do quadro permanente. E de repente, numa sentença ou num posicionamento do Ministério Público ou do Judiciário se impõe uma situação de manutenção dos trabalhadores nos postos de trabalho superior a situações de plantão. A impressão é de que não se conhece. Ou seja, como se pode impor a situação para o movimento sindical, literalmente acabar com o seu direito de greve colocando uma situação que nem nas situações de plantão, finais de semana e feriados, não se tem. O quadro funcional das empresas prestadoras de serviços essenciais na sociedade não é 100% do quadro operacional, gente! É fundamental ter isso como uma referência!

Como pode as pessoas que fazem sentença, as pessoas que se dizem lesadas pela ordem social desconhecer que, numa situação de final de semana, de feriado prolongado, o quadro funcional que se coloca para trabalho, para garantir a manutenção, não é sequer a metade do que eles impõem para que no momento da greve estejam trabalhando? Por isso, a gente precisa, Senador, criar um mecanismo para que isso não aconteça. É fundamental pensarmos em uma alternativa.

Nesse sentido, a gente se soma a todas as centrais que denunciaram à OIT o posicionamento do Ministério Público, das Magistraturas deste País, que fortemente cometem a criminalização das entidades sindicais, dos movimentos sociais e fazem com que atitudes e atos do Senador tenham que se repetir de modo constante, para a gente criar uma situação para retomar a democracia neste País, para dar garantia de que aqueles principais instrumentos que se fazem necessários à democracia, que fazem legitimar a democracia possam exercer o seu papel, que são os movimentos social, sindical e por aí afora.

Agradeço a oportunidade e estamos à disposição do Senador e da classe trabalhadora para essa luta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. A gente agradece a bela contribuição de José Reginaldo Inácio, Vice-Presidente da Nova Central e da direção da CNTI. (*Palmas.*)

Normalmente não se abre mais espaço depois do período. Mas, como nossa audiência foi ao vivo para todo o País, uma dirigente dos grevistas do IBGE pediu gentilmente se a gente não poderia abrir um espaço para ela só situar como está o movimento e, ao mesmo tempo, creio eu, que a gente possa ajudar a abrir portas para a negociação. Creio eu. Por isso, você tem a palavra pelos três minutos que foram dados a cada um dos painelistas aqui.

A SRª GISELLA COLARES GOMES – Agradeço, então, a concessão da nossa fala.

Na verdade, eu vim praticamente do aeroporto direto para cá para pedir apoio, porque nos encontramos em uma situação inusitada. Os trabalhadores do IBGE entraram em greve na defesa do órgão. A gente está, na verdade, defendendo a empresa, não especificamente a nossa situação. Não é uma greve por salários, mas uma greve por reestruturação institucional completa do órgão, passando por carreira, passando por eleições para cargos de chefia, passando por uma horizontalização da estrutura do órgão e, também, dos processos de decisão e de criação de metodologias de trabalho, que é muito centralizado no Rio de Janeiro. A gente quer que exista maior participação dos analistas que fazem parte das regiões de todos os Estados do País.

Hoje a gente tem uma questão estrutural grave no IBGE que é o quadro de temporários, aqueles contratados segundo a Lei nº 8.745, que é praticamente um limbo, nem é RJU nem é CLT. Eles não têm direito a nada. O tempo máximo de contrato é de três anos, mas saem sem seguro-desemprego, sem fundo de garantia, são avaliados mensalmente, estão extremamente expostos a assédio. E, agora, na greve, como eles são 51% do nosso quadro, ficou inevitável que eles não participassem, porque a precarização do órgão chega a eles também. Eles vão trabalhar em situação inóspita, em lugares perigosos, trabalham final de semana, trabalham à noite para encontrar o informante em casa, e eles não têm a menor proteção. Vão só, estão sujeitos a assalto e a ter que pagar o equipamento que foi roubado, ou qualquer coisa desse tipo. Para conseguir não pagar é todo um processo. Então...

(Soa a campainha.)

A SRª GISELLA COLARES GOMES – A gente veio pedir apoio porque esses temporários estão sendo demitidos com a justificativa de que seria um contrato normal com a empresa e que, se não está tendo a prestação de serviço, então está se rompendo o contrato.

Só que, na verdade, eles estão exercendo função pública, eles representam o IBGE nos domicílios e nas empresas deste Pais e, de acordo com a OIT, a Convenção 151, quem exerce função pública, independentemente se é provido de cargo efetivo ou não, tem direito à organização sindical e às atividades dela inerentes.

Então, a gente veio pedir aqui a interseção de vocês para que a gente posas reverter essa situação, que é, na verdade, uma tentativa de calar o movimento, porque se hoje nós temos 50%, a previsão é a de que em dois anos a gente tenha 70% de temporários, para o IBGE do Brasil, para a sociedade brasileira, isso seria uma temeridade, com 70% de quadro temporário, os prognósticos de movimentos para o futuro seria muito grande.

Então, é claramente uma tentativa de cortar pela base uma organização pode vir a crescer e a se mobilizar cada vez mais para melhorar cada vez mais o órgão, porque a gente tem plena consciência de que, para que a gente tenha boas condições, inclusive para os efetivos, o órgão precisa estar bem. O órgão não pode ter corte de orçamento, o órgão não pode ser visto como não estratégico pela própria direção da casa, que não tem condições, não apresentou condições de defender o órgão junto às necessidades de corte do orçamento, porque "ah, não é prioridade". Mas se você não tem o IBGE provendo dados de qualidade, a saúde e a educação vão fazer investimentos errados. Então, é estratégico!

Em relação ao montante de gastos, o orçamento do IBGE, a média, nos últimos cinco anos, foi de R$1,7 bilhão, e a gente paga R$3 bilhões de juros por dia. Então, é uma situação que eu acho perfeitamente resolvível, basta uma rápida negociação e tal. Tem como melhorar a condição do órgão e melhorar o resto das políticas públicas e investimento no País como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Eu coloquei aqui como último item, então, que a gente interceda para a abertura das negociações com os grevistas do IBGE. Essa é a palavra final.

O IBGE, todos nós sabemos, cumpre um papel histórico aqui no nosso País. E reforçar as estruturas para que continue fazendo o trabalho belíssimo que fizeram ao longo de nossas vidas é fundamental. E, pelo que você fala, se isso não for feito, o IBGE não terá condições de atender a população como entendemos de forma adequada.

Meus cumprimentos pela fala. Foi muito bom te ouvir aqui nesta audiência pública.

Agora a nossa última convidada, que não usou a palavra nos seis minutos finais, a Presidenta da Força Sindical de Brasília, Maria Antonia Rodrigues Magalhães.

A SRª MARIA ANTONIA RODRIGUES MAGALHÃES – Bom, eu gostaria de começar a minha fala dizendo da indignação. É muito difícil, ainda hoje, no momento que nós estamos vivendo, ouvir falar que quatro companheiros foram demitidos por estar participando ou defendendo a classe trabalhadora, fazendo o seu papel.

Ao mesmo tempo, louvo o trabalho da Comissão de Direitos Humanos na pessoa do Senador Paulo Paim, que está aqui numa segunda-feira, às 9 horas da manhã, levando para o mundo, não só para o Brasil, vamos dizer assim, o desabafo dos trabalhadores. Nós temos hoje muito pouco, muito pouco a comemorar. Muito pouco, Senador. Muito pouco.

Quando nós somos chamados aqui para debater, para dizer "não" à criminalização dos direitos sociais ou dos movimentos sociais, isso é maravilhoso! Nós temos que louvar este momento. Por quê? Porque esta Casa, eu diria, é o ponto máximo. É o que nós podemos esperar. Daqui saem as leis. Daqui saem projetos que podem melhorar a vida dos trabalhadores. Então, é louvável ver um auditório como este, um plenário como este, lotado de trabalhadores, de pessoas que vêm aqui reivindicar os seus direitos.

É uma grande responsabilidade, Senador, do senhor, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, estar levando para os seus colegas de trabalho, para os seus comparsas esse muro de lamentação dos trabalhadores, porque, aqui, é a casa do povo. Então, aqui é que nós temos que vir. Aqui é que nós temos que buscar. Se é que existe alguma coisa que possa ser feita em benefício dos trabalhadores, é nesta Casa que nós temos que buscar. Aqui é a nossa esperança.

Para finalizar, quero parabenizar os companheiros com quem eu tive a honra de estar nesta mesa e dizer da capacidade de luta de vocês hoje. O Lucas, por exemplo.

Eu gosto muito de citar o Lucas para suscitar a juventude, a importância dessa juventude neste momento que estamos vivendo, não deixando de falar no professor.

Quero falar aqui no Paulo Pasin – não é Paulo Paim, é muito fácil decorar seu nome – e no Luiz Carlos Prates...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode me chamar de Paulo Pasin, que eu fico bem faceiro, pela luta do Paulo Pasin.

O SR. PAULO PASIN (*Fora do microfone.*) – E eu, mais honrado ainda.

A SRª MARIA ANTONIA RODRIGUES MAGALHÃES – Mais honrado, quem não quer ser um Paulo Paim?

Quero ressaltar mais uma vez a presença da minha companheira Sônia, que está ali na plateia, que é uma lutadora.

E quero dizer para o Brasil que nós estamos lutando pela não criminalização dos movimentos sociais e que temos aqui, nesta Casa, um grande aliado, que é o Senador Paulo Paim.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Maria Antonia Rodrigues Magalhães, Presidente da Força Sindical de Brasília.

Então, rapidamente, coloquei o princípio, depois, a Secretaria ajusta naquilo que entendermos correto, a intenção é que vale nessas frases. Aqui está: alterar a atual lei de greve, que impede o direito de greve. Ou seja, que haja outra lei de greve, tanto para o serviço público quanto para a área privada, porque para a área pública não há lei de greve, mas mandaram aplicar a lei atual, que dispõe sobre o direito dos trabalhadores da área privada.

Fazer um movimento pela não demissão de sindicalistas e reintegração dos demitidos. Aqui, o que o pessoal orientava e que vamos fazer é mandar alguma coisa da Comissão para o Governador de São Paulo, no caso específico de vocês, naturalmente, com uma manifestação desta Comissão.

Então, já ficou: revogar a atual lei de greve, oficiar ao Governo de São Paulo pela questão da demissão de sindicalistas e a reintegração dos demitidos. Essa é a...

O SR. ALTINO DE MELO PRAZERES JUNIOR (*Fora do microfone*.) – Até para ajudar: os 42 demitidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está bem, os 42 específicos. A gente inclui aqui e eu assino do lado.

Derrubada do interdito proibitório, porque não é só em greves. Aqui está escrito greves, mas eu não colocaria. Interdito proibitório não tem que existir, é o direito de ir e vir que é proibido.

Anistia para os presos em decorrência de manifestação popular e nos moldes do que ocorreu com os bombeiros. Ou seja, anistia para os presos políticos. Tem que ser isto aqui, anistia para os presos políticos, e eu acho que é mais do que justo. Nós sempre brigamos, em todos os tempos e todas as épocas, por anistia para os presos políticos. Não estamos pedindo anistia para ninguém, a não ser para presos políticos. E o fim das perseguições. A gente ajusta aqui. Naturalmente, as perseguições políticas.

O pessoal está pegando aí e eu estou escrevendo para não esquecer.

Garantia de pleno direito à manifestação contra toda e qualquer lei que venha a criminalizar os movimentos sociais. Enfim, é combater qualquer lei que venha criminalizar os movimentos sociais.

Liberdade para os presos políticos, reafirma aqui. Já está lá colocada, mas reafirma.

E aqui foi um apelo que acho mais do que justo, não estamos entrando no mérito nem questionamos: na fala final do Lucas, ele pediu o fim da guerra entre Israel e os palestinos.

Claro, você justificou, pela situação... Então, estamos colocando aqui que faríamos um manifesto simples, objetivo e direto, pedindo que haja paz e o fim da guerra entre os palestinos e Israel.

Por fim, interceder junto ao IBGE pela abertura das negociações com os grevistas.

A SRª GISELLA COLARES GOMES (*Fora do microfone*.) – Posso fazer uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode.

A SRª GISELLA COLARES GOMES – Na verdade, como a gente também está pedindo eleições diretas para os cargos de chefia, a intervenção seria junto ao Ministério do Planejamento, que é o órgão ao qual a gente está vinculado, principalmente a Secretaria de Relações de Trabalho e a Secretaria de Gestão Pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu colocaria Ministério do Planejamento, mas acho que não cabe entrar nas reivindicações específicas, que são amplas. Nós queremos que reabram a negociação, vocês apresentam a pauta e fazem a defesa.

A SRª GISELLA COLARES GOMES – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – No caso da demissão dos sindicalistas não, aí é direto. Eu, como ex-sindicalista, assino com a maior tranquilidade; se puder, assino dez vezes até, exigindo a reintegração imediata dos sindicalistas demitidos.

A SRª GISELLA COLARES GOMES – Então, poderia acrescentar, no caso, para a direção do IBGE, a reversão das 159 demissões de temporários que houve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.k. Reversão das demissões.

A SRª GISELLA COLARES GOMES – Dos temporários. Por enquanto, 159.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Foram 159. Eu tinha posto 149.

A SRª GISELLA COLARES GOMES – A ameaça é que chegue a 400 ou 500 em todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O bom mesmo, pessoal, era não termos mais serviço terceirizado e ser tudo contratado, pelo menos pela CLT. Eu já tenho defendido isto aqui, dentro

do Congresso, acabar com a terceirização e todos serem contratados pela CLT. Quem é concursado, mérito de quem passou no concurso; quem não é concursado teria o direito de todos os celetistas. Acho que essa é uma bandeira pela qual temos que brigar, porque a terceirização, todo mundo sabe...

Há alguns dados que os fiscais do trabalho nos passam que são da maior gravidade: de cada dez acidentes com morte no Brasil, oito são terceirizados. De cada cinco acidentes no Brasil, quatro são terceirizados. Quer dizer, a situação dos terceirizados é da maior gravidade. O que eu estou colocando, e a senhora estava falando com nosso líder aqui, naquele momento: o que nós gostaríamos, o que tenho defendido da tribuna do Senado é que todos os terceirizados deveriam ser contratados pela CLT. Pronto. Contrata-se pela CLT, eles passam a ter todos os direitos, como têm os outros trabalhadores. Porque o terceirizado é tratado, hoje, como um trabalhador descartável, de terceira ou quarta categoria. Há muitos casos, inclusive, em que os terceirizados, comprovadamente, vivem sob regime de trabalho escravo. Não pagam nada e, no fim do mês, ainda descontam do salário dele tudo que se pode imaginar, e ele vive numa situação desumana.

Mediante esses encaminhamentos – os princípios vocês pegaram e isso é que é importante –, nós vamos encerrar a atual audiência pública. Tenham a certeza de que nós estamos à disposição para continuar o debate sobre temas que busquem fazer justiça para os trabalhadores da área pública, da área privada, do campo e da cidade, aposentado e pensionista, combater todo tipo de preconceito. Tenham a certeza de que esta Comissão é uma trincheira nesse sentido.

O SR. LUIZ CARLOS PRATES – Senador, eu gostaria, conforme nós colocamos na intervenção final, de incluir um tema, que seria a investigação e punição dos responsáveis pela violação dos direitos humanos, ou seja, casos de tortura, casos de violência contra manifestantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tudo bem. Não há problema em colocar isto. Toda e qualquer investigação deve ser feita para quem ferir os direitos humanos. O.k.?

O SR. LUIZ CARLOS PRATES – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Aí fica abrangente, com todo o sentido.

Há uma carta aqui que me pediram que eu lesse antes de encerrar, do Suplicy.

"Caro Senador Paulo Paim, o Senador Eduardo Suplicy solicita a gentileza de ler a seguinte nota: o Senador Eduardo Suplicy gostaria de estar presente nessa importante audiência pública, mas não chegou a tempo de tomar o avião para Brasília. Por isso, já pediu as notas taquigráficas para estudar e ajudar naquilo que for possível."

Com essa carta do meu querido amigo Eduardo Suplicy, que sempre tem estado do nosso lado, inclusive participando das audiências públicas, nós encerramos esta audiência pública.

Parabéns a todos vocês! Somos uma pequena ferramenta dentro do Parlamento. Às vezes me chamam de o último dos moicanos. Podem me chamar. Se ser o último dos moicanos, o último Zumbi é defender a causa dos trabalhadores, do campo e da cidade, eu sou esse moicano ou Zumbi.

Um abraço.

Está encerrada a audiência pública. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.)

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE JULHO DE 2014, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e quarenta minutos do dia quinze de julho de dois mil e quatorze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência eventual do Senhor **Senador Paulo Paim**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes Senadores e Senadores Ana Rita, Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública,** nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 52 de 2014-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 21/05/2014, para debater sobre o tema: "**A banalização da vida: o mapa da violência hoje"**. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, faz suas considerações iniciais, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Rodrigo Torres de Oliveira, Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP; Cândido Alberto Gomes, Professor e Representante da Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Felipe da Silva Freitas, Gerente de Projetos da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR Mauricio Sponton Rasi, Assessor especial da Secretaria Nacional de Segurança Publica do Ministério da Justiça. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas pre-

sentes no Plenário: Adriano Brum Rodrigues; Arthur Antônio, Assessor Parlamentar da SEPPIR; Lisiane Portella, Assessora Jurídica da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do MPF. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Ana Rita e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Declaro aberta a 47ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento 52, de 2014, de autoria deste Senador e de outros, aprovado em 21/05/2014, para debater o tema "A banalização da vida: o mapa da violência hoje".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas aos nossos convidados podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, link, que vai estar na tela, http://bit.ly/audienciainterativa, e também do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Só para situar os telespectadores da TV Senado e aqueles que estão nos ouvindo pela Rádio Senado, enfim, que estão participando, de uma forma ou de outra, pela Agência Senado, nossos convidados para o dia de hoje, depois de eu fazer a introdução para situar a população da importância deste debate, que já estão confirmados e estão conosco, serão: o Sr. Rodrigo Torres Oliveira, representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP); Sr. Candido Alberto Gomes, professor representante da Cátedra Unesco de Juventude, Educação e Sociedade; Luiz Carlos Illafont Coronel, diretor regional adjunto da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP); Maurício Sponton Rasi, assessor especial da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça; Felipe da Silva Freitas, gerente de projetos da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Já está aí o Felipe? Muito bem, Felipe.

Só para também situar, rapidamente, a gravidade dessa questão é tão forte, que nós, junto com a Senadora Lídice da Mata, já encaminhamos e vai ser instalada uma CPI para discutir, avaliar, enfim, a violência contra os jovens e, principalmente, os negros, porque, de cada dez jovens – é a informação que eu recebi – que são, covardemente, assassinados neste País, oito são negros. Então, é importante, e quero dizer, a participação da SEPPIR, também dando esse enfoque.

Enquanto outros convidados estão chegando, ainda, que virão participar, estarão aqui no plenário e poderão fazer perguntas para vocês, eu vou fazer uma pequena introdução sobre o tema que nós vamos discutir no dia de hoje, uma contribuição que nos foi apresentada, aqui, pela equipe de consultoria do Senado.

A importância desta audiência pública é fundamental para analisarmos o complexo tema do estarrecedor surto de violência a que assistimos, hoje, no Brasil, violência tão disseminada e tão forte que já nos indagamos se não estaríamos com ela ficando acostumados e a ela ficando insensíveis, deparando-nos, como sociedade, com um perigoso processo de banalização da vida.

Crimes de morte noticiados pelos meios de comunicação de massa parecem superar-se uns aos outros quanto à barbaridade, ao despropósito e à crueldade com que são cometidos.

Houve, por exemplo, no meu Estado, o Rio Grande do Sul, esse inacreditável e inaceitável homicídio acompanhado por todo o País. Um homicídio perpetrado contra um menino de 11 anos, Bernardo Boldrini, em que os suspeitos, já indiciados pela Polícia Civil, são a madrasta, uma amiga dela e o próprio pai da criança, que ainda por cima é um médico profissional, cujo juramento e dever é salvar vidas.

A suspeita é que o menino Bernardo tenha sido morto mediante injeção letal de uma droga que teria sido prescrita pelo próprio pai médico. A suspeita recai sobre ele como um mentor intelectual do crime, segundo os próprios familiares.

Qual a motivação de um crime tão repugnante? Dinheiro? Seria um absurdo se fosse isso. Não há motivo nenhum, mas alguns motivos que levantam – vejam o absurdo – seria ter matado o próprio filho por dinheiro. O motivo é fútil, mais fútil do que se possa imaginar.

Parece que Bernardo era considerado pelo pai e pela madrasta um estorvo já que era filho do casamento anterior do pai e da mãe, que já tinha falecido. E há dúvidas também sobre o falecimento dela.

Aí, o guri, segundo dizem aqui no relato, está atrapalhando a vida do novo casal e pronto. Resolva-se o assunto, mata-se o guri. É inacreditável. E a facilidade com que a madrasta consegue uma cúmplice, Edelvânia, ré confessa do assassinato, que se envolveu em troca da promessa de R$20 mil. Por isso falamos tanto aqui...

E qual a profissão de Edelvânia? Ela é assistente social! Nada contra os assistentes sociais, nada contra os médicos, mas vejam a que ponto chegamos!

Disse-lhe Graciele, a madrasta: "Estou pensando em matar meu enteado de 11 anos. Você aceita me ajudar nessa missão?" E a outra, de pronto disse: "Concordo. Pode contar comigo."

É inacreditável. São pessoas comuns: um médico de uma cidade do interior, dizem que um dos mais poderosos da cidade; sua mulher, uma assistente social, contra o próprio filho.

Aqui mesmo no DF, na região administrativa de Ceilândia, faz poucos dias, houve outro brutal assassinato, de uma criança e de um adolescente, que foram queimados vivos em sua própria casa. O assassino é um rapaz de 21 anos, artesão, sem antecedentes criminais. Motivo: uma dívida – vejam bem, de novo entra o dinheiro – de R$60 não paga pelo irmão mais velho das crianças. Aonde nós chegamos?

Novamente motivo torpe, novamente a banalização da vida humana!

O menino tinha 9 anos, a adolescente tinha 13. Tiveram as mãos amarradas pelo assassinato que os colou com os móveis à porta do cômodo onde estavam, para impedir que as crianças fugissem do quarto em chamas. O rapaz, o criminoso bárbaro, repito, não tinha antecedentes criminais. Segundo o delegado do caso, o réu confesso contou friamente, com detalhes, como cometeu o duplo homicídio. Não demonstrou arrependimento, não chorou, não passou nenhuma emoção e muito menos que estivesse se desculpando ou tentando falar por que cometeu aquilo. Disse que matou, está matado, pronto e acabou.

O último caso e tão recente quanto os dois outros, que quero trazer à lembrança de V. Exªs, para nossa reflexão, é o linchamento ocorrido no último dia 3 de maio no Guarujá, cidade do litoral paulista. Assisti ao vídeo que foi gravado pelo celular de uma testemunha ou até mesmo de algum linchador, porque diversos vídeos circularam. Enfim, assisti ao que foi divulgado pela internet e posso lhes garantir que é quase insuportável de ser olhado.

Nesse episódio, uma dona de casa, a Srª Fabiane Maria de Jesus, de 33 anos, dona de casa, é espancada por populares até a morte. Parecia mesmo já morta, mas, ainda com vida, foi levada para o hospital, onde não resistiu e faleceu dois dias depois. Fabiane foi assassinada porque foi confundida com uma suposta sequestradora de crianças para serem usadas em rituais de magia negra, um boato que foi divulgado não como fato, mas como boato mesmo, via internet. A menção ao boato vinha acompanhada do retrato falado da suposta sequestradora de crianças. Aos populares de um bairro da periferia de Guarujá, pareceu que se tratava da Fabiane, pois haveria semelhança entre o retrato falado e ela. Quer dizer, uma mera semelhança te dá o direito de matar uma pessoa por motivo nenhum, e aqui, no caso, totalmente inocente.

Enfim, foi o que bastou para um ato covarde de violência e de selvageria que vitimou uma dona de casa, mãe de família. Já seria inaceitável o linchamento, o fazer justiça com as próprias mãos, caso Fabiane fosse, de fato, a tal sequestradora de crianças. Já representaria o triste episódio ocorrido um retroceder radical do nível da nossa civilização – e a que ponto chegamos –, pois uma das características fundamentais da civilização é o deslocamento que surge, em algum momento na história, do poder punitivo, desde a mão dos particulares para a instituição do Estado, que avoca a si o monopólio do poder punitivo. Mais alguns passos no processo civilizatório, passos grandes do tamanho de séculos e até de milênios, e esse poder punitivo, monopólio do Estado, passa a ser exercido mediante normas legais estritas, de modo a garantir o julgamento justo de quem é acusado de crime. Tais normas são os direitos e garantias individuais de caráter liberal que estão hoje escritas na Constituição cidadã, que eu tive a satisfação de ajudar a escrever e que está sendo totalmente atropelada. Enfim, é o direito ao devido processo legal, o direito a uma ampla defesa, o direito ao contraditório, o direito à presunção de inocência, o direito de ser julgado pelo juiz natural, e não por um tribunal de exceção.

Nenhuma dessas garantias valeu para a dona de casa Fabiane. E o mais inaceitável é que Fabiane, ainda por cima, como disse, era totalmente inocente, não tinha nada a ver com a situação alegada por aqueles que a mataram. Foi confundida, repito, com uma suposta sequestradora a partir de um desenho publicado na internet, o famoso retrato falado. A ignorância popular a julgou a partir de uma prova frágil, insegura. Na verdade, uma prova inexistente condenou-a à pena de morte antecedida de maus-tratos. Executou-se a pena capital covardemente.

Enfim, eu não sei qual é a solução. Essa leitura que faço é, antes de tudo, um lamento, é com muita tristeza e estarrecido. Essa abertura eu já fiz, praticamente toda ela, num discurso que fiz no plenário, aqui, no Senado.

Junto-me aos familiares das vítimas e presto aos familiares e amigos das vítimas... Só esses três assassinatos brutais – e, com certeza, são centenas e milhares no mundo –, cometidos todos eles com total desrespeito à vida. Nesse momento, o que faço é juntar-me à inconformidade que, tenho certeza, é de todos os brasileiros

que tomaram conhecimento desses fatos horríveis e de outros que não chegaram a esta Comissão com tanta força como esses. São tão horríveis, que a vontade do cidadão normal e saudável é olhar para o lado, desviar a face para não vê-los. Mas não se pode e nem se deve fazer isso.

Eu me lembro de uma frase que ouvi: que o mais grave de tudo não é você ter opinião sobre uma questão ou outra; o mais grave de tudo é a indiferença, quando você não quer ver, não olha e faz de conta que não é consigo.

Enfim, vamos nesta audiência falar de tudo isso, para que, quem sabe, por meio da consciência coletiva, aguda, de sua repugnância esses fatos não se repitam. É sempre uma esperança.

Os três casos requerem punição exemplar. Não resta dúvida. E tem-se de garantir todos os direitos individuais que culminam no julgamento justo, de acordo com a lei. Direitos que há pouco foram por mim mencionados e que são os instituídos democraticamente, na fase atual da consciência humana universal, distinguem as civilizações das sociedades bárbaras. A única semelhança entre os três crimes que trouxe aqui à lembrança é que foram atos bárbaros. Sobre o crime de Frederico Westphalen, que vitimou o menino Bernardo, o crime da Ceilândia, aqui no DF, que vitimou os irmãos Drielly e João Guilherme, queimados vivos, e o crime do linchamento de uma dona de casa, o que se poderia dizer? São crimes hediondos, crimes bárbaros.

O raciocínio analítico já começa esquadrinhar os casos, numa quase agonia para encontrar semelhanças e talvez, encontrando-as, poder caminhar caminhos para responder tudo isso que não tem resposta, pelo menos da nossa parte. Os três crimes foram cometidos por pessoas comuns; os dois primeiros por criminosos que pareciam ser pessoas comuns. Nenhuma delas tinha antecedentes criminais nem ligação com organizações criminosas. O crime de linchamento foi perpetrado mais por ignorância do que por outro motivo, mas merece igualmente punição exemplar.

Difícil é encaminhar soluções para que tais crimes não mais se repitam. É a nossa missão. Isso é o pavor da banalização da vida. Esses crimes foram cometidos, repito, por pessoas de quem não se suspeitava serem capazes de fazerem o que fizerem até o momento em realizaram os crimes, que se tornaram patentes aos olhos de todos. Talvez eu pudesse, somente no caso do linchamento, ligar a corrida a uma sensação perigosíssima que há hoje – e com razão – na sociedade brasileira: sensação de impunidade, sensação de incompetência, sensação de inoperância do Poder Público em fazer valer, de modo tempestivo, certo e proporcional, o seu poder de punir, com exclusividade, os crimes cometidos.

Hoje em dia, os jornais brasileiros, até os jornais considerados mais sérios, tornaram-se, grande parte, em editorais de polícia. O que lemos são crimes de sangue ou crimes contra o patrimônio púbico, ambos banalizados. Mas esse é assunto para outro discurso em outra ocasião. O discurso de hoje foi apenas um discurso de perplexidade e paramos por aqui.

Para finalizar, abro esta audiência sob o título "A banalização da vida: o mapa da violência hoje", para refletir e discutir sobre esses assuntos que tratam da vida e como estamos deixando-a ser banalizada.

Já terminei a leitura da introdução e chamo para este painel renomados especialistas para discutir o tema e analisar as evidências que têm levado o indivíduo a banalizar não apenas a sua vida, mas a de pessoas ao seu redor.

Eu gostaria que, a partir do momento em que eu for lendo o nome, os convidados fossem se dirigindo à mesa. O nosso carinho, o nosso respeito, de antemão já os agradecendo, porque sei que se deslocaram das suas cidades, das suas residências, das suas atividades, para dar uma contribuição, tenho certeza, a este debate que eu considero muito importante.

Eu já realizei, desde que cheguei ao Senado, não vou dizer milhares, mas centenas de audiências públicas; centenas.

E sei por que esta, para mim, é uma das mais importantes: porque estamos tratando da banalização da vida. Por isso, é com muita alegria que chamo o autor do livro Mapa da Violência 2013. Se alguém não estiver presente, entenderemos. Vou ler o nome de todos os que foram convidados:

– o autor do livro Mapa da Violência 2013, Dr. Guilherme Assis de Almeida, professor e pesquisador do núcleo de estudos da violência, da USP. É também autor do livro Violência Urbana.

Chamamos, neste momento, o representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Dr. Rodrigo Torres Oliveira. (Palmas.) Seja bem-vindo, Dr. Rodrigo.

Chamamos também o Dr. Candido Alberto Gomes, representante e professor da Cátedra Unesco de Juventude, Educação e Sociedade. (Palmas.)

Chamamos o Dr. Luiz Carlos Illafont Coronel, Diretor Regional Adjunto da Associação Brasileira de Psiquiatria. (Palmas.)

Dr. Maurício Sponton Rasi, assessor especial da Secretaria de Segurança Pública do Ministério da Justiça. (Palmas.)

Chamamos também Dr. Felipe da Silva Freitas, gerente de projetos da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). (Palmas.)

Como esse é um tema tão delicado e tão forte, deve estar mexendo com a emoção de milhões de pessoas que, pela TV Senado, Rádio Senado, estão assistindo, ao vivo, a esta nossa audiência pública. Normalmente, o tempo é de dez minutos, com mais cinco, se necessário. Hoje, vou dar quinze minutos, com mais cinco, para que alguém possa aprofundar o tema, se assim entender, e ainda com a tolerância necessária, porque estamos tratando, neste momento, do que há de mais bonito, eu diria: a vida, e tratando do que é mais truculento, do que é mais feio, do que é mais covarde, que é o assassinato de pessoas, como aqui já relatamos.

Vou aqui seguir a leitura da forma como aqui me chegou às mãos, sem nenhuma preferência acerca de quem vai começar, que vai falar no meio, quem vai terminar. Depois, vamos permitir, inclusive, que o Plenário se manifeste, se assim entender, fazendo algum tipo de pergunta aos nossos convidados.

Então, para os seus quinze minutos com mais cinco, se assim entender, passo a palavra ao Dr. Rodrigo Torres Oliveira, representante do Conselho Federal de Psicologia. Fizemos questão de que os psicólogos estivessem aqui conosco, psiquiatras, para aprofundar esse debate, enfim, acerca do que está acontecendo com a sociedade brasileira e, vocês podem até dizer, não só com a sociedade brasileira, mas em outras partes do mundo isso também está acontecendo.

Dr. Rodrigo, por favor.

O SR. RODRIGO TORRES OLIVEIRA – Bom dia a todos. Primeiramente, meus cumprimentos formais e protocolares ao Senador Paulo Paim, na pessoa de quem cumprimento a todos da mesa. Meus cumprimentos também a esta audiência pública.

Em um primeiro momento, eu destacaria o próprio título desta audiência, desta mesa, deste encontro: "A banalização da vida: o mapa da violência hoje". A minha fala se organiza e se interpenetra por estes dois aspectos: aspecto primeiro, o mapa da violência hoje. E, aí, para abordar esse ponto ou esse campo, utilizarei o documento, o Mapa da Violência de 2013, organizado, feito pelo Dr. Julio Jacobo.

No outro espectro da minha fala, ou seja, a banalização da vida, vou tentar trazer algumas contribuições mais ou menos atuais acerca daquilo que o Senador Paulo Paim destaca com muita propriedade: o que ocorre hoje?

O que vem a ser, Senador, essa banalização da vida? Eu acho que esse é um bom tom para a gente introduzir nesta discussão. Banalizar a vida, mas de que forma? Como? Banalizar a vida é torná-la dispensável? Banalizar a vida é amesquinhá-la ou, em uma palavra, a banalização da vida, vida essa atravessada, entrecortada e marcada pela morte ou pelo seu fim a partir da violência, seria uma das características da contemporaneidade? Será que a violência, a morte e o crime representam o outro da razão? O outro do logos? O outro da civilização? São pontos importantes para a gente começar a discutir.

Será que a nossa sociedade, a partir dos seus medos, temores reais e, muitas vezes, incrementados e aumentados se arma para se defender desses perigos reais ou desses perigos potenciais? São questões importantes. Em um dos exemplos que o Senador destaca, da violência dos linchadores, daquelas pessoas que se arvoram no "direito" – entre aspas – de punir o mal com a cota de mal maior será que estaríamos nos tornando uma sociedade de linchadores? E qual o papel da mídia na produção desse tipo de situação?

Falando especificamente sobre o mapa da violência, destaco a importância desse mapa da violência, a importância desta audiência pública para se discutir esse cenário da violência atual do qual os jovens, vale dizer, a juventude brasileira e, por extensão, também as crianças, mas pensando a juventude a partir deste recorte de 15 a 29 anos, contrariando muitas vozes, essa juventude seria vítima dessa violência, e não perpetradora dessa violência. Esse eu acho que é um ponto bastante importante para a gente refletir sobre ele.

O mapa da violência e essas produções estatísticas de dados, que são contextualizadas, problematizadas e analisadas, são instrumentos de extrema importância, para a gente estar aqui hoje discutindo. São instrumentos que dão visibilidade a essa realidade muitas vezes encoberta e, sobretudo, são instrumentos que nos ajudam na concepção de políticas públicas e sociais, programas, instrumentos de subsídios às instituições e à sociedade no enfrentamento da questão do problema. Em suma, nos ajuda a dar visibilidade, problematizar e analisar essa realidade, às vezes, nua, crua, extremamente problemática.

Os dados colocados no mapa da violência impressionam, impactam e, sobretudo, retratam a realidade complexa de uma sociedade violenta, em que os jovens, voltando a insistir, antes de serem protagonistas, são as principais vítimas dessa violência ou dessa mortalidade violenta. Nesse sentido, o mapa da violência ou os mapas da violência se configuram numa verdadeira cartografia da violência no País, cartografia das mortes violentas e da violência que vitimiza os jovens brasileiros.

Eu destacaria, conforme a gente observa no último mapa da violência, conforme lá está, quatro modalidades de mortalidade violenta. Vou destacar as quatro, mas vou me ater somente em duas. As mortalidades

violentas vindas da grande modalidade ou grande categoria chamada transporte, e aí a pesquisa, ou o mapa, destaca de uma maneira muito interessante o boom da indústria automobilística no País versus políticas públicas de mobilidade e transporte.

Até que ponto esse boom da indústria automobilística na década de 90 e a impossibilidade de esse boom ser acompanhado de uma educação cidadã são responsáveis, por exemplo, por inconsequências nessas mortes no trânsito.

Outro boom importante na modalidade transporte seria o das motocicletas. Sabedores que somos dos chamados motobói, as facilidades dos últimos dez anos, que são direitos das pessoas, para se adquirir esse meio de transporte não vieram acompanhadas de educação para o trânsito.

A segunda modalidade destacada no mapa da violência seria a de mortes violentas por suicídio, questão extremamente importante, e é preciso lançar luz sobre ela.

A terceira modalidade seriam os chamados homicídios dolosos, que, de 1980 a 2012, experimentaram um aumento vertiginoso. Esse é um dado extremamente importante para refletirmos e problematizarmos aqui nesta audiência pública. O dado é alarmante! Houve um aumento vertiginoso do número de homicídios. Ainda que, conforme esse último mapa da violência, de 2002 a 2012, tenha havido uma estagnação, ela ainda não consegue refletir a regressão desejada por todos nós nesses índices altíssimos de violência. São índices pouco civilizados, "incivilizados", entre aspas. São índices inaceitáveis de violência. Por que inaceitáveis? Porque violência, crime sempre haverá. É assim desde que a humanidade se constituiu enquanto tal. É assim em todas as épocas, em todos os povos, a despeito de diferenças culturais.

A quarta modalidade de mortalidade violenta no País sofrida pelos jovens e destacada no mapa da violência seria aquele entrecortamento, aquele atravessamento que os autores estão chamando de a cor dos homicídios no País, ou seja, a face visível e eleita da incidência dessa violência que mata, banaliza e ceifa vidas tem nome, tem cor, tem raça. Esta realidade atravessa não só a realidade das mortes violentas de jovens no País, mas também, por exemplo, a realidade das medidas socioeducativas para os chamados adolescentes em conflito com a lei, a realidade do sistema prisional brasileiro, que, hoje, está com quase 600 mil presos, sabedores que somos de que um percentual altíssimo desse contingente é formado por jovens pobres e negros. Nesse ponto, cabe uma pergunta muito importante. Será que os inimigos internos da nossa sociedade hoje são os jovens pobres e negros? É uma pergunta que podemos discutir depois.

Com respeito à cor dos homicídios no País, três fatores fundamentais da vitimização dos negros são destacados nessa pesquisa, nesse mapa da violência. O fator um é a privatização do aparelho de segurança, que é um fator muito importante, com desdobramentos e contornos para além do que aquilo que nossos olhos eventualmente são capazes de ver. Essa privatização do aparelho de segurança se contrapõe à insuficiência ou à falta de políticas públicas de segurança. Quando pensamos em aparelho de segurança, estamos falando da segurança privada, mas também estaremos falando da execução penal ou das propostas, as novas propostas, muitas vezes colocadas como alvissareiras, de privatização da execução penal e do sistema prisional, em vários Estados da Federação.

Abrindo um parêntese e já fomentando a discussão com vocês, fico me perguntando. Em Minas Gerais, por exemplo, construíram o primeiro complexo prisional totalmente privado, totalmente privatizado, um boom de empresas. Se constituiu e, a partir dessa parafernália ou desse aparato, pretende-se executar penalmente três mil pessoas por mês. São três mil pessoas que estariam destinadas a cumprir pena de privação de liberdade nesse complexo prisional na Grande Belo Horizonte. O Estado repassa ou repassaria mais de R$60 milhões por ano a essas empresas. Essa ideia foi vendida fortemente como solução para o problema do crime e da criminalidade, mas hoje, a despeito de não acompanharmos isso facilmente na mídia, notamos que as mesmas mazelas e os mesmos problemas permanecem. Afinal, as prisões são máquinas de moer gente. Que tipo de gente? Jovens, negros e pobres? Deixo a pergunta aqui também.

Gostaria de deixar outra pergunta também. De que tipo de poder estamos falando? Para que tipo de poder estamos chamando a atenção? É um poder que ceifa vidas, que aprisiona, um poder que submete crianças, jovens. De que ordem que é isso senão da ordem de um biopoder ou de um poder sobre a vida que tem a pretensão de regulá-la e normalizá-la.

Diante desse contexto e desse cenário, faço uma alusão a um autor de que gosto muito e que tem um livro clássico da sociologia criminal e jurídica, o Loïc Wacquant. Ele escreveu o livro Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Trazendo por analogia esse título para o Brasil, tratar-se-ia de quê? Punir quem, do ponto de vista do encarceramento e assim por diante?

O segundo fator da vitimização negra, conforme dados trazidos à luz pelo mapa da violência, são os chamados jogos de poder. Foucault, o grande filósofo, psicólogo francês, nos disse certa feita que, para se saber onde os indivíduos estão, se vivos, mortos, presos ou soltos, isso depende muito de como o poder ou os po-

deres se distribuem em uma determinada sociedade. Dentro desse segundo fator de vitimização dos negros, basta pensar o seguinte: as áreas "brancas", entre aspas, as áreas abastadas têm suas garantias. Têm segurança, segurança do Estado, segurança privada e assim por diante. "No outro extremo", entre aspas, ou nas chamadas áreas periféricas, não existe segurança privada e muitas vezes não existe a segurança do Estado, que ou não existe ou é insuficiente. Fico me perguntando: sem Estado, ou melhor, quando o Estado entra nas áreas periféricas só para mostrar a sua face violenta repressora e punitiva para fazer vergar os seus eleitos, adianta? Se sim, adianta para quê ou para quem?

Terceiro aspecto fundamental ao fator da vitimização é a chamada naturalização e aceitação da violência. Esse fator não se restringe, evidentemente. Essa vitimização dos negros é um fator que a gente encontra em toda sociedade e que nos faz pensar o seguinte: de onde vem essa banalização cotidiana da violência?

Naturaliza-se a violência será que para justificar a retribuição, a punição, a vingança e a repressão?

Seria uma sociedade talião? A cada mal uma cota de mal maior?

Dentro dessa perspectiva, uma certa violência do Estado se coloca como necessário. Mas aí cabe a pergunta: mas até que ponto? Estado sem violência não existe. Como diria o grande autor Leon Tolstói, já no século XIX: "A violência é um dos outros nomes do Estado."

Mas que tipo de violência? E violência em nome de quê?

Bom, encaminhando a minha conclusão, e convidando-os à reflexão, eu me pergunto: estaríamos nós vivendo numa sociedade, me parece, em que a justiça é retributiva, punitiva e vingativa, em oposição a uma sociedade que eu, particularmente, acredito e aposto todas as minhas fichas em que a justiça é necessariamente restaurativa, cidadã.

Concluindo, diante de tudo isso, como se dá essa produção de indivíduos, como a gente chama na psicologia, ou de subjetividades na sociedade brasileira contemporânea. Como se produz essa subjetividade? Jovem, pobre, negro, vítima da violência e – entre aspas – "perpetradores" dessa mesma violência. Como se dá essa produção de algozes, ao mesmo tempo de autores, de protagonistas dessa violência? Como isso se coloca?

Seriam os jovens, os pobres e os negros esses monstros, como diria Foucault, criados pelo Direito Penal e pela criminologia positivista do século XIX? Esses monstros a quem caberia à sociedade etiquetar e marcar para se defender contra eles?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS. Fazendo soar a campainha.) – Tem mais cinco minutos.

O SR. RODRIGO TORRES DE OLIVEIRA – É preciso refletir, problematizar e criticar. É preciso um caminho, um caminho no sentido de método. E o caminho é o da prevenção, não é o da exacerbação do poder punitivo do Estado em oposição ao Estado social, democrático, de plenos direitos.

Parece-me que esse é o caminho e não o contrário.

Portanto, o caminho da prevenção, da educação, das políticas públicas e sociais, de uma justiça com cidadania e de uma segurança cujo bem maior deve ser a vida.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Rodrigo Torres de Oliveira, representante do Conselho Federal de Psicologia. Nossos cumprimentos. Como eu havia dito, esta é uma audiência que mexe com os nossos corações, com as nossas emoções, que trata da vida das nossas crianças, dos adultos, dos nossos idosos, das nossas vidas.

Vou intercalar: a cada um dos convidados, vou ler três questionamentos do público. E se o convidado quiser falar sobre os questionamentos, fala; se não, no final, responderemos. Só para saber o que as pessoas estão encaminhando para cá.

Por exemplo, chegou uma que diz – e eu dou o nome de quem encaminhou, Marcelo Arruda: "Um dos principais causadores desse aumento da violência não seria [segundo ele, naturalmente, a responsabilidade é de quem manda a pergunta] ter desarmado o cidadão de bem."

Eu leio todas as que chegam. Calma, pessoal, eu vou ler todas, sou obrigado a ler. Eu não posso selecionar só aquilo que eu concordo ou não concordo.

Repito a pergunta de Marcelo: "Um dos principais causadores desse aumento da violência não seria ter desarmado o cidadão de bem, visto que de acordo com pesquisas e estudos desde o Estatuto do Desarmamento a violência vem só aumentando?"

Outro comentário, agora de William Porto Nascimento: "O Governo e os juízes não se importam com o povo. O ladrão mata, estupra e nada acontece. E ainda nos tiram o direito de portar armas para defesa."

Comentário de Anna Flávia Schmitt: "As pequenas cidades do interior do País e as cidades da fronteira estão sendo vítimas da insegurança pública, e ninguém tem tomado providência com relação a quase nenhum tipo de crime. O interior do Brasil sofre múltiplas violências e somos ignorados pela falta de interesse político."

Eu vou também deixar duas questões, eu não as invento, eu falo o que me chega e o que eu quero saber. Eu deixo também no ar – podem responder ao final, se assim entenderem, quando fizerem livremente a sua exposição – se a questão das drogas não é um componente também, pois tem ajudado muito para essa violência, não é? Seguidamente eu recebo na Comissão e também em meu gabinete apelos de mães que estão perdendo os seus filhos para a máfia das drogas. Máfia das drogas, sim. Eu digo isso com toda a responsabilidade. Ontem, por exemplo, o filho de um funcionário meu, que se envolveu nisso, foi assassinado. Eu conheço outro casal, meus amigos, que o filho também foi assassinado. São pessoas que eu conheço pessoalmente.

Uma segunda pergunta, não é provocação, é pergunta – e eu digo a milhões de pessoas que estão nos assistindo –, é quanto à comunidade LGBT. Quantos homens e mulheres, que têm a sua orientação sexual, estão sendo covardemente assassinados?

Então, ficam essas duas questões. Peço que só falem no momento adequado ou no encerramento.

Agora, como combinado, já fiz quatro questionamentos, passo a palavra ao Dr. Candido Alberto Gomes, professor, representante da Cátedra Unesco de Juventude, Educação e Sociedade.

O SR. CANDIDO ALBERTO GOMES – Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, senhoras e senhores, eu agradeço a honra do convite, a Cátedra existe exatamente para servir, existe para disseminar as pesquisas e as reflexões a respeito da juventude que, como nós estamos percebendo, é um ponto vulnerável, é uma vítima preferencial da violência na nossa sociedade.

Eu já li tantos mapas da violência, desde o primeiro, que eu já sei de cor, infelizmente, as tendências que lá se revelam. As vítimas preferenciais são jovens do sexo masculino – essa é uma questão muito importante de gênero em uma sociedade patriarcal – e parte dessa violência se volta contra a mulher, contra a menina, contra a jovem, e a cor e a faixa de renda. Ou seja, a corda arrebenta pela lado mais fraco. É justamente aí que se concentram os crimes; é justamente aí que se concentra a violência na nossa sociedade e especialmente nessa faixa juvenil.

Esse hábito que eu tenho de ler um mapa após outro e encontrar as mesmas tendências me dá, pessoalmente, uma sensação de impotência e de que estamos acostumados, realmente, à repetição, porque o primeiro mapa teve uma grande repercussão na mídia e os seguintes, bom, estão dizendo o mesmo; então, deixa.

Não é notícia que vá levar a uma grande audiência; não é uma notícia vendável. Então, hoje, o mapa da violência fica quase em silêncio, porque é uma realidade incômoda.

De fato, Sr. Senador, a questão do crime organizado está por trás de tudo isso. E nós temos uma grande falta de Estado, uma grande dissonância entre o que o Poder Legislativo faz e o que o Poder Executivo deixa de fazer. Há leis espetaculares. São muito bem trabalhadas, discutidas democraticamente. Os tempos hoje felizmente são outros. Mas infelizmente o Poder Executivo, aparentemente, ou alegando falta de recursos, deixa de cumprir a lei da maneira como seria efetivo, como essa lei prevê. Um exemplo está nas medidas socioeducativas que são motivos de piada em muitas escolas e para muitos jovens a quem essas medidas são dirigidas. Falta interlocução, falta coordenação de políticas.

Então, temos uma fragmentação das medidas, não só as educativas mas as próprias medidas de execução penal, que nos levam a parecer que estamos num faz de conta. E essas tendências de privatizar as prisões, privatizar isso e aquilo – daqui a pouco tem o risco até de privatizar setores muito mais sérios –, tudo isso me lembra uma obra que já foi traduzida, está nas prateleiras das livrarias, do Pinker. É uma obra volumosa muito bem cuidada que chega a uma conclusão, com base inclusive na antropologia, na paleontologia e na arqueologia: a violência não vem aumentando no mundo. Não estou falando do Brasil ou de qualquer país em particular. A violência vem diminuindo.

E qual é o grande ponto de viragem dessa violência? É quando o Estado assume o monopólio da violência e – gostemos ou não, queiramos ou não – esse monopólio leva a um controle sobre por exemplo o linchamento: fazer a justiça com as próprias mãos. E com base no Iluminismo e na ilustração, o Estado moderno vai colocando a sua presença e diminuindo, arrogando para si a resolução de conflitos que antes ficavam em mãos particulares e levavam, naturalmente, a uma proliferação da violência.

Há críticas, felizmente; há contestadores, mas os dados de Pinker são muito sérios. Ele não diz que a violência vai continuar diminuindo, ele coloca possíveis tendências. Porém, o que ele diz é que, a partir do monopólio estatal da violência – e o Estado é violento, sem dúvida alguma; não há nenhuma questão em relação a isso, a meu ver –, a violência foi se reduzindo.

E quando nós falamos do assassinato de uma criança, do linchamento... Porque o linchamento é tendência antiga no Brasil. Há uma pequena literatura sobre o linchamento desde os anos 50, na sociologia. Isso não é uma novidade.

É novidade, sim, a veiculação por meio das tecnologias da informação e da comunicação, mas muitos sociólogos se preocuparam, desde a metade do século passado, com a questão dos linchamentos, que conduz,

primeiramente, a uma interpretação de que falta a justiça do Estado. Há uma lacuna e os cidadãos, revoltados, resolvem fazer justiça com as próprias mãos, o que é, evidentemente, condenável.

Bem, então, duas questões que nós podemos observar ao se tratar do Estado e dessa democratização do crime que, quando praticado por um médico, por uma assistente social, escandaliza – por enquanto, não sabemos até quando.

Primeiro, temos uma democratização do crime e isso nos remete às questões de valores, ou seja, há um estilhaçamento de valores sociais, diria François Dubet, e esse estilhaçamento leva àquilo que outro sociólogo, Bauman, chama de modernidade líquida. Tudo flutua, a modernidade sólida acabou. Então, os valores, simplesmente, se desagregam e vale o imediato, a começar pelo dinheiro. A começar pelo dinheiro, que se ergue como um deus, um Mamom, como se diz no Novo Testamento, que prevalece sobre os demais valores.

De fato, o dinheiro e essa desagregação de valores, esse estilhaçamento, levam à questão do crime organizado, que forma um tripé, conforme relatório da ONU, que ocupa, em estimativa de faturamento, a seguinte ordem: em primeiro lugar, o tráfico de drogas; em segundo lugar, o tráfico de armas; e, em terceiro lugar, o tráfico humano.

Esses três vértices compõem, estabelecem uma sinergia entre si, de modo que o tráfico de armas é necessário e utilizado para o tráfico de drogas e para o tráfico humano, e as drogas são utilizadas para o tráfico humano, para as vítimas, supostamente, suportarem as situações dolorosas de humilhação e outras, de violências simbólicas e físicas por que elas passam.

Então, essa sinergia vai por aí, um fortalece o outro nesse tripé e, claro, esses grupos transnacionais de crime, às vezes, têm mais poder do que o próprio Estado. Fala-se, hoje, em narcoestados, estados que são governados pelos narcos. Não vou citar nomes, porque seria embaraçoso, mas eu chamo a atenção para uma questão muito séria, que é, exatamente, o que anda nas notícias, a questão da migração de crianças para os Estados Unidos.

Isso atende ao tráfico humano? Atende, é claro. Ninguém coloca essas crianças na fronteira dos Estados Unidos de graça. Evidentemente, há grandes grupos lucrando com isso, mas de que fogem essas crianças? Elas fogem de áreas dominadas pelo narcotráfico, onde elas correm o risco de serem prostituídas, assassinadas ou de praticar o tráfico, sendo, por isso, mais vulneráveis, mais sujeitas à violência e à morte ao cabo de alguns anos de atividade.

Ou seja, elas são carne barata – desculpem a expressão, mas essa é a realidade. É uma forma de carne barata, como também os nossos rapazes negros de periferia urbana que estão continuamente no mapa da violência. Ou seja, existe a carne cara e a carne barata. É chocante dizer, mas nós sabemos por onde a corda se rompe.

Ora, isso nos leva à questão dos valores, das mudanças rapidíssimas que nós vivemos na nossa sociedade, mas nos leva também a uma outra questão, que é a consistência e rapidez das sanções ao crime. Quando há vácuo, quando há um dilatado período, bem prolongado entre a ocorrência do crime e a sua punição, perde-se a confiança na justiça, na polícia e, em última análise, no Estado.

Então, a tendência de alguns legisladores, especialmente nos Estados Unidos – e sabemos que isso está principalmente no Partido Republicano, é de endurecer as penas. Muito bem, endurecem-se as penas, mas, se as penas não são consistentemente aplicadas, não há correlação entre uma coisa e outra, entre o feito e as consequências. Ou seja, mais uma vez, é a falta de Estado.

E isso não pode ser privatizado. Privatização já existe demais. Tanto que existem narcoestados, onde esses Estados realmente se privatizaram. Pequenos Estados que são pontos de distribuição de drogas e isso muitos sociólogos tratam e eu me eximo de mencionar aqui.

Há uma questão... Essas três questões que estão aqui sobre as armas nos levam também a um problema muito sérios: a falsa confiança nas armas como meio de defesa.

Existem leis ótimas sobre o controle de armas, mas essas leis não são devidamente cumpridas ou são cumpridas em certos lugares e não em outros. Quando um conflito, especialmente quando o adolescente ou o jovem esquentam a cabeça e coloca a sua reputação grupal em jogo, tende a recorrer a um meio fácil, que é a arma. E ela se obtém clandestinamente com relativa facilidade em muitos lugares. Mais uma vez é assimetria do Estado. Onde a carne é barata pouco importa, isso não vai aparecer nos jornais, que não têm absolutamente espaço para tanta coisa.

Então, eu chamo a atenção para esse problema grave de confiar nas armas. Os Estados Unidos têm uma legislação – e nós sabemos por que, há um lobby poderoso – de comprar armas e até crianças aprenderem a utilizar armas pesadas. E no caso da escola, isso tem levado a tragédias muito grandes. E aqui no Brasil também. Porque um revólver faz um grande estrago e eu não precisaria ficar aqui contabilizando notícias a esse respeito.

A Finlândia tem também uma legislação muito liberal e, em determinado dia, numa cidade paradisíaca à beira de um lago, onde você nunca diria que ocorreria uma coisa dessas, um rapaz, que seria vítima aparen-

temente de bullying, de assédio de colegas, levou armas pesadas perfeitamente compráveis do ponto de vista legal e cometeu uma verdadeira matança na sua escola.

Não sei se isso vai conseguir reverter a situação da Finlândia. Vejam: não é uma sociedade de pobres. Existem pessoas relativamente pobres. O Estado está presente. O alcoolismo, em grande parte, foi vencido desde os anos 70 e 80, mas bastou um adolescente conseguir armas e munição para fazer um grande estrago. Ele cometeu aquilo que chamamos de homicídios múltiplos, porque a escola acabou caindo em uma armadilha, eu diria.

A escola para todos é uma grande conquista da modernidade, que se conserva na pós-modernidade, mas o problema é saber que, nessa interação entre a escola e o seu ambiente, muitas pessoas vão à escola por obrigação e não gostariam de lá estar. Então, isso se torna um grande problema, porque é educação para todos – é democrático, isso é mais que correto –, mas grande parte não está lá de boa vontade e, ao contrário, deseja resolver as suas disputas por paz dentro da própria escola, fora dela ou nos arredores dela. Então, isso nos leva à preocupação de que a escola pode ser inclusive um laboratório de violências, na medida em que ela simplesmente não resolve os seus próprios problemas de convivência e não consegue, muitas vezes, dar exemplos de convivência.

Uma das maiores vergonhas recentes por que eu passei foi quando um colega da Universidade de Lisboa me mandou um conjunto de reportagens do jornal Público. E a primeira delas, claro, foi o grande móvel da mensagem dele, foi uma reportagem feita com um professor de Artes, morador de São Paulo, que acordava às 5 horas da manhã e que tinha de estar cerca de 7 horas em uma escola da periferia. Esse jovem professor de Artes – e como cidadão luso-brasileiro, fui me sentindo do ponto de vista de cá e do ponto de vista do jornalista português – foi acompanhado pelo jornalista durante o dia inteiro. Ele sai cerca de 5 horas, chega à periferia, entra numa escola, sobre a qual, entre outros detalhes, o jornalista dizia ser uma escola de arquitetura prisional, ou seja, uma escola que se protege ou tenta se proteger do seu ambiente. E essa escola toda fechada, em que todo mundo tem medo – a Secretaria é uma janelinha apenas –, tem com grades por todos os lados e tem que conservar durante cinco horas por dias, pelo menos, crianças e adolescentes do ensino fundamental, de nove anos.

Então, vejam as condições: tudo cercado, tudo fechado, ordem na movimentação dos grupos. A escola teme perder o controle a qualquer momento e tem até certa razão. E o que faz o jovem professor? Ele simplesmente não tem nenhum material para as aulas de artes. Ele tem de improvisar, ele tem de comprar com o dinheiro dele.

Com isso, podemos imaginar aquilo que seria uma forma de expressão dessas crianças e adolescentes dentro dessa arquitetura prisional, desse medo do Estado em relação ao próprio ambiente, em relação ao seu próprio meio. Quer dizer, a instituição do Estado geralmente é a única nas periferias, e lá está, então, a escola se protegendo, enquistada, com medo de tudo e todos, e perdendo a oportunidade de acolher, de maneira digna, essas crianças, esses adolescentes – é uma escola municipal.

E, com isso, nós estamos enclausurados, quer dizer, nós, educadores, estamos muitas vezes enclausurados, profundamente desestimulados, quando, para ser professor, é preciso ser, antes de tudo, um líder carismático, não um líder burocrático. Se não tiver o brilho pessoal, se não tiver o relacionamento, inclusive afetivo, com o aluno, vai tudo por água abaixo. O burocrata não impressiona mais nem a infância. Aquele que faz por obrigação, pelo contracheque no fim do mês, que é muito modesto – e isso era dito na reportagem do Público –, isso não basta. Mas também não temos pessoas tão devotadas, com brilho pessoal, carismáticas, como seria preciso.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mais cinco minutos agora.

O SR. CANDIDO ALBERTO GOMES – Obrigado.

Então, vejamos: há uma necessidade de Estado, mas não pode ser mais aquele Estado piramidal, com diversos andares de subordinação e de organização tradicional; é preciso um Estado que funcione em rede, como é a sociedade em rede, e é preciso um Estado que tenha a sensibilidade necessária para poder atuar, não só na escola, que é, geralmente, a primeira e, às vezes, a única instituição estatal, mas também na justiça, na administração da justiça, na segurança pública, e tudo isso leva a uma deterioração dos sentimentos do público em relação a haver ou não segurança, haver ou não cidadania.

O culto ao dinheiro – citei o Novo Testamento – não é novo. Não é novo, é velho, mas talvez nunca tenha adquirido as proporções que temos nos dias de hoje. E eu diria que eu convivi, nos Estados Unidos, com um movimento – tive que conviver quando o Partido Republicano assumiu o poder depois de Carter –, que foi o movimento pelos direitos das vítimas. As vítimas, claro, têm seus direitos. Mas tudo isso redundou num endurecimento de penas e no aumento do número de condenados e de presidiários. E, em certas ocasiões, a violência diminuiu. Em outras situações, a violência aumentou. Não estou fazendo aqui uma avaliação rigorosa,

isso demandaria muito mais estudo, que a Sociologia Criminal, nos Estados Unidos, tem, mas não é a minha área; a minha área é a Sociologia da Educação. Mas isso não significou um aumento da confiança no Estado, da segurança no Estado, a não ser em determinadas áreas que, obviamente, são socialmente mais privilegiadas.

De modo que a questão de desarmar o cidadão de bem é muito arriscada. Aí estão a Finlândia e os Estados Unidos.

Por outro lado, como realmente certas sociedades são mais assimétricas do que as outras, temos o envolvimento e a vitimização dos jovens do sexo masculino, de cor negra, de cor preta, a rigor quando consideramos a categoria cor. Temos também o outro risco, que é o do grupo que se afasta do chamados padrões convencionais de identidade sexual e que se tornam vítimas preferenciais de uma sociedade patriarcal em que há uma divisória clara – a biologia e a psicologia mostram que estamos bem longe dessas linhas definidas – entre homem e mulher.

São realidades diante das quais não nos podemos calar.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Candido Alberto Gomes, representante e professor da Cátedra Unesco de Juventude, Educação e Sociedade.

Permitam-me recordar aos dois aqui, tanto o Rodrigo – permita que eu me refira dessa forma, Dr. Rodrigo – quanto o Dr. Candido, que vocês estão dando verdadeiras aulas sobre um tema tão importante. Tanto é que vou pedir que a TV Senado reproduza esta audiência pública o maior número de vezes possível, porque ela é didática, ela aponta caminhos e faz uma reflexão profunda sobre um tema tão importante como esse, que é a vida.

Vou fazer aqui a leitura de mais dois questionamentos antes de passar a palavra para o Dr. Felipe, que falará em seguida. O Ministério da Justiça, então, será aquele que fará o encerramento desta Mesa.

O Manoel Fernando Rosa pergunta: "Com os indicadores atuais e cenários, fica muito difícil encontrar um caminho que dê resultado efetivo a médio prazo. O crime organizado está fortalecido pela inoperância do Estado. Temos, sim, que continuar batendo forte no racismo, no preconceito e seus efeitos." Ele fala também da pobreza em seu questionamento, que fica para reflexão. Há mais três que recebi, que passaram para vocês – estão digitando – e dos quais farei a leitura em seguida.

Então, neste momento, vamos passar a palavra para o Dr. Felipe da Silva Freitas, que aqui fala em nome da SEPPIR.

O SR. FELIPE DA SILVA FREITAS – Olá, bom dia a todos e a todas.

Inicialmente, agradeço ao Senador Paim pelo convite, pela sensibilidade para com esse tema. Agradeço à Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão, e aos demais Senadores e Senadoras que, mais uma vez, nos convidaram, nós, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, para virmos aqui tratar de temas tão relevantes quanto esse. Portanto, agradeço.

Concordo com o Senador em que em vários sentidos esse é talvez um dos temas mais significativos entre aqueles em torno do quais temos sido convidados para vir aqui tratar nesta Casa. É o mais significativo porque diz respeito à possibilidade de pensarmos um projeto para este País, continuar pensando este País.

Sem discutirmos a vida das pessoas, efetivamente qualquer outra discussão que possamos fazer sobre o desenvolvimento, sobre os direitos humanos se torna totalmente sem sentido se não estivermos todos e todas muito atentos e atentas, preocupados e preocupadas com este fenômeno, que é a banalização de valores tão fundamentais para que se possa construir uma sociedade, se possa construir um país.

Vou tentar destacar aqui, claro, algumas questões que têm a ver com as ações da SEPPIR, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, nesse campo. Mas, na mesma linha dos que me antecederam, vou tentar colaborar com um esforço de dizer a partir de onde nós, do Governo Federal, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, estamos interpretando esse fenômeno que está colocado na sociedade.

Eu acho que a primeira questão é olhar para esse fenômeno que diz respeito a toda população brasileira a partir do ponto de vista da maioria da população, nesse caso da maioria referente às pessoas negras; olhar como esse fenômeno que está colocado em relação a todos os segmentos atinge de modo específico as mulheres e os homens negros ou, de modo ainda mais específico, os jovens negros do sexo masculino, que são aquele segmento da população, os jovens negros do sexo masculino que vivem nas periferias urbanas, a parcela da população mais vitimizada, mais alcançada por esse fenômeno da violência como um todo, como os que me antecederam apresentaram, mas mais especificamente da violência letal, e é disso que estamos tratando aqui, da morte por causas externas como o principal indicador do grave problema da reprodução de relações violentas na sociedade brasileira. Não estamos falando de um fenômeno que diga respeito somente à morte física, que é talvez o último estágio de uma sequência de violações a que esse segmento está sendo exposto

no conjunto da sua trajetória. Estamos falando da morte física referindo-nos a um conjunto de violações das mais variadas naturezas a que esse segmento da população está exposto na sua trajetória.

Os dados desse problema já foram apresentados. Por isso, vou me eximir de retomá-los quantitativamente, mas algumas coisas talvez façam sentido para podermos olhar com mais cuidado e pensar os impactos disso na experiência geracional desse contingente de jovens brasileiros e brasileiras. Acho que há duas coisas que precisam ser pensadas. Primeiro, como a experiência da morte, da morte violenta em particular, se insere na trajetória desses meninos e meninas, dessas mulheres e homens jovens do País? Segundo, olhar para o dado de como a experiência do preconceito, da discriminação e do racismo se insere na trajetória desses sujeitos juvenis no País.

Os dados gerais sobre morte já são suficientes para mostrar que existe o que poderíamos chamar de uma sobrevitimização de pessoas negras na sociedade brasileira, ou seja, os jovens negros morrem mais que os jovens brancos. O mapa da violência com os dados do sistema de saúde revelam que, enquanto se tem conseguido reduzir o número de mortes de jovens brancos na curva de década, ainda assistimos a um aumento do número de mortes de jovens negros no mesmo período histórico, ou seja, as políticas que estão sendo desenvolvidas para o conjunto da população juvenil brasileira não estão conseguindo alcançar na mesma proporção jovens negros e brancos. E isso não diz respeito somente às condições econômicas desse sujeito, mas diz respeito em certo sentido a uma série de outras interdições que o pertencimento racial impõe, em uma sociedade racista, para a trajetória de proteção que o Estado tem que estabelecer em relação àquelas pessoas.

Mas outro dado, e acho que ele é muito significativo para ser olhado, é o crescimento do número de pessoas jovens declarando que perderam algum companheiro de mesma idade de forma violenta. Uma pesquisa recente da Secretaria Nacional de Juventude revela que, na comparação de dez anos, aumenta, tanto entre jovens negros e brancos, mas aumenta mais entre jovens negros, o número de pessoas que declaram que perderam algum companheiro de mesma idade, um primo, um irmão, uma namorada, um namorado, de forma violenta.

Esse dado precisa ser aprofundado em termos de analisar uma experiência dessa geração, porque esse é um componente que faz dessa geração um geração diferente de outras experiências geracionais, na medida em que esse contingente de jovens está tendo o medo de morrer, como fala a Profª Regina Novaes, inserido no rol das suas preocupações. O medo de morrer não pode ser socialmente uma preocupação majoritária dos jovens. No conjunto, se é que assim se pode designar, das preocupações típicas juvenis o medo de morrer não poderia assumir uma relevância tão grande na construção de sentidos e significados desse segmento da população.

A existência desse medo de forma tão significativa nessa parcela da população é indicativo de um problema que diz respeito a como a morte violenta foi dando significados a essa experiência geracional.

Outro dado que também precisa ser considerado nessa análise é a questão de que o racismo, a discriminação segue sendo referida pelos jovens como um dos principais problemas a serem enfrentados no País. Essa mesma pesquisa, que foi publicada pela Secretaria Nacional de Juventude, revela duas coisas importantes nesse sentido.

Primeiro, que esse contingente de jovens se autodeclara negras e negros, pretos e pardos em parcela superior a outras experiências geracionais. Ou seja, a partir do esforço do movimento negro, a partir dos resultados das políticas de ações afirmativas, há um reconhecimento de uma identidade negra positiva, que permite a esses jovens se autorreferirem como meninos negros e negras, mas, ao mesmo tempo em que há essa conquista, esses mesmos jovens reconhecem que o racismo segue sendo um elemento que interdita a trajetória das pessoas negras numa sociedade racista.

Como temos afirmado, numa sociedade racista, ninguém consegue viver toda a sua trajetória sem ter, em algum momento, ou em vários momentos da sua trajetória, sido impactado ou impactada pelos efeitos do racismo. Isso vale tanto para as pessoas negras quanto para as pessoas não negras. Todas e todos numa sociedade racista estão impactados ali pelos efeitos do racismo. Entre o segmento juvenil, isso é uma tendência que se coloca em qualquer sociedade que tenha um contingente de jovens tão expressivo como a sociedade brasileira, a sensibilidade do segmento juvenil à violência é superior a de outras parcelas, de outras frações da sociedade. Então, efetivamente, nós estamos lidando com uma informação e um componente muito expressivo para os jovens e as jovens do nosso País.

Desse modo, a gente fica diante daquilo que nós temos chamado de um paradoxo. Um paradoxo muito relevante por conta do contingente de jovens do País. No Brasil, hoje, a gente vive ainda o que está chamando de um platô demográfico proporcionado pelo bônus demográfico que se viveu no País. A gente tem uma maioria de produtores em relação a consumidores, ou seja, a população que produz no País é superior à população inativa, que seriam as crianças, que ainda não estão em idade produtiva, e os idosos, que já não estariam mais, e ambos deveriam ser subsidiados pelo esforço da população que está em idade produtiva no País.

Nós estamos vivendo ainda, e vamos viver ali talvez até 2020, os efeitos positivos de termos esse contingente significativo de jovens, esse platô demográfico proporcionado pelo bônus demográfico no País, que precisa ser aproveitado para que se possa, nesse momento, produzir um tipo de inclusão que seja determinante para os próximos 50, 60 anos do País.

Quando se percebe que há uma sobrevitimização de um segmento da população... E aí nós estamos falando de jovens negros, que às vezes numa mesma família você tem um, dois jovens que são superimportantes, que são fundamentais e que têm sua vida violada, você tem não só, primeiro, o absurdo da perda da vida de alguém que, em si, já deveria ser suficiente para nos mobilizar e nos engajar na construção de saídas, não só isso, como também um efeito na dinâmica daquelas comunidades e daquelas famílias com impactos muitas vezes irreversíveis nas trajetórias daquelas comunidades.

Então, seja do ponto de vista ético, do que representa a perda de uma vida, de toda a vida que tem fundamentalmente o mesmo valor para cada um de nós, seja do ponto das possibilidades de desenvolvimento do País, esse se torna um tema muito relevante que a nós tem preocupado bastante e que expõe isto que estamos chamando de paradoxo. Qual seja, no momento em que temos o maior contingente, um significativo contingente de jovens que têm se esforçado para que esse contingente seja aproveitado na construção do desenvolvimento do País, a gente tem também o aumento significativo do número de homicídios.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Felipe, me permita.

É uma alegria receber, neste momento, a Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, a Senadora Ana Rita, a quem quero convidar, inclusive, para presidir a reunião.

Eu já fiz a abertura, já falei, mas, no momento em que V. Exª… O.k. Uma salva de palmas para a nossa Senadora, que estava viajando, mas fez questão de vir aqui para prestigiar esse importante debate. (*Palmas.*)

O SR. FELIPE DA SILVA FREITAS – Quero também saudar a presença da Senadora Ana Rita e agradecer pelo convite, como Presidente da Comissão.

Como eu ia dizendo, há um paradoxo colocado para a sociedade brasileira de que, justamente nesse momento fértil da nossa experiência democrática, a gente ainda tem que enfrentar esse grave problema, que é o problema das mortes violentas. Como o Prof. Cândido apresentou, não se trata, fundamentalmente ou exclusivamente, do aumento do fenômeno; trata-se também de uma maior visibilidade do fenômeno, por uma série de fatores.

Um primeiro fator que permite maior visibilidade do fenômeno é a qualificação dos nossos bancos de dados. Efetivamente, a gente não tinha como contabilizar a morte violenta com tanta qualidade como se possibilita hoje. Então, esse fenômeno, que estava posto fora do nosso espectro de leitura, entra porque a gente foi qualificando, pelo esforço das universidades, pelo esforço dos segmentos da sociedade atentos a isso, foi incorporando e conseguindo registrar mais e melhor as ocorrências do País. Um segundo componente é, efetivamente, uma maior consciência das pessoas. Os casos de racismo, que não eram lidos como tal, hoje são percebidos como casos de racismo e denunciados rapidamente. Por um terceiro vetor, que é o fenômeno das redes sociais, de maior popularização de certo tipo de comunicação, eles tomam a nossa visibilidade. Esses três elementos são muito produtivos na medida em que ele permite que, só nesta Casa, este ano, só no Senado Federal, no mínimo três vezes, a gente teve a possibilidade de debater o tema da violência contra a juventude negra aqui. A gente tem a possibilidade, por exemplo, de ter uma CPI aprovada, inclusive com a importante participação do Senador Paulo Paim, da Senadora Ana Rita, do Senador Eduardo Suplicy, que está chegando aqui também. Enfim, de um conjunto de Senadores…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Acho que é o teu prestígio, Felipe. Temos aqui outro querido Senador, Senador Suplicy. Já passou aqui a Senadora Vanessa Grazziotin, que, por outros motivos, teve que sair, mas que voltará.

O Senador Suplicy é parceiro nosso em todos os momentos, como a Senadora Ana Rita. (*Palmas.*)

O SR. FELIPE DA SILVA FREITAS – Como eu ia dizendo, com a participação, inclusive, dos dois Senadores e da Senadora que está aqui, aprovou-se nesta Casa um importante instrumento que foi a CPI para investigar as mortes violentas de jovens negros no País. Ou seja, efetivamente, esse momento de maior divulgação, de maior denúncia desse problema, possibilitou também uma tomada de consciência do conjunto dos Poderes, sempre maior e mais sensível, que se soma aí à trajetória de várias denúncias feitas tanto pelos membros desta Casa como pelos movimentos sociais, ao longo do tempo, para aprontar esse problema.

Então, acho que existe essa questão da visibilidade, que é uma questão significativa, que, para nós, do Governo Federal, vem sendo trabalhada a partir do Plano Juventude Viva, que é o Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra, coordenado por nós, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e pela Secretaria-Geral da Presidência, através da Secretaria Nacional de Juventude, que vem sendo coordenada por nós em quatro grandes frentes. Uma primeira frente relacionada à questão dos valores. Como se disse aqui,

o fenômeno da violência, necessariamente, é um fenômeno associado a que tipos de valores estão difundidos na sociedade. Então, é preciso desconstruir a cultura violenta e aí há toda uma discussão, por exemplo, sobre quais padrões de masculinidade a gente vem trabalhando. Efetivamente, o patriarcado, o sexismo construiu um tipo de representação como se ser homem no espaço público e ser violento fossem a mesma coisa. Há um esforço de descolar essas associações automaticamente feitas e tão danosas. Existe um esforço de desconstruir a cultura de violência, que é uma linha importante do plano.

Uma segunda, que diz respeito à garantia de direitos, para que a gente possa pensar que só a partir da autonomia e da emancipação a gente pode garantir a possibilidade de esses jovens terem seus direitos garantidos e terem sua vida protegida. Um terceiro eixo, que diz respeito à questão dos territórios, a como se consegue efetivamente garantir que os territórios sejam espaços seguros para a juventude. E um quarto eixo, que diz respeito ao que é, talvez, a vocação institucional da SEPPIR, que diz respeito ao que estou tentando destacar nesta fala, que é criar mecanismos de aperfeiçoamento institucional que possibilitem o enfrentamento ao racismo institucional, que alterem esse tipo de representação.

Nós temos uma pesquisa, produzida inclusive em parceira com o DataSenado, uma cooperação entre a SEPPIR e a Presidência do Senado, que mostra que existe por parte da sociedade uma expectativa diferenciada, um tipo de leitura talvez. Não uma expectativa, mas um tipo de leitura diferenciada entre a morte de jovens negros e não negros, na qual o corpo de um jovem negro estendido no chão – e isso tem a ver com racismo – é menos impactante, do ponto de vista das expectativas, do que o corpo de um jovem branco.

São pesquisas, inclusive, que fizemos em parceria com o DataSenado e que estão à disposição no *site* tanto da SEPPIR quanto no do Senado, no DataSenado. As pessoas, quando perguntadas se se chocam mais com a morte de um jovem negro ou com a morte de um jovem branco, respondem reconhecendo, e essa resposta nos parece muito sincera, porque as pessoas apenas estão dizendo o seguinte: cada uma e cada um de nós, dos respondentes dessa pesquisa, age segundo as expectativas sociais que são construídas no que se refere ao lugar das pessoas negras e não negras.

Então, há um desafio importante aí, que é o de reverter as representações negativas sobre as pessoas negras na sociedade brasileira e, em particular, em relação aos jovens negros.

Encerro dizendo que não se trata, portanto, de pensar a questão racial como questão das minorias ou como tema periférico na agenda do desenvolvimento nacional, mas olhar para esse fenômeno da banalização da vida ou talvez da banalização da violência, que atinge sobretudo as pessoas negras, majoritariamente as pessoas negras…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você tem mais cinco minutos.

O SR. FELIPE DA SILVA FREITAS – … como um desafio que nos é colocado para pensar o nó central do enfrentamento ao racismo como um nó central da questão da democracia no País, o nó central da possibilidade de afirmar a sociedade brasileira como uma sociedade democrática, a partir da superação das desigualdades e a partir da desconstrução de um certo tipo de legitimação da abordagem sobre os jovens no País como problema. É preciso superar a leitura do jovem como problema – e esse acho que é um desafio que está posto – e pensar sobre como se pode contribuir para que esses jovens possam experimentar processos de emancipação com segurança, com garantias de direitos por parte do Estado. Deve-se entender também que isso só é possível na medida em que cada uma e cada um de nós contribua – acho que esta audiência é uma contribuição nesse sentido – para criar as capacidades políticas de intervenção sobre o fenômeno da discriminação racial e do racismo, que leva em conta a necessidade de ter outros contextos pedagógicos que levam as pessoas e as instituições a operar essa tendência de naturalização da violência sobre as pessoas negras.

É como se a gente tivesse de dizer, como nos ensinava lá atrás o Paulo Freire, que precisamos criar espaços educativos nos quais a gente desconstrua uma rota de naturalização da morte violenta no País, da morte violenta de pessoas negras no País, e construa uma outra leitura sobre esse fenômeno, na qual nenhum tipo de morte violenta pode ser tratada com naturalidade, mas todas elas são um indicador da insuficiência do que se fez até agora no sentido de se produzir uma sociedade justa e democrática, porque as mortes violentas, todas elas, ainda quando residuais, do ponto de vista estatístico – e não é isso que a gente vive no Brasil, infelizmente –, são denunciadoras da insuficiência dos esforços que foram feitos pela sociedade brasileira no sentido de superar o fenômeno. É preciso insistir nesse caminho e nessa perspectiva.

Acho que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa cumpre um papel importante quando abre suas portas para este debate, convida as pessoas e possibilita que todas e todos debatam isso por outros meios necessários.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Felipe da Silva Freitas, que falou em nome da SEPPIR, discorrendo sobre a realidade da banalização da vida no Brasil, com foco na questão racial.

Antes de passar a palavra ao nosso último painelista, eu deixo algumas perguntas que foram encaminhadas e colocadas à minha disposição.

Eu já li uma série e, agora, leio mais quatro.

1) Como fomentar a justiça restaurativa e cidadã em um momento em que o País banaliza a vida?

2) Como fazer com que as armas não cheguem a lugares e a mãos erradas? Uma solução seria o desarmamento e a proibição da aquisição de armas pelo cidadão comum?

E lembro que, hoje, temos o Estatuto do Desarmamento.

3) Infelizmente, a violência contra os homossexuais é uma prática frequente. Acredito que, assim, precisamos de uma lei mais severa e pontual sobre essa situação. Sendo assim, por que o PLC nº 122 está parado, já que é uma lei social que pode atingir todas as famílias? A quem interessa a punição contra esse crime? Por que não deixam que o PLC nº 122 seja aprovado?

A Senadora pode ajudar na resposta depois.

4) Como garantir a segurança de uma pessoa com relação à pessoa que a vitimou após esta ter saído da prisão?

É o caso daquele que agride, que tenta matar ou é violento e, depois de um tempo, quando volta, acaba perseguindo a pessoa que ele mesmo teria agredido, enfim. Já sabemos que a prisão, infelizmente, não contempla um atendimento psicológico ao criminoso; ao contrário, instiga uma revolta ainda maior. É aquela conhecida falta de qualidade das prisões.

Ainda há uma outra pergunta – vou ler todas.

5) Como o negro jovem, que vive com medo de morrer, poderá sobreviver e chegar a alcançar os mesmos patamares sociais e profissionais daqueles que não são negros?

Estas são as perguntas que ficam para reflexão.

Eu queria dizer que os Senadores falam a qualquer momento. Assim, a Senadora Ana Rita e o Senador Suplicy, no momento que entenderem adequado, usarão da palavra.

Agora, vamos passar a palavra ao Dr. Maurício Sponton Rasi, Assessor Especial da Secretaria Nacional de Segurança Pública, que aqui fala em nome do Ministério da Justiça.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Apenas para dizer que, se eu for chamado para a Comissão de Assuntos Econômicos, não estarei sendo indelicado se me retirar, mas é que sou relator de uma matéria em apreciação naquela Comissão e poderei ali ser chamado a qualquer instante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está feito o registro.

Com a palavra o Dr. Maurício.

O SR. MAURICIO SPONTON RASI – Bom dia a todos e a todas!

Senador Paulo Paim, que preside a audiência, em seu nome cumprimento todos os demais membros da mesa, os convidados, a Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão, e o Senador Eduardo Suplicy.

Primeiramente, eu queria parabenizar a todos pela riqueza do debate e pela elevação do debate na questão que estamos tratando hoje, uma vez que estão sendo trazidos outros temas que não apenas a segurança pública.

Costumeiramente vemos pela mídia que, quando é publicado um novo mapa da violência ou uma nova pesquisa sobre os indicadores de violência no País, os primeiros holofotes se voltam aos atores da segurança pública, às polícias de maneira específica. Hoje, aqueles que me antecederam trouxeram um debate rico sobre as questões sociais, as questões da psicologia, da discriminação, o que faz com que a gente tenha um novo olhar sobre a banalização da vida e o mapa da violência.

Mas não há como nós não passarmos… A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) tem o papel de articulação, de fomento, de indução, mas ela tem protagonistas lá na ponta, protagonistas que são os Estados e os Municípios, no eixo da prevenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Perdão, mas quero informar que, neste momento, não é permitida nenhuma pergunta aos painelistas. Depois, eu vou abrir a palavra aos Senadores e a três, no máximo quatro, pessoas do plenário, para que façam algum tipo de questionamento, de pergunta. Aqui, os painelistas é que fazem a exposição. O plenário poderá fazer perguntas, e eu vou abrir depois que os nossos convidados usarem a palavra.

O SR. MAURICIO SPONTON RASI – Bem, e nessa sequência eu acho que não tem como nós não olharmos como as polícias estão vendo essa questão da banalização.

Nós temos que entender que os nossos policiais são fruto desta sociedade. E quando nós atacamos de maneira muito intensa os trabalhos investigatórios, o trabalho de atuação das polícias nós temos que fazer uma reflexão de qual é a estrutura de que essas polícias são detentoras para os seus aparatos de apuração das infrações penais e dos seus aparatos de prevenção através do policiamento ostensivo e repressivo.

É muito difícil nós enxergarmos hoje alguns Estados da nossa federação que são detentores de situações econômicas privilegiadas para que possam efetivamente fazer o que nós enxergamos de política correta a nível de segurança pública.

Recentemente nós abrimos um edital para todos os Estados, um edital para equipar os aparelhos de delegacias de homicídios e proteção à pessoa, e nós vimos a disputa e como os projetos eram apresentados, e projetos que se batiam com Estados onde nós tínhamos duas mil ocorrências praticamente paradas, onde se tinha apenas a portaria inaugural do inquérito policial e sequer o laudo de efetividade daquela arma havia sido produzido.

Ora, quando nós pensamos nisso automaticamente nós vamos estar pensando na questão da impunidade, porque talvez, nós já vimos que alguns que me antecederam pautaram isso, como nós vamos falar de banalização ou de mapa da violência sem passarmos pela questão da impunidade no País?

Cada vez mais nós temos uma diminuição de procedimentos apuratórios, cada vez mais nós temos uma diminuição de casos esclarecidos no País, a nossa média não ultrapassa 20% de casos esclarecidos no País. Nós temos Estados aqui da nossa federação em que não há médicos legistas, não há peritos criminais... Então, fica muito difícil nós falarmos dessa questão sem passar, Senador, pela questão financeira, pelas questões orçamentárias, pela questão de segurança sobre a ótica de equipamentos que nós devemos oferecer às nossas polícias.

Acho que esse é um ponto que, quando nós estamos na raiz na questão da impunidade, nós temos que ver até que ponto as nossas polícias estão efetivamente preparadas para diminuir essa sensação de impunidade que assola todo o País.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública tem investido em equipamentos para que possam ser doados aos Estados, equipamentos importantes de perícia. Não há como se pensar em apuração dos crimes violentos e letais sem pensar na questão de uma perícia forte, uma perícia que possa efetivamente elucidar delitos. Vários casos onde os papiloscopistas não têm sequer aquele pó, um instrumento básico com que ele pode levar à elucidação de delitos pela comparação datiloscópica. Então, nós estamos falando de um País com várias faces, com universos diferentes, em que nós não temos como comparar alguns Estados com aqueles que têm superdelegacias de homicídios, superpolícias científicas, institutos médicos legistas que conseguem buscar realmente como em alguns filmes até americanos. Nós temos que trazer para uma realidade sensível do nosso País.

Então, eu queria inicialmente nesta minha fala passar essa questão da banalização, por essa face da impunidade, e declinar que a Secretaria Nacional de Segurança Pública faz a indução da política, tenta a articulação da política, porém nós precisamos, e muito, daqueles que executam lá na ponta.

Um outro eixo, que é a questão da capacitação. Este policial que está aí ele é fruto da mesma sociedade daquele que está no sistema prisional. Às vezes, Senador Paim, o que diferencia ele é o uso ou a dependência de uma droga. Às vezes aquele cidadão que cresceu no mesmo ambiente, um teve o privilégio de não experimentar uma droga que gerou atração à mente, mas aquele que eventualmente com 12, 13 anos acabou se envolvendo com o *crack* e cai num universo e num ciclo, porque para alimentar a sua drogadição, e eventualmente acaba se tornando um adicto, ele entra numa cadeia e essa cadeia viciosa faz com que ele seja obrigado inclusive a matar.

Eu fui diretor de cadeia por oito anos e, nessa minha trajetória, eu vi adolescentes, quando eu era Presidente de uma ONG que atuava com medidas socioeducativas, adolescentes que acompanhamos num regime de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade, que foram para o regime de internação na antiga Febem, e que voltam de maneira muito mais lesiva, com um potencial de violência muito mais exacerbado. E em poucos meses ele vai para a minha cadeia.

O que é pior é que, entre essas pessoas, o índice de reincidência chega à faixa de 75% a 80%. Aqueles que vão com roubo, voltam por latrocínio. E quando caem num sistema onde a organização criminosa – e essa foi uma das perguntas –, a organização criminosa acaba cooptando jovens de 16 anos, 17 anos, para que possam ser verdadeiros soldados das suas organizações criminosas.

Então, essa ciranda de um sistema prisional, de um sistema penitenciário falho, onde a organização criminosa reina e domina, faz com que cada vez mais adolescentes se tornem maiores voltados ao exército dessas organizações criminosas.

Então, dentro disso, a Secretaria Nacional de Segurança Pública passa a ter um novo olhar na questão da capacitação. E o ensino à distância faz com que a gente capacite cerca de 1,3 milhão matriculados em cursos da rede à distância e mais de 5 mil policiais em cursos presenciais, porque este policial que é fruto do mesmo ambiente social daquele que está no sistema prisional precisa mudar os seus conceitos, ele precisa mudar a sua questão cultural. É difícil se pensar num policial que não tenha raízes sociais, raízes culturais que ele carrega ao longo de toda a vida e, quando ele se torna policial, ele pensa que ele está indo para uma guerra, e ele não está indo para o escopo prevenção ou não está indo para o escopo apuração, ele está indo para uma guerra.

Então, a Secretaria Nacional de Segurança Pública passa a investir fortemente em procedimentos operacionais padrão para que a gente mude a cultura desse policial. E essa mudança não será do dia para a noite, essa mudança vai ser gradativa, vai levar um bom tempo. E não adianta a gente, quando sai a questão do novo mapa da violência, atacar apenas as questões policiais. Por isso que eu fico muito feliz, Senador, que hoje o tema esteja sendo muito mais amplo. Nós não podemos pensar a questão da violência apenas na questão policial. Ela é muito mais profunda do que tudo isso. Então, quando a Senasp, através dessa articulação com os Estados, induz essa política educacional, essa política de capacitação, de aperfeiçoamento, começa a respirar a possibilidade de ter policiais com uma nova doutrina, uma nova doutrina de apuração, uma nova doutrina de olhar, uma doutrina de uma polícia de proximidade, uma polícia de mediação de conflitos, como é a política do programa *Crack*, é possível vencer.

É claro que ainda nós não temos como aferir os resultados da política do *crack*. É um programa muito novo, é muito cedo ainda para se ter os resultados, mas nós começamos a pensar a política das drogas, quando violência, de um olhar multiministerial, multidisciplinar, quando envolve o eixo educação, o eixo social, principalmente o eixo saúde e o eixo autoridade.

As questões das drogas estão totalmente vinculadas, sim, a essa questão da banalização da violência. Não tem como nós negarmos que um adolescente em consumo abusivo do *crack* ou da cocaína ou do álcool não se torna uma presa muito mais fácil para se apoderar de uma arma de fogo e fazer com que isso possa provocar um homicídio.

Então dentro desse olhar, os programas que o Governo Federal hoje tem colocado à disposição de Estados e Municípios buscam uma mudança do pensamento e uma nova construção da política criminal.

Mas volto a insistir, a questão é que nós temos executores na ponta.

O Governo Federal não executa política, o Governo Federal induz a política. O Programa *Crack* será exitoso se os Municípios conseguirem trazer as respostas do programa. O programa Brasil mais Seguro, que o Governo Federal coloca principalmente naqueles territórios mais vulneráveis, com quatro Estados inicialmente e com mais de R$200 milhões de investimento, só se tornará efetivo – como já foi o Estado de Alagoas no ano de 2013, com uma redução de 20% dos homicídios – se efetivamente os policiais, os atores sociais, os atores de Justiça ficarem sensíveis a isso e se envolverem com essa política. Caso contrário, o Governo Federal poderá ser apenas um repassador de recursos e não teremos a devolutiva.

Um outro ponto que queremos abordar dentro da questão do mapa da violência é a falta de dados que o Governo Federal tinha. Quando pensamos em trabalhar apenas com o Datasus, nós temos alguns parâmetros que de repente não refletem a realidade: crimes que são praticados num local e a morte eventualmente ocorre em outro local; homicídios que são registrados como morte a esclarecer ou encontro de cadáver; ou então quando nós temos três mortes e um registro de homicídio.

Então, dentro dessa linha, surge o Sinesp (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública), através de uma legislação em que o Congresso teve uma sensibilidade incrível para uma aprovação rápida. Hoje, passamos a fazer articulação com os Estados, primeiro, para dotá-los de equipamento de transmissão dessas informações. Existem Estados que não têm o básico para transmitir a informação. Porque a gente tem que enxergar, volto a insistir, o Brasil como um todo. Existem Estados que não têm perícia criminal, não têm peritos – estou falando de capitais, que não têm peritos – para fazer apenas aquele exame se aquela arma é efetiva ou não. Então, quando pensamos numa situação dessa, temos que analisar que só teremos números confiáveis através dessas informações chegando dos Estados para se poder definir a política.

Então, o Sinesp, hoje, no Governo Federal e no Ministério da Justiça, entendemos que é a possibilidade de se pensar até num observatório nacional de segurança através da base de dados, da colheita de dados, de informação, do nivelamento dessas informações que o Sinesp pode trazer. Mas através de informações confiáveis, através de uma padronização do registro de ocorrências, de uma forma que todos os Estados registrem o homicídio da maneira como ele é, registrem o roubo da maneira como ele é. E lá se vai começar a trazer perfil das nossas vítimas. Quem está morrendo? Em que local? Em que cena está morrendo? Traz-se o diagnóstico disso. O Governo Federal está fomentando as pesquisas? Sim, está fomentando a pesquisa, está fomentando programas, como o Brasil Mais Seguro, como o Programa *Crack,* como a política da fronteira, que foi uma das

perguntas, houve o aumento de 1.300% dos investimentos na fronteira. Mas o principal é se ter uma base sólida de dados e informações que não são desvirtuados pelos Estados. E aí foi a grande sacada de se fazer com que esses Estados aderissem obrigatoriamente, porque não seria obrigatório os Estados aderirem ao Sinesp, a não ser porque eles precisem das informações dos outros Estados. Não se faz inteligência policial hoje, não se faz enfrentamento das organizações criminosas se não houver uma visão de toda a União, de todo o Governo. Então, nessa seara que hoje temos o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública Prisionais e sobre Drogas e, em breve, poderemos falar que todo o País está sendo efetivamente padronizado no registro das suas ocorrências.

Eu queria também falar um pouquinho, Senador, sobre essa questão que foi indaga sobre as armas.

Como policial, como delegado de polícia, sabemos que hoje um delito que vem aumentando em todo o País são os crimes de roubo.

E o roubo necessariamente é o elemento surpresa, é quando você não espera a atuação do autor, e não há qualquer cenário de tempo de reação, tempo de resposta. Ou seja, quem possui uma arma, quem possui o porte ou quem tem uma arma em sua casa será uma presa fácil. Quer dizer, imaginar que haverá um crime de furto onde você vai ouvir o barulho da porta sendo arrombada e você vai sacar uma arma e defender a sua propriedade, isso praticamente não existe mais. O furto ocorre quando a casa está desocupada, e o roubo, na maioria das vezes, ocorre quando da chegada da família a sua casa, em que a família toda é rendida, em que a família é subjugada mediante a grave ameaça, quando não à violência, e acaba ocorrendo a consumação da subtração violenta.

Então, dentro disso, a questão das armas não tem qualquer escopo de defesa pessoal. Além disso, nós sabemos, como foi muito bem colocado, que, quando esse adolescente exterioriza a sua violência, ele se apodera dessa arma e ele acaba praticando crimes, às vezes, contra aqueles muito próximos dele. Casos de mortes dentro do ambiente familiar, há casos de violência contra a mulher exagerados, quando se utiliza das armas, geralmente o marido utiliza, o companheiro se utiliza da arma de fogo que está dentro da sua casa para fazer a lesão e a lesão violenta contra a sua companheira.

Então, essas seriam as primeiras ponderações, Senador, para que a gente possa contribuir. E volto a parabenizar a Comissão pela sensibilidade de levar um debate tão construtivo, e que a gente possa traçar aqui um novo pensamento sobre as políticas de enfrentamento desse tipo de violência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Maurício Sponton Rasi. (*Palmas.*)

Ele falou em nome do Ministério da Justiça.

Os Senadores que quiserem a palavra neste momento… Senador Suplicy, vou passar a palavra para V. Exª e vou fazer já um apelo a V. Exª. Eu sei que estão o chamando na Comissão de Assuntos Econômicos, e lá serão votados dois empréstimos do Rio Grande do Sul. Se V. Exª puder ir para lá – e gostaria que fosse – e puder registrar, porque como sou autor do requerimento, eu não gostaria de sair até o encerramento. A Senadora até pode presidir para encerrar, e eu vou ao plenário. Como eu não sou membro lá e não voto, e V. Exª é membro e vota, que V. Exª me representasse lá neste momento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu tenho que ser breve, portanto, nas minhas considerações. Quero cumprimentar os Srs. Maurício Sponton Rasi, o Rodrigo Torres de Oliveira, Candido Alberto Gomes e Felipe da Silva Freitas pelas contribuições aqui colocadas.

O Sr. Rodrigo Torres de Oliveira mencionou na sua exposição e fez considerações sobre o mapa da criminalidade no Brasil. Ressaltou que, ao contrário do que às vezes se coloca até na mídia e tudo, os jovens são mais vítimas do que autores dos crimes. Os Srs. Candido e Felipe colocaram observações na mesma direção.

O Sr. Maurício Sponton Rasi mencionou agora a sua experiência na forma como muitas vezes acolheu adolescentes que ficaram algum tempo sob a orientação para que pudessem ter a recondução à vida normal, depois de terem sido detidos por algum delito. Foram submetidos, então, a alguma condição de trabalho construtivo na sociedade para contribuírem.

Eu quero dizer que acredito muito mais nesse encaminhamento do que naquele que, também por sua experiência, percebeu que, quando aquele jovem depois foi submetido à condição de cadeia propriamente, ele ali entrou numa escola da criminalidade. Acho que esse ponto é muito importante e para nós é relevante, porque nós estamos aqui debatendo o que fazer relativamente à questão da idade e da maioridade penal. Há uma pressão por parte de alguns dizendo que deveria haver a diminuição de 18 para 16 anos.

E o outro possível encaminhamento, e eu gostaria de ouvir dos quatro depoentes a respeito do que recomendam sobre isso, porque uma alternativa que se está pensando também seria justamente a ênfase em fazer com que aqueles que tenham praticado delitos possam ser submetidos a uma compensação à sociedade com trabalhos que possam ser realizados... Fico imaginando se um juiz pode decidir, na circunstância daquele que

cometeu o delito, que essa pessoa, além de ficar num estabelecimento que não é propriamente uma cadeia, vai ter que exercer certos trabalhos para compensar o que fez para com a sociedade. Por exemplo, trabalhar num pronto-socorro, ajudar na construção civil de uma nova escola, de um estabelecimento escolar, dar aulas, dependendo da qualificação da pessoa, se ele souber alfabetizar pessoas ou dar aulas de português, de informática, daquilo que for do conhecimento dele. O juiz poderia decidir tantas formas que, na sua experiência, o senhor e cada um dos senhores poderá nos dizer. Quem sabe uma modificação no Estatuto da Criança e do Adolescente, prevendo algo melhor nessa direção do que já é hoje feito.

Enfim, é sobre esse ponto que acredito, quem sabe, os senhores quatro depoentes poderiam nos ajudar a pensar.

Muito obrigado e meus cumprimentos aos senhores quatro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bem, Senador Eduardo Suplicy, brilhante como sempre, que faz as primeiras perguntas, logo após a brilhante palestra do Dr. Maurício.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Só mais um acréscimo de quão importante é caminharmos na direção das oportunidades de ensino em tempo integral no Brasil para todos – isso que, aliás, está no Plano Nacional de Educação – e quão importante é nós avançarmos nessa direção também como parte da política para prevenir e diminuir a criminalidade dos jovens.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

Agora, a Senadora Ana Rita, que é a Presidente da Comissão e que gentilmente, como apresentei o requerimento, garantiu que eu presidisse a reunião, e ela, com a grandeza e a humildade dos líderes, faz a pergunta ao Plenário.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Bom dia a todos vocês, bom dia, Senador Paulo Paim, parabenizo-o pela iniciativa de propor este debate tão necessário, que é a questão da banalização da violência, hoje tão presente na nossa sociedade, infelizmente. Quero aqui parabenizar vocês também. Não tive oportunidade de escutar todos vocês, mas o Felipe e o Maurício, os representantes aqui da SEPPIR e do Ministério da Justiça; com certeza, o Dr. Candido e o Dr. Rodrigo já fizeram as suas colocações, com muita propriedade. Dos que ouvi, tenho plena concordância com as reflexões de vocês; acho que há, sim, um grande esforço por parte do Governo no sentido de criar políticas públicas para enfrentar essa situação, mas eu queria complementar – talvez seja até repetitivo – com algumas questões que a gente vai acumulando a partir do trabalho aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Está muito claro para nós que a violência que vivemos no nosso cotidiano, no cotidiano das pessoas, no cotidiano da população brasileira – e quero aqui fazer um destaque da violência contra a pessoa, há várias formas de violência, contra a pessoa e, em particular, o homicídio, contra as mulheres, contra os jovens, contra as pessoas negras, contra a população LGBT, contra crianças e adolescentes – é muito presente na nossa sociedade, Ficamos impressionados com os números. Parece que, cada dia que passa, a situação se agrava mais. É esse o sentimento que temos.

Vemos também muitas crianças e muitos adolescentes e jovens entrando muito cedo no mundo do crime. Criança com oito, dez anos já fazendo parte de grupos de traficantes, mexendo com droga, e encontra nesses espaços um atrativo que, muitas vezes, não encontra dentro da sua casa, não encontra na escola, não encontra no ambiente da comunidade onde mora, mas lá encontra esse atrativo e acaba se envolvendo. E, com certeza, não tem volta. Depois que se envolve, não tem volta mais.

Nós sempre discutimos que, para solucionar essa realidade, é preciso investimentos em políticas públicas. Nós sabemos que o Estado brasileiro passou décadas e décadas sem nenhum investimento em políticas públicas, principalmente nos anos 60, 70, até meados dos anos 80, quando o Brasil cresceu muito economicamente, mas teve uma riqueza que gerou muita pobreza. Um contraditório: um país que cresceu economicamente, mas não distribuiu a sua riqueza, acumulou nas mãos de poucos essa riqueza. Tivemos uma população que se foi constituindo muito pobre. Isso não quer dizer que a violência seja a causa da pobreza. Nós tínhamos esse conceito lá atrás de que a pobreza gerava violência. Não é o que acontece hoje.

Mas eu quero mostrar que a omissão do Estado em políticas públicas foi gerando essa violência. Nós tínhamos um Estado omisso, um Estado mínimo, um Estado que não estava a serviço da população e, sim, a serviço de uma elite no nosso País.

Os investimentos em políticas públicas, hoje, são muito recentes, é coisa dos nossos governos para cá, do governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Ninguém pode fechar os olhos para essa realidade. Os grandes investimentos em políticas públicas foram feitos a partir do governo do Presidente Lula. O Brasil mudou sua rota. O Brasil continuou crescendo não só economicamente, mas também socialmente. Então, as diversas políticas que foram sendo implementadas nesse período – ainda temos muito o que fazer – já têm dado

resultados positivos. Só que nós acumulamos algo que não se resolve em dez anos, possivelmente não vai se resolver em 20 anos. Vai precisar de muito tempo.

O que me preocupa? Parece que ficamos meio impotentes, embora os dados tenham mostrado grandes avanços. Já está tão presente na nossa sociedade uma cultura da violência em todas as classes sociais. É claro que não são todas as pessoas, com certeza, mas é algo muito presente – eu não sei se vocês concordam comigo –, de que as coisas só se resolvem na base da violência, na base da justiça com as próprias mãos. Ou seja, exterminar crianças e adolescentes envolvidos com drogas: tem que acabar com esses meninos, tem que matar! Outro: é reduzir a maioridade penal, é colocar na cadeia!

Mas não vemos praticamente, com a mesma ênfase, pessoas defendendo políticas eficientes na área da cultura, do esporte, do lazer, para que essas crianças e esses jovens possam ter outras alternativas.

E na cultura também – e aí eu digo que não é só da sociedade, é também dos gestores –, qual é a maior dificuldade? Eu acho que o Maurício levantou isso. Não é suficiente apenas ter boa vontade. Não é suficiente apenas criar as políticas públicas e direcionar recursos se os nossos prefeitos, os nossos governadores não tiverem isso como prioridade nas suas gestões. Porque os recursos se perdem em ações pontuais e não se resolve o problema.

Então, quero finalizar dizendo que eu entendo – e aí é um pouco diferente do que o Senador Suplicy levantou…

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está bom, Senador, depois a gente conversa.

Mas eu penso o seguinte: eu acho que nós estamos em um debate aqui, no Congresso, muito importante e, ao mesmo tempo, muito sério. Porque há todo um movimento pela redução da maioridade penal no nosso País como a grande solução para a violência. Se vocês não abordarem esse assunto, eu gostaria que vocês abordassem. Mas eu tenho a opinião de que nós precisamos implementar o Estatuto da Criança e Adolescente e não modificar o estatuto, porque o estatuto não foi implementado, ainda, do jeito que deveria. Ele precisa ser implementado. Ele sozinho é suficiente? Não, mas ele é um instrumento também de apoio à criança e ao adolescente.

Agora, é preciso ter políticas para a juventude, políticas na área de educação, na área de saúde, na cultura. Então, há muita coisa que precisa ser feita.

Então, eu fecho a minha fala, dizendo que nós acumulamos, historicamente, muitas deficiências por falta de investimento, que o que nós estamos fazendo hoje, na minha opinião, estamos no caminho certo, só que as respostas, o resultado ainda vai demorar bastante. Nós temos alguns resultados bastante positivos, mas, para mudar a consciência, a cultura do nosso País, cultura não se muda de um dia para o outro. Para quem está entrando na escola e, se tiver uma educação de qualidade efetiva, daqui a 20 anos, 30 anos, vai ter outra mentalidade. Mas eu digo para quem, hoje, tem 20, 30, 40 anos. Sabe por quê?

Eu estou com meu coração doído hoje, porque ontem – eu pensei em não falar sobre isso, mas eu vou falar – eu fui fazer um exame e fui atendido por um profissional da área de saúde, um médico. Quando eu cheguei ao consultório, o médico começou a entornar toda sua mágoa, seu rancor contra os meninos e meninas de rua, contra criança e adolescente. Mas ele mora em um lugar de classe média, média alta, e sente que seu patrimônio está ameaçado todos os dias quando anda nas ruas. E ele diz que anda armado, porque, se precisar, ele mata.

Eu saí daquele consultório e fiquei pensando: alguém que fez faculdade, que estudou, não é uma pessoa despreparada, não é uma pessoa sem formação, e pensa desse jeito! Então, pensei: como é que a gente muda este País com a cultura das pessoas desse jeito? E não é isolado, não é um caso isolado. Não é! Eu estou citando esse exemplo porque, enquanto eu fazia o exame, ele ficou entornando aquilo tudo, e eu tive que me conter para a minha pressão não subir, porque senão ia dar problema no meu exame. Então, fiquei pensando: meu Deus, que mundo é este em que a gente vive?

Então, assim, eu estou fazendo um pouco esse desabafo aqui da minha angústia, mas eu acho que eu trago um exemplo que é um caso, mas acho que ele resume um pouco o pensamento de uma boa parte da nossa sociedade, principalmente daqueles que têm uma vida mais segura, mais tranquila, economicamente melhor e que se sentem ameaçados por uma parcela da sociedade que não teve as mesmas oportunidades.

Então, é isso.

Eu gostaria também de ouvir um pouco a reflexão de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora. Quero dizer que a Senadora foi também Relatora da CPI da Violência contra as Mulheres e fez um belíssimo trabalho, e fruto do trabalho dela, inclusive, foram apresentados projetos na Casa.

Neste momento, como temos esse problema de horário, eu já vou fazer com que os nossos convidados do Plenário…

Eu quero insistir. Já esclareci ontem. Normalmente, os presidentes de comissão não abrem ao plenário. Isso é o normal, é a prática da Casa.

Nós aqui sempre abrimos, tanto eu quanto a Senadora Ana Rita, para que façam perguntas aos convidados. Os painelistas são os convidados. A gente abre para o plenário – e os internautas também fazem perguntas, eu tenho duas aqui – para que as pessoas do plenário possam fazer perguntas.

O Adriano Brum Rodrigues, que esteve numa audiência ontem, fez lá também suas perguntas e manifestação. Vou conceder três minutos para o Adriano.

Adriano, use o seu tempo da forma mais sucinta possível.

O SR. ADRIANO BRUM RODRIGUES – Bom dia a todos em primeiro lugar.

Gostaria de pedir a intervenção da Senadora Ana Rita para que eu fizesse uso da palavra, porque, embora sejam quatro painelistas, há um equívoco no assunto que foi tratado hoje, que deveria ter sido tratado de uma forma mais ampla. E eu não só faço perguntas – gostaria de pedir à Senadora Ana Rita – como também exponho a minha opinião. Se hoje eu estou aqui, foi depois de sofrer mais de 30 ameaças contra a minha vida e 20 emboscadas em cinco Estados. Eu sou vítima direta da violência e tenho outro ponto de vista sobre a violência.

Também gostaria de agradecer a Deus por hoje estar aqui, à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, à Polícia Militar do Distrito Federal e à Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul. É graças a eles que eu estou vivo hoje.

Por isso eu gostaria de pedir tempo também para falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Adriano, o seu tempo já está correndo.

O SR. ADRIANO BRUM RODRIGUES – Sim, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – São três minutos para cada um. Você tem 2min52s.

O SR. ADRIANO BRUM RODRIGUES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu já o alertei ontem sobre essa posição e você vem hoje de novo, eu estou de dando a palavra de novo, use o tempo que foi decidido pelo Presidente em exercício. Em seguida, vou passar ao próximo convidado.

Quer abrir mão do seu tempo?

O SR. ADRIANO BRUM RODRIGUES – Tudo bem. Eu gostaria de ter uma prorrogação do meu tempo. Gostaria de reiterar que sou vítima direta da violência…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Adriano, você se inscreve. Você pode ser até convidado como painelista…

O SR. ADRIANO BRUM RODRIGUES – Sim, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas há um critério aqui.

O SR. ADRIANO BRUM RODRIGUES – (Adriano Brum Rodrigues) – Eu sei, senhor…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só um pouquinho, Adriano.

Nós temos quatro painelistas, teremos outros debates sobre tema semelhante a este.

Você venha à Comissão e se inscreva. Se a Comissão aceitar que você vai ser painelista, você fala como painelista. Aqui o critério é que cada um do plenário, os três convidados farão perguntas aos convidados. Ou você quer fazer a pergunta ou você não quer fazer a pergunta.

O SR. ADRIANO BRUM RODRIGUES – Então, eu gostaria de reiterar o meu pedido, porque ele realmente é de extrema importância.

Também gostaria de alguém que pudesse me emprestar o seu tempo para falar também. Eu gostaria de pedir o empréstimo.

Eu tenho hoje, na minha mão, um livro que é do Ministério da Defesa, que fala da Política Nacional de Defesa e da estratégia nacional de defesa, que deveria ser reformulado.

Eu digo isso por quê? Porque não cuida da segurança pública do cidadão brasileiro. Cuida da segurança entre nações, mas não cuida da população.

Eu tenho aqui também o livro de drogas psicotrópicas, também tenho aqui a revista *Princípios,* que diz que faz 50 anos que acabou a ditadura, mas nós temos 20 anos de ditadura imposta no Brasil pelo crime organizado.

Eu já morei em cinco Estados brasileiros, e não consigo viver no Brasil. Estou tentando ir embora.

Já tentaram me matar aqui também, no Distrito Federal, e a Polícia Militar, graças a Deus, interveio. Ainda estou aqui, mas daqui, porque sou do Rio Grande do Sul, como o senhor, Senador Paulo Paim, daqui eu vou me mudar do País, porque infelizmente do jeito como estão sendo debatidos esses assuntos não tem jeito.

(Soa a campainha.)

O SR. ADRIANO BRUM RODRIGUES – Também gostaria de falar de dois problemas…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você tem 50 segundos agora…

O SR. ADRIANO BRUM RODRIGUES – Sim. Eu gostaria de falar de dois problemas que são os principais: o problema econômico na redução da violência, a má distribuição de renda é um fator que aumenta a violência, sem sombra de dúvidas, e a política de segurança pública do Brasil, que é voltada para a tática de confronto, mas não para a tática de prevenção.

Eu falo isso em virtude de as fronteiras estarem ao deus-dará.

Desde que nasci, em 1990, as drogas passam por Foz do Iguaçu e pelo Mato Grosso. E até hoje o Exército e a Polícia Federal juntos não conseguem conter isso. E as armas também vêm de Foz do Iguaçu.

Também gostaria de falar, corrigindo o escritor Pinker, porque a violência não diminuiu no mundo. Ela apenas mudou de forma. Hoje a principal violência é psicológica e a violência de gênero.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Adriano. O seu tempo terminou, mas já acertamos com a Senadora Ana Rita que você vai ser ouvido depois que audiência terminar, lá na própria sala da Comissão, para dialogar sobre o tema.

Passamos a palavra agora ao Artur Antônio, Assessor Parlamentar da SEPPIR, também para seus três minutos.

O SR. ARTUR ANTÔNIO DOS SANTOS ARAÚJO – Obrigado, Senador.

Saúdo a Senadora Ana Rita por prestigiar este momento de reflexão conosco e parabenizo a iniciativa do Senador Paulo Paim, que sempre está aberto a essas discussões importantes, sobretudo porque é importante ampliarmos esses dados da gravidade dessa situação colocada. O mapa da violência traz esses dados mostrando que o País apresenta uma das taxas de homicídio mais altas do mundo, está no topo do *ranking* da violência. É preciso ampliar ao máximo essa discussão.

Só quero complementar um pouco os dados e entrar numa pergunta. Complementando esta exposição, sobre o estudo o Ipea, que foi divulgado que trata dos custos das mortes externas do Brasil, quer dizer, ele faz o custo direto e indireto da morte. Enfim, nesse estudo ele traz vários dados sobre essa questão da violência. Dentre esses dados, ele expõe que o BID estimou que no Brasil algo próximo a 1,9% do PIB é gasto na área de saúde e outros 3,6% são gastos em policiamento e no sistema judiciário. Quer dizer, além disso há os custos do orçamento com as políticas sociais, como aqui expôs o Felipe sobre o programa Juventude Viva, que reúne diversas iniciativas sobre política pública.

Observa-se, então, que há o esforço do Governo Federal para conter esses índices de violência, há um orçamento – não dá para dizer que é pouco –, estimado em 10% do PIB envolvendo tudo isso e, da mesma forma, ainda assim, não tem impactado esses índices da violência, quer dizer, os índices continuem crescendo como o mapa de 2013 está mostrando.

Então, a despeito do esforço do Governo, da sociedade e de todos envolvidos nessa agenda, os números continuam crescendo e não é falta de orçamento.

Nas diversas falas brilhantes dos expositores foi colocada a necessidade de uma maior interlocução…

(Soa a campainha.)

O SR. ARTUR ANTÔNIO DOS SANTOS ARAÚJO – … de um maior envolvimento entre os governos, entre os Poderes. Aí, pergunto aos expositores: como fazer um pacto entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em todos os níveis – federal, estadual e municipal – e sociedade civil, quanto às políticas públicas para conter esses índices de violência? Esse é o grande ponto, como é uma agenda para todos e como fomentar maior cooperação e articulação entre todos órgãos e Poderes para que possamos conter esses índices.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Artur, pelos três minutos. Fez uma pergunta aos quatro convidados.

Passo a palavra agora para a Drª Lisiane Portella, assessora Jurídica da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do MPF para os seus três minutos.

A SRª LISIANE THURLER PORTELLA – Bom dia a todos.

Saúdo a Senadora Ana Rita, o Senador Paulo Paim e todos os expositores e aqui presentes.

Eu trabalhei por dois anos na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão com a temática: sistema prisional, tortura e violência policial. Atualmente, estou com a temática da violência contra a mulher, mas, tendo em vista que a PFDC atua com a multidisciplinaridade, nós, na verdade, estamos sempre envolvidos com todas as temáticas que envolvem o cidadão.

Primeiramente, vou fazer algumas colocações a respeito das exposições aqui feitas.

Quando o Dr. Maurício falou, eu já tinha até colocado os tópicos. Eu acho que realmente as nossas polícias precisam de humanização e de instrumentalização. Extraoficialmente, fiquei sabendo recentemente que a nossa Polícia Federal, que tem entre as suas incumbências fiscalizar se os coletes das polícias que fazem a segurança estão em dia, se eles estão… Eles mesmos, da nossa Polícia Federal, têm os próprios coletes totalmente vencidos. Os coletes que a nossa Polícia Federal usa são vencidos. Isso me causou espécie profunda. Quer dizer, como eles checam o vencimento dos coletes alheios trabalhando com coletes vencidos?

Os carros que a nossa Polícia Federal usa não têm seguro. Então, a Polícia Federal sai correndo com carros, todos novos, mas todos sem seguro. Então, se um policial federal bate um carro, ele mesmo precisa pagar o carro, sendo que o salário de um agente federal atualmente é de R$9 mil brutos. Então, um policial federal ganha líquidos R$7 mil. Hoje, eles estão batalhando para…

(Soa a campainha.)

A SRª LISIANE THURLER PORTELLA – … terem um adicional de fronteira que o Ministério Público Federal, por exemplo, já ganha, mas a Polícia Federal não ganha. Esse é só um mero detalhe.

Eu acho que o Código Penal, por exemplo, também precisa ser efetivado no que está ali disposto, porque não adianta nada nós termos ali escrito que a pena tem uma função ressocializadora e reeducadora e, no entanto, aquilo ali ser uma mera tábula rasa para enfeitar. Nós não temos o que ali é dito, nós não temos no estabelecimento penal sala de aula, nós não temos... Eu trabalhei durante dois anos exatamente com isso. Nós não temos sala de aula, nós não temos local de estudo, nós não temos biblioteca. O visitante de um presidiário não pode entrar lá dentro com um livro. Isso vai, na verdade, da subjetividade de quem trabalha lá dentro. Há agente penitenciário que deixa o visitante chegar com uma Bíblia, tem agente penitenciário que deixa ele chegar com um livro jurídico, tem agente penitenciário que não deixa chegar com nada.

Então, eu acho que há penitenciária que…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Drª Lisiane, a senhora tem um minuto para concluir, como os outros dois que usaram a palavra.

A SRª LISIANE THURLER PORTELLA – Certo. Então, vou continuar.

Outra coisa: lidar com a expressão "cidadão de bem" é uma coisa meio delicada também, porque se contraporia com o cidadão do mal. Então, eu acho que se deve repensar um pouco essa expressão.

Eu tenho muita esperança de que, agora, com o Brasil sendo um dos cinco países do mundo a destinar 10% do PIB para a educação, nós possamos mudar um pouco, transformar essa realidade do nosso Brasil. E, com o PNE dizendo que nós temos escolas com tempo integral também, como lembrou o Senador Suplicy, que o Brasil possa transformar crianças e jovens em homens e mulheres participativos, produtivos e mais integrados à nossa sociedade.

Eu perguntaria, se tivesse vindo aqui o Julio Jacobo Waiselfisz, da FLACSO – e, como ele não veio, eu vou perguntar a quem eu achei dos integrantes que tem mais pertinência, o Dr. Candido Alberto Gomes –, o que o senhor pensa, por favor, da recente aprovação pelo Senado da Bolívia do trabalho infantil aos 10 anos de idade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Drª Lisiane.

Agora, nós vamos para as considerações finais aqui dos nossos quatro convidados, respondendo às perguntas do plenário. E eu tenho aqui mais três questionamentos de internautas. Um cidadão questiona a questão do racismo institucional e como combatê-lo em médio e longo prazos numa sociedade brasileira onde se garanta a oportunidade para todos, evitando, assim, o fortalecimento do crime organizado.

O outro diz que deveria haver, na verdade, um grande fundo nacional de segurança pública, considerando que a violência é um mal que ataca toda a humanidade. Precisamos trabalhar na prevenção.

A cidadã sugere que o conceito dos direitos humanos exerça influência fora do campo da política. Segundo ela, a corrupção que retira as verbas das áreas de segurança e educação apenas gera mais violência. Por fim, acredita que a miséria também é um forte fator para a manutenção do que ocorre hoje em relação à violência.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Paulo Paim, estou sendo chamada já para a Comissão de Educação, em que começa a pauta deliberativa agora. Então, eu vou pedir licença a vocês, vou para lá. Lamento não poder escutá-los novamente, mas é bom estar lá por causa da votação dos projetos, e há projetos importantes na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso. E há um projeto, inclusive, de minha autoria, que é o primeiro ponto da pauta lá. Por isso, eu vou fazer um apelo aqui à mesa para que cada um usasse três minutos para as suas considerações finais, e dará tempo de nós encerrarmos aqui. Este é um debate que, com certeza, não termina hoje. Teremos que fazer outros debates, enfim, e nos somarmos para combater a violência no Brasil, e oxalá ela diminua no mundo todo.

De imediato, vou começar com o Felipe.

Felipe, para suas considerações finais, três minutos. Vou começar do último para o primeiro, sabendo que este debate vai continuar, num outro momento, pela grandeza do tema, que é a vida.

O SR. FELIPE DA SILVA FREITAS – Tendo muita clareza, como o Senador disse, que a gente continue este debate, vou ser bem breve mesmo.

Dialogando com a Senadora Ana Rita e com o Senador Eduardo Suplicy, que apresentaram questões referentes à legislação que trata da questão das crianças e adolescentes, acho que é bom que tenhamos Senadores que têm posições sensíveis a olhar para esse fenômeno com o cuidado de que ele precisa. Acho que a Senadora Ana Rita tem muita razão quando aponta que o desafio fundamental é o da implementação da legislação que diz respeito às medidas socioeducativas, que é uma legislação avançada que conta com um controle social significativo na sua construção e que, portanto, a tarefa fundamental é muito mais de garantir a sua execução do que de tentar qualquer tipo de inovação sobre a qual não se tem a segurança necessária para garantir direitos e para promover os processos educativos que são de responsabilidade do Estado. Nesse sentido, acho que é bom contar com falas como a da Senadora Ana Rita, apontando na direção de garantir a continuidade da lei como ela se encontra hoje, sem reformas temerárias de qualquer natureza.

Para o internauta que perguntou especificamente sobre a questão do racismo institucional, acho que é importante a gente ter todo um esforço no âmbito do Governo Federal de instituir mesmo programas de enfrentamento ao racismo institucional de curto, médio e longo prazo para cada instituição, para cada ministério. Vim fazendo esse esforço, no último período. Lógico, eu não vou ter a pretensão aqui de apresentar isso nesses três minutos, mas dizer que estamos atentos a isso, estamos preocupados, achando que cada esfera do Governo precisa construir o seu plano com essa preocupação. Então, não tenho a noção de que nós pudéssemos aqui neste pouco tempo fazer uma apresentação, mas nos colocarmos à disposição para enviar o que a gente tem, nos correspondermos por *e-mail* através dos espaços institucionais.

E encerro, agradecendo, mais uma vez, ao Senado Federal, através do Senador Paulo Paim, que é esse parceiro nosso de tanto tempo, pela possibilidade de estabelecermos esse diálogo tão importante; agradeço a cada um que está aqui acompanhando este debate pelas mais variadas formas de comunicação, e dizer que nós, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência…

(Soa a campainha.)

O SR. FELIPE DA SILVA FREITAS – … estamos absolutamente à disposição para, em outras ocasiões, voltarmos a esta Casa, que tem sido tão receptiva, através desta Comissão, sobretudo, à pauta da igualdade racial no País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Dr. Felipe da Silva Freitas falou em nome da SEPPIR.

Nós vamos seguir do último para o primeiro. Agora, o Dr. Maurício Sponton Rasi, que fala pelo Ministério da Justiça, para suas considerações finais, nesses três minutos.

O SR. MAURICIO SPONTON RASI – De maneira muito rápida, Senador, eu queria comentar a falar do Senador Eduardo Suplicy e da Senadora Ana Rita sobre a questão da maioridade penal.

É extremamente temerário, nós não temos qualquer tipo de instrumentalização positiva das nossas mais diversas fundações casas ou unidades que adotam regime de internação e muito menos o nosso estabelecimento prisional. Quer dizer, se reduzirmos de 18 para 16 anos, alguns vão falar que, já, já, nós vamos ter que reduzir para 12 anos, dentro da verticalização dos crimes.

As medidas socioeducativas de meio aberto, a liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade são grandes ferramentas de combate à graduação delitual dos adolescentes em conflito com a lei. E a gente observa que a maioria dos Municípios não tem qualquer política voltada para esse tipo de ação, não há qualquer tipo de preparo à atuação das medidas socioeducativas em meio aberto. A gente vê hoje um bom cenário do Pronatec, começando a conversar um pouquinho com a questão dos adolescentes em conflito com a lei. Acho que essa é uma linha muito positiva, porque não tem como se imaginar de um adolescente que sai do regime de internação e ele vai ter a mesma condição de disputa e um espaço em qualquer curso de qualificação daqueles que são oferecidos na maioria dos Estados, a não ser pelo Pronatec.

Então, eu vejo de maneira muito positiva estarmos incrementando a aplicação das medidas socioeducativas em meio aberto.

Além disso, a questão da falta de vínculos. A grande maioria dos poderes que acompanham as medidas socioeducativas, seja do lado da assistência social, seja do lado do acompanhamento psicológico, não há vínculo familiar. Não se consegue colocar na plenitude a municipalização das medidas socioeducativas, o que faz o número de reincidência de quase 80% a 85% entre os adolescentes.

Vejo que a redução da maioridade penal vem contra a direção que nós estamos buscando da efetiva implementação do Estatuto, que ainda é tão criticado, mas que na sua essência é tão puro, tão óbvio, tão objetivo. O que está faltando, realmente, é coragem para implementarmos o Estatuto da Criança e do Adolescente, em algumas searas um pouco mais de investimento público, para que possamos obter na plenitude.

No mais, Senador, muito obrigado. O Governo Federal, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública, sente-se lisonjeado de estar participando desta mesa, assim como os colegas que estão hoje neste debate, as pessoas que participaram. Realmente, o tema é muito amplo e não vai se esgotar numa reunião como hoje. Mas nós estamos abertos ao debate e à construção dessa política. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Maurício, que falou em nome do Ministério da Justiça.

Agora, passamos a palavra para o Dr. Candido Alberto Gomes, que representa aqui a Unesco.

O SR. CANDIDO ALBERTO GOMES – Permitam-me puxar brasa para a minha sardinha, porque eu entendo de educação, acima de tudo. Sociologia criminal é uma curiosidade muito grande, mas eu não tenho a densidade de conhecimento necessária para isso.

Bem, a questão da escola de tempo integral, em princípio, é muito boa, mas é preciso saber o que é que o aluno vai fazer na escola em tempo integral, para que a escola não vire uma panela de pressão. A escola, repito, pode ser também um laboratório de violência, especialmente quando ela segrega os alunos de menor aproveitamento em turmas específicas, quando ela faz classes de aceleração da aprendizagem, simplesmente dando o mesmo tratamento a esses alunos que se atrasaram, enfim, a vida escolar que eles tiveram antes e na qual fracassaram.

O templo da adolescência, o templo da infância e da juventude está muito diferente do templo da escola, cada vez mais diferente. Se continuarmos com aquele tipo de escola de arquitetura prisional a que se referiu o jornalista português – e não preciso dizer que poderia ser em qualquer outra cidade do País –, enquanto a escola tiver esse feitio e insistir no discurso da transmissão de conteúdos, de cumprimento de programas, provavelmente ela não vai conseguir apelar para o interesse. E só se aprende quando internamente se quer.

Quanto ao Pinker, de fato, por recorrer à antropologia, à arqueologia e à paleontologia, o grande foco de Pinker é naquilo que é mais tangível: o número de homicídios. Concordo, sem dúvida. Ao longo da história, o próprio Pinker defende isso. Os tipos de crime mudam. Hoje se define assédio sexual, assédio moral, inclusive no trabalho, e assim por diante.

Por último, no que se refere à questão do trabalho infantil na Bolívia, eu acho, pedindo a devida vênia, que certas originalidades são muito perigosas.

(Soa a campainha.)

O SR. CANDIDO ALBERTO GOMES – E, quando se permite o trabalho infantil a partir dos 10 anos de idade, muitas formas de exploração e, sobretudo, de concorrência com a escola acabam gerando, germinando por melhores que sejam as intenções dessa decisão.

A Bolívia é um país-membro das Nações Unidas e, obviamente, há orientações, há convenções no sentido de elevar, cada vez mais, a idade mínima de admissão ao trabalho, tanto que a Constituição brasileira vigente passou de 14 para 16 anos a idade mínimo de admissão ao trabalho, e, ainda assim, isso é um grande problema.

Então, eu agradeço. Eu só gostaria de lembrar, por último – nós falamos em recursos para a educação –, duas coisas. Em primeiro lugar, se os 10% do PIB realmente vão ser atingidos. Eu trabalhei com o Senador Calmon durante vários anos, e a luta constante era justamente saber em que medida a emenda que leva o nome dele e depois o dispositivo que ele introduziu, como o art. 212 da Constituição vigente, se isso é efetivamente cumprido. Em segundo lugar, dinheiro por si só não resolve os problemas, é preciso muito mais. Se colocarmos dinheiro, mais dinheiro em uma escola falida, esse dinheiro não vai adiantar. Aí é que está a questão. Os problemas brasileiros não se reduzem a dinheiro. Há muita falta de dinheiro, realmente, e há muita incapacidade de execução de verbas. E aí eu repito a questão do Estado em rede, e não o Estado piramidal burocrático que tem sido a herança da modernidade, aliás, anterior à modernidade.

Então, é preciso saber como aplicar, porque, se continuarmos aplicando do jeito que sempre aplicamos, não vai mudar nada. É muito simples, não vai ter meta atingida, a não ser, talvez, uma meta quantitativa ou outra de acesso, que é mais fácil de cumprir. Mas metas de qualidade e democratização são muito mais difíceis de cumprir.

Então, precisamos também mudar a maneira de alocar os recursos, inclusive e especialmente para a educação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Candido Alberto Gomes, que falou pela Unesco.

De imediato, nosso último painelista, Dr. Rodrigo Torres de Oliveira, que representa o Conselho Federal da Psicologia.

O SR. RODRIGO TORRES DE OLIVEIRA – Bem, primeiramente, agradeço a oportunidade de poder fazer essa discussão tão importante para a sociedade, tão importante para o Estado, para as instituições e para as pessoas de uma maneira geral.

Nessas considerações finais, eu vou aproveitar parte desse tempo, como não poderia deixar de ser, para abordar as frequentes propostas de redução da maioridade penal e corroborar a posição do Dr. Maurício e da maioria das pessoas, suponho eu, que aqui estão de serem contrárias a essa proposta. E contrárias por várias razões, não é? Mas razão um, não necessariamente nessa ordem, um índice baixíssimo de crimes violentos, um percentual muito baixo, baixíssimo, são cometidos por adolescentes, nessa faixa de 12 a 18 anos.

O segundo aspecto importante a gente já discutiu aqui anteriormente, é uma cultura da carcerização, é uma cultura do aprisionamento, é uma cultura da vingança, é uma cultura da repressão, que necessariamente se opõe a uma cultura da prevenção, da promoção, da emancipação, da autonomia, e assim por diante.

Então, eu gostaria de propor uma pergunta? Em vez de nos indagarmos frequentemente, se vamos reduzir a maioridade penal, somos ou não favoráveis, eu proporia outra pergunta: somos favoráveis ao aumento, à intensificação do poder de intervenção do Estado nos seus entes – federal, estadual e municipal –, na sociedade, nas comunidades que de fato carecem dessas políticas públicas, dessas políticas de prevenção?

Então fica essa pergunta.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO TORRES DE OLIVEIRA – Corroboro também a fala do Dr. Maurício, no sentido de priorizar o cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto.

E aí tem um problema muito grave que não foi mencionado aqui também. E ele se estende ao âmbito da execução penal, do sistema prisional de adultos, não é, gente? Porque as medidas socioeducativas privam de liberdade, conforme o Estatuto prevê. E de fato os adolescentes implicam, ou pelo menos se espera isso, o ato cometido e são responsabilizados por ele.

Agora, o que acontece depois que eles saem? Da mesma forma, o que acontece com as pessoas que saem do sistema prisional?

Então, me parece que esse é o grande gargalo hoje desse tipo de política pública para o sistema prisional e para os adolescentes em conflito com a lei. E vou dar um exemplo da própria carne.

Certa feita, durante um tempo, eu fui diretor de um centro de internação de adolescentes. Naquela ocasião, havia um adolescente autor de vários crimes: furto, roubo, uso e tráfico de drogas, etc. Esse adolescente vai cumprir a sua medida socioeducativa depois de muita dificuldade. Tentaram interná-lo, porque no início ele era muito revoltado. E toda a agressividade normal da adolescência – porque os adolescentes em tese são agressivos ou portam essa agressividade como forma de manifestação – era tratada naquela oportunidade ou como caso de tranca e de punição no interior do cumprimento da medida socioeducativa, isolamento, ou então, como foi o caso naquela ocasião, com internação em instituição psiquiátrica, sempre naquele afã de enxergar essas pessoas ou esse público ou esses que a gente elege como inimigos internos como sendo portadores dessa essência do mal, seja o mal moral, da conduta, ou o mal psicológico, biológico e assim por diante.

Moral da história: esse menino começou a se implicar no cumprimento de suas medidas socioeducativas, virou uma referência dentro do centro de internação, passou a administrar oficinas de feitura, de confecção de objetos lá dentro, saiu, retornou para a sua casa e foi morto uma semana depois.

Estou trazendo esse exemplo para dizer que acho que há uma lacuna fundamental para a gente priorizar talvez em futuras discussões. Esses sujeitos, essas pessoas que passam pela tutela do Estado, que são institucionalizadas de uma forma ou de outra, o que acontece com elas depois que saem?

Então, com respeito à redução da maioridade penal, o Conselho Federal de Psicologia, *ad aeternum*, será contrário.

Em outra ocasião talvez a gente tenha a oportunidade de fazer esse debate.

Meus agradecimentos ao Senador Paim. A esta Casa, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Rodrigo.

Embora eu tenha sido chamado em três Comissões, não abri mão de ficar aqui, presidindo, pelo tema. E, para a satisfação minha, ainda bem que foi aprovado o empréstimo do Rio Grande do Sul. Informaram-me agora que foi aprovado o empréstimo. E o Senador Pimentel, inclusive, aprovou o requerimento de urgência. Eu estaria lá para ajudar a articular, porque não voto naquela Comissão, eu não faço parte dela. Fiz questão de estar aqui.

Também na Comissão de Educação, havia outro projeto de minha autoria, sobre o qual fui informado agora, que é chamada Bolsa Permanência, porque está havendo um entendimento com setores do Executivo para que aquele aluno pobre possa, efetivamente, além da cota, ter uma ajuda. E o Executivo já tem, nesse sentido, o meu avanço. Eu o apresentei há oito anos. Ele vai um pouco além.

Ele saiu de pauta, então não houve prejuízo algum, para ajustar, com uma iniciativa boa do Executivo. Se não me engano, são R$400. Já tem uma ajuda de R$400. E eu me sinto contemplado. Naturalmente vamos ajustar. Então, não houve prejuízo algum.

Queria dizer para o Valcir que a pergunta dele: "O que fazer para diminuir o grande número de jovens e adolescentes envolvidos em crimes graves?" O debate vai continuar e a essência é essa mesma. É claro, salvar vidas, mas também não deixar que os nossos jovens sejam cooptados pelo crime organizado.

O Valcir está ali, estou dando uma resposta para ele, em nome da Mesa.

Queria agradecer os nossos convidados pelo alto nível do debate, inclusive do plenário, pela forma como os três que se posicionaram aqui expressaram o seu ponto de vista.

E por que eu não quis sair daqui? Não quis sair, porque direitos humanos é vida, e nada é mais importante do que a vida. Direitos humanos é ter um olhar fraternal, solidário, humano e universal, em defesa do Planeta, da vida, enfim, de todo o nosso povo.

E queria dizer que fiquei muito feliz com a exposição de todos os quatro, exposições qualificadas. E, Sr. Maurício, gostei muito quando o senhor elogiou os painelistas, faço das suas palavras as minhas, elogiou os três. E o debate não ficou somente em se tem que prender, se tem que matar, se tem que aumentar presídio, e, sim, em políticas preventivas, que é o que aqui foi falado por todos: como é que fazemos com política de prevenção, para não chegarmos num momento como este, que infelizmente nos leva a ter uma audiência para debater a banalização da vida?

Todos estão de parabéns. Tenho certeza de que milhões de pessoas assistiram a este debate. E diria que este debate não é que vai ser o número um, porque já houve inúmeros debates sobre esse tema, mas esse debate foi um e vai continuar para mim com a mesma ênfase e com o mesmo eixo, sobre como combater a banalização da vida em medidas de prevenção.

A prevenção é fundamental e, claro, a recuperação dos nossos jovens, porque aqueles que perdem a vida não têm mais como recuperar depois que... Lembrava outro dia em que fui fazer uma audiência pública lá em Santa Maria, que vocês todos acompanharam, e tratou-se sobre tema que vou falar aqui em um segundo que é sobre a Boate Kiss. A indignação dos familiares, são 242 jovens que lá faleceram, continua como se o crime que aconteceu – porque eles tratam como se fosse crime o que lá aconteceu – tivesse sido hoje, é a mesma a indignação deles.

Fizemos duas audiências aqui, fizemos duas já em Santa Maria e estamos acompanhando, com todo o carinho, a situação das vítimas, dos familiares das vítimas. E o que eles pedem, a palavra de ordem, é exatamente isto: prevenção. É a palavra de ordem que eles mais pedem, para, em nome dos jovens que perderam a vida, isso nunca mais volte a acontecer. E, por isso, fiz um apelo ainda no plenário para que, nessa convocação extraordinária, votemos o projeto que foi amplamente debatido já na Câmara e no Senado que proíbe que casas de espetáculo sem condições possam abrir, ao contrário do que foi aprovado infelizmente, em que foi dada uma liminar para que, se a casa de espetáculo não tiver a mínima condição..., mas como medida preventiva foi dada uma liminar para que ela possa funcionar enquanto não atinge os objetivos.

Os familiares ficaram indignados, e eu também fiquei indignado. Como é que a uma casa de espetáculo que não reúne as condições para abrir e onde estão nossos filhos, seja dada uma liminar que permite que abram até que se faça um laudo definitivo e haja, então, uma estrutura para que a casa funcione com qualidade? É como digo: trabalho escravo – e vou misturar as coisas – a gente não regulamenta, a gente proíbe. E casa de espetáculo sem condição, a gente também proíbe, não pode abrir em nenhuma hipótese.

Viva a vida! Vamos continuar todos lutando por esta causa. Obrigado a todos! (*Palmas.*)

(Iniciada às 8 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 17ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (21ª REUNIÃO) COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (17ª REUNIÃO), DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia cinco de junho de dois mil e catorze, no plenário sete, sob a Presidência do Senador **Ricardo Ferraço**, reúnem-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Assinam a lista de presença os Senadores **Acir Gurgacz, Ana Amélia, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Kátia Abreu, Ruben Figueiró, Valdir Raupp e Waldemir Moka.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. O Presidente registra a presença e convida a compor a mesa o Senador paraguaio Miguel Abdón Saguier Carmona. O Presidente concede a palavra ao Senador Carmona. Em seguida, usa a palavra o Senador Waldemir Moka. O Presidente agradece a presença do Senador paraguaio. O Presidente registra a presença, neste plenário, do Senador boliviano Roger Molina. Passa-se à **PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA** para análise dos impactos da nova Lei Agrícola dos Estados Unidos da América na agricultura brasileira e mundial; em atendimento ao RRE 38/2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço e outros; e ao RRA 18/2014, de autoria do Senador Benedito de Lira e outros. Comparecem os convidados: **Clodoaldo Hugueney,** Consultor; e **André Nassar**, Diretor da Agroicone; que são solicitados, pelo Presidente, a comporem a mesa. O Presidente faz pronunciamento referente ao tema desta Reunião. O Presidente concede a palavra ao senhor André Nassar para sua exposição. Às onze horas e trinta e dois minutos é suspensa a presente reunião. Às onze horas e trinta e nove minutos é reaberta. Usa a palavra para questionamentos a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka. O Presidente concede a palavra ao consultor Clodoaldo Hugueney para sua exposição. Usa a palavra para questionamentos a Senadora Kátia Abreu. O Presidente sugere a participação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA em atividades da Confederação Nacional da Agricultura; e, também uma audiência temática no plenário do Senado, com a presença do Ministro das Relações Exteriores, o Ministro da Agricultura e o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Essas sugestões tem o apoio da Senadora Kátia Abreu. O Presidente faz suas considerações finais e agradece a presença e as contribuições dos convidados. É aprovada a presente Ata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Presidentes, da CRE e da CRA, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro taquigráfico. – Senador **Ricardo Ferraço,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador **Acir Gurgacz,** Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião Conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, nós estamos propondo a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Nós estaremos aguardando a chegada dos Senadores para o procedimento desse expediente burocrático e de rotina da nossa Comissão.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, tendo como foco um debate e um diálogo relacionado aos efeitos e impactos da nova lei agrícola Farm Bill, dos Estados Unidos da América, temos o prazer e a satisfação de receber, aqui na Comissão de Relações Exteriores, a presença do Senador Miguel Abdón Saguier Carmona, que é Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Assuntos Internacionais da Câmara de Senadores da República do Paraguai, que nós gostaríamos de convidar para ter assento à mesa. Peço que o Senador Waldemir Moka introduza o Senador Carmona.

O Senador Miguel Abdón Carmona é um dos mais experientes Parlamentares da Câmara de Senadores da República do Paraguai, com uma vasta experiência pessoal, profissional e política. Foi uma das vozes de intensa resistência em favor das liberdades democráticas na República do Paraguai, perseguido político pela ditadura da época, ex-chanceler da República do Paraguai, ex-presidente do Senado do Paraguai. Há alguns

anos S. Exª preside a Comissão de Relações Exteriores e Assuntos Internacionais da República do Paraguai, e nos visita nesta oportunidade em que estamos sedimentando a construção de uma agenda comum que possa integrar ainda mais o Parlamento brasileiro com o Parlamento do Paraguai, sobretudo com questões, valores e princípios que são absolutamente caros e imprescindíveis ao exercício da democracia.

Dizia-me há pouco o Senador Miguel Abdón Carmona da sua preocupação com os rumos da liberdade e da democracia em nossa região e de um diagnóstico, um balanço feito de que neste momento nós temos aproximadamente 750 cidadãos da América do Sul vivendo no exílio, mais de 50 presos políticos, uma extrema preocupação em relação à violação que muitos Parlamentares estão vivendo em alguns dos países que compõem a nossa região. Portanto, estamos abrindo um diálogo muito forte e permanente com o Parlamento do Paraguai, para que façamos um debate regional a respeito dessas questões, que, evidentemente, vão também incorporar questões relacionadas à economia, ao futuro do Mercosul e ao fortalecimento das nossas relações.

É com muita alegria, Senador Miguel, que nós o acolhemos e o recebemos aqui em nossa Comissão de Relações Exteriores. Passo a palavra a V. Exª para uma saudação aos seus colegas brasileiros da Comissão de Relações Exteriores do Senado da República. A palavra é de V. Exª.

O SR. MIGUEL ABDÓN SAGUIER CARMONA – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Miguel.

Passo a palavra ao Senador Moka, que, como representante do Mato Grosso do Sul, como representante deste Brasil extraordinário profundo lá da fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, fará uma saudação. Nosso Senador tem sido um atuante representante nesta questão dos nossos "brasiguaios", dos nossos brasileiros e paraguaios que convivem de maneira harmoniosa e compartilham esforços na direção do desenvolvimento dos nossos países.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Miguel Abdón Saguier Carmona, quero lhe dizer da nossa alegria, da nossa satisfação de ter aqui o Presidente da nossa Comissão de Relações Exteriores, Senador Ferraço, e da do Paraguai, V. Exª.

Particularmente, eu conheço ou tenho a pretensão de conhecer essa política, sobretudo na fronteira. Eu sou bela-vistense, nascido e criado na fronteira, portanto, tenho a pretensão de conhecer razoavelmente essas questões. Acho importante que a gente possa estabelecer esse intercâmbio. Não tenho assento nesta Comissão de Relações Exteriores, mas hoje vamos debater uma questão importante para nós, que é a questão relacionada ao contencioso do algodão. A presença de V. Exª aqui e a abertura que V. Exª nos dá é para termos um intercâmbio.

Na vez anterior, eu tive a oportunidade de, na Frente Parlamentar da Agricultura, da qual eu sou o Vice-Presidente, receber uma comitiva de Senadores já preocupados com essa questão. É uma questão fundiária, mas é uma questão abrangente, porque esses produtores brasileiros que lá estão hoje representam uma força produtiva e econômica importante para o Paraguai e também para o Brasil, uma vez que nós somos países irmãos. Nós temos alguma dificuldade quando jogam Brasil e Paraguai. Aí não tem jeito da gente se entender. Mas, "aforante" isso – na fronteira nós usamos esse termo – nós somos amigos.

Então, *saludos! Bienvenido! Muchas gracias.*

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado Senador Moka. Nós também queremos saudar e registrar a presença aqui do Senador querido e amigo Molina, que nos honra com sua presença nesta reunião. V. Exª é muito bem-vindo. Se quiser e puder continuar conosco, nós vamos estar debatendo aqui com especialistas brasileiros a nova lei agrícola norte-americana, os seus impactos na agricultura não apenas do nosso País, mas da nossa região. V. Exª é muito bem-vindo para continuar conosco neste debate, que tem não apenas impacto, como disse o Senador Moka, em nosso País, mas também no Paraguai e em toda região. Nós estamos acertando que estaremos combinando e estruturando uma agenda para uma visita de trabalho à Câmara dos Senadores da República do Paraguai para que temas comuns aos nossos países possam fazer parte dessa agenda. De modo que é uma alegria e um orgulho receber V. Exª aqui na Comissão de Relações Exteriores do Senado da República do Brasil. Muito obrigado. V. Exª é muito bem-vindo.

Dando início, portanto, à nossa audiência pública, nós gostaríamos de convidar para que tivesse assento à mesa S. Exª, o sempre Embaixador Clodoaldo Hugueney e o Dr. André Nassar, Diretor da Agroicone.

Em nome dos Senadores e Senadoras que compõem a Comissão de Relações Exteriores, nós queremos dar as boas-vindas aos nossos convidados desta 17ª Reunião Conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Agricultura do Senado Federal. Trata-se do Embaixador Clodoaldo Hugueney, que hoje é consultor da Confederação Nacional da Agricultura, mas que foi embaixador – entre tantos postos importantes que ocupou ao longo da sua exitosa vida profissional, teve a função de Embaixador do

Brasil na China e também junto à Organização Mundial do Comércio, além de ter cumprido brilhante carreira na diplomacia brasileira – e,juntamente com o Embaixador Clodoaldo, o Dr. André Meloni Nassar, Diretor da prestigiada consultoria agroindustrial Agroicone.

Esta reunião tem por objetivo debater os impactos sobre a agricultura brasileira da nova lei agrícola norte-americana, com ênfase e foco, sobretudo, em algumas das nossas culturas como a soja, o milho, o algodão. Sabemos que, graças ao esforço incansável de centenas de milhares de brasileiros, nosso complexo agroindustrial encerrou 2013 com saldo positivo de US$ 78 bilhões, levando o nosso País a ocupar a terceira posição na classificação dos maiores exportadores de produtos agrícolas, atrás apenas dos Estados Unidos e da União Europeia.

Convém recordar que no início de maio realizamos uma primeira reunião conjunta aqui na Comissão de Relações Exteriores com a Comissão de Agricultura, na qual ouvimos representantes do Itamaraty, do MDIC, do Ministério da Agricultura e da Associação Brasileira de Cotonicultores, os quais nos relataram alguns dos efeitos que o mercado pode esperar da nova legislação norte-americana, além da visão das respectivas pastas sobre a atuação do contencioso do algodão com os Estados Unidos, diante da mudança da mencionada norma legal.

Cumpre lembrar que ainda em 2002 o Brasil acionou o órgão de soluções de controvérsia da Organização Mundial do Comércio em desfavor dos Estados Unidos. Em 2005 o Brasil venceu aquela disputa e quatro anos mais tarde, face à iminência de aplicação pelo governo brasileiro de medidas de retaliação na área de bens de consumo em propriedade intelectual, os Estados Unidos propuseram um acordo provisório que previu o repasse de US$147 milhões por ano com parcelas mensais para o fundo de algodão até a aprovação da nova lei agrícola. Em setembro de 2013, contudo, o dinheiro deixou de ser repassado.

A reunião desta manhã tem como escopo um tema mais amplo do que o anterior aqui realizado. No início de maio, aqui discutimos os impactos da nova lei agrícola norte-americana Farm Bill sobre a cultura do algodão no Brasil. Hoje o nosso propósito e objetivo é avaliar os impactos dessa lei já em vigor sobre o conjunto das exportações agrícolas do Brasil, pois sabemos que outras culturas também serão fortemente impactadas.

Devido ao sistema de seguro agrícola instituído pela nova legislação norte-americana, especialistas projetam uma redução significativa previsível nos preços internacionais de algumas de nossas mais importantes culturas agrícolas. Segundo a Confederação Nacional de Agricultura, a nova lei agrícola dos Estados Unidos, que tem vigência de quatro anos, impactará negativamente o preço do milho na ordem de 3% a 5%, com perda de receita de exportação da ordem de R$1,5 bilhões em quatro anos. Em relação à soja, a expectativa é de queda de 3% nos preços, o que acarretará redução da ordem de US$2,5 bilhões entre 2014 e 2018. Quanto ao algodão, espera-se redução de 4% nos preços internacionais, com a diminuição de US$350 milhões nesse mesmo período. Portanto, é extremamente preocupante essa questão.

Nós estivemos debatendo esse assunto relacionado ao contencioso do algodão nos últimos dias, e aí vimos a necessidade de ampliarmos esse debate para termos uma visão mais ampla relacionada ao impacto na agricultura brasileira, e não apenas na agricultura brasileira, a nova lei agrícola norte-americana poderá ter impacto em todo o sistema agroindustrial mundial.

Por isso, estamos dando início a esse conjunto de debates, visando ampliar o nosso conhecimento em relação a essas questões e, obviamente, continuar debatendo para conhecer as iniciativas do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Indústria e Comércio Exterior, visando, evidentemente, levar aos fóruns internacionais esse debate, por conta das preocupações protecionistas que estão embutidas, de maneira indireta, nessa nova lei agrícola e os impactos que ela poderá ter na econômica brasileira.

Passo a palavra, portanto, ao Dr. André Nassar, que fará uma abordagem sobre os estudos que até aqui nós temos, relacionados à essa questão.

V. Sª tem a palavra pelo tempo que julgar necessário, pela importância do tema, pelo conhecimento acumulado que tem V. Sª e pela necessidade de ampliarmos o nível de conhecimento dessas informações, agradecendo, evidentemente, a presença voluntária de V. Sª aqui na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Bom dia a todos e a todas!

Senador Ferraço, faço um agradecimento especial pelo convite para participar desta audiência pública conjunta das Comissões de Relações Exteriores e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Quero também saudar aos demais Senadores na pessoa do Senador Moka.

É um grande prazer estar aqui. É muito importante termos esta oportunidade de mostrar esses estudos que estamos fazendo. Isso demonstra que são temas debatidos no mais alto nível do Legislativo brasileiro. Então é muito importante estar aqui e fiquei muito honrado com o convite. É a primeira vez que eu tenho a oportunidade de apresentar esse tipo de material em uma audiência pública. Acredito que, a partir disso, serão geradas outras discussão e massa crítica. Acho que é um bom momento agora para gerar essa massa crítica.

O que eu vou apresentar é um trabalho que fizemos em conjunto com a CNA. É a primeira vez que fazemos essa análise, digamos, prospectiva.

O painel do algodão, por exemplo, quando o Brasil começou, em 2012 – desculpe-me: foi em 2002; ele quase terminou em 2012, mas ele continua aí –, quando começou, em 2002, basicamente era uma reação a uma versão da política agrícola americana de 1996 a 2003, que é mais ou menos a dinâmica da OMC: primeiro, se mostra que houve um dano daquela política e, aí, tomam as medidas necessárias.

A ideia deste trabalho, que foi uma ideia da CNA, muito feliz e muito correta, foi: vamos sentar e olhar antes, com uma coincidência de lançamento de duas novas políticas de renovação, na verdade – porque eles renovam –, tanto americana, que tem essa nova lei agrícola, que entrou em vigência em 2014 e vai até 2018, quanto a política agrícola europeia, que geralmente é mais longa, dura 10 anos. Essa é um pouco mais curta, vai até 2020. Mas ambas têm o seu primeiro ano de vigência em 2014. Então, é um momento muito importante para se entender essas políticas e poder monitorar os impactos delas antes da coisa acontecer. E aí há vários mecanismos para o Governo brasileiro ir informando, via OMC, antes de um painel, tanto os Estados Unidos como a Europa, dizendo: "Eu estou preocupado com o impacto disso. Eu fiz esse estudo. Eu percebo." Acho que é uma oportunidade muito grande, muito importante. E também o tema da política agrícola americana. Por exemplo, a última foi a versão de 2003 a 2008, depois essa de 2008 a 2012, mas que acabou terminando em 2013 e, agora, essa de 2014.

No período de 2008 a 2013, o interesse em acompanhar a política agrícola americana diminuiu muito, por conta dos patamares de preços agrícolas. Basicamente, o nível de subsídio ao produtor americano caiu muito por conta dos maiores preços. E eles ainda vinham num modelo de política mais tradicional. Agora, eles mudaram com essa questão do seguro, que é a grande preocupação nossa; por isso a gente tem que monitorar, porque são novos programas. São programas que, pela experiência passada, a gente ainda tem que acompanhar no dia a dia, para ver como esses novos programas vão funcionar.

Mas, enfim, o importante é entender que, como a política agrícola americana é muito ligada a preços, quando os preços estão mais altos e os chamados preços mínimos deles – eles têm um tipo de preço mínimo, que eu vou explicar mais para frente – estão muito abaixo, não sai subsídio para o produtor. E aí a política está lá funcionando, mas o produtor não recebe muito subsídio.

O cenário é diferente agora. Vivemos um momento em que eles fizeram correções nesses preços mínimos e a tendência agora é que haja patamares de preços agrícolas não tão altos como aqueles a que a gente assistiu nesse período de 2008 a 2013 ou mesmo a alta forte de preços que ocorreu, sobretudo de 2004 a 2008.

Depois veio a crise do Lehman Brothers, aquela coisa toda, mudou o patamar, mas eles se recuperaram. Então, eu acho que o mais importante é isso.

Basicamente, eu vou apresentar os resultados do estudo e um pouquinho de como funciona, porque é importante também para a gente entender como funciona.

Está aí mais uma explicação. É importante mencionar – o Embaixador Clodoaldo também vai falar disso – que, nesse espírito de monitorar a implementação dessas políticas, a CNA está montando um observatório para isso. O estudo é uma espécie de primeiro produto desse observatório. E agora, com a CNA, em conjunto, nós estamos definindo essas rotinas de como é que esse monitoramento vai ocorrer para podermos informar à sociedade brasileira, aos produtores, aos Parlamentares, no momento em que a gente começa a ficar preocupado porque está saindo muito dinheiro e isso pode gerar distorção no mercado internacional.

Outra coisa importante é falar um pouco de qual é a contribuição do estudo para V. Exª, para os senhores e senhoras aqui. Primeiro, sobre essa coisa de monitorar, do que já falei um pouco. É muito importante monitorar. Sendo esse monitoramento feito pelo representante do setor produtivo, isso ganha muita força em relação ao Governo brasileiro também.

Mas também uma outra coisa é importante, porque eles têm... Por exemplo, o seguro rural americano é um modelo de seguro com que, de certa forma, o nosso seguro no Brasil tem alguma semelhança de conceito. Então, entender um pouco como funciona o seguro rural americano, seus problemas e suas características positivas é algo interessante para se pensar a formulação de políticas aqui no Brasil também, política agrícola.

Então, também temos esta intenção: não só trazer a informação para dizer que estamos preocupados com a política americana, mas também para dizer que existem ideias desenvolvidas ali que é interessante se pensar também aqui para o Brasil. Os americanos, por exemplo, são muito fortes na questão de promoção das exportações, muito mais fortes que a gente. Eles têm sistemas de investimento em pesquisa que são sistemas muito fortes, muito estruturados, eles escolhem setores. Por exemplo: se você fala de segunda geração de etanol, eles criam programas maciços de investimento em segunda geração de etanol. Apesar de a biomassa estar no Brasil, a tecnologia é deles. Depois a tecnologia vem para cá. Então, a gente está preocupado com isso. O

Brasil não pode perder a liderança. Como produtor agrícola ele nunca vai perder, mas e a agregação de valor ao produto agrícola? Isso é muito importante a gente pensar também.

Bom, vou direto para o estudo. Basicamente, então, aqui, eu vou focar no caso americano. Eu trouxe só uma informação sobre o caso europeu que eu acho interessante para a gente entender um pouquinho a dinâmica que eu vou apresentar ao final e colocar também uma ordem de grandeza em relação ao caso europeu, americano e do Brasil, porque isso é uma coisa muito importante de se fazer.

A gente precisa sempre reforçar que, a despeito de o Brasil, como V. Exª falou, ser o terceiro maior exportador de produto agrícola, é incomparável o nosso nível, digamos, de subsidiação com o dos americanos e europeus. A nossa magnitude é muito menor, quer dizer, a gente basicamente não dá subsídio quando se compara com os americanos e europeus.

Então, aí, a ideia do estudo é estimar os montantes de quanto de subsídio o produtor está recebendo e, a partir disso, estimar os efeitos disso nos preços mundiais e, se esse subsídio realmente reduz os preços mundiais, ele tem impacto em todo o mundo que é exportador, menos o americano, quer dizer, todos aqueles países que são exportadores vão sofrer, vão exportar com menores patamares de preço.

Por que isso faz sentido? Porque quando a gente considera os americanos, na soja, no milho, no algodão, eles são grandes exportadores. Então, qualquer movimento de aumento de oferta, de aumento de exportação deles no mercado internacional ou um movimento contrário, em que os preços estão caindo, e os americanos não reduzem a sua oferta, realimenta o processo de redução dos preços. Isso já criou jurisprudência na OMC com o painel do algodão. Foi uma grande vitória do Brasil, na medida em que o método de cálculo disso foi ratificado, digamos assim, no painel.

Então, essa lógica de que, à medida que o preço cai aumenta o nível de subsídio de um país que é grande... Porque se é um país pequenininho, que tem 1% ou 2% de participação, não tem muito impacto, certo? Se ele dobrou a exportação: saiu de 1% para 2% no mercado internacional, isso não gera muito impacto no mercado. Agora, quando você pega um exportador que tem 30% do mercado, para qualquer um ponto percentual a mais que ele coloca de oferta, o efeito no preço geralmente é de duas a três vezes maior. A gente sempre trabalha com o conceito de que um exportador grande, quando exporta 1% a mais, gera um impacto no preço de 3% a 5%. E esses 5% são ajustados em todos os outros 70% do mercado – acho que é isso que é importante entender. Então, 30% do mercado derrubam o preço em 5%, mas os outros 70% é que têm que pagar essa conta. Por isso que a gente fica extremamente preocupado com esse tipo de política. As políticas brasileiras, por exemplo, não geram esse efeito. Quer dizer, elas não promovem esse efeito de aumento de oferta. Já as políticas americanas, sim.

Por fim, quero apontar um pouco essas consequências na questão da adequação das regras da OMC.

Vou acelerar um pouco para dar à gente tempo de debater.

Bom, uma coisa importante: o estudo logo vai ser publicado pela CNA, com todos esses dados. Há um estudo detalhado aí, com sumário executivo. Então, tudo isso vai estar disponível. O pessoal vai poder olhar no detalhe.

Vou passar um pouco rápido. Isso é só para vocês entenderem o quanto os americanos subsidiam. Aquele monte de barrinhas são os programas. É para vocês verem como eles têm programas diferentes. É um sistema sofisticado de fazer política agrícola, mais sofisticado do que o nosso. Se a gente olhar agora os dados projetados aí, de 2013 e 2014, eles têm um, dois, três, quatro, cinco, seis tipos de programas que vão, de alguma forma, diretamente, para a mão do produtor. E como esses programas são muito baseados na área, eles vão para aqueles produtos que produzem mais; eles vão para soja, eles vão para milho, eles vão para algodão, certo? Eles são muito concentrados em alguns poucos produtos.

Esta é a nossa grande preocupação no caso americano, que se concentre o subsídio num produto, um produto de que ele é um grande exportador e de que o Brasil também é um grande exportador, com a exceção do trigo, o único produto que a gente não analisa muito, porque nós não somos exportadores.

Então, só para lembrar um contexto, se a gente voltar lá atrás, antes da subida de preço, vai ver que os americanos já subsidiaram mais, dentro desse contexto das duas últimas leis agrícolas de que eu falei.

Uma conta que a gente faz muito é a porcentagem do subsídio em relação à renda. Depois eu vou mostrar isso no final, comparando com o Brasil. Então, nesta época aqui, para os americanos, 10% da renda do produtor veio de subsídio do governo, certo? Então, 90% do mercado e 10% de subsídio. Hoje está ao redor de 4%. Vocês vão ver mais para frente que isso vai subir bastante. Essa é nossa preocupação maior.

Bom, agora eu vou explicando cada um dos programas aí. Eu não preciso entrar tanto no detalhe aqui. No estudo a gente detalha cada um deles. Eu só quero chamar a atenção para esta coluninha aqui, meio amarelinha. Vocês vejam que ela está crescendo. Esses são os programas de seguro rural. Se a gente olhar hoje, mais da metade do subsídio para o produtor americano vai na forma de seguro rural.

O que significa isso? Hoje o seguro rural nos Estados Unidos é basicamente obrigatório. O produtor toma um financiamento para financiar o seu custeio, e o banco só vai dar o financiamento se tiver segurado. E não é segurado por conta do risco de clima; é segurado por conta do risco de renda, porque o seguro deles é baseado em renda. Então, o produtor segura uma certa renda por hectare. Se quando ele vender o produto o preço estiver abaixo daquele utilizado para dar aquela renda – porque a renda por hectare é uma combinação de produtividade com preço, então eles seguram as duas coisas: produtividade responde mais ao clima; preço não, preço responde a mercado – então, se o patamar de renda dele foi abaixo, o seguro gera um sinistro, digamos assim, e cobre um pedaço daquela perda de renda.

Hoje isso é praticamente obrigatório nos Estados Unidos. Tanto é que, digamos, há um novo *player*, um novo jogador nesse debate da Farm Bill, que são as empresas de seguro, que ganharam muita relevância no debate americano. Se você acompanhar o debate lá nos Estados Unidos e assistir às audiências públicas deles para essa Farm Bill, vão ver que as empresas de seguro foram chamadas a todo momento para explicar quais são as modalidades de seguro que elas estão desenvolvendo, porque o americano está migrando para esse sistema de seguro. Por que ele está migrando para esse sistema de seguro? Entre outras coisas, porque isso dá muito mais conforto para ele na Organização Mundial do Comércio.

O seguro é um programa muito mais difícil – não é que é difícil, ele é mais complexo – de contestar usando as regras da Organização Mundial do Comércio. Essa é uma das justificativas de por que eles estão eliminando programas e aumentando os programas de seguro rural, eliminando programas de garantia de preço e indo para seguro rural. É como se, no Brasil, a gente não tivesse mais os chamados PEP, Prop e Pepro e migrasse tudo para o modelo de seguro rural. Agora, lembrando o seguinte: o seguro rural, nos Estados Unidos, custou este ano US$9 bilhões para os cofres do governo americano. Então é um programa muito caro, certo? O seguro rural no Brasil hoje são R$700 milhões. Então é um programa pesado que custa muito caro para o governo americano.

Esses aqui são os dois tipos de programa. Eles têm um que a gente chama de programa de proteção de renda. O mais importante disso é entender esses dois novos. Eu não preciso entrar tanto no detalhe, mas ambos funcionam num conceito de preço mínimo. Eles têm um preço mínimo, que está dividido em dois: um é o desse sistema, que é um empréstimo garantido, um preço mínimo para o produtor; e esses outros são preços mínimos para o condado deles – como se fosse um Município aqui no Brasil.

O que eles fazem? Eles fazem isso para evitar um pouco, para diluir um pouco o risco do programa. Então, há um programa em que o produtor compara o preço por que ele vendeu o produto com o preço de mercado. E um outro programa em que ele tira a média do Município, do condado, e diz: "Se a média do condado estiver abaixo, gera um subsídio." Então, pode haver produtores que estão acima ou abaixo da média do condado. Eles fazem isso para controlar um pouquinho o programa.

Esses aqui não têm mais relevância. Se a gente voltar lá atrás, no que eu chamei de *marketing loans,* um verdinho, era muito forte; hoje, sumiram, não existem mais. Porque é um preço mínimo que está basicamente congelado; os preços internacionais mudaram de patamar; então, ele não tem mais relevância.

Onde há relevância são esses dois novos aqui. Eles têm dois programas: um que é um preço mínimo e outro que é uma renda por hectare mínima. E o produtor escolhe. Ele é que decide. Por exemplo, se ele está numa região em que o risco de produtividade é muito baixo, ele vai para o programa de preço mínimo. Se ele está numa região mais marginal em que há mais riscos de queda de produtividade, ele vai para o programa que garante a renda por hectare. Então, é uma espécie de *menu* em que o produtor, com base no seu histórico, fala: "Eu vou concentrar, prefiro usar esse programa aqui ou eu prefiro usar esse programa aqui." Eles têm muito essa coisa de oferecer um *menu* para o produtor. E o produtor, com base em seu histórico, decide se ele quer um tipo ou outro. Para nós, isso tanto faz, porque dependendo do patamar de preço, isso gera um monte de subsídio. Essa é que é a nossa preocupação principal.

E esses são os seguros rurais deles. Havia o programa novo e eles criaram um novo chamado "Contrato de Opção Suplementar", que já vou mostrar para que entendam. E para o algodão, eles criaram esse chamado "Proteção de Renda Cumulativa", que está todo mundo chamado de STAX, porque a gente não tem uma tradução muito boa.

Esse é o grande programa e provavelmente na audiência com a Abrapa houve uma discussão sobre esse novo programa, porque ele é o grande programa que o Brasil está contestando no segmento do contencioso do algodão. É um programa bastante generoso para o produtor americano. Basicamente 70% do prêmio são cobertos pelo governo americano e ele cobre 90% da renda, ou seja, se houver uma perda de até 10% da renda, o seguro não entra. Qualquer perda acima de 10%, ele entra. Então, se se imaginar que qualquer atividade agrícola tem 10% de retorno, basicamente está se garantindo 100% do seu custeio com seguro. E isso é bastante generoso porque os produtores garantem uma renda de uma forma em que é basicamente zero o risco de mercado.

Aí, só para detalhar um pouco, eu achei interessante trazer esses gráficos, para vocês entenderem o processo. Vamos pegar a soja. Isso aqui é o preço médio da soja no mercado americano. Até aqui é preço de verdade; daqui para cá, são preços projetados. Esse aqui é o preço mínimo de um dos programas – vejam que ele está sempre abaixo, então, não gera subsídio. Por quê? Porque o preço de mercado tinha que estar abaixo do preço mínimo para gerar subsídio.

Esse é o outro preço mínimo deles. Eles têm nomes diferentes, não importa muito. Isso é como vinha. A lei agrícola nova subiu esse preço para cá, num momento em que há um ajuste de preços internacionais e no mercado americano. Essa diferença se transforma, então, em subsídio para o produtor.

Então, a razão da nossa preocupação é isso aqui, porque, a partir da safra 2014/2015... Isto é importante eu explicar: o que significa a safra 2014/2015? Significa a safra que o americano vai colher em setembro e que é comercializada de setembro de 2014 a agosto de 2015.

Aí é que o monitoramento vai ter que começar, porque aí é que começa de fato a implementação da política agrícola e de fato as nossas preocupações de haver subsídio. Então, estamos, digamos, antecipando uma preocupação que vai começar sobretudo no segundo semestre.

Especificamente para apresentação aqui, eu fiz alguma atualização de preços, porque os preços mudam todo dia, então, a gente tem sempre que atualizar. Aqui, no milho também, vocês vejam, com o milho ocorre a mesma coisa. Então, há um risco muito grande, uma probabilidade altíssima de haver pagamentos importantes.

Aqui, a nova modalidade. Depois, vou mostrar os números e já vou concluindo. Aqui, a nova...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ NASSAR – Senador, é o seguinte, eles eliminaram esse programa para o algodão. Por conta do painel, esses programas de garantia de preço mínimo no algodão foram eliminados, justamente para migrar tudo para o seguro rural. Foi uma forma de eles dizerem assim: "Olha, estamos implementando as decisões do painel". De certa forma, eles foram inteligentes ao fazer isso, porque esse tipo de programa o painel condenou completamente, lá atrás. Então, eles decidiram eliminar. O que eles fizeram foi fortalecer o de seguro, que de certa forma, no contencioso anterior, foi considerado, não foi totalmente condenado como esses programas foram, só que está ficando tão grande que está gerando o mesmo efeito desses daqui. E gera uma argumentação jurídica e econômica um pouquinho diferente na OMC, certo? Aí é que está... Então, eles foram espertos nesse sentido. Eles se protegeram...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Estão dando subsídio direto.

O SR. ANDRÉ NASSAR – É. Eles estão pagando de outra forma. Ao pagar de outra forma, eles acham que estão implementando o painel. Na verdade, não estão. Mas estão complicando do nosso lado a contra-argumentação. Por isso, eu não pus o algodão, porque não tem mais.

Bom, aqui são os modelos de seguro. Hoje, por exemplo, no seguro de milho, isso aqui é o subsídio ao prêmio, isso aqui é cobertura de renda. Basicamente, o subsídio ao prêmio do milho é hoje de 60%, que são patamares mais altos do que o nosso seguro aqui no Brasil, um pouquinho mais altos. E cobrem 70% da renda, ou seja, o produtor de milho garante uma renda de 100 Se a renda dele for de 69, a diferença de 69 para 70 é coberta. Aqueles 30% não se cobre, certo? Se for de 50, de 50 até os 70 é coberto.

Na safra 2012/2013, em que houve aquela quebra de safra de milho enorme, de praticamente 100 milhões de toneladas, explodiu isso aqui. Tanto é que o prêmio de seguro arrecadado não foi suficiente para pagar todo o sinistro e o governo americano teve que bancá-lo. Então, nesse caso específico, não se arrecadou o suficiente de prêmio de seguro para bancar o sinistro. Só que eles têm todo o sistema de resseguro por trás. E como têm o resseguro, o resseguro entrou e garantiu todas as operações. Então, não houve esse problema.

Aqui são alguns produtos. Aqui é o tradicional do algodão: 65% de prêmio, 70% de renda. O novo programa cobre 80%, e cobre 90% de perda de renda. Então, cobriu basicamente tudo, certo?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS. *Fora do microfone*.) – Garantiu, né? Nenhum produtor americano vai ter uma renda menor do que 90%.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Isso. Está garantido. E imaginando que, vamos dizer assim, um pedaço da renda é o retorno, é o lucro de qualquer atividade, 100% do custo dele – e não é só custeio, é custo fixo, depreciação e tal – estão cobertos por esse seguro. Isso é que nos preocupa. Por quê? Porque a gente sabe que quando você tem uma renda totalmente garantida, o incentivo para aumentar a produção na área é muito grande, mesmo em áreas que são mais marginais e de maior risco, porque sua renda está garantida.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mesmo que ele não produza, ou produza bem abaixo da média, ele está garantido. Quer dizer, não interessa o que eles vão colher, interessa que ele tenha a segurança de que 90% do preço que ele deveria ter está mantido. Vai aumentar a produção de algodão. Não tenho a menor dúvida.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com risco zero.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É. Mesmo porque o risco é zero.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Vamos admitir que ela nem aumente, certo? Só que para qualquer patamar de preço sempre eles vão...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas a tendência é aumentar, porque em áreas onde – eu estou raciocinando aqui no claro – você não plantaria algodão, vamos dizer, por causa do clima, porque você tem um solo que não é propício, com essa garantia, não há por que o produtor não arriscar.

O SR. ANDRÉ NASSAR – É. Esse tipo de seguro tira o risco do produtor. Então, aí o produtor não tem mais risco. Essa é a grande preocupação nossa.

Os outros produtos também têm um programa que não é tão pesado quanto o do algodão. Um programa novo, que é aquele que eu falei lá de cobertura suplementar, que basicamente sobe o subsídio ao prêmio, uma média de 60 a 62, tirando o arroz que é específico, vai para 65, com uma cobertura de 86.

Então, o que a gente está vendo no caso americano? Além de ele contratar o seguro tradicional, vai contratar esse suplementar também. E o incentivo para contratar é enorme. Ele vai contratar, porque é um seguro de renda e custa pouco para ele por causa do subsídio ao prêmio.

Bom, aqui outra coisa importante. Aqui eu usei a área plantada, só para vocês entenderem o tamanho do programa de seguro em relação à área plantada. Então, vocês vejam que no milho 89% da área plantada está coberta. Na plantada. Se a gente pegar a área colhida – porque sempre se tem a área plantada e uma área colhida menor, perda de produtividade –, a área colhida do milho dá praticamente 98%. Algodão já é 98% da área.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Porque não há risco nenhum.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Não há risco nenhum. Então, a agricultura americana hoje é 100% segurada, basicamente. Eu acho que o programa seguro é uma coisa super importante, só que o prêmio lá é muito subsidiado. Esse é o maior problema. Então, é um subsídio muito pesado para o produtor americano e que gera esses efeitos de aumento de área.

Bom, para a gente ir olhando os números, eu trouxe isso aqui. É só para olhar as projeções. Vejam que aqui, em relação à renda, a gente está projetando um aumento relevante em alguns anos do grau de subsidiação para os principais produtos americanos. Então, é isso que nos preocupa. Há uma curva de aumento dos subsídios totais. Vejam que aqui chegou a 25 bilhões, em 2005/2006, e, de acordo com as nossas projeções, pode chegar a quase 30%. Seria um recorde de nível de subsidiação nos últimos 15 anos, praticamente. Por isso estamos preocupados aqui. É uma combinação de seguro com preços mais baixos e com aquele preço mínimo que foi aumentado. Tudo isso gera esse efeito aqui. Claro que à medida que os preços caem ajusta de novo.

Aqui, olhando só as principais lavouras, vocês vejam que quando é para a agricultura como um todo, o patamar em relação à renda é um. Como o subsídio é concentrado, quando a gente olha as principais lavouras, sobe muito. Agora nós estamos olhando só quem recebe o subsídio, o mesmo fenômeno de aumento aqui. Vejam, o total é 30 bilhões. Para as principais lavouras é 20 bilhões. Quais são as principais? Milho, soja, algodão, arroz e trigo. Então, 20 bilhões vão para cinco lavouras, certo? É muito forte. Imaginem que cada lavoura está recebendo, em média, na casa de quatro bilhões de subsídio.

Bom, aqui vou olhando cada uma. Posso passar mais ou menos rápido, mas aqui são os programas de novo. Vejam, aqui é o programa de seguro rural atual. Aqui são os dois novos: o antigo e o novo. Vejam que eles eliminaram esse programa aqui – a gente não precisa entrar no detalhe –, mas ele foi 100% compensado pelo novo programa de seguro, numa modalidade que a nosso ver distorce mais. Esse programa aqui distorcia menos, porque não era vinculado nem a produção nem a preço; era vinculado a um preço no passado. E aqui é aquele programa novo do preço mínimo que eu falei. Eles subiram o preço mínimo. Então, vejam que começam a ter subsídios muito grandes para o milho, em patamares equivalentes ao lá de trás.

Vou passar rapidamente.

A soja pode chegar até a ter recordes, por conta do novo programa de seguro mais esse programa de preço mínimo, porque o preço mínimo da soja era bem baixinho, e foi elevado. Então, a gente está antevendo subsídios elevados para a soja. Daí a nossa preocupação. Vejam, é quase 5,5 bilhões na soja e nunca aconteceu isso em 15 anos. Mais para o passado. Ainda não aconteceu definitivamente.

Aqui é o algodão. Então, de novo, o que acontece com o algodão? Aqui foi toda a época do painel, certo? Houve uma série de ajustes na política americana decorrentes do contencioso. Isso provocou um novo patamar de subsidiação. Só que agora tudo é seguro rural nos Estados Unidos. Então, embora o nível de subsidiação lá os nossos cálculos não indicam que vão subir, como é seguro rural e gera esse efeito que o senhor falou, Senador, quer dizer, como ele está com a renda segurada, ele vai para áreas mais marginais, a mesma quantidade

de subsídio na nova lei vai distorcer mais do que na lei anterior. Esse é um dos grandes desafios para se comprovar, e a gente tem que comprovar.

Bom, não vou entrar tanto nisso aqui. Acho que eu vou direto para os resultados. O Senador Ferraço já deu uma antecipada nos resultados, mas vou explicar um pouco o que a gente fez. Basicamente, o que a gente fez aqui? A gente pegou, então, esses patamares de subsídios e falou: olha, quanto que US$5,5 bilhões de subsídio da soja geram de efeito no mercado internacional de soja? Qual é o raciocínio que a gente faz, o raciocínio econômico? O raciocínio é assim: se não houvesse esses US$5,5 bilhões, quanto teria sido a produção americana? "Ah, teria sido x por cento menor." Essa produção americana x por cento menor teria gerado que efeito no preço? Teria feito o preço internacional ficar x por cento maior. Certo? Como esse subsídio está lá, a produção americana é x por cento maior do que deveria ser, o preço internacional vai ser x por cento menor. Então, esse é o raciocínio que a gente faz.

Aqui é só um resumo. Então, no caso do milho, se a gente pegar ano a ano... Porque nós estamos olhando ano a ano quanto é o subsídio aqui, qual é o efeito no preço aqui, aqui e aqui. Aqui gera muito mais efeito no preço, ali gera menos efeito no preço internacional. Então, a gente estimou, no período de 2014 a 2018, entre menos 3% e menos 5% de redução no preço.

No caso da soja, de 2% a 4%. Aí vocês podem me perguntar assim: "André, mas por que a soja vai receber mais subsídio do que o milho em relação à renda?" Não, em relação à renda, é a mesma coisa, mas, de montante por tamanho da soja, é menor, mas o mercado da soja é menor também. Então, por que a distorção é menor? Porque os americanos têm uma participação na soja menor do que no milho. Eles são maiores no milho, então, isso gera mais impacto. Na soja, eles são menores. O Brasil e a Argentina, por exemplo, são muito grandes na soja.

No algodão, na casa de 3,7% a 4,3% de redução. Há estimativas aí no algodão que são mais agressivas do que a nossa, falam até em 10%, quando você incorpora alguns outros efeitos. Por quê? Basicamente, esses subsídios estimulam o aumento de produção, na verdade, é aumento de área e consequentemente de produção, empurrando os preços para baixo, e reduzem o risco do produtor, conforme a gente tinha conversado, principalmente os programas de seguro. Então, mesmo que os preços estejam altos, como você garante uma renda no programa de seguro, você recebe subsídio.

No modelo anterior, o produtor americano só recebia subsídio se o preço ficasse abaixo do preço mínimo. Quando é um sistema de seguro em que você tem 100% da área plantada segurada, mesmo com preços altos, o produtor recebe seguro também. Qualquer variação para baixo na renda dele o seguro cobre. Esta é a nossa maior preocupação: que há subsídios, grandes subsídios para o produtor, mesmo em contexto de preço alto. Isso reduz o risco dele e aumenta a área, empurrando os preços para baixo. Esse é o grande efeito.

Aqui é só a estimativa dos subsídios ano a ano, para vocês enxergarem, quer dizer, o milho pode chegar a ter até US$10 bilhões de subsídio, acumulando US$36,9 bilhões com o impacto médio de 4% e aí está US$1,3 bilhão que o Senador tinha mencionado de impacto nas exportações brasileiras, o acumulado aqui no período.

Na soja, a mesma coisa. Aí na soja dá US$2,5 bilhões. Ele é maior do que o milho. Por que é maior do que o milho? Porque o Brasil tem mais participação de mercado, então, qualquer reduçãozinha no preço da soja gera mais impacto no Brasil do que no milho, em que a gente é menor. A soja chega a ter US$5 bilhões, de acordo com as nossas estimativas.

No algodão, já são patamares menores, de US$1 bilhão – só que o algodão é um mercado bem menor, então, esse US$1 bilhão no algodão vale muito mais, mas com impactos menores –, na casa de US$330 milhões para o Brasil. Mas o algodão é um mercado menor.

Bom, eu queria comentar mais duas coisas e já vou terminando. A primeira coisa que eu acho importante comentar: os americanos – houve toda a discussão do Código Florestal aqui, de que os senhores participaram – têm um programa muito forte que eles chamam de Programa de Conservação. O Programa de Conservação americano basicamente é um valor por hectare que o produtor recebe para manter conservadas áreas frágeis. O grosso das áreas frágeis deles é o que a gente considera como áreas de preservação permanente aqui no Brasil. É o mesmo conceito. São áreas de margem de rio, áreas com declividade elevada, basicamente o mesmo conceito.

O que é importante do Programa de Conservação? Aqui vem o quanto eles recebem. Então, vejam, em 2014, em média, o produtor vai receber US$180 por hectare. Certo? Então, o produtor americano recebe, na média, US$180 para cada hectare que ele conserva; ao redor de 11 milhões de hectares são conservados lá.

Então, esse é um programa que a gente tem muita dificuldade de contestar na OMC, de dizer: olha, esse é um programa que distorce mercado. E é um programa que está ganhando força nos Estados Unidos. Tanto é verdade que o subsídio por hectare está subindo no tempo. Então, é importante a gente ficar de olho nisso aqui também, porque é um tipo de política que os europeus também estão começando a fazer, por isso, a gente tem que começar a acompanhar de perto.

Aqui, só para vocês entenderem, eles têm três tipo de programas. Têm um que eles chamam de Programa de Conservação, que foi esse que eu expliquei. Outro, que eu chamei de "outros programas": um principalmente voltado para conservação de áreas alagadas, então, é como se fosse um programa olhando o pantanal brasileiro; outro para áreas de pastagens, ou seja, um programa de conservação de pastagens de gado criado a pasto, que eles têm muito, principalmente na parte de cria e recria, eles têm grandes áreas de pastagens que não são aptas para agricultura, então, têm um subsídio para conservação dessas áreas de pastagem; boas práticas de produção. E há outro programa que não é um programa em que o produtor recebe o dinheiro, mas uma espécie de assistência de extensão rural para desenvolvimento de boas práticas produtivas. Isso é bancado pelo USDA. Na verdade, o USDA não executa. Ele tem o dinheiro, e consultorias e empresas de extensão rural vão lá e contratam. O produtor tem que pagar um pedaço da conta e o USDA paga outro pedaço da conta. Você tem n empresas operando, trabalhando para promover boas práticas produtivas, por exemplo, manejo integrado de pragas. Eles têm programas subsidiados pelo governo, pelo USDA, para levar as tecnologias e treinar os produtores. Vejam que eles são bem sofisticados nesses programas.

Para terminar – este é o meu último eslaide –, essa é uma comparação que a gente fez, que acho interessante. O primeiro... Deixe-me olhar o debaixo, depois a gente explica o de cima, que gera mais controvérsia. O de baixo o que é? É a porcentagem – eu peguei o último dado, peguei 2013 basicamente, menos para o Brasil, que é 2011 –, o quanto da renda do produtor é garantida com subsídios. Vejam que o americano... Eu peguei 2013, lembram? Eu estimei lá. Depois vai subir para 7,5% nas estimativas. Aqui eu fui bonzinho, digamos, com os americanos. Peguei um dado recente. Mas, comparando, vejam que o Brasil é um país que tem menor participação do subsídio na renda total e os europeus muito acima dos americanos – lembrando que os americanos vão chegar, se a gente olhar por produto, isso aqui pode chegar até a 18%, que foi o caso do milho, ou até a 15%, no caso da soja. O americano tem sempre que olhar por produto.

E aqui é por hectare. Por hectare muda completamente. Quando a gente pega a quantidade de subsídio e divide pelos hectares plantados, você vê que no Brasil dão US$16 por hectare; nos Estados Unidos, dão US$47.

Se a gente olhar por produto, nos Estados Unidos, dá na casa de US$150 – se eu pegar milho, dão US$150. Mas os europeus, dão US$400, certo? Então vocês vão dizer: "Ah, André, o problema é europeu! Ele é que subsidia muito mais."

Isso é uma outra coisa que nós estamos trabalhando com a CNA. Porque o que acontece aqui? Os programas europeus não são vinculados ao mercado. Então, você não pode dizer que esses R$400 por hectare fazem a produção europeia aumentar. Na verdade, a produção europeia está diminuindo. Só que a quantidade...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em reais ou em dólares?

O SR. ANDRÉ NASSAR – Em dólares. Tudo isso aqui eu coloquei em dólares.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Você falou em reais; faz diferença.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Desculpa. Tudo em dólar. Faz bastante diferença.

Então, o que é importante? A Europa, agora, está dizendo assim: "Olha, o nosso subsídio era para o produtor fixo", porque lá é fixo, o produtor recebe aquela mesma quantidade de dinheiro desde 2003. E agora eles estão dizendo assim: "Agora nós vamos migrar para um pagamento médio por hectare, porque antes o produtor recebia o subsídio e não produzia. Então, a gente quer redistribuir isso."

Então, o que acontece? A gente precisa desenvolver um jeito – esse é um dos nossos trabalhos junto com a CNA – de como conseguir comprovar que, com esse monte de dinheiro que o produtor recebe, europeu também distorce o mercado internacional. Não tem muita jurisprudência para isso ainda, mas é tanto dinheiro, que a gente precisa começar a alertar para isso.

Então, um dos nossos trabalhos, um dos nossos desafios é começar a mostrar que a política europeia também gera distorção. Agora, é um desafio diferente, porque ela não é vinculada a preço, se o produtor aumenta a área produtiva ele não necessariamente recebe mais, mas são coisas importantes para a gente começar a olhar. E vocês vejam a diferença do Brasil com os outros países, a despeito de o Brasil ser o terceiro maior exportador do mundo.

É óbvio que o europeu, como grande exportador, esse subsídio aqui está ajudando. É óbvio. A gente precisa achar uma forma de comprovar isso.

Muito bem. Aí é só para concluir, então. As mudanças introduzidas a gente já discutiu, até pela provocação do Senador Moka, porque essas mudanças vêm muito em função do caso do algodão. Ou seja, o caso do algodão fez com que os americanos... Ah, não, desculpem-me, esse aqui é o programa de crédito. Só para terminar, o programa de crédito à exportação, que foi considerado um subsídio à exportação também. O Brasil tem uma espécie de programa de crédito parecido com GSM-102, o Proex. Basicamente não é acessado, os produtos agrícolas não utilizam muito o Proex, mas, enfim, acho que é um mecanismo de política muito interessante, não na forma como os americanos faziam, porque basicamente os americanos eliminavam todo

o risco de mercado, porque esse é um programa de seguro de crédito à exportação. Mas para a exportação para países em desenvolvimento é muito interessante, porque o exportador pode oferecer um crédito para o importador e ele recebe o valor todo por meio de uma financiamento bancário. Mas, enfim, esse é um dos programas também que...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dr. André, peço licença a V. Sª, porque teremos que interromper, por uns cinco minutos, a reunião, porque nós estamos em processo de votação nominal em plenário. Por isso, eu vou ao plenário e retornarei em cinco minutos.

Então, vamos suspender a reunião por cinco minutos. É o tempo de V. Sª e do Sr. Embaixador tomarem um café.

Está suspensa a reunião por cinco minutos.

(*Suspensa às 11 horas e 32 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 39 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Está reaberta a nossa reunião.

Vamos devolver a palavra ao Dr. André Nassar, para que possa concluir a sua exposição, já em fase final.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Obrigado, Senador.

Só para concluir, então, o último eslaide. Está claro para nós que o nível de subsídio nos Estados Unidos vai crescer – isso está muito claro – em produtos que são de alto interesse do Brasil, sobretudo milho e soja. O Brasil é hoje um dos maiores exportadores de soja e já se transformou num dos maiores exportadores de milho. Então, a grande preocupação é que vamos entrar num momento de uma espécie de guerra comercial em que o subsídio americano vai incentivando reduções de preços, e isso vai nos prejudicar.

Realmente, achamos que é preciso ter uma pressão de diferentes frentes junto aos americanos para dizer: olha, nós estamos de olho que no que vocês estão fazendo. Se o subsídio chegar nesse nível, até o Brasil tem que incorporar o discurso de que teria que migrar para um novo contencioso de OMC. Acho que usar um pouco essa argumentação e convencer o Governo brasileiro, o Itamaraty, de que essa é uma porta relevante para se manter aberta, acho que é um papel fundamental do setor privado, do Legislativo também e das entidades, como a CNA e tudo mais. Então, essa é a nossa principal preocupação. E também a preocupação decorrente do modelo de seguro rural, que é um modelo que incentiva aumento de área, conforme já discutimos aqui.

Então, podemos vir a assistir um aumento de área plantada nessas lavouras, inclusive do algodão, nos Estados Unidos, só por causa do seguro rural. Isso vai fazer os preços caírem. Ou seja, não é que o americano está aumentando a área porque tem mais demanda. Ele está aumentando a área porque a renda dele está garantida. Isso seria muito ruim para o mercado internacional e muito ruim para o Brasil, porque eles vão competir conosco na China, na Europa, na Rússia, nos países do Oriente Médio, e assim vai.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – E o problema em si não é a competição. O problema é a competição de maneira desigual, desleal.

O SR. ANDRÉ NASSAR – Desigual. Perfeito.

Esse é o maior problema, porque aí os preços caem e os produtores aqui no Brasil vão ter que conviver com preços menores. E a gente sabe o que acontece com a agricultura quando a gente entra nesse processo de preços baixos. Os produtores são obrigados a pagar a conta.

Mais uma vez, Senador, queria agradecer o convite. É uma honra estar aqui. Quero saudar a Senadora Kátia Abreu, que está aqui também, e agradecer pela oportunidade de trazer esse estudo, que é uma antecipação. A gente está tentando antecipar problemas, para poder agir com a maior brevidade, celeridade e competência possível.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós é que agradecemos a oportunidade, o tempo de V. Sª, o conhecimento e as informações que compartilhou e socializou para as Comissões de Agricultura e Relações Exteriores do Senado da República.

Embaixador, diante dessas evidências, com a experiência de V. Exª, qual é o papel, quais são as iniciativas que o Governo brasileiro deverá adotar diante de um quadro extremamente preocupante para a nossa agricultura? E, se é preocupante para a agricultura brasileira, é preocupante para o nosso País, é preocupante para um conjunto extraordinário de milhares e milhares de famílias brasileiras de muitas regiões, que lutam de sol a sol, que trabalham dedicadamente, enfrentando tudo quanto é tipo de sorte e desafio.

E, diante dessas evidências que foram apresentadas pelo Dr. André, quais são as reflexões de V. Sª, na condição de embaixador, na condição de experiente homem das relações externas, tendo sido inclusive representante do nosso País na Organização Mundial do Comércio? Quais são as suas reflexões e que encaminhamentos V. Sª deixa para que esta Comissão e para que o Senado possam trabalhar na direção de criar as condições para que a agricultura brasileira possa ser protegida desta ação?

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Gostaria, apenas, de complementar seus questionamentos. Conheço bastante o estudo e quero parabenizar o André por essa maravilha técnica que ele produziu, que vai ser muito útil para todos nós. Mas tenho duas perguntas também no mesmo nível, na sua mesma direção, para o Embaixador Clodoaldo, bastante práticas e objetivas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª tem dupla jornada nesta Casa, além de Senadora, é Presidente da Confederação Nacional de Agricultura. Então, a responsabilidade de V. Exª é dobrada e naturalmente que os questionamentos são muito bem-vindos.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O que o senhor acha que levou, politicamente, os americanos a tomarem esta postura, quando normalmente isso é uma tendência europeia, esse protecionismo?

Então, o que fez a Europa ir para uma direção positiva, saudável, do ponto de vista mercadológico, e o que fez os Estados Unidos darem essa regressão, que é boa para os produtores, mas muito ruim para o mercado internacional? Quem motivou isso? Fico muito curiosa para saber o que motivou isso, até mesmo para aprender.

Segundo, se o senhor acha positivo o que já estamos fazendo, que é mobilizar outros países que também podem ser prejudicados, que serão prejudicados como nós. De que forma já poderíamos fazer uma frente ampla internacional de observação a essa lei? Quem sabe um observatório internacional da PAC, dos congressistas desses países, das entidades irmãs da CNA, e esse observatório internacional para medir tudo isso.

Então, Sr. Presidente, são esses dois questionamentos para um parecer do Embaixador, que temos a honra e o privilégio também de tê-lo como consultor da CMA.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A PAC e os próprios BRICS, que terão reunião agora no mês de julho aqui na cidade de Fortaleza, com a presença dos mandatários desses países...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Pode ser uma oportunidade ótima para lançarmos isso, esse observatório.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Waldemir Moka, com a palavra V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vou ser bem objetivo. Primeiro, André, muito bom, muito completo seu estudo. Conheço razoavelmente o assunto e achei muito bom, acho que ele vai ser muito importante.

Mas, uma coisa que me chamou a atenção – e quero que o nosso Embaixador Clodoaldo Hugueney possa comentar –, porque tenho a seguinte avaliação e quero que o Senhor me corrija. A União Europeia produz um subsídio, mas para evitar que os nossos produtos cheguem lá. Na verdade, eles produzem subsídios para o abastecimento interno deles. O caso mais concreto que temos é do açúcar. Eles produzem açúcar a partir da beterraba altamente subsidiada. Aí, é claro, não conseguem concorrer com nosso açúcar a partir da cana-de-açúcar. Só que o que eles fazem? Como têm que manter aquele produtor produzindo a partir da beterraba, eles subsidiam diretamente o produtor para o cara continuar produzindo, por uma questão de segurança mesmo, para eles não terem essa dependência tão grande da importação.

Eu gostaria de ser corrigido. Isso é uma coisa completamente diferente num país como os Estados Unidos, que, assim como o Brasil, produz para o seu mercado interno, mas produz para exportar. Quando você exporta produto subsidiado, aí você altera realmente a lógica do mercado.

Quer dizer, queria ouvir, porque, é claro que o subsídio europeu é um negócio absurdo, mais de US$400. Então, é aquela história absurda, a gente convive com isso.

E queria também... Porque, por trás de tudo isso, temos aqui essas barreiras fitossanitárias e ambientais, e elas, na minha avaliação, são usadas, de alguma forma, para aumentar o custo da produção brasileira. E aí, evidentemente, se você tem um custo maior para produzir, você não consegue competir com o mercado.

Então, você tem toda essa dificuldade, e dê-lhe barreira!

A Senadora Kátia pediu para distribuir um documento. Está aqui, de última hora: o Brasil foi considerado, na ONU, o país que, de longe, mais contribuiu para a diminuição do desmatamento.

Vejam como é a lógica dessas questões. Somos o país que temos 20% de área legal, Reserva Legal. Imagine se cada produtor nosso recebesse o que eles fazem lá, em termos de subsídio, para considerar as APPs, as áreas frágeis. Nós, além disso, temos 20% de Reserva Legal.

Só para tentar já direcionar a fala do Embaixador Clodoaldo Hugueney.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Embaixador Clodoaldo, a palavra é de V. Sª.

O SR. CLODOALDO HUGUENEY – Senador Ferraço, eu queria, como o André, agradecer muito o convite para estar aqui neste debate extremamente importante para o Brasil e para a agricultura brasileira e, como o

senhor mencionou, para o mundo, porque a agricultura americana é a maior exportadora do mundo, e a União Europeia, a segunda maior exportadora.

Queria agradecer à Senadora Kátia Abreu e ao Senador Moka as perguntas que fizeram. Vou tentar ser breve porque o André já expôs todo o impacto da nova lei americana sobre os produtos de maior interesse do Brasil.

Primeiro, eu queria mencionar uma coisa que o André indicou, mas que eu queria ressaltar, porque estou, há muitos anos, envolvido com negociação comercial: na realidade, toda a posição brasileira na OMC, na área de agricultura, que se converteu, no fundo, na posição do G20 em matéria de agricultura, foi montada com a colaboração do ICONE e do André. Nós tínhamos um pequeno grupo que discutia as políticas e identificou a forma de atacar os sistemas de subsídio à agricultura – subsídio distorcivo à agricultura. Mas nunca nós tivemos, como no caso atual, a possibilidade de produzir um estudo como esse no momento em que as políticas estão mudando nos Estados Unidos e na Europa. Acho que isso é um avanço enorme e se deve à atuação da Senadora Kátia Abreu e da CNA, que promoveram a elaboração desse estudo, e à qualidade técnica do André e do ICONE.

Isso se deve muito aos dois painéis que foram movidos pelo Brasil contra a União Europeia, no caso do açúcar, e, sobretudo, ao painel do algodão, porque nós aprendemos muito, com esses painéis, sobre os programas de subsídio dos dois. E, no caso dos Estados Unidos, que é o caso que está em pauta aqui, e um pouco já antecipando a resposta à sua pergunta e à pergunta da Senadora, há uma continuidade nos programas. E a natureza dos programas – específico para produto, de sustentação de preço, de sustentação de renda – vai sendo mantida ao longo do tempo, embora, em muitos casos, eles mudem de nome. A grande novidade, como André mencionou, é, agora, a expansão dos programas de seguro.

Então, acho que nós aprendemos muito e, no caso do algodão, o principal resultado, do ponto de vista do aprendizado, foi a questão da metodologia que foi desenvolvida para comprovar a depreciação de preços no mercado internacional pelas práticas de subsídio. Isso, hoje, é algo aceito, em nível internacional, e aceito na OMC, o que não era. E, se não fosse o painel do algodão, isso não estaria em pauta e não teríamos condição de preparar um estudo como esse.

De modo que acho que isso é, realmente, algo de extraordinária importância.

Deixem-me entrar, então, para seguir a recomendação do Senador Ferraço e para responder às perguntas da Senadora Kátia Abreu e do Senador Moka, no que poderia ser uma agenda para o Brasil a fim de fazer frente a essas duas novas políticas.

Acho que nós temos duas agendas: uma agenda nacional e uma internacional.

No seminário organizado na CNA para apresentação da versão inicial desse estudo, que contou com a participação, inclusive, dos nossos adidos em Washington e em Bruxelas, já foi aventado pela Senadora Kátia Abreu uma possível agenda de como levar adiante esse trabalho. E o André, aqui, já apontou alguns caminhos.

Acho que o primeiro caminho, que ele enfatizou muito, é que essas políticas estão começando e irão demandar uma quantidade imensa de informações que estão sendo acumuladas para que possam ser executadas. Então, tem que definir a área plantada, tem que definir renda, tem que definir condado, renda por condado... Tudo isso, no caso da União Europeia, que é uma política onde os programas migraram para o que seriam programas sem impacto sobre o mercado, há uma quantidade de questões que ainda vão ser definidas, porque uma parte dos recursos disponíveis, a alocação desses recursos será determinada por cada um dos países. Então, acho que temos que fazer aqui um exercício permanente de acompanhamento e monitoramento, para ver como isso está sendo implementado.

Mas isso não é só uma questão de entendermos para onde essas políticas estão levando os subsídios e o montante dos subsídios e qual é o impacto nos mercados. É também uma forma de irmos acumulando munição para levar adiante, caso seja necessário um questionamento dessas políticas.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO. *Fora do microfone*.) – Produzindo provas ao longo, não é?

O SR. CLODOALDO HUGUENEY – Isso. Começamos cedo, e é fundamental que continuemos a fazer, porque o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos agora que está começando a implementar esses programas de seguro. A implementação desses programas, na realidade, só estará plenamente efetiva ano que vem, porque demanda uma quantidade enorme, mas nós já estaremos com uma quantidade de informações acumuladas e poderemos, então, estar em uma posição muito melhor para questionar esses programas.

A segunda questão que considero muito importante nessa agenda nacional...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – E V. Sª acha que esse papel seria da Confederação Nacional da Agricultura? Ou V. Sª acha que o próprio Ministério das Relações Exteriores ou o Ministério da Agricultura ou o MDIC deveriam estar se organizando, se estruturando preventivamente?

O SR. CLODOALDO HUGUENEY – Senador, na realidade eu acho que essa é uma tarefa nacional, tem que envolver o Executivo e o Legislativo, como ocorre, aliás, nos Estados Unidos e na Europa, com o Parlamento europeu. Tem que envolver as associações de classe, os produtores, a Academia, porque isso é um exercício

de grande dimensão, e não é, como eu disse, só um exercício de levantamento de informações. É um exercício político, porque ele vai criar os instrumentos para podermos, depois, ter uma defesa melhor; e vai criar os instrumentos, como o André mencionou muito bem, de pressão sobre os Estados Unidos e a União Europeia no momento em que estão definindo como irão implementar essas políticas.

Acho que esse debate que V. Exª promoveu tem uma importância muito grande como um primeiro debate para levantar essas questões aqui no Congresso Nacional e deixar esse tema em pauta para que possamos mostrar que essa questão não é só do Ministério da Agricultura, do Ministério das Relações Exteriores, não é uma questão só da CNA, dos produtores. É uma questão que envolve o Brasil, envolve o interesse nacional, porque somos o terceiro maior exportador do mundo. O papel da agricultura, hoje, no contexto econômico brasileiro, é de outra magnitude.

Quem sustenta o superávit comercial brasileiro, hoje, é o setor da agricultura. Então, o nível de emprego, a participação no PIB da agricultura, tudo vem crescendo. A agricultura tem um histórico recente de aumentos permanentes de produtividade, etc.

Hoje, nós somos um líder mundial em matéria de agricultura. E, como o André mostrou, o nosso nível de subsídio é muito baixo. Então, nós temos tudo para questionar esse tipo de política e temos tudo para ser ouvidos, porque nós somos uma potência agrícola mundial hoje. Isso não era assim há 20, 30 anos.

Então, eu acho que essa é uma tarefa realmente de união e de coordenação em torno desses temas.

Um elemento muito importante nisso é qual é o impacto externo, qual é o impacto no mercado, como o André mostrou. Vai haver uma depreciação de preço, etc., e isso vai ter de ser muito acompanhado, porque o cenário hoje é um cenário mais instável. O cenário em que nós convivemos com a lei agrícola americana anterior e com a PAC anterior era um cenário de subida de preço. Os preços das *commodities* no mercado internacional chegaram a patamares elevadíssimos, função em grande medida da demanda chinesa e das taxas de crescimento da China. Ora, a economia chinesa está reduzindo suas taxas de crescimento. A economia chinesa pode reduzir ainda mais. Não acredito que vá haver, não se prevê um cenário de modificação substancial, mas os preços, na realidade, já caíram em relação a esse patamar mais alto.

No caso do algodão, Senador Moka, a China acumulou estoques de tal ordem que o Departamento de Agricultura Americana está prevendo uma queda de preços do algodão e uma queda de demanda por algodão, porque a China é o maior importador de algodão. Então, é possível, inclusive, que a Índia substitua a China.

Nesse cenário de queda de preço, o impacto dos subsídios se torna muito maior, porque o espaço entre aquela linhazinha dos preços de referência e os preços do mercado vai aumentar. Então, eu acho que deve haver um observatório de acompanhamento permanente do que está acontecendo no mercado e do que está havendo em termos de implementação dessas linhas, dessas políticas com foco nos três grandes produtos que o André mencionou: a soja, o milho e o algodão.

Eu acho que, como consequência desse acompanhamento permanente, vamos ter de aprofundar os estudos, e fazer estudos mais específicos por políticas e por produto, e vamos ter de realizar mais eventos como esse e eventos em nível de discussão com a sociedade, com especialistas, para estarmos permanentemente atualizando o nosso conhecimento.

Como o André mencionou, eu vejo que a discussão aqui no Congresso brasileiro tem dois grandes focos: um foco é esse de qual é o efeito possível dessas políticas nas exportações brasileiras; mas o outro foco é quais são as políticas que esses países estão fazendo, não só as distorcivas do comércio mas também as outras, que podem e devem ser acompanhadas pelo Brasil, inclusive como forma de desenvolver políticas mais modernas no Brasil voltadas para o agro.

O André mencionou a política de conservação. Essa política, como ele mostrou, está tendo um crescimento grande. V. Exª, Senador Moka, levantou a questão de que aqui a maior parte é paga pelo próprio produtor. Então, isso é um bem público, isso é uma externalidade importante à preservação ambiental. Então, é importante que esse tema esteja presente na discussão dessas políticas. Mas há outras.

Os Estados Unidos estão destinando, nessa lei agrícola, 200 milhões de dólares para promoção das exportações agrícolas americanas. Eles estão organizando, no contexto desses programas de promoção de exportação, uma gigantesca missão agora, a Ásia, para promover biocombustível na China, no Japão e na Coreia. Então, isso tem um impacto muito grande, aumentar a presença dos americanos nos mercados, que hoje são centrais para o setor agrícola.

A politica deles de inovação tecnológica embutida nessa nova lei, com a criação de uma fundação com contribuições do governo e com contribuições do setor privado, para promover pesquisa em área de pesticidas, em área de defensivos, em áreas de novos métodos de produção, é uma política enorme. O secretário de agricultura, num pronunciamento recente, indicou que ele esperava levantar para essa fundação, além dos recursos do governo, US$400 milhões para promover atividades de pesquisa e inovação voltadas para o pro-

dutor americano. Há outros programas ainda, como o programa dos jovens agricultores, programas na área de reflorestamento e os programas de desastres naturais, que são programas extremamente importantes, sobretudo se a gente olhar no contexto de mudanças climáticas que estão ocorrendo.

Então, acho que aí existe toda uma série de políticas públicas que existem na lei americana, mas existem também de outra forma na nova política agrícola comum, que são muito interessantes para o Brasil acompanhar e para o setor acompanhar, porque elas indicam caminhos possíveis para a política no Brasil na área agrícola.

E nesse contexto, como o André mencionou, da migração dos subsídios americanos para a área de seguro e o fato de que os esquemas de seguro americano são esquemas extremamente sofisticados, que levam a uma redução do risco para o produtor quase total, é importante que o Brasil olhe um pouco essa questão do seguro agrícola e veja como desenvolver esquemas de seguro no Brasil.

Então, acho que essa agenda nacional, combinando o acompanhamento das leis, o acompanhamento do impacto no mercado e o acompanhamento das políticas que estão embutidas nesses dois regimes é algo muito importante e deve envolver o Congresso, o Executivo, os produtores, as associações e a Academia.

No plano internacional, para responder uma pergunta que a Senadora Kátia Abreu indicou, acho que a gente deveria, nesse momento em que já temos alguma informação e as políticas estão começando a ser implementadas, realizar consultas com os dois grandes, os Estados Unidos e a Europa, isso com vistas a mostrar que estamos atentos e que queremos entender como eles estão implementando essas políticas.

Acho que esse esquema de consultas é um esquema muito importante, e essas consultas podem ser tanto nas capitais, como em Genebra.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO) – As consultas diretamente para quem?

O SR. CLODOALDO HUGUENEY – Com os Estados Unidos e com a União Europeia...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Com os governos?

O SR. CLODOALDO HUGUENEY – Sim, com os governos. E pode envolver também o Parlamento Europeu e o Congresso, acho que pode ser, dado que estamos fazendo esse primeiro debate aqui sobre a política agrícola americana, e pode envolver também os produtores através de consultas entre associações de produtores que existem dos dois lados.

Em Genebra, acho que o Governo brasileiro deveria levar esse tema da política agrícola comum e o tema da lei agrícola americana para o Comitê de Agricultura da OMC, não como forma de questionar, mas como forma de iniciar um debate que pode levar a um questionamento.

Então, acho que é um tema muito relevante.

A União Europeia acabou de dar a indicação de que pretende discutir em Genebra o crédito rural brasileiro. Então, acho que deveríamos promover uma discussão em Genebra sobre a PAC e sobre a lei agrícola americana.

Como forma de arregimentar e mobilizar os países, acho que esse estudo, que tem também uma dimensão voltada para a política agrícola comum – que o André não apresentou, porque hoje o foco era na lei americana –, deveria ser apresentado ao G20 em Genebra, que são os nossos parceiros na luta contra os subsídios dos grandes países. E poderia ser apresentado a outros grupos em Genebra. Acho que essa é uma forma de mobilizar os países e de aumentar o conhecimento desses países sobre o impacto dessas políticas.

Finalmente, numa área internacional, acho que temos que começar uma renovada mobilização, depois da Ministerial de Bali, para ver se é possível retomar as discussões sobre agricultura na rodada.

O cenário não é dos melhores. E agora, com essas duas novas políticas, uma definida até 2018 e outra definida até 2020, é muito difícil pensar que vão se introduzir modificações que vão afetar a lei agrícola americana e a nova PAC.

Mas, isso não impede que, por um lado, vejamos, monitoremos a execução dessas políticas e tentemos corrigir problemas na execução das políticas, porém, mais importante, que tentemos chegar, efetivamente, a um acordo global de redução de subsídios no contexto da rodada, para que, a partir do momento em que essas políticas cheguem ao seu final, consigamos ter uma nova geração de políticas agrícolas nos Estados Unidos e na União Europeia, diferente e que distorça muito menos. Isso é algo que vale, como o André indicou, mais para os Estados Unidos que para a Europa, porque a Europa migrou grande parte de suas políticas para o que na OMC se chama caixa verde.

Ainda respondendo à pergunta da Senadora Kátia Abreu sobre os Estados Unidos e a Europa, e a questão do protecionismo, acho que, na realidade, na Europa, as duas evoluções são diferentes. Elas têm pontos em comum, como reflete o esquema do seguro, de reduzir o potencial questionável dessas políticas. Mas, no caso da Europa, ela vem migrando os programas dela cada vez mais para programas dissociados de mercado, de produtos e de preços. Os últimos que restam ainda são o leite, o vinho e açúcar. E estão vinculados a produtos. Estão expirando.

Então, como André indicou, no caso da política agrícola comum, o desafio vai ser maior em termos de questionamento dessas políticas. Mas é possível, dado o volume de subsídios, que chegam a 60 bilhões de euros, que essas políticas tenham um impacto no mercado.

No caso dos Estados Unidos, a orientação sempre foi vinculada mais a políticas distorcivas, a políticas vinculadas a produtos, etc. Esses programas vêm migrando em certa medida. Alguns foram eliminados: CCP (Counter-Cyclical Payment), etc. Mas eles têm migrado de uma forma muito mais limitada do que aconteceu na Europa. Eu acho que isso reflete o fato de que os Estados Unidos são um gigantesco exportador de grãos, de produtos de oleaginosas e de algodão, o que faz com que esses programas americanos tenham um potencial de sustentação dessa exportação americana no mercado mundial.

Sobre a questão de mobilização dos países, concordo inteiramente com o Senador que a reunião dos BRICS pode ser um momento para se levantar um pouco essa questão. Na realidade, os BRICS têm uma reunião anual de ministros da agricultura e discutem uma agenda de agricultura. Então, acho que esse tema é significativo e tem uma importância grande para todos os membros dos BRICS.

Quanto à questão levantada pelo Senador Moka da diferença entre o subsídio europeu e o americano, concordo. Acho que a exportação europeia está concentrada em outros tipos de produtos, e o tipo de subsídio europeu vai mais para esse tipo de sustentar uma produção e preservar um mercado para os produtos europeus, tendo também a ver com essa história dos programas de subsídio que o André mostrou, exemplificados por mim aqui.

Faria só um comentário final sobre a agenda de negociações comerciais, debatida aqui em reunião anterior, cujo tema está vinculado a esse e é de grande importância. Estão em curso novas negociações comerciais: a Parceria Transpacífica, a Parceria entre os Estados Unidos e União Europeia, a China está tentando responder a essas negociações, propondo agora uma gigantesca rodada de negociação a nível da Apec. Acho que essas negociações, com a presença dos Estados Unidos e com a liderança, no caso dessas duas grandes negociações – Parceria Transpacífica e a negociação com a União Europeia –, tendo os Estados Unidos como o maior exportador do mundo de produtos agrícolas, também precisam ser acompanhadas com grande atenção, porque a combinação de níveis de subsídio, apoio à agricultura, com abertura de mercados para as exportações americanas através dessas negociações pode ser uma combinação muito prejudicial às exportações brasileiras.

Acredito que vamos ter de olhar também essa dimensão das rodadas de negociação e o que está acontecendo, em termos de abertura de mercado, para os Estados Unidos, a Austrália, a Nova Zelândia, no caso da Parceria Transpacífica, e em que medida isso pode também afetar as exportações brasileiras e a presença brasileira no mercado internacional.

Sr. Presidente, agradeço muito.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Apenas gostaria que o Embaixador pudesse dar uma opinião final sobre o nosso acordo União Europeia e Mercosul. Qual a impressão que o senhor tem hoje a respeito desse tema, tanto da parte da Argentina, quanto da parte dos europeus, que têm declarado, diversas vezes, as próprias entidades contrárias a esse acordo?

O SR. CLODOALDO HUGUENEY – Senadora, acho que V. Exª tem batalhado para levar adiante essa negociação, e ela é muito importante para o Brasil e, acho, para o Mercosul também. A União Europeia é o maior mercado importador, ou o segundo melhor mercado importador do Brasil. Então, essa negociação teria um impacto e seria a primeira grande negociação comercial que teríamos condições de levar adiante e tentar concluir, porque as outras negociações que temos feito são muito limitadas, com países que não têm maior expressão.

Acho que o momento atual é difícil para fazer progredir essas negociações.

Nós teríamos que colocar sobre a mesa, muito rapidamente, uma oferta, e, até onde eu sei – eu já não estou mais no ministério, agora estou aposentado, mas sigo acompanhando essa discussão –, não foi possível concluir uma oferta do Mercosul.

Eu acho que nós deveríamos fazer um esforço para tentar realmente levar essa negociação adiante e ver se é possível, de uma forma ou de outra, em conjunto com os parceiros do Mercosul ou de forma separada, numa negociação em dois estágios sobre a apresentação da oferta, tentar ver se a gente consegue levar essa negociação, que já se arrasta por mais de dez anos. Essa negociação começou quando eu era embaixador em Bruxelas, 12 anos atrás, ela está próxima da perda de credibilidade, porque é difícil sustentar uma negociação por tanto tempo e manter as pessoas engajadas na negociação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Embaixador Clodoaldo. Muito obrigado, Dr. André.

Eu queria fazer uma proposta final, até porque precisamos ir ao plenário para votar o Supersimples, uma proposta que faria à Senadora e Presidente da Confederação Nacional da Agricultura.

Eu acho que o Dr. André nos trouxe pra lá de evidências, constata ações daquilo que está por vir.

O Embaixador Clodoaldo, do alto de sua longa e exitosa experiência, praticamente nos ajudou a construir aqui uma agenda.

A proposta que quero fazer a V. Exª é que as Comissões de Agricultura e Relações Exteriores possam se integrar a um trabalho da Confederação Nacional da Agricultura, e nós possamos fazer uma agenda de trabalho, visando às várias articulações nos vários ambientes, nos vários segmentos, nacionais e internacionais. Eu acho que essa articulação do Parlamento brasileiro, do Senado, poderá nos levar à antecipação do estresse desse debate. Inclusive, quem sabe, nós pudéssemos propor até uma audiência temática no plenário do Senado, porque precisamos dar luz, visibilidade a essa questão que está por vir. Ou seja, esse é um problema contratado, ele não está ainda em execução em 2014, mas está contratado para 2015 e assim por diante.

Além disso, nós precisamos também trabalhar uma outra questão: como o Brasil, como o Governo brasileiro vai reagir a essa questão. Não basta apenas nós ficarmos reclamando nos painéis internacionais, é preciso que políticas locais possam ser adotadas, visando dar à agricultura brasileira condição de igualdade de competição. Então, nós temos uma agenda bastante densa. Acho que fazermos uma audiência temática no plenário do Senado com a presença dos nossos Ministros de Relações Exteriores, de Agricultura e de Comércio Exterior será muito importante, um passo além, mas eu acho que nós temos uma agenda estruturada pelas contribuições que recebemos aqui do Dr. André e do Embaixador Clodoaldo. Essa é a proposta que quero fazer à CNA, para que pudéssemos combinar, em algum momento sentarmos e estruturarmos essa agenda de trabalho.

Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Obrigada, Presidente Ricardo Ferraço, eu acho a ideia maravilhosa, extraordinária. Tanto o André como o Embaixador Clodoaldo são duas pessoas fundamentais no apoiamento do nosso trabalho. A CNA está totalmente à disposição, inclusive, podemos envolver a Aprosoja, a Abrapa e a Abramilho, que são as associações específicas desses três produtos que têm muito a contribuir, principalmente o algodão, que está lá fora dia e noite batendo, trabalhando e tem dado resultado. Tenho certeza de que poderíamos ter um grande sucesso.

Apenas um complemento: um tempo atrás, consegui fazer uma reunião no Congresso, no plenário – eu e o Senador Moka – em que mobilizamos 100% das comissões da Casa. Eu acho que seria importante essa parada e que todas as comissões apoiassem essa sua ideia, essa sua iniciativa. Eu tenho certeza de que todos concordariam. Assim como foi para o Código Florestal, que era um assunto nacional, de interesse dos brasileiros, este também é o interesse dos brasileiros.

E a segunda coisa é – apenas dar publicidade – também continuarmos nosso trabalho com o André Nassar, para já ir trabalhando a comparação dos subsídios ao longo dos últimos 20 anos – Estados Unidos, Brasil e União Europeia –, com os mínimos detalhes, porque não pode ser por um ano. Nós temos que fazer uma série histórica dos últimos dez, vinte anos, para que nós possamos já estar também com um instrumento poderoso. E eu tenho certeza de que eles ficarão indignados com o mínimo de subsídio que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós vamos formular a proposta de uma audiência temática no plenário do Senado.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Porque aí é uma possibilidade de nós fazermos isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – E vou compartilhar com V. Exª e com o Senador Moka, para fazermos isso em conjunto.

Senador Moka, pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Deixe-me colocar uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pois não, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quando a gente coloca a Comissão de Agricultura, sempre é "a Bancada ruralista, o produtor rural é um chorão, eles estão reclamando". Eu acho que tem que ser liderado pela Comissão de Relações Exteriores. Por quê? Porque nós damos uma outra dimensão. É uma outra dimensão.

Então, em uma audiência, quando liderada pela Comissão de Relações Exteriores, nós vamos colocar Senadores que, inclusive, não lidam, como eu e a Kátia, no segmento, mas que têm a mesma preocupação com o mercado. E, principalmente, hoje, como disse o Embaixador Clodoaldo, a agricultura, o segmento chamado agro é responsável pelo superávit da balança comercial, geração de emprego. Nós estamos falando da economia do País, de geração de emprego, de percepção do nosso PIB.

Acho fundamental que seja liderado, claro, com a participação nossa, da Comissão de Agricultura, mas tendo como quem vai puxar essa discussão... Até preocupado – como trouxe aqui o André, uma preocupação de país –, de como nós vamos nos preparar para esse embate que vai existir.

E eu não tenho a menor dúvida: esse seguro aí é alguma coisa... Antigamente, o seguro era, vamos dizer assim, indireto. Esse seguro rural é um seguro na veia do cara, é direto, porque o cara não vai ter preocupação nem com produtividade nem com condições climáticas. Ele vai, simplesmente, dizer: "Olha, eu plantei tanto, e eu quero 90% disso."

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Moka, nós vamos adiante nessa articulação, pelo elevado interesse nacional que está sendo jogado na necessidade de nós aprofundarmos esse debate, e acho que, de maneira inovadora, nós estamos nos antecipando ao problema. Nós estamos agindo de maneira preventiva; nós não estamos permitindo e admitindo que o problema se instale para que nós possamos nos articular.

Então, nós vamos tomar a iniciativa dessa proposta, e vamos estar em linha, trabalhando a construção. Quero agradecer muito a V. Exª, à Senadora Kátia, aos demais Senadores que contribuíram para que nós pudéssemos dar esse primeiro passo. Esse é o ponto de partida, não é o ponto de chegada para esse debate que o Congresso brasileiro, que o Senado da República começa a fazer.

Portanto, agradeço a V. Sª pelas contribuições, ao Embaixador Clodoaldo e, de igual forma, ao Dr. André, pelo detalhamento, pela consistência e pela robustez dos estudos que foram apresentados aqui na Comissão de Relações Exteriores.

Antes de encerrar a nossa reunião, nós queremos propor a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Fica aprovada a ata da reunião anterior e também desta reunião que nós estamos encerrando.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE JUNHO DE 2014, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 24ª REUNIÃO, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia quatro de junho de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Wilder Moraes, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores Jorge Viana, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Humberto Costa, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Jayme Campos e João Vicente Claudino. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação das atas das 23ª e 24ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. Tem início a apreciação da pauta. Item 1 – Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2013, de autoria do Deputado Ivan Valente, que "altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir acesso público a dados e informações empregados em análise de revisão de tarifa de remuneração de serviço de transporte público coletivo". **Autoria:**Senador Inácio Arruda. Relatoria ad hoc: Senador Jorge Viana. Resultado: Aprovado. Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 446, de 2012, de autoria do Senador Aécio Neves, que "reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins incidentes sobre operações com energia elétrica". **Autoria:**Senador Delcídio do Amaral. Resultado: Pedido de vista concedido. Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2013, de autoria do Senador Wilder Moraes, que "determina o uso de energias alternativas na geração de calor em edificações novas de propriedade da União". **Autoria:**Senador Inácio Arruda. Faz uso da palavra o Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado com emendas. Item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2013, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, que "isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar". **Autoria:**Senador Delcídio do Amaral. Relatoria ad hoc: Senador Flexa Ribeiro. Fazem uso da palavra os Senadores Inácio Arruda e Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado. Item 5 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 19, de 2014, de autoria do Senador Sérgio Petecão, que requer "nos termos regimentais, a designação de uma comissão composta por membros dessa Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, incumbida de realizar visita técnica às instalações da Usina Hidrelétrica de Jirau, no Estado de Rondônia, objetivando promover uma análise do projeto no contexto geral energético brasileira". Resultado: Aprovado. Item 6 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 20, de 2014, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que requer "nos termos do art. 113 do Regimento

Interno do Senado Federal, seja o estudo e apreciação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 559, de 2013, que "institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", realizado em reunião conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)". Resultado: Aprovado. Item 7 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 21, de 2014, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Infraestrutura do Senado federal, com a presença do Senhor Marcelo Guaranys, Diretor-Presidente da ANAC (Agência Nacional da Aviação Civil), para prestar esclarecimentos a respeito das Resoluções de números 316 e 317, ambas de 2014. Para a referida audiência pública relacionamos os seguintes convidados: 1 – Senhor Marcelo Pacheco dos Guaranys – Diretor Presidente da ANAC (Agência Nacional da Aviação Civil); 2 – Senhor Milton Arantes Costa – Diretor Presidente da Associação Brasileira de Taxi Aéreo, ABTAer; 3 – Senhor Marcelo Ceriotti – Diretor Presidente do Sindicato Nacional dos aeronautas, SNA; 4 – Senhor Ricardo Nogueira, Diretor Geral da Associação Brasileira de aviação Geral, ABAG / Conselheiro da ANAC; 5 – Senhor Humberto Gimenes Branco, Diretor Vice Presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves / Conselheiro da ANAC; 6 – Senhor Georges Ferreira, Especialista em Direito Aeronáutico". Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e cinquenta e nove minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wilder Morais,** Presidente em exercício da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM – GO) – Declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Deliberativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 23ª e da 24ª Reuniões.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir acesso público a dados e informações empregados em análise de revisão de tarifa de remuneração de serviço de transporte público coletivo.

Autoria: Deputado Ivan Valente

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Pela aprovação

Nomeio como Relator *ad hoc* o Senador Jorge Viana. Com a palavra, para a relatoria, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2013 (Projeto de Lei nº 3.546, de 2012, na Casa de origem), do Deputado Ivan Valente, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir acesso público a dados e informações empregados em análise de revisão de tarifa de remuneração de serviço de transporte público coletivo.

Relator: Senador Inácio Arruda

Agradeço a relatoria *ad hoc* ao Presidente Wilder Morais.

Vem ao exame desta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto Lei da Câmara nº 50, de 2013, de autoria do Deputado Ivan Valente.

O projeto visa a alterar a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para permitir acesso aos dados e informações utilizados em análises de revisões tarifárias dos serviços de transporte público coletivo.

O autor justifica a iniciativa reafirmando que a transparência da estrutura tarifária e a publicidade do processo de revisão das tarifas são obrigações que constam na Constituição Federal.

O autor lembra, ainda, que a Lei nº 12.587 menciona explicitamente o princípio da publicidade apenas no caso de revisão tarifária extraordinária, não tendo sido citado para reajustes e revisões ordinárias. O projeto de lei em análise buscar corrigir essa omissão.

A proposição foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu parecer pela aprovação, e à Comissão de Serviços de Infraestrutura. Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar, entre outros temas, sobre "transportes de terra, mar e ar".

Associo-me aos argumentos favoráveis ao mérito do projeto apresentados na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que também analisou a constitucionalidade e juridicidade da matéria. Embora a publicidade seja um princípio constitucional que deveria ser automaticamente aplicado pela Administração Pública, cabe explicitar a necessidade de sua observação nos casos de reajustes e revisões ordinárias das tarifas do transporte coletivo.

Como todos puderam acompanhar, no último mês de junho houve uma série de manifestações, em diversas capitais brasileiras, justamente em função de aumentos tarifários do transporte público.

Ao prever a divulgação dos elementos de instrução dos processos de aumento de tarifas "em linguagem acessível e de fácil compreensão", a proposta também contribui para aprimorar a motivação dos atos da Administração Pública e a capacidade da sociedade brasileira de fiscalizar com maior rigor os serviços de transporte urbano.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2013.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente, e acabo de fazê-lo em nome do Relator, Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM – GO) – Agradeço ao Senador Jorge Viana, como Relator *ad hoc*, e coloco a matéria em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 446, DE 2012

– Não terminativo –

Reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins incidentes sobre operações com energia elétrica.

Autoria: Senador Aécio Neves

Autoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatório: Pela rejeição

Designo como Relator *ad hoc* o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vamos acompanhar a posição do nosso Relator, Senador Delcídio do Amaral, que fez um voto pela rejeição do PLS n° 446, de 2012.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM – GO) – Em discussão. (*Pausa.*)

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, eu estou quase sem voz, vou tentar ser ouvido não só pelos que estão aqui...

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM – GO) – Está muito bem, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – ...mas pelos telespectadores da TV Senado e pelos ouvintes da Rádio Senado.

Estranhou-me muito quando vi o parecer do competente Senador Delcídio do Amaral, nessa área, pela rejeição. Estou aqui com o *site* do PT – ptnosenado.org.br –, e "Delcídio quer 'ousadia' para baixar as tarifas de energia". Ele próprio coloca no *site* do seu Partido, no texto, do qual vou ler só uma parte:

Além disso, Delcídio defende "uma ousadia maior", que contemple também a redução de encargos, que hoje representam quase 48% da conta de energia paga pelos brasileiros.

Então, quem escreve isso no *site* do seu Partido não pode dar um parecer contrário, Senador Inácio Arruda, num projeto do Senador Aécio Neves que vem ao encontro daquilo que todos nós queremos: reduzir o custo da energia para aumentar a competitividade da produção brasileira.

Ainda ontem tivemos uma reunião no Gabinete do Presidente Renan Calheiros com o Sr. Gerdau e com vários Senadores, e o Sr. Gerdau veio ao Senado para falar exatamente sobre o custo da energia nos eletrointensivos e citou exemplos no mundo inteiro em relação ao Brasil.

Então, eu quero parabenizar o Senador Aécio pela proposta e vou pedir vista para que possamos conversar com o Senador Delcídio. Quero perguntar ao Senador Delcídio se o que ele pensa é o que ele disse e escreveu no *site* do PT ou o que ele, de forma partidária, deu o voto pela rejeição no projeto do Senador Aécio Neves.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Concedo vista, de acordo com o art. 132.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, DE 2013
– Não terminativo –

Determina o uso de energias alternativas na geração de calor em edificações novas de propriedade da União.
Autoria: Senador Wilder Morais
Autoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Pela aprovação com emendas
Observações:

1) A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda, para proferir o seu relatório.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, há pouco, nós tivemos aqui uma audiência pública tratando dos mananciais hídricos. Os mananciais têm sido usados intensivamente para a geração de energia. Inclusive, a Represa Billings, no Estado de São Paulo, a despeito de estar poluída, era um dos mananciais mais importantes para abastecimento daquela cidade, que ficou sem poder ser usada, em razão da poluição, mas ela é também uma geradora de energia, além de fornecer água para a Baixada Santista.

O que o Senador deseja é exatamente encontrar os meios, a maneira mais adequada de aproveitarmos as várias alternativas de energia limpa possível no nosso País. Nós temos trabalhando intensamente nessa questão.

Além do projeto de V. Exª, estamos com a Medida Provisória 641, relatada pelo Senador Vital do Rêgo,que trata da questão da energia. E nós estamos propondo que o Senador amplie o seu relatório, para absorver as emendas que tratam da questão da energia renovável e energia limpa.

Portanto, o nosso parecer não poderia ser de outra maneira que não pela aprovação do projeto de lei. Nós temos que oferecer essa alternativa. Isso aqui soma ao que é produzido, que está sendo considerado insuficiente. Se é insuficiente, nós temos que encontrar as alternativas para ampliar o fornecimento de energia ao País através de produção própria, produção alternativa. Todos os meios que tivermos de produzir energia são bem-vindos.

Portanto, o nosso parecer e o voto é pela aprovação, com as emendas que apresentamos.

É esse o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM – GO) – Em discussão o relatório.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Só para parabenizar V. Exª, que é o autor do projeto da maior importância, para que o Brasil possa produzir energia alternativa limpa. Pelo parecer do Senador Inácio Arruda, pela aprovação.

Parabéns ao autor e ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Agradeço as palavras do Senador Flexa Ribeiro.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2013
– Não terminativo –

Isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.
Autoria: Senador Ataídes Oliveira
Autoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Pela aprovação

Nomeio como Senador ad hoc o Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Wilder, Srs. Senadores, o parecer do Senador Delcídio é pela aprovação. O projeto do Senador Ataídes Oliveira é de suma importância, vem ao encontro daquilo que nós buscamos. Isenta do Imposto sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.

Não se entende ainda que o Brasil, com a sua área territorial e o nível de insolação que possui, não tenha ainda aproveitado a geração de energia solar. Os equipamentos são ainda de alto custo e, com isso, gera uma energia de custo elevado. Mas nós precisamos não só isentar os impostos na importação como precisamos estimular a implantação de uma fábrica de painéis em nosso País.

Aqui, de novo, quero fazer um comentário sobre o competente Senador Delcídio Amaral, em todas as áreas e, em especial, na área de energia. Ele dá parecer favorável pela isenção de impostos aqui e dá um parecer contrário ao projeto do Senador Aécio, que isenta de impostos também a geração de energia.

Então, o parecer do Senador Delcídio Amaral no Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2013, é favorável, pela aprovação.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, para discutir, brevemente.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM – GO) – Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Esse é um projeto muito importante. Acho que está correta a posição do Senador Delcídio Amaral em dar o parecer favorável.

Trata-se da importação de equipamentos na área de produção de energia solar. Nós temos um potencial extraordinário. Hoje, basicamente esses produtos estão sendo produzidos fora do Brasil, infelizmente, por conta da escala gigantesca de produção, especialmente na China e na Coreia. Os Estados Unidos mesmo deixaram praticamente de produzir esses equipamentos, estão importando tudo da Coreia e da China. E nós temos a necessidade de ampliar o nosso parque de geração solar. Nós temos apenas um parque comercial, na cidade de Tauá, lá no interior do Ceará. Nós precisamos ter centenas de parque de geração de energia solar, centenas.

Há pouco tempo atrás, eu descia ali em uma aldeia ianomâmi, onde nós temos um pelotão de fronteira ali em Roraima, ali perto do Pico da Neblina, e a única fonte de geração de energia para aquela tribo é uma fonte solar, e é todo o equipamento importado, a um custo altíssimo.

Então, nós temos a obrigação de aprovar. Se pudermos acelerar essa matéria, incluindo na Medida Provisória nº 641, eu peço o apoio de V. Exª, também do Senador Flexa e do Senador Petecão, para que a gente possa incluir esse texto do Senador Ataídes como emenda do próprio Relator, o Senador Vital do Rêgo, na Medida Provisória nº 641, porque é uma iniciativa importantíssima.

Lembro que, quando nós inciamos uma peleja enorme com o Ministério das Minas e Energia, a questão da energia eólica, no nosso Estado do Ceará – a primeira usina foi ali, no Mucuripe –, nós tivemos que ir à Ministra da Casa Civil, que havia saído do Ministério das Minas e Energia, para reivindicar que se zerasse o Imposto de Importação sobre chapa de aço para construção das torres de geração de energia eólica, porque o custo no Brasil inviabilizava a construção da torre e o preço da energia ia para os ares.

Nós conseguimos, e, hoje, já não é mais zero, já tem uma tributação, porque a competição interna ficou melhor com a importação em preços mais adequados.

Então, o que estamos tratando nesse projeto acho que é muito importante. Conversei com o Senador Ataídes, porque temos outros projetos nessa mesma direção tramitando em outras Comissões, e é preciso não só aprová-lo como acelerar sua tramitação no Congresso Nacional, aproveitando, inclusive, a Medida Provisória nº 641, se for possível.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM – GO) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Ainda nessa linha de energia solar, é importante que o Brasil possa regulamentar a geração individual através dos painéis.

Todos os prédios, todas as residências podem gerar energia através de painéis de energia solar, basta que se regulamente que esse gerador, produtor individual possa ter tanto crédito quanto débito de usar a energia que ele gera. Se houver excedente, ele recebe, porque está ligada à rede essa energia que ele gerou.

Esse é um programa que deveria ser abraçado pelo Governo, porque todas as residências estariam se habilitando a colocar um painel, e os prédios todos, que envidraçados, seriam geradores de energia com os painéis solares.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Então, vamos fazer uma pressão organizada sobre o nosso Relator Vital do Rêgo e transformar essas questões todas em emendas – nós temos várias emendas do Senador Vital do Rêgo, o Senador Wilder, com certeza, tem emendas nas mãos do Senador Vital do Rêgo.

Essa é importantíssima, que é o fato de você ser gerador e abater a sua energia, mas você não pode, nas condições atuais, comercializar. Você fica com um crédito que você não pode comercializar, a distribuidora não está obrigada a comprar esse produto seu. E outro agravante é a tributação sobre o que você gerou para seu

consumo próprio, você está gerando na sua casa. Então, quando você liga no sistema, ele lhe cobra sobre o total, ele não cobra sobre a parte que você comercializou, o que é uma aberração completa.

Nós temos meios. Acho que deveríamos fazer uma sessão, chamar o Senador Vital do Rêgo e dizer: sente-se aqui com a gente para produzir uma medida provisória, um projeto de lei de conversão capaz de atender à necessidade do nosso País e também contribuir.

O Governo baixou um decreto dizendo: você pode produzir.

Ok, amigo, eu posso produzir. Agora, não tenho garantia de recursos, de crédito para os equipamentos, nem tenho a isenção de tributos sobre aquilo que eu produzir para consumo próprio, o que seria um absurdo, inaceitável. Acho que nós temos que corrigir nessa medida provisória.

Vamos fazer então uma pressão, um *lobby* bem aberto, transparente, dos que querem mais energia para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM – GO) – Agradeço as palavras do Senador Inácio Arruda, complementando o que disse o nosso Senador Flexa Ribeiro.

Como sugestão, vamos fazer uma audiência pública com os entendidos disso para tentarmos colocar todas essas informações.

Eu também tenho um projeto em andamento, pedindo a isenção de IPI de componentes. E há vários outros projetos.

Vamos tentar juntar todos esses projetos que estão em andamento, fazer uma emenda e falar com Vital do Rêgo, que é o nosso da medida provisória, não é isso? Para que a gente possa ter essa alternativa limpa, renovável e que possam os investidores ter condição de investir em seus equipamentos para utilizar energia e o excedente, jogar na rede, para que possamos ter a tão necessária energia de que o Brasil sente falta.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para seguimento da tramitação.

Item 5 da pauta.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu tenho que sair para a CCJ, porque tenho lá dois projetos de que sou relator.

Eu queria propor que V. Exª, se fosse possível, transformasse as nossas demandas, que também são de V. Exª, em requerimentos imediatamente, para que a gente pudesse apreciar e examinar essa matéria, de preferência ainda a tempo de discutir com o Senador Vital do Rêgo, ou transformar tudo o que discutimos aqui em requerimento e encaminhar ao Senador Vital do Rêgo, porque ele tem prazo para oferecer o relatório. Inclusive acho que é de hoje para amanhã que ele tem que ler o seu relatório na Comissão.

Então, é uma pressão imediata, quer dizer, é uma urgência que nós precisamos tratar para aproveitar a oportunidade da medida provisória, senão nós vamos perder uma possibilidade de aceleração dessa questão. Em não sendo aproveitado, a demanda continua e poderemos fazer aqui uma boa audiência pública sobre esses vários itens que precisam de um apoio aberto da nossa Casa, o Senado Federal, da Câmara dos Deputados e, evidentemente, do Governo, porque é do seu interesse mais do que imediato.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM – GO) – A Presidência acata a sua solicitação.

Vamos encaminhar, sim, os relatórios que temos das nossas audiências públicas ao Relator Vital do Rêgo.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS

DE INFRA-ESTRUTURA Nº 19, DE 2014

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a designação de uma comissão composta por membros dessa Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, incumbida de realizar visita técnica às instalações

da Usina Hidrelétrica de Jirau, no Estado de Rondônia, objetivando promover uma análise do projeto no contexto geral energético brasileira.

Autoria: Senador Sérgio Petecão

Autoria:

Relatório:

Observações:

Lido em 21/05/2014.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.(Pausa)

Aprovado o requerimento.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS

DE INFRA-ESTRUTURA Nº 20, DE 2014

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja o estudo e apreciação do PROJETO DE LEI DO Senado (PLS) nº 559, de 2013, que "institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", realizado em reunião conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Autoria:

Relatório:

Observações:

Lido em 21/05/2014.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS

DE INFRA-ESTRUTURA Nº 21, DE 2014

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Infraestrutura do Senado federal, com a presença do Senhor Marcelo Guaranys, Diretor-Presidente da ANAC (Agência Nacional da Aviação Civil), para prestar esclarecimentos a respeito das Resoluções de números 316 e 317, ambas de 2014. Para a referida audiência pública relacionamos os seguintes convidados:

1 – Senhor Marcelo Pacheco dos Guaranys – Diretor Presidente da ANAC (Agência Nacional da Aviação Civil);

2 – Senhor Milton Arantes Costa – Diretor Presidente da Associação Brasileira de Taxi Aéreo, ABTAer;

3 – Senhor Marcelo Ceriotti – Diretor Presidente do Sindicato Nacional dos aeronautas, SNA;

4 – Senhor Ricardo Nogueira, Diretor Geral da Associação Brasileira de aviação Geral, ABAG / Conselheiro da ANAC;

5 – Senhor Humberto Gimenes Branco, Diretor Vice Presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves / Conselheiro da ANAC;

6 – Senhor Georges Ferreira, Especialista em Direito Aeronáutico.

Autoria: Senador Vicentinho Alves

Autoria:

Relatório:

Observações:

Lido em 26/05/2014.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

E, antes de encerrar a presente reunião, agradeço a presença de todas as Srªs Senadoras e de todos os Srs. Senadores.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 59 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia vinte e oito de maio do ano de dois mil e quatorze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores: Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Walter Pinheiro, Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores: Wellington Dias, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu e Aloysio Nunes Ferreira. Havendo número regimental é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas da 7ª e 8ª Reunião, que são dadas como aprovadas. O Presidente comunica que esteve, no dia 26 de maio de 2014, a convite da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, na qualidade de presidente deste colegiado, participando do "Seminário Turismo Brasil", que ocorreu na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, em face disto solicita que seu discurso, lá proferido, conste nos anais. O Presidente informa, conforme Pauta previamente distribuída, que a presente Reunião destina-se à Deliberação de Matérias. ITEM 1 – OFÍCIO "S" Nº 22, de 2012 – Não Terminativo, que: "Encaminha, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) referente ao exercício de 2011". **Autoria:** Ministério da Integração Nacional. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg, substituído pelo Ad Hoc Senador Benedito de Lira. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado o Relatório. A Presidência, a pedido da Senadora Ana Amélia, inverte a Pauta para apreciar o ITEM 3 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, de 2011 – Não Terminativo, que: "Altera a alínea c e inclui a alínea e no art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que determina a hora legal do Brasil, visando a modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich 'menos quatro horas' para o fuso horário Greenwich 'menos cinco horas'". **Autoria:** Deputado Pauderney Avelino. Relatoria: Senador Eduardo Braga, substituído Ad Hoc pela Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: Aprovado o Relatório. ITEM 2 – OFICIO "S" Nº 36, de 2013 – Não Terminativo, que: "Encaminha o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2012". **Autoria:** Ministério da Integração Nacional. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg, substituído Ad Hoc pelo Senador Ruben Figueiró. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado o Relatório. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 546, de 2011 – Não Terminativo, que: "Cria incentivo fiscal de redução do imposto de renda para fomentar o turismo na região nordeste do País". **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador Wellington Dias. Relatório: Pela aprovação com emenda que apresenta. Resultado. Adiado. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511, de 2011 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências – Lei Geral do Turismo, para definir entre os prestadores de serviços turísticos os albergues". **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ. Resultado: Adiado. ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, de 2014 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo

urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos". **Autoria:** Senador Paulo Bauer. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. EXTRA-PAUTA. ITEM 7 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 9, DE 2014, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, subscrito pelos Senadores Antônio Carlos Valadares, Ruben Figueiró e Lídice da Mata, que requer: "Nos termos regimentais, a realização de uma Audiência Pública conjunta da CDR com a CMA, com a presença de dirigentes do Banco do Brasil, do Ministério da Integração Nacional e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste e de representantes da indústria, da área de comércio e serviços e da agricultura, para debater o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, instrumento de estabelecimento das prioridades regionais para a aplicação dos recursos do FCO, conforme previsto na alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal". Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e três minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, esclareço que na reunião passada deixamos de aprovar a Ata da 7ª Reunião por não haver número regimental. Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 7ª e da 8ª Reuniões da Comissão.

Os que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As Atas da 7ª e da 8ª Reuniões estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado* juntamente com as notas taquigráficas.

Na quarta-feira passada, 21 de maio de 2014, esta Comissão participou, juntamente com a Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados de mesa-redonda para discutir a importância do trabalho do turismólogo no Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 8, CDR, de 2014, de minha autoria. O debate contou com a presença dos Srs. Alex Yamamoto, diretor de programa do Ministério do Turismo; Elzário Pereira Júnior, presidente da Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo; Kelly Lima Teixeira, assessora técnica da Diretoria de Educação Profissional da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Tânia Omena – Presidente do Fórum Nacional dos Cursos Superiores de Turismo e Hotelaria do Rio de Janeiro, que enfatizaram a importância do trabalho desse profissional para o desenvolvimento da atividade turística no País e ressaltaram, em sua maioria, o descompasso existente entre a demanda de mão de obra do setor, o potencial turístico do País e a formação e qualificação de pessoa altamente observados. Fomos representados pelo nosso Vice-Presidente, Senador Inácio Arruda, que defendeu com propriedade a importância do reconhecimento e da valorização do trabalho do turismólogo para impulsionar o desenvolvimento do setor turístico.

De fato, podemos dizer que Lei 12.591, de 2012, deu o primeiro passo em direção à valorização do trabalho do turismólogo, ao atribuir-lhe o desempenho de atividades de extrema relevância na cadeia do turismo nacional, inclusive de gestão.

No entanto, ainda há muito que se fazer, conforme demonstrado na mesa-redonda. O setor carece de mão de obra qualificada que, em virtude da falta de valorização do profissional, tem migrado para outros setores. Foi reportada ainda uma redução dos cursos de turismo no País, juntamente com a grande dificuldade para formação de turmas. Tudo isso nos serve de alerta e revela a necessidade de mudança nas políticas dedicadas ao setor. Não podemos aceitar um cenário em que a falta de valorização profissional resulte na carência de mão de obra qualificada e represente verdadeiro obstáculo para o crescimento do turismo no País.

É imperioso que o Poder Público atue para reverter essa situação, promovendo o reconhecimento e a valorização dos turismólogos, capacitando e qualificando profissionais que possam exercer suas atividades com excelência e, assim, contribuir para o desenvolvimento do turismo no Brasil.

Também no dia 26 de maio de 2014, por força do convite da Confederação Nacional do Comércio e com a participação do jornal *O Globo*, representando este Colegiado participei do Seminário Turismo Brasil. Quero agradecer à direção da CNC e também ao jornal *O Globo* pela forma cordial como receberam o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Inclusive, tive a oportunidade de fazer um balanço das atividades desta Comissão, um balanço pré-Copa do Mundo, os grandes eventos e as perspectivas para o País, tema este em que a Comissão tem-se debruçado com muito esmero, razão por que é fundamental que esta Comissão se fizesse presente.

Faço questão de deixar aqui, para constar dos *Anais* desta Comissão, o discurso que eu fiz, na oportunidade, nesta segunda-feira, no Rio de Janeiro, no Hotel Windsor Atlântica, onde se realizou o Seminário Turismo Brasil.

Enquanto estamos aguardando a presença do Senador Ruben Figueiró, eu gostaria de, em primeiro lugar, expressar o meu contentamento com a aprovação, na tarde de ontem, de uma proposição, de uma PEC que acaba com o trabalho escravo no Brasil, que dispõe sobre o trabalho escravo em nosso País. O Brasil tem uma dívida histórica com essa questão da escravatura, já que foi o último país da América do Sul que aboliu essa forma vergonhosa de manter as pessoas presas ao trabalho sem nenhuma responsabilidade, seja social, remuneratória ou histórica.

Por isso, quero aproveitar esse ensejo para me congratular com o Senador Ademir Andrade, do PSB, que foi o autor da proposição, que há muitos anos tramitava nesta Casa. E felizmente ontem foi aprovada, por maioria esmagadora, expressando, sem dúvida alguma, o desejo de a sociedade acabar de uma vez por todas com essa chaga que ainda acontece no mundo civilizado em que vivemos. São proprietários rurais, são proprietários de indústria ou de serviços que se utilizam da fragilidade das pessoas, da fragilidade econômica das pessoas para manterem-nas em regime quase que prisional. Indiscutivelmente uma ação contra os direitos humanos.

Isso tem acontecido, há ações no Supremo Tribunal Federal, há ações em toda a Justiça brasileira de abuso de pessoas, de grandes proprietários do poderio econômico contra o ser humano, contra brasileiros que, por sua condição social, se veem nessa situação.

Assim, quero, mais uma vez, me congratular com a Mesa e com o Senado Federal pela aprovação desta matéria.

Senador Eduardo Amorim.

Há uma matéria cujo Relator é o Senador Rodrigo Rollemberg:

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 22, DE 2012

– Não terminativo –

Encaminha, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) referente ao exercício de 2011.

Autoria: Ministério da Integração Nacional

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pelo arquivamento.

Observações:

Aprovado será encaminhado à SSCLSF para providências.

Como Relator *ad hoc* eu designo o nobre Senador pelo Estado de Alagoas, o nosso companheiro Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o relatório, o presente documento encaminhado à CDR.

Trata-se das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos no Exercício de 2011 pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, administrado pelo Banco do Brasil, alusivo ao exercício de 2011, encaminhado ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§4º e 5º, da Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, para fins de fiscalização e controle.

Os recursos do FCO destinam-se, exclusivamente, ao financiamento de atividades produtivas na Região Centro-Oeste. O objetivo principal é promover o desenvolvimento socioeconômico regional, mediante a execução de programas específicos de financiamento compatíveis, principalmente, com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020), as diretrizes do Plano Plurianual do Governo Federal, as orientações do Ministério da Integração Nacional e as grandes políticas nacionais.

Conforme dados extraídos da Demonstração da Movimentação dos Recursos, o Fundo contou, no exercício financeiro de 2011, com recursos da ordem de R$4,8 bilhões, conforme discriminação abaixo:

Repasses do Tesouro Nacional: R$1,762 bilhão;

Retornos de financiamentos: R$2,444 bilhões;

Resultado operacional: R$103,7 milhões;

Disponibilidades ao final do exercício anterior: R$867,7 milhões;

Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores: (R$392,1 milhões);

Total: R$4,7861 bilhões.

Em 2011, foram contratadas pelo FCO 73.541 operações de crédito, totalizando R$5,5 bilhões. Similarmente ao exercício de 2010, as operações contratadas pelo setor rural representaram 70% do total das operações de crédito do exercício. Em termos financeiros, essas operações alcançaram o montante de R$2,6 bilhões, o que, em termos percentuais, significa 47,3% do total disponibilizado.

Relativamente à distribuição geográfica dos recursos, em 2011, houve frustração quanto ao alcance das metas estabelecidas para a participação do Distrito Federal. Na direção oposta, Goiás se beneficiou de uma expansão considerável nos recursos ali aplicados pelo FCO. No Distrito Federal, estava prevista a aplicação de 19% da disponibilidade esperada, mas foram aplicados apenas 7,4%, enquanto em Goiás foram aplicados 37% dos recursos, frente à previsão de uma participação esperada de 29%, como pode ser observado no quadro a seguir:

Unidades Federativas:

Distrito Federal: – 909.351 – 19%

Goiás: 1.387.957 – 29%

Mato Grosso do Sul: 1.100.793 – 23%

Mato Grosso: 1.387.957 – 29%

O risco pela concessão dos créditos é partilhado entre o Banco da Brasil S.A. e o Fundo, na proporção de 50% para cada um, nas operações contratadas a partir de 1º de dezembro de 1998. Com a divulgação, pelo Governo Federal, do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, por meio da Medida Provisória nº 2.196, de 28 de junho de 2001, e suas reedições, foi eliminado o risco operacional do Banco do Brasil S.A. sobre as operações de crédito contratadas até 30 de novembro de 1998. O quadro a seguir apresenta o saldo de financiamentos por risco operacional:

Risco operacional BB 100%

Compartilhado 50%

FCO 100%

Procera2 100%

Totalizando saldos da ordem de 13.797.460; 44 milhões; 1,451 bilhão; 80 milhões.

Voto do Relator, Sr. Presidente.

Diante do exposto, nosso voto é no sentido de que esta Comissão delibere pelo conhecimento da matéria objeto do Ofício "S" nº 22, de 2012, e pelo encaminhamento do processado ao arquivo, sem prejuízo da Audiência Pública conjunta proposta pela CMA para debater o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agradeço ao Senador Benedito de Lira pela leitura, em nome do Senador Rodrigo Rollemberg, do parecer.

Em votação o relatório, que conclui pelo arquivamento da matéria.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Como já encerrou essa votação, não era terminativa, queria pedir a gentileza dos colegas para que, se puder haver inversão de pauta, porque serei relatora *ad hoc* do item 3, que é uma relatoria do Senador Eduardo Braga, porque estou na Comissão de Assuntos Sociais, em uma hora muito decisiva e crucial, com votação nominal.

Então, se puder...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Pois não, V. Exª tem prioridade, pode fazer a leitura. E lhe agradeço...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada. Eu farei e agradeço também aos colegas, Senadora Lídice da Mata, Senadores Ruben Figueiró e Benedito de Lira.

V. Exª precisa fazer a leitura do item 3, para que eu possa apresentar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Eu estava me despedindo do nosso Senador.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Ah, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) –

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2011

– Não terminativo –

Altera a alínea c e inclui a alínea e no art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, que determina a hora legal do Brasil, visando a modificar os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso horário Greenwich "menos quatro horas" para o fuso horário Greenwich "menos cinco horas".

Autoria: Deputado Pauderney Avelino

Autoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela prejudicialidade.

Observações:

Aprovado será encaminhado à CRE.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Concedo, então, a palavra à nossa Senadora Ana Amélia para fazer a leitura do relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Veja que essa matéria, Presidente Antonio Carlos Valadares, o autor é do Estado do Amazonas e o relator também é do Estado do Amazonas e pega os Estados do Amazonas e do Acre na mudança do horário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Correto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu vou direto à análise, sucintamente.

O PLC sob análise chegou ao Senado em 2011. Enquanto o debate se desenrolava nesta Casa, em junho de 2013, chegou para a apreciação desta Casa o PLC nº 43, de 2013 (nº 3.078, de 2011, na Casa de origem), de iniciativa da Presidenta da República, que altera o Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas, e revoga a Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008. Trata-se, portanto, de Projeto de mesmo teor que aquele de iniciativa do Deputado Pauderney Avelino, que ora se analisa nesta Comissão.

O Projeto de Lei enviado pelo Poder Executivo já foi aprovado nesta Casa e convertido na Lei nº 12.876, de 30 de outubro de 2013. Portanto, em face do art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o PLC nº 63, de 2011, reúne os requisitos regimentais para que seja declarada sua prejudicialidade.

Portanto, o voto – e tenho a honra se ser relatora *ad hoc* –, com base no art. 334 do RISF, é pela prejudicialidade do PLC nº 63, de 2011.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Senadora relatora, agradeço pela objetividade da leitura deste parecer e também pela cor que está trazendo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – É da Holanda, não? Espero que, da próxima, a senhora traga uma indumentária amarela...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ...e verde.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – ...e verde. Obrigado.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que concordam com a decisão permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Sendo assim, esta Presidência declara a prejudicialidade da matéria:

ITEM 2

OFICIO "S" Nº 36, DE 2013

– Não terminativo –

Encaminha o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2012.

Autoria: Ministério da Integração Nacional

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pelo arquivamento.

Relator *ad hoc:* Senador Ruben Figueiró

Com muito prazer, designo V. Exª.

Concedo a palavra para a leitura. Se. V. Exª puder, poderá fazer uma síntese, já que a matéria foi distribuída a todos os Senadores.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Muito grato e honrado pela designação de V. Exª, faço a leitura do relatório do Senador Rodrigo Rollemberg, como relator *ad hoc.*

Sr. Presidente, trata-se de uma prestação de contas do Fundo de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, referente ao Exercício de 2012.

O assunto já foi examinado pela Comissão de Defesa do Consumidor baseado no parecer do eminente Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Na análise do processo, percebi, Sr. Presidente, que se trata das realizações do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, trazendo uma série de tabelas demonstrativas da realização daquele Fundo em favor de todas as quatro regiões que compõem o Centro-Oeste, ou seja, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O parecer do eminente Senador Rodrigo Rollemberg exalta o trabalho realizado e conclui, após extensa explanação, que me reservo sintetizar através das minhas palavras, com o seguinte voto: Em face do exposto, concluo pelo conhecimento do relatório de gestão do FCO, exercício de 2012, bem como pelo arquivamento do Ofício "S" nº 36, de 2013.

É o parecer do Senador Rodrigo Rollemberg, que tenho a honra de relatar neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE) – Agradeço a V. Exª, Senador Ruben Figueiró.

Em discussão a matéria (*Pausa*.)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pelo arquivamento.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que concordam com a decisão permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Há um requerimento de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 9, DE 2014

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de uma Audiência Pública conjunta da CDR com a CMA, com a presença de dirigentes do Banco do Brasil, do Ministério da Integração Nacional e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste e de representantes da indústria, da área de comércio e serviços e da agricultura, para debater o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, instrumento de estabelecimento das prioridades regionais para a aplicação dos recursos do FCO, conforme previsto na alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Esse requerimento é subscrito por mim, pela Senadora Lídice da Mata e pelo Senador Ruben Figueiró.

Indago aos Srs. Senadores sobre a inclusão do mencionado requerimento como item extrapauta.

Todos de acordo? (*Pausa*.)

Aprovada a inclusão do requerimento, que receberá o número 9 e será liberado ao final desta reunião.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Só há esse requerimento.

Eu encerro a presente reunião, convocando outra para a próxima semana, no mesmo horário.

Agradeço a todos.

(Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 3 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 29 DE MAIO DE 2014.

Às oito horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e quatorze, no Plenário 3 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador BENEDITO DE LIRA, reúne-se a Comissão de

Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: DELCÍDIO DO AMARAL, ACIR GURGACZ, EDUARDO SUPLICY, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO e MOZARILDO CAVALCANTI. Deixam de comparecer, os Senadores Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Clésio Andrade, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão, Kátia Abreu e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, dá inicio à Pauta de Deliberação dos seguintes itens: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 – Terminativo – EMENTA: Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. Relatoria: Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. 1- Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA. 2- A Matéria foi apreciada pelas Comissões: a) de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). b) de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). 3- Na 22ª Reunião da CRA realizada em 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. 4- Matéria em fase de votação. 5- O Projeto constou também da Pauta da 23ª, 25ª, 26ª, 29ª, 34ª e 40ª Reunião da CRA em 2013 e da 1ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª e 14ª Reunião em 2014. 6- Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. Resultado: Adiado. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, de 2013 – Terminativo – EMENTA: Altera o art. 18 da Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, para elevar o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. Relatoria: Senador Cidinho Santos. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 323, de 2013, da Emenda nº 2 (apresentada pela Senadora Ana Amélia) e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS. 1- Não foram apresentadas emendas perante a CAS no prazo regimental. 2- A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. 3- Em 13/03/2014, a Senadora Ana Amélia apresentou a Emenda nº 2 ao Projeto. 4- O Projeto constou da pauta da 11ª e 14ª Reunião da CRA. 5- A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Resultado: Adiado. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, de 2007 – Não Terminativo – EMENTA: Dispõe sobre as sociedades cooperativas. **Autoria:** Senador Osmar Dias. (TRAMITA EM CONJUNTO) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, de 2007 – Não Terminativo – EMENTA: Dispõe sobre as sociedades cooperativas. **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy. Relatoria: Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 3, de 2007, nos termos da Emenda (substitutiva) que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 153, de 2007, e das Emendas nº 2 a 6 apresentadas pelo Senador Eduardo Suplicy. 1- Não foram apresentadas emendas perante a CCJ no prazo regimental. 2- As matérias foram apreciadas pela CCJ, tendo sido oferecido Parecer favorável ao PLS nº 3/2007, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), e contrário ao PLS nº 153/2007. 3- No dia 24.05.2012, a CRA realizou audiência pública para instrução dos projetos. 4- No dia 03/04/2014, o Senador Eduardo Suplicy apresentou as Emendas nº 2 a 6, encaminhadas ao Relator, Senador Waldemir Moka, para análise. 5- As matérias serão apreciadas pela CAE em decisão terminativa. Após a leitura do relatório pelo Senador Waldemir Moka e o uso da palavra pelo Senador Eduardo Suplicy para discutir, a Comissão aprova o relatório do Senador Waldemir Moka. Resultado: A Comissão aprova o relatório do Senador Waldemir Moka, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 3, de 2007, na forma da Emenda nº 2-CRA (Substitutivo), e pela rejeição do PLS nº 153, de 2007, e das Emendas nº 2 a 6 apresentadas pelo Senador Eduardo Suplicy. EXTRAPAUTA: ITEM 4: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 22, de 2014 – Requer, nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito do desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de debater e analisar o Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015 – Alimentos Para o Brasil, sua operacionalidade e ações previstas para disponibilização dos recursos ao produtor rural, com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário – MDA, Sr. Miguel Rossetto. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. Resultado: Aprovado. ITEM 5: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 23, de 2014 – Requer, considerando o disposto na Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com art. 104-B, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), no dia 10 de junho de 2014, às 09h00, com a finalidade de analisar as políticas públicas de Recursos Hídricos para o Semiárido nordestino, com a presença dos seguintes convidados: Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ou seu representante; Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA) ou seu representante; Ministro da Integração Nacional (MI) ou seu representante; Ministro da Pesca e Aquicultura (MPA) ou

seu representante; Presidente do Banco Central do Brasil (BACEN) ou seu representante; Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou seu representante; Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ou seu representante; Representantes da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA); Representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. Resultado: Aprovado. ITEM 6: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 24, de 2014 – Requer, considerando o disposto na Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com art. 104-B, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a finalidade de analisar as políticas públicas de Recursos Hídricos para o Semiárido nordestino, para debater o tema "Projeto de transposição de águas do rio São Francisco e recursos hídricos para a agricultura no semiárido", com a presença dos seguintes convidados: Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ou seu representante; Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA) ou seu representante; Ministro da Integração Nacional (MI) ou seu representante; Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA). **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. Resultado: Aprovado. ITEM 7: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 25, de 2014 – Requer, nos termos da Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, que estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas, e tendo por fundamento a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inscrita no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e em conformidade com os arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas à Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente as informações referentes às políticas públicas de recursos hídricos no semiárido nordestino, em especial associados à agricultura. **Autoria:** Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: A Comissão aprova a apresentação do Requerimento de Informações no Plenário do Senado Federal, para leitura e despacho à Mesa para decisão, em cumprimento ao Requerimento (RRA) nº 12, de 2014 – avaliação das Políticas Públicas de Recursos Hídricos para a Região Semiárida Nordestina. ITEM 8: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 26, de 2014 – Requer, considerando o disposto na Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com art. 104-B, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), no dia 10 de junho de 2014, às 09h00, com a finalidade de analisar as políticas públicas de Planejamento, Execução e Controle do Crédito Rural no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ou seu representante; Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA) ou seu representante; Ministro da Integração Nacional (MI) ou seu representante; Ministro da Pesca e Aquicultura (MPA) ou seu representante; Presidente do Banco Central do Brasil (BACEN) ou seu representante; Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou seu representante; Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ou seu representante; Representantes da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA); Representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. Resultado: Aprovado. ITEM 9: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 27, de 2014 – Requer, nos termos da Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, que estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas, e tendo por fundamento a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inscrita no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e em conformidade com os arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as informações referentes ao planejamento, à execução e ao controle do crédito rural no País. **Autoria:** Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: A Comissão aprova a apresentação do Requerimento de Informações no Plenário do Senado Federal, para leitura e despacho à Mesa para decisão, em cumprimento ao Requerimento (RRA) nº 10, de 2014 – avaliação das Políticas Públicas de Crédito Rural no Brasil. ITEM 10: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 28, de 2014 – Requer, nos termos da Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, que estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas, e tendo por fundamento a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inscrita no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e a prerrogativa do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e em conformidade com os arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento as informações referentes ao planejamento, à execução e ao controle do crédito rural no País. **Autoria:** Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: A Comissão aprova a apresentação do Requerimento de Infor-

mações no Plenário do Senado Federal, para leitura e despacho à Mesa para decisão, em cumprimento ao Requerimento (RRA) nº 10, de 2014 – avaliação das Políticas Públicas de Crédito Rural no Brasil. ITEM 11: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 29, de 2014 – Requer, nos termos da Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, que estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas, e tendo por fundamento a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inscrita no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e em conformidade com os arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Senhor Presidente do Banco Central do Brasil as informações referentes ao planejamento, à execução e ao controle do crédito rural no País. **Autoria:** Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: A Comissão aprova a apresentação do Requerimento de Informações no Plenário do Senado Federal, para leitura e despacho à Mesa para decisão, em cumprimento ao Requerimento (RRA) nº 10, de 2014 – avaliação das Políticas Públicas de Crédito Rural no Brasil. O Senador Acir Gurgacz faz a leitura do Ofício GSAGUR 106/2014 e do Ofício GSAGUR 065/2014, a serem encaminhados à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, e ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, respectivamente, nos quais solicita, com o apoio da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, celeridade na contratação e lotação de Fiscais Agropecuários no Estado de Rondônia e ainda faz apelo ao Diretor-Geral do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Dr. Roberto Ricardo Vizentin, que agilize a liberação do documento com a permissão para a realização do estudo de fauna e flora nas unidades de conservação federais, ao longo da BR-319. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador B**enedito de Lira,** Presidente dA CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunicação ao Plenário da Comissão.

Comunico à Comissão o recebimento de proposta do plano de trabalho sobre o Requerimento nº 12, de 2014, que trata da avaliação de políticas públicas de recursos hídricos para a região Semiárida nordestina.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Se V. Exª me permitir, eu gostaria de fazer um breve balanço, em cinco minutos, sobre a audiência pública realizada em Ji-Paraná, na última semana.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A terceira edição da Rondônia Rural Show – Feira de Inovação e Tecnologia, que ocorreu nos dias 23 e 24 de maio em Ji-Paraná, refletiu o momento de crescimento e fortalecimento da agropecuária em Rondônia, encerrando-se como mais de R$300 milhões de negócios fechados diretamente com as empresas expositoras ou com os bancos que forneceram crédito de forma atrativa no evento. São 3.311 propostas de obtenção de crédito junto aos bancos que deverão ser internalizadas até o final de mês de junho; até R$50 mil o agricultor não paga juros, ou seja, juro zero para empréstimos até R$50 mil individualmente e, para associações, R$400 mil de juro zero.

Durante a feira, também foram entregues 45 caminhões caçambas pelo MDA. O Ministro Miguel Rossetto esteve presente e fez a entrega às prefeituras Municipais de Rondônia com até 50 mil habitantes. As 45 retroescavadeiras e 45 motoniveladoras também já haviam sido entregues no ano passado. O investimento total foi de R$37 milhões. Também foram entregues títulos, de propriedade, definitivos do imóvel rural pelo Programa Terra Legal, atingindo, assim, a marca de mil títulos entregues este ano. Desde 2009, 6 mil títulos foram entregues em Rondônia. Nos nove Estados da Amazônia Legal, foram realizados 107 mil cadastros e entregues 8.672 títulos. Ou seja, o processo ainda continua muito lento com relação à questão da regularização fundiária na Amazônia.

Durante a feira, também foi realizada e rebatizada a variedade de café genuinamente rondoniense, o clonal Conilon BRS Ouro Preto, desenvolvido pela Embrapa, que recebeu o nome comercial de Café de Rondônia. Trabalhamos, junto ao Ministério da Agricultura, pela certificação desse café, pois ele foi desenvolvido para as nossas condições de solo e clima, e será importante na revitalização da cafeicultura de Rondônia, um potencial de produção de 100 sacas por hectare.

O Governo do Estado lançou, oficialmente, durante a feira, a Guia de Trânsito Animal (GTA) eletrônica. Por meio da GTA eletrônica, o pecuarista terá facilidade para emitir e quitar a documentação do Idaron, bastando acessar, via internet, de qualquer local. Mesmo nos finais de semana e feriados, o transporte e comercialização do gado pelo produtor ao frigorífico poderão ser realizados com agilidade e sem burocracia, pois a internet não "fecha".

No seminário de ciclo de debates e palestras da CRA o tema foi a "Regularização Fundiária e o Acesso ao Crédito Rural". Apesar dos avanços recentes no processo de regularização fundiária, conquistados principalmente após a criação do Programa Terra Legal, em 2009, sobre o qual, nós, aqui da Comissão, exercemos uma pressão muito grande para que avance mais rapidamente a demanda por regularização fundiária na Amazônia, e particularmente em Rondônia, é muito grande.

Nesse seminário da CRA, comemoramos o fato de termos alcançado 6 mil títulos entregues no Estado, mas foram apontados alguns entraves ao processo de regularização, para o qual já estamos buscando soluções. Uma delas será facilitar a titulação dos imóveis nos assentamentos emancipados, nos moldes do Programa Terra Legal, até quatro módulos fiscais. Hoje existe uma limitação permitindo essa titulação para até dois módulos fiscais. Essa alteração poderia ter sido feita através da MP nº 636, de 2014, que aprovamos ontem no Plenário do Senado. Mas como o seu foco era a renegociação das dívidas dos assentamentos e da agricultura familiar, e para não atrasar ainda mais sua tramitação, pois se fizéssemos emendas teríamos que voltar a matéria para a Câmara, a aprovamos sem mexer e, agora, temos que encontrar outro caminho, possivelmente através de um projeto de lei.

Só para constar, em 26 de outubro de 2012, o Incra lançou o Plano de Titulação e Regularização Ambiental dos assentamos de Rondônia, segundo o qual até 2014 seriam feitas as vistorias para a titulação de cerca de 20 mil imóveis rurais nos assentamentos do Estado. As vistorias estão sendo feitas, porém, a titulação é muito lenta.

Outra demanda é a necessidade de eliminar, no caso de fracionamento mínimo em áreas que possam ser consideradas urbanas, a análise e autorização do Incra para sua regularização. Essa competência seria transferida para o Estado. Em Rondônia, o Governo do Estado está fazendo o programa Título Já, que já emitiu mais de 20 mil títulos, em três anos de existência desse programa.

Também discutimos a necessidade de prorrogação da Lei 11.952, de 2009, que instituiu o Programa Terra Legal. Os pecuaristas e o mercado da carne em Rondônia reclamaram da falta de fiscais agropecuários naquele Estado. Hoje, são apenas 13 fiscais para todo o Estado, sendo que 7 trabalham com abono de permanência, restando apenas 6 fiscais regulares. Encaminhamos ofício, via CRA, ao Ministério da Agricultura e ao Ministério do Planejamento sobre a necessidade de mais fiscais agropecuários em Rondônia.

Sr. Presidente, quero, mais uma vez, agradecer o seu apoio para que nós pudéssemos ter realizado essa reunião na cidade de Ji-Paraná. Também agradeço ao Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, que nos apoiou, juntamente com V. Exª, para a realização desse evento importante para a nossa agricultura do Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, nobre Senador Acir.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, na nossa pauta, eu estou percebendo que o único projeto que é não terminativo é o item 3. Eu pediria a inversão, até porque eu tenho que ler um relatório, uma síntese do relatório. Eu acho que daria tempo para que a gente adquira o quórum para os terminativos, lembrando que, no caso do meu projeto, não há essa necessidade por não ser terminativo aqui, nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Submeto ao Plenário a indicação do Senador Moka.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Tem o nosso apoio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Não havendo manifestação contrária, está feita a inversão da pauta.

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 2007
– Não terminativo –

Dispõe sobre as sociedades cooperativas.
Autoria: Senador Osmar Dias.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 2007
– Não terminativo –

Dispõe sobre as sociedades cooperativas.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy
Autoria: Senador Waldemir Moka.
Observações:

– As matérias foram apreciadas pela CCJ, tendo sido oferecido parecer favorável ao PLS nº 3/2007, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), e contrário ao PLS nº 153/2007.

- No dia 24/05/2012, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realizou audiência pública para instrução dos projetos.

- Em 27/05/2014, o Relator, Senador Waldemir Moka, proferiu a leitura do relatório, ocasião em que foi concedido vista.

- No dia 03/04/2014, o Senador Eduardo Suplicy apresentou as Emendas nº 2 a 6, encaminhadas ao Relator, Senador Waldemir Moka, para análise.

Tem a palavra S. Exª o Senador Waldemir Moka, Relator, para apresentação do seu parecer com relação às emendas apresentadas, considerando que o relatório já havia sido lido em reunião anterior. Com a palavra, S. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Presidente Benedito de Lira.

Passo a ler uma síntese pós-leitura do relatório que pedi que fosse apresentada aos Senadores e à Senadora Ana Amélia.

Em 3 de abril de 2014, na 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura, o Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira, retirou de pauta o PLS nº 3, de 2007, e o PLS nº 153, de 2007, e os encaminhou para análise, com as Emendas nºs 2 a 6 apresentadas pelo Senador Eduardo Suplicy.

Passamos a uma síntese, conforme consta na folha 6 do relatório.

A Emenda nº 2 propõe tratamento diferenciado para cooperativas vinculadas a segmentos sociais de baixa renda por meio de inserção do §2º do art. 4º da Lei nº 5.764, de 1971, nos termos do Substitutivo ao PLS nº 3, de 2007.

A Emenda nº 3 propõe a exclusão de exigência de número mínimo de 20 pessoas físicas para constituição de uma cooperativa singular por meio de alteração do art. 6º, inciso I, da Lei nº 5.764, de 1971.

A Emenda nº 4, por sua vez, propõe que a assembleia seja soberana para determinar a definição da condição de inatividade em face de condições sazonais de algumas categorias, por meio de exclusão do inciso V do art. 35 da Lei nº 5.764, de 1971, nos termos do Substitutivo ao PLS nº 3, de 2007.

A Emenda nº 5 propõe a alteração do art. 105, que trata do princípio constitucional da liberdade de associação, para dispor que as entidades poderiam ter liberdade para se associarem a qualquer entidade legalmente constituída.

Por fim, a Emenda nº 6 propõe a alteração do art. 116-A para que a Relação Anual de Informações das Cooperativas seja encaminhada ao Poder Executivo e não à entidade nacional de representação em que a cooperativa estiver registrada.

Segundo o relato do Senador Eduardo Suplicy, na sua avaliação ao relatório do PLS nº 3, de 2007, que tramita em conjunto com o PLS nº 153, de 2007, que institui novo marco legal para o Sistema Cooperativo Brasileiro, foram destacados cinco pontos que mereceram a nossa atenção e que passamos a comentar a seguir, com finalidade de esclarecer nosso posicionamento acerca das Emendas nºs 2 a 6, conforme consta nas folhas 13 a 19 do relatório.

Tratamento diferenciado às cooperativas populares. O tratamento diferenciado para cooperativas sociais e populares teve como sugestão a seguinte proposta de redação de artigo: "Fica autorizado, na forma da lei, tratamento diferenciado no âmbito tributário, fiscal e contábil às cooperativas em que seu quadro social seja formado por cooperados de segmentos sociais de baixa renda, por pequenos produtores de bens e serviços ou que atuem em ações de redução das desigualdades econômicas e sociais", com o entendimento de que abriria caminho para um tratamento diferenciado para cooperativas vinculadas a segmentos sociais de baixa renda.

Questão tributária deve ser tratada na regulamentação do Ato Cooperativo, justamente onde serão dirimidas as dúvidas quanto a não incidência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS/PASEP e Cofins e até o ISS, mesmo porque a tributação deve incidir no negócio da cooperativa com o mercado, como operação comercial assim considerada.

Pactuamos, como todos nessa Comissão, com a ideia de que as cooperativas devam ser incentivadas, atendendo, inclusive, ao que preceitua a Constituição Federal (art. 174, §2º), porque, sem dúvida, o cooperativismo é um instrumento de transformação social, superação das desigualdades e conquista de justiça social.

Poderíamos utilizar diversos argumentos, até políticos, para incluir esse texto no relatório, porém, por ser uma norma meramente autorizativa, nenhum efeito produziria, lembrando, inclusive, que a nossa Constituição já dispõe dessa concessão, que é prerrogativa do Poder Executivo.

Portanto, assim como as micro e pequenas empresas e o empreendedor individual, o Poder Executivo já dispõe de mecanismos para incentivar as cooperativas sociais, nos termos da Lei nº 9.867, de 1999, o que, a nosso ver, já vem sendo observado pelo Governo, a exemplo do disposto no Decreto nº 8.163, de 2013, que instituiu o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social – PRONACOOP Social.

Manutenção do atual texto do art. 6º da Lei nº 5.764, de 1971 (número mínimo de 20 pessoas para constituição de cooperativa).

De fato, o Inciso II do art. 1.094 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil brasileiro) estabelece que o número mínimo é o necessário para compor a administração da sociedade cooperativa, e a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho, estabelece o número mínimo de sete pessoas para constituir a cooperativa de trabalho (art. 6º).

Em relação ao Código Civil, não vislumbramos contradição, tendo em vista que a lei específica pode estabelecer limite diferenciado, assim como fez a Lei nº 12.690, de 2012, o que não ensejaria conflito aparente de normas, tampouco revogação tácita do dispositivo do Código, aplicando-se a norma a cooperativas de trabalho, conforme dispõe o novo art. 116 que propomos no substitutivo, que assim estabelece: "A presente Lei não altera o disposto na legislação própria para as cooperativas de trabalho e crédito."

Considerando o próprio argumento de que ficou demonstrado, em parecer anterior, que, consideradas as características propostas neste mesmo projeto de lei, levando em conta as três pessoas do Conselho de Administração, três pessoas no mínimo no Conselho Fiscal e uma pessoa para a renovação anual do Conselho Fiscal, a conta chegaria a sete, temos a consideração pertinente a seguir.

Se assim for, sete pessoas seriam suficientes para preencher a estrutura mínima de governança, tanto na gestão como na fiscalização; ainda assim, sob o modelo de gestão, essa constituição é um tanto temerária se permanecer por muito tempo, pois não haveria renovação, apenas um rodízio entre os membros, o que, na moderna gestão cooperativa mundial, seria temerário.

Com um número tão reduzido de associados, por que não constituir uma associação? Se comparada com a cooperativa, são organizações que se baseiam em princípios doutrinários similares e, aparentemente, poderiam buscar os mesmos objetivos.

Claro, lembrando que a cooperativa tem finalidade essencialmente econômica e seu principal objetivo é o de viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado, ou seja, unidos para se tornarem fortes, e a associação não estaria necessariamente buscando esse fim. Mas, por outro lado, poderia vir a se transformar em uma cooperativa se obtivesse escala para tal desiderato.

Cobertura das despesas de preparação à fundação da cooperativa pelo SESCOOP.

Propor atividades de formação às pessoas que desejam constituir uma cooperativa. Consta do relatório, conforme dispõe a sugestão de redação para o art. 16-B. Aliás, essa já tem sido uma prática do sistema cooperativo, justamente para instruir e melhor orientar aqueles que desejam se constituir em cooperativa, não importando o ramo de negócios.

Entendemos a necessidade de disponibilização de recursos para esse fim, tanto que trabalhamos, oportunamente, na elaboração da seguinte redação, a título de sugestão que foi submetida para discussão das entidades:

Observadas as disponibilidades financeiras e orçamentárias, os custos das atividades de que trata o § 2º, para as cooperativas enquadradas na situação referida no § 3º do art. 2º desta Lei, poderão ser cobertos por re-

cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, instituído pela Medida Provisória (MPV) nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, desde que observado o seu regulamento e atendidos os requisitos de enquadramento em seus programas.

A proposta, no entanto, foi retirada com a seguinte justificativa, conforme comentado pelo Senador Eduardo Suplicy: "Nesta hipótese, ao que parece, o treinamento seria para pessoas interessadas em criar/fundar uma cooperativa. Se ainda não são cooperados, há dificuldade de se enquadrar no público alvo do SESCOOP, que pode se utilizar de seus recursos".

Utilizando o mesmo art. 7º da Medida Provisória nº 1.715, de 1998, que instituiu o SESCOOP, verificamos na parte final do referido artigo: "com o objetivo de organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino de formação profissional, desenvolvimento e promoção social do trabalhador em cooperativa e dos cooperados".

Apesar de entender a necessidade de disponibilizar recursos para a formação e o treinamento para todos aqueles que desejam se unir para formar uma cooperativa, na prática, vejo que essas entidades já promovem esses treinamentos para os interessados, com seus recursos próprios, por isso, não consigo vislumbrar, no art. 7º da Medida Provisória nº 1.715, de 1998, a possibilidade de atender quem ainda não é cooperado. É específico.

A interpretação que temos da parte final é que são beneficiados os trabalhadores em cooperativas, ou seja, os funcionários das cooperativas, assim como os cooperados, portanto, vejo que a intenção do legislador era, sim, a de atender, preliminarmente, os trabalhadores em cooperativas, para, depois, os cooperados, lembrando que trabalhador em cooperativa e cooperado são pessoas distintas dentro de uma cooperativa.

Quais seriam as cooperativas que se integram na entidade de representação – artigo 93, inciso II (art. 106, II).

De fato, o texto aprovado na CCJ e o texto sugerido pela Senadora Gleisi Hoffmann no artigo que trata da representação do Sistema Cooperativista, art. 106 da Lei nº 5.764, de 1971, com nova redação proposta pelo meu relatório, no inciso II, estabelece: "integrar todas as cooperativas a elas registradas", quando a sugestão contida nos respectivos relatórios substitui a expressão "registradas" por "filiadas".

Concordo com o relatório do Senador Eduardo Suplicy, em relação ao princípio constitucional de liberdade de associação, que deve ser garantido, por isso, mantivemos a ideia de que, na constituição, as cooperativas precisam fazer um registro numa entidade de representação, mantendo a liberdade de se filiar/associar a qualquer entidade legalmente constituída (art. 106, §1º).

Não vemos que a simples expressão "registrada" possa se constituir em obstáculo à liberdade constitucional, tendo em vista que, atendendo ao que foi justamente acordado já no relatório do Senador Renato Casagrande, convalidado no relatório da Senadora Gleisi Hoffmann e no nosso, por acordo com as entidades, tanto que foi constituída a Unicopas, ficaram duas entidades de representação e o art. 105 trata justamente da forma de representação, ficando livre sua filiação.

As cooperativas passaram a ter o direito de manter registro em uma das duas entidades de representação, para atestar a natureza jurídica da sociedade cooperativa, e não são obrigadas a se manterem filiadas a qualquer pessoa jurídica de direito privado, portanto, é normal que integre a entidade que ela escolheu para manter seu registro, sendo que essa integração é de obrigação da entidade de representação, conforme preceitua o art. 105, ou seja, a cooperativa passa a conhecer e participar de todas as iniciativas da entidade a que se filiou, se for de seu interesse.

Portanto, não vejo afronta ao princípio constitucional de liberdade de associação, tampouco como item prejudicial ao texto.

Mesmo assim, por entender que o texto aprovado na CCJ para esse inciso e o texto sugerido pela Senadora Gleisi Hoffmann trouxeram a expressão "filiadas", acatarei a decisão do Plenário se entender que deva ser alterada essa expressão no meu relatório.

Essas argumentações são advindas do processo legislativo e das negociações para a construção de um texto, que, se não é perfeito, pelo menos tem a intenção de ser o mais adequado possível, mas é nosso dever chamar a atenção para a confusão entre filiação e registro, que são institutos distintos.

O registro está ligado à atividade de defesa e representação. É mecanismo para garantir que a entidade de representação tenha mapeados quem são, quantos são, onde estão os seus representados, para que possa desenvolver, de modo adequado, as ações da Política Nacional do Cooperativismo a que se incumbe.

A filiação, por sua vez, é voluntária e tem natureza associativa. Dela decorre o direito a ter acesso aos serviços que a entidade disponibiliza a seus filiados/associados, serviços esses que não estão englobados nas ações de defesa e representação. Portanto, não seria adequada a mudança na atual versão do PLS acerca desse tópico.

Novo obstáculo à liberdade de associação.

Da mesma forma que no item anterior, de fato, o §2º da nova redação dada ao art. 105 da Lei nº 5.764, de 1971, não constava do relatório aprovado na CCJ e também não constava do relatório da Senadora Gleisi

Hoffmann. Entretanto, não entendemos que esse parágrafo afronta a liberdade de associação e o direito constitucional.

Concordamos que, quando falamos de representação, estando a entidade nacional incumbida do registro, recebendo recursos, anualmente, para fazer o registro e manter o mesmo, essa deve estar estruturada para prestar serviços à cooperativa a ela registrada, mesmo porque a filiação é uma liberdade de direito e o registro é uma obrigação e deve ter contrapartida para essa obrigação, até porque são dadas duas opções de registro.

Quanto ao conteúdo do referido §2º, não vejo que o mesmo seja uma afronta ao princípio constitucional e à livre associação, pois o mesmo estabelece que a entidade de representação à qual a cooperativa será filiada tenha um mínimo de estrutura para atender as filiadas, justamente para justificar os recursos por ela recebidos, seja pelo pagamento do registro ou pela contribuição anual para filiação, estabelecendo critérios para a criação de Entidades de Representação e exigindo, para tanto, que a mesma mantenha serviços de assistência geral às cooperativas filiadas e de apoio à sua estrutura social, dispondo, para esse fim, de setores consultivos e departamentos jurídico e técnico especializados, de acordo com os diversos ramos do cooperativismo.

Não conseguimos entender como uma cooperativa possa se filiar a uma entidade sem que esta preste os serviços e o apoio necessários à sua filiada, lembrando que a nova redação dada ao art. 114 estabelece o prazo de cinco anos para adaptação de seus estatutos e, nesse sentido, e melhor analisando os argumentos apresentados pelo Senador Eduardo Suplicy, não vemos por que suprimir o referido §2º do art. 105.

Por todas essas considerações, somos da opinião de que as Emendas nºs 2 a 6 não devam ser acatadas.

Por fim, seguindo o preceito regimental do art. 260, II, b, que estabelece que, na tramitação conjunta de projetos, terá precedência o mais antigo sobre o mais recente, quando originários da mesma Casa, entendo que deva ser aprovado o PLS nº 3, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias. Entretanto, salientamos que, embora formalmente não considerado, o PLS nº 153, de 2007, do Senador Eduardo Suplicy, foi aproveitado, em muitos aspectos, na redação do substitutivo proposto.

Cumpre, também, acrescentar – como o fizemos na versão prévia desse relatório – que, ao longo desse árduo período de trabalho, em que a matéria estava sob nossa minuciosa análise, promovemos inúmeras reuniões com os representantes da OCB, Unicafes, Unisol, Concrab e com a assessoria do Senador Eduardo Suplicy. O diálogo franco e o trabalho sério de todos os agentes envolvidos nos levaram a um entendimento que se consolidou nesse relatório, com algumas pequenas divergências. Mas, em face da importância da matéria e da importante contribuição que o projeto trará para o Brasil, como Relator, não poderia adiar mais a apresentação deste relatório, com a certeza de que, na medida do possível, buscou atender ao cooperativismo brasileiro.

Sr. Presidente, eu fiz questão de apresentar e ler a forma, porque, em respeito ao trabalho do Senador Eduardo Suplicy e evidentemente às entidades que S. Exª representa, em nosso entendimento, quando propusemos o nosso substitutivo, eu havia esgotado… Eu procurei fazer um trabalho de entendimento. A verdade é que a OCB, desde o início, é a entidade que liderou, vamos dizer assim, esse acordo. Na verdade, o grande entrave era chamar de unicidade, e, no nosso substitutivo, nós temos agora duas entidades com representação nacional.

Eu acho que fiz o melhor que pude.

Esse é o nosso relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumpre, também, acrescentar – como o fizemos na versão prévia desse relatório – que, ao longo desse árduo período de trabalho, em que a matéria estava sob nossa minuciosa análise, promovemos inúmeras reuniões com os representantes da OCB, Unicafes, Unisol, CONCRAB e com a assessoria do Senador Eduardo Suplicy. O diálogo franco e o trabalho sério de todos os agentes envolvidos nos levaram a um entendimento que se consolidou nesse relatório, com algumas pequenas divergências. Mas, em face da importância da matéria e da importante contribuição que o projeto trará para o Brasil, como Relator, não poderia adiar mais a apresentação deste relatório, com a certeza que, na medida do possível, buscou atender ao cooperativismo brasileiro.

Sr. Presidente, eu fiz questão de apresentar e ler a forma, porque, em respeito ao trabalho do Senador Eduardo Suplicy e evidentemente as entidades que S. Exª representa, em nosso entendimento, quando propusemos o nosso substitutivo, eu havia esgotado… Eu procurei fazer um trabalho de entendimento. A verdade é que a OCB, desde o início, é a entidade que liderou, vamos dizer assim, esse acordo. Na verdade, o grande entrave era chamar de unicidade, e que, no nosso substitutivo, nós temos agora duas entidades com representação nacional.

Eu acho que fiz o melhor que pude.

Esse é o nosso relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Antes de iniciarmos o processo de discussão, eu queria comunicar ao Plenário que se encontra aqui conosco o Prof. Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, a quem convido para tomar assento à Mesa.

Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Apenas para também dizer que está assistindo à nossa audiência o ex-Ministro e ex-Deputado Odacir Klein, que hoje lidera a área…

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Terei muito prazer em também convidá-lo para compor à Mesa como nosso convidado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E também cooperativista de primeira hora.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy para discussão da matéria.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira; prezado Deputado Odacir Klein; querido Prof. Paul Singer, Secretário de Economia Solidária; também cumprimento às Senadoras e aos Senadores e, em especial, o Senador Waldemir Moka, com o qual muito dialoguei, desde que estamos juntos, e principalmente nesta Legislatura em que ele foi designado Relator desta matéria.

Quero aqui dizer que respeito o trabalho do Senador Waldemir Moka. Tentamos chegar a um entendimento o mais próximo possível ao que seria adequado, mas chegamos a algumas divergências. Mas isso é próprio da democracia.

Eu espero que possamos ainda prosseguir nesse trabalho de diálogo intenso. É muito provável que hoje seja apreciado e votado o parecer do Senador Waldemir Moka, mas ainda teremos a oportunidade, na Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguir com os nossos entendimentos e daí chegarmos à decisão final.

Quero muito agradecer a presença do Prof. Paul Singer, Secretário de Economia Solidária, professor da Universidade de São Paulo, também foi professor por muitos anos na PUC, inclusive foi impedido de lecionar durante o regime militar, na USP, então, colaborou na PUC.

Ele, inclusive, é o proponente de algo muito bem-sucedido ali, na Universidade de São Paulo, a chamada Incubadora de Cooperativas que, inclusive, com a Secretaria de Economia Solidária, procura estimular as formas cooperativas de produção nos mais diversos setores da economia brasileira, tais como as cooperativas de material reciclado, como as cooperativas de artesanato, aquelas que, por exemplo, são estimuladas pelo Banco Palmas, ali em Fortaleza, e hoje se espalham pelo Brasil inteiro, e também, sobretudo, as cooperativas de agricultores familiares no meio rural brasileiro.

Há mais de uma década, o Senado Federal debate a possibilidade de se aprovar um novo marco legal para as cooperativas, restabelecendo especialmente as oportunidades de organização econômica para grupos sociais economicamente mais frágeis da população brasileira.

Apresentei o PLS 605, em 1999, e posteriormente o PLS 153, em 2007, ora em exame. Após serem apreciados pela CCJ, tais projetos buscam a modernização da lei atual, a 5.764, de 1971, já ultrapassada pelas novas demandas e desafios do setor.

Entre as alterações à legislação em vigor, está a proposta de redução do número mínimo de sócios para sete, a fim de permitir a constituição e funcionamento de pequenas sociedades cooperativas, o que contribuirá para a redução da informalidade em nosso País.

O relatório do Senador Waldemir Moka, infelizmente, acerca desta proposição de minha autoria, o PLS 153, de 2007, e do PLS 3, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias, não atende essas demandas. Mantém dispositivos da atual legislação que não incentivam suficientemente o cooperativismo.

A decisão atual de adotar a reforma da lei de 1971, acredito, intensifica as dificuldades para a população de se apropriar de um importante e valioso instrumento de desenvolvimento socioeconômico: o cooperativismo.

O cooperativismo vem crescendo muito nos últimos anos, tanto entre as maiores cooperativas, especialmente na agropecuária, como entre as menores, de agricultura familiar, artesanato, reciclagem, recuperação de indústrias, confecções, tecelagem, etc. Daí por que há necessidade de um novo marco regulatório que possa, de fato, instrumentalizar e fomentar o progresso dessas organizações que tanto contribuem para o desenvolvimento econômico e social do País.

Nessa mesma direção caminha a Nota Informativa elaborada pela Casa Civil, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Secretaria-Geral da Presidência ao relatório apresentado em 26 de março de 2014 pelo Senador Waldemir Moka, como substitutivo ao PLS 3, de 2007, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A nota técnica elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego sintetiza as avaliações acerca do texto do Senador Waldemir Moka – abrindo aspas:

"Entendemos que diferentemente do Relatório aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, o relatório apresentado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária na forma de Substitutivo pelo Senador Waldemir Moka ao não apresentar uma nova proposta de lei para as cooperativas, e apenas promover modificações pontuais que conservam a base atual da Lei nº 5.764, de 1971, dificulta a elaboração de um texto legal que abarque a nova realidade do cooperativismo brasileiro que resultou do período de democratização com a emergência dos novos movimentos sociais.

Por fim, entendemos que o destaque que realizamos na análise sobre o Relatório apresentado à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária objetiva contribuir para que se estabeleça no Governo Federal o entendimento que permita a apresentação de uma proposição de lei que efetivamente represente os consensos necessários para o fortalecimento do cooperativismo no país, considerando a pluralidade de agentes e interesses envolvidos no tema."

O diálogo entre os diversos setores vinculados ao assunto e o Governo Federal deve, portanto ser aprofundado na Comissão de Assuntos Econômicos de forma a chegarmos a projeto moderno e incentivador das iniciativas cooperativistas, para que possa criar um ambiente propício para a expansão do movimento cooperativista na realidade brasileira.

Nesse sentido, em que pese toda a cooperação que procuramos ter uns para com os outros aqui, eu e o Senador Waldemir Moka e os demais Senadores, sinto-me na responsabilidade de votar contrariamente ao relatório do Senador Moka, com a convicção de que o diálogo acerca do modelo cooperativista brasileiro será aprofundado na CAE.

E gostaria, Sr. Presidente, de aqui ler uma manifestação da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas), União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), Central das Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol), Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil (Concrab), Confederação Nacional de Cooperativas Centrais de Crédito de Economia Familiar e Solidária (Confesol), Central Nacional de Acompanhamento Técnico e Extensão Rural (Cenater), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), Federação Nacional dos Trabalhadores Cooperados (Fetrabras), que dizem, nessa manifestação, o seguinte – abrindo aspas:

"Considerando a atual tramitação do Projeto de Lei nº 3, de 2007, que trata das sociedades cooperativas, em apreciação na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal; considerando que, durante mais de quinze anos, diversas organizações da sociedade civil participaram de debates e realizaram proposições no sentido de aprovar um novo marco legal para as cooperativas, restabelecendo especialmente as oportunidades de organização econômica para grupos sociais economicamente mais frágeis da população brasileira; considerando que o cooperativismo deve ser, principalmente, um instrumento de superação dos problemas ocasionados pelo sistema capitalista, e não um caminho de acumulação de capital, como acabou por adotar a nossa legislação nos últimos sessenta anos; considerando que o diálogo mantido com diversos setores vinculados ao assunto previa que chegaríamos a bom termo, a um projeto moderno, incentivador das iniciativas cooperativistas, que pudesse criar um ambiente propício para expansão do modelo na nossa realidade brasileira e que, após múltiplas negociações, havíamos chegado, em fins do ano 2013, a uma proposta aceitável, mesmo que com necessidade de ajustes, através de um substitutivo que agregava os projetos em tramitação em múltiplas contribuições; considerando que, neste ano, para nossa surpresa, sem diálogo, sem acordo e sem negociação, a relatoria do projeto alterou completamente a linha adotada, para resgatar a Lei nº 5.764, de 1971, de triste memória e que representa o que de pior aconteceu ao cooperativismo brasileiro pela intervenção autoritária da ditadura civil-militar nas organizações de representação e nas possibilidades de expansão e liberdade do cooperativismo; considerando que a decisão adotada na linha da reforma da lei de 1971 aprofunda as imensas dificuldades para a população, especialmente as mais necessitadas, de se apropriar de um importante e valioso instrumento de desenvolvimento; considerando que adotar a Lei nº 5.764 como parâmetro de referência a esse projeto afronta a luta pela conquista da democracia, construída a duras penas neste nosso País, e se constitui em evidente manobra que mancha a memória dos que sofreram com a violência cometida pelos que governaram no período ditatorial e toma um rumo completamente contrário aos direitos dos grupos sociais menos beneficiados e excluídos do sistema de concentração capitalista, manifestamos a nossa profunda repulsa pelo que consideramos uma ofensa ao espírito da nossa Constituição brasileira, que, em boa hora, não recepcionou alguns absurdos da Lei 5.764, de 1971, rejeitamos publicamente a decisão de apresentar um substitutivo ao Projeto nº 3, de 2007, na linha de apenas reformar a Lei 5.764, de 1971, que se tornou símbolo da afirmação de privilégios e imposições arbitrárias e que afronta a luta pela liberdade do cooperativismo e afronta também os direitos mais fundamentais da cidadania.

Exigimos a retomada do diálogo para construção de uma nova lei de incentivo que tenha, como parâmetros, especialmente, a liberdade da população em constituir cooperativas, o direito constitucional de liberdade de associação e de representação e a recuperação de um importante instrumento que contribua na superação das desigualdades econômicas e sociais em nosso Brasil."

Então, Sr. Presidente, aqui me sinto no dever de expressar essa opinião e essa manifestação de todas as entidades às quais me referi, já citadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Agradeço ao nobre Senador Suplicy.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, dou por encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam o relatório do Senador Waldemir Moka, que conclui… Aprovam o relatório do Senador Waldemir Moka, que passa a constituir o parecer da CRA, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007, nos termos da Emenda nº 2-CRA, pela rejeição do PLS nº 153, de 2007, e rejeição das Emendas de nºs 2 a 6, apresentadas pelo Exmo Sr. Senador Eduardo Suplicy.

As matérias serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então, meu voto está declarado, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Encerrada a discussão, em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, contra o voto do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Waldemir Moka, que tem preferência, por ser Relator e pediu, inclusive, antes de V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sem dúvida. Sem problema, Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu só queria agradecer a presença de todos aqui, em especial do Prof. Paul Singer, também de Odacir Klein, e dizer que lamento que não se tenha conseguido chegar a um consenso. Mas acho que faz parte, como o próprio Senador Eduardo Suplicy, acho que essa é uma questão da democracia.

Esse projeto não é terminativo nesta Comissão de Agricultura, ele é terminativo na Comissão de Assuntos Sociais. Teremos lá outro relator, as oportunidades de diálogo sempre permanecerão.

Lamento, Senador Eduardo Suplicy, que, depois de tanto esforço, eu ainda mereça esse voto, ou pelo menos das entidades que V. Exª colocou. A impressão que tenho é de que as pessoas, ou a maioria dos que assinaram, não conhecem também o esforço que foi feito, inclusive com representantes da sua assessoria, para que a gente pudesse chegar a esse texto.

Fica aí o meu agradecimento, embora com voto contrário do Senador Eduardo Suplicy, mas reconhecendo, o tempo todo, a motivação de que tentamos fazer o melhor possível para o cooperativismo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente e prezado Senador Waldemir Moka, quero apenas dizer que vamos continuar nosso trabalho aqui sempre com respeito mútuo e vontade de construir o melhor para o Brasil e para todos os trabalhadores, inclusive todos que participam do movimento cooperativista.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de aqui informar: a Senadora Gleisi Hoffmann precisou acompanhar o Vice-Presidente da República a uma viagem ao Paraná, Curitiba, e por essa razão justifica sua ausência nesta Comissão hoje.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, minha fala é só no sentido de…

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Um momento, Senador.

Comunico à Comissão o recebimento da proposta do Plano de Trabalho sobre o Requerimento nº 12, de 2014, que trata da avaliação de políticas públicas de recursos hídricos para a região do Semiárido nordestino.

Passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, que é o Relator dessa matéria.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de entrar nesse assunto, faço questão de voltar ao tema anterior para cumprimentar o Senador Moka pelo relatório, porque essa matéria é importante para o nosso País. O cooperativismo é de fundamental importância para o desenvolvimento, o crescimento do agronegócio brasileiro.

No meu Estado de Rondônia, nós estamos iniciando com várias cooperativas e isso veio fortalecer o cooperativismo. E lembro que esse projeto nasceu de várias reuniões e debates feitos pelo então Senador Osmar Dias, lá em 2007, quando aqui estava, e teve um trabalho muito importante no seu mandato em favor do agronegócio e principalmente em favor das cooperativas brasileiras.

Com certeza, teve o apoio do Senador Eduardo Suplicy. Várias emendas foram acatadas. E eu entendo que a união desses dois projetos se deu nesse relatório muito bem feito pelo Senador Waldemir Moka, que, evidentemente, foi aprovado com louvor por todos nós, Senadores, tem o nosso apoio exatamente pela importância do cooperativismo para o nosso País.

Entrando no tema, Sr. Presidente, lembrando que vamos fazer alguns trabalhos, a Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, prevê que a Casa Legislativa realize a avaliação de políticas públicas. Por meio de avaliação, o Legislativo Federal buscará, entre outras medidas, adequar os dispositivos normativos às necessidades sociais.

Nos termos do art. 1º da norma, as Comissões Permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas. Com base no dispositivo, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), serão analisadas as políticas públicas de recursos hídricos para o Semiárido nordestino, e as de planejamento, execução e controle do crédito rural do Brasil.

O objetivo desse plano é propor atividades da Comissão para possibilitar a avaliação das políticas públicas de recursos hídricos para a região Semiárida do Nordeste. Dessas políticas dependem milhões de brasileiros que residem naquela região, onde se observam, inclusive, processos de desertificação agravados pelos recorrentes períodos de escassez de água. Questões fundamentais serão avaliadas, tais como a gestão hídrica em cenários de escassez e as ações e programas voltados a garantir o fornecimento de água para as atividades agrícolas.

Quanto às atividades propostas, Sr. Presidente, se V. Exª tiver alguma sugestão com relação ao seu Estado, esse é o momento de a incluirmos nessas propostas de atividades. Teremos atividades até novembro, para fazermos as avaliações das questões hídricas do nosso País.

A fim de estruturar a avaliação das políticas públicas relacionadas a recursos hídricos para o Semiárido nordestino propõem-se as seguintes atividades: requerimentos de informações ao Poder Executivo, incluindo o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Integração Nacional; obtenção de dados de diversos órgãos de entidades públicas, incluindo a Agência Nacional de Águas, a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) e o Tribunal de Contas da União, bem como de instituições bancárias e financeiras que atuem no fomento às políticas públicas, objeto dessa avaliação; identificação de atores sociais relacionados ao tema; análise da legislação correlata; realização de audiências públicas e de diligências.

As atividades ora mencionadas deverão abordar os seguintes subtemas, entre outros:

- Projeto da Transposição de Águas do Rio São Francisco e Recursos Hídricos para o Semiárido;
- Irrigação agrícola no Semiárido;
- Políticas de gestão da escassez hídrica no Semiárido, em função de eventuais conflitos pelo uso múltiplo das águas;
- Vulnerabilidade e respectiva adaptação das populações e dos sistemas agrícolas aos efeitos da escassez hídrica;
- Processos de desertificação e medidas de adaptação para a agricultura.

Sugere-se que os primeiros meses de trabalho sejam dedicados à realização de audiências públicas com os representantes do Estado e da sociedade civil.

Propõe-se ainda a realização de pelo menos uma diligência da CRA em localidade do Semiárido a ser selecionada em função de sua relevância para o tema avaliado.

Finalmente, o plano prevê a elaboração de um relatório final da avaliação, a ser apreciado pela CRA até o final desta Sessão Legislativa.

Cronograma.

Este Plano de Trabalho propõe a seguinte programação para as próximas reuniões:

- em junho de 2014, sugerimos audiência pública sobre o Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco e recursos hídricos para a agricultura no Semiárido. Local: Brasília, Senado Federal. Convidados: representantes do Poder Executivo Federal (Ministério da Integração Nacional; Agência Nacional de Águas; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério do Desenvolvimento Agrário);
- em agosto de 2014, audiência pública com o tema "Desafios e perspectivas para a irrigação agrícola no Semiárido". Local: Brasília, Senado Federal. Convidados: atores sociais locais relacionados ao tema e representantes das Secretarias Estaduais de Agricultura;
- em setembro de 2014, audiência pública, com o tema "Políticas de gestão da escassez hídrica no Semiárido em conflitos pelo uso múltiplo das águas". Local: Brasília, Senado Federal. Convidados: representantes dos Executivos Estaduais (órgãos e entidades que tratam da questão hídrica na agricultura); representante do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS);
- em outubro de 2014: apresentação do relatório preliminar;

- em novembro de 2014: diligência a uma localidade do Semiárido. Local: Região Nordeste (localidade a selecionar). Convidados: Parlamentares e servidores do Senado Federal; servidores de órgãos e entidades locais, bem como representantes da sociedade civil ligados ao tema;

- em dezembro, teremos a apresentação e votação do relatório final.

Esse é o cronograma, Sr. Presidente, para que possamos fazer esse trabalho. Temos, então, dois requerimentos que, se V. Exª me permitir, eu já posso ler. Ou eu aguardo? Estão protocolados.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – V. Exª aguarde o momento oportuno, porque estão na pauta os requerimentos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado.

Então, essa é a estrutura do nosso trabalho e o cronograma apresentado para que a gente possa realizar esse estudo de recursos hídricos para a região Semiárida nordestina. Estou aqui aberto para sugestões, Sr. Presidente, principalmente de V. Exª, que tem um interesse muito grande, pois o seu Estado depende muito desta questão hídrica e do investimento do Governo Federal com relação a esse tema para a agricultura brasileira, principalmente do Nordeste.

Esse é o cronograma, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Agradeço ao nobre Senador pelo relatório apresentado e o coloco em discussão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Para discutir, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia. Tem preferência. (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria cumprimentar a iniciativa do Presidente e do Senador Acir.

Essa questão relacionada ao Semiárido parece ser muito focada no Nordeste, mas, no meu Estado, já temos problemas de seca, estiagens prolongadas. Da mesma forma, precisamos examinar essas questões do ponto de vista mais amplo. Então, em primeiro lugar, isso.

Em segundo lugar, e não menos importante, queria destacar também novamente o que nós votamos há pouco, a questão do Sistema Cooperativo Brasileiro.

Sou de um Estado, Rio Grande do Sul, onde o cooperativismo de crédito nasceu. Nova Petrópolis é a capital do cooperativismo. Isso foi trazido pelos nossos imigrantes europeus. É um sistema que está presente hoje não só nas cooperativas de produção, mas que se estendeu também às cooperativas de serviços. Hoje, por exemplo, serviços médicos no sistema cooperativado prestam grande serviço de suplementação naquilo que o Estado está com dificuldade de fazer. Então, é uma parceria muito bem-sucedida. E também, especialmente no sul do País, há as cooperativas de crédito. Cito, no caso, o sistema Sicredi, o sistema Cresol, o sistema Crehnor. Algumas dessas cooperativas atuam fortemente na oferta de crédito para os agricultores.

Para minha alegria, fui autora aqui, no Senado, aprovado com a relatoria do Senador Casildo Maldaner, de um projeto que prevê que as cooperativas de crédito tenham acesso aos recursos do FAT, porque isso baratearia o custo final do recurso tomado para financiamento das cooperativas repassado aos produtores ou às cooperativas associadas à área de serviço.

Esse projeto já foi aprovado pelo Senado, está na Câmara dos Deputados. O Senador Casildo, com muita propriedade, ampliou para que também os da área urbana, os pequenos empreendedores possam ter acesso a um crédito mais barato. O próprio Banco Central deu grande apoio, por entender que as cooperativas de crédito de todos esses sistemas que eu citei aqui – Cresol, Crehnor, Sicredi – têm dado uma contribuição valiosíssima, eu diria, na pulverização de crédito, na massificação do acesso ao crédito em todo o País, especialmente na Região Sul, mas que está também presente na Região Centro-Oeste, na Região Nordeste, na Região Sudeste e na Região Norte do País.

Então, eu queria dar esse depoimento, renovando os cumprimentos aos dois Senadores: Senador Moka, cujo relatório foi aprovado agora – a Comissão de Assuntos Econômicos terá a responsabilidade de prosseguir com esse trabalho, que foi exaustivo, complexo e, sobretudo, democrático –, e Senador Eduardo Suplicy, pela forma de apresentar as suas sugestões. Ele, como democrata que é, ao aceitar o resultado, demonstra exatamente a sua competência.

Senador Moka, como Senadora de um Estado onde o cooperativismo é muito forte e com lideranças muito competentes, quero cumprimentá-lo pelo equilíbrio de um projeto que abriga, coloca em uma balança igual os dois sistemas. Essa é a saída política mais adequada, mais justa e também a melhor para o nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado, Senadora.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, quero cumprimentar o Senador Waldemir Moka pelo belo trabalhado apresentado aqui através do seu relatório. Essa matéria já está há algum tempo aqui no Senado. Desde que aqui cheguei – e estou quase concluindo o meu mandato –, participei de discussões bem amplas a respeito dele, até porque o Senador Osmar Dias travou um debate aqui bastante saudável sobre o tema. Mas só hoje foi possível a sua concretização, a sua aprovação por esta Comissão – ainda vai para a Comissão de Assuntos Econômicos. Então, está de parabéns o Senador Moka e, da mesma forma, o Senador Eduardo Suplicy, que se portou aqui como um estadista. Democraticamente, pudemos aprovar aqui o projeto, embora lamentavelmente contra o seu voto. Mas S. Exª contribuiu sobremaneira para que esse projeto fosse aprovado por esta Comissão.

Mas, se me permite, Sr. Presidente, de forma respeitosa e ousada, ao mesmo tempo, eu também queria fazer uma proposta mediante o que o nosso querido Acir Gurgacz está propondo. Trata-se de uma discussão sobre a irrigação do Semiárido do Nordeste. Nós particularmente da Região Centro-Oeste do Brasil temos uma política de irrigação, aprovada com a Constituição de 1988, uma destinação por parte do Governo Federal, através do Ministério da Integração Regional, de recursos para fazermos irrigação nos Estados que compõem a Região Centro-Oeste do Brasil; um fundo constituído que teria que ser aplicado obrigatoriamente… Tanto é que há uma recomendação do próprio Tribunal de Contas da União, cuja apresentação já foi feita há dois anos, de que esses recursos sejam aplicados.

De maneira que eu acho, meus prezados Senadores Benedito Lira, Presidente da Comissão, e Acir Gurgacz, que nós poderíamos inserir também, dentro do que está propondo V. Exª aqui, a questão da irrigação na Região Centro-Oeste do Brasil. Particularmente já tínhamos destinado, através de um trabalho que fizemos na Comissão de Orçamento, R$100 milhões para fazermos projetos de irrigação nos 17 Municípios da baixada cuiabana, aproveitando os recursos hídricos da Usina do Manso. Eu acho que é fundamental, tanto que ontem recebi alguns telefonemas do interior, sobretudo da região metropolitana, da Grande Cuiabá, em relação a esse assunto. Temos vários projetos, temos várias pequenas propriedades e acho que seria saudável também nós discutirmos essa política de irrigação também para a Região Centro-Oeste do Brasil. Eu particularmente tenho interesse, já que temos um projeto fantástico para implantarmos nos 17 Municípios que compõem a Grande Cuiabá. Temos um potencial hidráulico gigantesco, que é a Barragem do Manso, que, quando da sua construção, tinha não apenas a questão da geração de energia, como a questão da política de irrigação e a questão de regular a época das águas em relação a possíveis enchentes que poderiam acontecer na região metropolitana.

De maneira que faço essa proposta; não sei se meu querido Senador Acir Gurgacz vai aceitar, mas eu gostaria que ele inserisse a política de irrigação também na Região Centro-Oeste, que tem muito a ver com a questão do Semiárido nordestino.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Nobre Senador Jayme Campos, a solicitação de V. Exª é pertinente. Só que, com relação ao relatório do Senador Acir Gurgacz, a Comissão definiu políticas para o Semiárido. Podemos fazer um trabalho, um adendo, encontrar uma outra forma para cobrar do Governo ações para o Centro-Oeste. Está certo?

Mas esse aspecto é exclusivo para o Semiárido, porque são políticas públicas que haverão de ser estabelecidas a partir de agora para atender à situação do Semiárido do Nordeste brasileiro, que não tem água nem para humano beber. É uma coisa estarrecedora.

Infelizmente, no nosso País, não é de agora, desde a sua descoberta, o Semiárido sempre existiu, mas nós nunca tivemos políticas públicas ou políticas de Estado para conviver com as secas do Nordeste, como o Semiárido nordestino.

Em todas as partes do mundo existe essa situação, mas encontram-se soluções para convivência pacífica e permanente. Infelizmente, no nosso País, ainda não aconteceu. Acontecem, sim, as emergências. Emergência é um fato extraordinário, não é comum, não é o normal. Nós precisamos de políticas para a normalidade.

Então, eu acolho a solicitação do Senador Jayme Campos, mas numa proposta paralela a essa, não incluindo nessa programação.

Eram essas as considerações que eu desejava fazer e…

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, pela ordem, como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro e, depois, concederei a V. Exª para os arremates finais.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – O.k. Muito bem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente Benedito de Lira, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, quero também parabenizar o Senador Moka pelo seu parecer numa área que é da maior importância para o Brasil, que é o cooperativismo.

No Estado do Pará nós temos avançado com o cooperativismo, o que tem dado excelentes resultados.

V. Exª fez um trabalho que merece elogios de todos nós.

Com relação à proposta do Senador Acir Gurgacz, como V. Exª já colocou, Senador Benedito de Lira, se refere apenas ao Semiárido do Nordeste e V. Exª tem toda razão ao dizer que, a cada ano, se repete a seca. Não é nada de anormal; é aquilo já provável de acontecer.

Lamento apenas que a tão decantada obra de transposição do Rio São Francisco, do Presidente Lula, que viria resolver o problema de irrigação no Semiárido, não saia do papel. Ainda é um projeto, hoje, longe de ser completado, apesar de já ter, há anos, término previsto. E hoje ainda continua sem funcionar. Acho que a solução também passa pela conclusão da obra de transposição do Rio São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Realmente, a transposição do Rio São Francisco, nobre Senador, é uma obra que vem se arrastando ao longo do tempo, mas ela é uma obra localizada. Ela vai atender aos Estados da Paraíba, do Ceará, a parte da Bahia, etc. Quer dizer, ela não é uma obra abrangente. As políticas que deverão ser implementadas para atender ao Semiárido brasileiro deverão ser políticas abrangentes. O Estado da Bahia, por exemplo, tem mais de 75% do seu território dentro do Semiárido. É uma coisa estarrecedora.

Então, esperamos que haja a conclusão realmente da transposição do Rio São Francisco, uma obra muito polemizada, mas necessária para atender àquelas populações dos Municípios por onde ele vai passar.

Dando sequência, concedo a palavra ao Senador Ruben Figueiró.

Nobre Senador Acir, V. Exª ficará para o término, porque são suas considerações finais em relação às sugestões que serão apresentadas.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores desta Comissão, eu gostaria apenas de prestar o esclarecimento – uma pena que o Senador Jayme Campos já não se encontre aqui – de que a sugestão oferecida por ele já está contemplada naquele plano de trabalho que V. Exª me designou para confeccionar, que, naturalmente, será apreciado, oportunamente, por esta Comissão.

Eu queria cumprimentar o Senador Waldemir Moka e também o Senador Suplicy pelo trabalho que eles realizaram no sentido de dar ao sistema cooperativo nacional uma vitalidade que realmente represente os interesses de todas as áreas empenhadas.

Eu apenas gostaria de destacar dois aspectos do parecer do eminente Senador Waldemir Moka que eu considero da maior relevância. S. Exª disse aqui: "O cooperativismo é um instrumento de transformação social, superação das desigualdades e conquista de justiça social". Isso aí contempla perfeitamente o objetivo que deseja o Senador Suplicy, que é o de cooperativas vinculadas a segmentos de baixa renda.

E aqui, em outro trecho, S. Exª o Senador Waldemir Moka ressalta: "Portanto, assim como as micro e pequenas empresas e o empreendedor individual, o Poder Executivo já dispõe de mecanismos para incentivar as cooperativas sociais, nos termos da Lei nº 9.867, de 1999, o que, a nosso ver, já vem sendo observado pelo Governo, a exemplo do disposto no Decreto nº 8.163, de 2013, que instituiu o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social, o Pronacoop Social".

Sr. Presidente, essas razões me motivaram a apoiar, não só na reunião anterior, que apreciou o tema, como agora, o parecer oferecido pelo eminente Senador Waldemir Moka, que retrata exatamente a aspiração maior do cooperativismo brasileiro.

Apenas isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Presidente, a título de contribuição… Senador Acir Gurgacz, V. Exª vai fazer em relação ao Semiárido. O Senador Jayme Campos levantou, Senador Benedito de Lira, o fato de que, no Orçamento da União, há o preceito constitucional de que 20% de tudo que se investir em irrigação, necessariamente, terá que ir, claro, na proporção dos chamados fundos constitucionais. E aí estão contemplados os Fundos do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste. E normalmente a União não costuma destinar esses recursos, os 20%.

Então, só para contribuir, o orçamento para esse trabalho ou o investimento de recursos hídricos poderia, se V. Exª assim entendesse, já nascer com a cobertura desse preceito constitucional, ou seja, parte desses 20% de tudo o que é investido na irrigação seria destinado a essas três Regiões através dos fundos constitucionais. E fala exatamente de irrigação.

Então, falo só a título de contribuição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – No mesmo raciocínio do Senador Moka, quando ele cita a Constituição, está aqui no art. 42 das Disposições Transitórias:

Art. 42. Durante 25 (vinte e cinco) anos, a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação: (EC nº 43/2004)

I – vinte por cento na Região Centro-Oeste;

II – cinquenta por cento na Região Nordeste, preferencialmente no Semiárido.

Infelizmente me parece que isso é letra morta da Constituição, isso não tem acontecido, porque, se assim fosse, nós já teríamos soluções as mais diversas tanto para a região quanto, particularmente, para o Semiárido brasileiro.

Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz para as suas considerações finais.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, entendo que, embora tenhamos aprovado dessa forma em reunião anterior, como recursos hídricos para a região semiárida nordestina, isso não impede que possamos incluir também essa questão da irrigação do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste. Nós podemos fazê-lo se deliberarmos aqui, em plenário, para que possamos debater esse tema, pedindo informações sobre a aplicação desse recurso, sem mudar, assim, o tema principal que foi aprovado previamente, que são recursos hídricos para a região semiárida nordestina. Mas devemos pedir informações na primeira audiência pública cujo requerimento está aqui para ser aprovado, para também discutirmos o Projeto Irrigar, do Centro-Oeste, e a aplicação constitucional da irrigação do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste, apenas para atender ao Senador Jayme Campos e também à sugestão do Senador Moka e de V. Exª, para que a gente possa realmente fiscalizar. É a nossa função. É apenas um adendo para que, na audiência pública, nós possamos pedir informações sobre como estão sendo aplicados os recursos relativos à irrigação no Centro-Oeste e também no Norte do País.

Fica aqui a minha sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Nobre Senador Acir, o nobre Senador Figueiró, ao analisar o seu relatório, já deu respostas ao Senador Jayme Campos, no sentido de que, no relatório que será apresentado posteriormente, do qual ele é um dos relatores, também dessas políticas públicas, já estão incluídas essas políticas para o Norte e para o Centro-Oeste.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E o Sul?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – E o Sul, exatamente, porque o Rio Grande do Sul tem problema, assim como Minas Gerais tem problema, como o Espírito Santo tem problema.

Eu quero apenas parabenizar o Flexa Ribeiro, porque no seu Estado não temos, graças a Deus, esse problema de seca, de falta de água, de flagelo da seca felizmente – infelizmente para o Nordeste; felizmente para a região de S. Exª.

Encerrada a discussão, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimentos extrapauta.

Considerando o disposto na Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com art. 104-B, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), dia 10 de junho de 2014, às 9 horas, com a finalidade de analisar as políticas públicas de recursos hídricos para o Semiárido nordestino, com a presença dos seguintes convidados: Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministro do Desenvolvimento Agrário; Ministro da Integração Nacional; Ministro da Pesca e Aquicultura; presidente do Banco Central do Brasil; presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) ou seu representante; representantes da Articulação no Semiárido Brasileiro; representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Eu queria só, a fim de que pudéssemos ter uma coisa muito bem centrada, que pudéssemos dividir – dois, quatro, seis, oito – os nove convidados e que pudéssemos fazer isso em duas etapas. É a sugestão que eu daria a V. Exª, como autor do requerimento, nobre Senador Acir Gurgacz.

V. Exª tem a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sem dúvida, Sr. Presidente, a nossa intenção é promover o amplo debate e dar celeridade aos planos de trabalho, mas podemos realizar duas etapas no mesmo dia. Podemos fazer uma pela manhã; à tarde, outra. Estou preocupado em concluir esse trabalho este ano, porque, se passarmos do dia 10 de junho, nós teremos problemas, à frente, de pessoas, de Senadores

para compor o debate e também dos próprios convidados. Mas podemos dividir, não há problema nenhum. Podemos refazer.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Vou até pedir a renovação dos membros da Comissão. Os Senadores que irão disputar mandato não estarão presentes, lógico, ou muito raramente. Renovação de mandato. Mas nós veremos isso, Senador. É uma discussão…

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Entendo, Sr. Presidente, que o importante é nós aprovarmos o requerimento e, na sequência, nós podemos debater a divisão, no mesmo dia, e fazer um debate em duas etapas, mas fazer o debate, porque ele faz parte do plano de trabalho para que possamos avaliar as questões hídricas nordestinas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo contestação, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento, ainda, de autoria do Senador Acir Gurgacz.

Considerando o disposto na Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, combinado com o art. 104-B, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de analisar as políticas públicas de Recursos Hídricos para o Semiárido nordestino, para debater o tema "Projeto de transposição de águas do Rio São Francisco e recursos hídricos para a agricultura no Semiárido", com a presença dos seguintes convidados: Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministro do Desenvolvimento Agrário; Ministro da Integração Nacional; diretor-presidente da Agência Nacional de Águas.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Com a palavra, o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Na mesma linha, Sr. Presidente, para que possamos debater esse tema, estamos convidando os Ministros do Mapa, do MDA, do Ministério da Integração e também o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas para que possamos debater a questão da transposição do Rio São Francisco e de recursos hídricos para a agricultura no Semiárido.

Entendo que é importante darmos sequência. E esse requerimento faz parte do programa de ação que traçamos aqui e que foi aprovado.

Então, peço a aprovação desse requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento, ainda, do Senador Acir.

Nos termos da Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, que estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas, e tendo por fundamento a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inscrita no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e do art. 50, §2º, da Constituição Federal, e em conformidade com os arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas à Srª Ministra do Meio Ambiente as seguintes informações referentes às políticas públicas de recursos hídricos no Semiárido nordestino, em especial associados à agricultura:

1. Dados da Agência Nacional de Águas (ANA) sobre o tema, constantes em boletins, avaliações e publicações; 2. Nível de abrangência e de atendimento da população rural do Semiárido após a conclusão do projeto de transposição de águas do Rio São Francisco;

3. Informações sobre processos de desertificação no Semiárido e seus impactos sobre a atividade agrícola;

4. Dados sobre gestão-modelo de recursos hídricos naquela região, em especial quanto à solução de conflitos pelo uso múltiplo das águas;

5. Lista de projetos – com respectivos montantes previstos e executados – para diminuir a vulnerabilidade das populações do Semiárido diante dos cenários de escassez hídrica.

Com a palavra, o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, também é para trazer subsídios para que nós possamos avaliar o que está sendo feito no Semiárido nordestino.

A Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, prevê que a Casa Legislativa realize a avaliação de políticas públicas. Por meio dessa avaliação, o Legislativo Federal buscará, dentre outras medidas, adequar os dispositivos normativos às necessidades sociais. Nos termos do art. 1º da norma, "as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas". Com base no dispositivo, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, serão ana-

lisadas as políticas públicas de recursos hídricos para o Semiárido nordestino e as de planejamento, execução e controle do crédito rural no Brasil.

O objetivo do presente requerimento é obter subsídios para a avaliação das políticas públicas de recursos hídricos para a região semiárida do Nordeste, em especial as voltadas à garantia de fornecimento de água para as atividades agrícolas, bem como à diminuição da vulnerabilidade das populações e dos sistemas naturais aos cenários de escassez hídrica.

Sr. Presidente, nós formamos uma equipe de consultores aqui do Senado que vão ficar à disposição da Comissão de Agricultura. E essas informações são de fundamental importância para fazermos essa análise com toda a responsabilidade que o tema merece.

Nós, então, pedimos a aprovação deste requerimento, para que nós possamos ter essas informações, juntamente com os consultores, e para que possamos, realmente, fazer uma análise, de forma tranquila, de fato, da importância que é este tema para o nosso País, principalmente para o Nordeste brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Mais um requerimento do Senador Acir.

Requer […] no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de debater e analisar o Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015 – Alimentos para o Brasil, sua operacionalidade e ações previstas para disponibilização dos recursos ao produtor rural, com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Sr. Miguel Rossetto.

Com a palavra o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, esta semana, foi lançado o Plano Safra da Agricultura Familiar. Nós entendemos que é importante nós o debatermos aqui na Casa e sabermos, de fato, quais são e de que forma serão aplicados esses recursos para a agricultura familiar.

Por isso, nós convidamos o Ministro Miguel Rossetto, para que venha aqui explicar a todos nós como será feita a aplicação desses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Muito obrigado ao nobre Senador Acir.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Senador Ruben Figueiró.

Requer que seja realizada audiência pública, no âmbito desta Comissão de Reforma Agrária, no dia 10 de junho de 2014.

Requer […] a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), no dia 10 de junho de 2014, às 09h00, com a finalidade de analisar as políticas públicas de Planejamento, Execução e Controle do Crédito Rural no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ou seu representante; Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA) ou seu representante; Ministro da Integração Nacional (MI) ou seu representante; Ministro da Pesca e Aquicultura (MPA) ou seu representante; Presidente do Banco Central do Brasil (BACEN) ou seu representante; Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou seu representante; Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ou seu representante; Representantes da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA); Representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Dia 10 de junho já tem uma prevista por ele ali?

Com a palavra o Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, Sr. Senador Acir Gurgacz, Srs. Senadores, eu estou apenas atendendo a uma determinação desta Comissão para que se realizem audiências, atendendo ao plano de trabalho aqui estabelecido. A data designada seria o dia 10 de junho. Naturalmente ela será feita em conjunto com aquela que se realizará para tratar do Semiárido.

As razões do meu requerimento estão consubstanciadas aqui no meu pedido, naturalmente constam, e já são do conhecimento dos ilustres Srs. Senadores e Srªs Senadoras desta Comissão.

Por essas razões, Sr. Presidente, solicito a aprovação do requerimento para que seja realizada esta primeira audiência pública do plano de trabalho que apresentei, porque são de interesse nacional.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em votação o requerimento de autoria do Senador Ruben Figueiró.

As Srªs Senadores e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Mais um requerimento do Senador Ruben Figueiró.

Requer, nos termos da Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, que estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas, e tendo por fundamento a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inscrita no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e do art. 50, §2º, da Constituição Federal, e em conformidade com os arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as informações referentes ao planejamento, à execução e ao controle do crédito rural no País.

As informações são as seguintes.

Primeiro, estimativa da atual demanda por crédito rural da agricultura familiar e valor da demanda do segmento atendido no período compreendido entre os anos 2000 e 2013, das agregadas anualmente.

Impacto financeiro das renegociações de dívidas rurais de agricultor familiar para o Tesouro Nacional no período compreendido entre 2000 e 2013.

A avaliação da eficácia e eficiência da política de crédito rural voltada à agricultura familiar executada no período compreendido entre os anos 2000 e 2013.

Desafio da agricultura familiar brasileira no que tange ao crédito rural.

Com a palavra S. Exª o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, ratifico os termos do meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ainda do Senador Ruben Figueiró.

Requer, nos termos da Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, que estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas, e tendo por fundamento a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inscrita no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e a prerrogativa do art. 50, §2º, da Constituição Federal, e em conformidade com os arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento as informações referentes ao planejamento, à execução e ao controle do crédito rural no País.

Solicita as seguintes informações.

Estimativa da atual demanda por crédito rural da agropecuária brasileira e valor da demanda atendida no período compreendido em 2000 e 2013.

Impacto financeiro das renegociações de dívidas rurais para o Tesouro Nacional no período compreendido, entre 2000 e 2013.

Avaliação da eficácia e eficiência da política de crédito rural executada no período compreendido entre os anos de 2000 e 2013.

Desafios do crédito rural no Brasil no médio e longo prazo.

Com a palavra o Senador Ruben Figueiró.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requer, nos termos da Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, que estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas, e tendo por fundamento a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inscrita no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e em conformidade com os arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Senhor Presidente do Banco Central do Brasil as informações referentes ao planejamento, à execução e ao controle do crédito rural no País.

Solicita as seguintes informações:

1. A evolução das reclamações ajustadas pela Ouvidoria do Banco Central do Brasil sobre vendas casadas envolvendo instituições financeiras que operam com o crédito rural;

2. Os montantes consolidados dos valores originalmente concedidos e dos respectivos saldos atuais das operações de crédito rural que se encontravam em situação de normalidade no período compreendido entre 1º de janeiro de 2000 a 31 de dezembro de 2013, agregado por fonte de recurso e finalidade;

3. Os montantes consolidados, os valores originalmente concedidos e os respectivos saldos atuais das operações de crédito rural que se encontravam em situação de inadimplência no período compreendido entre 1º de janeiro de 2000 a 31 de dezembro de 2013, agregado por fonte de recursos e finalidade;

4. O saldo global atualizado, em 31 de dezembro de 2013, das operações de crédito rural inscritas em dívida ativa da União;

5. A evolução dos recursos aplicados anualmente; valores correntes constantes; variação anual a partir da década de 70; evolução dos recursos por finalidade a partir também da década de 70; evolução dos recursos por tipo de instituição financeira a partir da década de 70; evolução dos recursos por Estado a partir da década de 70; evolução dos recursos por cultura, tipo de investimento a partir da década de 70.

Com a palavra, o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, reitero os termos do meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Em votação.

As Srªs Senadoras e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, eu tenho um ofício para enviar à Ministra Miriam Belchior que eu passo a ler. E peço o apoio dos demais Senadores desta Comissão.

Diz o seguinte.

No momento em que Rondônia apresenta um crescimento no volume e valor da produção de carne bovina, passando de US$210 milhões, em 2011, para US$1 bilhão, em 2012 e 2013, estamos acompanhando, através de informações oficiais do Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Mapa, da Superintendência de Rondônia, a redução do número de fiscais agropecuários lotados na área de inspeção animal no Estado. Esse quadro é preocupante, pois dispomos, atualmente, de 13 fiscais agropecuários, sendo que, desses, 7 continuam trabalhando com abono de permanência, restando apenas 6 fiscais regulares.

Portanto, solicito, com apoio da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, celeridade na contratação e locação de fiscais agropecuários no Estado de Rondônia, após a conclusão do concurso público em andamento para essa finalidade, dando, assim, continuidade ao processo de comercialização e exportação de carne bovina, neste momento em que nossa economia busca manter positiva a balança comercial brasileira e melhorar a geração de renda e bem-estar do homem do campo.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para manifestar meus protestos de elevada estima e consideração.

Peço a atenção dos demais Senadores para que possamos realmente ajudar o Estado de Rondônia.

Nós passamos, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de US$210 milhões de exportação de carne, Senador Ruben Figueiró, para mais de US$1 bilhão no ano seguinte. Nós precisamos ter o apoio do Governo Federal com relação à infraestrutura.

Então, peço o apoio dos demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – O expediente de V. Exª é da maior importância, não só para o Estado de Rondônia, mas para o Brasil. Consequentemente, V. Exª não tenha a menor dúvida de que contará com o apoio de toda a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para que possamos, realmente, pedir às autoridades…

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – … que adotem as providências necessárias para que o Estado de Rondônia, no ano de 2014, não apenas exporte US$1 bilhão, mas US$2 bilhões ou US$3 bilhões, porque tem capacidade para isso.

Então, V. Exª conte com o apoio da Comissão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem.

Temos outro ofício no mesmo teor, com uma mudança simples, para o Ministro da Agricultura.

Portanto, solicito, com apoio da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, a lotação de fiscais agropecuários no Estado de Rondônia em caráter de urgência, para darmos continuidade ao processo de comercialização e exportação de carne bovina neste momento em que a economia do Estado busca manter positiva a balança comercial brasileira e melhorar a geração de renda e bem-estar do homem do campo.

Esse é um ofício ao Ministro da Agricultura, pedindo apoio para que possamos ter a lotação de fiscais agropecuários em caráter de urgência no Estado.

Nós vamos receber uma comissão da Europa que quer comprar carne também do Estado de Rondônia. Essa comissão vem buscar alternativas para aumentar os fornecedores de carne brasileira.

Se nós tivermos aprovação, de fato, vamos passar de US$1 bilhão para US$2 bilhões, US$3 bilhões a exportação de carne do Estado de Rondônia. Para isso, precisamos urgentemente da lotação de fiscais agropecuários no Estado de Rondônia.

Por isso, peço o apoio dos demais Senadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Quero agradecer ao nobre Senador Acir pela relevância de seus requerimentos e expedientes. Não tenho a menor dúvida de que a Comissão estará junto nos pleitos que V. Exª formula, porque há um interesse direto de todos nós de que a agricultura e a pecuária brasileiras possam atingir, realmente, os maiores índices de exportação e de produtividade na área agrícola e na melhoria da qualidade da nossa pecuária.

Agora mesmo, está-se realizando ou já se realizou em Paris uma reunião para trazer para os Estados que ainda não estão credenciados internacionalmente o certificado livre de aftosa, para uma vacinação para o Brasil inteiro.

Acredito que o Ministério da Agricultura, na próxima semana, já deverá comunicar aos pecuaristas brasileiros, de uma maneira geral, que o Brasil, o Território nacional, estará livre da barreira de aftosa com vacinação. É um grande pleito, é uma grande vitória para o Brasil e para os pecuaristas brasileiros, que estiveram toda hora, permanentemente, fazendo o dever de casa.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Durante muitos anos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Durante muitos anos.

O meu Estado, por exemplo, principalmente agora, deverá atingir esse objetivo. Ao longo de mais de 10 ou 15 anos, nós vínhamos lutando, permanentemente, junto ao Ministério da Agricultura para obtermos esse certificado. Existia uma parte do Nordeste – Sergipe e Bahia – livre e os outros Estados impedidos, parte do Norte livre e outros impedidos. Então, com norte, nordeste, sudeste, sudoeste e sul, agora é o Brasil como um todo.

Eu queria cumprimentar V. Exª, ao tempo em que cumprimento as autoridades do Ministério da Agricultura e Pecuária do meu País, por mais esse evento que vai, realmente, atender as exigências da exportação de nossa carne, de nossos produtos agrícolas para o mundo, sem as dificuldades que seriam de vez em quando apresentadas, e para que os Estados tenham liberdade. É preciso agora que cada um continue cuidando do dever de casa para que não possamos ter nenhuma dificuldade daqui por diante.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado pelo apoio de V. Exª, Sr. Presidente.

De fato, é importante para o País, evidentemente, a exportação. O Estado de Rondônia, que é um Estado jovem, que está começando a produção agrícola e pecuária, já é o quarto exportador de carne brasileira. Nós queremos avançar, como o Brasil está avançando na exportação, na produção de alimentos, contribuindo para a erradicação da fome no mundo.

Nós vamos receber, por estes próximos meses, uma visita da comunidade europeia que quer importar carne do Estado de Rondônia. Isso é positivo para o nosso País e, evidentemente, é positivo para o nosso Estado. Por mais que haja uma força, no nosso próprio País, preocupada com a exportação, com o fato de que, se nós exportarmos, aumentarmos a exportação de carne, isso faça aumentar o preço da carne nos mercados brasileiros, lembro que nós temos produto para exportar – estamos aumentando a produção – e temos produto para alimentar o mercado brasileiro. Então, não há preocupação, não temos que ter essa preocupação, ter medo de aumentar a exportação de carne brasileira.

O Brasil precisa dessas exportações. O que sustenta a balança comercial brasileira é o agronegócio, ou seja, a produção de grãos e também a produção de carne, e tem aumentado muito a exportação de carne de Rondônia pela qualidade da carne, pela posição geográfica, enfim, pela quantidade de produção de carne no Estado de Rondônia.

Então, eu agradeço o apoio de V. Exª.

Há outro tema com o qual eu quero aqui concluir, Sr. Presidente, a minha participação hoje. É o seguinte: nós fizemos uma diligência na BR-319 para a reabertura daquela BR, só que o ICMBio ainda está atrasando, de novo, o processo para a conclusão dos trabalhos para a questão da autorização ambiental.

Então, eu quero aqui pedir ao Diretor-Geral do ICMBio, Dr. Roberto Ricardo Vizentin, que agilize a liberação do documento com a anuência, ou seja, a permissão para a realização do estudo de fauna e flora nas unidades de conservação federais, ao longo da BR-319, pois há uma empresa contratada para fazer esse estudo, mas, para se fazer o estudo, precisa-se da autorização do ICMBio para entrar.

A equipe que está fazendo esse estudo está mobilizada e pronta para realizar o trabalho, e, se essa autorização não sair nos próximos dias, essas equipes serão desmobilizadas, e o cronograma de realização dos estudos deverá sofrer mais um atraso. E o atraso é de um ano. É de um ano o atraso, se nós desmobilizarmos e perdermos essa janela que temos para iniciar esse trabalho.

A equipe é composta por biólogos, mateiros, cozinheiros, motoristas, pessoal de apoio, num total de aproximadamente 100 pessoas, e dezenas de veículos já estão aguardando o início dos trabalhos lá na região. Estão alguns no Amazonas, outro em Rondônia, esperando autorização. Já foram contratadas essas pessoas.

Então, me parece que o ICMBio não quer, realmente, que se faça o estudo. Não é para dar liberação para a construção, mas para fazer o estudo da fauna e da flora nessa região.

A autorização para realizar os estudos nas unidades de conservação estaduais já foram concedidas pelo Ipaan, Instituto Florestal e Ambiental do Amazonas.

A edição deste último domingo do jornal *Folha de S.Paulo* destacou a situação de abandono da BR-319; chamou a atenção para o fato de a rodovia estar no guia oficial da Copa de rotas rodoviárias do Governo Federal.

O guia sugere que o percurso de 888 quilômetros, de Porto Velho a Manaus, possa ser feito em 14 horas. Essa promessa de fato foi feita pelo Governo Federal, mas, se os rondonienses ou os turistas quiserem ir de carro à Arena da Amazônia para assistir aos jogos, levarão 40 horas de viagem, se conseguirem passar por alguns trechos, se a chuva acalmar. Esse foi o tempo que levamos para percorrer a rodovia em novembro do ano passado.

O serviço de manutenção do meião da rodovia foi retomado nesta semana, mas isso dará passagem apenas para veículo 4x4. O meião compreende do quilômetro 260, no Igapó-Açu, ao quilômetro 513, no Igarapé Piquiá, que corresponde a 253 quilômetros.

Informações repassadas pelo Ministério dos Transportes dão conta de que, de 2007 a 2012, foram gastos R$87,5 milhões em estudos ambientais e na criação de unidades de conservação.

Além disso, nós temos lá essa equipe mobilizada, aproximadamente 100 pessoas, vários, dezenas de carros, todos 4x4, aparelhados para fazer esse estudo da fauna e da flora nas unidades de conservação, esperando uma autorização do ICMBio.

Eu não sei se é irresponsabilidade desse pessoal ou se é má vontade. Agora foi feita a licitação, foi feita a contratação. Não sei qual é a empresa, não me interessa saber. A questão é que, mais uma vez, o dinheiro público está sendo deixado ou gasto em vão, sendo que foi contratada a empresa, há todo mundo mobilizado para fazer o estudo, e não há autorização do ICMBio para fazê-lo. E não é autorização para executar a obra; é autorização para iniciar os estudos na fauna e flora nas áreas de conservação da BR-319.

Então, faço um apelo ao Diretor-Geral do ICMBio, Dr. Roberto Ricardo Vizentin, para que dê essa autorização, para que as pessoas possam executar aquilo que foi contratado pelo próprio Governo, através do Ministério dos Transportes, licitado pelo DNIT.

Eram essas as minhas considerações.

Agradeço a V. Exª por nos dar esse tempo, que é importante para esta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP – AL) – Agradeço ao nobre Senador Acir os esclarecimentos, as preocupações que tem com a infraestrutura do Estado de Rondônia e, consequentemente, da Amazônia Legal.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, dou por encerrada a presente reunião, convocando-os para a próxima no horário regimental.

(Iniciada às 8 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 20 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 5 DE JUNHO DE 2014.

Às oito horas e quinze minutos do dia cinco de junho de dois mil e quatorze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores **DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO SUPLICY, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senadores Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Clésio Andrade, Sérgio Petecão, Benedito de Lira, Kátia Abreu e Gim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 22, de 2014, de sua autoria, com a finalidade de debater e analisar o Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015 – Alimentos Para o Brasil, sua operacionalidade e ações previstas para disponibilização dos recursos ao produtor rural, com

a participação dos seguintes convidados: Sr. **Miguel Rossetto** – Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário – MDA; Sr. **Carlos Mário Guedes de Guedes** – Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Ana Amélia, Cyro Miranda, Casildo Maldaner e Acir Gurgacz fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.**–** Senador **Acir Gurgacz,** Vice-Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 22, de 2014, de minha autoria, com a finalidade de debater e analisar o Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015 – Alimentos para o Brasil, sua operacionalidade e ações previstas para disponibilização dos recursos ao produtor rural, com a presença do Exmº Sr. Miguel Rossetto, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

Antes de iniciarmos, eu gostaria de fazer algumas colocações.

Hoje comemoramos o Dia Mundial do Meio Ambiente, que, neste ano, tem como foco preservar os oceanos e evitar o aumento do nível do mar. Essas datas pontuais servem para nos manter alertas sobre a importância dos temas abordados, mas a proteção do meio ambiente é uma ação, uma atitude que temos que ter presente no nosso cotidiano.

O Dia Mundial do Meio Ambiente é uma oportunidade para reflexões importantes. Como estamos contribuindo para a proteção do meio ambiente? Será que estamos fazendo a nossa parte como cidadãos ou profissionais? E como as atividades produtivas e os mercados estão inseridos nesse processo?

Reconhecido internacionalmente como referência na área ambiental, o Brasil conseguiu reduzir fortemente o desmatamento ilegal na Amazônia nos últimos anos e tem demonstrado grande capacidade de combinar a proteção da natureza com a redução da pobreza, o aumento da produção agrícola e o crescimento econômico.

O Brasil é o país que mais reduziu a emissão de gases que provocam o efeito estufa do Planeta, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU). Este esforço precisa ser reconhecido como um ativo da sociedade brasileira, numa futura negociação legalmente vinculante de obrigações com todos os países.

Ações pontuais e políticas de longo prazo começam a dar resultado. Prova disso é que o Brasil compensou sete vezes mais do que o estimado para as emissões diretas de gases de efeito estufa geradas pela realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no País.

Na agricultura, o Brasil também tem dado bons exemplos de práticas sustentáveis, como a Agricultura de Baixo Carbono, sistemas agroflorestais e o crescente desenvolvimento da agricultura familiar.

Nesse, sentido, considero muito oportuna a homenagem que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), presta aos pequenos e médios agricultores de todo o mundo neste ano de 2014, escolhendo-o como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Essa homenagem, que foi incorporada à agenda do Senado Federal, numa sessão solene realizada na terça-feira, somando-se aos diversos eventos que serão promovidos ao longo do ano pelo Poder Público, associações, cooperativas, empresas e pelos próprios agricultores, certamente vai aumentar a visibilidade mundial para a importância da agricultura familiar, destacando sua função essencial de colocar alimento na mesa da população mundial, que cresce de forma exponencial, bem como o seu papel na provisão da segurança alimentar e nutricional das nações, na erradicação da fome e da pobreza, e no desenvolvimento regional sustentável.

Eu costumo dizer que toda agricultura é familiar, pois independente do tamanho da propriedade, são as famílias que tocam as lavouras e os negócios no campo. No entanto, existe o enquadramento técnico para o conceito de agricultura familiar, restringindo-o, no Brasil, ao cultivo da terra, realizado por pequenos proprietários rurais, com áreas de até quatro módulos fiscais, tendo como mão de obra essencialmente o núcleo familiar, em contraste com a agricultura patronal, que utiliza trabalhadores contratados, fixos ou temporários, em propriedades médias ou grandes.

De todo modo, apesar da limitação do conceito, a agricultura familiar é hoje a base que sustenta a agropecuária brasileira e mantém a dinâmica social e econômica do meio rural. Ela é responsável por cerca de 10% do PIB Nacional, corresponde a 40% do valor bruto da produção agropecuária, e a mais de 74% da mão de obra ocupada nas propriedades rurais do Brasil.

Por conta disso, responde por quase 80% dos alimentos na mesa dos brasileiros.

Em todo o mundo, a agricultura familiar e de pequena escala estão intimamente vinculadas à segurança alimentar, contribuindo para uma alimentação balanceada e para o uso sustentável dos recursos naturais.

A agricultura familiar representa uma oportunidade para impulsionar as economias locais, especialmente quando combinada com políticas específicas destinadas a promover a proteção social e o bem-estar das comunidades.

Portanto, terá um papel fundamental no futuro do Planeta, que deverá ter 9 bilhões de habitantes até 2050.

Para dar conta de alimentar a crescente população mundial, a FAO estima que a expansão da área destinada à produção de alimentos seja de 144 milhões de hectares, sendo 107 milhões em países em desenvolvimento e outros 37 milhões nos países desenvolvidos.

Neste cenário, o Brasil e toda a América Latina possuem o maior potencial de crescimento, e, possivelmente, se tornarão os principais produtores de alimentos do mundo. Já estamos nesta tendência, visto que a produção de grãos na América Latina e Caribe cresceu 8,8% em 2013, alcançando 222 milhões de toneladas. Só o Brasil foi responsável por 187 milhões de toneladas.

A agricultura familiar certamente terá um papel importante na expansão de alimentos no mundo e, por isso, a importância de refletirmos e de planejarmos bem esse crescimento.

O Estado de Rondônia é, por excelência, o Estado da Agricultura Familiar, pois foi um Estado colonizado pelo Incra, na mais ampla proposta de reforma agrária já realizada pelo Governo brasileiro, seguindo o modelo de pequenas propriedades, que persiste até os dias atuais. Hoje, 74% da produção agrícola de Rondônia vem da agricultura familiar.

Portanto, este é um segmento que tem que ser reconhecido e valorizado.

Aqui no Brasil, mesmo com a tendência de concentração da produção nas mãos de poucos grupos agroindustriais, principalmente no que diz respeito aos grãos e à produção de proteína animal, a agricultura familiar se mantém forte, graças, principalmente, às políticas públicas adotadas com mais vigor a partir de meados da década de 90 do século passado.

A partir desse momento, a agricultura familiar passou a ganhar mais espaço na agenda da gestão pública, tornando-se uma categoria reconhecida econômica e politicamente.

O Estado brasileiro reconheceu as especificidades e demandas deste segmento social, primeiro, através da criação do Pronaf, por meio do Decreto Presidencial nº 1.946, de junho de 1996. E, depois, através de um ato que lhe conferiu legalidade, com a promulgação da Lei 11.326/2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar.

Foi com o lançamento do Pronaf que a agricultura familiar brasileira passou a ganhar relevo, e o programa se tornou referência para um conjunto mais amplo de questões relacionadas ao próprio desenvolvimento rural.

Neste ano de 2014, a Presidenta Dilma Rousseff anunciou investimento recorde na agricultura familiar. Serão R$24 milhões para financiar a agricultura familiar por meio do Pronaf.

Esse valor é 14% superior ao da safra anterior e dez vezes maior que o valor aplicado na safra 2002/2003, no início do governo Lula.

Uma novidade desse plano é o Pronaf Produção Orientada, para o agricultor financiar a produção sustentável de alimentos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Essa é uma reivindicação que realizamos em nossas discussões na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que a distribuição dos recursos do Pronaf, segundo dados do Banco Central, eram feitas de forma desigual no Território nacional.

Num primeiro momento, o Pronaf se concentrou basicamente na Região Sul, sendo que, em 1996, 78% do total de contratos e 65% dos recursos eram destinados a essa região.

Estes percentuais podem ser explicados devido à maior organização e capitalização dos agricultores familiares nesta região, mas vão contra o princípio do Pronaf de reduzir as desigualdades sociais e regionais no País.

Nos primeiros 13 anos do Pronaf, pouca coisa mudou, pois, em 2009, a Região Sul tinha 50% dos contratos, enquanto a Região Norte tinha apenas 6% dos contratos e 7% dos recursos.

Portanto, com essa nova linha de crédito apresentada agora pela Presidenta Dilma, os agricultores da Região Norte, em especial do nosso Estado de Rondônia, terão mais facilidade para contratar financiamento, pois foram consideradas algumas características regionais para as quais chamamos a atenção durante muito tempo aqui neste plenário e na Comissão de Agricultura, que é a regularização fundiária na Amazônia Legal. Ou seja, sem o título de propriedade da terra o agricultor não tem acesso ao crédito e fica à margem do processo produtivo.

Para esse Plano Agrícola 2014/2015, a nova linha de crédito para a Região Norte atenderá os assentamentos, ou seja, os agricultores que ainda não possuem o título definitivo de propriedade da terra poderão ter acesso ao Pronaf.

Para isso, é preciso que o produtor tenha a Declaração de Aptidão ao Pronaf, a DAP, uma espécie de aval do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que pode ser retirada nas Prefeituras ou sindicatos de trabalhadores rurais. O mais importante dessa medida é que os assentados que estão na propriedade há mais de dois anos serão incluídos no processo produtivo e no sistema de crédito.

O Pronaf para a Região Norte também vai contemplar, por exemplo, sistemas agroflorestais, hortaliças em cultivo protegido sem uso de agrotóxicos, e a produção de alimentos saudáveis baseada na agroecologia.

Portanto, aquelas questões que gostaríamos de ver melhoradas no Pronaf, principalmente no que diz respeito à distribuição geográfica dos recursos, começam a ser corrigidas pelo Governo Federal. Digo isso porque, em algumas regiões do País, como na Amazônia Legal, onde o nível de organização dos pequenos produtores rurais ainda é baixo, não adianta apenas oferecer crédito, é necessário a complementaridade com programas de qualificação, assistência técnica, orientação e organização dos agricultores.

O Governo está descentralizando a distribuição de recursos do Pronaf e aprimorando estratégias para fomentar a organização do agricultor familiar por meio de cooperativas, associações e empresas que possam reorganizar toda a cadeia produtiva da agricultura familiar, na Região Norte, e em particular no nosso Estado de Rondônia.

No que diz respeito à Assistência Técnica, a regulamentação da Anater, que ocorreu juntamente com o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015, nos enche de expectativa, uma vez que ela poderá ser estruturada durante este ano e já executar parte do orçamento para assistência técnica.

Hoje, entre 15% e 20% dos agricultores têm algum tipo de assistência técnica. Isso é pouco e nosso desejo é a universalização da assistência técnica para a agricultura familiar.

A maior parte do orçamento federal para assistência técnica neste ano, mais de R$ 800 milhões, é para a agricultura familiar e a reforma agrária. A expectativa é que este orçamento seja executado e atenda 1,2 milhão de agricultores.

Somando a parceria com as EMATERs, com a qualificação de extensionistas, possivelmente 2 milhões de agricultores sejam atendidos. A ampliação desse serviço é necessária e será muito positiva para a nossa agricultura familiar. Creio que estamos no caminho certo e iremos alcançar as metas estabelecidas.

O resultado esperado é que o agricultor consiga produzir mais e melhor, com sustentabilidade, mais renda, e tenha condições de colocar seus produtos no mercado com ganhos significativos para manter um padrão de vida digno e assim contribuir para o fortalecimento de toda nossa agricultura.

Neste sentido, as discussões que teremos neste Ano Internacional da Agricultura Familiar devem servir para reposicionar a agricultura familiar no centro das políticas agrícolas, ambientais e sociais nas agendas nacionais, identificando lacunas e oportunidades para promover um mudança rumo a um desenvolvimento mais equilibrado e equitativo.

Precisamos promover uma ampla discussão e cooperação no âmbito nacional, regional e global para aumentar a conscientização e entendimento dos desafios que os pequenos agricultores enfrentam e ajudar a identificar maneiras eficientes de apoiar os agricultores familiares.

**** QUARTO 4 – Rev.: Maria Rita Soares de Andrade ****

Nesse sentido, é muito oportuna a presença do Ministro Miguel Rossetto, do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), que fará um detalhamento do Plano Safra 2014/2015 e, certamente, também o fará em relação ao desempenho da agricultura familiar nos últimos anos, bem como falará da perspectiva que temos agora, no Ano Internacional da Agricultura Familiar, para os próximos anos.

Coloco, mais uma vez, que este é o Ano Internacional do Meio Ambiente, e sabemos o avanço que nós tivemos, Senador Moka, com relação ao nosso País, que mantém o aumento da produtividade sem diminuir a preocupação com o meio ambiente. Nós conseguimos aumentar a produção agrícola e aumentar também o cuidado com o meio ambiente. Essa é a realidade brasileira e que, nós sabemos, não é a realidade dos países mais desenvolvidos. Eles não aumentam a produção agrícola, mas também não têm nenhuma preocupação com o meio ambiente. Ao contrário, o Brasil tem a preocupação em aumentar a produção agrícola e também em cuidar do meio ambiente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Hoje, dia 5, é o Dia... V. Exª mencionou o ano, mas é o Dia Internacional do Meio Ambiente, 5 de junho.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Dia Internacional do Meio Ambiente. Hoje é o dia Internacional do Meio Ambiente, e o Brasil tem muito a comemorar neste dia especial, Dia do Meio Ambiente.

O Senador Moka gostaria de fazer alguma colocação?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS. Fora do microfone.) – Vamos aguardar o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Aguardar o Ministro?

Agradeço a presença do Ministro Miguel Rossetto conosco, e convido-o para sentar à mesa.

Bom dia, Ministro.

Eu estava aqui, Ministro, fazendo um balanço da história da agricultura familiar brasileira e colocando a importância do meio ambiente para o nosso País. Hoje é o Dia Internacional do Meio Ambiente, e o Brasil tem muito a comemorar. Aumentamos a produção agrícola, com a responsabilidade ambiental. E nós aqui, da Comissão de Agricultura, temos essa preocupação com o meio ambiente.

Agradeço a presença de V. Exª conosco, e já lhe passo a palavra para que V. Exª possa falar sobre o Plano Safra 2014/2015, com um investimento recorde na história do nosso País para a agricultura familiar.

Agradeço, mais uma vez, a sua presença e passo a palavra a V. Exª.

Convido também, para compor a Mesa, o presidente do Incra, Dr. Guedes de Guedes, que já esteve, por várias vezes, aqui na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, debatendo vários assuntos, principalmente quando estava à frente do programa Terra Legal, discutindo a regularização fundiária na Amazônia.

Seja bem-vindo, Dr. Guedes.

Passo a palavra, então, ao Ministro Miguel Rossetto.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Senador Acir, um grande abraço.

Srª Senadora e todos os Senadores aqui presentes, que nos acompanham; assessores, Imprensa, lideranças que estão conosco aqui nesta manhã, desde já, quero agradecer pelo convite feito pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, para que nós pudéssemos compartilhar o conjunto de medidas anunciadas recentemente pela Presidenta Dilma Rousseff, naquilo que se refere ao novo Plano Safra 2014/2015 para o nosso País.

É importante registrar que o conjunto dos recursos que foram anunciados totalizam R$180 bilhões! Nós estamos falando do Plano Safra para o conjunto da agropecuária brasileira. São investimentos recordes na história do nosso País, e este número, R$180 bilhões, traduz o compromisso da Presidenta Dilma Rousseff com a ampliação, o apoio à produção agropecuária do nosso País.

Desses R$180 bilhões que compõem o conjunto dos investimentos com que vamos sustentar o custeio e os investimentos agropecuários do nosso País, R$24,1 bilhões foram destinados à agricultura familiar e à agenda da reforma agrária.

**** QUARTO 5 – Rev.: Maria Rita Soares de Andrade ****

Portanto, é sobre isso que nós falar, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, mas antes, brevemente, eu gostaria de me associar à lembrança, à homenagem e ao compromisso, à reafirmação de compromisso, por conta do Dia Mundial do Meio Ambiente.

Quero saudar o Congresso Nacional, na medida em que o Brasil, com a aprovação do Código Florestal, cria um marco estratégico para o nosso País, preserva o País numa posição de vanguarda em relação à agenda ambiental em escala mundial e cria um instrumento operacional objetivo, em andamento, que é o Cadastro Ambiental Rural, que vai permitir, sem dúvida nenhuma, um ambiente produtivo, um ambiente em que nós possamos não só assegurar a segurança jurídica necessária, as propriedades a um ambiente produtivo agropecuário no País, mas dotar o País do extraordinário instrumento de planejamento produtivo e ambiental.

Portanto, eu penso que recuperar, aqui, o trabalho importante e estratégico que o Congresso Nacional conclui no período recente em relação ao Código Florestal é uma referência justa e é uma reafirmação do compromisso do País em escala mundial.

Portanto, parabéns ao Congresso Nacional por esse tema.

Eu gostaria de, rapidamente, portanto – Senadora Ana Amélia, bom dia –, iniciar a minha apresentação.

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Eu quero, se o senhor me permite, Sr. Senador, informar a presença do Secretário-Executivo do Ministério, Sr. Laudemir Müller, que está aqui conosco, também, e vai acompanhar e colaborar nesta apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Seja bem-vindo, Müller.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Eu vou, se os senhores me permitem, fazer uma apresentação, eu diria, numa velocidade expedita e, obviamente, nós paramos, dialogamos, porque eu tenho consciência da agenda dos senhores.

A ideia, portanto, eu fiz referência... A Presidenta Dilma Rousseff anuncia, recentemente, o conjunto de R$180 bilhões para financiar o Plano Safra 2014/2015.

São números extraordinários, importantes, que traduzem o compromisso do Governo Federal e a expectativa de ampliação da produção.

A referência fundamental, que é o desafio de todos nós, e o Congresso tem acompanhado isso *pari passu*, em relação ao conjunto de legislações e atualização, é fazer com que a nossa produção agropecuária acompanhe as necessidades da sociedade brasileira, uma sociedade que vem mudando, e mudando muito, e, ao mesmo tempo, sustente a produção, um padrão de excedentes exportáveis que tem colaborado com a alimentação de povos irmãos e, obviamente, beneficiado a economia nacional.

O País, ao longo dos últimos anos, tem realizado mudanças importantíssimas.

Uma referência fundamental é a alteração da condição de renda de parcela importante da nossa população: 36 milhões de brasileiros saíram da pobreza nesses dez anos; 42 milhões mudaram de classe; houve um aumento real do salário mínimo de 70%, nesses últimos anos; e quanto à cesta básica, o salário mínimo praticamente dobra a sua capacidade de compra. O povo brasileiro, portanto, vive melhor, se alimenta melhor, tem novas necessidades, e é tarefa do setor produtivo abastecer com alimentos de qualidade a sociedade brasileira. Um exemplo que nos parece muito importante é o do consumo do leite: nos últimos 11 anos, 54,5% de aumento. E nós somos capazes de atender a esse aumento. Crescemos mais que a demanda, reduzimos a importação e hoje somos praticamente autossuficientes na produção leiteira do nosso País e nos preparamos para criar condições de exportar o excedente da produção leiteira do País. A agricultura familiar tem respondido pesadamente, de uma forma positiva, a essas necessidades e hoje responde por 58% dessa produção. É essa referência que faz com que a gente pense, trabalhe, opere o futuro a partir do atendimento prioritário das demandas da sociedade brasileira por alimentos e, obviamente, sustente essa capacidade de geração de excedentes como temos sustentado ao longo dos últimos anos.

Quando nós nos desafiamos a pensar 2014 e 2015, nós temos que responder a essa demanda e acompanhar essa trajetória que o País vive nos últimos anos e que os senhores acompanham, participando ativamente desse processo.

Ao longo dos últimos anos, nós demos um salto extraordinário em relação aos volumes financiados para a agricultura familiar, para toda a agropecuária, mas em especial para a agricultura familiar. Saímos de uma execução de R$2,3 bilhões, em 2013, e estamos encerrando o Plano Safra 13/14 com execução integral de R$21 bilhões. São esses investimentos e, obviamente, o enorme esforço e trabalho dos nossos produtores que têm permitido que o Brasil acumule recordes de produção de grãos. Nós estamos chegando à produção de 190 milhões de toneladas de grãos e sinalizamos, para a próxima safra, para a produção de 200 milhões de toneladas de grãos no nosso País.

Este conjunto de investimentos hoje é possível por conta do esforço de nacionalização do Pronaf e dos instrumentos de crédito agrícola. Nós, ao longo dos últimos anos, construímos um ambiente de nacionalização e hoje produtores e agricultores de 98% dos Municípios brasileiros têm acesso a crédito, 5.454 Municípios dispõem de crédito do Pronaf. É isso que tem permitido esse crescimento importante da nossa produção e a garantia de uma execução eficiente das nossas políticas.

Por favor.

Assistência técnica. Tem sido um desafio permanente levar conhecimento, levar tecnologia, levar produtividade, levar as melhores práticas produtivas para os nossos agricultores e produtores. Esta é uma referência importante do esforço que estamos fazendo, que o País faz. Nós saímos de um desempenho de 56 milhões, há 12 anos, e hoje estamos executando 945 milhões de recursos do MDA. Quando nós somamos, agregamos os recursos do Ministério da Agricultura, do Ministério da Pesca, do Ministério da Integração, nós chegamos a R$1,1 bilhão de recursos que estão sendo investidos nas diversas instituições nacionais para expandirmos os programas de conhecimento e assistência técnica. O número é muito importante e traduz o valor estratégico que o nosso Governo empresta a programas dessa natureza.

A partir dessa ideia, desse ambiente, dessa história de crescimento, de expansão e de diálogo profundo com produtores e agricultores, nós operamos e construímos o Plano Safra 14/15. O objetivo fundamental que nós estamos perseguindo é aumentar a produção de alimentos, gerar mais renda no campo e criar e colaborar para um ambiente de estabilidade de preços para todos os consumidores. Esses são os referenciais fundamentais que orientam a posição do Governo Federal em relação ao novo Plano 14/15. Nós estamos assegurando, portanto, para a partir de 1º de julho de 14, recursos da ordem de R$24,1 bilhões. São recursos 14,7% maiores que a safra cuja execução estamos concluindo a execução e dez vezes maior do que foi executado.

E me parece um símbolo, um esforço importante do Governo Federal a manutenção das taxas de juros. Nós estamos mantendo as taxas de juros que estão sendo executadas, são taxas que ficam na ordem de 0,5% a 3,5% para os agricultores, e 4% para as cooperativas. Todos eles, portanto, são juros negativos e são juros subsidiados pelo Governo Federal. O objetivo fundamental deste dinheiro barato, obviamente, é estimular a produção de alimentos e assegurar renda, mais renda para o nosso agricultor, para o nosso produtor.

A experiência dos últimos anos e o diálogo que temos produzido têm estimulado a inovação de linhas de crédito e permitido que nós possamos melhorar essa capacidade de atendimento das demandas que as diversas realidades regionais nos oferecem, através dos diversos movimentos sociais, sindicais, cooperativas; Governos estaduais demandam ou apresentam propostas.

Uma das novidades importantes que achamos que têm um forte potencial de expansão de investimentos são linhas de crédito orientadas, especialmente nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. São as regiões mais carentes no nosso País, são as regiões que exigem o fortalecimento de uma cultura produtiva, de uma cultura de organização econômica e são regiões abastecidas por fundos constitucionais importantes.

Nós operaremos, a partir de 1º de julho, uma linha de crédito até R$40 mil para investimento, e queremos orientar rotas de investimento para essas regiões. E a grande novidade é que essas linhas de créditos que nós queremos têm um acompanhamento dedicado de assistência técnica, para que nós possamos assegurar uma assistência técnica para projetos qualificados de tal forma que eles tenham melhor capacidade de sucesso, melhor capacidade de resposta.

E o que nós estamos assegurando é que, em caso de adimplência desse produtor, desse tomador de empréstimo, a assistência técnica passe a ser gratuita. Nós queremos, com isso, estimular uma boa relação entre o agricultor, o produtor e o profissional que vai emprestar e vai acompanhar esse programa.

Os investimentos que nós queremos são basicamente orientados por aquelas rotas, e os Srs. Senadores e Srªs Senadoras acompanham essa realidade. Eu faço referência muito rápida aqui a duas situações exemplares que nós queremos colaborar para a reversão. Por exemplo, nós ainda vivemos em grandes centros metropolitanos, capitais, em que grande parte do abastecimento é feito por outros Estados, Cuiabá e Marabá, por exemplo. Grande parte da produção que abastece os mercados, o mercado diário de Cuiabá vem de centros como São Paulo e Goiás.

Nós achamos que é muito razoável, que é possível os produtores regionais, os produtores que convivem nessa região serem estimulados a abastecerem essas regiões. Significa mais renda, mais desenvolvimento e, obviamente, significa preços mais baratos para essa região.

Nós achamos que Marabá e tantas outras cidades têm condições para ampliar a sua produção, uma produção dedicada para o abastecimento dessas regiões.

Nós estamos criando um novo sistema progressivo de crédito para os assentados da reforma agrária. E, aqui, eu quero saudar o Congresso Nacional. Recentemente, os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras aprovaram a Medida Provisória nº 636, por unanimidade, que cria um marco importante nessa agenda da reforma agrária. Áreas reformadas para o Governo são áreas produtivas, são áreas capazes de gerar excedentes e áreas capazes de oferecer qualidade de vida para esses brasileiros e brasileiras.

Nós vimos acumulando ao longo dos últimos anos problemas importantes de inadimplência de toda ordem; é verdade que algumas mais de natureza contábil – estamos falando de inadimplências desde 1985, de várias naturezas.

A partir da Medida Provisória nº 636, nós demos condição para que, a partir da adimplência, a partir de renegociação de dívidas de assentados e agricultores familiares, se pudesse criar um outro ambiente produtivo neste País. E a experiência dos últimos anos demonstrou que há que se criar um processo progressivo de apoio a crédito, a financiamento para esses brasileiros e brasileiras, num determinado momento sem terra, que passam a viver a experiência produtiva com terra, de tal forma que haja uma educação no processo de créditos a esses novos produtores agricultores.

Crédito de instalação. Basicamente um apoio para que ele possa adquirir os primeiros bens necessários para a qualidade da sua vida.

Fomento produtivo. É o início da sua atividade produtiva nos assentamentos.

Vamos adiante.

Nós iniciamos – esta é uma grande novidade – com microcrédito produtivo. Nós achamos que é uma etapa importante para um processo de educação produtiva. Portanto, entramos no ambiente, num segundo ciclo, com o microcrédito produtivo, todo ele com assistência técnica, e, a partir daí, com o acesso a um crédito ampliado, em que o assentado passa a participar do sistema de crédito agrícola, como outros agricultores familiares. Portanto, o grande esforço e a grande inovação é que nós passamos a ter um sistema progressivo e crescente de acesso a crédito. E na medida em que esse agricultor, esse assentado passa a viver a experiência produtiva, passa a pagar os créditos adquiridos, há um ciclo progressivo de financiamento e ampliação da produção de tal forma que possamos minorar, evitar, diminuir hipóteses de inadimplência e criar e fortalecer a cultura produtiva nos assentamentos da reforma agrária. Todo esse processo, obrigatoriamente, guarda acompanhamento de assistência técnica.

Nossa expectativa. Nós já estamos preparados para assegurar que, no próximo período, 255 mil famílias possam acessar esse novo crédito, e, portanto, participar do esforço produtivo nacional.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Só para entender, Ministro, o que significa o bônus?

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Redução de valor de prestação. Ou seja, é um bônus por adimplência. Nós chamamos de rebate, nós chamamos de várias formas. O bônus significa: em havendo adimplência, ele tem um rebate na prestação. Portanto, é um subsídio, é um apoio à experiência produtiva. Esse processo é permitido por conta da consequência positiva da aprovação da Medida Provisória nº 636, pelo Congresso Nacional. Nós estamos permitindo, portanto, que milhares de famílias entrem no circuito positivo de produção nos assentamentos da reforma agrária.

Vamos adiante.

Nossa expectativa é de que 200 mil famílias, por conta dessas iniciativas, voltem a participar, de forma ativa, do sistema de crédito produtivo em nosso País, melhorando, qualificando a capacidade de produção dos nossos assentamentos. E a nossa expectativa, estamos trabalhando para isso, é de que 8 milhões de hectares voltem a produzir com esse padrão de qualidade.

Peço que volte, só um minutinho.

O desafio é muito importante. Todos os senhores e as senhoras acompanham a expectativa grande com o Cadastro Ambiental Rural. Nós temos uma meta audaciosa e importante que queremos cumprir, Senador Acir, que é, no próximo ano, fazer com que todos os mais de 7 mil assentamentos com que temos responsabilidade direta... Nós temos a determinação de, no próximo ano, certificar os assentamentos por meio do Cadastro Ambiental Rural.

Vamos adiante.

Aqui, há um tema novo, para o qual chamo a atenção por conta de uma conquista importante para os nossos agricultores e produtores.

O Brasil, especialmente a agricultura familiar, vive, a partir de 2005, uma experiência de seguro agrícola, o chamado Seguro da Agricultura Familiar, ou Proagro Mais, em que todo custeio agrícola vem acompanhado obrigatoriamente de um seguro agrícola. Esses anos produziram experiência. Aprendemos, dialogamos com as diversas regiões e encontramos um ambiente de maturidade e de conhecimento técnico para inovarmos um conceito de seguro agrícola.

Basicamente o que estamos fazendo, a partir de 1º de janeiro de 2015, é mudando o conceito do seguro. O seguro agrícola da agricultura familiar passa a garantir 80% da receita bruta esperada, e não mais um seguro baseado no custo de financiamento. Nós estamos alterando um conceito de tal forma a estimular a agregação de novas tecnologias.

O novo seguro agrícola vai estimular a geração de receita líquida. A receita bruta esperada é composta do custo de produção, que aqui é identificado como valor financiado, mais a receita líquida esperada por esse produtor.

Só um minutinho, por favor, volta.

O que o seguro pretende é garantir 80% dessa receita bruta esperada. O segurado paga 2% desse valor segurado esperado obrigatoriamente. E é esse recurso que vai financiar esse seguro.

Neste primeiro ano de execução, nós estamos limitando o valor segurado a R$20 mil. Nós estamos saindo de um valor de R$7 mil segurado nesta safra e migrando para uma ampliação do valor segurado de até R$20 mil mais o valor financiado no banco de até R$100 mil. E achamos aqui que é uma grande mudança conceitual estratégica para apoiar os nossos produtores.

Todos os senhores e as senhoras sabem que a agricultura é uma atividade de imenso risco. Programas como o seguro agrícola estimulam a nossa produção e, obviamente, garantem renda e reduzem as situações de inadimplência provocadas por situações climáticas.

Portanto, aqui é um esforço muito importante do Governo e um processo de adequação normativa que passamos a ter nesse segundo semestre de 2014.

Nós queremos estimular – faz parte de um debate – a produção agroecológica. Há uma demanda crescente na sociedade brasileira por esse perfil de produção. Nós estamos executando o Plano Nacional de Agroecologia, o Brasil Agroecológico, e estamos estimulando a ampliação dessa produção no nosso País.

As mudanças que estamos fazendo são um conceito do custeio dos sistemas de produção. Até então, custeio para produção agroecológica era um custeio vinculado ao produto. A experiência de produção agroecológica mostra que é uma produção sistêmica, não só um produto, mas um conjunto de cooperação entre várias atividades de produção no mesmo espaço, na mesma área produzida.

Portanto, nós passaremos a financiar sistemas de produção agroecológica. É um conceito em que se aproxima a ideia de consorciamento de produção e não só do produto. Era uma reivindicação dos produtores agroecológicos em que nós estamos avançando.

Todas as taxas de juros serão de 1% nos investimentos em produção agroecológica. Nós já estamos com contratos de assistência técnica assegurados para 120 mil produtores. E estamos preparados para atender a toda a demanda de produtores, agricultores, agricultoras que busquem uma transição para a produção agroecológica.

Aqui eu fiz referência no início da minha apresentação ao esforço muito grande do Governo Federal, buscando parceria com Estados e com alguns Municípios, de estender a assistência técnica.

O Congresso Nacional aqui teve um papel fundamental quando aprovou a legislação encaminhada no ano passado pela Presidência da República na constituição da Anater.

Eu sei que vocês, os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovaram, sabem da importância dessa instituição nacional, que terá uma capacidade de coordenação, execução e ampliação de uma inteligência nacional para as atividades de extensão rural, para as atividades de assistência técnica.

A Anater foi aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado e está em fase de implantação.

A Presidência da República recentemente aprovou decreto de implantação da Anater e já estamos implantando a Anater de tal forma, que ela possa, em 2015, iniciar as suas operações, coordenando todo o sistema de assistência técnica a partir do Governo Federal.

Portanto, quero saudar essa novidade e queremos aqui que a Anater seja um espelho positivo daquilo que a Embrapa constrói de melhor no nosso País.

A Anater passa a ser – se os senhores me permitem – uma irmã gêmea da Embrapa. Ela se associa intimamente à Embrapa. Há uma relação orgânica entre a estrutura da Embrapa e a estrutura da Anater. O Diretor de Expansão Tecnológica da Embrapa passa a assumir a Diretoria de Extensão Tecnológica da Anater. A Presidência da Embrapa compõe a Presidência do Conselho da Anater.

Há um conceito estratégico, portanto, de articular de uma forma muito forte a produção da pesquisa, o conhecimento tecnológico com o repasse, a transferência desse conhecimento para a atividade produtiva do nosso País, especialmente pequenos produtores, agricultores familiares, assentados da reforma agrária e médios produtores do nosso País.

Portanto, quero, Sr. Senador Acir, registrar isso, porque penso que é um marco estratégico para o nosso País e recupera uma experiência positiva de que o País já dispôs.

As mulheres agricultoras e trabalhadoras têm ocupado um papel crescente e importante na atividade produtiva do nosso País. Há uma demanda crescente para maior espaço econômico e reconhecimento do trabalho da agricultora, da mulher trabalhadora rural. Nós temos avançado na liberação de créditos. Estamos assumindo compromissos de continuar com essa rota de expansão da participação das agricultoras, produtoras da atividade produtiva do nosso País.

Aqui, quero chamar a atenção, se os senhores me permitem, para uma opção clara que fizemos: todas as chamadas públicas de assistência técnica, hoje, obrigatoriamente, devem atender, no seu escopo de prestação de serviços, 50% de mulheres. Nós achamos que esse é um passo importante, que abre condição para que as mulheres possam acessar melhor o conjunto das políticas públicas nossas. Portanto, é um marco importante para este ano e que respeita uma demanda muito forte dos movimentos das agricultoras, trabalhadoras mulheres rurais do nosso País. E vamos dar continuidade a todo o processo de documentação das mulheres trabalhadoras rurais.

Em relação aos jovens do nosso País – este é um dado extremamente positivo –, há uma percepção clara de todos nós de que há uma busca de parte importante da juventude rural em relação a manter a sua atividade produtiva no campo.

Eu quero só compartilhar com o Senador Acir. Recentemente estive em Rondônia, em Ji-Paraná, e uma grata surpresa para todos nós foi ver a presença forte, em Rondônia, da juventude rural, de lideranças jovens e muito qualificadas no Estado de Rondônia, a exemplo do que estamos acompanhando em outros Estados.

Aqui, nós ampliamos a possibilidade de acesso a crédito para iniciativas de investimentos dos jovens, assistência técnica também.

Quero aqui compartilhar também com o Congresso Nacional a aprovação de um projeto de lei este ano muito importante, basicamente porque, Senador Suplicy, ele atende a uma demanda histórica dos jovens, especialmente para uma condição singular quando da sucessão familiar. Nós vivemos um problema: muitas vezes, alguns dos herdeiros querem ficar trabalhando na propriedade, e outros não querem. Via de regra essa condição termina com a venda da propriedade.

O que o Governo Federal está criando é o acesso ao jovem, ao herdeiro que quer continuar trabalhando na propriedade, para que possa financiar a aquisição da parcela de outro herdeiro que não queira ficar na propriedade trabalhando. Com isso, nós estamos criando acesso ao jovem, homem ou mulher, que se dispõe e que busca ficar na propriedade familiar trabalhando condições de financiar a aquisição de outro herdeiro que não queira ficar. Com isso, nós achamos que especialmente em regiões como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, outros Estados que têm uma forte presença dessa estrutura familiar, nós estamos atendendo a uma reivindicação de muitos anos dessa juventude que quer ficar trabalhando e que terá condições de acessar esse programa importante.

Por fim, Srs. Senadores, Srª Senadora, viver no campo, na floresta, no sertão, no cerrado, para além de condições de trabalho – portanto, do crédito, da assistência técnica, das condições de renda, do seguro –, é muito importante a qualidade de vida, ter capacidade de viver com qualidade nesse meio rural.

A par, portanto, daquilo que são as políticas agrárias, fundiárias ou agrícolas clássicas, de que estamos falando, fundamentais, geradoras de produção e de renda, nós do Governo Federal temos buscado construir programas estruturais que levem qualidade de vida a esse homem e a essa mulher que produzem muito e que constroem a Nação brasileira.

Há um programa extremamente positivo e novo, que é o Minha Casa, Minha Vida Rural. Pela primeira vez na história do nosso País, sim, os agricultores têm acesso a um programa dedicado à construção de casas. Durante o mandato da Presidente Dilma, nós vamos assegurar 180 mil casas para agricultores, agricultoras e assentados, o que já está em fase de execução.

Há programas como o Luz para Todos, que chega a praticamente todas as propriedades rurais. Há programas como o Mais Médicos, que estende essa assistência técnica às comunidades rurais. Há programas como o Pronatec, que estende o acesso à educação, a formação a milhares de homens e de mulheres do meio rural. E há programas que buscam qualificar a infraestrutura dos nossos pequenos e médios Municípios.

Pensar, portanto, a qualidade do meio rural faz parte de uma estratégia de desenvolvimento rural.

Senador Delcídio, um abraço!

Um dos programas que está em execução é o PAC Máquinas. Os senhores e as senhoras conhecem esse programa. Nós estamos respondendo a uma demanda do movimento social, do movimento sindical, das cooperativas, dos governadores e dos prefeitos, especialmente os das pequenas e médias cidades do nosso País, que têm a base forte da sua economia na atividade agropecuária e que solicitavam apoio para o melhoramento das estradas vicinais, dos ramais, que são os grandes instrumentos de escoamento da produção.

Está em plena execução um programa de doação de máquinas, patrolas, motoniveladoras, retroescavadoras, caminhões, para que os prefeitos e as prefeitas tenham melhores condições de fazer a manutenção das estradas vicinais e, com isso, melhorar o escoamento da produção agrícola desses Municípios, obviamente integrando as comunidades, melhorando a condição de vida dessas comunidades.

Rapidamente, senhores e senhoras, quero dizer que também estamos dando continuidade... Essas são as políticas gerais para todo o País do Plano Safra da Agricultura 2014/2015. Nós estamos dando sequência a uma experiência de regionalizarmos os Planos Safra, de respeitarmos as diversas características regionais. Iniciamos a segunda experiência do Plano Safra para o Semiárido.

Neste ano, já estamos operando R$4 bilhões dedicados, ampliando, por conta da seca, da estiagem com que convivemos com muita força nesses últimos anos, os Programas Garantia Safra, para diminuir o sofrimento daquela parcela importante de produtores rurais. Oitocentos e setenta mil agricultores receberam o Programa Garantia Safra. Um milhão está sendo apoiado com o Bolsa Estiagem. Ou seja, são programas importantes, com grande extensão, para apoiar agricultores e agricultoras vitimados por essa seca prolongada no Nordeste.

Investimos muito na segurança hídrica. São 580 mil cisternas construídas, num processo forte, com grande escala de construção de cisternas. Ampliamos o conceito de segurança hídrica para unidades que permitam a produção nas suas propriedades. São 60 mil unidades de armazenamento já implantadas para a produção nas suas propriedades. E queremos mais 16 mil unidades até o final do ano.

Para o Plano Safra 2014/2015, estamos ampliando para R$4,6 bilhões os créditos dedicados ao Nordeste. Todas as linhas de créditos estão mais baratas, com juros mais baixos, nessa Região. Queremos, com isso, estimular a retomada de produção, fazer com que a Região Nordeste volte a produzir tudo aquilo que tem demonstrado a sua capacidade de produção. Ela é uma Região produtiva. E queremos manter essa condição diferenciada exatamente para apoiá-la nessa condição de transição.

Bom dia, Senador!

Que bom que as chuvas voltaram ao Nordeste! As chuvas voltaram ao Nordeste desde março. Portanto, recuperamos a capacidade de produção. A Região Nordeste produz feijão, arroz, milho, carne, leite, e queremos apoiar toda a capacidade de produção dessa Região.

O microcrédito rural nós o estamos ampliando de R$3,5 mil para R$4 mil. Estamos garantindo um bônus forte de adimplência para os Municípios que ainda estão em situação de emergência de 40%.

E estamos aqui também estimulando muito esta produção orientada para o Semiárido, as linha de crédito a que eu já fiz referência.

Vamos aumentar o número de famílias beneficiadas com o seguro Garantia-Safra para 1.350.000 agricultores nesta região do Semiárido do nosso País.

E vamos continuar a trabalhar com os programas de compras governamentais, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), com recursos na ordem de R$1,3 bilhão.

Eu quero, portanto, no encerramento da minha fala, registrar que todos esses avanços, que são importantes, são avanços que dão sequência a um período de avanços, de mudanças permanentes nos nossos instrumentos de política agrícola, de tal maneira a fomentar e apoiar o aumento da produção agropecuária, o desenvolvimento da agricultura familiar no nosso País, o desenvolvimento regional do nosso País.

Todas essas medidas vêm sendo tomadas num ambiente de intenso diálogo com os agricultores e produtores, escutando as suas demandas. Isso cria um ambiente de aprendizado muito forte para todos e uma capacidade melhor de acertar. Acertar tudo aquilo que nós queremos, que é exatamente ampliar a produção de alimentos, melhorar nossa renda, estimular uma produção que respeite o meio ambiente, contribuindo, portanto, para o crescimento do nosso País.

E uma alegria a mais que todos nós compartilhamos este ano foi que o Brasil, quando renova essa sua estratégia de apoio à agricultura familiar como base de uma produção de alimentos para o nosso povo, faz isso num ano em que, por orientação da FAO, o mundo inteiro compartilha como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. E recentemente o Congresso Nacional – o Senado e o Congresso Nacional – compartilhou também a reflexão e a valorização desses milhões e milhões de homens e mulheres que, no nosso País, produzem e, com seu trabalho, constroem a Nação,

Eu fico por aqui, Srs. Senadores, Sr. Presidente, colocando-me inteiramente à disposição, junto com a minha equipe, para responder perguntas, compartilhar temas com os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Nós é que agradecemos, Exmo Sr. Ministro Miguel Rossetto, do MDA, por sua presença e pela explanação sobre a importância da agricultura familiar para o nosso País, especialmente no nosso Estado de Rondônia, que tem 74% dos agricultores exatamente dentro da agricultura familiar. Nós temos uma expectativa muito grande de um crescimento ainda maior no nosso Estado com relação à produção de alimentos. Nós temos aumentado muito a produção, e esse investimento do MDA, junto com o Governo do Estado e as prefeituras municipais tem feito a diferença no desenvolvimento do Estado.

Eu faço aqui sempre a inscrição pela ordem de chegada, e nós temos hoje o Senador Eduardo Suplicy, que, pela primeira vez, está na frente na chegada dos nossos Senadores.

Então, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Mas a Senadora Ana Amélia é tão madrugadora que ela, na hora em que eu estava aqui chegando, já estava dando um entrevista no rádio sobre a audiência de que ela vai participar daqui a pouco e pela qual ela é responsável na CRE e nesta Comissão também...

A Srª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Suplicy. Obrigada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então, eu consegui chegar antes dela, mas ela já estava aqui no Senado.

Prezado Presidente Senador Acir Gurgacz, querido Ministro Miguel Rossetto, prezado Carlos Mário Guedes de Guedes, presidente do Incra, primeiramente, até em função do Dia Internacional do Meio Ambiente, gostaria que pudéssemos falar um pouco mais da preocupação agroecológica. Se possível, pediria alguns exemplos do que constitui a agricultura agroecológica e quais os segmentos que estão, por exemplo, sendo bem-sucedidos com o apoio que o Governo vem dando: se é para produzir alface, se é para produzir frutas, se é para produzir o quê.

Agradeço se V. Exª puder dar exemplos.

Até algum tempo atrás, eu me lembro que os Ministros responsáveis pelo desenvolvimento agrário costumavam trazer aqui um balanço da estrutura fundiária brasileira. Eu agradeço, Ministro Miguel Rossetto, se puder nos dar uma informação sobre como hoje está a estrutura da propriedade fundiária brasileira em comparação com o que ocorria 5, 10 ou 20 anos atrás.

Nós sabemos que o Brasil, embora tenha avançado muito, nos anos 1990 e 1996, por exemplo, éramos um dos três países mais desiguais países do mundo. E, de 2002 para cá, o coeficiente Gini de desigualdade tem,

ano a ano, diminuído. Passou de aproximadamente 0,59, em 2002, para pouco mais de 0,51, em 2012, último dado que temos disponível. E o Governo vem realizando uma série de proposições mencionadas por V. Exª como o aumento do microcrédito, crédito para agricultura familiar, o aumento do salário mínimo, a expansão do Programa Bolsa Família, e assim por diante.

Mas ainda somos o 16º país mais desigual do mundo. E boa parte dessa desigualdade resulta da propriedade, da estrutura da propriedade de todas as coisas, inclusive da terra. Mas vem se realizando um esforço, também com a reforma agrária, para que tenhamos uma estrutura da propriedade fundiária com maior equidade.

Eu agradeceria muito – e peço desculpas pela voz, porque hoje estou um pouco gripado – se puder nos dar uma evolução de como está a estrutura fundiária brasileira, os dados mais recentes, bem como os passos que vêm sendo dados do ponto de vista da reforma agrária propriamente.

V. Exª enfatizou o microcrédito, o crédito para agricultura familiar. Mas imagino que o Ministério do Desenvolvimento Agrário, bem como o próprio Incra, vêm avançando naquilo que é a disponibilidade de terras para aqueles que estão reivindicando o avanço da reforma agrária.

Ainda neste domingo, por exemplo, dia 08 de junho, haverá no Pontal do Paranapanema, em Assis, um evento onde uma grande marcha nacional em defesa da reforma agrária e agricultura familiar vai percorrer 500 quilômetros pelo interior do Estado de São Paulo. São cerca de 1,5 mil militantes de movimentos sociais que nos convidam para que os estejamos apoiando.

Então, acredito que dar uma informação sobre esse tema é muito relevante.

Aproveitando a oportunidade, quase toda semana encaminho algum ofício ao Ministro do Desenvolvimento Agrário e ao Incra. Tenho três aqui.

Um, de fevereiro, ainda ao Ministro Pepe Vargas, mas como a situação acho que ainda está pendente, e outros dois para o Ministro Miguel Rossetto e para o Presidente do Incra, então. Se me permite, eu encaminho.

São essas as indagações.

Pedi ao Secretário Executivo para ter a sua exposição, a quem cumprimento. Quero ver se ainda hoje, em havendo tempo, eu possa repercutir no plenário a exposição de V. Exª, pela qual o cumprimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente desta audiência pública, Senador Acir Gurgacz, caro Ministro Miguel Rossetto, caro Carlos Mário Guedes, nosso Presidente do Incra:

Acompanhei sua exposição, Ministro Rossetto. Para uma Senadora do Rio Grande do Sul e para um Ministro do Rio Grande do Sul, é muito saudável saber que praticamente um quarto do crédito para a agricultura familiar vai para o Rio Grande do Sul, talvez justificado pela própria formação da nossa agricultura, que concentra uma influência e uma experiência muito rica da imigração italiana e alemã, que são pessoas que têm um grau de organização em cooperativas, movimentos e sindicatos, o que tem um valor muito grande nesse procedimento. Começou antes a agricultura familiar naquela região onde a estrutura fundiária em algumas áreas é pequena. Estive visitando alguns Municípios no Rio Grande do Sul em que 80% da área tem até 20 hectares, com grande diversificação, muito rica, com produção de leite, produção de horticultura, de fruticultura. É muito importante isso.

Tive a honra também de presidir a Comissão Mista que aprovou o relatório do Senador Wellington Dias da 636. Presidi as duas reuniões que tivemos, porque não foi possível concluir as alterações. Foram feitos aperfeiçoamentos por vários Deputados, Deputado Marcon, Deputado Padre João, Deputado Assis, Deputado Paulão, que permitiu, então, resolver um passivo muito sério com a remissão das dívidas, resolvendo inclusive aqueles processos de cobranças judiciais a que estavam sujeitos, no caso dos assentamentos. Foi resolvida essa pendência, que era aguda para eles, e se aperfeiçoou bastante com as contribuições dos Parlamentares.

No caso, agora, do lançamento da agricultura familiar, percebemos que houve uma solução para os assentados. Na agricultura familiar, assim como nos assentamentos, há um passivo também de endividamento. Por essas dívidas, esse recurso substancialmente ampliado para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015, só 40% terão acesso. Pelo menos é o que dizem as entidades como a Contag, a Fetraf-Sul, do Rio Grande do Sul.

Eles também fazem um questionamento, e até já foi respondido por V. Exª em entrevistas que concedeu à imprensa do Sul do País, a respeito da cobertura do Proagro. É uma cobertura de renda, porque limita até R$20 mil a receita, mas qual é argumentação das entidades, como a Contag, por exemplo? O senhor está tomando um investimento e um custeio a partir de 1º de julho e o Proagro só terá o contrato em janeiro de 2015. É preciso, como o senhor tem explicado, que o Banco Central do Brasil faça a mudança no sistema. Então, lhe pergunto: como fica a cobertura de Proagro para a agricultura familiar, se ele vai começar a plantar sem o contrato do seguro? Qual a garantia para ele, se até lá não tiver pronto esse procedimento?

Saudamos e fizemos uma manifestação muito importante quando foi criada a Anater, que é a agência de extensão. Houve uma grande defasagem entre a ciência e o trabalho da Embrapa, que é extraordinário, e a extensão rural, que é a seguinte: levar aquele conhecimento da ciência, dos pesquisadores para o campo, para a terra mesmo, colocar lá a semente que eles descobriram.

Então essa defasagem está coberta pela Anater. Eu lhe pergunto quando efetivamente a Anater já está fornecendo a essa extensão rural e como compatibiliza uma agroecologia cujo custo é maior do que o custo de uma agricultura convencional para atender, primeiramente, ao mercado consumidor e, em segundo, para assegurar a própria renda da agricultura familiar.

Eu queria um ponto para o senhor na questão da inadimplência: se no caso da agricultura familiar, em algum momento, considerando que só 40% eram acesso ao recurso, como vamos resolver esse problema especialmente em relação ao Proagro.

Muito obrigada ao senhor pela exposição completa que fez aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Agradeço a Senadora Ana Amélia e passo a palavra ao Senador Cyro Miranda para as suas considerações.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Quero saudar o Ministro Miguel Rossetto, o Sr. Carlos Magno, o nosso Presidente sempre assíduo aqui nas audiências públicas e quero parabenizá-lo pela iniciativa.

Eu peço, inicialmente, desculpas por não ter podido estar na apresentação por causa de um compromisso logo cedo e cheguei no fim.

Gostaria de saber qual é o percentual que o Estado de Goiás ocupa na agricultura familiar, se é significativo e, para implementar esse programa com mais intensidade, com o que nós poderíamos estar colaborando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Cyro.

Vamos passar a palavra ao nosso Ministro...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pois não, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A pergunta do Senador Cyro me fez ter curiosidade de perguntar: dado que na agricultura familiar e na reforma agrária o Governo tem estimulado muito as formas cooperativas de produção, inclusive em cooperação com a Secretaria de Economia Solidária, onde o Prof. Paul Singer, do Ministério do Trabalho, tem uma atuação bastante intensa, agradeço se o Ministro Miguel Rossetto puder nos informar qual é o hoje a relevância das formas cooperativas de economia solidária na agricultura brasileira. Se temos informações com dados a respeito eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem.

Antes de passar a palavra ao Ministro, também faço uma colocação. Evidente que a tomada de empréstimo pelos agricultores é de fundamental importância em função do juro negativo. Mas, além do juro negativo, eu estava vendo na sua explanação, a questão do bônus. O bônus significa dizer – se eu não estiver certo, me corrija, por gentileza – que o agricultor toma emprestado R$4 mil e vai pagar R$2 mil, se for adimplente. Seria isso? Além dos juro negativo, há esse bônus de 50% do empréstimo que ele vai tomar. É essa colocação, Ministro.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Sim. Nesses casos, sim.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Nesses casos, sim! Então, realmente é um avanço muito grande para a agricultura familiar.

Passo a palavra a V. Exª para responder aos nossos Senadores.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Srªs e Srs. Senadores, Senador Suplicy, nós temos inúmeros casos, em praticamente toda a produção agropecuário, que avançam para um padrão tecnológico agroecológico no nosso País: fruta, cereais, arroz, feijão, tudo aquilo que nós chamamos de olericultura, verduras, hortas, enfim, bovinos. A cultura, a produção agroecológica, hoje, se expande em toda a atividade agropecuária do nosso País. E nós temos um mercado crescente. Ou seja, em todas as nossas cidades, quando acompanhamos os mercados, os supermercados, há uma demanda crescente por parte da sociedade dessa produção.

E aí, Senadora Ana Amélia, eu já responde um pouco, dialogo aqui com os temas que os senhores levantaram. Ele ainda é mais caro.

A nossa expectativa, como outras experiências, na medida em que nós temos mais escala, maior produção, maior experiência.

Nós, seguramente, avançamos na curva de aprendizado e teremos, sim, redução de preço e um equilíbrio melhor para o nosso consumidor. Esse é um desafio importante para este tipo de produção, como outras experiências econômicas. Quer dizer, nós estamos crescendo essa produção, estamos aprendendo, estamos ganhando escala e, na medida em que vamos avançando nessa direção, nós reduzimos preço e ampliamos a oferta desses produtos.

Hoje os produtores conseguem sustentar renda, e rendas a maior inclusive, por quê? Porque a sociedade se dispõe a pagar. Crescentemente esse mercado se expande em todo o nosso País, em todos os nossos Estados. Por exemplo, há uma aposta importante que nós estamos fazendo e todas as conquistas e as inovações tecnológicas que estão surgindo têm apoiado muito esse processo em andamento.

Então, essa é a nossa...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Apenas, Ministro, eu percebo que – porque, aqui, em Brasília, existe, lá em Porto Alegre também –, quando o contato direto do produtor com o consumidor, há uma facilitação e uma vantagem para as duas partes, mas nem sempre, dadas as distâncias ou as condições logísticas, é possível não haver a intermediação, que é sempre um problema que come o lucro do produtor e aumenta o preço para o consumidor. Então, de que forma pode haver uma...

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Estímulos a feiras...É muito importante essa observação, estímulos a feiras, relações diretas...

Nós temos estimulado muito isso em todo o nosso País e a experiência que nós estamos colhendo, por isso uma dedicação especial para este próximo Plano Safra na atividade agroecológica, seja em relação a reduzir custo e investimentos, seja em relação à assistência técnica.

Aqui a ideia de levar o novo conhecimento, essas novas tecnologias, é muito importante, da mesma forma como instrumento de comercialização.

Nós achamos que há um grande período de aprendizado ainda. Nós começamos com uma escala nacional, Estados como Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina são Estados... Brasília que tem experiência importante nisso, mas estamos convencidos de que há um espaço crescente na sociedade brasileira, uma demanda crescente e nós queremos fazer com que esta base produtiva dos agricultores familiares ocupe crescentemente um papel nesse mercado, que é o que nós estamos fazendo.

O Brasil continua, Senador Suplicy, dispondo de um padrão de grande concentração fundiária, na verdade grande concentração patrimonial. Se nós tivemos avanços importantes na distribuição da renda, mas o País convive com uma concentração patrimonial muito grande, e essa concentração se espelha também na concentração fundiária do nosso País.

Nós temos obviamente situações diferenciadas do ponto de vista regional por conta da história econômica do nosso País, como os senhores e a senhora conhece, e há um esforço importante no sentido de apoiar o conjunto de experiências onde há um parcelamento mais equilibrado de terras para que aqueles que queiram continuar trabalhando nessas terras possam ficar nessas terras com menor dimensão preservando renda. Isso significa ampliarmos produtividade, adotarmos e dotarmos as nossas pequenas e médias propriedades das tecnologias, das mecanizações do que há de melhor do ponto de vista produtivo para que nós possamos associar intensidade produtiva, qualidade ambiental e renda para o nosso produtor.

Essas são as experiências mais vitoriosas, Senador Suplicy, que têm sustentado essa estrutura fundiária pequena e média, onde nós observamos no País, *grosso modo*, no sentido nacional, que, nas pequenas propriedades, nós conseguimos, em média, ter indicadores de produtividade e de renda por hectare maior do que nas grandes propriedades, por quê? Porque exatamente essas propriedades exigem um investimento e um padrão de produtividade para o retorno de renda superior.

Nós achamos que é uma experiência importante no País, nós achamos que o Congresso tem feito movimentos importantes no sentido de estimular essa melhor distribuição da estrutura fundiária brasileira – eu trago como referência, Senador Suplicy, a recente legislação de regularização fundiária na Amazônia Legal, onde o Congresso Nacional orienta que a regularização das terras federais na Amazônia tenha como limite a média propriedade de até 15 módulos rurais.

É o que estamos fazendo, neste momento.

Portanto, há um processo de apoio a essas estruturas pequenas e médias, que se dispõem em várias regiões do nosso país, com essas políticas. Há uma execução de uma orientação do Congresso Nacional em relação as áreas da Amazônia, por exemplo, de que a regularização tenha como base um parcelamento maior da estrutura fundiária brasileira e, no que se refere à agenda da reforma agrária, o que nós estamos executando é aquilo que a Constituição Brasileira estabelece. Ela vincula menos o tamanho da propriedade. Ela estabelece uma exigência de função social da propriedade. Estabelece índices de produtividade para a reforma agrária e menos em relação à dimensão da propriedade.

A Constituição Brasileira orienta os processos de desapropriação a partir do descumprimento da função social da propriedade, das grandes propriedades a partir de 15 módulos. É isso que estamos cumprindo e realizando no nosso País.

Dois dados que me parecem importante, que mostra um esforço nacional em relação a se fazer o mandamento constitucional de permitir que terras improdutivas, terras que possam produzir, recebam brasileiros

e brasileiras que queiram trabalhar e produzir. Nos últimos anos, Senador, de 2003 a 2013, 751 mil famílias de brasileiros sem terra tiveram acesso as terras no nosso país, com programa de reforma agrária, essencialmente, e com o programa do crédito fundiário de uma forma complementar.

Nós estamos falando de 51 milhões de hectares nesses últimos 12 anos, Senador Suplicy. São dois do Estado de São Paulo. Dois Estados de São Paulo? Dois Rio Grande do Sul, que foram destinados a este programa.

Há um processo em andamento no Brasil, uma agenda permanente do padrão de ocupação dos seus recursos naturais e da sua estrutura fundiária em nosso País, que estamos operando.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me.

Vou anotar aqui, então.

De 2003 a 2013: 751 mil famílias que tiveram acesso a terra.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – São 751 mil famílias que tiveram acesso a terra. São 651 mil através do Programa de Reforma Agrária e 90 mil no Programa de Crédito Fundiário.

Foram 51 milhões de hectares destinados a esses programas, no nosso País.

A Senadora Ana Amélia traz alguns temas para o nosso debate.

Primeiro, Senadora, é em relação ao tema do financiamento, eu desconheço 40%. Eu quero verificar melhor esse indicador. Nós temos rodado...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É em função do endividamento, por isso que a situação deles fica complicada mesmo.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Eu quero verificar esse dado.

O nosso esforço na solução de endividamento envolve não só os assentados, mas um conjunto de situações e agricultores familiares e de cooperativas.

Nós estamos muito animados com isso. Nós rodamos, este ano, neste plano safra que estamos encerrando, com 2,5milhões contratos.

Nós temos um público, este ano, que está encerrando agora em junho, de 2,5 milhões de propriedades, agricultores, que estão vinculados a esse programa. Não haverá diminuição, haverá ampliação deste público.

Então, digo isso no sentido positivo de qualificar um pouco. Obviamente, se há problemas, nós vamos enfrentar esses problemas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Dentro desses dois milhões e tantos que teriam uma parcela com problemas de créditos.

Seria isso?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não. Os dois milhões são os contratos já feitos.

Do total geral, 40%, pela contas das entidades como a Contag e a Fetraf, não terão acesso em função do endividamento.

Há uma outra cobrança.

Aliás, Ministro, eu já trabalho nisso a muito tempo. Lembro-me, quando era jornalista, quando foi criado o Pronaf.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – A primeira queixa era exatamente a dificuldade do agricultor, especialmente o pequeno, que está lá na sua pequena propriedade e que sai de lá, do seu cantinho, e tem de ir na agência do banco.

Ele não sabia.

Agora não, agora está informatizado. Uma boa parte deles já está com as condições tecnológicas de acesso à informação. Mas havia uma queixa da burocracia, essa maldita, essa saúva que atrapalha a vida do agricultor. E hoje, também, de novo há uma queixa da burocracia da instituição. Na maior parte é o Banco do Brasil que opera o Pronaf.

Então, como é que também se resolve isso para simplificar os procedimentos, para que ele não perca muito tempo em toda essa burocracia, porque ele precisa levar documentação. Claro, tem que fazer certo, mas também não consumir muito nesse processo.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Deixe-me dizer, Senadora. Primeiro, a nossa experiência – a experiência do Brasil – é fantástica. Eu fiz referência, no início da minha exposição, ao fato de que em 98% dos Municípios brasileiros há agricultores acessando esse programa. Nos últimos anos, nós nacionalizamos o programa e queremos universalizá-lo, especialmente nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

Nós estamos executando R$21 bilhões. Nós estamos saindo – e a senhora levanta corretamente – de uma experiência em que os recursos eram ofertados e não eram tomados, por várias razões, inclusive a burocracia. Então, sobrava dinheiro, eu diria assim, dos financiamentos.

Hoje, nós estamos tomando todo o financiamento. Atingimos 2,5 milhões de contratos no Brasil. Todos os Estados hoje avançaram. E nós estamos num processo permanente de simplificação, preservando as condições contratuais necessárias.

Eu quero aproveitar aqui para fazer uma homenagem ao Banco do Brasil, ao Banco do Nordeste, ao Basa, às cooperativas de crédito, que ocupam um papel muito importante nessa irrigação, nessa oferta de serviço, nessa capilaridade em todo o nosso País.

Nós achamos que aqui sempre há, obviamente, trabalho a ser feito, mas há um comprometimento dos bancos estatais, em especial, e das cooperativas extraordinário. São raras as situações em que nós temos um sistema que tranca. Os sistemas funcionam e funcionam bem.

Eu vou verificar o dado que a senhora traz aqui. O Congresso fez um movimento importante na aprovação da 636. Os bancos têm feito um trabalho importante. O que nós queremos é expandir esse crédito e, cada vez mais, universalizar esse crédito.

E eu aproveito esta agenda também – eu chego depois à questão do seguro... O Senador perguntava dos indicadores estaduais e a Senadora fazia referência. O Rio Grande do Sul é o Estado com maior capacidade de tomada desse crédito. São Estados que têm tradição, por história, por organização, o Rio Grande do Sul, o Paraná, Minas Gerais – eu chego a Santa Catarina já. Então, por ordem, Rio Grande do Sul; Paraná; Minas Gerais, que é um Estado que tem crescido muito e é um Estado grande, um Estado importante; Santa Catarina; Goiás, que tem crescido nesta safra. Para a safra que vem – eu vou buscar a execução –, nós estamos liberando R$550 milhões para Goiás e, para São Paulo, R$900 milhões. Todos os Estados têm crescido.

Nós temos um desafio, Senador, especialmente nos Estados da Região Centro-Oeste. No Norte, nós achamos que há uma possibilidade de expansão. São Estados em que há uma base de agricultura familiar forte e um percentual ainda possível de ser acrescido quanto à tomada de empréstimo em relação a outros Estados.

Portanto, nós identificamos aqui um espaço importante de trabalho, que nós queremos ocupar com assistência técnica, com organização.

A experiência, Senador Suplicy, do cooperativismo, da economia solidária é crescente e ela respeita as tradições das diversas regiões do nosso País.

O que me parece importante é que há uma expansão dessas iniciativas. Quer dizer, o que nós estamos percebendo é uma expansão dessas iniciativas. O BNDES tem sido um parceiro importante no estímulo e no fomento aos financiamentos agroindustriais vinculados a organizações comunitárias, a cooperativas. Portanto, estamos estimulando isso.

Há um aprendizado, uma cultura gerencial importante que está sendo construída. Uma cooperativa, numa atividade econômica, é extremamente complexa. Gerenciar essas atividades agrícolas agroindustriais é uma atividade sofisticada e complexa, portanto, paralelo aos investimentos agroindustriais, Senador Suplicy, há todo um programa de formação, de capacitação, de educação financeira e gerencial para os nossos produtores e agricultores.

Obviamente, Senador, estamos totalmente à disposição dos senhores para dialogarmos sobre as experiências estaduais, os esforços e os programas estaduais que estamos desenvolvendo. O fato é que, a partir da aprovação da 636, que os senhores promoveram, criando uma condição forte de adimplência, nossa expectativa é de uma grande ampliação do acesso ao sistema de crédito agrícola pelos agricultores e assentados, que é tudo que queremos: ampliar esse acesso e ampliar a capacidade de oferta de assistência técnica, para ampliar a nossa produção.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Ministro Rossetto, eu sou Casildo Maldaner, de Santa Catarina.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Prazer em rever o senhor.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª estava falando que temos, no Brasil, cerca de dois milhões e quinhentos mil "pronafianos".

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Contratos em execução.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Temos hoje, no Brasil, micro e pequenas empresas, temos milhões de empreendimentos pequenos e médios e, hoje, pequenos produtores "pronafianos". Temos aí duas mil e quinhentas famílias, ou dois milhões e quinhentos... Tem uma ideia de quantos temos destes, que se enquadrariam, que poderiam acessar e que hoje estão sendo contemplados, e em praticamente 98% dos Municípios já existem atividades do Pronaf. E o que é que temos que se enquadraria mais ou menos nessa...

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Quatro milhões e meio.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Quatro milhões e meio.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Desculpe, Senador, só me permita registrar. Quando falo que temos 2,5 milhões contratos, vários desses contratos são grupais, coletivos ou de cooperativas. Então, são 2,5 milhões contratos, mas que representam mais do que 2,5 milhões contratos individuais, porque são contratos da empresa coletiva.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Queria até dizer, porque quando fui Presidente do BRDE, que tem sede em Porto Alegre e temos nos três Estados do Sul, o BRDE tem convênios que representam o Pronaf junto ao BNDES nesses Estados do Sul, essas cooperativas, Sicredi, Sicoob têm convênios conosco lá, o BRDE, e eles fazem por atacado. Eles preparam mesmo, o pequeno produtor não precisa ir ao Banco do Brasil, ele faz ali mesmo. A própria cooperativa prepara os documentos, prepara tudo e entrega pronto, já em pacote. Está incluso ali.

Obrigado a V. Exª.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Queria, por fim, aqui encerrar a minha parte por conta de um dos temas levantados pela Senadora em relação ao crédito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu até agradeço, Ministro, porque temos agora a sessão deliberativa começando.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Muito rápido, por conta do sistema.

O novo seguro agrícola entra a partir de 1º de janeiro. Dialogamos muito com todos os movimentos e ele entra a partir de 1º de janeiro, a partir de uma decisão corajosa, eu diria, de adotar esse prazo. Aqui não se trata de questões de natureza financeiro-econômicas por parte do Governo, trata-se da complexidade da regulamentação de um seguro que é nacional e que exige um conjunto de mecanismos operacionais de tal forma que, quando ele entre em operação, ele entre com todo o regramento estabelecido para um plano nacional.

Os agricultores, especialmente do Sul, que iniciam seus plantios a partir de julho, continuarão com o seguro atual, portanto não haverá descontinuidade do seguro. Seguem com o seguro atual e, a partir das culturas de primeiro de janeiro, entram no próximo seguro. E estaremos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Fora do microfone.) – Para a safra de inverno.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Exatamente. E nós estaremos, durante esse segundo semestre, em todos os Estados, com as equipes técnicas preparando, divulgando a entrada do novo seguro que, seguramente, coloca o Brasil numa agenda de seguro agrícola em escala mundial. Nós estamos, com esse mecanismo, nos equiparando aos Estados dos países mais desenvolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado ao Ministro e aos Senadores. Passando a palavra ao nosso Presidente do Incra, Carlos...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Só quero fazer, Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu vim do plenário agora, vai começar a Ordem do Dia e estava presidindo o Senador Paulo Paim, que me pegou e eu disse: "Senador Paulo Paim, me perdoe, mas eu vou até a Comissão de Agricultura, porque quem está lá fazendo uma palestra é o Ministro do Desenvolvimento e Reforma Agrária, Miguel Rossetto, que foi, inclusive, Vice-Governador do Rio Grande do Sul." E o Paim pediu para que eu mandasse um abraço porque ele está lá, presidindo a sessão. Eu tive a honra de ser vice também em Santa Catarina. Tenho grande admiração pelo Ministro Miguel Rossetto e vim aqui para dar meu abraço e transmitir o do Paim.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Obrigado, Senador Casildo.

Guedes, os assentamentos emancipados têm uma dificuldade para sua titulação no Estado de Rondônia. Vamos falar só de Rondônia porque é onde tenho conhecimento amplo e as pessoas têm me cobrado sistematicamente essa questão. É possível flexibilizar as regras, igual ao Programa Terra Legal, para os assentamentos já emancipados? É, realmente, uma dificuldade grande no meu Estado. Em Rondônia, é aquela grande reforma agrária que foi feita pelo Incra – o Incra fez essa reforma agrária –, e as pessoas que estão na sua terra há mais de 20, 30 anos, é claro que não têm a mesma situação econômica dos assentamentos recentes. É evidente que essas pessoas evoluíram, exatamente porque conseguiram a terra. Mas não têm a titulação ainda. Não é possível flexibilizar para que essas pessoas possam ter sua titulação mais rápida e mais barata também, Presidente?

O SR. CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES – Bom dia a todas e todos os Srs. Senadores, ao nosso Ministro Miguel Rossetto, ao Senador Acir Gurgacz.

É um prazer, mais uma vez, estar aqui com os senhores em reunião da Comissão de Agricultura.

Eu diria que o Congresso Nacional trouxe uma grande colaboração nesse tema com a aprovação da Medida Provisória 636. Entre os grandes temas tratados, como, por exemplo, a questão da solução das dívidas, os assentados da reforma agrária, a criação de um novo modelo de financiamento para a reforma agrária, que foi já apresentado pelo nosso Ministro Miguel Rossetto, que incorpora o Plano Safra da Agricultura Familiar nesse

ano safra 2014/2015, temos, dentro da medida provisória, iniciativas importantes para exatamente facilitar o processo de titulação das famílias assentadas.

E aqui destaco, em especial, um dispositivo previsto na medida provisória que permite que os assentamentos com mais de dez anos possam ter um tratamento de regularização fundiária mais flexível, reconhecendo as famílias que estão lá, desde que tenham o perfil do agricultor familiar, desde que a área não supere dois módulos fiscais. Então, são inovações importantíssimas que foram criadas, que pretendemos implementar rapidamente.

A medida provisória, inicialmente, tinha uma proposta de equiparar ao tratamento que o senhor já destacou, do Programa Terra Legal, na Amazônia, viabilizando que os assentamentos que foram criados a partir de glebas públicas federais e em que as famílias tivessem até um módulo fiscal pudessem receber seu título de terra gratuitamente, e também a previsão de redutores no preço a ser pago da terra porque, hoje, o Incra, pela regra anterior à medida provisória, teria que cobrar o preço de mercado. Todos aqui sabem: o preço da terra no Brasil aumentou, em média, 80% nos últimos 36 meses. Estamos com uma média do valor por hectare de R$9 mil. É um valor incompatível com as condições de renda dos agricultores para poderem incorporar esse custo. E o Congresso Nacional, além de aprovar essas iniciativas propostas pelo nosso Governo, ainda incorpora elementos importantes como esses que já destaquei.

Então, estamos, agora, exatamente iniciando um processo de regulamentação. Pretendemos, junto com essa ação da regularização fundiária nos assentamentos, viabilizar o Cadastro Ambiental Rural para os lotes a serem regularizados. Portanto, citando o Estado de Rondônia, temos uma parceria com a secretaria de meio ambiente de Rondônia e já iniciamos a regularização de lotes da reforma agrária, já saindo com o CAR. Assim, pretendemos expandir a partir dessa iniciativa prevista na Medida Provisória 636.

Então, eu queria, Senador, destacar que a nossa tarefa agora vai ser chegar aos assentamentos e dar essa segurança jurídica para as famílias, em especial nesses assentamentos criados há mais de dez anos, que vão ter oportunidade, a partir do que foi incorporado na Medida Provisória 636, de facilitar a titulação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Com relação ao Estado de Rondônia, eu diria que é 100% do Estado, não é? É 100% do Estado assentamentos com mais de dez anos, Ministro. E essa flexibilização do custo é importante para a regularização fundiária no Estado.

Rondônia não é um dos maiores tomadores do Pronaf, mas tem crescido ano a ano. É o que eu tenho, pelo menos, acompanhado nos últimos anos. O Pronaf tem dado uma força muito grande para os agricultores, embora Rondônia tenha 1,8 milhão de habitantes. É um Estado com uma área territorial grande, do tamanho do Rio Grande do Sul e Paraná, praticamente, mas com apenas 1,8 milhão de habitantes aproximadamente. Então, tem muito a crescer e tem muito a desenvolver.

Eu quero aqui agradecer a presença de V. Exª.

Passo a palavra, mais uma vez, para fazer suas considerações, para mais alguma coisa que queira colocar ao Sr. Ministro.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – Pois não.

Eu gostaria de agradecer e registrar que nós estamos muito entusiasmados com essa determinação da Presidenta Dilma Rousseff para o MDA no sentido de executar o maior plano da história do País. Os investimentos são históricos: R$24,5 bilhões para a agricultura familiar. E nós estamos com taxas de juros extremamente reduzidas. Isso traduz a confiança e o apoio da Presidenta Dilma, do Governo Federal para com essa base produtiva do nosso País.

E chamo a atenção para o fato de que a execução desse plano depende, obviamente, de todos: dos agricultores, das cooperativas, dos Estados, das Prefeituras. E há uma disposição nossa de percorrer este Brasil, estimulando, divulgando essas medidas de tal forma que todos aqueles – produtores, assentados e agricultores – que se disponham a trabalhar, que tenham essa manifestação possam acessar essas políticas. E o resultado final que nós queremos é exatamente aumentar a produção de alimentos no País, melhorar a renda dos nossos produtores, desenvolver as nossas regiões e, portanto, continuar construindo o nosso País, de uma forma positiva.

O Senado tem feito uma tarefa fundamental, tem dado uma colaboração fundamental nas adequações das legislações, nas sugestões, nas opiniões e no acompanhamento das nossas execuções.

Portanto, eu quero agradecer por este espaço de informação, de diálogo e reafirmar o nosso compromisso com a boa execução de todas essas medidas no próximo período.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Mais uma vez agradeço pela presença o Ministro Miguel Rossetto, reafirmando a importância que tem hoje a agricultura familiar para a economia do nosso Brasil. Essa importância vem exatamente do investimento que o Governo Federal fez através do MDA para que os nossos agricultores familiares realmente tivessem acesso ao crédito. Nós tínhamos antigamente uma maneira não muito agradável de dizer; antigamente, a reforma agrária era um depósito de famílias, não é, Ministro? E hoje, não.

O SR. MIGUEL ROSSETTO – O agricultor não entrava numa agência bancária. Hoje entra, em todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – E hoje, não. Está diferente. É exatamente em função do trabalho que faz o Congresso Nacional com o Governo Federal. Essa união, realmente, com a preocupação com a agricultura familiar, tem feito diferença.

E o trabalho do Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos últimos anos, tem tido um avanço, um crescimento muito grande em sua importância para o desenvolvimento da agricultura. É claro que o Incra tem uma importância fenomenal nos assentamentos, mas agora, com o MDA, após a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, nós tivemos um aumento considerável de recursos para os agricultores familiares e isso tem feito a diferença no desenvolvimento do País. Tanto que o Brasil ano a ano bate recorde de produção agrícola, pecuária, bacia leiteira. E agora passa à industrialização dessas produções agrícolas. Isso tem feito a diferença no desenvolvimento, principalmente nosso, do Estado de Rondônia.

Eu agradeço a presença dos nossos convidados.

Quero dizer que a nossa Comissão de Agricultura está à disposição. Toda vez que nós pudermos ser úteis para debater a questão da agricultura familiar, nós estaremos sempre à disposição.

Pela ordem, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Só para acrescentar, vejo que, no Senador Acir Gurgacz, está batendo saudades hoje presidindo a Comissão de Agricultura aqui do Senado. Ele foi um grande Presidente, principalmente na época do novo Código Florestal.

Ministro Rossetto e Carlos Mário, ele percorreu o Brasil fazendo audiências públicas em todos os lugares, inclusive no meu Estado, no oeste catarinense, em Chapecó. Foi uma audiência pública com muitos participantes para discutir as teses do novo Código Florestal, sob a Presidência desse... Se ele não é, mas a senhora dele é primeira-dama catarinense. É de lá esposa dele. Então, ele tem um pouco do Estado, do Sul. De Rondônia presidindo isso. Foi muito importante. Está matando as saudades hoje.

Aliás, por sinal, hoje, no começo da noite, vai ter a inauguração de uma exposição do gado *jersey,* no sul catarinense, na cidade de Braço do Norte. É o vale verde de Braço do Norte, a bacia leiteira daquela região, com uma tecnologia, uma média de produção extraordinária. Os técnicos chegam a dizer... Por sinal, o Ministro Neri Geller é de Selbach, mas criado no meu Município. Quando fui Vereador, há 20 anos, emancipação e modelo no oeste catarinense. Os pais dele foram para lá mais tarde. Depois ele se deslocou para Lucas do Rio Verde. De Lucas do Rio Verde, acabou vindo como Deputado e, depois, Secretário-Geral do Ministério da Agricultura e, hoje, Ministro. Ele conhece o setor. Naquela região também, nós temos muitos pronafianos. Aquela região de pequenos negócios é extraordinária. Hoje, lá, vai haver um grande acontecimento no começo da noite.

Mas é para matar as saudades que o Senador Acir Gurgacz está presidindo esta Comissão, com a presença do nosso ex-Governador, Miguel Rossetto.

A reforma agrária... Hoje, o Incra é vinculado ao MDA?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Mas, daí, retrata a reforma agrária.

Quer dizer, o Incra é vinculado ao Ministério, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Ao Ministério, não é? (*Pausa.*)

O encarregado, como é o nome dele? Ele foi do MDA também. É um gaúcho. Presidiu o Incra muito tempo ou preside ainda. Como é o nome dele?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – O Rodolfo! Ele continua ali?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Ele está na FAO? Esse pessoal do MDA já foi para a FAO? Já estão no mundo!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo, pelas suas colocações.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião, agradecendo a todos pela presença.

(Iniciada às 8 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 3 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 10 DE JUNHO DE 2014.

Às oito horas e um minuto do dia dez de junho de dois mil e quatorze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ e RUBEN FIGUEIRÓ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores **DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO SUPLICY, CLÉSIO ANDRADE, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, GIM, FLEXA RIBEIRO e MOZARILDO CAVALCANTI**. Deixam de comparecer os Senadores Gleisi Hoffmann, Zeze Perrella, Sérgio Petecão, Kátia Abreu, Waldemir Moka, Cyro Miranda, Jayme Campos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 23, de 2014, de autoria do Senador Acir Gurgacz, e ao Requerimento (RRA) nº 26, de 2014, de autoria do Senador Ruben Figueiró, com a finalidade de analisar a Política Pública de Recursos Hídricos para o Semiárido Nordestino e a Política Pública de Planejamento, Execução e Controle do Crédito Rural no Brasil, propostas pelo Requerimento (RRA) nº 12, de 2014, e Requerimento (RRA) nº 10, de 2014, respectivamente, de acordo com o disposto na Resolução do Senado Federal n° 44, de 2013, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **José Silvério da Silva** – Chefe da Divisão de Agricultura Irrigada do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (representante de: Neri Geller); Sr. **João Guadagnin** – Diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (representante de: Miguel Rossetto); Sr. **Carlos Henrique Rosa** – Coordenador-Geral de Prospecção e Análise dos Fundos do Ministério da Integração Nacional – MI (representante de: Francisco José Coelho Teixeira); Sr. **Cantídio Freitas Mundim Neto** – Secretário Substituto de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA (representante de: Eduardo Lopes); Sr. **Deoclécio Pereira de Souza** – Chefe do Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações de Crédito Rural e do Proagro do Banco Central do Brasil – BACEN (representante de: Alexandre Tombini); Sr. **Hyperides Pereira de Macedo** – Consultor em Recursos Hídricos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA (representante de: Kátia Abreu); Sr. **Alexandre Luís Giehl** – Coordenador-Geral de Assistência Técnica, Capacitação, Associativismo e Cooperativismo da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA; Sr. **Wilson Vaz de Araújo** – Diretor do Departamento de Economia Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Sr. **Alexandre Câmara Bernardes** – Presidente da Comissão de Crédito Rural da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás – FAEG. Os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Ruben Figueiró e Ana Amélia e o Senhor Mário Antônio Pereira Borba, Presidente da Federação da Agricultura da Paraíba, fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezenove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. **–** Senador **Acir Gurgacz,** Vice-Presidente Da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 23, de 2014, de minha autoria, bem como ao Requerimento nº 26, de 2014, de autoria do Senador Ruben Figueiró, ambos aprovados em 29 de maio do corrente ano, que tem por finalidade a avaliação de políticas públicas implantadas pelo Governo Federal que tratam de recursos hídricos para o Semiárido nordestino e de planejamento, execução e controle do crédito rural no Brasil.

Informo à Comissão que esta audiência pública é decorrente da Resolução nº 44, de 17 de setembro de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito desta Casa Legislativa.

Lembro que os temas objeto desta audiência pública são da competência desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e estão previstos no art. 104-b, incisos VII e X, do Regimento Interno do Senado Federal.

Na 15ª Reunião desta Comissão, realizada em 29 de maio do corrente ano, foram aprovadas as propostas de plano de trabalho referentes aos Requerimentos nºs 23 e 26, de 2014, tendo como Relatores Acir Gurgacz e Senador Ruben Figueiró, respectivamente.

Comunico que, nesta reunião, teremos a presença dos seguintes convidados:

– Sr. José Silvério da Silva, chefe da Divisão de Agricultura Irrigada do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);

– Sr. Wilson Vaz de Araújo, Diretor do Departamento de Economia Agrícola da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura;

– Sr. João Guadagnin, Diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);

– Sr. Carlos Henrique Rosa, Coordenador-Geral de Prospecção e Análise dos Fundos do Ministério da Integração Nacional;

– Sr. Cantídio Freitas Mundim Neto, Secretário Substituto da Secretaria de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA);

– Dr. Alexandre Luís Giehl, Coordenador-Geral de Assistência Técnica, Capacitação, Associativismo e Cooperativismo da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca;

– Dr. Deoclécio Pereira de Souza, Chefe do Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro do Banco Central do Brasil;

– Dr. Ernesto Pereira Galindo, Técnico em Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);

– Dr. Hypérides Pereira de Macedo, Consultor em Recursos Hídricos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

– Dr. Alexandre Câmara Bernardes, Presidente da Comissão de Crédito Rural da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás (Faeg), representando a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Informo que nós vamos dividir esta audiência pública em duas sessões públicas, em função de nós termos dois temas distintos, dois temas que nós estamos hoje promovendo: recursos hídricos, o primeiro; e crédito rural, o segundo.

Portanto, iniciaremos com o primeiro tema, recursos hídricos.

Eu convido, para compor a Mesa, os convidados Dr. Alexandre, Dr. Cantídio, Dr. José Silvério, Dr. Ernesto – que estejam presentes, para nós começarmos a nossa audiência pública.

Antes de iniciarmos, peço aos convidados que se preparem para compor a Mesa e agradeço a presença.

Senador Ruben Figueiró, muito bom dia!

Caros amigos e amigas que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelos canais do Senado na internet, como o portal e-Cidadania e o Alô Senado, o objetivo destas audiências públicas é iniciar uma análise detalhada de duas políticas públicas importantes para a agricultura brasileira: o plano de recursos hídricos para o Semiárido nordestino e o planejamento, execução e controle do crédito rural no Brasil, em atendimento ao requerimento apresentado por mim e pelo Senador Ruben Figueiró.

As duas políticas são complexas e envolvem diversos órgãos nacionais, estaduais e municipais, sendo que temos um cronograma já definido de audiências públicas e pedido de informações aos órgãos públicos envolvidos nessas políticas.

É importante destacar que, dessas políticas, dependem milhões de brasileiros que sofrem com a escassez de água e a desertificação. As características climáticas e socioeconômicas do Semiárido brasileiro requerem tecnologias específicas de utilização e conservação dos recursos hídricos.

Além das formas tradicionais de acumular água em pequenos reservatórios de superfície, os chamados açudes, e a perfuração de poços, têm-se buscado alternativas, como obras de integração de bacias hidrográficas e o transporte de águas a grandes distâncias, como a transposição do Rio São Francisco.

A análise dessas diferentes políticas hídricas para o Semiárido, com foco na conservação e uso sustentável das águas, é o objetivo geral desta série de audiências públicas que estamos iniciando hoje.

O fortalecimento da infraestrutura hídrica do Nordeste como política de convivência com as secas tem sido praticado desde os tempos do Império. Muito já foi construído e não se tem mais a vulnerabilidade do início do século passado. Contudo, ainda há muito a ser feito para que a população rural tenha acesso à água boa e de qualidade.

Há também a necessidade de tornar os investimentos mais eficientes a favor da população carente.

Com a prática da gestão de recursos hídricos, fomentada através da Lei nº 9.433, de 1997, ações emergenciais estão sendo substituídas por ações de planejamento e gestão de água, de forma integrada, participativa e descentralizada, em apoio às ações dos órgãos gestores locais, estaduais e organizações não governamentais reunidos nos comitês de bacias.

Portanto, essa mesma Lei nº 9.433, de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, que está sendo aplicada de forma inovadora e acelerada no Nordeste brasileiro, muito em função da escassez de água, precisa ser aplicada em todo o Território nacional, como lá, na nossa Bacia Amazônica, ou na bacia do Rio Madeira, que é o principal rio do meu Estado de Rondônia.

Parece que, por conta da abundância de água, não nos organizamos tão bem quanto nossos irmãos do Nordeste, que sofrem com a falta de água. Esse é um equívoco que temos que superar em Rondônia e em toda a Amazônia, pois a abundância de água não significa que não temos problemas hídricos ou conflitos pelo uso da água.

Recentemente, Rondônia sofreu a maior enchente de sua história, quando as águas do Rio Madeira subiram 19,74m, atingindo mais de 97 mil pessoas e deixando 35 mil desabrigados, com prejuízos que superam a cifra de R$4,2 bilhões. Foi preciso uma enchente dessa dimensão para que pudéssemos enxergar a importância da Política Nacional de Recursos Hídricos e para implantarmos a gestão integrada e participativa nas bacias hidrográficas.

Esse enfoque está presente no Plano Integrado de Reconstrução e Prevenção de Desastres de Rondônia, que foi concluído ontem pelo Governo do Estado e que foi elaborado com a participação de toda a sociedade do nosso Estado. O Governador Confúcio Moura teve uma visão ampla do problema e aproveitou o momento para realizar um planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo, destinado à reabilitação social e estrutural das localidades atingidas pela enchente, para executar ações que reduzam os riscos de desastres em Rondônia, bem como para alavancar a economia do Estado a um patamar superior ao que tínhamos antes da enchente.

Um dos componentes do plano de reconstrução é exatamente promover a integração das ações de reconstrução e de prevenção de desastres com a Política Nacional de Recursos Hídricos e também com a Política Nacional de Defesa Civil, no sentido de preparar o Estado institucionalmente para gerenciar suas águas e prevenir os desastres naturais. Portanto, tanto na seca quanto na enchente, o mais importante é estarmos preparados para enfrentar as adversidades no Brasil.

Precisamos aperfeiçoar os mecanismos de enfrentamento desses problemas, e isso passa pelo acompanhamento e otimização das políticas públicas existentes ou em formulação, visto que já possuímos um arcabouço considerável de experiências e de políticas públicas para tal fim, principalmente no Semiárido brasileiro.

Gostaria também de comunicar que o Presidente do ICMBio encaminhou, dia 3 de junho, a anuência para que o Ibama autorize o plano de trabalho apresentado pela empresa contratada pelo DNIT para realização dos estudos da fauna e flora nas Unidades de Conservação ao longo da BR-319. Quando realizamos a diligência pela BR-319, entre 24 e 27 de novembro do ano passado, a empresa já tinha encaminhado o plano de trabalho desse documento. No dia 6 de dezembro, realizamos uma audiência pública na CRA para resolver as questões pendentes, e o DNIT, Ibama e ICMBio se comprometeram em trabalhar em sintonia no processo de licenciamento da reconstrução dessa rodovia.

Agora estamos no limite da janela hídrica. Se a autorização não for emitida nos próximos dias, corremos o risco de perder o tempo de estiagem para realizar os estudos para liberação da reconstrução dessa rodovia. Essa é uma obra do PAC que, após a reconstrução do trecho do meião, ligará Roraima e Amazonas por estradas a Porto Velho e aos demais Estados da Federação brasileira e possibilitará que Rondônia coloque produtos hortifrutigranjeiros no mercado de Manaus, como verduras, derivados do leite e outros que, atualmente, em muitos casos, chegam ao mercado consumidor de avião, de São Paulo e de outros grandes centros. Neste momento em que a agricultura, principalmente a agricultura familiar, cresce a índices de 10% ao ano, precisamos de vias de escoamento desses produtos perecíveis e semiperecíveis. Não podemos depender de 15, 20 dias de transporte pelas balsas.

Além de favorecer a agricultura, esse será, certamente, um caminho turístico que gerará uma nova fronteira de renda para os milhares de habitantes que vivem sem acesso hoje a saúde, educação e bem-estar.

Esperamos que nós não percamos essa janela hídrica para a reconstrução da nossa BR-319, que liga Porto Velho a Manaus.

Mais uma vez, agradeço aos nossos convidados pela presença para que façamos a nossa audiência pública. Também agradeço ao nosso parceiro colega Senador Ruben Figueiró, pelo seu trabalho junto conosco nesta audiência pública.

Faremos duas etapas, Senador Figueiró. Primeiro, vamos discutir os recursos hídricos; depois, o crédito da agricultura.

Vamos iniciar, então, ouvindo o Dr. Alexandre Luís Giehl.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem. Então, ouviremos o Dr. Cantídio de Freitas Mundim Neto.

V. Sª tem a palavra.

O SR. CANTÍDIO DE FREITAS MUNDIM NETO – Srs. Senadores, bom dia. Bom dia, Senador Acir Gurgacz. Bom dia, senhores.

Eu estou aqui representando o Ministério da Pesca e Aquicultura, em nome do Ministro Eduardo, que foi convidado. Ele está impossibilitado de vir, pois está em viagem ao exterior. Então, eu e o Alexandre estamos representando aqui o Ministério da Pesca e Aquicultura.

Eu vou falar sobre as ações da aquicultura para o Semiárido nordestino, que a gente tem implementado lá no Ministério. Eu preparei uma pequena apresentação aqui, entreguei à Secretaria e queria saber se está em ponto de colocar. (*Pausa*.)

É possível? O.k.

A gente vai falar aqui sobre os recursos hídricos, sobre as possibilidades de aquicultura no Semiárido nordestino.

Próximo.

Programas e ações da aquicultura, do Ministério da Pesca e Aquicultura, em relação ao Semiárido nordestino. A gente tem duas ações lá: uma voltada para as ações em águas da União e outra em estabelecimentos rurais. Em águas da União, há uma grande possibilidade devido aos reservatórios que temos no Nordeste. O Ministério fez estudos para a implantação de aquicultura naqueles reservatórios, que se dividem em piscicultura continental e maricultura. A maricultura envolve a carcinicultura, e temos aproveitado principalmente aquelas zonas estuarinas para desenvolver os processos.

No tocante à piscicultura, que é o mais forte dentro do Semiárido, temos desenvolvido programas, haja vista alguns dos reservatórios que temos, reservatórios de usinas hidrelétricas, instalados no Nordeste, como o reservatório de Sobradinho, o reservatório de Xingó.

Próximo.

Estas aqui são imagens de tanques-redes espalhados em alguns reservatórios, que colocamos aqui para ilustrar.

Próximo, por favor.

Aquicultura. Sobre a aquicultura, temos feito lá avaliação em relação ao uso múltiplo dos recursos hídricos, tanto para geração de energia elétrica, quanto para produção de peixe. E o Ministério tem dado um foco muito importante nessa ação, porque, devido à escassez de água ali e graças a esse represamento de água para gerar energia elétrica, nós temos desenvolvido alguns estudos.

Então, o que acontece? Estamos incentivando a atividade aquícola dentro desses corpos hídricos lá, para gerar emprego, renda, e buscamos o foco de fortalecer principalmente a economia familiar, trabalhando com áreas aquícolas onerosas e não onerosas. As não onerosas são voltadas para as pessoas que necessitam, para o público da economia familiar. E aí temos um programa de distribuição através de licitação, em que fazemos e identificamos as pessoas para a cessão dessas áreas aí.

Sobre as políticas públicas implantadas em relação aos recursos hídricos no Semiárido, destaco principalmente a otimização do uso desses recursos, buscando garantir o múltiplo uso deles através da identificação de áreas aptas para a produção.

O Ministério tem focado lá estudos para desenvolver, nesses reservatórios aí, a possibilidade de produção aquícola ali. Então, destacamos lá cinco reservatórios em que foram identificadas potencialidades para desenvolver a aquicultura, entre os quais se destacam três no Rio São Francisco, que são Itaparica, Xingó e Sobradinho. Temos também o reservatório de Boa Esperança e Armando Ribeiro, e também outro no qual fizemos o estudo, mas não se viabilizou a possibilidade de desenvolvimento de aquicultura, que é o de Coremas, no Estado da Paraíba.

A gente analisou, através desse estudo, a possibilidade de atingir aqui uma produção em torno de 30 mil toneladas/ano e, direta e indiretamente, gerar 5.615 empregos. Esses estudos estão prontos. A gente deve lançar, nos próximos meses, algumas licitações para distribuir essas áreas. Porém, este ano há um impeditivo, devido à lei eleitoral, para fazer a licitação para áreas não onerosas. Então, a gente vai segurar o lançamento até passar o processo eleitoral.

Este é um mapa do Brasil em que a gente identificou alguns reservatórios, em que o Ministério fez estudos. Ali aparece o Castanhão. A gente não identificou, mas há ali também, do lado nordeste, Itaparica e Sobradinho e também os reservatórios de Xingó.

Próximo.

Aqui a gente está mostrando um mapa, uma fotografia de como é a modalidade de implantação de parques aquícolas pelo Ministério. A gente tem parques aquícolas e áreas aquícolas, sendo que os parques aquícolas são demandas em que o Ministério propicia estudo, e áreas aquícolas são áreas de demanda espontânea, em que a própria iniciativa privada procura, desenvolve estudos para fazer esse levantamento de viabilidade de desenvolvimento da aquicultura.

Temos o ambiente, que pode ser continental e marinho.

E o público alvo pode ser as sociais, que são as não onerosas; e as empresariais, que são as onerosas.

Próximo, por favor.

A gente vai falar especificamente aqui de um parque aquícola do Nordeste, que é o parque aquícola no Reservatório Padre Cícero, chamado Castanhão. A gente fez, ano passado, uma ação importante junto ao Conselho de Política, Gestão e Meio Ambiente do Estado do Ceará, para fazer o monitoramento desse parque aquícola, e disponibilizou recurso da ordem de R$1,4 milhão. Foram identificados três parques lá, com potencialidade para atender 685 beneficiários e gerar 3.365 empregos diretos e indiretos. Esse aí a gente tem focado como prioridade por estar numa região do Semiárido mesmo, onde, devido à obra da Sudene e do DNOCS para fazer o açude, a gente levantou essa possibilidade e tem esse desenvolvimento. O Ministério tem tratado com carinho esse Parque Aquícola do Castanhão, porque ali há uma potencialidade muito grande de atender principalmente aquelas pessoas que estão ali na área da seca. E a gente está buscando agora, através do monitoramento, fazer a compensação ambiental, uma vez que, na região, existe uma carência muito grande de água e dificuldade de chuva.

Estamos procurando também, junto com parceiros como a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e também a própria Secretaria de Pesca e Aquicultura, desenvolver projetos que vão beneficiar essas pessoas em condições de risco e que necessitam de ações públicas que viabilizem sua permanência, como também buscamos a geração de emprego e renda.

Próximo.

Agora a gente vai falar de uma outra ação, que são os viveiros escavados, que a gente tem implementado muito na região do Semiárido nordestino. Isso aí são projetos do Ministério, principalmente voltados para parcerias com prefeituras. Desde 2008, foram realizados 130 convênios com prefeituras do Nordeste para promover a produção de viveiros escavados, que é outra forma de geração de emprego e renda, principalmente, Senador, utilizando aquelas águas de que foram feitos poços artesianos, mas não há viabilidade para o consumo humano. Então, identifica-se uma possibilidade de criar peixe da espécie tilápia, e aí a gente tem implementado algumas ações lá.

Dentro do estabelecimento rural, da aquicultura em estabelecimento rural, o ministério tem priorizado a aquicultura familiar, principalmente a piscicultura e a carcinicultura, através de produção em viveiros.

A gente tem realizado a incorporação de novas áreas no Semiárido. E viabilizar a construção desses viveiros escavados é uma política que o ministério vem desenvolvendo para implementar a renda e fixar o homem lá, evitando a evasão ou migração.

Próximo, por favor.

Dentro de aquicultura em estabelecimentos rurais, as ações que o ministério tem priorizado são a cessão de maquinários agrícolas aos Municípios para construir os viveiros escavados, as transferências voluntárias, através de convênios que a gente realiza com os Municípios para implementar essas ações, e parcerias com outros órgãos do Governo, como Codevasf e DNOCS. A gente tem feito também parcerias com universidades para desenvolver pacotes tecnológicos para produção de pescado na região, principalmente na questão do camarão, e apoio aos aquicultores familiares, através também de parcerias e de transferências para associações, que a gente faz através de convênio.

Eu queria agradecer.

Estou à disposição para alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem. Muito obrigado, Sr. Cantídio, pela sua apresentação e por sua presença aqui conosco, acreditando que a gente começa realmente às 8h o nosso trabalho. Isto é importante, Senador Figueiró, Senadora Ana Amélia: a nossa Comissão de Agricultura começa realmente sempre no horário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – É, nós temos essa prática de trabalharmos cedo, a agricultura começa cedo o trabalho.

Agradeço a presença do Dr. José Silvério da Silva, Chefe da Divisão de Agricultura Irrigada do Ministério da Agricultura, a quem passo a palavra.

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Bom dia a todos.

Sentimo-nos honrados com o convite.

A questão da água é uma preocupação em nível mundial. Hoje, nós temos o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio da Agência Nacional de Águas, como responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos; temos o Ministério da Integração, que deve estar presente, que trata da Política Nacional de Irrigação, conforme competência outorgada pela lei... Creio que é a Lei nº 10.683, de 2003.

A agricultura é responsável por 70% do consumo de água em nível mundial. Então, cumpre-nos aqui situar nosso enfoque sobre o problema, imaginando que alguma ideia possa ser aproveitada ou sirva para orientação quando aprofundarmos o debate da matéria.

Preparei, naturalmente, muita coisa, e vou cortar muita coisa desta minha apresentação, mas temos que contextualizar a questão hídrica em nível mundial.

É claro, os recursos hídricos envolvem diversas finalidades, que estão ali bem enfatizadas: segurança alimentar, energia, consumo humano, etc.

Pode passar.

A preocupação mundial. No século passado, a população cresceu três vezes, e o consumo de água cresceu sete.

Pode passar.

Eu quero enfatizar que a água é constante, a água disponível em nível mundial é constante. Desde o período cambriano, há 500 milhões de anos, a água é constante. Agora, o consumo vai aumentando na medida em que a população vai aumentando, e a disponibilidade *per capita* vai diminuindo. Então, a administração e o gerenciamento eficaz são muito importantes.

Pode passar.

É aquilo que eu estava dizendo: 80% do suprimento adicional de alimentos necessários para atender à demanda por água da agricultura será produzido por terras irrigadas. Em função da competição pelo uso da água que se vislumbra – ou, aliás, já está acontecendo –, somente 12% da água disponível poderá ser disponibilizada para a produção de alimentos. Tudo isso aí só poderá ser alcançado com a agricultura mais intensiva, mais produtiva e mais eficiente no uso da água.

Aí nós temos uma desigualdade da distribuição de água no País. Muitas vezes, as estatísticas sobre disponibilidade de água no País levam ao estabelecimento de um estado de abundância esbanjadora. Na realidade, 89% da água disponível no País está concentrada nas Regiões Norte e Centro-Oeste, que detêm somente 15% da população do País; o resto está em situação difícil, conforme vocês veem mesmo no Estado de São Paulo.

Esse gráfico aí ilustra a questão da população, a questão da superfície e a questão da disponibilidade da água. O Nordeste, especificamente, detém 29% da população, 18% da superfície do País e só 3% da água disponível no País. Isso requer um trabalho consistente, inteligente, uma ação coordenada para que esse gerenciamento seja eficaz, e a água seja otimizada para os seus usos múltiplos.

Pode passar.

Isso só para situar em nível global. A área irrigada hoje no mundo está em torno de 304 milhões de hectares, ou seja, um consumo de 10.200 metros cúbicos por hectare/ano ou 0,33 litros por segundo por hectare.

Pode passar.

Esse gráfico retrata a área agricultável no País. Pastagens, 172 milhões; lavouras, florestas plantadas e por aí.

Pode passar.

A evolução da área irrigada.

O Ministério da Agricultura não tem a competência ministerial para tratar da questão de irrigação no País, já que a responsabilidade pela sua formulação e condução é do Ministério da Integração Nacional; por outro lado, a irrigação é um item da política agrícola. Então, o Ministério não pode ficar dissociado dessa questão da água e sua inter-relação com a agricultura.

Na verdade, quando nós começamos a fazer um trabalho mais consistente com o apoio muito forte da política agrícola – está ali o Dr. Wilson –, houve, nos últimos anos, uma evolução modesta, mas uma boa evolução em termos de agricultura irrigada. Nós temos registrados mais ou menos 4,7 milhões de hectares até 2012, mas registros da ANA (Agência Nacional de Águas), que é responsável pelas outorgas – e as outorgas estão associadas ao quantitativo de área a ser irrigada –, dão conta de que hoje temos em torno de seis milhões de hectares irrigados.

Pode passar.

No Brasil, a área irrigada... Está ali. Já disse que, conforme o registro da ANA, são 5,4 milhões de hectares.

Pode passar o próximo.

A distribuição das potencialidades para a irrigação no País está ali. O Nordeste tem 4,4%.

Pode passar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Aquele mapa é sobre a irrigação ou é a nossa reserva das águas?

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Aquele mapa ali é sobre o potencial para irrigação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – É o potencial para irrigação.

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Ou seja, o Nordeste tem 1,3 milhão de hectares. É o potencial para irrigação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Ah, muito bem. Não é a reserva de águas existente por região, não?

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Não, ainda não. Não é ainda, não.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem.

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Pode passar.

Bom, nós temos inúmeros desafios.

Eu vou sintetizar o que a natureza pode nos oferecer, onde estão as demandas de água para irrigação, o que a população e os meios produtivos causam de degradação, a oferta de infraestrutura hídrica energética e de transporte.

Pode passar.

As questões associadas ao meio ambiente, está tudo ali; o que a população, os meios produtivos e a natureza querem, de onde querem, como querem e quando querem; como alcançar esse potencial; como atender à demanda.

Pode passar.

Quer dizer, o objetivo nosso é produzir mais, produzir melhor e de forma sustentável. Quer dizer, essas propostas associam, obrigatoriamente, eficiência econômica, equidade social e sustentabilidade ambiental.

Pode passar.

Esse aí pode passar.

O Ministério da Agricultura, através de suas políticas e em articulação com as outras Pastas já citadas – Ministério do Meio Ambiente, através da Agência Nacional das Águas, e Ministério da Integração –, espera uma expansão da área irrigada, um acréscimo de 1,2 milhão de hectares entre 2013 e 2015; 2,8 milhões de hectares entre 2016 e 2020; e 7 milhões de hectares até 2030.

Nós esperamos uma elevação da produtividade agrícola de 20% em termos dos principais produtores de grãos.

Hoje, a média de produtividade nossa está em torno de 3,2 toneladas por hectare, e nós queremos chegar, em 2015, a 3,35 toneladas por hectare. Isso passa, obrigatoriamente, pela irrigação. Como vocês sabem, a irrigação é uma técnica eficiente, que, associada aos demais fatores de produção, eleva a produtividade.

Pode passar.

Aí, aumento da participação dos produtos, eficiência no uso da água.

A eficiência no uso da água é um item muito importante para nós, porque, como vocês sabem, a água é escassa e tem múltiplos usos. O Brasil hoje consome, em média, 13 mil metros cúbicos por hectare, mas nós queremos baixar isso para 8 mil metros cúbicos por hectare. Então, nós temos que aumentar a eficiência. Como se aumenta a eficiência? Primeiro, utilizando equipamentos de irrigação altamente poupadores de água; utilizando plantas resistentes à seca, estresse hídrico; e outras técnicas em que a pesquisa está trabalhando.

Pode passar.

Bom, isso aí é uma especulação, mas nós esperamos geração de emprego com as políticas que o Ministério está desenvolvendo e com a expansão da área irrigada, quer dizer, através da área irrigada, há uma associação de agroindústrias e várias conexões, e, a partir daí, se espera uma elevação substancial na questão do emprego.

Esse aí pode passar, porque é mais teórico.

Pode passar.

Pode passar, porque eu quero reduzir muito esta minha apresentação, porque...

Ah, os desafios. Todos sabem que a agricultura é a maior consumidora de água: 70%. Qual é o grande desafio nosso?

– garantir o aporte regularizado de água para a agricultura em face da crescente competição com os outros setores da economia;

– racionalizar o uso da água, como racionalizar, utilizando equipamentos poupadores de água, envolvendo, potencializando a pesquisa em termos de culturas menos exigentes em água;

– criar mecanismos... Hoje, um grande desafio é criar mecanismos para a expansão da área irrigada no País. Por quê? Apesar de a área irrigada estar crescendo, nós irrigamos ainda pouco, algo em torno de 7% ou 8% da área total cultivada.

Nós precisamos expandir mais a área irrigada para ter um crescimento vertical da agricultura, a fim de conter a expansão da fronteira agrícola horizontalmente, exatamente por causa de uma série de questões ambientais que estão envolvidas.

Pode passar.

A importância da agricultura irrigada todos sabem: produção de mais de uma safra anual; aumento da produtividade das lavouras e pastagens; intensificação do uso dos solos, reduzindo a pressão por novas áreas; e contribui para a preservação ambiental.

Pode passar.

Bom; aí temos os aspetos legais. Eu já disse que a responsabilidade pela formulação e condução da Política Nacional de Irrigação é do Ministério da Integração, mas é uma obrigação do Ministério em função do art. 187 da Constituição, que dispõe que a irrigação é um item da política agrícola.

Pode passar.

Esse é um levantamento que nós fizemos por meio de informações da ANA. A área irrigada, segundo essas informações da ANA, hoje, deve estar em torno de 5,8 milhões de hectares.

O IBGE está fazendo um trabalho para trazer melhores informações para confirmar esses dados. Todavia, nós acreditamos que, de acordo com os dados oriundos da Agência Nacional de Águas, compilados com outras informações do Ministério da Integração, a área hoje irrigada está em torno de 5,8 milhões de hectares.

Um destaque que eu queria dar – e já havia dito anteriormente – é que o potencial, na verdade, no Nordeste, está em torno de 1,3 milhão de hectares. Vejam que está errado ali.

Pode passar, pois isso já foi dito.

É aquilo que eu disse: a questão da agricultura irrigada e da água, de uma maneira geral, envolve ações multidisciplinares, envolve uma série de elementos cuja integração é necessária para que haja uma política consistente e inteligente, que dê as respostas que a sociedade exige. Estão ali: pesquisa, certificação, crédito e incentivo, tarifação, educação, política creditícia e securitária – o Dr. Wilson vai falar –, planos e projetos, planejamento consistente e inteligente e assistência técnica acima de tudo.

Próximo.

A atuação do Ministério da Agricultura.

Vocês sabem que a agricultura irrigada se assenta em três pilares fundamentais: pesquisa, assistência técnica e crédito rural. Praticamente, esses três pilares estão sob a responsabilidade do Ministério. A assistência técnica, naturalmente, está compartilhada, hoje, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Então, qual o escopo da atuação do Ministério? Projetos de pesquisas realizados pela Embrapa visando a aumentar a eficiência dos projetos de irrigação e, também, o desenvolvimento de culturas adaptadas à irrigação, principalmente as culturas resistentes à seca, conforme eu disse; promoção de projetos direcionados ao manejo e conservação de solos; integração lavoura-pecuária-floresta, para o que a agricultura irrigada é importante ferramenta.

Nós temos lá a Câmara Temática de Desenvolvimento de Agricultura Sustentável e Irrigação, que é um importante elo entre o setor público e o setor privado para a formulação e definição de políticas para o setor.

Pode passar.

O Ministério participa dos Conselhos Deliberativos dos Fundos Constitucionais do Nordeste e Centro-Oeste, responsáveis pelo financiamento de atividades agropecuárias, especialmente a irrigação.

O Dr. Wilson falará do Plano Agrícola, que dimensiona os recursos para os diversos programas, destacando, hoje, o Pró-Irriga, naturalmente um programa que está associado ao Programa Moderinfra, que trata da irrigação.

O Ministério, hoje, é responsável pelos Objetivos 163 e 171, que, respectivamente, tratam da política de crédito para a agricultura irrigada (163) e do programa de pesquisa para a agricultura irrigada (171), com uma grande ênfase no Nordeste, especialmente no Semiárido.

Pode passar.

Eu não vou detalhar esse programas, porque a apresentação é grande.

Pode passar.

Bom; é aquilo que eu já havia dito: na questão da política de crédito, a respeito do que o Dr. Wilson vai falar, merece destaque o fato de que o crédito para a Região Nordeste, de 2012 para 2013, cresceu quase 14%, evidenciando a ênfase que o Ministério está dando àquela região, conforme está destacado ali. Ainda há uma disponibilidade de R$880 milhões para até 2015.

Pode passar.

Um instrumento hoje que o Ministério... Na verdade, eu quero enfatizar aqui que uma ação coordenada entre as diversas pastas que tratam do insumo água e seu inter-relacionamento com a agricultura é de suma importância, hoje, para viabilizar programas e projetos para a região. O Ministério está consolidando um acordo de cooperação técnica com o Ministério da Integração e com o Ministério do Meio Ambiente, para, por intermédio da ANA, nós desenvolvermos vários projetos específicos para fortalecer e potencializar a questão água e solo.

Então, nós temos, nesse termo de cooperação, um programa para a definição da Política Nacional de Conservação de Solo e Água; um para a capacitação e treinamento; programas conjuntos para o pagamento do resultado da irrigação. Nós temos, ainda, a qualificação das atividades de regulamentação do uso da água no meio rural; parceria para o sistema de formação em irrigação e incremento da ampliação do universo dos programas Produtores de Água, que são tratados pela ANA.

Pode passar.

As ações estão ali bem destacadas: realizar planos e projetos de incentivo à irrigação pública e privada; definir áreas prioritárias para expansão e aperfeiçoamento da agricultura irrigada; implantar sistemas de ações e aperfeiçoamentos de crédito rural e seguro voltados para a agricultura irrigada; executar programas de certificação da agricultura irrigada; desenvolver ações para o desenvolvimento e formação de recursos humanos na agricultura irrigada; e aí por diante. Trata-se de uma série de ações que visa fortalecer a agricultura irrigada. Naturalmente, o Nordeste e o Semiárido se inserem nas nossas prioridades.

Pode passar.

O que eu quero destacar é que essa cooperação técnica envolve uma ação coordenada entre esses três Ministérios, onde essa integração é de fundamental importância para viabilizar todas essas ações que nós pretendemos desenvolver.

Pode passar.

Esse gráfico serve para destacar, porque, muitas vezes, a agricultura é demonizada. Assim, esse gráfico serve para demonstrar claramente que, enquanto a produção agrícola está crescendo, a área utilizada se mantém praticamente constante, demonstrando claramente que não está havendo aumento significativo em termos de expansão horizontal de áreas para a agricultura, ou seja...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Desmatamento.

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Sim. desmatamento. Trocando em miúdos, desmatamento. Na realidade, está havendo ganhos de produtividade.

Pode passar.

Quanto à irrigação, pode-se afirmar que a produção em uma área irrigada corresponde a três vezes mais aquela de uma área de sequeiro, isto é, em termos de produtividade física; e sete vezes mais a produção de sequeiro em termos de produtividade econômica.

Então, embora aquele dado ali esteja errado, os 5,8 milhões de hectares irrigados que nós temos hoje, ou seja, quase 6 milhões de hectares, respondem por 20% da produção nacional, em termos de produtividade física.

Pode passar.

E, em termos de produtividade econômica, responde por 43% da produção agrícola em termos de valor econômico para o País.

Esse potencial eu já o enfatizei.

Pode passar.

Não vou entrar nesse detalhe, porque isso faz parte da Lei de Irrigação.

Pode passar.

Este é outro assunto de que estamos tratando hoje.

Em termos de incentivos para a Região Nordeste: a Lei de Irrigação dispõe que, em cada perímetro público, é importante que haja... Aliás, não é importante; ela preconiza que haja uma unidade demonstrativa, ou seja, uma vitrine tecnológica das boas práticas de irrigação, que serviria a catalisar as ações e, assim, instruir os produtores envolvidos na atividade para que disseminem a técnica, para que eles utilizem a técnica da melhor forma possível. O de que se carece, hoje, em termos de irrigação, é de pessoal preparado, capacitado.

Então, no Ministério da Agricultura, juntamente com os outros três Ministérios, estamos desenvolvendo estudos para implantar, em cada perímetro irrigado, uma unidade demonstrativa a fim de capacitar, treinar e orientar os produtores.

Pode passar.

Então, para este ano, já temos programadas algumas unidades demonstrativas. Estão licitadas em: Barreiras, na Bahia; Nupeba, na Bahia; Formoso, Maniçoba, Curaçá, no Piauí; em Sergipe, conforme está ali destacado.

Essas unidades demonstrativas, volto a dizer, são verdadeiras vitrines tecnológicas para orientar, para capacitar, para treinar os produtores e técnicos sobre as melhores técnicas para o desenvolvimento da agricultura irrigada.

Pode passar.

Aqui, é importante destacar que temos, hoje, alguns gargalos: a questão do suporte energético; a questão – pode passar para o próximo – do baixo retorno econômico.

Antes de finalizar a minha apresentação, quero dizer que o Ministério da Agricultura entende que a ação coordenada é fundamental para viabilizar projetos e programas para a Região. Em relação ao Nordeste, especificamente o Semiárido, que envolve uma atuação multidisciplinar, nós entendemos que devem ser potencializadas as culturas existentes na região, ou seja, deve haver um programa consistente para desenvolver as culturas existentes na Região. Para tanto, a irrigação é fundamental. Mas isso aí passa, obrigatoriamente, por um planejamento eficiente e eficaz, esforços concentrados e, sobretudo, gestores capacitados, porque as questões atinentes à água e à irrigação são complexas. Então, é fundamental que haja esforços concentrados e gestores capacitados.

E, no Ministério, conforme está destacado aí, a questão do Semiárido sempre foi prioridade. Sempre o Ministério se envolveu nos apoios, dadas as suas competências, e está sempre disposto a colaborar, sendo ele um órgão indutor e catalisador do processo produtivo agrícola.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. José Silvério da Silva, pelas suas colocações.

Passo a palavra ao Dr. Hyperides Pereira de Macedo, consultor da CNA.

O SR. HYPERIDES PEREIRA DE MACEDO – Devo simplificar o protocolo de saudações para apenas saudar a Mesa, na pessoa do Senador Acir Gurgacz, subscritor do requerimento que trata das políticas públicas sobre recursos hídricos no Semiárido nordestino.

Na verdade, vou procurar aprofundar uma palestra no sentido conceitual das questões básicas do nosso Semiárido, para uma compreensão melhor das políticas públicas em relação à irrigação, a recursos hídricos, a conservação de solo e à política de manejo florestal.

Então, eu queria começar projetando o primeiro quadro.

Em primeiro plano, eu queria conceituar o que é o problema maior do nosso Semiárido nordestino. A face semiárida do Nordeste se caracteriza por uma irregularidade chuvosa e por uma distribuição espacial e temporal irregular.

Por outro lado, nós não somos uma região tropical; somos uma região trópico-equatorial. Ali, as mudanças climáticas são muito dinâmicas. O oceano, por exemplo, guarda a memória do tempo durante seis meses, e a atmosfera, durante 48 horas.

Nos climas temperados, as previsões meteorológicas conseguem ter um acerto muito maior em função da memória que está na atmosfera, mas, nos climas trópico-equatoriais, a dinâmica da mudança é tão variável que é difícil se fazer previsão meteorológica.

O Nordeste colocou 12 boias no Atlântico Norte para que a gente saiba o que vai acontecer durante seis meses, porque o Pacífico, que domina o fenômeno El Niño, tem 120 boias. Essas boias, que estão a 700 metros de profundidade, conseguem dizer o que vai acontecer com antecipação de seis meses, porque a temperatura do fundo do mar é que caracteriza o que vai ser, depois de seis meses, a temperatura da superfície.

Infelizmente, já agora no começo dos anos 80, é que o Nordeste começou, por meio de um convênio com a Funceme, do Ceará, a colocar 12 boias no Atlântico Norte para que tenhamos uma avaliação melhor da nossa previsão meteorológica. Então, eu acredito que essa questão da previsão meteorológica é fundamental para orientar a nossa agricultura no Semiárido.

Outra característica mais perversa da questão do Semiárido é a nossa geologia cristalina. O Nordeste, diferentemente do resto do País, desse cerrado vermelho, que é um queijo homogêneo em toda a sua extensão espacial no sentido horizontal e vertical... E muita gente pensa até que as montanhas de Minas são heterogêneas. Não! As montanhas de Minas são feitas de barro vermelho, tanto que elas, durante as estações invernosas, deslizam. O Nordeste é diferente; é como esta sala do Senado aqui: um cimento, uma sala cimentada. Assim, o que chove sai pela porta; nada é guardado dentro do seu ventre.

O próprio frei alemão, o primeiro botânico mandado pelo Imperador ao Semiárido, disse uma frase que talvez tivesse mudado toda a política dos engenheiros que fizeram a política de açudagem do Nordeste durante os séculos XIX e XX. Ele, em 1856, observando a região de Sobral, no Ceará, disse: "O Semiárido não tem grandes cercanias que guardem a chuva no seu ventre". Quer dizer, o que chove não é guardado dentro daquela esponja como é no Sul, como é no Cerrado.

Dizia ele então: "Não há cercanias que guardem a chuva no seu ventre. Caudalosos e medonhos arroios descem a serra, mas, ao aceno do primeiro estio, não há mais um rio que mereça esse nome." Isso quer dizer que o Semiárido não tem rios permanentes não porque chova pouco; pelo contrário, o Semiárido é uma das regiões mais chuvosas do mundo. Já dizia um cientista da Universidade de Stanford, no começo do Século XX, que só em 25% das regiões do mundo chove mais de 1000 milímetros; e, no Ceará, chove mais de 1000 milímetros, e assim no Rio Grande do Norte, na Paraíba. São 900 milímetros de chuva no Piancó; 950 no Cariri; 2000 milímetros na Ibiapaba, no Ceará. Então, não se trata de uma região com poucas chuvas. O que acontece é que temos ali uma região com alta taxa de evaporação e de uma geologia cristalina que não guarda a chuva dentro do chão. Se ali fosse uma esponja, o que chovia ficava dentro do chão, e, durante o resto do ano, essa água armazenada no terreno correria para os vales. Por isso que, aqui, os rios são permanentes.

Então, nós aprendemos, nas aulas de geografia, que os rios do Nordeste não são permanentes por conta da chuva. Não tem nada a ver! No Nordeste, chove o suficiente para os rios serem permanentes. Na Espanha, chove 350 milímetros, muito menos do que no Nordeste, bem como em Israel e, no entanto, há ali rios permanentes. Então, não tem nada a ver com isso.

O próprio Thomaz Pompeu Sobrinho, num livro publicado no começo do século XX, dizia que no Cariri, que é uma região sedimentar – o Cariri do Ceará –, o Rio Salgado era permanente até 1918, vazando até a cidade do Icó. Quer dizer, o que tirou a permanência do Rio Salgado foi o desmatamento e a degradação do território. Contudo, as regiões sedimentares não precisam de muita chuva para que os rios sejam permanentes. Esse equívoco mudou um pouco a nossa política de açudagem e desorganizou um pouco o nosso planejamento.

Outra característica decorrente dessas condições fisiográficas é essa pluviosidade irregular no tempo e no espaço, no período de seca; alta taxa de evaporação e rios não permanentes, como eu acabei de dizer.

Pode passar para o seguinte.

Bom; isso é o Cerrado. É um retrato da terra roxa de São Paulo, do Paraná, do Rio Grande do Sul. Isso é uma região homogênea. Vocês estão vendo uma região homogênea. É toda igual na vertical e na horizontal. Vocês notam que aqui, em Brasília, quando fazem os viadutos, as escavações são muito parecidas. No aeroporto, barro vermelho; aqui, na Esplanada, barro vermelho. Não há muita mudança. Por isso é fácil construir e fazer agricultura no Cerrado. O difícil é fazer no Nordeste.

Então, vejam que se trata de uma região homogênea. Os rios estão ao lado dos solos. A água está ao lado dos solos. A energia que está na margem da estrada – essa linha escura – gera energia na estrada e, ao mesmo tempo, está ao lado da fronteira agrícola. Vocês andam numa estrada em Goiás e no Mato Grosso e, de um lado, veem cana de açúcar e, do outro lado, algodão. De um lado, vocês veem soja; do outro lado, laranja. Agora, andem no Nordeste. No Nordeste, quando vocês andam em uma estrada, de um lado, veem jurema preta; do outro lado, jurema preta também. Vocês não veem um caminhão transportando alimento no Nordeste. Vocês viam muitos ônibus da Itapemirim levando a população para o Sul, nunca levando a produção, porque a estrada é construída na linha de cumeeira do terreno – quem é engenheiro sabe que se constrói estrada na linha da cumeeira, para evitar pontes, nos divisores de águas, onde não há água. Então, as estradas passam no espinhaço do cristalino, onde é pior ainda.

No Nordeste, quando se coloca energia ao lado das nossas estradas – e esta é a teoria universal, ou seja, colocar energia ao lado das estradas –, só há postes, não há transformador, porque não há agricultura ao lado das estradas. Portanto, a energia do Nordeste é só poste.

Então, o Nordeste cai numa contradição muito grande: a água está nos boqueirões cristalinos; os açudes são construídos naquelas ombreiras de bolsões cristalinos do Semiárido – é onde não há solo; a água está onde não há solo; a estrada está onde não há água; a energia está onde não há produção. Então, o Nordeste é assim: colocam água onde não há solo; colocam energia onde não há água; e colocam estrada onde não há produção.

Essa contradição heterogênea da nossa base física foi que dificultou, por muitos anos, o planejamento da Sudene. É muito difícil planejar numa região heterogênea. É muito difícil!

Precisava haver um programa de irrigação. Já nos anos 60, quando o Estatuto da Terra, de Castelo Branco, criou o Geida, começaram a organizar os chamados Planos Diretores de Bacia, que foi o casamento do solo com a água. Quando o solo começou a se casar com a água, foi que o Nordeste começou a descobrir suas grandes manchas de tabuleiro e sua irrigação privilegiada.

Na verdade, até então, desde a década de 30, 40 e 50, a irrigação era feita nos aluviões dos rios, porque ali havia um pouco de solo aluvial e a água vizinha, no rio. Só que o aluvião é um complexo heterogêneo; ele não dá produtividade, não tem competitividade. É uma região altamente complexa. Com o lençol freático elevado e a salinidade muito aflorante, é muito difícil você trabalhar no aluvião.

Foi preciso, nos anos 60, a missão de Israel, o IRIDA, da Espanha, e a missão francesa começarem a organizar a política de irrigação do Nordeste. E foi, talvez, Israel que tenha dado a primeira grande colaboração, porque conseguiu casar os tabuleiros com a água.

Havia ainda, na política da Europa – e os europeus colonizaram a África –, a ideia de irrigar nos aluviões. Os franceses, por exemplo, privilegiaram os aluviões. Assim, no baixo Jaguaribe etc., etc. Foi uma política de fracasso. Não funcionou. Foi um verdadeiro colapso a irrigação dos aluviões no Nordeste. Por quê? Botaram mais gente para fora dos aluviões do que para dentro, porque os aluviões eram a única estrutura da pequena classe média agrícola que havia no Nordeste. Então, foi um equívoco grande, que só podia ter sido feito por um regime militar ditatorial, pois foi um absurdo o que se fez no Nordeste. Assim, os tabuleiros foram esquecidos.

Foi exatamente a missão de Israel, que deu essa contribuição de colocar o casamento da água em cima dos tabuleiros. São solos altos, platôs sedimentares, o que veio a dar uma conotação nova. Só que eles são altiplanos. Não se irriga por gravidade, e são arenosos também; são latossolos e os antigos podizólicos. Precisava de uma irrigação diferenciada, com uma tecnologia moderna. Aí veio a aspersão; aí veio o gotejamento. E foi por isso que venceu a chamada irrigação pressurizada, que passou por cima da irrigação gravitária, e os tabuleiros foram eleitos como os principais solos a serem privilegiados no processo de irrigação.

Essa mudança só veio a acontecer nos anos 70, com os projetos de irrigação do Denocs e da Codefasf. Foi a mudança dessa tecnologia, o casamento da irrigação pressurizada nos altiplanos de platôs sedimentares homogêneos... Porque o Nordeste tem bolsões homogêneos; são mosaicos homogêneos. Ele é um mosaico muito diverso: mosaico azul, vermelho, cinzento, verde. Só os mosaicos verdes, que são os sedimentares, servem para casar com a água e fazerem a irrigação que eu vou mostrar agora.

Este é o Nordeste. Vejam a diferença daquele quadro anterior para o Nordeste.

No Nordeste, se fizer um aprofundamento da geologia, veremos que esta muda a menos de um metro na profundidade e a menos de dez metros na horizontal. É muito difícil trabalhar no Semiárido por conta disso. Ele é esse mosaico multidiverso. Parece uma colcha, um desenho, uma pintura surrealista, mas é assim.

Vocês veem aí, por exemplo, um pedaço do Ceará. Está aí o Açude Castanhão – esse triângulo azul – e está aí o Canal da Integração, que vai para Pecém. Vocês veem a estrada ao lado – cinzenta – e a linha escura, a eletricidade. Vocês notam que a estrada passa pelos mosaicos que não são... Quais são os mosaicos bons ali? É essa mancha verde, aquela outra mancha verde e aquela outra mancha verde. Esses mosaicos marrons acinzentados não são agricultáveis para irrigação, não são irrigáveis. Então, é muito comum a estrada passar onde não tem solo. Por isso a energia não serve para produzir, porque não tem transformador. Só serve para iluminar a estrada. Essa é a realidade do Semiárido.

Foram precisos muitos anos para se descobrir esse modelo e começar... Faltou o ensinamento daquele botânico do Império, o frei alemão. Se a gente tivesse pensado naquele botânico do Império, a gente tinha mudado a coisa há muito tempo. Mas foram 100 anos perdidos de irrigação equivocada numa região heterogênea, ou seja, com uma base física heterogênea.

Por isso eu acho que não é a aridez, não é a questão do inverno, da chuva em si o maior problema. O maior problema foi essa base cristalina que caracteriza essa heterogeneidade da base física da região.

Então, é preciso conduzir. Por isso que é importante a integração de bacias. Qual foi o grande fenômeno da integração de bacias? Qual é a grande justificativa dos nossos canais de integração? O nome está correto. Esse nome veio da primeira peça de planejamento que o Semiárido fez, que foi o Progerir, um projeto do Banco Mundial, de onde constava o chamado Canal da Integração, uma vez que ele visa integrar a água, o solo, a energia e a estrada. Vocês têm estrada com produção; energia com transformador; e tem água onde há solo. Só se consegue casar esse processo harmônico se se fizer esse canal de integração.

Vocês notam que esse canal passa por essa primeira mancha verde, pela segunda mancha verde e pela terceira mancha verde. A gente tem que conduzir a água para as manchas verdes.

Aquele ali é o tabuleiro de Russas; ali, mais à frente, é a mancha de Morada Nova e Roldão; e, ainda mais à frente, outra mancha de solo.

É assim que o Nordeste está começando a descobrir sua verdadeira vocação, ou seja, transferindo água para as regiões de solos irrigáveis.

Então, essa é a grande questão que eu queria apresentar, porque é conceitual básica. Sem essa visão básico do Semiárido, a gente não consegue planejar políticas públicas corretamente.

Próximo, por favor.

Essa aí é a teoria do açude. Os árabes foram os primeiros povos, depois que transferiram a biblioteca de Alexandria, dos gregos, que descobriram que a evaporação não é proporcional ao volume. A evaporação é proporcional à superfície do copo. Então, o que é o açude no Semiárido? E "açude" é uma invenção árabe, uma

palavra árabe, com cedilha, de origem árabe. O açude é um copo fundo que guarda a água da chuva numa bacia rasa.

Do lado esquerdo, essa bacia rasa. Se você deixar a água nessa bacia rasa, a evaporação leva a água de todo o Semiárido, porque evapora três vezes o que chove. Chove 700 milímetros e evapora 2100 milímetros. Então, com cerca de dois meses, não havia mais água no Semiárido. Então, você tinha que fazer uma síntese hidrológica: guardar num copo fundo a água que chove numa bacia rasa. Essa é a teoria do açude, uma vez que a evaporação é proporcional à superfície do copo. que é muito menor e se perde menos.

Esse milagre sintético da hidrologia do Semiárido, que vem de 32, quando Aguiar organizou a primeira síntese hidrológica... Nós fomos até pioneiros. A USP veio fazer a hidrologia do Estado nos anos 50 com a Light. O Semiárido fez a sua hidrologia nos anos 30 com o Denocs, com a Inspetoria, com a Universidade de Stanford. O Semiárido, felizmente, tem uma boa origem: é filho da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. Foi a Universidade de Stanford que criou o Denocs, cujo primeiro diretor foi Arrojado Lisboa, um ex-aluno. O Reitor daquela universidade foi quem organizou; os primeiros técnicos que vieram de Stanford; e a primeira síntese hidrológica veio de Stanford. Essa que é a grande pedida. Por isso é que nós desenvolvemos essa civilização na seca, exatamente baseada na teoria do açude.

Eu queria passar ao próximo, por favor.

Nós precisamos fazer uma boa gestão da água no açude. Se a gente deixar água no açude – ali, mais à esquerda –, ele fica com um espelho muito grande e se perde muito mais água por evaporação. Se a gente usar – ali, aquela franja verde, que esta do lado direito... Aquilo representa a gente tirando água do açude para irrigar. Se usarmos um quarto do volume de açude para irrigação, o espelho diminui e a gente perde muito menos. Essa é a chamada sinergia de que tanto se fala por aí. Esse termo "sinergia" quer dizer o seguinte: como gerenciar uma barragem de forma que ela evapore menos e perca muita água?

O açude é um triângulo que sangra, evapora e guarda água, liberando-a de modo regular. Então, a gente tem que equilibrar esses três fatores: evaporação, sangria e regularização.

Sobre qual o segredo de como gerenciar uma barragem no Semiárido, começa agora uma nova discussão com a transposição do São Francisco, muito embora seja uma discussão antiga, que vem desde a síntese de 32, que a gente já sabia, mas é agora é que a gente está conseguindo operar. Então, vou explicar o porquê que melhorou agora a situação do Semiárido.

Pode passar ao próximo, por favor.

Aí é mostrando uma galeria liberando água de um açude.

Esse é o triângulo clássico do Semiárido. É uma tese desenvolvida na Austrália por um cearense, Professor Campos, que demonstrou que 30% sangra, 21% evapora e a gente consegue regularizar 32%, podendo reservar 17%. Essa é uma operação que existe hoje. Então, a gente não consegue escapar de sangrar a água que vai para o mar, não consegue escapar de evaporar, ou seja, a água que vai embora por conta do sol, a água que o sol bebe; e regulariza menos. Às vezes, há casos em que só se regulariza um terço ou menos de um terço, evaporando também um terço.

Esse triângulo é variável; depende do açude e da conformação da bacia hidráulica. Por isso, é que temos que evoluir nessa gestão dos açudes.

Pode passar para o próximo.

Nesse ponto, a primeira vista, vou dar um exemplo com a indústria automobilística, porque ela tem um alcance maior, uma compreensão melhor. Um carro, para viajar só precisa de quatro pneus.

Você pode viajar muito bem com quatro pneus, mas você não viaja um percurso mais longo, com garantia e com segurança, se não tiver o sobressalente, o estepe.

Então, o que é isso? É uma explicação clara da transposição do Rio São Francisco. A transposição é o estepe; é o socorro hídrico da fronteira.

Você só consegue ter mais coragem de gerenciar o açude, usar a outra metade do copo se você tiver o estepe, o sobressalente. Não precisa de muita água, não; mas, quando se interliga um sistema permanente a um sistema intermitente, você ganha em gestão; você ganha em produção de água se você consegue interligar.

Então, o São Francisco, por menor que seja a vazão dele transferida... E digo isso porque há muita gente que pensa que nós vamos encher os açudes do Nordeste com bombeamento. Ninguém enche os açudes com bomba! Quem enche açude é chuva ainda, não é? As bombas vão servir para fazer esse estepe que está ai nesse carro. Quer dizer, basta esse estepe, que garante o abastecimento da água, porque ninguém pode deixar de mover a indústria e dar às pessoas água de beber, bem como aos animais. Assim, nós temos que ter essa segurança para poder o gerente da água ter mais coragem e audácia na sua gestão. É isso que eu quero mostrar na outra transparência.

Pode passar, por favor.

Bom; esse é o conceito básico, como elemento integrador; o eventualismo e a dispensação das ações.

Pode passar.

Ai temos um exemplo do canal da integração.

Esse é um açude caminhando. Muita gente não entende o que é o canal ligado a um açude. O canal é o açude caminhando 365 dias por ano. Em lugar de você fazer só o açude... O Castanhão tem o açude do Castanhão, propriamente dito, e tem o canal da integração de Fortaleza a Pecém. Esse canal é o mesmo açude. Só que ele é o canal andando 365 dias por ano, que dizer, é um volume dinâmico; o outro é um volume estático. Se você guardar água no açude, você perde 30%; se você coloca no canal, você perde 2%. Assim, você sai de uma perda de 25% para 2%. Quando você coloca em um rio perenizado, você perde 10%. Já, quando você coloca em uma adutora, não perde nada, é zero; é água acondicionada dentro do tubo.

Então, qual é o papel do nordestino? É colocar água dos açudes dentro dos tubos, dentro das adutoras. Esse é o mais novo e poderoso instrumento de combate à seca no Semiárido: as adutoras, pois, se você coloca ali a água dos açudes, onde se perde 25% por evaporação, colocando nas adutoras, você não perde nada. Se colocar dentro dos canais, perde 2%.

Então, você tem que colocar água de uma forma... Porque a água é o paradigma do estado líquido. Não tem forma definida, mas tem volume constante. Então, você a coloca em uma forma geométrica para que ela evapore menos, que é o canal. Neste, com um baixo nível de alvoração e caminhando, você tem uma perda muito menor. Essa que é a maneira de usar.

Pode passar.

Bom; esse é um tabuleiro, aquela mancha de que eu falei tanto, isso é um pedaço do Cerrado do Nordeste. Vocês veem a homogeneidade da vegetação. A vegetação é filha do solo; o solo é filho da geologia. Então, vocês veem uma homogeneidade da geologia, do solo e da flora.

Ali é um ipê roxo com o caule muito linear, sinal de que é um solo profundo. Quando as árvores no Nordeste têm um caule muito linear, é um sinal de que o solo é profundo.

Ai, são os tabuleiros de São Braz, com 50 metros de profundidade. Essa mancha de solo fica vizinha ao Castanhola. Quer dizer, se o Nordeste conduzir a água para esses tabuleiros – e se veio a descobrir isso em 1960... Nós viemos a descobrir os tabuleiros em 1960. Se você ler o livro de José Guimarães Duque, o grande estudioso, *Solo e Água no Polígono das Secas,* verá que ele não premia os tabuleiros, porque ele não tinha a ideia de bombeamento, não tinha a ideia de Paulo Afonso. Quando Guimarães escreveu o livro, ele nunca pensou que haveria uma hidroelétrica no Nordeste. Ele nunca pensou que o bombeamento e a pressurização levaria água para tabuleiros de topografia altiplana e de solos arenosos. Então, ele colocou os tabuleiros em terceiro ou quarto plano quando, na verdade, hoje, eles estão em primeiro plano na irrigação do Semiárido.

Pode passar.

Isso é um pedaço da transposição. Eu mostro que esses eixos vermelhos vão passar por manchas verdes. Esses pequenos quadrados são manchas por onde passam os eixos da transposição.

Com o art. 26 da nova Lei de Irrigação... A nossa lei tinha um viés do Estatuto da Terra um tanto conservador que não permitia que o privado usasse a infraestrutura pública. Agora, com a política de águas, com uma lei mais moderna – a Lei Nacional das Águas já admitia que o particular usasse a água pública mediante outorga e tarifa –, casou-se a irrigação, finalmente casou-se o art. 26 com a política de águas. Você, através do art. 26, pode usufruir da infraestrutura pública, pedindo outorga e, naturalmente, usando a água da infraestrutura pública para a irrigação privada. Isso melhorou muito, porque os canais do Semiárido, da transposição, vão passar vizinhos a essas manchas verdes, a esses quadradinhos, e vão poder irrigar através de outorga, sem precisar desapropriar. Até então, a política que vinha do Estatuto da Terra era a de desapropriar – isso vem desde Castelo Branco – os solos que estavam próximos da infraestrutura pública.

Esse é o eixo do Ceará, esse é um eixo real, que sai do Castanhão e corta essas manchas verdes. Só há sentido você colocar os canais de integração próximos às manchas verdes, caprichosamente fazendo esse bordado, de forma que o canal vá integrando o solo bom com a água, porque aí haverá aqueles quatro elementos que vão formar a produção do Semiárido.

Essa é uma integração do Maranhão. Coloquei isso à parte, porque muita gente não sabe que o Maranhão é semiárido, na região do Itapicuru. A bacia que abastece São Luís é semiárida, é um pedaço semiárido do Maranhão. Então, para essa região vizinha a Boa Esperança, há um projeto de integração para a Bacia do Itapicuru, a partir do Rio Parnaíba. Esse projeto caminha há quatro ou cinco anos, mas não andou ainda. Mas a integração é importante, porque essa região é semiárida e é responsável pelo abastecimento de São Luís.

Esse aí é um açude médio do Nordeste, são os açudes de terceira ordem. Devido à essa heterogeneidade, foi preciso muito tempo para discutir uma solução. O Semiárido fazia as barragens estratégicas nos rios de primeira e segunda ordem. O que é um rio de primeira ordem? É aquele rio que vai para o mar. O rio de segun-

da ordem é aquele afluente do rio que vai para o mar. Mas onde está a dificuldade que o Nordeste não tinha? Está na terceira ordem, no rio avô, aquele rio que é afluente do afluente do rio principal.

Foi assim que o Ceará e o Semiárido começaram a desenvolver um programa de terceira ordem. São os açudes médios, são aqueles açudes que ficam entre a cidade e a serra. O Ceará, por exemplo, fez 50 barragens pelo Banco Mundial nos chamados açudes médios e na mesobacia. É o riacho do navio. Aquela música de Luiz Gonzaga é inspiradora. Ele diz assim:

Riacho do Navio
Corre pro Pajeú
O Rio Pajeú vai despejar
No São Francisco
O Rio São Francisco
Vai bater no meio do mar [...]

Sem querer, Luiz Gonzaga definiu a terceira ordem hidrológica, que os engenheiros procuravam há tanto tempo e não descobriam, que era fazer o açude na mesobacia, no riacho do navio.

Então, hoje, nós estamos fazendo os açudes no riacho do navio. São os açudes que ficam perto das cidades, na serra, no Sertão, entre a serra e as primeiras cidades. Foi assim que a população ficou mais abastecida.

O carro-pipa, hoje, abaste 2% da população do Nordeste. Se você somar todos os carros-pipa da Defesa Civil e do Exército, multiplicar pelo volume de água e colocá-los trabalhando por dez horas por dia, isso dá um volume tão pequeno, que é um terço da vazão dessa barragem de Sítios Novos no Ceará. É um terço dessa vazão.

Então, o carro-pipa está para se aposentar. Se se fizer mais adutora... No Ceará, há uma região como, por exemplo, a de Ibiapaba, onde há 30 quilômetros de adutora por mil quilômetros de território. Não há carro-pipa, não há um carro-pipa nessa região, porque foi feita uma adutora grande, ramificada demais. Se você medir a extensão e dividi-la pelo território, você verá que há 30 quilômetros de adutora por mil quilômetros de território. Se o Ceará ou o Rio Grande do Norte – Sergipe apresenta o mais alto índice de adutora hoje –, se o Nordeste caminhar para colocar uma densidade de adutora dessa ordem de 30 quilômetros de adutora por mil quilômetros de território, o Semiárido vai aposentar o carro-pipa, porque a adutora é o instrumento mais poderoso para transferir água tratada de melhor qualidade dentro do Semiárido. E é o que se está fazendo. É um grande programa de adutora.

Acho que, agora, o grande programa do Nordeste é um programa de adutoras a partir das fontes desses açudes permanentes, dos estratégicos e dos canais de integração.

Essas são as habitações que havia antes no Semiárido, em locais inacessíveis no que diz respeito à água, nesses altos. Em geral, nas regiões cristalinas, não há água. Então, ali é muito difícil fazer adutoras, e para lá tem de ir carro-pipa. Então, quando você manejar esse pessoal... Estou dando um exemplo do que foi manejado na região. Se você vai construir uma barragem, você maneja as pessoas. Quando manejar pessoas no Nordeste, coloque-as perto da água e em solo bom. Não bote mais ninguém em solo ruim, no Semiárido, em cima de pedras. Quando manejar pessoas, bote-as perto da água e em solo bom.

Esse é um exemplo. Essa é uma agrovila do programa do Banco Mundial, é a Agrovila do Açude Sítios Novos. Todo mundo que estava morando na bacia hidráulica ou por ali foi transferido para um solo bom – você vê os cajueiros, o que é sinal de que é um podzólico – e para perto da água. Se você colocar as pessoas perto da água e em solo bom, onde se pode promover a agricultura, onde se pode ter uma fruteira, onde pode haver uma pequena unidade familiar produzindo, você vai fazer um grande benefício para os governantes do Semiárido. Você vai facilitar a vida do governo, porque você vai aproximar as pessoas da água e do bom solo. Não bote mais ninguém em cima de pedra! O que não falta no Semiárido é pobre e pedra, tudo vizinho um ao outro ali. É muito comum no Semiárido este binômio: pobre e pedra. Então, tem de tirar as pessoas dali e colocá-las numa região melhor.

Essa é a Agrovila do Açude Sítios Novos. Naturalmente, há umas 40 ou 50 agrovilas assim, que foram feitas com capricho, tirando pessoas de regiões...

Esses são programas do Banco Mundial, chamam-se Progerir e Prourb, dos anos 80.

Para terminar, eu queria mostrar a questão da irrigação. A irrigação é um grande programa de inclusão social. A irrigação é uma indústria sofisticada, seu produto é um ser vivo. Há quem pense que a irrigação foi feita para resolver só problema social, para combater a miséria. Não! O grande papel social da irrigação é que o custo do emprego é o mais barato, é de US$6 mil. O custo do emprego na irrigação é de US$6 mil; na piscicultura, é de US$2 mil. O custo do emprego na petroquímica é de US$220 mil. O custo do emprego na metalurgia é de US$91 mil. No automobilismo já subiu e, inclusive, não é mais esse. Na agricultura tradicional... Na indústria automobilística, ele também ainda é muito alto. Qual é a grande vantagem da irrigação? É que ela tem um emprego barato, esse é o valor social.

Agora, nem por isso, você coloca a irrigação na mão de pessoas que não tenham preparo nem vocação para aquela atividade industrial, porque é uma indústria sofisticada, o produto é um ser vivo. Não se pode demorar, tem de se comercializar com muita rapidez. E tem de haver qualidade. Então, é uma indústria diferenciada da outra.

Para terminar, vou só mostrar mais dois quadros.

Só quero mostrar que a irrigação, mesmo com todas as mazelas – estou falando de uma irrigação que foi feita em cima de uma burocracia autoritária e que foi continuada com alguns erros, com alguns equívocos –, mesmo assim, melhorou o PIB na educação, o IDH, e aumentou a longevidade. Essa é uma pesquisa do Banco Mundial e da FAO. Você vê melhorias nos Municípios com irrigação. Nos Municípios com irrigação, você vê que o PIB melhorou bastante. Foi feita uma pesquisa em Petrolina e em Limoeiro, no Ceará, que mostra que onde há irrigação se vê uma melhoria crescente da atividade econômica.

O Brasil está muito atrasado. O índice era de 0,02 hectare por habitante na época em que foi feita essa pesquisa. Nós estamos atrás da maior parte dos países da América Latina. Só para atingir a Colômbia, em dez anos, a gente teria de irrigar 275 mil hectares por ano. Isso é um atraso grande.

Agora, com esse art. 26, com a nova Lei de Irrigação, casada com a política de águas, colocando o setor privado ao lado da infraestrutura de canais, acredito que a irrigação tende a crescer.

E, no Semiárido, é preciso colocar esse binômio que vai casar a água, a estrada, a energia e a produção.

Há mais alguma coisa? (*Pausa.*)

Muito obrigado, então. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Hyperides Pereira de Macedo, por suas colocações.

Informo à Comissão que esta audiência pública é decorrente da Resolução nº 44, de 17 de setembro de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimentos de avaliação de políticas públicas no âmbito desta Casa legislativa.

Lembro que os temas objeto desta audiência pública são da competência desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e estão previstos no art. 104-B, incisos VII e X, do Regimento Interno do Senado Federal.

Eu agradeço a explanação de todos.

Vou passar a palavra aos nossos Senadores.

Antes de passar a palavra ao Senador Ruben Figueiró, lembro que nós do Brasil temos 12% das reservas de água doce do Planeta. Essa é a grande riqueza do nosso País. Nós sabemos que, nos próximos anos, a água terá um valor muito maior que o de hoje.

E a natureza nos tem dado algumas surpresas. Neste ano, especialmente, choveu na Amazônia muito mais que nos outros anos, ou seja, batemos um recorde de chuva neste ano na Amazônia, exatamente no meu Estado de Rondônia, onde houve a maior cheia da história do nosso Estado.

Vimos pelos jornais, nesta semana, que houve também uma das maiores chuvas da história no Sul do País, no Paraná, em Santa Catarina. Não sei se isso ocorreu no Rio Grande do Sul também, mas, no Paraná, houve uma chuva torrencial nesses últimos dois dias, e várias cidades, já estruturadas há muitos anos, com infraestrutura, com estradas, estão isoladas em função de quebras de estradas e de pontes que caíram ou que estão prestes a cair também. É um evento da natureza que nos pegou de surpresa tanto na Região Amazônica quanto no Sul do País.

No Sudeste, há a seca trazendo falta de água ao Estado de São Paulo. É a natureza mostrando a sua eficiência e a sua importância na sua atuação.

Passo a palavra ao Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, minhas saudações a V. Exª, à eminente Senadora Ana Amélia, aos senhores palestrantes e a todos aqui presentes.

Eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar o Dr. Hyperides Pereira de Macedo.

Gostei muito da explanação de V. Sª. É uma aula de quem conhece realmente a questão, sobretudo, da irrigação no Nordeste. Meus cumprimentos a V. Sª!

Eu gostaria também, cumprimentando pelo trabalho exposto aqui, de perguntar algo ao Dr. Cantídio Freitas Mundim Neto.

Eu sou de Mato Grosso do Sul. Meu Estado não tem muito problemas de água. Temos o Pantanal e temos rios cujas vertentes são de um volume expressivo, o que nos dá condição de certa tranquilidade. O problema, conforme já foi exposto aí, é de preocupar todos nós neste imenso Território do nosso País.

Especificamente com relação à exposição do Cantídio, S. Sª mencionou que, em Mato Grosso do Sul, existe um projeto para a implantação de um parque aquícola em Ilha Solteira, bem como em Mato Grosso, nas proximidades das margens do Rio Manso, e no Paraná, em Foz do Iguaçu.

Eu gostaria que V. Sª detalhasse melhor como serão esses parques aquícolas e quando eles serão implantados, porque ali, na transparência, pareceu-me apenas que é um projeto a ser realizado.

Com relação ao que disse o Dr. José Silvério da Silva, eu gostaria também, primeiro, de manifestar uma surpresa. No Centro-Oeste brasileiro, apenas em 16,7% dele existe projeto de irrigação. A potencialidade agrícola na nossa região é imensa, mas me parece que o tratamento do Ministério, do Governo, não está correspondendo a essa expectativa que nós podemos oferecer.

Foi mencionado, na transparência, que existem duas regiões no meu Estado propensas a isso ou já em processo de implantação de alguns sistemas. Um deles me parece estar nas proximidades do próprio Pantanal, que é o de São Francisco. Não se mencionou aí, mas eu o conheço pessoalmente. É uma obra de iniciativa particular, dentro do Pantanal, com recursos exclusivamente privados, que se dedica à rizicultura. O outro é um projeto na região da grande Dourados e também no leste do Estado, o que não foi considerado aqui. Esses projetos têm apoio oficial, mas, infelizmente, não estão dando certo. Há prejuízos imensos. E até sintomas de corrupção existem lá.

Eu gostaria que V. Sª desse algum esclarecimento a esse respeito. Quais são as providências que estão sendo tomadas para sanar essas dificuldades ou essas irregularidades que lá existem?

Outra coisa que me surpreendeu é a aplicação de recursos. Para a preocupação do Senador Acir Gurgacz, apenas R$100 milhões foram aplicados no Norte do País, pela transparência feita aqui. Outras regiões foram altamente beneficiadas. Não vou citá-las aqui para não causar mais espanto de todos nós. Quero dizer que, na Região Centro-Oeste, foram aplicados tão somente R$480 milhões, irrisórios em relação à aplicação, sobretudo, na área do Sudeste.

São essas as indagações, Sr. Presidente, que, brevemente, eu gostaria de fazer para melhor me esclarecer, afirmando, de antemão, que fiquei muito satisfeito com a exposição de todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia, para fazer suas colocações aos nossos convidados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Sr. Presidente Acir Gurgacz.

Eu queria cumprimentar os expositores, o Dr. Hyperides Pereira de Macedo, da CNA; o Dr. José Silvério da Silva, do Ministério da Agricultura; e o Dr. Cantídio Freitas Mundim Neto, do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Eu também vou diretamente ao ponto.

Como não pude acompanhar toda a sua exposição, eu só rapidamente pergunto se algum projeto existe para o Rio Grande do Sul, que é o meu Estado, na área específica que V. Sª está aqui representando no Ministério, que, aliás, tem sido muito bem tratada lá pelo Ministro Marcelo Crivella e, agora, pelo Ministro Eduardo Lopes. Então, eu queria apenas saber se há algum projeto relativo a isso.

Dr. Silvério da Silva, embora sempre se fale, como salientou o Dr. Hyperides, da questão do Nordeste e do Semiárido, o Rio Grande do Sul, lamentavelmente, está enfrentando também problemas de recorrência de seca. Em algumas regiões, está faltando água não só para a agricultura, mas também, especialmente nos centros urbanos, para o abastecimento da população, como é o caso de Bagé.

Eu queria saber também, nesse aspecto, se V. Exª pudesse me informar, quais projetos foram encaminhados pelo Governo do Estado em relação à irrigação, com o apoio do Ministério da Agricultura.

Faço uma observação. Hoje, o mundo – e aí me dirijo também ao Dr. Hyperides – está clamando muito quanto ao tal aquecimento global. Eu queria saber do senhor, que é um estudioso da matéria, se esse aquecimento global tem impactos imediatos, de curto prazo ou de longo prazo, sobre o Brasil, considerando que temos um pulmão, que é a Amazônia, tão cobiçada. Como isso se reflete aqui? Há muito terrorismo em relação ao assunto, ou, de fato, esse é um problema grave? Quais são as razões, em sua opinião, do tal aquecimento global?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Então, passamos a palavra ao Dr. Cantídio para responder aos nossos Senadores.

O SR. CANTÍDIO FREITAS MUNDIM NETO – Senador Ruben Figueiró, bom dia!

Em relação à pergunta que o senhor fez sobre os parques aquícolas que mostramos naquela lâmina, aquilo ali é ilustrativo. Estamos lançando projetos do Ministério. Nós temos, sim, projetos para parques aquícolas em Ilha Solteira que atendem três Estados: Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

No final do ano passado, foi lançada a licitação de áreas onerosas e não onerosas para atender a comunidade ribeirinha do reservatório e também os empresários. Noventa por centro dessas áreas dos parques aquícolas de Ilha Solteira são destinados às chamadas áreas não onerosas, para atender as comunidades carentes da região, em um processo de inclusão social. O Ministério vem priorizando essas ações ali.

Nós estamos trabalhando, sim, não só com o processo de implantação, mas também com o acompanhamento tanto da parte de capacitação desses futuros aquicultores como da extensão ao crédito, de possibilidade de gerar produtividade e inclusão social nessa região. Assim temos trabalhado.

Há outra coisa, Senador. O senhor viu que aquela calha é do Rio Paranapanema, não do Rio Iguaçu. Ali, sim, o Ministério tem feito vários projetos de implantação de parques aquícolas ao longo de seis reservatórios daquela calha do Rio Paranapanema, envolvendo principalmente as áreas não onerosas.

Nós, dentro do Ministério...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Permita-me aparteá-lo.

V. Sª falou do Rio Paranapanema?

O SR. CANTÍDIO FREITAS MUNDIM NETO – Da calha do Paranapanema.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Não. Lá é o Rio Parnaíba, que se junta ao Rio Grande e que forma o Rio Paraná. É onde está a Ilha Solteira.

O SR. CANTÍDIO FREITAS MUNDIM NETO – Sim, sim, senhor. Eu estou falando que o senhor viu na imagem o Rio Iguaçu. Na verdade, a calha que mostramos ali é do Rio Paranapanema. Mas Ilha Solteira é formada pelo Rio Grande e está na calha do Rio Paraná.

Nós temos projetos aquícolas lá, como eu falei, e estamos implantando os parques aquícolas nessa região. O Ministério tem priorizado ações para desenvolver a aquicultura entre as comunidades mais carentes ali. É o que chamamos de áreas não onerosas, que são cedidas gratuitamente à comunidade. E há outro tipo de ação no que tange às áreas onerosas, que, através de licitação, são distribuídas aos empresários.

Quando falei aqui da questão do Rio Paranapanema, eu disse que existe, na lâmina que foi mostrada, a calha que parece ser do Rio Iguaçu, mas que, na verdade, é a calha do Rio Paranapanema, que divide o Estado de São Paulo do Paraná. Ali, sim, existem várias hidrelétricas, e o Ministério tem feito projetos para fazer parques aquícolas nessa região e também a cessão de áreas onerosas, que são demandas espontâneas empresariais que fazem os projetos, que são levados ao Ministério. Nós os analisamos, nós os avaliamos, e, depois, é lançada a licitação para essa comunidade.

Há outra pergunta que o senhor fez em relação ao Rio Iguaçu.

Não temos nenhum reservatório, não estamos trabalhando em nenhum reservatório no Rio Iguaçu e, sim, nos reservatórios da calha do Paranapanema.

Respondendo à Senadora sobre os projetos aquícolas no Rio Grande do Sul...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Dr. Cantídio, por gentileza...

O SR. CANTÍDIO FREITAS MUNDIM NETO – Pois não, Senador.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – ...eu gostaria que o senhor informasse também com relação ao projeto do Parque do Rio Manso.

O SR. CANTÍDIO FREITAS MUNDIM NETO – Ah, sim, Sr. Senador! Desculpa-me.

Quanto ao Rio Manso, no final de 2012, a gente conseguiu a questão do dominialidade do Rio Manso. Até então, existia uma dificuldade em saber se o reservatório do Rio Manso pertencia à União ou ao Estado, por ter sido um rio estadual. Mas a gente conseguiu avançar, e aí foi declarado pela SPU que o reservatório do Rio Manso era da União, uma vez que foram feitas obras com recursos da União para se construir o reservatório. A gente, em 2003, concluiu um estudo de implantação de parques aquícolas naquele reservatório, e, no final de 2003, pôde-se lançar a licitação para a cessão de parques aquícolas lá. Hoje, lá estão licitados oito parques aquícolas, com capacidade de produção de oito toneladas por ano.

Infelizmente, quando essa licitação estava concluída, houve um recurso de uma das pessoas ao TCU dizendo que o Ministério estava viabilizando o cultivo de peixes não permitido naquele reservatório. Atualmente, esse processo está sendo analisado pelo TCU, e a gente espera que, até o final do mês de julho, seja concluído esse processo, que a gente possa dar conclusão ao processo de cessão de áreas ali.

Em Rio Manso, há esses parques aquícolas. A predominância em cessão de áreas é de áreas não onerosas para a comunidade ribeirinha, principalmente para o pessoal atingido por barragens que reside naquela região lindeira ao reservatório.

Então, há a possibilidade de concluirmos esse processo e de fazermos a cessão das áreas até o final do ano para essas pessoas que participaram, no final de 2013, do processo licitatório.

A gente tem uma preocupação em relação a fazer a cessão neste ano por causa da questão eleitoral. Não sabemos se isso é possível ou não. Se isso não for possível, as pessoas que estão lá e que já participaram do processo deverão, no ano que vem, receber essas áreas.

Eu lhe respondi, Senador?

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Era apenas isso. Obrigado.

O SR. CANTÍDIO FREITAS MUNDIM NETO – Em relação aos projetos do Rio Grande do Sul, Senadora, nós temos alguns estudos de levantamento de potencialidade de instalação de parques aquícolas nos reservatórios da calha do Rio Uruguai. O Ministério, recentemente, levantou isso, está privilegiando esses estudos. Eles estão levantando, com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a possibilidade de fazer esses estudos, mas, no Rio Grande do Sul, a gente tem trabalhado mais em relação aos viveiros escavados, principalmente através de convênios com as prefeituras. Nós estamos trabalhando, agora, com algumas prefeituras do noroeste do Estado para implantar viveiros escavados naquelas propriedades rurais destinadas a pessoas de baixo poder aquisitivo, principalmente ao pessoal do Pronaf, da agricultura familiar. Então, a gente tem trabalhado, sim, no Rio Grande do Sul, com mais efetividade, em relação aos viveiros escavados nas propriedades rurais das pessoas ligadas à agricultura familiar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – (*Fora do microfone.*) Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Cantídio.

Passo a palavra ao Dr. Silvério da Silva e peço que seja bem objetivo em função do tempo.

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Senador Ruben Figueiró, achei muito importante sua pergunta. Tive o cuidado de não entrar muito em detalhes na minha explanação, porque a agricultura irrigada perpassa transversalmente o Ministério da Integração, que é o responsável legal pela política nacional, e o Ministério do Meio Ambiente, através da Agência Nacional de Águas. Aqueles recursos que apresentei aqui são recursos do crédito rural, de adesão voluntária dos interessados. São recursos de crédito rural. O Ministério da Agricultura, formalmente, só trata da questão de crédito e de pesquisa no que tange à irrigação.

Mas o Ministério da Agricultura desenvolveu um esforço enorme para diminuir a taxa de juros. Em função disso, houve uma adesão muito grande, mas isso aconteceu de dois anos para cá. Quanto ao Centro-Oeste, com esse enorme potencial, esperamos que, nos próximos anos, a adesão seja maior.

Mas aqueles recursos dizem respeito, especificamente, à questão de recursos de crédito rural, sob o qual o Ministério tem governança, mas aquelas outras questões que o senhor mencionou, talvez, digam respeito ao Ministério da Integração.

Quero dizer, com relação ao Centro-Oeste, que, hoje, a região de Cristalina é a maior região irrigada da América do Sul. Então, o Centro-Oeste, nos próximos anos, em função da experiência de Cristalina, deverá ter um desenvolvimento muito satisfatório nessa questão da agricultura irrigada.

Sobre a pergunta da Senadora Ana Amélia, quero dizer que o Rio Grande do Sul está com uma iniciativa muito importante para o desenvolvimento da agricultura irrigada por meio do estabelecimento do Plano Diretor de Irrigação no Estado. Esse Plano Diretor vai cobrir todas as nuanças que envolvem a agricultura irrigada. Eles têm um programa específico de agricultura irrigada. E, com essa redução da taxa de juros, acreditamos também que haverá um crescimento muito importante da agricultura irrigada nos Estados.

A questão da seca, que V. Exª muito bem mencionou, é um problema, é uma realidade. No Rio Grande do Sul, chove bem, mas é importante que se potencializem as reservações de água, através de açudes, de barragens etc.. Isso está previsto no Plano Diretor. Na verdade, o Ministério não tem governança, mas, através da interação com outros Ministérios, estamos sabendo dessas informações.

Então, o Rio Grande do Sul está muito bem nessa questão de agricultura irrigada, está se estruturando muito bem nessa questão. Esperamos que haja sucesso nesse empreendimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Obrigado, Dr. Silvério.

Passo a palavra ao Dr. Hyperides Pereira de Macedo.

O SR. HYPERIDES PEREIRA DE MACEDO – Eu queria só dar uma palavrinha, porque, quando fui Secretário da Integração, no Governo Ciro Gomes e Pedro Brito – acho que, se o Nordeste aguenta três anos de seca, o Rio Grande do Sul não aguenta 90 dias, porque não tem reserva –, começamos um programa grande: Taquarembó, Jaguarão, Piraizinho, Bagé, Barra de Santa Maria. E considero Camaquã e Charqueira os melhores projetos de irrigação do Brasil.

Pela gestão, o Rio Grande do Sul é um Estado que parece a Califórnia. Lá o que é público é o que é da sociedade, não é o que é do Governo. E as cooperativas do Rio Grande do Sul, de Camaquã, são exemplo para a irrigação em todo o Brasil – até cheguei a escrever um artigo sobre essa questão.

Mas, respondendo sobre mudanças climáticas, quero dizer que participei, na Embrapa, no ano passado, de um seminário internacional. Saiu até uma publicação. Eu queria dizer o seguinte, só respondendo: não vejo o nordestino, pelo que falam, virar um pastor de ovelhas, não vejo o nordestino, com aquele cajado e com uma toalha no ombro, tangendo ovelhas. Pelo contrário, vejo o Nordeste melhorando o rebanho de caprinos, com alta tecnologia, com tecnologia cada vez melhor.

Por outro lado, uma vez, eu, curioso sobre essa questão da pesquisa, fiz um estudo dos últimos cem anos, do século XX, sobre meteorologia. E só fiz uma avaliação do tempo das estações mais antigas do Ministério

da Agricultura, que são as estações do antigo serviço meteorológico, que foram montadas no século XX, em 1910, no começo da Inspetoria. Fazendo um estudo, vimos que, nos primeiros 50 anos do século XX, choveu menos nessas estações, variando no tempo, não no espaço. Nos primeiros 50 anos do século XX, a pluviosidade foi menor do que nos outros 50 anos do século XX. Com isso, fiquei pensando que essa questão da mudança climática é um assunto muito complexo para ser tratado assim, como se o Semiárido fosse a primeira região a virar um deserto.

Como eu disse, não vejo o nordestino virar pastor de ovelhas. Ele tem vocação para vaqueiro, porque ele é mameluco. Daqui a pouco, ele pode até substituir o cavalo pela motocicleta, mas como pastor de ovelhas não o vejo nunca!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Agradeço ao Dr. Hyperides.

Só para encerrar, Dr. Silvério: há alguma previsão de conclusão da transposição do Rio São Francisco? Peço que seja bem objetivo.

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Senador, essa questão está na alçada do Ministério da Integração.

Vou ser muito breve.

Com relação à questão da transposição, quero dizer a vocês que transposição existe desde a época do primeiro imperador chinês, quando se fez uma transposição de mil quilômetros, porque existia um problema de logística em uma guerra que eles estavam travando na região, que hoje é o Vietnã. Então, transposição é uma técnica usada no mundo todinho.

Agora, é importante que, concomitantemente, seja trabalhada a revitalização de todos os cursos d'água.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Lá eles conseguiram concluir a transposição?

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Eles a fizeram há mil anos!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Quero só fazer um comparativo. Você está falando da China, e nós estamos no Rio São Francisco.

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Não. O que quero é fazer uma analogia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – É que aqui as coisas não avançam, e elas lá acontecem.

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Há uma demonização da questão da transposição, mas isso existe desde a época do primeiro imperador chinês. Era o que eu queria enfatizar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Ah, sim, a importância da transposição!

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Exato. Mas isso está sob a responsabilidade do Ministério da Integração.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Aliás, foi convidado e aqui não veio, não é, Marcelo? Não é isso? (*Pausa.*)

Foi convidado para tratar do crédito rural, não da transposição do São Francisco. Ah, muito bem! Saiu fora do problema, então. Nós vamos chegar lá. Aliás, vamos fazer uma diligência com os Senadores – a Senadora Ana Amélia está convidada, como também o Senador Figueiró – para irmos à obra da transposição do Rio São Francisco.

Desculpa-me, Dr. Silvério.

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Não, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Então, não é responsabilidade do Mapa?

O SR. JOSÉ SILVÉRIO DA SILVA – Não, não o é. O Mapa trata só de crédito, de pesquisa e de assistência técnica, em articulação com o Ministério de Desenvolvimento Agrário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem!

Eu agradeço a presença do Dr. Cantídio, do Dr. Silvério e do Dr. Hyperides.

Nós vamos, agora, para a segunda etapa de nossa audiência pública, para discutirmos crédito rural.

Eu peço para desfazermos as Mesas.

Muito obrigado, Dr. Silvério, por sua presença.

Agradeço ao Dr. Cantídio também.

Dr. Hyperides, muito obrigado por sua presença e pela aula que o senhor nos deu hoje em relação aos recursos hídricos da região semiárida.

Dr. Ruben Figueiró, vamos compor a Mesa, então?

Eu convido para compor a Mesa o Dr. Wilson Vaz de Araújo, do Mapa; o Dr. João Guadagnin, do MDA, já participante, com cadeira cativa em nossa Comissão – para nós, é uma honra recebê-lo novamente –; o Dr. Carlos Henrique Rosa, do Ministério de Integração; o Dr. Deoclécio Pereira de Souza, do Bacen; o Dr. Ernesto

Pereira Galindo, do Ipea; e o Dr. Alexandre Câmara Bernardes, Presidente da Comissão de Crédito Rural da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás.

Antes de iniciarmos nossas colocações, damos as boas-vindas aos nossos convidados!

Convido o Senador Ruben Figueiró para presidir os trabalhos, em função de S. Exª ser o Relator do requerimento.

Convido V. Exª para presidir esta reunião, que é de sua autoria. Peço, então, que V. Exª venha presidir os trabalhos, até porque a CPMI começará às 10h. Eu sou membro da CPMI, e já estão me chamando para fazer parte dos trabalhos.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Como sou suplente daquela Comissão, com o maior prazer, posso presidir esta reunião em seu lugar.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Cumprimentando todos os senhores que nos prestigiam nesta audiência pública, principalmente os que estão nesta Mesa dirigente, antes de iniciarmos a oitiva dos eminentes senhores depoentes, eu gostaria apenas de fazer umas breves considerações a respeito do que esta Comissão está realizando, em cumprimento da Resolução nº 44, de 2013, e da responsabilidade da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Devo dizer que o Senado Federal, em observância das suas atribuições constitucionais e regimentais, procura participar de maneira assertiva das discussões e resoluções acerca dos distintos temas que compõem a agenda contemporânea. É certo que não estamos aqui inventando a roda ou descobrindo o Brasil. Como representantes de 26 Estados-Membros e do Distrito Federal no Parlamento, é nosso dever observar, analisar, criticar e controlar as ações do Governo Federal, prioritariamente em viés propositivo.

Como todos sabemos, o Banco Central do Brasil dispõe do Manual de Crédito Rural, documento que colige normas firmadas pelo Conselho Monetário Nacional e aquelas divulgadas pelo próprio Banco Central relativas ao crédito rural. Todos os beneficiários e as instituições financeiras que atuam no setor, Sistema Nacional de Crédito Rural, devem submeter-se a essas normas. Além disso, os Ministérios e demais órgãos públicos afins propõem, estabelecem, executam um conjunto de políticas que buscam a consecução dos interesses maiores da sociedade. Contudo, em muitas ocasiões, a realidade não se revela como campo de desdobramento automático do que determina o ordenamento jurídico em suas distintas esferas. Daí a natureza basilar incontornável das instituições, como o Senado da República, no sentido de propugnar a eventual revisão de propósitos, a correção de rumos e a adequação das metas.

Permitam-me os senhores, enfim, elencar aqui os tópicos que serão abrangidos ao longo de nossas atividades nos próximos meses: primeiro, financiamento do crédito para agropecuária e agroindústria; a revisão do sistema de financiamento no setor sucroalcooleiro; o financiamento aos Municípios para possibilitar, na área rural, a substituição de pontes de madeira por pontes de concreto; e a reavaliação do programa para a construção e ampliação de armazéns nas propriedades rurais em que foi implantado.

Esses são os temas fundamentais que nortearão esta audiência pública, que tenho a honra, neste instante, de presidir.

Estão aqui presentes o Dr. Wilson Vaz de Araújo, Diretor do Departamento de Economia Agrícola da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura; o Sr. João Guadagnin, Diretor do Departamento de Financiamento, Proteção e Produção da Secretaria de Agricultura Familiar do mesmo Ministério; o Sr. Carlos Henrique Rosa, Coordenador de Prospecção e Análise de Fundos; o Sr. Deoclécio Pereira de Souza, Chefe do Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações de Crédito Rural e do Proagro; o Sr. Ernesto Pereira Galindo, Técnico em Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos de Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Ipea; o Sr. Alexandre Câmara Bernardes, Presidente da Comissão de Crédito Rural da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás, Conselho Nacional de Agricultura; o Sr. Alexandre Luís Giehl, Coordenador-Geral de Assistência Técnica, Capacitação, Associativismo e Cooperativismo da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Minhas saudações a todos os senhores novamente.

Passo a palavra inicialmente... Acho que vamos começar pela esquerda.

O SR. JOÃO GUADAGNIN – Permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Como não, Dr. João? Seja V. Sª o primeiro.

O SR. JOÃO GUADAGNIN – Primeiro, bom dia.

Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró, pela oportunidade e também pela preferência da apresentação. Nós temos uma reunião agora. Estão reunidos 13 agentes financeiros, companheiros do Banco Central, do Ministério da Fazenda, dos movimentos sociais. É uma reunião regular, que acontece a cada 45 dias, para se discutir

justamente os assuntos que estão na pauta nesta Comissão, que é o aperfeiçoamento e o acompanhamento do crédito e o aperfeiçoamento da norma. Por isso, preciso participar da reunião e peço, então, esta prioridade.

A nossa palavra sobre o tema, primeiro, é para dizer que temos dentro do Governo uma integração muito forte dos vários Ministérios e do Banco Central, que atuam no crédito rural. O Brasil tem um modelo de gestão do crédito bastante ágil, interessante e que permite que quase que mensalmente, havendo necessidade e justificativa, se façam as alterações no normativo do crédito rural. O Conselho Monetário Nacional é que determina essas normas, e o Banco Central divulga isso, mas é uma construção coletiva do Ministério da Integração, do Ministério da Agricultura, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Fazenda, e o próprio Banco Central participa. Então, essa ação articulada produz bons resultados. Nós temos agilidade e proximidade com a realidade.

O outro detalhe é a interlocução tanto com a classe política – e esta Comissão é um exemplo disso, nós frequentemente estamos debatendo os temas aqui – quanto com os movimentos sociais. Particularmente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário desenvolve um esforço bastante grande no sentido de ouvir e tentar contemplar as demandas, as necessidades da agricultura familiar nas normas, nos regulamentos que determinam o crédito rural para a agricultura familiar.

Há outro depoimento importante. Desde 2013 – antes também, mas seguramente desde janeiro de 2013 para cá –, nós temos um sistema de acompanhamento do crédito rural muito importante no Brasil, que é o Sicor – depois seguramente o Deoclécio vai falar sobre isso –, em que nós temos a informação, por Município, do número de contratos, do valor, do tipo de crédito que é feito, para quem foi feito, para qual finalidade, custeio, investimento agrícola ou pecuário, enfim, temos um detalhamento hoje da política muito importante. Isso permite que o acompanhamento seja feito em nível municipal, através da centralização dos dados que os bancos informam e transferem ao Banco Central, que publiciza, divulga essa informação, e todos podem fazer esse acompanhamento e essa gestão.

No caso do Pronaf, em breve. Nós esperamos até, quem sabe, em meados do próximo ano, talvez antes – depois o colega do Banco Central vai se referir a isso –, vamos ter inclusive a informação por linha e grupo. Para cada uma daquelas linhas do Pronaf, para cada grupo do Pronaf, nós deveremos ter a informação, por Município, de quantos contratos e do valor contratado. Isso vai permitir que os conselhos municipais de desenvolvimento rural, que a assistência técnica, que o sindicato dos trabalhadores rurais, que os movimentos sociais como um todo acompanhem a política em nível local. E, claro, no agregado, em nível do Estado e das regiões também.

Outro depoimento. O processo de recomposição e de renegociação de dívidas, que é uma das demandas muito fortes que tem a agricultura. Grandemente na agricultura familiar está resolvido. Nós temos várias leis e resoluções do Conselho Monetário tratando do tema. Particularmente para a Região Norte, há pelo menos cinco resoluções em vigor tratando dessa temática, e também o sistema do Banco Central permite esse acompanhamento.

Quer dizer, nós temos uma ideia clara de quem são os agricultores que, por motivo que lhes foge ao controle, uma razão sobre a qual eles não têm controle, como clima ou dificuldade de mercado e tal, deixaram de pagar o financiamento. Essa informação também está disponível no *site* do Banco Central. Nós temos condições também de acompanhar isso e de nos anteciparmos aos problemas. Essa mecânica de gestão, de acompanhamento, essa base de dados existente hoje nos permite acompanhar com mais regularidade e qualidade aquilo que se faz aqui.

O que talvez nós precisemos para nos aperfeiçoarmos mais na política de crédito?

Crédito rural é, no Brasil, um crédito direcionado. Ele é destinado a uma atividade produtiva geradora de renda.

Nem sempre esse conceito está presente entre os tomadores de crédito e algumas lideranças. Nós precisamos, cada vez mais, informar que só se pode dar crédito quando aquela atividade que vai recebê-lo tem quase certeza de que vai ser produtiva.

Em algumas situações, e esse é um problema particularmente na agricultura familiar, ou por falta de informação, de capacitação, de assistência técnica ou porque os meios de produção não estão em nível adequado, como a qualidade do solo, a localização da propriedade, o acesso ao mercado, isso faz com que alguns tomadores de crédito tenham dificuldade em pagar. Isso ainda é um fator presente.

Registro que essa dificuldade é cada vez menor. Hoje a inadimplência no Pronaf se situa próxima de 2%. Quer dizer, dos tomadores de crédito rural dentro do Pronaf, que são cerca de dois milhões por ano, o número de agricultores que deixam de pagar o crédito é muito pequeno, mas nós precisamos ter uma noção de onde eles estão localizados. E isso, o sistema do Banco Central em breve vai nos fornecer, então nós teremos condições de, com bastante agilidade, agir nesses casos, tentando suprir deficiências como a de assistência técnica e eventualmente do tamanho do crédito tomado, da finalidade para a qual o crédito se destina, porque essa

situação cria infelicidade, em primeiro lugar, para a família. Nenhum agricultor familiar gosta de ficar com dívidas. Em segundo, cria dificuldades para o próprio governo, porque, mais cedo ou mais tarde, essa situação de endividados acaba sendo resolvida por alguma medida de postergação de pagamento ou de perdão de dívida ou coisa do tipo.

Então, para que não fiquemos nessa situação, para que cheguemos, quem sabe, a 100% de adimplência, algumas ações estão sendo tomadas. Uma delas é a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). Nós precisamos tornar o serviço de assistência técnica mais efetivo, com mais qualidade e mais presente, especialmente nas regiões mais pobres brasileiras.

Era isso.

Eu fico à disposição.

Só peço mil perdões, porque preciso me ausentar. Gostaria muito de ficar aqui, até porque esta é uma Mesa de qualidade. Os companheiros que estão aqui são grandes conhecedores do crédito rural brasileiro, têm uma larga história de contribuição à política pública e seguramente vão acrescentar dados e informações importantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Agradeço ao Sr. João Guadagnin pela sua exposição. Realmente apresentou um panorama exato das atividades do Ministério do Desenvolvimento Agrário a respeito do financiamento.

V. Sª tem toda a liberdade, com o nosso respeito, de se retirar.

O SR. JOÃO GUADAGNIN – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Agora nós vamos dar preferência para...

Eu já havia convidado o Sr. Alexandre Luís Giehl.

V. Sª tem a palavra pelo prazo máximo de dez minutos.

O SR. ALEXANDRE LUÍS GIEHL – Primeiramente, bom dia a todos e a todas. Bom dia ao Senador Ruben Figueiró. Agradeço o convite ao Ministério da Pesca e Aquicultura para estar presente nesta Mesa e debater esse tema que é tão importante para nós.

A apresentação já está na tela. É uma breve apresentação para nortear o nosso debate.

O Ministério da Pesca e Aquicultura lançou, em 2012, o Plano Safra da Pesca e Aquicultura.

Pode passar o próximo eslaide, por favor.

O Plano Safra, na verdade, é um conjunto. Quem é conhecedor do Plano Agrícola e Pecuário e do Plano Safra da Agricultura Familiar vai compreender bem que o Plano Safra da Pesca e Aquicultura nada mais é do que esse mesmo modelo de conjunto de políticas públicas aplicadas ao público da pesca e aquicultura.

O nosso Plano Safra é um conjunto de ações do Ministério da Pesca, juntando inclusive ações de outros Ministérios parceiros, direcionados ao setor pesqueiro, aquícola e que tem como objetivo central desenvolver esse setor, fomentar o desenvolvimento do setor, fomentar o aumento da produção de pescado, principalmente oriundo da aquicultura e, da mesma forma, o desenvolvimento do setor pesqueiro, a melhoria da qualidade de vida do público.

O volume total de recursos aplicados nesse plano é de aproximadamente 4 bilhões. Só que, diferentemente dos demais planos, que são em geral anuais e que seguem o ciclo agrícola, que é normalmente de julho de um ano a junho de outro ano, o Ministério lançou um plano bienal, até porque o ciclo inclusive das atividades pesqueiras e das atividades aquícolas é diferenciado. Então, nesse primeiro momento, a gente lançou um plano bienal que tem uma outra lógica, um pouquinho distinta nesse aspecto.

O Plano Safra, então, é destinado a pessoas físicas e jurídicas que trabalhem com a questão pesqueira e aquícola, tanto pequenos, médios e grandes produtores, assim como cooperativas e aquicultores familiares, pescadores artesanais, ao público que tem relação com toda a cadeia produtiva do pescado, seja produção primária, processamento, inclusive ações de comercialização.

Pode passar, por favor.

Como metas principais nesse período de 2012 a 2014, uma das metas centrais é o aumento da produção de pescado. No Brasil, em 2012, a produção aproximada de pescado é de cerca de 1,2 milhão de toneladas. Nossa expectativa é chegar a esse ano com pelo menos 2 milhões de toneladas, o que ainda é bastante modesto perto do potencial. A FAO estima que o potencial brasileiro seja de produzir aproximadamente 20 milhões de toneladas. Então, chegando a 2 milhões de toneladas, ainda estaremos produzindo cerca de 10% do potencial. Isso tratando de produção sustentável, sem que a gente comprometa os recursos hídricos, para fazer um gancho com o tema anteriormente discutido aqui. Sem que haja comprometimento dos recursos hídricos, a gente poderia chegar a 20 milhões de toneladas, mas a nossa expectativa é de pelo menos chegarmos aos 2 milhões ao término deste ano.

Também há previsão – isto já vem sendo feito – de simplificação do processo de licenciamento ambiental, de agilização desse processo para ampliar, para facilitar a implantação, principalmente da produção aquícola. A gente entende que o processo é bastante engessado e tem dificultado o avanço do setor. Claro que, quando a gente fala em simplificação, o que pretendemos é agilizar o processo, sem que com isso a gente tire garantias de qualidade da água que é utilizada.

Há outras ações mais específicas, como o apoio à construção de viveiros escavados; a reestruturação de unidades de produção de formas jovens, ou seja, dos alevinos, que são um dos insumos principais da aquicultura; o apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.

É uma cadeia produtiva que ainda demanda muita pesquisa. Ela é relativamente nova e tem um campo muito grande a ser desenvolvido. Fruto desse entendimento, há cerca de três anos, o Ministério da Pesca, em parceria com o MAPA, implantou a Embrapa Pesca e Aquicultura, que é uma unidade da Embrapa direcionada a esse tema, que tem como tema central desenvolver pesquisas na área de pesca e aquicultura.

Por fim, promover a assistência técnica e extensão pesqueira aquícola. Como meta, temos o atendimento a 120 mil famílias. E o Ministério, até por conta dessa meta e por conta do entendimento de que é fundamental que se garanta assistência técnica para os produtores, para os pescadores e aquicultores, tem participado dos debates da criação da Anater – Agência Nacional de Ater. Inclusive é um dos ministérios que compõem o Conselho de Administração dessa entidade, que, temos expectativa, vai trazer grandes avanços para a assistência técnica.

Próximo, por favor.

Em termos de histórico do crédito para a pesca e aquicultura. Nós saímos – dados de 2003 – de um volume de recursos total direcionado ao setor de aproximadamente 54 milhões para um montante de 484 milhões em 2013. Comparando isso com o crédito para os demais ramos da agricultura e da agropecuária, é bastante modesto ainda. Chegamos a aproximadamente 500 milhões, ou seja, menos de meio bilhão de recursos aplicados em 2013. Mas, se analisarmos de onde partimos, vemos que houve um avanço bastante significativo.

No final, vocês veem que a curva cai bastante, porque os últimos dados inseridos são de 2014, dados até abril de 2014, que obviamente ainda estão bastante aquém dos dados do ano passado por pegar um período de apenas quatro meses e um período em que normalmente há pouca aplicação de recurso. O período onde há maior aplicação é a partir de junho, julho, principalmente o segundo semestre.

A expectativa é a de que a gente ultrapasse com relativa segurança o montante dos 500 milhões aplicados em 2014. O total de recursos que o Plano Safra prevê, e em grande parte são recursos de crédito, é de 4 bilhões. Possivelmente a gente não vá atingir os 4 bilhões nesse período, mas há um avanço bastante significativo em relação aos períodos anteriores. Até 2013, o montante aplicado é de aproximadamente 1 bilhão. Somando os recursos de 2013, parte de 2012, já que o Plano Safra foi lançado em outubro de 2012, e alguns recursos que não estão contabilizados aqui ainda nesse gráfico, que são recursos de outras linhas.

Aqui a gente está contabilizando somente as linhas de crédito rural, administradas pelo Banco do Brasil, pelo Banco do Nordeste, pelo Banco da Amazônia, mas a gente tem outra linha, que é a Pró-Aquicultura, administrada pelo BNDES, que ainda não constam nesse gráfico. Somando-se esses recursos, a gente vai chegar ao montante de aproximadamente 1 bilhão, investido de outubro de 2012 até dezembro de 2013.

Próximo, por favor.

Aqui temos a distribuição dos recursos ao longo do ano. Comparando recursos de 2012, 2013 e 2014, a gente vê que há um pico de demanda principalmente de julho a dezembro, ou seja, no segundo semestre.

Próximo, por favor.

Aqui há uma distribuição de recursos pelos Estados.

Santa Catarina é o Estado com maior demanda de recursos de crédito rural – esses são recursos desse período de outubro de 2012 a abril de 2014 –, principalmente por ser o Estado que concentra a maior produção pesqueira do Brasil. Tem a maior frota pesqueira, tanto da pesca industrial quanto da pesca artesanal. E também tem uma grande concentração de aquicultores familiares. Os Estados da Região Sul, principalmente Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, este um pouquinho atrás, mas o Sul e o Sudeste concentram a maior demanda de crédito em termos de volume de recursos, principalmente para o perfil dos projetos.

Não consta nessa apresentação, mas se a gente fosse colocar um gráfico de número de contratos, a gente veria que a situação é um pouquinho distinta. Em termos de número de contratos, quem domina o cenário são os Estados da Região Norte, principalmente o Pará e o Amazonas. Nesse caso é pela concentração de pescadores artesanais nesses Estados.

O crédito demandado pelos pescadores artesanais normalmente é um crédito de montante menor, é um crédito de custeio. Em geral, as linhas do Pronaf B, o microcrédito do Pronaf. Então, temos quantitativos.

Em termos de montante de recursos, ele é menos expressivo, mas, em termos de abrangência, a Região Norte e parte da Região Nordeste são mais expressivas.

Próximo, por favor.

Temos desafios e dificuldades que vimos enfrentando e que já foram detectadas nesse um ano e meio aproximadamente de execução desse Plano Safra.

Um dos primeiros desafios, que tem limitado o alcance maior desse plano, têm sido as garantias para financiamento, principalmente no caso da pesca. Há uma dificuldade muito grande dos pescadores em disponibilizar garantias para terem acesso ao crédito. Pelo perfil da atividade, pelas características da própria atividade em si, muitos pescadores sequer possuem propriedade rural, terra para dar em garantia ou outras propriedades. Então, isso, certamente, limita o acesso desse público.

Também o endividamento dos pescadores, especificamente desse público, dos pescadores. Para os senhores terem uma ideia, no ano de 2013, o índice de inadimplência foi de aproximadamente 10% no crédito acessado por esse público, fruto também de uma cultura ou da falta de cultura de acesso ao crédito. Historicamente, esse público tem sido excluído do crédito, por uma série de razões que não nos cabe detalhar aqui, mas isso criou uma cultura ou uma falta de cultura de lidar com recursos de crédito.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE LUÍS GIEHL – Então, como o João Guadagnin comentou anteriormente, há uma necessidade de que se aporte conhecimento para esse público.

As dificuldades inerentes à própria atividade pesqueira, como comentei anteriormente.

O restrito acesso à assistência técnica em extensão pesqueira também é um fator que limita o acesso ao crédito.

As questões relacionadas ao meio ambiente, aumento da produção e meio ambiente. Principalmente no caso da pesca, temos a necessidade de limitar, temos a necessidade de restringir o aumento do esforço de pesca, principalmente sobre os estoques pesqueiros já comprometidos. E, no caso da aquicultura, é a necessidade de agilizar os processos de licenciamento ambiental, que é uma exigência. Para qualquer tipo de acesso ao crédito, o aquicultor tem que ter licenciamento ambiental. Então, há uma necessidade de agilizar isso, que vem ainda um pouco limitando esse acesso.

Por fim, o acesso ao mercado, que ainda é uma dificuldade. Por se tratar de um produto altamente perecível e que demanda, em sua maioria, para acesso ao mercado, uma série de condições de infraestrutura, há certa carência nesse aspecto, que precisa ser melhor trabalhada.

Próximo, por favor.

Para concluir, o Ministério vem já discutindo e elaborando o novo plano, a nova versão do plano. Esse plano vem sendo monitorado constantemente para tentar corrigir os gargalos. Vem-se elaborando o novo plano, que deve ser lançado em junho ou julho de 2015, para que possamos sincronizar o Plano Safra da Pesca e Aquicultura com os demais planos agrícolas e pecuários. Então, a nossa expectativa é que haja uma sincronia, inclusive para facilitar o diálogo com os agentes financeiros.

Há perspectiva também de ampliação no acesso aos recursos, principalmente pelo aumento da demanda na aquicultura; pela resolução de alguns dos gargalos que apontei anteriormente, como a assistência técnica; e pelo aumento da demanda do crédito para a aquicultura. Como o Cantídio apresentou anteriormente, há uma série de parques aquícolas sendo instalados e que, certamente, demandarão um volume expressivo de crédito.

Há também expectativa de aumento e ampliação das taxas de produção. A aquicultura vem ampliando significativamente a produção, e, com esse aporte de crédito adicional, imaginamos que isso deva continuar.

O Ministério vem também estimulando o consumo, com campanhas de estímulo ao consumo para justamente absorver essa produção. Há um crescimento significativo do consumo nacional de pescado, o que, por sua vez, entende-se que vai demandar uma produção maior, o que, por sua vez, vai ter reflexos em uma demanda de crédito.

Com isso, há uma expectativa de se gerar um maior número de empregos, aumentar a renda e desenvolver a atividade produtiva.

Como foi apresentado aqui anteriormente, na apresentação anterior, a aquicultura, a piscicultura é uma das atividades com menor demanda de recursos por posto de trabalho gerado. Então, entendemos que todo recurso investido pelo Governo Federal, pelas políticas do Governo Federal, tem como retorno principal a geração de empregos, o aumento da economia, do volume de recursos que gira nessa cadeia produtiva, mas, principalmente, um aumento significativo no montante de empregos desse setor.

Próximo.

Bom, era isso.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Muito grato, Sr. Alexandre Luís Giehl, pela sua exposição muito esclarecedora.

Passo a palavra agora ao Dr. Wilson Vaz Araújo, Diretor do Departamento de Economia Agrícola do Ministério da Agricultura.

V. Sª tem dez minutos também, prorrogáveis por mais cinco.

Tem V. Sª a palavra.

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró.

Primeiramente, cumprimento-o pela iniciativa e por esse acompanhamento das políticas públicas, focado no crédito rural e, no primeiro momento, na agricultura irrigada.

Vi que vocês já fizeram um trabalho, um cronograma, até o final do ano, das ações que serão feitas em relação a isso.

Já adianto para o senhor que toda vez que o Ministério da Agricultura for convocado, aqui estaremos, com prazer, para discutir essas questões.

Segundo, em nome do Ministro Neri Geller, que também tem origem nesta Casa, é outro também que tem um carinho especial pelo Congresso, pela Câmara e pelo Senado, e pela equipe do Ministério como um todo também.

Ao público presente, na pessoa do Mário Borba, Presidente da Federação da Agricultura do Estado da Paraíba, um guerreiro, um lutador, um defensor na história do setor rural, cumprimento todos os demais, meus colegas de Mesa, colegas de Ministério; ali falou da agricultura irrigada, o Silvério, e os meus colegas de Banco Central.

Antes de entrar nos números propriamente ditos, quero só pedir ao Senador para falar um pouquinho, talvez uns quatro minutos, do processo pelo qual se constrói um plano safra. Às vezes, as pessoas veem os números que saem na imprensa, mas não sabem de que forma foram construídos. Na verdade, esse Plano Safra da Agricultura que está aí hoje, de 2014/2015, já é a 22ª edição. Desde 1991/1992, ainda no governo Collor de Mello, a gente vem trabalhando nesse modelo de plano safra e, a cada ano, aperfeiçoando a equipe que está lá, o Secretário de Política Agrícola, o Ministério, o Ministro.

Digo o seguinte: escuta-se muito falar que não há uma política agrícola de longo prazo. Na verdade, se se pegar este Plano Safra e se se debruçar sobre ele, você verá que há uma espinha dorsal ali que só vai sendo ajustada. O sustentáculo, do ponto de vista do apoio à comercialização, ao crédito, ao seguro, às ações públicas, está ali dentro, e você vai, a cada ano, ajustando à realidade da agricultura brasileira.

Os números também são expressivos, e tenho que dizer que não seria possível você construir um Plano Safra dessa magnitude se não tivéssemos as parcerias que temos. O processo começa com consulta ao segmento produtivo, às lideranças rurais, às organizações e cooperativas brasileiras, aos sindicatos, à Federação da Agricultura, à Confederação Nacional da Agricultura, à Comissão de Agricultura da Câmara e do Senado, à Frente Parlamentar de Agricultura, ao cooperativismo, enfim, e fazemos também as discussões nos Estados. Antes de começar, no começo de dezembro, você faz reuniões localizadas nas diversas zonas de produção, e vai-se construindo isso.

Recebemos propostas. Este ano houve na ordem de 600 sugestões de aperfeiçoamento. É claro que muitas vêm em duplicidade, outras não são de aplicação no curto prazo, e algumas se consegue aplicar imediatamente.

Mas digo o seguinte: se não tivéssemos a parceria do Banco Central – Deoclécio que aqui está –, do Ministério da Fazenda, particularmente na Secretaria de Política Econômica e na Secretaria do Tesouro Nacional; da Casa Civil, na hora em que você está afunilando, quando há alguns impasses entre posições do Governo, a Casa Civil entra em jogo, em termos de harmonizar o que está sendo discutido; do sistema financeiro, que vão efetivamente fazer com que essas coisas aconteçam, então a gente anuncia o Plano Safra e, imediatamente, você já começa todo mês a fazer monitoramento disso, em que estão presentes o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, o Banco Central, o Ministério da Fazenda – que já mencionei, a Secretaria de Política Econômica e a Secretaria do Tesouro Nacional –, os bancos cooperativos, Sicredi e Bancoob, em que se vai monitorando como é que isso vai acontecendo. Vai aparecer aí na frente: R$156,1 bilhões e mais R$24 bilhões da agricultura familiar, do meu parceiro João Guadagnin, que já teve que se ausentar, e não há um tostão do Ministério da Agricultura. A fonte de financiamento é do próprio sistema financeiro. São depósitos à vista que nós todos temos um pouquinho lá. Esse depósito à vista gera exigibilidade bancária que vai financiar o crédito rural. É da poupança rural.

Muitos dos que estão aqui fazem essa poupança, e um percentual disso é, obrigatoriamente, destinado a financiar o rural. São os fundos constitucionais de financiamento, geridos pelo Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Banco do Brasil que também entram nesse volume de recursos; os recursos do FAT, que são admi-

nistrados e geridos pelo BNDES, que nos dão o sustentáculo dos diversos programas de investimento que se têm nesse montante de recursos. De maneira que é uma parceria. Foi uma construção que não está acontecendo agora e que vem sendo construída num período não tão curto. São 22 anos nesse modelo. Antes disso, já se tinha um trabalho.

Vou passar isso e vocês vão acompanhar.

E do que está aí dentro desse Plano Safra, temos a obrigação de esclarecer tudo, porque, na verdade, estamos na condução disso junto com o Secretário e com o Ministro Neri Geller. Temos a obrigação de tentar esclarecer o que, eventualmente, surgir de questionamento.

Você pode passar, por favor, amigo?

Bom, aí, porque você tem todo esse esforço por trás, quando você vê esse desempenho que tem a agricultura brasileira, seja internamente ou no mercado mundial, isso só dá estímulo para que nós continuemos a batalhar por políticas públicas cada vez mais ajustadas ao setor produtivo brasileiro.

Então, em diversos produtos, nós estamos em primeiro lugar na produção e em primeiro lugar na exportação, estamos em segundo em alguns na produção ou na exportação, mas em primeiro na produção ou na exportação... O leque de países com que hoje você tem transações comerciais de produtos agrícolas já passa de 145 países, e o montante de recursos envolvidos passa dos R$100 bilhões. O grande responsável pelo saldo na balança comercial é, sem dúvida, o agronegócio. Isso só nos dá motivação para continuar batalhando por políticas públicas mais adequadas e apropriadas à realidade da agricultura brasileira.

Por favor.

Esse aqui já foi mostrado pelo Silvério. É só o detalhe, são os dois últimos números. Parece-me que hoje está sendo anunciado um novo levantamento de safra da Conab. Parece-me que estava no calendário hoje pela manhã. Então, não sei exatamente se fechou nos 191,2 milhões de toneladas – aí são grãos, fibras e oleaginosas –, e 200 milhões de toneladas é a nossa projeção para o ano-safra 2014/2015, que começa a partir de julho/agosto.

Da mesma forma, a evolução da pecuária, da suinocultura, da avicultura e da bovinocultura. O destaque fica para a avicultura, que cresceu 70% de 2002 para cá.

Volte, por favor.

Como veem, a evolução mais tímida foi da pecuária de corte e, por isso, quem acompanhou viu que, nesse Plano Safra que está anunciado, as principais linhas de financiamento e as novidades estão direcionadas à pecuária de corte. As novidades que aparecem nesse Plano Safra estão indo ao encontro das demandas oriundas dos pecuaristas.

Pode passar, por favor.

Esse é o desempenho. Quando se fala de programação e acompanhamento do crédito, vocês podem ver que não temos errado muito nas nossas programações, considerando o que já mencionei: você não tem um tostão na fonte de recursos; você não tem um tostão – digo o Ministério da Agricultura – para equalizar os encargos financeiros em que esses recursos serão emprestados; você não tem o recurso também da subvenção ao seguro rural. Enfim, são agentes, são parceiros com quem você negocia cada número desses. Por isso a importância de você ter essa parceria.

O último número, R$156 bilhões, é o que estamos projetando para esta safra. No ano passado, foram R$136 bilhões, de julho a abril. Dos R$136 bilhões que haviam anunciado, já foram efetivamente liberados R$127, quer dizer, R$128,6 bilhões...

(Soa a campainha.)

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Já está acabando? Nossa!

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – V. Sª tem mais cinco minutos.

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Está bom. Vamos lá.

Enfim, a primeira barra vermelha é o comparativo com o ano passado. Então, vem tudo numa crescente. E a Presidente da República, pelo quarto ano consecutivo, tem dito o seguinte: "Use os recursos. Se faltar, eu colocarei mais." Então, já aconteceu isto no ano passado, e, seguramente, neste, quando fecharmos maio, vamos passar dos R$136 bilhões, mas deverá haver recursos disponíveis. Estou vendo o Mário falar: "Wilson, já vem você com esse monte de dinheiro aí e eu não vejo esses recursos nem passarem perto." (*Risos.*)

Próxima lâmina, por favor.

Aí é a agricultura do médio agricultor, que é prioridade nestes últimos anos também. Há o Pronaf, que já tem um programa todo dirigido a ele. E, na sequência, nós estamos trabalhando muito forte – é decisão de Governo – para fortalecer o médio agricultor.

Passe, por favor.

Aí está o grande número, que foi anunciado, no dia 19 de maio, pela Presidente da República e que representa um aumento de 14,7% em relação ao ano passado. O importante disso é que R$132,6 bilhões mais R$24 bilhões da agricultura familiar são emprestados a taxas de juros preferenciais. Na agricultura empresarial, em torno de 5,5% a 6,5%. Há umas taxas diferentes em alguns programas, mas esta é a linha: 5,5% a 6,5%. E na agricultura familiar varia de 1% a 3,5%. Portanto, são juros preferenciais. Praticamente tudo a juros reais negativos, considerando uma inflação da ordem de 6%. Então, são juros nominais. Juros reais são negativos para esse segmento da agropecuária.

Expectativa de 200 milhões de toneladas.

Passe, por favor.

Aí a distribuição daqueles mesmos recursos. A taxa controlada de custeio, de investimento. E está sempre crescendo de um ano para o outro. Neste ano você subiu os recursos, a taxas controladas, de R$82 para R$89 bilhões. De todo esse montante de recursos, R$156 bilhões da agricultura empresarial, mais R$24 bilhões da agricultura familiar, apenas R$23 bilhões são a taxas livres, negociadas entre as partes. Portanto, a participação do Estado ou do Governo no processo é muito, muito significativa.

Passe, por favor.

As taxas de juros. Em linhas gerais, todas as taxas de juros da agricultura empresarial, seja de custeio, de investimento ou de comercialização, foram elevadas em um ponto percentual. O que era 4,5% foi para 5,5% e o que era 5,5% foi para 6,5%. E o último foi uma decisão da própria Presidente Dilma, que deu esta orientação: "Olha, embora a Selic tenha subido de 7,5% para 11%, [é o que está hoje, uma variação em torno de 47%], eu quero que as taxas de juros do crédito rural não passem de um ponto percentual." E na decisão final, na última taxa que ela reduziu, foi da penúltima linha ali, de capital de giro para cooperativa. No domingo, às vésperas do anúncio do Plano Safra, às 21 horas, ela falou: "Olha, esta taxa de juros eu quero em 7,5%." Até ali a proposta estava em 8%. Então, você vê como a participação da própria Presidente é bastante importante nesse processo.

Segue, por favor.

Custeio. Cada produtor rural pode financiar até R$1,1 milhão por tomador, que, numa área de milho ou soja, seria alguma coisa em torno de 800 hectares, vamos dizer assim. Aumentou também 10% em relação ao ano passado, mais em função de variação de custo e um pouquinho de crescimento de área. Sem contar que, dependendo da prática que esse produtor utilizar, ele pode obter até 45% a mais de adicional nesse limite.

Passe, por favor.

Médio produtor rural. Passa de R$600 mil para R$660 mil por produtor e o montante de recurso direcionado para esse público passa de R$11,2 bilhões para R$16,6 bilhões.

Passe, por favor.

Aí eu já falei.

Pode passar.

Apoio à comercialização. Anuncia antes esse volume de recurso. Numa eventualidade de você ter dificuldade de comercialização e o preço de mercado não estar remunerador, também o Governo tem mecanismo e recurso para apoiar a comercialização no momento oportuno. É por meio desses mecanismos que você faz esses prêmios de escoamento de produto, movimentação de safra, aquisição de produtos do Governo Federal em regiões onde o preço esteja abaixo do preço mínimo, equalização do preço, como eu já mencionei.

(Soa a campainha.)

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Já estamos bem pertinho do final.

Passe, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – V. Exª tem um tempo adicional, desde que, na safra próxima, aumente os recursos. (*Risos.*)

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Muito obrigado, Senador.

Nós já estamos bem próximos do fim.

Passe, por favor.

Há uma medida importante que eu acho que vale a pena ressaltar. Bom, o seguro rural. Por que nós repetimos o número de R$700 milhões? Esse é um instrumento, talvez, sobre o qual a gente tem se debruçado e vamos nos debruçar para aperfeiçoá-lo mesmo, porque talvez seja esse que, no médio e no longo prazo, vai impedir que nós voltemos a ter algumas prorrogações de forma generalizada, como tivemos no passado, seja por adversidades climáticas, de perdas por adversidades climáticas, ou em função de um mercado não remunerador, vamos dizer assim. Mas a gente repetiu o valor do prêmio em 700 milhões. Isso é para subvencionar o prêmio do seguro rural. Por quê? Porque nós precisamos fazer alguns ajustes nos produtos que estão à disposição dos agricultores, precisamos dar uma melhorada, porque, em algumas regiões, a leitura é de que ele

hoje não está sendo um benefício; ele está, na verdade, sendo mais um custo do que um benefício. Em outras regiões, não. Em regiões onde há frequentes perdas físicas de produto, enfim, ele tem realmente cumprido o seu papel. Mas em regiões de baixo risco ele tem se traduzido num custo. É claro que, em se falando de seguro agrícola, você tem que ter zonas de baixo risco para gerar massa de operações, de recursos para fazer frente onde você vai ter dificuldades e vai ter perdas acentuadas.

Então, nós repetimos o mesmo número com dois objetivos: rever as apólices de seguro e os produtos que estão à disposição dos agricultores e o zoneamento agroclimatológico também, para dar uma ajustada nele e torná-lo mais aderente à realidade atual.

Passa, por favor.

Bom, fizemos algumas ações aí, de tirar uma obrigatoriedade que entraria em vigor agora primeiro de julho, jogando um pouquinho para frente, né?

Já falei disso aí, da revisão do zoneamento e também do aperfeiçoamento dos produtos.

Passa, por favor.

Esta aqui tem uma série de medidas, mas fiz questão de colocar apenas uma delas, que é a transferência da política de florestas plantadas para o Ministério da Agricultura. Isso foi uma decisão da Presidente da República, a partir de um trabalho feito pela SAE, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, em articulação, claro, com o Ministério da Agricultura, o Ministério do Meio Ambiente, enfim, porque esse segmento, na verdade, estava meio solto na Esplanada em termos de onde vou negociar as minhas políticas, onde eu vou encaminhar as minhas demandas.

Aí ele ia ao Ministério do Meio Ambiente e era atendido em partes, ia à Agricultura e a gente não tinha condições de atendê-lo na sua plenitude. Então, a partir deste momento, de agora, deste ano-safra, a Presidência da República determinou, e está sendo concluído o ato legal para isto, a transferência das políticas relacionadas à floresta plantada para o Ministério da Agricultura. Então, é lá que eles vão encontrar o canal para encaminhar as suas demandas.

E há outras séries de ações, de ajustes que nós fizemos nos programas de investimento. Na agricultura irrigada, que foi o tema anterior a este aqui, nós fizemos uma adequação num programa que nós temos chamado Moderinfra de maneira a financiar... Aumentamos os recursos, aliás, triplicamos, de 1,3 bilhão para 2 bilhões ou para 6 bilhões, se for um crédito coletivo nessa linha, e admitimos o financiamento de... Isto para reservação de água. Eu fiquei até meio assim com esse termo porque nunca tinha ouvido falar em "reservação". A gente sempre fala em reservatório, em açude, mas parece que, tecnicamente, o termo é reservação de água... E também a estrutura de energia elétrica dentro da propriedade pode ser financiada nesse programa.

Tivemos ajustes nos programas de cooperativas.

O Moderfrota, que financia máquinas e equipamentos agrícolas, um programa específico para isso, volta também, é reativado agora.

Tem o PSI, que é um programa temporário, que financia máquinas e equipamentos agrícolas e...

(Soa a campainha.)

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – ... o Moderfrota vai conviver com ele também nesse mesmo tempo.

De maneira que é isto. Nós agora estamos na fase de fazer isso acontecer mesmo, de fazer com que se repita o comportamento dos anos anteriores, de atingir o que a gente programou de recursos e, quem sabe, passar desse montante inclusive, porque nós temos sinais da Presidente da República de que, se bater ali, mais recursos serão alocados. Quando se fala que mais recursos serão alocados, então, também o Tesouro está comprometido com isso.

Então, quer dizer, nós temos aí o apoio, a retaguarda do nosso Ministro Neri Geller, que é do setor, e todo mundo conhece o empenho que ele tem feito aí, da Presidente da República e deste Parlamento, que está cada vez mais próximo da gente na formulação dessas políticas. Eu me lembro de que, num passado não tão distante, esses Planos Safra eram feitos de uma forma quase que fechada. Você não podia deixar escapar uma versão de voto. Hoje o voto está quase indo para uma reunião do Conselho Monetário Nacional e o pessoal já sabe o que foi conversado, o que foi negociado.

Então, isto é muito bom. É um trabalho realmente feito com diversas parcerias.

Senador, é este o trabalho. A gente está à disposição. Sempre que o senhor precisar convocar, estaremos aqui, com prazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Meus cumprimentos ao senhor,

Dr. Wilson Vaz de Araújo, pela sua exposição, que não foi longa, porque apresentou um quadro expressivo das possibilidades que nós teremos na próxima safra. Os recursos foram realmente expressivos, mas ainda insuficientes para atender as necessidades do agronegócio, da agricultura e da pecuária do nosso País.

Eu gostaria apenas, antes de passar a palavra ao representante do setor privado – até agora só falou o setor público –, antes de passar a palavra ao Sr. Alexandre Câmara Bernardes, Presidente da Comissão de Crédito Rural da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás, gostaria de fazer a V. Sª, Dr. Wilson, uma indagação.

O senhor mencionou que já se tem um levantamento do Plano Safra ou a definição do resultado da safra desse ano em 191 milhões de toneladas. Eu gostaria de saber se está computado aqui o produto da safrinha, sobretudo do milho e do sorgo, porque ela está na fase de colheita.

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Nessa estimativa, até este momento... O fechamento, na verdade, dos levantamentos da Conab vão acontecer em julho e agosto. Ela fecha, vamos dizer assim, a safra 2013/2014, essa que está sendo colhida agora. Então, nesse levantamento está toda a produção da safrinha de milho, de sorgo, da safra de inverno inclusive, e de toda a safra de verão, de grãos, fibras e oleaginosas. Está tudo contemplado nesse levantamento.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – De 191 milhões?

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Exatamente. Ainda tem um pedaço, por exemplo, que ainda é uma projeção e vai se confirmar lá para agosto.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Está esclarecido.

Com a palavra o Sr. Alexandre Câmara Bernardes.

O SR. ALEXANDRE CÂMARA BERNARDES – Bom dia, Senador Ruben Figueiró, bom dia a todos os colegas, ao meu colega Mário, da Federação da Paraíba. A gente está sempre aqui, juntos, nessa luta constante.

Eu preparei uma pequena apresentação, de não mais que 150 transparências, viu, Presidente? Serei bem sucinto. E também quero dizer, do meu colega Wilson – a gente se vê há bastante tempo –, que, na realidade, essa parceria dos planos agrícolas e pecuários – comecei minha atividade na política agrícola em 2008, na então Associação de Produtores de Grãos do Município de Rio Verde –, e a gente vê que vem construindo isso há bastante tempo.

A gente fez alguns resumos bem rápidos – eu queria ser bem sucinto nessas colocações – só para a gente ver que, realmente, essa construção tem sido feita em consulta com a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, com os órgãos de representação, e aí não distante a própria Federação do Estado de Goiás.

Próxima, por favor.

No ano de 2009/2010, propusemos R$120 bilhões e fomos deferidos pelo Governo Federal com R$92,5 bilhões, com uma taxa de juros, proposta, na época, de 5% ao ano e deferida em 6,75%. Isso mostram, também, para nós, o comprometimento de parte do Governo com o setor. Também tivemos as correções dos limites de crédito, que, salvo engano, eram da ordem de R$400 mil, para R$600 mil, e aí pudemos alterar a contratação desses produtores rurais.

Próximo, por gentileza.

Nós também, à época, a partir de 2009 – lembro-me bem de que, de 2005 a 2007, a gente ficou trabalhando na MP nº 432, depois transformada na Lei nº 11.775 –, com um volume do endividamento muito grande e uma possibilidade ou uma impossibilidade, à época, de alguns produtores acessarem um novo crédito. Isso é o grande preocupador. Por quê? Porque a atividade rural é cíclica, e, à medida que ela é cíclica, quando tenho algum tipo de problema de frustração de safra, eu não faço com que esse produtor entre em um programa em que ele não consiga acessar o seu novo crédito e, consequentemente, não acessando seu novo crédito, não consiga produzir, comprometendo exatamente os seus bens.

Então, nesse processo, a gente conseguiu a Resolução nº 3.499 que flexibilizou o *hedging* de crédito, e o crédito rural trabalha com riscos A, B, C e D, basicamente, e aí conseguimos flexibilizar e trouxemos à luz alguns produtores que já não estavam ou que estavam tolhidos de acesso ao crédito em função de anos anteriores.

Próxima, por gentileza.

Bom, também nos anos de 2009 e 2010 nós tivemos a revisão da Política de Garantia de Preços Mínimos, da PGPM, que foi um passo importante para o setor, que já há alguns anos não via nenhum tipo de correção. Vale ressaltar que isso beneficiou também alguns Estados, principalmente do Centro-Oeste, que, às vezes, necessitam de intervenção governamental, e nós técnicos da área sabemos muito bem que, quando a água bate na bunda, a gente tem que pular. Desculpe-me, Senadora, a expressão chula. Mato Grosso tem um problema sério, assim como o Estado de Goiás, diferentemente dos outros Estados, problemas sérios de logística, o que prejudica a produção. E hoje a produção da cultura de milho migrou para o Centro-Oeste brasileiro, que é o maior *player*.

Bom, as correções do limite de crédito também foram feitas, a redução dos *spreads* bancários também foi acatada. Com isso, nós tivemos maior competitividade, principalmente no complexo máquinas, na aquisição de novas máquinas e produtos oriundos com relação às indústrias.

Próximo, por gentileza.

Bom, à época foram destinadas 273 milhões ao seguro rural, muito diferentemente do que nós hoje estamos assistindo, de 700 milhões. Então, é um avanço considerável de 2009 para hoje.

Também foram criados o Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras e o Plano Nacional de Fertilizantes. Participei do lançamento nesse estudo lá na Confederação Nacional da Agricultura, que trazia um estudo completo sobre as cadeias de fertilizantes, defensivos e sementes do Brasil. Esse estudo está disponível aos senhores lá e mostra muito bem como se comporta esse mercado de produtos agrícolas no setor.

Próximo, por gentileza.

Bom, 2010/2011, também, novamente... A gente brinca – não é, Wilson? – que estamos trocando a página, mas tentando avançar um pouco no processo, o que é muito salutar, esse diálogo é muito salutar.

Bom, o volume de recursos, a CMA pediu novamente, e, para pedir, a gente tem que pedir muito. Pedimos R$120 bilhões e fomos guarnecidos com 100.

Manteve-se a taxa de juros anterior, investimento também e também uma nova correção dos limites de crédito. A nossa proposta era de 800 milhões e fomos acatados com 650. Mas, de qualquer forma, avançamos um pouco mais.

Bom, foi criado o Pronamp. *A priori*, nos anos de 2010 e 2011 saíram os pilotos. Inclusive, lá na ponta, uma grande dificuldade foi o alongamento dessas operações de Pronamp, porque, quando o produtor faz a colheita de seu produto e leva o seu certificado de depósito agropecuário, ele consegue o alongamento dos vencimentos em até seis parcelas, no caso do milho, ou até quatro parcelas, salvo engano, no caso da soja. No caso do Pronamp, por questões legais, só são liberadas três parcelas.

Eu não sei se isso já foi corrigido, Wilson. Eu não sei como é que chegou a normativa na ponta, no agente financeiro, mas eu acredito que ele deve acompanhar os custeios convencionais, os custeios de grandes produtores. Também é uma proposta que vem de encontro, afinal de contas, o médio produtor não tinha um crédito até então preferencial. E esse crédito do Pronamp vem de acordo com as necessidades, uma vez que grande parte dos produtores rurais brasileiros do complexo grãos, fibras e sucroalcooleiro é de médios produtores rurais, que precisam, sim, ter taxas de juros um pouco mais diferenciadas.

Próxima.

Bom, no Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011, com relação aos seguro rural, não foram anunciadas grandes mudanças, em função até das mudanças elencadas no Plano Agrícola anterior, 2009/2010, até porque tudo era muito cedo, tudo eram muito novo, principalmente com o seguro rural. As ferramentas ainda eram muito incipientes e, basicamente, quem se beneficiou desses créditos para o seguro rural em caso de sinistro foram os Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, que, consequentemente, também já têm altos índices ou históricos catastróficos em função dessas atividades. Lá se diz que, a cada 4 anos, nós temos um ano de frustração de safra, diferentemente, um pouco, do Centro-Oeste brasileiro.

Foi criado um programa que foi muito bem visto aos olhos dos produtores, que é o Programa de Agricultura de Baixo Carbono. E aí, para trazer à luz, nós temos um volume muito grande de pastagens degradadas e possibilidade de integração entre lavoura e floresta. Patinou um pouco, em 2010/2011, em função da dificuldade de contratação, porque tudo era muito novo, tudo ainda era muito superficial. Está melhorando e pode melhorar ainda mais, e é uma das críticas que o setor faz ao Plano Agrícola e Pecuário 2014, anunciado recentemente.

Próximo, por favor.

Bom, 2011/2012 também, de forma semelhante, nós solicitamos um volume considerável e o Governo nos atendeu com um volume um tanto quanto próximo. As taxas de juros também foram mantidas e as correções e os limites de crédito também foram executados, assim desde o ano anterior.

Próximo, por gentileza.

Bom, o seguro rural também não foi corrigido, também foram anunciados novos recursos ao seguro, e eu destaco que esse é um dos programas mais importantes que a Confederação Nacional da Agricultura e que os setores organizados da sociedade têm buscado trazer ao debate. Então, já que esta Casa é uma casa de debates, o seguro rural é uma ferramenta anticíclica essencial ao trabalho dos produtores rurais...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE CÂMARA BERNARDES – ... e também na safra 2011 e 2012 não foram corrigidos os preços mínimos.

Próximo, por favor.

Bom, 2011/12 e 2012/13, também com evolução dos recursos. Eu também não vou me ater a dados. Afinal de contas, o Wilson já foi muito perspicaz.

Próximo, por gentileza.

Bom, custeio e comercialização. De 2011 para 2012, nós tivemos uma redução da taxa de juros, o que nós vemos, ao contrário, no ano atual, no Plano Agrícola 2013/14. E com relação às questões do Programa ABC, também um incremento, uma redução na taxa de juros.

Próximo, por gentileza.

Bom, aumento do financiamento ao produtor rural para R$800 mil por CPF. Então foi um ajuste dos limites de financiamento. Afinal de contas, os custos de produção também acompanham esses limites, e é por isso que a gente tem que lutar para esse aumento dos limites de financiamento. E esse valor, quando nós propusemos o aumento de R$650 mil para R$800 mil, foi um valor que nós consideramos, até então, próximo à realidade e à necessidade dos produtores.

Próximo, por gentileza.

A elevação das exigibilidades bancárias foi uma grande vitória, porque, à medida que você aumenta as exigibilidades bancárias, você consegue aplicar mais recursos diretamente à atividade agrícola, de 28% para 34%.

Próximo, por gentileza.

O Pronamp volta ao *status* de programa de carro-chefe, principalmente para a agricultura, para o médio produtor, e nós solicitamos aí, também, o incremento... Nossa proposta, de R$600 para R$500 mil, foi acatada parcialmente.

Próximo, por gentileza.

Programa de Retenção de Matrizes. Até então, a pecuária, que estava fora dessa negociação, volta a entrar nessa negociação. E aí nós temos que lembrar também a própria retenção de matrizes, o que se faz necessário para a manutenção da oferta, principalmente da carne bovina, uma vez que a carne bovina tem um ciclo médio a longo, que pode variar de 4 a 6 anos, dependendo da região de produção do Brasil.

Próximo, por gentileza.

No Proagro, há redução da taxa de adesão e a elevação do limite de cobertura. Também temos que lembrar que o Proagro é um programa do Banco Central – e o meu colega sabe disto muito melhor que eu –, não é seguro rural; são programas diferentes. O Proagro se comportou muito, no passado, como um tipo de subvenção ao seguro rural, mas ele não é seguro.

E a elevação do prêmio do seguro rural para R$400 milhões.

Próximo, por gentileza.

Bom, 2013 e 2014 nós estamos encerrando agora, e aí com números favoráveis. Acredito que nós cheguemos, sim, a esse número de 191 milhões de toneladas colhidas nessa safra. Tivemos alguns problemas pontuais, principalmente no Estado de Goiás, no sudoeste goiano, em função da seca, mas isso não é tão prejudicial no âmbito nacional.

Os recursos também foram ampliados, como nas safras anteriores. Então esta construção é contígua.

Próximo, por gentileza.

Próxima lâmina, por gentileza.

Os instrumentos e as linhas de crédito também sem muita variação de um ano para o outro. Ou seja, uma manutenção de uma política austera nesse processo.

Próximo, por gentileza.

Custeio e comercialização. Elevação dos limites, na comercialização, para R$2 milhões e, de custeio, para R$1 milhão, com sobreteto de até 45% naquele produtor que tem boas práticas de conservação. Isto é um fato muito positivo. Afinal de contas, a gente consegue elencar um recurso maior para esse produtor rural.

Próximo, por gentileza.

O PCA surge aí como aplicação de recursos. E aí eu chamo a atenção dos senhores: é uma linha de crédito importante para o produtor, principalmente para o produtor e para a armazenagem em nível de fazenda, o que pode conferir um poder de barganha na comercialização dos produtos agropecuários oriundos do complexo grão a esse produtor. O grande problema aí é que nós estamos esbarrando principalmente nas licenças ambientais para a liberação desses estabelecimentos agropecuários, para a sua utilização, e também há problemas de infraestrutura básica, como a falta de carga de rede de energia elétrica em alguns setores. Vejam os senhores: no Estado de Goiás, uma boa lamparina está sendo muito mais eficiente, porque estamos com problemas sérios de carga de rede na Celg e de manutenção. Vidas já foram ceifadas em função disso.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE CÂMARA BERNARDES – Presidente, só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Tem V. Sª a palavra pelo tempo necessário.

O SR. ALEXANDRE CÂMARA BERNARDES – Ok.

Próxima, por gentileza.

Esse PCA nos chama a atenção exatamente porque é um programa que vai conferir competitividade aos produtores rurais, porque aumenta o poder de barganha e diminui a necessidade de estocagem.

E aqui eu vou fazer uma pequena brincadeira, porque hoje grande parte da nossa safra é estocada sob caminhões. Então diminui essa necessidade de estocagem lá no Porto de Paranaguá e diminui essa capacidade de logística, agilizando todo o processo de comercialização, lembrando que esse processo de comercialização vem vinculado a atividades tanto no âmbito privado quando no âmbito público. E aí nós temos os derivativos agropecuários, que podem também otimizar esses processos.

Bom, os limites de crédito no PCA também são satisfatórios, conferem um bom poder de barganha ao produtor, lembrando que nós temos que verificar, também no PCA, a questão relativa às taxas de juros, porque o juro é o aluguel que se paga pelo dinheiro e as taxas médias de rentabilidade da atividade de armazenagem não são tão compensadoras. Porém, a gente vê com bons olhos, sim, esse programa.

Próximo, por gentileza.

O Moderinfra também é importante. Nós tivemos, na audiência anterior... Eu não vou me alongar nesse programa, mas a importância dele para os Estados do Centro-Oeste é bastante significativa. Afinal de contas, a irrigação... Apesar de Cristalina, aqui do lado, ser a maior área irrigada da América do Sul, a irrigação, de uma forma geral, nos Estados do Centro-Oeste, ainda deixa muito a desejar.

Políticas específicas no Sul e no Sudeste também podem ser implementadas. A gente vê, sim, uma vocação muito grande do Nordeste. Não que não precise; na realidade, os Estados nordestinos são os que mais sofrem com a seca.

Próximo, por gentileza.

Estamos vendo um declínio desse PSI para a safra 2013/2014, mas o Wilson foi muito feliz ao colocar aí o nosso querido Moderfrota retornando aí. Nós temos que lembrar que o Brasil passou um período muito grande sem investimento em infraestrutura e sem investimento em máquinas. Daí a importância da manutenção desses programas de investimentos agropecuários, principalmente da modernização da nossa agricultura. Nossa agricultura é uma atividade que ganha em escala e que tem economias de escala, e, à medida que eu tecnifico esse produtor, eu vou ganhando as escalas de produção e, consequentemente, conseguindo agregar, teoricamente, não na prática, maior renda a esse produtor.

Próximo, por gentileza.

Não vou me alongar no Pronamp. Afinal de contas, esse aí é a grande vedete do Plano Agrícola e Pecuário, não é, Wilson? Acho que ele é um programa de excelente qualidade e voltado exatamente a um público específico, aos nossos produtores rurais.

Próximo, por gentileza.

No Programa ABC, as liberações têm sido cada vez mais rápidas, mas ainda mostram alguma lentidão, principalmente pelo agente financeiro, pelo agente financiador, que opera a linha de crédito. E ele tem de estabelecer, porque há alguns critérios, principalmente, que estão vinculados a algumas áreas internacionais do crédito, porque ele é vinculado a um crédito estatal e também a um crédito, salvo engano, com o governo da Grã-Bretanha. Não é isso?

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Perdão. O Programa ABC, não. Agora, o Plano ABC, que está por cima, tem alguns convênios com organismos internacionais, mas é infinitamente menor, menor que tudo que há aí dentro. Em termos de recursos, de apoio...

O SR. ALEXANDRE CÂMARA BERNARDES – O que nós estamos precisando mesmo, Wilson, é acelerar um pouquinho as análises – já vou lhe mandar um recado: as análises dos projetos em si –, apesar de já ter melhorado desde o início.

Próximo, por gentileza.

Subvenção a seguro rural, que é a questão a que eu gostaria de chegar – só para concluir, Sr. Presidente. O seguro rural é um grande instrumento de mitigação de risco. Na realidade, os três instrumentos de mitigação de risco que há no crédito rural são os contratos de *hedge*, amplamente praticados, principalmente pelas *traders* e pelos grandes produtores; os contratos de opção; e o seguro rural.

O seguro rural vem a ser...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE CÂMARA BERNARDES – ... o grande anticíclico do processo. E nós temos de lutar exatamente para que nós passemos a aperfeiçoar esse processo. Já houve algum aperfeiçoamento nessa safra

que vai ser contratada, e boa parte dessa safra já foi contratada pelos agentes financeiros. Nós ainda temos de trabalhar com outros instrumentos e nós temos de trabalhar principalmente com instrumentos que garantam renda. O seguro rural, assim como outros instrumentos, tem de garantir renda do produtor. Por exemplo, se eu for fazer um seguro do meu automóvel, posso fazer um seguro tabela Fipe ou posso fazer um seguro por valor determinado e vou negociar esse prêmio. Isso não é possível ainda com um prêmio pagável pelo produtor rural. Vemos que a subvenção do seguro rural é salutar, e não há como trabalhar com agropecuária sem nenhum tipo de subvenção. E o Brasil é um dos países que têm o menor índice de subvenção econômica para a atividade agrícola.

De forma que nós da Confederação Nacional da Agricultura e da Federação da Agricultura do Estado de Goiás estamos lutando para a melhoria e ampliação deste mecanismo, que é o mecanismo de sustentação econômica do seguro rural.

Muito obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Meus cumprimentos, Sr. Alexandre Bernardes, pela sua exposição, que me pareceu muito substantiva.

Eu gostaria apenas de dizer a V. Sª e a todos os presentes que me impressionou bastante esse Programa ABC. Em meu Estado, Mato Grosso do Sul, há aproximadamente 10 milhões de hectares de terras degradadas que precisam ser recuperadas, ainda que o Sr. José Silvério da Silva, do Ministério da Agricultura, com entusiasmo, tenha dito que nós não estamos devastando as nossas florestas, porque estamos utilizando as terras de Cerrado e de Campos que nós temos ainda à disposição. Porém, nós aumentaríamos muito mais se tivéssemos oportunidade, dentro desse Programa ABC, de recuperar as terras degradadas. Eu achei muito importante a ênfase que o senhor deu a essa questão.

Eu passaria a palavra agora, neste bate-bola que nós estamos fazendo, ao Sr. Carlos Henrique Rosa, Coordenador-Geral de Prospecção e Análises de Fundos do Ministério da Integração.

Tem V. Sª a palavra pelo tempo regimental, mas, como ele já foi extravasado aqui, V. Sª falará pelo tempo necessário.

O SR. CARLOS HENRIQUE ROSA – Muito obrigado, Senador.

Quero cumprimentar aqui os demais colegas da Mesa e o público presente e dar o meu muito bom-dia.

Em primeiro lugar, eu gostaria de justificar a ausência do Ministro Francisco Teixeira. Ele estaria hoje com os senhores, mas, em função das fortes chuvas que atingem a Região Sul, ele teve que se deslocar ontem à noite, de última hora, para o Estado do Paraná. Então, deixo aqui registrado o pedido de desculpas do nosso Ministro.

Eu fui avisado ontem à noite de que participaria desta reunião e, infelizmente, não pude preparar uma apresentação adequada para o evento de hoje, mas eu farei uma breve explanação sobre um dos instrumentos que nós administramos, no âmbito do Ministério da Integração Nacional.

Esse é um Ministério bem robusto, que possui diversas áreas de atuação. Hoje, aqui, nós já falamos do Projeto de Integração da Bacia do São Francisco, popularmente conhecido como a transposição; falamos de irrigação; falamos de ações de defesa civil, mas outro foco de atuação do Ministério da Integração Nacional muito importante é o combate às desigualdades regionais.

E a Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais à qual eu pertenço, onde eu trabalho, é responsável por administrar importantes instrumentos, importantes mecanismos de apoio ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, visando justamente o combate dessas desigualdades regionais, essas diferenças de renda entre as regiões do nosso País.

Eu vou focar a minha fala em um desses instrumentos, talvez o principal deles – se não o principal, o mais robusto –, que são os fundos constitucionais de financiamento.

Como o próprio nome diz, esses fundos foram criados no âmbito da Constituição de 1988 e regulamentados pela Lei nº 7.827, de 1989. Esses fundos foram criados com o objetivo de apoiar os setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, oferecendo condições de financiamento diferenciadas para apoiar principalmente os agricultores familiares, os mini e pequenos produtores rurais, mas também apoiar as micro e pequenas empresas, e, mais recentemente, os empreendedores individuais.

Esses fundos são administrados em conjunto pelo Ministério da Integração Nacional, a Superintendência de Desenvolvimento Regional – no caso, a Sudene, a Sudam e a Sudeco –; e os bancos regionais, os bancos administradores – o Banco da Amazônia, na Região Norte; o Banco do Brasil, na Região Centro-Oeste; e o Banco do Nordeste, na Região Centro-Oeste.

E quando menciono a Região Centro-Oeste, estou falando da área de abrangência da Sudene, que contempla não apenas os nove Municípios da Região Nordeste, mas também o norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Como eu falei, esses fundos constitucionais procuram financiar a atividade produtiva, seja ela empresarial ou o nosso foco aqui de hoje, nesta reunião, de financiar atividades rurais.

É um recurso público, e, por falar em recurso público, tem, por obrigação legal, oferecer condições de financiamento bem diferenciadas, bem atraentes de qualquer crédito privado existente.

Dentre as condições de financiamento, nós podemos citar aqui a principal delas, que é a taxa de juros. Hoje, a taxa de juros é definida pelo Conselho Monetário Nacional, a partir de uma proposta do Ministério da Integração Nacional. E essa proposta pode diferenciar a taxa de juros por setor – se é atividade rural ou não –; por finalidade do financiamento – se é, por exemplo, investimento ou capital de giro e custeio isolado –; por porte do tomador – micro, pequeno, médio e grande –; e, por fim, segundo a localidade de atuação do empreendimento. Ou seja, nos Municípios, nas microrregiões mais carentes, mais pobres do País, esse fundo pode oferecer condições diferenciadas, taxas de juros mais baixas.

Hoje, a título de exemplo, a taxa de juros, no setor rural, varia de 4,5% a 6% ao ano, quando se trata de investimento – aí se inclui investimento associado ao custeio –, e, quando é atividade de custeio isolado, em torno de 10% ao ano.

As demais condições diferenciadas que esses fundos constitucionais oferecem dizem respeito aos limites de financiamento, prazos, enfim, a uma série de condições que estão descritas nas programações de financiamento.

Essas programações de financiamento estão num documento aprovado todo ano pelos conselhos deliberativos dessas superintendências. E nelas estão arroladas todas essas condições, que são amplamente discutidas não só no âmbito do Governo Federal.

Passam por um amplo processo de discussão não apenas com os Governos estaduais, mas também com a iniciativa privada dos Estados beneficiários. E talvez pelo fato de serem amplamente discutidos e propiciarem condições diferenciadas, esses fundos constitucionais nas regiões em que atuam são a principal fonte de recursos no que diz respeito ao crédito de fomento.

Ano a ano, esses recursos vêm crescendo, e, no ano passado, em 2013, atingimos a marca histórica de R$23,5 bilhões aplicados nas três regiões, sendo que, desses recursos, R$10,4 bilhões foram destinados ao setor rural. Grande parte desse volume de recursos é para financiar a agricultura familiar no âmbito do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), de que, mais cedo, o nosso colega do MDA aqui já tratou. Para 2014, há a previsão de se aplicar o mesmo volume de recursos: também cerca de R$25 bilhões, um pouquinho mais, nas três regiões.

Só para dar uma noção da robustez desses recursos, hoje o patrimônio desses fundos que abrange tudo aquilo que está emprestado, financiado, na mão do setor privado, é pouco superior a R$70 bilhões. É um volume expressivo e tem sido importante instrumento do Ministério da Integração Nacional no combate às desigualdades regionais.

Só para citar como exemplo – às vezes, muito se pondera e se questiona a questão da inadimplência –, a inadimplência finalizou o ano 2013 – eu tenho aqui os dados – em torno de 3%, que é uma taxa considerada relativamente baixa quando analisamos outros créditos de fomento.

Enfim, senhores, como eu falei, era uma rápida explanação. Peço desculpas, mais uma vez, em nome do Ministro Francisco Teixeira, pela sua ausência.

Senador, quero agradecer o convite e dizer que estamos à disposição. Sempre que necessário, viremos a esta Casa para poder conversar sobre o que diz respeito ao crédito.

Muito obrigado. Muito obrigado a todos.

Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Saúdo a sua participação, Sr. Carlos Henrique Rosa, que foi muito eficiente para esclarecer as ações do Ministério da Integração.

Permito-me, já que o Sr. Carlos Rosa citou os fundos constitucionais, a fazer aqui um esclarecimento a V. Sªs que muito me sensibiliza.

Eu fui Constituinte. Fui o autor da emenda que possibilitou a criação do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – é de minha autoria. E eu me sinto muito feliz por ver o resultado dele. Hoje, inclusive, se ampliou. Além do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, há o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, e essas coisas vão se ampliando. Essa é a ação do Parlamentar. O Parlamento brasileiro tem contribuído efetivamente para que um passo à frente o governo possa dar em favor da nossa comunidade. Eu registro esse fato, até de forma emocionada, porque uma das coisas que eu mais ansiava na minha ação político-parlamentar era que o governo estendesse as suas ações para o Centro-Oeste, lembrando inclusive o saudoso Presidente Getúlio Vargas, que voltou, pela primeira vez, os seus olhos para a nossa região. E hoje é essa a realidade que está

possibilitando que o nosso PIB se mantenha nesse *status,* que realmente mostra o quanto o Brasil progrediu, graças à ação da agricultura e da pecuária. E o FCO foi muito importante como uma alavanca nesse processo.

Eu gostaria de convidar aqui o Sr. Antônio Pereira Borba, Presidente da Federação da Agricultura da Paraíba, se quiser fazer alguma manifestação a respeito.

O SR. MÁRIO ANTÔNIO PEREIRA BORBA – Em primeiro lugar, Senador, agradeço este espaço, mas, se for possível, eu gostaria de ouvir primeiro o Banco Central para, depois, me pronunciar. Se for possível; se o senhor quiser, eu falo logo.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Então, vamos ouvir agora o banco que tem o dinheiro para atender as nossas reivindicações. Tem a palavra, portanto, o Dr. Deoclécio Pereira de Souza. (*Risos.*)

O SR. DEOCLÉCIO PEREIRA DE SOUZA – Bom dia, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Eu não vou estabelecer prazo, não, porque quem tem o dinheiro fala pelo tempo que desejar. (*Risos.*)

O SR. DEOCLÉCIO PEREIRA DE SOUZA – Bom dia, Senador Ruben Figueiró e demais membros da Mesa, colegas, senhoras e senhores presentes!

É uma satisfação estar aqui no Congresso representando o Banco Central. O convite foi dirigido ao Presidente Tombini ou a um representante, e eu fui escalado para esta conversa.

A minha conversa ficou bem facilitada depois que alguns colegas falaram, o Wilson, o Guadagnin, inclusive já se falou bastante sobre o sistema de que vamos falar.

Mas eu queria começar, Senador, falando de uma curiosidade. Muito já se falou aqui sobre fonte de recursos, dos fundos constitucionais. As principais fontes de recursos do crédito rural são as exigibilidades provenientes da poupança rural, mais de R$60 bilhões. Nós temos recursos à vista, que são provenientes dos depósitos à vista na quase sua totalidade; recursos administrados pelo BNDES; fundos constitucionais, e por aí vai.

Mas a curiosidade que eu queria deixar aqui é que pouca gente sabe ou se deu conta de que, de cada R$100,00 que nós todos aqui presentes deixamos no banco a título de depósito à vista, 34% vão para a agricultura nacional. Então, o nosso dinheiro que fica lá em depósito à vista não fica à disposição plena do banco; 34% vão compulsoriamente para o crédito rural. E o banco que não aplica, ou recolhe ou paga uma multa ao Banco Central. Isso é uma previsão legal. A Lei nº 4.829, que trata do crédito rural, permite que o Conselho Monetário estabeleça esses percentuais que, a partir de 2011/2012, foi elevado de 28% ou 27% – não me lembro bem – para 34%, e continua nesta safra 2014/2015.

Eu vou enfocar aqui mais o lado de controle de acompanhamento das operações do crédito rural como um todo.

O Senador já havia falado que o Banco Central tem o Manual de Crédito Rural, que está colocado no *site* do Banco Central, em que são consolidadas todas as normas sobre o crédito rural e as normas, também, sobre o Programa de Garantia de Atividade Agropecuária. Mas também nós temos o dever legal de acompanhar todo o crédito rural, todas as operações de crédito rural concedidas pelo Sistema Financeiro Nacional, melhor dizendo, pelo Sistema Nacional de Crédito Rural.

Então, eu queria colocar dois pontos para a gente discutir e, obviamente, ficar á disposição para os questionamentos que se seguirão.

Por favor.

Nós trabalhamos no Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações de Crédito Rural e do Proagro. É a unidade do Banco Central em que todas as questões que envolvem a parte do agronegócio, vamos assim dizer, estão concentradas. Nós temos um departamento com a estrutura de processo verticalizada.

Lembrou o Wilson aqui da parceria entre os ministérios e o Banco Central. Portanto, trabalhamos na regulação, ou seja, no nascimento, na criação da norma. Nós também fazemos parte da supervisão; temos uma equipe que faz parte da supervisão bancária e temos o controle das operações do crédito rural e do Proagro. No caso do Proagro, nós administramos todo o fluxo financeiro, operacional, estatístico por conta do Banco Central.

Próximo.

Para o Semiárido brasileiro, eu providenciei duas ou três lâminas para a gente verificar quanto foi colocado de recurso naquela região. Temos, então, crédito rural de 2013/2014, o quantitativo. É importante dizer que o Semiárido brasileiro, na área de atuação da Sudene, é composto por 1.135 Municípios.

E esses créditos que aí estão foram destinados a esse conjunto do Semiárido composto, portanto, por 1.135 Municípios.

Então, temos aí um total por unidade da Federação e temos um total, em 2013, de R$5,7 bilhões, que foram destinados ao Semiárido, pegando custeio, investimento e comercialização.

Em 2014, segundo dados de 31 de maio de 2014, esse valor está em R$2,171 bilhões. Portanto, devemos, acredito, chegar aos R$5 bilhões do ano passado ou, quem sabe, até passar um pouco.

Próximo, por favor.

Aqui, consegui segregar a parte destinada à irrigação. Refere-se apenas a investimentos destinados à irrigação, máquinas, equipamento, açudagem e por aí vai. Temos um volume relativamente pequeno, é um total de R$301 milhões em 2013 e, em 2014, estamos apenas com R$73 milhões destinados à irrigação no Semiárido brasileiro.

Próximo.

Não me vou deter aqui, porque é o mesmo dado, só que ele está aberto por custeio, investimento e comercialização. Essas lâminas ficarão à disposição e, portanto, aqueles que se interessarem poderão pegá-las. Há a mesma abertura por entidade da Federação e há os quantitativos por custeio, investimento e comercialização. Os totais que mencionei são os mesmos: R$5,756 bilhões para 2013 e, para 2014, R$2,171 bilhões, até 31 de maio de 2014.

Próximo.

Então, queria trazer essa informação do quanto foi destinado para o Semiárido, lembrando que – acho que o Guadagnin enfocou –, no ano passado, saiu pela primeira vez um plano agrícola, um plano safra destinado ao Semiárido brasileiro. E, neste ano, está sendo colocado pelo segundo ano um plano agrícola voltado, exclusivamente, para aquela região, composta por 1.135 Municípios.

Gostaria de trazer minhas informações e meus esclarecimentos mais sobre o controle que o Banco Central exerce sobre as operações de crédito rural.

Temos – o Guadagnin falou bastante sobre o Sicor – o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro. Esse é um sistema que está no ar, que entrou em vigor, precisamente, no dia 2 de janeiro de 2013. Ele é composto por 66 itens ou campos, dos quais, 47 são dados estáticos sobre o valor, identificação do Município, do produto e tudo mais; 8 campos são dinâmicos, que são exatamente campos que trazem os saldos e também a situação da operação – vamos ver, com mais detalhes, essa questão –; e mais 11, que faltaram aí, campos complementares, que permitem, inclusive, consulta – os bancos podem consultar uma operação antes de conceder outra nova.

Esse sistema decorreu de uma demanda forte, Senador, inclusive – por favor, volte ao anterior –, do TCU.

É um trabalho que o Banco Central fez e tem muito orgulho de ter colocado esse sistema no ar. Envolveu todos os ministérios que cuidam da questão rural num primeiro momento e, depois, todos os agentes financeiros deste Brasil afora.

Para se ter uma ideia do porte desse programa, desse sistema, ele consumiu mais de 10 mil horas de TI – só de Tecnologia da Informação foram mais de 10 mil horas, com seis técnicos trabalhando *full time*, durante um ano de trabalho, além de todo o trabalho técnico de regra de negócio.

Ele tem, portanto, os campos dinâmicos, que compreendem os saldos e a situação das operações.

Próximo.

Qual é o objetivo do Sicor? Eu acho que tem muito a ver com o que a gente está discutindo aqui.

Os objetivos do Sicor são: efetuar o levantamento estatístico do crédito rural; evitar o paralelismo de assistência financeira, ou seja, o dinheiro é barato, é escasso, o cobertor é curto, então nós temos que fazer com que o crédito chegue ao maior número de produtores possível dentro das regras definidas, como lembrou o Wilson. A Presidenta e os ministros definem uma série de parâmetros, limites de crédito e tal. No caso, R$1,1 milhão por produtor. Era R$1 milhão no ano passado, foi R$1,1 milhão este ano.

Um outro objetivo é possibilitar melhor acompanhamento das operações de crédito rural, para que a gente tenha efetivamente um retrato do que isso representa no Brasil afora; possibilitar o acompanhamento e o controle das operações do Proagro. O Proagro, lembrou o colega, efetivamente, não é um seguro, mas é como se um seguro fosse. E eu sempre costumo dizer que o Proagro, na verdade, nasceu não porque não existisse o seguro rural; é porque o seguro rural é muito complexo – isso, mundo afora, é verdade. Em 1973, quando se definiu a lei que criou o Proagro, a Lei nº 6.696 – salvo engano, em 1973 –, é exatamente porque nós não tínhamos naquele momento um seguro rural funcionando. E estávamos – o Senador deve ter acompanhado –, em 1973, na época do milagre econômico. Foi quando se desenvolveram os polos centro. O Mato Grosso deve muito ao crédito rural, por exemplo, as fronteiras; está certo?

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – E o Mato Grosso do Sul.

O SR. DEOCLÉCIO PEREIRA DE SOUZA – O Mato Grosso do Sul também, e Goiás.

Então, naquela época, o governo lançou – eu acho – o polo Nordeste, o polo Centro-Oeste, vários programas de fundo; criou também a Embrapa e, salvo engano, a Embrater também foi criada na mesma época.

E o governo se perguntou: "Nós vamos incentivar o crédito rural, vamos expandir, vamos colocar assistência técnica, mas, afinal de contas, quem vai amparar esse dinheiro que a gente vai colocar?" Na época, não existia a expressão "mitigador de risco", como está em moda hoje e o seguro não funcionava. Existia a lei, a previsão legal, mas o seguro não funcionava. Aí tiveram a ideia de criar o Proagro para um mandato tampão, digamos, de alguns quatro ou cinco anos. Ele vai fazer quarenta anos de operação no ano que vem, em 2015. E ele vem cumprindo seu papel, hoje muito mais voltado para a agricultura familiar.

E eu também faço questão de ressaltar, porque já ouvi em alguns foros: "Ah, mas o seguro hoje não se desenvolve porque tem a concorrência do Proagro." Eu acho que há um engano muito rasteiro, está certo? Eu acho que as coisas são complementares. É só verificar qual é a área que o seguro e o Proagro juntos cobrem. Chega a ser ridícula, em termos de área agricultável, a área que está sendo financiada e quanto está contando com essa proteção. Então, há campo aí para o Proagro e para o seguro se desenvolverem com tranquilidade.

Bom, um outro fato importante, um outro objetivo importante do Sicor é incorporar informações e dados necessários ao acompanhamento da política de crédito rural brasileira. É isso que nós estamos fazendo aqui, é isso que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado está fazendo, com brilhantismo.

Também um outro ponto a destacar é agrupar informações e dados essenciais à gestão de políticas de seguro rural e do Proagro – exatamente programa de garantia –, e propiciar, aos órgãos federais responsáveis por essas políticas, o quê? Exatamente o retorno, a entrega, que são os relatórios, as informações detalhadas, para que se possam trabalhar efetivamente políticas públicas com mais segurança.

É muito complicado; o Wilson falou que já estamos no 22º plano agrícola. Eu lembro que, algum tempo atrás, quando a gente ia fazer um trabalho, um levantamento, a escassez de informação era tão grande que, às vezes, você tinha que montar um plano apenas por estimativa, já que não havia dados que pudessem ser, digamos, creditados, para levar à Presidência da República, para definir políticas com segurança.

Próximo.

O Sicor vai trazer – já está trazendo – uma novidade que efetivamente nunca antes foi observada em termos de crédito rural no País.

O dado dinâmico – os dados ou campos dinâmicos – dá a situação, a classificação das operações ao longo de sua vida útil. Por exemplo, nós começamos a enxergar, nesse sistema, se um conjunto de operações, digamos, de 100 mil operações contratadas, se está em primeiro estágio, que seria em curso original, o seu céu de brigadeiro; se ela está em atraso superior a 30 dias; se ela foi renegociada – há três tipos de renegociação –; se ela foi liquidada; se ela foi desclassificada do crédito rural; se ela foi baixada em prejuízo; se ela foi excluída e, finalmente, se ela está em dívida ativa da União. Ou seja, eu estou louco para chegar o dia em que eu possa apresentar: "Olha, no ano de 2014, por exemplo, nós colocamos dois milhões e meio de operações e eis o retrato, segundo essa classificação." Torço para que 90% estejam em curso original, e o restante liquidado em condições de normalidade, sem que nenhum atropelo tenha acontecido na vida do produtor.

Mas o fato é que o sistema vai permitir que nós tenhamos, o governo, a sociedade, o Congresso, todos nós, informações com esse grau de sofisticação, mensalmente. Esse é um dado capitado mensalmente. Está certo?

Próximo.

Já falei, portanto, desse novo programa. Mas, em que momento nós nos encontramos, Senador?

Nós estamos na primeira fase: nós estamos fazendo e providenciando a primeira entrega do Sicor. Estamos, portanto, na fase de colocar os dados e as informações estatísticas no ar. Essa fase vai nos permitir, por exemplo, identificar os contratos por beneficiário, região, unidade da Federação, Município. No caso de custeio, da mesma forma, segmento bancário, instituições financeiras públicas e privadas, cooperativas. No caso de lavoura, também dentro da mesma linha e, inclusive, por sexo e região.

Quanto ao sexo, há um apelo muito forte, na agricultura familiar, do Pronaf Mulher. Isso veio, exatamente, para atender essa necessidade, introduzida no Sicor, por uma linha de crédito destinada... Lá, nós temos o Pronaf Jovem, o Pronaf Mulher. Então, esse campo se destina, exatamente, para conhecer o perfil de quais as mulheres que tomam crédito no Pronaf e onde, como também verificar aquela coisa, que todo mundo sabe, de que a mulher, em adimplência, é muito melhor do que o homem – pelo menos, é o que dizem. E nós vamos poder, portanto, testar essa informação.

Os três próximos passos que temos no Sicor é desenvolver a matriz sobre os dados dinâmicos, ou seja, conhecer exatamente os fluxos, os saldos efetivos com defasagem de 40 dias no máximo. Portanto, essas operações estão ativas e nada impede, se foram prorrogadas, se estão em curso normal, enfim, ter todo esse elenco de informação.

Um terceiro passo que está em construção é um sistema que será acoplado ao Sicor, das exigibilidades do crédito rural – aí estou falando da exigibilidade dos recursos à vista e da exigibilidade da poupança rural. Essas duas exigibilidades, para os senhores terem uma ideia, representam – não tenho o número correto e, de

repente, o Wilson pode me auxiliar – mais de R$120 bilhões para o crédito rural. Temos o Proagro, também, que vai rodar dentro desse sistema acoplado.

Então, nós temos ainda três etapas a serem concluídas e, aí sim, o Banco Central vai dizer: "Está entregue o produto que começou a ser operado em 2013 e está à disposição de toda sociedade."

E como eu vou conseguir extrair essas informações?

Na hora em que disponibilizarmos essa matriz de dados e informações no sistema, o usuário, pesquisador, o Senador, enfim, vai ser acessível e amigável. Ele definirá um filtro de preferência. Se ele quer, por exemplo, o Município de Patos de Minas – se houver algum mineiro aqui –, ele escolherá o que ele quer em Patos de Minas. Por exemplo, quer saber o que foi concebido para milho em Patos de Minas, quais foram os bancos que concederam o crédito nessa região.

Ele pode chegar, num segundo momento, e saber que operações, daquelas que foram para a mídia, estão adimplentes, inadimplentes, prorrogadas. Enfim, ele vai ter toda uma série de informações.

Quando o Banco Central disponibilizar, vai aparecer uma tela parecida com esta, e o usuário vai definir o cardápio que ele quer: "Eu quero este prato". E o sistema vai dar em pouco minutos.

Próximo.

Por que ainda não divulgamos? Exatamente porque temos o dever de cumprir a LAI (Lei de Acesso à Informação), que não permite que o Banco Central ou que órgãos do Governo coloquem informações, na sua rede mundial de computadores, ou seja, na internet, sem que o usuário possa exportá-las. Esse é um problema de ordem operacional, que estamos resolvendo. É um projeto que deve ser entregue agora, no segundo semestre de 2014.

Então, quando o usuário quiser entrar no Sicor e extrair os dados, ele poderá, através de um campo específico, exportá-los. Normalmente, exporta-se para o Excel, que permite manipulação, no bom sentido, e um trabalho adequado, de acordo com a conveniência de cada cidadão. Mas o fato é que estamos resolvendo o problema da – vou criar, não sei se existe a expressão – exportabilidade, já que se fala muito de mobilidade. Então, vamos permitir que os dados consultados, aqueles que você definiu como sendo sua necessidade, possam ser exportados, por exemplo, pelo seu computador, para você brincar, fazer suas simulações, em termos, por exemplo, de Excel. É nesta fase em que nos encontramos. Esperamos que, dentro em breve, possamos divulgar todos os dados do Sicor para a sociedade como um todo, com o nível de detalhamento, de riqueza e de informação de que falei.

Bom, o que já posso ver no Sicor hoje? Pegamos exatamente o conjunto de operações de crédito rural de 2013 para cá. É a era que, brincando, convencionamos chamar de "era sicoriana". O Sicor já está me dizendo que, primeiro, de 2 de janeiro de 2003 a 4 de junho deste ano, o Sicor apresentou um volume de contratos, ele está nos informando que há um volume de custeio de 1.450.818 contratos firmados no período, sendo: bancos públicos, com 943.000; bancos privados, com 161 mil; cooperativas, com 346 mil; e uma agência de fomento. Esse é o retrato de todas as operações de custeio agrícola e pecuário concedidos do dia 2 de janeiro de 2003 ao dia 4 de maio de 2014.

Por que 4 de maio? Esta é outra informação importante, Senador. Dados do Sicor, diferentemente do sistema anterior, exigem que o banco inclua a operação no que nós chamamos lá no Banco Central de "D+0".

Isto é, se ele contratou a operação hoje, ele tem que incluir no sistema hoje. Ele não pode deixar para amanhã. Se ele contratar uma operação hoje e tentar incluir amanhã, ele não vai conseguir. Já houve casos em que o banco teve que refazer a operação, senão não conseguiria incluir no sistema.

Aqui não há como, mas eu puxo a tela, vamos clicando, e a cada minuto que pedimos a informação, ele nos fornece um número diferente, tanto em termos de valor como de quantidade. Então, é um sistema que capta operações quase que em tempo real.

Com relação ao volume de operações. Nós falamos da quantidade de operações de custeio agrícola e pecuário; agora, o montante de crédito concedido para custeio agrícola e pecuário por segmento no período: R$113 bilhões já foram colocados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, através desses bancos, sendo que 59% a cargo de bancos públicos, como Banco do Brasil, BNB, Basa e Caixa Econômica. Se bem que, em 2013, eu acho que ainda... Em 2014, com certeza, a Caixa Econômica já está aí. Ela estava começando em 2013.

Próximo.

Na parte de contratos de investimentos, temos uma quantidade maior. Na parte de custeio, eram 1.450.000 contratos. Aqui, tenho 2.319.000 contratos. Ou seja, um número de contratos de investimentos muito maior do que os de custeio agrícola. Isso é uma novidade, pois há oito ou dez anos esse número era exatamente o contrário. Havia de mais custeio do que de investimento. Isso se deve a ações do Pronaf, operações do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, que operam muito fortemente na parte de investimento pecuário.

Próximo.

Na parte de valor, tenho R$66 bilhões. Aí já muda um pouco. Lá são R$103 bilhões, e aí estamos com R$66 bilhões. Portanto, o valor médio das operações de investimento é um pouco menor do que o das operações de custeio.

Na parte de comercialização agrícola e pecuária, temos 66 milhões. Os bancos públicos estão também na faixa acima de 50%, 66%. E o valor...

Próximo.

E o valor próximo de R$29 bilhões para comercialização.

É lógico, o Wilson lembrou do apoio que existe para a comercialização. Nem tudo o que é produzido precisa de crédito de comercialização, principalmente quando o preço está bom, e nós temos vários produtos com preço muito bom, e o produtor não precisa de assistência financeira. Ele já vende o seu produto no mercado com uma rentabilidade bem razoável.

De qualquer forma, temos também 30 bilhões, aproximadamente, de recursos para a comercialização agrícola e pecuária.

Juntando as três modalidades de financiamento – custeio, investimento e comercialização –, foram contratados, de janeiro de 2013 a 4 de junho de 2014, 3.800 operações de crédito rural, pegando investimento, custeio e comercialização. E os bancos públicos estão representados com 80% do quantitativo.

Próximo.

Na parte de valor, muda um pouco, mas temos os bancos públicos com 58% e um total de crédito concedido, em um ano e cinco meses, de R$198 bilhões. Aí estão todas as fontes de crédito rural. Em um ano e cinco meses, esse é o nosso desempenho em termos de contratação de crédito rural no País. É importante enxergar que as cooperativas estão bem, estão crescendo, já estão com 9% do valor.

Peço que volte um pouco, por favor.

Em termos de contratos, as cooperativas estão com 11%. Elas estão chegando aos dois dígitos sonhados. O segmento cooperativo quer estar acima de 10% nessas modalidades. Em quantidade ele já chegou; em termos de financiamento também está chegando lá.

É importante dizer que há um valor diferente em termos de investimento porque a cooperativa trabalha muito com recursos recebidos dos bancos, ou seja, ela tem como característica operações mais de custeio e de comercialização. Portanto, do ponto de vista de prazo, um perfil de médio e curto prazo, de modo geral, mas isso não significa que não tenha operação de investimento.

Era isso que eu teria para trazer, dentro do prazo, que já estourou, e fico à disposição dos senhores, assim como o Banco Central, que está à disposição e sempre terá prazer em atender o convite ou a convocação do Senado, a qualquer momento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Desejo cumprimentá-lo, Dr. Deoclécio Pereira de Souza, pela sua exposição, que foi uma radiografia das ações do Banco Central no sentido de possibilitar que o setor rural tenha acesso a crédito, alavancando, assim, repito, a nossa economia.

V. Sª levantou, no curso de sua brilhante exposição, a ação do Prodoeste, que, aliás, foi um excelente programa que o Brasil realizou não só em favor do Centro-Oeste, pois outras regiões também foram beneficiadas. Eu gostaria de lembrar aqui que o alerta inicial foi dado pela Fundação Brasil Central, com relação ao Centro-Oeste.

Outro episódio importante foi o Prodoeste, e outro mais importante que o Prodoeste foi a presença da Embrapa.

No meu Estado, há três unidades da Embrapa: a Embrapa Pantanal, a Embrapa Gado de Corte, em Campo Grande, e a Embrapa Centro-Oeste, em Dourados. Cada uma com suas atividades específicas, mas têm proporcionado, através da pesquisa, elementos muito importantes para o nosso processo de desenvolvimento.

Evidentemente, na sequência, veio o FCO, sobre o qual já manifestamos, e agora nossa grande esperança, que é o Programa ABC. Executado, tenho certeza de que teremos condições de quintuplicar a economia rural do nosso País.

Meus cumprimentos, portanto, pela sua exposição mais uma vez.

Eu consulto, então, o Sr. Mário Antônio Pereira Borba sobre se gostaria de se manifestar também.

O SR. MÁRIO ANTÔNIO PEREIRA BORBA – Em primeiro lugar, Senador, quero parabenizar esta Comissão pelos dois blocos aqui apresentados hoje; poucas vezes, vemos isso nesta Casa. Foram dois blocos realmente produtivos.

O que lamento, principalmente em relação ao primeiro, é que fiquei olhando e não vi nenhum Senador do Nordeste. Isso nos deixa tristes.

Quando se fala no plano agrícola, em tudo que foi falado aqui, o Banco do Brasil, por exemplo, no Nordeste, perdeu a cultura do crédito rural. Hoje, mais de 80% dos financiamentos rurais no Nordeste estão com o Banco Nordeste. O Banco do Brasil, nos anos 1990, quando fez securitização, e pesa que hoje está na dívida

ativa... Hoje, ele praticamente não atua mais no Nordeste, perdeu a cultura do crédito rural. E o próprio Banco do Nordeste... Inclusive, com o Presidente do Banco, há 15 dias, em João Pessoa... A questão da burocracia. Para ter acesso ao Banco do Nordeste, a burocracia é muito grande. É preciso que haja mais simplicidade no acesso ao crédito, principalmente para a classe média rural.

É preciso, para se ter uma ideia – são normas que o Banco tem de cumprir –, apresentar a comprovação de votação da última eleição sua e da sua esposa, para ter acesso ao crédito no Banco do Nordeste. São normas do Banco, que o próprio Banco tem de exigir, porque senão paga por isso.

Há, também, quando falamos na questão da política, do plano agrícola do Semiárido, enfim, uma série de coisas que são criadas. No Brasil, há o maior Semiárido do mundo e o mais populoso. Outra coisa interessante também: é preciso ser criada... Até hoje, o Governo Federal... Todos os governos que passaram não se sensibilizaram ainda com a questão do Semiárido. É preciso haver um crédito rural específico, um crédito rural diferenciado para a região do Semiárido do Brasil, como há para todas as regiões semiáridas do mundo.

Estive na Austrália, onde há crédito rural específico. Perguntei: "Vocês pagam como aqui? Em quanto anos?". "Aqui se paga crédito rural em duas gerações?" Por quê? Já falei isso, inclusive, para o Wilson. Se eu tomo um financiamento por dez anos, e ele vence – vamos dizer – em 2020, então, se se chegar a 2018 e houver uma seca, que é natural no Nordeste – foram 73 secas cruéis, em que já morreram 500 mil nordestinos em 1870, 1880, que foram para a Amazônia tirar borracha e morreram com malária –, se em 2018 houver seca, aquele meu débito passa para 2021, para o último ano subsequente ao do meu vencimento.

Enquanto isso, ficamos nesta Casa.

Estou andando nesta Casa há 12 anos, atrás de medida provisória e de projeto de lei para resolver um passivo do Nordeste de 1989 a dezembro de 2000, Dr. Deoclécio. Foram 11 anos de correção monetária, e isso coincidiu com a seca dos anos 1990. Foram sete anos secos numa década.

Então, correção monetária e seca. Quem tomou cem deve um milhão, quem tomou dez deve cem mil. Essa conta não fecha. De 2000 para cá, os problemas estão sendo resolvidos, mas esses 11 anos, esse passivo que está lá no Nordeste... Ninguém quer falar nisso, e nós ficamos insistindo aqui.

Neste momento, faço um apelo ao Banco Central, ao próprio Ministério da Agricultura, ao Ministério da Integração – está lá a Sudene, que é subordinada ao Ministério da Integração, o Banco do Nordeste, que está ligado também ao da Integração, junto com o Ministério da Fazenda –, no sentido de resolver o passivo dessa dívida.

Há pessoas que já se suicidaram, pessoas que sofreram infarto... Enfim, é um desastre que acontece no Nordeste. O crédito do Banco do Nordeste está voltando das superintendências. Na semana passada, fui procurado pelo Banco do Nordeste para indicar produtores para terem acesso ao crédito. Nós não encontramos essas pessoas porque elas carregam um passivo dos anos 1990.

Então, é preciso que haja, vamos dizer, sensibilidade, por parte do próprio Governo Federal, no tratamento dessa questão do Semiárido. Precisamos de investimentos a longo prazo e de políticas públicas.

Eu sou do Semiárido e venho encarando essa situação toda. No ano passado, inventei de ir ao Canadá. É totalmente o inverso. Lá, as pessoas criam vacas em galpões durante quatro meses, em razão da neve. Há políticas públicas, grandes galpões, silagem, armazenamento, financiamento para 25 anos de investimento.

Eu me lembro de Delfim Netto, quando foi Ministro da Fazenda. Perguntaram-lhe por que os investimentos não iam para o Nordeste, e ele disse – lembro-me muito bem desta frase –: "Investimento ao Nordeste, o retorno é a longo prazo".

Então, é preciso que haja conscientização e sensibilização do Governo Federal em relação ao Semiárido.

Está aí a Transnordestina parada, praticamente. A transposição só foi em 2006 e 2010, e, agora, em 2014, novo avanço. Não é possível que vamos esperar outra eleição para que a transposição saia. Há cidade sem água. Estamos com reservatório nosso com 30%, 23%, 15%. O maior reservatório da Paraíba está com 37%. Há regiões em que, neste ano, choveu 100 milímetros. O ano de 2014 será ruim também. A perspectiva para 2015, segundo o Ministério da Fazenda, numa palestra a que assisti no Ceará, não são boas.

Então, esse tratamento com o Semiárido tem de ser diferenciado. E dizem: "Mas há o Pronaf". Mas o Pronaf do Semiárido é o mesmo Pronaf do Rio Grande do Sul. Então, é preciso que se reveja isso.

Quanto à questão da irrigação... Quer dizer, o Semiárido agora, com transposição, com certeza... E é preciso ter muito cuidado nessa questão da transposição. A Paraíba vai receber quatro entradas de água, fora os canais que já existem, fora 13 mil hectares que já existem com possibilidade de serem irrigados, mais 15 mil. Vai ser uma infinidade de hectares.

Agora, é preciso também que se tenha gerenciamento dessa água. Os canais do Nordeste, muitos deles estão sendo invadidos. A pessoa instala um sifão e tira água de todo jeito; movimentos que se dizem sociais

estão invadindo os canais. Se não houver gerenciamento das águas no Semiárido, não vai servir de nada. Temos que procurar empresários, pessoas que realmente...

Nosso grande problema ainda é a questão da educação no Nordeste. A educação é a primeira palavra em tudo. Quando pensamos em fomento, desenvolvimento, tecnologia, temos de pensar em educação.

No último senso do IBGE, o Nordeste tinha um índice de analfabetismo com média de 23%. E os semianalfabetos, quantos são? E como queremos fazer crescer e desenvolver uma região, se não educarmos o nosso povo? Então, esse é o primeiro passo que o Governo Federal e os nossos governantes estaduais têm de dar.

Na semana passada, o Governo da Paraíba – não só da Paraíba, mas do Nordeste todo – estava distribuindo semente. Distribuir semente em região semiárida? Se a região é semiárida, é pecuária. Os grandes confinamentos do mundo, as grandes bacias leiteiras estão em regiões semiáridas do mundo. E no Nordeste não é diferente.

Mas estavam distribuindo seis quilos de semente ao produtor pronafiano, dois quilos de milho, dois quilos de feijão, dois quilos de sorgo, anunciando na rádio local. E dizia mais: "Se você não vier receber sua semente, não tem direito ao seguro Safra." Isso é regredir ao passado.

Então, é preciso que a gente também veja essas coisas.

Mas não quero me alongar. Eu queria fazer um apelo ao Banco Central justamente nessa questão do Semiárido, Deoclécio. Temos que resolver o passivo dessa dívida. Se não, não adianta botar dinheiro no Nordeste, principalmente a classe média.

Nós, hoje, temos três produtores neste Brasil. Só temos dois Ministérios, mas temos o pequeno produtor pronafiano, que é assistido na sua totalidade; o empresário rural do agronegócio; o exportador, porque esse não precisa do Governo; e a classe média rural sofre pressão de cima e de baixo.

Tenho um amigo, o nosso Presidente da Federação do Rio Grande do Sul. No ano passado, o Presidente do Banco Central esteve na CNA, e ele, brincando com o Presidente, dizia que aquele espaço que há lá no Banco Central foi o da agricultura. Mas com a ida dele à CNA podia ser que daí para frente o Banco olhasse para a agropecuária brasileira.

Essa é uma piada do Sperotto, lá do Rio Grande do Sul.

Eu queria fazer uma pergunta ao Wilson.

Um produtor rural no Nordeste, que tem uma renda bruta anual de R$200 mil, pode ser enquadrado no Pronamp, tendo em vista que o Pronamp, a renda bruta, vai até R$1,6 milhão?

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Pode. Não há nada que impeça. O Pronamp não é excludente para baixo. Ele pode ser beneficiário do Pronaf e pode ser beneficiário dos investimentos do Pronamp.

O SR. MÁRIO ANTÔNIO PEREIRA BORBA – É porque alguns estão pensando que é dali dos 360 para frente.

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Não, não. Nós utilizamos como corte, mas há muitos produtores com esse nível de renda que não estão enquadrados no Pronaf também. E no Nordeste me parece que é um número muito expressivo.

O SR. MÁRIO ANTÔNIO PEREIRA BORBA – Está O.k.. Obrigado.

A outra pergunta seria para o Ministério da Integração. Eu fiz a pergunta no bloco primeiro, mas o Ministério não estava presente. Eu faço a pergunta: e a conclusão exata da transposição, quando sai? Estão anunciando para 2015. Eu sei que em 2015 não sai.

O SR. CARLOS HENRIQUE ROSA – Bem, não quero frustrar um pouco suas expectativas, não, mas, como falei no início, eu trabalho na Secretaria de Fundos Regionais do Ministério da Integração Nacional. Eu sei o tanto que é divulgado pelo Ministério da Integração, em seus meios de comunicação oficiais pela mídia tradicional. O prazo que é dado é final de 2015. No final do ano que vem um dos canais será entregue, sim. A expectativa é essa.

O SR. MÁRIO ANTÔNIO PEREIRA BORBA – Senador, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Meus cumprimentos ao Sr. Mário Antônio Pereira Borba pela sua exposição franca, aberta. Esse é o objetivo que queremos colher aqui, nesta Comissão. É a voz de todos: dos produtores, do Governo e de todas as pessoas que se interessam pelo nosso País.

Eu me permito, Sr. Mário Antônio, dizer a V. Sª que estou aqui, no Senado, há algum tempo. Estive na Câmara dos Deputados também por doze anos e sempre percebi a presença atuante dos Parlamentares do Nordeste.

No caso específico que o senhor fala, do passivo dos ruralistas dos anos 90, ainda há pouco tempo, houve um debate muito intenso aqui, não só nesta Comissão como no plenário. Se depender do Senado da República, do Parlamento brasileiro, essa questão será resolvida. Mas, infelizmente, ela está do outro lado, no Palácio do Planalto. Não conseguimos até agora, os Parlamentares do Nordeste não conseguiram até agora sensibilizar o Governo da República. Eu me comprometo a transmitir as observações do senhor aos Parlamentares que compõem esta Comissão. Se eles não estão presentes hoje aqui é em razão de outros compromissos já feitos, inclusive eu mesmo não sabia da realização desta reunião hoje.

Eu vim ontem, gripado como estou, do meu Estado, para atender a esta convocação. Então, eu gostaria que o senhor relevasse a ausência dos Parlamentares do Nordeste e que ficasse ciente de que a participação deles na solução dessa questão tem sido intensa, presente; e se não houve resultado até agora, isso não depende da voz e do trabalho deles.

Eu queria apenas que o senhor relevasse não só a ausência deles, mas, sobretudo, que se conscientizasse de que eles trabalham pela sua região.

V. Exª pode falar.

O SR. MÁRIO ANTÔNIO PEREIRA BORBA – Realmente, Senador, existe a boa vontade dos nossos Parlamentares. Por isso é que eu disse que há 12 anos eu acompanho a questão do endividamento nesta Casa. Este ano, inclusive, já participei, representando a CNA, de duas audiências públicas, uma no Senado e outra na Câmara. Mas, como o senhor falou, não depende desta Casa. Todos nós sabemos que existe na Casa Civil um cidadão chamado Gilson Bittencourt, e que as pretensões do Nordeste esbarram nesse rapaz. Isso não é de agora, é desde a época do Ministério da Fazenda. Temos aí a questão do milho do Nordeste, em que o produtor, antes da seca, retirava do balcão 14 toneladas de milho; o produtor de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul levam 27. Mas o Nordeste, tudo bem, 14. Depois que veio o plano emergencial do milho, baixou para 7; caiu para 5, caiu para 4, caiu para 3. Hoje, o produtor está recebendo 1.200kg de milho no Nordeste, e não há. E tudo isso passa por esse cidadão.

O meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Eu gostaria de saber se algum dos senhores convidados deseja se manifestar.

Com a palavra, o Sr. Wilson Vaz de Araújo.

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Mário, eu também acompanho essa sua via sacra o tempo todo, porque já estamos do lado de lá no Ministério e sabemos que há um pedaço que ainda não foi devidamente equacionado e que vem exatamente desse período, quando havia encargos pós-fixados, ou seja, os custos aumentavam com o tempo, com a taxa de inflação.

Mas não é isso que eu queria comentar. Eu tinha essa leitura que você faz também do Banco do Brasil em relação ao Nordeste. Ele ficou, de fato, por um período, fora do processo.

Ontem, antes de vir para esta reunião, eu pedi os dados, os números atualizados do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste em relação ao Semiárido e ao Nordeste como um todo nesse Plano Safra 2013/2014. Os números que o Banco do Brasil me encaminhou ontem foram R$4,9 bilhões de aplicação, dos quais R$1,6 bilhão são no Semiárido.

Os números do Banco do Nordeste aparecem com R$4,274 bilhões, e no Semiárido, R$1,8 bilhão. Esses números são de ontem, acumulados de julho para cá. Então, eu não sei, porque...

O SR. MÁRIO ANTÔNIO PEREIRA BORBA – E os pronafianos e os não pronafianos?

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Há separados aqui também. No Banco do Brasil não há, mas no Banco do Nordeste está separado. Mas há pelo menos uma parte que colocamos no plano do Semiárido, não sei se você lembra, R$3 bilhões para a agricultura empresarial, incluindo o médio produtor rural. O Banco do Brasil aplicou tudo que nós tínhamos autorizado de equalização e nos pediu ainda mais uns R$400 milhões, R$500 milhões de equalização adicional. Então, eu acho que eles estão revendo a atuação deles e têm demandado mais recursos para atuar na Região Nordeste.

O SR. DEOCLÉCIO PEREIRA DE SOUZA – A Caixa Econômica está entrando no processo. Eu confesso que não sei exatamente como está o trabalho dela no Nordeste, mas a Caixa Econômica está chegando e tem uma pretensão muito boa, envolve toda a presidência do Banco, toda a diretoria colegiada da Caixa. E ela chegando ao Nordeste, tenho certeza, dada a capilaridade dela, vai ser um grande parceiro do agricultor, particularmente porque ela tem uma exigibilidade crescente até daqui a mais dois anos, e com dinheiro barato, porque ele é barato para o Governo, já que são depósitos à vista. Não há equalização, mas ela tem a obrigatoriedade de aplicar em crédito rural.

Então, posso até dizer o seguinte: ela não só está chegando positivamente no mercado, e aí, com a sua capilaridade, em todas as regiões do País, como vai trabalhar muito forte. Ela tem, e sempre falei isso ao pessoal da Caixa... Alguém falou, em determinado momento, que a Caixa poderia não ser muito bem sucedida em crédito rural. Eu disse que tudo que a Caixa precisaria era, a meu ver, de crédito rural para consolidar inclusive a sua clientela, porque a Caixa, até há pouco tempo, atendia um cliente aqui e perdia para um concorrente ali, por não ter crédito rural. Hoje, ela consegue fidelizar o cliente dela através da linha de um produto chamado crédito rural, que ela não tinha até então.

Ela está chegando forte e com muito dinheiro para o crédito rural, dinheiro que já está lá. Não é a agricultura, Wilson, que está colocando lá. Já existe a chamada exigibilidade do crédito rural de que falei. São 34%

dos depósitos à vista que a Caixa também, como qualquer outro banco, vai ter que colocar no crédito rural. Ela está em fase de transição: nesse período, são 13%; vai evoluindo, salvo engano, para 17%; e vai chegar a 34% em breve. Ela tem um volume muito significativo de recursos para colocar no crédito rural.

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Permite-me um complemento? (*Pausa.*)

Na avaliação da Caixa Econômica Federal, eles devem ter, para este ano safra 2014/2015, uma disposição de recursos, claro, para o Brasil inteiro, de R$6 bilhões. É o volume de recursos que colocamos dos três fundos constitucionais nesse Plano Safra. É praticamente o mesmo recurso dos dois bancos federativos. Realmente, a entrada da Caixa é uma coisa que vai dar uma balançada, sobretudo em bancos públicos federais

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Consulto se os demais convidados desejam se manifestar. (*Pausa.*)

Da minha parte, agradeço a presença de todos, inclusive do Sr. Mário Antônio com as suas provocações. Foi muito importante. V. Srª poderia se candidatar ao Senado. (*Risos.*)

O SR. MÁRIO ANTÔNIO PEREIRA BORBA – O problema é ter quem banque, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB – MS) – Mas terá oportunidade.

Tenho, para mim, que esta reunião foi de extrema valia, porque atinge os objetivos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado da República. Nosso objetivo, como disse aqui, é analisar as políticas públicas de planejamento, execução e controle de crédito rural no Brasil. Acho que cumprimos a nossa missão hoje.

Cumprimento a todos. Agradeço a presença aqui até esta hora, principalmente dos nossos convidados, pela valiosa contribuição que prestaram a esta Comissão.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2014.

Às onze horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e quatorze, na sala seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim e Cícero Lucena. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Lobão Filho, João Alberto Souza, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino e Gim. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº. 03/2014-CCT, de autoria dos Senadores Zeze Perrela e Alfredo Nascimento, que requerem a realização de audiência pública destinada a avaliar a política pública do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL. Comparece à audiência, na qualidade de expositor, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo. Finda a apresentação, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usa da palavra o Senhor Senador Anibal Diniz. Neste momento, o Senhor Senador Anibal Diniz requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento n.º 14, de 2014-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que requer "Em aditamento ao RCT nº 4/2014 e nos termos regimentais, requeiro a inclusão de expositor na Audiência Pública para debater o PLC nº. 59/2003, com emissão de convite à Deputada Jandira Feghali, PC do B/RJ". O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às doze horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Zeze Perrella,** Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de maio, de 2014.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião da CCT.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Iniciando os trabalhos de nossa reunião, informamos que esta audiência pública é realizada em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2014, de autoria dos Exmºs Srs. Senadores Zezé Perrella e Alfredo Nascimento, e também de acordo com o plano de trabalho para avaliação da política pública do Programa Nacional de Banda Larga, proposto pelo Exmº Sr. Senador Anibal Diniz, Relator da matéria, ambas as proposições aprovadas por esta Comissão.

Destina-se esta reunião a avaliar a política pública do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), para a qual temos a honra de contar como expositor o Exmº Sr. Ministro Paulo Bernardo, já presente à Mesa.

Cumpre-nos ressaltar primeiramente a parceria, a disponibilidade e a gentileza do Ministro Paulo Bernardo em participar novamente de uma audiência pública conosco, considerando que até há pouco já participou de outra reunião – desculpe, Ministro – na qual foram tratadas questões relacionadas à qualidade do serviço de telecomunicações.

Apesar da correlação entre os temas dessas duas audiências, é de suma importância que o PNBL seja objeto da nossa reunião específica que servirá para instruir tanto o Relator da matéria, Senador Anibal Diniz, quanto o Plenário da CCT, que posteriormente irá deliberar sobre a matéria.

O Programa Nacional de Banda Larga foi instituído em 2010 pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério das Comunicações, a partir do Decreto de nº 7.175 do mesmo ano com o objetivo principal e juntamente de massificar o acesso à internet em banda larga no País, principalmente nas regiões mais carentes do serviço de telecomunicações, em especial aquelas mais distantes e isoladas.

O caráter inclusivo do programa é o vetor principal da matriz de responsabilidade e dos seus objetivos, pois não se pode mais conceber uma sociedade moderna sem acesso à informação, à Rede Mundial de Computadores, e isso com qualidade, velocidade e largura de banda. Também foi instituído como um dos pilares do programa o preço do acesso a R$35,00 por um mega de velocidade.

O Executivo vem atuando em várias frentes, tal como a desoneração das redes, incentivos aos *smartphones,* a aplicação da rede de fibra ótica, dentre outras ações.

Mesmo ante a necessidade de reconhecermos os esforços do Ministério e dos demais entes envolvidos na execução do programa, de fato, são habituais as notícias de que os objetivos não foram plenamente atingidos. Daí, então, a necessidade de incluirmos a avaliação dessa política pública, inclusive nessa nova atribuição das comissões do Senado Federal.

Recentemente, houve o anúncio de que haveria uma evolução do programa chamado de PNBL 2.0, que contemplaria novas metas, mas também serviria para aprimorar pontos específicos do modelo original. Parece-nos que esse assunto não foi finalizado e poderá o Ministro nos dar mais informações sobre isso.

É especial, então, a vinda do Ministro Paulo Bernardo à CCT para nos instruir sobre o tema, de forma clara e objetiva, sobre o atual cenário, assim como sobre as metas e os objetivos futuros.

Esse processo de avaliação, apesar de ter a nuança de fiscalização, é mais que isso, é contributivo, pois esperamos que, no final dos trabalhos, por meio do Senador Anibal Diniz, possa a CCT do Senado contribuir, de forma significativa, para o aprimoramento da matéria. De fato, a situação não é a ideal, especialmente para as regiões mais distantes como o Norte e o Nordeste.

Em tempos de hoje, mesmo que consideremos as dificuldades existentes, não se pode mais aceitar justificativa nesse sentido para a baixa qualidade de alguns serviços nessas regiões. Já houve muito tempo para a solução dos problemas, pois o marco regulatório das telecomunicações remonta a 16 anos. É o mesmo tempo para a entrada das empresas privadas na prestação do serviço.

Há pouco, escutamos o Ministro falando de qualidade e, na semana passada, recebemos representantes das empresas, que, como sempre, nos trazem números impressionantes de investimentos. Mas como associar isso à qualidade se a sociedade se mantém insatisfeita?

O tema não é novo, inclusive na CCT, pois já realizamos inúmeros debates aqui sobre o assunto.

Mas precisamos evoluir, virar a página, já que a sociedade, a população, que necessitam de serviços com mais qualidade, não suportam esperar mais e tampouco suportam as mesmas justificativas sobre esse tema.

As empresas vêm ao Senado e falam que já investiram milhões, bilhões de reais, só que precisamos ver isso traduzido em resultados, o que não é o caso, absolutamente.

Sr. Ministro Paulo Bernardo, passo agora a palavra a V. Exªm reafirmando que a CCT é parceira do Ministério das Comunicações. Da mesma forma que esperamos receber aqui informações e esclarecimentos, tere-

mos esse trabalho como uma contribuição ao Ministério para que os objetivos sejam realmente atingidos com sugestões e mais dados sobre esse tema.

A Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado desempenha um papel essencial e eficaz quando se trata do tema telecomunicações. Já temos muitos resultados para isso. É uma Comissão essencial ao bom desenvolvimento dos trabalhos desta Casa que não pode ser absorvida por outra comissão, pois é aqui que são resolvidas as questões da radiodifusão, das telecomunicações, da ciência e da tecnologia. Atualmente, deliberamos, Sr. Ministro, sobre mais de um mil projetos de outorga ou renovação de concessões da radiodifusão, somente para exemplificar. De fato, há uma luta da CCT para manter o bom desenvolvimento desse trabalho, reiterando sempre a parceria com o Ministério das Comunicações.

Por esses e outros motivos, a atenção de V. Exª, como sempre, é de grande valia para este Plenário.

Ditas essas palavras, Sr. Ministro, passo a palavra, então, a V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, só pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Pela ordem, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Primeiro, queria justificar minha ausência na primeira audiência, quanto também na Comissão de Assuntos Econômicos. Aproveito e justifico por extensão, já que Brasília viveu hoje uma experiência inusitada: o aeroporto foi fechado, Ministro Paulo. Terminei fazendo um voo via Goiânia. Portanto, acabei de chegar a Brasília, apesar de ter saído de Salvador às cinco horas da manhã. Foi uma verdadeira maratona.

E outra, Ministro, provavelmente deve ter sido esse um dos problemas, estamos com uma sessão de homenagem à Irmã Dulce. Recebi agora a delegação do Governador do Estado, que não conseguiu chegar a Brasília ainda para essa audiência sobre as organizações sociais da Irmã Dulce, das Obras Sociais Irmã Dulce. Começará às 12h essa sessão no plenário do Senado. Vou ter de participar até duplamente dessa sessão, como Senador e como o representante do Governador do Estado. Então, estou até já antecipando as minhas desculpas em relação à minha ausência nesse debate proposto pelos Senadores que julgo ser de suma importância. Acho que é fundamental.

O Ministério tem, ao longo de toda essa trajetória, demonstrado não só um nível de capacidade para intervenção nessa área como, também, tem apresentado propostas concretas para que a gente caminhe para uma solução efetiva que diz respeito a essa questão dos serviços de comunicação no País e, em particular, esse desfecho da tão propalada banda larga.

Portanto, creio que as proposições e as próprias iniciativas que o Ministério tem adotado são importantes. Nossa expectativa, cada vez maior, é a de que nós tenhamos oportunidade de concluir essa etapa importante para o serviço de comunicação do País.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Com a palavra o Ministro Paulo Bernardo.

O SR. PAULO BERNARDO – Muito obrigado, Presidente. Quero cumprimentar mais uma vez os Senadores membros das Comissões.

É uma satisfação conversar sobre o Plano Nacional de Banda Larga, até porque esse é o programa a que temos procurado dar mais atenção no Ministério das Comunicações.

Sei que a Presidenta Dilma tem um carinho especial por essa questão, a exemplo do que tinha também o presidente Lula, que foi quem encomendou, pediu a elaboração do Plano Nacional de Banda Larga e fez o seu lançamento em 2010. Então, nós tivemos agora, não sei se foi em março ou abril, quatro anos de lançamento do Plano Nacional de Banda Larga. E nós achamos que tivemos bastante avanço, Presidente, embora, por outro lado, tenhamos que reconhecer que precisamos avançar muito.

O principal objetivo do Plano Nacional de Banda Larga era aumentar o acesso, aumentar a condição de as pessoas usarem esse serviço, disseminar ao máximo o serviço de internet banda larga no Brasil. Se nós fôssemos olhar apenas os números de acesso no Brasil, nós poderíamos ser induzidos a achar que o plano já foi bem-sucedido, e eu quero dizer que não concordo com apenas esse parâmetro. Eu digo isso porque nós tínhamos, em 2010, quando foi lançado o PNBL, aproximadamente 13 milhões de conexões de banda larga fixa e hoje nós estamos com quase 23 milhões. Isso significa um aumento da ordem aí de um pouco mais de 50% de crescimento. E na banda larga móvel, nós tínhamos em torno de 18 milhões de usuários, em 2010, e hoje nós estamos com quase 120 milhões, 118 milhões de usuários de banda larga móvel. Então, de fato, esse serviço, se olharmos principalmente a parte de internet móvel, teve uma explosão de consumo.

Eu me lembro de que, apenas no ano de 2011, cresceu noventa e nove vírgula alguma coisa por cento, quer dizer, nós dobramos, em um ano, o número de conexões de internet 3G. Depois disso, em 2012, fizemos a licitação para a internet 4G, um serviço que está sendo implantado, tem perto de cem cidades aí com disponibilidade, um pouco mais 2,5 milhões de usuários. Mas a nossa previsão é que isso vai crescer muito rapidamente.

Eu estou convencido disso, Senador Perrella, porque, na verdade, o problema de conexão no Brasil vai ser de fato resolvido pela via da internet móvel. E não é difícil entender por quê. Primeiro que a infraestrutura é muito mais fácil de instalar do que você fazer cabeamento. Imagine, em um país do tamanho do Brasil, com 8 milhões de quilômetros quadrados, com distâncias tão grandes entre as nossas regiões, você fazer tudo com conexões físicas. É evidente que isso é muito mais dispendioso e vai demorar mais. Segundo que as conexões móveis estão ganhando, de forma muito veloz, qualidade, e prometem ter qualidade de conexão fixa.

Nós já temos aqui a implantação do 4G, fizemos uma licitação em 2012. Vamos fazer outra licitação neste ano para 4G, provavelmente em agosto, com uma nova radiofrequência. E já há testes no mundo para internet 5G, que promete velocidades na faixa de 300 Mb/s, às vezes até mais do que isso. Então, com certeza, nós vamos avançar. As soluções móveis vão ser muito mais rapidamente absorvidas do que as fixas. Até porque, hoje, também, as pessoas não querem mais telefone fixo, não querem computador preso na parede por um fio. O número de *tablets* e *smartphones* está dando de lambada aí nas vendas de computadores. No ano passado, no mundo inteiro, já se vendeu mais *tablet* do que computador.

Então, a tendência é que isso vai acelerar. As pessoas vão se conectar com um dispositivo como esse, que faz praticamente tudo que um computador faz e faz mais coisa. E, daqui a algum tempo, vai fazer todas aquelas operações que você podia fazer no computador.

Se você olhar, por exemplo, a nova geração, a meninada que está indo para a escola agora, que está começando a usar, alguns nem sabem mais como é que usa computador. Daqui a algum tempo, vai ser como máquina de escrever, vai estar em cima da mesa e a pessoa vai ficar imaginando como é que aquilo funciona. Parece exagero, mas é isso mesmo.

Então, nós estamos avaliando que a grande questão no Brasil, mesmo com esse caminho, com essa questão do avanço das tecnologias móveis, o grande problema a ser solucionado no Brasil é a questão da infraestrutura. A exemplo do que nós temos que fazer com rodovias, com ferrovias, com aeroportos, com saneamento, com abastecimento de água, o problema das telecomunicações é um problema de infraestrutura.

O Brasil precisa ser dotado de uma infraestrutura de telecomunicações que dê condição de atender as mais distantes regiões com boa qualidade. Isso só faz com... Nesse momento, só tem uma solução: é fazer redes de fibra ótica no País inteiro. A gente divide as redes em redes de transportes, as redes que conectam as regiões, conectam os Municípios, e as redes de acesso são aquelas redes dentro dos Municípios.

Quando a gente fala em fazer um Plano Nacional de Banda Larga 2.0, nós estamos falando exatamente disto, de aumentar os investimentos em infraestrutura básica, fazer redes de transportes. São aproximadamente 47% os Municípios brasileiros que não têm nenhuma conexão de fibra ótica. O Estado de Minas, por exemplo, que tem 850 Municípios. Eu não sei exatamente a proporção lá, mas deve ser metade dos Municípios não tem fibra ótica chegando até o Município. Então, isso é um limitador que precisa ser resolvido.

Em grandes Municípios, além de a rede de fibra ótica chegar até o Município, que é o transporte, nós temos que fazer redes de acesso também de fibra ótica. Se você for em um pequeno Município, com 15 mil, 10 mil moradores, é provável que daqui a... A nossa opção acabe sendo fazer apenas redes móveis internas. Quer dizer, em vez de se fazer redes de fibra ótica no interior do Município, se resolve tudo com rede de rádio e de tecnologia móvel. Mas, ainda assim, a rede de transporte tem que ser feita porque, para você conectar aquilo com o mundo todo, tem que ter as conexões de alta qualidade na longa distância.

Então, nós avaliamos que o grande desafio que nós temos hoje, para avançar mesmo, é ter fibra ótica em todos os Municípios e, nos grandes Municípios, ter fibra ótica internamente. Porque hoje nós temos uma situação que é a seguinte: você vai em uma região metropolitana, como São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Brasília, você tem uma grande oferta de infraestrutura, tem serviços que permitem atendimento com boa qualidade. E vai no interior, não tem infraestrutura. Mas mesmo nas regiões metropolitanas, se pegar ali Belo Horizonte, a Região Metropolitana de Belo Horizonte, evidentemente vai pegar uma parte da cidade mais desenvolvida, com maior poder aquisitivo, que tem infraestrutura com abundância. E, quando você vai na região mais pobre, com menos poder aquisitivo, você não tem praticamente nada.

Então, as redes de acesso no interior dos Municípios deixam muito a desejar também. Então, na nossa opinião, esse é o grande problema, o grande gargalo que nós temos que resolver. É evidente que ainda temos alguns Municípios, principalmente aqueles localizados no interior da Amazônia, mas em todos os Estados temos alguns Municípios que são localizados em regiões com difícil acesso, montanha. Por exemplo, se for no interior do Pantanal, há Municípios que você não vai conseguir acessar com redes físicas.

E nós precisamos atender da mesma forma. Nós achamos que a solução para isso vai ser o atendimento por satélite. Talvez 5%, 7% dos Municípios brasileiros terão que ser atendidos via satélite. Isso também evoluiu muito, porque as conexões via satélite eram muito lentas. É muito comum, no interior da Amazônia, as pessoas pagarem R$500,00 por uma internet de 250 quilobits, porque é feito por satélite ou, então, é o satélite que

abastece o ponto de difusão na cidade. Quer dizer, fica com baixa qualidade e preço altíssimo. Isso acontece no Pará, no Amazonas, no Amapá, em Roraima.

Hoje, com os satélites novos, já há ofertas: serviços que eram R$1.000,00 passam a ser vendidos por R$99,00. Por exemplo, no interior de Minas, há empresa de satélite privada vendendo serviços de boa qualidade por R$99,00, que, considerando a realidade do ponto de vista financeiro da nossa população do interior, ainda é caro. Nós precisamos ter um barateamento.

Por isso, o Governo encomendou – e nós estamos construindo – um satélite, que vai ser lançado em 2016, com o objetivo de fazer provimento de banda larga nessas localidades com mais difícil acesso. Mas repito: isso é para 5%, 7% dos Municípios do Brasil. Nós precisamos fazer conexões físicas, fibra ótica, em todo o País.

Nas licitações que fizemos, por exemplo, no caso da licitação do 4G, nós incluímos – já falei aqui na outra parte da audiência – a exigência de atendimento das regiões rurais. Isso vai dar um avanço muito grande. A estimativa do IBGE é de que aproximadamente 15% da nossa população vivem nas áreas rurais, no campo mesmo ou em pequenos distritos que ficam fora das cidades. Quer dizer, isso vai dar um alívio muito grande para a cobertura dessas pessoas que estão nesses perímetros que serão atendidos.

E repito: isso vai ter que ser feito neste ano e no ano que vem. Até o final de 2015, tem que estar atendido todo esse Brasil que fica no perímetro de 30 quilômetros fora da cidade. Precisa ser resolvido o problema de quem está em distâncias maiores. A solução vai ser via frequência de 450 MHz – atribuímos para as empresas fazerem isso – ou frequência que já existe. Nós sabemos, por exemplo, que algumas empresas vão colocar 3G nos distritos, porque avaliam que vai ser mais produtivo. E acho que é mais racional mesmo, porque as pessoas querem tecnologia móvel. Elas preferem andar com o celular no bolso do que ter um telefone amarrado na parede, que não tem a mesma utilidade, a mesma facilidade de uso que o móvel.

Além disso, nós já sabemos que, na licitação de 700MHz, as empresas também têm demonstrado interesse de adquirir a frequência para atender os grandes centros e para atender também as obrigações que elas têm no interior de 3G ou de 4G, porque é uma frequência que tem alcance muito maior do que a maioria das frequências que já temos funcionando. Ou seja, você faz o mesmo trabalho com menos infraestrutura. Isso barateia a construção de infraestrutura, e você consegue fazer o atendimento com mais facilidade.

A avaliação que temos hoje de algumas pesquisas que fizemos é de que se avançou muito no interior do País, mas a limitação é a infraestrutura. Quer dizer, o serviço. Se estamos reclamando do serviço em Brasília, imagina no interior dos Estados, com a dificuldade de infraestrutura que temos.

Dias atrás, um jornal publicou uma matéria até interessante, mostrando o seguinte: o Município São José de Piranhas, na Paraíba, tem internet banda larga grátis na praça e não tem saneamento básico nos distritos, principalmente na área rural. Na verdade, eu não estranharia isso. A tendência é que a tecnologia móvel, principalmente, vai avançar muito mais rápido. Vão chegar muito mais rápido o celular e a internet do que o saneamento básico.

Não estou dizendo que isso é uma coisa boa; estou dizendo que isso vai acontecer, porque a velocidade com que se está avançando é muito rápida.

Há um levantamento muito interessante, que foi feito pelo instituto Data Popular. Ele fez, junto com a Confederação das Favelas do Brasil, uma pesquisa, e deram o nome de Data Favela. Pegaram oitenta e poucas favelas no Brasil inteiro, em regiões metropolitanas, e avaliaram as condições de consumo, de vida das pessoas, e, particularmente na área de comunicações, o estudo mostrou coisas muito interessantes.

Se você pegar, por exemplo, jovens entre 14 e 19 anos, o índice de penetração do uso da internet não tem mais diferença entre as classes de renda. Quer dizer, o jovem que tem 17 anos, da classe C, usa tanto a internet quanto o jovem da classe A ou da classe B. Está na faixa de 89% a 90% de uso. É evidente que isso não se mantém nas outras faixas por limitações outras, além da questão financeira, cultural. Há uma série de limitações, mas, entre os jovens, a internet já é tão presente, quase de forma uniforme, em todas as categorias de renda. É uma coisa muito impressionante isso! Quer dizer, muitas vezes o jovem compromete todo o seu orçamento, que normalmente é pequeno, para comprar um *smartphone*, para ter 3G, 4G. Mas isso mostra que precisamos fazer um trabalho muito grande, para dotar de infraestrutura e acesso, para fornecer esse serviço.

Acho que uma coisa muito importante que foi feita e que vai estimular foi a votação do Marco Civil da Internet. Muitas empresas colocavam isto como um ponto básico importante: haver uma legislação que desse segurança jurídica para fazer investimentos.

Algumas experiências estão sendo feitas. Por exemplo, o Google está programando fazer aqui, no Brasil, um teste com aqueles balões que eles usam para fornecer internet. Isso com certeza vai ser também uma opção a mais para as regiões com mais dificuldade de se fazer infraestrutura, até porque alguns desses balões têm raio de alcance às vezes até de 100 a 150 quilômetros. Acho que é uma coisa positiva. Mas, sobretudo, para concluir, quero repetir: nós precisamos fazer muita infraestrutura.

Nós, por exemplo, tiramos os impostos – foi aprovado pelo Congresso –, todos os impostos federais, para fazer infraestrutura de telecomunicações. Isso já existia para serviço de infraestrutura de rede elétrica, e fizemos agora para as telecomunicações também. Provavelmente, isso vai alavancar bastante os investimentos nos próximos anos.

E, quando a gente fala de números de investimento, V. Exª falou: "Não, as empresas vêm aqui e dizem..." Acho que, no ano passado, investiram R$27 bilhões, mas, na verdade, temos de avançar muito mais, porque há algumas regiões para as quais as empresas, se não tiverem algum incentivo, não vão.

Você vai, por exemplo... Fui a Rondônia, onde o prefeito é amigo nosso e foi Deputado. O Governador Confúcio Moura está fazendo um trabalho lá, um esforço enorme, para levar internet para os mais diversos rincões. Mas conversei com ele. Falei: olha, só que o ICMS é 35%. Quer dizer, se você considerar que o ICMS é cobrado por dentro, calculado por dentro, significa que estão cobrando 45% praticamente de imposto a mais. Uma boa medida seria, por exemplo, reduzir um pouco esse ICMS sobre a banda larga, que não há tanta.

Nós achamos, Senador, que, se avançarmos na questão da infraestrutura, vamos dar conta de universalizar a internet nos próximos anos, com toda a certeza. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Paulo Bernardo, em primeiro lugar, gostaria de fazer um agradecimento especial ao Ministro pela deferência que está tendo conosco hoje, participando de duas audiências públicas.

Não é fácil para quem tem uma agenda de Ministério para dar conta se dedicar a duas audiências públicas numa única manhã. E, segundo, quero dizer que nós aqui também estamos num dia muito concorrido, Ministro. Temos a Presidente da Petrobras, Graça Foster, em depoimento na CPI. Já levei um puxão de orelha do Senador Pimentel por não estar lá com ele; levei outro do Senador Vital do Rêgo, porque ele, sendo Presidente da CCJ, teve que vir presidir a CPI e queria que eu estivesse lá na Presidência da CCJ, onde também há uma audiência com o Procurador-Geral da República. E ao mesmo tempo as outras comissões acontecem: a Comissão de Educação, com a presença do Domenico de Masi. Então, hoje é um dia muito concorrido, mas a sua participação aqui...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco União e Força/PSC – SE) – A Comissão de Legislação Participativa conta com a presença de Ideli Salvatti.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Também. Então, estamos hoje com um dia bastante agitado aqui no Senado.

Mas a presença do Ministro aqui entre nós para tratar dessa política pública é fundamental para a universalização, para a inclusão digital. Acho que o grande desafio do momento é fazer com que as diferenças sociais não impeçam que as pessoas tenham acesso a esse instrumento fantástico de partilha de conhecimento, que é a internet, porque a internet permite uma revolução invisível, porque as pessoas, no passado, só tinham acesso aos bens culturais quando tinham posse. E agora é possível fazer com que as pessoas tenham acesso aos bens culturais a partir de uma acesso a internet.

Então, quando a gente fala de fazer o Plano Nacional de Banda Larga chegar aos mais diferentes pontos do Brasil, principalmente às comunidades isoladas, que são as que mais sofrem com o isolamento... Se a gente tivesse a possibilidade de fazer com que o Plano Nacional de Banda Larga pudesse chegar com a mesma qualidade a essas comunidades isoladas, muito melhor.

Assim, Sr. Ministro, a primeira questão que a gente tem a colocar é em relação ao Comitê Gestor da Internet, que tem uma missão estabelecida por lei com uma série de atribuições e, entre essas atribuições, está a de apresentar um relatório anual.

Hoje nós estamos aqui até surpresos com a notícia de que o Comitê Gestor não se reúne. Assim, como levar adiante uma política pública da magnitude do Plano Nacional de Banda Larga quando seu Comitê Gestor não se reúne para discutir os passos, os avanços, o que está dando certo, o que não está dando, quais são os gargalos, o que pode ser feito para superar esses gargalos, onde estão esses problemas que podem dificultar ou até mesmo impedir que essa política pública aconteça, seja concretizada? Esse é um dos aspectos.

Também queria saber se o Comitê Gestor está sob a coordenação direta do Ministro Paulo Bernardo ou se está sub-rogado a algum outro setor do Ministério das Comunicações? E saber o porquê dessa ausência de reuniões de trabalho periódicas para fazer avaliação constante dos passos e o que pode ser feito para a gente colocar o comitê em pleno funcionamento?

Essas seriam as perguntas ao Sr. Ministro.

O SR. PAULO BERNARDO – Senador Anibal, de fato, nós não temos feito reuniões com tanta frequência, mas temos feito a avaliação das ações do Plano Nacional de Banda Larga amiúde. Temos, inclusive, acompanhado o que acontece Estado por Estado, em cada região o avanço dos serviços, o avanço das ações relativas ao plano.

Agora, há questões que V. Exª coloca como, por exemplo, para se atender as comunidades mais distantes, é preciso ter mecanismo para fazer isso. Se não tiver satélite, não vamos conseguir fazer isso, até porque a essas comunidades isoladas, como disse V. Exª, nós não vamos ter condição de fazer atendimento com rede física, quer dizer, construir uma rede até o local. Não é só por questão de custo; é porque, de fato, do ponto de vista da engenharia, da construção disso, é muito difícil, se não for inviável. Então, eu não sei, talvez seja o caso de nós pegarmos cada ponto do programa e fazermos um relatório sucinto. V. Exª está querendo fazer avaliação ponto a ponto. Nós temos condição de fazer toda a avaliação: a construção de redes, quantos Municípios já foram atendidos, o andamento da contratação do satélite, a evolução. Eu acho que temos condição de lhe fornecer todos esses dados para subsidiar o relatório de V. Exª.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Exatamente sobre esses dados, a exposição feita pelo Sr. Ministro nos dá um dado bastante animador, de que nós temos o aumento da banda larga fixa de 13 milhões para 23 milhões e da banda larga móvel de 18 milhões para 120 milhões de usuários. Quer dizer, é um dado de impacto bastante significativo. Agora, são informações que precisam ser disponibilizadas com facilidade, e, na medida em que o Comitê Gestor não se reúne nem trabalha o seu relatório, acabamos ficando sem acesso a essas informações.

Nós, nesse plano de trabalho estabelecido, Sr. Ministro, definimos duas audiências externas; uma delas vai acontecer em Rio Branco, tentando dar uma ideia não de uma audiência pública para o Estado do Acre, mas para toda a Amazônia, tendo como base Rio Branco. Então, vamos fazer essa audiência no dia 7 de agosto, é uma quinta-feira. Inclusive se o Ministro ou alguém que o Sr. Ministro queira indicar para se fazer presente... É importante para chegar a ouvir também de perto o que vamos ter com os participantes locais, qual é a impressão e qual é o sentimento das pessoas em relação ao Plano Nacional de Banda Larga e todo o serviço de internet que está acontecendo hoje no Acre, em toda a Região Amazônica. A outra audiência externa será em Salvador, tentando dar conta de pegar aquele universo todo do Nordeste também, que é uma região muito vasta e que também sofre com o isolamento, apesar de ser menor o isolamento no Nordeste do que na Amazônia – a Amazônia é muito maior, e o isolamento é muito maior.

E depois teremos outros dois momentos externos, uma visita a São José dos Campos e uma audiência específica aqui ao final dos nossos trabalhos. E também, Sr. Ministro, nós gostaríamos de, na medida do possível, saber de que forma poderíamos participar diretamente desse processo de... Porque nós tivemos o Marco Civil da Internet aprovado; agora estamos na fase de regulamentação. A Presidenta Dilma, acertadamente, lançou o desafio de fazer a regulamentação do Marco Civil com consulta popular. Ela quer o máximo de participação das pessoas nisso. E o Ministério das Comunicações certamente vai estar capitaneando essa consulta popular.

O SR. PAULO BERNARDO (Fora do microfone.) – Vai ser o Ministério da Justiça.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Vai ser o Ministério da Justiça.

Bom, de qualquer maneira, gostaríamos também de que o Ministro pudesse fazer, digamos assim, que tipo de associação pode ser construída entre a regulamentação do Marco Civil da Internet e essa expansão do Plano Nacional de Banda Larga.

O SR. PAULO BERNARDO – V. Exª está me perguntando isso?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sim.

O SR. PAULO BERNARDO – Senador, eu acho que a única associação que nós podemos fazer é a de que o Marco Civil da Internet cria condições de segurança jurídica. Repito o que eu disse na minha fala anterior: muitas empresas mencionavam isso antes da votação do marco civil. Seria importante ter um marco com segurança jurídica, com definição clara da lei para estimular os investimentos. Na verdade, o marco civil não tem uma relação direta com o Plano Nacional de Banda Larga. Ele assegura os direitos do usuário e as normas de funcionamento da internet no Brasil. Estabelece uma forma democrática de convivência, as condições em que as pessoas podem utilizar e os seus direitos para usar a internet. Acho que ele foi extremamente importante. Mas, sinceramente, não vejo uma relação direta com os investimentos do Plano Nacional de Banda Larga, a não ser nesse aspecto de dar segurança jurídica para as empresas que querem fazer investimento.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Perfeito, Sr. Ministro.

Também na sua exposição, soou animador ouvirmos do próprio Ministro a consciência de que levar o Plano Nacional de Banda Larga para as comunidades mais distantes é extremamente difícil e que teremos de buscar um caminho alternativo para isso.

No caso do Pará e do Acre, já temos parcerias estabelecidas com a Eletronorte para utilizar a sua rede de fibra ótica. Mas, mesmo assim, alguns números permanecem bastante desafiadores na parte que toca as empresas. A Anatel divulgou, por exemplo, em fevereiro, as metas de banda larga fixa e móvel referentes a dezembro de 2013.

Os Estados da Região Norte ainda estão muito longe de terem as metas definidas pela agência cumprida pelas empresas, especialmente de velocidade média e instantânea.

No Acre, apenas a Claro atingiu a meta de velocidade mínima exigida de 30% da contratada em 95% dos casos. Já a meta de velocidade média, pelo menos 70% da velocidade contratada, foi cumprida apenas pela Claro e pela TIM. O Estado também sofre com a qualidade da banda larga fixa prestada pela Oi, a única prestadora disponível. Dos seis indicadores analisados pela agência, a empresa conseguiu cumprir a meta em apenas dois deles: velocidade média e variação de latência.

No Amapá, a situação é ainda pior. Nenhuma das quatro operadores móveis atingiu a meta de velocidade instantânea e média de banda larga móvel. Mais do que isso: ficaram muito longe dos índices exigidos. Na velocidade instantânea, o destaque negativo vai para a Claro, que entrega o contratado em apenas 13% das medições. Na velocidade média, mais uma vez, a Claro aparece como a pior, com 20,33%. A banda larga fixa não foi medida no Estado.

No Amazonas, Oi e TIM ficaram abaixo da velocidade média e instantânea da banda larga móvel. Na banda larga fixa, as duas empresas que operam o serviço no Estado, Oi e NET, cumpriram a velocidade média, mas a NET ficou abaixo da meta de velocidade instantânea, latência e disponibilidade. A Oi, por sua vez, não cumpriu a meta de perda de pacotes e latência.

Situação semelhante acontece também em Rondônia e Roraima. Na banda larga fixa, a Oi descumpre os indicadores de velocidade instantânea, latência e perda de pacote nos dois Estados. Na banda larga móvel, em Rondônia, a Oi descumpre a meta de velocidade instantânea e mínima, enquanto a TIM descumpre a meta de velocidade mínima.

Em Roraima, a Oi e a TIM descumprem a meta de velocidade média e instantânea; a Claro descumpre a meta de velocidade média e a Vivo descumpre a meta de velocidade instantânea.

Mesmo havendo um, digamos assim, ligeiro aumento de velocidade, há um flagrante descumprimento daquilo que foi contratado.

Isso tudo, Sr. Ministro, esperamos poder aprofundar ouvindo, inclusive, na audiência pública que teremos no Acre, os gestores locais e os usuários, porque não temos como chegar a uma ideia real de como está a situação sem ouvir diretamente o usuário. Então, nesse caso, a audiência pública tem um papel fundamental.

Esperamos, com essas audiências públicas, produzir um relatório que contribua, de alguma maneira, para que o Plano Nacional de Banda Larga ganhe cada vez mais efetividade. Aquilo que foi a ideia original na concepção do plano, desde o governo do Presidente Lula e, agora, com a Presidenta Dilma e o senhor à frente do Ministério das Comunicações, esperamos que, de alguma maneira, possamos identificar onde estão esses problemas, quais são os gargalos mais presentes, e, assim, também, apontar alguma saída, alguma solução para a superação dessas situações. No que diz respeito às empresas, acho que algum mecanismo de cumprimento dos parâmetros contratuais estabelecidos, daquilo que são cláusulas que precisam ser cumpridas. No que diz respeito ao Governo, o acompanhamento desses investimentos em infraestrutura.

Esperamos, com esses dados postos, que o próprio Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital também tome consciência da importância de se reunir com mais frequência, ter mais presentes esses dados e, ao mesmo tempo, produzir relatórios mais consubstanciados a respeito dos passos que já foram dados.

Tudo isso para que possamos, também, fazer menção a esses passos no sentido de que os avanços têm que ser comemorados, visibilizados, publicizados. Por outro lado, aquilo que é problema a ser superado, que possamos refletir sobre isso para tentar encontrar caminhos que contribuam para a efetiva concretização desse fantástico Programa Nacional de Banda Larga e universalização da internet para todos os rincões do País.

Da minha parte, Sr. Ministro, concluo aqui e coloco-me à disposição de V. Exª se quiser fazer algum comentário.

O SR. PAULO BERNARDO – Senador Anibal, primeiro, quero reconhecer que V. Exª tem razão. A Região Norte é a região, de longe, que tem mais dificuldade em termos de infraestrutura e qualidade do serviço.

Temos feito um esforço muito grande. V. Exª acompanhou, por exemplo, no final de 2012, que destinamos 100 milhões para a Telebras apenas para investimento em redes de transportes na Região Norte, que é essa rede que V. Exª menciona que já chegou em Rondônia e, depois, no Acre.

O Estado do Amapá só agora recebeu uma conexão de fibra ótica. Era o único Estado que não tinha nenhuma conexão. No Amazonas, a cidade de Manaus – a capital do Estado, uma região metropolitana com 2 milhões de habitantes – só em 2011 recebeu a primeira conexão de fibra ótica, vinda de Porto Velho, atravessando o Rio Amazonas. Agora, chegou a outra conexão, através do Linhão de Tucuruí, que é a mesma linha que chegou, também, no Amapá.

Então, de fato, reconhecemos que, sem essa infraestrutura, não há a menor condição de oferecer serviço de qualidade, mediana que seja, nesses lugares. Achamos que vai mudar muito no Amapá, no Amazonas,

no Acre, por já ter chegado a linha de transporte de fibra ótica. É evidente que isso vai estimular o trabalho de operadores dentro dessa Região.

Por exemplo, no caso do Amapá, está sendo iluminada, está sendo colocada a parte eletrônica agora para ser inaugurada. E evidente que vai mudar completamente a realidade.

E há o interior desses Estados. Quer dizer, uma coisa é você abastecer Manaus com um linhão que vai resolver de fato. E os investimentos que nós fizemos na Copa... A Telebras conectou o estádio lá, e essa rede vai servir para abastecer a cidade. No interior do Amazonas tem que ser por satélite, não se vai conseguir fazer redes de fibra ótica em todo o estádio. Quer dizer, nós voltamos para o ponto inicial que eu tinha colocado para V. Exª que é a questão da infraestrutura. Não há milagre que resolva isso se não fizermos essa infraestrutura.

A Oi – V. Exª está falando –, até onde eu sei, atende com as redes fixas de telefonia convencional, quer dizer, redes de cobre que permitem conexões com 2Mb e não mais que isso. Portanto, a única solução, voltando ao ponto inicial, é a questão de fazer infraestrutura de fibra ótica onde é viável, onde é possível do ponto de vista de engenharia de custo, e fazer atendimento com satélite onde precisa ser feito.

E V. Exª está fazendo um belo trabalho, com todos esses dados, com todos esses levantamentos, procurando alternativas. Eu queria recolocar uma questão que eu falei no outro ponto, que é a questão dos tributos. Nós temos uma carga tributária muito alta sobre esse serviço. E quando falamos de carga tributária alta, nós temos que lembrar o seguinte: não é a empresa que paga. Quem paga é o usuário. Você recebe uma fatura e está lá embutido um x de imposto, a empresa só recebe aquilo e paga para o Fisco. O imposto é pago pelo usuário.

Invariavelmente, os Estados do Norte são os que cobram mais ICMS. Se V. Exª for olhar, eu não sei quanto é no Acre, mas no Amazonas é 35%; em Rondônia, 35%; no Pará, acho que é 33%. Quer dizer, os Estados que têm menos serviço e que têm mais necessidade de baratear o serviço e facilitar o acesso são os que cobram mais caro, quer dizer, que tornam mais caro ainda.

Então, acho que uma coisa que seria importante V. Exª avaliar nesse trabalho seria isso, essa questão. Como é um serviço... Por exemplo, internet quase não existe; quer dizer, você cobrar 35% sobre quase nada é contraproducente, porque você acaba inibindo. É muito mais razoável baixar a alíquota e cobrar sobre um serviço mais abundante.

Há uma Senadora aqui que V. Exª conhece, a Gleisi Hoffmann, que está com um projeto de resolução para diminuir o ICMS sobre a banda larga fixa; não está falando de banda larga de qualquer jeito, porque isso teria um impacto muito grande na vida dos Estados; a questão é financeira, e a gente tem que olhar isso.

Mas, do ponto de vista de banda larga fixa, pode ser um estímulo muito grande você fixar uma alíquota máxima de 10%. Um Estado que não tem nenhuma infraestrutura e cobra 35% é uma coisa difícil de entender. Qualquer pessoa que está olhando diz: por que você está cobrando tanto? Você não tem o serviço e, dificilmente, vai ter, porque inibe a construção. Nós tiramos o imposto para construção de infraestrutura. Se nós baixarmos o imposto para o consumo, com certeza não vai resolver da noite para o dia, mas vai melhorar a possibilidade de você avançar nesse serviço.

No mais, eu quero dizer que nós queremos colaborar com as audiências públicas e com a confecção do relatório de V. Exª, até porque eu acho que esse tema é um dos mais importantes hoje na questão de infraestrutura, porque isso é uma infraestrutura que atinge e interessa a todos os cidadãos, de maneira geral.

Falei agora há pouco aqui: há um setor da população que é 90% de uso já – é o caso dos jovens, por exemplo. E a tendência é que isso aumente mais ainda. Então, se a gente conseguir fazer infraestrutura, melhorar a qualidade, baratear o serviço, com certeza estaremos fazendo um serviço, um bem para toda essa população que é interessada.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Como sugestão, Senador Anibal, eu acho que seria de bom alvitre – porque Estados cobrarem 35% de ICMS em cima dessa operação! É realmente um imposto que deve ser o mais alto do Planeta – obrigar que esses governos estaduais repassassem essa diferença.

A média nacional não deve passar de 13%, 14%; em Minas é 13%. Não? Quanto é? É menos? Ah, não, para energia.

O SR. PAULO BERNARDO – O mínimo do ICMS é 25% e vai até 35%.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Em Minas, é 13% para energia, é na conta de luz.

O SR. PAULO BERNARDO – Vinte e cinco, se me permite, na verdade é uma carga tributária de 33%, porque como é 25% por dentro, quando você pega lá R$100,00, há R$25,00 de ICMS; então significa que você gastou R$75,00 e está pagando mais R$25,00, que é um terço, 33%. Quando é 35%, vai para 46%, 47%.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Porque esses investimentos, na verdade, não são feitos pelos governos estaduais. Poder-se-ia limitar um limite aí de 10% e o que ultrapassas-

se isso, que fosse reinvestido na expansão da rede e tudo mais. Porque é realmente um imposto alto e joga-se tudo, os governos estaduais, em sua maioria, jogam a responsabilidade toda em cima do Governo Federal. Eu acho que se nós obrigássemos os Estados a repassarem parte desse ICMS para a melhoria do serviço seria uma sugestão, a meu ver, bastante prática.

O SR. PAULO BERNARDO (*Fora do microfone*.) – Ajuda. Ajuda, com certeza.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu acho que um dos aspectos do nosso relatório é justamente pegar os Estados que estão mais deprimidos, no que diz respeito à expansão do Plano Nacional de Banda Larga, e fazer a correlação com o ICMS cobrado para, inclusive, a gente apresentar algum tipo de sugestão nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Sr. Ministro, devolvo a palavra ao senhor para suas considerações finais. Da minha parte...

O SR. PAULO BERNARDO – Apenas quero agradecer.

Eu sei que o Senador Anibal disse que o Senado hoje está com a agenda agitada, mas todos os dias que eu venho aqui se está com a agenda agitada. Então, eu quero desejar bom trabalho para os senhores aí.

Muito obrigado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Pela ordem, o Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu gostaria, Sr. Presidente, que fosse colocado em votação o requerimento extrapauta, em aditamento ao Requerimento RCT nº 4/2014, aprovado em 8/4/2014, e, nos termos regimentais, para que seja incluída a exposição na audiência pública para receber o Projeto de Lei Complementar nº 59/2003, com emissão de um convite à Deputada Jandira Feghali, do PCdoB do Rio de Janeiro, para que ela possa também participar da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Em aditamento ao Requerimento RCT nº 04/2014, aprovado em 08/04/2014 e nos termos regimentais, requeiro a inclusão de expositor na Audiência Pública para debater o PLC 59/2003, com emissão de convite à Deputada Jandira Feghali, PCdoB/RJ.

Autoria: Senador Anibal Diniz.)

Agradeço aos senhores e lembro que essa audiência será realizada amanhã, às 9 horas, no Plenário 19.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2014.

Às nove horas e nove minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e quatorze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, José Agripino, Alfredo Nascimento, Vital do Rêgo, Cícero Lucena e Maria do Carmo Alves. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Lobão Filho, João Alberto Souza, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Gim e Eduardo Amorim. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos **nº. 04/2014-CCT**, de autoria do Senador Walter Pinheiro, **nº. 09/2014-CCT**, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Walter Pinheiro, e **nº. 14/2014-CCT,** de autoria do Senador Anibal Diniz, que requerem a realização de audiência pública destinada à instrução do Projeto de Lei da Câmara nº. 59, de 2003, que "regulamenta o inciso III, do artigo 221, da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá

outras providências". Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Sônia Regina Piassa, Diretora-Executiva da Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais – APRO; Luís Roberto Antonik, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; José Leal Neto, Assessor Jurídico da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA; Marco Antônio Altberg, Presidente da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão – ABPITV; e a Excelentíssima Senhora Deputada Federal Jandira Feghali. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Valdir Raupp, Walter Pinheiro e Anibal Diniz. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Zeze Perrella,** Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de maio de 2014.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião da CCT.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Iniciando os trabalhos da nossa reunião, informamos que esta audiência pública é realizada em atendimento aos Requerimentos nºs 4, 9 e 14, todos de 2014, de autoria dos Ex.mºs Senadores Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg e Anibal Diniz, aprovados por esta Comissão.

Destina-se esta audiência pública a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, que "regulamenta o inciso III do art. 221 da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências".

Temos, então, a honra de convidar para compor a Mesa – a Deputada Jandira está a caminho – a Srª Sônia Regina Piassa, Diretora Executiva da Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais (Apro); o Sr. Luis Roberto Antonik, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert); o Sr. José Leal Neto, Assessor Jurídico da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra); e, por fim, fechando a composição da nossa Mesa de expositores, o Sr. Marco Antonio Altberg, Presidente da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão (ABPITV).

A Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex) e a Agência Nacional do Cinema (Ancine) declinaram dos convites feitos. Lamentamos a ausência dessas entidades. Destacamos que a presença da Ancine seria de grande valia para o debate, pois o tema se relaciona diretamente com sua competência, pois ela é responsável pelo fomento do mercado do cinema e do audiovisual no Brasil. Sua experiência seria de grande valia para esta audiência pública, especialmente a partir da promulgação da Lei da TV por Assinatura, que trouxe significativo incremento para o mercado nacional das obras audiovisuais.

O Presidente da Ancine me ligou, acabei de falar com ele. Ele disse que tinha um compromisso em Paris e que voltaria agora. Infelizmente, ele não pôde comparecer aqui, mas se prontificou, obviamente, a conversar conosco, Senador Valdir, para conhecermos também a posição da Ancine. Isso será importante, principalmente, para V. Exª, para que possa construir o seu relatório.

O tema Regionalização da Programação da Radiodifusão, apesar de controverso, entra numa seara complexa e, certamente, desperta as mais diversas opiniões. Temos de observar que a radiodifusão atinge hoje cerca de 96% da população brasileira, sendo um importante vetor de informação e de desenvolvimento. E, na medida em que temos diversas realidades, costumes e culturas por este imenso País, temos de considerar também as necessidades regionalizadas. E daí, imaginamos, surge justamente a proposição da nossa Deputada Jandira Feghali.

Ainda há o exemplo dado a partir da Lei do SeAC ou Lei da TV por Assinatura, que é de grande importância para a nossa análise, pois é inegável que o mercado nacional de obras audiovisuais experimentou grande crescimento com a obrigação da adoção de cotas nacionais. Ou seja, se, por um lado, é importante escutarmos o setor de radiodifusão sobre a sua visão quanto ao tema, não se podem descartar esses pontos, de forma que, na Lei de Incentivo ao Mercado Nacional, tenhamos também o fortalecimento e a preservação das culturas regionalizadas.

Temos, então, uma grande representatividade dos mais diversos posicionamentos em nossa Mesa. Apesar da ausência da Ancine e da Softex, certamente receberemos os esclarecimentos necessários, para que possa a CCT debruçar-se sobre esse assunto e deliberá-lo da melhor forma possível.

Passamos, então, para a apresentação por parte dos nossos expositores, tendo cada um o tempo de 15 minutos para fazer sua apresentação.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Zeze Perrella, senhoras e senhores convidados das entidades aqui presentes, eu queria, já antecipadamente, pedir desculpas porque vou poder ficar aqui por apenas mais meia hora ou 40 minutos, porque tenho de participar de um evento no Palácio do Planalto, onde a Presidente vai assinar uma medida provisória sobre o aumento da mistura do biodiesel no óleo diesel. Eu sou o Vice-Presidente da Frente Parlamentar do Biodiesel.

Então, peço desculpas, mas minha assessoria vai ficar aqui. A Karina vai ficar aqui anotando tudo. E, depois, ela vai me passar tudo, para que eu possa embasar melhor o meu relatório.

Já estamos muito próximos ao equilíbrio. Sempre falo que o Relator nada mais é do que o mediador das partes, de todas as entidades interessadas na matéria. Então, já avançamos bastante. A autora desse projeto, a Deputada Jandira Feghali, tem conversado frequentemente comigo. Vamos continuar a conversar. Na hora em que estiver no ponto, nós apresentaremos o relatório. Espero que, após esta audiência pública, com todos esses expositores, possamos chegar ao equilíbrio nesse projeto, para que possamos apresentá-lo para a votação final.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador Valdir Raupp.

Com a palavra a Diretora Executiva da Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais, Srª Sônia Regina Piassa.

A SRª SÔNIA REGINA PIASSA – Senhoras e senhores, bom dia!

Senador Zeze Perrella, muito obrigada.

Eu sou Sônia Regina Piassa, da Apro.

A Apro é uma associação que atua há 41 anos no segmento das obras audiovisuais. Ela representa as maiores produtoras do Brasil, com resultados financeiros para o Brasil bastante significativos.

Falo ainda em nome da maioria das produtoras de todo o Brasil, porque a Apro tem 120 produtoras apenas no seu escopo. De todo o Brasil, são as maiores. Mas, dentro da configuração deste País, há cinco mil produtoras cadastradas na Ancine.

Ressalto que a produção audiovisual independente é uma indústria não poluente, formadora de mão de obra qualificada, com tecnologia de ponta. É disto que se necessita, de um mercado para gerar imagens. A produção independente gera divisas para o nosso País e promove a disseminação da nossa imagem. Além disso, atua na promoção e na excelência do Brasil como destino de audiovisuais para produtores estrangeiros.

O Brasil é a bola da vez e assim vai continuar sendo por mais algum tempo. Nós temos um território imenso, com uma diversidade étnica incrível. E, junto com outros projetos, com a ABPITV e com o Cinema do Brasil, fazemos um trabalho muito importante para que isso aconteça.

Tenho aqui várias páginas para falar, mas, como fui a primeira, peço desculpas, pois não estou acostumada a falar em público, principalmente na frente de pessoas tão importantes.

Eu queria deixar claro que a regionalização é uma coisa muito importante para nós, porque o Brasil necessita da produção independente, da produtora independente. Em todos os Estados em que cada um dos Srs. Senadores foi eleito, queremos ter uma produtora independente e forte. Acho que existe a necessidade de que, no Brasil, haja uma descentralização do eixo Rio-São Paulo. Não é que não gostemos… Sou de São Paulo. Há duas mil produtoras em São Paulo. Há serviço para todo mundo, há trabalho para todo mundo, mas isso poderia ser disseminado para o resto do Brasil. Isso é muito importante, porque, por exemplo, nós não temos uma parceria se eu preciso filmar a Floresta Amazônica. Para isso, temos de sair daqui com todos os equipamentos e de fazer gastos excessivos, porque lá as produtoras independentes não dispõem de equipamentos, de pessoal qualificado, de técnicos, para que possamos ter realmente uma assessoria qualificada.

Quanto à regionalização, o Brasil é gigante, não pode ser Norte, Sul, Leste, Oeste. Acho que cada região dessas, rica em Estados, tem de ter suas produtoras independentes. A regionalização, no texto, da forma como ele está atualmente, não deve ser considerada, porque ela não representa o nosso anseio.

Queremos realmente – repito – produtoras verdadeiramente fortes, fortalecidas. Imagine que isso se dê em cada lugar! Hoje, em Recife, há um polo produtor importante. Mas imagine que haja um polo produtor em

Alagoas, com produtoras que, efetivamente, venham a fazer a produção regional, independente, contando com as cotas, contando com a Lei nº 12.485, que já está aprovada.

Então, é isto que buscamos: o fortalecimento do audiovisual, da produtora independente.

Vou ler uma coisa que eu trouxe aqui.

É preciso que haja o estabelecimento de mecanismos legais que garantam não somente o estímulo mas também a efetiva obrigatoriedade legal no cumprimento das cotas para compor a grade de programação dos radiodifusores por produtores brasileiros independentes nos diversos Estados brasileiros.

Há a necessidade de considerar as variações de audiência ao longo do dia, a fim de que a regionalização de conteúdo feita por produtora brasileira independente seja efetivamente a que foi pretendida pelo texto legal.

Os custos de produção dos programas independentes se consolidaram na prática verticalizada, que é a emissora de televisão, dos radiodifusores, e na produção e veiculação de conteúdo em suas grades de programação. Então, as emissões fazem suas programações e as botam no ar. A produtora independente, em São Paulo e no Rio, também está um pouco afastada. Evidentemente, as emissoras compram alguns programas, alguns filmes brasileiros, mas essa não é uma obrigatoriedade. Mas é exatamente disso que a gente está precisando.

O nosso País é rico demais, bem como a nossa cultura, e não há como duvidar da criatividade do povo brasileiro. Aonde a gente vá, a gente é referência de organização. Estou falando pelo mercado do audiovisual inteiro. A Apro participa de uma comissão chamada World Summit Producers. A gente se encontra duas vezes por ano em algum país do mundo. E somos referência mundial de organização no audiovisual, principalmente na parte que me cabe, que é o audiovisual publicitário. As grandes produtoras publicitárias, hoje, também fazem o audiovisual de conteúdo. Vários filmes, aliás os de maior sucesso, pelo menos os de maior bilheteria, sempre são feitos pelo pessoal que está acostumado com publicidade. Vimos o filme 2 Filhos de Francisco, que vem de uma produtora chamada Conspiração, que é de um diretor de publicidade. Fernando Meirelles, que tem sua produtora independente, tornou-se um diretor conhecido mundialmente e concorreu ao Oscar. Essas divisas nós as procuramos, e essas pessoas estão em todo o Brasil, não estão só no Sudoeste deste País. E elas precisam ter sua programação, sua cultura, seu reconhecimento.

Eu não vim aqui, senhores, falar de lei para quem conhece lei. Eu vim aqui para dizer do nosso anseio. Eu não preciso dizer da lei, do projeto da Deputada Jandira, que, na época, para nós, era um grande projeto, pelo qual nós lutamos muito e que ficou parado na Câmara, para a nossa quase infelicidade. Nós ficamos muito frustrados, porque ele ficou parado durante muitos anos.

Agora, a gente vê surgir essa discussão muito importante. Mas, na verdade, sem que ela se aprofunde mais, sem que ela tenha realmente um conteúdo que contemple a produção independente, dentro das cotas, dentro da Lei nº 12.485, que já existe, isso é, em nossa opinião, um retrocesso.

Então, acho que não tenho muito mais coisas para dizer.

Estou há 30 anos falando de publicidade, e há muito pouco tempo tenho condição de falar de conteúdo, porque nós até hoje temos dentro da Apro e do setor um projeto do Sebrae de qualificação e capacitação que vai para o Brasil inteiro. Vejam a importância. O Sebrae nos ajuda a capacitar de norte a sul, de leste a oeste pessoas dentro dos Estados para terem uma tela para apresentar os seus programas. Hoje em dia a gente vê a GNT, que é quase integralmente – acho que até totalmente – de programação brasileira. Os programas são interessantíssimos. Todos os brasileiros querem se ver retratados.

Acho que um Estado ou um país que não tem, como disse o Barretão, na audiência pública… Ele disse: "Uma casa sem o seu povo se ver na televisão é como uma casa sem espelhos." E, apesar de eu ser uma televisiva compulsiva – adoro ver televisão, faz parte da minha formação –, eu acho que a produtora independente precisa ter espaço. Nós precisamos formar jovens. Nós precisamos que as produtoras independentes de todo o Brasil busquem os jovens. Nós vemos coisas nas favelas do Rio de Janeiro, as tevês comunitárias. Isso congrega, isso tira o jovem da pobreza em que ele vive na maioria das vezes e traz para ele uma alegria.

Eu tenho um projeto junto do Luciano Huck que é o Instituto Criar. A gente dá 300 vagas todos os anos para 300 jovens recém-saídos das oficinas do Criar, desde cenografia até maquiagem. As produtoras independentes de São Paulo absorvem. Além de a Apro ter, dentro do Instituto Criar, do Luciano Huck, nós temos uma pessoa que trabalha para a Apro só para buscar os estágios para os jovens, porque também não adianta formar e eles não terem onde trabalhar. Algumas emissoras de tevê absorvem também um certo contingente, mas a grande maioria – a grande maioria – vem para as produtoras independentes.

Então, eu creio que é isso que eu tinha para dizer.

Eu falei aqui que fiz um papel, mas falei de lei. Eu achei que, para a lei, não sou advogada. Sou uma pessoa que vive do audiovisual desde os 17 anos. Também fui uma moça que cresceu trabalhando e estudando. Fiz faculdade à noite e fui para o audiovisual varrer estúdio. Cheguei à direção, cheguei a ser a primeira assistente

de direção, depois pesquisadora, depois fui montadora. Todas as vagas que havia fui buscar. Então, não estou falando de mim. Estou dizendo que sou um exemplo que pode servir para todos os outros jovens de todo o País.

Era só isso, Senador.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Muito obrigado, Srª Sônia.

Nós invertemos as falas, em função de que a Deputada Jandira Feghali não havia chegado ainda.

Então, passo agora a palavra para a Deputada Jandira Feghali, que é autora do projeto original na Câmara.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – Primeiro, Senador, quero agradecer a oportunidade de me dirigir aqui aos Senadores, às entidades, ao Relator Valdir Raupp, ao Senador Walter Pinheiro e a V. Exª, Presidente da Comissão.

Eu estava aqui tentando memorizar as datas. Já nos remetemos aqui ao artigo da Constituição que nos obriga à regulamentação do art. 221 da Constituição, no capítulo da comunicação, e lá se vão 26 anos.

Foi o meu primeiro projeto na Câmara Federal, em 1991, que exatamente regionaliza, tenta regulamentar o artigo da Constituição. Nós levamos 12 anos na Câmara para aprovar o projeto. Foi uma enorme batalha. O Relator foi o Deputado Marcelo Barbieri, do PMDB de São Paulo, hoje Prefeito de uma das cidades de São Paulo. Foi um esforço enorme de construir consensos e acordos, e nós conseguimos fazê-lo. O projeto foi aprovado por unanimidade na Câmara, depois de uma enorme mesa de negociação com toda a radiodifusão brasileira, e chegou aqui em 2003, no Senado Federal. Desde 2003, ou seja, lá se vão mais 11 anos em que estamos nessa batalha política de ver aprovada uma lei que regulamenta o artigo da Constituição brasileira. E me parece que o acordo que foi feito lá não está valendo muito aqui, porque as polêmicas que lá foram superadas voltaram a ser recolocadas e repostas aqui, no Senado Federal.

Este é um debate que de fato nos envolve, nós que trabalhamos com esse tema; e particularmente para quem foi se identificando muito com a questão da diversidade cultural brasileira envolve até mais. A democracia na comunicação envolve a questão da pluralidade cultural brasileira e a possibilidade de fato de que essa identidade brasileira, que é plural, e que a produção brasileira que precisa de espaço para se apresentar, que ela de fato encontre eco no Parlamento brasileiro, nesta representação do Brasil, que na Câmara vem de um jeito e no Senado, particularmente, de outro, porque aqui é a Casa da Federação. É a Casa onde os Estados se apresentam com suas diversas faces, suas diversas possibilidades. O fato é que o eco precisa ser mais poderoso, porque aqui as diversas faces do Brasil se apresentam com sua representação da Federação.

Então, tentei atualizar os dados. Eu fiz uma apresentação aqui em 2007. Quando aqui fui chamada, eu não estava no Parlamento. Eu tinha exatamente perdido uma eleição para o Senado no meu Estado. Fui chamada em 2007 como autora desse projeto porque aqui, nesta exata Comissão, havia o debate sobre esse projeto. Eu aqui fui chamada e agora busquei atualizar os dados para que a gente pudesse observar o tanto do crescimento desse mercado audiovisual, que cresceu e deu saltos enormes, inclusive no Brasil. São bilhões – a gente pode ver ali – e milhões na tevê paga, na tevê aberta, nas salas de exibição. São apenas dados muito rápidos que quero passar porque, de fato, esse mercado cresce muito e cresce para todos os lados e para todos os espaços. Então, não é um mercado pequeno. É um mercado em que a produção de fato vai dando saltos muito agudos e muito acelerados. Olhando em bilhões de dólares, nós vemos que a coisa é de fato absurda. Se olharmos em termos percentuais, é maior ainda. É assustador, vamos dizer assim. É uma boa crise, vamos dizer assim. É um bom problema em que todo mundo pode crescer.

E olhando ali para a fonte de bilheteria, de vendas, de publicidade… Eu estava ouvindo a Sônia falar como a questão da publicidade tem peso nesse processo e por onde de fato a própria tevê aberta, que é o nosso foco do debate, como para a tevê aberta a publicidade tem peso. E olhando para a questão da tevê aberta em particular, esses dados são impressionantes. A tevê aberta ainda é a principal fonte do olhar do mercado para os domicílios brasileiros. O ano 2013 ainda não é um dado fechado. Por isso não definido ali em cima, mas se olhamos o crescimento, a tevê por assinatura cresceu muito, são quase 20 milhões de lares.

É muita coisa, se pensamos que cada lar…

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – De assinantes. Quer dizer, eu multiplicaria até por quatro, mas mesmo que se multiplique por três, é muita coisa. Mas se olhamos para o primeiro item, que são domicílios, a totalidade da população brasileira tem televisão em casa. Isso é muita coisa.

E os celulares é uma multiplicação. É muito mais do que a população brasileira, até porque cada um, olhando, tem quase dois celulares. Muita gente tem dois, três celulares. É um mercado impressionante, pensando na convergência de mídia. E a televisão passa no celular. É uma coisa incrível que nós temos hoje, e o mercado que se abre e a importância do que hoje pode-se enxergar nas telas.

Esse aqui é um dado que acho fantástico também. Olhando para o investimento em mídia no Brasil o tanto que se ocupa. A gente fala da internet, que cresce, mas comparativamente ainda é muita pequena a faixa ainda da internet, que vai crescer, obviamente. Esse é um desafio para o Estado brasileiro e para as empresas também, mas comparativamente a faixa da internet hoje ainda, percentualmente, é muito pequena. Mas já cresce, e cresce muito, mas ainda para o público-alvo com foco nesse projeto, nosso foco está lá na faixa rosa. Esse é o grande foco que olhamos aqui em termos de democracia da informação e do olhar para a produção que discutimos aqui.

Isso aqui é só para a gente marcar bem do que estamos falando.

E olhando para a produção independente, ali é só sábado e domingo, o que nós temos de produção na televisão. Olhando para sábado e domingo, a faixa de produção, Globo, SBT, Record, Bandeirantes já está melhor, Rede TV!, mas olhando para o restante ali o percentual de produção independente na tevê é muito pequeno ainda, olhando para o momento em que o pessoal está sentado em casa vendo televisão, entre 7h e 19h. O que nós temos é muito pouco ainda.

Esta foto eu gosto muito. Como era, em 50, a família sentada, vendo televisão. E hoje a convergência de mídia, porque de fato nós temos uma multiplicidade.

Esse é só um dado repetido. O ambiente digital e a produção de conteúdo, a possibilidade hoje é de a gente fazer isto, a multiprogramação, a portabilidade, a elasticidade do modelo de negócio e a interatividade.

Se nós olhamos para a convergência, o que o Congresso Nacional tem que responder? É aumentar a produção e a circulação de conteúdo nacional. Essa é a nossa obrigação, e esse deve ser o nosso objetivo; diversidade e pluralidade, fortalecendo a cultura e a identidade nacional; acessibilidade do usuário a qualquer conteúdo através de qualquer rede ou plataforma; gerar emprego e renda. Essa é a nossa obrigação para a sociedade brasileira. Esse deve ser o nosso objetivo, e é a isso que o Congresso deve responder.

A dinâmica empresarial, necessariamente, não é a mesma, porque a tendência é fazer conglomerado. A tendência é ter um grande poder de influência junto aos consumidores, e, quando eu faço conglomerado, eu tendo a excluir a concorrência.

Esse é o cenário empresarial em qualquer lugar no capitalismo. Isso não é o que eu quero ou o que alguém quer. Essa é a tendência do mercado. E, na hora em que faço isso, o efeito concorrencial é a exclusão e a marginalização do quê? Dos produtores e difusores independentes, que estão fora do circuito, e com isso eu excluo a diversidade cultural. Esse é o confronto do que é o cenário empresarial e do que é a tendência. É aí que somos chamados a discutir o que é o parâmetro do Estado e o que deve ser o parâmetro regulatório nosso. Quando nós entramos com parâmetro regulatório, nós temos que entrar exatamente como mediadores desse processo.

Eu estava olhando a legislação internacional, que diz: "O Brasil é intervencionista. Cuidado!" Quando a gente olha para o mundo, o mundo já está fazendo, já fez isso há 200 anos. Em 1948, nos Estados Unidos; em 1970, nos Estados Unidos; em 1997, na Europa; no Reino Unido. E fazendo o que a gente acha que não deve fazer.

Lá já fizeram, inclusive, estabelecendo o percentual de produção independente na televisão. Aqui se diz: "Não, mas a Constituição não diz isso." A Constituição diz que tem que estimular, mas a gente pode ir além. A gente estimula e pode determinar, regulamentando. Nós não estamos dizendo que é a Constituição, não; estamos fazendo uma lei que regulamenta. Não estou botando na Constituição o percentual; eu estou regulamentando em lei.

Quando eu olho para a regulamentação lá fora, lá eu já estabeleci 10% em um, 25% em outro, dizendo claramente: 25% da produção independente na programação, 10% na programação, 25%. Lá, eu estou dizendo em lei o que eu preciso fazer para regular um mercado que é concorrencial e que tende ao conglomerado, principalmente na convergência de mídia.

Aqui, eu não estou inventando nada. Eu estou seguindo o que lá fora já fizeram em 1948, em 1970, em 1997. Eu não estou inventando nada; eu estou seguindo um parâmetro internacional, que lá já foi dito, lá já foi feito. Nós estamos aqui já no século XXI; lá foi feito no início do século XX. Eu já estou aqui no século XXI e estou achando que estou avançando muito. Lá, já está falado isso há muito tempo.

Aqui, nós estamos tentando fazer algo que regula o mercado, e nós estamos tentando evitar, o que e eu concordo. Não quero fazer dirigindo estatal de conteúdo produzido, estou tentando evitar qualquer intervenção que dificulte o processo tecnológico e estou tentando evitar qualquer ineficiência na política de fomento.

Aliás, este Congresso já aprovou várias leis, como da TV a cabo. Este Congresso avançou bem na produção de TV a cabo, estimulando o conteúdo nacional de TV a cabo. Nós estamos de parabéns, tanto Câmara quanto Senado. Há várias leis de fomento; Fundo Setorial do Audiovisual; Ancine tem atuado. Nós temos feito um bom trabalho nesse campo. Aliás, o nosso mercado cresceu por conta de iniciativas de governo, iniciativas de legislação em que este Congresso avançou, e bem.

Nós temos feito isso, nós não estamos parados. Nós estamos parados em algumas áreas que avançam inclusive na TV aberta. Nós fizemos na TV a cabo, mas precisamos avançar naquilo que está demonstrado em lâminas anteriores que ainda é o principal instrumento de informação da sociedade brasileira, que não é a TV a cabo, é a TV aberta.

Nós temos que evitar dirigismo de conteúdo, e nisso eu estou absolutamente clara. O processo tecnológico tem que avançar, e temos que avançar bem em políticas de fomento, favorecendo o pluralismo político, cultural, linguístico, étnico, diversidade regional. Isso está lá na Constituição e isso nós fizemos lá em 1988.

Historicamente, a televisão comercial brasileira produz quase tudo o que exibe. O fraco desempenho comercial não traduz a diversidade social brasileira. Importa muitos modelos, vincula-se monoliticamente ao mercado, rejeita o novo, sugere ao expectador a estreiteza do veículo. A produção independente, hegemônica na Europa e nos Estados Unidos, é mais barata, retrata a diversificação, gera aporte de trabalho, é mais competitiva, estimula padrões mais elevados, não é necessariamente reprodutora de formatos banais. Eu, aliás, acho que a nossa teledramaturgia brasileira dá aula para qualquer um, mas precisa se abrir mais para a produção independente.

Versão final da Câmara – vou apenas destacar algumas questões. Nós aqui na Câmara, no acordo que nós fizemos, o projeto original, inclusive, era muito mais restritivo. Lá, nós fazemos um horário muito mais restrito. Nós ampliamos de cinco à meia-noite. Era de sete às dezenove. Lá, nós ampliamos bastante: botamos de cinco à meia-noite, porque, também, botar produção independente às quatro da manhã não ajuda muito. Então, nós ampliamos de cinco à meia-noite para possibilitar.

(Soa a campainha.)

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – Colocamos 22 horas semanais.

Estou fechando já. Não, é porque esbarrou aqui, mas eu vou fechar, porque outros têm que falar também.

Vinte e duas horas semanais, e botamos uma progressão, em cinco anos, para ir ampliando esse horário, e fizemos algo que foi proposto pela Abert, que foi fazer uma proporcionalidade pelo número de domicílios, inclusive fazendo uma proporção de 500 mil a 1,5 milhão de domicílios, uma proporção de horas de acordo com o número de domicílios, considerando inclusive a questão da Amazônia, que é maior em território, mas tem menor número de pessoas habitando.

Então, nós fizemos, e essa foi uma proposta da Abert, inclusive. Nós concordamos com a proporcionalidade por número de domicílios, mas mantivemos o percentual de 40% dentro do tempo da programação regional para a programação independente incluindo aí documentários, ficção, animação, seriados etc. e também a publicidade local, para poder estimular a publicidade dentro da programação independente.

Colocamos a cota de tela nacional, que nós achamos importante para estimular a produção cinematográfica brasileira, e colocamos a questão da rádio. Inclusive, eu achei que o problema nosso seria a produção de televisão. Quando eu vi, quase que o projeto não é aprovado por conta da rádio, a questão de ter a programação nacional e de caráter regional em 10%.

Na questão do Senado, eu conversei à época com o Senador Valdir Raupp, que é o Relator. Inclusive, Senador, eu até o parabenizo por ter a coragem de o relatar, porque não tinha relatório aqui. O problema nosso era ter relatório; não tinha. O senhor até fez um relatório de que eu discordo em vários pontos, mas relatou, pelo menos, abriu o debate, o que já é uma coisa corajosa de se fazer.

Mas o problema foi a faixa horária que não entrou no seu relatório, o limite; reduziu o tempo desse horário, ficou de sete às quatorze, em vez de ser de dez às vinte e duas, reduziu o tempo; e a questão da produção independente nos preocupou, porque além de não entrar esse percentual, ele computou assim: toda a produção independente que entrar conta em dobro. Então, ao final, ela reduz o tempo da regionalização. Quer dizer, se cada produção independente contar em dobro, ela conta como estímulo, mas reduz o tempo global. Então, acaba reduzindo o tempo de programação regional que entra na TV aberta.

O tempo da rádio de transmissão também se reduz. E, nas penalidades, vai até a advertência apenas. O não cumprimento, nas penalidades, vai apenas até advertência, o que também eu acho uma penalidade pequena para o cumprimento da lei. Na minha opinião, lei que não pune acaba não sendo cumprida. Então, se a penalidade é muito leve, as pessoas acabam preferindo a penalidade ao cumprimento da lei.

Então, eu considero que nós deveríamos fazer o debate para que a gente pudesse de fato fazer uma lei que respondesse a essa expectativa do cumprimento da Constituição brasileira. Que de fato a lei pudesse ser cumprida, que ela atendesse a essa expectativa que o mundo já cumpre e em que o Brasil não consegue avançar, para que a gente de fato atenda essa democracia e essa pluralidade brasileira, que é uma necessidade que a gente tem, e que pudesse, no século XXI, ser mais coerente com essa produção que cresceu demais, com esse mercado que cresceu demais, com essa diversidade que cresceu demais.

É uma TV aberta que é, vamos dizer assim, hoje, rica. É uma TV rica, que pode e deve ser mais aberta a essa produção de qualidade que a gente tem brasileira, que é produzida nos quatro cantos deste País, e que pode e deve ser acolhida e recepcionada na TV brasileira e na TV aberta, que é o foco desse projeto, porque a TV a cabo já avançou.

Na minha opinião, nós devemos recepcionar o projeto que veio da Câmara de forma mais generosa, Senador, porque foi um projeto muito discutido, muito acordado, já bastante flexibilizado. E, se a gente ficar com o relatório do Senado, que pode ser… Claro, nós não precisamos ficar estritamente com o projeto da Câmara. Não é isso. A gente pode fazer uma mediação, acolher, debater bem, mas talvez nem tanto a oito, nem tanto a oitenta.

Podemos pensar um acordo político, mas sabendo que voltará à Câmara, e aí não sei mais quantos onze anos nós teremos lá, diante desse processo. Mas se a gente fizer um bom acordo, talvez a gente consiga ser mais célere, mais ágil, e tenhamos de fato uma regionalização na TV aberta atendendo às expectativas da sociedade brasileira, dos produtores independentes, e a gente termine esse capítulo tão doloroso e tão sofrido, e a gente resolva esse problema no Brasil.

Muito obrigada pela oportunidade e pela chance de termos aqui mais uma vez este debate. Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Deputada Jandira Feghali.

Passo a palavra, então, para o Sr. Luis Roberto Antonik, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

Com a palavra, o Sr. Luis Roberto Antonik.

O SR. LUIS ROBERTO ANTONIK – Obrigado, Presidente. Queria cumprimentar a Deputada Jandira Feghali, pessoa pela qual eu tenho grande admiração. E, em nome da Deputada Jandira, cumprimento todos os presentes aqui na nossa audiência.

A Deputada Jandira já apresentou alguns números.

Por favor, pode passar um eslaide para frente?

Obrigado.

A Deputada Jandira já apresentou alguns números que nós aqui também trouxemos para mostrar a representatividade e a força da televisão. Eu gostaria de destacar que a televisão aberta é o item mais presente, depois do fogão, na casa dos brasileiros.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS ROBERTO ANTONIK – Ninguém é completamente feliz, não é Deputada?

Um ponto que é muito importante ser destacado é que a televisão aberta é o único meio de mídia, de penetração de mídia na casa de 67% dos brasileiros. Quer dizer, um terço dos brasileiros têm acesso apenas à televisão aberta. Esse é um ponto que nós sempre gostamos de frisar muito, porque, dentro do processo legislativo, nós sempre procuramos pensar de que Brasil estamos falando.

Então, é comum dizer assim: "Hoje, todo mundo tem *smartphone*. Hoje, todo mundo tem televisão paga." Não. Dois terços dos brasileiros só têm televisão como acesso. Então, qualquer coisa que você faça na televisão aberta tem um reflexo espetacular na casa do brasileiro. Por exemplo, impomos uma série de restrições à propaganda de produtos infantis. Ótimo! Não temos mais programação infantil na televisão aberta. Então, acabamos destinando dois terços da nossa população a verem programas para adultos. Então, aquelas crianças desses domicílios vão ver apenas programas destinados a adultos.

Então, quando tratamos com a televisão aberta, temos que ter todo o cuidado necessário. Vejam só que o brasileiro se informa, em 97% dos casos, por meio da televisão; 60% por meio do rádio. Então, o rádio e a televisão têm um papel preponderante como meio de informação à população brasileira. E o conjunto total de emissoras de rádio e televisão existentes aqui no Brasil é espetacular e teve uma evolução muito grande nos últimos anos.

Percebam os senhores que nós somos praticamente dez mil emissoras de rádio espalhadas por todas as regiões brasileiras, de uma forma muito relacionada com o contingente populacional. E, no caso da televisão, embora as geradoras de televisão no Brasil sejam apenas 540, o conjunto de geradoras e retransmissoras ultrapassa 11 mil estações, também espalhadas em todo o território brasileiro.

Então, sobre um assunto dessa magnitude, sobre um assunto dessa importância, o que diz a Constituição acerca da regionalização da programação? Ela destaca dois pontos. Um deles é o da produção independente e o outro é o da regionalização da produção cultural.

Agora, observem, por favor, não precisa ser um jurista para ver que há uma distinção clara entre os dois preceitos constitucionais. Quais são essas distinções? No caso da produção independente, é um estímulo à produção independente. Estimular é muito diferente de obrigar.

No caso da programação regional, temos uma cota. A Constituição brasileira diz que vamos estabelecer percentuais na legislação, para determinar esses percentuais. Os senhores vão ver um pouquinho para frente que os percentuais que nós, emissoras de rádio e de televisão, propomos são bastante próximos dos percentuais mostrados aqui na apresentação pela Deputada Jandira Feghali.

Então, dentro desse contexto e considerando que nós não somos um país homogêneo – o Brasil não é um país homogêneo, é um país multifacetado, temos bolsões de pobreza, temos regiões brasileiras com condições econômicas muito diferentes –, nós precisamos ter o cuidado de respeitar isso. Os números aqui, por exemplo, no caso do nosso setor, mostram muito bem essa diversidade. Vejamos, por exemplo, que a Região Nordeste, no caso do bolo publicitário, tem 12,9% desse bolo, e a Região Sudeste tem 61%. A diversidade econômica existe, não podemos ignorar essa diversidade econômica. A Região Nordeste tem apenas 20% a menos de emissoras de radiodifusão. Mas, em compensação, na divisão do bolo publicitário, a Região Sudeste tem praticamente quatro vezes mais receita de bolo publicitário.

Isso é um fato inegável, porque a Região Sudeste é uma região altamente industrializada, então, tem um tipo de economia diferente e isso pesa na divisão do bolo publicitário. E também acaba por afetar a economia de escala das redes.

Aqui no Brasil, nós temos quatro redes privadas muito grandes, que são Record, Band, Globo e SBT, e quatro redes estatais, que também são muito grandes e têm presença nacional, que são TV Senado, TV Câmara, TV Justiça e a EBC.

A EBC, por sinal, é uma empresa que tem equipamentos ótimos, pessoal espetacularmente preparado e é uma rede de emissoras do Estado presente em todo o Brasil.

Agora, isso tudo exige investimentos maciços, exige estrutura, por exemplo, como temos os centros de produção, de conteúdos das emissoras de TV, da Globo, do SBT e da Record, que eu trago aqui para ilustrar.

Por exemplo, os direitos da última transmissão das Olimpíadas foram compradas pela Rede Record. Não é qualquer empresa radiodifusora que é capaz de fazer um investimento dessa magnitude: comprar a transmissão das Olimpíadas. É preciso ter não apenas capital, mas equipamentos e pessoal altamente preparados para fazer isso. Então, nós temos que respeitar essas condições econômicas que existem entre essas emissoras e essas regiões do País.

Nós defendemos que qualquer proposta que venha aqui do Congresso Nacional regulamentar assunto dessa importância precisa ter um mínimo de razoabilidade. Se não for razoável, não tem chance de progredir.

A proposta inicial que nós tínhamos acerca da programação regional, não era razoável, por isso, ela está parada aqui desde 1991. Se não for razoável, não há a menor chance de progresso. Não se alcança um consenso impondo uma cota que, absolutamente, as emissoras de rádio e de televisão não têm condição de cumprir. É de se esperar que as emissoras tentem, dentro da razoabilidade, argumentar acerca disso. Porque nós precisamos levar para a população os conteúdos de qualidade que vocês tanto falam que a televisão brasileira tem – e realmente tem –, mas também temos que preservar a saúde econômica dessas empresas. Assim como o direito do telespectador de assistir à sua programação.

Então, essas regras deveriam, na nossa visão, levar em conta as características econômicas das regiões. Quer dizer, não é possível aplicar uma regra para São Paulo e para o Estado do Acre.

Eu queria dar um exemplo aqui para os senhores com relação a acessibilidade.

Acessibilidade é um instrumento que permite aos deficientes visuais e auditivos assistirem à televisão. Não é de se esperar que uma emissora que tenha se estabelecido numa região de fronteira, num Estado com uma condição econômica desfavorável, possua as mesmas condições. Então, num instante em que eu estabeleço uma regra de acessibilidade igual para todo o Brasil, homogênea, para este Brasil heterogêneo, nós teremos problemas em cumpri-la, nós teremos problemas em aceitá-la. Aqui regras não faltam, e eu não espero que nenhum dos senhores possa ler isto, mas eu só gostaria de mostrar que, nesta página, contêm obrigações que as emissoras de rádio e de televisão têm com relação ao seu conteúdo, percentuais de programação, regional, cultural, jornalismo, previsão do tempo e coisas afins.

Se não bastasse isso que está na regulação, ainda temos os editais que o Ministério das Comunicações publica quando faz uma licitação de outorga, de uma emissora de rádio e de televisão. Os próprios editais trazem uma pesada carga com relação à programação jornalística, educativa, cultural. Por exemplo, vejo esses últimos editais, de 2010, que trazem cotas percentuais de programações culturais, artísticas e de caráter local. Então, dentro desse contexto, o que nós propomos é que se estabeleçam, para o caso da programação regional, cotas em minutos, levando em consideração o potencial econômico das cidades nessa proposta, que é uma

proposta que está alinhada com o parecer do Senador Raupp, o qual nós apoiamos. Vejam, ela traz um escalonamento. Então, cidades com até 500 mil habitantes têm um nível de produção de 420 minutos, por exemplo, e aquelas com 5 milhões habitantes têm o dobro dessa obrigação, que são 840 minutos.

E esses valores, quando implementados, poderiam sofrer um acréscimo dentro de um período de tempo. Por exemplo, aqueles 840 minutos propostos para as localidades com mais de 5 milhões de habitantes passariam a ser 1.050 minutos.

Se vocês bem lembram, dentro do eslaide apresentado pela Deputada Jandira Feghali, nós falamos em 22 horas; e 22 horas x 60 dá 1.260 minutos. De 1020 minutos para 1.050 é um número pouco abaixo, mas é bastante razoável e bastante parecido.

E com relação a produção independente, que nós já utilizamos bastante dentro das nossas emissoras, a proposta era que se criassem dois tipos de mecanismos. Um mecanismo que estimulasse a absorção da produção independente e outro mecanismo que estimulasse a produção independente em si.

Então, o que tínhamos a apresentar era isso.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Sr. Luis Roberto.

Vou passar a palavra ao próximo expositor, Sr. José Leal Neto, assessor jurídico da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra).

Com a palavra, o Sr. José Leal Neto.

O SR. JOSÉ LEAL NETO – Sr. Presidente, Senador Zeze Perrella; Senador Walter Pinheiro, autor do requerimento desta audiência pública; Deputada Jandira Feghali, senhores convidados e demais participantes, bom dia.

A Associação Brasileira de Radiodifusores gostaria, primeiramente, de parabenizar o Senador Valdir Raupp pelo trabalho desenvolvido nesse relatório, especialmente pela clareza e objetividade com que ele tratou este tema, um tema tão complexo e que vem sendo debatido há muito tempo.

Nós, da Abra, gostaríamos de manifestar concordância com o discurso da Abert, do nosso amigo Antonik. Este assunto é de extrema importância, tanto para os radiodifusores quanto para a população, e isso justificou a Abra, a Abert e as demais associações a se debruçarem sobre este tema e chegarmos a um relatório que foi apresentado pelo Antonik. E a Abra reforça os argumentos já explanados pelo Antonik.

Agradecemos o convite de participação nesta audiência e nos colocamos à disposição para contribuir com este debate, sanar eventuais dúvidas e esclarecimentos.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Passo a palavra ao último expositor, finalizando a fase inicial de apresentações, o Sr. Marco Antonio Altberg, presidente da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão.

Com a palavra, o Sr. Marco Antonio Altberg.

O SR. MARCO ANTONIO ALTBERG – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todas e a todas.

Senador Zeze Perrella, Senador Walter Pinheiro, Deputada Jandira Feghali, colegas da Mesa, queria agradecer esta oportunidade de poder contribuir com este debate no intuito de buscar um consenso, para viabilizar essa tão esperada regulamentação do art. 221 da Constituição Brasileira.

Vou me permitir ler, para ser mais objetivo e sintético.

Como presidente da ABPITV (Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão), representando os interesses de 439 produtores independentes associados, presentes em todas as regiões do País, mais do que defender os interesses de nossos associados, pretendemos colaborar para o desenvolvimento em mercado audiovisual como um todo, sendo de suma importância o debate deste atual Projeto de Lei 59/2003, que pretende regulamentar o art. 221, II e III, da Constituição Federal.

De acordo com o art. 221 da Constituição:

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III – regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

A leitura dos incisos II e III deixa claro que é dever das emissoras de televisão, efetivamente, promover a cultura nacional e regional, assim como estímulo à produção cultural independente nacional e regional a ser divulgada em emissoras de televisão e a ser regionalizada conforme percentuais estabelecidos em lei.

Afinal, o que é produção independente? Originalmente conhecida no cinema, especialmente na indústria norte-americana, pelos filmes produzidos fora dos grandes estúdios, o termo foi adaptado no nosso País

no caso da produção de conteúdos para TV que não sejam de propriedade exclusiva dos canais. A vocação da produção independente é ser parceira dos canais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCO ANTONIO ALTBERG – Não, já está continuando. Isso aqui é apenas um parêntese em que eu parei.

Ao contrário do cinema, não existe conteúdo de TV apartado de um ou mais canais que, além de veicularem, fazem parte do modelo de negócio ou até mesmo da criação desses conteúdos.

O que ocorre, senhores, é que o atual texto do projeto de lei não estimula de fato a produção independente. A própria definição de produtor independente carece de clareza.

Tomemos como exemplo a Região Sudeste. Na forma como está descrito no atual projeto de lei, a cota de produção regional relativa ao Sudeste poderia ser cumprida unicamente com produções independentes de São Paulo e do Rio de Janeiro, regiões essas que já concentram a produção audiovisual nacional. Os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo seriam severamente prejudicados com a atual redação, de forma que sua produção audiovisual permaneceria pouco expressiva e frustraria o estímulo à produção independente regional. Notem que estamos falando apenas do Sudeste. Estou-me referindo a este projeto do Senado.

Propomos uma simples alteração dessa definição, de modo que a produtora independente passe a ser definida também em função do Estado em que está sediada, não mais de sua macrorregião. Essa medida certamente irá inibir o agravamento da concentração das produções independentes em Estados específicos e irá estimular sua descentralização e sua regionalização.

Além dessa alteração, é essencial criar um estímulo efetivo às produções independentes, o mecanismo vinculante que garanta que essa manifestação cultural seja minimamente veiculada pelas emissoras de televisão brasileiras, o que não encontramos na atual versão desse projeto de lei.

O art. 4º do projeto de lei concede às emissoras de televisão a faculdade de exibir conteúdos regionais independentes. Se elas o fizerem, terão benefício de que os minutos durante os quais exibirem tais produções serão computados em dobro para o cumprimento de cotas mínimas de produção regional criadas por esse projeto de lei.

Se elas simplesmente decidirem não veicular produções independentes cuja divulgação por essas mesmas emissoras deveria, de acordo com a Constituição, ser objeto de efetivo estímulo, nada acontece. Esse incentivo de caráter facultativo não resulta em estímulo para promover a divulgação da produção independente, apenas reforça a baixa presença de produções independentes nas emissoras de televisão aberta e a sua concentração no eixo Rio-São Paulo.

Essa falha somente será solucionada com a criação de uma pequena cota reservada à produção independente dentro das cotas existentes no projeto de lei para produções regionais. Esses seriam um efetivo estímulo que impulsionaria a inserção das produções regionais independentes dentro da grade das emissoras de televisão aberta. Parte das cotas reservadas à produção regional deve ser necessariamente produzida por produtores independentes, vinculando uma à outra, conforme os princípios constitucionais do art. 221.

Observem que a própria base de produtoras audiovisuais brasileiras independentes está excessivamente concentrada na Região Sudeste e precisa se regionalizar.

Tomando por base o mês de janeiro de 2014, identificamos que dos 427 associados da ABPITV na época, empresas produtoras, 354 pertenciam à Região Sudeste, ao passo que os demais 73 estavam distribuídos entre as outras macrorregiões do País. A produção audiovisual independente de TV, como em cinema, é excessivamente concentrada e, no seu geral, pouco presente na programação das emissoras de televisão aberta, justamente aquelas que são objeto dos comandos de estímulo e de divulgação especificados no art. 221 da Constituição.

É necessário criar um estímulo efetivo à produção independente para corrigir tal falha e para regulamentar o art. 221. A criação de um mecanismo vinculante de cotas dentro das cotas reservadas à produção regional corresponde à melhor forma de fazê-lo. Isso pode ser comprovado por meio de exemplos como do mercado de televisão por assinatura brasileira.

A Lei 12.485 criou um sistema de cotas de programação a ser preenchido com conteúdos audiovisuais brasileiros em canais de televisão por assinatura. Ao menos metade dessa cota deve ser preenchida por conteúdos brasileiros por produtoras brasileiras independentes. Essa foi uma medida de efetivo estímulo ao mercado de produção independente que depois de um breve período de adaptação impulsionou de modo efetivo o mercado audiovisual brasileiro, aumentando a demanda das programadoras por produções independentes e a oferta dessas produções pelo mercado.

O êxito da criação de cotas no mercado de televisão por assinatura pode ser aferido de diversas formas. Uma delas é o aumento do número de horas mensais durante as quais conteúdos brasileiros de modo geral

estavam presentes na programação de 14 canais por assinatura já em 2012. Outra é o aumento de 600% nesse mesmo período da arrecadação fiscal decorrente da emissão de CRTs, documento necessário para exploração audiovisual no Brasil que pressupõe o pagamento de uma contribuição denominada Condecine.

No ano seguinte, 2013, dez entre as 21 séries mais assistidas em televisão por assinatura no Brasil eram nacionais e independentes, fato que por si só demonstra que as próprias programadoras reagiram positivamente ao mecanismo de indução criado pela Lei 12.485 e passaram a interessar-se por exibir mais e mais produções independentes. Houve crescimento do mercado audiovisual interno, gerando um salto quantitativo e qualitativo das produções nacionais e da grade de programação dos canais por assinatura. Esses são os seis exemplos de séries nacionais de expressiva audiência que se beneficiaram do sistema de cotas criado pela Lei 12.485. Notem que cada uma delas foi transmitida por programadoras diferentes, nacionais e internacionais, mas que, a exemplo do que ocorre com o mercado de produção visual independente de um modo geral, todas foram produzidas por produtoras do eixo Rio-São Paulo, indício de que a produção independente está concentrada e efetivamente precisa ser regionalizada, dependendo desse projeto de lei o estímulo necessário para tanto.

Mesmo fora do mercado de televisão por assinatura, temos alguns exemplos de produções independentes extremamente bem-sucedidas. Os seriados premiados no exterior Pedro e Bianca e Mulher Invisível, ambos coproduções entre emissoras de televisão aberta e produtoras brasileiras independentes, foram vencedores do Emmy de melhor série nos anos de 2012 e 2013. Isso demonstra que produções audiovisuais independentes podem ter um êxito estruturado em televisão aberta se de acordo com o disposto no art. 221 a produção audiovisual independente de cultura nacional e regional for estimulada, visando à sua maior divulgação. Esses dois exemplos bem-sucedidos de produções independentes também reforçam a necessidade da regionalização dessas produções, cujo número é hoje pouco expressivo e primordialmente concentrado no eixo Rio-São Paulo. A criação de cotas para produção regional integradas às cotas de estímulo à produção independente tem demais precedentes do mercado de televisão aberta de países como a Argentina, Reino Unidos, Estados Unidos e União Europeia.

Vou repetir um pouco o que a Deputada apresentou aqui. No Reino Unido, por exemplo, todas as emissoras de televisão aberta devem reservar um mínimo de 25% de sua programação para produções independentes, desde o ano de 2003. Seis anos depois, a satisfação das próprias emissoras com os conteúdos independentes que exibiam era evidente, não 25%, mas 50% da programação em horário nobre era preenchido por conteúdos independentes inéditos.

Estamos certos de que esse êxito na televisão aberta britânica também se deve ao fato de as emissoras estarem obrigadas a garantir que parcela dos programas por ela exibidos sejam produzidos fora da Grande Londres. O exemplo britânico é o de que a criação de cotas para a regionalização da produção audiovisual e a de cotas para produções independentes em televisão aberta devem caminhar juntas, de forma integrada.

A legislação argentina, por sua vez, determinou que as emissoras garantam que uma percentagem mínima de sua programação, entre 10% e 30%, seja preenchida por produções locais independentes. Mais uma vez, verificamos que o tema da desconcentração de produção de conteúdo e o da produção independente devem ser tratados conjuntamente.

Nos Estados Unidos, em plena década de 70, um período de recessão econômica, foram impostas restrições à veiculação irrestrita em canais de televisão aberta de conteúdos produzidos pelas próprias emissoras. Vinte e cinco anos mais tarde, 70% dos conteúdos veiculados por tais emissoras já eram produzidos de forma independente, demonstrando que as próprias emissoras se adaptaram e passaram a preferir as produções independentes, que, num primeiro momento, tiveram que ser estimuladas por meio de criação de restrições vinculantes.

Já o exemplo da União Europeia é dado pelo programa Televisão sem Fronteiras, um pacote de medias que obrigam todas as emissoras a reservar pelo menos 10% de sua programação a produções independentes, além de exigir que o mínimo de 50% de todas as produções exibidas conte com talentos de países membros da União Europeia. O que se verifica mais uma vez é a tentativa de integração do conceito de independência ao de formas de promover o desenvolvimento do mercado de cada país-membro da União Europeia, algo que tem paralelo com uma Federação com as dimensões do Brasil.

Buscamos exemplos de criação de cotas para produções independentes na televisão aberta de país cuja indústria audiovisual é respeitada no próprio mercado de televisão por assinatura brasileiro desde 2011 para demonstrar que o projeto de lei que estamos analisando, exemplar em muitas de suas iniciativas, não trata como deveria o estímulo à produção…

(Soa a campainha.)

O SR. MARCO ANTONIO ALTBERG – … independente de que fala o art. 221 da Constituição. Já estou finalizando.

O que o projeto de lei chama de incentivo à produção independente, em seu art. 4º, não vincula emissora alguma à emissão de sequer um conteúdo independente dentro da cota criada por esse projeto para veiculação de produções regionais, ao passo que todos exemplos demonstrados, seja da nossa televisão por assinatura, seja de outros países, apontam claramente para a necessidade de reservar parte de uma programação, por mínima que seja, à produção independente. Esse estímulo à produção independente, acompanhado da alteração no conceito de produtor independente do art. 2º, IV, do projeto, resultará estímulo de fato ao processo de desconcentração da produção nacional, ou seja, da regionalização da produção audiovisual veiculada pelas emissoras de televisão, tornando efetivo o que foi prescrito pelo constituinte ao elaborar o art. 221 da nossa Constituição.

Requeremos a V. Exªs que reflitam sobre essa apresentação e efetivamente alterem esse projeto de lei, vinculando e estimulando a produção e a divulgação de conteúdos regionais, com estímulo para produção independente, resgatando o estímulo do art. 221 da Constituição e o reconhecimento da capacidade empresarial e talento criativo do setor em prol do público espectador brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Sr. Marco Antonio.

Então, pela ordem de inscrição, passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro. Tem a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero saudar todos os expositores desta audiência pública, especialmente minha colega de Parlamento, minha companheira Jandira Feghali.

Jandira, essa agonia de a gente ver projetos dessa natureza tramitarem aqui por anos e anos eu compartilhei inclusive contigo algumas dessas etapas. Até ontem, eu brincava com o pessoal que um dos projetos, o primeiro projeto que apresentei assim que cheguei aqui, tramitou, tramitou, tramitou, tramitou, foi daqui, veio a MP, veio não sei o quê, o projeto terminou morrendo e nem foi apreciado, tratava de radiodifusão pública. Dele, inclusive, até derivou depois a Empresa Brasil de Comunicação.

Assim como também os originários projetos que resultaram na questão de todo um processo de radiodifusão comunitária, de canais de cidadania, enfim, e até, mais recentemente, o processo que envolveu aqui nesta Comissão, em particular, um conjunto de regras que nós conseguimos estabelecer nesse cenário de utilização das concessões e, ao mesmo tempo, até das renovações e as relações entre o Ministério das Comunicações e os operadores de radiodifusão no Brasil como um todo. Isso suscitou até uma série de polêmicas, até porque essa nossa atitude aqui foi muito baseada em vários estudos, pois a gente vinha trabalhando em como isso se processava, nas transferências, na concentração, na modelagem que, por exemplo, diversos grupos adotavam para fazer, inclusive, a utilização e, entre aspas, "o cumprimento da lei".

Então eu queria, até para ouvir algumas coisas aqui, se der, dos expositores, para a gente deixar claro uma coisa que é muito importante. Todo ano que a gente debate a renovação de uma grande rede aqui, por exemplo, ou melhor, de concessões que estão em rede, a gente sempre pede para esses a apresentação de um relatório da sua programação durante anos e anos, com base na lei. Eu quero até fazer justiça dizendo que todo ano que a gente discute esse projeto aqui, na Casa, há uma pressão enorme, mas a Rede Globo é uma das poucas empresas que entregam, entregando inclusive com detalhes até de minutos, a utilização da sua programação, buscando fazer o cumprimento de diversos dispositivos que nós estamos cobrando aqui agora.

Então, quando a gente fala em precedentes ou até em coisas já praticadas, a gente podia pegar essa experiência e transpor dizendo "agora vamos para o caminho da aplicação de uma regra, ou melhor, de uma diretriz constitucional que carece de detalhamento". Não tem jeito. Senão, fica sempre nesse objeto. E a grande discussão, meu caro Luis Roberto, que a gente sempre fez aqui é que às vezes o cara diz "não, a gente cumpre a programação educativa, mas ela é de meia-noite até as 4 da manhã". Como o peão levanta muito cedo, como às 4 horas da manhã o peão está de pé para poder pegar o trem, então talvez alguém imagine que, por ele acordar às 4 horas da manhã, esse seria um horário bom para programas educativos e culturais, porque o peão conseguiria assistir àquele programa. Esse, portanto, foi um dos grandes debates que nós travamos.

Tudo bem. As emissoras utilizam isso e precisam, inclusive, provar que cumprem isso. A mesma coisa é a questão da produção nas atuais… Vou falar inclusive das grandes, como o senhor citou ali. Se a gente for pegar, historicamente, no Brasil, há uma contribuição muito importante que foi dada ao esporte brasileiro, mas que a legislação foi descumprida durante anos e anos. Uma grande emissora, na realidade, terceirizava o processo de produção e de veiculação. Portanto, nós poderíamos considerar isso como uma subconcessão, Jandira. Poderia ser uma subconcessão. No entanto, talvez aquilo tenha sido o melhor para o esporte brasileiro durante um período. E, durante muito tempo, essa produção, eu diria, até a direção, a condução disso foi feito pelo Luciano

do Valle, que se foi, que, portanto, deu uma contribuição enorme, colocando no horário nobre da tevê brasileira esporte que não só o futebol. Então, portanto, isso se caracterizava… Se a gente fizesse ao pé da letra…

Eu estou falando isso porque, inclusive, eu fiz esse debate na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados e isso, colocado ao pé da letra, era uma subconcessão, motivo, talvez, suficiente para não se renovar a concessão de uma emissora de tevê no País. No entanto, o argumento que nós utilizamos, até para flexibilizar, ou seja, para não caracterizar isso como uma ruptura, como uma afronta à legislação, era exatamente esse precedente, Jandira, a possibilidade de uma grande emissora recepcionar uma produção independente. Portanto, você ainda poderia associar isso ao cumprimento de outro dispositivo, aparentemente tramando contra um artigo e, ao mesmo tempo, indo ao encontro do que era o disposto na Constituição em relação à produção independente.

Aí é que, às vezes, a gente fica meio preocupado, porque alguém diz que, quando é para justificar determinado, vamos colocar entre aspas, "deslize", aí a produção independente, pelo amor de Deus, é muito bem-vinda.

Eu acho que esse é o conceito que a gente tem que começar a discutir nesse projeto, que eu acho importante a gente ter claro, para a gente entender o que a gente quer com isso. Eu concordo que a gente tem que ter um olhar. Se a gente for pegar, por exemplo, ao pé da letra o que aconteceu com um projeto que ficou mais conhecido até como da tevê por assinatura… Vamos trabalhar com os quatro eixos aqui: o estímulo, a cobertura, a difusão e o acesso. O estímulo é algo extremamente da economia. Mas ele, obrigatoriamente – esta é a minha visão –, obedece a outro critério, que é o do Direito.

Então, nós estamos falando nessa questão da regionalização, e, aliás, todas as emissoras, e o Brasil tem essa particularidade… Óbvio que, quando a gente faz a comparação com a Europa… Eu estive, Jandira, inclusive com o Deputado Jorge Bittar, na Comunidade Europeia e acompanhei de perto, ali, a questão do TV Sem Fronteira e, depois, todas as diretrizes, desde a alteração do TV Sem Fronteira. É vero que a Europa tem um padrão de televisão diferente do nosso. Não resta a menor dúvida. Nós estamos falando de um país em que a tevê aberta realmente é o acesso que nós poderíamos chamar de quase pleno. Apesar de ter mais de 270 milhões de aparelhos *smartphones*, por exemplo – nós não temos isso tudo, mas, se a gente for fazer uma separaçãozinha disso aí –, 54 milhões, mais ou menos, vamos pensar em 60 milhões, hoje, de forma mais direta, 60 milhões desses usuários são clientes pós-pagos. O restante, vamos dizer, uns 210 milhões, utiliza esse sistema do pré-pago. Inclusive, pagam até o minuto mais caro do mundo. Mas tudo bem. É o cara que faz ali o seu, como diz o outro, creditozinho de 10 contos e vai tentando tocar ali o seu celular e suas coisas até fazendo ligação a cobrar, para poder manter seu crédito. Mas, se isso tem um mercado razoável, ele tem 60 milhões, não se comparando com a tevê.

E tem outro furo nessa história da tevê. A gente fala muito da interatividade, mas isso não veio com a tevê digital. Esse é um debate que nós fizemos inclusive aqui, na semana passada, sobre essa questão da faixa de 700. Na minha opinião, o leilão deveria aproveitar para resolver esse problema. É por isso que muita gente tem dito que eu estou contra o leilão. Eu não estou contra o leilão; eu estou contra a modelagem e a forma do leilão. Essa é a minha opinião. Aliás, é a mesma opinião que eu tinha quando da introdução do sistema de tevê digital no Brasil, que era exatamente isso que bate um pouco aqui… Eu ainda peguei um pouco da fala da Sônia e, ao mesmo tempo, da do Luis Roberto, quando se trata… Luis, como é que a gente vai tratar da saúde financeira, ou melhor, da capacidade econômica de cada radiodifusor desses localmente? Quando se pensou a tevê digital, a promessa que se fez, inclusive, foi de que ela iria resolver o problema dessa turma. Essa turma hoje não tem condição de migrar, de sair dos 700 e migrar imediatamente para a digital, Jandira. Mas não era isso que todo mundo dizia no passado. Venderam, inclusive, até que os japoneses iriam colocar fábrica de *chip* aqui no Brasil. Eu não conheço nenhum fábrica desses caras nem na Europa nem nos Estados Unidos. E vão colocar no Brasil? Só tem 4 na Ásia.

Portanto, esse é um jogo em que a gente tem que pensar, sim, nessa questão da capacidade, na saúde financeira, na possibilidade… Todas as redes, ainda que enquanto redes, todas elas têm uma participação de afiliadas, e não, necessariamente, vinculadas, de forma que a gente poderia dizer que isso está verticalizado. Então, se nós não temos uma gestão verticalizada, que é o debate que nós fizemos aqui, de separar o que é a empresa do que é a concessão… Então, porque a gente não trata inclusive desse outro aspecto, que é o aspecto, na minha opinião fundamental, do estímulo, Jandira? Quando se pensou na Constituição falar da questão regional, não era só para poder entrar a produção independente… É lógico que isso é importante. Isso é economia, geração de postos de trabalho… Agora, isso é, fundamentalmente, a questão, inclusive, da difusão, você aproveitar o que tem de produção, o que tem de riqueza, o que tem de cultura, o que tem de história, e como é que você veicula isso?

Por que boa parte dos nossos produtores deixou Salvador, deixou Recife, deixou, enfim, tudo quanto é canto, ou mesmo Xorroxó ou Abaré, no interior da Bahia? Quem pôde se mandou para Rio ou São Paulo. Por

quê? Qual o motivo? Porque lá era mais bonito? Não! É porque, nesses lugares, eu não tenho oportunidade de produzir e, muito menos, de exibir. Então, a baixa capacidade de produção por falta de fomento associada, inclusive, à não oportunidade de veiculação mata muita gente. Não tem como sobreviver. Então, isso ficou provado, Jandira, quando nós conseguimos aprovar aqui… Eu e o Bittar apanhamos muito. Todos os dias as tevês por assinatura colocavam uma nota dizendo: "Cuidado! Querem tirar o seu direito de escolha!" Agora está todo mundo comemorando o direito de escolha aí, a multiplicação na tevê por assinatura. Agora, deveriam fazer uma autocrítica, colocando na mesma tela: "Olha, nós erramos! Agora estamos faturando horrores! Crescemos uma barbaridade!".

Portanto, a gente não pode fazer esse debate tentando estabelecer algo como se a gente pudesse manter as condições de ontem. As condições de ontem, Jandira, não são iguais às de hoje. É isso que esse povo precisa entender. Essa capacidade, essa interatividade, essa própria "multioportunidade", eu diria, é, inclusive, oportunidade de negócio.

Por exemplo, o setor de publicidade, Sônia. Eu estive conversando com o Nizan Guanaes e, brincando com ele, eu disse: "Nizan, ninguém mais do que vocês teve a capacidade de fazer produção para, inclusive, isto aqui desde o passado". Eu não conheço nenhuma… A não ser quando é lançamento. Mas, no normal, uma propaganda dura 15 ou 20 segundos. Mas eu estou falando das the Flash. Aí, quando você pega uma propaganda mais não sei o quê… Tem até… Nos primeiros comerciais lá os caras colocam até um minuto. Depois, eles reduzem para 30 segundos.

Eu sou de um tempo, Sônia, que eu me lembro que… Eu venho do Sistema Telebrás. Nossa grande disputa… Eu, inclusive, trabalhei na Embratel. Eu trabalhei no centro de televisão da Embratel, foi meu primeiro emprego. Entrei no centro de tevê da Embratel no início de 1979 e, depois, migrei para a Telebahia. Optei por trabalhar em outra área e fui para a área de radiofrequência da Telebahia. Então, eu me lembro que o grande debate… Toda a programação… Eu fiz isso, era a minha tarefa no meu turno de 6 horas. Toda a programação das tevês vinha de madrugada para a gente entregar às afiliadas. Na época, a retransmissora da TV Globo, por exemplo, na Bahia era a TV Aratu. Então a gente passava a noite… Tanto é que minha mulher enchia meu saco em casa: "Me conte a novela, porque você já viu!" E isso não era ao vivo, Jandira. Você via o pacote da semana toda. Por que isso passava de madrugada, Sônia? Sabe por quê? Porque o custo era muito menor. O custo era muito menor. Então, eles pegavam e faziam a utilização… Por que a compensação de cheque era de madrugada, gente? Porque era menor o custo da tarifa que se pagava às companhias de telecomunicações. Essas coisas foram todas se modificando a partir dessa nova estrutura. Hoje as novelas terminam vindo numa mesma balada. Nenhuma afiliada recebe o pacote da semana e guarda para ir exibindo. Nós mudamos isso. E mudamos mais ainda.

Quando eu falei nesse negócio do Nizan, é porque eu disse a ele "Nizan, o que você produz se encaixa perfeitamente nessa nova mídia". Ninguém, no celular, aguenta assistir a uma novela, por melhor que ela seja, ninguém aguenta assistir a uma partida de futebol de uma hora e meia, com intervalo de 15 minutos. Mas o sujeito vê o gol, vê os melhores lances. Isso é produção. E essa turma de publicidade tem uma capacidade muito maior de transformar essas coisas num *flash de* 15 segundos, em alguns segundos, para as pessoas, inclusive, receberem aquela informação e conseguirem extrair daquela informação *flash* um conteúdo até mais amplo. Então, isso é capacidade de produção. Na mesma hora o Nizan me disse: "Pinheiro, aproveitando essa nova onda de fomento – eu não vou dizer o nome da pessoa nem quanto ela está faturando –, mas fulana de tal saiu daqui da minha agência e montou uma produtora para começar a fazer produção independente. E está ganhando horrores!" Assim me disse o Nizan.

Assim como esse mercado explodiu. Portanto, temos uma oportunidade. Quando nós discutimos com a Rede Globo essa questão da TV por assinatura, estive várias vezes no Projac, para a conversarmos e vermos isso. Várias de nossas produções são de produtores independentes. Eles mostravam lá os precedentes. Então, qual é o problema? "Ah, mas o problema é quando você fixa uma cota, você engessa." O problema da cota não é um engessamento, o problema da cota é a garantia mínima, é assegurar. É isso. É permitir, é dizer: pode produzir que você vai ter como botar.

Esse é que é o escopo, esse que é o objeto, essa que é a ideia do legislador, que, quando pegou o dispositivo constitucional, Jandira, e aí no seu caso específico, e disse: nós precisamos agora materializar isso, criar algumas regrinhas para que isso aqui ganhe condição de ser executado, porque, senão, fica só no estímulo e na intenção. E de boa intenção o inferno está cheio. O estímulo efetivo tem que ter a materialização, e a materialização precisa se dar para garantir essa cobertura, para garantir essa difusão, para aproveitar a capilaridade.

Outra coisa importante, e tenho a impressão de que foi o próprio Luis Roberto que citou essa questão da saúde das emissoras locais. Nós insistimos uma vez aqui, Jandira, com a TV Brasil, os campeonatos de futebol no Brasil geralmente são até bem disputados pelas emissoras, mas A e B, primeira e a segunda divisão. Mas

o Brasil tem mais do que primeira e segunda divisão. Aliás, o campeonato inglês, viu, eu até fiquei assustado. Eu estive lá para ver isso. Há uma quinhentas divisões, há mais divisão do que… O futebol na Inglaterra é um negócio impressionante. A gente chamou a TV Brasil e disse: vamos fazer uma proposta para transmitirmos a Série C, porque as grandes emissoras não vão comprar, Anibal, a Série C, a Série D, principalmente, não vai. Ninguém vai comprar a Série D. E aí, Jandira, a faz o seguinte: uma padaria, na cidade de Vitória da Conquista, um minimercado, pode botar uma publicidade numa emissora dessa para ver o Vitória da Conquista jogando a série C, mas ele não tem bala na agulha para botar uma publicidade no Bahia na séria A. É muito caro. Ele faz as duas coisas: ele ajuda o time da cidade dele e vai, inclusive, ao encontro desse desejo também dessa produção local e, portanto, mantém a unidade que funciona em Vitória da Conquista. Então, se essa produção tem um cota, se essa produção tem uma garantia, você faz esse catálogo, você viabiliza, dá essa viabilidade econômica local para esse tipo.

Então, o cara não vai transmitir… Por exemplo, a TVE da Bahia, se fizesse a parceria com a Rede Brasil, ela não iria transmitir o jogo do Vitória da Conquista lá para Sorocaba. Mas aí o cara de Vitória da Conquista… É a história de se vê na TV. E o dono do minimercado de Vitória da Conquista diz: "Opa, vou meter minha propagandazinha aqui porque todo o mundo em Conquista está vendo." Só que ele pode pagar muito mais barato que se ele tentasse botar no jogo do Bahia, que eu não tenho a garantia se o povo de Vitória da Conquista se o Bahia jogar, porque, como o senhor mostrou ali, nós temos cobertura de parabólica. Quase 40% da TV aberta no Brasil está com parabólica. E se a gente for fazer essa leitura, Luis Roberto, no interior, posso lhe assegurar que chega, inclusive em alguns lugares, ao absurdo de 100%. Se o senhor quiser visitar comigo, tem um povoado na Bahia chamado Tracupá. É o povoado da parabólica, fica na cidade de Tucano. Esse povo, inclusive, não trabalha em nenhuma área de telecomunicações, eles produzem artefatos de couro, inclusive eu uso uma carteira que saiu de lá de Tracupá. É um povoado onde não há uma casa, Jandira, que não tenha uma parabólica, uma casa sequer. Tanto é que na época da eleição é um parto, porque esse povo não vê programa eleitoral da Bahia, assiste pela parabólica. Não tem uma casa, há casa, inclusive, que a parede não suporta, Jandira. O cara tem que fazer um reforço para botar a base para instalar a parabólica. Como a gente trabalha mais ou menos essas questões? Aí eu poderia dizer que concordo contigo.

Então, as regras deveriam ser diferentes para as regiões. E é por isso que a gente está propondo cota. Eu não estou querendo botar a mesma coisa para São Paulo e para Tracupá. Não vai colar.

E aí uma outra experiência. Eu sou filho de uma família que migrou do interior para Salvador, do interior da Bahia para Salvador. Como eu sou um dos últimos, eu já nasci em Salvador, e meu pai já era ferroviário. Portanto, eu nasci num subúrbio ferroviário de Salvador. Mas uma coisa que eu via muito – e eu sempre voltava para o interior, para lá de onde meus pais eram –, durante muito tempo, muito tempo, hoje com muita força, mas naquela época muito mais, é que os baianos migravam, principalmente na época mais dura da seca, para São Paulo. Quando esse cara voltava de São Paulo, Luis, a primeira coisa, quando ele chegava, descia do trem – eu vou dizer inclusive o nome do lugar, um lugar chamado Cacimbas, um povoado chamado Tertuliano Sampaio, um povoado da cidade de Itiúba, na Bahia. Meu pai tinha uma pequena propriedade nesse lugar, e havia as casinhas dos ferroviários –, o sujeito descia, Jandira, vindo de São Paulo nesse trem, que era um misto, um trem que levava carga e passageiros, o cara vinha com um casaco daqueles de napa, bem escuro, com um cachecol, e a desgrama de um gorro do Corinthians na cabeça. Não tem jeito! Em pleno sol de 35 graus em Cacimbas! O que era aquilo? Era exatamente para dizer: "Eu consegui! Cheguei em São Paulo!' Era uma espécie de ascensão econômica e, ao mesmo tempo, para dizer: "Olha, eu estou vindo de 'Sum' Paulo". Vinha, visitava a família, deixava um dinheirinho; pegava o seu trem de volta para São Paulo. Ou seja, uma verdadeira invasão cultural, uma modificação brutal dos costumes, na prática.

Agora, por que eu não posso botar na tela o verdadeiro costume de Cacimbas, para poder alguém chegar e produzir lá? Na Bahia, há um sujeito chamado Olavo, um cara que vive correndo o interior do Estado, Jandira, para produzir todas as manifestações que ocorreram. Olavo fez grandes produções: Pau de Colher, a própria Revolta dos Alfaiates, toda a história do Dois de Julho. Sai correndo o interior para contar a vida das pessoas, como é que as pessoas migraram, grandes produções. Canudos, um grande trabalho de Olavo. Quando é que Olavo tem a oportunidade de botar isso na rede para o povo conhecer, inclusive, que no interior da Bahia há um lugarzinho chamado Canudos?

Então, essa história é que a gente luta para que ela ganhe a tela e, ao mesmo tempo, a gente vai ao encontro do estímulo, o estímulo para essas pessoas produzirem, o estímulo para a gente gerar renda, trabalho.

Portanto, esse é o desafio. E eu concordo que o tamanho da cidade tem influência, mas, por outro lado, há também o desejo do cidadão, a oportunidade do cidadão. Se nós estamos falando de um novo tempo, que é um tempo em que eu consigo equalizar a informação e que eu consigo utilizar as mídias para tornar todo o cidadão mundial, por que eu não posso aproveitar esse tamanho da cidade? Por que a pequenina localidade

lá de Tertuliano Sampaio, a velha Cacimbas, não tem oportunidade de, inclusive, ver a sua história contada, ainda que só para os habitantes – desculpe-me –, de Itiúba, do Senhor do Bonfim ou de uma região da Bahia? Por que não? Então, eu acho que é importante isso.

Como o senhor disse, e eu concordo plenamente, as empresas… Eu disse isso uma vez na Câmara dos Deputados, porque o que havia de projetos de Deputados, e o cara falava: "Cinco minutos para não sei quem, trinta segundos para não sei o quê." Então, você pegava uma programação e fatiava; e eu dizia assim: "Eu sou contra isso." Nós precisamos discutir uma estrutura de cumprimento da Constituição sem esse fatiamento na programação. É óbvio que você tem a própria questão institucional, as campanhas e outras coisas mais.

E aí é fundamental a instituição de cotas locais, essa coisa do educativo, a forma como tratar isso, a forma como chegar. Volto a dizer, a Rede Globo, por exemplo, deu uma grande contribuição no Brasil com tele-educação, deu uma grande contribuição; deu uma grande contribuição, por exemplo, com o Globo Rural, uma grande contribuição, um programa que era muito mais do que qualquer tipo de anúncio de questões no campo.

Era inclusive de interação, ainda que unilateral, mas, de qualquer maneira, recebia as cartas, respondia, entrava, chegava à casa das pessoas. O agricultor mais simples, Roberto, fazia questão de assistir ao Globo Rural, porque o cara terminava tendo uma informação importante para a roça dele.

Entendeu, Zeze, então como é que a gente faz isso, casando essas diversas condições? Eu acho que é fundamental que a gente entenda que a fixação de cotas – e aí, Jandira, quando eu olho aquele nosso projeto, hoje Lei 12.485… Eu fui autor de um projeto junto com o Paulo, sob o nº 332, e Bittar foi o Relator, que tomou o número 116. Eu até tive oportunidade de votar duas vezes: voltei na Câmara e, quando vim para cá, votei aqui no Senado. Foi quando eu cheguei aqui e botei pilha para a gente aprovar. É um projeto de 2007. Quando eu olho, a gente diz: "Rapaz, três horas e trinta minutos semanais, no início, foram um parto aqui: três horas e trinta minutos. Imagina só três horas e trinta minutos!"

Eu brinco muito, Luis Roberto, porque eu até gozava: "Rapaz, o Diabo Veste Prada ninguém aguenta mais ver", porque era repetido toda semana. Bruce Willis, com aquele Duro de Matar, que mostrava a mulher dele que era sequestrada por não sei quem, e tome-lhe neve, toda semana, principalmente perto do Natal. Aquilo passava a semana inteira. Era duro de ver, não era duro de matar, não.

Por que a gente não podia encaixar? Eu estive com a Sony. Eu fui à Sony nos Estados Unidos. Dialogamos com a Sony. Estamos fazendo "isto" para a Sony se instalar na Bahia, aproveitando a legislação, aproveitando essa produção.

Esse estímulo que a gente fez, o fomento, Jandira, o recurso, quando nós separamos uma parte oriunda das telecomunicações para financiar a produção no Brasil, muita gente queria nos matar. Eu disse: mas qual é problema? Nós arrecadamos isso. Então, é importante que isso volte para a produção. Não adianta estímulo só da boca da fora. Estamos estimulando, estimulando sem cota, estimulando sem fomento, estimulando sem a garantia do que eu vou vincular. Que estímulo é esse?

Esse é o aspecto que eu acho que a gente tem que tentar trabalhar aqui neste projeto. Portanto, isso não é descer a detalhes, isso não é botar camisa de força. Isso é a gente pelo menos abrir o caminho para dizer: vamos trabalhar com isto aqui. Eu brincava muito lá: rapaz, quando isso pegar, que vocês já estiverem fazendo de forma automática, eu até topo chegar lá e a gente tirar as três horas e trinta. Não há problema nenhum. Mas vamos deixar essa garantia. E, dessas três horas e trinta, só 50% disso é de produção independente. Imagine só 50% das três e trinta. E, mesmo assim, explodiu esse mercado.

Então, se a gente conseguir colocar isso na TV aberta, a gente vai dar um salto de qualidade, a gente vai resolver de uma vez por todas um problema, até por conta dessa capilaridade que a TV aberta tem, por conta dessa força que a TV aberta tem no Brasil e por conta, inclusive, dessa credibilidade que a TV aberta tem no Brasil.

Eu até brinco às vezes: se o sujeito assistir a uma programação dessas, um conteúdo regional na a TV aberta, ele vai dar muito mais valor – não estou dizendo que é de menor – do que na TV fechada. Ele dá. É natural. O brasileiro se acostumou a confiar nessa relação da a TV aberta. E há a questão do acesso. O cara vai poder ver exatamente. Eu me lembro de que, no início, a briga que a gente fazia era pelo menos reduzir o preço da TV por assinatura para permitir que parte da população pudesse adentrar esse mercado.

Mas, mesmo assim, a gente tem ainda… Não estou descaracterizando o povo do Tracupá, mas ele gostaria de ver na sua parabólica a produção que ele não consegue ver na TV por assinatura, essas três horas e trinta minutos, ou ter a oportunidade de ver os 50% da produção independente.

É muito chamamento que a gente faz para tentar, a diversas mãos, fazer esse relatório. Acho que o Raupp teve uma grande sensibilidade nisso, empenhou-se. Mas é importante que, neste ajuste fino, nesta sintonia fina, a gente tente vencer um pouquinho essas resistências e produzir algo para experimentar.

É a mesma proposta que eu faço, Jandira, que eu fiz lá em relação à Lei da TV por Assinatura. Vamos experimentar? Se, porventura, isso engessar demais, criar algum tipo de coisa, a gente tem exatamente um tem-

po para ir analisando isso. Acho que hoje todo mundo tem uma necessidade de se reinventar, uma obrigação, inclusive, de se reprogramar para esse novo tempo. Portanto, vamos fazer isso juntos? Trazendo para esse novo período agora a turma da produção independente. Sim, aí, todo mundo reclama sobre a questão da qualidade. A qualidade está, exatamente, associada à capacidade de a gente fomentar. Esse é o processo natural. É isso o que a gente espera de um processo como esse.

O Senador Raupp deixou duas perguntas: uma dirigida ao Luis Roberto e a outra à Sônia. Luis Roberto, ele pergunta, com base na experiência das cotas da TV por assinatura, como se avalia hoje a possibilidade de perda de audiência e de receita com publicidade numa eventual aprovação das cotas na programação, no caso da radiodifusão?

A outra que ele deixou para a Sônia Regina tem a ver também com a própria questão da 1245. Ele pergunta o seguinte: se existem produções em quantidade e qualidade suficientes para suprir as cotas já estabelecidas e qual a perspectiva de impacto, caso haja o estabelecimento de novas cotas para a TV aberta. A terceira pergunta dele é: "As cotas têm efetivamente contribuído para o aumento da melhoria da produção cultural nacional?" Então, essas são as perguntas que eles fizeram.

Aqui deixo minha contribuição, entendendo que é possível, Jandira, a gente promover todo o esforço para a gente fazer esse ajuste fino no projeto. Creio que o Relator tem boa disponibilidade para isso e que tem boa, diria até, compreensão. Mas é fundamental que a gente até percorra o mesmo caminho que a gente fez em diversos projetos dessa natureza. Tentar conversar com as partes, sentar aqui. A audiência é importante até para a gente fazer essa ausculta, mas diria que a conversa com os diversos setores e boa para a gente ir afinando, para a gente botar nessa sintonia e, de uma vez por todas, conseguir aprovar essa legislação e dar mais essa contribuição para a questão da produção cultural do Brasil, para a regionalização e, principalmente, para a gente ampliar esse mercado com os dois objetivos, na minha opinião, um para se atender às pessoas, elas teriam acesso a isso; o outro é você criar oportunidade de negócios para essas pessoas onde elas vivem, portanto estimulando a nossa economia local neste grande país chamado Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Passo a palavra, então, a Luis Roberto Antonik.

O SR. LUIS ROBERTO ANTONIK – Responderei ao questionamento do Senador Raupp na mesma linha de argumentos usados pelo Senador Walter Pinheiro.

A TV paga e a TV aberta são coisas completamente diferentes. Então, uma cota de três horas e trinta para a TV paga tem um significado que não é possível de ser aplicado à TV aberta. Por quê? Vejam, isso não é uma crítica à TV paga, é uma constatação porque o modelo de negócio é assim.

A TV paga gera a sua programação de forma centralizada – todas as redes são assim – e distribui aquilo pelo Brasil inteiro. Jogam num satélite e iluminam o País inteiro. A pessoa lá em casa recepciona aquele sinal ou, senão, insere o sinal no cabo. Na TV aberta não é assim. Para os senhores terem uma ideia, aqui na cidade de Brasília, aqui no Distrito Federal, nós temos 23 sinais abertos de televisão, 23 sinais abertos de televisão. Oito deles pertencem a redes muito grandes, quatro estatais e quatro privadas. E os outros 15, como vão se comportar os outros 15? Se eu criasse uma regra como essa impondo uma cota desse tamanho para a televisão aberta, provavelmente nós excluiríamos essas empresas do mercado por absoluta condição e impossibilidade de sobrevivência.

Eu diria, por exemplo, para ilustrar isso, com uma outra questão. Lá, em Feira de Santana, no querido Estado do nosso Senador Walter Pinheiro, temos uma emissora de televisão que recebeu uma obrigação de colocar legenda em toda sua programação ao vivo. Essa emissora tem uma condição diferente de uma rede nacional, que coloca essa legenda centralizada, mas essa emissora de Feira de Santana só tem operação lá, em Feira de Santana. O custo de colocar a legenda oculta lá, em Feira de Santana ou em São Paulo, é exatamente a mesma coisa, aliás, em Feira de Santana, é pior, porque ela vai ter que colocar um *link* com um grande centro para que um estenotipista vá inserindo aquelas informações. O que essa pequena empresa de televisão de Feira de Santana vai fazer? Ela elimina aquele jornal local, elimina aquela programação ao vivo para não incorrer naquele custo, porque, se incorrer naquele custa, ela fecha.

Então, eu queria dizer para o senhor, Senador, que fico muito feliz com o seu discurso, no sentido de que o senhor reconhece que essas diferenças existem e precisam ser trabalhadas. Nós, aqui, apoiamos o projeto da Deputada Jandira Feghali com relação à regulamentação disso. Isso é uma necessidade, é um assunto que nos incomoda, portanto, precisamos regulamentar. Agora, escalonando isso em função da característica econômica da região e da população, na qual a emissora está inserida.

Quero insistir nisso. Por exemplo, quando falamos que a programação tem que ser por região, quando me refiro à Região Sudeste, é muito fácil, agora, se pego a Região Centro-Oeste, coloco o Estado do Tocantins. Não é possível que a cidade de Palmas – não há nenhum demérito com a cidade de Palmas – tenha a mesma

condição técnica e econômica de produzir do que a Capital Federal, ou que Boa Vista, lá, em Roraima, que é uma cidade muito pequena, se compare com Manaus. Então, a intenção da regionalização é essa, é preservar isso. Quando falo na Região Sul, fica muito fácil, pois para o Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina não há problema nenhum.

Então, eu queria insistir, Senador, nesse discurso, nessa linha. Acho que é possível, é necessário, mas respeitadas essas características.

A SRª SÔNIA REGINA PIASSA – Cabe a mim responder sobre, até já esqueci a pergunta, mas vou, primeiro… Mas eu queria só fazer uma… Vou advogar em causa alheira.

O Brasil, por ser este continente, as emissoras de televisão de sinal aberto são feitas, o senhor falou que é milimetricamente, que a Globo tem uma programação quase de segundos corretos. O senhor pode ler lá, quando o senhor muda o seu canal, o senhor vê 19 horas e 16 minutos, 27 minutos, e está tudo certinho com o seu relógio. A publicidade brasileira tem 30 segundos, um minuto, é tudo dividido, 15 segundos, 7 e meio segundos e 3 segundos, 5 segundos, perdão. Por quê? Porque as emissoras brasileiras são feitas em rede.

Eu estive em vários países do mundo vendo essa história,como é que ela poderia ser, porque, em algum momento, os nossos criativos queriam ser iguais à Argentina. O nosso comercial tem 27 segundos, meu Deus, agora, fico enchendo uma linguiça para pôr ali, tirei a graça do filme, tenho mais três segundos de produto que não teria necessidade, o próprio anunciante não quer. Mas a rede não nos permite ser diferentes, porque o que ela rebater aqui tem que cair lá na outra ponta no mesmo *time*.

Eu não posso ter um comercial de 22 segundos em São Paulo e ter um de 30 segundos porque fica um buraco, certo, na programação do Norte, ou do Nordeste. Então isso é assim. Por tudo isso é que eu acho que a gente está seguindo…

Eu vim aqui mesmo para pedir um pouco mais de debruçar nesse projeto, a gente continuar ainda com os debates, sentar à mesa e ver como é que a gente pode fazer para que o pessoal do sul da Bahia, lá de Trancoso, que o pessoal… Porque eu queria, eu falei até aqui para o José Leal que eu ia desmontar aquele eslaide que o Luis Roberto trouxe, porque quantos Municípios brasileiros têm um milhão de habitantes? Essa pergunta, alguém sabe? Eu sei. São 16 Municípios apenas, sendo que três estão em São Paulo, e são todos vizinhos na Grande São Paulo: Guarulhos, Campinas e São Paulo. Dois estão aqui: Brasília e Goiânia. Nós temos: Minas Gerais que não está contemplado, mas tem um milhão de habitantes… Belo Horizonte, perdão. É que eu trouxe escrito. Mas temos também o Rio de Janeiro. Tem o Rio de Janeiro e São Gonçalo, que têm um milhão de habitantes. Então se eu subtrair desses 16, se eu tirar três para São Paulo, somar e depois subtrair, vão sobrar nove Municípios brasileiros com 1 milhão de habitantes.

Essa é a conta que nós queremos fazer? O Brasil pode ser subdividido em nove Municípios? Essa conta é superimportante. Quinhentos mil? Nós começamos a falar de Ribeirão Preto, que é uma grande cidade, São José do Rio Preto, onde todos têm… Sorocaba, onde tem realmente a regionalização ali das emissoras de TV e podemos fazer… Então essa é uma coisa muito maior do que a gente resolver aqui… A primeira vez, eu sei que os projetos vêm, mas eles estavam parados. Então a gente não se preparou para dizer: olha, nós temos uma solução, mas nós queremos trazer uma solução pertinente para todos. Eu acho que o povo brasileiro não se retrata em nove Municípios, não dá para ser assim, em 16, que subdividido dá… Inclusive Belo Horizonte que não está contemplado no projeto. Como disse o Marcos, Minas e Espírito Santo saem fora da regionalização. Como assim?

Nós temos publicidade forte no Brasil inteiro. A publicidade já acontece. O mercadinho… Inclusive na TV comunitária de Peruíbe, no litoral de São Paulo. Eles têm tudo lá, eles têm publicidade, eles têm programas, eles fazem aqueles programas de aniversário de criança, de que Peruíbe é o melhor lugar, a melhor cidade para se viver, o melhor ar, a melhor água, muitas coisas por aí.

Agora, com relação à qualidade das produtoras independentes, eu quero dizer o seguinte: o Brasil é o terceiro País mais premiado em festivais internacionais do mundo. Só perde para a Inglaterra; primeiro para os Estados Unidos, depois para a Inglaterra. Nós estamos falando aqui da Alemanha e da França. Pensem! Nós somos o terceiro mais premiado. Então nós somos fantásticos! É só uma questão de a gente realmente adequar a realidade das emissoras que são feitas em rede. Há uma realidade local, porque ela já existe. O jornal de São Paulo é feito em São Paulo; o jornal de Recife, em Recife; o jornal de Brasília, eu vi ontem os índios, não sabia, fiquei três horas no trânsito chegando, mas eu não sabia disso em São Paulo, assim como os senhores não são obrigados a saber que teve a greve dos ônibus em São Paulo, e a Globo ficou repetindo aquilo o dia inteiro para todo o Brasil numa programação, porque São Paulo parou e o resto do Brasil não pode ver mais nada.

Só respondendo definitivamente à questão da qualidade, nós somos o terceiro país mais premiado do mundo. A Rede Globo é premiada. A publicidade brasileira é premiada. A produção independente é premiada. O documentarista brasileiro é premiado – está lá o Lixo Extraordinário.

O nosso trabalho de animação é primoroso. Nós temos hoje gente trabalhando em todos os lugares dos Estados Unidos fazendo animação, todos brasileiros. Na Disney, nós temos. O filme Rio é de um brasileiro. Os principais animadores são brasileiros.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Os principais animadores.

O SR. MARCO ANTONIO ALTBERG – Mas no Brasil também. Há séries produzidas no Brasil.

A SRª SÔNIA REGINA PIASSA – No Brasil, o Peixonauta. As crianças amam os personagens brasileiros. Nós temos o Maurício de Souza, falando dos famosos, não precisamos ficar só nos que estão muito…

Então, é isso. Eu acredito piamente que ninguém perderia. Nós precisamos de espelhos nas casas. Nós precisamos sair e olhar no espelho para saber se estamos bem vestidos ou mal vestidos, se o cabelo ficou horrível, se não ficou, porque não podemos perguntar para o vizinho: o que você acha de mim? O vizinho vai mentir, porque não vai querer arrumar uma encrenca.

A gente precisa, sim, de mais tempo para poder debater e se debruçar em cima de tudo isso.

Eu acho que está respondido. O senhor considera o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Considero. O.k.

A SRª SÔNIA REGINA PIASSA – Então, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Sônia.

Eu passo a palavra para a nossa Jandira Feghali.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – Há alguns aspectos aqui que eu queria apenas destacar.

Eu acho que o mundo muda, tudo muda, e o Brasil também precisa saber aonde quer chegar, porque o projeto é de 91, já foi modificado lá na Câmara. E esse debate precisa evoluir também. Nós precisamos avançar aqui, não podemos ficar com os mesmos argumentos eternamente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Nós precisamos experimentar.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – Pois é, nós estamos em um debate que escorrega, escorrega, patina, patina, e a gente precisa resolver o problema.

Toda política de cota é uma política que afirma a posição. Nós passamos aqui por política de cotas em várias áreas. A cota concretiza o objetivo.

A palavra "estímulo", na Constituição, tem que se expressar por uma lei infraconstitucional. Ou ela é isenção tributária ou ela é… Ela tem que se afirmar, tem que se concretizar por algum mecanismo.

Eu acho que o Senador Walter Pinheiro expressou muito bem, na sua intervenção, o que nós estamos discutindo aqui. A cota estabelece o mínimo.

A gente estava falando aqui de 10 horas a 22 horas. Quando o Senador Valdir Raupp reduz o horário, eu acho ruim reduzir. Porque quando a gente põe de 10 horas a 22 horas é entre o mínimo e o máximo de horário, respeitando uma proporcionalidade. Quando a gente coloca lá 40%, são 40% de 13%. Eu estava fazendo as contas aqui. Se eu imaginar o limite máximo colocado de 22 horas por semana, se eu imaginar o limite máximo de 168 horas por semana, são 40% de 13%. Se eu imaginar o limite mínimo, são 40% de 70 horas.

Mas, como a gente discute proporcionalidade, o projeto não parou por causa da cota errada, porque a esta altura vocês já podiam ter feito uma proposta de alternativa de cota, se quisessem de fato aprovar o projeto. Quer dizer, nós sempre estivemos abertos a uma discussão de mediação, propostas alternativas, nunca houve ninguém fechado aqui a esse debate.

A esta altura do campeonato, aqui, neste momento, em vez de anular a cota ou de reduzir o horário, ou de fazer um estímulo facultativo, porque estímulo facultativo é estímulo nenhum, é zero, é não cumprir a Constituição.

Imaginar um Senado que tem Senadores do Norte e do Nordeste e deixar um estímulo facultativo para o Sudeste é a negação do Senado. Sinceramente. Isso é a negação do Senado. É eu continuar falando para Rio e São Paulo. É disso que se trata.

Esse relatório está tratando de Rio e São Paulo. Eu estou aqui na minha frente com dois Senadores do Acre e da Bahia, e um aqui de Minas Gerais. Então, eu continuo falando para Rio e São Paulo se eu aprovar esse relatório como ele está. Então, eu estou negando o Senado da República ao aprovar esse relatório.

Nós aqui já aprovamos cota racial, cota de serviço público, cota de mulher, aprovamos de tudo. Agora, um mínimo de estímulo à produção cultural, jornalística, artística para a comunicação brasileira na TV aberta eu não posso tratar. Quer dizer, eu não sei o que de fato nós estamos fazendo aqui na comunicação brasileira.

Isso, de fato, não é sério. Não é sério. Então, nós podemos discutir uma proporcionalidade de cota sem problema nenhum. Se o problema é a relação econômica das menores televisões, a viabilização para que a lei de fato seja viável… Nós não temos nenhum problema com isso, Dr. Luis Roberto. Nós podemos discutir essa proporção. É de 25 a 40. É 40%… Essa proporção, como disse o Senador Walter Pinheiro, nós podemos discutir para arrumar um texto, fazer um acordo.

E nós não temos dificuldade. Nós levamos 12 anos na Câmara dos Deputados fazendo um acordo. Flexibilizamos muito, fizemos diversas concessões. Eu fui ao Projac. Eu e todas as afiliadas de vocês. Eu fiquei lá horas numa berlinda fenomenal. Fiquei lá discutindo horas. Flexibilizamos a proporcionalidade por domicílio. Flexibilizamos uma série de coisas. Flexibilizamos a hora, o horário da televisão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – É, viu, Jandira, eu até brinco muito com o povo lá de casa…

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – Isso não tem problema. Você já foi ao Projac não sei quantas vezes.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – É o melhor lugar para se ir. Eu, por exemplo…

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – Não, o almoço é ótimo. Discussão em alto nível.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – … recomendo a todo mundo para todo mundo ir para conhecer, inclusive, a estrutura. É um negócio impressionante.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – É uma estrutura fenomenal. Não tem nenhum problema. Nós discutimos…

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Agora, mais ainda estimulante para isso que nós estamos discutindo.

A SRª JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – Nós discutimos com a Globo, com o SBT, com a Bandeirantes, com todo mundo. Não temos essa dificuldade. Nós estamos abertos à discussão porque nós queremos resolver a questão. Nós queremos que a produção independente aconteça. Nós não temos esse problema.

Se o problema é gerar a proporcionalidade porque é justo que ela aconteça… Porque eu entendi que 40% do mínimo e do máximo já é uma proporcionalidade. Ela é 40% de um horário proporcional. Então, na minha cabeça, é uma cota proporcional ao mínimo e ao máximo. Portanto, já existia uma proporcionalidade. Na minha cabeça, isso era proporcional.

Mas se, além disso, é para dar proporcionalidade ao percentual, podemos debater de novo. O que eu acho é que a cota não pode é inexistir. Porque o debate era a inexistência da cota. Essa que eu acho que não pode inexistir. Tem que haver um mínimo. Se esse mínimo tem que ser proporcional, podemos debater a proporcionalidade do mínimo, mas a inexistência da cota é que eu acho que não pode acontecer. Porque, aí, é nada. Se faculta a inexistência. E a inexistência é estímulo nenhum. É essa que é a minha preocupação. Aí, é o descumprimento da Constituição.

Então, agora, é discutir a proporcionalidade vinculada à economicidade, à viabilidade, ao tamanho. Até porque a gente não discute TV por cidade. Nós estamos discutindo a TV regional, que, na minha opinião, também não deve ser por macrorregião, deve ser por Estado. Porque, senão, acontece isso. Se for por macrorregião, em vez de ser Minas, é Rio de Janeiro. Em vez de ser Minas, é São Paulo. Em vez de ser Bahia, vai ser o Nordeste. Aí, complica. Então, eu não vejo problema nisso.

Segundo, eu acho que nós precisamos rever alguns conceitos do próprio projeto, de fato. O conceito de produção independente precisamos ver, porque, senão, a gente erra. Se errar no conceito, erra no resto. Se errar no conceito, a gente erra no conteúdo.

O problema da publicidade local, eu tenho registrado aqui. Você está certo. Nós sempre discutimos isso. Inclusive, nós incluímos a publicidade local até dentro da regionalização, para viabilizar o pequeno supermercado, a quitanda, o pequeno comerciante, porque esse cidadão jamais vai colocar sua propaganda numa coisa maior. Ele vai colocar sempre numa programação pequena.

E nós sempre dissemos, esse projeto tem que caminhar junto com as possibilidades de fomento porque é isso. Qualidade tem a ver com o equipamento que eu posso adquirir, não é com o talento do cidadão. Se eu tenho um cidadão supertalentoso, mas tenho um equipamento absolutamente ruim, ele não consegue produzir nada bom.

Porque não é o talento dele, mas eu produzo com um som ruim, com imagem ruim, com plano ruim, porque eu não tenho um bom equipamento para fazer a produção. Então, a questão do fomento é fundamental.

Por fim, quero dizer o seguinte. Esse negócio do Fundo Nacional de Cultura também, que está no projeto… O Fundo Nacional de Cultura já é, coitado, o primo pobre de todos os fundos que o Brasil tem. Se eu for ainda colocar o Fundo Nacional de Cultura em emissora, não haverá condição. Então, temos que ter muito cuidado ao tratar do Fundo Nacional de Cultura.

Então, eu só quero dizer o seguinte. Acho que a abertura dos Senadores… Eu, como autora do projeto, não sendo audiência pública, eu não falo em sessões do Senado, mas sentar a uma mesa para discutir… Como esse projeto vai voltar para lá, se ele sair daqui com um bom acordo, volta para lá e nós votamos muito rapidamente. Se ele voltar para lá sem acordo, é o texto daqui *versus* o texto de lá e, aí, nós vamos trabalhar para votar o de lá e, aí, não tem solução, vai ser uma grande confusão, até porque nós fomos atropelados por uma comissão que não tem nenhuma legitimidade regimental daqui, que é aquela comissão que foi criada aqui

para regulamentar os artigos da Constituição. Não tem proporcionalidade, aquilo podia ser tudo, menos uma comissão que vota, aquilo é um grupo de trabalho que chegou a um texto de uma regionalização que impede que se tenha condição de votá-lo.

Então, se construirmos um acordo aqui que possibilite voltar para lá num acordo feito, votamos o acordo sem nenhum problema. Combina-se lá com os Líderes, com o Presidente da CAS, e nós votamos. Agora, se sair daqui sem um acordo bem construído, é confusão, e vamos trabalhar para votar o texto que saiu de lá e, aí, é com 40%, é como saiu de lá. E aí não vai ter conversa possível. Então, se conseguirmos construir com celeridade, Presidente, um bom acordo para votar, saímos daqui tranquilos, com o movimento social apoiando, com a Câmara apoiando, com o Senado apoiando, dá tudo certo.

Eu estou à disposição, com mediação pelo Senador Walter Pinheiro, pelo Relator, pela Presidência desta Comissão, de todo mundo. Nós construímos uma saída e, aí, dá tudo certo: sairemos comemorando e celebrando a possibilidade de fato de a TV aberta no Brasil conseguir cumprir a Constituição brasileira, e todos nós juntos comemoraremos ter cumprido o nosso papel, já que esse é o papel que cabe à Câmara e ao Senado da República.

Obrigada, Presidente, pela oportunidade.

Obrigada, Senador, pela iniciativa de ter pedido a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Deputada.

É o que o Senador Walter Pinheiro falou: ele votou esse projeto na Câmara e votou aqui no Senado. Se voltar para lá, o neto dele vai votar lá!…

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Com a palavra, Marco Antonio Altberg.

O SR. MARCO ANTONIO ALTBERG – Eu gostaria de fazer algumas considerações finais.

Eu acredito na maturidade do setor. Acho que hoje já temos maturidade, embora em posições diferentes, mas são posições integradas.

Eu quero dizer que a produção independente não vive sem os canais de televisão. O produto de televisão não faz sentido sem a parceria do canal – em diversos níveis, não só para sua veiculação, como para coprodução, copropriedade. Muitas vezes a produção independente tem condição de trazer recursos para uma emissora pequena que não tenha recursos através das leis existentes, do fundo setorial que foi criado a partir mesmo da lei de TV por assinatura, mas que pode ser usada em TV aberta.

Concordo com o Luis Roberto quando fala que TV por assinatura é uma coisa e TV aberta é outra. Realmente, são questões que devem ser tratadas da forma inerente às suas características. Mas eu quero dizer também que o exemplo da lei de TV por assinatura contaminou a própria TV aberta e o cinema brasileiro também. A experiência exitosa que foi…

Nós estamos assistindo a um *boom* no cinema brasileiro de produtos que têm referência nos produtos de TV por assinatura, e a própria TV aberta também está olhando para o fenômeno recente da TV por assinatura. Então, eu tenho certeza de que nós, como já temos conversado, como vimos conversando com todos os agentes, os atores desse importante mercado, vamos saber encontrar uma solução boa para todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Marco Antonio.

Mais alguma coisa, Senador Walter? (*Pausa.*)

Queria agradecer aos expositores…

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Com a palavra, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu tive de me atrasar, por conta da Comissão de Constituição e Justiça, mas esse tema, para mim, é muito caro, muito especial, porque sou de uma região que sofre influência de todos os lados, e, se não tivermos uma barreira de proteção muito forte, acabamos perdendo a identidade.

Então, venho do Estado do Acre, onde tive o orgulho de ser Secretário de Comunicação durante os oito anos do Governo Jorge Viana, nós tivemos também um trabalho muito forte, para implantar a rede pública de televisão. Lá conseguimos colocar a TV Aldeia, não em todos os Municípios, mas fazendo cobrir todos os Municípios, porque havia Municípios muito próximos, como Brasileia e Epitaciolândia, aos quais uma RTV conseguia fazer chegar o sinal.

Mas qual a preocupação central dessa discussão da regionalização posta? Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Deputada Jandira pela preocupação no sentido de que haja um acordo, porque a acordo é algo convencionado. Tudo que se convenciona ganha legitimidade e tem tudo, inclusive, para ser cumprido. O que

é imposto acabam as pessoas tentando encontrar um caminho ou outro para não cumprir, e com aquilo que é acordado acho que há um grau de comprometimento maior. E, a essa altura do campeonato, acho que não cabe tentarmos forçar a barra, para o resultado não ser o esperado.

Então, acho que o caminho que a Deputada está propondo é muito interessante, no sentido de que construamos o acordo possível. Se não dá assim, qual é a forma que temos de procurar, para que, de alguma maneira, seja possível essa regionalização.

Com relação – digamos assim – às vantagens de uma programação regional, poderíamos citar muitos exemplos.

Cruzeiro do Sul é uma cidade isolada. Olha-se lá no mapa, e vê-se que Cruzeiro do Sul tem mais contato com Manaus do que com Rio Branco. Aliás, por conta dos rios, os rios amazônicos – o Rio Juruá é muito maior do que o Rio Acre –, as grandes embarcações iam mais para Cruzeiro do Sul, vão mais para Cruzeiro do Sul do que para Rio Branco.

Agora mesmo, houve um isolamento da cidade de Rio Branco, por conta da enchente do Madeira, e o abastecimento de combustível do Acre chegou primeiro a Cruzeiro do Sul, que fica a 700 quilômetros de Rio Branco, para depois vir de carreta para Rio Branco.

Essa cidade, Cruzeiro do Sul, de vez em quando tinha uma pauta posta, que era: "Ah, Cruzeiro do Sul consome tomate a R$8,00 o quilo, a R$10,00". E ficava parecendo a ideia sempre de que a população de Cruzeiro do Sul estava passando fome, se não chegasse o tomate a R$8,00 o quilograma. Daí, certa feita, sugeri para a auditoria da TV Aldeia: vamos saber o que Cruzeiro do Sul produz e o que há no mercado de Cruzeiro do Sul. Vamos fazer uma série de reportagens de tudo que há.

Moral da história: o resultado dessa pauta gerou o conhecimento de uma infinidade de produtos que as pessoas têm já naturalmente no seu cardápio e que estão fartamente expostos lá no mercado, e não faz a menor diferença se chega tomate ou se não chega alface para Cruzeiro do Sul. Aliás, a produção da maior variedade de feijão está lá em Cruzeiro do Sul: feijão vermelho, feijão roxo, feijão preto, feijão pequeno, feijão grande. Todo tipo de variedade existe lá na região. Há a produção da melhor farinha do Brasil e uma série de outras possibilidades, que tiram o complexo de vira-lata de estar sempre achando que, se faltou o tomate, sou menor do que São Paulo, porque São Paulo come tomate.

Então, esse tipo de exemplo que estou citando aqui, muito localizadamente, é para reforçar o quanto é importante a gente ter a produção local, a gente ter a conversa de pé de ouvido de quem vive aquela realidade e ir conversando com as pessoas sobre o quão importante é a sua identidade.

As pessoas no Acre tinham vergonha de dizer que eram da floresta. Tinham vergonha, porque ser da floresta significa ser atrasado, não ter acesso aos bens de consumo das cidades. Durante esses oito anos de governo, nós fizemos um trabalho muito forte no sentido de mostrar que a floresta era bonita, os rios eram bonitos, os nossos povos indígenas são motivo de orgulho para nós – as 14 nações indígenas conhecidas, identificadas, e mais as duas isoladas. O hino do Acre é um hino bonito. A revolução acriana é algo que tem que ser conhecido, porque o Acre se tornou Brasil por opção, fez uma guerra com a Bolívia, usou o exército de seringueiros nordestinos comandados por Plácido de Castro. Criamos um movimento tão forte nesse período que, ao término de oito anos do governo Jorge Viana, nós ganhamos da Globo uma série chamada De Galvez a Chico Mendes, e conseguiu mostrar o Acre para o Brasil inteiro como sendo uma história linda, que tem que ser conhecida, tem que ser respeitada. Tudo isso faz parte do quanto é importante valorizar a produção local.

Então, Deputada Jandira e demais debatedores, eu sou plenamente de acordo com que, se não são as 22 horas, se não são as – digamos – 1,5 milhão de residências… porque esse número certamente é um número flexível, que pode ser objeto de debate, até porque se a gente fizer a reflexão específica sobre a Amazônia, o número de residências vai reduzir muito, porque as comunidades são isoladas e a população, esparsa. Nós temos uma população de 800 mil habitantes no Estado todo. Imagine isso dividido, qual é o número de residências que vai dar por localidade. É um número bem menor. Eu acho que esse número tem que ser objeto de reflexão e flexibilização, sim, mas o ponto de partida eu acho que tem que ser este: qual é o acordo possível para que a gente tenha, sim, uma cota estabelecida? E a cota é no sentido da política afirmativa mesmo, daquilo que a gente assegura, o mínimo necessário.

Eu passei a ser um defensor intransigente das cotas, mesmo com todos os preconceitos dos quais a gente acaba sendo vítima. Nesta semana mesmo, eu vi a matéria que a *Época* fez a respeito da cota de negros para o serviço público. Ele colocou como um retrocesso. Disse que aquele projeto era um projeto que verdadeiramente instituía o preconceito no serviço público no Brasil. Olhem só aonde nós chegamos. E pessoas informadas, bem informadas, pessoas que influenciam e que formam opinião passam essa ideia. No entanto, nós sabemos o quanto a política de cotas tem permitido a ascensão social de pessoas. Inclusive há faculdades que melhoraram os seus indicadores a partir da presença de estudantes cotistas. Então, não tem porque a gente não defender.

Inclusive agora eu estou defendendo, Deputada Jandira – já está o meu projeto tramitando aqui – uma garantia de equilíbrio de gênero nas eleições, com duas vagas para o Senado. Sendo o Senado o único espaço de disputa majoritária que tem a exceção de, a cada oito anos, uma disputa com duas vagas, por que nós não temos que estabelecer uma cota de gênero, sendo uma vaga para homem e outra vaga para mulher, nesses casos? A gente precisa superar a situação vergonhosa do Brasil, que está hoje na 158º posição no *ranking* da representação feminina no Parlamento. O Brasil hoje perde inclusive para os países árabes, que têm a pior relação de gênero do mundo. O Brasil está atrás desses países no que diz respeito à representação feminina no Parlamento. Nove por cento na Câmara e dez, doze ou treze por cento no Senado é muito pouco, com todos os esforços que têm sido feitos no mundo. Então, eu sou um defensor da política de cotas, sim. Acho que nesse caso da regionalização é importante que a gente chegue a um acordo.

Eu quero me debruçar sobre o relatório do Senador Raupp, quero contribuir, na medida do possível, para que possamos chegar ao melhor acordo possível e que tenhamos a garantia de que todas as regiões do Brasil, todos os Estados brasileiros possam se olhar mais no espelho, possam se ver, porque é importante que as pessoas se vejam, que as pessoas descubram o quão importante é a sua cultura, a sua história, os seus feitos, as suas conquistas, para serem felizes, porque precisamos também fazer com que as pessoas tenham um autorretrato que lhes proporcione uma sensação de bem-estar.

Eu acredito que isso só vai acontecer se tivermos com mais e mais oportunidades de as pessoas se verem a partir da produção regional, porque a produção regional tem essa capacidade fantástica de fazer com que as pessoas se vejam. Pela nossa experiência de Acre, eu poderia dizer, assim, de cátedra, que dá certo, que é importante, que a autoestima das pessoas facilmente se eleva. A população do Acre, anos atrás, tinha vergonha de dizer que era do Acre. Às vezes, saíam de férias, e as pessoas perguntavam: "De onde você é?" Diziam de qualquer Estado, menos do Acre, e hoje as pessoas têm orgulho de dizer "sou do Acre", as pessoas têm orgulho de dizer que vão ao mercado na madrugada para comer a baixaria, levam os visitantes para conhecer a beira do rio, vão ao mercado e tal, porque agora as pessoas se deram conta de que nós somos um povo da floresta que, ainda que se reúna em cidade, está na imensa Floresta Amazônica e que isso é motivo de orgulho, é um diferencial que temos que usar a nosso favor, e não contra nós, como nos impunham no passado, a ideia de que a floresta era o atraso e que, por isso, nós tínhamos que desmatar, tínhamos que acabar com a floresta para transformar a sociedade amazônica numa sociedade desenvolvida.

Então, eu acho se tem algo com que podemos contribuir para a sustentabilidade, inclusive, é valorizarmos a programação regional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Muito obrigado, Senador Anibal.

Então, não havendo mais nada a tratar, queria agradecer os senhores expositores. Acho que foi muito importante esse debate. Esperamos que consigamos chegar a um consenso, não é, Deputada Jandira? Sabemos do seu esforço, desde 1991, como V. Exª disse. O que esperamos… Eu acho que, no que depender do bom sendo do Senado, esse projeto vai… Nós vamos fazer um grande acordo, eu tenho certeza. No que depender da Comissão, do nosso apoio, pode contar conosco para que esse acordo aconteça, para que possamos votar e acabar com isso o mais breve possível.

Já se vão vinte e tantos anos, 24. Não se pode admitir, sob pena de ficar ruim para a Casa, acho que ruim para o Congresso um projeto, depois de 24 anos, voltar para ser rediscutido na Câmara dos Deputados, eu acho que não é o melhor, quer dizer, não é o melhor para o Congresso brasileiro. O que esperamos, então, é um desfecho que atenda as partes. O projeto tem as suas controvérsias, tem as suas dificuldades, mas eu tenho certeza de que, com bom senso, nós chegaremos a um consenso.

Obrigado a todos vocês, e está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.)

Edição de hoje: 980 páginas

(O.S. 13413/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL